

ANAIS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFSM

II CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA
DA UFSM

II CIMIS

CULTURA,
PODER E
SOCIEDADE

05 A 07
NOVEMBRO
2019

LOCAL:

CCSH - UFSM,
SANTA MARIA,
RIO GRANDE DO SUL,
BRASIL.



FACOS-UFSM

II CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA
DA UFSM

II CIMIS

CULTURA,
PODER E
SOCIEDADE

ANAIS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFSM

Prof. Dr. Adriano Comissoli
Profa. Dr^a. Beatriz Teixeira Weber
Prof. Dr. Carlos Henrique Armani
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad
Profa. Dr^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad
Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior
Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos
Dda. Paula Ribeiro Ciochetto
Dda. Rayssa Wolf Almeida
Ddo. Luciano Nunes Viçosa de Souza
Mda. Gabriela Rotilli dos Santos
Acad. Gabriel Reolon

FACOS-UFSM

Santa Maria
2022

ANAIS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFSM

© PPGH-UFSM PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof^ª. Dra. Ana Frega Novales (UDELAR, Uruguai)
Prof. Dr. Flavio de Campos (USP, Brasil)
Prof. Dr. Gennaro Varriale (Università degli Studi di Napoli “Federico II”, Itália)
Prof. Dr. Javier Andrés Pérez (Real Academia de España em Roma)
Prof. Dr. Luiz Miguel Oosterbeek (UTAD/ITP, Portugal)
Prof^a. Dr^a. Marcela Ferrari (UNMdP, Argentina)
Prof. Dr. Marco Pasi (Universidade de Amsterdã)
Prof. Dr. Rafael Fortes (Unirio, Brasil)
Prof. Dr. Robert Rose (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Sergio Giglio (Unicamp, Brasil)
Prof^ª. Dr^a. Valentina Ayrolo (UNMdP, Argentina)
Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ, Brasil)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Adriano Comissoli (UFSM, Brasil)
Prof^a. Dr^a. Beatriz Teixeira Weber (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Carlos Henrique Armani (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM, Brasil)
Prof^a. Dr^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos (UFSM, Brasil)
Dda. Paula Ribeiro Ciochetto (UFSM, Brasil)
Dda. Rayssa Wolf Almeida (UFSM, Brasil)
Ddo. Luciano Nunes Viçosa de Souza (UFSM, Brasil)
Mda. Gabriela Rotilli dos Santos (UFSM, Brasil)
Acad. Gabriel Reolon (UFSM, Brasil)

ORGANIZAÇÃO

Prof. Dr. Adriano Comissoli (UFSM, Brasil)
Profª. Drª. Beatriz Teixeira Weber (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Carlos Henrique Armani (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM, Brasil)
Profª. Drª. Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior (UFSM, Brasil)
Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos (UFSM, Brasil)
Dda. Paula Ribeiro Ciochetto (UFSM, Brasil)
Dda. Rayssa Wolf Almeida (UFSM, Brasil)
Ddo. Luciano Nunes Viçosa de Souza (UFSM, Brasil)
Mda. Gabriela Rotilli dos Santos (UFSM, Brasil)
Acad. Gabriel Reolon (UFSM, Brasil)

DESIGN GRÁFICO

Claudia Duarte/Avellar e Duarte

C749a Congresso Internacional de História da UFSM - CIHIS/UFSM (2. : 2019 : Santa Maria,RS)

Anais do II Congresso Internacional de História da UFSM [recurso eletrônico] / – Santa Maria/RS, 05 a 07 de novembro de 2019 ; organizadores Adriano Comissoli ...[et al.]. Santa Maria : FACOS-UFSM, 2022.

1 e-book : il.

ISBN: 978-65-5773-038-6

Tema: Cultura, poder e sociedade

1. História – Ensino –Eventos 2. História – Didática – Eventos 3. História – Metodologia – Eventos 4. Poder 5. Cultura I. Comissoli, Adriano II. Título.

CDU 94:37(063)

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Veleza Arabidian - CRB-10/1492
Biblioteca Central da UFSM

SUMÁRIO

- 31 APRESENTAÇÃO
- 35 **ST 01**
GOLPES E DITADURAS DO CONE SUL: HISTORIOGRAFIA E TENSÕES DAS MEMÓRIAS E DO ESQUECIMENTO
COORDENAÇÃO: MARILUCI CARDOSO DE VARGAS (UFRGS)
DÉBORA STRIEDER KREUZ (UFRGS)
- 36 EMERGINDO DO SILÊNCIO: AS MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL NA RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1970)
SINARA VEIGA FAUSTINO
- 46 LITERATURA E CENSURA NO BRASIL DE SEGURANÇA NACIONAL: O CASO DE CAIO FERNANDO ABREU
DEIVIS JHONES GARLE
- 61 ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) EM RIO GRANDE – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DURANTE A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL
CLEVERTON LUIS FREITAS DE OLIVEIRA
- 79 NEOLIBERALISMO E DITADURAS NO CONE-SUL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA PRODUÇÃO POÉTICA EM CURITIBA
MATHEUS PACHECO PERBICHE
- 94 APROXIMAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E JORNALISMO: A GAZETA PELOTENSE (1976)
ROSA, AMILCAR ALEXANDRE OLIVEIRA DA ROSA
- 113 AS DIRETRIZES PARA OS BENS CULTURAIS NA DITADURA BRASILEIRA: A DESCENTRALIZAÇÃO DA SECRETÁRIA DA CULTURA FRENTE À DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS
JEANINY SILVA DOS SANTOS

127 SUBVERSÃO E IMORALIDADE NOS PALCOS:
O TEATRO CENSURADO NO RIO GRANDE DO SUL
DURANTE A DITADURA (1964-1985)
BRUNA MOREIRA DA SILVA

141 DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL:
REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM SÃO BORJA/RS
CAMILA DE ALMEIDA SILVA

151 ST 02

**A RECRIAÇÃO DA DIREITA NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO
REGIONAL. UM OLHAR COM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

COORDENAÇÃO: VIRGÍNIA VECCHIOLI (UFSM)
CARLOS ARTUR GALLO (UFPEL)

152 MÍDIA E PROTESTO SOCIAL CONSERVADOR: UMA ANÁLISE
SOCIOLOGICA DA COBERTURA PELA FOLHA DE SÃO PAULO
DO GOLPE DE 64 E DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF
BHARBARA AGNOLETTO
SÉRGIO GABRIEL BAENA CHÊNE

169 OS AGITADORES E O CENÁCULO DE PANTOMIMAS:
“DENÚNCIAS” DA DIREITA E AS TENSÕES POLÍTICAS NAS
ENTIDADES DOS ADVOGADOS GAÚCHOS DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1982)
DANTE GUIMARAENS GUAZZELLI

187 ST 03

**PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA: NOVOS
SUJEITOS, NOVAS FRONTEIRAS E DESAFIOS NO SÉCULO XXI**

COORDENAÇÃO: SEMÍRAMIS CORSI SILVA (UFSM)
IVAN VIEIRA NETO (PUC GOIÁS, PPGPC/FCS/UFG)

188 A ROUPA DE NAPOLEÃO EM FILOCTETES:
UM CURIOSO CASO DE APROPRIAÇÃO DA ANTIGUIDADE
NA CARICATURA ANTINAPOLEÔNICA
MATEUS DAGIOS

207 MEDEIA AUTORA DE SI: VOZ FEMININA E ESPAÇO PÚBLICO
DARCYLENE PEREIRA DOMINGUES

- 222 ME CHAMO MEDÉIA: GÊNERO NA TRAGÉDIA
MEDÉIA DE EURÍPEDES
DR. JUSSEMAR WEISS GONÇALVES
- 239 GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A ROMA ANTIGA:
UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DURANTE
A GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA
CAROLINA KESSER BARCELLOS DIAS
- 249 O IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE E A ANTÍTESE ENTRE
OS MODI VIVENDI NÔMADE E GRECO-ROMANO NA
ANTIGUIDADE TARDIA (SÉCULOS V – VI EC)
RODRIGO DOS SANTOS OLIVEIRA
- 259 A CONSTRUÇÃO DO MONARCA ALEXANDRE, O GRANDE POR
PLUTARCO E ARRIANO (SÉCULOS I – II D.C.):
FRONTEIRAS ENTRE GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL
HENRIQUE HAMESTER PAUSE
- 270 O MITO DAS AMAZONAS EM DIODORO SÍCULO E
ESTRABÃO (I A.C. – I D.C.): INTERSECÇÃO ENTRE
GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL
DANDARA PERLIN PEREIRA
- 280 A PERSONAGEM DE EDÍCIO NO DISCURSO LAUDATÓRIO
DA EPÍSTOLA 3.3 DE SIDÔNIO APOLINÁRIO:
UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIDADE LITERÁRIA DAS
IDENTIDADES POLÍTICO-CULTURAIS EM PROCESSOS
DE DISPUTAS TERRITORIAIS (SÉCULO V EC)
GABRIEL FREITAS REIS
- 296 ST 04**
EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO:
RAÇA, GÊNERO, CLASSE E ENSINO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO: FERNANDA OLIVEIRA (UFPEL) E
SHEROL DOS SANTOS (UFRGS)
- 297 ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO BRASIL EM NARRATIVAS DE
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)
PATRÍCIA DUARTE PINTO

314 ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: NOTAS SOBRE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA
HELEN DA SILVA SILVEIRA

326 ST 05

CÁTEDRA DE HUMANIDADES – FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO: ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES (UFSM)
MARIA MEDIANEIRA PADOIN (UFSM)
LUIZ OOSTERBEEK (IPT, PORTUGAL)

327 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895) NO SUL DO BRASIL: FRONTEIRA, RELAÇÕES DE PODER E HISTORIOGRAFIA
GUSTAVO FIGUEIRA ANDRADE
MONICA ROSSATO

346 BOMBA DE CHIMARRÃO, FRUTO DE HIBRIDAÇÃO CULTURAL
RICARDO DA SILVA MAYER

363 FORMAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO BRASILEIRO E NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL (1823-45)
ALESSANDRO DE ALMEIDA PEREIRA

378 A GUERRA DO PARAGUAI E OS TEUTO-BRASILEIROS NO RIO GRANDE DO SUL, 1864-1870
ME. CARLOS EDUARDO PIASSINI

394 ST 06

ENSINO DE HISTÓRIA

COORDENAÇÃO: LEONICE A. DE F. A. MOURAD (UFSM) E JOSÉ IRAN RIBEIRO (UFSM)

395 AVALIAÇÃO EM HISTÓRIA: O USO DE QUESTÕES DE HISTÓRIA DO ENEM VISANDO O ENSINO PARA A INTERCULTURALIDADE
ANDRÉ BERTUZZI

415 REALIDADE AUMENTADA COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA
THOMAS SELAU DE CASTRO

425 O JÁ DITO E O NÃO DITO SOBRE A HISTÓRIA DA URSS NO LIVRO DIDÁTICO DO PNLD
NARENDRANATH MARTINS COSTA

- 446 RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA DO CINEMA EM SANTIAGO
RAFAELA LUNARDI MARTINS
- 466 ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO:
UMA EXPERIÊNCIA DO PROFHISTÓRIA EM
CACHOEIRA DO SUL
ANTONIELA A' COSTA RODRIGUES
- 476 EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS NO ENSINO DE
HISTÓRIA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA
EDUCAÇÃO BÁSICA EM TRIUNFO/CANDEIAS DO JAMARI-RO
LAURI MIRANDA SILVA
BENITO BISSO SCHMIDT – ORIENTADOR
- 495 HISTORY MAKER: REPENSANDO O CURRÍCULO
DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS
RAFAEL GORSKI TRINDADE
- 513 O PATRIMÔNIO DAS MISSÕES EM SALA DE AULA:
UM DESAFIO NO ENSINO DA HISTÓRIA
LAÍS FRANCINE WEYH
ANDRESSA DOMANSKI
- 532 ST 07**
HISTÓRIA DO ESPORTE E DAS PRÁTICAS LÚDICAS
COORDENAÇÃO: JOÃO MANUEL CASQUINHA MALAIA DOS SANTOS (UFSM)
TASSIANE MÉLO DE FREITAS (UFSM)
- 533 OS DIRIGENTES DE FUTEBOL DE CAXIAS DO SUL
ATRAVÉS DE DEPOIMENTOS ORAIS: CAMINHO
METODOLÓGICO E RESULTADOS PRÉVIOS
DEIVID DA SILVA FERREIRA
- 550 LAZER E HIGIENISMO NAS MINAS DE CARVÃO DE
SÃO JERÔNIMO – RS – BRASIL (1942 – 1943)
TASSIANE MÉLO DE FREITAS
- 564 O PRADO PELOTENSE: UM OLHAR ATRAVÉS DOS JORNAIS
FRANCISCA JESUS
- 574 JOGOS DIGITAIS E A HISTÓRIA
RUGGIERO MOREIRA

587 ST 08

MEMÓRIA, IDENTIDADE E DISCURSOS ÉTNICOS

COORDENAÇÃO: DANIEL LUCIANO GEVEHR (FACCAT) E
RODRIGO LUIS DOS SANTOS (UNISINOS)

- 588 POR QUE ESTUDAR MINORIAS ÉTNICAS: A PRODUÇÃO DAS
INVISIBILIDADES SOCIAIS E AS MIGRAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS NO VALE DO PARANHANA (RS)

DANIEL LUCIANO GEVEHR
DILANI SILVEIRA BASSAN

- 606 LA INDUSTRIA DE LA CERVEZA ARTESANAL
EN EL RÍO DE LA PLATA A FINALES DEL SIGLO XIX
TANNIA CHAGAS DA ROZA

- 616 CARAVANAS DO DESTINO: REPRESENTATIVIDADE E
(IN)VISIBILIDADE DOS POVOS CIGANOS
NO RIO GRANDE DO SUL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

PATRICK DE CARVALHO DA SILVA

- 630 PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE ARTISTAS NEGROS COMO
FOMENTO PARA DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS

AMANDA SANTOS SILVEIRA

649 ST 09

**DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL,
TRANSIÇÕES E REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL**

COORDENAÇÃO: DIOERGE ALCENO KONRAD (UFSM)
TATYANA DE AMARAL MAIA (PUCRS)

- 650 O JORNAL LAMPÍÃO DA ESQUINA (1978-1981) E O
MOVIMENTO GUEI EM NASCIMENTO

EDUARDO ALBERTO DE ALMEIDA

- 668 CRIMINALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DA SOCIEDADE
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA MARIA:
O CASO DA COOPERATIVA DOS EMPREGADOS DA VIAÇÃO
FÉRREA (COOPFER)

ANTONIO AUGUSTO D. BERNI

- 689 LOCAUTE OU GREVE DE CAMINHONEIROS
TRANSPORTADORES DE VEÍCULOS DO ABC PAULISTA
EM 1979 SEGUNDO A NARRATIVA JORNALÍSTICA

RAFAEL ANTÔNIO KAPRON

- 704 DITADURA E REDEMOCRATIZAÇÃO: REVISIONISMO,
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
DIOERGE ALCENO KONRAD
- 722 REPRESENTATIVIDADE E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES A
PARTIR DA TRAJETÓRIA DE EDMUR PÉRICLES CAMARGO
DR. MATEUS FONSECA CAPSSA LIMA
- 736 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO NO
BAIRRO MATHIAS VELHO EM CANOAS NO RIO GRANDE
DO SUL, DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
E NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL
ODILON KIELING MACHADO
- 747 A REVISTA/JORNAL TICÃO NO CONTEXTO DA DITADURA
DE SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA
STELLA BIANCA FERREIRA MARIA
- 757 ST 10**
**UM OLHAR DA MARGEM POR QUEM ATRAVESSA O RIO:
A HISTÓRIA PELA PERSPECTIVA FEMINISTA**
COORDENAÇÃO: NIKELÉN ACOSTA WITTER (UFSM)
DIENIFER MADRUGA VIANNA (UFSM)
- 758 ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: A MULHER
CONTRAVENTORA NA COMARCA DE
PONTA GROSSA – PR, 1899 – 1930
ANNA CAROLINA TOREZANI RONDA
- 776 FOTOGRAFIAS, MULHERES E INVISIBILIDADES:
O FEMININO NAS IMAGENS DE HILDEGARD
ROSENTHAL E CLAUDIA ANDUJAR
MARIA CLARA LYSAKOWSKI HALLAL
- 794 O HOSPITAL COLÔNIA DE ITAPUÃ: NARRATIVAS DE
RESISTÊNCIA DAS PACIENTES MULHERESTALITA C
RAFAELA LIMBERGER
- 807 MULHERES NO MOVIMENTO ANARQUISTA NO
RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA
NICOLE ANGÉLICA SCHNEIDER

818 “CALAR AGORA — É SER CÚMPLICE”: CONSIDERAÇÕES
DE MARIA LACERDA DE MOURA SOBRE A
ASCENSÃO DO FASCISMO NA DÉCADA DE 1930
GABRIELA SCHWENGBER

832 A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NO
FAZER DA CIÊNCIA HISTÓRICA
DIENEFER MADRUGA VIANNA

841 ST 11

**HISTÓRIA E LITERATURA: POSSIBILIDADES
PARA O ENSINO E A PESQUISA**

COORDENAÇÃO: DANIELA DE CAMPOS (IFRS – CAMPUS FARROUPILHA)
MARIA CLAUDIA MORAES LEITE (UFRGS)

842 HISTÓRIA E LITERATURA: ENTRELAÇANDO
SABERES NO ENSINO MÉDIO
DANIELA DE CAMPOS

856 PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS EM TORNO
DOS ESCRITOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS
RENATA COUTINHO FERREIRA

866 DAS LUZES DA RENASCENÇA AS SOMBRAS DO GÓTICO:
A FORMAÇÃO DO GÊNERO LITERÁRIO
GÓTICO NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII
INDAIÁ DEMARCHI KLEIN

877 AS HQ'S COMO POTENCIAL FONTE HISTÓRICA:
A REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE
EM NARRATIVAS DE SUPER-HERÓIS
BRUNA AMANDA GODINHO ROCHA

892 ST 12

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES
E MILITARES LEGALISTAS NO CONTEXTO DOS
GOLPES DE ESTADO E CONSEQUENTES DITADURAS
LATINO-AMERICANAS DURANTE A SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX**

COORDENAÇÃO: EDGAR ÁVILA GANDRA (UFPEL)
ROBERT WAGNER PORTO DA S. CASTRO (PUCRS)

- 893 JOSÉ VECCHIO: UM MILITANTE SOCIAL
DURANTE O ESTADO NOVO
LEONARDO SILVA AMARAL
- 910 AS GREVES DOS PROFESSORES ESTADUAIS DO
RIO GRANDE DO SUL DE 1979 A 1982, COMO FORMA DE
RESISTÊNCIA NO PERÍODO FINAL DA DITADURATALITA
LISIANE BELTRÃO PEREIRA
- 926 A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA FRENTE AO PERÍODO
DA DITADURA CIVIL-MILITAR E AS SAÍDAS LEGISLATIVAS
ENCONTRADAS PELO ESTADO NO PROCESSO DE
GESTÃO DE DIREITOS (1964 A 1978)
MARIUZA T. PINHEIRO
- 934 RELAÇÕES COTIDIANAS DE TRABALHO:
UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO DOS
ARRUMADORES DO PORTO DE RIO GRANDE
ELVIS SILVEIRA SIMÕES
- 959 ST 13**
MÍDIA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS, REFLEXÕES E
ABORDAGENS SOBRE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS.
PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZADO ATRAVÉS
DE MÍDIAS IMPRESSAS
COORDENAÇÃO: JORGE LUIZ DA CUNHA (UFSM)
ROGÉRIO SALDANHA CORRÊA (UFSM)
- 951 O USO DOS QUADRINHOS COMO FERRAMENTA**
DIDÁTICA PARA A ABORDAGEM DO
PROTAGONISMO FEMININO NA HISTÓRIA
MÁRCIA TAVARES CHICO
- 965 JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA:
ABORDAGENS EM PESQUISAS NO
CONTEXTO EDUCACIONAL
DENISE FRIGO
TAMARA CONTI MACHADO
- 976 “IT’S ONLY ROCK ‘N’ ROLL, BUT I LIKE IT”:
A HISTÓRIA ENCONTRA O ROCK N’ ROLL
NO ENSINO MÉDIO
WALDY LUIZ LAU FILHO

- 987 JORNAL MUNDO JOVEM: UMA ESTRATÉGIA
DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA
DIOSEN MARIN
- 997 O DESENVOLVIMENTISMO COMO PAUTA DAS
CONFERÊNCIAS INTERAMERICANAS DE EDUCAÇÃO
E DO ESTADO BRASILEIRO: 1956–1963
RUI MATEUS RAMOS
- 1016 INTERDISCIPLINARIDADE: HISTÓRIA E
DIREITO COMO FORMADORES DE CONSCIÊNCIAS
SANDIARA DAÍSE ROSANELLI
LAÍSA FLORES DE QUADROS
- 1031 ST 14**
**TEORIAS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA:
PARADIGMA, TENDÊNCIAS, CONCEITOS**
COORDENAÇÃO: CARLOS HENRIQUE ARMANI (UFMS)
FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES (UPF)
- 1032 HISTÓRIA E VERDADE: UMA RELAÇÃO ANTIGA
EMANOELA AGOSTINI
- 1051 FENÔMENO AMBIENTAL ENQUANTO FATO HISTÓRICO:
O CASO DA LAMA NA PRAIA DO CASSINO/RS (1901-1998)
FELIPE NÓBREGA FERREIRA
- 1070 EVENTO TRAUMÁTICO, ACELERAÇÃO DO TEMPO-
CONSCIÊNCIA E HISTORIOGRAFIA:
ANÁLISE DOS CASOS MICHELET E CHATEAUBRIAND
VANDERLEI CRISTIANO JURASKI
- 1082 O JEZUITISMO COMO A ANTI-MEMÓRIA DOS
OITOCENTOS: COMPLEXOS DE
MODERNIDADE E RECEIOS MAÇÔNICOS EM SÃO BORJA
RODRIGO MAURER
- 1101 DEBATES HISTORIOGRÁFICOS: A IMPORTÂNCIA
DA TEORIA PARA A HISTÓRIA
ALEXANDRE BORELLA MONTEIRO
- 1114 HISTÓRIA, REGIÃO E FRONTEIRA:
A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A FRONTEIRA
OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TACIANE NERES MORO

1 128 UM ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O
CAMPO HISTORIOGRÁFICO DA HISTÓRIA AMBIENTAL
GABRIEL FERREIRA SILVA

1144 ST 15

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES

COORDENAÇÃO: MARTA ROSA BORIN (UFSM)
ANNA PAULA BONEBERG NASCIMENTO DOS SANTOS (UNISINOS)

1 145 MENÇÕES A CÂNCERES E TUMORES NAS CARTAS
ÂNUAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAI (1714-1762)
BERNARDO TERNUS DE ABREU

1 164 SINCRETISMO E AFRICANIZAÇÃO NO BATUQUE:
O CASO DO ORIXÁ BARÁ
JEFERSON SABINO CANDATEN

1 183 MÍDIA IMPRESSA E RECONHECIMENTO:
O PAPEL DO JORNAL O CORREIO RIOGRANDENSE
NA LEGITIMAÇÃO DO CATOLICISMO
NO RIO GRANDE DO SUL (1909 A 1915)
ROGÉRIO SALDANHA CORRÊA

1 199 AS RELAÇÕES ENTRE CATOLICISMO E ESPIRITISMO
NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO (1860-1950)
BRUNO CORTÊS SCHERER

1216 OLHAR CRÍTICO NOS REGISTROS DE MORTE:
UM ESTUDO NOS DOCUMENTOS DOS
CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA/RS
JOÃO ALBERTO LICHT TEIXEIRA

1235 ST 16

**ESCRavidÃO, FRONTEIRA E HISTÓRIA AGRÁRIA
NO SUL DA AMÉRICA LATINA (SÉCULOS XVIII E XIX)**

COORDENAÇÃO: JONAS M. VARGAS (UFPEL)
EDUARDO PALERMO (CENTRO REGIONAL DE PROFESSORES DEL
NORTE, RIVERA-URU)

1236 LA COMUNIDAD DE CERRO PELADO, FRONTERA
E HISTORIA AGRARIA
JOSÉ SAMPAYO

1252 “CRIANÇAS PRETAS PASSEIAM EM TOTAL LIBERDADE”
UM ESTUDO QUALITATIVO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS
COMO RÉIS E VÍTIMAS NOS PROCESSOS CRIMES EM
PELOTAS, RIO GRANDE E PORTO ALEGRE – RS (1820-1870)
JOSÉ RICARDO MARQUES RESENDE JÚNIOR

1268 ST 17

FONTES JUDICIAIS E SEU USO NA HISTORIOGRAFIA

COORDENAÇÃO: PAULA SIMONE BOLZAN JARDIM (UFN)
PAULA RIBEIRO CIOCHETTO (UFSM)

1269 UMA BREVE ANÁLISE DE TLAXCALA, NUEVA
ESPAÑA EM TORNO DA VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES INDÍGENAS NO SÉCULO XVIII
RAUANA GUERRA DE ALMEIDA

1280 A PESQUISA EM PROCESSOS JUDICIAIS NÃO CRIMINAIS: A
RESSIGNIFICAÇÃO DO MÉTODO
A PARTIR DO CONTEÚDO JUDICIALIZADO
LAUREN DOS REIS BASTOS

1292 LEIS, DIREITOS E JUSTIÇA: AS DISPUTAS PRESENTES
NOS PROCESSOS TRABALHISTAS
PAULO HENRIQUE SILVEIRA DAMIÃO

1304 REIVINDICAÇÕES EM PROCESSO: A PATERNIDADE SOB
JUÍZO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970, NO RIO GRANDE DO SUL
PAULA SIMONE BOLZAN JARDIM

1315 ST 18

POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL

COORDENAÇÃO: DAIANE SILVEIRA ROSSI (FIOCRUZ)
GABRIELA ROTILLI DOS SANTOS (UFSM)

1316 A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
SANTA-MARIENSE A PARTIR DA ANÁLISE DE
REQUISIÇÕES DE AFORAMENTO DE TERRENO (1850-1870)
OCTÁVIO BECKER NETO

1333 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONE SUL E O MERCOSUL –
UMA ANÁLISE A PARTIR DA MICRO-HISTÓRIA
NAIRANA KARKOW BONES

1346 HISTÓRIA SOCIAL ESMAECIDA: A CONSERVAÇÃO DE
SEGUNDAS VIAS DA CORRESPONDÊNCIA
ATIVA DA INTENDÊNCIA DE SANTA MARIA – RS
SONIA ELISABETE CONSTANTE
FERNANDA KIELING PEDRAZZI

1365 MARTIN ROBERT RICHARD FISCHER:
UM IMIGRANTE REFUGIADO E INTELLECTUAL
EM IRAÍ/RS NAS DÉCADAS DE 1930/40
DIRCEU ADOLFO DIRK

1381 A REPRESENTAÇÃO DO COTIDIANO DURANTE A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO DE JANEIRO:
ATRAVÉS DAS PÁGINAS DOS JORNAIS
BEIRA-MAR E JORNAL DO BRASIL (1942-45)
LUCAS DE OLIVEIRA KLEVER

1395 FAMÍLIA E POLÍTICA: UM OLHAR ACERCA DA
CIDADE DE PELOTAS NO SÉCULO XIX
LEONARDO POLTOZI MAIA

1405 ST 19

HISTÓRIA INTELLECTUAL E PERSPECTIVAS NACIONAIS

COORDENAÇÃO: RICARDO OLIVEIRA DA SILVA (UFMS)
SIMONE MACIEL MARGIS (UFMS)

1406 A IDEIA DE IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA
PRIMEIRA REPÚBLICA ATRAVÉS DE UM ROMANCE
MÔNICA ABRAMCHUK

1417 A OBRA “ASSIMILAÇÃO E POPULAÇÕES
MARGINAIS NO BRASIL” DE EMÍLIO WILLEMS
NA HISTÓRIA INTELLECTUAL DO BRASIL
MARLETE GOLKE

1437 ST 20

**HISTÓRIA SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA:
COMUNIDADES TRADICIONAIS E ESTADO**

COORDENAÇÃO: MAÍRA VENDRAME (UNISINOS)
MARIANA FLORES DA CUNHA THOMPSON FLORES (UFMS)

1438 A INSTITUIÇÃO DO JUIZADO DE PAZ NO INÍCIO DO
SÉCULO XIX: O CASO DE CACHOEIRA DO SUL
VIVIANE SIQUEIRA ALVES

1451 FORÇA PÚBLICA: O EMPREGO POLICIAL DA
GUARDA NACIONAL NO PIAUÍ 1866-1873

MARCELO CARDOSO

1470 BANDIDOS E AS FONTES ORAIS: O CASO DE UMA
QUADRILHA DE SALTEADORES NA FRONTEIRA
MERIDIONAL DO BRASIL (1882 – 1892)

DÁRIO MILECH NETO

1481 PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DA GUERRA
NO CONTESTADO: USO DE FONTES JUDICIAIS
E MICRO-HISTÓRIA PARA ANÁLISE DO CONFLITO

MILLIANN CARLA STRONA DE GODOY ROCHA

1499 ST 21

**DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E TERRORISMO
DE ESTADO NO CONE SUL: SINGULARIDADES,
COMPARAÇÕES, SEQUELAS, PERSISTÊNCIAS**

COORDENAÇÃO: ENRIQUE SERRA PADRÓS (UFRGS)

DIEGO OLIVEIRA DE SOUZA (UFSM)

1500 “NOS PORÕES DA LOUCURA”: PROFISSIONAIS PSI E
REPRESSÃO POLÍTICA NA DITADURA BRASILEIRA

MARLA BARBOSA ASSUMPTÃO

1514 “FAÇAMOS A REFORMA AGRÁRIA ANTES QUE O POVO
FAÇA A REVOLUÇÃO AGRÁRIA” : ANTICOMUNISMO
DO PATRONATO RURAL E AS LUTAS EM
TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA (1961-1964)

TIAGO PERINAZZO CASSOL

DARLAN DE FARIAS RODRIGUES

1535 A RECUPERAÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA BATALHA
DA PRAÇA ARGENTINA (1980) EM DOCUMENTOS DO SNI:
FONTES DA REPRESSÃO E PERCURSOS METODOLÓGICOS

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

1554 CRIMES DE LESA HUMANIDADE E O SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL: ANÁLISE DOS PEDIDOS DE
EXTRADIÇÃO REQUERIDOS PELA REPÚBLICA ARGENTINA

PATRICIA DA COSTA MACHADO

1573 A DITADURA CHILENA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS
DESCLASSIFICADOS ESTADUNIDENSES

RENATA DOS SANTOS DE MATTOS

1590 O GOVERNO SOCIALISTA DE SALVADOR ALLENDE NO CHILE
DANIEL DOS SANTOS POZZA

1603 O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO
E O SEU PERFIL CAMBIANTE NO SÉCULO XX:
A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1621 ST 22

TURISMO, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

COORDENAÇÃO: MÔNICA ELISA DIAS PONS (UFSM)
CAROLINE CILIANE CERETTA (UFPEL)
TIAGO COSTA MARTINS (UNIPAMPA)

1622 AS DEVOÇÕES RELIGIOSAS E O DESENVOLVIMENTO
DE UMA COMUNIDADE
AMANDA SCHIRMER DE ANDRADE

1636 PRESERVAÇÃO DE ELEMENTOS DA MEMÓRIA, DA CULTURA
E DO PATRIMÔNIO DO COLÉGIO CENTENÁRIO ATRAVÉS DA
COMPOSIÇÃO DE UM ACERVO FOTOGRÁFICO
CARINA BATISTA BOHNERT

1648 EX-LÍBRIS: SEU USO DO PASSADO AO PRESENTE
MÁRCIA DELLA FLORA CORTES
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

1665 O TURISMO NAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANIS –
PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO O VALOR HISTÓRICO,
ARQUITETÔNICO E CULTURAL
BRUNA RIGHI DOTTO
DALVA MARIA RIGHI DOTTO

1680 SARAU NOTURNO: CONTANDO A HISTÓRIA DE BAGÉ
SOB A PERSPECTIVA DA ARTE CEMITERIAL
CLARISSE ISMÉRIO

1694 GUASQUERIA: UM SABER FAZER MATERIAL E IMATERIAL
JULIANA PORTO MACHADO
RONALDO BERNARDINO COLVERO

1710 A PERFORMANCE INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO DA CULTURA:
A REGIÃO DAS MISSÕES, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
TIAGO COSTA MARTINS
ÂNGELA C. TREVISAN FELIPPI

- 1737 MERCOSUL CULTURAL E AS MISSÕES
JESUÍTICO-GUARANI: ANÁLISE DOS PROJETOS DE
INTEGRAÇÃO CULTURAL DO BLOCO (1991-2015)
SANDI MUMBACH
- 1757 OS DOCES DE PELOTAS COMO *SOUVENIRS*
GASTRONÔMICOS
PAULA PINHEIRO MUSSI
CAROLINE CERETTA CILIANE
- 1772 OS CAPITÉIS DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE E O TURISMO
RELIGIOSO NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO
ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL
CAMILA PIVETA
CARYL EDUARDO JOVANOVIČ LOPES
- 1790 ART DÉCO NA AVENIDA RIO BRANCO –
SANTA MARIA: INTERAÇÃO DE QUATRO
PRÉDIOS COM A CONTEMPORANEIDADE
LIDIA GLACIR GOMES RODRIGUES
- 1809 IDENTIDADE E IMAGINÁRIA JESUÍTICO-MISSIONEIRA
DA REDUÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA: ALTARES
PARTICULARES, DA IDOLATRIA AO FOGO
JOSÉ FERNANDO CORRÊA RODRIGUES
- 1827 GASTRONOMIA MISSIONEIRA E OS “SETE POVOS”:
A CONSTRUÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES, A PARTIR DO
ESTUDO DAS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANI (1682-1756)
PAULA DE OLIVEIRA SANT’ANA
- 1839 PATRIMÔNIO CULTURAL, MÚSICA, TURISMO
E A ORQUESTRA SINFÔNICA DE SANTA MARIA
CRISTINA STROHSCHOEN DOS SANTOS
- 1851 ANÁLISE DE MAPAS DESTINADOS À ROTAS TURÍSTICAS
ANALYSIS OF MAPS INTENDED FOR TOURIST ROUTE
MARINÉZ DA SILVA
ROBERTO CASSOL
- 1870 “PARA SER ETERNA A BARRANCA, SÓ PODE SER BREVE
A VIDA ”: UM ESTUDO SOBRE A PAISAGEM CULTURAL DA
BARRANCA DO RIO URUGUAI (SÃO BORJA/RS-SANTO TOMÉ/AR)
NATALI BRAGA SPOHR

- 1886 HISTÓRIA E MEMÓRIA FERROVIÁRIA: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA FERROVIA EM PARNAÍBA-PI, 1916-1980
LÊDA RODRIGUES VIEIRA
- 1899 O PATRIMÔNIO DAS MISSÕES EM SALA DE AULA:
UM DESAFIO NO ENSINO DA HISTÓRIA
LAÍS FRANCINE WEYH
ANDRESSA DOMANSKI
- 1918 LEITURAS SOBRE EXPRESSÕES HOTELEIRAS
EM SANTA MARIA (1882-1930)
NASTAJA CASSANDRA JZAMBERLAN DOS SANTOS
MARCELO RIBEIRO
- 1930 ST 23**
O FUTURO DE UM PASSADO INCERTO?
ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA MEDIEVAL
E DO RENANCIMENTO ANTE OS DESAFIOS ATUAIS
COORDENAÇÃO: CYBELE CROSSETTI DE ALMEIDA (UFRGS)
FRANCISCO DE PAULA SOUZA DE MENDONÇA JÚNIOR (UFMS)
- 1931 PITTURA INFAMANTE: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DO ENFORCAMENTO EM JUÍZO FINAL DE GIOTTO DI BONDONE E A ICONOLOGIA DE UMA PRÁTICA PICTÓRICA
THUYLA AZAMBUJA DE FREITAS
- 1945 OS SERFSONS E A TERRA MÉDIA: POSSIBILIDADES DE ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL A PARTIR DA MEDIEVALIDADE
LÉO ARAÚJO LACERDA
- 1955 REPRESENTAÇÕES DEMONÍACAS EM LUTERO E CALVINO: UMA ANÁLISE DAS OBRAS DOS AUTORES EM BUSCA DA FIGURA DO DIABO
EDUARDO LEOTE DE LIMA
- 1965 UMA REALIDADE REPRESENTADA:
A PROBLEMÁTICA DA VERDADE CONTIDA NA FORMAÇÃO DO MAL ISLÂMICO, A PARTIR DO MARTÍRIO CORDOBÊS
AUGUSTO ROCHA
- 1984 A CRIAÇÃO DE SUVENIR PARA O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RS: RELEITURA ICONOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE
ELIZANDRA QUEVEDO DA SILVA

2001 CRIMES DE FORO MISTO NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XVI: UM BREVE ESTUDO DE CASO DO TRIBUNAL
FEUDAL DE GENAZZANO (ESTADO PONTIFÍCIO)
FRANCESCO SANTINI

2016 A PATRONAGEM PAPAL DE SISTO IV (1471 – 1484):
ANÁLISE ICONOGRÁFICA E ICONOLÓGICA DE DOIS
AFRESCOS DO CICLO DA VIDA DE JESUS
LOCALIZADOS NA CAPELA SISTINA
JORDANA ECCEL SCHIO

2029 ST 24

ENTRE A CURVA E O CASO: VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA NA AMÉRICA LATINA

COORDENAÇÃO: ANA SILVIA VOLP SCOTT (UNICAMP)
RAQUEL POLLERO BEHEREGARAY (UDELAR)

2030 CASAIS DE EL REY E SEUS TRAMADOS: FAMÍLIA,
COMPADRIO E ACESSO A TERRA NO CONTINENTE
DE SÃO PEDRO (VIAMÃO, 1747-1772)
ISRAEL DA SILVA AQUINO

2048 AS FAMÍLIAS NEGRAS NOS CAMPOS DE LAGES/SC –
1871-1888
JASMINI LETÍCIA MAURER

2065 ST 25

DISCURSOS E NARRATIVAS SOBRE TERRAS E GENTES DISTANTES – SÉCULOS XIX E XX

COORDENAÇÃO: CÍNTIA RÉGIA RODRIGUES (FURB)
LUCIANA MURARI (PUCRS)

2066 ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES
NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL
MARIA IRACILDA GOMES CAVALCANTE BONIFÁCIO, MSC
REGINÂMIO BONIFÁCIO DE LIMA, DR.

2086 PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DA
RESERVA INDÍGENA DE SERRINHA (CONSTANTINA/RS) PARA
O REASSENTAMENTO CRISTO REI (CHIAPETTA/RS) 1996-2002
TAMARA JURIATTI

- 2105 CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR
E POLÍTICAS PÚBLICAS
INDAIA DIAS LOPES
- 2122 A PASSAGEM DE CHARLES DARWIN PELA ARGENTINA:
IMPRESSÕES SOBRE A NATUREZA DO PAMPA
JOÃO DAVI OLIVEIRA MINUZZI
- 2139 *A FERRO E FOGO*, DE JOSUÉ GUIMARÃES:
AS NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DOS POVOS FORMADORES
DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO INÍCIO DO SÉCULO XIX
EDUARDO ORTIZ
- 2153 IDENTIDADES PROGRESSISTAS EM UMA REGIÃO DE
FRONTEIRA: ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES TÉCNICAS
SOBRE SANTA ROSA/RS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX
MAIRA EVELINE SCHMITZ
- 2171 HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL:
UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS ACERCA DA SERRA
DA BARRIGA – QUILOMBO DOS PALMARES
RAYANNE MATIAS VILLARINHO
- 2185 ST 26**
HISTÓRIA E MÚSICA: HISTORIOGRAFIA, DIÁLOGOS
INTERDISCIPLINARES E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS
COORDENAÇÃO: JUAREZ JOSÉ RODRIGUES FUÃO (FURG/UFPEL)
FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR (UFSM)
- 2186 LIGANDO LENNON A LENINGRADO: O ROCK
SOVIÉTICO NA PERSPECTIVA DA AGÊNCIA,
DO UNDERGROUND E DAS TENSÕES JUVENIS RUSSAS
THOMÉ MENDES RIBEIRO BISNETO
- 2206 MÚSICA, PRODUÇÃO INDEPENDENTE E ABERTURA POLÍTICA
NO BRASIL: O CASO DO DISCO REVOLTA DOS PALHAÇOS (1980)
ICARO BITTENCOURT
- 2223 *BATE A PORTA, DIZ QUE EU SOU PASSADO.*
BEBECO GARCIA: CAMINHOS BIOGRÁFICOS
LEANDRO BRAZ DA COSTA
- 2241 REPRESENTAÇÃO E IMAGINÁRIO NA BANDA GHOST:
ANÁLISE DA PERFORMANCE E NARRATIVA MUSICAL
IAGO SILVA DA CRUZ
LUCAS MARQUES VILHENA MOTTA

2257 EM MEIO AOS CAMPOS: O REGIONAL COMPREENDIDO
ATRAVÉS DAS COMPOSIÇÕES DA BANDA ALMÔNDEGAS

EDEMILSON ANTÔNIO BRAMBILLA
ALEXANDRE SAGGIORATO

2272 “VÁRIAS VARIÁVEIS” DA HISTÓRIA À LITERATURA:
A LEITURA DE UMA SOCIEDADE PÓS
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

CAROLINE GARCIA GOTUZZO
GABRIELLE GARCIA GOTUZZO

2292 ST 27

HISTÓRIA, SAÚDE E PATRIMÔNIO

COORDENAÇÃO: JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES (UFPEL)
EVERTON REIS QUEVEDO (CESUCA/MEMÓRIA E CULTURA
UNIMED FEDERAÇÃO/RS)

2293 “CONSELHEIRO DA FAMÍLIA”: UMA PROPOSTA
DE SAÚDE EM FINS DO SÉCULO XIX

ANDRÉ PORTELA DO AMARAL

2302 ST 28

HISTÓRIA POLÍTICA E HISTÓRIA SOCIAL EM PROCESSOS: ACERVOS E FONTES DOCUMENTAIS POLICIAIS E JUDICIAIS

COORDENAÇÃO: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD (UFSM);
JANILTON FERNANDES NUNES (UNIPAMPA)

2303 TRABALHO E DISCIPLINA NAS INDÚSTRIAS DE
PORTO ALEGRE (1941-1945)

TATIANE BARTMANN

2319 ERA VARGAS E O MUNDO RURAL: OS LITÍGIOS
JUDICIAIS NO NORTE SUL-RIO-GRANDENSE

VITÓRIA COMIRAN

2329 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MILITÂNCIA ANARQUISTA
EM BAGÉ (RS) NO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

ANDRÉ VINICIUS MOSSATE JOBIM

2340 MULHERES RIO-GRANDENSES NO TRIBUNAL DE
SEGURANÇA NACIONAL (TSN) NOS ANOS DE 1930-1940:
O CASO DE CLARA AGUINSKY

GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

- 2352 EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL: OS MANUAIS MILITARES COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA
ÁUREO LUIZ DA ROCHA
- 2372 TRABALHADORES, OPERÁRIOS E POPULARES NA HISTORIOGRAFIA NACIONAL
MARCOS ALESANDRO NEVES DOS SANTOS
- 2384 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO TENDÊNCIA: UM ESTUDO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E AS NOVAS ARTICULAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, CASOS DE 1987 E 1991, EM PELOTAS (RS)
CAROLINE CARDOSO SILVA
- 2396 O FATOR REGIONAL COMO DETERMINANTE NA APLICABILIDADE JURISDICIONAL
ANDREI TONINI
- 2415 “MOVIMENTO SEDICIOSO”: UMA ANÁLISE SOBRE OS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS NO INQUÉRITO DA CHEFATURA DE POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL ACERCA DO LEVANTE TENENTISTA DE 1924 EM SANTO ÂNGELO E IJUÍ/RS
AMILCAR GUIDOLIM VITOR
JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS
- 2433 ST 29**
DIREITAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA
COORDENAÇÃO: HERNÁN RAMIREZ (UNISINOS)
ODILON CALDEIRA NETO (UFSM)
- 2434 MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E A AGENDA NEOLIBERAL: TRAJETÓRIA AO PODER E PROJEÇÃO SOCIAL
TATIANE BRAGA. M.SC
DR. VITOR AMORIM DE ÂNGELO
- 2448 AS MULHERES DE DIREITA E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL
EDUARDO DOS SANTOS CHAVES
- 2465 A FARSA IANOMÂMI (1995) E O CERCO A AMAZÔNIA
JOÃO PEDRO GARCEZ

2482 O JORNAL O *TEMPO* E O ANTICOMUNISMO
EM RIO GRANDE (1950)

LÊNIN PEREIRA LANDGRAF

2494 “MAKE WAR VOTE GOP”: DISSIDÊNCIAS CONSERVADORAS,
CRÍTICA E DESENCANTO NAS PÁGINAS DA REVISTA
THE AMERICAN CONSERVATIVE (2002-2008)

ARTUR FELIPE LOPES

2512 *LARANJA MECÂNICA* E A CENSURA DA DITADURA
MILITAR DE 1964, PROVÁVEIS DEBATES E RELAÇÕES

JOSÉ EMANOEL MARTINS DA SILVA

2523 ST 30

HISTÓRIA SOCIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA MERIDIONAL

COORDENAÇÃO: RACHEL DOS SANTOS MARQUES (IFFAR)
LUCIANO COSTA GOMES (SMED-POA)

2524 AS COMUNICAÇÕES ENTRE AUTORIDADES
PORTUGUESAS A PARTIR DO RIO DA PRATA
DURANTE A REVOLTA DE TUPAC AMARU

TIAGO VINICIUS BONHEMBERGER

2538 BREVE SURTO DE MINERAÇÃO AURÍFERA NO PROCESSO
DE FORMAÇÃO DA PARCELA MERIDIONAL
DO ATUAL RIO GRANDE DO SUL (1800 – 1835):

NOTAS INICIAIS DE PESQUISA

LEANDRO ROSA DE OLIVEIRA

2558 “AS VENDEU SEM QUE NUNCA TIVESSE CULTIVADO”:
FORMAS DA APROPRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA
TERRA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (1784 – 1822)

VANESSA AMES SCHOMMER

2568 ST JOVENS PESQUISADORES 01

COORDENAÇÃO: CAMILA DE ALMEIDA SILVA (UFSM)
MAIRA EVELINE SCHMITZ (UFSM)

2569 ANÁLISE DA OBRA “O CONTO DA AIA” (THE HANDMAID’S
TALE) COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA
DOS DIREITOS DAS MULHERES

ANDREA NÁRRIMAN CEZNE
ÍNGRID SCHMIDT VISENTINI

- 2588 OS ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1964 E A
CRÍTICA A ALFRED STEPAN
HELOÍSE MONTAGNER COELHO
THIESER DA SILVA FARIAS
- 2605 GUERRA FRIA PRÉ 1945? UMA ANÁLISE DAS
INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS NA
REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917
RENAN DO AMARANTE GONÇALVES
- 2616 RÚSSIA DE 1910 ATÉ A REVOLUÇÃO 1923
DANIELLA BOMFIM GUJANWSKY
VIVIANE MOZINE RODRIGUES
- 2625 LUTAS NO CAMPO E INTERACIONISMO SIMBÓLICO:
A DISSEMINAÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS NO MOVIMENTO
DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) EM SÃO CARLOS (SC)
DAVI KERN
MATHEUS CARDOSO DA SILVA
- 2643 “NÃO DEVEMOS JAMAIS ESQUECER QUE A REVOLUÇÃO
AINDA NÃO TERMINOU”: A PROPAGANDA DO ESTADO NOVO
E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE 1930
LUIZ EDUARDO DOMINGUES DOS SANTOS SOUZA DA SILVA
- 2659 O JOGO DIDÁTICO COMO FERRAMENTA PARA
TRABALHAR A HISTÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA EM SALA DE AULA
MARVIN SOUZA SILVA
JÉSSICA CAMARGO TRISCH
- 2679 ST JOVENS PESQUISADORES 02**
COORDENAÇÃO: MARCOS ALESSANDRO NEVES DOS SANTOS (UFSM)
ALINE SÔNEGO (UFSM) CAMILA DE ALMEIDA SILVA (UFSM)
- 2680 O MODO DE FAZER JORNAL: SOCIAL, ALEGRETE – RS, 1899.
DEFENSOR DA CLASSE TRABALHADORA
PROF. ME. ANDERSON ROMÁRIO PEREIRA CORRÊA
- 2697 CAMINHO DAS MISSÕES: IMATERIALIDADE
E OS DESAFIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO
INGRID BOMFIM GONÇALVES
LARISSA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

2709 A FABRICAÇÃO DOS CANDIDATOS: ELEIÇÕES
ENTRE 1989 E 2002

ERICK DA SILVA PORTO
ELIANA GASPARINI XERRI (ORIENTADORA)

2717 ARLINDO VEIGA DOS SANTOS: ENTRE O
PATRIANOVISMO E A FRENTE NEGRA BRASILEIRA
STEPHAN BRIAN SOARES

2731 MISTIÇAGEM NO BRASIL: DEGENERESCÊNCIA
OU REDENÇÃO? UMA ANÁLISE DAS IDEIAS
DE NINA RODRIGUES E JOÃO LACERDA
HENRIQUE MARETH TROMBETTA

2745 ST JOVENS PESQUISADORES 03

COORDENAÇÃO: RENAN SANTOS MATTOS (UFSC)

2746 A UTOPIA DA PUREZA: A CONFIGURAÇÃO
DA HERESIA CÁTARA

ADRIENNE PEIXOTO CARDOSO
ORIENTADOR PROF. DR. EDISON BISSO CRUXEN

2757 INVOCANDO CASTELOS E FUGINDO DE PRISÕES:
A POSSIBILIDADE PROPAGANDÍSTICA DE DUAS
CONJURAÇÕES DE UM MANUSCRITO
NECROMÂNTICO DO SÉCULO XV

JAYME RODRIGUES KRUM

2767 “POIS YAHWEH TEU DEUS É UM DEUS CIUMENTO”:
A FORMAÇÃO DO MONOTEÍSMO HEBRAICO ATRAVÉS
DA ANÁLISE DE BAAL NA HISTÓRIA DEUTERONÔMICA

GABRIEL GOLLMANN ROHR
ORIENTADORA: SEMÍRAMIS CORSI SILVA

2779 ELEMENTOS SOBRE CORPO E GÊNERO EM UM
MARTÍRIO CRISTÃO: A PAIXÃO DE PERPÉTUA
E FELICIDADE (203 EC)

LUIZA BATÚ RUBIN

2795 AS FEITICEIRAS DOS PRÉ-RAFAELITAS:
ARTE E GÊNERO NA RECEPÇÃO DE CIRCE,
MEDEIA E MORGANA EM PINTURAS DO SÉCULO XIX
VICTORIA BRUM VARGAS

2808 GLADIADOR E HÉRCULES ROMANO: O IMPERADOR
CÔMODO NAS REPRESENTAÇÕES DE HERODIANO
E DIÃO CÁSSIO E NAS MOEDAS
PEDRO VIEIRA MARQUES DE OLIVEIRA

2826 ST JOVENS PESQUISADORES 04

COORDENAÇÃO: MÔNICA ROSSATO (UFSM)
GUSTAVO FIGUEIRA ANDRADE (UFSM)

2827 MIGUEL ÂNGELO DE BLASCO E A PRODUÇÃO
CARTOGRÁFICA DO TRATADO DE MADRID: UMA ANÁLISE DO
“MAPPA” DE 1756 NO SEU CONTEXTO POLÍTICO E SIMBÓLICO
GABRIELA ANIBALE AUSANI

2845 PROTAGONISMO FEMININO NA QUARTA COLÔNIA:
TRAJETÓRIA POLÍTICA EM UMA REGIÃO
DE IMIGRAÇÃO ITALIANA
HIGOR XAVIER BARBOSA

2858 *FIRMAN HOY LOS ACUERDOS DE VIDELA Y FIGUEIREDO:*
AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL
E ARGENTINA NA QUESTÃO DAS MALVINAS
EDUARDO SANTOS COSTA

2869 CAPITANIA D'EL REY: CONSTRUTOS E ASPECTOS
POLÊMICOS DA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE
PÂMELA CRISTINA DE LIMA

2883 OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIAS E AS DISPUTAS
NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS-NAÇÃO
NA AMÉRICA MERIDIONAL (1810-1889)
CYRO PORTO MARTINS
MARIA MEDIANEIRA PADOIN

2896 *EM MEIO AOS CAMPOS:* O REGIONAL COMPREENDIDO
ATRAVÉS DAS COMPOSIÇÕES DA BANDA ALMÔNDEGAS
ALEXANDRE SAGGIORATO
EDEMILSON ANTÔNIO BRAMBILLA

2912 AS NOÇÕES DE HONRA E OS DUELOS NA REGIÃO PLATINA
EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX
ATRAVÉS DOS CÓDIGOS CAVALHEIRESCOS
ANGELA PATRÍCIA AMARAL WERNER

2927 ST JOVENS PESQUISADORES 05

COORDENAÇÃO: SANDI MUMBACH (UFSM)

CARLOS EDUARDO PIASINI (UFSM)

**2928 A QUESTÃO DO SOFRIMENTO NAS ESTRUTURAS DE
FINITUDE NAS TEORIAS DA HISTÓRIA DE
REINHART KOSELLECK E JÖRN RÜSEN**

FRANCISCO CENCI DAL PONTE

**2940 POR UMA DIDÁTICA DA ARQUEOLOGIA:
AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO**

MURILO DE MELO PENHA

**2951 HEROICOS CAVALEIROS E DONZELAS INDEFESAS:
ANÁLISE DO FILME EXCALIBUR, A ESPADA
DO PODER (1981)**

RAMIRO PAIM TRINDADE JUNIOR

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM) realizou o II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: Poder, Cultura e Sociedade – II CIHIS/UFSM, nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2019, na Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS, Brasil). A primeira edição do congresso foi realizada em 2016, contando com uma ampla participação da comunidade acadêmica do Brasil e de países da América do Sul. Como uma atividade do Programa de Pós-graduação em História, desenvolvemos discussões acerca do poder, da cultura e da sociedade nos seus mais diversos âmbitos e níveis de manifestações, buscando proporcionar à comunidade acadêmica-científica e ao público interessado um espaço de divulgação, problematização, criação, atualização, diálogo e encontro. Foi um espaço de discussão para a construção de novas perspectivas para a área das Ciências Humanas e Sociais, e, especialmente, da História.

O II CIHIS/UFSM teve momentos com conferência de abertura e encerramento, mesas redondas e simpósios temáticos. As conferências e as mesas redondas foram compostas por pesquisadores (as) convidados (as):

Prof. Dr. Juan Pablo Bubello (Universidad de Buenos Aires/Universidade Nacional de La Plata, Argentina), Profa. Dra. Graciela Gómez Aso (Universidad Católica Argentina, Argentina), Prof. Dr. Robert Slenes (UFBA, Brasil), Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (Unicamp, Brasil), Prof. Dr. Luiz Oosterbeek (IPT, Portugal), Prof. Dr. Luiz Mott (UFBA, Brasil), Prof. Dr. Ianko Betti (Museu do Comando Militar do Sul), Prof. Andrés Osvaldo Azpiroz Perera (Director del Museo Histórico Nacional (DNC-MEC)/Uruguai). As mesas redondas versaram sobre as temáticas “Fronteira, Política e Sociedade”, “Cultura, Migrações e Trabalho” e “Memória e Patrimônio”. Ocorreram 32 Simpósios Temáticos propostos por pesquisadores junto ao comitê científico do evento, com inscrição de trabalhos que permitiram a apresentação e discussão de pesquisas concluídas ou em estágio avançado de desenvolvimento e de relatos de experiências na prática do ensino de História (ou áreas afins). Houve também 5 Simpósios de Jovens Pesquisadores para apresentação e discussão de pesquisas em estágio avançado de desenvolvimento de alunos de graduação, reunindo jovens pesquisadores interessados na divulgação de seus trabalhos e dando oportunidade para alunos de graduação.

Realizamos um evento que atingiu por volta de 600 pessoas de instituições do Rio Grande do Sul e do Brasil, contando com pesquisadores da UFPel, UFRGS, PUC-RS, UPF, FURG, UFF, UFRJ, UERJ, UNICAMP, UFBA, PUC-GO, UFG, UFSC, UFPI, UFAP, instituições portuguesas, uruguaias e argentinas. Realizamos o aprofundamento do diálogo acadêmico na área das Ciências Humanas em um espaço que vem sendo construído de cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural entre pesquisadores e a comunidade acadêmica, conseguindo reunir pesquisadores para apresentar e discutir os resultados de seus trabalhos, bem como os seus projetos em andamento. Esse trabalho propiciou o diálogo e a integração, consolidando o debate e a internacionalização no âmbito acadêmico, conseguindo incentivar a pesquisa integrada (entre instituições, programas de pós-graduação de âmbito nacional e internacional, etc.) e a divulgação de seus resultados. O II CIHIS contribuiu com o processo de formação

de professores no âmbito das Ciências Humanas e Sociais nos três níveis de ensino, fundamental, médio e superior.

A importância da realização deste evento em Santa Maria, RS, Brasil, vem valorizar a área das Ciências Humanas e Sociais, bem como estimular, registrar e ampliar o debate acadêmico, a produção conjunta de pesquisadores (docentes e discentes), especialmente vinculados à pós-graduação e à graduação dos diversos pesquisadores envolvidos.

O evento dinamizou as atividades no curso de graduação e pós-graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria, ampliando ainda mais sua inserção no contexto local através da presença de pesquisadores da área de história e afins. Demonstrou de forma muito inequívoca que precisamos de mais história produzida de forma séria, com critérios metodológicos e num formato que discuta com a sociedade os seus resultados, o que ocorreu durante o evento. Somente através da pesquisa e reflexão da mesma é que podemos entender as sociedades latino-americanas e seus percalços. Esperamos que apreciem os resultados aqui publicados em forma de Anais.

ST 01
GOLPES E DITADURAS DO
CONESUL: HISTORIOGRAFIA
E TENSÕES DAS MEMÓRIAS
E DO ESQUECIMENTO

COORDENAÇÃO

MARILUCI CARDOSO DE VARGAS (UFRGS)

DÉBORA STRIEDER KREUZ (UFRGS)

EMERGINDO DO SILÊNCIO: AS MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL NA RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1970)

SINARA VEIGA FAUSTINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
VEIGASINARA@GMAIL.COM¹

RESUMO

A pesquisa aborda a trajetória de mulheres ligadas a militantes, presos ou perseguidos durante a ditadura civil-militar de 1964. Procuramos entrevistá-las para, a partir da metodologia da história oral, compreendermos como a ditadura civil-militar afetou suas vidas, e como elas construíram suas memórias acerca desse período. Nosso objetivo é analisar a trajetória de mulheres que não pegaram em armas, não participaram de guerrilhas, isto é, pessoas que mantinham certo distanciamento da política-institucional, eram mães, filhas, esposas e donas de casa que, em virtude de prisões, desaparecimentos e outras formas de violência praticadas pelo Estado, passaram a atuar de modo intenso na vida pública reivindicando a vida, a liberdade e a verdade sobre esposos, companheiros, filhos, pais e outros entes aprisionados, mortos ou desaparecidos pela ditadura. A história dessas mulheres levanta questões importantes para a compreensão da resistência feminina durante o período militar. Sabemos que muitas mulheres participaram de movimentos organizados contra a ditadura. Entretanto, sobre as mulheres que enfrentaram o arbitrário político, por meio de um ativismo emocional, ainda não se sabe muito.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Gênero; Memória.

.....
¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas

A partir dessa pesquisa, buscamos reconstruir por meio da memória, a trajetória de mulheres que, mesmo não estando ligadas diretamente a nenhum partido ou movimento organizado, fizeram parte da resistência à ditadura civil-militar. A história dessas mulheres levanta questões importantes para compreendermos como a resistência feminina atuou, sabemos que várias delas lutaram lado a lado em guerrilhas e movimentos organizados, mas aqui os questionamentos são direcionados para outra forma de resistência. E como se deu essa resistência? Como mães e filhas se posicionaram diante da repressão? Quais foram as consequências dos anos de chumbo na vida dessas mulheres? Estudos voltados para essa temática ainda são escassos, e, há muitas memórias silenciadas, guardadas ou suprimidas para serem discutidas.

A pesquisa surgiu a partir de entrevistas obtidas durante o Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 2018, para obtenção do Grau de licenciada em História. Nele discutimos a trajetória de Edith Teixeira Espíndola, esposa de um sindicalista e militante do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) preso em Rio Grande no Golpe Civil-militar de 1964. Por meio das entrevistas analisamos a participação de Edith Teixeira Espíndola, ela que, mesmo não estando ligada a nenhum tipo de movimento de resistência organizado, lutou e auxiliou na liberação de seu esposo, fato esse nunca levado a público por nenhuma das partes até a realização da entrevista.

Pretendemos analisar o contexto da repressão a partir da vivência das mulheres não militantes, como elas saíram de um cotidiano tradicional e inseriram-se em um contexto desafiador na busca por justiça. A partir do relato de Edith Teixeira Espíndola iniciamos a pesquisa, sendo este um primeiro contato com os recortes do projeto, pretendemos agora, captar mais entrevistas e analisar mais a fundo a participação das mulheres não militantes do Rio Grande do Sul. Ao analisarmos os relatos obtidos durante as entrevistas é possível identificar o medo vivenciado durante a ditadura civil-militar de 1964, as mulheres precisaram lidar não só com a perseguição aos seus companheiros, mas também com a estigmatização criada pela sociedade por serem companheiras de um preso político.

O objetivo geral da pesquisa se concentra em analisar a história de vida de mulheres não militantes, mas ligadas à militantes presos, e analisar também as memórias que elas elaboram acerca de sua trajetória e de suas vivências no período ditatorial. Além disso, busca-se discutir de maneira mais profunda o papel que as mulheres tinham dentro da resistência, como moldaram sua própria resistência e as dificuldades que passaram. Por último, entre os objetivos, espera-se também colaborar para que novos discursos e vivências sejam trazidos para dentro da História, principalmente tratando-se de mulheres no período de repressão.

O recorte temporal desta pesquisa, por enquanto, se concentra entre 1964 e 1985, período da ditadura. O recorte geográfico se limita ao Estado do Rio Grande do Sul, que contava com cidades privilegiadas geograficamente, sendo muito utilizadas nas rotas de exílio. A partir da Lei N°5.449, várias cidades foram declaradas como sendo Área de Interesse da Segurança Nacional, sendo governadas por interventores nomeados pelo governador. Ao todo, 21 municípios² gaúchos passaram a ser considerados Área de Segurança Nacional. De acordo com Padrós (2010), durante o período de Segurança Nacional do Cone Sul, o Rio Grande do Sul foi um lócus privilegiado, pois além da preocupação com a proteção do território, os militares precisaram monitorar uma população interna caracterizada pelo trabalhismo, um inimigo para o regime. Para Caroline Silveira Bauer (2009), o Rio Grande do Sul era encarado como um espaço de combate ideológico no Cone Sul dentro do contexto internacional. Segundo a autora, a ditadura civil-militar no estado se fez num paradoxo, pois ao mesmo tempo em que era procurada pela resistência, principalmente como rota de exílio, possuía importância para os governos ditatoriais, como meios de perseguição aos militantes.

Como aponta Colling (2004) a história da repressão e da oposição durante a ditadura civil-militar é uma história masculina, as relações de

.....
2 Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Herval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Porto Lucena; Porto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento; São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparandi e Uruguaiana. Cf. BRASIL. Lei n°5.449, de 4 de junho de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html> >.

gênero estão aí excluídas, mesmo sendo abundantes as fontes sobre as diversas participações femininas, pois mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país.

As autoras Rachel Soihet e Joana Pedro comentam sobre a recente abertura da historiografia estudos voltados para as mulheres:

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de 'mulher' ou de 'mulheres' como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente 'cautelosa', dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria 'homem' (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 283).

Essa pesquisa busca contribuir com esse campo da historiografia, a participação das mulheres na ditadura civil-militar ainda necessita de maiores reflexões, principalmente se tratando das mulheres que não participaram da militância, mas que por conta das circunstâncias se viram obrigadas a se envolver, de alguma forma, assumindo assim um papel significativo na resistência ao regime imposto.

Em um primeiro momento, essa pesquisa fundamenta-se devido ao escasso número de estudos historiográficos sobre a temática que aborde as mulheres não militantes dentro da resistência no Rio Grande do Sul. Pretendemos, portanto com essa pesquisa suprimir, pelo menos em parte, esta lacuna. Em segundo lugar, buscamos reconhecer a trajetória de mulheres que de alguma maneira participaram da resistência, que sofreram com a repressão, mas não foram reconhecidas como sujeitos históricos. Para Rovai (2013, p. 110), "A memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe a contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa que marcou toda a sociedade entre 1964 e 1984."

As fontes da pesquisa serão obtidas através de entrevistas, por ser a História Oral a metodologia escolhida. Tal escolha se deu, pois se segue o raciocínio de Aróstegui (2006) segundo o qual as condições de partida devem

ser levadas em conta. Assim, a partir das informações levantadas previamente para a construção do projeto de pesquisa, ficou claro que a História Oral é a metodologia que melhor possibilita a construção da trajetória dessas mulheres. Não há documentos oficiais que tenham registrado de alguma forma o que essas elas passaram, e mesmo as mulheres militantes se viram por muitos anos invisibilizadas dentro da História.

Trabalhar com História Oral implica em lidar com algumas dificuldades provenientes de tal metodologia. Desafiamos-nos a seguir por esta metodologia, por entendermos que “A História Oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas”(SALVATICI, 2005, p. 36). A partir da História Oral é possível questionarmos posicionamentos acerca da participação feminina na ditadura civil-militar, para Michael Pollak “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p.4).

Colaborando com o objetivo da pesquisa, a História Oral pode contribuir com a construção de uma consciência histórica, auxiliando na luta contra o esquecimento e silenciamento, como aponta Schwarzstein:

Una Historia Oral del trauma que siga las líneas y preocupaciones que hemos intentado plantear permitiría presentar elementos del pasado con capacidad de contribuir a la elaboración de una conciencia histórica que atravesase generaciones y culturas diferentes. De esta manera las “voces” de los protagonistas de los casos mas dramáticos de este siglo podrán validar sus memorias, contra los negadores de las torturas, de las desapariciones y de los genocidios. (Schwarzstein, 2001, p. 82)

As fontes orais possuem um papel extremamente importante no que tange à reconstrução da trajetória dessas mulheres, a memória feminina clandestina, ignorada ou proibida durante o governo militar, hoje, busca espaço público e assume uma disputa com outras falas, que até então, trataram de desqualificá-la (ROVAI, 2013). Desse modo, nossas entrevistas se apresentam como uma contribuição significativa para pesquisas futuras.

Segundo Alberti (2011, p.165) “uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. Assim, procura-se compreender, por meio das memórias, como as mulheres criaram suas próprias defesas e estratégias durante a repressão, não só para se protegerem, mas para tentarem ajudar familiares presos. Na dissertação, pretendemos analisar como as mulheres vivenciaram e conseguiram passar pelo período a partir de sua visão de mundo e de sua posição no contexto do período. Rovai discute essa resistência em seu artigo *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 – 1984)*. Para defender e justiça e proteger perseguidos, as mulheres modelaram um novo tipo de enfrentamento ao regime.

Jelin (1994 *apud* ROVAI 2013) compreendeu tais atitudes como a construção de uma “política de afeto”; a autora Judith Butler (2003 *apud* ROVAI 2013) encara essas estratégias femininas como uma constituição de uma “performance de gênero” a serviço do jogo político na tentativa de negociar. Rovai (2013) identifica a narrativa de mulheres que reforçavam a imagem de mães zelosas, esposas frágeis e submissas a fim de conseguir informações, visitas ou relaxamento das penas.

As memórias de muitas dessas mulheres, até hoje, permanecem subterrâneas, “não no sentido dormente e latente, mas na condição do que Luísa Passerini chamou de *fiume carsico* (rios subterrâneos) ou *memoria di cucina*, trocada continuamente nos espaços da casa e da família, e cada vez mais, lado a lado com seus companheiros e filhos (ROVAI, 2013 p. 127)”. Tais histórias demonstram que não foram motivações políticas ou militâncias que pautaram suas atitudes, mas um ativismo emocional, nascido de um afeto por seus parentes, um ativismo não menos importante que o da militância ideológica (ROVAI, 2013). Buscaremos analisar na dissertação o que foi esse ativismo emocional, e de que forma a repressão se mantém nas memórias dessas mulheres.

Se tratando de memórias femininas, Rovai (2013, p. 127), aponta que “considerar suas experiências permite a elas também se

olhar e se descobrir como sujeitos históricos da mesma vivência e se deslocar para o centro da História”. Algo que vai ao encontro da proposta da pesquisa, ao passo de que as entrevistadas, até então, não se identificam como personagens importantes na construção da resistência ao regime civil-militar. Como aponta Candau (2005, pg. 61 *apud* GOULART, 2016, p.7) Os sobreviventes tornam-se portadores da memória dos crimes da ditadura, ou “arquivistas da tragédia”. Desse modo essas lembranças representam o que foi vivenciado não só por eles, mas pelo país, sendo um interesse nacional (GOULART, 2016).

Elisabeth Jelin (2002) analisa as diferenças entre as memórias femininas e masculinas. De acordo com a autora, existem evidências qualitativas que indicam que as mulheres tendem a lembrar-se de acontecimentos de forma mais detalhada, já os homens tendem a ser mais sintéticos em suas descrições. A autora pontua que há uma característica especial na memória feminina, no que se refere à repressão:

En el caso de las memorias de la represión, además, muchas mujeres narran sus recuerdos en la clave más tradicional del rol de mujer, la de «vivir para los otros». Esto está ligado a la definición de una identidad centrada en atender y cuidar a otros cercanos, generalmente en el marco de relaciones familiares. La ambigüedad de la posición de sujeto activo/acompañante o cuidadora pasiva puede entonces manifestarse en un corrimiento de su propia identidad, queriendo «narrar al otro» (JELIN, 2002, p.108)

Ao trabalhar com História Oral, deve-se ter em mente as dificuldades que acompanham tal metodologia, principalmente quando a pesquisa é voltada para um período tão traumático. As entrevistas precisam ocorrer, muitas vezes, com mulheres que não estão acostumadas a compartilhar suas memórias. Até o presente momento foram realizadas algumas entrevistas com quatro mulheres, a partir delas podemos já pensar em algumas questões para a escrita, mas principalmente foi possível identificar, mesmo em poucas entrevistas realizadas, a presença do medo ao falar sobre o passado, dos traumas que cercam suas memórias, consequências da violência da ditadura civil-militar, e também medos do presente. Sendo um passo necessário: analisar as entrevistas e levar em conta a relação com o atual contexto político, pois a “relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial, inclusive quando se trata de memória e de

passado” (LABORIE, 2009, p. 81). Mais do que mostrar como a repressão atuou na vida das mulheres, busca-se também discutir como elas tiveram suas vozes muitas vezes silenciadas pelos próprios companheiros nos movimentos de esquerda. Como Ana Maria Colling (2015) observa, a diversidade dentro do movimento era vista como divisionista, não era bem-vinda, invisibilizando muitas mulheres.

A partir do que foi discutido, podemos afirmar que a produção de narrativas sobre mulheres não ligadas à militância organizada que desafiaram a ditadura na luta pela liberdade, e, ou pela verdade em relação a antes desaparecidos nos “porões da ditadura”, contribuí para uma maior democratização da História e também para o avanço do conhecimento histórico sobre esse período, à medida que agrega novos aspectos, discursos e narrativas aos debates sobre repressão e resistência no contexto autoritário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2011.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 327-58.
- ASSUMPTÃO Marla Barbosa. A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra. (Org). **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente**, Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.
- BAUER, Silveira Caroline. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e O Conceito de Fronteiras Ideológicas. In.: GUAZZELI, Cesar; FLORES, Mariana; ÁVILA, Arthur (Org.). **Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa**. POA: Letra e Vida/ Suliani, 2009, vol. I.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2004, v. 10, p. 169-178.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

_____, Ana Maria. **Gênero e História: Um diálogo possível?** Contexto e Educação. Ijuí, Vol 19, Nº71/72, p.29-43.

GANDRA, Edgar Ávila. **O caos da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969**. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

GOULART, Barbara. Lembrando o passado autoritário: Memórias sobre ditadura militar no Brasil. In: **40º Encontro Anual da ANPOCS: SPG20: Os Estudos da Memória na Justiça de Transição no Brasil**. Caxambú, 2016.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2002.

LABORIE, Pierre. **Memória e opinião**. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: Rio Grande do Sul e Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Henrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. (Orgs). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa. **História**. São Paulo, vol 24, n 1: p. 77-98.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, No 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 – 1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 – 132.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, v. 8, n.1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **Revista História Oral**, v. 4, p. 73-83, 2001. Disponível em:<<http://revista.historiaoral.org>>

br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=36>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas de Exílio**. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

TELES, J. A. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil: Nunca Mais e a abertura da Vala de Perus. **Anos 90** (UFRGS. Impresso), v. 19, p. 01, 2012.

LITERATURA E CENSURA NO BRASIL DE SEGURANÇA NACIONAL: O CASO DE CAIO FERNANDO ABREU

DEIVIS JHONES GARLET (DOCTOR EM LETRAS, UFSM)
DEIVISJH@HOTMAIL.COM

RESUMO

A Ditadura Civil-militar, no Brasil, resultou de um golpe de Estado inserido no contexto geral da Guerra Fria, organizado por setores sociais alinhados ao bloco capitalista. No cenário brasileiro, as diretrizes governamentais passaram a ser orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional corporificada no Manual Básico da Escola Superior de Guerra. De acordo com a Doutrina, as ações governamentais deveriam priorizar o desenvolvimento do capitalismo associado e dependente e, sobretudo, o combate ao comunismo, garantindo-se, assim, a segurança nacional. Para tanto, estabelecia estratégias nas áreas política, econômica, militar e psicossocial, as quais, somadas, compunham a denominada Grande Estratégia. Na área da cultura, destaca-se a censura, organizada e formalizada em extensa legislação (Decreto-lei N. 69.845/71, N. 1.077/70, sem mencionar os atos institucionais) como um meio de combate aos ideais considerados subversivos. Assim, propomos uma análise da censura na literatura, por meio de um cotejo entre o conteúdo estético e a legislação censória, de modo a objetivar os motivos das proibições, mormente em Caio Fernando Abreu, configurado como uma ator social e sua obra como um contraponto simbólico ao autoritarismo e à repressão.

Palavras-chave: Ditadura; Censura; Literatura.

A Doutrina de Segurança Nacional, expressa no Manual Básico da Escola Superior de Guerra, constituiu a orientação do governo militar, entre 1964 e 1985, para a efetivação de suas ações, considerando o contexto internacional marcado pela Guerra Fria e, com isso, o posicionamento do Brasil ao lado do bloco capitalista (COMBLIN, 1978; ALVES, 1984). Importa ressaltar que, no caso do Brasil, as elites militares entendiam que a suposta infiltração comunista se daria especialmente através de uma ação de propaganda, com a cooptação de simpatizantes e a possível desestabilização do governo por meio da exposição de realidades incômodas ao mesmo, como as mazelas sociais e os excessos do poder. Esse tipo de ação recebeu a denominação de Guerra Revolucionária, ou subversiva ou, ainda, psicológica e, para os detentores do poder, deveria ser combatida, posto que ameaçadora da Segurança Nacional (BRASIL, 1967).

Compreendida como um (potencial) crime contra a Segurança Nacional, a propaganda poderia ser efetuada em diversos meios como rádio, televisão, cinema, teatro, música, jornais, revistas e, claro, literatura. De um modo geral, a cultura passa a ser controlada pelo Estado como uma importante área de criação ideológica, seja para incentivá-la, com o intuito de promover uma imagem positiva do governo militar, seja na execução da censura, nos casos em que fosse apreciada como potencialmente subversiva, nociva aos interesses da Segurança Nacional. É nesse sentido, e em harmonia com a ideia de um poder centralizado e autoritário, que, sobremaneira a partir de 1969, são criadas instituições diretamente subordinadas ao Estado e controladoras da produção cultural, como a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), em 1969, a Telecomunicações Brasileiras (Telebras), em 1972, a Fundação Nacional da Arte (Funarte), em 1975, e o Plano Nacional de Cultura (PNC), também em 1975. A intenção de exercer um controle maior sobre a produção cultural está diretamente relacionada ao entendimento de que a cultura poderia ser um instrumento de legitimação ou contestação da Ditadura (AQUINO, 1999).

Assim, a cultura é compreendida como uma importante superestrutura criadora de ideologias de perpetuação ou questionamento da ordem

vigente, cabendo ao Estado utilizá-la em seu proveito, além de censurar aquilo que for considerado prejudicial pela ótica da Segurança Nacional. É nessa área que situamos a literatura, e, em especial, a obra de Caio Fernando Abreu, escritor que teve contos censurados (no todo e em parte).

Considerando a importância simbólica da literatura de Caio Fernando Abreu, axiologicamente em contraponto ao ideário governamental, objetivamos compreender os motivos que podem ter levado ao corte de produções artísticas do autor, por meio de um cotejo entre a legislação acerca da censura e a obra *O ovo apunhalado*, censurada em 1975¹.

A CENSURA COMO OBJETO-SIGNO

A censura, sua apreensão como um objeto-signo², reflexo e refração³ da superestrutura jurídica e política, em conexão com a base econômica, corporifica-se na legislação do período e, inclusive, com codificações jurídicas anteriores. O Decreto n° 20.493, de 24 de janeiro de 1946, aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Nesse decreto, o artigo 41° estabelece a censura sobre conteúdos e imagens que contiverem ofensa ao decoro público, cenas de ferocidade, sugestão à prática de crimes, divulgação ou indução aos maus costumes, incitamento contra a ordem vigente, contra a ordem pública e contra as autoridades, potencial prejuízo ao convívio pacífico entre os povos, ofensa à coletividade ou às religiões, ferimento da dignidade ou dos interesses nacionais e, por fim, indução ao desprestígio das forças armadas. Como podemos perceber, a abrangência dos temas passíveis de censura é bastante grande, não se especificando, por exemplo, o que seriam bons costumes e maus costumes, e facultando ao censor, segundo seus critérios de ética normativa, determinar a censura ou a liberação de determinada manifestação artística.

.....
1 A proposta deste trabalho foi desenvolvida de modo mais amplo e detalhado em *Literatura e Censura: Caio Fernando Abreu e a censura no Brasil de Segurança Nacional* (GARLET, 2014).

2 A consciência social concretizada em um material configura-se como um objeto-signo, o qual, por sua vez, é capaz de influenciar (além de ser influenciado) a base material de uma dada sociedade (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2012).

3 O reflexo e a refração podem ser compreendidos como a reorganização axiológica no plano estético e extraestético, compondo, então, os objetos-signo (MEDVIÉDEV, 2012).

A Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, cria o Conselho Superior de Censura e estabelece, em seu artigo 4º que: “Os órgãos de censura deverão apreciar a obra em seu contexto geral levando-lhe em conta o valor artístico, cultural e educativo, sem isolar cenas, trechos ou frases, ficando-lhes vedadas recomendações críticas sobre as obras censuradas” (BRASIL, 1968).

A formação da estrutura jurídica para a execução da censura tem prosseguimento com o Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, o qual estabelece, em seu primeiro artigo que: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.” (BRASIL, 1970). Com isso, a literatura passa a ser um alvo da censura, pois poderia conter mensagens subversivas em confronto com os ideais do governo instituído. No ano seguinte, o Decreto nº 69.845, de 27 de dezembro de 1971, em seu artigo 20º, normatizava que:

Art. 20. As autoridades de censura fiscalizarão rigorosamente os espetáculos públicos, a fim de evitar representações, cenas ou situações que possam, ainda que veladamente, suscitar interesse pelo uso de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica. (BRASIL, 1971).

Embora a referência explícita seja a espetáculos públicos, a proibição do estímulo ao uso de entorpecentes pode ser também aplicada ao texto literário, o qual pode atingir amplo público.

Conforme o exposto, a censura é objetivada em um corpo material, ou seja, em leis, e é constituinte do meio ideológico⁴ da Ditadura. Além disso, é entendida como necessária pelo governo militar para impedir uma suposta ameaça comunista à Segurança Nacional. Os temas passíveis de censura, como vimos, são bastante genéricos, mas ainda assim possibilitam uma explicação para a censura em contos da obra *O ovo apunhalado*. Tendo como ponto nevrálgico de nossa análise o texto literário, efetuaremos o

.....
4 “O meio ideológico é sempre dado no seu vir a ser dialético vivo; nele, sempre existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem. Mas para cada coletividade, em dada época do seu desenvolvimento histórico, esse meio se manifesta em uma totalidade concreta, singular e única, reunindo em uma síntese viva e imediata a ciência, a arte, a moral e outras ideologias.” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 57).

confronto com a legislação sobre censura, buscando possíveis esclarecimentos sobre os motivos pelos quais a obra teve partes “cortadas”. Insistimos em um ponto: não buscamos, de forma alguma, uma justificação para a censura, mas uma explicação que nos permita compreender de forma adequada o texto literário e seu diálogo com o contexto da Ditadura brasileira.

Em relação aos temas passíveis de censura, julgamos relevante a síntese feita por Coriolano Fagundes, em 1974. A obra, a qual se assemelha a um manual para o censor, sobremaneira pelo tom didático, nos permite visualizar de modo bastante claro os temas que poderiam acarretar o veto oficial. De acordo com o autor, o qual conjuga as diversas leis sobre censura, é proibida toda manifestação que:

I) ATENITE CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, por conter, potencialmente:

- a) incitamento contra a ordem vigente;
- b) ofensa à dignidade ou ao interesse pessoal;
- c) indução de desprestígio para as forças armadas;
- d) instigação contra a autoridade;
- e) estímulo à luta de classe;
- f) atentado à ordem pública;
- g) incitamento de preconceitos étnicos;
- h) prejuízo para as boas relações diplomáticas.

II) – FIRA PRINCIPIOS ÉTICOS, por constituir-se, em potencial, em:

- a) ofensa ao decoro público;
- b) divulgação ou indução aos maus costumes;
- c) sugestão, ainda que velada, de uso de entorpecentes;
- d) fator capaz de gerar angústia, por retratar a prática de ferocidade;
- e) ugestivo à prática de crimes.

III) – CONTRARIE DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS, por representar, potencialmente:

- a) ofensa a coletividade; ou
- b) hostilização à religião.

(FAGUNDES, 1974, p. 144-145).

As temáticas passíveis de censura caracterizam-se pela preservação de comportamentos ligados à tradição, à moral, à religião, ao respeito às autoridades e à manutenção de uma ordem social desejada pelos setores conservadores da sociedade, entre os quais se inclui o Exército, detentor

do poder político e instituidor da censura. Também, ao não especificar detalhadamente o corpus, torna o campo de ação do censor mais elástico e subjetivo, embora, segundo Fagundes (1974), o censor devesse atentar para a presença objetiva dessas temáticas nas obras submetidas à censura oficial.

A CENSURA EM *O OVO APUNHALADO*, DE CAIO FERNANDO ABREU

Conforme podemos observar até o momento, a censura insere-se em um conjunto de ações de teor autoritário postas em prática pelo governo militar, sob o pretexto de salvaguardar a segurança do país. Constitui-se como objeto-signo corporificado em extensa legislação como um reflexo e uma refração da Doutrina de Segurança Nacional, base para as diretrizes governamentais.

Como um objeto-signo, concretizado nas leis, permite ao encarregado de executá-la enquadrar um determinado texto com base nos temas passíveis de censura. Nesse sentido, o censor limitava-se a uma leitura de superfície, efetuando a censura ao identificar na temática ou em palavras e expressões, de forma clara e literal, elementos constantes na legislação (como na censura aos contos “Mas apenas e antigamente guirlandas sobre o poço”, “Triângulo em cravo e flauta doce” e “Gerânios”, vetados integralmente na edição de 1975 de *O ovo apunhalado*). Textos mais complexos, nos quais há o uso da alegoria, de uma linguagem simbólica ou figurada, enfim, polisêmicos, a crítica social aos excessos da Ditadura e aos valores relacionados passava despercebida ou incompreendida⁵, e ocorria a liberação para publicação. É nessa perspectiva que entendemos o lugar de *O ovo apunhalado*, qual seja, constituído em sua maioria por narrativas que expressam um inconformismo e uma crítica à Ditadura Civil-militar, ao capitalismo, à moral tradicional, enfim, a um conjunto de valores defendidos pelo governo e significativos setores conservadores da sociedade. São narrativas que solicitam

.....
5 Seguramente, os contos proibidos em sua totalidade, ou seja, “Mas apenas e antigamente guirlandas sobre o poço”, “Triângulo em cravo e flauta doce” e “Gerânios”, também constituem textos complexos, com um hermetismo ímpar. No entanto, a temática e algumas expressões literais são notórias, contribuindo para a sua censura.

uma leitura para além do literal, mais aprofundada em termos literários, uma vez que fazem uso do alegórico, do simbolismo da linguagem e adquirem um matiz enigmático, por vezes de difícil compreensão, colaborando para isso arranjos formais fora do círculo do narrar tradicional e, portanto, plurissignificativas.

Caio Fernando Abreu possuía conhecimento desse aspecto técnico, ou mesmo limitado, da censura e dos agentes encarregados da mesma, como afirma em carta de 1970 para Hilda Hilst, na qual reflete sobre as novelas da escritora que iriam ser submetidas ao censor:

Sabe, não quero te desanimar nem nada, mas acho que as tuas novelas não passarão na censura – pelo menos o *Osmo*. Nas outras novelas, as coisas todas são menos evidentes e a censura-teresinha não é inteligente ao ponto de descobrir essa dimensão. No *Osmo* as intenções agressivas e desmistificadoras se expressam a partir da própria linguagem, isto é, qualquer um percebe. Até a censura. (ABREU, 2005, p. 295, grifo do autor).

Ou seja, há uma visão da censura como limitada intelectualmente e que somente consegue perceber aspectos a serem censurados quando expressos de modo direto e literal, evidentes, como afirma o escritor. Pelo viés oposto, quando o texto exige uma leitura mais complexa, em razão de não ser tão “evidente”, a censura não teria a capacidade de compreender. Disso resultam estratégias de construção artística para burlar o censor, como a alegoria e a linguagem simbólica ou figurada, compondo-se um enredo que se caracteriza por mais sugerir do que descrever ou mostrar, instalando uma determinada ambiguidade na leitura.

Os contos “Oásis” e “Eles” inserem-se nessa limitação da censura. Por um lado, ao recorrerem à alegoria para expressar um conteúdo de crítica social, passam despercebidos e liberados; por outro, determinadas palavras e segmentos narrativos, de uma compreensão literal, e em posição antagonista aos valores defendidos pela ordem vigente, são censurados. Assim, constituem duas narrativas vetadas parcialmente.

“Oásis” é um conto em que o narrador relembra uma brincadeira da infância de três meninos. Consistia em imaginar que o avião em que estavam havia caído no deserto, a rua de suas casas, e então precisavam

simular o calor escaldante na procura por peças de reposição. Na travessia do deserto, isto é, a rua, avistavam o portão branco do quartel, transfigurado pela imaginação infantil em um oásis. Iam até lá sem, entretanto, entrar, e encontravam as peças atrás de uma palmeira imaginária.

Essa brincadeira remete à infância concreta de Caio Fernando Abreu, como uma experiência vivida. De acordo com Callegari (2008), o escritor, aos sete anos, brincava de oásis com o irmão, José Cláudio Abreu, o primo, Luiz Carlos Moura, e o filho de agricultores, alcunhado negrinho Jorge. Estes dois últimos personagens integrantes da narrativa. A própria dedicatória do conto é para esses três meninos, lembrando e confirmando a prática usual de brincarem juntos.

A temática apresentada faz com que o conto se circunscreva, segundo a classificação de Bittencourt (1999), na vertente memorialista ou de reminiscência infantil, a qual possui diferentes formas de se realizar. No presente caso, o narrador revive a experiência como criança, adotando uma linguagem e um entendimento do ponto de vista ingênuo de menino, e pretere qualquer interferência de uma cognição adulta no relato, tornando-se assim um narrador consoante à criança.

Após brincarem várias vezes e inclusive terem conseguido entrar no quartel e deslumbrarem-se com seu interior, com a astuta tática de subornar o soldado de guarda com rapaduras, figurinhas, revistas e até fazê-lo se interessar pela empregada da casa, é introduzido um fato novo. Em uma tarde, os três meninos brincam de oásis e encontram o portão desguarnecido. Acostumados a entrarem e saírem sem serem notados, resolvem ingressar no espaço interno da guarnição militar. É então que se deparam com uma atividade incomum, pois “[...] carroças se chocavam, armas passavam de um lado para outro, soldados corriam e gritavam palavrões, o chão estava sujo de esterco, os cavalos todos enfileirados.” (ABREU, 2008, p. 33). A agitação anormal não é compreendida pelas crianças, as quais vão até uma sala desconhecida, onde encontram um aparelho com fios e microfone, provavelmente um meio de comunicação do exército. Entretidos com a descoberta, não percebem a chegada de dois militares, possivelmente oficiais de alta

patente, pois eram “[...] soldados com fardas diferentes das dos outros, com penduricalhos coloridos nos ombros.” (ABREU, 2008, p. 33). O narrador consoante ao pensamento infantil, embora percebido em toda a narrativa, fica evidente nessa passagem, pois não possui o conhecimento da hierarquia militar simbolizada na farda diferenciada e nas indicações de patente nos ombros, tidas pela criança como “penduricalhos coloridos”.

Os dois oficiais de alta patente gritam, esbravejam e, por fim, um deles diz que “[...] ficaríamos presos até aprendermos a não nos meter onde não era da nossa conta.” (ABREU, 2008, p. 33). Não compreendendo que eram apenas três meninos inofensivos, o militar os põe em uma cela, uma prisão pequena e com uma janelinha gradeada. Os três ficam presos por algumas horas, sob intenso terror e se desesperam:

Jorge chorava, eu e Luiz nos encolhíamos contra as paredes. Pensamentos terríveis cruzavam a minha cabeça, pelotões, fuzilamentos, enquanto uma dor de barriga se tornava cada vez mais insuportável, até escorregar pelas pernas numa massa visguenta. (ABREU, 2008, p. 34).

A cena se assemelha a uma ação de tortura imposta aos meninos de forma arbitrária e truculenta, sem ao menos saberem o motivo para o castigo, causando tamanho terror que o narrador não consegue controlar o próprio corpo, tomado que está pelo temor. Nesse momento, é possível que pensemos na prisão e no desespero das crianças como um reflexo e uma refração da violência militar contra os considerados subversivos, muitas vezes presos sem explicação e submetidos à tortura.

Pela noite, são levados de volta para a casa dos pais em um jipe militar. Entre o recebê-los com alívio e efusões de alegria, o pai, a mãe e a empregada entram em severa discussão para saber quem é o culpado da situação. Todos se acusam e gritam com as crianças tal como os militares. O pai diz para a mãe que “[...] não podia dar atenção a seus faniquitos na hora em que o país atravessava uma crise tão grave.” (ABREU, 2008, p. 34). A fala do pai remete, possivelmente, já que o conto realiza-se com elementos lexicais relacionados a um campo semântico militar, a exemplo da agitação incomum

vista pelos meninos, ao dia do golpe civil-militar, em 31 de março de 1964. Essa impressão é ratificada quando, mais tarde, o narrador ouve “[...] Jorge perguntando a Luiz o que era uma revolução [...]” (ABREU, 2008, p. 35). Assim, os elementos constituintes da narrativa adquirem uma relação de similitude que conflui para o golpe civil-militar, como podemos observar no esquema: quartel agitado – prisão dos meninos – crise grave no país – revolução, esta uma palavra que Jorge pode ter ouvido no próprio quartel, afinal os militares denominavam a ação de 31 de março como revolução. Ou seja, temos um conjunto indicativo de que se trata do dia do golpe civil-militar no Brasil.

Ao final da narrativa, após passar pelo evento da prisão no quartel, o narrador tem a consciência de perder a imaginação livre e inocente da infância, ao afirmar que “[...] soube que nunca mais voltaríamos a brincar de encontrar oásis no fim das ruas. Embora fosse muito fácil, naquele tempo.” (ABREU, 2008, p. 35). Aqui se depreende, ao menos, duas possibilidades de leitura, não excludentes, assim explicitadas:

O acontecimento se deu no dia do golpe de 1964 que instaurou a ditadura no Brasil. Dessa forma, coincidem, no interior da narrativa, dois momentos traumáticos: um interno, vivido pelo garoto, e outro externo, vivido pelo País. No primeiro caso, a crise corresponde à superação da fase edênica do mundo infantil, com o abandono dos sonhos e da ingenuidade e o conseqüente ingresso no mundo real dos adultos. A crise externa, por sua vez, provoca um efeito homólogo, na medida em que a instalação do regime de exceção no Brasil fez desmoronar igualmente os anseios libertários de toda uma geração. (BITTENCOURT, 1999, p. 111).

Com base nessa posição explicativa, o evento traumático, tanto para a criança, quanto para o Brasil, configura-se no golpe de 1964, transfigurado no conto por meio de um reflexo e uma refração estética. A criança perde sua inocência e liberdade imaginativa, ao passo que o adulto compreende que, com a Ditadura em vigor, não mais seria possível brincar de oásis, ou seja, imaginar livremente. A expressão “Embora fosse muito fácil, naquele tempo”, em que o adjunto adverbial de tempo é separado por vírgula, põe ênfase em uma época antes do golpe, de liberdade, e evidencia

que o depois seria de repressão autoritária das liberdades individuais, inclusive de criação imaginativa.

Portanto, o conto recorre a uma brincadeira infantil para operar um reflexo e uma refração do golpe civil-militar de 1964 e, por meio da perda da inocência infantil, alegoricamente, representar a perda da inocência na Ditadura, posto que todos seriam potenciais subversivos. Além disso, a crítica ao autoritarismo militar faz-se presente na violência com que são tratadas as crianças e, sobretudo, na afirmação final do narrador de que não mais seria possível brincar de oásis. Logo, a brincadeira infantil funciona como uma alegoria da liberdade do indivíduo, todavia cerceada pelos militares a partir de 1964.

Explicado dessa maneira, a narrativa poderia ter sofrido a censura em sua totalidade, em razão de criticar o exército segundo o contido no Decreto nº 20.493/1946 e no Decreto-Lei nº 1.070/1970. No entanto, como afirmamos anteriormente, a censura era limitada a uma leitura superficial, buscando elementos identificáveis literalmente e, por conseguinte, incapaz de perceber tal crítica. Acreditamos que, por isso, a narrativa foi liberada, excetuando-se um veto parcial, mais precisamente em uma palavra, “putas”, identificada como obscena e imoral segundo a legislação.

Na brincadeira de oásis, os meninos passavam por toda a rua, desde suas casas até o quartel, entendido esse espaço como o deserto imaginário. Na edição de 1975, com a censura, o segmento narrativo é assim apresentado: “A partir do colégio, as casas rareavam, e além de algumas pensões de mulheres não havia senão campo [...]” (ABREU, 1975, p. 20). Já na edição de 1984, incluindo os trechos censurados, a redação é a seguinte: “A partir do colégio, as casas rareavam, e além de algumas pensões de putas não havia senão campo [...]” (ABREU, 2008, p. 31, grifo nosso).

A palavra “putas”, com sua significação classificatória pejorativa em face de uma moralidade convencional, seja da conduta sexual de uma mulher, seja da atividade de prostituição, encontra respaldo para ser censurada na codificação de censura, conforme o Decreto nº 20.493/1946 e o Decreto-Lei nº 1.070/1970, por potencialmente ofender o decoro público e pelo uso de linguagem obscena.

No segmento narrativo em que aparece, denota uma casa de prostituição, próxima da área militar, evidenciando uma realidade indesejada pelo governo militar, ou seja, a existência de prostituição no Brasil e, pela proximidade do quartel, uma sugestão de que os soldados poderiam ser frequentadores. Esse aspecto também se choca com as leis acerca de censura por induzir ao desprestígio das forças armadas e retratar conduta imoral, segundo os padrões de moralidade convencionalizados.

Ao retirar a palavra “putas”, ficando apenas “pensão de mulheres”, se desfaz a conotação imoral, pois então as pensões poderiam ser entendidas na narrativa como moradia de mulheres: idosas, viúvas, solteiras ou estudantes. Com a censura de “putas” oblitera-se uma significação considerada obscena e imoral nos parâmetros da legislação sobre censura e preserva-se a instituição família, em conformidade com os preceitos autoritários da Doutrina de Segurança Nacional.

O conto “Eles” – uma construção alegórica da revolução contra as autoridades, no caso o governo militar, e, por isso, instalador de um posicionamento axiológico de contestação ao status quo – poderia ser censurado por instigar contra as autoridades, por exemplo. Porém, essa leitura não foi efetuada pelo censor, lembremos uma vez mais as limitações da censura, e foi liberado para publicação em 1975, com exceção de um veto parcial.

Na edição de 1975, com o “corte” parcial, após os seres de luz serem mortos pelos habitantes da vila e liberarem uma substância clara que invadiu os sentidos de todos, induzindo uma ação sem restrições, livre de imposições construídas socialmente, os habitantes levaram tempo para se recuperar e ainda assim não plenamente, pois não seriam mais os mesmos. A passagem apresenta a seguinte redação: “Os habitantes da vila levaram muitos dias para voltarem ao normal, mas não voltaram [...]” (ABREU, 1975, p. 56).

Na edição de 1984, com o trecho censurado incluso, lê-se:

Os habitantes da vila levaram muitos dias para voltarem ao normal – depois dos homens terem provado do sexo de outros homens, e também dos peitos das mães e das irmãs, e de terem bebido dos pais o mesmo líquido de que foram feitos, e de

terem cruzado com animais e se submetido à luxúria dos cães e dos cavalos e dos touros, e de terem possuído a terra e a palha como se fossem mulheres ou o reverso de homens iguais a eles –, mas não voltaram. (ABREU, 2008, p. 69).

O longo trecho censurado denota uma intensa atividade sexual em desacordo com as prescrições morais tradicionais e conservadoras. Há relações sexuais homoeróticas, entre os membros de uma mesma família, com animais, homens bebendo o sêmen dos próprios pais, fornicando com a terra e a palha, enfim, uma cena inteiramente contrária aos valores patriarcais, familiares e religiosos (cristãos), materializada em uma gigantesca orgia em absoluta liberdade de qualquer restrição social.

Essa passagem, na narrativa, encontra coerência como uma forma de enfatizar a loucura – tida como positiva – libertadora que se abateu sobre os habitantes do vilarejo após assassinares os seres de luz, cuja substância clara que se desprende de seus corpos provocou tal comportamento. Ao “cortá-la”, a censura ancorou-se no Decreto nº 20.493/1946 e no Decreto-Lei nº 1.077/1970, pois poderia considerar a ação orgiaca como atentado à ordem pública, indução aos maus costumes e ofensa ao decoro público, em conformidade com os valores morais tradicionais.

Desse modo, percebe-se o caráter intolerante do governo militar ante os comportamentos divergentes quanto à tradição. A liberdade de expressão é tolhida com base em leis arbitrárias, mas, ainda assim, devido às limitações de capacidade interpretativa dos agentes censores, diversas narrativas de *O ovo apunhalado*, com forte teor de crítica social transformadas esteticamente pelo reflexo e pela refração do meio ideológico, foram liberadas, constituindo-se a obra em um objeto-signo portador de uma posição axiológica contestadora da ordem então vigente, em diálogo com o contexto material. O estudo do literário e do extraliterário evidencia a face autoritária do governo militar e, ao mesmo tempo, a criação artística de Caio Fernando Abreu como um contraponto simbólico aos ditames da Ditadura civil-militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. **O ovo apunhalado**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Globo, 1975.

_____. **Caio 3D: O essencial da década de 1970**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. **O ovo apunhalado**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**.

Tradução de Clóvis Marques. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78)**. Bauru: Edusc, 1999.

BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução de Michel Laud et al. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. **O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

BRASIL. Decreto N° 20.493, de 24 de janeiro de 1946. **Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública**, Brasília, jan., 1946. Disponível em <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77528&norma=104221>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. Decreto-lei N° 314, de 13 de março de 1967. **Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências**, Brasília, mar., 1967. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0314.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. Lei N° 5.536, de 21 de novembro de 1968. **Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências**, Brasília, nov., 1968. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legilacao/ListaTextoIntegral.action?id=93514&norma=118512>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. Decreto-lei N° 1.077, de 26 de janeiro de 1970. **Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, jan., 1970. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. Decreto N° 69.845, de dezembro de 1971. **Regulamenta a Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971**, Brasília, dez., 1971. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=96504&norma=120954>. Acesso em: 05 fev. 2013.

CALLEGARI, Jeanne. **Caio Fernando Abreu: inventário de um escritor irremediável**. São Paulo: Seoman, 2008.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Tradução de Veiga Filho. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Record, 1974.

GARLET, Deivis Jhones. **Literatura e censura: Caio Fernando Abreu e a censura no Brasil de Segurança Nacional**. São Paulo: Paco, 2014.

MEDVIÉDEV, Pavel. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução de Sheila Camargo e Ekaterina Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) EM RIO GRANDE – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DURANTE A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL

CLEVERTON LUIS FREITAS DE OLIVEIRA
DOUTORANDO PPGH/UFRGS
BOLSISTA CAPES
CLEVERTON.HISTORIA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a formação, desenvolvimento, atuação política, composição de diretórios ou, em outras palavras, sobre a história da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e suas relações orgânicas com a ditadura de segurança nacional e as classes dominantes nos municípios brasileiros, apesar do espaço reduzido que ainda ocupa na historiografia profissional, pode revelar muito sobre o funcionamento daquele regime. No caso do município do Rio Grande, cidade portuária do extremo sul do Brasil fortemente marcada pela atuação de militantes e políticos ligados ao trabalhismo e ao comunismo no período pré-1964, mas também por ter sido declarada “Área de Segurança Nacional” e, com isso, ter prefeitos interventores durante aproximadamente 20 anos, não é diferente. O estudo, ainda em fase inicial, tem revelado um importante papel desempenhado pelo partido na manutenção da ordem ditatorial.

A pesquisa que originou este artigo vem sendo desenvolvida no curso de doutorado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é compreender o funcionamento e o papel desempenhado pela ARENA no município de Rio Grande durante a ditadura de segurança nacional. Para isso, estão sendo levantadas fontes no fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e atas de sessões da Câmara Municipal de Vereadores. Pretende-se, ainda, pesquisar no arquivo histórico municipal, que guarda documentos do poder executivo local, e na Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande (CCCRG), um dos mais importantes aparelhos de hegemonia da burguesia local. Até o momento, entretanto, foram apenas parcialmente analisados os documentos procedentes do fundo do SNI no Arquivo Nacional, todos eles produzidos por órgãos de segurança e informação do aparelho estatal.

A primeira parte do artigo apresenta uma revisão crítica da historiografia sobre a ARENA, discutindo sobre o seu papel na legitimação da ditadura e criação de consenso em torno dela, bem como sobre as bases sociais sobre as quais foi erigida. Em seguida, reflete-se brevemente sobre a teorização de Gramsci do Estado integral, entendido como a junção entre a sociedade política e a sociedade civil. Parte-se então para uma introdução à temática do golpe de Estado e da implementação da ditadura de segurança nacional no município para, por fim, analisar alguns dos documentos oriundos da pesquisa no Fundo SNI que dizem respeito a figuras proeminentes da ARENA local e revelam, dentre outras coisas, a postura ambígua dos órgãos de informação para com eles.

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) NA HISTORIOGRAFIA

Em sua tese de doutoramento em História, defendida na Universidade Federal Fluminense em 2004 e publicada como livro em 2009, Lucia Grinberg faz referência à escassez de pesquisas de profundidade, em nossa área de conhecimento, sobre a Aliança Renovadora Nacional (GRINBERG, 2009, p. 28). Nos quinze anos que nos separam daquela defesa o número de

pesquisas que abordam a história da ARENA cresceu¹, mas este permanece sendo um tema minoritário na historiografia. Por isso mesmo o trabalho de Grinberg se mantém com importância fundamental. O foco da autora está sobre a atuação dos parlamentares da Arena no Congresso Nacional, demonstrando as nuances do apoio legislativo a inúmeras medidas autoritárias dos militares no governo, mas também revelando relações conflituosas, mais ou menos explícitas, entre parlamentares arenistas e o Poder Executivo.

A perspectiva teórica a partir da qual Grinberg analisa o papel desempenhado pela ARENA na ditadura civil-militar, no entanto, a encaminha a algumas conclusões que são, em meu entendimento, problemáticas. Para ela, o fato da agremiação ter sido organizada e mantida em funcionamento em todos os municípios do país, fundamentando-se em uma “base oligárquica, [...] revela o amplo respaldo social conquistado por um partido governista em um regime autoritário” (GRINBERG, 2009, p. 82). Mais à frente, deixando de lado o aspecto “oligárquico” inicialmente destacado na base social do partido, a autora afirma que houve “empenho de grande parte da sociedade em organizar a ARENA” (*Ibid*, p. 91), e que a manutenção de um sistema eleitoral, longe de ser “mero processo de legitimação do regime autoritário”, permitiu a “continuidade da participação política de grande parte da sociedade brasileira, independentemente de sua posição pró ou contra o movimento de 1964” (*Ibid*, p. 92). A representação social da ARENA construída a partir da transição, no entanto, a teria transformado em um partido desprovido de representatividade, como forma de desresponsabilizar a sociedade pela ditadura que teria promovido e apoiado. A ARENA seria, assim, verdadeiro “bode expiatório” (*Ibid*, p. 284). Fica clara, portanto, a adesão de Lucia Grinberg à corrente historiográfica que busca dar ênfase ao *apoio da sociedade* brasileira à ditadura sem, na maior parte das vezes, diferenciar quais grupos sociais conferiram quais tipos de apoio àquele regime².

.....
1 Grande parte destes estudos têm a história da ARENA como parte de seu objeto. Ver, por exemplo, a dissertação de Diego Braga (2016) sobre o bipartidarismo em Alegrete – RS e o artigo de Cláudio Vasconcelos (2013) sobre o legislativo e a legitimação nos primeiros anos da ditadura.

2 De forma mais ou menos direta, esta corrente historiográfica baseia-se no estudo de Argelina Figueiredo (1993), tendo como destaque o nome de Daniel Aarão Reis Filho (2000; 2010). Importante crítica desta perspectiva, que vem sendo denominada de revisionista por historiadores marxistas, foi escrita por Demian Melo (2014).

A própria “cultura política brasileira”, conceito bastante caro aos partícipes desta corrente, é associada por Grinberg à “desvalorização dos mecanismos de representação política considerados como formalismos insuficientes para a transformação da sociedade”, o que se expressaria na dificuldade em aceitar “a democracia como valor universal” e na insistência em caracterizá-la como “liberal”, “burguesa” ou “formal” (*Ibid*, p. 17). Sendo assim, interdita a crítica aos limites da democracia liberal, esta mesma torna-se, como destacou Diego Pacheco, um axioma, transformando-se na “única forma de governo aceita como realmente democrática” (PACHECO, 2015, p. 121).

Convém destacar, no entanto, que as compreensões de Lucia Grinberg sobre a formação da ARENA a partir de “bases oligárquicas” (GRINBERG, 2009, p. 81), ou mesmo do partido como opção de “participação política conservadora” (*Ibid*, p. 91), não se tornam inválidas por conta das perspectivas citadas acima. Ao contrário: ao demonstrar, por exemplo, que os “arranjos institucionais estabelecidos durante a ditadura”, como a permissão de candidaturas por sub-legendas, “compreenderam importantes negociações com as elites regionais” (*Ibid*, p. 82), a autora dá importante contribuição para compreender as dinâmicas locais – sobretudo de municípios de interior – da ditadura³.

A questão do papel da ARENA na legitimação da ditadura – em certo sentido menosprezada por Grinberg – é retomada, sob outra perspectiva, por Cláudio Vasconcelos. Pare ele, afirmar que a decisão da coalizão que tomou o poder em 1964 de manter em funcionamento o poder legislativo tinha como finalidade buscar a legitimação interna e externa da ditadura não significa dizer que tal preservação tenha sido mera formalidade – o que, no seu entendimento, bem como no nosso, não está correto (VASCONCELOS, 2013, p. 341). Para Vasconcelos,

Havia uma política governamental – ao menos na facção militar castelista – baseada na crença de que, para se manter, o regime precisava de legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade e, em busca disto, tentava associar a sua ação a alguns

.....
3 A questão da relação entre ARENA e as elites políticas regionais será retomada posteriormente, quando tratarmos do município do Rio Grande – RS.

princípios democráticos. Porém, esta opção não significava um retorno a um regime de ‘plenitude democrática’. O projeto pressupunha o estabelecimento, primeiro, de uma situação híbrida, visando salvar o país do ‘perigo’ comunista para, em um segundo momento, permitir o retorno a uma ‘democracia ideal’ (*Ibid*, p. 342).

Compreendendo o movimento de busca da legitimação nestes marcos, podemos perfeitamente incluir nele o esforço de negociação com as elites locais e regionais para a construção de um partido governista, que seria, dentre outras coisas, uma opção de participação política – sempre controlada e limitada – das parcelas conservadoras da sociedade. Com isso, começamos a focalizar melhor as parcelas da sociedade que apoiaram a ditadura e, simultaneamente, compreendemos grande parte deste apoio como resultado de um esforço do bloco político dominante empreendido a partir do estado. Isso significa reconhecer que, ainda que aquele regime não deva ser chamado por outro nome que ditadura, “não houve governo na história que tenha se estabelecido exclusivamente através da força” (*Ibid*, p. 338). Nesta reflexão, ganha importância a obra de Antonio Gramsci⁴.

GRAMSCI E O ESTADO – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Uma das mais importantes contribuições de Gramsci para as ciências sociais em geral, e para o materialismo histórico especificamente, é sua teoria do “Estado integral”, também chamado de “ampliado” pelos gramscianos, que é composto basicamente por uma sociedade política e uma sociedade civil.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’ (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

.....
4 Não é nossa intenção – nem está ao nosso alcance – realizar aqui uma análise estrutural da teorização gramsciana do estado, mas tão somente apontar algumas de suas formulações que contribuem mais diretamente para a compreensão de nosso objeto.

Cabe ressaltar, de imediato, que a separação entre sociedade política e sociedade civil, presente na citação acima, é apontada por Gramsci como sendo apenas “didática”, uma vez que ambas compõem uma “unidade orgânica” (MENDONÇA, 2018, p. 12). Nas palavras do próprio Gramsci, a “distinção entre sociedade política e sociedade civil [...] é puramente metódica, não orgânica, e, na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa” (GRAMSCI *apud* LIGUORI, 2017, p. 261), ou ainda, mais diretamente: “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (*Ibid*, p. 262). O conceito de hegemonia, por sua vez, apresenta-se de forma bastante complexa na obra de Gramsci. Para o nosso propósito neste artigo, no entanto, basta a interpretação de Giuseppe Cospito: “No que diz respeito ao significado que deve ser atribuído a ‘hegemonia’, [...] oscila entre um sentido mais restrito de ‘direção’ em oposição a ‘domínio’, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mais domínio)” (COSPITO, 2017, pp. 367-368). Para a função própria de hegemonia, no sentido de direção da sociedade, tem grande importância a criação do consenso. Sobre isso, Gramsci escreve que “[...] o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ esse consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI *apud* LIGUORI, 2017, p. 262).

Neste sentido, e retomando a reflexão sobre a ARENA, podemos considerar que esta foi uma organização “privada” que atuou, no terreno da sociedade civil, para a criação de um consenso⁵ em torno da ditadura civil-militar. Podemos distinguir, desde logo, dois tipos deste consenso. Primeiramente, a ARENA serviu como instrumento na busca de consenso entre os representantes locais e regionais das classes dominantes e dos tradicionais políticos conservadores municipais e estaduais em torno do projeto político representado pela ditadura – como afirma, em outros termos, Lucia Grinberg (2009, p. 81). Neste movimento existiu, obviamente, espaços de confi-

.....
5 Ainda que esteja implícito, é prudente explicitar que não queremos, com isso, dizer que a ARENA foi “a responsável” ou mesmo “principal responsável” por criar consenso naquele regime, apenas que foi uma das organizações ou “aparelhos privados” que atuaram neste sentido.

tos mais ou menos importantes em cada conjuntura – o que, mais uma vez, foi fartamente demonstrado por Grinberg. Por outro lado, o partido atuou também na busca de consenso entre a população em geral através, por exemplo, de sua ramificação e setorização – como a criação da “ARENA jovem” –, das campanhas eleitorais, da filiação de formadores da opinião pública etc.

Ao mesmo tempo, a ARENA compôs a sociedade política (ou o aparelho estatal em sentido estrito) através, por exemplo, da atuação parlamentar e da formação e do fornecimento de dirigentes para prefeituras e, em alguns casos, governos estaduais. Também ali, buscou criar consenso através, por exemplo, da vinculação entre a realização de obras públicas e a atuação de políticos arenistas em governos municipais e/ou estaduais. Essa aparente confusão é explicada pela “unidade orgânica” entre a sociedade política e a sociedade civil, partes do todo denominado Estado em sentido integral ou ampliado. Cabe ressaltar ainda, que este consenso almejado – e, em parte, alcançado – pela coalizão dirigente não dizia respeito apenas a um “apoio” aos governos da ditadura, mas ao seu projeto político e, em última instância, ao próprio sistema capitalista.

Esta breve introdução da reflexão teórica de Gramsci sobre o Estado, vinculada às discussões anteriores sobre a ARENA, tem o objetivo de embasar o estudo – em andamento – sobre a história deste partido no município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Passemos agora à análise, necessariamente parcial porque inconclusa, do objeto da pesquisa.

DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E ARENA EM RIO GRANDE

O município do Rio Grande, localizado a cerca de 300 quilômetros ao sul da capital sul-rio-grandense Porto Alegre, tem hoje uma população de aproximadamente 200 mil habitantes conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Fundada inicialmente como uma colônia militar em 1737, Rio Grande é o mais antigo povoamento de colonização portuguesa do atual estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1760, ainda como vila, Rio Grande passou a ser capital da nova Capitania

de São Pedro do Rio Grande do Sul e, em 1835, foi elevada à categoria de cidade. Situada na região onde a Lagoa dos Patos desemboca no Oceano Atlântico, Rio Grande é fortemente marcada por sua condição litorânea. Desenvolveu-se como cidade portuária e industrial e, com isso, sua classe trabalhadora cedo desenvolveu experiências de organização.

No final dos anos 1950 e início dos 1960, Rio Grande – cuja população já atingia a casa dos 100 mil habitantes, com quase 90% destes em área urbana (IBGE, 1960) – atravessava uma crise econômica causada pelo fechamento de indústrias (TORRES, 2014, p. 277). Essa conjuntura local somava-se ao contexto mais amplo de crescimento das reivindicações operárias e populares no período entre 1945 e 1964, como os protestos contra a carestia do custo de vida, pela liberdade de organização sindical e política e as lutas por reformas estruturais. Dessa forma, concordamos com Mário San Segundo quando ele afirma que este período foi marcado, em Rio Grande, por “conflitos abertos entre a classe operária, com seus sindicatos e representantes partidários de um lado, e os empresários e governo de outro” (SAN SEGUNDO, 2009, p. 20).

Neste contexto de lutas populares, organização política e tentativas de controle social por meio do aparato estatal o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) elegeu seu candidato a prefeito no fim de 1963, o professor Farydo Salomão. Membro do PTB de Rio Grande desde sua fundação em 1946, Farydo era considerado um “candidato de consenso” dentro do partido, que dividira-se entre outros dois nomes postulados ao cargo (ALVES, 1990, p. 29). Considerando-se “humanista” e “trabalhista”, Salomão era ligado à ala nacionalista e reformista do PTB. Seu curto governo foi marcado pelos esforços para a construção de casas populares e para colocar em dia os salários dos funcionários municipais (*Ibid*, p. 32).

Além disso, sua administração também refletiu, localmente, os grandes conflitos nacionais entre apoiadores e opositores do presidente João Goulart. Dentre estes, destacou-se a disputa em torno da encampação das refinarias particulares de petróleo. Em Rio Grande funcionava a Refinaria de Petróleo Ipiranga, uma das que o governo de João Goulart pretendia

estatizar. Em setembro de 1963, o governo federal confirmou a encampação da refinaria, e a Câmara Municipal de Vereadores de Rio Grande aprovou moção apoiando a decisão do presidente João Goulart. As organizações empresariais da cidade, como a Sociedade União Comercial dos Varejistas, demonstraram contrariedade ao projeto do presidente (CESAR, 2011, p. 163). No dia 17 de março de 1964, já às vésperas do golpe de Estado que deporia João Goulart, Farydo Salomão participou de um comício com o tema da encampação das refinarias (ALVES, 1990, p. 32). A tentativa de encampação aconteceu, por fim, no dia 1º de Abril de 1964, mas foi abortada pelas notícias das movimentações militares golpistas (CESAR, 2011, p. 165).

Com o golpe de Estado, a situação política mudou drasticamente em Rio Grande. A encampação das refinarias foi anulada por decreto do ditador Humberto de Alencar Castelo Branco, empossado em 14 de abril de 1964 (*Ibid*, p. 166). A repressão aos trabalhadores e políticos comunistas e trabalhistas foi também imediata. Preso, o prefeito Farydo Salomão foi coagido a assinar documentos contra os líderes de seu partido Leonel Brizola e João Goulart ou renunciar à prefeitura. Resistindo, foi deposto do cargo e teve seus direitos políticos cassados em 25 de abril de 1964 (ALVES, 1990, p. 32).

Ainda nos primeiros dias de abril de 1964 o navio hidrográfico *Carnopus* foi designado para fechar a entrada da barra do Rio Grande e, em seguida, atracar e receber presos políticos da cidade e região. O navio, que tinha como função inicial realizar pesquisas hidrográficas e era comandado pelo Capitão de Fragata Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, terminara um levantamento na costa do Rio Grande do Sul e estava atracado em Rio Grande desde 29 de março. Oficialmente, o navio recebeu 22 presos políticos entre os dias 03 e 20 de abril de 1964, partindo para o Rio de Janeiro no dia 22 daquele mês, após entregar os prisioneiros à custódia das autoridades policiais locais (CASTRO, 2016, p. 126, 127, 135 e 136). Sabe-se que os presos que eram oficiais militares ou tinham prestígio na alta sociedade local (como o capitão da Marinha e professor Aldo Lapolli, o capitão da Brigada Militar e vereador Athaydes Rodrigues e o promotor de justiça Heitor Oliveira) tiveram, dentro do navio convertido em prisão política, tratamento diferenciado em relação

aos presos de origem operária e sindical (como os portuários Antônio Nailem Espíndola e Dinarte Luz Alves e o ferroviário comunista Manoel Rechia). Enquanto os primeiros tiveram acesso a “camarotes” do navio, com possibilidade de ler jornais, ouvir rádio e comer três vezes por dia, os outros ficaram em salas pequenas e escuras, nas quais até mesmo a comunicação entre detentos era controlada (*Ibid*, p. 132). A conversão do *Canopus* em prisão improvisada se deu no contexto das operações “limpeza” e “gaiola”, que cassaram mandatos políticos, exoneraram funcionários e aprisionaram sumariamente opositores com o objetivo de garantir o sucesso do golpe de Estado (COSTA, 2012, p. 127). Desta forma, não somente a Marinha foi envolvida na repressão, mas todo o aparato estatal policial e de Forças Armadas. No caso de Rio Grande, destacam-se a Polícia Federal e a Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS/RG), vinculada ao DOPS/RS. Analisando de uma perspectiva mais abrangente, à medida que o Estado de Segurança Nacional foi sendo implementado, estes órgãos vincularam-se ao SNI – geralmente à Agência Porto Alegre (APA/SNI) e, em alguns casos, à Agência Central (AC/SNI) –, aos órgãos de inteligência de cada uma das Forças Armadas, às Assessorias de Segurança e Informações (ASI’s) e às Divisões de Segurança e Informações (DSI’s). Dada a dinâmica de circulação da informação entre estes órgãos, quantidade considerável da documentação produzida por eles pode ser encontrada no fundo SNI disponível para pesquisa na plataforma digital do Arquivo Nacional.

Até o presente momento, foi realizado um amplo levantamento documental neste acervo no contexto de nossa pesquisa. Além disso, também levantamos atas de sessões da Câmara de Vereadores da cidade entre os anos de 1963 e 1982. A análise documental, entretanto, apenas foi iniciada nos primeiros, dentre os quais foram selecionados alguns que nos possibilitam, de forma mais direta, pensar algumas questões sobre a ARENA em Rio Grande.

O primeiro deles é um informe da APA/SNI direcionado à casa civil do governo do estado do Rio Grande do Sul em 1966, tratando da organização do diretório municipal da ARENA em Rio Grande (ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal, APA-SNI, 1966). Após afirmar que, segundo um “informante idôneo”, Manoel de Albuquerque

Libório, Washington Ballester de Sá Freitas e Silvério Miranda – todos ex-membros da extinta Ação Democrática Parlamentar (ADP) – estavam tratando de organizar o diretório municipal da ARENA em Rio Grande, o documento levanta diversas desconfianças em relação aos três supracitados. Manoel Libório é tratado apenas como “um dos fracassos da ADP” (*Ibid*). Washington Freitas aparece como auto-proclamado “revolucionário”, mas que “atua como se não o fosse”: teria procurado “desmoralizar o prefeito Martiniano Francisco de Oliveira, não atentando para os reflexos, contra a Revolução” (*Ibid*). Além disso, é adjetivado de “elemento [...] de poucos recursos de inteligência, mau advogado e inescrupuloso” (*Ibid*). Já sobre Silvério Miranda, o informe afirma que “diz-se que é tudo. Já foi comunista. Sobre ele pesa a acusação – não desmentida – de que nem brasileiro é. [...] Goza da justa fama de ser ‘analfabeto metido a erudito’” (*Ibid*).

Por fim, diz o documento, o informante conclui “ser necessário que venha alguém de fora do município, organizar a ARENA para preservá-la da liderança dos antigos, viciados e desmoralizados grupos” (*Ibid*). Assim, o documento revela que os órgãos de informação alimentavam, ao menos nestes anos iniciais da ditadura, uma postura de desconfiança ativa com relação aos seus apoiadores. Se, por um lado, o apoio destes políticos de direita, que haviam sido opositores do governo João Goulart, era imprescindível para o sucesso da implementação do Estado de Segurança Nacional, por outro, era necessário assegurar que estas lideranças civis seriam disciplinadas e previsíveis. A ARENA, portanto, antes mesmo de ser um partido político, deveria ser um dispositivo de representação do governo no município. Por isso, admite-se a possibilidade – que ainda não sabemos se foi ou não confirmada – de uma “intervenção externa” na organização do diretório municipal, evitando assim que ela se torne um instrumento de poder e barganha destes grupos políticos conservadores locais. A vigilância geral sobre tudo que se relacione direta ou indiretamente à política, pressuposto básico da Segurança Nacional, era também exercida em relação aos apoiadores da ditadura, como garantia de que estes se manteriam fieis e disciplinados.

Outro documento importante é o dossiê feito pela Seção de Informações da Divisão de Polícia Federal em Rio Grande (SI/DPF) no ano de 1977 sobre os municípios de Rio Grande e Pelotas/ RS. Com um total de 74 páginas, o documento apresenta dados sobre os “campos político, econômico, psicossocial, geográfico e outros” (Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS, SI-DPF-RG, 1977), apontando mais de 200 nomes de políticos, sindicalistas, industriais, funcionários do Poder Judiciário e potenciais opositores da ditadura em Rio Grande. Sua maior utilidade, para nossos interesses, é o mapeamento inicial que o documento nos proporciona, abrindo possibilidade de encontrar muitos outros documentos sobre as mesmas pessoas e, assim, criar redes de relações entre elas. Desta forma, foi possível levantar muitos outros documentos e mesmo ir além das lideranças mais claramente estabelecidas, como prefeitos, vereadores e líderes sindicais. Alguns sujeitos aparecem neste documento sem qualquer destaque mas, em pesquisas mais específicas, se descobre sua importância em determinada conjuntura.

Este é o caso, por exemplo, de Francisco Santana Ferreira e João Marinômio Carneiro Lages. Apresentados no dossiê de 1977 apenas como delegados à convenção regional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ambos aparecem em uma Informação da Agência Porto Alegre (APA) do SNI de 1975 (Candidatos à Prefeitura de Rio Grande/RS – Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos, APA-SNI, 1975) como componentes, ao lado de Rubens Emil Correa, da lista tríplice de “candidatos” à prefeitura municipal naquele ano. Este documento apresenta um “processamento de denúncias” obtidas em relação aos candidatos e, ao fim, percebe-se que um deles é apontado como mais indicado ao cargo.

Este é Rubens Emil Correa, ex-vereador da ARENA que, de fato, tornou-se prefeito em agosto de 1975. Sua indicação aparece como sendo apoiada pela Câmara de Comércio, Centro de Indústrias, Clube de Diretores

.....
6 Sendo Área de Segurança Nacional, Rio Grande não tinha eleições para o cargo de prefeito. O nome era indicado ao Poder Executivo federal pelo governador do estado, com base na “lista tríplice” formada pelas lideranças governistas locais.

Lojistas e Centro de Navegação (*Ibid*). É possível notar, com isso, que o mesmo era politicamente bem articulado na cidade. Além disso, ele aparece como “candidato” que representaria a continuidade da administração do interventor anterior, Coronel Cid Scarone Vieira (*Ibid*). Pode-se inferir, com isso, que tal administração era bem avaliada pela classe dominante local. O que nos parece mais relevante, entretanto, é que o documento permite perceber uma nuance do funcionamento do Estado naquele contexto: ainda que a decisão coubesse ao Poder Executivo Federal, a opinião da elite organizada local era altamente considerada no processo de escolha do interventor. Isso demonstra que a ditadura foi muito mais do que uma simples dominação direta de grupos militares. Ela desenvolveu relações profundas com as classes dominantes, seja em nível nacional, seja em níveis locais e regionais. Tal constatação corrobora as formulações de Gramsci sobre a “unidade orgânica” entre sociedade civil e sociedade política. Ao fim e ao cabo, os “aparelhos privados de hegemonia” na sociedade civil da burguesia local exerceram forte influência sobre uma decisão que cabia aos componentes da sociedade política. A ARENA, partido do qual fazia parte o próprio Rubens Emil Correa, bem como os outros candidatos, não parece ter tido grande poder decisório na escolha do prefeito – ao menos tal influência não apareceu no documento em questão.

É também revelador das nuances das relações entre a ARENA e o aparelho estatal uma pequena série de documentos sobre o major do exército, professor universitário em Rio Grande e Pelotas e vereador da ARENA em Rio Grande Antônio de Pinho Maçada. Em 1977, quando era cogitado ao cargo de vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPel), Maçada aparece em uma informação da APA/SNI (Antônio de Pinho Maçada, APA-SNI, 1977) como “contrário à Revolução de 1964” e “simpatizante de atividades subversivas”. Estas afirmações são baseadas em vários aspectos de sua vida, levantados pelo SNI: alguns desentendimentos que teve com oficiais superiores quando na ativa no exército, que resultaram em uma prisão punitiva e uma transferência para Manaus/AM; seu suposto costume de manifestar-se de maneira irônica em relação ao governo federal; sua fama entre os alunos da UFPel de

“professor gozador do sistema político vigente”; sua demissão do cargo de professor de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), após ser advertido pelo reitor desta instituição por “considerações tecidas em aula, relativas à política federal na Amazônia e à política municipal de Rio Grande”; sua relação com o vereador e capitão reformado da Brigada Militar do RS, Athaydes Rodrigues, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com quem estaria tentando criar um “clima de agitação contra o governo municipal, estadual e federal”; sua relação de suposta proximidade com o ex-prefeito cassado Farydo Salomão; e sua ausência às festividades de comemoração dos 10 anos da “revolução de 1964”, quando ocupava o cargo de presidente da câmara de vereadores de Rio Grande, em 1974.

O fato é que Antônio Maçada fora eleito vereador pela ARENA em Rio Grande no ano de 1972. Oriundo do oficialato do exército, Maçada parece atender aos requisitos de um político e professor “confiável” para a ditadura. Ainda assim, o SNI recomenda, baseado nas informações citadas acima, que ele não seja aproveitado para o cargo de vice-diretor no ICH/UFPel. Aqui, bem como no documento de processamento de denúncias sobre os candidatos à indicação para prefeito em 1975, salta aos olhos a postura de desconfiança dos agentes da comunidade de informações em relação aos apoiadores ativos da ditadura. O curioso, neste caso, é que a vigilância se mostra continuada. Em 1982 um novo documento demonstra, ao mesmo tempo, a continuidade da vigilância e a reconsideração das desconfianças. Trata-se de um relatório feito pela Seção de Informações da DPF/RS e reproduzido pela APA/SNI em resposta a um pedido de “conceito atual do epigrafado”, feito pela Agência Central (AC) do SNI (Antônio de Pinho Maçada, AC-SNI, 1982). Neste, informa-se que o posicionamento de Maçada “em relação ao atual regime não é desfavorável”, mas que sua condição de professor de EPB o obriga a “tratar de temas atuais com realidade, sem contudo expressar opinião pessoal” (*Ibid*). Na UFPel, onde antes aparecia como “gozador”, Antônio é agora visto como professor de ótima reputação, demonstrando “descontentamento com a proliferação de tendências

de esquerda, jornais alternativos e demasiada liberdade aos cassados e subversivos, que em nada ajudam o governo” (*Ibid*); Seus desentendimentos no exército são tratados como problema exclusivamente privado; Suas relações com Farydo Salomão e Athaydes Rodrigues são esquecidas.

Ainda não nos é possível saber, ao certo, os motivos desta mudança na postura do SNI com relação a Antônio Maçada. Seu currículo, anexo ao documento de 1982, entretanto, demonstra que ele tinha alguma proximidade com os procedimentos dos órgãos de informação. Dentre as obras por ele publicadas, aparecem títulos como “Instrução educacional e instrução contra revolucionária” (*Ibid*), de 1969, e “Segurança nacional e desenvolvimento econômico” (*Ibid*), de 1970 – temas relevantes para a doutrina de segurança nacional. É possível que as desconfianças em relação a ele fossem fruto de rivalidades políticas locais, ou reflexos de indisposições pessoais. Também é possível que, em algum momento, ele tenha, de fato, tecido críticas mais ou menos pontuais ao governo e, assim, levantado alguma suspeita. Mais importante do que isso, entretanto, é perceber, por meio do documento, que o *modus operandi* dos órgãos de informação incluía, frequentemente, a vigilância constante de apoiadores arenistas. Assim, se por um lado a ARENA funcionava como instrumento de participação política conservadora e possibilitava, com isso, algo próximo de um consenso político conservador em torno da ditadura, por outro, os setores mais vinculados ao controle das informações e à espionagem nutriam, ao longo de todo o regime, uma desconfiança que podia servir, dentre outras coisas, para garantir a maior fidelidade possível de seus apoiadores ao poder central da ditadura, personalizado, em última instância, nos generais ditadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que as análises sejam necessariamente parciais e inconclusivas – visto que a pesquisa encontra-se ainda em fase de levantamento de dados – pode-se arriscar algumas sínteses provisórias. Primeiramente, a documentação revela uma postura ambígua dos órgãos de informação e segurança para com os políticos conservadores de atuação local. Isso nos leva a pensar sobre os

limites do consenso e as contradições e conflitos no interior da coalizão golpista e/ou apoiadora da ditadura. Isso não significa, entretanto, que a ARENA ou seus membros fossem desprovidos de legitimidade aos olhos destes órgãos, o que fica claro quando se observa a boa reputação de que goza o prefeito Rubens Emil Correa, que fora vereador por este partido. Também sobre isso, nos parece relevante a participação de diversos aparelhos da burguesia local na indicação do nome para ocupar a prefeitura, o que nos remete de volta às reflexões de Gramsci sobre a unidade orgânica entre sociedade política e sociedade civil – ou conjunto de organizações ditas “privadas” – no Estado integral.

Por fim, cabe ressaltar o caráter provisório, parcial e inconclusivo das análises aqui procedidas, caráter esse derivado da própria fase em que a pesquisa se encontra, de levantamento de dados, mas também do seu ineditismo. Ao menos que se tenha notícia, jamais fora feito um estudo de profundidade sobre a ARENA no município do Rio Grande, ou mesmo sobre a atuação de seus vereadores, seus filiados vinculados aos aparelhos privados de hegemonia da burguesia local, os prefeitos e secretários que mantinham vínculos com o partido ou os professores universitários arenistas. Por isso mesmo, ao passo que se ressalta a necessidade de ter cautela nas análises e conclusões, acredita-se que essa pesquisa pode contribuir bastante para a compreensão do *modus operandi* da ditadura de segurança nacional neste importante município do extremo sul do Brasil.

FONTES

ARQUIVO NACIONAL. **ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal**. Agência Porto Alegre – Serviço Nacional de Informações. 1966. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012273.

ARQUIVO NACIONAL. **Dados sobre os municípios de Rio Grande/RS e Pelotas/RS**. Seção de Informações – Divisão de Polícia Federal em Rio Grande. 1977. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005050.

ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à Prefeitura de Rio Grande/RS – Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos.** Agência Porto Alegre – Serviço Nacional de Informações. 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada.** Agência Porto Alegre – Serviço Nacional de Informações. 1977. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006937.

ARQUIVO NACIONAL. **Antônio de Pinho Maçada.** Agência Central – Serviço Nacional de Informações. 1982. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005343.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Resultados preliminares do recenseamento geral de 1º de setembro de 1960.

Estatísticas do século XX – populacionais, sociais, políticas e culturais. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1961/populacao_m_1961aeb_01a24.pdf>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco. **Governo do Prefeito Farydo Salomão.** Revista Biblos, Rio Grande, n. 3, 1990.

BRAGA, D. Nas “**quebradas do Inhanduí**”, **gênesis e exercício do bipartidarismo brasileiro:** o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (1966 – 1979). 240f. Dissertação (mestrado em História). São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

CASTRO, Robert Wagner. **Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande – RS (1962-1964).** Dissertação (Mestrado em História). 191f. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016.

CESAR, Willy. **Chico Bastos, o pescador.** Rio de Janeiro: UniverCidade, 2011.

COSPITO, G. **Hegemonia.** In: LIGUORI, G., VOZA, P. Dicionário Gramsciano (1926 – 1937). São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 365-368.

COSTA, Leandro. **A cidade do Rio Grande na primeira metade da década de 1970. Desenvolvimento econômico, vigilância, repressão e legitimação da Ditadura Civil-Militar.** In: COSTA, Leandro; FRIDERICH, Lidiane (Orgs.).

- Rio Grande Século XX: Olhares históricos. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012.
- FIGUEIREDO, A. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.
- GRINBERG, L. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- LIGUORI, G. **Estado**. In: LIGUORI, G., VOZA, P. Dicionário Gramsciano (1926 – 1937). São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 261-264.
- MELO, D. **O golpe de 1964 e meio século de controvérsias:** o estado atual da questão. In: MELO, Demian (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-188.
- MENDONÇA, S. **Pesquisando com Gramsci: sugestões metodológicas**. In: MENDONÇA, S., LAMOSA, R. (Org.). Gramsci e a pesquisa histórica. Curitiba: Appris, 2018, pp. 7-24.
- PACHECO, Diego. **Revolução, socialismo e democracia:** os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil. 152f. Dissertação (mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, 2010.
- SAN SEGUNDO, Mario. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. Porto Alegre: Ed. do autor, 2009.
- TORRES, Luiz Henrique. **1964 na visão de O Peixeiro**. Revista Historiae, Rio Grande, v. 5, n. 2, 2014.
- VASCONCELOS, C. **Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964 – 1968)**. A preservação do legislativo. *Varia Historia*, v. 29, n. 49, 2013, pp. 333-358.

NEOLIBERALISMO E DITADURAS NO CONE-SUL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA PRODUÇÃO POÉTICA EM CURITIBA (1976-1981)

MATHEUS PACHECO PERBICHE
MESTRANDO EM HISTÓRIA PELA UFPR
MATHEUSPERBICHE@GMAIL.COM

Em leituras de autores como Naomi Klein (2008) e Rodolfo Walsh (2007 e 2012), podemos entender, a partir dois pontos de vista, questões que perpassam neoliberalismo e Ditaduras Militares no Cone-Sul. Em “Carta Abierta de Rodolfo Walsh a la junta militar” (2007), o autor denuncia os crimes da Ditadura Militar na Argentina na década de 1970, indicando o claro apoio norte-americano através de investidas da CIA. Walsh expõe as mazelas que o povo argentino enfrentou até 1977, em dois sentidos principais: os crimes aos indivíduos – que dizem respeito ao corpo, à repressão, à violência, etc. – e os crimes de classe. Fica compreensível, em sua denúncia, que foi arquitetado um projeto de supressão da forte e massiva classe média argentina dos anos 1970, conforme abaixo:

Estos hechos, que sacuden la consciencia del mundo civilizado, no son sin embargo los mayores sufrimientos han traído al pueblo argentino ni las peores violaciones de los derechos humanos en que ustedes incurren. En la política económica de ese gobierno debe buscarse no sólo la explicación de sus crímenes sino una atrocidad mayor que castiga a millones de seres humanos con la miseria planificada (WALSH, 2017, p. 149).

E em “Carta de Rodolfo Walsh a Francisco ‘Paco’ Urondo, morto pela ditadura argentina a 17 de Junho de 1976”, de acordo por Eduardo Pellejero e Susana Guerra, o escritor argentino manifesta seu desejo de liberdade, característica presente no contexto:

Houve, contudo, uma época na qual a arte era considerada um momento particular da procura de uma liberdade sem determinação e não se compreendia fora dela. Evidentemente, nem todos os que se pronunciaram sobre o tema coincidiam no modo de conquistar essa liberdade e muito menos na forma pela qual a arte podia chegar a contribuir nessa empresa (do qual são paradigmáticas as polémicas entre Benjamin e Adorno, entre Bataille e Sartre). Mas a afirmação da liberdade era um imperativo para a arte, aquém dos programas (estéticos) e dos projetos (políticos) que os movimentos e os partidos forjavam na tentativa de dar-lhe uma forma concreta. Sem liberdade, a arte carecia de sentido para eles; sem arte, a liberdade não podia ser afirmada com plenitude (PELLEJERO; GUERRA, 2012, p. 261).

Nesse sentido, o presente texto busca apresentar algumas discussões a respeito dos desejos de liberdade manifestos por escritores, poetas, artistas, enfim, no contexto das Ditaduras Militares do Cone Sul. Para tanto, percorre-se um caminho que inicia por uma análise em conjunto com o texto de Naomi Klein (2008). Esta análise nos apresenta os aspectos políticos e econômicos mais gerais dos Regimes Militares no Cone Sul, na segunda metade do século XX. Em seguida, discute-se textos e poesias publicados em revistas e livros de produção alternativa na cidade de Curitiba entre 1976-1981, com o intuito de compreender como existiram críticas aos regimes e como elas se manifestaram, utilizando de quais suportes teóricos e estéticos – o principal deles, como veremos, o humor.

DOCTRINAS DE CHOQUE: AS DITADURAS MILITARES NO CONE SUL

Naomi Klein (2008) nos dá uma aula sobre como o neoliberalismo, através dos pensadores da Escola de Chicago, foi testado e arquitetado no Chile e na Argentina, durante as Ditaduras Militares da década de 1970. Apontando as aproximações entre os economistas Milton Friedman e Friedrich Hayek, Naomi Klein estabelece uma retomada nos caminhos

percorridos por este debate entre o keynesiano e a agenda do movimento neo-conservador de Friedman na América do Sul nos anos 1950. Segundo a autora, durante o auge do Estado de Bem-estar Social na Europa e nos EUA, as relações com os presidentes sul-americanos eram essenciais: “O laboratório mais avançado do desenvolvimentismo era a zona sulina da América do Sul, conhecida como Cone Sul: Chile, Argentina, Uruguai e partes do Brasil” (KLEIN, 2008, p. 71). Através da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU sediado em Santiago, no Chile, e liderado por Raúl Prebisch, de 1950 a 1963, as ideias desenvolvimentistas eram testadas por todo o continente: “durante esse período espetacular de expansão, o Cone Sul começou a se parecer mais com a Europa e os Estados Unidos do que com o resto da América Latina e outras partes do Terceiro Mundo” (KLEIN, 2008, p. 71).

O cenário era composto, portanto, por desenvolvimento econômico, elevação salarial dos trabalhadores, atendimento gratuito de saúde, fortalecimento dos sindicatos, alfabetização em massa, acesso à universidade pública, etc. Este cenário, de relativo sucesso do desenvolvimentismo no Cone Sul, segundo Klein, “produziu dias sombrios para o departamento de economia da Universidade de Chicago” (2008, p. 72), por perceberem os acadêmicos da escola keynesiana “sendo recrutados pelos presidentes e primeiros-ministros para ajuda-los a domar as feras do mercado; quase ninguém estava interessado nas ideias audaciosas de Friedman acerca de deixá-lo ainda mais livre do que nunca” (KLEIN, 2008, p. 72).

A exceção dos desinteressados nas ideias de Friedman eram os dirigentes das grandes corporações norte-americanas. Estabelecendo um programa de guerra contra o desenvolvimentismo, este movimento “tentou colocar os governos desenvolvimentistas dentro da lógica binária de Guerra Fria. Não se deixem enganar pelo verniz democrático e moderado, esses falcões advertiam: o nacionalismo do Terceiro Mundo é o primeiro passo rumo ao totalitarismo comunista” (KLEIN, 2008, p. 75). Através das ações da CIA, a partir de 1953, golpes foram instituídos no Irã e na Guatemala – onde os governos estavam alinhados às ideias de Keynes, não de Stálin.

O foco do movimento, no entanto, era o Cone Sul, tarefa muito mais árdua, iniciada com o seguinte planejamento: “o governo dos Estados Unidos financiaria estudantes chilenos para aprender economia na mais reconhecidamente

anti-“vermelha” escola do mundo – a Universidade de Chicago” e os professores da universidade “também seriam pagos para viajar até Santiago, a fim de conduzir pesquisas sobre a economia chilena e para treinar alunos e professores nos fundamentos da Escola de Chicago” (KLEIN, 2008, p. 76). Lançado oficialmente em 1956, tal planejamento ficou conhecido como “Projeto Chile”: “o objetivo do Projeto Chile era produzir guerreiros ideológicos capazes de vencer a batalha de ideias contra os economistas ‘vermelhos’ da América Latina” (p. 77). Através da doutrinação dos visitantes da Escola de Chicago “todas as políticas chilenas eram colocadas no microscópio e dissecadas: na sua forte rede de seguridade social, sua proteção para as indústrias nacionais, suas barreiras comerciais, seus controles de preços” (p. 77-78). Mesmo com resistências dentro do cenário político norte-americano a um projeto tão abertamente ideológico – como a Fundação Ford – o programa engendrou raízes na Universidade Católica de Santiago, com estudantes egressos da Escola de Chicago assumindo cátedras do Departamento de Economia na Universidade Católica: “em 1963, doze dos treze professores de tempo integral do departamento tinham sido formados no programa da Universidade de Chicago, e Sergio de Castro, que fora nomeado diretor da faculdade, fazia parte do primeiro grupo de formandos” (p. 79).

Os “Chicago Boys”, como ficaram conhecidos, significaram uma forma de imperialismo intelectual, um fortíssimo projeto, que não estava funcionando. Em 1962, no Brasil, elegera-se João Goulart, “um nacionalista econômico comprometido com a reforma agrária, salários maiores e um plano audacioso para forçar as multinacionais a reinvestir um percentual de seus lucros na economia brasileira” (KLEIN, 2008, p. 79). Na Argentina, com a exclusão do peronismo das eleições em 1958, mas com a eleição de Arturo Frondizi, da UCRI (Unión Cívica Radical Intransigente), percebeu-se a aproximação desta parte da URC do peronismo, tanto pelo seu eleitorado e, conseqüentemente, pelas suas propostas. No Chile, a Unidade Popular, de Salvador Allende, venceu as eleições de 1970, “com uma plataforma que prometia colocar sob controle governamental amplos setores da economia dirigidos por corporações estrangeiras e nacionais” (KLEIN, 2008, p. 80).

A vitória de Allende, para Chicago, Friedman, e o Projeto Chile, era uma tragédia. Assim, “a democracia tinha se tornado inóspita para os Garotos de Chicago, no Chile; a ditadura seria mais conveniente” (p. 80). As corporações norte-americanas declaram guerra de imediato ao governo de Allende. As negociações entre a embaixada chilena em Washington com os grandes empresários norte-americanos não tiveram sucesso.

Em 11 de setembro de 1973, um golpe militar apoiado pela CIA e pelos “Chicago Boys” derrubou o governo de Salvador Allende – que supostamente suicidou-se durante a invasão das tropas ao Palácio de La Moneda – sob muito sangue, caracterizado pela guerra implementada pelo comandante Augusto Pinochet, que embora “tivesse um lado só, seus efeitos foram tão danosos quanto o de uma guerra civil (...): ao todo, mais de 3200 pessoas desapareceram ou foram executadas, pelo menos oitenta mil foram aprisionadas e duzentas mil foram deixaram o país por razões políticas” (KLEIN, 2008, p. 97).

Além da supressão das liberdades individuais e dos partidos políticos, o tratamento de choque capitalista, proposto por Friedman, foi implementado sob a crise deixada por Allende e as sanções econômicas impostas pelo mercado norte-americano. Através de ideias que aproximavam economia e biologia, ou “leis naturais superiores”, formava-se a aliança entre Pinochet e os Chicago Boys, que:

Durante o primeiro ano e meio, Pinochet seguiu fielmente as regras de Chicago: privatizou algumas, mas não todas as empresas estatais (inclusive bancos); autorizou novas formas de especulação financeira; abriu portas para a importação, derrubando as tarifas governamentais em 10% (...). Eliminou ainda o controle de preços, uma mudança radical num país que tinha regulado o custo dos bens de primeira necessidade, como pão e óleo de cozinha, por muitas décadas (KLEIN, 2008, p. 99).

Fruto de tais políticas, em 1974 a inflação atingiu 375%, “os empreendimentos locais fecharam, incapazes de competir, o desemprego bateu recordes e a fome se tornou inquietante. O primeiro laboratório da Escola de Chicago era um fracasso” (KLEIN, 2008, p. 100). A ação subsequente desta aliança, como “correção”, foi cortar ainda mais gastos governamentais,

buscando alcançar um “completo livre mercado”, sob orientação direta de Friedman. A situação era de depressão da economia chilena, atingindo 30% de desemprego, gerando pobreza massiva. A fase conhecida como o “milagre econômico chileno” só começou a partir de 1982, com a alteração de Pinochet no ministério das Finanças, destituindo os Garotos de Chicago e nacionalizando algumas companhias de grande porte. Naomi Klein, desmistifica o dito milagre econômico, afirmando que:

Em 1988, quando a economia estava estabilizada e crescia rapidamente, 45% da população tinham caído abaixo da linha da pobreza. Os 10% mais ricos, contudo, viram, suas receitas aumentarem numa base de 83%. Mesmo em 2007, o Chile continuava sendo uma das sociedades mais desiguais do mundo – em meio a 123 países nos quais as Nações Unidas mediram a desigualdade, o Chile ficava em 116º, tornando-se o oitavo país mais desigual da lista (KLEIN, 2008, p. 106).

Através desta análise, podemos compreender que o milagre aconteceu, sim, mas para a burguesia chilena e norte-americana – através das multinacionais. A classe média chilena – assim como a argentina, na mesma época – foi suprimida, conduzida economicamente para a pobreza. As ditaduras no Cone-Sul não se compuseram somente de fatores políticos. As ditaduras foram também econômicas, como exposto por Klein. Ditou-se o capitalismo de livre mercado, que apenas alavancou as riquezas da burguesia, e não deixou alternativas aos pobres, senão a miséria e a fome.

Ainda outro fator, nestes cenários, foi controlado: o cultural. Com a supressão das liberdades individuais, a liberdade de expressão, da imprensa, etc., também foi suprimida, através da censura, e do fator econômico. Por exemplo, no jornalismo, onde somente as grandes mídias – como os jornais e os canais de TV mais estabelecidos economicamente – conseguiram manter-se. A frente contra a expressão cultural era composta por dois fatores: econômicos (financiamento da produção, por exemplo) e políticos (censura e perseguição). Através da expansão das grandes mídias, os fatores culturais aliados ao capitalismo ganharam muito espaço nos cenários analisados. A televisão provavelmente é o principal representante deste fator: programas, novelas e filmes produziam conteúdos fúteis, alienantes, impondo à população o capitalismo via televisão.

O futebol, neste sentido, também oferecia-se como importante controle de massas. A Copa do Mundo de 1970, por exemplo, foi um acontecimento sumário no Brasil, com o título do “Esquadrão”, em que desfilavam (nas telas, porque a Copa aconteceu no México) grandes craques como Pelé, Tostão, Rivellino, Jairzinho, Gerson, Clodoaldo e Carlos Alberto Torres. A seleção brasileira tornou-se elemento de propaganda oficial para o regime (BREITKREITZ, 2012).

Assim como a Copa do Mundo de 1978, que aconteceu na Argentina e foi vencida pela seleção da casa. De acordo com Breitzkreitz, esta Copa foi pensada como a construção de um imaginário coletivo:

(...) principalmente para os turistas que chegaram no país para trabalhar no evento. O governo militar da época não poupou esforços e dinheiro para que as instalações onde circularam os profissionais da imprensa internacional fossem as mais modernas da época. Houve um esforço para que os aeroportos, hotéis, estádios e o centro de imprensa impressionassem positivamente os responsáveis por enviar informações para outros países. Também houve a preocupação para que os resultados dentro de campo fossem positivos para a equipe da casa, e que foi acusada da compra de resultados durante o torneio (BREITKREITZ, 2012, p. 01).

Visando elementos culturais como instrumentos de controle social via grandes mídias, através de propaganda, futebol, televisão, etc., as Ditaduras Militares no Cone-Sul exerceram amplo domínio nas sociedades em que se impunham. No entanto, houveram situações em que produções culturais manifestaram-se contra os regimes.

MÍDIAS ALTERNATIVAS: O HUMOR COMO INSTRUMENTO DE CRÍTICA AO REGIME MILITAR

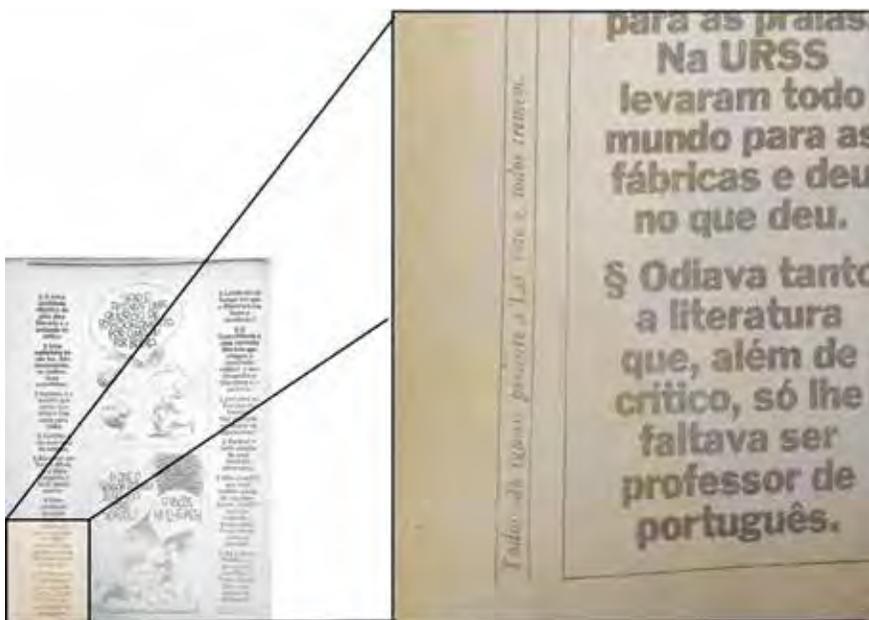
Na edição nº 0 da *Raposa Magazine* de 1980, Fraga ironiza “A maior seleção de todos os tempos” (p. 07), escalando o feijão como goleiro, a Democracia como zagueiro-central, os Direitos Humanos como lateral-esquerdo, a Anistia como lateral-direito, a Justiça Social como zagueiro-esquerdo, as Eleições Diretas como meia-esquerda, o Salário-Máximo como centromédio, a Liberdade de Expressão como meia-direita, a Distribuição

de Renda como ponta-esquerda, a Greve como centroavante, e o Zé Povinho como ponta-direita. A *Raposa Magazine* foi um representante da capital paranaense do que Mario Cámara (2014) aponta como um movimento de produção artística que toma forma no cenário cultural brasileiro a partir de 1971. Principalmente na cidade do Rio de Janeiro, durante o auge da censura no Brasil, após o AI-5, surgem revistas alternativas, chamadas “nânicas”, produzidas com baixíssimo orçamento, muitas vezes reproduzidas em mimeógrafos: “sua aparição devera-se à crescente censura imposta aos meios de comunicação pela ditadura a partir de 1964” (CÂMARA, 2014, p. 138). Tais revistas, em que publicavam poetas, artistas plásticos, designers, músicos, cineastas, fotógrafos, etc., das gerações de 1950, 1960 e 1970, configuram-se como manifestação principal da poesia marginal, mas também como lugares em que se encontraram e dialogaram: poetas concretos, neoconcretos, tropicalistas e marginais (CÂMARA, 2014).

Em Curitiba, este movimento de publicações alternativas manifestou-se primeiramente em *Anexo*, publicado como suplemento literário do jornal Diário do Paraná entre 1976-1977, e *Pólo Cultural*, publicado como jornal entre 1978-1979 (MORAES, 2016, p. 26). Percebemos a utilização da ironia e do humor como usos constantes na *Raposa Magazine*. Em uma página onde contém duas charges de Solda – que brincam com o sexo – e um texto de Roberto Gomes com pequenos axiomas afirmativos e irônicos, publicados com fontes grandes; no canto inferior esquerdo, posicionado horizontalmente, há: “*Todos são iguais perante a Lei. Isto é, todos tremem*”

Um espaço que normalmente contém informações sobre direitos de uso e de imagem dos periódicos, neste caso é utilizado para crítica ao Regime Militar sob um toque sutil. Somente um olhar atento aos detalhes percebe tais sutilezas¹. O autor – neste caso, com influência do editor-responsável Rubinho Gomes – conta com esta leitura atenta do leitor para compreender a ironia. A lei, assim, não caracteriza segurança, justiça, direitos. Pelo contrário, conferia medo. Mas a utilização do humor contra a situação em

.....
1 Conforme defende Carlo Ginzburg (1989) em: “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”.



Fonte: Raposa Magazine, última página, nº 3, Curitiba, setembro de 1981.
Imagem manipulada digitalmente pelo autor.

que o sujeito da narrativa encontra-se é que lhe confere um caráter irônico (composto pelo humor, a acidez, o medo, e outros que já foram apresentados), como os preceitos teóricos desenvolvidos por Pirandello (1999, p. 47).

Desde a primeira edição da *Raposa Magazine* é exposta a intenção de utilizar o humor, até mesmo em seu subtítulo “Humor e Rumor”, desenvolvendo estes conceitos no seu editorial: “Nosso compromisso básico, enquanto imprensa, é com a verdade. Enquanto ideias e cultura, com o novo, e, enquanto humor, com a liberdade” (RAPOSA MAGAZINE, nº 0, dez/1980). Portanto, é visível a intencionalidade de estabelecer as relações possíveis entre humor e subversão, novidade, buscando a liberdade. Ainda no editorial da *Raposa*, percebemos a intenção de se mostrar marginal conforme as outras revistas nânicas já apontadas anteriormente:

Neste final de 1980, A *Raposa* ressurgiu como uma síntese de dezenas de publicações do gênero que surgiram e desapareceram a partir de 1971. “Presença”, “Flor do Mal”, “O Verbo Encantado”, “Bondinho”, todos eles veículos que marcaram época neste jornalismo que muitos chamaram de underground, alternativo, nânico e outros

adjetivos menos votados. E digo síntese, porque ela pretende abrigar os mesmos ideais que determinaram a existência deles (RAPOSA MAGAZINE, no 0, dez/1980).

Este intuito de copiar ideias e a estética já desenvolvidas anteriormente, conforme no excerto acima, é discutido por Linda Hutcheon em *A teoria da paródia* (1989). Este texto, sobre utilização da paródia pela arte no século XX, contribui significativamente para o atual estudo, através da análise de uma “vontade atualizadora” manifestada por aquele que realiza uma paródia, revelando uma *transcontextualização* do objeto parodiado. Vinculando os dois conceitos, a autora define: “o tipo de paródia que desejo analisar é um processo integrado de modelação estrutural, de revisão reexecução, inversão e ‘transcontextualização’ de obras anteriores” (HUTCHEON, 1989, p. 22). Dessa forma, a autora aponta para cuidados que se deve tomar durante a análise artística, para não realizar análises superficiais, prestando atenção nas referências que o texto analisado carrega e/ou tenta *transcontextualizar*.

Na edição nº 5, da *Raposa Magazine*, (jan/fev 1981), podemos perceber um movimento parecido com o descrito por Hutcheon, com a publicação do texto “Democracia”, que está assinado da seguinte forma: “Artigo anônimo publicado em Almanak para a Democracia Portuguesa, 1º ano, Lisboa, 1870, pp, 41-44, atribuível a Antero de Quental”. Destaca-se que tal atribuição autoral centralizada no fim da página, baixo da charge assinada por Miran, que representa um homem, gordo, vestido socialmente, amarrado com uma corda na sua cintura, com expressão assustada e gritante, onde seu chapéu flutua sobre sua cabeça, em um movimento que demonstra tanto espanto quanto protesto. Novamente, o posicionamento do texto em um espaço reduzido da página indica um olhar atento. O texto, que debate os aspectos políticos da Democracia e do Estado em relação à propriedade, à guerra civil, às revoluções, é finalizado da seguinte forma:

É o que significa a palavra – democracia.

Que esta revolução se possa fazer pacificamente, é o voto mais íntimo dos nossos corações.

Senão, que a responsabilidade recaia toda sobre os que desencadearam as tempestades!
Quanto a nós, queremos a Paz – mas queremos também a Justiça.²

Portugal, em 1870, estava passando por um período de transição política (SERRÃO, 1980). A abolição da escravatura em 1869, e a suspensão das Conferências Democráticas do Casino em 1871 – lideradas pelo poeta Antero de Quental, influenciado por Proudhon – configuravam um cenário de instabilidade e reconstrução, assim como o Brasil na década de 1980. Portanto, a publicação deste texto, com esta atribuição autoral, neste contexto, pode configurar – seguindo a linha de raciocínio de Linda Hutcheon (1989) – uma *transcontextualização*. Os dois países estavam caminhando para governos democráticos. O pedido por justiça e paz na conclusão do texto também estavam presentes nos dois cenários. Assim, quando a edição da *Raposa Magazine* decide publicá-lo e atribuí-lo desta forma, está em um movimento consciente de utilização de seu significado em favor de interesses políticos que se aproximam do primeiro, mas, devido à fatores contextuais, estão compostos por outros significados.

Outra forma de manifestação política que houve em Curitiba foram alguns livros de poesia ligados ao “Movimento Sala 17”. A publicação de *Sala 17*, em 1976, inaugura este movimento, liderado por Antonio Thadeu Wojciechowski. Do mesmo movimento, ainda foram publicados *Reis magros* (1978) e *Sangra:Cio* (1980) – este último com participação de Paulo Leminski. Os três livros caracterizam-se pela publicação em gráficas pequenas de Curitiba, sem editoras, e compõe-se por compilar quinze autores ou mais, com poesias vinculadas a diversas referências, em meio a fotografias de cenários urbanos. Com pequena tiragem, mas com dois sentimentos que ressoavam entre as mais diversas poesias: o medo e o grito pela liberdade. Sentimentos que se transmitiam pelo Brasil a partir de 1964. Como na seguinte poesia, de Roberto Prado (1978):

.....
² *Raposa Magazine*, Curitiba, jan/fev de 1981, nº 5.

A PRAÇA NÃO É MAIS NOSSA

Cansados
de tanta tremedeira

susto engolido com saliva
pavor de cassetetes
olhos nas costas
e somos criminosos

temos pavor
na carne de raça
o vagalume vira holofote
e crime
o amor puro da praça

sem saber porque

nossas sombras fugitivas
ainda assim

furtivas se furtam

minha amada
nossos peitos apertados
e os irmão siameses
novamente juntos:

– o amor e o medo da polícia³

.....
³ Versos reproduzidos conforme publicação original, em Reis Magros, Curitiba, 1978, p. 166.

O cansaço que inaugura a poesia, conjugado no plural, que dialoga com o tremor, com o susto e com a boca então seca, é o cansaço do medo, da violência, da sensação de perseguição, da criminalização dos cidadãos que perderam seus direitos e ir e vir à praça, aos espaços públicos. O cenário construído nesta poesia é de terror. Terror de estado, instaurado e mantido pelos militares. Isso tudo “sem saber porque”. Os termos escolhidos compõem este cenário tenebroso: sombras, crime, cassetetes, pavor, susto, cansaço, medo, peito apertado. Em nada há luz. Neste cenário, os dois sentimentos – romanticamente opostos – se tornam irmãos siameses: o amor e o medo. Mas o medo é sentido em relação à um sujeito, ou um grupo: apolícia configura-se como o horror, o terror. O medo de amar em praça pública é devido à presença policial eminente.

Dois anos depois, em *Sangra:Cio*, Vitor Hugo Fernandes Martins dá um tom de esperança, em “*fragmentos de um 1º de maio: são bernardo/sp-1980*”, quando grita “*O povo / na raça / vai conquistar a praça!*”, falando de um cenário de confronto entre polícia e trabalhadores na cidade de São Bernardo do Campo-SP, característica por sua herança sindicalista da indústria metalúrgica: “*A polícia / dos patrões / matou / o operário*”; “*A polícia é / é / dos patrões*”. Conota o aspecto classista da polícia, que defende o patrão, mata o operário, o estudante, o jornalista, o guerrilheiro, o alfaiate, a criança, etc. Mesmo que não se refira a Curitiba, a importância desta poesia ser publicada na capital paranaense em 1980 sem dúvida diz respeito ao espaço que as lutas sociais estavam conquistando no cenário de início de redemocratização.

CONCLUSÕES

Conforme exposto na introdução deste trabalho, buscou-se aproximar as questões entre poesia e Ditaduras Militares na América Latina. Apresentando tanto o cenário político e econômico, quanto o cultural, compreendeu-se um exercício de reflexão em torno das questões suscitadas que

.....
4 Neste caso, não reproduzimos a totalidade da poesia devido à sua extensão. Destaco, também, que o livro não indica paginação, somente uma ordem alfabética de publicação dos autores.

nos leva a um outro exercício, que é função da História, enquanto ciência: pensar o presente.

A eleição da extrema-direita no Brasil em 2018, liderada por um presidente que defende abertamente a Ditadura Militar – como a celebrou nas comemorações de 25 anos do Golpe Militar de 1º de abril de 1964 – é um cenário também tenebroso para o povo brasileiro. Orientado por uma agenda neoliberal-conservadora, o governo de Jair Bolsonaro propõe incidir contra os direitos sociais e humanos que estão em processo de construção no Brasil. As minorias LGBTQI+, raciais, sociais, são atacadas pelo discurso de ódio – armamentista – diluída entre ampla parcela da população. E muitas vezes, esse discurso de ódio é utilizado pela estrutura governamental como cortina de fumaça para esconder alterações e deliberações que agridem os brasileiros em outros sentidos, como a liberação sem precedentes de agrotóxicos, o desmatamento, a reforma da previdência, o desmonte da universidade pública – organizados, estes, pelo ideário neoliberal que defende o estado mínimo, o livre-mercado, a financeirização.

Através das leituras acerca da implementação das agendas neoliberais nas Ditaduras Militares no Cone-Sul durante a segunda metade do século XX, podemos compreender que o projeto neoliberal já fracassou, pois beneficia somente a lógica do mercado capitalista – branco, burguês, paternalista e racista por excelência. Trata-se de um projeto que luta contra os trabalhadores, contra os direitos sociais, contra os direitos humanos, contra o meio-ambiente.

Analisando a produção cultural do mesmo período ditatorial, podemos compreender também as alternativas e estratégias de crítica e resistência aos projetos neoliberalistas. Produções artísticas com baixo investimento, carregadas de ironia e humor, com alto teor crítico ao sistema, nos ensinam como podemos agir contra o governo Bolsonaro, e interagir com a parcela da população oposta ao governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BREITKREITZ, Luciano Anderson. A ditadura e o futebol na América do Sul: a construção de um imaginário coletivo através das Copas do mundo de 1970 e 1978. Passo Fundo-RS: **Revista Semina**, v. 11, n. 01, 2012.
- BRESSANE, Ronaldo. A volta do “textão”. **Cândido**, Jornal da Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba, n. 96, p. 12-15, julho de 2019.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MARTINS, Vitor Hugo Fernandes. In: CENTURIÃO, Alberto (et al). **Sangra:Cio**. Curitiba: Retrocopy Ltda., 1980. Sem paginação.
- MORAES, Everton de Oliveira. **“Cortar o tecido da história”**: condutas e imagens do tempo em Paulo Leminski e Luiz Rettamozo (1975-1980). Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. – Curitiba: UFPR, 2016.
- PIRANDELLO, Luigi. **O Humorismo**. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). Pirandello: doteatro no teatro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- PRADO, Roberto. In: CENTURIÃO, Alberto (et al). **Reis Magros**. Curitiba: Editora Beija-Flor, 1978.
- SERRÃO, Joel. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1968-1973). **Análise Social**, vol. XVI (61-62), Lisboa, 1980, 1º-2º, 343-361.
- WALSH, Rodolfo. Carta Abierta de Rodolfo Walsh a la junta militar. Buenos Aires, 24 de março de 1977. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 137-156. – jul/dez 2007.
- _____. Carta de Rodolfo Walsh a Francisco “Paco” Urondo, morto pela ditadura argentina a 17 de junho de 1976. Tradução de Eduardo Pellejero e Susana Guerra. **Gratuita**. Vol. 1. – Belo Horizonte, Lisboa: Chão da Feira, 2012.
- WOJCIECHOWSKI, Antonio Thadeu. **Sala 17**. Curitiba, PR: Gráfica e Editora Cruz de Malta, 1978.

APROXIMAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E JORNALISMO: A GAZETA PELOTENSE (1976)

ROSA, AMILCAR ALEXANDRE OLIVEIRA DA ROSA
JORNALISTA, MESTRANDO EM HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/BRASIL
AMILCARFLORIPA@GMAIL.COM

RESUMO

O objetivo deste artigo é estabelecer interlocuções entre os campos da história e do jornalismo na tentativa de construir uma categoria de análise, a de *imprensa de transição*. As interlocuções entre os dois campos terão como referência o jornal *Gazeta Pelotense*, que circulou entre setembro de 1976 e janeiro de 1977, em Pelotas (RS), durante a ditadura civil-militar instalada no Brasil em abril de 1964. A história da publicação será analisada a partir de entrevistas concedidas por alguns ex-integrantes da redação. Entre eles, o escritor, professor e jornalista Aldyr Garcia Schlee, que foi seu diretor de redação; o professor aposentado da UFPel João Manoel Cunha, editor de Variedades; e o advogado e jornalista Renato Varoto, da Editoria Geral. A hipótese da pesquisa é de que, mesmo antes da abertura política, do fim da censura à imprensa e dos embates em torno das políticas de reparação – a *justiça de transição* –, já havia veículos que, não sendo explicitamente críticos aos militares, tentaram dar voz a trabalhadores e personalidades contrárias ao regime.

Palavras-chave: *Gazeta Pelotense*. Jornalismo. Ditadura civil-militar.

INTRODUÇÃO

A história do jornal *Gazeta Pelotense*, que circulou entre os meses de setembro de 1976 e novembro de 1977 em Pelotas (RS), é lembrada neste artigo a partir de depoimentos de alguns dos integrantes da antiga redação. Contar a história do jornal é uma tarefa inédita. Na Biblioteca Pública Pelotense existem apenas 42 exemplares, dos 91 publicados. Outros estavam de posse de integrantes da redação ou de seus familiares. Do total, 88 exemplares foram recuperados para a realização desta pesquisa. Em uma busca rápida na internet, pouquíssimos registros sobre o jornal são encontrados. Para contar a história da publicação, é importante, então, além de reunir os exemplares originais, buscar os depoimentos das pessoas que ajudaram a viabilizá-la e situar o contexto em que o jornal foi criado. Com essa finalidade, entrevistas foram realizadas com os integrantes da redação, e serão o fio condutor da análise proposta neste artigo.

O critério utilizado para priorizar as entrevistas deste artigo é basicamente o papel que os entrevistados desempenharam na redação da *Gazeta Pelotense*. O escritor, professor e jornalista Aldyr Garcia Schlee¹, falecido em 2018, e que veio a se tornar um autor renomado, foi quem elaborou seu projeto editorial e gráfico, além de ser seu diretor de redação. Desempenhou essa importante função no período em que a ditadura ainda não havia levantado a censura à imprensa e a perseguição aos opositores continuava. O jornalista foi conduzido várias vezes para “averiguações e prestação de depoimento” às autoridades militares do Exército na cidade.

.....
1 Aldyr Garcia Schlee (1934-2018), jornalista, ilustrador, escritor, professor, era doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalhou no jornal *A Opinião Pública* e foi secretário de redação do jornal *Diário Popular*, ambos de Pelotas, nos anos 1960. Antes, estagiou no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, na estreira da premiação obtida em 1953, aos 19 anos, no concurso que escolheu a melhor arte para a camisa da Seleção Brasileira de futebol. Depois da premiação, foi planejador gráfico do jornal *Última Hora*, em Porto Alegre (RS), pertencente ao jornalista e empresário Samuel Wainer. Também participou da fundação do curso de Jornalismo na Universidade Católica de Pelotas, além de ter sido professor de Direito da UFPEL. As informações foram coletadas durante entrevista realizada por mim com Schlee em agosto de 2018, e em discurso proferido por ele durante recebimento da medalha de Professor Emérito da UFPEL, em 2012. O discurso está disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee--durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912-d6c03>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Pouco antes de ocupar o cargo, Schlee trabalhou como secretário de redação do *Diário Popular*, o único jornal local, além de dar aulas de Português, Literatura e Retórica no Colégio Municipal Pelotense. Os outros entrevistados, Renato Luiz Mello Varoto (doravante Renato Varoto) e João Manuel Cunha eram figuras de destaque na cena cultural e profissional da cidade.

O objetivo principal deste artigo é, a partir dos testemunhos, verificar a presença na sociedade de Pelotas de alguns indicativos que podem caracterizar o começo de um movimento de transição em direção ao fim da ditadura, com repercussões na imprensa, representada aqui pela *Gazeta Pelotense*, no que pode vir a caracterizar o que chamo de *imprensa de transição*. Mesmo que tenha circulado apenas por três meses, os registros nas páginas do jornal e os testemunhos indicam uma demanda da sociedade no sentido de superar os estreitos limites impostos pela ditadura, principalmente com relação aos costumes e às práticas culturais, mas também com relação à política – era um ano de eleições municipais em todo o país².

1 JORNALISMO, HISTÓRIA E MÉTODO

Em termos metodológicos, alguns aspectos são coincidentes no jornalismo e na história, particularmente no aspecto da utilização de entrevistas. Mas, se por um lado a utilização de entrevistas e as estratégias de averiguação, como checagem entre o que foi dito pelas fontes e os documentos, aproxima os dois campos, por outro, o tempo da produção e os métodos os diferenciam – ainda está para ser disseminada a crítica dos veículos jornalísticos com relação à sua própria produção, ao contrário das pesquisas em história, em que a crítica se volta constantemente às práticas do meio.

Além de permitir ouvir quem tem importância estratégica para os fatos que se quer pesquisar – as “unidades qualitativas” de que fala Verena Alberti –, os recursos metodológicos da história oral levantam a questão dos relatos como “versões” sobre os fatos, que devem ser incluídos na análise

.....
2 A editoria de cultura era um dos pontos fortes do jornal, que publicava um caderno cultural semanal com oito páginas, uma inovação para a época no jornalismo local.

do pesquisador. Esses relatos são parte da história recente, pensados em um tempo “que a memória dos entrevistados alcance” (ALBERTI, 2005, p. 21). Também é preciso sempre atentar para o fato de que a história oral baseia-se na *criação* de fontes – as entrevistas são transformadas em *documentos históricos*. Documentos que deslocam o objeto documentado: “não mais o passado ‘tal como efetivamente ocorreu’, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado” (ALBERTI, 2005, p. 19).

Não é esta a pretensão dos jornalistas. A entrevista em jornalismo começou a ser utilizada no final do século XIX (SCHUDSON, 2007, p. 121). Antes disso, as conversas não eram mencionadas por escrito. Esta prática é uma decorrência direta do fim da relação íntima entre jornalistas e política partidária.

Só nos anos [18]80 a entrevista se tornou um “evento dos media” bem aceite e institucionalizado, uma ocasião criada pelos jornalistas, através da qual podiam elaborar uma história. Este novo estilo de intervenção jornalística não apagou o partidarismo, mas previu a nova dedicação dos repórteres a um sentido de ofício e a uma nova posição numa cultura ocupacional com as suas próprias regras, as suas próprias recompensas e o seu próprio espírito. (SCHUDSON, 2007, p. 121).

Em seus primórdios, o uso da entrevista em jornalismo tem relação com a credibilidade dos veículos. Entrevistar alguém era sinal de independência do jornalista e do veículo. Isso porque, com a nova orientação, decorrente de uma série de mudanças no sistema político estadunidense e na tecnologia para a produção e circulação dos diários, associada à competição entre os jornais, “os repórteres que escreviam notícias concentravam-se em escrever histórias e não em promover partidos” (SCHUDSON, 2007, p. 121).

Já o uso das entrevistas para a prática historiográfica tornou-se comum em função da história oral. Verena Alberti observa que a história oral começou a se “apresentar como potencial do estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais” apenas na segunda metade do século XX (ALBERTI, 2005, p. 18), portanto, algum tempo depois do começo do uso das entrevistas em jornalismo nos Estados Unidos. No Brasil, a prática começou a se disseminar nos anos 1970 (ALBERTI, 2005), na onda crítica que investia

na “valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras ‘tradicionais’ (marxista e dos *Annales* dos anos 1950/1960) de cunho estrutural” (FICO, 2014, p. 51). Em uma linha argumentativa assemelhada, Verena Alberti afirma que o começo do uso das entrevistas na história oral deveu-se a “uma espécie de insatisfação dos pesquisadores com os métodos quantitativos que, no pós-guerra, começaram a ceder lugar aos métodos qualitativos de investigação” (ALBERTI, 2005, p. 18-19).

Cabe perguntar: em que medida fazer história não seria também uma preocupação imediata dos jornalistas, a depender do fato abordado? Há entendimentos segundo os quais com o tempo os dois campos se aproximaram, particularmente com o surgimento e desenvolvimento dos estudos sobre a história do tempo presente, um tempo por definição próprio da investigação jornalística. Nem por isso há coincidência entre ambos, como analisa Kushnir (2004, p. 54):

Jornalistas e historiadores, lado a lado na construção dessa história do tempo presente, aproximam-se nas temáticas e afastam-se nos métodos. Ao diferenciá-los, Rioux os estabelece assim: [...] o jornalista, quer tenha os papéis de repórter, de redator ou cronista, é um Sísifo do efêmero que “escreve para o esquecimento”, [...] [para] vencer a angústia da pequena morte diária – a página do jornal destinada ao lixo. [...] O historiador [...] procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do “fechamento”, [...] enquanto o jornalista é o homem apressado, que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura, mediatilizando-a em jatos e inventa fontes sem poder tratá-las.

Segundo a autora, a história do tempo presente surgida a partir do “grande encontro possível desses ‘sujeitos das letras’” não se daria no instante, nem no agora, mas permitiria pensar “a complexidade, os detalhes, a produção de novas fontes, o entrelaçamento de fatos”:

Os profissionais dessas áreas e suas análises desejam contribuir, e nada mais importante do que a narrativa e a reflexão sobre um período, por diversos ângulos, para que isto possa acontecer. (KUSHNIR, 2004, p. 55)

O presente é um momento de que, por motivos diferentes, nem o historiador nem o jornalista podem fugir. É da natureza da atividade jornalística a ação no presente, a pressão pelo “fechamento”, como define Kushnir (2004), a produção da manchete que terá impacto instantâneo, sendo logo depois substituída por outra. Mas o historiador também é premido por essa característica, como lembra Hobsbawm (1998, p. 244): “Já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada”. O autor enumera três problemas dessa relação entre o historiador e o tempo em que se vive:

[...] o da própria data de nascimento do historiador ou, em termos mais gerais, o das gerações; os problemas de como nossa própria perspectiva do passado pode mudar enquanto procedimento histórico; e o de como escapar às suposições da época partilhadas pela maioria de nós. (HOBSBAWM, 1998, p. 244).

São problemas diretamente ligados à questão da subjetividade e da representação, ou, como mais adiante afirma Hobsbawm: “Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo” (HOBSBAWM, 1998, p. 244). Este “poleiro particular” é outra característica comum aos produtores de ciência (historiadores que partem do presente para analisar os fatos do passado) e aos que reportam os fatos do presente, a partir do presente (jornalistas). A metodologia da história do tempo presente nos moldes em que a define Hobsbawm (1998) é um produto da experiência pessoal do tempo presente.

Mesmo situando o discurso como uma categoria representacional em que o sujeito também está situado em um tempo que informará essa representação, vários outros cuidados são necessários na tarefa tanto do historiador quanto do jornalista com a finalidade de validação de suas narrativas. Isso porque, como já afirmado, uma característica é marcante nas duas atividades, de profissionais da comunicação e de historiadores: aproximar-se ao máximo do objeto de investigação, científica ou jornalística, tendo presente que essa aproximação é sempre produto de uma versão.

Ao longo do tempo, essa tentativa de estabelecer o melhor método de investigação no campo historiográfico sofreu muitos redirecionamentos,

com diferentes compreensões sobre a melhor estratégia a ser adotada. O historiador Carlos Fico, por exemplo, discute a crise que se abateu sobre os historiadores, entre outros pesquisadores, com o fim do “conforto teórico proporcionado pelo marxismo” como método de análise entre os anos 1970 e 1980.

[...] muitos historiadores, aqui e alhures, a partir dos anos 1980, voltaram-se para os arquivos, para as evidências empíricas, como uma espécie de refúgio, evitando o debate teórico mais amplo e adotando, quando muito, conceitos *ad hoc*. (FICO, 2017, p. 15).

E mais:

O empirismo leva a muitos problemas, sobre os quais, entretanto, há algum debate, especialmente relativo à crença sobre o acesso ao real por meio dos vestígios, à construção da narrativa histórica com pretensão de verdade porque fundamentada em documentos e assim por diante. (FICO, 2017, p. 15)

O autor critica a falta de aprofundamento no debate teórico do campo historiográfico, limitado pelas certezas que determinam os procedimentos de pesquisadores do período da ditadura civil-militar. A intenção da crítica era criar novas bases conceituais para entender um período marcante da vida brasileira, sem as amarras do conhecimento *ad hoc* que levaram os pesquisadores, segundo Fico, a adotar os conceitos produzidos até então como dogma, sem submetê-los à crítica. Essas amarras, diga-se, são práticas recorrentes do jornalismo diário, sempre apoiado nos argumentos de autoridade de fontes que em tese são insuspeitas, principalmente autoridades empresariais e do meio jurídico³.

.....
3 A esse respeito, é pedagógica a reviravolta na cobertura da Operação Lava-Jato, que trata da apuração de desvio de verbas da Petrobras no Brasil. Após anos reproduzindo depoimentos dos responsáveis pela apuração, particularmente os do ex-juiz federal e atual ministro da Justiça Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, e do procurador federal Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal (MPF) do Paraná, documentos obtidos pelo site *The Intercept Brasil* apontam várias irregularidades envolvendo as duas autoridades, colocando sob suspeita essas personagens até então intocáveis. A atuação dos profissionais do *The Intercept Brasil* fornece um exemplo de jornalismo independente, fortalecendo o papel da imprensa em um momento de crescente descrédito. No futuro, pode contribuir para a interpretação histórica deste período da vida nacional. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

As crises “da razão moderna e da filosofia do sujeito” a que Fico se refere para justificar a necessidade de mudança de procedimento dos cientistas expressam uma postura notada por vários historiadores. Por trás da crítica às bases conceituais utilizadas até então, está a constatação do esgotamento das teorias sociais globais,

[...] marxismo à frente, com a crise da hipótese da determinação em última instância da base econômica – e do relativo esgotamento da história quantitativa ou serial (que foi a maneira pela qual tal crise foi percebida pela História predominante na França, sempre de modo teoricamente mitigado). (FICO, 2017, p. 14).

Como métodos de análise, essas teorias não dão conta, por exemplo, dos meandros das relações interpessoais, das particularidades temporais e espaciais que produzem os fatos. Mas há outra questão que deve orientar o trabalho tanto de jornalistas quanto de historiadores, e que parece, quanto aos primeiros, ser muitas vezes ignorada, do ponto de vista da pauta jornalística: as relações de poder e sua influência sobre o que vai parar nos – ou deixa de constar dos – documentos, sejam eles páginas de jornais ou outros registros. E mesmo no que consta ou deixa de constar dos testemunhos, muitas vezes como consequência de condicionantes sociais, econômicos, políticos ou de outras ordens, que não determinam apenas os grandes movimentos de mercado, da política, mas as próprias relações interpessoais.

Jenkins (2001) chama a isso ideologia, e aponta sua influência na definição da legitimidade das “regras e procedimentos metodológicos rígidos”. Segundo esse autor, “é enganoso falar de método como caminho para a verdade” (JENKINS, 2001, p. 36). Para ele, a ideologia determina tanto a forma de conhecer (epistemologia) quanto os métodos para o conhecimento (metodologia). Mais enganoso ainda, do ponto de vista da produção da informação, seria ignorar esses direcionamentos na definição dos conteúdos de veículos de comunicação. Neste caso, pela amplitude e velocidade, está-se no campo da formação do senso comum, que é do que se trata quando se fala em comunicação para a população em geral, determinada e determinante dos conteúdos políticos, econômicos, jurídicos, etc.

Ao tratar da relação entre versão dos entrevistados e documentos, Alberti (2005) enfatiza a necessidade de situar contextos histórico e cultural e os próprios pontos de vista dos entrevistados. “Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 25). Assim, no caso da busca de informações sobre determinados eventos de um período em que a informação circulava sob censura ou com sérias restrições, tanto documentos quanto o produto de depoimentos de fontes orais devem ser analisados com cuidado. Sob pena de não se perceber, por exemplo, o que Kushnir aponta, ao referir a necessidade de o Estado brasileiro sempre ter tentado “impor um determinado contorno de cidadão ideal”. A autora afirma:

Estas questões, além das da construção de uma identidade nacional e do perfil do seu cidadão, foram tratadas exaustivamente em diversos trabalhos elaborados nos anos 1980 e 1990 sobre a Primeira República. A postura de vigiar e reprimir implementada em certos períodos por governos brasileiros, entretanto, teve início pelo menos oitenta anos antes desses estudos, com os primeiros decretos de estruturação de uma *polícia política*, que abrigava, então, os departamentos de investigação e repressão à vadiagem e aos “estrangeiros perigosos”. Nesse sentido, por meio do binômio ordem pública/segurança nacional que regeu a *polícia política*, pode-se pensar a relação de quem dita o permitido. Assim, nos mecanismos de implementação de uma máquina de censura, vislumbra-se essa intrincada mecânica – ora externa (como um pedido de setores da sociedade civil), ora interna – que é a delimitação, pelo Estado, do que é legal. (KUSHNIR, 2004, p. 33, grifos da autora).

O componente ideológico e as condições determinantes das relações de poder sempre estão presentes, mas são tanto mais sentidos quanto mais a história política de um país não é determinada pelo conjunto dos cidadãos – e a história política do Brasil é basicamente uma sucessão de disputas por poder que excluem a maior parte da população.

2 JORNALISMO EM PELOTAS: A GAZETA PELOTENSE

A imprensa “surgiu de forma tardia na cidade” de Pelotas, com a fundação do jornal *O Pelotense*, em 1851, por Cândido Augusto de Mello

(LONER, 2010), período caracterizado como sendo o da “imprensa partidária ou panfletária *civil*” (HOLFELDT, 2006, p. 3, grifo do autor), logo após a Revolução Farroupilha. É o momento em que “os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes, já que, sem tal vínculo, era quase impossível a sobrevivência financeira” (HOLFELDT, 2006, p. 3).

Desde o final do século XIX até os dias atuais, apenas o *Diário Popular* conseguiu manter-se permanentemente em circulação em Pelotas. Nesse período, vários jornais surgiram e desapareceram, alguns com existência duradoura, apesar de não poderem ser considerados integrantes da “grande imprensa”. O caso mais luminoso é o do jornal *A Alvorada*, clássico exemplo da imprensa negra de resistência. Como não se viam representados nas páginas dos jornais tradicionais, os trabalhadores negros da cidade resolveram lançar o próprio jornal. Foram quase 58 anos de duração (1907-1965), com várias interrupções (OLIVEIRA, 2016). Durante toda a sua existência, conviveu com o *Diário Popular* e outros veículos na cidade. Até sobrar apenas o *Diário Popular*.

Se durante a primeira fase ele [Diário Popular] disputava espaço com diversos periódicos, inclusive de circulação diária, como se percebeu desde a instituição da Gráfica Diário Popular Ltda., o mesmo não pode ser dito, especialmente a partir da década de 1960. O jornal voltou a ser o único a circular de 1965 (quando cessou as atividades o *A Alvorada*) até o lançamento da *Gazeta Pelotense* (que teve vida curta, circulando apenas em 1976). E depois disso, até 1979, quando foi lançado o *Diário da Manhã*, principal concorrente do Diário até os dias de hoje. (BANDEIRA, 2018, p. 62).

No final da década de 1970, mais precisamente em 1976, ano em que a *Gazeta Pelotense* foi lançada, a ditadura civil-militar ia pela metade – instaurada em 1964, somente dali a nove anos chegaria ao fim. Pelotas, a Princesa do Sul, tinha uma população de pouco menos de 260 mil habitantes. Quase 80% viviam no meio urbano (IBGE, Censo 1980). Mas apenas o quase centenário *Diário Popular*, fundado em 1890, um dos jornais mais

antigos em atividade no Rio Grande do Sul, circulava na cidade, com vínculos estreitos com a ditadura militar⁴.

Naquele momento, a cidade de Pelotas passava por modificações profundas em sua estrutura urbana. Uma das mais importantes foi a expansão em direção à periferia, com a criação de bairros de moradias populares, aumento da especulação imobiliária e consequente reação dos preservacionistas, que começavam a ter uma participação mais organizada na defesa do patrimônio material na cidade (KNACK, 2017). Havia também a retomada da ação de atores políticos que haviam sido silenciados durante a ditadura, como o movimento estudantil da cidade (POHNDORF, 2013). E algumas iniciativas, como o lançamento do jornal *Triz*, com apenas uma edição, escandalizavam a elite local, particularmente em função da matéria principal, que citava homossexuais não assumidos na cidade ao discutir a “fama” da localidade em nível nacional⁵.

A falta de um canal de comunicação juntou o empresário do setor do transporte e filho de imigrantes portugueses Manuel Marques da Fonseca Júnior e profissionais da comunicação para tentarem construir uma alternativa ao único jornal da cidade⁶. Foram importados equipamentos de última geração para dar conta do projeto gráfico inovador, com uso de cores e outras novidades, que possibilitavam, por exemplo, a reprodução, nas páginas do jornal, de imagens captadas diretamente da televisão. Também foi criado um banco de imagens para uso nas edições diárias.

.....
4 O proprietário do jornal, Edmar Fetter, foi eleito prefeito de Pelotas pelo conservador Partido Social Democrático (PSD) em 1964, ano do golpe militar. O partido apoiou a implantação da ditadura (GRINBERG, 2009), e parte de seus membros veio a constituir a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que dava sustentação aos militares durante o bipartidarismo implantado no país através do Ato Institucional n. 2 (AI-2), de 1965. Pela ARENA, Edmar Fetter foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul em 1970. A eleição foi indireta, conforme determinava o Ato Institucional n. 3 (AI-3), de 1966. Informações estão disponíveis em <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>.

5 O jornal *Triz*, se não combatia abertamente o regime, como outras publicações no País, mexeu com algo talvez até mais sensível do que a política e a economia, aos olhos dos militares: o comportamento, com matérias irreverentes sobre assuntos locais. Alguns dos redatores do jornal trabalharam na *Gazeta Pelotense*.

6 Segundo vários depoimentos coletados para esta pesquisa, essa era também uma forma de o empresário, conhecido pelo seu espírito empreendedor, romper as barreiras impostas pela elite local a um imigrante que construiu sua fortuna vindo “de baixo”.

O teor das matérias demonstra que, ao pensar o jornal, a equipe considerava a necessidade de utilizar uma linguagem editorial e gráfica cautelosa, em uma tentativa que buscava construir uma nova linguagem, ou, nos termos de Hall (2016), uma nova representação, um novo sentido para os fatos locais. Um sentido que não se restringia à parte escrita, mas a toda uma linguagem gráfica, produto da capacidade artística de seu diretor de redação, que desenhou o projeto gráfico do jornal.

Lançada após dois anos de cuidadosa preparação, e mesmo durando apenas três meses, nem por isso a *Gazeta Pelotense* se jogou de cabeça na crítica ao regime, aproveitando-se das brechas que se alargavam com a “distensão política”. Longe disso, os integrantes da equipe afirmam que se dedicaram a abordar jornalisticamente temas que surgiam na segunda metade dos anos 1970: meio ambiente, minorias (judeus, por exemplo), retomada do movimento estudantil e contestação de certos padrões de comportamento. O que já poderia ser considerado grande avanço, dadas as condições em que se fazia jornalismo até então.

As entrevistas que realizei com os antigos integrantes da equipe foram feitas adotando algumas técnicas da história oral, cujos procedimentos, como dito anteriormente, em alguns momentos assemelham-se aos adotados pelo jornalismo, particularmente a inserção dentro de um projeto, elaboração de um roteiro prévio e o registro gravado – o vídeo só não foi utilizado na entrevista com o jornalista e advogado Renato Varoto.

As entrevistas são importantes para efeitos de comparação entre história oral e jornalismo, mas a elas se associam os documentos, no caso, exemplares da *Gazeta Pelotense*, fundamentais para situar alguns depoimentos. Por exemplo, o editorial do exemplar número 2, intitulado “Nasce um novo jornal”, que mostra a intenção dos responsáveis pela publicação:

Sabemos, antes de tudo, que um jornal não é um prédio, nem uma boa impressão, ou os melhores equipamentos e a melhor gente; não é comércio, nem indústria, nem prestação de serviços. Nem mesmo é aquilo que sonhávamos que ele fosse; nem será exatamente aquilo que desejamos que ele seja. Um jornal transcende a tudo. Nasce transcendente. (GAZETA PELOTENSE, 1976, n. 2, p. 4).

O título do editorial remete à logomarca do jornal, na forma da letra N, e a “Novo Jornal”, que deveria ser o nome da publicação, inicialmente, segundo depoimento do diretor de redação Aldyr Garcia Schlee (ENTREVISTA SCHLEE, 2018.). Os cuidados impediram que houvesse atropelos para colocar a publicação na rua. Segundo Schlee:

A ideia era ambiciosa, mas era bem pensada porque, para chegar onde a gente queria, nós íamos levar um ano e meio. Nós precisávamos de meio ano para lançar coisas que impactassem. Primeiro, no aspecto gráfico. Depois, passado o primeiro ano de vida, aí íamos mudar a orientação editorial.

O lançamento do jornal envolveu até mesmo a presença do governador Sival Guazzelli. Fotos do governador com a primeira edição em mãos, com a rotativa ao fundo, foram publicadas na edição de número 2. Dessa forma, os editores tateavam o terreno, para evitar riscos. Ainda para Schlee:

Era uma forma média de fazer jornal, que não revelava nenhum conteúdo ideológico mais forte. Isso era para superar o período que nós tínhamos que nos adaptar ao dono do jornal. Mas era sem concessões. Aliás, tinha uma, que era uma pessoa de confiança do dono fazendo o editorial. Assim, não corríamos nenhum risco.

O entendimento de Schlee sobre a “forma média de fazer jornal” certamente leva em conta seu passado como alvo dos militares. A expressão remete também ao que Portelli (1996) chamaria de fontes orais de classes hegemônicas, com termos e entendimentos de determinados segmentos que traduzem formas específicas de linguagem e atribuição de sentido. Os três entrevistados para este artigo são integrantes das classes educadas. O que não impede que suas narrativas misturem aspectos “históricos, poéticos e míticos” (PORTELLI, 1996, p. 6). Verdade pessoal e imaginação misturam-se claramente no caso das memórias dos integrantes da *Gazeta Pelotense*. A razão é uma só: todos queriam desenvolver um projeto que fosse único, e esta é a referência dos entrevistados, como se observa nos depoimentos a seguir.

O ex-professor de Literatura da UFPel João Manoel Cunha era editor de Variedades da *Gazeta Pelotense*. Em entrevista concedida em junho de 2018, relata a intenção que o motivou a participar da equipe e o cenário cultural da cidade:

Não tínhamos onde ler uma crítica literária em Pelotas. No *Diário Popular*, havia gente que fazia a crítica de óperas do século XIX, ainda com aquela ideia de “Pelotas Atenas”. Eram pessoas ótimas, com quem se aprendia muito, mas que não davam conta do que acontecia no momento. Ninguém fazia as entrevistas que publicamos sobre o último disco do “fulano”, a peça de teatro do “beltrano”. A ideia era ter um jornal que atendesse a essa necessidade de informar a população sobre o que acontecia no mundo para poder atualizar o pensamento cultural do pelotense. Havia uma dificuldade imensa de fazer isso. (ENTREVISTA JOÃO MANOEL CUNHA, 2018)

Na narrativa de João Manoel Cunha, observa-se uma peculiaridade da cidade, que remete novamente a Portelli (1996), quando este trata das memórias individuais e das memórias de grupos. No caso, da tradição cultural da cidade, que se perdeu com o tempo. Apesar de ser considerada a “Atenas” do Rio Grande do Sul, pelo passado já não tão recente de investimento na cultura, com a construção de teatros e apresentações culturais variadas, a cidade havia perdido essa referência. Um dos motivos que se depreende da fala do professor João Manoel é que não havia sintonia com os fatos culturais do presente. Era como se a cidade tivesse parado no tempo, ficando presa a uma memória que não tinha mais apelo para os habitantes de Pelotas na segunda metade dos anos 1970.

Tínhamos claro que faríamos um veículo não só de informação, mas de formação. A ideia que eu e meus colegas tínhamos era a de formar leitores para o jornal. Claro que fazíamos concessões. Havia coluna policial, falando sobre quem matou quem, fulano atropelou sicrano, um jornal normal. Mas íamos fazer um jornal de formação. Formação de plateias, cultural, humanística. Porque não tínhamos isso. A ideia era formar leitores para esse jornal. Não lembro de termos feito uma reunião sobre a orientação política do jornal. Queríamos formar nosso leitor, sob todos os pontos de vista. (ENTREVISTA JOÃO MANOEL CUNHA, 2018).

Neste caso, superpõem-se a intenção dos jornalistas e o que pensavam ser a demanda dos habitantes da cidade por cultura e “formação”,

que tem pelo menos dois sentidos: de formação de um público leitor e de qualificação desse público. Em várias edições do jornal, os cadernos dominicais de cultura traziam notícias sobre a estreia de filmes que mexiam com o imaginário não só de Pelotas, mas do Brasil. Os redatores tentavam trazer para a cena local as discussões que se davam em nível nacional, por exemplo, sobre as peripécias de Jack Nicholson em *Um estranho no ninho* (1975), um clássico do cinema dirigido por Milos Forman e lançado no Brasil apenas quatro meses antes do primeiro número da *Gazeta Pelotense*.

Embora esse componente “cultural” e “humanístico” predomine nas falas típicas das “classes educadas” dos entrevistados, havia também espaço para coberturas que não se identificavam com a pauta cultural, mas política. Foi o caso da cobertura da morte do ex-presidente João Goulart, o Jango, com deslocamento do repórter Robson Barenho e da fotógrafa Maria do Carmo Jansen Lessa (também é importante destacar o fato de ser uma mulher fotógrafa) a São Borja para acompanhar o enterro. A cobertura ocupou três páginas da edição número 68, de 8 de dezembro de 1976. Em termos comparativos, a cobertura no concorrente *Diário Popular*, embora ocupasse a primeira página, no rodapé do jornal, era uma matéria assinada pelo correspondente da *Agência Jornal do Brasil*.

O jornalista e advogado Renato Varoto foi convidado para exercer a função de Editor Geral do jornal. “No final, acabei fazendo a Geral, a Social, a Polícia e, no início, o horóscopo, que depois foi comprado e passou a vir de São Paulo”, lembra.

Nunca houve “não pode isso, não pode aquilo”. Havia, evidentemente, coisas que a gente sabia que não podia abordar, porque a censura não permitia. Quando trabalhei na RBS, a gente recebia uma lista semanal de assuntos e pessoas proibidas. Na Gazeta, não. (ENTREVISTA RENATO VAROTO, 2018).

Neste caso, é importante destacar a presença de pelo menos uma personalidade contrária ao regime, D. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), conhecido defensor dos direitos humanos e crítico do regime, que aparecia com frequência nas

páginas da *Gazeta Pelotense* em matérias de veículos do centro do país reproduzidas localmente. A presença do arcebispo no jornal valeu pelo menos uma crítica do professor da Faculdade de Direito Alvacyr Faria Collares, publicada na coluna de opinião do *Diário Popular* no dia 9 de dezembro de 1976. O mesmo autor assinava artigos eventuais na *Gazeta Pelotense*, sempre invocando a defesa dos valores cristãos e o combate ao comunismo. O que pode ser visto como exemplo da postura que a *Gazeta Pelotense* adotava para circular na cidade.

Para Varoto, o jornal representava um projeto inovador pessoal do empresário Fonseca Júnior, que pretendia deixar uma marca na cidade. “Ao contrário do procedimento de sempre, em que o empresariado local até hoje não investe na cidade”, criticou, durante a entrevista concedida em agosto de 2018. Exceção feita, segundo ele, ao jornalista Hélio Freitag, que em 1979 lançou o jornal *Diário da Manhã* para competir com o *Diário Popular*. “Havia uma valorização do profissional local. Não como hoje, em que se investe em colunistas de outros centros.” O jornalista refere-se aos colunistas do centro do país que vendem seus trabalhos para várias publicações ao mesmo tempo. Fazendo coro ao depoimento de João Manoel Cunha, Varoto afirmou: “A ideia era difundir as características locais e criar um público próprio para esse tipo de jornalismo”.

Foi uma experiência maravilhosa, de tentar criar um jornalismo comprometido com a nossa realidade. Ao mesmo tempo, foi a confirmação de que em Pelotas não se tem apoio para ideias inovadoras. O que continua até hoje. [...] Houve uma grande expectativa de criar um jornal realmente local. Havia o comprometimento do *Diário Popular* com a família Fetter. O *Diário Popular* era comprometido com um determinado segmento político. Já a *Gazeta Pelotense* não representava um segmento. (ENTREVISTA RENATO VAROTO, 2018).

Os entrevistados afirmam unanimemente que a intenção do empresário Fonseca Júnior era justamente desobrigar-se de associar-se a grupos. Entre a intenção de um empresário liberal e as medidas para que seu projeto de jornal não se desviasse dela estão as memórias dos entrevistados. A narrativa destes tem uma marca típica do jornalismo: a assertividade, a necessidade de fixar a realidade em um discurso. Justamente o oposto do preconizado pela

história, para quem a memória, para ser história, precisa passar por alguns crivos metodológicos.

CONCLUSÃO

Neste artigo, são enfocadas aproximações e distanciamentos entre jornalismo e história, principalmente em termos de métodos de entrevista, a partir dos testemunhos de três dos antigos integrantes da redação do jornal *Gazeta Pelotense*. O objetivo foi verificar, a partir desses testemunhos, e das relações entre as práticas jornalísticas e historiográficas, as condições de um movimento de transição que se verificava na cidade e mobilizou parte da intelectualidade local. Transição que pode ser caracterizada pelas demandas locais – efetivas ou intuídas, não necessariamente explicitadas, nem por isso inexistentes – que impulsionaram aqueles profissionais a elaborar uma publicação que atendesse às exigências não contempladas pelo único outro veículo da cidade. Durante os depoimentos, os entrevistados afirmaram que não houve tempo para que a *Gazeta Pelotense* cumprisse o período necessário para sua consolidação, implantando a linha editorial ambicionada, que poderia levar ainda mais a abertura das páginas do diário à efervescência cultural e política que se verificava na cidade. Por razões óbvias, nunca se saberá se esse objetivo seria colocado em prática. Restaram os 91 exemplares, os depoimentos e a manifestação dos desejos. Como se sabe, nos marcos da história oral, são tão importantes quanto o efetivamente realizado.

FONTES DOCUMENTAIS

JORNAL DIÁRIO POPULAR. **Inaugurada a exposição de Edmar Fetter.**

Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

JORNAL GAZETA PELOTENSE. Pelotas (RS), nºs 1 e 2, set./nov. 1976.

JORNAL TRIZ. Pelotas (RS), outubro de 1976 (fac-símile). In: **50 tons de rosa: Pelotas no tempo da ditadura/Ayrton Centeno...** [et al.], organização Lourenço Cazarré, 1ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016.

FONTES ORAIS

CUNHA, João Manoel. **João Manoel Cunha**: depoimento [jul. 2018].

Entrevistador: Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Aldyr Garcia Schlee**: depoimento [ago. 2018].

Entrevistador: Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018. Entrevista prévia concedida para a elaboração do anteprojeto de Dissertação.

VAROTO, Renato. **Renato Varoto**: depoimento [jul. 2018]. Entrevistador: Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018.

FONTES ON-LINE

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1980**. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PELOTAS 13 HORAS. **Confira o discurso proferido por Aldyr Garcia Schlee durante recebimento do título de professor emérito da Ufpel**. Disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee--durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas – RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, 301p.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ/Apicuri, 2016.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história: escrevendo a história de nosso próprio tempo. In: _____. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.**

2006. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/118/117>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Historicidade e visualidade urbana na Revista Pelotas Memória: 1989-1991. 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/16842>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LONER, Beatriz Ana. Imprensa. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas** [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2010. p. 144-148. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3466>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. Aspectos sobre o percurso histórico do jornal enquanto fonte para a construção histórica: o caso da imprensa negra sulina com base no exemplo de **A Alvorada. História em Revista**, Pelotas, 86-101, v. 21/22, dez./2015, dez./2016.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978- 1985):** Memórias de atuações contra a ditadura. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. vol. 2, nº 3.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos:** narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

SCHUDSON, Michael. O modelo americano de jornalismo: exceção ou exemplo? **Comunicação & Cultura**, nº 3, 2007.

AS DIRETRIZES PARA OS BENS CULTURAIS NA DITADURA BRASILEIRA: A DESCENTRALIZAÇÃO DA SECRETÁRIA DA CULTURA FRENTE À DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

JEANINY SILVA DOS SANTOS
PPGH-PUCRS (MESTRANDA; CAPES)
JEANINYSSANTOS@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende estudar as políticas de preservação do patrimônio cultural realizada por órgãos do Estado brasileiro, durante a ditadura civil-militar. A partir da entrada de Aloísio Magalhães como um gestor da cultura, partindo para uma análise da criação de diretrizes e exigências de ações no sentido de democratizar a proteção ao patrimônio cultural, junto às práticas e ofícios de cultura, sob tutela das instituições dotadas de poder de legitimação. Como afirma Laís Lavinas (2014 p. 150) “questão da inovação político-administrativa liga-se ao formato de política pública defendido pelo regime militar, em que se buscava uma modernização do aparato burocrático estatal brasileiro, dotando o mesmo de maior agilidade e alcance de atuação, promovendo o seu fortalecimento”. Inserindo as instituições e políticas culturais dentro do binômio “segurança e desenvolvimento” que norteavam a ditadura em curso no país.

Assim, pretende-se analisar o processo pelo qual se definiram as políticas públicas, e de que modo as políticas culturais estavam inseridas através de

diretrizes operacionais formuladas no início da década de 1980, durante o período em que Aloísio Magalhães esteve à frente da Secretaria de Cultura do MEC.

Abordando como através da reunião dos órgãos vinculados e subordinados à Secretária da Cultura (SEC/MEC) foi-se construído um sistema de ações de descentralização dos bens culturais, como parte do estímulo à criação, produção e difusão cultural durante a ditadura, tornando-se plano de fundo para garantir uma coesão nacional entorno da cultura. Executar uma descentralização (controlada) em um país da extensão territorial do Brasil além de muito dispendiosa não era algo rápido de ser feito, portanto, necessitava ser realizado por etapas setoriais e regionais. (LAVINAS, 2014 p. 150).

E por fim, essa pesquisa procurou compreender como as políticas culturais, com enfoque ao patrimônio, também se alinharam ao processo de desenvolvimento da ‘modernização conservadora’ em curso, os pontos de diálogo entre as políticas de defesa do patrimônio cultural brasileiro e as diretrizes gerais do executivo nos anos finais da ditadura e início da redemocratização.

A CULTURA COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

O discurso nacionalista endossado pela ditadura civil-militar no caso brasileiro, foi o aporte para que a cultura fosse vista como questão da Doutrina de Segurança Nacional¹. Instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem.

Dentro da lógica da segurança nacional o desenvolvimento se torna um tema central, pois com posto por Comblin (1980, p. 64) “não há

.....
1 A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos EUA no pós-guerra e readaptada nos países em questão, parte do princípio de que a nação, seus valores, símbolos e deveres está ameaçada por forças subversivas e considera como inimigo interno qualquer forma de pensamento crítico e questionador do status quo. Para a DSN, há dois tipos de inimigos: o interno e o externo. O interno refere-se aos que, desde os movimentos sociais da classe trabalhadora, estudantes, intelectuais, Igreja, questionam o status e a ordem vigente.

segurança sem desenvolvimento! Torna-se necessário introduzir o tema desenvolvimento na Doutrina”. Em que o nacional-desenvolvimentismo dominou o Brasil, por meio um processo de modernização onde o Estado era o agente econômico. Iniciando o binômio “segurança e desenvolvimento” no governo militar de Castello Branco em 1967.

Os governos brasileiros durante a ditadura foram fieis a essa doutrina, o governo Geisel procurou se apresentar de outro modo, alterando o discurso para “desenvolvimento e segurança” como parte da ideia de ‘distensão’ proposta para a ditadura, contudo o desenvolvimento continuou vinculado à segurança. Zoy Anastassakis (2007, p.43) ressalta que “a ‘distensão’ vinha acompanhada de uma crise econômica internacional, o que teria tornado mais nítidas as contradições do modelo econômico adotado pelo regime militar. A partir dessa crise, o regime teria passado também a enfrentar uma crise de legitimidade”. Ao mesmo tempo o Estado via o setor cultural como uma alternativa de propaganda frente à essa crise, como aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.134) “com o início da ‘distensão’, no governo Geisel, que o Estado, no regime militar, passou a atuar na área da cultura, não apenas como repressor, mas como organizador da cultura”.

Possibilitando evidenciar um planejamento estratégico para a área cultural em 1975, na gestão do ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura² (PNC). Conforme Isaura Botelho (2001, p. 66) a política formulada para balizar a gestão de Braga frente ao MEC promoveu a reorganização das instituições. A autora estava apontando para essa organização das instituições que iria ser modelo até a década de 1990.

Assim, tem o Estado usa o seu poder para forjar uma identidade nacional em torno desses símbolos, afinal, como afirma Tatyana Maia (2012,

.....
2 Já havia sido formulado em 1973 o documento denominado “Política Nacional de Cultura: Diretrizes”, com a intenção de delinear as bases das políticas culturais dos anos 1970. Sendo um pedido do Ministro da Educação e Cultura, na ocasião Jarbas Passarinho. Segundo Gabriel Cohn, a elaboração desse documento foi marcada por pressões e tensões dentro do MEC e em outras instâncias federais que acabaram por engavetá-lo, motivo pelo qual foi suspensa a sua publicação. Ver mais em: COHN, G. A concepção oficial de cultura nos anos 70. IN: MICELI, S. *Estado e Cultura no Brasil*, 1984.

p. 76) “a reforma e a atualização das instituições culturais seriam fundamentais para alcançar o ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento’”. Diante dessa conjuntura das instituições culturais, um panorama sobre a politização da questão cultural surge:

Durante a ditadura civil-militar (1964- 1985), o setor cultural sofreu profundas transformações com o aparecimento de novos atores e a participação decisiva do Estado na repressão e no fomento das ações culturais. Como demonstra Sergio Miceli, o Estado investiu na criação de diversas agências, institutos e conselhos como: Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direito Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979); Fundação Nacional Pró-Memória (1979). Foram organizados encontros, documentos, programas e campanhas, como o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); o Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); a Política Nacional de Cultura (1975); o Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979). (MAIA, 2012, p. 38).

Em 15 de março de 1979, deu-se o início a gestão do último presidente-ditador João Figueiredo. Na área econômica, concomitantemente às mudanças que iam sendo operadas na política, o período ficou marcado por grave crise que assolou o Brasil e o mundo. Seguindo as transformações na política e na economia brasileira, também na área da cultural, verifica-se a ocorrência de profundas modificações na organização institucional de proteção ao patrimônio. Em 1979 é criada a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) no início da gestão de Eduardo Portela, no Ministério da Educação. Lucia Lippi Oliveira (2014, p. 102) vai dizer que “o maior mérito da SEAC foi instaurar e aprofundar o debate sobre política cultural”, e a autora ainda complementa:

O período entre 1979 a 1981 pode ser considerado assim um tempo de inovações organizacionais na área de cultura do MEC pela criação da Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), pelas mudanças no Sphan (que como Iphan já tinha incorporado o CNRC e o PCH), que detinha o poder normativo, e pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória. (OLIVEIRA, 2014, p. 102)

Ressalta-se aqui ter sido o ano de 1979 determinante para a cultura e para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) chegando a se constituir em um marco na trajetória da Instituição e de suas políticas. As políticas utilizadas pelo Iphan se somariam, em 1970, a crise de legitimidade em que se encontrava o regime político autoritário. Essa dupla crise teria acentuado o desgaste social das políticas públicas em geral. (ANASTASSAKIS, 2007, p.44).

A preocupação do Estado em desenvolver políticas de preservação de elementos de sua cultura surge como uma ponte capaz de estabelecer um sentido de unificação nacional. Nessa mesma direção, estimulam-se símbolos geradores de identificação da população com sua nação ou com uma região para legitimar e fortalecer a instituição Estado.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 137), a durante as gestões de Eduardo Portela e de Rubem Ludwig no MEC, ocorreu uma reestruturação da área cultural que culminou com a criação da Secretária da Cultura, em 1981, onde se aglutinaram todos os órgãos culturais do ministério, sob a direção de Aloísio Magalhães. Diante disso, como enfatizado por Botelho (2001, p. 93) “qualquer discussão sobre política cultural e o redesenho institucional desse período passa obrigatoriamente pela figura de Magalhães”.

Aloísio tem um papel considerado fundamental durante o período final da ditadura civil-militar, oferecendo às políticas culturais de sua época, que acabaram transcendendo os limites da ditadura em que foram concretizadas. Aloísio Magalhães foi o responsável pelo processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural. Primeiro, ele substituiu o conceito restrito de “patrimônio histórico e artístico” amplamente adotado pelo IPHAN pelo amplo conceito de “bens culturais”. Para José Reginaldo Gonçalves, “a política de patrimônio cultural no Brasil sofre ‘profundas mudanças’” (Gonçalves, 2002, p.71). Segundo Gonçalves, considera-se a entrada de Aloísio no Iphan um ‘marco’ decisivo para a trajetória das políticas públicas para a cultura no Brasil, sobretudo, para o patrimônio. Ainda, em sua rápida trajetória nesses anos, facilitada por seu dinamismo, criatividade e relações com setores militares, Aloísio criou ou alterou organismos culturais até sua morte prematura em 1982 (RUBIM, 2012, p.35).

Questões antes deixadas de lado, começam a tomar protagonismo e leva a necessidade de promover novos modelos de desenvolvimento, a valorização da diversidade regional e para o desenvolvimento da identidade cultural brasileira. Naquele período, o Estado brasileiro preocupava-se, principalmente, em criar uma ‘imagem integrada do Brasil’- nesse caso, o projeto político do governo militar utilizava os recursos simbólicos da memória social para forjar novos conceitos de cultura e identidade nacionais com a finalidade de retratar o *Brasil Potência*³-, o que buscava alcançar na medida em que assumia a cultura um papel para a construção de um projeto de hegemonia.

Magalhães era nacionalista e defensor do *Brasil Potência* havia conquistado espaço territorial nos debates sobre política cultural, tanto no Brasil como no mundo, se portando como inovador e ao mesmo tempo tradicional, apegado às *raízes nacionais*. Transitou, com frequência, entre diversos setores públicos, conhecendo não só o funcionamento político burocrático, mas também os seus planos e planejamentos, ou seja, Aloísio Magalhães seria um representante dos setores econômicos nas políticas públicas culturais. (LAVINAS, 2014 p. 156).

O fato de a ditadura ter, naquele momento, tomado para si a tarefa de incentivador da cultura nacional, ao mesmo tempo em que era o repressor, em que buscava a desburocratização, não foi assumido pela ditadura como algo contraditório, pois, as duas questões eram propostas desvinculadas uma da outra, ou seja, não se confrontavam, eram desenvolvidas separadamente. Conforme Anastassakis (2007, p.119) o projeto do Estado de manipular os símbolos nacionais a fim de conseguir a hegemonia desejada pelo regime autoritário encontrou um obstáculo no que tange à questão econômica.

A ditadura civil-militar passou a realizar uma descentralização do Estado, em que se o papel estatal consistia de acordo com Laís Lavinias:

Trabalhar para atender as diretrizes de democratização (isto é, entendida como descentralização) das ações culturais relacionadas à conservação dos bens culturais.

.....
3 Ideia de “Brasil Potência” expressa em diversas propagandas da ditadura militar, estas que são trabalhadas por autores como Celso Castro e Carlos Fico.

A incorporação de atores sociais externos aos antigos quadros profissionais do IPHAN permitiu a complexificação e o fortalecimento da área dentro do MEC, pois além de trazer reforço intelectual e financeiro, resgatou o protagonismo político do órgão nas políticas públicas de cultura. (LAVINAS, 2014 p. 174).

Passamos a olhar mais de perto para como se desenvolveu o planejamento e construção dessa política descentralizadora para a cultura, em que um ponto relevante que já podemos adiantar é a participação comunitária. Formulou-se, assim uma proposta de democratização da política cultural que, durante a década que se seguiu, foi um mote sempre reiterado nos discursos produzidos pelos órgãos culturais públicos e privados, federais, estaduais e municipais (FONSECA, 2005, p. 165). Iremos analisar a seguir com mais atenção como essa proposta foi introduzida pelos agentes institucionais e a elaboração do documento.

OLHARES VOLTADOS PARA O PATRIMÔNIO E AS DIRETRIZES OPERACIONAIS

No Brasil, dos anos finais da ditadura civil-militar tornava-se cada vez mais necessário encaixar o patrimônio dentro do novo contexto caracterizado pelo desenvolvimento. Nesse sentido, é fundamental a compreensão do contexto a partir da segunda metade dessa década de 1975, momento em que se ‘distendia’ a ditadura civil-militar, e que a sociedade buscava ter um papel na definição dos rumos a serem tomados pelo país. Assim o patrimônio surge como uma possibilidade de contestação e de afirmação política, de maneira ambígua, tanto para os grupos que se consideravam excluída dos processos decisórios nacionais, quanto para os militares, como tentar reafirmar suas ideias quanto a identidade nacional.

Com isso, o patrimônio passa adquirir um status de conteúdo ‘universal’ das políticas públicas no campo da cultura (MICELI, 1984, p. 100). Outro ponto a salientar foi a entrada de muitos intelectuais e artistas para esse segmento. Dentre eles, um dos nomes que já destacamos nesse campo é o de Aloísio Magalhães, e a sua principal contribuição para o campo do patrimônio foi a inserção da cultura no âmbito das políticas sociais.

Aloísio iniciava um papel de liderança político-cultural na área do patrimônio, sendo que este o proporcionaria outros, tornando-se o agente com maior alcance político do setor público cultural já em 1981 quando é nomeado Secretário de Cultura, acumulando cargos e ampliando as suas ações para além das frentes patrimoniais. (LAVINAS, 2014 p. 158).

Nesse aspecto, as ideias de Magalhães tomam mais fôlego com a sua entrada na Secretária da Cultura. E a transformação Secretária de Assuntos Culturais (SEAC) em Secretária da Cultura (SEC) em abril de 1981, por meio da Portaria nº. 274, foi feita durante gestão do Ministro da Educação e Cultura, o General Rubem Ludwig. Sendo considerada uma transformação profunda nas estruturas do Ministério. A criação desse órgão central de direção superior no MEC destinado à cultura representou na ocasião o reconhecimento e a importância que estava dando para esse campo no âmbito das políticas públicas. Para Aloísio Magalhães (1985, p. 135) A definição de uma nova política cultural por parte do MEC vinha se delineando, ultimamente, no que diz respeito a uma redefinição de competências institucionais no âmbito do próprio Ministério.

Fato anterior que vale ser ressaltado é, quando Aloísio Magalhães assume a SEAC em 1980, o ministro lhe passou a missão de prepara a uma fusão entre secretárias, SEAC e SPHAN, já que Aloísio estava acumulando dois cargos como gestor.

Resultou no ano seguinte como já mencionado acima, na criação da Secretária da Cultura⁴, e as secretarias se tornaram subsecretárias, em que cada uma delas continuavam com suas respectivas áreas de atuação. A SEC é dividida em duas vertentes, sendo estas a patrimonial e a da produção cultural. “As instituições ligadas à promoção da produção cultural, dedicadas a atividades como cinema, teatro e música, ficariam abrigadas na Funarte e esta se subordinaria à Secretaria de Assuntos Culturais” (LAVINAS, 2014 p. 179)

.....
4 O regimento interno da Secretaria da Cultura (SEC) previa no artigo 21 um papel destacado para a Funarte e para a Pró-Memória: ambas deveriam apoiar as ações da secretaria por meio de formulação de projetos e atividades. Ver mais em: CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

E as de vertente patrimonial do SPHAN ficaram sobre guarda da Fundação Pró-Memória. Para Magalhães (1985, p. 134) “essa divisão por vertente era nítida, de caráter metodológico”. Diante disso, criavam-se bases institucionais para o estabelecimento dessas vertentes desde meados de 1975. A explicação para essa divisão é posta por Magalhães da seguinte forma:

De um lado, a vertente do bem patrimonial, preocupada em saber guardar o já cristalizado em nossa cultura, buscando identificar esse patrimônio, recuperá-lo, preservá-lo, revitalizá-lo, referenciá-lo e devolvê-lo à comunidade a que pertença. Do outro lado, a vertente da produção, circulação e consumo da cultura, voltada para a dinâmica da produção artística nos vários setores, no qual se está atento para captar o que ocorre na realidade brasileira e estimular onde for necessário, para mais tarde, eventualmente, verificar o que, do material assim obtido, cristalizou-se e incorporou-se à dimensão patrimonial. (MAGALHÃES, 1985, p. 135).

Registrando assim a visão de Magalhães acerca da cultura brasileira, que procurava democratizar o processo cultural, combatendo as hegemonias, e buscando valorizar as comunidades. E por meio da sua estratégia político-administrativa queria conscientizar para o que ele gostava de dizer: “a cultura brasileira não é eliminatória, é somatória” (MAGALHÃES, 1985, p. 19). Em que iria trazer essas suas ideias para o centro das políticas públicas da cultural.

Posterior a essa reorganização inicial na recém-criada Secretária da Cultura, foi articulado novos propósitos, a partir de seminários que resultaram:

No mesmo ano de criação da SEC foi elaborado um documento intitulado “Diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC”, este fornecia as orientações para que a população pudesse participar do processo de construção e gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive das políticas culturais direcionadas ao patrimônio histórico e artístico nacional. (LAVINAS, 2014 p. 180).

O documento elaborado refletia a estratégia da ditadura, em que o Estado na área da cultura se propunha atuar como mediador do fazer cultura até as comunidades, por meio dessa política cultural estatal. Assim a primeira parte do documento denominada “Considerações Básicas” é fundamental

para nortear-se sobre as transformações dos discursos de representação dos conceitos de cultura e de identidade nacionais. Em seu primeiro parágrafo é apresentada “a conceituação ampla e abrangente de cultura, entendida como todo sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica.” (Diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC, 1981, p. 2). Com essa ideia de ampliação do que deveria ser considerada cultura é visto como o processo global em que não se separam condições a interação entre os bens culturais impregnados de valor simbólico e as manifestações em processo que, desta forma se constituiria a dinâmica cultural brasileira.

Outro aspecto que devemos esclarecer é a divisão por duas vertentes culturais aparecem no documento, reforçando a proposta operacional. Conforme Botelho (2001, p. 118) se de um lado é necessário proteger, apoiar e recuperar as informações contidas no patrimônio cultural brasileiro, tornando-as acessíveis à comunidade, de outro se reconhece a estimular o desenvolvimento. Portanto toma-se como base uma visão de conjunto sobre o fazer cultural para a comunidade, e assim o país iria alcançar o ‘desenvolvimento verdadeiro’. Como visto a questão do desenvolvimento aliado à cultura é fortíssima nas “Diretrizes para operacionalização do MEC”, trazendo ainda ideia das políticas formuladas desde os anos 1970.

A segunda parte do documento tem como título “Princípios para operacionalização”. Esta sessão é dividida por oito tópicos, sendo estes: descentralização, interdisciplinaridade, inter-relação das duas vertentes; reconhecimento da pluralidade cultural, interação das diferentes culturas, valorização dos bens culturais não consagrados, proteção do produto cultural brasileiro e devolução. Iremos nos ater ao princípio da descentralização, o qual está servindo de problemática para essa pesquisa. Assim a descentralização é vista não apenas uma fragmentação, ou como um mecanismo de operacionalização, mas como uma maneira das políticas culturais dialogarem diretamente com as realidades regionais brasileiras. Partindo da ideia que a diretriz seria uma ferramenta de articulação entre os níveis, e o objetivo seria estabelecer um diálogo entre cultura brasileira, ou melhor, uma comunicação entre os contextos culturais existente no Brasil.

É possível notar o discurso nacionalista que perpassa todo o documento de uma forma sutil, mas que se torna mais evidente na parte final. No início, o discurso contido no documento é mais voltado para a questão da promoção da igualdade e da inclusão social por meio da preocupação com os bens culturais, passando a ideia de valorização dos diversos contextos que formam Brasil, destacando a preocupação de inseri-los por meio de suas manifestações culturais e participação comunitária. Em outros trechos é ressaltado como a importância da difusão cultural nas escolas e universidades, como forma de estimular a participação da comunidade nesse processo, visto como uma parceria essencial ao desenvolvimento brasileiro.

Contudo, é nas últimas páginas que o documento apresenta no discurso a identidade nacional, e ganha um caráter nacionalista. Na sessão intitulada “Captação, guarda, fluxo e uso de informações de conteúdo no sistema SEC\MEC” observamos a evocação no discurso da memória nacional viva e indispensável, como justificativa para apoiar as propostas até então apresentadas no documento, e efetivar o desenvolvimento da dinâmica cultural brasileira.

Assim, o documento *Diretrizes para operacionalizar a política cultural do MEC* foi visto como um novo modelo de gestão a seguir, em que a descentralização era prioridade da SEC/MEC como apontado por Botelho (2001, p. 168-9) internamente ela significa a transferência das responsabilidades de decisão para as áreas, ao invés de centralizá-las nas mãos da direção executiva, externamente implicava uma maior articulação com as outras instâncias.

Dessa forma, uma crítica que se pode fazer sobre as diretrizes é que no documento analisado, ilustra parte do diálogo entre as políticas de defesa do patrimônio cultural brasileiro e as diretrizes gerais da cultura nos anos finais da ditadura e início da redemocratização. De acordo com Aloísio Magalhães (1985, p. 137) “não há desenvolvimento harmonioso e nem se faz uma nação forte se, na elaboração das políticas econômicas do País, não são levadas em consideração as variáveis culturais e o papel que aí desempenha o sistema educacional”. Onde a vertente patrimonial foi estruturada sob o seu comando via Fundação Nacional Pró-Memória e Centro Nacional de

Referencia Cultural (CNRC) para descentralizar os projetos e o tratamento sobre os bens culturais brasileiros.

Vê-se, portanto, que a proposta não é somente uma abertura, mas também é projetiva para o que há de ser o Ministério da Cultura (MinC) anos à frente em 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim essa pesquisa é dedicada a aprofundar os debates acerca das políticas para os bens culturais brasileiros enquanto parte do desenvolvimento proposta pela ditadura civil-militar.

Defende-se que a partir da liderança de Aloísio Magalhães, as políticas culturais assumem um papel estratégico maior dentro do processo de abertura política, em que a complexificação de interesses no setor possibilita a ascensão de uma ideia nova identidade cultural regional nos discursos nacionais de cultura e identidade.

Ressalta a importância do caráter democratizante que as políticas culturais deveriam adquirir e, evidencia a necessidade de uma atuação descentralizada e pontual.

Procurou-se mostrar que durante a ditadura civil-militar, recursos discursivos proporcionados por determinadas concepções de cultura e de identidade nacionais foram ferramentas para se construir uma visão otimista sobre o país e, assim, conduzir transformações de comportamento na população, buscando amenizar os crescentes problemas de insatisfação de setores da sociedade em relação à forma de conduta usada pela ditadura para governar o país. Sendo assim, o governo reformula a sua esfera cultural, inserindo-as na busca pelo desenvolvimento pleno do Brasil e de seu povo.

Aloísio Magalhães foi um ator social importante dentro deste processo, em função de suas ideias e reflexões sobre a cultura e as identidades brasileiras casarem harmoniosamente bem com os planos e metas de governantes, intelectuais, artistas e de setores do empresariado que compunham a elite burocrática do Estado autoritário. Ao mesmo tempo em que Aloísio Magalhães cresce dentro da burocracia pública por meio das políticas culturais,

os discursos de identidade e de cultura nacionais ganham maior visibilidade política, em que grupos da alta cúpula do governo passam a prestigiar publicamente iniciativas do setor cultural, especialmente o patrimonial.

Assim, a estratégia de manutenção do poder se volta para a cultura, preocupadas em realizar uma descentralização burocrática, sendo esta vista como uma forma de democratização e de construção e\ou fortalecimento de imagens, narrativas e discursos sobre o Brasil e seu povo, sendo estes de alcance nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural**. 2007 156 f. Mestrado em Antropologia Social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2007.
- BOELHO, Isaura. **Romance de formação: FURNARTE e Política Cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.
- COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC – IPHAN, 2005 (1997).
- _____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 24, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2002.
- LAVINAS, Laís Villela. **Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)**. 2014 223 f. (Mestrado em História) UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- MAGALHÃES, Aloísio Barbosa. **E Triunfo? A questão dos Bens Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / FnPM. 1985.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)** / organização da coleção Lia Calabre. –São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. 260 p.

MICELI, Sergio. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural**. 1981. 24p.

_____. **Política Nacional de Cultura**. Brasília, 1975. 41p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A cultura como campo de inovações organizacionais.

IN: **Revista Interseções**. v. 16 n. 1, p. 9-110, jun. 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SUBVERSÃO E IMORALIDADE NOS PALCOS: O TEATRO CENSURADO NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DITADURA (1964-1985)

BRUNA MOREIRA DA SILVA
LICENCIADA EM HISTÓRIA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
B_MOREIRA@LIVE.COM

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a apresentar algumas reflexões da pesquisa que realizei em minha monografia de conclusão de curso¹, que investigou as relações entre a censura às artes cênicas e a Ditadura de Segurança Nacional brasileira, tendo como estudo de caso o Rio Grande do Sul. Os objetivos dessa investigação foram compreender como operavam as medidas de intervenção da censura, que iam desde a restrição de determinadas faixas etárias até a mutilação do texto dramaturgico com cortes impostos pelo censor, que argumentos eram mobilizados pelos censores para embasarem suas decisões e quais temáticas eram alvo dos cortes aplicados aos textos.

Para realizar esse trabalho, utilizei como fontes uma amostragem do Fundo da Censura, situado no Centro de Documentação e Pesquisa em Artes Cênicas Sônia Duro, do Teatro de Arena de Porto Alegre.

.....
1 SILVA, Bruna Moreira da. **Imoral e subversivo: o teatro censurado no Rio Grande do Sul durante a ditadura (1964-1985)**. 2018. 139 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

O Fundo é composto por textos de peças teatrais e seus respectivos certificados emitidos pelo órgão de censura que avaliava as solicitações de encenação feitas por grupos teatrais sul rio-grandenses. Através dessas fontes repressivas, produzidas pelos próprios órgãos do aparato censório, pude identificar a atuação da censura, alguns de seus métodos de intervenção e seus objetivos ao restringir determinado conteúdo numa peça teatral.

As intervenções tinham por objetivo proibir as manifestações que eram consideradas uma afronta à moralidade e aos bons costumes ou uma ameaça subversiva à segurança nacional. É a partir do contexto de centralização e politização da censura e também de sua orientação a partir da Doutrina de Segurança Nacional que examino as fontes documentais, tentando trazer algumas contribuições neste campo de pesquisa que ainda carece de maiores aprofundamentos. Debruçar-se neste tema é muito relevante para compreendermos um dos mecanismos de terror empregados pela ditadura cujos efeitos são sentidos ainda hoje através da persistência da imposição de silenciamento às artes.

TEATRO: UMA FONTE INESGOTÁVEL DE PROPAGANDA ADVERSA

A relação entre a Ditadura de Segurança Nacional brasileira e a cultura foi marcada por tensionamentos e contradições. A cultura, enquanto uma área com forte potencial de propagar ideias, é essencialmente um espaço de disputas, e por tal razão, foi muito visada pelo controle e repressão ditatorial. Da perspectiva da ditadura, era necessário conter as manifestações culturais e artísticas que pautassem a conscientização e mobilização contra o autoritarismo vigente, e nesse aspecto, a censura cumpriu papel essencial. A repressão cultural é uma política de grande importância para despolitizar setores da sociedade civil engajados contra o autoritarismo, pois a liberdade é um elemento essencial para desenvolver a criticidade, e quando a liberdade é brutalmente proibida não há espaço para discussão e questionamento (PADRÓS, 2005. p. 489).

No momento do golpe militar em 1964, o teatro brasileiro passava por profundas transformações e coexistiam diversas tendências e concepções do

fazer teatral. A nível nacional haviam surgido anos antes iniciativas como o Teatro de Arena (1953), com Augusto Boal, e o Teatro Oficina (1958), com a figura de José Celso Martinez Corrêa, ambos em São Paulo; surgiu também o Grupo Opinião (1964), do Rio de Janeiro, com Oduvaldo Vianna Filho. No contexto sul rio-grandense destacam-se a criação do Curso de Arte Dramática (CAD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1958, representando um importante passo para a profissionalização da atividade teatral no estado, até então algo inédito, e o surgimento do Teatro de Equipe, grupo que teve uma produção bastante expressiva. É preciso citar também o Teatro de Arena de Porto Alegre, ainda que tenha surgido após o golpe, em 1967, pois foi um importantíssimo palco de resistência do teatro gaúcho ao longo da ditadura, acompanhando o movimento teatral politizado que se desenvolvia no país.

O panorama teatral era fervilhante e muitas produções tinham um caráter contestador do sistema, realizando uma arte com forte cunho político que ousava questionar as desigualdades sociais. Mas, assim que a ditadura se instalou, o fluxo de desenvolvimento que ocorria nas artes cênicas foi abalado. Esse processo se intensificou paulatinamente e os vinte e um anos subsequentes foram marcados pela censura e pela repressão – mas também por resistência por parte dos artistas. A ditadura não foi a responsável por construir o mecanismo de censura pois ele já estava previsto legalmente desde 1946, era atuante e contava com o respaldo de importantes setores da sociedade civil. O que concretizou foi uma reformulação administrativa e política do órgão censório para que melhor atendesse a seus interesses, centralizando e ressignificando sua atuação.

Compreendo que as práticas de censura ao teatro e de vigilância, suspeição e perseguição de artistas teatrais, foram mecanismos importantes de controle ideológico que compuseram o aparato repressivo da Ditadura de Segurança Nacional brasileira. A partir dos estudos de Berg (2002), entendendo que a censura, face institucionalizada da repressão às artes, foi fundamentada pela Doutrina de Segurança Nacional. Atuando em conjunto com a propaganda política, que tentava construir uma imagem positiva da

ditadura, a censura foi responsável por silenciar manifestações contrárias ao poder vigente. Tais manifestações, incluídas as expressões artísticas, eram compreendidas como uma ameaça subversiva à ordem, portanto, um inimigo a ser vigiado, ameaçado e até exterminado. Segundo um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1984, “o teatro e, de um modo geral, as artes cênicas, se constituem em fontes inesgotáveis de propaganda adversa”², o que evidencia como essa arte era encarada pelo aparato repressivo da ditadura.

Desse modo, avalio a censura como uma atividade que possuía sentido, burocratização e normatização baseados na Doutrina de Segurança Nacional. Em nome do anticomunismo e da segurança interna, a doutrina conduzia a uma tentativa de controle e segurança absolutos, que resultavam em “abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão” (ALVES, 2005, p. 32). Assim, a censura às manifestações artísticas não foi uma atividade aleatória, mas sistematizada e guiada pela DSN para embasar suas proibições, o que podemos perceber especialmente com a politização da censura de costumes.

A censura prévia já estava prevista na legislação brasileira desde a década de 1940, mas foi a partir da Ditadura de Segurança Nacional que passou por um processo de politização. Desde então, palavrões, nudez e referências sexuais em uma peça teatral eram vistos não só como uma questão atentatória da moral e bons costumes, mas também como parte da estratégia subversiva para desmoralizar as instituições e dismantelar a sociedade. Considero, portanto, que a noção de politização, abordada por Garcia (2008), nos ajuda a compreender as práticas de censura ao teatro aplicadas durante a ditadura.

Entendo aqui a censura e a repressão como dois aspectos que agiam em complementaridade. A censura prévia agia dentro da lei e tinha um caráter de prevenção. Já a repressão mais direta, em forma de violência policial, era aplicada em sequência, quando determinado artista ou grupo teatral

.....
2 Documento do SNI a respeito das produções teatrais no país, identificado como “BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.742 – Dossiê”, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

conseguia barrar os mecanismos censórios e passava a ser percebido como inimigo interno. As invasões e bombas lançadas em teatros, o sequestro, a tortura, o assassinato e desaparecimento de artistas, bem como a imposição do exílio foram algumas práticas repressivas aplicadas pelas forças oficiais ou por grupos paramilitares.

Como exemplos dessa relação de extrema violência, cito dois casos que envolvem o grupo paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o meio teatral ocorridos em Porto Alegre. O primeiro caso trata-se da apresentação da peça *Roda Viva*, de autoria de Chico Buarque e direção de Zé Celso, em Porto Alegre, em 1968. A peça já havia sofrido ataques do CCC durante suas apresentações no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, em que os atores foram agredidos e o cenário depredado. Nas apresentações no Teatro Leopoldina em Porto Alegre, houve policiamento ostensivo da Brigada Militar e alguns sujeitos distribuíaam ao redor do teatro panfletos com mensagens ameaçadoras aos artistas (GUIMARÃES, 2007, p. 42). Durante a estadia em Porto Alegre, a atriz Elisabeth Gasper e seu marido foram sequestrados pelo CCC e deixados a beira da estrada. O segundo caso diz respeito as ameaças do CCC ao Teatro de Arena de Porto Alegre. No mesmo ano dos acontecimentos anteriores, 1968, o TAPA realizou uma montagem da peça *Os Fuzis da Senhora Carrar*, de Bertolt Brecht.

As apresentações tiveram os ingressos esgotados, comprados principalmente por entidades estudantis, e ao final da peça os artistas promoviam um debate com o público acerca do contexto político do país. Durante esse processo o TAPA recebeu um bilhete do CCC, informando que tinham capacidade de destruir o teatro. Diante dos acontecimentos prévios e das ameaças recebidas, o TAPA solicitou o apoio de um grupo de estudantes secundaristas, conhecidos na época como “brancaleones”, que organizaram um dispositivo de defesa que durou enquanto era encenada a peça. Após algumas semanas, o esquema foi desmontado, visto que não havia ocorrido nenhum ataque do grupo paramilitar. Dias depois, no entanto, houve uma grande operação de militares em torno do teatro; materiais cênicos foram apreendidos e Jairo de Andrade foi preso e torturado.

A partir desses casos não poderia deixar de considerar uma conexão intrínseca entre atividade teatral e política. De acordo com Paranhos (2012, p. 35), toda produção teatral expressa um conjunto de ideias e situa-se numa determinada relação social, portanto, está imbricada nas relações de poder e na vida política. Percebendo a conexão do teatro com a política, é preciso questionar o que se expressava através das artes cênicas que era considerado tão perigoso, quem eram os agentes que detectavam uma ameaça nessas mensagens e de que modos impuseram o silêncio sobre elas.

É a partir da própria conexão profunda entre teatro e política que podemos entender porque essa manifestação cultural foi o principal alvo da censura durante a ditadura. O principal aspecto a se pontuar é o caráter primordial do teatro enquanto uma arte de presença. Em comparação com o alcance da televisão, por exemplo, o teatro atinge um público muito mais restrito quantitativamente, todavia, o evento teatral proporciona um encontro físico entre artista e plateia, o que traz impactos muito significativos. Além disso, o público do teatro engajado, em geral, era composto por pessoas que compartilhavam do mesmo posicionamento político e crítico expresso por aquela obra ou grupo teatral. Reunir dezenas de pessoas que compartilhavam da crítica à ditadura, à censura, à violação dos direitos humanos, à repressão e à todo o contexto político que se vivia, num mesmo espaço, era algo que despertava a atenção e receio do Estado de exceção. Por ser uma manifestação artística cuja existência está baseada essencialmente na presença do outro, o teatro desafiava o imperativo de individualismo e isolamento da ditadura.

A preocupação que a ditadura tinha com as artes cênicas, de fato não era despropositada, pois os espaços de teatro, proporcionando o agrupamento de várias pessoas com posicionamentos políticos próximos, serviram como ambiente para ações de articulação contra a ditadura. De acordo com Costa (2006, p. 184.), “os palcos se tornaram espaço de debate onde se discutia de forma apaixonada o momento histórico brasileiro”, e segundo Gomes e Casadei:

O teatro foi alvo de intensa observação e contenção, não só pelo seu, desde sempre, potencial transformador, mas também porque, por essa época, ele foi palco de reivindicações, de assembleias, de manifestos contra a ditadura, de abaixo assinados da classe teatral contra o regime militar (GOMES e CASADEL, 2010. p. 61).

O teatro é, portanto, uma manifestação artística que só existe a partir da coletividade, pois exige um grupo de artistas que trabalhe junto para sua criação e só se efetiva na presença do público. Todos esses elementos fizeram com que o teatro se tornasse um alvo da perseguição da ditadura, especialmente por meio da censura, como veremos a seguir.

A CENSURA TEATRAL NO RIO GRANDE DO SUL

A partir da consideração da censura enquanto pertencente ao aparato repressivo de controle ideológico da ditadura e uma prática fundamentada na DSN, investiguei as fontes documentais repressivas. O Fundo da Censura, que utilizei como fonte essencial do trabalho, é composto por centenas de pastas de documentação identificadas por nomes de dramaturgos, das quais selecionei aproximadamente $\frac{1}{3}$ para catalogar e analisar. Optei por seguir a própria ordem alfabética com a qual o Fundo está organizado, contemplando 184 autores de peças teatrais. Dentre a documentação avaliada estão 445 certificados emitidos pelo órgão de censura (sendo que os mais antigos datam de 1968 e o mais recentes de 1988) e os roteiros das peças correspondentes à estes certificados que sofreram cortes.

Estabeleci como primeira etapa da metodologia de trabalho com as fontes, a elaboração de um pequeno sistema de catalogação das informações relevantes que elas continham para o desenvolvimento da pesquisa. Comecei então a produzir uma tabela com as informações dos certificados de censura. Tendo essas informações levantadas, parti para uma análise mais detalhada das categorias de intervenção identificadas: a restrição de faixa etária, por vezes acompanhada de uma justificativa, e os cortes aplicados aos textos. Os principais objetivos nessa etapa de análise das fontes repressivas foram identificar os mecanismos operados pela censura para intervir nos textos teatrais e os argumentos dos censores para embasarem suas decisões.

No universo de fontes analisadas, 68%, possui alguma determinação de faixa etária do público, sendo os 32% restantes classificados como livres para todas as idades. A determinação etária presente nas fontes revela um aspecto essencial da censura: o apelo à preservação da moralidade e dos bons costumes argumentando ter como principais sujeitos interessados as crianças e os jovens. O órgão censor tinha como objetivo preservar o que considerava ser as virtudes morais da infância e juventude. Como a censura preocupava-se em manter uma normatização para realizar o trabalho de maneira padronizada, em 1970 o órgão estabeleceu as Normas para Classificação de Espetáculos para Menores. De acordo com as normas, as peças teatrais destinadas ao público menor de idade deveriam ter algum teor educativo, promover o desenvolvimento de sua personalidade, resguardar a moralidade do jovens e proteger suas virtudes cívicas, além de manter certo nível técnico e artístico de qualidade (GARCIA, 2008, p. 85). O censor definiria então se a peça requisitada para encenação cumpria os critérios e poderia ser liberada para o público infanto-juvenil. Era preciso ter em vista alguns critérios como “capacidade de compreensão, sensualidade, vulgaridade e baixeiras, família, religião, civismo, senso social, sentido de dever, verdade, crime, violência, medo e angústia” (GARCIA, 2008, p. 86). Eram apreciadas e bem vistas pela censura as peças que estimulassem o respeito à família, à nação e às crenças religiosas, enquanto que as peças que contestassem esses valores recebiam uma classificação etária mais elevada, eram consideradas imorais, subversivas ou de “temática complexa”, termo utilizado em diversos certificados.

Ao analisar os requerentes da liberação das peças, identifiquei pedidos de entidades e agremiações estudantis em diversas cidades do Rio Grande do Sul, que pretendiam encenar em eventos e festivais com público estudantil. Era de se esperar que a classificação recebida fosse livre para todas as idades, de modo a possibilitar a exibição para o público alvo, contudo, dentro do universo de pedidos realizados por entidades estudantis que pudemos analisar, apenas 6 lograram sua liberação com classificação etária livre. Nos demais pedidos, a avaliação censória determinou uma faixa etária

mínima que poderia variar entre 10, 14, 16 e até 18 anos para o público. Considerando que as peças se voltavam especialmente para estudantes menores de idade, tais determinações da censura poderiam inclusive impedir a realização dos eventos estudantis.

Ainda que seja preciso fazer distinções entre os tipos de intervenção da censura e reconhecer que os cortes de texto têm um caráter mais agressivo ao mutilar uma obra artística, não podemos diminuir o impacto da censura através da classificação etária e o estudo das fontes deixou isso bastante evidente. A determinação etária revela ainda um aspecto essencial da censura: o apelo à preservação da moralidade e dos bons costumes argumentando ter como principais sujeitos interessados as crianças e os jovens. Essa noção tinha forte apelo e aderência social. Determinados setores da sociedade civil manifestavam seu apoio e justificavam a importância da atividade censória na defesa dos valores familiares e cristãos, destacando sempre a infância e a juventude como períodos em que estes valores precisavam ser cultivados, não sendo expostos a qualquer posicionamento diferente.

Nas justificativas de impropriedade, um carimbo e anotação presente em alguns certificados, foi possível identificar mais precisamente os argumentos utilizados pelos censores para determinar que alguma peça não deveria ser exibida para faixas etárias mais jovens. Da amostragem analisada, identifiquei 70 ocorrências de justificativas dessa natureza. As justificativas utilizadas eram diversas, assim como os cortes de texto, portanto, decidi classificá-los em algumas categorias, como propostas por Costa (2006, p. 232): censura de ordem moral, política, religiosa e social.

A categoria de ordem moral compreende as justificativas e os cortes de texto aplicados em peças que atentam à moralidade e aos bons costumes, fazem referência sexuais, nomeiam partes do corpo humano e profere palavras. A censura política proíbe referências à situação político-social, questionamento da ordem, desrespeito às forças armadas e qualquer menção que coloque em risco a segurança nacional. Já a censura de ordem religiosa têm como objetivo vetar conteúdos desrespeitosos às religiões,

especialmente a religião católica. Por último, a censura de ordem social veta temas com caráter polêmico na sociedade, como o racismo, o aborto, o incesto, por exemplo.

Em geral, as justificativas apontavam para um uso bastante superior da censura de ordem moral em relação às demais. Os censores destacavam o linguajar chulo da peça, as referências sexuais, as cenas de nudez, os conflitos familiares, a temática das drogas, da violência e da homossexualidade como assuntos impróprios para jovens.

A questão do linguajar aparecia com destaque como razão para restringir determinada peça, apontando a impropriedade das expressões utilizadas. Os censores definiam os termos como chulos, vulgares, de baixo calão ou pornográficos, em algumas justificativas encontrei também a expressão “linguajar livre” ou simplesmente “ocorrência de palavrões”. As referências sexuais também geravam apontamentos do censor, e dependendo da intensidade só eram liberadas para públicos maiores de idade. As cenas de nudez igualmente eram vistas como uma imoralidade, cabendo destaque dos censores para a ocorrência de “nu parcial”, “nudez total” ou ainda “cenas de nudez feminina” para justificar que determinada peça só deveria ser exibida para públicos maiores de idade. Outro tema mal visto pela censura eram as alusões à conflitos familiares. Nas justificativas é possível encontrar referências como “desagregação familiar” ou “situações de conflito sócio-familiar” que podiam levar a restrição de público menor de 10 anos. Poderiam se enquadrar nessas situações cenas que abordassem o divórcio, discussões entre membros de uma família ou infidelidade conjugal. O censor poderia justificar sua decisão com estes argumentos ou simplesmente determinar que a peça possuía “situações de imoralidade generalizada”, ou ainda que possuía uma “temática complexa” e por isso deveria receber alguma restrição, sem a necessidade de maiores explicações.

Já em relação aos cortes de texto, a amostragem analisada possui 28 certificados, o que representa 6,3% do total. Assim como nas justificativas, optei por categorizar os cortes. Foram identificados cortes em trechos

que ousavam abordar as desigualdades sociais do país, nos casos de censura de ordem religiosa destacou-se a defesa do catolicismo e na censura de ordem moral repetiram-se os padrões já destacados para as justificativas, apontando para a defesa da moralidade e dos bons costumes.

Nos casos de cortes de texto por motivação política identifiquei restrições de menções às palavras “pau-de-arara” e “democracia” no texto do musical infantil *Os Saltimbancos*. Já a peça *Estação partida*, de Oduvaldo Aurélio Bender e Rafael Guerra, de 1977, recebeu como retorno da censura a classificação etária de 14 anos e o corte de uma página inteira de texto em que constava uma música do espetáculo. A canção aborda o cansaço do povo com o empobrecimento e com as condições do local em que vive, e encoraja o canto contra aqueles que tentam silenciá-los. Destaco também a situação da peça *Minha história*, de Carlos Feldman, que foi submetida para avaliação da censura em 1976. O texto sofreu cortes nas primeiras páginas, em que aborda a dependência externa do Brasil, as desigualdades sociais e as condições precárias em que vive a maioria da população, especialmente os trabalhadores rurais.

Ainda que a maioria das justificativas e dos cortes de texto sejam atrelados mais à defesa da moralidade do que especificamente com questões políticas, precisamos entender sua aplicação dentro do contexto de politização da censura de costumes. Desse modo, as restrições que aparentemente se deveram à garantia dos princípios morais, da unidade familiar e dos preceitos religiosos, foram também políticas, entendidas como uma ameaça à segurança nacional e à ordem vigente.

A comunidade de informações da ditadura, composta pelos seus órgãos de segurança, compreendia que a subversão comunista tinha como uma de suas ferramentas a expansão de “ideologias alienígenas” através da dissolução dos princípios morais da família brasileira. Desse modo, a ocorrência de palavrões numa peça, poderia ser significada como um evento muito mais perigoso do que realmente era, pois a censura lia estes trechos como uma afronta moral cujo plano de fundo era político. Como apontado por Garcia:

No imaginário conspiratório da comunidade de informações e dos órgãos de segurança, a expansão do comunismo internacional e o plano de tomada do poder utilizavam-se de estratégias que iam desde a atuação de organizações guerrilheiras até a desmoralização das instituições vigentes (GARCIA, 2008, p. 275).

Portanto, ao analisar as restrições censórias presentes nas fontes, é preciso levar em conta que a censura realizada com argumento moral continha também um embasamento político.

Além das intervenções da censura, as fontes trazem informações a respeito dos requerentes da avaliação censória. Em muitos casos quem fazia o pedido eram os próprios autores e autoras das peças, portanto, dramaturgos gaúchos ou que residiam no estado, como Carlos Carvalho (de Porto Alegre), Ivo Bender (de São Leopoldo) e Lourdes Helena Freiner (de Veranópolis), por exemplo. Em outros certificados consta o nome do grupo teatral responsável pela montagem da peça, o que nos permite ter um panorama das companhias que atuaram no estado no período da ditadura, sendo identificados mais de oitenta grupos.

Um elemento importante para a produção teatral nesse contexto foram os grupos formados por estudantes, muitos dos quais surgiam a partir das agremiações e entidades representativas estudantis. Foram analisados diversos certificados cujos requerentes da encenação eram grupos compostos por secundaristas e universitários, ou então os pedidos eram realizados diretamente por escolas e universidades; havia, ainda, solicitações específicas para festivais estudantis.

Em geral, os certificados com os quais trabalhei contém pelo menos uma informação a respeito da origem do pedido de avaliação censória. Por vezes consta o nome de quem realizou o pedido ou então a companhia responsável pela produção, seguidos da cidade em que o grupo atuava. Com esta última informação, pudemos observar que a produção teatral do estado não se restringia a Porto Alegre, tendo pedidos de encenação provenientes de Bagé, Santa Maria, Santo Ângelo, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Giruá, Ijuí, Pelotas, Canoas, Marcelino Ramos e Flores da Cunha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, destaco que este trabalho é uma breve e sintética apresentação da pesquisa que desenvolvi com o intuito de fazer uma aproximação inicial com as fontes do Fundo da Censura, portanto, ainda há uma série de pontos em que se avançar. Certamente essa pesquisa não esgota as potencialidades de fontes tão ricas que nos ajudam a entender a atuação censória ao teatro no Rio Grande do Sul durante a ditadura mas espero que sirva para instigar outras investigações que consigam trazer novos elementos e avançar na produção acadêmica.

Acredito que abordar a temática da censura às artes é algo muito significativo no atual contexto político marcado por retrocessos, retirada de direitos, perseguição política, violação de direitos humanos e desrespeito à liberdade de expressão. É na tentativa de colaborar nesse debate, através do conhecimento histórico, da busca por memória, verdade e justiça, para que possamos efetivamente construir um regime garantidor da livre expressão e avesso ao silenciamento, que apresentamos essas reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

BERG, Creuza. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos, SP: EdUFSCar, 2002.

CASADEI, Eliza; GOMES, Mayra. A dimensão política da censura moral. **Verso e Reverso**, Porto Alegre, v. 24, n. 56, p. 57-70, maio/ago. 2010.

COSTA, Cristina. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

GARCIA, Miliandre. **“Ou vocês mudam ou acabam”**: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). 2008. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

GUIMARAENS, Rafael. **Teatro de Arena palco de resistência**. Porto Alegre: Libretos, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 876 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SILVA, Bruna Moreira da. **Imoral e subversivo: o teatro censurado no Rio Grande do Sul durante a ditadura (1964-1985)**. 2018. 139 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL DO CONE SUL: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM SÃO BORJA/RS

CAMILA DE ALMEIDA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DOUTORANDA DO PPGH/UFSM. BOLSISTA CAPES-DS
CASILVA2015@GMAIL.COM

RESUMO

Este artigo visa evidenciar as experiências de militantes do município de São Borja – Rio Grande do Sul, durante a ditadura de Segurança Nacional que se estabeleceu entre os anos de 1964-1985. Para esse objetivo é necessário destacar as particularidades da região e a dinâmica do município, que foi uma das zonas de interesse da Segurança Nacional, representando uma preocupação diferenciada, visto que, a integração existente entre as populações fronteiriças constituía um aspecto versátil, e nesse sentido, foco de maiores preocupações no âmbito de fiscalização. A ditadura que se estabeleceu no Brasil, sustentada pela Doutrina de Segurança Nacional fez uso de estratégias disseminadoras do medo. Essas estratégias, baseadas na suspeição, tinham o intento de conhecer os sujeitos considerados “subversivos”, fiscalizar suas ações, controlar suas atividades e punir os que desviavam de um comportamento desejado (BAUER, 2015). É imperativo, portanto, destacar as ações desses sujeitos nos seus singulares espaços, para assim compreender a diferentes formas de atuação das forças repressivas da ditadura brasileira.

Palavras-chave: Ditadura de Segurança Nacional, Resistência, São Borja.

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964-1985 o Brasil vivenciou a ditadura civil militar de Segurança Nacional, momento traumático de nossa história, em que o Estado atuou como agente de terror, fazendo uso de seus poderes para a manutenção do status quo, militarizando as funções “normais” do Estado, fazendo uso de coerção e de estratégias disseminadoras do medo com o objetivo de dissuadir e controlar a efervescente conjuntura que se estabelecia. Estabeleceu também o controle da comunicação por meio de censura e propaganda, manteve a estrutura democrática apenas para fins simbólicos e estabeleceu meios de controle da economia, da educação, movimento estudantil e de trabalhadores (BAUER, 2015).

Contudo, na mesma medida que o Estado autoritário e repressor avançava, a luta política se estendia, numa relação impossível de estabelecer se foi causa ou efeito. De norte a sul do Brasil a militância ocorreu e em grande medida o desafio em posicionar-se contra o Estado autoritário apresentava os mesmos elementos. Porém, não basta compreender tais elementos e torná-lo representante de todos, é preciso, ao contrário, especificá-los. A realidade enfrentada nos grandes centros é inevitavelmente diferente daquelas experiências nos municípios do interior do Brasil, e essa lógica precisa ser conhecida e explorada.

Nesse sentido, a reflexão aqui proposta, versará sobre a importância de superar a grande narrativa uniformizadora sobre a ditadura civil militar de Segurança Nacional, evidenciando a perspectiva do poder e das disputas em torno dessas narrativas e também o “novo” movimento de “desaparecimento de “um princípio explicativo único” e os retrocesso de ‘memórias unitárias’” (CANDAUI, 2014, p. 183).

Candau (2014) destaca o processo geral de individualização da memória e de um aumento das “memórias particulares que reclamam sua própria história” (2014, p. 184) que ocorre em função da multiplicidade de experiências pessoais, colocando os sujeitos também em múltiplas relações, tornando cada vez mais difícil sua identificação com as memórias universais ou organizadoras.

A memória da ditadura civil militar de Segurança Nacional é múltipla, tornando importante destacar, que quando se trata de evidenciar os meandros da memória, “o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, quer dizer, com o tempo de instância da palavra” (CANDAU, 2014, p. 101). Lucian Febvre, destaca que a História é “um meio de organizar o passado para impedi-lo de pesar muito sobre as costas dos homens” (CANDAU, 2014, p. 100), mas coloca a disciplina em um papel subalterno, visto que, a memória se organiza sob a ótica essencialmente privada e “não é sobre a história aprendida, mas sobre a história vivida, que se apoia a nossa memória” (CANDAU, 2014, p. 100).

Enquanto a história busca encontrar as formas do passado, a memória às modela, enquanto a história estabelece elementos de causa e efeito e busca encontrar a racionalidade dos eventos, a memória está envolta no caos das emoções. Para Candau, o mundo moderno coloca os sujeitos em busca de sua própria identidade, superando aquelas versões totalizadoras construídas pelo Estado por exemplo.

Há, segundo Candau “um desvio holista incontentável que não retira o interesse dos fenômenos em questão, mas que também não permite captar a complexidade e a multiplicidade das forças as quais, a cada instante, trabalham uma sociedade e que não são todas memoriais ou identitária”, há, portanto, uma multiplicidade de mundos e uma multiplicidade de tempos.

As memórias suscitadas pela ditadura civil militar de Segurança Nacional, ainda podem e devem ser socializadas. A narrativa oficial ou organizadora sobre tais eventos se apresenta muitas vezes como uma realidade dada, estática e findada. No entanto, essa história recente do Brasil tem como característica a permanência do trauma e há muito ainda a ser contado.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é destacar a presença militantes e militares na região de São Borja, Rio Grande do Sul, visto que, entre os anos de 1964 -1985 inúmeros episódios efervesceram o pequeno município, especificá-los torna-se importante.

A demanda de investigação é evidente também ao observar o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, que apontou que o Rio Grande

do Sul possuía 39 centros de prisão e tortura, localizados em 16 municípios diferentes, Três Passos, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, São Borja, Alegrete, Santa Maria, São Gabriel, Santa do Livramento, Rio Grande, Guaíba, Porto Alegre, Charqueadas, Canoas, Caxias do Sul, São Leopoldo e Viamão. E listou dezenove agentes da repressão ligados ao aparato repressivo gaúcho, em maioria, agentes atuantes nos grandes centros. No entanto, são poucas as pesquisas que exploram as regiões do interior do estado do Rio Grande do Sul e em especial nas cidades que fazem fronteira com a Argentina.

Em 2014, Carlos Frederico Guazzelli, defensor público e coordenador da Comissão Estadual da Verdade, explicitou em reportagem ao *Sul 21*, que no Rio Grande do Sul ocorreram cerca de 2.800 casos de torturas, muitas delas ainda não muito esclarecidas. É o caso do advogado são-borjense Dino Aldir do Nascimento Lopes, desconhecido da Comissão até aquele ano.

Os relatos trazidos por Dino sobre a sua experiência e sobre os demais companheiros perseguidos pela repressão demonstram que ainda há muito a ser investigado, possibilitando a descoberta de novos espaços de prisão e tortura.

No intuito de perseguir e se aproximar dos objetivos mais profundos da ditadura civil militar de Segurança Nacional e simultaneamente elucidar a memória dos sujeitos envolvidos no processo, é preciso destacar a clara distinção entre as fronteiras Brasil/Uruguai e as fronteiras Brasil/Argentina, esta última, apresenta mais “dificuldade” para o estabelecimento de relações em função da barreira representada pelo Rio Uruguai. As únicas ligações rodoviárias que unem esses dois países estão nas cidades de São Borja-Santo Tomé, através da ponta da integração, construída em 7 de dezembro de 1997, e Uruguiana-Paso de los Libres, através da Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo, inaugurada em 12 de outubro de 1945. A cidade de Itaqui-Alvear ainda hoje possui ligação mediante a utilização de balsa.

A noção de fronteira adquiriu um papel definidor para o Estado ditador, durante o período representou uma preocupação, com características contraditórias, pois simultaneamente separa e aproxima. Conforme Adriana

Dorfman e Gladys Rosés, “a fronteira é uma característica de qualquer objeto ou fenômeno, cuja existência possui extensão e fim. O fim ou fronteira, representará também o contato, caso haja um objeto ou fenômeno de igual natureza adjacente ao primeiro” (2005, p. 196).

Também se transformou significativamente sua concepção, a primeira definição à coloca no intuito de fixar os limites para a separação dos reinos. No entanto, com as noções modernas, os limites físicos não bastavam para a garantir a soberania, que progressivamente foi traduzida para a noção de Estado moderno.

A porção meridional do território brasileiro precisa ser analisada, levando em consideração a centralidade do conceito de fronteira, pois, “marcada pela instabilidade, mas capaz de promover relações que atravessavam o limite, habitado por sujeitos que demonstravam transitar com facilidade por esse espaço, e que se valiam da fronteira como espaço de estratégia em seus concertos cotidianos por sobrevivência” (FLORES, 2017, p. 87).

As fronteiras na ditadura civil militar de Segurança Nacional se configuraram superando a noção de fronteira política e territorial, os limites tornaram-se ideológicos, a divisão está entre apoiadores e opositores, essa transformação se sustentou a partir da definição de “inimigo” presente na Doutrina de Segurança Nacional, que permitiu que as práticas de terrorismo de Estados fossem aplicadas para além dos limites fronteiriços do Brasil (BAUER, 2009, p. 178).

DINO ALDIR DO NASCIMENTO LOPES: SUA HISTÓRIA E AS TRAJETÓRIAS QUE SE CRUZAM

Em 21 de março de 1968, meses antes do estabelecimento do Ato Institucional número 5, foi preso em São Borja por razões aparentemente políticas, Dino Aldir do Nascimento Lopes, à época professor, estudante de direito e suplente de vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido da oposição consentida durante a ditadura. A acusação, de acordo com o documento confidencial foi “de estar procedendo, através de uma emissora local, pregação trabalhista subversiva”. Dino ficou preso por 16 dias para

averiguação e para suprimir seus discursos da rádio Fronteira do Sul, onde era idealizador e apresentador do programa “A marcha para o progresso”.

Com o estabelecimento da ditadura civil militar de Segurança Nacional, Dino Lopes teve toda sua vida alterada, sendo o episódio do dia 21 de fevereiro de 1968 a primeira das prisões, e o primeiro dos arbítrios entre tantos outros. Exonerado do cargo público no Colégio Estadual São Borja – CESB, onde exercia função de professor de português, posteriormente, já sob o império do Ato Institucional número 5 foi preso nos anos de 1969, 1970 e 1971.

Dessa prisão no ano de 1968 surge o primeiro Inquérito Policial Militar. A investigação ocorreu com objetivo de apurar as atividades desenvolvidas na Rádio Fronteira do Sul, segundo o IMP as “palestras” versam sobre: imperialismo americano, liberdade, espírito de ação, rebeldia popular e desmoralização dos poderes contituídos. A conclusão do encarregado do IPM, capitão Carlos Etienne Castro foi de que o fato apurado não constituiu crime civil ou militar, determinando que os autos fossem encaminhados a quem cabia solucionar, remetendo assim à autoridade competente.

No entanto, em 25 de março de 1969 Dino Lopes teve seu contrato rescindido junto ao Colégio Estadual São Borja. Em documento posterior, emitido pela Secretaria da Administração dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, de 2006, o órgão afirma não haver registro da dispensa do ex-servidor, nem eventual retorno. De modo que, em caráter precário, o contrato por tempo determinado de Dino estava previsto para o período de 24 de março de 1965 a 18 de junho de 1966. Ocorrendo a renovação para o período de 25 de abril de 1968 a 31 de dezembro do mesmo ano. Em documento contraditório, o Colégio Estadual São Borja expediu folha de informação que afirma que o contrato do Professor Dino Lopes havia sido prorrogado até o dia 25 de março de 1969, quando foi rescindido.

No ímpeto de se fazer crer e buscar justiça, Dino Lopes, em seu processo de indenização junto a Comissão de Anistia compila diversos documentos com intensão de corroborar a natureza política de sua prisão e de sua demissão do Colégio Estadual São Borja. Esse é o caso da declaração de Lael Scalco, constando que Dino foi professor da escola no “período correspondente

de 1965 a 1969, quando foi exonerado por perseguições políticas, jamais foi readmitido ou reintegrado ao cargo”.

Para além da natureza “comprobatória” de tais documentos, é interessante observar a necessidade, de por todas as formas, apresentar argumentos e “provas” das sevícias perpetradas pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil militar de Segurança Nacional. Dino Lopes é ainda nos dias de hoje um militante político, posicionado contra todos os arbítrios, que são latentes a sua profissão de advogado e também enquanto vítima do Estado. Tornando possível observar a permanente busca da “verdade”, palavra sempre presente em seus depoimentos.

Também foi preso entre 17 de setembro de 1969 a 18 de fevereiro de 1970, julgado em liberdade e condenado a pena de reclusão de um ano e três meses, tendo se apresentado voluntariamente ao 7º Regimento de Cavalaria em Santana do Livramento e posteriormente transferido para o 2º Regimento de Cavalaria do município de São Borja e posto em liberdade em 22 de outubro de 1971.

Deste período de prisão temporária, destaca outras sevícias além das já perpetradas. Dino Lopes foi “sequestrado” em frente ao 2º Regimento de Cavalaria de São Borja. Na madrugada do dia 31 de janeiro de 1970, o tenente Ademir Luiz Verona abriu sua cela e deu a ordem de soltura, sem poder esperar que o dia raiasse foi levado até a frente do estabelecimento, encapuzado e obrigado a entrar em um carro. Os homens encapuzados se deslocaram em direção ao Rio Uruguai, cerca de 3km distante do antigo local onde se encontrava.

Chegando ao local outros dois presos políticos lá se encontravam, Amândio Moraes do Amaral e Miguel Paiani Durão. Um outro grupo deu sequência ao sequestro e encaminhou os três presos algemados entre si a um automóvel, assim começou um longo trajeto, com destino a Santa Maria. No dia 31 de janeiro de 1970 foram entregues no quartel da Brigada Militar Coronel Pillar, era conhecido o novo cárcere.

Conforme o Inquérito Policial Militar, no dia 02 de fevereiro de 1970, o major Geraldo Santos informa ao juiz auditor que estavam Dino Lopes, Amândio Moraes do Amaral e Miguel Paiani Durão presos sob a acusação

de “ações subversivas”. Faz referência ao nome Marlene Félix Moraes, que os acusa de integrar o Movimento Revolucionários 8 de outubro, acusa também Darci Lago, enquanto chefe de tal célula. No entanto, em depoimento, Dino Lopes desconhece esse último sujeito mencionado e acusa Marlene Félix de ser informante do Serviço Nacional de Informações – SNI.

Segundo Dino Lopes, não houve em momento algum um interrogatório, apenas 10 dias após o cárcere em Santa Maria houve a divulgação do local onde encontravam-se presos, nesse momento receberam visita dos advogados Adelmo Simas Genro e também de seu filho Tarso Hers Genro, que trataram de medidas para sua soltura.

Após esses traumáticos eventos, entre os meses de março a dezembro de 1970 esteve exilado no Uruguai, junto ao ex-presidente João Goulart e seu funcionário e amigo Percy Quartieri Penalvo. Neste mesmo período enfrentou tentativas de sequestro, de forças policiais tanto brasileiras, quanto uruguaias, sem encontrar melhor solução decide entregar-se para daí cumprir a sentença de um ano e três meses de reclusão.

A cidade de São Borja foi palco de inúmeros eventos inquietantes, que, no entanto, não estão presentes da historiografia. O episódio presente no IPM e nos depoimentos de Dino Lopes e Natalício Cabeleira, sujeitos que rivalizam o passado e a memória, inclui atividade possivelmente orquestrada por um grupo de militantes. Os documentos, embora contraditórios, suscitam o “atentado” contra a vida e a propriedade do então primeiro sargento Natalício Cabeleira, a ação foi responsável por lançar um coquetel “Molotov” em sua residência. Foi anexado ao IPM um bilhete cuja responsabilidade foi atribuída ao Movimento Revolucionário 8. Abaixo segue a transcrição.

Coronel: A liberdade dos prêso políticos queremos para a próxima semana, sem falta. Hoje é um sargento. Amanhã será um oficial: violência só gera violência e pagarão muitos inocentes. Você também tem família e naturalmente, poderá acontecer-te alguma “coisinha”. Movimento Revolucionário. 8 (IPM, novembro de 1969).

No IPM analisado foram indiciados, Dino Aldir do Nascimento Lopes, Octavio Alberto Gomes de Campos, Miguel Paiani Durão,

Amândio Morael do Amaral, Luiz Amadeu Castro Rocha, João Batista Maciel Braga, Fabriciano Braga, João Félix de Campos, João Antonio Braga Rodrigues, José Paiani Durão, Carlos Brasil Gomes de Campos, Nelson Saul Pimenta da Silva, Abrão Braga, Pedro Dillon Paini Durão, Roque da Silva Rosa, Eli Roque Rodrigues Lencina, Otaviano Nunes Fraga, Ivo Leonardo Didoliche, José Zenir Melo Koucher e Marlene Félix Moraes.

Dino encontra-se preso no momento do atentado e em depoimento afirma não ter qualquer vínculo com a empreitada. Segundo o termo de pergunta ao indiciado do IPM, Dino afirma ser uma grande coincidência tal atentado, visto que, as famílias dos presos já haviam sido comunicadas sobre suas solturas no dia 15 de novembro, ocorrendo o atentado na madrugada desse dia, impedindo e justificando a manutenção dos presos junto ao quartel. Dino ficou preso provisoriamente de 17 de setembro de 1969 a 18 de fevereiro de 1970.

A cidade possui, além de Dino Aldir do Nascimento Lopes, muitos sujeitos que compartilharam o convívio com o então presidente João Goulart, tornando-a alvo da intensa fiscalização dos militares, esse fato já os incluía no escrutínio do Estado ditador, nesse sentido, incidia-se sobre esses sujeitos uma maior censura e fiscalização. Somado a isso, São Borja foi um dos municípios tornado zona de interesse para a Segurança Nacional, portanto, sob administração de um interventor.

Sob essa lógica, uma emissora local de rádio, segundo depoimento de José Antônio Degrazia, a Rádio Cultura AM sofreu com a ação dos sensores e consecutivamente uma “limitação da liberdade de expressão, o que podia ser verificado no conteúdo que podiam transmitir para a audiência”, sendo impossível realizar comentários de cunho político e “uma solução para manter um conteúdo de qualidade para o público foi o investimento das coberturas futebolísticas” (CANANEA, et. al .2014, p. 10).

CONCLUSÃO

Os eventos ocorridos em São Borja, assim como muitos em municípios do interior do Rio Grande do Sul, ainda estão sendo descortinados.

É latente interromper o discurso amplamente veiculado na cidade de que a ditadura civil militar de Segurança Nacional não fez vítimas no local. É urgente compreendermos a atuação dos grupos que militavam contra os arbitrios do Estado, bem como a atuação das forças repressivas e dos interesses contraditórios que vigoravam na região.

Evidenciar os eventos traumáticos ocorrido no passado recente são de suma importância. São Borja é berço do trabalhismo, município de Getúlio Vargas e João Goulart. Muitos são os usos políticos do passado, que transfiguram tais eventos e constroem mitos e narrativas apartadas da história recente do Brasil, ou pelo menos, a parte “menos” interessante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline. **As ditaduras de segurança nacional do cone sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”**. In. GUAZELLI, Cesar; THOMPSON FLORES, Mariana; AVILA, Arthur. **Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2015.

CANANEA, Camila. *et al.* Memórias da ditadura: a experiência de uma rádio em cidade Fronteirafronteira. Anais 10º **Encontro Nacional da História da Mídia**. 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. – 1. ed., 2ª. Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys. **Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”**. In. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem Limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

FLORES. Mariana Thompson. **A fronteira como chave interpretativa para o Brasil meridional**. **FACES DA FRONTEIRA: Desafios e Perspectivas de Regiões Lindéiras**. Iuri Cavlak, Jadson Luís Rebelo Porto, Andrius Estevam Noronha (Organizadores) – Macapá : UNIFAP, 2017. p. 87-98.

ST 02
A RECRIAÇÃO DA DIREITA
NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO
REGIONAL. UM OLHAR COM
PERSPECTIVA HISTÓRICA

COORDENAÇÃO
VIRGÍNIA VECCHIOLI (UFSM)
CARLOS ARTUR GALLO (UFPEL)

MÍDIA E PROTESTO SOCIAL CONSERVADOR: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA COBERTURA PELA FOLHA DE SÃO PAULO DO GOLPE DE 64 E DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

BHARBARA AGNOLETTO¹
RICARDO MAYER²

RESUMO

A nova onda conservadora tem se mostrado cada vez mais presente no cenário sócio-político brasileiro, tendo sua ascensão no ano de 2016, que culminou com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e mais recentemente na eleição de Jair Bolsonaro. Entretanto, essa não é a primeira vez na história do país que movimentos conservadores ocupam o espaço público manifestando seus valores e intervindo na conjuntura política. O contexto social, cultural e político anterior aos anos de 1964 também contaram com grande participação de movimentos conservadores. Por esse motivo, essa comunicação de pesquisa apresenta os resultados preliminares uma análise histórico-comparativa das narrativas midiáticas que estimularam a indignação moral contra a corrupção que galvanizou e mobilizou amplos setores das classes médias em cada momento. Se o presidente João Goulart era considerado um político de esquerda, e os conservadores iam às ruas lutar contra a corrupção e o comunismo como na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 19 de março de 1964, os conservadores hoje dizem lutar contra “a corrupção

.....
1 Graduada em Psicologia pela Universidade Franciscana (UFN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e-mail: bharbara.agnoletto@gmail.com

2 Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e-mail: r.mayer@ufsm.br

eo comunismo do PT que durou 16 anos”. É devido às similaridades, mas também pelas diferenças que esse estudo torna-se relevante. Esse estudo é realizado a partir do seguinte material empírico: análise de conteúdo de edições da Folha de São Paulo precedentes ao golpe de 64 e ao impeachment de 2016 que apresentem notícias sobre as manifestações conservadoras.

Palavras-chave: narrativas midiáticas; protesto social; moralidade; Golpe de 64; Impeachment de Dilma Rousseff.

INTRODUÇÃO

O período histórico conhecido como ditadura militar ou regime militar, teve seu início no dia 31 de março de 1964 com a execução de um golpe de estado que durou 21 anos. Este golpe, foi massivamente apoiado por grande parte da classe média, setores importantes da elite nacional e até mesmo por parte da igreja católica. O exército ocupou as ruas das principais cidades brasileiras e em 1º de abril do mesmo ano, uma junta militar assumiu o controle da nação, depondo o presidente eleito João Goulart e o condenando ao exílio no Uruguai. O argumento da oposição ao governo de Jango era o medo de que este estaria orientado a instituir no Brasil uma ditadura comunista e a ditadura dos militares aconteceu em nome de evitar que isso acontecesse.

Pouco mais de 50 anos após o início da ditadura, em 2016, tivemos em nosso país o começo do processo que terminaria com o Impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Acusada de crime de responsabilidade em 31 de agosto o senado votou que Dilma fosse impedida de exercer o cargo de presidente. Apesar das inúmeras diferenças que podem ser apontadas entre os dois acontecimentos ambos têm em comum um posicionamento de grande parte da imprensa em favor aos golpes e mobilizadas na manipulação do pensamento do povo brasileiro através de suas reportagens.

Considerando a similaridade entre as movimentações desses grupos e pela percepção de que há uma espécie de onda conservadora assolando o cenário político atual, encontra-se a relevância deste trabalho. Assim sendo, essa comunicação pesquisa apresenta uma análise histórico-comparativa entre as manifestações conservadoras nos dois períodos citados, a partir de

notícias encontradas no jornal “Folha de São Paulo”. A escolha pelo jornal “Folha de São Paulo” foi realizada considerando a sua relevância em caráter nacional e também, o registro de sua participação ativa nos dois eventos que serão estudados³. Nesse sentido, a exposição se subdivide em três partes: primeiro, uma breve apresentação dos momentos de ruptura institucional e crise política que resultaram no golpe de 1964 e no impeachment de Dilma Rouseff, segundo, uma teorização sociológica sobre a construção social da realidade pela mídia, e, por fim, uma discussão sobre a manipulação por parte da mídia que termina se configurando como um ator político.

O GOLPE DE 1964

Desde o fim do período conhecido como Estado Novo, o Brasil viveu uma forte polarização política. Em 1946 mesmo com a eleição de Eurico Gaspar Dutra do partido social democrático (PSD), no ano seguinte foi extinto o partido comunista brasileiro, com o argumento de que teriam ideias inconstitucionais contra o regime democrático. Também foi neste período em que se extinguiu a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), por produzir focos de agitação operária. Em 1950 é eleito como presidente Getúlio Vargas, mesmo com seu histórico de contraventor da Constituição. É criado em seu primeiro ano de mandato o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), é realizada a estatização da produção de energia elétrica brasileira, a criação efetiva da Petrobras e também é feita uma flexibilização da legislação sindical. As medidas de Vargas causaram forte revolta na oposição, com o atentado a Carlos Lacerda e as concessões do presidente aos operários a pressão política ficou ainda mais forte levando Getúlio ao suicídio em agosto de 1954.

Em 1956 é eleito Juscelino Kubitschek, com João Goulart de vice na coligação PTB-PSD. Através do jornal “Tribuna da Imprensa”, coordenado pelo udenista Carlos Lacerda, a população conservadora e os grupos de militares antigetulistas foram mobilizados para tentar impedir a posse dos

.....
³ Para maiores detalhes sobre a participação da FSP nesses dois momentos da vida nacional, ver Azevedo (2018).

eleitos. Esse governo foi marcado pelo Plano de Metas que não conseguiu muitos progressos e pela construção de Brasília. Com o alto endividamento do país, o aumento da inflação, em razão da grande emissão de moeda, e do aumento do custo de vida, o candidato da coligação PTB-PSD perdeu as eleições seguintes para Jânio Quadros, candidato do Partido Trabalhista Nacional (PTN) apoiado pela UDN. Foi adotada uma política de austeridade econômica com restrição de crédito e congelamento de salários. No que diz respeito à política externa adotou uma postura protecionista. Entretanto, se manteve neutro em relação à Revolução Cubana o que resultou em seu rompimento com a UDN. Começaram as acusações de que ele apoiaria o comunismo e pela alta pressão que sofreu, renunciou o cargo em agosto de 1961.

Para que o então vice João Goulart, conhecido como Jango, pudesse assumir, foi realizada uma manobra política que estabeleceu o parlamentarismo no Brasil. Dessa forma, os poderes do presidente foram reduzidos em favor de um gabinete ministerial chefiado por um primeiro ministro. Em 1962 foi lançado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, na tentativa de reduzir a inflação através de empréstimos e renegociação da dívida externa. O plano contou com a rejeição do congresso e do empresariado nacional e internacional sendo assim um fracasso. Da mesma maneira, outras reformas de base que Jango tentou aplicar foram veementemente negadas. O ano de 1963 começou com campanha de Jango para a votação do plebiscito que decidiria sobre a volta do presidencialismo no país. Os brasileiros decidiram que queriam a volta do presidencialismo causando a revolta dos conservadores e aumentando as acusações de que Jango estava tentando realizar um golpe comunista. Na tentativa de buscar um equilíbrio entre a pressão popular e a forte oposição que sofria, o presidente enviou ao Congresso um anteprojeto de reforma constitucional que também foi negado.

Segundo Campos e Dolhnikoff (2001) este foi o momento da história, até então, de maior incursão política da população brasileira. A pressão popular de todos os setores da sociedade foi extremamente intensa,

com alta mobilização dos sindicatos e greves de caráter político constante. Ao final do ano de 1963 os pedidos pelo *impeachment* começaram a acontecer. Segundo os historiadores:

(...) setores conservadores organizaram uma estrondosa manifestação contra o governo federal reunindo, em São Paulo, mais de 250 mil pessoas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As conspirações iniciadas desde os primórdios do governo Jango foram precipitadas pela Levante dos Marinheiros de 25 de março, cujos revoltosos foram anistiados pelo presidente. As fortes reações no meio militar à quebra da disciplina e ao desrespeito à hierarquia foram decisivas para a deflagração do movimento golpista. A hesitação de oficiais e políticos de centro ia sendo vencida pelo clima de radicalização política. Em 31 de março, o general Mourão Filho, de Minas Gerais, iniciava o deslocamento de tropas para o Estado da Guanabara, Em outras regiões do país seguriram-se movimentações de tropas contra o governo. Sem resistência popular ou militar, Jango era deposto. No dia seguinte, milhares de pessoas saíam às ruas para saudar os revoltosos. (pág. 272).

O período entre março de 1964 e março de 1985 foi marcado por totalitarismo que podem ser percebidos com as medidas conhecidas como atos institucionais (AI). Por exemplo o AI-1 que cassava mandatos e imunidade parlamentar, além de vários direitos, e do AI-2 e AI 3, 4 e 5 que estabeleciam a eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos, extinguindo partidos políticos, também permitindo ao exército cassar mandatos. Outra característica foi a intensa repressão de qualquer oposição às ideias dos militares e aos grupos de esquerda que insistiram em resistir ao golpe.

O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Após os 8 anos de governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do país. Os primeiros quatro anos de mandato de Lula, foram marcados pelo maior crescimento econômico dos últimos tempos, por uma política de inclusão através do consumo e da melhoria da realidade de brasileiros pelo incentivo à políticas públicas. Ao mesmo tempo, houve o começo do desgaste da imagem do partido dos trabalhadores (PT) e do próprio presidente em razão ao esquema de corrupção nomeado como mensalão.

Apesar disso, a reeleição de Lula mostrou que a maior parte da população mantinha sua afeição pelo presidente. Neste sentido, Anderson (2011) apresenta o seguinte argumento:

“Para a mídia, a popularidade de Lula significou uma perda de poder. Tradicionalmente, desde o fim do governo militar, na prática, eram os donos da imprensa e da televisão que selecionavam os candidatos e determinavam o resultado das eleições. (...) O relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu esse ciclo, minando o papel da mídia na formação do cenário político. Pela primeira vez, um governante não dependia dos proprietários da mídia, daí o rancor da parte deles.” (pág. 36)

No segundo mandato do de Lula houve o aumento do crescimento econômico do país e a diminuição das desigualdades. O programa de transferência de renda “Bolsa Família”, a valorização do salário mínimo e a inclusão através do consumo resultaram na expansão de diversos setores que não necessitavam de mão de obra amplamente qualificada. Já o programa “Minha Casa, Minha Vida”, criou linhas de financiamento para o investimento residencial em áreas urbanas e junto com outras medidas evitaram uma crise no sistema financeiro, a queda de investimentos públicos e com isso, ocorreu uma rápida recuperação da economia brasileira em meio a crise.

Entretanto, como situa a economista Laura Carvalho (2018), o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff foi marcado por uma mudança nos objetivos e no volume dos recursos destinados à essas políticas. Houve uma mudança no pensamento e outros eixos passaram a nortear as estratégias de desenvolvimento. Dessa forma, em 2011, a desaceleração do crescimento começou tendo seu auge em 2015, denunciando o esgotamento dessa política de desenvolvimento vigente até então e da imagem do partido dos trabalhadores.

Em 2013 o cenário eleitoral teve como característica uma polarização ainda maior da população e a eleição mais acirrada do país. A situação caótica que começava a se formar resultou no poder legislativo mas fragmentado da história tendo em sua composição mais de 10 partidos. Com uma maioria conservadora e a ampliação da bancada evangélica o cenário não poderia ser pior para a presidente.

Bastos (2017), indica que as medidas tomadas pelo governo no segundo mandato, começaram a visar o apoio empresarial, tendo um resultado completamente diferente: afastou o empresariado, alienou a população e aumentou a recessão. Todas essas questões alinhadas com as divulgações feitas pela operação Lava-Jato, enfraqueceu a base parlamentar do governo e a sua governabilidade como um todo. A revolta popular contra a corrupção no país se alinhou com as demais insatisfações da classe média e com o auxílio da mídia e da internet colocou milhares de pessoas nas ruas em protesto. Embora a população nesses protestos não fosse unânime, nem tivesse as mesmas reivindicações, fortaleceram a iniciativa contra o governo Dilma, legitimando o processo que resultou em seu impeachment encoberto por uma máscara de combate à corrupção.

UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE PELA MÍDIA

Segundo o Dicionário Houaiss, o escândalo é definido como um *“fato ou acontecimento que contraria e ofende sentimentos, crenças ou convenções morais, sociais ou religiosas estabelecidas”* produzindo *“indignação, perplexidade ou sentimento de revolta provocados por ato que viola convenções morais e regras de decoro”*. Com efeito, partimos da hipótese de que um tratamento sistemático de forma enviesada por parte da mídia⁴, de uma série de fatos e acontecimentos concorreu para mobilizar setores importantes da população, mormente de suas camadas médias contra governos de esquerda. Nesse aspecto, nos baseamos em Bourdieu (1981), para compreender a eficácia política de uma ação sistemática por parte de importantes setores da mídia que intervêm na conjuntura política intervindo sobre a representação e interpretação que realizam desta mesma conjuntura. Noutras palavras, a realidade com seus fatos e acontecimentos, jamais é puramente descrita, mas cada descrição vem acompanhada, muitas vezes subliminarmente, de prescrições e juízos de valor que aviltam, depreciam, condenam,

.....
4 Para uma discussão introdutória sobre as teorias da comunicação, ver Mattelard *et al.* (1997) e Alsina (2005).

demonizam adversários políticos imediatos e possíveis. Uma perspectiva editorial que encerra uma estrutura de classificação que concorre para desabonar e desqualificar atores, projetos e visões de mundo antagonistas em relação à ordem liberal e destinada a projetar um futuro consoante os interesses patronais da grande mídia. Trata-se, pois, de transformar uma dada realidade transformando as representações que dela se produzem com a criação de bodes expiatórios para as mazelas nacionais.

É nesse sentido que consideramos, a título de ilustração, o tratamento dado ao fenômeno do escândalo político não como uma representação objetiva da realidade como tal, mas como a construção ideológica de narrativas que representam essa mesma realidade a partir de um prisma editorial informado politicamente e cuja divulgação repetidamente martelada pela mídia possui o potencial de interpelar moralmente segmentos da população incitando-a a posicionar-se face a uma dada versão, via de regra, com forte conteúdo moral e/ou emocional na maneira pela qual um fato ou acontecimento político é descrito. Trata-se pois, de revolver e agitar os sentimentos morais compartilhados no âmbito de uma dada hierarquia de valor sedimentada no senso comum de determinados segmentos da população que constituem o público alvo, o destinatário das narrativas midiáticas dos grandes jornais nacionais. Assim, aquilo que é convertido pela narrativa midiática em algo escandaloso quando se constitui em algo revelado, desvelado, descoberto pela mídia operaria da seguinte forma: porque se configura em uma espécie de epifenômeno das hierarquias de valor compartilhadas por segmentos da população, operaria como um catalisador da contestação política deflagrada pelas classes médias. Aqui, cabe salientar que não estamos diante de uma população indistinta passível de uma manipulação orquestrada pela grande mídia, mas antes, diante de vários públicos, diferenciados e indexados pelo gênero, pela raça/etnia, pelo pertencimento geracional, mas fundamentalmente, por recortes de classe social definida a partir de um acúmulo diferencial de diferentes capitais tanto de natureza econômica, quanto de natureza cultural.

Assim, os destinatários das narrativas midiáticas não são propriamente massas homogêneas suscetíveis de se conformar em um público cativo e

manipulável, nem tampouco indivíduos arquetipicamente soberanos e autônomos, detentores de uma competência crítica para julgar e avaliar, de modo apolíneo, o que lêem, assistem e escutam. Com efeito, o público-alvo não absorve passivamente as narrativas midiáticas, mas delas se apropria de forma seletiva considerando-as relevantes ou não, de acordo com uma dada hierarquia de valor e sentimentos morais correspondentes. Por conta disso, a maior ou menor probabilidade de uma narrativa midiática carregar consigo uma força perlocucionária⁵, sendo portanto mais ou menos persuasiva, radicar-se na sua capacidade de mobilizar e galvanizar sentimentos morais nas suas dimensões emocionais considerando suas expectativas e seus desejos mais profundos e latentes.

Sustentamos ainda a hipótese de que as narrativas midiáticas que estimulam a indignação moral no modo pelo qual noticiam os fatos e acontecimentos relacionados, por exemplo, à corrupção operam em um registro emocional semelhante ao analisado por Boltanski (2004), mas que no caso de nosso objeto de análise encerram: a) uma tópica da denúncia que associa a indignação moral à uma acusação e imputação de crime cometido contra o patrimônio público construído na forma da revelação de um escândalo político; b) uma tópica do sentimento assentada em uma frustração, em um ressentimento e rancor inconsciente e irrefletido, via de regra, confuso e com uma sensação de impotência em relação às causas desse mal-estar, mas que se sente e declara ofendido pelo não reconhecimento de valores ético-morais que julga conspurcados por políticos tidos como corruptos; e, por fim, c) uma tópica estética que dramatiza o tratamento dado aos fatos políticos transformando-os em uma trama novelesca de cariz sensacionalista na maneira pela qual se realiza a edição das notícias, o que converte a cobertura jornalística dos acontecimentos da vida política em um triste espetáculo destinado não apenas a informar, mas também escandalizar e capturar a atenção de um dado público alvo pertencente às classes médias.

.....
5 Para Austin (1990), um ato perlocucionário ou expressivo, enquanto uma ação proferida, ou seja, enunciada, consiste naquilo que exerce algum efeito sobre o ouvinte.

Com efeito, nos valemos também da teorização sobre o escândalo elaborada por Damien de Blic e Cyril Lemieux (2005), para construir nosso objeto sociológico mas, porém de forma algo difratada, pois não estamos examinando o escândalo em si, mas sua revelação através de narrativas midiáticas produzidas pela grande imprensa como processo ideal-típico de construção de uma dada representação sobre a realidade política. Nesses termos, quando destacamos que o modo pelo qual um escândalo político é noticiado, possui uma enorme força instituinte suscetível de operar algum tipo de transformação sócio-política. Assim, a divulgação, enviesada politicamente, de um escândalo de corrupção enseja um processo de degradação estatutária⁶, de aviltamento de reputações capaz de provocar uma indignação moral que se regozija com a desgraça de figuras públicas, por vezes, enxovalhadas e demonizadas por parte da mídia, o que acaba funcionando também como uma espécie de combustível de uma contestação política que concorre para erodir a legitimidade do sistema político e, no limite, da própria democracia. Nestes termos, nos baseamos ainda em Garfinkel (1956) para quem a indignação moral também serve para realizar a destruição ritual da pessoa denunciada. Portanto, diversamente de um sentimento moral como a vergonha, que não é capaz de unir as pessoas, a indignação moral, conforme Garfinkel (1956), e, especialmente contra aquilo que é noticiado como corrupção, pode desempenhar um papel notável para coalescer a solidariedade de um grupo social favorecendo assim a emergência reativa de um dado tipo de protesto social. Em nosso caso, de um protesto social de cariz conservador.

Assim sendo, a exploração enviesada por parte da mídia do combate à corrupção que, por vezes, passa a atuar mesmo como um ator político⁷ aliado a outros atores que também intervêm no processo da disputa política, contribui para uma transformação sócio-política na redefinição das forças políticas, bem como nas próprias condições de possibilidade do êxito de

.....
6 Conforme a formulação de Harold Garfinkel (1956).

7 A esse respeito, ver a análise desenvolvida por João Feres Jr. (2018) sobre o partidarismo da mídia.

um ator político na disputa eleitoral. A nova correlação de forças instituída pela repercussão de um escândalo socialmente construído pelas narrativas midiáticas pode dar margem não apenas à entrada de novos atores no jogo político, como também promover a produção legislativa de novos dispositivos legais com o propósito de inibir a corrupção.

Não obstante, a partir da diferenciação proposta por Claverie (1994) entre escândalo e caso judicial, Blic e Lemieux (2005), postulam uma perspectiva de análise muito interessante para se considerar teoricamente o escândalo e sua cobertura midiática de um ponto de vista diacrônico que nos instrumentaliza para pensar sobre sua possível evolução e desenvolvimento a partir das disputas políticas e movimentos de protesto que ensejou. Desta forma, se poderia admitir três desdobramentos possíveis de uma denúncia pública de um escândalo, quais sejam: a) sua confirmação como um escândalo de fato, como algo confirmado de forma incontestada, o que acabaria por implicar na exigência unânime de que os culpados sejam punidos; b) o reconhecimento público de que os fatos geradores do escândalo não foram praticados, esvaziando, portanto, sua denúncia; e, c) sua transformação em um caso judicial intentando uma reparação por conta dos danos morais representados por uma denúncia sem provas ou pela manipulação do processo judicial o que redundaria numa inversão da acusação contra os acusadores e julgadores do processo escandaloso. Esse último desdobramento se constitui em uma interessante perspectiva de análise tendo em vista o desenvolvimento da conjuntura política que se sucedeu ao impeachment de Dilma Rousseff e que culminou na eleição para Presidente de Jair Bolsonaro. Nesse período, ainda em curso, nos deparamos com uma transformação, na qual assistimos o apogeu da operação Lava-Jato e os primeiros sinais de seu declínio.

A MANIPULAÇÃO MIDIÁTICA DOS ACONTECIMENTOS

Nelson Sodré (1966) localiza no período regencial a existência de um jornalismo ideológico e militante. Havia um posicionamento político que buscava mobilizar os leitores em diferentes causas. Nesse sentido, a imprensa

passou a ser um fator determinante na luta política e executava a função de uma tribuna ampliada. Além de jornalistas os profissionais da época eram também publicistas e alguns nomes ficaram bastante conhecidos como Frei Caneca, Borges da Fonseca entre outros.

O espaço temporal entre o período regencial e o golpe de 64, foi o momento de industrialização do jornalismo brasileiro, conforme esclarece o autor. É preciso ressaltar que durante o Estado Novo a imprensa sofreu diversas censuras e foi apenas com o fim desse regime que a mídia brasileira teve um novo respiro. Jornais foram fundados e o jornalismo pode ser feito com a liberdade que deve existir em um regime democrático. Entretanto, como alerta Sodré (1966), houve uma grande articulação entre os jornalistas da época e os interesses imperialistas norte-americanos tendo efeitos devastadores no país.

A liberdade deveria ter estado em consonância com o divulgar os fatos tal qual eles ocorrem, de modo a informar a população, sem juízo de valor, sobre o que acontece. Dantas (2014) demonstra que desde 1951 a imprensa brasileira se mobilizou com ofensivas planejadas e desenvolvidas com o intuito de liquidar o governo de Getúlio Vargas. Com o suicídio do presidente, os planos não foram continuados, pois a comoção nacional em relação à tragédia não permitiu o golpe. Segundo o autor, foi esse mesmo grupo que tentou impedir Juscelino e Jango de assumirem a presidência do país após sua eleição e seguiu até conseguirem efetivar o golpe em 1964.

É possível perceber o caminho percorrido pelo jornal desde a posse de João Goulart até o dia em que o golpe militar se efetivou. Como é possível perceber a capa do dia 16 de março de 1963 (imagem 1), tem como reportagem principal um resumo das ideias pronunciadas pelo presidente na época, em relação às medidas de controle da inflação que começariam a ser aplicadas. Ao lado da manchete, o texto intulado “Nossa Opinião” aplaude o presidente ao mesmo tempo que o convoca a ação. Da mesma forma, a manchete do dia 01 de abril de 1963 (imagem 2), apresenta um Jango democrático e politicamente neutro. Já na publicação de 21 de agosto de 1963 (imagem 3), o presidente aparece em foto acompanhado das forças

armadas e o texto disserta acerca da sua defesa pelas reformas de base. Entretanto, no espaço dedicado ao editorial os jornalistas escrevem que “*as forças que apoiam o presidente da república outra coisa não têm feito senão manter aceso, em todo o país, um clima de inquietação*”. O fantasma do comunismo sempre esteve presente, e era frequentemente noticiado através dos pronunciamentos do então deputado Carlos Lacerda, neste momento ele passa a se tornar mais palpável na narrativa midiática e passa a ganhar força.

A capa da FSP do dia 30 de setembro de 63 (imagem 4) não deixa dúvidas quanto ao posicionamento da mídia nesse momento. Em 18 de dezembro do mesmo ano, as intenções do que viria a acontecer ficam ainda mais claras (imagem 5). O general Amauri Kruel ao assumir o comando do exército declara que a democracia é flexível e que “*não lhe faltariam recursos para acolher os apelos de justiça social das massas.*” Ele é retratado no periódico como um herói. Em sua capa do dia 02 de abril de 1964 (imagem 6) anuncia que a presidência está vaga e não faz menção ao golpe que estava ocorrendo.



(Imagem 1)



(Imagem 2)



(Imagem 3)



(Imagem 4)



(Imagem 5)



(Imagem 6)

Se mesmo com um golpe militar a mídia impressa do país manipulou as informações para influenciar a opinião popular, na história recente do país não tem sido diferente. Um caminho muito similar foi realizado pelo jornal. A manchete do dia 1º de novembro de 2010 (imagem 7) faz uma breve biografia da presidente eleita sem aparente juízo de valor. O tom do jornal é completamente diferente em 2015 (imagem 8), estando na metade do segundo mandato da presidente os posicionamentos são bastante claros. A investigação nomeada como Lava-Jato da polícia federal têm contado com o apoio midiático desde o seu início. O vazamento de informações, mesmo as sigilosas foram expostas e amplamente divulgadas como no exemplar do dia 17 de março de 2016 (imagem 9). Um mês depois, em 18 de abril (imagem 10), a autorização da Câmara dos Deputados para a continuidade do processo de impeachment é divulgada com uma fotografia dos parlamentares comemorando efusivamente. Deste momento até o efetivo afastamento da presidente foi questão de tempo.



(Imagem 7)



(Imagem 8)



(Imagem 9)



(Imagem 8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente comunicação permite apenas avançar algumas considerações finais acerca do enviesamento editorial de um grande jornal nacional, a Folha de São Paulo. Seu denominador comum pode ser situado em uma postura editorial menos agressiva que os jornais coirmãos O Globo e o Estado de São Paulo, mas que na aparente isenção dissimula sua posição política de grande jornal liberal do país. Foi assim em 1964, foi assim em 2016, Nas

duas ocasiões, a FSP perfilou-se contra os governos de esquerda através de seus editoriais e da cobertura jornalística que realizou em cada momento. Nesse sentido, essa cobertura foi caracterizada por um tipo de narrativa de caráter maniqueísta que concorreu para modelar uma dada realidade através da construção midiática dessa mesma realidade. Ou seja, as narrativas midiáticas não representam a realidade, mas uma versão da realidade coerente com a sociodiceia patronal. Com efeito, a disseminação deste tipo de narrativa midiática contribuiu, na mesma medida, para atizar e mobilizar setores das camadas médias que saíram de sua passividade e preencheram determinados espaços públicos para contestar vociferando seus preconceitos e ressentimentos de classe. Para tanto, o elemento discursivo que galvanizou as classes médias orbitou, preponderantemente, em torno de uma cruzada moral contra a corrupção. Portanto, a capacidade de interpelar repetidamente, os sentimentos morais desses estratos com a reiteração de escândalos políticos acabou desempenhando um papel decisivo na construção de uma nova hegemonia liberal-conservadora no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 2005.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 91, pp. 23-52, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000300002>
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Diários nacionais. In: ALVES, Giovanni **et al.** (Coords.). **Enciclopédia do golpe**. Volume 2: O papel da mídia. Bauru, SP: Canal 6, 2018, pp. 45-53.
- AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp.**, Vol. 21, nº 02, 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>>.

- BLIC, Damien de et LEMIEUX, Cyril. Le scandale comme épreuve. Éléments de sociologie pragmatique. **Politix**, nº71, pp.09-38, 2005. DOI: <<http://dx.doi.org/10.3917/pox.071.0009>>.
- BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering Morality, Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Décrire et prescrire [Note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique]. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Vol. 38, pp. 69-73, 1981. DOI: <<http://dx.doi.org/10.3406/arss.1981.2120>>.
- CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.
- CLAVERIE, Elisabeth. Procès, Affaire, Cause. Voltaire et l'innovation critique. **Politix**, Vol. 7, nº26, pp.76-85, 1994. DOI: <<http://dx.doi.org/103406/politix.1994.1843>>.
- DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, Vol. 28, nº 80, pp.59-74, 2014. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100007>>.
- FERES Jr., João. Partidarismo midiático. **In: ALVES, Giovanni et al.** (Coords.). **Enciclopédia do golpe**. Volume 2: O papel da mídia. Bauru, SP: Canal 6, 2018, pp.178-188.
- GARFINKEL, Harold. Conditions of successful degradation ceremonies. **American Journal of Sociology**, Vol. 61, nº 05, pp. 420-424, 1956. URL: <<http://www.jstor.org/stable/2773484>>.
- MATTELARD, Armand y MATTELARD, Michèle. **Historia de las teorías de la comunicación**. Barcelon: Páidos, 1997.
- SODRÉ, Nelson W. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1966/1983.

OS AGITADORES E O CENÁCULO DE PANTOMIMAS: “DENÚNCIAS” DA DIREITA E AS TENSÕES POLÍTICAS NAS ENTIDADES DOS ADVOGADOS GAÚCHOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1982)

DANTE GUIMARAENS GUAZZELLI
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE
DOUTOR EM HISTÓRIA
DANTE.GUIMARAENS@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Em junho de 1979, a Ordem dos Advogados do Brasil lançou a chamada Declaração de Florianópolis no qual a entidade se colocava ao lado de uma “anistia ampla, geral e irrestrita e sem gradualismo” e, em reuniões do Conselho Federal dos meses seguintes, fez diversas críticas ao projeto de lei do governo referente ao assunto, confeccionando parecer contrário às propostas do regime (GUAZZELLI, 2018b). O parecer foi aprovado com um único voto contrário, do conselheiro Godoy Bezerra, que afirmou que se tratava de uma “colocação política” e denunciava as manifestações no Conselho como “revanchistas” promovidas por “agentes da agitação” que “transformariam a OAB em ‘cenáculo de pantomimas’” (MOTTA & DANTAS, 2006, p. 177).

Este episódio mostra que o processo de transformação pelo qual passou a Ordem dos Advogados do Brasil durante a ditadura civil-militar, de apoiadora inicial à crítica e opositora do regime, não foi isento de tensões dentro da entidade. Em seus conselhos dirigentes estavam presentes membros de diversas correntes políticas, alguns deles conservadores que questionavam esta mudança de postura. Procurarei aqui abordar alguns casos deste tipo encontrados em pesquisa junto à documentação do Instituto dos

Advogados do Rio Grande do Sul (IARGS) e da seccional sul-rio-grandense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS).¹

Como afirma a historiadora Marly Motta, desde sua fundação em 1930, “a OAB sempre procurou equilibrar, em permanente tensão, as suas duas faces: a de corporação profissional dos advogados, voltada para a defesa de interesses particulares, e a de instituição, comprometida com as demandas mais gerais da sociedade” (2008, p. 29). O historiador Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos aponta que entre 1945 e 1965 houve variações entre momentos em que a entidade tinha um caráter mais corporativo e outros em que tomavam posturas mais políticas (2013, pp. 228-9). Durante o governo de João Goulart a entidade colocou-se na oposição, apoiando, em seguida, o golpe (MATTOS, 2013, p. 111-132).

Segundo Mattos, já em 1964 começaram a surgir dentro do Conselho Federal vozes que se levantavam contra as violações às prerrogativas dos advogados no exercício de sua profissão, sem afetar, porém, a relação próxima que a entidade tinha com os novos donos do poder (2013, pp. 127-130). Após a prisão de advogados e presos políticos ilustres no final da década de 1960, a Ordem passou a tomar uma postura de oposição ao regime e de defesa das prerrogativas da classe (DORA, 2011, p. 55). A ruptura definitiva com o regime ocorreu a partir da eleição de José Cavalcanti Neves para a presidência da organização, em 1971 (ROLLEMBERG, 2008, p. 30).

No caso das entidades gaúchas dos advogados é possível perceber um posicionamento crítico em relação à ditadura já em seus primeiros anos derivado de uma articulação feita entre advogados vinculados ao PCB e membros mais conservadores (GUAZZELLI, 2019). Um exemplo são as posturas tomadas pelas organizações frente à arbitrariedades cometidas nos primeiros anos, em especial no processo de denúncia das violências cometidas pelo regime relacionado ao caso das mãos amarradas.²

.....
1 Este texto é resultado de minha pesquisa de doutorado em História desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018a).

2 Em 1966, após o corpo do ex-sargento Manoel Raimundo Soares ter sido encontrado na Lagoa dos Patos com as mãos amarradas houve grande comoção na sociedade gaúcha, o que levou a uma investigação por parte do Ministério Público e uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, que contou com a participação do IARGS (GUAZZELLI, 2019).

Inicialmente, deve-se afirmar que existia uma proximidade entre as organizações, uma vez que elas possuem características complementares: a OAB/RS é uma entidade corporativa, que busca garantir e regulamentar o exercício da advocacia, enquanto que o IARGS tem um caráter cultural. A relação entre as agremiações se dá, ainda, pelo fato de que o Instituto foi criado em 1926 com a intenção de auxiliar na constituição da Ordem. Finalmente, há que se considerar que muitos membros do Conselho Estadual da OAB/RS acabaram militando também no IARGS e vice-versa: um exemplo é o caso de Justino Vasconcelos, que foi eleito presidente do IARGS em 1968 e da OAB/RS durante a década de 1970.

Percebe-se a presença atuante de advogados vinculados ao Partido Comunista Brasileiro nas duas entidades durante este período, o que ocorreria desde a década de 1940. Esta atuação estava vinculada a uma estratégia denominada frente intelectual do PCB existente em Porto Alegre entre 1947 e 1960, analisada pela historiadora Eliane Garcia (1999). O partido objetivava que estes “militantes se dedicassem à atividade política nos meios profissionais, sociais e comunitários em que circulassem cotidianamente, certamente aproveitando para fins políticos os conhecimentos, amizades, (sic) e influências que já dispunham” (GARCIA, 1999, p. 109).

Como exemplo desta atuação da frente intelectual, pode-se perceber a presença de advogados vinculados ao PCB na diretoria do IARGS desde meados da década de 1940, muitas vezes próximos de consagrados juristas católicos conservadores (ENGELMANN, 2006, p. 72-74).³ De acordo com Fabiano Engelman,

.....
3 Em 1944 e 45, Júlio Teixeira foi presidente da entidade em uma diretoria que contava ainda com os comunistas Carlos Aveline (como suplente em 1944) e Paulino de Vargas Vares (2º orador em 1944 e 2º secretário em 1945); em 1947, sob a presidência de Armando Dias de Azevedo, Paulino de Vargas Vares foi novamente 2º secretário; em 1949 e 1950 Teixeira foi 1º Vice-Presidente em uma chapa presidida por Octavio Abreu da Silva Lima; em 1952, quando Itiberê de Moura foi Presidente, Eloar Guazzelli foi 2º orador, o que ocorreu também nos dois anos seguintes, sob a presidência de Caio Brandão de Mello; entre 1956 e 1959, Ajadil de Lemos foi presidente, tendo como 2º Vice-Presidente Júlio Teixeira. Nos anos 1958 e 1959, Antonio Pinheiro Machado Netto foi 2º orador; e, no biênio 1960/1961, quando a entidade foi liderada por Walter Tschiedel, Teixeira foi 1º Vice-Presidente e Pinheiro Machado Netto foi orador. Deve-se ressaltar que os comunistas não eram os únicos “políticos no meio dos advogados” presentes no IARGS: um exemplo é a participação de Armando Temperani Pereira (PTB) na direção de 1944 e 1945, de Tarso Dutra (PSD) em 1945 e Paulo Brossard de Souza Pinto (PL) em 1951 e 1956 (MEDEIROS, 1986, pp. 74- 80).

este grupo de bacharéis vinculados a “grandes famílias de juristas e políticos” detinham “amplo capital social e posicionam-se nas carreiras jurídicas e na gestão das faculdades de Direito mais tradicionais” (2006, p. 12).

PRIMEIROS QUESTIONAMENTOS AOS “INFILTRADOS”

Esta articulação entre pecebistas e advogados conservadores garantiu posturas críticas do IARGS e da OAB/RS em relação à ditadura desde seus primeiros anos. Mesmo que esta aliança viesse ocorrendo desde a década de 1940 e que os advogados comunistas tivessem adquirido respeito e legitimidade em sua atuação na política classista, percebi, em minha pesquisa momentos em que determinados membros das organizações questionavam e denunciavam a atuação de “subversivos infiltrados”.

Um exemplo foi a eleição para presidência do Instituto para o biênio 1974-1975: havia sido composta, por parte do conservador Justino Vasconcelos e do comunista Júlio Teixeira, uma nominata em que estão presentes advogados católicos, liberais e trabalhistas tendo como presidente o pecebista e defensor de presos políticos Eloar Guazzelli (GUAZZELLI, 2018, pp. 194-195). Este grupo buscava, com esta aliança, derrotar a chapa de situação liderada pelo professor da UFRGS Érico Maciel Filho.

Dentro desta disputa, houveram questionamentos por parte da chapa concorrente em relação à atuação dos comunistas dentro da entidade, tentando, assim, desqualificar a chapa de oposição (GUAZZELLI, 2018, p. 195). Existem indícios de que, inclusive, teriam sido feitas denúncias a comandantes militares sobre o assunto. A chapa de Eloar Guazzelli venceu com margem de pouco mais de 5% – 74 a 66 votos. Como resultado da disputa acirrada, o candidato derrotado, Érico Maciel Filho, demitiu-se da entidade logo após a entrega do cargo ao novo presidente (GUAZZELLI, 2018, p. 196).

Os acontecimentos relacionados à eleição do IARGS foram um primeiro momento em que se fizeram presentes nas fontes analisadas problematizações à presença de advogados comunistas nas organizações. Com a radicalização de suas posturas frente à violações cometidas pela ditadura, novas vozes surgirão questionando as posições políticas das entidades.

Assim, em dezembro de 1976, conselheiros conservadores colocaram-se contra determinadas manifestações de apoio da OAB/RS por considerá-las com caráter político (GUAZZELLI, 2018b, pp. 229-30). Em um linha semelhante manifestaram-se estes conselheiros em junho de 1977 em debates relacionados a possibilidade de uma Assembleia Constituinte, motivados por manifestação do Conselho Federal.

Esta solicitação do Conselho Federal estava relacionada à reunião dos presidentes de secções que se realizaria em doze e catorze daquele mês e dizia respeito a busca de uma postura, por parte do recém-eleito presidente Raymundo Faoro, em relação à ditadura. Logo após a menção da leitura do parecer em que a entidade colocava-se favorável a uma nova Constituinte, o conselheiro George Tenório de Noronha

fez ver a inconveniência da aprovação do pronunciamento, em face da insinceridade dos protestos e infiltração de elementos suspeitos em todos os setores, estudantil, religioso, etc..., minoria só interessada em agitar, radicais que nada constroem, concluindo contrariamente pela oportunidade do pronunciamento (“Ata da sessão ordinária do Conselho realizada em 7 de junho de 1977”, OAB/RS, 1980, p. 3).

De forma semelhante, Archimedes Almeida

esclareceu a inegável conotação política da medida; que minoria aproveitam até a visita da Primeira Dama dos Estados Unidos, aqueles mesmos que bradavam “americanos, GO HOME” e, finalmente, enquanto negro não for gente nos EEUU, não nos serve a Democracia Americana (“Ata da sessão ordinária do Conselho realizada em 7 de junho de 1977”, OAB/RS, 1980, p. 3).

Nota-se que os dois conselheiros acima, após denunciar o caráter político da medida, traziam um discurso anticomunista. No caso de Noronha percebe-se a menção a termos como “infiltração”, “radicais” e “agitar” que denotam sua origem militar e seu vínculo com a Ideologia de Segurança Nacional, enquanto que a manifestação de Almeida ficou um tanto confusa.

Após estas falas, outros conselheiros manifestaram-se favoráveis ao parecer, com exceção de Marcus Melzer que era contrário à proposta, já que era “de natureza genuinamente política, matéria sobre a qual o Estatuto,

no artº 145, veda pronunciamento da Ordem”, afirmando que careciam os conselhos da Ordem “de credencias para falar pela classe sobre matéria estranha à sua competencia legal, como a de que ora se cogita, e que, de resto, por polêmica e controvertida, não é pacífica em seu seio” (“Ata da sessão ordinária do Conselho realizada em 7 de junho de 1977”, OAB/RS, 1980, p. 4). Percebe-se que o conselheiro, diferentemente de Noronha e Almeida, buscou explicitar sua opinião de forma mais abalizada, sem recorrer a um discurso mais ideológico. Estas características de Melzer o colocarão, nos anos seguintes, em trincheiras um tanto inusitadas para um conservador que havia sido ex-deputado da UDN.

Ao final do debate foram feitas duas votações: a preliminar, para decidir se era válida ou não a discussão da matéria pela Ordem, foi “aprovada por 12 votos contra 3, estes dos Conselheiros George Tenório de Noronha, Archimedes A.S. Almeida e Marcus Melzer” e a segunda

Quanto ao MÉRITO, igualmente foi aprovada a redação da Comissão por 11 votos contra 4, estes dos Conselheiros George Tenório de Noronha, Archimedes A. S. Almeida, Marcus Melzer e Luiz Luisi, em parte, devendo os Senhores Conselheiros oferecer subsídios para complementá-la e melhorá-la (“Ata da sessão ordinária do Conselho realizada em 7 de junho de 1977”, OAB/RS, 1980, pp. 4-5).

Nota-se, assim, que houve um questionamento por parte de alguns conselheiros mais conservadores sobre a possibilidade da Ordem se pronunciar sobre o assunto por considerá-la uma demanda “política”. O Conselho Seccional já vinha se pronunciando publicamente em temas “políticos”, uma vez que se partia da ideia de que a entidade deveria defender a princípios democráticos e legais. Aqui, para os três conselheiros, esta argumentação não cabia.

O SECRETÁRIO-CORONEL, OS ESQUERDISTAS E O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS

George Noronha iria, durante a atuação da OAB/RS no chamado sequestro dos uruguaiois, protagonizar a denúncia mais pública em relação às posturas da entidade. Vale destacar que sua presença no Conselho da

Ordem gaúcha havia sido questionada em reunião do IARGs em dezembro de 1978: Noronha era um dos conselheiros indicados pelo Instituto (“Ata da sessão do dia doze de dezembro de mil novecentos e setenta e oito”, IARGs, 1980). A escolha de Noronha não foi pacífica e levou a atritos entre os membros da diretoria.

Em novembro de 1978, os militantes uruguaios Lilián Celiberti, seus dois filhos menores e Universindo Díaz foram sequestrados por agentes repressivos uruguaios e brasileiros em sua residência em Porto Alegre. Esta ação fazia parte da Operação Condor, uma organização conjunta das ditaduras do Cone Sul durante a década de 1970 para reprimir os opositores além das fronteiras dos países.

Os uruguaios ficaram incomunicáveis e passaram por diversas sessões de torturas nas dependências do DOPS/RS até 17 de novembro. Nesse dia, os jornalistas Luiz Claudio Cunha e João Baptista Scalco, da sucursal gaúcha da Revista Veja, receberam uma denúncia anônima sobre o sequestro e foram ao endereço de Universindo e Lilián. Lá, eles encontraram Lilián e foram interrogados por dois agentes da repressão. Posteriormente, os sequestrados foram entregues clandestinamente à repressão uruguiaia. A partir deste momento, os jornalistas iniciaram um trabalho investigativo junto com o advogado Omar Ferri que denunciou as ações. O caso teve grande repercussão e levou à liberdade da família sequestrada e a um processo de responsabilização dos envolvidos.

Em final de novembro, o presidente da OAB/RS, Paulino de Vargas Vares, aproximou-se de Ferri e colocou a entidade à disposição para auxiliar no caso. Posteriormente, Vares entrou em contato com o presidente da OAB, Raymundo Faoro, informando-o sobre seus objetivos em relação ao caso, e obtendo seu aval.⁴ Assim, na sessão de cinco de dezembro de 1978, Paulino de Vargas Vares, na condição de presidente interino e com o apoio do presidente do Conselho Federal Raymundo Faoro, propôs que o

.....
4 Devido a sua presteza Omar, em seu livro, define Vares como alguém “dotado de raro sendo de objetividade e despido do academicismo bacharelesco, vício que em muitos casos obscurece o raciocínio lógico dos advogados” (FERRI, 1981, p. 57).

Conselho Seccional atuasse ao lado de Omar Ferri no caso do sequestro dos uruguaios (“Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 5 de dezembro de 1.978”, OAB/RS, 1980, p. 4). Após manifestações de apoio de diversos conselheiros, a proposta foi aprovada, “tendo os Conselheiros GEORGE TENÓRIO DE NORONHA e GUILHERME FLORES DA CUNHA se absterido de votar, enquanto não se souber detalhes a respeito do assunto” (“Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 5 de dezembro de 1.978”, OAB/RS, 1980, p. 5).

Já na ata da sessão extraordinária do dia 19 de dezembro de 1978, consta, além de telegrama com manifestações de apoio em relação à iniciativa da entidade, a mensagem do presidente da Ordem. Na mensagem, Faoro delegava ao presidente da OAB/RS, Justino Vasconcelos, a constituição da Comissão que iria para o Uruguai, que deveria realizar-se após o Natal, e afirmando que não prosperariam “maliciosas informações” que visavam dividir e abalar a confiança da classe em seus legítimos dirigentes eleitos (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 19 de dezembro de 1.978”, OAB/RS, 1980, pp. 1-2).

Assim foram organizadas duas Comissões: a primeira – formada por Otávio Caruso da Rocha, Marcus Melzer, José Mariano Beck, além de Ferri – iria viajar para o Uruguai em busca de informações sobre o caso enquanto que a segunda – liderada por Marcus Melzer e composta por Rovílio Breda, Nereu Lima e Paulo Pinto de Carvalho – ficaria responsável pela investigação do caso (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 19 de dezembro de 1.978”, OAB/RS, 1980, p. 1). De acordo com Omar Ferri, no final de dezembro, a segunda Comissão enviava um relatório para Faoro indicando que os uruguaios haviam sido “coercitivamente” trasladados para o país vizinho, além de apontar a presença de Orandir Portassi Lucas, o Didi Pedalada, na ação (1981, p. 57).

Percebe-se que a variedade de vozes presentes no Conselho Seccional até aquele momento estava, aparentemente, em uníssono coral validando o apoio à luta de Omar Ferri. Conforme apontou o advogado, a única opinião dissonante só iria elevar seu volume às vésperas da viagem da comissão para o Uruguai, no início de janeiro de 1979 (FERRI, 2017).

Em três de janeiro de 1979, o 1º Secretário George Tenório de Noronha, na qualidade de Presidente da OAB/RS, foi à imprensa criticar as iniciativas da entidade em relação ao caso, em especial a Comissão que viajou para o Uruguai. Noronha, que também era coronel do Exército reformado, questionava os trabalhos da Comissão já que “seu trabalho foi parcial e em sua maioria é composta de esquerdistas”, afirmando ainda que “80 por cento dos advogados da OAB” eram desta ideologia (“Presidente interino da OAB/RS é contra Comissão e apóia decisão do governo”, 1979, p. 25). Ele qualificava todo o caso como “fofoca” e afirmava que seriam

“suspeitos” os advogados Mariano Beck e Otávio Caruso, “já que são cassados” e que o advogado Omar Ferri é interessado no caso, pois defende a cidadã uruguaia. “De todos os quatro [que compunham a Comissão que foi ao Uruguai] – concluiu – somente Marcus Melzer merece confiança, pois é um homem de centro e muito equilibrado” (“Presidente interino da OAB/RS é contra Comissão e apóia decisão do governo”, 1979, p. 25).

No mesmo dia, Paulino de Vargas Vares, vice-presidente que estava de férias, além de manifestar à imprensa sua posição, reassumiu a presidência e convocou uma reunião extraordinária para o dia quatro de janeiro para deliberar sobre o imbróglio ocasionado pela fala de Noronha que, apesar de convocado, não compareceu (“Presidente lamenta”, 1979, p. 9; “Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 1). Na ata da sessão consta o telegrama enviado por Vargas para a Comissão no Uruguai, informando que havia retomado a presidência “reprovando publicamente” o pronunciamento de Noronha, o que também havia sido feito por Faoro (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 1).

A seguir foi destacada uma Comissão, formada por Leônidas Xausa, Walter Becker e Archimedes Almeida, para confeccionar uma nota pública que manifestava a opinião do Conselho sobre o assunto (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 2). A nota desautorizava e repudiava o pronunciamento de Noronha, visto como de caráter pessoal “em completo divórcio com as decisões unânimes adotadas pelo Conselho”, além de o considerar

insólito (...) já que, tendo se omitido de participar das deliberações sobre a matéria, manifesta-se, agora, de modo isolado, intempestivo e impróprio, confundido a opinião pública e tentando comprometer a missão nobremente desempenhada, no Uruguai, pelos advogados gaúchos, que representam oficialmente toda a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, por delegação do Presidente do Conselho Federal (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 2).

A abstenção de Noronha pode ser um silêncio deste tipo de fonte, derivado de uma intencionalidade por parte da entidade, que teria excluído a discussão buscando mostrar uma união. Por outro lado, em entrevista Omar confirma que Noronha não havia se oposto em sessões (FERRI, 2017).

A manifestação do Conselho seguia afirmando que as declarações do militar reformado/conselheiro caracterizavam “grave lesão a elementares deveres de ética e lealdade, pessoais e funcionais, que o incompatibilizam profundamente com o Conselho Seccional da Ordem, com o Conselho Federal e a própria Classe dos Advogados” (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 2). Era feito também moção de censura a ele, “contando que sentimentos de honra possam conduzi-lo à única solução digna para o episódio” – provavelmente a renúncia, uma vez “que perdeu a confiança do Conselho” (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 2).

O Conselho reforçava “sua ampla e irrestrita solidariedade” nas duas Comissões do caso “cujos Membros continuam no desempenho de um encargo que se constitui em imposição da consciência cívica e jurídica da Nação” (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, p. 2). Finalmente, rechaçava a ideia de que os advogados seriam em maioria

aderentes a esta ou àquela ideologia. A Ordem não tem como objetivo – e isso é corolário de suas tradições de respeito à pessoa humana – vigiar ou impor formas de pensamento ao cidadão, que é livre para adotar seus próprios princípios e ideais políticos (...) (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 4 de janeiro de 1.979”, OAB/RS, 1980, pp. 2-3).

Vale reforçar que a manifestação acima foi escrita por dois conselheiros, Walter Becker e Archimedes Almeida, que haviam sido aliados de George Noronha em debates acalorados envolvendo posturas oposicionistas da OAB/RS. O fato de eles, junto de Xausa, terem feito a nota mostra que havia uma percepção por parte dos conselheiros de que o coronel reformado “teria ido longe demais”.

Após a reunião, o Conselho foi a público anunciar sua posição em relação ao pronunciamento de George Tenório de Noronha. Mesmo que criticando a postura assumida pelo conselheiro, Justino Vasconcelos frisava que a renúncia era questão de “foro íntimo”, ainda que, conforme aponta a matéria do *Jornal do Brasil*, o presidente Faoro tenha afirmado que esperava que o conselheiro tivesse “a dignidade de se afastar” da entidade (OAB/RS repudia declarações”, 1979, p. 8).

Nesta linha foi a entrevista dada pelo conselheiro Eloar Guazzelli, então deputado federal eleito, publicada na *Folha da Manhã* no dia 6 de janeiro. Ele afirmava que havia conhecido George Noronha quando era militar e fazia parte do Conselho da Auditoria Militar de Porto Alegre. Guazzelli afirmou que, quando o reencontrou no Conselho da OAB/RS ficou surpreso, uma vez que não tinha passado pelo período obrigatório de dois anos após sair do Exército (“Para Eloar Guazzelli fala de Noronha foi ato de usurpação”, 1979, p. 15). Eloar reforçou que ele havia entrado no Conselho Seccional “pela porta dos fundos” que seria pela indicação do IARGs, o que “leva a crer que Noronha tenha entrado de uma maneira misteriosa e alheia aos estatutos da classe” (“Para Eloar Guazzelli fala de Noronha foi ato de usurpação”, 1979, p. 15).

Na verdade, o coronel reformado havia sido eleito para os biênios 1975-1976 e 1977-1978, sendo indicado pelo Instituto para o biênio seguinte, que não havia tomado posse (OAB/RS, 1976; OAB/RS, 1980). A escolha deste bacharel para uma das vagas do Conselho foi motivo de tensões e conflitos dentro do Instituto, gerando aparentemente uma renúncia da diretoria. Comparando a fala de Guazzelli com as atas do IARGs, pode-se constatar que a trajetória de Noronha dentro das entidades classistas não foi tão “misteriosa”, sendo fruto de imposição por parte da repressão.

O deputado eleito seguia afirmando que “o bacharel em questão não possui representatividade alguma junto a classe de advogados gaúchos”, além de possuir o “malveso de rotular as pessoas e revelou, com sua manifestação, um visível propósito de desprestigiar o Conselho da Ordem” (“Para Eloar Guazzelli fala de Noronha foi ato de usurpação”, 1979, p. 15). Eloar afirmava que George Noronha não “tinha condições alguma de julgar Mariano Beck ou Caruso da Rocha” que, diferentemente do coronel reformado, tinham “currículos e serviços incomuns ao Estado, como advogados e políticos” (“Para Eloar Guazzelli fala de Noronha foi ato de usurpação”, 1979, p. 15).

Para Guazzelli, Noronha buscava iniciar um movimento que levaria a uma intervenção da ditadura na OAB, além de dizer que a presença deste “na instituição se justifica e se explica, apenas, como mais uma das consequências do estado de exceção vigente no país, desde 1964”. Ele finalizou afirmando que

O arbítrio a que fomos submetidos criou uma espécie de casta, de homens intocáveis e acima da lei. Noronha nos aparece como sendo um dos escudos destes super-homens e que está dentro da Ordem para defender iniquidades. Eu até esperava que esta pessoa sáísse general. Como isto não aconteceu, ele se daria muito bem como executivo de alguma multinacional. Sei, apenas que o que não pode fazer, é se investir de representante da classe e defender idéias contrários [sic] a lei. Acredito, aliás que isto se enquadra num caso de usurpação (“Para Eloar Guazzelli fala de Noronha foi ato de usurpação”, 1979, p. 15).

Há na entrevista de Eloar Guazzelli diversas questões relevantes para pensar a atuação da Ordem e de sua relação com a ditadura. Um dos pontos é a indicação de que Noronha seria alguém infiltrado pelo regime na entidade – contando, assim, com a benevolência de alguns membros das agremiações classistas em liberalizar certas exigências para sua presença. Seguindo a lógica, talvez paranoica, de Guazzelli, o coronel reformado buscou, através de suas ações como presidente em exercício, dar um “golpe de Estado” na entidade, que, como procurei mostrar, vinha tomando posições mais críticas em relação à ditadura.

Eloar Guazzelli aproveitou a situação, ainda, para expor sua visão sobre a ditadura, mostrando que havia uma proteção à repressão e aos seus agentes, além de vinculá-la aos interesses do capitalismo internacional.⁵ Ao afirmar que Noronha poderia tanto estar à frente de uma grande empresa quanto nos altos cargos do Exército, ele sugere a existência de uma promiscuidade entre o grande capital e os donos do poder na ditadura. É possível, assim, que o deputado tenha utilizado do espaço promovido pelo debate para se manifestar politicamente, acenando com uma postura que buscaria levar para a Câmara.

Já Omar Ferri, em seu livro, afirma que as atitudes do coronel reformado “eram dirigidas por alguém que estava diretamente interessado em nos desmoralizar em Montevideú. Constituíam apenas a parte de uma trama em que ele atuava como marionete” (1981, p. 76). Há, por parte destes advogados, duas visões diferentes, mas não excludentes, sobre a fala de Noronha: enquanto que Eloar a relaciona com a presença da repressão na sociedade brasileira, Omar vincula ao caso específico do sequestro.

Pode-se afirmar que a diferença nas falas está relacionada à imagem pública que cada um tinha construído até aquele momento, Guazzelli ficando mais vinculado à defesa de presos políticos em geral e Ferri dos uruguaios. Nas duas perspectivas, George Tenório de Noronha era visto como uma peça – “escudo” ou “títere” – de algo maior.

Apesar do constrangimento provocado pelas declarações de George Noronha, a Comissão da OAB/RS foi para o Uruguai, acompanhada dos jornalistas José Mitchell do Jornal do Brasil, Pedro Maciel e Olívio Lamas da Veja, José Antonio Zulian de O Globo, Henrique Lago da Folha de São Paulo e Ênio Staub da Folha da Manhã (FERRI, 1981, p. 76). Raymundo Faoro intercedeu junto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil para que pedisse à diplomacia uruguaia que auxiliassem a delegação (REIS, 2012,

.....
5 George Noronha ainda iria responder as acusações dos presidentes dos Conselhos da Ordem, reafirmando suas opiniões, além de dizer que Faoro teria sido “ingrato” uma vez que sua eleição no Conselho teria sido garantida pela campanha realizada pelo coronel reformado (“Coronel diz estar estarecido”, 1979, p. 7).

p. 146). A intervenção do presidente da Ordem acabou não sendo frutífera e a missão brasileira não foi recebida por nenhuma autoridade, além de não poder entrar em contato com Lilián e Universindo (REIS, 2012, p. 146; FERRI, 1981, pp. 78-9). Mesmo assim, eles “colheram importantes relatos do menino Camilo, os quais, apesar de não terem serventia jurídica, foram fundamentais para o esclarecimento do caso” (REIS, 2012, p. 146).

Neste acontecimento é possível perceber que havia, dentro das entidades classistas, a presença de pessoas vinculadas à ditadura. Mesmo que elas buscassem criticar e denunciar as ações do regime, em especial no que se referia ao ofício da advocacia, haviam membros nas suas diretorias que questionavam e buscavam frear estas posições, o que ocorreria nos anos seguintes.

ATENTADOS E DENÚNCIAS NO INÍCIO DOS ANOS 1980

Em vinte e sete de agosto, uma bomba foi enviada para a sede da OAB no Rio de Janeiro, matando a funcionária Lyda Monteiro da Silva. No mesmo dia, o Conselho da seccional gaúcha reuniu-se e elaborou telegrama para o Presidente da República, manifestando seu repúdio e protesto e clamando por providências (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 27 de agosto de 1.980”, OAB/RS, 1981, p. 1).

Além de decretar luto de oito dias, realizar missa em homenagem e telegrama à família, a OAB/RS confeccionou nota na qual afirmava que seu Conselho Federal havia sido “alvo da sanha criminosos dos que, cobertos pela clandestinidade, pretendem barrar o ascenso nacional em busca do estabelecimento do Estado de Direito e da plenitude democrática”. Frente a isto propunha “campanha patriótica” para barrar “a ação dos inimigos da democracia” (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 27 de agosto de 1.980”, OAB/RS, 1981, p. 2).

Em sessões seguintes a entidade receberia diversas manifestações de apoio e solidariedade, vindo de diferentes setores da sociedade (“Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 02 de setembro de 1.980”, OAB/RS, 1981, p. 1). De acordo com Marly Motta e André Dantas, “o atentado contra a OAB pode ser considerado um ponto de não-retorno no processo de abertura (...).

Apesar das minas explosivas que tornavam a caminhada mais arriscada, a estrada para a democracia estava aberta” (2006, p. 185). O ato terrorista acabou por consolidar o consenso em relação à necessidade de redemocratização do país.

Em dois de fevereiro de 1981, assumiu um novo conselho da OAB/RS, sendo escolhido como presidente José Mariano de Freitas Beck (“Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 3 de fevereiro de 1.981”, OAB/RS, 1982, p. 2). Este conselheiro havia se destacado nos anos anteriores como um dos partidários de um posicionamento mais ativo da Ordem em relação à luta contra a ditadura. Provavelmente por esta característica, foi alvo, naquele verão, de lançamento de bomba em sua casa de veraneio, no balneário de Atlântida (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 26 de fevereiro de 1.981”, OAB/RS, 1982, p. 2).

Estes atentados mostram que, partindo da defesa das garantias e direitos dos advogados, as entidades classistas estavam consolidadas como protagonistas do processo de redemocratização do país. Porém, mesmo neste contexto ainda haviam conselheiros descontentes com este papel construído ao longo das décadas anteriores.

Este é o caso do conselheiro Manoel Gastal que em agosto de 1981 em artigo intitulado “Encruzilhada Natalino – QG da agitação”, acusava de subversiva a mobilização dos sem-terra. Esta posicionamento foi criticado pelo conselheiro Leônidas Xausa, que foi apoiado pelo Conselho da OAB/RS (“Ata da sessão ordinária do Conselho, realizada em 1º de setembro de 1981”, OAB/RS, 1982, pp. 2-3).

Posteriormente, o conselheiro Jayme Paz da Silva propôs nota, que foi aprovada por unanimidade, na qual a OAB/RS defendia, além da liberdade de imprensa, o retorno ao Estado de Direito e o direito dos trabalhadores, a reforma agrária como forma de combater as desigualdades sociais, econômicas e o êxodo rural (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 22 de setembro de 1981”, OAB/RS, 1982, pp. 2-5). Consta ainda que, na ocasião, Gastal renunciou à sua cadeira no Conselho, assumindo Ilsa Brans em seu lugar (“Ata da sessão extraordinária do Conselho, realizada em 22 de setembro de 1981”, OAB/RS, 1982, p. 1).

Assim, busquei retratar as tensões políticas entre grupos existentes no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e na seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil durante a ditadura civil-militar. Elas derivavam da variedade de posicionamentos políticos existente dentro das entidades. Deve-se lembrar que estas organizações tinham em sua cúpula advogados vinculados à elite, muitos deles apoiadores do regime. Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu vislumbrar a existência da atuação de pessoas vinculadas à ditadura no interior das diretorias.

Mesmo que presentes em todo o período, estes conflitos ficaram mais evidentes a partir de 1974, quando as posições oposicionistas das entidades ficaram mais públicas, como no caso do sequestro dos uruguaios. Buscando questionar esta posição, membros conservadores utilizavam de um imaginário anticomunista, denunciando a infiltração de “agitadores” e “subversivos” dentro dos sodalícios.

FONTES

IARGS. **Livro de Atas 1978 – 1980**. Porto Alegre, 1980.

OAB/RS. [**Atas de**]1980. Porto Alegre, 1981.

OAB/RS. **ATAS do Conselho – [Livro] 13** – 1974 1975 1976. Porto Alegre, 1976.

OAB/RS. **ATAS do Conselho – [Livro] 14** – 1977 1978 1979. Porto Alegre, 1980.

OAB/RS. **Pasta 2 – [Atas de]1981**. Porto Alegre, 1982.

“Coronel diz estar estarecido”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano LXXXVIII, nº 271, 6 de janeiro de 1979, 1º Caderno, Nacional, p. 7.

“OAB/RS repudia declarações”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano LXXXVIII, nº 270, 5 de janeiro de 1979, 1º Caderno, Nacional, p. 8.

“Para Eloar Guazzelli fala de Noronha foi ato de usurpação”. **Folha da Manhã**, Porto Alegre, Ano X, nº 2788, 6 de janeiro de 1979, p. 15.

“Presidente interino da OAB/RS é contra Comissão e apóia decisão do governo”.

Folha da Manhã, Porto Alegre, Ano X, nº 2786, 4 de janeiro de 1979, p. 25.

“Presidente lamenta”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano LXXXVIII, nº 269, 4 de janeiro de 1979, 1º Caderno, Nacional, p. 9.

FERRI, Omar. Entrevista concedida a Dante Guimaraens Guazzelli no dia 29 de agosto de 2017, em Porto Alegre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORA, D. D.. **Advocacia em tempos sombrios**: De como um grupo de advogados enfrentou o regime militar de 1964. Mestrado, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

ENGELMANN, F.. **Sociologia do campo jurídico**: juristas e usos do direito. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.

FERRI, O. **Seqüestro no cone sul** – o caso Lilian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GARCIA, E. R.. **A ação legal de um partido ilegal**: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960). Mestrado, PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GUAZZELLI, D. G.. **Entre o direito e a política**: a trajetória de advogados e a causa dos direitos humanos (Rio Grande do Sul/1964-1982). Doutorado, História/UFRGS, Porto Alegre, Porto Alegre, 2018a.

GUAZZELLI, D. G.. “A fogueira, a névoa autoritária e a família brasileira: a ordem dos advogados do Brasil e o movimento pella anistia durante a ditadura civil militar brasileira”. **Revista Ágora**, Vitória, n. 28, 2018b, p. 89-103.

GUAZZELLI, D. G.. “Entre aplausos e denúncias: as entidades de advogados gaúchos e a instalação da ditadura civil-militar (1964-1966)”. **Projeto História**, São Paulo, Volume 66, dez. 2019 (no prelo).

MATTOS, M. A. V. L. de. **Os cruzados da ordem jurídica**: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964. São Paulo: Alameda, 2013

MEDEIROS, A. P. C. (org). **Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul**: 60 anos de existência. Porto Alegre: IARGS, 1986.

MOTTA, M.. “Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira...’ – a OAB na redemocratização brasileira (1974-80)”. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 3, nº 1, jan/ jul 2008.

MOTTA, M. S. da; DANTAS, A. V.. **História da Ordem dos Advogados do Brasil, v. 5** – Da redemocratização ao Estado Democrático de Direito (1946-1988). Rio de Janeiro: OAB, 2006.

REIS, R. J. dos. **Operação condor e o sequestro dos uruguaiois nas ruas de um porto não muito alegre**. Mestrado, PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

ROLLEMBERG, D.. “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974)”. In: REIS FILHO, D. A.; ROLLAND, D. (Orgs). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ST 03
PESQUISA E ENSINO
DE HISTÓRIA ANTIGA:
NOVOS SUJEITOS,
NOVAS FRONTEIRAS E
DESAFIOS NO SÉCULO XXI

COORDENAÇÃO
SEMÍRAMIS CORSI SILVA (UFSM)
IVAN VIEIRA NETO (PUC Goiás, PPGPC/FCS/UFG)

A ROUPA DE NAPOLEÃO EM FILOCTETES: UM CURIOSO CASO DE APROPRIAÇÃO DA ANTIGUIDADE NA CARICATURA ANTINAPOLEÔNICA

MATEUS DAGIOS
DOUTOR EM HISTÓRIA – UFRGS
MATEUSDAGIOS@YAHOO.COM.BR

RESUMO

O mito de Filoctetes, nobre e exímio arqueiro, possuidor das armas sagradas de Héracles, mas que por desgraça acabou picado por uma serpente e abandonado na ilha de Lemnos por nove anos, foi durante a antiguidade clássica motivo de recriação pelos três grandes trágicos, Ésquilo, Sófocles e Eurípides. O objetivo do trabalho é apresentar, a partir do conceito de uso do passado, um caso de reapropriação do mito de Filoctetes na caricatura antinapoleônica, *Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe* (1814-1815), em que Napoleão em Elba é pejorativamente associado a Filoctetes em Lemnos. Antiguidade, discurso nacional e caricatura misturam-se para compor um Napoleão ferido e abandonado, um caso em que as virtudes guerreiras se transformam em chacota na pena de um artista desconhecido, que recria o quadro do pintor neoclássico francês Guillaume Guillon Lethière, *Philoctète dans l'île déserte de Lemnos* (1798), para uma releitura pejorativa do mito do arqueiro na figura de Napoleão.

Palavras-chave: Filoctetes; Napoleão; caricatura.

INTRODUÇÃO

Norwood Young, historiador inglês (1860-1943) que se dedicou a compilar e estudar fontes sobre os dois exílios de Napoleão, principia seu

Napoleon in Exile com a seguinte observação: “O episódio de Elba da carreira de Napoleão não recebeu a atenção que merece. Ele revela para nós o homem livre do fardo do Império e que ainda não havia dado lugar à pose para a posteridade” (YOUNG, 1914, p. 09).¹ Como todo historiador, Norwood faz a prosaica reclamação que reivindica mais estudos para seu objeto, mas o que nos interessa em sua frase é como ele desenha um Napoleão ativo, ainda consciente que executaria um último ato. Esse traço só pode ser desenhado por quem já conhece os próximos movimentos do Imperador: fuga, Governo dos 100 dias, Waterloo e Santa Helena. Contudo, sem esse olhar retrospectivo, mas tomando em consideração a situação que o exilou em Elba, os relatos que cercam sua situação na ilha e a caricatura napoleônica produzida no período, Napoleão passaria para a posteridade como um tirano isolado ou um imperador fracassado.

Antes de atentar para as representações do período que as caricaturas nos possibilitam entender, é importante ressaltar os limites e alcances da caricatura para o historiador. No jogo das representações políticas, a caricatura coloca em cena um tipo peculiar de expressão, uma linguagem que pela sátira recontextualiza os atores políticos e coloca o cenário social em outra dimensão de observação. Nas possibilidades de representação, ela reconstrói os corpos, animaliza-os, deforma as proporções, reconstruindo-os de maneira que sejam identificados por suas fraquezas e potências.

O exercício de pesquisa proposto parte desse jogo de representações e configurações possíveis nas regras da caricatura para desenvolver uma análise da figura satírica *Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe* de autoria anônima e data imprecisa (1814-1815) (Anexo 1), decodificando a imagem a partir da conjugação de dois pontos: Napoleão Bonaparte em Elba e sua resignificação pelo mito grego de Filoctetes. O objetivo é apresentar uma forma incomum de uso da antiguidade, na qual Napoleão encarna o arqueiro grego pela sua deplorável condição. O texto divide-se em dois momentos:

.....
1 No original: “The Elban episode in Napoleon’s career has not received the attention it deserves. It reveals to us the man unencumbered by the weight of the Empire, and not yet given up to the pose for posterity”.

1. *O contorno do desenho*, em que defino a problemática proposta e o conceito de caricatura utilizado para análise, além de realizar um levantamento bibliográfico da imagem; 2. *A roupa de Napoleão em Filoctetes*, em que é desenvolvida uma análise da caricatura.

O CONTORNO DO DESENHO

A caricatura é o testemunho de um discurso político. Moralizada ou destoante, ela pode ser usada para “auxiliar a reconstruir mentalidades ou atitudes políticas que desapareceram” (BURKE, 2004, p. 98). Dentro do que se pode definir como uma História da Caricatura, o período napoleônico (1799-1815) poderia ser chamado de *Golden Age*, não apenas pela abundância de material produzido em muitos países, mas também pelo espectro de reações que o período proporcionou, entre defensores e detratores do Corso. A caricatura serviu como uma arma para dessacralizar a propaganda napoleônica, construindo um discurso que pela imagem risível também poderia acessar todas as camadas sociais, o que pela escrita nem sempre era possível.

Para pensar a caricatura em suas formas, é imprescindível recorrer a Ernest Gombrich e Ernst Kriss no clássico artigo *The Principles of Caricature*: “Como palavras de uma piada, as imagens das caricaturas estão sujeitas a esse reajuste (*readjustment*). O que impressiona é que o defeito dos sonhos em comparação com o pensamento consciente aqui se torna uma conquista em si. É claro, o processo primário precisa de um instrumento. Não é possível produzir uma piada que não esteja oculta na linguagem” (GOMBRICH; KRIS, 1938, p. 327).²

Sem adentrar nas dimensões da psicanálise, na relação entre caricatura e o chiste e no nascimento da caricatura propostos pelo artigo, o que nos interessa neste espaço é a noção de reajuste, ou como a caricatura opera a partir de reordenações de equivalências ou “semelhanças no dessemelhante”

.....
2 No original: “Like words in a joke, the pictures in caricatures are subjected to such readjustment. What impresses one is that the defect in dreams as compared with conscious thought here becomes an achievement in itself. Of course, the primary process must have an instrument to play on. It cannot produce a joke which is not hidden in the language”.

(GOMBRICH, 1995, p. 365). Os autores exemplificam o jogo de reajuste com o caso *Poire* (1827).

O editor Charles Philipon publicou no jornal *Le Cherivari* uma caricatura que comparava a cabeça do rei Louis-Philippe com uma pera (*poire*). O risível da semelhança não estava apenas no formato, mas também no fato de que *poire* era uma gíria para pessoas imbecis. A jocosidade de Philipon acabou sendo levada aos tribunais. O jornal habilmente conseguiu a inocência publicando uma espécie de rascunho, que mostrava os passos da feição da ilustração. O fato de *poire* ser uma palavra que remetia a outra interpretação era apenas uma coincidência, alegava o jornal. A figura da *poire* entrou no repertório político do momento e mostra como a caricatura opera entre trocadilho, semelhança e dessemelhança.

Para estratégias políticas, a caricatura ultrapassa o potencial humorístico. Ela é o que Annie Duprat qualifica como “*une arme de combat*” (DUPRAT, 2010, p. 313) e desempenha o papel de termômetro da liberdade de expressão: “Ela é empregada facilmente em uma sociedade em que reina a liberdade de expressão e aparece como uma das condições necessárias para a existência da democracia” (DUPRAT, 2019, p. 313).³

Como “arma de combate”, ela exerce abertamente um operação anacrônica com seus atores. Duprat destaca que ela “comporta igualmente o sentido de exagero, de amplificação e as cenas burlescas das séries do “mundo ao contrário” cuja onda atravessa os séculos e em que os países, da Roma do século XVI à Rússia do século XVIII, podem ser integrados” (DUPRAT, 2010, p. 314).⁴ É no rastro dessa temporalmente anacrônica, que opera por meio do “*monde à l’envers*” no âmbito do discurso político, que podemos identificar Napoleão no mito de Filoctetes.

A caricatura analisada é datada de forma imprecisa entre 1814 e 1815, época de inconstância das forças políticas, na qual assumiu o poder

.....
3 No original: “elle se déploie aisément dans une société où regnet la liberte d’expression et apparaît comme l’une des conditions nécessaires à existence de la democratie”.

4 No original: “comporte également le sens d’outrance, d’amplification et les scenes burlesques des séries du “monde à l’envers” dont la vogue traverse les siècles et les pays, de la Rome du XVIe siècle à la Russie du XVIIIe siècle, peuvent y être intégrées”.

na França o rei Louis XVIII e depois Napoleão retoma a coroa, que logo é devolvida a Louis XVIII. Duprat descreve o que chama de uma guerra das imagens entre Louis XVIII e Napoleão. Os partidários de Napoleão retratavam o rei como um glutão, que dilapidava e comia os tesouros do Estado, na figura de um porco ou de um elefante. Duprat destaca que “o registro da caricatura contra o imperador é muito mais unívoco e violento que aquela empregada contra o rei; ele denuncia um criminoso, um tirano responsável por muitas mortes nos campos de batalha da Europa inteira” (DUPRAT, 2000, p. 499).⁵ A imagem satírica que coloca a roupa de Napoleão em Filoctetes pertence provavelmente a esses dois anos de violenta dessacralização da figura do imperador.

A primeira citação sobre Nicolas *Philoctète dans l'Île d'Elbe* aparece no monumental *Napoleon in Caricature, 1795-1821*, escrito por Alexander Meyrick Broadley em 1910, uma compilação que pretendia contar a história da caricatura napoleônica de um ponto de vista internacional, sem se fixar em um único país. A referência de apenas uma linha menciona a caricatura *Nicolas Philoctète* como marco do fracasso da invasão da Inglaterra: “O desaparecimento de Napoleão da arena da política prática não fez diminuir a veemência dos partidários dos Bourbons. O fracasso de sua invasão da Inglaterra foi motivo de escárnio no “Nicholas Philoctetes” (BROADLEY, 1911, pp. 59-60, v. 2).⁶

Durante o século XX, outros estudos também mencionaram o paralelo singular traçado pela caricatura entre Napoleão e Filoctetes. Cabe destacar entre menções breves o livro *La Caricature contre Napoléon* de Catherine Clerc (1985, p.198) que, apesar de discutir brevemente a relação, expõe com destaque a associação. Nos estudos de recepção da tragédia grega, Seth Schein no prefácio ao *Filoctetes* destaca a imagem em relação ao

.....
5 No original: “Le registre de la caricature contre l'empereur est beaucoup plus univoque et violent que celui employé contre le roi; il dénonce un criminel, tyran responsable de tant de morts sur les champs de bataille de l'Europe entière”.

6 No original: “The temporary disappearance of Napoleon from the arena of practical politics brought about no diminution of the vehemence of the partisans of the Bourbons. His failure to invade England was gibed at in “Nicholas Philoctetes”.

quadro de Guillaume Guillon Lethière, *Philoctète dans l'île déserte de Lemnos* (1798) (Anexo 2):

Embora a maioria das recepções de Filoctetes no século XVIII se concentrem em sua agonia física e no sofrimento emocional de ter sido traído por seus companheiros e exilado de sua comunidade, algumas representações, após a Revolução Francesa, têm uma ênfase política. Por exemplo, *Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe* (1814-1815), uma imagem colorida de artista desconhecido, é uma caricatura antinapoleônica da conhecida pintura de Guillaume Guillon-Lethiere, *Philoctète dans l'île déserte de Lemnos* (1798) (SCHEIN, 2013, p. 52).⁷

A filóloga polonesa Agnieszka Fulińska, em seu artigo sobre a antiguidade na caricatura antinapoleônica, *Ancient Topics in Anti-Napoleonic Caricature* (1796-1821), dedica um brevíssimo espaço à análise da caricatura proposta: “O exílio em Elba produziu outra imagem, *Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe (N'a jamais passé La Manche)*, que alude ao destino miserável do herói homérico, mas aparentemente no esquema iconográfico geral em vez de com algum significado mais profundo” (FULIŃSKA, 2016, p.139).⁸

O texto que mais interessa para a proposta é de Philip Shaw, *Napoleon as Philoctetes: Military Masculinity, Sacrifice and the Image of the Wound* (2018). Shaw é o único dos autores que desenvolveu uma análise mais minuciosa e problematizadora da caricatura. Por meio de um itinerário interpretativo, o autor procura mapear relações entre corpo, sacrifício e masculinidade na esfera militar napoleônica, dedicando-se à análise de duas imagens, o quadro de Pierre Gautherot, *Napoléon blessé au pied devant Ratisbonne* (1810), e a caricatura *Nicolas Philoctète* (1814-1815).

.....
7 No original: “While most eighteenth-century receptions of Philoktetes focus on his physical agony and emotional distress at having been betrayed by his comrades and exiled from his community, some representations, after the French revolution, have a political emphasis. For example, *Nicolas Philoctete dans l'île d'Elbe* (1814-15), a colour print by an unknown artist, is an anti-Napoleonic caricature of Guillaume Guillon-Lethiere's well-known painting, *Philoktetes on the Desert island of Lemnos, Scaling the Rocks to Reach a Bird he has Killed* (1798).”

8 No original: “The exile to Elba produced yet another image: “*Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe (N'a jamais passé La Manche)*”, which alludes to the miserable fate of the Homeric hero, but apparently in the general iconographic scheme rather than with any deeper meaning”.

Qualquer breve ou extensa biografia de Napoleão aponta a influência que poetas antigos como Homero e os imperadores romanos tiveram na formação do Imperador. Pascale Fautrier afirma que “Napoleone queria alçar-se à dimensão de heróis como Homero e Plutarco” (FAUTRIER, 2016, p. 25). Essa ambição por pertencimento a linhagens clássicas do passado não é gratuita. Napoleão é herdeiro dos padrões da Arte Neoclássica e seu apelo a figuras da mitologia, que ajudaram a vincular as imagens dos reis a modelos antigos, bem como os estados absolutistas à grandeza imaginada de Grécia e Roma. A Revolução Francesa também usou modelos clássicos para destacar a grandeza de sua ambição.

Não podemos deixar de mencionar a importante obra de Peter Burke *A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV*, que demonstra como o rei absolutista operacionalizou um grande repertório de imagens clássicas na construção de sua figura pública. Assim consciente do poder das imagens e dos usos do imaginário clássico, Napoleão e sua entourage desenvolvem uma estética de usos do passado clássico. A historiadora Susan Jaques destaca como a antiguidade, principalmente a romana, foi a inspiração estética do Império Napoleônico: “A antiguidade inspirou todos os aspectos do império de Napoleão, de seu corte de cabelo curto semelhante ao de Augusto à sua escolha do símbolo do Império, a águia de Júpiter. Da Roma Antiga, ele tomou emprestado imagens e símbolos de poder e autoridade, juntamente com seus poderosos rituais” (JAQUES, 2018, p. 07).⁹

Jaques demonstra como a construção de uma noção de antiguidade serviu de veículo para as ideias de grandeza do império napoleônico, que possuía uma iconografia oficial que sacralizava Napoleão e abusava da simbologia clássica. A ideia de passado era constantemente manipulada para que nele se moldasse qualquer aspecto que reforçasse as ideias de poder e ambição propostas por Napoleão e seus generais (JAQUES, 2018, p. 07).

.....
9 No original: “Antiquity inspired all aspects of Napoleon’s imperium—from his short Augustus-like haircut to his choice for the symbol of his Empire, the eagle of Jupiter. From ancient Rome, he borrowed images and symbols of power and authority, along with its powerful rituals”.

Para Fulińska, é a saturação desse imaginário clássico que propiciará a produção de caricaturas com motivos da antiguidade relacionadas a Napoleão. Basta observar dois exemplos além do proposto para este texto: *T. donnant une leçon de Grace et de Dignité Impériale* (1813) de Elie (Anexo 3) e *Le Tyran Démasqué* (1815) de Jean-Baptiste l'Aîné Gautier (Anexo 4), para perceber que os usos do passado também eram feitos pelos críticos do Imperador: “Seria de se esperar, portanto, que essa onipresença de motivos antigos produzisse um efeito contrário, e que a propaganda antinapoleônica, que inundava a Europa desde o princípio da carreira de Bonaparte, explorasse os mesmos tópicos, transformando-os em imagens grotescas e caricaturas” (FULIŃSKA, 2016, p. 130).¹⁰

Tentaremos demonstrar na segunda parte como a caricatura *Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe* segue o padrão de caricatura como arma de combate, subvertendo a lógica elogiosa dos usos do passado para a busca de efeito do ridículo, operando de acordo com a lógica do reajuste (*readjustment*) de Gombricht e Kriss na caricatura, que opera a partir de reordenações de equivalências.

A ROUPA DE NAPOLEÃO EM FILOCTETES

Em seu pequeno livro sobre Napoleão em Elba, Norman Mackenzie descreve o seguinte retrato de Napoleão na ilha:

Napoleão em Elba foi na verdade a perfeita miniatura do Homem do Destino, com suas virtudes e defeitos reduzidos à dimensão humana, sem campo de ação para sua abundante energia exceto o do minúsculo reino em que seus inimigos, com escárnio, o tinham instalado; e o contraste entre as glórias passadas e a adversidade do momento era especialmente humilhante (MACKENZIE, 2018, pp. 1-2).

Mackenzie evoca na figura de Napoleão um contorno trágico, como se Elba fosse um refúgio de um homem além do tempo, como se erros e

.....
10 No original: “One might, therefore, expect that this omnipresence of ancient motifs should produce a counter effect, and the anti-Napoleonic propaganda, which was flooding Europe from the very beginning of Bonaparte’s career, should exploit the same topics, turning them into grotesques and caricatures”.

acertos do Imperador não pertencessem à esfera humana. Não deixa de ser incrível que Mackenzie não resgate durante seu livro alguma comparação entre o Corso humilhado e o arqueiro Filoctetes, pois a descrição remete a um homem desertado como o guerreiro homérico.

Na esteira da tragicidade solitária evocada por Mackenzie que pode remeter a contornos míticos, é preciso então explicar algumas considerações sobre o mito de Filoctetes para poder identificar os elementos de reconhecimento na caricatura.

A fonte mais conhecida sobre Filoctetes é a tragédia homônima de Sófocles, encenada em 409 a.C. Em linhas gerais¹¹, Filoctetes, filho do argonauta Peante, era um guerreiro hábil no manuseio do arco. Não bastasse sua excelente habilidade, ele tinha recebido do próprio Hércules, por acender sua pira funerária, o arco e as flechas de Apolo, que nunca erravam o alvo. O arqueiro embarcou a caminho de Troia com os helenos, mas teria sido picado por uma serpente em uma parada na pequena ilha de Crise. Algumas versões apontam que ele profanou um templo sagrado na ilha, e a picada era consequência desse ato. A ferida de Filoctetes foi no pé, causando dores inumanas que o reduziam a uma condição animal. Os generais gregos acabaram deixando o guerreiro na ilha deserta de Lemnos. Posteriormente, decorridos então nove anos de combate na planície de Troia, um adivinho vaticinou que a guerra só seria vencida com Filoctetes, se ele fosse reintegrado aos campos de batalha. Os três trágicos, Ésquilo, Sófocles e Eurípides, escreveram tragédias sobre o episódio da persuasão para o retorno de Filoctetes aos campos de batalha. Infelizmente, apenas a tragédia de Sófocles chegou até nós inteira.

A caricatura é explícita ao indicar que Napoleão deve ser visto como Filoctetes: a legenda satírica o chama de “Nicolas Philoctète”. A caricatura antinapoleônica produzida na França utilizava o termo “Nicolas”, apelido de Napoleão na época de estudante, que também fazia coro a canções que o identificavam como tirano: “A bas Nicolas! A bas le tyran” (SHAW, 2018, p. 569).

.....

¹¹ Para compreender as variantes do mito, ver *The Greek Myths*, de Robert Graves (1960).

No corpo estilizado em posição suplicante, encontramos o Imperador em seu antigo traje, agora em situação de trapos. Em sua perna, localizamos um curativo que indica a ferida causada pela cobra, que também é colocada na caricatura. Em sua mão, o arco, e em suas costas, o estojo das flechas sagradas de Hércules. Em sua cabeça, temos a coroa de louros, símbolo dos generais romanos, que era marca constante na representação do Imperador.

No espectro de imagens de desolação e fracasso imputadas por seus adversários e recebidas na caricatura, Napoleão passou a receber cada vez mais um tipo específico de representação na caricatura, que remetia à morbidez de quem desejava uma morte próxima para o Imperador e também à conclusão de que a diabólica figura, responsável direta ou indiretamente pelas mortes no campo de batalha, foi despejada onde lhe cabia, no inferno, como defende Ian Haywood no livro *Romanticism and Caricature*:

A transformação caricatural de Napoleão em uma figura fantástica – simultaneamente real, excepcional e demonicamente sobrenatural – reforçou a autoridade cultural da sátira visual e abriu caminho para a retomada das guerras de propaganda domésticas no período do pós-guerra. As reviravoltas dos últimos estágios da carreira de Napoleão aumentaram a força espectropolítica da imaginação “esqueletizada”. Ninguém poderia ter previsto a forma notável com que a arte imitativa a vida: como se estivesse seguindo o roteiro de Milton e exaltando sua reputação satânica, Napoleão foi banido para o Inferno (Elba ou Hell-Bay, Baía do Inferno, nos cartuns), escapando para causar ainda mais destruição em uma Europa “consternada” (HAYWOOD, 2013, p. 86).¹²

Como nos mostra a caricatura *Sujet allégorique* (Anexo 5) feita em setembro de 1815 por Lacroix, Napoleão é guiado por um esqueleto que representa a morte seguido como mostra a legenda pela ambição, pela miséria e pela guerra, todas caracterizadas com indumentárias antigas.

.....
12 No original: “The caricature transformation of Napoleon into an uncanny figure – simultaneously real, larger than life and demonically other-worldly – boosted visual satire’s cultural authority and paved the way for the resumption of domestic propaganda wars in the post-war period. The twists and turns of the last stages of Napoleon’s career augmented the spectropolitical force of the ‘skeletonised’ imagination. No one could have foreseen the remarkable way in which life imitated art: as if he were following the Miltonic script and glorying in his Satanic reputation, Napoleon was banished to Hell (Elba or ‘Hell-Bay’ in the cartoons) only to escape and wreak further havoc on ‘confounded’ Europe”.

A associação entre Napoleão e Filoctetes é estabelecida a partir desse parâmetro de isolamento. A figura destaca a condição de fracasso do Imperador, retratado como um Filoctetes abandonado aos gritos por seu ferimento em uma pequena ilha, que ali deve permanecer para que o mundo restabeleça sua ordem. Não passou despercebido para aqueles que analisaram a caricatura que ela é uma releitura satírica do quadro do pintor neoclássico Guillon Lethière (1760-1832), *Philoctète dans l'île déserte de Lemnos* (1798). Philip Shaw destaca o seguinte paralelo entre a pintura e a caricatura:

Como o herói na representação de Lethière, Napoleão, com um curativo na perna ferida, é retratado tentando alcançar um pássaro (possivelmente uma cegonha branca, símbolo da paz mas também, para os antigos gregos, um animal protegido, cujo abate era punível com a morte), um detalhe que assume significado especial à luz dos apelos para que o usurpador tivesse a morte que merecia (SHAW, 2018, p. 569).¹³

A caricaturização da impressionante e emotiva pintura de Lethière, com todos os elementos de reconhecimento do mito – o pé ferido, as flechas, o arco e a solidão da ilha – demonstram a ideia de “reajuste” apresentada por Gombrich e Kris. Não é utilizada no *Nicolas Philoctète* a clássica formulação de ressaltar a barriga ou a altura de Napoleão, tão comum nas outras peças satíricas. Tampouco ele é animalizado, ou revestido de morbidez. A ironia reside em emular um corpo clássico e assumir romanticamente o corpo de um herói grego, vestido com trajes do Imperador. O Napoleão admirador dos césores e cultuador de uma memória elogiosa da antiguidade é comparado a um guerreiro grego esquecido, abandonado e ferido.

A contradição da caricatura, do que consideramos um “curioso caso”, é que não podemos saber o quanto o artista responsável pelo deboche satírico conhecia o mito de Filoctetes, pois nas versões míticas sabemos que o guerreiro retorna aos campos de batalha e ajuda a armada grega a vencer

.....
13 No original: “Like the hero in Lethière’s depiction, Napoleon, with a bandage on his injured leg, is shown reaching for a bird – possibly a white stork, symbolic of peace but also, for the ancient Greeks, a protected animal, the killing of which is punishable by death – a detail that takes on special significance in light of the calls for the usurper to meet his just demise”.

a guerra de Troia. Por que utilizar a figura de um herói que em sua solidão encontraria um caminho para o retorno e teria uma vitória? Napoleão não terá seu fim em Elba. A ilha será um capítulo, que antecede feitos considerados gloriosos na vida do Imperador. A explicação da contradição pode ser o desconhecimento do enredo mítico, ou simplesmente a utilização do quadro de Lethière para ressaltar o abandono do Corso com a imagem do arqueiro abandonado em andrajos.

Nos caminhos dos usos do passado, Filoctetes é um mito com usos variados. Na pintura, como mostra a tela de Guillon Lethière, é usado para descrever a fragilidade do homem frente à natureza. Na literatura, foi utilizado por exemplo por André Gide em seu *Philoctète* (1898) para demonstrar uma moralidade isolacionista.¹⁴ Assim, o herói grego é uma figura que pode até mesmo demonstrar para o público moderno uma noção de piedade e inconformismo. A caricatura utilizou Filoctetes para ressaltar o isolamento, mas contraditoriamente Filoctetes serviria também para evocar o retorno glorioso de Napoleão. A contradição da imagem só pode ser notada *a posteriori*, mas mesmo assim se configura um caso curioso de reviravolta de expectativa.

CONCLUSÃO

Trazer o tema da caricatura napoleônica e sua relação com a antiguidade é um desafio de configurar uma análise em duas dimensões: a primeira é a conjugação dos motivos e do entorno político da caricatura em questão; o seguinte é uma ideia de antiguidade como propaganda e consequentemente antipropaganda que é realizada pelo desenho satírico. Tentamos demonstrar que a caricatura *Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe* pertence a um momento, entre 1814 e 1815, em que havia uma guerra de imagens declarada entre apoiadores do rei Louis XVIII e partidários do Imperador Napoleão. A recriação de um Napoleão na figura de Filoctetes, ou “A roupa de Napoleão em Filoctetes”, é um caso emblemático, pela contradição do arqueiro grego e pela utilização depreciativa do mito antigo.

.....
¹⁴ Para mais informações, ver o artigo *Filoctetes em Sófocles, André Gide e Heiner Müller de Fernando Brandão dos Santos* (1993).

Em um momento em que vivemos cada vez mais imersos em uma cultura da imagem, e no qual a propaganda política é feita cada vez mais de desinformação e da ridicularização do outro, em que a notícia é minada pela “notícia falsa”, pelo falso reapropriado como verdadeiro, e em que o boato ganha do fato em relevância, rever esse caso específico da caricatura napoleônica nos ajuda a perceber como a sátira se constituiu em uma arma do jogo político. O jogo da caricatura pertence à política moderna, e um regime que censura a caricatura não pode se denominar democrático. Mas infelizmente, no nosso tempo, já elegemos as caricaturas, deixando pouco trabalho à pena dos caricaturistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROADLEY, Alexander Meyrick. **Napoleon in Caricature, 1795-1821**. London: John Lane Co., 1911, 2 vv.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e imagens**. Bauru: Educs, 2004.
- CLERC, Catherine. **La Caricature contre Napoléon**. Paris: Promodis, 1985.
- DUPRAT, Annie. Une guerre des images: Louis XVIII, Napoléon et la France en 1815. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 47, n. 3, juillet-septembre 2000, pp. 487-504.
- DUPRAT, Annie. Histoire et images/histoire du visuel. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (Org.). **Historiographies: Concepts et débats**. Paris: Gallimard, 2010, pp. 307-317.
- FAUTRIER, Pascale. **Napoleão Bonaparte**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.
- FULIŃSKA, Agnieszka. Ancient Topics in Anti-Napoleonic Caricature (1796-1821). In: DOMINAS, Konrad; WESOŁOWSKA, Elżbieta; TROCHA, Bogdan (ed.). **Antiquity in Popular Literature and Culture**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2016, pp. 127-156.
- GOMBRICH, E. H.; KRIS, Ernst. The Principles of Caricature. *British Journal of Medical Psychology*, Vol. 17, 1938, pp. 319-42.
- GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- GRAVES, Robert. **The Greek Myths**. Harmondsworth, England: Penguin Books, 1960.
- HAYWOOD, Ian. **Romanticism and Caricature**. New York: CUP, 2013.
- JAQUES, Susan. **The Caesar of Paris: Napoleon Bonaparte, Rome, and the Artistic Obsession that Shaped an Empire**. New York: Pegasus Books, 2018.
- MACKENZIE, Norman. **Napoleão: A Fuga de Elba**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2018.
- SANTOS, Fernando Brandão dos. Filoctetes em Sófocles, André Gide e Heiner Müller. *Itinerários: Revista de Literatura*, n. 6, 1993.
- SCHEIN, Seth L. Introduction. In: SOPHOCLES. **Philoctetes**. Edited by Seth L. Schein. Cambridge: CUP, 2013, pp. 01-59.
- SHAW, Philip. Napoleon as Philoctetes: Military Masculinity, Sacrifice and the Image of the Wound. *Journal for Eighteenth-Century Studies*, vol. 41, n. 4, 2018, pp. 559-577.
- YOUNG, Norwood. **Napoleon in Exile: Elba (1814-1815)**. Philadelphia: The John C. Winston Company, 1914.

ANEXO 1 – PHILOCTÈTE DANS L'ÎLE D'ELBE (N'A JAMAIS
PASSÉ LA MANCHE) (1814-15), 15,5 x 12,9 cm –
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE:
GALLICA.BNF.FR



Nicolas Philoctète dans l'Île d'Elbe
(N'a jamais passé la Manche)

9372

ANEXO 2 – PHILOCTÈTE DANS L'ÎLE DÉSERTE DE LEMNOS (1798), DE GUILLAUME GUILLON LETHIÈRE.

WIKIPÉDIA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:GUILLAUME_GUILLON-LETHIERE,_PHILOCTETES_ON_THE_ISLAND_OF_LEMNOS.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guillaume_Guillon-Lethiere,_Philoctetes_on_the_Island_of_Lemnos.jpg)



ANEXO 3 – T. DONNANT UNE LEÇON DE GRACE ET DE
DIGNITÉ IMPÉRIALE”, (1813), DE ELIE. FONDATION
NAPOLÉON



ANEXO 4 – *LE TYRAN DÉMASQUÉ* (1815) DE JEAN-BAPTISTE L'AÎNÉ GAUTIER, 0,297 M X 0,225 M. ARENENBERG, NAPOLEONMUSEUM. FONDATION NAPOLÉON



ANEXO 5 – SUJET ALLÉGORIQUE (1815), DE LACROIX,
0,262 M X 0,376 M. ARENENBERG, NAPOLEONMUSEUM.
FONDATION NAPOLEÓN



MEDEIA AUTORA DE SI: VOZ FEMININA E ESPAÇO PÚBLICO

DARCYLENE PEREIRA DOMINGUES
MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DARCYLENEDOMINGUES@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho tem objetivo demonstrar a análise desenvolvida a partir da categoria de gênero na tragédia grega Medeia, produzida especificamente no século V a.C. A personagem criada por Eurípides e representada no teatro em diversos momentos auto afirmar os seus saberes perante os cidadãos de Corinto. Neste sentido Medeia possui um processo deliberativo a respeito de seu próprio pensamento, não somente relacionado ao exótico, mas a sua capacidade de adaptar-se a situação e de resolver os problemas. Dizer que ela tem *lógos*, significa que ela trafega entre um ser funcionalizado pelo masculino para um ser que se autoproduz que redimensiona-se no espaço a partir de reconstrução de si que se faz pela ação. Na nossa leitura da personagem, ela não pertence duplamente a sociedade grega, porque a condição de mulher já lhe coloca em uma posição de inferioridade perante uma sociedade de dominância masculina e agrava-se no fato de ser considerada estrangeira. No entanto, na sua relação com o Coro de mulheres a sua condição de estrangeira é relativizada, uma vez que, os personagens se aproximam em diversos momentos, mesmo sendo de origens diferentes. Portanto, observamos que Medeia de alguma forma não consegue condizer socialmente a esse universo androcêntrico que é a *pólis*, porque evidentemente ela e as outras mulheres estão sempre cerceadas por uma concepção masculina que as tolhe.

Palavras-chave: Medeia, gênero, *lógos*.

INTRODUÇÃO

A fonte aqui selecionada para o desenvolvimento da pesquisa é a tragédia *Medeia*, escrita e encenada em Atenas, no ano de 431 a.C, pelo trágico Eurípidés. *Medeia* é uma peça que demonstra atitudes vinculadas ao feminino¹ e que, conseqüentemente, evidencia tanto construção da mulher limites da naquele período histórico como também algumas rupturas expressivas dentro do sistema da *pólis*². Para o nosso estudo, primeiramente enfatizamos a presença do Coro feminino, personificação das mulheres moradoras da cidade portuária de Corinto³, local de exílio da família de Jasão. Lembramos que essa cidade fora escolhida pelo herói após todo percurso da expedição dos Argonautas⁴, pois a nau nomeada de Argo, teria sido conduzida imediatamente por Jasão para cidade de Corinto, onde prestaria homenagem ao deus Poseidon. O coro feminino, que pronuncia seus posicionamentos em cena, é um personagem coletivo, que segundo Vernant (2005) possuía o papel de exprimir os temores da cidade, suas esperanças, interrogações e julgamentos, por isso possui destaque na tragédia. Desta forma, vemos o coro, em diversos momentos, compadecido com a dor de *Medeia*, pois somente elas, as mulheres, podem entender a dor do abandono além de cenicamente estarem dispostas na frente do *oikos*⁵ ouvindo os clamores da princesa. O coro realiza na tragédia um papel de crítica e reflexão com os personagens, expressando não apenas uma certa visão do convencional com também se colocando em

.....
1 Neste sentido citamos para exemplificação o trecho compreendido entre os versos 215 a 265 no qual *Medeia* perante ao coro questiona o papel social atribuído ao feminino, citando o casamento, o dote, o silenciamento, o divórcio, o parto e as limitações espaciais dentro da *pólis*.

2 Compreendemos que *pólis* está para além da constituição de seu território denominado como Cidade-Estado, ela também é expressão e convivência da comunidade humana e como afirma Vernant “o aparecimento da *pólis* constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, só alcançará todas as suas conseqüências [...] a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos” (VERNANT, 1984, p. 34).

3 Cidade localizada na região do Peloponeso.

4 Informações contidas no mito Argonauta e juntamente com *Medeia*, veja os seguintes autores: Robert Graves e Junito de Souza Brandão que se encontram nas referências ao final da dissertação.

5 Este trabalho segue as normas de transliteração dos termos em grego, de autoria de Ana Lia do Amaral de Almeida Prado, publicados na Revista Clássica v. 19, n. 2 (2006), pg 198-199, da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos – SBEC

oposição aos personagens, como podemos notar nesta obra. O coro pressiona os personagens na busca de sua verdade de seu ponto de vista, busca revelar aos espectadores-cidadãos o que querem os personagens.

No outro extremo do palco no interior do *oikos*, temos Medéia nascida na região da Cólquida⁶, terra agraciada com o velocino de ouro, pele de um carneiro prodigioso e alado. Uma personagem individual que, às vezes, é caracterizada com expressões fortes e cheias de sentido, que tentam definir a totalidade da personagem, Brandão, por exemplo afirma que “Medeia, em tudo que fazia, sempre colocou a paixão como fio condutor das suas ações” (BRANDÃO, 2015, p. 199). Logo, suas atitudes terrivelmente desmedidas, contudo muito bem arquitetadas, demonstram o poder de destruição do feminino quando os seus sentimentos são ofendidos por um homem. Resaltamos que esse poder mencionado é característico de um estigma que associa o feminino ao caos, a destruição e, conseqüentemente, se apresenta como uma tradução contemporânea e limitante⁷.

É preciso lembrar que a tragédia está ligada a um tipo de convivência específica na *pólis*, uma forma inaugurada pelos gregos entre os séculos VIII e VII a.C., favorecendo segundo Vernant “uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder” (VERNANT, 1984, p. 34). Assim sendo, a palavra, *peithó*, a força da persuasão, se torna instrumento político no meio social largamente utilizado, principalmente em Atenas, a cidade das palavras “*logopolis*” (GOLDHILL, 1986, p. 57). Conseqüentemente, as manifestações sociais e artísticas são realizadas pela força da palavra e a *pólis* só existiria devido às instituições de domínio público, como por exemplo, a ágora, as assembleias e o teatro.

Visando a manutenção desse sistema *poliade*, para além da oralidade, outras estéticas eram construídas, esse é o caso das tragédias gregas, que eram escritas para o teatro, que se apresentou como um espaço que viabilizava uma encenação das práticas necessárias ao convívio humano.

.....
⁶ Região ao sul do Cáucaso e a leste do mar Negro.

⁷ Ao utilizarmos a expressão contemporânea e limitante estamos nos referindo as dicotomias criadas ao redor da personagem.

A tragédia se torna produto e produtora de uma realidade isonômica, elemento fundamental para o exercício da palavra, já que expressa a concretização do universo do diálogo. Na verdade, ela se torna elemento fundamental para a realidade isonômica pois introduz os cidadãos em uma forma mental necessária ao este tipo de convívio.

Neste sentido, a tragédia poderia possuir um sentido *paidentico* já que pode ser interpretada como participe na formação da mentalidade dos atenienses no século V⁸. Esse processo de formação dos indivíduos na sociedade grega era construído no público, diante disso, o teatro é visto como um lugar onde os cidadãos aprendiam, de certa maneira, jogos mentais necessários para a convivência na pólis. Neste sentido, segundo Gonçalves “PAIDÉIA E POLITÉIA são conceitos construídos em um mesmo esforço de entendimento da condição humana para além de uma percepção platônica, já que, para ele, os deveres dos indivíduos, as noções de bem e de mal dependem dos fins perseguidos pela cidade” (GONÇALVES, 2004, p. 170). Nesse contexto, a *pólis* se apresenta como uma comunidade pedagógica, pois a *politéia* não era simplesmente uma abstração e sim “eram os cidadãos em ação que davam sentido a cidade” (SILVA, 2016, p. 40). Nesta lógica social, a tragédia se torna um elemento central na construção do cidadão, uma vez que ela é encenada, escrita e financiada por cidadãos, e principalmente, porque efetiva o espetáculo no interior da *pólis* com questões contemporâneas a sua convivência, como corroborado por Segal a tragédia é um “espetáculo cidadão” (1994, p. 193).

E ao nos debruçarmos a respeito desse processo de formação, visualizamos uma distinção muito específica entre o masculino e o feminino. Os homens eram educados para o convívio na esfera pública, diferentemente das mulheres, uma vez que suas atividades se realizavam a partir do exercício da palavra, e por isso eram iniciados nessa prática por outros homens. O caso de Coriolano, um jovem criado somente pela mãe, é um exemplo claro do que foi aludido, pois “a *paidéia* paterna teria conseguido o

.....
8 As datas referentes a produção trágica são a.C.

melhor de sua força de caráter e da sua energia” (LORAU, 1994, p. 21) e principalmente

Dotado com três das virtudes cardiais, falta a Coriolano a *sophrosúne* (prudência), todavia a única virtude que o pensamento grego, e sem dúvidas e com reticências múltiplas, aceita conceder também as mulheres. No caso presente, contudo, a mãe nada poderia dar ao filho bem-amado, já que a *sophrosúne* do homem, completamente diferente da casta *sophrosúne* feminina, é cívica. (LORAU, 1994, p. 21)

Desta forma, somente a educação *políade*, marcadamente masculina, daria recusa aos excessos, por isso no caso de Coriolano “decididamente porque lhe faltou pai – é incapaz de relações de troca com os seus concidadãos” (LORAU, 1994, p. 21). Posto isso, o exercício da cidadania e, principalmente, a *peithó* são instrumentos marcadamente masculinos dentro da cidade.

VOZ

A nossa interpretação foi construída paulatinamente por meio da análise da tragédia Medeia e também de leituras fundamentais que gotejam novas inspirações durante o processo além de fundamentarem nossa escrita. Neste sentido, a nossa interpretação da personagem, a partir da obra de Eurípides, é uma leitura contemporânea por isso as ressalvas a respeito do contexto cultural e social da Atenas clássica são fundamentais.

Iniciamos o assunto a respeito do saber afirmando que por muitos anos a historiografia helênica acreditou e defendeu a concepção de “milagre grego”, a respeito da racionalidade, desse modo mantinha-se uma ideia de transformação abrupta e não considerava-se as relações existentes entre o social, econômico ou político do período. Sendo assim, a racionalidade grega é vista, nessa interpretação, como algo que ocorre sem receber influências do contexto histórico. Entretanto, Louis Gernet com suas pesquisas demonstra que o humanismo grego não é somente emanação da razão absoluta, já que, ele era existente fora dos homens tornando-se algo pertencente ao social, portanto uma criação humana e absolutamente

limitada as contingências do seu tempo. Os escritos de Gernet influenciam muito as pesquisas e publicações do historiador e antropólogo Vernant⁹ no século XX, uma vez que, para o historiador é por meio da utilização e alargamento da *peithó*¹⁰ que a sociedade grega, especificamente a *poliade*, constrói uma nova concepção de humano e de sociedade.

A racionalidade grega, o *lógos*¹¹, é algo muito característico do período histórico no qual as obras trágicas foram construídas, o século V a.C, e juntamente com a ascensão da sofística na *pólis* de Atenas, uma vez que, citando Gonçalves “em um momento inicial, era um *logos* político, que se espalhava na cidade e se fazia lei. A partir do *logos* político surge o *logos* sofisticado, que nada mais é do que a forma aprimorada do primeiro” (GONÇALVES, 2004, p. 68). Assim podemos observar que o processo de deliberação, no transcorrer desse período, possuiu múltiplas facetas, e do mesmo modo podemos afirmar que influenciou drasticamente na representação cênica e textual nas tragédias celebradas no teatro de Dionísio. Contudo, como já mencionado na introdução, somente para o humano masculino era legitimado o exercício da palavra, de tal modo nos questionamos as mulheres não são consideradas humanas nesse prisma, uma vez que, lhes é negada a voz?

Por isso, desejamos deixar evidente que na nossa interpretação Eurípidés não desejava dar destaque ao feminino simplesmente porque era muito afeito as mulheres ou um poeta caracterizado como o responsável

.....
9 Para exemplificar a afirmação a respeito da influência citamos Vernant que afirma: “Gernet era um especialista em todos os campos, um mestre em filologia, em ciência do direito, em história social e econômica. Era também um daqueles que entendeu de uma forma mais refinada e profunda as formas de religiosidade grega. [...] Gernet podia sempre considerar o homem grego total, respeitando, contudo, a especificidade dos diversos setores da experiência humana, sua língua e sua lógica própria” (VERNANT, 2002, p.158).

10 Marcel Detienne especifica em seu livro *Os Mestres da Verdade* a sua concepção de *Peithó* que está alinhada a perspectiva de Vernant: “No panteão grego, *Peithó* corresponde ao poder do discurso sobre outrem; no plano mítico, traduz o encanto da voz, a sedução do discurso, a magia das palavras” (DETIENNE, 2013, p. 68)“.

11 Para demonstrar esse fluxo proporcionado pela linguagem citamos Gonçalves: “Podemos pensar não em um *logos*, uma razão entre os gregos, mas sínteses temporárias que davam conta de momentos em um movimento de expansão do *logos* em toda a atividade humana. O *logos*, a razão se refaz em novas práticas, o que lhe possibilitou trafegar do discurso político à filosofia” (GONÇALVES, 2008, p.68).

pela paixão dramática. A tragédia, acima tudo é teatro e a incorporação ou exclusão de determinados personagens, atitudes, roupas e cenas é pensado para que se atinja uma finalidade.

Neste sentido, quando nos questionamos a respeito da presença de uma humanidade no ser feminino justifica-se porque a mulher somente é concebida como cidadão, em síntese “humano grego”, quando associada a figura do masculino, por exemplo, um pai, irmão, tio, filho e marido. O processo deliberativo realizado na cidade de Atenas estava associado ao exercício da vida pública, portanto restritamente masculino. Quando nos deparamos com conceito de “*logopolis*” (GOLDHILL, 1986, p. 57) ela está associada a um pequeno grupo de indivíduos masculinos que possuíam a premissa e o direito de pronunciarem seus interesses em público.

Essa sociedade androcêntrica, na qual o homem tinha o poder sobre o sexo feminino, como nos afirma Lessa (2010) restou a essas mulheres a condição de passividade¹². E foi através da educação que esse modelo feminino foi imposto as mulheres que deveriam ser submissas e silenciosas. Contudo, quando interpretamos profundamente a tragédia Medéia podemos observar que de alguma forma ela permite quebrar uma visão monocromática que reduz tudo a um antagonismo visceral, mulheres submissas e os homens senhores absolutos, estabelecendo papéis sociais distintos para ambos sexos. Na sociedade grega dessa época a diferenciação entre o masculino e o feminino era evidente até mesmo na morte como nos afirma Nicole Loraux:

Os homens morriam na guerra, realizando o ideário cívico e sendo largamente representados em epopeias, tragédias e mitos gregos e a mulher submissa ao seu destino morria no leito sem se retrata em nenhum lugar. “aos homens a cidade ofereceu oficialmente uma bela sepultura e um elogio em forma de oração fúnebre pronunciada pelo mais celebre dos homens de Estado. (LORAUX, 1988, p.21)

Consequentemente, a morte da mulher deveria ser discreta e silenciosa porque ela encerrou uma vida de devotamento, reserva e afeição na qual

.....
¹² Retornaremos posteriormente nesse conceito, pois acreditamos que essa passividade era relativa, como nos demonstra Lessa em seu outro livro denominado Mulheres de Atenas.

somente o marido saberia falar bem. Nas tragédias observamos que a maioria das mulheres não são assassinadas como Clitemnestra e sim suicidam-se como Antígona, Jocasta, Dejanira e Leda. É verdade que a cidade nada tem a dizer a respeito da morte de uma mulher¹³, fosse ela tão perfeita quanto lhe é permitido ser; com efeito, a única realização para uma mulher é levar sem alarde uma existência exemplar de esposa e de mãe ao lado do homem que vive sua vida de cidadão. Para uma boa esposa algumas linhas gravadas numa estela com a afirmação de que seu marido jamais a esqueceria ou que sua família expressaria algum sentimento, era único reservado a esse gênero. Entretanto, Medéia não foi uma mulher reservada e silenciosa, pelo contrário, ela se fez presente em todas as conquistas de Jasão e deixou um rastro¹⁴ por onde passou.

A personagem criada por Eurípides e representada no teatro em diversos momentos auto afirma os seus saberes perante os cidadãos de Corinto. Neste sentido Medeia possui um processo deliberativo a respeito de seu próprio pensamento, não somente relacionado ao exótico, mas a sua capacidade de adaptar-se a situação e de resolver os problemas. Dizer que ela tem *lógos*, significa que ela trafega entre um ser funcionalizado pelo masculino para um ser que se autoproduz que redimensiona-se no espaço a partir da reconstrução de si que se faz pela ação.

Indubitavelmente, o questionamento a respeito das origens de Medeia pode ocorrer, pois a princesa não é considerada grega, fato que é evidenciado na sua própria fala, assim podemos observar que a personagem reconhecia a diferenciação existente entre ela e o Coro de mulheres. Além disso, ela é chamada de bárbara pelo masculino da peça, justamente para retirá-la da convivência da *pólis*, deixando-a isolada e subordinada. Esse

.....
13 No livro *As Mães de Luto* escrito por Nicole Loraux (1994) observamos que as primeiras a assumir as lamentações e o choro eram as mulheres que tinha suas emoções mais afloradas. Entretanto, a autora está relacionando mulheres que perderam seus filhos na guerra ou de outra forma, e no nosso caso o homicídio partirá da mãe das crianças.

14 Utilizamos a seguinte frase para exemplificar a potência da personagem aqui elegida: "O ouvinte, assim, prevê que vem por aí uma tempestade, que Medeia há de fazer Jasão chorar de dor, pois foi ele quem, primeiro, semeou o vento e, por isso, colherá a grande tormenta" (TRUPERSA, 2013, p. 16).

tipo de expressão, deseja desqualificar a produção do *lógos* da personagem, já que para o masculino a mulher é um ser que não possui saber no sentido intelectual e deliberativo, pois pensar significa decidir o próprio futuro, planejar a vida, fazer a “coisa” pública, o que era completamente negado ao feminino.

Na nossa leitura da personagem, ela não pertence duplamente a sociedade grega, afirmamos isso porque a condição de mulher já lhe coloca em uma posição de inferioridade perante uma sociedade de dominância masculina e agrava-se no fato de ser considerada estrangeira. No entanto, na sua relação com o Coro de mulheres a sua condição de estrangeira é relativizada, uma vez que, os personagens se aproximam em diversos momentos, mesmo sendo de origens diferentes. Portanto, observamos que Medeia de alguma forma não consegue condizer socialmente a esse universo androcêntrico¹⁵ que é a *pólis*, porque evidentemente ela e as outras mulheres estão sempre cerceadas por uma concepção masculina que as tolhe, e segundo Loraux “as cidades protegem a esfera do político das condutas e dos afectos que arriscam ameaçar-lhes a ordem” (LORAUX, 1994, p. 23). Sendo assim, o feminino é visto como uma “ameaça” para a ordem, por isso sua função é fortemente demarcada, não deixando espaço para uma ação deliberativa no público.

A personagem aqui elegida, apresenta de alguma forma um caráter de autonomia rompendo, com as suas relações familiares, pois abandona a segurança do lar paterno para unir-se a Jasão e além disso, tem atitudes não condizentes a um feminino que necessita de tutela. Em diversos momentos do mito, e principalmente da tragédia, suas ações foram as responsáveis por desenlaces que reverberaram na vitória de Jasão, na morte de Pélias e dos seus próprios filhos.

Na nossa interpretação, visualizamos a atitude relacionada ao assassinato dos próprios filhos como uma ação da personagem Medeia e não como uma reação a desmedida realizada a partir das consequências dos atos de Jasão. Conseqüentemente, afirmamos que a personagem possui um processo racional no transcorrer da tragédia, o que é expresso em suas falas e atos,

.....
15 O termo androcentrismo está se referindo a uma construção sócio-mental que desenvolve representações do mundo por meio da visão masculina, logo uma sociedade marcadamente androcêntrica valoriza a presença e os lugares do masculino.

e desta forma reconhecemos um protagonismo do *lógos*¹⁶ característico e particular em Medeia. Nosso interesse não é evidenciar os saberes considerados exóticos ou míticos que são personificados em seus filtros, ervas ou encantos. Reconhecemos na personagem a produção de um *lógos* específico a partir de seu lugar de fala, uma mulher estrangeira cerceada pela *pólis* masculina. Por isso, Jasão desconsidera Medeia e, principalmente, o seu discurso que é caracterizado por ele como algo negativo. Diante disso, desejamos observar os discursos que compõe a encenação trágica e o processo que Medeia realiza quando ousa saber e, particularmente, quando atreve-se a falar.

O masculino na peça em diversos momentos tenta, de alguma maneira, cercear qualquer processo deliberativo ou ação que a personagem Medeia poderá ter no decorrer da tragédia, entretanto acabam sendo ludibriados pelo seu discurso e permitem a sua presença na *pólis*. Um personagem que ratifica esse temor que os homens possuem da princesa é o rei Creonte que afirma:

Medo de ti – não preciso embaralhar palavras –
de que não causes à minha filha incurável mal.

Muita coisa junta motiva isto:

tua sábia natura, uma perícia pra muitos males ... (vv. 282-285)

[grifo nosso]

O rei se encaminha para frente do *oikos* de Medeia determinado a expulsá-la o mais rápido possível do interior *da* cidade, porque ele admite a potência que essa personagem carrega dentro de si. Ele mesmo evidencia na sua fala um reconhecimento da sabedoria da personagem, marcada pela sua perícia no mal, deixando claro que conhece os meios pelos quais ela consegue suas vitórias, ou seja, matando pessoas. E consequentemente para não transparecer suas intenções e a sua força de ação, Medeia se sujeita aparentemente ao masculino, deixando suas “vulnerabilidades”

.....

16 Ressaltamos que as pesquisas de Louis Gernet foram fundamentais para melhor compreensão da racionalidade grega, que anteriormente era vista sob o signo do “milagre grego” que mantinha uma ideia de transformação abrupta e não mantinha relações com as condições do contexto. Com as pesquisas de Gernet “o humanismo grego deixa de ser considerado emanção da razão absoluta, existente fora dos homens, e passa a ser tomado como um fato social, uma criação humana, determina pelas contingências de seu tempo” (JULIEN, 2014, p. 40).

femininas a mostra, uma vez que, sua intenção é enganar, por isso ela afirma: “Há quem me ache tranquila, há quem o contrário, há até quem me ache áspera. E eu nem tão sábia sou assim” (vv. 304-305). Nesse momento especificamente ela deseja ratificar todos os males que sofre afirmando ser mulher, expatriada, abandonada pelo marido, estrangeira e com dois filhos sem um rumo certo. Como Andrade (2001) nos demonstra o rei Creonte possuía motivos suficientes para não querer Medéia na sua *pólis* porque ela era uma mulher que poderia arquitetar um plano de vingança por ter seu leito ultrajado. A personagem reclama algo totalmente pertencente ao feminino e por isso, pode não ser compreendidos pelo rei. Contudo o maior erro de Creonte, é justamente ouvi-la, assim dando margem para que ela possa ter os meios pelos quais necessita para arquitetar o seu plano. O rei chega perto de expulsá-la pois sabe que suas falas são direcionadas exclusivamente com doçura para seus ouvidos e principalmente afirma “és mulher, impulsiva, tal qual macho” (v. 319) demonstrando que identifica as habilidades que Medeia possui ao gerir suas próprias ações, assim como um homem.

A personagem apresentará um outro comportamento frente ao coro de mulheres, depois da saída do rei, apresentando nesse instante quais são as suas reais intenções.

Me: Acaso achas que o bajularia
sem tirar vantagem ou sem tramoia?
Nem falaria com ele. Nem nele tocaria com as mãos.
mas ele chegou a tal nível de loucura,
que quando foi possível barra meus planos
da terra me banindo, deixou passar este dia para
eu ficar. (vv. 368-374)

Observamos nesse trecho que a princesa se utilizou de sua sabedoria para confundir¹⁷ o masculino, uma vez que “o discurso ambivalente é uma

.....

17 Nesse sentido as mulheres sempre são vistas como pessoas perigosas de se ter por perto assim como nos demonstra Marta Mega Andrade: “De forma geral, os atributos da alteridade do feminino são qualidade ligadas à proveniência arditosa das mulheres, que as tornam suscetíveis ao estranhamento. Em primeiro lugar o artil. Fundamento do ser feminino, a *métis* marca a presença da mulher entre os homens que, pela *métis*, se tornam imprevidentes (incapazes de antecipar e projetar-se contra um artifício). (ANDRADE, 2001, p.52).

mulher” (DETIENNE, 2013, p. 72). Nesse sentido, é como se Medeia fosse tramando em sua teia argumentativa e cênica todos os personagens masculinos, e que somente o Coro de mulheres, realmente conhece as suas verdadeiras vontades. É diante de seu *oikos* que essas mulheres estão localizadas, e elas ouvem desde as suas lamentações mais femininas até seus processos deliberativos de combate ao sistema cívico da cidade. Nessa perspectiva acreditamos que Medeia se utiliza de *métis*, pois como nos demonstra Vernant

A *métis* é uma potência de astúcia e engano. Ela age por disfarce. Para ludibriar sua vítima, ela toma emprestada uma forma mascara, em lugar de revelar seu ser verdadeiro. Nela a aparência e a realidade desdobradas opõem-se como duas formas contrárias, produzindo um efeito de ilusão, *apáte*, que induz o adversário ao erro e deixa-o, em face de sua derrota, tão ofuscado quanto diante dos sortilégios de um mágico. (VERNANT, 2008, p. 29)

Ao se utilizar de uma *métis* particular a personagem demonstra um controle sobre suas próprias ações, perspectivando assim seu futuro. Ao se utilizar de um discurso dissimulado perante o masculino e outro para o feminino Medeia demonstra arte na persuasão, força nas palavras que desejam convencer, pois como nos demonstra Cândido “como mulher, ela não tinha a capacidade do uso da força física, portanto, buscar meios alternativos para fazer valer a sua vontade e vencer o inimigo” (CANDIDO, 2006, p.28).

Além disso, o próprio personagem Jasão quando adentra no palco e tenta com seu falatório desqualificar a participação de Medeia nos seus atos afirma que é necessário “que me esquive, do teu falatório, mulher, de tua língua nervosa” (vv. 524-525). Essa passagem da tragédia é característica do enfrentamento, por meio do diálogo, de dois posicionamentos antagônicos, Medeia a mulher que busca reconhecimento pois admite o seu potencial e Jasão o herói argonauta que deseja desvalidar a participação do feminino nas suas conquistas particulares. É justamente nesse instante que ocorre o “embate verbal” (v.546) expressão utilizada por Jasão que tenta evadir-se ao máximo das acusações do feminino que afirma ter participação direta em suas glórias perante aos gregos.

CONCLUSÃO

À medida que notamos que a tragédia nos fornece de forma clara a construção de um mundo no qual homens e mulheres ocupam espaços diferenciados e hierarquicamente determinados optamos por uma análise a partir da perspectiva de gênero. Entendemos a categoria de gênero como algo relevante devido as construções sociais que foram determinadas historicamente para cada sexo, como nos demonstra Scott “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86), assim são construídas e representadas social e historicamente. Dessa forma, o gênero se realiza socialmente a partir de um terreno, no qual, ele se manifesta, nesse caso as relações de parentesco marcadamente androcêntricas. Gênero é um produto de um determinado tipo de relação, que segundo Butler perpetua as regras do parentesco assim, “ambas as posições, masculina e feminina, são instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis” (BUTLER, 2018, p. 61)

A figura feminina denominada Medeia fez-se muito presente no imaginário coletivo na Antiguidade e, desta forma observamos que ela atraiu distintos autores, que se dedicaram a retratá-la, a partir de suas próprias concepções e interesses. Neste sentido, encontramos a princesa entrelaçada, nos relatos da expedição dos Argonautas, com a figura de Jasão na mitologia grega, posteriormente representada na poética e na encenação trágica e, por fim, em algumas produções latinas. Além disso, contemporaneamente, permanece seduzindo leitores, dramaturgos, cineastas e pesquisadores que decidem mergulhar no mito Medeia e construir para si uma nova interpretação.

Portanto, podemos observamos ao longo da interpretação da tragédia que a personagem Medeia apresenta um processo deliberativo, aqui brevemente exposto e discutido. E principalmente porque ela ousa demonstrar os seus conhecimentos perante o masculino, assim, ela transpõe os limites impostos pela *pólis* androcêntrica. Medeia é uma mulher estrangeira que impõe os seus conhecimentos, mesmo numa sociedade que a considera bárbara, justamente porque não consegue contê-la, em seus atos e palavras.

REFERÊNCIAS

FONTE

EURÍPIDES. **Medeia**. Tradução de Trupersa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marta Mega de. **A “cidade das mulheres”**: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: LHIA, 2001. 174 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/315745739/A-cidade-das-mulheres-Martha-Mega-pdf>>. Acesso em: 3 fevereiro 2015

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. vol III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

BUTLER, Judith. **O clamor de Antiga**: parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: UFSC, 2014.

CANDIDO, Maria Regina. **Medéia, Mito e Magia**: a imagem através do tempo. Rio de Janeiro: NEA/UFRJ, 2006.

DETIENNE, Marcel. **Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Tradução de Ivone Beneditti. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 174 p.

GOLDHILL, Simon. The audience of greek tragedie. In: Easterling, P. E. **Companion to greek tragedie**. Cambridge, 1997.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Paidéia e Politéia em Aristóteles. **Biblos**, Rio Grande, n. 16, p. 167-175, 2004.

JULIEN, Alfredo. Jean-Pierre Vernant. In: PARADA, M. Os Historiadores Clássicos da História. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 36-47.

LESSA, Fábio de Souza. **Mulheres de Atenas: Mélissa – do Gineceu à Agorá**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2010.

LORAUX, Nicole. **As mães de luto**. Tradução de Cristina Pimentel. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

_____. **Mancieiras Trágicas de Matar uma Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

SEGAL, Charles. O ouvinte e o espectador. In: VERNANT, Jean-Pierre (Org.). **O homem grego**. Lisboa: Presença, 1994.

SILVA, Matheus Barros da. **Entre a Natureza e a Educação**: uma leitura de Filoctetes de Sófocles. Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em História, Pelotas, 2016.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 4. ed. São Paulo: Dipel, 1984.

_____. **Entre Mito e Política**. Tradução de Cristina Murachco. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____, DETIENNE, Marcel. **Métis: a astúcia da inteligência**. Tradução de Filomena Hirata. 1. ed. São Paulo: Odysseus, 2008.

_____; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ME CHAMO MEDÉIA: GÊNERO NA TRAGÉDIA MEDÉIA DE EURÍPEDES

DR. JUSSEMAR WEISS GONÇALVES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG
JUSSWEISS@HOTMAIL.COM

RESUMO

Trata-se de pensar esta figura emblemática na tradição ocidental a partir de uma análise de Gênero. Este estudo desenvolvido em nosso grupo de pesquisa de Cultura e Política no Mundo Antigo visa articular novas formas de explicar as relações políticas que se concretizaram na Pólis isonômica de Atenas no século V a. C. Em nossa investigação buscamos revelar, a luta que Medéia trava para romper com os modelos “masculinistas” de constituição do feminino. A peça nos conta como Medeia reage ao ser preterida pelo marido e como este ato, masculino, é transformado em um movimento de criação de si por parte da personagem. A investigação construída com instrumentos de análise que a categoria Gênero proporciona nos leva a interrogar as formas de construção do social, como uma construção que re-produz uma arquitetura masculina, isto é, a própria concepção de sociedade alimenta uma dada visão do masculino e do feminino que articulam os lugares sociais para mulheres e homens.

Palavras-chaves: gênero, política, tragédia.

INTRODUÇÃO

Este artigo está dividido em três partes: na primeira, eu esboço brevemente minha visão do teatro e da tragédia grega, a partir de uma polinização

total entre tragédia e cidade, entre teatro e política. Na segunda eu apresento algumas formas de tratamento através da categoria de gênero nos estudos sobre tragédia das décadas recentes. Na terceira parte eu abordo a peça *Medeia* de forma mais detalhada e contextualizo suas representações de identidades sexuais, e suas tendências inesperadamente modernas para teorizar gênero.

A invenção do teatro ou a transformação da festa dionisíaca em teatro, ou melhor, a inspiração dionisíaca, a possibilidade da construção de um mundo fora da realidade. O sair de si, para a criação de outra “festa crítica”, se dá no contexto de lutas entre a aristocracia, facções da aristocracia e camponeses, no último quartel século VI. O teatro é contemporâneo da formação da isonomia. O TEATRO se efetiva em um momento de intensa crise paradigmática. Enquanto que a inspiração educativa da aristocracia situa-se no passado, em uma sistemática de hierárquica que cultiva saberes especiais e secretos, a teatro se instituiu como um espaço a partir do qual as relações entre saberes e poderes, gêneros e autoridade, pais e filhos são escrutinadas a partir de uma encenação que revela a todos, espaços de experiências em choque. Teatro e isonomia estabelecem uma relação de fundamental importância. Em meio à crise que o governo do tirano Pisístrato institucionaliza, o teatro assume os contornos de uma festa popular (EUBEN, 1986), na qual a cidade participa ativamente. Como uma forma de participação popular o teatro catalisa os atenienses na discussão de seus problemas cotidianos. A crise que permanece durante o governo do tirano, permite por uma característica própria a tirania, isto é, efetivar propostas populares contrárias aos interesses da aristocracia, já que o tirano realiza uma política de embate com as elites, o crescimento de ações que favoreçam a criação de um espaço de ação popular.

A tragédia problematiza, ela não é um dado. A tragédia não discute teoria política ou filosófica, sua preocupação é com a demarcação de um tipo de vivência na cidade, isto é, ela realiza uma reflexão sobre o vivido, mistura tempos, articula práticas diferentes sempre buscando criar com o espectador cidadão uma profunda sintonia que o próprio texto revela nas formas em que os personagens se voltam a plateia quase elaborando um diálogo com o espectador. (Villacèque, 2013, p.108-132)

Como podemos notar as tragédias nos mostram cenas violentas entre famílias, mortes assassinatos, traições povoam o universo trágico de uma forma que nos leva a perguntar por que os autores aguçaram seu olhar sobre esta parte da vida dos gregos nesta época. O que se quer é ressaltar que a constituição da Pólis democrática se constitui a partir de uma luta entre duas formas de organizar a vivência dos sujeitos. A cena trágica nos mostra em um contexto específico uma oposição antropológica, isto é, duas formas de se compreender do humano, que revelam os embates nos quais a cidade de Atenas estava envolvida, na medida em que, se aprofundava o processo isonômico.

A radicalização da isonomia em Atenas, produz certamente, como atestam os textos da época, e como a tragédia mostra um descontentamento radical que torna urgente a discussão das relações entre família e política, isto é, entre uma forma patriarcal, hierárquica, de organizar toda a experiência humana e, outra, que se constitui na exata medida em que se desprende das relações de parentesco. Relação de parentesco é uma linguagem, uma estrutura elementar que se repete ou que se desenvolve mediante a integração de novos elementos. A relação de parentesco para a sua existência exige a presença de três elementos: uma relação de consanguinidade, uma relação de alianças, e uma relação de filiação. Ela é uma linguagem, como diz Lévi-Strauss (2017, p. 58), que constitui uma experiência social, de poder, de gênero, um tipo de autoridade.

São dois espaços de experiência que se chocam no espaço cênico trágico, e que buscam desencadear um processo de crítica, isto é, reflexivo sobre a nova vivência que se constituía naquele momento. Essa crise de proporções imensas torna-se trágica, pois ela define um outro tipo de humanidade sustentada a partir de uma outra construção de inserção social, tendo como referência uma nova dimensão da compreensão da ação humana. Que tipo de humano a constituição isonômica necessita? Que tipo de saberes são necessários à construção dessa nova humanidade? E quais são as concepções de autoridade, de justiça que essa nova convivência precisa? O que, do passado, deve ser mantido ou rejeitado na elaboração dessa nova vida social. Édipo e sua reconhecida sabedoria que choca Tirésias (Weiss, 2016) revela o quanto

essa vida isonômica tinha que apreender com o passado. Até onde a nova autoridade sustentada nos logos, pode esquecer totalmente a divindade na elaboração de uma nova moral.

Na peça *Agamêmnon* a primeira da trilogia *Orestéia*, de Ésquilo a cidade aparece como cansada. Cansada das guerras aristocráticas, que a esvaziam de homens jovens. Uma cidade fatigada dessa experiência patriarcal que compromete o futuro de todos em brigas familiares. Uma cidade de velhos, cansados como a própria cidade, enfrenta uma rainha que busca vingança. Não, uma cidade não pode ficar à mercê desse tipo de autoridade. É preciso superar a experiência construídas a partir das relações de parentesco, a partir da construção de novas formas de entender o humano e sua inserção social. Na *Medeia*, vemos uma cidade na qual os homens não respeitam acordos, levando a destruição do sistema *políade*, esta é a crise da qual trata a tragédia. Estas performances tem a capacidade de investigar as fraquezas da comunidade, cobrar seus líderes, dessacralizar seus valores e suas crenças, retratar conflitos característicos, sugerir reparação para ele e, no geral, refletir sobre a situação atual no mundo conhecido.

Esta crise é histórica, não é uma invenção TEATRAL, ficção. Ela se estabelece como atesta vários autores e fontes desde o século VIII e se rearticula no século V quando novos suportes intelectuais são utilizados neste embate. O que está em jogo é uma forma de convívio social capaz de romper a prática da violência e da dominação dos aristocratas sobre o restante da população como podemos observar na constituição dos atenienses de Aristóteles como ele explica a luta entre pobres e ricos a partir do século VII que é acompanhada pela presença de um novo tipo de organização mental que vai legitimar a presença de Sólon em meio a crise. Romper a divisão constante que leva a destruição do convívio. Os tiranos no século VI e, por fim, as reformas de Clístenes, que na explicação de Christian Meier (1995) foram o criador da presença cívica. O teatro como forma a partir da qual se estabelece um novo conteúdo para interlocução, a tragédia, entre passado e presente. Entre uma nova identidade em formação, identidade *políade* e a outra baseada nas relações de parentesco. A construção dessa nova

experiência passa pela criação de outras formas de intervenção social, de aprendizado, de controle de gênero, da compreensão do humano e do pensamento. É disto que a tragédia trata. Da instituição em meio a um mundo em constante elaboração, crivado por crises, erros e desenganos o possível, o viável. O século V vai estabelecer um nível de oposição entre a isonomia radical e a solução aristocrática com tanta força que as comédias de Aristófanes por um lado e a morte de Sócrates podem representar dois pontos opostos.

Homens e mulheres eram duas espécies diferentes para os gregos antigos. No poema cosmogônico de Hesíodo, a *Teogonia*, a origem do homem permanece sem ser contada, criando a impressão de que os homens estavam lá desde o começo. Em contrapartida, a origem da mulher é relatada duas vezes, uma vez na *Teogonia* (507-616) e novamente em *Trabalhos e Dias* (42-105); em cada caso, a origem é ligada a mitos relacionados às origens do sacrifício e da agricultura. Na *Teogonia*, por exemplo, Zeus cria as “espécies e tribos de mulheres” (*genos kai phula gunaikôn*, 591) como uma maldição inescapável sobre os homens no seu caminho para a aquisição do fogo prometeico. Desde então, como implica a(s) narrativa(s) de Hesíodo, os homens tiveram que arar a terra para se sustentarem, fazer sacrifícios para os deuses e tomar esposas para gerar prole. Essa tríade de casamento, sacrifício e agricultura define a condição humana para Hesíodo e também para alguns dos primeiros poetas gregos. A entrada da mulher em cena marca a queda do homem de uma existência da época dourada, quase divina.

Enquanto os épicos de Homero adotam em massa a visão de um mundo misógino descrito pelos poemas de Hesíodo, a tragédia grega desafia a estrutura binária das relações de gênero representadas como normativas no épico arcaico. Isso não quer dizer que não haviam personagens femininas interessantes e sutilmente formadas na *Iliada* e *Odisseia* de Homero. Penélope certamente com a *mêtis* (“inteligência astuta”) excepcional de seu marido enquanto ameaça tomar o controle da narrativa nos livros finais da *Odisseia*. Mas o mundo evocado pelos épicos de Homero é uma cultura guerreira, uma sociedade onde homens conquistam suas maiores honras e fazem seus nomes no campo de batalha (ou retornando dele para casa),

enquanto mulheres são capturadas como espólio de guerra. Como esposas, as mulheres em Homero – Penélope mais do que as outras – exercitam uma marca particular de agência feminina dentro da esfera doméstica.

A íntima associação das mulheres com o reino interior do *oikos* (“família”) é dada como certa na tragédia, porém suas ações ainda têm consequências políticas. A Antígona de Sófocles, por exemplo, é conhecida por defender as leis não escritas sobre os direitos de sepultamento dos mortos em face a proibição tirânica de Creonte, enquanto em Eurípedes, virgens voluntariamente se sacrificam para que suas cidades possam ser salvas

As condições para o estudo de gênero em Eurípedes são diferentes (do que, digamos, em Ésquilo ou Sófocles) na medida em que as próprias atitudes do poeta em relação às mulheres estiveram várias vezes no centro do debate. Eurípedes era um misógino, como a antiga tradição biográfica sugere? Ele era um feminista antes do tempo? Nenhum outro autor grego dividiu a opinião crítica tão bruscamente. Mas como William aponta:

“Para formular nossa investigação em termos de misoginia e feminismo envolve borrar a forma e o impacto dos textos ao vê-los através de um conjunto estranhamente moderno de preocupações, enquanto isso também pressupõe uma correspondência errônea entre as visões adotadas por personagens ficcionais e aquelas adotadas pelo autor.” (ALLAN, 2000, p. 163).

A expressão “mulheres más” capturam (e simplificam) a caracterização complexa de heroínas afetadas pela luxúria; infelizmente, a expressão ganhou vida própria e passou a ser usada livremente entre todas as mulheres na tragédia, criando a impressão de que misoginia foi de alguma forma construída no tecido do gênero, tanto no aspecto da criação e da recepção. Christiane Sourvinon-Inwood (1989, p.140) afirma, por exemplo, que “a audiência ateniense teria visto Antígona como uma mulher fora do seu devido lugar agindo contra o que era considerado o comportamento adequado de uma mulher, como uma “mulher má”. E Barbara Goff (1990: 94) salienta na “insistência em um realismo feio e sua fascinação com mulheres más” de Eurípedes. Estudiosos usam a frase para focar a resposta de espectadores

antigos, mas nem todos os espectadores devem ser imaginados como tendo uma visão tão profundamente negativa sobre as mulheres em Eurípedes.

Os estudiosos clássicos, diferentemente dos antropólogos, não recorrem ao testemunho em primeira pessoa dos informantes. Não podemos simplesmente perguntar aos membros da plateia de Sófocles se Antígona era, na opinião deles, uma “mulher má”. Portanto, foi necessário teorizar as respostas da plateia reconstruindo o sistema de gênero sexual da Atenas clássica. O sistema nos é revelado, aos poucos e indiretamente, por fontes literárias e arqueológicas. Naturalmente, os estudiosos discordam sobre como interpretar essas fontes. A análise de Michael Shaw (1975) do “intruso feminino” foi influente. Para Shaw, a “intrusa feminina” é qualquer mulher em tragédia que entra na esfera pública. Forçada, tipicamente, a agir por causa de uma transgressão masculina, ela continua a cometer um crime mais hediondo do que aquele dirigido contra sua família, validando assim a lógica cultural por trás de sua reclusão: as mulheres assustadoramente articuladas e assassinas do teatro trágico reafirma ideologias patriarcais, demonstrando sua necessidade.

Outros questionaram se as mulheres atenienses realmente viveram suas vidas em silêncio e isolamento, se a mera aparição de uma mulher fora de sua casa (especialmente no palco) teria sido motivo de preocupação. David Cohen (1989), por exemplo, argumentou que, mesmo que o ideal cultural fosse uma mulher que não fosse vista pelos olhos do público, não quer dizer que as mulheres atenienses estavam realmente escondidas. Cohen cita a experiência de um antropólogo social que trabalha em uma vila grega. Tendo “lido sobre mulheres submissas impotentes que se consideravam moralmente inferiores aos homens”, ele ficou surpreso ao descobrir “mulheres fisicamente e socialmente fortes que tinham muito a dizer sobre o que aconteceu na aldeia” ((Cohen 1989, p. 4), citando M. Clark(1983,p.122)Osestudiososclássicos,argumentaCohen(1989,p.4), “foram vítimas da mesma armadilha, falhando em distinguir entre ideologia e ideais normativos (às vezes conflitantes) por um lado, e a vida da sociedade, por outro. “

Helene Foley é outra estudiosa que rompe com a ideia de “mulher má”. Em seu importante ensaio, Foley (1981a) evita o discurso moralizante de “bom” e “ruim” e, em vez disso, contextualiza as decisões tomadas por mulheres trágicas à luz das expectativas sociais (e genéricas) que governam suas escolhas. Foley admite que, culturalmente, as mulheres foram excluídas da vida pública, enquanto os homens se alinharam às instituições culturais e políticas. Mas ela resiste à “equação simples feminina: oikos como homem: polis”, argumentando que “não se sustenta no palco grego ((1981^a, p. 161).” Em um argumento muito expandido, Foley (2001) sugere que as mulheres em tragédia são essencialmente “forasteiros”, tanto em seus casamentos quanto no polis. A estrutura do casamento grego é tal que uma noiva é tirada da casa de seu pai e estabelecida na casa de seu marido, onde (idealmente) ela dará à luz seus filhos, que seguirão o nome de sua família. Mas os laços afetivos nem sempre são tão facilmente transferidos. Frequentemente, as mulheres permaneciam divididas entre obrigações conflitantes com suas famílias natais e conjugais. O exemplo de Hermione em *Andrômaca*, de Eurípides, é, a esse respeito, instrutivo.

Ironicamente, como Foley (2001, p. 87-105) argumenta, a verdadeira estrangeira, *Andrômaca*, está em uma posição mais forte do que Hermione para reivindicar a afeição de seu marido. Mesmo como uma concubina, *Andrômaca* é mais bem integrado do que sua esposa grega no *oikos* de Neoptolemus, tendo recentemente lhe dado um filho. Isso apesar do fato de o próprio Neoptolemus ser o filho do homem que matou o ex-marido de *Andrômaca*, Hector. O que torna mais fácil, por assim dizer, para *Andrômaca* é que sua casa natal foi abolida; suas lealdades são assim puxadas em apenas uma direção.

Lévi-Strauss ((2017, p. 115) descreve o casamento como uma transação não “entre um homem e uma mulher, mas entre dois grupos de homens”. A transferência da noiva do pai para o marido cria um novo vínculo social entre os homens. As próprias mulheres são simplesmente os objetos da troca.(Rubin, 2017, p. 9-61). Essa concepção do papel passivo da mulher, sem dúvida, ressoou em certos setores da polis ateniense e ela

(ou ideias como ela) pode ser discernida por trás do grito proto-feminista de uma personagem como Medéia, que desafiadoramente afirma que as mulheres “compram” maridos com seus dotes (*Medéia* 231–3). Além disso, as abordagens psicanalítica e antropológica foram frutuosamente refinadas e reunidas no trabalho de estudiosos como Nancy Rabinowitz (1993) e Victoria Wohl (1998).

Observando, por exemplo, que a intimidade entre as mulheres é “visivelmente ausente” no discurso do drama ateniense, Rabinowitz (1993, p.19-20) argumenta que atos de auto sacrifício aparentemente livremente escolhidos (como, por exemplo, em *Ifigênia em Aulis* de Eurípides) fazem parte de uma estratégia narrativa que é cúmplice em manter as mulheres em circulação como objetos. Mesmo aquelas situações em que personagens femininas trágicas podem ser vistas como envolvidas em atos que levariam a sua fama póstuma que Rabinowitz trata como fetichizações masculinas. Wohl (1998) também está interessado nas funções ideológicas inscritas nas representações do feminino. Combinando a teoria de Lévi-Strauss da troca de mulheres com um modelo laciano de desenvolvimento psicosexual masculino, Wohl ((1998, p. xxvi) argumenta que a mulher trágica é menos um retrato da experiência feminina vivida do que “uma fantasia – ficção e investimento ideológico – através do qual o sujeito masculino pensa sobre si mesmo e seu lugar no mundo”. Esse movimento crítico foi antecipado em certo sentido por Froma Zeitlin, cujo modelo de “representar o outro” postula que a realização do feminino permitiu que homens, como atores e cidadãos da polis ateniense, sustentassem sua masculinidade.

Na tragédia, Zeitlin (1996, p.346) afirma: “o eu que está realmente em jogo deve ser identificado com o homem, enquanto a mulher recebe o papel do outro radical”. O feminino existe não por si só, mas como uma sexualidade alternativa a ser experimentada pelo sujeito masculino (visualizando ou agindo). Zeitlin considera a cena de roubo de Pentheus em *Bacchae*, de Eurípides, como emblemática da teatralidade dionisíaca, com sua dependência de modos femininos de persuasão e representação. Pois é somente quando ele está vestido de mulher – “visualmente feminizado”-

que Pentheus começa a sentir o poder de Dionísio e a ver o deus como ele é. Este é um sinal, de acordo com Zeitlin ((1996, p.363), de que ele alcançou a “dupla consciência” que os homens só podem alcançar se vestindo e interpretando papéis femininos. É esse acesso às perspectivas masculina e feminina através do “brincar do outro” que a tragédia coloca à disposição dos homens. E isso explica o paradoxo, como Zeitlin coloca ardentemente, que “o teatro usa o feminino com a finalidade de imaginar um modelo mais completo para o eu masculino” (Zeitlin,1996, p. 363).

Uma estratégia crítica diferente foi focar nas “vozes das mulheres” na tragédia grega. Laura McClure (1999) e Judith Mossman (2001) estiveram na vanguarda desse esforço para identificar os padrões distintivos de fala de personagens e coros femininos. Seu estudo não pretende abordar o discurso de mulheres atenienses reais, mas a maneira como as mulheres eram representadas como falando em textos de autoria masculina (e de atuação masculina). No entanto, essas representações fornecem informações úteis sobre as diferentes comunidades de fala existentes na Atenas clássica e o papel da linguagem na constituição de identidades de gênero. As fontes literárias gregas, por exemplo, representam as mulheres falando em um estilo quando estão em um grupo exclusivamente feminino, e outra quando estão em companhia mista, ou se dirigindo a um interlocutor masculino. Como Mossman (2001, p.378 comenta sobre Electra de Eurípides, quando na presença de homens, “Electra [fala] seu discurso em termos particularmente cuidadosos” porque ela acha desejável “sublinhar sua conformidade com o pensamento moral geralmente aceito usando banalidades.” Como sua mãe, e como quase todas as mulheres em tragédia, Electra está profundamente consciente da opinião pública e do efeito potencialmente devastador das fofocas em sua reputação. O estudo de McClure de 1999 toma o conteúdo e o estilo do discurso feminino em tragédia como ponto de partida para observações mais gerais sobre a construção da sexualidade antiga. O discurso descontrolado, McClure argumenta, foi interpretado como um sinal de sexualidade descontrolada, enquanto o silêncio sugeria contenção, verbal e sexual.

Essas duas metodologias críticas – uma focada nas vozes das mulheres e outra na construção do sujeito masculino – não são mutuamente exclusivas. O primeiro privilegia a estética das performances verbais de gênero no palco trágico; o último examina a contribuição mais ampla da tragédia para a criação de egos de gênero (principalmente seres masculinos) na sociedade ateniense. Juntos, os dois tipos de estudo ilustram a variedade de abordagens, provenientes de campos tão diversos quanto a sociolinguística, a antropologia, a sociologia e a psicanálise, os estudiosos têm usado para explorar o gênero trágico. Mas, como mesmo essa breve pesquisa deixa claro, a maré crítica se desviou da interpretação das representações das mulheres no drama grego como reflexos das realidades históricas da vida das mulheres. Uma preocupação muito maior agora é como avaliar o efeito do feminino no espectador masculino (e talvez até feminino). Essa mudança de foco, da realidade para a performance e a performativa, segue a tendência dos estudos feministas.

O feminismo e os estudos feministas das décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para destacar os estudos femininos. Porém, durante as décadas de 1980 e 1990, as energias críticas que foram direcionadas para recuperar, criticar e repensar o papel das mulheres na história e na sociedade deram lugar a um desconforto com o termo “mulher” como categoria de análise. Mesmo para postular a existência de “mulher” como indivíduo, para não mencionar “mulheres” como coletivo, foi – argumentou-se – para atribuir uma identidade fixa e estável (isto é, feminilidade) a um status que foi de fato chamado pelos mesmos termos de análise que pretendiam descrevê-lo. Uma pessoa se tornou uma “mulher” ao ser obrigada a se identificar com o termo. O influente problema de gênero de Judith Butler (2015) foi fundamental para efetivar o realinhamento disciplinar de “Estudos da Mulher” para “Estudos de Gênero”. Com sua atenção voltada para o poder performativo da linguagem e ao viés implicitamente heterossexual de muitos estudos feministas, o trabalho de Butler ajudou a reformular o caminho em que o estudo acadêmico de gênero foi praticado.

“A realidade de gênero é performativa”, escreve Butler ((1990a, p. 270), “o que significa, simplesmente, que é real apenas na medida em que

é realizada.” A tragédia grega oferece um conjunto particularmente rico de textos para análises performativas de gênero, dado que as “mulheres” nessas peças eram todas interpretadas por homens. O que é feminino nessas mulheres encenadas é puramente resultado da mimese teatral, do desempenho. O público teria percebido os atores como femininos (ou pelo menos interpretando mulheres) através de gestos estilizados e atos verbais. Como esses atores, nós também “interpretamos” o gênero. Gênero não é algo com o qual nossos corpos são “passivamente roteirizados”(Butler.1990b, p. 277). Nem é um conjunto de atos completamente improvisado. Pelo contrário, como Butler ((1990b, p. 277) o expressa, “o corpo de gênero atua em um espaço corporal culturalmente restrito” e “dentro dos limites das diretrizes já existentes”. A metáfora teatral de Butler será útil para se ter em mente, ao examinarmos algumas das performances mais memoráveis de gênero no cenário euripídiano.

ME CHAMO MEDÉIA¹

Dentre os personagens femininos da tragédia é, talvez, Medeia aquela que mais passou por um processo de revisão. Desde a antiguidade e, chegando aos nossos dias quando esta mulher a partir de visões literárias sofre variações em sua construção que vão desde a destruidora de lares até a representante de uma mulher apaixonada. Todas essas construções foram produzidas em contextos nos quais a figura do feminino ocupava um lugar fundamentalmente determinado pelo masculino, por isto sua definição como bruxa, feiticeira, mulher apaixonada. Dentre as mulheres trágicas que ousam agir, isto é, assumir a construção de seu destino é Medeia a única que escapa da morte. Clitemnestra, mulher de Agamênon é morta por seu filho Orestes, que justifica seu ato dizendo “não podemos deixar viva uma mulher que assassina homens”. Já Antígona escolhe morrer a ter que viver um mundo no qual a estrutura familiar não seja também a estrutura legítima

.....
1 Medeia foi encenada em 431 a. C. Esta tragédia tem como enredo o embate entre Medeia e seu marido Jasão. Esta luta entre os dois surge após Jasão tornar-se noivo da filha de Creon, rei de Corinto, cidade que hospeda Medeia e seus filhos. Medeia não aceita sua condição de mulher que deve ceder aos interesses do marido, que estaria cuidando do futuro da família.

de poder. Medéia sobrevive ao seu próprio drama pois na criação que faz Eurípedes, ela percebe com exatidão o limite da convivência com masculina em uma sociedade marcadamente androcêntrica. Ela vence a morte não apenas física, mas moral, ou seja, ela dá continuidade à sua proposta ética ao enfrentar Jasão de igual para igual no mesmo terreno argumentativo. Ela percebe que o acordo que os homens fazem com as mulheres não tem força de contrato, não tem peso moral, podendo ser desfeito sem prejuízo. Ela percebe o lugar que ocupa naquela Oikos, ao lado das outras mulheres fazendo com que se rebelde contra sua condição de mulher antes que sua condição social. As vozes das mulheres perdem-se pelas paredes de seus aposentos, como falas sem sentidos para os ouvidos masculinos. Elas não são mudas, elas falam, mas sua voz é mediata por um conjunto de regras que as tornam subordinadas, presas ao mundo doméstico.

Na tragédia, como na epopeia, as ações de uma mulher individual, seja boa ou ruim, refletem sobre a espécie como um todo – suas ações são tratadas como representativas de seu sexo. Assim, da nobreza de Alceste, todas as mulheres ganham boa reputação. Mas os homens, e o marido de Alceste em particular, sofrerão uma perda correspondente em honra. A dinâmica entre glória e vergonha individual e coletiva é apresentada de maneira um pouco diferente para os homens. Tanto na tragédia quanto na epopeia, quando um indivíduo ganha a glória, ele se destaca de seus colegas: sua glória não afeta os homens como um coletivo. Da mesma forma, o homem que se comporta como um covarde compromete apenas sua própria masculinidade; ele não envergonha a raça masculina. “Olhe para o homem, vergonhosamente vivo, que não ousou morrer, mas como um covarde deu a esposa e escapou da morte. *Você o chama de homem?*”

Medéia, no entanto, pretende fazer seu nome vingando a traição de seu marido ao casamento. (Jasão se casou recentemente com a filha do rei de Corinto, apesar de ter filhos com Medéia.)

O apoio do Coro é crucial para a estratégia de vingança de Medéia. Sendo estrangeira, Medéia busca um terreno comum com essas mulheres coríntias, aludindo ao seu sofrimento compartilhado nas mãos dos homens.

O Coro expressa sua simpatia por Medéia em seu primeiro stasimon, onde cantam os rios que correm para trás. Aqui eles se aventuram a esperar que as mulheres não sejam mais alvo da “fama que parece má” (420). Mas é claro que sua profecia otimista não foi cumprida até o final da peça. Esse medo e o desejo de punir o marido a impulsionam para um crime que faz o Coro estremecer; Jasão a denuncia como “um monstro, não uma mulher” (1342). Ela é simplesmente o monstro que Jasão faz parecer culpado de um crime que, nas palavras de seu marido, nenhuma mulher grega poderia ter cometido? A identidade de Medéia como mulher e seu status de vítima e vingadora a tornam profundamente compreensiva, mas ao mesmo tempo aterrorizante.

Em seu retrato comovente de mães vingativas, Eurípides torna impossível obter avaliações morais claras de suas ações. Medéia e Hécuba (em peças de mesmo nome) estão envolvidas no assassinato de crianças pequenas. No entanto, cada personagem é apresentado a nós como vítima da transgressão masculina. O marido de Medéia a abandonou em uma cidade estrangeira.

Modelos mais antigos e tradicionais de gênero e personagem ainda estavam em jogo nas instituições culturais democráticas contemporâneas, como a oração fúnebre ateniense (*epitaphios logos*). A morte em batalha foi um evento a ser comemorado pela cidade. Mas há algo desconcertante, até grotesco, em uma jovem ou um velho assumindo a bandeira heroica. Por meio de tais aplicações “não naturais” do código heroico, Eurípides põe em questão tanto a ética do auto sacrifício cívico quanto os papéis de gênero nos quais se baseia. O desempenho de papéis desviantes de gênero em Eurípides tem um efeito cumulativo e desfamiliarizado. O gênero é um componente importante dessa conversa, entre cidade e drama com a tragédias reforçando, mas às vezes também questionando, ideias heteronormativas de “masculino” e “feminino”.

Enquadrar a questão do caráter de Medéia em termos de “bom” versus “ruim” é ignorar a maneira pela qual a peça em si questiona os valores pelos quais seus personagens pedem para serem julgados.. A peça desafia seu público a repensar os fundamentos de seu raciocínio sobre a ética do caráter – tanto para homens quanto para mulheres. Por um lado, Medéia

mostra seu soberbo domínio retórico dos provérbios misóginos que descrevem as mulheres como criaturas irracionais da paixão; por outro lado, ela não refuta esses provérbios com suas próprias ações. Tendo usado sua habilidade retórica para reconquistar a confiança de seu marido, e só então brutalmente matar seus filhos, Medéia no final exemplifica alguns dos clichês com os quais Jasão havia anteriormente denunciado ela e o sexo feminino.

Em seu primeiro intercâmbio verbal prolongado com Medéia, Jasão proclama que “você mulheres entraram em tal estado de espírito que, se sua vida noturna é boa, você acha que tem tudo; mas, se nesse trimestre as coisas derem errado, você considerará os seus melhores e mais verdadeiros interesses os mais odiosos” (569–73). Podemos ouvir isso como um esforço infundado de descartar as alegações cuidadosamente formuladas pela Medéia sobre os benefícios recíprocos do casamento. Mas o diálogo final deles lança as palavras anteriores de Jasão sob uma luz diferente.

Medéia acaba de mencionar a arrogância do novo casamento de Jasão. Em resposta, Jasão pergunta incrédulo, em relação aos filhos mortos: “E apenas por isso você escolheu matá-los?” (1367). Medéia responde zombeteiramente: “O amor é tão pequeno para uma mulher?” (1368) como podemos avaliar o tom de Medea aqui? Ela está zombando de Jason por suas trivialidades misóginas? Suas palavras são ditas com ironia? Ou com raiva e desprezo? O personagem de Medéia é cheio de contradições: ela explora estereótipos misóginos sobre as mulheres para manipular os homens ao seu redor. Ao mesmo tempo, ela se esforça para ser levada a sério pelo ex-marido. As representações de papéis de gênero e o papel de gênero em Eurípides são tópicos desafiadores e multifacetados que iludem a soma pura. Os leitores de hoje, no entanto, geralmente são menos rápidos em julgar ou aplicar rótulos do que nos anos anteriores. Em vez de denunciar Medéia como uma mulher “ruim” ou celebrar Eurípides como uma profeminista, podemos estar mais inclinados a apreciar a complexidade e a diversidade de personagens que povoam seu palco, e a apreciar que o manejo muitas vezes sofisticado e sempre sofisticado de suas identidades de gênero são uma característica distintiva e provocativa da arte euripidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allan, W. **The Andromache and Euripidean Tragedy**, Oxford, 2000.
- Buttler, J. **Problemas de Gêneros: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. **Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in phenomenology and Feminist theory, In Case, S.E. Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre**, Baltimore, 1990.
- Cohen, David. **Seclusion, Separation, and the Status of Women in Classical Athens**, Greece and Rome: 36, 1989 p. 3-15.
- Clark, M. H. **Variations on themes of male and Female: Reflections on Gender Bias in Fieldwork in Rural Greece**, Women's study 10:117-33, 1983
- Euben, P. J. **Greek Tragedy and Political Theory**. Los Angeles: University of California Press, 1986.
- Esquilo. **Agamêmnon. Estudo e tradução Jaa Torrano**. São Paulo, Iluminuras, 2004.
- Eurípedes. Alceste. **Tradução, introdução e notas de Clara L. Crepaldi**, São Paulo, Martin Claret. 2017.
- _____. **Dois Tragédias gregas: Hecuba e troiana: tradução e introdução de Christian Werner**, São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- _____. **Medéia**; direção e coordenação geral Tereza Virginia Ribeiro. São Paulo, Atelier editorial, 2.
- Foley, H. P. **Reflection of Women in Antiquity**. New York and London, 1981.
- _____. **Female Acts in Greek Tragedy**. Princeton, Princeton University Press, 2001.
- Goff, B. E. **The nose of Words: Readings of Desire, Violence, and Language in Euripedes' Hippolytos**. Cambridge, 1990.
- Hesíodo. Teogonia. **Estudo e Tradução de Jaa Torrano**. São Paulo, Iluminuras, 1991
- Lévi-Strauss, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo, Ubu, 2017
- McClure, Laura. **Spoken Like a Woman: Speech and Gender in Athenian Drama**. Princeton, Princeton University Press, 1999.
- Meier, Christian. **La Naissance du Politique**. Paris: Gallimard, 1995.
- Mossman, J. M. **Women's Speech in Greek Tragedy**. Classical Quarterly 51: 374-84, 2001.

- Rabinowitz, N. **Anxiety Veiled**: Euripides and Traffic in Women. Ithaca, 1993.
- Rubin, Gale. **Tráfico de mulheres**. São Paulo: Ubu, 2017.
- Shaw, Michel. **The female Intruder**: Women in Fifth-Century Drama. *Classical Philology* 52:255-66, 1975.
- Sourvinou-Inwood, C. **Assumptions and the Creation of Meaning: Reading Sophocles**. *Jornal of Hellenic Study* 109:134-48, 1989.
- Turner, Victor. **Do Ritual ao Teatro**: A seriedade humana de brincar. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ; 2015.
- Villacèque, Noémie. **Spectateur de Parole**. Rennes, Press Universitaires de Rennes, 2013.
- Weiss, Jussemar. **Pólis e Autoridade**: o mal não vê. Artigo apresentado no VII Seminário de Pesquisa Histórica, PUCRS, 2016.
- Wohl, V. **Intimate Commerce**: Exchange, gender, and Subjectivity in Greek Tragedy. Austin, 1998.
- Zeitlin, Froma. **Playing the order**: Gender and Society in Classical Greek Literature. Chicago, 1996.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A ROMA ANTIGA: UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DURANTE A GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA
DOUTORANDA, BOLSISTA CAPES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
OGAWA_MILENA@HOTMAIL.COM.BR
CAROLINA KESSER BARCELLOS DIAS
DOUTORA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CAROL.KESSER@GMAIL.COM

RESUMO

O trabalho apresentará as ações desenvolvidas no projeto de ensino “Grupo de Estudos sobre a Roma Antiga (GERA)”, realizado pelo Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA). As aulas são ministradas pela Profa. Ma. Milena Ogawa e supervisionadas pela Profa. Dra. Carolina Kesser, coordenadora do LECA. O Grupo possui uma carga horária de 60 créditos e em suas atividades são desenvolvidas as seguintes temáticas: Monarquia, República, Principado, a Crise do século III e a Antiguidade Tardia. O GERA pretende fomentar o conhecimento dos discentes da graduação em História na área dos Estudos Clássicos, por meio da discussão sobre a importância de se estudar os clássicos, e observar quais relações podemos construir com a Antiguidade. Nos encontros, propõe-se a leitura, reflexão e discussão das fontes literárias da antiguidade, e a problematização das traduções e seus usos na atualidade. Procura-se também contribuir com o processo ensino-aprendizagem dos membros do Grupo, cujos resultados são apresentados em forma de seminários e discussões, além de fichamentos e mapas mentais.

Palavra-Chave: Grupo de Estudos sobre a Roma Antiga, Estudos Clássicos, LECA.

INTRODUÇÃO

Pretendemos por meio da difusão desse trabalho destacar uma das atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA), o Grupo de Estudos sobre a Roma Antiga (GERA). O LECA é um Laboratório permanente de ensino, pesquisa e extensão, atuante desde 2011, pertencente ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenado pelas/o Profs. Drs. Camila Diogo de Souza, Carolina Kesser Barcellos Dias e Fábio Vergara Cerqueira. O Laboratório atende à uma demanda nacional que objetiva os estudos – tecnológico, estilístico, cronológico, iconológico, tipológico e iconográfico – da cultura material cerâmica antiga e visa também o diálogo com especialistas das áreas de Pré-História, História Brasileira e Mesoamericana (DIAS, SOUZA, CERQUEIRA, 2014, p. 223-224).

Além disso, o LECA proporciona espaço para estudo e pesquisa em outras temáticas, fontes e abordagens da Antiguidade Clássica e Medievo e, por meio de Grupos de Estudo (GEs), procura atender as demandas específicas dos colaboradores discentes do Laboratório¹.

Assim, iniciaram-se as atividades do GERA, concebido como um projeto de ensino, pesquisa e extensão, e idealizado como grupo de estudos de longa duração a ser desenvolvido em 5 módulos: Monarquia, República, Principado, a Crise do século III e a Antiguidade Tardia romana. Como os demais GEs, tem a premissa de envolver alunos da graduação em História em um ambiente formativo que contribua na elaboração de trabalhos acadêmicos, tais como resenhas, resumos, artigos e seminários, assim como possibilitar o acesso às fontes da Antiguidade e sobre teoria da História, por meio de leituras e debates orientados.

.....
1 Até o momento, construímos os seguintes espaços, *Grupo de Estudos do LECA (GELECA – 2013 e 2015)* ministrado pela Profa. Dra. Carolina Dias, *Mitologia Grega (2017)* pelo Prof. Me. Ricardo Barbosa Silva, *Os Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais na Roma Antiga através das Fontes da Antiguidade (2016-2017)* pela Profa. Ma Milena Ogawa, *Oficina Ler, Pesquisar, Escrever da Ideia à Prática Acadêmica (2017)* pela Profa. Dra Carolina Dias e *Chimarrão Bárbaro (2018)* pelos Prof. Maurício Albuquerque e bacharelado Ricardo Stone.

O GERA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

O GERA foi realizado às segundas-feiras, das 9-12h, na sala 309 do ICH da UFPel. Durante o primeiro semestre, o Grupo desenvolveu 15 encontros com a participação de 10 alunos de graduação que, no momento, cursavam entre o primeiro e quinto semestres da Licenciatura e do Bacharelado em História.

No primeiro encontro, discutiu-se o funcionamento do Laboratório, sua história e seus projetos, e apresentou-se o cronograma de leituras e a divisão de atividades e seminários entre os membros ingressantes².

Além do estudo da fonte, foram indicadas bibliografias sobre o autor e o contexto. Por exemplo, para o estudo da *Eneida*, a leitura da introdução da obra era uma referência obrigatória³; como estudo complementar⁴, foram indicados alguns capítulos escolhidos de *A História Social de Roma*, de Géza Alföldy (1989) e *História de Roma*, de Mikhail Rostovtzeff (1983).

Alguns questionamentos guiaram as abordagens dos textos antigos: o que é um clássico? Como as obras se tornam clássicas? O que são os Estudos Clássicos? Por que estudamos os clássicos? Quais ferramentas são mais adequadas para acessar as fontes em latim e/ou grego? Quais os problemas do uso de determinadas traduções? O que diferentes gerações de tradutores dos clássicos no Brasil contribuem para o estudo das fontes? Entre outras, as discussões sobre língua, tradução, gênero literário e demais questões terminológicas sustentaram as abordagens sobre as fontes e os conceitos sobre quem seriam estes romanos em diferentes períodos e contextos.

Durante o GE as/os participantes fomentaram discussões sobre as obras e a visão dos autores em contexto, enriquecendo os debates. Para a apresentação

.....
2 Foi proposta a leitura de 6 fontes: a *Eneida* de Virgílio, *História de Roma*, Livro I, de Tito Lívio, *Vidas Paralelas*, *Vida de Rômulo e Numa*, de Plutarco, *História Antiga de Roma*, Livros I-III, de Dionísio de Halicarnasso e *História de Roma* de Dião Cássio.

3 As demais leituras obrigatórias: Alexandre Grandazzi (2010, p. 9-62), Pierre Grimal (2011, p. 7-22), Júlio César Vitorino (2008, p. 7-28), Fábio Vergara Cerqueira; Maria Aparecida de Oliveira Silva (2010, p. 9-18), François Hartog (2011, p. 119-140) e Nilcileia da Silva Rosario (2008, p. 981-990).

4 As demais leituras complementares foram: Theodor Mommsen (1962, p. 63-81), Mikhail Rostovtzeff (1973, p. 34-55), Ángel Sierra (1990, p. 7-128), Pedro Paulo de Abreu Funari (2016, p. 67-88), Juliana Bastos Marques (2013, p. 51- 133), Mary Beard; Jonh Henderson (1998, p. 15-75) e Italo Calvino (1993, p. 9-16).

de seminários, foi sugerida a execução de um planejamento em 3 etapas: na primeira, a escolha do tema de interesse, a leitura flutuante e a organização da apresentação em tópicos. A segunda etapa de organização da apresentação mediante alguns critérios: sobre o autor, contexto da obra, temática, como a fonte foi dividida, uso de citações e imagens – se existentes – que auxiliassem na compreensão da obra e, como finalização, uma nota crítica relacionando a documentação estudada com outras fontes e bibliografia. Como última etapa, foi recomendado que as/os discentes redigissem sua apresentação como exercício de escrita, para ensaio anterior à apresentação em sala.

Orientamos as/os integrantes do GERA a frequentarem aulas de línguas antigas. No Centro de Letras e Comunicação da UFPel, a professora Dra. Paula Branco de Araújo Brauner e o Dr. Paulo Ricardo Silveira Borges são os professores responsáveis pelas disciplinas de latim, e todo discente de graduação tem a oportunidade de matricular-se como aluno especial em disciplinas de outros Centros e Institutos. Contudo, há um projeto de extensão no ICH em que o professor Me. Diego Ramirez leciona gratuitamente aulas de latim com o método Wheelock's Latin (2005). Salientamos que todos os integrantes do GERA estão matriculados no projeto do professor Ramirez, parceiro das atividades do LECA desde 2015.

Destacamos também o espaço para construção dos textos, em que observamos que as/os alunas/os estão mais habituadas/os na produção de fichamentos e mapas mentais. Essas ferramentas começaram a ser utilizadas para além das pesquisas individuais, sendo aplicadas também nos estudos das componentes curriculares delas/es. Os resumos e resenhas, que no primeiro momento mostravam-se desarticulados, começaram a seguir um padrão de análise de conteúdo com pertinentes informações críticas, e os constantes exercícios e discussão das produções, tornaram-se atividades fundamentais do grupo.

Ao longo do semestre os integrantes do GERA participaram na observação de duas bancas de qualificação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, compostas por pesquisadores da área de Estudos Clássicos. Durante essa experiência, foi solicitado às/aos discentes

que anotassem questões positivas e negativas sobre a apresentação do trabalho, sugestões do que teriam feito de forma diferente, e refletissem sobre as questões da banca para os candidatos. Esse exercício foi importante para que as/os alunas/os pudessem observar momentos de avaliação e críticas que vivenciarão em suas próprias trajetórias acadêmicas.

Durante a participação no GERA, duas alunas iniciaram suas pesquisas de Iniciação Científica (IC) com temática romana: o estudo sobre o imperador Nero (54-68 d.C.) a partir do estudo de moedas e das fontes literárias produzidas por Suetônio e Tácito, e a pesquisa sobre a imperatriz Lúcia (58 a. C – 29 d. C.) e as suas representações em estatuária a partir da coleção do Louvre. Cada uma das pesquisadoras está na fase de coleta de dados e criação de banco de dados sobre o material arqueológico, leituras, fichamentos e discussão das fontes textuais, e levantamentos bibliográficos para atualização da historiografia sobre seus temas.

Foi encorajada a participação dessas pesquisadoras e dos demais integrantes do GERA nos eventos *XX Jornada de História Antiga. Melodias visuais, poesias musicais: antiguidades sonora – I Encontro Brasileiro de Estudos sobre a Música da Antiguidade* e *I Colóquio Internacional de Música Antiga e Medieval*, entre os dias 03 e 07 de junho de 2019 no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CEHUS) da UFPel, na *XVIII Mostra de Produção Universitária* da Universidade Federal do Rio Grande (MPU-FURG), entre os dias 07 e 09 de outubro de 2019 e no *XXVIII Congresso de Iniciação Científica* da UFPel (CIC – UFPel), realizado de 21 a 25 de outubro de 2019, para apresentação de algumas etapas e recortes de suas pesquisas, o que permitiu a combinação das atividades promovidas pelo GE, desde o exercício de preparo de resumos, textos e apresentação, até a vivência da discussão e avaliações junto a outros pesquisadores, colegas e professores.

A etapa de preparo para cada um destes eventos foi de grande aprendizado; houve a dedicação do grupo para a decisão sobre a estética na confecção de slides em *Power Point* e a articulação de textos e imagens, incluindo uma etapa de apresentação e discussão prévia em que os colegas comentavam

de forma positiva a fala e as ferramentas visuais, até o momento do evento. O espírito de GE transparece nas atividades, mesmo que a individualidade da pesquisa e da/o pesquisadora fique plenamente preservada.

Neste momento, o GE está trabalhando em duas atividades principais: a confecção de um material didático-pedagógico que ficará disponível no LECA para que as/os discentes possam utilizar em estágios e/ou em projetos de extensão do Laboratório, e a elaboração de um artigo por cada um dos integrantes para ser apresentado no *Colóquio Discente do LECA*, evento em que todas/os expõem suas pesquisas para o coletivo. Todas as etapas para formação dos trabalhos finais envolvem fichamentos e resumos comentados pelas coordenadoras com finalidade de aprimoramentos e melhor articulação dos textos.

Essa experiência tornou-se não apenas o momento de aprendizado para o grupo como também para a ministrante, uma vez que é necessário todo um trabalho prévio para os levantamentos bibliográficos, definição e adequação das temáticas, preparo do material de aulas expositivas, além da oportunidade da prática docente. É fundamental destacar que um Laboratório é construído a partir de muita pesquisa, como também por comprometimento e de vínculos de auxílios mútuos. Essa responsabilidade é executada tanto pelos coordenadores como pelos estudantes-pesquisadores.

A exemplo dessas atividades formativas, o Laboratório já desenvolveu outros projetos de ensino e extensão em que a temas sobre Roma foram abordados, como o *Pipoca Clássica* (PIMENTA et al, 2015, p. 128), em que foram debatidas produções cinematográficas organizadas no ciclo denominado “Pão e Circo”, e o *Pipoquinha Clássica* (DIAS; SEGER; OGAWA, 2017), com a participação de público infanto-juvenil formado pelos estudantes da Organização Não-Governamental Colmeia, da cidade de Rio Grande-RS, e da Companhia de Dança Afro Daniel Amaro, de Pelotas-RS, com os quais foram trabalhadas a mitologia greco-romana, e figuras históricas (como Cleópatra) também a partir do uso de obras cinematográficas. Ainda, pelo projeto *Semanas Temáticas* (ELESBÃO et al, 2015, p. 106-109), foi desenvolvida a “Semana da Magia”, com a apresentação

da cosmogonia e das religiosidades romanas do século I a. C. Por último, o projeto *Letrinhas* (LOPES et al, 2015, p. 191), cujo objetivo é apresentar e divulgar as línguas antigas e suas ferramentas de estudo em oficinas guiadas por professores e pesquisadores colaboradores. Dentre outras, a oficina de Latim foi ministrada pelo colaborador professor Ramirez, durante as atividades da *XVII Jornada de História Antiga. Estudos Clássicos no Rio Grande do Sul*.

Todas essas atividades proporcionaram espaços de diálogos para os discentes que, mesmo em estágios acadêmicos diferentes, contribuem e enriquecem suas vivências acadêmicas e criam diferentes oportunidades de aprendizado a todos as/os envolvidas/os.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a busca por uma excelência acadêmica não é mediada apenas pela frequência em aulas expositivas, ela deve ser acompanhada pela dedicação na leitura e pela análise das documentações e referências bibliográficas. Como proposta de continuidade, o GERA retornará os encontros de discussões de fontes no próximo semestre, 2020-1, em que serão debatidas a documentação escrita sobre a Roma Republicana. As reuniões no primeiro semestre compostas por aulas expositivas, leituras de fontes, discussões, reflexões e exercícios de escrita são feitas de maneira a incentivar os integrantes do GE a apresentarem-se em colóquios, eventos e mesas redondas que geralmente ocorrem nos segundos semestres.

Procuramos evidenciar no Grupo que os pesquisadores tenham consciência de que nossas apreensões ao estudarmos o “mundo romano” localizam-se no presente, uma vez que esses dois momentos não podem ser descolados ou isolados: estudar sobre aquelas mulheres e homens do passado é pensar em nossas realidades experienciadas, que são, portanto, também uma das componentes da história que será contada por meio deste fazer historiográfico.

Desejamos que o GERA consolide-se como mais um espaço para aprendizado e compartilhamento de dúvidas e idéias sobre diferentes

contextos e documentos sobre Roma, também como um resultado direto dos esforços do LECA, que já se destaca pela consolidação na divulgação científica de seus projetos de pesquisa e extensão⁵. Assim, poderemos a partir de números absolutos de produtividade do Laboratório, compreender que os Grupos de Estudo alicerçam-se na produção de pesquisas e proporcionam um espaço de suporte acadêmico de formação desde.

REFERÊNCIAS

FONTES

Dião Cássio. **História de Roma**. Livros I-XXXV. Tradução de Domingo Plácido Suárez. Madrid: Ed. Gredos, 2004, p. 173-218.

_____. **Roman history**. Tradução de Earnest Cary, et all. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

Dionísio de Halicarnaso. **Historia Antigua de Roma**. Livros I-III. Tradução de Elvira Jiménez z Ester Sánchez. Madrid: Ed. Gredos, 1984.

Plutarco. **Vidas Paralelas**: Teseo – Rômulo. Licurgo, Numa. Tradução de Aurelio Pérez Jiménez. Madrid: Ed. Gredos, 1985, p. 205-272; 339-397.

SUETONIUS. **The lives of the twelve Caesars**. Tradução, introdução e notas de J. Eugene Reed, Alexander Thomson. Philadelphia: Gebbie & Co., 1889.

TACITUS. **The annals**. Tradução, introdução e notas de Alfred John Church, William Jackson Brodrigg, Sara Bryant New York: Random House, 1942.

_____. **The History**. Tradução, introdução e notas de Alfred John Church, William Jackson Brodrigg, Sara Bryant New York: Random House, 1873.

Tito Lívio. **História de Roma**. Tradução de Júlio César Vitorino. Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2008.

.....
5 Desde o início de seus trabalhos na UFPel, o LECA conta com 37 membros (3 coordenadores, 7 pesquisadores colaboradores e 27 estudantes), que desenvolvem pesquisas coletivas e individuais, Projetos de Pesquisa e Extensão, Grupos de Estudo e cria o ambiente para o desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de cursos de Graduação e de Especialização, Monografias e Dissertações de mestrado, e Teses de doutorado sobre o “Mundo Antigo” ocidental e oriental.

_____. **História de Roma**. Tradução de Ángel Sierra. Madrid: Ed. Gredos, 1990.
Virgílio. **Encida**. Tradução de Javier de Echave-Sustaeta. Madrid: Gredos, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, Géza. **A História Social de Roma**. Tradução de Maria do Carmo Cary. Ed. Lisboa: Presença, 1989 (orig. 1975).

BEARD, Mary; HENDERSON, John. **Antiguidade clássica**: uma brevíssima introdução. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Tradução de N. Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 9-16

CERQUEIRA, Fábio Vergara; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **Ensaio sobre Plutarco**: leituras latino-americanas. Pelotas: Ed. UFPel, 2010, p. 9-18.

DIAS, Carolina Kesser Barcellos; SOUZA, Camila, Diogo; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica LECA – UFPEL. Pelotas: **Cadernos LEPAARQ**. Vol. XI, n. 22, 2014, p. 223-232.

_____. ; SEGER, Dayanne. Dockhorn; OGAWA, Milena. Rosa Araújo. Projeto Pipoca Clássica: o uso do cinema como ferramenta para discussão e ensino da antiguidade clássica. **Revista História Hoje**, v. 6, p. 158, 2017.

ELESBAO, Tatiana Neis; LOPES, Andréia Rocha; SANTOS, Lidiane Carolina Carderraro dos; RODRIGUES, Luise Oliveira; DIAS, Carolina Kesser Barcellos; CERQUEIRA, Fábio Vergara. LECA e as Semanas Temáticas: breves viagens ao Egito e à Mesopotâmia. In: **II Congresso de Extensão e Cultura, 2015, Pelotas. Anais do II Congresso de Extensão e Cultura**: memórias e muitos tempos. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2015. p. 106-109.

FUNARI, Pedro Paulo. Historiografia: Salústio, Tito Lívio e Tácito. Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 67-88.

GRANDAZZI, Alexandre. **Origens de Roma**. Tradução de Christiane Gradwohl Colas. São Paulo: Ed. Unesp, 2010 (orig. 2003), p. 9-62.

HARTOG, François. Ver a partir de Roma: Dionísio de Halicarnasso e as origens gregas de Roma. In: _____. **Evidência da história**: o que os historiadores vêem. Belo Horizonte: Autêntica. 2011, p. 119-140.

LOPES, Andréia Rocha; SEGER, Dayanne Dockhorn; ROSA, Diego Souza da; SANTOS, Lidiane Carolina Carderraro dos; SILVA, Matheus Barros da; MANSAN, Rafael Oliveira; SILVA, Ricardo Barbosa da; DIAS, Carolina Kesser Barcellos. As

atividades do LECA-POIEMA na UFPel (2013 e 2014): colaboração dos pesquisadores discentes. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), v. XII, p. 317-336, 2015.

MARQUES, Juliana Bastos. **Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013, p. 51- 133.

MOMSEN, Theodor. **História de Roma**. Trad. de Antônio Olinto. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1962 (orig. 1902), p. 63-81.

PIMENTA, Gabriel; ELESBAO, Tatiana Neis; LOPES, Samira; CHAVES, Larissa Patron.; DIAS, Carolina Kesser Barcellos. Pipoca Clássica. In.: **Anais do II Congresso de Extensão e Cultura: memórias e muitos tempos**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2015. p. 128-131.

ROSÁRIO, Nilcileia da Silva. **Entre a literatura e a arte: o mito da fundação de Roma no olhar de Virgílio e Bernini**. 2008, p. 981-990. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/ROSARIO,%20Nilcileia%20da%20Silva%20-%20IVEHA.pdf>>. Acesso em: 22.12.2017.

ROSTOVITZEFF, Mikhail. **História de Roma**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973 (orig. 1960), p. 34-55.

SIERRA, Ángel. Introdução. IN: TITO LIVIO. **História de Roma**. Tradução de Ángel Sierra. Madrid: Ed. Gredos, 1990, p. 7-128.

VITORINO, Júlio César. Introdução. IN: TITO LIVIO. **História de Roma**. Tradução de Júlio César Vitorino. Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2008, p. 7-30.

WHEELOCK, Frederic M. *Wheelock's Latin*. New York: Harper Collins, 2005, 512p.

O IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE E A ANTÍTESE ENTRE OS *MODI VIVENDI* NÔMADE E GRECO- ROMANO NA ANTIGUIDADE TARDIA (SÉCULOS V – VI EC)

RODRIGO DOS SANTOS OLIVEIRA
MESTRANDO PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA MARIA (PPGH – UFSM)
RODRIGO.SANTOS.OLIVEIRA.1994@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A datar de Heródoto e Hipócrates, no século V aEC, os antigos gregos foram responsáveis pela elaboração de diversas teorias sobre a estepe eurasiática e os grupos que a habitavam. De descrições etnográficas às teorias de causalidade entre clima, umidade, compartimento dos povos e desenvolvimento fisiológico, concepções diversas acerca deste espaço foram construídos e reforçados no decorrer de séculos, dos gregos da Antiguidade Clássica aos romanos da Antiguidade Tardia. Para muito além da *oikumene*, os territórios conhecidos na Antiguidade como Cítia, Ciméria ou Sarmátia eram o lar do extremo *outro*, a verdadeira antítese para o modo de vida greco-romano.

Este trabalho, por conseguinte, tem como objetivo analisar textos em grego e latim da Antiguidade Tardia, dos séculos V e VI EC, sobre os grupos nômades que habitavam a estepe eurasiática, partindo do pressuposto de que havia uma alteridade entre dois *modi vivendi* distintos: um greco-romano, baseado na convivência em espaços urbanos, a polis grega ou a *urbis*

romana; e outro nômade, calcado na vida sobre o cavalo e na constante busca por novas pastagens dentro do espaço da estepe.

Buscamos também nos inserir dentro dos debates acerca do que Nicola Di Cosmo e Michael Maas recentemente conceituaram como Antiguidade Tardia Eurasiática (2018). Como uma forma de abranger maior espaço e temporalidades, o conceito busca cobrir meio milênio, da segunda metade do século III à primeira metade do século VIII, e abarca as populações da estepe central eurasiática e dos Impérios romano, iraniano e chinês. Esta nova conceituação, portanto, visa retirar o foco de um *Antiguidade* unicamente greco-romana e de um momento *Tardio* somente romano e, assim, apresentar a Eurásia como um objeto de análise unificado, conectando o espaço da Europa com as múltiplas transformações que ocorreram pela Eurásia. De acordo com Nicola Di Cosmo e Michael Maas (2018, p. 8): “Podemos então entender a aparição do cristinianismo na China, as redes de comércio pela Ásia central e a diplomacia Bizantina com povos nômades através da vantajosa perspectiva de histórias interconectadas”.

Para esta pesquisa, serão instrumentalizados conceitos como *fronteira*, *etnicidade fictiva*, *nomadismo*, *romanidade*, *narrativa* e *metanarrativa* e *representação*. Será destacado aqui dois conceitos específicos: *fronteira* e *etnicidade fictiva*. Como fronteira, entende-se o que afirmou Fredrik Barth (2000, p. 20), de que a fronteira “significa uma síndrome de ideias, variando desde uma linha imaginária desenhada no chão, através de várias separações abstratas e distinções nos campos da organização social, a um esquema para conceitualizar a própria ideia de distinção”.

Neste sentido, também compreendemos o conceito de *etnicidade* como pensado pelo antropólogo Fredrik Barth (1969). A etnicidade é, portanto, um fenômeno baseado na mobilidade de pessoas e na interação social. Desta forma, a etnicidade funciona como uma espécie de “cola social”, um mecanismo de coesão social onde um mesmo grupo compartilha construções sociais e culturais, gerando assim uma identidade comunitária. Todavia, embora entendamos o fenômeno da etnicidade como pensado por Barth (1969), o conceito apresenta um problema epistemológico ao historiador de

Antiguidade, já que exige a observação direta do grupo étnico em questão por parte do antropólogo. Neste sentido, será instrumentalizado o conceito de *etnicidade fictiva* proposto por Étienne Balibar (1991). Nas palavras de Balibar (1991, p. 96):

Eu aplico o termo ‘etnicidade fictícia’ a uma comunidade instituída pelo estado-nação. Esta é uma expressão intencionalmente complexa onde o termo ficção, de acordo com minhas observações acima, não devem ser tomados no sentido de uma ilusão pura e simples, sem efeitos históricos, mas precisa, do contrário, ser compreendido como analogia com o *persona ficta* da tradição jurídica, no sentido de um efeito institucional, a ‘fabricação’. Nenhuma nação possui uma base étnica natural, mas como formações sociais são nacionalizadas, as populações incluídas nelas, divididas entre elas ou dominadas por elas são etnicizadas – isto é, representadas no passado ou no futuro como se tivessem formado uma comunidade natural, possuindo uma identidade de origens, cultura e interesses que transcendem condições individuais e sociais¹.

O conceito de Balibar (1991) contorna o problema epistemológico apresentado pelo conceito de etnicidade Barth (1969), já que entende as etnicidades como *fictivas* no sentido de que estas etnicidades são “fabricações”, cujo intuito é obedecer a uma metanarrativa. Portanto, para esta pesquisa, entende-se que as etnicidades como encontradas nas fontes foram moldadas pela cosmografia greco-romana para que se enquadrassem dentro de uma metanarrativa (ou narrativa hegemônica) que buscava explicar e dar sentido ao mundo, tanto para gregos quanto para romanos.

Como corpus literário utilizado para a análise desta construção narrativa sobre os nômades da estepe, serão analisados desde autores como Homero, Heródoto (século V aEC), Hipócrates (século V aEC) e Estrabão (século I aEC – I EC), que precedem a Antiguidade Tardia, a autores tardo-antigos como Amiano Marcelino (século IV) – responsável pela primeira descrição sobre os hunos que se tem nota –, Prisco de Pânio (século V), Procópio de Cesareia (século VI), Jordanes (século VI), Agátias (século VI), Menandro Guardião (século VI), dentre outros.

.....
¹ Todas as traduções encontradas no corpo do texto foram realizadas por nós, do inglês para o português.

Enfim, justificamos esta pesquisa através de uma carência de análises mais críticas sobre a cosmografia greco-romana acerca dos grupos que habitavam a estepe e seu distinto *modus viendi*. Obras como a dissertação de Giuseppe Ricci, *Nomads in Late Antiquity: Gazing on Rome from the Steppe, Attila to Asparuch (370-680 C.E.)* (2015) – cujo objetivo fora o de analisar a influência negativa do Império Romano na organização dos grupos nômades da estepe – e o recentemente publicado livro *Empires and Exchanges in Late Antiquity* (2018) avançaram neste sentido, interconectando uma Antiguidade Eurasiática e trabalhando as relações entre os grupos (e por vezes, Impérios) nômades e os Impérios romano, iraniano e chinês. No entanto, nem Giuseppe Ricci, tampouco os diversos autores que compuseram os capítulos do citado livro procuraram analisar a tradição de pensamento cosmográfico romano e a construção de uma narrativa sobre a estepe que perpassou séculos de historiografia.

A COSMOGRAFIA GRECO-ROMANA: DA ETNOGEOGRAFIA GREGA À TRADIÇÃO LITERÁRIA ROMANA

De epíteto “pai da História”, denominado assim pelo historiador romano Cícero (século I), Heródoto fora um dos pioneiros, dos quais se tem conhecimento, a trazer descrições etnográficas sobre os grupos que habitavam o território conhecido como *Cítia* na Antiguidade Clássica. De título *História*, o Livro IV da obra de Heródoto de Halicarnasso foi dedicado quase completamente a descrever os costumes e hábitos dos citas, um grupo nômade que, segundo o autor, habitava o norte do Mar Negro (HERÓDOTO, *História*, IV, 20). Para além de relatos etnográficos sobre os citas, Heródoto também foi responsável por apresentar descrições etnográficas sobre egípcios, persas e outros grupos da estepe como os sármatas, *androphagi*, *agathyrsi* e *issedones*, assim como relatar os eventos das Guerras Médicas, o conflito em larga escala entre cidades-estado da *Hellas* e o Império Persa Aquemênida.

Os citas eram, para Heródoto, o *outro* por excelência, cujos hábitos configuravam uma antítese entre modos distintos de organização social,

e a estepe – úmida, fria e infértil – oferecia aos helênicos um contraste em relação ao confortável e moderado clima mediterrânico, o qual habitavam e estavam habituados. Nas palavras de Christopher Kelly (2019, p. 30):

De muitas maneiras, os citas eram uma inversão inquietante dos gregos: viviam em vagões ao invés de em cidades; pastoreavam gado e ovelhas ao invés de cultivarem a terra; lutavam como arqueiros montados ao invés de a pé, com espada e escudo. Haviam também sinais inconfundíveis de selvageria: guerreiros citas caçadores-de-cabeças confeccionavam taças do crânio de seus inimigos; angustiados e em luto, marcavam a morte de um rei por estrangular seus servos e enterrá-los ao lado do corpo real, sob um grande monte de terra.

Outros grupos que habitavam a estepe representavam uma alteridade ainda maior em relação a vida na *oikumene*: os canibais *androphagi* (HERÓDOTO, História, IV, 106), “comedores-de-homens”; os *agathyrsi*, cujo “relacionamento com as mulheres é promíscuo, para que possam ser irmãos e parentes uns dos outros sem que haja inveja ou ódio de seus companheiros” (HERÓDOTO, História, IV, 104); ou ainda os *issedones*, que se serviam da carne dos mortos em banquetes-funerais (HERÓDOTO, História, IV, 26).

Contemporâneo a Heródoto, outro autor do século V descreveu grupos nômades em seus trabalhos: Hipócrates de Cós, considerado o “pai da Medicina” devido a seu pioneirismo na escrita de tratados médicos – dentro do contexto grego – e fundador da Escola de Cós, ou Escola Hipocrática de Medicina. Dentro do *Corpus hippocraticum*, sua obra *Dos Ares, Águas e Lugares* contém diversas descrições sobre grupos como os citas e os sármatas. Sobre os citas, Hipócrates relata:

Darei um testemunho claro da sua umidade [dos citas]. Na maioria dos citas, todos que são nômades, você encontrará seus ombros cicatrizados, assim como seus braços, pulsos, peitos, quadris e lombos, simplesmente por causa da umidade e suavidade de sua constituição. Devido a sua umidade e flacidez, não possuem força para esticar um arco ou arremessar azagaias pelo ombro. Mas quando cauterizam, o excesso de umidade seca de suas juntas e seus corpos se tornam mais fortalecidos, mais nutridos e melhor articulados. [...] Os citas são uma raça avermelhada devido ao frio, não através de qualquer feracidade no calor do sol. É o frio que queima suas peles brancas e as tornam avermelhadas (HIPÓCRATES, Ares Águas e Lugares, XX).

Responsável pelo desenvolvimento de teorias pré-deterministas e causalistas que relacionavam clima e umidade com o comportamento e a fisiologia dos povos, Hipócrates influenciou diversos autores greco-romanos posteriores a ele. Autores como Estrabão (século I aEC – século I EC), Plínio o Velho (século I EC), Pompônio Mela (século I EC) e Cláudio Ptolomeu (século II EC) reiteraram esta ótica, uma espécie de *determinismo geográfico* da Antiguidade. Segundo Patrick Amory (1997, p. 19-20):

Na etnogeografia, como tipificado pelas obras de Plínio, Pompônio Mela e Ptolomeu, o excesso de gentes bárbaras é resultado de seus posicionamentos em zonas quentes e frias do mundo. No temperado Mediterrâneo, o homem civilizado poderia ser mestre de seu próprio temperamento, e assim, alcançar um estado de sabedoria, prudência, com o qual dominaria os bárbaros afora. [...] A etnogeografia explicava a oportuna dominação dos homens mediterrânicos – sempre homens – através dos efeitos benéficos de um clima moderado. Cidades e governos organizados eram reflexo externos do pacífico e firme controle que homens do Mediterrâneo tinham sobre si mesmos.

Aproximadamente nove séculos depois, Amiano Marcelino (século IV EC), por certo influenciado pela *História* de Heródoto (século V aEC), reforçou o arquétipo de extremo *outro* apresentado na figura dos nômades da estepe ao descrever os hunos. Para Amiano Marcelino, os hunos eram bestiais, meio-humanas de caráter enganoso e desonesto, cujas roupas eram sujas, estranhas e malcuidadas, além de não possuírem um sistema próprio de governo e serem direcionados por um apetite insaciável por pilhagem (KELLY, 2009, p. 29-30). Ainda segundo o autor romano do século IV, os hunos eram “[...] a semente e origem de toda a ruína e vários desastres que a ira de Marte despertou, trazendo desordem a todos os lugares com incêndios inesperados...” (AMIANO MARCELINO, *História*, XXXI, 2, 1).

Posteriores a Amiano Marcelino, nos séculos V, VI e VII, autores como Prisco de Pânio (século V), Eunápio de Sárdis (séculos IV – V), Olimpodoro de Tebas (século V), Procópio de Cesareia (século VI), Agátias (século VI) e Teofilato Simocatava (século VII) escreveram dentro de uma tradição literária entendida como *classicizante*. Nas palavras de John Given

(2014, p. XVII): “Todos eles, conscientemente, permaneceram em uma tradição historiográfica que datava a Heródoto e Tucídides no quinto século aC”. Aspectos como o uso da língua, o secularismo e o posicionamento consciente dentro da tradição caracterizavam o estilo de escrita classicizante.

Estas representações, contudo, modificavam-se de autor para autor devido a razões como o contexto sócio-político e/ou cultural, inserção do autor dentro da política e administração romana, relações diplomáticas entre o Império e a estepe, e outros motivos. A exemplo disto há Prisco de Pânio (século V) e Menandro Guardião (século VI), que descreveram, respectivamente, hunos e turcos. As obras de ambos os autores são de caráter fragmentário, cujos principais fragmentos podem ser encontrados nos *Excertos Constantinianos* de Constantino VII Porfirogênio, dentro da categoria *Sobre Embaixadas*.

Prisco de Pânio apresenta, dentro do contexto da Antiguidade Tardia, a descrição mais *humanizada* sobre os hunos da qual se tem nota. Encontrado nos *Excertos Constantinianos* e designado por John Given (2014) como Fragmento 8, Prisco descreveu:

[...] Éreca, esposa de Átila, convidou-nos para jantar na casa de Adamis, que cuidava de seus negócios. Fomos até lá juntamente com alguns líderes das gentes e fomos generosamente recebidos. Nos recebeu com palavras graciosas e muita comida. Com hospitalidade cita, todos os presentes se levantaram e nos entregaram cálices de vinho, após bebermos, abraçaram-nos e beijaram-nos... (PRISCO, Fragmentos, 8)

Por sua vez, Menandro Guardião, no século VI, descrevera os turcos do Khanato Gök Turco de forma amigável, mesmo este sendo o primeiro grande império nômade com o qual os romanos tiveram contato. Encontrado também na categoria *Sobre Embaixadas* nos *Excertos Constantinianos*, em fragmento designado por Roger Charles Blockley (1985) como 10.3, foi relatado por Menandro:

Então Zemarco disse, “Soberano de tantos povos, o nosso grande Imperador através de mim, seu mensageiro, diz a você, ‘Que tenha boa fortuna e que o sucesso esteja com você, que são nossos amigos e bem-intencionados com o estado Romano.

Que possas sempre conquistar teus inimigos e fazê-los seu saque. Que a inveja, que sempre destrói laços de amizade, fique longe, longe de nós. A tribo dos Turcos e aqueles sujeitos aos Turcos são meus amigos, que pense dessa maneira de nós também”. Isso é o que Zemarco disse, e Sizabul disse palavras similares em resposta (ME-NANDRO, Fragmentos, 10.3).

Ambos os fragmentos possuem características em comum: são relatos de embaixadas e representam o que Mark Witthow (2018) denominou como uma *política bizantina eurasiática*. Esta *política bizantina eurasiática*, por conseguinte, foi desenvolvida pelo Império Romano do Oriente no século V para negociar com a confederação hunna de Átila e, posteriormente, nos séculos VI e VII, fora aperfeiçoada para mediar as relações com o Khanato Gök Turco, cujo interesse romano estava no conflito entre os primeiros e o Império persa Sassânida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Heródoto e Hipócrates foram, portanto, responsáveis pela construção e estabelecimento de uma narrativa que perpassou séculos de cosmografia greco-romana e que teve grande influência na tradição literária classicizante da Antiguidade Tardia. Autores como Amiano Marcelino (século IV), Prisco de Pânio (século V), Eunápio de Sardis (século V), Olimpíodoro de Tebas (século V), Agátias (século VI), Teofilato Simocata (século VII), Procópio de Cesareia (século VI) e Menandro Guardiã (século VI), assim como outros, utilizaram-se amplamente destas concepções para desenvolver estereótipos ou arquétipos sobre grupos nômades, muitas vezes como uma maneira de reiterar a seus leitores uma imagem constituída por séculos de construção narrativa. Escritores greco-romanos, portanto, integraram “ideias etnográficas gregas sobre os povos da estepe em sua própria visão imperial sobre as relações estrangeiras do império” (MAAS, 2018, p. 27) e estas concepções, por sua vez, foram em boa parte inteiramente negativas, “eram vistos como a mais baixa forma de sociedade humana. Conhecidos pela falta de leis, justiça e instituições estáveis, nômades da estepe representavam o antítipo da civilização urbana celebrada por gregos e romanos” (MAAS, 2018, p. 27).

Ademais, esta construção narrativa foi produzida através da própria fronteira entre *modi vivendi*, um conflito que vai muito além da dicotomia bárbaro *vs* civilizado, vastamente explorada pela historiografia da Antiguidade Tardia. É através desta alteridade e de concepções de mundo antagônicas que a construção sobre o nômade como *extremo outro* fora construída pelos etnógrafos da Antiguidade. Para além disto, a construção de representações (e etnicidades fictivas) sobre este *outro* nômade também serviam ao aparato imperial romano como meio de justificar conquistas e, por vezes, o extermínio destes grupos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AMIANO MARCELINO. **History**. Traduzido por J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

HERÓDOTO. **The Persian Wars: books 3-4**. Traduzido por A. D. Godley. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1969.

HIPÓCRATES. **Air Waters Places**. Traduzido por W. H. S. Jones. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1923.

MENANDRO. **The History of Menander the Guardsman**. Traduzido por R. C. Blockley. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985.

PRISCO. **Fragmentos**. In: The Fragmentary History of Priscus. Attila, the Huns and the Roman Empire, AD 430-476. Traduzido por J. Given. Merchantville: Evolution Publishing, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORY, P. **People and Identity in Ostrogothic Italy: 489-554**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BALIBAR, E. The Nation Form: History and Ideology. In: BALIBAR, E.; I. M. WALLERSTEIN. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London, New York: Verso, 1991.

BARTH, F. Boundaries and connections. In: COHEN, A. P. (edit.). **Signifying Identities: Anthropological perspectives on boundaries and contested values**. London: Psychology Press, 2000.

- BARTH, F. Introduction. In: BARTH, F. (edit.). **Ethnic groups and boundaries**. Oslo: Johansen & Nielsen Boktrykkeri, 1969.
- BLOCKLEY, R. C. **The History of Man and the Guardsman**. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985
- BROWN, P. **The World of Late Antiquity: AD 150-750**. New York: Norton, 1989.
- DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- GUARINELLO, N. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano: Um Ensaio, **Mare Nostrum** (São Paulo), v. 1, n. 1, p. 113-127, 28 dez. 2010.
- GIVEN, J. **The Fragmentary History of Priscus: Attila, the Huns and the Roman Empire, AD 430-476**. Merchantville: Evolution Publishing, 2014.
- MAAS, M. How the steppes became Byzantine. In: DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 19-34.
- RICCI, G. A. **Nomads in Late Antiquity: Gazing on Rome from the Steppe, Attila to Asparuch (370-680 C.E.)**. Dissertação de Mestrado em História defendida na Princeton University, 2015.
- WHITTOW, M. Byzantium's Eurasian Policy in the Age of the Türk Empire. In: DI COSMO, N.; MAAS, M. (Edits.). **Empires and exchanges in Eurasian Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 271-286.

A CONSTRUÇÃO DO MONARCA ALEXANDRE, O GRANDE POR PLUTARCO E ARRIANO (SÉCULOS I – II D.C.): FRONTEIRAS ENTRE GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL

HENRIQUE HAMESTER PAUSE¹

ORIENTADORA: SEMÍRAMIS CORSI SILVA²

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar algumas considerações sobre como a figura de Alexandre III ou Alexandre, o Grande, foi percebida e ressignificada pelos poetas e escritores romanos Plutarco e Arriano de Nicomédia nos séculos I e II d.C.. Centrar-nos-emos especialmente na análise de documentos textuais, portanto, nas obras destes dois autores que tratam da figura de Alexandre, sendo elas o Livro IV de *Vidas Paralelas* e *Sobre a 'Fortuna' ou 'Virtude' de Alexandre Magno*, de Plutarco e a *Anabáse de Alexandre Magno*, de Arriano de Nicomédia. Buscaremos, então, entender como e porque a figura de Alexandre, nessas obras, foi colocada, frente ao que conseguimos perceber na pesquisa até este presente momento, enquanto figura de exemplo pelos autores a serem estudados frente aos *princeps* romano, servindo ao que devia ou não devia fazer quando se é governante em termos de virilidade e costumes identitários, mostrando que tudo o que ele conseguiu, seu imenso

.....
1 Estudante de Pós-Graduação – Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM – GEMAM/UFSM e bolsista CAPES de Pós-Graduação. E-mail: henriquepause@hotmail.com.

2 Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM – GEMAM/UFSM. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br.

império e suas vitórias, devia a sua educação (*humanitas/paideia*) e a sua moderação (*gravitas/ sophrosýne*) e autocontrole elementos essenciais aos imperadores romanos deste contexto .

Palavras-chave: Alexandre Magno, Arriano de Nicomédia, Plutarco.

Alexandre III ou Alexandre Magno ou, ainda, Alexandre, o Grande é uma dos mais interessantes personagens da Antiguidade, apresentando-se como uma figura que atravessou diversos períodos históricos, sendo constantemente lembrado. Alexandre nasceu em Pela, capital do reino da Macedônia, por volta de 356 a.C., sendo filho de Filipe II (359 – 336 a.C.), rei da macedônia e de Olímpia (376 – 316 a.C.), princesa de Épiro. O monarca pertenceu, assim, à Casa Argéada, que governou a região da Macedônia de 808 até 309 a.C.. O reino da Macedônia era um Estado de descendência dos povos jônios, os mesmos que colonizaram Atenas, localizado nas proximidades da Hélade. Os macedônios, no entanto, eram considerados semibárbaros pelos gregos.³ Alexandre, como seu pai, foi um grande conquistador, expandindo o Império Macedônio tal como o pai havia iniciado com a conquista da Grécia. Alexandre invadiu o Império Aquemênida e quebrou o poder da Pérsia em uma série de batalhas. Seu império se estendeu do mar Adriático ao rio Indo, passando, portanto, pelo Egito e pela Grécia.

Sobre os usos da imagem do monarca, já logo após a morte de Alexandre, Ptolomeu I, rei do Egito, amigo e companheiro de guerra do macedônio, utilizou de sua imagem para legitimar seu poder no Egito e ampliá-lo como

.....
3 Compreende-se que a criação do conceito de bárbaro (*barbaros*) se deu entre os antigos gregos pela não compreensão das línguas faladas pelos povos da antiga Anatólia, que soavam para eles como um balbuciar infantil. Temos essa característica na *Iliada* e na *Odisseia*, obras de Homero. Entretanto, será apenas no século V a.C., na obra de Heródoto, que teremos definida a ideia de bárbaro denotando um sentido de alteridade, ou seja, a figura do *outro* em relação a tudo aquilo que não era grego/helênico em termos políticos e culturais. O estabelecimento dessa ideia de alteridade no período de Heródoto foi especialmente importante pelo seu contexto histórico, as Guerras Médicas, em que a autonomia das cidades-Estado gregas esteve ameaçada pela invasão do Império Persa (HARTOG, 2004). Portanto, de uma concepção linguística, o conceito passou a ser usado também para definir todos àqueles que não compartilhavam dos costumes, valores, tradições e modelos ideais gregos, expandidos depois por Alexandre, o Grande. Todavia, mesmo entre os próprios helênicos haviam aqueles que eram chamados de bárbaros ou semibárbaros por se diferenciarem em algumas características.

sucessor do rei dos macedônios. Outro exemplo de uso ligado à imagem de Alexandre é o chamado Sarcófago de Alexandre, que leva esse nome por conta das representações feitas do conquistador em seus frisos e não porque levava o corpo de Alexandre. “Descoberto em 1887, o sarcófago foi construído entre 320 e 306 a.C. pelo último rei de Sídon, Abdalônimo, colocado no poder pelo próprio Alexandre em 333 a.C.”, (STEWART, 1993, p. 294). Assim, como podemos perceber, Alexandre tornou-se figura de legitimação de poder e modelo de conquistador, herói e rei para as monarquias que sucedem ao seu vasto império. Essa mesma figura histórica ainda recente para os romanos dos primeiros séculos do Império Romano recebeu inúmeros usos, como, por exemplo, quando colocada em comparação a personagens de poder na Roma do Principado.⁴ Inúmeros imperadores se utilizaram da figura de Alexandre, seja dentro de elementos textuais, como a literatura, ou nas fontes materiais, como em moedas e construções de bustos e estátuas. No entanto, é preciso destacar, em um primeiro momento, ainda no período republicano, o Senado romano se colocou contra comparações de qualquer tipo com o macedônio, o que acabou sendo abandonado no período do Império.

A imitativo Alexandri, termo usado para tratar das comparações dos romanos com o monarca macedônio, pode ser percebida no período republicano em seus usos por Cipião, o Africano, segundo nos conta Tito Lívio (*Histórias de Roma*, XVIII, 39). Pompeu e Júlio César também fizeram usos da figura do monarca (PLUTARCO, *Moralia*, p. 14). Entre os imperadores, já com Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) temos uma promoção da figura de Alexandre em Roma. “Será Augusto que introduzirá Alexandre

.....
4 O período de nossas fontes é o Império Romano, entendido aqui dentro do arco cronológico do século I – II d.C., ou seja, o chamado Principado Romano, período anterior a oficialização do cristianismo. Essa fase de tradicional separação da história romana, entre Monarquia, República e Império tem início, como nos apresenta Norma Musco Mendes (2006, p. 22), “com o crescimento do Império Romano durante o período republicano que, gradualmente, faz Roma se transformar numa cosmópolis, ultrapassando os limites institucionais e espaciais característicos das cidades-Estado clássicas, principalmente, diante da prática de concessão da cidadania romana.” O Principado, enquanto modelo político fundado por Otávio Augusto após a morte de Júlio César, se dá com a construção de um novo sistema político, com diferenças do antigo sistema republicano, com a concentração de poder na figura do *princeps*, mas mantendo as elites como sua base material e as ideias da *res publica* ampliadas para o conceito de *Imperium* (MENDES, 2006).

de forma oficial como um rei civilizado que conquista as terras bárbaras” (QUARANTA, 1998, p. 34). Calígula (37 – 41) e Nero (54 – 68) também promoverão a *imitativo Alexandri*, considerada, no entanto, de forma caricatural e extravagante pelos escritores da época. Com Trajano (98 – 117) a figura de Alexandre será usada novamente, mas considerada pelos escritores de maneira racionalizada, onde o “mito deixa de ser apenas um componente da mentalidade romana e passa a atingir o funcionamento do Estado no que ele tem de mais essencial: a imagem do poder imperial” (VIZENTINI, 2007, p. 8). De Augusto até Alexandre Severo (222 – 235), todos os imperadores estabeleceram ligação com o modelo alexandrino de alguma maneira. Podemos, então, perceber como a figura de Alexandre esteve presente na vida cotidiana, no poder e no imaginário do Principado se tornando uma fronteira entre os dois mundos, grego e romano e um padrão para tratar elementos sobre o mundo do outro conquistado pelo monarca, o mundo bárbaro. Em resumo:

[...] o mito de Alexandre foi largamente associado às pretensões políticas de generais e chefes de Estado, com partidos e propostas muito diferentes, legitimando o poder pessoal e projetos expansionistas. A literatura nesse sentido, particularmente do século I, teve um papel de grande importância, pois endossou essas pretensões políticas recriando e retransmitindo o discurso produzido pela aristocracia, provedora de governantes tanto romanos como provinciais. (ZIEGLER, 2009, p. 13).

Vale, portanto, destacar que houve uma densa quantidade de escritores greco-romanos que escreveram sobre Alexandre positivamente e negativamente, colocando-o como modelo de bom governante, bem como o criticando negativamente, criando um antimodelo. Por mais que saibamos que as fontes contemporâneas a Alexandre tenham se perdido, como as obras de Ptolomeu, Aristóbulo de Cassandreia e Chares de Mitilene, temos acesso a elas, pelo menos em partes, pois serviram de base para as biografias e análises de historiadores romanos, como Diodoro Sículo (90 – 30 a.C.), escritor romano autor da obra *Biblioteca Histórica*, e Quinto Curcio Rufo (séc. I d.C.), também escritor romano e autor da única narrativa em latim sobre Alexandre de nome *História de Alexandre*. Ambos utilizam a obra de

Clitarco⁵ como fonte e exploram a violência, as ações premeditadas, o des- controle e a falta de *humanitas*⁶ no rei macedônio, sendo as duas obras bem críticas à imagem e reputação do monarca macedônio.

Porém, para esse momento, focaremos nossa análise, de forma comparativa, para a visão de dois autores greco-romanos do século I e II d.C. Deste modo, “embora abundem representações materiais de Alexandre em diversos suportes e temáticas, como a caça, alusões a divindades e cenas de batalhas” (BLAZOTTO, 2016, p. 24), assim como temos um campo literário fecundo para estudo, optamos pela escolha dos escritos de Lúcio Métrio Plutarco (46 – 120) e Lúcio Flávio Arriano Xenofonte (90 – 146). Nossa escolha foi, de certa forma, pensada tendo em vista que trabalhamos alguns elementos do contexto dos autores escolhidos em nosso Trabalho Final de Graduação, já tendo, portanto, algumas leituras sobre as políticas dos imperadores que, provavelmente, estes autores estavam pensando atingir ao retratar o monarca alexandrino⁷.

Assim, visamos perceber como Plutarco e Arriano conceberam o monarca macedônio em relação aos *princeps* romanos de seu contexto,

.....
5 Clitarco viveu em meados do século III a.C. De sua obra original, sobreviveram apenas fragmentos preservados em textos de outros autores, especialmente nas obras de Eliano e Estrabão (PRANDI, 2012, p. 15-22).

6 Com o fim das Guerras Púnicas, a partir dos séculos III e II a.C. criou-se condições para o compartilhamento de ideias e costumes entre os povos conquistados. A cultura grega foi, sem sombra de dúvidas, a mais incorporada pelos romanos; a língua grega tornou-se o idioma da expressão do pensamento e dos letrados (em especial no Oriente); e a *paideia* (que pode ser traduzida como educação) ganhou um conceito equivalente, *humanistas*, e foi inserida no modo de vida romano, sem ferir os ideais éticos e morais que já estavam estabelecidos.

O termo *humanitas*, no contexto romano, é usado para distinguir o homem “selvagem” e grosseiro do homem “civilizado” e instruído. Em resumo, a *humanitas* é mais um “mérito que uma característica universal” adquirida por meio da boa educação (ZIEGLER, 2009, p. 44-45). Esse conceito será aprofundado ao longo do projeto.

7 Com o título “O sexo, o gênero e o humor em Roma: rindo da passividade e da efeminação com os epigramas de Marcial (século I d.C.)”, o trabalho de conclusão de graduação defendido no final do ano corrente de 2018 na Universidade Federal de Santa Maria, analisa como os escritos de Marcos Valério Marcial, autor de maior destaque do gênero literário do Epigrama e que viveu entre 40 -104 d.C., se inseriu na sociabilidade da elite aristocrática romana e ali fez críticas aos vícios e faltas de conduta moral, entre elas práticas homoeróticas e elementos de falta de virilidade no homem cidadão romano (o *uir*). Apesar de abordar elementos tão problemáticos, destacamos que os mesmos foram escritos em uma época de perseguição aos poetas pelos imperadores Flavianos (69-96), em especial pelo imperador Domiciano (81-96) que, após a morte de Marcial cairá em desgraça e será difamado na dinastia seguinte, os Antoninos (96-192), imperadores que irão favorecer os escritos de homens como Plutarco e Arriano.

percebendo-o enquanto possuindo ligações identitárias e construindo pontos de ligação entre a fronteira do mundo grego e do mundo romano. Plutarco foi um autor grego, mas cidadão romano, nascido na região da Beócia. “Sua obra é uma fonte de conhecimento dos costumes greco-romanos, pois nela se descortinam o cotidiano e o modo de vida do período” (ZIEGLER, 2009, p. 12). Arriano de Nicomédia, também grego, era nascido na província da Bitínia, também era cidadão romano e, ao contrário de Plutarco, que escrevia biografias, escrevia histórias.

As obras de Plutarco, *Vidas Paralelas* e *Sobre a ‘Fortuna’ ou ‘Virtude’ de Alexandre Magno*, bem como a *Anabáse de Alexandre Magno*, de Arriano, têm construções sobre elementos de gênero bem estabelecidos, mesmo frente a um personagem ambíguo como foi o rei macedônio em relação a elementos de virilidade e homoerotismo. Assim sendo, é nessa mesma ambiguidade que os autores aqui propostos de serem estudados reforçam o que é masculino e o que é feminino, o que é viril e o que é efeminado, o que é civilizado e digno de um homem que possuía a *humanitas* latina e o que é bárbaro e selvagem, aquele que possuía a *ferocitas*. Portanto, tais obras nos permitem pensar tanto elementos de gênero articulados ao poder romano, como questões de identidade cultural, pois os autores colocam Alexandre como modelo de virilidade e identidade grega frente aos bárbaros, ou seja, um modelo civilizatório. Assim, buscaremos entender como dois homens originários de uma elite provinciana se colocaram frente ao poder de Roma, em uma Grécia conquistada, escrevendo em tom moralizador e educador, não só para a aristocracia da cidade de Roma, mas para os imperadores, pensando aqui a escrita como forma de poder e ação no mundo romano.

Diante disso, “vemos como o mito de Alexandre adquiriu um valor pedagógico frente ao Império Romano, visto que o Principado já havia naquela época passado por maus exemplos de governantes conforme a visão da aristocracia da qual estes autores faziam parte” (ZIEGLER, 2009, p. 13). Portanto, acreditamos que Alexandre foi colocado como figura de exemplo pelos autores a serem estudados frente aos *princeps*, servindo ao que se devia e não devia fazer quanto se é governante em termos de virilidade e costumes

identitários, mostrando que, tudo o que ele conseguiu, seu imenso império e suas vitórias, devia a sua educação/*humanitas* e sua moderação e autocontrole ao seguir as normas de gênero e fazer bons usos dos prazeres, bem como à sua virilidade.⁸

Acreditamos que Plutarco e Arriano escreveram sobre Alexandre a partir dos problemas de seu contexto. Cada um dos autores tinha uma relação com o chamado Oriente, as regiões conquistadas por Alexandre. Plutarco era grego da região da Beócia, havia viajado por regiões dos atuais países da Turquia, Egito e norte da África antes de visitar Roma. Já Arriano, havia nascido na cidade de Nicomédia, região da atual Turquia, cidadão romano posteriormente, falava e escrevia em grego, e talvez tenha enfrentado militarmente os ditos povos bárbaros orientais da região do Cáucaso. Ambos viveram sob os governos de Trajano (98 – 117 d.C.) e Adriano (117 – 138 d.C.), imperadores que tiveram conflitos bélicos e políticas imperialistas e de assimilação/defesa contra o Império Parto. Além disso, ambos foram viver em Roma apadrinhados por pessoas importantes do Senado e tiveram acesso direto aos imperadores. Tanto é que, ambos se colocarão como instrutores e conselheiros dos *princeps* Trajano e Adriano.

Com isso surge a primeira questão que pensamos em nossa pesquisa: quem são estes autores em relação ao Império romano e, quais são as suas relações com os imperadores romanos? Ou seja, como os dois escritores se colocaram frente ao Império Romano do século I e II d.C. e frente às políticas de seus respectivos governantes? Como ambos os autores articularam elementos de gênero, identidade cultural e poder a partir da imagem de Alexandre Magno, de forma positiva, para apresentar aspectos de poder aos imperadores romanos? As hipóteses para resolução desses problemas só podem ser alcançadas adentrando mais especificamente na vida de cada

.....
8 Uso dos prazeres definido por Michael Foucault (1998), em segunda obra da História da Sexualidade, enquanto a relação dada, individualmente, sobre a prática sexual de cada indivíduo, seja ele homem e mulher. Ou melhor, Foucault aqui analisa e tenta perceber, o quanto esses usos que dão prazer estavam ligados a morais e formas de conduta, que cuidava não só da imagem social do indivíduo, como de sua saúde, diretamente ligado à temperança e ao bom uso de suas forças vitais.

autor, sua identidade cultural e o desenvolvimento das relações pessoais e políticas de cada um. Ou seja, pensando em como esses escritores, membros da aristocracia provincial, concebiam sobre o certo e errado dentro do *mos maiorum* (costumes ancestrais) romano.

Logo, nos faz perguntar sobre como viver em Roma e estar próximo de imperadores influenciou as escritas e visões desses autores sobre Alexandre. Ou melhor, como essas relações foram determinantes para a construção de um discurso e representação da figura do rei macedônio em termos de gênero e identidade cultural?

Durante os séculos I e II d.C. há intensos debates sobre o sistema imperial e os poderes e deveres que o *princeps* deveria ter e cumprir, havendo “escritos questionando supostos comportamento despóticos e tirânicos que muitos desses governantes foram acusados de adotar” (LEME, 2013, p. 228). A historiadora Maria José Hidalgo de la Vega (1995) aponta para essa problemática abordada pelos pensadores da época:

O tema da naturalização do poder, da sua legitimidade, conectada com a oposição ao tirano e sua atuação política eram objetivos de debates das escolas de filosofia e de retórica, dando origem a tratados e livros a respeito. Estes tratados se configuraram a partir da própria perspectiva da legítima oposição ao tirano que, todo filósofo deveria ter, inclusive contra o legítimo soberano, quando este adquiria as atitudes e práticas odiosas de um tirano. Assim, dessa forma, se vai modelando a ideia de um ‘bom príncipe’, que será apresentado como modelo de governante ideal (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 55).⁹

Nesse sentido, podemos pensar que as diferentes características do monarca macedônio quando projetadas no presente de Arriano e Plutarco, “tornar-se-iam um parâmetro para qualificar o bom e legítimo governante” (LEME, 2013, p. 228). Isso ocorria, “seja no resgate de uma história por meio de aspectos que criavam a ideia de continuidade entre o passado e presente, entre a tradição helenística e o Principado, visando justamente adaptar um modelo político às transformações inerentes ao processo histórico”

.....
⁹ As traduções são de nossa autoria.

(LEME, 2013, p. 230). A figura de Alexandre ganhava, assim, valor pedagógico, não só para esses dois autores em destaque no projeto, mas para o século I e II d.C. como um todo, pelo fato de que “seu mito foi largamente associado às pretensões políticas de generais e chefes de Estado, legitimando o poder pessoal e os projetos expansionistas” (ZIEGLER, 2009, p. 12).

Usar a imagem de Alexandre era uma forma de legitimação, mesmo quando apresentado com defeitos, esses mascarados ou não, intencionalmente ou não, e “será na literatura do Principado que terá um papel fundamental no endosso dos projetos e pretensões políticas, recriando e retransmitindo o discurso produzido pela aristocracia, provedora de governantes tanto romanos como provinciais” (ZIEGLER, 2009, p. 13). Além disso, ser instrumento usado pelos imperadores e pela elite, o que concede, via de regra, poder e prestígio a esses escritores/poetas, sendo assim uma relação onde os dois lados saem privilegiados. Nossa conclusão, ainda a ser pensada e melhor defendida, por hora, é que Alexandre foi uma figura que quando comparada ao governante de Roma foi usada para mostrar se o mesmo podia ou não estar ocupando o cargo, o título e a função.

Portanto, qual é esse Alexandre dos autores aqui estudados? Quais são as virtudes e acertos de Alexandre em termos de modelo ou antimodelo de virilidade e cultura? Quais são os elementos de fragilidade, barbaridade e não virilidade do mesmo? Além disso, como Arriano e Plutarco interseccionaram elementos de virilidade e barbaridade no Alexandre de suas obras, mirando servir de modelo aos governantes romanos? Além disso, quem eram os imperadores que eles focavam? Como as políticas e imagens destes imperadores em termos de cultura e gênero estão imbricadas no Alexandre por eles construído?

Por hora, temos como hipótese de pesquisa que quando estes autores querem falar bem de Alexandre eles o constroem como viril e grego e, por outro lado, quando querem falar mal de Alexandre o apresentam como bárbaro e feminino, interseccionando aspectos de gênero e identidade cultural. Percebemos aqui uma fronteira tênue dentro da própria construção de Alexandre para cada autor, frente ao seu *princeps* e a sua contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAIS

- ARRIANO. **Anábasis de Alejandro Magno**. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- PLUTARCO. **A 'Fortuna' ou A 'Virtude' de Alexandre Magno**. Tradução, Introdução e Comentários de Renan Marques Liparotti. São Paulo: Editora Annablume, 2018.
- _____. **Vidas paralelas VI**. Introdução, Tradução e Notas de Jorge Bergua Gavero, Salvador Bueno Morillo e Juan Manuel Guzmán Hermida. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
- _____. **Obras morales y de costumbres (Moralia) V**. Mercedes López Salvá. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

BIBLIOGRAFIAS

- ALFÖLDY, Gèza. A organização social do Alto Império. In: **A História Social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- ARRAIAGA-RODRÍGUES, J. C. Tres Tesis del Concepto fronteira em la historiografia. In: LAGUARDA, R. (Org.). Representaciones y prácticas sociales: visiones desde la história moderna y contemporán. México: Instituto Mora, 2012, p. 9-47.
- BARTH, Fredrik; POUTIGNAT, P; STREIFF-FENARD, J. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: EDUNESP, 1998.
- BIAZOTTO, T. do. A. **Sob o Signo do Grande Rei: a barbarização de Alexandre Magno em Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio, Plutarco e Arriano**. 2016. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2016.
- CARDOSO, C. F. Etnia, Nação e Antiguidade: um debate. In: NOBRE. C. K; Cerqueira, F. V.; POZZER, K. M. P. (Org.). Fronteiras e Etnicidades no Mundo Antigo. **Anais de V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos**. Pelotas: Editora da ULBRA. 2005, p. 87-104.
- CHARTIER, R. O mundo como representação, **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 11 (5), 1991, p. 173-191.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1998.

- FUNARI, P. P. A. **Antiguidade Clássica:** a História e a cultura a partir dos documentos. Campinas: EDUNICAMP, 1995.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano, **Marc Nostrum**, 2010, v. 1, p. 113-127.
- GRIMAL, P. **A civilização romana.** Lisboa: Edições 70, 1984.
- HARTOG, F. Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. **El intelectual, la realeza y el poder político.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.
- LEME, A. L. Resgate e construção da Imagem de Alexandre, o Grande: Arriano de Nicomédia e sua ‘Anabáse’ de Alexandre Magno (século II d.C.). In: BIRRO, R. M. CAMPOS, C. R. (Orgs.). **Relações de Poder:** da Antiguidade ao Medievo, vol. 1. Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 217-247.
- VIZENTINI, M. Primeiras imagens de Alexandre, o Grande em Roma. In: **XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH.** 2007, São Leopoldo. Anais ANPUH – Unisinos, 2007. Disponível em: <file:///G:/HENRIQUE%20MESTRADO%20ALEXANDRE%20O%20GRANDE/VIZENTIN,%20MARILENA%20Primeiras_Imagens_de_Alexandre_o_Grande.pdf>. Acesso em: 08/10/2018.
- WILLIAMS, C. A. **Roman Homosexuality.** Nova York: OUP, 2010.
- ZIEGLER, V. **Plutarco e a formação do governante ideal no Principado Romano:** uma análise de biografia de Alexandre. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/**campus** de Assis, 2009.

O MITO DAS AMAZONAS EM DIODORO SÍCULO E ESTRABÃO (I A.C. – I D.C.): INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E IDENTIDADE CULTURAL

DANDARA PERLIN PEREIRA
ALUNA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA (UFSM)
DANDARAPERLIN@OUTLOOK.COM

INTRODUÇÃO

As Amazonas são caracterizadas na literatura e iconografia gregas na Antiguidade como um grupo ou povo de mulheres guerreiras e bárbaras que vive além das fronteiras do mundo conhecido pelos gregos, lugar que pressupõe a existência não somente do outro, mas do monstruoso e do fantástico também. Essas mulheres são citadas pela primeira vez na *Iliada*, de Homero, por volta do século VIII a.C., participando da guerra de Troia e sendo derrotadas ao lado dos troianos. Mas os registros sobreviventes que nos descrevem com maior detalhe esse povo que até hoje levanta dúvidas quanto a sua existência, têm notável crescimento a partir do século V a.C., segundo Tammy Jo Eckhart (2007). Um dos principais autores desse período que discorre acerca dos costumes das Amazonas é Heródoto. Também são encontradas menções em Ésquilo, Píndaro, Helânico, Isócrates, Ctésias e Licofron, representações em cenas de vasos de figuras negras e vermelhas, e posteriormente em Dionísio, Apolodoro e Diodoro Sículo, nos dois últimos séculos a.C., e Estrabão e Plutarco nos dois primeiros séculos d.C.

Todas essas fontes, bem como outras, contribuem para compor o que sabemos hoje sobre o mito das Amazonas, que também está presente em produções contemporâneas como livros não acadêmicos e filmes.

Neste trabalho, pretendemos apresentar o projeto que viemos desenvolvendo no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, no qual buscamos analisar como as fronteiras culturais que envolvem o mito das Amazonas nas intersecções entre gênero e identidade cultural, no sentido de masculino/grecidade e feminino/barbaridade, se projetam na construção discursiva que Diodoro Sículo e Estrabão, em seu contexto histórico e social, fazem das Amazonas. Assim, percorreremos conceitos fundamentais para o desenvolvimento de nosso projeto, como *fronteiras e identidade cultural, intersecção e gênero*. Ainda, apresentaremos nossas compreensões do que é mito, de forma que possamos inserir nossas fontes, a *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo e a *Geografia* de Estrabão, bem como o contexto de cada autor. Desta forma, abordaremos, por fim, o mito das Amazonas nas fontes e apresentaremos nossas primeiras análises que nos encaminham para a dissertação a ser defendida ao final do curso.

FRONTEIRAS ENTRE O “GREGO MASCULINO” E O “BÁRBARO FEMININO”

O conceito de *fronteira* vem sendo instrumentalizado na historiografia para diversos temas e temporalidades, possuindo significados também diversos. Em seu sentido institucional, a fronteira não deixa de ser uma linha, uma zona, onde as pessoas se reconhecem como pertencentes a diferentes identidades em cada um dos lados. Ao mesmo tempo, esse reconhecimento da diferença se dá justamente porque a fronteira permite um contato, amistoso ou marcado por disputas, mas sempre envolvendo negociações, em que é possível haver uma mistura, mas também onde se demarcam identidades e alteridades. Ainda, a fronteira não é um ente, e não é estanque. Ela é construída ao longo do tempo e em espaços diversos, seja entre povos, seja entre setores sociais dentro desses povos, seja por Estados em disputa. Mais do que isso, ela passa por processos de expansão e retração, fechamento e abertura.

Ao trabalhar com as “Memórias de Ulisses”, François Hartog (2004), classifica o herói da Odisseia como um “homem-fronteira”, no sentido de que, em seu retorno para casa, desloca-se até as fronteiras, especialmente aquelas entre o “humano” e o “não-humano”, sendo um marco móvel de fronteira, delineando contornos de uma identidade grega (HARTOG, 2004, p. 15). Como mencionado anteriormente, os gregos acreditavam que quaisquer tipos de *barbaridade* eram possíveis para além de suas fronteiras. “A tirania era o regime em que os Bárbaros¹ viviam [...]. Os Gregos, nota-o Aristóteles, eram feitos para viverem em póleis” (FERREIRA, 1992, p. 23). A *polis* era o espaço onde acontecia a vida na Grécia Clássica, lugar onde a lei decidida em conjunto pelos cidadãos, sob o olhar dos deuses, permitia que os helenos vivessem em liberdade. Os bárbaros, no entanto, estavam submetidos à lei do homem, em servidão a um tirano (FERREIRA, 1992). Desta forma, o conceito de *identidade* torna-se inseparável do conceito de *fronteira*, envolvendo as relações entre a construção do que é ser greco-romano e bárbaro.

Portanto, como *identidade cultural*, estamos compreendendo a representação de si, ou de um grupo, enquanto pertencente a um conjunto de pessoas com valores e características culturais compartilhadas. Consideramos que a construção das identidades sempre perpassa a visão do eu/nós em oposição ao outro ou aos outros grupos (CARDOSO, 2003; SAID, 2007). Assim sendo, as construções das identidades culturais sempre devem ser percebidas em seus aspectos relacionais (SILVA, 2014, p. 18).

No caso do mito das amazonas, ao trabalharmos com o conceito de *identidade cultural*, percebemos que não devemos desvinculá-lo do conceito de *gênero*, o que nos leva ao conceito de *interseccionalidade*. Adriana Piscitelli (2008), aponta, a partir de McKlintock, que categorias de raça, gênero e classe “não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros, nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fosse um lego. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

.....
1 “A palavra “bárbaro” tem certamente uma conotação pejorativa, mas o seu sentido inicial significava simplesmente “aquele que não fala o grego e que parece estar balbuciando” (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 37).

Desta forma, categorias articuladas ou interseccionalidades nos ajudam a pensar nosso tema de forma mais completa.

Em relação ao gênero, Joan Scott (1995) coloca que:

Não foi suficiente para os(as) historiadores(as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (SCOTT, 1995, p. 5).

Frente a essa questão, a autora levanta as seguintes perguntas: “Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise” (SCOTT, 1995, p. 5). Desta forma, apoiamo-nos no argumento de que a definição de papéis de gênero para homens e mulheres ao longo da história é uma importante parte das relações de poder entre esses sujeitos, e definidora de comportamentos, sejam ideais ou desviantes. É dessa forma que gênero se configura não como uma temática a parte, mas como conceito intrínseco a política e como aspecto indispensável das relações sociais.

Quando estamos trabalhando com o mito da Amazonas, as fronteiras verificadas implicam necessariamente, ao nosso ver, questões de gênero e identidade cultural. Ella Shohah (2004), ao tratar sobre a rainha Cleópatra, mostra como ela encarna o Oriente enquanto uma terra exótica e imbuída por si só de feminilidade e, portanto, inferioridade, em relação ao Ocidente, na figura do homem romano. Pensamos de uma forma parecida ao trabalhar com as Amazonas, interseccionando gênero e identidade cultural, quando compreendemos a relação da “barbaridade” com a feminilidade, e da “grecidade” com a masculinidade.

O MITO DAS AMAZONAS EM DIODORO SÍCULO E ESTRABÃO

A partir de nossas leituras de autores clássicos como Jean-Pierre Vernant (1992) e Mircea Eliade (1972), entendemos o mito grego na Antiguidade

como um tipo de narrativa que fornece modelos de comportamento, baseados em atos de seres divinos, para diversas situações cotidianas dos grupos sociais e das cidades. Além disso, o mito contém uma verdade acerca de como as coisas do mundo surgiram e se tornaram da forma como são na época em questão. Consideramos que o mito não possui um caráter dogmático, variando ao longo do tempo e do espaço, conforme as pessoas os transmitem oralmente ou de forma escrita, especialmente vinculado às intenções e anseios do autor ou da sociedade que se apropria dele e o reconta. Assim, partimos para os autores que utilizamos em nossa pesquisa.

Diodoro Sículo foi um historiador proveniente da Sicília que viveu aproximadamente entre 90 a.C. e 30 a.C. Sua obra, a *Biblioteca Histórica*, é composta por quarenta livros escritos ao longo de trinta anos, muitos dos quais não chegaram aos nossos dias a não ser por fragmentos. Diodoro não é um autor muito apreciado na historiografia do século XIX por ser considerado um copista, pouco original em seus escritos. No entanto, mesmo esse fato é interessante para nós, e seus relatos sobre as Amazonas são, ainda mais, dignos de estudo.

O historiador dedica nove capítulos inteiros – e outras cinco partes de dois capítulos – às Amazonas, ao longo dos livros II, III, IV e XVII. No capítulo 44 do livro II, Diodoro fala sobre a derrota dos persas pelos citas, da execução do rei persa Ciro pela rainha da Cítia, e fala que a partir de então o povo das Amazonas se organiza, dando a entender que essas mulheres são um povo de origem cita. No capítulo 45, escreve que nas terras em torno do rio Termodonte – localizado no que atualmente é a Turquia, desaguando no Mar Negro –, vivia um povo governado por mulheres, onde elas e homens atuavam como guerreiras/os, até que uma de suas rainhas, com um exército somente de mulheres, obriga os homens a exercer somente os ofícios domésticos, mutila braços e pernas dos meninos para que ao crescer eles não sejam capazes de se rebelar, e o seio direito das meninas, para que não se desenvolva e não atrapalhe no manuseio de armas. Na sequência, Diodoro atribui a essa rainha a fundação da cidade de Temiscira, e cita sua morte heroica em uma batalha. No capítulo 46, o autor conta a vida da filha

desta rainha, e escreve que muitas gerações após sua morte, quando elas já eram muito conhecidas no mundo habitado, Hércules foi incumbido por Euristeu de conseguir o cinturão da rainha das Amazonas, Hipólita. Para isso, o herói destrói o exército das Amazonas. Vendo que elas estavam vulneráveis, os povos bárbaros (βαρβάρους) que elas haviam subjugado se voltam contra elas, ocorrendo sucessivas guerras, de forma que, segundo o autor, elas deixam de existir. Diodoro Sículo prossegue com a história da rainha Pentésiléia, filha de Ares, última Amazona a se destacar dentre seu povo, no contexto da Guerra de Troia, e finaliza escrevendo que, ao longo do tempo, conforme escritores recontam as proezas das Amazonas, as histórias antigas sobre elas são consideradas fictícias.

No livro III, no capítulo 52, Diodoro retoma o tema das Amazonas, contando a história, desta vez, de um povo de Amazonas situado na Líbia. Segundo ele, estas viveram muitas gerações antes daquelas do Termodonte, e são pouco conhecidas. Cita outros povos de mulheres guerreiras na Líbia como as Górgonas, derrotadas por Perseu. No capítulo 53, descreve-as como um povo governado por mulheres em que elas participavam dos exércitos por um tempo determinado, conservando sua virgindade. Após esse período casavam-se, mas continuavam a vida pública. Os homens assumiam os afazeres domésticos e cuidavam das crianças. Da mesma forma, o seio das meninas era cauterizado. A seguir, descreve a ilha Héspera, onde elas vivem. No capítulo 54, fala sobre sua rainha, Mirina, e descreve as conquistas das Amazonas contra os atlantes e seu embate com as Górgonas, sob seu governo. No capítulo 55, descreve a jornada de Mirina com as Amazonas ao Egito, e sua expedição militar pela Arábia, Síria, Tauro, Frígia, e a edificação de cidades por onde passavam. Cita a dominação da ilha de Lesbos, a consagração de Mirina à Mãe dos Deuses na Samotracia/Samos, sua volta ao continente e, por fim, sua morte pelo trácio Mopso e pelo cita Sípilo, bem como da maioria das outras Amazonas. Assim, após repetidas derrotas, as Amazonas voltam a Líbia e não mais se envolvem em expedições.

Ainda no livro III, no capítulo 71, nas partes 3 e 4, Diodoro Sículo conta como Dioniso recruta soldados de Nisa, e também líbios e Amazonas,

para lutar contra Cronos na Titanomaquia. Elas concordam com a aliança por causa de Atena, com quem têm em comum bravura e virgindade. O exército é dividido: homens com Dioniso e mulheres com Atena. Cronos é ferido e Dioniso vence.

Diodoro Sículo, ao falar sobre os trabalhos de Hércules no livro IV, fala sobre o nono trabalho no capítulo 16. Tendo vencido as Amazonas e conseguido o cinturão de Hipólita, Hércules dá a Teseu a Amazona Antíope. No capítulo 28, o autor fala sobre o ataque das Amazonas a Atenas em represália pelo sequestro de Antíope. Os citas lutam ao lado das Amazonas. Antíope, mãe de Hipólito, filho de Teseu, luta ao lado dos atenienses e morre heroicamente. As Amazonas são derrotadas e vão para a Cítia viver entre os citas.

Por fim, no livro XVII, no capítulo 77, partes 1 a 3, Diodoro conta como a rainha das Amazonas, Taléstris, foi até Alexandre para gerarem um filho juntos, ao que ele concorda, passando treze dias junto a ela, e enviando-a de volta com presentes.

Continuemos a descrição de fontes apresentando Estrabão, deixando as análises para a sequência. O geógrafo Estrabão é originário da cidade de Amaseia, capital do reino do Ponto, às margens do Mar Negro, e viveu, aproximadamente, entre de 63 a.C. a 20 d.C. Sua família fazia parte da aristocracia local, o que permitiu que, ao longo de sua juventude, ele pudesse viajar pela Ásia Menor, e ser instruído por diversos mestres gregos aristotélicos daquela região. Sua *Geografia* é uma obra composta de dezessete livros que chegaram aos nossos dias inteiramente conservados (exceto o livro VII, em fragmentos). O autor menciona as Amazonas em quatro capítulos ao longo dos livros XI, XII e XIII, mas para este trabalho nos ateremos ao capítulo 5 do livro XI, em que ele desenvolve mais atentamente a história dessas mulheres.

Estrabão localiza as Amazonas no Cáucaso e relata que elas vivem sozinhas e fazem todos os trabalhos do campo e do pastoreio, especialmente de cavalos, que as mais valentes entre elas se dedicam à caça e à guerra, e que cauterizam o peito direito para poder melhor manejar a lança e o arco.

Durante os meses de primavera, se encontram com o povo vizinho, os Gargários, para procriar. Se o bebê nascer menina, elas a criam, se for menino, entregam ao pai. Por fim, Estrabão discute a veracidade das lendas, e considera que, como não é possível que uma sociedade formada somente por mulheres prospere, não acredita que o que é contado sobre elas seja verdade.

A partir da descrição das fontes e da lente conceitual por meio da qual olhamos para o nosso objeto, nossa hipótese é a seguinte: sendo o mito uma narrativa que expressa a ordem ideal da sociedade e inspira – mas também procura ordenar – comportamentos sociais e políticos, acreditamos que o mito das amazonas tem uma função de demarcação de identidade. A relação de “grego masculino” e “bárbaro feminino”, em nosso ver, está relacionada com a *grecidade* ser uma condição adquirida por meio da formação educacional filosófica (HARTOG, 2004). Pensamos que, da mesma forma, como os gregos pensavam o excesso como uma característica feminina e a moderação como um elemento do homem ideal, sendo as Amazonas não gregas, seu comportamento é, portanto, típico de uma mulher. A mulher grega ideal deveria ser capaz, assim, de controlar os excessos que são naturais ao seu sexo, já que estão submetidas a homens dotados de *grecidade*. Mas essa exigência não procede no caso das Amazonas, que são bárbaras, e que submetem os homens com os quais elas convivem.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, apresentamos de forma breve alguns elementos do projeto de pesquisa que viemos desenvolvendo no Mestrado em História na Universidade Federal de Santa Maria. Neste projeto, que culminará na dissertação apresentada ao final do curso, analisamos fontes da Antiguidade a partir de tendências historiográficas mais recentes, como a noção de interseccionalidade entre gênero e identidade, operacionalizadas nas fronteiras culturais.

A partir daqui, tendo formado a base necessária para aprofundar a análise, nos concentraremos no autor Diodoro Sículo, visto que sua obra e seus relatos sobre as Amazonas são bastante vastos e compõem conteúdo

suficiente para a análise em uma dissertação. A partir daí, analisaremos a relação de mito e história em sua obra, a relação do autor com o contexto, questões de gênero e identidade no contexto do século I a.C., e o que Diodoro Sículo fala sobre homens e mulheres gregos/as e bárbaros/as em sua obra, de forma que possamos compreender como as Amazonas se inserem em como ele apresenta questões de gênero e identidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAIS

DIODORO DE SICILIA. **Biblioteca Histórica: Libros I-III.** Introducción, traducción y notas de Francisco Parreu Alasà. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

DIODORO DE SICILIA. **Biblioteca Histórica: Libros IV-VIII.** Introducción, traducción y notas de Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Editorial Gredos, 2004.

DIODORUS SICULUS. **Diodorus of Sicily in Twelve Volumes with an English Translation by C. H. Oldfather.** Vol. 4-8. Cambridge, Mass.: Harvard University Press; London: William Heinemann, Ltd. 1989.

ESTRABÓN. **Geografía: Libros XI-XIV.** Introducción, traducción y notas de M.^a Paz de Hoz García-Bellido. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

BIBLIOGRÁFICAS

ECKHART, Tammy Jo. **An author-centered approach to understanding amazons in the ancient world.** Tese Ph.D. em História defendida na Universidade de Indiana, 2007.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERREIRA, José. A pólis grega. In: **A Grécia Antiga.** Lisboa: Ed. 70, p. 13-39, 1992.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, pp. 263-274, jul./dez. 2008.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, 1995, p.71-99.
- SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. **Cadernos Pagu**, 23, jul./dez. 2004, p. 11-54.
- SILVA, Semíramis Corsi. **O Império Romano do sofista grego Filóstrato nas viagens da *Vida de Apolônio de Tiana* (século III d.C.)**. Tese de Doutorado em História. Franca: UNESP, 2014.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **O Mundo de Homero**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia Antiga**. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

A PERSONAGEM DE EDÍCIO NO DISCURSO LAUDATÓRIO DA *EPÍSTOLA* 3.3 DE SIDÔNIO APOLINÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIDADE LITERÁRIA DAS IDENTIDADES POLÍTICO- CULTURAIS EM PROCESSOS DE DISPUTAS TERRITORIAIS (SÉCULO V EC)

GABRIEL FREITAS REIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
GREISO243@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Este trabalho debruça-se sobre uma periodicidade que, à despeito de controvérsias sobre como denominá-la, optamos por chamar de Antiguidade Tardia. Mais especificamente, o nosso trabalho centra-se na segunda metade do século V EC e, em sentido espacial, na região da Arvêrnia (ainda hoje com este nome, França), na Gália romana, na província da Aquitânia Prima.

A Antiguidade Tardia foi um período de descentralização política na região mediterrânea, tanto nas terras governadas pelo Império Romano quanto em outras, controladas por outros Estados imperiais (SHAW, 1999, p. 134-135). Isso é observável já no século III EC, quando da chamada Anarquia Militar, porque ao longo de quase toda segunda metade do dito século, diversos focos rebeldes de poder militar surgiram pelas regiões provinciais do Império Romano, e diversos homens, e até Zenóbia, princesa de Palmira, usurparam o título do *princeps* imperial, declarando-se Augustos e formando Estados rivais. Na sequência de tal período, começou a desenhar-se, sobre o Império Romano, uma divisão dele

em duas metades, uma ocidental e outra oriental (FRIGHETTO, 2012, p. 55-132). No século V EC, a parte ocidental, o Império Romano do Ocidente, pouco a pouco, desintegrou-se por completo, e devido ao poder de diversos grupos políticos, como povos germânicos e alanos, e imperadores usurpadores (FREITAS, 2008, p. 54-182). É um desses casos que pretendemos investigar no presente texto.

O autor da obra que utilizamos como fonte documental, Sidônio Apolinário, nasceu na cidade de Lugduno (atual Lyon, França), a capital da província da Gália Ludgunense Prima, acontecimento que se deu, provavelmente, no ano de 432 (VAN WAARDEN, 2009, p. 10). Membro da família dos Apolinários, uma das mais politicamente influentes das da Gália do século V EC, era, por parte de mãe, pertencente à casa arvernesa dos Ávitos, com a qual ele estreitou seus laços quando de seu casamento (DALTON, 1915, p. XI-CLV; KINDLER, 2005, p. 21). De sua constituição intelectual, sabemos que ele estudou gramática e retórica, formou-se em filosofia e aprendeu a fé cristã com a família (KINDER, 2005, p. 21-22).

Foi nessa época, em algum ano entre 452 e 455, que Sidônio Apolinário se tornou genro do patriarca dos Ávitos: Epárquio Ávito. O casamento de Sidônio Apolinário com Papianila rendeu-lhe uma propriedade rural chamada *Avitacum*, que ficava nas margens do lago Aydat, na Arvêrnia (KINDLER, 2005, 21-22).

Foi nesse contexto que Epárquio Ávito associou-se politicamente com Teodorico II (453-466), o então rei gótico de Tolosa¹ (atual Toulouse, França). Tal aliança possibilitou que Ávito (455-456) se tornasse imperador romano. Essa ascensão política teve longo efeito na vida de Sidônio Apolinário, cuja carreira, iniciada no governo de seu sogro, transcendeu a esse, encontrando seu apogeu com a ocupação de importantes cargos oficiais

.....
1 Desde 418, um dos grupos godos transrenanos governavam terras na região do Sudoeste da Gália, inicialmente concentradas na província da Aquitânia Secunda, mas expandindo-se, depois, vastamente sobre o resto da região da Aquitânia bem como sobre a Hispânia (WARD-PERKINS, 2005, p. 28-29).

republicanos² e com recebimento de importantes títulos de nobreza durante o governo do imperador Majoriano (457-461) e, sobretudo, durante o governo do imperador Antêmio (467-472).

Ao final de sua carreira política, Sidônio Apolinário tornou-se bispo da Arvéria, cuja sede episcopal ficava no ópido de Augustonêmeto (atual Clermont-Ferrand, França), próximo à sua propriedade de *Avitacum* (KINDLER, 2005, p. 21-25).

Foi enquanto bispo que Sidônio Apolinário liderou a resistência de Augustonêmeto ao cerco empreendido à tal fortificação por outro rei gótico de Tolosa, Eurico (466-484). A quebra do tratado de federação por parte do último para com o governo republicano e a anexação de toda a Aquitânia Prima, com exceção da Arvéria, pelo Reino de Tolosa deram-se entre 469 e 470. A Arvéria, não obstante, permaneceu sob certo de 471 a 474, quando finalmente foi cedida aos poderes de Eurico (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 7.1*; VAN WAARDEN, 2009, p. 16-24)

O documento que usamos como fonte histórica para realizar este trabalho advém de uma coletânea de cartas publicadas por Sidônio Apolinário: o chamado *Epistolário*, um conjunto de nove livros que contém, ao todo, cento e quarenta e sete epístolas artísticas, com cento e quarenta e seis de autoria sidoniana e uma de autoria de Claudiano Mamerto, que foi um nobre/clérigo romano da Gália que ocupou o cargo de bispo de Viena (atual Vienne, França). As temáticas dessas cartas variam entre orações, avisos e admoestações, e, ainda que baseadas nos estilos de Plínio, o Jovem, e de Símaco, destacam-se pela complexidade da linguagem que trazem, que explora ao máximo as possibilidades da Língua Latina.

.....
2 Utilizaremos a terminologia Império Romano para tratar do que foi historicamente o mundo mediterrâneo conquistado por Roma, isto no que diz respeito às mudanças históricas ocorridas nas diversas regiões governadas pela Itália, num sentido que transcende o governo romano burocratizado propriamente dito. Contudo, utilizaremos o termo República para tratar do Estado romano propriamente dito, pois ainda que a historiografia tradicional considere que a República Romana tenha acabado em 29 AEC, essa ideia não estava presente no período por nós estudado, e o nosso autor utiliza a palavra *republica*, mostrando que Império e República não eram conceitos mutuamente excludentes na época, sendo isso uma construção histórica conceitual moderna.

Este trabalho foi feito a partir da *Epístola 3.3* do *Epistolário* sidoniano. O destinatário de tal carta é Edício Ávito, cunhado de Sidônio Apolinário por ser irmão da esposa do autor. Tal homem atuava como como magnata³ em seu contexto. A *Epístola 3.3* é um discurso laudatório para o próprio Edício. Nela, o nosso autor elabora uma composição retórica que ressalta a forte ligação afetiva entre Edício e a Arvénia: a terra natal dele.

No trabalho aqui desenvolvido, objetivamos analisar, primeiramente, o papel, ativo e passivo, da literatura epistolar e de sua retórica no contexto político que a produziu. Mais precisamente, aterntar-nos-emos para que tipos de interesses motivaram a elaboração da *Epístola 3.3* por Sidônio Apolinário e, do mesmo modo, qual o potencial de influência da carta em sua realidade contextual.

Para além disso, pretendemos entender o significado político da posição de Edício, enquanto líder militar, na Gália da segunda metade do século V EC. Num sentido mais específico, queremos desvendar quais foram as circunstâncias estruturais que legaram a Edício o poder bélico-político que a *Epístola 3.3* mostra que ele tinha, e, em sequência, quais eram os anseios últimos dele e de Sidônio Apolinário ante a Arvénia, considerando o máximo nível de poder que a estrutura na qual eles se inseriam possibilitaria que eles obtivessem.

Por fim, desejamos saber qual era o nível de influência, na esfera do poder, do fenômeno das identidades político-culturais presentes no contexto. Ou seja, almejamos analisar o discurso sidoniano para pensar a respeito de até que ponto as identidades político-culturais com as quais ele lidou se manifestavam como algo incômodo na perspectiva do sucesso de seus objetivos e, em contrapartida, até que ponto ele foi capaz de fazer do fenômeno um aliado seu, que contribuísse para a concretização de seus interesses últimos.

Dos conceitos que usaremos para formar o nosso panorama teórico-metodológico deste trabalho, podemos começar por definir *identidade*,

.....
3 Os magnatas eram os herdeiros do poder militar romano no âmbito gaulês do final do século V EC, e tinham suas potencialidades bélicas baseadas nas lideranças dos bandos armados nos quais se transformou o que restou do exército republicano romano da região gaulesa (BACHRACH, 1972, p. 15).

para o que usaremos a ideia proposta por Stuart Hall (2002), acreditando que ele seja o autor que melhor explica o fenômeno tal como o entendemos, isto é, dentro de uma perspectiva que possa explicar as identidades a partir da forma como elas se apresentam em nosso objeto de estudo.

A essência das ideias de Stuart Hall (2002, p. 59) a respeito das identidades pensa-as em função de situações relativas ao mundo atual. Suas conclusões, no entanto, criticam as formas nas quais as identidades vêm sendo afirmadas ao longo da história, e isso não só no que diz respeito às identidades culturais como também no que diz respeito às identidades étnicas, familiares, institucionais, de classes, de grupos e de gêneros. O autor diz que as formas tradicionais legitimadoras das identidades são a-históricas, unificadoras e homogeneizantes. Em contraposição a isso, propõe que as identidades não são algo permanente através do tempo, mas funcionam como um processo de identificação, uma articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção (HALL, 2002, p. 106). No conceito de identidade de Hall (2002, p. 108), não há um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir um pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras. Para ele, as identidades estão sujeitas a uma historicização radical.

Outro importante conceito que utilizaremos para a composição deste trabalho é o de *território*, cuja noção que aqui evocamos é proposta por Marcos Lopes Souza (2008), que acredita que os territórios são projeções espaciais de ideias, que usam de fatores visíveis para se definirem de maneira tangível; fatores visíveis esses que mudam à medida que mudam também as ideias definidoras do território, isto é, ideias de projeção espacial. Assim, o aspecto conceitualmente definidor de um território é “o exercício do poder” (SOUZA, 2008, p. 62).

As ideias de Souza funcionam com o intuito de emancipar o território do solo. Para ele, um Estado pode ter outros Estados dentro dele, mesmo que uns não reconheçam aos outros: as projeções de ideias territoriais podem interpenetrar-se, o que se deve ao fato de que um território não é natural e nem condicionado a nada tangível, sendo qualquer definição

nesse sentido sempre arbitrária (SOUZA, 2008, p. 62-63). Na lógica dessa conceituação, Souza (2008, p. 64) acha necessário enfatizar que o território não é, por si só, material, mas conserva uma dimensão material manifestada no momento em que uma projeção territorial é expressa na natureza. Assim, a materialidade influencia no formato físico do território, mas sem que o seja. Diversos são os motivos que podem influenciar poderes políticos a projetarem territórios para um lado ou para outro, mas o território não está, de antemão, condicionado a nada material, e isso mesmo que tal materialidade influencie no nível de sucesso ou de fracasso das projeções territoriais.

Por último, e para que possamos interpretar a realidade histórica por traz dos discursos que analisamos, lançamos mão do conceito de *representação*, elaborado por Roger Chartier (1991). Tal autor define que as representações são formas de explicação e de organização da realidade por parte daqueles que representam, sendo sempre contraditórias e antagônicas umas às outras (CHARTIER, 1991, p. 66). A partir das elucubrações chartierianas, pensamos as representações retóricas de Sidônio Apolinário como algo que atua no sentido de legitimar suas causas políticas por meio da evocação de uma realidade de forma codificada a partir das premissas da cultura literária vigente em seu contexto, realidade essa que deve favorecer as suas causas em detrimento das causas de seus inimigos políticos.

O POVO DA ARVÉRNIA E O SEU CHEFE LOCAL: ANÁLISE DA OBRA

Abaixo, analisaremos, parte por parte, a *Epístola 3.3* de Sidônio Apolinário para, por fim, tecermos uma conclusão a partir do que propusemos em nossos objetivos. A primeira parte diz:

Jamais houve um tempo em que os meus arverneses desejassem a ti tanto quanto agora, que uma imane dilação por ti os domina, e de fato por múltiplas causas. Primeiro, porque um chefe local em afeto, com razão usurpa para si a terra que o gerou. Depois que somente tu, do teu século quase morto, não era desejado menos por tua pátria do que ela alegrou-se quando tu nasceste. A prova do que foi assertado é que, antes do tempo do puerpério da tua mãe, os cidadãos em comum acordo, todos juntos, velavam a sua gravidez (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.3.1*).

Sidônio Apolinário, aqui, tece uma apologia à usurpação, por Edício, do poder político-territorial sobre a Arvéria, algo que, como poder ser observado, é legitimado com base na dileção que, segundo o autor, os arverneses sentem pelo destinatário da carta: seria justamente por conta da existência de tal sentimento que Edício seria capaz de governar o pequeno espaço da Gália que era o território arvernês. Era como se a Arvéria fosse se tornar um reino como os outros da Gália, que, com excessão do tradicionalmente conhecido como Reino de Soissons, eram todos governados por realezas germânicas. Edício era um magnata, e, nessa posição, liderava uma parte das milícias que, naqueles dias, estavam sendo efetivamente deixadas de lado pelo governo itálico, necessitado de resolver questões ligadas à proteção de tal península, e já sem voltar a atenção à Gália e às outras províncias do território imperial que um dia governara. A Gália estava, rapidamente, transformando-se em um mosaico de pequenos Estados. A Arvéria de Sidônio Apolinário e de Edício seria mais um entre eles.

Na sequência, diz Sidônio:

Omito coisas comuns, mas que não mediocrementemente incitam o coração, como o fato de que aqui foi a gleba na qual, em criança, tu reptaste. Que aqui foi a primeira grama em que pisaste, o primeiro rio em que nadaste, a primeira selva em que te perdeste caçando. Omito que foi aqui que tu jogaste bola, dados, falcão, cão, cavalo e arco. Tu esquecerás que os teus tempos de escola trouxeram uma confluência de estudos literários, e que à tua pessoa todos devem, se eles resolveram abandonar o dialeto (*sermonis*) celta em favor do estilo oratório, em favor de se imbuírem mais ainda do modo eloquente (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola* 3.3.2).

A passagem acima começa com Sidônio citando algumas práticas circunstanciais e algumas atividades de lazer nobres que Edício executou durante a sua infância e adolescência na Arvéria. Ao fazer isso, Sidônio está aproximando, emocionalmente, o destinatário da terra natal dele, deixando, assim, subentendido um compromisso militar de Edício para com tal região. Vemos, aqui, uma situação na qual um discurso persuasivo é composto. Talvez o autor objetive que o destinatário fique tocado com suas palavras ou talvez pense que, quando a carta passar ao domínio público, haverá uma

cobrança por parte da elite gaulesa com relação ao fato de que Edício deveria ser responsável pela proteção de “sua” Arvéria.

Na sequência, Sidônio, de forma elogiosa, relembra Edício em seus tempos de escola, atribuindo a investidas do destinatário o fato dos outros colegas, nobres da mesma faixa etária, terem abandonado o idioma céltico em função do “estilo oratório”: essa expressão é uma antonomásia⁴, que se refere ao idioma latino, falado pelas elites romanas itálicas e provinciais, mas, no contexto aqui observado, somente em ocasiões formais. O que vemos, aqui, é um engenho retórico afirmando algo que só é verdadeiro através de práticas culturais ensaiadas que intentam ratificar uma ideia da qual todos precisam demonstrar-se convencidos. No trecho, contudo, Sidônio deixa essa ideia oculta nas entrelinhas, fazendo com que, superficialmente, pareça que Edício fez com que seus colegas abandonassem seu idioma original e passassem a falar outro, civilizado. A civilidade (*civilitas*⁵) de Edício, no contexto, afirmando de forma metonímica por meio de sua adesão ao idioma latino, é um elogio a ele, que se deve ao fato de ele ser aliado político-militar de Sidônio. Essa civilidade e essa aliança militar podem ser ilustradas pela passagem seguinte:

A principal coisa que fez o afeto universal deles por ti ascender, foi que tu fizeste deles latinos, e nunca lhes permitiu recaírem a bárbaros. Não pode, pois, desaparecer da memória de nenhum cidadão dos que te viram, no inesquecível dia glorioso, que uma multidão de variadas ordens, sexos e idades saíram dos muros semirrotos para te ver cruzar o espaço entre nós e o inimigo, com a tua pequena comitiva montada, entre milhares de godos; não menos distante do que o meio do campo (no que a posteridade dificilmente estará crente) transitaram (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.3.3*).

O que explicamos anteriormente, aparece na passagem acima de modo mais explícito. Aqui, Sidônio afirma abertamente que Edício, ao afastar seus compatriotas da barbárie, tornou-os latinos. Por trás do discurso, vemos que

.....
4 Substituição de uma palavra por outra, ou por uma locução, que seja alegórica à primeira palavra.

5 De acordo com João Paulo Pereira Coelho e José Joaquim Pereira Melo (2012, p. 2-8), autores como Cícero e Sêneca, em suas obras, utilizam a terminologia *humanitas* para se referirem ao que podemos traduzir por civilidade. Sidônio Apolinário, em passagens como a *Epístola 1.2.1*, fala em *civilitas*. Neste trabalho, interpretamos *humanitas* e *civilitas* como sinônimos.

o destinatário da epístola pode ter sido um aluno dedicado e incentivador dos outros colegas no aprendizado da demonstração do *ethos* itálico. Mas o que é verdadeiro é que esse discurso enfatiza fortemente a ideia de que cabe a Edício governar os arveneses, porque como diz Greg Woolf (1998, p. 39-40), quando da conquista da Gália, entre o final do século I AEC e o início do século I EC, formou-se um sistema no qual líderes das comunidades gaulesas, adquirindo a cidadania romana, tinham obrigações a nível local, simbólicas e econômicas, no sentido de efetivar o governo romano na Gália. Edício, como falador do idioma latino e hábil nas atividades de levar a *civitas* aos outros arveneses, impõe-se como governante deles.

Na passagem acima há um espaço entre os godos e os “cidadãos”. Esse espaço é um elemento retórico que demonstra, justamente, que os godos não são arveneses e nem os arveneses são godos. É Edício quem, com seus soldados, atravessa esse espaço, o que demonstra que é ele, o destinatário da epístola, que impede que godos e arveneses se encontrem. Isso é o mesmo que dizer que é Edício quem tem a responsabilidade de impedir que os godos conquistem a Arvénia.

Mais pelo rumor do teu nome do que pela tua visão pessoal, o exército exercitado obstruiu-se de torpor: para admiração e espanto dos duques das partes inimigas, que estavam com muitos grupos, tu estavas com poucos. Eles subsumiram toda a sua força para a superfície de uma colina abrupta: preparados para aplicar a ofensa, quando te viram, não ousaram implantar a ação. Tu interceptaste algumas de suas melhores incursões, novíssimas fileiras não ociosas, mas defendendo a traseira, nenhum dos teus certamente foi tão desejado, tu possuíste sozinho uma planície expostíssima, com não mais soldados arriscando defendê-la de ti do que, costumemente, convivas numa mesa (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola* 3.3.4).

Não pode faltar a um líder de Estado tardo-antigo a demonstração das capacidades bélicas, como bem demonstra Brent Donald Shaw (1999, p. 136). A hiperbólica⁶ passagem acima vem para mostrar isso. O simples nome de Edício é capaz de espantar os líderes militares góticos, mesmo que, em suas tropas, eles contem com muito mais soldados do que o destinatário

.....
⁶ Chama-se *hipérbole* a figura de linguagem de define o exagero literário.

da epístola sidoniana. Com efeito, é dispendo desses mesmos poucos soldados que Edício, ao obter sucesso na aplicação de suas estratégias, consegue derrotar os numerosos soldados góticos.

Na sequência da epístola, Sidônio escreve:

A imaginação pode ver melhor do que as palavras descrevem as procissões oficiais em direção a ti, as saudações, os gritos, os aplausos, quando tu vieste vagarosamente em direção à cidade. Os pátios de tua espaçosa casa estavam cheios, eles viam o teu feliz retorno como uma verdadeira ovação: alguns ali tomam a tua poeira aos beijos, outros suspendem as rédeas pingando sangue com espuma, outros ordenam as várias selas suadas do cavalo, alguns retiram para ti o vínculo da lâmina flexível da bochecha do capacete, outros desamarram as ataduras de tuas pernas, outros contam os dentes das matanças e abates nas laterais da espada, outros medem com os dedos trêmulos os cortes feitos em couraças por impulsos de pontas. A multidão dançava com prazer com os teus muitos camaradas que tripudiavam, entretanto, todo o peso da alegria popular pairava sobre ti, mas tu não sairias dos braços que te envolviam: nomeadamente elegante, sofrias as ineptas congratulações; e meio roto pela multidão tumultuosa que corria para te abraçar, em condições acessíveis, interpreta esse amor público, já que aqueles que estavam mais seguros da tua graça, tomaram as mais injuriosas liberdades (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.3.5-6*).

Acima, vemos uma demonstração apaixonada de reverência e submissão para com Edício por parte dos arverneses, gratos por terem sido salvos dos godos de Tolosa. Quando Sidônio narra esse processo de recepção de Edício, chegando vitorioso da batalha em Augustenêmeto, ele associa, novamente, os arverneses à liderança de Edício. Cada oração da passagem acima demonstra isso, desde o carinho insistente e exagerado do povo para com quem o governa até a sabedoria desse governante em relação a não fugir de uma demonstração insistente de amor público.

Em seguida, Sidônio escreve:

Calo-me, então, de que tu recrutaste com privada virtude uma espécie de exército público, e com poucos recursos auxiliares externos de nossos maiores, e impuseste, às hostes inferiores, castigos ante a audácia que ultrapassava os limites. Calo-me sobre os ataques surpresas que aniquilaram aqueles esquadrões, com a perda de apenas dois ou três homens do teu lado: e tantas calamidades tu infligiste ao inimigo por esses ataques inesperados, que eles recorreram a um plano disforme para esconder suas numerosas perdas. Decapitaram todos os cadáveres que eles podiam

enterrar nas curtas horas da noite: esquecendo, em suas tentativas de evitar a identificação de sua morte, que o tronco os trairia tão bem quanto um corpo inteiro (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola* 3.3.7).

Essa passagem, ao citar que Edício reuniu um exército público com sua virtude privada, isto é, com sua própria capacidade política, revela, de forma mais clara, a intenção de Sidônio de mostrar Edício como um monarca da Arvéria. O fato de ele dizer que as forças bélicas de Edício foram recrutadas sem o auxílio dos maiores, isto é, da República e do *princeps*, vai de encontro à questão da descentralização militar típica do Império Romano tardo-antigo. É como se a Arvéria pudesse ser um reino governado por Edício, o rei, que a manteria protegida da ameaça gótica.

Estamos, com isso, diante de um discurso laudatório que, em alguns aspectos de sua linguagem, lembra os panegíricos que Sidônio escreveu para os imperadores por ele homenageados com tais obras: Ávito, Majoriano e Antêmio. Sidônio, no caso aqui, agiu no mesmo sentido que agira quando da composição dos panegíricos, ou seja, legitimando, numa dimensão literária, um quadro político verificável historicamente. Não era uma atividade passiva, mas uma necessidade da época, como ainda é hoje, que resoluções políticas apareçam em retóricas linguisticamente bem articuladas para que sejam respeitadas e/ou consideradas legítimas.

É observável que, no discurso, primeiro o autor enfatiza o *ethos* civilizado do destinatário e, mais adiante, critica a atuação política itálica. Ou seja, na lógica retórica sidoniana, o poder itálico não está associado à *civilitas*, podendo um líder militar rebelde ser honrado com elogios que observam, nele, essa *civilitas*; do mesmo modo, outros, como o próprio imperador, poderiam receber críticas que os afastassem das capacidades de gestão pública do Estado sobre o qual se intitulavam governantes.

E a epístola continua:

Com a posterior luz da manhã, perceberam a ruína de sua atitude com toda a vitalidade da crueldade por ela possuída; em seguida voltaram para, por fim, abrir as exéquias, mas a precipitação não disfarçava a fraude mais do que a fraude ocultava o massacre: eles nem sequer sepultaram com um monte de terra tumular temporário

os ossos: eles nem sequer foram vestidos, nem receberam uma vestimenta sepulcral, à mortalha imperfeita correspondia o modo da morte. Os corpos foram trazidos de todos os lugares e empilhados em carroças húmidas: como tu não fizeste pausa no percurso da derrota, eles foram levados para dentro de domicílios apressadamente incendiados, e os fragmentos, caindo sobre eles, formaram sua pira funerária (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.3.8*).

É necessário que se leia a passagem seguinte para que esta, acima exposta, possa ser plenamente apreciada em sentido retórico.

Mas eu estou indo além dos limites justos? O meu objetivo não era tecer toda uma história do teu labor, mas fazer a memória recordar de parte deles, porque ansiamos te ver novamente; para aquela expectativa febril não há nenhuma solução eficaz, a não ser o remédio medicamentoso do teu retorno. Portanto, se as súplicas do povo podem te persuadir, soe o retiro e comece o caminho de casa apressadamente ao mesmo tempo. Desfaça rapidamente a tua perigosa familiaridade com o conselho real; pois o costume especialissimamente comparou-o com uma chama natural, que ilumina as coisas se está remota, queima-as se está bastante próxima. Adeus (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 3.3.9*).

A última passagem revela que Edício está na corte de Tolosa fazendo acordos com a realeza. Provavelmente acordos que seguem no sentido de negociar os termos da inevitável entrega da Arvéria ao poderio de Eurico. Essa seria uma decisão política que muito desagradaria a Sidônio, e por isso ele compôs o discurso laudatório da *Epístola 3.3*, para mostrar a Edício que é possível que a Arvéria seja, como um reino próprio, mantida livre do controle de Tolosa. A *Epístola 3.3.8*, com sua narrativa da desastrosa tentativa gótica de sepultar os seus mortos às pressas para que não pudesse ser visto que os sobreviventes ficaram em número significativamente menor após a derrota a eles imposta por Edício, é escrita no sentido de lembrar ao destinatário o quanto o poder militar dele pode ser superior ao dos godos de Tolosa, podendo, assim também, derrotá-los e manter a Arvéria livre deles para sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas informações, deduzimos que a retórica sidoniana observada na *Epístola 3.3*, proponente de uma de uma identidade cultural

arvernesa baseada na natividade, era uma forma de legitimar um poder monárquico de Edício sobre a Arvéria.

Outra observação que fizemos na *Epístola 3.3* diz respeito à afirmação sidoniana de que fora o esforço de Edício que fizera com que outros nobres da mesma geração dele e do nosso autor aderissem ao idioma latino no tempo da escola e não retornassem a falar o idioma céltico que fora falado por seus antepassados. Paradoxalmente, no mesmo discurso em que Sidônio Apolinário mostra seu cunhado como um monarca arvernês nativo e identificado com a sua terra natal, ele mostra-o como um impulsionador da civilidade gaulesa. Dessa forma, o nosso autor vincula, culturalmente, a Arvéria à Gália, vinculando a Gália, por sua vez, ao Império Romano do Ocidente por inteiro. Isto vai de encontro ao que explicamos sobre o historiador Greg Woolf (1998, p. 54-74) dizer que, já no tempo da conquista da Gália por Roma, a adesão à *humanitas* legitimava o poder dos líderes comunitários gauleses sobre os pobres. A novidade a ser observada aqui em relação às ideias de Woolf é que na época de Sidônio Apolinário e de Edício esse tipo de discurso ainda se mantinha vivo.

O poder militar de Edício vinha de suas atividades como magnata, e, enquanto bispo e governador religioso da Arvéria, o nosso autor precisava do apoio de seu cunhado para manter os latifúndios da região livres da cobiça gótica. A profundidade dessa situação pode ser observada por meio do fato de que a Igreja era a principal retentora de latifúndios do período, portanto Sidônio Apolinário, o bispo, e sua gente seriam os mais afetados se a Arvéria fosse conquistada pelos godos e as propriedades rurais da região tivessem de ser divididas com os soldados góticos por meio do sistema de aquartelamento militar. Essa observação mostra-nos que era em função de interesses próprios que Sidônio Apolinário agia: ele e Edício estavam empenhados em defender o espaço arvernês não para os itálicos, mas para si próprios. É o mesmo que dizer que o remetente e o destinatário da *Epístola 3.3* queriam os godos longe de suas terras não por aversão a germânicos e/ou em proteção de interesses republicanos, mas em função de interesses familiares. Essa conclusão é tão verdadeira que o nosso autor ousou incentivar a

usurpação do poder republicano sobre o uma parte do território gaulês por um cidadão local.

Ademais, deduzimos que o insucesso de Edício em sua rivalidade bélica com os godos de Tolosa se deva a que, provavelmente, ao passo que os soldados que lutavam sob Eurico eram pagos com *hospitalitas*⁷, aqueles que lutavam sob comando de Edício eram pagos com anona⁸; isso teria feito com que Eurico recebesse a lealdade de mais guerreiros do que Edício.

Para que fique clara a nossa dedução acima, explicamos que, segundo Wolfgang Liebeschuetz (1993, p. 266), já desde os primórdios do século V EC, o exército romano-ocidental foi sendo composto, cada vez mais, por soldados de origem estrangeira: germânica, hunna ou alana. Sabemos, a partir de Dominique Barthélemy (2010, p. 31), que era prática militar entre germanos que os soldados se aliassem aos líderes militares que ofereciam mais prováveis possibilidades de vitórias e/ou de enriquecimento através delas. Através de Ralph Mathinse e Hagith Sivan (1999, p. 2), sabemos que esses costumes estavam presentes ainda na Antiguidade Tardia. É a partir disso que tiramos nossas conclusões expostas no parágrafo anterior.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

SIDÔNIO APOLINAR. **Poemas**. Tradução, introdução e notas de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

SIDONIUS APOLLINARIS. **Letters**. Tradução de Ormonde Maddock Dalton, 1915. Disponível em: <http://www.tertullian.org/fathers/#sidonius_apollinaris>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SIDONIUS. **Poems and Letters**. Tradução, introdução e notas de William Blair Anderson. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

.....
7 Acomodação de soldados germânicos em terras romanas por meio de aquartelamento militar.

8 Viveres agrícolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHRACH, B. S. **Merovingian Military Organization 481-751**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1972.
- BARTHÉLEMY, D. **A Cavalaria**: da Germânia antiga à França do século XII. Tradução de Néri Barros de Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.
- COELHO, J. P. P.; PEREIRA MELO, J. J. **A constituição histórica da humanitas latina em Cícero e Sêneca**. Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012.
- DALTON, O. M. Introduction. In: SIDONIUS APOLLINARIS. **Letters**. Tradução de Ormonde Maddock Dalton. 1915, p. XI-CLV. Disponível em: <http://www.tertullian.org/fathers/#sidonius_apollinaris>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- FREITAS, E. C. Entre a *Gallia* e a *Francia*. **Bathair**, v. 8, n. 1, 2008, p. 50-78.
- FRIGHETTO, R. **Antiguidade Tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012.
- GOFFART, W. **Barbarians and Romans, A.D. 418-584**: The Techniques of Accommodation. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Mare Nostrum**, v. 1, 2010, p. 114-127.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 27/06/2019.
- KINDLER, A. L. Introducción General. In: SIDÓNIO APOLINAR. **Poemas**. Tradução, introdução e notas de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005, 7-71.
- LIEBESCHUETZ, W. The end of the Roman army in the western empire. In: RICH, J.; SHIPLEY G. (Orgs.). **War and society in the Roman world**. London; New York: Routledge, 1993.
- MATHINSE, R. W.; SIVAN, H. Forging a new identity: the Kingdom of Toulouse and the frontiers of Visigothic Aquitania (418-507). In: FERREIRO, A. (Org.). **The Visigoths**: Studies in Culture and Society. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999, p. 1-62.

- SHAW, B. D. War and Violence. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P. R. L.; GRABAR, O. (Orgs.). **Interpreting Late Antiquity: Essays on the Postclassical World**. Cambridge: Harvard University Press, 1999, p. 128-167.
- VAN WAARDEN, J. A. Writing to survive: A commentary on Sidonius Apollinaris, Letters Book 7. **The episcopal letters 1-11**, v. 1, 2009, p. 6-58.
- WARD-PERKINS, B. **A Queda de Roma e o Fim da Civilização**. Tradução de Inês Castro. Lisboa: Alêtheia Editores, 2005.
- WOOLF, G. **Becoming Roman: The origin of provincial Civilization in Gaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ST 04
EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO:
RAÇA, GÊNERO, CLASSE E
ENSINO DE HISTÓRIA

COORDENAÇÃO

FERNANDA OLIVEIRA (UFPEL)

SHEROL DOS SANTOS (UFRGS)

ESCRavidÃO E ABOLIÇÃO NO BRASIL EM NARRATIVAS DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)

PATRÍCIA DUARTE PINTO
MESTRANDA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-UFPEL
PATRICIADP11@HOTMAIL.COM

RESUMO

Este artigo procura apresentar aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em desenvolvimento no âmbito da História Cultural. O estudo tem como objetivo principal identificar em livros didáticos de História narrativas sobre a escravidão e a Abolição no Brasil, que possam ter contribuído para a constituição de representações negativas sobre o papel social dos negros libertos. Dessa maneira, pretende-se apontar reflexões teóricas a partir da discussão historiográfica acerca do livro didático e da escravidão no Brasil, bem como indicar o método de análise das narrativas didáticas.

Palavras-chaves: Escravidão – Abolição – Livros didáticos.

INTRODUÇÃO

No período pós-abolição a história da Escravidão não era um assunto que deveria ser priorizado no Ensino de História e em livros didáticos, ao contrário, procurava-se silenciar os fatos referentes a esse assunto. O autor João Von Franckenberg, por exemplo, em sua obra História do Brasil (1913), embora abordasse um tópico sobre o assunto “Quilombo dos

Palmares”, destinou apenas um parágrafo no texto para tratar da temática e ainda assim utilizou-se de sua narrativa para expressar a suposta “periculosidade” que apresentavam os negros à sociedade brasileira.

Em pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de História Licenciatura, constatou-se que as narrativas veiculadas em manuais didáticos acerca da escravidão apresentavam inúmeros estereótipos sobre os negros e discursos reducionistas sobre o sistema escravagista. Quando trata-se da Abolição da escravidão as narrativas apresentavam um enaltecimento a Princesa Isabel, apontando-a como a principal responsável pela libertação dos escravizados, destacando qualidades a ela como sendo uma mulher de caráter generoso e bondoso. De maneira geral, tem-se como hipótese que as narrativas estavam ligadas ao interesse do Estado brasileiro no nacionalismo e acabaram por consequência contribuindo para a construção de uma cultura racista que ao longo do tempo foi sendo desenvolvida em nossa sociedade.

Ao utilizar o livro didático como fonte de pesquisa, o consideramos também como importante objeto de estudo para compreender questões sobre o ensino ao longo da História da educação brasileira, por meio dele são consolidadas e disseminadas determinadas memórias históricas que acabam marcando gerações inteiras que passaram pela escola. Nas narrativas de livros didáticos é possível identificar as abordagens privilegiadas e silenciadas pelos autores e editores. A produção e circulação dos livros didáticos nos permite analisar inúmeras questões, entre elas, no caso específico desta pesquisa, a produção historiográfica sobre a escravidão e a abolição da escravidão no Brasil.

O presente trabalho propõe investigar como os livros didáticos de História, publicados entre os anos de 1889 e 1930, abordaram os conteúdos sobre escravidão e abolição, observando de forma mais específica qual era o papel social atribuído aos negros na sociedade brasileira neste período. Assim como, objetiva analisar se tais concepções e narrativas permaneceram sem alteração até o final da Primeira República, ou se sofreram alterações em suas abordagens.

O recorte temporal da pesquisa (1889-1930) se justifica por duas questões específicas. A primeira está relacionada a História do Ensino de História e aos estudos que tratam da construção da História como disciplina escolar. Conforme Schimidt até 1931 ocorreu a construção do código disciplinar da História no Brasil, que tem como marco a inserção do conteúdo de História no currículo no Colégio D. Pedro II, e assim, a constituição da História como disciplina escolar. A segunda questão está relacionada a um período específico da História do Brasil que é denominado pós-abolição, momento após a libertação dos escravizados através da promulgação da Lei Áurea (1888).

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitará que identifique-se o espaço destinado ao ensino sobre a escravidão e a abolição da escravatura em livros didáticos de História. A análise das narrativas divulgadas nesses suportes didáticos possibilita compreender o papel social atribuído aos negros na sociedade brasileira após a abolição, e a construção da representação social desses indivíduos. Ao problematizar os livros didáticos como uma fonte de pesquisa é preciso apontar que, de maneira alguma, apresentam neutralidade e são imparciais, pois veiculam dada ideologia, que na maioria das vezes é uma reprodução dos valores e conceitos dos setores dominantes da sociedade, em determinado período histórico. Desta forma, é possível encontrar discursos em livros didáticos de História que privilegiem a visão de uma sociedade elitista e excludente, que muitas vezes procura inibir o papel das minorias sociais, tais como os negros escravizados em um processo histórico importante, como a Abolição. A pesquisa será direcionada a realizar uma análise acerca do conteúdo do livro didático, no qual será contextualizado o período em que foram produzidas as obras, assim como aspectos sociais e educacionais que insidiam na produção do material didático.

Para o desenvolvimento desta pesquisa será utilizado para a análise as obras didáticas disponíveis nos seguintes acervos: Acervo do *HISALES* (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares), ligado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas; Acervo do LEH (Laboratório de Ensino de História)- Universidade Federal de Pelotas;

Acervo do Centro de Documentação (CEDOC)- Universidade Federal de Pelotas ; e Laboratório de Ensino e Material Didático (Lemad)- Departamento de História – FLCH/USP.

A PROBLEMATIZAÇÃO DA FONTE: LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

O livro didático tem sido muito importante para compreender diversas questões sobre o ensino ao longo da História. Em suas dimensões o livro didático se constitui como um objeto de memória e como formador de identidades, que evidencia saberes já consolidados, aceitos na sociedade como narrativas atualizadas da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum (FONSECA, 2011, p.73). Desta forma, é possível por intermédio de livros didáticos de História notar as relações entre política, cultura e ensino, pelas representações construídas, oportunidade no qual pode ser analisado o papel de determinados acontecimentos históricos como a Escravidão e a Abolição.

Segundo Fonseca (2011), até meados do século XX a produção historiográfica brasileira era definida como tradicional, geralmente chamada de positivista, e conseqüentemente os livros didáticos acompanhavam esta tendência de enaltecimento da nação e dos grandes heróis brasileiros, procurando muitas vezes dar enfoque a assuntos como a Guerra do Paraguai, buscando despertar o espírito patriótico da população brasileira.

Assim é importante destacar que livro didático é um instrumento pedagógico “inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas dos métodos e das condições de ensino de seu tempo” (CHOPPIN, 1993, p.19). Esse recurso didático também é responsável pela elaboração de métodos de ensino para o professor, apresentando não apenas os conteúdos das disciplinas escolares, mas de que maneira o conteúdo deve ser ensinado.

Tem-se como perspectiva abordar nesta pesquisa, abordagens acerca da escravidão e abolição, observando a história da disciplina de História, na qual o livro didático é indicador tanto da permanência, quanto de

silenciamentos de determinados assuntos históricos. Por esse ângulo são exemplares os trabalhos que as autoras Bittencourt (1993; 2007) e Fonseca (2011) realizaram, nos quais se dedicaram a estudar a história do Ensino de História para questionar as significações do currículo escolar da História.

Portanto, compreende-se que para analisar um conteúdo da disciplina de História é preciso deter-se na história dessa disciplina e em seus aspectos ao longo do tempo, considerando o que essa disciplina historicamente representou e representa para a sociedade. Assim, é importante fazer uma revisão acerca do processo histórico da disciplina de História, que surge no século XIX, e analisar os diversos interesses sobre ela, principalmente a partir do proveito do Estado brasileiro.

Segundo Kátia Abud (2013), a disciplina de História surgiu juntamente com a História acadêmica. No ano de 1838 foi criado o Colégio D. Pedro II e também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O Colégio foi criado para formar os filhos da elite da Corte do Rio de Janeiro e prepará-los para exercerem cargos de poder, enquanto cabia ao IHGB organizar e zelar pela história nacional, no intuito de dar uma identidade à nação brasileira e “formar, através do ensino de História, uma ciência social geral que (ensinasse) aos alunos, ao mesmo tempo, a diversidade das sociedades do passado e o sentido de sua evolução” (FURET apud ABUD, 2013, p.30).

Livros didáticos do século XIX eram escritos por autores que eram professores do Colégio Dom Pedro II e membros do IHGB. Esses docentes não possuíam formação pedagógica, sendo que só a partir das décadas de 1870 e 1880 é que surge uma nova geração de autores que possuíam alguma experiência pedagógica (XAVIER; CUNHA, 2011). Na historiografia, o IHGB, através da publicação da revista do IHGB e sua participação na produção de livros didáticos, influenciava a sociedade brasileira. O Instituto também possuía uma grande visibilidade, atuando dentro do Estado com cargos políticos.

Na Primeira República (1889-1930) a educação destinava-se a elite brasileira, desta forma não havia uma preocupação por parte dos autores de livros didáticos de fazer menção às minorias sociais. Obras do final do

século XIX e início do século XX foram permeadas pelo ideal proposto pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no sentido de dar uma identidade a nação brasileira, escritas especialmente para o ensino das crianças mais ricas, única classe favorecida pela educação no período. A produção do conhecimento histórico durante o século XIX e início do século XX deu-se através do IHGB que foi marcado pelo debate em torno da questão racial na formação do Brasil. O IHGB promoveu um concurso de como deveria ser escrita a História do Brasil, do qual foi vencedor Karl Philipp Von Martius, com a monografia sobre a influência e o papel das três raças na História, o que terá exercido grande influência na produção didática de diversos autores. No final do século XIX, numa sociedade pós-abolição, o negro foi analisado sob a perspectiva eugênica¹.

Na pesquisa concluída para o Trabalho de Conclusão de Curso, em Licenciatura em História, foi realizada uma análise textual sobre a escravidão em cinco livros didáticos, problematizando os textos apresentados com o contexto social do período (1901-1950). Nesta pesquisa percebeu-se que o livro didático de História sustentou-se como um instrumento para organizar, consolidar e justificar uma ideia de nação brasileira no qual os negros possuíam uma pequena participação na História do Brasil. No início do século XX predominava a ideia de que a contribuição dos negros teria sido apenas para a sustentação da economia do país e haviam ideias estereotipadas sobre essas pessoas. A partir da análise das obras didáticas escolhidas foi possível notar em parte como o conteúdo da escravidão fora abordado entre 1901-1950 nos livros didáticos de História. No trabalho constatei que as narrativas sobre a escravidão apresentavam discursos simplistas sobre a história dos negros no Brasil.

João Von Frankenberg em sua obra *História do Brasil (1913)* abordou a temática escravidão sucintamente, entre os inúmeros capítulos que o livro didático apresenta, o autor não destina algum deles para abordar a temática, apenas citava brevemente a “Republica de Negros dos Palmares” no capítulo XV. O autor dá descrições a respeito do Quilombo dos Palmares

.....
¹ Sob esta perspectiva eugênica, são exemplares as pesquisas de Nina Rodrigues (1933 e 1935).

cita o líder Zumbi, mas afirma que a República dos Palmares representava uma ameaça à sociedade brasileira. Sobretudo o autor afirmou que os negros escravizados representavam uma “ameaça” e destacou em sua narrativa a figura do bandeirante Domingos Jorge Velho como grande combatente do Quilombo dos Palmares (PINTO, 2018).

A partir desta análise da obra *História do Brasil (1913)* é possível perceber como os autores de livros didáticos de História ao determinarem os assuntos a serem abordados em seus textos, em meados do século XX, acabaram por privilegiar alguns assuntos da História do Brasil que acompanhavam a tendência de uma história essencialmente militar e política, heroica e exaltadora dos grandes acontecimentos feitos pelas personalidades brasileiras (FONSECA, 2011).

A maioria dos autores ao desejarem exaltar a pátria acabaram por dedicar pouco espaço em suas narrativas para tratar sobre a história dos indígenas e negros no Brasil. Assim, a temática da escravidão no Ensino de História muitas vezes foi silenciada por vários autores devido ao projeto do Estado brasileiro em formar uma nação sobretudo branca, nacionalista e positivista.

O livro didático *História do Brasil (1918)* de Rocha Pombo fora publicado durante a República Velha e destinava-se a uma pequena parcela da população que tinha acesso à educação. Em sua obra o autor até mesmo menciona que os negros escravizados possuíam um “grande vigor humano”, porém menciona o continente africano a um lugar de misérias (PINTO, 2018).

Rocha Pombo em suas narrativas colocava a questão racial em pauta indicando que os negros ao chegarem ao Brasil estavam diante de uma raça superior, que seria a branca. Segundo Moreira (2011), Rocha Pombo compartilhava das ideias de intelectuais de seu tempo. Sendo que mesmo aqueles que lutaram e defenderam a abolição da escravidão, acabavam por justificar esse sistema no Brasil pelo mito da inferioridade racial.

Autores como Rocha Pombo por mais que defendessem o sistema escravocrata como subsistência econômica para o país, não deixavam de

falar sobre o triste destino dos negros no Brasil. O tom dado às narrativas, porém, aproximava-se mais de um discurso piedoso, inclusive nas referências às manifestações da resistência, como a formação dos quilombos (FONSECA, 2011).

No texto de Rocha Pombo é interessante mencionar o fato de que ele cita a Revolução Haitiana como uma grande honra para a raça negra, enaltecendo o “heroísmo” dos negros em um fato importante para a América Latina. Em um momento histórico em que na historiografia a Revolta do Haiti foi silenciada, ressalta-se a importância do autor Rocha Pombo ter mencionado esse episódio em sua narrativa. E isso nos leva a questionar o porquê disto, qual seriam as leituras e a base historiográfica que este autor vinha se apoiando para falar sobre esse assunto.

A partir das fontes essa pesquisa instiga responder outras inquietações, tais como: que história foi contada sobre a escravidão e abolição da escravatura nos livros? Que influências tais narrativas tiveram na constituição de concepções errôneas sobre o papel do negro na sociedade? Que mudanças e permanências podem ser percebidas nas décadas posteriores a abolição da escravidão, sobre esse tema?

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA HISTÓRICA

A pesquisa científica requer certa motivação, e saber como o conteúdo, escravidão e abolição da escravidão, foi sendo inserido nos livros didáticos de História, nas décadas posteriores a abolição da escravidão, despertou grande interesse no período em que fui bolsista do Laboratório de Ensino de História (2017-2018). A partir das pesquisas realizadas sobre a escravidão no Acervo de Livro Didáticos do Laboratório de Ensino de História²

.....
2 Atualmente o acervo conta com cerca de 1.700 exemplares de livros didáticos e paradidáticos da disciplina de História, sendo datados desde o final do século XIX até os dias atuais, abrangendo uma parte significativa da história dessa disciplina escolar. O acervo também conta com 65 exemplares de materiais relacionados com o livro didático que são: Caderno de Atividades e Manuais do Professor. Os livros são utilizados para subsidiar pesquisas, assim como, para auxiliar as práticas de ensino de História realizadas por alunos do Curso de Licenciatura, que os utilizam como auxílio pedagógico.

foi possível perceber a importância das obras didáticas como fonte histórica para compreender concepções historicamente constituídas em nossa sociedade. Contudo, ao realizar o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Uma análise acerca da abordagem sobre escravidão em livros didáticos de História (1901-1950)”, nota-se que pesquisar e utilizar livros didáticos como fonte histórica é bastante desafiador, pois não basta apenas analisar a fonte e descrever o que elas dizem, mas também implica compreender o contexto de produção no qual esse material esteve inserido, a legislação educacional, concepções ideológicas do Estado, as pesquisas historiográficas desenvolvidas no período, entre outros aspectos.

Segundo José d’ Assunção Barros, a matéria prima de pesquisa da História é a “fonte” ou o “documento histórico”. Desta maneira é importante remeter-se às fontes que serão utilizadas na pesquisa “antes de discorrer sobre as metodologias que serão utilizadas para constituí-las em um *corpus* documental definido e para interpretá-las” (2005, p.17).

Os livros didáticos se constituem enquanto produtos de uma determinada época e contemplaram diferentes interesses, particularidades essas que fazem dele um objeto privilegiado para compreender as mentalidades de uma época. Segundo Choppin o manual escolar participa do universo cultural e, portanto, se constitui como um testemunho escrito, ou seja, “representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências” (2002, p.13).

Segundo Bittencourt (2015), o livro didático é também um objeto de “múltiplas facetas”, o qual possui uma natureza complexa que tem motivado o interesse de diversos pesquisadores. Assim, esse objeto levanta diversas questões que provocam encontros e debates acerca da cultura escolar e da História da Educação. Constitui-se também enquanto uma mercadoria, um produto que está ligado à indústria editorial e segue as diretrizes das técnicas de fabricação e comercialização de acordo com as exigências do mercado do qual é destinado. O livro didático como uma mercadoria acaba sofrendo variadas interferências em seu processo de produção e comercialização.

Na estrutura do manual didático interferem vários responsáveis, começando pela figura do editor e dos ilustradores. Como um objeto da indústria cultural é estabelecida uma leitura organizada por diferentes profissionais e não exatamente pelo autor da obra: “Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p.126). Desta maneira torna-se necessário, além de analisar o texto escrito, pesquisar o circuito de produção da obra, qual foi a editora responsável pela produção e quem era o autor responsável pelo texto escrito, entre outros aspectos.

Além de utilizar o livro didático como fonte, também o compreende-se como objeto de pesquisa. Assim, o livro não deve ser tomado em sua transparência, considerando alguns aspectos de sua produção, com as condições técnicas, econômicas, pedagógicas e sociais desse objeto, bem como das viabilidades e limitações que apresenta, nas práticas de seu uso.

Desde o século XIX, os textos e impressos destinados ao ensino são objeto de controle do Estado e, de fato, reproduzem e adequam um modo de organização da cultura escolar, concepções pedagógicas, formas de escolarizar conhecimentos. Portanto, os livros didáticos são objetos por meio dos quais se pode construir a história dos modos de conceber, pelo Estado, a formação ideológica do estudante, bem como dos processos pelos quais a escola constrói sua cultura, seus saberes, suas práticas (Galvão; Batista, 2009).

Assim,

[...] é importante chamar a atenção para o fato de que, mesmo considerado como objeto de investigação, o manual escolar, ao ser pesquisado em qualquer momento de sua história, deve ser problematizado. Um dos maiores riscos das pesquisas que o analisam não o tomando apenas em sua transparência, mas considerando as especificidades [...] é a de realizar um trabalho de natureza predominantemente descritiva. Por isso, a importância e a necessidade de se estabelecerem, como ponto de partida das pesquisas, perguntas centrais, questões fundamentais a que se buscam responder ao longo do trabalho. (GALVÃO; BATISTA, 2009, p.20)

Desta maneira a problematização do objeto de pesquisa é muito importante. Ao analisar as fontes pretende-se realizar não apenas uma

descrição dos textos das obras selecionadas, mas, a partir da análise de conteúdo, perceber a mensagem explícita e implícita veiculada através do texto didático, e que corroborou para construção de determinada representação dos sujeitos libertos. Assim, a pesquisa busca compreender quais representações eram atribuídas aos negros em alguns livros didáticos de História (1889-1930), analisando as narrativas sobre a história da escravidão e da abolição, considerando o contexto em que foram escritas e publicadas.

Nesse sentido, o livro didático de História deve ser tomado também como um objeto de estudo da cultura escolar. Segundo Munakata (2016), o conceito de cultura escolar refere-se não apenas a normas e regras, representações e símbolos, além dos conhecimentos dispostos, mas principalmente, à práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que só ocorrem geralmente na escola. A noção de cultura tende a aplicar-se também a identidades específicas, a comunidades delimitadas, como a cultura negra. O manual didático é um dos itens explícitos da cultura escolar, “é a transcrição do que era ensinado, ou o que deveria ser ensinado em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016). Assim, os livros didáticos constituem-se enquanto um importante veículo de consolidação, seguimento das disciplinas escolares, de mudanças e de divulgação universal.

Esta pesquisa insere-se nos pressupostos da Nova História Cultural, considerando especialmente o conceito de representação desenvolvido por esta geração de historiadores.

Chartier (1990) ao definir a História Cultural diz que essa corrente historiográfica “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p. 16). Dessa maneira, busca-se perceber como as narrativas sobre a escravidão foram construídas, pensadas e dadas a ler em manuais didáticos no período pós abolição e quais foram as representações sobre os sujeitos libertos e sobre o movimento abolicionista dadas à uma sociedade, em um determinado período da história por meio da educação, pois as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as constituem.

Assim, observa-se uma renovação epistemológica do fazer historiográfico por outras maneiras de questionar o passado que possibilitou abranger temas como, por exemplo, a história da leitura, a partir das práticas individuais. Para Chartier (2009), a grande contribuição da Nova História Cultural está presente no conceito de representação, categoria central para esse estudo.

Ao ler as narrativas didáticas, observa-se como sugere Chartier, que as representações apresentam as “matrizes de discurso e de práticas diferenciadas que tem como objetivo a construção do mundo social” (1990, p.18), na constituição das identidades, em especial a dos indivíduos negros, no período escravocrata brasileiro e pós-abolição. Segundo o historiador, as representações podem ser construções determinadas e podem produzir maneiras diferenciadas de interpretação.

Segundo Chartier (1990):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (p. 17).

Perceber a disputa das representações nos manuais didáticos é essencial para essa pesquisa, as relações de poder reproduzidas nas narrativas derivadas das ideologias da sociedade brasileira daquele período histórico.

Segundo Michel Foucault o poder é uma prática social e como tal é constituído historicamente. Em sua obra *Vigiar e Punir* (1987) afirma que o poder não se apoia apenas nas relações sociais institucionalizadas, que tem como pressuposto a propriedade, a localização, a subordinação, para expor a efetividade do poder. Para o filósofo, jamais alguém poderá se colocar fora do poder não existindo limites ou periferia, assim como não existe centro;

as relações de poder são entrelaçadas por outros tipos de relações e podem ser estudadas por meio de seus discursos.

Portanto, a Nova História Cultural trouxe novos paradigmas, dentre eles o de prática e representação. Esse novo gênero também permitiu a ampliação das fontes a serem tomadas pelo historiador como documento, entre elas está a inclusão do livro didático como uma importante fonte documental a ser explorada pelos historiadores.

CONCLUSÃO

Ao selecionar os livros didáticos disponíveis até o momento, encontramos um número considerável de autores que publicaram no período 1889-1930. Dessa forma, procurou-se organizar em uma tabela os autores que possuem uma maior ocorrência de obras publicadas e com maior número de edições encontradas, após uma análise geral das obras e seus textos, objetiva-se selecionar alguns autores para a realização de uma investigação mais minuciosa dos textos. Segundo Chartier (1998, 1990) é importante analisar os livros didáticos em série, em suas diferentes edições, na medida em que, como tem mostrado diversos estudos realizados no campo da história cultural e da leitura as sucessivas edições de um livro são tão importantes quanto a (s) primeira(s).

Propõe-se desenvolver a pesquisa da seguinte maneira: tomar em primeiro lugar os livros e os textos como objeto de estudo, nas suas variadas dimensões; posteriormente, realizar um recorte dos textos dispostos no livro e uma análise de conteúdo de caráter qualitativo.

De acordo com Aróstegui (2006) a análise de conteúdo seria um dos métodos de investigação histórica, no qual compreende um

conjunto de técnicas de análises das comunicações objetivadas em obter indicadores, quantitativos ou não, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, permitindo inferência de conhecimentos relativos as condições de produção dessas mensagens (p.408, trad. nossa).

Para a análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (1977) teremos as seguintes fases: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e

3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise das fontes tem como objetivo a organização de um corpus que é instituído por meio da escolha, ou seja, quais as obras que possuem maior representatividade no período proposto da análise documental. A partir disto se realiza um recorte do texto didático em unidades comparáveis de categorização para a então análise temática (escravidão e abolição). Depois da organização deste material, a fase de análise propriamente dita não é a mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Já a terceira parte tratará de analisar os resultados, o que foi encontrado sobre a temática no corpus ou aquilo que foi silenciado, de que maneira o tema foi abordado e apresentado; por fim a análise da mensagem impressa na narrativa.

Pretende-se analisar o conteúdo de várias edições da mesma obra e de um mesmo autor, para compreender se há e/ou quais são as representações negativas presentes no texto acerca do escravizado.. A partir dos textos apresentados nas obras selecionadas estabelecer categorias de análise de conteúdo como, por exemplo, resistência escrava.

Para a realização desta análise de conteúdo será preciso deter-se também sobre a produção historiográfica relacionada à escravidão. Os estudos de Raimundo Nina Rodrigues anteriores ao ano de 1930, viam a comunidade afrodescendente miscigenada como racialmente inferior e, por isso, incapaz de colaborar para o desenvolvimento do país, apresentando assim uma visão extremamente racista sobre os negros. No período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, a teoria do “branqueamento” era aceita no Brasil, ela se relacionava à mistura das raças oriundas da imigração e partia da ideia de que a raça branca era superior às demais.

Diante desta discussão teórica acerca da escravidão, considera-se os aspectos das narrativas sobre a história da escravidão nos livros didáticos de História. Identifica-se no livro didático um importante objeto de análise para compreender de que maneira esse conteúdo fora tratado no contexto escolar. Nessa conjuntura, o livro didático intervém como instrumento de formação de muitas pessoas e sua presença se justifica por constituir-se em um espaço privilegiado de disputas políticas e de constituição de identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C.M.F. **O saber histórico na sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 326-433.
- BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BARBOSA, F.G.A e. **A abolição da escravidão e modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918)**. 2012. 129f. Dissertação (mestrado)-Faculdade de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11642/1/2012_FabianyGlauraAlencareBarbosa.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977. p. 93-151.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.
- BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. F. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1996, p.69-90.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 174p.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.14-28.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad.: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.45-52.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Online. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004.
- CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**. Porto Alegre, v.13, n.27, p.9-75, 2009.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 120p.

- FRANCKENBERG, João Von. **História do Brasil**. Porto Alegre: Selbach e Cia, 1913.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de História do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: ABREU, Martha; SOEITH, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 215-227.
- MOREIRA, K. H. **Povo brasileiro nos livros didáticos de história republicanos: 1889-1950**. História Revista (UFG. Impresso), v.17, p. 34-46, 2012.
- MOREIRA, K. H. **O ensino de história no Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica**. 2011. 236f. Tese (doutorado)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100934/moreira_kh_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 nov. 2018.
- MOREIRA, Kênia Hilda. **Livros Didáticos de História do Brasil para o ensino secundário (1889-1950): procedimentos de localização, seleção e acesso**. Educação e Fronteira, Dourados/MS, v.7, n.20, p.67-90, maio/ago. 2017.
- MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, Porto Alegre, v.20, n.50, p.119-138, set./dez. 2016.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, v.9: sociedade e instituições (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p.283-318.
- PETERSEN, Sílvia e LOVATO, Bárbara. **Introdução ao Estudo da História**. Temas e Textos. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.
- POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.
- PINTO, Patrícia Duarte; GASPAROTTO, Alessandra. **A temática da escravidão em livros didáticos de História (1901-1950)**. Anais XXVII Congresso de Iniciação Científica. Pelotas: UFPel, 2018. Disponível em: <http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2018/CH_04047.pdf> Acesso em 10 de dez. de 2018.
- PINTO, Patrícia Duarte. **Uma análise acerca da abordagem sobre escravidão em livros didáticos de História (1901-1950)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Sousa (orgs). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA FILHO, João Bernardo da. **Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros em livros didáticos de história**. 2005. 143p. Dissertação(mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85EQBH/jo_o___tese.pdf?sequence=1> Acesso em: 23 jun. 2019.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização**. Revista História da Educação. Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago.2012. p. 73-91.

ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL: NOTAS SOBRE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA

HELEN DA SILVA SILVEIRA
MESTRANDA EM HISTÓRIA NO PPGH/UFRGS
HELEN.DASILVASILVEIRA@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a relação entre um trabalho final de conclusão de curso de graduação e um estudo de mestrado que está em andamento. O objetivo deste artigo é mostrar que a população negra produziu uma rede complexa de organizações mesmo em locais onde se julgava ser insignificante e que no interior do estado ainda existem poucos estudos tanto sobre a escravidão quanto sobre o Pós-Abolição. Para pesquisar tais organizações é necessário a utilização de diversos métodos de forma a dar conta das fontes que possuem natureza muito diversa entre si. O trabalho final de graduação teve como tema o Pós-Abolição em Venâncio Aires, entre os anos de 1930 e 1970, a partir de alguns elementos como a fundação de um clube social negro, Négo Football Club, criado em 1935.

Tais análises revelaram a existência de outras organizações anteriores não só na cidade, mas também na cidade vizinha, Santa Cruz do Sul. A partir destas buscas descobriu-se a existência não só de uma organização negra anterior, a Irmandade Religiosa de São Sebastião Mártir, como também a relação deste clube de Venâncio Aires com outros clubes negros da região

como a Sociedade Cultural Beneficente União de Santa Cruz, um clube social negro criado em 1923, na cidade de Santa Cruz do Sul, cidade vizinha a Venâncio Aires.

Neste sentido, a pesquisa que está em andamento investiga o associativismo negro em uma região de imigração alemã no interior do estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, entre 1880 e 1940, enfatizando a agência dos negros e negras a intenção da pesquisa é entender os últimos anos da escravidão e as primeiras décadas do Pós-Abolição, é importante enfatizar que devido ao fato deste estudo estar em andamento ainda é não possível apresentar dados conclusivos, pois a análise está em aberto.

O estado do Rio Grande do Sul, muito se orgulha da participação que os descendentes de europeus como portugueses, alemães e italianos, principalmente, tiveram na formação da sua cultura e história, mas que tem uma presença negra tão importante quanto àqueles e que, no entanto, não costuma receber a mesma atenção da maior parte das fontes produtoras de discursos sobre a identidade regional. O movimento negro é um dos principais responsáveis por denunciar esta situação, há décadas ele vem colocando em pauta a invisibilidade dos sujeitos negros como personagens intelectuais, bem como o silenciamento em relação a sua produção de conhecimento.

Juntamente com as denúncias e pressões feitas pelo movimento negro, a história social foi muito influenciada pelo marxismo inglês que teve como um de seus expoentes o autor Eduard Thompson, como escreve Fernanda Silva.

A história social desenvolvida no país foi e continua sendo influenciada pelos estudos desenvolvidos por E. P. Thompson, o qual buscou perceber a agência dos indivíduos comuns, das pessoas simples, e o papel desenvolvido por estes na sociedade. Embora o contexto de suas pesquisas fosse outro, assim como os agentes da história, lançou-se um olhar para a *história dos de baixo*. Nesse sentido, a história da escravidão e do pós-Abolição passou a buscar os indivíduos escravizados e oriundos desses nessa sociedade tão fortemente marcada por um preconceito de cor e que delegava aos negros posições secundárias. (SILVA, 2011, p. 20).

Neste sentido é possível pensar em protagonismo negro a partir deste contexto que se desenha com mais força na década de 1980, com a redemocratização que propiciou uma abertura para movimentos sociais e estudos acadêmicos e científicos com temáticas diversas. O tema da escravidão não era algo novo, mas a forma como foi abordada a partir de então seria algo novo. Já no caso do Pós-Abolição seu surgimento, enquanto um campo de estudos foi posterior, na década de 1990. Sua intenção não é apenas ser um marco cronológico, pós- 1888, mas sim entender como os negros e negras reorganizaram as suas vidas em liberdade numa sociedade em que a abolição estava concluída.

Entre estes dois períodos, escravidão e pós-abolição, é o associativismo negro que é o fio condutor do artigo, pois tanto o trabalho final de graduação, quanto o estudo de mestrado giram em torno de organizações negras, algo que possuem uma longa caminhada datando desde o século XVIII, e uma profunda ligação com as lutas do povo negro.

Assim, em diversas cidades do país e do estado surgiram associações, como as Irmandades Religiosas, dentre as quais a Irmandade Negra de Nossa Senhora do Rosário era mais numerosa estando presente em Porto Alegre, desde o final do século XVIII (MULLER, 1999), Santa Maria, desde o final do século XIX (GRIGIO, 2016), e em Pelotas desde o início do século XIX (SILVA, 2011), entre outras cidades. Ao se aproximar do fim do século surgiu uma série de espaços que visavam pautar a Abolição.

Várias entidades negras encontravam-se vinculadas à luta abolicionista. O *Centro Etniópico*, entidade de representação política dos grupos negros na cidade, articulou, junto com as entidades abolicionistas brancas, a festa da emancipação em 1884 e da Abolição, em 1888. As entidades de beneficência negras ou operárias, como a *Feliz Esperança*, *Fraternidade Artística* e *Harmonia dos Artistas*, auxiliaram na luta de várias formas, inclusive alforriando escravos. Entidades recreativas negras, como os *Netos d'África* e o *Juvenil*, também se fizeram presentes. Ao lado delas, houve entidades brancas participando, como os carnavalescos *Fenianos* e *Demócrito* e o recreativo *Thermóphilas*, além de associações maçônicas e outras. (LONER, 1999, p. 04).

Neste sentido, nota-se que há uma grande participação negra no processo de luta pela emancipação, no entanto este protagonismo geralmente

não é mencionado, por exemplo, há um “silêncio do discurso abolicionista regional em relação à participação dos afrodescendentes no processo da abolição da escravidão em Porto Alegre.” (ZUBARAN, 2009, p. 03). Percebemos que a população negra esteve presente no processo de Abolição usando suas organizações como ferramentas para tal. Ao conquistar seu tão sonhado objetivo de liberdade, a grande parte destas organizações seriam repensadas ou dariam espaço para outras formas de organizações que visavam outros fins. No Pós-Abolição a quantidade de organizações negras será muito maior do que antes, observa-se a fundação de diversos jornais da imprensa negra e clubes sociais por todo o estado. E foi um clube social surgido no contexto do Pós-Abolição que foi alvo do trabalho de conclusão de graduação desenvolvido no ano de 017, na Universidade Federal de Santa Maria.

UM CLUBE FOI CRIADO:

O SURGIMENTO DO NÉGO FOOTBALL CLUB

O município de Venâncio Aires se emancipou em 1891. O nome é uma homenagem ao advogado republicano Venâncio de Oliveira Ayres, que foi também abolicionista e deputado pelo estado de São Paulo, seu estado natal. Apesar de nunca ter vivido no município, Venâncio de Oliveira Ayres foi uma figura proeminente no cenário político sul-rio-grandense chegando a ser presidente da câmara de Santa Ângelo e redator do jornal *A Federação*.

A Freguesia de São Sebastião Mártir é elevada a município nos primeiros anos da República, e a escolha deste nome pode ser entendida como uma tentativa de demarcar a construção de uma memória republicana, já que o período inicial da República foi marcado por diversas disputas que ameaçavam sua não continuidade, desta forma escolher o nome de uma pessoa ligada aos ideais republicanos para dar nome a uma cidade é uma forma de evocar uma identidade republicana que se queria construir.

É nesta cidade que em 1935, João Generoso dos Santos e Maria Generosa dos Santos, sua esposa, e muito provavelmente também por “João Francisco, (?) 1, Amaro P. da Silva, Ambrósio P. da Costa, Martin Adelino,

Frontino M. Crispim, Joao Argenor da Rosa, Amaro S. da Luz, Simão M. Crispim, José de Sá, João da Silva, Hermínio A. de Borba, Theodoro J. da Silva, Adelino P. da Costa e Juvelino Dias”, que são os nomes que constam na ata mais antiga da qual obtivemos acesso, datada de 26 de julho de 1936, fundaram o Négo Football Club.

A exclusão social dos negros era uma realidade no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul e é tida como uma das principais motivações para a fundação de associações negras nas diversas cidades sul-rio-grandenses que se encontram. Para a cidade de Pelotas, Fernanda Oliveira da Silva em seu trabalho de mestrado coloca que:

Acredita-se que essa alta concentração de negros, a experiência já existente da organização negra através de associações voltadas para os seus, somadas ao preconceito vivenciado por estes negros foi de fundamental importância e justificativa para a gama de associações fundadas na última década do século XIX e três primeiras décadas do século XX. (SILVA, 2011, p. 93)

Os clubes negros são espaços que buscam oferecer um ambiente sem hostilidades para os negros e negras e são entendidos enquanto parte integrante das tentativas de reconstrução da vida em liberdade, já que lazer e cultura são fundamentais para qualquer pessoa que objetiva viver em condições dignas. Desta forma, ao analisar clubes sociais negros “pensamos que o associativismo materializa essas solidariedades em um projeto coletivo, formal, duradouro e político. O objetivo e a valorização comum acerca da configuração de um espaço para encontros, festividades, práticas esportivas, entre outros” (MAGALHÃES, 2010, p. 116).

Ao pensar a formação dos clubes sociais negros da cidade, a autora explica que articulação em torno da criação destes espaços tinha como uma de suas motivações a exclusão sofrida. espaço para encontros, festividades, práticas esportivas, entre outros” (MAGALHÃES, 2010, p. 116). Ao pensar a vivência de negros e negras em cidades de colonização alemã, Magalhães (2010), voltou seu olhar para o clube social negro Esporte Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo que surgiu em 1922 com a proposta de ser um

time de futebol, mas que com a passar do tempo passa a desenvolver outras atividades como bailes, concursos de beleza e quermesses para arrecadar fundos visando o sustento do clube.

A “intensidade” da união, dos esforços comuns, da percepção da associação como forma de se tornar visível em uma espacialidade que, ao longo de sua história, insistentemente negou a visibilidade e a participação dos negros na construção histórica local. A partir da história do Cruzeiro do Sul e da identidade de seus integrantes, mostramos que “intensidade” permeia as elaborações históricas desses sujeitos. (Ibid., p.13).

Com isso, a autora percebe a existência desses clubes como uma estratégia de combate à invisibilidade em uma cidade que constrói sua memória e identidade pautada no imaginário imigrante e não reconhece a importância e os direitos de sociais de outros grupos que acabam sendo marginalizados e sentem a necessidade de se articular em torno de vontades comuns que forjam uma identidade coletiva a partir dos clubes. As reflexões colocadas por ela nos ajudam na compreensão do clube Négo Foot-Ball Club. Este também é um clube social negro fundado em uma cidade de colonização alemã, o que nos faz pensar na importância desta sociedade para estas pessoas, já que, conforme colocado pela autora, havia uma “intensidade” em torno dos esforços para erguerem essas associações devido à relevância que estes locais têm para sua identidade.

O estatuto de 1936, coloca que os sócios são divididos entre cinco categorias diferentes, que eram as seguintes; Honorário, concedido para quem tenha prestado algum serviço de relevância para o clube, sendo que este deverá ter seu nome votado em assembleia geral. Benemérito, que é aquele que doa de uma única vez uma quantia igual ou superior a que paga a joia de 5\$000 e que contribuam com a mensalidade de 1\$500. Correspondente, que é aquele que quer ser sócio efetivo ou moravam nos distritos do interior do município, ou seja, havia possibilidade de o clube ultrapassar os limites urbanos congregando negros e negras do interior também, e esta categoria pagava a Joia de 5\$000 e a mensalidade de \$500. E por último a categoria Jogador.

Isto aponta que existe uma organização financeira, pois havia uma cobrança de mensalidade que era de onde o clube tirava forma de se manter e também se preocupa em distribuir os sócios de acordo com a relação que possuem com o clube, seja como personagens ilustres, ou como jogadores. O estatuto ainda prevê que o clube tem basicamente dois departamentos que eram o de cultura física, relativas aos desportos e o departamento de cultura intelecto-social relativo à realização de leituras, horas de arte, bailes e outras reuniões e divertimento familiares. Aqui, percebe-se que as atividades do clube se dividiam em duas questões, o esporte e o lazer, e também que havia uma atenção para com a questão cultural, pois previa leituras e artes, ou seja, tinha-se uma preocupação com refinamento intelectual que o clube pudesse oferecer.

Com relação às atividades desenvolvidas pelos clubes, estas eram muitas e diversas. Entre umas das principais atividades está o futebol. Ele está presente no clube desde que foi fundado e não é a toa que o nome do clube é Négo Foot Ball Club. No estatuto de 1936, entre as cinco categorias de sócios está a categoria de sócio jogador que, segundo o documento, seriam designados pela Directoria e são isentos de pagar a “Jóia” e de mensalidade enquanto estiverem jogando pelo clube.

Outra opção de recreação e cultura oferecida pelo Clube é a participação no bloco de carnaval, esta é sem dúvida nenhuma uma das atividades mais importantes realizadas pelo Négo, até os dias atuais.

Outra atividade realizada pelo clube que ocorre desde sua origem até os dias atuais, os bailes. Estes têm uma temática variada sendo realizados por diversos motivos e finalidades, assim como o carnaval, se constituem num espaço de sociabilidade, formação de laços e relações de amizade e outras naturezas. Nas atas da sociedade os registros sobre bailes são vários, pois, para cada baile é escolhida uma comissão que se responsabilizar por organizar a festa e também de divulga-la junto aos sócios e frequentadores do local.

O objetivo destas atividades era criar um espaço saudável para convivência da comunidade negra, assim como meio que proporcionasse a positividade da imagem dos negros e negras.

Durante esta pesquisa tive contato com uma bibliografia e fontes que revelaram não só a existência de uma Irmandade Negra, do final do século XIX, como também a relação do clube em questão com clubes de outras cidades como a Sociedade Cultural Beneficente União Familiar, de Santa Cruz do Sul. E é sobre estas organizações que se embasa a pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ASSOCIATIVISMO COMO CAMINHO: UM PROJETO EM ANDAMENTO

Nesta parte do artigo apresenta de forma geral quais são as intenções desta pesquisa, bem como suas principais fontes.

Pretende-se abordar o associativismo negro em áreas de colonização alemã nos últimos anos da escravidão e nas primeiras décadas do século XX, 1880 a 1940, através dos estudos sobre as organizações Irmandade Religiosa São Sebastião Mártir (1880), o clube social Négo Football Club (1935), ambas de Venâncio Aires, e Sociedade Cultural e Beneficente União (1923) de Santa Cruz.

Esta pesquisa visa problematizar como se articula o associativismo negro em áreas de imigração em um contexto de derrocada de escravidão e de construção da liberdade? Como se constituíram tais associações e quem eram os sujeitos envolvidos? Existe relação entre estas diversas organizações?

Existe uma grande demanda que a historiografia da escravidão e da liberdade já apontou como necessárias para que continuemos a desmistificar a participação negra no suldo país. Uma destas demandas é a necessidade de maiores estudos sobre a presença negra em regiões de imigração.

A suposta incompatibilidade entre escravidão e capitalismo foi argumento construído em torno do afastamento histórico de escravos e imigrantes europeus [...] O negro, substituído pelo imigrante europeu, intencionalmente desapareceu da história do Rio Grande do Sul. (Alves, 2011, p. 189).

Sendo assim, pesquisar associativismo negro em regiões de colonização alemã pode contribuir também para refletir sobre a história do estado,

tanto no fim Império, quanto na República. Pois as colônias de imigrantes eram projetos políticos que depois de um certo ponto seguiram um rumo não planejado: “Mas devemos deixar claro a distância entre os objetivos – importação de trabalhadores [...]-, e a dinâmica da imigração e colonização, onde aqueles “trabalhadores/soldados” extrapolam seu “papel” e passam a se apresentar como força constituinte da sociedade” (Tramontini 2000, p. 2). Neste sentido, as relações entre imigrantes e nacionais, livres e escravizados, guardam questões relacionadas com os rumos que o Rio Grande Sul tomou ao longo do tempo, relações que precisam ser melhor compreendidas.

Ao longo de 50 anos, ao menos cinco organizações negras foram criadas na região de imigração do Vale Rio Pardo, a Irmandade de São Sebastião Mártir (1880), o clube Négo Football Clube (1935), ambos de Venâncio Aires e a Sociedade Cultural e Beneficente União (1923), de Santa Cruz do Sul, que foi fruto da fusão de outros dois clubes negros¹. Esta intensa vida associativa negra pode ter ligações com o momento de mudanças ocorridas na virada do século, porém em um levantamento feito por esta que escreve, até o ano de 2017, encontrou-se somente dois trabalhos de análise histórica sistemática dedicados a estas organizações, sendo que ambos os trabalhos eram sobre a cidade de Venâncio Aires², e um sobre escravidão em Santa Cruz do Sul³. Assim, ao não se contemplar o pós-abolição como um problema historiográfico, observando o que aconteceu com os escravizados na vigência da escravidão e após a abolição, quando se tornam livres, se sabe pouco sobre a articulação dos negros para evitar seu sufocamento social e político em uma região onde o poder vinha se concentrando nos imigrantes.

.....
1 O clube Cultural Beneficente União é fusão dos clubes Rio Branco e 15 de Novembro. Pereira, Jair Luiz. *Identidade e Desenvolvimento Regional: o caso de uma comunidade afro-brasileira no*

2 Vale do Rio Pardo (RS). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2005. Silveira, Helen da Silva. *Eu Négo Que Aqui Só Tenha Branco: Experiências Negras no Pós- Abolição em Venâncio Aires/RS*. Agosto. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

3 Spindler, Guilherme Würdig. *ESCRAVOS NA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (1849 – 1889)* Lucas, escravo de Adão Schirmer e Maria, escrava de Henrique Jacob Graeff. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

Esta pesquisa, principalmente na metodologia, tem caráter bibliográfica e documental, já que se ampara em pesquisas já desenvolvidas e utiliza documentação primária.

Conforme os pesquisadores do pós-abolição e da escravidão tem demonstrado, os estudos destas áreas têm lidado com uma variada gama de fontes, o que requer metodologias diferentes muitas vezes. Esta pesquisa pretende utilizar como fonte o livro tomo da Igreja de Venâncio Aires, onde consta a fundação da Irmandade de São Sebastião Mártir, em 1880. Desta forma, seria pertinente o cruzamento desta fonte com o registro de batismo e óbito dos escravizados, habilitações de casamentos que estão na Cúria de Porto Alegre, com inventários e testamentos presentes no Arquivo Público de Porto Alegre visando obter uma quantidade maior de informação a respeito dos participantes desta Confraria e sobre sua relação como os demais moradores locais.

Ao estudar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Santa Maria, Grigio (2016) explica que conciliou o uso do paradigma indiciário e do método onomástico de Ginzburg, para “a reconstrução da trajetória da Irmandade do Rosário e de seus integrantes” (Grigio, 2016, p. 27). Neste sentido, este trabalho pretende se utilizar desta combinação de métodos da micro-história para analisar as fontes relativas a Irmandade, já que encontramos documentos sobre a organização, que são de certa forma efeitos daquela associação e através dos efeitos é possível inferir as causas, Ginzburg (1989), e também há informações sobre os indivíduos que dela faziam parte, como nome e condição jurídica, conforme Ginzburg (2004) “As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido (Ibid, p. 175)”.

Em relação aos clubes sociais, Silva (2011, 2017) obteve êxito ao cruzar depoimentos orais, colhidos através da metodologia da história oral, com fontes escritas como atas e estatutos de clubes sociais. A metodologia da História Oral, que consiste no uso de entrevistas gravadas, “é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que

se manifestem e dão sentidos e formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTI, 2005, p.164), que nos permite ver como “os de baixo” constituem sua identidade e suas relações com os demais grupos.

As atas, estatutos, livros-caixa, livro-ouro, convites e carteirinhas de sócio são as fontes a serem analisadas e cruzadas com os depoimentos orais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis – escravos em terras alemãs (São Leopoldo – 850 – 1870). In: ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (Orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011. LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. **História em Revista**. Pelotas, v. 5, número, p. 7-27, 1999. Ginzburg, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (Org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Diefel, 2004. P. 169-178.
- _____. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.
- MAGALHÃES, Magna L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.
- MÜLLER, Liane Susan. **“As contas do meu rosário são balas de artilharia”**: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, de Porto Alegre, Agosto/2000. Disponível em: < <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>>. Acesso em: 18/06/2018.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2009.

ST 05
CÁTEDRA DE HUMANIDADES –
FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO
ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES (UFSM)
MARIA MEDIANEIRA PADOIN (UFSM)
LUIZ OOSTERBEEK (IPT, PORTUGAL)

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895) NO SUL DO BRASIL: FRONTEIRA, RELAÇÕES DE PODER E HISTORIOGRAFIA

ANDRADE, GUSTAVO FIGUEIRA¹
ROSSATO, MONICA²

INTRODUÇÃO

A historiografia acerca da Revolução Federalista teve diversos momentos, sob influenciados pela ideia que se tinha tanto de ciência quanto de entendimento sobre o que era História. A existência de tais variações de compreensão acerca deste conflito decorrem dos problemas postos pelo presente de cada geração a estudar este conflito, suscitando novos questionamentos, novos enfoques e interpretações (HILL, 2001; RÜSEN, 2015).

Neste artigo objetivamos realizar uma reflexão em torno da produção historiográfica existente em relação a construção histórica do processo que levou a Revolução Federalista, levando em consideração o contexto de produção das obras e as perspectivas de que estiveram em que foram desenvolvidas no intuito de oferecer uma explicação lógica a respeito dos acontecimentos. Sendo assim, a historiografia como construtora de

.....
1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM); Bolsista CAPES/FAPERGS; Bolsista de Doutorado Sanduíche Capes (PDSE Edital 041/2018/CAPES), na Universidade Nacional de Mar del Plata, entre agosto de 2019 a janeiro de 2020. figueirandrade@gmail.com

2 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM); Bolsista de Doutorado Sanduíche Capes (PDSE Edital 019/2016/CAPES), na Universidade de Coimbra, entre setembro a dezembro de 2017. monyrossato@gmail.com

memória implica seletividade, alteridade e esquecimento, no desempenho da sua função social e apresenta-se como um rito de recordação pela necessidade de se construir um passado para o presente de modo que este se situe num percurso com horizontes para o futuro (CATROGA, 2001).

DOS PRIMEIROS TRABALHOS ÀS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Dentre as primeiras obras a serem escritas sobre a Revolução, podemos citar as fac-símiles e de cunho memorialístico, investidas do intuito de registrar suas memórias e seus registros dos acontecimentos, foram escritas no calor dos acontecimentos e impregnadas pelas paixões partidárias. Por mais que os autores declarassem que suas memórias teriam a pretensão de relatar a verdade sobre os acontecimentos, eles possuíam afiliações políticas e suas obras estavam impregnadas de sua visão de mundo.

Nas entrelinhas destas obras estavam presentes preocupações e os problemas do presente em que foram escritas, além do mais, punham em evidência um entendimento acerca do papel da História no final do século XIX. Nesse sentido, geralmente sob a perspectiva política, procuravam reunir o maior número possível de documentos que pudessem servir como provas materiais dos fatos narrados, tinham nas biografias dos grandes homens, intelectuais, políticos e militares, modelos a serem seguidos (GUIMARÃES, 2007). Era uma história mestra da vida, enquanto os documentos expressariam a verdade incontestada, uma comprovação de seus grandes feitos e sua contribuição para a história, uma vez que poderiam ser utilizados como provas, sua versão dos fatos, suas memórias procurariam “atribuir certo sentido à trajetória de vida do agente histórico” (CANDAU, 2012, p. 76-77) e capazes de “influenciar largamente a interpretação que as gerações seguintes fizeram desse período” (CANDAU, 2012, p. 166).

Dentre estes trabalhos podemos citar as obras de Euclides Moura escreveu em 1892 a obra *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893* (2000); Angelo Dourado, escreveu em 1896 sua célebre obra *Narrativa da Revolução de 1893* (1992); Wenceslau Escobar, escreveu em 1919 seus *Apontamentos sobre a Revolução Rio-Grandense de 1893* (1919);

José Antônio Netto, escreveu em 1936 suas *Memórias do general Zeca Netto: episódios das revoluções de 1893 e 1923* (2003). Raul Villa-Lobos escreveu sob o pseudônimo de Epaminondas Villalba em 1897, a obra *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, documentos e comentários* (1897).

Entre a década de 1920 a 1960, tentou-se apagar a memória sobre a Revolução Federalista, uma vergonhosa guerra civil que maculava as memórias sobre a “gloriosa Revolução Farroupilha de 1835-1845” dada a violência da guerra fratricida, que teve a prática da degola como principal característica, ocorrido graças às influências perniciosas trazidas por elementos vindos dos países do Prata e que participaram do conflito ao lado dos federalistas.

Tal discurso, fazia parte de um contexto em que se buscava reforçar a identidade nacional, evidentemente pela diferenciação do outro, acabou por ser um período caracterizado pela limitação das análises, pois limitava o debate às fronteiras nacionais, compreensível em um contexto histórico que marcava a vitória do PRR novamente durante a Revolução de 1923, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e posteriormente ao movimento nacionalista do Estado Novo em nível nacional a partir da década de 1930. A historiografia deste período foi influenciada pela produção de obras do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, relatos de pessoas que haviam participado dos conflitos ou de seus descendentes, mas principalmente pelos debates entre duas correntes de pensamento que marcaram época, uma matriz lusitana e outra de matriz platina até a década de 1970³:

.....
3 GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998. FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.145-177. Para a matriz lusitana, o entendimento acerca das fronteiras estava associadas a uma visão nacionalista, de um Rio Grande do Sul que se diferenciava do Prata, portanto, representariam um espaço de conflitos e de separação. Para a visão de uma matriz Platina, o Rio Grande do Sul ainda que brasileiro, é entendido como pertencente ao espaço Platino, logo, um espaço de interação, de trocas e de valores culturais em comum entre estas sociedades que as aproximou, o que veio a contribuir para um alargamento do conceito de fronteira, superando a ideia de que esta seria um limite. Dentre as produções historiográficas que contribuíram com um alargamento dos conceitos de fronteira estão as obras de Helen Osório (1990), Susana Bleil de Souza (1994), Helga Piccolo (1997), Ieda Gutfreind (1998), Maria Medianeira Padoin (1999), Ana Luiza Reckziegel (1999), Monica Rossato (2014), Pablo Dobke (2015), Gustavo Andrade (2017).

além de serem trabalhos que privilegiavam a perspectiva Castilhistas do conflito, deixavam poucos trabalhos davam conta de uma análise séria acerca dos federalistas. Como exemplo da historiografia deste período, citamos a questão da violência, um característica que não era reconhecida como sendo comum aos Sul-rio-grandenses, veio a ser refutada por historiadores como Moysés Vellinho (1962), defendia que a prática da violência seria elemento comum ao temperamento Uruguaio e não aos rio-grandenses. Dessa forma, qualquer violência que tenha ocorrido durante o conflito, teria sido por irresponsabilidade aos federalistas que os haviam trazidos ao Rio Grande do Sul para lutar uma luta que não era sua.

Dentre alguns dos trabalhos publicados na década de 1970, o brasileiro Joseph Love, autor de *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930* (1975) e *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha* (1977) destaca que O Rio Grande do Sul foi talvez o Estado que mais tenha sofrido durante o processo de transição da Monarquia para a República, principalmente devido ao desalojamento da oposição de seus cargos. Ressalta a instabilidade política e as influências de Augusto Comte no pensamento de Júlio de Castilhos, as perseguições movidas pelos Republicanos, apoiados pela Brigada Militar e o Exército, as contra perseguições desfechadas pelos Federalistas levaram o Estado às agruras da guerra civil em 1893-95. Por outro lado afirma a utilização do Uruguai e Argentina para invadir o Rio Grande do Sul e as dificuldade dos federalistas conservar o território invadido contra a superioridade do exército federal e a brigada militar.

Este autor trabalha com a perspectiva de uma luta intra-oligárquica, de que os dois partidos em conflito possuíam clara tinham orientação ideológica (presidencialismo ditatorial *versus* parlamentarismo), em que se digladiavam membros de uma elite de estancieiros da campanha associados fortemente a nobreza provincial e os membros do PRR, menos ricos e tenuamente ligados a uma nobreza da Província. Destaca também que dentre os resultados do conflito, passariam a existir no Rio Grande uma maior polarização política; a existência de um sólido elo entre o PRR e o exército nacional e, por fim, defendia a impossibilidade de que ocorresse,

no disciplinadíssimo PRR, uma revolta dos coronéis ou de um pacto dos coronéis à revelia do Executivo estadual (LOVE, 1975).

O sociólogo Sérgio da Costa Franco, autor de *Julio de Castilhos e sua época* (1966), escreveu uma das mais importantes obras acerca da Revolução Federalista de 1893, enfocando a trajetória de Castilhos, procura compreender a relação dele e seu entorno social, cultural e político, analisa a vida política até a personalidade do líder republicano e seu papel primordial na organização de um governo republicano que tinha na adaptação do Positivismo sua base para organizar o estado. Apresenta Castilhos como defensor de um federalismo extremado, destaca a oposição ferrenha ao modelo Liberal e ao parlamentarismo proposto por Gaspar Silveira Martins, os fracassos de entendimento entre estes líderes, acusava-os de serem monarquistas e secessionistas. Ressalta a constituição e elaboração das políticas desenvolvidas pelo PRR em nível estadual, excluía a oposição do acesso aos cargos públicos, e com Constituição de 1891, passava a interferir na política local, dava poderes quase ilimitados ao chefe do executivo e permitia que este se reelegesse, ainda que por meio de fraudes constantes. Por outro lado, em nível federal, o Regimento Alvim, limitava a possibilidade de participação das minorias no processo político, acirrando os ódios partidários e a oposição de importantes grupos políticos Rio-grandenses ao projeto Castilhista, dentre eles os ligados a Barros Cassal, Demétrio Ribeiro, a Gaspar Silveira Martins e aos Silva Tavares de Bagé.

Nesse viés, sob a perspectiva opositora ao republicanismo no estado do Rio Grande do Sul, a dissertação de mestrado de Ieda Gutfreind (1979) buscou averiguar o processo de rearticulação político partidária dos segmentos partidários oriundos do Império, desmantelados do poder em 1889, diante do fortalecimento dos partidos republicanos estaduais. Observando a rearticulação política do Rio Grande do Sul por meio do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal no Império, a autora ponderou acerca das suas principais ideias defendidas, nas quais estavam a crítica ao regime federal implantado nos moldes republicanos, a centralização e ao do presidencialismo, defesa do parlamentarismo para limitar os poderes do Executivo, defesa da descentralização, entre outras.

Os trabalhos produzidos a partir da década de 1980, período em que surgiram os primeiros cursos de Pós-Graduação em História no Rio Grande do Sul, marcaram uma renovação da historiografia: a questão do tabu em torno deste conflito foi superado, formando novas gerações de historiadores, críticos dos trabalhos anteriormente realizados, muitos destes trabalhos vinculava a ideologia dos partidos aos grupos socioeconômicos, contrapondo liberais da campanha adeptos de Gaspar Silveira Martins contra positivistas seguidores de Júlio de Castilhos, desconsiderava a miríade de relações grupo de poder e interesses que existiam na macro e microrregiões da Campanha.

Dentre as produções deste período, destacamos a obra de Sandra Pesavento: *A Revolução Federalista* (1983), obra influenciada por uma perspectiva marxista, produziu uma das mais importantes obras acerca deste conflito, destaca os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais ocorridos ao fim do século XIX, entende o conflito enquanto uma resistência ao novo modelo que passaria a ser praticado durante a República, como parte dos movimentos que fizeram resistência ao novo modelo pós 1889, está inserido no período de consolidação da República. Assevera a importância causada pelas tensões de interesses entre um grupo político e econômico do centro do país, apoiados pelo Exército, e os regionais, como o caso a elite gaúcha que comandara a política durante a Monarquia, aos poucos vinha perdendo espaço de participação na política Sul-Rio-grandense, tendo a saída violenta a contestação a esse processo.

Na obra *Maragatos e Pica-Paus: guerra civil e degola no Rio Grande*, Carlos Reverbel (1985) também explicou a divisão política bipartidária do Rio Grande do Sul, de conteúdo ideológico marcado pelo parlamentarismo gasparista versus o presidencialismo castilhistas. Tal divisão norteou a política sul rio-grandense em trinta anos até a emergência de Getúlio Vargas ao poder. Mais tarde, Carlos Eduardo Reverbel construiu uma tese de Doutorado, na área do Direito Constitucional intitulada *A Revolução Federalista e o ideário parlamentarista* (2014), estudo no qual o autor concluiu que a revolução foi mais parlamentarista do que verdadeiramente federalista,

pois Silveira Martins não fora federalista e “a ambiguidade e vaga do termo, talvez explicasse as ‘concepções federativas contraditórias’ que carregavam na mente Júlio de Castilhos e Silveira Martins” (REVERBEL, 2014, p. 21).

Questões relacionadas à vida econômica são levadas em consideração, quando se fala na Revolução Federalista. Mencionamos o Silvio Rogério Duncan Baretta, na tese *Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in Southern Brazil* (1985), trabalho no qual o autor, desenvolveu um estudo aprofundado da Revolução Federalista, as transformações do espaço de poder fronteiriço platino, bem como motivações e implicações que a guerra trouxe para a região. O autor pesquisou aspectos da cultura política da violência e dos processos de transformações socioeconômicas na fronteira sul do Brasil, em fins do XIX, através de informações socioeconômicas e demográficas das municipalidades, recorrendo ao período que precede a guerra para analisar a prática do contrabando e as políticas tarifárias imperiais a fim de caracterizar a base social dos liberais e depois Federalistas, o estudo da mobilização urbana na guerra e das lideranças republicanas e federalistas, com base em seus inventários.

Dentre os trabalhos produzidos durante a década de 90 do século XX acerca da Revolução Federalista, foram incentivados pelo centenário deste conflito, marcando a produção de diversas coletâneas que reúnem textos de autores acerca desta temática, em grande maioria no campo da história política, com uma perspectiva de análise mais abrangente e de inter-relação do econômico, do social, do cultural. Muitas destas coletâneas foram motivadas por eventos acadêmico-científicos promovidos, por exemplo, na cidade de Bagé entre os anos de 1993 a 1994, reunindo vários pesquisadores acerca da Revolução Federalista, em que foram registradas as falas e discussões em anais, que se tornaram importantes referências sobre o tema.

Dentre os principais estudos deste período, elencaremos trabalhos tais como o de Moacyr Flores (1993), organizador do livro *1893-95: a Revolução dos Maragatos*, Francisco das Neves Alves (editado pela FURG, 1993), organizador da obra *Pensar a Revolução Federalista* e Zita Possamai

(1993) organizadora de *Revolução Federalista de 1893*, são importantes coletâneas que priorizam uma reflexão em torno das disputas entre Maragatos e Pica-Paus, ou seja, Federalistas e Legalistas, reunindo trabalhos apresentados por professores e pesquisadores sobre esta guerra civil no ano em que completara 100 anos de seu começo.

Outra obra foi a coletânea de artigos que compuseram a obra *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros* (1995), que elucidou vários aspectos relacionados a imigração, política e religião e a sua vinculação com o conflito. Entre eles destacamos o trabalho de Loiva Oteló Félix, que desenvolveu uma visão a respeito da heroicidade dos líderes, opositores da revolta: Júlio de Castilhos, líder republicano castilhista representando um grupo coeso, e Silveira Martins, na liderança de um grupo heterogêneo em relação a sua composição, os federalistas (FÉLIX, 1995).

Mencionamos também a dissertação de mestrado *Imagens construídas: imagens construídas e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1906)* de Luciana Rossato (1999) na qual analisa o imaginário político em torno do grupo dos federalistas, em função da memória de um passado marcado pelos farroupilhas e os ideais dos quais reivindicavam, pois muitos dos que se envolveram na guerra de 1893, por serem estancieiros fronteiriços com terra nos dois lados da fronteira, faziam parte de famílias que aderiram anteriormente à Revolução Farroupilha (1835-1845).

Ana Luiza Reckziegel autora de *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)* (1999) e *1893: a Revolução além da fronteira* (2007) consiste em referência obrigatória acerca do conflito, principalmente para compreender o aspecto político do conflito, as relações fronteiriças dos personagens e a importância da fronteira para organização das forças federalistas. A autora destaca o contexto de crise social e política que fez parte da segunda metade do século XIX, especialmente na região da Campanha Sul-rio-grandense, a autora esclarece acerca dos aspectos que permitem compreender o conflito sob uma perspectiva da internacionalização deste. Analisa as denúncias feitas pelo governo do Rio Grande do Sul ao governo federal de que os representantes brasileiros em Montevidéu de apoiar

os federalistas e também criticava o Uruguai quanto ao apoio velado dado aos federalistas, exigindo deste uma postura neutra em relação ao conflito, maior fiscalização das faixas de fronteira e a internação dos revoltosos.

Dentre a produção acadêmica de dissertações e teses produzidas atualmente no âmbito da Revolução Federalista, transitando entre a História Política, Social e Cultural, buscando conceitos em outras disciplinas além das história, nas relações internacionais, ciências políticas, literatura, sociologia e antropologia e geografia, as análises passam a ser compreendidas a partir de uma ótica dos imaginários, do simbólico⁴, das relações de poder, dos discursos, das representações⁵, identidades e culturas políticas⁶.

Entrementes, apresentaremos algumas das obras que vem sendo produzidas, assim como destacaremos a diversidade de fontes que vem sendo utilizadas, demonstrando que longe de estarem esgotadas as produções, são trabalhos que abrem diversas frentes de abordagem e possibilidades metodológicas que dão fôlego às discussões a ampliam as possibilidades de análise acerca deste conflito.

Acerca das memórias de personagens que lutaram nesse conflito, Marcelo França de Oliveira em *A trincheira discursiva: escritos políticos de Angelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de história no ensino superior* (2014), estudo no qual realiza um estudo sobre os discursos feitos por Ângelo Dourado em seus livros *Voluntários do Martírio* (1896) e *A Situação Política do Brasil* (1905), também se utiliza da vinte crônicas que foram publicadas no jornal *Echo do Sul* (1899), da cidade de Rio Grande. Ao focar elementos políticos, o autor busca compreender as ideias e os posicionamentos adotados por Ângelo Dourado.

.....
4 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

5 CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

6 RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. Para este autor, o conceito de cultura política nasceu da aproximação entre a antropologia cultural e a História Política, definida como sendo capaz de resumir “a singularidade do comportamento de um povo”, sendo, portanto “poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo” (p. 450).

Sobre a utilização da literatura como fonte, Tomás Mendes da Silva escreveu *Imagens da Revolução Federalista (1893-95) na Literatura e na História* (2015) em sua tese no curso de Letras da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), na qual debruçou sua análise sobre a obra Literatura acerca da Guerra Civil de 1893, na qual contextualiza o conflito, elencando e analisando os eventos que fizeram parte do contexto, os diversos líderes, ainda que sem aprofundar-se muito, apresenta importante olhar sobre os eventos e seus principais atores.

Sobre imagens contemporâneas ao conflito, Aristeu Elisandro Machado Lopes escreveu *Bagé sitiada: fotografia e memória da Revolução Federalista de 1893 no sul do Rio Grande do Sul* (2013), utilizando-se de fotografias e jornais contemporâneos ao conflito, abordando o contexto da eclosão do conflito e a cidade de Bagé neste contexto, ressalta a atuação de José Grecco, fotógrafo que registrou imagens da cidade, das forças que a defendiam assim como as forças federalistas, apresenta importante análise que permite compreender o contexto social na cidade de Bagé após a retirada federalista, principalmente em razão do prolongado cerco que a cidade sofreu durante esta guerra-civil.

Marcus Vinicius Costa em sua dissertação de mestrado em História, sob o título de *A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas* (2006), defendida no Programa de Pós-Graduação de Integração Latino-Americana, ao propor um olhar sobre a história política da Região Platina, procura compreender os fundamentos que embasaram o discurso da elite Liberal-Federalista que comandou a Revolução Federalista de 1893-1895, procura compreender o contexto no Uruguai e Argentina, associando ao estudo das redes entre opositoristas entre os Partidos Radicais (Argentina) e Blancos (Uruguai) com os federalistas Sul Rio-grandenses, conformando redes de solidariedade, criando um projeto de Estado.

Sobre a Revolução no Paraná, Rafael Augustus Sêga em *Tempos bellicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do estado (1889-1907)* (2008), realiza em seu estudo,

uma comparação entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, procurando destacar os elementos em comum e o que diferenciam os contextos de cada estado, analisando as elites políticas e econômicas durante o período da Guerra Civil. Da mesma forma o autor se utiliza de memorialistas regionais para realizar seu estudo, buscando analisar a construção da memória regional e relativizando as diversas visões políticas referentes ao conflito que foram utilizados pela historiografia.

Sobre a revolução em Santa Catarina, Emy Francielly Lunardi em *Batalha de discursos: o Advento Republicano e a (Re)construção da Política Catarinense nos Jornais Partidários (1889-1898)* (2009) procura perceber os limites criados, as identidades e as representações criadas por estes grupos políticos em oposição logo da Proclamação da República em Santa Catarina, demonstrando a presença do ideal republicano. Desse modo, busca entender como e de que maneira ocorria os posicionamentos políticos através da imprensa, desvendar a estratégias utilizadas e a utilização dos ideias de República e federalismo para então compreender a forma como se dava a disputa entre estes partidos.

Em artigo recente, a respeito do vínculos maiores da Revolução Federalista, o artigo de Mateus Xavier (2017) intitulado *A Revolta da Armada, a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal*, versou sobre o contexto dos primeiros anos da República no Brasil, as revoltas da Armada e Federalista que eclodiram e a junção delas, analisando mais especificamente o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, fruto das nuances políticas dos setores da Marinha que haviam realizado o empreendimento de rebelar-se contra o governo no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a partir desse panorama de leituras elencadas, acreditamos que existem outros aspectos que precisam ser analisados quando se trata de pensar esse conflito, no que tange especialmente um estudo das fontes (do Uruguai, Argentina e Portugal), buscando nas tradições e afinidades/clivagens políticas anteriores como parte da experiência individual dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, subsídios para a construção de um conhecimento histórico acerca da Revolução Federalista na região fronteira platina.

OS ESTUDOS MAIS RECENTES SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Dentre as investigações e estudos recentes que vem sendo produzidos no âmbito da Revolução Federalista, destacamos as realizadas por pesquisadores pertencentes ao grupo de pesquisa “História Platina: sociedade, poder e instituições” e ao Comitê “História, Regiões e Fronteiras” da Asociación de Universidades del Grupo Montevideo (AUGM). Especificamente citamos as pesquisas desenvolvidas por Gustavo Figueira Andrade, o qual desenvolve pesquisas acerca de João Nunes da Silva Tavares, personagem que comandou as forças militares federalistas durante o conflito e por Monica Rossato acerca do chefe político do conflito, Gaspar Silveira Martins. Ainda que com suas trajetórias e investigações distintas, estes trabalhos foram realizados a partir de uma perspectiva história política e dedicam-se ao estudo das trajetórias políticas, relações de poder e suas atuações em um espaço fronteiriço, colaboram para construir uma nova interpretação acerca da Revolução e seus personagens, especificamente de grupos federalistas que por muito tempo foram deixados de lado pela historiografia oficial e ao mesmo tempo deem conta das relações fronteiriças destes personagens.

Através da dissertação “A Trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira”, autoria de Gustavo Andrade (2017), procurou compreender como o chefe militar João Nunes da Silva Tavares construiu sua trajetória política e suas relações de poder a partir das suas relações familiares, políticas e militares no período de 1892-1895, tendo como fontes de pesquisa a correspondência trocadas com chefes federalistas e legalistas no espaço fronteiriço entre Brasil e Uruguai. Sua obra demonstra com base empírica a atuação de Joca Tavares como importante articulador político no contexto da Revolução, colocando-o no centro decisório que pensou, desencadeou e comandou o conflito, bem como sua trajetória pode ser associada a própria identidade fronteiriça que o conflito assumiu.

Utilizando-se como fontes as correspondências pessoais do General Joca Tavares, utilizou-se uma abordagem metodológica que permitisse a

análise da documentação, escolhendo para tal, uma abordagem quantitativa e qualitativa, objetivando apresentar o potencial das correspondências como fonte para o estudo das elites federalistas, asseverando que a atuação política de Joca Tavares durante o conflito não pode ser entendida sem considerar o espaço de experiência construído por este personagem ao longo do século XIX. Entendendo essa experiência como parte de uma cultura política de sua época, permite estabelecer que a relação entre os aspectos militar e social estão fortemente relacionadas com suas atividades econômicas e que os interesses da Revolução estiveram associados à seus interesses pessoais e familiares.

Por outro lado, a análise de cartas e telegramas revelaram as tramas do poder e seus bastidores, permitindo compreender a atuação de Joca Tavares como um mediador no grupo federalista, evidenciando o quanto suas relações de poder constituíram importante elemento para a entender sua atuação política e militar durante a Revolução. Tal análise demonstrou o quanto estiveram também associadas a capacidade de sua influência e poder que abrangiam um espaço para além das fronteiras nacionais e constituíram importantes variáveis a partir do qual foram desenvolvidas as estratégias utilizadas pelo Exército Libertador federalista durante o conflito, nas quais as zonas fronteiriças do Rio Grande do Sul ocuparam posição central.

Assim, entende-se que a prática social é muito mais complexa, dinâmica e também explicativa para as transformações sociais. Nesse sentido, a observação das práticas materializadas em relações sociais (familiares, políticas, amizade...) presentes na trajetória Silveira Martins possibilitaram compreender como ele ascendeu da região fronteira platina ao centro do poder político Imperial, assumindo os cargos mais importantes do Império (ROSSATO, 2014). Na perspectiva elucidada por Vargas (2007) para a elite sul-rio-grandense, a ascensão de Silveira Martins foi construída pelo investimento familiar para seus estudos em Pelotas, Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo, formação em Direito, casamento seu e de seus filhos, herança paterna, morada e advocacia no Rio de Janeiro, questões essas trabalhadas na dissertação *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins* de Monica Rossato (2014),

na qual buscou investigar as origens fronteiriças (brasileiras e uruguias) na sua trajetória e o processo de integração desse fronteiro junto ao centro político imperial.

Essa pesquisa tem estado em continuidade a partir da atuação de Silveira Martins junto a Revolução Federalista (1893-1895), no que tange aos seus aspectos de relações sociais construídas, especialmente na Europa durante seu período de exílio imposto pelo governo provisório da República. Um mapeamento dos lugares e pessoas nos quais Silveira Martins esteve presente e estabelecendo contatos, permite perceber a expansão das redes de poder que foram construídas e de como elas foram mobilizadas ou não no contexto de guerra. Além disso, contribuem para pensar a Revolução Federalista, para além das fronteiras dos Estados Nacionais e da própria região fronteira platina, sob a perspectiva de análise das trajetórias de Gaspar Silveira Martins e de outras lideranças, como a anteriormente mencionada, de João Nunes da Silva Tavares.

Para o estudo de Silveira Martins na Revolução Federalista, tem-se buscado na diversificação das fontes de pesquisa, caminhos que levam a refletir acerca da trajetória desse líder e também suas ideias, articulações e mobilizações não somente durante os anos da guerra, mas anteriormente e posteriormente a eles. Em se tratando de um dos líderes fronteiros, a capacidade de mobilização de pessoas em torno dele e de seus empreendimentos, levou os governos do Brasil, em suas correspondências do Ministério das Relações Exteriores, e do Uruguai a tomar medidas para conter e interna-lo em Montevideu, a fim de desarticulá-los da fronteira⁷.

Nesse viés, família, propriedades, guerra e relações políticas (sociais, econômicas, familiares, entre outros) configuraram a atuação de Silveira Martins na região fronteira platina, assim como os vínculos com a maçonaria e a sociabilidade implicada nela, especialmente para pensarmos como ela contribuiu para a Revolução Federalista e atuação de seus agentes e em suas ideias. Pensamos aqui, na discussão acerca do separatismo, bandeira

.....
7 PÉREZ, Fortunato. Melo, 06 set. 1894. Chefatura Política y de Policía de Cerro Largo. Copiadores. Libro 1604 (1894). Archivo General de La Nación, Montevideu, Uruguai.

que foi levantada nesse período, levando em consideração que, “en algunos pueblos, son las propias logias masonicas agentes de la propaganda separatista, con esta particularidade singular: que em esas logias figuran miembros de los dos partidos rio-grandenses, coincidiendo en la secreta y activa aspiración separatista”⁸.

Dessa maneira, a trajetória de Silveira Martins na Revolução Federalista perpassou também a questão do federalismo adotado por republicanos via Constituição Federal e Estadual do Rio Grande do Sul (1891), na defesa de liberdade e autonomia de sua pátria diante do autoritarismo estadual e intervencionismo federal. No que tange aos federalistas, leva-se em consideração que reuniam em seu seio, uma heterogeneidade de indivíduos oriundos do Império (Partido Conservador e Partido Liberal), do Partido Republicano em suas dissidências e de base política monarquista restauradora e com fortes vínculos com poderes políticos no Uruguai e na Argentina. É nesse sentido que se desenvolvem as presentes pesquisas, no intuito de buscar conhecer essa heterogeneidade e as lideranças envolvidas, seus projetos e interesses para a região fronteira platina.

CONCLUSÃO

A partir dos trabalhos aqui levantados o objetivo foi de realizar uma reflexão a respeito de como as obras trabalharam a questão dos processos envolvidos para o desenvolvimento da Revolução Federalista. Da mesma forma, na perspectiva dos estudos mais recentes, as atuações de lideranças como a de João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins, são emblemáticas no sentido de complexificar e trazer novas possibilidades de compreender o período e a Revolução, por sua história/trajetória na construção do Partido Federalista e da própria Revolução.

Nesse intuito, justificamos que a análise dos discursos do grupo federalista, bem como o plano das relações sociais através das correspondências,

.....
8 EL DÍA. La aspiración de Silveira Martins. El separatismo Riograndense. Joao Francisco e Saraiva. 26 de julho de 1901, p. 1. Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, Montevideu, Uruguai.

são questões que também auxiliam para a complexificação do plano das ideias e das divergências e/ou convergências entre os grupos, e suas respostas frente as crises nacionais vigentes. Assim, ao acompanharmos o percurso individual de cada personagem evidenciamos outras possibilidades de compreensão do passado e as especificidades de suas experiências e relações de poder internacionais, de maneira a auxiliar na observação do processo histórico da sociedade fronteiriça e que, por suas trajetórias de experiências, caminhos e inter-relação com outros sujeitos, bem como as escolhas tomadas trazem outros significados para as compreensões de fronteira, de política e de sociedade do século XIX e contribuem para o aprofundamento da temática no âmbito da história política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.) **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.
- ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado História). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em História, UFSM, 2017.
- BARETTA, Sílvio R. D. **Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in southern Brazil**. 1985. 275f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Pittsburg, Pittsburg, 1985.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: FREITAS, Décio et. al. (Org.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PASSAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p.43-67.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COSTA Marcus Vinicius. A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas. **Dissertação (Mestrado em História)** Santa Maria: Mestrado em Integração Latino-Americana, UFSM, 2006.

DOBKE, Pablo Rodrigues. Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904). **Dissertação (Mestrado em História)** – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do martírio: Narrativa da Revolução de 1893**. 3ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos sobre a Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.145-177.

FÉLIX, Loiva Otel. Monarquia e República. Gaspar e Júlio. O heróis na fala de chimangos e maragatos...ou...contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. In: RAMBO, Arthur; FÉLIX, Loiva Otel. **Revolução Federalista e os Teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995, p. 9-26.

FLORES, Moacyr. (Org.) **1893-95: a Revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Julio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

GUIMARÃES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVAHO, J. M. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 95-122.

GUTFREIND, Ieda. Rio Grande do Sul: 1889-1896. **A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, RS, 1979.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

- HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUNARDI, Emy Francielly. Batalha de discursos: o Advento Republicano e a (Re) construção da Política Catarinense nos Jornais Partidários (1889-1898). **Dissertação (Mestrado em História)**. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: PPGH/UFSC, 2009.
- MOURA, Euclides. **O vandalismo do Rio Grande do Sul: antecedentes da Revolução de 1893**. 2ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.
- NETTO, José Antônio. Memórias do general Zeca Netto: episódios das revoluções de 1893 e 1923. 2ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- OSÓRIO, Helen. Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. **Dissertação (Mestrado em História)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiriço platino. **Tese (Doutorado em História)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PICCOLO, Helga. Nós e os outros: conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). **Sociedade Brasileira de pesquisa histórica. Anais da XVII Reunião**, São Paulo: 1997.
- POSSAMAI, Zita (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3. p. 104.
- RECKZIEGEL, A. L. S. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: UPF, 1999.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- REVERBEL, Carlos. **A Revolução Federalista e o ideário parlamentarista**. 2014. 214f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.
- ROSSATO, Luciana. **Imagens construídas: imagens construídas e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1906)**. 1999. 130f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1999.

ROSSATO, Mônica. Relações de poder na região fronteira platina: Família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins. **Dissertação (Mestrado em História)**. UFSM, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**.

Tradução de Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SÊGA, Rafael Augustus. A Revolução Federalista no Paraná e a Rearticulação da Vida Político-administrativa do Estado (1889-1907). **Tese (Doutorado em História)**.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PPGD/ UFRGS, 2003.

SOUZA, Suzana Bleil de (1994). A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos: uma aproximação histórica. In: LEHNEN, Arno Carlos et al (orgs.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994, p. 78-89.

VILLALBA, EPAMINONDAS. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, documentos e comentários**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

VELLINHO, Moyses. **O Rio Grande do Sul e o Prata: contrastes**. Porto Alegre: IEL, 1962.

XAVIER, Mateus Fernandez. A Revolta da Armada, a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Paraíba, v. 8, n.1, p. 173-200, 2017.

BOMBA DE CHIMARRÃO, FRUTO DE HIBRIDAÇÃO CULTURAL

RICARDO DA SILVA MAYER
MESTRE EM PATRIMÔNIO CULTURAL
UFSM / BRASIL
ESTUDIORICARDOMAYER@GMAIL.COM

RESUMO

A presente investigação se dedica a analisar sob uma perspectiva histórica, e tendo os Estudos Culturais como referencial teórico, como a bomba de chimarrão pode ser compreendida enquanto fruto de hibridação cultural em um território de fronteiras, por vezes elásticas, e de metrópoles que foram cenários de intensas trocas culturais entre indígenas de várias etnias e culturas com europeus de origens e bagagens não menos diversas. Foi realizada uma revisão bibliográfica contemplando tanto relatos de missionários jesuítas e viajantes, desde o século XVI, quanto investigações de autores contemporâneos a respeito dos usos da erva-mate nas sociedades indígenas e coloniais, sobre o ofício da prataria e sobre a configuração dos artefatos usados no consumo da bebida na América Meridional. Tal revisão foi enriquecida por uma pesquisa iconográfica que corrobora os registros textuais. Como resultados, encontramos um histórico sobre os diversos modos de consumo da infusão da erva-mate que precederam o uso da bomba e sobre o desenvolvimento deste artefato. Tais resultados oferecem um panorama que possibilita melhor compreender a origem da bomba de chimarrão e sua relevância como patrimônio cultural na grande região platina.

Palavras-chave: Bomba de chimarrão. Hibridação cultural. Patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

De acordo com Aguirre apud Freire (2011), os conquistadores espanhóis do Paraguai conheceram a erva-mate provavelmente em 1536 e adotaram o hábito de consumi-la alguns anos depois, durante o governo de Domingo Martínez de Irala, entre 1538 e 1556.

O consumo da erva pela população de origem europeia estabelecida na América Meridional, especialmente nos domínios espanhóis, foi baseado inicialmente na exploração extrativista com emprego de mão de obra indígena para localização, coleta e processamento da erva. Segundo Oliveira (2004), os missionários jesuítas conseguiram, em meados do século XVII, cultivar ervais próximos das reduções¹. Assim, a coleta se dava de forma segura, mais rápida e intensa.

A produção missioneira da erva-mate aumentou consideravelmente a oferta do produto nas colônias espanholas, fazendo cair seu preço e, conseqüentemente, popularizando o consumo. Além de comercializada para as cidades, a erva era consumida diariamente pelos indígenas reduzidos que recebiam porções de erva mediante o cumprimento de suas obrigações religiosas, conforme Oliveira (2004).

Segundo Ricca (2002), além dos guaranis, outras etnias sul-americanas como os kaingangues, os mapuches, os aymaras e os quéchuas, conheciam e utilizavam a erva-mate eventualmente com maneiras e funções um tanto distintas, mastigando as folhas ou bebendo a infusão através de uma cana oca. Entretanto, ou autor não situa estes fatos no tempo, o que impossibilita identificarmos quando foram observados tais hábitos e se ocorreram em função do impacto da conquista espanhola, das Missões e de outros eventos que alteraram o modo de vida das populações autóctones.

Se há algum consenso quanto à origem indígena do consumo da infusão da erva-mate, seus modos de uso, seu papel na cultura e os artefatos envolvidos em tal prática são temas que ainda merecem investigações mais apuradas.

.....
¹ Segundo Freire (2011), a primeira redução a plantar um erval foi a de San Javier no ano de 1660.

O folclorista gaúcho Luiz Carlos Barbosa Lessa é autor da obra seminal *História do Chimarrão*, que foi publicada em 1953, como artigo, depois em forma de livro, e tornou-se a principal referência para a cultura rio-grandense quanto às origens da bebida e sua prática no Sul do Brasil.

Conforme Lessa (1986), a bomba estaria presente entre os artefatos utilizados pelos indígenas quando os espanhóis conheceram a bebida no Paraguai do século XVI.

O autor relata que, em 1554, na região do Guairá², a expedição do conquistador espanhol Domingo Martínez de Irala observou o consumo da infusão de certas ervas moídas em uma cuia, com o auxílio de um canudo. Segundo Lessa (1986), apesar do estranhamento inicial, os espanhóis reconheceram a ação estimulante da bebida e aderiram a seu consumo. No regresso à Assunção, levaram sacas da erva pronta para uso. Em breve o consumo da erva se tornaria constante entre os espanhóis:

[...] os índios do Guairá eram mais fortes do que os guaranis de qualquer outra região, eram mais alegres e dóceis e possuíam usos e costumes característicos, ainda não observados entre outras tribos da grande nação. Entre esses hábitos, um por certo despertou a curiosidade entre os homens de Irala; tratava-se do uso generalizado de uma bebida feita com certas folhas fragmentadas, tomada num pequeno porongo por meio de um canudo de taquara, em cuja base um paciencioso trançado de fibras impedia que as partículas da folha também fossem ingeridas. (LESSA. 1986, p. 11)

O folclorista, entretanto, não indica precisamente a fonte desta narrativa. Entre suas fontes, apenas o relato original de Montoya é anterior ao século XIX e este jesuíta, apesar de registrar o consumo da infusão, não descreve como se dava tal prática.

Diante da fragilidade da proposição de que o consumo do mate³ pelos guaranis antes da conquista fosse semelhante ao que se perpetuou no período colonial, pode-se levantar a hipótese de que tanto a prática do chimarrão quanto os artefatos envolvidos sejam fruto de hibridação cultural.

.....
2 Região que corresponde aproximadamente ao oeste do atual estado brasileiro do Paraná, que esteve sob domínio espanhol no período colonial.

3 A palavra mate pode ser sinônimo de chimarrão. Porém, é mais adequada a certos períodos históricos e contextos culturais.

HIBRIDAÇÃO CULTURAL

Segundo Canclini (2008), a construção linguística e social do conceito de hibridação contribuiu para identificar e explicar alianças bastante frutíferas entre tradições pré-colombianas e hispânicas e, posteriormente, as influências da indústria cultural, evidenciando a produtividade e o poder inovador das misturas interculturais.

O pesquisador propõe a seguinte definição: “[...] entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas⁴, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. XIX). O autor esclarece, entretanto, que as estruturas ou práticas discretas são também fruto de hibridações, não podendo, por isso, serem consideradas como fontes puras.

O autor adverte que apesar de tomado da biologia, o termo hibridação não significa que o resultado do processo será algo estéril ou inferior, o que mesmo na biologia não é predeterminado. Ao contrário, a hibridação cultural possui grande poder inovador.

O autor ainda lança o questionamento de porque a hibridação cultural assumiu tanta importância na última década do século XX, se este sempre foi um aspecto do desenvolvimento histórico. Nesta proposição, apesar de Canclini (2008), mais frequentemente, se ocupar do estudo de fenômenos contemporâneos, encontramos convergência com a visão histórica de Burke (2003), na qual percebemos que o hibridismo⁵ cultural não é um fenômeno recente.

Burke (2003) oferece uma perspectiva histórica relevante já que estamos investigando o processo de hibridismo cultural em um artefato cuja conformação, ainda que continue a se modificar, não se deu no momento contemporâneo, mas sim há cerca de 400 anos.

Considerando variáveis como a hierarquia social, a permeabilidade ou a resistência das culturas e os locais de contato (metrópoles, periferias

.....
4 Discreto, no sentido da linguística, define o que se junta a outras partes da língua sem perder sua individualidade.

5 Burke (2003) privilegia o uso do termo hibridismo sem fazer distinção com hibridação.

ou fronteiras), os encontros culturais tendem a apresentar resultados diferentes de acordo com as relações de poder entre as partes, seja uma relação de igualdade ou de desigualdade. Para Burke (2003), o comércio é um dos fatores que favorece e estimula as trocas culturais em zonas de fronteira e em metrópoles, para onde costumam convergir grupos com culturas diferentes que acabam por se influenciar mutuamente.

No que se refere aos artefatos, Burke (2003) cita como suscetíveis ao fenômeno do hibridismo a arquitetura, o mobiliário, as imagens artísticas e ainda os textos traduzidos. Entre as práticas híbridas, o autor cita religiões, música, línguas, esportes e celebrações. Quanto aos povos, seu hibridismo ocorre principalmente em situação de diásporas, por conversão voluntária ou forçada. Tais processos podem ser observados em todas as épocas, em diversos povos ao redor do mundo, não havendo nunca culturas totalmente puras e cujo desenvolvimento já esteja concluído.

O CONSUMO DO MATE NA AMÉRICA ESPANHOLA NO PERÍODO COLONIAL

A partir dos apontamentos de Schmidel (1903) e Montoya (1892), por exemplo, é difícil sustentar que o consumo do mate fosse amplamente difundido entre os indígenas sul-americanos antes da influência europeia. Tampouco é possível precisar o modo de consumo da bebida e os artefatos envolvidos em tal prática.

Entre os costumes dos indígenas, incluindo os guaranis da região que veio a ser o Paraguai, Schmidel (1903) descreve, em seu diário de viagem produzido entre 1534 e 1554, os alimentos disponíveis, tanto de origem animal quanto vegetal e ainda seus modos de consumo, sem fazer qualquer menção ao mate.

No início do século XVII, o padre jesuíta Montoya dedicou alguns trechos de suas anotações publicadas, primeiramente em 1639, à bebida que ele desaprovava por motivos religiosos. Montoya (1892) concluiu a partir de contatos com anciãos indígenas que quando estes eram jovens somente alguns feiticeiros usavam a bebida:

[...] cuidadosamente tenho procurado sua origem entre os índios de oitenta e cem anos e concluí que na época em que esses idosos eram jovens não se bebia nem se conhecia tal erva, senão por algum feiticeiro ou mago que tivesse contato com o demônio, que a mostrou e disse que quando quisesse consultá-lo que a bebesse [...] (MONTROYA, 1892, p. 38. Tradução nossa.)

Outros aspectos da versão de Lessa (1986) merecem, além de uma leitura crítica a comparação com mais fontes. A bomba descrita por este autor, com um “pacioso trançado de fibras” corresponde ao descrito e ilustrado (Figura 1) por Debret (1940) em publicação de 1835, cerca de 280 anos após a referida expedição de Irala:

Pequenas bombas para tomar o chá indígena. Como no Brasil, do mesmo modo que no Chile, a infusão do chá indígena se faz na mesma chícara (sic) em que é servido: acrescenta-se uma pequena bomba, crivada de buracos na base, para aspirar a água aromatizada, livre dos pedacinhos de fôlhas. A da esquerda é de prata. O pequeno ornato colocado na parte superior serve para dar maior firmeza aos dedos da pessoa que toma o chá, quando leva o tubo à bôca. A outra, mais comum, menos durável e menos cara, é feita com palha de arroz trançada e fixada a um tubo vegetal. Esses utensílios indispensáveis vendem-se às dúzias. (DEBRET, 1940, p. 135).

Figura 1 – Potes de madeira e de terracota para água. Imagem completa e detalhe



Imagem completa e detalhes. A: bomba em prata. B: bomba em materiais vegetais.

Autor: Jean-Baptiste Debret. 1835. Fonte: Biblioteca Brasileira USP.

Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3701> Acesso em 20/out/2018

O pesquisador argentino Oberti (1960) dedicou um artigo ao tema da origem da bomba e admite não ter encontrado documentação que se refira ao artefato no século XVI:

Consultando vinte conquistadores, cronistas e viajantes da primeira metade do século XVI, não encontramos uma única citação sobre o mate, menos ainda sobre o uso de um determinado utensílio que poderia nos dar a ideia de um certo tipo de bomba. (OBERTI, 1960, p. 154. Tradução nossa).

Na documentação referente ao período das Missões que pudemos consultar, como os constantes na Coleção De Angelis⁶, não foi encontrada nenhuma descrição do modo de beber o mate, tampouco o registro da existência da bomba.

Outro testemunho importante é o do padre jesuíta Montenegro (1945) que dedica várias páginas de seu manuscrito de 1710 sobre plantas medicinais da região platina à erva-mate:

[...] estas terras muito quentes e úmidas causam grave relaxamento dos membros e dilatação dos poros. Vemos que normalmente se transpira em excesso e nem o vinho nem coisas quentes são remédios para amenizar. A erva sim é, se tomada em clima quente com água fria, como os índios a usam, e em climas frios ou temperados, com água quente e morna. Aqueles que a usam com água muito quente e em grande quantidade sentem falta dela e isso não lhes fará muito bem. Se for tomado muito quente é conveniente ser pequena a quantidade, como quatro ou cinco goles, que assim confortam o estômago... (MONTENEGRO, 1945, p. 57. Tradução nossa).

O jesuíta descreve o modo de preparo da infusão e as indicações terapêuticas da planta, mas também não se refere ao modo de beber. É no mínimo intrigante que um hábito de consumo distinto em relação a outras infusões, com o uso de um artefato para sorver, não fosse registrado em uma obra tão minuciosa.

Uma breve descrição feita pelo padre Cardiel (1900), cujo manuscrito data de 1758, pode indicar que nas reduções o mate era bebido pelos

.....
⁶ Adquirida em 1853 por d. Pedro II, a Coleção De Angelis é composta de 1.533 peças. Atualmente integra o acervo da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

indígenas como se bebe o chá, ou seja, sem o uso da bomba. O missionário também indica que o suprimento de erva era controlado e condicionado ao cumprimento de obrigações religiosas:

Os adultos, ao ouvirem a missa, recebem uma ração de erva do Paraguai⁷. Dá-se um punhado para cada um e eles vão beber em suas casas. Bebe-se à maneira do chá. E então eles vão para os campos ou para as tarefas comunitárias [...] (CARDIEL, 1900, p. 276).

Um testemunho sobre os modos de beber a infusão da erva-mate vamos encontrar, entretanto, nas memórias do padre Paucke (2010). Segundo este missionário jesuíta, as pessoas humildes bebiam o mate diretamente em uma meia cabaça afastando a erva com o lábio superior e filtrando a infusão entre os dentes. Outros bebiam com o auxílio de uma colher grande com a qual mantinham a erva separada do líquido. Mas os espanhóis da elite usavam um outro método:

Aqueles que são espanhóis distintos têm seus mates⁸ ou meias cabaças guarnecidas com prata ao redor. Estes ficam em uma base de prata e dentro do mate há um recipiente de prata muito finamente perfurado com um suporte para apoiar na extremidade do mate no qual eles colocam a erva, derramam água em cima e bebem imediatamente. Mas eles não bebem do jeito que se costuma beber o chá. Eles usam um tubo de prata de um jeme⁹ de comprimento, chamado de bombilla, que tem um bulbo redondo e oco embaixo completamente perfurado por pequenos orifícios para que, se cair alguma erva na água, ela não entre pelo tubo. A água é sugada através do tubo para a boca e então é bebida. (PAUCKE, 2010, p. 658. Tradução nossa)

A partir desta descrição, podemos supor que as pessoas das classes mais altas bebiam de um modo e as pessoas das classes baixas de outros. Notemos que Cardiel (1900) e Paucke (2010) se referem ao chá, infusão que era bebida como atualmente, trazendo o recipiente aos lábios.

.....

7 Denominação da erva-mate que pode constar em textos dos séculos XVII a XIX, principalmente.

8 Em espanhol, a palavra mate designa tanto a bebida como o recipiente que no Brasil chamamos de cuia.

9 Medida semelhante a um palmo. Porém, enquanto um palmo se mede pela distância entre a ponta do dedo polegar até a ponta do indicador, um *jeme* se mede da ponta do polegar à ponta do indicador.

Este jesuíta esteve em vários lugares da região e viveu também entre os indígenas das reduções. Entretanto, apesar de registrar o uso do mate pelos guaranis reduzidos, não especifica seu modo de beber. Como faz distinções de classe em seu relato, incluindo o tipo de erva usado por duas camadas sociais, é possível supor que os indígenas estivessem entre os que o padre chama de humildes e que bebessem diretamente na cabaça, sem qualquer outro artefato.

A descrição mais antiga da bomba de mate que foi possível localizar no âmbito desta pesquisa data do início do século XVIII e foi publicada em Amsterdã. Frézier (1717), um viajante francês, registrou o hábito de beber a infusão pela elite de Lima, no Peru:

Em vez de beber a tintura separadamente como bebemos a do chá, colocam a erva em um recipiente feito de cabaça, guarnecido com prata, o que eles chamam de mate; eles adicionam açúcar e bebem a água quente de uma vez, sem dar tempo para infundir, porque escurece como tinta. Para não ingerir a erva, é usado um tubo de prata, no final do qual há um bulbo perfurado com vários pequenos orifícios, de modo que o líquido que é sugado pelo outro extremo fica totalmente livre de erva; eles bebem com o mesmo tubo, colocando água quente na mesma erva à medida que bebem. Em vez de um tubo ou bombilla, alguns deles afastam a erva com um separador perfurado de prata com vários furos pequenos. [...] Esta bebida, a meu gosto, é melhor que o chá, tem um agradável odor de erva; as pessoas do país estão tão acostumadas a ela, que apenas os mais pobres não a usam pelo menos uma vez por dia ao se levantar. O comércio da erva do Paraguai é feito em Santa Fé, de onde vem pelo Rio da Prata. Há dois tipos, uma chamada Hierba de Palos, e a outra mais fina e de melhor qualidade, Hierba de Camini, esta última das terras dos Jesuítas. (FRÉZIER, 1717, p. 169. Tradução nossa)

A bomba descrita corresponde ao que foi registrado graficamente em vários outros momentos (Figura 2). É também descrito o apartador tal como em outras publicações posteriores, um objeto alternativo à bomba que servia para separar a erva da água enquanto bebia-se a infusão diretamente na cuia.

O registro textual de Frézier (1717) se refere ao hábito dos habitantes de uma metrópole da época, Lima, na costa do Pacífico, na primeira metade do século XVIII. Este é, portanto, anterior aos manuscritos de Cardiel

Figura 2 – Senhora Criolla de Lima e detalhe, objetos em prata para consumo de mate



Autor: Julian Davila, 1774. Fonte: Biblioteca Digital Hispánica.

Disponível em: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000026049>>.

Acesso em: 20 out. 2018

(1900) e Paucke (2010), ambos da segunda metade do século XVIII, frutos de suas estadas na região platina.

Zatti (2006) conclui a partir de apontamentos de Dobrizhoffer (1822) que foram os espanhóis que introduziram o uso da bomba por não se adaptarem ao método dos indígenas, que mais tarde também adotaram a bomba por ser mais adequada ao consumo da bebida quente.

Esta hipótese torna-se plausível se considerarmos que o uso original da erva-mate entre os indígenas era restrito e não cotidiano como passou a ser com o acesso à erva proporcionado ao conjunto das comunidades reduzidas pelos padres jesuítas.

Conforme testemunho do missionário Dobrizhoffer (1822), cuja primeira edição data de 1784, havia diferenças entre as formas de beber a infusão da erva-mate. O autor inclui paralelamente à bomba de prata, bombas de materiais vegetais. Porém, não menciona o filtro trançado descrito por Debret (1940):

O recipiente em que é tomada é feito de chifre, ou de uma cabaça dividida ao meio que, para as classes mais altas é totalmente revestida com prata. Neste recipiente eles colocam uma colher cheia de erva, mexem por um tempo com açúcar e água fria e, em seguida, despejam sobre ela a água quente. Muitos adicionam suco de limão. A erva assim preparada é filtrada através de um tubo de prata, anexo ao qual está um pequeno globo delicadamente perfurado; isso é feito para que não chegue à garganta qualquer partícula da erva junto com a bebida, já que isso é nocivo para o estômago. Outros usam para isso um fino tubo de madeira ou de cana delgada. Os índios, que não têm o hábito de filtrá-la, muitas vezes engolem involuntariamente uma certa quantidade da erva. [...] É provável que a água quente em que a erva ficou mergulhada por muito tempo não seja boa para a saúde. Esta água escurece bastante e é usada por fabricantes de tinturas para acentuar a negritude de sua tinta. (DOBRIZHOFFER, 1822, p. 103).

A partir de Dobrizhoffer (1822), podemos ainda supor que a adoção da bomba de prata ou de algum material vegetal pelos não indígenas teria sido motivada pela crença de que a ingestão involuntária de porções de erva seria prejudicial à saúde.

Figura 3 – Bomba contemporânea em prata com filtro esférico, semelhante à descrição



*Comprimento: 26cm. Origem: Argentina. Não datada. Acervo de Derly e Irene Webber. Porto Alegre, RS.
Fonte: fotografia do autor, Ricardo da Silva Mayer.*

Preocupação semelhante encontramos em registro de Demersay (1867) que testemunhou o consumo da erva-mate em forma de chá na província de São Paulo, no século XIX, com folhas não trituradas para evitar a ingestão de partículas.

Um relato de Azara (2006), militar e naturalista espanhol, escrito a partir de 1781 na bacia do Prata inclui a bomba:

Para beneficiar a erva, eles queimam as folhas passando o ramo pelo fogo. Depois a tostem, [...] Para usá-la, eles colocam um punhadinho em uma cabaça chamada mate, com água quente e imediatamente a sugam por um pequeno tubo, ou bombilla, que

tem furos na extremidade inferior para passar a água e reter a erva. Isso é servido três ou quatro vezes, derramando nova água e alguns deles colocam açúcar. Eles tomam em todos os momentos [...]. Os índios selvagens de Mondai e Maracayú costumavam tomar esta erva e os espanhóis aprenderam com eles. (AZARA, 2006, p. 30. Tradução nossa).

Notemos que o autor se refere tanto aos trabalhadores envolvidos no processamento da erva, supostamente pessoas de classe baixa, quanto àqueles que dispunham de açúcar, produto elitizado na época. Porém, Azara (2006) não especifica se a bomba citada era de metal ou de cana vegetal.

Considerando a documentação consultada, verificamos que a bomba em prata está documentada desde 1717 por Frézier (1717), enquanto a bomba em cana vegetal foi registrada décadas mais tarde, em 1784 por Dobrizhoffer (1822) sem menção ao um filtro trançado. A versão com filtro de fibras trançadas foi documentada em 1835 por Debret (1940).

Se tomarmos a data alegada por Lessa (1986) para o contato dos espanhóis com os guaranis conhecedores do mate e usuários de uma bomba em cana vegetal com filtro de fibras trançadas, 1554, e os registros de bombas em cana vegetal de Dobrizhoffer e Debret, temos de 230 a 280 anos de intervalo. Período em que ocorreram profundas transformações políticas, sociais e culturais na América Meridional como as conquistas e colonizações pela Espanha e Portugal, o estabelecimento e o fim das Missões Jesuíticas, o apogeu e o declínio das minas de prata e a exploração intensiva da erva-mate.

Com produção e comércio em larga escala, a erva-mate tornou-se item indispensável no cotidiano dos habitantes dos vice-reinos do Peru e do Prata e seu consumo estendeu-se por todas as classes sociais com algumas variações como o acréscimo de açúcar e o uso de requintados artefatos em prata “para dar decoro e status social ao primitivo costume indígena” (VILLANUEVA, 1995, p. 77. Tradução nossa).

A prata foi um metal disponível na América Meridional em função da descoberta e exploração de minas desde os primeiros tempos da conquista do Peru. Conforme Parodi (2008), tal disponibilidade atraiu prateiros de várias regiões da Espanha, além de italianos, portugueses, belgas e alemães.

Quanto à região platina, segundo Colombino (1999), os primeiros prateiros se estabeleceram no atual Paraguai a partir de 1541.

Considerando que o cultivo, o processamento e o consumo da erva-mate foram profundamente transformados pela exploração em grande escala e sua adoção pelos colonizadores abrangeu todas as classes sociais, é possível verificar que o modo de beber (Figura 4) tenha sido também transformado ao longo dos séculos.

Figura 4 – Modos de consumo da erva-mate conforme fontes citadas



1. *Simplemente mastigando as folhas.*



2. *Bebendo a infusão das folhas direto numa tigela.*



3. *Usando uma espécie de colher perfurada para afastar a erva.*



4. *Com um coador dentro da cui e um tubo de prata para sugar.*



5. *Usando a bomba de prata com filtro esférico.*



6. *Usando a bomba de taquara com filtro de fibras trançadas.*

Fonte: Elaborado pelo autor, Ricardo da Silva Mayer

A hipótese de que os indígenas originalmente não utilizassem uma bomba para sugar o mate não significa necessariamente que estes mantivessem hábitos inferiores, ou que não fossem dotados de capacidade inventiva. Pode significar simplesmente que tal artefato não tivesse função em suas práticas culturais originais.

É possível levantar ainda a hipótese de que a necessidade de um objeto econômico, executado com materiais triviais e próprio para ser vendido “às dúzias”, como registrou Debret (1940), tenha levado à substituição do objeto de prata pelo de taquara combinada com fibras vegetais (Figura 5) por algumas camadas da população no final do século XVIII e início do século XIX, inclusive porque este metal já não era tão acessível em função do esgotamento das minas.

Figura 5 – Bomba em taquara com cesto em fibras vegetais semelhante à descrição



Comprimento: 21cm. Etnia Kaingang. Século XX. Acervo do Museu Paranaense. Curitiba, PR.
Fonte: fotografia do autor, Ricardo da Silva Mayer

Conforme Mayer (2018), desde a concepção das primeiras bombas de prata suas concepções formais seguiram estilos trazidos da Europa como o barroco, o neoclássico, o eclético, por vezes fundidos com elementos das culturas autóctones, especialmente devido à influência da prataria andina. Estilos característicos do século XX como o art nouveau, o art déco e o moderno (Figura 6) também estão presentes na configuração e decoração de bombas metálicas.

Figura 6 – Bomba de prata e ouro em estilo moderno.



Comprimento: 23cm. Produzida por: Casa Vargas. Coleção Eduardo Bortolin, Porto Alegre, RS.
Fonte: fotografia do autor, Ricardo da Silva Mayer.

Nos primeiros anos do século XX, a industrialização possibilitou a produção em larga escala, o aumento da oferta, a consequente redução do preço e a popularização das bombas, principalmente em alpaca e em outras ligas ainda mais econômicas. No decorrer do século XX, o aço inox e outras ligas metálicas foram introduzidas como alternativas à prata e a alpaca, ainda que tais metais sigam em utilização. A configuração básica das bombas de chimarrão continua como o descrito no início do século XVIII: um tubo com um filtro perfurado na extremidade inferior.

CONCLUSÃO

Conforme esta investigação que considerou um amplo conjunto de fontes que Lessa (1986) provavelmente não teve acesso, não é possível dar como certa a presença da bomba entre os artefatos usados pelos indígenas guaranis da região do Guairá no século XVI quando estes foram contatados pelos conquistadores espanhóis.

As fontes nos levam à conclusão de que foram experimentadas várias formas de consumir a infusão com o intuito de evitar a ingestão indesejada de partículas de erva. Com disponibilidade de prata e artesãos qualificados, a bomba metálica foi a solução encontrada e tornada padrão para o consumo da bebida unindo conhecimentos e práticas de várias culturas que estabeleceram contatos na América Meridional.

Guardando-se as proporções, podemos considerar que Lima, Potosí, Assunção e Buenos Aires, cada uma a seu tempo, foram metrópoles da época colonial para onde convergiram pessoas de diversas regiões da Europa e das Américas. O crescimento destes polos regionais demandou e estimulou o desenvolvimento de artes e ofícios para suprir as necessidades e os hábitos de luxo das elites que nelas prosperaram.

Com limites indefinidos, comércio e transporte das riquezas locais, afluência de imigrantes e deslocamento de populações, o território estudado se constituiu em zonas de fronteiras que propiciaram o encontro de não apenas duas culturas, a indígena e a europeia, mas de um conjunto ainda maior se considerarmos que tais culturas não eram blocos

uniformes, mas sim diversificadas em seu interior e já afetadas por inúmeras influências.

A produção em larga escala e o processamento da erva-mate em partículas finas levou à oferta de um produto que demandava a filtragem. Assim gerou-se também a demanda por um instrumento, em prata ou em taquara, para tal função.

O modo de beber o mate tal como se consolidou no século XIX é fruto de um processo de hibridação cultural na acepção de Canclini (2008) em que o encontro entre indígenas e europeus gerou novos artefatos para novas práticas culturais.

Este conjunto de fatores nos faz concluir que as bombas de chimarrão, tais como as conhecemos, são fruto de hibridação cultural já que nelas se somam elementos tanto funcionais quanto estéticos originários de diferentes culturas e ainda porque elas estão inseridas em um hábito alimentar e numa prática social que, por sua vez, também são frutos de hibridação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZARA, F. **Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata**. Buenos Aires: Biblioteca Virtual Universal, 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.org.ar/libros/130467.pdf>> Acesso em: 30 out. 2017.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARDIEL, J. **Misiones del Paraguay: declaración de la verdad**. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1900.

COLOMBINO, C. **Oro y plata en el Paraguay**. Assunção: Arte Nuevo, 1999. Disponível em: <http://www.portalguarani.com/79_carlos_colombino/937_oro_y_plata_en_paraguay__carlos_colombino__centro_de_artes_visuales_museo_del_barro.html> Acesso em: 01 jul. 2017.

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins, 1940.

- DEMERSAY, A. **Étude économique sur le maté ou thé du Paraguay**. Paris: Bouchard-Huzard, 1867.
- DOBBIZHOFFER, M. **An account of the Abipones: an equestrian people of Paraguay**. v. 1. Londres: John Murray, 1822.
- FREIRE, P. C. V. **Mboroviré: a erva-mate no Paraguai colonial**. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, UnB, Brasília, 2011.
- FRÉZIER, A, F. **Relation du voyage de la mer du sud aux cotes du Chili, du Perou et du Bresil**. Tome Second. Amsterdam: Pierre Hubert, 1717.
- LESSA, L. C. B. **História do chimarrão**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- MAYER, R. S. **O Rio Grande do Sul e as bombas de chimarrão: expressões de identidades culturais**. 2018. 149 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. UFSM. Santa Maria, 2018.
- MONTENEGRO, P. **Materia Médica Misionera**. Buenos Aires: Edición de la Biblioteca Nacional de Buenos Aires, 1945.
- MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Iesus en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape**. Bilbao: Imprenta del Corazon de Jesus, 1892.
- OBERTI, F. Disquisiciones sobre el origen de la bombilla. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano**, v. 1, p. 151-158, 1960.
- OLIVEIRA, M. O. **História e arte guarani: interculturalidade e identidade**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.
- PARODI, L. M. V. **Plateros indígenas en el Virreynato del Perú: siglos XVI y XVII**. Lima: Fondo Editorial, 2008. Disponível em: <http://ateneo.unmsm.edu.pe/ateneo/bitstream/12345_6789/124/1/Plateros_Vetter_2008.pdf> Acesso em: 10 jul. 2017.
- PAUCKE, F. **Hacia allá y para acá**. Santa Fe: Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, 2010.
- RICCA, J. **El mate: los secretos de la infusión**. 2. ed. Montevidéo: Mandinga, 2002.
- SCHMIDEL, U. **Viaje al Rio de la Plata**. Cabaut y Cia.: Buenos Aires, 1903.
- VILLANUEVA, A. **El mate: el arte de cebar e su lenguaje**. Buenos Aires: Nuevo Siglo, 1995.
- ZATTI, C. **O Paraná e o paranismo**. Curitiba: Progressiva, 2006.

FORMAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO BRASILEIRO E NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL (1823-45)

ALESSANDRO DE ALMEIDA PEREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (DOUTORANDO)
ALESSANDRO.HIST@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado), da Universidade Federal de Santa Maria e compõem o projeto de tese que tem como título “O processo de formação dos partidos políticos na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1845-1862)”¹.

A formação dos grupos políticos e partidos no Brasil é um tema que nos últimos anos ressurgiu com novas propostas analíticas, como no caso das pesquisas de Erik Höner que, ao analisar os movimentos liberais de 1842 na província de Minas Gerais, conclui que “os ‘rótulos’ Partido Liberal e Partido Conservador são frutos de projeções e não correspondem à complexidade da cena política da Regência e primeiros anos do Segundo Reinado”, de acordo com Höner (2007, p. 237) “esses dois ‘partidos’ faziam-se, certamente, mais presentes na relação de ministérios de Joaquim Nabuco e nos programas partidários de Américo Brasiliense que no interior

.....
¹ O trabalho é orientado pelo professor Dr. Luís Augusto Farinatti (UFSM) e coorientado pela professora Dra. Maria Medianeira Padoin (UFSM).

das assembleias e governos do Brasil Imperial”. Outro trabalho instigante é a pesquisa de Ivo Coser, que apresenta como inovação uma postura metodológica que buscou identificar “os usos do termo partido”.

O trabalho que apresentamos nesse momento da pesquisa é o resultado de um exercício analítico sobre um período que antecede o marco temporal estabelecido para a nossa proposta da Tese, quer seja, a data final da *Revolução Farrroupilha* (1845) e a data em que é formado o primeiro ministério que se identificava como pertencente ao partido progressista (1862)².

O retrocesso na cronologia realizado nessa pesquisa tem como objetivo destacar os principais usos de alcunhas identitárias de grupos políticos no Império brasileiro e na província do Rio Grande de São Pedro do Sul, ente 1822 até 1845. Nesse sentido demonstramos que nesse período há diferentes termos que denominavam os grupos políticos, para além dos termos *Santa Lusias* e *Saquaremas*, estes por sua vez só vieram aparecer com ênfase no discurso político na província do Rio Grande do Sul no final da década de 1840.

O período escolhido nesse texto para análise possui a mudança e transformação de usos das palavras como característica essencial. Os movimentos, tais como, o processo de Independência das Treze Colônias inglesas e a formação dos Estados Unidos (1763-1783), Revolução Francesa (1789), a elaboração da Constituição de Cádiz de 1812 e a Revolução do Porto de 1820 fomentaram o uso de novos conceitos no contexto político da América longo do século XIX. Palavras como Liberal, Liberalismo, Sistema Representativo e partido passaram por um processo de aquisição de novos usos políticos, pautados por uma historicidade com ritmos de transformações diferentes entre si.

No período correspondente ente 1822 a 1845 ocorreram diferentes transformações na vida política do Império brasileiro. A escolha do Sistema Representativo e o surgimento de instâncias representativas em diferentes níveis, quer seja, a Câmara Temporária e Câmara do Senado,

.....
2 A Liga Progressista lançou um programa partidário, em 1864. Tal postura inaugura um novo elemento para a história dos partidos políticos ao longo do Império brasileiro.

assim como as Assembleias provinciais, constituíram-se em elementos que foram balizas para a determinação das características dos partidos políticos que surgiram no processo de institucionalização do Estado brasileiro, ao longo do século XIX.

A Constituição brasileira de 1824 não determinou uma forma de organização política para os grupos de cidadãos. Essa determinação permaneceu em aberto ao longo de todo o século XIX. Ao mesmo tempo em que surgiam novas instâncias de atuação política institucional no Império brasileiro, os indivíduos passaram a utilizar cada vez mais nomes para autodefinir seus grupos como partidos e para caracterização de seus adversários. Esse trabalho expõe alguns resultados sobre a pesquisa da formação dos grupos políticos entre 1822 ao ano de 1845.

LIBERALISMO E SISTEMA REPRESENTATIVO

Na América e na Europa, entre os anos de 1808 a 1821, ocorre uma série de acontecimentos que influenciam nas transformações dos vocábulos políticos. O Brasil nesse contexto torna-se sede da dinastia de Bragança, passa a ter tipografias próprias e alcança a posição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Enquanto isso, na península Ibérica, há a organização de juntas governativas, a elaboração de Constituição de Cádiz de 1812, a Revolução do Porto e a formação da Assembleia Constituinte de Lisboa, em 1821-22. As ideias que motivaram e surgiram ao longo desse período resultaram em transformações, no Brasil, dos usos da palavra *Liberdade*. Mesmo que lentamente, essa palavra que anteriormente possuía um significado relacionado ao âmbito econômico passou também a ser “caracterizada pelos direitos e garantias individuais, baseados em critérios isonômicos.” (LYNCH, 2007, p.212).

Durante o século XVIII e XIX a Inglaterra, França e Estados Unidos – países mais influentes no Ocidente – desenvolveram o Sistema Representativo como o sistema de governo de seus respectivos Estados. Esse mesmo sistema foi adotado pelo Império brasileiro, destacado na Constituição de 1824. No Dicionário da Língua Portuguesa, o conceito de *governo*

Representativo, assim como a palavra *liberal* com o sentido político, surgiram apenas na publicação do ano de 1844.

De acordo com Bernard Manin (2018, p. 18) “O governo representativo não foi concebido como um tipo particular de democracia, mas como um sistema político original baseado em princípios distintos daqueles que organizam a democracia”.

Os princípios básicos do Sistema Representativo, formulados no final do século XVIII e aplicados na prática por meio de instituições liberais, consistiram em: *autonomia* dos representantes em relação aos representados; *eleições periódicas*, que serviam como um mecanismo regulador para essa autonomia representativa; *liberdade de expressão*; e, o debate como forma de alcançar o bem comum em uma instituição específica para esse embate de ideias, quer seja, o *parlamento* (MANIN, 1995).

No sistema político representativo a liberdade de opinião está associada com o vínculo exigido entre as necessidades da população e a autonomia de ação dos representantes. Estes não precisam tomar decisões de acordo com as vontades dos representados, no entanto as vontades da população não podem ser ignoradas. Em resumo, a liberdade de opinião não possui um valor impositivo, mas também não é considerada como irrelevante para os representantes.

O parlamento constituía um lugar de deliberação, onde os representantes pudessem constituir seus posicionamentos e tomadas de decisões a partir da discussão de ideias e o consentimento de uma maioria era alcançado através da construção argumentativa. Possibilitar a livre deliberação era o que justificava, no parlamentarismo clássico, a autonomia dos deputados em relação aos eleitores (MANIN, 1995). As *eleições periódicas* funcionariam, em teoria e aplicação prática, como uma espécie de avaliação dessa *elite política*.

É fundamental uma atenção para esses aspectos teóricos que caracterizavam o século XIX, quer seja: o desenvolvimento teórico e o projeto de Estado Imperial pautado por esses novos sentidos do termo liberal, a aplicação do Sistema de Governo Representativo, uma legislação eleitoral

específica que determinava a estrutura e as regras do jogo político e consequentemente o desenvolvimento da ideia de partidos políticos como denominação para os grupos que atuavam politicamente através da institucionalização do Estado. No entanto, esses elementos estiveram maior impacto no Império brasileiro a partir de meados da década de 1840.

A participação política em instâncias representativas ocorreu de forma sistemática a partir do ano de 1826 e as Assembleias Provinciais, após o ano de 1834. Além disso, o Império brasileiro foi palco, do norte ao sul, de diferentes movimentos reivindicatórios, até finais da década de 1840. Esses elementos corroboraram para a utilização de diferentes significados de termos políticos, especialmente, a palavra *partido*. Nesse sentido, entre as décadas de 1820 e 1840 ocorre uma formação de grupos políticos, que em determinadas circunstâncias são autodenominados pelos atores sociais como *partidos* e com uma dinâmica política específica em cada província brasileira.

FORMAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO BRASILEIRO E NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL (1822-45)

Em 1823, D. Pedro I havia interrompido os trabalhos da Assembleia Constituinte, promovendo a prisão e exílio de alguns de seus membros. No ano seguinte, seu ato foi outorgar a Carta Constitucional, na qual garantia a existência de quatro poderes – Executivo, Moderador, Judiciário e Legislativo. Apesar da manutenção desse último poder, o parlamento reuniu-se novamente apenas no ano de 1826. Os projetos com maior impacto para a organização do Estado nacional foram traçados a partir da sua abdicação ao trono do Império brasileiro, possibilitando que os deputados e senadores pudessem, com maior autonomia, desenhar o aparato institucional do Estado³.

.....
3 D. Pedro I ao abdicar do trono em 1831 permitiu que os Deputados, resguardados pela Carta Constitucional de 1824, elegeassem os membros da Regência e é nesse período que os Deputados e Senadores discutem o projeto de Reforma Constitucional conhecido posteriormente como Ato Adicional.

O Império brasileiro, entre as décadas de 1820 e 1830, sofreu com situações desestabilizadoras, concomitante ao seu processo de independência, na qual foi testada a capacidade de manutenção da unificação do território herdado pela Coroa portuguesa. Entre 1822 e 1831, paralelamente ao reconhecimento de D. Pedro I como Imperador do Brasil, nas Câmaras Municipais⁴, ocorreram revoltas no nordeste, onde lideranças tentaram a separação e criação da Confederação do Equador, o que testava a manutenção do território luso-americano herdado de Portugal.

Os grupos políticos que surgiram no parlamento, entre a década de 1820 e 1830, estavam vinculados a modelos distintos do Liberalismo⁵. A legislatura, formada em 1823, foi composta por moderados, monarquistas constitucionais, democratas radicais, inclusive republicanos que formaram uma maioria na assembleia que explicitaram o desejo de criar uma monarquia constitucional em que o monarca – D. Pedro I, os conselheiros portugueses e os absolutistas da Assembleia seriam neutralizados por um Parlamento dominado por *brasileiros*.

No ano de 1823, segundo Needell (2011), a Câmara estava dividida em dois grupos políticos (*facções* para autor) que se organizaram de acordo com sua relação com o Imperador⁶. O primeiro grupo, apoiador de D. Pedro I e alinhado à oligarquia luso-brasileira, era formado por famílias de fazendeiros que se destacavam na Corte, na baixada fluminense e nas províncias do nordeste. Eram pessoas que dominavam as nomeações para o governo.

.....
4 Sobre o reconhecimento da Carta Constitucional de 1824 pelas Câmaras Municipais do Império brasileiro, durante o processo de Independência, ver o trabalho de Iris Carvalho de Souza "A Pátria Coroada"

5 A origem dos grupos políticos pode ter se dado antes mesmo da existência das Assembleias ou foram articulados no interior de parlamento, em nossa pesquisa não consideramos essas questões como uma problemática possível de ser comprovada empiricamente. J. Needell (2009, p.7) apresenta três âmbitos como locais de organização dos partidos: maçonaria, sociedades e seus respectivos periódicos e os oradores que falavam das oligarquias regionais e para elas. Para Needell os oradores são um modelo primordial e fundamental para a compreensão da origem dos partidos, pois enquanto eles articulavam a direção política, as oligarquias proporcionavam as bases para os votos.

6 O parlamento herdou da tradição britânica a prática parlamentar de dividir o plenário em *grupo da maioria* e *grupo da minoria*, "sendo raro e mesmo motivo de estranheza que se dividisse em mais de duas partes" (HÖNER, 2013, p.223).

O grupo que fazia oposição estava relacionado com as oligarquias regionais excluídas das nomeações e benefícios do Estado, assim como, alinhavam-se à população urbana intermediária, que desejava uma forma de governo mais representativa. Na Câmara, esse grupo político, era composto pelas “oligarquias excluídas e elementos urbanos subalternos”, segundo Needell (2009), formava a base da “*Oposição liberal*” que atuou nos anos de 1826-1831.

Após a ação do Imperador, que prendeu os membros dessa legislatura e com auxílio do Conselho de Estado outorgou a Carta Constitucional de 1824, os deputados se reuniram novamente em 1826. Nesse ano, a maioria da Câmara estava formada por líderes do nordeste que fracassaram dois anos antes na tentativa de criação da Confederação do Equador, mas sobreviveram e uniram-se com líderes de outras províncias formando a “*oposição liberal*”⁷ (NEEDEL, 2009).

A *oposição liberal* era articulada principalmente por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo Ferreira da Veiga e Diogo Antônio Feijó. No período entre 1826 e 1831, foram debatidos projetos referentes à organização do poder local, desde o momento em que o deputado Vergueiro apresentou um projeto para regulamentar a administração municipal. Na Assembleia Geral, os deputados passaram a debater a criação do cargo de Juiz de Paz, tal magistratura eleita em nível local, com poderes essenciais durante as eleições, na qual resultaram diversos conflitos. Enquanto isso, no Senado era debatido as prerrogativas para as Câmaras Municipais (DOLHNIKOFF, 2005).

A segunda legislatura (1831-1834) atuou durante o período Regencial (1831-1840). Miriam Dolhnikoff (2005, p.89) caracteriza a maioria dessa segunda legislatura da câmara como liberais, que sabendo do momento propício conseguiram aprovar “uma lei de regência que estabelecia a primazia do Legislativo sobre o Executivo”. A lei limitava os poderes da Regência, retirava o poder de dissolver a Câmara dos Deputados –

.....
7 Segundo Clauss Rodarte na primeira Legislatura da Câmara Temporária (1826-1829) ocorreu uma divisão entre a ala da “costa esquerda” denominada oposição ministerial e o grupo ministerial. Assim, parece ser usual no período tanto os termos *oposição liberal* como *oposição ministerial* para denominação do mesmo grupo.

direito estabelecido pela Carta Constitucional para o titular do Poder Moderador. Na comissão responsável por redigir o projeto estavam presentes Paula Souza, Costa Carvalho e Honório Hermeto Carneiro Leão.

Ainda entre as reformas aparecia a criação da Guarda Nacional, uma força coercitiva a nível local, organizada por província, submetida ao juiz de paz e ao governo provincial. Em 1832 foi aprovado o Código de Processo Criminal, com o intuito de organização da justiça eletiva local, e a lei que destacava os artigos da Carta Constitucional que deveriam ser reformados pela próxima legislatura (DOLHNIKOFF, 2005, pp. 91-92)

Na comissão para analisar as leis que deveriam ser modificadas estavam presentes Paula Souza, Costa Carvalho, ambos oriundos da Província de São Paulo, e José Cesário de Miranda Ribeiro, deputado eleito pela Província de Minas Gerais (DOLHNIKOFF, 2005). O resultado foi um projeto que buscava caracterizar o governo do Brasil como uma *Monarquia Federalista*, o fim da vitaliciedade do mandato dos senadores, extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado, criação das Assembleias Provinciais com autonomia para criação de impostos e obras públicas; a possibilidade de derrubar o veto do Executivo a partir da decisão de uma maioria simples no parlamento; substituição da regência trina pela una e o titular eleito pelas Assembleias Provinciais.

Miriam Dolhnikoff (2005) apresenta as negociações parlamentar para a elaboração do projeto final de reforma constitucional. A Carta Constitucional de 1824, determinava que toda ementa constitucional deveria ser aprovada na Assembleia Temporária e no Senado. O processo dessa negociação apresenta tons menos formalizados por regras institucionais, uma vez que lideranças liberais que então contralavam a Regência – entre eles Feijó, que era Ministro da Justiça – “tentaram desferir um golpe de Estado, conhecido como golpe de 30 de julho, para aprovar o projeto tal qual saído da Câmara” (DOLHNIKOFF, 2005, p.94).

No entanto, a maioria dos deputados repudiaram essa solução fora da margem constitucional e o plano acabou fracassando. O processo de reforma Constitucional passou pela aprovação das duas casas do parlamento,

tendo sido recusadas algumas emendas pelos senadores (como a que previa o fim da vitaliciedade do cargo), o que resultou em uma sessão conjunta entre a Assembleia Geral e o Senado. O projeto final foi uma vitória parcial para cada lado, entre elas os senadores mantiveram a vitaliciedade do cargo e a retirada da declaração do Brasil como uma monarquia federativa e os liberais conseguiram aprovar o fim do Conselho de Estado, a criação das Assembleias Provinciais, entre outros. O processo de reforma se estendeu até o ano de 1832, quando foi aprovado a lei que “estabelecia os artigos da Constituição que deveria ser reformados na legislatura seguinte” (DOLH-NIKOFF, 2005, p.92).

Em torno da intensidade dessa reforma constitucional ocorreu uma divisão entre os liberais moderados. Segundo Needell (2009, p.8) a “tentativa inicial de empreender reforma imediata e radical por meio de violência, dividiu os *moderados reformistas*, sob Feijó, dos *moderados mais cautelosos*, liderados por Honório Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná.”

A aprovação do projeto de reforma constitucional, em 1834, foi o resultado de três anos com intensos debates e divisões dos grupos políticos. Naquele ano, alguns liberais moderados defendiam a necessidade de um estado forte e a preservação da monarquia. Nas eleições para Regente, Honório Hermeto Carneiro Leão era uma das principais lideranças do grupo dos *moderados opositores*, que se identificavam assim por não concordar com o grupo reformista, que logrou ganhos significativos com a aprovação do Ato Adicional. Entretanto, nessas eleições o grupo dos *moderados opositores* não foi suficientemente eficaz nas estratégias políticas para barrar a vitória de Diogo Feijó (NEEDEL, 2009)⁸.

Essas divisões eram espontâneas e orgânicas do Parlamento, em um sistema Representativo de Governo. Cada formação de grupo político dizia respeito ao local e ao tema do contexto político. As divisões políticas nas províncias seguiam lógicas pontuais locais e muitas vezes divergiam,

.....
8 O Governo Regencial que foi instalado após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, foi apoiado por um grupo reformista de deputados, que conseguiram formar uma coalizão com deputados anti-reformistas se autodenominando como “partido moderador” (RODARTE, 72).

com outros nomes para a autodenominação dos grupos locais que divergiam dos nomes existentes na Câmara Temporária e no centro do Império (CLAUSS RODARTE, 2014).

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, e seu retorno para Portugal, ocorreu uma série de movimentos que colocaram em xeque a integridade do território do Império brasileiro.

Nesse contexto, diversas províncias do Império foram palco de movimentos políticos surgindo nas páginas da imprensa diferentes nomes que definiam esses grupos, específicos de cada região. No entanto, houve um termo que foi utilizado de norte a sul, quer seja, *Legalistas*.

O grupo que se autodenominava como Legalistas era formado por indivíduos que não reconheciam os movimentos políticos nas diversas províncias do Império. Esses indivíduos não possuíam uma proposta homogênea para construção do Império brasileiro, apenas possuíam em comum a defesa da manutenção da monarquia e integridade do território (KLAFKE, 2011).

Na província do Rio Grande do Sul, no contexto da guerra civil de 1835, esses grupos legalistas expressavam suas opiniões e ideias políticas através da imprensa. Temas como república, federalismo, indústrias foram destacados nas pesquisas de Álvaro Klafke. Esses indivíduos disputavam entre si, em alguns momentos, quais eram os legítimos defensores do Império brasileiro.

No dia 05 de fevereiro de 1836, foi publicado na coluna “Artigos Oficiais”, do jornal O Mensageiro⁹, uma proclamação da Assembleia Provincial, que na data estava dominada pelo grupo farroupilha. Título da proclamação: “Assembleia Provincial Extraordinária – Proclamação. D’Assembleia Legislativa Provincial a seus Comprovincianos”.

.....
9 “Jornal criado em 03 de novembro de 1835, como órgão oficial do governo provincial no período em que Porto Alegre (RS) esteve dominada pelos farroupilhas. Tinha por redator Vicente Xavier de Carvalho e se dedicava à publicação dos atos e proclamações da Presidência, das atas da Assembleia Legislativa, entre outros documentos oficiais. Seu último exemplar circulou em 03 de maio de 1836.” In. JORNAIS raros do MUSECOM: 1808-1924. Organizado por Marcia Eckert Miranda e Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite. – Porto Alegre: Comunicação imprensa, 2008, p. 73.

Rio Grandenses! A falta que cometeu o Presidente em não annuir a primeira exigência d'Assembleia esteve já a precipitar-nos em todos os horrores da guerra civil. Com o pretexto de debellar o **phantastico partido Republicano**, que se diz fazer opposição à sua posse se preparou uma reacção nas imediações da Capital; e na falta de braços Brasileiros, que se prestassem a tão nefato projecto, não duvidaram os fautores da contra-revolução recorrer aos Colonos Alemães, iludindo, e alliciando a mais de duzentos incautos, que chegaram a tomar armas, para hostilizar-nos. A que excessos, a que desgraça seria levada a Província de S. Pedro do Sul, se antes de avisados a tempo os inexpertos Colonos chegassem a agredir a Cidade! Felizmente porem para nós, e para aquela florescente Colônia, seus pacíficos, industriosos habitantes reconheceram muito a tempo a cilada, deposeram as armas, e só curam de seus profícuos, e interessantes trabalhos; ao mesmo passo que os cabeças **desse movimento anarchico procuram com a fuga, futar-se à punição da Lei**. Uma nova falta da parte do Presidente, pode talvez, oh Rio Grandenses, decididamente perder-nos. Mas é crível que elle seja surdo à voz desta Pátria, que o vio nascer, e onde possui tudo que há de mais charo ao coração do homem? Não: o conceito que delle forma esta Assembleia é bem diverso: **ella quer antes suppor que elle tem sido traído; que se tem deixado iludir por um punhado de perversos egoístas que o cercam, e que querendo fazê-lo instrumento de suas damnadas [sic] vinganças**, tratam de ofuscar-lhe a verdade, e de fazê-lo acreditar que não há segurança individual na Capital, e que um **partido Republicano, trama nella contra sua posse**. (...) Paço d'Assembleia Legislativa Provincial aos 28 de Janeiro de 1836 – Francisco Xavier Ferreira Presidente – José Mariano de Mattos, 1º Secretário. – Antonio Alvarés Pereira Coruja, 2º Secretário” (O MENSAGEIRO, p.102, Edição n. 26).

Nesse período, segundo Sérgio da Costa Franco, os farroupilhas dominavam a Assembleia provincial. Consideravam a pose de Araújo Ribeiro à presidência da Província como “ilegal” e “anárquica”, pois o ato foi realizado na Câmara Municipal de Rio Grande. Nesse contexto, o termo *partido Republicano* é uma denominação atribuída pelo grupo político aliado a Araújo Ribeiro e os deputados reproduzem tal alcunha negando a existência desse grupo com essa denominação.

Durante a década de 1830, os termos *partido*, *facção* e *cabalas* foram utilizados com maior frequência nos jornais, que circulavam pela província do Rio Grande do Sul, do que registradas, pelos taquígrafos, nas atas da primeira Legislativa da Assembleia Provincial (1835-1836).

Os jornais *legalistas* da Província de São Pedro, que defendiam a integridade do Império brasileiro, utilizaram diferentes significados do termo *partido*.

Procure o Correio desacreditar a gente da Província com seus escritos, dizendo, que ela se acha dividida em **partidos!** Já se viu maior desaforo? Aqui pouca ou nenhuma saída tem o tal papelucho, e quase, que sem errar, assevera o Artilheiro, que não há **em toda a cidade 20 Legalistas puros** se o leem é mais para manha com que o lobo se cobre com a capa da ovelha, e vigiá-lo de perto, do que para se deleitarem com as suas doutrinas: os mais, que o leem, já sabe, ou são meias caras, que choram pelo tempo da gloriosa, ou farrapos: nenhum abalo pois causam aqui suas doutrinas, ao longe sim podem causar alguma impressão a quem ignorar os fatos, e não souber, **que na Província não existem senão dois partidos diametralmente opostos um ao outro: um composto da gente grada, e rica, da província, e de pessoas honrada, que quer a ordem restabelecida, custe o que custar;** a dignidade da Nação mantida, a lei observada; que defende, há dois anos, a integridade do Império, e o Trono de S. M. o sr. D. Pedro II, e que aborrecido, e exasperado já da muita contemplação, que com os rebeldes tem havido, sem disso se haver colhido o menor bem, mas antes o maior mal, quer o crime punido, e a segurança pública mantida; **um outro partido, composto quase no todo da canalha, que quer a desordem, o roubo, o assassínio, o massacre, a província independente, e constituída em República, e que trabalha para esse fim ocultamente há perto de 8 anos, e declaradamente, e por vias de fato há dois. Nenhum outro partido existe na Província e a existir é um terceiro, que com a capa de Legal moderado trabalha de combinação com o anarquista a quem favorece, e protege.** [...] Traz o *bicho* correio em abono do que diz a autoridade de Mr. Droz, que assim se exprime: *Eu deploro o país, onde se quer classificar indivíduos por suas opiniões políticas, não se divisa senão dois partidos extremos:* e um centro nulo flutuando de um para o outro. Que quer dizer isto? **O Correio trouxe lenha para ser queimado: entre nós os dois partidos extremos, isto é diametralmente opostos são o Legal, e o farrapo: e o outro nulo flutuando de um lado para outro qual será? O terceiro partido, a que o Correio, segundo ele, dá bem claramente a conhecer, pertence: sim, ele flutua hora para o partido Legal, ora para o farrapo, semelhante às ervas chamadas aguapés, e que tendo as suas raízes mais próximas de uma margem do que da outra, impelidas pela correnteza, ou pelo vento vão flutuando até a margem contrária, e oposta àquela onde estão arraigadas, mas logo, que cesse a causa impulsora, elas imediatamente tornam a flutuar para a margem onde estão seguras pela raiz, e donde terão o *alimento!* (O ARTILHEIRO. Porto Alegre, n.6, 26 de agosto de 1837.**

A década de 1830, na província do Rio Grande do Sul, é possível verificar que o contexto promoveu um grande tema que estimulou a organização de grupos de indivíduos disputando o exercício de poder e criando nomenclaturas para seus respectivos grupos. Essa nomenclatura utilizava o termo partido com um sentido positivo e legítimo na busca para o exercício de poder.

No fragmento citado, os redatores do “O Artilheiro” escreviam contra os integrantes do jornal “Correio de Porto Alegre”, folha que defendia a presidência de Feliciano Nunes Pires e que representava uma divergência entre o grupo Legalista. Os seus redatores utilizam o termo partido de forma positiva, aproximando-o do sentido de grupo político. O teor pejorativo fica restrito à caracterização dos indivíduos que faziam parte do *partido Farrapo*.

De acordo com Álvaro Klafke (2011, p.81) “a retórica inspirada do redator – a imagem do aguapé (...) é muito eloquente – está a serviço da radicalidade crítica e do tensionismo político”. A retórica dos redatores do “O Artilheiro” ignorava a característica elitista dos dois grupos políticos em disputa na Província, além de expressar um combate agressivo, num contexto em que Porto Alegre encontrava-se sitiada. Ainda de acordo com Álvaro Klafke (2011), com a antecipação da maioria de Pedro II, inaugurou-se no Império uma defesa política, pautada por uma nova postura dos grupos, comprometida com a integralidade do Império. Na província do Rio Grande do Sul, “o discurso legalista oficial assumiu um caráter mais propositivo na relação com os dissidentes, apontando para soluções negociadas, conciliatórias, existindo até uma proposta de anistia em troca da volta à ordem” (KLAFKE, 2011, p.83)¹⁰.

Ao longo dos dez anos da guerra civil que assolou a província do Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, os termos *Legalistas*, *rebeldes*, *republicanos* e *farroupilhas*, que denominavam os grupos em disputas na província, foram sendo progressivamente naturalizados no cotidiano dos atores sociais. Esses termos eram usados para denominação dos adversários políticos usados no sentido de partido/facção, mas alguns deles foram utilizados para a auto-denominação desses mesmos grupos, como foi o caso do termo Partido Republicano e Legalistas. Esse vocabulário não foi utilizado apenas nas atas da Assembleia provincial ou nos jornais, que muitas vezes tinham ligações com os deputados provinciais ou tinham como redatores alguns desses próprios atores sociais. Os usos desses termos políticos, tanto pejorativamente como

.....
¹⁰ Nesse contexto foi criado em Rio Grande o periódico *O Conciliador*, no início da presidência de Álvares Machado.

uma autodenominação positiva passou a ser utilizado no cotidiano, como fica expressa nas correspondências particulares:

Sr. Alexandre Ribeiro

Recebi a sua carta de 30 de junho e agradeço suas atenciosas expressões. As notícias são satisfatórias como verá dos “7 de abril” que envio. Agora há um pacote para o Rio Grande, e tendo chegado há pouco, trouxe-me notícias até 18, que não avançam a nada mais do que se sabe. Posso porém assegurar a V. Mcê. que **para o Rio Grande não passam os rebeldes**, só se for por Santa Teresa, e assim mesmo por este lado não irá uma força a que não possamos resistir com 3 mil homens que temos no São Gonçalo. Perca por aí os cuidados, mas **não me deixe de avisar do que souber relativamente aos farrapos**, a José Rodrigues, a Calderón e a Fructo. É um serviço grande, um aviso a tempo. V. Mcê. [lv.] conhece esta verdade e não me demorarei sobre ela. Da Bahia já devem ter chegado ao Rio Grande mil homens e ali se esperam mais forças, bem como de Pernambuco e de outros pontos. **Confie na Legalidade** que ela há de vencer, porque pode e o Governo quer. É quanto se me oferece dizer nesta ocasião. Sou sempre de V. Mcê. amigo e criado. Montevidéu, 18 de agosto de 1838. (a) Pedro C. Afição verdadeira a letra e a assinatura supra de que dou fé. Porto Alegre, 22 de fevereiro 1841. O sinal público. De verdade. O Tábalião (a) Bento José de Farias. (FERNANDES CHAVES, CV-3912, p.95, v.7, 1983)

Essa correspondência Pedro Rodrigues Fernandes Chaves e Alexandre Ribeiro ocorre em um contexto no qual a capital Porto Alegre já havia sido retomada pelos Legalistas e não ocorriam sessões da Assembleia provincial, desde 1836. Parte dos municípios proclamaram independência em relação ao Império brasileiro e denominavam a nova organização territorial de República Rio-Grandense, tendo um representante municipal e posteriormente representantes na Assembleia Legislativa e Constituinte da República Rio-Grandense (1842).

Terminada a guerra civil em 1845, a Assembleia provincial apenas retomou seus trabalhos no ano de 1848. A partir desse ano, começa a surgir na Assembleia provincial deputados que se autodenominavam pertencentes aos partidos Santa Luzia e Saquarema, entre esses últimos estavam José Pinheiro de Ulhoa Cintra e Francisco de Sá Brito, dois ex-Ministros da República Rio-Grandense que se posicionavam nesse momento como defensores e representantes de dois grupos políticos surgidos no centro do Império e que se autoproclamavam como “partidos constitucionais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles (Org.). **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem**. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História. Tese. 2011.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucária**, primer semestre, año/vol. 9, número 017. Universidad de Sevilla, Sevilla, España, pp. 212-234, 2007.
- MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. New York University and CNRS: Paris. 1997
- NEDELL, J. D. Formação dos Partidos Políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº10, p.5-22. Nov. 2009.
- RODARTE, Claus. Os liberais de Minas e o ‘regresso’. **Revista do Arquivo Publico Mineiro**, v. Ano L, p. 68-85, 2014.

A GUERRA DO PARAGUAI E OS TEUTO-BRASILEIROS NO RIO GRANDE DO SUL, 1864-1870

ME. CARLOS EDUARDO PIASSINI
(BOLSISTA CAPES/DS, DOUTORANDO PPGH/UFSM)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS
CEPIASSINI@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho, vinculado aos estudos em desenvolvimento no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, que conta com auxílio de bolsa CAPES/DS, tem como objetivo tratar como a Guerra do Paraguai (1864-1870) mobilizou e afetou os teuto-brasileiros estabelecidos no Rio Grande do Sul. Para tanto, serão analisados documentos do Consulado Geral da Prússia em Porto Alegre, como requerimentos e correspondência oficial, que trazem casos relacionados com a temática referida. Naquele contexto, houve a mobilização de voluntários em regiões de colonização alemã para se somarem aos combatentes do Império brasileiro na Guerra do Paraguai. Ao mesmo tempo, nessas mesmas regiões, ocorreram ações de recrutamento forçado para com indivíduos de origem alemã que resultaram em pedidos de intervenção ao Cônsul Geral da Prússia em Porto Alegre na resolução das arbitrariedades sofridas.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Imigração Alemã, Recrutamento.

A história do Brasil imperial (1822-1889) teve entre seus principais episódios a Guerra do Paraguai, um conflito que, segundo Francisco

Doratioto (2002), foi o resultado das contradições do espaço platino¹ e da consolidação dos Estados nacionais estabelecidos nessa região. Após a vitória dos aliados (unitaristas argentinos, colorados uruguaios e o Império do Brasil) sobre os federalistas argentinos e *blancos* uruguaios na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852),² a região do Prata conheceu relativa paz. Porém, desentendimentos entre Argentina, Brasil e Paraguai quanto as fronteiras que compartilhavam, a liberdade de navegação dos rios platinos, as disputas pelo poder por parte de facções locais (federalistas e unitaristas na Argentina, e *blancos* e colorados no Uruguai) e rivalidades históricas, modificaram esse cenário e acarretaram em guerra. O conflito não era a única saída para aquela realidade regional, porém foi a solução adotada pelos Estados envolvidos. De acordo com Doratioto, (2002, p. 95-96),

Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos” [...], mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomeu Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos

.....
1 A região platina compreende o espaço fronteiro platino, o qual, segundo Maria Medianeira Padoin (2001), é um espaço que se constituiu através de relações sociais e econômicas, com caráter de região, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias. Não estava associado a delimitações físicas e políticas, pois era um espaço dinâmico e mutável que compreendeu o atual território de Buenos Aires e províncias litorâneas da Bacia do Prata, o território atual do Uruguai e a região da Campanha do Rio Grande do Sul. As relações construídas nesta região permitiram a circulação e a troca de ideias, como a consciência de autonomia política, de liberdade e de proteção, elementos fundamentais para a difusão de ideias federalistas durante o conturbado período de construção dos Estados Nacionais.

2 De acordo com Jose Pedro Barran (1979, pg. 5), a Guerra Grande (1838-1852), nomenclatura utilizada pela historiografia uruguaia, ou Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), nomenclatura utilizada pela historiografia brasileira e que considera apenas os anos em que o Império do Brasil esteve diretamente envolvido no conflito, pode ser definida por meio de diferentes ângulos, “[...] *há sido definida como la lucha internacional entre la América española y la Europa industrial; pugna rio-platense, entre tendencias nacionalistas y autoritarias enfrentadas com tendencias extranjerizantes y liberales; entre federales y unitarios en Argentina; blancos y colorados en el Estado Oriental; intentos hegemónicos tendientes a la reconstrucción del virreinato de Buenos Aires, y combate por sobrevivir del Uruguay y Paraguay. [...] Lo que comenzó por ser un conflicto de bandos entre Oribe y Rivera en el Estado Oriental, se transformó con la caída de Oribe (octubre de 1838) en guerra internacional.*”

federalistas, proporcionado pelos *blancos* e por Solano López; para os *blancos*, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiro entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.

A partir da perspectiva de Doratioto (2002), entende-se a Guerra do Paraguai como um conflito relacionado ao processo de construção e consolidação dos Estados nacionais na América do Sul, sobretudo marcado pela condição fronteira de alguns deles. O envolvimento do Império do Brasil neste conflito, exigiu-lhe a organização de considerável contingente militar. Para tanto, houve o recrutamento de soldados de Norte a Sul do território brasileiro. Na Província do Rio Grande do Sul não foi diferente, de modo que até mesmo imigrantes de origem alemã acabaram envolvidos. Como salienta Carlos H. Oberacker Jr. (1968), um número considerável de imigrantes alemães estabelecidos na Província rio-grandense, sobretudo seus filhos, apresentaram-se ao serviço militar.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) se constituiu como um dos principais elementos de consolidação da unidade nacional brasileira, sobretudo devido ao estabelecimento de um exército nacional permanente. Esse fenômeno afetou o funcionamento do sistema de clientela existente. As grandes organizações militares, dotadas de poder e influência, não estavam nos planos da elite. Elas foram uma resposta circunstancial necessária, surgida durante a guerra. Por volta de 1860, o Império do Brasil ainda não contava com um exército nacional de grande porte, dependendo da cooperação de milícias locais para a manutenção da ordem e a defesa do território. Assim, as mudanças daquele contexto afetaram o poder das lideranças locais, avessas ao processo de submissão a um exército centralizado. Sobre tudo, a instituição mais afetada foi a Guarda Nacional. A necessidade da ampliação das forças militares levou a isso. (IZECKSOHN, 2001).

A primeira onda de recrutamento para a guerra (dezembro de 1864 a maio de 1865) forneceu um contingente que, aliado às forças de linha e às guarnições da

Marinha de Guerra, foi suficiente para expulsar as forças paraguaias do Rio Grande do Sul e completar a invasão do Uruguai [...]. Durante essa fase das operações, o entusiasmo dos voluntários impressionou as autoridades, muitas delas acostumadas a lidar com populações extremamente resistentes a qualquer forma de recrutamento. Parte da motivação vinha das características da campanha. Afinal, a invasão do território brasileiro, sem uma declaração de guerra, gerou revolta e alimentou demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império. [...] Em muitas províncias, era comum que cidadãos se apresentassem, trazendo protegidos, agregados e parentes para alistarem-se juntos nos corpos recém-criados de Voluntários da Pátria. [...] O patriotismo era reforçado pela certeza de que a precária organização militar do Império seria suficiente para pôr fim à guerra. Através de uma batalha decisiva, os paraguaios logo se renderiam. (IZECKSOHN, 2001, pg. 87).

O governo imperial tratou de adotar medidas para ampliar os quadros das forças militares para a guerra, então insuficientes para enfrentar o numeroso Exército paraguaio. Através do Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criou os corpos de Voluntários da Pátria, aos quais poderiam se alistar todos os cidadãos maiores de dezoito e menores de cinquenta anos. Ficou estabelecido, no art. 2º, que “Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que percebem os voluntários do Exército, mais 300 rs. diários e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”.³ Para atrair recrutas, estabeleceu-se ainda o direito à baixa, garantido após o desenlace do combate, evitando, assim, os longos períodos de engajamento normalmente associados ao serviço militar, que poderiam chegar a até nove anos. (GOLDONI, 2013; IZECKSOHN, 2001).

Houve uma longa campanha em todo o Império para direcionar o sentimento de patriotismo da população em favor da ampliação do recrutamento. Inicialmente, os resultados foram positivos, com a organização de diversos corpos de voluntários. Havia a percepção de que a guerra seria rápida e a vitória do Brasil iminente. Assim, além do grande número de

.....
3 BRASIL. Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. **Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, RJ, 7 de janeiro de 1865. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>>. Acesso em: 25 set. 2019.

voluntários, o governo recebeu doações de produtos hospitalares e valores em dinheiro de todas as partes do país. Alguns funcionários públicos e outros profissionais ofereceram parte de seus salários enquanto durasse o confronto. Até mesmo escravos foram doados para atuarem na campanha contra o Paraguai. (GOLDONI, 2013).

A participação do Imperador D. Pedro II teve importância fundamental nesse movimento. A situação de insubordinação e desorganização em que se encontrava o Rio Grande do Sul teria resultado na incomum atitude de D. Pedro II de dirigir-se ao teatro de operações da guerra. O Conselho de Estado apresentou objeções a essa viagem e teve do monarca a seguinte resposta: “se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique, e siga como voluntário da pátria” (apud DORATIORO, 2002, p. 179). Aliás, os acontecimentos da década de 1860 fizeram o soberano se envolver com maior efetividade no campo da política, o que lhe rendeu a alcunha de “voluntário número um” (SCHWARCZ, 2006).

Entretanto, o sentimento de patriotismo [...] não perdurou. As notícias que chegavam do front e as más condições da logística, da infraestrutura e da própria sobrevivência dos soldados logo contribuíram para chocar a população com os horrores da guerra e criar uma total aversão ao recrutamento. Passado o primeiro momento, a ausência de um Exército eficiente de dimensão nacional e a dependência do poder local, características do sistema político imperial, chocaram-se com as necessidades suscitadas pelo conflito com o Paraguai. O que se observou posteriormente foi uma intensa retração do alistamento de soldados nos corpos de Voluntários da Pátria e uma ampla resistência na cooperação direta ao envio de homens por parte dos oficiais da Guarda Nacional. (GOLDONI, 2013, pg. 214-215).

Em relação a Guarda Nacional, o Decreto 3.383, de 21 de janeiro de 1865, determinou o destacamento de 14.796 soldados da Guarda Nacional para atuarem na guerra. Esse total de homens foi dividido, proporcionalmente, em cotas por província mais a Corte. Até então, fazer parte da Guarda Nacional era um meio para escapar ao recrutamento militar, marcado por procedimentos pouco amigáveis. Ao mesmo tempo, aquela instituição proporcionava prestígio a muitos chefes locais, sobretudo pela proteção

que poderiam proporcionar. Porém, ao subordinar os corpos da Guarda Nacional ao Exército, o governo imperial interferiu diretamente na autoridade desses homens. O esforço de guerra forçou grande número de agregados e protegidos desses líderes locais a prestarem serviço militar, muitas vezes contra a vontade dos seus protetores, o que gerou situações de constrangimento. Como resultado, houve o aumento espantoso do número de deserções que, no final de 1.866, já era um fenômeno nacional. As disputas internas da Guarda Nacional sobre quem deveria, ou não, servir na guerra, demonstraram sua falta de potencial para ajudar o país naquele momento delicado, abalando sua imagem. (IZECKSOHN, 2001).

Os planos de ampliação das forças militares do Império brasileiro tiveram repercussão em diversas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul, com consequências a curto, médio e longo prazo. A mobilização de forças militares entre os teuto-brasileiros se deu através de corpos de voluntários e da prestação de serviço militar. Na região de São Leopoldo, onde fora fundada a primeira Colônia de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul em 1824, assim que irrompeu a guerra, organizou-se o 11º Corpo provisório de cavalaria da Guarda Nacional, composto em sua quase totalidade por teutos, o qual constituiria mais tarde o 1º Corpo de caçadores a cavalo. Em Santa Maria, o comandante da Guarda Nacional, coronel João Niederauer Sobrinho, de origem alemã, chamou a população masculina às armas, atraindo pelo menos outros quatorze teutos. Em Santa Cruz, o colono Cristóvão Baum reuniu quarenta homens que, sob o seu comando, foram incorporados ao Exército imperial brasileiro. (OBERACKER JR., 1968).

Entre os teuto-brasileiros engajados na Guerra do Paraguai, houve um grupo de combatentes que já havia prestado serviços ao governo imperial brasileiro. Em 1851, os *Brummer* foram contratados pelo agente consular brasileiro Rego Barros como mercenários para ampliarem as forças imperiais na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Cerca de 1.800 homens provenientes do território alemão migraram para o Brasil. Desse total, poucos realmente pegaram em armas e estiveram no campo de batalha. Após o fim do conflito e do tempo de serviço estipulado em contrato,

a maioria desse contingente permaneceu no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, instalando-se nos núcleos de imigrantes alemães, onde muitos deles exerceram cargos como os de advogado, médico, professor, agrimensor, entre outros. Tomaram papel de liderança nas comunidades em que se estabeleceram. (PIASSINI, 2016).

Muitos *Brummer* voltaram ao antigo ofício militar, não mais como mercenários, mas sim como voluntários. Consta que no 1º regimento de artilharia sob o comando do francês naturalizado tenente-coronel Emílio Mallet, havia aproximadamente cem homens provenientes da Legião Alemã de 1851. Para Oberacker Jr. (1968), esse regimento, cujo efetivo total foi de 200 homens, formou um dos melhores contingentes de todo o Exército brasileiro, participando de toda a campanha e contribuindo com eficácia em suas atividades, sempre citados com elogios nas ordens do dia. Entre os artilheiros do regimento Mallet, esteve o capitão Fernando Schneider, promovido ao posto de major e, em fins de 1866, chamado a organizar uma bateria de voluntários com soldados alemães veteranos. Ele cumpriu a tarefa e fez ser incorporado à artilharia do tenente-coronel Mallet a “Bateria de Voluntários Alemães”. Também em Santa Catarina houve o trabalho de um *Brummer* no recrutamento militar, o capitão Vitor Augusto Luís von Gilsa, que comandou o “Contingente de Voluntários Alemães”, composto exclusivamente de alemães de Blumenau, Joinville e Brusque. (PIASSINI, 2017, pg. 141).

Assim que começou a Guerra do Paraguai, o Diretor da Colônia de Imigração Alemã de Santo Ângelo,⁴ o Barão von Kahlden, que veio ao Brasil como *Brummer*, passou a fazer intensa propaganda do recrutamento aos colonos lá instalados. Ele pediu autorização ao Ministro da Guerra para organizar uma Companhia de voluntários, e para isso foi autorizado no final de julho de 1865. Não foram encontradas maiores informações a respeito desse engajamento e seus desdobramentos, mas fica evidente como o entusiasmo inicial antes relatado chegou até mesmo a locais distantes e constituídos, em grande parte, por elementos estrangeiros (PIASSINI, 2016).

O jornalista Karl von Koseritz, importante líder entre os teuto-brasileiros e imigrantes alemães, que também atuou como *Brummer*, articulou

.....
4 A Colônia Santo Ângelo esteve localizada, em parte ou na totalidade, no território dos atuais municípios sul-rio-grandenses de Agudo, Dona Francisca, Paraíso do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais e Restinga Seca (PIASSINI, 2017).

um movimento para arregimentar alemães do Rio Grande do Sul para a proteção da fronteira meridional. Para colocar em prática tal ideia, houve uma reunião no Hotel Drügg, em Porto Alegre, em 1º de janeiro de 1865. Parte dos presentes apoiou a iniciativa, enquanto outros a rejeitaram, trazendo à tona as memórias da Guerra dos Farrapos (1835-1835), que havia dividido alemães da colônia de São Leopoldo em tropas imperiais e farrapas. A maioria decidiu pela neutralidade, criticada por Koseritz: “Não se enganem os defensores da chamada atitude de neutralidade, pois esse inimigo não respeitará qualquer nacionalidade estrangeira” (KOSERITZ apud WEIZENAMNN, 2015, p. 72). Outra reunião foi realizada no dia 15 de janeiro daquele mesmo ano. As divergências não cessaram, mas houve a aprovação da criação do Corpo de Defesa, o qual seria constituído por cerca de 150 membros locais (WEIZENAMNN, 2015).

Apesar do forte engajamento e dos frequentes discursos que Koseritz proferiu ao longo de 1865 pelo alistamento voluntário, também de sua parte vieram críticas. Sobretudo, ele combateu o recrutamento obrigatório, muitas vezes realizado de modo violento, de colonos alemães que se encontravam em situação de vulnerabilidade, como pais de família, filhos únicos de viúvas, e viúvos com filhos menores. Koseritz denunciou, junto a Presidência da Província, a convocação forçada de soldados teuto-brasileiros em condições financeiras desfavoráveis, que recentemente haviam iniciado o cultivo da terra, encontrando sérias dificuldades nas primeiras colheitas. Enquanto redator-chefe do jornal de língua alemã *Deutsche Zeitung*,⁵ ele deu espaço para notícias sobre a Guerra do Paraguai. Na intenção de acompanhar os fatos, Koseritz enviou ao cenário de guerra, como correspondente do jornal alemão, o colaborador Otto Stieher. A missão dele seria transmitir informações objetivas, contrastando com o que, para Koseritz, fazia a imprensa nacional, isto é, um discurso excessivamente tendencioso. (WEIZENAMNN, 2015).

Algumas das principais consequências da participação de teuto-brasileiros na Guerra do Paraguai podem ser identificadas através da documentação

.....
5 Em tradução livre, “Jornal Alemão”.

do Consulado da Prússia em Porto Alegre. Diversos foram os pedidos de auxílio encaminhados por súditos prussianos ou seus familiares. Durante o período do conflito (1864-1870), o Cônsul Geral da Prússia na capital da Província do Rio Grande do Sul foi Wilhelm ter Brügggen,⁶ que atuou nesse cargo durante vinte anos, entre 1862 e 1882. O referido consulado começou suas atividades em 1846, tornando-se uma instituição de referência aos colonos e imigrantes prussianos na proteção de seus direitos. Entre as principais demandas de atuação do Consulado, destacam-se os espólios e óbitos de súditos prussianos; ofícios gerais enviados e recebidos da Presidência da Província; reivindicações e pedidos de auxílio; envio de cartas à Alemanha; e questões militares, sobretudo envolvendo o recrutamento forçado (PIASSINI, 2016).

A Guerra do Paraguai ceifou a vida de alguns dos imigrantes alemães engajados na defesa do Império do Brasil. Ao Consulado da Prússia em Porto Alegre coube resolver questões relacionadas com essa situação, como pedidos de certidão de óbito. Em 1869, a Sra. Felicité von Reisenwitz, viúva de Adolfo von Reisenwitz, soldado engajado falecido no Paraguai, pediu ao consulado prussiano informações sobre a certidão de óbito de seu marido, por ela antes já solicitada diretamente à Presidência da Província, em 1868, mas da qual ainda não obtivera resposta. Do mesmo modo, a família do Conde Henrique de Lanzac-Chaunar, engajado na Bateria de Voluntários Alemães e morto em 5 de novembro de 1868 ao contrair *cólera-morbus*, contatou o Consulado prussiano para pedir a certidão de óbito do parente falecido. A morte havia ocorrido em Palmas, República do Paraguai. Outro pedido de certidão de óbito partiu da viúva do alemão Luiz Heringer,

.....
⁶ Wilhelm ter Brügggen, ou Guilherme ter Brügggen, filho de Francisco ter Brügggen e Catarina Laehr ter Brügggen, foi um dos *Brummer* de maior destaque. Proveniente de Minden-Preussen, ele exercia a profissão de tecelão antes de emigrar para o Brasil, em 1851, no navio Hamburg, como soldado do Batalhão de Infantaria (LEMOS, 2015). Após o tempo de serviço militar, estabeleceu-se no Rio Grande do Sul e passou a exercer atividades ligadas ao comércio e a imprensa. A principal função por ele exercida foi a de Cônsul Real da Prússia em Porto Alegre. Junto a outros comerciantes, ele foi um dos fundadores do importante jornal alemão *Deutsche Zeitung*, publicado na Província rio-grandense, e do qual foi provisoriamente redator. Ele foi membro da Praça de Comércio de Porto Alegre, e Diretor da Sociedade Beneficente de 1858, a *Deutscher Hilfsverein*, que na década de 1880 deu origem ao Colégio Farroupilha, ainda em funcionamento (PESAVENTO, 1992; PIASSINI, 2017).

que marchou para o Paraguai com o 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional sob o comando do Major Bento Gonçalves, no ano de 1866. A morte ocorreu em combate. O Cônsul, Wilhelm ter Brüggén, transmitiu o pedido ao Presidente da Província, destacando que a viúva de Heringer precisava da certidão de óbito com urgência para poder liquidar a herança deixada pelo marido. (PIASSINI, 2016).

Percebe-se, pois, que o consulado prussiano, na pessoa do Cônsul Real, era porta-voz dos pedidos de familiares dos falecidos na Guerra do Paraguai perante a presidência provincial. Os pedidos, quando transmitidos pelo Cônsul, eram mais efetivos em seus resultados.

Além de certidões de óbito, houve casos em que o consulado tratou de questões financeiras de súditos prussianos falecidos em virtude de sua atuação na Guerra do Paraguai. Em outubro de 1869, o Cônsul recebeu o comunicado do falecimento de Augusto Heine, ocorrido no hospital de Saladeiro, em Corrientes. Ao se engajar no Exército Imperial, em 14 de janeiro de 1867, Heine recebeu a quantia de 300\$000, por ele depositados no Banco da Província. Antes de morrer, Heine enviou ao Consulado documentos que havia recebido do banco e passou instruções a serem executadas caso ele morresse durante o conflito, o que veio a se concretizar. Assim, Brüggén pediu à Presidência da Província a necessária carta precatória para retirar do Banco o valor de 300\$000 e atender os últimos pedidos de Heine, os quais não constam na documentação consultada. O caso de João Schiel foi um pouco diferente. Este prussiano estava engajado no vapor de guerra Cachoeira, que compunha a esquadra brasileira na Guerra do Paraguai, trabalhando como foguista, porém contra sua vontade e sem receber pagamento há três meses. Em junho de 1865, ele pediu ajuda ao consulado para obter sua liberdade e o pagamento de seus vencimentos.⁷

O súdito prussiano Guilherme Klein teve de contar com o auxílio de Brüggén. Em 1865 ele foi recrutado a força pelo Major P. C. d'Azambuja e obrigado a marchar para o Paraguai com as tropas do Coronel Francisco

.....
7 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Documentos Consulares, Caixa 3, Maço 5-6.

Patrício d'Azambuja, de Santo Amaro, apesar de todas as reclamações feitas por ele e por seus pais. O Cônsul oficiou ao Presidente da Província, em maio de 1869, pedindo a isenção de todo serviço militar a Guilherme Klein, bem como o livre transporte dele para Porto Alegre. Porém, em novembro daquele mesmo ano, os parentes dele informaram à Brügger que Klein ainda não havia retornado e pediam providências.⁸ Não sabemos o final deste caso que, assim como vários outros, reflete as arbitrariedades do recrutamento forçado.

Houve expressivo número de voluntários da pátria, como visto anteriormente, porém logo as deserções ganharam fôlego e, desse modo, o Estado optou pela maneira mais fácil de completar os contingentes militares, ou seja, lançou mão de sua força coercitiva e apelou para o recrutamento forçado. Nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul, foi comum esse tipo de ação, que recaiu com grande peso sobre os filhos menores de idade de imigrantes alemães. Nesse sentido, já em agosto de 1864, o Cônsul Wilhelm ter Brügger buscou esclarecimentos junto à Presidência da Província sobre a obrigatoriedade ou não da prestação de serviço militar e na Guarda Nacional por parte de filhos de colonos estrangeiros nascidos no Brasil. A dúvida surgiu após a publicação de um artigo de autoria do então Presidente da Província, João Marcelino de Sousa Gonzaga, no jornal alemão *Deutsche Zeitung*, cujo conteúdo, afirmava Brügger, poderia causar grande inquietação na população alemã do Rio Grande do Sul. Dizia o seguinte:

Secretaria do Governo de Porto Alegre, 7 de julho de 1864: declaro a V. Ex.^a em solução do seu ofício de 25 de junho findo, que de conformidade com o aviso expedido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em 19 de abril deste ano sob nº 18 e da Resolução Imperial de 9 do mesmo mês, os menores de 21 anos nascidos no Brasil filhos de pais estrangeiros não estão isentos do serviço militar e da guarda nacional, visto que o artigo 1º da resolução legislativa de 10 de setembro de 1860 só é referente à condição civil dos súditos menores.⁹

.....
8 Idem.

9 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Documentos Consulares, Caixa 3, Maço 5-6.

Para Brügger, havia um equívoco, pois, o Decreto nº 1.096 de 10 de setembro de 1860 havia isentado do serviço da Guarda Nacional e do recrutamento militar os filhos menores de estrangeiros. Assim, em conformidade com as ordens recebidas por ele do Sr. von Euhmann, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade o Rei da Prússia na Corte do Brasil, passou atestados aos filhos de súditos prussianos afirmando seu direito de isenção do serviço militar. Para reforçar seu argumento, Brügger apresentou nota publicada no jornal *Mercantil* de 30 de agosto de 1862,

Parte Oficial – Governo da Província – Expediente da Secretaria: do Comandante da Guarda Nacional de Porto Alegre, mandando dispensar do serviço da Guarda Nacional Henrique Jorge Lourenço Scheck de 19 anos de idade, filho do alemão João Scheck enquanto não completar os 21 anos exigidos pelo decreto nº 1.096 de 1860 para poder entrar no exercício dos direitos de cidadão brasileiro e ficar sujeito às respectivas obrigações [...].¹⁰

Parte importante das solicitações de ajuda recebidas por Brügger de súditos prussianos durante o período da Guerra do Paraguai, estiveram relacionadas com o recrutamento forçado de filhos menores de idade de imigrantes alemães. Em novembro de 1866, o Cônsul oficiou à Presidência da Província explicando o caso de Pedro Jung, negociante e morador da margem direita do rio dos Sinos, próximo a cidade de São Leopoldo. O subdelegado do quarto distrito daquela cidade havia aparecido em sua casa e levado o filho dele, Pedro Jung Jr., para o serviço militar. O rapaz, de apenas 15 anos de idade, trabalhava como caixeiro junto com o pai. Segundo Brügger, o próprio presidente da província havia comunicado que estavam sujeitos ao serviço militar apenas os brasileiros maiores de 18 e menores de 60 anos, ou seja, aquele não era o caso de Pedro Jung Jr. Desse modo, pediu que a presidência intercedesse pela liberação do rapaz e tomasse as providências necessárias para proteger os súditos prussianos de maneira que não fossem invadidas as suas casas “fora da honra e contra as disposições das leis em vigor, nem chamados para o serviço militar os seus filhos menores de

.....
10 Idem.

18 anos”. Em conformidade com as ordens da Legação da Prússia na Corte do Rio de Janeiro, Brügger passou a dar certificados de isenção do serviço militar aos filhos menores de pais prussianos que assim pedissem.¹¹

A tensão causada pelos constantes casos de recrutamento de súditos prussianos menores de idade resultou em certo desentendimento entre Brügger e o Presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. Em 29 de janeiro de 1867, o Cônsul oficiou à Presidência informando que o menor Jacob Guilherme Schmall, natural de São Leopoldo, havia sido recrutado e estava preso, pedindo sua soltura. Com apenas 17 anos de idade, ele aprendia o ofício de carpinteiro na casa de Luis Gebert, em Porto Alegre. Nada foi feito. O Presidente respondeu que não havia fundamento nas reclamações de Brügger sobre o recrutamento do menor Jacob. Irritado, o Cônsul respondeu em novo ofício,

[...] tenho a significar a S.^a Ex.^a que estranho bastante semelhante modo de pensar. Julgo estar muito no meu direito na reclamação que faço, primeiro de tudo, porque é da minha obrigação cuidar que não sejam lesados os direitos dos súditos prussianos na esfera das atribuições deste Consulado. [...] Independente disso, devem existir na Secretaria da Província ordens assaz terminantes, que avisam aos Presidentes de dar o devido apreço as reclamações feitas por este Consulado em relação aos filhos menores de súditos prussianos. Ao menos foi me isso comunicado pela Legação da Prússia na Corte do Rio de Janeiro e pelos antecessores de S.^a Ex.^a o Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, foram sempre atendidas as reclamações – aliás justas – que este Consulado lhes dirigiu. Tendo assim respondido ao seu citado ofício, espero que refletindo mais uma vez sobre o assunto do meu ofício datado de 29 do mês passado, mandará pôr em liberdade o menor Jacob Guilherme Schmall, preso no Quartel desta Capital.¹²

Apesar da insistência de Brügger, sua solicitação não foi atendida. A questão foi levada ao conhecimento da Legação da Prússia na Corte do Rio de Janeiro. O Cônsul fez questão de oficializar a Presidência avisando isso e registrando sua posição em defesa dos filhos de súditos prussianos menores de 18 anos, segundo as recomendações do Sr. von Eühmann,

.....
11 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Documentos Consulares, Caixa 3, Maço 5-6.

12 Idem.

Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Rei da Prússia junto a corte do Rio de Janeiro. A atitude surtiu efeito. Em 8 de fevereiro de 1867, o Presidente da Província ordenou a soltura de Jacob Schamall, que havia assentado praça com destino a um dos Corpos de Cavalaria.

A Guerra do Paraguai não movimentou apenas o Consulado prussiano. Um abaixo-assinado de agentes consulares da Prússia, França, Holanda, Württemberg, Saxônia e da República Argentina, todos sediados em Porto Alegre, foi realizado com o objetivo de esclarecer boatos publicados em um jornal de Paris sobre a venda como escravos de prisioneiros paraguaios rendidos em Uruguaiana, em 1865. Datado de 26 de julho de 1867, o abaixo-assinado defendia a honra do Império brasileiro.

Os abaixo firmados Wilhelm ter Brügggen, Cônsul da Prússia; J. B. d'Ornano, Vice-Cônsul da França; Emilio Fraeb, Vice-Cônsul da Holanda; George Pfeifer, Vice-Cônsul de Württemberg; Emílio Wichmann, Vice-Cônsul da Saxônia; e Frederico Durval, Cônsul da República Argentina, todos residentes nesta Cidade de Porto Alegre, Capital da Província de São Pedro do Sul, Brasil; reunidos no Consulado da República Argentina, afim de coletivamente responderem à Circular de 8 do corrente que lhes dirigiu S. Ex.^a o Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, Presidente desta Província, em que diz que em alguns pontos do opúsculo ultimamente publicado em Paris por C. Expilly sob o título “Le Brésil, Buenos-Ayres, Montevideo et le Paragay devant la civilisation” se afirma positivamente que os paraguaios prisioneiros na rendição de Uruguaiana, em Setembro de 1865, foram nesta Província reduzidos à escravidão e assim vendidos [...]. Em contestação os abaixo firmados têm a honra de declarar a S. Ex.^a que não lhes consta que nem um só dos prisioneiros paraguaios da rendição de Uruguaiana haja sido vendido, e que ao contrário, receberam nesta Província o tratamento que seguindo os princípios da moderna civilização é concedido aos infelizes a quem a sorte das armas é desfavorável. Atos de humanidade que muito enobrecem o generoso governo brasileiro.

Os Cônsules se colocavam como testemunhas, no interesse da justiça e da verdade, em defesa do Império e perante as nações que representavam. Ofereciam a credibilidade da função que exerciam para frisar a conduta correta das autoridades brasileiras, em conformidade com as ordens expedidas pelo Ministério da Guerra. A primeira assinatura, acompanhada do carimbo do Consulado prussiano, foi a de Wilhelm ter Brügggen.

Unidos, esses agentes consulares procuravam defender os interesses brasileiros, apesar de representarem Estados estrangeiros.

A Guerra do Paraguai, portanto, teve consequências na vida de muitos teuto-brasileiros instalados nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Ainda que muitos deles não fossem cidadãos brasileiros, ofereceram-se como voluntários para lutar a favor dos interesses do Império do Brasil. Nesse sentido, houve considerável engajamento de antigos legionários *Brummer*, como o Barão von Kahlden e Carlos von Koseritz, para arregimentar representantes da comunidade alemã sul-rio-grandense ao serviço militar. Porém, após uma primeira etapa de entusiasmo, o voluntarismo diminuiu e o Estado Imperial reforçou a prática do recrutamento forçado. Houve diversos casos de filhos menores de teuto-brasileiros levados à força para o cumprimento do serviço militar. Os relatos deixados nos ofícios do Consulado da Prússia em Porto Alegre oferecem retratos daquela realidade, ao mesmo tempo que demonstram a importância daquela instituição na proteção dos direitos dos prussianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRAN, Jose Pedro. **Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco – 1839-1875**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1979 (Historia Uruguaya; 4).
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOLDONI, Aline. Recrutamento, negociação e interesses: as dificuldades de mobilização da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai. In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano (Org.). **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 27, pg. 84-109, 2001.
- LEMONS, Juvêncio Saldanha. **Brummers: a legião alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851**. Porto Alegre: Edigal, 2015.

OBERACKER JR., Carlos. H. **A Contribuição Teuta à formação da nação brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968.

PADOIN, M. M.. Tito Lívio Zambecari: A Produção Historiográfica Brasileira e Platina (uma síntese). In: XXI REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2001.

PESAVENTO, S. J. O Imigrante na Política Rio-grandense. In.: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 156-194.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: os *Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e ter Brüggem***. 2016, 236 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

_____. **Imigração Alemã e Política**. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggem e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 370 f. Tese (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Documentos Consulares, Caixa 3, Maço 5-6.

BRASIL. Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. **Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, RJ, 7 de janeiro de 1865. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ST 06

ENSINO DE HISTÓRIA

COORDENAÇÃO

LEONICE A. DE F. A. MOURAD (UFSM)

JOSÉ IRAN RIBEIRO (UFSM)

AVALIAÇÃO EM HISTÓRIA: O USO DE QUESTÕES DE HISTÓRIA DO ENEM VISANDO AO ENSINO PARA A INTERCULTURALIDADE

ANDRÉ BERTUZZI
MESTRANDO DO PPG EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
ANDREBERTUZZI.HIS@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o uso de questões de História do ENEM nas avaliações em História no ensino formal. A partir dessa problemática se mostra necessária a reflexão sobre os processos avaliativos e sua relação com o ensino de História. Partindo disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído como política pública de ingresso ao ensino superior a partir de 2009, assim como os tradicionais vestibulares, acabam condicionando o ensino de História das redes formais e informais de ensino, públicas e privadas. Os impactos podem ser percebidos nas escolhas dos conteúdos programáticos trabalhados e nos métodos avaliativos. Este trabalho busca, além de abarcar temas fundamentais para o exercício da cidadania – como o interculturalismo que, além do reconhecimento da diversidade, propõe a integração e transformação dos agentes sociais envolvidos – busca problematizar o uso de questões objetivas nas avaliações em História. Para além de pensar a avaliação como fim, aqui ela se apresenta como parte fundamental do complexo processo pedagógico para o ensino de História e uma reflexão, e melhor uso de determinados recursos, como as questões do ENEM, podem ser instrumentos potentes para um ensino voltado à interculturalidade.

Palavras-chaves: Avaliação em História, ENEM, Interculturalismo.

INTRODUÇÃO

O seguinte artigo é o complemento estendido da comunicação desenvolvida no II Congresso Internacional de História da UFSM – Cultura, Poder e Sociedade, em 2019. O mesmo divide-se em três partes, para melhor situar os pontos apresentados. A primeira parte “*o ENEM e as provas de História*”, apresenta uma contextualização do ENEM e seu impacto no ensino de História, além da problematização do uso de questões do ENEM na avaliação em História. A segunda parte “*Avaliação na/em História*”, busca um pensar sobre a Avaliação e a existência de determinados critérios que possibilitem um avaliar em História. A terceira e última parte, “*A interculturalidade e o ensino de História*”, desenvolve algumas reflexões sobre a temática e possíveis instrumentos de aprendizagem para a interculturalidade e sua importância.

O ENEM E AS PROVAS DE HISTÓRIA

“Professora(or), isto cai no Enem?” Embora esta pergunta não seja cotidiana em todas as realidades escolares brasileiras, o ENEM passou a ser, nos últimos anos, chave para a entrada no ensino superior, portanto, elemento impossível de ser ignorado, dentro de uma perspectiva ética com o papel do conhecimento histórico inserido na transformação sociocultural e econômica dos indivíduos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENEM E SEU IMPACTO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

No contexto de redemocratização, com o florescer de percepções críticas ao modelo tecnicista de ensino e avaliação que caracterizavam os períodos da Ditadura Civil Militar, surge, em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o ENEM. Estabelecido como critério de avaliação educacional para os egressos do ensino formal, a partir de 2009 a prova passa, também, a servir de critério para o ingresso nos cursos universitários nacionais. O ENEM torna-se, então, a principal forma de acesso ao ensino superior e os princípios dos PCNs, de certa forma, sofreram uma tentativa de inserção em tal exame.

Especificamente, a prova de ciência humanas e suas tecnologias, que aborda conteúdos das disciplinas História, Filosofia, Sociologia e Geografia,

foi pensada como uma avaliação interdisciplinar. Composta por 45 questões, a prova se assenta no termo tecnologia, visando quebrar o conceito de que só a área de exatas é que produz tecnologia, refletindo o entendimento de que a área de humanas também as produz.

Observando as especificidades do modelo teórico do ENEM a partir da sua implantação em 1998, percebe-se uma estrutura de formação sob a ótica da aprendizagem situada e no princípio da contextualização, isto é, em uma teórica aproximação dos conteúdos com a realidade das (os) discentes. Ainda dentro das especificidades, observa-se a orientação para o desenvolvimento de competências. Essa perspectiva foi introduzida no Brasil na década de 1990 por meio da chamada “Pedagogia das Competências”. Como afirma Schimdt,

“está bem explicitada e anunciada por meio de diferentes tipos de competências, como as competências cognitivas complexas (autonomia intelectual, criatividade, solução de problemas, análise e prospecção); competências de tipo geral (capacidade de continuar aprendendo) e competências cognitivas básicas (raciocínio abstrato, capacidade de compreensão de situações novas). Destacam-se, também, as competências de caráter geral para a inserção no mundo do trabalho.” (SCHIMDT, 2018, p. 156).

Para atender estes objetivos de inovação e abrangência de área, como já referido, o ENEM estruturou suas provas em áreas do conhecimento, alocando a História dentro das Ciências Humanas e suas Tecnologias, junto com a Geografia, a Filosofia e a Sociologia. Intercalando as áreas, definiram-se as competências pretendidas e desenvolvidas seguindo a sua Matriz de Referência. Sendo os objetivos das humanidades:

“Competência de área 1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades; Competência de área 2 – Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder; Competência de área 3 – Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais; Competência de área 4 – Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social; Competência de área 5 – Utilizar os conhecimentos

históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.” (Brasil/Ministério da Educação/Inep, 2012.).¹

Como apontou Santos (2018), é inquestionável o reconhecimento do impacto da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ensino de história no Brasil atualmente (2018), tanto nas temáticas curriculares, nas metodologias de ensino, como na organização e hierarquização dos conteúdos.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO DO USO DE QUESTÕES DO ENEM NA AVALIAÇÃO EM HISTÓRIA

Avaliação como meio para quantificar, hierarquizar e selecionar, não! Então, o uso de questões do ENEM também não visaria estes fins. O seu uso atenderia a duas necessidades concreta: primeiro – viabilizar um preparo inevitável no momento à entrada no ensino superior; segundo – aproximar o ensino de história à uma demanda dos estudantes, das famílias e da comunidade, evitando, de forma absoluta, o reducionismo da disciplina a um utilitarismo efêmero.

Considerando que o Exame pode ser entendido como um instrumento de caráter tecnicista, composto por questões de múltipla escolha, uma das reflexões passíveis e pertinentes é sobre a possibilidade de usar as questões do ENEM como instrumento para um ensino crítico intercultural. A resposta é sim, principalmente se forem realizadas reflexões e problematizações constantes dos vários poderes e interesses envolvidos, como, por exemplo, historicidade, memória e ideologia, visando sempre uma transformação cidadã e democrática. Nesta perspectiva, o conteúdo do Exame pode ser utilizado como recurso para a abordagem de questões específicas através da seleção, mesmo que em formato tecnicista, de questões com problemáticas passíveis de serem discutidas.

.....
¹ BRASIL. **Matriz referência do ENEM**. Disponível: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acesso em: 08/09/19

AVALIAÇÃO NA/EM HISTÓRIA

Segundo Sant’Anna (1995, p.7), a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos ariscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional.

Não concordando com a visão acima, mas não negando a importância de um processo avaliativo, o que penso fazer parte, dependendo os objetivos, do processo de ensino, a proposta é ir além da concepção de avaliação como instrumento de controle, e sim desenvolver a ideia de mediação, dialogando com as concepções de Avaliação Formativa e Avaliação Mediadora (ver itens 2.2), além do processo de avaliar em História.

Para contextualizarmos, faz-se importante uma breve historicização do processo da avaliação na Educação.

A história da avaliação se entrelaça com a própria história da instituição Escola. Segundo Foucault (2009), a Escola moderna desenvolveu sua organização, seja do espaço dos indivíduos, da arquitetura escolar, das inúmeras filas, das disciplinas enquanto conteúdo, dos rígidos horários, dos corpos disciplinados, e dos exames como prova de comprovação ou medição do saber alcançado, como instrumento de controle sobre a sociedade e seus indivíduos. Dentro dessa lógica do controle, o objetivo sempre foi a busca de um padrão de classe escolar homogênea e marcada por uma hierarquização do saber e das capacidades individuais e, caso os indivíduos não se provassem aptos a este padrão, a seleção imperaria.

Então, se encontramos o berço da avaliação associado a origem da modernidade, conceber a visão que se formou ao longo, principalmente dos séculos XVII e XVIII, nos ajuda a lançar um olhar mais atento para seus critérios originais.

“Para Locke, é preciso desviar a criança da sua natureza que a torna frágil para conduzi-la à razão, o que impõe a necessidade do controle pedagógico” (...) “igualmente para Descartes, “as crianças não são confiáveis porque lhes falta razão — sinal de sua animalidade e selvageria — sua natureza é voltada para o prazer, o instinto, a desordem. É preciso, então, curvá-las à obediência, forçá-las à razão” (BUJES, 2001, p. 46).

Nessa perspectiva, segundo Foucault, seria a partir desse momento histórico que se sequestraram crianças, prenderam-nas em prédios, impuseram-lhes horários, disciplinas, e toda uma maquinaria escolar, onde se instituiu, ainda, os prêmios; sempre vinculado ao processo de avaliação, a partir do exame.

“O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.” (FOUCAULT, 1999, p. 209).

As origens do modelo avaliativo escolhido pelo Estado brasileiro remontam, segundo Garcia (2001), ao pensador do século XVII, La Salle. Para o qual a avaliação concentrada no “exame” servia, além de controle e supervisão, de neutralizador das idiossincrasias e quantificador dos resultados; deixando de lado o processo pedagógico e focando em cientificações cartesianas da avaliação com números, estatísticas, quadros comparativos e escalas de crescimento.

De suas origens até hoje, complexificaram-se as relações entre ensino, didática, aprendizagem e avaliação. Este trabalho não pretende aprofundar tais transformações, mas pensar alguns de seus desdobramentos que integram parte do ensino de História no Brasil atual.

Um contexto importante de ser pensado sobre essa perspectiva, foi a partir da deflagração do golpe civil-militar, em 1964, no qual houve a gradual institucionalização da Ditadura. Neste contexto ocorreu o aumento do controle sobre a disciplina de História, sobretudo com o objetivo de formar cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros dentro do ufanismo legitimador do novo regime. Foram vivenciados fechamento de escolas, professores e estudantes presos, exílios e torturas. A partir deste ponto, foram estimulados métodos quantitativos tecnicistas para mensurar o ensino tirando a dialogicidade e criticidade do processo de ensino e aprendizagem.

Uma reflexão sobre esta etapa da história do ensino no Brasil se faz imprescindível, além de compor um momento fundamental na trajetória

da educação nacional, por estar sendo revivida pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

Em anúncio ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no dia 05 de setembro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que *“tem que botar na cabeça dessa garotada a importância dos valores cívico-militares, como tínhamos há pouco no governo militar, sobre educação moral e cívica, sobre respeito à bandeira”*².

O exposto nos orienta a afirmar que a Educação, tanto voltada ao ensino ou a avaliação, não é um campo neutro, mas sim espaço de disputas de narrativas e concepções de mundo. Apesar de muitas vezes ser atribuído a Educação algum possível teor de neutralidade e imparcialidade, sem assumir assim nenhum papel ideológico e/ou político, Vasconcellos (1998, p. 80) é enfático ao dizer que, assim como a educação, *“a prática avaliativa está sempre ligada a uma concepção de educação, de pessoa e de sociedade (mais ou menos consciente). Não estando dissociada, mas sim atrelada às concepções pedagógicas fortemente difundidas na educação. Logo, a avaliação não se dá num vazio conceitual, a mesma é dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, sendo traduzido na prática pedagógica (LUCKESI, 2011).*

A crítica a este modelo tecnicista deu-se nos anos 80. Quando, no processo de redemocratização, novos espaços de problematizações e lutas se preencheram de referenciais teóricos críticos e novas perspectivas pedagógicas transformadoras.³ Na década de 1990, em consonância com reestruturações curriculares que aconteceram amplamente na América do Sul, ocorreram revisões e práticas reflexivas sobre a legislação educacional brasileira. Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no ano de 1996, seguida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, houve uma sensível mudança de perspectiva no modelo de como a

.....
2 Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-09/governo-lanca-programa-para-escolas-civico-militares>. Acesso em: 15 set.19.

3 Ver mais em: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *“História nas atuais propostas curriculares”*. In: Didática e prática de ensino de História. 4. Ed., São Paulo: Cortez, 2011.

disciplina de história era concebida e como deveria ser trabalhada nas salas de aulas. O foco passou de uma História enciclopedista para o desenvolvimento de sujeitos críticos, imbuídos de responsabilidade social, com discussões acerca da cidadania, direitos, movimentos sociais e tantos outros conceitos que remetem a reflexão crítica e ativa perante a realidade.

Em 2006, com o objetivo de qualificar o enfoque dado à algumas abordagens pedagógicas, o MEC, atendendo inclusive a alguns parâmetros estabelecidos pela UNESCO de acesso e permanência dos estudantes nas escolas, desenvolveu as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, onde apontou, dentro do âmbito das Ciências Humanas e suas Tecnologias,

“O tema avaliação é um dos mais polêmicos nas escolas, principalmente nos últimos anos, em função de mudanças que ocorreram não só na concepção de aprendizagem como no sistema educacional. Encontra-se, ainda hoje, avaliação que se caracteriza apenas por aferir a memorização, reforçando técnicas como a dos “famosos questionários, fatos históricos isolados e cópias de mapas”, baseada apenas na repetição e na memorização. O cotidiano escolar apresenta muitas contradições que implicam a dificuldade de se realizar a avaliação da aprendizagem. Juntamente com o presente documento, tem-se a proposta de discutir a coerência entre o que se faz na sala de aula com o que se exige do aluno, ou seja, que critérios e resultados e que orientações estão sendo dados ao aluno para que se possa perceber claramente o caminho da aprendizagem que ele está percorrendo. Por isso, é importante compreender que o conhecimento não é coisa que simplesmente se acumula, mas sim que constitui um sistema de representação. Por isso, a avaliação não pode ser uma ferramenta de coerção, mas de reorientação. No que se refere aos indicadores de avaliação, com base nas atividades desenvolvidas, destacam-se conteúdos e competências como compreensão de textos, relações e correlações textuais, associação com o conhecimento prévio e hipóteses apresentadas pelos alunos. Dessa forma, criam-se conflitos cognitivos e coerentes com a metodologia proposta.” (BRASIL, 2006:60-61).

Esta perspectiva governamental segue algumas das diretrizes já expressas em determinações oficiais como a LDB⁴ e os PCNs, onde a área das

.....
4 A partir dos critérios apontados pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/, de 1996, no art. 24, inciso V, a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo período sobre os de eventuais provas finais. [...]”.

Ciências Humanas deveria ser pensada sobre uma lógica nova⁵, buscando romper o modelo tradicional⁶ de ensino e avaliação positivista.

Para entendimento da proposta do texto, se faz necessário uma breve explanação sobre algumas perspectivas avaliativas discutidas nos últimos anos, como Avaliação Tradicional, Avaliação Formativa e Avaliação Mediadora.

AVALIAÇÃO TRADICIONAL, TECNICISTA OU CLASSIFICATÓRIA

Embora a avaliação faça parte cotidiana dos processos de ensino, as práticas avaliativas buscam uma padronização dos indivíduos em busca da mensuração dos resultados que acaba por segregá-los e, a partir de um resultado não condizente com o almejado, promove punições, tanto simbólicas, como práticas.

“Em geral, o processo avaliativo se apresenta em uma prova escrita, ou de múltipla escolha, no final do processo de ensino e aprendizagem, servindo para medir o desempenho dos alunos, verificar se eles adquiriram os conteúdos ministrados em sala de aula, o que fatalmente acaba por inseri-los em um ranking entre os melhores e os piores da classe.” (PINHEIRO, 2018, p. 44).

O processo de avaliação segundo a abordagem tecnicista, têm, dentre outros teóricos, a perspectiva do pensador americano Ralph Tyler, onde a mesma é vista, essencialmente como o processo pelo qual é possível determinar até onde os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa de currículo e ensino. Segundo este pensamento, os objetivos educacionais são o ponto de partida e de chegada da avaliação.

.....
5 Esta percepção refere-se, principalmente, à mudança de perspectiva junto ao processo de redemocratização. Expressas junto à Constituição de 1988, várias pautas, antes não colocadas junto aos espaços de poder, passaram a integrar as concepções de dever, fazer e ser do Estado.

6 O modelo “tradicional” de apresentar o ensino de História é o qual a avaliação centra-se na memória quantitativa de eventos, grandes feitos, nomes e principais datas de uma história oficial construída hierarquicamente e unilateralmente. Este modelo formou-se o longo do século XIX, onde ocorreu a transformação do Exame, de elemento integrante do processo metodológico de aprendizagem para qualificador de desempenho e fechamento, através da certificação quantificada. Barriga (2001)

De um lado, os objetivos definem as formas de avaliação, de outro, estas formas de avaliação analisam em que medida estes objetivos estão sendo alcançados. A partir disso, a avaliação funcionaria como instrumento para averiguar de que forma os planos de experiências de aprendizagem estão conseguindo funcionar como “guias para obtenção dos resultados desejados” (TYLER, 1979, p.98).

Ainda hoje se percebe a direta influência deste pensamento sobre os modelos avaliativos nas mais diversas disciplinas.

“(…) uma prática avaliativa que compreende, no início do processo, o estabelecimento de objetivos pelo professor (na maioria das vezes relacionadas estritamente a itens de conteúdo programático) e, a determinados intervalos, a verificação através de testes, do alcance desses objetivos pelos alunos. Quando inserida no cotidiano, a ação avaliativa restringe-se a correção de tarefas diárias dos alunos e registros dos resultados. Assim quando se discute avaliação, discute-se de fato, instrumento de verificação e critérios de análises e desempenho final.” (HOFFMAN, 1995; p. 41).

Avaliação formativa e Avaliação Mediadora

“A avaliação formativa, tal como era entendida nos anos 60 e 70 do século XX (ver, por exemplo, Scriven, 1967; Bloom, Hastings & Madaus, 1971), pouco tem a ver com a avaliação formativa dos dias de hoje (ver, por exemplo, Earl, 2003; Harlen & James, 1997; Sadler, 1998; Torrance & Prior, 2001). No primeiro caso, estamos perante uma visão mais restritiva, muito centrada em objetivos comportamentais e nos resultados obtidos pelos alunos, pouco interactiva e, por isso, normalmente realizada após um dado período de ensino e de aprendizagem. No segundo caso, estamos perante uma avaliação bem mais complexa e, num certo sentido, mais sofisticada, ou mais rica, do ponto de vista teórico. Trata-se de uma avaliação interactiva, centrada nos processos cognitivos dos alunos e associada aos processos de feedback, de regulação, de auto-avaliação e de auto-regulação das aprendizagens.” (FERNANDES, 2006, p. 22)

Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Braga Garcia (2003) desenvolvem o conceito de uma avaliação formativa com o uso do método de investigação nas aulas de História, no qual se buscaria “*a recuperação da historicidade do método da História*” (2003, p. 229). Os objetivos, nessa didática, seriam estimular o aluno a “aprender a formular hipóteses; aprender a classificar e analisar as fontes; aprender a analisar a credibilidade das fontes

históricas; aprender relações de causalidade e a construir a explicação histórica (SCHMIDT e GARCIA, p. 2003, p. 203)

“As atividades avaliativas realizadas pelos alunos muitas vezes contêm apenas um certo ou errado e a nota atribuída pelo professor. Tal postura é questionável no ensino de História, uma vez que os próprios professores manifestam a intenção de levar o aluno à análise crítica. Como isto pode ser possível se não se estabelece com o aluno uma comunicação no sentido de apontar os problemas verificados na organização e expressão do seu pensamento?” (TURINI, 1997, p. 78).

Segundo a concepção de Jussara Hoffmann, 2002, a avaliação mediadora possibilita investigar, mediar, aproximar hipóteses aos alunos e provocá-los em seguida; perceber pontos de vistas para construir um caminho comum para o conhecimento científico aprofundamento teórico e domínio do professor. Pressupõe uma análise qualitativa, uma avaliação não de produto, mas do processo, se dá constantemente através de cadernos, observações do dia a dia, é teórica usa-se registros.

2.3 O AVALIAR EM HISTÓRIA

Como afirmado anteriormente, o avaliar não é um ato neutro. O mesmo relaciona-se diretamente a percepção teórica e político-ideológica dos sujeitos envolvidos, desenvolvendo um discurso.

Ampliando a percepção da educação a partir do diálogo com a psicanálise, Kupfer afirma que:

“Para Lacan, discurso é justamente o que faz laço social, gerando uma definição que atrela o falante ao Outro de um modo estrutural. Desta perspectiva, educar torna-se a prática social discursiva responsável pela imersão da criança na linguagem, tornando-a capaz por sua vez de produzir discurso, ou seja, de dirigir-se ao outro fazendo com isso laço social.” (KUPFER, 2000, p. 35).

Um dos mecanismos possíveis para a avaliação em História, sendo assim, é estimular um método de investigação na/no estudante a partir do dimensionamento do fazer histórico.

“Ao se utilizar do método de investigação, o professor deve esclarecer que a história que recebemos foi produzida a partir de leituras de determinadas fontes.

E, ao trabalhar com estudos de fontes em sala de aula, o professor proporciona ao aluno aprender história com os mesmos instrumentos com os historiadores a constrói.” (NODA, 2005, p. 149.)

Sobre essa perspectiva, a historiadora Maria de Lourdes Janotti esclarece:

“Mas, afinal, qual o traço comum que permite chamar de fontes para o conhecimento histórico coisas tão díspares como uma estátua grega do século V a.C., uma máscara maia, uma carta do Marquês de Pombal, um concerto de Mozart, uma película cinematográfica, um artigo de jornal sobre os perigos do desmatamento, uma entrevista gravada de um trabalhador em greve, uma fotografia e uma telenovela? A resposta está no interesse do historiador em inquirir o que essas coisas revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises. Por essa razão, denominamos de história uma série de acontecimentos e historiografia a narração desses acontecimentos.” (JANOTTI. In: PINSKY, 2006, p. 10)

Dialogando então com a responsabilização da/do estudante pelo processo de entendimento e problematização da História, a avaliação poderia servir de mediação entre o seu saber prévio e o saber proposto na dinâmica pedagógica. Para este fim, ou meio, alguns critérios necessitam ser explicitados: o que a/o estudante poderia usar como critérios prévios para a compreensão de um conhecimento histórico?

A fim de aproximar a proposta do artigo à temática apresentada, será limitado o desenvolvimento de 3 critérios reflexivos à serem propostos aos estudantes como meio prévio ao desenvolvimento do conhecimento histórico. **a.** localização temporal e espacial do conteúdo proposto; **b.** importância do conteúdo trabalhado; **c.** possibilidades de reflexão com a temática;

Resumindo a proposta a 4 perguntas básicas, onde, quando, porque e para que; a ideia seria, não propor uma avaliação, neste sentido, mensurável pela(o) professora(or), quantificada ou normatizada, mas passar aos estudantes a responsabilidade, responsabilizando-os por um conhecimento que a eles poderiam interessar, e caso, os métodos já sejam de construção curricular coletiva, a eles já interessavam.

Longe de retirar a responsabilidade pelo ensino ou pelos conhecimentos teóricos e metodológicos da aprendizagem e avaliação da(o)

professora(or), a proposta é, em um mundo contemporâneo marcado pelas múltiplas formas de informações e desinformações, dividir e transferir aos estudantes, como sujeitos nos processos escolares de formação, a atuação direta, indiretamente, de orientar aquilo que estudarão.

Segue uma questão para exemplificar a ideia de problematização de temáticas curriculares a partir dos 3 critérios propostos:

Questão 2: CH – 1º dia CADERNO 1 – AZUL – PÁGINA 9 – ENEM 2010 --

Questão 31

(ENEM/2010) O mestre-sala dos mares

Há muito tempo nas águas da Guanabara

O dragão do mar reapareceu

Na figura de um bravo marinheiro

A quem a história não esqueceu

Conhecido como o almirante negro

Tinha a dignidade de um mestre-sala

E ao navegar pelo mar com seu bloco de fragatas

Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas

Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas jorravam nas costas

dos negros pelas pontas das chibatadas...

BLANC, A.; BOSCO, J. *O mestre-sala dos mares*.

Disponível em: <www.usinadeletras.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2009.

Na história brasileira, a chamada Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, e descrita na música, foi

- a) a rebelião de escravos contra os castigos físicos, ocorrida na Bahia, em 1848, e repetida no Rio de Janeiro.
- b) a revolta, no porto de Salvador, em 1860, de marinheiros dos navios que faziam o tráfico negreiro.
- c) o protesto, ocorrido no Exército, em 1865, contra o castigo de chibatadas em soldados desertores na Guerra do Paraguai.
- d) **a rebelião dos marinheiros, negros e mulatos, em 1910, contra os castigos e as condições de trabalho na Marinha de Guerra.**
- e) o protesto popular contra o aumento do custo de vida no Rio de Janeiro, em 1917, dissolvido, a chibatadas, pela polícia.

Análise teórico-crítica da questão:

Embora em sua análise Schmidt (2018) apresentou que nessa questão, específica, a fonte musical brasileira foi subvalorizada ao apresentar

escolhas voltadas basicamente para a memorização do conteúdo escolar e a habilidade relativa à interpretação de fontes históricas foi a única superficialmente abordada na questão, a escolha de uma música popular provavelmente desconhecida pelas(os) estudantes, tratando de uma temática histórica imprescindível da luta por direitos e protagonizada por um negro, João Cândido, têm valor para uma reflexão interculturalista.

Podemos problematizar que até a habilidade referente à mera identificação de manifestações patrimoniais das sociedades sequer foi mencionada. Esta questão escolhida mostra uma das incoerências teóricas do ENEM como proposta de avaliação diferenciada dos modelos tradicionalmente memorializantes. Mas mesmo dentro desta perspectiva reducionista, a temática escolhida foge ao recorrente eurocentrismo etnocêntrico e elitizante.

Dentro desta perspectiva, a questão de forma indutiva contempla a Competência de área 3: “*Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais*”, e requeria da(o) estudante a habilidade de localização temporal e situacional do conteúdo.

Problemática possível de ser desenvolvida:

a. De qual época e local a questão trata?

Esta questão associa diretamente a noção de tempo e espaço ao conhecimento histórico. Quando apresentadas nas demais alternativas conteúdos específicos do século XIX (1848, 1860, 1865), a intensão é clara de exigir da(o) estudante uma noção de contexto histórico, no caso, o início do século XX e Rio de Janeiro;

É no conhecimento e reconhecimento do contexto que a(o) estudante poderá associar as várias demandas sociais da República Velha, principalmente as manifestações durante a República Oligárquica, movimentos populares (Canudos, Contestado, Vacina, Operariado, Cangaço, entre outros). A problematização da máquina política oligárquica do café com leite e as consequências sociais e econômicas das primeiras décadas do século XX, poderá utilizada para tratar de temáticas atuais e fundamentais para a

cidadania, como democracia, políticas públicas, justiça social, corrupção e direitos humanos.

Além disso, a reflexão poderia perpassar o contexto social, político e econômico do pós-abolição⁷, que continuou a oprimir as camadas negras da população, conferindo-lhes, no geral, um lugar de menor prestígio e ascensão socioeconômica, e a permanência de métodos brutais de punição e controle, como castigos: golilha, chibata, palmatória, prisão a ferros e solitária, mostrando a permanência da lógica violenta escravista na sociedade e instituições brasileiras, como a Marinha.

b. Qual a importância do conteúdo contemplado na questão?

A escolha de uma revolta protagonizada por negros, destacando os maus tratos e as ruins condições de trabalho na Marinha do RJ, capital do Brasil, no início do século XX, mostra a presença dos negros no pós-escravidão atuantes em lutas e movimentos por melhorias e justiças que naturalmente foram “esquecidas” pelas versões oficiais da história do Brasil.

Aqui se apresenta uma das possibilidades de uma educação intercultural, enfocando a importância das leis 10 639/03 e 11645/08⁸ para a construção do conhecimento do passado e a ressignificação da História para o presente.

Outra abordagem possível seria a discussão sobre Direitos Humanos. No artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) consta que “*Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.*”. Este assunto poderia dialogar com outros como Ditadura Civil Militar, Escravidão, Fascismos, entre outros.

Quais possíveis e importantes reflexões podem ser feitas a partir desta questão?

Como a temática é de fácil compreensão, a(o) professor(a) poderia

.....
7 Ver mais em NASCIMENTO, A. P. (2016).

8 Determinações legais dentro da LDB enfocando na lei 10 639/03 com a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e a africana, e com a lei 11.645/08, também da cultura indígena.

apresentar pontos para discussão e debate como: Quais os espaços de luta, representatividade e ascensão social estavam circunscritas as negras e aos negros no início do século XX? Quais as condições de vida das populações ex-escravizadas no pós-abolição? Como a música pode ser usada para expressão e problematização da história?

A partir desta questão pode-se desenvolver uma das noções essenciais do interculturalismo. Primeiro o reconhecimento do envolvimento múltiplo nas relações da formação da identidade, seguido da problemática sobre espaços de poder e representatividade, podem ser norteadores de reflexões sobre o tema.

A INTERCULTURALIDADE E O ENSINO DE HISTÓRIA

No livro *“Consciência histórica e interculturalidade – investigações em educação história”*, Schimidt e Fronza reúnem uma série de capítulos que tratam da importância da associação das novas demandas sociais no ensino de História. Segundo os autores, *“a problemática da interculturalidade pode ser considerada como um dos temas mais urgentes e importantes no campo da educação contemporânea”* (SCHIMIDT e FRONZA, 2016, p. 21)

Dentre os capítulos do livro, o texto “Um saber histórico para a Educação Intercultural” de Mattozzi, nos instiga a refletir sobre a importância da disciplina História dentro deste espaço de reflexões teóricas e conceituais dos culturalismos. Apresenta uma versão de história geral diferente, não uma perspectiva etnocêntrica e nacionalista, como aquelas ensinadas nos séculos XIX e XX, onde desenvolviam-se as bases nacionalistas e os termos de superioridade cultural ou civilização triunfante, mas uma que:

“Predisponha os alunos ao interesse, à curiosidade à compreensão, à capacidade de se questionar e dar sentido as manifestações das diferentes culturas;
Lhes dê uma versão de mundo histórico e do mundo atual como cenário de processos de formação da infinita multiplicidade das culturas;
Possa ajudar na compreensão de processos de encontros e de intercâmbios e de processos de conflitos terríveis;
Prepare o olhar a multiplicidade das histórias que se entrelaçam na história da humanidade.” (MATTOZZI, 2016, p. 36)

A interculturalidade perpassa o conhecimento histórico de diversas formas nas abordagens metodológicas, nas estruturas didáticas, mas principalmente nas escolhas curriculares. Aí está a importância de pensar a dimensão do saber histórico em um mundo de litígios e explorações. O conhecimento e reconhecimento integrador do “outro”, da alteridade, como formadores da cultura ajudam a arrefecer prepotências civilizacionais e desenvolve o respeito e a valorização das particularidades.

Seguindo essa perspectiva, da cidadania como algo fundamental para o desenvolvimento de uma consciência histórica e a capacitação mediada para que as(os) estudantes consigam melhor posicionarem-se frente suas realidades, atuando com sujeitos desse processo, acompanha a problemática do ensino para a interculturalidade, pois acompanha suas demandas com o protagonismo de cada um.

Para Kabengele Munanga (2015) os principais problemas atuais estão na existência/permanência de práticas racistas, xenofóbicas e todos os tipos de intolerâncias, a destacar as religiosas e as consequências de tudo isso engendram as desigualdades e se caracterizam como violação dos direitos humanos. Daí a importância e a urgência de todos os países implementarem políticas que visem ao respeito e ao reconhecimento da diferença, centradas na formação de uma nova cidadania por meio de uma pedagogia multicultural. O desenvolvimento de uma educação e socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Para o autor a

“defesa da diversidade e da diferença é uma questão vital no processo de construção de uma cidadania duradoura e verdadeira, por um lado, sem, entretanto, abrir mão da defesa de nossas semelhanças e nossa identidade humana genérica, por outro lado.” (MUNANGA, 2015, p.22)

Como apontaram Selva Guimarães Fonseca e Regina Célia do Couto, o interculturalismo se apresenta de diversas formas e em diferentes localidades e o mesmo se revela “na luta dos povos indígenas, nos movimentos negros, feministas, nos conflitos entre povos que buscam o direito à língua,

à cultura, à territorialidade”. (FONSECA e COUTO, 2008, p.103). Então, a temática da interculturalidade, se faz fundamental para o desenvolvimento de uma perspectiva de ensino de História comprometida com uma ética cidadã e democrática.

CONCLUSÃO

Devido toda sua importância no ingresso ao Ensino superior e na prática docente no Brasil atual, é imprescindível que se aprofundem as análises e problematizações sobre o ENEM. A ideia do artigo foi desenvolver algumas reflexões que buscaram aproximar uma demanda no preparo para prova do ENEM com uma proposta de ensino que problematiza-se a avaliação tradicionalmente objetiva e sem continuidades pedagógicas, e a reflexão histórica para o interculturalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRIGA, Ángel Díaz. **Uma polêmica em relação ao exame**. In: ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). *Avaliação: uma pratica de novos sentidos*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (p. 50 – 82)
- BRASIL. ENEM 2010 – **Exame Nacional do Ensino Médio**. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br/>>. Acessado em 05 de outubro de 2018.
- BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Infância e maquinaria**. UFRGS, Porto Alegre. 2001.
- FERNANDES, Domingos. **Para uma teoria da avaliação formativa**. Revista Portuguesa de Educação, CIEd – Universidade do Minho, 2006, pp. 21-50.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 27ª Edição. Petrópolis, 1999.
- FONSECA, Selva Guimarães e COUTO, Regina Célia. **A formação de professores de História no Brasil: perspectivas desafiadoras do nosso tempo**. In:

ZAMBONI, Ernesta, FONSECA, Selva Guimarães (orgs). Espaços de formação do Professor de História. Campinas: Papyrus, 2008.

GARCIA, Regina Leite. **A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso**. In: ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). Avaliação: uma pratica de novos sentidos. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (p. 29 – 50)

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1988.

HOFFMANN, Jussara M. Lech. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: Educação e Realidade RS, 1991.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. In: PYNSKY, Carla Bassanezi (org). **As fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-22.

KUPFER, M. C. M. Educação para o futuro: Psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Mayara Lanny Freitas. **Avaliação da aprendizagem no ensino de História: um estudo com professores de História da rede pública de ensino básico de boa vista – RR**. monografia da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2016.

MATTOZZI, Ivo. **Um Saber Histórico para a Educação Intercultural**. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, y FRONZA, Marcelo. Consciência histórica e interculturalidade, Investigações em Educação Histórica. Curitiba: W.A. Editores, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **“Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910)**. Revista Brasileira de História, vol. 36, núm. 72, maio-agosto, 2016, pp. 151-172

NODA, Marisa. **Avaliação e novas perspectivas de aprendizagem em História**. História e Ensino, Londrina, v. 11, p. 143-152, jul. 2005.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html>. Acesso em 22/11/2018.

- PINHEIRO, Laira de Azevedo. **Uma proposta de instrumento de avaliação em História para o Ensino Médio: a prova objetiva e o sistema de múltiplas respostas**. Dissertação – ProfHistoria. São Gonçalo – RJ, 2018.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? como avaliar?: critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. B. **O trabalho histórico em sala de aula**. História e Ensino, Londrina, vol9, 2003, p. 223-241.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora, y FRONZA, Marcelo. **Jovens, consciência histórica e avaliação da aprendizagem: o caso do Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil entre 2009/2015**. *Educatio Siglo XXI*, Vol. 36 nº 1 · 2018, pp. 149-170. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.6018/j/324211>>. Acesso em: 03/11/2018.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora, y FRONZA, Marcelo. **Consciência histórica e interculturalidade, Investigações em Educação Histórica**. Curitiba: W.A. Editores, 2016, pp. 21-68.
- TURINI, Leide Divina Alvarenga. **A avaliação no contexto da ação pedagógica do professor de história**. 1995. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1995.
- TYLER, W. R. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**. 6 ed. Porto Alegre: Globo, 1979
- VASCONCELLOS, C. dos Santos. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação: do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem**. São Paulo: Libertad, 1998.

REALIDADE AUMENTADA COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

THOMAS SELAU DE CASTRO¹
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
THOMAS.CASTRO@EDU.PUCRS.BR

INTRODUÇÃO

Pensar o Ensino de História no século XXI, em plena era digital, deveria ser uma contínua tarefa de todos os docentes de História. Me é impossível pensar o processo de ensino e aprendizagem em história sem levar em consideração o sujeito para quem ensino e principalmente a localização espaço-temporal e todos os fenômenos sociais, transformações tecnológicas e estruturas socio-históricas em constante reorganização com as quais eles se relacionam. Penso no desenvolvimento dos processos históricos, a partir da modernidade, na forma metafórica de uma locomotiva. Esta, por sua vez, inicia sua trajetória de forma lenta e gradualmente, nos trilhos do tempo, adquire velocidade surpreendente tornando-se impossível de ser impedida de avançar. Isto é, não há como impedir a marcha do desenvolvimento tecnológico da humanidade e muito menos há como se ensinar História sem nos colocarmos como professores sujeitos de seu tempo, conscientes da necessidade de contínua formação com objetivo de tornar mais eficientes, atrativas e interativas as nossas aulas.

.....
¹ Mestrando em Educação. Graduado em licenciatura em História. Bolsista Integral sob financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Em um artigo, apresentado recentemente no 5º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, realizei alguns apontamentos referentes as possibilidades da inserção de novas tecnologias no ensino de História:

A inserção das tecnologias no contexto escolar traz novos desafios, limites e, principalmente, possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis educacionais, bem como para a formação continuada dos educadores. É de responsabilidade tanto dos educadores como de todos aqueles que se encontram envolvidos com o processo educativo, compreender a necessidade urgente de reduzirmos as diferenças, dúvidas e preconceitos a respeito do uso das tecnologias nos espaços voltados à educação para evitarmos a exclusão digital e a mediocridade da atividade pedagógica. Portanto, para a formação humana na atualidade é necessário que aprendamos a utilizar as tecnologias com inteligência, não somente para facilitar o nosso dia a dia, mas para favorecer o desenvolvimento de nossas potencialidades (CASTRO, 2019).

Reafirmo este posicionamento e reforço que com o contínuo desenvolvimento de tecnologias, as quais possuem diversas funções e aplicabilidades em áreas distintas da sociedade, incluindo o vasto campo educacional nas suas múltiplas manifestações teóricas, práticas e disciplinares, nota-se a urgente necessidade de adaptação, no sentido evolutivo, dos projetos institucionais, do corpo docente e da concepção que alunos e, principalmente, pais ou responsáveis possuem sobre educação na Era Digital. Isto não significa que nós, professores de história, teremos de tornar nossas aulas grandes espetáculos tecnológicos e completamente vazias de conteúdo, tensionamentos e reflexões, que são os reais construtores de conhecimento.

REALIDADE AUMENTADA

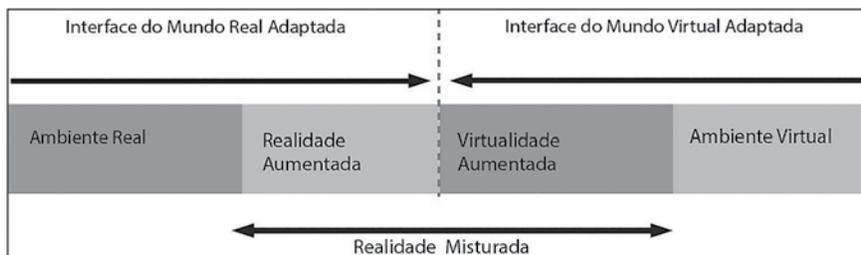
Para além da discussão teórica sobre as possibilidades, limites e desafios da inserção de novas tecnologias no Ensino de História – a qual ainda possui diversos aspectos a serem propostos, debatidos, reflexionados – gostaria de propor a apropriação de um recurso tecnológico em específico: a Realidade Aumentada (RA). A Realidade Aumentada, quando desenvolvida

e aplicada à educação, possui grande potencial na construção de conhecimentos históricos e na promoção da compreensão de conceitos que não são objetivos, mas que se caracterizam principalmente pela abstração. Isto é possível a partir da projeção de elementos digitais que acabam por facilitar a aproximação do aluno com o conceito em questão, promovendo a interação direta entre sujeito e objeto e possibilitando, assim, a aprendizagem significativa (TORI, 2010).

Realidade Aumentada é o termo designado para identificar um conjunto de tecnologias que realizam em tempo real a combinação (ou mistura, do inglês “*to blend*”) entre o mundo real e objetos digitais gerados / *renderizados* por computador. Isto é, a Realidade Aumentada constrói uma experiência visual ao usuário, neste caso ao aluno, baseada em informação digital projetada diretamente sobre o mundo real. Este conceito, em si, não é uma inovação, já que a tecnologia de RA está presente em todos os projetores digitais e é utilizada em publicidade e informes em tempo real nas mídias audiovisuais. Entretanto, com o desenvolvimento de smartphones, tablets e outros artefatos tecnológicos que possuem sensores de movimento (giroscópio), localização (GPS), polos magnéticos (bússola) e câmeras como itens básicos, as possibilidades de utilização de formas complexas e ao mesmo tempo mais acessíveis de Realidade Aumentada expandiram-se consideravelmente (SOMANI, 2016). Um exemplo atual e muito significativo do uso de RA a partir de smartphones é o jogo *Pokémon Go* (Nintendo, 2016), O qual permite ao usuário / jogador movimentar-se pelas ruas de sua cidade com o objetivo de capturar seres digitais que são exibidos display do smartphone a partir da captura do mundo real pelo sensor de imagem do aparelho.

Milgram (1994), propõe que a RA é uma parte da Realidade Misturada. Representando, então, um contínuo limitado pelo “ambiente real” e o “ambiente virtual”. Entre esses extremos, inclui-se a Realidade Aumentada, em que objetos virtuais são visualizados em um ambiente circundante real, e Virtualidade Aumentada, em que as imagens de objetos reais são inseridas no mundo, predominantemente, virtual.

Figura 1 – O Contínuo da Virtualidade. Fonte: Milgram (1994).



Adaptado por Kirner (2011).

REALIDADE AUMENTADA, EDUCAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA

Nós, enquanto professores e sujeitos históricos, temos observado a crescente penetração de tecnologias digitais em nossas salas de aula. Ao meu ver, o professor que tenta combater este fenômeno está fadado a se tornar obsoleto em pouquíssimo tempo, se já não o é. Esse aumento do uso de tecnologias por indivíduos de diversas capacidades econômicas e em diversas faixas etárias nos mostra o processo de popularização (no sentido de facilidade de acesso aos aparelhos) e a urgência em nos apropriarmos destas, com finalidades pedagógicas para a utilização das mesmas em sala de aula. As novas tecnologias não são inimigas do docente, ao contrário, são importantes recursos no ensino e aprendizagem das diversas disciplinas e neste caso em específico, a disciplina de História. Neste sentido, Moran:

As Tecnologias Educacionais deixam de ser encaradas como meras ferramentas que tornam mais eficientes e eficazes já sedimentados, passando a ser consideradas como elementos estruturantes de um outro modo de pensar a educação, mediada pela Tecnologia e está submetida aos objetivos pedagógicos, com o objetivo de expressar a diversidade cultural e à realidade em que cada escola se insere, a diferentes metodologias usando recursos tecnológicos (MORAN, 2000).

Outro ponto chave é a necessidade de dinamizarmos nossas aulas. Nossos alunos estão vivendo no nosso futuro, isto é, todas as inovações, mudanças científicas e tecnológicas que no momento de nossa infância eram

somente conceitos e possibilidades, atualmente são a realidade do cotidiano destas crianças e jovens. Não podemos mais ensinar história da mesma forma que nos fora ensinado. O mundo mudou radicalmente nos últimos 15 anos, e não podemos ignorar o fato de que todos aqueles que nasceram na última década e meia, nasceram e cresceram imersos em tecnologia digital. Entretanto, em nenhum momento devemos abrir mão da cientificidade da História, muito menos simplificar as inúmeras e complexas relações entre tempo, espaço, estruturas e conjunturas, pois assim estaríamos falhando duplamente, tanto com o ensino de história quanto ao inovar em nossas aulas.

Ser educador da disciplina de História apresenta um aparato característico do fazer histórico e do ofício de historiador, o qual se encontra constituído pelo diálogo entre o passado e o presente. A construção histórica, enquanto um processo de análise, interpretação e representação de um acontecimento, de uma conjuntura de uma realidade, não é estática e cristalizada, mas está em constante movimento e mutação. As novas tecnologias, ao serem incorporadas ao fazer historiográfico, acabam por nos trazerem novas reflexões acerca de como percebemos o nosso ofício no meio de tantas inovações. Novas formas de se pensar a História vão sendo apresentadas durante nossa experiência com essas novas ferramentas.

A historiografia tem sérios problemas a pensar, e não somente pelo fato de estar lidando com novos tipos de práticas cognitivas e “memorísticas”, o que significaria a mudança de uma narrativa temporal por uma narrativa espacial: construída a partir de pontos nodais. Isso representa, também, a possibilidade de estar lidando com novos paradigmas, não mais sequenciais, mas velozes e simultâneos. Esse é um problema delicado, uma vez que não dá para esquecer a tradição no objeto e no ofício do historiador construída e sustentada ao longo de mais de dois mil anos: a historicidade da historiografia. Acreditar na historicidade da historiografia significa aceitar as possíveis mudanças de suas práticas e suportes. (MURGUIA, RIBEIRO, 2001).

De acordo com Costa & Cruz (2015), A RA tem vindo a ganhar cada vez mais protagonismo na área da educação, sendo usada em diferentes disciplinas e segmentos escolares, caracterizando-se por ser uma ferramenta muito útil para o ensino e aprendizagem das diferentes matérias.

Proporcionando a interação entre os alunos, permite-lhes partilhar ideias, fazendo com que o conteúdo pedagógico tratado em sala seja melhor compreendido, ao mesmo tempo que competências de colaboração, inovação e criatividade são desenvolvidas, ainda segundo as autoras.

Possibilitar um aprendizado interativo e dinâmico é um grande desafio para a maioria dos professores. Sendo assim, é preciso discutir novas maneiras para o desenvolvimento de materiais educativos eletrônicos, tais como jogos educacionais, que utilizem um meio de 91 interação tangível. É nessa perspectiva que Realidade Aumentada se insere, pois, a mesma pode ser utilizada para criação desse tipo de interface. Ela prevê que não seja retirada do usuário a consciência de que ele está em seu ambiente real, mas traz para ali — o ambiente real — os objetos tridimensionais necessários para que a interação ocorra (FORTE et al, 2009).

UMA EXPERIÊNCIA BÁSICA EM REALIDADE AUMENTADA

Não irei realizar aqui um tutorial de como construir uma experiência em RA, pois isto é facilmente encontrado em websites de *streaming* de vídeo, como o *Youtube*. Posso garantir que é possível aprender assistindo os tutoriais disponíveis, pois foi assim que aprendi. No entanto, irei descrever de forma sintética o processo de construção de uma aplicação de RA em sua forma mais básica. São necessários três itens: Um aparelho com câmera fotográfica (Smartphone, Tablet, Webcam conectada a um computador), um aplicativo que contenha a *database* (dados, imagens e/ou modelos 3d) necessária para gerar a projeção digital e os marcadores (*targets*) que acionam a interação entre real e virtual. Não é necessário ter conhecimentos sobre linguagem de programação para elaborar uma aplicação de RA, já que os *softwares* que são utilizados realizam todo o processo de gerar o aplicativo para diversos sistemas operacionais disponíveis – *Android*, *iOS*, *Windows*.

Para gerar o aplicativo utilizo um *software* chamado *Unity Engine* (figura 2), o qual é gratuito para download e utilização. Nele se encontra uma vasta biblioteca de modelos 3d e infinitas possibilidades de criação e

edição. Também, quando necessário, recorro aos repositórios online de modelos 3d gratuitos, os quais são criados e disponibilizados pela comunidade de artistas digitais. Para realizar a criação da *database*, utilizo um aplicativo anexo (plugin) à *Unity Engine* chamado de *Vuforia* (o qual também é gratuito e se encontra tanto em versão online quanto em versão para download). Estas aplicações trabalham em conjunto para facilitar a construção de nossas experiências em Realidade Aumentada, pois tornam o processo simples, sem necessidade de programação, baseada em arrastar ícones, imagens e modelos 3d.

Os marcadores, ou *targets* (figura 3), são os gatilhos para a realização da interação entre real e virtual. Eles indicam onde e de que forma deverá ocorrer a projeção do virtual sobre o real. Os marcadores podem ser encontrados gratuitamente na internet ou criados / gerados em formato de QR Code, bem como qualquer imagem desde que possuam pontos de reconhecimento nítidos e que por fim são identificados pelo *plugin Vuforia* disparando a projeção virtual (figura 4).

Figura 2 – Exemplo de experiência de RA sendo construída na Unity Engine



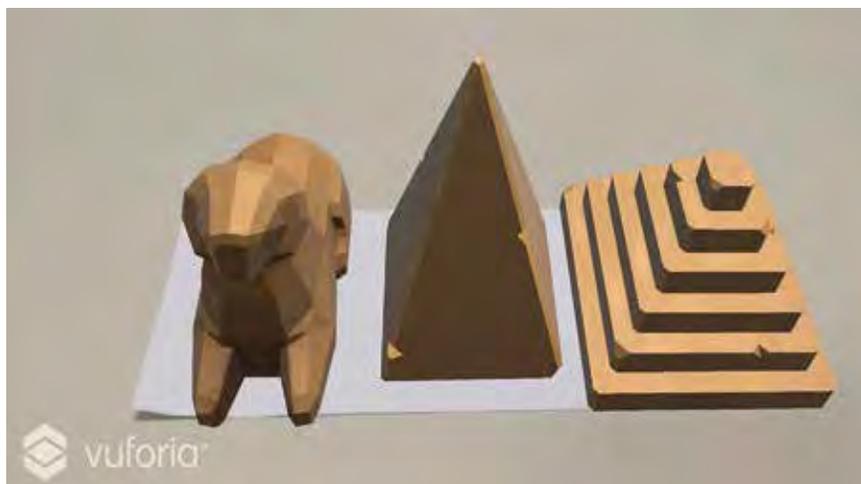
Fonte: Autor

Figura 3 – Exemplo de marcador / target em formato QR Code



Fonte: Autor

Figura 4 – Exemplo de aplicação de Realidade Aumentada desenvolvida pelo autor



Fonte: Autor

CONCLUSÃO

Com a RA é possível utilizar recursos computacionais que criam, posicionam e exibem objetos virtuais sobre o mundo real a partir do display de um smartphone ou tablete. Podendo, assim, englobar aspectos importantes, como a motivação dos alunos com conteúdos mais objetivos e claros. Devido às dificuldades de percepção relacionadas com alguns temas da disciplina de História, a RA mostra-se uma ferramenta inovadora para a aprendizagem e ensino de História.

Como foi demonstrado, existem ferramentas sendo disponibilizadas gratuitamente e algumas estão completamente voltadas ao campo da educação. Portanto, um passo decisivo, seria a formação dos docentes do desenvolvimento e domínio apropriado de ferramentas interativas e para que eles possam ensinar os alunos a aproveitar o processo de interação promovido por aplicações ou experiências em RA. Assim, estimula-se o aluno a ter maior independência na aprendizagem, já que aplicativos de realidade aumentada induzem os educandos a aprender de maneira curiosa e interessante.

Assim, a combinação da realidade e do ambiente virtual otimiza a aprendizagem e ativa áreas distintas do cérebro, essenciais para minimizar a ineficiência dos métodos tradicionais de ensino de História. Ainda que sejam necessários estudos aprofundados sobre as vantagens pedagógicas, sobretudo no que diz respeito a aprendizagens significativas e duradouras, a RA se apresenta como uma poderosa ferramenta na prática docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Thomas Selau de. **Novas Tecnologias e Ensino de História: Estado do Conhecimento**. Anais do 8º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação / 5º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. Canoas: Universidade Luterana do Brasil – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.
- COSTA, Maria Alcide.; CRUZ, Sónia. **A utilização da Realidade Aumentada para aprender História: um estudo com alunos do 3º CEB**. Challenges 2015: Meio Século de TIC na Educação, Half a Century of ICT in Education. Universidade do Minho. Portugal, 2015.
- FORTE, Cleberson E. **Software Educacional Potencializado com Realidade Aumentada para Uso em Física e Matemática**. Piracicaba: UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba, 2009. 200p. Dissertação – Mestrado em Ciência da Computação, Faculdade de Ciências Exatas e da Natureza.
- KIRNER, C.; KIRNER, T.G. Evolução e tendências da Realidade Virtual e da Realidade Aumentada. In M. W. de S. Ribeiro, E. R. Zorzal, EDS. 2011. **Realidade**

- Virtual e Aumentada:** Aplicações e Tendências. XIII Symposium on Virtual and Augmented Reality. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Computação – SBC, 2011.
- MILGRAM, Takemura. **Augmented Reality:** A Class of Displays on the Reality-Virtuality Continuum, Telem manipulator and Telepresence Technologies. SPIE, V.2351. 1994.
- MORAN, José M. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- MURGUIA, Eduardo Ismael; RIBEIRO, R. D. P. **Memória, História e Novas Tecnologias.** Impulso (Piracicaba), v. 12, p. 175-186, 2001.
- SOMANI, Hidal. **A Survey on Use of Augmented Reality in Education.** International Journal of Engineering Development and Research. 2016
- TORI, R. **Educação sem distância:** as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

O JÁ DITO E O NÃO DITO SOBRE A HISTÓRIA DA URSS NO LIVRO DIDÁTICO DO PNLD

NARENDRANATH MARTINS COSTA¹
NARENDRANATHCOSTA@YAHOO.COM.BR

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca desnaturalizar as narrativas constantes nos livros didáticos do PNLD, sobre a experiência histórica da construção do socialismo na URSS, a nosso ver carregadas de clichês e estereótipos. Nesta linha argumentativa, nos dirigimos a autores que questionam o conceito de totalitarismo.

A nosso ver a história da URSS é vital para a compreensão da história no século XX e mesmo do século XXI, pois entre os aspectos mais civilizados encontrados nas sociedades capitalistas, estes tem sem dúvida nenhuma influência direta ou indireta da experiência socialista soviética e do processo histórico da luta de classes no plano nacional e internacional. A partir disto, buscou-se analisar de forma sistemática, o tratamento que os livros didáticos dão à exposição das experiências históricas socialistas, tentando identificar quais teses sobre estas sociedades que são mais transpostas para estes livros.

.....
¹ Mestre em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Centro de Educação, UFSM, licenciado em História pela UFSM, bacharel em Ciências Econômicas pela UFSM.

Nosso referencial teórico e metodológico passa pelo materialismo histórico, complementado pelas teorias da análise de discurso de Orlandi e Pechêux. Perguntamos: Como isto reflete nos objetivos político-pedagógicos, que buscam desenvolver um ensino de história crítico, buscando dar elementos para a formação de uma consciência histórica crítica?

1. ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA SOVIÉTICA DE ALGUNS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD²

A seguir destacaremos trechos de obras analisadas sobre os seguintes tópicos: Aumento do autoritarismo, restrição das liberdades individuais e de organização já no tempo de Lênin, o chamado Totalitarismo Soviético. Logo a seguir passaremos a cotejar os dados transpostos por conhecidos autores do livro didático de história no Brasil, com historiografia conhecida nacionalmente e trazendo algumas fontes pouco conhecidas no Brasil, mas que tem enorme importância pelo fato destes historiadores terem se debruçado sobre fontes primárias.

1.1 AUMENTO DO AUTORITARISMO, RESTRIÇÃO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS E DE ORGANIZAÇÃO JÁ NO TEMPO DE LÊNIN

Na obra *História das cavernas ao terceiro milênio: do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais*, o tema é tratado da seguinte maneira.

A abertura econômica não foi acompanhada de uma abertura política. Acrescente centralização das decisões políticas acabou por substituir o poder da classe operária, organizada nos soviets, pelo poder do Partido Comunista, reforçado ainda mais a partir da ascensão de Joseph Stalin ao posto de secretário-geral do PC, em 1922 (BRAICK, P.R. e MOTA, M. B, 2013, p.57)

Na obra *História em movimento: do século XIX aos dias de hoje*, tratam assim o mesmo tópico.

.....
2 Programa Nacional do Livro Didático.

Durante a guerra civil, o governo de Lênin adotou medidas de centralização do poder em torno do Partido Bolchevique, então chamado de Partido Comunista. Assim, foi implantada uma rígida disciplina nas fábricas, cujos cargos principais foram ocupados por burocratas do governo; a imprensa passou a ser controlada; os partidos foram colocados na ilegalidade e a própria liberdade de discussão no interior do Partido Comunista foi restringida. Muitos opositores no novo regime foram presos. [...]. Enquanto o Partido Comunista, único em funcionamento, passava a controlar todas as esferas da sociedade, os soviets deixaram de ser um espaço para a discussão democrática e transformaram-se em executores das ordens do Partido. (AZEVEDO, G. e SERIACOPI, R, 2014, p. 33)

Já na obra de Cotrim, *História global*, a narrativa a respeito é:

No plano político, o governo soviético reagiu duramente contra as oposições internas e externas. Quem discordasse das orientações do Partido Comunista era considerado inimigo da revolução e traidor da pátria.[...]. Esse processo de restrição à liberdade de pensamento levou, em 1921, à proibição das oposições políticas e à unificação de todos os sindicatos dos trabalhadores sob o comando dos comunistas. O Partido Comunista tornou-se o único partido autorizado a funcionar no país. Nesse contexto, em abril de 1922, o comunista Josef Stalin (1879-1953) foi nomeado secretário-geral do Partido Comunista. (COTRIM, G. 2017, p.32)

Como podemos perceber os trechos dos autores citados na página anterior, convergem para a ideia de centralização política já no tempo de Lênin e de restrição das liberdades individuais, parecendo não ter razões objetivas para isto no restante do texto. Estas medidas parecem nascer das subjetividades dos líderes ou ainda, talvez seja algo próprio da organização dos bolcheviques, como se fosse a exteriorização da natureza perversa desta organização política. Vejamos logo a seguir uma citação de um portal do governo dos EUA, sobre a história dos EUA em períodos de ameaças externas.

Uma lição importante da História americana é que os Estados Unidos tendem a restringir as liberdades civis de maneira excessiva em tempos de guerra. Em certo sentido, isso é compreensível, porque a guerra provoca o medo e o medo provoca a repressão. Mas como sociedade que se autogoverna e aspira respeitar as liberdades de todos, os Estados Unidos precisam se esforçar para se disciplinar e respeitar a liberdade individual mesmo em tempos de guerra. Uma pergunta importante é se podemos aprender as lições da nossa própria História (ShareAmerica, abril de 2015).

O mesmo portal segue afirmando sobre o período da Guerra Civil dos EUA que:

Durante a Guerra Civil, a nação enfrentou seu desafio mais sério. Havia lealdades acentuatadamente divididas, limites militares e políticos fluidos, oportunidades fáceis para espionagem e sabotagem e mais de 600 mil vítimas de combate. Em tais circunstâncias, e em face da oposição generalizada e quase sempre feroz à guerra, ao serviço militar obrigatório e à Proclamação da Emancipação, o presidente Abraham Lincoln teve de equilibrar os conflitos de interesse entre necessidades militares e liberdades individuais. [...] Durante a Guerra Civil, Lincoln suspendeu o mandado de habeas corpus em oito ocasiões. (O mandado de habeas corpus permite a um tribunal decidir se uma pessoa está sendo detida pelo governo ilegalmente. A Constituição permite que o mandado seja suspenso somente “quando em casos de rebelião ou invasão a segurança pública” assim o exigir.) A suspensão mais extrema, que se aplicava a todo o país, autorizava os militares a prender “todas as pessoas (...) culpadas de qualquer prática desleal”. Com essa autoridade, os militares prenderam e aprisionaram até 38 mil civis, sem processo judicial e sem revisão judicial de legalidade das detenções (ShareAmerica, abril de 2015).

O filósofo e historiador da filosofia Domenico Losurdo nos lembra sobre o Espionage Act no período da I Guerra Mundial:

Com base na Espionage Act de 16 de maio de 1918, é possível ser condenado a 20 anos de cárcere por ter exprimido opiniões “de forma desleal, irreverentemente, vulgar ou abusiva sobre a forma de governo dos Estados Unidos, ou sobre a Constituição dos Estados Unidos, ou sobre as forças militares dos Estados Unidos, ou sobre sua bandeira [...] ou sobre o uniforme do Exército ou da marinha dos Estados Unidos”. São notórios os historiadores americanos que sublinham que as medidas lançadas no decurso do primeiro conflito mundial visavam “a cancelar até os mínimos traços de oposição “. E à violência de cima se acresce a violência de baixo, tolerada e encorajada pelas autoridades que se exprime numa impiedosa caça a qualquer um que seja suspeito de escasso fervor patriótico (LOSURDO, 2006, p. 68).

Retornando ao portal de Estado dos EUA ShareAmerica, assim este comenta a guerra entre Inglaterra e França no final do século XVIII:

Em 1798, menos de uma década depois da adoção da Declaração de Direitos, os Estados Unidos viram-se envolvidos em uma guerra europeia violenta então travada entre a França e a Inglaterra. [...] O presidente Adams, por exemplo, declarou que os republi-

canos “afundariam a glória do nosso país e prostrariam suas liberdades aos pés da França”. Com esse pano de fundo, os federalistas promulgaram as Leis do Estrangeiro e de Sedição de 1798. A Lei do Estrangeiro permitia ao presidente deportar qualquer não cidadão que julgasse perigoso à paz e à segurança dos Estados Unidos. A lei negava ao não cidadão direito a audiência, direito a apresentar provas e direito a revisão judicial. [...] A Lei de Sedição proibia efetivamente qualquer crítica ao governo, ao Congresso ou ao presidente que tivesse a intenção de desrespeitá-los ou desacreditá-los. A lei foi aplicada com rigor, mas somente contra os simpatizantes do Partido Republicano. Foram abertos processos contra todos os principais jornais republicanos e contra os críticos republicanos mais veementes do governo Adams (ShareAmerica, abril de 2015).

Como podemos perceber a situação das ameaças externas não é levada em consideração pelos autores dos livros didáticos analisados, mas em uma comparação com os EUA que tinham a proteção do Atlântico e do Pacífico e Estados ao norte e ao sul que não ofereciam na prática ameaça, foram impiedosos com as oposições e com as liberdades individuais devido as mais leves ameaças externas. As explicações estariam também nas subjetividades dos seus líderes políticos ou em alguma espécie de natureza opressora dos partidos que faziam parte?

A abertura econômica promovida pela NEP, não foi acompanhada de uma abertura no sentido mais político das liberdades individuais, pois o país estava em guerra sob cerco externo e sob ameaça de invasão, conjugado com forças internas de reação ligadas ao czarismo e antiga burguesia derrotada até então. A imprensa passava a atender as necessidades de um Estado de exceção permanente devido ao cerco capitalista e a ameaça da contrarrevolução. Os partidos políticos foram colocados na ilegalidade por não aceitarem a Revolução de Outubro, alguns já nos soviets capitulavam em nome de uma futura monarquia parlamentar como o caso dos Mencheviques e dos Socialistas Revolucionários de direita.

O Partido Comunista iria se esforçar para ter controle sobre uma sociedade bastante atrasada economicamente, cuja maioria esmagadora habitava o campo, devido ao seu reduzido número de membros e a péssima formação intelectual da maioria de seus membros, agravado ainda por um país de dimensões continentais e pelas dificuldades e precariedades nos transportes e comunicações. As dificuldades de controle social refletiriam nas dificuldades

de planejamento. As dificuldades de controle do partido eram tão grandes, que até mesmo o controle sobre quem era ou não filiado ao partido, eram problemas na década de 20 e de 30 como mostraremos mais adiante.

1.2 O CHAMADO TOTALITARISMO SOVIÉTICO: TRANSPOSIÇÕES DOS AUTORES E CRÍTICA ÀS INCONSISTÊNCIAS DESTAS NARRATIVAS ATRAVÉS DE FRAGMENTOS DE OUTRAS NARRATIVAS (O JÁ DITO DIVERSAS VEZES, FRENTE AO NÃO DITO)

Na obra *História das cavernas ao terceiro milênio: do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais*, assim começam suas referência ao tópico em questão:

Stalin governou como um ditador. Uma implacável censura foi imposta aos meios de comunicação, as liberdades individuais foram suspensas e seus adversários políticos, incluindo os líderes da revolução, acabaram presos ou assassinados pelo regime. A burocratização do Estado deu origem a uma elite que trabalhava para o governo e que usufruía de privilégios políticos e econômicos, em detrimento de uma massa que vivia modestamente e sob o rigor de um Estado opressor. Os povos não russos foram submetidos às rígidas regras impostas pelo Partido Comunista, e foram obrigados a adotar o russo como língua oficial. (BRAICK; MOTA, 2013, p.58)

Já na obra *História em movimento: do século XIX aos dias de hoje*, os autores tratam assim o mesmo tópico.

Sob o governo de Stalin, a União Soviética isolou-se do mundo e se transformou em uma potência mundial. No entanto, a formação de uma sociedade igualitária, um dos ideais dos primeiros socialistas, foi esquecida. Em lugar do socialismo, surgiu uma sociedade burocratizada, controlada por uma elite de funcionários privilegiados – a burocracia soviética -, enquanto a maior parte da população vivia em condições precárias e se via excluída dos órgãos de participação e decisão política. No topo dessa estava o Partido Comunista, que controlava integralmente todos os órgãos do Estado. O chefe desse partido, Stalin, era considerado infalível e seus opositores eram invariavelmente reprimidos. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2014, p. 34).

Ao contrário do que Mota e Braick afirmam, sobre o os povos não russos no período de Stalin, para o professor Paulo Visentini, professor de Relações Internacionais da UFRGS:

Assim, a estrutura institucional permitiu a industrialização acelerada e a criação do homem Soviético supranacional. Apesar do elevado grau de centralização e de o direito à sucessão ser apenas teórico, ocorreu um verdadeiro florescimento cultural e econômico dessas nacionalidades, muitas das quais puderam, após séculos de opressão causada pela russificação forçada do czarismo, voltar a empregar livremente seu idioma. (VISENTINI, P.F. 2017, p. 35).

O filósofo e historiador Domenico Losurdo demonstra no trecho abaixo que o líder do “mundo livre” parecia não suportar oposições em momentos de ameaças externas. Deveria Stalin e seu governo ser diferentes?

Com base na Espionage Act de 16 de maio de 1918, é possível ser condenado a 20 anos de cárcere por ter exprimido opiniões “de forma desleal, irreverentemente, vulgar ou abusiva sobre a forma de governo dos Estados Unidos, ou sobre a Constituição dos Estados Unidos, ou sobre as forças militares dos Estados Unidos, ou sobre sua bandeira [...] ou sobre o uniforme do Exército ou da marinha dos Estados Unidos”. São notórios os historiadores americanos que sublinham que as medidas lançadas no decurso do primeiro conflito mundial visavam “a cancelar até os mínimos traços de oposição”. E à violência de cima se acresce a violência de baixo, tolerada e encorajada pelas autoridades que se exprime numa impiedosa caça a qualquer um que seja suspeito de escasso fervor patriótico (LOSURDO, 2006, p.68).

A plataforma do Departamento de Estado dos EUA (ShareAmerica) admite por exemplo a necessidade que o Estado americano teve de restringir as liberdades individuais para combater ameaças internas, relacionadas a ameaças externas, em diversos momentos de sua história. Abaixo fragmento destacado:

Durante a Primeira Guerra Mundial, o governo processou mais de 2 mil dissidentes por se oporem à guerra ou ao serviço militar obrigatório, e em uma atmosfera de medo, histeria e clamor, a maioria dos juízes foi rápida em infligir punições severas — quase sempre de 10 a 20 anos de prisão — a aqueles considerados desleais. O resultado foi a supressão de todo o debate genuíno sobre os méritos, a moralidade e os avanços da guerra. [...] A história da Suprema Corte nessa época é de fracasso. Em várias decisões em 1919 e 1920, a corte manteve sistematicamente as condenações de pessoas que haviam protestado contra a guerra e o serviço militar obrigatório — pessoas tão obscuras quanto Mollie Steimer, imigrante russa de 20 anos que havia atirado panfletos contra a guerra em iídiche de um telhado do Lower East Side de Nova York e tão proeminentes quanto Eugene Debs, que havia recebido quase 1 milhão de votos em 1912 como candidato do Partido Socialista à Presidência (ShareAmerica 2015).

Como podemos perceber nos EUA também ocorreram perseguições e basicamente eliminação das liberdades individuais em diversas situações, por parte do governo dos EUA para seus opositores de forma ditatorial. Qual era a razão para isto? Segundo a plataforma governamental ShareAmerica, a segurança nacional. Mas no caso de Stalin e do governo soviético, parece que estes não pareciam ter ameaças externas e internas. Parece em certos momentos que restrições de liberdades são apenas produto da crueldade do ditador e/ou ainda de uma espécie de “natureza perversa” do socialismo, uma espécie de “pecado original”, algo que não deveria ter sido feito ou tentado. A este respeito observem a narrativa sobre este tópico na obra *História das cavernas ao terceiro milênio: do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais*:

Stalin governou como um ditador. Uma implacável censura foi imposta aos meios de comunicação, as liberdades individuais foram suspensas e seus adversários políticos, incluindo os líderes da revolução, acabaram presos ou assassinados pelo regime. A burocratização do Estado deu origem a uma elite que trabalhava para o governo e que usufruía de privilégios políticos e econômicos, em detrimento de uma massa que vivia modestamente e sob o rigor de um Estado opressor. Os povos não russos foram submetidos às rígidas regras impostas pelo Partido Comunista, e foram obrigados a adotar o russo como língua oficial. (BRAICK; MOTA, 2013, p.58).

Não muito diferentes, são as colocações dos autores da obra *História em movimento: do século XIX aos dias de hoje*, como por exemplo:

Sob o governo de Stalin, a União Soviética isolou-se do mundo e se transformou em uma potência mundial. No entanto, a formação de uma sociedade igualitária, um dos ideais dos primeiros socialistas, foi esquecida. Em lugar do socialismo, surgiu uma sociedade burocratizada, controlada por uma elite de funcionários privilegiados – a burocracia soviética -, enquanto a maior parte da população vivia em condições precárias e se via excluída dos órgãos de participação e decisão política. No topo dessa estava o Partido Comunista, que controlava integralmente todos os órgãos do Estado. O chefe desse partido, Stalin, era considerado infalível e seus opositores eram invariavelmente reprimidos. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2014, p. 34).

Stalin foi um homem de seu tempo e de seu contexto. Governou como um líder forte governava em seu tempo nas principais economias

industrializadas, quando estes percebiam ameaças externas ou internas. Se muitas vezes, censuravam certos meios de comunicação, mas não tendo condições materiais de censurar tudo e em todo o lugar, assim o faziam não por capricho do ditador como querem certos historiadores, mas para garantir certa ordem interna, que acreditavam ser necessária para levar a cabo a maior empresa econômica daquele tipo, jamais tentada antes, para conseguir conter os inimigos internos e externos deste empreendimento. Foram restringidas certas liberdades individuais, na URSS, como nas principais economias capitalistas, sempre que se sentiram ameaçados por ameaças internas e externas, entrando em rota de colisão com as lideranças políticas de oposição quando foi necessário.

Não se explica certos fenômenos que ocorreram na URSS na década de 20 e 30 por estudos da personalidade de Stalin, como alguns anticomunistas profissionais fazem a décadas, entre os quais o ex-agente britânico Robert Conquest, pois isto acaba por criar uma história linear e reducionista.

A burocracia do Estado em parte foi herdada do período czarista e outra parte se desenvolveu devido a necessidade de formação de uma economia altamente autarquizada (formada em grande parte por empresas estatais), o mais autossuficiente possível, como forma de resistir ao cerco imperialista das potências capitalistas, que começa com a invasão das tropas da Entente em apoio a Guarda Branca após a I Guerra Mundial e terá seu desfecho mais trágico com a Operação Barbarosa.

As diferenças entre as rendas dos trabalhadores, esteve na época entre as menores do mundo. A diferença entre as rendas entre homens e mulheres estava, talvez fosse a menor do mundo pois, entre as mulheres pelo menos 90% que faziam parte da população economicamente ativa. Em geral autores pegam períodos de grandes transformações como a industrialização massiva, bem como a migração massiva do campo para a cidade, de forma recorde, acumulando problemas urbanos como falta de moradias entre outros problemas e fazem generalizações a partir disto, para todo o sempre na história soviética. Imaginem se algum historiador fizesse isto verificando as condições de vida e moradia da classe operária inglesa no século XIX e

em suas narrativas afirmasse que esta foi a realidade que os trabalhadores tiveram durante todo o século XIX e XX. O que diriam? Finalizo deixando a afirmação honesta do professor Paulo Visentini:

Assim, a estrutura institucional permitiu a industrialização acelerada e a criação do homem Soviético supranacional. Apesar do elevado grau de centralização e de o direito à sucessão ser apenas teórico, ocorreu um verdadeiro florescimento cultural e econômico dessas nacionalidades, muitas das quais puderam, após séculos de opressão causada pela russificação forçada do czarismo, voltar a empregar livremente seu idioma. (VISENTINI, 2017, p. 35).”

Aqui as 3 obras analisadas seguem em sua narrativa que por vezes, como é o caso de Azevedo e Seriacopi, procura comparar o chamado totalitarismo soviético com o nazismo. Vejamos logo abaixo com o isto ocorre. Na obra *História em movimento: do século XIX aos dias de hoje*, os autores assim tornam a expor a questão do chamado totalitarismo:

Embora fossem muito diferentes e mesmo antagônicos do ponto de vista ideológico, os movimentos autoritários surgidos, então, na Europa e o governo soviético, centralizado em torno de Stalin a partir de 1924, convergiram para o surgimento de uma nova forma de organização do Estado, que fazia oposição ao liberalismo vigente: o totalitarismo. Nenhum regime anterior, nenhum tipo de tirania do passado, nem mesmo o absolutismo monárquico, se assemelhava a essa nova forma de controle do poder [...] Fazendo uso da censura, da delação, da violência principalmente contra as minorias, como ciganos, judeus, homossexuais, imigrantes – os regimes totalitários se estabeleceram em diversos países europeus após a Primeira Guerra Mundial. A seguir estudaremos três formas de manifestação do totalitarismo na Europa: o fascismo italiano, o nazismo alemão e stalinismo soviético [...] O totalitarismo tem por característica fundamental o terror permanente contra o indivíduo. A tal ponto que o Estado totalitário controla, por meio da repressão, da propaganda ideológica e da supressão dos direitos individuais e coletivos, não só a vida pública, mas também a vida privada dos cidadãos (AZEVEDO; SERIACOPI, 2014, p. 89).

Com relação à comparação entre o chamado Stalinismo, Nazismo e Fascismo, citarei trechos de artigo publicado na revista alemã *Crisis & Critique*, em que o filósofo italiano Domenico Losurdo (2016) lembra que em 23 de Julho de 1944, Alcide de Gasperi, o líder católico que estava para se

tornar o primeiro-ministro da Itália libertada do fascismo, fez um discurso, onde enfatizou:

Quando eu vejo como Hitler e Mussolini perseguiram seres humanos por conta de sua raça e inventaram esta assustadora legislação anti-judaica que conhecemos, e quando ao mesmo tempo eu vejo como os russos compostos de 160 etnias buscam uma união delas, quando vejo os esforços para unificar a sociedade humana, deixe-me dizer: isto é cristão, isto é eminentemente universalista no sentido do Catolicismo.” (LOSURDO, 2016, p. 35).

Referindo-se a fome na Índia em 1943, que matou 3 milhões de pessoas durante a II Guerra Mundial, destaca Losurdo:

O quão duvidoso possa ser colocar Churchill como próximo a Hitler, como Gandhi faz (e outros proponentes do movimento anticolonial fizeram mais indiretamente), não deixa de ser compreensível: Hitler não declarou várias vezes que iria construir uma Índia Alemã no Leste Europeu? E Churchill também não prometeu defender a Índia britânica a qualquer custo? Na verdade, em 1942 o Primeiro-Ministro Britânico teve que reprimir o movimento por independência, “usou de medidas extremas, como o uso da força aérea, para atirar com metralhadoras à massa dos protestos”. A ideologia que reside na raiz desta repressão é particularmente sugestiva. Vamos ouvir do próprio Churchill: “Eu odeio indianos. Eles são um povo bestial com uma religião bestial”; com sorte um número sem precedentes de “soldados brancos” garante a manutenção da ordem. A tarefa é enfrentar uma raça “protegida por sua mera população [reprodução muito rápida] da ruína que é”; Marechal Arthur Harris, protagonista dos bombardeios na Alemanha, foi bem aconselhado a “enviar algumas das bombas que sobraram para destruí-los” (LOSURDO, 2016, p. 35-6, 2016).

Quanto ao controle da vida pública e privada dos indivíduos, teremos que citar trecho da obra de John Arch Getty, *The origins of the Great Purges*:

“Quase metade dos cartões de membros do partido, verificados em Leningrado em 1935 eram inválidos ou falsos. Eles continham o nome errado, falso datas de adesão ou nascimento, ou nenhum selo significando que eles tinham sido legalmente emitido. Metade dos registros dos arquivos de Leningrado no supostamente, poderoso e onipotente Secretariado estava impreciso ou faltando. A verificação de 2.669 cartões do partido na região de Leningrado revelou que 1.070 deles (40 por cento) eram inválidos ou falsos e 1.277 dos correspondentes cartões de registro (48 por cento) estavam com defeito. Dos 1.070 cartões do partido inválidos, 700 tinham a família errada

ou primeiro nome, 111 tinha apagamentos ou outras alterações, 78 dos membros do partido tinham falsas datas, 77 tinham datas de nascimento falsas e 58 não tinham nenhum selo ou assinatura de funcionário. Em Gorkii, 5.000 pessoas foram admitidas no partido em violação das regras processuais, e 3.500 outros estavam portando duplicatas cartões do partido porque eles supostamente perderam os originais. Em um distrito de Leningrado, 110 de 142 cartões do partido eram falsos ou “defeituosos” (GETTY, 1985, p. 35).

Quando a liderança do partido tornou-se séria em pedir e corrigir registros do partido, os líderes locais foram forçados a descobrir exatamente quem estava no partido e quem não estava. O Arquivo de Smolensk é preenchido com formas pré-impressas como as seguintes:

De: Raion, Western Oblast, ao Comitê de Raion, Oblast. Você tem alguma informação ou conhecimento sobre o camarada? Que afirma ter sido membro (ou trabalhou na) sua organização, de para? Por favor, responda o mais breve possível. Estes foram usados para verificar o status do partido de milhares, talvez centenas de milhares de pessoas que possuíam cartões de participação e afirmavam serem membros. Muitos desses pedidos não foram respondidos por funcionários do partido local sobrecarregados. Aqueles que responderam normalmente enviaram uma kharakteristika curta ou esboço biográfico da pessoa ou simplesmente respondeu que a pessoa em questão era desconhecida no local onde eles supostamente atuavam. (GETTY, 1985, p. 35).

A chistka, varredura, limpeza em russo de 1933 buscava segundo o autor melhorar a eficiência e a capacidade organizativa do partido. Como é possível uma sociedade como esta e um partido como este ter conseguido controle sobre a vida pública e privada? Getty é taxativo contra os chamados soviétólogos, afirmando que tanto historiadores pró- Stalin na época, bem como os historiadores contra-Stalin, tinham um problema em comum, quando abordavam os anos 20 e 30 admitiam uma eficácia do partido que jamais foi percebida por fontes primárias para estes períodos, como podemos verificar pelos dados apresentados por Getty retirados de fontes primárias dos conhecidos arquivos de Smolensk.

Escreveremos um pouco mais do que para os demais fragmentos dos livros didáticos destacados para análise, devido a centralidade de categorias como totalitário e totalitarismo.

A palavra “totalitário” de vago significado é usada frequentemente no lugar de, ou como complemento, da palavra “ditadura”, que na verdade tem um significado. Pode existir uma ditadura ou uma regra de uma única classe sem restrições por qualquer lei, como ditadura do proletariado, denominada “totalitária”. No entanto, as democracias “liberais” são ditaduras da burguesia e não são chamadas de totalitárias.

Os critérios frequentemente dados por aqueles que têm uma definição de “totalitário” são: todas as facetas da sociedade são controladas diretamente pelo ditador e pelo governo através da força; o ditador (ou partido) domina todas as áreas da vida sem exceção; uma sociedade altamente militarista que glorifica os militares e a polícia, bem como outras forças armadas do ditador e do governo no poder; não há separação dos poderes, sendo o judiciário, legislativo e executivo todos controlados pelo ditador ou pelo partido no poder; o ditador ou o partido controla o pensamento das massas; não há liberdade de expressão ou de religião, nem liberdade de artes nem liberdade de imprensa, exceto aquilo que glorifica o ditador, ou o partido; a repressão política é praticada contra os dissidentes do ditador ou do partido no poder; tortura de pessoas encarceradas e prisioneiros políticos; serviço militar forçado ou obrigatório; subordinação do indivíduo a favor do ditador e do governo.

O que é notável sobre esses critérios acima é que todos eles também se aplicam às ditas democracias liberais. Só é preciso substituir o “ditador” por “capital” e “o governo” por “capitalismo”.

O último ponto aqui é o mais controverso, uma vez que a maioria das definições soltas do totalitarismo vem da ideia de que o indivíduo está subordinado ao coletivo. Os indivíduos dentro do capitalismo estão subordinados ao dinheiro e os meios pelos quais é obtido, neste caso, pelo trabalho assalariado. O que uma pessoa pode fazer dentro dessas sociedades depende da sua capacidade de pagar em dinheiro e de poder trabalhar para obter o dinheiro. Os estudiosos chamam os países capitalistas totalitários? Não. É uma palavra que não serve de propósito útil, exceto na propaganda.

Por que nossas sociedades ocidentais, não são consideradas “totalitárias”? O dinheiro, o lucro e o capital governam a nossa sociedade absolutamente.

Todo aspecto de nossas vidas está sujeito à vontade do capital. Pode haver liberdade de expressão ou religião, liberdade das artes, liberdade de imprensa na medida em que o capital existe? Existe livre arbítrio então? Você pode dizer o que quiser, mas sem capital, você terá eco na sociedade? Não existe eco social. Você pode adorar qualquer deus que você deseja, mas sua religião realmente o livra do capital? Ou o capital é seu verdadeiro deus? Você pode desenhar, pintar, cantar e criar o que quiser, mas se não conseguir lucro, como você continuará e com que frequência você poderá fazê-lo? E qual será o eco de sua expressão artístico cultural? Se não é do interesse do capital, como você receberá uma audiência e qual será o tamanho desse público? Se a classe dominante não gosta do que você tem a dizer, você será silenciado ou mais provável, nunca mais vão ouvir falar de você. Se a arte não é do interesse do capital, ela não será publicada, especialmente se isso for contrário a esses interesses. E a imprensa é, em geral, de propriedade do próprio capital, como as editoras.

Toda a definição apresentada tanto do totalitarismo como do “extremismo político” só tem valor dentro do campo da ideologia capitalista, ou seja, da perspectiva liberal burguesa ocidental, eivada de interpretações empiristas e formalistas. O conceito é simplesmente uma invenção de intelectuais reacionários no bloco da OTAN, articulados com departamentos universitários estadunidenses. Este tipo de construção intelectual é a que predomina nos livros didáticos de história, quando o tema é a história da URSS.

Não se pode isolar a história da URSS, de seu contexto internacional. Começaremos discorrendo, não sobre a categoria de totalitarismo, mas citando Domenico Losurdo:

“Em nossos dias, mais do que nunca, a única tese *politically correct* é aquela que tem por alvo sempre e somente a Alemanha hitleriana e a União Soviética. É a tese que triunfou a partir e no decorrer da guerra fria. Em 12 de março de 1947, Truman proclama a “doutrina” que toma seu nome: depois da vitória alcançada na guerra contra a Alemanha e o Japão, abre-se uma nova fase na luta pela causa da liberdade. Agora, a ameaça provém da União Soviética, “regime totalitário imposto aos povos livres, mediante agressão direta ou indireta, minando os fundamentos da paz internacional e, portanto, a segurança dos Estados Unidos (LOSURDO, 2006, p.55)”

Na década de 20 do século XX, surgiram diversas ditaduras tanto na forma do Estado, como em seus conteúdos de classe. Para além da Itália (1922-1943- ditadura fascista), tivemos na Lituânia (1926-1940- ditadura de Smetona), Polônia (1926-1935- ditadura de Pilsudsky), Portugal (1917-1918- ditadura de Sidonio), sem falar de reminiscências monárquicas que não foram superadas na Europa nem mesmo com fim da I Guerra Mundial, e ainda, outras que surgem após o término da I Guerra Mundial como é o caso da monarquia austríaca. Nos anos 30 o quadro de ditaduras aumenta em outras partes da Europa, como podemos ver no quadro abaixo. Estas ditaduras de partido único, de partido dominante entre outras formas de exercícios de governos autoritários, tinham em sua base ideológica o chamado corporativismo (PINTO, 2014, p.26).

A Europa, não era uma Europa liberal como muitos querem, inclusive autores de livros didáticos, a não ser na forma, na aparência dos fenômenos políticos é claro se deixarmos de levar em consideração que a Inglaterra e a França, eram países coloniais e mantinham as populações coloniais controladas com mão de ferro.

Enquanto na Itália e na Alemanha surgiram nas décadas de 20 e 30 do século XX ditaduras burguesas abertas contra as classes trabalhadoras, supremacistas raciais e neocolonialistas, na URSS era a ditadura do proletariado que apesar da sua forma de Estado de exceção permanente, devido às ameaças externas e internas, foi aprofundando a ditadura proletária e camponesa, ou seja, a ditadura democrática, das maiorias contra a minoria abastada que procurava a restauração.

As delações e perseguições contra ciganos e judeus, são fenômenos típicos das ditaduras explícitas na Alemanha e na Itália, o mesmo não acontecendo na URSS, pois a Constituição de 1936 penalizava estas formas de preconceito como crimes.

Seria impossível a URSS realizar um terror permanente contra o indivíduo, um controle total sobre a vida pessoal, pois na época, nem mesmo controle sobre quem era ou não filiado no partido conseguiam, como demonstra John Arch Getty em sua magistral obra *The Origins of the Great Purges*:

[...] a cadeia de comando colapsou com mais frequência do que funcionou. O Partido Comunista, longe de ter penetrado em todos os cantos da vida russa, era mais uma força indisciplinada e desorganizada com pouca influência fora das cidades. A Rússia soviética na década de trinta parecia uma atrasada e tradicional sociedade, muito mais do que a sofisticada ordem do totalitarismo” [...] “No nível nacional, 67 por cento da população vivia no campo e apenas 0,3 por cento da população rural pertencia ao partido. Da população da região ocidental na década de 1930, apenas entre 1 e 2 por cento era membro do partido” [...] “As comunicações ao longo da cadeia do comando do partido eram muitas vezes fracas e incertas. No Cazaquistão, 120 distritos (raions) não tinham telefone ligação com os seus centros regionais, muito menos com a capital da república ou Moscou. As ordens de Moscou foram geralmente telegrafadas para Smolensk, embora o telefone às vezes fosse usado. Especialmente sensível os documentos deveriam ser enviados pelo correio da NKVD para garantir a entrega segura. As conexões com os centros distritais foram feitas por telefone, por isso deve ter sido problemático, de fato, quando os telefones do Belyi o comitê do partido do distrito deixou de trabalhar por dois meses em 1937. (Embora o escritório de reparos foi “dez passos” no corredor do primeiro escritório do secretário, o último não conseguiu reparar.) A Viagem nos distritos eram muitas vezes a cavalo. Os oficiais progressistas da administração de Belyi Land visitavam o campo de bicicleta, embora o tempo tornasse a viagem difícil ou impossível durante a maior parte do ano (GETTY, 1985, p. 27-31).

Como poderia uma sociedade com estas fragilidades que Getty demonstra através de estudo de fontes primárias soviéticas, ter controle sobre os indivíduos e a vida pessoal em larga ou até média escala? Esta é parte da reflexão que temos que fazer, a outra parte é por que seguem autores afirmando coisas que não possuem sustentação em fontes? Pechêux chama a isto de o *já dito*.

Por fim lembro do filósofo italiano Domenico Losurdo que demonstra a reviravolta no pensamento de Arendt, autora de *As Origens do Totalitarismo*, citando textos desta autora dos anos 40, quando esta afirmava em 1942 que na URSS, o anti-semitismo tinha sido liquidado no âmbito de uma solução justa e muito moderna da questão nacional. Em outro texto de 1945 Arendt afirmava que “com respeito à Rússia, aquilo em que todos os movimentos políticos e as nações deveriam prestar atenção – o seu modo, completamente novo e bem-sucedido de enfrentar e compor os conflitos de nacionalidades, de organizar populações diferentes sobre a base da igualdade nacional” (ARENDRT apud LOSURDO, 2006, p. 58).

Losurdo logo a seguir, lembra que Arendt na sua obra *As Origens do Totalitarismo*, versa sobre os campos de concentração, sempre falando sobre a URSS e o Terceiro Reich, mas os campos de concentração na Iugoslávia, onde estavam presos os aliados de Stalin, não faz da Iugoslávia uma forma de totalitarismo. O secretário americano Dulles, quando a Iugoslávia tinha rompido com a URSS e passado a se aproximar com a OTAN, vê na Iugoslávia apenas certo despotismo. A Itália, Arendt aproxima a Espanha de Franco e a Portugal de Salazar, mas que não são exemplos de totalitarismo. Como demonstra Losurdo, conforme as conveniências da OTAN e de seus ideólogos diretos ou indiretos, são enquadrados ou não como exemplos de totalitarismo.

Assim como países são poupados do rótulo de totalitários, outros são classificados como tal. Assim Arendt disparava em *As Origens do Totalitarismo*:

Uma forma semelhante de governo (o totalitário, DL) parece encontrar condições favoráveis nos países do tradicional despotismo oriental, na Índia e na China, onde há uma reserva humana praticamente inexaurível, capaz de alimentar a máquina totalitária acumuladora de poder e devoradora de indivíduos, e onde, ademais, o sentido da superfluidade dos homens, típico das massas (e absolutamente novo na Europa, um fenômeno associado ao desemprego generalizado e ao crescimento demográfico dos últimos 150 anos) dominou durante séculos sem contestação no desprezo pela vida humana” (ARENDDT apud LOSURDO, 2006, p. 60).

Como lembra Losurdo, apesar de um regime parlamentar a Índia naquele momento era aliada da URSS. Seguindo com a contribuição de Losurdo para o debate sobre a categoria totalitarismo:

Em nossos dias, mais do que nunca, a única tese *politically correct* é aquela que tem por alvo sempre e somente a Alemanha hitleriana e a União Soviética. É a tese que triunfou a partir e no decorrer da guerra fria. Em 12 de março de 1947, Truman proclama a “doutrina” que toma seu nome: depois da vitória alcançada na guerra contra a Alemanha e o Japão, abre-se uma nova fase na luta pela causa da liberdade. Agora, a ameaça provém da União Soviética, “regime totalitário imposto aos povos livres, mediante agressão direta ou indireta, minando os fundamentos da paz internacional e, portanto, a segurança dos Estados Unidos” (LOSURDO, 2006, p. 55).

Finalizando e respondendo as nossas indagações sobre o porquê de tanta vitalidade nas obras e materiais didáticos da categoria totalitarismo, encerramos com uma última citação de Domenico Losurdo:

Em outras palavras: com seus silêncios e suas obliterações, a teoria costumeira do totalitarismo não terá se transformado ela própria numa ideologia da guerra, e da guerra total, contribuindo a alimentar ulteriormente os horrores que pretende, no entanto, denunciar e caindo assim numa trágica contradição performativa? [...] Se o alvo polêmico foi assim mudado, a denúncia do totalitarismo continua a funcionar eminentemente como ideologia da guerra contra os inimigos do Ocidente. E em nome desta ideologia são justificadas as violações da Convenção de Genebra e o tratamento desumano reservado aos detentos na baía de Guantanamo, o embargo e a punição coletiva impostos ao povo iraquiano e a outros povos, bem como o ulterior martírio infligido ao povo palestino. A luta contra o totalitarismo serve para legitimar e transfigurar a guerra total contra os “bárbaros” estrangeiros ao Ocidente” (LOSURDO, 2006, p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos demonstrar através da análise sistemática do livro didático de história do PNLD, não cumpre com o que é exigido pelos PCNs e nem tão pouco converge para as habilidades e competências exigidas pela BNCC. Estas habilidades e competências a nosso ver poderiam ser simplesmente chamadas de conhecimentos históricos necessários para a compreensão do mundo contemporâneo.

Sobre as questões ligadas às liberdades individuais, estas não tiveram problemas apenas na história da URSS, mas em diversas sociedades e em especial no chamado líder do mundo livre, os EUA, em tempos de guerra. E como expomos, a URSS nunca teve grande possibilidade de se preparar para viver em um mundo em paz, sendo desde suas origens, ameaçada pelas potências capitalistas.

A categoria totalitarismo é bastante inconsistente para o estudo da experiência socialista soviética e mesmo para outras experiências. Preferimos a categoria ditadura. Como por exemplo: ditadura burguesa e ditadura do proletariado.

Torna-se necessário compreender que milhões de pessoas simples, tinham ascendido, durante a industrialização e viram a URSS tornar-se

de uma sociedade atrasada, numa potência. Elas admiravam o líder destas mudanças, lembrando que as liberdades de tipo ocidental que temos hoje, jamais tinham passado pela Rússia Czarista. Aliás, quando lembramos das enfadonhas leis Jim Crow nos EUA que vigoraram em vários estados até a década de 50 e começo da década de 60 e nos processos coloniais liderados por Inglaterra e França, sempre é bom questionarmos estas liberdades individuais quanto a sua extensão e profundidade, pois a nosso ver mais parece um desejo de projetar no passado uma realidade mais recente, que sem dúvida nenhuma teve decisiva influência da Revolução Russa de Outubro de 1917 e da tentativa de construção da primeira experiência socialista duradoura.

Acreditamos ter podido demonstrar que os livros didáticos, transpõem um discurso quase propagandístico, quando o tema é a história da URSS, carregados de importantes lacunas e silêncios que a nosso ver impedem a apropriação do objeto de estudo de forma clara. As visões em geral, aproximam-se da tese do totalitarismo na URSS, sendo que existem acúmulos de pesquisas que colocam em dúvida tal conceituação e se esta daria conta da realidade histórica da URSS, antes da Segunda Guerra Mundial.

É preciso de forma honesta que historiadores e escritores de livros didáticos abandonem certas posturas que foram carregadas por anos pela direita liberal e pela direita conservadora, pela social-democracia, setores progressistas da igreja católica e em especial pelo movimento trotskista. É preciso honestidade intelectual frente a farto material existente como fontes primárias desde a abertura dos documentos da URSS, que demonstram diversas inconsistências sobre paradigmas como o do totalitarismo soviético e o de Stalin ditador. Ou se ao menos se negam a isto, que usem o mesmo ferramental intelectual para analisar sociedade ocidentais e o Japão por exemplo. Seria ao menos mais equilibrado.

Com narrativas cheias de clichês, lacunas e silêncios, não conseguem ajudar na formação de uma consciência histórica crítica, interferindo na formação mais ampla do que se entende por cidadania e autonomia intelectual, bem como interferindo na formação de perspectivas para o

indivíduo sobre seu futuro, da sociedade em que vive, bem como para o próprio planeta. Bem pelo contrário, através de estereótipos distanciam as consciências do contato com uma grande experiência antisistêmica que sob vários aspectos foi exitosa, mesmo com seus erros, ligados ao ineditismo desta experiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, G.; SERIACOPI, R. **História em movimento: do século XIX aos dias de hoje**. São Paulo: Ática, 2014. v. 3.
- BRAICK, P, R.; MOTA, M, B. **História das cavernas ao terceiro milênio: do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais**. São Paulo: Moderna, 2013. v. 3.
- COTRIM, G. **História global**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. v. 3.
- GETTY, J. A. **Origins of the great purges the soviet communist party reconsidered, 1933-1938**. New Haven and London: Cambridge University Press. 1985.
- HOBSBAWN, E, J. **A Era dos impérios: 1875-1914**. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LOSURDO, D.. **Fuga da história?** a revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.
- _____. O significado histórico da Revolução de Outubro. **Crítica Marxista**, Campinas, p. 67-89, 1997.
- _____. Para uma crítica da categoria totalitarismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 51-79, 2006.
- _____. Stalin: história crítica de uma lenda negra. 2ª edição, Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- ORLANDI, E, P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. **Estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1995.

PINTO, A. C. **O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo.**

Varia História, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 17-49, jan./abr. 2014.

SHAREAMERICA. **Liberdades civis em tempos de guerra.** Disponível em:

<<https://share.america.gov/pt-br/liberdades-civis-em-tempos-deguerra/>>. Acesso em: 15 abr.2018.

SOUZA, M. **Mentiras sobre a História da URSS.** Documentos para a história do

Socialismo. Disponível em: <<http://www.histsocialismo.com/docs/Mentiras%20sobre%20a%20historia%20da%20Uniao%20Sovietica.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

VISENTINI, P. F. **Os paradoxos da Revolução Russa:** ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991): Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA DO CINEMA EM SANTIAGO

RAFAELA LUNARDI MARTINS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA PELA UFSM
RAFAHIS@YAHOO.COM.BR

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa Resignificando a História do Cinema em Santiago. O objetivo geral orientou-se para compreender o significado do cinema, durante o período de 1920 até início da década de 80, para a História e a Cultura de Santiago através das narrativas de idosos, buscando ressignificar as memórias da comunidade. A metodologia utilizada para obter as narrativas foi a história oral na modalidade história oral de vida e temática, a partir de entrevista semiestruturada. O presente artigo está dividido em três partes: discussão teórica e metodológica da pesquisa; a história do cinema local, contextualizada com a história do cinema no Brasil e a discussão final contempla os significados que o cinema teve para os colaboradores e para a sociedade local. Tendo em vista que, no atual debate em relação a Base Nacional Comum Curricular aspectos da história local devem ser incluídas ao ensino de história, publicar as considerações formuladas com a pesquisa poderá contribuir e possibilitar a inclusão da população Idosa ressignificando suas memórias, que podem ser utilizadas dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História, História Oral; Cinema.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que, no atual debate em relação a Base Nacional Comum Curricular aspectos da história local devem ser incluídas ao ensino de história, publicar as considerações formuladas com a pesquisa Resignificando a história do cinema em Santiago contribuirá para o inclusão dessa temática em sala de aula, bem como será possível perceber a relevância de se incluir a história oral enquanto metodologia de ensino, onde os educandos podem buscar nas narrativas de pessoas da comunidade sobre diversos tema.

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados da pesquisa e refletir sobre a possibilidade de diálogo entre Ensino de História e o História Oral, nesse caso material transcrito de uma pesquisa acadêmica que resultou no trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História. A metodologia usada na pesquisa seguiu os pressupostos teóricos da história oral de Vida e Temática.

O presente artigo está dividido em três partes: discussão teórica e metodológica da pesquisa; a história do cinema local, contextualizada com a história do cinema no Brasil e uma breve discussão final que contempla os significados que o cinema teve para os colaboradores e para a sociedade local, possibilitando ser utilizado como fonte para o Ensino de História.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Na perspectiva de que os seres humanos, enquanto “animais” ligados a uma cultura produzem significados e ao entrarem em contato com os resultados dessa pesquisa, terão as suas lembranças ressignificadas, aumenta a paixão e o envolvimento com a pesquisa.

Isso é possível porque a História sofreu um processo de mudança a partir dos anos 1920, com a Escola dos Annales. Os principais historiadores envolvidos, nesse paradigma, chamados de ‘pais’ da História Nova, são Lucien Febvre e Marc Bloch. O primeiro modernista e o segundo medievalista, juntos criaram a revista: *Annales d’ Histoire économique et sociale*.

Para Tétart, eles consideravam sua revista um lugar para pesquisar e combater a História positivista que se preocupava apenas com fatos e datas,

mostrando assim uma “História” fragmentada. O movimento que surgiu com os *Annales*, segundo LE GOFF contribuiu para:

Antes de tudo, tirar a história do marasmo da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares, era o que eu Lucien Febvre chamava, em 1932, de “derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão”. Depois, o desejo de afirmar duas direções inovadoras, expressas pelos dois epítetos do título da revista: história “econômica” e “social”. (1948, p. 29).

Com os *Annales* surgiu a História Nova, que além de afirmar duas direções inovadoras, ampliou também o campo do documento histórico, Le Goff afirma que mudou de uma História fundada essencialmente nos textos, documentos escritos, para uma História de múltiplos documentos, o que aproxima a História de outras ciências como a Arqueologia, Geografia, Sociologia, Linguística, Antropologia e outras.

Para Carlo Ginzburg, italiano, que em 1976 lança a obra “O queijo e os vermes”, cultura popular é “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas em um certo período histórico” (1986, p. 16).

“O Queijo e os Vermes” é uma das obras que dá início a chamada Nova História Cultural, linha que vem sendo utilizada cada vez mais por historiadores e pesquisadores nacionais. PESAVENTO afirma ainda que:

Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero refluxo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da belle époque, que entendia a literatura e, por extensão, a cultura, como o sorriso da sociedade, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito. (2004, p. 14)

O conceito que utilizaremos é o de que cultura deve ser vista, segundo PESAVENTO:

Não mais como uma mera História do pensamento, onde estudava-se os grandes nomes de uma dada corrente ou escola. Mas, enxergar a cultura como conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. (2004, p. 15).

A autora demonstra uma nova forma de tratar a cultura dentro da pesquisa históricas. A nova História Cultura traz a sensibilidade ao se tratar um detreminado assunto, essas sensibilidades “não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida” (PESAVENTO, 2004, p. 57)

Os ramos da Micro História e/ou da História Local, são essenciais para a construção de uma pesquisa referente a Nova História Cultura. Entende-se por História Local a colocação em evidência de acontecimentos e/ou temáticas não levadas em consideração pela História geral, trazendo a tona dados e/ou lembranças que estavam adormecidos, tendo a possibilidade de analisar aspectos que não são levados em consideração pela História tradicional. Segundo VAINFAS:

O surgimento da Micro-História tem a ver com o debate intelectual e historiográfico das décadas de 1970 e 1980. Tem a ver, também, com a questão da crise do paradigma marxista e de outros modelos de história totalizante e com a solução das mentalidades, que cedo se mostrou inconsistente no plano estritamente teórico-metodológico. (2002, p. 68)

Buscando justificar o uso da Micro-História, LEVI afirma que ela tem o papel de “refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos.” (1992, p. 136). Já Luís Reznick, alerta em relação a História Local, que:

O espaço local, alçado em categoria central de análise, constitui uma nova possibilidade de estudo no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de experiências históricas eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova concepção, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos. (2002, p. 3).

Com o objetivo de valorizar a História Cultural de Santiago e os idosos da comunidade determinamos a rede¹ dando prioridade às pessoas com mais de 60 anos que tiveram relação com o cinema local, como trabalhador ou frequentador, dando visibilidade a essa geração que é vítima de preconceito.

A pesquisa contemplará também uma breve introdução à História do cinema, enquanto cultura, o que nem sempre ocorreu, pois nos primórdios ele era reconhecido apenas como uma máquina que registrava e projetava movimentos, FERRO afirma:

“Herdeiro de suas origens, por outro lado, ele (o cinema) foi considerado como uma máquina de vanguarda pelos sábios e técnicos. Via-se nele o instrumento registrador do movimento e de tudo aquilo que os olhos não podem reter. Por outro lado, o filme era completamente ignorado enquanto objeto cultural. Produzido por uma máquina, como a fotografia, ele não poderia ser uma obra de arte ou um documento”. (1992 p. 17).

Inicialmente visto apenas como um espetáculo para os sem cultura que apreciavam na rua ou junto à jogatina e bordéis, o cinema passou a ser lazer para a burguesia com suas enormes salas de calçadas e hoje estão presas aos Shoppings.

METODOLOGIA

A metodologia seguirá os pressupostos teóricos da História oral, dentro das duas modalidades, propostas por MEIHY: *História Oral de vida e História Oral temática* (2006, p.16)

Mostra-se necessário, entretanto, conceituar História oral, que para Meihy:

É um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia), a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível com a publicação dos resultados que devem em primeiro lugar voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (2006, p.16).

.....
1 Rede é, na história oral, o grupo que fará parte da pesquisa, ou seja, os colaboradores.

Dentro das modalidades a serem utilizadas, a História Oral de vida é mais subjetiva, com perguntas amplas e não tem pretensão de contestar a veracidade das narrativas, essa pode ser individual ou familiar, usaremos a individual em que apenas o sujeito relata sobre sua vida. A História Oral de vida familiar deverá ter no mínimo três depoentes de gerações diferentes da mesma família. Essa modalidade contempla “a certeza de que todos os agentes sociais têm História” (Meihy, 2006, p.39) as formas que cada um narra suas lembranças diferencia e deverá ser levada em consideração dentro da pesquisa.

Já a História Oral temática é mais objetiva, com questões mais elaboradas e fechadas, o questionário é essencial. A preocupação com a opinião do colaborador sobre o assunto é fundamental. Utilizamos as duas modalidades já que neste caso MEIHY afirma que:

O que se busca é o enquadramento dos dados objetivos do depoente com as informações colhidas. Esta forma de História Oral tem sido muito apreciada, porque mesclando situações vivenciais a informações ganha mais vivacidade e sugere características do narrador. (2006, p. 42).

Nossa preocupação foi, em primeiro lugar, de formar um vínculo com o colaborador, através de uma primeira visita para explicar os objetivos do trabalho e, em seguida marcar o dia para a coleta do material, ou seja, a entrevista. As questões sobre a vida pessoal tiveram o objetivo de identificar o depoente e deixá-lo à vontade. Por se tratar de idosos, eles sentem necessidade de conversar e mostram-se satisfeitos por ter alguém interessado no que eles têm a falar sentindo-se assim agentes históricos.

Com o objetivo de nos situarmos recorreremos novamente ao Manual de História Oral, para entender o contexto histórico do nascimento da chamada moderna História Oral², que segundo MEIHY:

Nasceu em 1947 na Universidade de Columbia, em Nova York. Allan Neves organizou um arquivo e oficializou o termo, que passou a ser indicativo de uma nova postura em fase das entrevistas. Isto se deu depois da Segunda Guerra

.....
2 A moderna História Oral é a que se utiliza de tecnologias, pois a oralidade usada desde Heródoto é para Meihy História Oral.

Mundial, quando combinaram os avanços tecnológicos com as necessidades de propor formas de captação de experiências importantes como as vividas então por combatentes, familiares e vítimas dos conflitos. (2006, p.19).

Porém, a metodologia iniciou sem uma definição clara, isso porque se popularizou o uso de entrevistas em vários meios (rádio, revistas e jornais). É entre 1918 e 1920 que a moderna História Oral ganha força através das regras elaboradas pela Escola de Sociologia de Chicago, capazes de dar credibilidade às histórias de vida. Mas apenas nos anos 50 a História foi difundida em várias associações e universidades, entretanto essa era a História Oral das elites. A oralidade vai se ocupar e promover uma análise social nos anos 1960, com a chamada Nova Esquerda na Inglaterra. Para MEIHY:

É quando se mostra como alternativa a ser considerada “uma outra História”, “uma contra-história” ou “história vista de baixo” que a História Oral começa ganhar espaços como elemento que vem adquirindo sentido no rol dos registros e estudos. (2006, p. 20).

É nesse contexto que se aproxima da ideia de dar voz aos excluídos e retoma os Annales não apenas no uso de novas metodologias, como principalmente, a mudança de olhar da História sobre o todo, dando aos “mortais” uma participação dentro da História que outra hora foi ocupada apenas pelos grandes heróis. MEIHY explica que:

São dois os fatos primordiais: a falta de tradições institucionais não-acadêmicas que se empenhassem em desenvolver projetos registradores das histórias locais e a ausência de vínculos universitários com os localismos e a cultura popular. (2006, p. 23).

Hoje, as discussões seguem em relação a outras possibilidades, ou seja, dentro da História as discussões teóricas e metodológicas estão sempre se renovando. O material a ser utilizado na pesquisa além das referências bibliográficas e o material técnico (para gravação do áudio/visual), terá sua base na entrevista semi-estruturada a seguir:

Nome e Idade

Faça um relato de sua História de vida, aonde nasceu, lugares onde morou, lembranças da infância, da família, profissão que desempenhou.

O(a) senhor(a) pode falar um pouco sobre o cinema aqui na cidade de Santiago? (outras questões surgem dessa inicial)

Qual sua relação com o cinema? Qual a sua função? (para os que desenvolviam atividades no cinema, que trabalharam no cinema)

Como eram as sessões? O que lhe chamava mais atenção? Quais os filmes que eram mais frequentados?

Que significado tem o cinema para a sua vida?

Qual a importância do cinema para a cidade de Santiago?

Em sua opinião o cinema é cultura?

As salas de cinema: Imperial, Cine Neno e outros trouxeram contribuição para a cidade? Em quê?

Havia alternativas de lazer e cultura além do cinema na cidade?

Porém, no decorrer das narrativas, novas questões surgiram como forma de ampliar o contexto da pesquisa. Seguindo as referências metodológicas da História Oral de vida e temática durante todo o processo, desde a gravação até a análise do material transcrito e divulgação do resultado. As identidades dos colaboradores foram preservadas, sendo que no local do nome utilizamos letras do alfabeto seguindo a ordem das entrevista, ou seja, o primeiro colaborador recebeu como identificação a letra A, o segundo a letra B e assim sucessivamente.

2. HISTÓRIA DO CINEMA LOCAL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 CINEMA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Para nos situarmos, buscamos referências bibliográficas, das quais destacamos a obra “Um Pouco da História de Santiago” do jornalista, professor e advogado Guirahy Pozo em relação à História Local, em que ele enfatiza em um dos capítulos a sétima arte em Santiago.

E a obra de Cristiano Zanella, “The End: Cinemas de Calçada em Porto Alegre (1990 – 2005)”, que enfoca o final dos cinemas de calçada na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, porém no primeiro capítulo do livro ele apresenta um breve histórico sobre o cinema. Zanella destaca que:

O cinema nasceu em 28 de dezembro de 1895, no Salão Indiano do Grand Café, situado ao número 14 do Boulevard des Capucines. A primeira exibição coletiva de “scenas animadas da vida humana” foi realizada através do cinematógrafo, aparelho inventado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, patenteado em 13 de fevereiro do mesmo ano. Ao longo dos séculos seguintes, a projeção de “fotografias animadas” iria transformar-se em uma das mais importantes formas de produção e expressão artística e de entretenimento, talvez o símbolo máximo da popularização e massificação da arte, da modernidade, e o ponto de partida para todo produto audiovisual da sociedade contemporânea. A emergência dessa nova manifestação artística, (...) propõe a abertura de um enorme leque de práticas sociais, influenciando diretamente no cotidiano das cidades. (...) Menos de um ano após a sessão na França, em 5 de novembro de 1896, o filme chega a Porto Alegre a primeira exibição do filme da história da cidade incluía títulos documentais, como O Bosque de Bologne, A dança Serpentina e A Chegada do Trem na Estação de Lyon, projetados através da “Última descoberta de Edson”. (2006, p. 23).

Acreditava-se inicialmente que o cinema era apenas uma “onda” passageira, uma invenção tecnológica que chamava a atenção, porém iria desaparecer. Mas, com o passar do tempo, ele se transforma em uma importante forma de entretenimento. Vista como “atração para gente sem cultura”. Porém logo, o cinema conquista o mercado do entretenimento popular e em seguida torna-se um evento social integrando-se à sociedade burguesa, elevando o “ir ao cinema” ao status de “*chic*”. Sendo que o colaborador D(61 anos), descreve que “*para ir ao cinema tu colocava a melhor roupa, o melhor perfume e tomava o melhor banho*”.

Os cines têm sua época de ouro entre o fim da década de 20 e a década de 70, segundo Zanella:

Ao final da década de 20, Porto Alegre contava com mais de 30 salas, e o cinema havia se tornado a principal diversão das famílias da época, superando o teatro. A década marcaria o início da “era de ouro” dos cinemas de calçada. (...) Alguns cinemas que iniciaram operações na época (década de 30) atuantes em Porto Alegre até o início dos anos 90. Mantiveram-se ao longo das décadas, como palco de inúmeros eventos importantes. Nos anos 40 e 50 com atrações musicais e teatrais, nos anos 60 com as apresentações de auditório, e nos anos 70 eram lançados os filmes do Teixeira, e os fãs faziam filas, vestindo seus trajes de domingo a fim de prestigiar o ídolo popular. Nos anos 80 ocorrem em alguns lugares filmes independente e amador de diretores, em forma de ciclos. (2005, p. 28 a 30).

O autor descreve em síntese a História do cinema, sendo possível relacionar com a História local, ou seja, as fases do cinema eram difundidas não apenas nas capitais, mas no interior também, diminuindo assim as distâncias entre a realidade das metrópoles e das pequenas cidades do interior.

Em diversas passagens das narrativas dos colaboradores, percebemos essa relação, seja o fato de nos cines serem apresentados espetáculos teatrais, ou a década de 70 com os filmes do Teixeirinha sendo que a colaboradora F(85 anos), descreve que as pessoas que moravam na zona rural do município “vinham de caminhão para ver os filmes, e se formavam filas enormes”. É com essas considerações que viajamos neste momento aos “tempos dos cines”, os quais faziam as pessoas se emocionarem entrando em contato com o mundo através das telas.

2.2 “O CIRCO FOI EMBORA E ELE FICOU” – CINES EM SANTIAGO

Este subtítulo deriva da narrativa do colaborador D (61 anos), ao fazer referência sobre o início do cinema em Santiago.

Segundo Pozo, Eudócio foi “*o pioneiro do cinema em Santiago*”, sendo que esse trabalhava em um circo e ao passar pela cidade resolveu ficar e com ele ficou a cultura do cinema e das artes. Então o “*Circo foi embora e ele ficou*”, significa que “ele” é a pessoa de Eudócio, mas também é o “cinema”.

O cinema apresenta-se na cidade de Santiago, assim como em outros lugares, como uma atração apresentada pelo mágico do circo, considerando aqui o cinema enquanto reprodução da imagem em movimento. Não o cinema enquanto espaço que no presente trabalho receberá a denominação de Cine.

O fato é narrado pelo colaborador D(61 anos): “chegou com um circo vindo do Chile (...) e ao conhecer minha avó, o circo foi embora e ele ficou.” A História parece “coisa de cinema”, mas POZO faz referência ao fato de que Eudócio “também fora de circo” (1982, p. 65) Guirahy Pozo apesar de em sua obra trazer os sentimentos de filho, ao descrever a participação do seu pai nos Cines de Santiago, faz como jornalista um breve histórico sobre a “*sétima arte*”, que ainda sobrevivia em Santiago, no momento em que ele escreveu o livro.

Segundo POZO:

O primeiro cinema que funcionou nesta cidade, então Vila de Santiago do Boqueirão foi instalado por ele, (Eudócio Pozo), no antigo edifício da Maçonaria Local que, aliás, funcionava no mesmo terreno da atual, em 13 de dezembro de 1912. Mais tarde por cessão novamente de referida entidade foi lhe emprestada por mais três anos para o Cinema e Moradia. (1982, p. 29).

O primeiro local construído com a finalidade de ser cine em Santiago data de 1916. Recebeu o nome de Petit Coliseu, após surgiu o Cine Teatro Chagas (Império e Imperial), Cine ao ar livre Getulio Vargas (Popular), o Cine Vila Nova, o Cine Teatro Fênix e o Cine Teatro Neno. Segundo POZO, o primeiro cine construído por seu pai:

Chamava-se “Petit Coliseu” o qual ficava situado à rua Bento Gonçalves no terreno onde funcionava o Grupo Espírita Bezerra de Menezes um pouco para dentro. Era um casarão de taboas, com camarotes, frisas, plateia e gerais, sendo estas na frente e, também, ladeando a cabine de projeções. Era decorado por ele e funcionava com um gasogênio. (...) Eu recorde de ter assistido, apesar de garoto, algumas sessões cinematográficas, inclusive, uma que gravei perenemente, foi a representação Teatral dos “Turunas”, um conjunto nordestino, do qual fazia parte o Jararaca – na sua mocidade – que mais tarde se tornou célebre com a dupla “Jararaca e Ratinho. (198, p. 30).

Fazendo referência a sessão de Teatro que assistiu quando criança, Pozo, retoma uma característica dos cinemas, que serviam também como palco para outros eventos. Ele cita em seu em seu livro a obra de Ramiro Frota Barcelos: “Estância Assombrada”, na edição de 1947, pela Livraria Porto Alegre editora. Onde Barcelos descreve uma das sessões do Cine Petit:

“Oito horas...
Um foguete espouca nos ares.
Olha minha gente,
Hoje há cinema.
Nove horas...
O casarão de pinho
Escancara as portas, chiando (...)
Mas é cedo, ela ainda vem,

e é por ela que Pozo está esperando,
ele sabe, se ela vem todos vem,
pois ela é chamarisco...
a linda prenda que atrai
e faz o indígena ressabiado
gastar o que não tem.
Apontam as povoeiras,
Uma bonita outras brejeiras
E a gente a olhar, a fumar e a conversar,
esperando que Pozo se resolva
e faça o maquinismo caminhar.” (1982, p. 30).

Nos versos de Ramiro percebe-se como eram realizadas as sessões desde a divulgação, pouco antes de iniciar, eram soltos foguetes e a população já sabia que era dia de sessão, até as características do cinema como um “*casarão de madeira*”. A “espera”, para que “ela” chegue, provavelmente seja a moça que Eudócio se encantou e acabou ficando no povoado, e inserindo o cinema, como forma de aproximar-se dela.

Saindo do “conto de fada”, o Cine Petit acaba fechando segundo POZO “*porque meu pai, financiado por outrem havia construído um cinema de alvenaria na rua principal o Cine Tetro Chagas (Hoje Imperial), inaugurado, mais ou menos, em 1925*”.

No período de 1925 a 1984, permaneceu em funcionamento o Cine Teatro Chagas, (Império e Imperial), cinema que esteve em atividade por mais de meio século, e mudou de nome e de proprietários por três vezes. Porém o local permaneceu o mesmo. Inaugurado em 1925 por Eudócio Pozo, sendo que “*mais tarde não conseguindo atender os compromissos se viu forçado a vendê-lo a firma Frota & Bastos*. (POZO 1982, p. 31)

Eudócio Pozo ao vender o Cine Chagas não deixou de realizar atividades ligadas ao cinema, segundo POZO:

(...) improvisou ele no salão de bailes do antigo Clube do comércio uma sala de espetáculos Cinematográficos. No primeiro dia, a influência foi tão grande que os bancos de madeiras, sem contraventamentos firmes, demoliram-se alguns. Enquanto trabalhava ali iniciava a construção de um cinema ao ar livre, na Rua Venâncio Aires (hoje Duque de Caxias) esquina General Canabarro, o qual deveria funcionar na época

de verão. O que era novidade no estado e na região. O nome do seu cinema ao ar livre resultou de um plebiscito popular e se chamou “Getúlio Vargas”, mais tarde, substituído para “Cinema Popular”. Com preços populares, é lógico que, nas épocas de canícula, afastou do Cine Império um grande numero de aficcionados forçando a sua empresa a fazer um outro do gênero, no local onde se ergue o Hotel Vila Rica. Mas esse concorrente não sobreviveu muito tempo, o cinema teve que ser fechado. Interessante é que durante um dos intervalos um elemento do Novo Cinema descia até a geral e sacudia, nas mãos um punhado de níqueis e atirava a petizada. Era uma briga, mas mesmo assim, a concorrência não deu ponto, o Cine ao ar livre Getúlio Vargas, passou a usar cobertura de fazenda, que só não dava sessão com chuva. Uma particularidade; nos dias de sessão era hasteada uma bandeira visível de grande parte da cidade. E se ouvia uma sirene em horário pré-fixado, anunciando-as, também eram soltados foguetes uma hora antes do início das sessões. (1982, p. 31 e 32)

É relevante analisar a descrição de Pozo, frente ao cine ao ar livre, sendo que encontramos referência de outro cine ao ar livre no Recife, onde GASPAR descreve:

Em 1932, também existia um cinema ao ar livre, o *Siri*, que projetava anúncios e filmes intercalados, de um sobrado para uma tela. Localizado na Praça da Independência, foi fechado pela Polícia no governo Dantas Barreto, “a bem da moral”. (2009)

O cine ao ar livre de Eudócio não teve o mesmo fim do *Cine Siri*, sendo que no local onde eram realizadas as sessões ao ar livre, foi construído o Cine Teatro Fênix, obra finalizada após a sua morte, fato descrito por Pozo:

Em 1940, iniciou a construção do Cine Teatro Fenix, no mesmo local do “Cine ao ar livre”, mas não conseguiu ver concretizada sua obra, pois em 11 de dezembro do mesmo ano, foi covardemente assassinado, em Cerro Largo, então Cerro Azul. Terminamos a sua construção e, em maio de 1941, foi inaugurado. Muitos anos a família explorou o cinema que depois foi arrendado e, finalmente, vendido a firma proprietária do Cine Imperial; hoje ali funciona uma casa comercial. (1982, p. 32)

É possível perceber através de POZO, a concorrência que havia entre os dois cines, enquanto cine ao ar livre e depois entre o Cinema Imperial e o Cine Fênix.

A cultura do cinema não ficou restrita ao centro sendo que havia um Cine na Vila Nova, os cinemas de bairro “*tiveram essencial importância*

como pontos de referência nas regiões onde estavam instalados, agindo como pontos agregadores para a comunidade. Esses espaços tiveram seu auge entre as décadas de 1910 e 1970 (FRANÇA, 2008). O Cine da Vila Nova é inaugurado segundo POZO, na segunda metade da década de 30:

Mais ou menos, em 1936 ajudou com sua experiência e conhecimento o senhor Maximiliano Martins do Amaral, (Loca) na construção do prédio, instalação e funcionamento do “Cine Vila Nova”, naquele populoso bairro. O “Vila Nova” foi fechado anos depois por falta absoluta de frequência. (1982, p. 32)

Sobre o fechamento o colaborador C afirma que o Cine *“pegou fogo, depois nunca mais arrumaram, nunca mais funcionou, começou a gritaria lá que tava pegando fogo, que tava queimando. Mas foi a última vez, porque eu morava aqui na linha, o cinema era bem pertinho e nunca mais funcionou”*. (C, 76 anos)

Sobre o Cinema Império (antigo Chagas), não foram encontradas muitas referências, sendo que na década de 40 foi incorporado a Companhia Nacional de Cinema, empresa que Macedo e Alceu Carvalho estavam ligados. Em Porto Alegre o Cine Imperial, segundo ZANELLA:

Inaugurado em 18 de abril de 1931, pela Companhia Nacional de Cinema, o imperial exibe em sua sessão de abertura, o filme “super sonoro” *Romance*, na ocasião mais de 3.000 pessoas disputam as 1632 poltronas disponíveis. (...) com a inauguração do palco em 18 de maio do mesmo ano, a tela e os projetores passaram a disputar espaços com atrações teatrais e musicais, confirmando assim a tendência que iria de consolidar nas próximas décadas: a utilização das salas de cinema como espaços de multiatividades culturais. (2005, p. 30 à 32)

O Cine Impérial enquanto rede de salas cinema era forte e possuía várias salas no Rio Grande do Sul, sendo um número relevante de cines na região. Isso foi verificado através da narrativa, os filmes passavam de um Cine para outro da mesma firma: *“chegava aqui no sábado, passava no domingo e segunda já seguia para outra cidade. São Borja, São Francisco, às vezes Alegrete, outras em Itaqui”* (colaborador I, 63).

Em Santiago, o Imperial marcou a sociedade com o cinema, mas também com grandes eventos como os citados pelo colaborador D (61 anos);

(...) eu lembro ali no Cine Imperial, quando veio, também antigo a companhia de Teatro do Procópio Ferreira, da Bibi Ferreira. Ali tu via aqueles artistas que tu só via através de jornais, e através do cinema. Então ali tinha a oportunidade. O cinema oportunizará grandes, eventos!

Como muitos Cines, o Imperial entra em crise no final da década de 70, e acaba fechando em 1984. Indagada sobre os motivos as colaboradoras F, G e H concluem que o maior motivo foi “*a TV, os casais e pessoas que iam ao cinema deixaram de ir, ficavam em casa para ver a TV. O público era só os mais jovens. E com o outro cinema (Cine Teatro Neno) ai dividiu o público*”. O Teatro Serelepe e as quermesses na Igreja foram outros motivos apontados por elas: “*o Serelepe ficou só seis meses, mas tirou o nosso público*”. POZO destaca que:

Nessas temporadas (de circos e parques), os cinemas ficaram entregues às moscas, as ruas desertas, pois a pequena população se apinhava no grande barracão armado à Rua General Canabarro, esquina Silveira Martins, que na época não tinha nenhuma construção. A temporada durava um mês ou mais, sempre tinha gente para aplaudir, freneticamente, os artistas. (1982, p. 31)

Porém o principal fator do fim dos cines, descrito por várias vezes pelas colaboradoras foi o advento da TV. O colaborador L (55 anos) reforça afirmando que:

Se nas décadas de 40, 50 e 60 o cinema era a principal atração cultural, à partir dos anos 70 o advento da televisão e a liberação dos costumes na sociedade fizeram com que , o “*escurinho do cinema*” onde os primeiros beijos eram roubados por várias gerações, deixasse de ser a principal forma de lazer da juventude. Foi assim que as pessoas mais velhas perderam o hábito de sair de casa para assistir filmes e os jovens não precisavam mais frequentar o cinema para iniciar seus relacionamentos. O resultado foi que os cinemas tiveram que trocar suas imensas salas por salas de até 150 lugares, normalmente localizadas nos shoppings e com ingressos extremamente elevados.

O Cine Teatro Neno foi inaugurado em meados dos anos 70, é também um dos motivos descritos pelas colaboradoras, sendo que o fato de ter dois cines acabou dividindo o público. Este cine também conhecido como

cinema novo era um sonho de Olivério, conhecido como “Seu Neno”, natural de Jaguari Olivério Daniel veio morar em Santiago e trabalhar em uma barbearia, POZO afirma que visitava o salão e:

(...) sempre expúnhamos os seus planos de construir um grande Cinema em Santiago. Era a sua grande aspiração e, tanto insistiu e batalhou que apesar de não vela concretizada, deixou a construção bastante adiantada, estando hoje o Teatro Cine Neno, a servindo de veículo de cultura e entretenimento as gerações que vão surgindo e passando. (1984, p. 32)

Construção de grande porte da década de 60, que segundo relatos sofreu três “quedas” durante a sua edificação, devido a “tormentas”: *“quando já tava quase terminando veio outra tormenta e derrubou mais uma vez. Foram três vezes, mas duas foi horrível, não só a construção, mas outras casas também.”* (colabora A, 84 anos).

O Cine acabou recebendo o nome de seu idealizador, sendo que ele já havia falecido antes da inauguração, *“eu lembro da inauguração do Cine Neno foi um acontecimento em Santiago. Passaram aquele filme ‘Copacabana Palace’, foi o primeiro filme que passou ali.* (colaborador D 61 anos)

O maior cinema do interior do Rio Grande do Sul e um dos maiores da América do Sul, o Cine Neno, aderiu ao cinema Pornô no início da década 80, como muitos cinemas para se sustentar, porém não conseguiu mudar e entrou em decadência.

A Casa de Cultura mostrou um potencial interessante, porém as mudanças de hábitos da população não apenas na cidade de Santiago, mas em grande parte das cidades do Brasil e do mundo, fez com que essa iniciativa também terminasse.

Para finalizar as referências sobre os cines de Santiago analisamos os objetivos da fundação do Círculo Militar, pois uma das narrativas faz referências a sessões ocorridas no mesmo, CONSTANTINO descreve que:

A fundação do Círculo Militar, em junho de 1943, (...) a agremiação foi inaugurada em 27 de junho em 1947(...) o Círculo desde o início congregou civis e militares (...). No artigo 3º, estabelece as finalidades da agremiação: a) desenvolver os laços de

camaradagem e incentivar o espírito social entre oficiais da guarnição de Santiago, proporcionando-lhes e as suas famílias toda a sorte e diversão, e ao mesmo tempo realizar entrelaçamento social de militares e civil. b) promover atividades de caráter social, cultural, comercial e cívico, sendo vedadas as atividades de natureza política ou reivindicatória e a prática de cultos religiosos não permitidos por lei; c) Estimular a prática de atividades esportivas. (1984, p. 101)

Um dos objetivos do Círculo Militar era *promover a atividades de caráter social e, cultural* isso confirma a fala do colaborador J: “*Teve cinco cinemas, era o Fênix, o Vila Nova, o Império (Imperial), um no Círculo Militar e o Neno*”. Ficando evidente que ocorreram sessões cinematográficas nesta entidade.

Com o final dos Cines em decorrência da popularização da televisão, que reduzir o “ir ao cinema”, de uma atividade rotineira das famílias, para lazer para alguns jovens, pois as famílias são induzidas a ficar em suas casas.

RESULTADOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SIGNIFICADOS

O “ir ao cinema” por se constituir como uma prática social produz significados, construídos ao longo da trajetória dos cines na cidade de Santiago e no mundo, deixando uma marca na memória de quem viveu nesse contexto histórico/cultural.

Mesmo os menos favorecidos encontravam maneiras de juntar o ‘dinheirinho’ para ver os filmes. Já a garotada se arriscava fazendo travessuras, como as citadas pelo colaborador B: “*Nós entrava por traz lá mesmo, onde tinha tela (tela do cinema), nós ia por trás da tela aquilo tudo atrapalhado, tudo ao contrário sabe!*” (B, 76 anos). Outros colaboradores também citam esses acontecimentos.

Esses colaboradores também destacam o fato de que para conseguir o dinheiro e ir ao cinema eles juntavam ossos, tal como o colaborador C (75 anos) menciona:

Nossa turma é o seguinte, nós ia juntar osso para vender no tal de seu Mundinho, para arrumar dinheiro e ir ao cinema,(...) e as janelas nós subia um nas costa do outro e pulava a janela (risos) um entrava primeiro e os outros entravam depois. É verdade!

Ao relatar, ele faz ressalvas em relação à verdade, buscando comprovar que não está inventando. Ao analisar isso, concluímos que o fato ocorre por causa do pré-conceito presente na sociedade de que: o Idoso “inventa ou aumenta”.

A realidade dos cines, por se tratar de uma cultura popular, era um lugar para o lazer das massas, inicialmente. Nas narrativas, encontramos várias evidências de que o cine ou o “ir ao cine”, era um conjunto, não apenas a sessão em si, tendo em vista que a “diversão” iniciava no momento que saíam de suas casas para se deslocarem até o centro (avenida), até as travessuras, promovidas dentro dos cines.

Costumes ou modismo como assobiar e/ou bater os pés são características que marcam a memória de quem teve a oportunidade de se utilizar dos cines. Sendo que as brincadeiras e travessuras realizadas na infância são destacadas por grande parte dos colaboradores: “*Nós entrava no cinema, sentávamos nos bancos de trás. Sabe por quê? Nós levávamos bolitas e largava. O chão era em declive, depois emparelhava para chegar na tela. Nós jogava as bolitas e elas desciam rolando!*” (C, 76 anos)

Em momento algum, fizemos questões sobre esse tema em especial, essas lembranças das travessuras, surgiram no decorrer das entrevistas, como um processo natural de recordar, pois os colaboradores tiveram a iniciativa de trazer aspectos relevantes a eles, que naturalmente ao comentar sobre o cinema na cidade, eles relataram o que mais marcou em especial durante sua infância e sua juventude.

Para os mais moços, o colaborador C (76 anos) conta: “*no Cine Império saía umas lutas de Box, disse não sei se alguém te falou? Alguém vai lembrar! tinha dois que eram os lutadores de Box, porém ressalta que era “só no Cine Império, nos outros não”, uma característica marcante nessa citação é a busca pela confiança ao afirmar que “alguém vai lembrar disso”, procurando assim demonstrar que é verdadeira as suas lembranças. Isso é relevante para ele como uma forma de proteção. O uso da História Oral, em especial de vida traz a vivacidade da História, e as emoções e silêncios dos colaboradores devem ser levados em consideração.*

Fica claro, quando analisamos as falas, a saudade e a emoção deles sendo que o cinema marcou profundamente cada um. O colaborador C (76 anos) continua descrevendo as lutas; *“Era uma folia, pura gozação, hoje nem se fala mais, porque não tem mais. Nem cinema não existe mais”* demonstrando emoção e nostalgia, ele afirma: *“hoje nem cinema não existe mais”*, ao destacar esse fato demonstra a importância do cinema na vida dele e principalmente a saudade da juventude.

Outro aspecto abordado pelos colaboradores se refere ao cinema enquanto possibilidade em relação a educação que representava em certos momentos uma ameaça a moral e aos bons costumes, sendo que filmes *“se tivesse um beijo na boca, já estava censurado”*, afirmativa do colaborador B, que faz uma ressalva a relação de gênero na sociedade santiaguense na segunda citação, descrevendo exemplos: o primeiro em relação a gravidez de uma mulher solteira, que se isso acontecesse, ela era expulsa de casa e a sua alternativa seria a prostituição, os preconceitos em relação a filhas de pais separadas sendo essas proibidas de frequentar alguns eventos sociais.

Os significados dados pelos colaboradores foram de extrema importância já que as suas representações refletem a visão da sociedade frente ao ir ao cinema. Chama atenção em relação aos significados a questão da socialização, sendo o *“ir ao cinema”*, um conjunto de atividades da vida social, o caminho até o cinema, o café após as sessões, e os muitos relacionamentos que se iniciaram no *“escurinho do cinema”*.

No desenvolvimento da pesquisa foi evidente a necessidade de se estruturar em Santiago um arquivo para a preservação de memória local, pois é ela quem orienta a construção de uma identidade e preserva a história local. Em pouco tempo perderemos não apenas o hábito de ir ao cinema, mas sim a memória que está ligada a esse hábito. Compete enfim apontar que essas considerações podem ser utilizadas como fonte para o ensino de história e estimular futuras pesquisas sobre a relação entre cinema, cultura e sociedade não apenas na cidade de Santiago, mas também na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, Ramiro Frota. “**Estância Assombrada**”, Livraria Porto Alegre, 1947.
- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
- CHARTIER, Roger. Introdução. In: **A história cultural**. Lisboa, Difel, 1990.
- CONSTANTINO, Nuncia S. **Da concepção à maturidade, em compasso brasileiro**. Porto Alegre. Martins Livreiro-Editor. 1984.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FRANÇA, Anderson D’ Onófrío. **Cinemas de Bairros na Memória da cidade de Porto Alegre**. 2008 Disponível em: <http://www.fapa.com.br/monographia>
- GASPAR, Lúcia. **Cinemas Antigos do Recife**. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível: em 30/11/2009 no sit: www.fundaj.gov.br
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1986.
- LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In BURKE, Peter. A escrita da história. São Paulo, SP. Unesp, 1992.
- LE GOFF, Jacques **A História Nova**. 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes. 1998.
- LOPES, A. H, VELLOSO, M. P, PESAVENTO. S.J. **História e linguagens: textos, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: Letras, 2006.
- MEIHY, J. C. S., **Manual de História Oral**. 5ª ed., São Paulo, Loyola, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.
- POZO, Guirahy. **Um pouco da História de Santiago**. 2ª Ed. Editora pessoal. 1982.
- REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Artigo publicado em www.historialocal.com.br, acesso em: 25.08.2004.
- TETART, Philippe. **Pequena História dos historiadores**. Bauru SP; EDUSC, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. São Paulo, SP: Campus, 2002.
- ZANELLA, Cristiano. The End: **Cinemas de Calçada de Porto Alegre (1990 – 2005)**. Porto Alegre. Idéias a Granel. 2006.

ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UMA EXPERIÊNCIA DO PROFHISTÓRIA EM CACHOEIRA DO SUL

ANTONIELA A' COSTA RODRIGUES
MESTRANDA EM ENSINO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
ANTONIELA@GMAIL.COM

RESUMO

O presente artigo trata sobre um projeto elaborado para promover junto à comunidade escolar de Cachoeira do Sul a exploração de espaços não formais de aprendizado. Tal intento se dá pela elaboração e distribuição de um material didático criado com o intuito de instrumentalizar o processo de ensino-aprendizagem sobre a história local inserida em contextos mais amplos. Optou-se por eleger dois espaços de patrimônio histórico locais que se relacionam à história da população negra no município, geralmente pouco aprofundados na historiografia da cidade. O objetivo último da iniciativa é prover a comunidade escolar com ferramentas para que se questionem pressupostos estabelecidos, ressignificar os lugares abordados e a criar de laços de pertencimento entre os indivíduos e o espaço que ocupam na sociedade, possibilitando uma auto-identificação dos mesmos enquanto sujeitos históricos.

Palavras-chave: Ensino de História; Patrimônio Histórico; História Local.

INTRODUÇÃO

Este texto traz a público uma pequena fração do projeto que está sendo desenvolvido pela autora no curso de mestrado profissional em Ensino

de História, junto ao Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da professora Dra. Marta Rosa Borin.

Por princípio norteador deste trabalho está a intenção de tornar o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História mais lúdico e inteligível para o público escolar. Ao mesmo tempo, pretende oferecer meios de educá-lo para questionar a historiografia existente sobre o município de Cachoeira do Sul e sua relação intrínseca com o patrimônio histórico local, preservado ou não. Compreende-se que uma relação de pertencimento entre os sujeitos e os espaços onde vivem precisa ser construída com ações e planejamento específicos, utilizando metodologias próprias, e que isso só é possível quando, primeiramente, questionam-se as estruturas preexistentes.

Catroga (2001, p. 23) afirma que “a memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias centradas em reavivamentos que só os *traços-vestígios* do que não existe são capazes de provocar” [grifo do autor]. Pensando nisso, optou-se por utilizar os conceitos e técnicas de educação patrimonial e sua relação com a memória e o esquecimento dos diferentes grupos humanos.

Para alcançar tais intentos, esta iniciativa se propõe a criar e disponibilizar um caderno didático contendo informações relevantes para ensinar e aprender de forma não convencional sobre a história de Cachoeira do Sul na educação básica. Também estarão disponíveis nesse material sugestões de atividades que poderão ser desenvolvidas dentro e fora de sala de aula.

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO COMO POSSIBILIDADE DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Instrumentalizar o fazer docente com diferentes práticas educacionais, que no presente caso sublinha a relevância do patrimônio local, resgatando e ressignificando práticas como o caminhar pela cidade, é uma estratégia de profunda importância atualmente. Vivemos em um momento histórico em que, de forma geral, a classe docente é exortada a adotar ferramentas cada vez mais tecnológicas a fim de tentar acompanhar o ritmo das

crianças e adolescentes e o fluxo constante de informações que provêm da internet. Nesta era, tudo é virtual, tudo é uma representação da realidade. A escolha do patrimônio histórico edificado para a propositura deste trabalho também passa por essas questões por entender-se que sua materialidade auxilia na percepção da História como algo concreto, palpável, que realmente existiu (e existe), e não como algo abstrato, intangível e, portanto, distante da realidade do aluno.

Da mesma forma como o patrimônio edificado testemunha a respeito de tempos de outrora, a ausência dele, seja por sua destruição ou invisibilização social, também carrega significados múltiplos. Levantam-se questionamentos como: por que este prédio está conservado e este outro não?; a quem esta preservação (ou destruição) interessa?; enquanto contamos esta história, que outras estão sendo omitidas?; por que razão são omitidas?; são apenas algumas das muitas dúvidas que contribuíram para a escolha do recorte temático e temporal deste trabalho.

Esse pensamento apóia-se na questão das disputas de poder inerentes ao trabalho que envolve patrimônio. Não é possível falar em patrimônio, e consequentemente em sua preservação ou destruição, sem que se considere a memória e seu par semântico, o esquecimento. A construção da memória é sabidamente um campo de disputa de poder (SOARES, 2019), em que existe um grupo dominante, vencedor, que faz perpetuar sua versão da história, e um grupo dominado, muitas vezes relegado à obscuridade:

Como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder. Nesse sentido, os grupos dominantes vencedores na História tentam impor a sua versão e a perpetuação de uma memória de dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da História e da política preservacionista. (ORÍ, 2004, p. 136)

O esquecimento da memória que não seja branca, masculina e elitizada, como se vê, é absolutamente intencional, pensado e cuidadosamente elaborado; para que haja uma elite investida de poder (político, econômico),

é preciso haver uma camada social subalterna ignorante de sua própria memória. De outra forma, esses indivíduos poderiam considerar-se dignos de espaço e valorização sociais, incorrendo-se no risco de subversão do estado de coisas elitista vigente no país desde seus primórdios enquanto colônia portuguesa.

Nora (1993, p. 9) preocupa-se em fazer distinção que não deixe dúvidas: “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”. Nesse sentido, os rastros deixados por aqueles que viveram antes, ou a ausência deles, são indicativos seguros da direção que a História, ciência do presente, precisa seguir.

Paul Ricoeur (2003, p. 2-3) admite que a pretensão de veracidade acerca do passado com que se reveste a memória pode ser questionada; “mas não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela”. Ora, ainda que tradicionalmente a história venha a destruir a memória, no sentido de que a desmente, desnuda, desmistifica, mesmo assim ela desempenha papel importante na construção das identidades dos sujeitos, individual ou coletivamente, enquanto produz reconhecimento.

A preocupação básica deste trabalho é, portanto, proporcionar meios para que se faça uma aproximação entre a comunidade e seu patrimônio histórico, no sentido de conhecer e valorizar a história local, de perceber-se enquanto parte constitutiva fundamental da sociedade onde vive. Tais meios passam pela utilização da Educação Patrimonial enquanto estratégia educacional em diferentes esferas:

A Educação Patrimonial é uma proposta que procura fomentar não só o desenvolvimento, como a busca do saber no que diz respeito ao patrimônio, seja ele histórico, cultural ou natural. As atividades da Educação Patrimonial servem de subsídio para que a comunidade em geral desperte para uma re-apropriação de seus bens, sugerindo uma retomada dos valores culturais e históricos relativos a esta sociedade. A Educação Patrimonial tem como proposta chave à conscientização da população para com o patrimônio, trabalhando para que haja o resgate e a valorização de uma identidade local, regional ou nacional. (SOARES, 2007, p. 10).

Aqui propõe-se uma iniciativa que pretende possibilitar uma conexão entre os conhecimentos inerentes à disciplina escolar de História com a realidade cotidiana discente, em especial à população negra cachoeirense.

Através deste trabalho, espera-se abordar justamente essa recuperação das vivências da comunidade por um viés que possibilite aos envolvidos condições para que apercebam-se também como sujeitos históricos, que se apropriem dos bens patrimoniais e dos espaços múltiplos da cidade, que problematizem e questionem a história até agora construída do município. É imperativo criar meios para que esse tipo de ressignificação do conhecimento seja passível de realizar-se em sala de aula, dentro das escolas, no seio da comunidade, sem restringir-se a este ou aquele grupo social.

Em seu segundo princípio, dotado de natureza mais metodológica, Jörn Rüsen (1987 apud SCHMIDT; GARCIA, 2005) afirma que o público escolar pode identificar elementos que compõem a História – experiência humana no tempo – por meio de diversas fontes, para muito além de livros e manuais didáticos: “na realidade cotidiana; na tradição; e na memória dos seus familiares, grupos de convívio, grupos da localidade” (SCHMIDT; GARCIA, 2005). Entende-se que as práticas que extrapolam os muros escolares podem contribuir nesse sentido.

Ainda, é importante deliberar sobre a necessidade de se desenvolver, no ambiente escolar, uma consciência crítica acerca do conhecimento. Isso porque, no entendimento de Paulo Freire (1970), a consciência crítica cria a possibilidade de que os indivíduos sejam incluídos na realidade, a fim de que a conheçam e transformem, fornecendo condições para tal e facilitando os contatos dialógicos com o próximo; desse diálogo pode, finalmente, emergir o conhecimento.

CONTEXTO DO PROFHISTÓRIA

O Mestrado Profissional em Ensino de História, também chamado de ProfHistória, é um programa de pós-graduação *strictu sensu* oferecido em rede nacional sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O ingresso é exclusivo para professores atuantes na disciplina de

História nas redes de ensino básico de todo o país, seja em instituições públicas ou privadas. Possui reconhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e está em funcionamento desde 2014, quando houve a primeira seleção.

O programa já acumula centenas de dissertações defendidas pelo Brasil, todas elas com uma característica fundamental em comum: além do texto acadêmico propriamente dito, é necessário elaborar e apresentar um produto voltado para a educação básica. Seja em forma de metodologias, materiais didáticos, formações para docentes, jogos, oficinas replicáveis, enfim; todos os esforços neste programa estão direcionados a fazer com que o conhecimento adquirido junto à Academia retorne ao ambiente escolar e contribua para melhorar a educação e, em especial, o ensino de História. Uma relação cada vez mais próxima entre os diferentes níveis da educação brasileira torna-se ainda mais necessária em um momento sócio-político tão delicado quanto o que transcorre na atualidade, notadamente no que diz respeito a ataques direcionados às ciências humanas, em geral, e à História, em particular.

A EXPERIÊNCIA EM CACHOEIRA DO SUL

Tendo em vista a relevância histórica do município de Cachoeira do Sul para a conformação do estado do Rio Grande do Sul, e considerando-se a proposta de elaboração de um produto voltado à educação do ProfHistória, surgiu a ideia de, a partir do patrimônio histórico local, elaborar um material didático-pedagógico que servisse de aporte para o estudo da história local, inserida em contextos estadual e federal, destinada ao público docente e discente da educação básica cachoeirense.

Trata-se de um caderno didático, onde se objetiva explorar diferentes espaços da memória local, utilizando estratégias oriundas da educação patrimonial para aproximar a comunidade escolar de sua própria história. Neste material, busca-se oferecer subsídios para a possibilidade de criação entre os estudantes – e por que não, também entre docentes – de uma consciência de seu papel na sociedade, enquanto sujeitos históricos e cidadãos.

O material também terá a função de prover os professores, possuem eles ou não formação na área de História, de ferramentas didático-pedagógicas relacionadas ao tema proposto e pensadas especialmente para o ensino da disciplina, com foco principal no Ensino Fundamental.

Devido aos quase 200 anos desde sua emancipação, o município possui ainda em pé diversas edificações, testemunhos perenes da passagem do tempo naquelas bandas; algumas delas preservadas, até mesmo restauradas por obra de profissionais; muitas outras em ruínas, esquecidas e abandonadas, sujeitas à ação da natureza e, às vezes, prestes a tombar – literalmente. Há 30 anos realizou-se um Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, onde constaram 123 construções consideradas bens de interesse histórico e/ou cultural para o município. Hoje, estão arrolados apenas 98 prédios – uma redução que pode dever-se a diversos fatores; entre eles, a carência de ações efetivas a fim de educar as novas gerações para a preservação de sua própria história.

Pensando nisso, foi necessário realizar um recorte que viabilizasse a pesquisa, tendo em vista o prazo de 24 meses de que se dispõe em um curso de mestrado. Procurou-se, assim, privilegiar espaços menos óbvios e que colocassem em evidência grupos sociais outros que não o já corriqueiro trio portugueses-indígenas-imigrantes europeus, recorrente na historiografia sul-riograndense.

Chama a atenção o fato de que poucos vestígios materiais, e em específico os bens patrimoniais edificados, tenham restado para contar a história da presença das pessoas negras em Cachoeira. Também há espaço para refletir sobre como o patrimônio edificado que existe e até representa a cidade dificilmente está relacionado à existência desses homens e mulheres escravizados – como no caso da Igreja Matriz, cuja edificação original foi erguida com mão de obra negra escravizada em fins do século XVIII.

Nesse material didático, portanto, serão contemplados dois espaços não formais de aprendizagem situados em Cachoeira: a Fazenda da Tafona e a Charqueada do Paredão. Esses locais foram escolhidos por considerar-se que,

de alguma forma, preservam indícios da existência e participação da população negra no município – que considera-se pouco explorada nas produções historiográfica e memorialista locais enquanto grupo social imprescindível para a formação da sociedade cachoeirense.

O primeiro espaço de memória escolhido para compor o caderno didático é a Estância São José – nome oficial pelo qual pouca gente conhece a “Fazenda da Tafona”. De propriedade de Maria Irtília Vieira da Cunha Silva, que nela reside, sua construção provavelmente remonta a 1813, época em que Cachoeira não passava de um povoado mas já possuía importância estratégica no Rio Grande do Sul – bem como expressiva população negra escravizada. Trata-se de uma propriedade privada, rural, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) em 2016 e participante do Sistema Nacional de Museus, abrigando em seu interior inúmeros objetos de valor histórico, incluindo aí a atafona onde, nos idos do século XIX, pessoas negras produziam farinha.

O segundo lugar de memória selecionado para este trabalho foi a Charqueada do Paredão, considerado o primeiro estabelecimento industrial de grande porte fundado em Cachoeira do Sul, na década de 1870¹, e também charqueada pioneira na região central do Rio Grande do Sul, de propriedade do senhor Jorge Claussen, posteriormente administrada por sua viúva. O empreendimento trocou de mãos diversas vezes ao longo de sua curta existência, fechando as portas em meados de 1930. O prédio principal encontra-se abandonado, e edificações anexas (incluindo residências dos trabalhadores) desapareceram ou estão em ruínas. Atualmente, a área da Charqueada e do porto, localizado logo ao lado, é de propriedade da União, sob a administração do governo do estado. Há anos esta história espera para receber a devida atenção da sociedade cachoeirense².

.....
1 Há controvérsia a respeito da data de fundação. Alguns documentos constam 1870; outros, 1878.

2 Segundo notícia publicada no Jornal do Povo, edição de 12/1/1993, a Charqueada estaria atraindo a atenção da comunidade por estar em vias de ser tombada pelo COMPAHC, no aguardo apenas de laudo técnico emitido pela Secretaria Municipal de Obras. Até hoje o sítio não encontra-se tombado ou arrolado entre os bens patrimoniais da cidade.

Idealizou-se que esse caderno seja segmentado em pequenos capítulos. Primeiramente, trará informações básicas sobre a inserção histórica do município no estado e no país, com direito a fotos, mapas, linha do tempo, entre outros recursos. Depois, um enfoque especial será dado à questão da escravização negra no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Cachoeira. Por fim, serão abordados, separadamente, os espaços históricos escolhidos e já mencionados, explorando suas singularidades e pormenores e evidenciando sua relação com a temática escolhida.

Esse material também deve incluir um Caderno do Professor, contemplando atividades específicas para cada tema, voltadas para aplicação junto a estudantes da educação básica. Algumas das atividades que serão propostas: visita guiada; pique-nique histórico; caça ao tesouro histórico; elaboração de histórias em quadrinhos; fotografando Cachoeira; entre outras opções possíveis. Também aqui se incluem sugestões de leituras complementares e de atividades para avaliação da aprendizagem, propondo reflexões para estudantes e professores.

Há um cuidado especial com relação à linguagem utilizada, uma vez que esse material poderá ser utilizado por professores dos anos iniciais e também de outras disciplinas escolares. A ideia é tornar o conhecimento inteligível, acessível, evitando, no entanto, ser raso ou simplório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, além da contribuição que enseja realizar, também abre possibilidades para que outros pesquisadores interessados pela história de Cachoeira do Sul dêem continuidade à aproximação entre a produção acadêmica e o chão da sala de aula, ou até mesmo sugerir atividades e caminhos que possam ser adaptados e utilizadas em outras paragens.

Cabe aos professores e professoras atuar como mediadores na construção e desenvolvimento de instrumentos mentais que permitam ao educando ler o mundo, interpretá-lo e criticá-lo, dando suporte em momentos de dúvida e insegurança. Não é raro presenciar os estudantes, especialmente os mais jovens, sentindo-se incapazes de operar intelectualmente em nível

mais elevado a que já estão habituados, fazendo com que desistam de refletir sobre um problema ou questão antes mesmo de sequer tentar. Neste momento, a atuação dos professores torna-se imprescindível para minimizar obstáculos e auxiliar os alunos no processo de superar seus próprios limites e expectativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- ORÍÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
- RICOEUR, P. **Memory, history, oblivion**. Budapest, Central European University, 2003. Conferência escrita e proferida originalmente a 8 de março de 2003. Tradução Hugo Barros. Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_traduzidos_paul_ricoeur>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S.; GARCIA, Tânia Maria F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. CEDES** [online]. 2005, vol.25, n.67, pp.297-308. ISSN 0101-3262. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622005000300003>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- SOARES, André Luís Ramos. **Educação patrimonial na Universidade Federal de Santa Maria: O Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória e sua inserção na comunidade**. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/Textos%20Nep/NEP.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- _____. Aula proferida em 26 de abril de 2019, nas dependências do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria.

EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TRIUNFO/CANDEIAS DO JAMARI-RO

LAURI MIRANDA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
LAURIFENTY@GMAIL.COM
BENITO BISSO SCHMIDT – ORIENTADOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
BBISSOS@YAHOO.COM

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo relatar as experiências e estratégias no ensino de História com as temáticas de gênero e sexualidade vivenciadas durante a execução do trabalho intitulado *Projeto de Gênero Sexualidade na Escola (PGSE)* desenvolvido com os alun@s do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período de 2016 a 2018. O projeto ocorreu na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner que se localiza numa zona considerada de *difícil provimento* na região Norte do Brasil, no Distrito de Triunfo/Candeias do Jamari em Rondônia. Os objetivos estabelecidos foram: ensinar, conscientizar, sensibilizar e discutir com @s alun@s e a comunidade escolar acerca das diversas formas de discriminações e de violências a partir do bullying praticado no ambiente escolar, debatendo, por meio de recursos didáticos, estratégias de aprendizagens (músicas, dinâmicas, filmes e exposições) que contribuem para a ampliação do conhecimento acerca da homotransfobia, machismo, sexismo e feminicídio, respeitando a pluralidade de pensamento, a cidadania e a sua importância para compreensão das diferenças de tod@s @s alun@s e o apreço à tolerância. **Palavras-chave:** Ensino de história. Diversidade sexual. Relações de gênero.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo relatar as experiências e estratégias no ensino de História com as temáticas de gênero e sexualidade vivenciadas durante a execução do trabalho intitulado *Projeto de Gênero e Sexualidade na Escola (PGSE)* desenvolvido com os alun@s do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período de 2016 a 2018. O projeto ocorreu na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner que se localiza numa zona considerada de *difícil provimento* na região Norte do Brasil, no Distrito de Triunfo/Candeias do Jamari em Rondônia. Esse trabalho se desdobra em quatro partes: na primeira parte teço alguns apontamentos a cerca da escola como um multi-espço de sociabilidade para o enfrentamento de diversas formas de opressões interseccionadas; na segunda parte faço alguns apontamentos sobre o papel d@s professor@s no ensino de história e a necessidade de autoatualização para as discussões dos temas de diversidade sexual e relações de gênero numa perspectiva humanística e não-heteronormativa; na terceira parte relato as minhas experiências e estratégias no ensino de história para corroborar na luta contra a homotransfobia e a violência de gênero a partir dos direitos humanos; e por último faço as considerações do trabalho desenvolvido em Rondônia.

A ESCOLA E O-ENFRENTAMENTO CONTRA AS OPRESSÕES

Compreendo que a escola é um multi-espço democrático, cultural e social. É para ser um lugar de trocas de conhecimentos e experiências, mas também de sociabilidades e de (in) formações contra as diversas formas de opressões e intolerâncias, garantindo o pleno exercício da cidadania de tod@s alun@s, independente de gênero, raça, classe, orientação sexual, etnia ou religião numa perspectiva dos direitos humanos.

Nesse sentido, a escola é um lugar de construção, desconstrução e reconstrução dos saberes (RIOS; MENDES, 2018), onde @s alun@s possam apreender não somente os conteúdos pragmáticos das disciplinas em sala de aula, mas também receber formações para aprender a lidar com as diferenças no ambiente escolar e na sociedade. A escola não deve ser um espço predominantemente

da heteronormatividade e, muito menos, púlpito para que pessoas propaguem seus preconceitos através de princípios religiosos fundamentalistas. A escola é laica e precisa ser o lugar da pluralidade de pensamentos e ideias.

Nesse sentido, ressalto a importância da luta dos movimentos sociais de mulheres e/ou feministas, LGBTIQ+ e negr@s que, historicamente, contribuem para essas discussões numa perspectiva dos direitos humanos e sociais, os quais, em muitos casos, colaboram para a inclusão de estudos específicos nos currículos. De acordo com Paiva (2018), mesmo com as discussões do Plano Nacional de Educação e os debates regionais suas especificidades locais:

Lamentavelmente, vivemos em uma época marcada pela construção social dos papéis pautados nas relações de poder estabelecidas de maneira dicotômica: homem/mulher, brancos/negros, hetero/homo, ciência/ideologia. (PAIVA, 2018, p. 13).

Estamos vivendo retrocessos nas políticas sociais no campo educacional no país. Políticos conservadores e fundamentalistas inventaram um mecanismo denominado de “Ideologia de Gênero” cujo objetivo é atacar e perseguir principalmente professor@s, discriminando mulheres e LGBTIQ+, ferindo os princípios do Estado de Direito e a liberdade de cátedra. O ambiente escolar também é um local onde a reprodução do machismo, sexismo, misoginia, racismo e homotransfobia são existentes entre @s alun@s, professor@s e demais funcionários que perpetuam essas opressões e violências de maneira física, verbal e simbólica, causando transtornos psicológicos para mulheres e LGBTIQ+. Dessa forma, contribuem para a evasão e exclusão de alun@s vítimas de bullying, principalmente, de alun@s trans.

Na escola, infelizmente é comum ouvir de certos alun@s frases como: “aquele é um viadinho e tem que apanhar”, “olha a piriguete”, “pode bater, é puta”, “mariquinha”, “vira homem”, “é viado”, “vixe, é sapatão” e outras diversas formas discriminatórias e vexatórias que colaboram para a estigmatização e violência.¹ A escola peca quando em seu

.....
¹ Já presenciei e fui alvo enquanto aluna trans de alguns desses termos preconceituosos, e também os ouvi nas escolas onde trabalhei.

projeto político pedagógico e/ ou no currículo não há estratégias para combater essas discriminações, marginalizando alun@s que estão fora do padrão hegemônico.

Diante disso, é importante ressaltar que temos mecanismos legais (Constituição Federal, PCN'S, BNCC, LDB/9394, Declaração dos Direitos Humanos, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a Lei Maria da Penha) que concedem suporte para a implementação de novas práticas pedagógicas no que tange às questões de equidade de gênero, educação sexual, pluralidade cultural, identidade de gênero, gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis. Sobre essas questões, cito apenas os itens 1 e 9 das competências gerais da educação básica da BNCC:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2019, p. 9).

Nessa concepção, a escola precisa se resguardar com esses aparatos para fazer desse espaço pedagógico não só um local de conhecimento, mas de respeito, acolhimento, solidariedade e inclusão das diferenças, criando um ambiente democrático e livre de opressões.

O PAPEL D@ DOCENTE DE HISTÓRIA NO TOCANTE ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Concordo com Batista (2018) quando ele fala que tratar sobre gênero e sexualidade numa perspectiva dos direitos humanos e políticas públicas nos cursos de graduação (em especial nos de licenciatura) e nas escolas de ensino básico se tornou uma missão necessária de professor@s devido ao aumento da homotransfobia e da violência contra mulheres no Brasil.

O Brasil está entre os cinco piores países para as mulheres viverem. O debate em torno das diversas formas de opressões consolidadas contra as mulheres é recente e as políticas públicas que existem ainda são ineficazes. Mesmo com a Lei Maria da Penha (2006), a mudança na lei de estupro (2009), a lei do feminicídio (2015) e a mais atual lei de importunação sexual (2018), a onda de violência contra as mulheres só aumenta. Diariamente, vemos relatos de agressões e feminicídios nas redes sociais e na mídia.² O Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo. Em março desse ano, foi lançada a plataforma “Violência contra pessoas LGBT nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”. Os números são alarmantes e não deixam dúvidas sobre o aumento da violência durante e após as eleições de 2018.³

Nesse sentido, qual o papel d@ professor@s de história na abordagem de gênero e sexualidade em sala no ambiente escolar? O que el@s têm feito no tocante à homotransfobia, machismo e sexismo em suas aulas? Para Batista (2018), paralelamente às políticas da educação que definem o currículo:

[...] está a ação docente, que executa um currículo real ou interativo, correspondente ao que é efetivamente realizado na sala. O modo como esse currículo é colocado em prática depende das experiências acumuladas pelo/a professor/a ao longo da sua trajetória formativa. (BATISTA, 2018, p. 118).

Há muitos problemas na formação e falta de experiências de professor@s de história que começam na graduação. Sabemos que, na história, emergiram novos objetos e novas abordagens como, por exemplo: a história de mulheres e a história da sexualidade. Foi a partir, sobretudo, da Nova História na década de 70, beneficiada da ampliação da *Antropologia Histórica*, que entrou em pauta o debate do papel da família e da sexualidade e também a história das mulheres.

.....
2 Cf. *Violência contra as Mulheres em Dados*. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatricia-galvao.org.br/violencia-em-dados/sobre-esta-plataforma/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

3 Na plataforma estão os principais dados, relatório completo, reportagens, entrevistas e a base de dados aberta. Foram aplicados 400 questionários em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador em janeiro de 2019. Para mais detalhes, ver: **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf> ou <http://violencialgbt.com.br/?fbclid=IwAROMKllsklB1Zdpcjs6vG1O5pp-7g7ZusBXy15ptydlyPfAnUfOy-q_sK60> Acesso em: 15 mai. 2019.

Assim, iniciou-se um novo fazer historiográfico subversivo que surgiu para se contrapor ao paradigma tradicional que se pensava e escrevia sobre a política ligada especificamente ao Estado (uma história vista de cima, cujas prioridades em seus estudos eram as realizações dos heróis e estadistas) deixando à margem a história de mulheres, da sexualidade e outros temas considerados marginais na história por parte de historiadores tradicionais. (BURKE, 1992).

Esse novo campo de estudo passou a se preocupar com toda atividade humana (limpeza, sexualidade, leitura, cotidiano, gestos e etc), reconfigurando e impactando a escrita da história. Objetos que pareciam naturais, como corpo e sexualidade, também passaram a ser historicizados, ou seja, vistos em suas permanências e transformações. Saliento que historiador@s em nossa contemporaneidade têm se preocupad@s com esses temas considerados ainda tabus no Brasil. O crescimento de eventos, seminários e congressos sobre mulheres e LGBTQ+ na história, nos mostra essa visibilidade.

Contudo, parece que uma grande parcela de professor@s no Brasil não receberam uma boa formação para lidar com as questões de gênero e sexualidade na disciplina de história, o que ocasiona problemas na prática pedagógica em sala de aula. Até mesmo os cursos de formações continuadas, quando são oferecidas para @s professor@s que estão nas escolas, não concedem visibilidades para esses temas tão importantes e cruciais para atualização dess@s profissionais.

Sei de todo o descaso com a educação pública, dos problemas que @s profissionais dessa área passam, mas temos também que nos ater ao nosso ofício no ambiente escolar, então, o que ensinar? Como lidar com temas de gênero e sexualidade em sala de aula? Como trabalhar com pluralidade de alun@s? O nosso papel é contribuir substantivamente para a constituição dos vínculos de identidades e promover o desenvolvimento reflexivo da cidadania de noss@s alun@s com escolhas pedagógicas inclusivas. Quando se trata, principalmente, de atitudes preconceituosas e discriminatórias em sala de aula, o nosso papel está no lecionar e no educar para que alun@s possam aprenderem os conteúdos programáticos da disciplina e também o respeito

às diversidades sexuais, religiosas, étnicas e etc. através de uma pedagogia revolucionária de resistência, uma pedagogia engajada. (hooks, 2017).

Muit@s professor@s despreparad@s, machistas e homotransfóbic@s têm contribuído para as lógicas perversas de diversas formas de opressões no ambiente escolar, eu mesma já presenciei colegas de profissão fazendo chacotas e discriminando alun@s considerad@s fora do padrão heteronormativo. É claro que eu não me calei diante dos fatos porque se calar diante de situações como essas é ser conivente com tais atos. Nas redes sociais, já vi comentários de professores de história com preconceitos à alun@s trans no uso do banheiro feminino, ou seja, há sim a presença de professor@s de história conservadores nas escolas, deturpando o nosso ofício de ensinar para a cidadania e sensibilizar para a boa convivência d@s alun@s na sociedade.

Portanto, é necessário repensar o papel d@s professor@s no ensino de história, promover ações pedagógicas e mecanismos voltadas às temáticas de gênero e sexualidade. O nosso trabalho se relaciona com os direitos humanos e não podemos de forma alguma corroborar com o sexismo, homotransfobia, machismo e racismo na escola. Assim, é importante destacar que @ professor de história precisa sair do marasmo, precisa modificar seu pensamento e sua prática, como nos diz Freire:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. (FREIRE, 1998, p. 39-40).

Junqueira (2009) analisou a pesquisa “Perfil dos Professores Brasileiros” realizada pela Unesco, em 2002. Nela foram entrevistad@s 5 mil professor@s da rede pública e privada. O estudo revelou, entre outros assuntos, que, para 59,7% del@s, é inadmissível que uma pessoa tenha relações homoafetivas e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos LGBTQI+. O autor ainda cita outra pesquisa pela mesma instituição, em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, que forneceram certa com-

preensão do alcance da homotransfobia no ambiente escolar. Detectou-se que o percentual de professores/as que declaram não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória. Os que acreditam ser a homossexualidade uma doença são cerca de 12 % de professores/as em Belém, Recife e Salvador, entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza. (JUNQUEIRA, 2009, p. 17)

Seguindo os ensinamentos de bell hooks (2017), quando encontramos salas de aulas com alun@s diversos em termos étnicos, religiosos e/ou sexuais, @ professor precisa se preparar ou estar preparado, buscar (in) formações e se capacitar para trabalhar com esses sujeitos de forma inclusiva, (re) pensando estratégias alternativas para sua prática pedagógica no ensino. Conforme a autora, “os professores devem ter o compromisso ativo com um proceso de autoatualização que promova seu próprio bem-estar. Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar” (hooks, 2017, p. 28). Ainda de acordo com ela:

Os professores que abraçam o desafio de autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente. (hooks, 2017, p. 36).

Os temas sobre gênero e diversidade sexual ainda são invisibilizados no ensino de história, a presença deles nos livros didáticos é vaga e superficial, incumbindo @s professor@s a buscarem outros mecanismos ou ferramentas didáticas para dar suporte ao aprendizado d@s alun@s e sanar dúvidas e/ou curiosidades que irão aparecer em sala de aula. O papel d@ professor no ensino de história está no enfrentamento em sala de aula à violência de gênero, à homotransfobia e a outras diversas formas de opressões; está no respeito a cada voz individual d@s alun@s independente de identidade de gênero, raça, orientação sexual, classe ou religiosidade. Nesse sentido, no tópico abaixo mostro, a partir da minha experiência enquanto professora na educação básica, algumas estratégias interdisciplinares que deram suporte para a minha prática pedagógica.

EDUCANDO PARA O RESPEITO A DIVERSIDADE SEXUAL E A VALORIZAÇÃO DE MULHERES E LGBTIQ+

3.1 O LOCAL E A CRIAÇÃO DO PROJETO

O Distrito de Triunfo se localiza na região Norte do Brasil, no município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia. O povoamento se iniciou na década de 1990, com a abertura da linha 631, iniciada por uma construtora de nome Triunfo. O distrito tem aproximadamente quatro mil habitantes. Nessa região, considerada como de difícil acesso, há três escolas: Albino Buttner, Jonatas Coelho Neiva e Leonora Atanásio. Ganham destaque manifestações culturais como: comemoração do dia 7 de setembro, Rodeio, Festa de São João, Corrida da Argolinha e a Cavalgada. A presença da prática religiosa é visível em Triunfo com igrejas de várias denominações como católica, protestante, pentecostal e neopentecostal (há mais de 26 Igrejas). A economia da localidade é baseada na agropecuária, serrarias, carvoarias e comércio.

O Projeto de gênero e sexualidade foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Buttner, onde ministrei as disciplinas de História Geral e História de Rondônia durante quase seis anos. A execução do projeto se deu nos anos de 2016 a 2018, no segundo semestre de cada ano, com as turmas de 9º Ano do ensino fundamental (matutino e vespertino) e 3º Ano da Educação de Jovens e Adultos (noturno). Os objetivos eram os de: ensinar, conscientizar, sensibilizar e discutir com @s alun@s e a comunidade escolar as questões de discriminação e violência a partir do bullying na escola, homotransfobia, machismo, sexismo e feminicídio, respeitando a pluralidade de pensamento de cada sujeito.

Toda a efetivação do projeto esteve sob o respaldo do meu plano de curso da disciplina História Geral⁴ através do eixo temático “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo: relações de poder, nações e cotidiano” sob a perspectiva de alguns dos descritores de habilidades e competências:

.....
4 Os Planos de Cursos das escolas estaduais em Rondônia são feitos no início do ano letivo.

- Analisar historicamente os processos de exclusão/inclusão social promovidas pelas sociedades, considerando o respeito aos direitos humanos e à diversidade;
- Utilizar procedimentos históricos e de outras ciências auxiliares na construção do conhecimento histórico escolar;
- Participar de tarefas grupais que convidem ao intercâmbio de opiniões, à consideração de diferentes pontos de vista;
- Conhecer e compreender os diversos aspectos das transformações ocorridas na sociedade;
- Compreender que somos agentes do processo histórico sendo capazes de intervir e modificar o meio.

A construção do projeto se deu a partir de três temas: a era da contestação, ditadura militar no Brasil e democratização do Brasil, conteúdos pragmáticos do livro didático *História.doc. 9º Ano*.⁵ Os mesmos conteúdos coincidiram com os assuntos trabalhados no 3º Ano da EJA (ressalto que essa modalidade de ensino é carente de livros didáticos específicos para @s professor@s trabalharem suas disciplinas nas escolas de Rondônia, dessa forma, criamos estratégias de conteúdos, usando livros antigos e novos de turmas do ensino fundamental e médio).

Então criei o projeto, anexando-o ao plano de aula e ao plano de curso para trabalhar com @s alun@s no 3º bimestre dos anos 2016, 2017 e 2018. Tais documentos foram entregues à equipe pedagógica da escola que ficou sensibilizad@ com o tema proposto e que também prestigiou o resultado final, juntamente com a comunidade escolar.

Mesmo se tratando de um tema considerado ainda tabu na sociedade brasileira e apesar do fato da localidade ter um número elevado de alun@s católic@s e protestantes, essas características não foram obstáculos para que o projeto fosse um sucesso e não teve retaliação por parte da comunidade escolar.

.....
 5 VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; CALAINHO, Daniela Buono (Orgs.). *História.doc. 9º ano*. São Paulo: Saraiva, 2015.

3.2 METODOLOGIA/ ESTRATÉGIA DIDÁTICA

Duas semanas depois de eu ter trabalhado os temas das aulas sobre a era da contestação, ditadura militar no Brasil e democratização do Brasil, e também seguindo o cronograma de aula, para não acontecer cobranças da equipe pedagógica, iniciei o projeto com uma dinâmica sobre as questões das diferenças. Distribuí para @s alun@s folhas de papel sulfite ou A4 em branco. Na dinâmica, el@s tinham o objetivo de desenhar um sujeito como el@s quisessem. Mencionei algumas coordenadas pedindo que el@s fizessem em sequência: cabeça, cabelo, olhos, boca, nariz, até formar o desenho por completo ou incompleto, deixando-@s à vontade caso desejassem colocar adereços (chapéu, laços, brincos, bolsas e etc). No final, teriam que fazer a troca dos desenhos com @s colegas de sala. Escolhi alguns e algum@s alun@s para que explanassem sobre os desenhos em mãos, comentando as características em comum e/ou diferentes dos seus desenhos para @s d@s colegas. O resultado dessa dinâmica mostra a diversidade de sujeitos construídos por el@s. Nessa dinâmica, temos que deixar @s alun@s se expressem e, no final, @ profess@r faz considerações sobre a atividade.

Foi a partir dessa dinâmica que iniciei o debate sobre gênero e sexualidade, incluindo aulas teóricas com uma linguagem de fácil compreensão; textos sobre cidadania e o respeito às diferenças; movimento LGBTQ+ e suas conquistas; orientação sexual, identidade de gênero, práticas sexuais, homotransfobia, violência contra mulheres, mercado de trabalho, educação e saúde; e atividade de pesquisa sobre gênero e sexualidade.

Em um outro momento, trabalhei com músicas brasileiras que reproduzem machismo, violência contra mulher e homofobia, tais como: “Baile de Favela” – MC João, “Loira burra” – Gabriel, O Pensador, “Amiga da minha mulher” – Seu Jorge, “Um tapinha não dói” – Bonde do Tigrão, “Mulher não manda em homem” – Grupo Vou pro Sereno, “Maria sapatão” e “Cabeleira do Zezé” – Chacrinha, “Vale Tudo” – Tim Maia, e “Rock das aranhas” – Raul Seixas.

Nessa etapa do projeto, @s alun@s se divertiram dando risadas das letras e até mesmo dançando. Eu @s deixei se manifestarem durante a amostra

das músicas. Quando terminou, fizemos diversas reflexões sobre as letras de forma crítica, pois @s alun@s não tinham a visão de que músicas machistas e homofóbicas contribuem para a discriminação e violência contra LGBTIQ+ e mulheres.

Nessa etapa, realizei um cine-debate, passando alguns filmes para @s alun@s relacionarem com os conteúdos ministrado no projeto, como: “Milk, A voz da igualdade”, “Orações para Bobby” e “O casamento de Gorette”. Além disso, exibi alguns documentários sobre identidade de gênero, famílias X LGBTIQ+ e depoimentos de mulheres e LGBTIQ+ vítimas de violências. Esse trabalho áudio-visual foi comovente. Em sala de aula, muitas @s alun@s ficaram pensativ@s e outr@s emocionad@s com o que assistiram, sensibilizad@s com os temas abordados.

A penúltima etapa das atividades ocorreu com a produção de textos a partir do que foi trabalhado no projeto. Solicitei que @s alun@s fizessem uma redação sobre *Violência e crimes contra mulheres, LGBTIQ+ e outras “minorias”* com base em algumas perguntas semi-abertas para conduzi-l@s na criação textual. Selecionei alguns trechos da redação resguardando e respeitando o anonimato de cada alun@ e mantendo a escrita del@s.⁶ As perguntas foram: você conhece alguém que já sofreu algum tipo de violência devido à orientação sexual ou identidade de gênero? Qual sua opinião sobre a diversidade sexual? Qual sua opinião sobre o projeto de gênero e sexualidade na escola?

Nessa etapa, foi possível perceber a sensibilização e a aceitação do tema por parte de um@ d@s alun@s quando el@ menciona que: “É importante falar sobre isso no ambiente escolar para mostrar para os alunos, que os gays, transexuais, bissexuais e outros tipos de pessoas, devem ser aceit@s do jeito que elas são e gostam, é o que faz ela se sentir bem.” (Alun@ 1).

Sobre o entendimento através do debate da diversidade de identidades em sala de aula, temos análises como:

.....
⁶ São textos d@s alun@s do 9º ano na faixa etária de 14 a 17 anos.

Cada um de nós temos sua própria identidade, somos diferentes um do outro, não devemos julgar ninguém porque não sabemos o que nos espera, esse projeto retrata muito de cada um de nós, então a gente tem que parar e pensar em tudo que falamos, pensamos ou fazemos. (Alun@ 2).

Então temos que deixar as pessoas ser o que quiserem e respeitá-las pelo caráter e pelas qualidades que cada um tem. Existe pessoas de todo jeito, branco, preto, pardo, homem, mulher, gay, lésbica, entre outras personalidades, isso não importa e sim a pessoas ser feliz e saber respeitar as pessoas. (Alun@ 4).

É importante descidimos sobre esses assuntos para também entendermos que as pessoas que sofrem preconceitos por essas coisas passam na escola, em casa e em todos os lugares, temos que entender que cada um de nós temos uma identidade, e temos que nós aceitar do jeito que somos, sem se importar para que os outros vão dizer. (Alun@ 5).

@s alun@s, portanto, conseguiram compreender que somos diferentes no tocante à identidade de gênero, étnica e racial, e que o respeito é crucial para convivemos com essas diferenças no ambiente escolar e na comunidade. Esse entendimento por parte d@s alun@s do “diferente” e das diversidades é de extrema importância no processo de formação educacional. Promovendo o respeito às pessoas que estão fora do padrão heteronormativo e aos direitos humanos, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos ou discriminação de qualquer natureza, ess@s alun@s estão contribuindo contribuição para um aprendizado transformador, libertário e emancipatório em sala de aula.

Durante a explanação sobre as políticas públicas para LGBTIQ+ e mulheres, levei para a sala de aula alguns textos sobre o assunto para que @s alun@s tivessem o conhecimento das conquistas e dos desafios dos movimentos sociais na luta contra o machismo e a homotransfobia. Ao mostrar os dados de violências que ocorrem no Brasil, uma aluna me questionou se já havia uma lei específica que criminaliza a violência contra homossexuais. Então expliquei que existiam alguns projetos na Câmara dos Deputados, mas que, devido aos políticos conservadores e tradicionalistas, tinham sido engavetados. Porém, o Movimento LGBTIQ+ continuava na luta contra a homotransfobia. Em seus textos, @s alun@s reconheceram as diversas

formas de opressões e de violência. Além disso, perceberam a importância de se conscientizar e discutir esses temas no ambiente escolar:

Eu sei que agressão não se resolve com violência, não deveria existir em nosso mundo, todos nós somos iguais, o que muda é a nossa sexualidade, não devemos se importar se é homem ou mulher, não importa, nós devemos respeitar, todos reagem de uma forma quando vê um homem beijando outro homem, ou uma mulher beijando outra mulher, nós devemos mostrar para o mundo inteiro uma coisa que eles não vê direito o amor ao próximo... devemos falar para toda a escola, que a violência, preconceito e agressão não chega a lugar nenhum, devemos mostrar que a violência da cadeia, que o preconceito é a pior coisa...(Alun@ 3).

No Brasil muitas pessoas não aceitam homossexuais, e por isso xingam e batem até mesmo com palavras. Na realidade as pessoas que são violentadas têm mesmo que denunciar. (Alun@ 11).

A importância disso ser discutido no ambiente escolar é que ajuda acabar com os preconceitos, ajuda que os transexuais e os outros sejam aceitos no mundo todo e que possam ter uma vida normal, possam se casar com quem eles quiser. (Alun@ 7).

Um dos objetivos do meu trabalho foi justamente tornar sobre o tema democráticos e sensibilizar @s alun@s através de suas falas e de suas escritas conduzindo-@s a um projeto sócio-educacional para um país livre de opressões e violências e uma escola mais solidária e inclusiva.

A maioria d@s alun@s não conhecia pessoas que foram vítimas de homotransfobia, mas, durante as aulas e as pesquisas realizadas por el@s, ficaram cientes do que ocorre no país. Abaixo está relatado um caso de violência que foi citado em um dos textos elaborados pel@s alun@s:

Conheço, tenho um amigo que mora em Machadinho, um dia ele se reuniu com uns colegas dele, nem todos que estavam no grupo sabiam que ele era guey, descobriram na hora, teve dois rapazes que não gostaram de saber que tinha um guey no grupo, beberam tanto, brigaram com esse meu colega e acabaram esfaqueando ele, ele ficou internado, mas não morreu. (Alun@ 10).

A homotransfobia acontece no grupo familiar e de amigos, no trabalho e em outros lugares públicos, onde os LGBTIQ+, em sua maioria, acabam sem acolhimento. O Brasil está no topo do ranking de países que registram mais agressões contra essa população. É preciso que as escolas e outras insitui-

ções promovam os mais diversos tipos de atividades e projetos sócio-educacionais, discutindo a inclusão social, o preconceito, o reconhecimento desse segmento historicamente invisibilizado e estigmatizado no país, bem como a luta contra a violência de gênero para que @s alun@s possam colaborar na luta contra as injustiças sociais. Esse é o caso d@ alun@ que desconhece alguém que tenha sofrido algum tipo de violência desse tipo, mas que, em seu texto, explana de maneira solidária que apoia e lutará pela causa:

Eu não conheço ninguém que sofreu algum tipo de violência, mas sei a fama do bullying no Brasil e sei que pessoas sofrem muito com isso e a minha opinião eu não acho nem uma graça esse jeito de preconceito com quem só quer ser feliz e eu apoio e se eu puder ajudar eu ajudarei com maior prazer. (Alun@ 8).

Desde quando nascemos, somos ensinad@s a agir de acordo com o nosso sexo biológico e/ou de acordo com a prática religiosa de cada sujeito. O sexo dos indivíduos é, assim, culturalmente determinado antes de nascerem. Crescemos ouvindo que “menino tem que usar roupas na cor azul, para a menina rosa é a cor destinada”, “menino não chora”, “menina brinca de boneca” e outras expressões que continuam sendo ensinadas. Essas questões foram trabalhadas em sala de aula sobre as relações de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, no entanto, reconhecendo e valorizando as expressões e vozes de cada alun@, independente de religião. Encontrei em alguns textos entregues por el@s as seguintes opiniões no que tange à homossexualidade :

É normal, pela minha forma de criação da educação dos meus pais e pela minha religião que eu acredito eu acho errado, mais não tenho nada contra, posso ter amigos ou até meus futuros filhos gays ou lésbicas que eu não vou ter nenhum tipo de preconceito. (Alun@ 9).

Eu Alun@ 11 sou cristão, para mim isto é pecado, Deus não aceita, mas cada um pode ser da maneira que quiser com Deus ou sem Deus, mas se uma pessoa homossexual chega para mim, querendo ser meu amigo, eu não vou desprezar. (Alun@ 11).

As pessoas religiosas não aceitam os gays porque não estão na Bíblia, outros diz que é pecado, enfim são humanos também e tem direito igual ao do homem e da mulher... por isso na nossa escola estamos desenvolvendo esse projeto. (Alun@ 14).

Percebe-se claramente nesses trechos a questão que envolve a religião e a homossexualidade. @s alun@s, através de seus princípios religiosos, expõem suas opiniões baseadas na Bíblia e nos ensinamentos tradicionais no seio familiar. O mais importante, em suas falas, é o respeito e a inclusão de homossexuais em seus vínculos sociais, pois, no cenário atual, as perseguições de religiosos fundamentalistas contra LGBTIQ+.

Como produto final do projeto, depois de todas as aulas teóricas, dinâmica, trabalhos com músicas e filmes e a produção de textos, escolhi uma das turmas e sugeri que @s alun@s compartilhassem e trocassem os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento do projeto com @s demais colegas, professor@s, equipe gestora e também com toda a comunidade escolar.

@s alun@s do 9º do período vespertino realizaram uma mini-feira cultural e se dividiram em grupos, pesquisaram dados sobre a homotransfobia e violência contra mulheres, fizeram cartazes explicando os conceitos de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, e pesquisaram imagens de pessoas famosas internacionais e nacionais que assumiram ao público as suas orientações sexuais. Cada turma se dirigiu ao pátio da escola acompanhada d@ professor@r para prestigiar o trabalho d@s alun@s. Eu mediei as dúvidas e algumas curiosidades d@s alun@s e até mesmo d@ professor@s, principalmente sobre identidade de gênero. Algumas turmas me questionaram do porquê eu não ter trabalhado o projeto com el@s também, eu expliquei que fazia parte dos conteúdos específicos das turmas do 9º ano e 3º ano, mas que oportunidades não iriam faltar para abordar o tema em sala de aula.

A mini-feira cultural de gênero e sexualidade ficou exposta à comunidade escolar durante dois dias, até mesmo para que @s alun@s do período noturno, em especial os 3º anos do ensino médio e 3º EJA, para que pudessem contemplar a “finalização” do trabalho desenvolvido. Ressalto que a maioria d@s alun@s que realizou o evento são das chamadas linhas, que moram em sítios ou fazendas. Cinco @alun@s se comprometeram de estar à noite para explicar o resultado do projeto.

CONSIDERAÇÕES NÃO-FINAIS

Desde 2004 vivenciamos um processo de desqualificação da escola pública no Brasil, com políticos fundamentalistas e conservadores através do Projeto Escola Sem Partido, perseguindo professor@s de diversas maneiras, censurando e auto-censurando o trabalho de educador@s que estão realizando debates no ambiente escolar sobre as questões de gênero e sexualidade, ferindo nossa liberdade de cátedra. De acordo com os adeptos do Projeto, a escola estaria ensinando, entre outros temas “perigosos”, a Ideologia de Gênero. De maneira mais direta, estaríamos ensinando @s alun@s a serem LGBTIQ+. Sabemos que isso é uma inverdade propagada por parte desses políticos visando manter as aparências e o *status quo*: um sistema de dominação masculino hegemônico, classista, sexista, racista e homotransfóbico.

A nossa liberdade de cátedra é garantida por lei, nós, professor@s, temos direitos e deveres de ensinar, aprender e compartilhar saberes com a comunidade escolar, através do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, trabalhando numa perspectiva humanística de solidariedade humana, sempre pensando na formação de cada alun@, preparando-@ para exercer a sua cidadania, qualificando-@ para a vida, com respeito à liberdade e tolerância à singularidade, independente de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe, raça, religião e etnia. @s professor@s precisam ter a compreensão de seus direitos e deveres, necessitam fazer uma autoatualização em sua formação, afinal, somos intelectuais, somos produtores do conhecimento, principalmente quando se trata de trabalhar temas como diversidade sexual e relações de gênero com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma boa conduta profissional e consciente no trato dessas temáticas. Precisamos, também, estabelecer uma relação de confiança com a comunidade escolar, principalmente, com @s alun@s.

É nesse sentido que o meu Projeto de Gênero e Sexualidade se inseriu, criando perspectivas de resistências, de construção coletiva e democrática a partir do ensino de história na educação básica, contribuindo para o ensino de história e a formação da cidadania d@s alun@s em Rondônia,

incorporando novos instrumentos para uma boa prática pedagógica, como dinâmicas, músicas, filmes e a feira cultural da diversidade sexual e de gênero, buscando incluir @s alun@s no processo de aprender-saber, conscientizando e sensibilizando para as questões dos direitos humanos, numa perspectiva da educação engajada e transformadora. Visibilizando também as lutas dos movimentos de mulheres e de LGBTIQ+ na história contra as opressões do sistema cisheteropatriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Provocações para ampliar os estudos sobre gênero, sexualidade e o ensino de história.** In: RIOS, Paulo Souza; Mendes, Alane Martins Mendes (Orgs.). **Educação, gênero e diversidade sexual:** fabricação das diferenças no espaço escolar. Curitiba: CRV, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Curricular Comum:** BNCC-Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- JUNKEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LASSO, Pablo. Antropologia cultural e homossexualidade: variantes do comportamento sexual, culturalmente aprovadas. VIDAL, M; MARTOS, J.M.F; GAFO, J; HIGUERA; G; RUIZ, G. (orgs.). **Homossexualidade:** ciência e consciência. Edições Loyola, São Paulo, 1985.
- PAIVA, Carla Conceição da Silva. **Prefácio.** In: RIOS, Paulo Souza; Mendes, Alane Martins Mendes (Orgs.). **Educação, gênero e diversidade sexual:** fabricação das diferenças no espaço escolar. Curitiba: CRV, 2018.
- RIOS, Paulo Souza; Mendes, Alane Martins Mendes. **Educação, gênero e diversidade sexual:** fabricação das diferenças no espaço escolar. Curitiba: CRV, 2018.
- VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; CALAINHO, Daniela Buono (Orgs.). **Historia doc. 9º ano.** São Paulo: Saraiva, 2015.

HISTORY MAKER: REPENSANDO O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS

RAFAEL GORSKI TRINDADE
COLÉGIO FARROUPILHA
MESTRANDO EM ENSINO DE HISTÓRIA – UFRGS
LICENCIADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UFRGS E
HISTÓRIA PELA PUCRS
RAFAELGTRINDADE@GMAIL.COM

Esse trabalho é um relato de uma experiência em andamento no Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS, nos 5º anos dos Anos Iniciais. A proposta do trabalho é repensar o currículo de História, visando colocar o estudante como centro do processo educativo. Essa é uma questão urgente provocada pela nova BNCC e adequada a Matriz do colégio. O projeto utiliza como referenciais José Moran – metodologias ativas – Piaget e Papert – construtivismo e construcionismo. O Colégio Farroupilha optou por trabalhar os conceitos exigidos pela BNCC nos Anos Iniciais numa narrativa introdutória da história do Brasil abordando-os em diferentes períodos históricos consagrados pela historiografia – colônia, monarquia e república. O projeto se divide em duas partes: A primeira parte foi nomeada “A Construção de Cenários Coloniais” e o produto resultante consistiu na produção de vídeos no formato *stop motion* e de maquetes elaboradas para ser o plano de fundo dos vídeos. A segunda parte do trabalho foi a produção

de esquetes, envolvendo figuras históricas do Brasil Monárquico. O projeto tem como característica a interdisciplinaridade envolvendo diretamente os componentes de História, Artes Cênicas e Língua Portuguesa.

Ensino de História – Metodologias Ativas – Currículo

O PROJETO

“A primeira lição da experiência em sala de aula é que as fórmulas só servem em uma sala de aula estática”
KARNAL, 2005

History Maker é um projeto pensado para trazer a cultura *maker* para as aulas de história, além de desenvolver o lúdico e a criticidade dos estudantes. A *cybercultura*, tão difundida entre os estudantes, urge ser desenvolvida em sala de aula. As novas visões de educação para o século XXI apontam para que as decisões pedagógicas estejam orientadas para o desenvolvimento de competências. O Colégio Farroupilha, assim como as demais instituições de ponta na área educacional do Brasil, tem o entendimento de que os estudantes devem “saber” – considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores – e, sobretudo, de que devem “saber fazer” – considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana.

O Colégio Farroupilha é a instituição de educação básica mais antiga do Rio Grande do Sul. Foi fundada há 133 anos pela Associação Beneficente Alemã, uma entidade criada para auxiliar os imigrantes alemães e seus descendentes que estavam chegando ao Sul do Brasil. Atualmente, atende aproximadamente 2700 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio, com a missão de educar para formar cidadãos competentes, éticos e globais, buscando condições para o estudante pensar e desenvolver suas habilidades.

Valores como bom relacionamento, busca pela excelência, disciplina e organização, eficiência e empreendedorismo e compromisso com a sustentabilidade permeiam os projetos desenvolvidos em todos os níveis de ensino. E, dessa forma, o Colégio Farroupilha mantém-se fiel à visão de ser

referência na Educação, buscando constantemente atualizar suas práticas e inovar no modo de educar crianças e jovens.

O Colégio é mantido pela Associação Beneficente e Educacional de 1858 e, no Rio Grande do Sul, é a terceira escola privada em número de estudantes. Em Porto Alegre, representa 2,35% do *market share* dentre as escolas privadas. Além da unidade Três Figueiras, tem a unidade social Correia Lima, localizada dentro do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/POA), que atende 374 crianças e jovens bolsistas.

Esse projeto surgiu da necessidade de repensar as práticas pedagógicas do componente curricular de História dos 5º anos do Ensino Fundamental, principalmente após as alterações demandadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovadas em 2018. Outra questão pertinente para a construção do projeto é adequar o currículo com o estudante da contemporaneidade: imerso em tecnologias de rede e com excesso de informações com a possibilidade de ser apropriado na forma de conhecimento.

Longe de ser um roteiro de currículo, esse projeto visa aproximar as habilidades da BNCC à matriz do Colégio Farroupilha, com tendências de métodos de ensino que coloquem o estudante no centro do processo. Hoje, o estudante não é mais visto como receptáculo, espectador, mas um agente do processo educativo. E a proposta desse projeto parte desse ponto, colocar a “mão na massa”, estudar um objeto de conhecimento e transformar ele em algo.

Sobre o repensar a relação sala de aula e ambientes virtuais é fundamental abrir a escola para o mundo e trazer o mundo para dentro da escola, pensar novas práticas que possibilitem isso. “Uma outra mescla, ou blended é a de prever processos de comunicação mais planejados, organizados e formais com outros mais abertos, como os que acontecem nas redes sociais, onde há uma linguagem mais familiar, uma espontaneidade maior, uma fluência de imagens, ideias e vídeos constante” (MORAN, 2015). Essa é a proposta do projeto, uma mescla de saberes formais com outros mais abertos.

A BNCC trouxe novos desafios para o ensino dos mais diferentes componentes curriculares, com o objetivo de articular as experiências que já vêm sendo trabalhadas com uma sistematização dos conhecimentos.

“Articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.” (BNCC,2018)

O ensino de história, e as Ciências Humanas, tem como objetivo ainda, segundo a BNCC, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os estudantes a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais.

O projeto pretende fazer essa ligação entre passado/presente. Essa relação não se processa de forma automática, pois exige o conhecimento de referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados. Um objeto só se torna documento quando apropriado por um narrador que a ele confere sentido, tornando-o capaz de expressar a dinâmica da vida das sociedades. A proposta do trabalho é colocar o estudante como centro. Como narrador e sujeito ativo na construção da narrativa, trazendo à tona as dinâmicas da vida e os processos históricos do passado.

Para Moran (2015) os estudantes precisam de acompanhamento de profissionais mais experientes para ajudá-los a tornar conscientes alguns processos, a estabelecer conexões não percebidas, a superar etapas mais rapidamente, a confrontá-los com novas possibilidades. Quanto mais aprendemos próximos da vida, melhor. As metodologias ativas são pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas.

O projeto está em consonância com a matriz curricular do Colégio Farroupilha. A matriz traz como princípio para o ensino de história favorecer reflexões aplicadas a cada conjuntura, para que assim as pessoas entendam o seu tempo e as diferentes culturas. Os objetos de conhecimento devem ser aspectos significativos, que possam ser transpostos para pensar o

presente, contribuindo com a criticidade e com a formação de um cidadão pleno. Isso promove-se a partir de práticas concretas e lúdicas, explorando uma diversidade de fontes históricas, reconhecendo a História como ciência em constante construção e escrita, tendo o presente como referência na leitura do passado.

OBJETIVOS DO PROJETO

Compreender os períodos históricos brasileiros de acordo com as suas particularidades.

Refletir sobre as estruturas do Brasil Colonial e os modos de vida nos diferentes territórios nacionais.

Representar figuras históricas a partir do estudo de biografias e do contexto socioeconômico do Brasil Monárquico.

ENVOLVIMENTO

O projeto foi desenvolvido com as nove turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, nas duas unidades do Colégio – Três Figueiras e Correia Lima. O total de envolvidos no projeto foram aproximadamente 270 estudantes e professores de diferentes componentes curriculares e de outros setores da escola.

GESTÃO DO PROJETO

O trabalho foi desenvolvido em destaque em dois momentos do ano, sendo um em cada semestre. O trabalho começou em março de 2019 e foi concluído em setembro de 2019. No primeiro trimestre de 2019, aconteceu o desenvolvimento dos cenários e a gravação dos vídeos. No segundo trimestre de 2019, efetivou-se a pesquisa biográfica e a encenação de esquetes. Cada etapa teve como temática, os objetos de conhecimento abordados na matriz do Colégio Farroupilha. A BNCC demanda que se trabalhe alguns conceitos norteadores, tais como cidadania, religiosidades, estruturas democráticas e republicanas, entre outros. A matriz de história do Colégio Farroupilha optou por trabalhar tais conceitos numa narrativa introdutória da história do Brasil, em que esses conceitos transversais são abordados em

diferentes períodos históricos consagrados pela historiografia. Em uma divisão simplificada, a narrativa da história brasileira divide-se em três, uma por trimestre, Brasil Colonial, Brasil Monárquico e Brasil Republicano.

A CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS COLONIAIS

A primeira parte foi nomeada A Construção de Cenários Coloniais e o produto resultante consistiu na produção de vídeos no formato *stop motion* e de maquetes elaboradas para ser o plano de fundo dos vídeos. Para atingir tal produto, seguiu-se diferentes etapas e cada etapa teve alguns objetivos e pequenas metas para serem concluídas.

ETAPA 1

Inicialmente, as turmas foram organizadas em grupos de trabalho. Cada grupo tem de sete a oito integrantes da mesma turma, selecionados por critérios aleatórios e em ordem alfabética. Para que haja harmonia entre os temas trabalhados entre as turmas, todas elas exploram os mesmos quatro temas norteadores da pesquisa. Os temas norteadores selecionados foram os engenhos coloniais de açúcar, a mineração, as charqueadas e os episódios de bandeiras e entradas. E cada grupo ficou responsável por explorar um tema norteador.

ETAPA 2

O segundo passo do trabalho foi uma pesquisa exploratória sobre o tema, em sites de referência e canais do *YouTube*. Cada estudante individualmente entregou um relatório da pesquisa que, além de ser avaliado pelo professor, foi material de consulta para a continuidade do projeto. Os dados que deveriam constar, obrigatoriamente, no relatório, eram a periodização, os espaços territoriais em que ocorreram os principais eventos, a forma como viviam os habitantes da época, a forma como esses habitantes alimentavam-se e vestiam-se e os hábitos cotidianos da época.

ETAPA 3

Na sequência, começou a etapa de construção dos cenários em forma de maquetes. Foram ao todo seis encontros para a finalização dos cenários.

O primeiro dia foi de projeção do trabalho. Para facilitar o planejamento dos trabalhos foram reservados Chromebooks para que os grupos buscassem técnicas e outras experiências de maquetes do seu tema norteador em sites de escolas, tutoriais do YouTube, redes sociais de professores e instituições de ensino. Cada grupo selecionou quais materiais iria utilizar e assinou metas para conclusão de cada parte do cenário.

Os demais encontros para construção dos cenários foram realizados em diferentes espaços da escola. Na sala de aula, no Laboratório de Ciências Humanas e na sala Espaço *Maker*. Em cada espaço, os grupos tinham o apoio dos professores responsáveis pelos espaços, como a professora do laboratório e o professor de Cultura de Inovação dos Anos Finais. Os encontros foram realizados nos períodos das aulas de história e os grupos que quisessem refinar o trabalho poderiam ir no contraturno.

ETAPA 4

Após a conclusão dos cenários, os estudantes individualmente produziram um poema nas aulas de Língua Portuguesa. O objetivo era sistematizar por escrito as experiências do estudo de sua época. A escolha do poema como gênero de escrita foi para aproximar dos estudantes os objetos de estudo e, em especial, complementar a leitura do livro *Ou isto, ou aquilo* de Cecília Meireles, que foi leitura obrigatória das turmas. As produções também foram utilizadas como objetos avaliativos nos dois componentes, História e Língua Portuguesa.

ETAPA 5

A quinta etapa foi de oficinas promovidas em parceria com o Laboratório de Ciências Humanas. Utilizando-se da técnica de “*work café*”, os grupos estudaram outros dados sobre o período colonial brasileiro, como relatos de viajantes, pinturas e esculturas, dados socioeconômicos e narrativas do cotidiano. A técnica consiste em dividir a turma em grupos, após isso, cada grupo circulava por “ilhas” e em cada uma delas tinha um dado diferente. Junto às informações tinha uma pergunta para debate e espaço

para registrar as conclusões do grupo. Esse instrumento é o que foi utilizado pelo professor posteriormente para avaliar a dinâmica.

ETAPA 6

A etapa derradeira para a construção do produto foi a gravação dos vídeos, utilizando-se do aplicativo para iPads “Stopmotion” os estudantes puderam criar vídeos explorando as suas maquetes como cenário e os seus poemas como narrativa da história. Foram disponibilizadas duas aulas para as gravações e as turmas puderam utilizar qualquer espaço da escola que julgassem melhor para som, iluminação e roteiro.

Como produto da primeira parte do trabalho, foram produzidos o total de 127 vídeos, além dos poemas, dos relatórios de pesquisa e das fichas de resumo dos debates preenchidas na dinâmica. Todo esse material foi utilizado para avaliar o desempenho individual e coletivo nas diferentes habilidades cognitivas e socioemocionais planejadas no plano anual. Além disso, os trabalhos compuseram a mostra de trabalhos dos Anos Iniciais – Ciranda de Ideias – em que a comunidade escolar pôde acessar os vídeos por meio dos cartazes com QR Codes em seus smartphones e apreciar as maquetes criadas pelos grupos.

PRODUÇÃO DAS ESQUETES

A segunda parte do trabalho foi a produção de esquetes, envolvendo figuras históricas do Brasil Monárquico. Nessa parte as atividades envolveram diretamente os componentes de História, Artes Cênicas e Língua Portuguesa. O produto final dessa etapa foram esquetes de teatro apresentadas para as turmas do oitavo ano dos Anos Finais, que também abordam os mesmos objetos de conhecimento. Para atingir tal objetivo, seguiu-se diferentes etapas de execução do trabalho.

ETAPA 1

A primeira etapa foi a seleção dos grupos de trabalho. O critério utilizado foi definido pela professora de Artes Cênicas, respeitando as características individuais de cada estudante e aproximando o número de meninos e meninas para a construção das cenas. Cada grupo recebeu uma

personalidade histórica para estudar a sua biografia e a sua época. Foram distribuídos figuras como José Bonifácio, João VI, D. Pedro I e II, Maria Quitéria, Barão de Mauá, Luís Gama, José do Patrocínio, personagens significativas para diferentes momentos da história monárquica brasileira.

ETAPA 2

Os estudantes individualmente realizaram uma pesquisa biográfica da personalidade de seu grupo, buscando apontar no relatório os seguintes pontos: Nome completo, data de nascimento e morte, local no Brasil, profissão, dados familiares, episódios marcantes de sua vida. Os relatórios foram entregues e foram instrumento de avaliação no componente de história. Além disso, os relatórios seriam utilizados como material de consulta para a criação dos textos teatrais e da produção textual de Língua Portuguesa.

Ao concluir a pesquisa e a escrita do relatório biográfico, os grupos começaram a escrever o texto teatral. Foram utilizados para isso, quatro encontros. Após a escrita do texto, os grupos começaram a ensaiar as esquetes para apresentar primeiramente para os professores no formato de banca avaliativa e posteriormente para as turmas do oitavo ano do Colégio.

ETAPA 3

Em Língua Portuguesa, os estudantes escreveram uma produção textual, explorando o gênero biográfico, objeto de estudos do componente de Língua Portuguesa. As produções foram produzidas em paralelo com os ensaios das cenas, utilizando-se dos relatórios de pesquisa.

ETAPA 4

O produto final dessa etapa será apresentado em um evento de conclusão do ano, incluindo a sessão de apresentação para as turmas do oitavo ano dos Anos Finais.

INOVAÇÃO, AVALIAÇÃO E RESULTADOS

As mudanças curriculares provocadas pela aprovação da BNCC de 2018 possibilitaram um repensar das práticas e do entendimento do

ensino de história. As habilidades propostas na Base Nacional possibilitaram a abertura de um espaço de criação dos estudantes e de o aprofundamento de conceitos importantes que são fundantes para os estudos históricos. Colocar o estudante como centro do processo, tendo o professor como mediador dos processos foi um dos pilares desse projeto. A BNCC traz que a ênfase do ensino de história no 5º ano dos Anos Iniciais “está em pensar a diversidade dos povos e das culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos” (BNCC, 2018).

A educação no século XXI caminha para desenvolver espaços onde os estudantes explorem sua criatividade, resolvam conflitos, em especial quando se trabalha em grupo, sem no entanto, abandonar algumas práticas fundamentais para a construção do conhecimento científico – criticidade, rigor na seleção de fontes e escrita em norma culta formal. A mistura de práticas possibilita ainda que diferentes saberes sejam explorados e áreas novas de atuação possam ser exploradas pelos estudantes. Isso, visando desenvolver habilidades cognitivas de relacionar, associar, comparar diferentes fatos históricos, com habilidades socioemocionais importantes como empatia, alteridade e respeito.

O projeto buscou também explorar novas pontes entre componentes curriculares de áreas do conhecimento diferentes, para que o processo se tornasse mais significativo. Outro desafio vencido com êxito foi a organização entre os níveis de ensino. A aproximação da História com a disciplina da Cultura de Inovação dos Anos Finais foi uma das parcerias bem sucedidas no processo, já que, inclusive, preparou os estudantes para a disciplina que se apresenta como novidade no ano seguinte. A exposição das esquetes entre os níveis de ensino mostrou que não existe hierarquia dentro do saber escolar e estudantes do quinto e oitavos anos podem juntos aprofundar temas, respeitando, claro, as etapas do desenvolvimento e as propostas pedagógicas da matriz da escola.

Sobre o processo avaliativo e alguns resultados dos estudantes nas habilidades avaliativas. Na habilidade avaliativa da matriz do Colégio Farroupilha

“Analisa como era organizada a exploração da colônia e o controle metropolitano nas situações apresentadas”, o índice de estudantes que desenvolveram plenamente a habilidade foi de 75,6%. E na outra habilidade, que trata do período colonial *“Compreende o processo de criação de núcleos urbanos e rurais durante o período colonial”*, o índice de estudantes que desenvolveram a habilidade plenamente foi de 77%. Em nenhum dos índices houve algum estudante que apresentou dificuldade nas habilidades durante as avaliações trimestrais. Esses dados são os que permitem a quantificação, não obstante, ações como o reconhecimento de apresentar o trabalho da exibição dos vídeos e o desenvolvimento de atividades socioemocionais podem ser evidenciadas nas falas e nos relatos das atividades.

Esse projeto teve a facilidade de contar com espaços de qualidade na infraestrutura escolar – Espaço *Maker*, *iPads*, assessoria da Tecnologia Educacional. No entanto, as práticas podem ser adaptadas a outras realidades, sem prejuízo no desenvolvimento das habilidades propostas. O elemento fundamental para a realização desse projeto é algo que não depende de investimento de infraestrutura, pois foi a visão de educação dos educadores envolvidos – profissionais que entendem que um ensino de história é algo fundamental para a construção de uma sociedade justa, solidária e com valores democráticos.

ANEXOS



Figura 1 – Grupos pesquisando sobre períodos e produzindo relatórios



Figura 2 – Grupos produzindo as maquetes no Espaço Maker



Figura 3 – Máquina de corte a laser utilizada na confecção das maquetes



Figura 4 – Produção do cenário para os vídeos no Laboratório de Ciências Humanas



Figura 5 – Oficina no Laboratório de Ciências Humanas com a técnica do WorkCafé

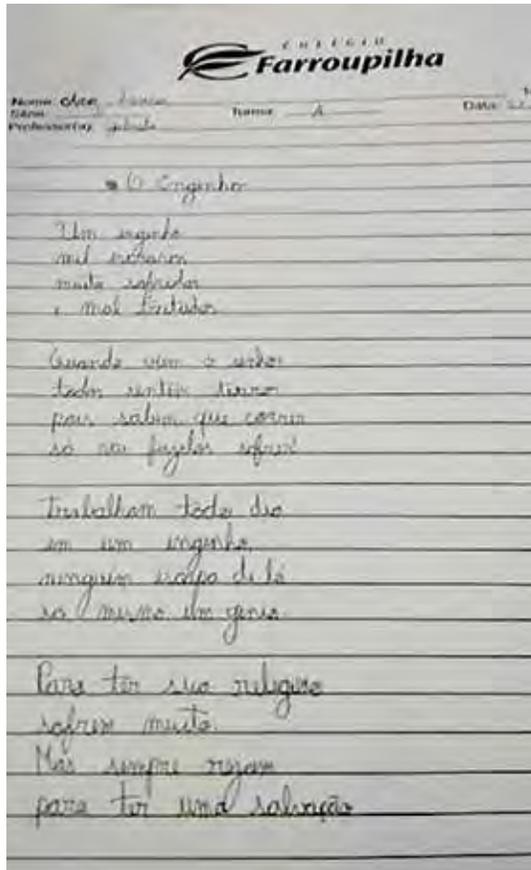


Figura 6 – Exemplo de redação feita durante o projeto



Figura 7 – Exposição dos trabalhos na Ciranda de Ideias



Figura 8 – Exemplo de maquete, representando as expedições dos bandeirantes

TEXTOS PARA A DINÂMICA DO WORKCAFÉ NO LABORATÓRIO CIÊNCIAS HUMANAS:

O COTIDIANO DOS ENGENHOS...

À luz de candeeiros, vozes murmuradas distribuíam predições de chuva, colhidas na experiência dos astros: “Choveu na primeira e oitava de Santa Luzia. Fevereiro e março vão ter chuvas. Os porcos estão carregando mato: sinal de chuva”. Outro assunto de predileção, mas este, na cozinha, eram as visagens, assombrações e histórias de gente que se “envultava” nas encruzilhadas dos caminhos ou perto dos cemitérios. No silêncio do sono, ouviam-se vozes de crianças que tinham morrido sem batismo a pedir o sacramento. Além do temor dos mortos, os vivos também faziam medo: quilombolas fugidos rios acima, aninhados pelos matos tiravam definitivamente o sono dos que moravam nos engenhos. As crianças dormiam com o susto de bichos infernais: o caipora, os homens amarelos que chupavam fígado de menino, o zumbi, o lobisomem.

No oratório, com suas abas pintadas com santos, as mulheres do engenho, com as crianças entre as pernas, se reuniam para rezar. Faziam preces para pedir chuva, nos tempos de seca, quando os crepúsculos pareciam fornalhas e os vigários exortavam os fiéis a repetir ladainhas à Virgem. Com as portas abertas para o terreiro, às suas vozes vinha se unir o coro de

escravos, feitores e homens forros, de joelhos ao ar livre. As orações anunciadas depois dos sermões dominicais incentivavam que, como penitentes, alguns caminhassem descalços, descabelados, levando andores leves pelas estradas vizinhas.

O ritmo do trabalho só era quebrado pelo calendário religioso e as festas de colheita. No Natal, por exemplo, recebia-se visita de parentes vindos da cidade. Nestas ocasiões, a casa se enchia de balbúrdia, as escravas aprontando bandejas e compoteiras. Presentes na forma de galinhas, leitões e perus, amarrados com fitas coloridas, eram entregues aos vizinhos e amigos. Os bailes pastoris, outra forma de comemorar, apresentavam um tom monótono e solene com o perfume e a chuva de flores que promoviam ao longo de sua realização.

Fonte (adap.) <https://historiahoje.com/natal-nos-engenhos/>

Qual o papel da religiosidade no cotidiano da sociedade açucareira? Quais as histórias que eram contadas e qual a finalidade desses momentos?



Observando as imagens, como foi retratado a imagem dos bandeirantes? E a dos indígenas?

A CORRIDA DO OURO

Na década de 1690 surgiram as minas de cidades como Ouro Preto e Mariana, também conhecidas como Minas de Cataguazes. “Durante o Século XVIII o Brasil era o maior produtor mundial de ouro e diamantes. O ciclo do ouro em Minas Gerais foi o primeiro grande *gold rush* do mundo, muito antes da Califórnia (1848) e Austrália, Alaska e África do Sul (1876).

Por se tratar de ouro de aluvião, depósito sedimentar formado nos leitos dos rios, o conhecimento primário e a pouca prática dos portugueses na lavra eram minimizados. A técnica viria a ser aprimorada com o passar do

tempo, evolução que contou em grande parte com a contribuição de escravos africanos detentores de certo saber extrativista. A sociedade mineira foi profundamente influenciada por um mosaico de grupos e raças, de novos imigrantes brancos e de segunda e terceira gerações de americanos natos, de novos escravos e de escravos nascidos em cativeiro.

A região do atual estado de Minas Gerais fazia parte da chamada ‘Repartição do Sul do Estado do Brazil’, com capital no Rio de Janeiro. Em 1709, depois da Guerra dos Emboabas, foi desmembrada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Em 1720, passada a revolta de Vila Rica, foi criada a capitania das Minas de Ouro que, somente a partir de 1730, passou a ser chamada de Minas Gerais.

Fonte (adap.) <http://revistamineracao.com.br/2011/11/01/berco-de-ouro/>

Como podemos associar o desenvolvimento da colônia com a mineração no Brasil?

AS CHARQUEADAS NO RIO GRANDE DO SUL

As charqueadas eram verdadeiras indústrias movidas pelo trabalho de dezenas ou centenas de escravizados em um sistema de produção parecido com os dos engenhos açucareiros do Sudeste ou Nordeste. Os escravos viviam em um ambiente hostil e com péssimas condições de higiene, criado pelo excesso de trabalho, sangue e sal.

O charque sul-rio-grandense começou a ser exportado na década de 1790 e tinha por principal consumidor os escravizados e os livres pobres do Nordeste brasileiro, durante a maior parte do século XIX. O principal centro produtor era a cidade de Pelotas, mas havia charqueadas também em Jaguarão, Rio Grande e Porto Alegre (nesta última, particularmente no distrito de Pedras Brancas, atual Guaíba).

Fonte: SILVA, Fernanda de Oliveira da. et al. *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS: EST Produções, 2017. p. 23.

Que comparações podemos fazer das charqueadas com os outros processos produtivos no Brasil Colonial?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMANN, Edith. Piaget's constructivism, Papert's constructionism: What's the difference. **Future of learning group publication**, v. 5, n. 3, p. 438, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2018.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005

COLÉGIO FARROUPILHA. **Matrizes Curriculares de Ciências Humanas e suas Tecnologias – Colégio Farroupilha**. 1. ed. Porto Alegre: Colégio Farroupilha, 2017. v. 1. 173p .

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015.

SCHWARTZ, K. **O Movimento “Maker” poderá se infiltrar nas Salas de Aula Convencionais?**. Disponível em: <http://ww2.kqed.org/mindshift/2014/07/02/can-the-maker-movement-infiltrate-mainstreamclassrooms/>.

O PATRIMÔNIO DAS MISSÕES EM SALA DE AULA: UM DESAFIO NO ENSINO DA HISTÓRIA

LAÍS FRANCINE WEYH
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS (UNIJUÍ)
LAIS.WEYH@GMAIL.COM

ANDRESSA DOMANSKI
DOUTORANDA EM HISTÓRIA (UPF)
ANDRESSADOMANSKI@YAHOO.COM.BR

RESUMO

Este artigo que possui como tema “A Educação Patrimonial em escolas públicas da região das antigas reduções jesuíticas missionárias: o caso de Santo Ângelo”, tem o intuito de apresentar os resultados da pesquisa realizada no ano de 2015, como parte do trabalho monográfico desenvolvido para o curso de Pedagogia da URI – *Campus* Santo Ângelo. A investigação objetivou compreender o papel da Educação Patrimonial como fator de desenvolvimento da consciência histórico-cultural nos sujeitos, enquanto cidadãos que reconhecem e valorizam a sua identidade local. Nesta perspectiva, produziu-se um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, trazendo contribuições de diversos teóricos que abordam o assunto. Também, caracterizou-se como uma pesquisa-ação, em que aplicaram-se questionários com professores de História de onze escolas públicas de Santo Ângelo, acerca do que estava sendo trabalhado nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, etapa na qual a história regional ganha maior ênfase nos currículos. Após a análise das informações coletadas, contou-se que a maioria dos professores desconhecem a proposta da Educação Patrimonial ou não utilizam o patrimônio como fonte de conhecimento

no ensino de História, não oportunizando uma metodologia diferenciada capaz de promover aprendizagens significativas acerca do conhecimento da própria história missioneira. Conseqüentemente, os estudantes dificilmente desenvolverão a consciência sobre a importância da preservação do passado, no sentido de conhecer e promover o cuidado do patrimônio seja ele material ou imaterial.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. Missões.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar os resultados dos estudos realizados no ano de 2015, como parte da monografia de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus Santo Ângelo, tendo como tema “A Educação Patrimonial em escolas públicas da região das antigas reduções jesuíticas missioneiras: o caso de Santo Ângelo”. Nesta perspectiva, buscou-se compreender o papel da Educação Patrimonial como fator de desenvolvimento da consciência histórico-cultural nos sujeitos, enquanto cidadãos que reconhecem e valorizam a sua identidade local.

A redução de San Angel Custódo foi a última dos Sete Povos das Missões a ser construída em 1706, pelo padre Diogo Haze. Ao total, as Missões eram compostas por 30 povos, distribuídos nos atuais territórios do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, sendo fundadas pelos padres jesuítas que tinham a incumbência de catequizar os indígenas guaranis, inserindo-os na fé cristã. Missão essa que foi interrompida com o Tratado de Madrid em 1750, quando os reis de Espanha e Portugal disputavam entre si o poder das terras, acabando por dizimar os índios, destruir os povoados e expulsar posteriormente os jesuítas da América.

Essa é a História de um passado que auxiliou na criação da identidade daqueles que atualmente vivem nas cidades construídas sobre os escombros das antigas reduções jesuítico-guaranis, como os santoangelenses, porém que muitas vezes não conhecem sua origem e por isso não a valorizam. Logo, a Educação Patrimonial torna-se um meio de promover esse reconhecimento, devendo ser efetivada nas escolas, com as crianças desde a mais tenra idade.

Assim, a problemática central concentrou-se em estudar “O que está sendo trabalhado em História nas turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental?”, pois são nesses anos da educação básica, que o currículo está voltado para a aprendizagem da História do município. Para descobrir as respostas, além de todo um estudo qualitativo bibliográfico, de caráter exploratório, descritivo e explicativo, optou-se por elaborar questionários a serem aplicados para professores dos anos correspondentes.

Logo, num primeiro momento se discorrerá sobre a importância da Educação Patrimonial nas instituições escolares, e posteriormente, a análise dos dados coletados dos questionários aplicados. Acredita-se que o estudo realizado, possa contribuir de alguma forma, inteirando os possíveis leitores da atual conjuntura no ensino de História, mostrando a metodologia de Educação Patrimonial, como uma ferramenta alternativa e muito válida para construir-se novas perspectivas de práticas pedagógicas significativas.

A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS

A Educação Patrimonial surgiu na década de 30, em torno do debate pela manifestação de documentos que tinham a ideia de criar iniciativas e projetos que realizassem ações educativas a fim de proteger e preservar o patrimônio, dando primeiramente um caráter pedagógico estratégico para os museus e imagens, como o Projeto Dom Ratão no Palácio de Verão do Imperador D. Pedro II (Rio de Janeiro). Posteriormente, em 1996 é lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, sendo o principal material de apoio para as ações realizadas no IPHAN, que começaram a se expandir para outros ambientes, como as escolas.

Como as próprias autoras ressaltam, a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural”, possibilitando aos indivíduos fazerem a leitura do mundo em que vivem, entrando em contato direto com os objetos de conhecimento. Para isso há quatro etapas progressivas e necessárias para a apreensão de objetos e fenômenos culturais, que envolvem

a observação, registro, exploração e apropriação, levando em consideração a natureza processual das ações educativas.

Mais do que isso, é o verdadeiro reconhecimento da sua própria História, que antecedeu os indivíduos em relação à temporalidade, mas está presente no dia a dia como partes da constituição da identidade do povo, seja em forma de patrimônio material como imaterial. Como ressalta Brandão (1996),

Não se trata, [...], de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significante provoca e desafia. (p.51).

A Educação Patrimonial também estimula um novo olhar para a escola, tornando o território social um espaço educativo, possibilitando a articulando de saberes diferenciados, ou seja, o oferecido pelo programa institucional escolar com o conhecimento popular das comunidades, tornando a aprendizagem significativa. Basicamente, significa estudá-lo de forma sistemática e criteriosa, com exercícios de percepção, manipulação, elaboração de hipóteses, comparação, questionamento, releituras, interpretação que une um ciclo constante que Horta (1999), chama de continuidade, transformação e reutilização.

Como exemplo, supõe-se que está visitando um monumento histórico, riquíssimo em detalhes a serem pontuados e analisados. Deve-se ter em mente indagações a respeito do passado e do presente, para refletir acerca de: como era o lugar antigamente e hoje? Quais suas dimensões, formas? Porque era assim e agora se diferencia ou se assemelha a outros locais? Como seria viver nesse espaço naquela época?

Neste contexto, quando se trabalha com esse método educativo, leva-se às crianças a realizarem uma experiência única, como se fossem detetives, a procurar pistas, assimilar dados, se esforçar para relacioná-los e chegar a

conclusões. Mexe-se com o imaginário, a criatividade, diferentemente de ver gravuras, meras ilustrações distanciadas do cotidiano.

Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como detonadores ou motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo de ensino/aprendizagem. (HORTA, 1999, p.36).

Importante salientar que não existe uma única forma ou modo de aplicar a metodologia da Educação Patrimonial, como se fosse algum receituário a seguir fielmente, tendo em vista que os cenários onde serão utilizados são diversos. O que existe, é um material elaborado, o Guia Básico de Educação Patrimonial, já citado anteriormente, utilizado como referência para qualquer experiência de trabalho.

Atentando para suas orientações, percebe-se a centralidade do conceito de Patrimônio Cultural, sua diversidade e seu uso educacional. Qualquer pessoa é considerada capaz de ler os sentidos, significados, decodificar as formas, o conteúdo e a expressão de determinado produto da criação humana, seja ele utilitário, artístico ou simbólico. Contudo, necessita aproveitar suas capacidades de observação, registro, exploração e apropriação do objeto a ser apreendido.

Além disso, é necessário definir e delimitar as finalidades da atividade proposta, levando em conta aquilo que se deseja alcançar, bem como a natureza e a complexidade do objeto estudado. Primeiramente, ao investigá-lo, objetivando facilitar o processo de percepção, análise e interpretação, torna-se imprescindível fazer questionamentos acerca dos aspectos físicos/materiais, desenho/forma/design, função/uso, construção/processo e valor/significado do mesmo.

Sendo assim, poderia se perguntar: O que parece ser esse objeto? Como ele é? De que material é feito? Ele está inteiro ou foi alterado de alguma forma? Como é a decoração? Que cor, cheiro possui? Com que finalidade foi feito? Quem o fez? Onde foi feito? Como pode ser usado? Quanto vale? O que ele significa para as pessoas?

Ainda na etapa de observação, mais do que indagações, deve-se manipular, experimentar, medir, e especialmente, fazer exercícios de percepção sensorial pois sentindo, desde pequenos, tomam parte do mundo no qual vivem e constituem-se, atribuindo um significado próprio as coisas. A segunda parte, de registro, que envolve a fixação do conhecimento percebido, aprofundado pela análise e interpretação crítica do objeto, pode ser feita através de desenhos, mapas, plantas baixas, maquetes, gráficos, fotografias tiradas pelos próprios alunos, redações.

Importante salientar, que o aluno precisa estar ciente de que a sua formulação de hipóteses expressa apenas o que observa de evidência física, e nunca será totalmente completa devido às limitações da pesquisa. Tudo depende do ambiente e suas dimensões, capazes ou não de oferecer todos os indícios.

Respostas corretas são raramente possíveis em sítios históricos, pois não podemos captar as idéias dos habitantes originais, a não ser por fontes secundárias (documentos, diários, cartas, etc.). É importante que os alunos percebam isto, e que suas respostas sejam avaliadas pela maneira em que se apoiam na evidência disponível. (HORTA, 1999, p. 21).

Em relação à exploração, terceira etapa metodológica de ação educativa, realiza-se a análise do problema de pesquisa em outras fontes (bibliotecas, cartórios, instituições, arquivos, entrevistas), discutindo e avaliando-a. E, para finalizar, a apropriação do objeto já internalizado, a partir de releituras, dramatizações, recriações em pinturas, esculturas, música, dança, poesia e outros meios de expressão, que revelam a compreensão da criança sobre o aprendido.

O enfoque interdisciplinaridade está presente em todo o processo nas práticas de Educação Patrimonial, unindo a Linguagem, Matemática, Ciências, Arte, Geografia, História, Tecnologia, disciplinas do currículo escolar que geralmente são “separadas” de forma abstrata no ensino. Nesse sentido, ela mobiliza realmente as diferentes áreas do conhecimento, habilidades que o aluno ainda está construindo, contribuindo para sua formação, especialmente cidadã.

A partir do uso da metodologia da EP como instrumento de ensino “permite “Desvendar as “cidades” e a história dos sujeitos que viveram e vivem nela, provocando o debate sobre o papel da História, enquanto campo de reflexão sobre o passado, e sua busca de apreensão do sentido sociocultural da Memória”. (FINOKIET, 2012, p.16).

Assim sendo, as escolas públicas devem mobilizar-se não ficando alheias a esse tipo de proposta, atentando para o fato de estudar e valorizar o seu município e região através de uma experiência diferenciada que leva o aluno a construir o seu próprio conhecimento de forma autônoma e responsável. Segundo o IPHAN (2014),

[...] os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (s.p.).

Por fim, a Educação Patrimonial torna-se um meio de fazer com que as futuras gerações reflitam sobre a importância do legado que os seus antepassados construíram, valorizando as memórias históricas que constituem a identidade de seu povo e da sua cultura e influenciam no mundo contemporâneo. Nesse sentido,

[...] a implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 5).

O TRABALHO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTO ÂNGELO

Nos meses de maio e junho de 2015, foram realizadas as pesquisas em sete escolas públicas estaduais e quatro municipais de Santo Ângelo, contabilizando 31 questionários entregues, sendo que deles apenas 18 foram respondidos (10 de 4º ano e 8 de 5º). Em relação às características, a maioria

das escolas estão localizadas na zona urbana, em diversos bairros da cidade, apenas duas instituições encontram-se distanciadas em meio rural.

A fim de facilitar a interpretação dos dados e a realização da análise específica de cada etapa, as respostas das professoras das turmas de 4º e 5º anos foram divididas, sendo apresentadas em subtítulos separados. Objetivando manter sigilo quanto aos nomes das entrevistadas, optou-se por pseudônimos correspondentes à nomeação de flores (Azaléia, Dália, Hortênsia, Jasmim, Margarida, Orquídea, Rosa, Samambaia Tulipa, Violeta). Também, é importante salientar que haviam gráficos ilustrativos na monografia, porém por ser um artigo com número de páginas reduzido, optou-se por não utilizá-los.

PROFESSORAS DE 4º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

No 4º ano, das dez professoras que participaram da pesquisa, todas são do sexo feminino e 30% possuem menos de 40 anos -sendo de 34 para cima-, e outros 70% com mais de 40 anos (até os 49). Somente uma delas é graduada em História, outras quatro possuem habilitação para exercerem o magistério e se formaram posteriormente nos cursos de Pedagogia, Biomedicina, Educação Física e Letras/Inglês. Além disso, apenas uma possui mestrado, quatro com especializações em áreas afins e, outra com ensino superior incompleto. Em relação ao tempo de atuação, 10% tem 29 anos de docência, 20% de 6-10 anos, e 70% de 14 a 20 anos, revelando que a maioria das entrevistadas possuem experiência escolar.

A primeira pergunta do questionário era a seguinte: “Para você, a disciplina de História tem importância na vida do cidadão? Justifique sua resposta”. Todas as professoras afirmaram ser fundamental o estudo da História na vida das pessoas, tendo em vista que ela permite ter o conhecimento de nossas origens enquanto seres humanos, a descendência familiar, quem somos (identidade própria), a história do lugar onde se vive fazendo a comparação e relação do antigo com o atual, e o questionar constante acerca do mundo.

Logo, percebe-se que a História possibilita as crianças e os jovens o reconhecimento de sua humanidade e sua atuação dos homens nos diferentes espaços e tempos. E, mais do que isso, permite a conscientização de que todos somos agentes construtores da sociedade, devendo sermos cidadãos co-responsáveis pelo futuro que queremos, o qual não é determinado. Como aparece na escrita de duas professoras:

Sim, pois possibilita reconhecer-se como ser construtor da sociedade e o que ela representa”; “Sim, pois é uma forma de desenvolver o sujeito cidadão como participante e decisivo para valorizar a sua história e origem. (ROSA; MARGARIDA. Santo Ângelo, Maio/Junho 2015. Questionário concedido a Laís Francine Weyh).

O segundo questionamento versava-se sobre: “Que conteúdos curriculares de História você está trabalhando com seus alunos de 4º e/ou 5º anos?”. Pôde-se observar que 59% trabalham especificamente a história do município de Santo Ângelo. Sendo assim, todas as dez entrevistadas tem como foco no 4º ano a formação, fundação, repovoamento, emancipação da cidade e seus pontos turísticos, monumentos, povos indígenas. Em relação aos Sete Povos das Missões e as reduções jesuítico-guaranis, apenas 17% levam em conta a relevância desse estudo. Uma das professoras, que condiz ao 6%, trabalha a história pessoal dos alunos, e outras 18% ainda incluem outros conteúdos, como é salientado por Tulipa: “*Índios, Sete povos das Missões, sua História, Descobrimto do Brasil, Independência, Proclamação da República, Município, administração pública e, sua história*” (sic). (TULIPA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

A terceira pergunta realizada foi: “Que metodologia você utiliza nas aulas além do livro didático? Utiliza o objeto direto como fonte de pesquisa, que é a Educação Patrimonial ou outros instrumentos para ensino-aprendizagem? Sendo assim, existe uma discussão acerca do patrimônio histórico-cultural da cidade e região das Missões na sua escola? Explique”. Apenas duas professoras utilizam somente o livro didático, exclusivamente do município, como fonte de conhecimento para os alunos, ou seja,

uma forma tradicional de ensino-aprendizagem. No mais, todas as outras oito docentes, buscam diferentes instrumentos para suas aulas.

Além das visitas a museus e sítios arqueológicos, pesquisa na internet a respeito dos imigrantes da região, sua culinária, vestuário, costumes, destacam-se como outros: entrevistas, maquetes, vídeos/filmes, peças de teatro, pinturas, gravuras, textos e a aula prática com a arqueóloga (Dra. Raquel Machado Rech) que naquele período disponibilizava oficinas de Educação Patrimonial denominadas: Jornadas de Arqueologia Missioneira.¹ Em relação à segunda parte da pergunta, a maioria não respondeu e os únicos três que refletiram a respeito, explicitaram que:

[...] Não abordamos o tema “Patrimônio diretamente, mas reconhecemos os prédios históricos e sua importância em nossa história”; “[...] Não ocorre, ao menos nas séries iniciais, uma discussão sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade em nossa escola”; “[...] Sim, valorizando a importância de Santo Ângelo em um contexto histórico cultural, destacando as reduções jesuíticas dos guaranis, destacando que o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões é considerado patrimônio Mundial pela Unesco (ROSA; VIOLETA; MARGARIDA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Neste contexto, percebe-se uma visão de patrimônio somente material, revelado através da escrita sobre o reconhecimento dos prédios históricos, monumentos e sítios históricos. E, como explicita Violeta, nos anos iniciais de sua escola de atuação, não se trabalha sobre o patrimônio histórico-cultural. Mas como ela pode afirmar então que estuda com seus alunos a história de Santo Ângelo sem considerar como patrimônio a Igreja e praça central que foram construídas no local da antiga redução, e os modos de viver dos guaranis que hoje circulam pela cidade e sua cultura é expressamente divulgada pelas mídias? Assim, atesta-se o desconhecimento do que seja patrimônio e, talvez o veja como algo complexo em que não seja possível as crianças apreenderem.

.....
1 Conheça a Cartilha elaborada a partir do Projeto para serem utilizadas como recurso nas escolas: https://www.academia.edu/39569124/Cartilha_Digital_Jornadas_Arqueologia_Missioneira_NArq.

A quarta pergunta era se: “Você já levou os seus alunos para conhecer as Ruínas jesuíticas-guarani da sua cidade ou outros monumentos históricos simbólicos? Caso não, justifique sua resposta. Se sim, a viagem foi planejada, houve preparação?”. Apenas 40% das professoras entrevistadas afirmaram levar sua turma para fazerem um passeio, “tour” pela cidade, conhecer os pontos turísticos mais famosos como museu, estação férrea, Catedral Angelopolitana, Seminário. Além de citar outros locais como São Miguel das Missões, aldeia indígena Koenju ou reserva indígena do Inhacapedum e Santuário do Caaró.

Contudo, outras 40% responderam que não realizaram a viagem, seja por falta de oportunidade, recursos ou por ser um projeto realizado preferencialmente com os 5º anos. Também, 20% estão planejando fazer passeios não tendo data prevista, ou somente após estudarem sobre o conteúdo da visita que farão, ou ainda quando a SMED – Secretaria Municipal de Educação marcar. A questão do planejamento da viagem foi citada apenas por quatro educadoras nas respostas do questionário. Elas salientam que o roteiro é elaborado e estudado com antecedência, necessitando de guia de turismo para explicações locais, bem como um conhecimento prévio que os alunos devem ter adquirido anteriormente sobre o assunto.

Na quinta pergunta questionava-se: “Você já participou ou participa de alguma prática de Educação Patrimonial? Se sim, como (por oficinas, formação continuada, iniciativa própria)? A seu ver, qual a importância da Educação Patrimonial na contemporaneidade?”. Levando em consideração as informações coletadas, a maioria dos professores não participaram de nenhuma proposta de Educação Patrimonial. Isso significa 8 das 10 entrevistadas.

Contudo, grande parte das que responderam “não”, consideram importante haver Educação Patrimonial na contemporaneidade, para que se desencadeie a valorização e preservação da história, cultura e do patrimônio. Outra ainda revela que o professor deveria ter preparo para trabalhar a disciplina de História com seus alunos. Mais depoimentos:

Já participei, e quando tem, faço formação continuada e também por iniciativa própria, leio muito sobre o assunto, do qual gosto muito”. (sic). “Não. É preciso cuidar do que é seu. É importante para a história atual e das gerações futuras, o patrimônio traduz os costumes de determinadas épocas (MARGARIDA; ORQUÍDEA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

O sexto questionamento buscava saber se “Os Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais ofereceram algum incentivo a esse respeito? Justifique sua respostas”. Sobre isso, pode-se constatar que 80% das entrevistadas afirmam não ter sido oferecido qualquer tipo de incentivo para a Educação Patrimonial, alegando falta de interesse na área, outros porque acreditam que o município tem vários programas, mas no Estado é inexistente. Uma entrevistada salientou que o foco está nos 5º anos, onde são propostas atividades diferenciadas. E, outra ainda ressalta a importância de haver especialistas na área para fazer uma explanação na escola sobre o assunto.

Ultimamente, sinto que os incentivos são míseros; pois são lembrados só na semana de aniversário do município e de maneira muito tímida; por falta de conhecimento histórico ou desinteresse dos órgãos públicos envolvidos (MARGARIDA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Das demais 20%, uma alega não saber e a outra afirma que há incentivo quando oportunizam palestras, formações e cursos afins. Contudo, fica clara a pouca valorização dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais quanto às questões históricas, que envolvem a cultura dos povos e buscam aproximar as crianças e jovens do seu passado, a partir de um conhecimento teórico-prático que a Educação Patrimonial traduz.

A sétima pergunta questionava as professoras sobre “Que saberes você considera fundamentais para desenvolver a consciência histórica nos alunos? E, como promover o pensamento crítico acerca da preservação dos nossos bens culturais? Quais os desafios encontrados?”. Diversas foram as respostas coletadas, mas nem todas contemplaram as três indagações solicitadas. Rosa por exemplo, acredita que é

primordial conhecer a própria história, da família até do mundo em que se vive para poder analisar criticamente a contemporaneidade, revelando que nisso a capacitação é pouca. Da mesma forma, Jasmim entende que para trabalhar essa temática é necessário formação dos professores e mais recursos materiais.

Outras comentaram a importância dos alunos conhecerem bem suas raízes, a história do município, das Missões, a luta que os antepassados tiveram que superar para eles preservarem os pontos turísticos. Fundamental que uma explicitou que conhecer o passado é conhecer a si mesmo e só poderemos valorizar aquilo que conhecemos. Também, promover o pensamento crítico através da pesquisa.

Nesse sentido, destaca-se o professor motivado que possui conhecimento histórico, sabe transmitir e despertar a importância de que o patrimônio é o registro da nossa história. Além de ter domínio do fato histórico, suas causas, consequências e influências nos dias atuais.

Gostar, apreciar nossa história conhecendo o mínimo possível o desafio é incutir nas pessoas que o patrimônio é de todos e sendo assim devemos, amar, cuidar e proteger (sic). (HORTÊNSIA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

E, por fim na última indagação havia possibilidade das entrevistadas darem sugestões, fazerem críticas e comentários. Basicamente, solicitaram promover oficinas, pois gostariam de conhecer a respeito da Educação Patrimonial e ter mais materiais, livros sobre o patrimônio municipal. Outra alega que há falta de tempo, que o professor das séries iniciais está sobrecarregado em pensar, procurar material e preparar aulas interagindo com todas as disciplinas.

A falta de incentivo para que os estudantes leiam mais a respeito dos acontecimentos da história do lugar em que nasceram, residem e com isso a comunidade vai perdendo a sua identidade. Esta falta de “educação patrimonial” só vai ser sanada a partir da conscientização das pessoas sobre a importância da preservação dos bens culturais. Por isso, o papel fundamental do professor; Que a história seja contada em diversas versões para que se possa tirar suas conclusões! (MARGARIDA; SAMAMBAIA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

PROFESSORAS DE 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Das oito professoras entrevistadas que atuam no 5º ano do Ensino Fundamental, sete são do sexo feminino e uma não marcou alternativa. Referente a idade, 50% das educadoras possuem mais de 40 anos e 37% menos, até 20 anos. Em relação à formação profissional, quatro das entrevistadas tem graduação em Pedagogia e uma em Letras. Outra tem Curso Normal/Magistério de nível médio, e apenas uma é pós-graduada. Ainda há outra que não respondeu ao questionamento. Em relação ao tempo de atuação das oito professoras, contactou-se um empate estatístico em que 50% possui de 3 a 10 anos de trabalho e outras 50% de 23 a 28 anos. Ou seja, pode-se dizer que encontram-se duas gerações diferentes atuando no 5º ano.

Na primeira pergunta do questionário, do mesmo modo como as professoras de 4º ano, elas acreditam que a disciplina de História é importante na vida do cidadão, seja porque ela representa a relação entre a história da sua vida e o desenvolvimento da sociedade, onde se vive e constrói a identidade, e também, pois é a partir dela que registramos os fatos, além de situar os sujeitos nos acontecimentos históricos, políticos, sociais, culturais que os antecederam. Nessa perspectiva, destacam que os indivíduos precisam conhecer a sua história a fim de compreender melhor o seu presente. Como escreve Azaléia:

[...] é através da disciplina de história que se trabalha a consciência histórica do mundo e das coisas (a evolução), compreendendo o passado histórico, compreendese a situação atual, percebendo o mundo como uma construção (Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

A segunda pergunta, relativa aos conteúdos de História trabalhados no 5º ano, pôde-se verificar que 43% das professoras estão abordando acerca da história do Rio Grande do Sul, sua formação, os primeiros habitantes. Apenas 14% a respeito da história de Santo Ângelo, outros 22% história do Brasil, e ainda 21%, denominado como outros, caracteriza estudos de conteúdos como o Tratado de Tordesilhas, Reduções Jesuíticas, Guerra Guaranítica, continentes e, a história do nascimento de cada um, parte de

um projeto sobre sexualidade, que como a professora salientou, partiu da curiosidade dos alunos.

Das entrevistas realizadas, a resposta à questão número três, seis professoras tem como metodologia a visitação em pontos turísticos, monumentos, patrimônios históricos, reduções jesuítico-guaranis e aspectos do período colonial do município, além do museu e árvore centenária magnólia. Apenas duas revelam que usam livro didático, mas não somente ele como instrumento de ensino-aprendizagem. E, cinco apontam para os recursos audiovisuais, como vídeos, filmes, documentários, mapas, reportagens, fotos, músicas, pesquisa na internet.

Duas respostas sobre essa questão foram explicitadas em outras perguntas, tendo em vista que uma professora escreve que participa das atividades de campo realizada na Praça Pinheiro Machado e outra que por estar iniciando a primeira vez como docente no 5º ano, acredita que deve trabalhar com o concreto, não especificando a metodologia propriamente dita. Das poucas que responderam se existe uma discussão a respeito do patrimônio histórico-cultural na escola, uma disse que sim, afirmando que trouxeram um palestrante realizando mesa redonda sobre o assunto. E, outra explicitou que a discussão é normal quando se estuda o tema.

Na pergunta quatro do questionário referente a realização de visitas às ruínas jesuítico-guaranis da região ou demais monumentos históricos, ao contrário das estatísticas no 4º ano, todas as entrevistadas afirmaram terem visitado ou já feito um passeio com as turmas. Importante também, que elas ressaltaram a preparação, o planejamento anterior à visitação, com estudo prévio. Além disso, após realizar o passeio, elas programam um seminário com a turma, contextualizando os saberes, efetivando uma ligação com o que foi apreendidos com o conteúdo desenvolvido em sala de aula, permitindo o questionamento e a participação ativa dos estudantes.

Contudo, uma das professoras escreveu que ao estudar com os alunos sobre o centro histórico da cidade, na maioria das vezes não há essa relação do que foi observado com os estudos coletivos em classe. Nesse sentido, há de se questionar de que forma a professora trabalha o

conteúdo, para não promover a interrelação dos conceitos, fatos históricos àquilo que os alunos veem nos passeios? Contraditório!

O quinto questionamento versava sobre a participação das professoras em práticas de Educação Patrimonial. Constatou-se que quatro docentes já participaram de alguma forma de EP, especialmente oficinas, em que os alunos demonstraram muito interesse, como Dália explicita:

Já participei da oficina oferecida pelo núcleo de Arqueologia de Santo Ângelo no Centro Histórico. Acredito ser de grande valia a participação, pois enriquece o conteúdo e a vivência e sala de aula, resgatando no aluno o real sentido da linearidade espaço-tempo que o ensino de história requer (Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Enquanto outras quatro não participaram, mas consideram relevante práticas assim que as auxiliam enquanto docentes. Acreditam que a Educação Patrimonial é importante para que haja a consciência histórica e valorização da cultura, conservando para que as outras gerações tomem conhecimento de suas raízes.

Na questão de número seis, a respeito dos órgãos públicos destinados a oferecer algum incentivo para propostas Educação Patrimonial, das oito entrevistadas, sete responderam que não possuem, há pouca iniciativa, acreditam que não tem a cultura de valorização histórica concreta apesar de conviverem diariamente numa cidade turística. Outras ainda, por desconhecimento, acreditam que a prefeitura municipal não oferece mais as oficinas no Núcleo de Arqueologia. Apenas duas revelam que recebem incentivo, inclusive de que os órgãos municipais por vezes promovem visitas com exposições diferenciadas nos museus da cidade. E, uma preferiu não se manifestar.

Na pergunta sete, sobre os saberes que consideram fundamentais para desenvolver a consciência histórica, promover o pensamento crítico acerca da preservação dos bens culturais e os desafios encontrados, as sete professoras – pois uma não respondeu – acreditam que é necessário primeiramente que o aluno conheça seu espaço, sua história, resgatando a cultura

do meio em que vivem. O estudo do fato histórico, pois é conhecendo que irá se valorizar. Para isso, é preciso desenvolver debates acerca dos valores, da memória histórica, para que os alunos reflitam e colaborem com suas ideias.

São fundamentais para desenvolver a consciência histórica nos alunos, o resgate histórico dos acontecimentos que pautaram a passagem o tempo dos lugares e pessoas. As vivências cotidianas, através de leituras, projetos, imagens, elementos culturais dos lugares em questão são pré-requisitos essenciais para desenvolvimento crítico dos alunos e formação de opinião. Os desafios são constantes, principalmente no que tange à preservação da história dos povos e lugares, principalmente em meio ao universo das mídias e a utilização adequada desses elementos aos estudos acadêmicos (DÁLIA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Mais do que isso, é importante a reflexão que Azaléia escreveu:

Consciência histórica através do entendimento e conhecimento das diferenças, semelhanças e evolução do ontem e do hoje, entendendo a ideia de construção e participação dos atores sociais. Incentivar a preservação através da consciência de que são partes de nossa história. Os desafios estão na escassez de materiais produzidos sobre a nossa história, escassez de materiais de divulgação, imagens, textos (Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

A última pergunta que trazia um espaço para as entrevistadas surgirem, criticarem e comentarem, das professoras que responderam, citou-se que faz-se necessário o recebimento de incentivos dos órgãos públicos para esses estudos, o aprofundamento de pesquisas em nossa região jesuítica, não trabalhando a história de outros países e repensar a maneira como é encarado o conteúdo curricular, em que a escola deva ajudar para uma mudança efetiva. Também, revelou-se a preocupação quanto ao desinteresse das pessoas em serem professores de História, mostrando os efeitos da crise pela falta de candidatos, desejando que a realidade mude.

CONCLUSÃO

Ao concluir essa pesquisa, algumas das hipóteses iniciais a respeito da temática se confirmaram, como a falta de incentivo e apoio dos órgãos públicos em relação às práticas educativas – Educação Patrimonial –

que visam levar o educando ao entendimento do passado histórico-cultural da sua cidade, bem como a falta de formação para professores sobre o assunto.

Contudo, percebe-se também, que a maioria dos professores apesar de reconhecerem a importância de iniciativas que levem à conscientização sobre o patrimônio local, não se mobilizam para solicitar mais recursos na área de História e turismo, “esperando” para que a solução venha a aparecer. E nesse sentido, a idade e o tempo de atuação não significam nada, é a vontade de buscar saídas que modifica a situação.

Ao contrário das outras cidades históricas que abrigavam as reduções, em Santo Ângelo possui uma proposta de Educação Patrimonial no Núcleo de Arqueologia juntamente com o Museu Municipal, oferecendo para as escolas uma experiência de complementação dos estudos diferenciada. Mas os desafios continuam e novas iniciativas podem surgir, especialmente nos próprios centros históricos, nas ruínas das antigas reduções jesuítico-guarani no momento de visitação, em que profissionais possam desenvolver um trabalho explicativo sobre o passado vivenciado naquele espaço.

Outra hipótese foi desconstruída, no sentido de que se acreditava que um número significativo de professoras ainda utiliza metodologias tradicionais no ensino da História, sendo que os gráficos confirmaram a presença de outros instrumentos de aprendizagem, aliando inclusive a tecnologia.

Neste contexto, revela-se a importância da Educação Patrimonial, do seu papel transformador, enquanto visão de mundo que propicia o contato das crianças com o objeto direto de conhecimento, mostrando uma História real, de um passado que as antecedeu e necessitam preservar. Logo, ao transpor os muros da sala de aula, indo em espaços diferenciados para pesquisar, os professores como mediadores, dão a oportunidade de os educandos formularem ideias, tentarem descobrir as respostas das suas dúvidas, socializarem coletivamente com os colegas o que apreendem pelos sentidos, ou seja, tornarem-se autônomos, construtores do conhecimento.

Nesse sentido, deseja-se que o ensino de História seja repensado de forma a possibilitar essa interação, desenvolvendo competências e habilidades nos alunos, fazendo-os ter uma visão contextualizada, crítica da sociedade,

enquanto cidadãos capazes de agir, reconhecer seu lugar no mundo e realizar mudanças. Portanto, o currículo escolar precisa ser condizente com os objetivos de ensino propostos na contemporaneidade, em que a interdisciplinaridade, a multiculturalidade tornam-se princípios e pilares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

FINOKIET, Bedati Aparecida. **Educação patrimonial, história e memória.** Santo Ângelo: FuRI, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos, 2014.

RECH, Raquel Machado; ZIMMERMANN, Leandro da Silva; LUZ, Eduardo de Lima da; WEYH, Laís Francine. **Cartilha Digital do Projeto de Educação Patrimonial** “Jornadas de Arqueologia Missioneira”. NArq – MMJOM/ FAPERGS, 2015.

ST 07
HISTÓRIA DO ESPORTE E DAS
PRÁTICAS LÚDICAS

COORDENAÇÃO

JOÃO MANUEL CASQUINHA MALAIA DOS SANTOS (UFSM)

TASSIANE MÉLO DE FREITAS (UFSM)

OS DIRIGENTES DE FUTEBOL DE CAXIAS DO SUL ATRAVÉS DE DEPOIMENTOS ORAIS: CAMINHO METODOLÓGICO E RESULTADOS PRÉVIOS

DEIVID DA SILVA FERREIRA
MESTRANDO EM HISTÓRIA/UNISINOS, BOLSISTA CNPQ
DEVIDSFERREIRA95@GMAIL.COM

Global e globalizado, o futebol é a modalidade esportiva mais difundida no planeta. Praticado e assistido por milhões de pessoas, esse esporte é um fenômeno cultural importante desde fins do século XIX, quando teve suas regras organizadas na Inglaterra e foi, graças à expansão ultramarina desse país europeu (e, obviamente, à expansão capitalista), levado para outros continentes, notadamente a América do Sul. Potência futebolística desde as primeiras décadas do século XX, é praticamente impossível falarmos sobre os últimos cem anos do nosso continente sem alguma referência, por mais breve que seja, ao ‘esporte bretão’.

Popularizado e profissionalizado nas primeiras décadas do século XX, o futebol despertou o interesse sistemático das ciências humanas em nosso país apenas nos últimos decênios desse século. Não é mais possível, porém, falarmos em uma completa lacuna acadêmica, em um vazio de produções científicas acerca do tema: artigos, dossiês de revistas, teses e dissertações que abordam o esporte, notadamente o futebol, são facilmente encontráveis, principalmente nos repositórios digitais das principais

universidades do país. O interesse acadêmico pelo futebol é fruto de questões como mudanças paradigmáticas dentro das Ciências Humanas e diálogos interdisciplinares, tendo em vista que a introdução da temática se deu primeiramente nas Ciências Sociais, notadamente na Sociologia e na Antropologia (RIBEIRO, 2007, p. 19). Pesquisas executadas por cientistas dessas áreas são leituras fundamentais para historiadores do futebol, visto que o interesse dos profissionais da História pelo assunto se deu tardiamente em relação a outras disciplinas próximas. Outra questão importante para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas sobre o futebol foi a criação de cursos de pós-graduação no país a partir da década de 1970, gerando teses e dissertações com pesquisas de maior fôlego sobre o tema e importantes descobertas empíricas.

Ao analisar a produção sobre o assunto nas décadas de 1990 e de 2000, Sérgio Settani Giglio e Enrico Spaggiari (2010) citam diversos temas e recortes pesquisados nesse período, o qual assistiu uma plena expansão do interesse das Ciências Humanas sobre o futebol:

[...] a inserção e a participação dos negros no futebol; as relações entre futebol e identidade nacional; discussões sobre estilos e escolas de futebol, principalmente de um “jogar à brasileira”, mais conhecido como “futebol-arte”; a circulação de jogadores brasileiros no futebol internacional; a formação de jovens jogadores em escolinhas de futebol e categorias de base; etc. Dentre os principais temas, as pesquisas sobre torcidas organizadas, muito influenciadas pela proliferação de conflitos e casos de violência nos estádios no começo da década de 1990, tiveram um impacto decisivo dentro do processo de ampliação do cenário de estudos sobre esportes no Brasil (GIGLIO; SPAGGIARI, 2010, p. 296).

Podemos perceber a ausência de um tema específico nessa listagem dos autores citados: os estudos focados nos dirigentes de futebol. Em nossa busca por trabalhos relevantes dentro dessa temática na academia brasileira, encontramos somente dois trabalhos dignos de nota: a dissertação de mestrado de Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto Rocha (2013), intitulada “A outra razão: os presidentes de futebol entre práticas e representações”, defendida no ano de 2013 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, e a tese de doutorado de Matias Godio

(2010), intitulada ““Somos hombres de platea”: a sociedade dos dirigentes e as formas experimentais do poder e da política no futebol profissional na Argentina”, defendida no ano de 2010 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

São poucas, também, as pesquisas acadêmicas que têm como objeto o futebol profissional caxiense. As dissertações de mestrado disponíveis foram desenvolvidas em programas de pós-graduação em Educação Física¹. Outras áreas do estado já foram objeto de pesquisas mais frequentes em História, como as cidades de Porto Alegre, São Leopoldo e Pelotas.

Considerando essas questões, decidimos por desenvolver nossa pesquisa de mestrado visando analisar os grupos dirigentes dos clubes de futebol profissional de Caxias do Sul, a Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul, fundada em 10 de abril de 1935 sob a denominação de Grêmio Sportivo Flamengo, e o Esporte Clube Juventude, fundado em 29 de junho de 1913. Neste artigo, buscamos demonstrar os caminhos metodológicos da pesquisa em desenvolvimento e, dentro do possível, alguns resultados preliminares. Quem são esses dirigentes? Como eles chegam a esses cargos direnciais? Quais seus interesses e motivações ao assumirem cargos direnciais em clubes de futebol profissional? Como são suas trajetórias enquanto dirigentes? São essas algumas das perguntas que guiam esse trabalho e as quais buscaremos responder ao longo de nossa dissertação.

Do ponto de vista teórico, um conceito importante dentro da nossa pesquisa é o de elites, dentro do qual Matias Godio insere os dirigentes de futebol. John Scott (2006) afirma que o termo é utilizado para referir-se aos grupos e pessoas que ocupam posições privilegiadas dentro da estrutura social, sendo assim um termo amplo, abarcando aquelas pessoas que

.....
1 Cf. CRUZ, Priscila Postali. **Siamo tutti buoni gente: do Grêmio Esportivo Flamengo à Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul**. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. ROSE, Regina Celi Fonticilha de. **A influência da imigração italiana no desenvolvimento do esporte no Estado do Rio Grande do Sul**. 1996. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

possuem determinados privilégios, são influentes e dispõem de alguma forma de poder sobre outros grupos e pessoas. O termo é, assim, consideravelmente impreciso, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (SCOTT *apud* HEINZ, 2006, p. 7). Essa imprecisão, entretanto, não configura necessariamente um empecilho para a pesquisa histórica, tal como afirma o autor a seguir.

A noção de elite, pouco clara e seguidamente criticada por sua imprecisão, diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. Se, em outros momentos, sua imprecisão conceitual pôde ser percebida como uma deficiência por cientistas sociais e historiadores ciosos em dotar suas análises de “consistência científica”, esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo em que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção (HEINZ, 2006, p. 7-8).

Dessa forma, a noção de elite, com sua considerável amplitude, mostra-se apropriada para abordar o grupo de pessoas que teremos como objeto de pesquisa, já que este não se limita somente às características econômicas, mas também sociais: não somente empresários dos ramos industrial e comercial podem ser considerados como membros das elites na Caxias do Sul de meados do século XX. Advogados e médicos, por exemplo, também possuíam influência e privilégios sociais, algo demonstrado pelas notícias publicadas nos jornais da cidade que divulgavam formaturas de cursos superiores e a presença de caxienses nas turmas de formandos em medicina de universidades de outras cidades, como Porto Alegre. São pessoas como essas que constatamos serem atuantes dentro das direções dos clubes de futebol caxienses². Porém, além dessas características, o próprio pertencimento à

.....
2 Por mais que profissionais liberais e empresários sejam majoritários entre aqueles que ocuparam o cargo de presidente nos dois clubes, há exceções, onde a presidência foi ocupada por pessoas que eram funcionárias em empresas da cidade.

dirigência de um clube de futebol pode ser considerado um critério para inserir o sujeito na categoria elite, tendo em vista que são essas as pessoas que detêm o poder localmente no sistema futebolístico, comandando as instituições das quais fazem parte.

Valendo-nos aqui de termos cunhados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, nosso objetivo é analisar a estruturação dessa parte do campo esportivo dentro de um espaço limitado temporal e espacialmente. Considerando o contexto da cidade de Caxias do Sul, buscaremos compreender como funciona esse jogo pelo poder dentro do campo esportivo caxiense, prestando especial atenção às disputas por capitais entre esses dirigentes e de que forma capitais de outros campos têm impacto nesse campo dirigençial, que consideramos uma espécie de subcampo do campo esportivo. Uma análise prévia sobre nossos personagens, considerando o conhecimento atual que temos sobre eles, nos leva a crer na hipótese que seus capitais sociais e econômicos têm forte impacto nas disputas e acesso ao poder dentro dos clubes.

Parece válido explorar melhor, aqui, os conceitos de campo e de capital, já que são conceitos importantes para nossa pesquisa. Rosa Maris Rosado (2009) coloca o campo como um espaço onde grupos, instituições e pessoas tomam posições distintas, tendo em vista que possuem propriedades e qualidades distribuídas desigualmente. Citando as palavras de Bourdieu, “campo é um jogo no qual as próprias regras estão em jogo” (BOURDIEU, 1996, p. 29). Chama a atenção que os campos não são totalmente autônomos, possuindo graus variados de autonomia e apresentando regras próprias de organização e hierarquização, com base nos seus capitais internos, interesses, estratégias e disputas.

O capital, por sua vez, diz respeito às propriedades que atuam dentro do campo. É a posse de capital que define a posição do sujeito dentro do campo no qual ele está inserido. Existem diversos tipos de capital, como o econômico, o cultural, o social e o simbólico. O econômico está relacionado à posse de bens e dinheiro, no sentido dado pela ciência econômica. O capital cultural é um “conceito que explicita um tipo de capital, um

novo recurso social, fonte de distinção e poder em sociedades em que a posse deste recurso é privilégio de poucos” (BOURDIEU, 1996, p. 32). Já o capital social é o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 67). O simbólico, por sua vez, está relacionado a prestígio, fama e reputação, podendo assumir as formas de outros tipos de capital, caso seja objeto de reconhecimento e valorização dentro do seu respectivo campo (DARBILLY; KNOPP; VIEIRA, 2009, p. 24). Os capitais social, econômico e simbólico parecem ser, até o momento, os de maior peso para um sujeito tornar-se dirigente de um clube de futebol caxiense.

O campo é, dessa perspectiva um *locus* de luta pela conservação ou subversão na distribuição do capital legitimado por cada campo. Assim, entende-se que os capitais tem seu valor dentro dos limites de cada campo e só podem ser convertidos em outra espécie de capital em circunstâncias específicas (TRIGO, 1998, p. 49).

Dessa forma, quais capitais estão em jogo dentro desse campo dirigente? De que forma esses capitais econômicos e sociais são convertidos a fim de terem valor dentro do campo esportivo?

Ao refletir sobre a importância dos capitais e das relações internas do campo, a análise e compreensão dos processos de recrutamento dos dirigentes torna-se fundamental dentro de nosso trabalho. Odaci Luiz Coradini (1997) investiga essa temática, tendo como foco o recrutamento da elite médica gaúcha no século XX e as mudanças na composição social dos membros dessa classe profissional. Para delimitar essa elite regional, o autor recorreu à obra *Panteão médico rio-grandense*, por ele descrita como “a mais importante publicação coletiva de autoconsagração dessa elite” (CORADINI, 1997, p. 266), tendo tomado como documentação de análise os arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que possui o mais antigo e, segundo o autor, principal curso de Medicina do estado, responsável por formar a maior parte dessa elite. Para analisar o processo

de recrutamento, Coradini observa alguns elementos, visando determinar quais os capitais sociais necessários para fazer parte dessa elite. Entre os critérios analisados, o pesquisador selecionou as origens sociais, principalmente a profissão paterna, e as trajetórias escolares, ou seja, as instituições de formação anteriores à entrada na universidade. Coradini percebeu que os recursos necessários para a ascensão à posição de elite são majoritariamente externos à profissão durante o processo de institucionalização da medicina do estado. Atuação político-partidária, cargos na burocracia do Estado e das organizações de representação da classe, atuação como professor da Faculdade de Medicina, participações nas instituições culturais e reconhecimento adquirido no exercício da clínica são os elementos compreendidos como importantes para o indivíduo ascender à posição de elite (CORADINI, 1997, p. 270).

Podemos perceber, dessa forma, elementos que podem contribuir em nossa análise, tendo em vista que não há uma institucionalização efetiva do cargo de dirigente de um clube de futebol. A dirigência não é uma profissão³. Devemos analisar, portanto, quais são os capitais passíveis de ser convertidos, a fim de uma ascensão a um cargo dirigençial nas agremiações futebolísticas de Caxias do Sul. As redes de reciprocidade são fundamentais em nossa análise. Coradini também dá ênfase a elas, ao demonstrar que estas foram frequentemente acionadas pelos médicos do período estudado pelo autor, especialmente em “situações iniciáticas ou de ruptura [...], naqueles momentos da trajetória em que são necessárias reorientações de investimentos ou mesmo reconversões, tendo em vista o ingresso numa nova situação social e institucional” (CORADINI, 1997, p. 273). Para o ingresso como dirigente nos clubes caxienses, nos parece fundamental, até o momento, o acionamento dessas redes de reciprocidade. Será analisado, ao longo da dissertação, como se estabelecem essas relações, de que forma elas são acionadas e sob quais condições.

.....
3 Tendo em conta que os cargos diretivos nos clubes de Caxias do Sul não são, ainda hoje, remunerados, e que essas pessoas têm suas profissões e negócios externamente, os quais são, inclusive, relevantes para o acesso aos cargos dentro dos clubes.

Os dirigentes, além de formarem uma elite pelos próprios cargos que exercem, parecem ser majoritariamente oriundos das classes mais abastadas da sociedade caxiense. Esse elemento não é uma exclusividade do município da Serra. Luiz Demétrio Janz Laibida (2015) demonstra como o campo futebolístico paranaense está atrelado, ao longo de toda sua história, à “elite econômica, política e cultural do Estado” (LAIBIDA, 2015, p. 149). Investigando os fundadores e dirigentes relevantes dos principais clubes profissionais do Paraná desde o início no século XX, ele demonstra como os extratos dominantes da sociedade paranaense controlam o futebol regional. Cabe analisar, em nosso caso, quais são as formas de inserção das elites caxienses nos clubes da cidade.

Como fontes para trabalho na dissertação, lançaremos mão, principalmente, de um conjunto de entrevistas orais realizadas junto a ex-presidentes do Esporte Clube Juventude, do Grêmio Esportivo Flamengo, da Associação Caxias de Futebol e da Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul, selecionados aqueles que atuaram e, principalmente, presidiram os clubes entre os anos de 1970 e 1989. Essas entrevistas estão atualmente em produção. Além desses ex-presidentes, outros altos dirigentes com atuação durante o período do nosso recorte temporal também podem vir a ser entrevistados posteriormente, dependendo da necessidade e da nossa disponibilidade de tempo, considerando os prazos disponíveis. Ressaltamos, aqui, que nosso objetivo é modesto: não pretendemos escrever uma história oral dos dirigentes dos clubes caxienses. Nosso objetivo é tão somente utilizar as entrevistas orais como um recurso, como uma fonte, a principal delas, para o desenvolvimento do nosso trabalho. Obviamente, porém, elementos da metodologia da história oral guiarão nosso trabalho, pois são adequados às fontes das quais lançaremos mão⁴.

.....
4 Além dessas entrevistas, nos utilizamos também da imprensa caxiense do período e de obras que temos disponíveis sobre a história dos clubes de futebol que temos como objeto, as quais serão tomadas como fontes, sendo analisados seus discursos, suas construções e, também, as suas finalidades, tendo em vista que são obras que podem ser consideradas como a história oficial dos clubes. A análise desses livros foi desenvolvida no primeiro capítulo da dissertação. Vale ressaltar aqui que os mais recentes deles foram obtidos junto aos próprios clubes, que inclusive vendem essas obras em suas lojas de produtos oficiais, localizadas junto aos respectivos estádios.

As fontes orais serão tomadas visando analisar a história a partir da experiência daqueles que a viveram. Nosso objetivo não é buscar um repositório de fatos, mas, sim, compreender os processos a partir das experiências, entender os meandros da direção de um clube de futebol a partir do vivido, do relato privilegiado dos atores históricos. Essas fontes são fundamentais para o estudo da chamada história do tempo presente⁵. A partir de depoimentos orais, é possível obter dados e informações que documentos escritos não possuem (MATOS; SENNA, 2011, p. 101). Além disso, seu estudo revela crenças, imaginários, intenções, enfim, proporciona uma vivacidade à pesquisa que é um aspecto particular desse tipo de fonte. Sua principal característica é estar intimamente ligada à memória, tanto individual como coletiva, o que permite desnudar a história inclusive dos grupos que foram por muito tempo marginalizados pela historiografia acadêmica. O uso de fontes orais na pesquisa histórica é recente, fortalecendo-se a partir da década de 1980, com o “retorno” do político e a revalorização do papel do sujeito no estudo da história (FERREIRA, 2002, p. 324).

Outra particularidade da metodologia da história oral é a geração de documentos, os quais possuem a singular característica de serem fruto de um diálogo entre o sujeito/entrevistador e seu objeto de estudo/entrevistado. Dessa forma, não há um distanciamento objetivo e rígido entre ambos, de forma que a subjetividade, as emoções e o cotidiano do entrevistado estão presentes na prática histórica (FERREIRA, 2012, p. 171-172). Além disso, por serem o resultado do relato de memórias, as fontes orais caracterizam-se por serem fontes narrativas, de forma que a construção e a organização do discurso tornam-se objetos de estudo valorizados pelo historiador (FERREIRA, 2012, p. 172).

A memória não é algo estático, imóvel, que não sofre alterações. A memória é seletiva e, mesmo quando individual, está intimamente ligada à memória coletiva (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

.....
5 Sobre os debates acerca da história do tempo presente, cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

“A memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração” (FERREIRA, 2012, p. 175). Isso ocorre também em relação a clubes de futebol: o processo de fundação, os ídolos do passado e os jogos marcantes sempre são rememorados tanto pela torcida quanto pela mídia, geralmente de forma romantizada, mesmo quando poucas pessoas ainda vivas estiveram presentes como testemunhas.

Márcia Maria Menendes Motta (2012), ao abordar as relações entre a memória e a história do tempo presente, ressalta que a memória é produzida a partir de lembranças vagas, contraditórias e sem uma crítica das fontes que a produzem. Essas lembranças são retiradas do passado a partir de demandas do próprio presente, de forma que a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA *apud* MOTTA, 2012, p. 25). Dessa forma, deve-se ter atenção e cuidado com o contexto no qual essa memória está sendo relatada, seja por meio oral ou escrito, já que é esse contexto que dará sentido à memória construída. Além disso, o poder social do grupo que detém a memória coletiva também deve ser considerado, já que as forças sociais do presente também influenciam na forma como lembramos do passado (FERREIRA, 2012, p. 175).

A memória também é um importante meio para a construção da identidade de um grupo, o que também ocorre em relação aos clubes de futebol. Chama a atenção o fato de não somente os grandes atletas do passado terem seus nomes marcados na história oficializada por um clube; os grandes dirigentes também acabam ficando na memória coletiva compartilhada entre os torcedores. Podemos dar dois exemplos dentro de nosso objeto de estudo: os presidentes Francisco Stédile, do Caxias, e Alfredo Jaconi, do Juventude. Ambos possuem grande importância para a memória desses clubes, de forma que o estádio de cada agremiação possui oficialmente o nome do referido presidente.

Outro elemento importante a ser pontuado sobre a memória é o fato dela ser construída não apenas por lembranças, mas também pelos esquecimentos, já que uma memória é formada a partir de fatos selecionados e retirados do passado. Esses processos de esquecimento ou lembrança

não são escolhas somente individuais, mas também coletivas (MOTTA, 2012, p. 28). Vale ressaltar que esses esquecimentos são necessários, já que “sem o esquecimento, a memória humana é impossível” (MENEZES *apud* MOTTA, 2012, p. 28).

Nesse momento, acreditamos ser relevante explicar os passos metodológicos até o momento adotados e os procedimentos já ocorridos em nossa pesquisa. Tomo a liberdade para adotar a escrita em primeira pessoa, tendo em vista que o processo aqui relatado envolve a minha atuação pessoal como pesquisador e o contato direto com os depoentes e intermediários. Desde o início do mestrado, minha ideia era trabalhar com depoimentos orais recolhidos junto a dirigentes dos clubes caxienses. Tendo esse objetivo em vista, busquei contato com alguns deles já na elaboração do projeto de dissertação, no final de 2017.

Esse contato foi feito por meio de algumas pessoas, as quais são fundamentais para o andamento dessa pesquisa. O primeiro deles é o escritor Gustavo Côrtes, autor de diversos livros sobre a história do Caxias e do Juventude. Foi ele quem primeiro me passou os telefones de alguns dos dirigentes, sendo facilitado o contato com outra pessoa que, além de depoente, é fundamental para o acesso a outros entrevistados: Alfredo Sehbe, presidente do Juventude no ano de 1978. Fui muito bem recebido por Sehbe, que, além de estar aberto à entrevista, já realizada, disponibilizou os telefones de outros ex-presidentes do Juventude que pretendemos entrevistar ou já entrevistamos: João Fasoli, presidente em 1970 e 1979; Milton Machado, presidente em 1971; Carlito Chies, presidente em 1977, 1983 e 1996-1997; Adelar Santarém, presidente em 1980; Sérgio Tomazzoni, presidente em 1987; e Paulo Zugno, presidente em 1989. O contato de Gilson Tonet, presidente em 1986, foi disponibilizado por Tomazzoni, após a entrevista. É importante ressaltar que Sehbe chegou a ser coordenador⁶ do Conselho Consultivo do Esporte Clube Juventude,

.....
6 O termo “coordenador” é utilizado no estatuto social do Esporte Clube Juventude, de 2019, disponível no site do clube. Alfredo Sehbe afirma ter sido o autor da mudança, já que o ocupante do cargo era anteriormente denominado “presidente”. Segundo Sehbe: “eu não aceitei o termo presidente. Presidente dos ex-presidentes [...], não existe cacique de cacique. [...] Então, eu mudei o termo para coordenador”.

formado pelos ex-presidentes da instituição. Por meio de Côrtes, também tive contato com Vicente Gallicchio, vice-presidente do Juventude em 1971 e chefe do Departamento Médico do Caxias em 1976, o qual foi defensor da fusão entre os clubes ocorrida na década⁷ e atuante na Associação Caxias de Futebol, nome também já entrevistado.

Fundamental para o acesso aos ex-presidentes do Caxias foi Jorge Roth, funcionário do Clube Grená. Através de Roth consegui os contatos de Gastão de Oliveira, presidente do Flamengo entre 1968 e 1971; Vigílio Battisti, presidente do Flamengo em 1971 e 1972; Milton Sérgio Bertelli, presidente do Flamengo em 1974; Mário Ruaro de Meneghi, presidente do Caxias em 1987 e Cláudio Eberle, presidente da Associação Caxias em 1972-1973. Oliveira, Bertelli e Meneghi já foram entrevistados. Também foi entrevistado Renato Domingos Zuco, presidente do Caxias em 1981⁸. Ressaltamos aqui que o recorte temporal, aliás, foi definido por questões metodológicas, pois me pareceu um período adequado para ser trabalhado durante o mestrado, e pelas profundas mudanças ocorridas durante esse momento histórico do futebol de Caxias do Sul, onde ocorre uma fusão entre os dois clubes, incentivada pelas classes empresariais da cidade, e o fim da fusão nos lega duas das principais estruturas esportivas do interior do Rio Grande do Sul, ocasionando, inclusive, a mudança de nome de um dos clubes.

Voltando aos nossos depoentes, alguns contatos foram feitos no final de 2017, visando analisar a viabilidade da pesquisa. Entre as sete pessoas contatadas, seis concordaram em ceder seus depoimentos e uma estava em viagem. Esses contatos acabaram por ser retomados nesse ano de 2019,

.....
7 A Associação Caxias de Futebol, fusão entre os departamentos de futebol de Flamengo e Juventude, existiu entre 1972 e 1975. Com a construção do atual Estádio Alfredo Jaconi, o Juventude se retirou ainda em 1975, de forma que, no final desse ano, a Associação foi desativada e o Grêmio Esportivo Flamengo retornou ao futebol profissional, já sob o nome atual. Vale ressaltar que a fusão foi somente entre os departamentos de futebol, de forma que existiram, durante esse período, três clubes distintos: Flamengo, Juventude e Associação, estando os dois primeiros licenciados do futebol profissional. A Associação foi formada devido a graves dificuldades financeiras enfrentadas pelas duas agremiações no período.

8 O contato de Renato Zuco foi conseguido através do site de seu escritório de advocacia.

tendo em vista que 2018 foi o ano do cumprimento de créditos obrigatórios do mestrado. Decidi contatar, primeiramente, um dos que mais me pareceram receptivos quando dos primeiros telefonemas: Alfredo Sehbe. A reação dele à nova ligação acabou por ser até surpreendente: prontamente se disponibilizou a me levar ao estádio Alfredo Jaconi para conhecer o museu do clube, localizado debaixo das arquibancadas, além de me permitir o acesso aos setores administrativos do estádio.

A entrevista ocorreu na mesma semana do contato, no salão de festas do prédio onde mora, em Caxias do Sul. Com Milton Bertelli e Vicente Gallicchio, receptividade semelhante: as entrevistas ocorreram na mesma semana do contato telefônico⁹. O primeiro me atendeu em seu consultório médico e o segundo me recebeu em seu apartamento, ambos localizados em Caxias do Sul. A impressão que ficou foi de um orgulho dos depoentes em relação ao seu passado e, também, a vontade de deixar esses depoimentos para a 'posteridade'. Ficou visível, para mim, que minha posição de pesquisador abriu as portas para as entrevistas, algo declarado por Gallicchio quando de nossa conversa. O entusiasmo de alguns dos depoentes em relação à pesquisa é notório e dá um positivo sinal para o andamento do estudo.

Nessas entrevistas, podemos perceber alguns elementos que perpassam os processos de recrutamento e as trajetórias desses dirigentes. Entre eles, há questões como o pertencimento clubístico familiar, o contato profissional com pessoas pertencentes aos clubes e a importância da profissão na atuação dentro da agremiação. Esses elementos, obviamente, não aparecem uniformemente em todas as entrevistas, mas são indicativos dos processos utilizados por essas pessoas para acessar a direção dos clubes.

Um exemplo de relação familiar é perceptível no relato de Alfredo Sehbe. Descendente de imigrantes libaneses, Sehbe presidiu o Juventude no ano de 1978 e possui raízes no clube alviverde.

.....
9 Todas as outras entrevistas foram realizadas nos escritórios dos depoentes, exceto a de Gastão de Oliveira, feita em uma sala de aula do Bloco H da Universidade de Caxias do Sul. É notório o fato de todos os depoentes que estão em atividade profissional terem escolhido seus locais de trabalho para a gravação de seus depoimentos. Excetuando Bertelli, que é médico, os outros são proprietários das empresas ou escritórios onde ocorreram as gravações.

[...] em primeiro lugar, a relação com o clube, minha, nasce de família... porque eu tive um tio meu, de nome americano... de nome Alfred, tá, que até serviu como logotipo de uma marca de produtos que nós produzimos durante 75 anos nas empresas Kalil Sehbe, que era meu avô... e o Alfred, por volta de 1944, 45, que ele participou do Esporte Clube Juventude [...] a partir daí... toda a família nossa sempre teve um vínculo com o Esporte Clube Juventude, inicialmente esse vínculo, principalmente, ocorreu em 1950, quando o meu pai, Miguel Sehbe, foi presidente do Recreio da Juventude¹⁰ [...] ele construiu a sede social onde se encontra ali na Pinheiro Machado.

De forma semelhante relata Mário Ruaro De Meneghi, que afirma ser “filho de um dos fundadores do Ruy Barbosa, que precedeu o Grêmio Esportivo Flamengo”. Dessa forma, podemos perceber que, para alguns dos depoentes, a família é elemento chave dentro do pertencimento clubístico, tendo em vista o fato desses trechos serem iniciais em seus relatos. Outro elemento, porém, que podemos também perceber como importante dentro dessas trajetórias e para tornar-se dirigente de um clube de futebol caxiense é a profissão, conforme o relato de Milton Bertelli.

Bom, a minha relação com o clube data desde a época que eu jogava nos juvenis do Flamengo [...] mudei de Caxias, fui frequentar a universidade e joguei algumas partidas no time principal do Flamengo, amistosas... daí eu fui pra Santa Maria, lá joguei no Inter de Santa Maria um ano, depois, então, continuei meus estudos, sempre ligado ao Flamengo, como torcedor e, obviamente, quando voltei... dos estudos, da minha formação, a primeira coisa foi me... novamente me integrar dentro do clube, porque sempre gostei muito de futebol. E, como era médico, fui ser médico do clube, que na época era o Flamengo.

Ressaltamos que a análise das fontes ainda está em curso, mas já é possível depreender algumas questões importantes para nosso estudo. A raiz familiar dentro do clube, por exemplo, não está presente em todos os depoimentos. Porém, quando está, ela é mostrada como um trunfo, como uma legitimação do dirigente para o seu cargo e sua posição dentro da história do clube. A profissão, por sua vez, diz muito mais sobre os princípios

.....
10 Clube social fundado em 28 de dezembro de 1912, dentro do qual surge o Esporte Clube Juventude, no ano seguinte.

e foco de trabalho do dirigente, já que as diversas áreas internas do clube demandam profissionais específicos: advogados ingressam, obviamente, na área jurídica, como é o caso de Renato Zuco. Administradores e contadores atuam no clube dentro do departamento financeiro, sendo essa a experiência de Meneghi¹¹. Médicos, no departamento de medicina, como Gallicchio e Bertelli. A análise, contudo, ainda deve ser aprofundada, de forma a investigar, também, como se constrói a memória desses ex-dirigentes e a sua imagem, a partir dos seus discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: Táticas para enfrentar a invasão liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papirus, 1996.
- CORADINI, Odaci Luiz. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.265-286, out. 1997.
- CÔRTEZ, Gustavo. **1965**: E. C. Juventude – 50 anos de uma conquista histórica. Caxias do Sul, RS: AMZ, 2016.
- CÔRTEZ, Gustavo. **A história da força grená**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2012.
- CÔRTEZ, Gustavo. **Almanaque do Juventude**: período de glórias. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2011.
- CÔRTEZ, Gustavo. **Clássico Ca-Ju**: paixão e rivalidade. Caxias do Sul: Maneco, 2008.
- CÔRTEZ, Gustavo. **Estádio Centenário 40 anos**: os maiores jogos da história. Caxias do Sul: Maneco, 2016.
- CÔRTEZ, Gustavo. **S.E.R. Caxias 80 anos**: um registro histórico através das imagens. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2015.

.....

11 Que também atuou no departamento de futebol, tendo em vista ter sido jogador amador.

- CÔRTEZ, Gustavo; PELLIZZARO, Tiago. **Uma partida histórica: a trajetória do Rei Pelé em Caxias do Sul**. Caxias do Sul, RS: AMZ, 2017.
- CRUZ, Priscila Postali. **Siamo tutti buoni gente: do Grêmio Esportivo Flamengo à Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul**. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier; KNOPP, Glauco; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Recursos de Poder e Estratégias de Conversão de Capitais: um Estudo Sobre o Campo do Mercado Fonográfico no Brasil. **Revista Adm.made**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.20-37, jan./abr. 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.314-332, dez. 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GIGLIO, Sérgio Settani; SPANGGIARI, Enrico. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). **Revista de História**, São Paulo, n. 163, p. 293-350, jul./dez. 2010.
- GODIO, Matias. **“Somos hombres de platea”: a sociedade dos dirigentes e as formas experimentais do poder e da política no futebol profissional na Argentina**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- HEINZ, Flávio M.. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-15.
- LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Os donos da bola no futebol paranaense: gênese da estruturação e “jogadas” com o poder político do Estado. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 149-170.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p.95-108, jan. 2011.
- MICHIELIN, Francisco. **Assim na terra como no céu: onde se conta o fascínio da santa aliança entre um clube de futebol – o Juventude – e a sua gente, muito mais do**

que uma simples relação amorosa. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 1994.

MICHIELIN, Francisco. **Juventude, paixão e glória: 100 anos de orgulho na Serra Gaúcha**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2018.

MICHIELIN, Francisco. **Juventude: glória e sangue de campeão**. Caxias do Sul: Requite Revista Editora, 2016.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. **A outra razão: os presidentes de futebol entre práticas e representações**. 2013. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ROSADO, Rosa Maris. Uma leitura bourdiana do “jogo do lixo”. **Interacções**, Lisboa, v. 5, n. 11, p.230-253, jun. 2009.

ROSE, Regina Celi FonticIELha de. **A influência da imigração italiana no desenvolvimento do esporte no Estado do Rio Grande do Sul**. 1996. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Habitus, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu. **Cadernos Ceru**, São Paulo, n. 9, p.45-55, 1998.

LAZER E HIGIENISMO NAS MINAS DE CARVÃO DE SÃO JERÔNIMO – RS – BRASIL (1942-1943)

TASSIANE MÉLO DE FREITAS
TASSIMELO@GMAIL.COM
DOUTORANDA EM HISTÓRIA
PPGH – UFSM/ BRASIL

RESUMO

O objetivo central desta comunicação é discutir sobre a relação entre o investimento em ações de Assistência, mais especificamente na área do lazer e esportes, nas minas de carvão de São Jerônimo e o discurso higienista. Em 1943 foi extraído do subsolo das minas de São Jerônimo, Rio Grande do Sul, 1,34 milhão de tonelada de carvão mineral. Esta cifra histórica rendeu aos distritos mineradores de Arroio dos Ratos e de Butiá investimentos em diversas áreas (educação, saúde, moradia, esportes e lazer...) que integravam a chamada Assistência promovida pelo CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração). Estes investimentos ao mesmo tempo que tentavam manter o operário das minas na dependência da lógica de superexploração construída pelas companhias mineradoras administradas pelo Consórcio, também convergiam com o discurso de construção de uma nação moderna e saudável, tendo os pressupostos científicos do período como instrumentos essenciais para a concretização deste projeto. Com o auxílio de fontes documentais localizadas no Arquivo Histórico da Mineração, situado no complexo cultural do Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, será discutida a maneira como se constituiu a Assistência do CADEM e sua relação com o lazer e os esportes. Por fim aponta-se para reflexões visando o avanço de uma discussão posterior acerca de como os operários das minas recebe-

ram e reelaboraram as ações da Assistência a partir de suas experiências, que são fundamentais para compreender o processo de formação da classe.

Palavras-chave: Lazer. Esportes. Higienismo.

INTRODUÇÃO

A região carbonífera do baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul, é formada por municípios¹ tradicionalmente conhecidos pela atividade da mineração de carvão. São eles: Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão. No século XIX² foi o território pioneiro da indústria do carvão mineral no Brasil, que atingiu o auge de sua produção durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). A decadência gradual desta indústria se deu antes mesmo do fim do conflito bélico, com o decréscimo da utilização do minério ante a concorrência com o óleo combustível (*fuel oil*) importado, além do fim dos incentivos governamentais e tabelamento dos preços do carvão pelo governo federal (SPERANZA, 2014, p. 52). O estabelecimento do DACM³ (Departamento Autônomo do Carvão Mineral) em 1947 e a concorrência com a indústria carbonífera catarinense também estão entre alguns dos fatores que levaram a esta situação última.

Em relação ao período de altos rendimentos da indústria carbonífera na região cabe destacar que no ano de 1943 as minas de São Jerônimo⁴

.....
1 Estas localidades pertenciam ao distrito Sede de São Jerônimo. A partir da década de 1960 iniciaram-se os processos de emancipação destas antigas vilas mineradoras.

2 O ano de 1872 é considerado como sendo a data oficial de estabelecimento da indústria carbonífera no Brasil a partir da fundação da *The Imperial Brazilian Collieries*, empresa formada pelo inglês James Johnson.

3 Estatal rio-grandense que visava a exploração industrial e comercial e o beneficiamento de carvão mineral para abastecer a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Em 1969 transformou-se na Companhia Riograndense de Mineração, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em julho de 2019, a Assembleia Legislativa Gaúcha aprovou a privatização da empresa sob a justificativa de ser uma etapa essencial à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

4 Os documentos do período em estudo, consultados no Arquivo Histórico da Mineração, quando referem-se à vila operária de Arroio dos Ratos a denominam como “minas de São Jerônimo”. Para este artigo “minas de São Jerônimo” faz referência tanto à vila de Arroio dos Ratos quanto de Butiá, que possuíam as principais minas de extração de carvão mineral durante as décadas de 1930 e 1940.

atingiram o ápice de sua produção. Os altos lucros advindos com a cifra histórica de 1,34 milhão de toneladas de carvão mineral retirados do subsolo da região, em parte foram direcionados a ações que se por um lado eram consideradas como sendo de melhorias nas condições de vida da população das vilas operárias, por outro encobriam a realidade de superexploração e mazelas vividas pelos mineiros e suas famílias.

Destaca-se nessa conjuntura de vigência da ditadura do Estado Novo (1937-1945) a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por sua vez não muito bem recebida pelas companhias mineradoras que compunham o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, o CADEM⁵. Conforme Speranza (2014, p. 128), “[...] a Consolidação logo foi apontada como a grande fonte de prejuízo para o setor. Não que os tempos áureos da mineração, com recordes de produção e farto incentivo governamental, excluíssem as lamentações dos dirigentes das empresas”.

Neste período onde a alta da produção carbonífera sob o argumento do esforço de guerra atingia seu ápice observa-se a existência de correspondências confidenciais sendo trocadas entre o diretor do CADEM, Roberto Cardoso, figura central no comando do Consórcio e das vilas mineradoras, e os engenheiros que controlavam diretamente a produção das minas. O teor destas correspondências deixava claro que as estratégias de controle do operariado deveriam ser estendidas para além do local de produção, ou seja, nos seus mais diversos ambientes de circulação (Sindicato, por exemplo), como maneira de frear os ímpetus reivindicatórios da categoria

.....
5 Consórcio que administrou a exploração das minas de carvão de São Jerônimo entre os anos de 1936 e 1964. As duas empresas que integravam o CADEM eram a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), com empreendimentos em Arroio dos Ratos e a Companhia Carbonífera Riograndense (CCR) que mais tarde passou a se chamar Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), situada em Butiá. Entre os anos de 1936 e 1951 o CADEM foi administrado pelo engenheiro fluminense Roberto Cardoso, que devido a suas ações assistencialistas durante o período áureo da mineração é considerado pela memória local como sendo a síntese do “homem de negócios”, responsável pelo desenvolvimento econômico e social das vilas mineradoras.

diante do advento da CLT⁶ e conhecimento dos possíveis usos de instrumentos legais na luta por direitos, principalmente a partir da criação da Justiça do Trabalho em 1941. Porém a tentativa de instrumentalização e controle destes espaços nem sempre atingiu os objetivos do Consórcio.

Cabe adiante apresentar um panorama de como as ações de Assistência promovidas pelo CADEM nas vilas mineradoras de Arroio dos Ratos e Butiá se organizaram. Posteriormente reflete-se sobre como as ações focadas no lazer e esportes foram recebidas e reelaboradas pelos mineiros, apontando desta maneira para as experiências como parte relevante no processo de formação da classe.

“ASSISTÊNCIA DO CADEM AOS SEUS OPERÁRIOS”

Ao consultar o fundo documental CADEM no Arquivo Histórico da Mineração⁷ encontram-se na série Assistência diversos documentos voltados aos investimentos do Consórcio nas áreas da educação, saúde, esportes, lazer, etc. O relatório da Assistência do CADEM, parte desta série, apresenta a descrição básica sobre as áreas específicas de investimentos juntamente com a apresentação dos valores destinados a cada uma destas.

Sob o título “Assistência do CADEM aos seus operários”, o documento afirma:

O Consórcio Administrador de Empresas de Mineração tem procurado, com os elementos a seu dispor, auxiliar de maneira eficiente seus trabalhadores, quer de modo particular, quer coletivamente⁸.

.....
6 Em carta de Roberto Cardoso direcionada ao engenheiro-chefe nas minas de São Jerônimo, Henrique Lupinacci, descrevendo sobre seu encontro com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Filho, o diretor do CADEM apresentava os argumentos utilizados a fim de impedir, por exemplo, a articulação de dissídios. Desta maneira o investimento em propaganda das ações de Assistência era fundamental. Sobre esta questão: Carta de Roberto Cardoso ao engenheiro Lupinacci. Rio de Janeiro, 23/09/1943. Fundo documental CADEM. Série Assistência. Tipologia Cartas. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

7 Este Arquivo localiza-se na cidade de Arroio dos Ratos – RS junto ao complexo do Museu Estadual do Carvão. Disponível em: <<https://es.scribd.com/document/335794164/Museu-Estadual-do-Carvao-Guia-do-Arquivo-Historico-1891-1936>>. Acesso em: 12 set. 2019.

8 Assistência do CADEM aos seus operários (1942-1943). Fundo documental CADEM. Série Assistência. Tipologia Assistência CADEM. p. 1. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

Observa-se inicialmente a estrutura organizacional da Assistência que dividia-se em “assistência individual” e “assistência coletiva”, o que indica haver uma postura meritocrática que originou uma base de apoio às companhias mineradoras, de maneira a tentar dividir a categoria ou reduzir os aspectos voltados à dita solidariedade de classe.

Considerando a área educacional, os interesses das companhias envolvendo a divisão entre assistência individual e coletiva são ressaltados. Observa-se isto a partir do exemplo apresentado no documento que descrevia a trajetória estudantil do engenheiro-chefe das minas de Arroio dos Ratos nos anos 1940, Sinval Círio:

Desde o início do curso secundário este engenheiro teve seus estudos custeados pelo Consórcio de Mineração, que nele anteviu possibilidades reais de posterior aproveitamento em suas minas, formando não só um técnico competente, como, ainda, um cidadão capaz e útil à coletividade.⁹

Entre as escolas onde os jovens selecionados iriam cursar seus estudos, estavam os renomados Ginásio Anchieta, Rosário, Bom Conselho e Colégio Americano. Para o ano de 1943, apenas dois nomes apareciam como sendo indicados para cursar o ensino secundário na capital. Esta “rede” de filhos de operários selecionados meritocraticamente pelas companhias formaram uma conveniente base, visando a difusão e manutenção de uma mentalidade voltada à dependência arraigada na superexploração.

Ao lado da educação, a Assistência do CADEM também abrangia com destaque a área da saúde, representada sobretudo pela construção do hospital Sarmiento Leite e Maternidade Henriqueta Cardoso nas minas de Arroio dos Ratos.

A partir da área da saúde observa-se o quanto os intentos higienistas voltados à construção de uma nação moderna e saudável apresentavam-se de maneira clara. Com a justificativa de “moldar” um operariado saudável, livre de vícios e dedicado ao trabalho, assim como utilizando-se de um discurso

.....
⁹ Assistência do CADEM aos seus operários (1942-1943). Fundo documental CADEM. Série Assistência. Tipologia Assistência CADEM. p. 1. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

Figura 1 – *Inauguração do Hospital Sarmiento Leite – 1942. Momento em que Roberto Cardoso (frente, centro, com chapéu na mão) saía das dependências do hospital, seguido de sua esposa, Isab Cardoso, e comitiva.*



Fonte: Silva, 2007 (Arquivo particular de Ênio Marques).

voltado também à construção de gerações saudáveis é que estes empreendimentos na área da saúde são tidos como destacados entre as ações do Consórcio. Um exemplo é a aplicação em ações de puericultura (com acompanhamento de gestantes, pesagem das crianças e distribuição de mamadeiras prontas) buscando assim a “preservação” da mão-de-obra futura .

O lazer, expresso no documento como “Recreação”, também destacava-se entre as ações de Assistência do CADEM. Desta maneira, conforme o relatório da Assistência entre os anos de 1942 e 1943 houve investimentos na construção de prédios para sociedades esportivas e recreativas e cine-teatro, além de auxílio para a banda de música em Arroio dos Ratos.

A partir da leitura de Gomes (2003), recorre-se ao sentido do lazer relacionado à categoria tempo como mecanismo de controle, embora busca-se partir da ideia de que este controle não pode ser considerado como sendo total.

Tendo em vista a conjuntura em questão, é importante sublinhar que em 1943 foi implantado pelo governo federal o Serviço de Recreação Operária¹⁰, que ficava incumbido de organizar as horas de lazer dos trabalhadores e suas famílias. Este órgão estava ligado ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (vinculado ao programa de Assistência) e tinha os Sindicatos como aliados. Esteve à frente dos trabalhos do SRO o jurista Arnaldo Süsskind, que inclusive foi representante brasileiro junto à OIT – Organização Internacional do Trabalho.

O SRO teve uma atuação bastante destacada no distrito federal (naquele período, Rio de Janeiro), mas suas ações a partir de 1946 procuraram abranger, ainda que modestamente, outros Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Paraíba e Minas Gerais (GOMES, 2003, p. 279).

Segundo Gomes (2003, p. 257):

Com a redução da jornada de trabalho, imperava o pensamento de que as horas adicionais poderiam ser perigosamente empregadas, pelo operariado, com alcoolismo, prostituição, jogos de azar e todo o tipo de ação que poderia provocar a degradação física, moral e social.

A estratégia governamental foi através do decreto-lei 4.298, de 14 de maio de 1942, prever a aplicação do imposto sindical em finalidades culturais e esportivas em consonância com as ideias de controle do tempo de lazer do trabalhador. Estas medidas estavam relacionadas às recomendações propostas pela OIT, que já em 1921 durante a Conferência de Paris (Recomendação número 21) abrangia a questão da utilização do tempo livre. Posteriormente, um ano após a Conferência de Bruxelas (1935) foi lançada a obra *Les Loisirs du Travailleur* (1936). Segundo Rodrigues (2006, p. 29) essa publicação chegou ao Brasil apenas em 1942 após a participação de Süsskind nas reuniões da OIT em Genebra “[...] que se torna nesse mesmo ano membro da Comissão Internacional de Lazer dos Trabalhadores”.

.....
10 Portaria número 63, de 06 de dezembro de 1943.

Neste contexto, a Assistência do CADEM manteve-se atenta às ações do governo federal buscando ações semelhantes nas vilas mineradoras de São Jerônimo. As ações do CADEM confundiam-se com ações de Estado, de maneira que o diretor do Consórcio entre os anos de 1936 a 1951, Roberto Cardoso, poderia ser descrito como um “Getúlio das minas”. Segundo Speranza (2012, p. 76):

[...] o descumprimento sistemático e a burla das leis sociais parece ter sido a tônica da atuação do Cadem [...] Isso não impedia que, em discursos e entrevistas, Roberto Cardoso costumasse enfatizar habilmente a relação próxima entre o programa de assistência que desenvolvia nas minas e o projeto varguista, apresentando-se como um seguidor do programa do presidente.

O investimento em ações de Assistência voltadas ao lazer e esportes atentava-se para a busca da legitimação de valores rotulados como modernos (progresso, ordem, civilização...) e que encontravam sustentáculo através do discurso higienista. Reordenamento e controle do espaço, identificação de “classes perigosas” e definição de comportamentos saudáveis acompanhavam esta lógica.

O Dissídio Coletivo de 1943¹¹ salientava parte deste ideário através do apoio do CADEM a ações de coibição a determinadas práticas consideradas não saudáveis e que eram comuns entre os operários das minas. Assim era descrito no Dissídio, especificamente no item relacionado às sociedades recreativas:

O CADEM tem procurado incentivar as sociedades recreativas, principalmente as de natureza esportiva. É incontestável a necessidade de esporte para os que trabalham. Os exercícios esportivos retemperam os que se dedicam ao trabalho. Isso atendendo às necessidades físicas. De grande importância psicológica são por certo, as práticas esportivas nas grandes agremiações operárias. É indiscutível que o trabalhador nacional não possui educação capaz para ocupar as suas horas de lazer em divertimentos sãos.

.....
11 Dissídio Coletivo promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão e Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (1943). Fundo documental Sindicatos. Tipologia Cartas/Telegramas. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

Observa-se ainda conforme descrito no Dissídio de 1943 o quanto a desqualificação das sociabilidades e lazeres desenvolvidos pelos operários e o investimento em lazeres e esportes específicos considerados “sãos” pela classe dominante (tênis, vôlei, ginástica...), eram uma tentativa de instrumentalização dos corpos para servir ao capital principalmente tratando-se do período de esforço de guerra. Neste sentido, o Círculo Operário Católico que se instalou na região das minas e contou com o apoio das companhias mineradoras, também exerceu um papel destacado neste processo. Embora os documentos apontem para uma breve atuação na região, esta entidade de orientação conservadora promoveu atividades envolvendo atividades tais como jogos em canchas de bolão, ping-pong e basquete.

Por outro lado, é importante pensar os espaços de lazer e da prática esportiva do operariado como locais de exercício da liberdade e resistência. A partir desta perspectiva aponta-se para a reflexão sobre forma com que os operários receberam e reelaboraram o lazer e os esportes tidos como “legítimos” pelo patronato construindo seus sentidos próprios, em alguns casos de maneira divergente à lógica do Consórcio.

OPERÁRIOS E OS SENTIDOS DE LAZER

Numa análise preliminar de parte dos documentos que compõem o fundo CADEM observou-se que as ações da Assistência voltadas ao lazer e esportes, marcadas pela ideia de construção de um operariado disciplinado e saudável, encontravam dissenso entre os operários das minas de São Jerônimo. Se por um lado encontravam um movimento de legitimação vindo principalmente de grupos “apadrinhados” pelas companhias, de outro modo eram reelaborados pela categoria ou mesmo ignorados em detrimento de outras práticas de lazer arraigadas entre a população das minas.

Aqui atenta-se para a relevância de compreender o processo de constituição histórica do lazer, assim como proposto por Dias (2018, p. 2), para além da compreensão historiográfica predominante “[...] onde a descontinuidade entre as diversões pré-modernas e os lazeres modernos é sempre enfatizada em detrimento das suas eventuais continuidades”. Desta forma,

busca-se uma reflexão que não esteja atrelada à tradição teórica que postula o lazer como fenômeno decorrente somente da industrialização ou a uma abordagem funcionalista baseada no modelo ocidental como forma de tratar a modernização.

Por se tratar do estudo de um contexto industrial de apelo ao discurso do moderno, através do fomento de lazeres e esportes assim considerados, e ainda tratando-se de um contingente operário predominantemente advindo de áreas rurais, retomar esta discussão é buscar compreender um conjunto de práticas sociais e a forma com que os sujeitos se relacionaram com estas levando em conta a categoria tempo e as reelaborações que são feitas a partir, inclusive, das tentativas de controle e instrumentalização do lazer pelas classes dominantes. Assim descentraliza-se a ideia de que os patrões foram os responsáveis por cunhar um modelo de organização do lazer e de práticas esportivas aceitas amplamente pelo operariado, sendo assim que somente houve um processo de dominação. Trazer os operários, com suas experiências diversas, para o centro da discussão sobre a construção de seus próprios sentidos de lazer é um desafio.

Conforme afirma Dias (2018, p. 20):

A maneira como diversos grupos sociais se relacionavam e se relacionam, no passado e no presente, com suas diversões e seus trabalhos podia e pode ainda, ser muito mais matizada do que supõe ‘teorias’ usualmente adotadas nos estudos do lazer.

A construção de um discurso voltado à deslegitimação dos lazeres já arraigados entre a população das minas por parte do CADEM ao mesmo tempo que construía uma base de sujeitos “apadrinhados” pelas companhias mineradoras, que participavam das atividades aprovadas por estas considerando como sendo as únicas legítimas, por outro não desfez práticas de lazer existentes que estavam em desacordo do ponto de vista legal e ao que era considerado como sendo saudável e por isso legítimo. Os jogos de cartas, por exemplo, associados ao consumo de bebidas alcoólicas estavam entre os inimigos principais a serem combatidos dentro da lógica higienista.

Recuando o recorte temporal proposto, em 1933 um episódio ocor-

rido na casa de pólvora em Arroio dos Ratos expunha a prática dos jogos de cartas muito presente principalmente nas áreas marginais das vilas mineradoras¹². O depoimento analisado descreve que em meio a uma partida de solo¹³, ocorrida no local de trabalho, houve o roubo de sacos de armazenagem da pólvora. Observa-se, que ao contrário de relacionar o lazer à necessidade de espaços específicos para a ocorrência das atividades, neste caso o espaço de trabalho transforma-se também num local para a realização de práticas lúdicas. Assim como a categoria espaço, observa-se ao longo da pesquisa que o tempo de lazer muitas das vezes também não segue a lógica ditada pelos patrões. Para o operariado das minas tempo e espaço de lazer parecem não estar aprisionados à lógica de regulação do patronato.

Em 1939, Roberto Cardoso agradecia o recebimento da carta do subdelegado de Butiá, Luiz Custódio de Souza, comunicando que soubera da “batida” na casa de Rafael Gambia, que foi surpreendido em plena “[...] jogatina desenfreada que ali se realizava”. Assim, Cardoso continuava dizendo que dera ordens para que despejasse Gambia e entregasse a casa onde morava a outro operário que dela necessitasse. Finalizava a correspondência, aguardando informações sobre outras casas de jogos e mercadinhos onde se praticava o jogo, para que fossem efetuados os despejos. Ainda afirmava: “[...] essa providência é da máxima relevância para a população ordeira das nossas minas” (HOFF, 1992, p. 70).

Speranza cita o caso do mineiro Alcides Antonio dos Passos, o qual em 1941 recebeu um atestado o considerando “mau elemento” por parte do subdelegado Custódio de Souza. Passos ainda foi preso devido à prática de jogos não permitidos. Este atestado inclusive foi anexado pela Companhia Carbonífera Rio Grandense, junto à reclamatória que Passos movia contra

.....
12 Depoimentos prestados ao subdelegado local sobre o caso do roubo de sacos de armazenagem de pólvora (1933). Fundo documental Sindicatos. Tipologia Cartas/Telegramas. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

13 Jogo de cartas que assim como no truco utiliza o baralho espanhol. “Ao contrário de como acontece no truco de amostra ou cego, nesta modalidade não há gritos e provocações entre adversários. A partida é silenciosa e o objetivo é ganhar as fichas chamadas de tentos”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/semana-farroupilha/2015/noticia/2015/09/jogos-farroupilhas-conheca-regras-do-jogo-do-solo.html>>. Acesso em: 04 out. 2019.

a empresa por despedida injusta (SPERANZA, 2014, p. 71).

Durante o período do esforço de guerra a vigilância das companhias, contando inclusive com o apoio do Sindicato em alguns momentos, se deu de forma vigorosa a fim de manter a superexploração do operariado durante o auge da produção mineral. O “saneamento moral” proposto pelo programa de Assistência buscou coibir sobretudo as práticas de lazer que incluíam não apenas os jogos de cartas como também apostas em cavalos e caça¹⁴.

Pensando o lúdico inserido nas práticas de lazer dos operários há de se destacar a célebre obra *Homo Ludens* de Huizinga (2014, p. 59) que afirma ser a essência deste a ousadia, o risco, o suportar a incerteza da tensão. Esta última característica seria inclusive responsável pelo aumento do “grau” de importância do jogo “[...] e esta intensificação permite ao jogador esquecer que está apenas jogando”. A partir desta afirmação entende-se que o jogo pelo jogo estaria fadado ao fracasso se não há o elemento que predispõe os “jogadores” a estimular a tensão, a ousadia e os riscos, que os faz encontrar o sentido de sua prática. Aqui sugere-se, ainda que de maneira incipiente, que a busca por práticas consideradas proibidas/contravenções¹⁵, e mesmo nas ditas práticas de lazer tidas como permitidas este elemento perseverava.

Especificamente no primeiro caso, como um desafio (tensão) à vigilância das companhias mineradoras. No segundo caso, (“práticas permitidas”) o elemento da tensão, que constitui os sentidos de lazer do operariado, talvez tenha sido instigado pelas divisões internas da classe que sugerem uma luta por reconhecimento. Observa-se isso, por exemplo, através das rivalidades existentes entre os clubes de futebol nas minas.

.....
14 Em 1943 Roberto Cardoso em reunião com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Filho, relatou sobre o trabalho da Assistência nas minas como forma de impedir as práticas mencionadas acima. Carta de Roberto Cardoso ao engenheiro Lupinacci. Rio de Janeiro, 23/09/1943. Fundo documental CADEM. Série Assistência Social. Tipologia Cartas. Arquivo Histórico da Mineração (AHM).

15 O decreto lei nº 3.688/1941 (lei das contravenções penais), artigo 50, considerava contravenção relativa à polícia de costumes, “estabelecer ou explorar jogos de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante pagamento de entrada e sem ele”. Apostas sobre qualquer competição esportiva ou em corrida de cavalos, fora de hipódromo, eram consideradas contrações segundo este decreto lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 11 out. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta comunicação foi brevemente compreender a forma como se estruturou as ações da Assistência do CADEM dentro de um discurso higienista e posteriormente refletir sobre a maneira com que estas ações foram recebidas e reelaboradas pelo operariado das minas, especialmente no que diz respeito à área do lazer e esportes. Assim, a discussão em torno do objetivo central avançou de maneira a apontar possibilidades de pensar a história dos trabalhadores a partir do protagonismo da classe, através do estudo de suas experiências, por sua vez capazes de indicar, como no caso levantado aqui, que as ações podem ter sido recebidas com algum tipo de contestação ou mesmo reelaboração de acordo com as pretensões da classe.

Em meio às tentativas do Consórcio de controle do tempo livre e do espaço para a realização das atividades do operariado, seja investindo em lazer e esportes dentro de uma lógica pautada no higienismo e dentro de uma postura de vigilância de determinadas práticas lúdicas, observa-se a movimentação dos operários das minas em direção à construção de suas práticas de lazer e esportivas a partir dos elementos os quais dispunham. Esta experiência, no entanto, é fundamental para pensar os trabalhadores em todas suas experiências, sejam no interior dos espaços de trabalho ou fora deles, como sujeitos centrais no processo histórico de formação da classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. **Revista de História do Esporte – Recorde**, v. 11, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ, jan./jun. 2018, p. 1-26.

GOMES, Christiane Luce. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926 – 1964). 2003. 322 p. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2003.

HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá em busca de sua história**. Arroio dos Ratos: PBS, 1992.

- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do ouro negro**: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930. 2014. 233 p. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS – Porto Alegre, RS, 2014.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937 – 1945). 2006. 344 p. Tese (Doutorado em História) UNICAMP – Campinas, SP, 2006.
- RODRIGUES, Juliana Pedreschi. **O Serviço de Recreação Operária e a sociabilização do trabalhador sindicalizado no Brasil**: 1943 – 1964. 2006. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UNICAMP, Campinas, SP, 2006.
- SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883-1945). 2007. 392 p. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.
- SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950. Porto Alegre: Oikos, 2014.

O PRADO PELOTENSE: UM OLHAR ATRAVÉS DOS JORNAIS

FRANCISCA JESUS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (MESTRANDA/PPGH)

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar como se deu o início do Jockey Club de Pelotas como entidade, não só com fins recreativos mas também sob uma perspectiva esportiva. O olhar será através de jornais da época entre 1870 e 1892, que traziam em suas publicações colunas destinadas ao Prado Pelotense. Esse recorte se deu justamente por perceber aí uma transição, pois nesse momento observa-se vários fatores, seja com a preocupação de escolha de associados, ou com eventos promovidos pela entidade ou com a reestruturação da diretoria da sociedade. O presente trabalho objetiva verificar o início dessa entidade na cidade, visto que até o momento não encontramos muitos trabalhos voltados ao Jockey Club de Pelotas, sendo que as bibliografias perpassam em torno ou com outros olhares. Assim, procuramos, através desta proposta, analisar como se deu a construção ou reconstrução dessa entidade, para isso a metodologia utilizada aqui está sendo a revisão bibliográfica, análise de jornais e fotografias. A trajetória do Jockey Club de Pelotas está ligada ao início da organização urbana da cidade. O que nos inquieta e nos move a construir esse trabalho é como uma entidade que

sobrevive até os dias de hoje, ainda se saiba tão pouco a seu respeito, uma trajetória de reformulações, acompanhando e resistindo ao tempo, às políticas e tantas crises econômicas.

Nos debruçamos aqui nos entrelaces da Nova História, o que nos possibilita através de multiplicidades fazer uma análise mais crítica. Passamos também pela História Pública, que nos possibilita a entender como os jornais e a imprensa de uma maneira mais geral, foi importante para a formação dessa entidade, assim como torna-la visível a nível nacional e internacional.

Nesse recorte temporal, os jornais se dirigem-se a um público específico, a divulgação nas ruas, se reporta a grande massa da população.

A evolução da perspectiva das atividades de recreação para competição, em um curto espaço de tempo nos remete ao entendimento, que essas atividades propostas pelo então Club Jockey de Pelotas, conquistava um público significativo, e que através de jornais locais é possível perceber que tal organização desses eventos acaba por mobilizar o poder público local, com o objetivo de garantir conforto aos competidores e público.

Observamos a tentativa de trazer na organização dos eventos, um modelo Inglês de Jockey, tal molde refere-se aqui a vestimenta dos cavalheiros que participavam das provas e nos moldes de associação mais tarde mais claramente delineados.

Atentamos aqui para esse recorte temporal que aqui propomos, anos de grande efervescência na cidade, temos uma Urbe em expansão rumo a novos horizontes, em 1873 temos a inauguração da linha dos Bondes, mais um motivo para o Club Jockey de Pelotas realizar suas atividades no final da linha, onde ao mesmo tempo em que atraía a população para conhecer melhor o funcionamento e as linhas dos Bonds, atraía também novos sócios, popularizando o club.

O censo de 1872 é o primeiro que traz informações mais detalhadas sobre a população do município. Para este ano os dados mostram uma população de 21.163 habitantes, sendo que 11.844 homens e 9.319 mulheres. A população escrava contava com a cifra de 3.575, sendo que 1.971 pertenciam ao sexo masculino e 1.604 ao

feminino. Separando esta população por raça (denominação utilizada no censo), tem-se a quantia de 12.448 brancos, 3.418 pardos, 5.053 pretos e 244 caboclos. Podemos observar também que a maioria dessa população estava na faixa de 6 a 50 anos. Em 1890 os dados indicam uma população de 41.591 habitantes, num total de 21.692 homens e 19.899 mulheres. As informações obtidas para o ano de 1900 revelam que a densidade demográfica do município era de 16,10 hab/km², constituindo uma população de 44.881 habitantes.
<https://www.facebook.com/Olhassobrepelotas>. Acesso em: 13 out. 2019.

Vamos observando através das notas na imprensa local, que a cada ano o club jockey tornava-se mais relevante na cidade, aumentando juntamente com a expansão da Urbe seu público. Fazia-se urgente o cuidado para a seleção dos cavalheiros e suas garbosas montaria, o cuidado também estendia-se ao público, colocando a cada evento regras de comportamento, limites de acesso e proximidade com os protagonistas das corridas, que a cada ano tornava-se mais elaborada e regrada.

O PONTO TERMINAL DA LINHA DOS BONDS DO FRAGATA

As tardes de sábados e domingos, no ponto terminal da linha dos Bonds do Fragata, na cidade de Pelotas, montava-se interessante divertimento, a priori aberto ao público, no qual elegantes cavalheiros montados em garbosos cavalos, esmeiravam-se a agradar as “mocinhas” distintas da sociedade pelotense. O jogo das “argolinhas de ouro” assim denominado, com o propósito recreativo, juntava-se grande público. A organização de tal evento ficava a cargo dos sócios do Club Jockey da cidade de Pelotas, sendo o evento divulgado através de notas em jornais locais e também nas ruas da cidade.

O club Jokey, composto unicamente de vinte distintos cavalheiros prepara para amanha uma agradável diversão no ponto terminal da linha de bonds para o Fragata. Os sócios d'este club, apresentar-se-hão uniformizados montando soberbos ginetes e observando a maior ordem nas corridas. O campo destinado ao torneio acha-se convenientemente guarnecido para evitar a aglomeração dos espectadores e garantir o bom êxito d'esses exercícios sem perigo nem dificuldades. Folgamos em reconhecer que foram attendidas as considerações que estendemos a tal respeito e que a diversão deve ser em tudo amena e recreativa. (C.M., sábado, 01.04. 1876, p.1, n.73, Ano II) (Arquivo Geral).

O que nos parece é que o ponto para o evento não fora por acaso, os bonds são colocados na cidade em 1873, os usuários ainda eram poucos e a empresa responsável pela implantação necessitava de visibilidade para a novidade do transporte público; Portanto, tal evento atrairia o público alvo, fazia-se uma via de mão dupla, a nova urbe que respirava aristocracia e o Club Jockey com ares ingleses, com um cuidado com os uniformes e com a imagem de glamour que passariam para o público e, por conseguinte para o evento.

Effectuou-se domingo como de costume o aprazível jogo de argolinha, atraindo numerosa concurrencia. Os socios do clube Jockey, uniformisados elegantemente vestidos a maneira dos corredores inglezes, apresentaram-se galhardos, montados em bonitos ginetes. O divertimento como sempre correu na maior ordem possível e o serviço de bonds da companhia de Ferro carril foi feito com a maior regularidade e presteza. Daremos os devidos emboras ao íntegro e activo Sr. Abel Barradas. (C.M.11.04.1876, p. 01, n.81).

Possível já observar que o Club Jockey, de alguma forma viu a possibilidade de firmar uma importante parceria, pois podiam escolher outro qualquer espaço, porém os Bonds atrairiam o perfil de sócios procurados para a expansão do Club.

Clube é um anglicismo, derivando da palavra club, em inglês. No século XIX, especialmente, aparecia escrito exatamente assim, sem o e final. Historicamente é difícil diferenciar clubes de sociedades recreativas, pois essas palavras são usadas praticamente como sinônimos, sendo que clube neste caso tem uma abrangência maior, pois não necessariamente implica em recreação, podendo referir-se a clubes literários, políticos, esportivos, filatélicos ou de vários outros tipos. O dicionário de Língua Portuguesa traz a definição de “local de reuniões políticas, literárias ou recreativas”. Mas também tem uma segunda acepção, que será a empregada no desenvolvimento deste tópico, como “local que, em geral, conta com edificações, piscina, etc., e onde, comumente pagando uma mensalidade ou taxa, se reúnem pessoas de uma sociedade, para praticar esportes, jogar, dançar, etc.”. Nesta segunda acepção, pode-se dizer que a maioria dos clubes recreativos surgiu em Pelotas a partir do início do século XX, com as antigas sociedades recreativas mais limitadas, cedendo espaço a estes clubes que, diferentemente delas, tinham como critério básico de entrada não mais a nacionalidade ou profissão, mas sim a posição social, em geral utilizando-se como critério de inclusão/exclusão o custo da mensalidade e da joia de entrada, ao

lado de outras regras, como roupa e conduta, embora continuasse havendo a discriminação pela cor da pele, ou seja, clubes exclusivos para brancos e para negros.

Loner, Beatriz. **Dicionário de História de Pelotas** [recurso eletrônico] / Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Mario Osorio Magalhães, [organizadores]. 3. ed. – Pelotas: Editora da UFPel [FAU -83-84p.

A citação acima nos leva a evidenciar que o Club Jockey teria sido uma das primeiras sociedades recreativas da cidade de Pelotas, adotando inicialmente a palavra Club, para remeter a ideia inglesa, tais evidências nos remetem a indícios de que desde o início de sua organização enquanto sociedade, já remete a ideia de esporte. Possível verificar estratégias muito bem pensadas para a estruturação dessa sociedade, utilizando-se de artifícios não observados em outras sociedades de fins recreativos para a sua auto promoção, a maneira com que escolhe o local, o público escolhido como alvo e a utilização da imprensa, nos remete a uma sociedade a priori com fins recreativos, muito avançada para uma formação de urbe interiorana brasileira do século XIX.

A fotografia abaixo seria referente ao final da linha do Bond no Fragata, a datação da referida fotografia é de 1872, o que ressalta a hipótese de que apesar da grande movimentação de pessoas em torno da novidade,



“Inauguración de Trein Way Pelotas 29 de 7be. 1872”

Fonte de pesquisa: CDOV – Bibliotheca Pública Pelotense

Imagens: Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense e de A.F. Monquelat

alguns anos após se reforçaria a necessidade de uma maior propaganda, até mesmo, para o alto investimento de se ter uma linha de Bond na cidade se justificasse.

OS JOGOS E AS PRIMEIRAS CORRIDAS

O Jockey Clube de Pelotas, em seu início como sociedade recreativa, organizada para oferecer distração a população da jovem cidade de Pelotas, irá a curto espaço de tempo crescer, e ter suas atividades voltadas a competições, tendo os jogos recreativos coadjuvantes papéis nesse cenário social do século XIX. Apontamos alguns fatores que poderiam ter influenciado essa mudança rápida; As charqueadas e o gosto da elite local da época por cavalos puro sangue Inglês e a admiração pelos modos da aristocracia inglesa européia, o que remetia a ares de prosperidade e poderio econômico, necessário para a jovem cidade de Pelotas se colocar de forma positiva em cenário nacional.

Os últimos exercícios do Jockey Club, estiveram muitíssimo animados e bastante concorridos.

Apresentaram-se duas bandas de música-União e Santa Cecília-, que executaram alternativamente as melhores peças de seus variados repertórios. Os jovens justadores, cada vez mais destros e dominados de maior entusiasmo, exibiram provas evidentes de uma admirável coragem e, como de costume, tornaram-se alvo das mais significativas felicitações. Terminando esse aprazível divertimento, que a todos sempre deixa as mais agradáveis impressões, os distintos sócios do Club Jockey, reunidos no hotel Aliança e presentes alguns de seus admiradores com banda de música União, se entregaram à expansão do mais pronunciado regosijo, fazendo-se recíprocas saudações e recebendo dos convivas as mais inequívocas manifestações de apreço. Compartilhando do contentamento de que se acham possuídos os jovens sócios do Jockey e louvando seus nobres esforços, fazendo votos para que continuem assim animados da melhor vontade em sustentar uma sociedade tão útil quanto recreativa, que assas contribue para distrahir o espírito da população. (C.M., 16.05.1876, p.01, n.109).

O que nos chama a atenção é que o Club Jockey, tinha em sua maioria de associados jovens, que traziam muito possivelmente esse desejo de modernidade e ares aristocráticos para a Urbe, podemos pressupor que esses associados fossem da elite pelotense, pois suas comemorações após os torneios eram no hotel Aliança, que a época era símbolo aristocrático local.

Em outubro de 1876, já encontramos registros na imprensa local, da modificação de denominação de jogos para corridas, o que nos leva ao entendimento que por fim o Jockey Club de Pelotas atingira seu objetivo inicial, e logo após em 1877 também através de jornais locais, podemos acompanhar os esforços para a procura de uma sede, claro sempre refletido o apoio da Companhia de Ferro-Carril, que acaba por ceder o material necessário para a construção do edifício que se tornará a primeira sede oficial do Jockey Club de Pelotas. Mais uma vez, se reforça a ideia de que cada passo, desde as primeiras reuniões já tinha um objetivo claro, as corridas de cavalos; não como jogos mas com moldes de apostas.

As primeiras corridas, que se realizaram no domingo, estiveram bastante animadas e interessantes, notando-se grande affluencia de espectadores. Sentiu-se apenas a falta de policiaes para conter a inconveniente algazarra de alguma gente que não sabe se comportar-se dignamente em publico e precisa ser admoestada para aprender a conter-se nos limites do respeito devido a sociedade educada. Talvez que a policia andasse por outros lados também a divertir-se á argolinha e por isso deixou de comparecer. Pois fez mal, porque a sua obrigação é achar-se nas reuniões publicas, ao menos para mostrar-se e dar de si um ar de graça. Os moços que proporcionaram esse agradável divertimento, houveram-se com admirável agilidade e receberam geraes demonstrações de applauso. (C. M., 17.10.1876, p. 01, n. 234).

Acima temos a severa crítica do jornal Correio Mercantil, ao não comparecimento da Policia ao evento; com ares de sarcasmo insinua que deveriam estar “entretidos com o jogo da argolinha”, o que demonstra uma separação do recreativo com a nova proposta do Jockey Club.

As corridas que se realizaram no domingo passado estiveram apenas regularmente concorridas, pela razão muito natural de que uma mesma cousa vista amiudadas vezes acaba por perder a importância, substituindo o recreio pelo aborrecimento. Somos, pois, de opinião que os distintos jovens que constituem o club deviam apresentar suas corridas unicamente de quinze em quinze dias, com os seus esforços e attrahiriam mais brilhante concorrência. Sugerimos a ideia e acreditamos que será adaptada como aproveitável e útil em todos os sentidos. (C.M., 21.11.1876, p.01, n.253).

Na nota acima, já é possível observar o peso e o desgaste de não se apresentar o Jockey Club com a proposta unicamente de jogos recreativos,

também podemos interpretar como uma tentativa de encaminhamento de seleção de um público e o desejo de um espaço próprio para o determinado evento. Essa necessidade se coloca com os relatos de algazarra que se tornavam cada vez mais recorrentes, os sócios se mostravam favoráveis a essa seleção de público. O que transcende para a seleção dos futuros sócios, os mesmos sendo submetidos à aprovação em assembleia da agora associação Jockey Club Pelotas.

O espaçamento dos encontros junto ao público pode denotar uma tentativa de valorização do evento, levando ao grande público expectativa e *glamour*.

Começa hoje a construção do edifício destinados aos trabalhos, da sociedade Jockey- Club, cinco quadras além do cemitério lado direito, estrada do Fragata. A companhia Ferro-Carril, está se prestando gratuitamente á condução do material preciso, correndo d'esta maneira para a prompta e mais econômica construção d'este edifício. (C.M., 19.09.1877, p.02, n.212).

Então em março de 1878 já temos as primeiras corridas na sede do Jockey Club Pelotense, as mesmas já com apostas e programação apresentada ao público, com a descrição dos cavalos, dos “corredores de sela” com seus pesos e a premiação dos vencedores.

Programa da 1 corrida de inauguração; em a ultima domingo de fevereiro (24) de 1878, principiando ao meio dia. PRIMEIRA CORRIDA 1,063 metros ou 8 quadras e 31 ½ palmos, com peso de corredor de sella de 65kilos, cavallos inteiros, importados da Inglaterra e de puro sangue, (estes reconhecidos como tal por membros da directoria) tendo o competidor, o premio de Rs.1:200\$000 (...)
(C.M., 25.12.1877, p.03, n.290).

A data para a primeira corrida de inauguração foi estrategicamente escolhida, o simbolismo das comemorações natalinas, remetem ao nascimento e renovação, nada mais propícios para a nova fase.

A preocupação em colocar a associação no cenário internacional, também fica evidenciada no programa de inauguração, o que acaba mais

tarde tornando-se importante para o desenvolvimento e ampliação das atividades do Jockey Club Pelotense.

(...)A directoria chama concurrentes tanto d'este paiz como dos Estados do Prata para virem ou mandarem com tempo increver seus cavallos,como acima se verificacom todos os signaes,pello,marca,idade,naturalidade de cada Cavallo conforme o regulamento e estatutos desta associação(...)
(C.M.,25.12.1877, p.03, n.290).

Mais tarde, observamos a parceria com os países do Prata e a importação de cavalos puro sangue Inglês, foram determinantes para consolidar a entidade no programa das grandes corridas nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho tentamos traçar uma pequena trajetória do início do Jockey Club de Pelotas, também conhecido como Prado Pelotense, procuramos trazer a luz, informações da imprensa local da época, com recorte temporal de 1870 a 1890 e demonstrar através dessa, que a entidade teve sua trajetória delineada desde seu início, com objetivo claro e atingindo a seus propósitos.

Consideramos que houve um projeto pensado para a entidade, que coincide com o surgimento da cidade de Pelotas, e o esforço da elite local em colocar a cidade em um âmbito nacional com relações comerciais com os países vizinhos. O caminho encontrado segundo a lente deste trabalho, foi através dessa integração de recreação, esporte, política e relações comerciais.

O Jockey Club soma grande importância para as relações da cidade de Pelotas, que perpassam os séculos, ainda imponente, passando por reformulações, mas nunca perdendo sua essência e relações, sejam elas sociais ou Políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo pessoal de A.F. Monquelat

CDOV – Bibliotheca Pública Pelotense

Correio Mercantil, Pelotas. Sábado, 01.04.1876, p.1, n.73, Ano II

Correio Mercantil, Pelotas. 11.04.1876, p.01, n.81

Correio Mercantil, Pelotas. 16.05.1876, p.01, n.109

Correio Mercantil, Pelotas. 17.10.1876, p.01, n.234

Correio Mercantil, Pelotas. 21.11.1876, p.01, n.253

Correio Mercantil, Pelotas. 19.09.1877, p.02, n.212

Correio Mercantil, Pelotas. 25.12.1877, p.03, n.290

<https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas> (Acesso em: 13 out. 2019)

Imagens: Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense e de A.F. Monquelat.

Loner, Beatriz. **Dicionário de História de Pelotas** [recurso eletrônico] / Beatriz

Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Mario Osorio Magalhães, [organizadores]. 3. ed. –

Pelotas: Editora da UFPel [FAU -83-84p.

JOGOS DIGITAIS E A HISTÓRIA

RUGGIERO MOREIRA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (GRADUADO EM HISTÓRIA
PELA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, MESTRANDO
NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO), BOLSISTA CAPES
RUGGIERO_H@HOTMAIL.COM

RESUMO

O último quartel do século XX viu o nascimento da mídia dos jogos digitais. Como um bem cultural, direcionado essencialmente ao lazer e entretenimento, os jogos digitais conservam suas especificidades, sendo a principal delas, a de ser uma mídia interativa. Sendo um campo relativamente novo para a História e pouco explorado pelos historiadores, é importante que nos voltemos a este objeto, bem como, busquemos as ferramentas, para que o possamos analisar, discutir e problematizar, esta nova prática do jogar no século XXI. Dando ênfase à análise das significações e ressignificações que constituem e constroem as narrativas dos jogos digitais, as quais, comumente, utilizam diversos conceitos ou temas históricos como pano de fundo, esta análise objetiva, portanto, compreender como tais representações influenciam e são influenciados na construção do imaginário sobre o assunto, como por exemplo: a Guerra ao Terror.

Palavras-Chave: Jogos Digitais, Jogos e História, Guerra ao Terror.

O último quartel do século XX viu o nascimento da mídia dos jogos digitais, os quais iniciaram seus passos de maneira tímida, porém, hoje, alcançam relativo sucesso no mercado mundial¹ de comunicação de massa. Como um bem cultural de relevância no cenário global (econômico e social), seria comum, que os historiadores se debruçassem sobre tal objeto, porém, a situação é diferente, como aponta Fornaciari:

Dizer que o videogame ainda não chamou a atenção de muitos historiadores é uma obviedade. Por mais que muitos tenham alguma forma de contato com tal mídia, seja pessoalmente, seja através de conhecidos ou parentes, poucos se dedicaram a ela como um objeto de estudo válido, no Brasil ou internacionalmente. [...] Como consequência, um historiador que deseje se debruçar sobre questões ligadas aos jogos digitais, hoje, tem poucas referências a buscar dentro de seu próprio campo. (FORNACIARI, 2016, p. 17)

Percebemos, que os jogos digitais, são de certa maneira “marginalizados” no seu trato como objetos históricos, e conforme nos alerta Fornaciari “Imaginar os motivos para isso seria uma tarefa excessivamente especulativa” (FORNACIARI, 2016, p. 17).

Sendo um campo relativamente novo para a História e pouco explorado pelos historiadores, é importante que busquemos as ferramentas, para analisar um objeto que além de ser um produto cultural com valor agregado, é um produto que, mesmo que produzido a partir de um “centro” (econômico e cultural)² não é difundido somente nele, mas, estendendo-se a outros “centros” ou regiões periféricas (graças a globalização e a internet).

Assim, os jogos digitais se mostram como campos novos a serem explorados (e até desbravados) pelos historiadores, que devem se debruçar e refletir não somente à sua fonte de pesquisa, mas também, de que maneira e quais métodos utilizar sobre esta fonte.

.....
1 Sendo hoje a mídia que mais lucra, US\$ 134.9 Bilhões só no ano de 2018 (BATCHELOR, 2018), é computado, também, que existem aproximadamente 2,5 bilhões de jogadoras e jogadores de jogos digitais (WEPC, 2018). O Brasil não se apresenta como ponto fora da curva neste quesito, sendo que está na 13ª posição no *ranking* de países que gastam em jogos digitais (OUTERSPACE, 2017).

2 Isto tendo em vista que a maioria dos jogos digitais são produzidos nos Estados Unidos.

“Contar histórias é um hábito tão antigo quanto o próprio homem” (FRANCISCO, 2011, p. 1), e os instrumentos utilizados para tal ato, são diversos, como por exemplo: filmes, livros, músicas, pinturas, poemas e mais recentemente, jogos digitais. A utilização dos jogos digitais para tal função, vem crescendo, principalmente, a partir do início da década de 1980, quando os *videogames* começam a se popularizar e aumentar consideravelmente sua circulação no mercado (LEITE, 2006, p.40-45).

Entre altos e baixos, a indústria de jogos digitais galgou seus passos e ganhou o mundo, desde finais dos anos de 1980, a sua trajetória se estabiliza e mantém constante crescimento. Com efeito, devemos entender a popularidade dos jogos digitais, também, através da crescente globalização que passamos, a qual é sentida de forma mais intensa, a partir do final do século passado e início deste século.

Podemos definir a indústria que envolve os jogos digitais como, englobando os “fabricantes de consoles (*console manufacturers*), as editoras (*publishers*), as desenvolvedoras (*developers*), as distribuidoras (*distributors*), os varejistas e o consumidor final (*consumer*)” (JHONS, 2006 *apud* FORNACIARI, 2016, p. 61). Nesta indústria, não só a abertura de mercado consumidor em diversas partes do mundo (lojas, produtoras, etc...), mas, também, a internet contribui muito para a disseminação e popularização dos jogos digitais, sendo que, hoje, muitos jogos são comercializados e disponibilizados em formato digital (não necessitando de DVD’s ou outra mídia física para serem jogados) e até através de *streaming*³. Tal fato ajuda no enfraquecimento de fronteiras sólidas entre a ação e reação dos agentes desta indústria, principalmente entre os desenvolvedores e os consumidores.

Inserida no mercado como uma mídia de comunicação de massa, os jogos digitais, conservam suas especificidades, sendo a principal delas, a de ser uma mídia interativa, (ROUSE, 2005, p. XX). A interatividade proporcionada pelos recursos audiovisuais, para os jogos digitais, é um dos principais

.....
³ A disponibilização de jogos pela internet, reduziu os custos para os desenvolvedores e distribuidores, facilitando assim, a chegada de um produto, relativamente mais barato, a locais mais periféricos.

elementos que contribui para a narrativa da “história” do jogo. Analisar a construção de tais narrativas, torna-se importante, visto que, “Pode-se dizer que há historicidade em toda narrativa, mesmo a ficcional, pois ela parte sempre de um ponto do real” (FRANCISCO, 2011, p.20).

A narrativa, é um dos meios pelo qual, os criadores dos jogos, inserem o jogador no “mundo do jogo” e comunicam-se com ele. Para Barros, “[...] o discurso do historiador pertence antes de tudo à ordem das narrativas”, assim, jogos que utilizam temas históricos, costumam situar-se no limiar entre a narrativa ficcional e a narrativa histórica, o que não interfere na análise histórica sobre eles, pois:

A narrativa histórica é uma ficção e interpretação no sentido de que a partir do momento em que o fato é narrado, seja ele um documento, ou um trabalho especializado, a narrativa passa por um processo de seleção por parte de quem conta e por parte de quem ouve. De maneira similar às efetuadas nas narrativas ficcionais. (FRANCISCO, 2011, p.21)

Desta forma, a narrativa deve ser vista como uma expressão e representação criada para e pelo jogo, que assim como a narrativa histórica – “Ela (narrativa), embora apoiada em referências reais, deverá ser claramente assumida como uma construção do historiador (na verdade uma construção também do leitor) [...]” (BARROS, 2011, p.404) -, reflete não a verdade sobre os fatos (algo que nem mesmo a História deve objetivar) mas, um ponto de vista.

A ligação entre “narrativa” e “narrativa histórica de Francisco, é corroborada por Paul Ricoeur, para quem, “[...]’toda história é narrativa’[...]” (RICOEUR *apud* BARROS, 2011, p.393), e que compreende que

A Narrativa, ao trazer no seu cerne as escolhas dos personagens que a habitam e que entretencem juntos o seu enredo, mostra-nos uma história na qual as decisões são tomadas na própria história, e não antes dela ou em algum ponto exterior que, tal como nas antigas teleologias patrocinadas pelas filosofias da história, impõem-se ao mundo histórico como um sol que já traz dentro de si todos os planos a serem realizados. [...] Paul Ricoeur empenhou-se em demonstrar que uma das singularidades da narrativa histórica era a de também se apresentar como um discurso cuja intencionalidade

apontava para um referente real (ou existente) do Passado. Retomar a narrativa como uma dimensão fundamental para o discurso histórico não implicava, para Ricoeur, em um mergulho na ficção. Quando muito, a narrativa histórica poderia reivindicar para si o ‘duplo estatuto da realidade e ficção’. (BARROS, 2011, p. 395).

Podemos compreender que a narrativa ficcional e a narrativa histórica possuem um radical comum, que se mostra como a elaboração de uma lógica e sequência argumentativa, para, a construção de uma narrativa, porém, tanto o “objeto primário” (jogos digitais) quanto a análise sobre eles, são produtos construídos em diferentes tempos, por sujeitos diferentes, em situações diferentes e através de meios distintos.

Na análise de jogos digitais (que utilizam a História ou fatos históricos como pano de fundo), devemos portanto, trazer à tona este caráter de “duplo estatuto da realidade e ficção” (RICOEUR *apud* BARROS, 2011, p. 393) que para nós apresenta-se nos dois meios (jogos digitais que se utilizam da História, e História que se utiliza dos jogos digitais), e, respeitando suas especificidades, buscar traçar a construção histórica por trás de um jogo. Em certa medida, a análise de tal mídia, revela-se como a possibilidade de analisar como uma sociedade se identifica e representa a si mesma e a outras, quer distantes ou próximas (geograficamente, culturalmente e temporalmente), em última instância, seria buscar investigar e construir uma narrativa partindo de uma outra narrativa.

Devido a pluralidade de possíveis conteúdos (estéticos, de narrativa, de mecânicas) a serem desenvolvidos e utilizados nas plataformas que executam os jogos eletrônicos (consoles⁴ ou computadores), criar-se-ão diversas categorias de jogos digitais, sendo uma das principais, os *First Person Shooter*⁵, popularmente conhecidos como *FPS*, que ganham maior visibilidade a partir década de 1990 (ROJAS, 2014). A história dos *FPS*'s é traçada

.....
4 No Brasil, o termo *videogame* é utilizado como um substantivo para plataformas específicas para os jogos eletrônicos (*Super Nintendo, Mega Drive, Play Station 4, XBOX One, etc.*) e não para os jogos eletrônicos em si. No presente trabalho ao utilizarmos a expressão “*videogames*” estaremos nos referindo aos jogos digitais.

5 Traduzindo como “Tiro em Primeira Pessoa”, buscando a imersão do jogador, a “câmera” é posicionada de uma forma que simule a visão do personagem do jogo.

simultaneamente à dos *arcades* e consoles, os microcomputadores (*Personal Computers*), também iniciaram seu processo de popularização ao público em geral na década de 1980 (GADELHA, 2010), e com o contato do público aos PC's, os desenvolvedores e produtores de jogos digitais, logo enxergaram uma nova plataforma de jogos que estava surgindo.

Os PC's tinham uma capacidade de processamento consideravelmente superior à dos consoles, e podiam “rodar” jogos mais complexos (gráfica e processualmente). Desta forma, começaram a ser desenvolvidos jogos exclusivos para PC's⁶, na primeira década dos computadores, foram extremamente difundidos os jogos de *maze* (labirintos) devido a sua “simplicidade” e “facilidade” de produção. Apesar de também serem lançados para *arcades* e consoles os *maze games* dos PC's eram mais detalhados e complexos.

Os *maze games* utilizavam a “câmera” em primeira pessoa (*first person*), para facilitar a jogabilidade, este paradigma de visualização do mundo do jogo, colocando o jogador não como um observador ou controlador, mas, como o personagem em si, com certeza influenciara nos jogos *FPS* que surgiram posteriormente.

No ano de 1992 a produtora de jogos *ID Software*, lançou ao mercado o jogo, *Wolfenstein 3D*, o jogo repetia a fórmula e visual dos *maze games*, porém, surpreendia no enredo do jogo: o personagem B.J Blazkowicz, deveria fugir de uma prisão nazista e assassinar Hitler. Por si só o jogo já carrega uma mudança fundamental, deixava de ter como inimigos os “comunistas” e trazendo a tona novamente os nazistas, outrossim, o jogo não tinha contexto histórico, e misturava realidade com ficção científica e fantasia (ROJAS, 2014).

Wolfenstein 3D foi considerada o Primeiro *FPS*, fato que é discutido, pois muitos jogos (nos *arcades*, consoles e computadores) já haviam

.....
6 Tanto pela diferença dos jogos, quanto pela capacidade de processamento entre as plataformas (Computadores e Consoles) criou-se uma rixa entre os jogadores/jogadoras de computador e os jogadores/jogadoras de consoles. Esta briga continua até hoje, sendo motivo de diversas discussões na internet.

utilizado a perspectiva de Primeira Pessoa em sua jogabilidade, entretanto, podemos definir uma categoria de jogos simplesmente pelo posicionamento de sua “câmera”? A perspectiva em primeira pessoa, se mostra, portanto, ordinária no contexto dos jogos digitais na época, então, *Wolfenstein 3D* pode não ter sido o primeiro jogo digital a utilizar a perspectiva de Primeira Pessoa na história dos jogos, porém, suas influências aos demais jogos *FPS* extrapola a “visão” do jogador, pois o produto que a *ID Software* criou, apresenta e representa uma série de signos que com o passar dos anos seriam ressignificados pelos demais jogos do gênero. *Wolfenstein 3D* seria importante para o mercado de games, porém, são os dois próximos jogos da *ID Software* que irão se tornar extremamente populares e irão alavancar o gênero dos *FPS games*.

Em 1993 e 1994, a *ID Software*, cria, respectivamente os jogos *Doom* e *Doom II*, mantendo os principais elementos de seu primeiro sucesso, os jogos contam com uma história nada ortodoxa (um portal para o inferno é aberto em uma colônia espacial de marte, e um soldado deve sobreviver e acabar com a ameaça), além de melhorias nos gráficos sons e animações.

O final da década de 1990 e início dos anos 2000, são caracterizados, no mercado dos jogos digitais, por ser uma época de crescente utilização do tema Segunda Guerra Mundial nos jogos digitais, principalmente com o lançamento de franquias de *FPS's* icônicas no mundos dos *games*, como: *Medal of Honor*, *Call of Duty* e *Battlefield*, para citar as mais famosas. Não podemos deixar de observar, a importância e quantidade de vezes que o tema da Segunda Guerra Mundial, foi utilizado nos jogos *FPS* do final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Para Santos, a popularização do tema de Segunda Guerra Mundial, não se dá somente nos jogos digitais, mas também, nas demais mídias de comunicação de massa, fato decorrente do alto índice de aceitação e identificação (entre o público norte americano) e sucesso (mundial) do filme “O Resgate do Soldado Ryan” (SPIELBERG, 1998) (e posteriormente mas com menos ênfase a série da HBO “*Band of Brothers*”) (SANTOS, 2009, p. 40-43). No filme os soldados norte-americanos são representados como heróis, que se

sacrificaram pelo bem maior, são corajosos e justos (SANTOS, 2009, p. 43-48), dando real sentido ao termo “A Grande Geração” (BROKAW. Apud SANTOS, 2009, p. 114), em inglês *The Greatest Generation*, termo pelo qual são chamadas, nos Estados Unidos da América, as pessoas que nasceram e viveram durante as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, demonstrando o ufanismo dos norte-americanos sobre o passado, sempre ressaltando seu Destino Manifesto nas épocas de crise.

A recorrente utilização de um objeto para se produzir um mesmo significado, demonstra que a forma como o significante apresenta o objeto, com o uso habitual, acaba por se tornar uma regra ou convenção, o que para Joly, é extremamente importante para a criação de signos e construção da imagem de algo (JOLY 1999, p. 38-40). Os *FPS* criaram uma série de signos que os identificam e os significam, enquanto que, em decorrência do fenômeno cultural criado pelo filme “O Resgate do Soldado Ryan” (SANTOS, 2009, p.43-48) foram criados outros signos que são socialmente compreendidos e validados como representação da Segunda Guerra Mundial. Assim, a mídia dos jogos digitais (especialmente os *FPS* que são nosso objeto de estudo) transpôs e ressignificou para si, diversos signos criados e ressaltados pelo filme, que em conjunto com os signos inerentes ao gênero (de jogo digital) formam, em síntese, um novo grupo de signos que se estabelecem como válidos para a mídia.

O estabelecimento da representação da Segunda Guerra Mundial nos jogos digitais e a criação de signos, que são compartilhados, significados e ressignificados pelos jogos que a utilizam como pano de fundo para suas narrativas, terá como alicerce a visão que a sociedade norte-americana nutre sobre a Segunda Guerra e, em última instância sobre si mesma. Ao entendermos que embora os jogos sejam criados para a sociedade a sua principal característica é que eles são criados pela sociedade, devemos antes de analisar um jogo, ver em qual contexto e por qual sociedade ele foi produzido.

Para Purdy, a crise econômica de 1973, conhecida como “crise do petróleo” (que tem raízes político/culturais, pois o petróleo estava sendo usado como arma de retaliação pelos países árabes do Oriente Médio,

contra os países “ocidentais”, principalmente Estados Unidos) tornou o campo político dos Estados Unidos fértil para acolher ideias mais conservadoras de uma “nova direita” que surgia nos Estados Unidos (PURDY, 2011, p. 257-258). Essa “nova direita” apresentada por Purdy terá representação na Casa Branca nos governos “republicanos de Ronald Reagan (1980-1988), George Bush Sr. (1988-1992) e do democrata Bill Clinton (1992-2000)” (PURDY, 2011, p.257), da mesma maneira que “passou a dominar a vida intelectual, cultural, política e grandes setores da mídia norte-americana, especialmente depois da queda do muro de Berlim em 1989” (PURDY, 2011, p.257).

De 1980 à 2000, com a “nova direita” no poder, houve a sistemática adoção e implantação do neoliberalismo, as ações do governo diminuíram tanto os impostos pagos pelas empresas ao governo, quanto os direitos trabalhistas garantidos à população, o que aumentou o lucro das famílias ricas e das grandes empresas, mas não aumentou o salário dos trabalhadores nem gerou mais empregos, socialmente as lutas sociais (principalmente dos negros, mulheres e LGBT) (PURDY, 2011, p. 263-269) ganharam maior visibilidade; a política externa dos Estados Unidos vai se caracterizar pela intensa interferência e intervenção diplomática e militar do governo norte-americano em territórios e questões políticas ao redor do globo, dando prosseguimento ao “novo imperialismo” (PURDY, 2011, p. 260-262) que iniciou ao final da Segunda Guerra, para a manutenção de seu poder político e preservação de seu *status* de liderança mundial. No bojo deste “novo imperialismo”, os Estados Unidos tiveram de investir economicamente e socialmente para o fortalecimento de seu militarismo.

Se durante o período de 1980-2000 o militarismo e o belicismo dos Estados Unidos foi exaltado através de sua política externa, tal construção não cessou com a subida de George W. Bush filho à Casa Branca. No ano de 2000, para concorrer contra Al Gore, o forte candidato à presidência pelo partido Democrata, o Partido Republicano lançou a candidatura de George W. Bush (governador do Texas e filho do ex-presidente George H.W. Bush)

para a presidência do país. A família Bush é uma das mais poderosas dos Estados Unidos, ligada à indústria bélica norte-americana e à extração de petróleo por todo o mundo, Bush filho (como ficou conhecido) usou não só o dinheiro da família, como a sua influência para ganhar as eleições (BANDEIRA, 2009, p. 620-622), tornando-se o quadragésimo sexto presidente dos Estados Unidos.

Foi durante o primeiro mandato de Bush que ocorrerá os atentados de 11 de Setembro de 2001, ocasião na qual aviões comerciais, sequestrados por membros da *Al-Qaeda* colidiram contra o *World Trade Center* e o Pentágono, o ataque “terrorista” realizado em território norte-americano, fez com que Bush declarasse que os Estados Unidos iniciariam uma “Guerra ao Terror”, na qual iriam caçar e eliminar grupos radicais que se opusessem aos valores do mundo Ocidental (diga-se de passagem aquilo que os Estados Unidos da América consideram como valores ocidentais). Mais uma vez, os Estados Unidos emergiam como campeões da liberdade e dos valores ocidentais, batendo de frente com inimigos “extremistas” e com objetivos “nefastos”, o desencadeamento de ações militares ligadas a “Guerra ao Terror” e sua utilização como propaganda garantiram à Bush sua reeleição.

Os Estados Unidos, são comumente retratados como defensores da liberdade, dos direitos e da justiça, imagem que é construída de forma incoerente para Sidney Lens, citado por Santos, “[...]que afirma haver um equívoco em relação a visão e que os EUA seja um país pacifista e de que se envolve apenas na luta por valores de liberdade e pela democracia. Este autor evidencia a predominância do belicismo por aspectos econômicos, políticos e territoriais.” (LENS *apud* SANTOS, 2009, p.36). Um fator que é de suma importância para o sucesso dos jogos com temática da Segunda Guerra Mundial, é o fato do conflito ser tido como uma “guerra justa” contra um inimigo poderoso e com intenções maléficas (sendo “fácil” estabelecer os Aliados como bons, em contrapartida dos nazistas do mau), em contrapartida jogos que utilizam a campanha norte-americana na Guerra do Vietnã como temática, não tem um número expressivo e não alcançaram

um sucesso perene (fato que podemos relacionar devido a controversa atuação das forças armadas norte-americanas no Vietnã⁷).

A sociedade norte-americana estruturou-se historicamente com base em uma cultura belicosa, partindo do entendimento de que sua autonomia e paz necessitava de um estado e “eterna vigilância”, pautando sua política externa no intervencionismo. O aspecto belicista e militarista é latente na cultura norte-americana, sendo largamente explorado e influente nas mídias de comunicação de massa. Um dos maiores exemplos do belicismo inerente à cultura dos Estados Unidos, que é representado na indústria de jogos digitais, é o lançamento do jogo *America's Army* (2001), um jogo produzido oficialmente pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que custou mais de US\$ 6 milhões e foi distribuído de graça, com o intuito de aumentar o recrutamento do exército que vinha decaindo (SANTOS, 2009, p. 28-29).

No decorrer da primeira década do século XXI, com o cenário da “Segunda Guerra Mundial” saturado nos jogos digitais, e através dos acontecimentos político/militares em que os Estados Unidos da América se envolvem (Guerra no Iraque, Guerra no Afeganistão) inicia-se um movimento em direção à novas construções em relação a representação da guerra nos *FPS's*.

A Segunda Guerra Mundial, deixa seu protagonismo para que a “Guerra Moderna” tome lugar nas representações em jogos. A “Guerra Moderna”, então, deve ressignificar os signos estabelecidos culturalmente (pelo “Ocidente”), para criar representações verossímeis dos “novos” inimigos do Ocidente (diga-se de passagem Estados Unidos da América) e de como estes representam uma ameaça ao mundo Ocidental.

.....
7 Sendo um dos maiores conflitos bélicos em que os EUA se envolveram após a Segunda Guerra, a Guerra do Vietnã, surgiu como uma representação de um embate, tanto real (forças do Vietnã do Norte, contra forças do Vietnã do Sul e dos Estados Unidos) quanto simbólico (capitalismo x comunismo), no qual, apesar de vencer as batalhas, os Estados Unidos foram derrotados principalmente pela perda de apoio tanto internacional quanto nacional. A opinião pública se voltou contra os EUA, pois, “Os frequentes massacres da população civil vietnamita por tropas americanas-divulgados pela mídia na época e, mais tarde, explorados em filmes [...] além do grande impacto no Vietnã, afetaram o moral de muitas tropas americanas e a opinião pública nos Estados Unidos.” (PURDY, 2011, p. 241).

Assim, compreendemos a importância em se analisar como se dá esta transição do inimigo nazista, que embora representado através do meio audiovisual é “real”, para, um inimigo “novo”, imaginado, mas, que carrega toda a capacidade de se construir como “real”, ou ao menos, verossímil. Não somente à transição entre as duas construções de inimigos se mostra fértil ao campo da História, a construção deste “novo inimigo”, em si, é um convite para a análise de como os jogos digitais utilizam e criam representações sobre nossa sociedade.

Apesar da velocidade com que o “mundo” dos jogos digitais se transforma, compreendemos, ainda, que existe a possibilidade de o analisarmos historicamente, compreendendo e discutindo, como se dá a construção de imagens pelos jogos, e como esta é influenciada (através da convenção de representações criadas pela sociedade que a lê) e influencia (através da propagação de tais signos e de suas especificidades) seus receptores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: Da Guerra Contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª Ed, 2009.
- BARROS, José D’Assunção. Paul Ricoeur e a Narrativa Histórica. **Revista História, imagem e narrativas**, nº 12, abril/2011. <http://www.historiaimagem.com.br>, 2011.
- BATCHELOR, James. Global Games Market Value Rising to \$134.9bn in 2018, 2018. Disponível em: <https://www.gamesindustry.biz/articles/2018-12-18-global-games-market-value-rose-to-usd134-9bn-in-2018>. Acesso em: 05 mar, 2019.
- FORNACIARI, Marco de Almeida. A Guerra Em Jogo: A Segunda Guerra Mundial em **Call of Duty, 2003-2008**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016.
- FRANCISCO, Ricardo Jeferson Da Silva. **Os Jogos de Interpretação de Personagens e suas Perspectivas no Ensino de História**. Dissertação. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

GADELHA, Julia. **A Evolução dos computadores**. 2010. Disponível em: <http://www2.ic.uff.br/~aconci/evolucao.html>. Acesso em: 05 out. 2019.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 2ª ed. Campinas. Papyrus. 1999.

LEITE, Leonardo Cardarelli. **Jogos Eletrônicos Multi-Plataforma Compreendendo as Plataformas de Jogo e seus jogos através de uma análise em design**. Dissertação (Mestrado em Artes), Programa de Pós-Graduação em Artes da PUC-Rio, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

PURDY, Sean. **O Século Americano**. In; KARNAL, Leandro. *et al.* **História dos Estados Unidos**. 3ª Ed, São Paulo, Contexto, 2011.

ROJAS, Fred. **Gaming History 101**. Looking back at Wolfenstein 3D. Disponível em: <https://gaminghistory101.com/2014/09/06/wolfenstein-3d/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ROUSE, Richard III. **Game design: theory & practice**. 2nd.ed. Plano: Wordware, 2005.

SANTOS, Christiano B. M. dos. **Medal of Honor e a Construção da Memória da Segunda Guerra Mundial**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

ST 08
MEMÓRIA, IDENTIDADE E
DISCURSOS ÉTNICOS

COORDENAÇÃO

DANIEL LUCIANO GEVEHR (FACCAT)

RODRIGO LUIS DOS SANTOS (UNISINOS)

POR QUE ESTUDAR MINORIAS ÉTNICAS: A PRODUÇÃO DAS INVISIBILIDADES SOCIAIS E AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO VALE DO PARANHANA (RS)

DANIEL LUCIANO GEVEHR
PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR)
FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA (FACCAT)
DANIELGEVEHR@FACCAT.BR

DILANI SILVEIRA BASSAN
PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR)
FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA (FACCAT)
DILANIB@FACCAT.BR

INTRODUÇÃO

O cenário da imigração internacional contemporânea no Brasil contempla o fluxo de imigrantes haitianos a partir de 2010. Os destinos prioritários têm sido os estados das regiões Sul e Sudeste (CAVALCANTI, 2015). A imigração internacional tem por base fatores econômicos, políticos, sociais e humanitários, ademais esse fluxo de migração se caracteriza pela busca de melhores condições de vida superando a emigração de quem busca ocupar um espaço em centros comerciais, servindo-se como mão de obra. (AMORIM, 2012; RODRIGUES, 2013; FERNANDES, 2014).

Ocorre no processo de imigração um contraste de cultura, consequentemente pressupõe-se um conflito/crise e uma posterior adaptação ao

novo ambiente cultural. Apesar dessa conotação, os imigrantes ainda optam por esse caminho na busca de uma vida melhor (OLIVEIRA, 2016). Apesar das medidas governamentais e do apoio da sociedade civil organizada, a falta de instrumentos legais de uma política migratória adequada faz com que a chegada desses imigrantes ao país se transforme em uma situação única e desafiadora para toda a sociedade brasileira.

Por sua vez, os imigrantes acreditam que a baixa fluência em português e o baixo acesso a bons trabalhos sejam as maiores barreiras para o imigrante. Outras dificuldades estão relacionadas ao processo de adaptação cultural, relações de trabalho, baixa remuneração, custo de vida e distância dos familiares. Para os haitianos, a vinda para o Brasil gerou grande expectativa, imaginavam grandes oportunidades de trabalho e renda. Apesar de não terem alcançado a expectativa em sua plenitude, avaliam que o Brasil oferece melhores condições de moradia, saúde, direitos e trabalho do que a que possuíam no Haiti (ASSIS, 2017).

Os desafios da inclusão desses imigrantes refugiados relacionam-se ao idioma, à cultura diversa da brasileira, à situação de extrema vulnerabilidade social e requer da sociedade brasileira ações humanitárias e de solidariedade entre povos. Essa população precisa integrar-se às comunidades locais e, por isso, torna-se necessário que as cidades forneçam infraestrutura de acolhimento, informações e meios para regularização da estadia destes no Brasil.

A invisibilidade dos migrantes, nos lugares de chegada, são produzidos, muitas vezes, pela dinâmica social que se estabelece entre aqueles que *estão* e aqueles que *chegam*. Compreendidos, pelas comunidade que os recebe, como “forasteiros”, vindos de terras distantes, que passam a competir postos de trabalhos e modificar, em diferentes níveis e esferas, a dinâmica social do lugar, os migrantes são tratados de forma que não consigam ser vistos de forma que, possam conquistar posições de equidade e visibilidade social.

Esse processo acaba, por conseguinte, contribuindo para que essas minorias étnicas, não sejam percebidas ou até mesmo, reconhecidas pelo poder público local, como grupos que têm direitos de acesso às condições

básicas de sobrevivência, como o acesso aos serviços básicos de saúde, garantidos pelo SUS.

No que tange a saúde, apesar do direito à saúde ser um direito fundamental reconhecido pela constituição federal, ao pesquisarmos o tema do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos imigrantes no Brasil percebemos que suas vias se encontram obstaculizadas. Além das barreiras encontradas no idioma, baixos salários, habitação inadequada, baixo acesso a estudo e a dificuldade para validação de títulos haitianos de graduação e/ou profissionalizantes. Também são encontrados dificuldade dos profissionais de saúde em não compreender as queixas dos usuários imigrantes, bem como, os pacientes em não entender as orientações dos profissionais (GARCIA JESKE, 2016; SPAREMBERGER., 2017).

Segundo o princípio constitucional e doutrinário do SUS de universalidade do acesso à saúde, o primeiro ponto a se esclarecer é que toda a população imigrante tem direito a atenção à saúde de maneira humanizada e qualificada. Além disso, no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a competência cultural é um aspecto derivativo que envolve o reconhecimento das necessidades de diferentes grupos populacionais, de acordo com suas características étnicas, raciais e culturais, entendendo suas representações sobre o processo saúde-doença.

Diante disso, o estudo se questiona: *como transcorre o processo migratório, a inserção social e o acesso dos imigrantes a Rede de Atenção à Saúde na região do Vale do Paranhana? E quais os recursos utilizados para acessar os serviços da Rede de atenção à Saúde?* Nessa perspectiva, o texto apresentado apresenta o percurso teórico-metodológico da pesquisa, descrevendo e problematizando os conceitos e as etapas que norteiam a investigação.

O estudo tem uma abordagem qualitativa, exploratório-descritiva. Optou-se em desenvolver em etapas qualitativas, com base em Minayo (2014), pois a proposta dialética é considerada como a que melhor responde às necessidades da pesquisa social no campo da saúde. O projeto de pesquisa insere-se na vertente qualitativa. Segundo a autora, a abordagem qualitativa busca responder questões muito particulares, valorizando os significados,

aspirações, motivos, valores, atitudes e crenças, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Neste aspecto, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo investigativo, que busca compreender em profundidade o fenômeno estudado no cenário em que ocorre e do qual faz parte.

O cenário de pesquisa contempla dois municípios do Vale do Paranhana: Igrejinha e Taquara. Os sujeitos da pesquisa serão os haitianos, senegaleses, venezuelanos e colombianos, por evidências de que são os imigrantes que mais migram para o Brasil. O estudo será desenvolvido em três fases, a primeira fase com a realização revisão bibliográfica acerca do tema foco da pesquisa. A segunda fase, com o aporte do estudo etnográfico, através de observações participantes e análise documental de prontuários. E por último a terceira fase, através de entrevistas clínicas, cujo a escuta clínica exige ir além do ouvir para escutar aquilo que não é dito, que pode se manifestar, por exemplo, através do silêncio, do vazio ao se falar da situação que vivenciada.

Os dados serão analisados à luz da Análise de Conteúdo Temática, proposta por Minayo, a qual consiste em agrupar as unidades de significação, em núcleos de sentido, os quais constituem uma comunicação em que a frequência, a presença ou mesmo a ausência, possuam algum significado para o objeto de estudo. E, para finalizar a análise dos dados, o tratamento dos resultados e interpretação, será realizado a intersecção das interpretações, e após a discussão dos resultados, fundamentada nos referenciais de processos migratórios contemporâneos e a inserção dos imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em respeito aos aspectos bioéticos, todos os participantes precisarão fornecer o consentimento informado antes de qualquer procedimento do estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O proveniente estudo, necessitará da aplicabilidade de um TCLE, contemplando as demais etapas da pesquisa. Este estudo segue as orientações da resolução 466/12 do CNS/CONEP, referente à pesquisas com seres humanos, assim como também a resolução 510/16 do

CNS/CONEP sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais onde será feita a submissão na Plataforma Brasil para a apreciação da Comissão Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT.

LEVANTANDO CONCEITOS: A REGIÃO E AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A proposta de análise de uma região deve levar em conta a delimitação do espaço a ser estudado para que seja preservada a identidade local e as características regionais. Para que isso seja possível, é necessário delinear o conceito de região. Uma das possibilidades de se entender região é a que aponta para sua própria identidade. Apresenta-se como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade (SANTOS, 1992).

Contudo, região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, a cada momento histórico a região ou subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades (SANTOS, 1996). A região também pode designar em uma área geográfica com certas características homogêneas ou comuns que a distinguem de áreas adjacentes ou de outras regiões. Também é utilizada frequentemente como unidade político-administrativa (ALBAGLI, 2004).

No entanto, a região entendida sob o enfoque social, deve ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de identidade que expressem a cultura, a economia e a política regional. A região é caracterizada pelos laços de pertencimento e, também pode ser considerada como uma demarcação político-administrativa que mostra um grau de homogeneidade sociohistórica. Todavia, o conceito de região remete a diferentes reflexões. No entanto, cada autor inclui na formulação dos conceitos, noções naturais ou ambientais, econômicas, sociais, culturais, bem como, aspectos históricos que deram origem e especificidade a cada região.

A região está inserida em um processo de diversidade e de ação humana sobre o território. O processo de regionalização está vinculado a

diferenciação de áreas, ou seja, a ação humana sobre o espaço que resulta em um processo complexo, que tende a dividir o espaço ocupado pelo homem e, ao mesmo tempo, integrá-lo. O modo de produção capitalista foi responsável por acentuar a regionalização, pela diferenciação e integração verificada dentro da mundialização da economia. A região, pode assim, ser considerada inserida na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (CORRÊA, 1997).

A construção da região é resultado de um processo dialético de articulação, entre o processo histórico e os interesses específicos dos agentes e/ou atores sociais, imprimindo características específicas a determinado espaço. Dessa forma, a geografia é a ciência que permite a compreensão da organização do espaço, através do processo histórico. As reflexões, apresentadas a seguir, partem de duas dimensões teóricas: a primeira se refere ao território e sua dinâmica, procurando entender como o indivíduo se relaciona com o território, especialmente a partir de sua dimensão social e econômica.

A segunda dimensão trata da mobilidade espacial, que tem por objetivo qualificar o debate das migrações e dos deslocamentos populacionais. Nesse sentido, as investigações acerca dessas duas dimensões teóricas enfatizam a importância dos migrantes para a formação dos territórios, especialmente os de destino.

A compreensão do processo que envolve essas dimensões passa pelo conhecimento do significado de território e qual a sua representatividade, assim como ocorre o deslocamento de pessoas que o constitui e o identifica. Nesse contexto, o recorte regional é significativo para a compreensão da mobilidade populacional, com ênfase nas suas especificidades regionais, visando mostrar como as transformações e as contradições presentes em sua dinâmica podem influenciar na configuração do território.

A proposta de uma definição para território faz parte de um intenso debate sobre a formação de um conceito único. O termo território ligado à Geografia, pode, também, ser definido pela Economia, pela Filosofia e pela Sociologia, mostrando a polissemia desse conceito. Dessa forma, o conceito de território é um dos fundamentos da pesquisa, ou seja,

é no território que ocorre a construção de relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

É no território que os grupos sociais disputam e afirmam seus interesses, ou seja, defende-se nesta pesquisa o território construído a partir dos agentes sociais. O conceito de território como categoria geográfica construída historicamente faz com que se apreenda a natureza primeira das ações humanas realizadas por atores sociais, investigadas por meio dos objetos, de ações e pela cultura.

Na geografia moderna, o território, em seu sentido mais legítimo, está associado à ideia de Estado, uma categoria básica e longa; no sentido mais estrito, território significa a extensão de um país (SILVEIRA, 2008). Essa definição apresentou-se insuficiente, já que o conceito de território é polissêmico e não se esgota em si mesmo. Porém as ideias, textos e discussões convergem para um ponto comum, ou seja, o território como lugar em que se estabelecem as relações de poder entre os distintos agentes (SANTOS, 1996).

Já a dinâmica atribuída ao território, tem origem justamente nas ações humanas, no comportamento das pessoas, instituições, empresas, variando de acordo com a origem, a força, a intencionalidade e os conflitos. O território usado é um campo que, independente das forças atuantes e da desigualdade entre elas, contribui para a geração de diferentes situações (SILVEIRA, 2011). Embora o termo território, em sua origem latina, tenha o significado de “terra pertencente a alguém”, esse pode ser construído e também desconstruído, sem que seja necessária uma vinculação com o Estado-Nação, ou seja, na estruturação de um território não existe a necessidade da participação do Estado-Nação (BRITO, 2005).

A noção de território é posterior à de espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator que, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o territorializa. Desse modo, “a apropriação, produção e dominação do espaço, historicamente gera o território. Isso ocorre de maneira processual e relacional através das relações sociais (econômicas, políticas e culturais) e das diversas redes que estabelecemos diariamente” (RAFFESTIN, 1993).

O movimento que ocorre no território em determinado momento torna-se histórico e relacional, envolvendo distintos grupos sociais em períodos e espaços diferentes, construído com base em redes, nós e malhas que estabelecem territórios diferenciados, no tempo e no espaço, formados por meio de relações de poder, redes, desigualdades, diferenças e identidades (RAFFESTIN, 1993).

Tendo em vista que a pesquisa investiga a dinâmica das migrações e as trajetórias dos migrantes, faz-se necessário compreender a relação existente entre o migrante e o território de origem e, principalmente, o de destino, local este em que serão construídas novas relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Por vezes, os migrantes podem sentir-se “estrangeiros” no território de destino. Nesse processo, o migrante é discriminado por carregar ideologias, crenças e culturas diferentes daquelas da sociedade de destino. No entanto, para o migrante, a busca de melhores condições de vida representa a motivação para enfrentar as diversidades da migração.

As migrações representam um fenômeno social complexo, portador de múltiplos sentidos que vão além das expectativas da sociedade receptora do migrante. Todavia, há uma tendência de que as sociedades receptoras aceitem os migrantes apenas como força de trabalho. A migração cria, então, uma situação de desequilíbrio entre as expectativas e o grande poder que tem o migrante de transformar a sociedade receptora. Dessa forma, a construção de territórios de migração guarda vários sentidos e contradições (PAIVA, 2013).

A dinâmica territorial envolve o deslocamento de pessoas, como citado acima, representado pelas migrações, objeto desta pesquisa, porém os estudos sobre dinâmica territorial ainda contemplam os fluxos de mercadorias, informação e valores. Esses elementos intensificam as relações entre regiões e, ao mesmo tempo, as fazem diferentes umas das outras. A dinâmica cria um fluxo no território e entre territórios, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais, fatores esses que vão alterando as configurações dos territórios e tornando-os distintos.

Os fatores responsáveis pelas mudanças no território criam hierarquia de lugares e redefinem a capacidade de agir das pessoas, das firmas

e das instituições. As relações que fazem parte da dinâmica territorial são assimétricas, pois tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, aumentando as diferenças existentes, ou seja, transformando os lugares.

Constata-se, então, a importância da formação social de uma região e de suas relações com o contexto global. A Geografia tem um papel relevante na construção desse conhecimento. No processo de formação de uma região, os fatores sociais e econômicos são os eixos das diferentes formações sociais, que têm identidades próprias, mas, dentro de um processo dinâmico, também são influenciadas por forças externas, hegemônicas.

O que determina a formação do território é a divisão social do trabalho. É a partir do trabalho, da produção, que ocorrem as transformações territoriais. Assim, o papel do “homem” como formador da sociedade é fundamental na investigação das mudanças ocorridas nos territórios, pois é por sua influência que as mesmas acontecem.

A HISTORICIDADE DO LUGAR: IDENTIDADE E FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

Para pensar a identidade cultural do território, é preciso, antes de mais nada, pensar na formação histórica do espaço regional estudado, cuja representação cultural remete, inevitavelmente, à história da imigração alemã e a colonização dos alemães na região. Portanto, é preciso lembrar que a colonização alemã em Taquara [município sede e do qual Igrejinha se emancipou em 1964] lócus da pesquisa, teve início em 1846, com a chegada dos primeiros imigrantes.

O nome do município é proveniente de “taquaral”, vegetação de bambus silvestres, que cobria as margens do rio dos Sinos, até então denominada Colônia do Mundo Novo, após emancipação política de São Leopoldo, passando a chamar-se de Taquara do Mundo Novo, fundada por Tristão Monteiro (MOSSMANN, 2007).

Pesquisas mais recentes sobre cultura, identidade, raça e etnia apresentam-se, cada vez mais expressivas no meio acadêmico, permitindo reafirmar a pluralidade de representações e identidades relacionadas a cultura

[e suas diferentes expressões] contemporâneas. Com a globalização reduziram-se – ainda que dadas as devidas proporções – as distâncias e aproximaram-se para nossa “vizinhança” culturas, pensamentos, ideias e línguas que, em sua maioria, nossos antepassados jamais haviam ouvido falar [ou até mesmo imaginado existir]. A proximidade, produziu sentimentos contraditórios, assim como tornou o mundo mais diversificado e dinâmico, em sua constituição cultural. Isto serviu de incentivo para um processo de valorização das diferenças, de diferentes matrizes.

A cultura [e tudo que a ela se associa material e imaterialmente] é compreendida como parte das manifestações de um grupo social, e que nesse contexto, passa a ser colocada como ponto central da discussão. O estudo busca compreender os traços culturais – expressos através de determinadas interações dos grupos étnicos – e que manifestam parte da sua identidade, trazida do seu território de origem [seja ele nacional ou mesmo regional]. O que se coloca como elemento fundamental na pesquisa, é compreender como os diferentes grupos de imigrantes – que compartilham de uma identidade étnica singular – se identificam com o sentimento – comum – de pertencer a determinado grupo, e com o qual o indivíduo partilha as mesmas tradições (HOBSBAWN, 2008).

Essa correlação de forças identitárias é fundamental para compreender as formas e os mecanismos envolvidos na inserção destes grupos no novo território de chegada e, finalmente, na dinâmica de inserção dos mesmos no sistema público de atendimento à saúde (SUS). Para melhor compreender essa questão, deve-se lembrar que os aspectos multiculturais e suas teorizações, de caráter cada vez mais globalizante, abrangem, também, a multiplicidade, enquanto uma característica contemporânea (HALL, 2014).

A identidade cultural da região do Vale do Paranhana [assim como das próprias localidades – bairros – nos quais os imigrantes se instalam] está diretamente ligada a presença da imigração alemã, cujas origens remetem ao século XIX e a fundação da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, que é considerada o berço da imigração alemã no Brasil. A presença de uma cultura – pretensamente dominante – impõe a necessidade de reconhecer

os novos migrantes [imigrante contemporâneos] como sujeitos diferentes, dotados de uma cultura “estrangeira”, alheia e que causa estranhamento em relação à cultura regional, cujos traços procuram manifestar ainda – de forma evidente – os valores e tradições dos imigrantes alemães.

O estudo propõe uma análise crítica sobre as manifestações culturais presentes na atualidade da localidade, que se vê e se percebe como dinâmica, na medida em que outros grupos étnicos e de diferentes nacionalidade, trazem para o território de chegada, novos elementos culturais, que passam a ser conflitantes – mas ao mesmo tempo – provocam atualização da cultura regional. Através da investigação dos costumes e das tradições destes diferentes grupos imigrantes, pretende-se compreender como a cultura se manifesta na atualidade e como essa se apresenta como uma preocupação evidente dos moradores do lugar, frente às transformações territoriais provocadas pelos processos migratórios.

Em face ao exposto, considera-se a observação sobre o conceito de *etnia*. Compreendendo a cultura como constituída, também, através das influências e trocas sociais, há de observar que a interpretação de um grupo étnico, deve tomar como elemento fundamental, a representação da cultura, que os identifica como grupo, de acordo com os símbolos culturais manifestos – e expressos de diferentes formas – no cotidiano.

Com isso, parte-se da ideia de que *etnia* ou *etnicidade* (POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, 1998) são conceitos fundamentais para pensar o objeto da pesquisa e, através dos quais, pode-se pensar na relação existente entre os processos que envolvem a preservação das memórias e dos sentimentos associados à identidade étnica – tanto dos grupos que “estão” quanto daqueles que “chegam.”

A SAÚDE DOS IMIGRANTES: O SUS E O RAS

É a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88), que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Logo foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, que abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o

transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país (BRASIL, 2018)

O Sistema Único de Saúde (SUS), portanto iniciou-se no Brasil em 1988 e se instituiu pela a Lei Orgânica nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado (BRASIL, 1990).

Esse Sistema de Saúde embasa-se em três grandes princípios, o primeiro a universalização, que diz que a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. O segundo a *equidade*, que traça por objetivo o princípio de diminuir desigualdades. Já o terceiro traz a *integralidade*, princípio que considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades.

Esses princípios sucedem aos princípios organizativos do SUS, que compreendem na *regionalização e hierarquização, sistematizando* os serviços sendo que devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida. A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região (BRASIL, 1990).

Os princípios organizativos contemplam também a *descentralização e comando único*, esses enfatizam que descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir

o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos. No SUS, a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função.

Para que valha o princípio da descentralização, existe a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade (BRASIL, 1990). E a *participação popular*, onde a sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde (BRASIL, 1990).

Em relação aos imigrantes, focos da pesquisa, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1990) estes possuem os mesmos direitos ao acesso à saúde que os demais brasileiros têm. Ressalta-se que a migração internacional é atualmente considerada um dos maiores desafios a nível mundial, surgindo como fonte de reflexão para a generalidade dos países, o que enfatiza a necessidade de compreensão da movimentação da população e do seu impacto, quer para os países de acolhimento, trânsito e origem (CARBALLO, M; NERUKAR, 2001).

Já as diretrizes, que organizam a Rede de Atenção à Saúde (RAS), foram criadas pela Portaria n. 4.279 de 30 de dezembro de 2010, e são definidas como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. Essa organização, exige uma dinamicidade na gestão, considerando a regionalização e a descentralização do SUS. Com o intuito de reforçar a organização de ações e serviços integrados por municípios com similaridades regionais, desta forma, garante melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, as RAS constituem-se de sistemas integrados que se propõem a prestar atenção à saúde adequada para uma população

adscrita em um território. Caracterizam-se pela formação de relações horizontais entre os diversos pontos de atenção – espaços onde se ofertam determinados serviços de saúde –, como os domicílios, as unidades básicas de saúde, os ambulatórios especializados, a policlínicas, as maternidades, os hospitais, entre outros, tendo a Atenção Primária à Saúde (APS) como coordenadora do cuidado e ordenadora do acesso dos usuários aos demais pontos de atenção (BRASIL, 1990; MENDES, 2014)

As RAS são entendidas como arranjos organizativos de unidades funcionais de saúde, pontos de atenção e apoio diagnóstico e terapêutico, onde são desenvolvidos procedimentos de diferentes densidades tecnológicas que, integrados através de sistemas de apoio e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. A sua estruturação apresenta-se como um caminho possível de consolidação de sistemas de saúde integrados que favoreçam o acesso dos indivíduos, com ênfase na integralidade e continuidade do cuidado.

Esse modelo de redes regionais de atenção à saúde no SUS, é favorecida atualmente pelo Pacto de Gestão e se constitui em uma das estratégias para a regionalização. No entanto, necessita de cooperação solidária entre os municípios de determinada região de saúde e a qualificação da APS como instância organizadora do sistema e coordenadora do cuidado ofertado (LAVRAS, 2011; BRASIL, 2006).

A operacionalização da RAS ocorre pela interação de três elementos constitutivos: a população e região de saúde; a estrutura operacional; e um modelo de atenção à saúde. A definição da população é o ponto de partida para a organização da rede de atenção à saúde. São analisadas as condições de vida, ambiente e de acesso aos serviços de saúde, definindo, assim, o território em uma região de saúde.

Através da análise do território são apontadas as situações problemáticas, as necessidades e a situação em saúde da população em uma determinada região. A região de saúde é formada por agrupamentos de municípios vizinhos e próximos, considerando identidades culturais, econômicas e sociais, de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados,

com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (BRASIL, 2011).

A estrutura operacional da RAS constitui-se diferentes pontos de atenção à saúde, ou seja, lugares institucionais onde se ofertam serviços de saúde, que incluem além da APS a Atenção Secundária e Terciária, os sistemas de apoio, logísticos e o sistema de governança. Já o modelo de atenção à saúde é um sistema lógico que organiza o funcionamento das RAS. Articula de forma singular, as relações entre a população e suas subpopulações – grupos de riscos – os focos das intervenções do sistema de atenção à saúde e os diferentes tipos de intervenções sanitárias (BRASIL, 2006; MENDES, 2014; RODRIGUES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, espera-se contribuir, na perspectiva teórico-metodológica, para a compreensão sobre os processos migratórios contemporâneos e, como procede a dinâmica do acesso dos imigrantes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo essas questões como referência da análise proposta, acredita-se contribuir, também, para se pensar no potencial da pesquisa empírica, na medida em que se propõe melhor compreender a dinâmica que se associa ao processo de estruturação e implementação de futuras estratégias de melhoria de acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade.

Isto tudo, pensado, especialmente, para o atendimento ao imigrante, que chega e se estabelece em um território desconhecido do contexto vivenciado até o momento da partida do território emigrado. Nele, as condições de saúde, podem se apresentar diversas de sua cultura e de seu cotidiano, conflitantes na nova terra recém chegada, na qual são, muitas vezes, tornados invisíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, Christiano. MORELLI, G. LAGES, V. N. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume-Dumará, 2004. p. 23-70.
- AMORIM, Sérgio Gonçalves de. **Contextualização do debate brasileiro acerca das migrações internacionais** – Uma análise a partir do caso haitiano. Lindóia/SP – 2012.
- ASSIS, Neoma Mendes *et al.* Acolhimento de imigrantes haitianos via integração ensino-serviço-pesquisa na atenção primária à saúde: relato de experiência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 12, n. 39, p. 1-9, 2017.
- BRASIL. Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.
- BRASIL. Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para organização da rede de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Princípios do SUS**. Ministério da Saúde: Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Regionalização solidária e cooperativa: orientação para sua implementação no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional da Saúde. **Lei 8.080 de 19/09/1990**. Ministério da Saúde: Brasília, 1990.
- BRITO, Cristóvão. Algumas observações sobre o conceito de território. *Agora*. v.11, n.2, p.115- 131, jul/dez. 2005.
- CARBALLO, M; NERUKAR, A. Migration, refugees, and health risks. **Emerging Infectious Diseases**, v. 7, n. 3, p. 556 560, 2001.
- CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. **PÉRIPILOS. Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 1, n. 2, 2015.
- CORRÊA, Roberto. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajéorias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DE OLIVEIRA, Micheline Ramos et al. Resignificação da identidade no processo de imigração haitiana: uma pesquisa numa cidade do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 2, n. 2, p. 145-159, 2016.
- FERNANDES, Duval, CASTRO, Maria da Consolação Gomes. A migração haitiana para o Brasil: Resultado da pesquisa no destino. In: La Migración Haitiana Hacia Brasil. OIM, **Cuadernos Migratorios**, n. 6, p. 51-66, 2014.

GARCIA JESKE, Thais; LOPES SPAREMBERGER, Raquel Fabiana. Políticas públicas e sociais: um debate acerca da universalidade do sistema único de saúde (SUS) diante dos imigrantes no Brasil. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 103-133.

HOBSBAWN, E. “Introdução: a invenção das tradições” In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-23.

LAVRAS, Carmen. Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 867-874, 2011.

LEÃO, Luís Henrique da Costa et al. International migration, health, and work: an analysis of Haitians in Mato Grosso State, Brazil. **Cadernos de saúde pública**, v. 33, n. 7, 2017.

MENDES, Eugênio Vilaça. Os modelos de atenção à saúde. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: **Organização Pan-Americana da Saúde**, p. 244-292, 2011

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOSSMANN SOBRINHO, P. G. **Histórias e Fatos do Mundo Novo**. Taquara/RS: FACCAT, 2007.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Ludmila Barbosa Bandeira et al. A atenção primária à saúde na coordenação das redes de atenção: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 343-352, 2014.

RODRIGUES, Viviane Mozine. **Migrantes Haitianos no Brasil: Mitos e Contradições**. 2013.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos de geografia. 4ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. (Org.). **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades cuadernos del cendes. **Tercera época**, set-dez, v. 25, n. 69, 2008.

LA INDUSTRIA DE LA CERVEZA ARTESANAL EN EL RÍO DE LA PLATA A FINALES DEL SIGLO XIX

APELLIDOS: CHAGAS DA ROZA

NOMBRE: TANNIA

INSTITUCIÓN: FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS DE
LA EDUCACIÓN- UDELAR- ESTUDIANTE DE GRADO

CHAGASTANNIA@GMAIL.COM

TANNIA234_@HOTMAIL.COM.UY

RESUMEN

La industria cervecera en Argentina; La cervecería más importante se remarcó a Bieckert, ubicada en las afueras de la ciudad bonaerense, caracterizada originariamente por inmigrantes franceses. En 1868 tenían un solo empleado, pero hacia 1886, ya contaban con 600 operarios, con una producción de 10 pipas cada 10 horas. Las primeras cervecerías en Uruguay, comenzaron hacia la década de 1860: Cervecería Popular, estuvo desde 1866 a 1874, su fundador era Conrado Niding, estaba situada en el Barrio Sur, en las calles Durazno entre Daymán y Arapey. La cervecería cambió de planta industrial hasta 1887, instalada en Yatay 8, en el barrio Goes. Tanto Argentina como Uruguay fueron primordiales para la organización obrera y sobre todo para el planteo de los derechos internacionales en las que se rige no sólo las mejoras salariales, sino que también condiciones edilicias y mejoras en las relaciones entre los dueños de las empresas “talleres” y los artesanos- obreros.

Palabras claves: Patrimonio, Cultura, Historia.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho como objetivos principais, pretendo investigar; como foram as primeiras oficinas de cerveja artesanal no Uruguai e na Argentina, também sabendo se mudaram algumas técnicas ou ferramentas de trabalho ao longo do tempo e como isso afetou a produção. Também é importante na investigação saber quantas empresas havia no final do século XIX e quantas poderiam permanecer.

Além disso, outra incerteza neste artigo é analisar as origens dessas primeiras oficinas, “fábricas”, em termos de nacionalidade europeia, bem como as incertezas trabalhistas dos trabalhadores.

Com a imigração como foco principal, uma nova mentalidade foi canalizada, a de salvar, sacrificar o trabalho e a do esforço individual.

CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1839, o ex-presidente Fructuoso Rivera derrota o governo constitucional do presidente Manuel Oribe. Chama-se Guerra Grande, pois foram confrontados, por um lado, pelos unitaristas argentinos ao lado dos colorados de Montevideú; por outro lado, os brancos da campanha oriental se aliaram aos federais da Argentina, liderados por Juan Manuel de Rosas. Os diferentes pensamentos que marcaram os dois grupos de indivíduos não estavam apenas na esfera política ou nas emoções, mas também se igualaram às dimensões sociais entre um e outro setor, também no aspecto econômico. área muito contemplada e apreciada pelos contemporâneos, como foi o caso do Uruguai e da Argentina.

ARGENTINA

A partir de 1880, na Argentina, começa a se desenvolver com grande aceleração a atividade industrial. Principalmente naquelas dedicadas ao processamento de matérias-primas, principalmente aquelas provenientes do setor agrícola.

Esse período também é conhecido como revolução agrícola, na qual se originou no Pampa, período de 1880 a 1914, também foi o início do processo de industrialização. Segundo Eusebio García sobre o Censo das Indústrias de 1914; (...De 1810 a 1880, o país estava em permanente

estado de guerra, ou lutas internas ou guerra estrangeira. O ano de 1880, no qual a união nacional foi consolidada, pode-se dizer, a data de início das indústrias, bem como o progresso geral do país, progresso que apresenta características realmente surpreendentes em muitas de suas características)¹

Enquanto isso, a União Industrial Argentina mantinha uma posição semelhante em 1923;

(É precisamente entre 1880 e 1890 que foram fundados os primeiros grandes estabelecimentos industriais, mercedores dessa qualificação, alguns dos quais subsistem com sua honrosa tradição...)²

De 1871 a 1914, aproximadamente 5,9 milhões de imigrantes chegaram à Argentina, o que causou um aumento de 3,2 milhões. Segundo Cortés Conde:

(... A maioria dos imigrantes, cerca de 80% deles tinham idade ativa e entraram diretamente no mercado de trabalho).³

A cidade de Buenos Aires, devido à sua grande importância como cidade industrial, teve um aumento considerável em relação à população, em 1869 havia cerca de 177.787 habitantes, enquanto em 1914 a população era de 1.560.986.⁴ A sensação de prosperidade do espírito da época é estabelecida no Primeiro Censo Industrial da cidade de Buenos Aires:

(As antigas indústrias mudam seus procedimentos, desenvolvem e se multiplicam; Centenas de novos são fornecidos com os elementos necessários; grandes e muito caras fábricas são construídas, e nelas o vapor aciona as máquinas mais modernas e aperfeiçoadas; o espírito de associação nasce e cresce vigorosamente, e empresas com muito capital são formadas para a exploração de indústrias já estabelecidas ou a implantação de novas; e em pouco tempo as indústrias da metrópole argentina chegam ao auge mostrado pelas figuras deste censo.)⁵

.....
1 (Tercer Censo Nacional, 1914, Tomo VII, p 10).

2 (La bolsa de comercio en Buenos Aires 1854-1954, p 99).

3 (Tercer Censo Nacional, 1914, Tomo X, p 399).

4 (Díaz, 1975, p 41).

5 (Censo Municipal de la Ciudad de Buenos Aires, 1887, Tomo II, p 313).

As empresas que se destacam como competitivas neste período em relação à melhor tecnologia estão no campo de; fábricas de conservas, macarrão e moinhos de farinha. Em relação às geladeiras, suas exportações foram frutíferas por volta de 1888, com cerca de 18.000 toneladas. No setor de alimentos, destacam-se cervejas, fábricas de sidra, chocolates, bebidas espirituosas, vinhos, vinagres e álcoois. A cervejaria mais importante se destaca em Bieckert, localizada nos arredores da cidade de Buenos Aires, caracterizada originalmente por imigrantes franceses. Em 1868, eles tinham apenas um funcionário, mas em 1886, eles já tinham 600 trabalhadores, com uma produção de 10 tubos a cada 10 horas. Na imprensa de Buenos Aires, comentou-se o seguinte sobre a industrialização da cerveja:

(Antes de transpor os limiars da cervejaria Biechert, acreditávamos que Buenos Aires ainda estava na infância industrial; depois de sair, estamos convencidos de que, embora possa haver estabelecimentos do mesmo gênero de maior magnitude em outros países, eles não são nem melhor instalados, nem mais direcionados.)⁶

As indústrias de cerveja estavam localizadas em direção ao litoral, principalmente na Capital Federal, em Buenos Aires. A capacidade de produção em 1894 foi estabelecida em cerca de 15.000.000 litros. As principais empresas da época eram a Biechert localizada na Capital Federal e Quilmes, localizada na província de Buenos Aires, a última inaugurada em 1889. Ambas as empresas possuíam produtividade significativa, Biechert tinha cerca de 4.300,00 litros de cerveja em 1894 e Quilmes tinha cerca de 7.630.500 litros em 1894.

Por outro lado, a Quilmes possuía cerca de 400 funcionários e 25 máquinas para essa produção, enquanto a Biechert possuía 150 funcionários e 12 máquinas.

No final do século XIX, as indústrias começaram a se expandir em direção a 1895, como no caso de algumas empresas como a; As indústrias de Bilz (1905), Bodegas Arizu (1908), Tomba Wineries and Vineyards (1911),

.....
6 (El diario de La Tribuna, 19 de diciembre de 1877).

Palermo Brewery (1897), Río Segundo Brewery (1893), Tucumana Sugar Company (1895), Anglo-Argentina Electricity Company (1906), Companhia de Gás Primitivo de Buenos Aires, La Martona (1900), La Vascongada (1908), Tamet, Bagley y Cía (1898), Rigolleau (1906), General Match Company (1888), Fábrica Argentina de Alpargatas, etc.⁷

(O Terceiro Censo Nacional mostra que, no período de vinte anos desde o censo anterior de 1895, a República entrou com sucesso para desenvolver suas indústrias atraentes e manufatureiras, principalmente, e que várias delas agora têm uma posição de topo classificação na formação da riqueza pública. O crescimento das indústrias tem sido realmente surpreendente, levando em consideração a população que o país teve, seja pela variedade de produtos, ou já pelo pessoal empregado, e deve ser computado hoje como um fator de primeira importância no setor. vida econômica nacional).⁸

Em 1882, de acordo com Roberto Cortés Conde em seu trabalho, O progresso argentino: os salários dos trabalhadores eram estáveis, mas no período entre 1896 e 1912, houve um aumento significativo de 3,2% ao ano. Também se refletiu com a redução do horário de trabalho dos trabalhadores;

(Essa melhoria na situação da classe trabalhadora ocorreu não apenas na remuneração, mas também no menor número de horas de trabalho que eles têm hoje em relação a 1887. Hoje não há 8 horas em nenhum estabelecimento, enquanto em 1887, era comum 9 e 10 horas por dia.)⁹

URUGUAI

Armando Olivera em seu trabalho; História da cerveja no Uruguai: homenagem da FNC (Fábrica Nacional da Cerveja) em seus 145 anos, escreve sobre o patrimônio cultural, que orienta a deixar vestígios físicos da dimensão e da estrutura edilícia das oficinas de cerveja. Ele também investiga a estrutura mental de trabalhadores e consumidores, bem como os diferentes comportamentos das pessoas ao comprar.

.....
7 (Dorfman, 2006, p 210- 211).

8 (Tercer Censo Nacional, 1914, Tomo VII, p 3- 4).

9 (Cortés, 1979, p291- 274).

Salienta como importante em seu trabalho que (a cerveja era uma bebida imprópria para as mulheres no final do século XIX, ou para as mulheres honestas, como eram chamadas na época, por isso estava associada a uma bebida masculina).¹⁰

Essas primeiras cervejas alemãs foram feitas à mão, o que, em primeira instância, foi de muito trabalho, e a população exigiu o produto.

De acordo com Richard Sennett em seu livro: *O artesano*:

(... A Oficina é um espaço produtivo no qual as pessoas lidam com questões de autoridade nas relações pessoais” (...) “Em uma oficina, as habilidades do professor podem usar o direito de enviar e aprender com ela e admirá-las. obediência do aprendiz ou do oficial.)¹¹

Portanto, era um trabalho, bem visto, sem questionar a autoridade competente, que este caso pudesse ser o mestre dos negócios. Como a população exigia cerveja artesanal, o trabalhador da oficina precisava estar preparado para esse tipo de tarefa que exigia muito trabalho e, acima de tudo, artesanato.

Além de integrar a indústria da cerveja na Liga Industrial, eles tiveram que enfrentar outras obrigações, como possuir as primeiras garrafas decoradas, mas cada uma com a marca de cerveja correspondente. Desse modo, foi imposto o registro da “marca”, patente, bem como as diferentes fusões entre elas para melhor produtividade.

A união entre industriais e oficinas incentivou a criação de um sindicato. A Liga Industrial nasceu em 22 de março de 1879 no Uruguai.¹²

Um de seus principais objetivos era construir um local para poder defender os interesses e direitos da união industrial e promover o bem-estar dos artesãos. Outro objetivo definido nos estatutos foi promover a indústria nacional, procurando garantir que o conhecimento, o exercício da profissão, possa entrar nos debates públicos a que se referiam. Tal foi o caso em que a

.....
10 (Olivera, 2011, p 62).

11 (Sennett, 2009, p 73).

12 (Íbidem, Sennett, p 25).

Liga promoveu em todos os departamentos do país a promoção em organizações similares, sendo discutida a questão da indústria nacional de consumo.

Essas “fábricas” que pertenciam ao Uruguai eram muito importantes, porque graças a elas o país começou a crescer gradualmente, melhorando a qualidade de vida da população para acompanhar o desenvolvimento da indústria.

As primeiras cervejarias começaram por volta da década de 1860: a *Cervecería Popular*, de 1866 a 1874, seu fundador foi o Conrado Niding, localizado no bairro Sur, nas ruas Durazno, entre Daymán e Arapey.¹³ A cervejaria mudou sua planta industrial até 1887, instalada em Yatay 8, no bairro de Goes. Mas em 1888 houve uma transferência de assinatura para Eduardo Richling e ele mudou seu nome para a cervejaria, como ele chamava; *Popular Steamed Brewery* e durou até 1895.

A cervejaria *Germania* durou de 1892 a 1895 com seu fundador Friedrich Mux, localizado na praia de Capurro. Fundiu-se em 1895 com a *Cervejaria Popular a Vapor* e a *Cervejaria Uruguiaia* começou com seu primeiro presidente, Augusto Hoffman, disse a usina localizada entre as ruas Assunção e Yatay.¹⁴

Em 1890, a cervejaria *La Montevideana* foi criada, seu fundador também é o Conrado Niding, localizado em Aunción e Cuareim, no bairro de Aguada.¹⁵

Inúmeras empresas de cervejas artesanais começaram a surgir em Montevideú, como foi o caso em 1888, com uma produção muito importante de *La Popular de Richling y Cía* e *La Oriental de Eugenio Robillard*, atingindo cerca de 2.500.000 litros por ano. O Eliseo Dosset de aproximadamente 800,00 litros por ano, o de Fernández e Figueroa de cerca de 130,00 litros, *Del Plata* de Manuel Caldeiro de 110,00 litros, *De Giambrinus de G. Hermann* de cerca de 90,00 litros com apenas oito meses trabalhou. A cervejaria *López*, com cerca de 65,00 litros por ano, a *Flor da Esperança* de

.....
13 (íbidem, Olivera, p 78).

14 (íbidem, Olivera, p 79).

15 (íbidem, Olivera, p 79).

Trigo Hnos, de 40.000, também estava em construção na Fábrica La Montevideana S. Cerveza, uma empresa do Engineer Conrado Nidding.¹⁶

Em relação às políticas econômicas e aduaneiras propostas no final do século XIX, descritas no Livro do Centenário do Uruguai, incentivou a indústria nacional a implementar impostos sobre a produção estrangeira, que gradualmente melhoraram e um protecionismo nacional visível:

(A lei de 26 de março de 1881 aumentou, em parte, os impostos existentes sobre a introdução de artigos semelhantes aos da produção nacional e aumentou o número de matérias-primas às quais as franquias aduaneiras foram concedidas. Ele veio mais tarde para dar um impulso mais sério à proteção industrial, através da política econômica de tarifas. A lei de 15 de junho de 1886, que agravou a importação de manufaturas estrangeiras nas seguintes proporções; de 37 a 43% do direito de encerar e imitar velas e iscas, como fósforos, biscoitos, chocolates, amido, macarrão, compotas e solas bronzeadas: de 37 a 47% do direito a calçados de todos os tipos, confeccionava roupas e confeções em geral, chapéus, móveis, carruagens, etc.: de 37 a 51%, o direito à cerveja, sidras, queijo, manteiga, presuntos, as carnes enlatadas e conservadas em geral e os foguetes. Essa lei marcou, no entanto, um pequeno revés em relação ao regime aduaneiro estabelecido para matérias-primas, instrumentos e máquinas para estabelecimentos industriais, cujos direitos foram aumentados em uma proporção de 3%, que foram economizados, felizmente, com a validade da lei de 5 de janeiro de 1888, que, ao liberar todos os impostos sobre os artigos mencionados, restaurou o que havia sido estabelecido nas leis aduaneiras de 1861 e 1875)¹⁷

Disse Lei de 1888;

(... Pela primeira vez entre nós, alguns direitos específicos tendentes à promoção de indústrias enraizadas no país, como cigarros e tabaco, fósforos, cerveja, indústria de farinha, refinamento de querosene, casca de arroz...)¹⁸

A INDÚSTRIA CERVEJEIRA POR VOLTA DE 1890 – PRODUÇÃO E FUSÕES COMERCIAIS

Ao conservar e expandir o público-alvo da época, a fábrica “La Uruguaya” manteve sua liderança no mercado, apesar da crise que marcou o antes e o depois no Rio da Prata. Mas ele sabia como melhorar sua

.....
16 (Jacob, 1981, p 63).

17 (El libro del Centenario, 1825- 1925, Tomo VII, 2011, p 762).

18 (ibidem, p 762).

qualidade de um novo produto na agenda da sociedade. Esse novo hábito quase insuspeitado pela própria fábrica alcançou um novo consumo de necessidade. Também incentivou o crescimento em um setor da indústria que não era usual, também alterando o gosto pela bebida, mas também no abuso de consumidores, apesar dos inconvenientes em questões monetárias.

O Sr. Richling dedicou a atenção do importante estabelecimento que hoje honra nossas indústrias, seu principal objetivo é manter o selo com classes selecionadas, com as quais os consumidores de toda a república puderam apreciar nos últimos anos.

Um mês depois, a Assembleia Geral da referida cervejaria adota certas medidas em relação à crise econômica e à diminuição gradual das vendas. A resolução foi adotada como consequência, em parte da Guerra Civil, de compras de peças de reposição para máquinas para manutenção e ampliação do estabelecimento. Mas, em alguns casos, os arrendamentos dos locais precisavam ser feitos.

CONCLUSÕES

No final do século XIX, no Rio da Prata, os imigrantes tinham ferramentas, técnicas e táticas de industrialização europeia. Portanto, havia setores em nossa região que rejeitaram imigrantes por causa da incerteza econômica e da lucratividade. A diferença era visível quando o imigrante executava tarefas artesanais de alto grau de especialização.

A onda migratória que aumentou por volta de 1880 é considerada essencial para o desenvolvimento industrial. O aumento considerável de estrangeiros para a Argentina contribuiu para várias pessoas empregadas no mercado de trabalho.

Em 1887, foi criada a União Industrial Argentina, a organização responsável pela disseminação e promoção de resultados positivos em questões industriais. Eles formaram publicações e exposições. Além disso, foram discutidas políticas de tarifas, com o objetivo de restringir a concorrência de produtos estrangeiros. Dez anos antes, a Liga Industrial foi criada no Uruguai em 22 de março de 1879.

Em relação à indústria de cerveja na Argentina; A cervejaria mais importante se destaca em Bieckert, localizada nos arredores da cidade de Buenos Aires, caracterizada originalmente por imigrantes franceses. As principais empresas da época eram a Biechert, localizada na Capital Federal e Quilmes, localizada na província de Buenos Aires, a última inaugurada em 1889. As primeiras cervejarias do Uruguai, começaram por volta de 1860: Popular Brewery, de 1866 a 1874, seu fundador foi o Conrado Niding, localizado no distrito sul, nas ruas Durazno, entre Daymán e Arapey A jornada de trabalho foi reduzida de 10 ou 9 horas para 8 horas por dia em 1887.

Podemos concluir que tanto a Argentina quanto o Uruguai foram essenciais para a organização dos trabalhadores e, acima de tudo, para a proposta de direitos internacionais que regem não apenas as melhorias salariais, mas também a construção de condições e melhorias nas relações entre os empresários. “Oficinas” e artesãos. Além disso, através da força de trabalho de imigrantes, uma nova indústria especializada foi alcançada, garantindo um novo setor na região.

Portanto, o que se destaca deste processo de oficina para a produção industrial é a especialização, a maneira de produzir, a chegada ao consumidor e, em outros casos, a permanência no tempo.

BIBLIOGRAFÍA

FUENTES

URUGUAY

Brecha, 13 de Noviembre de 1897

Diario, El Día, 30 de Abril de 1890

El Libro del Centenario Uruguayo 1825-1925, Tomo VII, Consejo Nacional de Administración, publicado el 21 de agosto de 2011, ubicado en; <http://www.1811->

2011.edu.uy/B1/content/libro-del-centenario-del-uruguay-1825-1925-tomo-vii-
p%C3%A1ginas-675-856.

Periódico Ilustrado- Dedicado al fomento del Comercio, La industria y la producción Nacional, Industria y Comercio, Año 1, Volumen 1, Número 4, Montevideo, 21 de febrero de 1898

-Número 8, 21 de Abril de 1898

-Número 10, 21 de Mayo de 1898

-Número 11, 4 de Junio de 1898

-Número 14, 21 de julio de 1898

ARGENTINA

Censo Municipal de la Ciudad de Buenos Aires, 1887, Tomo II

Segundo Censo Nacional 1895, tomo III

Tercer Censo Nacional, 1914, tomo VII

El diario La Tribuna, 19 de diciembre de 1877 en; Cueco M, **Los pioneros de la industria nacional**, Buenos Aires, Editorial Peuser, dos tomos; 1886 y 1896, tomo 1

La bolsa de comercio en Buenos Aires 1854- 1954, Buenos Aires, 1954

BIBLIOGRAFÍA GENERAL

Barrán José Pedro: “**Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco 1839-1879**”, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1982

Beretta Curi, Alcides, García Etcheverry, Ana: **Empresarios y Gremiales de la Industria, Asomándonos a medio siglo de historia de la Liga Industrial a la Unión Industrial Uruguaya (1879-1928)**, Cámara de Industria del Uruguay, Montevideo, 1998

Cortés Conde R, **El progreso argentino**, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1979

Díaz Alejandro, **Ensayos sobre la historia económica argentina**, Buenos Aires, Amorrortu, 1975

Dorfman A, **Historia de la industria Argentina**, Madrid, España, Arrebató Libros, 2006

Jacob, Raúl: **Breve Historia de la Industria Uruguaya**, Fondo Cultural Universitario, Montevideo, Uruguay, 1981

- López D' Alesandro Fernando, **Historia de la Izquierda uruguaya**, Vol 3, La Fundación del Partido Comunista y la división del anarquismo (1919-1923), Montevideo, Vintéa Editor, 1992
- Murray J H, **Viajes por el Uruguay 1868-1870**, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1978
- Oddonne Juan Antonio, **Los gringos**, Enciclopedia Uruguay, N°26, Montevideo, Editores Reunidos, Arca, 1968
- Olivera Ramos, Armando: **Historia de la cerveza en Uruguay: Homenaje de FCN en sus 145 años**, Editorial; Koi Books, ISBN: 978-9974-98-505-6, Uruguay, Montevideo, 2011
- Real de Azúa, Carlos, **El patriciado uruguayo**, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1981
- Ribeiro Darcy, **El proceso civilizatorio**, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1979
- Rodríguez Villamil Silvia, **Las mentalidades dominantes en Montevideo (1850-1900) 1. La metalidad criolla tradicional**, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, Colección; Reconquista, 1968
- Rodríguez Villamil Silvia; Sapriza Graciela, **Los Italianos**, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1982
- Sennett Richard, **El Artesano**, Editorial; Anagrama, Traducción de Marco Aurelio Galmarini, España, Barcelona, 1º Edición, 2009.

CARAVANAS DO DESTINO: REPRESENTATIVIDADE E (IN) VISIBILIDADE DOS POVOS CIGANOS NO RIO GRANDE DO SUL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

PATRICK DE CARVALHO DA SILVA
PATRICKUPF@GMAIL.COM
MESTRANDO DO CURSO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

RESUMO

A presente produção textual de pesquisa de mestrado em História objetiva uma abordagem inicial histórica sob a problemática da representatividade e (in)visibilidade dos povos ciganos nos últimos 20 anos no Estado do Rio Grande do Sul. De igual modo, visa observar entre a população “gadje, ou gadjo” (não cigana) os aspectos do que se compreende por identidade cigana, sua história e suas transformações, traçando paralelos de como as comunidades ciganas também veem a sua inserção na sociedade, observando em ambas as similaridades e discrepâncias distinguindo a realidade do mito. A metodologia empregada passa pela análise de arquivos históricos, periódicos, nossas Constituições e coleta de dados estatísticos. Ainda em fase de preparo, também contribuirá para o desenvolvimento do trabalho o depoimento oral, de imagens e de áudio de representantes de famílias ciganas que possuem residência fixa e as que moram em acampamentos e são itinerantes no Estado e que já estão em contato com o pesquisador. Tendo em consideração que a história dos povos ciganos possui, em sua construção, o agrafismo como uma das expressões de sua identidade e representatividade e de como a

“vida cigana” influencia o imaginário popular, a abordagem sociocultural também se faz necessária como um contraponto a fim de desenvolver um diálogo amplo com estas comunidades.

Palavras-chave: Ciganos; Identidade; Agrafismo.

1. AS COMUNIDADES CIGANAS NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS CULTURAIS, SUAS REPRESENTAÇÕES E OS DESAFIOS FRENTE O MIDIÁTICO POPULAR

Quando observamos o vasto território brasileiro nos deparamos com a pluralidade de seu povo. As assim chamadas minorias sociais parecem estar, na verdade, inseridas como sendo a grande maioria de nossa população. Não estamos organizados em grupos pré-definidos e nisso, nos adaptamos e nos moldamos diante das adversidades. Nisso, as sociedades são as bases para que os processos culturais possam ser construídos. Em meio a essa pluralidade que tenta estruturar e descrever o brasileiro, temos ainda a tendência de sermos uma sociedade preconceituosa e criadora de estereótipos. Em pleno século XXI possuímos heranças forjadas e moldadas conforme o contexto moral e ético de determinados segmentos sociopolíticos. Existe ainda uma gama da população que se encontra marginalizado da sociedade que os rodeia. Um grupo reservado, misterioso e guardião de segredos que os ajudam a manter viva a sua identidade e suas tradições, porém, invisíveis aos demais: os ciganos.

Se na história regional o negro e o indígena possuem espaço diminuto nas pesquisas e na história que é contada, nos livros didáticos, por exemplo, os ciganos são realmente lembrados? E esta “invisibilidade” seria uma maneira intrínseca de silenciá-los ou, vindo das comunidades ciganas, uma maneira de não se expor ao preconceito? A história do povo cigano no Brasil está enraizada de maneira tão profunda e plurívoca que se confunde com a “descoberta” destas terras a ferro, sangue e fogo. A chegada dos primeiros ciganos vindos como degredados de Portugal datam ainda do século XVI. Por onde transitaram, em suas rotas migratórias seculares, os ciganos (também conhecidos como roma ou rom), sempre instigaram a curiosidade

e o fascínio, mas também o medo, o preconceito e a exclusão. Em relação a este segmento social, podemos associar às observâncias das palavras de Hall (1993b, p. 361), e seus estudos, ao colocar que:

Essas pessoas tiveram de aprender a desenvolver outras habilidades, aprender outras lições. São produtos de novas diásporas que estão se delineando no mundo. São obrigadas a viver pelo menos duas identidades, a falar pelo menos duas linguagens culturais, negociando-as e traduzindo-as mutuamente. [...] Essas pessoas são o produto das culturas da hibridação. (apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 155-156)

A história crítica pode ser considerada uma das peças chave no ofício de um historiador. Nisso, os aspectos socioculturais podem direcionar o pesquisador com interrogações, posicionamentos e questionamentos que o fazem mudar – ou não – suas perspectivas diante do objeto a ser esmiuçado. O passado é reconstruído no presente a partir da interpretação que é dada pelo “investigador histórico” que se dispõe a pesquisá-lo. Nos últimos 20 anos, podemos testemunhar uma maior busca por produções acadêmicas que possam estreitar laços, compreender, contextualizar e reconhecer a importância das comunidades ciganas à sociedade. Nisso, também merece menção que, nas últimas décadas, muitos ciganos têm compreendido a importância de serem respeitados em suas tradições e direitos e, para tal, abrem suas tendas e casas recebendo os gadjos (não ciganos) que desejam trabalhar em conjunto ou em prol de uma sociedade mais inclusiva e humanizada. Para Escosteguy:

Apesar da mescla de elementos de várias culturas, das diversas situações de interculturalidade, das formas desiguais de apropriação, combinação e transformação de elementos simbólicos, ainda subsistem as culturas nacionais, as culturas regionais e os movimentos de afirmação do local. Hoje não existem somente culturas diferentes, mas, também, maneiras desiguais com que os grupos se apropriam de elementos de várias sociedades, combinando-os e transformando-os. Logo, a questão colocada hoje é como se reconstruam as identidades em processos de hibridismo cultural. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 185)

Em relação ao trecho acima mencionado, as comunidades ciganas ainda possuem aspectos culturais próprios que se somam aos elementos de vá-

rias sociedades por onde passam e por elas são assimilados. Essa busca por uma identidade inserida na conservação de suas tradições como o nomadismo (mesmo que possuam uma residência fixa) é uma maneira de reconstruir, diante das novas gerações ciganas, os mecanismos para manterem vivas suas tradições. A história cultural das comunidades ciganas no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, tem sido visitada por diversos acadêmicos e pesquisadores. Observando as palavras de Burke (2000, p. 233), “a história cultural se fragmentou ainda mais que antes. A disciplina da História está se dividindo em cada vez mais subdisciplinas”. Essa fragmentação precisa ser vista e revista com cautela, já que pode deixar outros aspectos históricos de fora do objeto que se almeja pesquisar. Observar os ciganos apenas pelo viés cultural limitaria as investigações históricas e as diversas realidades sociais em que essas etnias estão inseridas. Burke (apud Thompson 2000, p. 237-238), salienta que “o próprio termo ‘cultura’, com sua confortável evocação de consenso, pode servir para desviar as atenções das contradições culturais e sociais”. É comum a observação imaginária, por exemplo, da “magia cigana”, suas cores, danças e roupas coloridas, mas o ignorar das relações históricas de preconceito, exclusão e invisibilidade destes indivíduos. O historiador necessita abrir o leque de possibilidades e possuir um olhar crítico e observador também quando se refere aos fenômenos culturais e tradicionais dessas comunidades. Compreender como tais construções ocorrem e como são desenvolvidas diante da sociedade que os excluem ou incluem e como esses processos ocorrem.

Para muitos dos também chamados “Filhos do Vento” datas são meros números em um calendário, porém, o compartilhamento de suas memórias faz parte de sua identidade e pertencimento (a um grupo familiar e/ou acampamento). Reis (2011) também observa que esta busca inserida nos aspectos naturais do tempo consciente e natural é acrescida de diversas conexões como vestígios, arquivos, bibliotecas ou acervos. Adentrar tais fontes documentais auxilia o pesquisador a tragar o fato de maneira sólida e perspicaz a fim de embasar sua busca e instigar o pensamento crítico. Reis (2011, p. 98), afirma ainda que “pensar, enfim, é problematizar um objeto bem demarcado, criar hipóteses, testá-las...percebendo-o em suas

mudanças no tempo, para ver esse objeto tornar-se um enigma ainda maior!” Uma busca incessante que possibilita a continuidade da pesquisa para os futuros historiadores nela poderem se debruçar.

2. A CULTURA CIGANA EM VÁRIAS FACES DA PESQUISA

A vida cigana é vasta e possui inúmeras raízes que assimilam aspectos do cotidiano da sociedade à sua volta. Essas comunidades também buscam através da ritualização de suas festas, usos e costumes, uma maneira de manter viva a memória familiar e o pertencer a um grupo, local ou regional. A importância de o pesquisador conhecer tais ritos e tradições mostra-se relevante para as investigações historiográficas na medida em que elas podem estar enlaçadas sob o olhar da busca dos ciganos por uma identidade, mesmo esta, podendo mudar de uma geração para outra e assimilar aspectos de outros grupos sociais. Sob os ciganos, caracteriza-se a constante retomada do imaginário para fazer valer as experiências da memória familiar, coletiva e suas simbologias no espaço no qual os ritos e festas são construídos e, por vezes, se vêem obrigados ou por livre vontade a migrados para outros locais. Burke (2000, p. 240) acrescenta que “a tradição, como disse um especialista em Índia antiga, está sujeita a um conflito interno entre os princípios transmitidos de uma geração a outra e as situações modificadas às quais devem ser aplicados”. Embora existam práticas ditas como tradicionais entre as comunidades ciganas como, por exemplo, a língua ágrafa, os casamentos arranjados ou as fusões linguísticas peculiares, também existem particularidades, já que diversos aspectos são mutáveis de acordo com a região, localidade, país ou grupo social onde estão inseridos. Podemos, por exemplo, citar os aspectos religiosos. Apesar de uma santa católica padroeira dos ciganos (Santa Sara Kali), ser aceita pela grande maioria das etnias, muitas comunidades ciganas assimilam partes das religiões locais em um grande sincretismo religioso.

Ao historiador que se propor a pesquisar as comunidades ciganas sejam elas de São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Sul ou qualquer localidade, precisa ter em mente que o ir e vir destes povos faz parte do regionalismo ao

qual está inserido e que dele se alimenta, contudo, nele não estabelece raízes. Os próprios limites fronteiriços que temos o hábito de mesclar aos conceitos de região ou nação precisam ser desconstruídos quando nos propomos a vivenciar as experiências com as comunidades ciganas. Golin (2002, p. 66), nos lembra de que o Estado-nação “também se empenha em demarcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação”. Na construção de heróis nacionais parece não existir espaço para “heróis ciganos” ou suas origens. Mediante esse diálogo, é compreensível o porquê da grande maioria dos ciganos buscar a invisibilidade como um mecanismo de manter vivas suas tradições e sua memória. D’Aléssio (1998, p. 185) salienta que “a memória modifica objetos, as investigações, as abordagens e, também, a escrita da história. Ao introduzir a subjetividade do conhecimento, coloca as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica”.

A comunidade cigana, colateral aos gadjos, segundo a educadora Vanelli (2010, p. 260), demonstra que “mesmo diante das influências culturais não ciganas, como o acúmulo de capital, consumismo, acesso às novas tecnologias e até mesmo o sedentarismo, a etnicidade cigana se pauta por valores e crenças comuns entre os seus diferentes povos”. Nisso, para Campi (2001), muitos historiadores estão se propondo a novos desafios, desconstruindo a ideia de uma história tida como “definitiva”. Buscam em suas pesquisas novas abordagens e ramificações de leques de possibilidades reconhecendo os estudos históricos, por exemplo, nos conceitos aqui trabalhados como a memória, identidade ou a edificação de uma regionalidade, novos métodos e abordagens. Para tal reconhecem que os dados são importantes, mas pouco agregará as pesquisas se não estiverem assimilados a um trabalho coletivo e em conjunto com teorias inovadoras, questionamentos diversificados e a busca por olhares sensíveis as abordagens das fontes pesquisadas.

3. O IMAGINÁRIO E SUAS RELAÇÕES COM A IDENTIDADE CIGANA

Por onde transitaram, em suas rotas migratórias, os ciganos sempre instigaram a curiosidade e o fascínio, mas também o medo, o preconceito e

a exclusão. Suas histórias, de cunho ágrafo, não preocupado com o passado remoto e nem com o futuro longínquo, instigam a curiosidade da sociedade gadjo e vem agregada também ao folclore do imaginário popular. Visíveis para alguns, invisíveis para muitos outros, seja por imposições sociais ou por escolha própria. Esse imaginário é construído e reforçado a segregar as etnias ciganas por onde seus acampamentos passam ou cruzam olhares com os gadjos.

A herança estereotipada que acompanhava as caravanas pela Europa adentraram as caravelas, desembarcaram nas novas terras e se embrenharam pelo país. Os séculos passaram, mas as etnias ciganas no Brasil, como em outras localidades pelo mundo, continuam a sofrer com a rejeição e a indiferença da sociedade. Muitos destes grupos, em contrapartida, ainda se mantêm fechados em um mundo à parte na tentativa de manter viva a chama de suas tradições e cultura. A importância de uma historiografia crítica fortalece o pesquisador enquanto observador do objeto e suas interpretações. Reis traz em sua que reflexão que:

As fontes primárias não são provas em si mesmas, são construídas teoricamente por uma história-problema. Por um lado, a historiografia é feita de modo prático, não explícito, inspirada nos clássicos: “faça como eu”. O risco desta “historiografia prática” é tornar-se instrumento da sociedade para se legitimar, uma historiografia oficial, que faz o que todos fazem. Por outro lado, a historiografia é crítica, desafia os critérios correntes do rigor científico, desvencilha-se de encomendas burocráticas, dos problemas oficiais, o historiador torna-se sujeito dos seus problemas, o construtor da sua teoria. (REIS, 2011, p. 12).

As famílias ciganas, sejam elas nos acampamentos ou nas residências fixas, possuem novos desafios na atualidade: deixar a sua “zona de conforto” e buscar sua cidadania e a preservação da sua identidade aja vista a necessidade de fazer valer os seus direitos. Para o historiador gadjo que é instigado a adentrar o mundo cigano, cabe analisar esta “comunidade invisível” de maneira imparcial e multicultural. Seu senso crítico deve possuir um diálogo franco com os demais campos do saber. Um dos grandes desafios dessa empreitada é não se deter ao senso comum acadêmico da escassez de fontes bibliográficas. Heinsfeld relembra que:

O papel do historiador é colocar sua disciplina e seu trabalho a serviço da superação dos problemas e dos impasses que a situação de sua época coloca como desafios a serem respondidos. Para isto, o historiador, cuja cultura é ao mesmo tempo disciplinar e engajada, precisa dominar as ferramentas teóricas e metodológicas mais avançadas do seu ofício. (HEINSFELD, 2013, p. 26).

Nos últimos 20 anos, podemos testemunhar uma maior busca por produções acadêmicas que possam estreitar laços, compreender, contextualizar e reconhecer a importância que as comunidades ciganas, assim como quilombolas e indígenas, possuem na construção de nossa sociedade. Se há a busca investigativa, precisa haver quem produza tais pesquisas. Em suas observações, Reis acrescenta que:

A pesquisa histórica é a resposta a problemas postos no seu início e a verificação das hipóteses-respostas possíveis. A partir da posição do problema o historiador distribui suas fontes, dá-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele também terá construído. (REIS, 2011, p. 13).

Para Laraia (2001) o nosso legado cultural nos condiciona a observar o diferente ou fora dos padrões culturais aos quais estamos incluídos como sendo o errado e/ou inferior, pois fomos condicionados culturalmente a ver o indivíduo ou sua cultura divergente como algo ínfimo. Os aspectos culturais ciganos, por exemplo, foram marginalizados e reduzidos à música, dança e vestimentas, contudo, quando nos aprofundamos nas pesquisas deste mundo tão próximo e ao mesmo tempo, distante, constatamos sua singularidade e adaptabilidade. Reis (2011, p. 20), frisa ainda que “O historiador é o mediador, o intermediário, que viabiliza um diálogo impossível entre os homens do presente e os homens do passado, que, para ele, são vivos ainda”. O pesquisador quando detém em sua bagagem as ferramentas teóricas, consegue discernir que as fontes precisam também ser desconstruídas em sua interpretação primária, pois o discurso ao redor das mesmas pode possuir interesses daqueles as quais dela provem.

A visão estereotipada do cigano deixou as ruas e adentrou as redes de ensino sem os educadores se darem conta ou conseguirem desconstruir o estigma do cigano “esperto e dado à vida fácil”. Isso testifica a ideia de que

muitos estudantes ciganos que frequentam as instituições de ensino, inclusive nas universidades, omitem suas origens na tentativa de passar despercebidos para não sofrerem algum tipo de perseguição ou racismo. Essa liberdade presente nas etnias ciganas abrange, em um sentido mais amplo, sua autonomia e ao mesmo tempo um sentimento de autopreservação. Para muitos de nós, gadjos, inseridos em um sistema capitalista onde o tempo parece ser algo limitado, empedernido e inegociável, essa visão de liberdade é obscurecida pelo padrão edificado e pelo senso comum da “vadiagem cigana” o que, para muitos, justificaria que políticas públicas de amparo a essas minorias não fossem construídas. Essa identidade (in)visível, ou desconhecida de muitos, possui a ideia de proteção diante de um possível sentimento de exclusão ao mesmo tempo em que esse “desenvolvimento desigual” parece alavancar os preconceitos. Martín-Barbero (1990a, p. 13), também acrescenta que:

Falar em identidade regional ou local implica falar não só de costumes e tradições orais, de cerâmicas e ritmos musicais, mas, também, de marginalização social, de exploração econômica e de exclusão nas decisões políticas, isto é, do ‘desenvolvimento desigual’ de que estão feitos esses países. (apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 168-169).

Nos anos de 1990, por exemplo, houve a tentativa “marqueteira” de tirar a comunidade cigana da invisibilidade. A novela *Pedra Sobre Pedra* (1992), da Rede Globo de televisão, trazia em um de seus núcleos um acampamento cigano com seus “usos e costumes” para o telespectador. Quatro anos mais tarde, na mesma emissora e escrita por Glória Perez, foi a vez da telenovela *Explode Coração* (1996) fazer referência à comunidade cigana. Esta em especial, possuía seu enredo praticamente todo voltado para os ciganos e, apesar do lado fantasioso e estereotipado em determinados momentos adotados, instigou a sociedade gadjo a conhecer mais sobre estes povos. Merece destaque mencionar que nesta última produção a pesquisa cultural contou com o apoio do Sr. Mio Vacite (1941-2019)¹ um dos mais

.....
1 Mio Vacite, foi presidente da União Cigana do Brasil, reconhecida pela *Internacional Roma Federation*, INC que é filiada à ONU – Organização das Nações Unidas. De etnia Rom do clã Horahano, o Sr. Vacite foi um dos pioneiros em trazer “o outro lado” da comunidade cigana aos olhos do público. Disponível em: <<http://uniaociganadobrasil.blogspot.com/>> Acesso em: 05 set. 2019.

ciganos mais conhecidos do país. Uma maneira de quebrar alguns estereótipos que persistiam no período e a autoafirmação da busca por uma identidade cigana. D'Aléssio relembra que:

Aceitando a conceituação de identidade, como auto-re-cohecimento, podemos enriquecê-la com a ideia de proteção. O sujeito que pode se auto-re-conhecer em lugares familiares que o situem, preserva o seu eu, vale dizer, protege-se da sensação de isolamento, de anonimato, de abandono, construindo o seu próprio aconchego. Assim, identidade seria, também, abrigo, portanto, proteção. (D'ALÉSSIO, 1998, p. 274).

Nos últimos 20 anos podemos também observar determinadas ações que, mesmo pequenas, visam tirar do papel o real significado da palavra cidadania frente à exclusão das comunidades ciganas. Dentre as ações pertinentes aos ciganos, podemos citar a criação, em 2003, do SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial² que, mesmo não sendo diretamente elaborado para auxiliar os povos ciganos, atua como colaboradora de ações afirmativas também para estas comunidades. De igual modo, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007³ e o Decreto de 25 de maio de 2008⁴, mesmo que tardiamente, trazem às etnias ciganas brasileiras um início de reconhecimento pelas suas contribuições na construção do país.

.....
2 A SEPPIR apesar de articular suas ações, em especial, com a população negra, planeja, formula e coordena ações afirmativas para a promoção de toda a igualdade racial no território nacional articulando ações políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e combate a discriminação. Atualmente a SEPPIR está integrada à estrutura do Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

3 O Decreto nº 6.040 tem como finalidade, instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No Artigo 3, parágrafo I, compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. O decreto traz um amparo legal as etnias ciganas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 05 jun. 2019.

4 Instituído pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Dia Nacional do Cigano, comemorado no dia 24 de maio, trouxe maior visibilidade as etnias ciganas e suas necessidades básicas. É celebrado no mesmo dia das comemorações à Santa Sara Kalí, padroeira dos ciganos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-36059-25-maio-2006-542510-publicacaooriginal-51556-pe.html>. Acesso em: 08 jun. 2019.

Entre os desafios atuais, ainda paira compreender a visão que o não cigano possui sobre estas comunidades e proporcionar momentos de trocas de experiências culturais e a desconstrução do imaginário popular.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira breve, podemos refletir sobre o tema proposto, demonstrando a importância das pesquisas históricas culturais e as bases teóricas para o historiador. De igual modo também é evidente que ao historiador caberá ser um espectador diante dos fatos a ele propostos e a possibilidade de tecer fios condutores de construção e desconstrução do que se é conhecido sobre a história dos ciganos no Brasil, não cabendo ao mesmo tornar a pesquisa e o tema que pesquisa uma militância pessoal. Em contrapartida o pesquisador deverá reconhecer que jamais conseguirá pesquisar tudo ao seu redor, contudo, que isto não deve ser o motivo de frustração, mas a possibilidade de abrir o caminho para que futuros historiadores tenham a possibilidade de prosseguir nas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. Origens da História Cultural/Unidade e variedade na história cultural. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 11-37/231-267.

CAMPI, Daniel. Historia regional. ¿Por qué? In Fernández, S. Dalla Corte, G. (comp.): Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. Rosário: UNR Editora, 2001. Pg. 83-89.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: Identidade, Subjetividade, Fragmentos e Poderes. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**. Nº. 17, São Paulo: EDUC, 1998. p 269-280.

- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Identidades culturais: uma discussão em andamento. In: **Cartografias dos estudos culturais**: Uma versão latinoamericana. ed. on-line, Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 145-191.
- GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Tempo e espaço. In: _____. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 15-50.
- GOLIN, Tau. **A fronteira**: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre, L&PM: 2002. 400 p.
- HEINSFELD, Adelar. **Sob a inspiração de Clio**: uma introdução ao estudo da história. 2 ed. São Paulo: DPP Editora; Passo Fundo: PPGH-UPF, 2013. 248 p.
- KENRICK, Donald. **Historical dictionary of the Gypsies (Romanies)**. Second Edition. United Kingdom: The Scarecrow Press, Inc; 2007. p. 386.
- LARAIA, Roque De Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001. 117 p.. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=41050>>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível. In: **História & Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005 p. 179-206.
- REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História**. Ano 3, Número 6, p. 04-26, dez, 2011.
- SILVA, Valeria Sanchez. **Devir cigano**: o encontro cigano-não cigano (rom-gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação. 2006. 244 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15500>> Acesso em: 27 jul. 2019.

PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE ARTISTAS NEGROS COMO FOMENTO PARA DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS

AMANDA SANTOS SILVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AMANDASILVEIRA.DANCA@OUTLOOK.COM

MEMÓRIAS QUE ANCORAM O ESTUDO (AUTO)ETNOGRÁFICO

O texto que apresento nesse trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFSM sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Clara Mocellin e coorientação do Prof. Dr. Flávio Campos. O que norteia a pesquisa é a necessidade de evidenciar e problematizar a negritude no espaço acadêmico, principalmente do que diz respeito à formação de artistas negros e negras nas graduações em Dança na UFSM. A proposta é refletir de quais formas os processos identitários ocorrem a partir do autoconhecimento na Dança, entendendo identidade como um processo dinâmico, relacional e interacionista (BARTH, 2000; PINHO, 2004).

Entro nesse debate na condição de autora e artista-pesquisadora que caminha para o fim de uma pesquisa de mestrado e não escondo que o assunto me toca diretamente. É justamente por isso que decidi tentar contribuir e aprofundar as discussões sobre a temática étnico-racial no campo

artístico. Percebo, mais uma vez, o esforço dos sujeitos negros na universidade. Quando digo “mais uma vez” é porque meu ponto de partida é a minha própria história, na condição de primeira mulher negra a se formar em Dança-Bacharelado no RS.

O ponto de partida para a pesquisa foi a minha experiência na graduação em Dança, momento em que elaboro as minhas memórias dançadas até então, em que vivencio diferentes fases de entender a negritude e, principalmente, momento em que me entendo como mulher negra. Justifico, então, o indispensável uso da primeira pessoa para escrever este artigo.

Não há como se dizer “neutra” nessa discussão (e em nenhuma outra, tendo em vista que a condição de pesquisadora é incrustada de memórias e afetos). A escrita é uma das formas de expressar a minha investigação: além da fala, do movimento e da palavra dançada no/pelo corpo, uma das vias é a textual, como nesse artigo.

Sendo assim, este trabalho pode ser considerado acadêmico, militante e artístico ao mesmo tempo, sem prejuízo em nenhuma das instâncias. Embora, por vezes, as palavras não alcancem o turbilhão de sentimentos que me atravessam na pesquisa de mestrado. Toda essa intensidade vem do objetivo geral da pesquisa, que é compreender os processos identitários dos sujeitos negros nos cursos de graduação em Dança (Licenciatura e Bacharelado) da UFSM.

Atualmente, estando mais próxima e tendo mais referências em relação as questões étnico-raciais, percebo o quanto comecei a me constituir enquanto mulher negra nas experiências que tive na graduação em Dança, iniciada em 2013 e concluída em 2016. Pautada nessa experiência transformadora construí o meu Trabalho de Conclusão de Curso¹ (TCC), refletindo sobre a minha trajetória na graduação, quais os obstáculos que enfrentei, quais vitórias conquistei e como isso tudo fez parte de um processo importante de autorreflexão.

.....
1 Intitulado “Preteando a criação: a afirmação da negritude como potência criativa em Dança”, o trabalho foi realizado em 2016 sob orientação da Prof^a Dr^a Silvia Wolff, co-orientação do Prof^o Dr Flávio Campos e tratava do meu processo de afirmação da identidade negra como potência para produções artísticas, encarando minhas experiências como foco principal e transformando-as em movimento coreográfico.

Quais são os processos vivenciados por outros acadêmicos negros nos cursos de Dança da UFSM? Quais são suas histórias de vida? Quais são os agenciamentos (RICOEUR, 2006) feitos por eles para que se mantenham na Universidade? Foram essas, entre outras questões, que me motivaram a entrevistar meus sujeitos de pesquisa.

Para respondê-las e para alcançar o objetivo do trabalho de modo mais detalhado, estabeleci alguns objetivos específicos: mapear a situação acadêmica de alunos negros dos cursos de Dança Licenciatura e Bacharelado para construir um universo de pesquisa; conhecer e registrar as trajetórias dos interlocutores escolhidos e; investigar de que maneira a dança pode reverberar nos processos identitários desses interlocutores.

Construí, a partir de duas categorias de análise, um universo de pesquisa que contemplasse a dinâmica dos dois cursos de graduação em Dança na UFSM, Licenciatura e Bacharelado, bem como as diferentes fases que os alunos vivenciam no processo formativo. Uma das categorias foi a autodeclaração como preto ou pardo nos processos seletivos entre 2013 e 2018 e a outra categoria foram os dados empíricos a partir das investidas em pesquisa de campo. Em dado momento, percebo a necessidade de incluir também alunos que já não estão mais na graduação, seja por conclusão ou evasão.

Além disso, determinei um recorte temporal: os interlocutores são ingressantes entre os anos de 2013 e 2018. Planejei contemplar diferentes situações dos alunos que ingressaram em ambos os cursos – do início, do meio e do fim da graduação, bem como formados e em situação de evasão – e chego em um total de 16 sujeitos. Destes, 8 são da Licenciatura e 8 do Bacharelado, 11 estão regularmente matriculados, 2 concluíram a graduação e 3 abandonaram o curso.

Com esse pano de fundo, o que proponho nesse texto é a escrita como forma de elaboração da compreensão dos processos identitários vivenciados por esses sujeitos e, principalmente, os entendimentos que trazem a respeito da negritude. Como esses sujeitos se articulam para enfrentar as dificuldades? O que seria, segundo seus pontos de vista, ser negro na universidade?

Apresento aqui, memórias que fazem parte da minha trajetória enquanto artista-pesquisadora negra ao mesmo tempo que construo narrativas

a partir do relato de meus interlocutores. Sou guiada pela abordagem (auto) etnográfica para desenvolver o trabalho, já que o diálogo estabelecido entre Antropologia e Dança alavanca a discussão sobre abordagens e procedimentos metodológicos. O meu ponto de vista se situa também no contexto de uma prática pessoal, conduzida e realizada articulando num mesmo processo a produção artística e a dissertação, onde ambas interagem e se afetam.

Para pensar a autoetnografia, ainda que de forma breve, me apoio em Sylvie Fortin (2009), pois a autora diz que quando um artista realiza uma investigação sobre a prática de outro artista, ele o faz de um ponto de vista artístico e isso influencia as diversas etapas da pesquisa – no meu caso, investigo o processo formativo de outros artistas negros, interagindo de forma etnográfica e autoetnográfica. Estou comprometida não só como pesquisadora, mas também como sujeito da própria investigação, embora ressalte o objetivo principal desse estudo etnográfico: reconhecer o ponto de vista dos sujeitos que participam como interlocutores da pesquisa. Isso configura um tipo de etnografia/autoetnografia que necessariamente se ancora no corpo e na experiência do corpo, sobretudo quando esse corpo dança e se expressa através do movimento. Sobre a autoetnografia na Dança, a professora e artista-pesquisadora Mônica Dantas diz que

a autoetnografia vem se consolidando como uma escrita de si, que permite o ir e vir entre as experiências pessoais e as dimensões culturais, buscando reconhecer, questionar e interpretar as próprias estruturas e políticas do eu. Uma parte significativa dos artistas/pesquisadores procede a colheita de informações sobre sua própria trajetória e processo de criação, procedimento que se assemelha a uma colheita de dados autoetnográficos. (Dantas, 2016, p. 173).

Este trabalho é escrito à duas mãos, mas seu conteúdo é construído a partir de diversos corpos que carregam histórias, memórias que se entrecruzam e se potencializam mutuamente, fomentando a discussão. O que também me instrumentalizou para tal construção foi a Observação Participante² que realizei em algumas disciplinas da Licenciatura e do Bacharelado,

.....
2 Sobre trabalho de campo e Observação Participante, ver: MARTINS, MENDES (2016) e ainda INGOLD (2016).

bem como eventos promovidos pelo curso. Nesse caso, por ter assistido algumas aulas e ter participado ativamente desses momentos, chamo a minha Observação Participante de Observação Dançante.

A analogia que faço ao chamar a Observação Participante de Observação Dançante é porque utilizo do meu corpo que dança para acompanhar e perceber, através dos sentidos, o cotidiano de alguns dos interlocutores. Utilizo a Dança também como um instrumento de pesquisa antropológica e sustento uma relação não tanto de observação, mas de relação corpóreo-sensorial (PUSSETTI, 2016) com os sujeitos de pesquisa através de nossos corpos em movimento.

Dos 16 sujeitos que compõem o universo de pesquisa, foi possível conversar com 10 e, nesse processo, identifiquei diversos pontos a serem debatidos. Para a presente escrita, escolho refletir sobre as diferentes fases que fazem parte dos processos identitários, bem como a autoimagem do sujeito negro no que diz respeito às minhas vivências e dos sujeitos de pesquisa.

IDENTIDADE NEGRA: SABERES CONSTRUÍDOS NO DIÁLOGO ENTRE A EXPERIÊNCIA E A TEORIA

Em primeiro lugar, é importante fazer uma reflexão sobre o que se entende por “ser negro”. Para tanto, aciono diversos autores, começando pelo professor, pesquisador e sociólogo Lívio Sansone (2003). O autor afirma que a região nordeste do Brasil conta com a maior população negra do país e, especificamente o estado da Bahia e o município de Salvador desempenham um papel central na construção de um “sentimento de negritude” que seria (e é, até hoje) idealizada como “legítima africana”. A região Sul, por sua vez, é pouco (auto)identificada e associada à população negra, tendo em vista a colonização promovida pelos povos europeus, especialmente alemães e italianos (ORO, 2002). Esse destaque é imprescindível por se tratar de um campo de pesquisa em uma universidade no interior do Rio Grande do Sul, ou seja, a UFSM.

Para demonstrar e entender o quanto um olhar mais atento – e também sensível – é necessário para compreender as fases da construção identitária,

trago o psicólogo, professor e pesquisador Ricardo Franklin Ferreira (2000). É fundamental que percebemos como as trajetórias, as memórias e os processos se esbarram, se entrecruzam e influenciam entre nós. Aqui, uso a primeira pessoa do plural pois, embora priorizo as histórias de meus interlocutores, minha história também tem impactos significativos a partir da trajetória deles. Nas palavras de Ferreira (2000), há um mecanismo de constante retroalimentação nos processos de socialização e construção identitária, como por exemplo a educação. Isso se dá, segundo o autor, através da potencialização do preconceito de cor e da negação da importância da presença da cultura africana em nosso país.

Vou associar esses apontamentos para o meu campo de pesquisa: a universidade, às vezes de forma velada e às vezes de maneira explícita, se torna um espaço onde essas concepções se perpetuam. Construo essa reflexão apontando que os sujeitos negros são considerados, no âmbito educacional, como alheios ao tempo, estagnados na imagem de escravos, alheios ao conhecimento científico e ao progresso humano. Com esse pano de fundo, pesquisar os processos identitários de artistas negros e negras no contexto universitário é também investigar suas trajetórias em um contexto desfavorável a uma identidade articulada em torno de valores positivamente afirmados.

A contribuição na produção de conhecimento na área das Ciências Sociais, da Dança e também da História, possibilita um olhar mais amplo e que dá um subsídio significativo para o conhecimento artístico e social. A partir desse diálogo, estabeleço uma discussão acerca da identidade no Brasil. Vamos partir do entendimento da identidade negra apartada da ideia de que esta seria o resultado de uma “herança africana”, mas sim, entendê-la como uma construção que ocorre a partir de diversos processos sociais. A cientista social Patrícia de Santana Pinho faz uma densa discussão apontando que a realidade brasileira

é também aquela em cuja história nunca houve discriminação racial legal, em que as categorias raciais são definidas por aparência e não por descendência e na qual a ambiguidade permite a existência de múltiplas categorias, de moreno a sarará, passando por pardo e café com leite. (PINHO, 2004, p. 208)

A autora ainda aponta que para alguns cientistas sociais brasileiros, como por exemplo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a origem da teoria das identidades está nos estudos do antropólogo Fredrik Barth (2000). A luz da antropologia interacionista, Barth (2000) parte das atribuições feitas pelo próprio sujeito ou atribuições feitas pelos outros, para entender as organizações sociais conceituadas pelo próprio autor como grupos étnicos. A contribuição do autor para esse estudo, foi a construção da ideia de que a identidade se dá como um sistema de oposições, ou seja, com caráter relacional a partir do que ele aponta como sinais diacríticos.

Levando em conta o meu universo de pesquisa, um exemplo disso é a manipulação capilar, considerando a textura do cabelo como um sinal diacrítico que inclui determinado sujeito em determinado grupo étnico – nesse caso, o cabelo crespo como um demarcador da negritude. A relação com o cabelo perpassa várias histórias que ouvi durante a pesquisa de campo. Alisamento, chapinha, mega-hair e outras manipulações foram utilizadas para esconder um dos traços mais marcantes da negritude: o cabelo crespo.

Chama-se Transição Capilar o processo de abandonar os procedimentos que alteram a estrutura do fio. O cabelo crespo enquanto parte dos sinais diacríticos é um identificador e ao mesmo tempo diferenciador, pois, quando vivenciamos esse processo de certa forma estamos transitando entre grupos: o cabelo liso é associado a branquitude e, ao mesmo em que seguimos sendo negros, há uma subjetividade que se afasta dessa negritude.

Eu e a maioria dos sujeitos de pesquisa vivenciamos esse processo, obviamente de diferentes formas. Eu, por exemplo, iniciei esses processos por volta dos meus 6 anos de idade e alisei até os quase 22 anos. Um dos sujeitos alisou por alguns anos durante o período escolar, outro utilizou tranças, alisamentos, mega-hair como formas de atenuar seus traços negroides. Uma das interlocutoras não alisou o cabelo, mas o mantinha sempre preso para controlar o volume natural dos fios. A decisão pelo abandono da fuga de assumir o cabelo crespo tem os diversos motivos, mas o que mais importa para este estudo é que o cabelo pode ser uma forma de vivenciar a negritude e mais do que isso, de manifestá-la (SILVA, 2004).

Percebo que a relação com o cabelo está diretamente ligada aos processos identitários que configuram o cerne desta escrita, já que me proponho debater a autoimagem do sujeito negro. As características físicas da sociedade brasileira é o que prevalece na classificação racial, segundo o que o sociólogo brasileiro Oracy Nogueira (2006) e, portanto, “ser negro” no Brasil está intimamente ligado ao tom de pele e traços como nariz, boca e como vinha dizendo, o cabelo.

A partir disso, há uma dificuldade em se reconhecer negro no país. Uma de minhas interlocutoras se considera parda, pois, embora tenha o pai negro, seu tom de pele é claro e por isso não se considera negra. Por outro lado, um interlocutor que se considerava pardo, pautado na ideia da miscigenação, quando passa a reconhecer que ser filho de uma mulher negra o torna um homem negro, passa identificar-se como negro. Essa ideia de mistura e miscigenação tão presente nas narrativas de meus interlocutores me lembra a imagem do rio usada por Muniz Sodré (1999) ao discutir a formulação identitária:

Algo assim como o leito por onde corre um rio: aparentemente fixo e predeterminado, o leito transforma-se imperceptivelmente. A personalidade individual sofre mudanças (por efeito de um “diálogo” contínuo com a sociedade ou o mundo externo) ou, antes, variações sobre um fundo “mais ou menos idêntico”: a identidade “atenuada”. (Sodré, 1999, p. 35).

O constante movimento da água – logo, da identidade – é justamente pela ideia de que ninguém vive isolado, de que não há uma única forma de ser negro e de que esse processo ocorre de forma não-linear. As identidades, então, estão nesses movimentos fluidos que se transformam imperceptivelmente. A partir do meu trabalho (auto)etnográfico pude acompanhar as memórias contadas pelos meus interlocutores, guiadas pelas perguntas que eu fazia. Ao mesmo tempo, revisei as minhas próprias memórias e compreendo que essas memórias todas – as minhas e as deles – dizem respeito às mudanças que devagarinho foram acontecendo a partir de suas histórias de vida e das atuações na graduação em Dança.

NEGRITUDE NO CAMPO ACADÊMICO: TENSIONAMENTOS E REFLEXÕES

Podemos refazer nosso olhar acostumado a naturalizar o universo acadêmico e, nesse sentido, as cotas podem ser pensadas como um fenômeno que rompe com a lógica de funcionamento do mundo acadêmico brasileiro (DUTRA, 2018). O meu trabalho de campo revelou que, depois de mim, outros negros e negras passaram pelos seus processos de autorreflexão e de construção identitária.

Analisar os dados que construí a partir da Observação Dançante é tratar do processo de constante elaboração e reelaboração da pesquisa, pois assim como fazer artístico, o fazer etnográfico também é um caminho de treinamento que se constrói no próprio fazer. É frisar o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e minha perspectiva desde dentro (SANTOS, 2002) no que diz respeito a experiência de ser artista negro no meio acadêmico. Além disso, me encontro em um contínuo processo de construção e reconstrução de mulher negra.

O constante movimento de me distanciar e estranhar o meu universo de pesquisa (DAMATTA, 1978) mas seguir colada à experiência de ser negro abre espaço para discussão sobre negritude no meio acadêmico. Quando volto para a graduação em Dança, agora com o olhar observador de uma pesquisadora, reforço o caráter singular do processo formativo em Dança na UFSM. As aulas são permeadas por uma especificidade de estimular a corporalidade como um todo, abordando aspectos fisiológicos (organização corporal e muscular), emocionais (reconhecimento de si e empoderamento) e auxiliam, ainda, o sujeito compreender esses aspectos em comunhão dentro e fora da sala de aula.

Esse processo permite que o sujeito identifique e reconheça a sua história, seus limites, que reconheça a si mesmo e aos outros. Nas palavras de Ferreira (2000), é como se

construísse “teorias pessoais” ou “mapas” sobre seu espaço físico, social e sobre si mesmo, passando tais “teorias” a de lhe servirem de “guias” de referência para que possa localizar-se em sua existência e relacionar-se dentro de seu grupo social de maneira re-

lativamente segura, vindo a favorecer a realização de seus projetos de vida, no âmbito individual e coletivo. (Ferreira, 2000, p. 44).

O autor não está falando diretamente da consciência corporal a partir da dança, mas consigo ver seus apontamentos alinhados perfeitamente com o que identifico no meu campo de pesquisa. O movimento de me aproximar destes sujeitos através da Observação Dançante é por entender que a partir da perspectiva relacional e interacional

tanto o indivíduo quanto suas concepções de realidade são constituídos nas relações interpessoais. Essas inter-relações são mediadas por crenças, padrões, práticas e normas de toda uma sociedade e esta, por sua vez, em parte, é constituída por esse mesmo indivíduo dela participante, em um processo contínuo e dinâmico de mútua construção (...) Assim, em seu conjunto, os indivíduos, em função de suas concepções de realidade, desenvolvem uma sociedade e cultura específicas nas quais se inserem, sendo, concomitantemente, seu mundo simbólico por elas constituído, formando uma estrutura orgânica na qual todo e partes influenciam-se mutuamente, submetidos a um duplo movimento – o de manter uma certa estabilidade ao longo do tempo e o de prover transformações na própria estrutura. (Ferreira, 2000, p. 44).

Esse processo me permitiu identificar de quais formas os indivíduos reconhecem a si mesmo e aos outros a partir das relações estabelecidas em campo: entre eles mesmos, com os professores, com os colegas brancos e, principalmente, com os colegas negros. Não há um grande número de alunos negros em ambos os cursos, mas mesmo que a passos lentos é perceptível um certo movimento no campo acadêmico nos últimos anos, intensificado pelas Ações Afirmativas³, que reforça a urgência de estarmos cientes do passado brasileiro no que diz respeito a colonização do país.

No contexto atual, tais Ações reivindicam políticas de reparação social através de cotas raciais para o ingresso no ensino superior, possibilitando o ingresso de negros à universidade. Quando ingressei na graduação

.....
3 Enquanto fruto da luta e pressão política do movimento negro em todo território brasileiro, foi sancionada a Lei Federal nº 12.711/2012 pela Presidenta Dilma Rousseff, que torna obrigatório 50% das vagas em universidades federais para cotas raciais e sociais (DUTRA, 2018). Para ver mais sobre Ações Afirmativas e Lei de Cotas, consultar: DUTRA (2018).

em Dança, utilizei da reserva de vagas para pretos que estudaram em escola pública e dos 10 sujeitos que conversei, 8 ingressaram por cotas, momento em que se autodeclararam pretos ou pardos.

Pesquisar trajetórias negras a partir de um diálogo entre Artes e Ciências Sociais, subverte a invisibilização produzida pelo racismo existente nesse meio. Investigar os processos identitários no meio artístico é um enfrentamento à dor causada pelas violências vividas diariamente, fruto das lacunas existentes na estrutura institucional.

As lacunas que resultam das diversas formas que o aluno negro é excluído contribuem para que se perpetue um entendimento do negro como sujeito inferior. Como aponta a pedagoga e primeira reitora negra de uma instituição federal no Brasil, Nilma Lino Gomes (2002), essa exclusão ocorre de diversas formas: pela maneira como os alunos e alunas são tratados; pela ausência ou presença de maneira superficial da discussão racial; pela lacuna dessa discussão na formação dos professores e pela baixa expectativa, muitas vezes, do professor em relação ao aluno negro.

Escrever a partir da prática artística e etnográfica, da experiência na dança, na vida, no meio acadêmico e do conhecimento que vou contornando a partir disso, se configura também como potência para produzir um discurso sobre relações étnico-raciais. No presente trabalho, escolho evidenciar memórias a partir do espaço de escuta instaurado entre mim e meus interlocutores. Porque só alguns tem suas histórias contadas e outras são silenciadas?

Ouvir, refletir, escrever, dançar, parar. Reescrever, reler, dançar, criar, parar. Recomeçar. Finalizar. Essas foram e estão sendo algumas ações adotadas enquanto movimento e desenvolvimento do trabalho, me permitindo estimular a atenção de diferentes sentidos: olhos, ouvidos, boca, corpo. Acesso, então, memórias individuais e compartilhadas, que dizem respeito aos meus processos identitários que ora se aproximam e ora afastam dos processos narrados pelos sujeitos da pesquisa.

Descre(ver), analisar, criar. Essas outras palavras fazem parte do desenvolvimento da pesquisa, momento em que observo, acompanho e

compartilho com meus interlocutores e que a partir disso, crio narrativas escritas, reflexivas, artísticas e antropológicas. A partir dessas narrativas, criei também uma *performance* como parte do processo de construção da pesquisa, borrando as fronteiras entre produção artística e produção acadêmica.

A Dança, em Santa Maria/RS, está presente em diferentes contextos: em companhias, academias de dança e de musculação, em projetos sociais, em escolas e a partir do meu trabalho de campo, percebo que é impossível compreender os processos identitários sem levar em consideração esses outros espaços. As vivências anteriores a graduação fazem parte da vida dos sujeitos e os constituem de tal forma, que o entendimento sobre ser negro está calcado em suas experiências dentro e fora do arco⁴.

Por isso, volto ao meu lugar de fala: as reflexões são permeadas também pelo meu processo formativo em Dança, processo este que não é só a graduação. A minha formação como artista inclui também o samba no pátio da casa da minha avó materna, quando eu tinha poucos anos de idade. Inclui o projeto social que dancei durante a infância e a adolescência. Inclui, também, as noites dedicadas à ensaios em escola de samba e os desfiles na avenida, tanto em Santa Maria quanto fora dela. A minha formação inclui a imersão artística no Projeto Negressencia⁵, já adulta. O retorno à criação artística durante um trabalho etnográfico também faz patê dessa formação.

De certo modo, tantas vezes poderiam falar sobre essa temática. Tantas mãos poderiam redigir este texto. Tantos corpos poderiam dançar essa pesquisa. A particularidade da minha formação assegura que a produção de conhecimento tenha histórias contadas e estudos realizados a partir de uma posição social específica, que em muito contribui para a reflexão aqui proposta.

Considero essas vivências de suma importância para a construção de saberes que aqui estou compartilhando. Encaro essa oportunidade

.....
4 Aqui me refiro ao Arco da UFSM que sinaliza a entrada do *campus* Camobi, em Santa Maria.

5 “Negressencia: Mulheres Cujos Filhos São Peixes” foi um dos 45 projetos contemplados em todo o país com a bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros, pelo Edital de 2014 da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

não como uma deslegitimação de outros discursos, mas reconheço que eles são construídos a partir de realidades próprias dos grupos sociais que são enunciados.

Quando levo em conta a minha história como um todo e considero a graduação como um marco em relação ao meu processo de construção de negritude, consigo compreender como é experienciada, definida e dançada a negritude por alguns dos alunos negros dos cursos de Dança da UFSM. A presença do negro no campo artístico da Universidade é incorporada, literalmente, pelo borrado de um dentro e fora que dialogam constantemente. Com isso, há processos de ascensão social, autonomia e empoderamento. Reafirmo, na pesquisa, que a Dança, como área de conhecimento, opera de modos de fazer e fruir – políticos, estéticos e educativos – específicos, peculiares e distinto das demais áreas.

Portanto, investigar o corpo negro dentro da universidade em um curso da área artística, implica tratar a identidade negra não como uma meta a ser alcançada ou como um alvo a ser atingido pelos alunos dos cursos. Pelo contrário, a etnografia que embasa essa escrita é instigada pela compreensão das sutilezas e minúcias dos caminhos pelos quais os sujeitos se constituem.

Seus corpos absorvem e expressam experiências emocionais e combinações genéticas que merecem ser observadas, estudadas e legitimadas. A partir daí, é possível acompanhar diferentes aspectos que seguem articulando a estrutura das identidades como aberta. O que quero dizer é que as significações atribuídas as características se deslocam, correm como o rio, para seguir na imagem de Sodré (1999).

As experiências – minhas e dos sujeitos de pesquisa, nesse caso – dearticulam as identidades unificadas do passado e, ao mesmo tempo, abrem possibilidades de novas articulações, assim como aponta o artista da dança e pesquisador Ruy Moreira (2000) quando estuda a presença negra na dança em seu artigo “O corpo negro e suas identidades na dança brasileira”. Essa rearticulação se dá na produção de novos valores para si enquanto sujeito e para a relação com os outros, bem como na reorganização da estrutura com a nuance artística do universo de pesquisa.

De que forma a dança na UFSM produz identidade? Como ela reverbera nos processos identitários dos acadêmicos negros? Que lugar o autoconehecimento presente nos modos de fazer e pensar Dança ocupa em suas vidas? O especialista em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Lívio Sansone (2003), diz que a construção da identidade negra está relacionada ao uso específico do corpo e, no meu trabalho, a negritude está associada a comportamentos e aos modos como entendo o corpo. Aqui, este é entendido como lugar potente e político, como via de aprendizagem do/no/através dele. O corpo, negro e dançante, é encarado também como disparador de discussões: o corpo negro que dança é capaz de buscar e elaborar novos significados para relações estabelecidas e, além disso, recriar novos discursos sociais. O que constatei é que, inconscientemente, crescemos nos apropriando de discursos e ideias por vários meios: pelos valores transmitidos no seio de nossas famílias, pelas referências midiáticas e, na Dança, pelos ambientes artísticos dos quais participamos ao longo do nosso caminhar.

Lembrando, mais uma vez, as minhas memórias: participei de um projeto social, de escola de samba, de projetos de ensino e extensão, dois semestres cursando Bacharelado em Educação Física na UFSM antes da graduação em Dança e agora me encontro na pós-graduação. Esses lugares foram me constituindo enquanto sujeito, enquanto ser dançante e isso se repete com meus interlocutores. Os lugares que ocupamos vão moldando o nosso entendimento de negritude.

E o corpo negro na Universidade? A resignificação dos discursos que menciono é especificamente nesse lugar. A ideia do que é ser negro no contexto universitário é produzida e reproduzida constantemente em virtude dos corpos negros que dançam no campo acadêmico – delimito o impacto causado através da dança por ser este meu foco da pesquisa, mas obviamente não deslegítimo a presença negra em outras áreas.

Os corpos são (re)criadores também da estética, além de estarem interconectados e sujeitos às suas próprias histórias. Ao tentar definir a estética negra em Dança, não podemos padronizá-la como singular a partir de códigos pré-estabelecidos e noções rasas de senso comum no que diz res-

peito à negritude, como por exemplo, as “danças afro”. A estética negra em Dança evolui a partir de diferentes princípios de técnica, de movimento e de criação, que trazem experiências do cotidiano e principalmente do jeito próprio de dançar, tanto no coletivo quanto no individual. Isso se dá, pois, esses elementos – técnica, movimento e criação – estão imbricados a outros elementos que, por sua vez, são multiculturais (OLIVEIRA, 2015).

O que investigo nesse estudo parte do pressuposto de que no modo de fazer e pensar a Dança na UFSM, os processos identitários são potencializados pelo exercício de se colocar em perspectiva, de abrir-se para o diálogo com o outro e para escutá-lo também. É um trabalho intenso e contínuo, que depende da entrega e do comprometimento de cada sujeito. Há, a partir desse contato com a própria individualidade, a possibilidade de reinventar a si mesmo, aos outros e explorar diferentes formas de ser e estar no mundo enquanto sujeito que se movimenta e se conecta com a arte e com a vida.

Isso pode ser concretamente observado na minha própria trajetória na graduação. Em diversas disciplinas e, principalmente em Consciência Corporal I e II⁶, fiz um mergulho interno. O ambiente acolhedor da disciplina proporcionou uma sensibilização e percepção dos estados corporais, se contrapondo as técnicas mais formais do entendimento de Dança que perpassam por reprodução de passos codificados, que não se voltam para o conhecimento do corpo e da subjetividade do artista. Trago esse exemplo pois foi a partir desse autoconhecimento vindo de práticas de dança que pude construir um caminho onde foi possível me reconhecer e me validar enquanto mulher negra. A pele escura não era o suficiente para me entender negra, eu precisava me encontrar com a minha subjetividade.

No que implica o gradiente de cor? Em que situações essas diversas formas de classificar as pessoas pela cor são acionadas? Entre os negros e os brancos estão os pardos, complexificando os mitos de origens e de misturas.

.....
6 As disciplinas de Consciência Corporal I e II fazem parte das disciplinas obrigatórias da grade curricular da graduação em Dança da UFSM. Quando cursei esta disciplina, em 2013, foi ministrada pela Profa. Dra. Heloísa Gravina.

Nas classificações, se pretos podem se classificar como pardos, nem pretos e nem pardos podem se classificar como brancos. Assim, há um limite social imposto pela cor e que impede pretos e pardos ocupem os mesmos lugares que os brancos (MAGGIE, 1996).

No meu caso, falamos do ambiente acadêmico, porém, o ambiente educacional de maneira geral nos domestifica para sermos o mais próximo do civilizado, para estar mais perto do modelo ideal de comportamento que não acolhe o movimento. Não há espaço para a expressão artística e o corpo torna-se tabu. Temos, então, o primeiro tensionamento: as Artes no espaço acadêmico. Quais estratégias de validação da área como também um campo de produção de conhecimento? Em seguida, o segundo tensionamento: o corpo no espaço acadêmico. Prédios, cadeiras, mesas, canetas, computadores... O conhecimento está colado ao material, ao concreto. Como pensar o conhecimento através da sinuosidade, da respiração, do afeto e do calor dos corpos? Mais uma camada de tensão: o corpo negro no espaço acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrei na (auto)etnografia que estou fazendo, saberes e fazeres que reforçam traços de uma memória individual minha que se conecta com uma memória coletiva. Essa rede de memórias tem muito a dizer sobre a pertença étnico-racial, principalmente no contexto artístico dentro do universo acadêmico.

Difícilmente as 11 histórias (as de meus interlocutores somadas a minha) caberiam em um artigo, em palavras, em descrições. Mas o esforço em discutir a negritude na Dança, seja na pesquisa no mestrado em Ciências Sociais, nas criações artísticas de Dança ou nesse artigo na História, diz respeito a potência que faz parte dessa temática.

A construção dos saberes para o meu trabalho vem de um estudo prático de observação, de escutar atentamente o que me foi dito e de passar tudo isso para uma escrita reflexiva. Este empreendimento que caracteriza a etnografia diz respeito a um estudo (auto)reflexivo: a visão de uma descrição “pura” e “neutra” independente das percepções individuais se desfaz.

A interpretação que fiz até aqui, daquilo que selecionei enquanto informações do campo de pesquisa, são de atribuições também das minhas memórias individuais. Se, enquanto pesquisadora, estou totalmente debruçada e imersa nesta etnografia, por que não olhar para mim mesma e escrever a partir da minha própria experiência? A minha história serviu e segue servindo de trampolim para uma compreensão maior, para caminhar, criar e dançar em direção aos outros sujeitos dessa pesquisa.

Os processos identitários extrapolam os textos acadêmicos e estão presentes em diversas situações sociais de uma sociedade que se pensa misturada e não segregada (MAGGIE, 1996), portanto, fomentar essa discussão no universo das Artes, Antropologia e História é de extrema importância e necessária para ampliar os limites das expressões e compreensões da negritude brasileira, afinal, não existe história sem arte.

A partir das discussões realizadas no corpo do artigo, concluo que a autoimagem da negritude brasileira é pautada na cor, mas, que vai muito além disso. Por isso, as cores das pessoas no Brasil são referências fundamentais, mas ao falar das cores (do negro, do pardo e do branco) estamos falando de distinções sociais. Ao falar de artistas negros no meio acadêmico, estamos falando de enegrecer a universidade, de ascensão social, de empoderamento, de processos identitários no meio artístico a partir das suas histórias e das suas trajetórias. Depois de mim, desejo que muitos outros negros acessem à universidade e tenham seus corpos refletidos nos espelhos das salas de Dança. Que sigamos fazendo história com nossos corpos negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. *In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira. 1976

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues” in Nunes, Edson. **A aventura sociológica**. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar. 1978

DANTAS, Mônica Fagundes. Ancoradas no corpo, ancoradas na experiência: etnografia e estudos em dança. **Urdimento**. V. 2, n. 27. P. 168-183. Dezembro, 2016

DUTRA, Maria Rita Py. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2018.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC, Rio de Janeiro: Pallas. 2000

FORTIN, Sylvie. Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística. **Revista Cena**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 7, p. 78-88, fev. 2009

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria, Belo Horizonte Minas Gerais, v. 9, n. 1, p. 38-47, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296/1392>> Acesso em: nov. 2018.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**. Porto Alegre, v. 39, n. 3. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690/0>>. Acesso em: Out/2019.

MAGGIE, Yvonne. 1996. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira”. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz: CCBB.

MARTINS, Humberto. MENDES, Paulo. Trabalho de campo antropológico: (con)vivendo e conhecendo com muitos outros. In: **Trabalho de campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. 2016

MOREIRA, Rui. O corpo negro e suas identidades na dança brasileira. **Revista Matriz: uma revista de arte negra**. Porto Alegre: Grupo Caixa Preta. 2000

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista Tempo Social**. Vol. 19 n. 1. São Paulo. Novembro/2006 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. Tentando definir a estética negra em Dança. **Revista Repertório**, Salvador. Nº 24. P. 128-136. 2015

- ORO, Ari. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos Afro-asiáticos**. Vol. 24, n. 2, p. 345-384. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a06v24n2.pdf>. Acesso em: out. 2019
- PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume. 2004
- PIRES, Karen Tolentino de. **“Crespa ou alisada”: os diferentes significados da manipulação do cabelo afro entre mulheres negras da cidade de Santa Maria-RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. Coleção Feminismos Plurais. 2017
- RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola. 2006
- SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nàgo e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia**. Petrópolis: Editora Vozes. 2002
- SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2003
- SILVA, Eveline Pena da. **Cia de Dança Afro Euwá-Dandaras: Um estudo sobre a (re)significação identitária e étnica em jovens negras na cidade de Santa Maria/RS**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Ciências Sociais. 2014
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

ST 09
DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL,
TRANSIÇÕES E
REDEMOCRATIZAÇÃO
NO BRASIL

COORDENAÇÃO

DIORGE ALCENO KONRAD (UFSM)

TATYANA DE AMARAL MAIA (PUCRS)

O JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1981) E O MOVIMENTO GUEI EM NASCIMENTO

EDUARDO ALBERTO DE ALMEIDA
MESTRANDO PPGH – UFSM, BRASIL
EDUARDOALBERTODEALMEIDA@GMAIL.COM

RESUMO

O jornal *Lampião da Esquina* foi o primeiro periódico feito por e para homossexuais do Brasil, com um histórico de publicações voltadas a tratar dos movimentos sociais nascentes e da vida e luta dos gueis brasileiros diante da repressão da Ditadura Civil-Militar. Neste trabalho, pretende-se abordar a história de criação do jornal e as publicações sobre os homossexuais no contexto social que estavam inseridos. O *Lampião* possuía diversos tipos de publicações em cada edição: ensaios, reportagens, entrevistas, opiniões, cartas dos leitores e a parte de humor, cultura e dicas de leituras, filmes e músicas. Dessa maneira, a pesquisa tentará demonstrar a importância do jornal na criação e nascimento do movimento guei brasileiro, além de demonstrar o contexto social enfrentado pelos gueis no Brasil Ditatorial. Com as publicações do jornal, estudaremos as ações de repressão da Ditadura e as resistências destes sujeitos, as formações de grupos e a cultura guei que apresentava sucesso entre a população, como os shows das travestis e drag-queen. Os filmes, livros e músicas voltados ao público guei tendo-os como protagonistas, e histórias em quadrinhos onde o super-herói era homossexual e defendia as minorias sociais do preconceito e violência. Embora seja uma fonte rica, devemos realizar o trabalho de forma crítica, levando em conta as questões comerciais e interesses dos editores do jornal.

Palavras-chaves: *Lampião da Esquina*; Movimento Guei; Ditadura Civil-Militar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O movimento LGBT+ como conhecemos hoje era obviamente diferente nos anos 1970 e 1980. Começando pelas siglas e nomes do movimento: se introduz como *Movimento Guei*, passando a ser *GLS* em seguida, até que, com os debates sobre gênero e sexualidade dos anos 1990 e 2000, a sigla molda-se à forma que conhecemos hoje.

Neste trabalho será utilizada a terminologia Movimento Guei, correspondente ao tempo e uso pelas fontes históricas, deixando claro a compreensão da sigla e sua abrangência e importância nos dias atuais – o que não quer dizer que estamos anulando os outros sujeitos, mas sim utilizando a terminologia do período que, mesmo não sendo a melhor, abarcava todos os sujeitos considerados diferentes da normatividade heterossexual –. Escolhemos, também, a utilização do termo “*gay*” na sua tradução para o português, “guei”, terminologia do período e formato utilizado pelas fontes. O termo “homossexualismo” será utilizado pelas mesmas questões; em desuso hoje, o termo era considerado doença pela OMS – por isso o “ismo” – sendo atualizado pós anos 90, quando deixou a lista da OMS e ganhou a terminologia “homossexualidade”.

Vendo através das lentes da atualidade: já não é fácil assumir-se homossexual, lésbica, travesti, transexual nos dias atuais, imagine então nos anos de Ditadura Civil-Militar; essa era uma tarefa para os bravos e destemidos, e, então, a preferência era pela vida nos guetos, na chamada subcultura, escondidos entre os seus, à uma ínfima distância da sociedade homofóbica que os esperava. Longe de julgarmos ou considerarmos menos corajosos aqueles que escolhiam este caminho, afinal a compreensão dos sujeitos e suas ações é o ponto principal de qualquer pesquisa na área das humanas, porém ao analisar e pesquisar esse período nas publicações dos jornais e revistas gueis deste período encontramos o que eles julgavam ser a coisa mais importante para o período: o assumir-se e a saída dos guetos.

Veremos, ao decorrer, o contexto social onde esses sujeitos estavam inseridos, a criação do jornal “Lampião da Esquina” e a importância e atuação dele para com o nascente Movimento Guei, inicialmente surgindo com

o “Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” e, em seguida, se expandindo por todo o Brasil, fazendo com que surgissem novos grupos e discussões. Visando tratar sobre os sujeitos gueis brasileiros deste período, contando suas lutas, resistências e as perseguições cometidas contra eles. Mesmo não se tratando de um tema original, e sendo uma pequena discussão sobre os gueis, este texto vem para tratar dos sujeitos gueis brasileiros durante a Ditadura Civil-Militar, através de uma discussão encontrada nas historiografias desse assunto e fontes históricas. Esse trabalho é o início das pesquisas que viemos desenvolvendo sobre os gueis brasileiros e suas resistências, trata-se de uma síntese em desenvolvimento, que ainda será aprofundada em trabalhos futuros.

Com a luta, os mesmos saem dos guetos, se assumem e buscam direitos civis, ainda que, em partes, as mesmas lutas dos primeiros passos do movimento guei nos anos de 1960 permaneçam hoje – na luta por seus direitos civis, como a adoção, casamento, doação de sangue e autonomia, sem o medo das diferenças. Mesmo alguns direitos segurados por lei correm o risco de terminar, como o nome social, a adoção a casais gueis e o casamento, coisa que impulsiona os movimentos gueis do Brasil a continuarem suas lutas, mesmo que pela manutenção de direitos já conquistados.

Claro que o movimento guei não surgiu e teve sua expansão de forma isolada na sociedade, o período de surgimento dele foi em conjunto com os outros movimentos sociais do Brasil, como o movimento negro, feminista e de esquerda. Mas este trabalho vem para tratar especificamente do movimento guei brasileiro.

CONTEXTO

O preconceito e a perseguição aos gueis brasileiros não iniciaram com a Ditadura Civil-Militar Brasileira, são ações que ocorreram por anos, muito antes deste período, mas por ser pautado em questões consideradas conservadoras e usarem o discurso da moral e bons costumes de forma mais agressiva, a Ditadura assumiu essa postura e perseguiu todos os que consideram um “perigo” a sociedade, e assim, os gueis se tornaram alvos desta

perseguição, além dos “inimigos” do Estado, como os comunistas e os contrários à Ditadura.

A perseguição iniciou especificamente quando Magalhães Pinto, ex-governador de Minas Gerais e um dos principais líderes civis que apoiaram e ajudaram na conspiração que culminou no Golpe de Estado de 1964, foi nomeado no governo Costa e Silva à ministro das Relações Exteriores.

Após o Ato Institucional de número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, Magalhães Pinto resolveu tirar proveito da nova legislação e do recrudescimento da Ditadura para realizar atos voltados aos seus ideais conservadores e iniciar uma “caça aos homossexuais”. Não que não fosse um “problema” para os conservadores antes de 1964 – a preocupação com a homossexualidade e a segurança nacional existem antes mesmo deste período –, e então autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero. Estes sujeitos eram considerados subversivos e perigosos para a segurança nacional, o que foi resgatado pós-AI 5.

A partir de 1969, vários representantes do Itamaraty no exterior foram demitidos por suspeitas de subversão, coisa que se traduziu em suspeitas de embriaguez, homossexualismo, prostituição, ou qualquer outro ato contrário do empregado pelo conservadorismo. As agências responsáveis pelas investigações de subversivos eram a Polícia Federal, SNI e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Magalhães Pinto criou uma comissão de investigações para encontrar os subversivos com suspeitas de homossexualidade e para isso designou Antônio Cândido de Câmara Canto como chefe da comissão de investigação. Essas investigações eram baseadas em exames médicos e psiquiátricos e denúncias de fora.

A homossexualidade era sempre ligada aos inimigos dos militares e civis conservadores; ela representava tudo o que eles desprezavam, afinal era contra a família tradicional brasileira e a moral e bons costumes. Os intelectuais militares aproveitaram este contexto de perseguição e investigação, começado no Ministério do Exterior, e expandiram a perseguição para o res-

tante dos órgãos federais e, em seguida, para toda a sociedade civil brasileira, declarando assim a “caça aos homossexuais brasileiros”.

Essas ações e medidas criaram duas situações bem visíveis na sociedade: o medo dos homossexuais de se assumirem e/ou viverem livremente, fechando-se nos guetos, e o medo dos militares e conservadores de que os homoeróticos pudessem destruir a sociedade, a ponto de as forças de segurança nacional prestarem atenção à ascendência do Movimento Guei como uma conspiração organizada internacionalmente para derrubada dos ditadores e instauração de um governo comunista. A moral e os bons costumes entraram no discurso conservador com tanta força que permanecem na sociedade até hoje.

O movimento guei buscava a normalização da identidade homossexual pública, o que aos olhos dos policiais seria um sinal garantido de maquinações comunistas. Este medo do movimento guei auxiliou a desestabilizar o governo e agiu como resistência à ditadura. Os jornais voltados ao público homossexual também auxiliaram na expansão, formação e coesão do movimento guei, o que fortaleceu e impulsionou suas ações. Esse ativismo seria uma ameaça à segurança nacional, e, por esse motivo, novamente, os gueis eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

As medidas repressivas da Ditadura a fim de acabar com os subversivos tiveram um efeito desanimador em relação a sociabilidade e vivências homossexuais. A polícia efetuava batidas frequentes em estabelecimentos suspeitos de servirem como lugares voltados para público guei. Os policiais abordavam as pessoas para conferir seus documentos, suspeitos eram presos e interrogados, tudo isso devido ao clima de busca pelo inimigo do Estado.

Com o medo da repressão policial, homossexuais procuravam novos lugares para socializar, geralmente lugares noturnos. Boates, bares e cinemas foram criados para este público, além das saunas.

Nas boates e bares os homossexuais iam para dançar e conhecer parceiros, mas para encontros eróticos os lugares preferidos eram os cinemas. Importante frisar que, embora houvesse apoio dos donos e empregados, muitas vezes a polícia realizava batidas surpresas nestes locais e prendiam todos os que ali se enquadravam como subversivos. (GREEN, 2000, p. 401)

O Primor, um antigo cinema de luxo no centro do Rio de Janeiro, era um local notório para encontros sexuais anônimos. Homens de todas as classes sociais, de office-boys a executivos, aproveitavam os cantos escuros e os inúmeros assentos desocupados para transar, enquanto “nas escadas e balcões, transformados em passarelas travestis improvisavam shows”. Os proprietários, administradores e empregados desses cinemas, em geral, ignoravam tais atividades realizadas em seus estabelecimentos, uma vez que a clientela trazia um lucro significativo, especialmente para os lugares mais decadentes no centro do Rio e São Paulo.

Outro grupo muito importante como resistência à moral e bons costumes, que deu a cara a tapa na promoção da revolução sexual e luta por direitos, foram as travestis. As dificuldades financeiras e, principalmente, a falta de emprego para homens afeminados, e a crescente procura por sexo pago, fizeram com que surgissem as travestis e os “michês”.

Muitas travestis que trabalhavam nas ruas usavam minissaias justas, blusas curtas, salto alto, meias arrastão e peruca detalhadamente colocada. As roupas preferíveis eram sempre provocantes, geralmente da moda feminina do momento. Elas adotavam nomes femininos e ingeriam ou injetavam hormônios femininos para desenvolver seios. Já os michês usavam roupas masculinas provocantes, geralmente descamisados ou com camisas abertas mostrando o peito e a barriga. Não eram procurados somente pelos homossexuais, mas também por mulheres heterossexuais.

Nem toda a travesti era prostituta, porém, como o imaginário social assimila; havia também as travestis artísticas, que realizavam performances nos bares homossexuais, geralmente de dança, dublagem e canto.

Mesmo não sendo crime ser prostituta, muitas travestis eram presas por vadiagem, perturbação da ordem pública ou prática de atos obscenos em público, a fim de realizar um controle das ruas. (GREEN, 2000, p. 404).

As travestis detidas deviam provar que tinham emprego remunerado. Se não pudessem apresentar documentos devidamente assinados por alguma empresa, estabelecimento comercial ou qualquer empregador legítimo, tinham trinta dias para conseguir um emprego. Se fossem presos novamente sem ter preenchido esse requisito, ficavam sujeitos a três meses de prisão de acordo com o Código Penal, Artigo 59. As travestis que estivessem legalmente registradas e empregadas, mas ainda atuavam

na prostituição em meio período, também poderiam ser acusadas de atentado ao pudor ou de perturbação da ordem pública.

Essas legislações e formas de agir da polícia permitiam a perseguição e prisão das travestis, motivadas, na maioria das vezes, pelo preconceito e medo da subversão atribuída a elas. Os assassinatos, alguns retratados pelos jornais alternativos voltados ao público guei, foram cometidos pela própria polícia.

O controle da sociedade, principalmente dos subversivos, começou logo após o Golpe de 1964, antes do AI-5. A estruturação de um amplo e complexo sistema de repressão e perseguição a esses dissidentes foi estabelecido logo no AI-1, quando começaram as primeiras cassações. Mesmo com toda essa estrutura, não existiu apenas um órgão responsável por tudo, pelo contrário, (QUINALHA, 2018, p. 27).

a estrutura do aparato repressivo foi sendo progressivamente construída a partir de diferentes vértices, conjugando organismos de controle moral preexistentes com outras agências criadas sob inspiração da “doutrina de segurança nacional” do regime. Além disso, o complexo aparato foi se modificando conforme as necessidades conjunturais de cada momento e, assim, assumindo distintas formas institucionais durante os anos da ditadura, a depender dos embates e negociações travados dentro do conjunto das elites civis e militares que capitanearam a edificação do regime autoritário.

A Ditadura foi ardilosa na implementação e sustentação destes aparatos, moldados e atualizados conforme as necessidades de uso. A Polícia Militar, Civil e Federal, o sistema judiciário, os órgãos de censura e de propagandas políticas, a vigilância e a espionagem são alguns órgãos pertencentes ao aparato de repressão e controle.

A vida privada e o cotidiano dos sujeitos foram objetos da ânsia reguladora e do controle autoritário da Ditadura. As vigilâncias realizadas nos sujeitos, principalmente nos suspeitos de subversão focavam não só na vida pública como também na vida privada; o medo da revolução sexual e das atividades sexuais desses sujeitos poderiam caracterizar em sua subversão ou sua inocência.

O homossexual era considerado menos humano e menos respeitável em sua dignidade, o que corroborava à perseguição aos gueis neste período. Músicas, filmes, peças de teatro e pinturas foram vetados pela censura e impedidos de circularem por realizarem “apologia” ao homossexualismo.

Editores e jornalistas dos veículos de imprensa guei foram processados e perseguidos por suas publicações. Celso Curi foi um exemplo desta perseguição, processado e preso pela ditadura por publicar em sua “Coluna do Meio”, do jornal “Última Hora”, Rio de Janeiro, um texto que tratava dos lugares e formas de paqueras gueis. A comissão editorial do Lampião da Esquina também recebeu intimação e tiveram que comparecer todos na delegacia prestar depoimento, não sendo presos ou condenados.

A Ditadura Civil-Militar não criou o preconceito e a mentalidade conservadora no Brasil; o que ocorreu foi o aproveitamento destas mentalidades conservadoras para construir o Golpe e o Governo Ditatorial, e o aparato de violência complexo e funcional instaurado pós-Golpe auxiliou no processo de perseguição e condenação das diversidades sociais, em suma a sexual.

Alguns apoiadores da Ditadura afirmavam que a vida privada não interferia na sociedade e permitiam que os sujeitos realizassem suas práticas sexuais entre quatro paredes; uma afirmação incorreta, visto que a vida privada dos subversivos era espionada, o que também fica controverso quando observamos as prisões e perseguições realizadas em ambientes fechados, como cinemas, boates e bares voltados para o público homoerótico.

Em todos os casos, a repressão ocorria, seja no aspecto público ou privado. O pensamento conservador usou a conjuntura político-social deste período para pôr em prática seus ideais sociais, uma sociedade heterossexual, moral e de bons costumes.

A partir dos anos de 1970, a flexibilização da repressão e censura permitiram alguns avanços para o movimento guei. Surge o primeiro jornal homossexual do país, o Lampião da Esquina, distribuído por bancas em todo o território nacional.

Logo após o lançamento do mesmo, artistas, intelectuais e profissionais liberais formaram um grupo para discutir o descontentamento com a

sociedade. Surgia assim, em 1979, o grupo Somos, que realizava muitos de seus debates na Universidade de São Paulo (USP). Com o auxílio do Lamião e do Somos, o movimento guei cresceu e expandiu para o país.

Ambos realizaram discussões de diversas pautas, como o papel das mulheres, as questões de sexo e a diferença entre ativo/passivo, masculino/afeminados, questões de androgenia e da cultura homossexual, construindo debates para melhorar a vida e respeitar as diversidades dentro do próprio movimento guei.

A ideologia cristã e os pensamentos conservadores a respeito das sexualidades e dos sujeitos, fez com que houvesse uma patologia destes dissidentes, considerados como a desordem social; os gueis e as travestis. Para estes, criou-se um processo de higienização feito através de batidas policiais e ações de censura. (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p.364).

Governos locais apelavam a leis e portarias para restringir atividades artísticas e fechar bares e boates de frequência subversiva. Entretanto, legalmente, buscavam-se outros indícios para incriminar os proprietários na Justiça, como a acusação da presença de menores em processos sumamente arbitrários, sendo crescente a discricionariedade e sistematicidade da repressão a partir do AI-5.

Os donos eram perseguidos por permitirem sociabilidade homoafetiva e shows das travestis em seus estabelecimentos, mas os frequentadores e os gueis em geral sofriam as perseguições e eram presos sob as chamadas prisões para averiguação. Também era utilizada a Lei de Vadiagem para justificar as prisões destes sujeitos.

Alguns jornais noticiaram essas ações da polícia como um plano conjunto de perseguição aos homossexuais, principalmente as travestis, as mais presas e condenadas, por conta do trabalho na prostituição e seus corpos e modos característicos.

Para o imaginário conservador deste período as travestis representavam um risco maior para a sociedade, pois pervertiam e influenciavam a juventude a seguir nesse caminho, e realizavam “práticas abomináveis”.

Logo as travestis foram incluídas ao movimento guei e suas lutas acrescentadas às outras; sabemos que tais sujeitos foram de grande importância,

pois foram algumas das primeiras a sair dos guetos e ganhar visibilidade social, mesmo que de forma negativa. Estas não só existiam, como também exibiam sua existência, sempre buscando o respeito e a aceitação social.

NASCE O LAMPIÃO DA ESQUINA

No final de 1977, o jornalista e ativista guei Winston Leyland, editor-chefe da revista *Gay Sunshine*, voltada à homossexuais, visitou o país procurando conhecer escritores brasileiros para reunir materiais para a publicação de uma coletânea de literatura homoerótica. Sendo sua passagem comentada em larga escala, ele participou de diversas reuniões com homossexuais brasileiros. Uma das reuniões ocorreu na casa do artista plástico Darcy Pentead, organizada pelo advogado João Antônio Mascarenhas. Nesta ocasião surgiu a ideia de criar um jornal feito por e para homossexuais.

Juntaram-se à equipe o escritor João Silvério Trevisan, o crítico de cinema Jean-Claude Bernadet, o jornalista e escritor Aguinaldo Silva e o antropólogo Peter Fry. Além destes, Adão Costa, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas, juntaram-se em torno desta proposta. Tais sujeitos formaram inicialmente a comissão editorial do jornal, onde Aguinaldo Silva foi o escolhido como editor-chefe. Nascia, assim, o Lampião da Esquina, o primeiro jornal feito por e para homossexuais.

O nome do jornal, importante citar, faz referência ao cangaceiro Lampião, em razão de sua valentia e coragem, e à ideia de “iluminar” a mente dos homossexuais à novas concepções, comportamentos e ideias. Como a esquina era palco de alguns gueis, principalmente das travestis, agora eles poderiam contar com alguma luz.

O jornal teve 36 edições, sendo produzido de abril de 1978 a junho de 1981. Possuía reportagens, entrevistas, ensaios, críticas, notícias, seção de cartas dos leitores, colunas de opiniões e humor, dicas de filmes, livros, músicas, peças de teatro e até seção de paquera, onde os leitores enviavam cartas com suas características pessoais e contato, para que os interessados respondessem.

O Lampião foi alvo de várias tentativas de sanções por parte dos militares, boicotes dos donos de bancas, atentados de grupos paramilitares, que explodiam bombas em locais de venda do jornal, e passou por inquéritos policiais, acusados de atentado à moral e bons costumes pelo Ministério da Justiça, sem que jamais houvesse condenações ou processos oficiais.

Logo na primeira publicação da edição zero, intitulada “Saindo do Gueto”, o Lampião deixou claro a que veio: (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, Ed. 0, p. 2).

Mas um jornal homossexual, para quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando – ao “assumir” – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos “ademanes” e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano.

Os editores do jornal deixaram claro o ideal de assumir a homoafetividade, para que os sujeitos saíssem do gueto e pudessem viver com liberdade e ao longo do dia, sem quaisquer medos, coisa que irá influenciar o surgimento do movimento guei brasileiro, a libertação sexual, outrora oprimida ou submetida a atos noturnos para a vivência diária, e ajudará na desconstrução da imagem do homossexual.

A aceitação da homossexualidade, porém, era apenas um dos objetivos procurados pelo jornal; neste primeiro momento, a principal reivindicação era a humanização dos sujeitos gueis, vistos pela sociedade como inferiores, aberrações, seres inumanos. O Lampião pretendia esclarecer dúvidas sobre a homoafetividade, dar voz a experiências, vivências e grupos calados pela Ditadura.

A edição zero mostra ainda um ensaio sobre a arte erótica do Brasil, trazendo o artista e membro da comissão editorial Darcy Penteadó como criador da arte homoerótica brasileira, o que contribuiu para a divulgação do seu trabalho, que passou a ser melhor reconhecido pelos gueis.

Como reportagem principal esta primeira edição traz o caso de Celso Curi, intitulada: “Demissão, Processo, Perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?”, onde relatam de forma detalhada todo o ocorrido com Curi e ainda promovem o apoio à sua libertação e finalização do processo.

Também, junto à reportagem de Celso Curi, é relatada a batida policial no Cinema Iris, no Rio de Janeiro, lugar de encontros gueis e shows de travestis. Na última sessão os policiais militares esperaram à porta até que os sujeitos, enquadráveis para subversão, saíssem para prendê-los e levá-los à delegacia a fim de realizar pesquisa de identificação. Alguns tentaram se esconder no banheiro ao verem a polícia, mas foram pegos.

Esta primeira edição do *Lampião* foi extremamente política e ativa na questão da homossexualidade e nas novas concepções de ideias, agindo como grande contribuinte para a defesa destes sujeitos perante a sociedade e para a formação do movimento guei, que se formará no ano seguinte com o grupo *Somos*. Percebe-se, também, que esta primeira edição tem um caráter mais sério, descritivo e jornalístico, em contrapartida às próximas edições, em que o jornal atinge um caráter mais satírico.

A segunda edição tratou de noticiar casos de prostituição que viraram crime, como o assassinato de um michê e outro de um cliente que não pagou pelo programa, demonstração da noite na cidade do Rio de Janeiro em plena Ditadura.

Essa edição enfatizou o assunto “cinema”, tratando de diretores e filmes cujo pano de fundo eram os homossexuais. Na sessão “Cartas na Mesa”, endereçada para a publicação das cartas enviadas pelos leitores, encontramos uma em que um leitor afirma o risco de assumir-se em público e aconselha que ninguém deveria fazê-lo. A grande maioria, porém, apoia o jornal e seus ideais, incentivando novas edições.

O interessante sobre o “Cartas na Mesa” é a diversidade de publicações; vão de paqueras, elogios às publicações e notícias sobre a perseguição de gueis em outros lugares do país, até pedidos de empregos de e para homossexuais assumidos, que dificilmente conseguiam encontrar trabalho na sociedade em geral, tendo de procurar entre os seus.

A sessão de entrevistas foi bem destacada pelos historiadores devido às diversas entrevistas com ativistas do movimento guei e outros movimentos sociais, como a entrevista com Fernando Gabeira, Luiz Inácio da Silva (Lula), Ney Matogrosso, Clodovil Fernandez e Cassandra Rios.

Encontram-se, ademais, publicações de humor, como o “Bixórdia”, sessão voltada somente a piadas e brincadeiras, e histórias em quadrinhos com super-heróis gueis, poemas, poesias, contos e trechos de livros homoeróticos, bem como filmes, músicas e ensaios fotográficos nus, todos dentro do universo homossexual.

O Lampião publicou uma edição extra a cada ano de circulação, ou seja, três edições extras, onde foram publicadas as reportagens, entrevistas e matérias mais comentadas pelos leitores.

Outrossim, existem publicações de outros movimentos sociais dentro do Lampião, como o movimento negro, feminista, ambiental e de esquerda, assim como assuntos em torno de machismo, feminismo, violência sexual, educação, saúde, nazifascismo e assuntos conservadores inseridos ao longo das edições do jornal, atitudes que demonstram a veia ativista e política da comissão editorial, com intuito de promover e fomentar o debate na sociedade.

O Lampião reportou, ao longo das edições, diversas notícias do mundo homossexual, como o fechamento de uma “zona” – casa de prostituição – no Rio de Janeiro, onde viviam travestis e eram realizados programas. A polícia fechou o local e a justiça desapropriou a residência e decretou a sua demolição, tudo retratado pelo jornal. Outra demonstração da perseguição policial às travestis foi o atentado policial do carnaval do Rio de Janeiro, em 1980, onde policiais agrediram, torturaram e mataram travestis e homossexuais que comemoravam em um bar local.

Outra edição do jornal que deixou claro suas intenções para com os gueis brasileiros, foi a edição de número 13, de junho de 1979, que traz em sua capa o título: “A Matança dos homossexuais”. Onde abordam sobre um grupo “especializado” em matar homossexuais, com localização em São Paulo e no Rio de Janeiro, e fazem um alertam sobre os perigos de andar nas

ruas sozinho a noite. Além disso, possui um ensaio falando da moral e bons costumes e como essa ideia utilizada pela Ditadura e pela sociedade podem influenciar nas ações sociais, e contribuir para o preconceito e segregação dos gueis brasileiros.

A edição de número 25, de junho de 1980, trouxe na capa a volta do “Esquadrão Mata Bichas”, um grupo de perseguidores e assassinos de gueis. Retratam o assassinato de três homossexuais que foram vítimas deste grupo, denunciando a violência cometida contra esses sujeitos minoritários. O que percebemos com essas duas edições são as denúncias que o Lampião realizava contra a criminalidade e violência que eram cometidas pela sociedade e Ditadura aos homossexuais.

Mas a edição de janeiro de 1980, já anunciou em sua capa o título de “Esquadrão Mata Bichas”, referenciando os frequentes casos de linchamento de gueis em diversas cidades brasileiras, denunciadas pelos homossexuais através das cartas enviadas ao jornal. E a utilização da religião para justificar esses atos de violência, e a posição da CNBB sobre os casos. A frase utilizada no texto foi de: “Entre a Igreja inflexível e vingadora do cardeal, e aquela que fala dos oprimidos, ficamos com esta”, afim de debater sobre o papel da Igreja no agravamento ou diminuição da violência contra as diferenças sociais, e a formação de grupos dentro das próprias igrejas com intuito de realizar violência contra os homossexuais brasileiros. No que o Lampião diz ser uma inflexão e excesso de rigor no modo de vida e de agir da população. Utilizando frases do Papa João Paulo II e de outros líderes de igreja que pregam o amor ao próximo, rebatiam as posições dos opositores.

O Lampião de maio de 1980, trouxe em sua capa o título da reportagem especial sobre “Querem matar os travestis”, onde desenvolveram um debate sobre a família tradicional e seus pedidos de morte dos travestis. Além de ironizar sobre os maridos e pais destas famílias como os principais clientes das travestis, e toda a hipocrisia social que existe nessa dicotomia do ódio e o fim da família tradicional e dos consumidores dos serviços sexuais das travestis de programa. Na mesma edição, também trouxeram a denúncia do assassinato de travestis e homossexuais em um bar pela Polícia Militar

do Rio de Janeiro. Os sujeitos estariam comemorando o carnaval nesse bar durante o dia, e a Polícia Militar havia parado ali em frente e disparado armas de fogo contra os frequentadores do bar, matando todos. Segundo a notícia, o polícia haveria recebido denúncias contra estes sujeitos e foi verificar, quando os sujeitos revidaram a investigação e os policiais haveriam atirado contra eles para autodefesa, mas segundo testemunhas que falaram com o jornal, a polícia chegou atirando nos presentes, sem nenhum contato ou motivação.

O Lampião de setembro de 1979, realizou uma reportagem e entrevista com os membros do grupo Somos, retratando sobre a união e o início da organização dos homossexuais brasileiros. Incentivando a participação no grupo e valorizando sua importância social. Como os editores escreveram na publicação: “Você nada tem a perder, além da vergonha. Levante-se e saia desses cantos escuros cheios de mentiras. Deixe a noite para trás”. Com essa frase, estavam procurando juntar mais homossexuais ao grupo Somos, que iniciou seus trabalhos com discussões sobre sexualidade dentro das universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e trataram de temas como racismo, feminismo e machismo, não apenas da sexualidade, embora seja seu foco maior. Na entrevista, o jornal conversou com os fundadores do grupo, focando no objetivo do grupo e suas atuações e ideias.

Outro assunto que recebeu diversas publicações do Lampião foi o movimento feminista e a violência contra a mulher. Na edição de abril de 1979, o jornal abordou os temas de lesbianismo, machismo, aborto e políticas das mulheres, defendendo as causas feministas, o aborto e ações do Estado brasileiro em relação as políticas das mulheres, cobrando maiores atitudes do governo para com as mulheres. Já a edição de outubro de 1979, o Lampião abordou o tema sobre assassinato das mulheres, não só por parte da Ditadura, mas pela sociedade e feminicídio. Além de criticar a falta de legislações que protejam as mulheres. Foi abordado sobre dois assassinatos brutais de mulheres, cujos corpos foram escondidos em bueiros. O movimento feminista recebeu espaço no jornal para expandir suas ideias na sociedade guei e unir o movimento feminista com o movimento guei,

afim de contribuir com as lésbicas que estavam sentindo pouco espaço no movimento guei para propagar suas ideias e estilo de vida.

O jornal, em suma, vai muito além da vida e cotidiano dos homossexuais para abranger a sociedade como um todo, unindo as minorias sociais e as chamando para a formação de uma sociedade crítica e ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, ao longo deste texto, como a sociedade e a Ditadura agia para com os gueis e as consequências disso para com os sujeitos, consequências estas perceptíveis ao estudar o movimento social guei – que viria a se formar tardiamente, se comparado a outros movimentos sociais; um movimento que começa dividido e tímido, onde alguns preferiam continuar escondidos nos guetos do que sair deles e lutar perante a sociedade.

Não cabe, é claro, julgar aqui os sujeitos que fizeram tal escolha, pois todos possuem seus motivos e próprio tempo para amadurecimento e consciência pessoal, mas temos certeza de que as conquistas vieram daqueles que saíram do gueto e foram lutar por direitos e melhorias na qualidade de vida, contribuindo e incentivando outras lutas de outrem e dos dias atuais.

O Lampião da Esquina possuiu grande influência na formação do movimento guei ao divulgar suas opiniões em um jornal de circulação nacional. Os editores contribuíram para o debate destas ideias em âmbito nacional, colaborando para a formação do primeiro grupo, o Somos, que realizava as discussões na universidade e sociedade guei.

A sessão de cartas dos leitores auxiliou na construção do contexto nacional referente aos homossexuais, ao detalhar a perseguição da ditadura para com eles, muitas vezes em lugares pouco conhecidos, por questões de distância e pouco ou nada de alcance midiático, menos ainda através de mídias alternativas.

A discussão sobre ativo/passivo foi também de grande importância, ainda que este assunto seja discutido até hoje. Para muitos o passivo é um ser inferiorizado e feminizado, discurso este machista e homofóbico pois prejudica muitos gueis, que escondem seus desejos sexuais.

Machismo e feminismo são outras questões que ainda repercutem nos âmbitos sociais de hoje, como outros diversos assuntos discutidos desde os anos de 1970, ainda recorrentes nos dias atuais, indicação da dificuldade de se quebrar tabus e preconceitos sociais e alcançar melhorias sociais.

Enfim, o trabalho teve o objetivo de demonstrar um pouco do que vem sendo desenvolvido em relação a este tema. Muitas discussões e fontes estão em fase inicial da pesquisa, o que talvez deixe o leitor com algumas questões e curiosidades, que tentarei resolver futuramente com outros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GREEN, James N. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição n° zero, abril de 1978.

_____. Edição n° 1, Ano 1, maio – junho de 1978.

_____. Edição n° 13, Ano 2, junho de 1979.

_____. Edição n° 25, Ano 3, junho de 1980.

_____. Edição n° 24, Ano 3, maio de 1980.

_____. Edição n° 20, Ano 2, janeiro de 1980.

_____. Edição n° 16, Ano 2, setembro de 1979.

- _____. Edição n° 14, Ano 2, julho de 1979.
- _____. Edição n° 14, Ano 2, agosto de 1979.
- _____. Edição n° 11, Ano 1, abril de 1979.
- _____. Edição n° 17, Ano 2, outubro de 1979.

CRIMINALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DA SOCIEDADE DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR EM SANTA MARIA: O CASO DA COOPERATIVA DOS EMPREGADOS DA VIAÇÃO FÉRREA (COOPFER)

ANTONIO AUGUSTO D. BERNI¹

RESUMO

Neste artigo propomos apresentar as formas e os mecanismos utilizados pela Ditadura Civil-Militar para exercer sua dominação sobre a sociedade civil brasileira. As principais são a criminalização da sociedade, no que se refere à necessidade do regime em transformar todo cidadão em subversivo em potencial sob o pretexto da segurança nacional; a militarização das instituições e da sociedade que passa a organizar-se dentro de uma hierarquização vertical de estilo castrense e o planejamento como técnica de dominação estendida a todos os setores da sociedade. Como exemplo de aplicação destes mecanismos, abordaremos o caso da intervenção na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda. (COOPFER), uma das instituições mais representativas dos ferroviários santa-marienses, categoria que sofreu as maiores perseguições, tanto a nível local, como regional.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; criminalização; militarização; planejamento; COOPFER.

.....
1 Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: aadberni2009@hotmail.com.

CRIMINALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Desde o princípio, o bloco que se instalou no poder após o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964 promoveu um descolamento entre o Estado e a sociedade civil. Esta, à medida que a Ditadura avançava no Brasil, tomava conta do enorme distanciamento que se estabelecia entre as suas necessidades e a forma como o Estado se manifestava ao agir como um ente estranho, estrangeiro e até mesmo inimigo de seu próprio povo. Tal distanciamento tomou forma e legitimidade através de três pontos principais: a criminalização da sociedade civil, a militarização das instituições e, por extensão, de toda a sociedade que passa a ser regulada a partir de formas hierarquizadas de relação, e uso do planejamento, a princípio restrito à área econômica, mas que abrangia todas as parcelas da sociedade como técnica “neutra” e “científica” de dominação (IANNI, 1981; 1985). Na prática, estes fatores são indissociáveis, se completam e formam nesta unidade o princípio ativo da ideologia repressora que foi organizada pelo Estado e pelo bloco hegemônico que o comandava, afetando parte significativa da sociedade brasileira em seus diferentes estratos, tanto em quantidade como em interesses de cidadania.

Apesar da ideia de criminalização já existir no período anterior ao Golpe sob a forma de discurso anticomunista² e de ter-se desenvolvido e ampliado no interior de instituições conservadoras como o IPES e o IBAD³, foi após o 31 de março que se expandiu e se consolidou como discurso ideológico. A base deste discurso estava assentada na percepção de que a realida-

.....
2 Para uma visão mais completa das origens do discurso anticomunista no Brasil, ver SÁ MOTTA (2002).

3 O IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, foi uma organização de direita fundada em 29 de novembro de 1961 e tinha como objetivo criar um núcleo oposicionista ao governo Goulart e sua suposta tentativa de “comunização” do Brasil. O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi fundado em maio de 1959 e, assim como seu coirmão, IPES, teve participação decisiva na conspiração e posterior queda do governo constitucional de Goulart. Associadas a estas instituições, ainda participaram ativamente do processo conspiratório outras entidades de direita e extrema-direita, como a TFP (Tradição, Família e Propriedade), ADP (Ação Democrática Parlamentar), CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e LIMDE (Liga da Mulher Democrata), além dos grandes oligopólios da imprensa nacional e setores conservadores da Igreja Católica. Para um estudo mais detalhado sobre a ação desses grupos, ver DREIFUSS (1981) e CORDEIRO (2009).

de brasileira e, por extensão, as instituições e organismos estatais e sindicais estavam “doentes”. A presumida abertura das portas ao comunismo internacional no período do governo Goulart, segundo esta visão, propiciou que ideias alienígenas contrárias à tradição e aos valores do povo brasileiro penetrassem na sociedade contaminando o “corpo social”.

A resolução deste problema por parte da Ditadura foi a de efetuar uma “operação limpeza” (segundo seus próprios termos) nas instituições, afastando os líderes ligados ao governo anterior ou aqueles que se manifestassem de forma contrária ao novo regime. Isso gerou uma verdadeira cristalização dos movimentos sociais, criando condições para que as formas de organização social opositoras fossem neutralizadas e revitalizando e organizando aquelas que tivessem como objetivo a sustentação e reprodução do **status quo**.

É através dos discursos oficiais, atos institucionais, ordens, decretos-lei, editoriais e artigos assinados (ou não) em jornais e outros órgãos de imprensa, que a criminalização se define e se legitima. Tomando como linha principal a versão de que a sociedade é incapaz de se defender dos ataques da retórica demagógica e populista de falsos líderes por ser amorfa e débil, o Estado passa, então, a chamar para si a responsabilidade desta defesa, criando dispositivos legais que buscam legitimar a regulação da sociedade. A partir de agora, todos se tornam, de uma forma ou de outra, culpados por suspeita.

A indústria do anticomunismo passa a ser repetida à exaustão, criando um regime de delação e de vigilância constante. Em 13 de dezembro de 1968, esta indústria chega ao seu ápice com a edição do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que o historiador Francisco Iglésias definiu com muita propriedade como “a antilei, o arbítrio total” (IGLÉSIAS, 1985, p. 78). Através do AI-5 nenhum direito é respeitado e se algum resquício de legalidade existia antes da promulgação, a partir de agora ele deixa de existir. As cassações, expurgos e prisões recrudescem com extrema violência, e o movimento sindical já combatido por quatro anos de perseguições implacáveis, apesar da tentativa de reerguimento com as greves de Contagem e Osasco naquele

mesmo ano, termina por mergulhar em um período de ostracismo que perdurou por dez anos.

Na esteira do AI-5, o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que tem como objetivo definir “os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social”⁴, explicita em seus artigos iniciais o seguinte:

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional a garantia [sic] da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagonônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação. (Ibid.).

Contrariando os princípios básicos do Direito, para a Ditadura e seus grupos associados, toda pessoa era, a partir de então, suspeita, até que se provasse o contrário. Para Ianni (1981, p. 161), tal acepção “significa que toda pessoa precisa vigiar a outra, suspeitar do seu vizinho, colega de trabalho, companheiro de viagem, interlocutor”. Criminalizando a sociedade, o governo discricionário funda um verdadeiro terrorismo de Estado, e passa a intervir diretamente em todos os setores da sociedade, estabelecendo padrões de hierarquização e colocando todos sob suspeição. Cada cidadão torna-se, então, um subversivo em potencial, e os sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores em geral são vistos como verdadeiras

.....
4 Disponível na internet: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

fábricas de subversão e corrupção. Assim, o governo legitimava e justificava as intervenções a partir de um discurso moralizante e incriminador.

Na realidade, as entidades sindicais serão tanto mais autônomas quanto mais se afastarem de *atividades estranhas aos seus próprios objetivos*. Infelizmente, nem sempre foi assim entendido por interessados em desvirtuar os sindicatos, transformando-os em instrumentos de corrupção e subversão. E com a única e exclusiva finalidade de *repô-los* dentro dos moldes legais, e mais convenientes aos trabalhadores, houve, em alguns casos, a necessidade de intervir em entidades sindicais, que, no entanto, continuaram as suas *atividades legítimas* em defesa dos interesses profissionais dos representados. (...). Não tenho dúvida de que, esclarecidos como são os trabalhadores brasileiros, bem sabem quanto lhes era prejudicial o clima de agitação criado artificialmente para lhes dar falsa ideia de participação na vida política do País. Esta, eles a deverão ter pelo voto, nas eleições para a escolha dos dirigentes do País, e nunca *mediante a deturpação da vida sindical*. (CASTELO BRANCO, 1966, p. 318-319) [Grifos meus].

A sociedade está sempre nos regimes de exceção sob suspeita. Em tese, porque é potencialmente perigosa e porque é amorfa, inconsequente e incompetente precisa ser tutelada de cima para baixo, protegida de si mesma. Por esse conjunto de razões, ela é, também, perigosa, pois está à mercê de demagogos e subversivos que facilmente a manipulam devido ao seu despreparo. Daí a necessidade de um controle superior que lhe indique o rumo certo a seguir, de se estabelecer e recuperar o verdadeiro “sentido” do sindicato (IANNI, 1985).

É neste sentido e imbuído deste espírito de criminalização, que a Ditadura fará sua investidura nas associações ferroviárias em Santa Maria e principalmente na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda. (COOPFER), a maior, mais organizada e uma das mais politizadas das associações organizadas por este grupo profissional.

O SENTIDO POLÍTICO DA INTERVENÇÃO NA COOPFER

Em Santa Maria, uma das primeiras categorias profissionais a sofrer intervenção foi a dos ferroviários. Sua história de lutas, sua força e prestígio social bem como as ramificações que possuíam em certas esferas do corpo

político-social, principalmente no parlamento, influenciaram os golpistas a intervir rapidamente não apenas nas associações, mas também e principalmente na COOPFER. Fundada em 26 de outubro de 1913, a COOPFER rapidamente se expandiu e já nos anos 1930 tornou-se uma das maiores cooperativas de consumo e serviços da América Latina (COOPFER, 1963). Obteve seu pico maior de crescimento no ano de 1957, quando atingiu a marca de 20.440 associados⁵. A partir do final da década de 1950, começou a entrar em rápido declínio, o que se agravou sobremaneira a partir do Golpe de 31 de março.

Quadro I

Evolução do Número de Associados – COOPFER

ANO	ASSOCIADOS
1954	18.630
1955	19.247
1956	20.253
1957	20.440
1958	19.909
1959	19.188
1960	18.861
1961	18.921
1962	19.065
1963	19.166
1964	18.954
1965	18.354
1966	17.320
1967	15.937
1968	14.733

Fonte: Adaptado de Relatórios da COOPFER, anos de 1954 a 1970.

A COOPFER foi posta sob intervenção oficial no dia 14 de abril de 1964 e os procedimentos para a escolha do interventor, Cel. Datero

.....

⁵ Praticamente o mesmo contingente de trabalhadores ativos da VFRGS na cidade.

De-Lorenzi Maciel, seguiram o rito protocolar oficial: normalmente eram militares com fortes ligações com o meio ou ex-dirigentes que haviam sido desalojados de seus cargos via eleições pelo grupo de novos sindicalistas ligados em sua maioria ao PCB ou à ala mais progressista do PTB. Logo após assumirem, os interventores procuravam dotar a estrutura burocrática da instituição de um **ethos** militar, de forma que se fizesse valer uma determinada visão de mundo, independente da presença ou não de militares nas estruturas superiores da instituição.

Segundo Suzeley Kalil Mathias (2004), o próprio termo militarização “passa de simples ocupação de cargos por membros fardados a um conjunto de atitudes do governo que refletem uma visão de mundo que tem por base a organização castrense” (MATHIAS, 2004, p. 25). A autora aponta três significados para o termo: o primeiro, que militarização se refere à participação física dos militares em uma instituição ou em cargos da administração pública civil. A partir daí, transmite-se o interesse geral para todo o sistema institucional como foi o caso da COOPFER, em um primeiro momento. Segundo, militarização pode ser também a realização das doutrinas defendidas a partir de um caráter geopolítico seguindo as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, o que englobaria, neste caso, a sociedade civil como um todo. A terceira e última acepção que a autora confere ao termo diz respeito à transferência pura e simples da doutrina e dos valores (morais, éticos, ideológicos) castrenses para a instituição, sem que esta seja comandada por um militar. Neste caso, assim como no segundo, na ótica da autora “é muito mais a influência militar sobre o processo de decisão que é enfocado pela análise, pois aqui o ator pode ser um civil (ou um grupo de pessoas) que comungue e transmita valores e comportamentos castrenses” (MATHIAS, 2004, p. 26). Neste último caso foi o que ocorreu com a própria COOPFER a partir de 1968 quando do falecimento do interventor militar e da ascensão de um interventor civil, Ary Lagranha Domingues: o *ethos* militar já estava incorporado à forma como a instituição deveria proceder.

Imediatamente após a intervenção, esta ideia já começou a ser colocada em prática. No dia 22 de abril, o interventor Cel. Dátero De-Lorenzi

Maciel assinava portaria autorizando a abertura de sindicância para apurar “possíveis irregularidades” cometidas pela administração anterior. Esta atitude desencadeará o processo de “caça às bruxas” dentro da instituição, o que levará à demissão e posterior encaminhamento às autoridades militares de vários funcionários acusados de subversão e outros delitos, como desvio de mercadorias, apropriação indébita, etc.

PORTARIA DE RESOLUÇÃO

(...) O Interventor da COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL, LTDA., no uso de suas atribuições legais, resolve, nesta data, determinar a constituição de uma COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, na Sociedade, para apurar possíveis irregularidades que teriam sido cometidas durante as gestões dos Conselhos de Administração (...), segundo revelam as Atas das Assembleias Gerais de Delegados desta Cooperativa, realizadas nos períodos administrativos supracitados, e fatos outros que vieram ao conhecimento desta Interventoria. (...).

Santa Maria, 22 de abril de 1964.

Cel. Dátero De-Lorenzi Maciel – Interventor Federal (Arquivo da COOPFER. Pasta 423, “Portarias 1964-1972”).

Em correspondência datada do dia 28 de abril, e endereçada ao Gal. Mario Poppe de Figueiredo⁶, na ocasião já ocupando o cargo de Comandante do Terceiro Exército sediado em Porto Alegre, o interventor faz uma longa explanação de oito laudas dando conta da situação em que se encontrava a Cooperativa. O núcleo principal está centrado na corrupção e nos desmandos praticados pela administração anterior e que são, ao lado da alta taxa inflacionária, as principais causas da situação difícil pela qual a instituição estaria passando. Após um resumo da constituição da Cooperativa e de como estavam organizados os setores, passa a investir de uma forma mais dura contra os antigos administradores criminalizando-os pela situação encontrada.

(...) Se grande e profunda foi a minha impressão nos primeiros contatos com esta

.....
6 O Gal. Mario Poppe de Figueiredo era o comandante da 3ª Divisão de Infantaria do Exército (3º DI) com sede em Santa Maria à época do Golpe. Foi transferido para Porto Alegre pouco tempo depois para assumir o comando do Terceiro Exército.

majestosa realização dos ferroviários rio-grandenses, não menos impressionante foi a constatação dos desmandos praticados pela Administração deposta, quer na irregular e até criminoso condução dos negócios sociais, quer pelo livre e ostensivo trabalho subversivo contra a ordem constitucional, através de um agressivo processo de comunicação, inspirado e dirigido pelos próprios administradores.

Praticavam, com despudor, um revoltante sacrilégio às tradições gloriosas desta Cooperativa, que há 50 anos, emerge do idealismo de um pequeno grupo de modestos e honrados ferroviários, para transformar-se nesta esplendente realidade pelo trabalho honesto e perseverante dos seus continuadores.

Aqueles administradores – dentre os quais existiam comunistas confessos, cripto comunistas e inocentes úteis – contavam com o apoio do governo em seu trabalho de transformar, como de fato transformaram esta Instituição em uma das mais poderosas células subversivas, por isso que detinham em suas mãos valioso poder econômico disseminado por todos os ramais ferroviários do Estado, estendendo ainda sua influência, por razões óbvias, em determinada área da indústria e do comércio fornecedor.

(...) O proselitismo era desenvolvido com tanta naturalidade e tanta franquia certamente provida do **Soviet** instalado no Palácio da Alvorada, a ponto de manter-se um curso intensivo sobre Marxismo, ministrado por um “professor”, com estágio de aperfeiçoamento em Moscou e dava “Aulas de democracia”, fornecendo aos alunos, no final do curso, um artístico diploma confeccionado na Tipografia da Cooperativa.

(...) Já se encontram presos (...) e mais 7 empregados. Outras prisões poderão ainda ser efetuadas, dependendo da marcha dos inquéritos policiais-militar que estão sendo feitos.

(...) Duas comissões de inquérito foram designadas por esta Interventoria para apuração de atividades subversivas nos diversos departamentos da Cooperativa e denúncias sobre malversação de dinheiros sociais e outras irregularidades administrativas. (Arquivo da COOPFER, caixa 115-136, pasta 95, “Termos de sindicância interna”. Nomes suprimidos).

A instalação do governo discricionário trouxe como uma de suas consequências principais a ideia de planejamento, que passa a ser vista aqui como prática e discurso de poder, uma técnica neutra como fizeram acreditar os intelectuais orgânicos do regime, como técnica e retórica de governo para o fortalecimento do aparelho estatal. Planejar passou a ser a palavra de ordem que tinha por objetivo buscar a legitimação da Ditadura através de um discurso racional (ou racionalizante), tecnocrático, que, na busca pela extinção do debate político procurava inserir o Brasil em uma nova forma de organização do trabalho.

Esta forma de discurso, racionalizante e tecnocrático, foi instalado de imediato na Cooperativa, mas somente alcançou sua plenitude a partir de 1966. Em janeiro deste ano através da Portaria nº 11, resolve o interventor anular as eleições dos delegados-eleitores da Cooperativa, realizadas em janeiro de 1964. O motivo principal foi a ingerência (segundo a interventoria) de “influências estranhas” ao meio cooperativista, principalmente de caráter “político-partidário”.

PORTARIA Nº 11

TORNA INSUBSISTENTE A ELEIÇÃO DE DELEGADOS-ELEITORES REALIZADAS EM JANEIRO DE 1964.

DÁTERO DE-LORENZI MACIEL, Interventor Federal na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Limitada, no uso de atribuições que lhe confere a Portaria nº 206, de 13 de agosto de 1964, baixada pelo Sr. Diretor da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura e

CONSIDERANDO, que a eleição de Delegados-Eleitores é, sem dúvida, um ato que se reveste de maior importância e significação, por isso que, uma vez reunidos em assembleia geral, esses Delegados passam a constituir o poder mais alto da sociedade, decidindo soberanamente dentro da lei e dos estatutos;

CONSIDERANDO, que, em razão disso e em observância aos princípios básicos do cooperativismo, a gestão dos negócios sociais e, de modo especial, a eleição dos seus órgãos dirigentes, não podem sofrer influências estranhas de qualquer espécie, mormente de caráter político-partidário;

CONSIDERANDO que a classe ferroviária rio-grandense, como é sabido, foi das que sofreram maior influência política nestes últimos tempos, mercê da ação democrática desenvolvida pelo situacionismo eliminado pela Revolução de 31 de março de 1964;

CONSIDERANDO, finalmente, que a última eleição de Delegados-Eleitores desta Cooperativa se processou n’um [sic] clima contrário e até mesmo atentatório aos princípios acima mencionados, com prejuízo da livre manifestação da vontade dos associados na escolha de seus legítimos representantes, condição essencial no regime democrático;

RESOLVE:

a – Tornar insubsistente a eleição de Delegados-Eleitores realizada em janeiro de 1964, cujo período de mandato terminaria em janeiro de 1967;

b – convocar os Srs. Associados para nova eleição, que, na forma das instruções em vigor, deverão ter lugar nos núcleos ferroviários, sedes de armazéns da Cooperativa, com início no dia [espaço em branco] de fevereiro próximo vindouro;

- c – os Srs. Delegados que tiverem seu mandato prejudicado pelo presente ato, poderão ser candidatos ou candidatar-se às próximas eleições;
 - d – a Interventoria se reserva ao direito de impugnar candidatura ou eleição de associados que estiverem comprometidos com os interesses sociais, quer por sua conduta ou transações com a sociedade, que[r] por sua atuação nas assembleias realizadas nos últimos tempos;
 - e – o mandato outorgado por essas eleições terá a duração de três (3) anos, a terminar em janeiro de 1969;
 - f – a presente Portaria será complementada por instruções especiais, que serão baixadas, oportunamente, pela Interventoria.
- Santa Maria, [espaço em branco] de janeiro de 1966. (Arquivo da COOPFER, Pasta 423, “Portarias, 1964-1972”).

A partir de maio de 1966, uma entidade denominada “Assessoria Técnica de Cooperativismo e Planejamento (ATECOOP)”, enviou à Interventoria um relatório técnico intitulado “Implantação de Normas e Diretrizes à Racionalização dos Serviços da Cooperativa de Consumo dos E.V.F.R.G.S. Ltda”. Neste relatório composto de doze laudas ficavam explícitos os rumos que a Cooperativa tinha de seguir a partir de então. Na ótica exposta por Roberto Campos e outros tecnocratas do regime, era preciso “racionalizar” a forma de gerenciamento para que os resultados fossem favoráveis à execução consistente dos objetivos propostos. Planejamento, para a assessoria técnica que elaborou o relatório era “(...) a distribuição mais racional, no tempo e no espaço, dos elementos necessários para consubstanciar o propósito último”, conceito este que se coaduna perfeitamente com o exposto por Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen quando afirmam que:

Num sentido geral, o planejamento é, em si mesmo, politicamente neutro. Pode abrir as portas à socialização se fomentar controle e orientação governamentais excessivos sobre a atividade econômica. Pode também ser usado para fortalecer a iniciativa privada se substituir intervenções perturbadoras e desordenadas do governo por políticas bem definidas, se clarificar a divisão de tarefas entre a iniciativa privada e o governo, e se indicar metas gerais de crescimento com o estabelecimento de incentivos à ação empresarial. (CAMPOS; SIMONSEN, 1975, p. 50).

Isso significa que tudo aquilo que não gere produtividade está propenso a ser extinto, eliminado ou, na melhor das hipóteses, repassado para a

guarda do Estado. Foi o que aconteceu com o ensino técnico-industrial que era subsidiado pela Cooperativa e sobre o qual o referido relatório sugeria um acordo com os governos federal e estadual para que pudesse se livrar de tal ônus. Esta ideia já havia sido recomendada pela assessoria em um ofício datado de primeiro de outubro de 1965, onde ratificava a necessidade de extinção de alguns segmentos escolares taxados de improdutivos, como no caso do Internato e do Ensino Técnico⁷. Segundo Maria de Lourdes Covre,

Dentro da própria lógica dos intelectuais do bloco ideológico tecnocrático, se a produtividade é a essência mesma do desenvolvimento econômico, em que, portanto, o aumento da produtividade é essencial na seleção dos objetos prioritários, é óbvio que investimentos que são indiretamente produtivos, ou ainda produtivos a longo prazo (a educação, saúde, etc.), e que realmente dizem respeito a aumento de bem-estar da população, ao aspecto distributivista do Estado, são sobrepostos por investimentos diretamente produtivos e que promovam mais rapidamente a produtividade. (COVRE, 1983, p. 93).

Como já afirmamos a ideia de planejamento enquanto discurso de dominação não pode estar dissociado da criminalização e da militarização da sociedade. Para que haja planejamento e aplicação racional dos recursos em setores que possam vir a dar um retorno de produtividade quase que imediato, é preciso que as instituições e sindicatos estejam livres ou “limpos” – conforme expressão própria – de elementos que possam estabelecer entraves a este objetivo. Daí a necessidade de perseguir e tirar da cena política todo aquele que fosse contrário às novas orientações.

A implicação deste planejamento para o movimento sindical foi o de estabelecer que este devesse retornar ao modelo anterior a 1964, isto é, anterior ao governo Goulart e seus desmandos, e cumprir com sua função que

.....
7 “Esta Direção abordou já diversos Setores de Ensino, como sugestão para que a Cooperativa possa livrar-se dos pesados ônus – que lhe acarretam trazendo uma série de dificuldades financeiras, que vem entravando o seu progresso a ponto mesmo de fazer com que ela retroceda e perdendo centenas ou mesmo milhares de associados, que se retiram por não mais apresentar vantagens em seus balcões. (...). Como é do conhecimento de V. Sa. já fizemos diversas propostas, quais sejam: extinção do Internato; extinção do Ensino Técnico; cobrança de matrícula e anuidade dos matriculados na Escola Hugo Taylor”. (Arquivo da COOPFER, Ofício S-40-4132 de 01/10/1965; pasta 146, “Diretoria Ensino Industrial”).

havia sido determinada pela legislação varguista, qual seja, a de estabelecer a paz social e a harmonia entre as classes. “Neste sentido, em 1964, restabeleceu-se o sistema sindical antigo com a mesma filosofia de harmonia entre as classes e de paz social que proíbe o sindicato político”. (SOUZA MARTINS, 1989, p. 90).

Nem todas as entidades sindicais sofreram intervenções; algumas foram direcionadas para aquelas agremiações consideradas mais “fortes” e com uma atuação política mais contundente. Entre estas estavam os metalúrgicos, bancários e os trabalhadores do setor de transportes, que incluía tanto os portuários quanto os ferroviários. Daí o objetivo principal da Ditadura em “decapitar” o movimento operário considerado mais “radical”.

Alegando que a subversão causou a instabilidade política antes de 1964, o governo Castelo Branco interveio nos sindicatos mais poderosos e politicamente ativos e expurgou seus líderes. (...). Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores. E significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério [do Trabalho] interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo militar simplesmente **decapitou** o movimento trabalhista radical. (ERICKSON, 1979, p. 209) [**Grifo meu**].

As perseguições comandadas pelos interventores eram efetuadas através da abertura de inquéritos e sindicâncias internas, com posterior encaminhamento aos Inquéritos Policiais Militares (IPM). Tais processos não passavam muitas vezes de meras farsas montadas pelas instituições com o intuito de dar legitimidade a atos muitas vezes desprovidos de tal, o que levou a uma onda de delação entre próprios companheiros de trabalho. Este fato tinha por objetivo não apenas livrar o delator de uma possível condenação, mas também, e principalmente, alijar dos postos de comando a diretoria empossada de forma legítima e legal, ou, ainda, pleitear a assunção por parte do delator aos postos hierárquicos ocupados por aqueles que sofriam o processo de delação. Segundo Ramalho (2001, p. 111), a análise desses processos nos mostra alguns fatos interessantes, como

(...) a revelação das disputas políticas internas do movimento sindical (...) e das disputas pessoais encobertas pela disputa política; o uso do inquérito por parte de alguns para recuperar espaço político, se livrar de acusações (...) e afastar adversários.

Disputas pessoais muitas vezes eram a tônica dos depoimentos que terminavam por se constituir em acusações incriminatórias, principalmente direcionadas àquelas pessoas que possuíam posição de mando, seja no movimento sindical, seja na própria COOPFER, considerando-se o caso específico em análise. Muitas vezes agia-se desta forma por temor de enquadramento e acusação por aqueles mesmos delitos, já que o processo de criminalização e o terrorismo de Estado atingiam a todos, sem exceção. No entanto, no caso do Termo de Inquirição datado de 17 de setembro de 1964, incriminando o ex-presidente da COOPFER e algumas pessoas ligadas ao PCB, não nos parece enquadrar-se neste perfil, já que se atribui mais a questões de vingança pessoal contra os mesmos.

Apesar de os interventores e membros das comissões de sindicância fazerem o possível para transparecer idoneidade e imparcialidade, o que o documento demonstra é outro fato onde os questionamentos já estão direcionados para que a testemunha – muitas vezes sob pressão – responda exatamente aquilo que a comissão quer ouvir, até porque o ex-presidente estava sob investigação, encontrando-se inclusive naquele período preso. Assim, quando questionado

como era a Administração do Sr. (...), principalmente com reflexos no Armazém Central, Escritório de Contas, (...), respondeu que, para o depoente, foi uma Administração de protecionismo [sic], de favores a alguns de seus colegas e que sempre o combateu [era, portanto, seu adversário político, AADB] por achar que sua Administração era falha e viciada, a benefícios pessoais e mesmo benefícios a si próprio; QUE, o depoente informa, em primeiro lugar à sua aprovação da ida como Encarregado do Subarmazém do Km 2 do Sr. (...), sabendo o depoente esta nomeação não foi nada mais nem nada menos do que uma facção política, visto ser o Sr. (...) naquela época, um comuno-petebó [sic] e que, seria interessante ao Sr. (...), para futuros dias, [ter] este senhor naquele armazém; (...). (Arquivo da COOPFER, caixa 115-136, pasta 128A, “Termos de sindicância interna”. Em caixa-alta no original. Os nomes foram suprimidos).

Acusa também o depoente de ter o ex-presidente se apoderado de certa quantia em dinheiro não especificada, que havia conseguido através

de doações dos cooperativistas para financiar sua campanha política, inclusive desviando funcionários de suas atividades “(...) para fazer o serviço de pichamento de ruas, cartazes, faixas, etc., para a Campanha eleitoral do mesmo” (Ibid.). No final do depoimento que se estende ao longo de sete laudas, a sentença é praticamente manifestada:

(...) peço que a Comissão de Sindicância faça Justiça, uma Justiça alicerçada na verdade, dentro de nosso Regimento Interno, dentro de nossos Estatutos, porque entende o depoente que já é tempo de afastar estes “joios” deste “trigo” que ainda resta nesta casa. (...). Sujeitou-se o depoente a afrontas, a despesas, para que chegasse esse momento e dissesse de viva voz que a política desses malfadados comunistas ainda ferem-me (...). (...) peço que analisem bem essas minhas palavras, não pedindo retorno Km 2, como **mereço**, (...) nada peço a não ser uma coisa, que não custa a nossa Cooperativa em fazer: JUSTIÇA. (Ibid.) [**Grifo meu**].

Nota-se que o motivo principal da acusação não é tanto o fato de estar havendo uma **comunização** da instituição, mas sim o de o depoente ter sido preterido a um cargo de chefia por outro colega da confiança do presidente e seu correligionário político. A expressão final, JUSTIÇA, bem poderia ser substituída por VINGANÇA. Na realidade, nem mesmo os delatores estavam a salvo de serem eles também perseguidos futuramente pelo sistema. Segundo Ramalho (2001, p. 108), apesar de, em um primeiro momento, a repressão atingir apenas os sindicalistas mais atuantes, rapidamente se espalhou por todo o conjunto de trabalhadores. Nas palavras do autor: “Na verdade, a repressão militar correspondia à paranoia característica dos golpistas, e na fábrica colocou sob suspeição todos os operários”.

Um caso típico de como funcionava a ideia de que todos estavam sob suspeição e da paranoia anticomunista que tomava conta da sociedade, foi o ocorrido com um funcionário da COOPFER, que por sua amizade e vínculo profissional próximo a um ex-líder sindical, que se encontrava preso na ocasião, teve de prestar depoimentos. Por conta dessa relação próxima, sua sentença condenatória foi definida a partir de um bilhete sem data ou assinatura, endereçado possivelmente por algum membro da comissão de sindicância a seus superiores que, pelo teor, procurava através da ligação estreita com o líder preso, também condená-lo.

(...) Pelo seu depoimento verifica-se ser também um colaborador dos comunistas e interessados na subversão da ordem. Deseja apresentar inocência, alegando suas crenças religiosas, entretanto prestou sua colaboração aos “vermelhos” subscrevendo a petição para a legalização do Partido Comunista, assim como, lia e difundia as publicações comunistas, como o jornal *Novos Rumos*. Disse ignorar o que seriam “Grupos de Onze”, o que não é de se acreditar, pois militando juntamente com (...), do qual obteve um cargo de (...), sua afirmativa não poderá ser verdadeira. Colaborou ... não restam dúvidas, agora, procura inocentar-se, alegando convicções religiosas. (Arquivo da COOPFER, caixa 91-114, pasta 160, “Termos de sindicância interna”). Os nomes foram suprimidos.

Em princípio, a descoberta de tal documento nos possibilitou acreditar que se trataria de outra liderança do movimento sindical, mas pesquisando posteriormente sua ficha funcional constatamos que, ao se aposentar, em dezembro de 1969, recebeu da direção da Casa uma carta parabenizando-o pelos ilustres serviços prestados à família ferroviária ao longo de seu tempo de serviço.

Servimo-nos da presente para comunicar-lhe que o Conselho de Administração, atendendo ao seu pedido, resolveu fazer o seu desligamento do nosso Quadro de Empregados, por motivo de aposentadoria, em data de 31 do fluente, a fim de que passe a perceber os proventos de aposentado, (...). Colhendo a oportunidade desta comunicação, queremos em nome da Administração desta Cooperativa, apresentar-lhe, aqui, os nossos melhores e mais cordiais agradecimentos pela colaboração eficiente e dedicada emprestada a esta Instituição no decurso de tantos anos de trabalho (...). (Arquivo da COOPFER, ficha funcional. Nome suprimido).

Selecionamos esse caso específico para demonstrar como funcionava a lógica da criminalização social, onde uma simples amizade ou relacionamento profissional próximo era tomado como motivo para ilações e pré-condenações. Baseando-nos nas análises de Guinzburg (1989), considerando-se suas pesquisas e constatações em documentos processuais da Inquisição onde se salienta o desequilíbrio total entre as partes envolvidas, podemos afirmar que os ritos processuais da Ditadura possuem certa similaridade, pois, da mesma forma que aqueles, estes também são calcados em desequilíbrios, ameaças, medos e certezas de punição.

As tarefas e meios de ação dos interventores eram basicamente de duas formas: localizar os “agentes da subversão” materializados em ex-dirigentes, militantes, membros de comissões, funcionários, e reunir provas substanciais para posterior processo que se expressavam basicamente em panfletos, telegramas, livros, etc. Em se tratando da COOPFER, a Seção de Tipografia da entidade foi motivo de sindicância, sendo que estas provas foram colhidas mediante depoimentos de funcionários que incriminavam os principais diretores e líderes sindicais ligados à instituição. As acusações eram feitas a partir da produção de panfletos considerados subversivos, nos quais se destacavam o “Manifesto pró-Cuba” e a impressão de livretos sobre a formação e organização dos “Grupos de Onze”, além de vários exemplares de um manifesto contra a forma como a 3ª DI estava tratando os ferroviários no momento imediatamente posterior ao Golpe. Todas as acusações eram dirigidas aos principais líderes da categoria, o que praticamente determinava sua condenação. No estrato que segue, temos um exemplo do que foi afirmado.

(...) que declarou o seguinte: (...), QUE, segundo informações prestadas pelo Sr. (...), que substituiu o depoente durante as suas férias, os livretos dos “grupos de onze” foram encomendados pelo Sr. (...); QUE, mais tarde, esses livretos foram procurados pelos Srs. (...), (...) e (...), levaram, digo, a quem foi entregue mais ou menos cem exemplares da primeira vez; QUE, em outra oportunidade levaram mais alguns exemplares; QUE, após concluído o pedido, foram os restantes entregues ao Escritório, para débito e entrega, segundo informações, ao Sr. (...); QUE, essa informação partiu do Sr. (...); QUE, por ocasião da feitura dos boletins-convites para o Ato Público comemorativo ao 10º aniversário da Petrobras, (...), o depoente (...) foi chamado ao gabinete do Sr. (...) para tratarem da confecção dos referidos boletins em caráter de urgência; QUE, estavam presentes, na oportunidade, os Drs. (...); QUE, em face da urgência, embora o pessoal da Tipografia estivessem cansados por motivo de horas-extras, a serviço do Cinquentenário da Coopfer, o depoente foi solicitado a mandar confeccionar cinco mil boletins-convites para aquele dia; (...) QUE, no dia dois de abril do corrente ano, o depoente recebeu ordem telefônica do Sr. (...) para deixar uma turma à disposição da Chefia, durante o período reservado para o almoço, período compreendido entre as 11,30 e 13,00 horas, com a finalidade de trabalhar na confecção de boletins-manifesto do Conselho Representativo das entidades ferroviárias, aos ferroviários, protestando contra a atitude do Comando da 3ª D.I., alegando maus tratos por parte do Exército, aos ferroviários; QUE, após impressos uns quatrocentos boletins, foram recolhidos por um funcionário do Escritório, inclusive o original, de ordem do Sr. (...); QUE, segundo consta, referidos boletins

foram queimados; QUE, pouco depois, recebeu ordem imprimir novo boletim com outro texto, também dirigidos aos ferroviários e assinados pelas mesmas pessoas do anterior, cujo original junta ao presente depoimento [NOTA: infelizmente este boletim não se encontrava anexado ao Termo de Inquirição] (...). (Arquivo da COOPFER, caixa 115-136, pasta 128A, “Termos de sindicância interna”. Em caixa-alta no original. Os nomes foram suprimidos).

As acusações eram principalmente de subversão da ordem, que consistia basicamente no apoio explícito à instituição de um regime jurídico-político contrário à índole do povo brasileiro, submissão da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) a interesses do movimento comunista internacional, etc. Quando não se conseguia provar o envolvimento de sindicalistas com a subversão, mudavam-se as acusações para improbidade administrativa, corrupção, desvios de dinheiro, etc.

Como os processos formados e as revistas efetuadas nos sindicatos não comprovavam a existência de ‘arsenais bélicos’ ou de qualquer armamento, mudou-se a tônica das acusações para a existência de ‘desenfreada imoralidade administrativa’, com o desvio de dinheiros públicos e fundos sindicais. (SOUZA MARTINS, 1989, p. 103).

A consequência direta da ação repressora e inquisidora do Estado foi o esvaziamento dos sindicatos. Motivados pela “limpeza” ocorrida nas entidades e por serem os interventores em sua maioria militares ou, na melhor das hipóteses, funcionários do Ministério do Trabalho que possuíam em comum a distância em relação aos anseios verdadeiros da classe, os trabalhadores preferiram ausentar-se de suas entidades. Aos interventores isto pouco interessava, já que o objetivo principal era livrar os sindicatos e associações da subversão e corrupção, conforme suas concepções e compreensões sobre a realidade política nacional, sendo que ainda possuíam a prerrogativa de fechar a associação caso isso fosse necessário⁸.

.....
8 No Diário Oficial da União (DOU) do dia 3 de setembro de 1964 que regulamentou a intervenção na COOPFER, em seu Art. 4º, inciso b, aponta: “Art. 4º Concluída a sua missão, o Interventor convocará a Assembleia Geral da Cooperativa, para apreciar o seu relatório, no qual lhe dará conta de todos os atos que praticou no desempenho de seu mandato, e proporá as medidas que julgar mais acertadas e que visar: a) o prosseguimento das atividades normais da cooperativa, com os ajustes considerados necessários; b) a dissolução social e sua liquidação; (...)”. (DOU, 3 de setembro de 1964, p. 7899).

CONCLUSÃO

O fato principal que podemos concluir é o de que a relação entre criminalização, hierarquização e planejamento não pode ser dissociado. Isso ficou evidente ao longo do texto, onde procuramos compreender as formas como os interventores, após o Golpe Civil-Militar, ao tomarem de assalto os órgãos, associações e instituições representativas dos ferroviários aniquilaram com o movimento classista em nível local.

Logo após a instalação do regime discricionário, implantou-se, tanto em nível de instituição, quanto de sociedade civil em geral, formas de manipulação e controle que visavam expandir a todos os setores da sociedade um *ethos* de estilo militar. A maior expressão deste fato está materializada na intervenção sofrida pela COOPFER, única entidade dos ferroviários com material suficiente para se fazer uma análise de como se estruturou o novo regime e como esses procedimentos foram colocados em prática. Sindicâncias internas foram abertas imediatamente após a intervenção e tiveram como objetivo central não apenas afastar as lideranças anteriores dentro da instituição, mas, sobretudo, responsabilizá-las criminalmente punindo-as por atos de subversão.

O processo de racionalização de normas e serviços colocado em prática em 1966 teve por objetivo “otimizar” as relações da COOPFER, tanto interna quanto externamente. Porém o grande problema, segundo o discurso oficial, localizado na má administração e no desvio de verbas que gerou um *déficit* financeiro praticamente insolúvel amenizado com a extinção gradual de departamentos que se apresentavam, ou inoperantes ou obsoletos, em verdade constituiu-se no primeiro grande passo rumo à bancarrota total da COOPFER, realidade vivida a partir da década de 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIVROS E ARTIGOS

- CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mário Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de Alencar. **Discursos (1965)**. Brasília: INL, 1966.
- COOPFER. **Revista do Cinquentenário da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda: 1913-1963**. Santa Maria: s.ed., 1963.
- CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.
- COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- GUINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Constituintes e Constituições brasileiras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1990)**. São Paulo: UNESP, 2004.
- RAMALHO, José Ricardo. Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a repressão política do pós-64. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2001.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o

anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

2. LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969. Disponível na internet: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

DIÁRIO Oficial da União. 03 de setembro de 1964.

3. FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo da COOPFER. Assessoria Técnica de Cooperativismo e Planejamento (ATECOOP) – Implantação de Normas e Diretrizes à Racionalização dos Serviços da Cooperativa de Consumo dos E.V.F.R.G.S. Ltda.

Arquivo da COOPFER. Pasta 146. Diretoria Ensino Industrial.

Arquivo da COOPFER. Pasta 423. Portarias, 1964-1972.

Arquivo da COOPFER. Relatórios da COOPFER. 1964-1970. Cópias digitalizadas.

Arquivo da COOPFER. Termos de sindicância interna. 1964-1968. Cópias digitalizadas.

LOCAUTE OU GREVE DE CAMINHONEIROS TRANSPORTADORES DE VEÍCULOS DO ABC PAULISTA EM 1979 SEGUNDO A NARRATIVA JORNALÍSTICA

RAFAEL ANTÔNIO KAPRON
DOUTORANDO NO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFSM
PROFESSOR DE HISTÓRIA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL
(COLÉGIO ESTADUAL MANOEL RIBAS E COLÉGIO ESTADUAL
TANCREDO NEVES) EM SANTA MARIA, RS, BRASIL
RAFAKAPRON@YAHOO.COM.BR

RESUMO

Desde 1964, o Brasil estava sob uma Ditadura e ao fim da década de 1970 se acentuou a luta pela Redemocratização, a qual se prolongou durante os anos 1980. Neste contexto, ocorreram inúmeras greves de trabalhadores que, por serem contestatórias e de resistência à ordem estabelecida, mesmo considerando a especificidade reivindicatória de cada categoria profissional grevista, se inserem na luta pela mudança política do País. Por isso, em maior ou menor influência, essas greves fizeram parte da Redemocratização do País. A partir da apreciação de um periódico, o *Jornal da República*, que circulou entre 1979 e 1980, se pode identificar que os caminhoneiros, em diferentes municípios do País, realizaram mobilizações e paralizações do seu trabalho. Este artigo, partindo de uma contextualização do trabalho dos caminhoneiros brasileiros, realiza uma descrição e tece alguns comentários de uma destas paralizações, a partir da narrativa produzida pelo periódico. O foco está numa paralização de caminhoneiros transportadores de veículos produzidos na Região do ABC Paulista, ocorrida entre o final de setembro e o início de outubro de

1979. Desse modo, este trabalho objetiva contribuir com a Historiografia Brasileira, inserindo esses profissionais como partícipes das mobilizações reivindicatórias, por isso, de contestação e resistência, dessa época da Redemocratização do País.

Palavras-chave: Greve, Caminhoneiros, Brasil.

O presente artigo está organizado em três seções: a primeira, trazendo uma abordagem generalizante dos caminhoneiros e situando-os na economia brasileira, para isto, recorrendo a referencial bibliográfico; a segunda, desenvolve um resumo da paralização ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo, em 1979, por um segmento específico do Transporte Rodoviário de Cargas, os caminhoneiros transportadores de veículos, reconhecidos como *cegonheiros*, tendo como referencial quatro edições do *Jornal da República*; por fim, como considerações finais, a terceira seção comenta a paralização e a categoria profissional, levando em consideração a política brasileira em 1979 e o processo da Redemocratização, a liberdade da imprensa e a reorganização partidária, a Lei da Anistia, o Movimento Estudantil e as mobilizações dos trabalhadores, ampliadas pela realização de greves, manifestando a ascensão do Movimento Sindical.

ASPECTOS GERAIS DOS CAMINHONEIROS DO BRASIL COM O FOCO NO TRABALHO

Na década de 1940, se acentuou o uso do Transporte Rodoviário de Cargas no Brasil, atividade econômica do setor de serviços, também reconhecida como pertencente ao setor terciário. Na década seguinte, este modal já se constituía como o setor majoritário nos deslocamentos de cargas do País, enquanto que, durante a década de 1970, tamanha era a dependência do País em relação a esse modal de transporte, que a média do volume das cargas transportadas estava em, aproximadamente, 66% (IBGE, 1990, p. 456). Caminhão e caminhoneiro, este profissional também reconhecido como motorista de caminhão e, às vezes, como carreteiro, tornaram-se determinantes na economia do País, situação ainda mantida no século XXI. Através de Moysés Moreira Santos (2007, p. 10-11), se pode, ao mesmo tempo, definir e contextualizar esse modal como uma “prestação de serviços”,

uma “atividade-meio”, um “facilitador dos deslocamentos”, uma atividade em que o “seu crescimento depende do desempenho dos outros setores” e que “oferta serviços e não cria a sua própria demanda”.

Na Formação Histórica dessa atividade profissional deve-se levar em consideração a localização dos trabalhadores na divisão social do trabalho. Ao longo do tempo, esses profissionais tem estado segmentados entre os caminhoneiros autônomos e os caminhoneiros empregados. O autônomo, trabalhador por conta própria, proprietário do caminhão que é veículo de elevado preço no mercado e que, em determinadas condições, é um meio de produção, tem de ser considerado como um pequeno patrão, uma pequena empresa, um empreendedor¹. O empregado é aquele tradicional trabalhador subordinado a classe social patronal, vendedor da sua força de trabalho em troca do salário que, no Brasil, tem sido de grande incidência na forma do salário por peça, definido por viagem e/ou frete. Luciene dos Santos (2010, p. 240) registra que grande diferencial entre esses profissionais está na “posição na organização do trabalho”, sendo os empregados os assalariados de empresas detentoras da propriedade dos caminhões e os autônomos os proprietários dos caminhões em que realizam o trabalho.

Ao longo do tempo, com concorrência para obtê-lo, o frete, a carga transportada, tem se determinado nas relações de mercado entre os diversos empreendimentos do Transporte Rodoviário de Cargas. Roberto França Silva Junior (2004, p. 63) define que o

‘Frete é o preço do transporte de mercadorias (aquilo que se paga pelo transporte de algo/tarifa)’ calculado a partir da distância percorrida, peso, tamanho, perecibilidade, resistência ou fragilidade, periculosidade, toxidade, valor agregado, valor da nota e dependendo do cliente. Além destas referências de cálculo, o frete varia conforme a safra, oferta e demanda da mercadoria no mercado, número de transportadoras, grau de dinamismo da economia de uma cidade ou região.

Enquanto profissionais, os caminhoneiros devem ser identificados em relação ao tipo de carga transportada, constituindo-se como uma seg-

.....
¹ Esta argumentação está desenvolvida na dissertação intitulada *História do trabalho dos caminhoneiros no Brasil: profissão, jornada e ações políticas*, especificamente no subtítulo “Autônomos e variações da pequena empresa” (KAPRON, 2012, p. 50-53).

mentação e/ou especialização nas condições de trabalho e, às vezes, nas relações de trabalho. O tipo de carga tem determinado as rotas de viagem entre maiores ou menores distâncias, bem como a especialização do caminhão, através de carrocerias específicas, como no transporte de carga geral, carga a granel, líquida, perigosa, frigorificada ou outras. Há, também, os caminhões especializados no transporte de veículos, sendo que, nestes, os caminhoneiros se tornaram reconhecidos como cegonheiros.

Neste processo histórico, se desenvolveu a segmentação e/ou especialização nas rotas de viagem, havendo os motoristas de rota curta, restritos ao transporte urbano e que variação se daria no cumprimento de “pequenos itinerários” num caráter intermunicipal. E outros, os caminhoneiros de rota longa, realizadores dos deslocamentos “em longos percursos” exclusivamente no Transporte Rodoviário. Luciene dos Santos (2010, p. 236) caracteriza os primeiros no fator de poder “retornar à sua casa ao final da jornada de trabalho”, enquanto os de rota longa como trabalhadores dum caráter inter-regional, interestadual e/ou internacional, podendo a viagem ter duração de vários dias entre ida e retorno, ou, carregamento e descarregamento.

Certa especialização também se deu na tendência de que no transporte urbano tem sido maior o uso de caminhões de pequeno porte, reconhecidos como caminhões *leves*. Enquanto que, na rota longa, a tendência tem sido o uso dos modelos de maior porte, os caminhões *médios* e os *pesados*.

Aspecto marcante e que diferencia épocas é o desenvolvimento dos caminhões. Nos anos 2000, um modelo de caminhão pesado, reconhecido como *rodotrem* ou *treminhão*, pode transportar cerca de cinquenta toneladas de carga, num padrão médio de velocidade superior, com consumo médio de combustível menor, se comparado a um caminhão pesado do fim dos anos 1970, este último com seu padrão médio de vinte e sete toneladas de carga. Esta situação atesta uma elevação em potencial da produtividade do trabalho.

O Transporte Rodoviário de Cargas é um ícone do mercado brasileiro. Sua expansão se deu na época da industrialização, do crescimento do mercado interno e da urbanização. Uma das marcas desse modal tem sido a intensa concorrência de mercado entre os milhares de empreendimentos,

o caminhoneiro autônomo, a pequena, média e grande empresa, que têm rivalizado pela obtenção das cargas, considerando que cargas e/ou frete, enquanto serviço de deslocamento das mercadorias tem sido o principal elemento da lucratividade desses empreendimentos.

Essa perspectiva das peculiaridades, segmentações e especializações, as diferentes posições na divisão do trabalho, o desenvolvimento técnico e tecnológico dos caminhões e a especialização e a modernização dos empreendimentos, ao longo das décadas, têm implicado nas condições de trabalho e nas relações de trabalho dos caminhoneiros. Ao mesmo tempo, são elementos que condicionaram a jornada de trabalho e as reivindicações que esses profissionais têm realizado, em diferentes situações e épocas.

Moisés Moreira dos Santos (2007) identificou como recorrente na profissão a grande incidência de relações de trabalho e contratos de trabalho do tipo informal. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) (1976, p. 284-287) registrou, na década de 1970, que o Transporte Rodoviário de Cargas manifestava um desequilíbrio entre oferta e demanda, uma “concorrência intramodal ruinosa, entre empresas, transportadores de cargas próprias e carreteiros”, reiterando que um dos “problemas” era o “regime de trabalho prejudicial à saúde de carreteiros e motoristas e à segurança nas estradas, em virtude da falta de tutela legal, regulamentar e fiscalização decorrente”. Particularmente, em relação aos caminhoneiros autônomos, a existência de uma dependência em relação à “interferência de agenciadores e intermediários” que lhe condicionavam o “afretamento”. A primeira regulamentação da profissão somente ocorreu com a Lei n. 12.619, de 2012, e a Lei n. 13.103, de 2015 (KAPRON, 2018, p. 11-14).

A PARALIZAÇÃO DOS CEGONHEIROS DO ABC PAULISTA

O acompanhamento da mobilização foi feito pelo *Jornal da República*², através de quatro edições, do número 29 até o número 32, uma em

.....
2 Em matéria que aborda a “A história do Jornal da República”, o Portal Observatório da Imprensa situa que o *Jornal da República*, que circulou, pelo menos em São Paulo, entre agosto de 1979 e janeiro de 1980, sob a direção de Mino Carta, desenvolveu um “jornalismo independente no contexto de abertura política”. As edições do jornal encontram-se digitalizadas e disponíveis na Hemeroteca Digital do Portal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ.

nome do periódico e as outras três assinadas por Margarete Acosta. Com este referencial, mesmo que num caráter parcial, pode ser feita uma descrição dessa paralização dos transportadores de veículos, os caminhoneiros cegonheiros, os quais, regularmente, carregavam os caminhões na Região Metropolitana de São Paulo. Segue, na ordem cronológica das quatro edições, a descrição desta paralização do trabalho.

Segundo o jornal, a “greve” desses “carreiros do ABC” teve início na quinta-feira, vinte e sete de agosto de 1979, se estendendo até o dia primeiro de outubro. Na edição que fez o “Balanço provisório do primeiro dia da greve”, foi registrado que “algumas cegonhas e carros transportados” foram “arrebentados”, além de ter havido “diversos incidentes com fura-greves” bem como com a “polícia” que havia atuado para “reprimir os piquetes”. Conforme a reportagem, a principal reivindicação estava no “aumento de 70% no preço do frete”. Este quadro é melhor detalhado abaixo:

O maior piquete, organizado com cerca de cem cavalos-mecânicos, surgiu defronte a Volkswagen, na Via Anchieta, por volta do meio-dia. Uma hora depois, seis carretas da Transportadora Schlatter Ltda já estavam paradas, com seus pneus vazios. Foi então que a polícia chegou, com grande aparato: oito viaturas do Tático-Móvel, um caminhão de transporte de soldados, 200 homens armados com cacetetes (...), além de diversos agentes do DOPS (JORNAL DA REPÚBLICA, n. 29, 1979, p. 10).

Diante da observação dos caminhoneiros que haviam esvaziado os pneus para impedir o trabalho, um dos proprietários da Transportadora Schlatter Ltda “providenciava a troca dos pneus com sua equipe de 5 mecânicos”. Tal fato aconteceu numa situação em que “o policiamento garantia a troca dos pneus das carretas”. Outro momento importante se deu quando

os piqueteiros tentaram bloquear, na rodovia dos Imigrantes, quatro carretas que pretendiam seguir para Porto Alegre. Eles se desentenderam e começou um quebra-quebra que atingiu tanto os caminhões como os automóveis transportados. A Polícia Rodoviária seguiu os piqueteiros, fez vários disparos, mas não conseguiu detê-los, nem feri-los (JORNAL DA REPÚBLICA, n. 29, 1979, p. 10).

Com os acontecimentos desse primeiro dia de paralização, “quatro cegonheiros” resultaram “presos” (JORNAL DA REPÚBLICA, n. 29, 1979, p. 10).

Na segunda reportagem, a jornalista Margarete Acosta noticiou que os caminhoneiros conseguiram entregar ao governante brasileiro de então, o ditador João Baptista Figueiredo, as suas reivindicações:

A informação foi dada (...) para trezentos carreteiros reunidos em sua associação, pelo presidente da entidade, Roberto Augusto Francisco, que durante o dia esteve em Sorocaba e conseguiu entregar pessoalmente ao presidente o memorial com as reivindicações da categoria: entre elas, o aumento de sua participação no frete que as empresas transportadoras intermediárias recebem da indústria automobilística. Atualmente, os carreteiros ficam com 30%, cabendo às empresas o restante: o que eles querem é exatamente inverter essas porcentagens (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 30, 1979, p. 12).

Segundo a reportagem, Roberto Augusto Francisco “conseguiu furar o esquema de segurança do presidente”, entregando as reivindicações e ainda conversando com Murillo Macedo (Ministro do Trabalho), pedindo para que agisse como “intermediário” nas negociações “junto às empresas”. Do Ministro, a resposta foi afirmativa, porém com a condição: “peça a seus companheiros para voltarem ao trabalho”.

Em São Bernardo, nem mesmo a adesão da grande maioria dos carreteiros do ABC à greve – ou lock-out, como a própria Associação dos Carreteiros prefere chamar o movimento, uma vez que eles mesmos são os proprietários dos caminhões – conseguiu impedir que cerca de cem veículos saíssem, ontem, do pátio da Transportadora da Cunha, em direção à concessionária Diabel, da Volkswagen, em Diadema. Mas os fura-greves não eram apenas os trinta motoristas levados de Diadema para São Bernardo num caminhão de tropas da PM (...). Eram, também, vários policiais com instruções de levar 150 carros zero km do pátio da empresa até a concessionária. Esses policiais, ao serem vistos pelos repórteres, tiravam o quepi para não serem identificados (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 30, 1979, p. 12).

Na sexta-feira, segundo a edição do jornal,

Os piquetes só atuaram de madrugada e, por isso, não houve policiamento extensivo e nem pneus esvaziados. Às quatro horas da manhã, porém, quatro carreteiros foram detidos e levados à seccional do DOPS no ABC. Eles foram presos em frente à Transportadora Da Cunha, porque carregavam um estilingue e dezesseis bolinhas de gude que pretendiam atirar contra os vidros das carretas dos fura-greves (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 30, 1979, p. 12).

Em relação aos carreteiros “detidos” no dia anterior, haviam sido liberados na sexta-feira de manhã, pois “tiveram que passar toda a noite no DOPS, enquanto aguardavam a tomada de seus depoimentos”. Ainda na sexta-feira:

Sem problemas com a polícia, os carreteiros se limitaram, durante todo o dia, a ficar escrevendo suas reivindicações – querem, também, reembolso dos pedágios que pagam, contratos de trabalho que lhes garantam estabilidade na empresa etc. – nos pára-brisas e nos tanques de combustível de seus caminhões. E houve até elogios ao presidente Figueiredo, depois que o secretário-geral da Associação, Jorge Francisco, comunicou que o presidente da entidade havia conseguido entregar-lhe o memorial da categoria. (...) quatro das nove empresas transportadoras de veículos do ABC já haviam manifestado ao advogado da Associação dos Carreteiros, deputado Marcos Aurélio Ribeiro, sua intenção de negociar com os trabalhadores. E a reunião entre os representantes dessas empresas e os carreteiros só acabou não acontecendo porque o presidente da Associação estava em Sorocaba. (...) os carreteiros farão uma nova assembleia, para um balanço do movimento e discussão de novos passos a serem dados (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 30, 1979, p. 12).

Enquanto isto, no domingo, a “greve dos carreteiros do ABC” ganhou o “apoio” do

bispo diocesano de Santo André, d. Cláudio Hulmes, o mesmo que durante a greve dos metalúrgicos fez parte da comissão de representantes dos trabalhadores nas negociações. Na missa que celebrou ontem, para cerca de 150 carreteiros, num altar improvisado entre duas carretas, defronte à Associação dos Carreteiros, d. Cláudio fez um contundente pronunciamento (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 31, 1979, p. 12.)

A reportagem reproduz palavras do religioso, dentre elas a afirmação da necessidade de união do “povo”, além da crítica à “violência policial nos movimentos grevistas” que estavam por ocorrer, naquela época. A matéria também abordou sobre os contrários as greves e suas iniciativas de “provocação”. Ainda,

A greve dos carreteiros, ou lock-out, como eles preferem chamar, voltou, no entanto, à estaca zero, depois que eles rejeitaram a proposta dos donos das transportadoras, ou seja, trégua de trinta dias para o início das negociações. E não fizeram nenhuma contraproposta. (...) os piquetes serão reforçados, porque a diretoria da associação re-

cebeu informações de que a polícia comboiará as carretas até as rodovias (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 30, 1979, p. 12).

Tudo isso ocorria num quadro de pressão da Volkswagen, por estarem os “pátios” das empresas “lotados” de automóveis, sendo que a fábrica pressionava as “transportadoras” a decidir o que iriam “fazer” diante da situação. Além disso, a reportagem comenta incidente ocorrido no sábado, no qual foram feridas quatro pessoas, acontecimento que teria sido desencadeado por um “estranho” que, sem autorização, conduziu uma “carreta”, gerando o incidente qualificado como ato de “sabotagem” (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 31, 1979, p. 12).

O desfecho da mobilização se deu na segunda-feira, conforme a seguinte descrição:

Terminou ontem à noite a greve dos carreteiros. Reunidos na sede da sua associação, em São Bernardo, 500 deles suspenderam o movimento (...) e decidiram aceitar a proposta dos proprietários das transportadoras: 65% do frete e um prazo de 45 dias para negociar os restantes 5% da proposta inicial dos carreteiros e os outros 11 itens da proposta. Os proprietários concordaram também em não demitir ninguém por causa da greve. Os proprietários se reuniram ontem à tarde com o presidente da Associação dos Carreteiros Agregados às Empresas Transportadoras de Veículos do Brasil, (...) embora, anteriormente, se recusassem terminantemente a reconhecer a associação, que tem apenas 30 dias de existência (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 32, 1979, p. 12).

A reportagem registra, também, que o prefeito (Tito Costa) de São Bernardo do Campo intermediou a reunião, ocorrida no restaurante São Judas Tadeu, convencendo os “proprietários” a que dela participassem. Acosta escreve que “das nove empresas do setor em São Bernardo (no Brasil são 11, com duas delas sediadas em Belo Horizonte) apenas uma, a Da Cunha, não participou da reunião” e que, segundo o dirigente da Associação³, foi a empresa que mais “pressionou”, sendo ela de “propriedade dos

.....
3 “Associação dos Carreteiros Agregados às Empresas de Transporte de Veículos do Brasil (ACAE-TBV)”, fundada em 02 de setembro de 1979, em 06 de novembro de 1986 passou a ser o “Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do ABCD” e em 1997 se tornou o “Sindicato Nacional dos Cegonheiros” (SINACEG), segundo informações do Portal do SINACEG.

filhos do ex-governador Laudo Natel”. Na passagem a seguir, mais alguns detalhes do que ocorreu não reunião:

O encontro entre proprietários, presidente da associação e prefeito terminou às 19h30. Do restaurante, Tito Costa e Francisco partiram para a sede da associação, onde os 500 carreteiros aguardavam o fim das negociações. No próprio quintal da casa improvisou-se um salão de assembleias e Tito anunciou a proposta dos empresários, que foi recebida com aplausos.

Colocada em votação, a proposta foi aceita por unanimidade e aos gritos de vitória. Tito Costa foi carregado nos ombros e os carreteiros decidiram que os caminhões que já estavam carregados partiriam imediatamente (ACOSTA, JORNAL DA REPÚBLICA, n. 32, 1979, p. 12).

A reportagem registra, ainda, que naquele dia tinham ocorrido “piquetes” e que “três caminhões” haviam sido barrados, além de que “carreteiros” aderiram ao movimento em Muriaé, Minas Gerais. Ainda, uma das reivindicações dos caminhoneiros era a de que os “proprietários” das transportadoras reconhecessem a legitimidade da sua Associação (ACOSTA, n. 32, 1979, p. 12).

COMENTÁRIOS A PARTIR DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Além da exclusividade do transporte de automóveis saídos das fábricas ser feito por caminhões, explicitando a importância do trabalho desses caminhoneiros, inclusive na sua relação com o capital internacional, manifestado na Volkswagen, uma fabricante da mercadoria automóvel que é ícone do desenvolvimento tecnológico, é notável a amplitude da paralização, repercutida na manifestação dos agentes envolvidos: o presidente ditador, o ministro, o deputado, o prefeito e o bispo, além dos trabalhadores autônomos, do dono de caminhões e sua Transportadora. Porém, ao mesmo tempo em que a narrativa jornalística registrou esta amplitude produziu uma ausência, pois, em haver este patrão dono de caminhões, teria de haver os caminhoneiros assalariados a ele subordinados, mas, sobre estes caminhoneiros de emprego assalariado, a cobertura jornalística nada mencionou, ausentando referência se foram agentes partícipes dessa paralização.

Autônomos e pelo menos esse patrão rivalizavam no transporte, ambos mantendo relação de dependência com empresa intermediária que repassava as cargas. Pela referência recorrente na Associação, pode-se apreender que foi mobilização dirigida por ela, sem parecer, com base apenas nessa narrativa jornalística, ter havido participação da representação sindical da classe patronal e nem dos trabalhadores empregados, pois não foi mencionada outra entidade associativa ou sindical.

A principal reivindicação estava no aumento do preço dos fretes, pauta clássica dos autônomos, e que foi reivindicação vitoriosa para os caminhoneiros, pois houve acordo que elevou o preço dos fretes e pôs fim a paralização. Reside aí uma relação entre empresas, de um lado autônomos e de outro as empresas intermediárias e/ou agenciadoras, inclusive, às vezes, chamadas de transportadoras, posicionadas entre a fábrica e o transporte. Manifesta-se aí uma divisão no trabalho e a dependência, tanto dos autônomos como do patrão proprietário que ainda subordinava os seus caminhoneiros empregados, em relação a essas empresas intermediárias.

A cobertura jornalística fez indicação de outras pautas, como sobre os “pedágios”, os quais devem ser situados como um custo a mais, pois os motoristas autônomos eram os empreendedores tendo de manter os seus caminhões. Quanto aos “contratos de trabalho”, haja vista haver empresa que apenas intermediava e repassava as cargas, os caminhoneiros ficavam dependentes desse tipo de empresa que poderia determinar quem contratar. Assim, se justificaria a reivindicação acerca dos “contratos”, pois garantiria uma estabilidade, segurança ou regularidade na oferta das cargas e, conseqüentemente, o ganho do frete.

Pode-se constatar que o movimento representou uma mobilização permeada por conflitos manifestados nos piquetes, confrontos e prisões. Houve depredações e o expressivo número de policiais envolvidos é um indicativo da repressão, tratando-se de uma conjuntura em que ações reivindicatórias poderiam ser enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN). Estes policiais, enquanto agentes do Estado, ainda executaram atividade de trabalho, substituindo os motoristas paralisados. Porém, também se pode

identificar que houve afinidades com alguns governantes, manifestadas no encontro, na intermediação, na negociação e nos elogios que foram mencionados.

A atuação da Associação, entidade representativa apenas do segmento dos caminhoneiros cegonheiros, manifesta peculiaridade da profissão no País. Enquanto divisão do trabalho, além dos autônomos, tem havido os empregados e também as especializações dos caminhões e das cargas transportadas, todos esses como fatores originadores de pautas e/ou reivindicações limitadas aos interesses do determinado segmento. Moysés Moreira Santos (2007, p. 94-95) registrou que, de forma mais acentuada, a partir da década de 1980, cresceu a “pulverização” de entidades de caminhoneiros, partindo da distinção entre autônomos e empregados e suas representações, surgiram associações sindicais por tipos de cargas transportadas, por cidades ou regiões, entre outras divisões. Segundo o autor, foi “tendência de atomização” em que passou a haver “maior quantidade de sindicatos menores e menos representativos”, produzindo muitas vezes a situação de “mais de um sindicato representando ou querendo representar o mesmo trabalhador”⁴. A participação da Associação, pelo menos no noticiado pelo **Jornal da República**, não mencionou outras lutas da época, seja de outros segmentos de caminhoneiros, em relação ao preço dos combustíveis que estava em elevação naquele contexto, da classe trabalhadora brasileira ou mesmo do contexto do País.

Lock-out (locaute) ou greve? Depende! Para o *Jornal da República* foi uma greve, pois, o periódico não realizou ponderação sobre o movimento ser uma greve ou um locaute, apenas registrando como greve diretamente. Porém, o mesmo periódico, nos comentários tecidos sobre esses caminhoneiros, reproduzindo o que seria a opinião dos próprios caminhoneiros, registra que a paralização era um locaute. Para os caminhoneiros foi locaute

.....
4 Ao longo do século XX, surgiu o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários (SINCAVER), abrangendo caminhoneiros autônomos e taxistas, em cujo nome da entidade constava a referência à base geográfica. Notadamente, a partir da década de 1980, ocorreu separação, surgindo o Sindicato de Caminhoneiros (SINDICAM), representando apenas os caminhoneiros autônomos, com as mencionadas divisões (KAPRON, 2011, p. 05-06).

e o jornal narrou como greve. Sendo assim, os próprios motoristas se identificavam como empresários do transporte.

Tal reconhecimento reforça a compreensão dos caminhoneiros autônomos serem empreendedores de pequenas empresas, pois dispunham de um determinante componente do processo de trabalho, o caminhão. Foi uma paralização e, pelo relato jornalístico, foi dos caminhoneiros autônomos, porém, se houve a participação dos caminhoneiros empregados ou dos seus patrões não foi mencionado pelo jornal e é algo que está oculto na narrativa jornalística.

A rigor, conclui-se que foi um locaute. Esta afirmação reside na compreensão de que trabalhador é uma categoria ampla. Nessa paralização, especificamente, o trabalhador que paralisou o trabalho foi aquele reconhecido popularmente no Brasil como autônomo, que, pelo menos na questão dos “pneus vazios”, rivalizou com sua concorrência, ou seja, o empreendimento de maior porte, detentor da propriedade de caminhões que, necessariamente, empregava caminhoneiros assalariados em condição proletária.

Se a Redemocratização no Brasil foi época de contestações e alterações da ordem ditatorial, essa paralização foi partícipe desse contexto. Mesmo não intentando romper com essa ordem, pois não foi manifestada uma pauta política, exceção no intento de reconhecimento da Associação, houve, exclusivamente, a reivindicação econômica, pois, essa paralização, restrita ao interesse da categoria dos caminhoneiros cegonheiros, integrou o contexto da ascensão da luta dos trabalhadores brasileiros em 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Margarete. Carreiros. Figueiredo recebe memorial. *Jornal da República*, ano I, n. 30, São Paulo, SP, Brasil, Sábado, 29/09/1979, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=194018&pasta=ano%20197&pesq=>>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. Carreiros. A greve ganha o apoio do bispo. *Jornal da República*, ano I, n. 31, São Paulo, SP, Brasil, Segunda-feira, 01/10/1979, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=194018&pasta=ano%20197&pesq=>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

_____. Carreiros. Acordo suspende a greve no ABC. *Jornal da República*, ano I, n. 32, São Paulo, SP, Brasil, Terça-feira, 02/10/1979, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=194018&pasta=ano%20197&pesq=>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

CEGONHEIROS. Quebra-quebra na via Imigrantes. *Jornal da República*, ano I, n. 29, São Paulo, SP, Brasil, Sexta-feira, 28/09/1979, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=194018&pasta=ano%20197&pesq=>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

DEPARTAMENTO Nacional de Estradas de Rodagem, DNER. **Sinopse do Transporte Rodoviário de Cargas**. Brasil: Ministério dos Transportes, DNER, 1976.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988**. Volume 3. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1990.

KAPRON, Rafael Antônio. Sindicatos e sindicalismo no transporte rodoviário de cargas brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH**. São Paulo, SP, Brasil, 17 a 22 de Julho de 2011, p. 01-14. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

_____. **História do trabalho dos caminhoneiros no Brasil**: profissão, jornada e ações políticas. 2012. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

_____. Os Trabalhadores Motoristas do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil: Economia, Legislação, Empresas, Condições de Trabalho e Relações de Trabalho. **Anais [do] 14 Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**, Porto Alegre, 24 a 27 de julho de 2018 [e-book]. Porto Alegre, RS: ANPUH RS, 2018. p. 01-16. Disponível em: <<http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#R>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

OBSERVATÓRIO da Imprensa. **A história do Jornal da República**. Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. Seção Armazém Literário, edição 290, 17/08/2004. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-historia-do-jornal-da-republica/>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

SANTOS, Luciene dos. “Moro no mundo e passeio em casa”: vida e trabalho dos caminhoneiros. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). **O avesso do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2010, p. 235-290.

SANTOS, Moysés Moreira. **Transporte rodoviário de cargas no Brasil: transportadoras e sindicalismo a partir dos anos 1990**. 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

SILVA JUNIOR, Roberto França da. **Geografia das redes e da logística no transporte rodoviário de cargas: fluxos e mobilidade geográfica do capital**. 2004. 270f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, Presidente Prudente, SP, Brasil.

SINDICATO Nacional dos Cegonheiros, SINACEG. **Quem Somos. História e formação. História dos cegonheiros no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.sinaceg.com.br/quem-somos/historia-e-formacao/>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

DITADURA E REDEMOCRATIZAÇÃO: REVISIONISMO, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

DIORGE ALCENO KONRAD
PROFESSOR ASSOCIADO DO DEPARTAMENTO E DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFSM,
DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO
PELA UNICAMP
GDKONRAD@UOL.COM.BR

Crises políticas, sociais e econômicas têm sido propícias para gerar a relativização do processo histórico, favorável aos revisionismos e seu derivado mais radical, o negacionismo. Aqui, o ataque às ciências como um todo, e à ciência histórica em particular, sai do espaço dos especialistas e ganha capilaridade no seio da cultura política e social.

Se o ataque às concepções historiográficas tradicionais ganha força até no meio acadêmico, imagina-se a dimensão desta hostilização, generalizada ao marxismo e ao materialismo histórico, em particular. No artigo “Problematizando uma sedução discursiva antimarxista: pós-estruturalismo e atualidade do marxismo” (KONRAD, 2010), já foi feita a crítica a esta perspectiva, quando foi procurado elucidar sobre a coexistência de um discurso relativista com outro, de tipo agnóstico em várias perspectivas epistemológicas do conhecimento. Ali, em resposta a uma suposta crise de paradigmas das ciências, incluindo a histórica, e de contraposição às

produções baseadas no simulacro, na representação, na fragmentação e no micro da análise do discurso e do simbólico, de negação da própria existência da realidade, ou seja, de crítica ao pensamento pós-estruturalista (para alguns, genericamente, “pós-moderno”), foi feita a defesa da dialética totalizante como método essencial de interpretação historiográfica, como se buscou apontar as limitações deste relativismo quanto à produção do conhecimento histórico e à consolidação da História como disciplina científica, bem como em relação ao próprio processo histórico concreto.

Na ocasião, para se entender os pressupostos relativistas, se utilizou de Marilena Chauí (2007) e a sua compreensão das teses sobre a chamada pós-modernidade, o que implicava se reportar ao seu ponto de partida, isto é, como defendeu a filósofa, à acumulação flexível do capital, para, assim, chegar-se à sua ideologia. Para a autora, a “velocidade muito grande na produção” e a “mudança na estrutura ocupacional” (no lugar da grande fábrica que contém tudo, ocorre a dispersão do trabalho através de serviços contratados, temporários, de todo um setor informal de pequenos negócios), faz com que “dispersa-se, portanto, a força de trabalho, e a estrutura ocupacional se expande no interior de toda a sociedade”. Este processo serve “para preparar uma fase seguinte, a monopolista”, afetando, sobretudo “as áreas da informação e do conhecimento” e gerando a “reorganização do sistema financeiro, que vai tornar-se autônomo [...] para a formação de um único mercado mundial para o dinheiro e os recursos do crédito”. Para Chauí, este “universo é propício ao pós-modernismo”, pois. “esta mobilidade extrema do capital, do consumo, do sistema financeiro, nos leva a imaginar que não há centro, tudo é fragmentado, tudo é desconstruível, tudo é instantâneo, tudo é efêmero, tudo é volátil”, só existindo “a intertextualidade, a heterotopia”, ou seja, para a autora, “o pós-modernismo não é senão a tradução, em termos conceituais, com pretensões epistemológica, ontológica e artística, desta acumulação flexível do capital (1991, p. 33-35).

No sentido de captar a correspondência entre as novas perspectivas teóricas e a concretude do mundo atual, Konrad (2010) defendeu que o quadro ideológico de discurso único (pretensão da diretriz político-econô-

mica da monopolização atual do Capital, através do neoliberalismo), e de um caminho único (o da “globalização”, que nada mais é do que a ideologia do predomínio global em torno do capital financeiro), constituía parte contida dos paradigmas múltiplos (que são os pressupostos do pós-estruturalismo), convergindo para negar a possibilidade de contraposição à dominação estabelecida, através das teses do “fim da História” ou do “fim das ideologias”. Foi considerado, ainda, que quanto mais o capitalismo desenvolvia-se, mais ele produzia a complexidade do social, pois era “preciso entender as modificações que o desenvolvimento do capitalismo” proporcionava “em todos os níveis do social (desde o desenvolvimento das forças produtivas e das novas tecnologias até as “novas” formas de entender a sociedade, assim como as novas emergências sociais e culturais no interior do desenvolvimento desse modo de produção)”. Também foi defendido que não se tratava de negar o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, mas estes eram “decorrentes da multiplicidade que o próprio modo de produção proporciona”.

Como argumento final, se recorreu a Perry Anderson (1987, p. 122) e a sua defesa do materialismo histórico como um paradigma único a vincular o horizonte futuro “às contradições e movimentos práticos do presente, e à sua formação a partir das estruturas do passado, numa teoria da dinâmica [...] de todo o desenvolvimento social”. Somou-se a isto a elucidação de Virgínia Fontes (2007, p. 14), de que, ainda, “a única forma de aniquilar o marxismo e a herança de Marx” era “a superação da exploração capitalista, das contradições gritantes das quais se nutre, da miséria humana que produz”. Por isto que, para Fontes, Marx é “incontornável enquanto houver capitalismo. É incontornável para compreender o mundo no qual vivemos e para lutar contra a ordem do capital, pois “em Marx, encontramos uma aguda reflexão sobre as raízes sociais das quais se nutre o capitalismo, sobre a totalidade complexa e contraditória na qual somos forjados”.

De lá para cá, como era de se esperar, o revisionismo não deu trégua ao ataque à ciência histórica. Em introdução de livro de 2014 (p. 18-19), o historiador Demian Bezerra de Melo, ao abordar as “batalhas pela memória” e as “disputas em torno do passado”, alertou, seguindo Fernando

Rosas, que elas são “atravessadas pelas lutas pela hegemonia nas sociedades contemporâneas” Para Melo, ao introduzir o termo revisionismo em seu vocabulário, os historiadores “queriam se referir a uma operação de revisão, de reinterpretação de processos históricos, cujas narrativas e explicações, até então, eram consensuais” (2014a, p. 19).

Todos sabemos que a reescrita da História é um processo permanente. Porém, como já defendeu Eric Hobsbawm (1998), o que aconteceu no passado não há como mudar, apenas ocorre a reinterpretação do que ocorreu. Assim, os historiadores têm sido chamados, cotidianamente, a responder a este revisionismo, que não é uma reinterpretação do passado, mas utiliza o passado para relativizá-lo e, até mesmo, negá-lo, a fim de propósitos políticos do presente. Aqui, fica tênue a diferença entre o revisionismo e o próprio negacionismo. Seu objetivo, iniciado pelo ataque às concepções totalizantes da História, particularmente a marxista, é quebrar o elo entre o conhecimento do processo histórico e as contradições do chamado tempo presente, com objetivos de classe, diretos ou subjetivos, de justificativa dos interesses das classes dominantes, neste caso, o domínio do capital financeiro em sua faze imperialista.

Na mesma obra de 2014, mas em outro artigo, “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão” (p. 157-188), Demian Melo faz um balanço da produção historiográfica sobre a Ditadura no Brasil (1964-1985). Nela, o historiador procurou desmistificar as “novas” interpretações de alguns historiadores, especialmente aquelas que “esqueceram” o protagonismo dos trabalhadores daquele período, os quais, quando aparecem, são vistos como “passivos” e “mal organizados”. Para Melo, este tipo de interpretação, no fundo, esconde, também, que “a classe trabalhadora foi a parcela da sociedade brasileira mais penalizada pela política econômica implementada” nos Pós-1964, assim como desvia o foco para a “compreensão da ordem empresarial estabelecida pela ditadura” (p. 188).

Este revisionismo sobre a Ditadura Civil-Militar, marcada pela base da Doutrina de Segurança Nacional e pela prática do Terrorismo de Estado, também obliterados nas “narrativas”, vem na onda dos panfletos conservadores das coleções tipo “politicamente correto”, que fundamentaram boa

parte do retrocesso político reacionários dos últimos anos no Brasil, não se restringe apenas às leituras dos livretos vendidos em bancas de aeroportos e outros lugares, mas ganha contorno mesmo de disputa política extra-muros acadêmicos e escolares. Não foi sem sentido que a *Folha de São Paulo*, em editorial de 17 de fevereiro de 2009, chamou o período pós-Golpe de 1964 de “Ditabranda”, produzindo a relativização da repressão político-policial sobre o período, bem como escondendo o seu próprio papel conivente e participante com a própria Ditadura.

Aqui, como desdobramento, esta visão de “Ditabranda” influenciou um historiador, ao menos de profissão, a escrever e lançar, nas lembranças dos 50 anos do Golpe de 1964, a obra *Ditadura à brasileira* (2014), na pena de Marco Antônio Villa. Historiador profissional, vinculado muito tempo a UNESP, com algumas obras importantes sobre a história política brasileira, naquele momento, Villa já era reconhecido em parte das mídias tradicionais e conservadoras, não só pelo revisionismo da sua biografia sobre o ex-presidente João Goulart (Jango), considerando-o fraco politicamente e responsável pelo Golpe de 1964 (a vítima tornando-se algoz) (2004), mas por suas posições políticas que vinham sustentando a reação conservadora atual, chancelada pelo Golpe de 2016.

Na obra, indo ao encontro do editorial da *Folha de São Paulo* de 2011, Villa defendeu, desde o início (p. 9-11), que o Brasil era dividido em 1964 (mas nada disse sobre a luta de classes em ascensão), que o Golpe foi somente militar (ou seja, não houve protagonismo civil, empresarial, midiático, jurídico ou parlamentar no mesmo), que havia um “marasmo administrativo” anterior do Governo Jango (ou seja, as lutas pelas reformas de Base não contaram nada para o aprofundamento da crise política que levou ao Golpe) e que havia um “clima de radicalização por adversários da democracia”. Neste último argumento, típico do revisionismo sobre a Ditadura, a recorrência é ao já insistente argumento generalizante de que a esquerda comunista (vítima do Golpe) não prezava a democracia e também construía um golpe para implementar uma Ditadura, posição que não tem sustentação nos fatos da época, senão nos discursos reacionários dos próprios golpistas.

Para este argumento, Villa defende que uma “ala militarista” do Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia a ação guerrilheira, manipulando toda a tática pecebista de defesa das Reformas de Base e sua posição democrático-burguesa de aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), justamente o Partido de João Goulart. Dentre os partidos de oposição à esquerda a Jango, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Villa não diz uma frase sobre a tática de revolução em duas etapas defendida por este Partido, à semelhança do PCB, com a diferença de que o primeiro defendia uma primeira etapa de governo de predomínio da “burguesia nacional”, enquanto o segundo, argumentando que a burguesia brasileira não teria mais o papel histórico de rompimento com o imperialismo e o latifúndio, defendia que na primeira etapa da “revolução brasileira”, o governo deveria ser composto por uma frente popular de trabalhadores, setores médios e empresários progressistas e nacionalistas. Na mesma esteira, Villa argumenta sobre o suposto objetivo guerrilheiro dos “Grupos dos Onze”, liderados por Brizola, sem sustentação nenhuma nos fatos e unificando o período pré-1964 deste movimento com a decisão a **posteriori** da resistência armada para enfrentar o Golpe dos grupos brizolistas.

O próprio argumento de Villa, de que Jango pensava emendar a Constituição buscando a reeleição, não possui comprovação documental alguma (como todo o livro *Ditadura à Brasileira*). Se ao menos o escriba fosse ao fatos da época, mostraria que, no auge da crise política, foi Leonel Brizola que propôs uma solução de constituinte política para a solução do impasse e para o enfrentamento da ascensão golpista, sem nenhuma referência à reeleição de João Goulart.

Este argumento de que tanto a direita como a esquerda eram golpistas e de que havia dois golpes em curso, sendo que um dos lados foi vencedor, a direita, se soma ao revisionismo sobre o Golpe, já foi evidenciado pelo artigo de Demian Melo, Este historiador da Universidade Federal Fluminense argumenta que “visões como esta” já haviam predominado na imprensa nas lembranças dos 40 anos do Golpe, em 2004, mas não haviam faltado “vozes do meio acadêmico para dar-lhes chancela ‘científica’”, revelando a

“marca do conservadorismo político na produção acadêmica dos últimos anos” (2014b, p.158).

Mas o argumento central do livro de Marco Villa é de que a Ditadura Brasileira nada tem a ver com as ditaduras de Segurança Nacional do Cone sul, devido ao nosso “próprio autoritarismo”, sendo que o “Regime Militar” não foi uma Ditadura de 21 anos. Em suas palavras:

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de Ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos 1979-1985, com a aprovação da Lei da Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982 (2014, p. 11)

Fora a utilização do termo relativista particular, seguindo parte de uma ciência política conservadora, ao chamar a Ditadura de “regime”, que assume o discurso dos próprios ditadores, relativizando o terrorismo de estado, nesta passagem surge o negacionismo de forma direta, negando que o Golpe instaurou a Ditadura já em abril de 1964 (Villa não leva em conta as cassações institucionais no Parlamento, bem como a destituição de lideranças sindicais e camponesas de suas entidades e as conseqüentes prisões efetuadas ainda no ano do Golpe), negando a repressão político-policial que segue, muito antes do AI-5 (criação do SNI, cassações do AI-2 em 1965 e o fim do pluripartidarismo, ilegalidade da União Nacional dos Estudantes – UNE, do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, das Ligas Camponesas, etc., etc.). Como no conjunto do livro, esta visão institucionalista, e revisionista-negacionista, esconde a dialética repressão-resistência, esconde o aprofundamento dos mecanismos repressivos da Ditadura, *pari passu*, como reação à luta de classes no interior da Ditadura e como reação à resistência dos movimentos sociais (estudantis, sindicais, comunitários, camponeses, etc.) ao arbítrio em andamento. O próprio argumento sobre o retorno a Lei da Anistia e sobre as eleições para governadores de 1982 (p. 373), parecem esconder a resistência dos Comitês pela Anistia, protagonizada por mulheres, desde 1975 (de onde a Ditadura reagiu com uma Lei que conectava os torturadores e assassinos da Ditadura ao perdão reivindicado

aos presos políticos, exilados e destituídos de funções públicas ou de direções de entidades), como, claramente, oculta a inexistência de eleições diretas para a Presidência da República, a marca principal neste quesito da Ditadura.

Outro argumento do autor, baseado numa concepção universal de “democracia”, ao afirmar que “os militantes da luta armada não defendiam a democracia”, passa ao longe do debate sobre a tática de muitas organizações de esquerda que foram às armas no Pós-1964 sobre a nova estratégia de que a derrota da Ditadura deveria vir conjunta com a luta pelo socialismo (como se este fosse, também, universalmente, sinônimo de ditadura) e este representaria a democracia para os trabalhadores, bem como não diz uma palavra sobre os que defendiam tanto a resistência institucional ou de massas à Ditadura, ou mesmo em luta armada, mas tinham como objetivo o retorno do Estado democrático de direito burguês. Assim, ao alcunhar os militantes da luta armada de terroristas (p. 11), Villa iguala seu discurso à repressão ditatorial, afirmando que esta tática da esquerda “não passou de ações isoladas de assaltos a bancos, sequestros, ataques a instalações militares e só”, despolitizando a resistência armada, e pior, deslegitimando-a, inclusive diante dos direitos universais do cidadão, estabelecido pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) de que as pessoas têm o legítimo direito de até pegar em armas para derrotar a tirania.

Ao argumentar que os “êxitos econômicos” da Ditadura, em referência ao suposto “Milagre Econômico”, Villa constrói o arrazoado de que o governo buscou “apoio popular”, mas não diz nada sobre a dominação político-ideológica da Ditadura e sua propaganda ideológica, a partir de órgãos como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), bem como a censura por esta praticada nos meios de comunicação, sobre a armadilha contida na política econômica da Ditadura, a qual escondia que o “Milagre” continha em si o aprofundamento da acumulação capitalista no Brasil, bem como o aumento de suas taxas de lucro e a diminuição do poder aquisitivo da classe trabalhadora. Neste diapasão, não há uma linha sobre as proibições das greves, tratadas como crime de segurança nacional pela Ditadura, bem como a

ação repressiva de todo o aparato de repressão, aprofundado com a criação do Sistema CODI-DOI e a militarização da polícia política, a qual subordinou o DOPS ao sistema de vigilância das Forças Armadas, fortalecidas com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), bem como nenhuma linha é escrita sobre a relação da criação da Operação Bandeirantes (OBAN) e o surgimento de milícias, como os Esquadrões da Morte, com a institucionalidade governamental, em nível federal e estadual. Também não há relação entre o retorno das greves durante o fim do Governo do Ditador Geisel e todo o governo do ditador Figueiredo, como uma reação ao arrocho salarial decorrente do falso “milagre econômico” e de como a crise mundial de 1973 não tinha apenas um componente externo (a “crise do petróleo”) para explicar a diminuição do ritmo do crescimento econômico brasileiro. Ou seja, nada sobre a subordinação da Ditadura Brasileira à divisão internacional do trabalho pró-EUA e capitalista.

Ao afirmar que a “legitimidade das urnas” (sem eleições diretas para a Presidência?) era a “pedra de toque do Regime” (p. 375) e de que Médici era “popular” (p. 376), Marco Villa parece esquecer que as ditaduras e seus mecanismos de propaganda política e ideológica tornam até Hitler popular, o que aconteceu em relação aos ditadores brasileiros, ao afirmar que “a ocupação econômica da Amazônia transformou o Brasil em potência agrícola” (p. 376), é escondido os custos para o País e para os povos originários, ocultando os massacres indígenas e os problemas sócio-ambientais resultantes da “revolução verde” no Brasil e; ao afirmar que a Embratel “mudou as telecomunicações” (p. 376), é escondida a forma como este processo foi privatista em relação aos monopólios dos meios de comunicação se deram e concentraram em poucas famílias (o caso da rede Globo e da família Marinho é o mais evidente), fora a instrumentalização destas redes para a defesa ideológica da Ditadura;

Outra provocação supostamente histórica do autor versa sobre o componente fascista, presente para Villa nas ditaduras do Cone Sul, mas ausentes no caso brasileiro (p. 379). Mas, por acaso as Marchas golpistas

não consolidaram uma base social de apoio à Ditadura (aqui está o “apoio popular”) cuja consigna “Tradição, Pátria e Família” remete diretamente ao fascismo? Educação Moral e Cívica, na lógica da Segurança Nacional e a vigilância político-policial, além da propaganda político-ideológica e a censura nada lembram outras experiências fascistas do século XX e suas práticas terroristas de Estado? Quando afirma que “tampouco o Regime teve como livro de cabeceira a ‘**chamada**’ Doutrina de Segurança Nacional (DSN)” (Grifos meus, p. 379), Villa não só nega a base ideológica da Ditadura de Segurança Nacional no Brasil (vide as considerações clássicas de ALVES, 1984), como pouco fala do papel que unificava os militares da chamada “linha dura” com os militares “castelistas” ou “sorbonistas” (exemplo aqui de Golbery do Couto e Silva) na diretriz ideológica central da Ditadura.

Por sua vez, em relação ao Golpe de 1964 e a participação do governo estadunidense no processo (assim como da CIA e do Departamento de Estado deste país), Villa é peremptório em negar qualquer participação do imperialismo ianque no processo (p. 370), passando por cima da produção sobre a participação dos Estados Unidos na construção do Golpe, seja negando as evidências documentais já apresentadas pelas obras clássicas de Edmar Morel, *O Golpe começou em Washington* (1965), e René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado* (1987), assim como a abertura dos arquivos da própria CIA e do Congresso dos Estados Unidos, bem ilustrada por Camilo Tavares, em seu documentário *O dia que durou 21 anos* (2012), lançado dois anos antes do livro de Villa.

Em relação à transição para o fim da Ditadura, quando estabelece que a mesma termina em 1978, com o fim do AI-5, o revisionismo-negacionismo de Villa ganha contornos panfletários. O primeiro deles, com o argumento de que a luta armada não contribuiu com a derrota da Ditadura, aparentemente sólido, haja vista que a Ditadura, de fato, derrotou a luta armada, ofusca a subjetividade dos desdobramentos subjetivos na cultura política de que o objetivo principal desta luta era justamente o fim da Ditadura, objetivo alcançado, como se sabe. Além de igualar a tortura e os desaparecimentos praticados pelo Terrorismo de Estado com os torturados

(igualmente “terroristas” para o autor), especialmente durante os governos dos ditadores Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, em *Ditadura à Brasileira*, os efeitos perversos do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora tem tática tergiversionista na pena de Villa.

Ao argumentar sobre o “clima de liberdade” nas eleições de 1982, Villa esconde sobre a ainda ilegalidade dos partidos comunistas, bem como das organizações da sociedade civil, como a UNE e a proibição da existência de centrais sindicais. Aqui, o ocultamento da repressão durante os governos dos ditadores Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo é flagrante. O argumento de Villa, de que não havia mais Ditadura após o fim do AI-5, já era contestada pela historiografia anterior à produção de seu livro, como Konrad havia mostrado (2013).

Apenas para lembrar, como resultado político maior da crise econômica, em 1974 e a posse do ditador Ernesto Geisel, a Ditadura respondeu com a chamada “Distensão”. Porém, a distensão não acabou com a repressão. Em 18 de março do ano seguinte, Davi Capistrano, dirigente do PCB foi morto sob tortura. Em 26 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do II Exército, em São Paulo, desencadeando ampla mobilização social na missa de sétimo dia, reunindo cerca de oito mil pessoas e resultando no rompimento (não com seu término) da censura da imprensa. Somou-se a isto, em 19 de agosto de 1975, o lançamento de bombas pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, e no Centro de Estudos Brasileiros (CEBRAP), em São Paulo. Não satisfeita, a Ditadura ainda eliminou o operário Manuel Fiel Filho, no mesmo local, em 17 de janeiro do ano seguinte, enquanto no Massacre da Lapa, ação coordenada pelo II Exército de São Paulo, foram fuzilados integrantes do Comitê Central do PCdoB, como Pedro Pomar e Ângelo Arroio, em 16 de dezembro de 1976, depois matando na prisão João Batista Drummond, bem como a posterior prisão e tortura de Elza Monnerat, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Joaquim de Lima e Maria Trindade, a caseira da Lapa.

Também ainda não estão bem esclarecidas as razões das mortes de dois dos líderes da Frente Ampla, todas ocorridas em momentos próximos, entre 1975 e 1976: Juscelino Kubitschek morreu em acidente de carro, na via Dutra, em circunstâncias misteriosas, em 22 de agosto do ano seguinte, fato que já levou a Comissão da Memória e da Verdade de São Paulo concluir pelo seu assassinato. Seu sepultamento terá uma silenciosa manifestação contra a Ditadura, com presença de cerca de trinta mil presentes. Por sua vez, em 6 de dezembro do mesmo ano, morreu de ataque cardíaco, na Argentina, João Goulart, o único Ex-Presidente a falecer no exílio na História Brasileira. O enterro em São Borja, também terá trinta mil presentes. Ambos os casos são investigados sob a suspeita de fazerem parte da Operação Condor. O Ditador Geisel ainda terá no currículo de seu governo o recesso do Congresso Nacional, em Primeiro de abril de 1977, somando-se com a edição do “pacote de abril”.

Já a Ditadura nos tempos de Figueiredo não deixou de lado a repressão, sendo enigmática a frase do Ditador: “Quem for contra a Abertura, eu prendo e arrebento!”. Em 27 de agosto de 1980, uma carta-bomba explodirá na sede da OAB, no Rio de Janeiro, matando a secretária Lydia Monteiro. Desde o início daquele ano, diversas bombas explodiram no País, sobretudo atingindo bancas que vendiam jornais e revistas de oposição. Os grupos terroristas e paramilitares de direita, sem ação efetiva contra eles por parte da Ditadura, agiam aberta e/ou clandestinamente contra a redemocratização. Em 1981, em 30 de abril, integrantes do DOI-CODI do I Exército explodiram acidentalmente a bomba dentro do automóvel, antes do planejado atentado para o show de música alusivo ao Primeiro de Maio, no Rio Centro, no Rio de Janeiro. A “armação” da Ditadura para responsabilizar a esquerda logo se mostrou como um grande farsa e sua conivência com a repressão paraestatal que continuava.

Outro argumento de Villa, sobre a suposta democracia no pós-1978, é de que a Campanha das Direitas Já é o maior exemplo de que não havia nada de Ditadura (p. 374), quando, e isto parece risível como argumento científico, a própria derrota das Eleições Diretas para a Presidência da

República e a manutenção de eleições indiretas para o cargo máximo do Executivo atestam a permanência do arbítrio, bem como a repressão aos movimentos sociais e seus dirigentes neste mesmo período. Na mesma linha de argumentação, Villa usa a alternância indireta dos ditadores no Governo (p. 374), chamado pelo historiador de presidentes, comparando com o restante do Cone Sul, cujo exemplo de não alternância é negado pelo exemplo argentino, mesmo que tenhamos os exemplos de ditadores longevos como no Chile, de Augusto de Pinochet, e no Paraguai, de Alfredo Stroessner.

Ao afirmar que o “Regime Militar” por duas décadas, manteve o discurso de que a democracia deveria ser restaurada (p. 375) e de que os governantes falavam em democracia, Villa transforma os ditadores em lutadores pela democracia e em protagonistas da transição para a própria democracia burguesa. Assim, através de uma manobra discursiva, que não fica devendo às tradicionais interpretações da ciência política, aqui o recorrente recurso discursivo de que democracia é sinônimo de capitalismo (afinal, Médici disse no auge de seu período ditatorial que “o Brasil vivia em plena democracia), também esconde a resistência à Ditadura e a luta de classes dos diversos movimentos sociais e políticos do período, somando-se ao seu falso argumento de que a resistência armada não luta pela democracia.

Cabe lembrar aqui que o AI-5 não veio sem resistência e ela foi intensa sim, especialmente pelas diversas estratégias de luta armada (KONRAD, 2013). Pouco mais de um mês depois da sua decretação, Carlos Lamarca, capitão do Exército, e mais três militares levaram para a guerrilha da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) um caminhão de armas, do quartel de Quitaúna, em São Paulo, seguida da primeira ação armada de Lamarca na VPR, com a expropriação de duas agências bancárias em, também em São Paulo, em 9 de maio de 1969. A ação da VPR será seguida, em 15 de agosto de 1969, através da reação da Ação Libertadora Nacional (ALN), com a tomada da Rádio Nacional, em São Paulo, e a leitura do manifesto contra a Ditadura. A resistência armada à Ditadura, nos meses seguintes à decretação do AI-5 não arrefeceu. Em 18 de abril de 1970, cinco mil soldados realizaram ação no Vale do Ribeira, em São Paulo, contra o foco guerrilheiro

dirigido pela VPR e por Carlos Lamarca. Numa ação ousada, os guerrilheiros romperam o cerco de vinte dias, seguindo em direção à capital.

Menos de um mês depois, um comando do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da ALN sequestrou o embaixador estadunidense Charles Elbrick, sendo trocado por quinze presos políticos, com repercussão intensa e internacional. Somaram-se a eles, em 1970, os sequestrados do cônsul japonês Nobuo Okushi (trocado por cinco presos políticos), do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben (trocado por quarenta presos políticos) e do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher (trocado por setenta presos políticos). A reação da Ditadura será imediata, antes de terminar setembro, a OBAN capturou e assassinou na tortura Virgílio Gomes da Silva, o “Jonas” da ALN, um dos comandantes militares do sequestro de Elbrick. Alguns dias depois, em 4 de novembro, Carlos Marighela, dirigente da ALN foi executado pela ação do delegado Sérgio Fleury, na alameda Casa Branca, em São Paulo. A Ditadura não poupará esforços para derrotar a resistência armada e, em 16 de janeiro de 1970, nas dependências do DOI-CODI do Rio de Janeiro, trucidou com empalamento o jornalista e dirigente comunista do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Mário Alves. Uma semana depois será preso Joaquim Câmara Ferreira, novo comandante da ALN. Em um sítio clandestino, comandado pelo delegado Fleury, depois de intensa tortura, morreu no mesmo dia. Ainda no final de 1970, Eduardo Leite, o Bacuri, da ALN, também foi executado pela equipe de Fleury, tendo as orelhas decepadas, os olhos vazados e os dentes arrancados na tortura. A ação para a eliminação física dos seus oponentes não tinha limites: em 20 de janeiro de 1971, o deputado cassado Rubens Paiva foi sequestrado e desaparecido no Rio de Janeiro, depois de passar pelo DOI-CODI.

A resposta da resistência também será dada. Em 15 de abril de 1971, foi executado, em São Paulo, o presidente da ULTRAGÁS, Albert Boilesen, financiador da tortura na OBAN, com o costume de assistir as próprias sessões de tortura na sede do DOI-CODI, na Rua da Tutóia, em São Paulo. A execução de Boilesen foi uma resposta ao assassinato do operário Devanir

José de Carvalho, então ex-militante da Ala Vermelha do PCdoB e dirigente do MRT, ocorrido em 7 de abril de 1971, depois de ser metralhado e imobilizado dois dias antes na rua Cruzeiro, no bairro Tremembé, em São Paulo, e levado para o DEOPS e torturado pessoalmente pelo delegado Fleury e sua equipe.

A execução de Boilesen fará com que a Ditadura não dê trégua a perseguição, prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Em 14 de maio de 1971, foi preso Stuart Angel, jovem militante do MR-8, assassinado exatamente quatro meses depois de intensas torturas no CISA, na base aérea do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. As ações de um oficial do Exército na resistência armada à Ditadura eram intoleráveis. Assim, 17 de setembro de 1971, após perseguição intensa, a Ditadura executará, em Ipujiara, no sertão baiano, Carlos Lamarca, juntamente com o operário José Campos Barreto, o Zequinha, ambos já militando no MR-8.

O recrudescimento da repressão à luta armada também terá consequências nos grupos guerrilheiros. Se ainda em janeiro de 1969, logo após o AI-5, a direção do PCdoB elaborará o documento “Guerra Popular, caminho da luta armada no Brasil”, definindo a sua tática de resistência armada contra a Ditadura, estabelecendo o movimento rural armado de resistência, pois o Partido já concentrava parte de sua militância há cerca de três anos, no Bico do Papagaio, região entre os estados de Maranhão, Pará e atual Tocantins.

Como resposta do Terrorismo de Estado, ainda 12 de abril de 1972, cerca de cinco mil soldados do Exército, Aeronáutica e Polícia Militar atacaram moradores do sul do Pará, local da área da base guerrilheira, levando os militantes do PCdoB à resistência em armadas, começa a Guerrilha do Araguaia, a qual enfrentará a ditadura por mais de três anos. Como resultado, três meses depois, foi presa e executada pelo Exército, com uma bala na cabeça, aos 22 anos, a militante Maria Lúcia Petit. O PCdoB também será atacado nas cidades: em 25 de dezembro de 1972, o dirigente partidário e ex-deputado estadual Lincoln Cordeiro Oest, preso cinco dias antes pelo DOI-CODI, foi executado no Rio de Janeiro; para não ficar atrás,

em 31 de dezembro, após quatro dias de tortura, no o DOI-CODI de São Paulo assassina Carlos Danieli. O objetivo óbvio da repressão era desarticular as ligações do PCdoB com a base guerrilheira no Araguaia.

Em 1973, com o aprofundamento da crise do “Milagre Econômico”, resultando em rearticulação social da Igreja Católica, através da organização das CEBs em oposição à Ditadura e aumento da ação da oposição consentida, através do MDB, ainda o Terrorismo de Estado fará a ação mais intensa para derrotar a Guerrilha do Araguaia. Após duas expedições fracassadas em dois anos de ação na Região, em 7 de outubro, o Exército iniciou a terceira e última campanha contra a Guerrilha do Araguaia, com o lema “sem uniformes e sem prisioneiros”. A repressão terá seu momento culminante no natal desse mesmo ano, quando os três destacamentos guerrilheiros foram desarticulados. Dois anos depois, em 1º de janeiro de 1975, reconhecendo a derrota no Araguaia, o Comitê Central do PCdoB aprovará a “Mensagem aos Brasileiros”, propondo a Constituinte livremente eleita, a abolição de todos os atos e leis de exceção e a Anistia geral. A estratégia principal na luta contra a Ditadura mudará para a ação institucional, mas não deixará de ser de resistência.

As torturas, praticadas no Brasil desde os primeiros dias do Golpe e negadas pela Ditadura começaram a repercutir em nível internacional. Em 21 de junho de 1970, o Brasil ganha o tricampeonato de futebol no México, revertendo em propaganda política e ideológica para Médici com as marcas de “Brasil: ame ou deixe-o” e “Ninguém segura esta Nação!”, mas, um mês depois, a Comissão Internacional de Juristas, em Genebra, denunciou para a Organização dos Estados Americanos (OEA), as torturas praticadas no Brasil. As denúncias de tortura, que naquele momento já eram feitas pela Anistia Internacional, serão fundamentais para que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começasse a sua crítica à Ditadura que apoiava até então. Em 13 de fevereiro de 1971, Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheider foram eleitos presidente e secretário-geral da CNBB, colocando uma ala francamente progressista na direção da maior entidade dos católicos do Brasil.

Por fim, quando traz os movimentos para a cena da transição (Movimento Democrático Brasileiro – MDB, Igreja Católica, sindicatos, Movimentos Estudantil, papel dos intelectuais e Lei da Anistia), e lhes dá alguma importância (p. 381), a estratégia é para negar qualquer papel para a resistência armada na luta contra a Ditadura. Mas não para lhes dar protagonismos ou equilibrar a importância, sem hierarquias, entre às resistências institucionais e aramadas. Tanto que seu argumento final (p. 388-392) estabelece para Tancredo Neves o papel de líder da dissidência oposicionista, portanto, como disse o próprio autor, “Tancredo Neves seria o condutor do país para a democracia”, ou seja, O protagonista da transição democrática, ficando em plano algum, na narrativa final de **Democracia à Brasileira**, o papel da resistência de movimentos sociais e políticos que não conciliaram com a Ditadura.

Vila, assim, cerra fileiras na estratégia já problematizada por Michel Debrun em torno da “conciliação” como explicação das transições políticas no Brasil (1983), nunca na resistência ou na luta de classes. Assim, mas de forma diferente da clássica interpretação à esquerda de Florestan Fernandes, a “transição é somente pelo alto”.

Enfim, a obra de Marco Antônio Villa vai ao encontro discursivo da grande mídia empresarial, da qual ele se tornou um funcionário ao longo dos últimos anos, na mesma lógica do argumento relativista da “Ditabranda”, como já apontou Carla Luciana Silva (2014, p. 189 *passim*). E, sem dúvida, por vir de um historiador profissional, representou o exemplo mais emblemático do revisionismo/negacionismo (em *Ditadura à brasileira*, insistimos, eles se complementam) sobre a Ditadura de Segurança Nacional no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**. Introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CHAUÍ, Marilena. Pós-Modernismo, modernismo e marxismo. In. CASTORIADIS, Cornelius et al. **A criação histórica**. O projeto de autonomia. Porto Alegre: Palmarinca; Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- DEBRUN, Michel. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FONTES, Virgínia. Introdução a Marx, o incontornável de mortes e vidas. In: NÓVOA, Jorge (Org.). **Incontornável Marx**. Salvador: Ed. da UFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KONRAD, Diorge Alceno. Problematizando uma sedução discursiva antimarxista: pós-estruturalismo e atualidade do marxismo. In. LIMA, João Vicente R. B. Costa (Org.). **Marx: atualidade e controvérsia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- _____. A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira. In. ALVES, Clarissa Sommer; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos – há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre – RS: APERS, 2013. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook_II_Jornada_Ditaduras_e_DH.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In. MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.
- _____. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In. MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b.
- MOREL, Edmar. **O Golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- O DIA QUE DUROU 21 ANOS. Documentário de Camilo Tavares, 2012, 77’.
- SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “Ditabranda”. In. MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b.
- VILLA, Marco Antônio, **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.
- _____. **Ditadura à Brasileira**. 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.

REPRESENTATIVIDADE E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE EDMUR PÉRICLES CAMARGO

DR. MATEUS FONSECA CAPSSA LIMA.
IFSUL
MATEUSCAPSSA@GMAIL.COM

YURI ROSA DE CARVALHO.
COLÉGIO PROVIDÊNCIA
YURI.RC@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A vida e morte de Edmur Péricles Camargo se confunde com a história recente do Rio Grande do Sul. Acompanhar sua trajetória nos ajuda a qualificar melhor os grandes esquemas, as chaves analíticas consagradas pela historiografia do período, relativizando ou confirmando os pressupostos estabelecidos *a priori*.

Negro e de origem das classes populares, Edmur teve uma vida ligada à lutas sociais no campo, à imprensa militante, às atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e às ações de guerrilha urbana no processo de resistência armada à Ditadura Civil-Militar brasileira. Sua trajetória é, portanto, escrita com contornos específicos e únicos. Sua morte, marcada pelo desaparecimento forçado em solo argentino, realça ainda mais esse traço.

Edmur ainda nos fornece reflexões sobre os caminhos da (des)memória coletiva, dos silenciamentos das experiências que contradizem ver-

sões hegemônicas na historiografia, que mistificam os participantes da resistência armada, que acabam por produzir esquecimentos acerca daquelas trajetórias de vida.

No entanto, é preciso compreender o contexto histórico que Edmur viveu.

O GOLPE NO RIO GRANDE DO SUL

A partir de 1961, a agenda nacional-reformista ganha impulso a partir da organização e mobilização de diversos setores da sociedade. O movimento sindical, por exemplo, criou em 1962 o Comando Geral dos Trabalhadores, uma tentativa de articulação da classe. Até 1964, o número de greves e mobilizações foi crescente. No campo, diversas organizações, como as Ligas Camponesas e, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) atuaram reivindicando a Reforma Agrária. Entre o meio estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se tornou cada vez mais presente no debate e na ação política, através de iniciativas como a UNE-Volante e no comando da Greve do 1/3.¹

Por outro lado, nesses menos de quatro anos transcorridos entre a tentativa golpista frustrada em 1961 e a vitoriosa em 1964, os grupos e movimentos liberais e conservadores cresceram e organizaram uma ampla campanha contra João Goulart e a esquerda. Essa ação contou com vários participantes, mas muitos deles foram articulados e financiados a partir do chamado complexo IPES-IBAD, que compreendia o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Esse complexo servia como um guarda-chuva para diversas outras organizações. Instituições semelhantes foram criadas em diversos estados da federação, como o IPESUL, atuante no Rio Grande do Sul a partir de 1962.²

Essa estrutura propagou o anticomunismo e, inclusive, ajudou a eleger políticos de oposição à Goulart e ao PTB. No Rio Grande do Sul, um ponto de inflexão importante nas lutas políticas e sociais desse período foi a

.....
1 Sobre esse contexto, ver, entre outros, BANDEIRA (2001) e FERREIRA e GOMES (2014).

2 Ver DREIFUSS (1981), RAMÍREZ (2005) e MORAES (2012).

derrota dos trabalhistas no executivo estadual em 1962. O estado havia sido governado até então por Leonel Brizola, que ajudou a fortalecer o campo reformista ao tomar iniciativas como a encampação das companhias de telefonia e energia elétrica e, sobretudo, assumindo a liderança no Movimento da Legalidade, que em 1961 parou o golpe que visava impedir a posse de Goulart.³

À medida que Brizola se estabelecia como figura de destaque no cenário político, precisou enfrentar uma oposição cada vez mais organizada. A eleição de Ildo Meneghetti representou uma vitória contra o trabalhismo e as esquerdas e, ao mesmo tempo, possibilitou a organização e articulação de diversos grupos antitrabalhistas e anticomunistas no Rio Grande do Sul. A partir daí, associações patronais como as federações da Agricultura (FARSUL) e da Indústria (FIERGS), o comando da Igreja Católica, com grande atuação do arcebispo D. Vicente Scherer, partidos como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Libertador (PL) e a União Democrática Nacional (UDN), associações militares, como o Círculo Militar e a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), além de diversas outras organizações como o já citado IPESUL, a Ação Democrática Feminina (ADF), o Movimento Democrático Universitário (MDU) e os seminários Educando Para a Democracia, entre outros, participaram ativamente seja propagando o anticomunismo, seja na campanha direta contra Goulart.⁴

O Rio Grande do Sul teve um papel fundamental nas articulações e no sucesso golpista. Em 1961, a Brigada Militar e, por fim, o próprio III Exército havia se posicionado pela Legalidade. A partir daí, no entanto, dentro das próprias organizações militares se iniciou a desarticulação dos setores simpáticos a Brizola. Foi nesse sentido que agiu Olímpio Mourão Filho, que assumiu o comando da 3ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa Maria, cidade que contava com um grande contingente militar. Mourão

.....
3 Para a Campanha da Legalidade, conferir KONRAD e LAMEIRA (2011).

4 Sobre as organizações anticomunistas no Rio Grande do Sul, conferir LIMA (2017) e MORAES (2011).

exerceu influência em diversos quartéis pelo interior do estado. Além disso, nesse momento a propaganda em torno de doutrinas como da Guerra Revolucionária e de Segurança Nacional (DSN) se tornou cada vez mais dominante. Quanto a Brigada Militar, esta se subordinava ao governador, que a partir de 1963, como vimos, passou a ser Ildo Meneghetti, envolvido na campanha contra Goulart e os trabalhistas.

Assim foi que, quando o movimento golpista foi deflagrado pelo mesmo Mourão, agora comandando as tropas de Juiz de Fora, Meneghetti utilizou-se da Brigada Militar para tentar impedir a reedição da Legalidade. O governador gaúcho agiu também transferindo as operações do executivo para a cidade de Passo Fundo. Isso porque a cidade de Porto Alegre era ainda um reduto trabalhista, com a prefeitura municipal tendo à frente o trabalhista Sereno Chaise. Além disso, a mobilização popular era grande na capital desde 1961. Em 1964 não foi diferente, com a população se concentrando em torno da prefeitura. Os movimentos estudantil e sindical buscaram se articular, ao mesmo tempo que Brizola e Sereno Chaise aguardavam a chegada de Goulart, na expectativa de que esse pudesse comandar a resistência a partir do Rio Grande do Sul. Goulart, no entanto, resolver partir para o exílio, considerando haver poucas condições objetivas no campo militar, tendo em vista a desarticulação operada no interior das Forças Armadas, embora ainda contasse com alguns apoios importantes, sobretudo entre os militares de baixa patente. Passados alguns dias, a população se desmobilizou e Meneghetti fez o caminho de volta de Passo Fundo em direção à Porto Alegre.⁵

RESISTÊNCIA ARMADA⁶

A Ditadura Civil-Militar que se constituiu a partir de então, embora tenha contado com o apoio de parte significativa da sociedade, por outro lado enfrentou variados tipos de resistência. No limite, formaram-se organizações que optaram pela via armada. No Rio Grande do Sul,

.....
5 A referência mais completa a respeito do Golpe no Rio Grande do Sul é LAMEIRA (2012).

6 A descrição deste subitem é baseada em KONRAD e LIMA (2013).

podemos identificar dois momentos distintos. Entre 1964 e 1967, a estratégia dominante foi a Insurreição Militar-Popular, articulada pelos setores mais radicalizados do trabalhismo e pelo nacionalismo de esquerda. No período seguinte, entre 1967 e 1972, destacou-se a multiplicação de organizações dedicadas à luta armada urbana.

A fase da Insurreição Militar-Popular foi marcada pelas articulações em torno do grupo mais radicalizado do trabalhismo e considerava fundamental a movimentação no interior das Forças Armadas, somada a mobilização popular, com o objetivo de derrubar a Ditadura nascente (BANDEIRA, 2001, p. 188-189). Brizola agiu ativamente nessa fase a partir do seu exílio no Uruguai, mas iniciativas independentes por parte de simpatizantes também aconteceram no Rio Grande do Sul. É importante destacar que o ex-governador gaúcho ainda gozava de grande popularidade e que, desde 1961, tinha apoio de parte dos militares nacionalistas.

As primeiras articulações ficaram conhecidas como Operação Pin-tassilgos. Por várias vezes planejou-se colocá-la em prática, mas foi abortada. Em parte isso se deu pela ação da polícia, que por mais de uma vez descobriu os planos da insurreição algo amplamente noticiado pela mídia na época. Reportagens do *Correio do Povo* de agosto e novembro de 1964, mostravam a participação de militares e civis ligados a Brizola. No ano seguinte, alcançou grande repercussão a tomada dos quartéis de Tenente Portela e Três Passo. A iniciativa foi comandada pelo coronel Jefferson Cardim e pelo sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos, que seguiram rumo ao Paraná, onde foram por fim cercados e desmobilizados. Essa ação no entanto, não teve o apoio de Brizola. Em 1966, outro plano que incluía a tomada de quartéis foi descoberto e noticiado. A última iniciativa de inspiração brizolista foi a chamada Guerrilha de Caparaó. Ela já era resultado de uma mudança de estratégia, pois planejava-se a implantação de um foco guerrilheiro. Para isso, o grupo teria contado com financiamento e treinamento cubanos. O foco, no entanto, seria desarticulado pelas forças policiais e militares ainda no início de 1967, antes de ter realizado ações.

Uma segunda fase se inicia a partir de 1967. Naquele momento, cresciam outras formas de manifestação contra a Ditadura, como as passeatas de rua que contavam com grande participação estudantil. Essas movimentações tiveram uma relação cada vez mais tensa com a repressão, sobretudo a partir da metade de 1968. Ao mesmo tempo, eram formadas diversas organizações de inspiração socialista que optaram por ações armadas. Nacionalmente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vinha enfrentando diversas críticas ao caminho pacífico adotado pelo partido desde 1968. Assim surgiram diversas dissidências, inclusive no Rio Grande do Sul. Uma parte dessa dissidência deu origem ao Partido Operário Comunista (POC), enquanto outra, formou a dissidência da dissidência, também conhecida como *Brancaleone*. Antes da divisão o grupo teria realizado uma “expropriação” na casa de um coronel. Os *Brancaleones*, cuja história é narrada no livro de Cláudio Gutiérrez, tinha base entre os secundaristas e participava ativamente das manifestações de rua mas perderam força quando a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES) passou a ser controlada pela direita.

Como citado, o POC surgiu a partir da dissidência do PCB no Rio Grande do Sul, conhecida como Dissidência Leninistas. Eles se juntaram à Política Operária (POLOP) para constituir a nova organização. Eles não se envolveram em ações armadas direta, mas tiveram atuação intensa entre os estudantes sobretudo universitários. Outras organizações importantes que não realizaram ações armadas no estado foram a Ala Vermelha, a Ação Popular, a Frente de Ação Revolucionária Popular (FARP) e o PCdoB.

Os três principais grupos que protagonizaram ações armadas no estado foram: a VAR-Palmares, a VPR e o M3G. A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) foi articulada no estado por Carlos Paixão Franklin Araújo, um advogado envolvido em causas trabalhistas. Reunindo militantes de diversas bases sociais, como camponeses, seminaristas, sindicalistas e operários, a organização organizou treinamentos e chegou a tentar estabelecer um núcleo no interior do Paraná. A VAR-Palmares teria participado de “expropriações” numa agência do Banco do Brasil em Viamão (1970), em conjunto com o M3G, e no Banco Francês em Porto Alegre (1973).

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) formou-se em 1970 e atraiu membros de várias outras organizações, por conta da centralidade das ações armadas. A VPR realizou em torno de uma dezena de “expropriações”, entre as quais: carro da Ultragás em Canoas (março de 1970); agência da Caixa Econômica Federal em Porto Alegre (junho de 1970); Companhia de Fumos Santa Cruz e Fábrica de Cigarros Flórida (agosto de 1970), ambas com apoio do Movimento Comunistas Revolucionário (MCR); Moinhos Rio-grandense (setembro de 1970); e Banco Itaú (dezembro de 1970), entre outras. Uma das ações de maior repercussão do grupo foi a tentativa de sequestro do cônsul do Estados Unidos em Porto Alegre, em abril de 1970. O diplomata, no entanto, conseguiu escapar e, a partir daí, houve uma intensificação da repressão do Rio Grande do Sul.

A primeira organização a promover ações armadas no Rio Grande do Sul, no entanto, foi o Marx, Mao, Marighela e Guevara (M3G). O grupo era liderado por Edmur Péricles Camargo, quando esse retornou ao Rio Grande do Sul após romper com a Ação Libertadora Nacional (ALN). O grupo era pequeno e entre seus principais membros estavam Edmur, Ângelo Cardoso da Silva, João Batista Rita e Jorge Fischer. Esse último narrou as ações do M3G num livro intitulado *O Riso dos Torturados*, publicado em 1982. Embora pequena, a organização foi bastante ativa e contou com apoio de outros grupos, como o chamado Grupo Armado do PTB. Ao todo, realizaram cinco “expropriações”. A primeira foi em junho de 1969, numa agência da Caixa Econômica Federal em Porto Alegre. A ação seguinte, em julho de 1969 atingiu o SULBANCO e contou com o apoio do POC e do Grupo Armado do PTB. A terceira expropriação ocorreu em dezembro do mesmo ano, tendo como alvo a União de Bancos Brasileiros, em Cachoeirinha. Em janeiro de 1970, com o apoio da VAR-Palmares realizaram uma ação em uma agência do Banrisul em Porto Alegre. A última ação também contou com o apoio da VAR-Palmares, bem como da Frente de Libertação Nacional (FLN) e de um membro da VPR. O objetivo foi uma agência do Banco do Brasil em Viamão. A partir da terceira ação, o grupo deixou panfletos, contendo críticas às políticas do governo e homenageando pessoas vitimadas pela

repressão, como Marighela e Manoel Raymundo Soares. Com a intensificação da repressão após a fracassada tentativa de sequestro do cônsul norte-americano, o grupo foi desarticulado e seus membros presos.

EDMUR

O paulistano Edmur Péricles Camargo nasceu no dia 04 de novembro de 1914, filho de Tomás Benedito de Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. Jornalista negro, Edmur se filiou ao PCB em 1944, aos 30 anos de idade, e migrou pelo país engajado na militância política e atuação social.⁷ Em 1946 fez parte da chapa para eleição no Sindicato dos Marceneiros, em São Paulo, no cargo de segundo secretário, o que nos leva a crer que teve prática na marcenaria (*Jornal de Notícias/SP*, 13 de agosto de 1946, p. 4).⁸ No mesmo ano existe a informação de que passou a atuar junto ao Sindicato dos Armadores, no Rio de Janeiro, a partir de 1946. Não sabemos se Edmur migrou de uma cidade para a outra no mesmo ano, ou se há um erro cronológico nas fontes.

Em 1951 estava no oeste paranaense aos lados dos posseiros contra os interesses dos grandes latifundiários, lutando pela reforma agrária na região, no conflito agrário que ficou conhecido como Revolta de Porecatu ou Revolta da Quebra do Milho.

Em 1952 estava no Rio Grande do Sul, onde permaneceu por mais tempo, rendendo-lhe o apelido “Gauchão”. Atuou no jornal *Tribuna Gaúcha*, órgão de imprensa do PCB na região de Porto Alegre, capital do estado. Participou da equipe técnica da peça Um Colar de Vidro, de Lila Ripoll (*Jornal do Dia/RS*, 28 de outubro de 1958, p. 11). Em 1963, Péricles escreveu ao *Novos Rumos*, do PCB, relatando que Carlos Lacerda foi hostilizado em visita ao Rio Grande do Sul. (*Novos Rumos/RJ*, 9 a 15 de agosto

.....
7 As informações sobre a vida de Edmur Péricles Camargo foram encontradas no site da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/edmur-pericles-camargo>>. Acesso em: 1 out. 2019.

8 Os jornais citados foram encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 1 out. 2019.

de 1963, p. 6). Teria ficado na cidade gaúcha até o golpe de 1964, quando refugiou-se no Uruguai, temendo ser alvo da repressão.

Voltou ao Brasil apenas em 1967, ligando-se ao Comitê Estadual Paulista do PCB e participando de duas publicações do partido, além de ter atuado diretamente em conflitos do campo na cidade de Presidente Epitácio, na divisa do estado de São Paulo com o Mato Grosso do Sul. Lá, teria participado da execução do principal latifundiário envolvido na disputa de terras, chamado José Gonçalves da Conceição, conhecido como “Zé Dico”, noticiado na primeira edição do jornal pecebista “O Guerrilheiro”, em abril de 1968, como um exemplo de justiça social.

Edmur adere a cisão do PCB em 1967, conhecida como Agrupamento Comunista de São Paulo, entretanto, teria se desentendido com a liderança do movimento, o ex-deputado baiano, Carlos Marighella, quando este o teria incubido de levantar lugares estratégicos na região de Goiás, e teria abandonado a iniciativa quanto esta passava a se chamar Ação Libertadora Nacional, ALN, em 1968.

Voltando ao Rio Grande do Sul, em abril de 1969, Edmur buscou articular uma organização de resistência armada de contingente reduzido, da qual seria dirigente principal, que pudesse atuar em Porto Alegre no combate à Ditadura Civil-Militar, chamada inicialmente de Marx, Mao e Guevara ou M2G. A morte do ex-companheiro de resistência armada, Carlos Marighella, em novembro de 1969, alterou o nome da organização em sua homenagem, passando a se chamar M3G, ou Marx, Mao, Marighella e Guevara.

O M3G realizou ações de expropriações bancárias, que incluíam manifestações políticas em forma de agitação, cartaz e panfletos, em Porto Alegre, algumas delas associadas a VAR-Palmares, VPR, POC, FLN e Grupo Armado do PTB, entre 1969 e 1970. O fracasso na tentativa de sequestro do embaixador do EUA em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter, pela VPR, em abril de 1970, levaria ao aumento da repressão na região, e a consequente queda dos integrantes do M3G, incluindo seu líder, Edmur Camargo (KONRAD; LIMA, 2013, p.153).

Edmur permaneceu preso até janeiro de 1971, em Porto Alegre. Nesse meio tempo, foi exibido na televisão como um dos agentes da “subversão”, como trunfo capturado pela Ditadura que reforçava sua representação imagética de impositora da ordem e eficiência no combate na guerra contrainsurgente.

Sua libertação se daria apenas condicionada a troca pelo embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no Rio de Janeiro por um comando da VPR, liderado pessoalmente pelo comandante Carlos Lamarca. Com eles, saíram 70 prisioneiros políticos, participantes da resistência à Ditadura em diversas instâncias, principalmente, os ligados às organizações revolucionárias. O destino dos libertos era o Chile, do governo socialista de Salvador Allende.

Neste momento, acompanhar a trajetória de Edmur Péricles Camargo se torna um desafio. As poucas fontes disponíveis tornam apenas possível conjecturar os últimos anos de vida do militante, que é, até hoje, um desaparecido político.

As poucas informações sobre seu desaparecimento forçado fizeram com que, só nos anos 2000, inicialmente, duas versões fossem publicadas. No documento elaborado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, “Direito à Memória e à Verdade”, o desaparecimento de Edmur aparece em julho de 1974. Já no documento produzido pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, “Dossiê Ditadura”, consta que ele teria “provavelmente” desaparecido em 1º de janeiro de 1973, na Argentina.

Foi a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pelo governo Dilma Roussef, em 2012, que conseguiu reunir fontes até então secretas, que permitissem afirmar com mais certeza as circunstâncias do desaparecimento de Edmur. Documentos obtidos com ex-agentes da repressão, com o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), ligado ao Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, e do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), possibilitam estipular o desaparecimento de Edmur como fruto de uma articulação repressiva no Cone Sul, antes da oficialização da Operação Condor, ainda no ano de 1971.

Edmur teria conseguido salvo-conduto para, do Chile, ir tratar de um problema ocular, adquirido nos tempos de tortura no Brasil, em uma clínica no Uruguai. Entretanto, os adidos militares brasileiros da embaixada na Argentina teriam recebido um aviso de que Edmur embarcaria em um voo comercial em direção ao Uruguai, com escala em Buenos Aires. Esse documento, do dia 15 de junho de 1971, conjectura se existia a “possibilidade de obter das autoridades argentinas sua prisão e entrega às autoridades brasileiras”. O documento da CNV sobre Edmur relata como teria sido seu sequestro:

Como previsto, Edmur chegou à Buenos Aires, em voo comercial regular da LANCHILE com destino à Montevideu em 16 de junho de 1971, aproximadamente às 16 horas. Detido pela polícia federal argentina, foi entregue às autoridades brasileiras. O adido militar da aeronáutica e seu substituto em Buenos Aires foram os responsáveis pela obtenção da autorização de sobrevoe e utilização da área militar argentina. Com isso, no dia 17 de junho, por volta da 5h, um avião da FAB aterrissou na zona militar do aeroparque. Pouco tempo depois, às 6h45, o avião da Força Aérea Brasileira com Edmur, acompanhado pelo diplomata Paulo Sérgio Nery e pelo adido militar aeronáutico Cel. Aviador Miguel Cunha Lana, decolou com destino ao aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro (COMISSÃO Estadual da Verdade do Estado de São Paulo).

Documentos produzidos posteriormente tanto pelo Itamaraty quanto por outros órgãos da Ditadura confirmam a informação de que Edmur teria sido capturado em Buenos Aires, ainda no aeroporto, e trazido ao Brasil. Além disso, os documentos mostram que os exilados brasileiros no Chile, dois meses do desaparecimento de seu companheiro, começavam a relatar às autoridades chilenas suas preocupações e suspeitas, mostrando o envolvimento do Ministério de Relações Exteriores e o corpo diplomático brasileiro na vigilância e espionagem dessa comunidade.

Apesar desse esforço, que elucidou as circunstâncias de seu sequestro, a localização dos restos mortais de Edmur nunca foi encontrada, tampouco os responsáveis pelo seu desaparecimento forçado, crime imprescritível e de lesa-humanidade, e seu assassinato, jamais foram identificados e julgados pelos crimes que cometeram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Edmur Pérciles Camargo nos ajuda a compreender as lutas sociais no Brasil, no contexto de aumento da organização de trabalhadores do campo e das cidades, entre 1950 e 1960. Com o golpe de 31 de março de 1964, porém, sua atuação ligada a resistência armada no Rio Grande do Sul, ganha ainda mais especificidade, tornando-se uma ferramenta analítica interessante para problematizar a historiografia hegemônica do período e questões de memória que, ainda hoje, permeiam a construção das narrativas históricas sobre o período.

Em primeiro lugar, seu desaparecimento forçado comprova a existência de uma rede repressiva que articulava, antes de formalizada a Operação Condor, uma rede repressiva entre a ditadura brasileira e a primeira ditadura argentina, que forneceu informações e prendeu Edmur no aeroporto, mesmo portando documentos que o autorizava passar por aquele país, entregando-o aos agentes da repressão brasileira. Edmur havia buscado, de forma legal, tratamento médico no Uruguai e, mesmo assim, foi sequestrado no meio do caminho, quando sua intenção nem era retomar a resistência armada no Brasil, e sim realizar tratamento nos olhos, prejudicados durante as sevícias da tortura

Talvez seja possível conjecturar, a partir da tragédia de Edmur, que a comunidade de exilados brasileiros não tinha conhecimento da já existente cooperação entre as forças repressivas do Cone Sul e que, fora do Brasil, haveria salvo conduto para transitar com segurança. Estavam enganados.

Edmur também nos tira do eixo Rio-São Paulo, grande centro catalisador da produção historiográfica sobre luta armada, e nos mostra que essa estratégia de resistência também foi importante em outras regiões, e que o Rio Grande do Sul, palco da primeira experiência armada de luta contra a ditadura, não foi exceção. A guerrilha urbana foi, também nas cidades gaúchas, uma ferramenta na tentativa de desestabilização da ditadura, tendo como protagonista um homem negro, identificado com essa terra, a ponto de levá-la como codinome “Gauchão”, apesar de nela não ter nascido.

A trajetória de Edmur também problematiza uma certa historiografia que consolidou uma imagem mistificada dos participantes da resistência

armada como “jovens aventureiros” de classe média que se jogaram contra moinhos de ventos embebidos em uma utopia autoritária. Edmur, negro e de origem humilde, foi militante de décadas do PCB, e quando essa opção se esgotou frente ao golpe de 1964, continuou buscando resistir através da estratégia de resistência armada. Quando o sequestraram na Argentina, em 1971, tinha 57 anos. Um ano antes, expropriava bancos buscando financiar a resistência à ditadura.

Por isso mesmo, talvez, Edmur tenha sido pouco lembrado até recentemente. Apesar de ser sido um dos protagonistas da resistência armada no Rio Grande do Sul e um dos casos de desaparecimento forçado, pouco há escrito ou pesquisado sobre Edmur. Seu nome recebeu pouco destaque em homenagens e na produção acadêmica. Será o racismo estrutural, ou o preconceito de classe, ou ser um “porém” nas consagradas chaves analíticas do período, explicam o esquecimento de Edmur Péricles Camargo? Desaparecido novamente, dessa vez na memória coletiva.

Que seus restos mortais sejam encontrados e que sua trajetória relembra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

COMISSÃO Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/edmur-pericles-camargo>>. Acesso em: 1 out. 2019.

GOMES, Ângela de Castro. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

HEMEROTECA Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 1 out. 2019.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael. A Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul no Contexto do Anticomunismo. **Revista Estudos Legislativos** (online), v. 5, p. 15-49, 2011.

KONRAD, Diorge Alceno; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. As Resistências Armadas no Rio Grande do Sul e as Dinâmicas da Clandestinidade (1964-1972). **Espaço Plural** (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 1, 2013.

LAMEIRA, Rafael. **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul: A Ação Política Liberal-Conservadora**. Porto Alegre: UFRGS 2012. 255p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Thiago de. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: **Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos**. Porto Alegre: APERS, 2011.

MORAES, Thiago de. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”**: os discursos da fração “vanguardistas” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do RS (1962-1971). Porto Alegre: PUCRS, 2012. 228p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-GRaduação em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **A Direita Estudantil Universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2017. 302p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. **Os institutos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 709p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO NO BAIRRO MATHIAS VELHO EM CANOAS NO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR E NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

ODILON KIELING MACHADO
DOCTORADO EM HISTÓRIA / UFSM
ODILONKM@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de pesquisa desenvolvida no Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na linha de pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” tendo como propósito central historiar e analisar o processo de organização comunitária do Bairro Mathias Velho no Rio Grande do Sul no município de Canoas, entre 1975 e 1988, como movimento social comunitário.

O período histórico pesquisado refere-se à ditadura civil-militar e o processo de redemocratização no Brasil, tendo como referência a retomada no país da ação dos movimentos sociais comunitários, onde o bairro Mathias Velho em Canoas no Rio Grande do Sul se insere. Este contexto traz consigo um novo cenário dos movimentos sociais populares reivindicatórios urbanos. Uma característica significativa a ser considerada nesse período histórico é a participação dos chamados setores progressistas da igreja Católica, com orientação da Teologia da Libertação¹, tendo como base

.....
1 A Teologia da Libertação nasce das CEBs surgidas na América Latina a partir dos anos 60. É a reflexão da fé dos pobres, dentro de suas lutas por libertação, que produz as bases da Teologia da Libertação. Porém foi sistematizado pela primeira vez pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971, em sua obra *Teologia da Libertação* (Petrópolis, Vozes). A Teologia da Libertação é um novo modo ou método de ser fazer teologia. Ou um novo olhar sobre as fontes bíblicas da revelação cristã e a tradição da Igreja. Esse modo, esse método e esse olhar têm um centro ou lugar social: os pobres (BETTO, 1991, p.172).

formativa junto aos movimentos comunitários as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esta base formativa proporcionou a formação de lideranças tanto para a Igreja Católica, quanto para o movimento sindical que emergiu do setor metalúrgico de São Paulo, especialmente das grandes montadoras, quanto para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores.

As influências ocorreram nas relações políticas, religiosas e sociais, através de diversos atores sociais, envolvidos neste processo histórico, como lideranças populares, religiosas, empresários e intelectuais. Os conflitos oriundos da luta pela moradia envolvem diferentes interesses e divergentes ações para impulsionar a ocupação e sedimentação o movimento comunitário ou reprimi-las. A periferia é a fronteira entre a zona urbana e rural tornando-se um espaço possível para a moradia de uma população em busca de trabalho e renda. A contribuição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)² na vida religiosa, social e política dos moradores do Bairro Mathias Velho é um fator a ser considerado relevante no processo de ocupações de áreas no bairro que deram origem ao processo de organização comunitária.

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

O protagonismo de uma transformação social, marcado pela migração de um grande contingente populacional ocorre em uma área devoluta com finalidade de obter moradia, na região metropolitana de Porto Alegre. Neste período do final da década de 1970, o Pólo Petroquímico (próximo a Canoas) era um dos atrativos para os migrantes em busca de trabalho e renda.

.....
2 Ao início dos anos 60 surgiu entre as classes populares do Brasil um novo modo de a Igreja ser: as Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs são grupos de 20 ou mais pessoas que se reúnem uma ou duas vezes por mês na capela da roça, no sítio do pequeno agricultor, no salão da casa paroquial, no centro comunitário da vila, no barraco da favela, para refletir, nutrir e celebrar sua vida de fé. São comunidades porque as pessoas se conhecem pelo nome, partilham suas vidas e seus problemas, põem em comum seus bens e seus esforços, lutam juntos por melhorias no bairro, conquista da terra ou da moradia, uma vida melhor. São eclesiais porque o eixo em torno no qual giram é a palavra de Deus, o uso da Bíblia dentro da realidade conflitiva em que vivem, a comunhão com a Igreja, da qual são células vivas. São de base porque integradas por subempregados, aposentados, jovens, lavradores, operários, donas de casa, em fim gente pobre e oprimida que forma a base da sociedade (BETTO, 1991, p.152).

No final da década de 1980, com a consolidação deste processo migratório, esta área no bairro Mathias Velho, torna-se a maior referência no Rio Grande do Sul como organização popular, em um movimento comunitário habitacional. Esta referência torna-se possível com a participação da CEBs, organizadas pelos próprios moradores e auxiliado no aspecto formativo por lideranças religiosas, que tornam-se aliados nesta luta, como retaguarda deste processo histórico, sob a ótica da Teologia da Libertação com o auxílio do instrumental marxista para entender os mecanismos excludentes da sociedade capitalista.

A atuação nesses núcleos de base suscitavam críticas sobre a transformação da estrutura social e política que os cercavam, apontando suas contradições e estimulando a uma nova consciência coletiva. A Igreja passa a ser uma aliada dos pobres e oprimidos e não mais dos poderes políticos que os oprimem e discriminam. A marca desta mudança passa a ser a “opção preferencial evangélica pelos pobres” e a formação das “Comunidades Eclesiais de Base”. Estas definições tiveram uma dimensão política, pois aproximaram os cristãos de organizações populares, mesmo sofrendo oposição dos setores conservadores da Igreja.

Os movimentos populares, políticos e sindicais tiveram nas CEBs a força humanista para a formação e a ação de seus membros e lideranças. O aspecto religioso renovou a Igreja, o aspecto político renovou à esquerda e o aspecto cultural ajudou a diminuir os preconceitos e a libertação das injustiças. O amor aos pobres e oprimidos, contra a pobreza em prol da libertação, continua sendo a causa maior de uma prática evangélica libertadora, tendo nas CEBs núcleos de formação e a Teologia da Libertação a sistematização teórica de sua ação.

No final da década de 70 do século XX o município de Canoas no Rio Grande do Sul, trabalhadores migrantes junto com suas famílias transferem-se para os centros urbanos, com a esperança de mudar de vida, vislumbrando novos horizontes. A possibilidade de encontrar uma vida melhor, superando as dificuldades da vida nas cidades do interior é uma perspectiva concreta.

A periferia e o limite entre zona urbana e rural, é o espaço possível. Para isso foi necessário uma grande luta e mobilização para ter uma vida digna, buscando muitas vezes em áreas devolutas e ociosas um local de afirmação de suas vidas. O bairro Mathias Velho está inserido nesta análise histórica.

A organização dos movimentos sociais como o da moradia em Canoas, é um exemplo concreto de transformar uma realidade adversa através do próprio povo, aliado àqueles que apóiam esta causa. As CEBs estão inseridos nestas lutas, principalmente quando reivindicam os bens essenciais a vida, que são negados pela sociedade capitalista. A auto-organização foi fundamental para evitar formas políticas meramente assistencialistas, eleitoreiras e paternalistas. Conforme destaca o sociólogo Michael Löwy:

[...] pouco a pouco os debates e as atividades da comunidade se ampliam, geralmente com a ajuda do clero progressista, e ela começa a assumir tarefas sociais: lutas por habitação, eletricidade e água dentro das favelas, luta por terra no campo. Em alguns casos a experiência dessas lutas conduz a politização e à adesão de inúmeros animadores ou membros das CEBs aos partidos de classe ou às frentes revolucionárias. A experiência das CEBs tem freqüentemente levado uma nova qualidade aos movimentos sociais e políticos que elas tem irrigado: um enraizamento na vida cotidiana das camadas populares e suas preocupações humildes e concretas, um encorajamento para auto-organização de base, uma desconfiança face a manipulação política, a tagarelice eleitoral, ao paternalismo de Estado (LÖWY, 1991, p. 46-7).

O processo comunitário o papel sócio político construídos pelos sujeitos históricos em suas diferentes ações, sejam privado ou público, tornam-se significativos. Nos aspectos a serem considerados estão o processo inicial de ocupação, a marcação dos terrenos e as reivindicações em relação às demandas como água, luz, regularização de terrenos e transporte coletivo.

Em relação à situação dos migrantes que chegavam ao bairro no início do processo das ocupações, o relato do migrante e novo morador Wilsolório de Souza, fornece um panorama da realidade encontrada por esses novos moradores. Wilsolório de Souza passou a residir no bairro em 1977, juntamente com sua esposa Márcia e sua filha Marcilene na região do antigo Prado, hoje Vila União dos Operários, como liderança tanto do processo de ocupação como migrante e lideranças das CEBs, trabalhava como

eletricista, e sua esposa como empregada doméstica. O seu relato torna-se uma fonte importante que nos proporciona entender os desafios e as dificuldades que esses trabalhadores com suas famílias tiveram no início desse processo histórico e a realidade que encontraram no bairro, onde não havia infraestrutura:

[...] A água era tirada dos poços dos vizinhos e no verão tínhamos que ir longe buscar. A iluminação pública não existia, quando não tinha luar, era um breu só. O transporte coletivo não ia até o fim do bairro. [...] Creches, colégios e posto de saúde não existiam. [...] em 1978, vê-se surgir muitas lutas para conquistar os direitos de morar, com dignidade, ter transporte coletivo, saneamento básico, rede de luz, entre outros. Tudo foi conquistado com muitas lutas, muitos encontros e reuniões (DALLAGNOL, 2015, p. 116-7).

A disputa pelos terrenos, o interesse dos novos moradores pela moradia, os antigos proprietários visando a especulação imobiliária, o envolvimento da Prefeitura Municipal, ora favorecendo os antigos proprietários, ora fazendo alianças táticas com os novos moradores e o apoio aos novos moradores por setores da Igreja Católica na Vila União dos Operários provocaram vários conflitos inerentes às disputas de caráter econômico, social e político.

Os conflitos pela posse dos terrenos na Vila União dos Operários e o administrador, que representa os interesses dos antigos proprietários Air Bergental, tem como um dos acontecimentos mais violentos foi um disparo de arma, que atingiu o novo morador, Pedro Valmor Guterres, que morava há duas semanas no local, que, segundo a narrativa do morador, foi alvejado por um guarda que tentava expulsar alguns ocupantes da área. De acordo com outros envolvidos no conflito, os guardas já haviam agido com violência contra os novos moradores. Segundo os novos moradores, houve a procura junto a guarnição da Brigada Militar que fica próxima ao local para tomar providências. Na versão da Brigada Militar, de acordo como os novos moradores, não havia viatura disponível para ir até o local. Esse fato causou então revolta entre os posseiros (novos moradores). Na análise dos novos moradores, a Brigada Militar (órgão público do Estado do Rio Grande do Sul) só intervém para

proteger a ação dos “jaguços” de Air Bergental, administrador da propriedade. Esse acontecimento chega à imprensa, através do Jornal “O Timoneiro” de Canoas, de 4 de maio de 1984, na seguinte reportagem:

Conflito fez sua primeira vítima



O conflito entre posseiros e guardas, na antiga zona do Prado, fez sua primeira vítima, o carpinteiro de nome Pedro Valmor Guterres de 25 anos de idade, casado, pai de um bebê de quatro meses. Ele mora há duas semanas no local e foi alvejado com um tiro de arma de caça, calibre 20, disparado por um dos guardas que tentavam expulsar alguns ocupantes da área.

Pedro foi levado ao Hospital Nossa Senhora das Graças, onde foi medicado e ficou sob observação. Não teve de ser operado.

A HISTÓRIA

Segundo Pedro, ele e outros posseiros se reuniram para impedir a ação agressiva dos guardas. No enfrentamento, um destes per-

deu a calma e disparou sua arma.

Conforme outros envolvidos, naquele dia, domingo, os guardas já haviam agido com violência contra os moradores. Após essa primeira agressão, eles procuraram a Brigada Militar, que tem uma guarnição ali perto, pediram providências e não foram atendidos sob a desculpa de que a viatura estava fora. Além disso, disseram que tinha determinações para não entrarem na área do antigo Prado. Isto revoltou os posseiros, que afirmam que a Brigada só interviria para proteger a ação dos “jaguços” de Air Bergental, administrador da propriedade.

CANOAS, 4.5.84 **O Timoneiro** PÁG. 15

Fonte: Fonte: Arquivo pessoal Matilde Cechin.

Ao longo da década de 1970 e 1980, diferentes “organizações comunitárias” serão formadas a partir das ocupações na Vila Santo Operário e na Vila União dos Operários, proporcionadas pelo espírito de organização e lutas des-

ses moradores, impulsionadas pelas ocupações, apoiados por diversas lideranças grupos organizados, bem como pela organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esta base de apoio junto aos novos moradores constituiu um movimento social comunitário, cujas demandas são as melhorias reivindicadas junto aos órgãos públicos, com apoio e participação de uma ação política que poderíamos conceituar de esquerda, enquanto ação coletiva visando socializar os benefícios conquistados ligados a essas organizações de trabalhadores.

Eder Sader (2001) estuda a formação de movimentos sociais como atores sociais atuando com uma lógica política diferente dos partidos de esquerda tradicionais. Durante a ditadura civil-militar no Brasil, em que se assentava nas experiências cotidianas de seus participantes, o autor identifica três matrizes determinantes na constituição dos discursos dos movimentos sociais: a Teologia da Libertação, oriunda da Igreja Católica; que nesta pesquisa estão presentes no bairro Mathias Velho no mesmo período histórico; grupos de esquerda marxista que buscavam maior integração com os trabalhadores e o novo sindicalismo, surgido a partir de uma estrutura sindical esvaziada pela intervenção da ditadura civil-militar nos sindicatos. A seguinte citação evidencia o aspecto comunitário e administração de bairros, cuja pesquisa no Bairro Mathias Velho poderá ser aprofundada:

[...] As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho e moradia, segundo algum problema específico que os motiva ou segundo algum problema comunitário que os agrega... Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros (SADER, 2001, p. 313).

O resultado são as várias organizações comunitárias populares oriundas desse movimento comunitário de inspiração religiosa. A experiência mostrou que a organização popular tem força, na medida em que encontra meios para atingir seus objetivos organizativos e também espirituais. Entre as conquistas populares, entre os anos de 1975 e 1988, podemos destacar a Associação de

Moradores, o Clube de Mães, a Horta Comunitária, a Associação Beneficente Educadora Creche Vó Maria (na Vila Santo Operário), e os Fornos Comunitários do bairro Matias Velho.

A Associação de Moradores da Vila Santo Operário, fundada em 1979, torna-se um elo de organização dos moradores, no bairro Mathias Velho, em Canoas. Com a ocupação, a organização e a luta por demandas sociais são intensificadas e necessidades básicas, como luz, água, encanamento e consertos das ruas, tornam-se reivindicações constantes junto à prefeitura. Isso pode ser identificado, através do primeiro boletim da Associação dos Moradores, da Vila Santo Operário, em janeiro de 1983. Esse boletim torna-se o principal veículo de comunicação entre esses moradores, mostrando preocupações comuns deles, como a reorganização dos números das casinhas, como também funciona como veículo de divulgação de eventos sociais mais específicos, como bailes, grupos de folclore e atendimento aos sócios:



Fonte: Acervo pessoal de Matilde Cecchin – Associação de Moradores da Vila Santo Operário, bairro Mathias Velho – Canoas – RS.

Após a ocupação da Vila União dos Operários, os novos moradores formarão a Associação dos Moradores da Vila União dos Operários (AMVUO), que atuará de forma oficial, para congregar os moradores, depois do conflitivo processo de ocupação. Com a associação, o trabalho coletivo, na resolução de demandas, junto ao poder público, como ocorreu na primeira ocupação na Vila Santo Operário, torna-se realidade. Como forma de comunicação, a Associação dos Moradores da Vila União dos Operários cria também, de forma semelhante à Associação da Vila Santo Operário, o seu Boletim Informativo. Na edição de Junho de 2005, esse boletim faz referência, como veremos, a seguir na foto, às comemorações dos 25 anos da criação da Associação dos Moradores da Vila União dos Operários:

**BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES
VILA UNIÃO DOS OPERÁRIOS**
Ano IX, N.º 02, junho de 2005

25 ANOS (1980 - 2005)

Caro(a) Morador(a)!

São 25 anos de existência da nossa Associação de Moradores. Estamos todos de festa.

Nesta edição voltamos a informar aos associados o que foi decidido na Assembleia de dezembro/04.

Destacamos o novo serviço jurídico aos associados, com a presença do Dr. Nilo, todos os sábados pela manhã na sede da AMVUO, a partir das 8:30 hrs.

Ao completarmos 25 anos de existência, apresentamos a lista dos nossos associados fundadores.

Agradecemos a todos que colaboraram com o serviço dos jovens que estão atualizando o nosso cadastro.

Convidamos a todos para se engajarem nas atividades que a associação está propondo para comemorar esta data.

Um forte abraço a todos(as).

Flávio Dalmolin
Presidente da AMVUO

Assuntos votados para 2005

Os associados presentes na Assembleia aprovaram, entre outros, os seguintes encaminhamentos para o ano de 2005:

- * Agilizar a regularização da vila junto à prefeitura;
- * Continuar o processo gratuito de escrituração dos terrenos com a UNIRITTER;
- * A anuidade dos associados em 2005 será de R\$ 12,00;
- * Agilizar a construção da Cancha Coberta de Esportes;
- * Convênio com o Dr. Nilo Salvagni para atendimento jurídico na sede aos associados para orientações e quem quiser encaminhar USUCAPIAO individual por um preço mais em conta e outras necessidades.

Sócios Fundadores da Amvuo:

1. José Garibaldi dos Santos	12. Octávio Pereira Azevedo
2. Adão Antunes	13. Moisés da Costa
3. Geraldo Amorim Zanger	14. Cláudio Rogério da Silva
4. Henrique Soares da Silva	15. José Pereira
5. Nóbretino da Silva Neto	16. André José Rebelo
6. Valdemar da Rosa	17. Ervino Rodrigues da Silva
7. José Almensor da Rosa	18. Eriq Antônio Hubber
8. Afrânio Ferreira	19. Maria dos Santos Pereira
9. Rodolfo Nunes da Silva	20. João de Deus da Silva
10. Maria Isabel de Vargas	21. Ivo Joaquim da Silva
11. Maria Orlândia Borges	

★ Advogado todos os sábados, das 8:30 às 12 hs ★
trabalhista - aposentadoria e pensões - família - inventários - usucapião

Fonte: Arquivo pessoal de Ivo Fiorotti – Associação de Moradores da Vila União dos Operários.

A importância da História Social Inglesa, identificada no pensamento dos historiadores Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, e seus estudos sobre a classe operária, relacionada a essa pesquisa com a

construção do movimento comunitário, enquanto movimento social de trabalhadores, suas ações e resgate de suas experiências coletivas, bem como a relação entre classes sociais e o estudo das mentalidades coletivas, como sujeito em construção na história, é analisado por Maria da Gloria Gohn:

[...] A corrente dos historiadores ingleses – E. Hobsbawn, E. P. Thompson, G. Rudé etc. Seguindo a trilogia marxista que se dedicam ao estudo histórico da classe operária, os “novos” historiadores ingleses que se tem dedicado ao estudo dos movimentos sociais[...] se preocupam em resgatar as experiências coletivas dos trabalhadores e, nestas, seus atos de protestos, manifestações e movimentos. Trabalhando com a categoria de cultura política, esta corrente alia a análise das classes sociais ao estudo das mentalidades coletivas. Retomam a questão do sujeito na história, um sujeito não pré-designado, mas em construção(Gohn, p.24, 1991).

Os movimentos sociais como movimento comunitário no bairro Mathias Velho com suas alianças se fortalecem em suas lutas juntamente com as demandas dentro de um processo reivindicatório, no entanto o aspecto de sua composição pode identificar em relação ao princípio articulatório que os aglutina. Nesse sentido os seus objetivos como a moradia é o principal princípio que os mantém coeso em suas lutas e outro fator determinante são suas alianças que o fortalecem em uma coletiva, onde possa também ter uma boa forma organizativa.

Em Canoas no Rio Grande do Sul, no bairro Mathias Velho, as CEBs e sua ação política entre 1978 a 1988, dentro de uma fronteira rural e urbana em processo de ocupação, vai formando ao longo tempo um movimento social combativo. A busca por moradia trabalho e renda, evidencia que a migração neste processo histórico é traduzida em um espaço social e político de uma população que afirma novos valores culturais em termos de religiosidade e ação coletiva.

A experiência ocorrida no bairro Mathias Velho, com a ocupação de terrenos para moradias, num espaço de fronteira, deu-se sob a inspiração da fé e da política. E essa fé religiosa, que aspirava por justiça e fraternidade, tornou-se exemplo para os setores sociais no contexto da ditadura civil-militar e da redemocratização do Brasil. Esta luta comunitária está inserida no

quadro mais amplo dos movimentos sociais combativos, que atuavam em um período conflitivo da vida nacional, estadual e local.

O processo de ocupação foi o elemento desencadeador da organização de um movimento social que buscava não só moradia, mas trabalho e renda através de uma população migrante que, nesse processo histórico, transformou um espaço determinado e afirmou novos valores culturais, políticos e religiosos, como marcos de afirmação política de resistência e de alternativa como organização comunitária.

Ao longo do tempo, a luta dos moradores dinamiza a ação através de um movimento social, que ao buscar trabalho, emprego e renda, evidencia que a migração, neste processo histórico, é traduzida por um espaço social e político de uma população que afirma novos valores culturais em termos de religiosidade e ação coletiva.

Historicamente, dentro da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização do Brasil, esta luta comunitária em Canoas está inserida no contexto de ação dos movimentos sociais combativos, que atuavam pelo país, em um período conturbado da vida nacional e sul-rio-grandense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei, **Catecismo popular**. São Paulo: Ática, 1991.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

DALLAGNOL, Wilson. **Nosso jeito de ser igreja: memória histórica e eclesial dos Encontros de CEBs da Arquidiocese de Porto Alegre (1980 a 2015)**. Canoas: Evangraf 2015

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

A REVISTA/JORNAL *TICÃO* NO CONTEXTO DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA

STELLA BIANCA FERREIRA MARIA
MESTRANDA EM HISTÓRIA – PUCRS
STELLAFERREIRA.M@GMAIL.COM

A Ditadura de Segurança Nacional no Brasil, assim como em outros países do Cone Sul¹, está inserido dentro de um contexto político de Guerra Fria, em que a geopolítica se encontrava dividida basicamente entre duas zonas de influências: zonas capitalistas e zonas comunistas. Alinhadas com os Estados Unidos, as ditaduras latinas ocorridas entre os anos 60 e 70 do século XX, se apresentaram com um caráter de forte intervenção com a intencionalidade de garantir uma suposta segurança nacional aos países comprometidos com o bloco capitalista. No Brasil, o discurso dado para a ação intervencionista foi de estabelecimento de uma força militar que interromperia o seguimento de uma política reformista – considerada por muitos setores políticos, sociais e militares como comunista – que se encontrava em desenvolvimento no governo do presidente eleito democraticamente João Goulart, e o fortalecimento das instituições democráticas consideradas ameaçadas pelo contexto mundial e o governo vigente. Entre as consequências mais

.....
1 Composto pelos países: Argentina, Chile e Uruguai. Além do citado no artigo, o Brasil.

imediatas do golpe de 1964 estão a de suspensão de um visível crescimento e fortalecimento das lutas populares, assim como o posicionamento institucional contra qualquer projeto que pudesse ser identificado e considerado como uma ameaça socialista ou comunista.

Logo, a ditadura que se instalou no Brasil possuía em si um caráter oligárquico e elitista, além da citada aproximação internacional aos Estados Unidos. Ela adotou e reinterpreto para o seu contexto o conceito estadunidense da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), através da Escola Superior de Guerra (ESG) e com a participação de IPES e o IBAD, utilizando do mesmo como base estrutural de seu Estado autoritário configurase enquanto um regime de exceção, marcado pela repressão política e social, além de uma forte intimação e constante argumento da aniquilação de um suposto inimigo interno que ameaçaria a seguridade do Estado.

Considerando-se as definições de “antagonismos” e “pressões”, a teoria da Segurança Interna dota o Estado de Segurança Nacional de ampla justificação para o controle e a repressão da população em geral. Pode-se mesmo dizer que fornece um incentivo moral, já que a rigorosa manutenção da Segurança Interna é missão comparável à defesa do país da ocupação de um exército estrangeiro. Além disso, o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível 1 Composto pelos países: Argentina, Chile e Uruguai. Além do citado no artigo, o Brasil. estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares. O próprio Estado de Segurança Nacional – e frequentemente seus setores mais intimamente ligados ao Aparato Repressivo – determina em última instância quem é o “inimigo interno” do país, e que atividades de oposição constituem “antagonismos” ou “pressões”. Desse modo, a responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população. (ALVES, 1984, p. 40)

Argumentos que asseguraram que uma política de Terrorismo de Estado (TDE) estivesse embutido em todo esse sistema apresentado. Portanto, a Ditadura Civil Militar brasileira, além da repressão política, é constituída por um período em que a violência contra setores da população foi institucionalizada e esteve marcada por torturas física e psicológicas, execuções extrajudiciais, prisões políticas, exílios e desaparecimentos sendo muitos até hoje não solucionados.

Assim como todos os movimentos sociais existentes neste período que foram perseguidos e profundamente afetados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e pelo Terrorismo de Estado (TDE) impostos pelo governo o Movimento Negro se viu desarticulado, principalmente nos primeiros anos da Ditadura. Contudo, ao final dos anos 70 devido a um grande e aparente desgaste econômico e social do regime ditatorial, representado, naquele momento, pela figura do general Ernesto Geisel, se anunciou um processo de reabertura “lenta, gradual e segura” que foi reafirmado pelo seu sucessor o general João Figueiredo na declaração de que “faria deste país uma democracia²”. Frente a essa suposta abertura política o Movimento Negro, assim como diversos movimentos sociais, se reapresenta no cenário político fortalecido, tendo como um marco a criação do Movimento Unificado Negro (MNU) em 9 de julho de 1978, no estado de São Paulo.

A definição apresentada neste artigo sobre o Movimento Negro pertence a Joel Rufino dos Santos e é apresentada no texto de Petrônio Domingues:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, Joel R. IN. DOMINGUES, 2007, p.102)

Também Joel Rufino pensa o Movimento Negro nos anos 70 e salienta:

(...) o colapso do mito da democracia racial que permitiu avançar o movimento negro, nos anos setenta. Ele não abriria caminho sozinho, pela exclusiva pertinência das suas lideranças; mas pela conjugação destas condições históricas favoráveis, que

.....
2 <http://memorialdademocracia.com.br/card/figueiredo-assume-ditadura-em-fase-final>.

liquidaram em bloco o pacto ideológico que confortava a noção anterior de Brasil. (RUFINO, 1985, p.289).

Desta forma, a imprensa negra se apresenta como um produto de intelectuais negros que preocupam-se em se comunicar com a população negra que após a abolição não se via representada nos meios de comunicação hegemônicos. Segundo Ângela Oliveira, a imprensa negra se apresenta como mais uma ferramenta na luta no pós abolição.

“Diante de todos os problemas vivenciados no pós- abolição, a imprensa negra foi mais uma estratégia de luta. O enfrentamento ao sistema que lhes oprimia não era feito somente pelo uso de força física. A capacidade de organização e de atuação desses articulistas nesse veículo de comunicação pode ser vista como uma oposição à concepção de que eles viviam em uma anomia social.” (OLIVEIRA, 2017, p.5)

Há o registro de jornais da imprensa negra desde antes de proclamada a abolição. Segundo a historiadora Ana Flávia Magalhães, o registro do primeiro periódico se dá em 14 de setembro de 1833, com o pasquim O Homem de Côm, feito em uma tipografia no Rio de Janeiro, sob a autoria de Francisco de Paula Brito (1809 – 1861). Não apenas feita por um homem negro, mas também pensada e voltada para a população negra, o jornal demonstrava preocupação com a condição da população ainda no período escravagista. E após este periódico muitos outros surgiram, principalmente pós-1888. Cada vez avançando mais na busca de uma cidadania plena e muitas vezes interligado como um produto do Movimento Negro estes jornais passaram por recessos de produção quando o contexto político brasileiro passou por momentos não democráticos e marcados por autoritarismo, como foi no Estado Novo (1937-1946) e a Ditadura Civil Militar (1964- 1985).

“Retomando, a imprensa foi apropriada pela população negra para uso em prol de seus interesses políticos e raciais. Com a criação de periódicos raciais ficou o registro de uma série de informações da cotidianidade dos indivíduos nos quais dialogavam. Através desses impressos é possível perceber que parte da população negra (não se pode generalizar) não estava alheia ao contexto que colocava em cheque as suas capacidades. Mesmo não tendo sido consultados politicamente, eles apresentaram suas opiniões e posicionamentos.” (OLIVEIRA, 2017, p.4)

No contexto de Ditadura Civil Militar acreditamos ser importante incluir os jornais de imprensa negra, não só em seu contexto de arma de luta da população negra – o que por si só demonstraria a sua grande importância -, mas também dentro de um contexto de contestação do período político vivido. Contestar as condições da população, denunciar os “problemas” do país era ir contra a ordem de Segurança Nacional imposta, o que causava consequências àqueles que assim o fizessem. Como podemos perceber na fala de José Antônio dos Santos, a questão racial também era um tema de Segurança Nacional:

“Desde o início da ditadura civil-militar, implantada no Brasil a partir de 1964, os intelectuais e os demais envolvidos com os problemas das relações raciais brasileira foram perseguidos pelos militares, as denúncias do racismo e do preconceito faziam parte daquilo que eles entendiam como “segurança nacional” e iam contra as idéias de democracia racial defendidas até o final do regime. Em 1969, por exemplo, houve o expurgo dos mais destacados representantes da “escola paulista” de relações raciais. Foi uma represália aos pesquisadores que demonstraram que a democracia racial não passava de uma intenção ou recurso ideológico criado por políticos e intelectuais para apaziguar as tensões raciais da primeira metade daquele século” (SANTOS, 2013, p.54)

Importante novamente salientar que no Brasil vivia um período repressivo, que Somente findaria em 1985. Havia um processo de distensão em curso, mas isto não significava que os mecanismos de repressão ainda não estavam presentes na sociedade. Apresentar esse conteúdo era ir contra um discurso nacional de democracia racial, era portanto, apresentar-se contra a ordem instituída do Estado.

De fato, até o ano de 1995, os representantes do Estado brasileiro sempre apresentavam o Brasil, em todos os fóruns internacionais, como uma verdadeira “democracia racial”, um país onde não haveria conflitos e problemas relacionados à questão racial. Foi em junho de 1996, durante o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos da Secretária dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, que o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência de discriminação racial no Brasil e refletiu sobre a necessidade de se “inventar”, também no âmbito governamental, novas possibilidades de combate às discriminações... (PEREIRA, 2010, p.25)

Apresentado este quadro é importante afirmar que a criação da Revista *Tiçã* apresentou-se como uma demanda de jovens intelectuais negros que procuraram através de um meio de comunicação dialogar com a população negra porto alegre. Pensado inicialmente por 3 jornalistas que estavam inseridos na grande mídia, a **Zero Hora**, mas que sentiam que seu trabalho não chegava a população que queriam alcançar, o projeto foi imaginado também para atender à esse anseio. Inicialmente organizado por Jones Lopes, Jorge Freitas e Vera Daisy Barcellos, todos jornalistas, a revista ganharia mais integrantes oriundos de outras áreas como Oliveira Silveira, poeta e que tinha ligação com o curso de Letras e Edilson Nabarro alinhado com as Ciências Sociais. O grupo seria formado majoritariamente por integrantes negros com a preocupação das temáticas raciais que eram enfrentados pela população na época.

O nascimento da revista focada na população negra, ela nasce do encontro casual de três colegas. Três amigos na época e mantivemos essa amizade desde então. Aqui está 78, mas a gente começa mesmo em 77, 76, 77 [...] E três jovens: Vera Daisy, Jones Lopes, Jorge Freitas...

Porque não, né? Nós criamos um jornal, nem era em formato de revista, nem nada, um jornal voltado assim [...] Voltado para a população onde a gente apresentasse nossas temáticas, nosso olhar enquanto jornalistas negros. [...]

[...]

E a gente fez então sim, vamos sim criar um veículo de comunicação. Para isso a gente chamou as pessoas que nós conhecemos.

[...]

Olha só, neste primeiro número nós estamos o Edilson Nabarro, ele é um sociólogo; o Emílio era jornalista e publicitário, a Janice transitava pelo Jornalismo e também pela Publicidade, Jorge Freitas jornalista, Natália Almeida – não é negra – ela é uma mulher branca que na época a gente pela proximidade e ela estava dentro do *Jornal Zero Hora*, então se encantou com o projeto e colaborou; Oliveira Silveira é um professor que vai ser o cara idealizador da proposta que o 20 de Novembro substituiu, celebre, Zumbi ao invés de nós estarmos celebrando a Princesa Isabel no 13 de Maio. Ele não era jornalista, mas trabalhava numa agência de publicidade. Ele trabalhava em uma agência de publicidade como redator, ele era formado em Letras; Valter Carneiro era um militante, um agitador, na época do período assim ...comunista. Era comunista, era de esquerda e nós falar em esquerda na época, né? Mas era um cara muito bem posicionado politicamente e não aguentava muito e batia na gente no sentido de confrontar. (Vera Daisy, julho, 2019)

Alguns integrantes que anteriormente tiveram a experiência do Grupo Palmares também estavam presentes agora na criação da revista. O que demonstra não somente a busca constante destes intelectuais e militantes negros por terem voz dentro da sociedade como também é possível perceber que experiências e pensamentos apresentados dentro do grupo Palmares aparecem também dentro das páginas da revista/ jornal. Algumas continuidades são percebidas dentro do material de comunicação e por isso utilizo o trabalho de Deivison Campos sobre o grupo Palmares para exemplificar algumas ideias e propostas que também veremos exploradas dentro do material analisado.

A construção desse novo “mundo negro”, proposta pelo Grupo Palmares, se contrapunha, no entanto, a toda uma realidade e estrutura, defendidas pelas elites econômicas, que buscavam manter seu lugar social, e pelos governos militares na busca por respaldar seu poder político, através do discurso de uma cultura nacional integrada e hegemônica. (CAMPOS, 2009, p.231)

Além disso, Campos recoloca o caráter subversivo apresentado pelo grupo:

Reafirma-se aqui o caráter subversivo das propostas e da postura do grupo frente à estrutura e à conjuntura da sociedade brasileira do período. Subversivo no sentido de enfrentar uma situação adversa para modificá-la. Tendo a cultura, a história e a imprensa como campo de disputa, suas propostas defendem modificações na estrutura social, econômica e política. Suas referências para construção discursiva também se impunham como contrárias à ideologia hegemônica por romper as fronteiras do nacional, buscando formas de representação e contatos na diáspora. A flexibilização da fronteira nacional, junto com o enfrentamento de pressupostos basilares da ideologia militar, principalmente a de cultura e integração nacional, constitui-se na principal questão colocada na esfera política.

Ao imporem a existência de uma cultura negra, rompem com a possibilidade de um projeto cultural único. Por denunciarem a falta de igualdade social, colocam em questionamento os pressupostos de relações raciais democráticas e da possibilidade de cidadania plena. (CAMPOS, 2009, p.237)

A revista também nasce dentro de um contexto de ressurgimento político de diversos movimentos sociais. Nos anos finais da década de 1970,

é possível perceber uma lenta distensão do regime ditatorial e um aumento cada vez maior para o fim da Ditadura de Segurança Nacional vindo da população civil. Houve imprensa alternativa desde que ocorrido o golpe, porém acredito que após a ditadura os grupos de luta armada este também tenha se tornado um modo de continuar lutando contra o status político sem, dessa vez, pegar em armas efetivamente. Como afirma Sérgio Mendes, a imprensa alternativa também se caracteriza por ter sido um espaço onde minorias sociais viram oportunidade de colocar suas reivindicações e reclamar suas demandas. Logo, a experiência da revista *Tição* também se insere em um contexto nacional de vários outros periódicos, folhetins e revistas alternativas que eram resultado dessas organizações políticas e sociais que estavam ocorrendo.

A imprensa alternativa não foi apenas instrumento político das esquerdas, representou muito mais do que isso, ela foi uma peça fundamental para os vários sujeitos sociais que ficaram à margem da sociedade, sujeitos que queriam ser vistos, conhecidos, ou melhor, reconhecidos; sujeitos que, além do reconhecimento, queriam ter seus direitos respeitados. Por conta disso, a imprensa alternativa também foi muito significativa para os grupos de minorias numéricas e políticas, como os negros, os homossexuais e as mulheres. (MENDES, 2011, p.36)

Importante pensar a revista/jornal *Tição* dentro desta efervescência política que ganhava força ao final do período repressivo brasileiro. Sua existência contribui enquanto um documento histórico para aqueles que pesquisam a luta negra como para aqueles que se dedicam a investigar os protestos surgidos pelos “novos movimentos sociais” a partir dos anos 70 no Brasil.

CONCLUSÕES FINAIS

Este artigo teve a intencionalidade de apresentar mais uma forma de mobilização da população negra dentro da história brasileira. Optando pelo período de ditadura de Segurança Nacional (1964-1985) vemos, principalmente, a partir dos anos 70 um levante de militantes e intelectuais negros que voltam a se reorganizar e a reivindicar seus espaços de existência dentro

da sociedade brasileira. Inserida em uma luta ampla de novos movimentos sociais, pensamos a revista/ jornal *Tiçã* como um mecanismo de resistência do Movimento Negro gaúcho. Resistência à invisibilidade histórica dentro da construção histórica brasileira, a um período autoritário e de repressão que com as características expostas é perceptível a política excludente. Através desse produto jornalístico também temos a possibilidade de pensarmos a intelectualidade negra e as formas como a militância negra procurava se organizar nesta época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: **Vozes**, 1987.

BORGES FILHO, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço simbólico. Mestrado em História. Porto Alegre, **PUCRS**, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Nº23. Pg. 100 – 122. 2007.

MENDES, S. L. S. A imprensa alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **Contraponto**, v. 1, p. 24-41, 2011.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A Imprensa Negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. **Revista Espacialidades** [online], v. 12, n. 2, 2017. ISSN 1984-817X.

PEREIRA, Amílcar A. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX. Dissertação de Mestrado (História). Brasília, **UNB**, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. In: **Revista Política e Administração**. n. 2, Rio de Janeiro: FESP, 1985, p. 298.

ENTREVISTA

BARCELLOS, Vera Daisy. Trajetória pessoal. [04/07/2019]. Entrevistadora: Stella Ferreira. Porto Alegre: Campus Centro UFRGS.

ST 10
UM OLHAR DA MARGEM
POR QUEM ATRAVESSA O RIO:
A HISTÓRIA PELA
PERSPECTIVA FEMINISTA

COORDENAÇÃO

NIKELEN ACOSTA WITTER (UFSM)

DIENIFER MADRUGA VIANNA (UFSM)

ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: A MULHER CONTRAVENTORA NA COMARCA DE PONTA GROSSA – PR, 1899 – 1930

GIANLUPPI, ANNA CAROLINA TOREZANI RONDA
UFSM (MESTRANDA NO PPGH – PROFHISTÓRIA)
CAROLTOREZANI@YAHOO.COM.BR

RESUMO

A partir da análise de cinco processos criminais de lesões corporais, com mulheres réis, instaurados na Comarca de Ponta Grossa – PR entre os anos de 1899 e 1930, o trabalho teve como objetivo discutir os discursos médico-sanitarista e jurídico a sua função normatizadora do comportamento feminino, além de observar a prática desses discursos depreciativos no cotidiano das mulheres populares. Para responder a essa problemática, partiu-se dos conceitos de representação, sociabilidade ligados aos estudos de gênero, procurando compreender, assim, os sujeitos históricos. No que se refere ao aspecto metodológico, buscou-se o diálogo com autores que fornecem o aporte teórico necessário para a análise dos conteúdos dos processos, verificando as entrelinhas do discurso e o seu contexto de “criação.” Os processos criminais aqui trabalhados foram analisados como “fábulas” complexas, que explicam as realidades cotidianas e as experiências de mulheres populares que divergiam do comportamento estabelecido pelos discursos normatizadores.

Palavras-chave: Processos Criminais, Maternidade, Gênero.

INTRODUÇÃO

O artigo é o resultado final, do trabalho de conclusão de curso, voltado para o estudo “do mundo das mulheres”, o lócus do estudo foi a

Comarca de Ponta Grossa, nos anos de 1899 a 1930, tendo como objeto a diferenciação entre o discurso sobre a “nova mulher” (burguesa), que seria moldada nas noções de progresso e modernidade e a realidade vivida das mulheres das camadas populares.

Buscou-se, reconstituir alguns aspectos¹ das vivências e a trajetória de algumas mulheres deste segmento, pelas ruas e subúrbios da cidade, focando características singulares a elas, que apareciam na cena urbana, transformando a cidade em um lugar de múltiplas práticas, relações sociais e, sobretudo, prócio aos conflitos em que se envolviam.

Entende-se por mulheres populares, em sua maioria, como moradoras de cortiços e de outras habitações coletivas, que exerciam atividades do setor terciário, em serviços menos remunerados como: lavadeiras, engomadeiras, doceiras, empregadas domésticas (SOIHET, 2004, p. 2).

Para a realização deste estudo, foram utilizados como fontes primárias cinco processos criminais², nos quais as mulheres populares são apresentadas como contraventoras nos crimes de lesões corporais que transcorreram na Comarca de Ponta Grossa – PR, no período de 1899 a 1930. Os processos utilizados na pesquisa fazem parte do Acervo Judicial CDPH – Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Sala de documentação Judiciária – Autos da Primeira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa, 1884-1975.

Dentro do período estipulado, foram encontrados trinta e nove processos criminais, nos quais as mulheres eram denunciadas como réis nos mais variados tipos de crime (furto, homicídio, injúria, falsidade ideológica, infanticídio, envenenamento, invasão de domicílio, lenocínio e lesões corporais).

A escolha da baliza temporal está relacionada ao período vigente da Primeira República que disseminava através dos discursos médicos-sanitaristas e jurídico-policial, a normatização do comportamento feminino,

.....
¹ Como as relações amorosas, a maternidade, a criação e os cuidados com filhos, entre outros.

² Optou-se em utilizar o termo processos-crime, pois na pesquisa trabalhou-se apenas o Artigo 303 do Código Penal de 1890, logo, apenas uma modalidade de crime.

estabelecendo uma “nova mulher”. Também justifica tal escolha o fato de no ano de 1890 ser instaurado o Código Penal, que será utilizado na pesquisa por meio do artigo 303, que aborda os crimes de lesões corporais³.

Só foi possível se ater a este objeto de estudo, pois a partir de 1960 pesquisadores voltam o seu olhar às pessoas comuns, homens e mulheres simples que por muitos anos foram omitidos da História, passando agora a ser compreendidos com sujeitos dela. Sendo assim, a partir da Nova História Cultural, homens e mulheres simples passam a ser observados em seu cotidiano como seres sociais que estão interligados ao processo histórico. De acordo com Joan Scott, a categoria gênero é relacional, ou seja, as noções do feminino e do masculino são construídas cotidianamente no interior das relações sociais, culturais e são historicamente localizados. Ainda segundo a autora, as relações de gênero estão imersas em relações de poder, que se manifestam por meio da representação social e são politicamente construídas sob códigos normativos e institucionais (SCOTT, 1990, p. 5-22).

O conceito de representação pode ser compreendido, segundo Roger Chartier (1990), a forma com que a sociedade e o indivíduo se veem ou querem se fazer parecer para os outros. É também uma forma de impor autoridade, de legitimar projetos, de justificar para o indivíduo suas escolhas e condutas, logo, o poder e dominação. Para o autor, o mundo é visto com uma representação, ou seja, o passado só nos chega através de representações, que são as formas pelo quais os atores sociais trazem para o presente o ausente vivido.

Desta forma, as personagens que foram evidenciadas neste trabalho são mulheres anônimas das classes populares, donas de casas. São pessoas simples que necessitavam lutar cotidianamente pela sua sobrevivência em sociedade e através das adversidades que enfrentavam em seu dia a dia distanciavam-se da representação da mulher ideal propalada pelo governo republicano, neste período.

.....
3 Capítulo V – Das Lesões Corporais. Artigo 303. Ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: pena – de prisão celular de três meses a um ano de reclusão.

As mulheres populares não se adequavam às características dadas como “universais ao sexo feminino”, como submissão, recato, delicadeza, fragilidade, maternidade, entre outros. Elas trabalhavam muito, e em sua grande maioria não eram formalmente casadas, brigavam, linguajar “vulgar”, fugindo dos estereótipos que lhes eram atribuídos.

As saídas dessas mulheres ao espaço público eram criticadas pelas autoridades (médicos e juristas), que alegavam que a rua estava reservada para os homens, desta forma, sendo considerada inadequada para as mulheres de boa índole. Esse espaço era marcado pelas tensões referentes aos encontros entre homens e mulheres, uma vez que a rua era relacionada a uma representação pejorativa, como local de transgressões das normas de moralidade impostas às mulheres pela sociedade.

As mulheres populares não seguiam este posicionamento, era necessário que saíssem para a esfera pública a fim de garantir a sua sobrevivência, pois a rua era o local que desempenhavam suas atividades profissionais. As ruas estabeleciam redes de sociabilidades, que nas camadas populares é de suma importância, pois a partir dela é que se criavam laços de solidariedades que serviriam de apoio para a sobrevivência das mulheres. A outra face destas redes entre as mulheres populares é constituída pelos conflitos proporcionados através dessas aproximações em seu cotidiano (CHALHOUB, 2001, p. 88-101).

A ideia de separação dos espaços de atuação de homens e mulheres era voltada para a diferenciação das determinações biológicas que reforçava a ideia de que os homens, por serem fortes, viris e moldados para a hostilidade do trabalho, eram mais aptos para o espaço público, enquanto as mulheres por serem mais afetuosas e frágeis eram aptas para cuidar dos filhos na privacidade de suas residências.

PROCESSOS CRIMINAIS: COMO FONTES DE PESQUISA

O Novo Código Penal Brasileiro, estabelecido em 1890, tem entre seus objetivos promover a ordem pública nacional. Nesse sentido, enfoca-se primeiramente a instituição patriarcal da família e a norma da boa conduta

social, ao transparecer entre suas metas o controle das práticas populares que estivessem em dissonância com a instituição familiar. No Código Civil de 1899 continuou reproduzindo as diferenças de gênero, que separavam os sujeitos jurídicos em “capazes” e “incapazes”, eternizando, assim, as diferenças entre o papel masculino e feminino dentro da sociedade brasileira.

Consequentemente, as mulheres não desfrutavam dos mesmos direitos que os homens, não sendo iguais entre si. Para Sueann Caulfield, elas eram tidas como capazes ou incapazes, honestas ou desonestas, características geralmente atreladas a posição que cada mulher ocupava dentro ou fora da família (CAULFIELD, 2000, p. 70).

De acordo com Cláudia Fonseca (2004, p. 528), a receita para a mulher ideal envolvia a mescla de imagens: a mãe piedosa da Igreja; a mãe educadora do Estado; e a esposa companheira para o aparato médico-sanitarista.

Entretanto, as mulheres das classes populares, eram percebidas como estranhas aos moldes tradicionais, pois desmistificam a imagem feminina de passividade, ociosidade, dependência e futilidade. Esperava-se das camadas populares uma mão de obra adequada, disciplinada e qualificada para desempenhar as novas atividades que o advento do progresso e da modernidade promovia.

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial se constituíam em recursos do sistema vigente no sentido de disciplinar, controlar e estabelecer normas sobre as mulheres das classes populares, levando-as a assumir as posturas desejadas, tais como recato, polidez, delicadeza, compostura e fidelidade sobre tudo. Desta forma, será julgado de acordo com a sua maior ou menor adequação ao modelo do denominado por Rachel Soihet (2004, p. 4) como “cidadão útil à sociedade”: o homem será julgado por sua dedicação ao trabalho, uma vez que cabe a ele garantir o sustento da família, constituindo, assim o seu dever principal em sociedade; a mulher será julgada pela sua fidelidade e dedicação ao lar e aos filhos.

Segundo Marisa Corrêa (1983), os processos-crime devem ser entendidos como uma representação parcial do cotidiano, visto que detêm um único olhar, o jurídico. Ou seja, por se tratar de uma fonte jurídica deve

ser percebida com um fragmento que dará ao historiador pistas para uma investigação sobre o comportamento de indivíduos pertencentes às classes populares que tiveram suas histórias registradas nesta documentação.

Nas últimas décadas (1980) os processos criminais ganharam maior enfoque nos trabalhos de historiadores(as) e sociólogos(as), sobre as mais variadas temáticas e problemáticas⁴. Soihet afirma que os processos criminais “constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos seguimentos populares, inclusive através dos seus próprios depoimentos” (SOIHET, 1997, p. 295).

Nessa perspectiva, cabe ao historiador(a) entender o documento nas entrelinhas, para compreender os jogos de poder, as redes de sociabilidades existentes entre os envolvidos nas tramas da justiça.

O PALCO DAS TENSÕES FEMININAS

A cidade de Ponta Grossa – PR, não se manteve alheia às mudanças que se fizeram sentir nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Tem-se o aumento das edificações, a implantação de novas ruas, praças, cinemas, teatros, clubes e bares. A cidade que outrora fora denominada de “Camponesa” passa a ser conhecida agora como a “Princesa” dos Campos Gerais do Paraná do século XX (CHAVES, 2001).

Um dos motivos para esse desenvolvimento é o fato da cidade estar localizada em um entroncamento ferroviário, posição que privilegia o desenvolvimento do Estado do Paraná. Com a instalação da estrada de ferro em 1880, a cidade tornou-se uma parada obrigatória tanto para passageiros e mercadorias que transitavam pelo Estado. Assim, o trem ocasionou um novo ritmo para a região impulsionando o progresso para o interior do Estado.

A ferrovia trouxe também um grande número de migrantes de vários Estados do país, como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Também vieram imigrantes italianos, portugueses, poloneses, entre outros

.....
4 Ver os trabalhos de Sidney Chalhoub; Marta de Abreu Esteves; Sueann Caulfield; Maria Odila da Silva Dias; Marisa Corrêa; Rachel Soihet; Boris Fausto. Entre outros autores que abordam os autos criminais como fonte para a pesquisa.

(CHAVES, 2001). Os novos moradores se dedicavam às atividades agrícolas, mas também desempenhavam profissões classificadas como urbanas, tais como ferreiros, carroceiros, pedreiros, entre outras. Grande parte destes empregos era ocupado, por homens, sendo que para as mulheres eram reservadas as atividades vinculadas aos serviços domésticos. Dessa forma, um número maior de mulheres pertencentes às classes populares tornava-se lavadeiras, engomadeiras, doceiras, ou mesmo domésticas para trabalharem nas casas de famílias abastadas. Esse contexto marcado por alterações nos espaços públicos, no qual se configura novas formas de sociabilidade, será o palco da análise.

DESVENTURAS FEMININAS NAS TRAMAS DA JUSTIÇA

As mulheres exerciam trabalhos que diante da sociedade eram representados como desqualificados e desvalorizados. Ao realizar tais funções, estaria ligada à rua (espaço público). As autoridades intensificavam a vigilância no cotidiano das camadas populares, a fim de impedir e/ou disciplinar esse convívio, a presença desses indivíduos em determinados locais das cidades. Soma-se a isso, no caso feminino, o preconceito ao seu comportamento que por muitas vezes era tido como desonesto e fora dos padrões para uma mulher de sociedade.

Essa relação que as mulheres tinham com o espaço público, a rua, pode ser encontrada no processo-crime do Distrito de Entre Rios⁵ com os réus José Ignácio⁶ e sua esposa Laurinda, contra a vítima Elvira, todos moradores daquela localidade.

Assim como todas as mulheres da comunidade, Elvira e Laurinda utilizavam o espaço público na localidade como local de trabalho. De acordo com os autos, no dia treze de outubro de mil novecentos e vinte e um, Elvira,⁷ foi até a fonte que era de uso público no Distrito para desempenhar suas

.....
5 Atualmente o antigo Distrito de Entre Rios, é denominado por Guaragi. Recebera o antigo nome devido a sua localização geográfica, pois, está localizada entre os rios Tibagi e Guaraúna. O Distrito de Guaragi pertence à cidade de Ponta Grossa.

6 Processo-crime de Laurinda e José Ignácio. Caixa 1. Ano 1921.

7 Com trinta e cinco anos de idade, casada, de profissão doméstica, analfabeta.

atividades como lavadeira. Ao chegar ao local, encontrou algumas crianças brincando na fonte com os animais de criação da família. Ao se deparar com a cena dos porcos destruindo a fonte, Elvira se revolta e começa a proferir insultos e palavrões contra as crianças, chegando até mesmo a ameaçá-las de uma surra.

Ao receber a notícia do acontecido, a ré Laurinda⁸ resolve ir até o local da desavença para tomar satisfações de Elvira. Assim que chegou ao local, viu Elvira ameaçando seus filhos, e sem hesitar começou a tirar satisfações com ela. Primeiramente apenas com gritos e ameaças, e logo em seguida partindo para agressões físicas. A notícia da briga se espalha até chegar a José Ignácio⁹, que resolve ir ao encontro de sua esposa, com o intuito de separar a briga. Ao encontrar Laurinda caída no chão, José Ignácio, começa a agredir Elvira. A briga resultou em escoriações mais graves em Elvira, e alguns arranhões em Laurinda. Quanto a José Ignácio, nada sofrera com as agressões.

Assim, a partir deste processo-crime, pode-se constatar que a mulher popular interioriza os valores vigentes da cultura dominante, reproduzindo, deste modo, ideais como a maternidade, o zelo e o cuidado com os filhos e marido.

Porém, as mulheres populares apresentam comportamentos em seu cotidiano que as diferencia da mulher ideal burguesa, apresentando a ausência da fragilidade feminina e a agressividade expressiva em suas atitudes. Elas apresentam elementos comportamentais que divergem dos ideais, exemplo disso é o procedimento tanto de Elvira como o de Laurinda, que fogem da passividade e resignação. E, sobretudo esquivam-se da restrição imposta as mulheres de permanecerem reservadas aos espaços privados (a casa), ao saírem para o espaço público a fim de desenvolver suas tarefas laboriosas.

Durante o processo, é feito exame de corpo de delito em Elvira, e é apontado que as enfermidades encontradas na vítima seriam resultado de uma doença pré-existente: a sífilis¹⁰. Essa enfermidade era um estigma para

.....
8 Com trinta e sete anos de idade, casada, de profissão doméstica, analfabeta.

9 Com trinta e nove anos de idade, casado, lavrador de profissão, analfabeto.

10 Sabe-se que a sífilis é uma doença que é transmitida através de relações sexuais e seu não tratamento pode acarretar danos irreversíveis no cérebro e também no coração.

as mulheres das camadas populares, pois as autoridades do período relacionavam a doença à vida promíscua das prostitutas.

Elvira que era a vítima no processo, tornou-se o alvo principal dos ataques da promotoria e da defesa dos réus. Além da sua desqualificação pelas testemunhas arroladas, teve sua vida exposta ao ser examinada pelos peritos, que a diagnosticaram com uma doença venérea, consequentemente, sugestionando a índole e a moral da vítima. Além da sífilis, no processo também aparece depoimentos das testemunhas com valores negativos sobre o comportamento de Elvira com seus vizinhos, no processo ela é apresentada por eles como uma “mulher briguenta, encrenqueira, barulhenta”.

Nas camadas mais abastadas da sociedade brasileira era tido como característica comum ao homem o título de mantenedor da casa, cabendo a ele a responsabilidade pelo sustento de sua família. Em contrapartida, nas camadas mais populares isso não era tão fácil, pois para o homem pobre, o trabalho nem sempre era sinônimo de dinheiro farto tendo, assim, que se submeter à ajuda feminina nos rendimentos mensais da família. Para Soihet (1997, p. 379), nas camadas populares era comum que as mulheres pobres garantissem o sustento da família com o seu trabalho. Isso geralmente ocorria quando seu companheiro ficava desempregado, doente, ou mesmo quando havia a necessidade de complementar a renda familiar.

O mau cumprimento da função masculina na realização de suas obrigações familiares, tornava-se motivo para desavenças entre casais pertencentes às camadas populares. Pode-se citar como exemplo de obrigação masculina, o pagamento do aluguel da residência em que a família vivia. As desavenças entre os casais poderiam acontecer por: desatenção do marido ou companheiro com a sua esposa e/ou companheira; um relacionamento com outra mulher (uma amante); ou mesmo a falta de dinheiro em casa.

Neste sentido, tem-se o processo-crime¹¹ que transitou na comarca de Ponta Grossa, com o casal Belarmino e Júlia. No dia vinte e quatro do mês e novembro de mil novecentos e vinte e um, na Estação da Estrada de

.....
11 Processo-crime de Júlia. Caixa 1. Ano 1921.

Ferro, Julia¹² foi acertar as contas com o seu ex-companheiro Belarmino¹³. Julia queria que Belarmino acertasse as despesas das contas do mês, pois haviam terminado o relacionamento e não teriam chegado a um consenso a respeito das contas vencidas. A discussão foi se agravando até que Belarmino virou-se de costas para jovem, a fim de embarcar no trem que estava passando. Julia, ao ver a cena, retira uma navalha que carregava dentro do bolso de seu casaco e sem hesitar atinge Belarmino na região lateral do pescoço, provocando um ferimento de aproximadamente quinze centímetros.

Depois do desfecho iniciam-se as indagações sobre o crime. O processo é permeado pelas diferentes versões dá ré e da vítima. Belarmino utilizou-se da estratégia de alegar que seu relacionamento com Julia, além de não ser uma relação amorosa oficial (pois não chegaram a se casar no civil), não durou muito tempo, mostrando a efemeridade do relacionamento.

Julia se desvincula do comportamento ideal para uma mulher. A jovem moça enfrenta seu companheiro, agredindo-o com uma navalha, fugindo do estigma da passividade, e da fragilidade e do recato, características denominadas as mulheres, sobretudo a da classe burguesa. Ela alega em sua defesa que somente agiu de forma agressiva porque temia ser agredida por seu ex-companheiro. Não consta nos autos, mas se a jovem teve essa reação invasiva, aventouse a hipótese de que já teria sofrido agressões anteriores ao fato desencadeado na Estação. Outra hipótese é de que ela se utiliza do discurso de fragilidade feminina, e por isso, utiliza a agressão como legítima defesa.

Para o Promotor Público e também para o Juiz, o motivo real do delito está no ciúme. De acordo com eles, Julia agiu motivada pelo ciúme, pois Belarmino havia lhe abandonado e presumia-se que já estivesse interessado em outra mulher, por isso o final do relacionamento.

O estereótipo de mulher moldada na passividade e na domesticidade versus o modelo de marido dominador, características intrínsecas da classe

.....
12 Com dezoito anos de idade, solteira, de profissão doméstica, residente na cidade de Ponta Grossa.

13 Com vinte e dois anos de idade, solteiro, de profissão guarda freio da estrada de ferro, residente na cidade de Ponta Grossa.

dominante, não se reafirmavam em toda a camada popular da sociedade. Algumas mulheres das camadas subalternas assumiam comportamento contrário a este estereótipo. Agiam de forma violenta, muitas se recusavam a suportar as humilhações da vida conjugal, abrindo mão até mesmo do casamento.

Dessa forma, facilitavam-se as circunstâncias para a separação do casal ou mesmo o abandono do lar por ambas as partes. O homem que não pretendesse mais viver ao lado de sua companheira poderia simplesmente sumir. Provavelmente, o número de homens que abandonam o lar é maior que o de mulheres. Vide o processo acima trabalhado, no qual Belarmino sai da casa de Julia, e resta à mulher as responsabilidades pelo sustento da casa e da família.

Esta volatilidade conjugal e a intenção da trocar uma companheira por outra pode ser vista no processo da ré Francisca contra a vítima Leônidas. No dia 27 de setembro de 1914¹⁴ na cidade de Ponta Grossa, Francisca¹⁵ era casada com Pedro e viviam no bairro de Uvaranas. No mesmo bairro, em uma casa próxima, viviam cinco moças, Pedro acaba se interessando por uma delas, a viúva Leônidas¹⁶. Francisca sentindo-se ameaçada, começa a assustar Leônidas à noite.

Entretanto, em um dos “supostos” encontros, Pedro revela a Leônidas, que Francisca é a autora dos ataques a sua casa. Ao saber desta informação Leônidas vai até a casa de Francisca, tirar satisfações. Assim que chegou ao local, começou a discutir com a moça. A briga resultou em escoriações na cabeça e no corpo de Leônidas. Francisca nada sofre com as agressões físicas da viúva. Esta foi a versão dos fatos contados pela acusada Francisca. Já no depoimento de Leônidas, ela desqualifica a Francisca, dizendo que a jovem moça, não se porta como uma mulher casada, que utiliza linguajar inadequado para uma mulher, apresentando comportamento vulgar.

.....
14 Processo-crime de Francisca. Caixa 2. Ano 1914.

15 Com quinze anos de idade, casada, natural de Ponta Grossa, de profissão doméstica, analfabeta.

16 Com vinte e cinco anos de idade, natural de Santa Catharina, residente na cidade de Ponta Grossa, de profissão doméstica, analfabeta.

Na fala do advogado de defesa as duas mulheres envolvidas no processo, fogem ao comportamento preponderante característico de mulheres de boa índole, o da passividade, domesticidade e o recato. Julgando ser o comportamento das mesmas condizentes à classe à qual elas pertencem (camada subalterna). Justifica-se, assim o comportamento violento como característica comum a mulheres de pouca educação/instrução (escolaridade, refinamento). Isso demonstra a necessidade de domesticação desses espaços. Para o poder judiciário “o pobre é muito mais facilmente levado ao crime que o rico” (RIBEIRO, 1941, p. 123), sendo que um dos fatores para tal incidência é a falta de uma educação formal e informal. Ainda de acordo com esse parecer jurídico, a pobreza era um dos fatores preponderantes no comportamento social, tais como costumes e hábitos, que estariam relacionados diretamente a sua condição de vida.

Uma característica peculiar a este processo é que em momento algum aparece o “causador” da discórdia. Pedro sequer é chamado como testemunha do fato, ou chamado para depor em juízo, ficando apenas a rixa entre “suas pretendentes”.

O FARDO DA MATERNIDADE

De acordo com Magali Engel, a maternidade era vista como a verdadeira natureza da mulher. Somente por meio dela a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios concebidos pela doença psiquiátrica, que a lançavam no “lodo do pecado”. Entretanto, para a mulher que não pudesse ou mesmo não quisesse realizá-la, aos olhos do médico, se tornaria um ser físico, moral ou psiquicamente incapaz, e que cedo ou tarde acabaria nas “águas turvas da insanidade” (ENGEL, 2004, p. 338).

Nas camadas populares, o índice de natalidade era alto, se comparado ao das mulheres burguesas, pois era comum a essas mulheres o desconhecimento do seu corpo, que as impedia, dessa maneira, de prevenir-se de uma possível gravidez não desejada. Dessa forma, no período em que a pesquisa é fundamentada os métodos contraceptivos eram poções, tampões vaginais, entre outros conhecidos desde a antiguidade (SOIHET, 1997, p. 321),

que não atuavam de forma eficaz no combate a gravidez indesejada tendo como resultado abortos, infanticídios e abandono de incapaz¹⁷.

Segundo Fonseca, era comum que as mulheres, ao estabelecerem uma nova relação amorosa, abandonassem os filhos da outra união, pois estes constituíam elementos estranhos na nova unidade conjugal; “quer seja sobre o pretexto de afastar as crianças dos maus-tratos proverbiais de madrasta ou padrasto, quer fosse para ‘evitar escândalo’, era preciso achar novos lares em que as crianças pudessem crescer” (FONSECA, 2004, p. 538).

Desta forma, no próximo processo-crime a ser abordado, a mulher abandona sua casa, marido e filho pequeno para seguir uma nova vida ao lado de seu novo companheiro. Neste processo-crime tem-se a acusação de abandono e de maus tratos a uma criança, fugindo, portanto, do estigma da representação da mulher como mãe zelosa e protetora com seus filhos. Vale salientar também que o processo é marcado pela rede de sociabilidade entre a vizinhança, que motivados pela indignação ao comportamento das rés, resolvem denunciá-las à justiça por maus tratos a uma criança.

Na cidade de Rio Negro – PR, no ano de 1913, Maria vivia em companhia de seu marido Mineiro, que trabalhava como caminhoneiro. Deste relacionamento nasceu o pequeno João Alfredo. Em uma das muitas viagens que o caminhoneiro fizera, Maria se apaixonou por outro homem, o Português. Porém, não poderia levar seu filho, o pequeno João Alfredo¹⁸ para viver com ela e seu novo companheiro, resolvendo, dessa forma, dar o menino para uma conhecida sua criar. Maria pede para que sua amiga Eugenia crie seu filho. Eugenia¹⁹ se compadece com a história, aceitando criar João Alfredo como seu filho.

A partir daqui que se estabelece o delito constante no processo-crime da cidade de Ponta Grossa no ano de 1913, com as rés Firmina Maria e sua

.....
17 Neste sentido cf. o trabalho de VÁZQUEZ, Georgiani Garabely Heil. **Mais Cruéis Do Que As Próprias Feras: Aborto e Infanticídio Nos Campos Gerais Entre o Século XIX e o Século XX.** Curitiba: UFPR, 2005. (Dissertação em História)

18 No momento em que fora abandonado pela mãe, João Alfredo tinha apenas um ano de idade.

19 Com vinte e dois anos de idade, natural do Estado de São Paulo, casada, residente na cidade de Ponta Grossa, de profissão doméstica.

filha Eugenia²⁰, que foram denunciadas por sua vizinha, inconformada com os maus tratos ao qual o menino padecia.

Eugenia, também alega que não poderia ficar com a criança, porque iria viajar, deixa João Alfredo aos cuidados de sua mãe, Firmina Maria²¹, que cria o menino no período de sua ausência. Eugênia, em seu depoimento, relata que quando recebeu a criança para criar, notou que apresentava vários ferimentos pelo corpo.

Seis dias depois, Firmina alegando não ter mais interesse em cuidar da criança, resolve entregar o menino aos cuidados de uma terceira mulher, a vizinha Guilhermina²², que ao ver o estado da criança, acaba denunciando as rés à polícia.

Aos olhos da sociedade Maria se torna culpada ao abandonar seu filho (abandono de incapaz) em troca de uma relação fugaz com um estranho. Eugenia é incriminada por ser conivente ao comportamento de sua mãe e de ser indiferente a situação pela qual a criança passava. Finalmente Firmina é condenada por apresentar características inadequadas e opostas a uma mulher de boa índole e, principalmente, ao comporta-se de forma contrária a todas as características na qual constituem uma boa mãe: o zelo, a proteção e o carinho.

As rés aproveitam a defesa para desqualificar Maria como uma mãe degenerada e desumana, incorporando, portanto, o discurso vigente sobre a representação da mulher ideal no seu comportamento referente à maternidade e à criação dos filhos. Consequência ou não do encaminhamento de defesa, o juiz julga improcedente a denúncia contra as rés, por não ter ficado satisfatoriamente provado a responsabilidade criminal alegada a elas e arquiva o processo-crime.

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas por algumas mulheres das camadas populares na aceitação da maternidade e seus encargos, sem dúvida para a maioria delas a maternidade era de suma importância em suas vidas. Neste sentido, não poupavam esforços para defender sua prole.

.....
20 Processo-crime de Eugenia e Maria. Caixa 1. Ano 1913.

21 Com quarenta e seis anos de idade, viúva, natural do Estado de São Paulo, residente também na cidade de Ponta Grossa, de profissão doméstica.

22 Com vinte e dois anos de idade, solteira, natural deste Estado, moradora em Ponta Grossa, de profissão doméstica.

Foram encontrados nos processos-crime analisados dois conflitos envolvendo mulheres que agiram de forma violenta, motivadas por questões ligadas a defesa de seus filhos. Estes autos se originaram a partir das travessuras dos filhos das réis com as vítimas em questão. No processo-crime de Laurinda²³, ela e seu marido José Ignácio, brigaram com Elvira, de acordo com eles, para defender seus filhos. Resultando, portanto, nas agressões já antes explanadas.

O outro processo-crime em que esta característica se faz presente é o ocorrido na cidade de Ponta Grossa no ano 1928 no bairro Ronda entre duas imigrantes²⁴. No dia treze de maio de 1928, o pequeno Eduardo como de costume, vai até a casa de sua vizinha Maria²⁵, arrancar as flores do jardim, sua mãe era a imigrante Eva²⁶, ela possuía divergências com sua vizinha Maria, também imigrante. A vítima ao ver o que a criança aprontara em seu jardim, resolve ir até a casa, tirar satisfações com Eva e seu filho. Chegando à casa entra de imediato e dá dois tapas em Eduardo, sendo então contida e agredida por Eva com uma panela no rosto.

O processo abordado deixa algumas lacunas em branco, sobrando apenas meras suposições sobre as envolvidas. Uma delas é a nacionalidade de Eva que é tratada de forma imprecisa, pois em seu depoimento, o escrivão a coloca como polonesa, em um segundo momento, em seu interrogatório é colocado no processo como natural da Sérvia.

Importante fazer uma ressalva que neste período era comum no país que as pessoas chamassem de polacos²⁷ os imigrantes europeus de

.....
23 Processo-crime de Laurinda e José Ignácio. Caixa 1. Ano 1921.

24 Processo-crime Eva. Caixa 2. Ano 1928.

25 Com vinte e cinco anos de idade, casada, natural da Romênia, residente nesta cidade, de profissão doméstica, sabendo ler e escrever.

26 Com vinte e sete anos de idade, casada, natural da Polônia, residente nesta cidade, não sabendo ler e escrever em português.

27 A denominação de “**polaca**” se torna um termo pejorativo para os imigrantes europeu e pode-se justificar pelo fato que no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, o proprietário do extinto Cassino da Urca trouxe prostitutas europeias para trabalhar em seu estabelecimento de jogos. Como estas mulheres, na sua grande maioria, possuíam a pele clara e os cabelos loiros, foram designadas como “polacas”. A partir desse momento, a população carioca passou a qualificar qualquer prostituta, independentemente de sua etnia, como “Polaca”. Para mais informações ler KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras**. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

outras etnias (húngara, russa, austríacas, entre outras) que não fossem da Polônia.

Uma possível forma de resistência, importante neste processo, é a forma pela qual Eva se comunicava com “atores jurídicos”. Por ser imigrante, e alegando não saber falar e entender o idioma brasileiro, o Juiz nomeia um intérprete a fim de sanar esta dificuldade que a denunciada apresentava. Mas, será realmente que Eva não sabia falar português? Ou utilizou-se deste fato como uma estratégia de defesa, uma resistência ante o poder judiciário.

O Promotor Público, em seu parecer ao Juiz, se aborrece com o comportamento da acusada. Afirmando em seu pronunciamento que Eva não se comportou de maneira adequada a uma pessoa honesta, critica a postura da acusada em não se expressar na língua portuguesa, já que em seu cotidiano comunicava-se bem. Desta forma, condena o comportamento de Eva perante as autoridades criminais. Enfim, fica evidente que as travessuras das crianças não foram o estopim das brigas. As desavenças já vinham de longa data entre as vizinhas, que apenas se aproveitaram desse álibi para desencadear os conflitos já relatados.

CONCLUSÃO

Por meio da utilização dos processos-crime como fonte para a pesquisa, constatou-se que algumas mulheres populares romperam com esse “ideal feminino”, quando se tornaram contraventoras (todas rés incursas, no artigo 303 do Código Penal de 1890, pelo crime de lesão corporal). Fugiram do estereótipo da “mulher burguesa”, nas camadas populares, as mulheres ajudavam financeiramente seus companheiros nas despesas da casa. Ou mesmo quando não houvesse marido/companheiro, assumiam o sustento da família, saindo para o mercado de trabalho oferecendo seus préstimos nos mais diversos ofícios.

Rompiam com os ditames proferidos pelos discursos normatizados, segundo os quais a mulher deveria ficar reclusa ao espaço privado da sociedade, desempenhando as funções de mãe/mulher/esposa zelosa pelos

cuidados dos filhos e do marido. Enfim, o trabalho atentou-se para as estratégias de sobrevivências a que estas mulheres desenvolveram em seu cotidiano, por meio das suas experiências, burlando, desta forma, a normatização preconizada pelo governo republicano.

FONTES

Processo-Crime de 1913. Caixa 01. Denunciada Eugenia e Firmina Maria – Inconcluso.

Processo-Crime de 1914. Caixa 02. Denunciada Francisca – Inconcluso.

Processo-Crime de 1921. Caixa 01. Denunciados Laurinda e José Ignácio – Inconcluso.

Processo-Crime de 1921. Caixa 01. Denunciada Júlia – Prescrito.

Processo-Crime de 1928. Caixa 2. Denunciada Eva – Absolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**. Campinas: UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHAVES, Niltonci Batista. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Melo.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. (Org.). **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. IN PRIORI, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. N: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras.** Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

RIBEIRO, Jorge S. **Código Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, 1941.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. **IN:** PRIORI, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil.** 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion. VANFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios Da História:** Ensaio de Teoria e Metodologia. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Condição Feminina e Formas de Violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro, Forense, 1989.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História:** Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

VÁZQUEZ, Georgiani Garabely Heil. **Mais Cruéis Do Que As Próprias Feras:** Aborto e Infanticídio Nos Campos Gerais Entre o Século XIX e o Século XX. Curitiba: UFPR, 2005. (Dissertação em História)

FOTOGRAFIAS, MULHERES E INVISIBILIDADES: O FEMININO NAS IMAGENS DE HILDEGARD ROSENTHAL E CLAUDIA ANDUJAR¹

MARIA CLARA LYSAKOWSKI HALLAL
DOUTORANDA EM HISTÓRIA – UFPEL – BOLSISTA CAPES
CLARAHALLAL@HOTMAIL.COM

RESUMO

Duas mulheres fotógrafas, nascidas na Suíça e judias, assim pode-se começar a delinear quem são Hildegard Rosenthal e Claudia Andujar. As semelhanças acompanham no ato de fotografar, ambas as profissionais fizeram parte de uma geração de fotógrafas que vieram da Europa para o Brasil, a maioria judia e que estavam fugindo das perseguições do período. Rosenthal, veio para o Brasil no início da década de 1930 e registrou as mudanças urbanas da cidade de São Paulo das décadas de 1930 e 1940. Porém, sobressaiu-se ao registro da verticalização da cidade e fotografou os atores sociais, e ainda mais importante, as mulheres que faziam parte da cidade nesse período, sejam trabalhadoras, vendedoras na zona cerealista, crianças imigrantes ou simplesmente *flâneuse*. Tais registros não eram comuns para a época e ainda mais feitos por uma mulher imigrante. Nessa mesma direção, tem-se a Claudia Andujar, veio para o Brasil em 1955 e registrou diversas partes do país. Mas o trabalho que realizou na Amazônia com as indígenas Yanomami foi, possivelmente, seu diferencial. Através de suas fotografias, registrou mulheres cuja existência estava em perigo. Por meio dessas duas fotógrafas, pretende-se analisar a trajetória

.....
1 “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

profissional de duas mulheres em campos e situações que não eram considerados “trabalhos femininos”. Ainda, considera-se que as relações de gênero e identidade perpassam as imagens realizadas por ambas as fotógrafas.

Palavras-chave: Hildegard Rosenthal – Claudia Andujar – fotografias

INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolve-se a partir da entrada de duas imigrantes no Brasil, sendo essas: Hildegard Rosenthal e Claudia Andujar, que chegaram no país, respectivamente em 1936 e 1955. O recorte temporal do trabalho abrange o período de produção fotográfica de Rosenthal na década de 1940 e o de Andujar na década de 1970. Para isso, questões como a primeira fotógrafa registrou mulheres na urbe de São Paulo e como Andujar evidenciou a presença feminina no povo indígena Yanomami, serão analisados. Ainda, é importante estudar as duas fotógrafas para discutir, analisar e compreender como se deu o processo de fotografar o Brasil para uma consolidação da linguagem visual da fotografia no país, alcançado sobretudo por mulheres estrangeiras.

Na primeira metade do século XX a presença de novos imigrantes entrando no Brasil era expressiva, dados indicam que em torno de 450 mil novas pessoas migraram para o país entre 1926 a 1930. O emprego de mão de obra desse novo contingente ocorreu juntamente ao desenvolvimento e a diversificação da economia brasileira. Além disso, estiveram presentes e contribuíram para a industrialização do país, auxiliando no ápice da urbanização brasileira. Concomitantemente, indo ao encontro com as ideias de Matos *et. al.* (2018), entre o fim do século XIX e a década de 1930, aconteceu uma transformação na figura e no papel da mulher, muito influenciado pelas imigrantes chegadas da Europa. Transformação em muito ocasionada pela Primeira Guerra Mundial, onde um grande número de mulheres entrou no mercado de trabalho, como forma de subsistência e também, de auxiliar os seus respectivos países que se encontravam em processo de guerra e, posteriormente, reconstrução.

Em relação a fotografia, o ano de 1940 foi um período de “uma mudança profunda no campo da fotografia brasileira” (GUARDANI, 2011,

p.420). Em São Paulo, o campo fotográfico ainda se mostrava incipiente, se comparado aos Estados Unidos e Europa. Porém, havia uma expectativa e necessidade da modernização na área profissional. De acordo com Boris Kossoy:

Com a vinda de muitos imigrantes europeus que dominavam as técnicas da fotografia, não houve dificuldade para que esses imigrantes se fixassem com uma certa facilidade no mercado [...] principalmente em São Paulo (KOSSOY, 1989, p. 886).

Dessa forma, esses novos imigrantes, especialmente as mulheres e ocasionalmente a maioria judias, consolidaram o mercado fotográfico na cidade, seja com a criação de estúdios ou vendendo fotografias para jornais ou revistas, de forma autônoma.

Nas primeiras décadas do século X, existia uma grande quantidade de mulheres retratadas em estúdio junto a sua família ou na “roda da sociedade”, em eventos ou festas. Agora, a mulher urbana, que constitua também a cidade, era, na maioria das vezes, negligenciada. Para entender esse processo, Michele Perrot (2007), explicitou que é recorrente o fato de as mulheres serem silenciadas ou parecerem invisíveis, “há uma espécie de silêncio das fontes” (PERROT, 2007, p.17). Consequente, não é por falta de fontes que as mulheres fotógrafas ou fotografadas não eram estudadas, mas, sim existia uma “invisibilidade ideológica”. Na mesma conjectura, Joana Maria Pedro (2005), entendeu que é necessário querer a presença das mulheres nas fontes, olhando, analisando e fazendo novas perguntas a esses materiais.

As representações sobre o feminino são construídas e repensadas a todo instante, então, ao estudar fotógrafas mulheres, imigrantes e sua produção, pode-se ter diversas análises. Por meio das suas imagens, pode-se ter uma representação da dimensão visual de São Paulo, mais precisamente, do lugar das mulheres na cidade, como posição social e inserção no universo da urbe. Tem-se os discursos sobre aquelas pessoas e seus modos de vida e que o corpo feminino é sujeito a práticas e efeitos de discursos. Ou, no caso de Claudia Adunjar, por meio de seu olhar feminino perante os Yanomami, especialmente o feminino, tem-se diversas dimensões e pontos de vista sob aquele povo. Ainda, diversos modos de femininos foram (são e serão)

produzidos, através de relações de poder e normas vigentes em determinadas épocas.

No tocante as profissionais fotográficas femininas, Maria Beatriz Coelho (2012), observou que a entrada dos fotógrafos que registravam o urbano marca uma virada na representação visual da nação. Até então, tinha-se, na sua maioria, as fotografias encomendadas pelo estado, com o intuito de mostrar ou “parecer mostrar” as marcas de mudanças e transformações da sociedade. Com a entrada de novos fotógrafos, especialmente mulheres, que sujeitavam retratar a representação do cotidiano como uma crônica visual, começou-se a incluir nos registros fotográficos diversos novos atores sociais, principalmente femininos, que até então não se viam nas fotografias.

Para analisar as fotografias, foram utilizadas técnicas encontradas no trabalho das pesquisadoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho cuja obra “Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo – Álbuns de São Paulo (1887 – 1954)” do ano de 1994, trata do estudo de álbuns da cidade do São Paulo dos séculos XIX e XX. As autoras propõem uma série de procedimentos, como separar as fontes em categorias e, após, as apreciações das fotografias foram constituídas em dois momentos, sempre levando em conta o exame sob o prisma de gênero, enquanto “plano formal de expressão”, onde as escolhas técnicas da fotógrafa, tais como: luminosidade, enquadramento, arranjo, elementos figurativos foram importantes, e o segundo momento, foi a “análise sobre o prisma de conteúdo”, ou seja, o conjunto de pessoas, no caso mulheres, lugares, ideias e vivências da fotógrafa e dos objetos fotografados.

O FEMININO NO IMIGRAR FOTOGRÁFICO: TRAJETÓRIAS DE HILDEGARD ROSENTHAL E CLAUDIA ADUNJAR

O ato de fotografar pode ser entendido como um registro de determinado instante e momento. Há tensões e resistências inerentes ao momento e a fotografia pode ser entendida como mediadora cultural, traduzindo em imagens suas experiências e vivências. Considera-se que ao fotografar se toma posse de um momento vivido, um recorte do tempo, espaço e lugar,

que possibilita inúmeras narrativas e sentidos para a imagem. Nessa direção, merece atenção o trabalho de André Rouillé:

A imagem fotográfica não é um corte nem uma captura nem o registro direto, automático e analógico de um real preexistente. Ao contrário, ela é a produção de um novo real (fotográfico), no decorrer de um processo conjunto de registro e de transformação, de alguma coisa do real dado; mas de modo algum assimilável ao real. A fotografia nunca registra sem transformar, sem construir, sem criar (ROUILLÉ, 2009, p. 77).

A fotografia não registra coisas preexistentes, ela transforma e faz ser alguma coisa. O objeto fotografado, no caso, as mulheres registradas são resultado de um posicionamento ideológico, visão, técnica, estética e objetivos do fotógrafo. O seu olhar, concebido pela lente fotográfica, transforma aquele momento possível de múltiplas representações.

Delineando o percurso da primeira fotógrafa elencada neste trabalho, tem-se registrado que Hildegard Rosenthal nasceu na Suíça, em 1913. Logo sua família mudou-se para a Alemanha. No ano de 1933, Rosenthal vai a Paris para continuar seus estudos e em tal cidade se profissionaliza no ramo fotográfico. Na cidade, conhece Walter Rosenthal, esse era judeu, e após alguns anos, em 1936, o casal imigra para o Brasil devido as perseguições antissemitas.

Em 1937 já instalada em São Paulo, trabalha como orientadora de laboratório na empresa de serviços fotográficos Kosmos. Alguns meses depois passa a produzir reportagens² para periódicos nacionais e internacionais sobre a realidade brasileira. Passou a ser uma das primeiras repórteres fotográficas³ do Brasil. Com o nascimento da sua primeira filha, em 1948, ela interrompe as suas práticas profissionais. Como a autora Maria Luiza Oliveira (2010), afirmou, só décadas mais tarde suas fotografias foram para

.....
2 Publicou fotografias em jornais e revista, tais como: *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *A Cigarra*, *Rio e Sombra*.

3 Capitaneados pelos imigrantes, vários laboratórios e estúdios fotográficos surgem na cidade, como "Foto Paramount, da húngara Irene Lenthe, Companhia Litográfica Ypiranga, Indústria Gráfica Nic- colini, Kosmos Foto, o estúdio fotográfico de Hans Gunther Flieg, a Fotoptica, da família Farkas..." (GUARDANI, 2011, 421).

o circuito das exposições, a primeira foi em 1974, no Museu de Arte Contemporânea em São Paulo. Na Bienal de 1977, ganhou o prêmio de melhor fotógrafa. A partir disso passou a ser convidada para participar de exposições, tendo falecido em 1990.

A fotógrafa Claudia Adunjar, nasceu na Suíça, cresceu na Romênia, morou na Hungria e durante a 2ª Guerra Mundial fugiu para os Estados Unidos, indo morar com um tio. Em 1955 veio para o Brasil para se encontrar com sua mãe, e, assim, aos 24 anos estabeleceu moradia no país. Passou a trabalhar como fotojornalista para revistas brasileiras e estrangeiras e aconselhada pelo amigo Darcy Ribeiro resolveu partir em expedições para conhecer os povos indígenas do país. Primeiro conheceu a etnia Karajá, depois os Bororos e chegou a Amazônia. Em 1971, junto ao seu então marido George Love desembarcou na região dos Yanomami, ficando 3 dias junto a eles. Em 1972 voltou sozinha e passou quase um mês na missão de viver e vivenciar os Yanomami. Contraiu malária e voltou a São Paulo. Somente em 1974 pode voltar a região e terminou sua missão de fotografar o povo, contando com o apoio da bolsa da Fundação Guggenheim (1971 e 1977) e da Fapesp (1980)

Interessante salientar que ambas as fotógrafas não falavam português e por meio das fotografias é que podiam se comunicar e principalmente através do ato fotográfico é que puderam entender as contradições e entendimento da complexidade da sociedade brasileira da época. Seja em São Paulo, lugar onde Rosenthal, predominantemente, registrou os atores urbanos da cidade, em especial as mulheres em suas atividades cotidianas. Ou como Adunjar na floresta amazônica, junto aos Yanomami, que além de registrar em imagens seu entendimento sobre tal povo indígena, também lutou contra o genocídio deles. Inclusive, em 1978 foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional pelo governo ditatorial e foi expulsa do território pela Funai. De volta a São Paulo começou a denunciar, principalmente por meio de suas fotografias, as barbáries contra esse povo e principalmente a invasão de suas terras que ocasionou doenças, como sarampo, a essas pessoas. Assim, em 1992 conseguiu junto a outros ativistas, a demarcação das terras Yanomami.

O REGISTRO FOTOGRÁFICO DE HILDEGARD E ADUNJAR: DISTANCIAMENTOS E PROXIMIDADES

A fotografia pode ser considerada uma arte, especialmente quando capta um gesto e momento. Pode transmitir um instante que nunca mais vai voltar e pode ser considerada como uma documentação para entender ou problematizar um período.

Dessa forma, entende-se que Hildegard Rosenthal fugiu do que se podia esperar de uma mulher fotógrafa da década de 1940; ela mesmo revelava e vendia suas fotos e afirmou que não sobrevivia da fotografia, visto que não era comerciante e não sabia se impor⁴. Por outro lado, afirmou que por ser baixinha e “ter boa conversa”, conseguia obter relativamente fácil as fotografias que desejava e, ainda, gostava de fotografar pessoas desconhecidas. E ainda que no período, se tinham muitas profissionais de estúdio, retratando famílias, casais, crianças etc., mas a existência de profissionais mulheres nas ruas, fotografando principalmente os atores sociais das cidades e, mais ainda, as mulheres das mais variadas classes sociais da cidade de São Paulo, eram difíceis de encontrar.

Rosenthal trabalhava com as luzes e suas imagens eram preto e branco. Fotografava profissionalmente e também por lazer. Quando a imagem não tinha pessoas, não interessava. Dentro desse aspecto, o recorte de gênero se faz necessário para compreender como Rosenthal fotografou e registrou as mulheres dentro da cidade de São Paulo. Eis então as imagens 1, 2, 3 e 4 que faziam parte de uma série denominada “Nova Mulher”.

.....
⁴ Entrevista cedida ao Museu de Imagem e do Som em 25/05/1981.

Fotografia 1 – Rosenthal, Hildegard. Ensaio fotográfico “A Nova Mulher”, Praça do Patriarca, Centro, 1940.



Acervo: Instituto Moreira Salles.

Fotografia 2 – Rosenthal, Hildegard. Ensaio fotográfico “A Nova Mulher,” Viaduto do Chá, 1940.



Acervo: Instituto Moreira Salles

Fotografia 3 – Rosenthal, Hildegard. Ensaio fotográfico
“A Nova Mulher”, Centro, 1940.



Acervo: Instituto Moreira Salles

Fotografia 4 – Rosenthal, Hildegard. Ensaio fotográfico “
A nova mulher”, Largo do Arouche, 1940.



Acervo: Instituto Moreira Salles

As quatro imagens fazem parte de um conjunto visual de fotografias que foram encomendadas para a Revista Sombra, publicada em novembro de 1940, na cidade do Rio de Janeiro. Serão analisadas separadamente, mas levando em consideração que faziam parte de um mesmo conjunto de repertório visual. Em relação a primeira imagem, sob a ótica do plano formal de expressão, a câmera estava situada na mesma altura que o objeto principal da imagem, no caso a mulher em destaque. Aliás, a única presença feminina na imagem. O plano era o geral, onde o ambiente dividiu espaço com a fotografada. Esta indica leveza ao caminhar e um olhar atento e fixo em direção a câmera. A nitidez da imagem se concentrou na presença feminina e os não foi dado destaque aos demais personagens daquele registro

Também, a imagem foi obtida na Praça do Patriarca que nas décadas de 1920 e 1930 era considerada o centro comercial mais moderno do país. Em 1940 já não ocupava mais tal posto. O que leva a pensar a ironia presente na fotografia; a nova mulher, o ideal de nova mulher sendo representada em um lugar que outrora fora um grande local financeiro e comercial para São Paulo, mas não era mais.

Na segunda imagem a câmera estava situada de baixo para cima, tendendo a enaltecer a fotografada. O enquadramento foi focado na personagem da imagem. O primeiro plano indica o olhar que o espectador deve seguir, dando destaque ao semblante da fotografada. A terceira imagem apresenta um ângulo na mesma posição da moça e, ainda, o plano é o próximo, onde enquadrando a mulher dando destaque principalmente no seu olhar para a vitrine e sob a ótica do prisma de conteúdo, transmite vontades, desejos e possivelmente identificação com aquelas roupas que estão expostas à venda. É nítido na imagem um borrão, não se sabe com certeza, mas é indicativo de conservação do próprio negativo. Problemas de umidade ou excesso de luz, por exemplo, eram bem comuns no período, até mesmo porque no caso da Rosenthal, ela não possuía estúdio, mas, sim, um quarto em sua residência que revelava e guardava seus negativos e fotografias.

A última imagem desse conjunto visual apresentou o ângulo na mesma altura da fotografada. A ênfase do enquadramento é para a personagem

principal da série fotográfica. Contudo, a mesma dividiu espaço com o vendedor de flores e outras mulheres presentes nesse cenário, que possivelmente estavam adquirindo flores. Uma diferença dessa quarta imagem perante as outras, é o vestuário da moça. Nas três primeiras imagens ela estava com um conjunto preto, e nessa quarta imagem, a parte da blusa é branca. Indicativo que a série foi feita em dias distintos, possivelmente dois dias.

A partir desse conjunto de imagens, tem-se a ideia que a fotografada é uma transeunte que está apreciando e passeando na cidade, é uma *flâneuse* (BENJAMIN, 2000)⁵ Existe o deslocamento da personagem pela cidade de São Paulo, saindo da Praça do Patriarca, passando pelo Viaduto do Chá e terminando no Largo do Arouche, um percurso de aproximadamente 1,5 km⁶.

O ensaio “a nova mulher” foi vendido para exaltar e enaltecer a imagem que se queria ter da nova mulher brasileira: livre, flanava pela cidade, comprava flores, adquiria e admirava novas roupas. Porém, tem uma outra questão a ser considerada, na Europa, devido a Segunda Guerra Mundial os trajes femininos se modificaram e tal fato teve reflexo no Brasil, visto que a moda brasileira era voltada, se não, copiada da Europa. Em 1942, em alguns países do continente europeu, se tornou ilegal que estilistas perdessem tempo adornando os vestidos femininos com pregas, bolsos ou botões, por exemplo. O corte tinha que ser simples e prático. E tudo isso porque a guerra estava em curso e o racionamento de todos esses aparatos: linhas, agulhas, algodão, por exemplo, também estava acontecendo⁷.

Assim, a nova mulher tinha que usar roupas simples e minimalistas, por questões de racionamento e respeito com os soldados na guerra. Ainda, o corte das moças era *chanel* ou curto, como Nicolau Sevckenko afirmou que “cabelos à *La garçonne* rompiam com as vastas cabeleiras de outrora, proporcionando às moças uma aparência assustadoramente masculina trazendo a ideia de uma mulher mais combativa” (SEVCENKO, 1992, p. 86).

.....
5 Para Walter Benjamin seria aquele que vê a cidade sem disfarces. Observa, aprecia e vive aquela cidade.

6 Segundo dados do Google Maps.

7 Ver mais em <http://www.catwalkyourself.com/pt-br/fashion-history/1940s-1950s/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

As afirmações do autor ajudam a compreender o que se esperava dessa mulher dos anos 1940, feminilidade e combatividade. Porém, essa última característica não era para todas as mulheres, apenas as que rompiam com o que se esperava do seu papel: dona de casa, mãe e do lar. As mulheres ousadas e feministas rompiam com tais estereótipos, e todos esses elementos e até mesmo ironias estão presentes nesse ensaio fotográfico de Hildegard Rosenthal. Tem-se várias acepções nessas fotografias e entende-se que a produção de sentidos é uma construção “a partir das nossas histórias sobre nós mesmas e o nosso mundo, juntas e separadas” (SOLNIT,2017). Rosenthal dialogava com suas fotografadas e, mais ainda, com os possíveis significados de “ser mulher” na década de 1940 por meio de suas imagens.

Em diálogo com o feminino presente nas imagens de Rosenthal, tem-se as fotografias de Claudia Adunjar na aldeia Yanomami. Sendo essa uma sociedade caçadora-coletora que, segundo dados do ano de 2011⁸, ocupa um território de floresta tropical com cerca de 120mil Km² de ambos os lados da fronteira do norte do Brasil e do sul da Venezuela. Sua população total é estimada em quase 36 mil pessoas, das quais 19.3338 estariam no Brasil, repartidas em 228 comunidades, e 11.340 na Venezuela.

A primeira imagem apresenta o feminino sob forma simbólica. Para os yanomami, à noite, o yano, que são as grandes casas comunais circulares, é como um útero de mulher grávida, quente e seguro. Lá fora é escuridão e medo, dentro, é calor e proteção (NOIGUEIRA, 2018). Eis a imagem na página seguinte.

Adunjar, dessa maneira, usava o contraste das luzes e sombra para recriar os pensamentos e sentimentos desses indígenas. A linguagem fotográfica foi utilizada para entender quem era esse povo e também como ferramenta para documentar o fascínio que esse povo exerceu à fotógrafa. Ainda, para adquirir intimidade com os fotografados, Adunjar tirava várias fotografias de uma determinada cena, geralmente utilizava um rolo para cada momento fotografado.

.....
⁸ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Fotografia 5 – ADUNJAR, Claudia. Série “*A casa Yanomami*”, 1998.



Acervo: Instituto Moreira Salles.

Percebe-se que por meio do ato fotográfico, a profissional pretendia narrar o que estava sentindo. Sentimentos presentes ao fotografar as mulheres e seu papel na sociedade Yanomami e também no seu próprio gênero feminino ao observar e registrar esse povo. A próxima imagem é um fragmento de uma caminhada da fotógrafa por dias na mata junto aos indígenas para caçar alimento.

Fotografia 6 – ADUNJAR, Claudia. *Candinha e Mariazinha limpam mutum, cujas penas são usadas para emplumar flechas, 1974.*



Acervo: Instituto Moreira Salles.

Nesse momento, a própria fotógrafa explana que não tinha certeza até aonde iriam, pois não cabia perguntar. Se desejava viver o mais próximo dos Yanomami, teria que parar, se alimentar e descansar quando os mesmos assim o desejassem. Ainda, esclarece que apesar de cada homem e mulher terem suas tarefas divididas, como a coleta de frutos reservadas às mulheres, e a caça de pequenos animais aos homens, ao carregar os animais abatidos, o peso era dividido igualmente entre os sexos (NOGUEIRA, 2018).

Por meio das imagens, a fotógrafa pode perceber como se dava a relação entre os homens e mulheres Yanomami, porém, indo além, ela própria pode se reconstruir como mulher e ser humano, por se despir de vaidades e vontades para registrar esse povo, mais do que registrar fielmente, optou por construir imagens que transmitissem seus próprios sentimentos e de alguma forma, dialogar com sua identidade.

As fotografias da década de 1970, relativas a 2º e 3º missão da fotógrafa, mostram os indígenas bastante isolados, seguindo um modo de vida tradicional. Adunjar registra esse povo com um misto de respeito e distância, e por meio da fotografia, observava e registrava o que entendia a partir desse

Imagem 7 – ADUNJAR, Claudia. Acampamento de caça coletiva, Catrimí, Roraima, 1977.



Acervo: Instituto Moreira Salles

contato. Para conferir um encantamento as imagens, espalhou vaselina nas bordas da lente da câmera, criando um desfoque radial, como se as fotografias estivessem embebecidas por sonhos, beleza e magia que os Yanomami transmitiam a fotógrafa. Especialmente ocorria quando as mulheres eram retratadas, transmitindo a maternidade, mas também a força e o caráter guerreiro. Em consideração a isso, Tacca entende que:

[...] Claudia Andujar prenuncia desenvolvimentos posteriores no campo fotográfico sobre o indígena, ao quebrar estruturas modeladoras de nossa forma de ver – pautadas em padrões positivistas da arte de descrever fotograficamente – e incluir a possibilidade de subjetividade e autoria (TACCA, 2011, p.217).

Adunjar desenvolveu ensaios com forte caráter autoral sob a vida dos indígenas Yanomami, desenvolveu novas formas de apresentar as realidades a partir de suas próprias experiências visuais. Além disso, não falava a língua dos Yanomami, e muito pouco o português. Se entendiam com gestos e mímicas, por meio da troca de olhares se tinham as respostas. A partir do entendimento que a identidade é sempre múltipla e mutável, pode-se ter em consideração que a fotógrafa e seus fotografados, especialmente às mulheres, dialogaram e trocaram entendimentos e experiências por meio do ato fotografado, ainda que não compartilhassem o mesmo idioma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como premissa analisar o trabalho de Hildegard Rosenthal e Claudia Adunjar, para assim, compreender de que forma seus olhares como fotografas mulheres e imigrantes incidiram sob seus fotografados.

Rosenthal, utilizou de composições fotográficas muito bem-feitas, utilizando-se da luz e sombra, para evidenciar ou apagar algum personagem da imagem. Conheceu o Brasil por meio da fotografia, visto que mal falava o português. Chamava a atenção para coisas que no dia a dia as pessoas não se davam conta, como o papel da mulher na sociedade, quem era a nova mulher na década de 1940: do lar, moderna, trabalhadora? Enfim, eram muitas mulheres a serem retratadas.

Entendeu-se, então, que Hildegard Rosenthal fugiu do estereótipo que se esperava de uma mulher nos anos 1940, além de ir as ruas fotografar, registrava pessoas, especialmente mulheres, que estavam silenciadas ou apagadas nas fontes visuais do período. Além de ser pioneira no fotojornalismo, também revelava e vendia suas fotografias. Em algumas fotografias, utilizou-se da sua estatura pequena para ficar em altura inferior a mulher retratada, uma forma de evidenciar a pessoa. Realizava todo o processo de revelação e venda das imagens em um quarto de sua casa,

Claudia Adunjar começou a fotografar profissionalmente por volta da década de 1970, quase trinta anos após Rosenthal. Fez parte do movimento da fotografia documental, no caso dos Yanomami, fotografou e capturou a essência dos indígenas, porém, levando em conta seus sentimentos e entendimentos de seu morar e dialogar com esse povo.

Por meio das fotografias, Adunjar pode discutir seu próprio papel de mulher na sociedade dos anos 1950, uma mulher que foi para floresta e viveu com esse povo por vários meses, em temporadas distintas. Ainda, retratou as Yanomami em suas atividades naturais, colhendo frutos, carregando o alimento, cuidando dos filhos. Pode-se entender que por meio dessas imagens, a fotógrafa pode descobrir o outro, e através desse outro, a si mesmo e sua(s) identidade(s).

Por meio de seus trabalhos, tem-se uma marca das fotografias dos anos 1940 e 1970. No caso de Hildegard Rosenthal, nota-se um olhar voltado para os personagens da cidade de São Paulo, pessoas denominadas “comuns” e seu **flâneuse** pela cidade, por exemplo. Com Claudia Adunjar, pode-se conhecer e discutir o papel fotográfico dos anos 1970 e como a fotografia documental aliada a um trabalho quase etnológico da fotógrafa, pode registrar sua própria vivência e experiência com os indígenas Yanomami.

Ambas as profissionais, falando pouco o português, utilizaram das imagens como forma de descobrir esse país ao qual estavam chegando e de evidenciar nuances que não eram mostradas nos registros visuais de suas épocas, de forma geral. Como as mulheres na cidade de São Paulo trabalhando, passeando e até a própria fotógrafa andando no meio das pessoas

e obtendo as imagens. Ou então indo ao povo indígena Yanomami, retratando em especial as mulheres e o feminino, interagindo e sendo quase um deles e, indo além disso, lutando por suas causas. Assim, pode-se delinear essas duas fotografias, combatentes, cada uma em suas causas específicas, e mais que isso, encontraram no outro um pouco de si e suas identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. **Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Feminism and the Subversion of Identity. Routledge, New York, 1990.

COELHO, Maria Beatriz. **Imagens da nação**: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GONÇALVES, Ana Paula Chrystina Scarpin. **Hildegard Rosenthal** – pioneira da fotografia do Brasil. São Paulo: Trabalho de Conclusão de Curso, ECA/USP, 2007.

GUARDANI, Mariana Gonçalves; LIRA, José Tavares Correia de. **Fotógrafos estrangeiros na cidade**: campo profissional e imagem fotográfica em São Paulo, 1930-60. 2011. Dissertação de Mestrado, Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade**: da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas: Mercado das Letras, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo; CONCEICAO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930).

Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 35, n. 3, e0045, 2018. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0045>>. Acesso: 18/08/2019.

NOGUEIRA, Thyago (Org). **Claudia Andujar**: A luta Yanomami. São Paulo: IMS, 2018.

OLIVEIRA, Maria Luiza. **Metrópole:** Hildegard Rosenthal. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98. ISSN 1980-4369.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Acesso: 10 out. 2018.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

ROUILLÉ, André. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas:** Reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2017.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. **História, ciências, saúde** – Mangueiras, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.191-223, 2011.

O HOSPITAL COLÔNIA DE ITAPUÃ: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA DAS PACIENTES MULHERES¹

RAFAELA LIMBERGER
GRADUADA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE
DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
RAFAELALIMBERGER@MX2.UNISC.BR

RESUMO

O Hospital Colônia de Itapuã foi inaugurado em Viamão em 1940, e foi o primeiro hospital no Rio Grande do Sul com internação compulsória para os pacientes diagnosticados com Hanseníase, doença antes chamada de Lepra. Essa instituição seguia um projeto da Era Vargas que tinha como objetivo a construção de pequenas cidades, afastadas do convívio com a sociedade, possuindo determinado espaço para a moradia e permanência de funcionários, outro para a administração do local e o espaço dos doentes – que deveria ficar excluído dos demais. A instituição recebia pacientes de todo o estado e funcionava com inúmeras regras de convivência, especialmente relacionadas a questões de gênero. Com as análises feita no website A Cidade Inventada e o documentário A Cidade, esta pesquisa teve por objetivo analisar o tratamento das pacientes mulheres do Hospital Colônia de Itapuã. Através de um olhar voltado para a história destas pacientes, buscou-se compreender como estas se constituíram enquanto sujeitos mulheres dentro do hospital e como suas identidades foram moldadas através das regras de convivência, perpassadas por

.....
1 Este artigo foi produzido com base no trabalho de conclusão do curso de História, na Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC: Hospital Colônia de Itapuã: Um estudo sobre gênero e subjetivação feminina.

relações de gênero e poder. Contudo, as análises apontam que houve aspectos de resistência pelas mesmas, seja no próprio discurso e na não aceitação de determinadas regras.

Palavras-chave: Hospital Colônia de Itapuã, gênero, resistência.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente artigo tem como objetivo analisar o modo como se constituiu o processo de subjetivação das pacientes mulheres dentro do Hospital Colônia de Itapuã, bem como fazer uma discussão de “gênero” acerca do cotidiano das pacientes internadas nesta instituição, analisando as regras de convivência, as questões referentes a convivência de pacientes homens e mulheres e suas relações de namoros, noivados, casamentos e filhos.

Aqui aborda-se estas questões através da metodologia qualitativa com enfoque em uma análise documental, voltada à análise de narrativas. Fazendo uso da análise de narrativas, enquanto método de análise, através do material de análise do projeto *transmídia*, especificamente o documentário *A Cidade* (2012), na qual material tem o intuito de mostrar o cotidiano dos habitantes do hospital. Além disso analisa-se o material complementar do website *A Cidade Inventada*, cuja navegação pode ser feita de forma interativa, navegando pela estrutura e organização do hospital.

A partir de conferências internacionais relacionadas à Lepra entre 1897 e 1909, nas quais se atestava que a doença era contagiosa, surgiu a necessidade da criação de instituições de isolamento. Segundo Borges e Serres (2014), o Brasil, no governo de Getúlio Vargas (1930-1950), deu início à construção de aproximadamente 30 instituições de isolamento desses pacientes. Essas instituições seguiram sistematicamente um projeto que previa a construção de pequenas cidades, incluindo determinado espaço para a moradia ou permanência de funcionários, outro para a administração do local e, por fim, o espaço dos doentes, espaço este que deveria ficar recluso dos demais.

No Rio Grande do Sul o primeiro hospital construído nesses moldes foi o hospital Colônia de Itapuã, que foi inaugurado em 11 de maio de 1940, em Viamão-RS, cidade localizada a 24 km da capital Porto

Alegre/RS, cercado por um território de mata e distante do convívio social. O hospital contava com moeda própria, escola, igreja, espaço de lazer, e uma espécie de cadeia para os pacientes que tentassem fugir do local.

A PRODUÇÃO DO FEMININO NO CONTEXTO DOS DIFERENTES LUGARES DE CONVIVÊNCIA NO HCI²

O refeitório do Hospital Colônia de Itapuá era o local que promovia o encontro dos pacientes para a realização de suas refeições, era um dos poucos lugares em que todos os pacientes podiam conviver, em diferentes momentos, porém, respeitando as regras da instituição. Pacientes dos gêneros feminino e masculino podiam frequentar o mesmo lugar, desde que respeitassem os limites das alas masculina e feminina. Segundo relato da paciente Eva, as irmãs franciscanas não admitiam que casais vivessem “amigados” no hospital, e ressaltavam a necessidade de separação física entre homens e mulheres para que isso não viesse a acontecer:

[...] Pessoas que tinham assim às vezes... vinham pra cá e ficava a mulher lá, né. E aqui se arrumava outro parceiro, abandonado pela família, né. E vice-versa. Tanto a mulher como o homem, né. Quando eles vinham no refeitório, era cada um pra um lado. As irmãs não podiam ter gato, nem cachorro. E nem pessoas “amigadas”. Pessoas que tinham assim às vezes... vinham pra cá e ficava a mulher lá, né. E aqui se arrumava outro parceiro, abandonado pela família, né. E vice-versa. Tanto a mulher como o homem, né. Quando eles vinham no refeitório, era cada um pra um lado. As irmãs não admitiam.

A praça do Hospital Colônia de Itapuá era outro local de encontro dos pacientes a céu aberto, porém, só era possível esses encontros seguindo as regras de convivência da instituição. Homens e mulheres se encontravam sendo constantemente monitorados pelos guardas do local e pelas irmãs franciscanas: “Tinha essa avenida aqui, a avenida Getúlio Vargas, o rapaz era do lado de cá e a namorada do lado de lá do canteiro. Tinha sempre o canteiro no meio. Era severo mesmo. Muito severo.” Os namorados do hospital poderiam se encontrar aos sábados na praça, sendo admissível se sentar

.....

2 Hospital Colônia de Itapuá.

em alguns bancos disponíveis na praça até o horário da tardinha, após este horário era preciso voltar ao seu pavilhão. Conforme relato da paciente Eva, para namorar outro paciente primeiramente era preciso pedir autorização para a madre e para o diretor do hospital, a paciente mulher pediria a madre e o paciente homem ao diretor da instituição.

Entre o pavilhão 12... 12 e 13. Nós não podia cruzar, porque do lado de cá moravam os rapazes, né. Então as irmãs não gostavam de a gente passar ali. Os meninos mexiam com as gurias e ... as freiras eram muito “enjoadas” nessa coisa. Porque pra namorar aqui tinha que primeiro assim, ó: O rapaz ia lá no diretor pedir se podia namorar fulana de tal. E a moça, tinha que pedir pra Madre. “Madre tem um rapaz...Posso namorar, ou não.” Ia ver, se tinha condições, né.

Conforme o relato da paciente Eva, os pacientes homens “mexiam” com as pacientes mulheres, mas as irmãs estavam constantemente vigiando os pacientes para que estas relações afetivas não fugissem do controle. Levando em consideração as narrativas pode se observar que os pacientes do Hospital Colônia de Itapuã eram constantemente vigiados, tanto quanto no refeitório e nos outros espaços de lazer, homens e mulheres deviam ficar separados o máximo possível.

Segundo Foucault (2004), essas ações praticadas no hospital caracterizam-se no que o ele denomina como o poder disciplinar, mecanismo de poder encontrado em instituições como hospitais, local onde o poder é exercido por uma vigilância longa, dentro de um espaço determinado. Assim é possível saber de forma mais detalhada sobre os sujeitos que nele estão inseridos, seus comportamentos e desejos, facilitando assim os efeitos do poder sobre esses sujeitos.

Com isso, é utilizado de ferramentas sutis para moldar os sujeitos quanto a seus comportamentos, desejos e experiências. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT,2004, p.119). O autor coloca ainda que a disciplina às vezes exige a cerca, ou seja, os pacientes do hospital estavam cercados em determinado espaço. Sendo

assim, o poder disciplinar é constantemente presente dentro da instituição, buscando-se “adestrar” como coloca o autor, educar estes sujeitos para que seguissem um determinado comportamento. Corpos dóceis, sem resistência as regras da instituição.

PRODUÇÃO DE GÊNERO

O hospital Colônia de Itapuã é um espaço cheio de regras e discursos perpassados por relações de poder. Esses discursos e regras atingem diretamente os pacientes no hospital, de tal forma, que as pacientes mulheres se constroem dentro desta instituição conforme essas relações de poder. Conforme aponta Scott (1995), existem construções sociais ao longo da história que definem as diferenças sociais da identidade de homens e mulheres e que são construídas em cima de um corpo sexuado.

Assim o conceito de gênero torna-se importante por separar questões sexuais das questões que são implicadas ao processo de subjetivação da identidade de homens e mulheres ao longo tempo.” O termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” -a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.” (SCOTT, 1995, p.75). Desta forma é possível compreender de que forma são arquitetadas as relações de poder dentro da instituição, como elas acontecem e de que forma essas relações de poder são emaranhadas dentro de normas para homens e mulheres e como estas influenciam no processo de subjetivação das pacientes mulheres no hospital.

As irmãs Franciscanas eram as responsáveis pela organização e preparo dos alimentos. Elas contavam com a ajuda de alguns funcionários e até mesmo de alguns pacientes, estes eram escolhidos pelas irmãs como aptos ao trabalho, tornando assim o refeitório um dos mais importantes locais de encontro de futuros casais que se conheceram no hospital. Conforme o relato da paciente Eva, o refeitório seria o local onde ela conheceu seu esposo, senhor Darcy:

[...] nós tava limpando o refeitório. Lavando a louça, varrendo, limpando as mesas. Arrumando pro almoço. Aí a irmã disse assim pra mim: “Vai lá buscar aquele rapaz, que aquele lá é o teu.” Bem assim ela disse. Aí eu disse: “Eu não vou, irmã.” “Não, vai

sim. Traz ele aqui pra ele tomar café.” Daí eu fui lá ele tava de cabeça baixa. Ele recém tinha perdido a mãe. Tava com os braços cruzados, de cabeça baixa. Aí eu disse: “Oh moço, a irmã disse que é pro senhor ir no refeitório tomar café.” Aí ele olhou e disse: “Não, muito obrigado. Eu já tomei café.” E ficou por ali. A irmã gostava de pegar porque aqui chegavam muitas pessoas...com as mãos estragadas, né. Então quando chegava um assim, bem perfeitinho, a irmã pegava pra trabalhar, né. No refeitório ou na enfermaria. Aí a irmã disse: “O que tu achou do moço?” Eu digo: “Ah, meio pateta” Eu disse: “Ele é meio pateta, ele não conversa.” Daí a irmã disse: “Vamos convidar ele, quando ele vier pra almoçar... nós vamos convidar ele pra ele trabalhar com nós”. Era a irmã que mandava, né.

Fica destacado a influência que a irmã exercia sobre os pacientes e a autoridade da em escolher o marido para a paciente, chegando a estimular essas aproximações. A uma necessidade clara através da influência da madre de que a mulher precisa encontrar um marido no hospital, tendo como natural que a figura da mulher deve estar atrelada ao matrimônio. Ao optar pelo casamento e com a autorização da madre e do diretor, a união dos casais era formalizada na forma civil pelo escrivão e depois na forma religiosa pelo padre na igreja. Uma das pacientes, cuja voz não possibilitou a identificação de seu nome, descreve o dia do seu casamento:

O dia que eu casei era de manhã cedo. Aprontaram a noiva, né. Primeiro o escrivão do Itapuã vem aqui. Aqui no consultório onde tem consulta, né. E lá nós “casemo”. E saímos de lá reto pra igreja. E dá igreja saímo então caminhando. Até lá na chácara, os noivos. E a orquestra atrás de nós. Era bonito até.”

Assim, o casamento no hospital aparece como uma estratégia sutil de controlar os corpos, pois existe todo um cuidado de se manter afastados homens e mulheres, mas por outro lado a madre influencia uma paciente a se aproximar de outro paciente, se referindo a este como seu futuro esposo. O que aponta é que ao se casar no hospital, os sujeitos ficam mais controlados, e o lugar cria para o paciente um sentido de vínculo. Ou seja, ao encontrar o seu par dentro daquele espaço, não há necessidade de sair do lugar, e sim de permanecer nele, pois se cria uma identidade e vínculo. Evita-se assim, através do casamento, as fugas e os transtornos, além do controle sobre as relações sexuais.

Michel Foucault (2015), dentro destas perspectivas de controle sexual, apresenta algumas análises entre o sexo e as relações de poder, assim como exemplifica que o dispositivo do sexo é usado para controlar os sujeitos, as relações de poder não podem exercer determinado poder referente ao sexo e ao prazer, apenas a negação e de maneira geral, colocando limites. A negação presente em relação ao sexo, para que os pacientes se controlem; a separação constante entre homens e mulheres em locais de convívio geral; a censura dos corpos, o não tocar, manter-se afastado e o casamento como forma de controle do sexo.

O casamento era apenas um dispositivo de controle, nem mesmo considerado uma instituição de família, pois os pacientes que tivessem filhos dentro do hospital não poderiam ficar com eles e seus filhos seriam encaminhados aos preventórios. A paciente Nair em sua narrativa coloca sobre seu casamento: “Vai fazer 46 anos que nós estamos casados, dia 13 de abril do ano que vem. Daí, eu tive as filhas que foram tiradas, né... não podiam ficar junto. Eu sofri bastante assim, né. Mas tá, tá tudo bem, né. São coisas que passam com o tempo.” A paciente então poderia ser esposa, mas não poderia ser mãe de seus filhos.

Sendo assim, as pacientes mulheres se constituem dentro desta norma, moldando sua subjetivação enquanto sujeitos mulheres. A **subjetivação**, conforme coloca Foucault, só é admissível dentro de relações de poder/saber, desta forma, os pacientes do Hospital Colônia de Itapuã não poderiam se constituir à margem do hospital, pois foram constituídos enquanto sujeitos dentro das relações de poder na instituição. Em decorrência, mulheres são influenciadas pelas regras em torno do sexo, da separação de homens e mulheres e do controle quanto à aproximação dos corpos. Também se constituem influenciadas pela ideia do casamento como tarefa imbuída às mulheres, assim como a busca por um par e pelo encontro deste enquanto papel das pacientes mulheres. Porém, não seria permitido filhos dentro do hospital, a mulher então, deve se constituir enquanto esposa, dócil e reservada aos lugares privados, mas não enquanto mãe.

RESISTÊNCIA

Apesar de todas as regras de convivência dentro da instituição e das regras impostas a todas as pacientes, bem como os discursos que as atingem, observa-se que mesmo assim temos narrativas diferentes dentro do hospital. Mesmo quando o discurso é percebido como construído socialmente pelo lugar de convívio destes pacientes, é possível observar sinais de resistência.

Ao analisar o depoimento da paciente Elma, a paciente traz um depoimento contrário as outras pacientes, uma narrativa de resistência ao lugar: “Aqui era campo de concentração. Tudo fechado. Cerca, arame. Era ali. Tinha uma rua pra ir no refeitório. Quem não era casado, quem era solteiro. Preconceito rolava aqui. A gente... custou muito... Mas ainda... Sai ali fora tem gente que não olha pra ti.”

A paciente Juraci que também reside no hospital, concorda com a fala da paciente Elma: “Não. Preconceito tem em tudo. É com aidético, é com a cor. Com tudo. Mas ninguém pede para nascer assim, né”. Apesar das pacientes serem moldadas através das relações de poder da instituição e dentro destes discursos, essas pacientes mostram resistência ao ter um discurso diferente do imposto do hospital como um lugar bom de se viver. Já a paciente Eva em sua narrativa de como foi parar no hospital, ao mesmo tempo deixa claro viria para um lugar totalmente novo e inesperado, ou até mesmo que fosse morta, porém, após anos dentro do hospital, é o melhor lugar para ela de se viver:

Eu tava ali em Esteio. Quando foi desconfiado da doença. Eu não me lembro bem se foi em 1958 ou 59. Por aí, nessa data. Meu avô... nós tinha criação [de cavalo]. Era raça, né, colono. Meu avô adotivo. E um dia eu ouvi meu avô falando lá pros rapazes. “Bah”, ele disse, “aquele cavalo que eu comprei tá leproso, tem lepra”. Aí eles mataram o cavalo, né. Mataram pra não alastrar. Quando eu ouvi o doutor dizer aqui que o que eu tinha era lepra. “Bah, paguei a doença do cavalo.” Digo. “Tá, tô ralada agora. Vai sobrar pra mim... porque se eu tenho essa doença eles vão me matar.” E me trouxeram pra cá [...] Mas não, cheguei aqui, no paraíso. [...] Pra mim Itapuã é meu hotel 5 estrelas. Minha casa. Aqui eu tenho tudo que eu preciso. E tudo que me faz bem.

Para a paciente Eva, ela chegou no paraíso, sendo assim, podemos compreender que o que constitui a memória dos sujeitos são os acontecimentos

vividos individualmente e os vivenciados em grupos. Em suas narrativas as pacientes trazem coisas que cabem apenas a elas enquanto indivíduos e algumas informações mais abrangentes que destacam os acontecimentos em grupo.

Conforme Michel Pollak (1992) a memória é seletiva, nem todas as coisas e acontecimentos ficam registrados, há uma espécie de seleção e construção: “[...] O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p.4-5). Como um trabalho de seleção e construção da memória, o próprio silenciamento é uma forma de organização.

O silenciamento é tido aqui como uma forma de resistência, uma forma da memória não precisar vivenciar novamente acontecimentos que causaram sofrimento ao sujeito que vivenciou traumas, ou mesmo receio de como esses relatos podem ser interpretados. Ao construir determinado relato pode-se dizer seja uma forma de se evitar um sofrimento, um silenciamento de outras memórias que trariam algum tipo de dor as pacientes, ou até mesmo de se reviver momentos desagradáveis, procurando na construção do discurso um refúgio para todas as suas memórias. Outra narrativa que chama a atenção é da paciente Valdeci, o seu relato foi gravado dentro do cemitério do hospital Colônia de Itapuã:

Eu cheguei aqui nesse lugar, eu tinha 16 anos. Primeiro me casei com aquele ali da arvorezinha né. Aquele morreu com vinte e oito anos. Depois me casei com este aqui. Vivi um ano e sete meses junto com ele. Não deu certo porque ele me “pauleava” muito, né. “Se separemo”. Depois que deixei esse aqui, me casei com aquele outro, né. Aí fiquei 44 anos com aquele. “Moremo” junto. Tive oito filhos dele, e três filhos do primeiro, né. Desse aqui eu não tive nenhum. No fim, tive um caso, não deu certo. “Separemo”. Fiquei viúva, tô viúva [...].

Conforme o relato da paciente Valdeci, ela se casou quatro vezes, no seu segundo casamento sofreu agressões físicas por parte do esposo. Ficando assim exposto que dentro do HCI as mulheres também sofriam violências físicas, nesta situação do próprio cônjuge. As autoras Fraisse e Perrot (1991, p.349) contextualizam acerca das violências contra as mulheres: “A violência, suportada ou exercida pelas mulheres, na família ou na sociedade,

é um prisma particularmente significativo das persistências – e dos recuos – do patriarcado³.” Desta forma, as pacientes do HCI estavam à mercê das violências físicas, sendo um ato de resistência da senhora Valdeci optar pelo rompimento e afastamento do esposo em um espaço onde havia relações de violência.

Outra questão que se pode observar como ações de resistência por conta das pacientes mulheres são as suas relações com os filhos que eram concebidos dentro do hospital e separados das mães logo após o seu nascimento. Os “preventórios”, como eram chamados na época, eram responsáveis por abrigar os filhos dos casais portadores de hanseníase que nascessem dentro do Hospital Colônia de Itapuã. O Amparo seria responsabilizado pela educação das crianças até a maioridade caso o paciente não houvesse nenhum familiar que pudesse ficar responsável por seus filhos, outras crianças eram colocadas para adoção.

A senhora Marley, filha de um casal de pacientes traz em seu depoimento, detalhes de como foi sua infância vivendo um pouco no Amparo e um pouco com os tios. Alguns anos após Marley estar morando com os tios, a mãe resolve levá-la ao hospital, e conforme relato, ela vai morar dois anos escondida com a mãe no hospital, sob os cuidados da mãe e dos pacientes do hospital.

[...] E me levou lá pro hospital. Mas me levou as escondidas. As autoridades não chegaram a ver. Eu lembro que a gente entrou escondida. Ela me puxava, me agarrando firme pela mão. E tinha uma guia, inclusive, até muitos doentes que a gente sabe que saiam lá do hospital, eles não saiam pelo portão da frente. Eles saiam muitas vezes escondidos. Eles não poderiam fazer isso, mas saiam escondidos pelo mato. Eles já tinham uma trilha de acesso ao hospital, né. Eu era a única lá dentro. No meio daquele pessoal “tudo”. E eu lembro, assim, que a minha mãe sempre tinha o cuidado... Eu não podia sair muito do pavilhão. E era sempre assim: cuidando, porque eu estava irregular lá dentro.

Após a descoberta foi encaminhada a outro orfanato, mas um tempo depois pode voltar a conviver com os tios. Conforme a narrativa da senhora Marley, pode-se perceber que sua mãe procurou ir contra as regras do

.....
3 O patriarcado é um sistema social onde homens mantêm poder e privilégios historicamente acima das mulheres.

hospital, que a proibia de conviver com a filha. Ao tentar mantê-la escondida, mesmo com uma regra clara de proibição da convivência de pais e filhos dentro do hospital, houve resistência.

Sendo assim, o processo de subjetivação das mulheres no hospital Colônia de Itapuã foi por vezes submissa e por vezes resistentes. Conforme coloca Foucault (2015), sempre onde houver relações de poder haverá resistência, a resistência não pode existir se não nas relações de poder. Dessa forma, as mulheres pacientes do Hospital Colônia de Itapuã se constituem ora submissas, ao aceitar e seguir as regras do hospital, porém ainda assim resistentes ao fugir da instituição, tendo discursos contrários e negativos ao HCI e quebrando as regras a elas impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pacientes mulheres do Hospital Colônia de Itapuã foram perpassadas por relações e discursos de poder, e através destes mecanismos, ocorreu o processo de subjetivação feminina delas. Ao serem internadas compulsoriamente dentro do hospital, com suas regras de convivência e constantemente vigiadas, o lugar acabou moldando os seus discursos, os seus desejos e a própria identidade como mulher.

No entanto, é preciso levar em consideração que estas mulheres encontravam mecanismos de resistência dentro desse espaço de “correção”. Ao não obedecer as regras do hospital, ao terem seus discursos de reprovação do espaço, ao lidarem com a agressão física por conta do marido e optar pelo divórcio, ao procurem exercer a maternidade mesmo o hospital sendo contra e ao reviver e as memórias de suas dores e momentos marcantes dentro do hospital, essas mulheres usam a resistência como mecanismo de defesa.

Conclui-se desta forma que historicamente, as pacientes mulheres do HCI se constituíram tendo ao hospital um vínculo de pertencimento, o considerando como seu lugar e sua casa, não conseguindo desta forma viver após 1950 em um ambiente fora do hospital. Porém, mesmo diante desse espaço de confinamento, sendo vigiadas constantemente, essas pacientes mulheres foram resistentes.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

A cidade inventada. Disponível em: <http://www.acidadeinventada.com.br/>. Acesso em: set. 2018.

SULZBACH, LILIANA. **A cidade.** Disponível em: <http://www.acidadeinventada.com.br/>. Acesso em: set. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Fabio Chang de. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas.** Revista AEDOS, n. 8, v. 3, jan-jun 2011. p. 09-30.

AYUB, João Paulo. **Introdução à analítica do poder de Michel Foucault.** São Paulo: Intermeios, 2014.

BORGES, Viviane Trindade. **Casamento, maternidade e viuvez: memórias e mulheres hansenianas.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 109-125, 2010

BORGES, Viviane Trindade. SERRES, Juliane Conceição Primon. **Narrativas sobre o velho leprosário: as entrevistas realizadas com pacientes/moradores do Hospital Colônia Itapuá (Viamão/RS).** Boletim da Saúde. Rio Grande do Sul. v.16, n.2, 2012, p 116-124.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Revista Estudos de Psicologia**, v 11, n 1, p. 65-69, mar 2006.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Coord.). **História das mulheres no Ocidente.** Porto: Afrontamento, 1990-1991. 5 v.

EIDT, Leticia Maria. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.76-88, maio-ago 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p. 58

_____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002. 354 p. (Ditos & escritos ; 1)

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 262 p.

- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v.35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995
- GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de VARGAS. **REVISTA USP**, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 200.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- NAPOLITANO, Marcos. **Fontes Audiovisuais: A História depois do papel**. In: PINSKY, Carla B (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 235-289
- PERROT, Michelle. **HISTÓRIA da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, [1989-1992]. 5 v.
- _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 332 p. (Coleção Oficinas da História; 12)
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15
- _____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. p.200-21
- QUEVEDO, Everton Reis. **Isolamento, isolamento, e ainda isolamento: o Hospital Colônia Itapuã e o Amparo Santa Cruz na profilaxia da lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950)**. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2005.
- REVEL, J. (2005). **Michael Foucault conceitos essenciais**. (C.P.Filho & N. Milanez, Trad.). São Paulo: Claraluz.
- SANTOS, Iolanda Montano dos, KLAUS, Viviane. A inclusão e o sujeito empresário de si. In: FABRIS, Eli T. Henn; KLEN, Rejane Ramos.(Orgs). **Inclusão e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.(Coleção Estudos Foucaultianos)
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, p. 71-99.
- SERRES, Juliane. **“Nós não caminhamos sós”**: O Hospital Colônia Itapuã e o combate à lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950). Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2004.

MULHERES NO MOVIMENTO ANARQUISTA NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

NICOLE ANGÉLICA SCHNEIDER
MESTRANDA/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
NICOLEANGELICASCHNEIDER@GMAIL.COM

RESUMO

Com a crescente imigração europeia para o Brasil, vieram também novas ideias, em fase de fuga, devido ao fascismo que crescia no velho continente: o anarquismo. Entre os anarquistas refugiados, haviam mulheres ou suas filhas. As mulheres de famílias mais bem colocadas aproveitavam para trabalhar como professoras, devido a sua educação, podendo assim circular pelos espaços públicos. Já nas famílias mais pobres, as trabalhistas estavam sujeitas às diversas violências nas fábricas e espaços precários de trabalho. Rebelar-se contra todas as opressões e contra quem as executava foi a maneira encontrada por essas mulheres de sobreviverem aos seus cotidianos. Num período de crescente movimento sufragista, movimento operário e reivindicação do espaço público pelas mulheres brancas, muitas encontram no movimento anarquista um meio de se expressar e juntar forças para a luta, como a russa Emma Goldman, Luce Fabbri no Uruguai e a mineira Maria Lacerda de Moura. Diante deste panorama de virada de século, esta pesquisa consiste em um projeto que visa averiguar a atuação das mulheres e as reivindicações femininas no movimento anarquista no Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930).

Palavras-chave: Mulheres, Movimento Anarquista, Primeira República.

INTRODUZINDO A PESQUISA

Com a grande imigração de europeus para o Brasil em processo de industrialização, atravessaram também o Atlântico novas ideias, que já estavam perdendo forças no território europeu devido ao fascismo crescente. Seus protagonistas viram no novo ambiente um campo próspero. Entre outros pensamentos, estavam as anarquistas. “Enquanto que na Europa o anarquismo se isola progressivamente do movimento operário a partir de 1880, no Brasil o anarco-sindicalismo constituirá a corrente mais importante do movimento operário durante 30 anos.” (PINHEIRO, 1997, p 149).

Diante do desafio de envolver os trabalhadores no anarquismo, rebelando-se contra seus patrões, os anarquistas utilizaram suas principais ferramentas de protesto. Além de incentivar a luta operária por direitos, a imprensa e as peças teatrais eram meios de divulgação da filosofia anarquista, anticlerical e antirreligiosa (MARQUES, 2012).

Sabe-se que as mulheres foram ativas nos protestos do movimento operário e nas Greves Gerais de 1906 e 1917, inclusive amenizando o impacto diante do público porto -alégrense, diante do qual, a mulher ainda significava passividade. (BILHÃO, 2016). Nas rotas dos refugiados estavam as esposas e filhas. Ao chegar no Brasil, muitas aproveitavam para trabalhar como professoras, sendo assim permitida suas saídas do espaço privado, frequentando as ruas e locais públicos. E é nessa posição, de educadoras, leitoras e escritoras, desta maneira contribuam para a causa anarquista. Como afirma Benito Bisso Schmidt ao citar a participação e ação de Maria Lacerda de Moura, Agostina Guizzardi e Laura Brandão no movimento operário anarquista: “Professoras, escritoras e militantes... estas mulheres não foram apenas “companheiras”, mas ativas participantes das lutas dos trabalhadores brasileiros.” (1998, p.1464).

Baseando-se em Joan Scott, Isabel Bilhão (2005), pontua que a participação da mulher no mundo do trabalho “está longe de poder ser considerada igualitária”, tendo o ofício uma identidade majoritariamente masculina. Mesmo no movimento operário anarquista, onde há pretensões revolucionárias, a participação e a inclusão das mulheres na luta e no

pós-luta apresentam-se restritas. O movimento reservava o espaço doméstico para as mulheres, defendendo sua educação. Acreditavam que com os poderes de persuasão, elas pudessem livrar maridos, filhos e irmãos da tentação do conformismo e colocá-los diante da luta contra o capital que os explorava (ARAVANIS, 1999).

Desta forma, rebelar-se contra as opressões e contra quem as executava foi a maneira encontrada dessas mulheres de sobreviverem aos seus cotidianos violentos. Elas se juntam ao movimento operário, conforme seus ideais. Com o objetivo de mudarem o rumo de suas vidas e de tantas outras, “elas revoltaram-se contra mestres, enfrentaram a polícia, escreveram jornais e levaram para as ruas as reivindicações originárias de sua ambígua situação de classe explorada e sexo subordinado” (PENA, 1983, p. 12). Muitas se juntam ao movimento anarquista, o qual defendia a participação política das mulheres e sua emancipação. Esse, compondo o movimento sindical e operário, aplicou a ação direta nesses espaços, assim determinaram prioridades de luta e uniram forças contra o inimigo em comum. (RIBAS, 2014).

Contando com as experiências dessas mulheres, será explanado nesta apresentação os vestígios deixados constituindo atualmente boas fontes e alguns trabalhos já realizados referentes a participação feminina no movimento anarquista operário republicano.

ENCONTRANDO RASTROS

Considerando que os jornais eram uma ferramenta de ação para o movimento anarquista, onde expressavam suas ideias e buscavam unir os operários para a luta, este se apresenta como uma fonte importante na busca pelas mulheres e assuntos vinculados tradicionalmente ao feminino.

Alguns dos periódicos que estavam em circulação no Rio Grande do Sul eram **A Luta**, circulou nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, em suas páginas há defesas do ensino racionalista e críticas contra o Estado e o Clero, além de gerando debates contra os socialistas; *A voz do trabalhador* foi dirigido por Zenon de Almeida, gaúcho, que esteve presente em diversas cidades brasileiras, entre elas, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé;

Revista Liberal; Lúçifer; e O Syndicalista, com exemplares de edições gaúchas. Estes periódicos encontram-se disponíveis no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, ambos em Porto Alegre e no Acervo Digital do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp.

Compreende-se que jornais e periódicos têm a função de disseminarem suas ideias e representações. A premissa de neutralidade, apesar de muitas vezes defendida pela grande imprensa, deve ser desconsiderada. A abordagem de acordo com o gênero têm maneiras diferentes de se apresentarem, devido à educação, que no início do século XX, era visivelmente diferente, determinado pelo imaginário social. O documento fala muito mais do que apenas o que está impresso.

Sobre o uso de periódicos como fonte, Tania Regina de Luca (2008), destaca a importância de se atentar aos novos assuntos trazidos por esta mídia operária:

Quando, sob o influxo das renovações da disciplina, a atenção ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais, [...] (119 e 120).

A imprensa é constituída por “[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita.” (Idem, p. 140). Nos periódicos anarquistas, o seu conteúdo era feito por colaboradores que enviavam artigos e cartas de leitores, não possuindo empregados fixos. Eles eram produzidos de acordo com a condição financeira, que era regulada pela liberdade de contribuição. Saber quem eram as pessoas que colaboraram com valores para a impressão das cópias significa saber para quem o feito era importante e beneficiária. (BILHÃO, 2015) É preciso atentar também a sequência e circulação dos

jornais, tendo em mente o público leitor, que neste caso seriam os operários e as operárias porto-alegrenses.

O mesmo tipo de averiguação deve ser feita diante da grande imprensa da época, como a *Gazetinha*, *A Federação*, *A Democracia*, *Correio do Povo* e *O Independente*, buscando representações do movimento anarcossindicalista, visto que também teriam ideologias e objetivos com o modo que escreviam e representavam a sociedade para o público comum. Atentar-se ao corpo editorial, financiamento e público alvo é fundamental para compreender a matriz de ideias divulgadas pelos jornais. Identificar os autores é importante para confirmação do autor e os objetivos.

Documentações de Congressos e reuniões entre as forças operárias e/ou anarquistas também são necessárias de averiguação para que possa ser percebido além de nomes, relações configuradas libertárias. Isabel A. Bilhão (1996), ao investigar a relação da família de Espertirina Martins, Zenon de Almeida e Djalma Fettermann, percebe a importância da solidariedade na construção de uma relação libertária, que ultrapassa o movimento operário, fortalecendo laços entre os indivíduos no cotidiano.

Ou seja, é na vida cotidiana que se forma a coexistência social – onde ocorre permanentemente a relação entre o indivíduo e o grupo, onde o indivíduo não está isolado mas, ao contrário, liga-se a uma comunidade por uma série de laços de afeto, de costumes cotidianos, de ações. Acredito que são exatamente essas ligações afetivas e essas ações solidárias, por muito tempo esquecidas pela lógica da modernidade – que privilegia uma abordagem econômica, um projeto político e a atomização individual” – que impulsionam as utopias presentes no movimento operário. (p. 208).

Outros materiais que se tornam necessários de serem consultados são os processos/crime. Visto que na Primeira República o movimento operário era “caso de polícia”¹, Rodrigo Rosa da Silva (2005) disserta sobre a criminalização em São Paulo devido ao fato de ser anarquista, um “estigma” era colocado sobre os operários que participavam de greves e manifestações,

.....
1 Ver mais: GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalho**. 2ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

incluindo nestes relatórios a participação, elaboração e relação com a imprensa operária. Cuidando para evitar generalizações de um movimento diversificado, como o operário, perceber o discurso policial ajuda a compreender como ele era visto pelos poderes de autoridade. Com esta documentação a abordagem hermenêutica permanece a mesma. Segundo Silvia Helena Zanirato Martins:

[Este tipo de] documentação permite ainda recuperar aspectos do cotidiano das categorias marginalizadas, penetrar no espaço onde a pobreza viveu e atuou, perceber as lutas que desenvolveram pela sobrevivência e as saídas nem sempre lícitas que empreenderam em busca de melhores condições de vida. Se por um lado essa documentação expressa o conformismo destas vidas vigiadas, por outro revela as estratégias que buscaram para justificar suas atitudes e expressar sua visão de mundo. (1998, p.89).

Ao se deparar com a fonte, é preciso identificar a linguagem policial e judiciária, tomando nota dos conceitos e seus significados no período, contendo representações de ideias conservadoras, simbolismos de ideais governamentais e repressão.

Diante de uma pergunta histórica, a fonte se torna a possibilidade dela se tornar uma história real. Sendo assim, “a crítica das fontes fornece os ‘materiais de construção’ dessa realidade.” (RÜSEN, 2015, p.185). Ao se deparar com fatos nas fontes, é necessário interpretá-los, compará-los com outros documentos, outras fontes, com o contexto temporal da fonte, a fim de torná-la uma fonte histórica que possa ser utilizada de maneira a conversar com o contexto apresentado, contribuindo para a narrativa de uma história. (RÜSEN, 2015).

A MULHER E A QUESTÃO FEMININA: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A maior historiografia sobre a presença de mulheres no movimento anarquista na República, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, tem suas hipóteses contruídas em cima dos periódicos. Tanto a participação como os assuntos “femininos” (assim apresentados pelo movimento) foram percebidos. Ana Claudia Ribas, no periódico *A Plebe*, compreende a relação

entre a participação política feminina representando a sua emancipação da dependência masculina, apresentando-se favorável à luta das sufragistas.

O anarquismo tornava-se grande palco para discussões sobre o que foi chamado de “Questão Feminina”, debates a respeito de sua independência em relação aos homens, assim como, sobre a participação efetiva da mulher no espaço público e nos espaços políticos. Elas eram, desta forma, consideradas elementos essenciais nos projetos para a implementação da revolução social. Neste sentido, várias militantes se dedicaram a escrever para a imprensa libertária defendendo seus posicionamentos políticos (2014, p. 2).

A sexualidade também era uns desses assuntos em debate nos jornais. Sem os conceitos de moralidade cristã e o machismo, artigos sobre sexo, sexualidade e desejo sexual faziam parte dos assuntos trabalhados nos periódicos libertários. Marisa Fernandes, ao trabalhar com o periódico **A Lanterna**, percebe a representação neste assunto:

Muitas páginas da imprensa anarquista revelaram a movimentação das mulheres e como se articularam, no combate ao preconceito, na conquista de direitos e igualdade e na constituição de novos vínculos sociais. Demonstraram sua resistência e desejaram ser reconhecidas com mais dignidade, ampliando os espaços das discussões sobre as questões femininas e sexuais (2003, p. 266).

No uso da imagem como fonte, em diversos periódicos é possível interpretar as imagens com a representação das mulheres na própria Anarquia, vitoriosa, “[...] destruindo as forças burguesas, [...] conduzindo as massas para ao mundo anarquista.” (GAWRYSZESKI, 2009, p.359). A mulher é desenhada dentro do imaginário social de pacífica para configurar o objetivo libertário de acabar com os conflitos entre todos, harmonizando as relações humanas.

Não obstante a colaboração da mulher na imprensa anarquista fosse significativa, o mundo masculino a incorporava ao espaço público apenas como companheira, operária, revolucionária e não como feminista. Enquanto as comportadas feministas lutavam pela inclusão política sem fazer acusações e denúncias aos homens, as anarquistas dirigiam seus petardos contra a opressão, exploração e dominação patronal, apontando o capitalismo como o grande responsável. (RIZZO; MINARDI, 2012, p.15).

Samanta Colhado Mendes, em sua dissertação averigua a participação das mulheres como a possibilidade de falar sobre assuntos que pouco eram discutidos pelos homens, como a prostituição, casamento, maternidade de amores e opressões sofridas pelas mulheres no capital.

Quando as mulheres anarquistas falavam que não havia libertação da mulher sem libertação da humanidade não queriam negar a luta, ainda na sociedade capitalista, por igualdade entre os sexos (igualdade salarial, por exemplo), pelo direito da mulher ao prazer sexual e pela maternidade livre e consciente. [...] Os métodos contraceptivos e o controle de natalidade seriam então uma forma de garantir essa maternidade livre e consciente e de conquistar uma certa libertação ainda na sociedade capitalista, principalmente para as mulheres operárias, que com salários baixíssimos (como na Primeira República) e muitos filhos para sustentar teriam condições de vida extremamente penosas (2010, p. 120).

Porém, o nome de maior destaque é Maria Lacerda de Moura (1887-1945), anarquista mineira, que já na década 10 começou a lançar livros que faziam severas críticas a religião, sociedade, capital e amor (RAGO, 1997). Transcendeu em relação ao que se esperava de uma mulher, tanto para a sociedade em comum, como para o próprio movimento anarquista, perspectiva tal que ela acusava em seus escritos. Neste trecho, ela direciona à crítica aos escritos de Afonso Schmidt:

Por exemplo, com o natural egoísmo de homem próprio do sexo, não teve uma palavra para aquela que foi a 'criada' dos anarquistas, dos homens que não queriam explorar ninguém... para a única mulher que veio com os primeiros colonos ou fundadores da Colônia, a lavadeira, cozinheira, a tábua de bater roupa de todos... Não perdoei essa falha! Livro de homem, mesmo que fosse anarquista... (LACERDA apud CORREIA, 1989, p. 39).

Como demonstrado, os assuntos “femininos” eram decorrentes nos periódicos anarquistas, todavia, a presença de mulheres se nota pequena. Se formos perceber os tons que são tratados estes assuntos pelos homens, compreendemos o tanto de crítica que carrega a declaração de Lacerda.

Do lado dos anarquistas, a educação da mulher trabalhadora aparece como um instrumento essencial de libertação. [...] Porém, [...] é possível encontrar, nas práticas

e discursos do movimento operário, um forte elemento sexista, com a reafirmação dos valores dominantes: a idéia de que a mulher deve se dedicar sobretudo ao lar, cumprindo suas funções “naturais” de esposa e de mãe, o controle de sua sexualidade, entre outros aspectos (SCHMIDT, 1998, p. 1460).

Se constitui em mais um obstáculo para encontrar estas mulheres e como elas estariam sendo participativas ou não no movimento. “[...] análise sobre a participação das mulheres no mundo operário parte de ‘um olhar masculino’, uma vez que os textos que a embasam, publicados na imprensa operária, foram escritos por homens falando **sobre** a ‘condição feminina’.” (BILHÃO, 2005, p. 115). Silvia Petersen (1986, 1987) percebeu que mesmo com os debates sobre a desigualdade das mulheres em relação aos homens na dominação capitalista, eles exerciam sua dominação patriarcal no que marca os assuntos e naturezas femininas presentes nos jornais (p. 86).

Diante disto, existe uma importância em quebrarmos o silêncio dos sujeitos históricos femininos, a fim de responder o chamado que Joan Scott, uma das pioneiras dos estudos de gênero, sobre a reivindicação do espaço das mulheres na História.

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o campo de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (...) (1992, p. 64)

Afinal, a afirmação de Petersen (1997) permanece atual: a história dos/as trabalhadores/as da Primeira República ainda não se esgotou, especialmente quando se trata do Rio Grande do Sul. Há novas perguntas a serem formuladas e novas questões a serem investigadas. É neste caminho que esta pesquisa está se construindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAVANIS, Evangelia. Apresentando um Banco de Dados: imprensa anarquista, homens e mulheres na cidade de Porto Alegre (1908-1930). Canoas: **Textura**, n. 1, p.29-36, 2º sem. 1999.
- BILHÃO, Isabel. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: interfaces das identidades operária e de gênero na Porto Alegre na virada para o século XX. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 7, p. 107-132, jan./jun. 2005.
- _____. Família e movimento operário: A anarquia dentro de casa. Porto Alegre: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 22, n. 2, p. 195-210, dezembro 1996.
- _____. “Informar” para “formar”: reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. Belo Horizonte: **Cadernos de História**, v. 16, n. 24, p. 135-156, 1º sem. 2015.
- _____. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Educação Unisinos**, v. 20, n. 2, p.176-184, maio/agosto 2016.
- CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil: Memória, Lutas, Cultura**. Editora Brasiliense, 1989, p. 38-63.
- FERNANDES, Marisa. Imprensa Anarquista e Sexualidade. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, p. 261-282, 2003.
- GAWRYSZESKI, Alberto. A representação visual da justiça nos periódicos anarquistas (1901-1927). Londrina: **Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, p. 356-364, maio 2009.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- MARQUES, Carlos. A imprensa libertária o jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do século XX. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 855-864, jul./dez. 2012.
- MARTINS, Silvia Helena, Zanirato. A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 1, p. 87-116, 1998.
- MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2010.

PENA, Maria Valéria Junno. **A participação feminina no Movimento Operário da Primeira República**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, 1983.

PETERSEN, Silvia. A Mulher na Imprensa Operária Gaúcha no século XIX. **R. Hist**, Porto Alegre, n. 1, 1986, 1987.

_____. Ainda o Movimento Operário como Objeto Historiográfico. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 8, dez. 1997, p. 62-78.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RAGO, Margareth. A liberdade entre a utopia e a história: Luce Fabbrí e o anarquismo na América do Sul. **Cadernos Pagu**, v. 8, n. 9, p.279-317, 1997.

RIBAS, Ana Cláudia. “A questão feminina” nas páginas Libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista **A Plebe** (1917-1935). Florianópolis: **Anais do XV Encontro Estadual de História**, 14 p., agosto 2014.

RIZZO, Esmeralda; MINARDI, Ines M. Atuação da mulher libertária no trabalho, no jornalismo, na arte e na cultura. Campinas: ANPUHSP. **Anais do XXI Encontro Estadual de História**, setembro 2012, 23 p.

RÜSEN, Jöhn. **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015, 324 p.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Companheiras!”: As Mulheres e o Movimento Operário Brasileiro (1889-1930). Las Palmas de Gran Canaria: **Cabildo Insular de Gran Canaria XIII**. Coloquio de Historia Canario-Americana, VIII Congreso Internacional de Historia de América (AEA), Coloquio 13, p. 1458-1469, 1998.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 63-95, 1992.

“CALAR AGORA — É SER CÚMPLICE”: CONSIDERAÇÕES DE MARIA LACERDA DE MOURA SOBRE A ASCENSÃO DO FASCISMO NA DÉCADA DE 1930

GABRIELA SCHWENGBER
GRADUADA EM HISTÓRIA PELA
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
GABRIELASCHWENGBER2@GMAIL.COM

RESUMO

Maria Lacerda de Moura foi uma intelectual mineira que durante a primeira metade do século XX se propôs a repensar a sociedade na qual estava inserida, dedicando-se a temáticas como educação, maternidade livre, o divórcio e outras questões que a mesma colocava enquanto pertinentes à condição da mulher, bem como tecia críticas ao clericalismo. Durante a década de 1930, com a ascensão do fascismo, Maria Lacerda passou a dedicar-se também a expor seu repúdio ao crescente autoritarismo em âmbito nacional e internacional. Sendo assim, no ano de 1931, a mineira realizou uma conferência na Coligação Nacional Pró Estado Leigo, que resultou em uma publicação pela Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro com o título de Clero e o Estado. Tal folheto constitui-se enquanto fonte primária utilizada nesse trabalho, no qual analiso e relaciono com fontes secundárias as considerações, debates e denúncias elaboradas por Lacerda sobre as relações entre a Igreja e o crescente fascismo.

Palavras-chave: História das mulheres; Maria Lacerda de Moura; Fascismo.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente artigo constitui parte da pesquisa desenvolvida na monografia do curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul, na qual investigou-se pontos da trajetória da vida de Maria Lacerda de Moura. Aqui,

aborda-se especificamente os posicionamentos dessa intelectual frente a ascensão do fascismo e políticas autoritárias na década de 1930 num contexto global e as relações de tais com a Igreja católica, através da metodologia qualitativa do folheto Clero e o Estado, publicado em 1931, fonte desta pesquisa.

Maria Lacerda de Moura foi uma intelectual do século XX que se inseriu em esferas dificilmente permeadas por mulheres do período. A personagem nasceu em 1887 em Manhuaçu – Minas Gerais, e ainda criança mudou-se com sua família para a cidade de Barbacena. Sua escolarização iniciou no externato de freiras do Asilo de Órfãs, do qual foi transferida para a Escola Normal Municipal de Barbacena por volta de 1899, devido ao receio da família de uma possível influência do cristianismo na vida de sua filha, já que eram espíritas. Foi em tal instituição que personagem concluiu seus estudos escolares, formando-se professora.

Em 1921, Maria Lacerda mudou-se para a cidade de São Paulo e insere-se em esferas mais amplas de debate. Passou a compor a Federação Internacional Feminina, ao lado de nomes feministas como o de Bertha Lutz. Porém, pouco tempo depois encerra sua participação na organização sufragista.

Durante sua trajetória, Maria Lacerda de Moura envolveu-se com diversas temáticas como a condição da mulher, a luta anticlerical, educação, bem como à luta antifascista, sendo marcada por participações em conferências, publicações em periódicos e livros, como *Em torno da Educação* (1918), *A mulher é uma degenerada?* (1924), *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), *Clero e fascismo – borda de embrutecedores* (1934), entre outros.

Na década de 1930, com políticas fascistas e autoritárias expandindo-se a nível nacional e internacional, Maria Lacerda de Moura elaborou contundentes críticas a tais conjunturas, denunciando também a participação da Igreja Católica nesse cenário.

CAMINHOS AUTORITÁRIOS: O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1930

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela intensificação de transformações sociais, devido ao processo de urbanização

e industrialização da sociedade brasileira, bem como ao cenário político internacional, marcado pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Russa (1917). Esse contexto favoreceu a efervescência dos debates políticos referentes ao sufrágio, diferentes organizações de mulheres, marxismo, anarquismo e sindicalismo, por exemplo.

Essas modificações e perspectivas são perceptíveis em situações como as greves gerais de trabalhadores, que aconteceram em São Paulo e Porto Alegre em 1907 e 1917, bem como a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. A Semana de Arte Moderna, que igualmente ocorreu em São Paulo nesse mesmo ano, expressou essas inovadoras concepções através de uma transformação das percepções relacionadas a arte.

No final da década de 1920, ocorreram mais alguns eventos que marcaram a história política brasileira. Em 1926 ocorreu a eleição de Washington Luís, apresentado enquanto candidato único por São Paulo, e em 1929, iniciou-se o processo de eleições presidenciais. Nesse cenário, no qual o até então atual presidente, Washington Luís, indicou Júlio Prestes enquanto seu sucessor, que ocupava a posição presidente do estado de São Paulo, e que com isso rompeu-se o acordo estabelecido com Minas Gerais, que seria o próximo a ocupar a Presidência da República. Devido às divergências entre o eixo Minas e São Paulo, se “abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas no passado não muito distante, pudessem ressurgir” (FERREIRA; PINTO, 2014, p. 403). Dessa forma, Getúlio Vargas anunciou sua candidatura junto com João Pessoa, governador de Paraíba, contando com o apoio mineiro e formando a Aliança Liberal, “uma coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas” (FERREIRA; PINTO, 2014, p. 403).

Esse contexto eleitoral também sofreu forte influências da quebra da bolsa de Nova York em 1929, na qual a crise econômica atingiu setores agrícolas, inclusive a cafeicultura paulista. De qualquer maneira, o presidente eleito pela maioria de votos no período foi Júlio Prestes, o que causou revolta por parte da Aliança Liberal, que iniciou uma articulação e “aproximação com lideranças do movimento tenentista que, embora derrotadas,

continuavam sendo uma força importante por sua experiência e prestígio” (FERREIRA; PINTO, 2014, p. 404). Apesar das divergências entre os grupos políticos, inclusive internamente da própria Aliança Liberal, essa situação transformou-se após o assassinato de João Pessoa, mesmo a razão do crime não ter sido política. Assim, além do cenário de conspiração que havia se alastrado em diversos estados brasileiros, ocorreu a destituição de Washington Luís e a formação de uma Junta Provisória de Governo, tal que “tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas” (FERREIRA; PINTO, 2014, p. 407), que tomou posse em novembro de 1930.

Aqui, é imprescindível considerar que o golpe de 1930 obteve suas influências nas questões políticas internacionais, conforme coloca o autor Boris Fausto, “nesse quadro geral de emergência de regimes totalitários e autoritários, tanto na Europa do Leste como na Europa Ocidental, é possível apontar alguns regimes com direta influência na organização do Estado Novo” (FAUSTO, 1999, p. 18), como a ascensão de regimes fascistas como na Itália em 1922, na Alemanha em 1933 e na Espanha em 1939.

Além disso, Boris Fausto também apresenta a crise mundial de 1929 enquanto “um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário” (FAUSTO, 1999, p. 19). Segundo ele, devido ao seu impacto há o desmonte de

[...] uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziriam o país à desordem e ao caos (FAUSTO, 1999, p. 19).

Foi nesse contexto que Maria Lacerda de Moura dava continuidade às suas reflexões e produções intelectuais sobre a conjuntura política e contexto social do período. Aqui, especificamente iremos nos deter às suas considerações referente à problemática do crescente autoritarismo e o envolvimento da Igreja Católica com o mesmo.

“[...]A PROJEÇÃO CATÓLICA ILUMINOU O FASCISMO”:
CONSIDERAÇÕES DE MARIA LACERDA DE MOURA
SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CLERO E O ESTADO

Em 1931, a intelectual mineira realizou uma conferência na *Coligação Nacional Pró Estado Leigo*, o que também resultou em na publicação de um folheto pela *Liga Anti-Clerical* do Rio de Janeiro, com o título de *Clero e o Estado*. Nesse, o primeiro destaque dado pela mineira foi que a partir do convite da *Coligação Nacional pró Estado Leigo* para

[...] tomar parte nesta comemoração que levanta um marco na história das reivindicações da liberdade de pensamento, aceitei o convite — com a condição de não falar em nome da mulher brasileira ou de qualquer entidade abstrata, reivindicando o direito de assumir sozinha a responsabilidade do meu gesto de consciência livre (MOURA, 1931, p. 3)¹.

Maria Lacerda frisou sua independência política e negou se envolver com diversas organizações em diferentes momentos de sua trajetória. Nesse mesmo trecho também evidenciou que “não me alistei nas fileiras do Estado Leigo...”, mas “Protesto contra o Estado Clericalizado pela Igreja Romana. Não é minha culpa se, entre nós, surge a questão religiosa, criada pela — Aliança Liberal...” (MOURA, 1931, p. 3 e 4). Nesse fragmento a personagem demonstra estar a par dos acontecimentos e configurações políticas do país, negando-se a contribuir para a exaltação do nacionalismo, colocando que “há só um caso em que me posso tornar patriota, nacionalista: é quando os interesses humanos se confundem com os interesses nacionais” (MOURA, 1931, p. 4).

Em seguida, a intelectual passou a inserir no debate a influência e participação da Igreja Católica em questões pertinentes ao Estado, afirmando que “quando, na minha Pátria, o clero se intromete nos negócios públicos e pretende dominar e tyranizar — devo protestar, devo resistir — em nome do livre pensamento, em nome da consciência livre” (MOURA, 1931, p. 4 e 5).

.....
1 As referências que constam no texto enquanto (LACERDA, 1931) concernem à fonte primária utilizada, que está completa nas *Referências* desse trabalho.

A personagem frisa que “o silêncio, agora, é a convivência. Carregamos o peso morto do cadáver insepulto dos dogmas e da superstição” e, assim, “calar agora — é ser cúmplice” (MOURA, 1931, p. 5 e 6).

Logo, passou a debruçar-se sobre as relações entre a Igreja e o fascismo, considerando que “a projeção católica iluminou o fascismo. A Igreja sentiu-se à vontade, esplendidamente, dentro do regime da tirania, que ela consolidou” (MOURA, 1931, p. 7). Maria Lacerda colocou o quanto “é trágico. É ridículo. É real” que após

[...] todas as formas de governos, através da história, [...] novamente voltamos à época imperialista paranoica dos Césares [...] representados admiravelmente no atavismo retardado do tribuno demagogo socialista — Mussolini — a figura máxima do momento político burguês dos nossos tempos agitados (MOURA, 1931, p. 6).

Posteriormente ela aborda como uma série de intelectuais, como “Poincaré, Léon Daudet, [...] Maurras [...] — aparentemente renegada pelo Vaticano, Sorel — o pai espiritual de Mussolini”, foram

[...] todos vendidos ou vigiados pelo clero, instrumentos do Papa, da Igreja, do jesuitismo, tudo a serviço da contra-revolução, da reação tremenda do Catolicismo, acobertado no delírio patriótico, no super-nacionalismo dominante da vontade de poder.

E, se fossemos citar os prostituídos do Brasil, da Republica Nova (!) e da imprensa mercenária? (MOURA, 1931, p. 28).

Para compreender tais críticas tecidas por Maria Lacerda de Moura é imprescindível considerarmos que “ascensão dos regimes de extrema-direita na Europa, durante os anos 20 e 30” (QUADROS, 2005, p. 51) articula-se entre “a Igreja, junto com os grandes proprietários de terras e industriais, que compartilhavam com os fascistas o anticomunismo militante” (QUADROS, 2005, p. 51). No caso específico do fascismo italiano, desde sua emergência por volta de 1919, “pregava uma revolução nos costumes da sociedade, aderindo às concepções do futurismo de que a guerra seria a cura para todos os males da Itália” (QUADROS, 2005, p. 55), dessa forma, num primeiro momento “os fascistas eram contrários à influência da Igreja

católica na manutenção do modo de vida que pretendiam revolucionar” (QUADROS, 2005, p. 55).

No entanto, Mussolini abandonou tais posições anticlericais que caracterizavam o início do movimento e “procurou atribuir ao seu Partido Nacional Fascista (PNF) a imagem de baluarte contra o comunismo ateu com o intuito de aproximar-se ao Vaticano’ (QUADROS, 2005, p. 56). A aproximação entre o fascismo e a Igreja se consolidou principalmente a partir de 1929, com o estabelecimento do Tratado de Latrão, no qual se reconhecia a criação do Estado da Cidade do Vaticano, além de atribuir o pagamento de uma indenização por parte do governo ao Vaticano e de declarar o catolicismo enquanto religião oficial do Estado. Através de tal tratado, “Mussolini viu sua popularidade ampliada, penetrando em setores nos quais sua influência dependia de uma boa relação com a Igreja católica, e reafirmado seu prestígio na comunidade internacional” (QUADROS, 2005, p. 57).

É devido a esse contexto que Maria Lacerda de Moura, ao escrever tal conferência em 1931, observa que o “Vaticano, Monarquia e Fascismo entendem-se admiravelmente e lá estão de mãos dadas e se defendem simultaneamente e mutuamente, no momento oportuno, contra qualquer reivindicação libertaria”, e logo a “luta só pôde ser uma — contra o inimigo comum: a Igreja e a Tirania” (MOURA, 1931, p. 8).

Essa relação da Igreja, segundo a intelectual, configura-se enquanto “uma porta aberta para a sua intromissão nos negócios de Estado”, que acaba por ser o “seu ponto de apoio e a sua máxima esperança para a expansão do poderio e para a conquista definitiva do seu domínio absolutista” (MOURA, 1931, p. 8), pois a Igreja confirma

[...] a opinião de Vespasiano: “o dinheiro não tem odor”; ela o recebe de todas as mãos, quaisquer que sejam. E, si, de boa vontade, não lh’o oferecem, ela o toma a força, ela o rouba, ameaçando com o purgatório, o inferno, a excomunhão, o anátema. Demais, a Igreja o fabrica, vendendo as missas, os casamentos, o batismo, as indulgências, crisma, extrema unção, absolvições, o enterro, confiscando, provocando, impondo, legitimando a sua rapinagem (MOURA, 1931, p 12).

Dessa forma, tal instituição deve ser considerada enquanto uma “potência econômica e política”, sendo “o mais terrível imperialismo dos tempos modernos, pela sua organização, pela capacidade de adaptação e pela falta de escrúpulos” (MOURA, 1931, p. 13), pois segundo Maria Lacerda, consolidou sua fortuna através do povo e que “a frase evangélica — “hás de comer o pão com o suor do teu rosto” — fica otimamente na boca do clero que o come a custa do suor da frente do próximo. [...] a credulidade é notável. E a imbecilidade humana, infinita” (MOURA, 1931, p. 14).

A mineira ainda faz referência à obra *Deus e o Estado*, de Bakunin: “Tem razão Bakounine: O padre, que representa Deus, embrutece o cérebro, afim de que, o soldado, que representa o rei, tire o corpo. O produto do roubo é dividido entre os dois ladrões” (MOURA, 1931, p. 13). Enquanto aos

[...] humildes, aos operários, à mulher, aos fracos e oprimidos — ensina a resignação, a paciência, a passividade, a não violência, o servilismo, a domesticidade, o respeito aos fortes, à autoridade constituída, ensina a resistir ao mal com o bem e a dedicação incondicional aos poderosos (MOURA, 1931, p. 14).

Maria Lacerda expõe e frisa as incoerências entre os discursos e práticas da Igreja, que se constitui enquanto “cúmplice dos Césares do ouro e do poder, [...] poluiu tudo, maculou todas as ideias, [...] envenenou as coisas mais santas, roubou, espoliou, saqueou, violou, adaptou, transformou e mantém o seu poderio milenar cultivando a ignorância — através do confessionário e através da escola e do terror” (MOURA, 1931, p. 14 e 15). Nesse trecho, percebe-se a exaltação do ambiente escolar enquanto disseminador de ideias clericais, prática condenada por Maria Lacerda de Moura. Nesse mesmo sentido, a personagem faz uma crítica à “covardia dos intelectuais domesticados, na prostituição da pena vendida às posições de mando, ao poder, ao bezerro de ouro, à autoridade constituída” (MOURA, 1931, p. 16), visto que contribuem e são a “razão por que todos vão tendo a impressão de que os governos de hoje são mais liberais e abrem as portas

dos DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS À MULHER²”, pois perceberam que “a mulher vem despertando para a vida social” (MOURA, 1931, p. 16).

Maria Lacerda acrescenta que a mulher ainda “não percebe a cilada e se alista nas fileiras dos reacionários de todos os séculos”, e assim “vae votar, quando a representação parlamentar é circo de cavalinhos e o sufrágio universal, uma mentira” (MOURA, 1931, p. 17). Nesse fragmento, torna-se ainda mais explícito as críticas que Maria Lacerda de Moura fazia ao movimento sufragista. Ela ainda completa que “no Brasil, o voto feminino será uma calamidade maior — ao lado da calamidade das nossas instituições políticas. O voto feminino no Brasil colocará o país nas mãos de D. Sebastião Leme, um dos muitos que denominaram a Mussolini — “o homem da Providencia” (MOURA, 1931, p. 17). Aqui, faz-se necessário conhecer brevemente Sebastião Leme, que foi o segundo cardeal brasileiro, bem como arcebispo de Olinda, Recife e do Rio de Janeiro, além de ter sido um dos fundadores do Partido Católico Brasileiro, ocupando a presidência do mesmo.

Maria Lacerda aborda tais questões, colocando que “os jornaes noticiam a fundação do Partido Católico Brasileiro, sob a presidência do Cardeal Don Sebastião Leme e a adesão de 50 juristas que se comprometem a velar pela futura Constituinte” (MOURA, 1931, p. 27), tecendo uma narrativa na qual problematiza que as restritas mulheres que teriam o direito ao voto, não pensavam a emancipação feminina de maneira mais abrangente e que “a mulher, a eterna sacrificada, é a maior defensora da Igreja romana e do clero voraz” (MOURA, 1931, p. 21 e 22), sendo assim como as crianças

[...] modeladas pelas mãos piedosas do Clero na educação religiosa que se apodera da razão humana e a estrangula na intenção de a vacinar contra o livre exame, contra a expansão das forças latentes do ser no desabrochar da consciência livre. Do Jardim da Infância ao Ensino Universitário, o espirito da educação moderna é medieval ainda (MOURA, 1931, p. 22).

Logo, “através da ignorância feminina cuidadosamente cultivada em todas as tão decantadas civilizações” em que foram educadas seguin-

.....
2 Grifo da autora.

do “a orientação teológica do ensino clerical” (MOURA, 1931, p. 21 e 22), as mulheres que possuem da forte influência dos discursos clericais em suas vidas, destinariam seus votos ao Cardeal e outros que subjugam a mulher.

Outra questão que perpassa as vidas das mulheres, na qual a Igreja se opunha e intervinha era a questão do divórcio. Segundo Maria Lacerda, a “Igreja é contra o divórcio, mas em certos casos o consente, desde que a transação seja bem paga ou quando se trate de Napoleão ou Carlos Magno” (MOURA, 1931, p. 22), agindo de maneira que a beneficie de acordo com seus interesses. Enquanto isso, referente ao casamento civil, atribuíam expressões como “o casamento civil é “uma imundície”, “obscena concubinação”, “invenção satânica”, “uma espécie de prostituição legal a qual se entregam homem e mulher — para se depravarem” (MOURA, 1931, p. 20). Assim, “o clero astuto e manhoso é o maior defensor da sacratíssima instituição da família — na indissolubilidade do vínculo conjugal e dos bons costumes da sociedade moralísteia [...]. Daria para rir, se não fora tão trágico no seu maquiavelismo satânico” (MOURA, 1931, p. 21), pois a Igreja se constituiu enquanto inimiga “da liberdade, da consciência clarividente, do livre exame, da verdadeira cultura, da ciência, da sabedoria heroica do estoicismo, da vitória da razão contra o absurdo dos dogmas e do sectarismo religioso” (MOURA, 1931, p. 23).

O texto *Clero e o Estado* foi organizado através de subtítulos, nos quais a intelectual vai desmiuçando determinadas temáticas, como “A Igreja e a Educação” ou “A Igreja em conflito com a Ciência”. Por tratarem de assuntos que se relacionam com considerável facilidade, o presente trabalho, de maneira geral, não os abordou de maneira fragmentada.

A intelectual mineira, ao se dirigir ao final da conferência, complementa que o “Cesarismo e Catolicismo, despotismo e fascismo têm custado ao gênero humano miríades de sofrimentos, uma cordilheira rubra de misérias, sangue e torturas incríveis, fogueiras e crueldades inimagináveis” (MOURA, 1931, p. 29 e 30). E também destaca que

[...] no momento histórico em que a Igreja de novo pretende apoderar-se do poder temporal para governar os homens pelo terror das tiranias fascistas, no momento em que ditaduras e clericalismo se dão as mãos para espalhar pelo mundo a dor e os crimes, toda sorte de barbaridades inquisitoriais, no momento em que a Europa Católica protesta contra a intromissão do clero nos negócios de Estado, quando o clero invade a nossa América Latina para desfraldar por aqui o pálido da sua santa misericórdia inquisitorial — a “Coligação Nacional pró Estado Leigo” é um brado de alerta dos corredores da lenda ao passar às gerações vindouras a flamula sagrada da liberdade de consciência(MOURA, 1931, p. 29).

Após tal conferência e publicação do folheto de *Clero e o Estado*, Maria Lacerda continuou com uma ativa produção intelectual. No mesmo ano de sua participação na *Coligação Nacional Pró Estado Leigo*, publicou *Civilização – tronco de escravos* (1931), e no decorrer da década *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para a mulher? – Recusome! Denuncio!* (1933), além de *Clero e fascismo – borda de embrutecedores e Fascismo – filho dilecto da Igreja e do capital*, no ano de 1934, no qual igualmente realizou uma conferência pela *Liga Anticlerical* em Campinas (SP).

Um ano após da realização desta conferência e publicação do folheto, houve a criação da Aliança Integralista Brasileira, que possuía enquanto um de seus dirigentes Plínio Salgado. A organização que foi inspirada nos fascismos europeus e “possuía uma estrutura organizacional paramilitar. Pautava-se por um nacionalismo e um moralismo extremados, o que a fez ter muitos adeptos entre militares e católicos” (PANDOLFI, 2012, p. 31), além de propor que “o indivíduo deveria estar permanentemente subordinado e mobilizado para responder as necessidades do Estado, conforme o lema: “O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, o homem-novo do Brasil que vai construir uma grande nação” (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2013, p. 54).

Inicialmente, a AIB dava a “sustentação política ao governo Vargas, sobretudo na luta contra o comunismo” (PANDOLFI, 2012, p. 31) e combatia os partidos políticos. Porém, apenas “existiu legalmente até dezembro de 1938, um ano após o golpe do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas, que colocou os partidos políticos da ilegalidade” (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2013, p. 41). Considerando o envolvimento e preocupação de

Maria Lacerda de Moura com tal temática, vale mencionarmos um texto de sua autoria publicado pelo periódico *A Lanterna*, em 1935. Nessa publicação, Maria Lacerda menciona Jair, um sobrinho que havia adotado em 1908 e o criado enquanto filho. Na passagem a seguir, a intelectual expõe seus sentimentos referentes ao sobrinho que se tornara integralista:

[...] criei uma criança, um sobrinho, eduquei-o ao meu lado, com o meu exemplo, em meio anticlerical, entre revolucionários autênticos – operários, intelectuais livres. Tomei-o aos quatro anos de idade, morou na minha casa, sem interrupção, durante 15 anos. Era meu filho. Chama-se Jair Lacerda Cruz Machado (MOURA *apud* LEITE, 2005, p. 48).

Segundo ela, “a sua atitude de algum tempo a esta parte me fez desconfiar que Jair entrara para as fileiras integralistas. [...] Esperei que uma nesga de caráter lhe fizesse me vir dizer alguma coisa – diante da minha atitude [...]” (MOURA *apud* LEITE, 2005, p. 48 e 49). No entanto, “há meia dúzia de dias eu tive a confirmação: não só Jair é integralista como até já é tenente” (MOURA *apud* LEITE, 2005, p. 49) e destaca, “pois bem: meu filho adotivo morreu. [...] Ele é soldado da Igreja, do Despotismo, do Terror, da Violência pela Violência” (MOURA *apud* LEITE, 2005, p. 49). Em tal texto, é perceptível a mágoa e rancor de Maria Lacerda referente a isso, logo ela, que se posicionava “contra a violência. [...] não admito nenhuma Ditadura. Não uso armas. E sou livre, porque a minha consciência é livre. Nunca matarei. Prefiro morrer a matar” (MOURA *apud* LEITE, 2005, p. 49).

Em tal conjuntura política cada vez mais marcada pelo autoritarismo, Maria Lacerda fugiu de Barbacena, local onde morava durante esse período, devido as crescentes repressões e passou a residir no Rio de Janeiro. A personagem faleceu em 1945, antes de presenciar o fim da Segunda Guerra Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria Lacerda de Moura foi uma intelectual que se propôs a denunciar o envolvimento e proximidade da Igreja Católica com os regimes autoritários da década de 1930, ressaltando como ambos se beneficiavam de

forma mútua. Pode-se perceber que a personagem acompanhava os debates e reflexões a respeito de tal envolvimento tanto do ponto de vista das organizações anticlericais, neste caso da *Coligação Nacional Pró Estado Leigo*, quanto anarquista sobre tais questões, referenciando autores como Bakunin. Também observava atentamente as conjunturas internacionais, perceptível ao mencionar Mussolini na conferência e folheto.

As contradições e violências sustentadas pela Igreja também são alvos diretos de suas críticas: como os discursos e posicionamentos clericais frente a questões como o divórcio, casamento civil, educação feminina ou qualquer avanço de uma pauta que se referente a emancipação de mulheres. Segundo Maria Lacerda de Moura, posicionar-se frente a tal conjuntura política é uma incumbência daqueles intelectuais que se dispõe a refletir sobre a sociedade na qual estavam inseridos, sem se curvar aos interesses do Estado ou do Clero. O silêncio desses, seria então, uma forma de cumplicidade e conivência para a perpetuação de tais políticas autoritárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e o Estado**. Rio de Janeiro, 1931, p. 36 (Arquivo Edgard Leuenroth).

FONTES SECUNDÁRIAS

FAUSTO, Boris. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 ed., 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano II: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed., 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 ed., 2013.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano II: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed., 2014.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano II: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed., 2014.

QUADROS, Bruno. Fascismo e a Igreja Católica. **Revista Vernáculo**, nº 14/15/16, p. 51 – 63, 2005.

A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NO FAZER DA CIÊNCIA HISTÓRICA

DIENEFER MADRUGA VIANNA
MESTRANDA PPGH-UFSM
DIII.VIANNA@GMAIL.COM

Este artigo pretendemos evidenciar a necessária relação da epistemologia feminista e a ciência histórica. Para isso trazemos neste trabalho uma breve reflexão sobre o feminismo enquanto movimento e teoria, a construção do campo de estudos de gênero e o debate do que é e quais são as questões envolvidas da epistemologia feminista e sua relação com a história.

O Feminismo é um fenômeno sociocultural que assume aspectos específicos de acordo com o lugar e os sujeitos que com ele dialogam. Com o passar do tempo o movimento político, transformou-se em teorias que evidenciam e buscam enfrentar opressões estruturais e específicas vividas por mulheres em diferentes contextos e espaços. É a partir da compreensão histórica dessas estruturas de opressão que o Feminismo se torna um importante tema de estudo e uma teoria política que altera a forma como se pensa a sociedade, como nos afirmam Flávia Brioli e Luiz Felipe Miguel (2013):

A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Com essa análise, evidenciam-se alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação. Evidenciam-se também limites das teorias políticas tradicionais, que tendem a aceitar sem questionar a distinção entre as esferas públicas e privadas e que são cegas a relevância política da desigualdade de gênero. Em certo sentido, toda teoria feminista é “política”, na medida

em que é fundante, no feminismo, a compreensão de que os limites convencionais da política são insuficientes para apreender sua dinâmica real. Assim, a história, a sociologia, antropologia ou a psicologia feminista tem inegável caráter político. (Biroli; Miguel 2013, p. 7).

A partir da ideia trazida pelos autores podemos afirmar que o Feminismo é anti-sistêmico, essencialmente político e necessariamente coletivo. É anti-sistêmico ao expor que a desigualdade afirmada pelo discurso da naturalização dos papéis de gênero foi construída, sendo essa narrativa parte fundamental no sistema dominante patriarcal. Essencialmente político, pois para equiparar os sujeitos busca reestruturar a forma como se pensa, como se enxerga e como se organiza a sociedade. E é necessariamente um movimento coletivo, já que a dominação é estrutural e sistêmica. Logo, para a real compreensão desses fatores precisa-se pensar para além do indivíduo, sendo que qualquer alteração dessa realidade é historicamente resultado de uma mobilização coletiva.

É a partir desse potencial transformador/mobilizador que os movimentos feministas em suas diversas formas conquistam direitos e espaços sociais, dentre eles o espaço acadêmico. Segundo a historiadora Céli Pinto (2010) será na década de 1960, com a efervescência dos movimentos de contracultura, que o movimento feminista vai dar continuidade às lutas anteriores e ampliando os debates sobre igualdade de gênero e ocupando os espaços de reflexão acadêmica.

Alinhada às críticas sobre as estruturas de opressão, a historiadora Michelle Perrot[1] (2015), em 1970, foi uma das primeiras a questionar se era possível e qual o espaço que as mulheres ocupavam nos processos históricos. Emergidas desses questionamentos é diversas autoras das áreas das ciências humanas, destacamos aqui a própria Michelle Perrot no campo histórico, passaram gradualmente a desenvolver trabalhos sobre as mulheres. É nesse contexto que emerge o campo da História das Mulheres[2], cujo o objetivo é dar visibilidade às mulheres, ainda que esses estudos foram produzidos a partir da lógica binária, tiveram um importante papel dentro da ciência histórica, ao questionar a invisibilidade ao qual esses sujeitos foram submetidos.

É importante ressaltar que para além de um reflexo da estrutura patriarcal que silencia as mulheres, durante muito tempo a ciência histórica concentrou-se nos chamados “grandes processos políticos” que se passaram nos espaços públicos, levando em consideração apenas as fontes conferidas como oficiais, as quais as mulheres em geral não aparecem. Segundo Perrot (2007), essa invisibilidade se dá pela reprodução da divisão estrutural público x privado, sendo o lar o espaço condicionada ao feminino (espaço privado), e o público destinado aos homens e escolhido como espaço político e, portanto, histórico.

Por essas questões a História das Mulheres vai se concentrar em outros tipos de fontes, como correspondência, diários íntimos, autobiografias e objetos pessoais, dentre outros. Ao buscar a afirmação de suas pesquisas na historiografia uma grande quantidade de trabalhos passa a deter um carácter descritivo, apresentando a experiência das mulheres como um aspecto a ser descoberto. Segundo a historiadora Louise Tilly (1990) os autores que pesquisaram história das mulheres, fizeram valorosas contribuições ao utilizarem metodologias-chaves na história social, para “reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado – motor da história social- na direção das mulheres e das suas relações sociais”, ela enfatiza que essas abordagens conseguiram tratar de temas que até aquele momento praticamente inexistiam, como política, a importância das relações privadas e a relação das mulheres com o campo do trabalho.

Essas pesquisas conseguem ir além de pontuar as mulheres na imaginária linha temporal da História Ocidental, conseguem demonstrar a ação e reação de mulheres que eram desprovidas de direitos e oprimidas pelas variadas estruturas existentes. Segundo a autora (1990) ao escreverem a História das mulheres as e os pesquisadores evidenciaram a experiência desses sujeitos, sendo esse aspecto a principal colaboração desse campo, como vemos a seguir:

Num panorama lúcido das mulheres trabalhadoras na América, Alice Kessler-Harris demonstra que, mesmo quando as trabalhadoras eram exploradas e oprimidas em seu lugar de trabalho e na sua família, elas encontraram maneiras de exprimir seus próprios interesses e de defendê-los. As relações entre trabalhadores e trabalhadoras eram ora

cooperativas, ora conflitivas, embora as duas partes fossem atuantes no processo de formação de classe. Contudo, a contribuição principal da abordagem descritiva da história das mulheres foi a de evidenciar a experiência das mulheres. (Tilly, 1990, p.37).

Aqui destacamos o conceito de experiência utilizado pela autora e a sua importante relação nos estudos da história das mulheres, que como apontado pela autora, complexifica as pesquisas ressaltando a ação dos agentes históricos estudados. Esse debate liga a História das mulheres a importante discussão feita pelo historiador Edward Thompson (1963) em que destaca a experiência como aspecto essencial ao que ele chamou de “o fazer-se da classe operária”, reconceituando o materialismo, onde classe não aparece como um resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas como um fenômeno social. Outro destaque interessante é que Thompson para seus estudos modifica sua relação com as fontes, centrando sua análise em documentos não convencionais e olhando para aspectos culturais da população. Ao relacionarmos a metodologia da história das mulheres e seus desafios, fica evidente sua ligação com a história social.

Ao buscar complexificar os debates científicos referentes aos estudos sobre as mulheres e as questões teóricas e suas possibilidades é que surge o conceito de gênero[4] ressignificado para uma característica condicionada pela construção histórica do ser. O conceito de gênero vai alterar o campo de escrita sobre História das mulheres, sendo transformado em uma “categoria útil de análise”, trabalho desenvolvido pela historiadora Joan Scott, tendo um potencial de transformar o estudo das relações sociais e do sujeito “homem” ou “mulher. Para esse debate é necessário compreender que o gênero está colocado nessas relações de poder, aliás é parte essencial da estrutura patriarcal, sendo sua construção peça fundamental para a diferenciação sexual e para a hierarquização dos sujeitos. Sobre essa relação da construção do gênero e seus usos a autora coloca:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta

sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1989, p.17)

Os debates conceituais a partir da desnaturalização de gênero, darão um salto significativo na produção científica, sendo uma peça fundamental nos estudos críticos que buscam evidenciar as estruturas de opressão. É a partir desses debates que vamos evidenciar o universalismo desse sujeito que é objeto de estudo da ciência e agente dominante de toda estrutura social, incluindo a própria ciência. Autora Margareth Rago caracteriza esse sujeito e seu papel na conceituação e produção do saber:

O saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa e a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. (RAGO, 1998, p.4)

A autora apresenta o caráter particular do saber ocidental e suas características excludentes, é a partir do apontamento dessas características e da relação de poder existente nessas que a epistemologia feminista se contrapõe, na necessidade de construir novos saberes plurais que fujam do universalismo do sujeito. Ao procurarmos o significado de Epistemologia, encontraremos como definição conceitual: “algo que pressupõem o estudo das formas de produzirmos conhecimento”, indo além é refletirmos sobre os objetivos, objetos e sujeitos envolvidos no processo de produção do conhecimento. A epistemologia feminista começa a ser conceituada a partir dos debates sobre poder x conhecimento: trata-se do exercício de poder que busca a construção de novos saberes, plurais e que fujam da universalidade do sujeito. Segundo Rago (1998) ao evidenciar as relações de poder e sua relação com a construção do saber os estudos feministas ou de gênero tem forte influência do pensamento de Michel Foucault, que questiona as produções dos saberes ao evidenciar as representações que orientavam essa construção. Autora ainda aponta:

Do mesmo modo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. (RAGO, 1998, p.6)

A epistemologia feminista não busca descartar o conhecimento já produzido, mas questionar a sua posição como uma verdade absoluta, o colocando como apenas mais uma das muitas narrativas históricas possíveis. A relação dos estudos feministas com Foucault aparece mais uma vez aqui, na argumentação que essa verdade absoluta nada mais é que uma produção norma elementar da sociedade.

A ciência histórica, e grande parte de suas teorias e produções historiográficas, é elaborada nessas condições “universais” do sujeito e de fazer ciência, que afirma seu caráter científico pela busca da neutralidade, a fuga da subjetividade e da fonte transcrita. Autores como o historiador Michel Certeau (2015), em sua obra “A escrita da história”, desconstrói essa noção de neutralidade e apresenta a historiografia como uma operação onde lugar social de quem escreve é um fator de análise e produção importante que influencia nas a escrita das técnicas e procedimentos de pesquisa, e um produto, traduzido sob a forma de um texto, uma narrativa.

Ao localizarmos a história junto aos demais saberes dos conhecimentos, temos de evidenciar a carga androcêntrica, branca e eurocêntrica, em sua produção e destacarmos aqui a importância dos estudos de gênero e da epistemologia feminista em nosso campo de estudo. A autora Marliße Mato em seu texto sobre as teorias de gênero, faz um esforço de refletir sobre as teorias que acompanham esse campo de estudo, identificando os estudos multiculturais parte central ao pensar as relações de opressão em especial raça e classe, para efetivar o campo epistêmico feminista e na construção da história. Sobre os estudos de gênero ela aponta:

Se a “verdade é um jogo de lutas em todo o campo”, os estudos de gênero com viés feminista, ao desmontarem parte substantiva da epistemologia ocidental, descentrando a razão universal que historicamente teria sido um produto da dominação do gênero masculino, já conquistaram terreno legítimo no conhecimento. Uma perspectiva multicultural realmente emancipatória de ciência é aquilo que se está tentando re-construir por agora. Nesse sentido, quero afirmar que é a consciência crítica feminista, uma forma peculiar de existência reflexiva do ser (não apenas, mas, também, da mulher), que veio a produzir um entre outros rearranjos, re-interpretações, re-significações do **campo de gênero** de forma a alocá-lo na dimensão paradoxal de repor igualdade e diferença na simultaneidade e na complexidade. (MATOS, 2008, p.342).

Os movimentos e os estudos feministas, sempre se construíram a partir do paradoxo de lutar pela igualdade a partir do reconhecimento das diferenças, apontados pela autora Marlise Matos como o fator complexo e ao mesmo tempo central para os avanços dos estudos e da materialização política desses desafios, ela destaca:

Esta condição do *devir gênero*, instituinte do campo de gênero e feminista, é a condição possível do agenciamento, da agência ou da passagem à posição de sujeito (e não mais de assujeitado/a) às mulheres e às outras identidades igualmente oprimidas. Sendo a teoria feminista um empreendimento intelectual que surgiu basicamente de um impulso político – a visibilidade e o real empoderamento das mulheres –, avança agora com a proposta do *gênero como um campo* que se preocupa em re-fundar a própria ciência, possibilitando um enunciar/enunciado para as mulheres (e também para os outros gêneros) que as coloca, estável e ao mesmo tempo instavelmente, no lugar de sujeito (como qualquer outro), para logo, logo, as deslocar de lá. Assim, pretende-se propor que o campo de gênero, fundado numa epistemologia multicultural emancipatória da complexidade, do paradoxo e da simultaneidade, opere através de sujeitos e agenciamentos que são transitórios e múltiplos, às vezes transitivos e nunca meta-sujeitos construídos por meta-narrativas; desde sempre eus corpóreos/corporificados, gendrados/generificados, racializados/etnicizados, estamentais, politizados etc. na busca de um projeto de emancipação social responsável. (MATOS, 2008, p.352).

Ao refletir sobre a relação da história e da epistemologia feminista, apontaria as contribuições em relação às diversidades dos sujeitos ou pluralidade dos sujeitos, como a questão mais urgente a ser garantida e exercida pela historiografia. É na pluralidade dos sujeitos, que em sua grande maioria estão às margens sociais, que os estudos de gênero e multiculturais de

conectam, apesar de ambos se construíram a partir das críticas ao sujeito universal aqui já apresentado, é ao pensarmos na diversidade da categoria mulher, por exemplo, que percebemos que o campo da história está longe de seguir os caminhos da representatividade e da complexidade de categorias que necessitamos. Acabamos por aplicarmos as mesmas metodologias e teorias e que universalizamos os sujeitos em grandes categorias e assim reproduzindo o Silenciamento social. Ao pensarmos o campo de gênero, a partir dessa epistemologia multicultural é buscar complexificar as formas de pensar e construí história. Partindo da pluralidade dos sujeitos e evidenciando assim o caminho percorrido para consolidação das estruturas que oprimem os sujeitos.

A ideia desse artigo é buscar refletir sobre o caminho traçado dos estudos de gênero e os desafios ainda eminentes, esse artigo é resultado de uma série de dúvidas adquiridas ao longo da disciplina sobre o exercer da pesquisa histórica, as relações teóricas e metodológicas existentes para a história e os estudos de gênero. As dificuldades dos debates centrados nesses estudos e no multiculturalismo adentrar as academias sinalizam ainda que a forma como enxergamos o fazer historiográfico não rompeu a lógica criticada durante o artigo; os textos lidos, principalmente os apontamentos feitos por Michel Foucault, como evidenciado pela historiadora Margareth Rago, são fundamentais para a construção do campo de estudos de gênero e me parecem centrais para a reflexão sobre o tipo de conhecimento que as academias brasileira vem construindo, quais são as estruturas que seguimos reproduzindo e por que as reproduzimos? A estudiosa Marlise Matos conclui em seu texto que a epistemologia feminista tem um como proposta pensar “o *gênero como um campo* que se preocupa em re-fundar a própria ciência”, mas em que medida essa complexidade teórica está presente na história?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maira; CASTRO, Barbara. Apresentação: debates e controvérsias atuais. Dossiê: “Marxismos, Feminismos, Queer e sexualidades”. **Crítica Marxista**: Editora Unesp, São Paulo, n. 48, 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2006. xx p.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um **campo novo** para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.X, n. X, p. XX-XX, 16(2): 440, maio/agosto. 2008. Disponível em: link.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. X p.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. X p.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. xx p.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**: Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- YAZBEK, André Constantino. **10 Lições sobre Foucault**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. xx p.
- Tilly, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. Artigo publicado com o título: “Genre, histoire des femmes et histoire sociale”, *Gêneses* 2. 1990, p. 148-166. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira – Mestrando em Filosofia/Unicamp. **Cadernos Pagu**, (3), 28-62. (1994 ano da publicação cardenos pagu) Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

ST 11
HISTÓRIA E LITERATURA:
POSSIBILIDADES PARA
O ENSINO E A PESQUISA

COORDENAÇÃO

DANIELA DE CAMPOS (IFRS – CAMPUS FARROUPILHA)

MARIA CLAUDIA MORAES LEITE (UFRGS)

HISTÓRIA E LITERATURA: ENTRELAÇANDO SABERES NO ENSINO MÉDIO

DANIELA DE CAMPOS
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL –
CAMPUS FARROUPILHA
DANIELA.CAMPOS@FARROUPILHA.IFRS.EDU.BR
DCAMPOS7@HOTMAIL.COM

RESUMO

Este texto tem por objetivo refletir acerca das possibilidades de entrelaçar saberes de duas áreas, a História e a Literatura, no ensino de temas relacionados à primeira, para estudantes de Ensino Médio. Para tal, serão abordados aspectos teóricos relativos a essa intersecção de saberes e de práticas interdisciplinares, em especial na modalidade de ensino citada. Além disso, também serão descritas experiências de projetos interdisciplinares que relacionam as duas áreas, desenvolvidos com turmas de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, realizadas no IFRS – *Campus* Farroupilha. Esses projetos, além de contemplar o estudo de temas históricos específicos, visam “driblar” a atual configuração curricular nas escolas, com seus fundamentos compartimentalizados por meio de uma divisão disciplinar que propicia uma visão fragmentada do conhecimento produzido pela humanidade ao longo dos séculos. Com isso, o resultado esperado é um conhecimento histórico que tenha um caráter mais significativo para os jovens estudantes.

Palavras-chave: Ensino de História; Literatura; Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

“...encontramos muitos fatos nas obras de literatura e muita ficção nas obras de história.”
(MEGGIL, 2016, p. 265)

Desejo iniciar esse artigo com uma citação do professor de literatura italiana, Nuccio Ordine que apropriadamente cabe naquilo que entendo ser importante quando pensamos sobre o conhecimento, em especial, o conhecimento acadêmico. Ordine (2016) diz que “somente o saber, ao desafiar os paradigmas dominantes do lucro, pode ser compartilhado sem empobrecer quem o transmite e quem o recebe.” (p. 147)

Em “A utilidade do inútil: um manifesto”, esse autor italiano avalia que a Educação, em tempos atuais, vem sendo pautada pelo utilitarismo e pelo que dita o mercado. Nessa perspectiva, os conhecimentos ditos inúteis deveriam ficar fora dos currículos. Assim, mediante essa lógica, saberes como a filosofia, a literatura, a arte e a história não teriam utilidade imediata, portanto seriam descartáveis. Esse é um debate muito presente na área da Educação e as áreas do saber que se enquadram na “inutilidade” precisam constantemente se reafirmar para garantir seu lugar no mundo escolar.

Este artigo se propõe a analisar possibilidades de entrelaçar campos do “inútil”: a História e a Literatura. Essa análise partirá de bibliografia produzida sobre o tema e também de práticas desenvolvidas em sala de aula pela autora nos últimos anos. Essas ações, desenvolvidas por meio de projetos de ensino no âmbito do IFRS – *Campus* Farroupilha, foram planejadas tendo em vista a necessidade de fomentar conhecimento histórico significativo, por meio de trabalhos interdisciplinares. Além disso, também foram pensadas a partir da percepção de que esses alunos de Ensino Médio estabelecem íntima relação com uso de diferentes tecnologias e isso aparece no cotidiano escolar.

Sobre a utilização de tecnologias em sala de aula muito se tem falado e escrito. No que tange ao ensino de História, também podemos fazer uso

dessas ferramentas, em especial jogos eletrônicos¹. No entanto, o que mais se observa, dada a característica do conhecimento histórico, é o ensino baseado em textos, uma vez que essa é a forma que temos para acessar o passado, visto que ainda não inventaram uma máquina do tempo! O que quero dizer, é que não podemos reproduzir os fenômenos históricos tal como eles aconteceram no espaço da sala de aula, sendo o texto a ferramenta que mais se acerca dos fatos transcorridos no passado.

Percebe-se também que estratégias e metodologias de ensino que se assementam somente em práticas tradicionais, podem, muitas vezes, não fomentar o aprendizado significativo em discentes do Ensino Básico, em especial, no caso aqui analisado, de Ensino Médio. Não se trata de transformar o espaço da sala de aula em território teatral, em que professores precisam ser *showman* ou *showwoman*! No entanto, parece-me muito produtivo que docentes de História utilizem fontes diversas para fomentar o aprendizado histórico.

Assim, neste texto serão destacadas possibilidades de relacionar o conhecimento histórico com a literatura a partir de uma concepção interdisciplinar de ensino com estratégias desenvolvidas com alunos do Ensino Médio Integrado em um curso de informática do IFRS *Campus* Farroupilha.

HISTÓRIA E LITERATURA

Desde o surgimento da Escola dos Annales que o campo da pesquisa histórica vem alargando seu conjunto de temas e de fontes. Nesse sentido, a Literatura, desde muito cedo, é fonte utilizada pelos historiadores na construção da narrativa histórica. Do mesmo modo, a Literatura também buscou na História inspiração para suas obras.

Claro está para muitos que História e Literatura se aproximam, ainda que se trate de campos distintos. A diferença principal reside no fato de que a segunda não tem compromisso com a verdade, ponto que não deve ser abandonado quando nos referimos ao texto histórico. Nesse sentido,

.....
1 Sobre o tema ver GIACOMONI, M. P.; PEREIRA, N.M. (orgs) Jogos e Ensino de História. Porto Alegre: Evangraf, 2013. TELLES, H.V.; ALVES, L. Ensino de História e Videogame: Problematizando a Avaliação de Jogos Baseados em Representações do Passado. Anais do XI Seminário SJEEC, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/sjec/index>>.

Bomeny, ao discutir a narrativa como algo comum aos dois campos de saber, diz que “História e ficção são semelhantes na medida em que são **stories** e narrativas de eventos e ações. Mas, para a História, tanto a estrutura da narrativa como seus detalhes são representações da realidade passada.” (BOMENY, 1990, p. 89)

Se hoje conseguimos estabelecer a fronteira, mesmo que às vezes borradas, entre o texto histórico e o ficcional, vários estudiosos apontam que nem sempre isso foi assim. Esse é o caso do historiador francês Jules Michelet (1798-1874), que, no século XIX, “buscara enveredar pelas sendas híbridas que o reconciliaram com a arte, recusando a linha da história fátual que lhe parecia árida e comprometida com o poder.” (CERDEIRA, 2018, p. 27) Por outro lado, a autora diz que “se a História tende assim para o literário, não é menos evidente que a ficção, de modo geral, sonhe penetrar nos domínios seguros da verdade histórica” (idem).

Em alguns casos, a Literatura faz o papel da História, a narrada, dando voz aos excluídos de discursos oficiais e de uma historiografia mais tradicional, ainda afeita aos grandes personagens e/ou leituras totalizantes, que destina pouco espaço aos “de baixo”. Um exemplo, dentre tantos que podemos citar, é o do escritor português José Saramago. De sua vasta obra, muitos romances podem ser considerados históricos. Conforme Oliveira Neto, a “*nouvelle histoire* [teve] influência sobre o universo criativo de Saramago pelo contato que sua ficção assume com o discurso de revisitação da história pelo olhar dos que dela foram excluídos.”²(OLIVEIRA NETO, 2018, p. 22)

No Brasil, a pesquisa histórica com base em fontes literárias, de acordo com Ferreira (2017), levou um pouco mais de tempo para se desenvolver, a despeito das pesquisas históricas em vários países europeus, que desde os anos 1970, faziam uso da Literatura.

No Brasil, a importância da literatura na pesquisa das ciências humanas, sobretudo na Sociologia, já vinha também sendo debatida por muitos intelectuais, entre eles, Antonio Candido (...) No entanto, com a exceção de para alguns poucos,

.....
2 Pode-se exemplificar o que foi dito ao analisar obras como *Levantado do Chão* e *Memorial do Convento*.

como Sérgio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré, ela não era objeto especial de interesse dos historiadores. Isso só ocorreria desde a década de 1980 com as novas propostas de abordagem da História Social e Cultural, que ganharam relevo em países da Europa e nos Estados Unidos. A partir de então, essa linha de estudos tornou-se profusa entre nós, gerando trabalhos relevantes. (FERREIRA, 2017, p. 65)

Um dos mais expressivos críticos literários e estudiosos da Literatura no Brasil, Antonio Candido, em sua importante obra “Literatura e Sociedade” analisa como as obras literárias influenciam ou sofrem influência do meio social, não só no enredo como também na estrutura da escrita. Seus textos são valiosos para aqueles que se dedicam ao tema e apontam direções preciosas, em especial, para os que se iniciam nas pesquisas considerando essas duas áreas do saber. Para Antonio Candido, nunca é demasiado pontuar que, ao se analisar ou estudar determinada obra literária, o pesquisador deve lembrar que “valores e ideologias contribuem principalmente para o conteúdo”. (MELLO E SOUZA, 2000, p. 27)

A poesia das sociedades primitivas permite avaliar a importância da experiência cotidiana como fonte de inspiração, sobretudo com referência às atividades e objetos fortemente impregnados de valor pelo grupo. À medida que fala deles, o poeta assegura a sua posição de intérprete, num sentido que a nós poderia frequentemente parecer anestésico. (MELLO E SOUZA, 2000, p. 27)

Os trechos destacados acima são pontos importantes que todo historiador deve seguir no exame de suas fontes, seja ela literária ou não. O crítico aprofunda sua análise do aspecto sociológico contido na produção literária, ao tomar como exemplos povos considerados “primitivos”, ou melhor dizendo, que não compartilham da cultura ocidental, estudados pela Antropologia. Para ele, a produção literária desses povos (inclusa a oralidade)

aparecerá como algo que só a análise sociológica é capaz de interpretar convenientemente, pois ela mostra que naquelas sociedades o sentimento estético pode ser determinado por fatores diferentes dos que condicionam entre nós, ligando-se estreitamente aos meios de vida, à organização social, e representando uma nítida sublimação de normas, valores e tradições. (MELLO E SOUZA, 2000, p. 49)

Dessa forma, um poema de um determinado povo, no pensamento de Antonio Candido, em que aparece a preocupação com a alimentação, aquilo que nomina de “sacralização do alimento”, nos fala sobre a importância que a busca pela comida e a manutenção da vida ocupa no cotidiano desse agrupamento social. Isso nos mostra como a Literatura, nesse caso apoiada pela Antropologia, tem a contribuir com a compreensão histórica da humanidade. Nesse sentido, um exemplo contundente são os escritos antigos, veja-se a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero.

Na mesma direção, Allan Megill, em texto intitulado *Literatura e história*, argumenta que esses são dois campos distintos, afirma, porém, que “a literatura e os estudos literários cultivam uma consciência dos aspectos da experiência humana, particularmente aqueles relacionados à subjetividade e à identidade” (MEGILL, 2016, p. 271).

Do que foi dito até aqui, parece-nos indubitável a validade da relação Literatura e História na prática da pesquisa. Resta-nos saber se essa mesma validade está posta nas práticas de ensino, considerando o realizado na Educação Básica.

A LITERATURA NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONCEPÇÕES INTERDISCIPLINARES

Ao iniciar o percurso que relaciona literatura e ensino de História, cabe considerar que todo docente deveria ter como premissa de sua ação pedagógica a pesquisa. Como já mencionado no início desse texto, muito se fala no incremento das fontes para a pesquisa histórica, em especial após o advento da Escola dos *Annales*. No entanto, as discussões sobre o tema nem sempre alcançam a história que é ensinada no Ensino Básico, mesmo que a maioria dos profissionais da área formados no Brasil sejam licenciados.³

Em se tratando de ensino de História e sua relação com a Literatura, utilizamos como exemplo da escassa produção sobre o assunto, e,

.....
3 Os números do Censo da Educação Superior (INEP) de 2017 demonstram que nesse ano, dos que concluíram um curso de História, 8350 correspondiam a cursos de licenciatura, contra 1062 concluintes de bacharelado. (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em: 25 jul. 2019.)

por conseguinte da necessidade de se incrementar a reflexão sobre o tema, os trabalhos apresentados no X Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e XXIII Jornada de Ensino de História e Educação, realizado em 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De um total de 135 trabalhos publicados nos Anais do evento, apenas uma comunicação inscrita fazia relação direta entre Literatura e História.

As ações produzidas com turmas de Ensino Médio de um Curso Técnico serviram de base para as reflexões aqui inscritas. As atividades, de caráter interdisciplinar, se desenvolveram em aulas de História e de outros componentes curriculares envolvidos nos projetos, em especial, da área de Linguagens. Nessas ações utilizou-se, para a concepção do projeto e para o entendimento das obras, um dos modelos de análise sociológica da Literatura proposto por Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2000). Para Candido, uma das formas de se compreender uma obra literária ocorre “pelos estudos que procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo seus vários aspectos. (...) consistindo basicamente em estabelecer correlações entre aspectos reais e os que aparecem no livro.” (MELLO E SOUZA, 2000, p. 11)

No que tange aos estudos de Educação, as atividades não se restringiram às leituras isoladas à área de conhecimento que comumente se associam, pois se fundamentam numa concepção de educação integral por meio de atividades que são compartilhadas por diferentes disciplinas. Façamos então, um pouco sobre os estudos a respeito da interdisciplinaridade.

Conforme Beatriz Zechlinski, a atual configuração curricular nas escolas, com seus saberes compartimentalizados com a divisão disciplinar,

é uma decorrência da forma de pensar o conhecimento em geral produzido pela Ciência Moderna, de que para melhor conhecer é necessário dividir e classificar. No entanto, percebemos que esse método não tem sido capaz de unir novamente as partes, o que impossibilita a compreensão do todo. (ZECHLINSKI, 2003, p. 8)

Essa divisão curricular, por disciplinas, propicia uma visão fragmentada do conhecimento produzido pela humanidade ao longo dos séculos.

Difícilmente, no espaço escolar (e fora dele também!), há um esforço para relacionar esses saberes, que, em última análise, fazem parte de um todo. O resultado disso é que, muitas vezes, “os conteúdos parecem aos alunos algo sem sentido e distante da realidade cotidiana, o que dificulta o prazer em aprender...” (ZECHLINSKI, 2003, p. 9)

Numa tentativa de tentar “driblar” essa organização curricular fragmentada, projetos que invoquem uma metodologia interdisciplinar se configuram em excelente opção aos docentes e instituições que almejam proporcionar um conhecimento mais ampliado aos seus alunos. Além disso, por meio do trabalho interdisciplinar, deseja-se uma aproximação com um currículo cada vez mais integrado, de acordo com a proposta dos Cursos Integrados ofertados nos Institutos Federais.

Nesse sentido, entendemos que interdisciplinaridade não é currículo integrado⁴, mas pode ser uma ferramenta para alcançá-lo. A interdisciplinaridade, de acordo com Martins, Sondá e Pereira,

é uma forma de trabalhar e reorganizar os conteúdos escolares a fim de conectar as dimensões isoladas, obtendo uma visão mais ampla da realidade que, tantas vezes, aparece fragmentada pelos meios de que dispomos para conhecê-la, deve ser compreendida como processo e não como um conjunto de procedimentos a ser seguido. (MARTINS, SONDA E PEREIRA, 2017, p. 13)

Também, para esses autores, o trabalho interdisciplinar é coletivo por essência, reforçando aspectos de trabalho com diversas áreas do saber e, por isso mesmo, dando uma ideia de que o conhecimento sobre um determinado assunto pode ter várias faces, quando visto por disciplinas distintas.

Destacando o pensamento do italiano Nuccio Ordine, já aqui mencionado, ao argumentar que, no mundo contemporâneo, se dá excessiva

.....
4 Na concepção de currículo integrado, de acordo com Marise Ramos, “conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional também se integram. Um conceito específico não é abordado de forma técnica e instrumental, mas visando a compreendê-lo como construção histórico-cultural no processo de desenvolvimento da ciência com finalidades produtivas. Em razão disto, no ‘currículo integrado’ nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens.” RAMOS, M.N. Currículo Integrado. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

importância à técnica, sendo que as artes e as ciências humanas, os chamados saberes humanísticos, ficam em segundo plano, quiçá, em terceiro. Para esse autor, em momentos de crise é necessário reforçar a importância desses saberes (das ciências humanas e das artes), pois, “exatamente nos momentos em que a barbárie ganha espaço, a fúria do fanatismo se volta não somente contra seres humanos mas também contra bibliotecas e obras de arte, contra monumentos e grandes obras-mestras da humanidade”. (ORDINE, 2016, p. 14) Em períodos como esse (veja o nosso!) que se deve reforçar o entendimento sobre a humanidade e resistir contra as forças que desejam apagar esse com conhecimento.

No que diz respeito ao papel da Educação, Ordine afirma que

[...] não é possível conceber qualquer forma de educação sem os clássicos. O encontro entre um professor e um aluno sempre pressupõe um “texto” do qual partir. Sem esse contato direto com os textos, os estudantes terão dificuldade de amar a filosofia ou a literatura e, ao mesmo tempo, os professores não terão a oportunidade de tirar o máximo partido de suas qualidades para estimular a paixão e o entusiasmo dos seus alunos. Acabar-se-á por romper definitivamente o fio que havia entretecido a palavra escrita e a vida, aquele círculo que havia permitido aos jovens leitores aprender com os clássicos a ouvir a voz da humanidade antes mesmo que, com o tempo, a própria vida os ensinasse a compreender melhor a importância dos livros de que nos nutrimos. (ORDINE, 2016, p. 84)

Diante do exposto, entendemos que é importante realizar um esforço para trabalhar de forma cada vez mais integrada, por meio de projetos interdisciplinares, que priorizem um conhecimento mais global e menos fragmentado, contribuindo para que a Educação seja mais inclusiva e propicie aos alunos um ensino crítico e de qualidade. Compreende-se que uma das formas de se perseguir esse objetivo são práticas mais dinâmicas, sempre pautadas pela pesquisa e pelos saberes científicos.

A interdisciplinaridade, como nos confirma José D’Assunção Barros, possibilitou aos historiadores pensar seus temas, suas fontes e sua escrita, pois “certos conceitos vindos de diferentes campos artísticos podem ser assimilados pelos historiadores para integrar o seu repertório conceitual.” (BARROS, 2019, p. 112)

Nessa lógica, as ações que foram propostas aos alunos desvelam essa concepção de História e de uma educação que se deseja não tão compartimentalizada e que dialogue com outras áreas do saber. Posto isso, seguem descrições de algumas das atividades realizadas, considerando a intersecção em História e Literatura.

SÉCULO XX NAS OBRAS LITERÁRIAS

O mundo contemporâneo é o conteúdo previsto para a disciplina de História no terceiro do curso técnico integrado. Como muitas vezes acontece, pela grande quantidade de assuntos que devem ser abordados, muitos acabam ficando “de fora”, pelo tempo que o componente curricular dispõe na grade curricular. E nem vamos aqui comentar do lugar ocupado pelas disciplinas de Ciências Humanas nos currículos escolares! Por isso, uma das alternativas encontradas foi a realização de um seminário de obras literárias que tenham como assunto algum evento ou processo histórico situado no século XX. A escolha das obras possíveis de serem lidas pelos alunos prioriza autores latino-americanos e africanos, ainda que autores europeus não sejam excluídos da lista. Também procurou-se escolher obras escritas por mulheres. Da lista de autores e obras destaca-se, sobre o contexto africano, Chimamanda Ngozi Adichie (*Hibisco Roxo e Meio sol amarelo*); José Eduardo Agualusa (*Barroco Tropical*); Buchi Emecheta (*Cidadã de segunda classe*). Sobre a América Latina algumas das escolhas recaíram em Alejandro Zambra (*Formas de voltar para casa*); Isabel Allende (*De amor e de sombras*); Fernando Morais (*Olga e Corações Sujos*), Maria Pilla (*Volto semana que vem*); Bernardo Kucinski (*Você vai voltar para mim e K*). De uma lista de, aproximadamente, trinta títulos, cada aluno escolhe um e o livro é apresentado na forma de seminário para toda a turma. Apesar de uma certa resistência de alguns alunos, afinal, “para que ler obras literárias, se a aula é de História!”, o resultado tem sido muito satisfatório. Após a apresentação das obras, alguns alunos se interessam pelos livros lidos pelos colegas e acabam lendo outros títulos. Essa atividade, além de ampliar o conhecimento sobre determinados fatos históricos, também é uma oportunidade de incentivar a prática da leitura em jovens estudantes.

SHAKESPEARE REVISITADO

William Shakespeare é o autor mais conhecido no mundo ocidental. Suas obras, ainda que escritas há muito tempo (suas peças surgiram entre 1590 e 1616), discorrem sobre temas universais e são atemporais. Ler e entender a obra shakespeariana permite compreender o contexto no qual ela foi produzida, qual seja o do Renascimento europeu, mas também temas que são inerentes ao Humano. Além disso, trabalhar com obras de caráter universal e que pertencem ao cânone, é uma forma de possibilitar a estudantes de Ensino Médio o contato com essa cultura universal e uma possibilidade de fomentar hábitos de leitura. Desde o ano passado, temos desenvolvido projeto de ensino a partir da leitura de obras do dramaturgo inglês. Primeiramente, os alunos leram Hamlet; no presente ano a turma trabalhou com Otelo. Essa atividade constituiu um projeto institucional formulado pelas disciplinas de História, Inglês, Literatura e Filosofia. Os alunos leram edições bilíngues e, ao final, tiveram que produzir uma releitura da peça lida, em paralelo as disciplinas trabalhavam conteúdos relacionadas a sua área. No caso de Hamlet, os alunos produziram uma peça escrita utilizando mídias sociais (*Facebook, Twitter, Whatsapp*)⁵. Já para a obra Otelo, os alunos entregaram uma história em quadrinhos (também bilingue), mantendo o tema e os dilemas apresentados por Shakespeare na obra original, mudando, no entanto o contexto histórico em que a história se passava. Para isso, os discentes tiveram que pesquisar e/ou recorrer aos conteúdos históricos anteriormente trabalhados.

O CONTINENTE DE VERÍSSIMO E A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

And last but not least, apresento um projeto desenvolvido neste ano de 2019, a partir da obra O Continente, volume 1, do escritor sul-rio-grandense Erico Verissimo, produzido em parceria com as áreas de Geografia,

.....
5 O projeto e seus resultados encontram-se publicados no seguinte artigo: ALVES, K.F. CAMPOS, D. "Shake your mind and read books: um convite para ler Shakespeare": Um Projeto de Leitura para alunos de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 2, 2019.

Literatura, Espanhol, além, claro, da História. *O Tempo e o vento* é considerado pelos estudiosos a principal obra de Erico Verissimo que, por sua vez, é tido como um dos grandes da literatura sul-rio-grandense. De acordo com Regina Zilberman (2006), a trilogia levou treze anos para ser concluída e exigiu de seu autor um grande esforço de pesquisa. Compreender, ainda que em parte, a obra de Erico Verissimo é essencial para entender um determinado momento da literatura nacional, não só a regional. Publicado em três partes (*O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*), o romance foi concebido como uma unidade e preserva as mesmas características estéticas e formais em seu conjunto, variando apenas as questões temáticas.

Em *O Continente* prevalece uma visualização mítica da formação do povo gaúcho, projetada em Pedro Missioneiro, um índio com poderes especiais que prevê sua própria morte pelos irmãos de Ana Terra, seduzida e grávida. Este personagem é a “fonte” de tudo e o seu enlace com Ana Terra sinaliza a miscigenação entre o índio e o bandeirante vicentino. As virtudes mágicas do índio transformam-no em um “ser” superior (a-histórico) que promove o início de uma realidade histórica. Assim como ocorre com as obras de Shakespeare, mencionadas anteriormente, considera-se que “*O Continente*” é texto que pertence ao cânone e também oferece uma enriquecedora experiência de diálogo com a arte, já que a leitura de clássicos permite, além da análise do texto em si, que se desenvolva um olhar crítico sobre a realidade, através de relações estabelecidas pela leitura da obra. A escolha da obra de Verissimo se justificaria apenas pelo dito acima. Entretanto, “*O Tempo e o vento*” não é “apenas” literatura. Trata-se de narrativa literária que se fundamenta em fatos ocorridos, ou seja, na História.

Como afirma Pesavento “se os personagens são criação do autor e não existiram de fato, a trama se dá em um tempo histórico do acontecido” (PESAVENTO, 2006, p. 271). Esse tempo histórico, no caso do primeiro livro (*O Continente* – volume 1) é o da formação do estado do Rio Grande do Sul, quando o Brasil era ainda colônia de Portugal e esse espaço, o mais ao sul da Linha do Equador, vivia entre disputas das coroas ibéricas. Ainda que muito se fale na relação existente entre *O Tempo e o Vento* e os aconte-

cimentos históricos, em especial no Continente I, o autor dá conta também desse espaço em transformação, por ser fronteiro e estar em constante disputa. Podemos afirmar, inclusive, que o espaço geográfico, com suas cidades imaginárias, mas não longe do real, também constituem personagens da obra. Depois da leitura da obra, da discussão acerca dela em diferentes momentos, os alunos foram instados a elaborar um roteiro e um curta-metragem tendo como foco as personagens principais, ou seja, cada grupo de alunos escolheu um dos personagens e atualizou sua história para o tempo presente, mantendo suas características originais.

Haja vista as ações acima descritas, considera-se que aliar Literatura e História, e, se possível, outras áreas do conhecimento, é uma estratégia muito eficaz ao se trabalhar com alunos do Ensino Médio. A leitura é fundamental para o entendimento da História, mas não exclusivamente para ela, ensinada na escola. Utilizar textos literários para a compreensão do nosso passado, parece ser uma maneira de perseguir a aprendizagem significativa para nossos alunos e uma forma de fortalecer a Educação Básica, em especial, a pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J.D'A. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BOMENY, H. Encontro suspeito: História e Ficção. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 1, 1990, pp. 83-118.
- CERDEIRA, T.C. **José Saramago entre a História e a ficção: uma saga de portugueses**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.
- ELMIR, C. P. O enredo como categoria e como método de análise. In: MALERBA, Jurandir (org). **História & Narrativa**. A ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 193-209.
- FERREIRA, A.C. A fonte fecunda. In: PINSKY, C.B. LUCA, T.R. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 61-91.

- X Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e XXIII Jornada de Ensino de História e Educação, 2019, Porto Alegre/RS. <https://www.ufrgs.br/lhiste/anais-perspectivas-do-ensino-de-historia/> acesso em 25 de julho de 2019
- LIMA, L. C. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARTINS, F. J. SONDÁ, M. PEREIRA, N. F. F. Interdisciplinaridade: da totalidade à prática pedagógica. **Revista Internacional Interdisciplinaridade INTERthesis**, Florianópolis, v.14, n.1, p.01-18 Jan.-Abr. 2017.
- MEGILL, A. Literatura e História. In: MALERBA, Jurandir (Org). **História & Narrativa**. A ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 265-271.
- MELLO E SOUZA, A. C. **Literatura e Sociedade**. 8ª. Ed. Publifolha, 2000.
- OLIVEIRA NETO, P.F. “Nós vivemos dentro de uma possibilidade de ver que é nossa”. In: CERDEIRA, T.C. **José Saramago entre a História e a ficção: uma saga de portugueses**. Belo Horizonte: Moinhos, 2018, p. 17-23.
- ORDINE, N. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- PESAVENTO, S. J. Erico Veríssimo: encontros e desencontros da ficção com a história. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, dez/fev 2005-2006, p. 270-273.
- ZECHLINSKI, B. P. História e Literatura: questões interdisciplinares. **História em Revista**, Pelotas, v. 9, dez 2003.
- ZILBERMAN, R. Erico Veríssimo: memória, história e tempo recuperado. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 296-305, dezembro/fevereiro 2005-2006
- ZILBERMAN, R. Prefácio. In: VERISSIMO, E. **O continente** Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS EM TORNO DOS ESCRITOS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

RENATA COUTINHO FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
COUTINHOHP@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho a ser desenvolvida deriva de meu projeto de pesquisa do mestrado “A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” – Perspectivas em torno de epistemologias feminista e pretas. Pretendo fazer alguns apontamentos sobre tal projeto, a fim de buscar formas eficazes de realizar a pesquisa. Consequentemente, um dos motivos pelos quais me proponho discutir e abordar este campo, da teoria feminista, através de diversas intelectuais negras brasileiras e norte-americanas. Sendo necessário compreender que “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não trata da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.” (HARAWAY, D. 1995, p. 21). O que pretendo aprender e construir com essa pesquisa é: observar, problematizar, e pensar criticamente como narrativas sobre si, e sobre outras sujeitas que dividem ou apenas compartilham suas histórias, acabam por agir, ou não, em nossa prática enquanto historiadoras/es. Perscrutando entender como e através de quais campos os estudos das sujeitas,

e as experiências que carregam, provocam assertivas nos campos epistemológicos. Como as influências e práticas sociais chegaram nas teorias?

A categoria do *Outro*, é bastante recorrente quando trabalha-se com gênero e raça, de modo que tal categoria é explorada em diversos campos epistemológicos. No recente livro de Djamila Ribeiro, *O que é lugar de fala?* a autora nos traz a questão da *Mulher Negra: o Outro do Outro*, na qual a autora faz um paralelo entre Simone de Beauvoir e Grada Kilomba. Kilomba afirma que mulheres negras são uma espécie de antítese de branquitude e masculinidade, ao compreender a categoria do *outro* e ao papel que lhes foi relegado de *Outro do Outro* e nunca si mesma. Ribeiro observa que Kilomba não universaliza as categorias de homem e mulher em seus escritos. Kilomba discorda de Beauvoir, pois para ela existe um status oscilante que ora pode permitir a mulher branca que se coloque como sujeito que observa o outro, assim como o homem negro, entendendo que não há fixidez desse status. Ao reconhecer tal status oscilante de mulheres brancas e homens negros deixa evidentes as especificidades desses grupos, sendo possível romper com a invisibilidade das mulheres negras. Um dos objetivos da pesquisa, portanto, é observar a partir das fontes. Buscando uma abordagem que não possua um enfoque essencialista, e que, se possível, promover um diálogo entre os escritos de Carolina Maria de Jesus e concepções de intelectuais negras brasileiras, latino-americanas, caribenhas e norte-americanas. Justamente, pensando em compreender de forma mais abrangente a teoria feminista, localizada por meio de mulheres negras escrevendo a partir de suas próprias experiências as epistemologias trazidas nesta pesquisa. Buscando o rompimento com o conhecimento uno, branco, universal e masculinista.

LOCALIZAÇÕES A PARTIR DE CAROLINA

“Devo incluir-me, porque também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, C. 2014, p. 37).

“16 de junho [...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: – É pena você ser preta. – Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. [...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar preta.” (JESUS, C. 2014, p. 64)

“28 de maio [...] A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (JESUS, C. 2014, p. 167).

“Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro. E muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos. Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto” (JESUS, C. 1986, p. 52).

Optei por apresentar, desde o projeto, alguns trechos que poderão vir a ser utilizados durante a pesquisa, de autoria direta por parte da escritora Carolina Maria de Jesus em “Quarto de despejo: o diário de uma favelada” de 1960. Ao passo das indagações já abordadas anteriormente, busco através desta ideia de pesquisa ampliar, de alguma forma, a visão da teoria feminista de objetividade e conhecimentos localizados com códigos e conversas dentro de nódulos potentes, em termos de corpos e significados possíveis. (HARAWAY, D. 1995)

Isto é, a discussão das fontes que derivam dos próprios lugares e das próprias sujeitas, dando forma e corporificando a teoria, de modo que acabam mediando, traduzindo e significando os tais nódulos presentes em suas narrativas. Assim como podemos observar, através do trabalho de Lélia Gonzalez, o que ela chama de outra razão, ao caracterizar a fala destes sujeitos excluídos e subjugados, que ao contrário das normas científicas ocidentais, tornam seus discursos mais concretos, mais humanos, heterogêneos e menos abstratos, metafísicos e homogêneos. (GONZALEZ, L. 1979)

A quebra com a produção de conhecimento feminista universalizante, essencialista, que tira a humanidade das sujeitas a partir das quais me proponho a construir conhecimento, é o que venho propor. Pretendo utilizar outras obras da escritora Carolina Maria de Jesus como: *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*, de 1961; *Pedaços da Fome*, de 1963; *Provérbios*, de 1965; *Diário de Bitita*, de 1982 e “Antologia pessoal” de 1996, foram duas obras publicadas postumamente.

Para isto, é preciso pensar na agência do mundo no conhecimento, na própria produção de epistemologias, desvendando o sentido da visão

para possíveis impressões e percepções desestabilizadoras. (HARAWAY, D. 1995). Pretendo trabalhar com epistemologias feministas advindas do feminismo negro, como anteriormente já trabalhei em meu trabalho de conclusão, porém um melhor perscrutamento a respeito de intelectuais brasileiras se fez necessário.

NARRATIVAS EMERGENTES (?)

Escritas podadas, milimetricamente dentro de normas, do cânone historiográfico, literário, epistemológico. Como produzir de forma indisciplinada conhecimentos? Na tentativa de normatizar escritas a partir de uma matriz de pensamento, de uma episteme, instituímos rupturas críticas e denominamos de pós-colonial, subalternidades, decolonialidade, etc (BALLESTRIN, L. 2013). Essas matrizes questionaram, e assim persistem, maneiras de conceber o mundo de forma universal, ocidental, binária, racista, heteronormativa e classista. Aqui se encontra o âmago de um paradigma da modernidade tardia, a representação secular de compreensões que estruturam culturas e sociedades, em suas mais diversas descrições únicas. Isto é, para cada sujeito social existe alguma teorização de suas práticas, de modo que a ciência possa determinar e pressupor comportamentos, independente de suas ações, como uma premonição factual e hegemônica.

A modernidade nasce da e com a preocupação com a identidade, tanto assim é que seu paradigma emerge a partir da conceituação do indivíduo como centro de uma reinterpretação fundadora da autoria de si e do mundo. Contudo, a conversão perversa de seu impulso emancipatório, sob o impacto determinante de referências hegemônicas que pautaram os processos sociais e culturas do ocidente – o etnocentrismo, o imperialismo, o racismo e a patriarquia – faz com que a modernidade encene, também, o drama da própria perda de identidades e da memória. Como foi assinalado com propriedade pelos pensadores da Escola de Frankfurt, a modernidade engendrou um edifício cultural através de estratégias de exclusão/dominação e, nesse sentido, fomentou a construção e manutenção de sistemas elitistas de distribuição de poder, inclusive o poder da representação e o poder da interpretação. (SCHMIDT, R. 1998, p. 183-184).

A teoria feminista e a escrita de mulheres são algumas das vertentes que destacam-se para pensarmos através, e em conjunto, do que as próprias

sujeitas propõem. Novos paradigmas e prerrogativas críticas são trazidos por diversas mulheres que versam seus olhares e vivências pelas palavras. Utilizar categorias como gênero, raça e classe como intrínsecas ao fazer historiográfico, ao observar tais narrativas são alternativas que transformam a história disciplinada.

Proponho, desta forma, pensar sobre a escrita literária de mulheres negras no Brasil, neste caso a partir de Conceição Evaristo, percebendo se tal tradição recebe suporte e caminha junto com perspectivas acadêmicas de feministas negras brasileiras. Ao conceber a pesquisa a partir de um lugar, neste caso Brasil, onde escritoras negras como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, exerceram suas escrevivências, é necessário compreender o contexto em diferentes temporalidades, as quais ambas estão imbricadas. Para que seja possível perceber tais questões proponho um olhar perante uma discussão de extrema relevância e de grande magnitude, sendo algo que sobrevive por meio das estruturas sociais, culturais e econômicas, uma forte ideologia racial, que se faz presente através da “democracia racial” no Brasil.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, A. 2017, p. 111).

É evidente que o padrão de existência de um sujeito universal assola a sociedade brasileira faz parte da estrutura racial que foi moldada no país através das classes dominantes no meio acadêmico que produziam discursos sobre as identidades negras e de gênero. Esse comportamento demonstra o racismo e o sexismo presentes denotando a invisibilidade dos escritos de Carolina e Conceição.

O argumento que pretendo explorar é o de que as produções intelectuais femininas não se configuraram como tema privilegiado da chamada história das mulheres, nem da história intelectual, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado pelos cânones e pela memória disciplinar. (OLIVEIRA, M. 2018, p. 108).

Maria da Glória de Oliveira citada acima, em seu texto *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*, explora um pouco sobre a produção de invisibilidades, que possuem um caráter de especificidade, ao tornar silenciosos os discursos e narrativas de mulheres na historiografia brasileira. Podemos pensar em mulheres negras, nesse âmbito, por meio do conceito de “epistemicídio” que a autora Sueli Carneiro utiliza, o qual a filósofa compreende e define que, por meio do racismo e da discriminação, em ambientes cotidianos, a negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade, a imposição do embranquecimento cultural, consequentemente gerou, e repulsivamente ainda gera a negação aos negros a condição de sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, S. 2005).

Acionadas pela memória emancipada, tais representações tornam consciente o que o esquecimento, em sua capacidade de impor um limite negativo ao conhecimento, suprimiu da lembrança. É pelo e no discurso, como instância de articulação entre o nível linguístico e o extralinguístico, que se opera a construção/destruição de identidades – textuais, históricas, políticas. Identidades são concebidas aqui como movimentos contínuos/descontínuos das relações que sujeitos, comunidades, nações estabelecem imaginariamente com o outro, o que garante sua auto-constituição e sua inserção dentro de certas condições sócio-históricas e discursivas que são, elas próprias sustentáculos daquelas relações.” (SCHMIDT, R. 1998, p. 184)

O debate crítico das questões mediante as construções de subjetividades e identidades, é muito aplicado e alicerça essa pesquisa a fim de que possamos compreender como tais preceitos aliam-se com e a partir de intelectuais negras, que traduzem, codificam, e desnudam através de suas práticas, complexidades abordadas e prerrogativas presentes na teoria feminista.

Inicialmente, é preciso deixar claro que falar sobre narrativas escritas por mulheres implica na adoção de um ponto de vista que identifica no âmago daquelas produções, um projeto consistente de crítica cultural. Independentemente das limitações socioculturais de seu tempo e das diferenças de origem, classe, raça ou nacionalidade, as escritoras desse século tem desencadeado, em suas narrativas, uma série de reflexões e questionamentos sobre o modo como práticas sociais e discursivas colaboraram na definição do sujeito mulher como elemento periférico à cultura. Nesse sentido, suas

narrativas inscrevem atos de resistência definido como um “engajamento auto-consciente com discursos e representações dominantes e normativas, numa criação ativa de espaços culturais oposicionais”. (SCHMIDT, R. 1998, p. 185-186).

De acordo com o que Rita Schmidt nos apresenta, os textos que pretendo trabalhar em minha pesquisa trarão alguns questionamentos sobre como tais narrativas tensionam, de modo a ser algum tipo de oposição, ao modelo dominante social. Percebendo nessa prerrogativa aproximações com um dos trabalhos de Lélia Gonzalez, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, no qual ela propõe que:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa de Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, L. 2018, p. 193).

Lélia, na supracitada, desenvolve acerca da relevância da própria fala, do discurso, ao qual a população negra se autoinscreve, e não da forma como pensadores do cânone sociológico brasileiro teorizaram. Podemos observar através da escrita de Luiza Bairros, quando esta faz assertivas sobre feminismos, que a própria noção de inscrever-se perante de tais narrativas é compreendida como uma forma de escrita feminista. A qual é denominada teoria do ponto de vista na qual o passado irá exercer seu papel prático ao corroborar para narrativas de lutas, a interseccionalidade presente nos corpos das sujeitas que escrevem será apreendida (traduzida), o combate aos estereótipos será ponderado e tensionado, e suas atuações enquanto mães, professoras ou líderes comunitárias deverão aparecer. É relevante considerar que as narrativas que desenvolvem-se a partir da perspectiva do ponto de vista feminista não são apenas acadêmicas, mas sim de mulheres que as experienciam.

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo. [...] Colocada a questão da identidade e diferença no interior da linguagem, isto é como atos de criação linguística, a literatura, espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos, apresenta um discurso que se prima em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. Percebe-se que na literatura brasileira a mulher negra não aparece como musa ou heroína romântica, aliás, representação nem sempre relevante para as mulheres brancas em geral. A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral. (EVARISTO, C. 2005, p. 2).

No trecho acima, Conceição Evaristo, demonstra o que Schmidt e Bairros ponderaram, e adiciona o fator da diferença negativa para mulheres negras nas narrativas literárias. Analisando a gama de papéis estereotipados quando há a presença de alguma mulher negra nas narrativas, ou não há a presença da população negra como um todo nas narrativas. Há o lugar, que existe sob o olhar do outro perante o sujeito; e há o não lugar, quando as narrativas invisibilizam a presença de atores negras/os.

Investindo contra várias formas de silenciamento, as mulheres negras continuam buscando se fazerem ouvir na sociedade brasileira, conservadora de um imaginário contra o negro. Imagens nascidas de uma sociedade escravocrata perpassam, até hoje, profundamente, pelos modos das relações sociais brasileiras. [...] Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre (vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. [...] Essas escritoras buscam na história mal-contada pelas linhas oficiais, na literatura mutiladora da cultura e de dos corpos negros, assim como em outros discursos sociais elementos para comporem as suas escritas. Debruçam-se sobre as tradições afro-brasileiras, relembram e bem relembram as histórias de dispersão que os mares contam, se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem às suas dores e alegrias íntimas. (EVARISTO, C. 2005, p. 5-6-7).

Acredito que a ideia que Conceição Evaristo desenvolve na citação acima é de extrema relevância para minha pesquisa, pois, ao me debruçar nos escritos de Carolina Maria de Jesus é necessário apreender e compreender esse olhar perante sua obra. Ligando-se as teorias do feminismo negro norte-americano, brasileiro e latino-americano, acredito que minha análise ficará mais completa, de modo que a relação entre narrativas literária e histórica caminhem juntas para tecer apontamentos interessantes.

As disciplinas auxiliaram-me, por meio da bibliografia e das aulas, a analisar de maneira mais satisfatória meu projeto de pesquisa, organizando minhas concepções dentro da teoria da história e suas prerrogativas tão necessárias à crítica. Os debates acerca da modernidade tardia; da discussão ante o capitalismo e democracia; a perspectiva disciplinada da história que atravancou crises; estas acenando para uma noção de história indisciplinada; a invisibilização de sujeitas/os das narrativas históricas e literárias; as críticas presentes ao fazer historiográfico e a sua funcionalidade prática, são afluentes pouco conhecidas de um rio que promete um futuro sem expectativas aos navegadores, porém, nos concede a oportunidade da descoberta plural e diversa. Construindo conhecimentos e propondo uma ação transgressora em nossos campos de ação historiográfico e educativo. Reitero, portanto, o compromisso e a importância de questionar minhas fontes e referencial teórico, pensar criticamente, e analisar como tais narrativas colocam-se como agentes geradoras de epistemologias para a ciência e a própria historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

- CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio. **Geledés**, 04 set. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- DE AVILA, Arthur Lima. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, n. 18, p. 35-49, 2018.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia, p. 202, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: **8º encontro nacional de Latin American Studies Association**. Pittsburg, 1979.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Coletânea organizada e editada pela UCPA (União de Coletivos Pan-Africanistas). Diáspora Africana: 2018.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, 2013.
- KILOMBA, Grada. A máscara. Trad. JESUS, Jéssica Oliveira de. "The Mask" In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.
- NASCIMENTO, Abdias. O embranquecimento cultural: outra estratégia de genocídio. In: **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. – 1ª reimpressão da 2ª edição. – São Paulo: Perspectiva, 2017.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? **LETRAS**, n. 16, 1998.
- TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, v. 24, n. 2, p. 186-205, 2018.
- WHITE, Hayden. **O passado prático**. 2004. Tese de Doutorado. Northwestern University.

DAS LUZES DA RENASCENÇA AS SOMBRAS DO GÓTICO: A FORMAÇÃO DO GÊNERO LITERÁRIO GÓTICO NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII

INDAIÁ DEMARCHI KLEIN
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO – PPGE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – BRASIL
INDAIA.KLEIN@YAHOO.COM.BR

RESUMO

O presente artigo busca articular a origem do gênero literário Gótico, como expressão artística e cultural autêntica do século XVIII e de que forma se comunica com o movimento Romântico proveniente do mesmo período, sendo ambos – gênero e movimento – da Inglaterra. Alguns elementos visíveis ao gênero gótico serão analisados para compreender o quanto a arte, nesse caso específico, a literatura pode ser utilizada como fonte para estudar os fenômenos sociais daquele momento e as relações de poder que não eram evidentes. A escolha pelo gênero literário Gótico como fonte histórica foi motivada por perceber-se da popularidade de tal gênero ao momento de seu surgimento, conciliando em suas obras elementos do antigo e do moderno. Sendo que no decorrer das narrativas, conseguia deixar difusas certas críticas presentes ao momento de sua confecção, as quais apenas um leitor mais sensível perceberia. Desse modo muitas obras foram publicadas e lidas em diversas classes sociais, tornando-se verdadeiros *best-sellers* e sem serem vistas com qualquer teor crítico, entretanto, era o que sutilmente as mesmas faziam.

Palavras-chaves: literatura; gótico; século XVIII.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca articular a origem do gênero Gótico, como expressão artística e cultural autêntica do século XVIII e de que forma se

comunica com o movimento Romântico proveniente do mesmo período, sendo ambos – gênero e movimento – da Inglaterra. Estes que surgem como uma resposta ao neoclassicismo (movimento artístico/cultural vigente, o qual preconizava os ideais greco-romanos) e como consequência da Revolução Industrial, que havia rompido de forma abrupta com os estamentos sociais e culturais.

Alguns elementos visíveis ao gênero gótico serão analisados para compreender o quanto a arte, nesse caso específico, a literatura pode ser utilizada como fonte para estudar os fenômenos sociais daquele momento e as relações de poder que não eram evidentes.

A escolha pelo gênero Gótico como fonte histórica foi motivada por perceber-se da popularidade do gênero ao momento de seu surgimento, conciliando em suas obras elementos do antigo e do moderno. Sendo que no decorrer das narrativas, conseguia deixar difusas certas críticas presentes ao momento de sua confecção, as quais apenas um leitor mais sensível perceberia. Desse modo muitas obras foram publicadas e lidas em diversas classes sociais, tornando-se verdadeiros *best-sellers* e perpassando a sociedade com os signos da sua época que só aqueles mais perspicazes compreenderiam.

O HOMEM DENTRO DAS SOMBRAS: ANÁLISES SOBRE A LITERATURA GÓTICA

A relação do gênero gótico com o período em que foi criado fica clara em vários elementos presentes nas suas histórias, porém para além dos elementos, o psicanalista Sigmund Freud, analisou esse movimento literário como uma “projeção, sob forma codificada, de impulsos instintivos que existem no inconsciente” (VASCONCELOS. 2016.p. 124), ou seja, os temores que são transcritos para os livros, na verdade são temores reais que aquela sociedade estava sentindo, com medos e anseios em relação ao progresso e a modernidade, que vinha se instalando desde a Revolução Industrial, alterando o tempo, a cidade e as organizações familiares e de modo consciente ou inconsciente, como dito por Freud, os escritores projetavam no desconhecido do passado a aflição que sentiam sobre o futuro.

Esse mesmo movimento também pode ser classificado como a “estrutura de sentimento” (VASCONCELOS. 2007. p. 75), descrita por Raymond Williams, pois refere-se a uma sensação presente na cultura e na sociedade.

Indo mais além da análise de Freud, David Punter, em seu *The Literature of Terror* (1980), aborda a noção freudiana com uma interpretação marxista, privilegiando as questões de classe, associando os temores do gênero gótico, ao medo do proletariado em relação à classe social burguesa imperativa, a qual modifica a estrutura de poder até então conhecida e o coloca diante de uma nova pressão trabalhista. Abordam-se também, neste sentido, questões problemáticas, principalmente no que é tocante a sexualidade (VASCONCELOS. 2016. p. 124), pois é marcante a presença feminina nessas histórias.

As diversas análises que foram realizadas acerca do movimento gótico ganharam várias conotações, porém apenas no século XX, que o gênero começou a ser interpretado como uma expressão autônoma e exclusiva, não propriamente vinculada ao movimento Romântico e nem apenas uma vertente do romanesco, ou seja, cabe considerar todas as influências sofridas e a cosmogonia presente naquela sociedade, que lhe possibilitou a existência enquanto expressão literária.

DO GREGO AO INGLÊS: RELAÇÃO ENTRE O NEOCLÁSSICO E O ROMANTISMO

O Renascimento que surge na Europa entre o século XV e o século XVI, como um movimento que busca influências na Antiguidade Clássica, pautando-se na filosofia, nos estudos e no pensamento greco-romano, ficou conhecido e posteriormente estudado como o movimento que possibilitou a “abertura” da civilização para o conhecimento e para a ciência, que até então, estavam escondidos e negados durante a Idade das Trevas, conotação atribuída a Idade Média, que ganhou a reputação de ser uma época de atraso, que impossibilitava o acesso aos conhecimentos em função da supremacia religiosa da Igreja Católica. O movimento literário gótico, no fim do século XVIII, se utilizará justamente da iconografia da Idade Média

para desafiar o pensamento vigente e assim afirmar-se no cenário artístico europeu, tema que será mais abordado posteriormente.

A evocação do Renascimento resgata a estética do período antigo, o Classicismo, que vem dar origem a arte neoclássica, que segundo o historiador setecentista Winckelmann, “as artes plásticas são arte como imitação da palavra, do sentido, da história e desta maneira não cabe imitar a natureza, como os gregos o fizeram, mas sim imitar a representação grega da natureza” (BARROS. 2009. p. 170), ideal este perseguido pelos artistas e que tornar-se-ia ponto de conflito, com o novo movimento que vinha surgindo, nos meados do século XVIII, o Romantismo, o qual baseia-se justamente no oposto, vendo a arte não como uma imitação, mas sim como uma ação inédita. Suas obras são pautadas principalmente, no sentimento, na imaginação criadora, na originalidade, no gênio e na expressão autônoma, elementos que se combinando, “passam a compor uma nova atitude artística face ao padrão neoclássico” (BARROS. p. 170).

O Romantismo considera a subjetividade do indivíduo com as suas paixões e dores, compreendendo que a *humanidade* não cabe na ciência positivista e nem na frieza das máquinas. Cenário presente desde a Revolução Industrial, meados de 1760, que vinha ditando a velocidade das metrópoles da Europa, alterando os comportamentos, causando o “olhar de choque” descrito por Walter Benjamin (VAZ, 2001), o assombro de Alexis de Tocqueville quando afirma “Eu retorno, século a século [...] e não percebo nada que se assemelha ao que está sob meus olhos” (FRANÇA. 2016. p. 2499). e assim ocorre o rompimento da percepção do tempo, gerando a necessidade de uma nova forma de olhar o mundo, já que os paradigmas históricos não compreendiam o fenômeno a sua frente, resultando em um discurso de empoderar o homem do seu tempo o qual está vivendo todas aquelas misérias e agonias, contrapondo-se ao pensamento neoclássico que contempla e acredita que o conhecimento e a excelência provêm de outro período no passado, ou seja, nos gregos e romanos.

A experiência temporal do homem pré-Revolução Industrial estava relacionada aos ciclos da natureza, onde o camponês entendia a rotação

das estações, para administrar as épocas de plantio e da colheita. Todo esse aprendizado era adquirido com a experiência do cotidiano e o conhecimento com os antepassados da família. Sobre a progressão do futuro, encontrava-se o elemento na doutrina cristã, a qual vinculava o passado, as suas ações em vida, com o futuro, no cenário da vida após a morte, sendo que por último cabia apenas a divindade escolher como a humanidade progrediria ou não, no caso do Juízo Final (FRANÇA. 2016. p. 2499).

Todos os elementos do *káiros*, o tempo do homem, são atropelados pelo *chronos*, o tempo do relógio, da máquina, que não possui nenhuma subjetividade. As noções metafísicas sobre da fé e a crença são colocadas em cheque, ao se visualizar o próprio homem como detentor do seu futuro, onde Koselleck afirma que os paradigmas da sociedade pautavam-se agora no método cartesiano lógico, o que resultava que “a história humana não tem qualquer meta a atingir; ela é o campo da probabilidade e da inteligência humana” (KOSELLECK. 2006. p. 28). Ou seja, tudo é possível ao homem, que não depende mais do poder divino e místico.

NOVO JEITO DE CONTAR HISTÓRIAS: SURGIMENTO DA LITERATURA ROMÂNTICA

A Revolução Industrial, então o estopim, para o Romantismo, repercute também no cenário literário da Inglaterra, onde nesse período surge o Romance Inglês, ou como chamado o gênero **novel**¹ que tem características próprias que destoam do então conhecido e publicado romance *romanesco*.

Nesses dois cenários distintos, o já consolidado romance *romanesco*, pautava-se em narrar histórias de heróis, que percorriam uma grande jornada para finalizar com a realização um feito implacável. Essas histórias geralmente tinham como cenário outros períodos históricos, pois contavam com a presença de príncipes e princesas em reinos distantes. Marca desse gênero é a figuração que era atribuída para as personalidades dos protagonistas,

.....
1 No decorrer do artigo, será utilizada a terminologia em inglês, pois a tradução do termo para o idioma português é *romance*, porém para evitar confusão entre o romance *romanesco* que já existia e o romance *novel*, oriundo do Romantismo, utilizaremos o termo em inglês: *novel*.

baseada na honra, no dever e numa moral inabalável, uma figura clara a ser seguida, não havendo brechas para contestar suas escolhas. Essa forma de literatura e visão de mundo, havia se tornado muito popular entre os aristocratas, pois dependia de uma cultura “clássica” para compreender a obra, em função da escrita e do linguajar utilizados pelos autores, restringindo o resto do público de acessar seu material por inteiro. Entretanto, em outro cenário, a **novel** vem com uma proposta que contrapõe-se a esse gênero já em vigor, surgindo em meados do século XVIII, na Inglaterra, com obras pautadas na subjetividade do homem, seguindo as ideias fundamentais do Romantismo, em suas histórias onde era comum as personagens virem-se em situações nas quais precisam tomar atitudes dicotômicas, não seguindo uma linha de ética e de moral rígida, mas sim seguindo noções próprias que demandadas de seus anseios. Os cenários em que ocorriam essas histórias eram sempre ligados a temporalidade contemporânea e descrevendo o cotidiano urbano ou rural.

A **novel** vai se tornar um veículo muito utilizado para criticar a sociedade que estava se formando durante a Revolução Industrial, pois o acesso para essas obras era mais plural, com sua escrita simples sem rebusques, e com a aproximação dos temas com a vida do público, este que açambarcava com maior expressão o grupo da classe média – donos de lojas, comerciantes, trabalhadores administrativos, escriturários e mulheres – assim como uma pequena parcela do proletariado².

LITERATURA DAS SOMBRAS: INÍCIO DO GÊNERO GÓTICO

Antes de entendermos toda a construção que teve seu ápice no Gótico, é possível vermos a transformação do sobrenatural, como vivência do milagre, pertencente à esfera do divino, e por consequência, na esfera religiosa, para o campo da literatura. Essa relação e construção história foi elaborada a partir da análise de Jacques Le Goff, em sua obra – em parceria

.....
² Essa classe não era muito expressiva, pois a grande maioria não sabia ler e daqueles que sabiam ler, nem todos podiam ser descritos como “leitores”.

com Jean-Clude Schmitt – Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol. II (2002), onde é traçada uma pequena trajetória do significado do maravilhoso, onde segundo o autor “O maravilhoso é um objeto cultural e psicológico que evolui com o tempo. Ele é, portanto, um objeto da história” (LE GOFF; SCHMITT. 2002. p. 107), e que a partir de toda a Idade Média, vai ganhando contornos a depender da postura da Igreja, e durante os séculos XIV e XV, o maravilhoso começa a ter uma maior presença em obras artísticas e literárias, principalmente dentro do romance.

Entretanto, como bem aponta o autor, não se deve pensar no maravilhoso, como sinônimo do fantástico, pois este último deriva do ilusório, e que vai desabrochar com o romantismo, o sentido de surpreendente, de incrível, características próprias desse novo gênero literário, do século XIX. Pois o maravilhoso, este proveniente da Idade Média é caracterizado pela raridade e espanto, e uma das grandes contribuições que esse sentimento, do maravilhoso provê para o gótico do século XIX, que mesmo opondo-se ao estranho (uma das matérias-primas do gótico), este mantinha-se inexplicável e contém uma referência positiva ou negativa, noção ambígua, e perpassa o sobrenatural e vêm a ser expoente na forma literária gótica inglesa do século XIX.

Durante a segunda metade do século XVIII, é publicada a obra de Horace Walpole (4º Conde de Oxford), *O Castelo de Otranto*, em sua primeira edição é descrito pelo autor como uma tradução de uma obra italiana, visto que este temia represálias, em função do seu cargo político/social, não condizer com a prática de escritor de ficção, sendo ramos destoantes de atuação naquela sociedade. Porém com o grande sucesso, o autor assume a autoria da obra e na segunda edição do livro, em 1764, Walpole utiliza-se do subtítulo de *Gothic Novel* e escreve um prefácio onde assume que sua obra tem o intuito de misturar “os dois tipos de romance, o antigo e o moderno” (VASCONCELOS, 2016, p.138), entretanto, sem a preocupação de retratar a Idade Média como ela fora, pois a noção é a “revalorização da arte e cultura medieval” (FRANÇA, 2016, p.2495). Tal prefácio marca o surgimento de um novo gênero literário o gênero Gótico, que “mescla romanesco me-

dieval e romance de vida e costumes cotidianos, povoando castelos e abadias com personagens que portam trajes da época mas pensam, sentem e agem de acordo com os ideias setecentistas” (VASCONCELOS, 2016, p.128).

A escolha pela nomenclatura *gótica*, é vaga, mas é possível rastrear a sua origem e a interpretação que possuía na Inglaterra, àquele período. Em sua semântica, refere-se aos povos *godos*, que estavam presentes na origem do povo inglês e de sua cultura, “uma cultura que queria distinguir-se da greco-romana” e em seu caráter histórico e mitológico havia sido o povo que fizera oposição ao imperialismo normando do ano de 1066. O termo também fora utilizado em seu significado de algo bárbaro, ganhando essa conotação justamente pela visão atribuída pelos (povos) normandos que os haviam enfrentado. Possuindo então duas conotações distintas, seria utilizado com cunho político para definir tanto grupos de esquerda, que alardeados pelos conservadores como promotores da barbárie a partir do desencadeamento da sua revolução, “liberariam forças monstruosas – horrivelmente góticas por natureza”(FRANÇA, 2016, p. 2494). Também seria utilizado, na perspectiva dos radicais, “para quem o gótico estava associado ao governo despótico, ao poder arbitrário [...] e aos privilégios hereditários” (VASCONCELOS, 2016, p. 120), como forma de remeter-se ao nacionalismo exacerbado, e a intransigência a política que confrontassem as tradições inglesas.

Havia várias interpretações acerca do termo, e este vai surgir na literatura, como o “restabelecimento dos vínculos com as tradições culturais inglesas e reapropriação do passado” (VASCONCELOS, 2016, p. 120), contrapondo-se a forte presença do neoclássico, reivindicando para si o período da Idade Média e temáticas que estavam sendo negadas até então, como o medo, a morte, a noite, as sepulturas, entre outros. Evocando uma mitologia medieval que possibilitava ter outra visão do mundo, a partir dos temores que o ser humano racional daquele período não compreendia (este que vinculava-se ao conhecimento cartesiano racional, negando qualquer evento não lógico), ía ao mesmo tempo trazendo à tona toda a humanidade presente nas personagens, demonstrando frontalmente que a maldade é um

elemento atemporal, presente em qualquer ser humano e não apenas em uma determinada época.

Outro ponto que corrobora o uso dessa terminologia *gótica*, é o estado em que se encontravam as igrejas do estilo arquitetônico gótico (abóbodas ogivais, vitrais coloridos, torres altas e gárgulas no seu exterior) na Inglaterra, a maioria em ruínas, em função dos eventos da Reforma e Contra-Reforma, quando o rei Henrique VIII assumira a religião Anglicana, para si e para o seu reino, e os moradores aproveitaram-se para saquear e depredar as construções católicas, deixando-as aos pedaços. Com a retirada – e muitas vezes a morte – de vários líderes religiosos, não possuindo nenhuma autoridade católica no local, impossibilitava-se ainda mais realizar os reparos necessários, deixando-se os escombros dessas edificações nessas cidades, que foram incorporados pelo imaginário local, o qual criaria e recriaria diversos mitos e mistérios às suas margens.

CONSTRUÇÃO DOS MONSTROS: CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO GÓTICO

Resultante desses medos em relação às igrejas, o gênero gótico, ganha força, evocando nas suas páginas, criaturas das trevas e aristocratas malignos, envoltos sempre em um cenário com arquitetura gótica, podendo ser esta representada, por exemplo, por uma igreja ou um castelo em ruínas. Ali se desenrolava a história onde o protagonista via-se contido em um lugar estranho sendo perseguido por figuras fantasmagóricas desconhecidas e com um futuro incerto, pois sua sobrevivência estava vinculada a alguma figura com poder.

A associação ao movimento Romântico, deu ao gótico a possibilidade de explorar o ser humano de uma forma psicológica que até então não havia sido explorado, colocando a psique da personagem em cheque, em momentos no qual o leitor só possuía a visão do protagonista em relação à cena (descrição em primeira pessoa) e esta poderia estar eivada de percepções truncadas, motivadas às vezes pelo medo, transformando situações simples em desfechos de vida ou morte, ou também demarcadas por uma

esperança soberba, que impulsionaria o ator da cena a interpretar uma ação simples como uma grandiosa ação.

A forma dessa condução de narrativa é vista como a contribuição da *novel* para a construção do gênero gótico, enquanto o *romanesco*, possibilita às obras a viagem temporal da história, que ocorre principalmente no Medievo e com a riqueza dos detalhes das paisagens e da natureza, fortalecendo as descrições sombrias e assustadoras dos castelos e abadias presentes na história. Evocando assim, a ideia do suspense no leitor, pois este tem a possibilidade de imaginar esses cenários – função essa que a escritora Ann Radcliffe, expoente do gênero, produz com excelência em seus diversos romances.

Todos esses elementos eram bem articulados, gerando um clima de mistério que tinha como único intuito manter o leitor preso à narrativa, formando uma estrutura engenhosa do enredo com figuras nas sombras e uma sensação presente de terror, onde no final da trama, são desveladas como sendo todas provenientes de eventos lógicos e racionais, colocando em dúvida a outrora obtida percepção da personagem, concomitantemente, a própria percepção do leitor, até então. Essa estratégia de narrativa foi empregada, por exemplo, pelas autoras Clara Reeve e, com mais ênfase, Ann Radcliffe, com suas obras que perpassavam a paixão e a razão, o real e o fantástico. Essa forma de narrativa foi definida pelo linguista Tzvetan Todorov como o *estranho explicado*, no qual a narrativa segue por um rumo fantástico até o seu desfecho, quando então “muda de gênero” (TODOROV, 2010, p. 48-49), contemplando toda a racionalidade e possibilidade real dos fatos. Essa opção de narrativa compreende justamente o fenômeno da racionalidade que estava presente no século XVIII, onde todo o sobrenatural é fruto de percepções equivocadas da realidade, mas a sensação de terror é real, possibilitada totalmente a partir da visão do protagonista.

Assim como já citado, as figuras que trazem a invocação do ruim e do mal, sempre estão associadas a alguma classe de poder, às vezes como um aristocrata dono de terras e castelos, às vezes como clérigos da Igreja Católica, sendo esta figuração – a figura do mal nas autoridades – resultante de

uma crítica ao processo presente durante o século XVIII, onde a burguesia em ascensão procurava um discurso para afirmar os seus valores pautados na virtude, na família e a domesticidade. Criava-se então, um vilão bárbaro, tirânico e ganancioso, muitas vezes ardiloso o qual se utilizava de manobras políticas e institucionais para usurpar terras e fortunas, daqueles mais ingênuos e simples.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. **O Romantismo e o revival gótico no século XIX. Revista ArteFilosofia.** Ouro Preto, n. 6. Abril, 2009. 169-182
- FRANÇA, Júlio. **O Gótico e a presença fantasmagórica do passado. Anais do XV ABRALIC.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2016. p. 2492-2502.
- LE GOFF; SCHMITT (Org). **Dicionário do Ocidente Medieval.** Vol II. EDUSC: São Paulo, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução a Literatura Fantástica.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. **A Formação do Romance Inglês: Ensaios Teóricos.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.
- _____. **Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII.** 1ª ed. reimpressa. Editora Boitempo. São Paulo. 2016.
- VAZ, Alexandre. **Capítulo III Memória e Progresso- Sobre a Presença do Corpo na arqueologia Moderna de Walter Benjamin.** In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). **Corpo e História.** São Paulo. Autores Associados. 2001

AS HQ'S COMO POTENCIAL FONTE HISTÓRICA: A REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE EM NARRATIVAS DE SUPER-HERÓIS

BRUNA AMANDA GODINHO ROCHA
MESTRANDA DO PPG EM HISTÓRIA
UNISINOS, BOLSISTA DO CNPQ
BRASIL, BRUNAROCHHA@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

As Histórias em Quadrinhos são consideradas como arte sequencial, compostas por imagens em sequência e balões de fala, que formam uma espécie de narrativa. Sendo possível utilizá-las como fonte histórica, por serem produções de um determinado tempo passado, de uma realidade social e que se fazem através de narrativas impregnadas de discursos e de imaginários. Sendo um potencial material para compreender certos períodos históricos, parte desse passado e deste mundo, pertencente de seu lugar social e temporal, através de sua produção e comercialização, de seu consumo e de uma cultura que os norteiam e lhe fazem sentido.

Existem diversos gêneros de *comics*, sendo os mais populares os de super-heróis¹, que utilizam na maioria das vezes, como pano de fundo, contextos históricos. Sendo assim, neste artigo será utilizado um grupo de super-heróis em específico – os *X-men* – na conjuntura da luta pelos Direitos Civis

.....
¹ Personagens fictícios que possuem superpoderes (habilidade sobre-humanas) e os utilizam geralmente para lutar contra super-vilões e salvar pessoas em perigo.

nos Estados Unidos da América, que atuam como uma espécie de metáfora a minorias como mulheres, negros, indígenas e comunidade LGBTQ+².

OS X-MEN E O PRECONCEITO

Os *X-men* são uma equipe de super-heróis criada por Stan Lee e Jack Kirby em 1963 e publicada até os dias de hoje pela editora *Marvel Comics*, nos EUA. Existem diversos personagens que compõe o grupo ao longo dos anos, com alguns tendo maior destaque. Os *X-Men* são mutantes³ e por esse motivo são perseguidos na maioria dessas histórias, já que a humanidade os teme por serem uma ameaça a própria sociedade humana, além do receio que possuem em relação aos poderes deles. Além disso, a lógica da perseguição contra os mutantes é relacionada também com a experiência de preconceito do mundo real – utilizados como uma metáfora acerca do racismo, sexismo, lgbtfobia, intolerância religiosa e cultural/étnica como já mencionado.

Imagem 1 – Reverendo Stryker e o mutante Noturno



Fonte: <https://www.lqzona.com.br/2019/04/16/analise-deus-ama-o-homem-mata-e-quando-o-odio-vem-de-deus/>

.....
2 Sigla utilizada para designar diversas minorias sexuais e de gênero, sendo eles: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer e o + que busca representar demais grupos inclusos nessa lógica, como os pansexuais e os intersexuais.

3 Humanos, mas numa nova escala evolucionária, os *Homo superiores*, que nascem com habilidades super-humanas ocultas, que geralmente se manifestam na adolescência.

A imagem mostra um reverendo que afirma que os mutantes não são humanos e sim uma ameaça a eles, reforçando a mensagem de intolerância e preconceito que essas histórias apresentam e problematizam. A sociedade, em diversos momentos, estabeleceu padrões de superioridade e inferioridade, ao entrar em contato com o *outro*.

[...] esse olhar interrogativo sobre si mesma, mas também sobre os outros. O olhar sobre os outros é comandado pelo que lança sobre si, de que o primeiro não é senão um “outro aspecto”. Essa reflexão, que pretendo atingir o essencial sem embaraçar-se muito com considerações históricas [...] (HARTOG, 2004, p. 23)

Mesmo que esse texto pareça distante historicamente, por se tratar mais especificamente da relação dos gregos com outros povos no mundo antigo, Hartog (2004), por meio dele, nos possibilita refletir sobre diversos conceitos extremamente relevantes a respeito dos encontros interétnicos e interculturais, do impacto ao se deparar com a alteridade advinda deles e da dinâmica entre duas ou mais culturas. Contudo, nem sempre esses contatos ocorrem de maneira horizontal, em diversos casos forma uma espécie de herança, que sofre adaptações e alterações ao longo dos tempos, mas que muitas vezes se perpetuam por meio de práticas e paradigmas ao longo da história. De acordo com essa perspectiva, é possível relacionar os **X-men** e suas narrativas com conceitos como: contatos interculturais e identidade e alteridade (**eu** e o **outro**).

Hartog (1999, p. 97) ainda afirma que “A questão da alteridade levanta a da fronteira: onde passa a cesura entre o mesmo e o outro? [...] De um ponto de vista simplesmente espacial, a fronteira pode, pois, entender-se em muitos sentidos”. O autor vai além, “[...] levanta a questão da fronteira, não mais geográfica, mas cultural. A questão da fronteira cultural desemboca na questão do recorte do espaço” (HARTOG, 1999, p. 97). Fronteira é algo dinâmico, abrangente e influenciada ao longo da história por elementos étnicos, linguísticos e culturais de determinada sociedade. Ou seja, significa muito mais uma zona de inter-relações entre povos, e é através dela que se delineiam contornos de uma *identidade*.

De acordo com isso, há, não apenas personagens que representam por meio da metáfora diferentes grupos oprimidos, mas também uma enorme diversidade concreta e literal dentre esse grupo de mutantes, não somente geográfica, mas principalmente culturais, como:

[...] personagens judeus (Magneto, Lince Negra), islâmicos (M, Pó), católicos devotos (Noturno) e hinduístas (uma das versões do Pássaro Trovejante); personagens asiáticos (Jubileu), franceses (Gambit), indígenas (Apache) e africanos (Tempestade); personagens LGBT (Karma, Mística, Psylocke, Estrela Polar); e até personagens que brincam com a percepção de gênero por seus poderes de mudança de forma – o que, apesar de não representar a mesma coisa que um personagem de fato transgênero, é ao menos uma aproximação do tema. (COLETTI, s.p., 2016).

No entanto, isso ocorreu gradativamente, com mudanças e adaptações em suas abordagens e histórias para serem mais representativas e interessantes, com o intuito de abordar temáticas mais reais, mas também serem mais atrativas ao público consumidor, que não era apenas branco, masculino e heterossexual. Ou seja, os **X-men** possuem figuras de diversas etnias e religiões, que foram sendo incluídos ao longo dos anos, com sua popularidade aumentando progressivamente, com muitos pertencentes a grupos oprimidos e rejeitados, que buscam se unir, resistir e lutar, seja por meio da violência ou de modo pacífico.

Contudo, é importante ressaltar que não existem apenas heróis, mas anti-heróis⁴ e até mesmo super-vilões⁵ dentre os mutantes. Nesse sentido, inclusive, há uma divisão entre eles, formando duas equipes distintas, devido à forma que buscam conviver com o resto da humanidade. O grupo que busca a convivência pacífica é liderado pelo professor Charles Xavier – um telepata, em que os escritores buscaram fazer um paralelo com Martin Luther King⁶ – e o que busca o embate mais direto como defesa, liderado

.....
4 Refere-se a personagens que também têm poderes sobre-humanos, mas que não possuem as virtudes tradicionalmente atribuídas aos super-heróis, não sendo considerados inerentemente maus, mas que praticam atos moralmente questionáveis.

5 São a antítese de um super-herói, possuindo superpoderes e os utilizando para cometer crimes.

6 Foi um pastor protestante e ativista político norte-americano, que lutava pelos direitos civis da população negra. Tornou-se um dos mais importantes líderes do movimento negro, com uma postura de não violência.

por Erik Lensherr – mais conhecido como Magneto, por controlar o metal e também judeu, que já havia vivenciado a perseguição antes mesmo dos poderes mutantes se manifestarem, sendo relacionado com Malcom X⁷.

Imagem 2 – Luther King, Malcom X, Magneto e Professor Xavier



Fonte: <https://ingridalvesblog.wordpress.com/2017/05/07/xavier-a-martin-luther-king-e-malcolm-x-a-magneto/>

Sendo assim, é possível analisar a construção de ambos os personagens como uma analogia aos dois militantes do movimento negro citados. Enquanto Xavier afirmava que mutantes e humanos poderiam conviver e que os poderes dos primeiros poderiam ser usados em prol da humanidade, King militava pela resistência não-violenta, e negociava com políticos. Por outro lado, Magneto acreditava que não havia mais chance de convivência pacífica, já que os mutantes, tão perseguidos, eram superiores aos demais e não deveriam se sujeitar mais a isso, e Malcom X, por sua vez, manifestava que o movimento deveria conquistar a igualdade usando qualquer meio. No entanto, apesar das posições contrárias, os dois mutantes haviam sido

.....
7 Ativista político que lutava pelos direitos civis da população negra. Defendeu durante a maior parte de sua trajetória o uso de qualquer meio, até mesmo a violência se necessário, para o combate a discriminação racial. Fundou a Organização para a Unidade Afro-Americana, de inspiração separatista, e se aproximou do islamismo e do socialismo ao longo de sua vida.

amigos no passado, evidenciando que mesmo ao optar por formas distintas de luta, a origem da questão era a mesma, assim como King e Malcom X.

As revistas sempre pendem mais para o lado de Xavier, o retratando basicamente como herói e moralmente certo em seu posicionamento, enquanto Magneto já foi de vilão a herói e anti-herói inúmeras vezes. Contudo, é um conflito que não se resolve definitivamente, com raros momentos em que mutantes e não-mutantes conviveram harmoniosamente, pelo menos a longo prazo. Isso ocorre não apenas para continuar com as HQ's dos *X-men*, mas porque representam até certo grau a nossa sociedade, que ainda hoje está repleta de conflitos dessa ordem. Como já discorrido, ao longo da história a humanidade buscou definir padrões, que levaram à crença e justificativa da superioridade e até mesmo da civilidade, de muitas vezes temer e/ou mesmo odiar o diferente, nessa perspectiva ainda:

Dizer o *outro* é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e eu *a* não é *b* [...] Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema. Não se tinha antes senão uma pura e simples não-coincidência. Daí para a frente, encontramos desvios, portanto uma diferença possível de ser assinalada e significativa entre os dois termos. [...] Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, [...] Começa então esse trabalho, incessante e indefinido como os das ondas quebrando na praia, que consiste em levar do outro ao próprio. (HARTOG, 1999, p. 229).

O autor ainda aborda que:

A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam sobretudo do outro [...] Um narrador, pertencente ao grupo *a*, contará *b* à pessoa de *a*: há o mundo em que se conta e o mundo que se conta. (HARTOG, 1999, p. 229).

Entra então a questão da lente – de seu modo de olhar e analisar – do *eu* sobre o *outro*, sendo feita uma tradução do sujeito oposto a partir de si mesmo. Como Hartog (1999) também discorre, no encontro de *a* e *b*, quando *a* conta sobre *b*, *b* se transforma no inverso de *a* e não mais em *b*, num

processo de comparação e filtro. Faz-se assim, uma forma de inversão, que muitas vezes leva a pretensões de universalidade, como ponto de partida para os demais. Estabelecem fronteiras, reafirmam-se identidades, determinando o que faz parte de si o que é do mundo externo, definindo os outros por si e por sua cultura, adotando uma postura carregada de superioridade muitas vezes.

Aqueles que não se encaixam nos padrões concebidos por determinados grupos e impostos a outros, seja pelo gênero, etnia, religião ou sexualidade, sofrem por isso, e os *X-Men*, em sua longa trajetória, buscou problematizar essas questões, com temáticas sociais e politicamente importantes. A luta contra o preconceito – em especial o racismo e o machismo – e pelos direitos civis chegava ao seu auge nos EUA na segunda metade do século XX, sendo representada e retratada nas HQ's do período. Atualmente, mesmo se passando mais de cinquenta anos desde as primeiras publicações dos *X-men*, os temas abordados nessas histórias ainda são atuais e relevantes, já que o racismo, machismo, intolerância religiosa e lgbtfobia ainda são questões não superadas, presentes na nossa sociedade.

Existem muitos paralelos entre essas narrativas com a realidade, mesmo que através de analogias, com sagas que abordam inclusive o vírus HIV dentro da lógica mutante. De uma forma ou de outra, a história dos *X-Men* sempre se conectou com a história de movimentos sociais, com preconceitos e injustiças cometidas contra determinados setores que não se encaixam na esfera padrão e privilegiada. Entretanto, é necessário apontar que o número de personagens que fazem parte de grupos marginalizados não é equivalente à realidade, e também não é porque determinadas figuras aparecem nos quadrinhos que de fato estão sendo representadas. Presença não significa representatividade, é importante respeitar o que se busca retratar e dar relevância, algo que os editores vêm buscando cada vez mais e que os *X-men* foram pioneiros.

Dentro do universo dos *X-men* também é possível apontar deslizes e erros ao trabalhar certos personagens, mesmo sendo uma revista que busca exatamente o contrário. Como é possível ver na imagem abaixo, em que uma das mutantes reprova a forma como as mulheres são tratadas no gru-

po, muitas vezes sendo subestimadas ou levadas a um papel coadjuvante. Todavia, é interessante perceber que a editora e seus escritores têm ciência/consciência disso e buscam fazer uma autocrítica.

Imagem 3 – A mutante Mística, no filme X-men: Fênix Negra conversando com o líder do grupo, o professor Xavier



Acervo da autora

O HIBRIDISMO CULTURAL E O UNIVERSO DOS QUADRINESCO

Existe um crescente mercado consumidor do mundo quadrinesco e ao longo dos anos a cultura dos quadrinhos se fortaleceu e migrou para outros meios, como para o cinema, televisão e jogos eletrônicos, como a imagem acima evidencia. Alcançando assim o grande público e por essa razão, são um importante material para se discutir questões sociais, culturais se políticas. Portanto, são também imensamente influenciados pela sociedade em suas temáticas e histórias, mas também passaram a influenciá-la, já que são distribuídos mundialmente e se tornaram tão populares.

Nesse sentido, Burke (2006) discorre a respeito do hibridismo cultural, um fenômeno bastante amplo, pautado na interação entre diferentes grupos. O autor aponta que no final do século XX ocorreu uma expansão de estudos acerca desse processo, em meio ao recente cenário de descolonização e globalização, envolvendo a cultura como um todo, desde a música, cinema, gastronomia, linguagem, literatura e até mesmo os quadrinhos, principalmente se considerarmos eles como uma forma de literatura contemporânea.

Soares e Martins (2011, n.p.) também abordam essa questão e usam como exemplo o cinema, em que filmes produzidos nos EUA “[...] eram comercializados em escala mundial, e tornavam-se possível que modos de vida, hábitos culturais e tradições antes regionalistas e restritas geograficamente, fossem difundidos em países como o Brasil, um dos principais consumidores do cinema americano”. Além disso, eles apontam a difusão dessas e de outras produções norte-americanas para outros países, como as HQ’s.

As produções quadrinescas fazem parte dessa indústria norte-americana, que de certo modo busca dominar o mercado cultural já há algum tempo e distribuir para o restante do mundo, tendo relativo sucesso já que possuem as maiores produtoras, editoras e companhias de mídia atualmente. Essa indústria procura ainda determinar o que tem ou não qualidade nesse ramo, mesmo a respeito das produções estrangeiras, por meio de prêmios – como o Oscar e o Globo de Ouro – e sites de crítica especializada. Nessa lógica, entra a questão de “americanização”, um termo que descreve a influência que os EUA exercem em outros países e culturas, resultando em certo grau na substituição de dada cultura pela norte-americana. No entanto, Burke (2006) aborda esse conceito sob uma nova perspectiva:

O preço da hibridização, especialmente naquela forma inusitadamente rápida que é característica de nossa época, inclui a perda de tradições regionais e raízes locais. Certamente não é por acidente que a atual era de globalização cultural, às vezes vista mais superficialmente como “americanização”, é também a era das reações nacionalistas ou étnicas [...] (BURKE, 2006, p. 18).

Sendo assim, mesmo que determinado país tenha mais influência no que se produz culturalmente e busque exportar, seria reducionista e sim-

plista considerar que são criações apenas de uma única direção. Essa noção desconsidera que geralmente esses são espaços híbridos, de interação, tradução, apropriação, trocas, negociações, circularidade, entre outras questões que compõem o processo de hibridismo cultural. O hibridismo é uma via de mão dupla, pois mesmo na situação em que o mais “forte” busca impor sua cultura ao mais “fraco”, ao entrar em contato, ambos serão influenciados em certa instância, mesmo que em graus diferentes.

É importante salientar que a cultura dos *comics* se tornou um fenômeno global e que não está mais presente apenas nas revistas de HQ's, mas, como já mencionado, em camisetas, jogos, livros, filmes e músicas. Além disso, possuem lojas especializadas com artigos de quadrinhos, prêmios destinados a eles e eventos a nível mundial sobre os mesmos, como a *San Diego Comic-Con (SDCC)*, evento de cultura pop, que surgiu nos EUA, se espalhou pelo mundo e cobre as principais áreas da indústria pop, sendo chamado no Brasil de *Comic Con Experience (CCXP)*.

Imagem 4 – Foto de uma CCXP em São Paulo



Fonte: <http://saltlakecomicon.com/exhibitor-info/>

LITERATURA E A RELAÇÃO COM AS HQ'S COMO FONTE HISTÓRICA

Em relação aos quadrinhos e demais mídias derivadas deles, alguns cuidados são necessários ao utilizá-los como fonte histórica, principalmente por serem meios que apenas recentemente começaram a ser usados dessa maneira. Para compreender como esse material pode ser um grande aliado à pesquisa em História, é preciso entender como ele se encaixa como potencial fonte. De maneira geral, tudo aquilo que o historiador utiliza para produzir o conhecimento histórico é considerado como fonte.

“Fonte Histórica” [...] é tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano. Neste sentido, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o presente do historiador. (BARROS, 2012, p. 130).

Ou seja, se entende como fonte histórica tudo o que a humanidade produziu desde o seu princípio, elementos fabricados por uma sociedade em determinado momento, podendo ser visuais, materiais, escritas e orais. São espécies de documentos que o historiador utiliza para recontar fatos passados, reconstruir a história.

A diversificação das fontes para o estudo da História permitiu a inserção de documentos antes desacreditados. Nesse sentido, as HQs como documentos ou fontes históricas que problematizam conteúdos desse campo do conhecimento, revelam-se como instrumentos para a produção do conhecimento histórico pelos sujeitos escolares. (GOMES; PEREIRA, 2014, p. 3).

Dessa forma, é possível utilizar os quadrinhos como fonte histórica, por serem produções de um determinado tempo passado, de uma realidade social e que se fazem através de narrativas impregnadas discursos e de imaginários. Além disso, é possível também se apoiar em pesquisas que empregam a literatura como fonte, pois apesar de não se assemelharem com

uma literatura clássica, as HQ's começaram a ser articuladas por Will Eisner – importante cartunista – como manifestação literária, cunhando o termo *Graphic Novel* (Romance Gráfico).

A literatura, de modo geral, é uma forma de manifestação artística, conhecida como a arte com/das palavras. Dessa maneira, de acordo com Lopes:

[...] podemos dizer que a literatura pertence ao campo das artes (arte verbal), que o seu meio de expressão é a palavra e que a sua definição está comumente associada à ideia de estética/valor estético. Etimologicamente, o termo deriva do latim *litteratura*, a partir de *littera*, letra. Aparentemente, portanto, o conceito de literatura parece estar implicitamente ligado à palavra escrita ou impressa, à arte de escrever, à erudição. (2010, p. 1).

À vista disso, literatura se refere especialmente às “belas artes” atualmente, num sentido mais estético, exprimido através da palavra em suas obras literárias.

A Literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde provém. (COUTINHO, 2008. p. 9-10).

Conforme essa concepção de literatura, é inquestionável que haja algumas distinções entre um romance e um quadrinho, já que as HQ's se afastam da literatura tradicional. No entanto, de acordo com Vergueiro (2004) essas diferenças foram sendo niveladas, com Eisner abrindo caminho e outros autores o seguindo, abordando temas mais adultos e realistas, alguns entrando inclusive para a lista de best-sellers literários e/ou eleitos como alguns dos melhores romances em jornais e revistas como o *The New York Times* e a *Times*, ambos norte-americanos e considerados meios de comunicação em massa importantes.

De acordo com isso, é viável também associá-las com a literatura de viagem – consiste geralmente em uma narrativa acerca das experiências, descobertas e reflexões de um viajante durante seu percurso – por serem

gêneros literários, mesmo que os quadrinhos não façam parte de uma literatura mais clássica e tradicional. Quanto aos encargos de utilizá-las como fonte ainda, Junqueira afirma que:

[...] é imprescindível que o profissional redobre os cuidados ao trabalhar com ela. [...] Ao levar em consideração, ainda, o período em que foram escritos, as diferenças aumentam: [...] Ao se aproximar dessas fontes, o historiador – especialmente o que analisa o discurso – deve ater-se a muitos aspectos: conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto (durante ou após a jornada); a forma como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário etc.); e quando se publicou o texto, se for o caso. Mas, antes de qualquer coisa, devemos nos perguntar quem é o escritor do relato ou quem “ele quer ser”. Em muitos casos, o autor pode sobrepujar esta ou aquela experiência ou carregar nas tintas sobre determinados perigos, no intuito de ressaltar suas qualidades e reputar a sua experiência em lugares distantes de casa. (JUNQUEIRA, 2011, p. 46-47).

Portanto, acredito que essas questões levantadas pela autora também se aplicam a qualquer gênero literário, sejam elas acerca do lugar social de quem escreve, qual posição se encontra e em qual contexto está inserido; sobre o discurso presente, mesmo quando ficcional; a respeito de para qual público escreve; ou ainda relativo aos objetivos da produção; e assim por diante. Considero como essenciais esses cuidados, ainda mais por se tratar de produções norte-americanas, uma sociedade marcada pela desigualdade social e que busca algumas em suas obras mascarar certos conflitos, com um tom bastante patriótico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, há desafios que cercam o trabalho histórico com fontes não tradicionais, como é o caso dos quadrinhos, assim como ocorre com outros documentos, mesmo os tradicionais, que irão enfrentar diferentes obstáculos. Mas o importante é perceber que é possível utilizar as HQ's para a construção do conhecimento histórico, ainda mais no que diz respeito à História do Tempo Presente, já que são produções desse período e que usam situações reais como pano de fundo e/ou inspiração para suas narrativas. São pertences de seu lugar social e temporal, e também são parte deste

mundo, através de sua produção e comercialização, através de seu consumo e de uma cultura que as norteiam e lhe fazem sentido. As Histórias em Quadrinhos são um potencial meio para se entender certos períodos históricos e são parte desse passado.

Os *X-men* são um grande exemplo disso já que buscaram representar minorias em uma época de efervescência de movimentos sociais, na segunda metade do século XX. Além do que, esses grupos são oprimidos ainda hoje, mesmo que de modos mais sutis e estruturais na maioria dos casos. Creio que quando determinados valores estão enraizados de maneira velada na sociedade, se torna ainda mais urgente refletir e problematizá-los, para nos darmos conta e buscarmos mudanças significativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, maio/ago. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/332-1543-1-PB.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

BRAGATO, Fernanda F. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. **Quaestio Iuris**, vol. 09, no. 04, Rio de Janeiro, 2016. pp. 1806-1823. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/21291>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

COLETTI, Caio. A história dos X-Men, os heróis dos rejeitados. In: OC, 2017. Disponível em: <<https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/artigos/2016/05/olhar-geek-2-a-historia-dos-x-men-os-herois-dos-rejeitados>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

COUTINHO, Afrânio. Notas de teoria literária. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do Outro (ou origem do “mito da modernidade”)**. Trad. Jaime A. Claesen. Petrópolis: Vozes, 1993. Primeira Conferência: O eurocentrismo. p. 17-26.

- GOMES, Tissiane Emanuella Albuquerque; PEREIRA, Auricélia Lopes. HQ enquanto fonte histórica no ensino de História. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: CONEDU, 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_12_08_2014_15_17_27_idinscrito_32792_096521acad6f41b48400853d32151f69.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- HARTOG, François. Viajantes e homens-fronteira. In: _____. **Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 13-25.
- _____. Fronteira e alteridade. In: _____. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 97- 141.
- _____. Uma retórica da alteridade. In: _____. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 229-367.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. **Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador**. In: Cadernos de Seminários de Pesquisa / Orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v.2. Disponível em <<http://www.ffch.usp.br/dh/leha/cms/UserFiles/File/CSP2.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2019.
- LOPES, Paula Cristina. Literatura e linguagem literária. **BOCC**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-lobes-literatura.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2019.
- OLIVEIRA, Felipe Rocha de; TOMAZ, Tales Augusto Queiroz. Mutuna: Analogias ao Preconceito nas Histórias dos X-Men. **Intercom**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-1606-1.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2019.
- SOARES, Karen Greco; MARTINS, Tiago Costa Martins. O objeto e lugar híbrido: uma releitura de Dom Quixote na arte. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 15, n. 2, jul-dez 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/4721>>. Acesso em: 4 jul. 2019.
- VERGUEIRO, Waldomiro (Org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

ST 12
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DE
TRABALHADORES E MILITARES
LEGALISTAS NO CONTEXTO
DOS GOLPES DE ESTADO E
CONSEQUENTES DITADURAS
LATINO-AMERICANAS
DURANTE A SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX

COORDENAÇÃO

EDGAR ÁVILA GANDRA (UFPEL)

ROBERT WAGNER PORTO DA S. CASTRO (PUCRS)

JOSÉ VECCHIO: UM MILITANTE SOCIAL DURANTE O ESTADO NOVO

LEONARDO SILVA AMARAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
AMARALLEONARDO10@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho que busca dialogar com a história política, refere-se à trajetória de vida de José Vecchio, militante sindicalista e político, que vivenciou períodos de grande agitação política e social na história do Brasil contemporâneo. O período abordado pela presente pesquisa se dará em torno de suas vivências pré e pós governo Vargas, tendo como importância reconstruir o convívio político e social, através da sua trajetória sindical e política. Vecchio foi um personagem singular no cenário histórico tanto a nível estadual como nacional já que sua trajetória perpassa períodos anteriores ao Estado Novo, quando participava ativamente dos movimentos sindicais na capital porto-alegrense, momentos de intensa luta por direitos do trabalho, sendo estes embates elemento significativos em sua biografia de militante. É importante destacar suas contribuições para com a criação e desenvolvimento de duas siglas no estado do Rio Grande do Sul, em ambos os casos se tornou um dos principais criadores da ala trabalhista, dentro do PSD (Partido Social Democrático) e um dos principais criadores do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) na região sul, torna-se dessa forma um personagem de destaque e com grande influência nas decisões internas do partido, mantendo dessa forma relações com nomes de destaque no cenário, como João Goulart, Leonel Brizola, além de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Estado Novo; Militante; Trabalhismo

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo busca compreender a trajetória de José Vecchio é preciso apontar que se trata de uma pesquisa ainda em seus primeiros passos, mas que procura apresentar os principais questionamentos, possibilidades de abordagem, e fontes disponíveis. Em um primeiro momento é importante destacar que Vecchio foi militante sindicalista e político, foi Deputado Estadual (1959-1963) e vereador de Porto Alegre (1970), viveu períodos de grande ebulição política pré e pós Estado Novo. O período abordado pelo presente trabalho se dará em torno de suas vivências em períodos de grandes mudanças estruturais e políticas na sociedade, sendo a importância desse trabalho a de reconstruir o convívio político e social, através da sua trajetória sindical e política. José Vecchio foi um importante personagem no cenário histórico tanto a nível estadual como nacional já que sua trajetória perpassa períodos anteriores ao Estado Novo, momentos que os direitos do trabalho eram ineficazes, sendo as lutas e embates mais frequentes, durante esses momentos se manteve ligado a militância sindical. A relevância do trabalho se dá por transitar em um contexto extremamente importante da história.

Em meio ao governo Vargas, Vecchio se mantém ligado ao sindicalismo onde acaba se tornando um dos principais organizadores da ala trabalhista no PSD (Partido Social Democrático), em um momento da sua trajetória começa a perceber ideias conservadoras se instalando na sigla. A criação de um novo partido faz com que Vecchio veja uma nova oportunidade de manter ativo os ideais trabalhistas de fato, esse novo partido é o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), então logo após sua saída do PSD em 1945, ele em conjunto com outros nomes cria a sigla petebista no estado do Rio Grande do Sul (RS). Seguindo um pensamento oposto ao de inercia, José Vecchio embora apoiador das reformulações varguista, se mantém ativo e contrário a ideias de possível regresso.

Nesse sentido é importante a pesquisa de Lidiane Friderichs que em sua tese *Saindo dos Trilhos: Os ferroviários Riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970)*, reforça a ideia de uma consciência de classe,

ou seja, os indivíduos eram conscientes do seu local de luta e de suas possibilidades de enfrentamento, a autora trabalha com um grupo de ferroviários, porém a estrutura do período chamada de populista, reforça a ideia que o estudo busca apontar, de que os trabalhadores eram ativos e não apenas aceitavam as decisões do Estado sem discordância. De forma a reafirmar, de que a figura de Vecchio foi um agente singular, embora apoiasse as contribuições sociais criadas por Vargas, não deixou de rebater decisões políticas internas vindas de Getúlio Vargas.

É importante destacar que as mudanças estruturais políticas e sociais estiveram presentes na vida de Vecchio durante toda sua trajetória, e por ter vivenciado esses momentos, se torna tão fundamental o desenvolvimento da pesquisa acerca de sua vida, tanto para entender seu papel de destaque, como para a partir de um outro ângulo e visões retratar momentos importantes da sociedade em que ele esteve inserido. Ele foi o principal protagonista nesse período, contribuindo para o desenvolvimento do partido no sul do país, em uma de suas falas ele demonstra com entusiasmo a possibilidade da construção da agremiação no sul do país, como visto em uma passagem, onde ele fala a um secretário: “Tu vais ter que ir ao Rio..Vais ter que ir lá com calma... conversa com esse cidadão, vê se ele tem autenticidade de trabalhador, seja ele intelectual, seja o que for, se é trabalhador não tem problema”¹.

A partir da criação da sigla estadual em 1945, a organização foi se mostrando diferente da maioria de demais localidades, já em um primeiro momento, começou a se discutir quem viria assumir a liderança do país após Getúlio Vargas ter sido deposto, logo o PTB estadual se mostrou contrário a indicação do General Eurico Gaspar Dutra visto que na concepção deles, o mesmo teria sido um dos principais agentes da destituição de Vargas do poder, aos poucos a sigla e a liderança de José Vecchio ia se mostrando contrário a certas indicações da sigla a nível nacional, mesmo mostrando apoio a Vargas pelas mudanças que melhoraram a situação trabalhista, e somente por essa razão aceitaram a decisão pelo apoio a Dutra. Em contrapartida, se

.....
¹ Disponível em José Vecchio (depoimento), Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1986, p. 50-51.

mostravam contrários a indicações de alguns políticos a cargos, sobretudo no Estado, enquanto a sigla estadual apoiava Alberto Pasqualini para governo do Estado no ano de 1947, outras partes buscavam a indicação era que Walter Jobim do PSD, esse fato mostra o quão divergente eram as ideias dentro da sigla, da mesma forma que é nítido as grandes convergências internas no partido.

É possível perceber o quão alinhado a perspectiva de ampliação e debate dos direitos sociais pós revolução de 1930, esse grupo liderado por Vecchio estava, já que considerava uma mudança não petebista na administração do país algo poderia destruir diretos já conquistados. No momento em que Vargas é deposto há um aumento no conflito interno dentro do partido, a aproximação do PSD dentro da organização do PTB gaúcho se deu a partir de alguns nomes com aval de Getúlio, como CRUZ (2010, p.107) apontou “... a eles agregar-se-ia, ao longo de 1946, um conjunto de “políticos profissionais” também originários do PSD, que atendiam diretamente às orientações de Vargas. Entre os últimos, destacam-se Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha.”

As movimentações seguiram ao longo dos dois anos seguinte até a eleição de 1947, Vecchio e a ala sindicalista fundadora do PTB no Rio Grande do Sul se mostrava cada dia mais insatisfeita com desdobramentos e influências pessedistas nas decisões políticas. De forma direta, durante o ano da eleição para o governo do Estado o PSD começa a se distanciar por não concordar com decisões vindas de Vargas, definições essas que de certa forma apoiavam a sigla petebista, nesse momento Vecchio tornou-se presidente da sigla até o ano de 1949, e em 1950 em pleno período eleitoral para a presidência ele acaba saindo do PTB por problemas internos como já vinha acontecendo, sem contar nos seus contatos com grandes nomes como João Goulart, Brizola, esse último foi com quem mais teve divergência ao longo dos anos. E mesmo com essa decisão ele segue apoiando Getúlio, mantendo assim seu apoio aos ideais e mudanças desenvolvidas pelo governo varguista, apoio este que se seguiu como sindicalista e ao longo do período em que esteve na organização da sigla estadual.

Em suma, a importância de um projeto sobre José Vecchio se torna significativo, por ser uma figura de grande relevância não apenas em um cenário estadual, mas em um nível nacional também. Ao longo de sua vida sempre esteve presente nas lutas trabalhistas desde seu período como sindicalista e no decorrer de seu momento como principal personagem da criação do PTB gaúcho, sempre à frente das decisões que corriam internamente, constantemente buscando a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas conquistados. Entender uma sociedade a partir de um indivíduo pode mostrar de forma detalhista momentos que ainda são desconhecidos, ou entendidos de formas gerais, o período histórico a ser abordado neste trabalho ainda que bastante difundido pela historiografia recente ainda requer uma atenção para entender os pequenos detalhes e relações individuais que são agentes dos desdobramentos da sociedade.

Alguns pontos ainda da sua trajetória até a chegada ao sindicato dos transportes públicos de Porto Alegre, bem como após sua saída do PTB em 1950 são interrogações que tendem a ser respondidas nos próximos passos desse estudo. Como apontado até o momento esse trabalho sobre José Vecchio, ele traz consigo um grande volume de percepções sobre relações, decisões importantes que reconfiguraram a sociedade daquela época. Sendo a intenção dessa pesquisa assim como BORGES (2005, p.215) expõe “A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu.”, mostrando assim que a biografia vai muito além do que simplesmente falar sobre alguém.

A trajetória de Vecchio perpassa por momentos marcantes na sociedade gaúcha e brasileira, sua participação nas principais decisões políticas externas e internas do PTB, além de sua atuação sindical ativa, assim BODEA (1992, p.22) relatou “...foi líder da dura greve-geral dos transportes de Porto Alegre em 1929 e, pela sua militância sindical, chegou a ser preso três vezes durante o Estado Novo.”. Esse pequeno fragmento, mostra o quanto sua liderança se destacava em meio a outras lideranças nas lutas sociais. No momento em que deixa a ala trabalhista do PSD por perceber a forte influência conservadora no partido, demonstra o quão era ligado a

suas convicções políticas voltadas ao trabalhismo, em sua passagem ao PTB gaúcho sempre mostrou suas insatisfações e buscou nortear as decisões políticas preservando os direitos já conquistados pelos trabalhadores.

Sua contribuição para historiografia é ampla, sua participação em períodos como Estado Novo, redemocratização, chegando ao período da Ditadura Militar no país, até mesmo se tornando vereador na década 70 em meio a grandes mudanças e repressões. Desenvolver a biografia de José Vecchio ajudará a entender não só sua importância como agente dentro da sociedade, mas estreitar lacunas sobre o corpo social como um todo.

É possível visualizar um grande número de pesquisas feitas sobre temáticas do sindicalismo, trabalhismo, Estado Novo, ditadura militar, períodos esses que aparecem como momentos de transformações na sociedade, essas etapas, embora possuam um grande volume, abrem possibilidades de maiores reflexões, principalmente no que se refere a visualizar o indivíduo como peça importante na engrenagem da sociedade. A partir dos cenários que se apresentam, bem como o grande volume de fontes deixadas, além do aporte de bibliografias, é possível apresentar o quão relevante e significativo foi a vida de Vecchio.

A partir dessas situações é que entram os questionamentos, entender como se dá o cruzamento dessas duas posições, há um posicionamento se sobrepondo ao outro, ou seja, se o Vecchio militante sindical se sobrepõe ao Vecchio político? É importante destacar que durante o governo varguista as legislações sindicais foram mudadas de forma significativa, importante também entender como se dá essas relações ao longo dos anos mesmo após sua saída da sigla petebista, já que manteve sua vida dentro da política sendo eleito em duas ocasiões, sendo a problemática central da pesquisa.

ABORDAGENS DO CONTEXTO

A bibliografia referente ao período abordado pela pesquisa é vasta, contribuindo para uma maior compreensão dos acontecimentos ocorridos. Em um primeiro momento, é importante destacar os dois eixos bibliográficos que serão usados, apontando pesquisas que trabalham com abordagens biográficas que serão essenciais para ajudar a entender a trajetória de vida na

pesquisa historiográfica, além desta é interessante apontar a historiografia existente sobre a época abordada pela análise.

É possível apontar autores já bastante debatidos na historiografia, autores que trabalham com as décadas abordadas como Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes, Miguel Bodea e Maria Celina D'Araújo, destacando também as teses de João Batista Carvalho da Cruz e Maura Bombardelli, sendo este último um trabalho sobre a trajetória de Fernando Ferrari, outro relevante nome no cenário político regional que se relacionou com José Vecchio. É importante frisar que muitos outros autores vêm trabalhando com esses períodos, porém a fim de dar a compreensão mais breve serão destacados alguns dos trabalhos dos pesquisadores citados acima.

Alguns trabalhos como o de Jorge Ferreira, *João Goulart – Uma biografia*, ajudam compreender os momentos importantes da história de Jango, como suas relações, inclusive com Vecchio, sendo de grande relevância para essa pesquisa, já que além de trazer dados sobre os acontecimentos da época, mostra o indivíduo agindo na sociedade, no cotidiano. Interessante apontar nesse sentido, o trabalho de Maura Bombardelli, *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*, onde ela desenvolve uma trajetória de Ferrari descrevendo fatos relacionados as interações políticas do mesmo.

Seguindo a linha de trabalhos sobre o período abordado, a autora Angela de Castro Gomes em dois de seus trabalhos, *A invenção do Trabalhismo e 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, este em parceria com Jorge Ferreira, traz consigo dois principais momentos da história brasileira de forma significativa. No primeiro caso, ela faz um apanhando histórico do que seria a questão do “trabalho” e ser “trabalhador desde meados da República até as mudanças incorporadas por Vargas, na segunda pesquisa traz reflexos sobre o Golpe de 1964 a partir de pesquisas de principais jornais. Ambos os casos mostram formas de retratar períodos da história usando fontes para um olhar diferente ou até mesmo traçando paralelos ao longo das décadas para compreender construções feitas em certo período.

Para finalizar, três trabalhos são relevantes diretamente para entender a conjuntura do PTB, relações entre partidários, conflitos internos, em outros pontos que José Vecchio está incluindo. Maria Celina D' Araujo em *Sindicatos, Carisma e Poder*, Miguel Bodea com, *Trabalhismo e Populismo*, e a tese de João Batista Carvalho da Cruz em, *Da Formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*, as três pesquisas acabam se interligando, no momento em que ambas tratam de pontos e percepções diferentes que ao trabalhadas em conjunto engrandece o debate historiográfico como um todo. Em suma, a partir dessas bibliografias aqui apontadas e brevemente debatidas é possível ter uma noção do aporte teórico que cerca a temática proposta nesse projeto, mostrando o quão rico, e ainda necessário desenvolvimento de trabalhos na área.

APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

É importante destacar, que além da relevância das fontes é preciso estabelecer um diálogo com os referenciais teóricos, afim de contribuir para uma pesquisa rigorosa e profícua, proporcionando uma contribuição para a temática em análise, é importante citar o trabalho do autor Arostégui citado anteriormente, que destaca em seu livro a análise documental fornecendo bases para o desenvolvimento da pesquisa, dessa forma Arostégui (2001, p.392) destaca:

La iniciación a la actividad crítica y evaluativa de las fuentes es esencial, sin duda, en toda preparación concienzuda para el aprendizaje del método historiográfico. El acopio de la evidencia documental es la base, relativa siempre al tipo de objetivos que la investigación pretende, es la función final de la crítica y evaluación de las fuentes.

Segundo essa linha é fundamental considerar o autor José D'Assunção Barros (2005), segundo ele a parte que encaminha a pesquisa histórica são as hipóteses, pois elas contribuem com um direcionamento mais definido do estudo, se tornando como o pesquisador aponta em uma “*função norteadora*”, para ele as hipóteses se tornam um ponto central de encontro da temática, da teoria, da metodologia e fontes da pesquisa. Essas ideias vão

ao encontro do que o projeto busca conceber, como dito anteriormente, vários momentos da trajetória de Jose Vecchio demonstram divergências e levantam hipóteses, sobre tudo em relação a sua atuação como militante sindical e política, sua ligação a importantes nomes da política brasileira e sua influência no meio político e social. A partir dessas questões e dos pontos levantados por Barros fica clara a importância de levantar hipóteses para definir ações com base no que as fontes possam revelar a partir da visão crítica sobre as mesmas como levantado no tópico acima, além da metodologia empregada em conjunto com as teorias escolhidas.

A partir disto é importante relatar as fontes que irão contribuir para com a pesquisas, sendo, registros em jornais, documentos partidários e de sindicatos, registros de atividades políticas, além de entrevistas.

Como já relatado anteriormente, o jornal Correio do Povo teve importante destaque na divulgação de notícias de diversos momentos históricos, seu acervo está disponível em grande maioria, no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), esse conjunto de fontes irão contribuir para um outro ponto de vista tanto sobre José Vecchio, como da conjuntura social e política do período. Quanto a essa fonte é importante frisar que cabe ao pesquisador dar atenção as possibilidades que essa documentação oferece para as mais variadas alternativas de seu uso e ter as devidas precauções para com as influências que possam estar ocupando o controle do que é relatado nos impressos.

É importante compreender que as fontes de imprensa por muito tempo sofreram com a desvalorização, por serem considerados documentos não confiáveis. A partir disso torna-se importante o trabalho de Maria Helena Rolim Capelato (1988), que destaca a importância de não direcionar a análise da fonte-jornal apenas para sua veracidade ou falsidade e sim levantar os questionamentos sobre quais pessoas que o fizeram? para que? como e quando? fazendo assim uma análise crítica e atenta, a todas possibilidades que a fonte possa oferecer. Outro ponto que a autora também deixa claro em suas ideias é que assim como outros tipos de documentação, o jornal necessita de uma abordagem em paralelo com outras fontes para per-

ceber significados implícitos e explícitos, na presente pesquisa esse aspecto se mostra claro, pois o conjunto documental que corresponde a uma grande possibilidade de cruzamento de informações enriquecendo assim o debate.

Um outro conjunto documental importante são as documentações partidárias, Vecchio foi uma das principais lideranças não só do PTB gaúcho como também anteriormente havia sido um dos principais criadores da ala trabalhista do PSD, sendo essa espalhada em alguns locais como DOPS (Departamento de Ordem e Política Social) e nas próprias sedes dos partidos no estado, além de alguns dados presentes no CPDOC, essa documentação irá auxiliar no entendimento das movimentações internas nos partidos em que ele fez parte, bem como sua relação com outros personagens importantes. Visto a importância desse conjunto, é relevante destacar o livro *Poder Simbólico* do autor Pierre Bourdieu (1989) que apresenta variadas ideias sobre a relação de poder dentro dessas relações políticas, para ele é necessário compreender que, para entender a posição política, os programas, as intervenções, os discursos eleitorais etc., é importante não apenas conhecer as pressões da base, mas também todo o universo de tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo. Com base nesse ponto é possível destacar que suas percepções contribuem para um diálogo com a fonte, visto que, na sua visão os partidos são os nesse campo os principais agentes, que buscam mobilizar de maneira duradoura, o maior número possível de cidadãos e conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus tributários.

Outra das atividades mais importantes na vida de José Vecchio foi sua militância sindical, foi presidente do Sindicato do Trabalhadores em Empresas de Transporte, associação essa que é atuante até hoje. A partir dos registros do período em questão, será possível delinear as movimentações estruturais pré e pós 30, além das atividades de Vecchio dentro do movimento. Para este grupo de documentos é notável a importância do trabalho do autor Marcelo Mattos Badaró, que desenvolve de forma bastante descritiva sobre os desdobramentos das entidades sindicais ao longo dos principais períodos políticos do país. O autor apresenta documentos que dizem

respeito a movimentações grevistas, reuniões de mudanças na legislação sindical, entre outras, com a disponibilidade de fontes sobre o sindicalismo no período de Vecchio será possível não só perceber as atividades do mesmo, como analisar as mudanças estruturais do movimento.

Como dito anteriormente, José Vecchio teve dois principais cargos públicos entre os anos de 1960 e 1970, em um primeiro momento foi Deputado Estadual (RS) e em 70 tendo sido Vereador de Porto Alegre. Ambos os casos contribuem para uma vasta suma de documentações, no que diz respeito a Câmara Legislativa, além do local físico, há um memorial disponível na internet que traz vários documentos já digitalizados de sessões plenárias de vários anos, inclusive do período em que Vecchio foi deputado, entre 1959-1963. Com questão ao período em que teve o cargo de vereador de Porto Alegre, a Câmara Municipal mantém um memorial com vários documentos salvaguardados sobre variadas atividades.

Ainda é de grande importância ressaltar, a sua entrevista ao CPDOC em 1986, onde ele narra vários momentos da sua vida, que está salvaguardada na sala de consulta do próprio centro de Pesquisa no Rio de Janeiro. É relevante citar a disponibilidade dos filhos em contribuir com a pesquisa, através de entrevistas. Em relação as entrevistas a serem feitas com alguns familiares de Vecchio é essencial destacar Alessandro Portelli, que deixa bem explícito que a metodologia de História Oral tem como principal objeto os relatos de tudo aquilo que foram por um bom tempo excluídos das pesquisas e abarca em seu cerne as memórias e que essa embora ela seja individual ocorre em um meio social dinâmico, estes então compartilhados. É importante enfatizar que a intenção não é desenvolver de maneira totalizante as possibilidades do uso da metodologia e sim apontar de maneira sintetizada a importância dos relatos dados pelos familiares mais próximos, no caso os filhos de José Vecchio, como um dos pontos para analisar a sua trajetória.

A partir das perspectivas articuladas das seguintes correntes historiográficas *História do Mundo do Trabalho*, *História Política*, *Micro-História* aqui apresentadas muito modestamente, elencando alguns conceitos chaves nesse. O primeiro de militância, o qual buscamos em E.P. Thompson em

seu já clássico livro *Formação da Classe Operária* (1987, p. 51), os classifica como uma “minoridade de linguagem articulada”, ou seja, alguns elementos da classe trabalhadora se destacam por sua capacidade de organizar seus pares e geralmente serem seus representantes junto a outros setores da sociedade o que parece ser a atuação de Jose Vecchio ao longo da sua vida.

É importante destacar uma linha extremamente importante para essa pesquisa, a chamada *Micro-História*, a ideia é apontar nesse momento de forma sucinta a relevância dessa corrente e indicar três autores que trabalham com essa linha, visto o grande desenvolvimento e debates a respeito do tema. A partir disso, é interessante ter como ponto de partida seu surgimento, que parte da Itália em meados dos anos de 1980 em meio as grandes mudanças historiográficas, teve como expoentes os historiadores Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, eles trouxeram uma nova visão para a historiografia, sob uma perspectiva onde o indivíduo antes “marginalizado” e “ocultado”, começava a ter o papel de destaque dentro da História, aprofundando a discussão das questões ignoradas pela visão generalista. O autor Ginzburg retém seu olhar para questões dentro da sociedade italiana, no seu mais famoso trabalho, chamado *O queijo e os Vermes*², ele desenvolve o cotidiano de um moleiro chamado Menocchio que em um período de forte inquisição em pleno século XVI, afirma que o mundo teria origem através da putrefação, muito além da história que cerca o personagem, é importante ressaltar a pesquisa do autor que através de estudos sobre curandeiros e bruxarias se deparou com a história de um indivíduo que contribui para entender questão cultural e cotidiana de boa parte da sociedade italiana, em seu outro livro *A micro-história e outros ensaios*, ele expõe questões culturais e da arte dentro da Itália, sempre analisando de maneira a enxergar questões antes ignoradas pela historiografia. Outro autor bastante importante para essa linha é Giovanni Levi já citado em um outro momento, ele em um de seus textos aponta de maneira resumida o que seria o estudo da *micro-história*, dessa forma Levi (1992, p.158) propõe:

.....
2 Ver mais em: GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.

O autor Jacques Revel (1996), outro expoente da análise do micro, acrescenta a discussão das escalas colocando as possibilidades de trabalhar o micro a um contexto mais geral. Para Revel, o uso de análises em escalas contribui para a compreensão desenvolvimentos de nível estadual a global, a exemplo de um indivíduo estudado que se relaciona com os contextos, pois, “o que a experiência de um indivíduo, grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global”. Ao perceber essas possibilidades da *Micro-História* é perceptível captar a importância do estudo para compreender relevância da trajetória de Vecchio de forma individual, e sua participação em questões que atingiram níveis não só estaduais, como também nacional.

O outro seria o de cotidiano, a partir da pesquisa de Benito Bisso Schmidt em sua dissertação de mestrado denominada *Uma Reflexão sobre o gênero biográfico: A trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*, onde o autor refere-se ao conceito como “a vida de todos os dias”, ou seja, a rotina, a vida familiar, o trabalho, as relações com a vizinhança, o lazer que o indivíduo está inserido e até mesmo formas de resistência a uma ordem estabelecida. Além disso convém definir a perspectiva do trabalhismo em Jorge Ferreira, que ressalta que neste conceito estavam presentes “ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que já circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930”, destacando que essa ideia foi se desenvolvendo ao longo do pré e pós 30.

Essa discussão é válida, visto que, José Vecchio, em sua trajetória de vida defendeu essa bandeira política. Dessa forma, a intenção é trabalhar de forma quantitativa e qualitativa do conteúdo das fontes disponíveis. Através da abordagem quantitativa, a ideia é delinear o grupo de documentações

disponíveis nos locais citados, visto que a disponibilidade de fontes é extensa. Para a análise qualitativa, o objetivo é dar destaque as informações obtidas nos registros e nos relatos das entrevistadas feitas, de modo a aprofundar a discussão. É importante destacar alguns elementos histórico/historiográficos que serão extremamente relevantes no diálogo com as fontes.

Em um primeiro momento, é interessante destacar, o *Mundo trabalho*, citando, Edward P. Thompson, sobretudo em sua obra, *A Formação da Classe Operária*, onde o autor desenvolve uma crítica a ideia de que os trabalhadores manteriam sua luta de forma estrutural, ou seja, estáticos. Essa concepção vinha em sua maioria de pesquisadores marxistas, contrariando essa posição, Thompson apresenta apontamentos significativos, que mudaram os rumos da historiografia sobre o mundo do trabalho. Na sua concepção, as movimentações de classe seriam constantes, desse modo a partir das suas experiências vividas, eles não seriam estáticos e nem haveria uma fórmula exata de luta, cada grupo ou indivíduo a partir do que viveu enfrentaria as adversidades de formas diferentes. Sabendo disso, é possível fazer uma conexão, já que como apontado anteriormente, José Vecchio foi um indivíduo singular, em meio a militância sindical, atuação política e social, esses traços mostram aspectos similares aos apontamentos feitos pelo autor, sendo assim fundamental o uso desses conceitos para estabelecer o diálogo com a fontes, visto que as características singulares de Vecchio e de suas relações já surgem com grande destaque. A partir da análise das fontes partidárias, sindicais e dos relatos dos jornais será possível fazer as conexões com os conceitos, e evidenciar a relevância de trabalhar com a figura de Vecchio.

Uma abordagem seguinte, seria da *História Política*, a autora Angela de Castro Gomes traz aspectos importantes sobre desdobramentos e conflitos no período abordado. Em um primeiro instante, é importante destacar o trabalho *A Invenção do Trabalhismo*, onde a autora aponta conceitos sobre as condições, lutas e organização dos trabalhadores, em períodos anteriores a 1930, buscando fazer uma relação com as mudanças ocorridas após a criação do Estado Novo. Essa pesquisa, vem contribuir de maneira direta aos apontamentos anteriormente citados, de trabalhadores se organizando

a partir de experiências de vida, cultural e social, seria possível presenciar no Brasil que se formou ao longo dos anos 1930 e 60, trabalhadores que se organizavam em prol de seus interesses e não apenas se alinhavam ao Estado de maneira inerte.

A autora destaca em seu trabalho, desde aspectos estruturantes em que se desenvolveram os sindicatos no Estado Novo, bem como a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A pesquisadora demonstra as variações e características heterogêneas que se mostravam dentro do partido trabalhista, como já dito antes, as disputas e conflitos internos dentro do grupo, tanto em nível nacional como estadual, foi se tornando cada vez mais evidente.

Os conceitos desenvolvidos por Angela, são extremamente importantes para o aprofundamento do estudo trabalhista, bem como para a presente pesquisa visto que, oferece uma gama de possibilidades no diálogo com as fontes. É essencial destacar alguns importantes autores, como Jorge Ferreira, Fernando Teixeira, Antonio Luigi Negro que seguem a linha de trabalho, sobre as inquietações políticas de períodos como Estado Novo, Governo JK e Ditadura Militar, momentos que perpassam as fontes existentes, marcando a presença de Vecchio como figura importante no contexto político e social.

A relevância de pesquisar a vida de uma pessoa, inclui os mais diversos fatores, o contexto em que ele está inserido, a cultura, as experiências de vida, e será por meio dos vestígios deixados por ele que será possível compreender não somente ele como a conjuntura que o cerca. Seguindo esse pensamento, em uma passagem BORGES (2006, p.222), afirma: “O ser humano existe somente dentro de uma rede de relações”, essa frase destaca o cerne dos estudos sobre trajetória, evitar colocar o indivíduo distante do seu contexto histórico, pois é através da sua relação com o meio, que será possível visualizar com mais clareza o seu papel de destaque na sociedade.

FONTES ESCRITAS

VECCHIO, José. **Depoimento**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÓSTEGUI, Julio. **La Investigación Histórica: Teoría y Método**. Barcelona: Crítica, 2006.

BARROS, José d'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. **A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)**. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140312>. Acesso em: 11 out. 2019.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-234.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.172.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1879/JoaoCruzHistoria.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: Uma Biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRIDERICH, Lidiane. Saindo dos trilhos: Os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970). 2013. 188f. **Dissertação** (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: Burke, Peter. A escrita da História. São Paulo:UNESP,1992.

MATOS, Marcelo. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética da História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, n. 15, p.13-49, abr. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>>. Acesso em: 10 out. 2019.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: REVEL, Jacques. Jogos de Escalas: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira & COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico : a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**. 1996. 264 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109241>>. Acesso em: 13 out. 2019.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 210 p.

AS GREVES DOS PROFESSORES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL DE 1979 A 1982, COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO PERÍODO FINAL DA DITADURA

LISIANE BELTRÃO PEREIRA
GRADUADA PPGH-UFPEL/BRASIL
LBELTRAO@UNICRUZ.EDU.BR

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar a greve como prática de resistência utilizada pelo CPERS, tendo como fonte o jornal *Magister* e os Boletins informativos produzidos pela entidade. Neste sentido, buscamos aprofundar o Estudo visando compreender de que forma se deu a resistência dos professores estaduais durante o regime ditatorial.

Palavras-chave: Professores; Greves; Resistência.

INTRODUÇÃO

O presente texto se propõe a analisar as greves do Centro dos Professores do Estado do Rio grande do Sul – CPERS, entre os anos de 1979 a 1982, enquanto prática de resistência contrária a ditadura vigente no país e a política econômica adotada no período que impactou diretamente nas condições de vida, dos trabalhadores, no caso específico, do magistério estadual do Rio Grande do Sul.

Dentre a produção acadêmica sobre o CPERS, podemos destacar aqueles que serviram de base para o presente trabalho, como as dissertações

de mestrado de: Maria da Graça Pinto Bulhões (1983, 261p) “O Movimento do Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul de 1977 a 1982”; Alzira Fortini Albano (1983, 172p.) “A Ideologia do Professor Estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980”; Eliezer Moreira Pacheco (1993, 228p.) “Sindicato e Projeto Pedagógico: A Organização e as Lutas dos Professores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991”; Luís Guilherme Ritta Duque (1998, 156p.) “Hei de vencer, mesmo sendo professor: O CPERS e o Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, 1972 – 1979”. Estas pesquisas abordam, com diferentes perspectivas, a entidade no período escolhido para a análise.

Faz-se pertinente, também, destacar o ponto de partida para definir o que aqui é entendido como Resistência. Parte-se do pressuposto de que o conceito de Resistência é carregado de diversos significados e representações de acordo com o contexto histórico ao qual está sendo relacionado.

Valendo-se do que Denise Rollemberg aborda no texto intitulado “Definir o Conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades”(ROLLEMBERG, 2016, p. 77-95), em que destaca a construção do “mito da resistência” e objetiva não a definição do conceito em si mas, de acordo com suas próprias palavras “discutir critérios que dão forma ao conceito”(ROLLEMBERG, 2015, p. 81), analisando diversos autores, como Henry Michel, François Bédarida, Jacques Sémelin entre outros, que buscaram aferir um conceito ao termo, a autora conclui que, no caso brasileiro, a ideia de resistência é naturalizada sem a preocupação de conceituá-la.

Desta forma, o presente texto não tem a pretensão de definir ou criar um conceito de resistência para o caso brasileiro, mas deixar claro que entende-se as práticas de resistência como difusas e, cada grupo as emprega de acordo com sua experiência histórica, suas concepções ideológicas e as possibilidades de reação¹. Para tanto nos servimos do entendimento de Marilena Chaui “Resistência que tanto pode ser difusa – como na irreverência

.....
¹ Aqui seguimos a definição de resistência empregada por Norberto Bobbio de que esta seria mais uma “reação do que ação” (BOBBIO, 1986, p.1114).

do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafitis espalhados pelos muros das cidades – quanto localizada em ações coletivas ou grupais.” (CHAUI, 1986, p.63).

AS GREVES DO MAGISTÉRIO ESTADUAL DE 1979 A 1982

A década de 1970 é caracterizada pela retomada das lutas sindicais no Brasil através do Novo Sindicalismo. No ano de 1978 o movimento sindical passa a ganhar força e visibilidade, inicialmente, com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, logo após disseminando-se para outras categorias e chamando atenção de outras tantas para a importância da luta conjunta e a necessidade de rearticulação e remodelação de suas entidades, bem como da revisão das práticas adotadas até o momento.

Em meio a essas mudanças, Maria da Graça P. Bulhões (1983, p. 73-98) elege o ano de 1977 como marco inicial das lutas do magistério gaúcho pela valorização profissional, que deveria ser capaz de unificar a categoria em torno da questão salarial marcando, também, o início de um período de maior expansão em nível estadual da entidade representativa dos professores estaduais, o CPERS.

Tendo por base a pesquisa feita até o presente momento, acredita-se que não seria o marco inicial das lutas do magistério, mas sim da retomada das lutas, pois entende-se que no período anterior ao golpe de 1964 a entidade, que mais tarde transforma-se no CPERS, já demonstrava empenho e combatividade em torno de suas lutas, inclusive com a possibilidade de paralisação dos professores primários no ano de 1956.

Em 1977, o CPERS realiza um estudo para expor a disparidade existente entre o reajuste salarial do magistério e o custo de vida, tendo como ponto inicial os salários da categoria dos professores e o poder aquisitivo da mesma em um período de 20 anos. O estudo concluiu que as perdas salariais, devido ao elevado custo de vida, desencadearam outros problemas que se refletem nas práticas educativas, no cotidiano e nas escolhas profissionais do professor. Os problemas apontados foram: as múltiplas tarefas que

sobrecarregam os professores ocasionando o rebaixamento no nível de ensino; a alegação de um tratamento discriminatório dos professores em vista dos demais funcionários públicos, devido ao não cumprimento da legislação que favorecia ao professor e a crescente evasão de professores da função pública (ALBANO, 1983, p. 44-45). Ainda sobre o referido estudo realizado em 1977, Alzira Fortini Albano indica que:

O estudo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) feito em 1977 significa que a partir deste ano a categoria começa a refletir mais sistematicamente sobre si mesma e a dar-se conta de sua determinação e posição social e exercer uma ação no sentido de modificar seu próprio comportamento, isto é, sua forma de pensar e agir. (ALBANO, 1983, p. 48-49)

A mesma autora afirma ainda que essa mudança tornar-se-á nítida quando se desencadearem as greves de 1979 e 1980 que serão marcadas pelas mudanças no comportamento e na consciência deste grupo.

No Rio Grande do Sul, o Governo do Estado fixa em 40% o aumento destinado ao funcionalismo público, neste momento o CPERS reivindicava 70% de aumento juntamente com os adicionais de 15% e 25%. Este fato aliado aos demais fatores já citados serão o estopim para o desencadeamento da greve de 1979.

Em abril de 1979, a primeira Assembleia Geral da categoria teve a presença de 11 entidades e associações representantes de vários segmentos do magistério, tais como: “FEMAS (Federação do Magistério do Rio Grande do Sul), ADERGS (Associação dos Dirigentes de Escolas do Rio Grande do Sul), AOERGS (Associação do Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul), Associação dos Professores Licenciados, APMERGS (Associação dos Professores do Ensino Médio do Rio Grande do Sul)” (PACHECO, 1993, p.84), as quais constituíram a mesa diretiva, sendo indicados para comporem o Comando de Greve os 11 presidentes das entidades ali presentes e designado para presidir o mesmo o presidente do CPERS Hermes Zaneti. ALBANO (1983, p. 97) indica, aproximadamente, a presença de 4.000 professores.

Com base na ata² desta assembleia, alguns fatos chamam atenção. É relatado em vários pontos desta ata que os ânimos no plenário estavam alterados, havia desentendimento e muita agitação. Foram feitas proposições que estabeleciam prazos diferenciados para que o Governo enviasse a resposta com relação às reivindicações, sendo que todas as propostas sugeridas previam a deflagração da greve. Desta forma outro questionamento surgiu com relação à situação dos professores contratados que aderissem à greve, tendo em vista a ameaça de demissão destes por parte do Estado.

Ao final da assembleia foi aprovado que a categoria decretaria greve no prazo de 48h. Este prazo foi estabelecido com a finalidade de organização da mesma. Apesar de todas as proposições apresentadas convergirem para a greve, destaca-se que esta foi aprovada pela maioria e não por unanimidade, o que leva a entender que havia divergências neste processo.

Para este fato podem ter contribuído diversos fatores como: ainda havia uma forte repressão por parte do Estado aos movimentos grevistas; a greve surge como uma nova prática adotada pelos professores, baseada no movimento sindical de outras categorias, e que para alguns docentes poderia gerar certo receio; a lei antigreve ainda estava em vigor, portanto, a greve ainda era considerada ilegal; a preocupação por parte dos professores contratados com a ameaça de demissões; bem como a possível represália que poderiam sofrer dentro das escolas, tendo em vista que, neste período, os diretores eram indicados pelo Governo.

Decorrido o prazo de 48h, é realizada a segunda assembleia da categoria, no dia 05 de abril de 1979, contando com a participação de mais de 8.000³ professores.

Cabe destacar, também, as manobras realizadas pelo Governo na tentativa de desestabilizar a greve e diminuir o crescente apoio dado aos professores pela comunidade. No dia 11 de abril, o Governador do Estado José Amaral de Souza (1979-1983) faz uma declaração, através da televisão,

.....
2 Ata nº 02, de 02/04/1979.

3 Ata nº 03 de 05/04/1979.

acusando os professores de ampliarem suas reivindicações ao longo do movimento (BULHÕES, 1983, p.109). O Governo opta então por não negociar mais com o Comando de Greve, levando este a procurar o Cardeal de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, convidando-o para que intermediasse as negociações entre o Comando de Greve e o Governo para chegarem ao fim da greve.

Desta forma, o CPERS, neste momento, começa a despontar no Rio Grande do Sul como um importante movimento, com grande capacidade de mobilização e organização. Em 1979 a greve protagonizada pelo CPERS teve a duração de 13 dias, e apesar da reivindicação dos professores ser de um aumento de 70%, fixação de “um piso de 3 salários mínimos e a nomeação de professores concursados desde 1976” (BULHÕES; ABREU, 1992, p.28), encerram a greve com o aumento de 30%, parcelado em duas vezes, bem como a nomeação dos concursados

A vitória dos professores e a derrota do governo se deram através dos 30% de aumento reivindicado e obtido além dos 40% já aprovados pela Assembleia Legislativa, totalizando 70% de aumento parcelado; na capacidade de mobilização dos professores e no recuo do governo com relação à decisão de não negociar.

O saldo da greve de 1979 para o CPERS foi muito importante tendo em vista que irá desencadear um processo de revisão da própria estrutura organizativa da entidade, a qual sofrerá mudanças com o objetivo de ampliar a proporcionalidade de representação dos sócios na entidade.

Para a categoria significava que, conforme Maria da Graça P. Bulhões, “a imagem do magistério mudava para ele próprio e para a comunidade. O professor não era mais o sacerdote, mas sim o profissional em luta por melhores condições de trabalho e vida” (BULHÕES, 1983, p.117).

Em abril de 1979, a edição de número 61 do Jornal **Magister** traz em sua capa “A história de uma greve” seguida de uma foto da Assembleia Geral realizada no Gigantinho⁴ com a seguinte frase: “QUEM SABE FAZ NA HORA NÃO ESPERA ACONTECER”⁵.

.....
4 Ginásio de Esportes do Sport Club Internacional de Porto Alegre.

5 Alusão à canção de Geraldo Vandré “Pra não dizer que não falei de flores” que se tornou símbolo de resistência e contestação ao regime militar.

Sobre a foto da capa que registra o Ginásio Gigantinho lotado de professores, percebe-se a grande adesão de professores à última assembleia realizada durante a greve. As atas⁶ das assembleias realizadas durante a greve indicam um crescente número de participantes: na segunda assembleia, dia 05/04/79, foram aproximadamente 8.000 participantes; na terceira, dia 09/04/79, foram em torno de 11.000 participantes e na última, dia 17/04/79, quando do encerramento da greve, se fizeram presentes mais de 15.000 professores.

Este aumento significativo no número de professores presentes pode ser interpretado como a conscientização da importância da união da categoria, quando estes passam a se fazer presentes nas tomadas de decisões, bem como pode-se inferir que se faz presente um reconhecimento do CPERS enquanto entidade representativa desta categoria e a legitimação das ações do Comando de Greve.

Ainda na capa do referido jornal, consta a seguinte frase: “Com a mudança de Governo, mudaram também as regras do jogo. Se, antes, a greve era proibida e a proibição, respeitada, agora, a greve continua proibida, mas é feita, aceita e não menos respeitada” (**MAGISTER**, 1979, capa).

A frase acima representa uma alusão ao fato de, no final de 1978, ter sido celebrado um acordo entre o CPERS e o então Governador do estado Sinval Guazelli, onde seriam atendidas algumas das reivindicações do magistério no próximo ano. Este acordo deveria ser cumprido na próxima gestão, quando assumiria o cargo de Governador o então Vice-Governador José Augusto Amaral de Souza, mas na prática o acordo não foi cumprido, e se tornou uma das motivações para a greve de 1979.

Analisando o fato de haver greve apesar da proibição, retornamos ao movimento sindical e às greves de diversas categorias que eclodiram em todo país neste período. As manifestações deixam de ficar restritas aos locais de trabalho e ganham as ruas e os espaços públicos, dando visibilidade às lutas dos trabalhadores. Os professores mantiveram a greve durante treze dias,

.....
6 Ata nº 03, de 05/04/1979; Ata nº 04, de 09/04/1979 e Ata nº 05, de 17/04/2019.

negociaram as propostas enviadas pelo governo e conseguiram um acordo que atendesse grande parte das reivindicações, assim, “a greve é feita, aceita e não menos respeitada”.

Ainda nesta edição, aparecem várias charges alusivas à greve, aos representantes do CPERS e ao Governo, mas o que chama atenção são as entrevistas na página 11 com lideranças ligadas ao magistério, bem como declarações do Governo do Estado. Estas entrevistas dos líderes do movimento convergem para a crescente conscientização da categoria de sua capacidade de luta e mobilização.

Apesar de toda essa aparente coesão dentro da entidade, é de suma importância explicitar a existência de três grupos dissidentes dentro da entidade: “MUTE (Movimento de União dos trabalhadores da educação), Pó de Giz e CEDE (Centro de Estudos e Debates Educacionais) que discordavam da política que até então vinha sendo adotada pelo CPERS” (ALBANO, 1983, p. 80). Também é pertinente abordar que neste mesmo período passa a existir, também no CPERS, um Núcleo de professores ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que ficou conhecido como Núcleo do PT.

Estes três grupos, apesar de ideologicamente defenderem pontos de vista diversos, com relação à Greve de 1979, são unânimes ao afirmar que “os comandos grevistas⁷ não corresponderam às expectativas da categoria” (ALBANO, 1983, p.86). Ainda utilizando como referência a autora, estes grupos afirmam que não havia uma aproximação dos Comandos com as bases, chegando a não repassar informações, deixando as bases desorganizadas, descaracterizando as regionais. Utilizando como aporte as entrevistas feitas com os representantes dos grupos, a autora descreve a atuação dos Comandos de Greve, conforme abaixo:

Desta maneira, sob o ponto de vista destes grupos, o relacionamento dos comandos com as bases grevistas não era democrático, e sim autocrático e impositivo, onde o

.....
7 A autora afirma que havia dois Comandos de Greve em 1979. Buscando informações que corroborassem com esta informação, tanto em pesquisas acadêmicas sobre o tema como nas atas das assembleias, não localizamos nenhuma referência sobre a existência de dois Comandos de Greve.

poder decisório e de negociações era concentrado nas mãos do próprio comando o que impede que seja afirmado que os dois comandos atuavam ou tinham uma prática voltada para a elevação do nível ideológico da categoria como um todo (...) o representante do grupo Pó de Giz diz que esta postura autocrática dos comandos de não abrir mão das decisões estaria justificada pela própria condição de origem e procedência dos membros dele participantes. Muitos deles, diz o entrevistado, provinham de “altos cargos da burocracia e da administração da Secretaria de Educação⁸ em um período em que esta atuou conivente ao regime de exceção em seu período mais agudo.” (ALBANO, 1983, p.87).

A citação acima nos remete a refletir sobre as práticas adotadas pelo “Novo Sindicalismo” que se caracterizavam pela “autonomia frente aos partidos políticos e ao Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores” (SANTANA, 1998, p.19). Assim, podemos perceber um dos pontos de divergência entre os grupos dissidentes do CPERS e o Comando de Greve, uma vez que estes grupos tinham a visão de que poderia haver atrelamento ao estado tendo em vista os cargos ocupados por alguns membros do Comando.

No ano seguinte, 1980, foram 21 dias em greve, com reivindicações que iriam além da questão salarial, tais como: destinação de mais verbas para educação, eleição direta para diretores de escola e “retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação os professores que não atuassem diretamente no sistema estadual de ensino” entre outras (BULHÕES; ABREU, 1992, p.29).

Neste período, também, o CPERS começa a debater a questão educacional no estado, sendo criada uma Comissão de Educação no âmbito da entidade. O fim da greve ocorreu mediante um acordo entre o CPERS e o governo do estado que previa, além de uma gratificação de regência de classe⁹, reajustes salariais para o ano de 1981 e da fixação de um vencimento básico de 2,5 salários mínimos a partir de 1982. Conforme descrevem Maria da Graça P. Bulhões e Mariza Abreu:

.....
8 Referindo-se, principalmente, ao presidente do CPERS à época da greve Professor Hermes Zaneti, que ocupara anteriormente um cargo na Secretaria de Educação do Estado.

9 É uma gratificação concedida aos professores em exercício, em sala de aula, atuando na educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

No acordo de greve de 1980, foram incluídas também cláusulas educacionais como: verbas para a educação (25% do orçamento global do Estado); retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação de quem não atuava no sistema estadual de ensino; admissão de professores ao Magistério por concurso; revisão dos critérios de avaliação para as promoções; criação do Quadro de Pessoal por Escola; representação no Conselho Estadual de Educação; participação dos professores nas decisões do processo ensino-aprendizagem e definição de critérios para a escolha de diretores. O “Acordo de 1980” constituiu-se num marco da luta reivindicatória da categoria, na medida em que apontou suas principais questões funcionais e as mais importantes questões educacionais”. (BULHÕES; ABREU, 1992, p.30-31).

Cabe salientar que uma das lutas do CPERS nos anos posteriores ao acordo que pôs fim a greve de 1980, foi exatamente pelo cumprimento dos pontos fixados no acordo, alguns destes nunca foram cumpridos pelo governo estadual. Um exemplo é a retirada da folha de pagamento da Secretaria de Educação de quem não atuava no sistema estadual de ensino.

No mês de fevereiro de 1982 o Boletim¹⁰ nº 01 do CPERS, em sua capa, apresenta um texto intitulado “Arrancada Decisiva” que finaliza com o seguinte parágrafo:

Afirmam também que as conseqüências advindas do não cumprimento do Acordo e, a possível intranqüilidade que poderá ser gerada no início do ano letivo, associadas às conseqüências decorrentes do não atendimento das reivindicações dos servidores serão de inteira responsabilidade do Governo do Estado. Para tanto chamam como testemunha a própria comunidade rio-grandense que tão sabiamente tem apoiado os professores e servidores em seus justos movimentos reivindicatórios.” (BOLETIM nº 01, CPERS, 1982).

A possível intranqüilidade referida acima se trata da possibilidade dos professores paralisarem as atividades e não iniciarem o ano letivo, para tanto é feito o chamamento da comunidade em geral, mais precisamente os alunos e pais de alunos, uma vez que o CPERS contava com forte apoio dos Círculos de Pais e Mestres – CPMs das escolas estaduais.

.....
10 Os Boletins eram produzidos pelo órgão de imprensa do CPERS, destinados aos sócios, de circulação mensal em todos os Núcleos do CPERS na capital e no interior do estado. Esses boletins encontram-se no acervo de documentos do CPERS na sede do sindicato em Porto Alegre. Para presente pesquisa a diretoria do CPERS concedeu acesso aos Boletins e aos demais documentos do acervo.

Em consequência do não cumprimento do acordo o CPERS, neste período presidido pela professora Zilah Mattos Totta (1981-1984), deflagra nova greve em março de 1982, desta vez com uma adesão bem menor que nos anos anteriores. Acredita-se que um dos motivos que pode ser atribuído à baixa adesão é a sucessão das greves, foram três entre 1979 e 1982, e a quantidade de dias parados, que gera impacto na rotina escolar e a necessidade de recuperação destes dias, ocasionando um desgaste. Outro motivo que também se pode atribuir é o fato de ser um ano eleitoral, e o Governo do Estado, neste período exercido por José Amaral de Souza (1979 – 1983) passa a apontar a ideia de que tais greves tinham um cunho político eleitoral, conforme MARQUES, 2012:

Naquela altura, a luta pelos 2,5 salários mínimos como básico salarial já estava como base das pautas de reivindicações, assim como a paridade com os demais servidores de nível superior. Por esta pauta de reivindicações, mais de 18 mil professores definiram por cinco dias de greve na Assembléia de 18/3. No mesmo dia, nota oficial do governo do Estado na capa dos jornais afirmava que a greve a partir da assembleia seria um 'boato' e que "o motivo da pretendida greve não é a obtenção de melhores salários para o magistério. Uma classe inteira está sendo manipulada para que uns poucos obtenham notoriedade e benefícios eleitoreiros". (MARQUES, 2012, p. 97).

É importante elucidar que tal declaração feita pelo Governador do Estado José Amaral de Souza refere-se diretamente a candidatura pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), no ano de 1982, do professor Hermes Zaneti para uma vaga na Câmara dos Deputados, tendo sido eleito como Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Tal declaração baseia-se no fato do professor Hermes Zaneti ter sido presidente do CPERS entre 1975 – 1979, e ter grande prestígio junto aos membros da referida entidade.

Inicialmente a paralisação foi programada para durar 5 dias, mas encerrou no segundo dia, tendo em vista que "o CPERS sofre a ameaça de intervenção, repressão e punições pelo Governo Estadual." (CORREA, 2006, p.7). Ainda sobre o posicionamento do Governo do Estado com relação à greve:

O elemento político ficou bem mais claro na greve de 1982, a qual foi severamente reprimida pelo governo estadual, ao contrário das duas greves anteriores. Para o governo, a greve teria penas uma origem emotiva e passional. Era um ano eleitoral e a adesão da greve foi menor que as anteriores. (MARQUES, 2012, p. 96-97)

Uma das formas de repressão adotada pelo Governo do Estado após a greve de 1982 foi, no mês de agosto, suspender o desconto em folha das mensalidades dos sócios do CPERS com a justificativa de que “isso é um trabalho que compete à tesouraria da entidade e, ainda, porque “milhares de professores” ter-se-iam manifestado descontentes com esse desconto compulsório” (Boletim nº 09 – CPERS, 1982). No mesmo ano o CPERS impetra mandado de segurança e reestabelece o referido desconto em folha. Essa ação por parte do governo é claramente uma maneira de tentar conter o avanço do movimento e diminuir a força do CPERS, tendo em vista que a mensalidade dos sócios é a principal fonte de renda da entidade.

Toda esta luta por melhores salários, e melhores condições para o exercício da profissão estava ao lado de questões mais amplas relacionadas ao contexto geral de reivindicações. Deste modo “(...)as formas de luta – conflito e resistência – dos trabalhadores docentes, ao mesmo tempo em que apresentam reivindicações de melhores condições de trabalho e remuneração, expressam interesses sociais mais amplos(...)” (OLIVEIRA E MELO, 2006, p. 129).

Pode-se considerar um resultado importante das greves o fato de que o CPERS e seus membros continuaram mobilizados em torno das discussões sobre as questões educacionais, por meio de encontros e seminários realizados em diversas regiões do estado. Conforme Bulhões e Abreu:

A luta pela democratização da educação era encaminhada articuladamente com o debate educacional desenvolvido pelo CPERS. No período 1981/1984, este debate voltou-se para: a análise dos principais problemas da educação de 1º e 2º graus no estado e no Brasil; a análise do modelo de desenvolvimento implantado no país; a reconstituição da história da educação brasileira e da luta pela escola pública; a avaliação de experiências de políticas educacionais democráticas, principalmente municipais, anteriores a 1964 e do início da década de 1980; a discussão e a troca de experiências sobre ensino crítico por áreas de conhecimento e disciplinas. (BULHÕES; ABREU, 1992, p.46)

Devemos destacar que mesmo não sendo um sindicato constituído juridicamente, o CPERS agia, através de sua liderança, como um sindicato de fato. Naquele momento havia o impeditivo legal, instituído desde 1943, pelo Decreto – Lei nº 5452 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e estabelece, no Art. 566, proibição ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos. Apesar desta proibição legal, o CPERS mobilizou e articulou ações entre seus membros, através de seus Núcleos existentes no interior do estado e tais ações são evidenciadas, além das greves.

Assim, há um trabalho contínuo do CPERS na conscientização da importância de estarem unidos em torno de um objetivo que não era somente a busca por melhores salários, mas se unir a luta de toda classe trabalhadora e da sociedade por direitos e pela democratização. Esse trabalho era realizado por meio de encontros e assembleias, bem como, utilizando seus meios de comunicação interna com os sócios que se dava por meio dos Boletins mensais e do jornal *Magister*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar no presente texto algumas evidências que caracterizam as greves dos professores estaduais do Rio Grande do Sul como uma das práticas de resistência utilizada pela entidade de classe representante desta categoria de trabalhadores.

Alzira Albano (1983, p. 45-53) ao falar sobre “O professor e sua posição na esfera política e ideológica” apresenta uma análise de Miguel Arroyo sobre as greves dos professores:

Ao analisar os movimentos grevistas da categoria, diz o referido autor que esses não possuem apenas um caráter reivindicatório (considerando como reivindicatório apenas o aspecto econômico ou salarial dos movimentos), mas suas características dão à pressão dos trabalhadores do ensino uma novidade e uma dimensão relevante na configuração do contexto educacional brasileiro. (ARROYO, 1980 apud ALBANO, 1983, p.49)

Entende-se, também, que a questão salarial neste primeiro momento contribuiu significativamente para unificar a categoria. No decorrer

dos anos seguintes e através das greves, outros pontos em comum passam a dividir espaço na luta dos professores. São as questões voltadas para democratização do ensino, a participação nas decisões que orientam a prática profissional, refletindo no processo de ensino aprendizagem, bem como a busca por uma sociedade democrática, e que toda esta discussão e as ações realizadas pelo CPERS neste período, com destaque às greves podem ser caracterizadas como práticas de resistência como pretendeu-se evidenciar no decorrer deste texto.

Não perdendo de vista o contexto em que está inserido o recorte temporal escolhido para o presente trabalho, 1979-1982, que corresponde ao final do período ditatorial iniciado com o golpe de 1964, dialoga-se com a análise de Bruno Groppo de que os regimes ditatoriais não se mantêm apenas através do emprego da força e da violência, elas também possuem “uma base social e se beneficiam do apoio, ou pelo menos da aceitação, de uma parte mais ou menos importante da população” (GROPPO, 2015, p. 45) seria uma incongruência pensar que a resistência se manifesta desde o princípio na, quase totalidade, da sociedade após o golpe de 1964. Não se trata de afirmar que houve aceitação por parte do CPERS, mas que é uma hipótese que pode ser levada em conta no que diz respeito à categoria dos professores.

Assim, acredita-se que as modificações na forma de pensar e agir destes professores no final da década de 1970 e início da década de 1980, que são expressas através das greves, bem como da participação nos debates promovidos pelo CPERS, podem ser caracterizados como prática de resistência.

FONTES

Atas da Diretoria e Assembleias do CPPE/CPERS

Ata nº 02 de, 05/05/1945.

Ata nº 03 de, 05/07/1945.

JORNAIS

Magister, Porto Alegre, nº 61; Abril de 1979.

BOLETINS

Boletim Informativo nº 1, Fev 1982.

Boletim Informativo nº 9, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, A. F. **A Ideologia do Professor Estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980**. 1983. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BULHÕES, M.G.P. **O Movimento do magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul de 1977 a 1982**. 1983. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BULHÕES, M.G.P.; ABREU, M. **A luta dos professores gaúchos – 1979/1991**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CHAUI, Marilena. **CONFORMISMO E RESISTÊNCIA aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CORREA, J. J. A História do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. In: NASCIMENTO, M. I. M.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.) **Anais VII Seminário Nacional do HISTEDBR**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

DUQUE, G. R. **Hei de vencer, mesmo sendo professor: O CPERS e o Magistério Público Estadual do Rio Grande do Sul, 1972-1979**. 1998. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GROPPO, B. O MITO DA SOCIEDADE COMO VÍTIMA: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, S.; ROLLEMBERG, D. (Org.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Pág. 39-56.

MARQUES, M. L. B. **O difícil parto das mobilizações: As greves dos educadores estaduais no Rio Grande do Sul e os editoriais da imprensa**

- entre 1979 e 1982.** In: XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio. Anais eletrônicos. Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- OLIVEIRA, D.; MELO, S. Conflito docente no Brasil e manifestações sindicais: natureza e significados. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 8, n. 8, July 2009. ISSN 1646-401X. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducao/article/view/695>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- PACHECO, E. M. Sindicato e Projeto Pedagógico: **A organização e as Lutas dos Professores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991.** 1993. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ROLLEMBERG, D. DEFINIR O CONCEITO DE RESISTÊNCIA: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, S.; ROLLEMBERG, D. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Pág. 77-95.
- SANTANA, M.A. “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate”. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, UFPR, 10(11):p.19-35, 1998.

A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA FRENTE AO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR E AS SAÍDAS LEGISLATIVAS ENCONTRADAS PELO ESTADO NO PROCESSO DE GESTÃO DE DIREITOS (1964 A 1978)

MARIUZA T. PINHEIRO
PPGH- UFPEL
MARIUZA.PINHEIRO@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A subcontratação ou terceirização, não é tema recente no país. Trata-se de uma transferência de atividades de uma empresa a outra, que por sua vez e através de trabalhadores a ela ligados, parcial ou integralmente, realizam as suas funções referentes à atividade- da empresa contratante. Essa relação de trabalho que se dá no âmbito das atividades não essenciais da empresa tomadora, não gera vínculo entre esta e os trabalhadores, uma vez que este será constituído com a empresa prestadora de serviços (OLIVEIRA, 2016).

Subcontratar de terceiros, a partir da década de 80, foi uma prática restrita às necessidades das empresas de substituir trabalhadores (por exemplo, em período de férias) ou para cobrir demandas excepcionais de um período (ex., natal), ou ainda, às atividades ligadas à segurança patrimonial. A terceirização é produto das formas mais modernas de organização do processo de trabalho, produto da empresa contemporânea, desverticalizada. A novidade é o alcance das atividades que ela passou a abranger na economia: de atividades meio ou extremamente periféricas como conservação, limpeza, segurança patrimonial, alimentação, à atividades centrais do processo produtivo, subcontratadas por uma diversidade cada vez maior de empresas.

Nos idos de 31 de março de 1964, instaurou-se a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Neste período, ocorreram profundas mudanças na esfera trabalhista para além da questão sindicalista. O próprio Direito do Trabalho passou por reestruturações e inovações legislativas, de onde o Estado agia como propositor das leis trabalhistas.

Neste contexto, importam questionamentos a cerca das ações do Estado no intuito de tratar demandas trabalhistas sensíveis a sua natureza gestora, principalmente as alternativas buscadas no período para resolvê-los, como por exemplo, a possibilidade de descentralização da própria atividade estatal, então permitida no ano de 1967, através do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro daquele ano.

Tal situação permitiria ao Estado delegar serviços naturalmente estatais, a terceiros fora da Administração Pública. Importante assim, ponderar a respeito das consequências no surgimento e aplicação do fenômeno da Terceirização das atividades estatais.

A presente pesquisa inicia com um breve levantamento das legislações trabalhistas introduzidas no período ditatorial, além de uma discussão acerca do intuito de cada qual, com os consequentes impactos das mesmas naquele período, dentro do mundo do trabalho.

Em um segundo momento, observar-se-á a introdução das subcontratações e a transmutação gradual destas, no fenômeno da terceirização, até chegar na utilização do método, à Administração Pública.

AS LEGISLAÇÕES TRABALHISTAS NO PERÍODO DITATORIAL

No início da década de 60, o Brasil atravessava um período de grande ebulição política, onde inúmeros movimentos sociais, apoiados por trabalhadores representantes de diversas classes, buscavam melhores condições laborativas. Neste período, vivíamos a ditadura civil-militar brasileira, que apoiada pelos grandes empresários nacionais, entendiam as revoltas populares como grandes movimentações subversivas e de perigosa oposição ao governo.

Tal o pensamento de GIANNOTT (2014):

A burguesia difundia amplamente a ideia de que o Brasil era um país ingovernável devido a um punhado de líderes sindicais do CGT. A investida do Ipês na grande imprensa tinha forte ressonância nos mais influentes veículos de comunicação: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, o “*Estadão*”, e os do Grupo Diários Associados.

Da Era Vargas até a queda do Regime Militar, o Brasil iniciava um projeto de industrialização de base eminentemente fordista (hierarquia, divisão do trabalho, controle autoritário sobre a força de trabalho), mas sem realizar distribuição de renda. Praticamente não havia negociações coletivas até a redemocratização do país, no final dos anos 80. Isso significou que, no período em que o país mais crescia, a contrário sensu, os salários estavam controlados por medidas de governos autoritários. Conforme GOMES (2006), as lutas de classe ou não foram suficientemente estruturadas ou foram prontamente reprimidas, de modo que as políticas de bem-estar, desarticuladas entre si e efêmeras, não sofreram a sua influência e responderam mais aos interesses de controle social das classes dominantes.

No ano de 1964, foi promulgada a Lei n. 4330, que definia os direitos de greve apenas para o setor privado, haja vista a proibição contida na lei de adesão a este recurso aos servidores públicos. E ainda que possa parecer um aceno benéfico ao trabalhador, a iniciativa legislativa apenas veio a legitimar a necessidade governamental de controle sobre a classe trabalhadora, que agora, estaria sob a regulamentação legal de um direito constitucionalmente garantido, e assim, o governo arrefeceria os ânimos dos trabalhadores. Nesta lei, todavia, e apesar de haver regulamentação do direito de greve, colocava-o como algo quase inalcançável, já que, exemplificadamente, uma das exigências para a sua imposição seria de pelo menos, 2/3 da concordância de toda a categoria. Ocorreu por assim, uma legítima limitação do direito de greve dos trabalhadores.

A regulamentação dada à greve foi tão duar e de difícil execução que a norma ficou conhecida como “lei antigreve” (SILVA, 2008, p. 205), ou seja, ainda que o regime reconhecesse o direito de greve, o seu exercício não foi efetivamente permitido.

Ao período compreendido entre 1946 e 1964, de regime liberal, durante o qual foi permitida uma relativa liberdade sindical para trabalhadores e empresários, seguiu-se o regime político instalado em 64 que, embora tenha admitido na lei o direito de greve e de livre associação para os trabalhadores, de fato não permitiu o exercício efetivo de nenhum dos dois. (SIMÕES, 1986, p. 27).

Ainda, segundo MARCELINO (2012):

A greve foi virtualmente proibida pelo Decreto-lei 9070/46, editado antes da promulgação da Constituição de 1946, e somente revogado em junho de 1964, quando a ditadura militar finalmente regulou o art. 158 da Constituição de 1946, restringindo sobremaneira as possibilidades de seu exercício. Essa específica regulação restritiva da greve é a marca da ação do Estado sobre o sistema de relações de trabalho em conformação e estabelece uma curiosa relação com os sindicatos, pois a repressão aos trabalhadores, sob o argumento da ilegalidade e da violação ao interesse nacional, era seguida pela concessão de anistias, independentemente dos que tenham ocupado a Presidência da República.

Posteriormente, ocorreram outras alterações nas Leis trabalhistas. A Lei 4749/1965 reduziu flagrantemente inúmeros direitos trabalhistas, dentre eles a possibilidade de parcelamento do 13º salário, prática adotada até hoje (paga-se metade do 13º em agosto e a outra metade, até o dia 20 de dezembro do ano). E no final daquele mesmo ano, a edição da Lei 4923/1965, foi ainda mais cruel visto que previu a possibilidade de redução do salário sem a concordância do empregado, tudo isto sob o argumento de estabelecimento de medidas para ataca o desemprego.

Após este período, o Estado passou a atuar praticamente como legislador das relações trabalhistas, alterando e introduzindo legislação sobre o tema. Houve grande enfraquecimento do movimento sindical em razão das políticas estatais adotadas. Para tanto, não se pode esquecer que o Judiciário acabou sendo guardião da garantia de direitos, ainda que inserido em um estado de exceção.

A Lei n. 5.107/66, criou o FGTS, que em termos práticos, eliminou a estabilidade decenal. Tudo isso deve ser pensado dentro do cenário em que as montadoras de automóvel, estabelecidas no Brasil a partir do governo de Juscelino, estavam à beira de completar 10 anos no mercado nacional. SIMÕES (1986), aponta que:

À medida que aumentavam os anos de casa dos empregados, crescia o passivo trabalhista das empresas no valor equivalente à média das indenizações a pagar. Isso dificultava a venda, fusão e associação das empresas nacionais com as empresas internacionais. A estabilidade dificultava o consumo intensivo da força de trabalho, criava encargos sociais fixos e permanentes e a conseqüente imobilização de capitais. Além disso, dificultava a troca de empregados mais antigos com salários mais elevados por outros mais jovens, com menores salários.

O intuito a final, era de que tal mecanismo diminuísse a acomodação do empregado e aumentasse a rotatividade dos mesmos, de onde a indenização a ser paga seria compensada pelo trabalho de outro funcionário.

Já no final da década de 60, no governo de Castelo Branco, foi editado o Decreto-Lei n.200 de 1967, que veio a possibilitar que a Administração Pública contratasse serviços diretamente com empresas privadas. Com isso, o ente público federal poderia executar suas atividades de modo descentralizado, e o vínculo com a iniciativa privada se daria através de concessões ou contratos (art.10,§1º, “c”). Naquele momento, o governo percebeu que era vantajosa a delegação de algumas atividades estatais, como as atividades de transporte, conservação e limpeza.

Havia contudo, um grande problema nesta lei, pois ela não delimitava os espaços do poder público e iniciativa privada, o que ensejava grandes possibilidades de corrupção, pois não ficara estabelecida qualquer medida de contratação.

Ainda neste ano, foi promulgada a Constituição de 1967. Além dos objetivos claros de possibilitar as ações ditatoriais, também ocorreu proibição expressa à greve no serviço público (art. 157, § 7º), o que vem apenas para reforçar o que já fora legislado anteriormente.

Em 1974, editou-se a Lei 6019 que regulamentava o trabalho temporário. Embora esta norma trouxesse o novel instituto jurídico, estabelecia que o mesmo apenas seria utilizado para demandas excepcionais, sem contudo esclarecer tal conceito. Diante disso, não fica difícil imaginar o quão desviado dos propósitos legais a lei foi utilizada, ainda que por óbvio, também não se desconfie do objetivo da evidente abertura interpretativa da referida lei.

Nesta lei, estabeleceu-se uma relação tríade com as figuras do empregado-empregador-cliente, sendo este conceito o marco fundamental da terceirização. Com o advento desta lei, o Estado alinhou-se mais uma vez, com o setor empresarial em detrimento da classe trabalhadora. Na terceirização, aumenta-se a rotatividade do empregado, em igual medida que se aumenta também a cobrança sobre a produtividade; as indefinições recaem sobre o empregado, que não detém vínculo com a empresa para a qual presta serviços. Nas palavras de SILVA (2010), “A lei beneficia a iniciativa privada em dois pontos, a ampliação dos contratos e facilidade de substituição do trabalhador por meio do trabalho terceirizado.”.

Para LEITE (2017, p.337):

A terceirização pode ser definida como a contratação de serviços por meio de empresa intermediária (interposta), onde há a figura da prestadora, que possui os trabalhadores e os disponibiliza a uma tomadora de serviço e complementa, ao dizer que a palavra terceirizar advém da palavra inglesa *outsourcing*, síntese da frase *outside resource using* (que significa uso de recursos externos).

Tendo em vista a inexistência no ordenamento jurídico brasileiro de lei que tratasse especificamente da terceirização, o TST, por meio da Súmula 256, passou a admitir a terceirização nos casos da Lei 6019/74 e 7102/83 conforme segue:

Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 03.01.1974, e 7.102, de 20.06.1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços. (Enunciado da Súmula N. 256 do TST – cancelada)

O TST só admitia a possibilidade de terceirização em duas situações, porém a corte maior trabalhista após solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego fez uma ampla revisão cancelando a Súmula 256 e editando a de n. 331 e regulamentando minimamente, terceirização no Brasil.

No Brasil, este tipo de contratação teve início por volta dos anos 1950, porém foi a partir de 1970, e posteriormente, a década de 1990, que houve a efetivação deste instrumento. Também neste momento, é possível perceber o

início da precarização das relações de trabalho com a ampliação do desemprego e a proliferação de contratos de trabalho precários (TOSTA, 2009).

Para a administração pública, o apesar do seu surgimento nos meados de 1960, através do Decreto-Lei 200/1967, teve motivação inicial a necessidade de recolocação imediata de servidores públicos que estavam saindo dos quadros administrativos (por exemplo, por aposentadorias). Foi apenas no final da década de 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a administração pública passou a ser obrigada a contratar através de concursos públicos, e não sem antes passar por um longo período de inexistência quanto o regime jurídico a ser adotado (se estatutário – através de estatuto próprio; ou celetista, através de regras comuns à iniciativa privada).

Não se pode negar, todavia, que mais do que uma forma outra de contratação, a terceirização é sobretudo, mostra do então fragilizado Estado Social de Direito. Inclusive, foi através deste tipo de contratação que o setor privado se inseriu no público, assumindo responsabilidades empregatícias que não eram interesse do Estado assumir (ou seja, se algo ou alguém faz pelo Estado, não há necessidade deste incorporar custos e responsabilidades sobre os seus prestadores de serviço). Salta aos olhos, portanto, uma das grandes bandeiras da teoria liberal, qual seja, a intenção – e agora tendência, de diminuição da máquina administrativa, e por conseguinte, do próprio Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial**. Revista Katál. Florianópolis, V. 12, nº. 2, p. 188 – 197, Jul/Dez 2009. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802009000200008>. Acesso em 15 set. 2017.

BRASIL – 1966. Lei N. 5.107, de 13 de setembro de 1966: Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5107impressao.htm

BRASIL – 1974. Leis e Decretos. Lei n. 6019 de 03 de janeiro de 1974: dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF, 03 jan. 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03.leis/L6019.htm.

BRASIL – 1983. Leis e Decretos. Lei n. 7102 de 20 de junho de 1983: dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, DF, 03 jan. 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03.leis/L7102.htm.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva 2017. p.337.

MARCELINO, Paula. Cavalcante, Sávio. **Por uma definição de terceirização**. Biblioteca Digital da Produção Intelectual – BDPI. Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.producao.usp/handle/BDPI/39213>. Acesso em 17 set. 2019.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

OLIVEIRA, Cíntia Machado de; DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Direito do Trabalho**. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016.

SILVA, Claudiane Torres. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1402.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2014. p.55

SIMÕES, Carlos. **A lei do Arrocho – Trabalho, Previdência e Sindicatos no Regime Militar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p.171

TOSTA, T. L. D. (2009). **Um novo perfil de precarização do trabalho?**. In Resumos de comunicações científicas do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia.

RELAÇÕES COTIDIANAS DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO DOS ARRUMADORES DO PORTO DE RIO GRANDE

ELVIS SILVEIRA SIMÕES
DOUTORANDO EM HISTÓRIA PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PELOTAS E BOLSISTA CAPES
ELVIS.SIMOES@YAHOO.COM.BR

INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto, o qual pretende refletir sobre as relações de trabalho existentes no Porto de Rio Grande (RS), destacando que privilegiaremos nossas análises discutindo a interação entre as categorias de arrumadores e portuários de capatazia. Tendo em vista esses grupos, nosso enfoque se dará nas atribuições de suas tarefas e seu movimento de constituição sindical na urbe referida.

Destacamos inicialmente que o exercício da atividade portuária é complexo e, portanto, devemos ter clareza que ele envolve todo um sistema econômico, relações sociais e de trabalho, os quais estão circunscritos ao seu movimento. O porto, nesse sentido, é um espaço físico e simbólico que agrupa um mosaico multifacetário de possibilidades de visões e questionamentos, a exemplo de: fronteiras físicas e simbólicas, de lutas operárias, repressão, sociabilidade, e etc.

No contexto brasileiro, mais especificamente no Rio Grande do Sul, ainda no século XIX, o estado começou um processo acelerado de industrialização e modernização das cidades. O escoamento da produção local sempre foi uma característica da cidade de Rio Grande, contudo, com o crescimento da industrialização na urbe, a necessidade de construção e ampliação do porto foi pauta das discussões no estado. Isto ocorreu porque, conforme Vivian (2008), o capitalismo local – assim como o nacional – tinha como objetivo impulsionar do país através de seus portos, uma vez que eles possibilitavam uma melhor conexão com o interior do Brasil e com o estrangeiro. E nesse contexto, a urbe riograndina possuía uma vantagem regional, pois era o único porto com ligação para o Oceano (GANDRA, 2016).

Após um longo debate, iniciou-se o projeto de desobstrução do Canal da Barra, projeto este que aumentaria a atracação de maiores navios¹. A construção do Porto Novo teve início em 1910 e demorou cinco anos para ser finalizada. Agora, contando com um Porto e uma indústria forte, a necessidade de contratação de mão de obra para emprego na produção se fez cada vez mais necessária. De acordo com Gandra (2016), muitas indústrias se instalaram na proximidade do Porto em virtude de uma facilitação no escoamento da produção. Tal forma de organização também condicionou os operários a buscarem moradia nas proximidades do Porto, formando assim os bairros operários.

Morar nas proximidades portuárias possibilitava uma facilidade no deslocamento desses operários até o ambiente de trabalho, diminuindo os custos com transportes. Assim explica Luis Carlos Silva Amaral:

Mas tem muito, entre o Bairro Santa Tereza e a Vila “Santinha”, aqui do lado do Ipiranga, tu tá 20 minutos do serviço, e na época, o horário do Porto era diferente. Às vezes, o Porto acabava às quatro da manhã e alguns alongavam até as seis... Então tinha a facilidade de se deslocar, até mesmo de bicicleta, porque a violência não era tanta... Depois as leis mudaram os horários, mas mesmo assim é muita comodidade morar perto do serviço... Olha, posso dizer que uns 10% moram fora do

.....

¹ Para mais informações consultar Francisco das Neves Alves.

perímetro do trabalho, o resto é tudo encostado aqui, Santa Tereza, Lar Gaúcho, Vila Santinha, tudo colado aqui.²

Além do mais, era comum que muitos operários trabalhassem na indústria ou no comércio e também prestassem serviços como avulsos no Porto. Os trabalhadores, diariamente, se dirigiam até os portões do Porto na expectativa de obtenção de serviços, contudo a sazonalidade das atividades condicionava grande parte dos operários a não disporem de trabalhos. Estando eles sujeitos à sazonalidade da produção e ao caráter avulso – no qual só se recebe por serviços prestados – muito desses sujeitos viviam em péssimas condições financeiras.

Esta condição de trabalho, conforme Gitahy (1992), surgiu historicamente como sendo uma resposta às flutuações dos ciclos de cargas e descargas nos portos. Segundo a autora, este modelo não está presente só no Brasil. Tendo como referência Arantes (2010):

Seria muito desvantajoso para os donos de tais firmas manterem trabalhadores fixos, porque teriam que, assim, pagar também salários fixos independente da quantidade de trabalho. Assim, as firmas costumavam manter um pequeno número de trabalhadores contratados e contratavam os demais por tempo determinado, de acordo com a quantidade de carga a ser embarcada ou desembarcada. Esses trabalhadores eram chamados de ‘avulsos’ e ficavam sujeitos as flutuações do mercado. (ARANTES, 2010, p. 39-40).

Nesse modelo os empregadores diminuem os custos com mão de obra, maximizando seus lucros, porém deixam os trabalhadores frente a uma constante insegurança nas manutenções de seus ganhos. Isto posto, compreender a insegurança em um sentido conceitual é elementar enquanto chave de leitura da condição de vida dos operários avulsos. Mike Savage (2004)³ compreende esta condição enquanto uma *insegurança estrutural*:

.....
2 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o vice-diretor do Sindatacap, Luis Carlos Silva Amaral, em 23 de maio de 2016.

3 Recorreremos constantemente ao autor, pois sua concepção de Insegurança, aplicada ao contexto portuário de trabalho avulso/sazonal, nos permite perceber como essa estratégia capitalista de flexibilização do contrato, implicava incertezas e conseqüente em formas diversas de organização dos operários.

Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma [...] (SAVAGE, 2004, p. 33)

Essa percepção do autor nos permite vislumbrar uma formação dinâmica da categoria portuária avulsa/arrumadora, uma vez que a insegurança é uma marca destes conjuntos de operários. Uma vez que partilham dessa insegurança e das contradições empregadas pelo sistema:

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessituras de redes de apoio nas vizinhanças [...]. (SAVAGE, 2004, p.33)

Tendo em vista o conceito referido, bem como que grande parte dos relatos foram obtidos por intermédio da metodologia de História Oral, será a partir de suas vivências e organizações que buscaremos evidenciar nossas compreensões.

No que se refere ao método de História Oral, nos utilizaremos da história oral temática, na qual se busca realizar uma entrevista, conforme Meihy (2013), que possua um assunto central definido (2013, p. 39). Ela se torna relevante, pois permite enfatizar os aspectos das memórias do grupo a ser estudado. Desta forma “O que garante unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que por fim, caracterizam a memória coletiva” (MEIHY, 2013, p.28). Outro autor que permite compreender a dinâmica da memória é Halbwachs (1990), uma vez que a entende como um fenômeno que não ocorre de forma isolada dos grupos, pois se estabelece através das relações coletivas sofrendo influências do seu meio sociocultural. Sua compreensão é de que as recordações ocorrem sustentadas nas vivências em grupo e assim geram sentidos.

Retomando a discussão anterior e finalizando esta sucinta introdução, destacamos que o trabalho avulso impacta diversas categorias portuárias,

sejam portuários de capatazia, arrumadores, estivadores, consertadores e etc. Isto ocorre por conta da interdependência existente entre elas. Os trabalhadores de capatazia são responsáveis pela movimentação das mercadorias em solo, conduzindo-as até os navios. A partir de então, o trabalho a bordo passa a ficar sob responsabilidade dos estivadores, que organizam as cargas nos porões dos navios (SEDREZ, 2016). As mercadorias que por ventura viessem a sofrer avarias precisavam rapidamente de manutenção, e para tanto, o Porto solicitava a mão de obra dos consertadores. Frente a essa dinâmica, os arrumadores caracterizavam-se, prioritariamente, como uma força de trabalho complementar das atividades de capatazia. Este sindicato organizava seus trabalhadores e os colocava à disposição para os momentos em que o contingente de operários, no sindicato dos portuários, fosse insuficiente para realizar os serviços (SIMÕES, 2017).

Realizada essa breve introdução, podemos nos aprofundar no contexto das relações de trabalho existentes no Porto de Rio Grande, discutindo o processo de formação das categorias de portuários e arrumadores, enquanto força sindical.

ORIGEM E DISPUTAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM RIO GRANDE

Conforme discutimos anteriormente, o processo de trabalho dentro do porto possui um caráter de interdependência entre as categorias. Até finais dos anos de 1950 estas categorias estavam sujeitas às sazonalidades dos ganhos. Todavia, quando discutimos os serviços realizados na movimentação de mercadoria – em solo – o cenário começa a mudar nos anos 50. Mas para isso, portuários e arrumadores⁴ travaram uma disputa pelo controle no processo de prestação de mão de obra no Porto de Rio Grande.

Anteriormente a 1954, existia uma lacuna na legislação que versava sobre a forma de contratação de serviço nos portos brasileiros. O ponto em questão dizia respeito a: o que fazer em momentos em que havia excedente

.....
4 Destacamos que neste período dos anos 50 os arrumadores riograndinos ainda não eram reconhecidos enquanto uma entidade sindical.

na produção? Esta dúvida se justificava nos momentos em que o quadro de operários portuários na capatazia era insuficiente para realização das operações. Tomando como partida esse questionamento, aliado às lutas dos trabalhadores, observamos na legislação a criação de uma categoria que viria a apaziguar esta indagação: os arrumadores. Assim sendo, foi em 1954 que a Lei 2.196, de 1 de abril, delineou sua fundamentação legal e que embasou suas prerrogativas. A partir dela, o trabalho avulso neste setor passou a ser regulamentado dentro da dinâmica de atividades, permitindo a organização de um sindicato que gerisse a mão de obra. Conforme nos diz Reis (1973), os arrumadores passaram a ter exclusividade no controle da atividade suplementar, não podendo existir outras categorias desempenhando as mesmas funções (REIS, 1973, p.165).

Em uma primeira observação poderia se concluir que, sendo os arrumadores a força suplementar dos trabalhadores de capatazia, não haveria motivação para haver disputas pelo controle da prestação de serviços no porto. Contudo, no contexto riograndino, até 1960, não existia um sindicato organizando para a prestação de serviço na capatazia à beira do cais. Com isto, um ambiente possível de disputa existia, e foi alvo tanto dos doqueiros como dos arrumadores.

Datar a fundação ou o reconhecimento da organização dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande não é uma tarefa simples, contudo destacamos que os arrumadores, anteriormente à fundação deste sindicato, chamavam-se Sindicato do Comércio Armazenador. Suas atividades estavam ligadas à prestação de serviços no comércio, mas também já atuavam desenvolvendo atividades junto aos trapiches. Portanto, estes trabalhadores já possuíam contato com as atividades portuárias. A fundação do Sindicato dos Arrumadores ocorre em 1962, contudo este grupo já atuava e assim se reconhecia desde 1955.

Já no caso dos trabalhadores portuários, sua organização é datada de forma mais precisa, sendo 1960 o período de efetiva fundação de seu sindicato. Anteriormente possuíam uma Associação Profissional, a qual tinha pouco poder de mobilização – possivelmente pela falta de adesão dos tra-

balhadores. Antonio Nailem Espíndola nos permite compreender que esta falta de adesão ocorria pelas represálias e cooptação exercidas pela administração do Porto sob os trabalhadores e as diretorias.

Eles faziam assim: criavam uma associação, eles pegavam a diretoria, chamavam, e vamos fazer o seguinte: vocês querem trabalhar encostado no armazém tal, no lugar tal... mas vocês tem que desistir, tem que desistir da associação. Eles não gostavam que organizasse os trabalhador. Quanto mais desorganizado o trabalhador, naquela época, era melhor para o patrão.⁵

Conforme o entrevistado, esta falta de adesão inicial gerou a necessidade de a diretoria forjar grande parte das assinaturas dos trabalhadores, a fim de conseguirem a aprovação de seu sindicato. Suas memórias também nos permitem esclarecer a motivação para esta criação:

Nós começamos a nos revoltar. Por que era assim, no Porto: eles pegavam de manhã, pegavam tudo quanto era serviço bom, aonde não tinham que fazer esforço físico, e mandavam os peixinhos pra lá. Os peixinhos deles. O pessoal que pertencia à UDN, que pertencia àquela coisa toda. Era os políticos. Aquilo era uma politicagem naquele Porto ali, era uma coisa incrível. Aí o que que acontecia? Nós começamos a nos reunir. O Dinarte foi o cabeça. Dizia ele: vamos fazer o seguinte, vamos criar uma Associação. Aí, na época que a Associação tava quebrada, tinha ali o prédio e tudo, mas tava quebrada.⁶

Até este momento, os trabalhadores constituíam uma categoria de trabalho avulsa, não possuindo um controle efetivo sobre o processo de trabalho. Refletir sobre esse processo se faz necessário pois faz parte do elemento que permitiu a disputa pelo espaço de atuação no Porto. Esse grupo não era visto com um conjunto organizado de trabalhadores pelos arrumadores. Observamos a partir da visão de Ivanor Lopes, o qual afirma que “Sindicato só tinha o nosso”. Neste sentido, o que existia eram filas que faziam no Porto:

.....
5 Antônio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antônio Nailem Espíndola. 7/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra

6 Antônio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antônio Nailem Espíndola. 7/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

Ali é as bichas que faziam aquelas filas esperando trabalho. Se desse trabalho, trabalhava, né. Mas tinha meses que o senhor tinha que dar o seu troco, que não trabalhou para quem não trabalhava, por que não tinha serviço no Porto. E era muita gente. Era três, quatro mil homens dentro do Porto. Agora, Sindicato era só o nosso. Ali era bicha, era provisório.⁷

A visão do entrevistado é justificada quando pensamos na fala de Antônio Espíndola, uma vez que como não havia adesão dos trabalhadores para a Associação, estes continuavam buscando serviços de forma independente nos portões do Porto. O descrito por Ivanor Lopes era um retrato da condição precária e incerta do operariado. Isso ocorria, pois em frente aos portões do Porto se faziam as chamadas, e conseqüentemente, isso gerava uma multidão de trabalhadores aglomerados. Conforme Oliveira (2007) este sistema era conhecido como “shapeup” nos Estados Unidos, “freecall” na Inglaterra e “parede” no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p.5).

A visão de que os arrumadores se constituíram enquanto um grupo anterior aos portuários também é reforçada pelo consertador Manoel Adalberto, o qual afirma que os arrumadores atuavam há muito tempo em Rio Grande. Quando se refere a ambas as categorias, ele diz “Eles fundaram e 59, 60 eles já eram um Sindicato, os portuários; os arrumadores eram mais antigos”⁸.

Compreendemos assim que ambas reivindicam para si o caráter de ser a primeira categoria organizada de trabalho no Porto, nos serviços de capatazia. A marca desta disputa da memória está grifada no caso do “roubo/venda da carta sindical dos arrumadores”. Segundo nossos entrevistados, os portuários só conseguiram se manter como categoria dominante no processo de controle dos serviços de catazia devido à venda de sua carta sindical aos portuários. Segundo Diógenes Souza:

Olha, não tinha de parte do Porto, não tinha... eles também criaram um Sindicato, tinha o Sindicato dos Portuários, e foi fundado com a nossa carta. Só que eles, a gente

.....
7 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador arrumador Ivanor Lopes (estando presente o vice-diretor do Sindatacap Luis Carlos Silva Amaral) em 06 junho de 2016.

8 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador consertador Manoel Adalberto, em 11 de maio de 2017.

reaveu a carta de arrumadores porque eles compraram a nossa carta com esse presidente que fez avaria que te falei, lá em 60. Aí eles fundaram como Sindicato dos Portuários, mas eles pegaram tudo o histórico dos arrumadores com a carta, só mudaram o nome. Aí quando a gente, através de justiça, a gente reaveu a carta do Sindicato [...]»⁹

Contudo, na visão dos portuários isso nunca ocorreu. Segundo estes, os arrumadores que nunca aceitaram o caráter de suplência nos serviços do Porto. Conforme Hélio Soares:

Pois o Sindicato dos arrumadores eram para trabalhar no comércio, em carga e descarga nas lojas tudo [...] Era pra isso. Então eles foram lá pra perto do Porto, a sede era lá perto do Porto, aí foi quando eles começaram a trabalhar com nós, em falta do nosso pessoal.¹⁰

Tendo tais questões como prisma, acreditamos que essa disputa foi possível tanto por não haver um sindicato representativo nos serviços de capatazia, bem como pela legislação que regulamentou a profissão dos arrumadores permitir que eles tivessem uma condição de trabalho diferenciada. A legislação permitia que atuassem tanto na prestação de serviços nos portos, como no comércio e na indústria. Somando-se a isso, a falta de adesão dos doqueiros para formar o sindicato dos portuários de capatazia produziu um atraso em sua organização e reconhecimento de grupo e, consequentemente, na construção de um sindicato. Como não havia esta adesão, a categoria dos arrumadores viu uma oportunidade de obter melhores rendimentos em um espaço de grandes proporções produtivas. Fato foi que isto se chocou com as pretensões de um grupo de operários que já atuavam e buscavam constituir um sindicato próprio.

Por fim, os portuários se sobressaíram e os arrumadores permaneceram como uma força suplementar das atividades. Isto teve consequências diretas sobre a organização e condições de trabalho de ambas as categorias.

.....
9 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões, com o ex-trabalhador arrumador Diógenes Sampaio Souza, em 14 de abril de 2015.

10 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador portuário Hélio Amaro Soares, em 13 de outubro de 2016.

NOVAS RELAÇÕES: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DE TRABALHO DAS CATEGORIAS

Conforme mencionamos, na disputa entre portuários e arrumadores, aqueles se saíram vitoriosos no processo de controle da prestação de serviços de capatazia. Isto, por sua vez, teve reverberações em diferentes âmbitos na forma de organização e conquistas de ambas as categorias.

Observamos que anteriormente à fundação de seu sindicato, os doqueiros não possuíam uma sede em condições de os abrigar. Conforme Antonio Espíndola “era ali dentro [...] do terreno da Brasília” e possuía uma estrutura precária, sendo “uma peça de madeira, mais ou menos de uns 12 metros quadrados, mais ou menos”¹¹. A precariedade era tanta que suas reuniões não ficavam restritas a este espaço, sendo também realizada na casa dos trabalhadores. Todavia essa realidade se modifica após a constituição de seu sindicato, conquistando melhores instalações.

Quando temos como perspectiva os arrumadores, é perceptível que suas condições e forma de organização eram muito diferentes. Segundo relato de Ivanor Lopes, eles não possuíam um terreno próprio, e conforme variava o interesse da diretoria representativa do momento, eles mudavam de localidade. Isso ocorria porque o sindicato não possuía condições financeiras para se estabelecer em um local fixo e também porque necessitava constantemente traçar uma estratégia diante de sua condição de instabilidade na aquisição de serviços. Nesse sentido, o sindicato mudava de localidade visando estar próximo dos principais setores empregatícios¹². Conforme diz o entrevistado “Eram tudo na área ali, né, tchê. Mudava a diretoria, e eles achavam melhor ir para lá... aí mudavam a casa. A casa era de madeira, né. [...] Onde vinha posar, tu posava.”¹³.

.....
11 Antônio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antônio Nailem Espíndola. 7/05/2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

12 Estas constantes mudanças duraram até 1968, período esse em que o sindicato cresceu e se estruturou melhor.

13 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o vice-diretor do Sindatacap, Luis Carlos Silva Amaral, em 23 de maio de 2016.

Já no que diz respeito aos ganhos dos arrumadores, estes permaneceram sujeitos às sazonalidades dos trabalhos. Os arrumadores, diferentemente dos doqueiros, atuavam de forma dispersa na sociedade riograndina, compondo serviços em diversos setores, embora prioritariamente na indústria e no Porto. A baixa remuneração ocorria muitas vezes por conta da característica das cargas apresentadas no período da entressafra, principalmente quando analisamos os serviços prestados no Porto. Conforme observamos na legislação¹⁴, os arrumadores recebiam em conformidade com as tabelas dos sindicatos que supriam a demanda. Porém, no caso da suplência dos doqueiros no Porto, os arrumadores por não terem prioridade na escolha das mercadorias, não ficavam com as melhores cargas. Assim, como os faturamentos se modificavam de acordo com a mercadoria a ser transportada, eles tendiam a permanecer com as menos rendosas. Conforme Luis Amaral:

O serviço chegava na superintendência do Porto, na época dos portuários, e eles selecionavam os trabalhos de primeira linha, que era os trabalhos das produções, trabalho de ganho diferenciado para os portuários, aí ficava depois as diárias tudo para as outras categorias, que era nós [...] sempre foi assim, a primeira linha trabalhou de ganho diferenciado, sempre saía primeiramente com os portuários. A chamada foi feita sempre assim, por determinado número de trabalho que tinha, com aquelas cargas de valores de maior ganho.¹⁵

Conforme a fala de Luis Amaral, os portuários atuavam na primeira linha de produção – escolhendo as mercadorias de maior remuneração no carregamento – e, assim, ficavam com os melhores rendimentos.

Em conformidade com o acima referido, a memória de Duarte Botelho nos permite compreender a disparidade na remuneração:

Eles ganhavam 30, 40 salário mínimo. [...] A gente quando pegava uma, quando eles não iam, dava... Comigo numa noite mesmo, eu trabalhei no lugar de um cara que

.....
14 BRASIL. Decreto nº 36.025, de 12 de Agosto de 1954. Regulamenta a Lei nº 2.196, de 1 de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, DF, 1954. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D36025.htm> Acessado em: <24/10/2016>

15 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o vice-diretor do Sindatacap, Luis Carlos Silva Amaral, em 23 de maio de 2016.

não foi, numa fora de hora, eu trabalhei num sábado de noite, das 19 às 7 da manhã, sabe, deu 10 salários mínimos. 10 salários mínimos em 10 horas de serviços. No lugar de um deles... Eu fui numa fora de hora e tirei isso aí. Os primeiros trabalhos sempre foi deles.¹⁶

A partir do relato de Duarte Botelho podemos perceber que, diferentemente dos arrumadores, os portuários, na medida em que se sindicalizaram, conquistaram o direito ao recebimento de um salário mínimo, não ficando mais sujeitos apenas às diárias. A aquisição de direito também é corroborada por Antônio Espíndola, o qual afirma que eles também passaram a ganhar em cima da produção do porto e da cubagem: “Quando desembarcava caixa de navio, nós não ganhava [...] pela tonelagem, nos ganhávamos pela cubagem da caixa.”¹⁷ Conforme apresenta, no período em que estavam concluindo as usinas hidroelétricas, em Rio Grande chegavam grandes quantidades de caixas, fazendo com que o ganho pela cubagem desse “uma babelônia de dinheiro. Trabalhava, na época, trabalhava 8 horas de serviço e ganhava 10 salário mínimo”¹⁸

Quando foi questionado sobre o recebimento da diária do arrumador, se essa possibilitava ganhos aproximados ao apresentado para os portuários, Duarte Botelho relata que os faturamentos eram muito díspares. Mesmo Antônio Espíndola nos afirma que para esta categoria os faturamentos eram muito menores.

Além disso, os ternos¹⁹ de trabalhadores nunca eram muito numerosos, visto que apenas supriam as necessidades de composição dos quadros necessários de trabalhadores. Isso ocorria pois, como já mencionamos, a escala principal ficava com os doqueiros, e os arrumadores, com a porção excedente. Conforme Ivanor Lopes, o número de operários por ternos

.....
16 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador arrumador Duarte Nunes Botelho, em 18 de junho de 2017.

17 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o ex-trabalhador portuário e estivador Antônio Nailem Espíndola, em 27 de setembro de 2017.

18 Ibid.

19 Era equipes de trabalho que com punha o rodízio, o qual segundo Silva “Esse sistema permitia que todos os filiados pudessem trabalhar durante o mês, garantindo a segurança financeira” (2016, p.63).

variavam: “Era oito homens naquele tempo. No máximo era oito homens: oito, quatro, seis; o limite era esse aí. Dois. [...] Nosso era cinco terno, seis de oito homens, no máximo. Na estiva, era doze homens, por terno. Agora seis ternos de doze, não havia não.”²⁰

Assim, devido aos baixos rendimentos, os trabalhadores do sindicato estabeleciam outras formas de ganhos – muitas obtidas aquém do sindicato, através de suas redes de contatos. Isto resultava em uma ação prática para manutenção dos ganhos, bem como em um ambiente simbólico, a saber: a relação entre “bagrinhos” e “tubarões”. No momento em que um operário não pudesse ou não quisesse realizar alguma atividade, um provisório era colocado para assumir seu lugar. Luis Amaral nos permite elucidar esta questão, a partir de sua experiência nesse sistema:

É, era meio assim, tu podia fazer o período que nós chamamos de A-B-C-D, os matinais, tarde e noite. Tu poderia te encaixar de manhã e se tu pudesse, no sistema, poderia te cortar e colocar outro no teu lugar...Hoje já não é o caso, porque o sistema todo com tecnologia, e isso já não existe mais... E quando eu comecei, era assim, o cidadão pegava um trabalho e me convocava, “ah quer fazer essa diária?”, e eu ia lá e fazia, e ele me dava o ponto. Eu sei que eu trabalharia e receberia o dinheiro de fim de ano, e ele recebia o valor, ele ficava com o ganho, e eu ficava com as vantagens de INSS, férias e décimo, era assim que funcionava, e **nós nos chamava de bagrinho**... E funcionou assim por um bom tempo, e inclusive até existiu uma curiosidade, que **nós não entrávamos dentro do sistema de rodízios**, nós não podíamos nem tomar banho lá dentro, nós tínhamos um chuveiro no pátio. [Grifo nosso]²¹

Em observação feita por Hélio Soares, percebemos que a partir das relações de amizade que um indivíduo estabelecia, este aumentava suas chances de obter trabalho por indicação. Quando era realizada a substituição, o operário que assumia o posto recebia parte dos benefícios da remuneração, enquanto para o outro ficava o valor da produção. Para os avulsos, isso era uma forma de obter serviços, ainda que não ficassem com a maior porcentagem dos ganhos.

.....
20 Entrevista realizada por Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra, com o vice-diretor do Sindatacap, Luis Carlos Silva Amaral, em 23 de maio de 2016.

21 Ibid.

CONCLUSÃO

Encerrando a discussão, é notável que por um lado, os doqueiros cresceram enquanto força combativa e reivindicativa, obtendo importantes conquistas trabalhistas, passando a receber altos salários e uma garantia de recebimento, ainda que não trabalhassem. Por outro, os arrumadores permaneceram enquanto uma categoria avulsa, dependendo das demandas por excedentes de trabalhadores, e ficando com as cargas menos valiosas no Porto, assim como necessitaram firmar contrato com as indústrias a fim de obter serviços para seus operários.

Compreendemos, a partir de nossas análises, que os diferentes grupos possuíam especificidades de trabalho e que traçaram trajetórias constitutivas independentes. Isto, por conseguinte, possibilitou que obtivessem diferentes olhares sobre suas formações enquanto categorias, e assim disputassem uma memória de legitimidade de atuação no espaço de trabalho portuário. Mesmo com tais diferenças, também evidenciamos que o ambiente portuário é uma zona de importante influência mútua, interação e de constituição relacionais de identidades inter cruzadas que demonstram fronteiras simbólicas permeáveis. Permitindo, desta maneira, que os grupos atuassem muitas vezes em conjunto tanto na execução das operações, quanto nas relações fora do ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. Pg. 01-2.

_____. História dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassenezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande**: história, memória e cultura portuária. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2008.

ARANTES, Erika. O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese de

Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

FALCÃO, Jairo. **Cooperação, experiência e sobrevivência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989)**. 2009. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Vale do Rio Sinos- Unisinos, São Leopoldo.

FRIDERICHS, Lidiane. **Saindo dos trilhos: Os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. 2013. 188f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GANDRA, Edgar. **O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969**. Pelotas: EDUCAT, 2016.

GITAHY, Maria Lucia. **Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (Org.). **Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 49-70.

MEIHY, José Carlos. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do trabalhador portuário e ementário**. Brasília: MTE, SIT, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. Imagens de Estivadores. IN: **Imagens de Estivadores**, 2007, Caetité/BA. Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade. Caetité: MULTI-MEDIA, 2007.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PELLEJERO, Nadja Karin. **Direitos sociais e ações coletivas nas múltiplas escalas entre o local e o global: a luta pela moradia no município de Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

REIS, Roberto Rangel. **Trabalho Marítimo: estivadores, conferentes, consertadores, arrumadores – legislação específica, resoluções, normativas do conselho superior do trabalho marítimo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando. (Org.). **Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Edirora da Unicamp, 2004, p. 25-48

SEGUNDO, Mário. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira. **A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)**. São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

_____. **Operários sem patrões: os trabalhadores de Santos no entreguerras**. São Paulo: Unicamp, 2003.

SILVA, Thiago Cedrez. **“Dos porões ao Cais”**: memória e experiência de estivadores do Rio Grande-RS nos anos de 1960 a 1969. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SILVIERA, FLÁVIO. As complexidades da noção de fronteira, Algumas reflexões. IN: **Caderno Pós Ciências Sociais** – São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

SIMÕES, Elvis. **No centro e à margem: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950/60**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

THOMPSON. E.P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981..

VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria Portuária Sul-Rio-Grandense: Portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ST 13
MÍDIA E EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS, REFLEXÕES
E ABORDAGENS SOBRE
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS.
PRÁTICAS DE ENSINO E
APRENDIZADO ATRAVÉS
DE MÍDIAS IMPRESSAS

COORDENAÇÃO

JORGE LUIZ DA CUNHA (UFSM)

ROGÉRIO SALDANHA CORRÊA (UFSM)

O USO DOS QUADRINHOS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA A ABORDAGEM DO PROTAGONISMO FEMININO NA HISTÓRIA

MÁRCIA TAVARES CHICO
DOUTORANDA EM HISTÓRIA – UFPEL
MARCIATCH@GMAIL.COM

AMANDA NUNES MOREIRA
DOUTORANDA EM HISTÓRIA – UFPEL
AMANDA.NUNES.MOREIRA@GMAIL.COM

RESUMO

Atualmente, é relevante analisarmos a inserção das histórias em quadrinhos (HQs) como uma nova ferramenta didático-pedagógica no ambiente escolar. Os quadrinhos, por serem uma mídia que apresenta tanto texto quanto imagem, proporcionando uma análise de linguagem verbal e não-verbal, apresentam uma leitura mais fluida e podem ser utilizados para ir além das didáticas tradicionais que ainda encontramos nas escolas (PALHARES, 2008). As HQs possibilitam uma aproximação entre as(os) alunas(os), seu cotidiano e as temáticas a serem trabalhadas em sala de aula. Além disso, as HQs auxiliam para a formação de um processo de ensino/aprendizagem que foge dos padrões tradicionais escolares, assim como auxiliam na construção da consciência histórica das(os) discentes. As HQs possibilitam dar voz a sujeitos históricos que haviam sido deixados à margem da história, e ainda realizar uma discussão sobre a exclusão das mulheres da escrita da história – e também dos livros didáticos. O presente trabalho procura analisar como as obras **Persépolis** (2000) e *Mulheres na luta* (2019) podem ser utilizadas em sala de aula como ferramenta didática abordando o protagonismo feminino na história e preenchendo lacunas até então esquecidas pelo ensino escolar.

Palavras-chave: história em quadrinhos – protagonismo feminino – ensino/aprendizagem

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, AMBIENTE ESCOLAR E A HISTÓRIA

Nos últimos anos, as histórias em quadrinhos (HQs) estão sendo utilizadas como importantes ferramentas didático-pedagógicas nas salas de aulas. Esse movimento de inserção de novos instrumentos é de significativa importância para o processo de aprendizagem de nossas/os alunas/os, bem como para a formação de sua consciência histórica frente aos conteúdos abordados e discutidos através das HQs.

Atualmente vivemos um momento de grandes desafios no processo de ensino/aprendizagem, sendo cada vez mais cobrado das/os educadoras/es novas formas de utilização e aplicação de ferramentas didáticas para melhor auxiliar as/os discentes em seu processo de construção do conhecimento. Enquanto educadoras/es, precisamos pensar, pesquisar e considerar a inserção, e a utilização, de novas ferramentas no nosso cotidiano escolar. Como nos colocam Silva Júnior e Rodrigues (2013), as HQs possuem uma linguagem na qual não existe a separação entre imagem e palavra, fazendo com que o interesse e as relações com a construção dos saberes aconteçam com maior facilidade.

Essa linguagem verbal e não-verbal apresentada pelos quadrinhos oferece uma leitura mais acessível, assim como facilita seu entendimento, pois acaba aproximando o leitor de sua vida cotidiana. Como discorre Palhares (2008), o contato com as HQs aproxima o processo de ensino/aprendizagem com a vida cotidiana das/os discentes, possibilitando a relação do conhecimento prévio com a construção do conhecimento realizada no ambiente educacional.

Uma relação interessante que as HQs proporcionam para a construção da aprendizagem das/os estudantes é a percepção da passagem do tempo nos desenhos e nas descrições realizadas. Esse auxílio é de suma importância para a compreensão do tempo em relação aos fatos históricos. Isso é importante pois as/os alunas/os, por vezes, apresentam dificuldades em entender as relações entre fatos históricos e a construção do conhecimento. Como evidenciam Silva Júnior e Rodrigues (2013), essa percepção do tempo

proporciona a aprendizagem dos tempos históricos: tempo da natureza, tempo histórico e tempo cronológico.

O Brasil já foi palco de diversos enfrentamentos quando se trata da utilização de HQs na educação. No final da década de 1920, a inserção dos quadrinhos para o ensino de crianças era criticada, pois estes abordavam alguns hábitos de culturas estrangeiras que não eram bem “vistos” no Brasil. Na década de 1930, a Igreja Católica tece críticas e se coloca contra o uso dos quadrinhos em qualquer espaço social (SILVA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013). A aceitação desse tipo de leitura só vai se transformar, em território brasileiro, através dos quadrinhos de Maurício de Sousa e Ziraldo, que auxiliam na consolidação, e credibilidade, do uso das HQs nos espaços sociais (SILVA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013).

A acessibilidade e a facilidade, também relacionada ao valor dos quadrinhos, tornou essa ferramenta de leitura um produto pertencente a vida de todas as classes sociais. Esse acesso, por muitas vezes, foi o primeiro contato com a leitura que muitas crianças tiveram em seus primeiros anos de alfabetização. É relevante considerar que o desenho faz parte das primeiras maneiras de aprendizagem com que as crianças possuem contato, antes mesmo da inserção nos espaços escolares. A relação entre o desenho (linguagem não-verbal) e a linguagem verbal aproxima as crianças da leitura, tornando-a parte do seu cotidiano.

A relevância da utilização das HQs é salientada por Silva Júnior e Rodrigues:

palavras e imagens, juntos, ensinam de forma mais eficiente; os quadrinhos familiarizam e desenvolvem o hábito da leitura; eles podem enriquecer o vocabulário dos estudantes; a linguagem instiga o leitor a pensar e imaginar; possui um caráter globalizador, ou seja, pode articular os conhecimentos de vivência do aluno com os conhecimentos escolares. Em particular, as histórias em quadrinhos podem transmitir aos jovens estudantes conceitos, modos de vida, visões de mundo e informações científicas. (SILVA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013, p. 72).

O contato da linguagem verbal e não-verbal com o cotidiano de vivência das/os estudantes, facilitam a compreensão e apreensão do conhecimento,

corroborando para a inserção das HQs como ferramentas metodológicas nas disciplinas escolares.

As HQs ganham visibilidade e possibilidade de adentrar o espaço escolar, inicialmente, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que indica a necessidade da inserção de novas ferramentas de linguagem para o ensino fundamental e médio. Em seguida, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's/1997) da disciplina de História, os quais orientam que as/os alunas/os saibam utilizar e interpretar diferentes fontes de informação e linguagens. A partir de tal orientação, é possível a incorporação das HQs como ferramentas didáticas-metodológicas nos espaços escolares, colaborando no processo de aprendizagem.

Essa nova ferramenta é fortalecida pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/2008), que distribuiu, nas escolas, obras de HQs para serem utilizadas como instrumento pedagógico. Segundo Lima (2017), no ano de 2006 foram incluídas obras em quadrinhos nas bibliotecas das escolas. Assim como os PCN's, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), também enfatizam, na disciplina de História, a utilização e interpretação de diferentes gêneros textuais e novas formas de comunicação para o desenvolvimento do raciocínio e desenvolvimento da aprendizagem.

É possível utilizar as HQs como novas formas de interpretar a História, bem como realizar pesquisas relacionando o passado e o presente. Muitas HQs foram criadas, e fazem referência, a inúmeros momentos históricos. Como significativo exemplo temos as HQs do Capitão América que enfrentava os seus grandes vilões, os quais eram, muitas vezes, representados pelo personagem de Adolf Hitler (Regimes Totalitários e Segunda Guerra Mundial), russos (Guerra Fria), entre outros. Através dessas HQs, é possível realizar pesquisas históricas dentro do ambiente escolar, tornando a sala de aula um espaço de diversão e construção do conhecimento. O que é ainda mais importante é que esse conhecimento é construído pela/os próprias/os educandas/os, sendo as/os docentes apenas mediadoras/es.

As HQs vêm “quebrar” alguns velhos paradigmas didáticos, visto que, em alguns ambientes escolares, a única forma de fonte de pesquisa histórica

que se faz presente são os livros didáticos. É de suma importância que as/os educadoras/res possuam e se apropriem de autonomia para inserir novas ferramentas no cotidiano do processo de aprendizagem das/os educandas/os. É pertinente lembrar que se a/o educadora/or não proporciona novas possibilidades de pesquisas, de maneiras de exploração do conhecimento, as/os alunas/os permanecerão “presos” às “velhas” formas e práticas de educação tradicional e formal, ainda presentes em alguns espaços escolares.

Para a utilização das HQs como ferramenta didática, é necessário que as/os educadoras/es entendam e aceitem essa ferramenta como significativa para o processo de aprendizagem. Para que isso ocorra é necessário que as/os educadoras/es conheçam e se apropriem da linguagem desse “novo” instrumento pedagógico e proporcionem essas novas leituras e interpretações para suas/seus alunas/os.

A relevância das HQs vai além da história retratada. O acesso das/os alunas/os a esse material possibilita a relação entre várias disciplinas escolares, e não apenas a História, como é o caso do presente trabalho. Esse instrumento pedagógico possibilita o conhecimento de várias linguagens e leituras acerca de outros conhecimentos, como nos apresenta Santos e Vergueiro:

É necessário, portanto, identificar os tipos de balões (de fala, de pensamento etc.), as metáforas visuais (lâmpada acesa sobre a cabeça quando o personagem tem uma idéia, estrelas indicando dor etc.) ou as onomatopéias (representações de sons: explosão, tapa etc.) (SANTOS; VERGUEIRO, 2012, p. 85).

Essa possibilidade de inúmeras formas de construção do conhecimento, não apenas relacionados a disciplina de História, possibilita que as/os alunas/os sejam protagonistas do seu próprio conhecimento. Através dessas análises que a/o docente oferece, é possível o desenvolvimento de várias atividades relacionadas a disciplinas de artes, português, literatura, ciências etc; é a exploração da criatividade. Apropriar-se de novas possibilidades pedagógicas é de suma importância para as/os educadoras/es desenvolverem a formação do seu conhecimento.

As possibilidades de utilização dos quadrinhos atualmente são inúmeras. Na área da História é possível utilizar HQs em todos os conteúdos que são orientados para serem trabalhados em sala de aula. As HQs, além de poderem ser usadas em sala de aula por representarem os momentos históricos que estão sendo discutidos com as/os estudantes, podem ser consideradas, em si mesmas, artefatos culturais e históricos, pois representam as visões, modos de pensamento e motivações de uma determinada sociedade em um determinado período de tempo.

Alguns exemplos relevantes para as aulas de História são os quadrinhos que abordam a revolução francesa, como *A Revolução Francesa*, de André Diniz (2011), e *A Revolução Francesa – passo a passo*, de Gérard Dhôtel (2015). Sobre a história do Brasil temos a *História do Brasil em quadrinhos – Chegada da família real, dia do Fico e Independência*, de Edson Rossatto e Jota Silvestre (2008). O quadrinho intitulado *Golpe de 64*, de Oscar Pilagallo e Rafael Campos Rocha (2014), nos apresenta o período da Ditadura Militar no Brasil, abordando fatos de extrema importância para a formação do conhecimento de nossas/os alunas/os. Outro título significativo é *Maus*, de Art Spiegelman (2005), que retrata o período da consolidação do regime nazista na Alemanha e o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Atualmente vivemos um mundo completamente midiático e imediato, e nós, como docentes precisamos “caminhar” juntos com todas essas transformações, para podermos acompanhar o ritmo de nossas/os alunas/os. As HQs estão a nossa disposição para auxiliar nessa caminhada, podendo ser utilizadas como uma significativa ferramenta de aprendizagem, de novas linguagens didáticas e de construção do conhecimento, podendo ser produzidas pelas/os com autonomia pelas/os próprias/os discentes.

AS MULHERES NA HISTÓRIA

É necessário pensarmos acerca da relação entre as mulheres e a História, discutir sobre como se constituiu a ausência da mulher na nossa historiografia. Historicamente, o espaço destinado à mulher foi influenciado pelas aspirações

das representações masculinas. Esse espaço dependeu da influência, da mentalidade e da representação determinada pelos homens. Esses sempre ocuparam um lugar privilegiado e principal, silenciando a existência da mulher.

O sujeito feminino foi marcado pelo homem a partir de suas necessidades, do olhar masculino, de sua imagem e representação, sendo definida pelo seu lugar e pelo seu dever, tendo sua identidade totalmente construída pelo outro. Como cita Pierre Bourdieu, “[a] visão feminina é uma visão dominada, que não se vê a si própria” (BOURDIEU, 1995, p. 57). Essa visão foi construída ao longo da história pelo olhar do homem, sendo esse “olhar” uma forma de dominação da mentalidade, identidade e dos corpos femininos. Essa dominação limitou as mulheres aos espaços privados, enquanto os homens tinham o domínio dos espaços públicos.

O sujeito feminino foi moldado, formado, a partir do olhar masculino, de sua imagem e representação. Podemos relacionar essa formação ao poder símbolo, o qual é invisível, sendo exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989).

Esses espaços determinaram os papéis de homens e de mulheres na sociedade e suas características. Michelle Perrot discorre sobre esses espaços e características onde foram relegados “[a]os homens o cérebro (muito mais importantes do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1992, p. 177). A autora ainda complementa ao dizer que “a mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade” (PERROT, 1998, p. 9).

Essa construção do feminino como sujeito social acabou influenciando no silenciamento da mulher enquanto sujeito histórico. Sabemos que durante muito tempo a História foi construída pelo mundo masculino, e esse paradigma só foi rompido a partir do século XX, com inúmeras manifestações de grupos de mulheres que reivindicavam não apenas a sua igualdade de direitos com os homens, mas também a sua participação, a sua “voz” e “vez” nos espaços públicos da sociedade.

Podemos considerar que a inserção do sujeito feminino na História ocorreu “ontem” em relação a nossa noção de temporalidade, mas essa não é a realidade da inserção feminina na disciplina de História. Ainda é perceptível a ausência do sujeito feminino nas aulas de história, bem como nos livros didáticos, sendo esse uma das principais e mais utilizadas, ferramenta pedagógica presente no espaço escolar.

Os fatos históricos narrados nos livros, assim como as imagens apresentadas, reforçam essa ausência que segue presente nessas ferramentas didáticas. Poucos são os materiais que apresentam as mulheres enquanto protagonistas da história juntamente com os homens. Na maioria das vezes, elas continuam aparecendo como pertencentes aos espaços privados ocupando papéis de filha, esposa, mãe, ou como aquelas que se aproveitaram da ausência do masculino, no caso das guerras, e passaram a desfrutar do espaço pertencente aos homens.

Partindo dessa perspectiva de análise da ausência do sujeito feminino das ferramentas tradicionais utilizadas nos espaços escolares, o presente debate propõe a possibilidade de utilização de HQs que abordem o protagonismo feminino, enquanto mais uma ferramenta didática que verse sobre esse sujeito “esquecido” pela historiografia, pela disciplina e pelas aulas de História. Além de toda essa viabilidade de (re)construção histórica, as HQs auxiliam na aproximação da vida cotidiana das/os alunas/os com os fatos históricos, bem como com a construção da consciência histórica relativa à participação feminina no seu cotidiano e na História.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, MULHERES E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Através de várias pesquisas, passamos a conhecer as HQs enquanto possibilidades de ferramentas no processo de ensino/aprendizagem, que acabam “fugindo” dos padrões tradicionais escolares, e assim, auxiliando na construção do conhecimento, da consciência histórica das/os estudantes. Refletindo sobre a inserção das HQs enquanto uma nova abordagem didática, podemos indicar as obras escritas por mulheres, e sobre mulheres, como sendo de suma impor-

tância para a construção do conhecimento. Como mencionado anteriormente, os livros didáticos não dão a devida atenção à história das mulheres, ocultando a presença feminina nos acontecimentos históricos, e as HQs surgem como possibilidade de novas ferramenta para suprir tal lacuna.

No presente trabalho, vamos discutir a possibilidade de trabalhar em sala de aula com duas HQs que fazem referência às mulheres em diversos contextos históricos. A primeira obra que será apresentada se chama *Persépolis*, e a segunda é *Mulheres na luta: 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade*.

A obra *Persépolis* (2007), HQ escrita em língua francesa, inicia com uma contextualização histórica referente a invasão dos árabes a Pérsia, em 642 a.c., e a adoção do islã pelos persas. O HQ trata da narrativa autobiográfica de Marjane Satrapi e seu crescimento em uma sociedade que a cada dia se tornava mais fechada e opressora. Marjani narra sua infância até a fase adulta vivendo no Irã, em meio a inúmeras revoltas políticas, inserida em uma sociedade onde o sujeito feminino não possuía direitos, suas dificuldades em encontrar seu lugar no mundo e sua identidade, seu medo pelas guerras e mudanças em seu país.

Marjani ainda relata todas as transformações de identidades, comportamentos, vivências políticas e sociais que sofreu enquanto mulher, pertencente a uma sociedade tradicional e extremamente “fechada” a novas discussões relacionadas ao campo do gênero e outras áreas da sociedade. A narrativa da HQ nos proporciona a experiência de “viajar” pelas transformações sociais, políticas, econômicas e religiosas de uma menina que se transforma em uma mulher empoderada de sua subjetividade e das decisões que escolhe para a sua vida.

A HQ pode ser usada não somente para representar o momento histórico, a história das mulheres e as lutas e resistência do sujeito feminino, mas também para trabalhar questões de identidade e de pertencimento a uma nação e a uma sociedade. *Persépolis* proporciona, em toda sua narrativa, a reflexão acerca da inserção da mulher no espaço público em um país extremamente rígido em relação aos espaços destinados ao masculino e ao

feminino. Outras discussões presentes na HQ, como as questões religiosas e dos próprios movimentos da sociedade contra o governo em questão, auxiliam na construção do conhecimento das/os alunas/os, rompendo com algumas barreiras de debates e conhecimentos sobre outras culturas, sobre a construção de outros valores morais, sociais, políticos e religiosos.

Mulheres na luta: 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade (2019) de Marta Breen e Jenny Jordahl, obra de origem norueguesa, trata da história do movimento feminista, em sua busca por direitos e igualdades sociais e políticas. A HQ começa no século XIX e termina nos dias atuais, abordando figuras como a Malala e lutas como o do movimento “me too”, o qual fazia denúncias de casos de assédio. A HQ possui, também, um posfácio escrito por Bárbara Castro que narra a luta das mulheres brasileiras por igualdade.

Essa HQ nos proporciona uma leitura de inúmeras transformações históricas vivenciadas pelas mulheres ao longo do tempo. Além de toda essa contextualização histórica, ela nos apresenta a presença do sujeito feminino atuante nas transformações social do contexto onde estavam incluídas. As referências iniciam pela primeira convenção contra a escravidão, que ocorreu na Inglaterra, em 1840. Mesmo que a convenção contasse com a presença feminina, a sua participação não foi permitida. Assim, as mulheres presentes nesse fato iniciaram mobilizações para garantir voz e vez nos espaços públicos, apresentando personalidades femininas como Elizabeth Cady Staton e Lucretia Mott, que participaram ativamente dessa transformação social feminina.

Ao contrário dos livros didático, essa fonte histórica nos apresenta inúmeras mulheres até então desconhecidas pela história – e historiografia – tradicional estudada em sala de aula. Escolhemos apresentar 3 mulheres presentes e atuantes na história, mas que não existem nas ferramentas didáticas utilizadas nas escolas. A primeira é a ex-escravizada Sojourner Truth (1797-1883), nascida em Nova York, que teve um grande destaque em suas ações pela causa das mulheres. Sojourner lutou contra o seu senhor escravidista pelo direito de ficar com o seu filho após a sua fuga, assim como pelo direito político das mulheres negras, impulsionando o surgimento de grupos que lutavam direitos das mulheres negras.

A segunda mulher é a iraniana Táhirih (1814-1852), considerada uma mártir e cuja caminhada também incluiu a poesia e a luta feminista. Táhirih cresceu em uma família muçulmana, na qual as mulheres não podiam estudar. No entanto, ela acompanhava, escondida, as aulas dos homens da família. Ela passou por um casamento não desejado e anos depois acabou se convertendo a outra religião e perdendo o direito de ver seus filhos após o divórcio. Por conta de sua luta a favor dos direitos das mulheres, ela foi condenada a prisão domiciliar em Teerã, e depois condenada à morte. Táhirih foi morta através de estrangulamento com o seu próprio véu e depois jogada em um poço.

A terceira e última que vamos apresentar é Margaret Sanger (1879-1966), que lutou pelo direito do poder pelo próprio corpo. Como enfermeira, Margareth buscava ajudar as mulheres na prevenção da gravidez, uma vez que nesse período histórico as mulheres passavam boa parte de suas vidas grávidas, gravidez essa que era, muitas vezes, indesejada. Ela passou a publicar panfletos sobre sexualidade, o que no período era proibido. Foi acusada de distribuir material “obsceno”, e acabou fugindo para a Europa onde teve contato com métodos contraceptivos. Retornou para os Estados Unidos e passou a divulgar a possibilidade do planejamento familiar através desses métodos. Margareth chegou a ser presa, mas após a sua saída auxiliou nas pesquisas para novos métodos contraceptivos.

A HQ também nos apresenta uma significativa discussão acerca da questão LGBT no capítulo intitulado “Amor livre”, capítulo este que retrata inúmeros períodos históricos e a (in)visibilidade da homossexualidade e a luta para pertencimento como sujeitos sociais. O livro finalizado com algumas explicações sobre o objetivo do feminismo, das lutas das mulheres pelos seus espaços sociais, profissionais e culturais; bem como com uma pequena narrativa sobre a participação das brasileiras nessa luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a História das Mulheres venha ganhando destaque em trabalhos acadêmicos e no mundo da História de modo geral, o que temos ainda não é suficiente para compensar por séculos de apagamento histórico

e de uma invisibilidade que ainda é presente nos espaços escolares. Vemos as cicatrizes e as consequências desse apagamento por todos os lados, sendo que a falta de material sobre mulheres no ensino de história é apenas mais uma de tais consequências.

Com este breve trabalho, tivemos a intenção de apresentar as HQs como sendo passíveis de uso na sala de aula para a construção do conhecimento histórico, da consciência histórica das/os alunas/os, assim como para a formação e manutenção de seu pensamento crítico. É relevante ressaltar que essa possibilidade de (re)construção não é voltada apenas para as/os discentes, mas também para as/os docentes enquanto novas possibilidades de formação. O contato com outras ferramentas didáticas, com outras formas de ensino e conhecimento, é fundamental para que as/os professoras/es possam adotar em suas práticas docentes, assim como a compreensão do livro didático como uma possibilidade de utilização, e não como a única e “verdadeira” ferramenta de saber.

Mostramos, também, como as HQs podem ser usadas para suprir as lacunas deixadas pelos materiais didáticos, como, por exemplo, a participação das mulheres nos momentos históricos estudados. A possibilidade de suprir essas lacunas nos proporciona trabalhar com a (des)construção de uma história das mulheres até então construída pelos homens, de inserir na sociedade e na História aquelas protagonistas que “viviam” no esquecimento, à margem de inúmeras sociedades controladas e dominadas pelos sujeitos masculinos.

As obras apresentadas, *Persépolis* e *Mulheres na luta*, são apenas duas dentre uma vasta gama de possibilidades e narrativas gráficas sobre mulheres. Ambas as HQs podem tratar de questões de lutas políticas, de identidade de gênero, de pertencimento social e cultural, das fronteiras que existem não somente entre nações, mas também entre pessoas e entre gêneros. Proporcionar às/aos estudantes novas possibilidades de estudar a História, e principalmente, de compreender a participação ativa das mulheres na história, é um dos principais objetivos do presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: DUBY, Georges.
- PERROT, Michelle. **As mulheres e a história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997, 10 volumes.
- BRASIL/MEC. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. –Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BREEN, Marta. JORDAHL, Jenny. **Mulheres na luta**: 150 anos em busca de igualdade, liberdade e sororidade. Tradução Kristin Lie Garrubo. São Paulo, Seguinte: 2019.
- DHÔTEL, Gérard. **A Revolução Francesa – passo a passo**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- DINIZ, André. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Escala, 2011.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 11, 2017, p. 147-171.
- PALHARES, Marjory Cristiane. **História em Quadrinhos**: Uma Ferramenta Pedagógica para o Ensino de História. Trabalho de Conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottman. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PILAGALLO, Oscar; ROCHA, Rafael Campos. **O golpe de 64**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

ROSSATTO, Edson; SILVESTRE, Jota. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Europa, 2008.

SANTOS, Roberto Elísio dos; VERGUEIRO, Waldomiro. **Histórias em quadrinhos no processo de aprendizado**: da teoria à prática. EccoS, São Paulo, n. 27, jan./abr., 2012, p. 81-95.

SATRAPI, Marjane. **Persépolis**. Tradução Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; RODRIGUES, Fabiana Conceição de Moura Gonçalves. Histórias em quadrinhos e ensino de história: olhares e práticas. **OPIS**, Catalão, v. 13, n. 1, jan./jun., 2013, p. 66-82.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA: ABORDAGENS EM PESQUISAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

DENISE FRIGO
DOUTORANDA EM HISTÓRIA UFSM
DENISEFR.FRIGO@GMAIL.COM

TAMARA CONTI MACHADO
GRADUANDA EM HISTÓRIA UFSM
CONTI.TAMARA@GMAIL.COM

RESUMO

Neste estudo apresentaremos reflexões sobre as abordagens em pesquisas históricas dos jornais como fonte histórica em um contexto educacional. Sendo que, a proposta está delimitada quanto a localização geográfica ao Rio Grande do Sul e quanto as fontes são as teses dos Programas de Pós-Graduação em História que se encontram defendidas, publicadas e disponibilizadas online. Com relação, a metodologia adotada é de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica. Já o período de realização do estudo foi definido com base nos estudos mais recentes, por isso, optou-se pelo período de 2015 até 2017 por considerar, que através da análise dessas reflexões podemos construir um panorama atual que permita aos envolvidos com o campo de investigação perspectivar ações futuras e, inclusive, identificar lacunas na produção. Portanto, serão expostas considerações fundamentais para compreender essas abordagens, dialogando brevemente com autores que abordaram criticamente os aspectos da reflexão proposta.

Palavras chave: Jornal; Fonte histórica; Ensino.

O objetivo desse estudo é apresentar reflexões sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica, visto que, conforme Lapuente (2016, p. 16) “um número crescente de teses e dissertações vem utilizando a imprensa como meio fundamental ou complementar para seus objetos de pesquisa”. Salientando-se que quando falamos em jornal estamos nos referindo ao jor-

nal como o material informacional que agrega um conjunto de textos e não ao Jornal como Instituição.

Já, por fonte histórica entende-se, conforme Silva (2006, p. 162) “a construção do historiador e suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu.”

Em relação ao contexto educacional, principalmente na área de história, o aprendizado não acontece somente nas aulas, mas nos diversos contextos sociais em que o educando está inserido. Essa competência, segundo Jörn Rüsen (2010, p. 91), seria a consciência histórica, que é a capacidade inerente aos sujeitos de relacionar suas experiências com os diversos contextos sociais que frequenta, resignificando, por meio de uma linearidade temporal própria, suas experiências e, atribuindo conceitos para dar sentido a elas.

Assim, os jornais são ferramentas importantes para o Ensino de História, uma vez que eles possibilitam conectar conteúdos formais e experiências vividas pelos educandos com contextos sociais mais amplos. Também, possibilitam problematizar conteúdos dos livros didáticos como a utilização do jornal como fonte histórica. Dessa forma tornando o aprendizado mais interativo e proporcionando um ensino crítico dos conteúdos.

A partir disso, entendemos que o Ensino também pode se beneficiar do jornal como fonte de pesquisa e, para isso, optou-se em averiguar o estado do conhecimento do uso do jornal como fonte de pesquisas históricas que abrangem o contexto educacional. Sendo que, considerou-se como contexto educacional pesquisas que foram realizadas em escolas, sobre movimentos de docentes, sobre intelectuais, entre outros.

Além disso, esse estudo não é algo improfícuo, especialmente quando se entende que os jornais como fonte podem contribuir significativamente para dinamizar o ensino, o resultado desse levantamento pode possibilitar uma visão do que já foi estudado nos últimos anos e dos silenciamentos nesse campo, o que levará a possíveis percursos de pesquisa.

A pesquisa tem como fim sistematizar, analisar e descrever as produções acerca do uso do jornal como fonte de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação de História, particularmente aquelas já disponibilizadas no sítios das Universidades do Rio Grande do Sul. Espera-se, dessa forma, identificar tanto as tendências investigativas como as contribuições e as lacunas na área. Com base no exposto, a questão que irá nortear essa pesquisa é: o que tem sido produzido, em nível de pós-graduação em História no Rio Grande do Sul *stricto sensu*, com o uso do jornal como fonte e que abrange o contexto educacional?

Quanto à metodologia, será usada uma abordagem quanti-qualitativa, a qual permite uma análise mais completa da realidade estudada e, que de acordo com Ferreira (2015, p. 119) “favorece o enriquecimento da investigação.”

Nesse contexto, o jornal é um meio de comunicação e produto cultural destinado à leitura, ou seja, é uma publicação que pode ser impressa ou online, que é posta a circular publicamente com algum tipo de periodicidade, a qual pode ser diária, semanal ou mensal. Além disso, conforme Barros (2019, p. 183) “os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses.”

Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural. (LEITE, 2015, p. 4)

Lapiente (2016, p. 26) revela que “a historiografia teve um ganho importante com o uso de jornais” e nesse sentido Leite (2015, p. 8) complementa que “as novas propostas temáticas e seus diversos tipos de abordagens ampliaram o universo das fontes e a imprensa periódica passou a ser considerada uma das principais fontes de pesquisa histórica.

A partir de tal constatação o historiador ao utilizar o jornal como fonte precisa:

pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias. (LEITE, 2015, p. 13)

O uso do jornal como recurso de Ensino foi amplamente pesquisado e discutido. Em uma rápida busca no Google usando os descritores “jornal” e “recurso de ensino” obteve-se o resultado de aproximadamente 77.200 encontrados. Entretanto, quando buscou-se o jornal como fonte em pesquisas históricas e no contexto educacional encontrou-se apenas um resultado, o qual difere da pesquisa que está sendo apresentada nesse estudo.

O artigo, encontrado, é intitulado “O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional” de Maria Juraci Maia Cavalcante (2002, p 2), nele a autora diz que o jornal para ela é uma “fonte capaz de reconstrução cotidiana do passado,” [...] onde é possível “buscar entender o presente sob as luzes e trevas dos acontecimentos idos[...]” e permite “[..]captar a sua duração, bem como, a relevância das ocorrências ali narradas.” A partir, dessas considerações, Maria Cavalcante faz algumas recomendações sobre como o historiador pode se apropriar do jornal como fonte histórica.

Isto posto, diferentemente do artigo de Maria Cavalcante, o objetivo desta pesquisa foi de realizar o levantamento dos estudos acerca do jornal como fonte para pesquisa histórica tendo como corpus de análise as teses de doutorado disponibilizadas nos sites das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No entanto, com o expressivo número de 99 pesquisas encontradas no total percebeu-se a necessidade de problematizar os resultados.

Então, quanto à metodologia utilizada para selecionar, dentre os 99 estudos, os que tinham pertinência com os descritores pesquisados, iniciamos com a leitura dos títulos, pois eles, “normalmente anunciam a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo” (FERREIRA, 2002, p. 261). Percebemos, contudo, que alguns dos títulos não continham as informações que buscávamos, o que nos direcionou para a leitura dos resumos e palavras-chave. A partir dessa leitura, foram descartadas as pesquisas que não abordavam os descritores “Jornal” e “Ensino”. Quando, por falta de clareza do resumo, havia alguma dúvida com relação ao tema, objetivos, metodologia e base teórica da pesquisa, fazíamos a leitura do texto.

No total, das 99 teses encontradas nos repositórios das referidas universidades, foram descartadas 86, por não apresentarem conexão com os dois descritores utilizados, restando, ao final desse processo de filtragem e seleção, 13 teses.

Para descrever e analisar as 13 obras encontradas, organizamos os dados a partir das seguintes categorias: título, autor, formação, orientador, ano da defesa, instituição, objetivos, metodologia. Além disso, este resultado também demonstra que a fonte jornal está entre os emergentes nos últimos anos.

Com relação à categoria Instituição, os dados demonstraram que 6 teses pertenceram a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 4 teses a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e 3 teses a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Uma das possíveis razões para que o maior número de teses encontradas é que a Pós-Graduação em História da PUCRS foi a primeira do Estado do Rio Grande do Sul na sua área de conhecimento, iniciando sua atividade na década de 1970, com o Curso de Mestrado e com isso possui mais teses defendidas no período selecionado.

Em relação a formação dos autores, todos os 13 doutores tinham realizado graduação e mestrado em História, com isso, verificou-se que toda sua experiência de pesquisa abrangia relações históricas. Sendo que essa análise foi realizada para identificarmos se alguém possuía alguma formação na área de comunicação.

No que concerne ao tipo de pesquisa, a leitura dos resumos das 13 obras evidenciou dois fatos: houve um alto índice de estudos que não informou o tipo de pesquisa desenvolvida e, dentre os tipos mencionados, a pesquisa documental foi a que mais se destacou.

Com relação às técnicas de coleta de dados, aqui também identificamos lacunas nos resumos, pois nem todos explicitaram as técnicas utilizadas. Dentre os resumos que citam, as técnicas mais recorrentes são: entrevistas e levantamento bibliográfico. Compete ressaltar que grande parte dos estudos mesclou duas ou mais dessas técnicas, demonstrando o cuidado do pesquisador em investigar seu tema em toda sua complexidade, a partir de várias perspectivas. Como foi informado por Conedera:

Para a elaboração dessa investigação, no primeiro momento fez-se o levantamento do corpus documental, que atenderia ao critério da utilidade das fontes para a construção do objeto de pesquisa, partindo-se da investigação de documentos encontrados durante as investigações nos arquivos e bibliotecas averiguados, bem como da análise de entrevistas realizadas e consultadas. A leitura preliminar do corpus constituído possibilitou a ocorrência de intuições e deduções parciais. [...] O segundo passo foi a seleção de documentos e entrevistas propriamente ditos, isto é, a construção do corpus, a partir da leitura para se produzir as análises e inferências dos dados existentes nos documentos encontrados e vistos como pertinentes à pesquisa. (CONEDERA, 2017, p. 26)

Outra lacuna percebida em alguns resumos foi a ausência de informação acerca da teoria e/ou teóricos que embasaram os estudos, mas que sanamos ao analisar os textos completos. Das 13 pesquisas, 32% não informaram que teoria e/ou autores serviram de base para o estudo desenvolvido. No que concerne ao 68% restantes, foram citadas várias vertentes teóricas. Como exemplo podemos citar: Teoria da História, na perspectiva de François Hartog, Michel de Certeau e Reinhart Koselleck, sendo que, vários trabalhos citam Pierre Bourdieu para explicar a análise que desenvolveram sobre memórias e experiências da sociedade.

Ao analisar a base teórica das pesquisas, observamos a convergência de mais de uma área as quais se complementam, como o autor Mauro Luiz Barbosa Marques (2017, p. 24) descreveu, em sua tese intitulada “Ao som

das sinetas: Do sacerdócio à confiança na luta Movimentos docentes na rede pública estadual do Rio Grande do Sul (1979-1991)”: [...] considera-se, desta forma, que a pesquisa proposta se enquadra em áreas como história da educação, mundo do trabalho e também do tempo presente [...]”.

Ao analisar os temas das 13 teses, para termos uma visão mais global do que está sendo investigado relativo ao tema do estado do conhecimento, dividimos as obras por categorias temáticas: a) Formação intelectual; b) Movimentos e; c) Políticas educacionais.

Notamos que a discussão de todos os estudos gira em torno das trajetórias sejam elas de intelectuais, de letrados, de docentes, de estudantes, entre outros. Nesse sentido, eles abordam a análise do como se configurou experiência temporal relativos à sociedade brasileira mapeando as trajetórias, pressupondo-se um alargamento da compreensão sobre o passado do sujeito enfocado, de sua época e da sociedade em que viveu.

Já com relação a fonte jornal, os mais utilizados nas pesquisas foram: Jornal do Comércio; O Nacional; Diário da Manhã, Zero Hora, Folha da Manhã, Correio do Povo, Diário de Notícias, A Razão, Tribuna de Imprensa, A Federação, Diário de Notícias, Novos Rumos, Última Hora, Jornal do Brasil, Diário Serrano, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Correio da Manhã. Sendo que, a maioria deles foram encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Um fato interessante que observamos apenas na tese “A trajetória do curso de dança da Unicruz: (1998-2010)” de autoria de Carmen Anita Hoffmann, foi a utilização dos Diários oficiais, no caso o da União e o do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que, eles se constituem importantes fontes para consulta dos atos oficiais da administração pública executiva, legislativa e judiciária. No caso específico da referida pesquisa a autora utilizou os diários para apresentar as modificações nas legislações pertinentes à área da dança.

Outra questão, foi o como se utilizaram dos jornais nas pesquisas, tendo como respostas: procurar por nomes de militantes ou entidades já identificados previamente, apresentar fotos, charges ou notas publicadas nos periódicos, cujo conteúdo seja vinculado ao objeto da pesquisa;

procurar dados para se compreender a atividade (como a descrição de necrológios, notícias fazendo alusão aos objetos pesquisados), assim como visualizar a repercussão dos eventos (concertos, solenidades públicas e privadas) e encontrar vestígios e informações como as suas participações da escrita na imprensa, entre outros.

Pode-se observar, como por exemplo, o interesse das participações na escrita no texto de Weizenmann (2015, p. 14), onde ele informa que “a escrita da história de Karl von Koseritz na imprensa gaúcha, portanto, responderá a grande parte das questões que poderão ser levantadas ao longo desta tese, propondo-se a encontrar a pluralidade de pontos de vista ligadas à sua existência e ao seu pensamento”.

Também se percebeu que as recentes pesquisas estão realizando novas perguntas, possibilitadas, entre outros fatores, pela ampliação não somente das fontes utilizadas, mas também no que concerne à facilidade de acesso a elas, tendo em vista a gênese e o aprimoramento dos arquivos digitais, no Brasil e em diversos países, bem como as novas possibilidades de reprodução e categorização dessas fontes. Destacando-se o portal da Biblioteca Nacional que, além de disponibilizar os periódicos já digitalizados, oferece uma série de informações aos pesquisadores e interessados na história da imprensa do Brasil.

Como informado antes, outra base de dados consultada foi a de periódicos da Biblioteca Nacional. Disponível online, a busca nominal por meio de ferramenta de pesquisa na internet algumas vezes revelou informações que não haviam sido localizadas na pesquisa nos outros acervos e, em outras, confirmou dados já encontrados. (TISOTT, 2017, p. 28)

Além disso, Donner informa que:

Como fontes auxiliares também foram utilizados alguns livros publicados pelos intelectuais locais, os sites na internet das associações de historiadores e literatos do Litoral Norte/RS, os jornais da região e as páginas online das prefeituras, onde buscamos notícias sobre a divulgação e a repercussão dos encontros. (2015, p. 28)

O estudo atual, portanto, abordou uma reflexão sob a perspectiva de uma análise descritiva de teses, indicando possibilidades da escolha do

jornal como fonte histórica. Apresentou-se, brevemente, como a pesquisa foi realizada e quais os critérios de análise das teses dos Programas de Pós-graduação em História do Rio Grande do Sul. A partir disso, os referenciais provenientes da utilização dos jornais como fonte demonstraram as contribuições teóricas e metodológicas que elas podem proporcionar para uma pesquisa em História no contexto educacional.

Contudo, os resultados de este artigo devem funcionar como um ponto de partida para a discussão com outras perspectivas, pois, nessa investigação inicial mostrou-se apenas algumas nuances. Os insights deste estudo, em última análise, pretendem chamar a atenção dos historiadores, os quais não devem subestimar as contribuições dos jornais como fontes no desenvolvimento de pesquisas históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. **“Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar”**: experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo (1878-1882). 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/173894>

BRITO, Romulo de Jesus Farias. **Um traço sobre o Atlântico**: o Brasil na obra caricatural de Rafael Bordalo Pinheiro (1870-1905). 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7743>

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf>

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **Músicos no novo mundo**: a presença de musicistas italianos na banda municipal de Porto Alegre (1925-1950). 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7355>

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC,

nº 35, pp. 253-270, Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>.

DONNER, Sandra Cristina. **História local, Memória e Ofício do historiador entre Raízes e Marcas do tempo (1990-2012)**. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/142486>

DORS, Marinês. **Repositório de memórias: o arquivo de Nicolau Araujo Vergueiro**. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7313>>.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação**. Revista Mosaico, v. 8, n. 2, p. 173-182, 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/files/journals/7/articles/4280/supp/4280-12479-1-SP.doc>

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & sociedade, v. 23, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013

FRAGA, Andréa Silva de. **Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)**. 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7670>

HOFFMANN, Carmen Anita. **A trajetória do curso de dança da Unicruz: (1998-2010)**. 2015. 451 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2525>

JÚNIOR, Batalhone; CLARET, Vítor. **O cavalo de troia da nação: tempo, erudição, crítica e método em Capistrano de Abreu (1878-1927)**. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/130781>

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica**. Revista de História Bilros, p. 11-29, 2016. Disponível em: http://www.academia.edu/download/47785687/A.R._A_imprensa_como_fonte_-_apontamentos_teorico....pdf

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologi a e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica**. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/download/1629/8314/>

- LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)**. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7008>
- LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.
- MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Ao som das sinetas: Do sacerdócio à confiança na luta Movimentos docentes na rede pública estadual do Rio Grande do Sul (1979-1991)**. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6401>
- MIRANDA, Francisco Alía. **Técnicas de investigación para historiadores: las fuentes de la historia**. Síntesis, 2005.
- MORAES, Marcos Juvencio de. **As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945)**. 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7691>.
- RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010a.
- SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOUZA, Eliezer Felix de. **A imprensa como fontes para pesquisa em História e Educação**. Artigo apresentado no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXIXSF7.pdf.
- TISOTT, Ramon Víctor. **Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964)**. 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188252>.
- WEIZENMANN, Tiago. **Sou, como sabem... : Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890)**. 2015. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2524>.

“IT’S ONLY ROCK ‘N’ ROLL, BUT I LIKE IT”: A HISTÓRIA ENCONTRA O ROCK N’ ROLL NO ENSINO MÉDIO

WALDY LUIZ LAU FILHO
DOUTORANDO EM EDUCAÇÃO / PPGE UFSM
WALDY@MAUA.G12.BR

RESUMO

O “*Aulão de História – Dia Mundial do Rock*” é realizado há 12 anos em uma escola de educação básica no município de Santa Cruz do Sul – RS. Trata-se de uma grande aula de História, oferecida anualmente para toda a comunidade, mediante a doação de 1 kg de alimento não-perecível, posteriormente revertido a obras assistenciais. Esta aula é planejada, produzida e apresentada por um grupo de 70 alunos e professores de Ensino Médio, para um público estimado em 800 pessoas. De um tema gerador, definido coletivamente por alunos e professores, constitui-se um grande ambiente pedagógico, a partir do encontro entre as linguagens da música, do teatro, da poesia, da fotografia, do cinema, da dança e, igualmente, dos distintos olhares de seus integrantes. O estudo preliminar desta experiência evidencia que atividades desta ordem podem lançar contribuições sobre a aprendizagem de história no Ensino Médio, bem como ressignificar o processo de aprendizagem na educação básica. O efetivo envolvimento da comunidade sinaliza também o interesse da sociedade pelas temáticas da História mais próximas da vida cotidiana e pela difusão do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Ensino de história; educação básica; ensino médio.

APRESENTAÇÃO

*“Nós não precisamos de nenhuma educação
Nós não precisamos de nenhuma lavagem cerebral
De nenhum humor negro na sala de aula
Professores, deixem as crianças em paz
Ei! Professor! Deixe as crianças em paz!”*

(Another Brick in the Wall – Part II, PINK FLOYD, 1979).

Antes mesmo de ingressar no Ensino Médio, já demonstrava um interesse maior pelo estudo da História. Encantava-me estudar a narrativa apresentada pelos meus professores sobre o passado, bem como já percebia o potencial que o estudo da História possuía para melhor contextualizar e interpretar nossa sociedade, seus dramas, suas vitórias, suas pequenas e grandes conquistas. Da mesma forma, o *Rock n’ Roll* fazia parte da minha vida e praticamente era a trilha sonora de todas as minhas experiências e, conseqüentemente, de minhas memórias.

Levei esse duplo encantamento para minha graduação em História e trago-o comigo até hoje. Trabalho há vinte e cinco anos em diferentes escolas da rede privada do estado do Rio Grande do Sul como professor de História e, mais recentemente, como Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental e Médio.

Desde o início de minha atuação profissional me identifiquei com a ideia de trabalhar na educação básica e ainda me sinto fortemente vinculado a ela. Entendo também que a etapa da escolarização básica é muito importante na vida de uma pessoa e que, particularmente, o estudo da História tem muito a contribuir para atribuir sentido ao mundo em que vivemos.

Foi basicamente nesse percurso pessoal e profissional que surgiu a proposta do *Aulão de História (AH)*. O ponto de partida foi a constituição de uma recente tradição, a qual consiste em reconhecer (ironicamente, apenas no Brasil) o dia 13 de julho como o Dia Mundial do *Rock*. E a explicação para a criação dessa recente tradição encontra-se precisamente em 13 de julho de 1985, dia em que realizou-se o célebre festival *Live Aid*, evento beneficente, que ocorreu simultaneamente nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Rússia, no Japão e na Austrália. Esse evento teve grande repercussão

internacional, tanto em função dos artistas de renome presentes, quanto pelo montante de recursos arrecadados para combater a fome na Etiópia, país que na época conhecia uma gravíssima crise econômica e social.

“AWOP-BOP-A-LOO-WOP-ALOP-BAMBOOM”: A HISTÓRIA ENCONTRA O ROCK N’ ROLL

A concepção do projeto *AH* (a partir desse momento utilizarei essa sigla para designá-lo) foi se consolidando ao longo da minha trajetória pessoal e profissional. Nessa caminhada, percebi o potencial existente na ideia de elaborar uma aula de História em um espaço diferente da sala de aula tradicional, com mais pessoas envolvidas e, sobretudo, com a música sendo uma referência importante. Da primeira ideia ao início da execução do projeto, um longo percurso foi transcrito.

Após algumas iniciativas preliminares, o *AH* passou a ser realizado anualmente em uma escola de educação básica do município de Santa Cruz do Sul – RS. Até o momento em que se elabora esse artigo, já foram realizadas doze edições do evento nessa mesma instituição de ensino.

Ao longo desses anos e de suas respectivas apresentações, o modelo proposto para a atividade foi semelhante. A partir da definição pelo professor de História e de um grupo de alunos de uma temática central, professores de diferentes áreas do conhecimento e demais alunos do Ensino Médio são desafiados a elaborar conjuntamente uma grande aula de História, a qual será apresentada para o público da escola num primeiro momento (turno manhã) e, na sequência, em um evento aberto a toda a comunidade de Santa Cruz do Sul (turno noite). O somatório do público presente nas duas sessões corresponde a aproximadamente 800 pessoas, as quais realizam a doação de 1 kg de alimento não-perecível como forma de ingresso. Todo o montante de alimentos arrecadados é revertido para obras assistenciais no município.

A atividade em si é muito desafiadora. A partir de uma proposta temática central, aproximadamente 70 pessoas buscam trazer sua colaboração para abordar e apresentar a temática proposta, através de múltiplas

linguagens, como música, teatro, poesia, fotografia, televisão, cinema, dança e o que mais for possível realizar. Nessa trajetória de doze anos, muitos temas foram abordados, conforme a tabela a seguir (Tabela 1).

Tabela 1

Ano	Edição	Temática
2008	I	A década de 1970
2009	II	A década de 1980
2010	III	A década de 1990
2011	IV	A juventude faz história
2012	V	O rock contra a guerra
2013	VI	Rock e Ativismo
2014	VII	O rock canta e conta a história do Brasil
2015	VIII	30 anos de redemocratização e Rock in Rio
2016	IX	Amor e rock: Os brutos também amam
2017	X	Rock e liberdade
2018	XI	Rock e cidadania
2019	XII	Amar é para os fortes

Fonte: dados do autor

Ao longo desses doze anos, muitos aspectos diferentes foram abordados, tais como episódios significativos da vida política e econômica brasileira e mundial, como também releituras de peças teatrais, resgates de cenas de filmes famosos e comerciais de televisão, poemas, coreografias, bem como músicas relacionadas aos respectivos contextos das apresentações.

Enquanto educador, meu papel consiste basicamente em coordenar esse grande grupo, constituído por pessoas interessadas em fazer parte desse ambiente pedagógico, fundamentalmente porque essas pessoas se sentem provocadas e também desafiadas. Cumpre ressaltar que essa atividade pedagógica é realizada em horário extraclasse e que não se transforma em nota ou conceito ao final do processo.

O meu desafio particular a cada edição do evento é não cair numa repetição do que já se fez e, ao mesmo tempo, contemplar a temática selecionada da maneira mais rica possível (dentro de modestos limites de orçamento

e de tempo disponível para preparação). Nesse sentido, o objetivo maior é surpreender o público que prestigia o evento, homenageando artistas e músicos que fazem parte do cenário musical e da própria história de Santa Cruz do Sul, assim como despertar nas pessoas o desejo de participar e/ou assistir ao evento no ano seguinte. Da mesma maneira, a ideia é incentivar alunos e colegas professores a se interessarem pela discussão do tema trabalhado, no sentido de buscar mais leituras, provocar diálogos a respeito e também desencadear maior interesse pelo estudo da história na educação básica.

Um conceito em especial acompanha a trajetória do *AH*: a concepção de encontro. De origem latina, o substantivo *encontro* deriva de *incontrare*, termo formado pela junção da partícula “em” (que remete à união) com o radical “contra” (que, por sua vez, significa oposição). Ao mesmo tempo em que a palavra indica choque, embate e colisão, aponta para uma perspectiva da *junção dos contrários*, o que me possibilita expressar o rico potencial existente nesse diálogo entre História e *Rock n’ Roll*. Algo que também me remete às origens do *Rock n’ Roll* e a uma das expressões mais icônicas dos primórdios desse gênero musical: “*AWOP-BOP-A-LOO-WOP-ALOP-BAMBOOM*”. Essa é a famosa exclamação de abertura da música *Tutti Frutti*, gravada originalmente por Little Richard, em Nova Orleans, em 1955, com o ousado propósito de transformar em palavras o som produzido pela bateria de sua banda.

Nascido em 5 de dezembro de 1932, com o nome de Richard Wayne Penniman, Little Richard se transformou em um músico exaltado, indomável e rebelde em relação à ordem estabelecida, um grande destaque de um estilo inovador e diferente de tudo o que já tinha ocorrido na música, que unia um ritmo rápido com pitadas de música negra do sul dos EUA e o *country*.

Cercado por músicos negros fantásticos, Little Richard exultou no profano “Tutti Frutti”, que o consagrou rei e rainha do rock n’ roll, negro e bissexual. Melhor que ninguém, ele consolidou o desejo de uma nova era para negros e brancos com um verdadeiro grito original que aboliu em segundos as barreiras entre raças, sexos e gerações. Depois de sua famosa exclamação de abertura “awopbopaloobopalopbamboom”, ninguém esperava uma fusão tão incendiária de gospel, rhytm’n’blues, libido

e canto frenético. [...] Apesar de não ser natural de Nova Orleans, ele lançou a música local numa nova esfera, nacional e internacional. Esse sucesso fenomenal, assim como o de Chuck Berry e Bo Diddley no mesmo ano, coincidiu com o fim das barreiras raciais na música, e a América pulou nessa coalizão de gêneros. No espaço de um décimo de segundo, Little Richard pula, grita e exulta desde as primeiras notas em um ritmo inacessível para os meros mortais. Essa energia frenética, verdadeiro transe, marcaria todos os futuros artistas do Sul, negros e brancos. (MAZZOLENI, 2012, p. 177-178).

“*AWOP-BOP-A-LOO-WOP-ALOP-BAMBOOM*”, expressão inventada de forma muito criativa e historicamente datada, e que traz consigo o potencial de permitir uma aproximação de todos esses encontros gerados entre História e *Rock n’ Roll* no Ensino Médio a partir de um ambiente pedagógico específico.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Para o ser humano, a aprendizagem é a atividade central de sua trajetória. De certa forma, o maior propósito da aprendizagem é utilizar todos os recursos do indivíduo e otimizá-los funcionalmente, permitindo, assim, uma interação efetiva no maior número de circunstâncias possíveis. E, particularmente para a juventude, o processo de aprendizagem é revestido de elementos peculiares.

Em um contexto histórico em que predomina uma perspectiva hedonista e imediatista sobre a existência, e sufocado pela necessidade de realizar escolhas que podem ter impacto sobre todo o restante de sua vida, o jovem constitui a sua identidade. Nesse cenário, a juventude pode ser considerada uma etapa da trajetória humana em que as pessoas estão abertas ao aprendizado e ao desenvolvimento social, tendo em vista a busca de uma referência relativamente segura para a vida adulta.

Entretanto, em um cenário também caracterizado por grandes e rápidas mudanças, que envolvem inclusive repensar o papel da educação e da instituição escola na sociedade, cada vez é maior o número de jovens que se percebem incapacitados de atribuir sentido a tudo aquilo que a escola lhes oportuniza, salvo quanto à perspectiva do ingresso em um curso superior ou

à busca de um diploma de Ensino Médio para o acesso às escassas oportunidades de trabalho. Igualmente, seus professores têm assumido discursos que legitimam os conteúdos curriculares tradicionais através da afirmação de uma utilização pragmática dos mesmos tão somente para a aprovação em vestibulares ou em concursos públicos (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012).

Dessa forma, o tempo da escola, para muitos, transforma-se em “perda de tempo”, no palco do exercício da impaciência. Ademais, também é possível evidenciar que muitos professores persistem em um percurso de imutabilidade em suas práticas pedagógicas, diante de uma série de dificuldades, inclusive as que lhes são apresentadas pela incompreensão das questões trazidas pela juventude atual.

Faz-se razoável considerar, portanto, que a escola de Ensino Médio, ao mesmo tempo em que tem sido sintoma de um processo de subjetivação engendrado em uma sociedade de consumidores, mostra-se ainda indiferente ante a tarefa de elaborar novas formas de auxiliar os alunos a construir sentidos para os saberes que lhes são ofertados. No lugar desses, pois, se instituem outros saberes, outros discursos e modos de ser, nem sempre significativos para a educação no Ensino Médio. (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012, p. 199).

Por outro lado, a educação necessita ter um cuidado especial com a questão da elaboração de sentido a partir do que é oferecido na escola. Para Pellanda (2009), a educação tradicional sucumbiu precisamente por essa falta de conexão entre aquilo que necessitamos para nossa constituição e o que nos é oferecido.

E o que nos é oferecido, na maioria das vezes, não se conecta com nossos desejos e emoções, como também não contempla nossa necessidade biológica profunda (auto-poietica) de sermos autores e inventores de nós mesmos. Essa falta de conexão entre o que precisamos para viver, ou seja, nossa necessidade de construir sentido no que estudamos e o que é oferecido na escola, é a tragédia da educação tradicional. (PELLANDA, 2009, p. 76).

Assim, uma educação em que não há lugar para que as pessoas possam se construir encontrando aquilo que faz sentido para a sua vida não produz transformação. Pelo contrário, gera sofrimento. Contudo, quando

a constituição do sujeito é compreendida a partir da inseparabilidade entre o ser e o conhecer e quando o processo educativo oportuniza ambientes pedagógicos cooperativos e solidários, abertos à conversação e à convivência, abre-se um amplo horizonte para que os sujeitos possam assumir a autoria de sua trajetória e, ao mesmo tempo, atribuir sentido às suas ações e ao processo de aprender.

É justamente esse cenário que me moveu a pesquisar sobre as emergências geradas a partir dos encontros entre o estudo de História e o *Rock n' Roll* no Ensino Médio, tendo como ponto de partida a realização do *AH*. Meu projeto de pesquisa, com o título de “Por uma consciência histórica: narrativas autobiográficas de estudantes de história do ensino médio” está vinculado ao Centro de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, da Universidade Federal de Santa Maria, dentro da linha de pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas. Meu propósito inicial com essa pesquisa é contribuir para o processo de resgate do caráter vivo da história e a vivacidade do seu estudo, sob a ótica da complexidade¹, tendo como ponto de partida as narrativas autobiográficas de alunos de Ensino Médio.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que uma visão complexa da história compreende basilamente que o passado está vivo em função do seu “[...] significado histórico para os projetos de futuro do presente; e o presente, por sua vez, está vivo, porque a apropriação cognitiva do passado resulta numa interpretação histórica da emergência do presente” (RÜSEN, 2011a, p. 270).

É nesse sentido que um olhar complexo sobre a história fala de uma **história viva**. Uma história em que os sujeitos históricos se assemelham ao seu tempo, através do princípio da mutualidade da copresença. Uma história em que os sujeitos carregam o seu tempo em seus corpos, em todos os seus modos de ser e de fazer (RANCIÈRE, 2011). Ou, como diria Lucien Febvre, “[...] para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado

.....
1 A complexidade refere-se a tudo aquilo que é “tecido junto” (MORIN, 2014, p. 215). Isto significa distanciar-se de um entendimento do ser humano dividido entre a razão e a emoção, bem como afastar-se de uma concepção do conhecimento como algo pronto e sempre externo a nós.

e antes de mais nada vivam. Envolvam-se na vida” (FEBVRE, 1985, p. 40).

Em segundo lugar, o que se propõe com projeto de pesquisa é que a Educação Histórica se configura em um exercício do que a complexidade compreende como inseparável: o processo de conhecer e o processo de viver. E que, em busca de uma história transformativa, as narrativas autobiográficas permitem que cada sujeito, ao refletir sobre si e sobre o passado, atribua novos significados não somente para o passado, mas também para a sua própria vida.

A opção de trabalhar com as narrativas autobiográficas de alunos de história do Ensino Médio justifica-se, fundamentalmente, por uma questão que considero muito significativa, a importância de conferir centralidade ao sujeito estudante narrador. De um lado, por acreditar que “o sujeito estudante precisa assenhorar-se de si próprio a partir da história, formando sua identidade, sua subjetividade e sua interpretação” (CUNHA; CARDÔZO, 2015, p. 542). De outro, por entender que as narrativas autobiográficas possuem um grande caráter educativo, ao permitir a abertura de um espaço valioso de questionamentos, ressignificações e, até mesmo, da constituição de um novo olhar sobre o mundo e sobre a própria história.

[...] nenhum historiador pode negar o fato de que existe uma atividade criadora da mente humana funcionando no processo do pensamento e do reconhecimento históricos. A narrativa é a maneira como esta atividade é produzida e “História” – mais precisamente, uma história – é o produto dela. (RÜSEN, 2011b, p. 94)

Em estudos anteriores (LAU FILHO, 2017) foi possível evidenciar, através do ponto de vista de alguns alunos participantes do *AH*, um olhar diferenciado sobre o estudo da história e também sobre sua própria percepção do que significa a escola em suas vidas. Nessa medida, o ambiente pedagógico *AH* constituiu-se também em um *terreno fértil* para a emergência de narrativas autobiográficas, a partir dos encontros entre História e Rock n’ Roll.

As narrativas autobiográficas trazem consigo a potencialidade de se pensar a história enquanto componente curricular de uma forma

completamente diversa do modelo de educação presente em nossas escolas. Se “o passado está domesticado pela histórica factual sempre repetida” (CAINELLI; BARCA, 2018, p. 14), existem também possibilidades de se colocar uma *outra história* em seu lugar. E, dessa forma, contribuir para transgredir a perspectiva disciplinar ainda predominante na educação básica e para ampliar a reflexão crítica no campo da educação, em tempos de potentes mudanças e permanências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAINELLI, Marlene; BARCA, Isabel. **A aprendizagem da história a partir da construção de narrativas sobre o passado**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, e. 164920. p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844164920>>. Acesso em 20 set. 2019.
- CUNHA, Jorge Luiz da; CARDÔZO, Lisliane dos Santos. **Os sentidos do trabalho do professor e o lugar social do ensino de História**. Revista Educação, Santa Maria, Brasil, v. 40, n. 3, p. 529-544, set./dez. 2015.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985. Tradução Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz.
- LAU FILHO, Waldy Luiz. **“Awop-bop-a-loo-wop-alop-bamboom”:** **encontros entre história e Rock N’ Roll no ensino médio**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Orientadora Nize Maria Campos Pellanda.
- MAZZOLENI, Florent. **As raízes do rock**. 1ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012. Tradução de Andrea Gottlieb.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. Tradução Maria Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria.
- OLIVEIRA, Adriano Machado; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 44, p. 181-200, 2012.

- PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In.: SALOMON, Marlon (Org.). **História, Verdade e Tempo**. Chapecó (SC): Argos, 2011. p. 21-49.
- RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em História. In.: SALOMON, Marlon (Org.). **História, Verdade e Tempo**. Chapecó (SC): Argos, 2011a. p. 259-290.
- RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In.: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011b, p. 41-49.

JORNAL MUNDO JOVEM: UMA ESTRATÉGIA DE MEDIÇÃO PEDAGÓGICA

DIOSEN MARIN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/DOUTORANDA EM
EDUCAÇÃO
DIOSEN.HIST@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende tratar da mediação do jornal *Mundo Jovem* nas práticas escolares dos professores da educação, para tanto será preciso apresentar o histórico e as principais características desse meio de comunicação impresso. Antes de tratarmos propriamente do jornal *Mundo Jovem* é relevante apresentarmos o caminho percorrido, no que se refere as pesquisas realizadas sobre os meios de comunicação impressos, seus conselhos editoriais e suas congregações. Essas pesquisas demonstraram o interesse desses grupos de agendar discussões e promover o debate de temas pré-definidos pela sociedade. Quando utilizamos a terminologia agendar, estamos nos referindo a Teoria do Agendamento ou *agenda setting*, que defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. A partir dessa perspectiva caberia aos meios de comunicação orientarem o que falamos, bem como pautarem nossas relações sociais. Essa teoria foi desenvolvida na década de

1970, pela dupla de pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw. Apesar de ser amplamente estudada nos cursos de comunicação social, essa concepção teórica não é amplamente aceita pelos teóricos desse campo do conhecimento.

O estudo de meios de comunicação voltados para a Educação são campos de pesquisa que interessam a História da Educação. E sobre essa área é preciso mencionar que um dos maiores adventos da educação no século XX compreende a revolução pedagógica promovida pelos meios de comunicação de massa (CAMBI, 1999). De acordo com as proposições de Cambi (1999), alguns estudiosos defendem que a partir da difusão dos meios de comunicação de massa temos os “persuasores ocultos”, que segundo eles formam o imaginário coletivo e intervém na consciência pessoal de cada indivíduo.

No livro *História da Pedagogia*, ele nos apresenta duas vertentes distintas utilizadas para tratar da mediação dos meios de comunicação de massa na educação, uma delas apocalíptica e outra integradora. A vertente apocalíptica encontra-se embasada nas proposições teóricas da Escola de Frankfurt e de pensadores como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Walter Benjamin. Para esses teóricos não era possível mensurar o efeito e o significado que a arte, mas principalmente, o cinema e a televisão, poderiam provocar nas pessoas. Nesse sentido, o principal conceito proposto por essa vertente teórica, o conceito de *Indústria Cultural*, propunha que os meios de comunicação de massa ou os *mass media* impediam a formação de indivíduos autônomos e capazes de decidir conscientemente.

Na outra margem, encontramos uma proposição teórica em que a cultura de massa é concebida como integradora. Nessa vertente, podemos citar as proposições do autor canadense Marshall McLuhan, que em seus livros valorizou a democratização da cultura e do acesso a informação, pois defendia que a maior parte da aprendizagem ocorria fora da sala de aula.

Ao tratarmos de meios de comunicação, como o Jornal *Mundo Jovem*, é relevante o entendimento da Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica, pois ela retoma os estudos marxistas num cenário conservados, ou seja,

na Alemanha da década de 1930 que vivia a ascensão dos pensamentos autoritários e nacionalistas. No início, os estudos são realizados por Adorno e Horkheimer, que são impedidos de continuarem as suas pesquisas devido ao aprofundamento da Segunda Guerra Mundial. As lacunas teóricas deles são retomadas por Jürgen Habermas, que no cenário pós guerra procura superar as fragilidades da concepção de racionalidade e emancipação propostas por Horkheimer e Adorno.

As formulações teóricas de Habermas que levaram as teorias do agir comunicativo ou da ação comunicativa buscaram formular uma teoria da racionalidade de dupla face. Para tanto, essa racionalidade dependia da evolução histórico-social em que seriam criadas dois tipos de racionalidade, a instrumental e a comunicativa. A primeira delas voltada para a reprodução material da sociedade, enquanto que a segunda compreende a ação voltada para o entendimento da reprodução simbólica da sociedade. Nesse sentido, Habermas amplia o conceito de racionalidade proposto por Adorno e Horkheimer, ao propor que a teoria da ação comunicativa amplia a esfera individual e busca espaços de diálogo. Dessa maneira, a influência/mediação dos meios de comunicação também podem ser locais de discussão e promoção de consenso.

Nesse cenário, as pesquisas realizadas para reconhecer o que está sendo produzido no meio acadêmico sobre a mediação dos impressos católicos nas práticas escolares demonstraram que, em teses e dissertações, já foram percorridas um significativo caminho sobre esse assunto. Contudo, essas pesquisas colaboram com o período conhecido como Escola Nova, principalmente entre os anos de 1930 e 1960. Mas, pouco se produziu sobre o período que nos propomos a estudar, ou seja, entre 1978 até 1988.

Naquele momento histórico, as teses e dissertações produzidas no Brasil passara, gradativamente, a utilizarem as concepções de Antonio Gramsci, no que se refere aos conceitos de Hegemonia, Contra-Hegemonia e Consenso (SAVIANI, 2016). Além disso, o campo da Teoria Crítica também passava por mudanças durante o período pesquisado,

como mencionamos anteriormente ao tratar sobre a compreensão sobre a racionalidade. Todos esses elementos precisam ser considerados quando pretendemos estudar um meio de comunicação, no caso do jornal *Mundo Jovem*, inserido na perspectiva da História da Educação.

Na introdução apresentamos a relevância de estudarmos os meios de comunicação impresso, principalmente a partir das produções teóricas da Teoria Crítica. No primeiro subtítulo do artigo analisamos a formação, a trajetória e as características do jornal. Enquanto que no segundo subtítulo do artigo tratamos, especificamente, da presença das práticas escolares no jornal *Mundo Jovem*.

JORNAL MUNDO JOVEM: BREVE HISTÓRICO

O meio de comunicação que estamos interessados em pesquisar trata-se do jornal *Mundo Jovem*. Ele teve, durante o seu período de veiculação, sede na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob o apoio e orientação da Faculdade de Teologia da referida instituição, a publicação se apresentava como um meio de comunicação impresso voltado para a educação. Desde 2017, o jornal foi descontinuado, ou seja, após 53 anos de história ele passaria a ser online e gratuito com publicações semestrais, mas até o momento o que foi notificado pela assessoria de comunicação não foi encontrado em buscas online.

Na sua dissertação de mestrado Rui Antônio de Souza apresenta a trajetória do jornal, desde a sua criação. De acordo com Souza (2008) sua primeira edição tinha, apenas, seis páginas. Nela foi tratado das vocações sacerdotais e religiosas. O jornal *Mundo Jovem* foi criado em março de 1963, no Seminário Maior de Viamão, e, no primeiro momento, foi denominado *Informações Vocacionais*.

Na sua quarta edição, maio-junho de 1964, o periódico mudou, sua denominação, passando a se apresentar sob o título “Lançai as redes”. De acordo com Souza (2008), no editorial dessa edição, o redator Ari Martendal, afirma que a publicação desperta o interesse de padres, professores, religiosos e jovens. A primeira edição da publicação “Lançai as redes” foi em

agosto de 1964, sendo ela bimestral e composta por edições de 12 páginas cada uma, em preto e branco. A partir da mudança de título, a publicação também especificou seu público-alvo que passou a ser os professores católicos do sul do Brasil. Entretanto, o jornal passa por uma nova mudança entre os meses de outubro e novembro de 1967.

Em outubro-novembro de 1967, na edição número 24, circulava o primeiro *Mundo Jovem*, impresso em preto e branco, com seis edições ao ano, de 20 páginas cada uma. A equipe de redação justificou a mudança do nome de *Lançai as Redes para Mundo Jovem*, em outubro de 1967, com o objetivo de ampliar o campo de ação do jornal, destinando-o não mais especificamente para o jovem religioso, mas para todos os jovens preocupados com o seu futuro, com sua definição vocacional e profissional e com os rumos da sociedade em termos políticos e sociais. (SOUZA, 2008, p. 20)

A partir da citação acima identificamos a última mudança de nome do jornal, que enfim se tornou jornal *Mundo Jovem*. Também observamos na citação que a mudança não se restringiu apenas a nomenclatura, sendo que afetou as características físicas do jornal que passou de 20 para 24 páginas. Além disso, o mesmo contava com nove publicações anuais, que estavam de acordo com o calendário escolar, ou seja, de março a dezembro, com interrupção em julho, que era o mês correspondente ao recesso escolar. O calendário escolar hoje está distinto, pois as escolas precisam cumprir 200 dias letivos, e não mais 180 dias. Essa organização das publicações de acordo com o calendário escolar demonstrava a preocupação do jornal em atender as demandas dos espaços educacionais, e dessa maneira orientar/mediar as práticas escolares.

CONSIDERAÇÕES SOBRE PRÁTICAS ESCOLARES NO JORNAL MUNDO JOVEM

Após esse breve histórico do jornal *Mundo Jovem*, consideramos relevante descrever resumidamente as principais temáticas que identificamos na publicação nas décadas pesquisadas, período em que as publicações eram mensais e ocorriam de acordo com o ano letivo, ou seja, de março a

novembro. A década de 1970 apresenta temas muito variados, sendo que dois eixos temáticos merecem destaque, um deles voltado para artigos de cunho religioso, e outro que esta atento a conduta dos jovens, uma vez que os artigos com essa temática estão preocupados em difundir e afirmar os valores cristãos entre os jovens. Além desses dois grupos, o jornal permanece com as publicações voltadas para as práticas escolares como: os Jograis, as poesias, as crônicas, em que o material produzido pelos redatores do jornal ou seus colaboradores se destinam ao uso na sala de aula, além da seção Recado dos Leitores, em que professores, diretores e alunos de diferentes escolas (católicas, laicas, privadas e públicas) enviavam cartas relatando a utilização do jornal na educação formal, mas também é relatado o seu uso em grupos de jovens e outros espaços de discussão.

A outra década pesquisada se trata dos anos de 1980, e ele compreende um momento histórico de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas no país. Nos anos de 1980, o Brasil viveu seus últimos anos de ditadura civil-militar, passou por mudanças após a retomada de governantes civis e a redemocratização política, e que resultou na elaboração de uma nova Constituição. Também na década de 1980 torna-se mais evidente as desigualdades sociais e econômicas no Brasil e na América Latina, sendo que todas essas temáticas estão presentes nas publicações do jornal *Mundo Jovem*.

No que se refere a categoria “Práticas escolares” foram identificados 247 artigos sobre essa temática ao analisarmos o jornal *Mundo Jovem* entre março de 1978 e novembro de 1988. Nesse momento, apenas analisaremos os dados dentro de um apanhado geral, sem a preocupação de verificar as temáticas de cada uma das seções, sendo que essa abordagem mais minuciosa será elaborada numa outra fase da pesquisa.

Tabela 1 – Práticas Escolares (1978-1988)

Seção	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Canção	-	-	6	5	2	-	-	-	7	5	2
Como redigir	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-
Crônica	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Entrevista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Filosofia	-	-	-	-	-	1	-	9	-	-	-
História	-	-	3	1	3	-	-	-	-	-	-
Humanismo e Tecnologia	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jogral	3	2	4	3	4	2	2	1	8	3	-
Língua portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	-
Literatura	-	-	-	-	-	8	9	7	-	-	-
MJ Comenta	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Movimentos Históricos	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-
Poema/ Poesia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Recado dos leitores/ Recados	9	8	9	8	9	9	9	9	9	9	9
Relendo a História	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-
Sem seção definida	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-

Após análise da tabela, com o levantamento estatístico nas seções em que são tratadas a categoria “Práticas escolares”, somos capazes de afirmar que três seções apresentam publicações com determinada continuidade ao longo dos anos são elas: a seção “Recado dos leitores”, que a partir de 1988 passa a chamar, apenas, Recados. Nela os leitores enviam relatos sobre a sua experiência com o jornal, e principalmente sobre a sua utilização em sala de aula, conforme a passagem a seguir:

Sou professor de Educação Moral e Cívica (EMC) e Filosofia nas primeiras séries do 2º Grau, aqui no Colégio Macedo. Adotei o Mundo Jovem como texto de aula. São

160 alunos que lêem e debatem os assuntos que o jornal apresenta. Todos acham os temas bem atuais e adequados às suas necessidades. É em nome deles que quero agradecer aos editores e colaboradores, que mensalmente nos brindam com seus artigos e reportagens. (MUNDO JOVEM, set. 1984, p. 22)

O recado dirigido aos editores do jornal *Mundo Jovem* é um exemplo dos inúmeros que encontramos ao analisarmos as publicações, mas que conforme já afirmamos anteriormente, não iremos nos deter nesse momento. Além da seção “Recado dos leitores”, as outras duas seções que são publicadas com periodicidade são: “Jogral” e “Canção”, ambas pretendem oferecer apoio de material pedagógico para os professores em sala de aula. A seção “Jogral” é organizada no intuito de colaborar com a elaboração das atividades cívicas da escola, e conta com material especial dedicado a dias festivos, como Páscoa, Dia das Mães, Dia da Independência, ou temáticas de cunho geral que podem ser utilizadas no momento que o professor considerar mais oportuno, que pode ser tanto um momento de festividade quanto uma atividade desenvolvida pelo professor em sala de aula. No que se refere a seção “Canção”, podemos afirmar que ela está voltada diretamente para a utilização em sala de aula. A publicação dessa seção apresenta a letra da música, normalmente músicas populares e conhecidas pelos jovens, e a sua análise e orientações para trabalhar com os estudantes, de acordo com a orientação pedagógica de um dos redatores do jornal.

Ao tratarmos das seções “Recado dos Leitores”, “Jogral” e “Canção”, observamos que a primeira compreende um espaço de escuta para as demandas dos leitores do jornal. Certamente, o material selecionado para publicação na seção “Recado dos Leitores” apresenta os elogios e os relatos de sucesso sobre a utilização do jornal nos espaços de educação formal. Mesmo reconhecendo essa e outras limitações da seção na construção de um diálogo com os leitores, não é possível deixar de apontar a sua importância ao tratarmos das práticas escolares, pois é nesse espaço que encontramos os relatos dos professores quanto aos usos do jornal *Mundo Jovem*.

Enquanto a seção “Recado dos Leitores” se propõe a ser um canal para o diálogo com os leitores, que em sua maioria compreende profissio-

nais da área da educação, as outras duas seções, “Jogral” e “Canção”, possuem um outro viés, ou seja, não buscam uma relação dialógica, mas unilateral. As referidas seções propõem atividades a serem trabalhadas pelos professores com os alunos, sendo publicados jograis ou canções que estavam de acordo com as datas ou atividades festivas do mês. Por exemplo, nos anos pesquisados, de 1978 até 1988, nos meses de março ou abril era possível encontrar uma atividade prática referente a Páscoa, as atividades variavam desde um texto para leitura e reflexão em sala de aula, texto para a leitura pública para um ou mais alunos, texto para leitura e um roteiro de perguntas para orientar a discussão dos estudantes. Enfim, a temática era recorrente, mas as atividades mudavam, o que tornava o jornal um aporte pedagógico para os professores regentes.

Além das seções já citadas, temos outras seções que procuravam oferecer material de apoio pedagógico aos professores em sala de aula, elas compreendem as seções: “Como redigir”, “Filosofia”, “História”, “Língua portuguesa”, “Literatura”, “Movimentos Históricos” e “Relendo a História”. Ao realizarmos uma análise sobre a periodicidade da publicação dessas seções, com o auxílio da tabela apresentada no texto, somos capazes de apontar que algumas delas são publicadas ao longo de um único ano com regularidade mensal. Essa característica é encontrada nas seções citadas anteriormente. Sendo que, é importante tratar sobre a periodicidade da publicação dessas seções, pois a sua regularidade permite que os professores realizem o planejamento de suas aulas de acordo com as informações apresentadas no jornal. Ainda, é relevante mencionarmos que ao final do período letivo o jornal divulgava as temáticas que seriam tratadas nas publicações do ano vindouro, o que permitia o planejamento do professor, bem como ratifica o que está presente em mensagens publicadas na seção “Recado dos Leitores”, onde os professores sinalizam que utilizam o jornal na elaboração dos planejamentos para as suas aulas.

Numa outra fase da pesquisa, cada uma dessas seções será analisada, no intuito de verificar se o material de apoio estava de acordo com o currículo escolar, quem escrevia cada uma das seções e o tema tratado em

cada uma delas. As demais seções na tabela não apresentam um número expressivo, que torne necessária, no momento, uma análise mais detalhada. Reconhecemos que há muitas outras possibilidades sobre a pesquisa que precisam de uma análise atenta e detalhada. Mas, até o momento, nossas pesquisas sobre o jornal *Mundo Jovem* se limitam ao que foi discutido, sendo que as considerações apresentadas neste texto serão o ponto de partida para outras investigações, mais densas e complexas, ao longo do caminho que ainda temos a percorrer no doutorado em Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 2004.
- BOUCHER, Geoff. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.
- HONNETH, A. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- PINTO, J.M.R. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. *Paidéia*, Ribeirão Preto-SP, nº 8-9, p. 77-96, fev.-ago. 1995.
- SAVIANI, D. Gramsci e a educação no Brasil: para uma teoria gramsciana da educação e da escola. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=2>>, extraído em: 11 mar. 2017.
- SOUZA, Rui Antônio. **Ideias de educação na comunicação do jornal Mundo Jovem: 1963 a 2005**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

O DESENVOLVIMENTISMO COMO PAUTA DAS CONFERÊNCIAS INTERAMERICANAS DE EDUCAÇÃO E DO ESTADO BRASILEIRO: 1956–1963

RAMOS, RUI MATEUS
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF
(MESTRE EM HISTÓRIA – DOUTORANDO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO)
BOLSISTA FUPF
RUIMR@BOL.COM.BR

RESUMO

Entre 1956 e 1963, ocorreram quatro Conferências Interamericanas de Educação, convocadas pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o objetivo de propor políticas educacionais comuns para os países latino-americanos. A primeira conferência aconteceu em Lima, no Peru, em 1956, e tratou exclusivamente de temas e de questões pedagógicas. Já as conferências de Punta Del Este no Uruguai (1961), Santiago no Chile (1962) e Bogotá na Colômbia (1963), foram além dos assuntos específicos da área da educação. Foram conferências mais abrangentes, pois elaboraram recomendações políticas para os governos aplicarem no setor da educação visando o crescimento e o desenvolvimento econômico e social da América Latina. O Brasil participou destas conferências, enviando, em cada uma delas, além do Ministro da Educação, outros delegados para representarem o país. Esta comunicação trata de abordar as Conferências Interamericanas de Educação no que se refere ao tema do desenvolvimentismo, pois este aspecto marcou profundamente os debates políticos no Brasil no período entre 1956 e 1963. Ou seja, um trabalho que analisa a relação entre as propostas de desenvolvimento das

Conferências Interamericanas de Educação e as propostas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Conferências Interamericanas, desenvolvimentismo, educação.

Este artigo propõe fazer uma análise das Conferências Interamericanas de Educação no que se refere ao tema específico do desenvolvimentismo, pois este aspecto marcou profundamente os debates em torno da elaboração da política externa brasileira no período entre 1956 e 1963. Ou seja, um estudo para analisar a relação entre as propostas de desenvolvimento das Conferências Interamericanas de Educação e as propostas de desenvolvimento elaboradas pela diplomacia brasileira. Para isso, consultamos o Relatório de Recomendações das Conferências Interamericanas de Educação e as fontes bibliográficas que tratam da política externa brasileira no período em questão.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos elevaram-se a condição de maior potência capitalista ocidental, sustentados pela sua superioridade militar, econômica e tecnológica e na influência do seu prestígio político. Entretanto, a parte oriental do globo estava, geopoliticamente, próxima de outra potência vencedora da guerra, a União Soviética e o seu modelo econômico socialista. Iniciava-se a Guerra Fria e os Estados Unidos definiram a política externa orientando seus interesses de segurança com os objetivos de defender as nações ocidentais capitalistas da influência soviética.

No que se refere à influência da guerra fria no continente americano, a Doutrina Truman orientou a política externa estadunidense por décadas consecutivas e influenciou fortemente a história da América Latina. É neste contexto, marcado pela forte divisão do mundo entre as ideologias capitalista e socialista, e pela busca das superpotências por novas áreas de influência nos continentes, que ocorreram quatro Conferências Interamericanas de Educação. Estas conferências produziram inúmeras recomendações políticas e ideológicas, que deveriam orientar os sistemas educacionais das nações latino-americanas com vistas ao desenvolvimento social e econômico.

As conferências aconteceram em Lima (1956), Punta del Este (1961), Santiago (1962) e Bogotá (1963).

A consolidação e difusão dessa tese da educação como um recurso econômico se deu com a Resolução 1515, de 1960, da Assembleia Geral da ONU, que salientou a importância da educação para o desenvolvimento econômico. A resolução afirma que “a assistência à formação e investimento técnico, quer pelas organizações internacionais ou governos nacionais, deve ser considerado como um fator importante no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos” (ONU, 1960).

Na década de 1950, começaram os debates internacionais sobre a relação entre a educação e o desenvolvimento social das nações. No ano de 1956, aconteceu em Lima, no Peru, a Segunda Conferência Interamericana de Ministros da Educação. A primeira havia acontecido treze anos antes, em 1943, no Panamá. A Conferência de Lima trouxe para o debate educacional o problema do subdesenvolvimento da América Latina. Nesta conferência foram lançadas reflexões acerca de como a educação poderia contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos povos latino-americanos.

No ano de 1956, Juscelino Kubitschek era o presidente do Brasil, sendo eleito no ano anterior com a ousada proposta de “50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo” e com um elaborado Programa de Metas. Quanto à política externa do governo Juscelino, ela pode ser dividida em duas fases: de 1956 a 1958 ocorreu um alinhamento mais direto com a política dos Estados Unidos e, de 1958 a 1960, ocorre uma revisão de tal alinhamento, principalmente com o lançamento da Operação Pan-americana (OPA), uma nítida iniciativa diplomática do governo brasileiro de aprofundar o multilateralismo. A política externa multilateral de JK dá maior importância aos fóruns multilaterais, em especial àqueles que ocorrem na América do Sul.

Na segunda metade do governo Juscelino houve uma revisão de aspectos tradicionais da política externa brasileira, como por exemplo, o bilateralismo. Devido à proposta da Operação Pan-americana, ocorreu um

aumento e diversificação das relações políticas e econômicas do Brasil com outras nações do mundo, em detrimento da influência exclusiva dos Estados Unidos. A OPA era um reflexo das ideias que vinham sendo desenvolvidas desde 1948, pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e que influenciaram o governo JK, transformando-se num importante organismo que contribuiu para a multilateralização daquele governo.

O presidente Juscelino Kubitschek defendia que as nações americanas deveriam encarar de frente o problema do subdesenvolvimento em todos os seus aspectos, de caracterizando-o, identificando as causas e propondo soluções políticas concretas. Juscelino também alertava para o fato de que o subdesenvolvimento não se resumia a uma “simples situação econômica”, mas sim um problema social agravante que poderia gerar consequências para a segurança. Na visão do presidente brasileiro, seria cada vez mais difícil difundir os ideais democráticos e defender a iniciativa privada na América Latina enquanto predominassem condições econômico-sociais de subdesenvolvimento, fruto de um Estado que não elabora projetos de crescimento econômico e desenvolvimento social.

No início da década de 1960, os Estados Unidos planejaram ações para frear os impactos da Revolução Cubana (1959) sobre a América Latina. Em visita ao Brasil em fevereiro de 1960, a diplomacia estadunidense ofereceu novas condições para negociações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os norte-americanos também enfatizavam “uma plena implantação dos princípios de solidariedade política e econômica e ações ajudando todos os americanos a obter melhores padrões de vida, capazes de fortalecer a crença na democracia, liberdade e autodeterminação”¹.

A reafirmação de solidariedade política aos americanos e a causa ocidental, foi enfatizada na defesa e fortalecimento do sistema econômico capitalista, pois era real a ameaça de uma possível entrada do socialismo em toda a América Latina, principalmente depois da Revolução Cubana.

.....
¹ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 168, p. 1995.

Aliás, o crescimento econômico e a estabilidade interna caracterizam as áreas de influência socialista no final da década de 1950. Além das realizações tecnológicas,

“Moscou também apresentava um ótimo desempenho econômico, o que já seduzia crescentemente os países do Terceiro Mundo. Tanto o modelo soviético como a cooperação econômica com a URSS afiguravam-se atrativos aos países em desenvolvimento. Essa nova dimensão das relações internacionais traduzia-se na América Latina numa incipiente competição entre o Kremlin e a Casa Branca”².

Assim, aquele era um contexto que “já permitia novas formas de atuação para uma diplomacia de país dependente como o Brasil, devido ao surgimento de polos alternativos ao capitalismo e a nova diplomacia soviética”³.

No final da década de 1950, expandia-se nos países latino-americanos a ideia de que tinham feito o máximo que estava ao seu alcance para cooperar no empreendimento de defender o mundo ocidental, mas não estavam em condições de atuar com maior eficácia enquanto grande parte de suas populações viviam enfrentando problemas de fome e miséria. Neste contexto, os objetivos centrais da Operação Pan-americana eram o combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina, visto como o principal problema do continente, inclusive em termos de segurança. Por isso, propunha urna associação entre desenvolvimento econômico e segurança.

O subdesenvolvimento latino-americano era visto como um “mal” que tornava o continente muito fragilizado e vulnerável à influência e a própria entrada da presença do comunismo, e cuja eliminação deveria ser parte necessária da defesa coletiva do mundo ocidental. O presidente Juscelino Kubitschek entendia a OPA como um trabalho de revisão empreendido pelo governo brasileiro e dirigido para um objetivo de suma importância: combater ao subdesenvolvimento econômico que caracterizava a América Latina. Nesse sentido, a OPA é uma estratégia de política externa do para-

.....
2 Ibid., p. 150.

3 Ibid., p. 133.

digma “Estado desenvolvimentista”⁴, iniciado no Brasil na década de 1930 e marcante no governo JK.

A CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO DE LIMA – 1956

Num contexto em que a “crise do desenvolvimento latino-americano havia se acentuado e a exaltação nacionalista e antiamericana crescia com a radicalização do populismo”⁵, é que, convocada pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos, realizou-se em Lima, capital do Peru, no período de 3 a 9 de maio de 1956, a Segunda Conferência Interamericana de Ministros da Educação. Neste evento, foi produzido um documento em que verifica-se um apelo à consciência da situação da América Latina, para que os governos e os Organismos Internacionais intensificassem e coordenassem esforços para “generalizar a educação e assegurar dessa maneira a dignidade e o bem-estar dos povos para o pleno exercício dos seus direitos”⁶.

Uma das principais recomendações da conferência aos governos americanos era para a adoção de planos integrais que assegurassem uma educação primária gratuita e obrigatória a todas as crianças em idade escolar, para extinguir o analfabetismo e promover o ensino fundamental. À Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) deveriam estreitar laços com os governos latino-americanos a fim de intensificar a coordenação conjunta de esforços para solucionar com urgência o problema do analfabetismo.

Os planos de ação definidos pelos governos poderiam implementados nos países latino-americanos com a assistência técnica e financeira de organizações internacionais por meio da elaboração de projetos e programas. Dentre as principais recomendações da Conferência de Lima estava o

.....
4 CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Brasília. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (2): p. 12, 2003.

5 VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 150.

6 Conferências Interamericana de Educação: recomendações (1943-1963). Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, p. 44, 1965.

planejamento da educação, principalmente através da elaboração de planos nacionais de educação por parte de cada governo.

Segundo o Relatório final da Conferencia, a educação de adultos não deveria limitar-se à alfabetização, mas integrar-se em programas de educação para o desenvolvimento da comunidade, de treinamento da mão-de-obra e de cultura geral. Nesses programas deveriam tomar parte, coordenadamente, entidades educacionais, culturais, sociais e econômicas, públicas e privadas. A assistência à formação, educação e investimento técnico deveria ser efetivada pelos governos nacionais ou pelas organizações internacionais.

As recomendações finais de Lima também estabeleciam tarefas que deveriam ser realizadas pelos governos como, por exemplo, “estudar exaustivamente as fontes de recursos financeiros internos para a educação, a fim de analisar a possibilidade de obter maior contribuição, incorporando novas fontes não utilizadas e estimulando a cooperação e a participação direta da comunidade”⁷.

A questão do financiamento para a área da educação passou a ser muito discutida a partir da Conferência de Lima. De acordo com seu relatório final, os governos deveriam realizar estudos pormenorizados quanto aos custos das operações e dos serviços na área da educação como base para a estimativa mais realista das necessidades financeiras futuras. A ideia era estabelecer o montante da ajuda externa compatível com as necessidades totais dos planos de desenvolvimento econômico e social, principalmente para que fossem efetivados programas governamentais de ação imediata.

Outro ponto importante da Conferência de Lima referia-se ao papel das organizações internacionais. De acordo com o relatório, os organismos internacionais competentes deveriam incluir em seus programas de assistência técnica a formação de especialistas nacionais nas diversas disciplinas do planejamento educativo mediante instituições regionais de capacitação, assim como o envio de missões assessoras aos países latino-americanos que as solicitem. Particularmente, a UNESCO, a CEPAL, a FAO, a OIT e a

.....
⁷ Conferências Interamericana de Educação: recomendações (1943-1963). Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, p. 53, 1965.

OEA deveriam intensificar seus estudos para melhorar a metodologia do planejamento educativo integrado como parte essencial da planificação do desenvolvimento econômico e social.

A Conferência de Lima também solicitava que as organizações internacionais interessadas em colaborar com os países latino-americanos na preparação, financiamento e execução dos programas de educação suscetíveis de intensificar seu desenvolvimento econômico e social estudassem as atividades — a curto e longo prazos — com que cada uma delas poderia contribuir para levar a efeito, nas melhores condições possíveis, os planos educativos desses países durante o decênio. E que no desenvolvimento dessas atividades, as Nações Unidas e seus organismos especializados estabeleçam entre si, e com os Estados interamericanos, a coordenação e a colaboração necessárias para a satisfatória consecução desses programas.

Em Lima, o problema do subdesenvolvimento latino-americano foi abordado como fator que poderia ser superado através de uma educação realizada com planejamento. Segundo Amado Luiz Cervo, “durante décadas, a ideologia desenvolvimentista fez a unanimidade no Brasil, mas não fez o entendimento político, pois a teoria latino-americana das relações internacionais, comporta, como elementos ideológicos, além do desenvolvimentismo, o liberalismo e o ocidentalismo, bem como acultura da democracia”⁸.

A partir Conferência Interamericana de Educação de Lima, realizada em 1956, e da Operação Pan-Americana, lançada em 1958, o paradigma desenvolvimentista concorreu no intuito de “implementar projetos nacionais de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações. Nesse sentido, o desenvolvimento era um vetor da política exterior”⁹.

O relatório de Lima concluiu que a fim de que a educação possa contribuir eficazmente para o progresso cultural, tecnológico, econômico e social da América Latina, a Conferência esperava que os Estados representados empregassem os melhores esforços com o objetivo de alcançar as metas

.....
8 CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Brasília. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (2): p. 13, 2003.

9 *Ibid.*, p. 14, 2003.

estabelecidas. Conseqüentemente, as atividades relativas ao planejamento, a curto ou a longo prazo, deveriam partir de sua prévia adaptação às carências e peculiaridades de cada país e ao grau de desenvolvimento alcançado pela educação. Com efeito, a diversidade das situações, que, em matéria de educação, apresentam os países latino-americanos, assim como os diferentes recursos de que dispõem para impulsioná-la levam a uma apresentação das linhas e objetivos do plano de ação em forma muito geral, que cada país terá de adaptar posteriormente às suas características e possibilidades.

A CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE – 1961

Elaborador e executor da Política Externa Independente, San Tiago Dantas, que foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre setembro de 1961 e julho de 1962, também já tinha exercido anteriormente, por anos, a função de professor. Ele assumiu o Ministério das Relações Exteriores do Brasil no contexto de uma política latino-americana de relações internacionais que vinha sendo pautada pelas propostas da Aliança para o Progresso. Promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), realizou-se em Punta del Este, Uruguai, entre os dias 5 e 17 de agosto de 1961, a Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social em Nível Ministerial, com a finalidade de fixar as bases para a efetivação da política inspirada pela Aliança para o Progresso.

A Aliança para o Progresso era um plano norte-americano de cooperação econômica, que previa um investimento de cerca de US\$ 20 bilhões dentro de dez anos, para financiar programas de desenvolvimento econômico e reformas sociais, complementado com a entre-ajuda dos países latino-americanos. Parte da ajuda também se destinaria para reduzir a situação de miséria de algumas regiões através da distribuição de alimentos e remédios. Para os políticos de esquerda e para os grupos nacionalistas das nações latinas, a Aliança para o Progresso (ALPRO) era mais um instrumento de interferência norte-americano nos assuntos internos dos países da América Latina.

O relatório final da conferência recomendava que se adotasse, em cada país, planos integrados de educação, para a consecução de metas

precisas ao próximo decênio, a fim de elevar-se o nível cultural dos povos da América Latina, e habilitar estes a participar construtivamente do desenvolvimento econômico social.

Um ponto do relatório de Punta del Este que é importante ressaltar diz respeito ao fomento do ensino no campo das ciências e da pesquisa científica e tecnológica, e sobre intensificar o preparo e aperfeiçoamento de cientistas e professores de ciências. Além disso, intensificar o intercâmbio de estudantes, mestres, professores, pesquisadores e outros especialistas, a fim de estimular a compreensão mútua e o aproveitamento máximo dos meios de formação e de pesquisas. Outro apontamento também incluía o desenvolvimento das bibliotecas públicas e escolares, como um dos meios mais eficazes para complementar e reforçar a obra educacional, e para enriquecer e difundir o patrimônio artístico e cultural.

O relatório final também mencionava a necessidade de reorientar a estrutura, o conteúdo e os métodos de educação em todos os níveis, a fim de adaptá-la melhor aos progressos no domínio do saber, da ciência e da tecnologia, às necessidades culturais dos países latino-americanos e às exigências de seu desenvolvimento social e econômico.

A partir de Punta del Este, os governos latino-americanos deveriam, em seus programas nacionais de educação, estabelecer bolsas de estudo e outras formas de assistência social e econômica ao estudante, a fim de reduzir a deserção escolar, particularmente nas zonas rurais, e de garantir igualdade efetiva de oportunidades educativas em todos os seus níveis. Os governos também deveriam incumbir-se em desenvolver e fortalecer centros nacionais e regionais, para o aperfeiçoamento e formação de mestres e professores, e de especialistas nos vários setores do planejamento e na administração dos serviços educacionais, requeridos para a consecução das aludidas metas.

Com relação à Aliança Para o Progresso, os Governos, os órgãos financeiros internacionais e outros órgãos que administram recursos a longo prazo, deveriam acrescentar e acelerar seus esforços, simplificando os processos de preparar, aprovar e realizar os projetos devidamente elaborados que os Governos dos Estados signatários da Carta de Punta del Este lhe

submeterem, entrosados com seus programas de intensificação de seus recursos humanos para a educação.

O relatório final recomendava que os Estados signatários da Carta de Punta del Este tracem como objetivo uma proporção não inferior a 15% dos fundos públicos disponíveis da Aliança Para o Progresso para que sejam aplicadas nesses programas e que, em consequência, lhes concedam a importância devida nos planos gerais de desenvolvimento, com a previsão de financiamento vindo do exterior. O relatório também encarregava o Conselho da OEA de examinar, em consulta com a Comissão Especial instituída pela Conferência de Punta del Este, os processos educacionais dos Estados latinos, visando aperfeiçoá-los no sentido de que a educação possa contribuir para o maior desenvolvimento social das nações americanas.

Entre 1961 e 1964, a partir do governo de Jânio Quadros, a atuação da diplomacia brasileira sofreu uma grande alteração com a formulação da Política Externa Independente (PEI), dando a política externa um novo perfil e um lugar de destaque na vida nacional¹⁰. Os princípios da Política Externa Independente foram formulados por San Tiago Dantas. Um destes princípios, referentes ao plano econômico, defendia a elaboração autônoma de planos de desenvolvimento econômico e a prestação e aceitação de ajuda internacional. Neste sentido, a Política Externa Independente estava diretamente relacionada com os ideais de desenvolvimento social e econômico defendidos na Conferência de Punta del Este.

A CONFERÊNCIA DE SANTIAGO – CHILE – 1962

A Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina ocorreu em Santiago, no Chile, de 5 a 19 de março de 1962, e foi patrocinada conjuntamente pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) e com a participação da Organização Internacional do

.....
¹⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 177, 1995.

Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação (FAO).

A Conferência Sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina considerava que “a cooperação internacional no plano cultural e educativo” ficou expressamente reconhecida na Carta das Nações Unidas como um dos instrumentos principais a fim de criar as condições de estabilidade e bem-estar necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações; também reconhecia que na constituição da UNESCO se afirmava a convicção dos Estados-membros de que devem existir iguais oportunidades de educação para todos. Por fim, reconhece que a ampla difusão da cultura, e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz, são indispensáveis à dignidade do homem e constituem um “dever sagrado” que todas as nações têm de cumprir com espírito de responsabilidade e ajuda mútua.

O documento da Conferência de Santiago, enfatizava que

“a Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece entre seus propósitos essenciais o de “promover” pela ação cooperativa seu desenvolvimento econômico, social e cultural; que os Estados signatários da Carta de Punta del Este proclamaram sua disposição de associar-se num grande esforço cooperativo a fim de acelerar o desenvolvimento econômico e realizar a justiça social, fixando com esse intuito importantes metas de caráter educativo, reafirma os compromissos assumidos nos documentos internacionais acima mencionados e considera de urgência intransferível que se dê à cooperação internacional para a expansão educacional na América Latina a correspondente atenção prioritária”¹¹.

A Conferência de Santiago reconhecia e considerava o alcance a “valiosa” colaboração prestada pela UNESCO, CEPAL, FAO e OIT, juntamente com a OEA, tendo em vista a preparação da Conferência e o êxito de seus trabalhos. Reconhecia também que os informes apresentados pelas delegações que assistiram à Conferência sobre o estado atual da educação nos países latino-americanos comprovam o fato de que, não obstante o esforço

.....
11 Conferências Interamericana de Educação: recomendações (1943-1963). Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, p. 114, 1965.

empreendido pelos países, seria indispensável desenvolver em cada nação, nos próximos dez anos, programas gerais de extensão e melhoria do ensino, tanto para compensar as deficiências resultantes das dificuldades econômicas e sociais que constituíam sérios obstáculos à sua evolução, quanto visando o propósito de adequar os meios e os sistemas educativos das diversas nações do continente ao ritmo de seu crescimento demográfico que, naquele momento, era proporcionalmente o mais elevado do mundo.

Concluiu-se que os programas de desenvolvimento educacional deveriam fundar-se na autenticidade nacional, elaborando-se e realizando-se dentro do mais absoluto respeito à soberania e à personalidade cultural de cada povo, segundo suas leis, necessidades e aspirações.

Foram recorrentes e insistentes as advertências, feitas a todo instante durante a Conferência de Santiago, que, em matéria educativa, o esforço maior deve corresponder ao país que o aproveita diretamente, e que a insuficiência e instabilidade dos recursos internos disponíveis em muitos dos Estados americanos reclamam da ampla e desinteressada cooperação internacional.

A cooperação internacional deveria de orientar-se para dois objetivos: assegurar, por um lado, aos Governos que a solicitem, a assistência técnica das Nações Unidas, da UNESCO e demais instituições especializadas, da Organização dos Estados Americanos bem como das nações aptas e dispostas a oferecê-la, e, por outro lado, a proporcionar-lhes efetiva ajuda financeira, mediante empréstimos amortizáveis a longo prazo, de forma a permitir-lhes o simultâneo desenvolvimento educativo e econômico-social de seus habitantes, sem afetar com grave risco o financiamento de outras atividades prioritárias do desenvolvimento nacional.

A cooperação internacional e os esforços de cada governo seriam fundamentais ao longo da década de 1960, pois aquele decênio constituía etapa crucial na história da América Latina, já que nele se decidiria se os 300 milhões de habitantes a que chegaria sua população em 1970, mediante as previsões, estariam ou não em condições de alcançar melhores níveis de vida e desfrutar os benefícios resultantes da tecnologia e da cultura com as

garantias de liberdade e das instituições democráticas representativas.

Seria através de órgãos nacionais de planejamento, que se tornaria mais conveniente manter o contato com os de âmbito internacional, pois cada país deveria se adiantar com a necessária brevidade na formulação de programas de desenvolvimento educativo integrado com os planos de desenvolvimento econômico e social nos quais, sem perder de vista a formação integral do homem, se estabeleceriam as prioridades aconselháveis para elevar a produtividade da população a fim de acelerar o progresso econômico e social de “todos” os habitantes.

Com relação à Aliança Para o Progresso, os Estados que participaram da Conferência de Santiago, reforçaram a necessidade de que os governos, os órgãos financeiros internacionais e outros órgãos que administrem recursos a longo prazo acrescentem e acelerem seus esforços, simplifiquem o processo de preparar, aprovar e realizar os projetos devidamente elaborados que os Governos dos Estados signatários da Carta de Punta del Este lhes submetam, entrosados com seus programas de intensificação de seus recursos humanos para a educação. As organizações internacionais que também estiverem interessadas em colaborar com os países latino-americanos na preparação, financiamento e execução dos programas de educação susceptíveis de intensificar seu desenvolvimento econômico e social estudem as atividades — a curto e longo prazos — com que cada uma delas poderia contribuir para levar a efeito, nas melhores condições possíveis, os planos educativos desses países durante o decênio.

Um dos princípios fundamentais da Conferência de Santiago, considerava que “a cooperação internacional no plano cultural e educativo” estava expressamente reconhecida na Carta das Nações Unidas como um dos instrumentos principais a fim de criar as condições de estabilidade e bem-estar necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações. Nesse sentido, em Santiago foi reafirmada a convicção dos Estados participantes de que devem existir iguais oportunidades de educação para todos e se reconheceu que a ampla difusão da cultura, e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade do homem

e constituem um dever sagrado que todas as nações têm de cumprir com espírito de responsabilidade e ajuda mútua.

O relatório final de Santiago buscou fortalecer os compromissos assumidos nos documentos das conferências interamericanas anteriores e considerava de urgência intransferível a cooperação internacional para a expansão educacional na América Latina.

Ao adotar a declaração de Santiago, os Estados participantes da Conferência ratificavam solenemente sua decisão de fazer do desenvolvimento educativo e do progresso econômico acelerado de todos e de cada um, fatores complementares para obter, numa verdadeira igualdade de oportunidades, não apenas a prosperidade material dos povos que representam, mas sua plena realização na independência e numa mais ampla justiça social, a fim de contribuir com elementos cada dia mais atuantes para o trabalho conjunto que a paz do mundo e a civilização humana tanto reclamam.

A CONFERÊNCIA DE BOGOTÁ – 1963

Entre os dias 4 e 10 de agosto de 1963, ocorreu a Conferência Interamericana de Educação de Bogotá, Colômbia. Neste evento, foram examinados os progressos alcançados no tocante aos esforços dos governos dos Estados americanos no sentido de verificar se estavam sendo levados aos povos os benefícios da educação, da ciência e da cultura, e de acelerar o ritmo de progresso na execução dos seus planos de desenvolvimento econômico e social, expressando uma convicção de que a política educacional de seus países há de processar-se dentro de uma visão ampla de desenvolvimento e melhoria dos recursos humanos.

Como recomendação da Conferência, os governos teriam a tarefa de imprimir à política educacional um conteúdo realista, que expresse plenamente o grau de desenvolvimento dos países americanos. Nesse sentido, seriam necessários os planos nacional e de cooperação internacional, na área da educação, através de ações que fortalecessem, renovassem e ampliassem as instituições, criando ao mesmo tempo mecanismos que funcionem com

a flexibilidade e com a rapidez que requer a execução dos planos gerais de desenvolvimento.

Sob esse ponto de vista, uma política educacional desenvolvimentista requer não somente que se cuide do progresso dos estudantes desde a escola primária até os níveis superiores, mas também que se criem condições, especialmente no ciclo do ensino médio, que permitam àqueles que não possam ou não desejem seguir estudos mais avançados habilitar-se para desempenhar “ocupações úteis”.

Nessa ordem de ideias, os Ministros da Educação entendiam que, de acordo com as necessidades de cada povo, os planos de educação nacionais devem proporcionar meios que permitam fortalecer e unificar o ensino básico de “grau” médio e complementar a formação cultural com conhecimentos sobre os processos fundamentais da técnica.

Por outro lado, como importante elemento da política de desenvolvimento dos recursos humanos, os planos nacionais deveriam incluir vigoroso programa de treinamento intensivo orientado no sentido da melhoria do grau de qualificação dos trabalhadores do campo e das indústrias, para conseguir a máxima cooperação possível das forças ou entidades produtoras, sejam públicas ou privadas.

A Conferência também recomendava a adoção das áreas de prioridade assinaladas no relatório da Comissão Especial para Promover a Programação e o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura na América Latina. O objetivo das ações das prioridades era a preparação de pessoal administrativo, docente e técnico e a consideração do bem-estar dos estudantes, como primeiro setor prioritário. O planejamento integrado da educação e o desenvolvimento dos recursos humanos, a modernização dos sistemas administrativos da educação e das pesquisas pedagógicas, seria um segundo setor. Já a ampliação dos serviços de ensino de grau médio, a formação de maior número de dirigentes para impulsionar o progresso econômico e social, o desenvolvimento do ensino primário rural teria por finalidade fim “equipará-lo” ao ensino primário urbano. Por fim, a integração dos adultos na vida cultural, social e econômica de sua comunidade, era o terceiro setor prioritário apontado.

A Reunião reconhece a importância desta ordem de prioridades para o desenvolvimento educacional da América Latina e destacar mais alguns aspectos especiais que necessitavam de atenção prática imediata dos governos, como, por exemplo, o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento.

Uma das principais constatações que se pode verificar a partir da análise das recomendações das Conferências, principalmente as da década de 1960, é a “urgência” quanto a realização dessas recomendações por parte dos governos. Dessa forma, as recomendações deveriam ser efetivadas como sendo prioridades urgentes, como metas a serem cumpridas da forma mais rápida possível. O Relatório da Conferência de Bogotá, recomendava novamente e, de forma muito insistente, que os Governos latino-americanos realizem em regime de urgência as tarefas de planejamento educativo, como parte essencial do planejamento do desenvolvimento econômico e social.

A ênfase na retomada do planejamento é constante nas indicações, resoluções e recomendações da Conferência. O processo de planejamento deveria empregar a técnica do programa-orçamento, distribuindo-se as despesas em três categorias: investimentos, ampliações decorrentes de novos serviços e despesas de funcionamento. Esse procedimento permitiria ao órgão de planejamento controlar gradualmente o orçamento, condição essencial para conseguir eficiência administrativa completa. Para isso, era necessário se delimitassem as responsabilidades que devem ter no sistema educacional as entidades político-administrativas, isto é, os Governos centrais, os Estados, departamentos ou províncias e os municípios ou cantões.

A conferência de Bogotá reforçava a necessidade de intensificar o intercâmbio de professores e estudantes entre as universidades americanas. E também que se impulsionassem as atividades dos institutos indígenas, de antropologia e outros semelhantes no sentido de investigar os problemas relacionados com a educação nas zonas em que se falam predominantemente as línguas autóctones e de promover as soluções mais adequadas para esses problemas.

Em relação específica ao desenvolvimento das universidades e da pesquisa científica, as conclusões e recomendações do Relatório de Bogotá, deveriam ser apresentados à Organização dos Estados Americanos por um

grupo de técnicos, denominado “A Educação Superior na América Latina e a Cooperação Interamericana”, sobre as necessidades educacionais cuidadosamente consideradas pelos Estados-membros, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, e pelo Grupo Especial de Estudos de Educação da América Latina.

O Grupo Especial de Estudos de Educação da América foi criado com a função de estudar os problemas que apresenta o ensino técnico profissional, especialmente no tocante à formação de pessoal especializado para esse tipo de ensino (tanto para o sistema regular de educação como para cursos de treinamento ou capacitação), à elaboração de material didático, ao aparelhamento de oficinas e a equipamentos.

Por fim, para complementarem-se os recursos internos disponíveis, para se pôr em prática os planos integrados de educação, o Fundo Especial Interamericano de Melhoria Social, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e outras fontes de crédito devem proporcionar empréstimos para projetos bem ideados, nacionais e regionais, de desenvolvimento educativo, particularmente para edifícios e equipamentos escolares.

Para desenvolver a educação latino-americana, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em conjunto com os organismos especializados competentes das Nações Unidas, e outras entidades interessadas deveriam dispensar assistência técnica aos países que a solicitarem, para a elaboração, financiamento e execução de planos nacionais e projetos específicos de desenvolvimento educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Luiz Aberto Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)**. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. Brasília. Rev. Bras. Polít. Int.46 (2), 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5ª ed. rev. ampl., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. **A educação nacional-desenvolvimentista de San Tiago Dantas**. Revista de Educação da UFRJ. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da guerra fria à crise: relações internacionais**. 4ª Ed. Editora UFRGS, 2006.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

FONTES PRIMÁRIAS

Conferências Interamericanas de Educação: recomendações (1943-1963). Arquivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério de Educação e Cultura.

INTERDISCIPLINARIDADE: HISTÓRIA E DIREITO COMO FORMADORES DE CONSCIÊNCIAS

SANDIARA DAÍSE ROSANELLI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, GRADUANDA EM
LETRAS – PORTUGUÊS – BACHARELADO; GRADUADA
EM HISTÓRIA – LICENCIATURA E BACHARELADO
SANDIARAROSANELLI@GMAIL.COM

LAÍSA FLORES DE QUADROS
PROFESSORA ESTADUAL (RS), MESTRE EM EDUCAÇÃO
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA,
LAISAQ@HOTMAIL.COM

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: EDUCAÇÃO, REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

Na formação educacional e profissional de professores aprendemos a refletir a prática docente e, ao mesmo tempo, inovar e instigar a reflexão dos nossos alunos para além dos conteúdos de cada disciplina em si. Cada docente tem suas trajetórias singulares que são refletidas em suas práticas de ensino e no compartilhamento dessas experiências, novas propostas são construídas, tanto entre docentes de uma mesma área do conhecimento quanto (e especialmente) entre docentes de áreas diferentes. O tempo presente e o tempo passado, assim como disciplinas diferentes, se interligam com a realidade e a imaginação formando Consciências Humanas de docentes e de estudantes em atividades de ensino que instigam a interdisciplinaridade, criatividade e desenvolvimento de novos saberes.

Nesse sentido, diante de reflexões sobre os desafios que cada (re)começar escolar desperta no professor surge a ideia de um projeto onde os conteúdos da disciplina de Direito encontram na disciplina de História uma nova perspectiva. Esses conteúdos de Direito, passam a ultrapassar o tecnicismo, o isolamento e a insignificância das palavras ditas, decoradas e cobradas tais como proferidas, ganhando novos significados ao serem pensados junto a realidade dos estudantes e as percepções que estes têm da História. As ideias se encontram e complementadas por visões de mundo e ensino diferentes, possibilitaram essa jornada interdisciplinar entre profissionais da Educação, das áreas de História e Direito, e estudantes imersos na realidade escolar.

Assim, apresentamos uma atividade educativa realizada com os estudantes do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha na cidade de Santa Maria – RS, realizada no ano de 2019, onde os estudantes foram provocados a escolher fatos históricos relacionados aos Direitos Humanos, que pudessem ser objeto de júris simulados, onde seriam defendidos os princípios da atual Constituição da República Federativa do Brasil, em especial os direitos e garantias fundamentais, previstos no artigo 5º.

Esta atividade e a implementação desse projeto junto a disciplina de Direito e Legislação do Curso Técnico de Informática tem como questão central a Educação e seus significados, onde pensamos em possibilitar que os envolvidos reflitam sobre o passado e façam ligações com as suas realidades cotidianas, pensando em seus protagonismos individuais e coletivos, suas responsabilidades para com os outros e com o meio onde vivem, olhando e significando esse passado de forma crítica e autônoma. Juntamente com isso, buscou-se possibilitar o desenvolvimento do processo de construção de consciência junto ao ensino e aprendizagem, bem como refletir sobre a condição humana, os princípios constitucionais, as práticas sociais, interligando o conhecimento as suas vivências, promovendo a interdisciplinaridade e relações entre a teoria e a prática, possibilitando aos envolvidos o desenvolvimento de consciências, de si, do outro, histórica, cidadã e humana.

A partir disso, Zygmunt Bauman nos ajuda a pensar sobre a nossa interligação como sujeitos sócio-históricos e o ambiente. Ele afirma que neste planeta somos todos dependentes uns dos outros e não existe nada no que fazemos ou nos coibimos de fazer que seja indiferente ao destino dos outros (2017, p. 27). Nesse sentido, a Educação e as diversas áreas do conhecimento quando conversam e agem juntas podem se tornar aliadas na vida cotidiana de cada estudante-sujeito, para que os muitos saberes sejam fontes para ações no mundo e na educação, de forma significativa, levando-os a pensarem e ressignificarem seus papéis de agentes sociais, históricos e culturais, que agem, reagem e interagem no mundo em seu tempo presente, considerando o passado e o futuro em suas ações.

PENSANDO A ATIVIDADE E A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

A atividade proposta aos estudantes foi a construção de júris simulados, onde os estudantes foram provocados a escolher fatos históricos que pudessem ser objetos desses “julgamentos”, realizando uma reflexão interligada entre passado e presente, consciências, imaginário e direitos humanos como formadores de individualidades em ambiente escolar, a partir da construção de narrativas (auto)biográficas.

Os estudantes foram separados em grupos, onde os papéis de réu, vítima, advogado de defesa e promotor de justiça foram representados por eles e as professoras são as juízas, cujo objetivo não é julgar e sim mediar as falas, trazendo subsídios para pensar os preceitos constitucionais, principalmente os que garantem a dignidade humana e o refletir os fatos, momentos e contextos históricos.

As temáticas, escolhidas pelos próprios alunos, foram apresentadas, contextualizadas e historicamente inseridas ao longo da atividade, sendo que os estudantes puderam usar de seus imaginários para as construções das teses de defesa e acusação de cada caso. Cada caso escolhido foi pensado e apoiado principalmente no “caput” e incisos do Artigo 5º da atual Constituição Federal do Brasil, apresentando direitos e deveres individuais e

coletivos, que pensando historicamente, não se aplicavam às épocas de algumas das temáticas escolhidas pelos alunos. Desse modo, como trabalhamos não apenas com estudos de História e Direito e de seus conteúdos, mas também com os imaginários desses estudantes, possibilitamos a construção de júris anacrônicos, ou seja, pensados pelos olhos do presente, apenas com relações com os contextos onde e quando esses fatos ocorreram.

Após as apresentações de todos os júris e as considerações gerais apresentadas pelos colegas e pelas professoras, cada estudante foi instigado a escrever sobre as suas percepções dos casos, interligando-os à sua trajetória de vida e o que representou participar dessa atividade. Para isso, foram propostas algumas questões norteadoras, apenas como pontos de referência, de maneira a inspirar os alunos em suas construções de narrativas e significados.

A partir das narrativas produzidas pelos estudantes, é possível perceber a relação dessa ação em sala de aula, com os imaginários pessoais e coletivos abordados, as relações construídas entre o passado e o presente e as consciências despertadas em cada um. O espaço de se auto-reconhecer e reconhecer o outro em fatos já acontecidos e historicamente registrados, bem como o reconhecimento de nossa interligação e dependência como seres humanos, que vivem e compartilham este planeta, que a cada dia clama mais para superarmos nossas divergências para com o diálogo possamos encontrar o caminho do bem comum, compreendendo e respeitando as diferenças entre todos os sujeitos.

A reflexão palpável é um movimento de expressão de consciências e no momento em que o estudante se narra neste contexto de fatos históricos refletidos em grupo, ele se aproxima das dores da humanidade e toma consciência de que essas mesmas dores podem assumir outras faces muitas vezes totalmente ignoradas, quiçá combatidas. A História e a Consciência Histórica produzem subsídios importantes para viver o hoje, entender e significar o passado para (re)definir o futuro, pois na perspectiva de Jörn Rüsen (2010a, 2010b, 2015), a consciência histórica possibilita ao estudante-sujeito ligar-se com a História a partir da significação e apropriação desta por

ele, de modo que permite ao sujeito questioná-la e interpretá-la conforme suas próprias vivências, experiências, memórias e imaginários, construindo uma ligação entre seu presente, o passado e o futuro que espera (ROSA-NELLI, 2018, p. 16-22), sempre de modo a formar significados para além da sala de aula.

Diante disso, a construção de Consciência de Si e do Outro, está interligada a construção de uma Consciência Humana e Cidadã por parte de cada sujeito, de modo individual e ao mesmo tempo coletivo. Ao narrar-se, esse sujeito utiliza de suas consciências, memórias e imaginários para construir expressões de sua singularidade, identidade e ao mesmo tempo, protagonismo de sua própria vivência e trajetória de vida, em meio a coletividade a que pertence e faz parte. Assim, as narrativas (auto)biográficas tornaram-se não apenas uma metodologia de ensino e aprendizagem, mas também uma forma de autorreflexão e (re)significação de si mesmo, como sujeito e também para os outros sujeitos que irão ouvir ou interagir com essa narrativa, no presente ou em outro momento futuro, atribuindo a essa narrativa significados e sentidos distintos.

A atividade biográfica não é uma atividade episódica e circunstancial limitada apenas ao relato da vida, mas uma das formas privilegiadas de atividade mental e reflexiva segundo a qual o ser humano representa-se e compreende a si mesmo no seio de seu ambiente social e histórico. (DELORY-MOMBERGER, 2006, p. 369).

As narrativas (auto)biográficas trazem ao estudo um embasamento no processo de reflexão, (re)significação e entendimento dos resultados, inclusive para pensar novas formas de interação com os alunos que vão trazer a riqueza de suas vidas e interpretações. Conhecer o estudante e as relações que estabelece com o conhecimento torna-se um caminho possível para que este conhecimento se transforme em saber e práticas de fato ligados às realidades dos estudantes e também docentes envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem.

A narrativa é uma forma de construção de sentido que, segundo Rüsen, torna-se uma expressão palpável da Consciência Histórica de cada

sujeito e dos significados que ele atribui ao passado individual que rememora ao narrar. A narrativa expressa dessa maneira, a singularidade do sujeito naquele dado momento, pois quando ressignificamos o que sabemos e percebemos estranhamentos sobre nossas próprias histórias, estamos cada vez mais aptos para ver a nós mesmos sob uma visão mais crítica e problematizadora de nossas experiências, vivências e aprendizados. Nas palavras de Rüsen, “a narrativa é um processo de **poiesis**, de fazer ou produzir uma trama da experiência temporal tecida de acordo com a necessidade de orientação de si no curso do tempo” (2010a, p. 95. Grifos do autor). Além disso,

La narrativa expresa la dimensión emotiva de la experiencia, la complejidad, relaciones y singularidad de cada acción; frente a las deficiencias de un modo atomista y formalista de descomponer las acciones en un conjunto de variables discretas. Como modo de conocimiento, el relato capta la riqueza y detalles de los significados en los asuntos humanos (motivaciones, sentimientos, deseos o propósitos), que no pueden ser expresados en definiciones, enunciados factuales o proposiciones abstractas [...]. (BOLÍVAR, 2018, p. 13).

Assim, a perspectiva das construções das narrativas sobre os júris simulados pelos estudantes também pode ser considerada a produção de reflexões críticas sobre as inferências e textos produzidos. Para Chapman (2018, p.19), “pensar criticamente sobre um argumento é pensar nessas palavras, nas correntes de raciocínio que elas procuram criar e interligar, e no peso que tais elos e cadeias podem suportar”, e neste contexto os estudantes foram provocados a fazer perguntas e avaliar as condições pelas quais se deram e se dão os fatos trazidos.

Como sugere Chapman (2018, p. 34) ao discorrer sobre situar a história na sala de aula, pois o território, a própria história e as identidades possibilitam reflexões diversas nesse espaço de aprendizagem, faríamos bem em refletir como situamos a história entre o passado e o presente, sobre como nossas atividades moldam a nossa disciplina e as possíveis relações que estabelecemos entre a história, o passado histórico e as preocupações com o presente. Assim pensando, principalmente neste apoio que o conhecimento crítico e consciente dos fatos passados podem trazer para nossas ações no

hoje refletindo no futuro, podemos olhar para nossos alunos e a partir deles melhorar nossas práticas educativas e de viver com os outros, reforçando nossas consciências humanas e identidades.

A EXPERIÊNCIA, OS RELATOS E REFLEXÕES

A construção dos júris simulados foi bastante complexa e despertou desde o início da proposta um grande interesse e colaboração das turmas onde a atividade foi executada. Foram trinta e oito (38) alunos de duas turmas do 2º ano do Ensino Médio que participaram da atividade, divididos em oito grupos, com temáticas históricas relativas à história do Brasil, passado e relativamente recente, e à história mundial. As temáticas envolveram os seguintes fatos e/ou pessoas: Joana d'Arc; Virgulino Ferreira da Silva; Maria da Penha; Ditadura Militar; o incêndio na fábrica da Triangle com a morte de mais de cem mulheres e dezenas de homens; homossexuais na Alemanha nazista; Massacre dos Carajás; Brasil Colônia e perseguição religiosa. Todas essas temáticas trazidas pelos próprios estudantes, foram pensadas em relação ao contexto em que ocorreram, mas ao mesmo tempo, com os olhos do presente, especialmente por analisá-las diante da Constituição atual do Brasil.

Deixar que os alunos pudessem escolher as temáticas revelou-se uma oportunidade para descobrir o que hoje os preocupa e interessa nas relações que estabelecem em sociedade mediadas pelo Direito, que no momento se pretende estudar e refletir criticamente. Também foi possível identificar que fatos históricos foram marcantes para os estudantes a ponto de quererem representar e com isso fazerem as interpretações históricas num contexto atual.

A partir disso, a parte que segue no presente artigo é um tanto diferenciada, pois apresenta partes dessas narrativas dos estudantes e das narrativas construídas pelas professoras envolvidas nessa atividade, onde podemos ver tanto as perspectivas singulares quanto parte das trajetórias de cada um. Dessas narrativas, selecionamos alguns trechos que consideramos relevantes para representar a atividade que propusemos e os resultados dela obtidos.

Com a frase *“a justiça, geralmente, serve para ajudar as pessoas a resolver conflitos, remediar a ordem e manter a paz. Muitas vezes, a justiça pode não ser tão benevolente com todas as pessoas, e às vezes também, ela falha”*, esse estudante traz uma inferência importante sobre as práticas judiciais e uma compreensão de que não podemos emprestar adoração a lei como se ela conseguisse resolver todos os nossos conflitos. Nesse sentido, a percepção da necessidade de sermos agentes de transformação também aflorou nas escritas de outros estudantes, por exemplo: *“a experiência que fica é que se não formos à luta dificilmente sairemos da onde estamos”*, o que também foi frisado por outro estudante: *“É bom retratar situações como essas para relembrar que nós seres humanos temos direitos e temos que defendê-los”*.

Ao pensar a História os alunos fazem relações importantes quando afirmam: *“estudando história consigo perceber que muitos problemas atuais possuem raízes em discussões de outras épocas”*, acrescentando que na atividade *“vimos a quantidade de crimes que eram cometidos sobre uma desculpa de patriotismo, de proteção, percebemos a importância da democracia e também da luta”*, estabelecendo uma relação com o presente ao dizer que *“isso vejo hoje a todo momento e a noção que não podemos menosprezar a luta de ninguém”*. Outro estudante destaca: *“é triste ver pessoas que não conhecem a história de seu país pedirem a volta de uma época tão negativa para nós, e é sempre importante reforçar os aspectos negativos desse período para que isso não se repita”*. Nesses excertos, podemos perceber que há uma grande complexidade de reflexões e consciências humanas e críticas sobre o que esses estudantes aprendem e ao mesmo tempo interpretam disso.

Além disso, confirmando que as temáticas escolhidas vieram de situações experienciadas pelos próprios estudantes, a manifestação de um deles demonstra bem isso: *“as questões abordadas em nossos júris a maioria delas fazem parte do nosso dia a dia, como violência, homofobia, etc...”*. Outro aluno, fala da perseguição religiosa: *“presenciei uma abordagem policial agressiva contra umbandistas”*. Outros passaram pelas situações abordadas, até de modos semelhantes, como afirmou uma aluna: *“como todo homossexual raiz, eu também sofri preconceito tanto dentro de minha casa, quanto na rua”*.

Nas questões de trabalho e sociais também os alunos conseguiram relacionar a situações de vividas em suas famílias como o que viram ao longo da atividade, uma aluna contou: *“o júri simulado das mulheres que foram queimadas na fábrica me lembra situações que minha mãe viveu trabalhando em fábricas por horas excessivas e sem ganhar hora extra e com pouquíssimos intervalos, hoje ela tem problema no pulso”*. Nesse mesmo sentido, a questão do movimento sem terra foi lembrada: *“eu tenho uma relação muito grande, pois hoje onde eu moro, já foi uma ocupação e meu vô foi uma das pessoas que mais ajudou na luta para conseguir na Prefeitura, água e luz para os barracos que haviam na época”*. Também as figuras públicas e autoridades foram alvo de uma reflexão crítica: *“vemos o abuso de autoridades relatada pelo grupo do júri, ou seja, a censura ainda presente”* e também, *“é muito triste pensar que pessoas morreram para garantir uma política de igualdade”*.

Nos casos que ultrapassaram as fronteiras do nosso país, os assuntos são globais e trouxeram reflexões importantes sobre questões que são de todos: *“Joana foi um símbolo do feminismo, eu faço relação com o machismo que já sofri e presenciei outras mulheres passando, isso que é algo tão ultrapassado e mesmo assim ainda temos que lidar”*, ao que outra aluna acrescenta, *“injustiças que ocorreram a décadas e séculos atrás e nós mulheres ainda colhemos os resquícios de misoginia e machismo”*.

Os estudos dos casos permitiram que os alunos buscassem espontaneamente subsídios nos textos legais para o pensar crítico, como apontado por uma aluna: *“antes do júri valeu de minha parte realizar uma leitura detalhada da nossa Constituição para preparar minhas ideias”*. Outra inferência importante sobre o nosso ordenamento jurídico e práticas sociais que foram levantadas nessa atividade, de uma forma bem consciente, outra aluna que narrou sobre a violência doméstica sofrida por sua mãe no primeiro casamento, sinalizou: *“o fato de que a Lei Maria da Penha só foi sancionada em 2006 mostra como nosso país demora para evoluir em alguns casos”*, reforçando alguns dos comentários que foram realizados na sala de aula durante a realização dos júris.

Ao refletir sobre liberdade e repressão na formação humana assim discorre um dos estudantes: *“a repressão por pensar algo por mim mesmo, onde eu pensava em inovar algo e era reprimido”*, ao que acrescenta, a *“repressão, não é um bom caminho para buscar que a outra pessoa faça o bem”*, advertindo sobre os efeitos negativos do pensamento imutável, que parece estar assumindo cada vez mais espaço na atual sociedade brasileira. Nesse sentido, considerando a repressão social uma aluna refletiu sobre os processos de sua existência e emancipação, assim relatando: *“assim como Joana Darc tive que mudar coisas em mim para ser aceita pela sociedade também e sei que se ela tivesse vivido mais tempo teria descoberto (assim como eu) que isso não é necessário”*, ao que outra foca na questão da discriminação na área tecnológica das mulheres: *“minha inclusão na área tecnológica, onde a maioria das pessoas nessa área são homens”*.

Ficou visível a empatia dos estudantes com relação às situações que envolvem o ferir o direito do outro, como diz um aluno: *“Você não precisa ser mulher para se encantar com a luta pelos direitos de uma pessoa ou grupo de pessoas, este tipo de história (Maria da Penha) é o que inspira as pessoas a fazer parecido, em uma situação desesperadora sempre há pessoas que são como a luz no fim do túnel, um norte quando se está perdido”*. Também a fala de uma aluna ressalta, nesse mesmo sentido, que *“a experiência não é exatamente minha mas poderia ser”*, claramente demonstrando a consciência do outro e da possibilidade do desenvolvimento de empatia com a atividade. Após relatar uma experiência de um marido que matou sua esposa, a aluna conclui: *“sim eu poderia estar no lugar dessa mulher, já estive em situações extremamente abusivas, mais de uma vez, infelizmente e nunca ninguém se importa até acontecer algo muito sério”*, retomando a questão das diversas realidades cotidianas que esses alunos enfrentam em suas vidas.

Dentre as questões que propusemos para nortear as reflexões, uma merece um destaque em especial, pois ressaltou alguns pontos que foram apresentados nos diálogos realizados ao longo da realização da atividade. Esse questionamento era em relação a quem são os heróis desses estudantes, pois algumas das personagens escolhidas nas temáticas dos júris simulados foram

ao longo da história transformados em heróis. Assim, sobre essa questão, a maioria dos alunos citou as vítimas dos casos escolhidos para a atividade, ou os heróis que lutaram para mudar a história, principalmente porque lutaram pela justiça e garantia dos direitos de todos e que agiram pelo bem coletivo, também citaram seus pais e avós, exemplos de vida, principalmente as mães, pelas lutas que travaram e por serem verdadeiras guerreiras. Aqueles que deram suas vidas por uma causa maior foram lembrados também lutando pela igualdade e pela liberdade reconhecidos no passado e também no presente.

Diante de tudo isso que já foi ressaltado, vale destacar que o aprendizado vai além da sala de aula, como demonstrado quando um estudante afirma: *“aprendi que ninguém pode me calar e tirar meus direitos”* ou *“a reflexão que trago para minha vida é que discriminar as pessoas é errado”*, e ainda: *“ninguém deve interferir e querer escolher por ti, por mais difícil que seja você é livre e toma as decisões que quiser. Seja intensamente feliz, do jeito que quiser e sem rótulos”* ou quando um aluno fala que refletiu sobre *“determinação, foco, empoderamento, objetivos e causas”*, de modo que ainda não tinha feito.

A aproximação do Direito e da História foi sentida a todo momento, como também pode ser a aproximação de todas as áreas do conhecimento para um entendimento mais completo e de que tudo está interligado, como um aluno traz que *“os júris mostraram que embora toda evolução tecnológica, podemos notar situações parecidas, crimes perto da nossa realidade que assemelham a acontecimentos históricos, mas julgados de maneira diferente”*, assim o fazendo ele começa a percorrer aquele caminho que todos nós precisamos, o de olhar o passado de uma forma consciente para agirmos hoje pensando agora e num futuro melhor.

RELATO DA PROFESSORA LAÍSA FLORES DE QUADROS

Ao acompanhar todo o processo, nesta parte do artigo destinada a mim, ressalvo que minha perspectiva nunca será isenta, sou a professora deles e no meu coração existe um amor enorme pelo humano em cada um.

Mesmo assim, vou relatar o que aprendi com a experiência e algumas percepções significativas, pois a evolução dos estudantes foi visível. Realizei uma atividade escrita no início do ano de 2019 sobre a Constituição Federal do Brasil, baseada nos conhecimentos prévios e leitura do texto constitucional e outra após a atividade e nesta afluíram diferenças visíveis, as quais destaco: conhecimento interdisciplinar, significações pessoais e coletivas, relações destes conhecimentos com as práticas, reconhecimento de si e do outro, consciência cidadã, interpretações históricas de reinvenção de si e do coletivo e desenvolvimento de outros saberes, mas principalmente vi eles criarem suas próprias interpretações e fazerem suas próprias perguntas existenciais, uma aluna ainda colocou na atividade perguntas que fez a si mesma, dentre elas: Por que a luta do povo não faz tanto efeito? Por que há tantas pessoas abusando do poder que tem? O que leva um ser humano a ferir outro ser humano? Confesso que também já fiz essas perguntas e também busco respostas como ela, por essa razão sigo a jornada para junto com meus alunos, colegas, estudiosos e pesquisadores cheguemos a melhores condições de viver com o outro e com tudo que nos cerca. Se eles perguntam é porque se preocupam em melhorar suas ações no mundo e se esta foi uma semente espero que encontrem solo fértil para seguirem suas jornadas sempre refletindo sobre suas escolhas e sobre os resultados delas.

RELATO DA PROFESSORA SANDIARA DAÍSE ROSANELLI

A minha perspectiva também conversa com a da colega Laísa, apesar de estar mais externa a turma. Não sou docente regular desses estudantes e como convidada pouco conheço deles e da dinâmica que possuem como turma. Minha formação é em história e, nesse sentido, meus conhecimentos do direito são um tanto superficiais, mas com essa atividade pude perceber algumas coisas que até o momento somente havia presenciado nas práticas docentes que tive nos estágios curriculares de minha graduação e em minha experiência como estudante do ensino básico. Dessa forma, minhas impressões ficaram muito mais pautadas pela realização da atividade dos júris simulados em si.

Nunca havia participado de uma atividade desse tipo, mas a possibilidade de pensar e construir conhecimento de modo interdisciplinar pareceu-me ser muito produtiva, pois as reflexões que os estudantes estabeleceram demonstraram não apenas conhecimento histórico, do Direito e da legislação, mas também empatia e consciências humanas em constante e pleno desenvolvimento. Além disso, essas reflexões propostas por eles também instigaram reflexões semelhantes a mim, como a colega Laísa apresentou, as questões que os alunos levantaram demonstram não apenas o interesse deles, mas também as inquietações e reflexões críticas que possuem.

Em relação a História, acredito que a realização dos júris possibilitou aos estudantes pensar como a História é escrita e construída com diferentes versões e julgamentos, que às vezes conseguem tornar vítimas e réus de determinados fatos em heróis ou vilões frente a sociedade e o tempo que a interpreta. Ademais, as interligações entre o passado e o presente construídas e percebidas ao longo dos júris foi muito interessante, pois demonstrou que os alunos têm tanto conhecimento histórico, quanto de direito e ao mesmo tempo conseguem construir raciocínios interdisciplinares complexos que ligam não apenas essas duas áreas, mas também questões culturais que os cercam e que eles têm conhecimento, seja por meio de algumas das associações feitas ao longo de seus discursos, seja por meio dos comentários tecidos ao final de cada júri.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES PARA O HOJE E PERSPECTIVAS PARA O AMANHÃ

Diante de todos os relatos colocados anteriormente, essa ideia da atividade dos júris simulados surge de uma insatisfação com as práticas mecanicistas, com o isolamento das disciplinas, com o não espaço de liberdade, criação e imaginação, contra as aulas em que o protagonismo fica somente nas mãos do professor, com a invisibilidade do estudante e o desconhecimento de sua história, contra o apagamento ou distorção da nossa história coletiva, marcada por abusos de toda ordem e também histórias de conquistas e evolução, que desconsideram a subjetividade humana dos estudantes e as consciências que estes possuem.

Abrir um espaço para atividades que não são tão novas ou originais, mas que em cada momento e grupo de pessoas pode significar algo novo. Lembrar de como o ato de educar também pode ser prazeroso, e que por vezes esquecemos, traz mais significado para o ser educador, mas principalmente para o humano singular que somos. A história nos ajuda neste processo de entender inclusive os direitos que escolhemos para o hoje que vão mediar as nossas relações.

Parece contraditório afirmar que a história pode nos ensinar-nos sobre a nossa própria identidade e sobre o mundo todo ao mesmo tempo, mas talvez ela possa – a identidade no fim das contas é acerca de inserções e exclusões, dentro e foras. Uma organização cuidadosa do currículo do curso pode levantar questões fundamentais sobre identidade territorial e sobre as histórias que moldam. Nossos alunos podem e devem ser encorajados a pensar globalmente – para ampliar seus horizontes e suas consciência histórica. É duvidoso que eles entendam história se não o fizerem. (CHAPMAN, 2018, p. 46).

Outra questão importante que precisa ser revista é os assuntos que ficaram fora das escolhas dos estudantes, mas que são igualmente importantes, como questões ambientais, que talvez tenham sido negligenciadas por muito tempo e não compreendidas por todas as áreas do conhecimento. Os silenciamentos também precisam ser interpretados e acolhidos.

Fazer uma história é também o que fazemos todos os dias, precisamos somente descobrir que história queremos escrever e deixar para as futuras gerações, afinal todos somos sujeitos partes construtoras e construídas da História, ou seja, somos sujeitos singulares sociais, históricos e culturais. Falar e refletir sobre questões que permanecem atuais, o preconceito racial e de gênero, crimes contra a vida, direitos de liberdade e igualdade, questões sociais e políticas são necessidades desses jovens quando eles trazem para as atividades e manifestam seu interesse e preocupação. As questões humanas e relacionais estão no mundo e não precisam ficar isoladas nas disciplinas ou presas em materiais didáticos. A escola e a universidade também precisam ultrapassar os seus muros com mais intensidade a ponto de que o horizonte possa ser visto de todos os lados, e as práticas tragam sentidos para as vidas dos envolvidos no processo de educar com acolhimento e amorosidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. **A sociedade sitiada**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. Tradução de Bárbara Pinto Coelho.
- BOLÍVAR, A. Prefacio – Investigación (auto)biográfica y narrativa: contar, decir y leer. In: ABRAHÃO, M. H. M; B.; CUNHA, J. L.; BÔAS, L. V. (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmicos-metodológicos**. Curitiba: CRV, 2018. p. 11 – 16.
- CHAPMAN, A. **Desenvolvendo o pensamento histórico**. Abordagens conceituais e estratégias didáticas. Org. Lucas Pydd e Marcelo Fronza. Curitiba: W.A. Editores, 2018.
- DELORY-MOMBERGER, C. **Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 359-371, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a11v32n2.pdf>>. Acesso em: 01 jul 2019.
- RÜSEN, J. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. Tradução Estevão de Rezende Martins.
- RÜSEN, J. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Orgs: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. C. R. Curitiba: Ed. UFPR, 2010a.
- RÜSEN, J. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b. Tradução Estevão de Rezende Martins.
- ROSANELLI, S. D. A Singularidade de cada um: Cultura e Consciência Histórica como processos de construção da individualidade sociocultural. 47 p. **Monografia de Conclusão do Curso de História** – Licenciatura. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

ST 14
TEORIAS DA HISTÓRIA
E DA HISTORIOGRAFIA:
PARADIGMA, TENDÊNCIAS,
CONCEITOS

COORDENAÇÃO

CARLOS HENRIQUE ARMANI (UFSM)

FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES (UPF)

HISTÓRIA E VERDADE: UMA RELAÇÃO ANTIGA

EMANOELA AGOSTINI
MANU.AGOSTINI@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O texto tem como proposta realizar uma reflexão sobre a historicidade da relação entre verdade e história. Em acordo com as concepções teóricas de Reinhart Koselleck (1923-2006) entende-se “verdade” e “história” como conceitos que entrelaçados à textos e contextos foram compreendidos de maneiras diferentes, a relação entre eles também alterou-se ao longo da história. A preocupação com a verdade foi constante na história da historiografia, Heródoto e Tucídides já demonstravam a necessidade de um compromisso da história com a verdade. História, para esses autores, significava relato verídico e sua verdade estava relacionada com a testemunha ocular. A assinatura do autor demonstrava que ele tinha recolhido relatos, feito observações, visto e ouvido, o que legitimava a investigação. Atualmente, adeptos da teoria literária e vertentes da filosofia narrativista, compreendem, ao contrário da Antiguidade, que a objetividade da narrativa estaria vinculada a um “desaparecimento” do autor, Roland Barthes (1915-1980) e Jacques Derrida (1930-2004) foram precursores neste campo. Essa alteração no papel desempenhado pelo autor é um exemplo das mudanças mencionadas acima. Objetiva-se, portanto, apresentar e refletir sobre alguns

sentidos atribuídos a “história” e a “verdade”, além de apontar algumas mudanças e permanências na relação entre esses conceitos, principalmente, a partir da obra “O conceito de História” de Koselleck.

A preocupação com a verdade esteve ao longo da história da historiografia, mesmo nas manifestações históricas “pré-científicas”, ou seja, anteriores ao século XIX a “intenção de verdade” era evidente (BARROS, 2014, p. 41). Conforme a análise de Barros, a busca pela verdade faz parte da “identidade mínima” da história desde a Antiguidade. O conceito de verdade, assim como o próprio conceito de História, possui uma historicidade. Dessa forma, apresentamos, na sequência, algumas alterações destes conceitos na história da historiografia. No período arcaico, na Grécia Antiga (do século VIII a.C. ao VI a.C.), “verdade” (*alétheia*) significava revelação¹. Eram as musas filhas de Zeus com *Mnemosýne* (memória) que conheciam os fatos do passado, presente e futuro. Elas podiam revelar aos aedos esses fatos. No século V a. C, também na Grécia, apareceu pela primeira vez a palavra “história”. Neste período ela designava “tanto saber quanto busca, pesquisa e resultado da pesquisa” (MEIER, 2013, p. 41). É nos textos de Heródoto de Halicarnasso (484 a.C- 425 a.C), conhecido como “pai da história”, que a palavra estava presente. Para François Hartog, existiam discursos que se assemelhavam à história antes de Heródoto, então o título que melhor lhe caberia seria de “pai dos historiadores” (HARTOG, 2003, p. 13-14). É interessante perceber que em Heródoto existe uma “dessacralização da verdade”. A verdade não parte mais das musas, mas é resultado da investigação do homem (SOUZA, 2013, p.247-248). A História significava relato verídico e sua verdade estava relacionada com a testemunha ocular. A assinatura do autor demonstrava que ele tinha recolhido relatos, feito observações, visto e ouvido, o que legitimava a investigação.

.....
1 A título de curiosidade, o conceito de verdade do filósofo contemporâneo Martin Heidegger (1889-1976) retoma alguns aspectos desta noção grega de verdade como revelação. Para Heidegger o conceito de verdade significa desvelar, revelar aquilo que está obscuro ou encoberto. A diferença é que em Heidegger quem desvela é o *Dasein* e para os gregos só as musas possuem essa capacidade. Cf. § 44 de Ser e Tempo de Heidegger.

Segundo Hartog, Tucídides foi o iniciador da história “verdadeira”; ele quis transformar os profissionais da história em “mestres da verdade”. Na *História da Guerra do Peloponeso* ele procurou romper com as histórias anteriores a ele, como é o caso das de Heródoto. Como o objetivo da história de Heródoto era “Impedir que as obras realizadas pelos homens, no decorrer do tempo, fossem suprimidas da memória e que grandes e admiráveis ações [...] deixassem de ser relatadas” (HERÓDOTO *apud* HARTOG, 2013, p. 78), Tucídides desqualifica sua história², pois a verdade não é a preocupação de Heródoto. Isso não quer dizer que Heródoto escrevia mentiras, só significa que “seu projeto era diferente”. O conhecimento, identificado posteriormente como histórico, na Antiguidade utilizava dois recursos: “ver” e “ouvir”, mas só a visão poderia produzir um conhecimento claro, seguro e confiável. Por essa razão, só se poderia fazer história no presente. Quanto mais distante fosse a época, menos perfeito seria o conhecimento sobre ela, assim pensava Tucídides (HARTOG, 2013, p. 77-91). Cabe registrar que o conceito de verdade dos historiadores na Antiguidade está em conformidade com o conceito de Aristóteles exposto na *Metafísica* (2001, p.26-27): “dizer do que é que ele não é e do que não é que ele é, é o falso; dizer do que é que ele é e do que não é que ele não é, é o verdadeiro”. Em Aristóteles encontramos a primeira manifestação da verdade como correspondência.

No que se refere ao conceito de história, até o final da Antiguidade, não percebemos grandes alterações em comparação ao conceito grego. “História” na *Poética* de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C) significava a reprodução do que aconteceu, principalmente das ações políticas e militares. “História” no sentido de “acontecimento” esteve presente, primeiro, em Políbio (203 a.C.-120 a.C). Ela se constituiu no contexto literário significando a unidade de toda literatura histórica, e estava mais vinculada à soma dos aconteci-

.....
2 Podemos perceber já nos primeiros historiadores a tentativa de superar a história/historiador anterior (Heródoto) com o objetivo de valorizar e estabelecer a nova história/historiador (Tucídides), comprovando a tese de Novais e Silva (2011, p. 12) de que esta estratégia é comum na história da historiografia.

mentos que suas relações. É em Cícero (106 a.C-43 a.C) que vemos grande preocupação com a verdade na história. Ele não questionava se a história podia ser verdadeira, mas se perguntava como os historiadores podiam se ater à verdade. De modo geral, na Antiguidade, “história” se referia aos acontecimentos políticos e militares, tratava-se da reflexão sobre episódios e ações memoráveis, com o propósito de aprender algo com essas ações. Em Roma, sobretudo, havia a preocupação com o exemplo político. A história em Roma ao mesmo tempo legitimava a expansão e transmitia o exemplo dos pais (MEIER, 2013, p 47-59).

Até a Alta Idade Média, “História’ era o registro exclusivamente daquilo que o próprio autor vivenciou, representando, portanto, conhecimento seguro, que, por consequência, possui altíssimo grau de veracidade” (ENGELS, 2013, p.63). Sendo assim, percebemos que o conceito de verdade histórica na primeira metade da Idade Média se assemelha ao da Antiguidade, por isso se mantém a necessidade da testemunha ocular. *Grosso modo*, na Idade Média, a versão mais conhecida sobre a verdade é a de Tomás de Aquino, presente na obra *Quaestiones Disputatae de Veritate*, segundo o qual “verdade” é adequação da coisa e do intelecto. O homem se mantém passivo no ato de conhecer: “O intelecto não está sujeito ao erro, por se tratar de um processo natural. Ora, o objeto do intelecto é a essência da coisa” (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 475). Contudo, é possível que a verdade em história, durante a Idade Média, não fique restrita à noção citada acima, pois o próprio conceito de “história” se tornou muito plural até o século XIII. Podia ser acontecimento, representação pictórica, peça teatral religiosa, comunicação sobre o acontecimento, ou o próprio ato de comunicar. “Os conceitos de ‘*historia*’, ‘*fabula*’, ‘*vita*’, ‘*chronique*’, ‘*conte*’, ou ‘*roman*’ podiam significar a mesma coisa, no sentido de um simples relato” (ENGELS, 2013, p. 66). No século XIII a expressão “*geste*” foi classificada como entretenimento e “*histoire*” ou “*estoire*” significava, a partir de então, relatos que deveriam estar comprometidos com a verdade. No antigo *trivium*, história era um conhecimento auxiliar da gramática e da retórica, não era, portanto, um campo autônomo. O conhecimento sobre o passado

ainda deveria ser útil para as normas de vida: *vitae magistra*. A história bíblica e a geral se confundiam, porque ambas faziam parte do projeto salvífico de Deus. A Bíblia era vista como um livro histórico como os demais. E ainda a história geral podia servir de exemplo para a prática do bem (ENGELS, 2013, p. 80-83).

Nesse sentido, os humanistas do Renascimento trouxeram muitas contribuições pois, a fim de estudar a Antiguidade Clássica como um todo, separaram a história geral da história bíblica. Editaram muitos dos textos antigos e conseguiram o distanciamento do seu próprio tempo com o objetivo de estudar um passado mais remoto, além de demonstrarem consciência temporal da distância que possuíam em relação à Antiguidade (GÜNTHER, 2013, p. 92). Ainda na esteira do Renascimento, alguns fatores desencadearam mudanças no conceito de história, principalmente a formação dos primeiros Estados Nacionais e a consolidação do absolutismo, era o início da Idade Moderna. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Francesco Guicciardini (1483-1540) atualizam o pensamento histórico em benefício de uma conscientização política. Os exemplos retirados da história, para Maquiavel, serviam para a vida política. No século XVI, a interpretação histórica do direito romano permitiu a análise das instituições e das normas jurídicas contemporâneas àquele século, foi o que fez, por exemplo, Jean Bodin (1530-1596) que analisou o desenvolvimento histórico do Direito Público e das instituições. Ainda neste século surgiu grande interesse pela metodologia da “*Historie*”. Foram organizadas coletâneas nas quais poetas, juristas, retóricos e filósofos demonstravam interesse pela disciplina e preocupação com a escrita da história (GÜNTHER, 2013, p. 85-100).

Já ao longo do século XVIII, o conceito de história sofreu significativas mudanças. A compreensão do mundo físico como um todo foi se modificando, o conceito de matéria, movimento, tempo, já não eram os mesmos e “[...] trouxeram muito mais desafios do que impulsos de desenvolvimento para o conceito de História nessa época” (GÜNTHER, 2013, p. 101). Neste século havia grande desvalorização da história frente à “ciência”. Mesmo sendo um período de ampla produção, a pesquisa histórica

ficou submetida à metodologia jurídica para estabelecimento da verdade. Dessa forma, não desenvolveu uma metodologia própria. O conhecimento histórico permaneceu sendo útil durante o século XVIII, no que se refere ao ensino moral: “A História é a mais confiável mestra da moral” (ADELUNG *apud* GÜNTHER, 2013, p. 111). Nesse período, a história não era singular e não formava uma unidade. Era “*Historien*” que significava relatos individuais. A verdade nas *Historien* pode ser entendida por meio de uma metáfora pictórica. Segundo Günther (2013, p. 111), os historiadores modernos, ao compararem acontecimentos ficcionais com os históricos, afirmavam que os últimos são pintados de acordo com a natureza e são menos enganosos que os primeiros. A verdade seria uma imagem não “enfeitada” que o historiador deveria pintar. Metáforas de espelho e imagem estão associados, normalmente, ao conceito de verdade como correspondência. O pensamento é verdadeiro e reflete o mundo como as imagens são refletidas pelo espelho.

Foi no último terço do século XVIII que o conceito de história, como entendemos hoje, se firmou, segundo Koselleck (2013, 118). O conceito moderno de história foi consolidado por dois processos: criação de um coletivo singular e a fusão da história como conjunto de acontecimentos e de *Historie* como narrativa, conhecimento sobre esses acontecimentos. Como comentado anteriormente, até meados do século XVIII a história era um amontoado de histórias individuais. Foi na segunda metade deste século que a história começou a “migrar” para o singular. A função do coletivo singular era “[...] de unificar uma série de acontecimentos em um todo inter-relacionado” (KOSELLECK, 2013, p. 121). Aos poucos a história foi perdendo sua função exemplar, e a história plural deixando de ter espaço. A história volta-se para si, procura entender o que é a “história em si”. Nessa autorreflexão a “História vai aumentando sua pretensão à verdade, a partir do seu genuíno e complexo conteúdo realista” (KOSELLECK, 2013, p. 124). O sentido que hoje atribuímos à história abarca ao mesmo tempo uma série de acontecimentos, sua narrativa e conhecimento: “O que é decisivo é que no último terço do século XVIII, foi transposto um patamar.

Os três níveis (situação objetiva, a representação dela, e a ciência a respeito) foram reunidos num único conceito” (KOSELLECK, 2013, p. 134).

Com a concepção moderna do conceito de história, chegamos ao século XIX, conhecido como o “século da história”. É neste século que ela se tornou uma disciplina científica, rompendo com a literatura e filosofia. Não é somente a história que nasce como ciência no século XIX, a psicologia, a geografia e as ciências sociais também resultaram da intensa atividade científica do período. “Esse nascimento da história como disciplina se confunde com a grande confiança na marcha progressiva das ciências” (DOSSE, 2010, p.15). A história deixou de ser a “mestra da vida”, que oferecia exemplos do passado, e tornou-se a “guia para o futuro”, devendo fornecer a direção para o progresso da humanidade. Essa história surge, de acordo com Dosse, como um desdobramento do século das luzes e das filosofias da história de Hegel, Marx e Kant que viam a história como ascendente.

Até a primeira metade do século XIX, as obras históricas ainda estavam “numa relação complexa entre três polos, que podemos chamar de recursos: a erudição, a filosofia, a literatura” (DOSSE, 2010, p.20). A história não era autônoma e não tinha legitimidade por si, isto dificultava o posicionamento teórico dos historiadores. Contudo, diante da instabilidade das instituições e governos, provocadas pela Revolução Francesa, a história científica começava a surgir como uma voz para a nação. Aos poucos os historiadores ligados à narrativa nacional foram firmando um campo exclusivo da história. Na segunda metade do século XIX, mais precisamente depois da derrota na guerra Franco-Prussiana (1870-71), os historiadores franceses, diante da necessidade de uma história profissional e nacional, criaram a Escola Metódica. A Escola Metódica, assim como o Historicismo Alemão do século XIX, desempenhou papel fundamental para a formação da disciplina histórica e para sua obrigatoriedade de ensino.

Os historiadores, a fim de consolidar a história como uma disciplina científica, precisavam se distinguir a todo custo da literatura. O fortalecimento das ciências naturais, na segunda metade do século XIX, foi a grande motivação para esse afastamento. Essas ciências foram se impondo

como um modelo a ser seguido por qualquer ramo do conhecimento. Elas foram se tornando cada vez mais indutivas e experimentais. Diante de um cientificismo crescente a história foi induzida a romper com duas disciplinas que eram suas aliadas tradicionais: literatura e filosofia. Se a história permanecesse atrelada a elas, seu conhecimento seria visto como instável, de fraco teor científico, e por essa razão questionável (DOSSE, 2010, p. 22). A Alemanha foi o primeiro país onde a história conseguiu o *status* de disciplina científica. É possível relacionar o surgimento da história científica na Alemanha com a tentativa de unificação desse país, no início do século XIX. O principal representante da historiografia alemã no período foi Leopold Von Ranke (1795-1886); ele ficou conhecido como um historiador de Estado (REIS 1999, p.13). Muito embora suas preocupações fossem além da história nacional, ele queria que a história tivesse método próprio e rigor científico. A erudição alemã era apoiada nas ciências auxiliares (filologia, paleografia, numismática, diplomática, entre outras) e servia de inspiração para os historiadores franceses. “Ranke é chamado de ‘escravo da verdade histórica’” (DOSSE, 2010, p. 24). Várias críticas foram feitas a Ranke, a partir da descontextualização de uma de suas frases: o historiador deve escrever o que “de fato aconteceu”. Esse pensamento foi interpretado como resultado de uma “ingenuidade” do autor, apesar de seu significado estar relacionado com o desejo de Ranke por uma história objetiva. Seu conselho era para que historiador se afaste de parcialidades, paixões, convicções, etc, esses sentimentos que assombram e permeiam a escrita da história. No Historicismo Alemão, o historiador tem um compromisso com a verdade e ao que parece ela é entendida como correspondência. A escrita da história deveria corresponder ao passado tal e qual ele foi.

Admiradores da história profissional que havia surgido na Alemanha e da disposição do ensino superior alemão, alguns historiadores franceses como Gabriel Monod (1844-1912) Gustave Fagniez (1842-1927) e Ernest Lavisse (1842-1922) queriam a formação de uma nova história “científica” agora na França. Na virada do século XIX para o XX os historiadores franceses procuraram criar meios para alcançar certa autonomia em relação

aos alemães. A confirmação da nova história científica francesa se deu pela criação da *Revue historique* (1876) por Monod, e pela nomeação de Lavisse como diretor do departamento de história na Sorbonne. Outro indicativo é o aumento no número de disciplinas históricas na Universidade: na Sorbonne, haviam duas cátedras de história em 1878 e elas passaram para 12 em 1914 (PROST, 2012, p. 34). O método historiográfico, inspirado no historicismo alemão, foi estabelecido pelos historiadores franceses Victor Langlois (1829-1869) e Charles Seignobos (1854-1942) na obra *Introdução aos estudos históricos* (1898). Essa obra foi escrita como um guia para os jovens historiadores na profissão.

Os historiadores franceses que trabalharam para tornar a história uma disciplina científica e obrigatória foram chamados de Metódicos. Sua concepção de verdade histórica se apresenta, ao que parece, como correspondência. Logo na introdução da primeira edição da *Revue historique*, percebemos frases associadas a essa noção de verdade. Monod afirma que sua história se difere da literatura, ou mesmo da história romântica produzida até então. A história como um campo da literatura, buscava, segundo o autor “conservar para a posterioridade a lembrança de acontecimentos que viram e dos quais tomaram parte, muito mais do que retrazar a seus contemporâneos uma imagem fiel dos tempos anteriores” (MONOD, 2006, p.20). A crítica aqui é de que a história romântica não estava preocupada em ser uma imagem fiel do passado, coisa que a história científica deveria ser. Quando se usa uma metáfora de imagem ou espelho para se referir a verdade, estamos mais próximos da teoria da verdade como correspondência.

A hegemonia da história, constituída ao longo do século XIX, foi abalada no início do século XX, pela eminência da sociologia. Esta disciplina prometia um método mais rigoroso e teorias para a compreensão de toda sociedade. Outras três questões, na década de 30, de natureza desiguais começaram a interferir e ameaçar o predomínio da Escola Metódica: “o definhamento das faculdades de letras, a criação dos *Annales* e do Centro Nacional de Pesquisa Científica” (PROST, 2012, p. 37). Essas questões acabaram por evidenciar um certo imobilismo na história universitária

dominada pelos historiadores metódicos. Nesse contexto, Marc Bloch e Lucien Febvre lançam em 1929 a *Annales d'histoire économique et sociale*. O contexto internacional de crítica aos nacionalismos, que haviam levado à Grande Guerra, também contribuiu para a contestação da história nacional e política. Os metódicos, com o tempo, foram sendo desaprovados, acusados de fazer somente este tipo de história. Os historiadores “annalistas” aproveitaram e ampliaram a crítica aos metódicos, para disseminarem uma nova proposta de fazer história. Eles possuíam duas intenções, de acordo com Prost (2012, p. 38): que ela se tornasse um novo paradigma e que servisse como uma estratégia profissional. Seus fundadores pretendiam ocupar cargos universitários, que até então pertenciam aos metódicos, por essa razão Prost acredita que a proposta dos *Annales*, para além de uma de “revolução historiográfica”, vinha para estabelecer profissionalmente seus historiadores. Sob essa perspectiva, podemos entender *Annales* como a materialização da ideia de que todo empreendimento científico está envolto num projeto de poder (PROST, 2012, p. 39). *Annales* surgiu como uma inovação historiográfica, uma abertura da história para as demais ciências como sociologia e economia, como uma vontade de síntese, como uma história-problema e de maior abrangência.

A história dos *Annales* manteve um discurso de oposição, de ruptura e inovação em relação à historiografia que a precedeu, contudo “do ponto de vista epistemológico, pouco a distingue do positivismo histórico que ela pretendeu substituir” (CLARK, 2011, p.183). Clark, ao analisar as obras de Braudel – considerado o sucessor e herdeiro do legado de Bloch e Febvre –, afirma que a desconfiança do autor em relação ao tempo curto é que a sua realidade é aparente, não é a realidade como ela é. Essa realidade só é percebida no estudo dos processos de longa duração. Clark discute se Braudel pode ser considerado um estruturalista, aos moldes de Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Sua conclusão é de que Braudel se difere do estruturalismo, pois nessa corrente de pensamento não há preocupação com um “mundo real”. “O que importa é o quanto esse tipo de história se distingue da corrente principal do estruturalismo por sua

busca de uma realidade que não se reduz a inteligibilidade” (CLARK, 2011, p. 197). Afirmar que a realidade existe de fato, independente da inteligibilidade é o que a filosofia chama de realismo. Essa noção é fundamental para a teoria da verdade como correspondência, afinal o enunciado é verdadeiro se corresponde à realidade/ ao mundo/ao estado de coisas no mundo. O conceito de realidade para as teorias filosóficas da verdade será discutido no segundo capítulo, isso nos permitirá maior fundamentação na compreensão desse conceito nos historiadores estudados. O realismo de Braudel revela seu desejo de “mostrar como o mundo era em tempos passados, independente de como era visto por aqueles que nele viviam” (CLARK, 2011, p.195). Esse conceito de realidade parece indicar que Braudel está ligado à verdade como correspondência. Bloch (2001, p.69), por sua vez, usa no *Apologia da história* frequentemente as palavras reconstruir e reconstituir. “Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; [...]”. Reconstruir significa reconstituir no formato anterior. O trabalho do historiador é, portanto, escrever a história de acordo com o formato que ela teve. Escrever como aquilo, de fato, aconteceu.

Contemporaneamente, o tema “história e verdade” pode ser discutido sob distintas perspectivas. Podemos analisar este problema a partir da hermenêutica com Paul Ricoeur (1913-2005) ou do pós-estruturalismo com Michel Foucault (1926-1984), ou sob a perspectiva pluralista do estadunidense Hayden White (1928-2018) ou ainda nos apoiando na filosofia analítica da história como é o caso de Jean Cruz Cruz. Vamos apontar a seguir a relação entre verdade e história, com base no entendimento de Foucault e Cruz. A intenção é introduzir o leitor nesse debate, analisando alguns aspectos significativos em relação aos assuntos: objetividade do conhecimento histórico, posições alternativas referentes ao tema e os efeitos sociais do contrassenso no tocante à verdade em história.

Cruz (2007, p. 63-64) aponta que a história é normalmente entendida como particular e contingente, enquanto na ciência se busca o universal e o necessário. Portanto, é impróprio falar em ciência histórica?

O autor argumenta que é possível falar em ciência e em verdade na história, em razão de que a história possui caráter de necessidade. Para demonstrar essa característica, primeiro vamos esclarecer o que significa o termo “necessário”, e depois apontar em que sentido ele se aplica à história. Segue a definição clássica de necessidade na qual o autor se apoia: “O que é deve ser necessariamente quando é, e o que não é, não pode ser, quando não é, eis uma afirmação necessária. Mas tanto não significa que tudo o que é será por necessidade, e que tudo o que não é não será necessariamente” (ARISTÓTELES, 1985, p.129). A conclusão é que se a existência de algo é necessária, então sua negação é falsa. Ao interpretar Aristóteles, Cruz afirma que existem duas necessidades, uma do *antecedente* e uma do *consequente*. Outros comentadores, diferente desta interpretação, percebem pelo menos quatro tipos de necessidade em Aristóteles: Primeiro, a “necessidade lógico-ontológica que se exprime nos primeiros princípios do ser e do logos”; Segundo, a necessidade física ou natural, que se fundamenta nas leis da física; Terceiro, “a necessidade temporal ou do passado, da qual falamos habitualmente quando dizemos que o passado é inevitável, inelutável ou imutável [...]”; E quarto, “a necessidade que poderíamos chamar de veritativa. [...] mais explicitamente, em 19a 23-24: ‘O que é necessariamente é quando é; e o que não é necessariamente não é quando não é’” (BARBOSA FILHO, 2003, p.233-234). Percebemos, por outro lado que a ideia da necessidade do *antecedente* – aquela fundamentada em causas, usada pelas ciências naturais – e a do *consequente* – aquela que se assenta naquilo que já ocorreu – estão presentes nas duas interpretações. A necessidade do consequente afirma algo acerca de um fato. “César cruzou o Rubicão” não foi, por sua vez, um fato necessário, mas livre. Porém, sua verdade já é necessária. “Assim, pode haver uma não-necessidade do objeto acompanhada de uma necessidade de sua verdade” (CRUZ, 2007, p. 64).

Para o autor existem ainda três aspectos importantes que ajudam na sustentação da possibilidade da verdade em história. A primeira é que a história consegue dos fatos humanos certezas universais, “um valor universal de seres singulares ou acontecimentos irreiteráveis: ‘César cruzou o

Rubicão', é uma verdade tão válida para todos como a que as pedras caem" (CRUZ, 2007, p. 64). O que difere é que "César cruzou o Rubicão" é válido somente em relação àquele César em específico, já "as pedras caem" é válido para todas as pedras. A segunda é a permanência do "ato cognoscente" acerca do objeto. De acordo com Cruz, a verdade individual ultrapassa o tempo, sendo transmitida pelas gerações por meio dos historiadores³. Por fim, o autor afirma que a garantia da cientificidade histórica está, sobretudo, em seu método crítico. A história é sempre corrigível e busca a exatidão por meio da crítica contínua.

Para Cruz a verdade da história se assenta sobre o "sólido fundamento da realidade do pretérito" (2007, p. 79). O autor não nega a subjetividade na história, "não se trata de objetivismo puro e nem de subjetivismo puro" (2007, p.72), inclusive afirma que a ciência histórica deve buscar uma "universalidade intersubjetiva", o que ele nega é que o passado esteja à disposição do pesquisador. Aqueles que compreendem o passado como um material à disposição, entendem também que ele carece de realidade. "Isso significa que falta ao passado valor próprio ou em si, e que todo seu sentido provém do projeto do pesquisador: projeto que é futuro" (2007, p. 74). O passado é visto como possibilidade e não necessidade, o que contraria um dos conceitos básicos na filosofia. O autor não desconsidera que o historiador, ao tentar compreender o passado, se utiliza de novas ideias, conceitos, valores, aspectos culturais e sociais do seu entorno. Contudo, Cruz garante que a realidade do pretérito possibilita fazer afirmações históricas verdadeiras. O conhecimento histórico é aproximativo e incompleto, o que não significa que é falso. Aquilo que permite a correção contínua das hipóteses é a realidade do fato, não uma realidade que virá a ser. "A história não é manipulação, mas descobrimento de realidades: parte da própria realidade do passado e deve manter-se em contato ininterrupto com ela" (CRUZ, 2007, p. 76).

.....
3 Existe uma fragilidade neste argumento, talvez pela falta de esclarecimento sobre o que é "ato cognoscente" acerca do objeto: refere-se à produção de conhecimento em torno do fato elaborada pelo historiador? O problema é o seguinte: o fato de que "Cesar cruzou o Rubicão" é o mesmo, não muda com as gerações, mas a interpretação, a produção de conhecimento sobre este fato, feita pelos historiadores, não permanece a mesma.

O historiador da filosofia Cruz situa-se, visivelmente, no que a tradição filosófica chamou de teoria da verdade como correspondência. Para esta teoria, a verdade é a correspondência da proposição, pensamento, ou do enunciado com o fato no mundo. Os correspondentistas são identificados com o realismo, o qual entende que a realidade é independente de qualquer mente individual ou coletiva. Todos os objetos existem independente da consciência. Contudo, existem outras teorias da verdade, as mais comuns são da coerência e a pragmatista. A verdade pode ser entendida como coerência: de modo geral esta teoria sustenta que uma afirmação é verdadeira se e somente se for coerente em relação a um sistema de crenças ou proposições, e será considerada falsa se estiver em conflito com o sistema em questão. É possível, também, apreender a verdade a partir da teoria pragmatista: verdade é então o resultado de um consenso que permanece estabelecido, “a opinião que está fadada a ser concordada por todos os que investigaram é o que queremos dizer com verdade, e o objeto representado nessa opinião é o real” (PEIRCE, 1992, p. 139, *apud* WAAL, 2007, p. 48). As três teorias citadas são as mais comuns.

Qual é a teoria da verdade pressuposta na ciência histórica? Quando os historiadores estão mais preocupados com as evidências e com a “descoberta” de fatos, a fim de escrever uma história tal qual ela ocorreu, podemos dizer que eles estão mais alinhados à verdade como correspondência. Quando os historiadores percebem a importância da reconstrução e interpretação, notam que suas afirmações se relacionam mais com um conjunto de enunciados e ideias em relação ao assunto, do que concordam com o passado, eles estão trabalhando com a coerência (WALSH, 1978. p. 71-90). Quando os historiadores consideram que o resultado de sua investigação é a verdade, tendo em vista que este resultado se manteve mesmo sendo submetido a todos os testes, eles se aproximam da teoria pragmatista da verdade. Em sua maioria, de acordo com Cupani (2010, p. 148), os historiadores estão mais propensos em admitir a verdade como correspondência, muito embora na produção historiográfica contemporânea percebemos a presença das teorias da coerência e pragmatista com frequência. Os historiadores

muito apegados à correspondência da afirmação com a evidência podem esquecer que as evidências são interpretadas. Outros historiadores, que valorizam mais a interpretação e uma narrativa coerente, podem colocar o passado à disposição.

Discutimos até aqui uma das muitas maneiras de considerar a relação entre verdade e história. Esse problema produziu interpretações alternativas, muitas das quais se tornaram paradigmas da historiografia atual. Um dos autores que mais influenciou nessa mudança de perspectiva foi Foucault. Para ele, a verdade em história, ou em qualquer outro discurso científico revela relações de poder. Muitas vezes, a história serve para legitimar poderes, a verdade é produto de uma determinada sociedade e época: “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele [...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade” (FOUCAULT, 1979, p.12).

O acesso a qualquer suposta realidade original e verdadeira é mediado pela mente humana e pela linguagem. Não existe verdade em si, a verdade é entendida dentro de um regime de verdade, ou política de verdade. A verdade é um discurso que ganha realidade no interior daquele regime. Regime de verdade deve ser compreendido como: “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, p.140). Foucault afirma que o desejo de verdade é o desejo do poder (MUNSLOW, 2009, p. 172). A verdade não é correspondência, é uma construção. É um discurso que serve a interesses e tem função disciplinadora. A sociedade em diferentes momentos produziu verdades. Os historiadores precisam considerar essa produção de verdade e seus efeitos, mais que isso, deveriam escrever sobre a história da verdade. Ao ser questionado sobre seu livro *História da sexualidade*, responde: “Não quero fazer a sociologia histórica da proibição, mas a história política de uma produção de ‘verdade’. [...] A história da ‘verdade’ – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita” (FOUCAULT, 1979, p. 230-231).

De filiação pós-estruturalista, Michel Foucault nega uma causalidade histórica linear, a história é descontínua e cheia de rupturas. A escrita da história deve ser um “infinito processo interpretativo.” A história nunca é objetiva, naquele sentido pretendido pelos empiristas de separação total entre sujeito e objeto. Ela é dependente do historiador e do contexto social/cultural de produção. A perspectiva histórica de Foucault se opõe à tradição modernista, aquela surgida no século XIX que pretendia fazer da história uma ciência. Estava presente nas pretensões científicas da história a ideia de referencialidade e essencialidade (MUNSLOW, 2009, p. 167).

Para Foucault, existe a necessidade do estudo das evidências no arquivo, mas é condição fundamental que os “fatos históricos sejam compreendidos principalmente como criações discursivas epistêmicas, tanto das pessoas do passado como também do historiador, [...]” (MUNSLOW, 2009, 164-175). Ao lado de Foucault, outro teórico que impactou a produção histórica contemporânea foi Hayden White. O crítico norte americano pode ser associado à *linguistic turn*⁴, e os efeitos desse movimento na história também são relacionados à “pós-modernidade”. Decorre destes uma forma de ceticismo em relação a qualquer certeza na história. A partir dos últimos trinta anos a linguagem mereceu grande atenção por parte dos historiadores e teóricos. White se inscreve dentro dessa perspectiva linguística, e destaca a importância da escrita e da “imaginação histórica”. A história, na compreensão de White, é uma produção narrativa que cria significados. Os eventos históricos não possuem significado em si, o historiador é que lhes confere significados. “As situações históricas não são inerentemente trágicas, cômicas ou românticas. [...] Como uma dada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza do historiador [...]” (WHITE, 1978, p. 85 *apud* MUNSLOW, 2009, p. 192). A história deve ser vista como representação e a escrita da história como um empreendimento literário, não no sentido de negar qualquer possibilidade de correspondência com o passado, mas no sentido de colocar em dúvida essa relação. Por ser uma produção textual, o

.....
4 *Linguistic turn*, que significa “giro linguístico” se tornou popular com Richard Rorty, em 1966.

texto histórico deve estar mais ligado a outros textos numa comunicação intertextual. Sua referencialidade deve ficar em segundo plano. Talvez o mais adequado seria classificar a escrita da história como uma “correspondência narrativa”⁵. Isso significa que durante a elaboração do texto, o historiador faria enquadramentos, transformando eventos em fatos históricos (MUNSLow, 2009, p. 191). Não é a narrativa que corresponde ao passado, mas a correspondência está a serviço da narrativa.

Entender a verdade na história como correspondência com apego ao realismo, ou concluir que a história é narrativa de produção de significados, são posições que geram consequências. Negligenciar a verdade como correspondência seria o mesmo de dizer que o passado está à nossa disposição e que a história é simples manipulação. Devemos manter certas preocupações frente ao “desencanto”⁶ sobre a possibilidade de fazer afirmações verdadeiras em história. Prost (2012, p. 256) ataca o desencanto cético que está espalhado por livros e revistas na contemporaneidade. Este ceticismo sustenta que o conhecimento histórico é fruto de interpretações subjetivas. O autor alerta que “o público vai acabar acreditando neste postulado”. Como fica a função social da história diante desse ceticismo exagerado? O historiador tem compromisso com o presente; deve, a partir da história, clarear a complexidade do presente, oferecendo ferramentas para sua melhor compreensão. Prost ainda questiona: como aqueles historiadores que não acreditam na verdade da história podem justificar o ensino obrigatório da sua disciplina? (2012, p. 256). O autor admite que a história não possui verdades absolutas, mas isso é bem diferente de sustentar a impossibilidade da verdade em história. Se acreditássemos na frase de “Barthes escolhida por White como epígrafe de um de seus livros ‘o fato tem apenas uma existência linguística’” (PROST, 2012, p. 257), as consequências seriam desastrosas. O professor de história contemporânea da Universidade de Valência, Marc Baldó, quando questionado sobre os efeitos do “pós-modernismo” sobre a

.....
5 Expressão de Munslow, 2009, p.189.

6 Expressão de Antoni Prost, 2012, p. 254.

história, comenta que os positivos dizem respeito à relativização do conhecimento, que nos levaram a entender que existem construções sociais e linguísticas que o envolvem. No que se refere aos negativos, o que o desagrada é a ideia de que não existe verdade nem mentira, tudo depende do ponto de vista: “Pode ser que não exista a verdade absoluta, mas é verdade, por exemplo, que há pessoas que exploram outras. A pós-modernidade, portanto, relativizou a capacidade humana de conhecer o mundo” (BALDÓ, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. Periérmeneias. In: **Organon**. vol. I. Lisboa: Guimarães, 1985.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BALDÓ, Marc. A história tem uma função social? **IHU – Online**, São Leopoldo, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530080-a-historia-tem-uma-funcao-social-entrevista-com-marc-baldo>>. Acesso em: 27 set. 2019.
- BARBOSA FILHO, Balthazar. Nota sobre o Conceito Aristotélico de Verdade. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 233-244, jul./dez. 2003.
- BARROS, José D’assunção. **Teoria da História**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**: desde as origens até Nicolau de Cusa; tradução e nota introdutória de Raimundo Vier. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CLARCK, Stuart. Os historiadores dos Annales. In NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. (Org.). **Nova História em Perspectiva**. v.1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 181-205.
- CRUZ, Juan Cruz. **Filosofia da história**. Tradução Fernando Marquezini. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2007.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da Ciência II**. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2010.

- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In **Lições de história: O caminho da ciência no longo século XIX**. MALERBA, Jurandir (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.15-31.
- ENGELS, Odilo. Compreensão do Conceito na Idade Média. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.63-83.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GÜNTHER, Horst. Pensamento Histórico no Início da Idade Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.85-118.
- HARTOG, François. **Evidências da História: O que os historiadores veem**. Tradução Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. A Configuração do Moderno Conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 119-184.
- MEIER, Christian. Antiguidade. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.41-62.
- MONOD, Gabriel. Do Progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique* – Tomo I, 1876. In GLAYDSON, José da Silva. **A 'Escola Metódica': Textos Didáticos**. IFCH/UNICAMP n. 61, jul. de 2006. p. 20-51.
- MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NOVAIS, Fernando. SILVA, Rogério F. Introdução: Para a Historiografia da Nova História. In: NOVAIS, Fernando. FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.
- NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. (Org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- REIS, José Carlos. **História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1999.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- SOUZA, Fábio Feltrin de. O paradoxo do tempo nas Histórias de Heródoto. **NEArco**: Revista Eletrônica de Antiguidade. Ano V, n. II, p.241-255, 2013. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/books/0008977655a8d4f2e94a3>>. Acesso em: 06 set. 2019.
- WAAL, Cornelis. **Sobre Pragmatismo**. Tradução: Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2007.

FENÔMENO AMBIENTAL ENQUANTO FATO HISTÓRICO: O CASO DA LAMA NA PRAIA DO CASSINO/RS (1901-1998)

FELIPE NÓBREGA FERREIRA
DOUTORANDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
FFNOBREGAEA@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma intersecção teórica entre a História e a Educação Ambiental a partir de um fenômeno ambiental na costa do Rio Grande do Sul. Caracterizado pela chegada de um sedimento lamítico que recobre quilômetros da praia do Cassino, cidade de Rio Grande, o fenômeno ocorre desde 1901, com incidências também em 1954, 1970 e 1998, porém, somente nesse último registro ele se transformou no que aqui se defende como um fato histórico de caráter ambiental. Tal entendimento será demonstrado por uma abordagem qualitativa junto aos periódicos locais, os quais foram elencados por uma revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. O interesse se concentra na elaboração de uma proposta epistemológica de tensionamento ao campo teórico da História no que diz respeito à inserção da problemática ambiental em seus paradigmas. Tal proposição, realizada a partir dos fundamentos da Educação Ambiental, pode ampliar o debate contemporâneo sobre o papel do campo histórico frente às mudanças ambientais globais. Por fim, cabe salientar que essa discussão se dá no âmbito da tese em andamento, que se debruça sobre as ocorrências históricas desse sedimento na planície costeira do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Fato ambiental; História; Educação Ambiental

INTRODUÇÃO

Uma seca, uma enchente, um furacão, ou qualquer tipo de disfunção do cotidiano oriundo de um fator natural evocará registros sensíveis a serem investigados levando em consideração o entendimento do clima pelos atores históricos. Assim, o presente artigo se debruça sobre um fenômeno lamítico que invade uma praia no sul do Rio Grande do Sul ao longo do século XX, e que pode ajudar a refletir sobre novas lentes junto ao campo teórico da História quando essa se atenta para questões contemporâneas como é caso das mudanças ambientais globais, e a relação Natureza-Cultura.

Por não estar fora do seu tempo, o trabalho do historiador reflete as questões postas na sociedade em que está inserido, conseqüentemente, seus modelos científicos. Nesse ponto que se propõe um diálogo epistemológico com o campo da Educação Ambiental para construção de um novo referencial, percebendo nesse saber uma possibilidade de avanços em temas que envolvam fenômenos ambientais.

O trabalho é realizado a partir de um aporte teórico-metodológico qualitativo, que compreende uma revisão bibliográfica crítica, a qual gerou uma pesquisa exploratória na imprensa junto às incidências de sedimento lamítico nos anos de 1901, 1954, 1970 e 1998.

A análise desses dados será promovida por uma metodologia de abordagem de fenômenos climáticos junto à imprensa desenvolvida por Hulme & Burgess (2018). Eles classificam quatro formas de categorização depois de analisarem duzentos anos da história meteorológica de Londres, no qual o uso de periódicos foi fundamental para traçar análises de conteúdo quantitativos, e também qualitativos. Surge desse exercício uma ideia de Clima a ser explorada, visto ser uma articuladora de uma nova forma de perceber as imbricações entre Natureza e Cultura.

O AMBIENTAL NA HISTÓRIA

A praia do Cassino faz parte da Planície Costeira do Rio Grande do Sul em sua porção Sul, junto ao município de Rio Grande. Distante 25 km do centro urbano, durante a temporada de verão o número de visitantes

chega a mais de 150 mil, o que configura um número expressivo nessa localidade balnear afastada dos grandes centros.

É nesse cenário que, no ano de 1998, uma espessa camada de sedimento lamítico alcançou a beira-mar, e impediu que, por alguns quilômetros, fosse possível tomar banho de praia, já que o sedimento cobriu desde a porção marinha, até a porção terrestre. Formado por um material argiloso, com cerca de 30 cm de espessura, o sedimento é retratado nos periódicos locais por lama, lodo ou barro, e a origem desse fenômeno estaria associado ao **El Niño**.

Esse é um evento atmosférico oceânico que inicia no aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico em sua porção central, o que impede a ressurgência de águas profundas mais geladas que são compostas por nutrientes que geram o crescimento de grandes cadeias biológicas. Com isso, os ventos sopram com menor intensidade, fazendo com que predominem as águas quentes, gerando maior evaporação dessas águas, e formando-se nuvens que se deslocam em direção à porção leste da América do Sul, as quais se chocam com o anticlone Atlântico (WOLMANN, 2013, p. 152).

Deriva desse fenômeno o aumento dos níveis pluviométricos na porção do Atlântico Sul, o que ocorre através de temporais intensos nas zonas costeiras, os quais são reconhecidos, também, como eventos extremos dependendo da intensidade. E foi em um desses eventos que o sedimento oceânico lamítico alcançou a praia, dado a força oriunda dos ventos, e consequente marés, que produziram energia suficiente para deslocar o material.

A inflexão Natureza e Cultura está posta, porém a complexidade que ela representa faz com que, ao contrário daquilo que convencionou-se chamar de História Ambiental, esses dois itens não sejam tratados separadamente, em que a ação humana (Cultura) incide sobre o ambiente (Natureza), mas sim de forma a superar essa dicotomia propondo uma perspectiva única que se vale da Educação Ambiental enquanto arcabouço epistemológico.

Um exemplo do que se fala é a clássica obra de Warren Dean (1996) sobre a Mata Atlântica, imensamente referenciada e reconhecida pelos historiadores ambientais, que opta pelo ponto da intervenção humana no

espaço natural. Desde os primeiros momentos acompanhamos uma mata a ser reconhecida, e imediatamente devastada, pela ação do colonizador, destacando aí o atributo da cultura enquanto propulsora da problemática desenvolvida, mas também dos próprios marcos temporais que obedecem um balizamento tradicional oriundo de uma cultura histórica europeia – o que também implica estar inserido em um determinado modelo de construção do conhecimento científico, notadamente o cartesiano.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos por brasileiros, alguns nomes são reconhecidos, como é o caso de Paulo Henrique Martinez, Claudia Heynemann, José Augusto Drummond e José Augusto Pádua. E o primeiro, em artigo prospectivo do próprio universo de trabalhos ligados a História Ambiental, afirma que o surgimento desse campo teria se dado por uma “crise dos paradigmas nas ciências sociais, e na historiografia, em geral, e na historiografia, em particular, concentrou atenções e esforços de reflexão teórica, sobre as práticas historiográficas” (MARTINEZ, 2011, p. 24).

Regina Horta Duarte é outra pesquisadora que aborda essa temática em seu livro *História e Natureza* (2013), quando apresenta a fundação da História Ambiental ligada ao **American Society for Environmental History**, em 1977, e da revista **Environmental History**, ainda no final da mesma década (HORTA, 2013, p. 32). É na mesma obra que aponta para a intenção das investigações que levam em consideração as ideias de natureza forjadas pelas sociedades no tempo, diferenciando-se dos demais quando, mesmo que de forma incipiente, relaciona a emergência dos encontros e políticas globais em prol do meio ambiente como aglutinadores de um novo campo do conhecimento em gestação (HORTA, 2013).

Porém, antes de adentrar o universo é preciso uma digressão a quem merece os devidos créditos quando o assunto é a imbricação entre o ambiente e a cultura é Fernand Braudel e sua obra histórica sobre o Mediterrâneo, de 1949. É quando o conceito de longa duração entra em cena nesse que é o sujeito por trás da segunda geração da Escola dos Anales. E sobre esse conceito, e a forma de se apropriar dele dentro da disciplina histórica, ele diz:

... trata de uma história, quase imóvel, que é do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados; não quis desprezar essa história, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas (BRAUDEL, 1983, p. 25).

Braudel aponta para a noção de “imobilidade” que permeia o tempo histórico em suas percepções naturais enquanto uma variável, da mesma forma que um objeto que se abriria ao historiador. Ao invés de uma incessante cadeia de acontecimentos provocados pelos humanos, Fernand Braudel volta-se a uma intersecção que seria crucial para uma mudança paradigmática quando insere a noção de uma temporalidade baseada na Natureza, ou meio, como prefere dizer.

Superando o que considera uma forma “tradicional” histórica e geográfica desse tipo de abordagem, ele comenta sobre isso:

... não quis ficar-me pelas tradicionais introduções geográficas à história, inutilmente lançadas para o princípio de cada livro, com descrições do meio físico, das atividades agrícolas e das flores; paisagens; atividades e flores que mostram rapidamente e de que depois não se volta a falar, como se as flores não regressassem todas as primaveras, como se os rebanhos parassem nas suas migrações, como se os navios não navegassem num mar real, que muda com as estações do ano (BRAUDEL, 1983, p. 25).

Nos dias de hoje é inviável recuperar todos os pontos trabalhados por Fernand Braudel sem a necessidade de tecer algumas críticas – a própria terceira geração dos Anales já se encarregou disso com a chegada de Jacques Le Goff, e a mudança radical de perfil do grupo de historiadores franceses – ao mesmo tempo em que elementos podem ser recuperados à luz da contemporaneidade. E a percepção do tempo longo atrelado ao entendimento dos recursos naturais é um dos itens que, na citação acima, se faz presente tanto na argumentação, como em exemplos ligados à flora, fauna e, claro, mares e oceanos.

Fernand Braudel abriu um debate sobre a inserção de um tempo natural que até então não era levado em consideração. Isso não pode ser negado na construção dessa aproximação com a Educação Ambiental, e talvez

seja essa, inclusive, uma primeira conexão que pode ser trabalhada entre os dois campos.

Tal possibilidade ganha força quando a bióloga Rachel Carson já na primeira frase de “O mar que nos cerca” diz: “Os primórdios costumam ser obscuros; assim foi com os primeiros tempos do grande gerados da vida, o mar” (CARSON, 2010, p. 28). Ou então “A face do mar está sempre mudando. Atravessada por cores, luzes e sombras em movimento cintilante ao sol, misteriosa no poente, seus aspectos e humores variam hora após horas” (CARSON, 2010, p. 51).

Para a autora está claro a intenção de trazer à tona **uma outra** forma de encontrar a História, de entender que ela é feita além da Cultura, e sim também está presente na Natureza independente do enquadramento que possamos fazer. Indo além, Carson já aponta para a necessidade dessa imbricação, ou até mesmo superação desses conceitos enquanto polaridades, como diz em seu livro “Beira-Mar”:

Em nenhum local do mar costeiro o relacionamento de uma criatura com o meio em que vive é uma questão de causa e efeito únicos; cada ser vivo é atado ao seu mundo por fios que formam uma intrincada trama da vida (CARSON, 2010b, p. 29).

Em seguida, ela ainda é capaz de iniciar um debate dotando de vida histórica mar e terra através de um conteúdo sensível de percepção:

Cada evento recorrente de maré cheia é uma encenação dramática do avanço do mar contra a terra, pressionando o continente até o limite, enquanto as marés baixas expõem à vista um mundo estranho e bizarro (...) As marés estimulam ainda mais diretamente o sentido da audição, expressando-se numa linguagem toda sua, distinta da voz das ondas (CARSON, 2010b, p. 39).

Cabe lembrar que ela escreve suas obras marítimas concomitante às publicações de Fernand Braudel, mas sem nenhum tipo de contato com ele. Sua trilogia sobre vida marinha demonstra, ainda assim, uma aproximação possível nos dias de hoje, e mesmo uma junção quanto aos seus propósitos epistemológicos.

Ao acreditar e uma “intricada trama da vida” na qual todos os seres vivos estão atados por fios que se conectam, Carson sugere uma reorientação da própria forma de construção do conhecimento, que antes de separar, reúne. Que não divide para compreender, mas percebe holisticamente o que está posto. Igualmente, mostra que é possível recontar, a partir disso, a história, a qual se evidencia ecossistêmica, já que entende a existência de outras formas biológicas de vida enquanto articuladoras de experiências historicizáveis.

Quem reivindica essa instância do conhecimento é também o antropólogo Tim Ingold, quando discute o conceito de “vida” das sociedades modernas. Em sua trajetória científica ele leva essa ideia a público, e quando encontramos seus ensaios é possível estar diante da seguinte concepção: “As pedras também têm histórias, forjadas nas contínuas relações com o entorno que podem ou não incluir seres humanos e muitas outras coisas” (INGOLD, 2018, p. 67).

Quem irá repercutir o trabalho do britânico é a educadora ambiental Isabel Cristina de Moura Carvalho, que defendeu tese de doutorado no campo da Educação utilizando os referenciais sobre a relação Natureza e Cultura através da sua concepção de percepção ambiental. Ao transformar tal pesquisa em livro, a pesquisadora traz uma aproximação com a História que se faz perceber em conceitos chave como o de Sensibilidade e Investigação, mas, sobretudo, ao sugerir o que seria um educador ambiental intérprete. Para ela, esse é um sujeito que deve evidenciar os “sentidos histórico-culturais” do ambiente que cerca os atores sociais em um determinado tempo e espaço (CARVALHO, 2002, p. 32). E isso deve ser feito reconhecendo a Cultura como imersa no ambiente, o qual é composto por outras vidas histórico-biológicas que também possuem intersecções, e estão conectadas as ações humanas dentro de uma dinâmica ecossistêmica irremediável (CARVALHO & STEIL, 2013, p. 59).

Parece interessante delinear o horizonte semelhante ao de Martinez (2011), quando esse pensa a inflexão de um novo paradigma nos anos 1990. A diferença é que, dessa vez, o surgimento de um diálogo no campo

histórico não se dá tão somente por motivos “historiográficos”, ou de fontes como o historiador ambiental projeta, mas por um novo paradigma que está posto na sociedade: o da crise ambiental.

Pensar somente em estudos que orientem para um entendimento daquilo que cada sociedade pensa sobre a sua Natureza parece hoje restrito, sendo preciso ampliar e renovar essas lentes com o arcabouço um interdisciplinar que encontra na Educação Ambiental possibilidades de perceber os fenômenos ambientais enquanto fatos. Negar que se está diante de uma crise de grandes proporções globais no que diz respeito ao nosso modo de consumo insustentável, e a forma como nos relacionamos os recursos naturais, seria um equívoco para qualquer profissional da área da História, e a questão que se coloca é como agregar ao campo esse tema. Como superar uma leitura binária de Cultura/Natureza, que leva imediatamente a uma tradição historiográfica que não compreende, justamente por não abranger em suas orientações, as mudanças ambientais que estão em curso de forma cada vez mais acelerada e passível de percepção no cotidiano?

Esse é um desafio posto na contemporaneidade, que envolve o entendimento do papel social do historiador. É possível lembrar aqui de Eric Hobsbawm sobre o ofício do historiador, quando é irreparável em sua assertividade:

Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas... (HOBSBAWM, 1998).

O papel político do historiador pode ser compreendido de forma distinta pelas correntes historiográficas, mas ele é elemento presente invariavelmente. A forma de reconhecê-lo depende do profissional, porém a Educação Ambiental, em seus fundamentos, já anuncia sua toma de posição política frente a toda e qualquer pesquisa junto ao campo, orientando mesmo os educadores ambientais através de um documento que serve como referência da área, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Lançado em 1992, no contexto da

conferência internacional Rio-92, momento em que a comunidade mundial se reuniu no Rio de Janeiro para discutir as formas de relação dos sujeitos com a Terra, notadamente a forma predatória em relação aos recursos naturais, as quais desencadeariam um desequilíbrio capaz de afetar a todos, esse documento enuncia em suas premissas:

A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1992, p. 2)

Assumir uma postura de pesquisa política ao trabalhar com pesquisas cujo fato em questão seja de origem natural, então, parece tornar viável colaborar para a “fábrica de bombas” que o historiador pode elaborar a partir do seu ofício. Compreender a perspectiva holística, por sua vez, é ampliar as lentes da disciplina histórica quando da aproximação epistêmica com a Educação Ambiental, que já concebe a apropriação de fenômenos naturais em seus referenciais, como os sugeridos nas pesquisas de Isabel Carvalho (2002), e antes na referência de Rachel Carson (2010).

É desse entendimento que o acúmulo de Fernand Braudel pode servir como elemento do campo histórico a ser retomado, visto que tangenciava, justamente, essa perspectiva. Ao trabalhar com fenômenos ambientais a História tem a oportunidade de tensionar seus próprios paradigmas, o de tempo partindo não de datas estabelecidas pela Cultura; o de espaço quando propõe uma escala local crítico-interpretativa, mas essa deve se relacionar com uma escala global, e que compreenda essa dinâmica como parte daquilo que está sendo analisado.

A CHEGADA DO BARRO, A INCIDÊNCIA DO EL NIÑO: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA

O primeiro estudo sobre a chegada de sedimento lamítico formado por silte (fragmentos de rocha menores que um grão de areia) e argila é de 1965, quando Patrick Delaney reconheceu esse fenômeno na Planície

Costeira do Rio Grande do Sul. Deriva desse material o estudo específico de Willwock & Martins sobre a praia do Cassino, o qual foi elaborado depois de considerarem a “... curiosidade dos que por ali transitam, pois muitas vezes causas transtornos às atividades balneares” (VILLWOCK, MARTINS, 1972, p. 69).

É nesse artigo que eles descrevem o sedimento da seguinte forma:

Bolas de argila, simples ou ornamentadas com fragmentos de conchas e areia, resultam da erosão das camadas lamíticas da pós-praia, e ficam atapetando a faixa de estirâncio nas proximidades da desembocadura de sangradouroos (VILLWOCK, MARTINS, 1972, p. 73).

Essas bolas de argila, que floclulam na porção marítima, e solidificam quando ressecam ao sol naquilo que os autores chamam de “faixa de estirâncio”, segundo eles, são frutos de um movimento do assoalho oceânico quando da energia produzida pelas ondas dado o regime de ventos, que acaba por retirar do fundo oceânico esse material quando ocorrem as “ressacas” – termo que eles utilizam, e se refere, justamente, a um evento extremo causado por fortes ventos na costa. Somado a isso, esse material seria fruto, também, do sedimento evadido da Lagoa dos Patos na desembocadura da barra portuária, que faz com que seus molhes de pedra acentuem a hidrodinâmica do estuário.

Para além da ocorrência, é preciso compreender o que a causa, quais fatores climáticos ocorrem para que torne possível esse deslocamento? Por trás disso será possível encontrar os acontecimentos que envolvem esse fato, acontecimentos que remetem a ideia de interação de todos os organismos vivos no ambiente.

É desse exercício investigativo que surge como elemento central o *El Niño*. A relação foi detalhada por Suélen Cristine Costa da Silva (2010) em seu trabalho, o que fez com que a busca pelos anos de ocorrências desse fenômeno se tornasse referência para pesquisa exploratória nos periódicos. O Climate Prediction Center (CPC), base de dados usada pela pesquisadora, apresenta os dados a partir de 1950, o que leva ao levantamento de

ZAMPIERI, BRAGA, LOCH (2001), que estende os dados desde o ano de 1868. Com o recorte no século XX, foi possível encontrar cerca de 30 situações de registro de *El Niño*.

Por outro lado, foi preciso também recuperar, a partir da revisão bibliográfica, os registros de incidências de sedimento lamítico na zona costeira do litoral Sul. O número de incidências chegou a 35 até 2014 (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015; CALLIARI, 1993). Como não existem registros científicos de todas as ocorrências, foi necessário buscar a conexão lama-*El Niño*, as quais ficam assim descritas após a reunião de dados que permitem ser visualizados desde 1968:

FENÔMENO EL NIÑO	OCORRÊNCIA DE LAMA
	Janeiro de 1970
	Fevereiro de 1973
	Fevereiro de 1978
	Novembro de 1994
	Abril de 1995
	Janeiro de 1998
	Maior de 2003
	Abril de 2004
	Abril de 2008-2009
Outubro de 2016	

Tabela construída a partir de Climactic Prediction Center; SILVA (2010); CALLIARI (1993)MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015; GIOVANINI, (2011); ZAMPIERI, BRAGA, LOCH (2001).

Em período anterior a 1950 o trabalho de Calliari (1993) mapeia apenas uma ocorrência registrada publicamente, em 1901, de sedimento lamítico a partir de um periódico da cidade de Pelotas. A notícia:

No mar – um colega da cidade vizinha noticiou que no dia 17, quando os banhistas do Cassino se dirigiam para o banho, encontraram alta camada de barro, em todo o longo da costa. O comandante do Itatiaya, consta também, declarou nunca ter encontrado o mar tão revolto, como n’esta viagem, tanto que cortara o cabo do D. Quixote, que trazia a reboque. Falta dados para apreciar o fenomeno, parecendo que se

trata da erupção de algum vulcão submarino distante, visto não ter havido temporal na nossa costa, a que se possa atribuir a causa do estranho phenomeno (CORREIO MERCANTIL, 20 DE JANEIRO DE 1901).

A noção de “phenomeno” está presente, o evento causado pelos ventos que, ao que parece indicar, trouxeram sedimento lamítico à praia do Cassino. Existe algo que rompe a aparente normalidade, e essa é uma forma de noticiar que Mike Hulme e Nicholas Burgess (2018) categorizam como “Unusual Weather”, a qual aqui pode ser compreendida como “Fato climático”, visto que a tradução para *weather* se aproxima muito mais desse termo dentro do repertório de referências utilizados pelos autores, especialmente por Hulme em sua obra “Why we disagree about climate change” (2009), a qual traça, justamente, essa questão semântica nos estudos das mudanças ambientais globais, e mudanças climáticas.

Nesse entendimento, o fato climático refere-se a forma mais comum de encontrar o tema do clima nos veículos de comunicação, que diz respeito a ele impedir algo, gerar consequências que rompem com a rotina do que vem a ser um dia considerado normal em determinado contexto social localizado no tempo e no espaço. E isso surge no encontro com o barro, a forma como ele é relatado apresenta o surgimento de outra sensibilidade ambiental, que contrasta com a forma cotidiana de ir aos banhos, ou pelo menos como se espera que eles aconteçam. Navegar está difícil até mesmo para o experiente capitão, e a explicação da falta de temporais alimenta a ideia de um vulcão submarino adormecido possivelmente ter despertado.

Como já se pode perceber na tabela acima o ano de 1901 não apresenta conexão com incidência do *El Niño*, assim como em 1954. Esse é um ano em que foi encontrada a seguinte referência nos jornais: “A praia do Cassino foi invadida por extensa camada de lama, onde os banhistas enterram os pés, as pernas e, segundo o pensamento talvez exagerado de alguns, o próprio corpo até o peito” (RIO GRANDE, 27 DE DEZEMBRO DE 1954). Nessa mesma notícia o jornal fala de fato inédito, o que denota o desconhecimento da primeira ocorrência décadas atrás, e talvez o pouco impacto causado naquela comunidade ainda de pequenas proporções no início do século XX.

Somente em 1970 que a relação entre a chegada do barro na orla e o *El Niño* encontrará uma relação climática direta, já que os dados do CPC, bem como o conjunto de pesquisas referenciadas, são unânimes sobre a existência do fenômeno que inicia no Pacífico quando do esquentamento de suas águas superficiais. Willwock & Martins (1972) coletam os sedimentos após o evento extremo que acomete a costa, e em seguida traz o barro que, e com isso “curiosidade” – uma forma delicada de reutilizar a palavra “distúrbio” no entendimento do presente texto.

Os jornais locais não repercutem a ocorrência da lama para além da cobertura sobre fortes ventos que acometeram a costa da cidade, e causaram uma ressaca em janeiro de 1970 – o período de coleta de Willwock & Martins (1972), bem como o atende ao registro de Silva (2010). Uma crônica de uma senhora chamada Lenira Cruz Diaz é encontrada no dia 15 de janeiro: “Sabemos, nestes dias, que é verão pelo calendário. Fez frio, venta como na primavera. (...) Depois da ressaca da semana passada o mar assumiu atitudes agressivas, desmanchou a praia” (RIO GRANDE, 15 DE JANEIRO DE 1970).

Os elementos climáticos estão postos, as pesquisas orientam no mesmo sentido, o que torna possível configurar a associação entre o barro como parte das consequências do fenômeno. O que irá se repetir em 1998, só que dessa vez de forma ainda mais intensa, já que nesse ano o *El Niño* irá alcançar o padrão de alta intensidade segundo os estudos climatológicos. E assim, em 23 de janeiro de 1998 o jornal local de maior circulação na cidade de Rio Grande publica:

A ressaca ocorrida no final de semana na praia ainda está dando trabalho para a ABC¹, pois 2km de praia desde o chamado Arroio do Gelo até o local onde havia o terminal turístico, ficaram com muito barro (...) Nesse trecho do balneário não há como passarem veículos, e é um espaço nobre da praia. Nem mesmo os banhistas estão conseguindo ficar nessa área e as reclamações tem sido intensas (JORNAL AGORA, 23 de janeiro de 1998).

.....
1 Autarquia do Balneário Cassino, segmento vinculado à prefeitura que é responsável pela gestão estrutural da praia do Cassino. Hoje possui o status de Secretaria Especial do Cassino (SEC).

Como aponta Silva (2010), são dez meses de ocorrência do **El Niño** entre maio de 1997 e maio de 1998 em alta proporção, com um aumento das chuvas e temporais, ocasionando também eventos extremos de ventos e fortes ressacas na zona costeira da praia do Cassino ao longo de todo segundo ano. E no ano de 1998 são encontradas 30 matérias sobre o assunto, e dessas nove versam, exclusivamente, sobre o caso do sedimento lamítico na faixa costeira:

Tabela 2 – dados coletados do Jornal Agora, 1998 –
Bibliotheca Rio-Grandense

DATA	NOTÍCIA	Local/ Pag.
01/01	Chuva aumenta quebra na lavoura	Capa
03/01	Chuva deixa intransitáveis 85% das ruas do Cassino	Capa
06/01	Chuva preocupa administração do Cassino	3
08/01	Janeiro continuará chuvoso	Capa/ 3
09/01	Primeiros dias de sol de 1998 leva veranistas à praia	3
14/01	Fenômeno El Niño não dá trégua ao governo	Editorial/2
23/01	Ressaca deixa 2 km de barro no Cassino	4
02/02	Mau tempo não afasta veranistas	Capa/3
10/02	Chuva e estado de emergência	Capa/3
12/02	Cassino enfrenta frio e ressaca em pleno verão	Capa/3
17/02	El Niño prejudica culturas de verão	6
17/02	Elevação nos níveis de água na Torotoma	6
08/04	Cestas básicas são doadas a moradores afetados pelo El Niño	6
19/04	Chuva deixa flagelados em Rio Grande	Capa/3
25/04	Promotora exige esclarecimentos sobre a lama no Cassino	12
07/05	Defesa comunitária aceita o laudo da FURG sobre lama no Cassino	Capa/3
15/05	Lama do Cassino será estudada em Portugal	13
16/05	Vento no litoral provoca mais um naufrágio	Capa/3
19/06	Conselho discutiu sobre lama no Cassino	4
01/07	Temporal de granizo traz destruição a vários bairros	Capa/3
18/07	Chuvas faz defesa civil montar esquema de emergência	3
23/07	El Nino, La Nina	Coluna/2

26/07	Defesa civil está novamente em alerta	3
28/08	Vendaval derruba árvores e danifica rede elétrica	3
02/10	Autarquia emite parecer sobre concentração de lama na praia	3
08/10	Carta do Leitor	2
22/10	Geógrafo explica sobre lama na praia do Cassino	5
27/10	Fórum água Pura-Praia limpa discutiu problema da lama no Cassino	Suplemento especial
07/11	Charge sobre a lama	2
25/12	Que verão é esse?	7

Essa tabela poderia ser investigada de várias formas, porém, dado o problema estabelecido nesse artigo, o foco se mantém na construção de um fato histórico ambiental. Com isso em mente, é preciso primeiro retomar uma questão importante: independente de não haver conexão em dois casos (1901 e 1954), e existir em 1970 e 1998, os dados de Silva (2010) apontam para uma curva de aumento da intensidade do *El Niño* da segunda metade do século XX, até o momento de sua pesquisa.

Esse é um elemento que precisa ser pensado quando de uma análise que vá além de uma correlação imediata das incidências, a busca de uma temporalidade natural baseada em fatos que se liguem ao próprio fenômeno em suas especificidades – nesse caso o aumento de intensidade a cada ocorrência – torna-se necessária. O ato investigativo imediato, dentro de *uma outra* forma de construção histórica do conhecimento, é se perguntar o que levou a esse aumento, o que estabelecerá conexão ecossistêmica entre todos os seres biológicos que envolvem esse fato.

Ampliar a escala de observação nesse tipo de trabalho é ir além das matérias que se debruçam especificamente sobre o sedimento lamítico na praia do Cassino, e perceber as intersecções com os efeitos relacionados a um fato de origem natural/ambiental, e nesse caso é a chuva intensa que enseja a percepção do elemento climático presente no âmbito do problema. E quem aponta para essa observação é Mike Hulme, que projeta o próprio fenômeno do *El Niño* em seu estudo para dar sentido a proposta do Clima enquanto um elemento de ordem física, mas também de ordem cultural (HULME, 2009):

As well as describing a physical reality, climate then can also be understood as an imaginative idea – as idea constructed and endowed with meaning and value through cultural practice. Registers of climate can be read in memory, behaviour, text and identity as much as they be measured through meteorology... (HULME, 2009, p. 14)

O clima é, então, esse elemento da cultura que surge a partir do fenômeno natural e projeta uma série de sensibilidades que podem ser percebidas pelo historiador. E isso envolve a própria emergência do fato ambiental na sociedade, que passa a dotar a ideia de clima de sentidos que precisam ser investigados. Não é por mero acaso que, em 1998, esse seja um tema a ser discutido no contexto em questão, ao contrário das ocorrências anteriores que não trouxeram debates tão acirrados.

A presença do barro, da lama, altera o que se considera um clima de verão, e as memórias que ele deve projetar. A experiência sensível esperada pelos atores sociais passa a ser outra, e, portanto, cria-se outro clima a ser praticado, o que causa a premissa inicial do distúrbio, da irrupção no cotidiano, mas também o questionamento dos motivos históricos que levaram a isso.

Ainda, a intensificação do *El Niño* está associada, para Silva (2010), a mudanças ambientais globais. Porém, seus estudos já datam de quase dez anos, e o que estava apenas enquanto sugestão, hoje já é uma realidade quando novas pesquisas apontam a intensificação dos eventos do *El Niño* a cada ocorrência estar ocorrendo devido ao aquecimento global acentuado na última década, aquecimento esse causado pelos próprios seres humanos em mais de 50% (ANGELO, 2016; IPCC, 2013).

Sugerir as conexões históricas, a forma como a cultura intervém e se posiciona sobre o que envolve esse fato está como um ato político do trabalho do historiador na contribuição científica a discussão desse novo paradigma de cunho ambiental. Não é possível desassociar, na construção desse tipo de episteme que dialoga com a Educação Ambiental para elaboração de um conhecimento ambiental junto ao campo da História, o fato das suas correlações ecossistêmicas que envolvem a própria intervenção humana no fenômeno – isso será fundamental na proposta narrativa, e explicativa do que está sendo pesquisado.

E adentrar o universo da narrativa histórica serve como pano de fundo para um novo diálogo sobre as possibilidades dessa aproximação interdisciplinar com a Educação Ambiental, a qual diz respeito das formas de comunicação desse tipo de trabalho. São vários os dados que exigirão certo grau de complexidade na compreensão de fenômenos ambientais, e o desafio se torna a elaboração de um texto científico capaz de traduzir para o campo das Humanidades esses materiais, produzindo pesquisas democráticas na acessibilidade, o que está presente no Tratado que fundamenta a Educação Ambiental:

A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seus comprometimentos com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminado informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1992)

Essa postura que reivindica o compartilhamento do saber construído pode servir como uma bússola para a forma de escrita a ser praticada, ou mesmo os meios de publicização dos trabalhos desenvolvidos dentro dessa proposição defendida ao longo desse artigo. O ato político dessa democratização de acesso à informação científica de cunho histórico está imbricado no entendimento de um fenômeno ambiental enquanto fato histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao sugerir esse tipo de associação da História com a Educação Ambiental para reorientação de alguns de seus paradigmas, incorporando a questão ambiental através de um arcabouço de referências ecossistêmicas, e com isso tensionando o que hoje ainda é reconhecido como História Ambiental, o que está em curso é uma reflexão que acompanha o desenvolvimento da tese sobre as ocorrências de lama na praia do Cassino. E essas são os primeiros apontamentos depois da conjugação de uma série de dados, mas, sobretudo, de uma série de inflexões teóricas que passaram a rondar a forma como trabalhar com esse tema de pesquisa.

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal Rio Grande – 1954, 1970 – Acervo da Bibliotheca Rio-Grandense.

Jornal Agora – 1998 – Acervo da Bibliotheca Rio-Grandense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, C. **A espiral da morte** – como a humanidade alterou a máquina do clima. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**, Vol. 1. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

CALLIARI, L. J. 1993. Laguna dos Patos. Influência nos depósitos lamíticos costeiros. In: **Pesquisas em Geociências**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 20 (1): 57-69.

CARSON, R. **O mar que nos cerca**. São Paulo, Gaia, 2010^a.

_____. **Beira Mar**. São Paulo, Gaia, 2010b.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica** – narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2002.

CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. O habitus ambiental: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. In: **Educação e Realidade**, v. 34, 2009. pp. 81-94.

DEAN, W. **A ferro e fogo** – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DELANEY, P. J. V. 1965. Fisiografia e geologia de superfície da planície costeira do Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 167p.

DUARTE, R. H. **História & Natureza**. 2^a Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

GIOVANINI, R. M. B. Efeitos de um evento de deposição de lama fluída sobre a macrofauna vagante da zona de arrebentação de uma praia arenosa no sul do Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Brasil, 2011.

HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HULME, M. **Why we disagree about climate change**. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

HULME, M; BURGESS. London's weather and the everyday: two centuries of newspaper reports. In: **Weather** – Royal Metereological Society. Vol. 74, n. 8, 2018.

INGOLD, T. **Estar Vivo** – Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

IPCC, 2013: **Climate Change 2013: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 1535 pp.

MARTINEZ, P. H. História Ambiental: um olhar prospectivo. In: **Cadernos de Pesquisa**. Ddhis, Uberlândia, Vol. 24 n. 1 jan/jun, 2011.

SILVA, S. C. C. A influência do El Niño e La Niña nos depósitos lamíticos e na dispersão sedimentar na praia do Cassino e na desembocadura da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS-Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO BRASIL. Caracterização da influência de depósitos de lama sobre os invertebrados na Praia do Cassino, Rio Grande do Sul. 15p. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<http://www.io.furg.br/noticias/661-documento-enviado-ao-ministerio-publico-sobre-a-caracterizacao-da-influencia-de-depositos-de-lama-sobre-os-invertebrados-na-praia-do-cassino-rio-grande-do-sul>>.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, Documento elaborado pelo Fórum Global das Organizações Não Governamentais, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, 1992.

VILLWOCK, J.A. & MARTINS, L.R. 1972. Depósitos lamíticos de pós-praia, Cassino – RS. In: **Pesquisas e Geociências**. Porto Alegre, Vol. 1, maio: 69-85.

WOLLMAN, C. A. Gênese e tipologias climáticas das enchentes no Rio Grande do Sul. In: ROBAINA, L. E. de S.; TRENTIN, R. **Desastres naturais no Rio Grande do Sul**. Santa Maria, Editora da UFSM, 2013.

ZAMPIERI, S. L.; BRAGA, H. J.; LOCH, C. El Niño e La Niña – intensidade e frequência de ocorrência segundo diferentes autores. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 12. REUNIÃO LATINOAMERICANA DE AGROMETEOROLOGIA**, 3., 2001, Fortaleza, CE. Água e agrometeorologia no novo milênio. Fortaleza, CE: SBA, 2001. p. 437-438.

EVENTO TRAUMÁTICO, ACELERAÇÃO DO TEMPO- CONSCIÊNCIA E HISTORIOGRAFIA: ANÁLISE DOS CASOS MICHELET E CHATEAUBRIAND

VANDERLEI CRISTIANO JURASKI
VANDER.JURASKI@GMAIL.COM
MESTRE EM HISTÓRIA – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA
REGIONAL PELA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
MEMBRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO MUNDO
RURAL – UPF, DOUTORANDO EM HISTÓRIA, REGIÃO E
FRONTEIRAS SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DRA.
IRONITA ADENIR POLICARPO MACHADO
PROFESSOR DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE –
CAMPUS FRAIBURGO.

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre a sensação de aceleração do tempo-consciência a partir da ocorrência de um evento traumático, no caso a Revolução Francesa (1789-1799), e de que forma a historiografia do período reagiu a ela, especialmente a Escola Romântica Francesa. Por meio da alegoria de Reis (2005), representando a coexistência de três tempos: consciência, natureza e histórico, pensou-se em problematizar as influências que a vida cotidiana, assim como as mudanças bruscas têm sobre a produção historiográfica. O trabalho foi dividido em três seções. A primeira abordou a proposta teórica de Reis (2005) para o entendimento do tempo histórico. A segunda tratou da percepção de Chateaubriand (1768-1848) sobre a Revolução Francesa por meio da análise do fragmento “Prefácio (Études Historiques)”, enquanto que a terceira seção foi dedicada ao estudo dos trechos

“Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa)” e “Do método e do espírito desse livro” de Jules Michelet (1798-1874).

Palavras-chave: Evento traumático. Historiografia. Aceleração do tempo consciência.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo pretendeu problematizar os efeitos da Revolução Francesa nos fragmentos “Prefácio (*Études Historiques*)” de François-René Auguste, visconde de Chateaubriand, “Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa)” e “Do método e do espírito desse livro” de Jules Michelet. Optou-se por ambos autores, tendo em vista que estes eram contemporâneos entre si e estão tradicionalmente situados pela historiografia dentro da Escola Romântica Francesa. Contudo, seus pontos de vista sobre o evento “Revolução Francesa” eram distintos, demonstrando como determinado acontecimento pode ser representado de diferentes formas por seus observadores.

De modo a refletir sobre a sensação de aceleração do tempo provocada por eventos traumáticos¹ no pensamento histórico, selecionou-se o conceito de tempo-consciência em Reis (2005). Segundo o autor, existem três dimensões distintas de tempo: natureza, consciência e histórico. O primeiro é caracterizado pela mensurabilidade. Trata-se de uma unidade da física. Este pode ser dividido e classificado. O segundo é o tempo da filosofia. São as experiências humanas no decorrer da vida. Caracterizado pelas alegrias e tristezas, medos e expectativas. O terceiro é a tessitura entre o tempo natureza e consciência, de modo a permitir a análise das permanências e mudanças sociais, retardando a fluidez da vida, sem naturalizar o processo histórico.

O que se propõe ao longo do trabalho é observar nas obras supracitadas como a Revolução Francesa possibilitou a sensação de aceleração do

.....
1 O conceito de evento traumático utilizado no texto, diz respeito às mudanças significativas ocorridas em uma sociedade – seja de ordem política, social ou econômica – a partir da ocorrência de um conflito armado ou ato de violência como um genocídio, por exemplo. Os historiadores despendem tempo e recursos para entender o evento, bem como seus reflexos sobre a sociedade, tornando-o um marco temporal importante na compreensão de um processo histórico. Do mesmo modo, pode-se perceber políticas de silenciamento ou rememoração por parte do Estado, dependendo de qual narrativa foi incorporada ao evento, ou seja, trata-se de um campo de batalha *a posteriori* entre memória e História.

tempo-consciência e de que forma esta refletiu-se na historiografia, especialmente, nos fragmentos extraídos das obras de Chateaubriand (1843) e Michelet (1868). A importância desta problematização reside na identificação de narrativas diversas sobre um evento traumático, mesmo entre contemporâneos, bem como nos interesses que motivaram a produção historiográfica. Embora não se pretenda generalizar as conclusões obtidas a partir da leitura das obras, entende-se que este estudo é pertinente para evidenciar os sentidos (parciais) atribuídos pela historiografia para eventos em específico.

O artigo foi dividido em três seções. A primeira trata da alegoria produzida por José Carlos Reis (2005) em torno dos tempos consciência, natureza e histórico. A segunda abordou o fragmento analisado de Chateaubriand e a última seção analisou o trecho extraído da obra de Michelet sob a luz da aceleração do tempo-consciência motivada pela Revolução Francesa. A conclusão, além de retomar alguns pontos do texto, também incluiu perspectivas sobre trabalhos futuros.

2. A ALEGORIA DE TEMPO: CONSCIÊNCIA, NATUREZA E HISTÓRICO

Reis (2005) discutiu a constituição do tempo histórico como responsável por conectar o tempo-consciência (filosófico) ao tempo-natureza (físico). Segundo ele, o primeiro era marcado pela fluidez da vida, a preocupação com o esquecimento, envelhecimento e morte. Enquanto o segundo era mensurável, divisível e classificável. A aproximação entre essas duas compreensões de tempo não poderia acontecer sem mediação, sob risco da naturalização do processo histórico.

A dimensão histórica do tempo era constituída pela quantificação, qualidade das experiências vividas e permanências.² Reis (2005) utilizou como alegoria para sua reflexão, a imagem da ampulheta. O tempo seria a areia que atravessa o estreitamento do vidro. A parte superior do objeto

.....
2 As permanências não são entendidas como leis. Parte-se do princípio de que muitos acontecimentos do passado demoram para alterar-se. Algo que ocorreu com certa frequência durante séculos, não desaparecerá em questões de semanas (GADDIS, 2003).

representaria o futuro, enquanto a inferior, o passado. O historiador, por meio de vestígios encontrados no presente, buscaria virar a ampulheta, a fim de fazer o passado retornar e assim poder investigá-lo. Cada grão de areia que retornasse precisava ser examinado e registrado. O instrumento escolhido para realizar essa operação foi o calendário.

O calendário é uma produção do ser humano para organizar a vida em sociedade. Sua elaboração, aperfeiçoamentos e utilização por diferentes povos revelaram sua funcionalidade. O historiador teria o compromisso de datar a vida que lhe foi apresentada, por isso a importância de estabelecer instrumentos, padrões e medidas. Afirmar que determinado sujeito nasceu em um período que não corresponde a sua existência é incidir no anacronismo.

Contudo, o calendário, apesar de fundamental, não era suficiente para explicar o tempo histórico. Reis (2005), diz que o valor da História está na vida que por ela transita. A qualidade das experiências humanas também forjou o tempo histórico. Utilizando-se da obra do autor alemão Reinhard Koselleck (1923-2006), Reis (2005) afirmou que o historiador está mais preocupado com a idade interna do que com a idade cronológica de uma sociedade.

Para o pensador alemão, a idade interna de um indivíduo ou coletivo, pode ser mensurada pela tensão entre o campo de experiência e o horizonte de espera. O primeiro refere-se a tudo o que o sujeito realizou durante a vida, ou seja, diz respeito ao passado. O segundo é formado pelas expectativas de futuro baseadas, principalmente, mas não exclusivamente, sobre suas vivências. Cada período produz o seu próprio tempo histórico, bem como altera suas visões sobre o passado e perspectivas para o futuro, tornando-se um momento único.

A longa duração foi um dos princípios orientadores da Escola dos *Annales*, especialmente, pela influência de Fernand Braudel (1902-1985). Em sua obra “O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II” (1949), tratou de três tempos possíveis para investigação: a curta, média e longa duração. Na curta duração estariam os eventos – que se alteram com rapidez –, na média se localizariam as conjunturas (mentalidades), enquanto a

longa duração seria ocupada pelas estruturas (geografia) que são as últimas a mudar. Para Braudel, o historiador deveria priorizar o estudo das estruturas, pois essas mantêm-se e devem ser o seu campo de investigação, sem desprezar, é claro, os eventos.

O tripé formado pela datação de personagens e acontecimentos em uma lógica argumentativa respaldada pelo calendário; a qualidade da vida humana – representada pelas tensões entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa –, bem como as permanências constituem o tempo histórico. O que se ambiciona é identificar a sensação de aceleração do tempo-consciência provocada por uma Revolução, entendida como uma grande mudança na ordem previamente estabelecida (seja social, geopolítica, econômica) e como esta percepção do “passar do tempo” atuou na historiografia, ou seja, no trabalho sobre o tempo histórico.³

CHATEAUBRIAND E A REVOLUÇÃO FRANCESA⁴

François-René Auguste, visconde de Chateaubriand nasceu em 1768, pertencente a uma antiga família nobre da Bretanha. Teve contanto próximo com Luís XVI – rei francês entre 1774 a 1792, na qualidade de capitão da cavalaria da corte em Versalhes. Quando do início da Revolução Francesa, este deixou o exército e empreendeu uma viagem de circum-navegação. Um dos seus objetivos era encontrar uma passagem entre o estreito de Bering e a Groelândia. Nesse sentido, ele pode ser entendido como um observador distante dos primeiros acontecimentos sobre os quais dissertaria, mas, nem por isso menos interessado em escrevê-los.

Em 1792 retornou à França já governada pelos jacobinos, se engajando na luta contrarrevolucionária da nobreza exilada, ocasião na qual ficou gravemente ferido. Depois desse episódio, emigrou para a Inglaterra, onde

.....
3 Não é o objetivo deste artigo comprovar ponto a ponto a alegoria de Reis (2005) na análise dos casos Chateaubriand e Michelet, pois como o próprio autor afirmou, trata-se de uma “articulação possível” e não obrigatória. O interesse deste trabalho na explanação de Reis (2005) reside em salientar a necessária mediação entre natureza e consciência via tempo-histórico.

4 Todas as informações expostas nesta seção foram extraídas de CHATEAUBRIAND, François-René. Prefácio (Études historiques). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: O caminho no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 113-132.

empenhou-se em criticar os rumos da política francesa. Em sua primeira obra de História intitulada “*Essai historique, politique et moral sur les révolutions anciennes et modernes*”, escrita entre 1794 e 1797, se sobressaiu a percepção de que o tempo passava em ritmo acelerado sendo difícil de registrá-lo: “os acontecimentos corriam mais rápido que minha pena: acontecia uma revolução que tornava erradas todas as minhas comparações” (CHATEAUBRIAND, 1826 *apud* MALATIAN, 2010, p. 114).

Com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder em 1800, Chateaubriand regressou mais uma vez à França se aproximando do governante. Nesse período (1802), o autor escreveu “O gênio do Cristianismo” procurando ressaltar a importância da religião para a História – talvez, uma reação a própria laicização do Estado decorrente da Revolução Francesa.

Ele desejava “reescrever” a História da França, buscando revelar seu “verdadeiro espírito” que, para o autor, estava na Idade Média, na cavalaria, nas cruzadas. Já os acontecimentos recentes situavam-se quase que em um tempo fora da História. O que estava em jogo naquele momento eram duas visões diferentes de tempo. A primeira, representada pelos burgueses revolucionários afirmava que o presente deveria ter os olhos voltados para o futuro, ou seja, para as mudanças (aceleração do tempo-consciência). Enquanto que os aristocratas propalavam a ideia de que o presente deveria ter como guia o passado (estabilização do tempo-consciência via tempo-natureza).⁵

Percebe-se a associação em Chateaubriand do homem político e do intelectual, por seu convívio com Luís XVI, o encontro com Georg Washington nos Estados Unidos, até o périplo na América do Norte⁶ e a viagem a Grécia, Turquia, Egito e Magreb. Sua afinidade com a Dinastia Bourbon foi perceptível quando da restauração e governo de Luís XVIII, momento no qual recebeu cargos diplomáticos na Europa, sendo nomeado, inclusive, ministro de Negócios Estrangeiros (1822-1824).

.....
5 François Hartog (2017) identificou essas duas percepções como distintos regimes de historicidade. Aquela percepção que considerava o passado como orientador do presente, que tratava do futuro como reprodução e aprimoramento do que aconteceu, não reconhecendo rupturas foi intitulada como Antigo Regime de Historicidade. O outro modelo que considerava o presente como caminho para o futuro, sendo o passado iluminado por expectativas seria o Regime Moderno de Historicidade.

6 Onde conviveu com tribos indígenas nas florestas do Alto Canadá.

A atração de Chateaubriand pela Escola Histórica Alemã revelou a oposição do autor para com a Revolução Francesa. No fragmento “Prefácio (*Études Historiques*)” ele afirmou que “os 40 anos de nossa revolução interromperam os estudos na França, enquanto eles continuaram nas universidades germânicas” (CHATEAUBRIAND, 1843). Para o pensador francês, a Revolução – momento fora do tempo – representou um retrocesso no desenvolvimento da nação francesa.⁷

Chateaubriand iniciou o Prefácio, dizendo que a respeito do que fizera Heródoto, também manifestaria o motivo de escrever a História: “para a glória da minha pátria, e porque vi os males dos homens”. Segundo ele, “a França deve recompor seus anais”, tendo em vista a ocorrência de uma “grande revolução” e os tempos conturbados em que vivia. Problematizou algumas questões referentes a onde buscar as fontes, reflexões sobre a “antiga escola histórica” e a validade das teorias religiosas, filosóficas e políticas do momento.

Pensando sobre o papel do historiador, Chateaubriand contrapôs duas formas de escrever a História, aquela relacionada aos antigos: Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito. Estes raramente utilizavam citações para referendar seu trabalho, enquanto exigia-se do historiador moderno o rigor para com as análises. Para o autor francês essa rigidez na produção historiográfica inviabilizaria o surgimento de historiadores competentes como os antigos. Não se trata de segui-los como guias, pois a leitura dos originais é importante, na medida em que “esses escritores os liam de modo diferente do nosso com um outro espírito: eles não procuravam ali as coisas que nós procuramos, eles nem sequer as viam; rejeitavam precisamente o que nós escolhemos” (CHATEAUBRIAND, 1843).

O trabalho minucioso sobre as fontes, a valorização dos originais e o cuidado com a produção intelectual, a fim de evitar narrativas com detalhes desnecessários foram marcas da investigação proposta por Chateaubriand. Esse caminho metodológico requer necessariamente a

.....
7 A França possuía um caminho natural de desenvolvimento desde os gauleses, francos, passando pela monarquia francesa, herdeira legítima desses povos.

desaceleração do tempo histórico, para que se possa compreender o sentido do evento traumático. Com a devida licença poética, acredita-se que o autor francês buscou reestabelecer a tessitura que liga o tempo-consciência ao tempo-natureza em um período de profundas mudanças na França.

MICHELET E A REVOLUÇÃO FRANCESA⁸

Jules Michelet nasceu em 1798 na cidade de Paris. Na década de 1830 chefiou a seção de História do Arquivo Nacional, ingressou como professor na Universidade de Sorbone e no Collège de France. Schwarcz apresenta-o como “talvez o maior admirador e propagandista dos momentos iniciais da Revolução popular” (2010, p. 95). Sua admiração pelos primeiros anos da Revolução Francesa deve-se em parte ao protagonismo das classes populares (camponeses e famílias pobres de Paris), bem como pela expectativa de mudança que os eventos provocaram no país.

Sua mais importante obra *Historie de France* foi produzida entre 1833 e 1867. Trata-se de uma síntese sobre a nação em um total de 19 volumes. A “História da Revolução Francesa”, por sua vez, foi elaborada entre 1845 a 1850 e resultou em 4 tomos. Os fragmentos analisados neste artigo, explicitaram o cuidado metodológico de Michelet, seja durante as investigações em arquivos, na diversificação e organização das fontes e na valorização da tradição oral. Em ambas as obras, percebe-se o povo como a “voz da França”. Muito embora, acreditando que o povo fosse a França, tratava-o como fonte de informação, assim como os arquivos – no qual trabalhou por aproximadamente 30 anos.

Michelet procurou narrar a história da Revolução Francesa a partir dos documentos encontrados no Arquivo Nacional (atas, processos e manuscritos) e contrapô-los a outras fontes como o *Le Moniteur*.⁹ Para ele, o documento impresso poderia ocultar interesses particulares. “O que é um livro? É um homem.

.....

8 Todas as informações expostas nesta seção foram extraídas de MICHELET, Jules. Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa); Do método e do espírito desse livro. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: O caminho no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 91-112.

9 Jornal oficial do Governo Napoleão I, tendo circulado na França entre 1789 a 1901. Segundo ele, o Jornal era “arranjado e corrigido a cada noite pelos poderes do dia” (MICHELET, 1868) e as atas das assembleias poderiam facilmente desmenti-lo.

E o que é um jornal? Um homem. Quem poderia confrontar essas vozes individuais parciais, interessadas, com a voz da França?” (MICHELET, [18--]). O papel do historiador era, portanto, ouvir as pessoas, confrontar suas informações com as fontes documentais e, a partir disso, encadear os fatos.

Em um contexto de valorização da documentação oficial, no qual Michelet também se apoiou, a busca por ouvir outras vozes, possibilitou uma nova perspectiva sobre a Revolução. Através de fontes orais, por exemplo, o pensador francês identificou a importância das federações para os habitantes do campo em 1790. Segundo ele, as federações eram reuniões armadas que ocorreram de novembro de 1789 a julho de 1790 e que “mostraram aos aristocratas as forças imensas, invencíveis da nação” (MICHELET, [18--]). Enquanto isso, os jornais da época as ignoravam ou as qualificavam como “festas burguesas”.

Outra preocupação demonstrada pelo autor foi não atribuir sentidos para a Revolução Francesa que esta não teve no período de sua realização.¹⁰ Com o distanciamento do evento traumático no tempo é frequente a idealização ou recriminação do mesmo, por se tratar de um processo de rememoração e não se ter acesso direto a verdade do fato. O passado é mediado pelas fontes e essas chegam ao presente fragmentadas ou estranhamente eloquentes. Contudo, afirmar a impossibilidade de conhecimento empírico sobre o passado, não resulta na defesa de seu contrário: os homens que viveram o evento traumático, e somente eles, podem explicar o que aconteceu. Gaddis (2003) assinalou que ao historiador, através de sua metodologia e uso das fontes, é possível um olhar panorâmico sobre a História baseado na “seletividade, simultaneidade e mudanças de escalas”.¹¹

.....
10 “É tendência comum querer ler todos os pensamentos de hoje no passado, que muitas vezes não foram pensados. Para aqueles que têm fraqueza, nada é mais fácil [...] Foi injustamente que os autores da *Historie parlementaire*, e aqueles que a seguem de perto ou de longe, colocaram em primeira linha, na história da Revolução Francesa, as chamadas “questões sociais”, questões eternas entre o proprietário e o não proprietário, entre rico e pobre, questões formuladas hoje, mas que na Revolução aparecem sob outras formas, ainda vagas, obscuras, em lugar secundário” (MICHELET, 18--).

11 Para uma explicação detalhada ver GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Tempo e espaço. In: _____. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 15-50.

Chateaubriand vivenciou a Revolução Francesa, aliou-se as forças contrarrevolucionárias, foi ferido, refugiou-se na Inglaterra e retornou à França em 1815. Michelet era um jovem quando Napoleão Bonaparte foi derrotado em campo de batalha e exilado na ilha de Santa Helena. Na década de 1830 conseguiu os seus principais postos, especialmente, no Arquivo Nacional. Pese o fato, de este também ser um período conturbado na França com as revoluções liberais e, seguindo a lógica deste artigo, com mudanças bruscas no cenário político que permitiriam a aceleração do tempo-consciência, tanto Michelet quanto Chateaubriand escreveram em momentos de instabilidade sobre um passado recente e, provavelmente, em disputa.

Reis (2007) explanou sobre a diferença de viver o tempo e analisá-lo em retrospectiva. Segundo ele, os acontecimentos do cotidiano ocorrem como a maioria dos sonhos, durante a noite. O trabalho historiográfico realiza-se no dia seguinte, lembrando os sonhos da noite anterior. Não se consegue reproduzi-los tais como aconteceram, mas, mesmo assim, busca-se retratá-los, preenchendo as lacunas com interpretações. A pesquisa histórica também pode ser tomada por devaneios, uma vez que, o historiador nem sempre está plenamente “acordado” quando escreve, ou seja, ele pode ser acometido por preconceitos próprios de seu tempo, limitações teóricas e metodológicas que impossibilitam ver além do que a conjuntura o permite.

O evento traumático, nesse caso, motiva a produção historiográfica, uma vez que é capaz de alterar o ritmo do tempo-consciência. Os fatos se sucedem como “os acontecimentos que ocorriam mais rápido que a pena” de Chateaubriand ou o Jornal “arranjado e corrigido a cada noite pelos poderes do dia” ao qual Michelet se referiu. Cabe ao historiador diante da efusão de acontecimentos, um trabalho atento para reestabelecer a tessitura entre o tempo-consciência e o tempo-natureza, de modo a não naturalizar as mudanças, mas problematiza-las dentro do seu período específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar como um evento traumático, neste caso a Revolução Francesa, alterou a percepção que Chateaubriand e

Michelet tiveram do tempo vivido (tempo-consciência). Para além deste questionamento inicial, buscou-se observar em trechos selecionados das obras os instrumentos utilizados para costurar a trama histórica e propor a narrativa, ou seja, quais foram as metodologias e fontes empregadas pelos historiadores. Percebeu-se, contudo, experiências diversas no relacionamento pessoal e intelectual com o evento em questão, demonstrando, os interesses por de trás da produção historiográfica.

Como assinalado na Introdução, as Considerações Finais deste artigo pretendem também apresentar algumas perspectivas para trabalhos futuros. Acredita-se que o conceito de evento traumático, delineado em linhas gerais ao longo do texto e expresso de forma mais pontual na obra de Jörn Rüsen¹², pode servir como balizador para análises historiográficas. O evento traumático provoca tanto a aceleração do tempo-consciência, quanto serve como referência para a análise de determinado processo histórico. Nesse sentido, a história do Brasil possui uma grande quantidade de eventos que concatenam as narrativas e precisam ser problematizados a fim de entender sua importância dentro de um contexto histórico.¹³

.....
12 RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. **História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, nº 02, março de 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 16 jul. 2019, p. 163-209.

Rüsen (2009) utilizou os conceitos de “experiências históricas traumáticas”, “evento de qualidade perturbadora”, “trauma” e “experiências históricas negativas” para discorrer sobre acontecimentos que provocaram mudanças significativas na sociedade. Segundo ele, existiriam três modos de perceber o passado a partir da experiência de eventos: normal, crítico e catastrófico ou traumático (sendo este último que interessa ao artigo). A experiência traumática pressupõe luta por parte daqueles que a vivenciaram. É preciso superar os obstáculos que o trauma causou na vida prática e tentar reestabelecer os sistemas de orientação dos indivíduos. “A Historicização é uma estratégia cultural de superar as consequências perturbadoras das experiências traumáticas [...] Ao dar ao evento um significado e sentidos ‘históricos’, seu caráter traumático desaparece” (RÜSEN, 2009, p. 195), ou seja, é preciso verbalizar as experiências para que elas possam ser superadas através da produção historiográfica.

13 Como exemplo cita-se a Guerra do Contestado (1912-1916) que pode ser considerada uma referência para historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, entre outros profissionais para explicar a ocupação do centro-oeste catarinense, o messianismo, a luta por terras, a imigração e a inserção do capitalismo industrial na região, bem como outros temas que circundam o evento traumático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHATEAUBRIAND, François-René. Prefácio (Études historiques). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: O caminho no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 113-132.
- GADDIS, John Lewis. Paisagens da História. Tempo e espaço. In: _____. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 15-50.
- HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- MICHELET, Jules. Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa); Do método e do espírito desse livro. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: O caminho no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 91-112.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível. In: _____. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 67-96.
- _____. Introdução. In: _____. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2007. P. 17-22. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nx858>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. **História da historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, nº 02, março de 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 16 jul 2019, p. 163-209.

O JEZUITISMO COMO A ANTI-MEMÓRIA DOS OITOCENTOS: COMPLEXOS DE MODERNIDADE E RECEIOS MAÇÔNICOS EM SÃO BORJA

RODRIGO MAURER¹

RESUMO

Esta proposta faz uso de uma reflexão realizada em 1887 na loja maçônica Vigilância e Fé de São Borja. O conteúdo foi elaborado com vistas a ratificar o inconformismo dos seus representantes para com a continuidade do império brasileiro na figura da princesa Isabel e seu conjuge Cond'Eu. Não se trata aqui de negar a elaboração jesuítica, embora seja possível demonstrar suas incongruências de sentido para algo que atestaram ser o retorno do JEZUITISMO. Com efeito, ao tocante da questão histórica, que não é meramente convencional, o que vamos expor condiz a um ponto de vista que teve de ser elaborado com vistas a impedir o “retorno” de um curso histórico que foi interrompido. Por contínuo a definição desse contexto repousa por sobre uma falsa aparência que mais indica uma motivação excessiva de época – dentre remontar antigas experiências para assim emitir um sentido prevalente das elites locais. E o lugar onde essa manifestação se revela mais flagrante é justamente nas situações de desconforto que circundam o findar dos oitocentos.

Palavras chave: Maçonaria; Jezuitismo; Orientação Histórica.

.....
¹ Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista Capes. Correio eletrônico: ferreiramaurer@bol.com.br.

DA ATUAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA AOS
MEANDROS QUE CONDUZIRAM A MOÇÃO
PLEBISCITÁRIA NA MUNICIPALIDADE
DE SÃO BORJA AOS IDOS DE 1887

Ninguém ha que não tenha ouvido fallar na famosa republica
que os discipulos de Santo Ignacio de Loyola fundaram
nas ribas do Paraguay; raros porém são os que a tal respeito
formam acertado juizo no dedalo de contradictorias opiniões
pelos mais graves escriptores emitidas.

João Pedro Gay. IHGB COLEÇÃO PADR. E GAY – DL 404.2

Em São Borja é comum admitir uma fábula política que insiste dizer que antes de ter sido o berço de dois Presidentes a localidade serviu de “parteira” da República. O conteúdo faz claras insinuações, a um feito político de repúdio ao 3º emitido na Câmara de Vereadores em 1887, por meio da Moção Plebiscitária. A redação daquela, conforme palavra do cronista que faremos uso, Francisco Miranda, ficou a cargo do republicano Apparício Mariense. O exemplo foi de tal envergadura que outras casas legislativas acabaram percebendo na atitude de São Borja um modelo confiável a ser acompanhado. Esses foram os casos de São Francisco de Assiz e Dorés de Camaquam que acabaram por aderir a proposta aos idos de 14 de fevereiro de 1888 e 15 do mesmo mês. Em Assiz, “a comissão achava que o ato da Municipalidade de S. Borja estava dentro da Constituição e era conveniente ao futuro do País”². A leitura de Miranda sobre esse momento foi a seguinte:

É justo consignar que o surto das Câmaras bandeirantes, despertado pela iniciativa da de S. Borja, e secundando o intuito desta, não foi uma mera adesão. Os republicanos paulistas tinham projetado para ação de suas municipalidades um plano semi-legal, menos revolucionário que a moção missioneira, e consistente em solicitar ao Congresso Nacional a convocação de uma constituinte para o fim de serem revistos os art. 4º da Carta Magna, e outro com êle relacionado,

.....
2 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 191.

de conformidade com a autorização dada pelo art. 174 da mesma Carta. São Borja propunha uma consulta plebiscitária nacional sobre a sucessão do 3º reinado (aliás regularizada pela Constituição) por motivos ocorrentes que expôs³.

Na Comarca de Porto Alegre, a Moção de São Borja já contava com simpatizantes da “União Republicana” como o vereador Felicíssimo de Azevedo. Francisco Miranda salienta que a pauta da localidade não pode porque a comitiva que daria cabo a proposta acabou por ser surpreendida por “uma malta de tipos desconhecidos, que souberam depois serem capangas mandados vir das Minas do Arroio dos Ratos, para o fim de perturbar a ordem, impedindo a discussão da proposta de adesão à Moção da Câmara de São Borja”⁴.

Nesta assertiva de Francisco Miranda fica subentendido que o feito de São Borja ficou relegado a um episódio de pouco caso para os centros políticos de época, o que impediu que o Plebiscito viesse a se concretizar no território nacional. Pelo que podemos entender houve uma resistência por parte da Província de São Paulo, que bem sabemos era por demais convencida aos propósitos do 3º reinado. Mas mesmo apesar disto, houveram simpatizantes a questão do Plebiscito – eis os casos de – São Simão, São Vicente, São João da Boa Vista e Itatibaia. Francisco Miranda, ainda complementa, que no periódico “A FEDERAÇÃO” seria possível acompanhar outras Câmaras de Vereadores favoráveis a causa levantada em São Borja. Estes seriam os casos de Santa Isabel, São Luiz, São Bento e de Santa Catarina.

A rigor, “a campanha das municipalidades e da reação governamental contra ela, desenvolveram-se e terminaram no próprio ano de 1888 com a vitória inteiriça das Câmaras Municipais. O 15 de Novembro veio apenas

.....
3 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 195.

4 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 192.

sancionar êste e outros movimentos da opinião do país em favor da República”⁵. Vejamos a que argumentos tiveram de ser mantidos

A maçonaria, em São Borja, contra o 3.o reinado

PROPOSTA

A Gl. : . do G. : . Arch. : . do Um. : .

Á

Aug. : . Loj. : . Cap. : . Vigilância e Fé

S. : . S. : . S. : .

Para aquelles que encarão as mais graves questões sociaes com criminoso desinteresse, occupados só a excusivamente do – eu – , thesouro inestimável do egoísta; para aquelles que vivem distanciados da humanidade, porque com ella pouco se preocupão, e que fazendo parte de uma instituição que tem por divisa – a luta incessante pela felicidade commum, – faltão aos mais rigorosos de seus deveres, sem a menor perturbação de consciência; – para aquelles, finalmente, que deixão os destinos da Patria correrem a mercê de todas as eventualidades – o momento actual é placido, é de profunda quietação, porque não vêm nem sentem cousa alguma que lhes venha perturbar a paz indolente, a indiferença imperdoavel dessas almas insensíveis: mas, para aquelles, cuja maioria constitue o povo Maç. : ., que possuem sentimentos altruistas, alguma cousa de grande , de elevado e de grave lhes terá dispertado a attenção!

Terão observado que para a **Maç. : . Brasileira**, a epocha actual é de completa transição; – terão reconhecido que alguma cousa mais é preciso fazer além de reunirem-se nos tempos para tratarem da vida e economia dos mesmos; terão, finalmente, observado que o inimigo de todos os tempos – o JEZUITISMO – virá amanhã, apoiado em poderosos elementos, enfrentar nos em nossa marcha descuidosa.

Neste sólo donde foi banida a sotaina jezuitica, novos Loyolas virão encorporar suas ignominiosas hostes de combate.

A **Maç. : . Brasileira** não conta na casa reinante nenhum membro que possa offerrecer-lhe garantia de paz, de fraternidade; entretanto, o jezuitismo tem na herdeira do throno, na fanática Isabel, e no avarento e fanatico **Orleans**, seu consorte, dóceis instrumentos de seus malignos intentos!

Estamos no momento em que, bem o dizia o venerando Saldanha Marinho: a Família, a Patria, a Honra e a propria consciencia perigão!

O monarcha actual tem a existencia minada por uma enfermidade terrível e incuravel, seus dias estão contados.

Amanhã o throno por uma Lei absurda, pertencerá ao fanatismo, porque pertencerá a Isabel.

O jezuitismo invadirá o sólo do Brazil e a serpente terrível enroscando-se no lar, no

.....
5 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 192.

seio da família, contaminará a sociedade com seu veneno subtil, embrutecendo-a, fanatizando-a.

O periodo da regencia foi um exemplo, a questão religiosa uma lição.

E a Maç. : . que é a sentinela postada para prevenir os assaltos dos còrvos de sotaina, terá concorrido com a sua imprevidencia, com a sua indolencia para a transformação de nossa vida social.

É necessário que ella se levante, porque ella é a unica força capaz de dominar o grande mal. Que se levante oppondo-se fortemente, no caso fatal da morte do Imperante, á sucessão de Isabel – a fanática.

Que evite por todos os meios honrosos, embora violentos, a coroação da princesa que transformará o throno em tribunal do Santo Officio.

O povo que se governe e a Maç. : . que intervenha para a fundação de um governo livre e moralisado.

Os obreiros da Vig. : . e Fé pensando a responsabilidade tremenda de que partilhão, se dirijam em nome da Officina á todas as Lojas do Brasil e especialmente ao Gr. : . Or. : . convidando-os a evitar a todo transe p 3.o reinado.

Eis respeitáveis irmãos, o que venho propor vos convencido de que, assumpto de tanta magnitude, merecerá a vossa atenção.

Dad. : . e Traç. : . no Or. : . de São Borja, aos 21 dias do mez de Fevereiro de 1887 (E. : . V. : .)

Apparicio Mariense da Silva gr. : . 3. : .⁶

O texto “A maçonaria, em São Borja, contra o 3.o reinado”, estabelece uma inédita e nítida contrariedade sobre a eventual continuidade da monarquia brasileira. Suas centralizadas atribuições, declinam-se a um caráter autoritário-moderno do construto desejado. Nestas condições o realismo que fica ratificado ao posicionamento nada mais corrobora que uma adoção política. Há ainda uma advertência com relação a ressignificação simbólica do efeito e da interação entre o passado e o futuro. Porque o problema em si parece se tratar de documentos que contêm uma sequência de propostas que persistiram em busca de garantias básicas para o reverso de outras explicações. A causa final é, um caráter exequível e incontestado de outras considerações por demais razoáveis que parecem supor que as partes, assim mantidas por proximidade, consistiriam em como definir outras contribuições à favor de antigos princípios.

.....
ó **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, pp. 197/198.

E a república, nessas condições serviria como o aporte de legitimidade para a construção da própria modernidade. Aos impulsos da imaginação da época, a República de fevereiro de 1848, consubstanciava o imaginário político das lideranças insurgentes de São Borja. Eis o parecer que substancia a hipótese aventada:

PARECER

A Gl. : . Arch. : . da Univ. : .

Á

Aug. : . e Res. : . Loj. : . Cap. : . **Vigilancia e Fé**

S. : . S. : . S. : .

A Com. : . abaixo assignada a quem foi presente a proposta do Resp. : . Ir. : . Appari-
cio Mariense da Silva, apresentada na sex. : . de 21 de Maio ultimo, vem dar-vos conta
da sua missão.

RR. : . Ilrm. : .

Jamais no recinto deste Templo viu-se Com. : . alguma enfrentando com assumpto
de tanta magnitude como este que foi confiado ao exame e parecer da presente Com.
: .

Trata de u assumpto gravíssimo, qual o de iniciar ou fomentar resistencias contra o
futuro 3.o reinado: contra o advento no Throno do Brazil da sua legitima herdeira
segundo a Constituição Política do Imperio, enfim contra o estado actual do systema
governamental de nossa Patria, trata de uma revolução em summa.

Até ha pouco, em quanto não se manifestavão os symptomas do mal que irremedia-
velmente levará ao sepulchro o actual Imperante, tudo parecia calmo e tranquillo no
nosso Brazil; em recanto algum do Imperio havia a agitação que ora se nota com a
ideia do 3.o reinado: em Provincia alguma se notava esse descontentamento que é o
prenuncio de uma revolta prestes a se manifestar.

Possemos pois a examinar as causas de tão brusca transformação; passemos um rápido
olhar pelo que se passa na nossa Patria.

Vemos em pé, ainda sem solução satisfatoria, a magna questão do elemento servil;
vemos algumas Provincias arvorando o estandarte da separação: vemos uma politica
systematicamente centralisadora que nos arrasta irremediavelmente para o desmem-
bramento total do Imperio; vemos que todo o nosso systema politico se acha comple-
tamente falseado, não representando os eleitos do povos as ideias do proprio povo, e
sim as dos governos que a despeito de todas as resistencias legaes, é sempre victorioso,

é sempre o que tem razão; vemos o Brazil apezar de nação jovem apresentando o triste espectáculo de uma nacionalidade decrepita – que se desmorona, porque tudo se acha falseado; a lei a justiça, tudo carcomido, tudo imprestavel, as instituições caducas e sem prestigio; o povo descrente de tudo; os governos sem patriotismo, sem moralidade; vemos enfim que a saude do actual Imperante se acha alquebrada pelo terrivel mal que amanhã talvez o levará a sepultura; e então, o Povo Brasileiro sem essa garantia de paz e fraternidade que possui na actualidade não tendo mais por chefe o sr. Dom Pedro 2.o, cahirá sem remédio debaixo da dupla tyrannia da sotaina e da espada.

Dona Isabel já não inspira confiança alguma: o pouco tempo de sua Regencia foi sufficiente para demonstrar-nos o seu fanatismo, a sua céga submissão aos decretos de Roma, e o seu consorte, com o orgulho proprio da sua raça, antyphatico ao povo, e acostumado ao mando absoluto dos acampamentos, mostra-nos bem patente a tyrannia dupla que nos aguarda com o terceiro Reinado: a Inquisição associada ao Sabre, eis o futuro da nossa Patria!

Com tal perspectiva de futuro, é um dever de todo Cidadão, o resistir contra Isabel e Gastão: é um dever da Maç. . . o dar o grito de alarma oppondo-se tenazmente, e com todas as forças de que é capaz, contra o 3.o reinado; é seu dever, enfim, o trabalhar energicamente para a formação de um governo democratico, de accôrdo com as ideias da epocha, e com a aspiração nacional.

Por isso, a Com. . . abaixo assignada pensa que é opportuna a apresentação da proposta de que se trata; pensa que é um assumpto que muito deve prender a attenção da Ordem Maç. . . do Brazil porque da solução d'elle pende a sentença que ha de dar o triumpho a santa Instituição, ou a aniquilará completamente na terra Brasileira.

A Com. . . pois, é de parecer que esta Offi. . . se dirija no sentido da proposta a todas as LLoj. . . do Imperio, aos Grandes OOrd. . . do Brazil e Brasileiro; aos seus respectivos Grãos Mestre e ao Venerando Saldanha Marinho, exhortando os para a cruzada Santa contra o 3.o reinado.

É o parecer que esta Com. . . tem o prazer de submeter á vossa apreciação.

Or. . . de São Borja, aos 3 dias do mez de Junho de 1887 (E. . . V. . .)

Julio Garcia Trois g. . . 30 . . . Membro Honor. . . do G. . . Or. . . do Brazil.

Antonio M. Guimarães gr. . . 18. . .⁷

.....
7 **Revista do Arquivo Municipal.** Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, pp. 198/200.

O alcance das palavras já é assim definido de saída: existiu alguma diferença de sentido que fez com que a maçonaria de São Borja se colocasse à prova do tempo moderno com vistas à classificá-lo como o caminho confiável a ser galgado em meio a um possível desorientar contínuo oitocentista. A contar daí, temos a ilustração de um século que ao seu curso foi absorvido por imaginações transmitidas à fartas intenções de poder que atingiam o seu esplendor ao julgo de comover os corações políticos possíveis. E a Moção Plebiscitária assim debatida em círculos sociais mais reservados, como é o caso da Maçonaria de São Borja, representam uma fase da vida política brasileira.

Em linhas gerais, as interpretações que ora atestamos, admitem identificar a atuação e a prerrogativa de propaganda republicana. Finalmente, eis que o empenho iniciado em solo de São Borja, ganhou formato em 21 de março de 1889, quando o PRR da Província de São Pedro⁸, assume de vez a postura de combate ao 3º Reinado. A fim de bem esclarecer o sentido puramente temporal dos fatos, essa situação já vinha sendo debatida na localidade desde 1887. Ainda sem maiores esclarecimentos, não coube nem a Aparício Mariense nem a Francisco Miranda as honras do fato, mas sim a um contemporâneo da localidade, chamado Homero Baptista. Após uma recuperação in loco dos principais traços, Francisco Miranda faz questão de frisar que:

Ficou dito, em outro lugar, que a agitação revolucionária começou a se fazer sentir em fins de 1887. Os núcleos republicanos, os agitadores ousados cogitavam com afã nos meios mais eficazes de hostilizar o trono e, precipuamente, a sucessão da herdeira com seu consorte estrangeiro. O Clube Republicano de São Borja, que nunca esteve na retaguarda de qualquer movimento, tomou então a vanguarda, representado pelo gesto galhardo de seu prestigioso membro, Aparício Mariense da Silva, de que era vereador efetivo, a moção de rebeldia que logo se tornou célebre, sob o nome de MOÇÃO PLEBISCITÁRIA. Esse lance arrojado não podia contar com êxito seguro, mesmo para sua aprovação pelo Conselho local, visto como o seu autor era néle o único republicano⁹.

.....
8 O PRR – Partido Republicano Riograndense serviu como um espaço de participação aos republicanos num condicionamento social que procurava apaziguar os confrontos das elites políticas e suas dissidências de poder. Ver: PICCOLO, Helga. **Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

9 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 181.

A sociedade oitocentista de São Borja, em especial os maçons, optaram em definir um rumo por demais oscilante entre a orientação que conheciam e dominavam ao invés de confrontar um território partilhado e disputado de outrora, desta forma não haveria necessidade alguma de empregar-lo a uma definição institucionalizante. Talvez, por isso Francisco Miranda tenha sido enfadonho nas suas explicações:

O clube tinha seu órgão na imprensa “O MOVIMENTO”, que se tornou notável pelo vigor da prédica. Adornavam-lhe o cabeço estes dois lemas: **“Destruir para construir”** – **“Contra o 3.º reinado”**. Estava, pois, de antes, na linha exata da agitação que agora se iniciava. [...] É de salientar que a Moção da Câmara Samborjense precedeu de mais de um ano à celebre reunião da Reserva, onde foi adotado o critério revolucionário; sendo a data desta 21 de março de 1889 e daquela 31 de outubro de 1887, quando foi proposta pelo seu autor¹⁰.

O conteúdo da Moção, da qual Francisco Miranda assegura ter sido o ponto de partida e modelo ao Brasil inteiro, foi apresentado seção da Câmara de Vereadores. O conteúdo advertido à época por Aparício Mariense foi do seguinte teor:

Proponho que esta Camara represente á Assembléa Legislativa provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se á Assembléa Geral, para que, dado o fato lamentável do falecimento de S. M. o Imperador, se consulte á Nação, por meio de um plebiscito, se se convém a sucessão no trono brasileiro de uma Senhora obcecada por uma educação jesuitica e casada com um príncipe estrangeiro, e, bem assim, que a Assembléa Rio Grandense convide as outras Assembléas Provinciais a, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta Camara peça ás outras municipalidades da Província que façam seu este apelo á Assembléa Provincial. S. R. Sala das Sessões, 31 de outubro de 1887. O vereador Aparicio Mariense da Silva¹¹.

Enxerto de ideias de longa duração, o conceito de modernidade foi empregado para rebater tudo que pudesse fazer retroceder em experiência.

.....
10 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 182.

11 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, pp. 182/183.

Apparício Mariense, ao ratificar isso, nada mais fez que renegar decerto qualquer vinculação com o ideário teológico-feudal que pudesse desfazer a causa do “progresso”. Dotado de poderoso dinamismo político, o pensamento de Mariense formulou-se em estreita relação com o pensamento de Francisco Miranda. Neste ponto, ambos aditavam na república a saída política racional para uma “modernidade definitiva”. Mas, como definir modernidade definitiva, quando aos próprios insurgentes de São Borja o moderno para eles nada mais seria que o ato de envelhecer numa política essencialmente conservadora?

Em nossa opinião, há uma maneira de interpretá-los sem cair ao desuso relativista: ao se reportar ao JEZUITISMO, irrevogavelmente transmitiam a mensagem de repúdio há um tempo histórico que se compreendia a uma aliança de fundo teológico-feudal. Dentre as contradições da razão as suas possíveis indiferenças:

Reside aí a determinação individual de cada geração, que pode ser facilmente estendida a todos os que vivem em um mesmo tempo e cujas condições sociais ou experiências políticas se assemelham. Formam-se assim unidades geracionais, mesmo que mortes e nascimentos as alterem continuamente¹².

O modelo de Koselleck é positivamente claro e instrutivo. Senão, é o modo mais razoável de interpretar o argumento que os homens modernos reconheceram, como nós, a eficiência de seus legados. A diferença deles é que conseguiram compreender a necessidade de interceder de forma orquestrada naquilo que entendiam ser parte da sua essência terrificante. Em todo caso, ocorre um episódio comum que parece não querer esquecer como as pessoas do passado, experienciaram seus cotidianos e o formato “liberal moderno”, nestas condições, procurava atender, sobretudo os almejos das localidades interioranas, como a exemplo as tarifas e as leis que deveriam ser emitidas de modo a acompanhar a “marcha da civilização”. Visto por aí, não fica difícil concluir que o manifesto realizado em São Borja expressou a

.....
12 KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 24.

diferença entre os projetos políticos e da própria maçonaria. E as discussões a respeito disto auxiliaram de alguma forma na difusão de um “progresso material” (PICCOLO, 1992). Essa configuração, alocada ao seu contexto político, refaz aquela que foi uma das bandeiras mais essenciais da maçonaria – a formulação de um Estado laico.

De modo categórico o que temos é a ilustração de um momento sublime da história política da localidade. Esta situação ao que tudo indica já havia sido debatida no dia 3 de julho de 1887, na Loja Maçônica “Vigilância e Fé”. Tudo isto significa que para os maçons de 1887, os jesuítas não foram apenas homens dedicados aos mitos. Eles próprios condicionaram-se para com as suas elaborações. No tocante disto cabe dizer que ser ou apresentar-se anti-jesuíta ao longo do século XIX significava estar acima da classificação de ser um monarquista ou republicano. Dito isso, acreditamos que a maçonaria de São Borja defendeu um projeto de organização de um formato “liberal moderno ao Brasil”, talvez alinhado para situações que os Estados Nacionais do século XIX permitiam realizar.

De modo preciso e circunspecto por meio da república defendida pela Moção de repúdio do 3º reinado continha ao fundo a possível revisão de antigas ocasiões. Isto explica também que o modelo admitido catalisaria nas consciências individuais um componente comportamental coletivo: manter-se obediente às leis dos homens com vistas a atingir a autonomia social. Esse seria o note de fundo. Não por acaso, um note que se mantém prefigurado na obra daquele que foi o crítico menos fervoroso aos jesuítas, o iluminista Montesquieu. Talvez, por isso, suas reflexões tenham o tornado a referência de finitude mais palpável para descaracterizar o legado.

Notadamente, o conteúdo recaí à uma influência efetiva e proporcional às gerações que antecederam os líderes da Moção Plebiscitária. Todavia, devemos fazer uma importante diferenciação entre o que se anunciava atrasado daquilo que eventualmente se avistava como parte do tempo imediato. Ao fim, e num tom escapista, Francisco Miranda desabafa: “O governo imperial bem compreendeu o seu alcance, mandando imediatamente suspender a Câmara iniciadora e processar os seus vencedores; assim

também às demais que a ela aderiram, e desenvolvendo ativa reação para que o movimento não se generalizasse”¹³. Junto disso, dar-se-ia por encerrado um princípio de hábito extensamente aproveitado desde os idos coloniais: a legitimação transcendente. Subjaz, no tocante da questão, repete-se assim, a máxima que Augusto Comte elaborou e que implica reconhecer que “retornar não é repetir” (PETIT, 2007, p. 52).

O JEZUITISMO COMO A ANTI-MEMÓRIA DOS OITOCENTOS

De seu trono dominador, a Companhia de Jesus dá leis ao mundo inteiro. Os cetros e as coroas dos países enganados estão jogados no chão. [...] Senhores príncipes, armem o braço vingador: que o trono romano dos jesuítas seja varrido do mapa, e que as gerações futuras desconheçam o lugar que ele ocupou.
Basílio Da Gama, [1769] 2012, pp. 123/124.

Das congregações de fundo teológico-feudal que aportaram na América ao curso da sua transformação, a que mais tinta mereceu dos interpretes sem dúvida alguma foi a da Companhia de Jesus. Tem sido, desde a contra reforma, motivo de várias controvérsias. Partes das mesmas decorrem da influência mantida por seus propagadores, os jesuítas, que se colocaram como guias de uma vontade teológica universal acreditando por aí, não só atingir como corrigir os erros da civilização do velho mundo voltados a não deixar que suas instruções se desviassem de uma aridez inconteste.

Todavia, a história da Companhia de Jesus em territórios do Atlântico Meridional não pode ser esclarecida na sua inteireza, sem tomar em conta o que representou a presença dos jesuítas junto das comunidades indígenas. Parte daquelas experiências provocaram diversas indisposições de conteúdo. Tais questões podem ser comparadas tanto na parte civil como eclesiástica. No que tange suas imprevisões, preencher-se-iam à efeitos de várias

.....
13 MIRANDA, Francisco Gonçalves. A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado. In: **Revista do Arquivo Municipal**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, LXXV, 1941, p. 172.

matizes, fossem elas oriundas das relações fiscais, das disfunções políticas, das infrações militares, ou ainda das conjugações de uso comercial. Em que pese o conteúdo das possíveis orientações, é quase que uma advertência de praxe admiti-las ao julgo das próprias reduções. Melhor explicando, a série de situações que atestam a nossa problemática em tese foram formuladas nas próprias reduções e jamais deixaram de existir. No entanto, existe uma lista de circunstâncias ocasionais que nunca deixaram de emitir argumentos que levassem ao próprio questionamento das missões. Somado a isso acrescentasse o fato de que a Companhia de Jesus foi a única congregação que permitiu desde a sua existência, a convivência de outras nacionalidades por meio da égide espanhola.

Ocorre que dos artifícios de calúnia ou ainda a elaboração de libelos infamatórios foi formulada a imagem distorcida e fortemente polêmica da Republica dos Jesuítas no Paraguay. Este por exemplo é o caso que remete a um libelo anônimo, muito possivelmente elaborado por agentes de um negreiro francês que se encontrava aportado no porto de Buenos Aires aos idos da década de 1710/13. Com o título de *Memoire touchant l'establissement des peres jesuites dans les Indes d'Espagne* é um tanto quanto sugestivo do conteúdo que cerca seu enunciado. O enunciado parece ter sido bem absorvido não só pelo imaginário popular, como também pode ter servido de base para outras obras de fundo histórico como também literárias que se dedicaram a declinar uma avidez antijesuítica. Este por exemplo, é o caso que acompanha aquele que pode ter sido o principal panfleto difamatório que potencializou o descrédito dos cristãos para com os jesuítas. Trata-se da *Historia de Nicolás I, rey del Paraguay* (1756).

Muitos estudiosos do passado chegaram a atestar que tal material reverteu abundantes edições e em vários idiomas. O que demonstra que a Companhia de Jesus tinha um reconhecimento pra além-fronteiras. Parte disto se deve a atuação que respondeu o ministro de negócios estrangeiros do Rei José I (1750-1777), Sebastián José de Carvalho e Melo, dito Marquês de Pombal. Responsável pela revisão do Tratado de Madri e que teve repercussões não só na América como na Europa como um todo.

Não por acaso o modelo de concentrar 30 repúblicas numa única Província jamais garantiu a estabilidade comportamental hegemônica esperada. Antes ao contrário, com a expulsão dos 490 jesuítas ficou latente os efeitos acumulados por meio de um sistema que jamais disfarçou a sua convicção a uma terra que tiveram como sua. Não por causalidade o modelo ficou caracterizado mais de uma vez como uma utopia.

Por mais ousado que tenha sido a experiência reducional, aqueles que se prestaram à compreendê-la nunca esconderam seu inconformismo com o resultado final. Voltaire chegou a advertir que “o poder sacerdotal foi fatal para o mundo” (VOLTAIRE, 1988, p. 177). Com um estilo inigualável, o filósofo francês impôs-se como um dos grandes opositores da Companhia de Jesus. Porém o fator marcante de sua obra ficou a cargo de repassar a hipótese que o jesuitismo poderia representar prender o passo da humanidade para o futuro. Seus empréstimos serviram para dar a narrativa que a modernidade não teria nada a surpreender. Basílio da Gama um tanto quanto convencido da assertiva chegou a retratar a ordem religiosa como a *filha da ambição*.

A contar daí, Portugal acabou por expulsar os jesuítas do Brasil em 1759. Após a experiência em solos tropicais, eis que o movimento ganhou simpatizantes em terras Francesas. Não demorou muito para que as missões de Martinica começassem a ser interpretadas como “ruínas de um passado efêmero”. Os jesuítas, em contrapunho, se recusaram a modificar seus estatutos; e ao se recusarem selaram por fim na própria expulsão. Determinação semelhante, foi movida por Carlos III, só que este ao contrário dos seus pares régios, decidiu não só decretar a expulsão dos jesuítas em solo Espanhol e da América aos idos de 2 de Abril de 1767, como confiscou todos os bens que eram parte da Companhia de Jesus.

Por óbvio que as situações listadas, fizeram parte de uma época em que o clima ideológico assumia entonações de desprestígio a tudo que pudesse atestar e extrair uma definição mais abrangente de interpretação. Aquela altura a Companhia de Jesus transpassava a ideia de uma relativa independência. Acrescenta-se ai, o poder, o prestígio e a prosperidade que

seus idealizadores deixavam transmitir. Todavia, nada superou a descrição pessoal, Bernardo Ibáñez. Esse na condição de um ex-jesuíta, expulso duas vezes pela ordem, recontou sua experiência por meio de uma obra *El reino jesuítico del Paraguay, por siglo y médio negado y oculto, hoy demonstrado y descubierto*.

Paira outro atilamento no caso. As reduções índio jesuíticas jamais tiveram autonomia política, todavia serviram de baluarte para uma organização colonial especialmente espriada. Junto disso, a Ordem se encontrava numa conjuntura desfavorável em muitas nações da Europa. Descrita por conspirar contra reinados, a Companhia de Jesus mantinha grande estima junto ao papa. O seu atendimento se estendia por importantes colégios e universidades, explicando por aí, o motivo da forte vigilância que acompanhou seus disseminadores. Não demorou muito para cair em desgraça junto à uma série de inimigos poderosos – como no caso – filósofos iluministas.

O fato é que seus comentadores críticos ou simpatizantes tendem a reconhecer ao construto das suas colocações, que com menor ou maior originalidade, a ordem religiosa representou um forma de envolver e ordenar a sociedade que chegamos atualmente, ou seja, uma sociedade que se desfaz dos destroços porque aqueles caracterizar-se-iam como partes de um sistema ultrapassado. Desta forma, não é de todo errado reconhecer que quando levamos em consideração essas impressionantes variações de sentido para com a ordem religiosa crescem em importância história a sua temporalidade material e imaterial. Explicando melhor:

A representação do fluxo temporal por ela feita inclui a experiência de tudo o que é ou foi, assim como a expectativa de tudo o que se poderia ou desejaria ser ou ainda se há de ser. Ambas, experiência e expectativa, fundem-se na unidade de um direcionamento temporal de sentido da vida humana¹⁴.

Isso não quer dizer, evidentemente, que não tenha havido certos distanciamentos, a um formato de escolhas. Posto isto, fica claro que a

.....
14 RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 116.

fundamentação básica da relação contrasta as tendências mais difundidas de tratar o problema. Neste caso, tempo e história são parte do catolicismo e do regramento. Porém, não podemos disfarçar em meio à observação que realizamos que a temporalidade se distingue no curso da história. Assim, a contingência de tempo e acontecimento são captados como uma repetição. Logo, o conteúdo jesuítico aqui ratificado mantém um número incontável de contrariedade. Os cronistas mais sensatos, que refletiram sobre a experiência jesuítica, configuram-na como parte de um tempo remoto, todavia, abusaram de modo extremo dessa ideia. Acumulam-se assim uma lista de todas as indiferenças mantidas ao juízo de relatos esparsos do novo mundo e por isso chamaram muito atenção. Isso explica o fato de que alguns comentaristas atribuíram, vez ou outra, sérias críticas ao legado do modelo jesuítico, cujos atributos essenciais todos persistem, em geral, desconhecidos.

A FINITUDE E O MARCO TEMPORAL: NOTAS E REVISÕES ACERCA DA UMA OPERAÇÃO HISTÓRICA

O patrão não ia combater contra os jesuítas? Pois combata agora pelos jesuítas. Conheça bem os caminhos; vou levá-lo até o reino deles; ficarão encantados de ter um capitão que saiba fazer exercícios à moda búlgara. O senhor fará uma fortuna prodigiosa. Quando a gente não se ajeita num mundo, procura arranjar-se noutra. É um prazer extraordinário ver e fazer coisas novas. [...] É uma coisa admirável em trinta províncias. Os padres ali têm tudo, e o povo nada; é a obra-prima da razão e da justiça. Quanto a mim, não conheço nada mais divino que os padres, que aqui fazem guerra ao rei da Espanha e ao rei de Portugal, e que na Europa confessam esses reis; que aqui matam espanhóis e em Madri os mandam para o céu: isso me encanta.
Cacambo, In: VOLTAIRE, [1758] 1979, p. 181.

Como já acentuamos acima, existem posicionamentos teóricos que interpretam a experiência reducional como uma projeção retilínea a ser cumprida. Em nosso entendimento, a operacionalização da temática pelo viés retilíneo tal qual compõe a abordagem não conclui num bom critério de interpretação, haja vista que extrapola a uma coordenação de pensamento. Mas, por um lado, acentuemos que, o problema que se coloca é o seguinte: é possível haver uma demonstração a partir daquilo que já foi ofertado em outro tempo histórico?

É possível que isso não seja fácil de entender logo no início. Todavia, pode ser relativizado de modo cauteloso, pois toda repetição tende a forjar a situação original. Reinhart Koselleck (2014) chega a chamar atenção para a formação de experiência na vida de um sujeito histórico. Noutras palavras, cada vida representaria singularidades temporais que as distinguem da geração que a antecede. Nestas condições, fica compreensível o fato de que as tensões estariam “entre experiência oferecida e experiência própria” (KOSELLECK, 2014, p. 34). Ademais, nunca houve, sequer o retorno de um jesuíta para esclarecer às gerações posteriores os defeitos que lhe encurralavam no tempo passado. Falando em termos gerais, as tentativas feitas com relação a temática de fundo, podem ser mantidas ao feito do recordar.

De fato, corre algo ligeiramente diferente. E o encargo do problema deve ser resolvido sob a ambivalência de retorno e de continuidade. E isso como bem sabemos recai, em última análise, sobre a tese dos “estratos do tempo”. Aliás, as aporias teóricas da qual suplanta a historiografia mais recente, desvinculada dos interesses meramente ideológicos por anos mantido pelos primeiros investigadores, reforçam outras finalidades que o simplório entendimento de transformação “totalizante” a partir da redução ou suas doutrinas de convívio, para todos efeitos foi a insistência irreduzível de um argumento que teve de ser mantido como algo preemente da autonomia que conseguiram alcançar. Dessa constatação e em outras palavras, desconfiamos que exista por sobre esse entendimento um certo exagero, entretanto ao fundo concluí a um efeito dissuasório e razoavelmente disposto ao tempo das explicações. Onde situações imediatas deveriam ser solucionadas sem desgastar a presente ilustração de envolvimento – fosse do ponto de vista daqueles que incentivavam a presente reflexão – fosse do ponto de vista dos que tiveram de acompanhar por intermédio de posturas e determinações sequer antes imaginadas.

Analogamente e deixando de lado os aspectos religiosos e/ou educacionais do modelo aditado pelos jesuítas e também indicando, previamente, seus limites, paira uma transparente contradição para com as leituras de realidade. Do qual, os valores morais e a racionalidade se fariam transmitir por intermédio da emissão de novos signos e outras comunicações simbólicas

que pudessem expressar o fascínio ao desconhecido (no caso a república) e evitando qualquer deslize ao que já era conhecido (no caso o Jesuítismo).

A rigor somos facilmente convencidos a ter de abandonar o que parece velho, substituindo-o por aquilo que parece útil. Ao curso disto o que existe é um discurso meta-memorial de tomar a parte pelo todo. Que nas palavras de Candéau, ganham um contorno por demais estático, uma vez que “compreender e aceitar isso é aceitar perder o Antigo para o novo possa nascer” (CANDEAU, 2016, p. 194).

E por motivos que envolvem as percepções oitocentistas, os cronistas foram praticamente unânimes em relacionar esse contexto a um deformar performático. De fato, e retomando mesmo que rapidamente o que já foi sugerido, não há argumento que possa desconsiderar a referida projeção ao rememorar da própria sociedade de época. A questão a ser posta, porém, é como a atribuída geração reagiu diante de dificuldades internas que os mantinham ermanados a um destino que não dominavam. Permanece, então, que algumas manifestações, especialmente paralelas e acintosamente contrárias, transmitem a impressão que o imediatismo de instabilidade que acompanhava aqueles feitos não perfilariam uma consciência contrária, quando muito retardariam a uma ocupação descontínua e dispersa do próprio homem oitocentista, as quais tiveram de consentir determinadas simplificações em meio à uma dinâmica tida como ideal. É evidente, por conseguinte, que os maçons acreditaram poder ler o tempo imediato pela história do futuro. Em síntese, isto significa dizer que, “se, então, lermos o texto supondo que tais *grids* estão presentes nele, poderemos apenas concluir que projetamos ali algo que não é parte do texto *em si*” (ANKERSMIT, 2012, p. 166).

De qualquer maneira a essa altura é preciso ter a noção exata do que representa o problema e as táticas em destaque – uma vez que – estão alocadas a um adicional histórico que tende a ser compreendido na sua extensão reconhecendo o desconhecimento desse percurso, cuja reflexão depende de recomeços e reviravoltas. A contar daí, é quase que inviável desfazer o fato que a ordem religiosa, ou melhor, o JEZUISTISMO, é, portanto, uma longa trajetória que a própria Companhia de Jesus deixou inacabada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKERSMIT, Franklin R. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.
- CANDEAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- DA GAMA, Basílio. **O Uruguai** [1769]. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- GAY, João Pedro. **Coleção Padre Gay – DL 404.2**. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: Rio de Janeiro: s/d.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2006
- _____. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2014.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Cartas Persas I e II** [1758]. São Paulo: Ed. Escala, 2006.
- PETTIT, Annie. História de um sistema: o positivismo Comtiano, pp. 52-62. In: **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Hégio Trindade (Org.). 3 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- PICCOLO, Helga. **Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- POLÍTICA Liberal. **Diário de Notícias**, 22 ago. 1885. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- VOLTAIRE, François M. **Cândido ou o Otimismo** [1758]. In: **Contos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. **Dicionário filosófico** [1764]. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DEBATES HISTORIOGRÁFICOS: A IMPORTÂNCIA DA TEORIA PARA A HISTÓRIA

ALEXANDRE BORELLA MONTEIRO
MESTRE EM HISTÓRIA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA/BRASIL
ALEXANDRE_BORELLA_MONTEIRO@HOTMAIL.COM

RESUMO

O presente texto tem por finalidade fazer um resgate teórico sobre a História. Para tanto, analisaremos autores clássicos que tratam sobre o tema, é claro, sem pretender fazer um ensaio sobre toda a Teoria da História, mas sim, trazer algumas contribuições para o assunto. Para tanto, nos utilizaremos de autores, como Julio Aróstegui, Johan Gustav Droysen, Wilhelm Von Humboldt, Gabriel Monod, Leopold Von Ranke, dentre outros. Este texto será dividido da seguinte maneira: estudaremos os textos, trazendo temáticas abordadas por eles. Elas serão as seguintes: o que é a História (segundo os autores estudados durante o semestre); a imparcialidade/objetividade do historiador diante dos documentos e na hora de escrever; a relação do historiador com as fontes; e por fim, a importância da teoria na escrita da História. Como se deu a evolução da História? Como um historiador deve elaborar uma narrativa histórica? Como encarar o fato histórico? É possível chegar à objetividade absoluta? É possível um historiador escrever a verdade “tal como ela se passou”? Como devemos interpretar o passado? O que são as fontes? Como o passado chega ao historiador? O que significa dizer que o objeto de estudo para o historiador é mediado e não imediato? E por fim, qual a importância da Teoria da História no ato de construir uma narrativa histórica? Estas são algumas perguntas que levantaremos em nosso texto e procuraremos trazer para o debate.

Palavras-chave: Historiografia – Metodologia – Fontes.

O presente trabalho tem por finalidade averiguar a afinidade dos temas, ou de pelo menos parte deles ao que será abordado na Tese, que será desenvolvida no decorrer deste curso de Doutorado. Tomando por base o fato de que o tema da Tese será “A Guerra do Paraguai pela visão da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, consideraremos fazer uma revisão bibliográfica a respeito da historiografia. Sendo assim, acreditamos que será importante fazermos uma análise a respeito da teoria da História, a final de contas, consideramos que toda escrita da História deve estar assentada em uma teoria.

Este texto será dividido da seguinte maneira: estudaremos os textos, trazendo temáticas abordadas por eles. Elas serão as seguintes: o que é a História (segundo os autores estudados durante o semestre); a imparcialidade/objetividade do historiador diante dos documentos e na hora de escrever; a relação do historiador com as fontes; a importância da teoria na escrita da História; e por fim, a aplicabilidade e importância dos textos estudados no decorrer da disciplina para a confecção da tese final.

A História, assim como a poesia surge aos povos antes mesmo que estes já conhecessem as formas metódicas de usá-las. Da mesma maneira que se fazia poemas antes de se conhecer a gramática, as populações já entoavam os feitos gloriosos de seus antepassados antes de surgirem estudos sobre Historiografia. Desta maneira, a História, em seus tempos mais antigos, se iniciou exatamente com lendas, mitos e sagas, que passaram a ser colocadas em contexto e em um sistema cronológico. (DROYSEN, 2015, p.37)

Charles Seignobos traz para nós uma definição do que seria História, conforme podemos ler no trecho que segue:

A história seria uma ciência de observação. Parece mesmo que podemos delimitar a categoria de fatos estudados pela história; eles são sempre fatos passados e fatos humanos. [...] A história no sentido moderno da palavra, é reduzida ao estudo dos homens que vivem em sociedade; ela é a ciência dos fatos humanos do passado. (SEIGNOBOS, 2010, p. 383)

Ou seja, a História é o estudo dos feitos dos seres humanos em sociedade. Também é um estudo sobre o passado. Uma ciência que se

volta para o que se passou para encontrar explicações dos fatos que ocorrem no presente? Uma forma de enxergarmos como chegamos ao presente e os motivos de determinados povos se portarem de uma determinada maneira? Seria também um olhar para o futuro, uma vez que o passado pode definir nosso presente e alterar o futuro?

Foram várias questões levantadas em torno da História e de sua importância, desde glorificar fatos passados, legitimar regimes ou mesmo dar identidade a povos. Ela também passou por uma evolução. Em seus primeiros tempos, o que se convencionou chamar de “Historiografia Tradicional”, tem se detido em narrar os episódios históricos “como eles realmente se passaram”. Para os historiadores ditos “tradicionais”, bastava explicar os fatos, colocando-os em uma cronologia, ordenando-os. Isso seria o suficiente para entender os motivos dos eventos narrados. (ARÓSTEGUI, 1995, p.176)

Seguindo o pensamento de Gabriel Monod, os alemães foram que deram as mais significativas contribuições para a Historiografia. Cita que embora outros países possam ter brilhantes estudiosos neste campo, nenhum outro possui tantos como a Alemanha. Dentre outros motivos para o avanço da Historiografia na Alemanha, Monod cita a forte organização das Universidades. (MONOD, 2010, 344)

Mas como o historiador deve proceder? Basta simplesmente colecionar fatos e colocar eles de maneira cronológica? Não, segundo Julio Aróstegui, o historiador deve seguir uma rota, elaborar um plano. Deve seguir um “itinerário” em busca de conclusões sobre um objeto histórico previamente definido. Este itinerário seria parte de um “desenho”, uma planificação elaborada pelo historiador. (ARÓSTEGUI, 1995, p.177)

Mas apenas elaborar um plano e um itinerário não serve. Não pode haver uma boa investigação histórica se não há uma definição clara dos problemas a serem investigados. Ao buscar os fatos no passado, o historiador deve explicar os motivos de eles terem ocorrido, ou de terem ocorrido da forma como se passaram. Avançando da ideia de que a História era apenas a descrição dos fatos tal como eles realmente ocorreram, tem-se a ideia de que descrever o que se passou é apenas uma parte da investigação histórica.

Deve-se, sobretudo, fazer as perguntas, elaborar suas hipóteses antes mesmo de se ir aos fatos ou aos fenômenos que se está investigando. (ARÓSTEGUI, 1995, pp.181-182)

Segundo José Carlos Reis, o fato não surge “do nada” para o historiador. Este o procura. Segundo podemos ler no trecho que segue:

Para nós, não, porque as fontes, além de não falarem por si mesmas, chegam ao presente arruinadas, fragmentadas, lacunares ou excessiva/estranhamente eloquentes. É o historiador quem vai ao arquivo com suas questões e as desenvolve apoiando-se nas fontes. Não há observação da documentação sem problemas e hipóteses. Os documentos só falam para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo sujeito da pesquisa. É a questão histórica que permite reconhecer, separar, triar, avaliar, a documentação. O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador. Este o procura e, claro, o encontra. A questão e a hipótese constituem a fonte, ou melhor, elas transformam a fonte em “prova”. Assim, o que pode ser provado não é o “evento tal como se passou”, mas a hipótese que o representa. Como problema e hipótese, a historiografia torna-se uma subjetividade em busca de informações sobre a experiência vivida. (REIS, 2011, p.8)

Citando mais uma vez José Carlos Reis, encontramos uma preciosa cronologia de como a História foi abordada no decorrer do tempo.

Heródoto acreditava ser possível falar das coisas humanas, temporais, com verdade. Depois, a história se confundiu com a mitologia política, o historiador “investigava e pesquisava” para legitimar o poder romano. Depois, a história fundiu-se com a fé cristã, tornando-se o levantamento dos casos em que a Vontade de Deus se expressou. No século XVIII, apesar da busca da “história perfeita” dos séculos XVI/XVII, deixou-se dominar pela especulação filosófica e tornou-se uma metanarrativa especulativa, teleológica, utópica. No século XIX, quis outra vez romper com a intuição poética, com a retórica política, com a inspiração artística, com a fé, com a especulação filosófica, e inventou uma nova identidade, “ciência”, rendendo-se ao sucesso das ciências naturais, buscando fatos concretos, documentos, e procurando estabelecer impossíveis leis de desenvolvimento histórico. Nos séculos XIX e XX, a história deixou-se fascinar por Marx, Weber, Durkheim, e pretendeu tornar-se uma ciência social. No início do século XXI, essa identidade não a satisfaz plenamente e ela volta a se relacionar mais intimamente com a literatura, com a poesia, a psicanálise, o cinema, a publicidade, enfim, retorna a Homero. E tudo indica que, em futuro breve, ela vai se envolver com problemas genéticos, físico-químicos, neurocientíficos, ambientais e da eletrônica virtual. (REIS, 2011, p.11)

Podemos dizer, que segundo lemos até agora, a postura do historiador diante do fato mudou. Em um primeiro momento, ele era invisível, tal como os artistas medievais. Apenas descrevia fatos tais como eles ocorreram, como o artista era levado a pintar por uma “iluminação” divina. Com o passar do tempo, o historiador passa a ser quem vai dar estrutura à narrativa, vai formular questões, colocar sua técnica. É ele quem vai conduzir o trabalho histórico e demonstrar aonde quer chegar. (REIS, 2011, p.14) Assim, temos uma nítida evolução na História, que vai da glorificação dos grandes feitos dos grandes homens do passado, até a história que se baseia na problematização, onde o historiador vai em busca de respostas para as questões. Onde a hipótese é o que norteia sua pesquisa e onde ele é quem vai empregar e externar o seu método e colocar o norte e os objetivos de seu trabalho.

Chegamos então a outro ponto, que tem profunda ligação com o tema de nossa tese: a objetividade, imparcialidade ou suposta neutralidade do historiador frente aos fatos passados. Qual a participação de quem escreve? Há como descrever os fatos tais como eles se passaram, sem haver nenhuma interferência do meio ou mesmo sem qualquer subjetividade por parte do historiador? Existe uma “neutralidade” na historiografia? Segundo escreveu Wilhelm Von Humboldt:

A tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento. Tanto maior será o seu sucesso quanto mais pura e completa possível for esta exposição. [...] Visto por este lado, o historiador se mostra receptivo e reproduzidor, jamais autônomo e criativo. [...] No mundo dos sentidos, porém, o acontecimento só é visível parcialmente, precisando o restante ser intuído, concluído e deduzido. [...] Por isso a verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma a distância dos olhos. Pelo mesmo motivo, os fatos da história, em suas singulares circunstâncias intrincadas, e por serem verossímeis em si e se adequarem bem ao todo em que se inserem, são pouco mais que o resultado da tradição e da pesquisa, cuja veracidade simplesmente se aceita. (HUMBOLDT, 2015, pp.82-83)

Desta maneira, chegar à verdade absoluta, apontar os eventos como eles realmente ocorreram seria tão impossível quanto alcançar as nuvens. Apesar de apontar que o maior sucesso do historiador seria tornar mais pura

possível a exposição do passado. Entretanto, Humboldt assume que no mundo dos sentidos (mundo das ideias em oposição ao mundo dos sentidos) isto seja impossível. O historiador ficaria então, diante de dois caminhos. Ele deve se deter na crítica imparcial dos eventos passados. Entretanto, como não é possível alcançar as nuvens, deve usar de sua intuição para se chegar ao que não fora alcançado. Contudo, deve haver muito cuidado com estes dois caminhos, para em se prendendo apenas ao que consegue “enxergar”, acabar negando a própria essência da História, mas enveredando apenas para o que ele chama de “intuição”, acabar falsificando a História. (HUMBOLDT, 2015, p.84)

E é na questão da objetividade/neutralidade do historiador que um dos grandes nomes da Historiografia, em nosso entender foi injustiçado. Trata-se de Leopold Von Ranke. Apoiado em Sabina Loriga como embasar nosso pensamento, vimos que um erro deu a Ranke, e dá ainda, uma visão equivocada do que ele queria para a História. Por muito tempo, se pensou em sua frase onde ele orienta que a História deve narrar os fatos como eles realmente ocorreram. Para muitos, isso significa dizer que seria proibitivo para o historiador interpretar o que está estudando. Seria permitido apenas observar, de forma passiva os eventos. Loriga, entretanto, traz uma nova luz a esta frase. E em grande parte, este erro vem da tradução equivocada da palavra *eigentlich*. Esta palavra poderia ser entendida como apenas descrever os fatos. Entretanto, ela pode significar também “essencialmente” ou “realmente”. Isso implicaria não apenas fazer uma descrição “neutra” do passado, mas compreendê-lo e apreender a realidade subjacente aos fatos. (LORIGA, 2012, p.249)

Mas como interpretar este passado? Existe uma interpretação “correta” dos fatos que se passaram? Como se interpreta o passado e o que é fazer isso? Segundo John Lewis Gaddis:

Isso se aproxima da atividade do historiador [...] interpretar o passado visando ao presente com a perspectiva de gerir o futuro; porém, sem privar da capacidade de acessar as circunstâncias especiais nas quais se deve agir, ou a relevância de ações passadas em relação a elas. Acumular experiência não é endossar sua automática aplicação, pois

um dos méritos da consciência histórica é a habilidade de perceber diferenças históricas, bem como similaridades, de entender que generalizações nem sempre se aplicam a circunstâncias especiais. (GADDIS, 2003, p.25)

O historiador também é visto como um artista, segundo Droysen. É ele quem parte em busca de fatos e os transforma em uma leitura que seja envolvente e compreensível para os que forem ler. O historiador traz para o leitor assuntos que não fazem parte da realidade dele. Seleciona fatos a serem desvelados. O historiador tem o poder junto aos leitores de influenciar opiniões, pois estes “medem a realidade” a partir de suas ideias. (DROYSEN, 2015, p.40) Por este motivo, como já apontaremos, o historiador deve se ater à imparcialidade. Este aspecto será discutido em breve, mas aquele que escreve História deve ter em mente, que está não somente se debruçando e respondendo às suas questões sobre o passado, mas influenciando seus leitores que utilizam seus escritos para ver o que se passou, bem como para interpretar o presente.

Leopold Von Ranke menciona que dentre as qualidades que um historiador deve ter está a imparcialidade. Mas o que seria esta imparcialidade? Muitos acreditam que o historiador alemão defende uma suposta “neutralidade” ao afirmar que o passado deve ser escrito tal qual ele se passou, sendo proibido fazer qualquer análise ou interpretação sobre o que aconteceu. Será que isto é verdade?

Na verdade, ao falar da imparcialidade, Ranke propõe que há sempre dois partidos rivais na História mundial, a ordem e a desordem. Ele menciona que muitas vezes as pessoas julgam o passado com os olhos do presente, dividindo o mundo entre prós e contras. O que o historiador defende é que ao escrevermos sobre o passado, não devemos cair neste erro. Deve-se compreender os fatos e não julgá-los. (RANKE, 2010, p.152)

Mas seria possível ser neutro? Para ser neutro, o historiador deveria tratar de igual forma todos os temas, todos os assuntos. Mas existe algo que já quebra esta pretensa neutralidade. A seletividade. Caso o historiador tivesse uma máquina do tempo e fosse possível a ele voltar aos tempos que está descrevendo, ainda assim, ele não teria controle sobre a situação, e teria de enfrentar problemas vividos na época estudada. Quem escreve a

História, entretanto, pode escolher sobre o que vai escrever. E nessa seleção, perde a neutralidade. O que é mais significativo? Batalhas? É o historiador que decide o que vai escrever. (GADDIS, 2003, p.38)

Sendo assim, neste ponto, a neutralidade cai por terra. Quando o historiador decide o que é mais importante, está se posicionando. Está aparecendo, pois o que ele considera importante não necessariamente é o que outros considerem. Desta maneira, existem histórias que narram batalhas, tratados políticos, ascensão e queda de impérios e de imperadores; por outro lado, outros temas podem igualmente ser explorados, como as mentalidades, o cotidiano, o que os povoados comiam, como se vestiam, a vida íntima, etc. Assim como se ampliou o leque de temas, ampliou-se, da mesma maneira os focos onde o historiador repousa seu olhar. Mas mesmo em uma época em que o historiador tinha apenas como finalidade descrever fatos políticos em ordem cronológica, ainda assim não existia neutralidade, uma vez que ele selecionava o que era mais importante. A seleção do historiador sobre o que escrever, todavia, sempre vai estar relacionada às questões, aos problemas que ele levanta. Ao que ele quer descobrir e descrever.

Sabina Loriga escreve sobre o motivo de uma objetividade completa ser impossível ao historiador, como é, por exemplo para outros cientistas. Segundo o trecho que segue:

Uma das maiores objeções concerne ao peso do presente: o historiador não é jamais um sujeito desinteressado, e, além disso, o seu olhar metamorfoseia o passado. [...] Enquanto o olhar do astrônomo, do físico ou do químico continua sempre calmo e frio, já que estudam fenômenos alheios à sociedade, o historiador deve compreender e contar os acontecimentos cujos realizadores são homens como ele. Por essa razão, a objetividade completa é-lhe proibida. (LORIGA, 2012, p.251)

Podemos assim dizer que a objetividade absoluta, como defende Sabina Loriga, é impossível, pois para isso, o historiador teria de ser retirado da evidência. E segundo ela, o historiador não só não pode, como não deve apagar sua personalidade, sua objetividade do ato de escrever, pois desta forma, se perderia uma fonte do conhecimento. (LORIGA, 2012, p.255)

Concluimos este tópico sobre História e objetividade/imparcialidade, lembrando-nos de algumas coisas. Todo aquele que escreve História vive em um presente. Tem sua personalidade, suas ideias e seus conceitos/pré-conceitos. Escreve para alguém, tem objetivos, interesses. O simples fato de ele ter selecionado um dentre muitos temas já quebra sua neutralidade/objetividade absoluta. Sendo assim, os temas e as fontes serão previamente selecionados de acordo com uma preferência pessoal. Entretanto, o fato de uma suposta neutralidade e objetividade absoluta seja impossível, mesmo que retratar o passado tal como ele realmente se passou não seja viável, todo historiador deve ser imparcial e deve buscar a verdade. Isso significa compreender os fatos dentro do contexto em que ele ocorreu e não julgar o que está pesquisando com os olhos do presente.

Passamos agora ao assunto fontes. Qual a relação do historiador com as fontes? Qual a importância delas para a pesquisa histórica? Este assunto renderia muitas páginas, por isso, nos deteremos neste texto, a registrar apenas a relação do historiador com elas, de acordo com os textos lidos nesta disciplina. Mesmo nestes textos, não nos aprofundaremos nas classificações de diferentes espécies de fontes, pois isso acabaria desviando nosso foco.

Segundo John Gaddis, é impossível possuir o passado. Quando um historiador escreve, ele normalmente registra fatos que já não estão mais ao alcance de seus sentidos. Eles estão presentes nas fontes. Não é como um cientista em um laboratório, que pode recriar seu objeto de estudo. Por outro lado, um historiador nunca terá acesso direto ao seu objeto de estudo, a não ser se inventar uma máquina do tempo para poder regressar ao local. (GADDIS, 2003, p.17)

Desta forma, vemos que o passado, para o historiador é sempre mediado por alguém, no caso, a fonte, o documento, que por sua vez, é produzido por outra pessoa. Por isso se diz que o objeto de estudo do historiador não lhe imediato, mas mediado. As fontes são a forma como se tem acesso a este passado e o pesquisador tem que saber que elas não fornecem este passado objetivamente, mas sim uma concepção, ou na palavra de Droysen, uma “contraimagem”. E o mais importante é ter consciência de que

esta concepção de passado não é tudo o que se pode saber a respeito dele. (DROYSEN, 2015, pp. 40-41)

Charles Seignobos se refere aos documentos como os rastros deixados pelos atos. Segundo podemos ler no trecho que segue:

Se os atos que devem ser conhecidos não tivessem deixado nenhum rastro, seria impossível o conhecimento dos mesmos. [...] Esses rastros são os documentos, e o método histórico consiste em examinar os documentos para conseguir determinar os fatos antigos cujos rastros são esses próprios documentos. Seu ponto de partida é o documento estudado diretamente. Em seguida, o método retorna, através de uma série de raciocínios complicados, ao fato antigo que deve ser conhecido. Consequentemente, ele difere radicalmente, de todos os outros métodos das outras ciências. Ao invés de observar os fatos diretamente, ele opera indiretamente pela reflexão sobre documentos. Todo conhecimento histórico sendo indireto, tem-se que a história é essencialmente uma ciência de raciocínio. Seu método é um método indireto, por meio do raciocínio. (SEIGNOBOS, 2010, p.384)

O passado é para o historiador uma imagem que foi forjada por outrem. Também destacamos que como passado que chega ao presente, ele não se apresenta objetivamente tal como se passou, mas apenas resquícios. Os documentos não conseguem transportar o estudioso para o passado, mas traz fragmentos deste ao presente.

Joham Gustav Droysen destaca que o passado vem ao historiador ou em destroços e isolados, como lembranças de fatos que já foram vivos; ou reformados. Outros chegariam ainda tão adulterados que mal seriam reconhecidos. (DROYSEN, 2015, p.41)

Por isso, segundo o pensamento de José Carlos Reis, deve-se ter uma atitude cética e crédula diante dos documentos. Segundo lemos no trecho que segue:

O historiador deve assumir uma “atitude crítica”, que reúne credulidade e ceticismo. Ele deve ser um “crédulo cético”! O historiador não pode ser crédulo, pois lida com homens, cujas paixões e inteligência os tornam sempre estratégicos, manipuladores, disfarçados, atores. A credulidade em história é proibida. O historiador não pode também ser cético, pois destruiria o testemunho, para provar que é sempre falso, e não teria mais material para trabalhar. A atitude crítica, primeiro, é crédula, deve receber a

informação, acolher o documento; depois, cética, deve duvidar, desconfiar, suspeitar, e processá-lo, elaborá-lo. A confiança no documento não deve ser fundada na declaração de intenção do próprio documento, mas construída pela “dúvida metódica” do historiador. (REIS, 2011, pp.6-7)

Por fim, abordaremos a questão da importância da teoria para a História, antes de adentrarmos em nosso ponto final, sobre a aplicabilidade ou não dos textos da Disciplina para o projeto da Tese final. A este respeito, discutiremos por algumas linhas a respeito da importância de se basear a narrativa histórica sobre uma teoria. Existe História sem teoria?

Se a tese e a narrativa são a obra, pode-se dizer que a teoria são os alicerces que dão sustentação a ela. Isso significa que, comparando uma obra histórica a uma construção, é preciso que toda ela esteja devidamente fundamentada em fundações, vigas, tubulações hidráulicas, elétricas. (REIS, 2011, p.10) São as partes que “não aparecem” aos olhos das pessoas que apenas admiram a obra, ou que apenas leem a narrativa. Por outro lado, sem uma adequada fundamentação teórica, qualquer narrativa, assim como uma casa, tende a desmoronar.

A História precisa de uma teoria, pois segundo José Carlos Reis, ao escrever, o historiador pesquisa, faz uma triagem, uma seleção. E estas escolhas de documentos, fatos a serem levados em consideração são explicados pelo que? Pela teoria que este historiador adotou.

A história é teoria: há sempre escolha, triagem, um ponto de vista, hipóteses. A história tradicional reúne fatos dispersos, heterogêneos, colocando-os em ordem por reinados. Mas, os fatos sociais não se explicam pela ascensão e morte de reis, organizar os eventos por reinados é absurdo! A simples sucessão de datas não tem valor científico, é só um instrumento e não o trabalho da história. É como a ordem alfabética no dicionário, só isso. A ciência social é científica porque é teórica: formula problemas e hipóteses. Na pesquisa histórica científica, o problema é anterior às fontes, o espírito antecede a heurística. O “historiador historizante” queria oferecer uma representação do passado sem pontos de vista, sem teoria abstrata, apoiado em documentação criticada e fiel aos fatos. [...] Não há constatação que já não seja uma escolha, uma perspectiva. O acúmulo de fatos não acrescenta nada à ciência social. O historiador colecionador deve ser superado, pois não é cientista. Era preciso libertar a história do historiador tradicional e fazer uma história que interessasse ao presente, uma “história teorizante”, problemática, e não uma “história historizante”, automática. (REIS, 2011, pp.12-13).

Considerando o que vimos neste texto, que em muitos aspectos, o historiador se aproxima do artista. Conforme os autores citados, há de se seguir um caminho, onde se procura a verdade e a objetividade dos fatos. Todavia, aquilo o que a objetividade não consegue alcançar, deve ser intuitivo. Entretanto, para se fazer isso, deve-se tomar cuidado com o tênue limite entre perder o sentido da História e falsear os fatos. Lemos que apesar de se buscar a verdade, a objetividade absoluta é impossível, pois alcançá-la, seria equivalente a alcançar as nuvens. E por fim, vimos a importância de se ater a uma teoria da História, pois, mesmo sem ser a parte visível de uma narrativa, é ela quem dá sustentação a ela. Sem uma teoria, as narrativas desmoronariam, tal qual um prédio sem alicerces.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, Julio. **El proceso metodológico y la documentación histórica.** Método y técnicas en la investigación histórica. In: ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica: teoría y método.** Barcelona: Crítica, 1995.
- DROYSEN, Johan Gustav. **Arte e método.** In: MARTINS, Estevão (Org.) **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo, Contexto, 2015.
- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História.** Tempo e espaço. In: GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Sobre a tarefa do historiador.** In: MARTINS, Estevão (Org.) **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo, Contexto, 2015.
- LORIGA, Sabina. **O eu do historiador.** História da Historiografia. Ouro Preto. Número 10, dezembro de 2012.
- MONOD, Gabriel. **Do progresso dos estudos históricos na França desde XVI.** In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho no longo século XIX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

RANKE, Leopoldo Von. **Sobre o caráter da ciência histórica.** In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho no longo século XIX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

REIS, José Carlos. **O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica.** Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dezembro de 2011.

SEIGNOBOS, Charles. **O método histórico aplicado às ciências sociais.** In:

HISTÓRIA, REGIÃO E FRONTEIRA: A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TACIANE NERES MORO
MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO.
BOLSISTA CAPES PROSUC I
TACIANENMORO@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo elencar os conceitos de História, Região e Fronteira sob a perspectiva de uma análise regional do processo histórico que foi a Revolução Federalista (1893-1895), com a delimitação temática na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, os municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

Desta forma, no primeiro momento, será discutido o conceito de região, e o que esse termo significa atualmente na historiografia, bem como, as relações de fronteira, e a complexidade que ela gera nas relações econômicas, políticas e sociais. Posteriormente, buscou-se entender como o conflito da Revolução Federalista se originou, quais foram as motivações políticas que culminaram na guerra, e como esse conflito se desenvolveu na fronteira oeste do Estado, utilizando-se como fonte inicial trabalhos já desenvolvidos na temática. Vale destacar que a pesquisa se encontra em fase inicial, portanto os resultados apresentados ainda são parciais.

O conceito de região no campo da história trouxe uma importante contribuição para a história geral, pois ela é fundamental para diminuir as disparidades que ocorrem, por exemplo, na história global ou nacional onde, por vezes, as especificidades históricas, sociais e econômicas de algumas regiões acabam sendo negligenciadas. No entanto, o termo é carregado de complexidade quanto a discussão sobre o que define uma região no campo da história, o que provocou inúmeros equívocos entre os historiadores.

Segundo Carbonari (2009), inicialmente o termo região apareceu nas discussões teóricas a partir do século XIX dentro no campo da geografia, para atender as necessidades de compreensão da organização espacial de um recorte menor de uma área mais ampla. Posteriormente com a introdução dos fundamentos da geografia humana francesa, que incluía a ação do homem como um dos fatores que modificam a paisagem, a região deixou de ser apenas sinônimo de delimitação espacial para ser também uma “construcción histórica y se fundía em el paisaje” (CARBONARI, 2009, p. 21).

Para Van Young (1987, p. 257) a região em sua definição mais simples trata-se de um “espacio geográfico con una frontera que lo activa, la cual estaría determinada por el alcance efectivo de algún sistema cuyas partes interactúan más entre sí que con los sistemas externos”. No entanto, o termo na prática em relação a história sofreu com divergências na compreensão e diferenciação em relação ao regionalismo¹ e a história local².

.....
1 Tau Golin (2002, apud. Oliven) descreve o regionalismo como uma reivindicação política de um grupo ligado ao território que se opõe aos mecanismos do Estado; Bourdieu (1998) considerou o regionalismo como uma luta simbólica de reivindicação de um grupo por uma identidade que é diretamente ligada ao seu território. Para Carbonari (2009, p. 22) o regionalismo disfarçado de região tinha como pretensão “utilizar politicamente estos fundamentos para reforçar sus autonomias localistas avasalladas por los Estados nacionales”.

2 A diferença entre história local e regional está no seu objetivo, a história local vem a ser a visão particular da história geral “debería ser considerada como una prueba de autenticidad vivificante de la historia general” (SABORIT, 2001, p. 191) e , Carbonari demonstra de forma efetiva a disparidade de ambos conceitos ao dizer que “La historiografía regional, tal como la configuran las fuentes, los métodos y las teorías, y debido sobre todo a la influencia francesa, se inclina más hacia el nivel explicativo general que hacia el comprensivo localizado. Asi sus conclusiones acosfumbran a ser más generalizables y a la vez menos detalladas y profundas” (Ibd.: p. 172). Como ressalta Carbonari a “historia regional ya no pretende ser la comprobación de lo general” (CARBONARI, 2009, p. 32).

Grijalva (2002) elaborou uma importante discussão quanto ao método da história regional, onde é possível perceber o quanto o termo é utilizado de forma equivocada. Para o autor, muitos historiadores confundem a história regional com a história local “los historiadores rara vez distinguen entre historia regional y local, y la mayoría emplea al concepto “historia regional” como una forma conveniente de referirse a toda historia subnacional” (GRIJALVA, 2002, p. 872).

Grijava (2002), então compreende a região dentro da história como um conceito multivalente, o que torna uma proposta difícil tentar colocar o estudo de região em moldes ou regras pré-definidas. E não tendo uma sequência de fatores que pré-determinam o que caracteriza a história regional, conseqüentemente não há também uma metodologia propriamente destinada a ela.

Uma pesquisa que pretende adquirir caráter regional deve se levar em consideração a premissa de que não se trata de reduzir o limite espacial e desconsiderar as questões externas a esse espaço, mas de relacionar estas questões com as especificidades do local e perceber conseqüentemente, as suas divergências e congruências. Ou seja, estabelecer a relação entre o nacional e o regional³, sendo assim, “la posibilidad del análisis regional rescatando la singularidad del objeto de estudio, sin perder de vista la totalidad del proceso histórico en el período estudiado. Se lograba, em otras palabras, establecer el difícil equilibrio entre lo “micro” y lo “macro” (BANDIERI, 2001, p. 95).

Trazendo as presentes considerações, nos propomos a realizar um estudo regional sobre a Revolução Federalista, a região a ser abordada, trata-se da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, os Municípios de Itaquí, São Borja e Uruguaiana. Esses municípios fazem fronteira com os

.....
3 Cabe destacar o exemplo que Bandieri traz em relação a história nacional e regional da Argentina, no qual, a visão nacional é voltada para a consolidação do Estado central, desconsiderando todo o aspecto complexo e histórico da região das áreas andinas do país “donde los límites internacionales no funcionaron necesariamente como tales para las comunidades involucradas, visualiándose la presencia de ámbitos fronterizos que funcionaron como verdaderos espacios sociales de larga duración. Esta realidad, evidenciada desde la investigación regional, obligada necesariamente a revisar una historia nacional construída “de espaldas” a la cordillera (BANDIERI, 2001, p. 92). A autora demonstrou como uma análise regional pode contribuir para o rompimento de uma história nacional homogênea e centralista.

países da Argentina e Uruguai e durante o século XIX e em especial nesse conflito, desenvolveu um papel estratégico no âmbito político, econômico e social para o Estado.

Conforme Reichel e Bandieri (2011), na região denominada de pampa, se estabeleceu uma fronteira entre dois impérios coloniais, formados a partir da colonização, juntamente com a relação do europeu com os povos originários, que desenvolveu novas formas de produção, dentre elas, a introdução do gado, e o favorecimento de uma rede fluvial que estabeleceu relações econômicas e sociais específicas daquela região.

Pois a fronteira, ao contrário do que se imagina não estabelece uma ruptura a partir de sua fixação, é neste sentido que Tau Golin (2002) salienta que a fronteira possui caráter de ambiguidade uma vez que:

Os parâmetros dos movimentos históricos-sociais tiveram na fronteira o espaço político concreto, e antes de transparecer como o divisor de dois mundos, expressou-se como irradiador de significações humanas e sociais, de relações e acontecimentos cujas as consequências dinamizadoras envolveram milhares de indivíduos na flexibilidade de sua linha (TAU GOLIN, 2002, p. 25)

Isso posto, a região platina estabeleceu o que Reichel e Bandieri colocam como uma fronteira de duplo significado, sendo a fronteira-linha, que basicamente define os limites territoriais, e a fronteira-zona “privilegiado pela sociedade platina, que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas e culturais” (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 25).

A região que delimitamos a pesquisa, a fronteira oeste teve como características econômica subsidiária da criação de gado e da agricultura, mas também teve o desenvolvimento econômico de exportação e importação através do Rio Uruguai, o que trouxe para essa região relações estreitas com os países da Argentina e Uruguai, não somente na economia, mas também política e social.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NA FRONTEIRA OESTE DO ESTADO

A chamada Revolução Federalista (1893-1895) foi uma guerra civil no Estado do Rio Grande do Sul, originalizada pela divergência política,

durante o período inicial da República. O conflito se deu devido a incidência de dois partidos, o Partido Republicano Rio-Grande com o seu líder Júlio de Castilhos e o Partido Federalista com a liderança de Gaspar Silveira Martins.

Na segunda metade do século temos a formação dos partidos que protagonizaram a Revolução Federalista, o Republicano Rio-Grandense surgiu na década de 80, de acordo com Piccolo (2003), os republicanos ganharam força após o Manifesto Republicano no Rio de Janeiro de 1870, que requeria maior autonomia e independência das províncias. A partir de um trabalho articulado e organizado em formação de clubes e instrumentos propagandísticos o PRR consegue uma forte representação nas câmaras locais da província:

Na convenção de 1882 foi definido que as candidaturas republicanas seriam escolhidas em prévias organizadas pela circuncisão em que ocorreriam as eleições [...] assim, a estratégia operacionalizada pelos clubes significou uma disciplinarização do eleitorado republicano importante para evitar a dispersão dos votos. Foi dessa maneira que o Partido Republicano Rio-Grandense conseguiu eleger vereadores em diversas cidades e ter Assis Brasil como representante para a Assembleia Provincial em 1885 e 1887, ou seja, apenas três anos após a sua fundação (PACHECO, 2006, p. 147).

Já o Partido Federalista Brasileiro, surgiu como sucessor Partido Liberal, que já trazia consigo ideais federalistas e fazia oposição anteriormente ao Partido Conservador. De acordo com Pesavento (1980), o Partido Liberal ganhou força se elegendo em 1872 para a assembleia local, entretanto, mesmo conquistando o apoio local, ainda lidavam com a oposição do presidente da província que era conservador. Além de que, na década de 60 o Rio Grande do Sul teve que enfrentar a Guerra do Paraguai, o Império então toma medidas que deixaram o Estado em desvantagem política, o deixando em “estado de guerra” como afirma Carneiro (2006)⁴. Essas medidas

.....
4 Dentre essas medidas o autor destaca o recrutamento maciço de homens rio grandenses, “suspensão das eleições regionais, o que deixou o Rio Grande do Sul sem representação na Câmara dos Deputados e levou a suspensão dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial” (CARNEIRO, 2006, p. 134).

do governo provocaram a vitória massiva do Partido Conservador, visto que os liberais se encontravam envolvidos com a guerra. No entanto, a hegemonia do Partido Conservador não durou até a próxima eleição, quando o Partido Liberal novamente assume a liderança da Assembleia, com a figura principal de Gaspar Silveira Martins (CARNEIRO, 2006).

Gaspar Silveira Martins assumiu a presidência da província em 1889, embora, para Pesavento (1980), sendo o Partido Liberal ainda predominante na política Estadual, uma grande parcela da sociedade era descontente com a atuação do Partido Liberal frente a união, sendo considerado incapaz de resolver as “aflições” que o Estado tinha.

Júlio de Castilhos nesta fase, fazia intensas críticas ao governo de Gaspar Silveira Martins através do jornal *A Federação*. Além de se aliado ao movimento militar de novembro de 1889, tornando o Estado do Rio Grande do Sul um importante agente para a efetivação do Advento da República (Pacheco, 2006).

Após a República o PRR assume o poder máximo do Estado sendo formado por “alas mais jovens do Partido Liberal”, tinha a participação de latifundiários, do colonato Italiano e comerciantes, contava com uma união vantajosa com o exército e era fundamentado na ideologia positivista⁵.

Julio de Catilhos “ideológico e estadista máximo deste período inicial de implantação da República foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de Julho de 1891” (PESAVENTO, 1980, p. 57), nesta constituição previa-se, de acordo com a autora: legislativo estadual com poderes limitados, executivo forte legislando sob decretos, e o vice presidente que deveria ser nomeado pelo presidente, atrelado isso, ao voto a descoberto que “permitia que praticamente um presidente de estado pudesse permanecer muitos anos no governo” (Ibid., p. 57). A intenção real por trás da Constituição elaborada por Castilhos era enfraquecer a possibilidade de a oposição obter o poder, como evidencia-se na seguinte passagem:

.....
5 A ideologia positivista era “progressista, conservadora, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social” (PESAVENTO, 1980, p. 46).

A preocupação dominante em Castilhos seria, pois, a de sufocar os ímpetus da coligação opositora, ao mesmo passo em que dava aos positivistas ortodoxos que o hostilizavam a demonstração de que seria capaz de levar à prática um regime de orientação comtista (FRANCO, 1993, p. 25).

A tensão na década de 90 do século XIX era intensa não só no Rio Grande do Sul, conforme Franco (1993, p. 30), o governo de Deodoro enfrentava forte oposição e devido à queda do poder aquisitivo da moeda e do câmbio já estava impopular, foi deposto “por um golpe de estado em 3 de novembro”. A atitude dúplce de Castilhos em reprovar a dissolução do Congresso silenciosamente, mas publicamente demonstrar apoio a Deodoro “abriu caminho e ofereceu pretexto forte à sua derrubada” (Ibid.,). Logo as guarnições de diversas cidades rebelaram-se conta Castilhos:

[...]Quarai, sublevaram-se já em 7 de novembro, unindo-se a grupos civis em suas manifestações. A 12 de novembro, quando comícios populares derivam para a sedição contra Castilhos na capital do Estado, as guarnições de Bagé, Rio Grande, Quarai e Uruguaiana já estavam mobilizados contra o golpe de estado de Deodoro e indiretamente contra Castilhos. Outras como as de Alegrete e São Gabriel se inclinavam no mesmo rumo. Livramento foi tomada por grupos rebeldes. Em conexão com uma questão eleitoral, houve um movimento sedioso em Viamão, às portas da Capital. E embora Castilhos contasse com a solidariedade de alguns batalhões do Exército, não se manteria no poder sem um choque sangrento e de difícil prognóstico (Ibid., p. 31-32).

Então, em novembro de 1891, a oposição gaúcha que era liderada por Joca Tavares depôs Júlio de Castilhos, anulando a constituição, e sendo instalando o período conhecido como “Governicho”. Já em 1892 o PRR junto ao exército retoma o poder e Castilhos novamente assume a liderança (PESAVENTO,1980).

O ex-liberais rearticulam-se com o líder Gaspar Silveira Martins formando no mesmo o Partido Federalista Brasileiro, fazendo oposição a Castilhos em nível local e federal, juntaram-se ao movimento da marinha na “revolta da armada” que eram inconformados com a República. Já o PRR fez união com Floriano e permaneceu com o apoio do exército. A partir

daí, Castilhos inicia uma perseguição incessante aos seus opositores, “a fase que se segue ao golpe é de verdadeiro descalabro. Perseguições, prisões e assassinatos foram os métodos usados pelos castilhistas em uma verdadeira estratégia de aniquilação do inimigo” (RECKZIEGEL, 2007, p.118). Esses que não tiveram alternativa a não ser se exilar além da fronteira, no Uruguai e Argentina, passaram a organizar a revolução no exterior⁶.

[...] os líderes federalistas faziam constantes encontros preparatórios para a insurreição. A casa de Gaspar Silveira Martins, em Melo, transformou-se no quartel-general dos revolucionários, cujas reuniões estendiam-se noite adentro, tratando da obtenção de armamento e de contribuições pecuniárias com fazendeiros da região. Disso resultou que, junto aos estancieiros da fronteira, foi conseguido montante significativo para os recursos de guerra, como as doações vindas de Rivera, Salto e San José” (RECKZIEGEL, 2015, p. 182).

Neste sentido, é necessário conduzir a análise para o que a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e principalmente com o Uruguai representava naquele contexto, Reckziegel (2016) abordou as relações internacionais que essa guerra desencadeou em uma região onde já existia um espaço regional fronteiriço compartilhado, tornando o exílio no exterior fator determinante para a guerra.

Do ponto de vista dos federalistas, portanto, a noção de fronteira como um elemento separador aparece bastante tênue, ressaltando-se muito mais a ideia de uma zona comum, uma área compartilhada, na qual a dimensão de inter-regionalidade sobrepõe-se ao fenômeno da internacionalidade (RECKZIEGEL, 2016, p. 120).

Costa (2009), em seu artigo sobre o contexto histórico-político platino elucidada as relações do grupo de oposição liderado por Gaspar Silveira Martins com estes estados, como o autor sugere, as condições políticas, geográficas e hidrografia da região platina favoreceram as relações de apoio dos liberais-federais para a concretização da revolução em 1893:

.....
⁶ Costa (2009, p.7), evidencia que os exilados no Uruguai e no litoral argentino era extenso em torno de 15 a 20 mil pessoas que passaram a articular a Revolução.

Os revolucionários federalistas buscaram armas em diversas ocasiões na região da tríplice fronteira (Brasil/Uruguia/Argentina), local que, pelas características geográficas e pelo sistema hidrográfico, permitia movimentação de armamentos, o que também é um indício da aproximação dos dois grupos e do apoio mútuo. Os diários da Revolução de Francisco da Silva Tavares e de Joca Tavares apontam uma série de possibilidades dessas ligações. Em diversos momentos no segundo semestre de 1892 e primeiro semestre de 1893, Gaspar Silveira Martins esteve em Buenos Aires a fim de adquirir armamentos e munição para a Revolução (TAVARES, 2004, Tomo II). Líderes da metade norte do estado, como Dinarte Dornes, da região das Missões, prepararam-se e esperaram as ordens na região de Misiones, norte da província de Corrientes. Na cidade San Tomé, o líder liberal-federalista missioneiro preparou suas tropas, contando com apoio de muitos dos revolucionários argentinos. (TAVARES, Tomo I, 2004: 46) (COSTA, 2009, p. 11)

De acordo com Franco (1993) os conflitos em sua maioria foram ditados pelos revolucionários, sendo a primeira invasão no mês de fevereiro de 1893, em Bagé, mas não conseguiram vencer as “forças legais”⁷. Não obtendo sucesso nesta região, as forças federais marcharam rumo a fronteira oeste, com o principal objetivo de reforço de armamento. No exterior a imagem que se tinha da Revolução era de que prosperava e cada vez mais adquiria aliados, como podemos ver com a seguinte passagem:

A imprensa de Montevideú descrevia a situação em que se encontrava a fronteira em artigos extensos e detalhados. Ainda no mês de fevereiro, o jornal *El Día* informava que as incorporações às forças federalistas eram muitas e que vinham das cidades de Santana, Caçapava, Dom Pedrito – onde uma força do Exército havia auxiliado os federalistas na tomada da cidade de Bagé, na qual parte do 5º Regimento de Cavalaria sublevara-se e aderira às tropas de Silva Tavares – e de São Borja, local em que ocorrera o Regimento. As autoridades de Rosário, conforme a folha publicava, também haviam desertado e aderido aos federalistas, o que era um indício de que a revolução era um fato e triunfava (RECKZIEGEL, 2015, p. 183).

Reverbel (1985, p. 77) salienta que os republicanos dividiram as suas forças em duas “a Divisão do Norte, organizada e dividida por Pinheiro Machado, sob comando militar do general Francisco Rodrigues Lima, e a Divi-

.....
7 O termo aparece em algumas referências fazendo menção ao exército que era subordinado do Estado.

são do Oeste, comandada por General Hipólito Ribeiro”, para o autor essas divisões foram as colunas que mais atuaram durante o ano de 1893. A Divisão do Oeste dentro da limitação que a foi designada ficou responsável pelos municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Segundo Villalba (1897), em Uruguaiana a coluna do general Hipólito havia se fixado e logo nas primeiras invasões⁸, tinha como perigo a fronteira com Barra do Quaraí onde os federalistas recebiam armamento enviado pelo comitê revolucionário no Uruguai, nesta primeira fase das invasões a coluna do general José Gomes Pinheiro Machado impediu Jóca Tavares a retornar para Alegrete na batalha campal do Inhanduí, isso devido ao apoio das forças da divisão do oeste:

Este corpo de exército que com tanta galhardia se portou na luta, teve sua origem em Missões com um efetivo de 2,800 homens; organizado segundo a arte militar pelo general Francisco Rodrigues Lima, constituía-se definitivamente a 2 de abril na costa do Botuhy, tendo-se-lhe mais tarde incorporado ao 30º batalhão de infantaria do exército ao mando do general Arthur Oscar. Em Uruguaiana, fazendo junção com a coluna do general Hipólito, pôs-se em perseguição das forças do coronel Salgado que, as marchas forçadas, procurava reunir-se a Tavares e Gumercindo, o que conseguiu ao transpor o arroio do Inhanduy (VILLALBA, 1897, p. 59).

Ainda, Costa (2013), em sua tese de doutorado discorre sobre a ligação do município de São Borja com a cidade de Santo Tomé na Argentina, durante o século XIX, em especial as ligações transfronteiriças dos grupos liberais-federalistas durante a Revolução Federalista. O autor ao fazer uma análise detalhada dessas relações relata que São Borja tinha uma forte representação política, sendo já existindo na década de 80 o PRR na cidade. Podemos citar alguns nomes que tiveram destaque durante a revolução

.....
8 No dia 11 de fevereiro foi dado o início das invasões federalista com a batalha em Salsinho com a liderança de Jóca Tavares, após “assumindo a chefia das tropas revolucionárias no sítio denominado Carpintaria e reunido a Gumercindo viu-se cercado por um contingente de cerca de 1.300 homens comandados pelo coronel Arthur Oscar” (VILLALBA, 1897, p. 56). Após a cidade de Alegrete foi tomada no dia 23, e depois Tavares marchou para Santana do Livramento. Quando as forças legais estavam a caminho de Bagé para socorrer os sitiados, Joca Tavares resolve acatar alguns pontos da fronteira sendo em 27 de março na restinga de Jararaca “a meia légua da cidade de Alegrete, foi derrotado o coronel Santos filho que de Cacequi marchara à frente de civis tendo um efetivo de 1.000 homens” essa batalha foi marcada pela violência e vitória dos federalistas (VILLALBA, 1897, p. 58).

na região da fronteira, como Aparício Mariense já eleito vereador em 1882 pelo partido. Existiram duas famílias em destaque no município de São Borja que tiveram representatividade no período da revolução, a família Trois, e família Dornelles:

Com a proclamação da república Júlio Garcia Trois que já era conselheiro e presidente da Câmara assumiu a intendência, tornou-se o homem de confiança de Julio de Castilhos. Durante o chamado Governicho seu irmão Emilio Garcia Trois assumiu a junta governativa no município. A família Trois estava envolvida em diversas atividades comerciais e seus negócios foram favorecidos pela ascensão política de Julio Garcia Trois a partir de então tornaram-se os principais fornecedores de produtos para o município. Suas casas de negócio tinham atuação em São Borja e em Corrientes (COSTA, 2013, p. 196).

Sobre a família Dornelles, o autor discorre:

Dinarte Francisco Dornelles e seu irmão Modesto Francisco Dornelles ligados aos liberais-federalitas se mantiveram na oposição. Dinarte Francisco Dornelles pertencia a família tradicional do município. Envolvidos a muito tempo na produção pecuária e em outros negócios, sua família estava entre os principais criadores de gado da região. Em 1883 aparecia como 4º juiz de paz do 1º distrito⁹. Em 1887 foi eleito novamente para juiz de paz do 1º distrito sendo o segundo mais votado, 58 votos, o primeiro colocado conseguiu 59 votos, o vereador mais votado teve 57 votos, além dele também receberam votos seus parentes como Maciel Pereira Dornelles que obteve 11 votos sendo o segundo juiz de paz do 2º distrito. Isto mostra que Dinarte Dornelles tinha importante peso político no município e optava em ser juiz de paz. Seu irmão Modesto Francisco Dornelles havia nascido em 1851 e ele havia nascido em 1850 ambos eram filhos de Serafim Francisco Dorneles. (COSTA, 2013, p. 196).

Quando Júlio de Castilhos foi deposto, em São Borja a tensão da dualidade política foi forte, os republicanos dentre eles líderes como Aparício Mariense e Julio Garcia Trois, e outros castilhanistas foram destituídos de seus cargos e tiveram que se exilar em Corrientes. A câmara foi dissolvida e o brigadeiro Francisco Antonio Martins⁹ assumiu a presidência da junta governativa. (COSTA, 2013, p. 198. *Apud*, O'Donnel, 1987).

.....
9 Além de Francisco, outros representantes do governicho eram "José Aquino dos Santos, Emílio Garcia Trois, José Gonçalves de Freitas, e Vicente Gaudioso" (COSTA, 2013, p. 199).

Quando Júlio de Castilhos retoma seu cargo no Estado, os castilhanistas retornam a São Borja “e os membros do governicho e os liberais-federalistas, já organizados em partido, migram para Corrientes e outras fronteiras” no exterior se preparavam para a revolta” (COSTA, 2013, p. 199).

Durante a Revolução a fronteira oeste sofreu com o perigo constante devido à localização próxima a Argentina, e tendo a tensão política forte no município de São Borja, não era de se esperar as invasões. Costa (2013), relata que São Borja sofreu cinco invasões, quase todas, comandadas por Dinarte Dornelles. Sendo a primeira em fevereiro de 1883, a segunda e a terceira em novembro, no dia 10, quando o município estava desguarnecido, pois havia enviado reforços a Divisão do Oeste, e dia 16, esta comandada por Dinarte, que logo após se retirou para Corrientes. A quarta invasão foi no dia 3 de janeiro de 1894, novamente comandada por Dinarte, que se aproveitou quando as forças da divisão do oeste seguiram para cercar Bagé, e a última invasão que foi em fevereiro. E em abril de 94 os federalistas também atacaram a cidade de Itaqui e São Borja novamente foi ocupada pelos rebeldes (COSTA, 2013). Segundo Franco (1993), nesta invasão, os legalistas tiveram que buscar refúgio na cidade de Uruguaiana. Cabe ressaltar que o município de Itaqui antes do ataque de 94, sofreu uma ocupação em setembro de 1893, a comando dos federalistas Aparício Saraiva e Torquedo Severo (FRANCO, 1993).

CONCLUSÃO

Procuramos elencar como foi o processo da Revolução Federalista para a região da fronteira oeste do estado, os municípios de Itaqui, São Borja e Uruguaiana, que por se situarem na fronteira com a Argentina, região conflituosa por ser lugar de exílio dos federalistas.

A pesquisa de Costa sobre as relações transfronteiriças entre São Borja e São Tome na Argentina demonstrou como era forte a dualidade política nesse município e principalmente as relações dessas lideranças com o exterior. Em relação a fronteira oeste, ficou claro que a política era comandada pela elite econômica como ficou evidenciado pelas famílias citadas Trois

e Dornelles. Demonstrando na realidade a elite fronteiriça que é formada por latifundiários, militares e donos de casas de negócios devido o contexto histórico que a região carrega.

Conclui-se que a análise regional de um fato histórico de caráter maior, ou global possibilita uma visão mais completa e verossímil, trazendo, conforme os autores citados, a complementação da relação entre o macro e o micro. Em suma, as regiões como salienta Van Young (1987) são boas para pensar, pois ela busca destacar as singularidades de um recorte espacial a partir de uma problemática, assim a mesma não possui metodologias ou regras pré-definidas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIOLA, Arturo Taracema. **Propuesta de Definición Histórica para Región.** Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México, n. 35, enero-junio 2008, p. 181-204.
- BANDIERI, Susana. La Posibilidad Operativa de la Construcción Histórica Regional o cómo Contribuir a una Historia Nacional más complejizada. In.: FERNANDES, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). **Lugares para la historia.** Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. Rosario: UNR Editora, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 107-132.
- CARBONARI, Maria Rosa. **De como explicar la región sin perder en el intento.** Repasando y repensando la Historia Regional. Historia Unisinos. São Leopoldo, 2009, V. 13, n. 1, p. 19-34.
- CARNEIRO, Nilton. **Dissidência política e partidos:** da crise da regência ao declínio do II reinado. In: Nelson Boeira; Tau Golin. (Org.). História Geral do Rio Grande do Sul. 1ed.porto alegre: UERGS/UPF, 2006, v. 2, p. 125-137.
- COSTA, Marcos Vinicius. **A Revolução Federalista (1893-1895):** o contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos construídos pela Elite Liberal-Federalista. Revista História em Reflexão. Vol.3 Nº6 – UFGD – Dourados, Dez. 2009.

COSTA, Marcus Vinicius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX**: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé / Marcus Vinicius da Costa. – Florianópolis, SC : UFSC, 2013. 285f.

COSTA, Marcos Vinicius. **A Revolução Federalista (1893-1895)**: o contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos construídos pela Elite Liberal-Federalista. Revista História em Reflexão. Vol.3 Nº6 – UFGD – Dourados, Dez. 2009.

COSTA, Marcus Vinicius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX**: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé / Marcus Vinicius da Costa. – Florianópolis, SC : UFSC, 2013. 285f.

MIÑO GRIJALVA, Manuel. **Existe la historia regional?** Historia Mexicana, vol. LI, n. 4, 2002, p. 867-897.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Conservadorismo na tradição liberal**: movimento republicano (1870-1889). In: PICOLLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN Maria Medianeira.. (Org.). Império (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 139-153.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão do Federalismo no Rio Grande do Sul. In.: **Histórias regionais do cone Sul**. Org: Flávio M. Heinz e Ronaldo Herrlein Jr. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. POA, 1980.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescobrimo as fronteiras: a sobrevivência das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea;

HARRES, Marluza [Orgs.]. **Da Região à nação**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 17-48.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti. **A Diplomacia Marginal**: Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904) [Recurso Eletrônico]. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-Paus**: Guerra civil e degola no Rio Grande. 2ª ed. 1985.

VAN YOUNG, Eric. **Haciendo historia regional**: consideraciones metodológicas y teóricas. Anuário IEHS 2, 1987, p. 255-281.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Edigal, 1897.

UM ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O CAMPO HISTORIOGRÁFICO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

SILVA, GABRIEL FERREIRA. UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE-FURG (MSCN)
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES
GBR.S.FERRO@GMAIL.COM

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa caracterizada como Estado do Conhecimento, onde foram levantados os principais conceitos, temáticas, metodologias e autores de referência do campo historiográfico da História Ambiental. A investigação operou sobre os dados do banco de teses e dissertações, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a realização do diagnóstico, foram buscadas pesquisas entre os anos de 2007 a 2018, com a palavra-chave “História Ambiental” nos indexadores de “resumos” e “título”. O estudo tem como objetivo principal traçar um mapeamento sintético da área, apontando assim, apenas os elementos mais relevantes. Verificou-se que os conceitos de paisagem, memória, interdisciplinaridade e complexidade ambiental foram os mais utilizados pelos pesquisadores; a temática agrária, de conflitos ambientais, sobre movimentos ambientalistas e apropriação do ambiente pelo homem foram as mais recorrentes; os processos metodológicos da etnografia, da história oral, pesquisa qualitativa e de estudo de caso se apresentaram como os mais empregados nas pesquisas; por fim, constataram-se autores como José Augusto Pádua, Donald Worster e José Augusto Drummond sendo os mais citados. O trabalho oferece uma esquematização clara e

sintética ao campo historiográfico, ideal para quem busca iniciar investigações em História Ambiental.

Palavras Chave: História ambiental, Estado do Conhecimento, Historiografia

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados do levantamento de dados caracterizado como “estado do conhecimento”, a respeito das teses e dissertações sobre História Ambiental (HA) encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD), entre os anos de 2007 e 2018. O principal intuito desta pesquisa é realizar uma análise de forma sintética sobre esta área do conhecimento, visando auxiliar novos pesquisadores, que tenham interesse neste campo de estudo, a se situar de maneira mais assertiva sobre as discussões da HA.

A investigação buscou identificar e expor algumas das principais tendências dentro das referidas pesquisas no território nacional, evidenciando de forma pontual os principais conceitos utilizados nos trabalhos, métodos de investigação, temáticas de estudo e os três principais nomes de referência para a área. Esta opção por dados reduzidos se deu principalmente por possuir um relatório de mais de trinta páginas que são incompatíveis com o modelo de trabalho pretendido para o evento.

METODOLOGIA

Nesse capítulo é demonstrado como foi empregado o processo de análise de conteúdo aplicado no trabalho. Será descrito nesta sessão a forma como foi realizada a seleção, coleta, catalogação e, por fim, o exame dos dados levantados para este artigo. Esta pesquisa se trata de uma investigação exploratória e descritiva, de base qualitativa e quantitativa.

Trabalha-se por uma avaliação dos dados, em que a metodologia é reconstruída conforme as informações vão se revelando ao pesquisador, como será visto nas próximas seções. Os processos metodológicos são seguidos *a priori*, mas foram reconstruídos conforme as problemáticas de pesquisa vieram à tona.

METODOLOGIA DE BUSCA NA BASE DE DADOS

Esta pesquisa elegeu ao Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para operar a investigação, pois esta é a maior reserva de dados referentes a tipologia de pesquisas aqui investigadas e por possuir um complexo mecanismo de busca de trabalhos em seu site.

Desta forma, no dia 07/05/19, as 22:00, foram buscados nos indexadores “Título” e “Resumo” a palavra-chave “História Ambiental”. O resultado apresentou 71 pesquisas, entretanto, nem todas possuíam os termos buscados e havia trabalhos repetidos.

Deu-se uma problemática inicial, pois foram apontadas teses que possuíam as palavras “história” e “ambiental”, mas não se tratavam de pesquisas da área, como por exemplo, a pesquisa “Educação Ambiental e o teatro na história: uma experiência em Balbino, Cascavel, Ceará” (SOUSA,2011). Percebe-se que a pesquisa em questão possuía os termos buscados, mas não na ordem correta e, além disso, não se tratava de um estudo em História Ambiental.

Desta forma, foram analisados todos os trabalhos e selecionados apenas os que possuíam os termos da maneira correta. Contudo, por determinação técnica desconhecida, o mesmo banco de dados também realiza, de forma automática, o levantamento de pesquisas com temática relacionada a História Ambiental, apesar do indexador “assunto” não ter sido utilizado no campo de busca. Um exemplo é a Tese “História e Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos” (RÜCKERT,2007). Ela não apresenta os termos buscados, entretanto, possui a temática pretendida e constou na seleção aplicada.

Temendo deixar materiais com potencial para análise fora do **corpus** a ser criado, foi decidido por ampliar a busca a um terceiro indexador junto aos anteriores, denominado “temática”. A literatura recomenda que Estados do Conhecimento sejam edificados a partir dos resumos e títulos dos trabalhos, entretanto, não parecia correto excluir investigações em potencial por puro preciosismo metodológico.

Além disso, o fato do resumo ser considerado um gênero do discurso da esfera acadêmica relativamente neutro e estável, que informa objetivamente um leitor, que busca desencadear uma única leitura, não impede o pesquisador do “estado da arte” de experimentar uma outra, diferente daquela prevista pelo autor e editor, daquela que normalmente faz um pesquisador, ao lidar com os resumos, na investigação da produção de uma área de conhecimento. Ele pode surpreender-se entendendo cada resumo como único e individual porque produzido em determinadas condições de produção e de leitura, que pressupõem outro leitor, outra finalidade (FERREIRA, 2002, p.269)

Novamente foram encontrados problemas, pois com o terceiro indexador ocorreu uma redução de 71 para 24 trabalhos. Notou-se que uma das mais antigas teses sobre História Ambiental, “A História Ambiental da Erva Mate” (GERHARDT, 2013) não estava inclusa nessa nova busca no banco de dados.

Foi decidido realizar a busca unicamente pelo indexador “Assunto”, verificou-se novamente o mesmo problema anterior, entretanto, surgiu uma tese que não havia constado na primeira averiguação.

Colocando todos os problemas e potencialidades na mesa, chegou-se ao entendimento de que a primeira busca realizada foi a mais frutífera, pois abarcava as pesquisas com a temática, incluiu-se, então, a pesquisa solitária da terceira consulta no tabelamento que estava sendo realizado.

Ao fim deste processo foram selecionadas 27 pesquisas, que foram encaradas como o **corpus** da investigação. Posteriormente, vieram a passar pelos processos de análise de conteúdo para investigar se, realmente, se tratava de teses e dissertações sobre História Ambiental.

METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS DADOS

A primeira etapa da seleção foi escolher quais destas pesquisas apuradas inicialmente na busca da base de dados deveriam ser analisadas ou não. Isto se deu, porque nem todas as pesquisas levantadas anteriormente se tratavam de trabalhos de história, mesmo encaixando-se nos parâmetros e buscas estipulados outrora.

Para resolver este problema, utilizaram-se os seguintes critérios metodológicos. Primeiro, só entrariam na seleção de trabalhos a terem os da-

dos levantados aqueles que possuísem relação com o campo da história, de forma científica. Seriam selecionados apenas os trabalhos que operassem pesquisas no passado, com tempo e espaço bem definidos, utilizando fontes primárias ou que abordassem debates teóricos, historiográficos e relacionados a educação e história. Desta forma, dos 27 trabalhos, dois foram excluídos.

A segunda etapa da seleção foi estabelecer quais informações seriam mais interessantes de serem coletadas. A utilização dos manuais e a leitura de outros estados do conhecimento foram fundamentais para essa etapa. Desta maneira, foi estabelecido que seriam averiguados: os nomes dos autores; dos orientadores; universidades; programas de pós-graduação; objetivos; problemáticas; ano de produção e nível de pesquisa, tese ou dissertação. Entretanto, estes dados não estarão presentes neste trabalho.

Os dados selecionados para este artigo foram: os principais autores de embasamento teórico das teses e dissertações; metodologias mais citadas; os conceitos mais utilizados; e temáticas mais recorrentes.

A metodologia estabeleceu que os resumos poderiam ser suficientes, entretanto, notou-se empiricamente que não. Sendo assim, decidiu-se por buscar nos resumos e nas introduções das pesquisas, pois é normalmente nesta parte dos trabalhos que encontramos estas informações pretendidas. As exceções foram das pesquisas que possuíam capítulos isolados para teoria e metodologia.

METODOLOGIA DE COLETA E REFINAMENTO DE DADOS

O início da coleta se deu através de uma ação pré-analítica denominada leitura dinâmica ou flutuante. Buscou-se, desta forma, tabelar no *Microsoft Excel* as seguintes informações: título, nome do autor, ano, orientação, instituição, programa de pós-graduação, nível de pesquisa, temática, autores de referência para história ambiental, conceitos, métodos, problemáticas e objetivos.

Entretanto, esta primeira fase de leitura dinâmica levou a uma problemática que, ao ser resolvida, revelou as categorias iniciais de análise do

artigo. Notou-se que nem todos os dados coletados eram “objetivos” ao contrário do nome dos autores e instituições. A maioria dos dados buscados eram deveras “subjetivos”, como por exemplo, as temáticas, ou não estavam explícitos, como os objetivos ou conceitos.

As informações deixadas de fora deste artigo foram as mais fáceis de serem coletadas, pois eram dados encontrados na base e nas páginas iniciais das teses e dissertações. Esses dados foram categorizados como dados “objetivos”, pois não abrem margem para qualquer discussão, sendo eles: título, autor, orientador, universidade, programa de pós-graduação, região e nível de titulação.

A segunda leva de informações categorizadas foram a dos dados de cunho “subjetivo”, sendo eles: temática, autores de referência para história ambiental, conceitos, métodos, problemáticas de pesquisa e objetivos. Cabe ressaltar que, ainda que muitos destes dados aparentem objetividade, trata-se do contrário. Constatou-se que nem metade dos trabalhos possuíam problemática e objetivos bem especificados.

Muitas vezes, uma mesma pesquisa possuía diversas temáticas em que poderiam ser encaixadas, mostrando a necessidade de se criar categorias amplas de assuntos. Não mais difícil que isso, foi definir quais eram os métodos e quais eram os autores de referência para a História Ambiental, assim como estabelecer quais eram os conceitos que mais valiosos para a disciplina e quais não eram.

Para resolver estes problemas, foi decidido abandonar a leitura fluante das introduções e partir para uma análise mais profunda e demorada dos trabalhos. Cabe ressaltar, que é este ponto em que este artigo mais se afasta do rigor científico positivista, pois operaram-se análises de cunho subjetivo para levantar estes dados. Entretanto, leituras anteriores a respeito da História Ambiental ofereceram a ancoragem objetiva necessária para perseguir questões como autores de referência, conceitos e metodologias.

Contudo, buscando critérios que tornassem os dados levantados seguros, optou-se pela questão dos autores mais referenciados apontar apenas

os dez mais citados, pois, assim, se reduz o número de teóricos abordados poucas vezes e que pouco podem contribuir com o campo em questão. Porém, neste artigo, serão apontados apenas os três mais citados.

Por motivos óbvios, podem-se ter perdidos autores que realmente faziam parte da busca e foram excluídos, entretanto, como se trata aqui de um artigo que visa dar indicações de síntese e a construção de um mapa mais direto, isso não foi considerado problemático.

O mesmo sistema foi utilizado para os conceitos temáticos e métodos, contudo reduzidos para cinco e não dez. Este fato se dá, pois, apontar conceitos e metodologias errados é um fator muito mais problemático. Desta forma, com um número ainda mais reduzido, a possibilidade de algum dado possuir problema é praticamente nula, se não for inexistente. Neste artigo serão apresentados, então, apenas quatro.

Ao fim deste processo de coleta e refinamento de dados, possuíamos 25 pesquisas tabeladas em duas categorias e treze aspectos tabelados.

ANALISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A metodologia de análise de conteúdo permite verificar a incidência ou mesmo a ausência de determinados dados ao longo dos textos, pode-se notar também, as principais características que estruturam as informações perseguidas. Os tabelamentos a serem apresentados ajudam, justamente, a identificar essas ocorrências de forma quantitativa e organizada.

A primeira tabela a ser apresentada e analisada é a dos principais autores de referência do campo. Como apontado anteriormente, na sessão da seleção de dados, serão expostos apenas os três autores mais citados, apesar disso, são apontados mais dois professores, referências em orientações de pesquisas, importantes para o debate. Para ter acesso ao banco de dados completo da pesquisa, acessar o arquivo de dados hospedado em nuvem¹

.....
1 <https://mega.nz/#F!vrlzGCzS!CxfHi6r2lzGyder7XWu0rg>

Tabela 1 – Dados teóricos

Teóricos	Quantidade
Donald Woster	20
José Augusto Pádua	17
José Augusto Drummond	15

Fonte: elaboração própria

A respeito dos dados sobre os principais autores teóricos, a primeira constatação é a de que existem três escritores que estão à frente dos demais. José Augusto Pádua, Donald Woster e José Augusto Drummond que podem ser entendidos como o tripé teórico da HA Brasileira. Outra constatação é a de que a HA, ao menos no Brasil, é uma área na qual os autores nacionais são referências, diferente de outras áreas.

ORIENTAÇÕES

Tabela 2 – Orientadores

Orientações	Teses	Dissertações
Eunice Sueli Noradi	3	4
Paulo Henrique Martinez	1	1

Fonte: elaboração própria

Destaca-se também os professores Paulo Henrique Martinez e Eunice Sueli Nodari, que são os principais orientadores de pesquisas no Brasil e estão entre os dez mais citados entre as referências do campo. Este fato é interessante, pois levanta o questionamento sobre o motivo de não terem sido encontradas pesquisas orientadas por Pádua e Drummond nos bancos de dados em questão, lembrando que ambos são professores universitários.

Em uma busca no banco de teses e dissertações da UFRJ, universidade onde Pádua é professor, foi encontrada ao menos uma pesquisa dentro dos critérios estabelecidos para este artigo. A dissertação orientada pelo pesquisador em questão. Entretanto, mesmo buscando pelo título desta pesquisa, no banco de dados selecionado para este artigo, não foi encontrada.

Não se sabe ao certo explicar o motivo deste problema, se foi erro do banco de dados pesquisado ou da UFRJ. O que se pode concluir é que provavelmente existem muitas outras teses e dissertações sobre História Ambiental nos bancos de dados das universidades brasileiras, e que para ser realizado um estado do conhecimento completo de todas as teses e dissertações, o pesquisador empenhado na tarefa deverá analisar banco por banco, evitando apenas repositórios gerais como o da CAPES ou BDTD.

Voltando aos dados da tabela anterior, apesar de os principais autores de referência serem brasileiros, aponta-se um elevado número de teóricos estrangeiros, em especial dos Estados Unidos da América. A explicação para isso é simples. A América do Norte é o grande berço da História Ambiental como campo historiográfico por isso esta enorme incidência.

CONCEITOS

Diretamente relacionada as referências teóricas, estão os conceitos utilizados por estes autores e encontrados na pesquisa. Como explicado no capítulo de seleção dos dados, serão apresentados apenas os cinco conceitos mais utilizados. A tabela completa pode ser encontrada no banco de dados hospedado em nuvem.

Tabela 3 – Conceitos

Conceitos	Quantidade
Interdisciplinaridade	15
Paisagem	13
Complexidade	8
Memória	7

Fonte: elaboração própria

Nota-se que “Interdisciplinaridade” e “Paisagem” são conceitos chave para produção da HA. Os manuais de pesquisa apontam a impossibilidade de realizar investigações em HA sem o uso de conceitos e métodos de

outras disciplinas, em especial da Ecologia e da Geografia. Desta maneira, notou-se tanto o uso de outras disciplinas nas pesquisas quanto a utilização da palavra “interdisciplinar” nos estudos.

A HA busca justamente no conceito de Paisagem construído pelos geógrafos, um elemento que sirva tanto de nexos explicativo para as pesquisas quanto de contextualização ambiental.

Neste tabelamento, notou-se um número expressivo de conceitos como Complexidade, Gaia, Sistêmico, Pensamento Complexo, Complexidade Ambiental. Em uma leitura mais contextual, acredita-se que estes fazem parte do mesmo paradigma, que estrutura a Ecologia e por sua vez a Ecologia Política, que pode ser uma das bases epistemológicas da (HA), como será apontado posteriormente.

O paradigma aqui apontado é o que Edgar Morin denomina Pensamento Complexo, ou simplesmente Complexidade. Assim como a (HA), esta teoria propõe um diálogo interdisciplinar entre as ciências, compreendendo os fenômenos como um “Todo” e não apenas como partes a serem analisadas.

Outro autor que trabalha com este conceito e também com a História Ambiental é o economista da sustentabilidade Enrique Leff. Este desenvolve o que chama de Complexidade Ambiental e aponta em seus escritos tal epistemologia como uma das bases para se desenvolver a (HA).

Outro conceito importante aqui a ser destacado é o de “Memória”, sendo um dos mais citados. A memória esta quase sempre associada a paisagem nas pesquisas, o que nos leva a especular que, talvez, sejam conceitos que devam ser utilizados de forma simbiótica nas investigações em HA. O conceito de memória também está sempre muito ligado a metodologia da história oral, e esta, no que lhe concerne, é uma das mais citadas como as principais ferramentas metodológicas utilizadas pelos pesquisadores de (HA).

MÉTODOS

Tabela 4 – metodologia

Metodologias	Teses	Dissertações
História oral	2	12
Metodologias qualitativas	1	6
Estudo de caso	0	2
Etnografia	1	1

Fonte: elaboração própria

A história oral é a principal metodologia utilizada e não foi possível desassociá-la do conceito de memória, algo considerado natural, visto que teoria e método fazem parte de um todo. Entretanto, o interessante destes dados, é que eles levam a uma conclusão óbvia, já que se trata de história oral, a grande maioria das teses e dissertações em (HA) possuem sua concentração temporal no século XX.

As metodologias Qualitativas e de Análise Documental são citadas também. Não se faz necessária muita discussão a respeito destes dados, pois é padrão indispensável para pesquisas em história lidarem com análises documentais e de forma qualitativa.

O Estudo de Caso parece ser um elemento mais interessante para a análise, pois este tem uma ligação estreita com a questão das temáticas das pesquisas, assim como a etnografia. Tal metodologia, como aponta Yin (2015), busca estudar fenômenos com temporalidade e espacialidade bem definidas. Também exploram os “comos” e os “porquês” do funcionamento de determinados fenômenos, buscando ao fim do estudo, lições gerais ou generalizações a serem aplicadas em outros estudos.

Perceba que os objetivos de uma generalização analítica ainda é generalizar para essas outras situações concretas, e não apenas contribuir para construção de teoria abstrata. Além disso, perceba que as generalizações, os princípios ou as lições aprendidas de um estudo de caso, podem se aplicar a uma variedade de situações, muito além de qualquer definição estrita da população hipotética de “casos semelhantes” representados pelo original.(YIN,2015,p.45)

O interessante aqui é que boa parte das teses e dissertações buscavam, ao fim dos seus estudos, apontar contribuições para a preservação do meio ambiente ou mesmo para a construção de políticas públicas de proteção ambiental.

Os termos etnografia e etno-história foram também encontrados nos trabalhos e aqui foram encarados como oriundos do método etnográfico. Sendo então a etnografia uma das metodologias apontadas na História Ambiental, pode-se apontar, talvez, que exista uma ligação com as temáticas da História Ambiental e da Antropologia, assim como com o estudo de caso. Para reforçar tal análise, precisamos lidar com as temáticas mais recorrentes.

Tabela 5 – Temáticas

Temática	Teses	Dissertações
Transformação da paisagem e uso de recursos naturais	2	11
Conflitos Ambientais e degradação da natureza	2	6
Ambientalismo	1	4
Temática hídrica	1	4

Fonte: elaboração própria

Uma vez que um dos grandes interesses de análise da (HA) esteja voltado para as relações entre homem e ambiente ao longo do tempo, não é de se estranhar que a questão do uso de recursos e transformação da paisagem esteja como a temática mais abordada. Aqui, pode-se novamente notar a importância do conceito de paisagem para a História Ambiental, e como ele está estritamente ligado à forma de trabalho deste campo historiográfico.

Os conflitos socioambientais e a degradação da natureza estão em segundo lugar. Sabendo das origens da (HA), sua estreita relação com o ambientalismo e todo o universo que envolve este movimento social, também não causa estranheza essa temática. Entretanto, o interessante deste dado, é que ele é o que reforça importância das metodologias do estudo de caso e da etnografia.

Com o estudo de caso a ligação se dá com as temáticas de conflito e degradação da natureza normalmente não estudadas como casos, o Caso

de Mariana e Brumadinho são exemplos. Também podemos citar a pesquisa “Um estudo de caso sobre o movimento fora celulose na cidade de Rio Grande no final dos anos 1980” (SILVA,2017), como um exemplo no campo da história.

Trabalhos sobre o movimento ambientalista, sua história e lutas de resistência socioambiental também foram muito citados. Novamente, sabendo a ligação entre (HA) e ambientalismo, não causa estranheza a temática sobre a história de movimentos ambientalistas ser uma das mais presentes nas pesquisas.

A questão alimentar e da agricultura são temáticas interessantes a serem analisadas, pois, apontam para uma das formas de operação do campo. A HA tende a transformar recursos naturais ou seres vivos em objetos de pesquisa para agentes sociais. Na (HA) a maçã, a erva-mate e a agricultura, mais do que elementos naturais e práticas, são sujeitos da pesquisa.

A temática hídrica é outro ponto interessante para compreender como opera a HA. Normalmente, os recortes geoespaciais dentro da (HA) são realizados na maioria das vezes por regiões hídricas como baías, rios e lagos.

Não existiria espaço para apresentar aqui o conjunto dessa literatura, ainda mais em se tratando de um artigo sobre as “bases teóricas” e não sobre as “teorias” da história ambiental. A pesquisa em história ambiental, de toda maneira, até pelo próprio fato de ser “ambiental”, não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. na maioria das vezes, ela se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola etc (PÁDUA, 2010, p. 96)

Desta maneira, acredita-se que a recorrência desta temática esteja relacionada à questão do recorte geoespacial proposto pelos manuais de HA. Para além disso, e buscando inter-relações entre as metodologias e temáticas, nota-se que Little (2006, p. 97), propõe que a etnografia dos conflitos socioambientais deve fazer recortes espaciais a partir de regiões hídricas.

Os historiadores ambientais têm usado com sucesso delimitações regionais baseadas em biomas, como é o caso da Mata Atlântica no Brasil (Dean, 1995) ou da Pradaria Grande nos Estados Unidos e Canadá (Worster, 1979). Estudos sobre a Amazônia fazem delimitações biogeográficas utilizando bacias hidrográficas, que também mostram dinâmicas escalares fractais (Little, 2001). Uma bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o locus para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental.

Tanto o estudo de caso de Yin, quanto a etnografia de Little, devem ser aplicadas a luz de conceitos baseados em sistemas complexos, inclusive, o segundo autor aponta que os estudos da complexidade são uma das principais bases teóricas da Ecologia Política.

Os conceitos da dialética, da estocástica, da dinamicidade e da evolução expressam essa dimensão processual. O uso desses três princípios fez o paradigma ecológico se aproximar, nas últimas duas décadas, ao campo de pesquisa conhecido como os “estudos da complexidade” (Kauffman, 1991; Waldrop, 1992). Acredito que um diálogo entre a ecológica política e o paradigma da complexidade pode frear quaisquer tendências para um relapso ao reducionismo na teoria ecológica. (LITTLE, 2006, p. 91).

Pensar sobre as principais temáticas encontradas nas teses e dissertações e como estas se relacionam com as metodologias e conceitos, faz surgir a hipótese de que a Ecologia Política possa ter vínculo epistemológico com a História Ambiental. A forma como Little (2006) formula a operação de sua metodologia é uma evidência disso. Entretanto, outro ponto que parece corroborar com esta hipótese, são os escritos de Enrique Leff (2005) que, apesar de não ter sido citado entre as principais referências, consta em um número significativo de trabalhos.

O autor em questão (2005, p. 13), apesar de não ser historiador de formação, escreve e pesquisa sobre história ambiental, trabalha com o conceito de Complexidade Ambiental, e com a Ecologia Política.

Nesta visão, não se consegue conceber a complexidade ambiental como um processo enraizado em formas de racionalidade e de identidade cultural que, como princípios

de organização social, definem as relações de toda sociedade com a natureza; a história ambiental se limitaria a estudar as formas como diversos modos de produção, formações sociais e estruturas de classe se apropriam, transformam e destroem os recursos do seu entorno. Todavia, a história ambiental remete à emergência da *complexidade ambiental* que problematiza as relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura.

Ainda é cedo para apontar que a Ecologia Política seja o grande paradigma que oriente a HA, entretanto, é inegável que exista uma ligação entre as mesmas. Desta forma, é necessário que se realizem estudos mais profundos e sistemáticos para que se possa confirmar ou mesmo descartar esta ideia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos levantados até aqui, pode-se concluir inicialmente que para construir um estado do conhecimento bem estruturado e seguro, é necessário se basear em bons exemplos e em literatura consolidada, que auxilie a resolver ou ao menos indicar saídas para os problemas metodológicos. Ter paciência e reconstruir diversas vezes as tabelas, categorizações e metodologias de seleção farão parte do processo.

Em relação à história ambiental, nota-se que apesar de não ser uma área com extensa produção, as suas pesquisas possuem uma unidade metodológica que segue de forma bem estruturada o que pede os manuais teóricos e metodológicos. Notou-se sobretudo, que os autores mais citados nas pesquisas são de fato os autores que introduziram o campo no Brasil.

Foram encontradas falhas nos bancos de dados e na busca das informações e desta forma, deixa-se claro aqui, que este artigo não abordou todas as teses e dissertações que pretendia, mas sim, apenas as que pode encontrar, ficando em aberto para outros pesquisadores interessados a tarefa.

Parece obvio que exista uma inter-relação entre as as temáticas de pesquisa e os processos teóricos e metodológicos, nos quais se pode notar que as bases encontradas na ecologia política permeiam boa parte desses processos. Novamente, carece de estudos mais sistemáticos e profundos para afirmar que tal teoria assentada no paradigma da complexidade seja a grande

base conceitual da História Ambiental, mas de fato existem evidências que apontam para isso.

Por fim, este trabalho é indicado para pesquisadores que pretendem iniciar suas pesquisas no campo da história ambiental e também para que se possa ter uma ideia do formato e da maneira que a História Ambiental se comporta no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FERREIRA, Norma Sandra. As pesquisas denominadas "estado da arte." **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257, 2002.

SILVA, Gabriel, Ferreira. — **Uma história de luta e resistência- O movimento "Fora Celulose!" no município de Rio Grande no final da década de 1980**. Rio Grande: 2017. 67p. Monografia (graduação em história bacharelado) – Instituto de ciências humanas e da informação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2017.

GERHARDT, Marcos et al. História ambiental da erva-mate. 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. 2007.

SOUSA, Ana Carolina Braga. Educação ambiental e o teatro na História: uma experiência em Balbino, Cascavel, Ceará. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 6, n. 2, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

ST 15
HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS
RELIGIOSIDADES

COORDENAÇÃO

MARTA ROSA BORIN (UFSM)

ANNA PAULA BONEBERG NASCIMENTO DOS SANTOS
(UNISINOS)

MENÇÕES A CÂNCERES E TUMORES NAS CARTAS ÂNUAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAI (1714-1762)

BERNARDO TERNUS DE ABREU
MESTRANDO EM HISTÓRIA (PROSUC/CAPES – UNISINOS)

INTRODUÇÃO

As Cartas Ânuas da Província Jesuítica do Paraguai constituem-se em um conjunto de documentos que permite a percepção, em parte, de certos fenômenos que ocorriam nas reduções do Prata no Sul da América no século XVIII. Neste trabalho, me interessa pensar nos casos de tumores relatados nas Cartas, procurando relacioná-los com diversos fatores do universo social no qual eles estão inseridos, como os deslocamentos realizados para tratamentos; como os circuitos de circulação de objetos e instrumentos; e como o próprio discurso da Companhia se referia aos tumores. Partindo das menções a tumores nas Cartas, o artigo traz uma outra fonte, o *Libro de Cirugia* de 1725, para discutir os tratamentos de tumores e cânceres em um manuscrito jesuítico produzido no mesmo período no cenário platino.

Palavras-chave: Cartas Ânuas, tumores e cânceres, *Libro de Cirugia*.

TUMORES E CÂNCERES NAS CARTAS ÂNUAS

No mundo social que entrelaçava agentes como os guaranis, os jesuítas e os colonos que viviam no entorno, bem como sujeitos e grupos do exterior com os quais se correspondiam, realizavam-se diversas atividades

no espaço das reduções. Por parte dos jesuítas, ocorriam atividades educativas e formativas desenvolvidas em circuitos produtivos, como nas estâncias, nas zonas rurais, nos colégios e nas reduções, com vistas sobretudo à instrução geral e à conversão dos nativos. Daí se derivou uma produção de conhecimento escrito que cumpriu a função de *“cubrir distintas necesidades relacionadas con la comunicación entre las numerosas sedes de la orden y el registro de información relevante”* (LUCAIOLI, SOSNOWSKI, 2018, p.224).

Há de se considerar que esses documentos produzidos nos espaços de atuação jesuítica estão circunscritos a um “modo de proceder” da Companhia de Jesus. Organizada em um sistema hierárquico, a Ordem se baseava nos princípios de obediência e de subordinação. De um lado, havia uma divisão de funções e uma estrutura de distribuição de ordens e, por outro, havia uma regulação das atividades realizadas nos espaços de atuação jesuítica e uma espécie de centralidade com vistas à manutenção do sistema (WUCHERER, 2009, p.2).

A estrutura de funcionamento da Companhia se valia de informes ou relatórios periódicos que eram enviados dos colégios e reduções para os Colégios Máximos, nos quais o Padre Provincial reunia os documentos, que provinham de diversos representantes espalhados geograficamente pelos espaços de atuação da Companhia. Da capital provincial da Ordem, situada em Córdoba, partia a seleção de informações que seria enviada para Roma, dando conta do que ocorria de tempos em tempos. Os elementos presentes nos informes eram diversos, e iam desde descrições das ocorrências, passando por atividades que estavam sendo realizadas, pelo quantitativo de conversões, até as necessidades de materiais ou recursos, os conflitos locais, ou mesmo um informativo dos índices de mortalidade e de situações particulares. Das tentativas de explicar tudo o que de mais importante se passava, esses exercícios se constituíram em uma tentativa de criar uma inteligibilidade acerca de todas as variáveis que era preciso controlar para efetivar um projeto global, com vistas à manutenção e expansão das atividades em desenvolvimento pela Companhia.

Mas se as Cartas eram uma espécie de prestação de contas do que vinha sendo desenvolvido em cada redução ou colégio, por outro lado, não eram somente isso, pois traziam consigo discursos edificantes que tanto possuíam um cunho propagandístico para os seus leitores, com vistas a atrair jovens e possíveis ingressantes, quanto traziam fragmentações e omissões, involuntárias ou intencionais, preservando assim a Companhia, a partir da seleção de informações que não deviam circular nos canais de comunicação.

Para serem sistematizadas, as Cartas eram escritas de acordo com orientações narrativas definidas pela Ordem, em um formato padronizado, dando prevalência para dados numéricos quando possível e, sobretudo, para dados relativos ao número de convertidos e que apontassem para a estabilidade do empreendimento de evangelização. Na distribuição de informações ao longo das páginas, eram priorizadas algumas seções e invisibilizados alguns fatores próprios das dinâmicas sociais dos locais¹.

Os textos que compõem as Ânuas revelam formas de ver o mundo, que envolvem tanto percepções do mundo sensível, no qual estão inseridos os indivíduos, quanto um conjunto de representações, “*pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles*” (CHARTIER, 1991, p.177). A produção discursiva, com seus sistemas de classificação, critérios de recorte e os modos de representações, não se reduzem às ideias que enunciam ou aos temas nelas contidos, mas “*possuem sua lógica própria – e uma lógica que pode muito bem ser contraditória*”, o que incita-nos a observar os discursos também em suas descontinuidades. (CHARTIER, 1991, p.187).

.....
1 O processo de invisibilização de características das dinâmicas sociais se deu pela necessidade de organização e seleção dos conteúdos do texto e pela forma como eram classificados os nativos, pois embora os missionários cultivassem um interesse em apreender a complexidade desse outro, havia a noção do outro como bárbaro, o que motivava a missão. O termo presente nas Cartas para designar os guaranis, charruas, minuanos, mocovís e outros, se estabelece em relação ao não-bárbaro, ao civilizado. A comparação passava por uma série de atributos, dentre os quais: “*ser “racional”, isto é, capaz de transformar seu meio ambiente; cristão, recebedor da graça divina; e ainda, “culto, refinado, cortês”, ser capaz de viver em sociedades organizadas*” (MARTINS, 2006, p.132). Assim, se as Cartas se constituem como uma fonte fértil de informações sobre as culturas locais, também são espaços textuais de silenciamentos, de desclassificação, cumprindo um duplo papel, de informar e de omitir; o que reforça o valor do cotejo com outros tipos de documentações, inclusive jesuíticas.

Para os missionários, a recuperação da saúde e, em contraponto, o falecimento, são decisões divinas, contra as quais não havia nada a ser feito. Morrer santamente, fazer confessar os pecados e operar a remissão com Deus era uma práxis jesuítica, para a qual eram treinados aqueles homens. Procuravam administrar os santos sacramentos aos nativos antes dos últimos suspiros, visando salvar as almas, para irem ter com Deus. Enquanto textos que tratam da atuação de membros da Companhia de Jesus no Paraguai, as Cartas da Província do Paraguai trazem frequentemente menções a milagres, a intervenções divinas e a todo um universo de fé que é a base de uma compreensão cristã de mundo, na qual Deus é elemento central. No discurso edificante da Companhia, contra a morte não havia nada a ser feito. Era Deus quem curava através das mãos dos padres cirurgiões e enfermeiros, de modo que quando algum trecho dá ênfase às medicinas ou a uma planta, como se elas fossem responsáveis por curar, encontramos aí uma “franja no discurso”, na acepção de Michel de Certeau (1982), algo que foge e contradiz a ordem discursiva que dá sentido e organiza uma forma de ver o mundo sob a perspectiva que é edificante da Companhia.

Em uma Carta Ânua da Província do Paraguai de 1720 a 1730² são relatadas características do Colégio de Asunción³. Segundo o historiador Ignacio Telesca, o colégio tinha importante atividade econômica, sendo um local por onde circulavam diversos produtos. O intercâmbio envolvia erva-mate, tabaco, mel e açúcar que saíam do Paraguai em direção ao exterior, bem como vinho, aguardente e outros gêneros em menor quantidade. O tabaco, o mel e o açúcar eram produzidos nas estâncias do colégio, enquanto que a erva-mate certamente era comprada de fora ou trocada por

.....
2 Informação importante: neste artigo, as Cartas Ânua serão referenciadas sempre no singular, pois a referência será sempre ao conjunto de Cartas. São 6 conjuntos de Cartas conforme transcrição feita pelo Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), cuja ordem é a seguinte: Conjunto (1) de 1714 a 1720; Conjunto (2) de 1720 a 1720; Conjunto (3) de 1730 a 1735; Conjunto (4) de 1735 a 1743; Conjunto (5) de 1750 a 1756 e Conjunto (6) de 1756 a 1762.

3 No ano de 1928, o jesuíta Carlos Leonhard traduziu um conjunto de Cartas Ânua da Província do Paraguai, as quais foram transcritas no ano de 1994 por pesquisadores do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), localizado na Unisinos, em São Leopoldo. As Ânua de 1714 a 1762, correspondem a um montante 1223 páginas.

outros produtos, uma vez que não havia registro do seu cultivo (TELESCA, 2009, p.329-330). Neste colégio, a Carta menciona que eram caritativamente atendidos os enfermos:

“En su mismo colegio socorren a toda clase de pobres, ejerciendo los ministerios de su Instituto gratis, repartiendo el pan de cada día a los muchos grupos de pobres que se acercan a su portería, y dando medicinas a los enfermos. A los pobres, que por su enfermedad no pueden acudir, les llevan cada día lo necesario a sus respectivas casas por medio del servidumbre del colegio”. (CA-IAP, 1720-1730, p. 60).

O colégio era um dos locais para onde, pode se supor, iam os indivíduos quando percebiam algum sintoma de enfermidade, como um nódulo ou um caroço, e ali eram realizados tratamentos, bem como ofertadas algumas medicinas que eram levadas com essas pessoas. Os atendimentos realizados e a saída de medicinas das boticas dos colégios implicava na necessidade do reabastecimento dos produtos e remédios, e, também, na sua circulação, bem como de instrumentos e de informações sobre os tipos de enfermidades que eram encontrados, através de registros e anotações.

Cabe ressaltar que a Carta em questão foi elaborada enquanto estava ocorrendo a Revolução dos Comuneros no Paraguai, que envolveu a Companhia de Jesus e acarretou em uma primeira expulsão dos jesuítas da região, levando à descontinuidade do atendimento aos enfermos: *“Acabose todo esto, los pobres y miserables serán los que más se lamentarán de este estado”* (CA-IAP, 1720-1730, p.60). A disputa comercial e tributária, envolvendo a citada erva-mate foi um dos fatores-chave para o desenvolvimento do conflito (FLECK, CERVEIRA, 2013, p.82).

No Colégio de Buenos Aires, localizado na capital da Província de La Plata, morreu em 4 de junho de 1729 o irmão Nicolás Pérez Palavecino, natural de Tucumán. Palavecino *“se enfermó de tuberculosis, mostrandose un tumor maligno en la pierna”*. Foi acometido, portanto, de duas enfermidades distintas, uma que ataca os pulmões e acarreta tosses e enfraquecimento; e outra localizada nos tecidos de uma das pernas. *“Para atajar la enfermedad y consultar a los médicos, fue trasladado de Córdoba a este*

colegio”, dessa forma, estava no Colégio de Córdoba – Colégio Máximo da Companhia à época – de onde foi enviado para o Colégio de Buenos Aires para ser atendido. Por algum motivo, foi mais adequado deslocar-se por um longo trajeto, de cerca de 700 quilômetros, onde teria melhores condições de ser atendido. “*Pero fue desabuciado y consumido lentamente por el mal, mostrando heroica paciencia hasta su muerte*” (CA-IAP, 1720-1730, p.104). O trecho não aponta se Palavecino veio a óbito em função da tuberculose ou do tumor na perna. O deslocamento ao longo de dias pode ter agravado a situação do enfermo, o que levanta a questão do porquê da realização de um deslocamento tão grande, e, especialmente, da existência de um sistema de destinação dos pacientes para determinados locais em função do tipo de enfermidade apresentada.

Na Carta Anua de 1730 a 1735 é dito que aqueles que atendiam os enfermos continuavam a operar até o final da vida, pela experiência e conhecimentos que dispunham. Aqueles que tinham uma vasta experiência em cirurgias valiam-se de um arcabouço prático adquirido ao longo dos anos, e era de se supor que os melhores cirurgiões fossem os mais acostumados com as variáveis do ofício. “*Pues, hasta los de muy avanzada edad, tan pronto como son llamados a enfermos, acuden ellos al instante, como si fuesen sacerdotes jóvenes y robustos, hasta al esclavo más despreciado, y al indio más pobre, del mismo modo como al español más distinguido*” (CA-IAP, 1730-1735, p. 6).

Um segundo deslocamento de Córdoba para outro local diz respeito ao caso do irmão escolar Juan Jose de Toledo, estudante do segundo ano de Teologia e natural de Santa Fé. De saúde frágil, o irmão “*apenas se aliviaba de una enfermedad, cuando caía en otra, hasta que consumida una de sus piernas por apostemas, fue privado de su uso*”. Nesse caso, o atendimento se deu em outra localidade, Santo Antônio de Pádua, localizada próximo à Buenos Aires: “*Para recuperarlo, se dirigió a San Antonio de Padua, haciendo una novena en los días que precedieron a la fiesta del Santo; de lo cual resultó, que aquel mismo día se cerraron las llagas, así que pudo levantarse sano y bueno, y marcharse a la iglesia [...]*”. (CA-IAP, 1730-1735, p.23).

Atribuiu o bispo a cura a um milagre após conversar com o cirurgião, “*porque el mismo obispo lo tuvo por tal, despues de haber sujeto a un interrogatorio al cirujano que le trataba*”. Contudo, a enfermidade retornou e, como era esta a vontade de Deus, manifestou-se a resignação: “*Por lo tanto, con la indiferencia de querer la salud o la enfermedad, se dirigió de nuevo a aquel Santo, pidiendo con instancia, que, en caso de que su salud no era para la Mayor Gloria de Dios, le devolviera la enfermedad. Y se le escuchó*”. Toledo veio a falecer no dia 16 de setembro, “*lleno de méritos por su paciencia invicta*”, desta forma relatada na Carta.

Em 1722, o português Andrés de Acosta decidiu ingressar na Companhia de Jesus, iniciando os seus passos no Colégio de Córdoba. Passou pelo noviciado, iniciando os seus estudos, até que contraiu tuberculose, o que exigiu um longo tratamento. Foi então enviado a “*una de nuestras estancias a donde había ido por orden de los superiores, para restablecer su salud*”. Embora parecesse que fosse se recuperar, pela “*fuerza de buenas medicinas y con el cambio de temperamento*”, na verdade “*era mera apariencia; pues le consumió la misma enfermedad*”. (CA-IAP, 1730-1735, p.24). O trecho revela dois aspectos: por um lado, a ordem dos superiores aponta para a existência de um sistema (simples ou complexo) de destinação dos pacientes em função do tipo de enfermidade; e, por outro, a menção à “força das boas medicinas” revela uma pequena “franja no discurso”, algo que foge da ordem discursiva da Companhia ao atribuir a cura à aplicação de medicinas e não à cura divina⁴.

Das medicinas que eram utilizadas pelos padres para tratar os doentes havia situações que exigiam-nas em grandes quantidades, acarretando na necessidade de um estoque por parte dos colégios, estâncias e reduções. Na ocasião de uma epidemia de varíola, que acometeu o Colégio de Tarija, entre junho e setembro de 1726, o elevado número de enfermos demandou uma força-tarefa para atender a todos: “*tenían que recorrer los Padres continuamente, dia y noche, la comarca, para asistir a los moribundos. Literalmente*

.....
4 O mesmo se dá em um trecho na Carta Anua de 1730 a 1735, quando é comentada a causa da morte de dois indivíduos: “*los otros dos murieron de disenteria, no pudiendo acudirseles con medicina por lo apartado que estaban entonces*” (CA-IAP, 1730-1735, p. 189).

no les quedaba tiempo para descansar”. A seguir, a Carta informa sobre a provisão de remédios: *“Por suerte nos habíamos ya provisto con una reserva de medicamentos, llegados de allá; así se pudo cortar el contagio en Tarija”* (CA-IAP, 1720-1730, p.128). Se uma provisão de remédios era acionada para conter a disseminação da varíola, também era para outras doenças, de modo que deviam se controlar, quantitativamente, os estoques que se dispunham de determinadas medicinas nos espaços de atuação jesuítica com vistas a manter os atendimentos e a fazer circular, em uma rede de comunicação, esses medicamentos para seu uso e melhor disposição.

Assim como os estoques eram constituídos, eles também estavam suscetíveis de serem desconstituídos pela força de uma situação. Em enchentes, objetos, livros, remédios e instrumentos podiam ser perdidos ou danificados, e, assim como a água, outros potenciais causadores de danos poderiam agir, como a umidade ou os fungos ou mesmo o fogo, danificando objetos situados nas redes de circulação. A Carta Anua de 1730 a 1735 relata transtornos de uma enchente:

“Había llegado el Padre misionero a la ribera de un riachuelo que pasa delante de cierta aldea, vadeable en otros tiempos, pero ahora a consecuencia de las copiosas lluvias que habían caído, tan crecido, que solo con barco pudo ser traspasado. Pero no había tal canoa, y no hubo outro arbitrio, sino esperar, hasta que bajase el agua” (CA-IAP, 1730-1735, p.53).

Em outra situação, um incêndio acometeu uma casa de importância para o padre Segismundo Asperger e para a Companhia: *“Parecía ya perdida también toda nuestra casa, ya que tocaba la iglesia por dos lados, estando arrimada a ella, avanzando con furia las llamas. Mandaron sacar de allí todos los muebles ajuares y llevarlos al último rincón de la buerta”* (CA-IAP, 1735-1743, p.362). Na ocasião, foi consumida boa parte da igreja, pois sua estrutura e interiores eram de madeira, mas foram salvos muitos objetos e bens em um esforço coletivo de padres e indígenas.

Quanto aos atendimentos prestados pelos padres que detinham conhecimentos para intervir em enfermidades, eram realizadas duas classes de

procedimentos: os religiosos e os medicinais. Da Carta Ânua de 1731, há o registro de que um enfermo somente morreu após ser atendido religiosamente: *“uma vez, estava para ser asesinado, estando él borracho, y sólo por una especial protección de Dios escapó de la muerte, el cual, en su infinita misericordia había decretado que no muriese ántes de ser recibido a la religion catolica por medio de nuestros Padres”* (CA-IAP, 1730-1735, p.73). Em relação a outro caso, envolvendo o atendimento prestado pelo Padre Luis Florentin a um menino enfermo, foi feito o mesmo registro:

“había quedado ya cinco dias sin alimento; no pudiendo prolongar su vida pos más tiempo sin milagro. Pareció algo extraño este caso al Padre Luis, y se le ocurrió que talvez el niño no estaba bautizado. Por lo tanto, para mayor seguridad, le bautizó condicionalmente, y apenas bautizado el niño, (como si esto solo hubiera esperado) entregó su alma destinada para el cielo”. (CA-IAP, 1730-1735, p.87).

O atendimento religioso ao enfermo é uma produção discursiva que gera a prática de priorização dos procedimentos religiosos em detrimento dos procedimentos terapêuticos medicinais. Apesar de, por vezes, essas classes de procedimentos estarem fusionadas, elas eram distintas, sendo que os procedimentos religiosos se sobressaem, sendo realizados primeiramente ou conjuntamente com os medicinais, quando estes serviam para justificar os procedimentos religiosos.

Em Buenos Aires, o irmão Juan Ávila, 70 anos de idade, que ingressou na Companhia aos 17 anos de idade e trabalhou nela por toda a sua vida, passou seus últimos dias acometido por um apóstema: *“Ya era anciano, cuando le devolvieron a la escuela, y comenzó a enseñar con entusiasmo juvenil, en el colegio de su ciudad natal, hasta que perdió la voz por un apóstema, el cual no le permitía articular una palabra, ni tomar alimento”.* Visando solucionar o problema, ele foi submetido a uma cirurgia: *“Abriose al fin el apóstema, pero parece que su veneno se había propagado ya por todo su cuerpo, atacando su corazón y causándole la muerte, aunque no le sobrevino de improviso.”* (CA-IAP, 1730-1735, p.83).

A menção feita a apóstemas possibilita a realização de um cotejo com um manuscrito jesuítico escrito nas reduções do Prata no mesmo período,

o *Libro de Cirugía*. Esse manuscrito, ainda não publicado, permite que se especule sobre a compreensão do termo e sobre os tratamentos indicados que circulavam no contexto platino. No capítulo *Libro 2º de cirugía de los tumores en geral*, conceitua-se tumor: “*tumor es una eminencia preternatural que daña las acciones naturales*” (LIBRO, 1725, p. 362). Por sua vez, no Dicionário de Rafael Bluteau (1789), preternatural significava algo “*fora da ordem da Natureza*”, tal como exemplificou: “*exhausto o suor natural áqueo [de água], seguiu-se o preternatural de sangue*” (BLUTEAU, 1789, p.2 42). O mesmo Dicionário aponta que tumor é um “*inchaço no corpo animal*” (BLUTEAU, 1789, p. 497), definição similar àquela do manuscrito, uma vez que “*eminência*” significava “*elevação*” (BLUTEAU, 1789, p. 473) e, portanto, “*eminência preternatural*” significava “*elevação anormal*”. Mais à frente, o autor-compilador do *Libro de Cirugía* completou: nos casos de tumores “*solo se requiere elevacion de partes*” (LIBRO, 1725, p. 362). Os apóstemas eram também classificados segundo os preceitos da teoria humoral⁵, podendo ser de quatro tipos: os flemons, que eram feitos de sangue, as erisipelas, que eram feitas de cólera, os edemas, que eram feitos de fleuma, e os escirros, que eram feitos de melancolia (LIBRO, 1725, p. 362).

Na seção da Carta Anua de 1730 a 1735 referente às Missões do Paraná e do Uruguai, é relatado o caso de um jovem de 17 anos de idade, que estava há 7 meses enfermo de um apóstema, o qual havia começado na perna, mas que tomou todo o seu corpo, “*putriéndose este y llenándose de gusanos*”. Durante o tratamento, passou um período acamado: “*Por todo el tiempo de su postración en cama, jamás se le oyó quejarse, estando el siempre muy conforme con la voluntad de Dios, ofreciendo sus dolores a Dios y a la Virgen*”. (CA-IAP, 1730-1735, p.128). Depois de alguns dias, o jovem faleceu, sendo a *causa mortis* mais provável uma infecção generalizada, e não

.....
 5 O humoralismo, também conhecido como medicina hipocrático-galênica, foi um modelo explicativo que considerava que a natureza humana era constituída por quatro humores: o sangue, a fleuma, a bilis amarela e a bilis negra, que circulavam pelo corpo. Quando se acumulavam, esses fluidos causavam doenças, que eram tratadas com purgas e sangrias, com o intuito de extirpar os acúmulos. As sangrias eram cortes que faziam o sangue escorrer, enquanto que as purgas eram bebidas que faziam urinar, suar ou defecar, expulsando o excesso de humores.

precisamente a ação disseminada de vermes (*gusanos*), que dificilmente se espalhariam por todo o corpo.

No caso anterior não é mencionado se houve uma operação cirúrgica no enfermo, tal qual uma amputação, que poderia ser realizada com a administração de ópio. Havia indivíduos nos espaços jesuíticos com conhecimentos das artes de operar, como é o caso de Joaquín de Zubeldia, natural de Tolosa, que entrou na Província de Toledo em 1679 e transferiu-se para a Província do Paraguai seis anos depois, tendo exercido “*por 48 años enteros la cirugía entre los indios*”. Seu trabalho era realizado, “*ante todo, por su caridad para con los enfermo*”, de modo que “*no se detenía por ningun mal tiempo, para acudir, cuanto ántes, adonde se le precisaba aún a distancias de muchas leguas*”. (CA-IAP, 1730-1735, p.173). A necessidade de socorrer os enfermos a pé ou a cavalo em locais distantes obrigava os missionários a terem sempre consigo não somente navalhas e instrumentos de operar, mas também pequenos manuais de bolso com informações compiladas que os orientassem em relação aos procedimentos terapêuticos, como é o caso do mencionado *Libro de Cirugía*, que trazia informações sobre como intervir nos casos de febres, inflamações, tumores, câncer nos peitos – também chamados de zaratás – e outras moléstias.

Na Carta Ânua de 1735 a 1743 é relatado um atendimento do irmão José Gómez a uma mulher: “*Pidiendole que le diese un remedio. Sacó el Hermano la poderosa reliquia, y la aplicó a la criatura. Al instante se acabó el peligro de la muerte, y poco tiempo después quedó la criatura sana y buena*”. Mais tarde, a mesma mulher teve diagnosticado um nódulo na cabeça, aparentemente benigno: “*Después de algun tiempo se le salió a la misma un tumor al lado del oido, duro como una piedra. Ya que ningún outro remedio habia dado resultado, fue aplicada la consabida reliquia del Santo por el Hermano Gómez, con el mismo feliz éxito*”. (CA-IAP, 1735-1743, p. 24).

Os inchaços e inflamações teciduais que acometiam os indígenas que viviam nas reduções do Paraguai setecentista eram das mais diversas causas. Em alguns casos, a causa podia ser causada por fatores externos (exógenos) e não internos (endógenos), como relatado na Carta Ânua de 1735 a 1743,

que descreve uma penitência realizada por um jovem, que optou por se flagelar após sair de uma confissão. Ao cabo desta, ele “*salió en la procesión de penitencia armado con una piedra bastante grande, con la cual maltrató varias partes de su cuerpo, durante la procesión, muriendo en consecuencia de esto, y siendo enterrado al otro día*”. (CA-IAP, 1735-1743, p. 169).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à forma como alguns padres viam os efeitos dos odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação e a associação que faziam com as enfermidades. Por ocasião de uma epidemia, o Padre Lorenzo Daffe enfatizou os *aires infeccionados*:

“A fines de abril (1736) me encomendó el Padre superior de este pueblo completamente destrozado, donde sepultamos cada día unos 8, 10, 12 y hasta 15 difuntos, que espiraron a consecuencia del frio de la noche y del aire infeccionado por el hedor de tantas mulas, y de tantos caballos y asnos muertos.” (CA-IAP, 1735-1743, p. 404).

As menções a gangrenas, tumores e cirurgias também poderiam ser usadas metaforicamente, isto é, como figuras de linguagem no mundo reducional. Na Carta Ânua de 1735 a 1743, o padre Buenaventura Castel optou por não deixar dois indivíduos ingressarem na Missão de Lules, afirmando que:

“Vinieron también dos vagabundos, y volvieron a las selvas, causando ellos con su ejemplo no poco daño a sus paisanos lules. Fastidiado el Padre con tanta inconstancia, prohibió la entrada a la reducción para semejantes individuos, preferiendo cortar estos miembros gangrenados por completo, para que no infeccionasen a las partes sanas”. (CA-IAP, 1735-1743, p. 550).

A Carta Ânua de 1750 a 1756⁶ descreve que o irmão escolar José Planes faleceu aos 25 anos de idade na véspera da festa do Santo Padre Ignacio, após um longo tratamento: “*Aguantó nueve meses con paciencia una dolencia muy molesta, que le causó un apostema maligna, y su curación tormentosa*”.

.....
6 A “Carta Ânua de 1750 a 1756” corresponde a um conjunto de Cartas que foram enviadas pelo Padre José Barreda, provincial do Paraguai, ao reverendo geral da Companhia, Padre Luis Centurioni (Luigi Centurione).

A saída encontrada foi tratar localmente a enfermidade tecidual: “*Para cortar el avance de la infección, se le aplicaban remedios cauterizantes con mucha frecuencia*”. As dores, que eram agudas, acompanhavam o tratamento: “*a veces, las lágrimas al enfermo, como era natural, pero jamás se le oía profereir un gemido o una queja*”. (CA-IAP, 1750-1756, p. 153).

Na continuidade, apresentamos, com maior aprofundamento, as percepções sobre tumores e cânceres, bem como os tratamentos indicados no manuscrito de 1725.

O TRATAMENTO DOS TUMORES E CÂNCERES NO LIBRO DE CIRUGÍA DE 1725

No período de redação das Cartas, os cânceres eram entendidos como desordens teciduais, isto é, ao nível dos tecidos, sendo que teoria celular somente foi apresentada em 1858, com a publicação da obra *Die Cellularpathologie in ihrer Begründung auf physiologische und pathologische Gewebelehre*, de Rudolf Virchow, razão pela qual os cânceres se confundiam com outras doenças teciduais. Essa era, portanto, a compreensão vigente tanto na Europa, quanto na América, no início do século XVIII.

O *Libro de Cirugía* é um manuscrito jesuítico produzido nas reduções do Prata e que faz menção a diferentes enfermidades e seus respectivos tratamentos. Composto de dez capítulos, o capítulo *Libro 2º de Cirugía de los tumores en geral* trata, dentre outras coisas, de tumores e cânceres. Em seu interior, o autor-compiler dedicou um dos subcapítulos aos escirros, um tipo de tumor causado pelo excesso de melancolia ou bÍlis negra. Esses tumores eram tratados inicialmente com unguentos de açafrão, com linhaça e com raÍzes do arbusto malvasisco (LIBRO, 1725, p. 372). Eram também empregadas medicinas “resolutivas” e “emolientes”, como a “alteia” e o emplastro feito com rãs. O tratamento se seguia com o uso de soro de Águas minerais e polipódio em infusão, bebidos em taças pelas manhãs. Eram usados também canela, passas, eléboro negro, e seis até doze gramas de cristal de tártaro emético (LIBRO, 1725, p. 373). O chifre de cervo, os malvasiscos e o azeite de linhaça compunham um linimento, uma preparação menos

espessa que os unguentos. Depois, eram cozidas na água flores de sabugueiro com camomila, norça branca, folhas de malvavisco e sementes de linho.

O autor-compilador comentou que os “escirros esquisitos” não podiam ser curados sem cirurgia, atestando sua importância nestes casos: “*el escirro esquisito no se puede curar sin obra manual la qual se hara siendo el tumor pequeño, y que este somero sin riesgo de ofender algun vaso grande, se ata una sinta por la rais, y se corta profundamente, dejando salir alguna sangre*” (LIBRO, 1725, p. 373-374). Os escirros podiam se tornar câncer se fossem irritados, pois eram feitos de melancolia natural enquanto que os cânceres eram feitos de melancolia ardente: “*antes que por la irritacion de las medisinias pase a cancro*” (LIBRO, 1725, p. 372-373).

Em um trecho do manuscrito, comenta-se que os remédios utilizados para tratar os cânceres eram levemente repercussivos e um pouco umectantes, sendo empregado sobre o local um suco de llanten, ervamoura, cicuta, scabiosa e caranguejos. Era preciso tomar cuidado para evitar a ulceração, sendo que as medicinas podiam ser úteis se ele já estivesse ulcerado, com o intuito de que não se espalhasse mais. Devido a isso, não eram utilizadas medicinas acres sobre o local, “*por que con ellos se irrita*” (LIBRO, 1725, p. 394). Era preciso purgar muitas vezes o humor para evitar o seu excesso e, com isso, reduzir sua disponibilidade para se irritar e ulcerar.

Nos unguentos usados nos casos de câncer eram empregados olhos de caranguejos, sapos, rãs e lagartixas, que eram postos em uma vasilha que era levada ao fogo até a matéria em seu interior secar completamente, mas sem queimar. Depois ela era triturada com um bastão até virar pó. As preparações eram aplicadas diariamente sobre o local, na forma de uma espécie de pasta, um unguento, que continha também manteiga, água de cevada, folhas de malvavisco e terebentina (LIBRO, 1725, p. 395).

Segundo o Dicionário de Bluteau, a palavra cancro tinha um significado bastante amplo no século XVIII, contemplando um grande número de inflamações, pois “cancro” significava “*cancer, doença*” (BLUTEAU, 1789, p. 224) e “cancer” significava “*ulcera maligna, que roe a parte do corpo, onde está. Mal que vai arruinando*” (BLUTEAU, 1789, p. 224).

O câncer era, portanto, confundido com outras doenças pois todas se tratavam de doenças teciduais. O que diferia eram os cânceres de mama, que eram identificáveis pelo toque, ou outros cânceres superficiais. Os demais, não eram conhecidos.

No subcapítulo, há uma descrição de extração de câncer de mama com uma lâmina: “*quando el cancro fuere en los pechos, y no se pudieren curar con remedio alguno, se estipará cortandolo con navaja, sacando todo el tumor con sus raizes, o abriendo en cruz de descamarà, y con las manos se exprimirá para que salga toda la sangre melancolica*” (LIBRO, 1725, p. 394). A menção ao ato de espremer para a remoção do sangue melancólico era um procedimento em sintonia com o humoralismo, sendo que a ele se seguiam os cuidados com a cauterização do local operado, com o intuito de promover sua cicatrização.

Sobre o local operado eram aplicados panos molhados embebidos com uma solução que continha pós medicinais de oxirato ou de alcaparro-sa (sulfato de ferro) (LIBRO, 1725, p. 394). Sempre que possível, a cirurgia era evitada, sendo empregada somente quando as outras medicações, isto é, os emplastros, os unguentos e as purgas, tivessem falhado. Mas, em certo sentido, a cirurgia acabou se configurando como o elemento mais importante nos casos de tratamento de cânceres, visto que, na prática, era este procedimento que poderia promover a cura dos cânceres, na maioria das vezes, embora não houvessem estudos sobre as remissões.

No *Libro de Cirugía*, a palavra árabe *zaratán* foi empregada para designar o câncer de mama nas mulheres, um tipo de câncer claramente identificado na época. “*Zaratan es un tumor preternatural que sale de las mammillas o tetas, duro, desigual, com molesto dolor, el qual no aflige continuamente, y quando aflige no es dolor intolerable, esta definicion es de Pedro Miguel, y la tras Robledo f. 139*”. (LIBRO, 1725, p. 395). A menção a D. Diego Antonio de Robledo se refere à obra *Compendio Cirurgico util y provechoso a sus profesores*, publicada em Madrid em 1687. Composto por dez capítulos, o capítulo terceiro versou sobre cânceres e *zaratáns* e foi consultado para a escrita do subcapítulo *Del Zaratan* no manuscrito setecentista.

O tratamento dos *zaratáns* envolvia uma preparação de rãs frescas que eram cozidas em água, adicionada de manteiga, de modo que a panela de metal era posta ao fogo coberta até que toda a gordura se destilasse e as rãs secassem. Uma segunda receita envolvia o uso de gemas de ovos, suco de erva-moura e enxofre, agitados em uma vasilha de metal com um bastão. A receita tinha uma boa reputação entre os denominados doutos: “*es de Lasaro ribeiro, el qual asegura a quitado con el muchos tumores de los Pechos haun que fuesen cancerosos, y Robledo dice, que ha usado, muchas veses de el, y logrado el efeto*” (LIBRO, 1725, p. 396).

Depois do capítulo *Libro 2º de los tumores en geral*, a obra apresenta um conjunto de páginas avulsas que também versou sobre cânceres, no qual afirma-se que nos cânceres iniciais eram necessárias as beldroegas molhadas, que seriam suficientes para evitar a propagação da doença pelo corpo: “*Para cancer en su primera dispocision bastan las verdolagas puestas molidas para prohibirlo*”. Por outro lado, quando o câncer já estava formado, as beldroegas não bastavam, e era preciso mudar de estratégia, e valer-se da ingestão de uma infusão de esterco de cavalo mesclado com vinho (LIBRO, 1725, f.607 p. 46). Nos casos de chagas ulceradas, foi feita a recomendação de cirurgia “*Despues sajar la parte encancerada, y labarla bien con agua bien salada, y ponerle en dicho estiercol vebido en vino, y si fuere grande la mortificacion, se sajará profundamente*” (LIBRO, 1725, p. 607 f. 46). No procedimento, a lâmina era limpa com água e depois posta de molho em uma infusão de vinho com esterco de cavalo, para depois ser utilizada na operação, sendo o local tratado com pós medicinais e depois com emplastro de sulfeto de ferro e de farinha de milho cozida em água, vinagre e sal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de Cartas Ânua analisado não fez menção à palavra câncer, mas o cotejo com o *Libro de Cirugía* demonstrou que a palavra câncer não estava tão distante da palavra tumor, pois ambas diziam respeito a enfermidades teciduais. Por sua vez, a palavra tumor foi mencionada diversas vezes nas Cartas, que trazem registros de vários casos, sendo que pode-se

especular que se tratassem de tumores malignos segundo a percepção da medicina atual.

As *Ânuas*, lamentavelmente, não trazem descrições detalhadas sobre os tratamentos medicinais realizados, os quais podem ser encontrados no *Libro de Cirugía*, que traz receitas compostas por plantas, ervas e outros ingredientes que eram utilizadas nos emplastros, bem como refere o emprego de sangrias, purgas e de cirurgias. Se, por um lado, as *Ânuas* referem a circulação de objetos, plantas, medicamentos e pessoas, bem como o papel importante que os colégios e as boticas desempenhavam no tratamento de enfermos, por outro, o *Libro* nos possibilita identificar e discutir quais os pressupostos médicos conhecidos ou adotados pelos missionários encarregados dos tratamentos, no caso de tumores e cânceres.

Por fim, cabe ressaltar que este texto se constitui no primeiro esforço de sistematização das leituras das *Ânuas* do século XVIII e de seu cotejo com o *Libro de Cirugía*, tendo em vista o projeto de dissertação que venho desenvolvendo sobre as percepções que padres e irmãos jesuítas na América platina do Setecentos tinham sobre tumores e cânceres e quais os tratamentos por eles empregados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUTEAU, R. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 783 p.

CARTAS ÂNUAS. ÂNUAS DE LA PROVÍNCIA DEL PARAGUAY REFERENTE AOS ANOS DE 1714 – 1720, Traducción de Carlos Leonhardt, S.J., Buenos Aires, 1928.

CARTAS ÂNUAS. ÂNUAS DE LA PROVÍNCIA DEL PARAGUAY REFERENTE AOS ANOS DE 1720 – 1730, Traducción de Carlos Leonhardt, S.J., Buenos Aires, 1928.

CARTAS ÂNUAS. ÂNUAS DE LA PROVÍNCIA DEL PARAGUAY REFERENTE AOS ANOS DE 1730 – 1735, Traducción de Carlos Leonhardt, S.J., Buenos Aires, 1928.

CARTAS ÂNUAS. ÂNUAS DE LA PROVÍNCIA DEL PARAGUAY REFERENTE AOS ANOS DE 1735 – 1743, Traducción de Carlos Leonhardt, S.J., Buenos Aires, 1928.

CARTAS ÂNUAS. ÂNUAS DE LA PROVÍNCIA DEL PARAGUAY REFERENTE AOS ANOS DE 1750 – 1756, Traducción de Carlos Leonhardt, S.J., Buenos Aires, 1928.

CARTAS ÂNUAS. ÂNUAS DE LA PROVÍNCIA DEL PARAGUAY REFERENTE AOS ANOS DE 1756 – 1762, Traducción de Carlos Leonhardt, S.J., Buenos Aires, 1928.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 198 p.

CERVEIRA, L. A.; FLECK, E. C. As Revoluções comuneras de Castela (1520-1522) e do Paraguai (1721-1735): uma análise sobre suas apropriações e abordagens historiográficas. **Revista Tempos Históricos**, v. 17, p. 63-92, 2013.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**: São Paulo, Brasil. vol. 5, nº 11, 1991, p. 173-191.

EISENBERG, J. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 264 p.

FLECK, E. **Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014. 559 p.

FLECK, E.; OBERMEIER, F. O Livro de medicina, cirurgia, e botica: um manuscrito anônimo de Matéria médica rioplatense da primeira metade do século XVIII. **Revista Antíteses**, v. 11, p. 132-156, 2018.

LIBRO DE CIRUGÍA, 1725. Colección Manuscritos. Archivo Histórico de la Provincia Franciscana de la Santísima Virgen del Rio de la Plata. Buenos Aires: Ediciones Castañeda, julho de 2014. 660 p. [versão digitalizada]

LUCAIOLI, C; SOSNOWSKI, D. Anuas y catálogos de las reducciones jesuitas del Chaco. In: NACUZZI, L. **Entre los datos y los formatos. Indicios para la historia indígena de las fronteras en los archivos coloniales**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDES, 2018. p. 224-253. 335 p.

MAEDER, E. LIVI-BACCI, M. The Missions of Paraguay: The Demography of an Experiment. **The Journal of Interdisciplinary History**. MIT Press: Autumn, 2004. Vol. 35, nº 2, p. 185-224.

MARTINS, M. C. **Sobre festas e celebrações: as reduções do Paraguai (séculos XVII e XVIII)**. 1. ed. Passo Fundo: Editora da UPF; ANPUH – RS, 2006. v. 1. 256 p.

TELESCA, I. Más allá de las Misiones: El Colegio Jesuítico de Asunción en el siglo XVIII. **Revista Diálogos**. UEM, Maringá, Brasil. vol. 13. Nº 2, 2009, p. 323-345.

WUCHERER, P. “Han sobrevenido tantos estorbos de epidemias, de guerras... que apenas nos dejaron vivir...”. La situación de la Provincia Jesuítica del Paraguay según las inéditas Cartas Anuas: período 1720-1730. Bibliographica Americana. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Coloniales**. 5, Biblioteca Nacional de Argentina, 2009. 22 p.

SINCRETISMO E AFRICANIZAÇÃO NO BATUQUE: O CASO DO ORIXÁ BARÁ

JEFERSON SABINO CANDATEN
MDO. EM HISTÓRIA / PPGH UPF (BOLSISTA CAPES)
JEFERSONCANDATEN@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Através desse artigo pretendemos analisar algumas das múltiplas representações do orixá Bará, divindade cultuada pelo batuque (nação), religião afro-brasileira surgida no Rio Grande do Sul oitocentista. Temos como principal marco teórico para compreender esta religião o trabalho de Norton Corrêa. Além de Corrêa, que traz em seu livro alguns dados sobre o orixá Bará e seu culto no Estado, também nos é referência as pesquisas realizadas sobre o seu homônimo, Exu, no Brasil e em África, por Pierre Fatumbi Verger.

As representações elaboradas sobre essa divindade estão articuladas aos processos históricos que vivenciaram os agentes religiosos afro-brasileiros desde a escravização aos dias atuais. O sincretismo, dinâmica cultural que influenciou profundamente a história batuqueira, agindo ora enquanto estratégia de resistência ora como aculturação, mas sempre enquanto dinâmica polimorfa de reelaboração de sistemas simbólicos – próprio do contato entre culturas diferentes – aqui o entendemos a partir de Pierre Sanchis.

O processo de africanização, também descrito por Reginaldo Prandi como uma dessincretização das religiões dos orixás no Brasil, a partir da década de 1960 ganhou força e se espalhou por todo o país. A busca pelas práticas e saberes perdidos, esquecidos e impedidos pela diáspora e pela escravização, é defendida por agentes dessas religiões que vão à África atrás de suas origens.

Esses dois processos, o do sincretismo e o da africanização, orientam e servem de base – no passado e na contemporaneidade – para as representações que são elaboradas sobre os orixás. As representações que, por vezes, podem ser conflitantes e contraditórias, como é caso que vamos discutir adiante, são elaboradas através das ideologias e das mentalidades e, portanto, das culturas, e cumprem seu papel na medida em que orientam ou, nas palavras de Mauss, “comandam atos”. Compreendemos este conceito à luz de Roger Chartier.

REPRESENTAÇÕES

É através das representações que os sujeitos dão sentido ao mundo, produzem cultura, elaboram códigos, práticas, mentalidades, saberes e crenças (CHARTIER, 1991, p.177). Constroem as identidades coletivas e individuais na medida em que podem classificar, nomear e definir as coisas, dando significado às experiências. Segundo Chartier, é objeto de trabalho da história cultural o que ele chama de “lutas de representação”, podendo ser entendidas de duas maneiras:

uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p.183).

Para compreender as sociedades e os grupos a partir das representações, se faz necessário entender que os processos da cultura são dinâmicos,

móveis e resultam numa “pluralidade de apropriações”. Os bens culturais, quando são partilhados por diferentes grupos, estimulam a busca por novas diferenciações entre os mesmos (CHARTIER, 1991, p. 186-187).

A representação, quando elaborada e legitimada pelos agentes sociais, estabelece uma relação entre o signo e aquilo que se quer significar, de modo que são construídas referências de como as coisas devem ser lidas. Contudo, é possível que se produzam incompreensões ou ilusões acerca de dadas representações. Chartier chega a falar de uma “perversão da relação de representações”, uma manipulação, a ilusão que faz com que “a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente” (CHARTIER, 1991, p. 185).

SINCRETISMO E AFRICANIZAÇÃO: UMA ENCRUZILHADA

Em primeiro lugar é mister que pensemos sobre os diferentes entendimentos acerca do conceito de sincretismo, desde as concepções que o vê como instrumento teórico inadequado, passando pelo que nós consideramos formas equivocadas de trata-lo até ao que entendemos ser a abordagem mais pertinente e que, portanto, faremos uso em nossa análise. O sincretismo, enquanto conceito analítico, é visto por alguns autores, a exemplo de Fry, como uma elaboração calcada por um viés etnocêntrico. Nesse sentido, “o conceito de ‘pureza’ e seu oposto, a mistura ou o ‘sincretismo’ são sempre construções essencialmente sociais e tendem a aparecer frequentemente em situações de disputa de poder e hegemonia” (apud SANCHIS, 2018, p. 42).

Antes de chegarmos a como compreendemos o conceito – cuja base do pensamento é buscada em Sanchis – falemos sobre como não – em hipótese alguma – o consideramos. Não se entende, aqui, sincretismo enquanto “produto final de uma ação social, reduzido a uma dupla pertença ou a uma mistura de elementos, mesmo se reorganizados” (SANCHIS, 2018, p.31). Quando utilizamos o conceito não temos a pretensão de simplesmente identificar misturas ou confusões, nem mesmo de delegar a determinadas culturas e religiões os status de puras, originárias, legítimas ou de ilegítimas,

secundárias e confusas. Muito pelo contrário, o encaramos como uma dinâmica cultural de reinterpretação que, sim, poderá promover misturas, junções, justaposições e sínteses, mas que se trata de algo próprio “dos grupos humanos quando em contato com outros: a tendência a utilizar relações apreendidas no mundo do outro para ressemantizar o seu próprio universo”; a forma pela qual as sociedades humanas “são levadas a entrar num processo de redefinição de sua própria identidade, quando confrontadas ao sistema simbólico de outra sociedade” (Idem, p. 45).

Sobre a multiplicidade de formas que pode tomar o processo sincrético, escreveu Sanchis:

Entendo-os como um processo, polimorfo e cujos efeitos são os mais variados, que consiste na percepção – ou a construção – coletiva de homologias de relações entre o universo próprio ao grupo e aquele do ‘outro’ com quem o grupo está em contato: uma percepção que desencadeia transformações na autoimagem do grupo, seja para reforçar seja para reduzir os paralelismos que foram detectados. Afinal, uma forma mais sutil de redefinição da identidade social” (SANCHIS, 2018, p. 31).

O sincretismo, geralmente, acontece em relações culturais ou religiosas desiguais, ou seja, costuma ocorrer o processo de sincretismo quando existe uma relação desigual entre o **eu** e o **outro**, em geral relações hierárquicas e de poder como “conquista, dominação de classe, dominação política, hegemonia, cultural ou especificamente religiosa”. Essa reinterpretação “que vai permitir uma convivência não explosiva de universos abstratamente contraditórios. Ela também abrirá aos dominados as veredas de um jogo de esconde-esconde, muitas vezes condição de sobrevivência, outras vezes de prosperidade” (SANCHIS, 2018, p.46).

Sobre o sincretismo entre as religiões afro-brasileiras, e aqui destacamos o caso do batuque e mais especificamente as reinterpretações em relação ao orixá Bará, percebemos, desde a colonização, um processo intenso de transformações culturais que se deu a partir da relação desigual entre o negro escravizado e o branco escravizador. Essa relação desencadeou, entre outras coisas, estratégias de resistência à escravização e ao catolicismo, reinterpretando aquele cristianismo – que tem por si mesmo uma história

sincrética – ao mesmo tempo em que este se colocava como dominante na sociedade brasileira e, portanto, incontornável (SANCHIS, 2018, p. 47).

Etnias e culturas misturadas desde o embarque nos navios negreiros, estrategicamente mescladas nos mercados de escravos e nas fazendas para evitar os perigos de reconstituições identitárias, o negro, como o português, como o índio manso, tinha sido arrancado à matriz – topológica e social – do seu universo de significação e, como eles e com eles, estava disponível para os encontros transformadores (SANCHIS, 2018, p. 59).

Será a partir da segunda metade do século XX, num Brasil republicano e secular que, setores das religiões afro-brasileiras irão, cada vez mais, seguir em direção a uma nova reinterpretação destas crenças. A busca pela africanização opõe-se a uma série de sínteses e transformações pelas quais passaram as religiões de origens africanas desde os primeiros contatos interétnicos entre africanos, indígenas e europeus das mais diferentes culturas no solo brasileiro.

Em entrevista concedida à revista *Veja* em 1983, Mãe Stela de Oxóssi, uma das mais renomadas *iyálorixás* – mãe de santo, em língua ioruba – do candomblé, expressou uma das principais características da africanização do candomblé e também do batuque, a rejeição ao sincretismo e sua qualificação como uma estratégia ultrapassada: “O pai de santo coerente não deve mais permitir o sincretismo”; “O sincretismo surgiu porque os escravos precisavam dele, mas agora não é mais necessário” (apud SANCHIS, 2018, p. 42).

O processo de africanização do candomblé tem início a partir da década de 1960. Impulsionado por uma série de fatores como as ondas migratórias de nordestinos em direção ao Sudeste, ocasionando o encontro do candomblé com a já estabelecida umbanda; as grandes transformações culturais, ideias que vinham da Europa e dos Estados Unidos e ganhavam força no Brasil, sobretudo, nas grandes cidades: “profundas foram as mudanças em relação aos modos de vida e aos códigos intelectuais, quando a racionalidade foi posta sob suspeição, assim como a crença completa no conhecimento universitário e seus modelos fechados de explicação do mundo”.

Eram os anos da contracultura e “a sociedade saía em busca de suas raízes”. Nesse período, aproximaram-se das religiões afro-brasileiras a classe média branca, intelectuais e, entre eles, artistas (PRANDI, 1998, p. 158-159).

A religião dos orixás conserva sua imagem de culto de mistérios e segredos, o que implica a ideia de perigo e risco no imaginário popular, fato que realimenta o preconceito, mas sem dúvida terá caminhado no processo de legitimação: já não se esconde da polícia nem se limita mais a parcelas fechadas da população. A divulgação profana da religião pelas artes, especialmente a música popular, que atinge as massas pelo rádio e televisão, terá sem dúvida contribuído para reduzir a marginalidade da religião dos deuses africanos (PRANDI, 1998, p. 160-161).

Nesse contexto é que inicia o processo de africanização das religiões afro-brasileiras. Um retorno às origens, “o reaprendizado da língua, dos ritos e mitos que foram deturpados e perdidos na adversidade da diáspora; voltar à África não para ser africano nem para ser negro, mas para recuperar um patrimônio cuja presença no Brasil é agora motivo de orgulho, sabedoria e reconhecimento público” (PRANDI, 1998, 161-162).

A religiões afro-brasileiras foram, cada uma a sua maneira, participando desse processo, dessincretizando-se, algumas vezes de forma militante, mas, sobretudo, buscando uma independência em relação ao catolicismo. Africanizar não significa tornar-se negro¹ – uma vez que as religiões afro-brasileiras vinham cada vez mais universalizando-se, abrindo espaço para a sociedade branca – nem mesmo arcaico ou primitivo. Africanizar nesse contexto é também “intelectualização, o acesso a uma literatura sagrada contendo os poemas oraculares de Ifá, a reorganização do culto conforme modelos ou com elementos trazidos da África contemporânea” (PRANDI, 1998, p. 162-163).

Por fim, é evidente que as religiões afro-brasileiras mudaram. Contudo, sabemos da diversidade de ideias que circulam entre os terreiros do

.....
¹ Sobre a presença de não-negros no batuque escreveu Oro: “é praticamente impossível saber quando este encontro começou a ocorrer. Tudo indica, porém, que data ainda do século XIX, tendo aumentado nas primeiras décadas do século XX e se consolidado a partir da segunda metade daquele século, quando, então, há notícias de brancos que ocupam a condição de pais e mães-de-santo” (2002, p. 361).

Brasil. Não se pode esperar que todos tenham aderido à africanização, nem mesmo mensurar, antes de uma meticolosa pesquisa de campo, em que medida ela se deu nos templos que optaram por africanizar-se. O fato é que elementos católicos ainda estão presentes nos rituais de muitos terreiros de batuque e, principalmente, nas representações iconográficas dos orixás. Essas imagens coexistem com as representações africanizadas num espectro geral e, muitas vezes, num mesmo templo.

O CASO DE BARÁ

Bará é o orixá do movimento. Ele é “dono” da encruzilhada, lugar onde os caminhos se encontram e se separam, onde as forças se cruzam. Nos rituais do batuque, costuma ser saudado antes de todos, sendo ele a base da hierarquia espiritual dos orixás, o primeiro dos doze (CORRÊA, 2016, p. 244). De encruzilhadas, cruzeiros e caminhos, este orixá que “nunca dorme, nunca está parado” é o “dono”, é o “senhor” (Ayrton do Xangô apud CORRÊA, 2016, p. 179) e por isso, para os batuqueiros, a depender de como for tratado, pode abrir ou fechar caminhos espirituais, facilitar ou dificultar a vida das pessoas (CORRÊA, 2016, p. 179).

A segunda-feira é o dia da semana consagrado a ele. Neste dia, destaca-se sua cor, o vermelho; os fiéis saúdam o orixá em dialeto africano, “alupo” e para ele acendem velas, fazem pedidos, agradecimentos e oferendas.

Cada orixá tem suas múltiplas manifestações, e aqui não estamos falando daquelas carnificadas através da possessão dos fiéis (*ocupação* do cavalo de santo/aparelho/filho de santo). Estas manifestações também são referidas como “sobrenomes”, subdenominações das divindades. No batuque, costumam diferenciá-las por “idades”, havendo manifestações mais jovens e mais velhas de um mesmo orixá; há também características andróginas ou heteronormativas que identificam um ou outro *sobrenome*; elementos da natureza e espaços de culto distintos também caracterizam uma ou outra manifestação: casa, rua, praia, cemitério, entre outros (CORRÊA, 2016, p. 174-181). Assim, conforme Corrêa, ocorre com Bará:

Existem basicamente dois barás, o da rua e o de dentro de casa. Da rua, os mais cultuados são Lodê e o Lanã; e os de dentro de casa, o Adague (do “seco”) e o Jelú ou Ajelú, da “praia” (CORRÊA, 2016, p. 179).

O assentamento (representações materiais) de Bará Lodê costuma ficar “numa casinhola junto às entradas de acesso dos templos. Junto é sentado [sic] o Ogum Avagã, tão velho e casmurro como ele, motivo pelo qual se dão muito bem. Ambos são quem garante a segurança da casa, fiscalizando as intenções dos que chegam, controlando os movimentos”. Já o Bará Ajelú é associado à curiosidade e inquietude das crianças, ao mesmo tempo que é considerado calmo e afável, sendo uma manifestação jovem do orixá (CORRÊA, 2016, p. 179). Provavelmente exista numerosos *sobrenomes* de Bará, dados que, até onde sabemos, ainda não foram estudados.

Os conhecimentos tradicionais do batuque foram, e em alguns terreiros continuam sendo, transmitidos e perpetuados através da oralidade. Por conta disso é que existe, entre os batuqueiros, tantos entendimentos diferentes sobre as mesmas questões. Além disso, estão as especificidades de cada *nação* da religião. A esse respeito, sintetizou Corrêa: “embora se reconheçam portadores de uma identidade batuqueira comum, procuram conservar suas especificidades grupais de raiz, a diversidade na unidade” (CORRÊA, 2016, p. 178).

A ideia do que é, exatamente, um orixá para o batuque, também perpassa por uma diversidade de opiniões. Algumas concepções vão associá-los à espíritos com características parecidas com os manifestados no kardecismo, já outras, ancoram-se na tradição católica e, mais recentemente, há um movimento que busca a africanização do culto, o que vem ganhando força nas últimas décadas. Quando perguntada sobre o assunto, respondeu Mãe Ester “Eu sou batuqueira, mas não acho que orixá é o santo da Igreja: é um espírito de luz”. Por sua vez, a babalaô Neuza da Oxum contou a Corrêa ter visto, em uma igreja, “um Xapanã que era uma beleza” ou simplesmente a imagem de Jesus Cristo carregando a cruz. Na visão do pai de santo João do Xapanã, “os orixás não são nem bem um espírito, mas uma força espiri-

tual que governa as coisas e que é o fundamento delas. Iemanjá é o fundamento do mistério do mar” (apud CORRÊA, 2016, p. 174-175).

Segundo Verger, orixá, em África, “seria, em princípio, um ancestral divinizado, que, em vida, estabelecera vínculos que lhe garantiam um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhe a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização” (VERGER, 2002, p.18).

A escravização moderna teve o aval da Igreja Católica que, com o discurso de que era pela “salvação de suas almas”, batizava, obrigatoriamente, os africanos quando chegavam à América. Contudo, antes mesmo de ancorarem na costa brasileira, santos católicos eram invocados para protegerem a travessia dos navios negreiros, nomeando os tumbeiros que cruzavam o Atlântico, podendo ter sido este o primeiro contato de muitos com o cristianismo (VERGER, 2002, p. 23-24). Segundo Prandi, a “religião negra” apenas pode se reproduzir parcialmente no Brasil. A escravização impôs obstáculos tremendos para que os africanos pudessem manter suas crenças no Novo Mundo, contudo, mesmo “decepados”, criaram formas de continuar se nutrindo em suas raízes². Porém, enquanto os negros reconfiguravam suas crenças e suas identidades, também se fazia necessário que se movessem em direção ao espectro dominante da sociedade da qual, naquele momento, passavam a fazer parte. Portanto, era através do catolicismo que o escravizado “podia se encontrar e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade do branco dominador, que era o responsável pela garantia da existência do negro, ainda que em condições de privação e sofrimento” (PRANDI, 1998, p. 153-154).

Desde o seu início, as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo com o catolicismo e em grau menor com religiões indígenas. O culto católico aos santos,

.....
2 “Vinham pelos caminhos, ruas e / encruzilhadas abertos por Bará / ante a oferenda do galo, do / milho ou do cabrito quatro-pé [...] vinham pelos caminhos / pele magnética / atraídos ao ímã ancestral / vinham / caules decepados / nutrir-se nas raízes”. Poema “No caminho da casa-de-nação”, de Oliveira Silveira.

de um catolicismo popular de molde politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos. Desde sua formação em solo brasileiro, as religiões de origem negra têm sido tributárias do catolicismo (PRANDI, 1998, p. 153-154).

O orixá Bará foi correspondido, ou seja, associado, aos santos católicos Santo Antônio, São Pedro e São Benedito (ORO, 2002, p. 376). Com exceção de São Benedito que é representado como um homem negro, os demais santos relacionados a Bará – Santo Antônio e São Pedro – são, na maioria das vezes, representados enquanto homens brancos. Bem como, outros santos e santas que associados aos demais orixás são, comumente, representados com a pele branca. Portanto, a cor do santo, em uma panorama geral, não parece ser determinante nessa associação.

Figura 1 – Santo Antônio



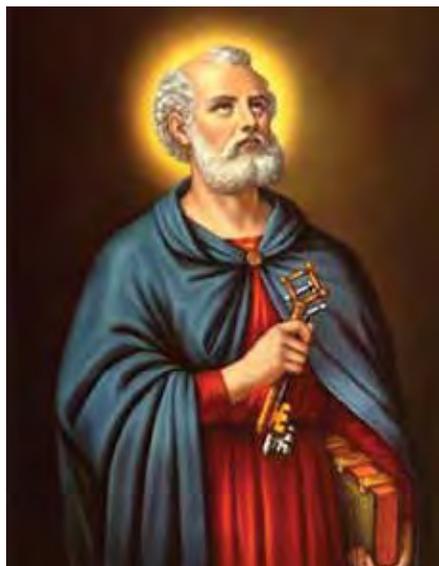
Disponível em: <https://www.nossasagradafamilia.com.br/conteudo/imagem-de-santo-antonio-de-padua-significados-e-simbolos.html>; Acessado em 15/10/2019.

Existe uma variedade de representações de Santo Antônio, as quais podem trazer elementos diferentes entre si, mas alguns aspectos costumam ser reproduzidos na maioria das pinturas, gravuras e esculturas. Antônio viveu

em meados do século XIII na Europa e se tornou um dos membros mais ilustres da Ordem dos Franciscanos. É característico nas imagens desse santo sua vestimenta marrom, o hábito de sua Ordem. Na maioria das vezes, traz em seu colo Jesus menino, simbolizando sua fé, devoção e proximidade do Nazareno. Consigo, costuma ter um livro, talvez o Evangelho, o que condiz com a representação de alguém considerado o “Doutor da Igreja”. Os lírios e seu cabelo raspado no centro da cabeça – tonsura – fazem lembrar seu voto de castidade.

Que semelhanças Santo Antônio teria com o orixá Bará? Em um primeiro olhar, os dois agentes espirituais não comungam de características muito próximas um do outro. Ao menos nas representações mais difundidas do santo católico, não encontramos nenhuma similitude com o orixá. Talvez o fato de Santo Antônio ser um santo bastante popular no Rio Grande do Sul tenha oportunizado essa relação entre o “casamenteiro” e o “senhor dos caminhos”. Exceto, essa marca franciscana do caminhar, da peregrinação, de uma fé que caminha, expressa, inclusive, na imagem acima: atrás – ou adiante – do santo, a estrada.

Figura 2 – São Pedro



Disponível em: <https://zen.yandex.ru/media/id/5a070cbf9b403c693b0cd3fe/vatikan-centr-katolicizma-5a17fd9d248090f4742fc98>; Acessado em 15/10/2019.

Do mesmo modo, suscetível a uma variedade de representações, as imagens produzidas de São Pedro costumam, geralmente, trazer dois elementos: as chaves e o livro. São Pedro é figura **chave** na história do cristianismo e do catolicismo. Este, que foi um dos apóstolos de Jesus Cristo, é considerado o primeiro papa da Igreja Católica. O livro que Pedro tem junto de si possivelmente represente a bíblia. A simbologia das chaves que carrega consigo tem fundamento em passagem do Novo Testamento, quando Jesus Cristo, segundo São Mateus, lhe diz “tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o que ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus” (BÍBLIA, 2002, Mt 16:18-19, p.743).

Figura 3 – Assentamento de Bará, Mercado Público de Porto Alegre (Andréa Graiz / Agência RBS)



*Disponível em: <https://gauchazh.dicrbs.com.br/geral/noticia/2013/07/incendio-revela-importancia-do-mercado-publico-para-crencas-de-matriz-africana-4193340.html>;
Acessado em 20/07/2019.*

A chave é um dos principais símbolos de Bará. Além dela, a foice, a corrente de ferro e as moedas (CORRÊA, 2016, p. 181). Seu significado para os batuqueiros: a abertura de caminhos, especialidade deste orixá. Não somente nas representações imagéticas, mas também nas danças aparecem as chaves.

A música é a língua materna de Deus [...] em África os deuses dançam. E todos cometeram o mesmo erro: proibiram os tambores [católicos e protestantes] [...] Na verdade, se não nos deixassem tocar os batuques, nós, os pretos, fariamos do corpo um tambor. Ou, mais grave ainda, percutiríamos com os pés sobre a superfície da terra e, assim, abrir-se-iam brechas no mundo inteiro (COUTO, 2016).

No batuque, tanto os filhos de santo como os orixás dançam. Enquanto os primeiros imitam as histórias sagradas dos deuses na dança, estes as (re)vivenciam através da possessão (ocupação) dos filhos de santo. Ayrton do Xangô explica que o giro da mão direita, com o “polegar e indicador juntos, como se portasse uma chave: é o Bará abrindo caminhos” (apud CORRÊA, 2016, p. 228).

Figura 4 – São Benedito



Disponível em: <https://www.capuchinhos.org.br/amazonas-e-roraima/institucional/santos/abril/sao-benedito-de-palermo-o-mouro-capuchinho>; Acessado em 15/10/2019.

No que tange aos caminhos, eles nos levam a São Benedito. Filho de pais mouros do norte da África, São Benedito nasceu na Sicília. Foi Frade Menor da Observância num convento perto de Palermo e morreu em 1589 sendo canonizado em 1807 (BUTLER apud REGINALDO, 2009, p. 307).

Sobre o santo, Reginaldo compreende que “a apropriação negra das devoções católicas foi condição essencial para sua aceitação e propagação entre os negros nos três continentes”. Segue a autora: “a afinidade epidérmica e geográfica não pode ser desconsiderada. A valorização dos santos negros, ainda que humildes servos como São Benedito e Santo Antônio de Categeró, não deixava de ser um campo aberto para reinterpretar as mensagens da mensagem católica” (REGINALDO, 2009, p. 310-311).

Faz sentido que São Benedito, enquanto santo negro, fosse aceito, reinterpretado e associado a um orixá. Contudo, se olharmos para os demais santos católicos relacionados aos deuses negros veremos que suas representações são, em maioria, brancas – como já comentamos anteriormente. Talvez exista algum outro elemento capaz de associar Bará a Benedito: a estrada. Se nos reportarmos às imagens mais tradicionais e difundidas desse santo, veremos que, em companhia de Jesus menino – o que conota sua devoção e proximidade do Cristo – São Benedito caminha por uma estrada de terra, ele está em movimento, tal qual um eremita.

Contudo, também recai sob Bará – ou sob Exu, como também é chamado em algumas rezas do batuque, mas principalmente no candomblé³ – o posto de Diabo. Por sua natureza ambígua e sexuada, abrindo e fechando caminhos, se deixando seduzir pelas oferendas de quem lhe procura, no Brasil, foi prontamente relacionado ao diabo cristão. Bará,

na visão cristã, praticando ora o que é considerado bem, ora o mal, indistintamente, fica, para usar as palavras de Douglas, “deslocado”, pois “excluído do padrão social”, com “status indefinível”. E como tal, oferece perigo (Douglas, 1976:118). Além disso, não pode ser classificado como santo (pois estes são em princípio “bons”, como deus cristão, mas desde que se obedecem suas regras...); ainda mais, é uma divindade dos “outros” (e estes outros, negros). Assim, sua rotulação como diabo surge como decorrência natural da visão ocidental (CORRÊA, 2016, p. 253).

Verger nos conta que, mesmo tendo sido sincretizado com o Diabo no Brasil, o orixá Exu – Bará no batuque – aos adeptos das religiões afro-

.....
3 Segundo Corrêa, existe uma relação um tanto confusa entre Bará e Exu no Rio Grande do Sul: “praticamente todos os cânticos do Bará falam em Exu” (CORRÊA, 2016, p. 180).

brasileiras “não inspira, porém, grande terror, pois sabe-se que, quando tratado convenientemente, ele trabalha para o bem, quer dizer, pode ser enviado para fazer mal às pessoas más ou àquelas que nos prejudicam ou, ainda, àquelas que nos causam ressentimentos” (2002, p.79).

Não obstante, mais recentemente, percebemos por parte de setores das religiões afro-brasileiras, e aqui se destacam o candomblé e o batuque, o traçar de novos caminhos, os da africanização. Nesse estágio, volta-se à figura do Èsù africano e suas referências passam a se desvincular cada vez mais do catolicismo, africanizando-se. O Bará do batuque passa a ser religado – ainda mais – às suas raízes africanas. Provavelmente, o nome do orixá dos caminhos e do movimento derive de Èsù-Elégbara, também chamado de *Légba*⁴ pelos *fon* do Antigo Daomé (VERGER, 2002, p. 78). Informações como esta, buscadas em África, redimensionam aspectos do culto.

Exu é o guardião dos templos, das casas, das cidades e das pessoas. É também ele que serve de intermediário entre os homens e os deuses. Por essa razão é que nada se faz sem ele e sem que oferendas lhe sejam feitas, antes de qualquer orixá, para neutralizar suas tendências a provocar mal-entendidos entre os seres humanos e em suas relações com os deuses e, até mesmo, dos deuses entre si (VERGER, 2002, p. 76-78).

Èsù, enquanto personagem histórica, teria sido companheiro de *Odùduà*, quando estes chegaram a Ifé. Tornou-se, mais tarde, um dos assistentes de *Orunmilá* no sistema de adivinhação de Ifá. Sobre este orixá, diz-se também ter sido rei de Kêto. Em África, são os principais símbolos desta divindade o *ogò* – bastão de forma fállica – os búzios e as cabacinhas – porongos ou *àdó*. Estes e outros elementos da mitologia do orixá são trazidos também para o batuque, modificando ou no mínimo questionando a tradição que o sincretizou com os santos católicos.

.....
4 “Uma entidade muito relacionada ao Bará é o Léba. Para uns ele é o chefe dos barás, sendo sentado numa casinhola, tal como aqueles, junto à entrada dos templos” (CORRÊA, 2016, p. 180).

Figura 5 – Exu (Lambuja/Superinteressante)



Disponível em <https://super.abril.com.br/sociedade/os-orixas-mais-populares-do-brasil/>; Acessado em 22/07/2019.

Na imagem acima podemos ver uma imagem elaborada do Exu do candomblé. Esta representação traz consigo elementos africanos e sincréticos de Exu. Nela, percebe-se o movimento, característica fundamental desta divindade. Exu passa a ser representado como um homem negro, risonho e inquieto. Em outras representações que seguem essa perspectiva ele poderá não estar sorrindo, mas as cabaças e seu bastão fático geralmente estão presentes. Nessa imagem notamos na mão direita de Exu um molho de chaves. Não temos indícios de que em África o orixá tenha esse elemento enquanto símbolo, o que sugere que as chaves tenham sido incorporadas ao universo de Exu e de Bará em terras brasileiras. Quando rezam, cantando e dançando para Bará, os batuqueiros, mesmo os dos terreiros – agora chamados ilês – mais africanizados, continuam movimentando as mãos como se portassem chaves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo das crenças é demasiado complexo e estudá-lo, ocasionalmente, pode levar à frustração os sedentos por respostas às perguntas que fazemos aos crentes e suas produções culturais. Por que orixá Bará foi rela-

cionado a esses santos católicos e não a outros? Nos instiga saber como, no passado, chegaram a esses consensos, mas também como, na contemporaneidade, essas ideias vão sendo atualizadas, mantidas ou abandonadas.

Percebemos, entre as representações dos santos católicos e o orixá, algumas similitudes. No caso de Santo Antônio e São Benedito, a estrada, o caminho. O caminhar, marca franciscana, talvez seja o principal elo entre estes santos e o orixá do movimento.

Entre Bará e São Pedro estão, principalmente, as chaves. Chaves que podem abrir ou fechar portas e, conseqüentemente, caminhos. Elementos que ligam e/ou desligam: abrem caminho, dão licença, permitem ou não a transmutação de espaço e condição.

Não é nosso objetivo resumir o complexo e polimorfo processo sincrético que se deu e que continua ocorrendo entre essas religiões. Tampouco pretendemos dizer que esta ou aquela representação é mais legítima ou mais significativa do que outra. Apenas nos propomos e, penso, cumprimos, a tarefa de questionar esses símbolos e seus significados, a fim de pensar esses agentes espirituais e suas representações dentro de suas diversidades de culto e historicidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

CANUTO, Hugo. **Contos dos orixás**. Salvador: Selo Independente, n. 1, 2017, 2. reimp. [2018]

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, no 11, Vol. 5, p. 173-191, jan/abr 1991.
- CORRÊA, Norton F. **O Batuque do Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-riograndense**. 3.ed. São Luís: Editora Cultura e Arte, 2016.
- COUTO, Mia. **As arcias do imperador: a espada e a azagaia**. Alfragide: Caminho, 2016.
- HIGUET, Etienne Alfred. Contribuição dos estudos de cultura visual para as Ciências da Religião. In: SILVEIRA, Emerson Sena da (Org.). **Como estudar as religiões: metodologias e estratégias**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 126-160.
- ORO, Ari Pedro. As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. **Debates Do NER**, Porto Alegre, ano 9, n. 13, 2008, p. 9-23.
- ORO, Ari Pedro. Atual campo afro-religioso gaúcho. **Civitas**, Porto Alegre v. 12 n. 3 p. 556-565 set.-dez. 2012.
- ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002.
- PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas**, Porto Alegre: PUCRS, v.3, n.1, p. 15-34, jun. 2003.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, 1998.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. **História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 289-319, 2009.
- SANCHIS, Pierre. A religião dos brasileiros. In: PASSOS, Mauro; PEREZ, Léa Freitas (Org.). **Pierre Sanchis: religião, cultura e identidades: matrizes e matizes**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 245-279.
- SANCHIS, Pierre. As tramas sincréticas da história – Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro. In: PASSOS, Mauro; PEREZ, Léa Freitas (Org.). **Pierre Sanchis: religião, cultura e identidades: matrizes e matizes**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 42-65.

SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. In: PASSOS, Mauro; PEREZ, Léa Freitas (Org.). **Pierre Sanchis: religião, cultura e identidades: matrizes e matizes**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 66-82.

SILVA, Ana Rosa Closet. A abordagem histórica nos estudos de religião: contribuições para um campo interdisciplinar. In: SILVEIRA, Emerson Sena da (Org.). **Como estudar as religiões: metodologias e estratégias**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 65-97.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás**. 6.ed. São Paulo: Corrupio, 2002.

MÍDIA IMPRESSA E RECONHECIMENTO: O PAPEL DO JORNAL O *CORREIO RIOGRANDENSE* NA LEGITIMAÇÃO DO CATOLICISMO NO RIO GRANDE DO SUL (1909 A 1915)

ROGÉRIO SALDANHA CORRÊA¹

RESUMO

Este artigo visa refletir acerca dos desdobramentos do catolicismo no Rio Grande do Sul, mais especificamente, após a proclamação da República (1889). Até então, a ligação entre a igreja católica e Estado perdurou por quatro séculos no país. Sendo assim, é inegável a estreita relação estabelecida entre o clero e a Coroa. Como elucida Honnert (1974), o catolicismo brasileiro, nos primeiros séculos de sua hegemonia no país, assumiu uma posição absoluta no campo religioso do mesmo. Contudo, após a Proclamação da República, ocorreram mudanças substanciais no perfil religioso do Brasil e do Rio Grande do Sul advindas do liberalismo religioso, portanto, diversas denominações colocam-se na disputa pela hegemonia do capital simbólico da religião do Estado. A partir disso, O Correio Riograndense (1909), periódico administrado por católicos e um dos principais dispositivos midiáticos do Rio Grande do Sul, assume um papel fundamental para a legitimação do catolicismo, publicando diversas matérias que elucidam a trajetória da religião católica. Por fim, como aporte teórico-metodológico, utilizaremos a Análise de Discurso para dar alicerce ao texto e analisar o jornal referido.

Palavras-chave: Catolicismo; Jornal Impresso; Rio Grande do Sul

.....
¹ Doutorando em História PPGH- Bolsista CAPES DS- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul. rogeriosaldanha.rp@gmail.com

O CATOLICISMO NO BRASIL

A ligação entre igreja e Estado perdurou por séculos no país. É inegável a relação estabelecida entre o clero e a Cora, como salienta Hoornaert (1974, p. 13) “O catolicismo brasileiro assumiu nos primeiros séculos de sua formação histórica um caráter obrigatório. Era praticamente impossível viver no Brasil sem seguir ou pelo menos respeitar a religião católica”. Contudo, o vínculo entre Roma e clero brasileiro não era forte, embora existisse. Antes da independência do país, fato marcante e impactante para a igreja, a comunicação entre Roma e suas igrejas se dava por intermédio de Lisboa. Ou seja, a primeira instância reguladora do catolicismo no Brasil era o império, não Roma. Até mesmo as bulas papais poderiam ser revogadas, bastava o imperador assim decidir.

De forma geral, o catolicismo em seu início no país, como afirma Soares (2014), pode ser definido como “tradicional”, não havia uma separação clara entre o sagrado e profano, nas palavras do autor: “a vida religiosa era marcada pela constituição de Ordens Terceiras, procissões e romarias. Porém, esse fato não significou que havia uma participação do laicato na Igreja Católica.” (SOARES, 2014, p.14). Sendo assim, possuindo uma estabilidade total, o catolicismo apoiava-se no Estado e era protegido por ele, não sendo necessária e, como Bruneau (1979) afirma, pouco provável, a criação de estruturas independentes que desse liberdade às igrejas católicas. Como mencionamos anteriormente, a religião católica está arraigada às normas e estruturas sociais do país desde sua formação. Isso justifica a despreocupação da igreja em fomentar um laço “emocional” entre igreja e fieis.

O padroado e a estrutura de proteção que ele oferecia, somente foi abalado a partir do século XVIII, tendo como oposição os ideais do iluminismo. Como afirma SOARES (2014, p.16). Parte da estrutura, fruto do Padroado foi abalada somente a partir de meados do século XVIII, quando Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, simpatizante das ideias iluministas, foi nomeado ministro do rei D. José I e começou a tomar medidas contrárias aos interesses da Igreja Católica.

A partir desse marco, o Brasil teve breves mudanças em sua estrutura religiosa, portanto, as modificações foram pequenas se comparadas a países Europeus. O liberalismo de cunho francês não vingou em terra tupiniquins, o fato, como assinala o autor supracitado, deu-se principalmente pela ideologia de emancipação do Estado, cuja preocupação era central na revolução francesa, no caso luso-brasileiro, a inquietação maior era com a estruturação do poder e com a manutenção da legitimidade. Nesse caminho a reforma de Pombal se restringiu a uma reformulação do ensino e algumas medidas para economia.

Ainda nesse sentido, um marco para os ideais do iluminismo no país foi a fundação do Seminário de Olinda em 1798, na cidade de Pernambuco, cuja fundação foi de Dom José Joaquim de Cunha Azeredo Coutinho. Como simpatizante dos pensamentos de Pombal, D. Azeredo implantou diretrizes educacionais no Seminário de Olinda inspiradas nas ideias iluministas de Pombal. Por esse motivo, o Seminário de Olinda pode ser considerado o ambiente precursor do liberalismo presentes nas revoluções pernambucanas antes e após a independência.

Pombal buscava estabelecer um tipo de monarquia pelo viés iluminista, ou seja, embasada nos modelos espanhóis e, principalmente, franceses. A partir disso, sendo as companhias jesuíticas, dentre elas a Companhia de Jesus, os principais defensores da monarquia tradicional, gerou um embate cujo resultado foi a expulsão da companhia de Portugal e suas respectivas colônias. Em 1760, Pombal cortou relações com o Vaticano, e a Igreja portuguesa passou a adquirir um caráter estritamente nacional. Em 1770, o ministro reatou com o Vaticano e conseguiu o reconhecimento, por parte do Papa Clemente XIV, do controle da Igreja pelo Estado

Já em São Paulo o símbolo que deu sustentação aos ideais do iluminismo foi a Associação de Padres de Itu, fundada pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo. Após perder sua esposa, em 1793, optou por seguir uma carreira eclesiástica, estudando com padres franciscanos, em São Paulo. Ainda em São Paulo, assumiu a construção da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, participaram também deste grupo o Pe. Antônio Joaquim de Melo, posteriormente, nomeado bispo de São Paulo e padre Diogo Antônio

Feijó, futuro ministro do Império. Após a morte de Jesuíno, Feijó, familiarizado com o pensamento e filosofia kantiana, deu início a um curso focado na filosofia de Immanuel Kant.

Ainda assim, apesar de todos os esforços para que o iluminismo e seus ideias tivessem voz no catolicismo brasileiro, eles só tiveram êxito após a morte de D. Antônio da Madre de Deus, bispo que governou a sede episcopal da capitania de 1749 a 1769 e que era totalmente a favor dos pressupostos jesuíticos. Com seu substituto, D. Frei Manuel da Ressureição (1771 – 1789) que a reforma pombalina e pensamento iluminista ganhou força.

As mudanças nos hábitos e diretrizes da igreja já apareciam, por exemplo, com D. Manuel da Ressureição na direção da diocese de São Paulo, a estrutura de formação dos seminaristas mudou, não havia mais um internato, pelo contrário, os futuros sacerdotes moravam na cidade, alguns em casas de amigos ou de famílias conhecidas, outros, em casa de parentes. Frequentavam as aulas dadas no Palácio Episcopal, centro que reunia diversas obras de vertente iluminista e antiescolástico. As estruturas de ordem no catolicismo vinham sofrendo substanciais modificações. Esse período de formação dura até 1851, ano em que o governo da diocese passa para D. Antônio Joaquim de Melo. Tais fatos discutidos, mostram a fragilidade nas estruturas que organizavam a igreja no Brasil.

Sendo assim, a influência do liberalismo atingia um ponto crucial no clero urbano do Império, parte dele passa a atuar diretamente nos movimentos contra a Coroa. Nesse mesmo período, começam a ocorrer revoltas de cunho regionalista no Brasil, como a Inconfidência Mineira, dentre outros. O sentimento de nacionalismo, como afirma Bruneau (1979) começa a existir após a independência.

Contudo, um ponto de dualidade existia: em alguns momentos, esse “novo” clero colocava-se contra o poder monárquico, por outros, sobretudo quando havia ameaças externas ao país, apoiavam a monarquia. Vale salientar que, muitos deles, apoiavam a liberdade religiosa no Brasil.

Desse modo, nota-se uma luta contra os antigos privilégios que remetiam a dependência de Brasil com Portugal, ou seja, eram adeptos a

Independência, estavam ansiosos por ela. Por isso, temiam uma volta ao antigo regime, sobretudo com a queda de Napoleão Bonaparte, que trazia um conforto político a Portugal. O clero tinha medo e acreditava que o antigo absolutismo poderia retornar, por isso, começou a se preparar e, de certa forma, lutar politicamente para a proibição da entrada de novas entidades religiosas, como afirma Valduga (2007). Tal estratégia vinha, lentamente, desestruturando as outras ordens, nas palavras do autor:

Essa medida decretava a extinção gradual das ordens brasileiras, pois, como não se renovava o quadro de religiosos, após a morte do último membro da congregação, os bens passavam para as mãos do Estado – dessa maneira, elas deixavam de existir. Havia, portanto, um imperativo econômico por trás dessa ação. Entretanto, à medida que se extinguíam as antigas ordens, Dom Pedro II autorizara a entrada de novas congregações; estas estariam, porém, sob o controle mais estrito do Estado, o que as impediria de adquirir patrimônio como as antigas. Essa atitude de D. Pedro II visava, também, reformar o clero nacional, seguindo uma linha europeizante, fato que surtiu efeito contrário em sua política e que lhe trouxe problemas ao final de seu reinado, como será tratado mais adiante. (VALDUGA, 2007, p. 29).

Havia, então, uma relação de maleabilidade política nas relações estabelecidas entre o Clero e a Coroa. Os conservadores defendiam a união do trono ao altar e a sacralidade da monarquia lusitana. Acentuavam, ainda, o paternalismo do rei em relação aos seus súditos que deviam obediência e submissão à sua autoridade. Como decorrência da detenção de um poder emanado diretamente de Deus, cabia ao rei distribuir favores e benefícios aos seus súditos, os quais tinham obrigações a cumprir e não direitos a exigir. Dessa forma, reafirmava-se uma ordem hierárquica da sociedade comandada a partir de uma autoridade superior emanada pelo poder divino.

Esse conflito gerou uma separação na igreja católica em duas vertentes, o clero iluminista de um lado e, o clero conservador de outro. Como já apresentado, o de vertente iluminista buscava uma legitimidade maior da igreja frente a Roma, inclusive buscando a construção de uma igreja nacional. Padre Antônio Feijó foi um dos idealizadores e defensores do projeto.

As ideias iluministas conflitaram intensamente com a ideologia conservadora, principalmente na proposta que pretendia acabar com o celibato entre os padres.

Essa relação conflituosa se arrastou por quase todo o século XIX, cenário que ganhou um novo revés, D. Antônio Joaquim fundou o Seminário Episcopal em 1856, para o qual trouxe, como professores, frades Capuchinos franceses, de formação ultramontana. Tal ponto é crucial para a história do catolicismo brasileiro, visto que, muitos autores, colocam o acontecimento como “a reação altramontana”. Com essa nova tendência surgiu no clero conservador o Ultramontanismo. Vertente que, ao procurar tornar a igreja cada vez mais ligada à Santa Sé, conquistou parte do clero para um processo conhecido como a reforma católica.

Ainda assim, a estrutura da igreja sofria fortes revezes, sendo inclusive, identificada por alguns autores como uma religião privatizada. Isso porque não havia uma unidade estrutural, muito menos um regimento que unisse a igreja. Como exemplo, diversas capelas não tinham muita relação com dioceses, ficando subordinadas aos proprietários das terras em que estavam construídas. O padre então, desenvolvia uma certa dependência em relação aos senhores das terras e acabavam por se integrar aos sistemas familiares. Vivendo junto à família, recebiam o seu sistema de valores e costumes.

De outra forma, na cidade, o modelo de administração era de confrarias e irmandades. Basicamente, eram associações que se incumbiam de organizar processões, festas ou qualquer tipo de movimento que provessem sustento ao templo que participavam. Ainda, os pagamentos dos padres também eram de responsabilidade desse sistema de administração. Vale ressaltar que nesse período antes da República, os padres, em sua maioria, não possuíam condições de viver somente do que ganhavam da atividade eclesíastica, com isso, muitos possuíam outra atividade remunerada.

REFORMA CATÓLICA NO BRASIL

Nesse momento, seguindo a lógica do trabalho, apresentaremos a relação da Reforma Católica no Brasil, iniciado na segunda metade do século XIX,

tal movimento procurou restaurar e remobilizar a igreja católica no país. Basicamente, o clero buscava erradicar as tendências liberais e introduzir uma maior disciplina e em seus comportamentos morais, principalmente em relação ao celibato.

Nesse viés, o catolicismo popular buscava-se uma racionalização religiosa, promover um desencantamento das manifestações profanas nos cultos e estruturar uma hierarquia na igreja. Desta feita, a Reforma buscava também, uma independência maior da Igreja em relação ao Estado, já que segunda ela, o país deveria ser submetido a ela e não ao contrário.

Esse novo movimento buscava vincular a igreja a Roma, erradicando catolicismos de outras matrizes. Portanto, a reforma se desenvolveu numa perspectiva política e cultura, transitando de 1840 e com mais força em 48, período que o papa Pio IX administrava o vaticano.

Com a administração de Pio IX, o vaticano busca frear as modificações oriundas da modernidade, com uma ação de centralização do poder do papa e uma filosofia conservadora, a igreja romana emite diversos dogmas, como o da infalibilidade papal. Como salienta Matos (2010) dos 40 bispos latino-americanos que participaram do encontro, todos assumiram uma postura ultramontana e defenderam a infalibilidade que, a partir daquele momento, centrava todo o Catolicismo mundial na figura do papa.

Roma, então, começou a exercer maior controle sobre a igreja brasileira. Pio IX, tem diversas Encíclicas, ou seja, cartas papais direcionadas aos bispos de todo o mundo, em que apontava a maneira correta da igreja se portar. Dentre elas, a *Qui Pluribus*, de 1848; a *Nullis Certe Verbes*, de 1860; a *Quanta Coficiamur Moerore*, de 1863 e a *Quanta Cura*, de 1864 com seu anexo de 80 erros, o *Syllabus Errorun*. Todas encíclicas tinham como objetivo de combater a modernidade, e a última, sendo a mais incisiva de todas, onde listou os erros que estavam em progresso e que significavam um grande perigo para à Igreja.

O Sílabo de erros da encíclica *Quanta cura*, teve rápida difusão e avançou contra a maçonaria, numa época em que os principais estadistas

brasileiros e o próprio imperador estavam ligados a esta associação. Isto acabou desencadeando um sério confronto entre a igreja e o governo. Período conhecido como a “questão religiosa”, tal embate operou como forte agente enfraquecedor da ligação entre Igreja e Estado.

Durante a república, O Estado oficializou sua independência frente a Igreja, modificando parte de sua organização dela que foi se tornando cada vez mais romanizada, trazendo até mesmo padres e bispos ao país. Bruneau (1974) destaca que o catolicismo, de forma geral, estava enfraquecido após a independência, perdendo muitos fiéis e, conseqüentemente, a legitimidade do campo religioso. Os bispos começaram a perceber a diminuição da evangelização durante o episcopado, em função disso, buscavam mudanças, como salienta o referido autor. O território brasileiro estava sem o controle da igreja naquele período. O clero não tinha crescimento comparado à população, o que resultava, em alguns locais, na ausência de padres.

Salientando essa questão, vale dizer que no Brasil, até 1889, existiam somente onze dioceses. Era uma situação de carência de unidades e abrangência eclesial. Valor esse que se modifica após a proclamação da República, de onze passa para 58 dioceses, de 1 para treze o número de prelazias, de acordo com o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). Anuário Católico do Brasil, v. 8, 1989, (apud SOARES 2014, p.20).

O futuro da igreja era incerto, o governo imperial fragilizado caminhava rumo a sua queda. O cenário religioso no Brasil se torna instável de uma maneira antes nunca vista. Com a república e sua laicidade o país fica ainda mais aberto a receber novas religiões.

Com a república, 400 anos de união entre Estado e Igreja estava desfeito. Restava a instituição buscar reaver sua legitimidade e representatividade, fato que serviu para que ela se ligasse cada vez mais ao Vaticano, já que não havia mais tutela do Estado. Nesse contexto que, a partir de 1909 e, principalmente, com a midiaticização promovida pelos jornais impressos, que a igreja busca seu reconhecimento para manter e reaver seu prestígio social.

RECONHECIMENTO E MÍDIA

Reconhecimento, sob ótica de Hegel e Honneth, serão a linha condutora do trabalho. Iniciando, o jovem Hegel, em seus apontamentos em Jena, resumidamente, relaciona o reconhecimento com a forma intersubjetiva de uma relação social. Ou seja, uma dialética afetiva, no que ele, metaforicamente exemplifica numa relação entre Senhor e Escravo, em seu livro *Fenomenologia do Espírito* (*Phänomenologie des Geistes* – 1808).

Grosso modo, o autor disserta sobre a necessidade dos sujeitos em possuírem um reconhecimento mútuo, para assim ter a totalidade de sua consciência. Assim, inicia a relação do sujeito com a família e a relação entre um reconhecimento recíproco, via de regra, a criança, na qual suspende-se a consciência dos pais, afirma-se como uma consciência, pois, adquire em totalidade a sua consciência, nas palavras do autor:

Assim se produz a consciência para si mesma como identidade do interior e do exterior. Na família, a totalidade de consciência é um ente em devir para si mesmo, em que o indivíduo se percebe a si mesmo no outro. É absolutamente necessário que a totalidade a que chegou a consciência na família possa reconhecer-se como si mesma em uma outra totalidade de consciência como tal. Segundo o autor (1974), no processo de reconhecer, cada sujeito suspende a singularidade do outro, ou, noutro sentido, cada um põe sua singularidade como absoluta

Nessa relação de reconhecimento e singularidades, surge o que autor chama de “reconhecimento de vida ou morte”. Vejamos bem, para sobrepor-se e afirmar sua singularidade frente ao outro, por meio, é claro, da diferença, cada indivíduo tenta se colocar na consciência do outro, mas não de forma a buscar a alteridade, mas, sim, de maneira abusiva e violenta, o que acaba ameaçando a existência do outro. Esse exercício, que pode ser ilustrado como um “cabo de guerra” entre as relações de afirmação de subjetividades, visto que, enquanto ameaça a afirmação da singularidade do outro, está vulnerável a ter a sua sobrepujada.

Ainda, as reflexões do autor relacionando a luta pelo reconhecimento como vida e morte balizam a relação da dialética entre senhor e escravo, as

quais foram melhor desenvolvidas em obras mais maduras de Hegel. Toda a concepção hegeliana influenciou pensamentos de diversos outros autores, principalmente aqueles ligados a Escola de Frankfurt. Vertente essa que Axel Honneth se filia.

Honneth se apoia na teoria do reconhecimento recíproco dos sujeitos, ou seja, quando dois indivíduos se veem representados em sua totalidade e respeitados, podem chegar, a uma compreensão de si mesmos como agentes autônomos e individuados. O modelo do autor é baseado no de Hegel, partindo da premissa que há diversas formas singulares e de se afirmar o reconhecimento recíproco. Então, Honneth (2003) chega a três esferas de reconhecimento: a do “amor”, a do “direito” e a da “eticidade” –, três relações de reconhecimento, em cujo quadro os indivíduos se confirmam reciprocamente como pessoas autônomas e individuadas

Os sujeitos excluídos socialmente, muitas vezes, não possuem o reconhecimento, a busca por ele gera/deflagra os conflitos sociais. O autor afirma que, na infância, na primeira forma de socialização, os sujeitos constroem suas identidades a partir do reconhecimento com o próximo, esse processo é denominado a esfera do “amor”. Tal esfera, de acordo com Hupfer (2016), refere-se às ligações emotivas que envolvem as pessoas, como exemplo: amizade, laços entre pais e filhos, relações entre amantes, etc. Na perspectiva Hegeliana, o amor significa a primeira etapa do reconhecimento recíproco, no qual, as pessoas trocam seus afetos. Nas palavras de HONNETH (2009b, p. 160): “a chave para transferir esse tema para um contexto de pesquisa delimitado pelas ciências particulares é representada pela formulação de Hegel segundo a qual o amor tem de ser concebido como um ‘ser-si-mesmo em um outro’”

Resumidamente, pode-se dizer que a esfera do amor, é descrita por Hegel como: ser-si mesmo em outro, após os longos anos de pesquisa de Honneth, é modificado. Para o autor (2009) não há uma dependência intersubjetiva completa, mas, sim, um estado de tensões e troca de experiências. O amor, laço estruturado na primeira socialização do sujeito, é uma quebra da fusão pré-estabelecida de dependência primária, é uma esfera

cuja lógica é o reconhecimento e a possibilidade de ambos os envolvidos exercerem suas vontades e, mesmo assim, serem reconhecidos (amados) pelo outro. É o primeiro passo para a vida em sociedade.

Já no direito, de acordo com o autor supracitado, o sistema jurídico foi pressionado no para expressar direitos universais, envolvendo (ou deveria) todos os membros da sociedade, sem admitir privilégios. Sua finalidade é a proteger, não somente o sujeito na esfera privada e suas subjetividades, mas, também, o exercício da capacidade universal que caracteriza a pessoa enquanto integrante de um campo social. Salienta-se que, para obtenção dos direitos, diversas lutas sociais foram travadas ao longo da história. Ou seja, o não reconhecer, principalmente na esfera política, gera diversas lutas pelo autorespeito, uma vez que, na ausência do respeito, os sujeitos vivenciam o sofrimento e o desrespeito, o que, mormente, motiva a luta pelo reconhecimento. Tal capacidade pode ser denominada com a autonomia dos indivíduos para participar, com responsabilidade, de acordos morais para o convívio em sociedade. Tal esfera alicerça no direito sua forma de reciprocidade no reconhecimento, ou seja, os sujeitos, obedecendo a lei, reconhecem-se reciprocamente.

Por fim, a solidariedade, última esfera do reconhecimento, proposto por Honneth (2009b), segundo o autor, a estima social “abandona” o significado de honra para adquirir o conceito de reputação ou prestígio social. A honra indica a medida da reputação social de uma pessoa, por exemplo, quando o sujeito consegue cumprir satisfatoriamente o conjunto de expectativas comportamentais (exigidas pela sociedade) adequadas, ele sobe seu prestígio social.

Pode-se afirmar, a partir da reflexão acima, que, para Honneth, os sujeitos procuram o reconhecimento como algo essencial para a construção de um senso de estima própria, para formarem suas identidades. Salientando que, é diante do outro, mesmo que haja a aprovação ou rejeição, que eles procuram posicionar-se para alcançarem um status de valorização de suas identidades.

Nesse sentido, a mídia atua como dispositivo fundamental para as lutas de reconhecimento, uma vez que, a partir de seu alcance e legitimação,

apresenta o desconhecido, o estranho, media e aproxima diferentes ideologias. Corroborando para tal afirmação, Orlandi (2009), ressalta que, pensando sobre a visibilidade proporcionada pela mídia, podemos compreender a importância dos dispositivos midiáticos na estrutura social. Uma vez que, ao refletirmos sobre quem tem direito de ser reconhecido, representado, também entendemos as hierarquias de poder presentes nos discursos das mídias e suas ideologias presentes no discurso. Nas palavras da Autora:

A diferença se define no processo de constituição de cada sujeito pela ideologia e no mundo como é individual(liza)do pelo Estado (através das instituições e discursos), na sociedade capitalista, dividida, hierarquizada pela simbolização das relações de poder. São formações imaginárias que funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isso constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades. (ORLANDI, 2016, p.26-27)

O processo de mediação da religião, principalmente no início do século XX, modifica a forma de estruturação do campo religioso. As experiências dos fiéis são alteradas, o processo de assimilação da religião torna-se mediado pelos jornais impressos. Os grupos religiosos alteram suas estratégias de reconhecimento e legitimação a partir dos jornais. Como afirma Bourdieu (1997), as instituições religiosas atuam nas condutas dos indivíduos, como um alicerce legitimador de suas ações, ou seja, a manutenção da ordem, principalmente no século XX, passa pelo ambiente religioso. Esse, por sua vez, está imbricado em um espaço público e mediado (ou em vias de mediação), é intercedido pela mídia, mormente, a partir dos jornais impressos. Tensões, conflitos e disputas ocorrem no cerne desse novo campo religioso mediado. Nesse sentido, partir do domínio dessa experiência, o campo exercerá sua legitimidade e coerção particulares, como é o caso da religião. Por certo, estes domínios são configurados de formas diferentes, dependendo da influência dos mídias.

Na sociedade em vias de mediação, os demais campos sociais utilizam a mídia como forma de se comunicar com outros campos. As lógicas e

processos comunicacionais ocorrem dentro dos campos que se projeta através dos meios de comunicação midiáticos. Ou seja, eles não necessitam diretamente do sistema midiático, pois se valem da dimensão e do alcance dos meios para novas formas de contato e reproduções ideológicas.

Nesse sentido, Rodrigues (1999), afirma que os campos possuem funções práticas e simbólicas, que são, grosso modo, as formas de produzir e as lógicas de produção dos textos. Para o autor supracitado, as funções da mídia atuam com essas duas esferas concomitantemente, sendo que os jornais impressos reproduzem valores, regras e princípios. Destacamos: “No campo dos media, as funções discursivas predominam sobre as funções pragmáticas. Podemos inclusivamente dizer que é a gestão dos discursos que caracteriza a sua natureza” (RODRIGUES, 1999, p. 26).

Um campo social apresenta diferentes formas de funcionamento, como é o religioso, em que há um objetivo em comum – o evangelizar – mas distintas estratégias para se obter êxito. A mídia é vista como um lugar de visibilidade e de legitimação para os diversos campos, e não é diferente com o campo religioso. A apropriação do discurso e operações midiáticas operadas pelo campo religioso contribui para integrá-lo à sociedade midiaticizada. Rodrigues (1999) aponta estes primeiros cenários da midiaticização. O autor ainda destaca: “É pela imposição de uma enunciação simbólica própria que os campos sociais asseguram a sua visibilidade pública” (RODRIGUES, 1999, p. 22).

O CORREIO RIOGRANDENSE (1909 – 1915)

O *Correio Riograndense* Logo que criado, o jornal chamava-se La Libertá. O primeiro número do Lá Libertá foi publicado em 13 de fevereiro de 1909, sendo propriedade do padre Palotino Carmine Fasulo, então pároco de Caxias do Sul. Segundo Valduga (2007), o Palotino sabia das dificuldades de manter o periódico, por isso, convidava o clero a apoiar a sua iniciativa, além disso, definia seu jornal como único italiano e francamente católico da diocese. Em 1910, é adquirido pelo Pe. Giovanni Franchetti, que muda o nome para Il Colono Italiano e o transfere para Garibaldi, onde os capuchinhos haviam se instalado em 1896, vindos da Província da Sa-

bóia. Já em 1917, os capuchinhos assumem a edição do semanário e mudam o nome para *La Staffetta Riograndense*. Segundo Valduga (2007), o periódico só passa a ser conhecido com o nome atual em 1941 com a obrigação de publicá-lo em Português, então, em 10/09/1941, passa a circular em português como *Correio Riograndense*, nome que conserva até os presentes dias.

Em sua primeira edição o jornal deixa claro seu posicionamento quanto um jornal católico, reforçando o vínculo com Roma e a Itália, movimento político e de organização da igreja que foi trazido anteriormente no trabalho. Nas páginas do jornal, a liberdade está em Cristo, e nela está a ligação com Roma e o papa. “O nosso jornal será semanal de índole essencialmente católica, apostólica, romana, será papal no mais estrito sentido da palavra. Nós não sabemos conceber um jornal católico sem que seja papal. Para um verdadeiro católico, depois de Deus, o Papa é tudo”. (*LA LIBERTÀ*, 13 fev. de 1909). Como articulado anteriormente, o reconhecimento, partindo do pressuposto da reciprocidade, o periódico busca posicionar-se como a ferramenta entre o catolicismo e os fiéis. Ou seja, garantir o prestígio como sendo a palavra do papa, “Nós não sabemos conceber um jornal católico sem que seja papal”. (*LA LIBERTÀ*, 13 fev. de 1909).

Ainda, reforçando a análise: “*La Libertà* nasce católico e viverá católico e se um dia devesse morrer o último suspiro será consagrado ao augusto vigilante do Vaticano, lugar tenente de Cristo na Terra. *La Libertà* poderá morrer, mas Deus não morre”. (*LA LIBERTÀ*, 13 fev. de 1909).

Usando a ideia de que “se” um dia morrer, terá seu trabalho completo. Em contrapartida, ainda em sua primeira edição, o jornal, buscando o reconhecimento daqueles que eram católicos, mas talvez não tão vorazes, o periódico publicou:

Com isso não se deve entender que o nosso jornal tratará exclusivamente de assuntos religiosos. Nós levaremos aos nossos egrégios leitores tudo o que os possa interessar também do lado material. Portanto trataremos de agricultura, indústria, higiene e também um pouco de medicina prática, tudo coisas que consideramos não só úteis, mas também necessárias ao desenvolvimento da vida social. Além de reconhecimento pelo prestígio

religioso, o jornal colocava-se como uma esfera que circulava e poderia informar diversos sistemas, ou seja, realizar a articulação dos sistemas sociais.

Em 1910, é adquirido pelo colega Pe. Giovanni Fronchetti, que muda o nome para *Il Colono Italiano* e o transfere para Garibaldi, onde os capuchinhos haviam se instalado em 1896, vindos da Província da Sabóia. A única diferença no editorial do jornal era a de que, agora, além das notícias mundiais (basicamente italianas) e estaduais (somente as das colônias). Ponto crucial na análise é compreender a forma que se estrutura e a localidade do discurso, o catolicismo é da colônia, o Estado, pela distribuição geográfica, é a colônia.

O jornal por sua vez, encontra uma tarefa difícil, que é a tentativa de uma regulação moral pelo viés católico. A luta do clero, baseada nos ideais ultramontanos, buscava erradicar os vícios e conduzir o homem para um caminho de salvação. Nesse sentido, os periódicos incentivavam os leitores a irem às missas, praticarem a religião católica e serem guiados por Deus. Porém, de acordo com as normativas, proibiam os bailes, pregavam a decência nos atos, dentre outras coisas. “outro problema de ordem moral e religiosa, coloca a igreja como central para a vida social e humana.” (*IL COLONO ITALIANO*, 25 jan. de 1913). Ainda, “a igreja proclama o princípio da autoridade”. Nesse sentido, os romances que não nasciam no âmago da igreja eram proibidos, o cinema era um perigo, a modernidade representava o mal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, perpassamos pela temática do reconhecimento, mídia e da religião, à luz da historiografia. Pode-se afirmar que há uma dualidade na estratégia discursiva dos exemplares analisados. Levando em consideração duas temáticas centrais: a doutrina e os demais assuntos. A busca pelo reconhecimento da religião católica, sobretudo a ótica dos periódicos analisados, intentam por regrear a ordem social, colocando o Vaticano como centro, o papa como o poder e o jornal como a representação da palavra papal. Diversos são os contextos trazidos ao longo dos anos, contudo, quase sempre se articulam nesses dois sentidos. Por isso, optou-se por trazer exemplos pontuais na análise.

Por fim, a relação entre reconhecimento e religião é um tema complexo e com diversas abordagens teóricas e metodológicas. Nesse artigo, não tivemos como objetivo esgotar as reflexões sobre o assunto, mas, sim, elucidar o contexto social e cultural dos primeiros exemplares dos jornais analisados e seus posicionamentos discursivos na luta pela manutenção/obtenção do seu reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDENAVE, Juan Días. **Além dos meios e mensagens**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- HEGEL, G.W.F. “**A Fenomenologia do Espírito**” Ed. Abril. Col. Os Pensadores. Seleção, tradução e notas: Henrique Cláudio de Lima Vaz. SP, 1974
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento, a gramática moral dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009b.
- HOORNAERT, Eduardo. (1974), **Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800**. Petrópolis, Vozes.
- SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro: influências e tendências**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- _____. Nota introdutória à tradução brasileira de Materialidades Discursivas. Em: PÊCHEUX, M. et.al. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Biblioteca OnLine de Ciências a Comunicação. Portugal, 1999.
- VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945)**. 2007.205f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AS RELAÇÕES ENTRE CATOLICISMO E ESPIRITISMO NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO (1860-1950)

BRUNO CORTÊS SCHERER
MESTRE EM HISTÓRIA.
DOUTORANDO – PPGH – UFSM – BRASIL
BRUNOCS.HIST@GMAIL.COM

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões de uma pesquisa de Doutorado que tematiza as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil em meados do século XX. A partir de referenciais bibliográficos, focalizamos esse relacionamento pontuando os principais debates, as divergências e convergências entre esses agentes, bem como suas respectivas estratégias de atuação na sociedade. A análise evidencia que embora o espiritismo tenha sido influenciado por elementos da religiosidade católica, estabeleceu-se uma relação de forte concorrência a partir do choque entre suas distintas concepções acerca da religião e do cristianismo, conduzindo à produção de discursos combativos por ambas as partes. Ao longo da primeira metade do século XX, os debates e as disputas nas quais se envolveram se tornaram mais acirrados projetando-se além dos limites do campo religioso.

Palavras-chave: Catolicismo; Espiritismo; Campo religioso.

INTRODUÇÃO

Por volta da década de 1860, o espiritismo passou a figurar como um novo elemento no quadro da diversidade cultural e religiosa brasileira,

dialogando com saberes e doutrinas religiosas, filosóficas, científicas e políticas de variados matizes. Tal versatilidade relaciona-se ao caráter da doutrina elaborada pelo francês Allan Kardec, em 1857, que a definiu como um sistema teórico e prático de cunho científico, filosófico e moral. Essa formulação permitiu a seus adeptos e lideranças no Brasil adequá-lo às possibilidades apresentadas pela realidade do país em fins do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX.

Com efeito, para os principais autores que abordam a temática é consensual a ideia de que em terras brasileiras o espiritismo adquiriu características próprias. Tomando de empréstimo a expressão de Sandra Jacqueline Stoll (2003), um “*espiritismo à brasileira*” se definiu a partir de sua adaptação a uma realidade marcada pelo profundo entrelaçamento das religiosidades católica, africana e ameríndia. Tal perspectiva remonta aos primeiros autores que, a partir da década de 1960, se dedicaram a pensar a migração do espiritismo para o Brasil, dentre eles os sociólogos Cândido Procópio Camargo e Roger Bastide.

Camargo (1961, 1973) assinala que a ênfase no aspecto religioso é um atributo distintivo do espiritismo brasileiro em relação à sua matriz francesa, a qual se desenvolveu em torno das dimensões científica e filosófica. A razão para essa conformação religiosa estaria na influência exercida pela mentalidade religiosa brasileira sobre a compreensão da realidade, isto é, na profunda relação entre o mundo profano com o místico-sagrado. Por sua vez, Bastide (1967) relaciona esse aspecto à adoção de práticas terapêuticas de caráter mágico pela população, sobretudo entre as classes populares, marcadas pela ação de curandeiros, bem como o recurso a rezas e simpatias com vistas a cura de moléstias físicas e espirituais.

O aspecto taumatúrgico do espiritismo brasileiro é uma proposição também sustentada por autores como Donald Warren (1984; 1986), Renato Ortiz (1991) e Sylvia Damazio (1994), que destacam a familiaridade da população brasileira com as práticas mediúnicas, sobretudo, em função das referências de matriz africana. Nesse sentido, “o principal fator da expansão do Espiritismo, em suas várias vertentes, foi a prática da medicina

mágica arraigada na cultura brasileira”, isto é, uma tradição místico-religiosa de práticas de cura e crenças no sobrenatural, presentes nessa sociedade desde o período colonial (DAMAZIO, 1994, p. 153).

Para Stoll (2003), esses trabalhos representam uma abordagem comparativa e relacional que enfatiza o diálogo entre a doutrina espírita e as religiões de tradição africana, resultando daí uma proposta de espiritismo que, ao assumir um caráter religioso, teria sofrido uma deturpação em relação à sua formulação original. Em contraposição, a autora propõe que o espiritismo brasileiro se constituiu como uma versão original resultante de um ato criativo de reinterpretção e particularização cultural e histórica. Igualmente, destaca que “uma das lacunas dessa literatura consistiria justamente no fato de não se dimensionar como o imaginário e as práticas católicas impactaram o Espiritismo, influenciando de forma significativa o modo de sua expressão no Brasil” (STOLL, 2003, p. 59).

Concordamos com essa perspectiva, no sentido de que, além da consideração dos fatores relacionados à mentalidade religiosa, é necessário levar em conta a complexidade do campo religioso¹, enquanto espaço de disputas, diálogos e trocas entre os diferentes agentes que nele atuam. Tendo em vista o enfoque de nossa investigação, é fundamental uma análise mais atenta sobre o processo de estabelecimento do espiritismo no Brasil, entrevedo suas relações com diferentes agentes sociais e como as mesmas impactaram em sua adaptação e reinvenção no país.

Todavia, dados os limites desse artigo, concentraremos nossa análise sobre as relações com o catolicismo, frente ao qual o espiritismo se colocou como um elemento de heterodoxia e concorrência ao oferecer interpretações alternativas, porém não totalmente adversas, acerca da religião, do cristianismo e da sociedade. Na primeira seção, abordamos os principais debates entre essas perspectivas, bem como as influências do ideário católico sobre

.....
1 A partir das considerações de Pierre Bourdieu, compreendemos o *campo religioso* como um microcosmo relativamente autônomo dotado de lógica e necessidades específicas. Em outras palavras, um espaço de disputas entre diferentes agentes religiosos especializados visando o atendimento à demanda dos leigos através da definição de estratégias, demarcação de posições e relacionamento com outros campos (BOURDIEU, 2011).

a definição do espiritismo brasileiro. Na segunda seção, nos ocupamos de delinear os embates entre espíritas e católicos ao longo desse período, ponderando sobre seus respectivos discursos e estratégias no campo religioso.

ESPIRITISMO E CATOLICISMO: DEBATES E APROXIMAÇÕES

De acordo com Emerson Giumbelli (1997), a conformação do espiritismo como uma religião no Brasil relaciona-se em grande parte aos conflitos com a legislação e os órgãos de saúde que enquadravam as práticas de cura espíritas² como crimes contra a saúde pública. Nesse sentido, a opção por enfatizar os aspectos religiosos da doutrina, os quais tinham como referência a moral cristã, teria sido uma estratégia das lideranças espíritas para garantir a legitimidade e consolidação do espiritismo no país. Esse posicionamento foi em grande parte defendido pela *Federação Espírita Brasileira (FEB)*, agremiação fundada em 1884, no Rio de Janeiro, que ao longo das primeiras décadas do século XX disputou com outras instituições o posto de representação oficial do movimento espírita nacional.

Sem desconsiderar esses elementos, Sandra Jacqueline Stoll (2003) e Célia da Graça Arribas (2010) analisam a dinâmica interna do movimento espírita, identificando a opção por um espiritismo religioso também como decorrente da influência do ideário católico sobre os primeiros espíritas brasileiros. Nesse sentido, colocam em evidência o trabalho intelectual de suas principais lideranças, que em diferentes contextos se dedicaram ao diálogo e a aproximação da doutrina kardecista com o catolicismo.

Este é o caso de *Luís Olímpio Telles de Menezes*³, que coordenou os esforços para a divulgação do espiritismo na Bahia, durante as décadas de 1860 e 1870. Em 1865, ele fundou o *Grupo Familiar do Espiritismo e o*

.....
2 Podem-se elencar como elementos recorrentes das terapias espíritas as diferentes modalidades de passes, as cirurgias espirituais (com e sem intervenção física), tratamentos desobsessivos, ingestão de água fluidificada e medicamentos homeopáticos prescritos pelos chamados médiuns “receitistas” e “curadores”. Esses tratamentos são realizados em centros espíritas e instituições de saúde mantidas por esses grupos (SCHERER, 2015).

3 Luís Olímpio Telles de Menezes (1828-1893) foi um jornalista baiano, considerado um dos pioneiros do espiritismo e da imprensa espírita no Brasil (ARRIBAS, 2010).

Eco d'Além-Túmulo, respectivamente, a primeira agremiação e o primeiro jornal espíritas brasileiros, em torno dos quais se reuniu um grupo seletivo da sociedade baiana formado por aristocratas, médicos, políticos e intelectuais. No mesmo ano, Telles de Menezes elaborou uma publicação intitulada *O Espiritismo: introdução ao estudo da Doutrina Espírita*, contendo páginas traduzidas de *O Livro dos Espíritos*, abrindo assim a um público letrado mais amplo o acesso às ideias de Allan Kardec.

Até então, o espiritismo não se definia essencialmente como uma nova religião, sendo seus aspectos científicos e filosóficos os maiores pontos de interesse. Tal como na França, as sessões eram organizadas com fins de experimentação dos fenômenos mediúnicos, ao passo que as questões de ordem moral e social propostas pela doutrina eram pensadas junto de outras teorias políticas e sociais, sobretudo o chamado “socialismo utópico” de Saint-Simon, Charles Fourier e Pierre Leroux, relacionando-se, por exemplo, a questão das desigualdades sociais às diversas existências da alma (ARRIBAS, 2010).

Apesar disso, a doutrina espírita concentrava um potencial religioso, cujas ideias contrastavam com o pensamento católico na medida em que propunham uma nova interpretação dos ensinamentos cristãos. Quando essas ideias passaram a receber maior atenção e a povoar a mentalidade religiosa de diferentes segmentos da sociedade, a Igreja Católica, enfim, sentiu a necessidade de se posicionar. Em 16 de junho de 1867, uma carta pastoral redigida pelo arcebispo da Bahia, D. Manuel Joaquim da Silveira, deu início a um debate público entre a Igreja Católica e os espíritas baianos. O documento manifestava a condenação da doutrina espírita a partir da análise das traduções realizadas por Telles de Menezes, sendo os principais pontos do espiritismo contrapostos pelos dogmas católicos.

Conforme Arribas (2010), os espíritas argumentavam que a doutrina não tinha a intenção de uma recusa fundamental ao catolicismo, sendo que o próprio Telles de Menezes se definia como católico. O que se vislumbrava era a possibilidade e a necessidade de renovação do catolicismo, enfim, uma adequação aos novos tempos. O debate entre espíritas e

católicos se estendeu por alguns meses com a entrada do padre Juliano José de Miranda e do major do Exército, Manoel da Silva Pereira, os quais passaram a dialogar com Telles de Menezes através da imprensa.

Arribas (2010) considera que o ato da Igreja Católica em contrapor o espiritismo nesse contexto acabou lhe proporcionando ainda mais visibilidade. De fato, a partir dessa polêmica inicial, o aspecto religioso da doutrina, em especial, tornou-se amplamente conhecido, gerando uma onda de interesse no Rio de Janeiro que, a partir da década de 1870, estabeleceu-se como o principal núcleo de desenvolvimento e difusão do espiritismo. Em suma, a posição de Telles de Menezes evidencia o tom conciliatório dos primeiros espíritas brasileiros em relação ao catolicismo, todavia, essa proposta dita “renovadora” não chegou a ser desenvolvida plenamente em termos teóricos no contexto baiano.

De acordo com Arribas (2010), essa tarefa foi realizada efetivamente por *Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti*⁴, o qual teria interpretado o espiritismo sob uma perspectiva católico-cristã, defendendo a tese de que a maior parte do sistema de crenças de ambos seria compatível – crença num deus criador, imortalidade da alma, livre-arbítrio e a adoção dos princípios cristãos, sobretudo, a prática da caridade. Um dos principais debates no qual se envolveu se deu justamente com seu irmão, Manoel Soares da Silva Menezes, fervoroso adepto e defensor do catolicismo. O resultado desse diálogo foi a publicação da obra *Uma carta de Bezerra de Menezes*, na qual, através de um exercício de história comparada das religiões, Bezerra de Menezes procurou demonstrar que o espiritismo se colocava como continuador do pensamento filosófico, do conhecimento humano e da moral cristã. Sendo assim, não haveria a necessidade de conflito, mas, ao contrário, o diálogo e a renovação do pensamento religioso católico através do espiritismo.

.....
4 Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900) foi um médico, militar, escritor, jornalista, político e filantropo cearense, além de uma das principais lideranças espíritas em fins do século XIX, tendo presidido a Federação Espírita Brasileira em 1889 e entre 1895 e 1900. Conhecido como “médico dos pobres” e “Kardec brasileiro”, foi um dos maiores responsáveis pela configuração básica da doutrina espírita no Brasil, dirigindo o esforço pela uniformização doutrinária e reunião das instituições espíritas a partir da disciplinarização do grupo e da prática da caridade (ARRIBAS, 2010).

Com efeito, através da apropriação de diversos elementos da história do cristianismo, Bezerra de Menezes procurou legitimar a perspectiva de continuidade, enfatizando o papel do espiritismo como *Terceira Revelação*, sendo precedida pela Lei Mosaica e pelos ensinamentos de Jesus Cristo. Igualmente, relacionou as perseguições sofridas pelos primeiros cristãos àquelas enfrentadas pelos espíritas de seu tempo por parte dos agentes estatais, do saber médico-científico e da própria religião católica.

Todavia, conforme Arribas (2010), a renovação do catolicismo proposta por Bezerra de Menezes se mostrava de difícil realização na medida em que implicava a renúncia a certos dogmas fundamentais, tais como a unicidade da existência, a ressurreição da carne e as penas eternas. Além disso, preconizava a adoção de dois princípios fundamentais para o espiritismo, mas condenados pelo catolicismo: a comunicabilidade com os mortos e a reencarnação.

Concretamente, essa proposta salientou as convergências, mas também realçou as divergências doutrinárias entre as perspectivas espírita e católica. Ademais, o esforço teórico de Bezerra de Menezes e seus apoiadores contribuiu, de fato, para consolidar a legitimação do espiritismo como uma religião cristã, num “processo cujo o diálogo com as crenças já estabelecidas possibilitava ao entrante posicionar-se na competição, obedecendo determinadas regras, as mesmas que foram sendo estabelecidas ao longo do desenvolvimento do próprio jogo” (ARRIBAS, 2010, p. 167).

Para muitos espíritas envolvidos nessa causa, seria claro o entendimento de que, numa nação tradicionalmente católica, o único espiritismo que poderia obter êxito seria o de caráter religioso, tendo a melhor propaganda e fundamentação calcadas na identidade cristã e na prática da caridade. Nesse sentido, a definição de caridade concebida pelo espiritismo aproximar-se-ia do ideário católico, expressa pela preocupação em adotar práticas de prestação de auxílio gratuito sob a perspectiva da “salvação” dos indivíduos que a elas se dedicassem. Embora a “salvação” fosse entendida de forma distinta para espíritas e católicos, o tipo de atividade a ser desenvolvida deveria ser semelhante, o atendimento aos necessitados, o que, desde

então, se tornou um traço marcante do espiritismo brasileiro.⁵

Essas perspectivas foram desenvolvidas ao longo do século XX através da produção editorial e da construção de representações sobre a vida do médium mineiro *Francisco Cândido Xavier*⁶. Sandra Jacqueline Stoll (2003) e Bernardo Lewgoy (2004) compreendem o médium como uma das expressões contemporâneas da ética da santidade, a qual se relaciona a um modo de ser socialmente diferenciado, sendo o santo uma figura de mediação entre o humano e o divino. Nesse sentido, argumentam que as biografias produzidas sobre Chico Xavier se afastam da ideia moderna da história do indivíduo como sujeito moral emancipado, aproximando-se do “gênero hagiográfico onde o santo é produto de um “chamamento” divino, sempre com uma finalidade edificante para os leitores” (LEWGOY, 2004, p. 21-22).

Com efeito, tal como nas hagiografias, os discursos produzidos sobre a vida do médium vinculam-na ao martírio, às qualidades e à moral cristãs. Dessa forma, ao inspirar-se no modelo monástico de santidade católica para a condução de sua vida e trabalho, Chico Xavier formatou um modo católico de ser espírita “responsável, em larga medida pela transformação dessa que era uma doutrina estrangeira em religião integrante do **ethos** nacional” (STOLL, 2003, p. 196).

Ao analisar suas relações com diferentes figuras maternas em sua trajetória de vida, bem como o conteúdo de suas obras, Lewgoy (2004) também identifica na prática espírita do médium o circuito religioso da intercessão

.....
5 Até os dias atuais as instituições que integram o movimento espírita brasileiro desenvolvem algum tipo de ação social sob a perspectiva da prática da caridade, as quais vão desde a doação de roupas e alimentos até a manutenção de albergues, escolas, creches, hospitais, farmácias homeopáticas, etc.

6 Francisco Cândido Xavier (1910-2002), mais conhecido como Chico Xavier, foi um funcionário público e médium espírita brasileiro reconhecido por uma extensa produção editorial decorrente de sua mediunidade psicográfica. Relatos biográficos e autobiográficos dão conta de uma origem humilde, trabalho infantil, maus-tratos e enfermidades, bem como de ações de caridade, celibato e conduta social ilibada. Apesar das polêmicas geradas pela autoria de suas obras, as quais atribua a espíritos de reconhecidos escritores falecidos, Chico Xavier tornou-se um fenômeno editorial. O centro espírita em que trabalhava na cidade de Uberaba – MG tornou-se um centro de peregrinação para o qual por anos convergiram diariamente pessoas de diversas regiões do Brasil e de outros países em busca de curas e mensagens ditadas por entes queridos falecidos (STOLL, 2003; LEWGOY, 2004; SILVA, 2005).

e da graça característico do catolicismo popular. Com efeito, enquanto os fiéis católicos se dedicam ao culto dos santos e da Virgem Maria, dirigindo-lhe pedidos, promessas e orações, na visão espírita de Chico Xavier esse papel de mediação com Deus é atribuído aos “benfeitores espirituais”, isto é, espíritos protetores e familiares que podem interceder junto às instâncias mais elevadas pela condição dos espíritos encarnados. Conforme Lewgoy (2004), dentro dessa perspectiva haveria uma espécie de sacralização das figuras maternas que, tal como Maria, são consideradas intercessoras por excelência. Essa visão atenuaria a rigidez da *Lei de Causa e Efeito*, presente na formulação original da doutrina espírita, segundo a qual os espíritos devem necessariamente e de forma proporcional expiar as faltas cometidas no decurso de suas sucessivas encarnações.

Outro aspecto identificado por Lewgoy (2004) e relacionado ao anterior diz respeito ao apreço conferido por Chico Xavier à devoção familiar, isto é, a prática religiosa no ambiente doméstico, outra característica da religiosidade popular da qual o médium participou na infância e na juventude. Essa noção originou o *Culto do Evangelho no Lar*, com a proposta de ser uma reunião semanal em que os membros da família se reúnem para preces e comentários sobre as obras espíritas. Abraçada pela FEB, que soube se apropriar do carisma de Chico Xavier para consolidar seu modelo institucional e doutrinário, essa prática se popularizou entre os espíritas brasileiros, sendo ainda hoje uma recomendação frequente em suas instituições, embora tenha sido criticada por setores do movimento espírita avessos às influências católicas sobre o espiritismo (AMORIM, 2011).

Se por um lado, contestações como essa evidenciam as divergências e cisões dentro do movimento espírita brasileiro, por outro, também reforçam a tese de que o mesmo foi, em certa medida, influenciado pelas referências católicas enraizadas na mentalidade religiosa brasileira. Assim, frente à oposição de um catolicismo reformado e conservador, hegemônico nas décadas de 1930 e 1940, as representações sobre a vida de Chico Xavier e suas obras nesse mesmo período teriam aproximado o espiritismo do catolicismo popular, tornando mais fluídas as fronteiras entre esses dois sistemas religiosos.

Conforme Lewgoy (2004), isso teria facilitando a adesão à doutrina, ou pelo menos, a aceitação de alguns de seus princípios por parte dos católicos brasileiros. De fato, foi a partir do trabalho intelectual de suas principais lideranças, formadas no catolicismo, tais como Telles de Menezes, Bezerra de Menezes e, sobretudo, Chico Xavier, que o espiritismo brasileiro se definiu como uma religião cristã que, além de proporcionar elementos explicativos e ordenadores sob uma perspectiva racional, também forneceu aos indivíduos soluções para as enfermidades de natureza física e espiritual dentro da ideia da caridade cristã. Finalmente, deve-se destacar seu caráter letrado, decorrente dos grandes investimentos editoriais realizados pela FEB e outras instituições com vistas a difusão da doutrina em diferentes segmentos sociais.

AS DISPUTAS ENTRE ESPÍRITAS E CATÓLICOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Ao longo das últimas décadas do século XIX, conforme os ideais do movimento ultramontano⁷ a Igreja Católica reagiu aos chamados “erros da modernidade” expressando sua reprovação em relação a doutrinas políticas, sociais e religiosas consideradas adversas aos ideais católicos. No Brasil, essa postura se intensificou com o advento do regime republicano que estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, bem como a liberdade de culto impactando diretamente a hegemonia católica. Em função disso, as autoridades eclesiásticas teriam adotado uma estratégia de “esclarecimento, ataque e

.....
7 O movimento ultramontano pode ser entendido como a resposta da Igreja Católica ao avanço das ideias liberais divulgadas pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa que, tanto na Europa quanto na América, lhe renderam críticas e diminuíram seus espaços de ação na sociedade e na política. Inspirada nas deliberações do Concílio de Trento, realizado no século XVI, essa doutrina construiu uma hierarquia verticalizada em torno da figura do papa, cuja infalibilidade foi reafirmada no Concílio Vaticano I (1869-1870). O ultramontanismo buscava recuperar e fortalecer a autoridade e a unidade da Igreja, o que significava a reiteração dos princípios doutrinários católicos, tais como o papel mediador da Igreja e de seus ensinamentos para a salvação dos fiéis, o valor das indulgências, o culto dos santos e da Virgem Maria. Tendo Roma como orientação, também visava a disciplinarização e o reordenamento das ações do clero, as quais foram impulsionadas pelas ações de diversas ordens religiosas nas áreas da saúde e educação, bem como o afastamento dos leigos dos assuntos considerados de competência eclesiástica (PIERRARD, 1992; CAES, 2002; BIASOLI, 2010).

crítica aos credos não católicos”, empregando diversos recursos “para preservar seus fiéis de todo o perigo, mostrando-lhes os erros das outras e suas virtudes e santidade, sempre exaltando a condição única, verdadeira, fiel pregadora e mantenedora das verdades e da fé do cristianismo” (COSTA, 2001, p. 120).

Em relação ao espiritismo, o discurso católico concentrou-se em refutar pontos doutrinários fundamentais, notadamente a tese reencarnacionista e a mediunidade, além de orientar os fiéis para que não se envolvessem com uma prática condenada pela Igreja e também pela medicina como causadora de distúrbios mentais. Por sua vez, os espíritas reagiram demonstrando as incoerências dessas acusações e aquelas relacionadas à própria doutrina católica, na mesma medida em que procuravam exaltar as qualidades do espiritismo como uma fé raciocinada e movida pelo ideal da caridade cristã.

Nesse sentido, diferente das últimas décadas do século XIX, quando os espíritas adotavam uma postura de conciliação, ao longo da primeira metade do século XX os debates com o catolicismo adquiriram um tom mais combativo em virtude da expansão do espiritismo, cujo crescente grau de institucionalização fortaleceu sua posição no campo religioso. Como exemplos da reação espírita, Flamarion Laba da Costa (2001) cita periódicos como a *Revista de Espiritualismo*, fundada em 1917, bem como a atuação de lideranças que se dedicaram a replicar as acusações católicas, tais como Cairbar de Souza Schutel, fundador do jornal *O Clarim*, em 1905, e da *Revista Internacional de Espiritismo*, em 1925, no Estado de São Paulo. Schutel e outros articulistas marcaram sua presença em programas radiofônicos, além de escreverem obras de propaganda e outras dedicadas ao debate com diferentes religiões. Assim, voltaram suas críticas aos dogmas católicos, bem como ao apego do clero em relação aos bens materiais e a exterioridade dos rituais, aspectos que afastariam a Igreja Católica dos princípios do cristianismo primitivo.

De fato, o conflito em questão se desenvolvia a partir do choque entre duas compreensões distintas acerca da verdadeira essência do cristianismo. Daí a continuidade das discussões em torno da reencarnação que contraria-

va a ideia da ressurreição da carne, bem como a justiça divina pregada pelo catolicismo e expressa pelo julgamento final das almas com sua destinação entre Céu, Inferno e Purgatório. Dada a irredutibilidade das divergências, intensificaram-se nesse contexto a condenação do espiritismo como uma heresia, assim como sua associação com outras práticas as quais se atribuía uma conotação negativa.

Ao defender a liberdade de pensamento e propor outras interpretações para as Sagradas Escrituras, o espiritismo foi relacionado às ideias liberais e também aos movimentos reformistas do século XVI, que questionaram a autoridade da Igreja Católica em matéria de fé, bem como sua influência sobre a sociedade. Em outras palavras, sob o ponto de vista da Igreja, a doutrina de Allan Kardec reunia vários atributos de seus principais adversários nos campos religioso, político e filosófico, tais como os protestantes, a maçonaria, o positivismo e o cientificismo, o que, em última instância, conduzia a sua consideração como uma heresia, isto é, uma doutrina adversa aos princípios e aos ensinamentos da Santa Igreja.

Tendo como referência as determinações do *Santo Ofício*, entre outros documentos, as autoridades católicas brasileiras orientaram os clérigos a combater a heresia espírita em suas respectivas circunscrições. Nesse sentido, deveriam alertar os fiéis católicos quanto a proibição de frequentarem centros espíritas, bem como a leitura de seus livros e periódicos. Por sua vez, os espíritas deveriam ser tratados como hereges, condição que os impossibilitava de participar e dispor dos serviços religiosos católicos. Todavia, as dificuldades de comunicação com as regiões interioranas e a falta de conhecimento de muitos sacerdotes prejudicaram essa ação, que obteve melhores resultados nos centros urbanos onde o discurso católico se difundiu através de livros, pastorais, catecismos, pregações e da imprensa.

Costa (2001) afirma que na primeira metade do século XX não havia da parte das autoridades católicas um plano de ação coordenado para o combate ao espiritismo. Além disso, sua caracterização como heresia preocupava-se mais em intimidar os católicos para que se afastassem de suas práticas do que proporcionar uma argumentação mais profunda sobre

questões doutrinárias, embora algumas obras nesse sentido tenham sido publicadas.⁸ De todo modo, esse discurso foi reforçado pela frequente relação do espiritismo com a loucura e a tese de participação do demônio em suas práticas, bem como sua proximidade com a magia e as crenças africanas e afro-brasileiras, que por sua vez também eram socialmente depreciadas nesse contexto como sinônimos de superstição, ignorância e barbárie.

Identifica-se nesse tipo de abordagem, o discurso cujo escopo maior é assustar e atemorizar a população, e não esclarecer. Para atingir seu objetivo, associava-se o Espiritismo ao diabo, e acentuando, também, as penas eternas a que ficariam sujeitos aqueles que entrassem em contato ou que se convertessem e frequentassem este culto satânico. Para tanto, procurava-se afirmar que a perdição estava com o Espiritismo e a salvação com a Igreja Católica Apostólica Romana. (COSTA, 2001, p. 130)

Segundo essa perspectiva, a participação do demônio no espiritismo se daria de várias formas, visto que se configurava como um instrumento utilizado pelo Diabo para provocar a perdição das almas. O ato de invocar os mortos através das comunicações espíritas seria um convite às forças das trevas que ludibriariam as pessoas com suas mensagens e conselhos equivocados ao apresentarem-se como espíritos sábios, benevolentes e familiares. As próprias obras de caridade promovidas pelo espiritismo, bem como seu esforço de filiar-se ao cristianismo seriam formas de mascarar sua verdadeira natureza e seus objetivos malignos.

De acordo com Costa (2001), adotando os argumentos de Allan Kardec e seus contemporâneos, os espíritas brasileiros rebateram as acusações de prática diabólica através da reinterpretação do demônio e do Inferno como figuras alegóricas criadas pela Igreja Católica para atemorizar as pessoas e defender-se contra doutrinas concorrentes. Assim também procederam com a acusação de heresia, relacionando-a à histórica postura do

.....
8 Alguns títulos publicados ao longo da primeira metade do século XX com o intuito de combater o espiritismo: *O Espiritismo em si e nas suas relações* (1911 – Pe. Angelo Martins), *Catecismo Anti-Espírita* (1918 – Pe. Bento José Rodrigues), *Os segredos do Espiritismo* (1938 – Pe. Júlio Maria), *O problema espírita no Brasil* (1942 – Pe. Vicente Zioni) e *O que é o Espiritismo* (1949 – Pe. Álvaro Negromonte).

catolicismo de recusar e desacreditar críticas e interpretações alternativas. No mais, buscaram o respaldo de médicos com opiniões favoráveis ao espiritismo para defender-se das alegações de que o mesmo seria um fator desencadeador da loucura, além de reforçaram sua caracterização como uma religião cristã, letrada e caritativa.

Em última análise, a partir desse breve panorama podemos caracterizar a primeira metade do século XX como um período de potencialização dos debates e da concorrência entre espiritismo e catolicismo, os quais transpuseram os limites do campo religioso. De fato, há que se considerar como a conjuntura sociopolítica brasileira nas décadas de 1930 e 1940 influenciou as estratégias dos diferentes agentes religiosos com vistas a demarcação de sua posição e influência na sociedade. Expressão disso foram as tentativas de aproximação das representações católicas e espíritas em relação à esfera estatal mediante o alinhamento ideológico com a política nacionalista da “Era Vargas” e o investimento em ações sociais nas áreas da saúde, educação e assistência social, os quais se viabilizaram a acumulação de capitais simbólicos necessários à sua legitimação social (ISAIA, 1998; MIGUEL (2010); BORIN, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao difundir-se no Brasil ao longo das últimas décadas do século XIX, o espiritismo passou por um processo de reinvenção em função da necessidade de adaptar-se a uma realidade distinta de seu contexto original de elaboração. Num país caracterizado pelo entrelaçamento de diferentes tradições culturais, fortemente influenciado pela religiosidade católica e com uma sociedade afeita a variadas práticas de cura e crenças no sobrenatural, a doutrina de Allan Kardec difundiu-se através de investimentos na prestação de serviços de saúde relacionados à prática mediúnic.

Embora bem-sucedida, essa atuação colocou-o em conflitos com o saber médico-científico e as autoridades públicas, que, somados aos debates internos em relação à interpretação doutrinária, conduziram suas representações oficiais à adoção de um modelo religioso centrado no ideal da

caridade cristã. Como abordamos, em certa medida, essa conformação se processou mediante a aproximação com elementos do catolicismo a partir do trabalho intelectual de lideranças espíritas comprometidas com essa proposta, dentre as quais se destacaram Telles de Menezes, Bezerra de Menezes e, sobretudo, Chico Xavier.

Tal opção foi fundamental para resguardar o espiritismo de ações repressivas, visto que o status de religião lhe garantiu o amparo da lei conferido pelo estabelecimento da liberdade de culto após o advento do regime republicano. Todavia, ao assumir a condição de agente ativo no campo religioso brasileiro, o espiritismo potencializou os conflitos já estabelecidos com a Igreja Católica que, excluída da condição de religião oficial e tendo de lidar com a ampliação da oferta religiosa, delineou novas estratégias para preservar sua influência e poder sobre a sociedade.

No que tange especificamente ao domínio religioso, verificaram-se mudanças nos debates de natureza doutrinária, expressas pela acentuação das divergências interpretativas, assim como a constituição de discursos visando a defesa de suas proposições e a crítica às perspectivas do adversário. Nesse sentido, é importante assinalar como o discurso católico se sobressaiu ao atribuir conotações negativas ao espiritismo a partir de sua definição como heresia e prática diabólica com o intuito de desacreditá-lo e manter os fiéis católicos afastados de suas ideias e práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Pedro Paulo. **Renovação Cristã: de Kardec a Lutero – o papel do livro na cisão do Movimento Espírita Brasileiro (1949-2010)**. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião?** A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010. 303 p.

BASTIDE, Roger. Le spiritisme au Brésil. **Archives de sociologie des religions**. n. 24, 1967. p. 3-16. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/assr_0003-9659_1967_num_24_1_2629>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. 230 p.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república**. 2010. 369f. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos),

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CAMARGO, C. P. F. de. **Kardecismo e Umbanda – uma interpretação sociológica**. São Paulo: Pioneira, 1961.

_____. **Católicos, Protestantes, Espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAES, André Luiz. **As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)**. 211 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COSTA, Flamarion Laba da. **Demônios e anjos: o embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX**. 271 f. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 164 p.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 326 p.

ISAIA, Arthur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 147-204.

LEWGOY, Bernardo. **O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira**. Bauru: EDUSC, 2004. 135 p.

MIGUEL, Sinuê Neckel. _____. O espiritismo frente à igreja católica em disputa por espaço na Era Vargas. **Revista Esboços**. UFSC. Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 203-226, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n24p203>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja Católica**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta Editora, 1992.

SILVA, Fabio Luiz da. **Espiritismo**: História e Poder (1938-1949). Londrina: EDUEL, 2005. 161 p.

SCHERER, Bruno Cortês. **A Federação Espírita do Rio Grande do Sul e a organização do movimento espírita rio-grandense (1934-1959)**. 176p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à brasileira**. São Paulo: Editora da USP; Curitiba: Editora Orion, 2003. 294 p.

WARREN, Donald. A terapia espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.º11(3), p. 56-83, 1984.

_____. A medicina espiritualizada. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.º 13(1), p. 88-107, 1986.

OLHAR CRÍTICO NOS REGISTROS DE MORTE: UM ESTUDO NOS DOCUMENTOS DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA/RS

JOÃO ALBERTO LICHTE TEIXEIRA
JOALICHT@MSN.COM
ARQUIVISTA/UFSM-SM

RESUMO

O presente estudo tem origem na inquietação pessoal a respeito do tratamento dispensado aos registros documentais das atividades cemiteriais das necrópoles públicas da cidade de Santa Maria. A baliza temporal vai de 2017 até o ano de 2019, antes fazendo um apanhado sobre enterramentos na humanidade até aos cemitérios públicos em nossa cidade. É um estudo de caso da gestão documental feita pelo Poder Público municipal nesses cemitérios e das condições em que se encontra seu acervo de registros analógicos e digitais de inumações, exumações e traslados. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, visitas aos locais e entrevistas informais como instrumentos exploratórios. Ao final do trabalho, considerou-se não haver gestão documental nos documentos de assento dos cemitérios municipais de Santa Maria e que a legislação é omissa e não abrangente no que concerne a essa documentação. Que não há padronização na metodologia dos registros e que não há política de conservação dos mesmos. Que os Documentos dos cemitérios constituem o patrimônio artístico, arquitetônico, cultural, histórico, genealógico e turístico e que é dever do município criar legislação específica no intuito de apoio a gestão desse patrimônio gerado em sua esfera de competência. O produto deste trabalho foi e continuará sendo submetido à Prefeitura Municipal como uma possível contribuição para a eficácia dos serviços de assentamento dos registros cemiteriais dos cemitérios Públicos da cidade de Santa Maria.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Registros Cemiteriais, Gestão Cemiterial.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por escopo os assentamentos analógicos e digitais dos cemitérios municipais da área urbana da cidade de Santa Maria/RS e se justifica pelo entendimento que estes registros fazem parte do patrimônio cultural, histórico e documental do município, numa baliza temporal de 2017 a 2019.

É uma tentativa de instantâneo sobre a gestão dada aos registros cemiteriais analógicos e digitais desses cemitérios, a saber:¹ Cemitério Campestre do Menino Deus, Cemitério Ecumênico Municipal, Cemitério Municipal Jardim da Saudade (Cemitério da Caturrita), Cemitério Municipal São José, Cemitério Parque Jardim Santa Rita de Cássia, Cemitério Pau a Pique.

Este trabalho tem por objetivo principal identificar os documentos de gênero textual existentes nas secretarias de tais locais, compreender o contexto deste patrimônio documental a partir da pesquisa de campo, propondo ações efetivas de auxílio à gestão dessas secretarias, e consequentemente da administração municipal no tocante a gestão cemiterial.

No intuito de alcançar o objetivo principal, os objetivos específicos serão:

- Prospectar os tipos documentais existentes no acervo das secretarias;
- Identificar de que forma o acervo documental é organizado e acessado;
- Realizar entrevistas informais com os colaboradores que produzem os documentos cemiteriais e promovem seu acesso;
- Propor a digitalização gratuita de todo o acervo cemiterial público da cidade de Santa Maria-RS;

O estudo foi estruturado em tópicos independentes, da seguinte forma:
No primeiro capítulo, INTRODUÇÃO, apresentando o tema, sua

.....
¹ Fonte: <http://www.santamaria.rs.gov.br/infraestrutura/669-enderecos-dos-cemiterios-municipais>. Acesso em: abr. 2019.

importância, o problema de pesquisa e a relevância do projeto, objetivo geral, objetivos específicos e a justificativa.

No segundo capítulo é realizada a REVISÃO BIBLIOGRÁFICA de assuntos que tenham relacionamento ao objeto de pesquisa, onde é apresentado um embasamento legal e teórico, um histórico da evolução das Leis relacionadas aos cemitérios municipais de Santa Maria, RS, através de conceitos de patrimônio cultural.

No terceiro capítulo, MÉTODOS E TÉCNICAS, são definidos os procedimentos metodológicos empregados na gestão dos registros cemitérios nas administrações municipais.

No quarto capítulo, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS, é feita uma tomada geral do que foi feito durante o desenvolvimento deste trabalho e sobre os resultados obtidos até então ou ainda em expectativa.

No quinto capítulo, CONCLUSÃO, são apresentadas as reflexões e discussões surgidas durante o estudo, partindo do que foi proposto como objeto do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sendo o objetivo principal o patrimônio documental cemiterial, portanto, o registro da morte, é necessário que se faça uma pequena imersão nos significados do que seja a morte, do porque dos enterramentos, memória e história, patrimônio cultural documental, documento e monumento e registro antes de adentrarmos no tema propriamente dito.

2.1 A MORTE

Logicamente, a inumação, cremação ou qualquer outro destino que seja dado ao cadáver, precisa do pressuposto legal da morte física. Por este motivo não podemos negligenciar seu registro como a qualquer outro evento do âmbito civil.

No direito civil, temos que a morte se dá com a cessação da atividade encefálica, de acordo com a Lei 9434/97, artigo 3º. Assim, a pessoa física

deixa de existir, porém, continua sendo titular de alguns direitos que dizem respeito ao corpo morto.²

O Conselho Federal de Medicina, em seu portal³ também corrobora com a Lei 9434/97, com a Resolução CFM 2.173/17, sobre a morte encefálica, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2017.

2.2 PORQUE ENTERRAR

O que fazer com os cadáveres obedece a três motivos primordiais: o primeiro porque é lei; o segundo porque precisamos escondê-los de nós, já que a ideia de finitude nunca é facilmente aceita, particularmente pelas sociedades ocidentais, uma vez que ela remete à nossa própria morte, que está inexoravelmente se aproximando; e o terceiro motivo por razões sanitárias, já que o processo de decomposição do cadáver, também chamado coliquação, liquefação ou dissolução orgânica, poderá contribuir para o surgimento de várias doenças.

Quanto às formas de inumação, temos basicamente duas: os sepultamentos primários, onde o corpo é colocado em uma cova sem sofrer alterações posteriores e os sepultamentos secundários, quando “a cova original é reaberta alguns meses ou anos após o primeiro sepultamento, sendo os ossos, ou parte deles, removidos ou reorganizados, submetidos a uma série de rituais complexos e reenterrados” (NEVES, 2013, p.32).

2.3 A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Todo patrimônio é memória e, num mundo globalizado onde a comunicação de massa passou a ser corriqueira e cotidiana, a duração dos fatos é tão efêmera quanto a notícia, fazendo com que a história se construa velozmente e, desta forma, parece que o passado perde para o presente eternamente sendo construído, atribuindo-nos uma sensação de perda do controle da memória e até da identidade.

.....

² <https://thibravo.jusbrasil.com.br/artigos/169156416/direito-funerario-cemiterios>

³ http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27333:-2017-12-15-13-07-00&catid=3

A memória e o esquecimento formam um par semântico, como os dois lados da memória. O passado é evocado ao mesmo tempo por palavras distintas: memória e história e sua compreensão oposta é a mais difundida entre especialistas apesar de lidarem com matéria prima comum, quando a memória social é sempre vivida, afetiva ou fisicamente e, sendo assim, segundo Halbwachs, “a memória coletiva ou social não se confunde com a história. Pelo contrário, a história começa onde a memória social acaba e a memória social acaba quando não tem mais como suporte um grupo” (HALBWACHS, 1984, p. 66).

Com o desaparecimento do grupo citado por Halbwachs, ele mesmo diz que a única maneira de salvar as lembranças “é fixa-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1984, p. 80).

A partir do momento que se pensa nos cemitérios e seus monumentos documentais como fonte de conhecimento e saber, entra em campo a preservação da memória contida nesses documentos/monumentos e os espaços administrativos que lhes dão apoio, através da lavratura dos assentamentos em livros ou meio eletrônico, pois é pela lembrança dos vivos, seus registros impressos no papel, na pedra ou nos *bits*⁴, que é estabelecida a continuidade da memória dos mortos como entes em constante processo de esquecimento.

2.4 PATRIMÔNIO CULTURAL E DOCUMENTAL

Patrimônio é sinônimo de lugar importante, não de “congelamento” no tempo, mas de revitalização, preservar e dar nova vida; Patrimônio Cultural pode ser definido como aqueles bens de natureza material e imaterial que sejam considerados importantes para a identidade da sociedade.

Segundo o IPHAN, bens culturais imateriais estão relacionados às crenças, modo de ser das pessoas, às habilidades ou aos saberes, enquanto bens culturais materiais, também chamados de bens tangíveis, são objetos, edifícios, paisagens naturais, monumentos e documentos.

.....
4 *BinarydigiT* ou Dígito Binário – BITS = Plural de BIT.

Como embasamento, é utilizado o conceito constitucional que o artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF) estabelece como sendo Patrimônio Cultural brasileiro os “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à **memória**⁵ dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1998, p. 124).

No mesmo Artigo, são nominados os bens integrantes desse patrimônio, a saber:[...] IV – as obras, objetos, Documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1998, p. 124).

O artigo 2º, da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõem sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, onde estão inclusos os cemitérios:

[...] os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico”, estão sob a guarda e proteção do Poder Público, explicitado no Artigo 1º da mesma lei. (BRASIL, 1961, p. 1)

Se faz necessária a criação de lugares de memória de tal forma que a vida das comunidades, nos devidos tempos, tenha a representação de sua história, o que Pierre Nora pronuncia ao dizer que

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre 99 focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.” (NORA, 1993, p.13)

.....
5 Grifo do autor.

É preciso um esforço no sentido da conservação e rememoração incessante dos vestígios contidos nos locais de memória que são esses cemitérios, mantendo um movimento constante e permanente promovido pelos vivos entre a lembrança e o esquecimento, premissa de Pierre Nora, quando postula:

“A memória não existe sem a narrativa da vida. Dessa maneira, a ideia de narrativa toma acento no processo da pesquisa e análise. O processo de narrar descreve contextos, apresenta lógicas de pensar e agir; encadeia eventos, explicita significados. No processo narrativo, o sujeito percorre os núcleos orientadores de sua ação cotidiana e, com o apoio das fontes documentais, disponibiliza um lastro contextual, capaz de permitir análise em profundidade dos temas em questão.” (NORA, 1993, p. 13)

Já o patrimônio documental gerado nos espaços cemiteriais públicos – cuja obrigação legal de guarda, conservação e difusão consequentemente é do gestor público – é composto de documentos que guardam informações de diferentes épocas em conjuntos documentais de distintas tipologias e suportes, que podem corroborar para as pesquisas genealógicas e familiares.

Segundo Marques (2010)

“as pessoas guardam, costumeiramente, registros de sua vida e de seus antepassados para rememorar o que foi vivido e repassar às gerações futuras a história da família, realidade também vivenciada por empresas, instituições públicas e privadas e outros organismos, que preservam os registros do passado em arquivos, museus e outras unidades de informação. São esses registros que representam o patrimônio documental.” (MARQUES, 2010, p. 107-124)

2.5 DOCUMENTO E MONUMENTO

Le Goff dá robustez à noção de documento ao colocar que, “[...] também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (LE GOFF, 1990, p. 7) e convenhamos, monumentos documentais é o que não falta nos espaços de descanso do corpo e da memória.

A sobrevivência é naturalmente prezada desde os primórdios da humanidade, e no princípio basicamente ela dependia de estratégias para

evitar predadores, e uma delas esconder na terra aquilo que pudesse atrair tais perigos; nisso se incluía sobras de caça e os corpos de quem morresse naquelas comunidades predominantemente nômades, e tais atitudes podem ter iniciado o rito de enterrar corpos.

Argollo reforça a ideia de rituais referindo-se ao Homem do Neanderthal:

“(...) o enterro dos mortos marca a existência, entre seus praticantes, de uma ideia de continuidade da vida após o túmulo. Isto acontece durante o último meio milhão de anos, quando o homem do Neanderthal começou a enterrar seus mortos com evidentes sinais de ritualismo, nos quais são usados flores e animais, o que demonstra também o surgimento da Zoolatria” (ARGOLLO, 1986, p.89).

O ato de vigiar, ficar acordado, velar ou guardar os corpos, provavelmente surgiu durante o século XVII, em alguns países europeus, por muitas famílias abastadas utilizarem utensílios de estanho para o consumo de bebidas alcoólicas. A mistura das substâncias poderia provocar um entorpecimento, uma espécie de *catalepsia ou narcolepsia*⁶, doença desconhecida para a medicina da época.

Após diversos episódios em que foram descobertos corpos revirados e o interior de caixões rasgados e arranhados, em uma sinistra prova de que a pessoa fora enterrada viva e debateu-se antes de realmente morrer, surgiram técnicas e estratégias no intento de evitar tais acontecimentos tétricos, algumas delas insólitas, como a do médico cirurgião francês Jean Baptiste Vincent Laborde (1830-1903).

A técnica de Laborde consistia em das puxões na língua do defunto por três horas o que a princípio era feito manualmente mas com o tempo foi “sofisticado” com a criação de uma máquina para a tarefa insólita.

Para evitar que novos episódios ocorressem, algumas estratégias foram tomadas, dentre elas, uma consistia em que a pessoa era enterrada com uma corda amarrada em um dos pulsos e saía para o exterior do caixão e da sepultura, sendo amarrada em uma sineta presa a uma haste na superfície. Se a pessoa se debatesse, acionava a sineta alertando as pessoas.

.....

⁶ Doença rara em que os músculos do corpo ficam rígidos, num estado aparente de morte.

A outra estratégia era colocar o corpo sobre uma mesa e a família realizar uma vigília (velar) por tempo suficiente para que pudessem verificar se a pessoa estava realmente morta e, quando esta era seguramente constatada, o corpo era inumado.

Com a medicina avançando, médicos sanitaristas passaram a contrariar a igreja e fazer campanha contra sua hegemonia nos sepultamentos e se baseavam não apenas em suposições, mas em fatos, como a transmissão de doenças como a peste bubônica e a cólera pelos corpos putrefatos abaixo dos pisos e até paredes das igrejas e pregavam que tais sepultamentos deveriam ocorrer longe dos conglomerados humanos, preferencialmente em campo aberto, surgindo daí o conceito dos cemitérios.

A primeira tentativa foi por um decreto de 1801 do Príncipe Regente Dom João, que foi deliberadamente ignorado até que vinte e sete anos depois, o governo imperial exigiu a obediência ao decreto e construção dos cemitérios fora das cidades.

Os baianos entenderam como um desrespeito religioso enterrar seus falecidos longe e isso provocou revoltas como a chamada “revolta da cemiteirada”, em 25 de outubro de 1836, na cidade de Salvador, Bahia. Mais de mil pessoas revoltadas com a situação, armaram-se de machados e depredaram o cemitério da cidade. (REIS, 2014)

Muitas irmandades religiosas tinham negros como sócios, graças ao medo que eles tinham dos enterramentos “extramuros”, e as utilizavam para evitar serem enterrados em qualquer lugar, mas onde fosse um local “decente para descansar”.

O decreto toma força com a promulgação da Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, que reestruturava o código de posturas municipais e no Título III, artigo 66, parágrafo 2º, propunha novamente que os cemitérios não fossem mais nas igrejas mas fora da cidade e foi mais uma tentativa de acabar com as práticas católicas tradicionais (REIS, 1991, p. 279).

No âmbito federal, o artigo 23 da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e que estes devem “[...] III – Proteger os *Documentos*,

as obras e outros bens de *valor histórico, artístico e cultural*, os *monumentos*, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos [...]” (Grifos nossos). (BRASIL, 1998, p. 28)

Pelo Artigo 3º da Lei de Arquivos, Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, são considerados públicos [...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços Públicos no exercício de suas atividades. (BRASIL, 1991)

Ainda mesma Lei 8.159, no artigo nº 21 explicita que cabe à legislação municipal “definir os critérios de organização e vinculação dos arquivos municipais bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o dispositivo na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF) e nesta Lei.” (BRASIL, 1991)

A Resolução nº 27 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 16 de junho de 2008, atribui ao Poder Público Municipal a gestão dos documentos públicos:

Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de Documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas. (CONARQ, 2014, p. 96)

A Lei dos Arquivos, no seu Artigo 10, “define que os Documentos que sejam considerados de valor permanente, caso dos registros cemiteriais, são inalienáveis e imprescritíveis.” (BRASIL, 1991)

Uma atitude do poder público municipal no sentido da gestão dos registros cemiteriais foi a promulgação da Lei Complementar nº 92, de 24 de Fevereiro de 2012, pela Câmara de Vereadores de Santa Maria, então presidida pelo vereador Manoel Badke e assinada por este e pelo então 1º secretário vereador Luís Carlos Fort, que dispõe sobre a Consolidação do Código de Posturas do Município de Santa Maria.

A Lei Complementar 92, no seu capítulo X, dos cemitérios, nas disposições gerais do capítulo I impõe ao administrador dos cemitérios estabelece:

“Art. 338 – Os cemitérios terão um administrador ao qual Cabe as seguintes tarefas:
I – exigir e arquivar cópia da certidão de óbito;
II – registrar em arquivo próprio os sepultamentos, fazendo constar dia, hora, nome, idade, sexo, cor, causa *mortis*, bem como o número da sepultura; [...]” (LEI MUNICIPAL, 2012, p. 77)

É possível observar que apenas o item II remete timidamente aos registros, uma vez que nele apenas os sepultamentos precisam ser registrados, não havendo nenhuma menção aos registros das exumações e dos traslados os quais, se não ocorrerem, acabam inviabilizando a localização posterior dos trasladados ou exumados. O item II também se refere a “registro em arquivo próprio” sem especificar que tipo de registro.

2.6 O REGISTRO

Sabemos que morrer faz parte da vida, mas não podemos exilar nossos antepassados no passado, não temos esse direito e, para que isso aconteça, é imprescindível haver o devido registro das atividades cemiteriais que envolvam desde a chegada do corpo para inumação até exumações e possíveis traslados internos ou remoções para outros locais. Sem esse registro a memória inexistente.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

O movimento metodológico dessa pesquisa foi configurado pela presença no campo de forma densa e constante, constituída por muitas conversas e contatos com as pessoas envolvidas na produção documental e nas atividades que cercam tal produção.

Para traçar o “caminho” que essa produção documental percorre até que ocorra o assento analógico nos livros ou assento digital em programas e tecnologias apropriadas, nossa pesquisa iniciou nos hospitais e locais de atendimento onde eventualmente ocorrem falecimentos de pessoas – onde está incluso o Instituto Médico Legal (IML) – na sequência foram pesquisadas as funerárias e finalmente o Cartório de Registro Civil. Foram percorridos hospitais, funerárias, cartório de registro civil e cemitérios, utilizando nessas idas e vindas, conversas informais como instrumento metodológico.

Nos hospitais e centros médicos, pesquisou-se quais procedimentos são tomados pelo médico responsável pelo paciente quando de sua morte e pela administração com relação a documentação necessária para que os familiares possam proceder ao velório e inumação.

As visitas destinaram-se a identificação de tipo e gênero documental produzidos, legislação pertinente, metodologias empregadas para a produção documental nas entidades visitadas, com ênfase às dos cemitérios públicos da cidade de Santa Maria/RS, cujas secretarias do Cemitério Parque Jardim Santa Rita de Cássia e Cemitério Ecumênico Municipal, únicos que sabidamente contavam com secretarias, uma vez que esse último, após diversos episódios de roubos com perda irreparável de documentos e registros analógicos e digitais, teve sua documentação transferida para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (SMISP) na Avenida Nossa Senhora Medianeira.

Tanto nos hospitais, secretarias cemiteriais, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Cartório do Registro Civil e funerárias, informalmente foi solicitado aos seus colaboradores, nos informassem quais atividades e métodos são empregados para os registros, quais dados ou metadados são registrados, quais são os documentos exigidos e quais documentos são ali produzidos.

Ato contínuo, realizou-se um estudo no intuito de verificar primeiramente o fluxo da informação, como as exigências para que sejam feitos os registros. Especificamente na secretaria dos Cemitério Parque Jardim Santa Rita e São José e na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, foi verificado o estado de conservação e custódia dos livros de assento nessas instituições e de que forma ocorre a gestão dos dados porventura inseridos eletronicamente, através de programas de computador, se houver algum.

Nas ocasiões das visitas informais foram observados alguns aspectos da prática de conservação dos acervos, como sua localização, tipo de arquivamento, material empregado, cuidados quanto a manuseio e prevenção contra pragas, se há ou não controle de luminosidade, umidade e temperatura e foi observado qual método é empregado para o fornecimento de

informações solicitadas por usuários na localização de pessoas, no tocante à clareza e presteza de tais informações.

Realizadas as devidas observações e baseando-se em um diagnóstico preliminar, foram emitidas as considerações finais a que se chegou, bem como foram submetidas sugestões às entidades, entre elas a proposição da digitalização gratuita de todo o acervo cemiterial público da cidade de Santa Maria/RS e a doação do programa de computador (*software*) que será o produto dessa dissertação.

Foi enviada correspondência ao Secretário Francisco Severo, da Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos, órgão responsável pelos Cemitérios Públicos da cidade de Santa Maria/RS, oferecendo essa digitalização de todos os documentos, fichas e livros de registro dos cemitérios públicos da cidade de Santa Maria/RS, solicitando seu consentimento para que o processo para que aconteça digitalização prossiga.

- Como produto final foi desenvolvido um **software**, que contempla a guarda digital do que já está assentado nos livros e também para o registro concomitante e cotidiano dos atos de inumação, traslado, exumação, bem como, no futuro, sirva como instrumento de acesso público a tais documentos e informações neles contidas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para que seja efetuado o registro do sepultamento, algumas atividades são obrigatórias desde o falecimento até a inumação do cadáver precisam ser realizadas pelo hospital, funerária encarregada, por um familiar ou três testemunhas da pessoa falecida ou, dependendo do caso, pelo Instituto Médico Legal (IML) e a documentação necessária para o registro do óbito dependerá de alguns fatores, como o estado civil da pessoa falecida, se a morte decorreu de acidente ou crime ou quando se desconhece familiares da pessoa morta.

Nos hospitais, ao ocorrer o óbito, primeiramente é gerada a Declaração de Óbito (DO) e a enfermagem encarrega-se de contatar e entregar o DO à funerária se o falecido for usuário de plano funerário ou de contatar a família e entregar a ela a DO, para que esta realize os devidos trâmites.

Quando o falecido for usuário de algum plano funerário, geralmente os colaboradores dessas instituições encarregam-se de auxiliar na sequência de procedimentos obrigatórios para que possam prosseguir atividades concernentes.

Nas visitas, as funerárias informaram ser obrigatória a apresentação da Declaração de Óbito (DO) em três vias (para o cartório, para o declarante e outra para a Secretaria da Saúde), o preenchimento do formulário de Questionário para Registro de Óbito (QRO) – de uso interno, não disponibilizado ao público e de uso não obrigatório – onde são inseridos os dados do falecido, o número de sua Identidade (CI) e seu Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Feito o preenchimento da QRO, procede-se à escolha do ataúde e decisão de outras atividades, como o preparo e higienização do corpo, praxe dos procedimentos das funerárias da cidade.

Preenchida a documentação, escolhido o ataúde, procede-se a escolha do tipo de homenagem a ser prestada.

Quanto aos sepultamentos de indigentes e pessoas portadoras de atestado de pobreza, existe um acordo entre a prefeitura municipal e as quatro funerárias existentes na cidade, de seguirem um rodízio de dois meses para cada uma e tais sepultamentos são efetuados exclusivamente no Cemitério Parque Jardim da Saudade, o Cemitério da “Caturrita”.

No Cartório de Registro Civil da 2ª Zona da cidade de Santa Maria/RS, nos foi informado que é primordial a apresentação da Declaração de Óbito (DO), fornecida pelo médico competente nos casos de morte não violenta, caso contrário, a Declaração de Óbito (DO) deverá ser acompanhada pela devida Ocorrência Policial (OP).

Apresentadas a DO ou OP, é solicitada a certidão de nascimento ou de casamento para pessoas casados, além da Identidade e CPF da pessoa falecida, para que possam ser realizadas as devidas anotações nos registros do cartório local ou para que seja comunicado ao cartório de origem para que este faça as anotações em seus registros.

Quando a pessoa falecida não tiver parentes conhecidos e falecer em hospital, a DO será preenchida pelo médico competente e três testemunhas poderão comunicar o óbito junto ao cartório.

Caso o óbito ocorra fora de um hospital e sem a presença de um médico, três testemunhas preencherão a DO no próprio cartório – que as disponibiliza – onde será anotada como causa mortis “Natural, sem assistência médica” e, também é solicitada, por segurança do cartório, a descrição individual das três testemunhas dos fatos que envolveram a morte, o que será devidamente anotado e assinado, em folhas separadas e que serão anexadas à DO.

Quando o falecimento ocorrer sem a presença de médico e haja suspeita de crime, as três testemunhas efetuam um Boletim de Ocorrência (BO) na Polícia Civil, que encaminhará o corpo para o Instituto Médico Legal (IML), e este emitirá a devida DO e a Ocorrência Policial para que essas testemunhas apresentem ao cartório.

Artigo 30º da Lei 9.534, de 10 de dezembro de 1997, os assentos de óbito são gratuitos.

Se óbito de brasileiro ou brasileira ocorrido fora do território nacional, deverá ser feito o registro do mesmo junto ao consulado brasileiro no país de ocorrência. Não havendo consulado brasileiro nesse país, a convenção relativa à supressão da exigência da legalização dos atos públicos estrangeiros, conhecida popularmente como Apostila da Convenção de Haia⁷ obriga o envio da certidão de óbito – na língua daquele país – ao Brasil e aqui ela deverá ser apostilada, traduzida por tradutor juramentado e registrada no cartório de títulos e documentos que, por sua vez entregará ao cartório do registro civil para as devidas anotações.

Cumpridas as formalidades legais, a Certidão de Óbito é expedida e entregue aos familiares ou testemunhas. Transcorrido o velório, a certidão será o documento obrigatório para a inumação do cadáver e tenha o devido assento nos livros de registro cemiterial.

Existem registros lançados no programa desenvolvido pela STI desde o dia 2 de janeiro de 2009 até 4 de junho de 2017, os quais são resultado da última cópia de segurança efetuada pela STI antes do roubo do computador e, mesmo assim, quando um novo equipamento foi colocado na secretaria do

.....
7 Assinada em 5 de outubro de 1961 na cidade de Haia, Países Baixos, entrou em vigor em 24 de janeiro de 1965. A apostila só tem valor entre os países signatários da convenção.

Cemitério Ecumênico Municipal, o mesmo programa foi instalado e utilizado – sem concomitância nos livros – até o dia 4 de fevereiro de 2019, quando ocorreu novo roubo, e dessa vez nenhuma cópia de segurança havia sido realizada, o que configura uma perda irreparável dos registros de assentamento de 5 de junho de 2017 até 4 de fevereiro de 2019.

A secretaria do Cemitério Ecumênico Municipal, além de custodiar os próprios livros também é encarregada de registrar e manter os registros documentais dos cemitérios municipais que não possuem secretaria própria, que são: Cemitério Jardim da Saudade⁸, Cemitério Campestre do Menino Deus, Cemitério Pau a Pique e Cemitério São Marcos.

O cenário mudou no mês de maio de 2017 quando uma empresa de Caxias do Sul, pertencente ao Grupo L. Formolo⁹, venceu licitação pública para atuar na administração dos Cemitérios Parque Jardim Santa Rita de Cássia e São José, uma vez que este último, até então, tinha seus livros sob o encargo da secretaria do Cemitério Ecumênico Municipal.

Os dois livros de assentamento do Cemitério São José, foram levados da secretaria do Cemitério Ecumênico Municipal, para a secretaria do Cemitério Parque Jardim Santa Rita de Cássia, agora administrada por terceiros, mantendo tais livros o caráter público.

Via-de-regra, no Brasil, para aquelas pessoas que não possuem espaço reservado no cemitério, ou é alugado um espaço provisório e por tempo limitado, ou são enterradas nas chamadas “quadras gerais”. Nessas quadras, após um determinado tempo, os corpos são exumados e seus restos ou são transferidos para um espaço adquirido ou para um ossuário comum para aqueles sem espaço próprio.

5 CONCLUSÃO

Já na fase inicial da pesquisa foram detectados problemas de gestão documental, uma vez que as duas secretarias abandonaram os assentos em livros, passando a fazê-lo exclusivamente em meio digital.

8 Conhecido como Cemitério da “Caturrita”, por localizar-se no bairro de mesmo nome.

9 <http://www.lformolo.com.br>. Acesso em: 03 mai. 2017.

Os assentos dos cemitérios Santa Rita de Cássia e São José são feitos em uma planilha do Microsoft Excel e toda sexta-feira é feita uma cópia de segurança da mesma porém, foram abandonados os assentos em livros, que estão custodiados de forma razoável e segura.

Da mesma forma, os assentos dos demais cemitérios públicos são realizados não mais pela secretaria do Cemitério Ecumênico Municipal, mas por pessoal designado na Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos, no velho programa implantado pela STI desde 2009 e, assim como a secretaria do Cemitério Santa Rita, abandonaram os assentos em meio papel, nos livros.

Em fins de 2017, houve um roubo na secretaria do Cemitério Ecumênico, de onde foi subtraído o computador com registros desde 2009 e na madrugada de 4 de fevereiro de 2019¹⁰, a secretaria foi arrombada novamente, sendo novamente roubado o computador com dados do ano de 2017, quando foi resolvido recolher os livros para a sede da Secretaria Municipal responsável (SMISP).

Não foi possível atribuir responsabilidades pelas sucessivas perdas desses registros, se ao *software* e tecnologias empregadas e que não dão suporte à segurança dos dados ou aos colaboradores que não fazem o assento concomitante, mas certamente é possível responsabilizar o gestor pelo não cumprimento das leis pertinentes aos documentos públicos.

Quem perde com essa ausência do gestor é grande parte da história santamariense e o cidadão, sentenciado a ficar sem resposta à perda de registros cemiteriais, sem sequer esboços de reação a esse desleixo e abandono dos espaços públicos sob a responsabilidade do poder público municipal.

Foi constatado que após a remoção continua sendo utilizado o velho programa da STI, desde 2 de janeiro de 2009, sem cópias de segurança, sem acesso à internet e sem assento concomitante nos livros de assento, prova de que não aprenderam com os próprios erros.

.....
10 Acesso em: 09 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%A1-Dcias/cidades/escrit%C3%B3rio-do-cemit%C3%A9rio-ecum%C3%AAnico-de-santa-maria-%C3%A9-arrombado-1.317204>>.

Diante do verdadeiro caos constatado, o produto dessa dissertação e a oferta gratuita de digitalização, são tentativa de colaboração ao ente público na resolução dos problemas gestacionais detectados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOLLO, Djalma. **Presença Espírita. Artigo: Surgimento da Mediunidade e sua influência na história.** Livraria Espírita Alvorada. Edição Jan/Fev. 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Presidência da República.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL, Lei 8.159, de 9 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos Públicos e privados e dá outras providências.** Diário Oficial da União, de 9 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL, Lei 9.534, de 10 de dezembro de 1997. **Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os artigos 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9534.htm. Acesso em 18 abr. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo, Edições Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4ª Edição. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário brasileiro.** In: MANINI, Miriam Paula; MARQUES, Otacílio Guedes; MUNIZ, Nancy Campos (Org.). **Imagem, memória e informação.** Brasília. Ícone Editora e Gráfica. 2010, p. 107-124.

NEVES, Walter Alves. **Um esqueleto incomoda muita gente.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e histórica: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **O lugar da morte na Revolta da Cemiterada: Bahia, 1836**.

Disponível em: http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/859/1/RM_n03%20-%20O%20lugar%20da%20morte%20na%20Revolta%20da%20Cemiterada.pdf. Acesso em: jun. 2019.

SANTA MARIA. **Lei Complementar Nº 092**, de 24/02/2012 que DISPÕE SOBRE A Consolidação do Código de Posturas do Município de Santa Maria. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisa/0/1/0/9101>. Acesso em: 28 jan. 2019.

TEIXEIRA, João Alberto Licht, **Registros de inumação, exumação e traslado: um estudo nos documentos dos cemitérios municipais de Santa Maria/RS**. 2017. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2017.

ST 16
ESCRAVIDÃO, FRONTEIRA E
HISTÓRIA AGRÁRIA NO SUL
DA AMÉRICA LATINA
(SÉCULOS XVIII E XIX)

COORDENAÇÃO

JONAS M. VARGAS (UFPEL)

EDUARDO PALERMO (CENTRO REGIONAL DE PROFESORES
DEL NORTE, RIVERA-URU)

LA COMUNIDAD DE CERRO PELADO, FRONTERA E HISTORIA AGRARIA

JOSÉ SAMPAYO

EGRESADO DEL CE.R.P DEL NORTE EN HISTORIA

ESTUDIANTE DEL POSGRADO EN ARTE Y PATRIMONIO

CLAEH URUGUAY

JOSESAMPAYO.23@HOTMAIL.COM

La Comunidad de Cerro Pelado se encuentra en el medio rural riverense, precisamente en la frontera Rivera- Livramento a 75 kilómetros de la capital departamental sobre la ruta nacional n°27 Mario Heber. La misma es fruto del antiguo Pueblo Segarra que data de las últimas décadas del siglo XIX en el departamento de Rivera, donde allí a impulsos de familias de inmigrantes, principalmente los Berruti procedentes de Italia, fueron apostando al crecimiento del poblado. El mismo con su cercanía a la frontera , las buenas pasturas y el manejo del ganado ovino en particular , creció de forma rápida con un gran componente comunitario entre los pobladores de la zona. A principios del siglo XX, el pueblo pasará a denominarse Cerro Pelado por su condición geográfica dedicándose a actividades agrarias como la venta de lana,carne, leche y algunos productos agrícolas. A lo largo de la historia del pueblo se aprecia una fuerte vinculación con la iglesia católica y grandes liderazgos que permanecen en la memoria de los pobladores. En la actualidad el pueblo cuenta con aproximadamente 200 pobladores, con servicios de agua, luz, telefonía, educación, radio, entre otros. La incorporación de estos servicios permitió la permanencia de la población en el medio rural a pesar del éxodo que sufren las comunidades rurales con la implementación de la tecnología.

Palabras claves: Cerro Pelado, Frontera, Rivera

ORÍGENES

Al ponerle punto final a la Guerra Grande, en el año 1851, en lo que tiene relación con el círculo político, se consolida la independencia nacional y desde un punto de vista económico, la cruel destrucción de la existencia de ganado y la brutal caída de la industria saladeril, llevó a una reconstrucción de la vida del país. “Existió un retroceso hacia formas de explotación primitivas que proporcionan una clara imagen de cómo era la República antes del proceso de la modernización” (Barran y Nahum, 1973. p.8)

Como bien se conoce y lo menciona Barrán y Nahum (1973) la base de nuestra economía derivaba por completo de la ganadería, lo que será fundamental para la entrada del Uruguay en el mercado internacional. Los países latinoamericanos se destacaron por su monoproducción, principalmente por el modelo agroexportador. “Ese nuevo pacto transforma a Latinoamérica en productora de materia prima para los centros de la nueva economía industrial, a la vez que de artículos de consumo alimentario en las áreas metropolitanas” (Halperin Donghi, 2005, p. 216).

En pleno siglo XIX se produce inmigración masiva en Argentina, Uruguay, Brasil central y meridional. A la zona platense arribaron grandes cantidades de vascos e italianos, entre otros, caracterizados por su hábil manejo agropecuario, que se instalarán en el litoral Uruguayo. Los mismos, se ubicarán en tierras norteñas uruguayas, donde formarán sus familias, desatacándose los apellidos Berruti y Damborearena.

La comunidad de Cerro Pelado remonta sus orígenes al año 1868 con el nombre de Pueblo Segarra, este nombre es dado debido al propietario de una firma de la estancia que se encontraba en la zona. La misma tenía como gran característica un almacén que vendía varias cosas a las personas que pasaban por la zona. Esta se ubicaba en las inmediaciones de la actual comunidad de Cerro Pelado.

Debido a las condiciones de la zona y el pleno auge de la revolución lanar en el país, se dedicaba a la cría de ganado vacuno y en especial a la de ganado ovino, la cual fue muy aprovechada por los inmigrantes que habitaban en esa época, siendo bien vista en especial por vascos e italianos. Este

contexto favoreció a países como Argentina y Uruguay, ya que “Poco a poco nos comenzábamos a insertar en la economía mundial porque poseíamos un producto que las potencias necesitaban: lana” (Borges, 2010, pag234).

Aprovechan a practicar en este territorio las costumbres de su tierra natal, donde tuvieron facilidad con el manejo del ganado. “*En las zonas serranas del país, abundante en piedra suelta, se dio comienzo a los cercos de piedra en seco. Los que existen en los departamentos de Lavalleja, Rio Negro, Paysandú, Artigas, Tacuarembó, etc, fueron levantados por comparsas de vascos o italianos, en fecha posterior a la Guerra Grande*” (Barrios Pintos, 1990, p. 203).

Estos estancieros inmigrantes fueron arribando al Pueblo Segarra, formando poco a poco un poblado compartiendo intereses en común que los llevara a formar una organización para poder subsistir en el medio rural. Cabe destacar que “en el departamento de Rivera el latifundio ganadero está íntimamente vinculado a las actividades del contrabando. Aquí la ganadería y el contrabando son dos actividades que se estimulan mutuamente” (Olintho Simoes y otros, 1970, pág. 29).

El inmigrante se destacaba por sus ideas innovadoras, su espíritu emprendedor, sus prácticas eficaces y su ardua labor. El factor de la pradera, el clima y la ubicación geográfica facilitaron que los inmigrantes se desarrollaran con total normalidad al igual que en sus lugares de origen. Por lo general se dedicaban a la actividad agrícola, ganadera y también algunos oficios como carpintería, albañilería y alguna otra actividad en la cual había una gran demanda de mano de obra.

Recién el censo levantado en 1900 pone de manifiesto la riqueza ganadera del departamento de Rivera, 534.213 cabezas de ganado, existentes en 729 predios, en una superficie de 656.691 hectáreas. Gran parte de la tierra había pasado a ser explotada por los orientales aunque predominaban los brasileños. (Barrios Pintos, 1990).

En cuanto a la producción de lana y su rendimiento medio, Rivera tenía 207.236 cabezas de ganado lanar y su producción de lana era de 276.641 kilos, la más baja del país de los departamentos del interior exceptuando Canelones. El rendimiento medio era de 1 kilogramo 334, la más baja del

interior del país. (Barrios Pintos, 1990). De esta se puede hipotetizar que la lana podría salir hacia otro lado y no hacia Montevideo, quedando fuera de los registros nacionales.

Según Barrios Pintos (1990) Rivera fue una de los lugares donde la producción ganadera abastecía los saladeros fronterizos en Rio Grande del Sur. Estos saladeros eran de propiedad de uruguayos, esto evitaba vender con altos impuestos hacia el sur. También la demanda brasileña de tasajo era importante y el estado de Rio Grande no conseguía abastecer totalmente. Se exportaba 200.000 cabezas de ganado al año hacia dicho estado brasileño, sin embargo en los despachos de aduana había entre 50.000 y 60.000 cabezas al año.

Los censos no demostraban con claridad la forma de tenencia de la tierra. “El de 1900 estimó que un 37,7% de todos los hacendados del país eran arrendatarios (...)” (Barran y Nahum. 1973. p. 15). Bonfanti (2013) señala en su trabajo que a principios del siglo XX, en la localidad de Manga existían propietarios por ocupación. Estos propietarios son emigrantes y se dedican a la agricultura. En el Norte del Rio Negro, al haber menos control, era moneda corriente.

En ese entonces existían una gran cantidad de saladeros en la zona, estos eran abastecidos por ganados riverenses como también daban trabajo a estos. En Livramento, se mataban en 1912 162,421 cabezas al año para el charque, luego disminuyo debido a que la carne se la enlataba. (Barrios Pintos, 1990).

El censo agropecuario riverense de 1908 arrojó los siguientes datos para el departamento de Rivera: bovinos 500.000, ovinos 667.105, equinos 34, asnales 289, mulares 947, porcinos 7.003, caprinos 2897, avestruces 5794, aves de corral 88,315. En el departamento de rivera existían en 1908, 298 establecimientos, de los cuales 250 eran mercantiles, 40 industriales y 8 mixtos (Barrios Pintos, 1990, p, 70).

Los datos censales de ese año arrojan una gran concentración de tierra en manos de pocos propietarios, lo que verifica el predominio del latifundio en el departamento. Estos latifundios en su generalidad forman

parte de la economía extensiva que caracteriza a los establecimientos de América Latina.

Esta condición de frontera abierta o de difícil control permite desde hace muchísimo tiempo la difusión del contrabando. Podríamos afirmar que se hablaría de “háviles del desacuerdo” (Sampayo y otros, 2016).

LA COMUNIDAD A PARTIR DEL COOPERATIVISMO

Según la definición de la Alianza Cooperativa Internacional en su declaratoria podemos afirmar que una cooperativa es *“una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes, por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente gestionada”*.(Ressel, A et all,2013, pag 15-16).

A partir de la definición anterior podemos visualizar el carácter autónomo de la cooperativa, la cual podrá tomar sus decisiones y responder por ella misma. También un factor importante será el valor humano que se necesitará para crear dicha organización de forma voluntaria, para lograr sus objetivos con la participación de sus interesados.

“Rochdale fue una muestra de la capacidad organizativa de la clase trabajadora, un ejemplo histórico que marcó el camino del cooperativismo mundial y que demostró la factibilidad de la cooperación desde el punto de vista económico y social” (Rivera,C y Labrador, O,2013, s/n). Esta experiencia contagió a demás países de Europa que tomaron como ejemplo a la misma, llegando también a América. Estas ideas de cooperativismo llegan al continente americano con las oleadas inmigratorias del siglo XIX y principios del siglo XX.

En la Región platense esta inmigración fue masiva, llegando poco a poco a tener un lugar de privilegio el inmigrante. Este estereotipo de individuo llegó a ser mas que bienvenido en la época de modernización uruguaya, estimada por la mayoría de autores de 1860 hasta la primera década del siglo XX. En Uruguay, “Vale mencionar que la doctrina cooperativa llega a nuestro país, mediante las oleadas de inmigrantes de aquellos días,

los cuales impulsaron diversas organizaciones colectivas.”(Bertullo, J, et all, s/f, pag 5)

De esta manera las organizaciones cooperativas comienzan a desarrollarse en el Uruguay a finales del siglo XIX , en particular a zonas cercanas a la costa (llegada de inmigrantes) y luego se esparcirán por el resto del país en los años siguientes. El caso de Cerro Pelado tiene como punta pie inicial el Sindicato Agrícola Cristiano en la década de 1940, donde sus integrantes tratarán de enfrentar los problemas del agro y sobrevivir arraigados a la tierra propia.

Don Miguel Berruti llega en 1867, oriundo de Génova, Italia, se traslada de Montevideo hacía el arroyo Corrales más precisamente al paraje Tres Puentes. Se dedicó al comercio y a la ganadería, en el establecimiento “San Miguel”. Su hijo Tomás siguió la actividad siendo electo comisario del pueblo. (Barrios Pintos, 1962).

Allí se consolidarán en el territorio apropiándose del mismo. *“La existencia del territorio implica dominio y control- territorialidad – que supone además la idea y sentido de pertenencia y por lo tanto incluye los aspectos jurídicos, sociales, culturales y de apropiación subjetiva sobre el mismo. En el territorio el grupo humano proyecta sus estructuras, sus necesidades y su cultura”* (Palermo,E. en Da Rosa, E, 2015,pág74)

A partir de esto ,los individuos se agruparan para poder proyectar sus estructuras, contemplar sus necesidades y poder desarrollarse en la tierra que los acogió, generando un gran sentido de pertenencia que perdurara en el legado de las familias hasta la actualidad.

En general los autores sostienen como un pre cooperativismo en Uruguay a la etapa de 1870 a 1889, donde aparecen Sociedades y Círculos de ayuda mutua, “pero es en 1889 que se reconoce la primer cooperativa de consumo fundada en la “Ciudad Vieja” de Montevideo por el señor Cándido Róbido” (Bertullo, j et all, s/f, pag 5).

En esos primeros años de cooperativas en el Uruguay debemos mencionar a la Cooperativa obrera tipográfica en Montevideo, Cooperativa obrera de consumo del frigorífico Liebig’s en Fray Bentos.

Cooperativa de consumo de los obreros textiles en Juan Lacaze. Conjuntamente se desarrollarán las cajas populares y los sindicatos cristianos agrícolas, los últimos tendrán una representación en el norte del país, precisamente en los antecedentes cooperativos de la comunidad de Cerro Pelado.

En el año 1947, precisamente en Cerro Pelado al Este *”localidad ubicada en los límites de lo que también geográficamente se define como la cuenca del Arroyo Yaguari. Pequeño caserío supo en el pasado congregar mucho más gente, realidad que no es ajena a ninguna otra en este mundo de casi muerte del campesinado.”* (Gau de Mello, A, et al, 2015, pag 12) , el “Cura Domingo Alor crea el “Sindicato Agrícola Cristiano”. Los estatutos fueron escritos por Pedro Metilli.” (Archivo proporcionado por Verónica Piovenne).

A partir de este dato proporcionado por un informante clave de la comunidad de Cerro Pelado, es que encontramos la primer antecedente de cooperativa en el poblado . Por lo tanto debemos remitirnos a lo que fueron los sindicatos agrícolas cristianos, los cuales aparecen de mano de la iglesia católica para ayudar a la población rural.

“La inspiración que orienta la creación de los sindicatos agrícolas cristianos procede, como todo el movimiento social católico de la época, de la Rerum Novarum que había repercutido fuertemente en el Uruguay a través de Mons. Soler. Pero la forma específica de acción, en este caso, toma su modelo más próximo en el Boerembond belga, movimiento nacido en 1890 y que entonces estaba en pleno auge.” (Terra, J; 1986, pag. 106)

Este movimiento católico tenía una importante función social como lo fue agrupar a los distintos individuos que se dedicaran a una misma actividad para que pudieran sobrellevar las situaciones adversas que estuvieren pasando. Estas agremiaciones tienen un profundo carácter religioso y moral inculcado por la propia iglesia para llevar adelante las actividades de las mismas.

En el ámbito urbano la encargada de llevar adelante esta iniciativa fue la Unión Democrática Cristiana y en el ámbito rural la iglesia católica, en especial por la Unión Económica. A partir de esto podemos apreciar la influencia del religioso católico Domingo Aniceto Lor, el cual fue el promotor del sindicato cristiano agrícola en Cerro Pelado en 1947.

Dentro de los hallazgos obtenidos sobre el sindicalismo en Cerro Pelado, se encuentra una primera producción agrícola, la cual se destaca la importación de semillas de papa mediante la iglesia desde Canadá. El departamento riverense siempre se destacó por su producción agropecuaria más que la agrícola, por lo cual la labranza de las tierras en forma separada por los propietarios no fue demasiado rentable.

Estos sindicatos podían “tomar a su cargo, entre otras cosas el estudio y defensa de los intereses rurales, la comercialización, la enseñanza agrícola, la creación y administración de sociedades de producción y venta y de cajas de socorros mutuos, de retiros y de seguros” (Terra, J;1986,pag46)

Poco a poco esta unión de vecinos para poder subsistir en el medio rural fue consolidándose gracias a ciertos liderazgos, pero también en base a una organización donde lo primordial era la cooperación. A mediados del siglo XX, sucesos internacionales tendrán fuertes repercusiones, principalmente la inactividad bélica de los compradores agropecuarios uruguayos. Por lo tanto las exportaciones disminuyeron y el principal rubro de producción (agropecuario) se vio afectado. La situación motivó a crear en todo el país el movimiento ruralista impulsado por Benito Nardone. Rivera y mucho menos Cerro Pelado se quedaron afuera, Tomasito Berruti fue su representante.

“Lo más relevante que ocurría por entonces era que los cambios en el marco externo, ya visibles en la posguerra pero que se acrecentaron fuertemente en los 50, ponían en entredicho el sustento del modelo de sustitución de importaciones implementado en décadas anteriores. Al estancamiento agropecuario, que ya venía de la crisis de los 30, se le sumaba el colapso de una industrialización mercadointernista” (Caetano y otros, 2016, pág 48).

Esta situación del agro generó fuertes preocupaciones, ya que la gran entrada de divisas gracias a ese sector se estaba viendo afectada. A mediados de siglo el descontento de la población rural se verá plasmado en organizaciones pertenecientes al “Movimiento Ruralista” impulsado por Benito Nardone (Chico Tazo). El agitador político, contrario a las clases altas rurales “(...)” convocó, en el Ateneo de Montevideo, un congreso de agremiaciones

rurales. Se celebró el 25 de Agosto de 1951, y las 122 entidades allí representadas convinieron en constituir la Liga Federal de Acción Ruralista (...)” (Maiztegui,2015,pag82)

Poco a poco fue ganando adhesiones en todo el país, principalmente en el interior del Uruguay, donde la actividad agropecuaria se veía más afectada con la situación y las políticas adoptadas por el gobierno nacional. Inspirados por las luchas de independencia, con un gran sentido tradicionalista, adoptaron su propia bandera y se reunían en lo que denominaban Cabildos Abiertos.

Al norte del Rio negro, el primer Cabildo Abierto fue impulsado por Tomasito Berruti

“De espíritu muy inquieto y siempre volcado al bien de todos funda durante estos años en Tres Puentes, junto con otros jóvenes de la zona, la primera agrupación de la Juventud Ruralista en el interior del país, de la cual fue presidente, participando dentro de esta agrupación de Cabildos Abiertos que funcionaron en la ciudad de Rivera convocados por Benito Nardone “Chicotazo”. La finalidad de esta agrupación era promover el desarrollo rural en la zona. Los jóvenes ruralistas se reunían para ver las necesidades regionales y buscar posibles soluciones. Además organizaban fiestas criollas para la reunión y confraternización evitando el aislamiento común en la campaña.”(Archivo proporcionado por Juliana Berruti)

A mitad del siglo XX en el departamento de Rivera existían 3.810 predios rurales, que ocupaban 906.711 hectáreas. De esa cantidad 2.318 eran propietarios, 843 arrendatarios, 48 medianeros, 233 ocupantes y 17 se encontraban en otras formas de tenencia de tierra. Podemos afirmar que en plena segunda mitad del siglo xx todavía existían ocupantes y otras formas de tenencia de la tierra.

Tomasito, hijo de Plinio Berruti y Maria Pellegrino, tuvo 7 hermanos y siempre se destacó por su gran liderazgo como también por su solidaridad. Muy preocupado por su entorno en el medio rural, funda una capilla en Tres Puentes la cual se denominara San Miguel, posteriormente funcionará una escuela y centro médico (Archivo proporcionado por Juliana Berruti).

Lo mencionado anteriormente, tanto el liderazgo como las necesidades del medio rural convocarán a un grupo de vecinos de la zona de Cerro Pelado a formar un grupo para poder subsistir junto a sus tierras. El grupo se denominará “El Fogón”, tendrán sus reuniones en “La orientala” (Hogar de Tomasito Berruti) y se concretará precisamente en el año 1957.”En síntesis, es esa una forma de señalar el retraso económico y social de una zona” (Wettstein, G y Rudolf, J; 1969; pág 29).

Estaba compuesto por 15 integrantes, “chacrerros, productores agropecuarios, trabajadores rurales, tres técnicos agrarios, una maestra rural, un funcionario de sanidad rural del Ministerio de Ganadería y Agricultura y un funcionario de Antel (Guardahilos)” (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti). Este grupo de vecinos se ve duramente afectado en el medio rural, en los cuales hay diversos factores que inciden como el estancamiento ganadero, el crecimiento del latifundio, la incorporación de nuevas tecnologías, la carencia de servicios en el entorno, los altos costos de producción y lleva a una gran cantidad de individuos a emigrar hacia la ciudad en busca de una vida mejor.

“puede apreciarse en toda su gravedad la incidencia de este fenómeno en nuestro departamento; la población agrícola disminuye en forma constante, pero los trabajadores rurales se han reducido a la mitad en los diez años que van desde 1956 a 1966. La disminución de la población trabajadora rural ha alcanzado cifras alarmantes en todo el país, pero la situación en el departamento de Rivera es la más grave” (Olintho, L., et al; 1970, pag. 27).

A partir de este contexto es que comienzan a ser asesorados por el religioso Paul Ramlot (Domínico francés) y posteriormente por el Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH). En conjunto con el Instituto de Promoción Rural Uruguayo realizan un relevamiento de la zona con el objetivo de obtener datos sobre las necesidades y como poder actuar sobre ellas para lograr una mejor. Claramente se buscaba la vida digna y autonomía de los individuos, concientizándolos, llegando a una fraternidad solidaria y un espíritu cooperativista para enfrentar los problemas del medio rural.

“Contarán con la donación de 45 hectáreas por parte de un estanciero vecino, y el apoyo del entonces obispo de Tacuarembó, Mons. Carlos Partelli, para la solicitud, al extranjero, de fondos con que financiar el proyecto, los que lamentablemente no obtuvieron “ (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti). Poco a poco comienza a gestarse nuevamente el espíritu cooperativista que comienza a concretarse; en un principio envían miembros a capacitarse sobre el sistema cooperativista en Uruguay, además constituyeron brigadas de voluntarios para construir el futuro local de la Cooperativa de Consumo y comercialización y la escuela primaria.

En el año 1964 se funda la Cooperativa “Mi Rancho”, “cuenta con 155 socios y dispone de dos galpones en un predio sobre ruta 27” (INPROA, 1965, Pág4). Esta realización es de gran importancia ya que se ubica en el medio rural y está compuesta por la población que allí reside. Su inauguración fue con una gran fiesta donde convocó a negros y blancos conjuntamente, algo muy poco visto en la sociedad conservadora.

El artículo primero de su estatuto dice “con el nombre de Cooperativa Agropecuaria Limitada Mi Rancho, con la sigla CALMIRA, constituyese en Sociedad Cooperativa que se regirá por los presentes estatutos y por las leyes y reglamentos pertinentes”. Este artículo se encuentra en la constitución y denominación de la Cooperativa como persona jurídica legal.

El libro de actas en su primera hoja da a conocer el acta de constitución de la cooperativa siendo

“En Cerro Pelado, 6° sección judicial y policial de del departamento de Rivera, siendo las 14 horas del día 17 del mes de mayo del año 1964, se reúnen las personas cuya nómina y firmas figuran adjuntas a esta acta, con el propósito de dejar constituida una sociedad cooperativa agropecuaria limitada encargada dentro de los preceptos de la ley n°10.008 del 5 de abril de 1941 y su decreto reglamentario de Julio 16 de 1941(...)” (Extraído del libro de actas n° 1 de la Cooperativa Agropecuaria Limitada Mi Rancho)

La asamblea designa como mesa directiva a los señores Tomas berruti y Antonio Curbelo, la mesa receptora de votos estará integrada por Domingo Techeira, Pablo Mendez y Ariel Pintos. La comisión directiva tendrá en

sus filas a Antenor Romero, Raúl Berruti, Tomás Berruti, Conciel Viera y Ruben Machado. Los suplentes serán Pedro Dos Santos, Toribio Turcatti, Washington Pereda, Ary Martinez y Julio Nui.

La comisión fiscal estará integrada por Walter de Torres, Juan Manuel Erramún y Pedro Madruga, sus suplentes serán Artigas Berruti, Gabriel Turcatti y Domingo Techeira. Se designa para firmar el acta al señor Plinio Berruti y Hector Peña. Se designa a Washington Fernandez y Maria Elcira Pellegrino para gestionar los trámites de la personería jurídica de la Cooperativa.

La Cooperativa tuvo su impacto fuertemente en la comunidad como en las zonas aledañas al poblado,

“incidió tanto en el sistema de abastecimiento de la zona que, poco a poco, llega a ocasionar el desaparecimiento de los almacenes importantes de la misma. Igualmente actuó fuertemente en la comercialización de los productos agrícolas, lanas y cueros de los pequeños y medianos productores” (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti).

Un símbolo de esta cooperativa fue el Galpón donde fue, es y será sede de muchos eventos y reuniones por parte de la comunidad. La obra parece ser inspirada en los trabajos de Eladio Dieste, lo cual algunas de las fuentes le adjudican a este una relación con Tomas Berruti el cual le habría pedido para realizar los planos. En tanto el 26 de setiembre de 1966 la Cooperativa Mi Rancho , representada por Conciel Viera y Tomasito Berruti, firman con la empresa constructora del señor Agustin Biurra de la ciudad de Rivera el contrato para la construcción del Galpón.

Concretado el Galpón la Cooperativa crece y crece con todo su esplendor, planifica una gran cantidad de actividades como criollas, concursos, raid, bailes, entre muchas más para recaudar fondos como también para el desarrollo de la comunidad de Cerro Pelado. Por esos mismos años “solicitan a enseñanza primaria la construcción de una escuela consolidada, que unificara las escuelas n°67 de Cerro Pelado al Este, la escuela n°14 del lugar, ambas sin local propio, y la de Tres Puentes, zona vecina sin escuela pública. “ (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti)

Luego de prolongado esfuerzo se consigue que MEVIR (Movimiento de erradicación de la vivienda insalubre rural) construya en Cerro Pelado un conjunto de viviendas para sustituir al rancharío local. “Sería el primer plan del departamento y el único a llevarse a cabo en plena campaña fuera de un centro poblado” (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti). En un principio la cantidad de viviendas llegarían a 41, pero se concretarían 11 por falta de confianza de los pobladores.

Miembros de la Cooperativa estaban encargados de gestionar y administrar el dinero de las obras de las viviendas, luego de realizarlas se procedió a una gran fiesta donde concurrieron todos los vecinos, pobladores de parajes cercanos, caballería gaucha y la banda del liceo departamento de la ciudad de Rivera. Los Servicios siguen concretándose en la comunidad y se “obtiene entonces, la instalación de la tan ansiada policlínica de Cerro Pelado, atendida por salud pública, con enfermera permanente, la que funciona hace varios años en una vivienda de MEVIR” (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti).

El objetivo en esos años luego de varias reuniones con el Ministerio del Interior y el Poder Judicial era adquirir los servicios tanto de un puesto policial como también de un Juzgado de Paz. “*Tan importantes y necesarios servicios se encontraban en ese entonces en Blanquillos, muy distantes y separados por malos caminos, se le ofrece la donación al Ministerio del Interior y a la Suprema Corte de Justicia, terrenos y locales para que pasaran a integrar el centro comunitario.*” (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti)

Claro está el espíritu de la comunidad de ayuda mutua en las circunstancias adversas, no sería gracias al cooperativismo, la solidaridad, la unión y el sentido de pertenencia por la misma que llevaría a que los vecinos hicieran de todo para seguir proyectándose en el medio rural. Este empujón sirvió para concientizarse que ya nada era imposible para los vecinos de la comunidad y poder seguir creciendo.

Al poco tiempo “se crea una comisión especial, la que visita a todas las escuelas de la región, de la posible área de influencia del futuro centro de enseñanza, consideradas

semilleros del mismo. Se obtiene la lista de todos los alumnos de 5to y 6to año. Se visita a todas las familias dando a los padres de los jóvenes toda la información y explicaciones necesarias” (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti).

El nuevo sueño se estaba por cumplir, eran las primeras acciones para concretar el futuro liceo rural de Cerro Pelado. Los planes y divisiones para conseguir estudiantes habían sido cuidadosamente estudiados y con mucho esfuerzo y voluntad salieron a realizar ese trabajo. En su tercer año llega a 150 estudiantes tras el esfuerzo de su segundo director, gran líder scout, Pedro Riera. “Pedro o el Gordo Pedro como le decían, realizó su trabajo basando en pilares del escultismo como lo fueron la solidaridad, tolerancia, trabajo en equipo, autogestión, inteligencias múltiples y el cuidado del medio ambiente donde viven” (Sampayo,J,2018,pág 76).

Las acciones de la cooperativa no pararían por ahí,

“después de haber solicitado a Ute, durante varios años, el acceso a la zona de energía eléctrica, con la que ya contaban Lapuente y Amarillo, se presenta a sus autoridades que asisten a una reunión de la Junta Departamental de Rivera, un proyecto de electrificación rural regional que uniría el Pueblo Las Flores, pasando por Amarillo, Cerro Pelado, Tres Puentes, Ataques, La Calera, con Minas de Corrales, el que a acogido entusiastamente por su entonces director, Dr. Volonté “ (Archivo proporcionado por Guillermo Berruti).

Un gran impulsor a destacar fue el señor Antenor Romero y su hijo Jorge.

Posteriormente en comodato con la Intendencia Departamental de Rivera, se logra un hogar estudiantil para los jóvenes que llegan a los centros de enseñanza en Cerro Pelado, pasando allí toda la semana volviendo a sus hogares los fines de semana. Esto posibilitó una mayor concurrencia de estudiantes, como también una reducción de costos en transporte y para las familias.

La Sociedad Fomento de Cerro Pelado consolidó un grupo apícola como también la implementación del programa Uruguay rural, donde las mujeres de la zona también fueron protagonistas. Se logra un fondo para microcréditos, se construye el ruedo y se traen cursos de la Universidad del Trabajo del Uruguay (UTU) como electricidad, sanitaria, cocina.

Conjuntamente con el liceo aparece el Diario El Chasque y posteriormente Radio El Chasque a cargo de Julio Correa. Se construye local propio para la radio impulsada por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas. En la actualidad el Galpón de la Sociedad Fomento de Cerro Pelado es el centro que convoca a los vecinos en un sinnúmero de actividades que promueven el desarrollo y bienestar comunitario. La comisión directiva trabaja incesantemente para seguir obteniendo logros para el poblado y poder subsistir en el medio rural.

BIBLIOGRAFÍA

- Barrán J. Nahum, B. (1973) Historia rural del Uruguay moderno 1895-1904: Recuperación y dependencia. Ediciones de la Banda Oriental: Montevideo, Uruguay.
- Barrios, A (1962) Rivera. Intendencia Municipal de Rivera. Rivera
- Barrios, A. (1990). Rivera una historia diferente. MEC: Montevideo, Uruguay
- Bertullo, J; et all.(2003) El Cooperativismo en Uruguay. Red Universitaria de las Américas en estudios cooperativos.Universidad de la República. Uruguay
- Borges, L. (2010). “Sangre y Barro” Ediciones de la Plaza: Montevideo, Uruguay
- Bonfanti, D. (2013). Propiedad legal y propiedades extralegales en Manga. Ocupantes de hecho y derechos de propiedad en la periferia montevideana a principios del siglo XX. XIV Congreso Internacional de Historia Agraria
- Caetano,G. et all (2016) Uruguay . En busca del desarrollo entre el autoritarismo y la democracia. Tomo III 1930/2010. Editorial Planeta. Montevideo .Uruguay.
- Da Rosa y otros. (2016). Jodido Bushinshe del hablar al ser proceso de postulación del Portuñol como Patrimonio Cultural Inmaterial. MEC: Montevideo, Uruguay.
- Gau de Mello, A et all(2015) Yaguari...lugar y tiempo de una vida mas ancha que la Historia.Fonfos Concursables Ministerio Educación y Cultura. Puntograph. Rivera. Uruguay.
- Halperin Donghi, T (2005). Historia Contemporánea de América Latina. Editorial Alianza. Madrid. España

- INPROA (1965). Estudio socio económico en tres áreas rurales del Uruguay. Mimeografía Aurora. Montevideo. Uruguay
- Maiztegui, L (2015) Caudillos y doctores. Tomo X. Editorial Planeta. Montevideo. Uruguay
- Olinto, L y otros. (1970). Rivera. Nuestra Tierra: Montevideo, Uruguay
- Ressel, Et all (2013) Manual teórico práctico de introducción al cooperativismo. Universidad Nacional de la Plata. Argentina
- Rivera,C y Labrador, O (2013) Bases teóricas y metodológicas de la cooperación y el cooperativismo. Revista Cooperativismo y Desarrollo vol1.n°2
- Sampayo, J y otros (2016) Loa Hábiles del desacuerdo. Revista latinoamericana de estudios en cultura e sociedade.v02
- Sampayo,J(2018). 50 Años Asociación Scout del Norte. Imprenta Imprimex. Canelones
- Terra, J (1986) Proceso y significado del cooperativismo uruguayo. Comisión Económica para America Latina y El Caribe. Arca-Banda Oriental. Montevideo. Uruguay.
- Weststein, G. Rudolf, J. (1969). La sociedad rural. Nuestra Tierra: Montevideo

FUENTES

- Estatuto de funcionamiento de la Cooperativa Agropecuaria Limitada Mi Rancho
- Libro de actas n° 1 de la Cooperativa Agropecuaria Limitada Mi Rancho
- Contrato de arrendamiento de la Cooperativa Agropecuaria Limitada Mi Rancho
- Archivo proporcionado por Guillermo Berruti
- Archivo proporcionado por Juliana Berruti
- Archivo proporcionado por Verónica Piovene

“CRIANÇAS PRETAS PASSEIAM EM TOTAL LIBERDADE” UM ESTUDO QUALITATIVO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS COMO RÉS E VÍTIMAS NOS PROCESSOS CRIMES EM PELOTAS, RIO GRANDE E PORTO ALEGRE – RS (1820-1870)

JOSÉ RICARDO MARQUES RESENDE JÚNIOR 1
MESTRANDO PPGH-UFPEL 1

INTRODUÇÃO

O corpo do pequeno Paulo foi encontrado em estado de decomposição, afogado de ponta-cabeça em uma cacimba próxima a casa do Padre Nicolau de Genova, que tinha sido arrombada dias antes. Paulo era protegido do padre e guardava sua casa há mais de um mês, enquanto o sacerdote viajava. Paulo, de apenas 12 anos, comentara com outros dois pretos menores: André e Lino, que haviam dias que o padre não voltava para casa e que a mesma guardava muitas riquezas. Na madrugada do dia 27 de março André e Lino esperaram Paulo sair para fora da casa, o capturaram e o afogaram em uma cacimba próxima a casa do Padre, de ponta-cabeça, escondendo os seus pés com um jarro de flor. Em seguida, com uma faca e um martelo arrombam as dobradiças da porta da casa do padre e roubam diversos objetos. O crime, segundo consta em documento no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, indica André como culpado, sentenciando-o a duzentos açoites e ao uso de ferro no pescoço pelo tempo de 4 anos e absolve Lino.

O processo citado é bastante elucidativo da ideia de criminalidade vivenciada pelas crianças escravizadas, dentro dos diversos âmbitos a que

esta perspectiva possa referir-se, já que nos apresenta um processo que especificamente trabalha a criança negra tanto como réu, quanto como vítima. As fontes criminais nos permitem pensar, para além da criminalidade, uma amplitude que ilumina o cotidiano e as relações sociais deste mundo. Qual era o lugar social das crianças escravizadas? Por quais lugares elas podiam circular? Qual a importância delas dentro deste contexto escravista?¹

No século XIX, as idades da vida eram compreendidas de forma distinta ao que concebemos hoje. Havia a primeira infância, do nascimento aos três anos, período em que a criança necessitava ser amamentada e cuidados específicos. A segunda infância começava desde então até por volta dos sete anos, quando havia a necessidade de cuidado, mas iniciava a preparação para a vida como os aprendizados possíveis. Entre os sete e os quatorze anos era a fase da puerícia, dos castigos e dos afastamentos. A juventude era reconhecida entre o final dessa fase aos vinte ou vinte cinco anos, conforme os sexos.

O presente artigo é um recorte de uma dissertação, nesse momento, ainda em sua fase inicial e tem como o objetivo tentar enxergar, pela ótica da criminalidade, os lugares sociais que essas crianças circulavam e ocupavam no contexto do século XIX, a partir de 1820 até 1870. As cidades escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa, foram pautadas em razão do seu caráter de escravidão também urbana, tendo em vista que grande parte dos crimes levantados aconteceram nesses tipos de perímetros. O recorte temporal é pensado afim de abranger os movimentos emancipatórios dados pelas leis de 1831, 1850 e as vésperas de 1871, tendo em vista a importância destes movimentos para as mudanças da concentração de crianças nos plantéis.

.....
1 As noções de infância que entendemos para esse recorte temporal, dentro do Brasil Império é guiada pelo trabalho de Muaze (MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008)

DEPOIS DA “LEI PRA INGLÊS VER”: O IMPACTO DOS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS, PARA A MUDANÇA NA CONCENTRAÇÃO DE CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NOS PLANTÉIS

Em um dos primeiros trabalhos a pensar a criança escravizada, Manolo Florentino e João Fragoso² perceberam a diminuição do número de escravizados adultos, nos plantéis de Paraíba do Sul, de 1835 a 1865, de 66% para 45%. Em sua interpretação a própria Lei Eusébio de Queiroz, de 1850 foi um fator crucial para esse aumento de infantes nos plantéis, tendo em vista o não abastecimento da mão-de-obra, sendo uma saída possível: os senhores incentivarem os escravizados a constituírem famílias – trazendo consecutivamente o aumento de crianças, mão de obra nova – para estender o sistema escravista.

A partir dos dados referentes às viagens transatlânticas de escravizados, disponíveis no site *The Transatlantic Slave Trade Database: Voyages*, Manolo Florentino e Carlos Villa³ refletiram sobre a influência do abolicionismo inglês no tráfico e concentração destas crianças escravizadas, de 1810 a 1850. Desenhando um extraordinário aumento de infantes de ambos os sexos a bordo dos navios negreiros – desembarcados na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro – em detrimento da participação de homens adultos para 1811-15 (c.27%), 1816-25 (c.37%), 1826-35 (c.48%), 1836-45 (c.59%) e 1846-50 (c.35%). Podemos perceber a direta influência dos acordos a respeito do tráfico de escravizados entre Portugal e Inglaterra, entusiasmando a busca por crianças africanas e a inserção em massa destas no tráfico a partir de 1815. O olhar senhorial quanto a longevidade da sistemática escravista, aplicava-se também ao tráfico atlântico, a partir do século XIX a criança escravizada adquire uma posição social de maior importância, para contrapor os movimentos emancipatórios.

.....
2 FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). 1987.

3 FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). 2016. História (São Paulo). V.35 e 78, 2016.

Mas estes dados não se aplicam apenas aos escravizados que eram desembarcados nos principais portos do Império. Nos dados levantados por Gabriel Berute⁴ percebemos um aumento considerável da porcentagem das crianças que eram direcionadas para o Rio Grande do Sul. Entre 1838 e 1852 as crianças entre cinco e quatorze anos representavam 36% dos escravizados importados do Rio de Janeiro. Assim sendo, isto nos faz pensar no contexto agrário do trabalho sulista e a importância da latinização⁵ fazendo as crianças destacarem-se dentro deste contexto. Da mesma forma, pensando a fronteira meridional, pode-se mencionar a dissertação de Rafael Peter de Lima⁶ que, por meio dos processos crimes de escravização ilegal e reescravização, percebeu um comércio ilegal de escravizados a partir da segunda metade do século XIX. Esta dinâmica ocorria, especialmente por meio do abatimento destas pessoas nas regiões da banda oriental, onde a escravidão estava abolida, culminando em um intenso debate político entre a jovem República do Uruguai e o Império Brasileiro em consolidação. Quanto a esses processos de escravização ilegal, Lima aponta as crianças e as mulheres negras como principais vítimas dos crimes de reescravização.

Nossas pesquisas anteriores⁷ voltaram o olhar para a concentração de crianças nos plantéis em Pelotas (1850-1870) encontrando dados que nos fazem refletir sobre essas mudanças demográficas, causadas pelo impacto das leis de 1831 e 1850 a seguir dois dados presentes nesta pesquisa que nos auxiliam a compreender o aumento de preço e concentração das crianças nos plantéis.

.....
4 BERUTE, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para o porto do sul: características do tráfico negreiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1825. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006.

5 Africano ou crioulo que aprendera a entender e manipular muitos dos símbolos culturais, protocolos sociais e circuitos mercantis do Brasil escravista, que se tornou perito nos costumes e valores do homem branco, sem abandonar muitos dos costumes e valores africanos, embora sobre estes os arquivos só nos ofereçam pistas quase apagadas (REIS, João J. De escravo a rico liberto trajetória do Africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia Oitocentista. História. São Paulo. N.174, p. 15-68, jan-jun, 2016).

6 LIMA, Rafael Peter de. A nefanda pirataria de carne humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). 2010.

7 JR RESENDE, José. "As crianças pretas da Princesa do Sul": um estudo quantitativo dos inventários post-mortem e das cartas de alforria – Pelotas/RS, 1850-1870. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de História Licenciatura. Universidade Federal de Pelotas, 2018.

Tabela 1 – Relação Escravizados adultos, crianças e sem informação de idade Pelotas (1850-1870)

Ano	1850-1855	1856-1860	1861-1865	1866-1870	Total
Adultos	906	528	619	624	2677
Crianças	227	220	192	274	913
Sem Inf.	161	222	104	69	556
Total de Escravos	1294	970	915	967	4146
Nº de inventários	422				

Tabela 2 – Media do valor total das crianças escravizadas % entre 1850 e 1870 Pelotas (em mil réis)

Ano	1850-1855	1856-1860	1861-1865	1866-1870
Valor	333\$000	496\$000	656\$000	510\$000

*Dados levantados, inventários **post-mortem** Pelotas (1850-1870) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php> >*

Segundo nosso levantamento, através dos inventários *post-mortem* percebemos entre os anos de 1850 e 1870 um aumento de 10% na concentração das crianças escravizadas nos plantéis. A pesquisa também indica que essas mesmas crianças se concentravam mais entre plantéis de 0 a 5 e de 6 a 15 escravizados, sendo muitas vezes cerca de 30% do plantel, nesses casos. Ainda mais saliente, é o aumento dos preços das crianças que entre 1850 e 1861 praticamente dobra, o que pode significar uma possível valorização das mesmas tendo em vista o fim do tráfico atlântico de escravizados e a constituição de famílias como um dos suportes para dar continuidade ao sistema escravista. Neste breve levantamento bibliográfico podemos perceber o crescimento demográfico das crianças nas escravarias, a partir de 1831. Uma possível justificativa para esse crescimento, seriam as leis que influenciaram diretamente o tráfico atlântico e resultaram no incentivo dos senhores, para que os escravizados constituíssem família e consequentemente tivessem filhos, que dariam continuidade à escravaria. Essas leis que mexeram diretamente no tráfico atlântico, acabaram por influenciar uma mudança ferrenha quanto as populações abordo dos navios negreiros.

Como uma estratégia dos senhores, visando a continuidade das escravarias, optaram por trazer mais crianças a bordo dos navios negreiros, nas últimas décadas desse comércio. Outra questão que se salienta, mas relacionado à fronteira meridional, a captura de crianças livres sendo reescravizadas e trazidas ilegalmente para o Império, a partir de 1850. Este breve levantamento, nos traz eixos de análise e perspectivas diferentes, mas que se voltam para questão da importância desta criança negra na manutenção da escravidão a partir de 1831 e até as últimas décadas do século XIX.

Estes são dados quantitativos que nos conduzem a pensar na importância de se refletir também de forma qualitativa sobre esses pequenos sujeitos históricos que tiveram importância crucial para o sistema escravagista, sobretudo a partir da metade do século XIX. Torna-se necessário centralizar a questão das crianças negras escravizadas e refletir sobre seus lugares sociais e importância, dentro deste contexto histórico *Breves reflexões sobre o uso de fontes criminais e a História Social da Escravidão*. As possibilidades pensadas a partir de 1980, pelas novas correntes dos estudos sobre a escravidão no Brasil, pautada pelo paradigma da agência, nos permite produzir esta pesquisa alinhada a um novo uso das fontes seriais, cartoriais e criminais. Essa nova geração da historiografia brasileira se utiliza de um forte aparato teórico-técnico da história social, muito influenciado pela obra de E.P. Thompson. A obra do autor britânico, que será mais influente para a presente pesquisa é *Senhores e Caçadores*⁸ que analisa um episódio de desordem na região da Floresta Real de Windsor, que resultou na aplicação da pena de morte a – famosa *lei negra* – para mais de cinquenta novos crimes. O historiador britânico usa esse pretexto, para analisar a reestruturação da sociedade inglesa a partir da ótica da lei e do crime.

Pensar a lei como um campo de disputa, nesse momento, é uma atitude revolucionária. Porque esse olhar remodelou a forma com que se vinha pensando e produzindo a história. Até então, a lei não era vista como um espaço onde as classes, ditas como subalternas, poderiam ocupar ou mesmo

.....
8 THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Paz e Terra. 1977.

disputar poder. Todavia, Thompson prova que dentro desse espaço legal, pessoas comuns se destacavam, disputavam e negociavam por suas vidas. Dentro da historiografia social da escravidão brasileira, existe uma variedade de trabalhos a respeito da criminalidade escrava. Uma das principais referências é a comunicação de Silvia Lara em 1982⁹ onde a autora aborda o cotidiano negro e as relações sócio-raciais de dominação, e na autonomia negra usando de brechas legais para posicionar-se contra os castigos dos senhores. Tendo em vista, o recorte temporal da presente proposta, vale relembrar a importância da segunda metade do século XIX, como aponta Célia Azevedo¹⁰, em sua análise que vai elucidar a forma que a recriminação e o racismo aumentam a no passo que as medidas emancipatórias também ascendem. A criminalidade, nesta perspectiva, nos traduz um contexto sócio-racial muito amplo de negociação e conflito. O livro de Machado¹¹ que trabalha muito a partir dos processos crimes, nos traz uma perspectiva bastante semelhante à de Célia Azevedo, porém especificando mais as tipologias dos crimes, apontando o aumento de atentados contra os senhores neste recorte temporal que apresenta uma densa crise na sistemática escravocrata. Porém, é necessário colocar, que essa discussão teórica não circula apenas na ideia de violência e castigo, mas pensando a agência escravizada de forma muito mais ampla. Lara¹² aborda a conexão entre a violência, controle social e reprodução da ordem escravista e constitui a ideia de uma relação de dominação cotidiana entre senhor e escravizado. O castigo não era a pauta, e não fora criticado em diversas instâncias sociais, em si, mas sim quando ocorria em excesso.

Percebemos com esta reflexão preliminar, que os processos-crime abrangem diversos contextos sociais e nos possibilita imergir em um mun-

.....
9 Lara, Silvia Hundold. Processos crimes: o universo das relações pessoais. In. V Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1982, *Comunicação*. Rio de Janeiro, p. 153-161.

10 AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra medo branco: o imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

11 MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

12 LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988

do de interpretações, sendo assim, não precisa estar atrelado apenas as relações de emancipação isoladamente, serve também para pensar o cotidiano. Wissenbach¹³ discute exatamente a forma com que a criminalidade pode ser usada para reconstituir as vidas escravas e forras em um município paulista, na segunda metade do século XIX. O presente trabalho, compreende a temática da criminalidade dentro desta concepção, que enxerga a negociação dentro da iniciativa legal, e que da mesma forma, os processos criminais, como trabalhou Challhoub¹⁴, trazendo uma leitura textual para a interpretação das vivências e do cotidiano¹⁵ escravo. Entenderemos a criminalidade, guiado por esse arcabouço teórico, tentando dar voz as populações escravizadas e percebendo o crime como um espaço de disputa de poder, de negociação e das fontes criminais como um instrumento de auxílio à percepção do cotidiano.

O CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO E AS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NOS PROCESSOS CRIMES

Em 1830, após quatro anos de debates, é promulgado o Código Criminal do Império do Brasil. Até então, o livro V, das Ordenações Filipinas, publicadas em 1603, dava o tom do direito penal. De caráter draconiano as penas impostas pelo Código Filipino variavam das multas e o confisco dos bens até as queimaduras com tenases ardentes, mutilações, açoites, degredo, galés e mortes naturais no pelourinho ou na fogueira. O castigo buscava produzir efeitos ideológicos de inibição (NEDER, 2007a: 157). O caráter draconiano das penas impostas pelo Código Filipino, refletia a centralização monárquica da época. Foucault explica que o próprio crime não acabava em si, o crime era uma forma de desobedecer a ordem monárquica e assim desrespeitar o próprio rei, o crime era uma forma de subverter a centralização do poder real. Em contraponto, a punição servia como reparação

.....
13 WISSENBACH, Maria Cristina dos santos. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec, 1998.

14 CHALLHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

15 HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Paz e Terra. João Pessoa. 1985.

dessa desordem e portanto deveria marcar o corpo, também de forma irreparável. Por outro lado, não somente a punição servia como vontade do rei, existia uma outra face dessa moeda: a clemência. O rei poderia intervir nas punições e condenações, trazendo ode ou descontentamento. Colocando a figura monárquica no centro, agindo como um pai e pastor, guiado pelas normas e virtudes da religião, punia quando era desrespeitado, mas também perdoava e dava clemência e aprendizado. Como aponta Pinto a posição do rei intervia diretamente na própria ação da justiça.

O recém-criado Império do Brasil buscava uma legislação própria que reforçasse sua autonomia, mitigasse as agitações e produzisse a ordem necessária à sua reiteração temporal. A influência dos bacharéis formados em Coimbra e dos magistrados de origem portuguesa contribuiria para a continuidade de antigos procedimentos penais em novos moldes. O Império permaneceria aplicando “a velha legislação herdada dos tempos coloniais sem proceder a grandes e radicais rupturas, adaptando-a as tradições específicas dos brasileiros, à cultura jurídica então em formação e, sobretudo, aos interesses econômicos das elites agrárias brasileiras” (FONSECA In NEDER, 2007: 115). Por mais que o código criminal de 1830 tentasse se desvincular da ideologia punitiva do Antigo Regime, ainda guardava resquícios principalmente atrelados à moralidade. O direito se torna o campo de legitimação da hegemonia. A lei é redefinida como instrumento de disciplina, controle e hierarquização. Embora os princípios da Escola Penal Clássica, principal influência normativa do Código Criminal Imperial, busque desvincular a relação entre infração e falta moral ou religiosa, isso não aconteceu plenamente. As ofensas à moral e à religião são as maiores causas de encarceramento nos crimes considerados policiais.

Entender o código criminal de 1830 é também refletir os reflexos do moralismo da sociedade Imperial e as heranças que resgata do Antigo Regime. Uma das passagens mais importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa está na parte primeira do código “Dos crimes e das penas” Artigo 10 “1º Também não serão julgados criminosos os menores de quatorze anos”. Tendo em vista, o objetivo da pesquisa pautar as crianças escravizadas tanto

como réus, mas também como vítimas, a princípio esse artigo dificultaria o processo. Porém, ainda que esse artigo existisse, não impedia que as crianças fossem intimadas ou até mesmo julgadas.

Depois de um breve levantamento dos processos que envolveram crianças escravizadas em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre entre os anos de 1820 e 1870 encontramos 44 processos em que as crianças aparecem como réus e vítimas, expressamos a quantificação e tipologia na tabela abaixo:

Tabela 3 – Tipologias de crimes que envolveram crianças escravizadas como réus e vítimas: Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1820-1870)

CRIMES RÉ	Nº de Processos	CONCLUSÕES	CRIMES VÍTIMA	Nº de Processos	CONCLUSÕES
Furto	4	4 condenações	Estupro	5	1 Procedente 1 Desistência 3 Condenções
Homicídio	7	1 Improcedente, 3 Condenações 3 Absoluções	Reduzir à escravidão pessoas livres	10	2 Sem Inf. 2 Improcedências 5 Absoluções 1 Condenação
			Defloramento	1	1 Improcedência
			Homicídio	9	1 Interrompido 1 Arquivado 6 Condenação 1 Improcedente
			Ferimentos e outras ofensas físicas	7	2 Sem inf 2 Improcedente 1 Desistência 2 Absolução
			Infanticídio	1	1 condenação
TOTAL	11	7 condenações 3 Absoluções 1 Improcedência		33	11 condenações 7 Absoluções 6 Improcedência 4 Sem informação 2 Desistência 1 Procedência 1 Interrompido 1 Arquivado

Dados levantados, processos criminais Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1850-1870) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

Dos 44 processos que foram encontrados, 11 deles correspondem as crianças na categoria de réus, enquanto na categoria de vítimas foram encontrados 33 processos. Homicídio é o crime que essas crianças mais cometem, e um dos tipos de crimes que elas mais sofrem. Assim como a história que abriu o presente artigo, entra nessas duas categorias já que se trata de um crime que fora praticado e sofrido por crianças. Os dados levantados dialogam com os expressos por Lima anteriormente, o crime de reduzir à escravidão pessoas livres representa 30% dos crimes sofridos por essas crianças entre 1820 a 1870, sendo 9 destes da região de Pelotas. Lima reflete sobre as crianças e mulheres como principais vítimas desses crimes, devido a maior facilidade em capturar em relação a homens adultos, que poderiam ser o foco de abastecimento de outros tipos de tráfico de escravizados. Aparentemente, as crianças escravizadas estavam sujeitas a cometer e sofrer diversos tipos de violência.

ANDRÉ, LINO E ENGRÁCIA: ESCRAVIDÃO, INFÂNCIA E CRIMINALIDADE

Na véspera do Natal de 1835, nas imediações do Santa Bárbara, na cidade de Pelotas-RS amanheceram agitadas, a parda e forra Maria da Conceição foi a venda de João Alves para ver o almoço para o marido que estava preso, quando chegou lá encontrou Engrácia aos prantos e completamente ferida e manchada de sangue e sua mãe gritando e batendo na porta da venda, que se encontrava fechada. Gritando que se sua filha morresse, João Alves pagaria por isso e que o seu senhor José Vás intimá-lo-ia. Maria, como testemunha do processo, diz ter visto a tudo e ouvido que o réu João Alves gritava de dentro para que a preta se calasse e que não mais abriria a venda. A mãe de Engrácia levou a filha até o juiz de paz, junto ao senhor das duas José Vás de Teixeira do Amaral e lá começaram as medidas legais contra João Alves. Assim que despachada a ordem para o corpo de delito, fora designado o cirurgião para realizar o exame confirmando as lesões bastante graves para defloramento e estupro à menor Engrácia de apenas 10 anos. Após o exame de corpo de delito, João Alves foi intimado a comparecer ao cartório,

porém não apareceu. José Vás de Teixeira alguns dias após recolheu testemunhas para depor contra o réu. O caso se desenrola para o final ao recorrer a testemunha Francisco José da Silva, e quando perguntado respondeu ter ouvido dizer por um escravizado (ao qual o documento não especifica o nome) de Urbano Jose Vilela, vizinho do réu, ter visto João Alves colocar a pequena Engrácia para dentro da venda na tarde do dia 23 de março e a ter colocado para fora na manhã do outro dia, o escravizado ainda argumentou ter ouvido dizer que João Alves violentara a pequena Engrácia e que depois disso, fechara a venda por vários dias. O Tenente Reformado João Ladislão Monteiro Mendonça, testemunha juramentado do caso de Engrácia, acrescentou que a venda continuou fechada por mais de quinze dias e que tinham suspeita que o réu havia fugido para Bagé.

Os relatos foram tirados do processo nº 72 do ano de 1835 em Pelotas, presente no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, infelizmente o processo não segue muito além do já descrito, não temos fontes que afirmem que João Alves tenha voltado à comarca ou que tenha pago sua pena na prisão. O caso do natal sangrento de Engrácia, nos faz pensar sobre as motivações dos senhores em defender as suas escravizadas que sofriam com esse tipo de violência. Quanto a questão da violência sexual contra crianças, o trabalho de Saidiya Hartman em “Seductions and the Ruses of Power”, partindo da definição legal do estupro – “conhecimento carnal forçado de uma mulher contra sua vontade e sem seu consentimento. Hartman aponta a história de uma escravizada que é abusada pelo seu senhor aos 12 anos de idade e tem um filho do seu senhor. A discussão sobre o caráter paternalista da visão senhorial nesses casos é muito bem trabalhado pela autora Maíra Alves, quando debate a violência e a sedução. Mas o que os casos de violência, nos dois trabalhos, nos levam a pensar é no caráter naturalizado que essas violências eram tratadas quando na relação entre senhor e escravizada. Todavia, o caso de Engrácia aconteceu não com o seu senhor e diferente disso, o seu senhor é a peça que movimenta esforços para que o réu seja julgado e condenado. Esse apontamento torna-se ainda mais interessante, quando nos prontificamos de tentar

entender a visão e as motivações dos senhores para esses crimes. 20 anos depois do crime, o inventário de José Vás de Teixeira do Amaral (senhor de Engrácia) é aberto junto ao de sua esposa, dentre outros bens, podemos encontrar no seu plantel a mesma Engrácia, agora adulta, acompanhada de sua mãe e de seus jovens dois filhos. Ou seja, no final da vida de José Vás de Teixeira todo o seu plantel gira ao entorno de Engrácia. Quando retomamos, a discussão da concentração de crianças nos plantéis, perceberemos a maior importância dessas nos plantéis pequenos e médios. Assim sendo, talvez fosse crucial para José Vás de manter Engrácia e protegê-la, pois ela significava a maior longevidade do seu próprio plantel.

Essas estratégias senhoriais refletem-se em outras formas, como no caso de André e Lino que são julgados pelo crime de homicídio contra outro menor e do arrombamento da casa do Padre Nicolau de Genova. Ambos quando submetidos ao primeiro interrogatório. Afirmaram terem menos de 14 anos. Mesmo assim, o delegado intima os senhores que apresentem algum documento que comprove a idade de seus escravizados. Enquanto o senhor de Lino, que era tutelado, relata ao escrivão acompanhado do registro de batismo do mesmo, comprovando que ainda não teria completado 14 anos acrescenta que Lino sempre fora um escravo fiel e que seria incapaz de cometer tais atrocidades, devido a sua idade, que provavelmente deve ter sido coagido pelo outro menor. Em contraponto, a senhora de André não consegue o defender da mesma forma e além disso, ao apresentar os documentos referentes ao batismo de André, os escrivães percebem que na verdade André possuía 16 anos e não 14, após a intimação os dois menores são julgados, mas somente o mais velho é condenado.

O caso de André e Lino permite que tenhamos muitas interpretações, possivelmente os curadores sabiam das brechas do código e usaram elas em favor das crianças, assim como o senhor de Lino que resultou em sua absolvição. É nítida o esforço senhorial em defender tanto Lino quanto Engrácia, o que nos leva a pensar em uma importância social dessas crianças dentro deste contexto histórico, como já expresso nos subtítulos anteriores. Porém, as crianças não estavam sujeitas apenas aos cuidados

e proteção dos senhores, para essa noção de infância, as relações com os senhores eram bastante ambíguas, muitas dessas crianças eram tratadas como animais de estimação no ambiente doméstico, acompanhavam as mães e outros escravizados na lida e sofriam diversas torturas. Segundo processo crime disponível no APERS, para cidade de Porto Alegre no ano de 1851 a senhora Cristina Joaquina de Jesus é acusada de torturar as duas crianças que eram suas escravizadas de casa, Maria e Serafina, ambas menores. Cristina diversas vezes espancava as crianças e usava uma colher para queimar suas bocas. Tanto na relação com senhores, mas também com a dos outros escravizados, que por vezes, enxergavam as crianças como privilegiadas. Como no caso de Deolina parda e do pequeno Arthur, na cidade de Porto Alegre no ano de 1872. Nesse caso, o ambiente doméstico durante a escravidão nos aparece como um espaço até mesmo de competição e disputa, Deolina fora acusada de por diversas vezes durante o mês de fevereiro do mesmo ano, de torturar o pequeno Arthur de apenas 7 anos dando-lhe ovos quentes para queimar sua boca, de amarrá-lo na cama e espancá-lo diversas vezes.

Durante todo processo da escravidão negra no Brasil, as crianças escravizadas desempenhavam diversas funções, a partir dos oito anos começavam a aprender ofícios para praticar no futuro, serviam água para seus senhores e atendiam suas necessidades básicas, quando mais novos, as crias de pé estavam sujeitos a ambiguidade senhorial. Por vezes podiam ser vistos participando das brincadeiras junto as crianças brancas, sendo paparicadas pelas senhoras, e por outras vezes, levando severos castigos. Todavia, se crê que as crianças escravizadas gozavam de liberdades maiores, em relação a esta mesma população na fase adulta. Circulavam quase que livremente pela cidade, brincando no cais, correndo entre vielas e campos, acompanhando outros escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar mate, nessas vivências estavam sujeitas a sofrerem violências e também de cometerem crimes. A análise qualitativa nos permite entrar um pouco mais no mundo dessas

crianças escravizadas, perceber os lugares que estas ocupavam e a quais tipos de violências estavam submetidas. Por mais que a pesquisa se encontre ainda no início, justifica-se na ausência de pesquisas que pensem a criminalidade junto a noção de infância escrava, e na importância desses debates para própria história social da escravidão no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maíra. **Cativeiro em conflito: crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888)**. Tese de doutorado PPGH – USP. São Paulo. 2015
- BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para o porto do sul: características do tráfico negreiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1825**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil(1810-1850). 2016. **História (São Paulo)**. V.35 e 78, 2016.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX**. In NEDER, Gizlene. História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Revan, 2007b.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **Marcelino, filho de inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)**. 1987.
- HARTMAN, Saidyia V. **“Seduction and the ruses of power”** in Callalo, vol. 19, no. 2, 1996.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Paz e Terra. João Pessoa. 1985.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Paz e Terra. 1981.

- JR RESENDE, José. **“As crianças pretas da Princesa do Sul”:** um estudo quantitativo dos inventários post-mortem e das cartas de alforria – Pelotas/RS, 1850-1870. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de História Licenciatura. Universidade Federal de Pelotas, 2018.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- II Congresso Internacional de História – Cultura, Poder e Sociedade, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil, de 05 a 07 de novembro de 2019.
- LIMA, Rafael peter de. **A nefanda pirataria de carne humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. 2010.
- MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2013
- MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- NEVES, M. de F. R. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1993.
- PINTO, Luciano da Costa. **Moral e Religião no Código Criminal Imperial ou uma apologia da soberania em tempos de ilustração**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2003.
- TEIXEIRA, Heloísa. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)** Tese. PPHE. USP. 2007
- WISSENBACH, Maria Cristina dos santos. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ST 17
FONTES JUDICIAIS E
SEU USO NA HISTORIOGRAFIA

COORDENAÇÃO

PAULA SIMONE BOLZAN JARDIM (UFN)

PAULA RIBEIRO CIOCHETTO (UFSM)

UMA BREVE ANÁLISE DE TLAXCALA, NUEVA ESPAÑA EM TORNO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES INDÍGENAS NO SÉCULO XVIII

RAUANA GUERRA DE ALMEIDA
MESTRANDA EM HISTÓRIA – UFSM
RAUANAGUERRA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte das primeiras indagações, leituras e reflexões da pesquisa de mestrado intitulada: Mulheres indígenas: violência e condições femininas em Tlaxcala, *Nueva España*, século XVIII. Assim que, aqui estarei realizando uma breve análise sobre a província de Tlaxcala, durante o período supracitado, com o intento de analisar determinados aspectos sociais, econômicos, culturais e as práticas coercitivas dirigidas para as mulheres indígenas, pensando assim, em que medida essas violências quebram a ordem cotidiana local. Para tal, utilizarei de processos crimes¹ selecionados, pois os mesmos são testemunhos específicos e com características próprias dessa sociedade, ou seja, através deles observar uma espécie de dinâmica social presente.

A PROVÍNCIA DE TLAXCALA NO SÉCULO XVIII E SUA DINÂMICA SOCIAL

A província de Tlaxcala durante o período em questão foi marcada por uma série de elementos que estavam se construindo e se fortificando ao longo

.....
¹ As fontes estão disponíveis para consulta no *Archivo Historico del Estado de Tlaxcala*, em San Pablo Apetatitlán, Tlaxcala, México. São parte do fundo histórico, da seção judicial de série criminal do período colonial mexicano do arquivo.

dos últimos séculos, pensando principalmente no papel assumido pelos tlaxcaltecas desde o século XVI² e as consequências das mesmas no âmbito local, como os privilégios conquistados e a luta pelo mantimento dos mesmos e das autonomias, como também as formas de governo e religiões, que eram partes importantes para os que viviam em Tlaxcala nesse contexto, isso inclusive moldava o rumo político local, conforme Gabriela Mateo (2018). Há de se salientar também os elementos de uma sociedade híbrida³ que num ambiente complexo já construído e que consolidado no século XVIII, com diferentes grupos que detinham características distintas, ora se aproximava, ora se distanciava em relação a aspectos culturais, econômicos e políticos.

Essa sociedade era predominantemente rural, conforme demonstram os estudos de Pietschmann (1983), nestes o autor utilizou de censos do fim do século XVIII para realizar um trabalho de história demográfica e social, possibilitando demonstrar que a sociedade estava dividida entre viver na única cidade da província, ou seja, na cidade de Tlaxcala⁴, nas grandes propriedades de terras⁵ ou nos diversos povoados, que no fim do período colonial contabilizavam mais de 100. Nestes, a população era predominantemente indígena, visto que os advindos da Europa preferiam viver nas cidades da *Nueva España* pois havia maiores possibilidades, como a de comercializar de maneira mais

.....
2 Tlaxcala durante o período mesoamericano não estava sujeita aos mexicas, ou seja, não pagava tributos e nem respondia aos mesmos, diferentemente da maior parte dos grupos da região central mesoamericana. Tendo assim, sua dinâmica própria e uma estrutura de poder ligada a quatro senhorios indígenas. No século XVI os tlaxcaltecas fizeram uma aliança com os espanhóis para a tomada de *Tenochtitlán* e região, isso beneficiou grandemente os espanhóis visto que, os advindos de Tlaxcala conheciam a região e como funcionava a estrutura econômica, política e social dos rivais. O acordo previa alguns bônus a Tlaxcala, como a manutenção do governo indígena no que veio a ser a província de Tlaxcala e o não pagamento de certos tributos, entre outros.

3 Pensando em Burke (2006) pode se dizer que a pacificidade nem sempre é um elemento definidor no que se refere a essas relações que acontecem em diferentes locais e com tons distintos. A partir disso é preciso salientar que muitas vezes essas culturas híbridas são resultados de longos processos que ocasionaram disputas, resistências, ainda que não só, levando em conta as especificidades locais e as ondas de poder que emanam de maneiras diferentes.

4 O autor em questão demonstra que nela havia um maior número de espanhóis se comparado com outros espaços do território.

5 Os estudos de Almadelia Hernández (2007) permitem visualizar os principais donos desses espaços na província, estes sendo principalmente espanhóis.

ampla com diversos locais, como com Veracruz e Puebla, no caso dos comerciantes de Tlaxcala, conforme detalha Almadelia Hernández (2007). Ainda assim, a cidade só possuía 6% da população total da província. Nela viviam comerciantes, artesãos, administradores, religiosos, entre outros.

A província de Tlaxcala era predominantemente indígena, e esta população no período em questão estava nos diversos povoados, trabalhando nos meios rurais e também na cidade. Muitos circulavam cotidianamente em todos esses espaços, pois, poderiam viver nos povoados e trabalhar na cidade ou a frequentavam para realizar diversos tipos de tarefas, como a venda de suas produções no mercado semanal que ocorria na praça principal da cidade de Tlaxcala. Almadelia Hernández (2007) evidencia o destaque comercial dos espanhóis sobre o comércio local e regional, porém suas fontes não mostram o papel dos indígenas frente essas atividades. Ainda assim, a mesma acredita que os mesmos tinham um papel importante no mesmo, principalmente no que se refere ao abastecimento de mercadorias e produtos na cidade.

As dinâmicas de cada local eram influenciados por quem e de que maneira produziam e vivenciavam os espaços, por exemplo, como já mencionado, os espanhóis buscavam viver na cidade de Tlaxcala e isso influenciava nas formas de vivência, padrões locais e também no que se consumia frente aos demais povoados e zonas rurais. Havia por exemplo, elementos que davam maior prestígio para alguns, como os espanhóis que detinham toda uma notoriedade possibilitada por seu local de origem, e isso é possível de ser observado nos mais variados documentos, como os próprios processos crimes, através de diversas maneiras, por exemplo na arte da escrita, na qual, ao se nomear um espanhol, se utilizava o termo “*don*”, ou seja, a nomeação carregava um prestígio próprio que perpassava a outros. Nos livros de impostos também são eles que dominavam o espaço, visto a presença hegemônica dos “*dons*” na *Alcabala*⁶, por exemplo.

.....
6 A *alcabala* era um imposto cobrado desde 1574 na *Nueva España* e o era feito inicialmente sobre as transações mercantis e também sobre a venda de imóveis, conforme Almadelia Hernández (2007), sendo assim possível através dela medir as atividades econômicas legais de Tlaxcala, como a já citada autora faz. Através desse imposto também é possível conhecer os hábitos alimentares da população, sabendo inclusive o que era produzido na própria província e o

El comércio en la Nueva España y, para nuestro caso, en la ciudad de Tlaxcala era controlado por españoles, ya fuera mediante enlaces matrimoniales o bien la invitación al sobrino o del pariente el español, los emigrantes españoles se fueron incorporando a la actividad mercantil ya fuera como cajero o administrador de quien lo había invitado. (HERNÁNDEZ, p. 51 – 52, 2007)

Ainda sobre a economia local, a produção interna era algo importante para a população, cabendo destaque o importante centro têxtil local, juntamente com as atividades promovidas na província de Puebla, no qual Tlaxcala tinha maior relação comercial e economica visto a proximidade e interesses entre ambas. A produção têxtil em si, continha variantes, principalmente voltadas às materias-primas⁷ utilizadas, ainda que de igual maneira a produção total era algo importante na região, conforme os escritos de Almadelia Hernández (2007). A autora também demonstra através de suas fontes de que no fim do século essas produções passaram por um momento de grande crise, e isso, seria causado por diversas epidemias fortes que recaíram sobre a população tlaxcalteca, às novas políticas economicas implantadas que afetaram a região central em maior peso e também devido aos efeitos migratórios que alcançaram um número relativamente alto no período em questão.

As dimensões territoriais de Tlaxcala pouco mudaram durante o período colonial, e conforme essas condições a estrutura governamental foi se estruturando e conformando desde o século XVI, permanecendo sem grandes mudanças, como apontado por Salvador Vazquez (2004). Nesses espaços, a vida era influenciada por três tipos de poder e/ou representações, estas sendo a do governo espanhol, o da Igreja e o governo indígena⁸. Cada

que não era.

7 Durante boa parte do período colonial a lã foi um importante bem para a produção têxtil, dominando na escala de produção até meados do século XVII. Mas no período aqui estudado a matéria-prima predominante era o algodão, conforme Hernández (2007). Essas matérias-primas estavam predominantemente sob o controle dos espanhóis da província, que se articulavam entre eles e os comerciantes de Veracruz e Puebla.

8 Tlaxcala durante o período colonial foi a única província a ter assegurado o direito de possuir um governo indígena com dinâmica própria, é claro que o mesmo foi atacado ao longo dos séculos e poderia interferir até certo ponto nas atividades sociais.

uma tinha um grau de interferência em cada província, e é claro que os dois primeiros estavam ligados conforme necessidade e interesses. No caso da Igreja, os mesmos antecederam a instalação formal do governo civil, visto a presença dos franciscanos⁹ desde as primeiras décadas do século XVI. A supremacia dos mesmos no local foi indiscutível, pois não havendo determinados regimentos, os religiosos tinham poucas limitações e isso prosseguiu-se por boa parte do período colonial, ainda que com menor intensidade depois de 1640, como colocado por Salvador Vazquez (2004).

As relações entre os diferentes tipos de poderes nem sempre eram pacíficas e distribuídas de igual maneira, a Igreja teve muita influência na localidade, e o papel religioso e o civil buscavam controlar o mando indígena. Os últimos sofriam diversos tipos de ataque no que se refere aos privilégios conquistados, pois havia o interesse por parte dos espanhóis de enfraquecê-lo frente as relações de poder, tratos sociais estes, que foram cambiantes ao longo do período colonial. Vazquez (2004) delimita o século XVIII como o período de re colocação da influência das instituições. Sendo essas as que exerciam poder de diferentes maneiras na vida dos tlaxcaltecas, variando conforme estratificação social, no qual nas últimas décadas do século XVIII Tlaxcala contava com mais de 70% de presença indígena conforme demonstra os censos analisados por Pietschmann (1983), referente aos demais grupos menos de 14% era espanhol e cerca de 12% pertencia a castas diversas do qual o autor não as especifica. Os dados apresentados pelo autor mostram que 49% da população total era casada, e que no que se refere ao trabalho cerca de 42% da população possuía algum tipo de de ofício.

Tlaxcala ainda, tinha uma população feminina em maior número frente a masculina, e sabendo disso, é necessário destacar alguns elementos ligados as mulheres que são importantes para entender a dinâmica da sociedade. Dessa maneira, utilizo-me dos estudos de Edith Gutierrez (2007) sobre a mulher tlaxcalteca e as práticas adúlteras, visto que a mesma apresenta as principais diferenciações entre os grupos no fim do período colonial através

.....
9 A província foi sede episcopal franciscana, perdendo o posto após a construção de Puebla de Los Angeles, quando a diocese foi transferida para a nova cidade.

de processos crime ligados ao adultério.¹⁰ A autora apresenta que o número de mulheres espanholas na província era pequeno e as que lá viviam estavam principalmente na única cidade da província, o que reafirma o dito por Almadelia Hernández (2004) sobre os espanhóis preferirem viver nas cidades, já que uma de suas principais atividades era o comércio. As espanholas¹¹ traziam seus trejeitos e entendimento sobre o mundo muito pautado em padrões próprios de seu local de origem. Havia expectativa sobre suas ações, como a necessidade de que fossem boas mães e que ocupassem seu espaço como dona de casa, e os sentimentos considerados bons, como a amabilidade e a doçura deveriam ser as principais características das mesmas, elas deveriam passar essas qualidades para a família e para os seus próximos. Isso também era esperado para as *criollas*, que tinham as espanholas como um espelho em suas ações. Um ponto importante ressaltado por Edith Gutierrez (2007) é que a condição socioeconômica de cada mulher interferia nas expectativas sobre as mesmas, assim, mulheres que possuíam uma condição de vida mais elevada, implicava com que o peso das exigências e padrões comportamentais traçados fossem mais definidos e cobrados. Eram essas mulheres que também tinham a maior oportunidade de possuir ranchos e outras propriedades de maior ou menor extensão, inclusive o trabalho de Isabel González (1969) sobre propriedades rurais no início do século XVIII apontam que as proprietárias tlaxcaltecas constituíam mais de 15% no total de Tlaxcala para propriedades desse tipo.

A mulher mestiça geralmente trabalhava nas casas de espanhóis, no comércio, nos meios rurais, entre outros, visto as necessidades familiares que variavam. Tanto os homens quanto as mulheres negras eram desprezados dentro de uma hierarquia social, estes trabalhavam geralmente no

.....
10 Segundo Edith Gutierrez (2007) em Tlaxcala o adultério era considerado crime independente de quem o cometia e caso a prática fosse descoberta havia punições, seja para homens ou mulheres. E isso é uma prática do local, visto que em outras províncias isso não ocorria, na Cidade do México, por exemplo, a prática era considerada apenas um delito feminino, cabendo punição ao homem apenas se as denúncias partissem de casos públicos.

11 Os dados ligados a mulheres espanholas geralmente aparecem com mais precisão, pois é mais fácil de rastrear-las, já que aparecem num maior número de documentos, como testamentos, registros de impostos e propriedades, entre outros.

que era considerado os ofícios mais pesados, como nas grandes plantações e para outras regiões, nas minas. Já as indígenas estavam em maior número, e estavam divididas em determinados grupos, como as nobres, que detinham certos privilégios, como o não pagamento de determinados tributos, cabendo às demais o pagamento dos mesmos. A educação era familiar, geralmente passada de mãe para filha, com ela se ensinava questões voltadas a aspectos religiosos, práticas matrimoniais e do lar. Visto que eram essas as atividades principais que se esperava delas, ou seja, o casamento e/ou a prática religiosa. Ensinava-se os princípios de humildade e resignação. Ainda assim, muitas para ajudar no sustento familiar trabalhavam em casas de espanhóis, no comércio, ainda que nem sempre soubessem ler e escrever, mas sabiam contar moedas e muitas aprenderam o castelhano, como colocado por Gutierrez (2007).

É nesse contexto e sendo marcadas por determinadas padronizações já contempladas no trabalho de Edith Gutierrez (2007) que as mulheres indígenas aparecem nos processos crimes do período. Aqui entendendo a violência como um meio para a conquista de algo, em que, quem a comete precisa utilizar-se de mecanismos para a legitimação da ação, visto a necessidade de validação. Essas práticas também são um meio de apresentar os valores da sociedade em questão. Nos diversos tipos de coerções refletidas nos processos crimes os acusados variam entre espanhóis, crioulos e mestiços. Essas mulheres vítimas de algum tipo de coerção aparecem de diferentes maneiras e por diferentes motivos. Muñoz (2008) demonstra que era no espaço doméstico que na maioria das vezes o homem as violentavam. E a intromissão da vida privada pelos parentes, dos vizinhos, da Igreja e do poder civil, deu razão a uma grande parte dos expedientes criminais em relação aos conflitos conjugais e sexuais, como os adultérios, a falsa promessa de casamento e estupro. Podemos visualizar que os tipos de violências diferem, indo além de apenas agressões, há entre eles os casos fatais, em que busca-se encontrar culpados para a morte daquele indivíduo¹², ainda que

.....
12 Entre os processos crimes relacionado a violência contra a mulher indígena no período em questão, mais de 40 relatam e buscam culpados por homicídios de mulheres.

nem sempre o encontrem. As mulheres buscavam os órgãos de poder para acusar o que lhes afligia de diferentes maneiras, seja sozinha, buscando terminar com algo que lhe faz mal, seja acompanhado do marido, e nesses casos a necessidade de punição para os culpados também parte do fato de que afeta a honra masculina, visto que havia um entendimento padronizado na sociedade sobre o cuidado masculino frente as esposas e filhos. Quando o caso se trata de jovens, ou quando é o companheiro o autor do crime, os pais ou a figura paterna buscavam de meios legais para resolver os problemas que de alguma maneira prejudicavam a vida dessas mulheres.

Isso pode ser observado na queixa¹³ por agressão a uma mulher indígena no ano de 1794, no povoado de Santa Maria España, no qual o esposo da mesma, Francisco Javier pede que algo seja feito ao homem que agrediu a sua mulher, Ana Maria. Essa agressão partida de Marcos, o espanhol, não era a primeira, conforme relatos, e justamente por acontecer mais de uma vez é que ele entendia que devia procurar a justiça para solucionar o inconveniente. É apresentado no processo que na busca por justiça coube ao marido de Ana María ir até os meios legais para relatar o ocorrido. Segundo os dados contidos no processo, sabe-se que Marcos, o acusado, passou a bater na dita pois o filho da mesma estava estragando produtos importantes na fazenda em que todos trabalhavam e a mesma na busca de defender o filho, foi agredida pelo espanhol. Nesse processo, há elementos ligados a violência, como o relato do perito sobre como eram as escoriações, mas também é possível de observar elementos do cotidiano e das relações do período, mostrando locais de trabalho, como no caso de Ana Maria ser a servente da fazenda e de Marcos ser o criado responsável pelas atividades do local. Outro ponto importante, e que aparece em muitos documentos é o papel do homem ir em busca da justiça para algo que ofenda sua honra e de sua família, como no caso em questão, visto o papel importante projetado para as relações familiares no período em questão. Nesses processos geralmente há uma acusação que parte então de um homem, seguido do testemunho de

.....
13 **Archivo Histórico del Estado de Tlaxcala**. Fondo: Histórico. Sección: Judicial. Serie: Criminal. Año: 1794 Número de caja: 43 Número de exp.: 26 FS.: 06.

um perito, para que legitime as agressões observadas, depois a fala do acusado e também a da possível vítima, como no caso em questão. Elementos do meio rural de Tlaxcala também podem ser observados através dos processos, como esse, em que o motivo da agressão segundo Marcos era o incomodo causado pelo filho de Ana María na produção rural.

Em teoria o lugar das mulheres era bem longe dos tribunais, mas estes foram uma ferramenta útil para defender seus direitos como os que tinham enquanto esposa. Logo, era uma constante as mulheres estarem dentro dos tribunais, produzindo assim, uma série de documentos escritos das mais diferentes temáticas, assim, no caso da mulher casada ela saía do espaço privado, que por muito tempo foi definido como o espaço da mulher, para adentrar ao espaço público dos tribunais. Os processos mostram que nem sempre os mesmos advinham apenas por questão de segurança ou maltrato, há casos em que a esposa queria entre outras coisas que seus direitos como esposa fossem cumpridos, como poder ter acesso e controle de bens que eram entendidos como seus¹⁴. Um exemplo disso é o caso apresentado através de um processo crime¹⁵ de 1797 no qual Maria Francisca Pulido, do povoado de San Pablo del Monte, procura os órgãos judiciais na cidade de Tlaxcala para denunciar seu marido, o qual, segundo ela, não estava cumprindo com as obrigações do casamento nos últimos vinte dias e o motivo seria a desconfiança sentida por ele, frente a sua esposa e um vizinho, assim, ele acusava veemente Maria Francisca de o ter traído. Ela nega, e relata que por esse motivo ela tinha escutado cotidianamente ameaças de morte. Ao longo do processo pode ser entendido que esse tipo de ações que estavam acontecendo na relação matrimonial em questão, não eram bem vistas, mostrando assim, através dos documentos, que há normas pré-estabelecidas e reconhecidas pelos grupos sociais e que em caso de não cumprimento, poderia haver repressão. No caso aqui,

.....
14 Esse tema ligado ao casamento é mais ampliado nos trabalhos de Gutierrez (2007) e Vazquez (2004), visto que analisam exclusivamente a temática matrimonial voltado para as percepções femininas da província.

15 **Archivo Historico del Estado de Tlaxcala**. Fondo: Histórico. Sección: Judicial. Serie: Criminal. Año: 1797 Número de caja: 46 Número de exp.: 27 FS.: 07.

a mulher nega a possibilidade de ter traído aquele que é seu esposo nos últimos 13 anos, e que por saber que as coerções passaram de seu limite aceitável a mesma busca uma solução, isso passa primeiramente pelo âmbito religioso, já que esse tipo de ação poderia envolver a Igreja¹⁶ e como isso não mudou, a mesma voltou a procurar justiça, só que agora então, por outro meio, o judicial, que foi justamente o que nos chega e permite analisar certos elementos da sociedade.

Por fim, é possível de entender que as submissões femininas que era algo até certo ponto esperado, perpassavam os graus de tolerância a partir de determinado grau, o que fazia com que as mesmas, de forma direta ou indireta procurassem algum órgão que a assegurasse o bem estar perdido através de algum tipo de coerção. Muitas vezes, são apontados elementos que demonstram até que ponto uma violência era aceita, revelando por exemplo, o entendimento do controle masculino sobre o feminino, mostrando que havia valores morais mutáveis, pois eram frutos de uma construção social e por isso a violência precisava se adaptar, pois senão perdia seu sentido. Este fenômeno não era aleatório ou gratuito, era sempre fruto de algo, funcionando como uma ferramenta que gerava consequências. Estas consequências recaíam em maior número frente as mulheres indígenas que, eram os principais alvos da violência, essa que quebra a ordem cotidiana pois precisava deter certos espaços sociais que são próprios da dita, como a construção de discursos e de legitimidades acerca das mesmas e de percepções como a de gênero, afetando assim um cotidiano local.

.....

16 A justiça real representava um último recurso para apelar a decisão de um representante religioso, visto que havia determinadas relações, como casamentos e divórcios que eram responsabilidade da Igreja, uma vez que essas relações passavam por pressupostos religiosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGUIANO, M.; CHAPA, M. Estratificación social en Tlaxcala durante el siglo XVI. In: CARRASCO, P; BRODA, J. (Coord.). **Estratificación social en la Mesoamérica prehispánica**. Cidade do México, DF: SEP – INAH, 1976.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.
- GONZÁLEZ, I. **Haciendas y ranchos de Tlaxcala em 1712**. Série Historia, México, INAH, 1969. Disponível em: <<https://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/libro:500>>. Acesso em: 26 set. 2019.
- GUTIERREZ, E., H. Adulterio, mujer y familia en Tlaxcala: 1800 – 1835. **Trabalho de conclusão de curso**. (Graduação em História). Tlaxcala de Xicohténcatl: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2007.
- HERNÁNDEZ, A. R. Producción, comercio y comerciantes en la provincia de Tlaxcala a finales del siglo XVIII (Las alcabalas de 1794). **Trabalho de Conclusão de Curso**. Tlaxcala: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2007, 104 pgs.
- MATEO, G. G. G. Los usos y costumbres en Tlaxcala: un ir y venir histórico. **Ciencia Jurídica**: Universidad de Guanajuato. División de Derecho, Política y Gobierno. Departamento de Derecho. Año 7, núm. 13, 2018. p. 123 – 141
- MUÑOZ N. J. Las actitudes e imaginário sobre la muerte y el papel de las mujeres en la sociedad colonial tlaxcalteca (1624 – 1631): algunas consideraciones. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Graduação em História). Tlaxcala de Xicóhtencatl: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2008.
- PIETSCHMANN, H. La poblacion de Tlaxcala a fines del siglo XVIII. In: **Jahrbuch fur geschichte von staat wirtschaft un gesellschaft Lateinamerikas** – Anuario de Historia de América Latina, n. 20, pgs. 223 – 238, 1983.
- RAMOS, J. U. E. et al. **Configuraciones de la modernidad Tlaxcala y sus transformaciones espaciales (1780 – 1940)**. Tlaxcala de Xicóhtencatl: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2014, 234 p.
- VAZQUEZ, S, A. Jueces, curas, y casados, matrimônios tlaxcaltecas en disencion 1700 – 1750. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Graduação em História). Tlaxcala de Xicóhtencatl: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2004, 114 p.

A PESQUISA EM PROCESSOS JUDICIAIS NÃO CRIMINAIS: A RESSIGNIFICAÇÃO DO MÉTODO A PARTIR DO CONTEÚDO JUDICIALIZADO

LAUREN DOS REIS BASTOS
BACHARELA EM DIREITO
MESTRANDA EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/BRASIL
LREIBASTOS@GMAIL.COM

RESUMO

Esta comunicação possui o intento de projetar luz aos métodos da interdisciplinaridade e hermenêutica para análise de processos judiciais não criminais, em consonância com o contexto histórico ao qual ele participa. A proposta surgiu a partir da necessidade de encontrar um método, diverso do quantitativo/qualitativo, para fundamentar a pesquisa e compreender os argumentos das partes. A utilização desses métodos se aplica tanto para análise de conteúdo dos depoimentos tomados, na sua maioria em autos criminais, quanto em pesquisas que objetivam o levantamento numérico da judicialização, como reflexo dos conflitos sociais, independente da sua natureza. Em contraponto, fez-se a necessidade de explorar técnica diversa, quando o processo, cujo mérito em litígio o torna único dentro de uma classificação *lato sensu* de processos cíveis, não conta com a subjetividade do depoimento sobre fatos, ou seja, quando não se tenta reproduzir a verdade sob a perspectiva do sujeito processual. Assim, a comunicação pretende reflexionar o texto do processo de desapropriação da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG), subsidiária da *American & Foreign Power* (AMFORP), autuado em 1959, como *post factum* à encampação realizada por Leonel Brizola.

Palavras-chave: Metodologia. Processo Judicial. Desapropriação.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir de uma provocação realizada após uma apresentação oral em seminário, cujo tema era a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), subsidiária de uma empresa estadunidense (AMFORP), e seu respectivo processo de desapropriação, ambos inseridos dentro do período correspondente ao governo de Leonel Brizola (1959-1963) no Rio Grande do Sul.

O questionamento realizado pelo colega participante se absteve à metodologia que seria utilizada para analisar o processo, tendo indicado diversos artigos e livros norteadores para o exame empírico. Contudo, os estudos sugeridos e demais encontrados apresentavam uma metodologia baseada na quantidade e qualidade das fontes judiciais, perspectivas que não satisfaziam ao intento da pesquisa em questão, que está sendo desenvolvida para uma dissertação de mestrado. A necessidade de enfrentamento da metodologia que irá guiar a análise de um único processo judicial, como fonte principal, que ensejou o presente artigo.

Trata-se dos autos nº 7606, distribuído em 11 de maio de 1959 ao 2º Cartório dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Porto Alegre, cujos volumes encontravam-se no Arquivo Judicial Centralizado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, tendo sido desarquivados e cedidos para pesquisa no Memorial do Judiciário, sito no Palácio da Justiça em Porto Alegre/RS.

Os autos, que possuem natureza cível, foram originalmente distribuídos com o pedido de desapropriação dos bens da CEERG, subsidiária da norte-americana *American & Foreign Power Company* (AMFORP), após a encampação de seus serviços pelo executivo estadual. A pertinência do estudo está calcada na necessidade de continuísmo sobre a trajetória da CEERG e esclarecimento dos fatos que se sucederam após a encampação, em outra esfera do poder público e onde se aprofundaram elementos mais espinhosos e inflexíveis, a exemplo do patrimônio da companhia e indenização a receber. E qual seria a razão para a tutela jurisdicional, senão o dinheiro que alimentava os interesses?

A integração entre os poderes judiciário e executivo, encravados na história política, já vem de longa data e refletem a busca dos pesquisadores por novas possibilidades de conjugação da história, diante da natureza inédita das fontes judiciais, não obstante essas existirem às pencas nos arquivos dos tribunais federais, estaduais e especializados¹. Talvez por uma falta de interesse ou referência, as possibilidades de pesquisa em processos judiciais acabam restritas aos processos de âmbito criminal, trabalhista e questões relativas a família, infância e juventude.

Contudo, há uma infinidade de pesquisas viáveis dentro dos arquivos do Poder Judiciário. Os processos militares podem indicar, por exemplo, os crimes cometidos por oficiais e praças, por militares contra civis, as penas a eles aplicadas e tratamento dentro das prisões militares. Por sua vez a justiça eleitoral, instituída desde 1932², pode contribuir para a história através da pesquisa sobre homologação e fiscalização de partidos políticos, contas de campanhas e pleitos eleitorais. De igual importância, também, as pesquisas em que o Estado brasileiro restou como parte em processos nos tribunais e órgãos internacionais. É evidente que esses exemplos não são inéditos, e que há ótimas pesquisas publicadas, mas são diminutas se comparadas às pesquisas no campo criminal, trabalhista e de família.

Mesmo com essas possibilidades de pesquisa, a utilização de processos judiciais como fontes também encontra resistência, seja pela dificuldade na compreensão de alguns conceitos técnicos da área do direito, pelo encaixotamento metodológico ou até por engessamento da história tradicional e algum preconceito com a interdisciplinaridade. A mudança de paradigma está sendo delineada aos poucos e deve forçar o enfrentamento dessas questões, paulatinamente a cada novo estudo publicado.

O processo qual se pretende comentar neste artigo, tem como principal característica a participação direta do estado do Rio Grande do Sul e

.....
1 Diz-se os tribunais que julgam matérias especializadas, como as trabalhistas, eleitorais e militares.

2 Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 out. 2019.

dos interesses públicos locais, frente aos negócios de uma companhia estadunidense. O investimento estrangeiro, cujo capital teve origem no mais poderoso e influente país americano, estava às vias de sofrer uma perda sem comparação e sem indenização.

Procura-se demonstrar a atuação do judiciário gaúcho dentro do processo, quais suas fases, fundamentos e a participação efetiva dos agentes na desapropriação do patrimônio da companhia. As perguntas que se quer responder com o processo de desapropriação da CEERG, apenas será alcançado com a adoção de métodos diversos daqueles comumente utilizados em pesquisas da história. O presente trabalho demonstra uma aplicação incomum dessa metodologia, hermenêutica e interdisciplinar, diversa daquela encontrada nas pesquisas com as demais fontes judiciais. Fará, portanto, uma abordagem das possibilidades de análise empírica que rondam o objeto.

QUANTITATIVO E QUALITATIVO

A historiografia brasileira data o final do século XX como o início das análises em fontes judiciais, trazendo à luz os processos criminais após Boris Fausto (1984) publicar em livro o resultado de suas pesquisas. Concomitantemente, a “história vista de baixo” perpetuada por Thompson e as correntes que aquiescem a luta de classes, assim como o interesse pela micro-história, deram a motivação que faltava para a análise dos demais processos judiciais de natureza outra, principalmente os trabalhistas (GRINBERG, 2015).

De antemão, é necessário referir que o pesquisador precisa conhecer como se processa um litígio entre particulares, entre classes ou um crime, seja ele de qualquer natureza, a fim de que se aproprie integralmente dos discursos contidos nos autos processuais. Para isso, uma busca simples na legislação material e processual vigente à época do acontecimento já basta para a compreensão do que se discute. Por legislação material deve-se entender aquela que regula o direito pleiteado (a exemplo dos códigos civil e penal), a razão pela qual se recorre ao judiciário. Por sua vez, a legislação processual, como o próprio nome já denota, contém uma série de instruções

obrigatórias que conduzirão o processo nas fases pelas quais ele deve atravessar, ou seja, são as regras do jogo submetidas ao autor, réu e juiz.

Quando se procura um método para análise das fontes judiciais, duas principais possibilidades saltam aos olhos do pesquisador: o quantitativo e o qualitativo. Não é difícil presumir, frente à própria denotação das palavras, que resultado empírico o pesquisador pretende alcançar ao adotar esses procedimentos. Imperioso destacar que essa presunção é abstrata e leviana, porquanto não considera a integralidade dessas pesquisas, que são realizadas confrontando-se a teoria e buscando resultados contributivos à ciência e, especificamente, à história.

O método quantitativo é bastante comum em processos trabalhistas e criminais, que pretendem analisar a incidência de certos tipos criminais em um recorte temporal e espacial, absolvições, condenações, assim como a quantidade de dissídios coletivos ou individuais de determinadas classes profissionais, se representadas por sindicatos ou não. Dessa forma Fabiana Luci de Oliveira e Virgínia Ferreira da Silva (2005) entendem a metodologia aplicada às suas pesquisas sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal:

A análise quantitativa pode propiciar não só uma “quantificação” de ocorrências – como quantidade de absolvições segundo o tipo de crime ou raça (no caso de processos criminais) ou quantidade de processos deferidos de acordo com o objeto da lei questionada ou de acordo com sua origem (no caso dos processos do STF) – como também uma análise mais sofisticada, trazendo à luz importantes relações entre os diversos atores e tópicos envolvidos. (OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 246).

Veja-se, que a quantificação pode ser possível tanto a um padrão de decisão judicial, quanto à incidência de determinados atores nos processos, dentro de um contexto político, social ou cultural, desde que logicamente inseridos em um recorte temporal e espacial da história.

Por sua vez, utiliza-se com maior incidência o método qualitativo nos processos criminais, em que se pretende analisar os discursos presentes nos depoimentos das vítimas, testemunhas e réus. Isso obviamente não exclui a possibilidade de outros processos, com exame de outros aspectos a eles

relacionados. Como foi anteriormente referido: o método deve se ajustar e ser suficiente às questões que se pretende responder no trabalho.

Muito além do fato histórico como objeto de estudo, a análise qualitativa chama a atenção para o comportamento dos atores envolvidos, sejam pessoas naturais ou o próprio Estado, refletido na imagem do juiz ou escrivão, cujo trabalho é transformar a oralidade em texto. Seguindo o disposto pelas autoras:

Optamos por trabalhar assim com as implicações da análise qualitativa, da análise que busca ações e associações feitas pelos agentes que têm sua fala registrada no processo. A preocupação está, então, na apreensão dos valores, regras e condutas que entram em jogo na luta simbólica em que estão envolvidas as representações do mundo social. (OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 246).

O método qualitativo deve ser empregado com cuidado, haja vista que está a se trabalhar particularidades, aspectos heterogêneos e possíveis interferências oficiais ou não. Somado a isso, o processo deve sempre ser visto a partir da relação entre os atores (juiz, autor, réu, ministério público), o poder de uns sobre os outros, as lutas que os moveram e as esferas sociais à qual estão inseridos (patrões, empregados, escravos, vítimas, mulheres e demais). Especificamente acerca dos processos criminais, Keila Grinberg (2015) faz a seguinte ressalva:

Para ler processos criminais, portanto, é preciso saber trabalhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento, principalmente, às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. É necessário trabalhar com a verossimilhança. Saber o que é e o que não é plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor. (GRINBERG, 2015, p. 128).

Percebe-se que o trabalho do pesquisador, ao adotar a metodologia qualitativa para a análise dos processos judiciais como fontes históricas, não consiste em tarefa fácil. A mesma autora ainda pontua o emprego do método quantitativo para os processos criminais:

Os processos criminais contêm dados preciosos a propósito de acusados, vítimas e testemunhas, o que possibilita análises quantitativas e qualitativas sobre o perfil dessas pessoas; contêm nomes e atribuições de advogados, juízes, escrivãos [sic] e outros agentes da lei de diversas instâncias, o que nos permite avaliar suas atuações em diversos casos, as interpretações recorrentes, legislação citada, o funcionamento da Justiça em várias épocas. Ou seja: através dos dados obtidos em processos criminais, podemos saber onde as pessoas envolvidas viviam, quem eram seus vizinhos, quantas pessoas moravam em uma casa, e daí, com os cuidados necessários, chegar a conclusões mais gerais sobre os vários contextos aplicáveis à cena. (GRINBERG, 2015, p. 129).

Na acepção da historiadora, as fontes localizadas em processos criminais também trazem contribuição à micro-história, possibilitando ao pesquisador projetar os locais e os círculos familiares/sociais aos quais os atores se referem nos discursos.

Não obstante essas perspectivas, não se deve olvidar que os processos são narrativas com início, meio e fim, inseridos historicamente em um contexto social e político (OLIVEIRA; SILVA, 2005). Essas fontes dependem da interpretação do pesquisador, que deverá unir o empírico e o teórico para dar significação ao conteúdo.

INTERDISCIPLINARIDADE E HERMENÊUTICA

Partindo da significação, faz-se a ressignificação da narrativa contida no processo 7606 através da interdisciplinaridade e hermenêutica como métodos de análise, a fim de responder aos questionamentos propostos no trabalho de dissertação. Além dos ajustes necessários para o alcance do objetivo, a matéria contida no processo igualmente contribuiu para o desencai-xotamento do método.

Os autos, que se constituem em 22 volumes de argumentação cível, mais 4 apensos divididos entre recursos, incidentes³ e mandado de segurança⁴, possuem algumas características únicas. O envolvimento dos interesses

.....
3 São questões secundárias levantadas durante a tramitação do processo principal, atuadas em apartado, que devem ser resolvidas antes da apreciação do mérito, sendo que a existência daquelas geralmente suspende o andamento desse.

4 Ação autônoma impetrada para proteger direito consolidado (líquido e certo) face à ilegalidade e abuso de autoridade pública.

públicos do estado do Rio Grande do Sul, a utilização de perícia técnica das áreas contábeis e da engenharia, assim como a substituição dos juízes que presidiram o feito simbolizam as peculiaridades da fonte. Diante disso também, tornou-se impossível a utilização dos métodos quantitativo e/ou qualitativo na pesquisa.

Se apresenta indispensável, para o fim que se pretende alcançar, a utilização da interdisciplinaridade e hermenêutica como método de análise. O processo de desapropriação, por si só analisado não entrega o suficiente para o entendimento dos aspectos envolvendo o governo gaúcho e a companhia estadunidense, tampouco oferece substrato bastante que contribua para a história política. Por sua vez, o estudo isolado dessa não permite coejar todas as discussões travadas e inseridas no Poder Judiciário, lacuna que permite a reprodução de falácias da história, a exemplo da ideia de que Leonel Brizola encampou a CEERG pelo valor de um cruzeiro.

A pesquisa na fonte, realizada nas dependências do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, teve sua primeira etapa com a captura de fotografias dos principais documentos, como petições, relatórios, contratos e decisões judiciais. Em segundo momento, ainda não concluído, as fotos estão sendo novamente selecionadas para compor a dissertação. Concomitantemente, os argumentos das partes, citações às legislações e manifestações do juiz estão sendo transcritas e interpretadas, fazendo o cruzamento com o direito vigente à época, a política gaúcha, ideários nacionalistas e discursos anti-imperialistas.

À vista disso, torna-se obrigatória a interdisciplinaridade do trabalho, para que haja o integral entendimento dos aspectos inerentes ao conteúdo. A interpretação deve ser realizada de modo a agregar o contexto histórico de política e poder, exercidos pelas instituições e capital estrangeiro, em face dos fundamentos contidos no direito como orientador das relações sociais e “gestor orgânico dos poderes”, conforme refere a historiadora Ironita Policarpo Machado (2011, p. 83).

Inobstante a resistência enfrentada, a interdisciplinaridade ganha espaço diante das novas possibilidades interpretativas da história, não sendo

mais plausível o engessamento das teorias e metodologias dispostas. Essa concepção ganha destaque a partir das conversas realizadas que integram diversos estudos já publicados:

Atualmente há um interesse maior por parte dos historiadores pelas fontes do Judiciário. De um lado cresce o interesse da sociedade em saber como funcionam as instituições jurídicas, e, por outro, os estudiosos percebem que tais fontes “encerram um feixe profícuo de informações sobre as relações sociais e de poder de tempos passados”. Com relação às fontes do Poder Judiciário, essas suscitam múltiplas possibilidades interpretativas de uma dada realidade social. O direito é um fenômeno sociocultural inserido num contexto fático e a pretensa imparcialidade e objetividade de suas ações nunca passou “de uma utopia, originária da ilusão de autonomia deste poder em relação às pressões externas”. Por esse motivo, as fontes judiciais produzidas se constituem em importante documentação para se compreender as articulações entre os poderes locais, o sistema de poder entre os representantes do Poder Judiciário e os demais poderes do Estado. [...] Pouco utilizadas, só ganham sentido quando o historiador estabelece perguntas a essas fontes, pois, apesar de terem perdido seu valor administrativo, à medida que o tempo passa vão ganhando um novo poder, neste caso o de representar ideias, valores e comportamentos de uma determinada época. (MACHADO, 2011, p. 87-88).

No ambiente forense e nos textos das legislações processuais, se prega a falácia da imparcialidade dos juízes, esses como invocações do próprio Estado. Ora, todos os atores do judiciário defendem suas próprias interpretações acerca do direito, temperadas pelas ideologias que carregam no seu âmagô. Na citação destaca acima, Ironita Machado (2011) sinaliza a importância das fontes judiciais para expor que os freios e contrapesos não trabalham em harmonia, e a relação de poder existente tece o enredo das decisões judiciais.

Indispensável a cautela, pois inobstante a necessidade de se introduzir conteúdo jurídico, é preciso manejar conceitos mais genéricos e menos perecíveis, evitando uma das características mais intrínsecas ao direito: a mutabilidade. Não é salutar compor qualquer estudo, que integre direito e história, com teorias e regramentos vigentes, que indicam a evolução daquele pela prática, a fim de não incorrer em anacronismo, deturpando as características do recorte temporal. Ainda com relação a barreiras enfrentadas pela interdisciplinaridade:

Com relação à interdisciplinaridade, é importante ressaltar que ainda há muitas discussões em torno do tema. Apesar das barreiras, a aproximação entre a história e o direito é essencial para a produção de novos conhecimentos. Para a historiografia a interdisciplinaridade é importante no sentido de se buscar maior conhecimento sobre a atuação da Justiça no processo histórico. (MACHADO, 2011, p. 88).

A compreensão das fontes apenas produziu conteúdo a partir do seu cruzamento com a literatura disponível e a historiografia política, fazendo o exercício do “texto no contexto” referido por Ironita Machado (2011, p. 90), fundamental para a materialização do resultado. Da mesma forma opera a hermenêutica, que procura conectar os aportes teóricos com os resultados empíricos. Essa permite legitimar interpretações que visam compreender o contexto no qual se insere um documento, um objeto e pesquisa. (WELLER, 2007).

As hermenêuticas filosófica e jurídica irão nortear o caminho, que culminará no resultado final da pesquisa, e permitirá realizar a crítica da fonte. Para isso, indispensável anotação de conceitos:

A hermenêutica filosófica busca ser um paradigma que pretende ser universal, ou seja, quer ser a filosofia que busca a compreensão total da realidade, discutindo com outros métodos e outras formas de compreender a realidade, propondo respostas que outros paradigmas não dispõem. A hermenêutica ultrapassa a interpretação e coloca-se como mediadora entre a linguagem e a correta compreensão pelos sujeitos dos vários signos. (DUARTE; FARIAS; OLIVEIRA, 2017, p. 3).

A hermenêutica jurídica não escapa dessa linha, por localizar-se num campo de estudo dentro dos domínios da própria hermenêutica. Para Limongi França (1988, p. 21), a vertente jurídica “tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos” a fim de que propósito da interpretação seja alcançado da melhor maneira. A hermenêutica e interpretação jurídica possuem diversos sistemas e espécies que auxiliam o pesquisador, mas aqui não serão abordados por razões de correspondência e limitação de conteúdo. Para concluir a proposta desse artigo, basta que se identifique a existência do sistema histórico-evolutivo de interpretação jurídica, por ser o mais abrangente, ao cooptar os elementos gramatical, lógico, histórico e sistemático atuando em conjunto (FRANÇA, 1988).

CONCLUSÃO

Essa breve exposição acerca dos processos metodológicos para análise de fontes judiciais procurou inovar ao trazer o caminho da interdisciplinaridade e hermenêutica, em contraponto aos métodos qualitativo e quantitativo, já consolidados na pesquisa empírica. Buscou-se evidenciar as características do processo, com um breve contexto das hipóteses e problemas do trabalho principal. Posteriormente foi realizada uma crítica e sugestão para as pesquisas do porvir, além da exposição, essa de maneira mais esmiuçada, dos principais aspectos dos métodos qualitativo, quantitativo, interdisciplinar e hermenêutico.

Não obstante a diferenciação, evidente é que a metodologia deve estar a serviço dos objetivos propostos em cada pesquisa, ou seja, o método de análise deve ser suficiente para que se consiga cotejar e responder as questões que injetam fôlego ao estudo. Diante das particularidades, é necessário adequar a metodologia ao trabalho que se quer produzir, e não o oposto. Ao se considerar os processos judiciais, necessária a percepção do conteúdo judicializado, que pode reclamar de uma metodologia específica para obtenção do resultado da pesquisa.

O processo 7606 trouxe questões metodológicas diversas das que se encontram consolidadas. Discorrer sobre a encampação e o processo de desapropriação da CEERG, como está sendo feito na referida dissertação, significa apropriar-se de conceitos da história e do direito e interpretar o que está posto no documento, desde já sabendo que adiante o argumento pode inovar a decisão judicial. O cruzamento das fontes, informações e a contextualização se faz indispensável para pormenorizar as premissas que levaram ao desgaste da relação entre o público e o privado, inserido na dicotomia nacional e estrangeiro. Esse trabalho, sem dúvida, exige a análise historiográfica dos fundamentos jurídicos, políticos e sociais em conformidade com o que se apresenta nos autos do processo, e apenas a interdisciplinaridade e a hermenêutica podem colaborar para o resultado que se pretende com o exame empírico.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ação de desapropriação nº 7606. Autor: Comissão Estadual de Energia Elétrica. Réu: Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense. Porto Alegre: 1959.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAL, Felipe Cittolin. **Visitantes Indesejados**: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico jurídica. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

DUARTE, Evandro Santos; FARIAS, Vanderlei Gularte; OLIVEIRA, Neiva Afonso. Método hermenêutico e a pesquisa na área das ciências humanas. In: **XXII Jornada de Pesquisa Salão do Conhecimento**, 2017, Ijuí.

FRANÇA, R. Limongi. **Hermenêutica jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1988.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 119-139.

MACHADO, Ironita A. Policarpo. História e Direito: possibilidades metodológicas. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 81-93, jul. 2011.

OLIVEIRA, Fabiana Luci; SILVA, Virgínia Ferreira. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 13, p. 244-258, jul. 2005.

WELLER, Wivian. A hermenêutica como método empírico de investigação. In: **30ª Reunião Anual da ANPEd**, 2007, Caxambu, p. 1-16.

LEIS, DIREITOS E JUSTIÇA: AS DISPUTAS PRESENTES NOS PROCESSOS TRABALHISTAS

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DAMIÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (DOCTORANDO EM
HISTÓRIA)
PAULOHENRIQUESD@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Em um litígio levado ao tribunal, a argumentação e os discursos empregados pelas partes envolvidas revelam interpretações legais sobre os motivos que deram origem ao conflito. Em um processo trabalhista não é diferente. A argumentação do suscitante, que embasa a ata de abertura de uma ação, é ancorada na interpretação das normas legais vigentes, o que, em certa medida, sustenta o objeto reclamado. Do mesmo modo, o réu, ou suscitado da ação, desenvolve sua defesa a partir da sua interpretação da lei, procurando, ponto a ponto, demonstrar que o reclamante não tem direito a essa ou àquela reivindicação. Caberá aos juízes a decisão final, que, mais uma vez, se dará por meio da compreensão que eles têm sobre as leis e os preceitos constitucionais.

Sally Merry, antropóloga norte-americana, argumenta que a lei consiste em um repertório complexo de significados e categorias. Devido às experiências e ao conhecimento que se tem sobre lei, esses significados podem ser compreendidos de maneiras diferentes. O modo pela qual uma

determinada pessoa entende e usa a lei se constitui no que a autora chama de “consciência legal”, que é a forma como é concebido o modo natural e normal de fazer as coisas, seus padrões habituais de conversa e ação, e seu senso comum de compreensão do mundo (MERRY, 1990, p. 5).

No entanto, para além das interpretações legais que detêm as partes, os processos trabalhistas podem revelar muito mais. Eles trazem aspectos sociais importantes. Dizem muito sobre a situação econômica do país, do estado ou da cidade onde o trabalhador vive, sobre o cumprimento das obrigações pelas empresas e patrões, sobre o quão justas são as alterações realizadas, no decorrer dos anos, na legislação trabalhista ou salarial, e, até mesmo, sobre a situação em que se encontram o próprio trabalhador e sua família.

Em outras palavras, as ações trabalhistas expressam certa corrosão das relações de trabalho, ao passo que o recurso ao tribunal (e o consequente julgamento do processo) pode se constituir como uma possibilidade de reparação dessas relações, dos direitos e deveres previstos no aparato legal.

Este trabalho procurará tecer alguns breves comentários acerca das disputas em torno das interpretações sobre leis e direitos e dos discursos empregados pelos trabalhadores, patrões, procuradores e juízes, todos envolvidos na tramitação das ações trabalhistas. Para tanto, serão utilizados processos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, oriundos da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, tramitados durante os primeiros anos da ditadura militar brasileira.

ESTUDO DE CASOS

Em julho de 1965, o governo Castello Branco, primeiro do regime militar, sancionou a Lei nº 4.725, chamada “lei do arrocho salarial”, que estabeleceu novas regras para os dissídios coletivos, definindo que os tribunais trabalhistas tomariam como base o índice resultante da reconstituição do salário real médio dos 24 meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa. Com uma fórmula extremamente simplificada, que desprezava o resíduo inflacionário, seriam levados em consideração apenas

dois fatores: a repercussão dos reajustamentos salariais na economia nacional e a adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência dos assalariados. Essa lei, ao estender a política salarial às empresas privadas, aprofundava o teor do Decreto 54.018, publicado um ano antes, que regulamentava apenas os salários no âmbito do funcionalismo público.

Dois meses depois da publicação da lei do arrocho, em setembro de 1965, o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou um dissídio coletivo contra o sindicato patronal da categoria, reivindicando aumento salarial na faixa de 90%. Na inicial da ação, argumentava-se da seguinte forma:

[...]

II – Tendo em vista que a atual remuneração dos trabalhadores da categoria já se encontra largamente superada pelo aumento crescente do custo de vida (doc. Junto) e que a insuficiência dos seus salários, diminuindo-lhes o poder aquisitivo, contribui sensivelmente para a atual retração de vendas que gera, por sua vez, a sombria perspectiva de crise na própria atividade econômica das empresas suscitadas;

III – Considerando-se, igualmente, ante os preceitos constitucionais (art. 157, item I) que “o trabalhador deve estar assistido por um salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e sua família”, e não, conforme a iniquidade dos preceitos da recente Lei nº 4.725, de 12 de julho de 1965, que, pretendendo adequar o reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e sua família, subverte a hierarquia legal, ferindo frontalmente o mandamento da Lei Magna; restringe, inconstitucionalmente, o poder normativo da Justiça do Trabalho e modifica, em detrimento da classe trabalhadora, o critério do cálculo para reajustamento salarial ao dilatar o tempo para a pesquisa desse reajuste, propiciando, destarte, uma elevação sempre menor que a tradicional, oriunda do confronto com a taxa de inflação.

IV – Sopesando os motivos expostos e, sobretudo, por necessitarem de um acréscimo aos seus insuficientes salários que lhes propicie a satisfação das NECESSIDADES NORMAIS próprias e de seus familiares, como, também, por visarem uma contraprestação pecuniária que lhes outorgue melhor poder aquisitivo, cuja aplicação tem íntimas afinidades com os interesses empresariais, os associados do sindicato suscitante [...] deliberaram [...] o ajuizamento do presente dissídio coletivo [...] (TRT3, Processo nº 5.433, 1965, grifo do original).

Onofre Corrêa Lima e Joel Veloso, respectivamente presidente e advogado do sindicato, revelavam, através dessas palavras, as contradições

entre a Constituição e a Lei 4.725/65, sobretudo o contraste entre *necessidades normais* e *necessidades mínimas* de sobrevivência, apresentando uma interpretação legal sobre a matéria. Nesse sentido, expressavam, em nome de toda a categoria reivindicante – que deliberou pela abertura da ação trabalhista – a necessidade do aumento dos salários, que já não correspondiam ao custo de vida. Ao mesmo tempo, alegavam que os trabalhadores e suas famílias poderiam impulsionar a economia, sobretudo do ponto de vista local, com o aumento pretendido, amenizando a retração das vendas e melhorando o quadro econômico das empresas, num claro discurso, talvez estratégico, de colaboração de classes, mas mediada pela legislação.

A Justiça do Trabalho se apresentava, assim, como um importante canal de recurso para que trabalhadores e sindicatos lutassem pela garantia de seus direitos e pela reparação dos danos causados pelo arrocho salarial. Como vimos, a consciência legal do que é seu direito, segundo Sally Merry, encoraja as pessoas a instaurar uma ação judicial (MERRY, 1990, p. 170). Neste caso, faz os trabalhadores deliberarem pela ação trabalhista, pois veem os tribunais como uma instituição que tem, ou deveria ter, a responsabilidade de proteger seus direitos. Para a autora, as pessoas vão ao tribunal porque elas têm consciência de que possuem direito a esse recurso e por verem as instituições legais como úteis para a resolução dos seus problemas, quaisquer que sejam (MERRY, 1990, p. 2).

Do outro lado da disputa, o sindicato patronal, por meio do seu presidente, José Resende Ribeiro de Oliveira, e do advogado Frederico Simão Moysés, apresentou o seu ponto de vista sobre o conflito e a argumentação do suscitante. De acordo com sua defesa escrita,

[...]

(III)

Infere-se do item III da inicial que o sindicato suscitante argue a inconstitucionalidade da Lei nº 4.725, de 12 de julho de 1965, em razão do que, entendemos, com a devida vênia, que a matéria deverá ser cometida ao Tribunal Pleno e decidida em preliminar.

Vênia data, a increpação de inconstitucionalidade da Lei 4.725 não tem fomento de direito, certo tratar-se de norma que não afronta a Lei Magna. Veio disciplinar

matéria de alta relevância para a vida econômica do País, evitando distorções com as fixações arbitrárias de salários para regiões em detrimento de outras e com nefastas repercussões na vida das empresas, com danos evidentes à economia nacional (TRT3, Processo nº 5.433, 1965).

Com relação ao aumento, a representação patronal destacou, em uma primeira audiência de conciliação, que aquele não seria o melhor momento para a decretação de novos salários, alegando que o próprio governo vinha dando o exemplo, ao negar-se a “conceder aumento de vencimentos ao seu funcionalismo e até mesmo qualquer abono [...]” (TRT3, Processo nº 5.433, 1965), em referência direta ao Decreto 54.018/64. Prosseguia o argumento afirmando que era “público e notório que a fase no momento por que passam as empresas da categoria do sindicato suscitado é das mais angustiantes”, fruto da “existência de uma grave crise na indústria de fiação e tecelagem [...]” (TRT3, Processo nº 5.433, 1965). Assim, insistia “na mais completa impossibilidade das indústrias abrangidas pelo sindicato suportarem qualquer aumento salarial em pleno período da mais séria e grave crise por que atravessam” (TRT3, Processo nº 5.433, 1965). Portanto, os empresários respondiam ao argumento da colaboração entre as classes, tal como levantado pelo sindicato.

Para Sally Merry (1990, p. 110), distintos sentidos de falar e interpretar eventos constituem discursos¹, que são meios de exercer poder de maneiras sutis e disfarçadas. No caso do direito, a autora argumenta que ele é limitante na medida em que afirma alguns significados e silencia outros. Em suas palavras:

O discurso do direito não é internamente consistente nem inequívoco. Suas ambiguidades, inconsistências e contradições fornecem múltiplas oportunidades de interpretação e contestação. Discursos estão localizados no mundo, enraizados em estruturas institucionais. A consciência, por outro lado, descreve uma compreensão individual do seu mundo (MERRY, 1990, p. 9).²

.....
1 A autora emprega discurso no sentido proposto por Michel Foucault, em *Power Knowledge* (1980).

2 Tradução livre do original.

Disputas de interpretações, como as apresentadas até aqui, permeiam os processos trabalhistas. São fruto da polarização de interesses distintos, manifestada através da ação de dois atores sociais antagônicos – patrão e trabalhador – que se encontram em uma arena conflitante, onde se expressam a partir de uma relação de poder (THOMPSON, 1998, p. 68; THOMPSON, 1987, pp. 349-350). Nesse sentido, Margarida Moura afirma que o contraste entre o poder jurídico das partes envolvidas em uma ação judicial – suscitante e suscitado – é patente, “trata-se de um direito de desiguais” (MOURA, 1988, p. 42).

Na controvérsia em torno do aumento salarial reclamado pelos tecelões de Juiz de Fora, por exemplo, consegue-se ter uma noção desse contraste entre o poder jurídico e os litigantes. Como observado no caso apresentado, o sindicato dos tecelões reivindicava um aumento salarial de 90% na primeira audiência de conciliação e nenhuma proposta de acordo foi formulada. Na segunda audiência, o sindicato patronal ofereceu um reajuste de 15%, muito aquém do valor reclamado na inicial. Por fim, o suscitado elevou sua proposta em 1%. Sem possibilidade de acordo, o processo foi remetido ao TRT3, onde o mérito da ação seria julgado.

Naquele tribunal, o aumento sentenciado foi de 38%. Sem concordar com o desfecho do processo, o sindicato patronal recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, onde se modificou a sentença dada pelo tribunal regional, reduzindo o aumento para 30%. Pelo ponto de vista das postulações do suscitante, o juízo salomônico, aquele exclui a deliberação e o discurso, foi, tanto no TRT3 quanto no TST, preponderante.

No entanto, aquilo que, inicialmente, parece ser uma derrota, pode ser visto, sob várias perspectivas, como uma conquista. Thompson (1998, p. 42), em “Patrícios e plebeus”, demonstra como o poder de negociação, em detrimento da subordinação, representou uma grande mudança nos termos das relações sociais, mesmo que entre partes extremamente desiguais. Além do mais, aquilo “que é (visto de cima) um ‘ato de doação’ é (a partir de baixo) um ‘ato de conquista’” (THOMPSON, 1998, p. 42).

Formas de afirmação – ou reafirmação – do poder através dos discursos, para além da díade trabalhador-patrão, também podem ser observadas

nas ações dos juízes. Naquela conjuntura, em que os governos militares da ditadura brasileira buscavam controlar os aumentos salariais, o exercício do poder normativo dos tribunais trabalhistas, que lhes garantia “o poder de [sempre que não houvesse acordo entre sindicatos e empregadores] criar normas relativas a salário e condições de trabalho por meio das sentenças de seus juízes” (SILVA, 2019, p. 32), estava sendo atacado.

Com o Decreto 54.018, de julho de 1964, o governo Castello Branco dava poder ao Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) para definir a política salarial a ser observada no âmbito do serviço público federal, de modo que o método de reajustamento elaborado pelo órgão seria a diretriz a ser seguida no país, impondo ao Ministério Público do Trabalho (MPT) a obrigação de sustentar tal orientação perante os tribunais nos casos de dissídio coletivo. Ou seja, procurava-se submeter os tribunais trabalhistas à fórmula de reajustamento salarial definida por um conselho estritamente vinculado ao Poder Executivo. Depois, com a lei do arrocho salarial, o governo foi mais explícito nas suas intenções. O artigo primeiro da referida lei diz o seguinte:

A Justiça do Trabalho, no processo dos dissídios coletivos, entre categorias profissionais e econômicas, observará as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 856 a 874), com as alterações subsequentes e **as constantes desta lei** (BRASIL. Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965).

Uma disputa de jurisdição entre os poderes da República estava por vir. É o que revelam dois dissídios coletivos julgados, em dezembro daquele mesmo ano, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Na ação instaurada pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Juiz de Fora, o procurador Abelardo Flôres, em parecer da lavra da Procuradoria Regional do Trabalho, fez, em setembro de 1964, portanto antes do julgamento, as seguintes ponderações:

Em atenção ao art. 5º, combinado com o 4º do Dec. 54.018, de 14-7-64, que ‘reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial... e dá outras providências’, opino para

que seja ouvido, preliminarmente, o Conselho Nacional de Política Salarial, tendo em vista que as empresas suscitadas são, em sua maioria, concessionárias de serviço público (TRT3, Processo nº 3.857, 1964).

Seguindo a mesma lógica, o procurador Fernando Dourado de Guimarães, no dissídio ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Juiz de Fora, proferiu argumentação semelhante, ao assinalar que “[...] o ‘Ministério Público da União tem por função zelar pela observância da Constituição Federal, das Leis e Atos emanados dos poderes públicos’ [...]”. E o Decreto nº 54.018, de 14-07-1964, constitui um ato emanado do poder público, ou seja, do Poder Executivo” (TRT3, Processo nº 4.627, 1964).

O relator da ação impetrada pelos sapateiros de Juiz de Fora, juiz Cândido Gomes de Freitas, em sessão de julgamento realizada no TRT3, ao se posicionar contrariamente à manifestação do CNPS, acabou por defender o exercício do poder normativo dos tribunais. O juiz assim argumentou:

É louvável a preocupação dos nossos dirigentes em não permitir o desencadeamento de uma onda de aumentos em qualquer área da economia nacional. Tal atitude, contudo, não constitui óbice para que a Justiça do Trabalho atenda, dentro do razoável, aos pedidos de aumentos salariais que se tornem necessários por força da elevação do custo das utilidades.

A competência normativa desta justiça decorre de preceito constitucional e da legislação ordinária (...), não podendo sofrer restrições por meio de Decretos do Poder Executivo (TRT3, Processo nº 4.627, 1964).

Além de divergir do procurador e reafirmar a autonomia dos tribunais na arbitragem dos dissídios coletivos, o discurso do juiz denunciava, de maneira explícita, as investidas do Executivo na busca pelo cerceamento da atuação da Justiça do Trabalho. Depois do julgamento, a ação foi alvo de recurso extraordinário ao Tribunal Superior do Trabalho, onde o próprio MPT, na figura do procurador José Paulo Vieira, designado pela Procuradoria Geral da República, reconheceu que estava havendo “evidente conflito entre os poderes normativos conferidos nos arts. 123 da CF

[Constituição Federal] e 678, da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], e o que institui o Decreto nº 54.018/64” (TRT3, Processo nº 4.627, 1964).

Antes do recurso, o relatório do juiz Cândido Gomes de Freitas havia sido aprovado pela maioria do tribunal pleno, o que consolidava certo entendimento de que a autonomia dos tribunais e a independência do Poder Judiciário deveriam ser defendidas pelos magistrados. As competências da Justiça do Trabalho, garantidas pela Constituição Federal e pela legislação ordinária, passariam a ser “lugar” de disputas, problematizações e questionamentos durante a ditadura.

CONCLUSÃO

Os pensamentos acessados através dos discursos contidos nos processos trabalhistas fornecem, segundo Margarida Moura, “poderoso subsídio à compreensão da diversidade das representações de indivíduos submetidos aos mesmos processos sociais” (MOURA, 1988, p. 34). Seu argumento se aproxima do *método contextualista*, proposto por Quentin Skinner, historiador que, ao criticar o uso das fontes apenas como repetições de ideias abstratas, alertou para a existência de uma “variedade de declarações feitas com as palavras por uma variedade de agentes diferentes com uma variedade de intenções; então, o que estamos vendo é [...] uma história necessariamente focada em vários agentes que usam uma ideia, e nas variadas situações e intenções em usá-la” (SKINNER, 1969, p. 38).

Para Moura, a questão judicial pensada através dos discursos (do trabalhador, do advogado ou dos juízes) pode trazer um novo tratamento dos fatos. Há a reivindicação da sua própria versão dos fatos ocorridos (elevação do custo de vida, perda do poder aquisitivo, crise econômica, aplicação da lei), o que, para a autora, se configura como “diferentes verdades”, que, no sentido que Michel Foucault concedeu, expressam tipos de subjetividades definidos pela sociedade (MOURA, 1988, p. 167). Essa constatação traz certo incômodo, sobretudo a nós, historiadores, pois pode gerar o aparecimento de manifestações que viriam a relativizar as experiências, os sentimentos e os modos de agir dos sujeitos.

No campo da História, Thompson e Ginzburg realizaram algumas considerações a esse respeito, que se apresentam aqui como subsídios à discussão em torno da verdade. O primeiro, em *A miséria da teoria*, destaca a importância da teoria e da metodologia na construção do conhecimento histórico, os quais dão garantias à “verdade histórica”. Segundo o autor:

A verdade histórica só pode ser revelada dentro da própria teoria, pelos procedimentos teóricos [...]. O rigor formal de tais procedimentos é a única prova da ‘verdade’ desse conhecimento, e de sua correspondência com os fenômenos ‘reais’: o conhecimento concreto, assim estabelecido, traz consigo todas as ‘garantias’ necessárias – ou todas as que podem ser obtidas (THOMPSON, 1981, p. 24).

Já Ginzburg, em *O fio e os rastros*, aponta que só é possível contestar a verdade a partir do questionamento das fontes e das técnicas de pesquisas adotadas pelo historiador. O autor defende seu argumento fazendo uma analogia entre a pesquisa historiográfica e a jurídica. O juiz lida, em seu ofício, com a construção da verdade a partir de provas, ao passo que o historiador trabalha com realidades e possibilidades, alcançadas por meio das fontes (GINZBURG, 2007, p. 327). Assim, o conhecimento da experiência cotidiana demanda, para Ginzburg, uma narrativa e um trabalho de interpretação (REVEL, 2010, p. 207).

Para um historiador, sobretudo do campo da história social, muito mais do que revelar a verdade, primordial é, em sua prática de pesquisa, reconstruir, através de indícios de verdades, as práticas sociais, ou melhor dizendo, as experiências dos sujeitos históricos. Nesse sentido, Thompson concorda com a assertiva de M. N. Srinivas, de que as disputas, reveladoras das motivações individuais que levam os litigantes a dizer e fazer coisas, e que ativam memórias, são rica fonte de dados (THOMPSON, 2001, pp. 235-236).

Em resumo, nos processos trabalhistas há um emaranhado de vozes conflitantes. Seus significados devem ser acessados através das “relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas” (CHALHOUB, 2001, p. 23).

Na ausência de provas concretas sobre determinado fato ou acontecimento, o historiador precisa, através de suas interpretações, preencher as lacunas documentais por meio de realidades e possibilidades que, quando retiradas do contexto histórico, sejam plausíveis para uma narrativa histórica, conforme apresentado por Ginzburg.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BRASIL. Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965. Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, 14 de julho de 1965, p. 6609.

TRT3, Processo nº 3.857, 1964.

TRT3, Processo nº 4.627, 1964.

TRT3, Processo nº 5.433, 1965.

BIBLIOGRAFIA

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MERRY, Sally E. **Getting justice and getting even**: legal consciousness among working-class americans. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

REVEL, Jacques. **História e historiografia**: exercícios críticos. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal**: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2019.

SKINNER, Quentin. "Meaning and Understanding in the History of Ideas".

History and Theory, Vol. 8, N. 1 (1969), pp. 3-53.

THOMPSON, E. P. "Folclore, Antropologia e História Social". In. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, pp. 227-267.

_____. "Patrícios e plebeus". In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 25-85.

_____. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

REIVINDICAÇÕES EM PROCESSO: A PATERNIDADE SOB JUÍZO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970, NO RIO GRANDE DO SUL

PAULA SIMONE BOLZAN JARDIM
UNIVERSIDADE FRANCISCANA (UFN)
PAULASBJARDIM@GMAIL.COM

Este artigo pretende abordar as noções de paternidade acionadas por meio dos processos de investigação de paternidade na segunda metade do século XX, precisamente a partir da década de 1970. Essa investigação se inscreve num projeto maior que visa entender os sentidos atribuídos aos papéis das famílias, das mães e dos pais que os processos de investigação de paternidade ajudam a compor no campo jurídico. Nesse sentido, ao contrário das noções contemporâneas, não se trata de investigações realizadas a partir da busca das mães, que, em nome de seus filhos, demandam na justiça respeito ao direito desses em tenra idade. A avaliação inicial desses processos aponta para a reconstrução complexa, parcial e intrincada de possíveis relacionamentos longínquos no tempo e nos afetos, que ora é iniciada pelos filhos, em razão da morte dos possíveis pais, ora é iniciada pelas mulheres que assumiram sozinhas o papel de mãe. Parto dos interesses antropológicos sobre parentesco que Fonseca (2004) pontua sobre a reconhecimento social do relacionamento com a mãe da criança como um lugar de passagem para composição da família, para entender por meio do exame minucioso dos documentos, como são compostas as redes acionadas pelas partes a fim de lograr o reconhecimento do laço ou o reconhecimento da inexistência do mesmo. Em tempo nos quais a tecnologia do DNA era impensada, como a filiação era construída nos tribunais? Ao que se prestava essa instância jurídica nesse delicado âmbito relacional?

Palavras-chave: Etnografia de documentos; processos de investigação de paternidade; moralidades.

OS PRIMEIROS PASSOS

O primeiro elemento de destaque nessa seara de investigação é o número restrito de processos que tivemos acesso para iniciarmos essa pesquisa. Os processos judiciais não estão centralizados num só arquivo, há material em Comarcas e em outros arquivos do estado, decidimos utilizar todo o material disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, referente a década de 1970, um campo da história do tempo presente. Além do tema ser delicado, pois implica em acessar disputas que envolvem a composição das famílias e tensões internas e externas as mesmas, delicada também é trabalhar com o recorte temporal recente, pois demanda uma forma de tratamento cuidadosa para abordar documentos produzidos há pelo menos 40 anos ou 50 anos atrás. Isso implica considerar que algumas dessas pessoas ou seus descendentes podem estar vivas, o que é muito diferente de escrever uma história sobre o período colonial, o que dá um certo conforto que a distância temporal proporcionar. Escrever sobre mortos de longa data pode gerar menos ansiedade que do sobre algo que sucedeu a menos de um século. Esses processos datam, em sua maioria do ano de 1970, alguns ocorridos ao longo daquele ano e outros concluídos nessa data. Como abordar dados de um passado tão recente, em especial, dados que se referem a momentos críticos de reelaboração de relações familiares? A decisão inicial foi utilizar iniciais dos nomes a fim de preservar a identidade das pessoas. Todavia essa decisão não se provou suficiente para preservar as pessoas envolvidas nesses processos, o manejo dos documentos nos levou a considerar alternativas para garantir essa condição.

Assim, antes de entrarmos nos processos em si, creio que é necessário parar e pensar sobre a questão da preservação do anonimato, o que envolve a ética no exercício da pesquisa histórica e como baliza no exercício profissional do historiador. Nesse sentido, Peter Singer (2002), nos convoca a pensar a ética como um exercício prático, como algo que se define no contato com a própria vida dos seres, interespécies exige. Escrever sobre história não é uma prática que tem como objetivo a exposição individual das venturas ou desventuras em série para uma simples contemplação exotizante da

condição do outro ou de uma exposição anedótica da vida alheia. Ao contrário, a condição existencial de cada ser é rica e significativa em si, e a investigação histórica das variadas experiências dos humanos nos ajuda a entendermos que tipo de sociedade criamos e aquela que estamos dispostos a perpetuar. Os processos de investigação de paternidade, grosso modo, nos possibilitam entender os caminhos tomados por mulheres e por filhos para reivindicar dos homens seu papel de pai. Todavia vão além, nos dão pistas das noções de paternidade, patrimônio, justiça e injustiça experimentados pelas pessoas que buscam nos tribunais, um lugar de intermediação, de comunicação para o reconhecimento de um relacionamento. Se essa senda nos leva a esse tema difícil e delicado, a proposição ética do pesquisador precisa extrapolar (muito) o discurso e a normativa, precisa ganhar corpo no exercício de produção do conhecimento histórico porque esse se dá essencialmente em meio ao lembrar, reconstruir e rastrear a vida dos humanos.

No campo da antropologia, Débora Diniz (2008) mergulha na discussão sobre a dimensão ética do trabalho etnográfico e nos convida a manter sempre renovado o contrato de confiança entre os interlocutores e o pesquisador. Essa tarefa demanda uma postura aberta do pesquisador sempre em contato com o campo numa negociação permanente, antes, durante e após a pesquisa ser realizada. Creio que essa é nossa opção, manter uma negociação constante com nossos interlocutores, os documentos, assim adequando boas práticas de pesquisa a demanda da peculiaridade de cada momento. Como incorporar esses elementos éticos na investigação com documentos históricos disponíveis? Se evitar o nome não soar como anonimato suficiente, optamos pela localização aproximada, como se estivéssemos escrevendo para os próprios personagens dos documentos, na expectativa constante da sua avaliação crítica sobre nosso fazer.

Vou responder a partir da apresentação da documentação, pois entendendo o trabalho histórico atrelado ao antropológico, num misto híbrido entre passado e presente, entre vivos e mortos. O primeiro processo nos mostrou o desafio. Usar somente as iniciais não seria suficiente para essa história: houve um casamento, um romance, uma filha batizada com os

nomes da mãe e da madrasta. Na tentativa de fazermos um resumo dos acontecimentos, imediatamente ficou visível que essa era uma ação confusa, mãe, madrasta e filha tinham o mesmo nome, a última, um somatório das anteriores. Assim, optamos por usar pseudônimos e não deixar completamente clara a localização, utilizaremos definições de local mais amplas, conforme a necessidade. Eis o compromisso histórico antropológico que ora assumimos.

A história que agora iremos abordar nos remete a idas e vindas entre interior e região metropolitana, envolve ao menos dois romances, um casamento e uma filha. O processo data de cinco anos após a data da morte do suposto pai, sua filha tinha então dezenove anos de idade é representada por sua mãe, no pedido de investigação de paternidade. O documento de reivindicação de acesso a assistência judiciária gratuita deixa claro esse jogo de representação pela ‘procuração’ – a mãe, em nome da filha e autorização da ação do advogado, que pela mãe, representa a filha. Na procuração seguinte, apresentada junto a certidão de óbito e uma declaração de próprio punho do suposto pai, a filha, Sandra Regina assina por si mesma, naquela data ela conta com vinte e três anos. Podemos dizer que a partir de então, junto a seu advogado, Sandra Regina toma para si a responsabilidade de condução do processo, que dura três anos.

OS CAMINHOS DO PROCESSO

O pedido, conforme os trâmites legais do período, nesses termos a investigação de paternidade se dá ‘contra a sucessão’ de Antônio, ou seja, contra a herdeira oficial do pai investigado, qual seja, Sandra. A redundância dos nomes é um dos traços mais marcantes dessa história, Sandra Regina foi registrada com o mesmo nome da madrasta somado ao nome de sua mãe, assim ela carrega os nomes das duas mulheres as quais seu pai se envolveu ao longo dos anos. Ela foi registrada como filha natural de Regina, ou seja, fora de casamento, todavia com o sobrenome do pai, mesmo que não possua no registro, o nome do pai e dos avós paternos. O processo se desenrola com os pedidos feitos por uma Sandra contra outra Sandra,

com uma Regina apoiando a outra Regina. E essa duplicidade nos leva a pensar que Antônio não quis deixar de fora nenhuma das mulheres de sua vida, a esposa, a companheira e a filha. Sandra, a esposa tem o nome que, Regina, coloca na menina a qual dá à luz a uma menina – essa passa a se chamar Sandra Regina, nome duplo que é acompanhado pelo sobrenome da mãe seguido pelo sobrenome do pai.

Quem nos coloca nessa cena é o próprio Antônio, ao deixar escrito um documento, com firma reconhecida, antes mesmo do nascimento da criança, se comprometendo com o sustento de mãe e filha, bem como se responsabilizando não só pelo reconhecimento da criança, como pelo ‘estado de gravidez’ de Regina. O referido documento data de quatro meses antes do nascimento da criança e é, um dos dois papéis com os quais Regina entra com o processo no nome da filha, quando essa está às vésperas de completar vinte anos.

No processo, o primeiro documento em que Sandra Regina assume o pedido de investigação em seu nome, ela é apresentada como professora residente no mesmo endereço que sua madrasta apresentou, endereço de residência de seu pai, conforme registro de óbito desse. A assinatura dela é homônima à de sua madrasta, o primeiro e o último nome são os mesmo Sandra e o sobrenome de seu pai. A letra de Sandra Regina é de uma pessoa acostumada a escrever, cursiva, levemente arredondada, com o traçado estilizada com inserções de letra de forma. No conjunto do processo, separada por alguma páginas, está assinatura de sua madrasta, registrada pelo oficial de justiça em razão do recebimento do documento de intimação, o endereço de moradia é o mesmo, o nome assinado é o mesmo, porém a letra é diferente, o traçado é menos ágil, com pequenas hesitações ou quebras na escrita, como alguém que não está acostumado a escrever diariamente. As letras se parecem, mas carregam marcas de alfabetização distintas, aspectos estéticos que parecem ser de diferentes gerações. Como as coincidências foram muitas, coloquei fotos das assinaturas lado a lado para me certificar de que se tratava mesmo de pessoas diferentes. Não há fotos e nesse caso, a letra aparece como uma testemunha da pessoa em si, um recurso de diferenciação em meio a condição homônima das duas assinaturas.

Mesmo com todas essas marcas que parecem demonstrar uma convivência próxima, uma coabitação e um romance concomitante a um casamento sem filhos, essa história está marcada pela burocracia. Sim, foi o caminho burocrático que se estendeu por mais de três anos desde o início da ação judicial, até a filha conseguir a autorização judicial para colocar o nome do pai em sua certidão de nascimento e poder se tornar sua herdeira – mesmo sendo filha única e possuindo documentos nos quais o pai reconhecia essa condição, ainda na barriga de sua mãe.

O que podemos aprender com esse processo? Talvez os processos de investigação de paternidade tenham muito pouco a ver com noções de família, de papel de pai e de mãe. Talvez esses processos tenham um bom potencial para pensarmos no quão importante é fortalecer o contrato de casamento e de quanto o sistema judiciário reconhece sua própria potência à medida que põe em dúvida soluções caseiras que tentam escapar ao esquema judicial. O elemento que Strathern (2015) apresenta, do direito como um linguagem que traduz em seus termos dados da vida, adquire ainda mais sentido, pois percebemos a tendência de pôr evidente confiança nos documentos que o sistema estatal produz e, relação diametralmente oposta, a carência de credibilidade dos documentos produzidos pelos entes privados – pelas pessoas.

Antônio quis solucionar antecipadamente as dúvidas e evitar percalços, o documento redigido em máquina de datilografia com sua assinatura reconhecida em cartório nos diz que ele estava acostumado a lidar com alguma burocracia e que sabia que ela seria necessária. Ele autentica um documento privado, herança direta para sua filha, documento que também tem o intuito de preservar a honra de sua segunda companheira, Sandra. Ele não forma nova família, ao contrário, cria um arranjo entre duas mulheres, uma filha e um casamento e tenta garantir o reconhecimento de cada uma delas. Inclui a todas, mesmo que com **status** jurídico distintos. Nos documentos do processo elas são categorizadas: esposa, concubina, filha natural. A iniciativa dele, de manter o arranjo que experimentou em vida no seu pós-morte não foi suficiente. Também não foi suficiente a promessa no

papel, com firma reconhecida. Foi preciso abrir um processo. Cinco anos depois de sua morte, a segunda companheira, Regina, entra com o processo em nome de sua filha. Apesar de Sandra Regina residir no mesmo endereço de sua madrasta, algo não parecia resguardado; foi preciso entrar contra a sucessão de Antônio, ou seja, contra Sandra.

O PAPEL DOS TESTEMUNHOS

Antes de seguir em frente é preciso considerar outra dimensão do processo que alcançada por meio do depoimento das testemunhas arroladas por Sandra Regina para participarem da audiência. São duas pessoas, dois homens, ambos declaram viver na região metropolitana ou próximos dela, ambos aposentados. Em virtude da ausência coletiva de ré, demandante, advogados e testemunhas, a primeira audiência é anulada e o juiz convoca a todos para uma segunda audiência. Essa segunda audiência se torna a única, nela todos comparecem, e fica claro que os dois testemunhos são de amigos do falecido Antônio que, somados, a apresentação dos documentos de obtenção de assistência judicial gratuita, registro de nascimento, registro de óbito e o documento particular somam todas as vozes que ecoaram naquele momento. Os depoimentos, mostram algumas pistas de uma vida diferente das certidões de óbito e de nascimento, eles lançam uma luz, ainda que frágil, em direção ao passado, no qual que ambos afirmam terem privado da amizade e de convívio com Antônio e sua família.

O primeiro a depor é o senhor Alfredo, que além de comparecer ao tribunal, já havia surgido nos papéis como testemunha no registro de nascimento de Sandra Regina. Ele se apresenta como estrangeiro, que vive na grande Porto Alegre e que fora amigo de Antônio por quarenta anos e diz ter conhecido ele desde 1924. Quanto a menina, ele confirma que conhece Sandra Regina desde o nascimento e que sabia que seu amigo e mãe da menina, Regina, viviam juntos, apesar de não serem casados. Afirma que o casal e a menina viviam numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, uns quatrocentos quilômetros da capital, como casados e que Regina se portava como uma esposa. Nessa cidade interiorana, Antônio dirigia uma associação ligada

a colonização, na qual Regina trabalhava como sua secretária. Antônio era um imigrante naturalizado. Esse depoimento é o único dado que coloca elementos novos e que dão conta de certa mobilidade de Antônio, Sandra e a menina, mesmo que nos documentos ligados ao nascimento desta, a localidade do hospital e do registro serem na região metropolitana. Segundo Alfredo, Antônio e Regina viveram no interior, como chefe e empregada e como marido e mulher, com sua filha, sem esconder sua condição.

A segunda testemunha, é Cláudio, outro homem aposentado, que diz ter sido amigo de Antônio desde 1948, ano de nascimento de Sandra Regina e que sempre a conheceu como filha do amigo, bem como a Regina como sua esposa. Ambas as testemunhas declaram que Regina foi uma boa esposa para Antônio, que não têm conhecimento sobre nada que possa desaboná-la. Sandra não é mencionada nas falas das testemunhas que se restringem a dizer que Sandra Regina é filha de Antônio e que Regina ‘que se comportou como verdadeira espôsa’, segundo Alfredo, ou que o casal ‘viviam maritalmente’, na fala de Cláudio.

Sandra, Antônio e seus pais e Regina e seus pais têm sobrenomes imigrantes ou descendente de imigrantes. Antônio é um estrangeiro naturalizado, filho de dois estrangeiros, conforme registro de óbito no qual, seu sobrinho foi o declarante, sendo que esse tem sobrenome marcadamente estrangeiro.

Somando os sobrenomes de todos do arranjo familiar, os sobrenomes e nomes dos amigos que foram testemunhas, a chefia de uma empresa de colonização no interior, percebemos que há indícios de uma rede de apoio e confiança de Antônio passa pelo elemento étnico. E nesse sentido, o documento escrito pela própria iniciativa adquire um possível outro sentido, o de resolver questões pessoais fora da alçada do Estado, entre sujeitos que gozam de uma condição de partilha social e de trabalho. Um tipo de camaradagem, ou de autoproteção interno a grupos que preservavam a confiança criando formas de resolução de tensões e conflitos fora da interferência do Estado (VENDRAME, 2013). Antônio não se separa de Sandra, portanto não a desampara, mas, segundo as testemunhas do processo, vive uma vida

marital com sua segunda companheira, no interior do Rio Grande do Sul. Ele permanece casado, sem abandonar a mãe de sua filha. Sandra e Regina partilham a mesma condição étnica que Antônio. No registro de sua filha consta seu sobrenome estrangeiro, o nome de seu amigo de longa data, estrangeiro naturalizado como ele. É a esse senhor que Sandra Regina recorre para fortalecer confirmar sua condição filial.

Interessante destacar é que Sandra Regina não faz menção de ter convivido com o pai, ou da possível relação que tinha ou não com ele. Ao contrário, não expõe memórias pessoais ou afetivas, seu argumento está nos documentos e na fala das testemunhas. Em contrapartida, Sandra não refuta nenhum documento ou testemunha, ouve calada toda a exposição na audiência, não menciona nenhum elemento do passado partilhado com Antônio ou qualquer outra pessoa. Nessa sessão, não há registro de nenhuma contestação por parte de Sandra, nem de memórias sobre esse arranjo familiar que o olhar externo dos declarados amigos, homens que partilhavam interesses de trabalho. Em todo o processo, não encontramos nenhuma palavra atribuída as mulheres. Uma fala separada dos documentos. O fato que salta aos olhos é o de Sandra, dela só temos prova de sua existência a assinatura de recebimento da carta de intimação. Em especial, o seu silêncio é tomado pelo juiz como anuência, uma concordância integral com as reivindicações de Sandra Regina. Todavia, mais que uma anuência com a enteada que ostenta seu nome, parece que Sandra mantém uma concordância com os termos estabelecidos pelo falecido marido, que se faz ouvir na sentença. O documento de própria autoria de Antônio, os amigos dele, a filha dele, tudo conspira, ainda sob a batuta do falecido, para o desfecho que ele desejou e arquitetou. Sandra assina, ouve em silêncio e empresta o nome próprio para a enteada: ela reconhece, escuta, empresta e aceita. As três mulheres atuam no processo de forma a não se expor, nenhuma delas afirma qualquer lembrança ou memória, nenhum traço de sua intimidade além dos próprios nomes embaralhados, dos endereços e assinaturas.

Ao fim, para o juiz “Está plenamente aprovada a alegação inicial. A ré não contestou o feito e as testemunhas ouvidas, endossando o que já

se poderia supor (sic) pelo silêncio da ré foram taxativos no afirmar que a requerente é filha natural do investigado e de...”. o périplo encerra depois de mais de uma dezena de carimbos, selos, intimações, de todo um esforço de traduzir a vida nos papéis protocolares na ordem segundo a qual eles são validados pela lei e pelos seus agentes. Assim, não bastou o pai se adiantar ao reconhecimento, por escrito, de mãe e filha (ainda no ventre), foi necessário o reconhecimento da madrasta em audiência materializado em seu silêncio, o ritual dos homens confirmarem o desejo do amigo e do sem número de idas a cartórios para provar a vida que se levou fora do trâmite legal.

Esse laço jurídico reforça que o casamento era a instituição mais potente daquele triângulo e para a qual o aparato legal parece estar comprometido, a paternidade aparece como uma figura não necessária, como uma categoria dependente do status do contrato da vida conjugal civil, algo que nos lembra a escolha pela filiação, presente no direito romano (VEYNE, 2001). Assim, ser pai era uma possibilidade jurídica restrita a condições legais.

Ao final fica a pergunta sobre a ausência coletiva das partes na primeira audiência marcada. Essa ausência nos leva a considerar se ouve alguma ‘audiência’ em casa, naquele endereço que Antônio, Sandra e que Sandra Regina declararam, em documentos diferente, como o de sua casa? Ouve algum ensaio prévio? Um acerto fora da lei e entre a família para que, mais uma vez, o Estado ficasse de fora de uma decisão tão delicada e para que a voz de Antônio fosse ouvida e acatada? Foi o silêncio a sinfonia de uma partitura partilhada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DINIS, Débora. **Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios**. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. 13 (2); 411-426, 2008.
- FONSECA, Cláudia. **A certeza que pariu a dúvida: paternidade e dna**. In: *Rev. Estud. Fem.* vol.12 n.2 Florianópolis May/Aug. 2004.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STRATHERN, Marilyn. **O parentesco, o direito e o inesperado**. São Paulo: UNESP, 2015.

VENDRAME, Maíra. **Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. Tese. PUCRS, 2013.

VEYNE, Paul. *O império romano*. In: ARIÉS, Philippe & DUBY, Georges (Orgs.) **História da Vida Privada**. Volume 1. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ST 18 POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL

COORDENAÇÃO

DAIANE SILVEIRA ROSSI (FIOCRUZ)

GABRIELA ROTILLI DOS SANTOS (UFSM)

A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO SANTA-MARIENSE A PARTIR DA ANÁLISE DE REQUISIÇÕES DE AFORAMENTO DE TERRENO (1850-1870)

OCTÁVIO BECKER NETO
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
OCTAVIOBECKER@YAHOO.COM.BR

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta uma análise da conformação do espaço urbano santa-mariense na segunda metade do século XIX a partir de requisições de aforamento de terreno e da configuração de redes de sociabilidade dali apresentadas. Para tanto, busca-se inspiração na metodologia de redução de escala como um aparato de identificação das relações estabelecidas entre os habitantes locais e suas estratégias de inserção e perpetuação no contexto espaço-social do município. Dessa forma, o estudo é realizado a partir da análise de documentos variados, como as atas da Câmara Municipal de Santa Maria e os requerimentos de terra encaminhados à Província, buscando menções acerca de atores requisitantes de títulos de aforamento e suas propriedades, imóveis e terrenos, dentro da área central santa-mariense. Percebe-se que a ocupação do espaço urbano no referido período se deu de forma a fomentar e consolidar vínculos e laços de caráter familiar, étnico e religioso, ocasionando a territorialização destas relações.

Palavras-chave: Aforamento. Espaço urbano. Redes de sociabilidade.

INTRODUÇÃO

Santa Maria foi elevada à categoria de vila no ano de 1857, emancipando-se da Vila de São João da Cachoeira, município ao qual integrava enquanto uma de suas freguesias. A instalação de seu poder legislativo, de sua Câmara Municipal, deu-se no ano seguinte, em maio de 1858, permitindo finalmente que a localidade exercesse sua autonomia política para a gestão de seu próprio território. As atividades legislativas, dessa forma, foram iniciadas logo após o marco de 17 de maio.

Entre as atividades executadas pela Câmara santa-mariense já em seu primeiro ano de exercício, estão, conforme registrado no livro de atas de suas sessões, as concessões de alguns terrenos. Estas doações ocorriam mediante requisição prévia de cidadãos interessados e repetiram-se sistemática e progressivamente entre os anos de 1858 e 1859. O primeiro registro destas ações é datado de 11 de agosto de 1858, onde constam os nomes de Reginaldo Krieger e Frederico Krebs como os primeiros habitantes a requerer lotes de terra à Câmara Municipal. O deferimento de suas requisições está registrado na ata da sessão de 12 de agosto, realizada no dia seguinte às solicitações¹.

De modo geral, os terrenos requeridos neste primeiro ano de funcionamento do legislativo local correspondiam a lotes urbanos localizados nas poucas ruas que haviam sido demarcadas na Vila, como a do Comércio, a da [Travessa da Igreja] Matriz, a da Aldeia e a Travessa do Maximiano², ou seja, na pequena área central da sede do município. Até o fim do ano de 1858, somaram-se ao todo 40 requisições encaminhadas à Câmara. Destas 40, apenas 2 foram indeferidas, pois os vereadores julgaram as terras requeridas estarem “além do recinto desta Vila”³. Entre as 38 requisições deferidas, 27 foram encaminhadas por alemães⁴, – representando mais de 70% das con-

.....
1 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1858, p. 11v-12v.

2 Tais ruas, na atualidade, correspondem respectivamente à Rua Dr. Bozano, Rua Venâncio Aires, Avenida Presidente Vargas (possivelmente) e Rua Floriano Peixoto.

3 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1858, p. 19v-21.

4 Optou-se pela utilização do termo “alemães” para referir-se aos indivíduos de origem ger-

cessões realizadas (uma tendência prenunciada pelos primeiros beneficiários da prática camarária⁵).

A prática, que vinha se mostrando um hábito no trabalho do legislativo, foi, entretanto, interrompida em 8 de outubro de 1859, quando ocorreu a leitura de um ofício encaminhado pela Presidência da Província sul-rio-grandense⁶, onde eram solicitadas informações sobre as terras que a Câmara de Santa Maria estava concedendo sob títulos de aforamento⁷. A indagação dirigida aos vereadores tinha o intuito de questionar a legitimidade de suas ações, pois, no entendimento do executivo provincial, as terras que estavam sendo distribuídas não pertenciam à Vila (BELTRÃO, 2013, p. 232), mas eram terras devolutas de domínio público não-municipal.

Este foi o primeiro de uma série de questionamentos acerca da natureza das terras municipais. A Câmara de Santa Maria, em resposta à Presidência da Província, argumentou que os terrenos concedidos correspondiam à terra doada *in voce* pelo “falecido padre Ambrósio⁸ de tal” como patrimônio do povoado ali iniciado em fins do século XVIII⁹. De acordo com a lógica apresentada pelo legislativo, o fato de que o município estava

mânica, imigrantes e seus descendentes diretos, presentes da Vila de Santa Maria da Boca do Monte a partir de meados do século XIX, assim como fizeram alguns recentes trabalhos sobre a localidade (VARGAS, 2010; NICOLOSO, 2013).

5 A questão étnica que permeia a concessão de terrenos em Santa Maria está, nas primeiras décadas que seguem à sua emancipação, diretamente ligada à população alemã e é um importante ponto do processo de urbanização do espaço santa-mariense. Este artigo, entretanto, não tem como foco principal o debate e o aprofundamento de tal questão.

6 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1858, p. 41-42.

7 O aforamento constituía-se em uma prática já difundida em território brasileiro desde o período colonial. No âmbito das municipalidades, fazia parte das ações adotadas para assegurar as arrecadações das câmaras. Conforme o dicionário Houaiss, o aforamento é um “direito de gozo perpétuo de imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, certo e invariável”. Conferir em: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 20.

8 Conforme Vitor Biasoli, o padre Ambrósio José de Freitas era proprietário de uma estância que abrangia a área onde foi instalada a primeira capela de Santa Maria, juntamente ao acampamento militar que originou o povoado em 1797. O historiador diz ainda que dito padre “deve ter residido por pouco tempo nessas terras” (BIASOLI, 2010, p. 171).

9 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1858, p. 41-42. AHR. Correspondência das Câmaras Municipais. Santa Maria. Caixa 111, Maço 208, Documento 35a, 1859.

instalado sobre terras de origem privada, e que supostamente foram transferidas para o seu próprio patrimônio, impedia com que os lotes desocupados do município caíssem sobre a categorização de terras devolutas pela lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras¹⁰.

O embate travado entre o legislativo municipal e o executivo provincial levantou alguns pontos ambíguos em relação à postura camarária. Em primeiro lugar, tem-se o fato de que os vereadores jamais conseguiram comprovar com documentos a veracidade do argumento apresentado às autoridades da Província. A falta de uma documentação que atestasse a doação do padre estancieiro Ambrósio José de Freitas é constatada inclusive pelos memorialistas João Belém e Romeu Beltrão (2000, p. 130; 2013, p. 232).

Um segundo ponto a ser destacado é o surgimento do termo *aforamento* para caracterizar as ações empreendidas pela Câmara. Neste sentido, a Presidência da Província, ao interpelar os vereadores com o ofício lido em 8 de outubro de 1859, não apenas questionava a legitimidade das concessões realizadas, como também afirmava que estas se faziam por meio de aforamento¹¹. A resposta do legislativo santa-mariense a respeito deste tópico parece só ter sido elaborada quando lido um novo ofício do executivo na sessão do dia 16 de março do ano seguinte. A comunicação, que ordenava a cassação dos títulos de aforamento repassados para que fossem substituídos por outros, foi replicada de modo a declarar que não foram expedidos títulos, mas que seriam cassados os despachos de concessões emitidos pela casa¹².

Nota-se que em meio à troca de mensagens entre os vereadores e a

.....
10 Conforme a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, em seu artigo segundo, são terras devolutas: “§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal. § 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer ttulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em ttulo legal, forem legitimadas por esta Lei” (BRASIL, 1850).

11 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1858, p. 41-42.

12 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1858, p. 52v-54.

Presidência da Província, especificamente desde a sessão de 8 de outubro de 1859, as atas da Câmara Municipal deixaram de apresentar registros de novas requisições e/ou concessões de terreno. Somente em 26 de junho do ano seguinte, três meses após a resolução do recolhimento dos despachos, que, em meio às demais notas da Câmara, surgem novamente informações de cidadãos interessados nos lotes desocupados do município. A lógica apresentada para a aquisição de terrenos, entretanto, não mais é a mesma.

Dessa forma, deve-se salientar que a disputa entre os poderes legislativo santa-mariense e executivo provincial culminou na mudança da forma com que a terra urbana era distribuída. Se em um primeiro momento tinha-se a tratativa direta entre os cidadãos e a Câmara Municipal, respectivamente requisitantes e decisor; passa, após a deliberação, a Câmara a ser um mediador entre os requisitantes e o novo decisor, os cidadãos e a Presidência da Província. A partir de então, o processo para formalizar a requisição de um lote inicia-se com um pedido de informações sobre o terreno desejado à Câmara Municipal, geralmente indicando o interesse de adquiri-lo sob aforamento perpétuo. As informações adquiridas, então, são repassadas a um procurador, o qual se responsabiliza pela representação do cidadão requisitante frente à Presidência da Província.

Com a aparente conformidade da Câmara Municipal frente às ordens da Presidência da Província, o número registrado de pessoas interessadas em adquirir terrenos na sede municipal aumenta progressivamente no anos que se seguem. É neste início da década de 1860, também, que as requisições de lotes urbanos sob regime de aforamento emitidas pelos cidadãos de Santa Maria começam a aparecer nas descrições das atas camarárias de uma maneira mais padronizada e detalhada. A confecção da planta municipal em 1861 e a sua posterior aprovação em 1865 (BELÉM, 2000, p. 134) certamente tiveram grande influência nesta mudança, pois passaram a ser registrados, desde 1863, os números dos lotes requeridos, bem como o número da quadra onde estavam localizados.

Para uma melhor visualização, a questão envolvendo a requisição, a distribuição e o aforamento de lotes urbanos em Santa Maria pode ser dividida

em duas etapas. A primeira sendo referente ao período entre os anos de 1858 e 1859, quando a Câmara Municipal detinha unicamente o controle da prática. A segunda etapa, que será abordada no próximo item deste trabalho, inicia-se a partir da década de 1860, quando os requerimentos passam a apresentar um número maior de informações sobre a localização dos terrenos e quando a decisão final sobre os aforamentos já estava a cargo da Presidência da Província.

Esse primeiro momento, neste sentido, permite com que seja lançado um olhar mais atento às relações diretas entre os cidadãos requisitantes e o corpo legislativo municipal. É possível levantar questões próprias à instituição, questões que busquem, por exemplo, compreender qual era a cidade almejada pela Câmara Municipal, quem eram seus habitantes ideais e quais eram os mecanismos que lançava mão para alcançar seus objetivos. Ainda que a Câmara, neste primeiro momento, tenha negado a expedição de títulos de aforamento quando distribuiu lotes a alguns cidadãos de Santa Maria, a prática era muito similar, senão idêntica, ao próprio regime de aforamento, – uma instituição existente e consolidada no Brasil desde o período colonial. Ao falar sobre a taxa arrecadada pela utilização da terra pública, o *foro*, na cidade de Salvador no século XVIII, a historiadora Avanete Sousa coloca que:

Os *foros* eram outro conjunto de receitas camarárias expressivo e, sem dúvida, uma das primeiras e mais correntes formas de arrecadação municipal. Traduzia-se no pagamento anual de determinada quantia pelo uso ou domínio útil de qualquer tipo de propriedade pública municipal, na cidade e em seu termo. Essa prática arrecadatória tanto ampliava as fontes de recursos para a municipalidade como lhe propiciava uma estratégia de inserção na complexa rede de sociabilidade local, uma vez que esse tipo de negócio possibilitava o contato direto com indivíduos pertencentes aos diversos grupos e camadas sociais. (2006, p. 356)

Mesmo fazendo parte de um contexto sociotemporal diferente do qual Sousa faz referência, ainda é possível afirmar que, assim como ocorria em Salvador, a Câmara santa-mariense detinha acesso privilegiado ao tecido social do município por meio do beneficiamento de indivíduos com a concessão de terrenos urbanos. Mais do que isso, entretanto, este panorama dá acesso a uma importante peça para a análise do social, pois as atas camarárias

informam o nome de todos os cidadãos que requisitaram e se beneficiaram do ganho de lotes de terra em Santa Maria.

Por ser um município situado em uma área amplamente ruralizada, a Santa Maria da segunda metade do século XIX apresenta um cenário interessante, pois o processo de conformação de sua urbanidade se dá de maneira simultânea ao incremento de seu tecido social, – que acontece com a ocupação de seus espaços centrais vacantes. Isso significa que a Vila passava por um processo, mesmo que lento e gradual, de transformação do ponto de vista espacial e social. A análise deste contexto, portanto, passa obrigatoriamente pela inclusão dos atores e suas ações, pois entende que o espaço urbano de Santa Maria é construído a partir da agência individual e coletiva da população pela interpretação do espaço como uma “categoria da prática social” (LEPETIT, 2016, p. 274). Neste sentido, entende-se que a redução da escala de análise emerge como um método de enriquecimento da análise social (REVEL, 2000, p. 18), pois é fundamental à identificação e ao acesso às redes de sociabilidade apresentadas pela análise documental.

A redução da escala de análise, portanto, permite com que sejam superadas algumas ideias comuns atribuídas a este contexto espaçotemporal, como por exemplo a da total estaticidade da Santa Maria pré-ferroviária. O método permite dinamizar a sua imagem a partir da visualização de estratégias individuais e coletivas, populares e institucionais, (LEVI, 2000, p. 45) e do modo como as mesmas deixaram marca no espaço santa-mariense. Deve-se ressaltar que o tratamento desta questão a partir de uma análise em escala reduzida é especialmente possibilitada pelo fornecimento da documentação aos nomes dos atores que, por sua vez, permitem o rastreamento das redes de sociabilidade atuantes por meio de seu vínculo a outros nomes (GINZBURG; PONI, 1989, p. 173-175). Nesta lógica, para compreender como ocorre a estruturação desta incipiente urbanidade, resta remontar o modo como estes indivíduos atuaram em seu espaço.

IDENTIFICANDO GRUPOS E ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

É correto afirmar que a partir da década de 1860, com o aumento do número de cidadãos que se dirigiam à Câmara Municipal para solicitar informações sobre terrenos devolutos, tornou-se mais fácil a identificação de ações coletivas em meio aos registros. Lamenta-se, entretanto, a inexistência de atas que apontem as atividades executadas nas sessões decorridas entre os anos de 1864 e 1872. Visto que nos intervalos de tempo entre 1858 e 1864, e entre 1872 e 1874 somaram-se mais de 300 ocorrências envolvendo requisições e/ou pedidos de informação sobre lotes, a ausência de oito anos de registros camarários certamente significa um ocultamento de um número total que poderia ser muito maior. Afinal, as atas referentes aos anos de 1870 revelam que o despacho destas petições se tornou a principal atividade executada pelo legislativo santa-mariense, bem como apontou Belém para o ano de 1871 (2000, p. 138).

Os três casos que serão abordados a seguir, portanto, apresentam um intervalo de tempo de dez anos entre eles, mas não deixam de estar conectados mesmo assim. A opção de trazer estes grupos à análise está diretamente ligada à maneira como seus nomes, individuais e familiares, sobressaíram-se sobre os demais. Fala-se, neste sentido, não apenas numericamente, mas também da forma como se apresentaram perante a primeira instância do processo de requerimento de terrenos, a Câmara Municipal. O primeiro grupo corresponde a alguns fundadores da *Deutscher Hilfsverein*, a Associação Alemã de Assistência, e da *Deutsche Evangelische Gemeinde*, a Comunidade Evangélica Alemã; enquanto os demais representam duas famílias, os Weinmann e os Appel.

Fundadas respectivamente em 8 de abril e 28 de outubro de 1866, a Comunidade Evangélica Alemã e a Associação Alemã de Assistência contaram com a participação de um grande número de alemães e descendentes estabelecidos na Vila de Santa Maria como parte de seu corpo fundador (NICOLOSO, 2013, p. 48). Entretanto, ao analisar os requerimentos e os pedidos de informação encaminhados à Câmara, é possível perceber a articulação deste grupo desde antes da inauguração das entidades.

Ao abordar esta comunidade, deve-se levar em conta “as formas de

solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento” (LEVI, 2000, p. 98), pois trata-se de um grupo composto majoritariamente por imigrantes de primeira geração, e que apresentam diferenças étnicas e religiosas em relação à população anteriormente estabelecida naquele espaço. Sua organização se torna mais perceptível a partir do ano 1860, quando Pedro Cassel, futuro tesoureiro da Associação, no dia 13 de julho, apresenta-se à Câmara para pedir informação de um terreno para a construção de um cemitério evangélico¹³, até então inexistente em Santa Maria.

Não se fala apenas da óbvia necessidade de culto dos alemães evangélicos, mas também de um processo de garantia de espaço e de territorialização de sua comunidade. Neste sentido, pode-se levantar alguns modelos de organização imaginados por estes cidadãos. No ano de 1863, observa-se uma série de pedidos de informação de terrenos devolutos encaminhados por alemães membros e não-membros da Comunidade Evangélica e da Associação de Assistência, que permitem que algumas considerações sejam feitas.

Pedro Cassel, no dia 10 de julho, solicita informações a respeito do lote devoluto nº. 6 da quadra nº. 21 para requerê-lo sob aforamento perpétuo. Neste mesmo dia, e muito provavelmente acompanhado por Cassel, João Henrique Druck, outro membro fundador das entidades alemãs, solicita informações sobre o lote nº. 5, sito quadra nº. 21¹⁴. A requisição de Cassel é despachada favoravelmente, estando o seu terreno devoluto e o próprio apto para edificá-lo¹⁵, enquanto a requisição de Druck é indeferida, porque o terreno em questão já havia sido solicitado. No dia 3 de dezembro do mesmo ano, Druck retorna à Câmara Municipal a fim de requerer o lote de nº. 7 da 21ª quadra¹⁶.

.....
13 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1860, p. 68-68v.

14 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1863, p. 169-170v.

15 Diz-se de quem tem condições econômicas de manter o terreno e edificá-lo.

16 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1863, p. 182-184.

O agrimensor da Vila, Otto Brinckmann, futuro presidente da Associação, dirigiu-se ao legislativo santa-mariense no dia 8 de julho de 1863 pedindo informações sobre um terreno situado na Rua da Matriz (rua marcada com o número 3 conforme a figura 1), sendo o seu lote o n.º 11 e sua quadra a n.º 8. Guilherme Fischer, futuro secretário, nesse mesmo dia, pediu informações de outro terreno da Rua da Matriz, o de lote n.º 12 da quadra n.º 8¹⁷. Brinckmann, futuramente, também teria sido testemunha do primeiro casamento de Fischer, com a alemã Guilhermina Nessenass em 22 de novembro de 1868, 5 anos após a emissão de suas petições¹⁸.

Figura 1 – Planta de Santa Maria de 1861



Fonte: BELEM (2000).

.....
17 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1863, p. 166v-168.

18 APJAB. Levantamento dos casamentos evangélicos realizados em Santa Maria.

Francisco Weinmann, futuro vice-presidente da Associação, encaminhou um pedido de informação no dia 07 de julho de 1863 sobre um terreno devoluto situado na Rua 2 de Julho¹⁹ (rua marcada com o número 5 conforme a figura 1), lote nº. 5 da 22ª quadra. João Miguel Adamy, outro fundador da Associação, no mesmo dia, solicitou informação sobre o terreno da Rua 2 de Julho, lote nº. 18, quadra nº. 22. Ainda, Nicolau Becker, também fundador da Associação, o terreno sito na Rua 2 de Julho, lote nº. 2, quadra nº. 22²⁰.

Percebe-se que os vínculos que uniam os integrantes desta comunidade alemã muitas vezes extrapolavam o âmbito da convivência religiosa, do culto na igreja, ou solidária, por meio da Associação de Assistência. O fato de que se dirigiam juntos à Câmara Municipal para dar início ao processo de requerimento de terrenos vizinhos, ou situados na mesma rua de uma mesma quadra, mostra que as estratégias articuladas em prol do respaldo do grupo complexificavam-se à medida que objetivavam a territorialização de seus laços no espaço urbano santa-mariense.

Em 1873, é possível fazer a visualização destes laços a partir de “frentes familiares” (NICOLOSO, 2013, p. 38) que surgem por entre os pedidos. Para a compreensão da “família” como um grupo não restrito à unidade residencial, utiliza-se aqui do conceito empregado por Giovanni Levi, pois, assim como ele:

Falaremos de família no sentido de grupos não-co-residentes mas interligados por vínculos de parentela consangüínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime, como cunhas estruturadas que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social, mesmo no contexto de uma pequena aldeia. (2000, p. 98-99)

Uma destas famílias é a Weinmann, que tem Francisco Weinmann, fundador e vice-presidente da Associação de Assistência, como patriarca da

.....

19 Posteriormente chamada Rua Coronel Niederauer.

20 AGCMVSM. Atas das sessões da Câmara de Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, 1863, p. 166-166v.

família. No dia 10 de outubro, encaminham ao legislativo local 12 petições de informação de terrenos devolutos, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Requerimentos encaminhados pela família Weinmann em 10/10/1873

Requisitantes	Localizações dos terrenos
Pedro Weinmann	Rua Coronel Niederauer, lote nº. 19, quadra nº. 32
Anna Malvina Weinmann	Rua do Comércio, lote nº. 6, quadra nº. 31
Josephina Maria Weinmann	Rua Coronel Niederauer, lote nº. 16, quadra nº. 32
Francisco Weinmann Filho	Rua do Comércio, lote nº. 5, quadra nº. 32
Rodolpho Jorge Weinmann	Rua Coronel Niederauer, lote nº. 17, quadra nº. 32
Maria Carolina Weinmann	Rua Coronel Niederauer, lote nº. 18, quadra nº. 32
João Guilherme Weinmann	Rua do Comércio, lote nº. 6, quadra nº. 32
Carolina Weinmann	Rua do Comércio, lote nº. 7, quadra nº. 32
Carlos Weinmann	Rua do Comércio, lote nº. 4, quadra nº. 32
Leopoldina Weinmann	Rua do Comércio, lote nº. 7, quadra nº. 31
Elisa Weinmann Haag	Rua Visconde de Pelotas, lote nº. 5, quadra nº. 31
Carlos David Haag	Rua Visconde de Pelotas, lote nº. 4, quadra nº. 31

Fonte: AGCMVSM (1873, p. 15v).

O grupo, composto por filhos, netos e genro do patriarca Francisco, escolhem terrenos distribuídos totalmente em duas quadras e três ruas. Nota-se, inclusive, que uma das ruas, a Coronel Niederauer, corresponde à rua onde estava situado o terreno requisitado por Francisco Weinmann dez anos antes, – permitindo levantar a hipótese de que a família já tinha poses na rua. Contudo, a diferença de 10 anos entre os pedidos, e também a falta de maiores informações e referências sobre a localização de cada quadra, não permite afirmar que o terreno almejado por Francisco seja na mesma quadra das petições encaminhadas por seus descendentes.

Ao analisar estes pedidos levando em consideração a planta santamariense, vê-se que os lotes desejados na quadra nº. 32 ficam situados em rua paralelas, nas ruas do Comércio e Coronel Niederauer (respectivamente ruas 4 e 5 da figura 1). Subvertendo uma lógica anteriormente apresentada,

de apenas requerer terrenos que estejam localizados lado a lado, os Weinmann parecem almejar a divisa pelo encontro dos fundos de seus terrenos, – o que garantiria à família a posse e o domínio de uma vasta área do quarteirão caso sua estratégia se concretizasse.

Entretanto, ao checar os requerimentos de terra encaminhados à Província no ano de 1873, contactou-se apenas a presença de um, de autoria de Elisa Weinmann Haag, filha de Francisco Weinmann e esposa de Carlos David Haag. Seu requerimento foi indeferido no dia 5 de dezembro de 1873, pois o terreno havia sido concedido a Matheus Beck em 29 de abril de 1868²¹. O fato de que a Câmara Municipal informou a requisitante, quando pediu informações sobre o terreno, de que o lote desejado já havia sido requerido por outro, mas que despacharia a petição visto não constar a retirada do título, comprova a prática especulatória que se desenvolveu na Vila (BELÉM, 2000, p. 134).

A família Appel tem sua origem em Santa Maria com o imigrante alemão João Appel, que chegou à localidade nos idos da década de 1830. O alfaiate fez fortuna ao dedicar-se ao comércio e chegou a fazer parte do grupo detentor dos cinco maiores patrimônios do município (KÜLZER, 2009, p. 55). Appel, além disso, assegurou à sua família garantias políticas ao aproximar-se de José Alves Valença, influente estancieiro-militar e político local, casando seus filhos aos filhos de Valença (VARGAS, 2010, p. 304-305). À altura da década de 1870, a família Appel, incluindo o seu tronco Valença Appel, já estava consolidada como um dos mais importantes grupos da sociedade santa-mariense.

A família dirigiu-se à Câmara Municipal no dia 8 de outubro e encaminhou ao todo 11 pedidos de informação sobre terrenos devolutos localizados nas ruas Coronel Niederauer (rua 5 da figura 1), Marechal Carneiro²² e Barão do Triunfo (rua 8 da figura 1). Conforme mostra o quadro abaixo, a família optou por concentrar seus pedidos na Rua Marechal Carneiro com os lotes disponibilizados, em sua maioria, lado a lado.

.....
21 AHRs. Fundo Requerimentos. Requerimentos de Terras. 1873. Maços 172 e 173, nº. 890.

22 Esta rua não havia sido planejada e aberta quando da confecção da planta municipal em 1861. Atualmente é chamada de Rua Appel.

Quadro 2 – Requerimentos encaminhados pela família Appel em 08/10/1873

Requisitantes	Localização dos terrenos
Leopoldina Appel	Rua Coronel Niederauer, lote nº. 18, quadra nº. 22
Maria Alves Valença	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 25, quadra nº. 36
Arthur Valença Appel	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 22, quadra nº. 36
Alzira Valença Appel	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 26, quadra nº. 36
Maria Candida Appel	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 27, quadra nº. 36
Antonio Appel	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 20, quadra nº. 35
Carlota Appel	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 21, quadra nº. 35
Antonio Appel Filho	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 28, quadra nº. 35
João Appel Sobrinho	Rua Marechal Carneiro, lote nº. 29, quadra nº. 35
Anna Lidia Appel	Rua Barão do Triunfo, lote nº. 18, quadra nº. 35
Julio Appel	Rua Barão do Triunfo, lote nº.19 , quadra nº. 35

Fonte: AGCMVSM (1873, p. 13v-14).

Novamente, apenas um requerimento chegou à Presidência da Província. Dessa forma, a petição de Leopoldina Appel foi indeferida no dia 5 de dezembro de 1873, pois o terreno requerido já havia sido concedido a João Miguel Adamy dez anos antes, em 19 de outubro de 1863²³. O lote é, de fato, o mesmo requerido por Adamy no dia 7 de julho de 1863, quando apresentou pedido junto de outros fundadores da Associação Alemã de Assistência.

Junto aos requerimentos encaminhados à Província em 1873, entretanto, encontrou-se um de Alzira Valença Appel com informação da Câmara Municipal datada de 1872. A requisição foi indeferida em 8 de maio de 1873, sob a justificativa de que o terreno, sito na Rua 2 de Julho, lote nº. 10, quadra nº. 10, havia sido concedido a Henrique Michaelis²⁴.

No caso das famílias, Weinmann e Appel, é perceptível a articulação dos grupos pela consolidação de uma estratégia de ocupação do território a partir de uma frente familiar. Entretanto, as estratégias parecem não ter sido consumadas por dois motivos: 1) não foi dada continuidade à maior parte

.....
23 AHRS. Fundo Requerimentos. Requerimentos de Terras. 1873. Maços 172 e 173, nº. 915.

24 AHRS. Fundo Requerimentos. Requerimentos de Terras. 1873. Maços 172 e 173, nº. 754.

dos processos de requerimento iniciados com os pedidos de informação na Câmara Municipal, pois apenas 2 de um total de 23 requerimentos das famílias Weinmann e Appel de 1873 foram localizados na documentação provincial; 2) a especulação da terra urbana tornou-se uma realidade a partir da prática de concessão de terrenos, visto que a muitos eram concedidos lotes sem que houvesse o devido uso ou edificação dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a emancipação da Vila de Santa Maria da Boca do Monte e a instalação de sua Câmara Municipal em 1858, iniciou-se uma prática de concessão de terrenos urbanos que se estendeu paulatinamente pelas décadas seguintes. Com a leitura da documentação institucional, onde os trabalhos do legislativo eram registrados, percebeu-se que o gradual incremento do número de cidadãos que se dirigiam à Câmara com interesse na aquisição dos lotes.

Posteriormente, a partir da década de 1860, sob ordem da Presidência da Província do Rio Grande do Sul, as concessões de terrenos passam a ficar sob comando provincial e a serem claramente feitas sob regime de aforamento perpétuo. Ainda, a partir deste período, as petições encaminhadas pelos cidadãos começaram a aparecer de maneira mais detalhada, permitindo a visualização de grupos e da sua articulação de estratégias que marcassem a territorialização de laços caracterizados por traços familiares, étnicos e religiosos no espaço urbano de Santa Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar à criação da diocese (1797-1910). in. WEBER, Beatriz Teixeira (Org.);

RIBEIRO, José Iran (Org.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**, Rio de Janeiro, set. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 dez. 2018.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. in. GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LEPETIT, Bernard. A história leva os atores a sério?. in. _____. **Por uma nova história urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria – RS**: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

REVEL, Jacques. Prefácio. A história ao rés-do-chão. in. LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUSA, Avanete Pereira. Impostos e taxas municipais no Antigo Regime: a Câmara de Salvador e o controle da economia local. in. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de (Org.); AMARAL, Vera Lúcia (Org.). **História econômica**: reflexões e construção do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2006.

VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). in. WEBER, Beatriz Teixeira (Org.); RIBEIRO, José Iran (Org.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010.

FONTES DOCUMENTAIS

Acervo Particular de José Antonio Brenner (APJAB). Levantamento dos casamentos evangélicos realizados em Santa Maria entre os anos de 1864 e 1901.

Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (AGCMVSM). Atas das sessões da Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte realizadas entre os anos de 1858 e 1873.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Correspondência das Câmaras Municipais. Santa Maria. Caixa 111, Maço 208, Documento 35a, 1859.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo Requerimentos. Requerimentos de terras. 1873. Maços 172 e 173.

A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONE SUL E O MERCOSUL – UMA ANÁLISE A PARTIR DA MICRO-HISTÓRIA

NAIRANA KARKOW BONES
GRADUADA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MESTRANDA
NO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
NAIRANABONES@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi muito importante e até mesmo peculiar para a relação bilateral entre Brasil e Argentina, pois foi nesta década em que houve a primeira grande tentativa por parte desses dois Estados, em integrar-se, de cooperar, em que visavam ao desenvolvimento conforme as diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL¹), (GRANATO, 2015). O que, historicamente, esses dois Estados tiveram uma espécie de desconfiança e uma certa dificuldade em se relacionarem, mesmo havendo um comércio bilateral em que sempre manteve destaque ao longo dos anos, porém, nessa década, surge um novo relacionamento entre os países, e conseqüentemente com a região do Cone Sul².

.....
1 Criada em 1948 pelo Conselho Econômico das Nações Unidas com objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina.

2 Região que engloba Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

A partir de uma perspectiva da micro-história, especialmente pelas contribuições de Jacques Revel (1998) em *Jogo de Escalas*, a mudança de escala tem-se como base e preponderante neste trabalho; em que a micro-análise tem-se sobre a região do Cone Sul e a macro sobre o internacional, sem uma direção pré-determinada. Em que a mudança de escala será extremamente essencial e de grande utilidade e ajuda, segundo Revel, “variari a objetiva não significa aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor” (REVEL, 1998, p. 20).

Ademais, na história da integração regional no Cone Sul, o grande marco que vinha a dar institucionalidade, foi a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, tendo como Estados-membros, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em que formariam o bloco econômico chamado Mercado Comum do Sul (Mercosul). Pode-se observar, que dos Estados pertencentes ao Cone Sul, somente o Chile não participa.

Através desse Tratado, ficou definido o uso de uma Tarifa Externa Comum (TEC), que é usada numa escala de União Aduaneira, o que foi um desafio para os negociadores representantes de cada país estabelecer essa nova estrutura tarifária, visto que os quatro países tinha estruturas muito diferentes (BAUMANN, 2013). Para compreender melhor, nas tipologias de integração econômica, tem-se um escala com o grau de comprometimento, e também um perda da soberania estatal, quanto maior o grau, maior a complexidade. Tem-se a Área de Preferência Tarifária e a Zona de Livre Comércio, já nas profundas, a União Aduaneira, Mercado Comum e a União Econômica (BALASSA, 1978). Último estágio este, que somente a União Europeia conseguiu alcançar.

Os tratados internacionais tem como característica, que os Estados cumpram regras supranacionais, ordens e leis para ter uma convivência saudável com outros países, promoção conjunta de atividades, cooperação mútua, e inclusive perda de uma certa soberania em prol do bem comum

(ALMEIDA, 2013). Além disso, uma integração econômica regional resulta em benefícios, como a maior eficiência da produção, uma melhor posição de barganha no cenário internacional e alocação de recursos.

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a integração regional no Cone Sul a partir da década de 1980, e sobretudo a criação do Mercosul em 1991. Para tanto, está dividido em duas seções, uma em que tem a partir dos anos 80 em que há um novo tratamento entre Brasil e Argentina, e na outra seção, a formação do Mercosul e análise dos primeiros anos até 1995.

A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

A integração regional no Cone Sul no decorrer da segunda metade do século XX teve fatores que contribuíram para que houvesse uma relevância maior na região. Nos anos 1950, teve início o modelo de substituição de importação, bem como a importância das diretrizes da CEPAL; já nos anos 1990 tem-se na América Latina o desenvolvimento do regionalismo aberto e o surgimento do Mercosul em 1991; nos anos 2000, começa a ter uma maior presença do Estado, inclusive no mercado e projeções de políticas sociais (OLIVEIRA, 2017). Entende-se por regionalismos aberto, o qual caracteriza a fase estudada neste trabalho, como “un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región” (CEPAL, 1994).

A Argentina passava nos 1980, uma grande crise estrutural de sua economia, que tinha internamente como influência as políticas adotadas durante o último regime militar (1976-1983); no internacional, as políticas econômicas e financeira dos Estados Unidos (EUA), como elevadas taxas de juros, protecionismo, queda dos preços dos produtos agrícolas; políticas como estas, que contribuíram para agravar mais a crise argentina desde 1978 (MONIZ BANDEIRA, 2010). Ademais, um outro importante fator foi a Guerra das Malvinas (1982), em que trouxe prejuízos ao país, além de atritos latentes com os EUA e a Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Isso fez com que houvesse uma maior importância para uma estratégia de desenvolvimento nacional e inserção internacional autônoma, e a integração regional começou a ser vista como uma alternativa para alcançar esses objetivos; como consequência disso, a aproximação com o Brasil sendo uma das prioridades da política externa (GRANATO, 2015). A Argentina em meio a crises, e principalmente o medo do isolamento, procura como estratégia o seu parceiro comercial mais próximo, tanto geograficamente, quanto político-econômico.

Já o Brasil, de certa maneira, não estava tendo tantos retrocessos econômicos, pois ao contrário de Argentina, Chile e Uruguai o regime militar incentivou o processo de industrialização e o desenvolvimento interno (MONIZ BANDEIRA, 2010). Ademais, na transição para a democracia, estava buscando ampliar suas negociações com as grandes potências; entretanto, demonstrou interesse em um processo de integração junto com a Argentina (GRANATO, 2015).

Sendo assim, a política externa argentina no início da década de 1980 voltou-se como prioridade para uma cooperação com o Brasil, e muito se foi em virtude dessa assimetria comercial. “A aceitação da diferença do peso relativo em escala regional e continental entre os dois países modificou a percepção argentina de competição pela liderança em direção a uma lógica de cooperação privilegiada” (GRANATO, 2015, p. 74).

A integração regional pode estar fundamentada em diferentes motivações e dependendo do contexto internacional em que se vive, mas de qualquer maneira consiste em uma forma de cooperação entre os Estados, de forma a se adaptar às necessidades de sua política externa (MARIANO; ROMERO; RIBEIRO, 2015). Assim, pode-se constatar, que a cooperação possibilita um maior diálogo entre os Estados, facilita a criação de discussões e consensos, pode diminuir as incertezas e aumentar a confiabilidade entre os países.

Durante a década de 1980, portanto, houve essa aproximação bilateral entre Argentina e Brasil, pois estava ficando custoso para os dois países a relação não tão amistosa, houve uma abertura para uma política de cooperação,

em que logo foi refletido em áreas como nuclear e hidrelétrico (GRANATO, 2015). Áreas estas, em que pode-se notar, pela assinatura entre os dois Estados, em 1980 do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Usos Pacíficos de Energia Nuclear e em 1982 a inauguração da Usina de Itaipu.

Entretanto, somente na segunda metade desta década houve um aprofundamento, em virtude da redemocratização nos dois países, em 1983 na Argentina, e no Brasil em 1985. O que pode-se compreender, portanto, que Brasil e Argentina, sendo os maiores Estados da região, estavam sendo peças-chaves para o início de uma integração regional, em que analogicamente, pode-se comparar o papel da Alemanha e da França na formação da União Europeia, que foram, de certa maneira, protagonistas.

Nesse cenário de redemocratização, tem-se como protagonistas os líderes desses países, Raúl Alfonsín (1983-1989) na Argentina e José Sarney (1985-1990) no Brasil. Poucos meses depois de Sarney assumir o poder executivo, ordenou a importação de 1,3 milhão de toneladas de trigo e petróleo cru (e seus derivados), a fim de diminuir o déficit comercial da Argentina (MONIZ BANDEIRA, 2010). Ademais, como os dois países, pertencendo a pós-governos militares, a integração argentino-brasileira se erguia em um contexto em que tinha como convergência objetivos políticos, que era de fortalecer os recentes regimes democráticos dos países, além do de criar uma paz regional.

No que se refere ao desenvolvimento e a inserção internacional, que era preocupações de ambos os países frente a uma crise internacional, devido ao que logo se daria com a queda do Muro de Berlim em 1989, Sarney e Alfonsín juntaram essas preocupações e convergiram interesses. No que se relaciona a esses jogos de interesses por ambos chefes de Estado, o desenvolvimento interno de seus respectivos países, poderia ser feito através da cooperação

a partir de um projeto regional que lhes permitisse competir com o resto do mundo, assim como ampliar suas margens de decisão e negociação, diminuindo a brecha com o mundo desenvolvido. Dessa forma, a integração passou a ser identificada, pelos dois governos, como instrumento de fortalecimento interno e de autonomia no cenário internacional (GRANATO, 2015, p. 75).

Em novembro de 1985, marcou a inclinação da relação bilateral dos dois países, sobre a Declaração de Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Esta última declaração, pode-se inferir no compromisso que os dois países tinham em selar uma paz regional, em que demonstravam, além de tudo, preocupações com a segurança doméstica, regional e internacional.

Argentina e Brasil deixaram pontuais interesses em que outros países da região cooperassem juntos, em que o processo de integração teria como objetivo a promoção de um ambiente em que favorecesse

as condições para a criação gradual de um mercado comum entre ambos os países (ao qual poderiam ser também associados outros países da América Latina); aumentar o poder político e a capacidade de negociação de ambos os países na ordem internacional, através da institucionalização do sistema de consultas bilaterais; alcançar o máximo de autossuficiência possível em matérias-primas essenciais, insumos e bens de capital, substituindo o dólar como moda de intercâmbio; e intensificar a cooperação científico-tecnológica em setores de ponta, biotecnologia, energia nuclear, informática, dentre outros (GRANATO, 2015, p. 76).

Dessa maneira, pode-se concluir que havia de fato, um projeto de integrar os países da região, começando assim, pela experiência desses dois Estados. Ademais, a fim de contemplar e tentar atender essas demandas e objetivos, houve o surgimento da Comissão Mista de Alto Nível de Cooperação e Integração Econômica Bilateral por parte dos dois Estados, em que tinha como membros o alto escalão estatal, assim como vale ressaltar também a presença de agentes privados e organizações empresariais (GRANATO, 2015), em que tinham, como objetivo único e comum, promover benefício aos dois países por meio da integração.

Já em julho 1986, foi assinado por Argentina e Brasil, a Ata para a Integração Argentino-Brasileira em que aprovaram 12 protocolos, sobre pontos comuns e metas no que se refere ao processo integracionista. Consta como um dos pontos, a construção de um ambiente em que haja confiança e solidariedade, isso pode ser refletido em dezembro deste mesmo ano com a Ata de Amizade Argentino-Brasileira – Democracia, Paz e Desenvolvimento.

Como também, estava citada em uma dos pontos, um dos objetivos principais da integração, que era o desenvolvimento econômico, e que criou-se o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), o qual tinha como função dar um equilíbrio as assimetrias existentes entre os dois países (BRASIL, MDIC, 2019). Além do comercial, houve cooperação em diversos setores, como na indústria aeronáutica, informática, biotecnologia.

Em setembro de 1989, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil. Em que tinha como diretriz:

O presente Tratado e os Acordos específicos dele decorrentes serão aplicados segundo os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria, para permitir a progressiva adaptação dos habitantes e das empresas de cada Estado Parte às novas condições de concorrência e de legislação econômica (BRASIL, 1998).

Previa a remoção de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de serviços em 10 anos. Além de que, previa a formação de uma Comissão Parlamentar Conjunta, em que deveriam realizar projetos e repassar para o órgão de Comissão de Execução do Tratado. Essa Comissão Parlamentar Conjunta, era formada por 12 parlamentares de cada país, para que emitissem opiniões, e um controle democrático sobre esse projeto integracionista.

Sendo assim, esse período de integração Argentina-Brasil partia de um objetivo inicial que era o desenvolvimento, em que deveria ser atingido a partir de uma estratégia de industrialização conjunta, além da cooperação em diversos setores. Acreditava-se que o desenvolvimento interno seria o “passaporte” para a autonomia na arena decisória internacional, que reforçariam, assim, o processo de integração regional (GRANATO, 2015). Em 1989 havia as preparações para a primeira mudança presidencial desde a redemocratização em ambos os países, assim como um cenário internacional mais caótico, devido o enfraquecimento da União Soviética depois da queda do Muro de Berlim.

O MERCOSUL

Pouco tempo depois da assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, a queda do Muro de Berlim em 1989 simbolizou o enfraquecimento da União Soviética; e posteriormente, com o fim da Guerra Fria em 1991 houve uma forte ruptura na ordem e na conjuntura da política e economia mundial (SARAIVA, 2007). Essa nova ordem representou o enfraquecimento da centralidade do Estado, a supremacia dos EUA como potência global, intensificação de processos de integração regional através de blocos econômicos e o fortalecimento do papel das organizações internacionais para promover a paz. Ademais, as condições políticas na América Latina também se alteraram, como Paraguai e Chile, sendo os dois países que ainda estavam vivendo regimes militares, desvaneceram-se em 1989 (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Além disso, influência das ideias neoliberais e a intensificação de encontros de Organismos e Regimes internacionais estavam vigentes no contexto internacional, em encontros estes, que diminuía as incertezas de Estados perante os outros, e com isso, a integração e a cooperação tornam-se mais recorrentes.

Os novos governantes que estavam a frente do poder Executivo na Argentina e Brasil no começo da década de 1990 foi concretizada como a “virada neoliberal”, segundo Granato (2015). Para este autor, essa virada é uma consequência e uma combinação de regras impostas pelas instituições financeiras internacionais e pelos organismos multilaterais. Como também, a boa aceitação, a grande influência político-ideológico dos EUA em atores governamentais e acadêmicos locais. Fazendo assim, com que as premissas neoliberais fossem aplicadas com mais intensidade na estrutura do Estado. Ademais, portanto, o Mercosul tem suas origens em meados da década de 1980, com uma aproximação bilateral do Brasil e Argentina (RAMANZINI; VIGEVANI, 2010), e que tinha também como característica a inserção internacional e o medo do isolamento econômico frente ao fim da Guerra Fria

Este é o contexto internacional e doméstico nessa busca pela integração regional iniciada nos anos anteriores. Argentina com o então presidente

Carlos Menem (1989-1999), em que mostrou-se disposto e otimista com a continuação do processo, entretanto, a aplicabilidade de medidas neoliberais, houve na política externa argentina um privilégio que eliminou qualquer atrito com os EUA, sobre a lógica de que esse alinhamento direto, seria a solução para a inserção internacional do país e a preservação de uma estabilidade político-econômica no plano doméstico (GRANATO, 2015).

Já o Brasil, com Fernando Collor de Mello (1990-1992) também tinha uma política externa alinhada aos EUA, adaptação ao país das exigências do capital internacional, ou seja, abrir a economia, e a integração com a Argentina foi vista como ferramenta para fortalecer a liberalização comercial que era imposta (OLIVEIRA, 2005). Collor e Menem convergiam as políticas externas, no que diz respeito ao comercial, no uso de um modelo integracionista com abertura para os mercados estrangeiros.

Na metade de 1990 foi assinada a Ata de Buenos Aires, a qual tinha por objetivo em acelerar e diminuir os prazos estabelecidos no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988 e alcançar um mercado comum, isso se daria, por meio de estudos e métodos propostos por um trabalho binacional chamado Grupo Mercado Comum (GRANATO, 2015). Assim, em novembro de 1990, depois de muitas conversações e negociações, os dois países assinaram o Acordo de Complementação Econômica (ACE), em virtude desse acordo “pôs-se fim à etapa da integração gradual, equilibrada, flexível e simétrica iniciada em 1985, para se passar a um programa de liberalização progressiva, linear e automática para todo universo tarifário” (GRANATO, 2015, p. 84). Sendo assim, tinham como objetivo utilizar, sobre essa integração bilateral, como forma de potencializar a inserção no cenário econômico internacional. E uma nova característica a essa integração bilateral, ser neoliberal e aberta aos mercados, colocando-se e associados ao centro hegemônico internacional.

Em março de 1991, houve um grande salto nas relações, e com objetivo de dar projeção regional aos compromissos bilaterais de Brasil e Argentina, juntamente com Paraguai e Uruguai, assinaram o Tratado de Assunção para a Constituição do Mercosul. Havia como um dos objetivos, a intenção

de elaborar uma tarifa externa comum; avançar na coordenação das políticas macroeconômicas; conciliar posições de foros econômicos e comerciais regionais e internacionais (Brasil, Planalto, 1991). Teve como protagonistas diretos no processo negociador do Mercosul os governos nacionais e os grupos empresariais (VAZ, 2002).

Na primeira metade da década de 1990, outros fatos demonstram a profunda transformação que se tinha na ordem, e na diretrizes político-econômicas do sistema internacional. Como foi o caso em 1992, em que os Estados-membros da CEE celebraram o Tratado de Maastricht, para a construção da União Europeia; 1993 diversos países participantes do GATT, que tinha como relações comerciais multilaterais, concluíram a Rodada Uruguai com novos acordos, e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC); 1994, EUA, Canadá e México assinaram a North American Free Trade Agreement (NAFTA) (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Ademais, como forma de uma melhor administração e para o cumprimento de objetivos e metas dessas relações interestatais, o Tratado de Assunção previa uma estrutura institucional nesse período de transição. Era decidido que as negociações poderiam ser definidas pelos próprios poderes executivos, ou seja, as autoridades nacionais que administravam as negociações na integração regional, eram as mesmas que tomavam as decisões de política doméstica. Isso é uma característica do Mercosul que pode ser vista desde o início, uma integração comandada pelos presidentes (GRANATO, 2015).

O período de transição que tinha como objetivo chegar a uma União Aduaneira foram iniciadas negociações para a formação da Tarifa Externa Comum (TEC), instrumento que busca promover um equilíbrio entre as economias. Entretanto, durante esses primeiros anos do Mercosul, Argentina e Brasil mostraram-se resistentes na etapa da construção da União Aduaneira, pois havia um pouco de perda da autonomia³ de suas políticas externas co-

.....
3 Autonomia, neste contexto, é: “Uma noção que se refere a uma política externa livre dos constrangimentos impostos pelos países poderosos, tanto como um objetivo a ser perseguido na ação externa, quanto como um conceito explicativo das opções internacionais.” (VIGEVANI; RAMANZINI, 2014, p.520)

merciais. Porém, durante a transição, a falta de coordenação na decisões de Argentina e Brasil não demonstrou ser um obstáculo para o avanço do bloco.

Em dezembro de 1994, houve a criação da personalidade jurídica internacional do Mercosul chamada Protocolo de Ouro Preto. Além disso, em 1995 foi aprovada a TEC, a qual chegaria a abarcar 85% do intercâmbio comercial, que permitia avançar para a união aduaneira (GRANATO, 2015). Ademais, para este autor, fica claro que o objetivo estratégico do Mercosul era um aprofundamento integracionista em um regionalismo aberto.

Ascensão de Fernando Henrique Cardoso a presidência brasileira (1995) reorientaram mais intensivamente os esforços brasileiros rumo às forças externas do capitalismo transnacional, enquanto na Argentina haviam um grupo que defendiam a ideia de deixar o Mercosul somente em uma área de livre comércio; essas ações resultaram uma diminuição de negociações comerciais no objetivo de aperfeiçoar na união aduaneira (GRANATO, 2015). Entretanto, houve uma série de questões que não estavam interligadas necessariamente a questões comerciais que avançaram, como o fortalecimento da democracia na região, o sentimento de paz comunitária e políticas envolvendo temas sócio-trabalhistas e migrações.

Sendo assim, o Mercosul nos seus primeiros anos, pode-se concluir que teve um progresso positivo e de extrema importância, pois, muitas vezes uma história regional ao mesmo tempo pode ser considerada uma história nacional (ASSAD, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a década de 1980 foi de extrema importância para a região do Cone Sul, pois marcou o início de uma nova relação entre os maiores Estados, Argentina e Brasil. Integração que passou a ser regional e entre quatro Estados, englobando assim, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e que não era estritamente comercial, podendo haver cooperação em diversos outros temas e fatores.

A busca conjunta por um desenvolvimento e assim ganhar uma maior barganha no cenário internacional, para que não seja submisso de

grandes potências nessa ordem, faz com que os países se integrem cada vez mais. Para isso, o Mercosul e o progresso dele, são de extrema importância para o desenvolvimento da região e tendo sua formação ter sido influenciada por motivações diversas em que pode-se fazer uma análise micro e macro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, P. R. **Integração regional: uma introdução**. Antônio Carlos Lessa; Henrique Altemani de Oliveira (coord.) – São Paulo: Saraiva, 2013.
- ASSAD, C. M. **Los desafíos de la historia regional**. TZINTZUN, Revista de Estudios Históricos, N° 43, enero-junio de 2006
- BAUMANN, R. **Integração regional: teoria e experiência latino-americano**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Clássica, 1978.
- BRASIL. Ministério da Economia. 2019. Disponível: <<http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/337-certificado-form-7>>. Acesso: set. 2019
- BRASIL. Planalto. **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil**. 1989. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm>. Acesso: setembro/2019
- BRASIL. Planalto. **Tratado de Assunção**. 1991. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0350.htm>. Acesso: set. 2019
- CEPAL. **La transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile: Cepal, 1994.
- GRANATO, L. **Brasil, Argentina e os rumos da integração : o Mercosul e a Unasul**. 1ªed. – Curitiba: Appris, 2015. 229p.
- MARIANO, K. L. P.; ROMERO, A. M. S.; RIBEIRO, C. C. N. **Percepções governamentais sobre a integração regional na América do Sul**. 2015.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. 1935- **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)** -3ªed, ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RAMANZINI J., H.; VIGEVANI, T. 2010. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil.** En OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año XI, Nº 27, abril.

REVEL, J. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

OLIVEIRA, A. C. **A integração regional como mecanismo para uma melhor inserção da América Latina em um mundo globalizado.** 2017. IV Congresso Internacional FoMerco “*Integração regional em tempos de crise: desafios políticos e dilemas teóricos*”. Disponível: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508097248_ARQUIVO_AlessandraCOliveirarevisado.pdf>. Acesso: set. 2019

OLIVEIRA, H. A. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARAIVA, J. F. S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas – Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** São Paulo: Editora Saraiva, 2ª edição, 2007.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul.** Brasília: IBRI, 2002.

HISTÓRIA SOCIAL ESMAECIDA: A CONSERVAÇÃO DE SEGUNDAS VIAS DA CORRESPONDÊNCIA ATIVA DA INTENDÊNCIA DE SANTA MARIA – RS

SONIA ELISABETE CONSTANTE
PROFESSORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE
ARQUIVOLOGIA/CCSH/UFSM.
GRADUADA EM ARQUIVOLOGIA E DESENHO E PLÁSTICA.
DOUTORA EM COMUNICAÇÃO.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. BRASIL.
SONIAEC559@GMAIL.COM

FERNANDA KIELING PEDRAZZI
PROFESSORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE
ARQUIVOLOGIA/CCSH/UFSM.
GRADUADA EM ARQUIVOLOGIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL:
JORNALISMO. DOUTORA EM LETRAS.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. BRASIL.
FERNANDA.PEDRAZZI@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Conforme Delmas (2010, p. 11), Jules Michelet¹, em 1833, ao rememorar sua primeira incursão aos arquivos franceses, repletos de manuscritos, relatou as sensações despertadas por estes vestígios da história.

.....
¹ Segundo Delmas (2010), Jules Michelet foi chefe da seção histórica do Arquivo Nacional francês de 1831 a 1852 e publicou volumes sobre a História da França.

Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado (...): ‘eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno’. Não tardei, porém, a perceber no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertencia à morte. Esses papéis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser possibilidade de rever a luz do dia. Esses papéis não são papéis, e sim vidas de homens, de países, de povos.

Seguindo Michelet, ao contrário da percepção da maioria das pessoas daquela época (e ainda hoje) de que as “catacumbas manuscritas” são um arquivo morto, seus documentos, isto é, seus “papéis” [sic] falam por si, num entrelaçado de fatos que contam a história dos homens em suas ações do cotidiano por ideais de conquistas e de sobrevivência pela vida. Assim, a existência desses documentos é fator determinante para a comprovação dos fatos da vida cotidiana, algumas vezes já há muito distante.

O presente trabalho parte de um documento esmaecido, datado do ano de 1893, que é reflexo das ações da instituição Intendência Municipal de Santa Maria², no Rio Grande do Sul (RS), que existiu entre 1892 e 1929, durante o período conhecido como “política dos governadores” (DEL PRIORE E VENANCIO, 2016, p. 218).

Este período é o da “europeização”, conhecido também como “*belle époque*”, segundo Del Priore e Venancio (2016, p. 219), que percebe-se no Brasil no pós-Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889. Tudo isso gerou grandes transformações sociais, até mesmo em cidades interioranas, como é o caso de Santa Maria.

A construção da estrada de ferro, como exemplo, favoreceu Santa Maria devido ao seu posicionamento geográfico (no centro do Estado) e foi fator determinante para o crescimento econômico e social da cidade, segundo Belém (2000), em conformidade com os atos administrativos convenientes ao regime do Governo Provisório. Hoje, o que resta do patrimônio ferroviário é apenas uma memória fugaz para grande parte da comunidade santa-mariense. Pedrazzi (2015, p. 41) lembra que com a Proclamação da República

.....
2 Hoje denominada de Prefeitura Municipal de Santa Maria (RS).

[...] em cada cidade gaúcha havia uma Intendência. Primeiramente, formaram-se as Juntas Intendenciasais, ou seja, um grupo de cidadãos republicanos no governo local. Posteriormente, uma pessoa é que detinha o poder de estar à frente de uma Intendência: o Intendente.

Em setembro de 1892 assumiu o primeiro Intendente Municipal de Santa Maria, o “coronel” Francisco de Abreu Vale Machado cuja administração trouxe melhorias, especialmente na área urbana, se estendeu até quase o final daquele século, tendo como ponto alto a inauguração da iluminação elétrica da cidade, em 15 de novembro de 1898. Neste período o presidente do Estado era Julio Prates de Castilhos, juntamente com os seus seguidores castilhistas (BELÉM, 2000).

Vale Machado era, “até então delegado de polícia, destacadamente republicano, maçom³, que ficou por longo período no poder em Santa Maria (dois mandatos, totalizando cerca de oito anos), sendo substituído apenas em 1900 por Henrique Pedro Scherer” (PEDRAZZI, 2015, p. 49).

Castilhos e o seu positivismo republicano, segundo Flores (2013, p. 145), tinha um “comportamento radical”, que direcionou a explosão dos movimentos revolucionários de 1893, 1923 e 1924. O seu governo foi marcado por “uma única verdade, um partido, um ditador” cuja “ordem era conservar, melhorando” (FLORES, 2013, p. 147).

Os republicanos permaneceram no poder de 1889 a 1930, entretanto, no ano de 1891, a oposição rio-grandense assumiu o governo do Estado por sete meses, apelidado de Governicho pelos castilhistas. Júlio de Castilhos voltou ao poder, após a guerra civil que perdurou por 31 meses, a Revolução Federalista. Como alternativa para se manter no poder, Castilhos buscou apoio através de campanhas em jornais da época sempre pela “segurança e o sossego da sociedade através de inexoráveis medidas repressivas” (FLORES, 2013, p. 152).

Tais campanhas levaram personagens de poder de cidades do interior, como Santa Maria, a dar chancela ao posicionamento de Julio de Castilhos

.....
3 Sua Loja Maçônica era a Boca do Monte, mais tarde (a partir de 1894), Paz e Trabalho.

e seu retorno. Vale Machado, como primeiro Intendente Municipal, é indicado a tal cargo pelo próprio Julio. Em retribuição, apoiou a intenção de dar a “garantia de ordem” (A FEDERAÇÃO, 1893), um dos lemas do positivismo republicano. O texto de Vale Machado foi referido no jornal republicano como um “telegrama”, mas trata-se de um documento, como tantos outros expedidos pela Intendência naqueles primeiros dias do ano de 1893. As palavras deste documento, assim como as dos demais que conformam este Tomo, estão desaparecendo, desbotadas pela ação do tempo, mas podem ser acessadas porque seu suporte foi preservado pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Uma significativa parcela do que o Poder Executivo de Santa Maria produziu ao longo de seus primeiros anos hoje custodiado pelo Arquivo Histórico, que existe desde em 1958, quando foi promulgada a Lei nº 784 de 22 de dezembro que o cria oficialmente. Isso é corroborado com a informação publicada no jornal “A Federação”, em 31 de janeiro de 1893 e, recuperada através de pesquisa no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em confrontação com a leitura e transcrição paleográfica realizada no original que está preservado no AHMSM.

A Paleografia trata de fazer o que Michelet dizia querer aos “papéis”: oportunizar que a luz voltasse a alcançar os antigos escritos. Assim como ele chamou o arquivo francês de “necrópole de monumentos nacionais”, Leal e Siqueira entendem que “o paleógrafo é como um ‘semideus’, pois tem o poder único de ‘ressuscitar’ a informação do manuscrito ao lê-lo e transcrevê-lo, pois do contrário, a informação estaria morta, perdida no passado da história” (LEAL & SIQUEIRA, 2011, p. 12). Não entende-se a informação como morta, porém interpreta-se que ela está adormecida, à espera da luz para ser foco de olhos curiosos.

As normas para realizar a transcrição aqui apresentada são uma evolução daquelas definidas no Brasil nos anos de 1990 e revisadas por representantes de pelo menos 11 instituições em 1993, entre elas o Arquivo Nacional, órgão vinculado hoje ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que guarda, preserva, dá acesso e divulga acervos públicos ligados,

principalmente, à esfera federal. O objetivo de tais normas era o de “fixar diretrizes, critérios, convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas” (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 99).

Deste modo, o objetivo deste estudo foi analisar o estado de conservação e realizar a transcrição de um documento de um Tomo produzido pelo Poder Executivo, do período que abrange o Fundo Intendência Municipal (1892- 1929), levando aspectos históricos do período e suas personagens.

O presente artigo traz a noção de patrimônio documental como abordagem, reconhecendo no documento selecionado a importância de se preservar o patrimônio documental que está sob custódia de instituições públicas, inclusive as municipais, oferecendo a elas recursos e atenção de modo a tornar cada vez mais público o seu acervo, trabalhando pela difusão documental e tendo como princípio de que todo e qualquer cidadão é um usuário em potencial daquilo que guardam.

A paleografia, como mencionam Berwanger e Leal (2012, p. 20), pode ser aplicada em documentos contemporâneos, fugindo do escopo do que se tinha como divisão desta ciência (antiga, medieval e moderna) “desde que o manuscrito seja incompreensível à leitura” o que amplia, sobremaneira, as possibilidades de trabalho paleográfico em acervos mais próximos da realidade brasileira uma vez que só fomos “descobertos” em 1500.

É evidenciada, aqui, a preocupação com perdas documentais e informacionais das fontes de pesquisa hoje muito utilizadas em estudos acadêmicos. Sua observação e atenção visa atentar para os cuidados com sua integridade e valorizar e incentivar a pesquisa.

O ARQUIVO HISTÓRICO E O ACERVO EM QUESTÃO

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria tem como objetivo preservar documentos que contam a história de Santa Maria reunindo, além disso, revistas, jornais acervo bibliográfico e iconográfico, mapoteca, coleção de moedas e documentos do Instituto Histórico Geográfico de Santa Maria.

Desde 1958, quando foi criado, o Arquivo Histórico vêm se modernizando e aplicando, na medida do possível, o conhecimento arquivístico tendo como responsável pelo acervo uma arquivista de carreira da Prefeitura. Atualmente, depois de muitas mudanças de endereço ao longo dos anos, seu funcionamento ocorre junto ao complexo do Centro Integrado de Cultura Evandro Behr, formado pelo Arquivo, pelo Museu de Arte de Santa Maria e pela Biblioteca Municipal Henrique Bastide, sendo considerados, os três, equipamentos culturais da cidade.

A Lei Municipal nº 3568 de 16 de dezembro de 1992, em seu artigo 2º, reforça que “ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria compete I – a proteção do patrimônio documental histórico” como também “VI – a descrição e divulgação de seu acervo, através de instrumentos próprios”. Assim, entende-se que o documento aqui focalizado enquadra-se como patrimônio documental histórico, que o Arquivo está realizando esta tarefa de forma adequada e que é uma instituição fundamental para a preservação da memória do município.

Os fragmentos do documento redigido pelo Intendente Municipal Vale Machado, e endereçado a Julio Prates de Castilhos, que governou o Estado do Rio Grande do Sul naquele final de século, reflete a instauração de uma nova ordem de organização da sociedade que contempla banqueiros, industriais e técnicos. Ele traz um pequeno acontecimento, um verdadeiro fragmento, a partir dos discursos presentes naquele momento da história sul-riograndense, segundo Farge (2009, p. 79) no arquivo:

Os acontecimentos são minúsculos, os incidentes mais do que costumeiros, os personagens comuns, e os arquivos coletados a respeito deles são apenas fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana.

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria preserva o patrimônio documental da cidade incluindo diversos manuscritos que descrevem a memória social da sociedade. Este é só mais um deles. Presta, deste modo, um serviço de informação à comunidade santa-mariense e demais pesquisadores,

cujo sabor deste arquivo, “o sentido a mais”, passa a ser, recorrendo-se a Farge (2009, p. 37), como uma “emoção”, ou seja, “um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado e a do silêncio”.

Manusear acervos manuscritos tem um sentido a mais. Trata-se de pessoas, que deixam, por meio do toque e da escrita, a marca da sua personalidade preservada com o auxílio de profissionais da comunidade arquivística e de historiadores.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho resulta de um estudo idealizado a partir de indagações das autoras surgidas durante a execução de atividades práticas realizadas no AHMSM pelos acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sob sua coordenação, na disciplina de Paleografia, em maio de 2019. Na oportunidade as pesquisadoras obtiveram contato com o documento tomado como objeto.

O Arquivo tem sido parceiro do Curso de Arquivologia em diversas iniciativas acadêmicas desde os primeiros anos do Curso, criado em 1976, em eventos como cursos, palestras, oficinas, e servindo ainda como laboratório de práticas e exemplo de aplicações da teoria arquivística. Além disso inspira a todos por ser dirigido com dedicação e comprometimento pela arquivista Daniéle Xavier Calil, fazendo tudo o que pode e deve ser feito, do ponto de vista arquivístico, para os documentos de guarda permanente.

A partir do primeiro contato com o documento, foram capturadas imagens do Tomo e do próprio documento, ainda no primeiro semestre de 2019. Após foram feitas outras visitas das pesquisadoras ao AHMSM para reencontrar o objeto e realizar um diagnóstico do seu estado de conservação frente ao mesmo, com ênfase em identificar o tipo de material empregado na produção do suporte, que pode ser classificado como uma espécie de segunda via, em papel de baixa gramatura (cerca de 20 g/m²), quase transparente, e na tinta empregada na confecção desta cópia (parecendo, numa primeira vista, ferrogálica de tom sépia).

Paralelamente, em setembro de 2019, foi solicitado auxílio à equipe técnica do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, considerando que o local foi a primeira capital da República e, anteriormente, sede do governo da colônia e do Império. Foram enviadas fotografias e até mesmo um vídeo, para que pudesse acontecer a identificação do suporte.

Posteriormente à observação *in loco*, foi realizada a leitura e transcrição documental, a partir das imagens capturadas, baseada nas Normas Técnicas para a Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, encontradas em Berwanger e Leal (2012). E, diante da informação coletada no documento, após compreensão do fato reportado, foi feita uma investigação no *site* da Biblioteca Nacional, no periódico que era o “órgão do partido Republicano” do Estado à época, “A Federação” para a identificação de algo publicado. A busca foi feita diretamente neste jornal, utilizando-se as palavras “Vale Machado”.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A conservação dos documentos, sejam analógico ou digitais, visa a guarda e proteção do acervo para fins de acesso como fonte de pesquisa. O suporte papel tem sua origem no ano 150, século II, inventada pelo oficial da corte chinesa Cai Lun (Ts'ai Lun) durante o império de Chien-Ch'u, da dinastia Han (206 a.C. a 202 d.C.). No ano de 751, a técnica do papel passou a ser dominado pelos árabes, depois do aprisionamento de técnicos chineses, em Bagdá, ocorrido durante o ataque na cidade de Samarcanda. O invento passou a ser difundido a partir do século XI, inicialmente na Espanha, após conflito sangrento no reino visigótico, entre os visigodos e os árabes e, depois no Ocidente. Em 1440, com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, que permitiu a reprodução de livros, foi impulsionada a comercialização do papel (FILIPERSON).

No Brasil, o papel começou a ser fabricado, provavelmente, em 1810, no Andaraí Pequeno, no Rio de Janeiro. E, em 1890, foi fundada a fábrica de papel Companhia Melhoramentos de São Paulo, a cargo da empresa alemã Gebrüder Hemmer, com investimentos em pesquisas de espécies de vegetais nativos (MELHORAMENTOS).

Para Santos (2012, p. 113), “a atuação de Rodovalho representa provavelmente o único exemplo de vinculação direta do capital cafeeiro paulista à nascente indústria de papel”. Mas foi com a vinda dos imigrantes europeus, que trouxeram o conhecimento do processo de produção do papel a partir da celulose, que a indústria papelreira foi fortalecida, especialmente nos anos de 1920 e 1930. A maioria se instalou em São Paulo, no entanto, gradativamente, outros estados passaram a investir também na sua fabricação (FILIPERSON).

Ao longo dos tempos as ferramentas e aditivos empregados na preparação da massa, como parte do processo de produção do papel, vêm sendo modificados para a obtenção de um produto de qualidade para os diversos fins.

Entre os documentos de caráter permanente sob custódia do AH-MSM são aqueles relativos ao Poder Público Municipal (com datas balizas 1868-1946). É parte desse conjunto o documento analisado neste estudo, conformando um Tomo acondicionado na caixa-arquivo Nº 2, com data inicial de 27 de janeiro de 1893, conforme a Fotografia 1.

Fotografia 1 – Espelho da caixa arquivo onde encontra-se o documento objeto da pesquisa



Autoria: Sonia Elisabete Constante

No espelho da caixa-arquivo, consta Fundo “Junta Intendencial” mas pela data já é da “Intendência”, da Série “Correspondências”. O Tomo tem capa dura, é confeccionado com folhas de papel pouco espesso, numerado tipograficamente, dividido em cadernos de 5 folhas no tamanho A3, que foram dobradas e costuradas somando, cada caderno, 10 folhas A4. A lombada foi revestida com tecido morim desgastada pelo manuseio e pela ação de agentes biológicos, como visto na Fotografia 2.

Fotografia 2 – Lombada do Tomo onde encontra-se o documento objeto da pesquisa



Autoria: Sonia Elisabete Constante

Visualizando a lombada é possível observar que a mesma possuía uma espécie de adesivo em papel com a identificação na qual se pode apenas extrair, com certeza, a palavra “Correspondência” em letras maiúsculas, seguida de outra palavra que presume-se ser “expedida” dado que se recuperou as duas primeiras letras (E e X).

Os documentos do Tomo foram reunidos pela encadernação empregando dois pedaços de papelão duro, isto é, a chamada capa dura, que igualmente como a lombada, vem sofrendo as ações do homem e de agentes biológicos. Pelas características dos danos encontrados, aparenta ser resultado da ação das falsas traças ou tisanuros que alimentam-se da cola do papel

fazendo furos como visto na lombada e danos no papel que recobre a capa, assim como na própria capa dura como é observado na Fotografia 3.

Fotografia 3 – Verso da capa traseira do Tomo objeto da pesquisa



Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A oscilação de temperatura e umidade, que ocorre com frequência na Região Sul, favorece o aparecimento dos agentes biológicos identificados como causadores dos danos. Além disso Santa Maria é especialmente úmida, dada a sua posição “dentro” uma cadeia de montanhas. Outro fator determinante para a sua proliferação é a falta de luminosidade, que é uma das recomendações para o armazenamento de documentos e materiais de arquivos e de bibliotecas. Algumas medidas já estão sendo adotadas, como a higienização periódica e a digitalização do acervo. Somente as ações possíveis são executadas pela equipe do Arquivo. Algum auxílio vem de projetos da UFSM. Em 2011, por exemplo, foi digitalizado parte do Fundo Intendência⁴ (908 documentos): “inclusive, capa, contraguarda, folha de rosto até mesmo o verso conforme Recomendações do Conarq. Os representantes digitais foram armazenados em 14 pastas digitais obtendo-se, em sete

.....
4 Projeto de Digitalização, coordenado pela professora Fernanda Kieling Pedrazzi (PROJETO FIEX/UFSM/2011).

meses na captura, 25,5 GB de imagens” (PEDRAZZI et al, 2014, p. 4). Este Tomo não foi incluído por seu estado frágil.

No Tomo, as informações estão desbotadas pela ação do tempo, como é o caso do documento analisado neste estudo que se pensa ser o resultado de uma reprodução de um documento manuscrito, cuja tinta está fraca. Isto ocorreu certamente por ser uma cópia de impressão da página anterior, que fora enviada respondendo as demandas recebidas pela Intendência, ficando o registro do que havia sido escrito e enviado, numa segunda via.

Em setembro de 2019 foi enviada uma primeira mensagem⁵ ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro solicitando o auxílio de sua equipe técnica para identificar o suporte. Buscava-se algo semelhante “desse mesmo período e com essas características” presente no acervo do Rio. O que se desejava era “saber de onde vinham essas encadernações, nome da empresa que produzia, e ver uma folha semelhante”. A equipe enviou uma primeira mensagem de resposta, em 25 de setembro, através de uma das técnicas, dizendo:

Para essa época eu desconheço documentos em papel seda. Aqui no arquivo normalmente aparecem documentos em papel seda a partir da década de 20 e apresentam tons rosados, esverdeados e azulados, todos datilografados. Se a senhora puder tirar mais fotos do tomo, poderíamos ter maior noção, pois por fotos é difícil dar a certeza.

Sem haver uma definição, novas imagens foram enviadas (Fotografia 4), com papel branco no fundo, para aparecer a transparência e também um pequeno vídeo do Tomo.

Após este envio, ainda aguardando uma ajuda para saber do suporte e tinta, recebemos a resposta em 30 de setembro. Feita a análise das novas imagens, foi respondido que “realmente parece papel seda mas ainda não acho que seja pelo documento ser um manuscrito em tinta ferrogálica. Me parece ser um papel da época mesmo, em uma gramatura bem fina”.

.....
5 As mensagens foram trocadas com uma técnica do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, designada pela diretora da Instituição, a quem dirigiu-se a primeira mensagem solicitando apoio técnico, via e-mail do Google, o *gmail*, por Fernanda Kieling Pedrazzi, entre os dias 24 e 30 de setembro de 2019 através de seu email: fernanda.pedrazzi@gmail.com.

Fotografia 4 – Detalhe de um documento do mesmo Tomo objeto da pesquisa



Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

O papel empregado, provavelmente, é do tipo apergaminhado, que é recomendado para escrever correspondências. Necessita-se posteriormente verificar o pH do papel. Se for ácido, recomenda-se ao Arquivo que se siga a um processo de desacidificação como solução mais indicada para a elevação do pH a um mínimo de 7 (neutro). Como pode-se verificar na Fotografia 5, o livro precisa de um tratamento imediato a fim de minimizar novos danos nas folhas e na sua estrutura, uma vez que a costura está comprometida, assim como as folhas também foram afetadas pelas falsas traças ou tisanuros.

Deste modo, como recurso a ser explorado a fim de evitar perda do conteúdo do documento, optou-se pela transcrição paleográfica, apresentada a seguir.

PALEOGRAFIA EM DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS: O CASO DO DOCUMENTO A JULIO DE CASTILHOS

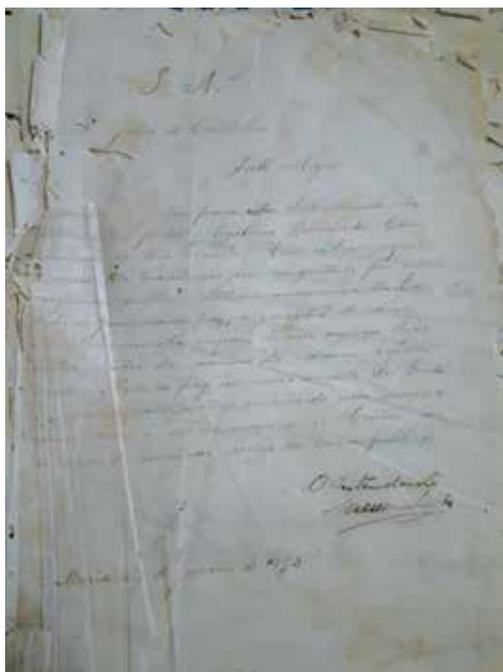
Buscando uma alternativa para a preservação da informação frente à deterioração dos documentos presentes no Tomo objeto da análise sobre a conservação documental, optou-se por realizar a leitura e transcrição documental de um de seus documentos (Fotografia 6).

Fotografia 5 – Detalhe do estado de conservação do Tomo objeto da pesquisa



Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

Fotografia 6 – Documento objeto da pesquisa



Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

A escolha deu-se a um dos primeiros daquele livro, o da folha 2 (apenas frente), redigido, conforme consta, em 27 de janeiro de 1893. Abaixo, segue a transcrição do mesmo.

	S. N.
	Dr Julio de Castilhos
	Porto Alegre
5	É motivo de jubilo para esta Intendencia ver restituído ao poder o legitimo Presidente Constitucional do Rio Grande. Com os leaes republicanos Rio-Grandenses me congratulo por tão auspicioso motivo. Sois na governança do Estado a promessa de paz, a garantia de ordem,
10	o restabelecimento, emfim, de um governo definitivo dentro das normas do regimen republicano. Que a paz em nosso amado Rio Grande venha satisfazer os anhelos de vosso magnanimo coração, são meus votos. Contae com
15	minha dedicação ao serviço da causa publica.
	O Intendente
	VMachado
	S. Maria 27 de Janeiro de 1893.

Para a transcrição, respeitou-se o texto, reproduzindo-o tal qual aparece no documento. Fez-se, como sugerem Berwanger e Leal (2012, p. 106) “o que é fácil no momento para, depois, fazer o resto”. Foi necessário retornar ao Arquivo mais uma vez para ver, a olho nú, diretamente, o documento pois a imagem capturada não tem a mesma qualidade da visão humana frente ao próprio documento. Seguiu-se o “modelo de translineação, com numeração sequencial de cinco em cinco até o final do documento e colocada à margem esquerda” (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 103). Do mesmo modo foram seguidas as sugestões dos autores de respeitar a ortografia, acentuação e pontuação, manter a divisão paragrafíca e as abreviaturas co-

nhecidas como se apresentam no texto.

Em busca de um cruzamento de que tal documento seguiu seu curso, e chegou as mãos do destinatário, “Dr. Julio de Castilhos”, então Presidente do Estado, foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Nacional, mais especificamente na sua Hemeroteca Digital (acesso remoto). Naquele periódico, foi encontrada publicada a correspondência objeto deste trabalho, sendo uma das várias presentes na edição de Número 26, de 31 de janeiro de 1893, que prestam apoio a Castilhos. Elas são referidas como telegrama, na terceira coluna da capa, seção “O governo”: Consta: “O nosso ilustre amigo, dr. Julio de Castilhos recebeu mais os seguintes telegramas” seguido de 24⁶ manifestações de intendentes de cidades de todo o Rio Grande. A Fotografia 7 apresenta o texto do documento enviado por Santa Maria no destaque.

Fotografia 5 – Documento objeto da pesquisa



Fonte: Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/388653/per388653_1893_00026.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019

O texto encontrado em “A Federação” é uma transcrição palavra por palavra do documento. Assim, denota-se que para o jornal ter sido distribuído impresso em 31 de janeiro, e considerando que o documento saiu de

.....
6 Nome das cidades e dia do mês de janeiro em que as congratulações foram enviadas: Jaguarão (26); Uruguayana (27); Itaqui (27); Rio Pardo (27); Alegrete (27); Livramento (27); S. Gabriel (27); Caçapava (27); Piratiny (27); S. Borja (26); Rio Grande (27); Taquary (27); Santa Maria (27); Arroio Grande (27); Cacimbinhas (27); Pelotas (28); D. Pedrito (27); Cachoeira (27); S. José (26); Jaguarão (27); S. Victoria (26); Santa Cruz (28); Cangussú (28); Margem (28).

Santa Maria em 27 de janeiro, o documento pode sim ter sido remetido via transporte, em um formato de carta em envelope. Porém, o fato de ter sido chamado de “telegrama” pelo jornal pode ter sido de modo genérico (visto que outras mensagens foram recebidas com a mesmo objetivo: apoiar Julio de Castilhos), mas causa não só curiosidade como também se alinha, em forte probabilidade, com a ideia de que possa ter sido enviado por telégrafo, por ser um meio mais rápido de transmissão de ideias, já que os tipos gráficos para rodar o jornal deveriam ter sido montados com a antecedência de, pelo menos, um dia sobrando apenas dois para uma carta ser depositada e chegar na capital do Estado. Não nos parece impossível, apenas analisamos as opções.

CONCLUSÃO

As informações do documento, mesmo esmaecido, como parte do Tomo produzido pelo Poder Executivo local no período do Fundo Intendência Municipal (1892-1929), e posteriormente divulgadas em jornal, passam a endossar a intenção do Governo de Julio de Castilho em fortalecer-se, capturando apoio político para manter-se no poder.

Embora tenha sido chamado de “telegrama” pelo jornal “A Federação” quando da sua publicação, percebe-se que esta é uma possibilidade, não um fato. Este é apenas um dos documentos do Tomo e muitos deles, a grande maioria, não era expedido para fora da cidade, senão para pessoas da própria localidade de modo a fazer acontecer as ações da Intendência.

Neste estudo não é discutida a veracidade da narrativa jornalística ou o apoio à Castilhos, expresso nas linhas grafadas por Vale Machado, mas sim constata-se que os fatos postos em “A Federação” são reais a partir da existência da cópia documental pertencente a um Tomo do Arquivo Histórico de Santa Maria a quem foi dada a luz. De outro lado, a publicação reitera o envio, em cópia física ou por telégrafo, do documento à Castilhos, sendo que o mesmo só pode ser divulgado porque chegou até seu destinatário.

O documento foi atestado como fonte fidedigna, sendo necessário recorrer a análise sobre a sua conservação para compreender o estágio de deterio-

ração, complementando o trabalho proposto com a leitura e transcrição paleográfica, o que permitiu “engessar” as interpretações da grafia do escrevente uma vez que oferece uma “leitura” do manuscrito mais estabilizada. Não foi tema deste trabalho identificar se o mesmo foi o escrevente o só assinou.

As perdas documentais e informacionais de fontes arquivísticas são temas de grande importância para a área acadêmica e não seria possível furtar-se de tal discussão uma vez que muitos pesquisadores, em especial discentes e docentes universitários instituições santa-marienses, contam com sua existência. Valorizar os acervos é valorizar e incentivar as pesquisas.

Compreende-se que os fragmentos de história trabalhados nesta pesquisa fazem parte da história social do município de Santa Maria e do Rio Grande do Sul por sua abrangência e temática. Este entrelaçado de fatos entre arquivo e hemeroteca, entre documento e jornal, entre o registro e sua publicação, retrata as estratégias do jogo de luta pelo poder ocorrido bem próximo de nós, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, no final do século XIX. Diante disso reforçamos as palavras de Michelet “não são papéis, e sim vidas de homens”. Os arquivos guardam a alma esmaecida dos acontecimentos em discursos e narrativas cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A HISTÓRIA do papel. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/historia-do-papel> Acesso em: 14 out. 2019.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. 3 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 5. ed. rev. ampl. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2008.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2010.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FILIPERSON. História do papel. Disponível em: http://www.filiperson.com.br/historia_papel.asp Acesso em: 14 out. 2019.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editora, 2013.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **Glossário de Paleografia e Diplomática**. Rio de Janeiro: Luminária: Multifoco, 2011.

MELHORAMENTOS. Disponível em: <http://www.melhoramentos.com.br/v2/historia/> Acesso em: 15 out. 2019.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling Pedrazzi. O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX. **Tese**. Doutorado em Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. (CAL/UFSM). Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4007/PEDRAZZI%2c%20FERNANDA%20KIELING.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling Pedrazzi et al. A digitalização como incentivo ao acesso das informações em Arquivos Municipais: O caso do Fundo Intendência do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria – RS. **Anais do 31º SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117352>>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTA MARIA. RS. **Lei nº 3568**, de 16 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisalegislacao/1992/1/0/2399#lista_texto_proposicao>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Lei nº 784**, de 22 de dezembro de 1958. Cria o Arquivo Histórico do município e dá outras providências. Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisalegislacao/1958/2/0/5183#lista_texto_proposicao>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. A dinâmica territorial das indústrias de celulose e papel: a expansão no Brasil e a incorporação do Rio Grande do Sul. **Tese**. Doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101025/304887.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 out. 2019.

MARTIN ROBERT RICHARD FISCHER: UM IMIGRANTE REFUGIADO E INTELLECTUAL EM IRAÍ/RS NAS DÉCADAS DE 1930/40

DIRCEU ADOLFO DIRK
DOUTORANDO EM HISTÓRIA¹
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF
DIRCEUDIRK@YAHOO.COM.BR

RESUMO

Diversos autores desenvolveram pesquisas que resultaram em livros que compõem a historiografia sobre a imigração alemã para o Brasil, durante os séculos XIX e XX. Martin Robert Richard Fischer se insere no processo migratório pós- Primeira Guerra Mundial assinalado pela chegada de ex-oficiais do exército alemão, funcionários aposentados, artífices, operários, médicos, engenheiros, jornalistas, advogados, comerciantes e professores. Nascido em Königsberg, na Prússia Oriental, em 1887, Martin Fischer participou da 1ª Guerra Mundial, como oficial de reserva (tenente), doutorou-se em Direito, mas fez do jornalismo sua profissão. Em 1934, a agência noticiosa *Deutsches Nachrichten Büro*, de Berlim, o convidou para dirigir seu escritório em Buenos Aires. No entanto, quando solicitou desfiliação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista), passou a temer perseguições. Essa situação o levou à localidade de Águas do Mel (atual Iraí). Neste artigo pretende-se identificar o perfil deste imigrante alemão, a partir das representações levantadas quanto à sua produção literária, jornalística e cultural

.....
¹ Agradeço ao apoio na forma de bolsa de estudos à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) e à CAPES.

e através de suas ações em instituições e na comunidade em que viveu, durante as décadas de 1930/40.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Imigração alemã. Intelectualidade.

INTRODUÇÃO

A presença de alemães no Brasil se insere no contexto do processo migratório europeu – dos séculos XIX e XX –, provocado por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Segundo as estatísticas, entre 1822 e o final da década de 1960, cerca de 250 mil imigrantes alemães entraram no Brasil, sendo que a maior parte deste contingente populacional dirigiu-se para os estados do sul do país². Os alemães assumiram, portanto, as características de emigrantes e de imigrantes, temas que já motivaram ampla pesquisa, discussão e produção. Segundo levantamento realizado por bolsistas PIBIC/CNPq/PUCRS, disponibilizado recentemente, mais de 3.700 artigos, capítulos de livros e livros compõe a bibliografia sobre a imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul³.

Um número expressivo de imigrantes alemães dedicou-se às atividades agrícolas e acabaram tornando-se proprietários de terras por ocasião da sua chegada ou posteriormente. Outros exerceram atividades profissionais no meio urbano, tais como artesãos, operários, comerciantes, pequenos industriais, seja pela não adaptação e experiência às condições da vida rural, ou porque já buscaram as cidades quando da sua entrada no país. Mas, também, vieram ao Brasil advogados, engenheiros, jornalistas, médicos, padres, pastores e professores, que compunham o grupo com uma identidade mais intelectual. Muitos atuaram como lideranças entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mas, independente das atividades desenvolvidas, a participação destes imigrantes no desenvolvimento, especialmente do sul do país, foi extremamente importante. Eram portadores de conhecimentos, habilidades, culturas, valores e estilos de vida, a partir dos quais foram se adaptando, onde passaram a utilizar o que parecia mais adequado frente às novas e dife-

.....
2 Conforme Mauch et al. (1994), p. 165.

3 Levantamento coordenado por René E. Gertz, ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

rentes situações. Construíram um novo espaço social entre a preservação de elementos culturais e a inserção na vida brasileira.

Martin Robert Richard Fischer esteve no Brasil por duas vezes até fixar-se definitivamente, em 1937. Nesse texto descreve-se como se efetivou a inserção pessoal e profissional deste imigrante alemão, a partir de pesquisa documental, tendo como fontes autobiografias, relatórios, correspondências enviadas e recebidas e livro por ele escrito.

DA ALEMANHA À IRAÍ: BREVE BIOGRAFIA

Martin Fischer se insere no processo migratório pós-Primeira Guerra Mundial. Natural da Prússia Oriental (1887) graduou-se em Direito e Ciência Política. Como oficial de reserva, lutou no *front* russo durante o conflito mundial, onde acabou gravemente ferido. Afastado das atividades militares aproveitou a oportunidade para doutorar-se em Direito pela Universidade de Königsberg. Conforme sua autobiografia, o resultado da guerra não significou apenas o colapso material, mas “um grave conflito emocional e a destruição dos ideais em que fui educado” (FISCHER, 1964, p. 1). Por isso, em 1921, tomou a decisão de emigrar para o Brasil.

Aconselhado pela família de amigos, que o hospedou por alguns meses no Rio de Janeiro, acabou mudando-se para Pelotas, no Rio Grande do Sul, porque “era impossível desenvolver alguma coisa no Rio de Janeiro com a então prevalente animosidade contra os alemães” (FISCHER, 1964, p. 1). Inicialmente trabalhou como professor em uma pequena colônia alemã, na zona rural, mas, como produzia ensaios e realizava traduções para alguns jornais do Estado, a Editora Rotermund & Cia., de São Leopoldo, lhe ofereceu oportunidade de trabalho no *Deutsche Post* (Correio Alemão), publicado pela mesma. Segundo Fischer, “aceitei a oferta depois que a editora aceitou minha única condição, de que eu assumisse a redação do jornal” (1964, p. 2). Foi o redator-chefe do jornal entre os anos de 1924 e 1928⁴.

.....
4 Divergências religiosas entre o luterano Wilhelm Rotermund, dono do *Deutsche Post* e jornais católicos, aliadas a questões políticas, durante a década de 1920, fizeram com que o jornal sofresse vários atentados. O mais grave ocorreu em 28 de janeiro de 1928, quando se deu o empastelamento do mesmo (GERTZ, 2002).

De volta à Alemanha, Martin Fischer trabalhou como escritor *freelancer*. Em 1930, a agência de notícias *Woll Telegraphisches Buero*, de Berlim, o contratou para compor a equipe de redação política. Também, o conselho da Companhia para Estudos Econômicos no Exterior o indicou para trabalhar no processo de criação da Colônia *Roland* (atual Rolândia) no Estado do Paraná (FISCHER, 1964, p. 2). Em abril de 1933, retorna ao Brasil, desta vez a convite do governo brasileiro para participar de uma comissão de estudos para o assentamento de imigrantes alemães na região do Alto Uruguai catarinense.

Estabeleceu-se – juntamente com a esposa Charlotte Wollermann – na localidade de Passarinhos (atual Palmitos), em Santa Catarina, onde foi colaborador da Companhia Territorial Sul Brasil. Também recebeu incumbências do Ministério das Relações Exteriores, da Alemanha, para acompanhar e relatar as condições de vida dos imigrantes alemães já instalados na região (FISCHER, 1964). Essas atribuições permitiram a Martin Fischer historiar as nascentes comunidades de imigrantes de Santa e Catarina e do Paraná (CERETA, 2016).

Em fins de 1934, atendeu ao convite da agência estatal de notícias *Deutsches Nachrichten Buero* (DNB), de Berlim, para assumir a gestão do seu escritório em Buenos Aires, então, transferiu-se para a capital argentina. Filiado ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista), Martin Fischer passou a sofrer pressão para que fizesse o *Fühbreid* (Juramento de Hitler)⁵. Diante da negativa do juramento, teve seu contrato com o DNB rescindido. Segundo Fischer,

Voltei, pela terceira vez, ao Brasil, no mês de janeiro de 1937, refugiando-me das perseguições dos meus próprios conterrâneos nazistas em Iraí, onde, numa pequena chácara e levando a vida de um colono humilde, esperei o fim da Segunda Guerra Mundial (FISCHER, 1961, p. 2).

.....
5 O *Reichswehrid* – juramento de lealdade – deveria ser feito por todos os oficiais e soldados das forças armadas, bem como por todos os funcionários públicos e de estatais da Alemanha Nazista. Caso não fosse realizado na presença do *führer* Adolf Hitler, ele deveria ser feito diante de autoridades alemãs nomeadas pelo próprio (FISCHER, 1939a).

A ocupação da região de Iraí por outras populações – os primeiros foram os indígenas Kaingang – deu-se no final do século XIX, durante a Revolução Federalista (1893-1895). Muitos dos partidários do movimento federalista, moradores de Cruz Alta, sentindo-se ameaçados pela ação das autoridades públicas e das forças militares do Governo, preferiram pôr-se em segurança, refugiando-se nas matas às margens do rio Uruguai. A caça e a pesca tornaram-se os principais meios de sobrevivência e, em uma de suas incursões encontraram, às margens do rio do Mel, um afluente do rio Uruguai, um pântano com várias fontes de águas quentes que emergiam do solo com grande força. Estavam descobertas a fontes termais de Iraí (FISCHER, 1954).

Com o fim da Revolução, a maioria das pessoas retornou a Cruz Alta, mas algumas permaneceram na região. Estas difundiram a existência das águas termais e teve início, então, uma sistemática ocupação da região por colonizadores. Segundo Fischer,

[...] a fama da fonte termal se alastrou, de modo que o Governo do Estado lhe prestou atenção e, em 1914 – vinte anos após sua descoberta –, resolveu providenciar a exploração racional desta riqueza da região[...]. O Governo Estadual organizou em Palmeira das Missões a Comissão de Terras e Colonização, sob a direção do Dr. Frederico Westphalen. Este, em 1917, mandou a região, como primeiro administrador, o Dr. Antônio Vilanova que, de imediato, começou a construção de uma rodovia que deveria ligar as Águas do Mel⁶, via Palmeira das Missões, com a Estação Ferroviária de Santa Bárbara. Verdade é que os trabalhos de construção eram lentos – duraram ao todo uns doze anos – até, finalmente, serem considerado encerrados. A esta altura chegaram os primeiros pioneiros, a fim de fixar-se na região que o Governo agora pretendia abrir à colonização (FISCHER, 1954, p. 21-22).

Diversas levas populacionais chegaram à região, com o predomínio das de origem italiana, seguidas de alemães, poloneses, russos e luso-brasileiros. Em 1920, o nome Irahya passou a ser usado para designar o 2º Distrito de Palmeiras das Missões que, em 1933, através de um decreto estadual foi desmembrado, constituindo-se em município (PREFEITURA MUNICIPAL

.....
ó Além de Águas do Mel, a área que compreende o atual município de Iraí, foi também chamada de Fontes do Barreiro do Mel, Cruzeiro do Sul e Irahya.

DE IRAÍ, c.2017). Três anos após a emancipação político-administrativa, Martin Fischer chegou em Iraí, um município com cerca de dois mil habitantes (FISCHER, 1954).

IMIGRANTE, REFUGIADO, INTELECTUAL

A questão inicial a ser levantada neste artigo é se Martin Fischer deve ser enquadrado como um imigrante ou como um refugiado. Ou como ambos. Por isso, descartam-se as duas primeiras vezes que esteve no Brasil – passagens de curta duração – e faz-se a relação desses conceitos à vinda definitiva, em 1937.

Para Regina Weber, “a imigração é um tema universal, pois, seja qual for o período histórico que estivermos enfocando, sempre constataremos habitantes de um lugar movendo-se para outro” (2006, p. 236). Quase sempre a existência de comunidades de imigrantes já instalados em determinado país, região ou localidade facilita a vinda de novos imigrantes. Estas “redes sociais” facilitam aos que chegam as instalações iniciais, a inserção no mundo do trabalho e a adaptação cultural (NETO & FERREIRA, 2005). Mas, nem todos os processos de imigração resultaram em colonização, como exemplo, os deslocamentos forçados de populações, como a escravidão, e a fixação de emigrantes em espaços urbanos (WEBER, 2006).

A imigração alemã – dentre outras etnias – insere-se na dinâmica dos fluxos migratórios dos séculos XIX e XX, que teve como base a ocupação territorial, a substituição da mão-de-obra escrava e a produção de gêneros agrícolas primários. Neste processo, os alemães e seus descendentes constituíram um espaço de colonização nos três estados do Sul do Brasil, através da fundação de inúmeras colônias nos vales dos rios dos Sinos, do Jacuí, Taquari e Caí, no Rio Grande do Sul, e Itajaí, em Santa Catarina. Posteriormente, nas regiões florestais do noroeste e norte do Rio Grande do Sul, no oeste de Santa Catarina e no planalto paranaense (LANDO & BARROS, 1980; CUNHA, 1995, 1998).

Segundo René E. Gertz (2015), os imigrantes alemães contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da propriedade agrícola fa-

miliar e de uma produção cultural independente através de suas igrejas, escolas e jornais. Para Giralda Seyferth, os imigrantes e seus descendentes,

guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de ‘absorção’, ‘assimilação’ e ‘aculturação’ não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade (1990, p. 79).

Na análise de Jean Roche (1969), os descendentes de alemães, no território brasileiro, foram distribuídos de forma semelhante a outros grupos étnicos provenientes da Europa. Portanto, inseriram-se no tecido social brasileiro. Mas, desde o início alcançaram níveis médios mais elevados de renda e de formação escolar, na comparação com os indígenas, com descendentes de escravos e com os caboclos.

Para Becker (1997) o imigrante precisa ser visto por dois paradigmas: o objetivo e o subjetivo. O paradigma objetivo relaciona os fluxos migratórios com o fator estrutural, ou seja, à impossibilidade de ascensão social no país de origem e a possibilidade de melhorias no padrão de vida no país de destino. Por outro lado, o paradigma subjetivo não está relacionado às questões econômicas, mas, há outros motivos relacionados à trajetória pessoal e ao modo como o migrante se articula com o movimento dos lugares e sua prática efetiva em relação à sociedade em que está inserido.

Mas, é necessário trazer para este artigo, também, o conceito de imigrante refugiado. Trata-se de um novo imigrante – diferente do tipo tradicional, que pode retornar independente da conjuntura pelo qual seu país de origem está passando –, que se vê obrigado a imigrar, na maioria das vezes em um contexto conflituoso, nem sempre tendo as condições de voltar para o mesmo lugar de onde saiu.

Segundo o Dicionário Contemporâneo Aulete (2011), refugiado é todo aquele que se refugiou e refugiar-se é retirar-se para um lugar seguro; proteger-se a si mesmo. De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1986), da Fundação Getúlio Vargas, refugiado é uma pessoa, ou um grupo

de pessoas, que deixa seu país fugindo de violência, conflitos ou violações dos direitos humanos. Essa pessoa, ou grupo, é obrigado a deixar sua casa, rompendo laços culturais, familiares e sociais. E, para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)⁷, são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que necessitam de “proteção internacional”. É evidente que a agência da ONU trabalha com uma definição contemporânea, em razão dos conflitos nacionais existentes em várias partes do mundo e o drama pelo qual passam os refugiados.

Bastante pragmático em suas palavras é Zygmunt Bauman quando diz que,

Os refugiados são refugio humano, sem função útil para desempenharem na terra em que chegaram e na qual permanecerão temporariamente, nem a intenção ou perspectiva realista de serem assimilados e anexados ao novo corpo social. [...] As pessoas destituídas de qualidades foram depositadas num território sem denominação, enquanto todas as estradas que levam de volta a lugares significativos e a espaços em que significados socialmente legíveis podem e são forjados no cotidiano foram bloqueados para sempre. (2004, p. 98)

Deixar Buenos Aires, capital da República Argentina, após a demissão do cargo de diretor de uma agência estatal de notícias e buscar sobrevivência em um lugar desconhecido, o recém-criado município de Iraí, no norte do Rio Grande do Sul, exigem fortes razões. Pelo estudo das fontes, é possível identificar dois contextos. O primeiro reside na auto declaração de Martin Fischer de que escolheu Iraí como forma de refugiar-se das perseguições de seus próprios conterrâneos (FISCHER, 1961, p. 2). Então, ele estava tentando proteger-se a si e, também, a sua esposa. Mas, ele não estava fugindo de violência ou de violação de direitos humanos. Talvez estivesse tentando se prevenir deles. No documento intitulado “Relatório sobre Antonio Pauly”, Martin Fischer fornece a seguinte informação:

.....
7 Disponível em: https://nacoesunidas.org_agencia_acnur/. Acesso em: 23 ago. 2019.

[...] depois das minhas intrigas pessoais com o Partido Nazista em Buenos Aires e diante da minha recusa em realizar o juramento de Hitler, resolvi, meio obrigado, a deixar o meu emprego de diretor do escritório portenho da D.N.B., e abandonar a Argentina (1944, p.1-2).

Portanto, havia riscos e implicações em permanecer na Argentina, caso a decisão de transferir-se não houvesse sido tomada.

O segundo contexto, trata da chegada de Martin Fischer e da esposa Charlotte Wollermann em Iraí, localidade já conhecida pelos dois. Ele assim descreve:

No dia 3 de janeiro de 1937 abandonava Buenos Aires, chegando no dia 7 de janeiro em Iraí, lugar que já conhecia antes e do qual gostava tanto devido a bela e pitoresca paisagem às margens do rio Uruguai. A conselho do Sr. Carlos Culmey, antigo diretor-gerente da Cia. Territorial Sul Brasil, companhia colonizadora com sede em Passarinhos, povoação do lado catarinense do rio Uruguai, resolvi estabelecer-me numa colônia no primeiro distrito do município de Iraí, bem como na costa do rio Uruguai. Dediquei-me à cultura da cana-de-açúcar, através de uma sociedade com o vizinho Roberto K. Dreher, fabricante de produtos derivados da cana-de-açúcar, como rapadura, etc (FISCHER, 1944, p. 2).

É possível enquadrá-lo como um imigrante e colonizador, pois, com recursos próprios conseguiu comprar um lote de terra – a *Kolonie* – distante três quilômetros ao norte da sede do município e a 600 metros do rio Uruguai. Mas ele não era um agricultor. Suas inclinações funcionais estiveram, até então, voltadas para a área intelectual. Mas, diante da situação teve que buscar formas de sobrevivência e alternativas para melhorar seu padrão de vida através do exercício de atividades pertinentes à realidade em que estava inserido. Ele tinha como objetivo maior cultivar cana-de-açúcar e produzir aguardente. Formalizou, então, uma sociedade com dois amigos, para a aquisição dos equipamentos necessários. A produção de aguardente iniciou em 1938, quando foi registrada a marca *Tatu* (FISCHER, 1939b). As ações de Martin Fischer como administrador de uma pequena empresa agrícola e industrial poderiam ter alcançado sucesso, caso a escolha de seus sócios tivesse dado certo. No entanto, uma série de atritos pessoais

e funcionais levou a dissolução da sociedade. Em 1941 ele enviou um requerimento à Coletoria Federal de Palmeira das Missões solicitando sua exclusão como fabricante e comerciante de aguardente (FISCHER, 1941). Martin Fischer manteve-se no mundo rural, por mais dez anos, não mais como um pequeno agroindustrial, mas como ele próprio se apresentou em seu Curriculum Vitae – como um “pequeno colono” (FISCHER, 1961).

Em Iraí, também, vivenciou diferentes situações e experiências. Na década de 1940 buscou inspiração e, através de uma ampla pesquisa, escreveu o livro *Iraí: Cidade Saúde*. Mas, também, foi preso com base em denúncias falsas – feitas pelo ex-sócio – de que pertencia a quinta coluna e de que era um espião nazista⁸. As denúncias não encontraram fundamento e logo teve sua liberdade restituída (FISCHER, 1944).

Por fim, é imprescindível enfatizar a identidade intelectual de Martin Fischer. Segundo Viana (2013, 2017), os intelectuais são produtos das universidades, cuja atividade intelectual – produção acadêmica e discurso – resultam num modo de vida específico, que permite situá-los diante da sociedade. Gramsci (1995), em sua obra *Os intelectuais e a organização da cultura*, expõe que os intelectuais são um grupo social autônomo, no entanto, porta-voz dos grupos ligados ao mundo da produção. Apesar das atividades sociais serem diferentes e desiguais, os indivíduos possuem, mesmo que de maneira fragmentada, um modo particular de perceber o mundo, geralmente tendo em conta as relações humanas, sob o qual baseia o seu comportamento moral e a forma de pensar. Norberto Bobbio (1997) entende a amplitude da expressão “intelectual”, pela heterogeneidade de opiniões, de posicionamentos políticos, de atividades profissionais e de comportamentos diante dos problemas e temas da sociedade. Os intelectuais, ao lado do

.....
8 Quinta-coluna é uma expressão usada para se referir a grupos clandestinos que atuam, dentro de um país ou região prestes a entrar em guerra (ou já em guerra) com outro, ajudando o inimigo, espionando e fazendo propaganda subversiva. Por extensão, é todo aquele que atua dentro de um grupo, praticando ação subversiva ou traiçoeira, em favor de um grupo rival. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/q/quinta_coluna.htm. Acesso em: 23 ago. 2019. No caso de Martin Fischer, ele foi acusado de estar espionando e fazendo propaganda para o Partido Nazista, o qual possuía células espalhadas pelo território brasileiro.

poder econômico, político ou militar, foram os responsáveis pela produção e transmissão de ideias, visões de mundo, ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.

Martin Fischer concluiu seus estudos superiores na área do Direito, portanto, é um produto da universidade. Mas não ficou no meio acadêmico e também não fez carreira no Direito. Acabou desenvolvendo atividades jornalísticas. Durante os anos que permaneceu em Iraí, onde foi um pequeno agricultor, colaborou com vários jornais do Brasil, da Argentina e da Europa (FISCHER, 1961). Em fins de 1947, iniciaram as negociações entre Martin Fischer e Ulrich Löw, proprietário da Empresa Jornalística Correio Serrano, em Ijuí, no Rio Grande do Sul, cuja finalidade era reeditar o *Die Serra Post Kalender*. Já no ano seguinte assumiria a composição literária do referido calendário. Martin Fischer pode assim refletir, como intelectual, e produzir artigos históricos, políticos, econômicos, religiosos e culturais.

Nos quatorze anos em que viveu, na área rural de Iraí, Martin Fischer trocou muitas correspondências⁹. A pesquisa catalogou 208 cartas enviadas e 85 cartas recebidas, neste período. Martin Fischer enviou cartas para 59 destinatários diferentes, residentes em várias cidades do Brasil e no exterior (Alemanha, Argentina, Dinamarca e Estados Unidos). Recebeu cartas de 34 remetentes, vindas, também de várias localidades do Brasil e do exterior (Alemanha, Argentina, Cidade do Vaticano/Roma/Itália, Portugal, Inglaterra e Polônia).

É possível apropriar-se das correspondências como fontes para a compreensão da complexidade do processo migratório, pois aquele que escreve sempre o faz intencionalmente, dentro de um determinado contexto histórico. As cartas ou correspondências, segundo Orest Ranun (1997) instauram-se no campo da memória como um objeto-lembrança e fazem parte de um tipo de documentação usualmente classificada como pessoal, privada e íntima. Trata-se de um objeto material que pode conter a descrição dos fenômenos da vida cotidiana e o que se passa na “alma e no corpo” da pessoa

.....
9 Disponíveis no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) – Ijuí, Rio Grande do Sul.

que escreve. Na concepção de Galvão & Gotlib (2000), a carta situa-se nas fronteiras do documento e da ficção, da literatura e da história, mas é, por primazia, o espaço do registro. Dauphin & Poublan reconhecem as cartas como objeto de pesquisa acadêmica e afirmam que “[...] na historiografia, as cartas ocupam, tradicionalmente, o status de documento” (2002, p. 75). E, para Ginzburg “[...] a permanência da carta diante da efemeridade das vidas e ações humanas fez com que o texto epistolar deixe de ser apenas um elemento presente e passe a representar, também, um fragmento do passado” (2007, p. 10). Sob o aspecto linguístico, escrever cartas constitui, no entendimento de Marcuschi (2008), uma narrativa textual própria, ligada à vida cotidiana. Trata-se de um estilo sócio comunicativo que resulta da integração de forças sociais, institucionais, históricas e técnicas.

De fato, os assuntos das correspondências de Martin Fischer com seus interlocutores são representações de uma realidade. Os temas trazem informações diversas e uma interpretação pessoal sobre o trabalho, a família, os homens, as relações sociais, a cultura, a religião, etc. O que Martin Fischer pensava, encontra-se registrado, em parte, neste acervo de correspondências emitidas e recebidas.

Por fim, ainda em Iraí, Martin Fischer pacientemente coletou objetos indígenas da cultura Kaingang. Nos anos 1960, esse acervo de objetos seria doado ao Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), do qual foi um dos fundadores e o primeiro diretor. Também, acabou construindo uma posição de destaque na comunidade, pois as autoridades locais lhe confiaram tarefas de inspeção e fiscalização na área educacional e de desenvolvimento urbano. E, sem dúvida, a maior contribuição de Martin Fischer – que evidencia sua inclinação intelectual – foi a ampla pesquisa histórica, etnográfica, política e estatística, que resultou na publicação do livro sobre Iraí, um dos primeiros livros sobre o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado neste artigo – a inserção pessoal e profissional de Martin Fischer, em Iraí, no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1930 e 1940

– é resultado de pesquisa documental em fontes primárias ainda não tratadas analiticamente. A quase totalidade dos documentos – autobiografias e cartas enviadas e recebidas – foi redigida em língua alemã sem tradução para o português.

Buscou-se enquadrar o pesquisado como refugiado e como imigrante, conforme se autodenominou em vários documentos. Após desligar-se do Partido Nacional-Socialista Alemão (Partido Nazista), em Buenos Aires, na Argentina, e, conseqüentemente da direção do *Deutsches Nachrichten Buero* (DNB) passou a temer perseguições, por isso, escolheu morar na área rural do recém-criado município de Iraí. Tornou-se, então, um imigrante agricultor a partir do momento que adquiriu uma pequena propriedade. Foi produtor de cana-de-açúcar e sua fábrica de aguardente desempenhou o papel de uma empresa agrícola capitalista. No entanto, ele não estava vinculado organicamente ao mundo rural, porque fazia parte de outro grupo – detentor de habilidades intelectuais.

Nesse artigo, identificou-se o perfil intelectual e politizado de Martin Fischer, através da sua colaboração com vários jornais do Brasil e do exterior; de ações na comunidade em que viveu; da publicação de livro, referência para quem quer conhecer a história de Iraí; e, do interesse em coletar e catalogar peças da cultura Kaingang. Merece destaque, também, sua habilidade organizativa e de preservação histórica. Ao utilizar o recurso da correspondência para se comunicar com amigos e familiares, além de arquivar cronologicamente as cartas que recebia, todas aquelas que enviava datilografava em duas vias, de modo a preservar uma cópia. O estudo das cartas permite conhecer melhor o pesquisado, o contexto histórico em que estava envolvido e as relações sociais estabelecidas com seus interlocutores.

Por fim, pouco se sabe sobre a vida de Martin Fischer, por outros escritores. Mas, de acordo com sua autobiografia, em 1951, transferiu residência para Ijuí, onde trabalhou como escritor livre e independente, na Empresa Jornalística Correio Serrana, de Ulrich Löw. Mais tarde dirigiu *A Hora Alemã*, na Emissora Rádio Repórter. E, ainda por muitos anos, continuou colaborando intensamente com vários jornais e revistas do país e

do exterior, publicando artigos jurídicos, econômicos, políticos e culturais. Dedicou-se particularmente ao serviço de intercâmbio cultural entre o Brasil e os países de língua alemã na Europa: Alemanha, Áustria e Suíça.

Em 1984, cinco anos após sua morte, a esposa Charlotte Wollermann doou ao Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) seu acervo pessoal, composto por 7.746 documentos. São recortes de artigos de jornais, documentos pessoais, textos, cadernos de poesias, palestras, relatórios, material didático e suas correspondências expedidas e recebidas.

FONTES E REFERÊNCIAS

- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa [organizador Paulo Geiger]. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, R. (orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.
- CERETTA, Bruno J. Dois Juristas Imigrantes e o Die Serra-Post. In: FLORES, Hilda A. H. e NEUBERGER, Lotário (orgs.). **Cipel 50 Anos e Biografias**: Círculo de Pesquisas Literárias. Porto Alegre: Ediplat, 2016.
- CUNHA, Jorge L. da. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation**. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke da UNISC, 1995, p. 208-232.
- CUNHA, Jorge L. da. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. In: **Fronteiras**: revista de História, Florianópolis, n. 6, 1998, p. 14-48.
- DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS Maria; CUNHA Maria; MIGNOT Ana (orgs.). **Destinos das Letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 75-87.

FISCHER, Martin. **Correspondência enviada ao Ministro do Reich Erich Koch-Weser**. Passarinhos: 3 nov. 1934. MADP, AI 0.6.4, pasta 4, doc. 17 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. **Correspondência enviada a Hans Bayer**. Iraí: 3 jan. 1939(a). MADP, AI 0.6.4, pasta 5, doc. 21 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. **Correspondência enviada a Onkel Christian**. Iraí: 24 out. 1939(b). MADP, AI 0.6.4, pasta 5, doc. 46 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. **Correspondência enviada ao Exmo. Sr. Coletor Federal**. Iraí: 01 fev. 1941. MADP, AI 0.6.4, pasta 5, doc. 93 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. **Curriculum Vitae** / Autobiografia. Ijuí: 1961. MADP, AI 0.6.4, pasta 3, doc. 19 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. **Curriculum Vitae** / Autobiografia. Ijuí: 1964. MADP, AI 0.6.4, pasta 3, doc. 20 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. **Iraí**: Cidade Saúde. Ijuí: Progresso, 1954.

GALVÃO, Walnice; GOTLIB, Nádia. (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GERTZ, René E. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

GERTZ, René E. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435_arquivo_ReneGertz.pdf. Acesso em: 10 Ago. 2019.

GINZBURG, Carlos. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C. O Capitalismo e Colonização – Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MARCUSCHI, Luiz. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os Alemães no Sul do Brasil**: Cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994

- NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ. **Conheça Iraí: História**. Administração 2017-2020. Disponível em: <http://www.irai.rs.gov.br/historia/>. Acesso em 21 ago. 2019.
- RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada**. Da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.
- SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**: Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- VIANA, Nildo. Intelectualidade e Instituições. In: SILVA, J. et al (orgs.) **Classes, Estado e Sindicalismo**. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.
- VIANA, Nildo. **O problema da identificação da postura intelectual**. Disponível em: <http://sociologiadointelectuais.blogspot.com/2017/02/o-problema-da-identificacao-da-postura.html>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. In: **Dimensões**: revista de História da UFES, Vitória, n. 18, 2006, p. 236-250.

A REPRESENTAÇÃO DO COTIDIANO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO RIO DE JANEIRO: ATRAVÉS DAS PÁGINAS DOS JORNAIS *BEIRA-MAR* E *JORNAL DO BRASIL* (1942-45)

LUCAS DE OLIVEIRA KLEVER¹

RESUMO

o presente trabalho pretende discutir a representação do cotidiano do Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial nos jornais *Beira-Mar* e *Jornal do Brasil* (1942-45). Especificamente, pretende-se defender a tese de uma encenação de guerra pelo Estado Novo, como forma de justificar o regime autoritário e os racionamentos. Através das representações construídas pelos dois jornais, também quero demonstrar como os decretos oficiais de racionamento de alimentos, combustíveis, atingiram as classes sociais de formas diferentes. A elite, muitas vezes, reclamava da falta de combustíveis; entretanto, realizava competições de automobilismo e passeios pela capital do país no mesmo período do racionamento. A escolha do *Beira-Mar* se justifica pelo seu público alvo, as elites de Copacabana, Ipanema, Leme. Já o *Jornal do Brasil*, serve como contraponto, possibilitando esta comparação com outras classes. Por fim, o recorte inicial se dá pela ausência de grandes mudanças no cotidiano antes de 1942. O tema é relevante, visto que foi pouco trabalhado sob este olhar e pela escassez de pesquisas dedicadas à capital do país e o cotidiano.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Cotidiano; Rio de Janeiro.

.....
1 Mestrando em História pelo Programa Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: lucas.klever@acad.pucrs.br
"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001"

ABSTRACT

this work intends to analyze the representation of the daily life in Rio de Janeiro during World War II in *Beira-Mar* and *Jornal do Brasil* (1942-45) newspapers. Specifically, we intend to defend the thesis of a staging of war by Estado Novo, as a way of justifying the authoritarian regime and rationing decrees. Through the representations built by the two newspapers, I also want to demonstrate how the official decrees of rationing of food and fuel reached social classes in different ways. The elite often complained about the lack of fuel, but held motorsport competitions and city tours during the rationing period. The choice of *Beira-Mar* is justified by its target public: Copacabana, Ipanema, Leme. *Jornal do Brasil*, on other hand, serves as a counterpoint, enabling this comparison with other classes. Finally, the initial cut is due to the absence of major changes in daily life before 1942. The theme is relevant, since it wasn't studied under this view and the scarcity of researches dedicated to the capital and daily life.

Keywords: World War II; Daily Life; Rio de Janeiro.

Este artigo pretende analisar a representação do cotidiano no Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial na imprensa. O objetivo, é analisar as semelhanças e diferenças das mudanças no cotidiano na elite carioca da zona sul (Copacabana, Ipanema, Leme) e nas classes populares. Dessa forma, demonstrarei como a elite carioca quase não foi afetada pelos racionamentos no geral (alimentos, gasolina, produtos de luxo etc). A ideia de uma encenação de guerra pelo Estado Novo foi defendida na historiografia, no caso de São Paulo, pela tese de doutorado de Roney Cytrynowicz, intitulada “*Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*” (2001). Ao contrário do autor, não acredito que a encenação seja generalizada para todas as classes sociais e não pretendo negar que os racionamentos realmente atingiram as classes populares e muitas pessoas; entretanto, de forma desigual e desnecessária, como veremos ao longo do artigo. Talvez, o melhor termo fosse o ato de “desconstrução” da ideia de uma escassez geral, que atingiu a todos ao mesmo tempo e de forma equânime.

Para isso, utilizarei dois jornais, o jornal *Beira-Mar* (BM) e o *Jornal do Brasil* (JB). O primeiro periódico foi pouco trabalhado na historiografia,

justamente por ter sido escaneado há pouco tempo pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Beira-Mar* era publicado semanalmente, tendo sido lançado em 1922, com uma média de 15 páginas, fundado por Manoel Nogueira de Sá². Logo em seguida, a sua propriedade foi adquirida pelo escritor Théo-Filho³. Este jornal ocupava o lugar do *Copacabana*, que tinha acabado em 1919. *O Copacabana – O Novo Rio*, estreava em 1907, como periódico quinzenal, voltado para criação da imagem de Copacabana como espaço da aristocracia e ao mesmo tempo da modernidade. A escolha se dá pelo fato que o jornal carioca tinha como público-alvo os bairros de Copacabana, Ipanema, Leme, a autointitulada “fina elite carioca” (AMADO, 2012).

O *Jornal do Brasil*, criado em 1891, parecia a escolha mais adequada para realizar esta comparação entre o cotidiano da elite e classes populares, visto que era a referência do progresso da *Belle Époque* na imprensa, com o maior parque gráfico da imprensa brasileira, incluindo linotipos, sistema fotomecânico, impressão em cores e sua grande tiragem de 60 mil exemplares. Estava entre os jornais mais consumidos naquele período, além de ser um dos mais modernos. Enquanto o *Beira-Mar* tinha o foco na zona sul carioca, o *JB* tratava de todos temas relacionados ao Rio de Janeiro (ELEUTÉRIO; DE LUCA, 2011; BARBOSA, 2010).

É importante esclarecer que para trabalhar o conceito de “representação”, parto do entendimento de Denise Jodelet (2001) e Roger Chartier (2002). Neste primeiro momento, opto pela abordagem de Jodelet, afirmando que as representações sociais são muito importantes na vida cotidiana, guiando e definindo os diferentes aspectos da vida diária, justamente o que pretendo trabalhar. Todavia, não é somente por isso que inicio este artigo tratando desta autora, mas pela seguinte parte do seu pensamento:

.....
2. Foi um comerciante, investidor, que já tinha ajudado a fundar o extinto jornal *Copacabana*, entre outros.

3. Escritor muito lido nos anos 20, tratava da boemia parisiense, vícios da elite brasileira, das praias no Rio de Janeiro etc.

As instâncias ou substitutos institucionais e as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração, abrindo caminho a processos de influência e até mesmo de manipulação social – constataremos que se trata de fatores determinantes na construção representativa. Estas representações formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações – concluiremos que se trata de estados apreendidos pelo estudo científico das representações sociais. As representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado (JODELET, 2001, p. 21).

Ou seja, o que observamos no pensamento da autora é a importância dada ao papel da mídia na influência construtiva da representação. No período, Getúlio Vargas tinha criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. O órgão servia como instrumento de censura e propaganda do governo em todo país. Nesse sentido, os jornais deveriam colaborar para construir uma determinada representação de guerra que veremos em seguida. Como sabemos, as elites tiveram um papel crucial nesta construção, principalmente através de seus intelectuais, como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Oliveira Viana etc. O DIP chegou a lançar revistas oficiais do regime em 1941, as revistas “*Cultura Política*” e “*Ciência Política*”. A primeira, responsável por descrever objetivos e ações governamentais, enaltecendo e reforçando o projeto de ocupação do interior em todas suas edições até 1945. Devido ao seu caráter fortemente teórico e programático da revista, acredita-se, tinha seu público-alvo focado na elite do país (GOMES, 2002; OLIVEIRA, 2000).

No dia 31 de março de 1942, o *JB* anunciava a decisão do Conselho Nacional do Petróleo, com posicionamento favorável ao início do racionamento da gasolina a partir de 1º de abril daquele ano: “O Conselho Nacional de Petróleo acaba de comunicar aos Interventores haver resolvido, a partir de 1º de Abril, fazer uma primeira redução de 10% nos suprimentos de gasolina e querosene, em relação às quantidades distribuídas em igual mês de 1941.” (Jornal do Brasil, 31 de março de 1942, p. 3). Apesar do governo anunciar que a situação estaria ficando crítica, o *JB*, na coluna “O Brasil na

Guerra”, denunciava uma série de abusos do racionamento da gasolina por parte do governo e da elite, como veremos a seguir:

- Um alto funcionário da Prefeitura desejando ir às corridas do Jockey Clube, no Domingo passado, chamou uma limousine de praça e combinou com o respectivo motorista o preço de 30\$000 para leva-lo e ir busca-lo no Hipódromo da Gavea, quando terminassem os prélios hípicos. – Por enquanto, nada vejo de surpreendente no que me de conta... – Espere um pouquinho pelo resto, meu amigo... Chegando em casa, ao anoitecer, o referido funcionário tratou novamente com o chauffeur que o havia tão bem servido, uma excursão noturna pelas praias cariocas, na qual deveria consumir cerca de duas horas. Mediante a importância de 40\$000, o amável volante de praça desobrigou-se, mais uma vez, do que combinara!... – Ainda não atinei, meu amigo, com a sua surpresa! – Homessa! Pois você não está compreendendo que esse chauffeur teve de dispor para todas essas excursões de uns 30 a 40 litros de gasolina?... Como teria escapado ele ao racionamento de 10 litros diários?!... (Jornal do Brasil, 28 de abril de 1942, p. 6)

Relatos como este são comuns nas páginas do *JB*, possibilitando ao leitor questionar a importância e a seriedade destes racionamentos de guerra. Já o jornal *Beira-Mar* reserva-se a falar do racionamento dos combustíveis somente no dia 23 de maio de 1942, quando afirma na matéria “*A gasolina e os automóveis de luxo*” que os primeiros a sentir os efeitos da escassez seriam os automóveis de luxo. Entretanto, apesar desta visão elitista, o *Beira-Mar* elogia o governo, afirmando que estariam tomando as melhores soluções ao iniciar o racionamento de combustível, prezando pela segurança e bem-estar da população. O fato do jornal BM não noticiar as questões relativas aos racionamentos, demonstra a falta de preocupação da elite frente aos racionamentos. Em 15 de agosto de 1942, a elite carioca afirma que o racionamento da gasolina foi uma nota alegre e festiva que destacou a elegância dos esportes de elite, como o próprio ciclismo. Segundo Julia Galli O’Donnell (2011), a elite da zona sul carioca utilizou-se das praias e dos esportes como forma de distinção, frente às desgastadas elites do bairro da Tijuca e de Petrópolis (cidade famosa por abrigar as elites desde os tempos imperiais).

As classes populares foram diretamente afetadas pelo racionamento dos combustíveis, impossibilitando que muitas famílias enviassem suas

crianças para as escolas, além da redução dos carros de emergência e aqueles de serviço, como os da companhia de luz. Na coluna denominada “*Coisas da cidade*”, no JB, um pai de aluno relata a falta de transporte para o filho, causada pelo limite diário de racionamento:

Sr. Redator de Coisas da cidade. – Há mais de 18 dias que as salas da escola 14-7 – Taquaru, Tijuca, não funcionam por falta de condução, que era feita por auto de aluguel, o qual ia levar as professoras e voltava vazio pela manhã e, à tarde, ia busca-las vazio e transportá-las até o Alto da Boa Vista. Com o racionamento, apenas, de 10 litros diários, o chauffeur alegou ter prejuízo. Só continuará se obtiver mais 5 litros para prosseguimento do serviço que fazia. Esta reclamação foi feita por intermédio da chefe do Distrito ao Departamento de Educação. Assim, estão as professoras e os alunos ausentes, dentre eles o meu filho, sem frequência escolar há 18 dias, com esquecimento do que aprenderam, por falta de mais 5 litros de gasolina ou duma providência no fornecimento de uma condução para as professoras cumprirem seu dever. Não é somente nesta escola que isto se passa; estão, também, as professoras de Pica-pau e Furnas pelo mesmo motivo, afastadas das escolas. Muito grato pela atenção – Um pai de aluno, da Taquara (Jornal do Brasil, 27 de agosto de 1942, p. 6)

Apesar da situação tratar-se de uma emergência de guerra, as condições aparecem tanto na elite quanto nas próprias medidas do governo. O presidente da república, Getúlio Vargas, defere o requerimento da Cervejaria Brahma, permitindo que a companhia não entrasse no racionamento.

[...] Deferir o requerimento da Companhia Cervejaria Brahma, pedindo permissão de transferência, para seu nome, dos autos de carga 6.189-DF, 8.596-DF, 15.021-ER, 15.025-ER, 15.023-ER, 15.391-ER, 15.466-ER, adquiridos da Companhia Hanseatic, aceitando a clausula de não entrar no racionamento (protocolo 5.552)” (Jornal do Brasil, 13 de junho de 1942, p. 5, grifos do autor)

Enquanto isso, a companhia de luz alertava nas páginas do JB, no dia 10 de junho de 1942, que estaria reduzindo seus carros de atendimento, não sendo mais possível atender com a agilidade dos tempos anteriores ao racionamento. Mesmo com o racionamento de combustível, a elite carioca continuava praticando automobilismo e outros esportes de elite, ressaltando a ineficácia do controle do racionamento, que acabava prejudicando os mais

pobres. O jornal *Beira-Mar*, durante a Segunda Guerra Mundial, publicou uma série de anúncios sobre seguros para os esportes da elite da zona sul. Ou seja, além de praticarem esportes distintivos, realizavam seguros contra acidentes na prática destes. É importante lembrar que o poder de compra da população era muito baixo no período, ressaltando o capital econômico e simbólico investido no seguro e na prática destes esportes (SILVA, 2009; MOURA, 1991; SEITENFUS, 2000).

Parto do entendimento de Pierre Félix Bourdieu na obra “*A Distinção: crítica social do julgamento*”, de 1979, na qual o autor afirma que as diferentes classes sociais têm gastos (econômicos, culturais, físicos) e benefícios associados aos diferentes esportes. É importante lembrar que os benefícios podem ser simbólicos, imediatos ou dependentes do valor distribucional de cada um dos esportes. No seu exemplo, o boxe, futebol, rugby evocariam as classes populares; já o tênis e esqui, a burguesia; e golfe, pólo, a grande burguesia. Ou seja, a elite carioca da zona sul não praticava golfe, pólo, automobilismo, tênis, equitação, entre outros esportes, como forma de ganho físico, corporal. O benefício imediato estaria ligado ao capital simbólico e econômico, demonstrando sua elegância e distinção frente aos outros bairros. Um exemplo deste anúncio pode ser observado na figura 1:

Figura 1 – Imagem publicitária de seguro contra acidentes na prática de esporte – Beira-Mar, 17 de junho de 1944, p. 10

**Seguro contra Acidentes
na prática de Esporte**

Os acidentes ocorridos na prática de esportes, alguns dos quais já são por natureza violentos, podem ter suas consequências graves ou leves, devidamente amparadas e seus custos indenizados se o "spráiman" tiver lido o cuidado de fazer um Seguro de Acidentes Pessoais na



Sul America Terrestres, Maritimos e Acidentes

Este Seguro cobre alem de todos os acidentes comuns, os que possam sobrevir durante a prática de esportes, como Automobilismo, Caça, Equitação, Velocipedismo, Futebol, Tennis, Golf, Polo etc.

Sul America Terrestres, Maritimos e Acidentes

SUCURSAIS E AGENCIAS EM TODO O BRASIL.

RUA BUENOS AIRES, 29 — 37

CAIXA POSTAL — RIO DE JANEIRO

Bourdieu (1979) define estes esportes de elite como parte de um gosto dominante, dispêndio corporal reduzido. Além dos ganhos físicos e de saúde (magreza, elegância), os ganhos extrínsecos definem a prática destes esportes pela elite carioca, que visa as vantagens econômicas e sociais:

Seria fácil mostrar que as diferentes classes não estão de acordo em relação aos ganhos esperados da prática do esporte, tratando-se dos ganhos específicos – propriamente corporais que não são, de modo algum, objeto de discussão relativamente ao fato de serem reais ou imaginários já que são relativamente visados, tais como os efeitos sobre o corpo externo (por exemplo, a magreza, a elegância ou uma musculatura visível) ou os efeitos sobre o corpo interno (por exemplo, a saúde e o equilíbrio psíquico) – sem falar dos ganhos extrínsecos, tais como as relações sociais que podem ser estabelecidas mediante a prática do esporte ou as vantagens econômicas e sociais que, em determinados casos, tal prática pode garantir. (BOURDIEU, 1979, p. 198, grifos do autor)

Para Thorstein Veblen (1987), na obra “*A Teoria da Classe Ociosa*”, o comportamento da elite poderia definir-se como parte da competição, na qual os despojos, troféus de guerra, títulos, passam a ter prova de força excepcional. A competição de capital simbólico, seja nos esportes, nos anúncios de luxo do jornal *Beira-Mar*, promovem a auto-afirmação desta elite. Assim como afirma Veblen, o trabalho é desagradável em virtude da indignidade a que está ligado. No dia 3 de dezembro de 1942, o JB anunciava na coluna “*O Brasil na Guerra*”, o exercício de alerta anti-aéreo, com escurecimento parcial da cidade. Tal prática, ficou conhecida na historiografia como “black-outs” e segundo Roney Cytrynowicz (2000), o escurecimento era opcional na residência de cada pessoa e as crianças divertiam-se com os “black-outs”, brincando e rindo da situação. O autor questionou a utilidade deste escurecimento, visto que era opcional, ou seja, os moradores precisariam desligar os interruptores de energia elétrica, manualmente. No Rio de Janeiro, a prática ocorreu durante vários anos, sendo noticiada pelo JB.

Já a elite carioca, pouco preocupada com a situação de guerra, noticiava nas páginas do *Beira-Mar*, o primeiro estabelecimento adaptado ao “black-out”, no ano de 1943. Ou seja, mesmo durante o conflito mundial e um possível escurecimento da cidade devido aos ataques aéreos, a elite carioca poderia frequentar um bar pronto para o funcionamento em regime de “black-out”, assim como afirmava o anúncio:

Há ainda, uma particularidade, de certo a mais interessante a ser fixada. Reabre-se o “Wonder-Bar” cuidadosamente adaptado às circunstâncias da guerra. É o primeiro estabelecimento no Rio com instalações próprias para o funcionamento em regime de “black-out”, tal como se vive agora em a nossa mais linda praia (*Beira-Mar*, 30 de outubro de 1943, p. 87)

A elite carioca aproveitou-se também dos “black-outs” para afirmar a distinção da zona sul carioca, pois o *Beira-Mar* anunciava no dia 25 de março de 1944, como o bairro tornava-se ainda mais elegante durante os escurecimentos, proporcionando pontos atrativos nas praias, inclusive para o encontro entre os jovens no meio da noite.

Os racionamentos de gêneros alimentícios também possibilitam uma série de questionamentos quanto a sua real necessidade. É importante lembrar que durante o conflito mundial, o governo decretou racionamentos de vários alimentos, como: açúcar, legumes, carne, sal, leite etc. Os decretos não ocorreram ao mesmo tempo; todavia, foram estabelecidos conforme as necessidades do país frente ao conflito mundial, segundo as informações do Estado Novo. No dia 16 de maio de 1944, o JB anunciava a matéria “*O problema do abastecimento – Em sua reunião de ontem a comissão consultiva tratou do tabelamento dos legumes, frutas e carne*”, explicando que o governo estaria estudando a melhor forma para o racionamento da carne, sob coordenação do Coronel Jesuíno de Albuquerque, chefe do Serviço de Abastecimento Metropolitano (S.A.M.). A questão continua a ser discutido em agosto, nas páginas do JB, quando Jesuíno afirma que o racionamento da carne é mais complicado que o de qualquer outra mercadoria. A S.A.M. termina seus estudos sobre este racionamento no início de novembro, quando toma a seguinte resolução:

O chefe do Serviço de Abastecimento, em resolução de ontem, tomou as seguintes providências: I – Suprimir, na cidade do Rio de Janeiro, a distribuição de carne bovina ao consumo público às Quintas-feiras. II – Mantê-la nas Terças-feiras e Sábados, segundo o plano organizado pelo Serviço de Racionamento. III – Incumbir o serviço de Racionamento da Coordenação de Mobilização Econômica de estabelecer um sistema especial de abastecimento para hotéis e restaurantes, ficando os mesmos, no que se refere às carnes racionadas e tabeladas de qualquer origem, limitados exclusivamente a dois dias semanais. IV – Autorizar o Serviço de Racionamento a estabelecer o esquema básico para orientar uma ampla e rigorosa fiscalização por parte de órgãos federais e municipais competentes, no sentido de fazer cumprir o disposto no Parágrafo II do item III. [...] (Jornal do Brasil, 2 de novembro de 1944, p. 6)

Mesmo com o racionamento já decretado, os estudos sobre a questão do racionamento continuam ocorrendo nos diversos frigoríficos da capital carioca. Em matéria de 24 de janeiro de 1945, o JB apresenta a fala do presidente Mota Lima, responsável pelo estudo de tabelamento dos miúdos do boi, venda e revenda. O presidente, junto com os seus técnicos, afirmou que não havia motivo para o racionamento da carne, no momento.

A questão, misteriosamente, deixa de ser discutida nas páginas do jornal. Diante da publicação dessa matéria no JB, o Coronel Jesuino de Albuquerque, presidente da S.A.M., esclareceu os motivos do racionamento no dia 9 de fevereiro de 1945:

[...] Começou o chefe do Serviço de Racionamento por dizer que a causa primordial da escassez da carne nesta capital e em alguns pontos do País, era a exportação sem limite do precioso alimento para a Europa, por intermédio das empresas frigoríficas estrangeiras. Referiu-se, a seguir, ao último tabelamento para a carne, cujos preços vinham a beneficiar mais o mercante e os frigoríficos do que os açougueiros e principalmente à população carioca, que estava à mercê dos exploradores (Jornal do Brasil, 9 de fevereiro de 1945, p. 5)

Tal explicação acabou por gerar ainda mais questionamentos, pois se a causa da escassez era a exportação para a Europa, o Brasil tinha necessidade de participar do racionamento? Ou que racionamento era esse, já que tínhamos carne suficiente para exportar? Essas questões não foram discutidas no JB ou no *Beira-Mar*. Inclusive, o *Beira-Mar* não publicou sobre estas questões do racionamento da carne e nos poucos momentos que publicou algo a respeito, manteve-se numa posição patriótica de apoio às decisões do Estado Novo. É importante lembrarmos que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), não permitira que a questão tomasse outras proporções, mesmo que algum dos periódicos resolvesse discutir a questão, provavelmente seria censurada pelo regime autoritário.

Dado o exposto, podemos concluir que muitos racionamentos que alteraram o cotidiano da população carioca e brasileira durante a 2ªGM, podem ser questionados. A questão, aqui, não é negar que eles realmente aconteceram, pois estão presentes nas memórias daqueles que viveram aquele período de diferentes maneiras, alguns mais e outros menos. Entretanto, penso que a importância está em demonstrar como a ideia de uma escassez geral, consolidada na historiografia tradicional, é muito mais complexa do que aparenta. A elite carioca, muitas vezes, não foi afetada diretamente pelos racionamentos, esbanjando seu capital simbólico e econômico durante o conflito mundial, como se o cotidiano permanecesse inalterado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Daniele Chaves. **Nem tudo que reluz é ouro: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa** e a campanha de saneamento moral de Copacabana. Niterói: UFF, 2012 (dissertação de mestrado).
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: _____. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2002.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000.
- FAUSTO, Boris. **Negócios e Ócios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FERRARETTO, Luiz Artur. Porto Alegre: a Segunda Guerra é aqui (não só) pelas ondas do rádio.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- FERREIRA, Lúcia M.A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010, Vol. 7 Ano VII, nº 2.
- GERTZ, René E. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. In: PADRÓS, Enrique S.; RIBEIRO, Luis Dario T.; GERTZ, René E. (orgs.). **Segunda Guerra Mundial: da crise dos anos 30 ao Armagedón**. Porto Alegre: Folha de História/CD-AIB-PRP/ Livraria Palmarinca Editora, 2000, p. 205-217.
- GOMES, Ângela de Castro. Através do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.) **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002. p. 156-216.
- HOBSBAWM, Eric. **“A Era dos Extremos”**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Capítulo 1 “A Era da Guerra Total”, p. 29 – 60.
- In: GOLIN, Cida; e ABREU, João Batista (orgs.). **Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 81-98.

- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed da UERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. A construção das representações sociais e a esfera pública. In: _____. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.
- MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- O'DONNELL, Julia Galli. **Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estado Novo: ideologia e poder**. RJ: Zahar Editores, 1982.
- SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2003.
- SILVA, Lucas Silva da. **Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha**. Porto Alegre: PUCRS, 2009 (dissertação de mestrado).
- SILVEIRA, Joel. A campanha da FEB. In: FREITAS, Caio de et al. **Fatos e homens da Segunda Guerra**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1966.
- VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe do Lazer**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

FONTES DOCUMENTAIS

- Redução nos suprimentos de gasolina e querosene. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 31 de março de 1942. p. 3.
- O Racionamento da Gasolina. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 28 de abril de 1942. p. 6.
- Racionamento de gasolina e funcionamento das escolas públicas. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 27 de agosto de 1942. p. 6.
- As resoluções do Conselho Nacional do Petróleo. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 13 de junho de 1942. p. 5.
- Realiza-se, hoje, entre 21 e 22 e 30 horas, o segundo exercício de alerta anti-aéreo, com escurecimento parcial do centro da cidade. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 3 de dezembro de 1942. p. 6.

O problema do abastecimento – Em sua reunião de ontem a comissão consultiva tratou do tabelamento dos legumes, frutas e carne. JORNAL DO BRASIL. 16 de maio de 1944. p. 6.

A Carne – Fixada a distribuição em dois dias semanais, sendo que as quintas-feiras não haverá carne bovina nos açougues até segunda ordem. JORNAL DO BRASIL. 2 de novembro de 1944. p. 6.

Tabelamento para os miúdos do boi. JORNAL DO BRASIL. 24 de janeiro de 1945. p. 6.

Exportação da carne. JORNAL DO BRASIL. 9 de fevereiro de 1945. p. 5.

Em apuros os namorados de Copacabana. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 25 de março de 1944. p. 5.

A gasolina e os automóveis de luxo. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 23 de maio de 1942. p. 3.

As bichas em Copacabana. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 29 de maio de 1943. p. 8.

Capricho de Cupido. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 1943. p. 92.

Charretes e Bicicletas. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 15 de agosto de 1942. p. 3.

Coroados do mais completo êxito o “Black-out” de Copacabana, Ipanema, Leme e Leblon. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 19 de setembro de 1942. p. 7.

Depois do black-out... BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 8 de julho de 1944. p. 3.

Hóspedes de Copacabana. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 10 de outubro de 1942. p. 10.

Primeiro estabelecimento do Rio adaptado ao “black-out”. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 1943. p. 87.

Seguro contra acidentes na prática de esporte. BEIRA-MAR. Rio de Janeiro. 17 de junho de 1944. p. 10.

FAMÍLIA E POLÍTICA: UM OLHAR ACERCA DA CIDADE DE PELOTAS NO SÉCULO XIX

LEONARDO POLTOZI MAIA
DOUTORANDO EM HISTÓRIA PPGH UFSM
LEONARDO.PMAIA@HTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre as relações familiares na participação política da cidade de Pelotas no século XIX. Muitos bacharéis em direito transitaram no mundo político a partir das heranças sociais obtidas pelo parentesco. As famílias influentes destes bacharéis muitas vezes detinham o capital social econômico e/ou capital social político com avós e pais envolvidos nas práticas políticas locais, sendo que estes, já possuíam as bases eleitorais constituídas, e também estabeleciam casamentos entre as famílias. Estas famílias constituíam uma elite; charqueadores, fazendeiros, juízes, comerciantes, militares de alta patente, onde os bacharéis, em sua grande maioria, provinham destes grupos familiares já inseridos nas redes de relações sociais e políticas locais. Neste sentido, a partir das famílias Rodrigues Barcellos e Jacinto de Mendonça, buscaremos apresentar alguns pontos acerca do mundo político vinculado as redes familiares de alguns agentes políticos da cidade de Pelotas no século XIX .

O uso da prosopografia é uma ferramenta importante para averiguarmos as origens, carreiras e posicionamentos das famílias. Peter Burke (1991)

ao estudar as elites de Veneza e Amsterdã no século XVII traçou as seguintes perguntas: Qual a estrutura da elite em Amsterdã e Veneza? Como ele é recrutada? Trata-se de um — estamento ou uma — classe? Quais suas funções políticas? Como é educada? A busca por responder questões acerca destes nortes, pode ser empregada aos bacharéis em Direito no município Pelotas no século XIX. Desta forma o método prosopográfico é um dos caminhos que iremos empregar para verificar

a formação educacional, posição socioocupacional, status político, origens familiares e ocupação de cargos na administração pública. Assim como Lawrence Stone (2011) explica o uso do método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões- sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origem das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional.

Pierre Bourdieu (1989) trabalha o conceito do Capital Simbólico. A partir deste conceito buscamos adaptar a este estudo o que entendemos por capital social econômico: o elemento que dava ao homem do começo dos do Século XIX, o passaporte para a entrada na vida política. Com a entrada na política, aqueles homens adquiriam o que chamamos de capital social político. Com a formação de um integrante da família em Direito, consideramos o elemento que compreendemos por capital social intelectual. Juntos, estes três componentes constituíam o que consideramos por Tripé do Capital Social do Poder Local.

UMA HERANÇA POLÍTICA

As famílias influentes da cidade de Pelotas na segunda metade do século XIX, por vezes apresentavam um familiar como bacharel. Muitas vezes detinham o capital social econômico e/ou capital social político com avós e pais envolvidos nas práticas políticas locais, sendo que estes, já possuíam as bases eleitorais constituídas, e também estabeleciam casamentos entre as famílias. Estas famílias constituíam uma elite; charqueadores, fazendeiros, juizes, comerciantes, militares de alta patente, onde os bacharéis, em sua

grande maioria, provinham destes grupos familiares já inseridos nas redes de relações sociais e políticas locais

As origens familiares dos bacharéis de famílias de poderes locais como os Barcellos e os Jacinto de Mendonça são um exemplo do Tripé do Capital Social do Poder Local. Robert Dahl (1970) escreve que em virtude de diferenciações herdadas, as pessoas todas não começam a vida com o mesmo acesso a recursos, e aqueles que saíram na frente geralmente aumentam sua vantagem. Certamente um campo político familiar faria uma ponte concreta para inserção de um jovem bacharel que retornara para o berço de sua família pós formação em São Paulo ou Recife. A formação superior já era um elemento diferenciador, ao passo que dispender recursos para uma formação em outro Estado mostrava o caráter financeiro alto de uma família considerada elite.

A concepção de elite para este trabalho dar-se-á para as famílias que possuíam um capital econômico para lançarem seus filhos até a formação do ensino superior em uma Província distante e, que, ao regressarem, acabavam por adquirir o capital social intelectual. Sendo assim, se busca uma aproximação ao entendimento de Flávio Heinz (1999) ao conceituar como elite, no sentido que não só elite política e\ou econômica pode-se delimitar, mas sim todas as categorias de análise que se sobreponham num cenário. Pensamos que a categoria que observamos se sobrepõe no cenário do século XIX e constituía então uma elite. Trabalhamos com a ideia de capital social intelectual, capital esse que entendemos que podia ser adquirido através da formação superior. Adquirido o capital social intelectual, a universalidade das ações dos agentes que possuísem esse status estaria mais próxima de atingir os objetivos daqueles que lhes formaram.

Muitos filhos de juristas acabariam por seguir a mesma carreira que o pai; ponto este que nos faz encaixar este grupo, aos que detinham o capital social intelectual. Já outra parcela dos bacharéis formados era de família de estancieiros, charqueadores, comerciantes; estes bacharéis pertenciam ao grupo que detinha o capital social econômico, outra forma de prestígio. Qual a semelhança desses grupos? A vontade de estabelecer\manter o

capital social político. Todos esses poderes subjetivos são invisíveis, mas estavam presentes nas relações sociais daqueles grupos e englobavam uma espécie de – poder simbólico, cujo quem adquirisse procurava sua manutenção. É o poder simbólico que determinava a distinção social destes agentes em cada espaço que estes integravam.

A força familiar era base para o projeto de inserção na carreira política, visto que os membros da família eram ligados por laço pessoais. A Câmara Municipal incluía sobrinhos, tios, primos e parentes por afinidade. As famílias Rodrigues Barcellos e Jacinto de Mendonça foram exemplos desta afirmação. Os bacharéis formados em Direito já tinham em seus pais e tios um cenário pronto para entrada no mundo político. A família Rodrigues Barcellos é para nós o exemplo de detentores do capital social econômico e capital social político. A seguir apresentaremos um pouco das famílias para observarmos o conceito de Tripé do Capital Social do poder local.

OS RODRIGUES BARCELOS

Dr. Israel Rodrigues Barcellos Aos vinte e seis de dezembro, oitocentos e dezessete anos nesta Matriz de São Francisco de Paula de Pelotas, batizei solenemente Israel, branco, nascido a onze de setembro, filho legítimo de Boaventura Rodrigues Barcellos, natural de Viamão e Cecília Rodrigues da Silva, natural da freguesia de São Pedro do Rio Grande, neto paterno de Antonio Rodrigues Barcellos, natural da Ilha do Pico e de Rosa Perpetua de Jesus, natural da Ilha terceira e materno de Bartholomeu Rodrigues da Silva, natural da Colônia do Sacramento e de Ana Bernarda, natural de Viamão. Foram padrinhos Israel Soares de Paiva e Dona Maria Antonia Gomes. Para constar mandei fazer este assunto que assinei.

O vigário Exellentíssimo Francisco FlorÊNCIADOR Rocha.¹

A certidão de batismo do futuro Dr. Israel Rodrigues Barcellos marca o começo da grande história que esse personagem teria na vida política da cidade de Pelotas e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; este que exerceu por vários anos o cargo de Deputado Provincial e também

.....
1 MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livro de batismo nº 1A da Igreja Matriz São Francisco de Paula. fl.81v

chegou ao cargo de Presidente de Província. O ano de 1814 foi o início do negócio de charqueadas para seu pai Boaventura Rodrigues Barcellos e seus tios Bernardino, Inácio, Cipriano.

A família Barcellos fora uma família de políticos. De todos os irmãos, Boaventura Rodrigues Barcellos foi o que acumulou maior patrimônio. Ao fim da vida, era comendador, havia contraído matrimônio duas vezes e o montante de seu inventário estava avaliado em 182:617\$178 réis. Boaventura Rodrigues Barcellos foi proprietário de duas charqueadas lindeiras à margem direito do Arroio Pelotas. Além de charqueador e pecuarista, compôs a Câmara da Vila por pelo menos cinco legislaturas. (MENEGAT, 2008, p. 3). No que tange a seu posicionamento político, durante a Revolução Farroupilha, mesmo ficando ao lado dos Imperiais socorreu muitos farrapos, como Domingos José de Almeida e o próprio Bento Gonçalves. (MENEGAT, 2008, p. 3). A boa relação com Domingos José de Almeida pode ter sido motivada, devido este ter casado com a sobrinha de Boaventura Rodrigues Barcellos, Bernardina Rodrigues de Lima. (ABUCHAIM; SANTOS, 2015. p. 67).

Richard Graham (1997) observa que as famílias elas compostas não somente pelas linhas consanguíneas, mas também pelo parentesco por afinidade:

Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. (GRAHAM, 1997, p. 37)

Israel Rodrigues Barcellos casou em dezoito de Janeiro de 1840 com Maria Josefa da Silva Freire, nascida em cinco de março de 1815 e natural de Porto Alegre. Josefa faleceu em seis de outubro de 1890 em Porto Alegre. Israel teve seis filhos: Boaventura, Rafaela, Eulália, Israel, Maria Josefa, Cecília e Rita Paulina. Cabe constar a relação de parentesco da esposa de Israel, a qual era sobrinha de Rafael Pinto Bandeira, Rafael Pinto Bandeira, herói das Guerras do Sul, Governador da Praça de Rio Grande do Sul, Brigadeiro Comandante da Legião Ligeira de Rio Grande do Sul em 1789.

Para Franco (2000), verifica-se uma quase unanimidade na orientação política dos parlamentares, apenas quebrada por eventuais contestações do deputado Israel Rodrigues Barcelos, nessa época declaradamente liberal. Mais adiante, o mesmo Israel Rodrigues Barcelos se converteria num líder do Partido Conservador. Na legislatura de 1848/1849, Israel Rodrigues Barcelos teve desentendimentos com o ex-farrapo e ex-ministro da República Rio-Grandense, Ulhoa Cintra, quando este ocupou uma cadeira de deputado, entre ele e algumas discussões. Aqui o farrapo se tornara aderente do Partido Conservador, saquarema declarado, e Barcelos, que fora contra os farroupilhas, era acusado de provincialista e hostil aos políticos nascidos fora do Rio Grande, como era o caso do mineiro Ulhoa Cintra. Porém, Graham (1997) atenta que neste período os partidos políticos não eram projetos ideológicos, mas sim calcados nos interesses pessoais de cada indivíduo.

O caso de Israel Rodrigues Barcellos pode ser bastante exemplar neste quesito. Israel Rodrigues Barcellos nas primeiras eleições para Deputado Geral disputadas após o fim da Revolução Farroupilha, fora defendida por Domingos José de Almeida. Neste momento ainda se encontrava próximo aos liberais, porém nos anos seguintes passaria ao lado dos conservadores. Não podemos determinar os motivos das mudanças de seu posicionamento. Porém, sua mudança de posicionamento político não ocasionou numa quebra de confiança nas suas relações, visto que continuou exercendo cargos políticos “[...] garantindo que Israel Rodrigues Barcellos atingisse a extraordinária marca de vinte e um mandatos como Deputado Provincial, além de Deputado Geral (1848/1849-1861/1864) e Vice-presidente da província” (MENEGAT, 2009, p. 174). Mesmo diante de todas as mudanças de posicionamento político de Israel Rodrigues Barcellos, isso não pareceu impactar negativamente sua rede de relações políticas e, da família Rodrigues Barcellos, cujo estava totalmente inserida naquele campo de poder local. “Ao contrário, a complementou ampliando a atuação desta rede junto aos conservadores, antes bastante bem representada pelo pai de Israel, Boaventura Rodrigues Barcellos”. (ABUCHAIM; SANTOS, 2015. p.175). A figura do pai de Israel Rodrigues Barcellos era muito representativa para

aquela família, visto que quando este passou a “[...] se retirar da vida política que Israel passou ao lado dos conservadores, o que pode indicar também a aspiração de partilhar da herança política.” (ABUCHAIM; SANTOS, 2015. p.175). Diante deste cenário podemos concluir que os Rodrigues Barcellos foram um exemplo de família que possuía o Tripé do Capital Social do Poder Local, diante do capital social econômico, capital social político e capital social intelectual.

OS JACINTO DE MENDONÇA

Outra família de tradição política de Pelotas que segue o que entendemos por — Tripé do Capital Social do Poder Local foi a família Jacinto de Mendonça. O patriarca desta família foi Capitão João Jacinto de Mendonça, que nasceu na freguesia de Santa Luzia, Angra, Ilha terceira em Portugal. Era filho de José Francisco de Mendonça e Maria da Anunciada. Casou em Pelotas, no ano de 1816, com Florinda Luísa da Silva. O pai de Florinda, José Tomás da Silva era proprietário de uma charqueada na margem esquerda do rio São Gonçalo.

O Capitão João Jacinto, foi proprietário de duas charqueadas e também aventurou-se na política, ocupando o cargo de vereador e faleceu em 1857, com 62 anos de idade. Uma das charqueadas ficou aos cuidados de sua viúva, Florinda Luísa, e a outra foi herdada pelo seu filho primogênito, o médico João Jacinto de Mendonça Filho.

Esse, concluiu seus estudos em medicina na Escola Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro no ano de 1836, regressou a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e filou-se ao Partido Conservador, tendo atuado como deputado provincial sendo reeleito diversas vezes entre 1852 e 1862. Foi presidente da Província de São Paulo no ano de 1861 e 1862. Também foi Senador do Império ainda pelo Partido Conservador.

O bacharel em Direito Joaquim Jacinto de Mendonça, foi o oitavo filho da linha de descendentes do Capitão João Jacinto. Nasceu em de Pelotas, a 20 de maio de 1828. Fez estudos preparatórios no colégio Pedro II no Rio de Janeiro, seguindo para São Paulo onde bacharelou-se em 1850. Filiou-se

ao partido conservador a que pertencia toda sua família. No ministério presidido pelo Visconde de Rio Branco lhe foi oferecido a pasta da marinha, cargo que foi recusado por insistência da dissidência conservadora, chefiada por Paulino de Souza Andrade Figueira e outros.

Tornou-se promotor público e magistrado ao longo de sua carreira. Assim como seu irmão, foi membro do Partido Conservador, sendo deputado provincial e Presidente da Província de Sergipe de 1861 a 1863, sendo também Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1887 a 1888. No que tange a sua vida pessoal, casou-se com sua prima-irmã Clara Barbara da Cunha, o casal foi pai de Florinda, e de dois bacharéis em Direito. João Jacinto de Mendonça Junior, nascido em primeiro de novembro de 1859 e falecido em seis de dezembro de 1907 em Pelotas, casado na mesma cidade no ano de 1890, com sua prima Florinda da França Machado e foram pais de dois filhos.

O outro filho bacharel em Direito, foi Joaquim de Mendonça Filho, nascido em quinze de Julho 1869 e falecido em vinte oito de maio de 1927 em São Paulo. Foi casado com as duas irmãs, Cornelia da Silva Prado, que após o seu falecimento, Joaquim casou-se com a cunhada Corina da Silva Prado.

O irmão de Joaquim e João, Alexandre Jacinto de Mendonça, também bacharelou-se em Direito. Nascido em sete de novembro de 1826 em Pelotas e falecido em oito de Julho de 1877, casou-se na mesma cidade, no ano de 1853 com sua prima-irmã Clara Maria de Azevedo, filha do Comendador Heleodoro de Azevedo e Souza e Heulália Clara da Silva. Alexandre e Clara Maria foram pais de três filhos; Clara de Azevedo Mendonça, Maria das Dores, João Jacinto de Mendonça 1º. Este último, nasceu no dia de vinte sete de novembro do ano de 1857, em Pelotas, seguiu a carreira jurídica do pai graduando-se em Direito na faculdade de São Paulo no ano de 1882.

João Jacinto de Mendonça faleceu no dia seis de outubro de 1911 em Pelotas. A rica família Jacinto de Mendonça foi influente na política local e também investiu no diploma de Bacharel em Direito em muitos de seus jovens, sendo outro exemplo de família que obteve o capital econômico, capital político e capital social intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui apenas um pequeno recorte de duas famílias tradicionais no município de Pelotas do século XIX. Contudo, os Rodrigues Barcellos e Jacinto de Mendonça, mesmo que em uma pequena amostragem, apresentam a relação familiar onde proprietários de charqueadas que também aventuraram-se na política, em que posteriormente tiveram na figura dos filhos os herdeiros dos assentos políticos. A formação superior é a relação direta do do Tripé do Capital Social do poder local. A origem familiar de possuidores de terra era um requisito para vinculação de *status quo* em uma sociedade rural. Além da formação superior, a entrada na política por parte dos jovens bacharéis era estabelecida por um laço de força política que herdavam na esfera local, diante de uma construção de um cenário propício para esta vinculação. Neste sentido a estrutura que verificamos aqui é a de uma passagem de cadeira para um novo elemento que se inseria naquela sociedade pouco letrada do século XIX, a do jovem bacharel em Direito. Tais estratégias de manutenção do poder local eram colocadas neste momento onde os burocratas do Estado iam aparecer com mais força a partir da burocratização do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUCHAIM; R. A (org), SANTOS, M. R. C: **Portugueses insulares e suas descendências no sítio charqueador Pelotense**. Pelotas: Cadernos do IHGPEL. 2015
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- BURKE, P. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo, Brasiliense, 1991. DAHL, Robert. **A moderna análise política**. Rio de Janeiro: Lidador, 1970.
- FRANCO, S. C. **Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no Século XIX**. in: Revista Justiça & História. Porto Alegre: CEMJUG, 2001, pp. 107-129.
- FRANCO,

_____. **A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)** crônica histórica / Porto Alegre : CORAG, 2004.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

HEINZ, F. **Considerações acerca de uma história das elites**. Logos – Revista de divulgação científica, nº 1, maio de 1999, p. 47. vol. 11. Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Rio Grande do Sul, 1999.

MENEGAT, C. **Considerações acerca da análise de rede social de um casal da elite do charque**: Vila de São Francisco de Paula de Pelotas, 1824-1835. p.3. IX Encontro Estadual de História – Seção RS – Vestígios do Passado: a história e suas fontes. UFRGS – Porto Alegre/RS. 2008a.

_____. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado)

NUNES, D. S. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores**: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836). (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2013

PORTO ALEGRE, A. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

RÉMOND, R (org). **Por uma história política**. 2ª ed. Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

RODRIGUES, L. S. **Miguel Rodrigues Barcellos Barão de Itapitocay**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS – n. 147 – 2013. p. 114 – 118.

STONE, L. **Prosopografia**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, jun. 2011

URICOECHEA, F. **A formação do estado brasileiro no século XIX**. Dados, Rio de Janeiro, 1977.

VAMPRÉ, S. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Volume I, São Paulo: Saraiva e cia editores: 1924.

VARGAS, J M. **Pelas Margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX) – Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

ST 19

HISTÓRIA INTELECTUAL E

PERSPECTIVAS NACIONAIS

COORDENAÇÃO

RICARDO OLIVEIRA DA SILVA (UFMS)

SIMONE MACIEL MARGIS (UFSM)

A IDEIA DE IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA ATRAVÉS DE UM ROMANCE

MÔNICA ABRAMCHUK
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)
M.ABRAMCHUK@HOTMAIL.COM

Introdução

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro (na época capital do Império) no ano de 1881. De família humilde e descendência escrava perdeu sua mãe ainda na infância ficando com a responsabilidade de cuidar de seu pai diagnosticado como sendo louco. Aos 16 anos entrou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas, em razão da doença do pai, teve que largar os estudos para trabalhar. Tornou-se funcionário público e jornalista, Lima Barreto morreu aos 41 anos de idade, vítima do alcoolismo e de um ataque cardíaco. Mesmo diante de muitos problemas e pelo pouco tempo de vida, Lima Barreto foi capaz de deixar importantes obras sobre a sociedade em que vivia, mostrando as contradições da sociedade brasileira, sempre revelando seu lado crítico.

Lima Barreto deixou várias obras, mas, para a realização dessa Pesquisa foi selecionada uma: *“Recordações do escrivão Isaiás Caminha”*, lançada originalmente em 1909. Esse romance, tem como personagem um mulato, nascido no interior, que sofria com o preconceito presente na sociedade brasileira do período. Isaiás Caminha busca obter títulos acreditando que através deles

a sociedade pudesse mudar o seu olhar em relação a ele, o romance denuncia a obsessão por títulos existente no país desde tempos antigos. Considerando que as primeiras instituições de ensino superior no Brasil só se materializaram em 1827 com a abertura de cursos jurídicos e que antes disso somente os mais abastados que quisessem estudar deveriam ir procurar instituições europeias, entenderemos como o diploma e o anel eram fundamentais para a entrada da vida pública nacional. Assim Isaías, sofreu na pele os preconceitos de uma sociedade que ambicionava padrões europeus.

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor ... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro. (BARRETO, 1997, p 45.)

Lima Barreto se propôs a questionar e a repensar a formação da nacionalidade brasileira naquele período, que tratava dos indígenas, negros e sertanejos como seres exóticos, vistos como culpados pelos males nacionais. Portanto, um autor mulato de origem escrava que sofreu na pele os preconceitos¹ devido a sua cor e posição social, se opôs a outros escritores da mesma época que também se dedicaram a pensar e a escrever sobre a formação social brasileira. Dentre eles podemos citar Oliveira Lima, autor do livro, Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira, do ano de 1911, diplomata, que, a partir do exterior, pensou a realidade brasileira, sua obra aborda a história do Brasil desde o seu descobrimento até a Proclamação da República, Oliveira Lima admite a possibilidade de uma integração, porém, acredita que ela deva ocorrer através da cultura europeia, branca, para ele a mais desenvolvida. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira, de Paulo Prado, filho da elite cafeeira, teve a pretensão de explicar a formação da identidade do nosso povo destacando elementos como: cobiça, romantismo e a luxúria, defendeu

.....
1 Segundo Sandra J. Pesavento, através da literatura, Lima Barreto tinha à intenção, “de criticar o governo republicano, sua burocracia e seus métodos violentos como o meio literário medíocre e, sobretudo, o preconceito de cor que leva à discriminação social” (PESAVENTO, 2002, p.227).

o branqueamento da população, pois via no mulatismo a causa dos nossos males. Esses discursos passíveis de análises e interpretações, escritos na primeira metade do século XX, ainda hoje são muito discutidos e disseminados, por esse motivo se tornam relevantes nos dias atuais.

O objetivo geral dessa Pesquisa é: compreender a ideia de nacionalidade brasileira na obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto. Para isso, seguiremos por três caminhos: Buscar na aproximação entre história e literatura as críticas trazidas por Lima Barreto referentes à sociedade brasileira daquele período; Analisar, através do texto de Lima Barreto, os problemas de uma nacionalidade em formação que buscava padrões de modernidade e civilização além de suas fronteiras e abordar a maneira como essa narrativa (*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*) passa a integrar um conjunto de referências coletivas sobre a formação social brasileira.

A busca pela modernidade que tomou conta do Brasil na primeira metade do século XX alcançou as artes. Em um primeiro momento essa busca se dava em importar os modelos da Europa. Com a realização da Semana de Arte Moderna em 1922, norteadas pela aliança dos fazendeiros com a elite técnico-científica, realizada em São Paulo e a fundação do movimento Modernista, buscou-se valorizar elementos genuinamente brasileiros com matrizes europeias, onde o caboclo, o indígena e a floresta deveriam ser colocados ao lado dos trens, do automóvel e da fábrica. Esses “modernistas” vinham de diversas áreas: arquitetura, pintura, escultura, letras, música. É nesse ambiente que surge o “modernismo”, mesclando elementos nacionais com valores contemporâneos. Os “modernistas” buscaram valorizar a cultura negra e indígena, celebrando um passado mítico e um futuro idealizado, sem exclusões e opressões, Lima Barreto, através de suas obras também se preocupou em valorizar essas culturas, ele “Pôde encarar a ciência não como cientista, mas como paciente... Encarou o crescimento da concorrência da perspectiva do derrotado... Assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado”. (Sevcenko, 2003, p. 234) Esse foi um período de grandes mudanças no Brasil.

As décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. A rapidez e profundidade da transfiguração que devassou a sociedade inculcou na produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança, perplexa com a sua intensidade inédita, presa de seus desmandos e ansiosa de assumir a sua condução... Poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tout court*. (SEVCENKO, 2003, p 286-287)

As obras² dessa geração de pensadores brasileiros muitas vezes influenciados por esse “modernismo” emergente, conquistaram uma grande importância dentro da academia, pois discutiam aspectos até então vistos como menores ou indignos de análise. Se levarmos em consideração que no início do século XX a taxa de analfabetismo no Brasil era bastante alta e que a grande maioria da população não frequentava escolas, poderíamos nos questionar como essas obras assumiram uma relevância tão grande. Em um primeiro momento essas ideias foram discutidas dentro do espaço acadêmico e, posteriormente, foram disseminadas para a sociedade. Portanto, os intelectuais são fundamentais no processo de construção da nacionalidade, porém, isso não significa que a cultura vinda das ruas não seja importante nessa construção. Segundo Renato Ortiz:

A ideia de construção nos remete a uma outra noção de mediação (...). São os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos (...). Dito de outra forma, o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação (...). Todos, no entanto, se dedicam a uma interpretação do Brasil, a identidade sendo o resultado do jogo das relações apreendidas por cada autor. (ORTIZ, 1994, p 139)

.....
2 Na primeira metade do século XX o conceito de “nacionalidade” brasileira estava sendo discutido por uma geração de pensadores brasileiros que se dedicaram a escrever, mesmo que muitas vezes de maneiras divergentes, a formação do nosso povo e de nossa história. Alguns buscando uma imagem positiva do país a fim de inseri-lo na modernidade; outros inferiorizando a cultura indígena e negra e a culpando pelos nossos problemas. Isso não significa que antes desse período não existiram obras ou pensadores que se ocuparam desse assunto, mas foi no início do período Republicano que uma nova geração de pensadores brasileiros apresentou perspectivas até então desconhecidas sobre a nossa formação histórica.

Dentre tantos autores que se dispuseram a escrever e a interpretar a formação da nacionalidade brasileira na primeira metade do século XX, e acreditando que a produção literária está diretamente ligada ao seu tempo, representando³ o contexto histórico-social, o autor escolhido para a realização dessa Pesquisa foi Lima Barreto, pois:

Há, desta forma, por parte de Lima Barreto, algo que até então pouco fora visto nas publicações que se ocupavam do Brasil: o deslocamento de nossas mazelas do homem – em especial do homem comum, habitante do interior, das periferias e dos cortiços – para o sistema produzido e comandado por aqueles que tinham em suas mãos os destinos do país. Em seus personagens estava o contraponto à leitura até então apresentada pelas elites, de um país que não evoluiria devido à miscigenação e a mestiçagem. Mestiço que era, Lima Barreto sentia em sua própria pele o peso da discriminação e do preconceito, a lhe fechar portas e oportunidades de ascensão social. Morador da capital da jovem República, tinha diante de si os exemplos vivos dos vícios que subsistiam de maneira arraigada na administração da coisa pública, tratada como espaço privado e objeto de favores e negociações. O tipo de brasileiro que apresenta, portanto, é o que mais destoava dos que até aqui foram tratados: não mais a causa, mas o agente passivo de todos os problemas que uma nacionalidade em formação poderia acarretar. Não admira, desta forma, que a questão de uma cidadania mal resolvida seja uma constante em suas obras. Como oferecer cidadania ao escravo Isafas, estigmatizado por sua cor... (FRAGA, 2009, p 88-89)

Esse ponto de vista diferenciado de tantos outros escritores, a sua condição social, a sua cor de pele, o lugar onde morava, seus vícios, sua inquietude perante as injustiças sociais, fazem de Lima Barreto esse escritor singular para a análise da sociedade brasileira⁴.

.....
3 Também o teórico da história Hayden White, afirma: O que o discurso histórico produz são interpretações de seja qual for a informação ou o conhecimento do passado de que o historiador dispõe. Essas interpretações podem assumir numerosas formas, estendendo-se da simples crônica ou lista de fatos até “filosofias da história” altamente abstratas, mas o que todas elas têm em comum é seu tratamento de um modo narrativo de representação como assumir numerosas formas, estendendo-se da simples crônica ou lista de fatos até “filosofias da história” altamente abstratas, mas o que todas elas têm em comum é seu tratamento de um modo narrativo de representação como fundamental para que se perceba seus referentes como fenômenos distintivamente “históricos”. (WHITE, 1994, p 24).

4 O livro, *Lima Barreto: triste visionário*, da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, apresenta o contexto histórico do Brasil no início do período Republicano, articulando os eventos que marcaram esse período com a vida de Lima Barreto.

RECURSOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

A relação entre história e literatura⁵ é possível para a análise de um determinado período ou uma determinada concepção de História⁶. Nesse caso específico, a aproximação acontece através de uma obra do escritor Lima Barreto, usada como material de pesquisa historiográfica⁷.

Para operacionalizar a investigação proposta nos apoiaremos no teórico Luiz Costa Lima, que em sua obra *Trilogia do Controle* analisa o controle do imaginário e as relações entre as narrativas histórica e literária, não em lados opostos, mas, entrelaçando a escrita da história com a do romance de acordo com o imaginário de cada época. Para o autor o controle do imaginário é “entendido como o mecanismo com que a sociedade (ocidental) opera para ajustar as obras dos que privilegiam o imaginário [...] aos valores em vigência em certo período histórico dessa sociedade”. (LIMA, 2007, p. 17-18), em cada momento histórico é dado um veto à ficção, que tem como objetivo controlar o imaginário que não corresponde com o poder vigente. Costa Lima, considera que o controle é uma constante, o que muda com o passar do tempo são as instâncias que o exercem, composto por um quarteto – Igreja, Estado, ciência e mercado. É através do controle do imaginário que a história e a literatura se relacionam.

Para Costa Lima, no fim do século XVIII na Europa e no século XIX na América com o surgimento do Romantismo, o controle do imaginário

.....
5 No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois é um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. (BORGES, 2010, p 98.)

6 A literatura, por contar sempre a história de alguém, é capaz de valorizar as ações humanas e a sua interferência no espaço, isto é, valoriza o papel do sujeito na construção da sociedade. Também através da trama é capaz de demonstrar os mecanismos de poder que funcionam no nível das pequenas ações cotidianas de que nos fala Foucault (1996).⁶ (ZECHLINSKI, 2003, p 8.)

7 Assim, contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas. (BARROS, 2004, p 137-138.)

passou a ser realizado pela historiografia, até então, a narrativa histórica e literária se confundiam, essa situação mudou quando a história se pretendeu científica. Com o avanço do Estado -Nação, a história se torna política dando voz a grandes personalidades, tornando o historiador um cientista graças a duas características: objetividade e neutralidade. Segundo Costa Lima, é nesse momento que a história se inscreve na ciência. Porém, com essa “absolutização” científica, como sequer pretender que o poético, mesmo submerso, ainda tivesse algo a ver com a história? No entanto, ele se mantém, como um indesejado clandestino, a partir mesmo do culto das fontes”. (LIMA, 2007, p. 133)⁸.

Segundo o teórico, o mecanismo do controle do imaginário, tem dois aspectos, um positivo e um negativo, sem que seja possível demarcar onde um acaba e o outro começa. O aspecto negativo coíbe o objeto ou a conduta para que não questione aspectos não legitimados pelo status quo, ele está muito próximo da censura, porém, não se confunde com ela, já o aspecto positivo procede de uma regra formulada, mesmo que para alguns pareça injusto, está diretamente ligado aos grupos que detém o poder. Como não existe sociedade sem regras, também não existe sociedade sem controle. Ao atentarmos para a ideia da formação da nacionalidade brasileira no início do século XX através de uma narrativa literária e as suas relações com o controle do imaginário, é interessante pensar segundo Bastos (2010, p. 377) como esse controle “se explica igualmente pelo seu potencial para a popularidade e para a prestação de serviços variados, como a afirmação da identidade nacional”. Levando em consideração que a historiografia em determinados momentos vetou a ficção, mas, tem ela como um elemento constitutivo e que até a metade do século XX essa questão não era aceita, entenderemos como a história esteve autorizada a controlar o imaginário e a se opor a ficção. “É somente com a virada narrativa que a questão da ficção, da ima-

.....
8 Para Soares (2016, p. 20) “a inquietação entre a ficção ou o elemento poético e a tentativa de objetividade científica representa a recusa da ficção em favor do cientificismo da história”. Dessa maneira, “Historiografia e literatura ‘narrativa’ se mantêm agora em contato justamente através da face que mais ressalta em ambas: a face dominante do cientificismo e do serviço que ele presta ao Estado”. (LIMA, 2007, p. 137).

ginação, da composição da intriga, da retórica e do estilo do historiador ressurgem com força.”(Soares, 2016, p. 35)

Segundo Michel de Certeau em *“A história, ciência e ficção”* ao relacionar as narrativas históricas com quem as produz (instituição profissional e metodologia científica) elas são uma mistura de ciência e ficção⁹, pois, o discurso representa uma realidade, porém, ele serve para ocultar a prática que o determina¹⁰. É nas práticas de natureza técnica que se elabora o discurso historiográfico considerado legítimo, “assim, ele seria o mito possível a uma sociedade científica que rejeita os mitos, a ficção da relação social entre práticas especificadas e lendas gerais, entre técnicas produtoras de lugares e lendas que simbolizam o efeito do tempo.” (CERTEAU, 2011, p. 70). Com os procedimentos de controle historicizados pelo tempo o discurso de uma ciência é transformado em ficção. Certeau não defende que a ficção é o trabalho final da escrita da história, contudo é um elemento que a organiza, dessa maneira acreditando que o elemento ficcional faz parte da historiografia, a divisão que coloca história e literatura em lados opostos não faz mais sentido.

Para compreender a ideia de formação da nacionalidade brasileira na primeira metade do século XX através da obra: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* do escritor Lima Barreto, o recurso metodológico a ser utilizado buscará entender de que maneira as narrativas são produzidas, para

.....
9 Paul Ricoeur em *“O entrecruzamento da história e da ficção”* acredita que “por um lado, a história se serve de alguma maneira da ficção para refigurar o tempo, e em que, por outro, a ficção se serve da história com o mesmo intuito.” (Ricoeur, 1997, p. 311-312), é nessa troca de lugares, nesse entrecruzamento que toma forma o tempo humano, onde o passado é representado pela história e as variações imaginativas pela ficção. Ao demonstrar que a historiografia também se ocupa do ficcional, é importante lembrar que, “...há um lugar de produção, regras de produção, uma epistemologia, um modo de lidar com testemunhas e documentos, um modo de escrever, um pacto implícito com o leitor, que diferenciam a escrita da história do romance apesar das semelhanças.” (Soares, 2016, p. 35). Grandes obras históricas com confiabilidade científica devido ao progresso documentário, se adequaram a arte poética e retórica à sua maneira de ver o passado. Paul Ricoeur admite, que um livro de história pode ser visto como um admirável romance, isso, não diminui a sua representância, pelo contrário, contribui para realizá-lo.

10 A história profissional – pelos temas selecionados, pelas problemáticas que ela privilegia, pelos documentos e pelos modos utilizados – tem uma operatividade análoga. Sob o nome de ciência, ela arma também e mobiliza clientelas. Assim, frequentemente mais lúcidos que os próprios historiadores, os poderes políticos e ou econômico empenharam-se sempre em cooptá-la, lisonjeá-la, comprá-la, orientá-la, colocando-a sob controle ou subjugando-a. (CERTEAU, 2011, p 54)

isso, nos apoiaremos na “operação historiográfica” de Michel de Certeau que analisa a produção do texto historiográfico. Contudo, mesmo o autor pensando a partir da historiografia aqui nós iremos avançar para o texto literário.

Para a análise da operação historiográfica e, posteriormente, literária o autor articula o lugar de produção (lugar social), a prática e a escrita. Essas três fases podem ser analisadas separadamente, mas, é somente em conjunto que fazem sentido.

Em primeiro lugar, em relação ao lugar social Certeau afirma que é em função dele que os documentos, as questões e os interesses se organizam (instituições, profissões, etc). “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio – econômico, político e cultural.” (CERTEAU, 1982, p. 56). Assim, o livro de literatura ou o artigo de história é sempre o produto de um lugar, no objeto de análise estudado o lugar social se mostra de fundamental importância, Lima Barreto foi um escriturário do Ministério da Guerra e ingressou no jornalismo escrevendo uma série de reportagens, além de obras ficcionais, demonstrando que o literato e o jornalista se confundem em seus escritos, através disso é possível pensar como o lugar de produção que o influenciou.

Em segundo lugar, a prática diz respeito a técnicas de produção, a procedimentos de análise. O historiador e o literato obedecem a regras, trabalham sobre um material para transformá-lo em história e ficção. O historiador e o literato têm como prática articular a natureza e o cultural, e essa tarefa exige um recorte sujeito a ações do lugar social onde o indivíduo está inserido. Ao maximizar sua expressividade Lima Barreto, variava e ao mesmo tempo atraía, demonstrando assim, sua capacidade comunicativa.

É esse mesmo impulso, pois, que lhe suscita uma manifesta flexibilidade no trato e combinação de diferentes vertentes estéticas. Sua confessada admiração pelo naturalismo, particularmente de Aluísio Azavedo, não se incompatibilizava com o apreço ao neo-romantismo, nas chaves de Daudet e Rostand; o qual por sua vez convivia em harmonia com o racionalismo de Sterne, Swift e Voltaire. Seus produtos estéticos ressumam de diferentes ramos, entretecendo numa única trama matrizes artísticas excêntricas. Fato que o autor anuncia com orgulho e uma ponta de ironia. (SEVCENKO, 2003, p 194-195)

Em terceiro lugar, a história e a literatura enquanto escrita, são uma passagem que vai da prática investigadora ao texto¹¹, e possui formas como: composição, gramática e retórica. A escrita de um texto de história ou literatura é controlada pelas práticas de quais resulta, ou seja, ela própria é uma prática social que confere ao leitor um lugar determinado. Lima Barreto através de seus escritos perpassa seis gêneros: romance, sátira, conto, crônica, epistolografia e memórias, segundo Sevcenko “Os processos literários com que os desenvolve correspondem à narrativa caracterizada pela combinação simultânea de gêneros, estéticas e estilos, à rejeição de artifícios retóricos, à linguagem comum e descuidada, à ironia tendente à sátira e à paródia” (2003, p. 194)

Dessa forma, através das análises de Michel de Certeau acreditamos que a ficção é parte constituinte da historiografia. E para operacionalizar a relação entre história e literatura abordamos a interpretação do teórico Luiz Costa Lima. Por fim como recurso metodológico para analisar a produção das narrativas histórica e literária, o modelo utilizado é “a operação historiográfica” de Michel de Certeau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **Verdade na história e na literatura**. IN: A escrita da História: A natureza da representação histórica. Nova Iorque, EUA: Cornell UP, 2012.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaias Caminha**. São Paulo: Ediouro, 1997.

.....
11 Segundo Franklin Rudolf Ankersmit, teórico da história, somente a narrativa é capaz de nos fazer compreender o que existe em comum entre o romance e o texto histórico (de forma parcial). Para ele, existem duas assimetrias entre a escrita histórica e o romance, a primeira, “desde que as narrativas históricas sempre têm um ou mais objetos ou temas ao seu redor, ..., nós podemos seguramente atribuir a função de representação à narrativa histórica.” (ANKERSMIT, 2012, p. 288), e o fato de que o historiador através do seu ponto de vista irá apenas dizer e não “mostrar” como foi o passado.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especificidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BASTOS, Dau. **O controle do imaginário& a afirmação do romance**. IN: Luiz Costa Lima: Uma obra em questão. Rio de Janeiro. Garamond, 2010.

BORGES,Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. IN: Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010. Goiás: UFG.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. IN: A Escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A história, ciência e ficção**. IN: História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FRAGA, Gérson Wasen. **“A derrota do Jeca” na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS (Tese de doutorado), 2009.

LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do Controle: O controle do imaginário; Sociedade do discurso ficcional; O fingidor e o censor**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RICOEUR, Paul. **O entrecruzamento da história e da ficção**. IN: Tempo e narrativa. Tomo III. São Paulo: Papyrus, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **FARRAPOS DE ESTÓRIAS: Romance e Historiografia da Farroupilha (1841-1999)**. Porto Alegre: PPGH/ PUC (Tese de Doutorado), 2016.

WHITE, Hayden. **Teoria Literária e Escrita da História**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas 7 (13): 21- 48, 1994.

ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. **História e Literatura: Questões Interdisciplinares**. Paraná. PPGHIS/UFPR, Vol 9, 2003.

A OBRA “ASSIMILAÇÃO E POPULAÇÕES MARGINAIS NO BRASIL” DE EMÍLIO WILLEMS NA HISTÓRIA INTELLECTUAL DO BRASIL

MARLETE GOLKE
GMGOLKE@GMAIL.COM
PROFESSORA DE LÍNGUA ALEMÃ /UPIDIOMAS/SM
GRADUADA – HISTÓRIA LICENCIATURA E BACHARELADO/UFSM
ESPECIALISTA HISTÓRIA DO BRASIL/UFSM
MESTRE PELO PPGH/UFSM

RESUMO

Em 1940, Emílio Willems, publicou a obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. Nesse período, tentativas de legitimar um cenário nacional e sentidos de busca de uma brasilidade contornavam os rumos intelectuais do país. Nesse sentido, objetiva-se com a referida obra entender como se configurou o pensamento de Willems para compreender o imigrante – alemão e descendentes – na perspectiva dos processos de assimilação e marginalização. Nesse processo é importante identificar os contextos e lugares de onde os intelectuais pensam e escrevem seus pensamentos, assim, com as ferramentas da História Intelectual pretende-se entender como esse autor e suas teorias se apresentam no contexto político-cultural brasileiro. E, assim, contextualizar sua obra no cenário cultural e intelectual do que se entende nos anos 1930 sobre sociedades e identidades.

Palavras-chave: cultura, assimilação, sociedade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um recorte da minha pesquisa de dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2016. A temática da pesquisa refere-se à interpretação do pensamento de Emílio Willems na história intelectual, através de sua obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, publicada em 1940 no Brasil. Esta se constituiu fonte da pesquisa e o estudo do pensamento antropológico do autor foi nela delimitado por meio da interpretação do contexto de linguagem e teorias que circulavam nos anos 1940. Conhecer o contexto de linguagem e conceitos presentes no pensamento de Willems, assim como o contexto das ideias que ele apresentou, nos permite conhecer o contexto intelectual em que ele desenvolveu sua teoria por meio dos conceitos de assimilação e marginalização presentes na obra.

O período abordado nesse recorte foi emblemático no Brasil por assistir à institucionalização das Ciências Sociais no país e às mudanças na sociedade, bem como fenômenos sociais e culturais que tiveram um considerável impacto na Sociologia e Antropologia nos anos 1930. A multiplicação das correntes culturalistas e sua concepção à heterogeneidade permitiu uma versatilidade nas formas de abordar o homem e sua relação com o meio por uma ótica conciliadora entre Natureza-Cultura, fugindo dos velhos modelos intelectuais que viam nessa relação um determinismo racial biológico. Assim, considera-se esse momento crucial para tentar definir o “tipo” brasileiro nos principais debates intelectuais. Diversos discursos foram tomados para tentar definir uma identidade para a nacionalidade brasileira. Foram construídas representações variadas desse tipo brasileiro que passavam pelas teorias da mestiçagem à ideologia do branqueamento sob a perspectiva integradora do nacional. Nesse ponto de vista da integração nacional, pretende-se inserir a temática da assimilação de Willems no contexto intelectual do período.

Historiar sobre os intelectuais no Brasil nos anos 1930-40 requer situar alguns aspectos da história política e institucional que se relacionavam

no período, sobretudo, as temáticas que se apresentavam no rol das ideias. Estas, por sua vez, não se encontram “soltas” ou mesmo “circulam” entre os indivíduos em diferentes épocas e determinadas sociedades. Elas estão engajadas a um(ns) indivíduo(s) que pensa(m) sobre determinados assuntos sob circunstâncias variadas e mesmo particulares, quando não muito, associadas a grupos e/ou organizações vinculadas ou não ao Estado, podendo ser chamados de intelectuais. Desse modo, a partir da noção de contextos apresentados por Dominick LaCapra (1983) abordaremos dois momentos que permitem situar o autor Emílio Willems e sua obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940) num contexto relacional das teorias culturalistas que estavam em voga no início do século XX, especificamente os anos acima mencionados nos principais centros de reflexão como Europa e EUA. E num segundo momento o contexto intelectual brasileiro com algumas das ideias culturalistas vigentes no cenário nacional daquele momento. Nesse contexto, o Brasil e os intelectuais estavam imersos na emergência do Estado Novo e sua renovação cultural do período. No que se referia a uma identidade nacional a ser pensada e legitimada pelos mesmos diante do Estado, pois o momento era crucial para definição de uma identidade que se pretendia brasileira num cenário de imigração e presença de variadas etnias no país. O período torna-se emblemático nesse sentido, por tratar de questões de integração e fronteira no cenário nacional e difundir a identidade do país diante de um quadro social que ora se apresentava homogêneo e ora heterogêneo nas teorias culturalistas brasileiras. Bem como, oscilavam em significações condicionantes e deterministas quanto à natureza e à cultura.

Sob a perspectiva da integração e fronteira lançamos a obra de Emílio Willems (1940) que fez um estudo sobre a problemática assimilação dos imigrantes alemães no Brasil e o entendimento que este trouxe aos estudos das Ciências Sociais e Humanas ao abordar as diferenças culturais nesse panorama da busca de identidade brasileira que contemplasse as diferenças existentes. Ocupar um espaço num determinado tempo quer da/na natureza, quer na delimitação feita pelo homem, implica ser, estar e coexistir no mundo. O ser humano para existir interdepende da natureza e de outros indivíduos

de forma a tender ao isolamento ou coexistir em grupos, atuar no coletivo acentuando sua forma de estar no mundo, interagir, refletir, pensar, identificar, observar e porque não, preservar sua origem, saber, questionar donde provém sua fonte e donde sempre pertenceu entre os homens e o pensamento. Pois no pensamento o caminho não é apenas um método, ele pertence à própria vontade do saber que os pesquisadores arriscam incansavelmente responder perante suas fontes mediante análise qualitativa ou quantitativa de seus dados no ofício de historiar e construir o conhecimento histórico.

DESENVOLVIMENTO

As principais teorias culturalistas que Willems¹ utilizou em sua obra situam-se em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O autor lançou mão da obra de autores como Simmel e Weber, centrais na definição de um paradigma mais compreensivo das ciências humanas, bem como dos diversos debates realizados nos Estados Unidos, em especial na Escola de Chicago que implicaram uma renovação dos estudos sobre a cultura por meio da Antropologia e da Sociologia.

As mudanças que aconteciam na sociedade e seus processos sociais e culturais, cada vez mais complexos, tiveram um considerável impacto na Sociologia e Antropologia nos anos 1930. Na multiplicação das correntes culturalistas e sua concepção à heterogeneidade permitiu uma versatilidade nas formas de abordar o homem e sua relação com o meio por uma ótica mais conciliadora entre Natureza-Cultura, fugindo dos velhos modelos intelectuais que viam nessa relação um determinismo racial biológico.

Enquanto intelectual-pesquisador Willems não apresentou um mo-

.....
1 Emílio Willems foi um intelectual que abordou o Brasil em suas circunstâncias de pesquisa. Formou-se na Universidade de Berlim em Filosofia e Economia como, também, acompanhou de perto o recente debate que delineava as disciplinas de Humanas (História, Antropologia, Sociologia). Vindo para o Brasil no início da década de 1930, o autor instalou-se no Sul do Brasil ministrando aulas num seminário católico em Brusque. Ali, bem perto de seus conterrâneos imigrados da Alemanha, pôde fazer um estudo sociológico e antropológico dessas populações que resultou no livro *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* publicado em 1940. A partir de 1941, tornou-se professor catedrático de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na Faculdade de Filosofia também ministrou aulas de Sociologia, disciplina em que obtivera seu título de livre-docência em 1937.

delo “ideológico” ou caminho a ser seguido, tampouco traçou estratégias de brasileiroamento, pensava que tais definições ou mesmo direcionamento cabia aos educadores e governantes (WILLEMS, 1940). Assim, analisou e abordou o quadro social das populações imigrantes na forma como se encontravam. O quadro teórico por ele adotado aponta para um conceito amplo de assimilação, no qual imigrantes e descendentes vivenciavam situações em que, de um lado, a sociedade receptora seria o eixo principal – luso-brasileira – e, do outro, os que vieram de fora com intenção de colonizar e ficar – imigrantes – que também teriam a oportunidade de passar a integrar a vida nacional. Nesse sentido, não estariam alocados pelo autor como meros coadjuvantes no processo econômico. Sua análise sobre a assimilação e delimitação da região sul do Brasil implicou a mudança social e cultural das diversas etnias existentes e salientou o fator diversidade, ao invés de unidade e homogeneidade. Na abordagem teórica respeitou as particularidades dos grupos sociais nessa região e notadamente o elemento explicativo se remete à heterogeneidade.

A ideia em torno do conceito de cultura teve repercussão ampla e variada no início do século XX. O significado mais simples desse termo abrangia todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura se constitui de tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto das instituições ou no plano imaterial das ideias e crenças. E, além disso, engloba também todo comportamento aprendido no meio, de modo independente da questão biológica. Em outras palavras, cultura seria todo conjunto complexo de conhecimentos e habilidades humanas empregadas socialmente. A ênfase no social permitiu a Antropologia e Sociologia, bem como as Ciências Humanas em geral, mais do que explicar, compreender o comportamento do próprio homem na sua ação e reação frente à dinâmica contextual em que o mundo se apresentava. No campo da sociologia, importantes debates foram elaborados, sobretudo, para entender as sociedades e suas relações e inter-relações. Desse modo, a cultura ganhava contornos que fugiam ou mesmo refutavam os valores deterministas ligados ao biológico-racial. Conseqüentemente ou paralela-

mente a esses novos entornos que ganhavam atenção para compreender a sociedade e a cultura se propunham a não partir de grandes modelos explicativos das sociedades. O funcionamento das inter-relações que os indivíduos estabeleciam na sociedade e construíam/modificavam sua cultura no meio foi central na virada do século XIX para o XX.

Baumer (1977) relacionou o *final de século XIX* à decadência de teorias filosóficas tidas como modelos e que, ao mesmo tempo, renunciavam um novo mundo de pensamento que viria a tomar forma. Não tanto como um fim, o *fim de século* era um princípio, pois “continha em si a semente de uma nova espécie de modernidade que era muito diferente da modernidade científico-racionalista que viria a amadurecer durante o desenrolar do século XX” (BAUMER, 1977, p. 132). Era um tempo de mudanças e reações não só ao positivismo como aos valores vigentes e convenções burguesas. O racionalismo era posto a indagações e a ciência passava a dar espaço às incertezas, as quais, Baumer descreveu como uma “sensação de não saber exatamente onde estava a certeza, ou mesmo se haveria uma certeza, para além da própria mudança, e de não saber o que o futuro podia trazer” (BAUMER, p. 132). O próprio clima de desorientação abria espaço para novas experiências e debates que traziam as Humanidades a um campo menos racional e previsível para uma esfera mais compreensível para com a natureza e o indivíduo. O fim de século e início do século XX não se caracterizaram para Baumer (1977) como uma revolta contra a ciência, e sim, contra o cientismo que chamava a si todo conhecimento na ideia do determinismo. Foi o momento em que se apresentavam as tentativas de autonomia à cultura, segundo a lógica própria das ciências humanas e não da natureza. Nesse sentido, os debates floresceram com os intelectuais, a exemplo de Dilthey e Max Weber no significado de “entrar em simpatia com a experiência de outros homens, seres humanos como nós” (BAUMER, 1977, p. 135) para compreender os fatos sociais e culturais num contexto menos determinista e objetivo a fim de integrar a subjetividade que permeava a ação humana. Em tal clima efervescente de ideias “Bergson rejeitava a teoria mecanicista a favor de uma natureza “criativa”, caracterizada mais pelo tempo do que

pelo espaço. O tempo era a nova dimensão principal” (1977, p. 138). Pode-se dizer que a noção de tempo trouxe uma perspectiva mais dinâmica às relações sociais, pois para Bergson ele era sinônimo de “inovação” refutando qualquer vinculação com uma essência eterna e inerte quanto uniforme como o espaço.

A resposta em oposição aos determinismos sobre a natureza humana veio com as implicações relativistas. E, apesar de surgir em fim de século, ganhou crescente campo no século XX. Baumer elucida muito bem essa recepção no novo século a partir de uma citação de Durkheim (1915) em crítica à decadência dos valores que consistia na falta de espiritualidade mais existencial e humana. Em oposição à lei do progresso de Comte, “o que existe, na realidade”, escreveu ele, “são sociedades particulares” (BAUMER, 1977, p. 164). Com o relativismo cultural, e também histórico, o início do século XX trazia problemáticas variadas que implicavam respostas na interdisciplinaridade das áreas humanas – História, Sociologia, Antropologia e Psicologia Social. Esse campo interdisciplinar ampliou a noção de compreensão do indivíduo nos seus processos sociais e conseqüentemente, estudar a diversidade cultural.

Os teóricos culturalistas do século XX situaram a reflexão sobre o homem e a sociedade, a partir das especificidades humanas na diversidade e esta na unidade. Esse se constituiu em um desafio teórico metodológico. Da concepção particularista da cultura, muitos intelectuais se desvincularam de noções deterministas da ciência no sentido biológico. Para Cucho (1999) a noção ciência se vertia em dois horizontes: um que prezava pela unidade, ainda segundo um esquema evolucionista, outro no sentido da diversidade sem se opor à unidade. Assim como no século XIX a cultura e suas concepções num contexto alemão (particularista) e francês (universalista), também, no século XX as duas correntes de pensamento continuavam a ter força e constituíam modelos explicativos variados em metodologia e teoria. Ampliar esse modelo de cultura alemã-francesa foi nos Estados Unidos, sem dúvida, um campo que abriu caminho para inúmeras pesquisas acadêmicas sobre a natureza e o indivíduo.

A concepção particularista de Franz Boas, que estudara na Alemanha, concebeu que a organização social era determinada mais pela cultura do que pelo ambiente físico. Nota-se, a independência que essa vertente tomou em relação ao quesito biológico-racial. As culturas particulares entravam no rol das investigações dos pesquisadores. Cada cultura representou nesse contexto relativista e particularista uma totalidade singular e um esforço em pesquisar o que fazia a sua unidade (CUCHE, 1999, p. 45). E nesse conjunto a “compreensão” tornou-se a máxima para tratar dos costumes particulares, bem como os fatos culturais podiam ser interpretados se relacionados ao seu contexto histórico cultural.

O indivíduo não era depositário de toda a cultura de origem. Ele seria antes um sujeito que seleciona na cultura aquilo que necessita para sua comunicação no meio, conferindo uma dinâmica a esse processo. A atenção dos antropólogos americanos estava centrada nos processos de rupturas e discontinuidades, pois a cultura não era mais concebida como uma transmissão de dados imutáveis, e sim a capacidade de transformação da natureza pela cultura. Pois esta possibilitava ao indivíduo inovar e isso implicava, por sua vez, conceber as mudanças culturais no tempo em diferentes contextos históricos. Foram algumas dessas concepções que Willems buscou conciliar e trabalhar em seu livro *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940) para compreender e produzir um panorama geral do problema da assimilação dos alemães no Brasil. Compreender como os indivíduos recebiam e sentiam a cultura constituiu o desafio dessa geração de antropólogos frente às sociedades complexas que se formavam na modernidade como o crescente fluxo migratório e transformações sociais, políticas e econômicas.

Essa percepção abriu caminhos para o estudo da interação entre cultura e indivíduo, da qual o interacionismo simbólico foi a máxima representação da Escola de Chicago. Elucidar os contatos com a cultura que acolhia os imigrantes foi o olhar sensível dado à dimensão cultural das relações sociais e a forma como os indivíduos interiorizavam e viviam a sua cultura. Sobretudo, se interessavam pela influência da cultura de origem

dos imigrantes e a inserção destes na sociedade que os acolhia. A interação da sociedade, ou melhor, de grupos sociais num espaço territorial nacional, sob esse contorno, foi analisada por Willems na fronteira da assimilação. Pois no caso do Brasil, a região Sul foi receptora da grande imigração, logo, a inquietação do autor em compreender o processo de assimilação dessas populações e seus descendentes, de acordo, com as principais teorias modernas vigentes nos centros de reflexão como Europa e EUA.

Diversas teorias, que já vinham se desenvolvendo desde o século XIX foram tomados para tentar definir uma identidade para a nacionalidade brasileira. No Brasil, em especial, com a emergência do nacionalismo nos anos 1930, foram construídas representações variadas desse tipo brasileiro, que se pretendia consolidar sob uma identidade da pátria que iam desde teorias da mestiçagem – que unia as culturas do branco português, o negro africano e o índio – à ideologia do branqueamento, a partir do incentivo da vinda dos imigrantes europeus a integrarem a sociedade brasileira.

Na primeira metade do século XX, as ideias do período fizeram parte de um momento de renovação com as relações de integração territorial nacional. As diferentes regiões se apresentavam na sua forma heterogênea e serviram para a problemática dos intelectuais e do Estado. Nos anos 30, havia uma tentativa de mudança no quadro social brasileiro e de legitimação de ‘uma nova ordem no cenário político que se pretendia nacionalizante. Não tardou para que intelectuais “explicassem” o Brasil sob diversas teorias e ideologias e muitas vezes atreladas a uma ideologia política de Estado. Isso não significa que ideias sobre a nação não existissem antes dos anos 1930. Havia muitas delas, mas foi somente a partir dos anos 20 e 30 que o Estado começou a consolidar, de modo mais efetivo, essa busca de uma identidade nacional. Nessa busca de afirmação de um passado que se integrasse a uma identidade nacional os problemas eram muitos. Skidmore (1976) em debate sobre raça e nacionalidade no pensamento brasileiro escreveu sobre o temor dos intelectuais em apresentar um Brasil que se visse frente a frente com seus dilemas como um

passado escravocrata, vazios demográficos, amplo território, “quistos de imigrantes”² entre outros. Este era o quadro que denotava a fragilidade da situação brasileira no panorama internacional ampliando o fantasma da cobiça externa, como a penetração dos Estados Unidos na tentativa de encontrar mercados externos para a crise, tanto quanto a perspectiva da II Guerra em seu contexto, trazia a metáfora da oposição entre “democracia” e “totalitarismo”³. Tal oposição foi vista, ainda nesse contexto relacional, como ameaça de barbárie à liberdade e à cultura.

Somou-se a esse quadro da situação social brasileira o “abismo entre a realidade brasileira e os modelos que pensadores do passado tinham, tantas vezes, e tão erroneamente, tomado por ela, foi mais geralmente percebido” (SKIDMORE, 1976, p. 164). Para o autor, a desconfiança quanto às teorias que apresentaram o Brasil até o início do século XX passaram a ser contestadas e os intelectuais se engajaram na sensibilidade de estudar a situação brasileira por ela mesma, estimulando o pensamento nacionalista. Para Skidmore (1993) os intelectuais se sentiram impulsionados e começaram, também, a sentir que podiam mudar o papel que o darwinismo social, herdado da cultura europeia, tentava atribuir ao Brasil. Teorias racialistas justificavam o suposto atraso brasileiro em relação à Europa. Não se tinha, em tais teorias, a pretensão em apresentar uma positividade para o Brasil. Trazer o contexto histórico para o debate e cenário intelectual sob um viés culturalista independente da raça representou um momento de originalidade do próprio lugar onde se pensava tais questões. Também, o fato das pesquisas científicas apresentarem uma metodologia e temas variados colaborou para a circulação de ideias e cultura de uma sociedade que já não era a mesma num processo de transformação e modernização.

.....
2 Essa palavra causa certo desconforto para Willems. Pois em sua sociologia de perspectiva interacionista esse termo traz uma conotação negativa no âmbito da intercomunicabilidade das culturas.

3 Consultar: MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977-78.

Nesse engajamento, os artistas⁴, literatos⁵ e demais intelectuais expressaram e direcionaram suas energias para diversas circunstâncias desse cenário “nacionalista” que se mostrava cada vez mais programático diante do Estado. Os modernistas também estavam no rol que envolvia a palavra de ordem da época: nação. Num tom de urgência sobre o problema da identidade nacional, o papel do intelectual foi concebido de forma radical. Projetos de cultura nacional despontavam de forma inquietante e o território foi sintonizado no tom do debate. Nesse sentido, Velloso (1993, p. 1 – 2) escreveu que os intelectuais brasileiros se auto-elegeram executores da missão de encontrar a identidade nacional e romper com o passado de dependência cultural e direcionaram suas reflexões para o destino do País. Em tal vanguarda patriótica dilemas como o Brasil seria retratado ou como o era, se homogêneo ou heterogêneo na sua composição, eram recorrentes nos escritos de muitos autores.

A relação nacional-regional foi amplamente discutida no interior do modernismo⁶. De certo modo, a relação desse hífen trazia o pensar no seu interior que integrava as diferenças culturais regionais no cenário nacional. Assim, o regionalismo visto antes como atraso passou a ter uma nova concepção, na qual as singularidades e diferenças eram capazes de informar o conjunto. Mário de Andrade foi o intelectual mais representativo desse

.....
4 Alguns artistas, também, expressaram o sentido de vincular as artes ao cenário cultural, político que o período propiciava. Os modernistas também se engajaram num lugar de atuação de suas ideias por meio da arte com conteúdo marcadamente nacionalista. O movimento teve grupos dissidentes conforme as visões que apresentavam do processo e a própria ideia de brasilidade. Era hora de resgatar o Brasil na sua essência e criar essa imagem para a nação. Alguns grupos apresentavam um eixo representativo próxima a uma unidade homogênea, outros uma visão heterogêneas enfatizando o regionalismo. Para saber mais consultar: VELLOSO (1993).

5 Podemos citar alguns nomes de escritores que escreveram nesse período destacando as regiões como Érico Veríssimo com a região Sul, Vianna Moog e a aculturação do imigrante germânico.

6 Não entendemos por modernismo (ou movimento modernista) apenas enquanto generalização de um conjunto de movimentos culturais, escolas e estilos que permearam as artes e literatura na primeira metade do século XX. Tampouco concentrá-lo em seu marco simbólico na Semana de 1922. Entendemos o modernismo na concepção de GOMES (1993) como um movimento de ideias renovadoras que estabelece fortes conexões com a arte e política e que se caracteriza por uma grande heterogeneidade. Como movimento de ideias GOMES toma emprestado de Julliard (1988) a concepção de que as ideias “não circulam”, estas são portadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados.

movimento defendendo a ideia através da teoria da “desgeografização” chamando atenção para as questões temporal e histórica, ao invés de sobrepor o espacial sobre estas. Dessa forma, o regionalismo era um meio instrumental para se chegar à nacionalidade como unidade cultural. Contudo, o movimento não apresentava um consenso sobre tal relação.

Ainda que das regiões tentava-se resgatar as tradições em prol da nacionalidade enquanto unidade cultural, também, se excluía as partes ao se tentar homogeneizá-las nessa unidade nacionalizante, o que configura, como sabemos, qualquer discurso da nação. Como atesta Velloso (1993) à polêmica dessa relação era expressiva por registrar os resquícios de uma tradição regionalista de fortes bases locais devido à “postura ambígua assumida por alguns intelectuais frente à questão do nacionalismo. Presos à tradição localista, eles tendem a identificar a sua região de origem como núcleo da nacionalidade” (VELLOSO, 1993, p. 11).

É nesse contexto que São Paulo ganhou destaque na elaboração de um projeto de cultura nacional entre a elite intelectual. A geografia desse estado foi destacada e o fator espacial e temporal ganhou atenção com os valores dos bandeirantes paulistas. A brasilidade que se pretendia estava na tríade espaço-território-geografia. Nessa perspectiva estava incumbida a relação natureza e meio. Velloso (1993, p. 15) aborda essa questão quanto ao grupo modernista que retomou o pensamento romântico e enfatizou o meio expressando a natureza e o homem vinculado a ela. A brasilidade seria o resultado dessa relação e o território nessa concepção nacionalista teria o papel integrador em si. Nisso reside uma polêmica sobre a assimilação que estaria circunscrita na simplificação do processo. A “condição” do abrasilamento estava no contato com essa natureza e não no contato com os subgrupos da nação a exemplo da escola, família, religião, política, trabalho, etc., como apresentava Willems. Em sua obra, podemos destacar a afirmação de que “não existe assimilação “em si”” (WILLEMS, 1940, p. 11) que vem ao encontro da ideia das complexidades das relações sociais e culturais que não são redutíveis somente ao meio “físico e geográfico” em que o indivíduo se encontra. Está destacado para o autor, que por si, a assimilação

não ocorre, e sim nos contatos com outros subgrupos, como as instituições (WILLEMS, 1940, p 11-12).

A questão problemática no que dizia respeito à nacionalização dos estrangeiros decorrentes da imigração estaria “resolvida” com o “nacionalismo integrador”, no qual cabia ao imigrante um papel passivo no processo. Ou seja, ele perdia a sua identidade original para se integrar no “organismo etnológico nacional”. Assim ele não só seria um personagem reificado da modernidade como símbolo do trabalho, como, também, da própria brasilidade. Tal pensamento ia de encontro à teoria apresentada na obra de Willems. Para este, a identidade do indivíduo era adquirida no meio da socialização, assim, o espaço não teria essa força de integrar o indivíduo por si e transformá-lo em cidadão brasileiro, tampouco renunciar as suas antigas origens culturais.

O clima parecia ser de disputa por um tipo nacional e para Martins (1977-78, p. 128) “se a guerra e as ideologias propunham com agudeza nunca vista o tema da missão do escritor, a volumosa e sempre crescente atividade intelectual começava a propor o da sua profissão” e a criar personagens de “tipos sociais”⁷. Os romances e a literatura também estavam no rol das discussões, assim como a singularidade das regiões estava para com esse debate. O que se tentava expressar no período se aproximava muito do interesse em “descobrir” um “tipo social” para a nação brasileira e que estivesse a contento do contexto nacional na sua forma política e social. Nesse cenário das realidades demográficas, Martins (1977-78) escreveu que considerando a realidade estatística que contornavam verdades psicológicas, a distribuição pela cor era circunscrita em alguns livros como o caso de “O Mundo que o Português Criou” e “Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira” de Gilberto Freyre que reagia em termos emocionais, contra a

.....
7 Alguns exemplos desses tipos sociais são: “o filho de família tradicional; o descendente empobrecido das boas famílias; o pequeno-burguês, os comunistas, e assim por diante” (MARTINS, 1977-78, p. 129-130). Percebe-se que as temáticas eram proporcionais à realidade social do período, bem como o negro, o mestiço, o paulista e os “dólicos-louros”. Estas categorias se inseriam não apenas nas realidades demográficas como nos debates teóricos e científicos do momento.

nova temática anunciada pelo livro “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” de Emílio Willems” (MARTINS, p. 144-145). Destacou que “cultura lusa ameaçada” que Freyre denunciava já era pura e simplesmente a cultura brasileira, a qual não podia estar ameaçada tendo em vista o processo colonizador e sua suposta sedimentação como identidade ideal do Brasil. Portanto, podemos notar o clima intelectual acirrado em torno da questão identitária, a qual tomava partido para alguns intelectuais ao lado do Estado, como se configurou Freyre.

Tais fatos permitiam observar quais os vínculos eram fixados por alguns intelectuais nesse contexto a elencar o que entendiam por brasilidade ou ser brasileiro. Que noção de identidade queriam dar ao país ou mesmo revesti-lo? Alguns intelectuais deram continuidade às tradições da colonização e conectaram nesse elo identitário a figura do luso-brasileiro. As teorias de identidade estavam inseridas num novo contexto de ideias no século XX. Ainda que houvesse resquícios da velha teoria racial, esta era rejeitada na concepção cultural. As diferenças culturais e sociais não eram mais explicadas pelo fator biológico racial, e sim, pelas peculiaridades das diversas culturas. Chacon (1977) escreveu que o racismo exigia um urgente combate e a diversificação de influências com outras presenças intelectuais no país proporcionaram um novo panorama para a Sociologia no Brasil. Para Mendoza (2005), depois das revoluções de 30 e 32, o clima intelectual e político não só mudaram como, também, trouxeram transformações principalmente na educação superior. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil se expressou na fundação de instituições que contaram na sua estrutura de ensino com as disciplinas de Sociologia e Antropologia. A criação da Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e da cátedra de Antropologia Social na Universidade do Distrito Federal criada em 1935, foram iniciativas da “geração precursora” que institucionalizou o ensino superior da Sociologia e da Antropologia no Brasil (MENDOZA, 2005), a qual Emílio Willems fez parte.

A Antropologia colocou seu aparato teórico construído no passado, com possibilidade de, no presente compreender os intensos movimentos

provocados pela imigração: de um lado, os processos homogeneizantes da ordem social patriarcal com resquícios racialistas e, de outro, contrariando tal tendência, a reivindicação das singularidades, apontando para a constituição da humanidade como una e diversa. Ou seja, a heterogeneidade nacional e as particularidades regionais se apresentaram recorrentes no questionamento que afetou as ciências humanas no início do século XX.

Ainda que esse movimento se intensificou, de modo geral na segunda metade do século XX, esse primeiro momento, em particular na Antropologia e Sociologia, emergiu com outras perspectivas teóricas, dentre as quais se destacaram os chamados estudos culturais. Nesse moderno debate que se seguiu na Sociologia Brasileira, Willems apresentou sua contribuição com os estudos de sociedade e de comunidade, bem como os processos de contatos sociais vinculados à mudança social e cultural. Sua sociologia próxima ao pensamento da Escola de Chicago apresentou um importante tema no cenário das heterogeneidades culturais e sociais brasileiras.

O tema da assimilação e marginalização do que se entendia no período foi intensamente trabalhado nos conceitos que apresentou na obra *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. Assim, a definição de uma identidade era um processo complicado e ímpar ao imigrante, na qual suas representações e visões do mundo e de si próprio se defrontavam num contexto completamente estranho e novo. Conseqüentemente, o desafiava a buscar semelhanças que identificavam e ao mesmo tempo conflitavam com sua cultura num processo dinâmico de adaptação. Nesse desafio de busca de semelhanças e diferenças não houve um consenso entre os intelectuais. Alguns se engajaram na discussão da identidade nacional e atuaram na empreitada da legitimação do Estado e sua identidade. Nesse sentido, Oliveira Vianna (1934) não mediu esforços nas suas estratégias para atingir ou apropriar-se de um discurso sobre identidade nacional e legitimar o Estado. Diante das novas situações exigentes no período, este tinha de se validar com uma identidade.

Criar conexões de união e pertencimento, o que faz do brasileiro se sentir brasileiro era uma reflexão que estava sempre presente na dinâmica do

tempo. Conceituações nacionais na construção da identidade foram incessantemente elaboradas a explicar um Brasil positivo diante de seu passado escravocrata que agora estava perante o progresso na modernidade. Darcy Ribeiro (1995) bem colocou essa questão do povo brasileiro que diante de ambiguidades, alteridades e afirmações se revelava um “ser” confuso de se definir. O autor qualifica que o brasileiro estaria condicionado a uma vinculação com o tempo futuro, ou seja, o brasileiro visto como um povo que se forma num movimento temporal que não se encerra, sempre estaria na condição de “vir a ser”. Uma espécie de projeto identitário condicional em construção.

A modernidade que se anunciava no Brasil através da expansão econômica não podia mais compactuar com os modelos explicativos do século XIX. Estes atribuíam o “atraso” do país à presença do negro. Para Ortiz (2012, p. 38), a escravidão colocava limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da intelectualidade e o período pós-abolicionismo foi que possibilitou algumas das transformações na sociedade. Uma delas foi a questão do negro e qual lugar iria integrar, de forma bastante proposital por parte de alguns intelectuais, esse ser-sujeito no cenário nacional.

Na primeira metade do século XX, Gilberto Freyre, contemporâneo de Emílio Willems, se apropriou da região do Nordeste e buscou sua própria interpretação do país. Analisou aquela região de modo que a generalizou para o país como um todo. Para Carlos Guilherme Mota (1985), tal tentativa e posterior consolidação reclama uma postura frequente entre os intelectuais. Quer dizer, que o tipo de explanação adotada pelos “explicadores do Brasil” não se limitou a um campo específico, porque quando tratavam de uma região específica, generalizavam as suas conclusões para o Brasil como um todo (MOTA, 1985, p. 30). Nisso encontramos um modelo explicativo que visava integrar as diferenças na homogeneidade cultural e social num tom integrador de legitimar um discurso de nação. A teoria da mestiçagem de Gilberto Freyre concebida através da miscigenação resultou no “equilíbrio de antagonismos”.

Noutra vertente, os estudos antropológicos e sociológicos de Emílio Willems enfatizaram a teoria da assimilação e marginalização das

populações da região Sul do Brasil e seu contato com outras culturas, especialmente a luso-brasileira, a qual Gilberto Freyre seu contemporâneo, considerou a mais positiva e bem-adaptada à realidade nacional. No início da década de 1940 aconteciam *Congressos de Brasilidade* com a discussão de ideias para a formação da nova sociedade brasileira moderna. Casualmente coincidiam com as políticas educacionais nacionalizadoras do Estado Novo (1937-1945) em prol do civismo na tentativa de nacionalização forçada para integrar os grupos culturais a uma só cultura através da homogeneidade nacional das instituições. A indagação concernente seria como situar os descendentes de imigrantes frente à teoria da miscigenação e o luso-tropicalismo desse período. Nesse sentido, algumas teorias culturalistas que se prendiam ao biológico buscavam sustentação através da adaptação ao meio enquanto agente físico-espacial que transformava o indivíduo em algo “novo” com as características desse novo meio. Em suma, o imigrante ao se integrar ao novo meio perdia sua identidade devido à capacidade física dessa natureza tropical, como citado anteriormente.

Já mencionamos que em contexto similar ao período, Freyre escreveu Casa-Grande & Senzala (1933) sob a perspectiva da mestiçagem vinculada ao meio. O trópico seria esse meio efervescente que propiciaria a adaptação biológica e a mistura de raças como elemento integrador. Atento aos seus conceitos do período, Willems compreendeu o processo de assimilação como uma incorporação gradativa dos estrangeiros na cultura do grupo dominante, no caso a sociedade brasileira, cuja matriz lusa não era negada pelo autor. Sua compreensão sociológica do processo de assimilação se aproximou da vertente compreensiva de Max Weber. A metodologia de Willems para o estudo dos fenômenos sociais tratou de separar de forma bastante útil, a metodologia das ciências humanas ou sociais das ciências naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da assimilação apresentada por Willems (1940) foi tratada pelo autor como um fenômeno de ação social e que não poderia ser explicado pelas leis da natureza, nem por um espaço integrador “em si”. Segundo

seu pensamento na obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” a Sociologia, Antropologia e a História encontravam um caminho próprio para compreender as ações humanas, pois elas eram resultantes de ações impregnadas de subjetividade e não necessariamente orientadas pela objetividade. O indivíduo nas suas diferentes manifestações sociais era apresentado sob a ótica da compreensão da Sociologia vigente, um ser conectado com inúmeras causas no sistema como um todo. Mais que investigar uma(s) causa(s) ele era visto como parte desse sistema causal que não apresentava uma resposta objetiva.

Portanto, a assimilação não poderia sob essa perspectiva ser considerada como um processo que ocorresse naturalmente no meio, ou melhor, que o meio ao integrar o imigrante fosse dotado de uma metafísica que nacionalizasse o estrangeiro apenas pelo contato com a natureza. Numa perspectiva weberiana, o sentido das ações humanas era compreendida por Willems para dar sentido ao significado dos comportamentos de indivíduos ou de grupos. Os métodos compreensivos seriam capazes de extrair os sentidos dessas ações dos indivíduos e das relações sociais. Logo, esses sentidos seriam subjetivos permeados de valores e emoções. Do mesmo modo, as causas dos fenômenos não seriam objetivas, mas sim, variadas conforme o contexto relacional que as envolvia. Pode-se dizer que no contexto weberiano não cabe ao cientista ou intelectual emitir juízos de valores em sua pesquisa, bem como preferências estéticas ou políticas na análise científica.

Ou seja, faz-se necessário diferenciar a ação do cientista da ação política. Tão logo, diferente dos demais intelectuais envolvidos no período e sua vinculação ao momento “nacionalista” do Estado não é aplicada a Willems, pois observou a situação e a estudou segundo seus métodos de modo a apresentar um pensamento culturalista sobre a problemática questão da assimilação sem orientar um caminho ideológico a ser seguido, consequentemente, não se alinhou a uma leitura nacionalista ufanista. Sua ação intelectual mostrou que o Brasil não estava em um atraso intelectual quanto às teorias culturalistas que estavam cada vez mais, ganhando espaço entre os meios intelectuais e centros de reflexão como EUA e Europa.

Sem se alinhar a um pensamento que tomasse partido nessa renovação cultural que se pretendia dar ao Brasil, o autor apresentou este como uma circunstância de sua pesquisa e consideram-se suas ideias para o período em consonância com que os novos estudos e tendências da Antropologia, Sociologia e História anunciavam nessa complexidade da modernidade. A temática da assimilação anunciada na sua obra foi pensada num amplo contexto das interações entre os indivíduos na sociedade, pois eram sujeitos que atuavam no meio em se encontravam e sociabilizavam. E dessa interação a cultura, também, era anunciada ao passo que esta fazia parte dos indivíduos, assim, o ser humano era na teoria de Willems, apto para a criação e invenção no meio, fazendo deste por meio da sua cultura, o seu ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAUMER, Franklin L. **O pensamento Europeu Moderno**. Volume1 – séculos XVII e XVIII. Lisboa: ED. 70, 1977.

CHACON, Vamireh. **História das ideias sociológicas no Brasil**. Editora Universidade de São Paulo, Editorial Grijalbo Ltda. São Paulo, 1977.

CUCHE, Denys. **A Noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira**. É Realizações Editora. São Paulo, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language**. Ithaca: Cornell UP, 1983.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Vol. VII (1933-1960). São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977-78

MENDOZA, Edgar S.G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Dez 2005, no.14, p.440-470. ISSN 1517-4522.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. 5. ed. Dão Paulo, Ática, 1985.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 14ª reimpressão 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco; raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VIANA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. São Paulo. 1934.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**: um estudo sociológico sobre os imigrantes de alemães no sul do Brasil. São Paulo. Companhia Editora nacional, 1940.

ST 20
HISTÓRIA SOCIAL DO
CRIME E DA VIOLÊNCIA:
COMUNIDADES
TRADICIONAIS E ESTADO

COORDENAÇÃO

MAÍRA VENDRAME (UNISINOS)

MARIANA FLORES DA CUNHA THOMPSON FLORES (UFSM)

A INSTITUIÇÃO DO JUIZADO DE PAZ NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: O CASO DE CACHOEIRA DO SUL

VIVIANE SIQUEIRA ALVES
UFSM
IVIANEALVES094@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Estudos que tratam da instituição do Juizado de Paz estão ganhando mais atenção e situam-se tanto na área da História como na do Direito, nos permitindo entender e dialogar com as diversas questões referentes à justiça, magistraturas, burocracias e poder local. Uma vez que são trabalhos que abordam de diferentes formas o cargo de Juiz de Paz é possível perceber dois eixos de produção acadêmica, sendo que um deles se detém em aspectos de leis, procurando entender o contexto em que a instituição do Juizado de Paz foi inserida na administração judiciária e as mudanças que ocorreram desde a oficialização do cargo. O segundo eixo busca, além dessas questões, demonstrar que os indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz podem ser elementos importantes para compreendermos as relações políticas sociais e abrangência do poder local exercido pelos indivíduos.

Nesse sentido, esta comunicação tem por objetivo apresentar o projeto de pesquisa inicial, que vem sendo desenvolvido no mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, que se propõe a investigar o perfil político dos sujeitos que ocuparam o

cargo de Juiz de Paz em Cachoeira do Sul no período de 1827, que corresponde à regulamentação e efetivação do cargo de Juiz de Paz, estendendo-se até 1845, com o intuito de somar às produções existentes sobre a temática, verificando particularidades para o espaço aqui delimitado. Nesse sentido, buscamos responder diferentes questões como compreender se a instituição sofreu incrementos ou perda de poderes durante a sobreposição de soberanias e poderes, que acontece no período em que o Rio Grande do Sul passa pela Guerra dos Farrapos, diante de uma historiografia que tem se mostrado reticente em tratar de temáticas que adentrem o período farroupilha alegando dispersão ou dificuldade de acesso as fontes. Assim, antes de abordarmos a proposta de pesquisa, é pertinente apresentar alguns trabalhos desenvolvidos até o momento e que contribuem para construção do debate pretendido nessa pesquisa.

A INSTITUIÇÃO DO JUIZADO DE PAZ: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE PESQUISAS ACADÊMICAS

Iniciando pelos trabalhos que tratam de entender o contexto em que a instituição do Juizado de Paz foi inserida no sistema judiciário, suas Leis e Reformas, encontramos o trabalho de Ivan de Andrade Vellasco (2003), “O juiz de paz e o código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em um comarca de Minas Gerais no século XIX”. A discussão apresentada nesse artigo faz parte da sua tese de doutorado, que veio a contribuir muito nos estudos referentes à instituição do Juizado de Paz, uma vez que apresenta uma nova percepção sobre a atuação dos magistrados. Analisando os “livros de rol dos culpados”, o autor identifica um aumento considerável na produção dos escritos, o que o leva a inferir que a Justiça de Paz possibilitou a expansão da capacidade da ação judiciária do Estado.

Nesse artigo em específico, Vellasco (2003) apresenta parte dos seus resultados, trazendo uma análise sobre as transformações da estrutura judiciária nos anos 1820 e 1830, apontando impactos e consequências sobre a atuação e expansão dos poderes judiciários, usando o caso da comarca do Rio das Mortes, na Província de Minas Gerais, com centro administrativo

na vila de São João del Rei. As fontes situam-se em livros de rol dos culpados, processos criminais, correspondências de juízes, relatórios provinciais e ministeriais.

Outra produção que aqui destacamos, é o artigo produzido por Kátia Sausen Motta (2012), intitulado “Votantes ou eleitores? Os impasses na construção da participação política local no início do oitocentos (1827-1828)”, que buscou entender os impasses na construção da participação política local entre os anos 1827 e 1828. Para entender estas questões suas principais fontes foram os anais da Câmara dos Deputados e do Senado referentes aos anos de 1826, 1827 e 1828 para analisar a discussão parlamentar que definiu o formato da eleição para Juiz de Paz e as problemáticas enfrentadas na decisão de quais cidadãos eram aptos a participar do pleito municipal.

Analisando os projetos em que o objetivo era regulamentar o Juiz de Paz no Brasil, a autora identifica dois projetos que foram apresentados à Câmara dos Deputados em 1826, mas somente em 1827 que um deles entrou em pauta na sessão da Câmara dos Deputados. A partir desse momento, foram apresentadas sugestões e os impasses nessa discussão discorriam a respeito do grau de participação no processo político, ou seja, quem poderia votar e ser votado. Após muitas discussões chegaram a um novo impasse, agora a questão era se os votantes também poderiam ocupar um cargo político. A autora chama atenção para o fato de que os discursos revelam que os impasses das discussões refletem principalmente na diferenciação entre os direitos políticos e a hierarquização da sociedade política da época.

Prosseguindo nesse eixo de produção, Adriana Pereira Campos (2018), aborda sobre a instituição do Juizado de Paz no Brasil entre os anos de 1826 e 1841. Em seu artigo intitulado “Magistratura Eleita: administração política e judicial no Brasil (1826-1841)”, a autora utiliza diferentes fontes, dentre elas destacamos as atas da Assembleia Nacional, relatórios do Ministério da Justiça, periódicos e documentos judiciais. Nesta pesquisa, Campos (2018) se preocupa em apresentar percepções sobre o contexto político do Brasil no período delimitado, depositando atenção para as

discussões entre os políticos, procurando discutir as contradições da elite política brasileira sobre a implementação dos Juízes de Paz no país, observando que o governo central tinha preferências por Juízes de Paz que estavam de acordo com a política defendida por quem estava no poder.

Sendo assim, os trabalhos elencados acima, entre outros que também estão inseridos nesse debate, contribuem com as discussões que vem sendo produzidas e principalmente no caso da nossa pesquisa, na medida em que estaremos preocupados em entender como os Juízes de Paz de Cachoeira do Sul reagiram diante das diferentes Reformas propostas pelo governo desde a oficialização do cargo e o processo de adaptação com as mesmas, principalmente no que diz respeito a sobreposição de soberanias e poderes que acontece no período em que o Rio Grande do Sul estava vivenciando a Guerra dos Farrapos, levando em consideração a Reforma de 1841 que retirou parte dos poderes desses juízes e de acordo com Elaine Leonara de Vargas Sodré (2009) as localidades não aderiram a Reforma de imediato, somente após o término dos conflitos.

Partindo para o próximo eixo de produção acadêmica, nos deparamos com estudos que se preocupam em compreender os indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz, bem como suas relações políticas e sociais. Um dos trabalhos é o artigo de Marcos Antônio Witt (2010), que leva o título “Inobservância ou desconhecimento? Dilemas e limites na atuação dos juízes de paz (Rio Grande do Sul – século XIX)”. Este artigo busca discutir os dilemas e os limites que estavam presentes na atuação dos Juízes de Paz do Litoral Norte do Rio Grande do Sul durante o período de 1830.

Usando documentos referentes a três Juízes de Paz atuantes de 1833 a 1835, o autor procura demonstrar que esses magistrados souberam usufruir do cargo, pois atuavam de acordo com interesses próprios e de aliados. A partir da documentação referente a justiça, o autor observa os conflitos existentes entre imigrantes da região e os Juízes de Paz, sendo que os relatórios evidenciam a falta de preparo dos magistrados, principalmente no que diz respeito a distribuição de terras entre os colonos, pois nos processos contra os juízes consta reclamações por parte dos imigrantes sobre as medi-

ções de terras. Em sua defesa, os juízes usavam o argumento de desconhecimento sobre a quantidade de terras que cada imigrante deveria receber, situação que leva o autor a inferir a falta de preparo para ocupar um cargo tão abrangente.

Ao falar sobre as vantagens e desvantagens de ser um Juiz de Paz, o autor menciona que muitos homens recusavam assumir tal tarefa, pois não estavam dispostos a doar o seu tempo para realizar as inúmeras tarefas que lhes eram exigidas e também pelo “alargamento das fronteiras de amizade, ou seja, ser juiz de paz significava dizer que tais tarefas eram de fulano e não de sicrano”. (WITTI, 2010, p. 264). Nesse sentido, entendemos que os Juízes de Paz adquiriam muitas inimizades e isso poderia prejudicar o exercício de sua função e essa situação também é apontada em outros estudos, pois ao exercer o cargo de Juiz de Paz poderia acarretar em desavenças.

Outro trabalho que destacamos é a dissertação de Joelma Aparecida do Nascimento (2010), intitulada “Os “homens” da administração e da justiça no império: eleições e perfil social dos juízes de paz em Mariana, 1824-1841”. Em sua pesquisa, a autora utiliza as mudanças do sistema jurídico e administrativo como pano de fundo de sua pesquisa, pois deposita atenção no Juiz de Paz e o seu principal objetivo foi compreender quem eram os homens eleitos para este cargo. Seu recorte espacial compreende o Termo de Mariana, com a justificativa de que no período estudado fazia parte da Comarca de Vila Rica e também por ser uma região destacada pela exploração de ouro, acarretando em uma forte e intensa movimentação econômica e populacional, sendo um dos principais polos administrativos de Minas Gerais no século XIX. Nascimento (2010) utiliza variadas fontes, como os livros de atas das eleições, correspondências oficiais, livros de censos, inventários post-mortem e testamentos. Esses dois últimos foram utilizados para compreender o perfil social e econômico dos indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz.

Em sua dissertação a autora elaborou uma classificação dos indivíduos, sendo que o primeiro grupo foi classificado em pequenos e médios proprietários, com patrimônio avaliado até doze contos de réis. O segundo

grupo corresponde aos grandes proprietários e seus patrimônios foram avaliados de doze contos de réis até trinta e dois contos de réis. Já no terceiro grupo estavam os mais afortunados, com patrimônio que ultrapassava os trinta e dois contos de réis. Apresentando um panorama geral do perfil dos Juízes de Paz apontado por Nascimento (2010), destacamos que todos apresentaram posses de terras e eram detentores de escravos. A partir dessas informações autora infere que esses Juízes de Paz fizeram parte de um grupo escravista. Em contrapartida, Nascimento (2010) também encontrou Juízes de Paz com patrimônio de até seis contos de réis, fazendo concluir que não era um pré-requisito fazer parte de uma elite econômica para ser Juiz de Paz. Assim como em outros trabalhos, a autora constatou que esses sujeitos exerciam outras ocupações, além do cargo de Juiz de Paz.

Já Alexandra Coda (2012), em sua dissertação intitulada “Os eleitos da justiça: a atuação dos juízes de paz em Porto Alegre (1827-1841), preocupa-se em compreender o contexto em que a instituição do Juizado de Paz foi inserida, a construção do Estado Imperial brasileiro, bem como as características assumidas na realidade sul-riograndense e a atuação dos Juízes de Paz durante a Revolução Farrroupilha. No decorrer de sua discussão, Coda (2012) deposita atenção para o Juizado de Paz em uma perspectiva comparada, ou seja, a autora analisa a realidade da instituição em outros contextos, como a França, Espanha, Portugal e finalmente na região sul do Brasil.

Com relação as atividades exercidas pelos Juízes de Paz em Porto Alegre, Coda (2012) aponta que estes Juízes além de cumprirem as leis, exerciam diversas funções voltadas a administração da cidade. Para a autora, esse acúmulo de funções fez com que esses sujeitos fossem considerados autoridades administrativas e entre tantas obrigações, Coda (2012) destaca que durante o período da Guerra dos Farrapos, os Juízes de Paz eram responsáveis por mandar homens para a Guerra e para compor a Guarda Nacional, também eram encarregados de solictavar gêneros alimentícios e armamentos para o presidente provincial. Nesse sentido, Coda (2012) conclui que no caso específico de Porto Alegre os Juízes de Paz ultrapassaram suas funções conciliatórias e que durante a Guerra dos Farrapos a

instituição teve um papel importante, não deixando de exercer um papel importante na administração municipal.

Continuando nesse viés, outro trabalho que se preocupa em traçar um perfil dos Juízes de Paz é a dissertação de Michele de Oliveira Casali (2018) intitulado “A magistratura leiga e eletiva: os juízes de paz em Rio Pardo (1828-1850)”. A autora faz um estudo dos perfis dos Juízes de Paz e sua atuação política local em Rio Pardo entre 1828 a 1850. Suas principais fontes foram os registros eclesiásticos, documentação cartorária, livros de posses e juramentos, livros de registros gerais e códices da Câmara Municipal, correspondências e processos do Juizado de Paz. A justificativa pelo recorte espacial se deu pelo fato de Rio Pardo ser parte da fronteira da Província e em pouco tempo se tornou a vila mais povoada, tornando-se um dos quatro municípios iniciais do Rio Grande do Sul. Sendo que o recorte temporal situa-se em 1828 por ser o marco inicial da regulamentação e criação do cargo de Juiz de Paz, estendendo-se até 1850 para verificar a influência política e social dos Juízes de Paz após a Reformulação do Código de 1841.

Ao todo, a autora identificou trinta e um Juízes de Paz, incluindo os suplentes. Usando os recursos metodológicos da prosopografia, a autora depositou atenção nas biografias individuais restauradas através das fontes e analisou de maneira comparada. A partir dos dados coletados, Casali (2018) identificou a naturalidade dos juízes, estado civil, ocupação, tamanho da riqueza e experiência em cargos. Fazendo uso das redes familiares, a autora conseguiu compreender as fortunas e a continuidade da família para usufruto de suas posições. Suas principais conclusões foram que os Juízes de Paz transitavam por uma elite política alicerçada com importantes famílias da região. Além disso, esses juízes faziam parte de um grupo privilegiado e com altos recursos sociais, tinham experiência em outros cargos. Com relação a naturalidade, a autora constatou que a maioria não era da Província, muitos eram filhos de estancieiros que chegaram em busca de oportunidades e aos poucos se inseriram em famílias locais. A faixa de idade revelou que não eram homens muito jovens que ocupavam o cargo, a maioria deles assumiu o cargo a partir dos 35 anos de idade.

Ressaltamos que esses são apenas alguns dos principais trabalhos encontrados no levantamento do Estado da Arte que tratam do Juizado de Paz a partir de distintas problemáticas, fazendo uso de fontes diversas, apoiados em diferentes recursos metodológicos. No entanto, destacamos também a existência e conhecimento de outros trabalhos que não possuem o Juizado de Paz como foco de estudo, mas fazem uso da documentação referente a instituição para compreender diferentes questões, como por exemplo, José Iran Ribeiro (2001), Alessandro de Almeida Pereira (2015), Lídia Gonçalves Martins (2012), Rogério Pereira da Cunha (2011), Caroline von Mühlen (2017) e Edson Romário Monteiro Paniagua (2003).

Fazemos a ressalva de que a produção acadêmica Argentina tem muito a contribuir, pois oferece um número considerável de pesquisas sobre a temática e principalmente ao que se refere a justiça rural. Nesse sentido, o trabalho de Guillermo Bonzato e Marcia Valencia (2005), *Los Jueces de Paz y la tierra em la frontera bonaerense, 1820-1885*, é um importante referencial sobre a atuação dos Juízes de Paz no contexto argentino. Trata da situação da fronteira de Buenos Aires a partir de um estudo voltado para uma perspectiva espacial comparativa. Os autores buscam investigar a participação dos proprietários rurais na burocracia local, a partir da sua nomeação como Juiz de Paz, com o objetivo de localizar o processo de conformação dos poderes locais no contexto da expansão da fronteira bonaerense, juntamente com a formação e consolidação das cidades do país. O período estudo compreende os anos 1821 até 1880 nos territórios de Chascomús, Ranchos, Monte, Junín, 25 de Mayo, Bragado, Saladillo e 9 de Julio.

Os autores iniciam fazendo uma retomada histórica sobre as ocupações nesses territórios e conflitos com povos nativos na região de fronteira, seguindo para uma breve explicação sobre as atribuições dos Juízes de Paz nessa região, destaca-se que as principais funções estavam voltadas para um controle do comércio, população e questões sobre terras públicas. Os dados apresentados demonstram que a maioria dos sujeitos que exerceram o cargo de Juiz de Paz aumentaram seu patrimônio correspondente a terras após ou a partir do momento em que foram nomeados juízes. Demonstram também

que os Juízes de Paz se tornaram um elo necessário entre as autoridades locais e os poderes provinciais, ao mesmo tempo em que estavam ligados a outros juízes vizinhos.

Esse estudo nos faz compreender uma parte do funcionamento dessa instituição no contexto da fronteira de Buenos Aires, identificando que os poderes dos Juízes de Paz eram muito amplos, pois como autoridades locais conquistaram funções legislativa, executiva e judicial, fazendo com que tivessem um controle do movimento econômico da campanha e das relações pessoais e contratuais que os ligavam. Nesse sentido, podemos refletir como a legislação permitida durante o processo de entrega de terras públicas favoreceu esses sujeitos, ao ponto de tornarem-se proprietários ou aumentando seus patrimônios através das vinculações que o cargo possibilitava. Seguindo no viés de justiça rural, tomemos como referência Juan Carlos Garavaglia (1999), Raúl O. Fradin (2001) e Gustavo Belzunces (2019).

Feitas as considerações a respeito de algumas das produções existentes sobre o tema, frisamos que esta proposta de pesquisa parte do intuito de se somar a estes trabalhos. Nesse sentido, propomos investigar o perfil político dos sujeitos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz em Cachoeira do Sul, bem como a atuação dessa instituição no período de 1827, estendendo-se até 1845. Para verificar particularidades para o espaço delimitado, busca-se mapear os indivíduos que ocuparam o cargo de Juiz de Paz em Cachoeira do Sul entre os anos 1828 a 1845, traçar uma trajetória profissional dos indivíduos, buscando características comuns entre os sujeitos, perceber as diferentes formas de atuação destes Juízes de Paz em Cachoeira do Sul no período informado e por fim, perceber se os diferentes Juízes de Paz tiveram algum incremento ou perda de poderes durante a Guerra dos Farrapos.

Sendo assim, para responder as diferentes questões, faremos uso de fontes diversas, entre elas podemos destacar as Atas da Câmara Municipal, Termos de Juramento e Posse, Correspondências de Autoridades Municipais, Ofícios, Relatórios de Presidentes Provincial, entre outras. Com isso, a metodologia está apoiada em elementos da prosopografia para fins de apresentar os dados biográficos gerais como nome, idade, tempo de

ocupação no cargo e circulação de atividades. Além de apresentar dados gerais, propõe-se expor um quadro comparativo com relação ao Juizado de Paz em outros lugares do Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul e também apontar reflexões iniciais sobre como esses dados de trajetória apresentam continuidades ou inflexões no período da Guerra dos Farrapos, período central a este problema de pesquisa.

Depositando mais ênfase na questão farroupilha, busca-se compreender aspectos da organização política e judiciária do Rio Grande do Sul no período em que acontece a Guerra dos Farrapos (1835-1845), mas salienta-se que não nos deteremos em discussões que buscam entender os conflitos, por acreditar que são questões já bem desenvolvidas pela historiografia, além de abrir outro imenso campo de análise que fugiria ao escopo desse trabalho, já que o propósito é compreender a atuação dos Juizes de Paz em Cachoeira do Sul nesse período. Continuando a análise e colocando-a em perspectiva diante das alterações provocadas pela Guerra dos Farrapos, ou seja, para compreender em que medida as novas leis passaram a ser aplicadas, pretende-se verificar se houve perda ou incremento dos poderes\jurisdições dos Juizes de Paz em Cachoeira do Sul, levando em consideração e para fins comparativos os resultados de outras pesquisas existentes, algumas delas citadas anteriormente.

Nesse sentido, o conceito de *infrajudicialidad* servirá para ponderar as dimensões do nosso objeto de estudo. Uma vez que, este conceito pode ser relacionado com a atuação do Juizado de Paz, pois seus poderes eram concebidos pelo Estado, mas esta autonomia poderia ser usada para resolver assuntos na *infrajudicialidad*, ou seja, realizando práticas informais, onde as situações eram resolvidas sem um registro oficial, fazendo com que exista uma lacuna documental. A partir do conceito de *infrajudicialidad*, desenvolvido por Tomás Mantecón, pretende-se enfatizar o porquê pesquisar Juizes de Paz nesse período, justificando a partir da dimensão de infrajustiça que possuem, isto é, enquanto outros poderes podem ter se desestruturado em função da Guerra dos Farrapos, porque dependiam de nomeações externas, os Juizes de Paz por outra parte mantiveram sua dimensão local.

Feitas as considerações sobre algumas das produções científicas que de certa forma estão alinhadas com a nossa pesquisa, assinalamos que é possível perceber o surgimento de novos trabalhos sobre a temática e mais interesse por parte de historiadores em investigar as questões que envolvem a participação do Juizado de Paz. Sendo assim, a partir das discussões aqui apresentadas, concluímos que os dois eixos de produção acadêmica contemplam a nossa pesquisa, na medida em que estaremos interessados em entender como os Juizes de Paz de São João da Cachoeira reagiram e como foi o processo de adaptação a cada nova Reforma e também pretendemos estudar o perfil desses indivíduos, para entendermos suas relações políticas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANZATO, G.; VALENCIA, M. **Los jueces de paz y la tierra em la frontera bonaerense, 1820-1885**. Anuário IEHS: revista académica da UNCPBA, Tandil. v. 20, p. 211-237, 2005. Disponível em: <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/2005.html>>. Acesso em: 2 maio. 2019.

BELZUNCES, Gustavo. **Criminalidad, control y justicia de paz entre rosas y mitre. Mercedes (1853-182)**. Anuário IEHS: revista académica da UNCPBA, Tandil. v. 34, n. 1, p. 31-58, 2019. Disponível em: <<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/2019.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAMPOS, Adriana. P. **Magistratura Eleita**: administração política e judicial no Brasil (1826-1841). Almanack, Guarulhos, n. 18, p. 97-138, jan./abr., 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alm/n18/2236-4633-alm-18-97.pdf>>. Acesso em: 1 maio. 2019.

CASALI, Michele. O. **A Magistratura leiga e eletiva: os Juizes de Paz em Rio Pardo (1828-1850)**. 2018. 166 p. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

CODA, Alexandra. **Os eleitos da Justiça**: a atuação dos juizes de paz em Porto Alegre (1827-1841). 2012b. 171 p. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012b. p. 71-120.

- CUNHA, Rogério. P. da. **Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade do Paraná, Curitiba, PR, 2011.
- FRADKIN, Raúl. O. Poder y conflicto social em el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra.; DALLA CORTE, Gabriela (Org.). **Lugares para la historia: espacio, historia regional e historia local em los estúdios contemporâneos**. Rosário: UNR editora, 2001. 119-136.
- GARAVAGLIA, Juan Carlo. **Poder, conflicto y relaciones sociales: el Rio de la Plata, XVII – XIX**. Rosário: Homo sapiens Ediciones, 1999.
- MANTECÓN, T. A. **El peso de la infrajudicialidad en el control de crimen durante la Edad Moderna**. In: Estudis. Revista de Historia Moderna. (Universitat de Valencia). n. 28. p. 44-60. 2002. Disponível em: <https://www.uv.es/dep235/PUBLICACIONES_III/PDF140.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MARTINS, Lúcia G. **Entre a lei e o crime: a atuação da justiça nos processos criminais envolvendo escravos – Termo de Mariana, 1830-1888**. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2012.
- MOTTA, Kátia. S. **Votantes ou eleitores? Os impasses na construção da participação política local no início do oitocentos (1827-1828)**. Revista Ágora, Vitória, n. 16, p. 27-36, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3661?show=full>>. Acesso em: 1 maio. 2019.
- MÜNLEN, Caroline von. **Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)**. 2017. 340 f. Tese (Doutorado em História)– Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.
- NASCIMENTO, Joelma. A. do. **Os “homens” da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juízes de paz em Mariana, 1827-1841**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG. 2010.
- PEREIRA, A. de A. **O poder local e a institucionalização da República Rio-Grandense (1836-45)**. 2015. 115 p. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2015.
- PANIAGUA, Edson. R. M. **A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha Sul-rio-grandense (1852-1867)**. 2012. 412

f. Tese (Doutorado em História) –Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

RIBEIRO, J. I. **Quando o serviço os chamava: Os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. 2001. 291 p. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001. p. 16-90.

SODRÉ, Elaine. L. de. **A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871)**. 2009. 415 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009. p. 131-170.

VELLASCO, Ivan. De. A. **O juiz de paz e o código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em um comarca de Minas Gerais no século XIX**. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6. p. 2-23, jun./jul., 2003. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n6/doc/03-Ivan_Vellasco.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2019.

WITT, Marcos. A. **Inobservância ou desconhecimento? Dilemas e limites na atuação dos juízes de paz (Rio Grande do Sul – século XIX)**. *Revista Territórios e Fronteiras*. Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 260-268, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://https://doi.galoa.com.br/doi/10.22228/rt-f.v3i1.62>>. Acesso em: 2 maio. 2019.

FORÇA PÚBLICA: O EMPREGO POLICIAL DA GUARDA NACIONAL NO PIAUÍ 1866-1873

MARCELO CARDOSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – SM, RS
MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL-UFPI
MACASEIXA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da justiça criminal está estritamente ligado à história da formação do Brasil que teve, desde a independência, sua base na constituição das instituições e órgãos da justiça criminal¹. Nesse contexto, insere-se aquelas que estavam organizadas operacionalmente para garantir a ordem e tranquilidade pública nas vilas e províncias do Império. Neste período, a Guarda Nacional cumpre um duplo papel: fazer a qualificação dos cidadãos e garantir a ordem e tranquilidade pública no Império em auxílio as forças com atribuições similares.

As elites interessadas em manter, segundo Bretas (1998, p. 220), “[...] as massas oprimidas de escravos e homens livres pobres” em obediência às leis e garantir a repressão dos desordeiros da lei organiza instituições para tal fim. Nessa função, a Guarda Nacional teve papel primordial como força policial, auxiliando o Exército que durante boa parte do período Imperial

.....
¹ Para Bretas (1998) as novas interpretações acerca do Estado moderno têm afastado-se daquelas que ligam o nascimento do Estado brasileiro a “ideais liberais exóticos”.

esteve com contingente reduzido² e Corpos Policiais criados pelo governo provincial. Nesta força, o efetivo era quase sempre reduzido por conta dos baixos salários. Durante bom tempo a disciplina, baseada nos regulamentos do Exército, tornou escasso o voluntariado³.

Sobre as fontes, destaca-se os relatórios produzidos pelos presidentes de província, chefes de polícia, ministros da justiça e outras. Vale dizer que esta documentação resumia relatórios mais localizados e davam suporte para formar outros documentos de autoridades responsáveis pelos serviços na administração da justiça e segurança. Dirigiam-se à Assembleia Legislativa e aos membros do governo Geral no sentido de prestar contas da administração do governo da província. Nesse sentido, estas fontes são interceptadas para análise do papel da Guarda Nacional como força policial na província do Piauí.

Este trabalho analisou em que medida a Guarda Nacional foi útil no policiamento e guarnição da província do Piauí entre 1866-1873, quando já sofria críticas que cominaria na sua desmobilização. Nesse período, intensificou-se o emprego policial da Milícia cidadã, era a força que contava com maior efetivo e capacidade de mobilizar homens para ir à guerra, manter a ordem interna e a tranquilidade pública.

A GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA

Frente a intensa agitação, motins e rebeliões que abalaram todas as províncias, a regência recém instaurada em 1831 depara-se com o problema da

.....
2 O decreto de 1 de dezembro de 1824 organizou o Exército em 1ª e 2ª linha por meio do qual teve fim as formações irregulares, fragmentárias e deficientes conforme Barroso (2000). O contingente do Exército “permaneceu durante todo o Império, uma corporação numericamente insignificante”. Em 1850 o efetivo do Exército era de 13.500 homens que tinham como obrigação o controle das fronteiras, tendo que fincar-se aí. Nesse sentido havia uma intenção de militarização de parte do sistema de posições associado à execução de funções estatais e de organização política da sociedade civil que coloca em evidência a Guarda Nacional segundo Uricoechea (1978, p. 131)

3 No mesmo ano da criação da Guarda Nacional, 1831, foi autorizado criar nas províncias, pelos presidentes, Corpos de Guardas Municipais Permanentes. Esses Corpos foram extintos com a criação das Assembleias Legislativas, em virtude do ato Adicional de 1834, tendo sido em seu lugar criado Corpos de polícia. Sobre o Assunto, tratando da província de Minas Gerais, ver Ivan de Andrade Velasco em “As seduções da Ordem: Violência, Criminalidade e administração da Justiça Minas Gerais, século 19”. Na Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Piauí Cardoso (2018) trata da dificuldade para preencher o efetivo do Corpo de Polícia do Piauí. Assim, foi necessário o recrutamento forçado e para manter a disciplina das praças empregou-se o castigo corporal.

manutenção da unidade nacional. A Guarda Nacional é criada como resposta civil ao problema diante de um Exército reduzido e em clima de insubordinação (CASTRO,1977, p. 62). Na mesma linha de pensamento, afirma Silva (2003), ter como função manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública no Império. Na capital de Pernambuco, Recife, a Guarda Nacional atuou como força pública de segurança interna, desempenhando atribuições abrangentes e diversas, tais como:

[...]nos casos de comoção pública ou de repressão às incursões de ladrões e malfeitores, os milicianos da Guarda Nacional também eram empregados na escolta de dinheiro ou valores do Estado, na condução de presos e de recrutas de uma cidade para outra, na guarda de prisões e até na vigilância dos chafarizes. (SILVA, 2003, p. 77).

Os guardas nacionais eram também convocados para o trabalho de destruição de quilombos e o combate ao tráfico de escravos. Afirma Silva (2003), que o serviço dos logradouros públicos por meio de rondas noturnas era o que mais pesava para os guardas nacionais, causando reclamações aos que recaiam tal fardo⁴.

Algumas questões dão ênfase ao estado de necessidade que fez o Império do Brasil apelar para o policiamento e guarnição por meio da milícia cidadã: o reduzido efetivo da Companhia de Polícia⁵ e ausência

.....
4 Neste trabalho, tese de doutorado, Wellington Barbosa da Silva trata de Recife, aborda a Formação do Aparato Policial, sendo um deles a Milícia Cidadã em que enfatiza o serviço de policiamento na primeira metade do século XIX. Nesse trabalho afirma que é consenso entre os historiadores o entendimento de que a Guarda Nacional tenha surgido como resposta direta das autoridades governamentais ao clima de desordem e de insegurança que estava passando o Brasil após a abdicação de D. Pedro I.

5 Os Corpos de Polícia provincial, organizados no Império, não conseguiam ter uma força significativa dada a intenção do governo central em manter o controle sob o governo das províncias “Com a proclamação da República e o estabelecimento da organização federativa, que vinha atender aos intensos desejos de maior liberdade de ação, alimentados pelos líderes locais, grande soma de atribuições do governo central passou para os Estados, sucessores das antigas províncias” (DALLARI, 1977, p. 34). É nesse contexto que as forças policíacas das províncias ganham destaque, a título de exemplo o Corpo Policial paulista aumenta significativamente seu efetivo que passa de 1842 homens sendo na Companhia de Urbanos 361 e na secção de Bombeiros 64 para ter um efetivo total de 2.267 homens, no ano seguinte o governo abre crédito de 80:000\$000 para contratar homens de outros Estados segundo Dallari (1977, p.36). Considerando que São Paulo era um Estado com grande crescimento populacional e econômico resta pensar como se comportava a política militar em Estados com menor crescimento econômico e populacional como Piauí e outros.

do Exército, mobilizado para a guerra contra o Paraguai (1864-1870). Os inconvenientes do emprego desta força no policiamento e guarnição era sua incapacidade de gerir conflitos entre as elites, falta de treinamento e queixa dos guardas nacionais que tinham de deixar seus trabalhos particulares para prestar serviços litúrgicos ao Estado. Nesse sentido, afirma o presidente da província que:

A guarda nacional, que aliás tem prestado valiosos serviços ao paiz, não é reconhecidamente a mais própria para fazer a polícia das localidades, em que entretem as mais intimas relações de parentesco e amizade. Esta inconveniencia tem sido sentida em todas as províncias, segundo se depreende dos relatórios dos respectivos presidentes. (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1867, p.11)

A necessidade fez mobilizar um maior número de homens para fortalecer o Exército durante a guerra, que desde um tempo estava realizando o serviço ordinário na guarda de fronteiras. A força de primeira linha fazia também nas províncias não fronteiriças, em tempos de calma, o serviço de policiamento e guarnição nas capitais como ocorria no Piauí, Pernambuco e outras. Havia uma recomendação que, o serviço de destacamento nos municípios, não fosse feito por militares do Exército para evitar a indisciplina da tropa que devia permanecer pronta para ser empregada em revoltas que ameaçassem a ordem interna e externa.

O serviço de policiamento e guarnição feito pela Guarda Nacional não gerava despesas para o Estado, tinha caráter litúrgico, porém consideram que está função foi sendo reduzida a partir da reforma da Milícia Cidadã com a lei 602 de 19 de setembro de 1850. Essa proposta visava um maior controle da instituição por parte do poder central. Sediada nos municípios, a Guarda Nacional estava sob controle das localidades, sendo comandada pelos juizes de paz e então passa pelo artigo 89 “em todo caso os destacamentos da Guarda Nacional não deixarão de estar sujeitos á autoridade Civil” a ter um maior controle do presidente da

província, chefe de polícia, ministério da justiça⁶.

É comum encontrar nos relatórios dos presidentes de província declarações de que a tranquilidade pública não tinha sofrido alteração nos primeiros meses da guerra. Isso era feito com base nos relatórios que os chefes de polícia encaminhavam aos presidentes de província. Relatórios feitos com base em dados dos delegados e subdelegados subordinados aos chefes de polícia. Assim, o presidente da província do Piauí afirma em seu Relatório (1866, p. s/n) que a segurança pública “continua a gosar de profunda paz e a distinguir-se por seus sentimentos de ordem e de amor as instituições do paiz”. Na segurança individual e de propriedade não era diferente, porém informa à Assembleia Legislativa o estado que se encontra a organização judiciária, como segue abaixo:

A autoridade falece os meios precisos para prevenir os crimes e perseguir os criminosos, assim como a que a punição ainda está bem longe de ser uma realidade por defeitos próprios da organização judiciária, e em razão de não ter sido até hoje devidamente compreendida a liberal instituição do jury. (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1866, p. s/n).

A estrutura da administração judiciária vigente no Brasil passou a ser modificada a partir da implementação do Código do Processo Criminal em 183, que permitiu a reestruturação da justiça (SODRE, 2009. p. 131). O projeto da nova organização da administração da justiça pretendia gestá-la a partir do centro, fazendo seguir um certo padrão entre as

.....
6 Alguns historiadores enfocaram o papel da Guarda Nacional nos primeiros anos como Jeanne Berrance de Castro que dedicou-se a estudar os anos de 1831 até a reforma da Guarda Nacional pela lei de 1850. Nesse trabalho afirma que era uma instituição “nacional na amplitude de seu campo de ação”, mas que era organizada pelos municípios e conservou-se desta maneira até seu desaparecimento. Juizes de paz, câmara municipal e outras autoridades do município era quem organizava e realizavam os alistamentos e a qualificação. Os seus serviços eram desenvolvidos também na esfera municipal sendo feito fora da província em caráter extraordinário segundo Castro (1977). Ver também Dissertação de Mestrado de Miquéias Henrique Mugge “Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania Província do Rio Grande do Sul – Segunda metade do Século XIX” que analisa a Guarda Nacional em uma fase seguinte desde a lei de reforma em 1850 à 1873 quando houve nova reformulação que inclusive reduziu sua atuação em especial como força policial. Nesse trabalho estuda com mais profundidade os homens que participavam da milícia dando atenção às práticas sociais e interfaces comportamentais de variados sujeitos.

províncias que dada suas especificidades seguiam enfrentando problemas comuns⁷.

O número de crimes que vieram a ser perpetrados na província do Piauí em 1866, de 1º de janeiro ao último dia de dezembro, foi declarado como totalizando 50. Esses crimes distribuía-se nos seguintes tipos penais, Relatório do Chefe de Polícia (1867, p. 03), anexo no relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí pelo presidente da província Adelino Antônio de Luna Freire: homicídios 08; Filhicidio 01; Aborto 01; Tentativa de homicídio 05; Ferimentos graves 08; Ditos leves 07; Estupro 01; Furtos 06; Roubos 05; Tirada ou fuga de presos 03; Resistência 01; Calúnia e injúrias 01; Uso de armas 02; Dito indevido de medicina e Farmácia 01. Nesse sentido o presidente da província do Piauí, diante do número de crimes, relata que:

[...]se não é uma realidade entre nós a segurança individual, não deixa de ser animador o seu estado, se atendermos a falta de instrução nas últimas camadas sociais e a exiguidade dos recursos de que dispõe a autoridade, para prevenir a pratica dos crimes e punir os malfetores”. (RELATÓRIO CHEFE DE POLÍCIA, 1867, p. 03).

Os crimes listados acima não serão analisados profundamente, estão indicando os tipos penais que vinham tendo continuidade diante do anúncio nos relatórios de presidentes da província de que a tranquilidade e ordem pública estava sem alteração por ser o povo ordeiro⁸. Isso face a necessidade de mobilização de homens que retirava força do policiamento e guarnição para a Guerra.

.....
7 A organização judiciária é tema da tese de doutorado de Elaine Leonara de Vargas Sodré “A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871). Elaine Leonara de Vargas Sodré tratou do caso específico de comarcas da Província do Rio Grande do Sul, porém aponta aspectos que podem identificar outras partes do Império do Brasil.

8 Para um estudo mais completo sobre o crime ver tese de doutorado de Mariana Flores da Cunha Thompson Flores que tratou em específico dos crimes na região de fronteira e notou que apresentavam uma singularidade que diferia de outras regiões do Império. Nesse trabalho analisou em especial os crimes de “contrabando, fuga de escravos, roubo de gados e crime de vários tipos que têm a fronteira como componente da lógica de execução e não como cenário” (THOMPSON FLORES, 2012, p.23).

A lei 602 de 1850 que deu nova organização à Guarda Nacional determinava que “Quando a Guarda Nacional for empregada dentro do próprio Município em serviço ordinário, para o qual devem ser chamadas diariamente, e por escala, todas as praças existentes no mesmo lugar, não perceberá vencimento algum” (COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1850, p.331). Essa lei não deixava de determinar o fornecimento de destacamentos da Guarda Nacional dentro ou fora dos respectivos municípios quando:

§ 1º Quando faltar a tropa de Linha e de Polícia para o serviço ordinário da guarnição, para escoltar de hum lugar para outro as remessas de dinheiro ou de quaisquer efeitos pertencentes á Nação, ou á Província, ou para conduzir os pronunciados, condemnados, e quaisquer outros presos. (COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1850, p.331).

A lei 602 afirma, no parágrafo 2º, do artigo 87 que a Guarda Nacional deve fornecer destacamentos “Para socorrer algum Município da mesma ou de diversa Província, no caso de ser perturbado, ou ameaçado de sedição, insurreição, rebelião ou qualquer outra comoção, ou de incursão de ladrões, ou malféitores”. (COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1850, p.331).

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1870, o vice-presidente da província do Piauí, Manoel Espinola Junior, destaca que a força pública é composta pela Guarda Nacional e pela Companhia de Polícia. A primeira, dividida em 14 comandos superiores, faz por meio de destacamentos o serviço de guarnição na capital e nos municípios, enquanto a segunda faz o serviço propriamente de polícia, sendo empregada no serviço na capital, auxiliando o serviço de guarnição e nos demais pontos da província⁹.

Observando o quadro de distribuição da Guarda Nacional e Companhia de Polícia para a guarnição da província do Piauí em 1870, pode-se observar a superioridade em número de efetivo da primeira em relação a

.....
9 PIAUÍ. APEPI. Relatório a Assembleia Legislativa do Piauí apresentado pelo 1º vice-presidente da província, Manoel José Espinola Junior. Typ. da Pátria, Praça Aquidabá. Teresina, 1870.

segunda. A Guarda Nacional contava com 361 homens distribuídos na província do Piauí, enquanto a Companhia de Polícia somava 49, como pode ser verificado no quadro abaixo.

Guarnições da Província do Piauí			
Força da Guarda Nacional e Companhia de Polícia		Total	
Guarda Nacional	Therezina	207	
	Parnahyba	40	
	Oeiras	34	
	Jerumenha	10	
	S. Gonçalo	2	
	S. Raimundo Nonato	11	
	Príncipe Imperial	20	
	Piracuruca	10	
	Barras	13	
	Jaicós	6	
	Parnaguá	6	
	Marvão	1	
	Valença	1	
	soma	361	
Destacamentos	Parnahyba	1	
	Jerumenha	6	
	S. Gonçalo	15	
	Príncipe Imperial	1	
	Companhia de Polícia	Marvão	3
		Valença	7
		Campo-Maior	7
		União	4
Pedro Segundo	5		
	Soma	49	

Quadro adaptado mostrando as Guarnições na província do Piauí: Secretaria Militar da Presidência do Piauí, 4 de maio de 1870.

O quadro acima representa a distribuição da força da Guarda Nacional e Companhia de Polícia que faziam o policiamento e guarni-

ção na província do Piauí em 1870. Nesse quadro, ignorou-se os graus hierárquicos dos integrantes destas forças, mesmo reconhecendo serem relevantes, pois nas localidades onde existia um graduado da Guarda Nacional preferia-se ter não graduados da Companhia de Polícia. Essa prática era utilizada para ter sempre um comandante de grau hierárquico superior, compor o restante do efetivo mesclado com praças ou oficiais de uma ou outra.

O efetivo da Guarda Nacional distribuídos por 13 lugares na província do Piauí em 1872 somava um total de 244 guardas nacionais. A capital tinha o maior efetivo com um total de 64 guardas nacionais, Parnaíba vinha em segundo com 40, Oeiras assumia a terceira posição com 30 homens, seguida por Príncipe Imperial 20, Amarante com 17, Marvão 14, Jerumenha 12, Barras 10, Paranagua 10, Jaicoz 10, Piracuruca 7, Batalha e São Raimundo Nonato tinham os menores efetivos de guardas nacionais para o período que era 5 homens cada. Assim, percebe-se, que a força da Guarda Nacional estava destacada em várias localidades sob o comando do presidente da província e não mais sob o comando das localidades.

Terminada a guerra do Paraguai, retorna o Exército, posição que ocupava anteriormente nas províncias, a ajudar manter a ordem e tranquilidade pública nas capitais das províncias e inicia-se a desmobilizar da Guarda Nacional. O Estado Imperial já não necessitava dos serviços litúrgicos prestados pelos Guardas Nacionais que traziam vantagens, mas vinham interferindo na política de centralização do poder central. Nesse sentido, afirma Uricoechea (1978, p.130-131), que a Guarda Nacional era parte do projeto do Estado de militarização da sociedade local que sem capacidade de administrar de forma eficiente necessitou da “cooperação litúrgica” de milhares de homens que residiam nas localidades¹⁰. Isso fez a milícia não mais exercer funções policiais.

.....
10 A dependência de uma administração por honorários vai se dissipando com o passar do tempo em virtude também do processo de centralização do poder do governo geral. O período de intercessão, entre a forte dependência da milícia cidadão e sua dissipação com a perda de seu caráter litúrgico e suas funções militares será enfocado. Nesse período atuou em caráter ordinário como Força Policial nas províncias.

Em 1874, na vila de Barras, já estava desativado os serviços de policiamento e guarnição feitos pela Guarda Nacional. Nesse sentido, o Alferes, José Martins, redige documento ao presidente da província Adolpho Lamenha Lins pedido autorização para recolher os armamentos que pertenciam a Milícia e destina-los ao Corpo de Polícia da Província. Obteve a dita autorização.

O SERVIÇO DA MILÍCIA CIDADÃ E PERFIL DE GUARDAS NACIONAIS

Nas províncias fronteiriças, no período em que o Império do Brasil esteve em guerra com o Paraguai, o policiamento das cidades ficava reduzido e provocava medo nos habitantes. Assim, quando o ministério da justiça determinava que o importante era conseguir indivíduos para lutar nas tropas de linha, levando muitos guardas nacionais a incorporar ao Exército e desfaltar a milícia no serviço policial¹¹ era comum a tensão entre as ordens superiores e as lideranças locais que comandavam a milícia cidadã.

Diante da insistente requisição do governo central por homens para alimentar o contingente da guerra, as elites locais procuravam formas de resistência. A dimensão da guerra e a busca insistente por recrutas vinha ameaçar as relações clientelistas nas localidades¹². Nesse sentido, André Fertig (2010), registrou a preocupação de Luis Manoel de Lima e Silva, comandante Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo, que

.....
11 Segundo Fertig (2010, p. 170) no final de 1864, Solano Lopez já havia decidido sobre a guerra, em 12 de novembro apreendeu o vapor brasileiro Marquês de Olinda que tinha como destino a Província do Mato Grosso que foi invadida pelas tropas paraguaias na passagem do ano de 1864 para 1865. O governo central, durante conflitos externos da dimensão do ocorrido no Paraguai era comum a mobilização total da Guarda Nacional para o enfrentamento sem muita preocupação com as funções de policiamento que eram uma rotina da milícia cidadã em tempos de calmaria segundo Fertig (2010, p.171). Diante disso, segundo Fertig (2010) o comandante da Guarda Nacional fez um requerimento ao presidente da província do Rio Grande do Sul em que anexou uma exposição do delegado de polícia de Uruguaiana mostrando preocupação com o sentimento de insegurança que envolvia a população e a necessidade de garantir a segurança pessoal e de propriedade dos moradores. Isso revela o importante papel que tinha no policiamento e guarnição.

12 Compreender as relações clientelistas, sua natureza e seus mecanismos, ampliam a compreensão da história política no Brasil, além de servir para clarear as ligações entre elites sociais e o exercício do poder e das relações de autoridade na América Latina e talvez no mundo mediterrâneo em geral conforme reflexões de Graham (1997, p. 15). Nesse sentido pontua que clientelismo é “[...]tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terras” (GRAHAM, 1997, p. 16).

indicava que o recrutamento indiscriminado e constante para a guerra iria prejudicar o serviço de guarnição da capital.

A tensão gerada pela resistência dos comandantes à recrutar guardas nacionais para a guerra, perante as constantes requisições dos presidentes de província, pode ser representada pela postura do Comandante superior da Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul a quem “acabou provocando um acirrado conflito com o presidente da província” (FERTIG, 2010, p. 176). Esse caso emblemático está narrado nas páginas da tese de doutorando de André Atila Fertig intitulado “Clientelismo político em tempos Belicosos”.

Em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, duas corporações armadas e uniformizadas começaram a ser estruturadas. O caráter provincial de uma e nacional da outra era o que as diferia, bem como o fato do Corpo de Guardas Municipais Permanentes ser uma corporação assalariada e de recrutamento voluntário tinha uma natureza burocrática. Conforme Silva (2003), o alistamento na Guarda nacional era obrigatório e os serviços não eram remunerados.

A Guarda Nacional era uma milícia privada formada de homens livres. Burocraticamente controlada e supervisionada por agências administrativas do estado central era, porém, uma corporação administrada patrimonialmente [...]Ademais, tratava-se de uma corporação heterogênea: sua organização era determinada externamente pelo estado ficando os seus membros impossibilitados, individualmente ou coletivamente, de mudar uma iota na sua estrutura formal e nas suas funções. (URICOECHA, 1978, p. 132)

Os serviços que a lei de 1831, cria a Guarda Nacional, designava eram: nos municípios, serviço ordinário; fora destes, serviço de destacamento e os serviços de corpos ou companhias destacadas em auxílio ao Exército de linha. Esses serviços representavam, conforme Uricoechea (1978, p.134), “a história da administração patrimonial local no Brasil do século XIX”, ainda complementa que a administração local da polícia e da justiça estava ligada aos serviços litúrgicos dos guardas nacionais.

Em julho de 1866, o presidente da província, Franklin Américo de

Menezes Doria, escreveu no relatório que os Exércitos aliados haviam ocupado o Paraguai e os soldados brasileiros, os primeiros a chegar no campo de batalha, haviam “hasteando em face d’elle o pavilhão auriverde”. Sem entrar em detalhes, o presidente incluía, dentre os soldados brasileiros, os homens da Companhia de Polícia que eram empregados no policiamento e guarnição e no esforço inicial de mobilização fizeram parte da guerra. O Corpo de Polícia da Província foi equiparado às forças de primeira linha cuja missão era a defesa externa do território.

Desde sua criação, o Corpo de Polícia fez o policiamento e guarnição da província do Piauí e vivia quase todo destacado nas vilas e cidades. Nesse serviço, tinha ajuda de destacamento do Exército que estacionados na capital tinham a denominação de primeira linha. Dado a deficiência de efetivo destas forças que comumente não atingia a Província por completo, mesmo com uso de estratégias para recrutar os homens necessários, era feita a convocação de guardas nacionais para os serviços de policiamento e guarnição. Essa força era chamada em caráter honorífico quando não ultrapassavam os três dias.

Nas províncias não fronteiriças, o emprego policial da Guarda Nacional, nos primeiros anos da guerra, tornou-se regra. Nesse momento, a título de exemplo, registra-se que foi a única força responsável pelo policiamento e guarnição na província do Piauí. No Piauí, os guardas nacionais recebiam críticas que colocava-os como mal preparados para o serviço de guarnição e policiamento por serem “bisonhos e relacionados nas localidades em que ellas se effectuam, nem sempre dão garantia de um êxito seguro” (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1866, p. s/n).

O presidente da província, no relatório de 1866, informava que constam no relatório do chefe de polícia a diminuição dos delinquentes pegos pela justiça em comparação aos anos anteriores. Havia duas hipóteses levantadas pelo presidente da província: a diminuição dos réus e a falta de força pública. Há que ser considerado também que houve uma maior pressão por homens a serem recrutados que no geral saíam dentre os desordeiros ou com tendência a causarem desordens.

O responsável pelo serviço da polícia era o juiz de direito José Manoel

de Freitas que respondia pelo cargo de chefe de polícia, a quem o presidente diz que “continuando a distinguir-se no cumprimento de seus deveres, tem prestado a minha administração os serviços que me era lícito esperar da sua ilustração, honradez e lealdade, nunca desmentidas” (RELATÓRIO PRESIDENCIAL, 1866, p. 9).

Dentre os serviços prestados pela Guarda Nacional, destaca-se o recrutamento que no Império foi realizado por militares, “paisanos” e pela dita milícia “não tendo sido tarefa das mais simples, dada a dificuldade em encontrar indivíduos recrutáveis” (CASTRO, 1977, p. 78). Fora estes serviços, forneciam diariamente homens, em cooperação litúrgica à administração burocrática, quando requisitados por juízes locais e delegados de polícia para a captura de criminosos e “[...]a Transferência de réus de uma cidade para outra ou a sua remoção sob custódia do juiz; o transporte de cofres e valores públicos; o patrulhamento e policiamento das cidades, assim como as guarnições de cidades e prisões” (URICOECHEA, 1978, p. 136-137).

Quando os serviços litúrgicos, deixaram de ser exigidos aos membros da Guarda Nacional, começando seu declínio que foi agravada com a lei do ano de 1873¹³ que lhe impunha várias restrições que iam desde sua organização a execução de serviços que antes podia realizar (URICOECHEA, 1978, p. 137).

Em 1874, para o comandante da Guarda Nacional do município de Barras já não via mais sentido manter em seu poder as armas que a milícia cidadã utilizava para realizar os serviços que lhe eram obrigação. Nesse sentido, como pode verificar, no ofício em que dirige-se ao comandante da província, resolve entregar as armas que no seu entender serão mais bem

.....
13 Esta lei altera a nº 602 de 19 de setembro de 1850 no que se refere a convocação da Guarda Nacional que passava a ser chamada a serviço, unicamente, nos casos de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição. Assim no parágrafo 4º da mesma lei regrava que “quando for indispensável, em falta de força de polícia ou de linha, o auxílio da Guarda Nacional, nos casos mencionados no § 1º, e não houver tempo para reclamar do governo ou presidente da província as medidas necessárias” (COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1873, p.329). Somente nestes casos poderá a autoridade policial do local requisitar, dos Comandantes da Guarda Nacional a força suficiente para o estabelecimento da ordem, deviam dá parte do ato ao presidente da província. (COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1873)

utilizadas pela Companhia Policial da Província.

Tendo o tenente coronel Luiz de Sousa Fortes dito-me, que existem em seu poder algumas armas, das de que usa a Companhia Policial, as quais, a requisição será, lhe forão fornecidas como comandante superior da Guarda Nacional, e que não necessitam mais delas, visto que a mesma Guarda Nacional não presta mais serviços, deseja entregar-me-as, peço a V. Excia, assim recebe-las, visto como estando ellas lá, sem terem quem as sele, podem estragar-se.

Deus Guarde a V. Excia

Barras, 24 de setembro de 1874

Illmo e Exmo Senhor Dr. Adolpho Lamenha Lins.

M. Digno Presidente da Província.

José Enfalissinha Martins- Alferes. (APPI, OFÍCIO, 1874, p. s/n)

Referindo se aos homens que estariam capacitados ou melhor obrigados as liturgias administrativas, Uricoechea (1978), aponta um perfil econômico e etário dos guardas nacionais nas províncias ao informar “[...] todos os homens livres acima de dezoito anos e abaixo dos sessenta, com renda superior a 200\$ nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Maranhão, e superior a 100\$ no restante do Império, eram elegíveis para o serviço” (URICOECHEA, 1978, p. 138).

Jeanne Berrance de Castro, estudando a documentação paulista, identificou aspectos que identificavam a Guarda Nacional, no início do seu surgimento como popular. Nesse sentido, destaca que o alistamento para qualificação pretendia ser o mais amplo e agrupar os componentes por ordem de idade, renda e nacionalidade. Assim, acrescenta que “a formação dos quadros apoiava-se num critério econômico, na base de 100\$000rs anuais, que todavia, não era demasiado restritivo, pois o comum das rendas desse tempo oscilava dentro dessa média, cobrindo muito das classes menos favorecidas”. (CASTRO, 1977, p.108).

Para o caso específico da província do Piauí do Império, tida como uma das menores do Império, podemos visualizar o perfil dos guardas nacionais por meio da lista de qualificação que consta os nomes selecionados. Devido a quantidade de municípios e vilas foi selecionada, o município de Barras pela

sua importância intermediária na província. Acessando a lista de qualificação dos homens para a Guarda Nacional deste município, verificou-se que o perfil dos homens que tiveram assentamento na Guarda Nacional desta localidade no geral não difere para outros municípios e regiões do Império do Brasil.

Os dados recolhidos para esta análise são do Corpo de Cavalaria nº 3º da Guarda Nacional. Dentre os nomes da lista de qualificação destacamos alguns como Francisco Lopes Pereira que estava qualificado como 2º sargento no 1º Corpo do 2º Esquadrão. Na ficha com os dados de Francisco Lopes Pereira consta que seu pai tem seu nome, Francisco Lopes Pereira, Natural do Piauí, seu estado civil está como casado, tinha profissão de lavrador, idade de 40 anos e seus rendimentos estava fixado em 500\$000¹⁴(GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRAS, 1864, p. s/n).

Francisco foi qualificado Guarda em 1861 e promovido a 2º sargento em 20 de junho de 1864. Nas ocorrências consta que não tinha nenhuma doença e não pegou licenças, não teve castigos. A conduta militar do Guarda Nacional estava como de boa saúde, préstimo ao serviço, de boa conduta enquanto civil, na ficha consta, não legível, nota sobre a inteligência deste guarda nacional, na instrução consta nenhuma e capacidade registrada como “tem”. O julgamento do comandante do corpo, coronel José Peres Ferreira, sobre o Francisco Lopes Pereira consta que “Este oficial e bom e cumpre com o serviço Barras 8 de novembro de 1864” (GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRAS, 1864, p. s/n).

O guarda nacional Joaquim José Roiz estava como sargento da 1ª companhia do 2º esquadrão do Corpo de Cavalaria nº 3º da Guarda Nacional do Município das Barras, era filho de Dioge de Oliveira Lopes, natural do Piauí, estado civil é cazado, tinha como profissão criador, idade de 32 anos, rendimentos estavam taxados em 250\$000. Esse guarda nacional foi qualificado em 1866 quando foi promovido a 2º sargento a 04 de junho deste ano. Nas suas ocorrências não consta doenças e nem que teve licenças,

.....
14 Ainda sobre o alistamento Castro (1977) aponta os componentes tidos como de classe intermediária que se destacavam não pela cor branca, mas por constituir-se de pequenos proprietários, comerciantes, trabalhadores assalariados e autônomos que tinham posses modestas.

não teve prêmios, mas também não houve castigos que conste em sua ficha. O juízo do comandante do corpo, José Peres Ferreira é “Este oficial é bom e cumpre com o serviço Barras 8 de novembro de 1864” (GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRAS, 1864, p. s/n).

Raimundo Nonato da Silva, Furiel na 1ª companhia e 2º esquadrão do Corpo de Cavalaria nº 3º da Guarda Nacional do Município das Barras. Filho de Bernardo José da Silva, natural do Piauí, seu estado civil é solteiro e tinha como profissão “vaqueiro”, seus rendimentos estavam fixados em 200\$000 e tinha idade de 39 anos. Foi qualificado guarda nacional em 1864 e promovido a Furiel em 4 de junho de 1864. Em suas ocorrências no ano não consta doenças, nem licenças, não teve prêmios e nem castigos. Na parte que trata da conduta militar consta que tinha boa saúde, “préstimo ao serviço”, conduta civil boa, inteligência “aperciza”, não tinha instrução e tinha capacidade. Na parte que diz juízo do comandante do “Corpo” está escrito que “Este oficial é bom e cumpre com o serviço Barras 08 de novembro de 1864” (GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRAS, 1864, p. s/n). O Comandante do corpo continuava a ser o coronel José Peres Ferreira.

João Garcia Monteiro, Furriel da 1ª Companhia e 2º esquadrão do Corpo de Cavalaria nº 3º da Guarda Nacional do Município das Barras. Filho de José Caetano Monteiro, natural do Piauí, Estado civil solteiro, profissão proprietário, seus rendimentos estavam fixados em 200\$000 e sua idade era de 25 anos. Foi qualificado guarda nacional em 1862, promovido a Furriel em 7 de junho de 1864. Nas ocorrências consta que não tem doenças, nem licenças, prêmios ou castigos. Sua conduta militar estava composta dos seguintes itens: saúde boa, préstimo ao serviço, conduta civil boa, inteligência apreciza, instrução nenhuma e tinha capacidade. Na parte que diz juízo do comandante tinha “Este oficial é bom e cumpre com o serviço Barras 08 de novembro de 1864”¹⁵ (GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRAS, 1864, p. s/n). O Comandante era o coronel José Peres Ferreira.

.....
15 APPI. Sala do Poder Executivo. Guarda Nacional do Município de Barras. Teresina-Piauí. Acesso em 23.09.2019.

Francisco de Moraes Gomes, 1º sargento da 2ª companhia e do 2º esquadrão do Corpo de Cavalaria nº 3º da Guarda Nacional do Município das Barras. Filho de Honorato Luis Gomes, natural do Piauí, Estado civil casado, profissão agências, rendimentos 200\$000, idade 37 anos. Foi qualificado guarda a 15 de maio de 1859. Promovido a 1º sargento a 29 de agosto de 1863. Nas ocorrências não consta doenças, licenças e nem que teve prêmios. Na conduta militar constava: saúde boa, préstimo ao serviço, conduta civil boa, inteligência “aprecirza”, instrução nenhuma, capacidade tem. Na parte do juízo do comandante consta que “Este oficial é bom e cumpre com o serviço Barras 08 de novembro de 1864” (GUARDA NACIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRAS, 1864, p. s/n). O Comandante era José Pires Ferreira.

Estas fichas, com notas de dados pessoais dos guardas nacionais, quando comparadas com as de praças e oficiais da Companhia de Polícia, verifica-se a distinção no perfil daqueles homens que estavam qualificados para a milícia cidadã e os que iriam ser assentados como praças no Corpo Policial da província quase sempre recrutados nos mesmos modos do recrutamento feito para o Exército de linha, a força. Não eram atraídos pelos vencimentos e distanciavam-se por temer a forte disciplina regulada por base nos castigos físicos. Isso diferiam para os comandantes e oficiais desta companhia que no geral eram oriundos da guarda nacional, outros do Exército.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guarda Nacional atuou como força policial do Estado na província do Piauí entre 1866-1873. A ausência da força de primeira linha do Exército, mobilizada para a guerra contra o Paraguai (1864-1870) e o reduzido efetivo da companhia de polícia tornou necessário o apelo aos guardas nacionais, tinham fortes vínculos com os poderes das localidades, para o serviço de polícia e guarnição.

Dada a conjuntura que se encontrava o Império do Brasil para manter a ordem, afim de garantir a tranquilidade pública e individual nas províncias, verificou-se que mesmo com restrições ao emprego desta força no policiamento e guarnição, no Piauí foi empregada de forma efetiva, vindo a

ser desmobilizada após o fim da Guerra contra o Paraguai.

O trabalho apontou aspectos do serviço dos guardas nacionais nas províncias e o perfil dos homens que vinha sendo engajados na Milícia cidadã. Nesse sentido, verificando que desde o critério econômico, ofício que tinham e outros aspectos tornam seu perfil diferente das demais forças que faziam a guarnição e policiamento das províncias no Império do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Marcos Luiz. **A Polícia Carioca no Império**. Estudos Históricos, 1998.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno Exército Paulista**. São Paulo. Editoria Perspectiva, 1977.

VELASCO, Ivan de A. **As seduções da Ordem: Violência, Criminalidade e administração da Justiça Minas Gerais, século 19**. Baurú/São Paulo. EDUSP/ANPOCS. 2004.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1831-1850)**. Tese (DOUTORADO EM HISTÓRIA). Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife-PE, 2003.

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. **A disputa pelo monopólio de uma força (i) legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871)**. TESE (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2009.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. TESE (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2012.

CARDOSO, Marcelo. **“Juro defender a constituição política do império e obedecer a meus superiores [...]”**: corpo de tropas de polícia da Província do Piauí 1835-1865. Dissertação (MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL). Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2018.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX. Dissertação (MESTRADO). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2012.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Ed. da UFSM. Santa Maria, 2010.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

FERNANDO URICOECHEA. **O minotauro imperial**: A burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX. DIFEL, Rio de Janeiro-São Paulo. 1978.

Brasil. Relatório com que o presidente da província Dr. Franklin A. de Menezes Doria entregou a Administração ao 2º Vice – Presidente Dr. José Manoel de Freitas. San’Luiz. Typ. de B de Mattos, 1866.

PIAUI. Relatório do Chefe de Polícia. Em anexo no Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí pelo presidente da província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. San’Luiz do Maranhão, Typ. de B. de Mattos. 1867.

PIAUI. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Piauí, no dia 9 de setembro de 1867 pelo presidente da província o exm. Snr. Dr Adelino Antonio de Luna Freire. San’Luiz do Maranhão. Typ. de B. de Mattos. 1867.

PIAUI. APEPI. Relatório a Assembleia Legislativa do Piauí apresentado pelo 1º vice-presidente da província, Manoel José Espinola Junior. Typ. da Patria, Praça Aquidabã. Teresina, 1870.

PIAUI. Relatório presidente de província do Piauí, Dr. Franklin Américo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B de Matos. 1866.

BRASIL. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI Parte I. Na Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1873. Lei n. 2395, altera a Lei n.602 de 19 de setembro de 1850 sobre a Guarda Nacional. Tomo XXXII, parte I. Typographia Nacional, 1873.

APPI. Sala do Poder Executivo. Ofício – Guarda Nacional do Município de Barras. Teresina-Piauí, 1864. Acesso em 23.09.2019.

BANDIDOS E AS FONTES ORAIS: O CASO DE UMA QUADRILHA DE SALTEADORES NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL (1882 – 1892)

DÁRIO MILECH NETO
MESTRE EM HISTÓRIA
DOUTORANDO EM HISTÓRIA NA UFPEL
MILECHNETO@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do uso de fontes orais nas pesquisas sobre História do Banditismo, tendo como exemplo o estudo da quadrilha liderada por Juvêncio Pereira (1852 – 1892), que atuou na fronteira austral da província do Rio Grande do Sul, mais especificamente no território que abrange os atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Piratini, Bagé, Cerrito, Pinheiro Machado e Pelotas, no final do século XIX. Serão analisados três depoimentos de moradores da região em que o chefe do bando foi capturado e morto. Mesmo que sejam pessoas que guardam uma “memória herdada” de seus avós e pais, as suas falas se demonstraram cruciais para o entrecruzamento com as fontes escritas e, assim, um maior enriquecimento de informações para a pesquisa. A metodologia empregada foi a da História Oral, com atenção para a discussão teórica de estudiosos que lidaram com a História do Banditismo, sobretudo enfatizando o debate a respeito do fenômeno denominado como “banditismo social”, percebido por Eric Hobsbawm em 1969, e depois aprofundado por outros autores.

Palavras-chave: Banditismo – História do Crime – História Oral.

INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão do presente texto creio ser necessário começar explicando como cheguei ao tema aqui estudado. Tal explicação está intimamente ligada à minha trajetória de vida: morador da zona rural de Arroio Grande (Rio Grande do Sul), desde a minha infância eu ouvia dos adultos diversas histórias de violência, “causos”, que na maioria das vezes envolviam malfeitores, criminosos, *bandidos*. Uma dessas histórias se destacava e me chamou mais a atenção por dois motivos: a narrativa de um trágico acontecimento, que era minuciosa, e pelo fato de a sepultura do bandido se encontrar até hoje no local, identificada apenas com uma velha e solitária cruz de ferro próxima do arroio Parapó.

O protagonista dessa história se chamava Juvêncio. As versões que escutei tinham certa uniformidade em retratá-lo enquanto um matador, uma pessoa muito cruel. O episódio que me era contado versava sobre a morte dele:

O bandido estaria em um sobrado, na região da Palma, com sua noiva. Surgiu, então, um grupo de homens a cavalo, que tinha como intuito capturar o bandido. Juvêncio foi pego de surpresa, e seu primeiro gesto foi retirar a aliança de seu dedo e entregar à sua noiva. Os homens então o amarraram e puseram-no em cima de um cavalo. Porém, o grupo não contava que tal cavalo era do próprio Juvêncio e, por isso, havia sido domado por ele. O bandido teria feito um gesto e o animal saiu em disparada. O bando saiu atrás e um de seus componentes teria conseguido atingir o fugitivo com o disparo de um revólver. Outra versão fala que o grupo alcançou o bandido e o degolaram (dizem, que degolado com sua própria faca, sendo esse um pedido seu ao ver que a adaga de seu carrasco não estava bem afiada). Seja como for, Juvêncio foi morto e enterrado ali, em uma parte do campo que fica isolada em época de cheias.

Contado o fato, posso dizer que ele ficou guardado em minha memória mais como uma lenda intrigante de algo que eu jamais poderia compreender totalmente. Mudei-me para a cidade de Pelotas, cursei bacharelado e mestrado em História na UFPel, e desde o início trabalhei com o tema da fronteira. Quando finalizei o mestrado eu decidi não tentar ingressar imediatamente num doutorado e acabei optando por aproveitar as disciplinas e cursar a modalidade de licenciatura também no mesmo curso. Em um trabalho que foi pedido em uma das cadeiras que fiz nessa época,

eu tive que pesquisar em jornais do acervo da Biblioteca Pública Pelotense, do século XIX, algo que até então eu não havia feito.

A escolha de tema na citada tarefa era livre, e me interessei pelas notícias de crimes que ocorreram na região da fronteira, narradas sempre com muito sensacionalismo, que apareciam com frequência em praticamente todos os números dos periódicos que eu lia. Uma dessas notícias, do jornal de Pelotas *“A Discussão”*, de 1884, se destacou para mim, pois seu título era: *“O Bandido Juvêncio Pereira”*. A primeira pergunta que me ocorreu foi: *“Seria esse Juvêncio Pereira que apareceu no periódico o mesmo Juvêncio das histórias que me foram contadas?”*. Utilizei-me desse questionamento como problema para redigir um trabalho de conclusão de curso que me era exigido para finalizar naquele momento a graduação.

Entrei no site do banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e parti então do primordial fio condutor salientado por Ginzburg e Poni: *o nome* (GINZBURG; PONI, 1989, p. 174). Assim que digitei “Juvêncio Pereira” e fiz a busca, apareceram dezenas de resultados. A maioria deles no *“Jornal do Commercio”*, do Rio de Janeiro e *“A Federação”*, de Porto Alegre, sendo tais matérias reproduções de notícias publicadas em periódicos locais do sul da província (como em Pelotas, Jaguarão Rio Grande e Jaguarão, por exemplo).

Essas fontes documentais dos jornais me auxiliaram em ver a dinâmica de Juvêncio e seu grupo na fronteira: como atuavam, quem liderava, quais enfrentamentos ocorreram (e com quais autoridades) e as vítimas dos mais diversos crimes. Mas, no presente texto, o que gostaria de discutir é outro tipo de fonte usado em meu trabalho: a fonte oral. Aqui, tentarei demonstrar como (e por que) utilizei essa oralidade em minha pesquisa.

FONTES ORAIS E BANDITISMO

O historiador que muito contribuiu para a compreensão do fenômeno do banditismo, sobretudo do que ele denominou de *banditismo social*, foi Eric Hobsbawm. O pesquisador chamou a atenção para a importância da memória para o estudo desse fenômeno: *“Porque os bandidos pertencem*

à história recordada, em contraposição à história oficial dos livros” (HOBSBAWM, 2015, p. 169).

Dito isso, eu quis acrescentar as memórias do caso de Juvêncio em meu trabalho – memórias de algumas pessoas que sabiam e contavam a história até hoje. Obviamente todas seriam *memórias herdadas* que foram transmitidas por gerações de familiares. Segundo Michael Pollak a memória é constituída por pessoas, personagens:

Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (POLLAK, 1992, p. 2).

Ao invés de simplesmente recolher de forma desordenada os depoimentos desses herdeiros de memória, para a captação dos “causos” eu usei a História Oral.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2010, p. 155)

Eu escolhi três indivíduos para entrevistar, todos moradores próximos do local em que Juvêncio está sepultado e que eu sabia que eram contadores de sua história. Não elaborei um questionário rígido para fazer (se não isso não seria História Oral), mas sim um roteiro de perguntas, e muitas delas surgiram durante a entrevista. Dois desses entrevistados são descendentes da mesma família (Teixeira de Almeida), sendo primos: Fernando de Almeida e Orlando de Almeida. O terceiro foi Alzir Canielas, escolhido para também exemplificar que a história contada não foi transmitida apenas por um mesmo núcleo familiar.

Percebi nas entrevistas que as pessoas mais velhas são citadas quando a história me foi contada (Fernando fala em seu avô, Orlando na sua bisavó e Alzir em um conhecido, o “velho”). Um dos entendedores da memória enquanto um conceito social, Maurice Halbwachs (2013), em seu livro *“A memória coletiva”*, refletiu sobre o laço entre crianças e seus avós no mundo rural, inclusive referenciando uma passagem de uma obra do historiador Marc Bloch (1925) em que este citou o ato comum de os pais, ao saírem para o trabalho, deixarem as crianças aos cuidados dos mais velhos. Creio que justamente essa configuração rural familiar dessas pessoas ajudou no compartilhamento de “causos” como os de Juvêncio.

Os testemunhos dão conta da captura e da morte do bandido, episódio já citado no início do texto. Realizadas as entrevistas, para responder à pergunta do trabalho final de curso (se o Juvêncio dos documentos escritos era o mesmo das histórias que ouvi) decidi fazer o entrecruzamento dos dois tipos de fontes para perceber sobretudo as congruências entre elas.

Orlando de Almeida citou que sua bisavó paterna estava no local no dia do assassinato de Juvêncio, narrando o seguinte:

“A minha bisavó era guria, a mãe dela era doceira, estavam fazendo doces lá no galpão, e eles chegaram e fizeram esse movimento (pedindo silêncio) com a boca, para invadir e pegar ele [...] Aconteceu que, quando pegaram, ele estava almoçando com a sua noiva. Estava almoçando. As armas dele estavam embaixo de uma escada, as que ele tinha. Aí os outros tiraram ele da casa. Daí pegaram ele. Ele tirou a aliança do dedo e entregou para a noiva [...] E já pegaram ele e botaram ele no cavalo e ataram suas pernas embaixo”.

Como Orlando falava da família paterna, pude checar nos registros genealógicos que as duas bisavós pelo tronco paterno seriam Cecília Pereira de Lemos (1860 – 1940) e Arzelinda Silveira Machado (1863 – 1954). Notei que, quando a atuação de Juvêncio não é mais citada nas fontes jornalísticas em 1886 (embora seus companheiros apareçam até 1892), as duas mulheres tinham 26 e 23 anos, respectivamente. Logo, elas eram contemporâneas de Juvêncio, que nasceu em 1852, na Freguesia do Cerrito.

Visto, com isso, que a questão da temporalidade coincidia nos dois tipos de fontes, indaguei então sobre a questão geográfica. O Juvêncio que aparecia nas falas dessas pessoas andava pela mesma região que o bandido dos documentos escritos? As notícias de jornais mostravam a grande mobilidade que tinha a quadrilha pela região: passaram por Pelotas, Canguçu, Cerrito, Piratini, Pinheiro Machado, Bagé e por fim, andavam por Jaguarão e Arroio Grande. Isso é significativo pois me apontou outra semelhança: foi na zona rural de Arroio Grande que as narrativas orais dizem que Juvêncio teria morrido (além, é claro, da materialidade da sepultura que vai ao encontro da afirmação desse fato).

Em dois depoimentos aparece a menção a uma lista com nomes de pessoas que teriam sido encomendadas para Juvêncio assassinar. O entrevistado Fernando de Almeida chamou a atenção logo no início de sua fala: *“Segundo me contaram ele estava com a noiva nesse sobrado, e tinha perdido uma lista com os (nomes dos) opositores dele, de quem ele não gostava, e os caras encontraram essa lista e foram em busca do Juvêncio”*. E Orlando também citou a tal lista: *“Sabiam que ele tinha uma lista de dezoito companheiros dele que ele ia matar e daí os outros pegaram a lista [...] Vazou a informação”*.

A pergunta que surgiu foi: Juvêncio seria, então, um homem letrado? Uma fonte escrita parece corroborar com os testemunhos orais. Em um processo criminal, de 1882, em que era acusado do assassinato de um homem chamado Luiz Guerreiro, Juvêncio foi interrogado pelo juiz de Canguçu, José Evangelista da Silva. Além de outras informações básicas, como nome, idade e profissão, o bandido confirmava que sim, sabia ler e escrever.

Se as fontes jornalísticas retrataram Juvêncio como um facínora, celebrado e criminoso, a oralidade mostrou outras formas de enxergá-lo. O único dos três entrevistados que entendia Juvêncio como um homem de fato malfeitor foi Alzir Canielas: *“Diz o velho que ele era muito mau. E quando ele invadia as propriedades, as casas dos adversários dele, quando só as mulheres estavam em casa, ele pegava as crianças, filhos delas, jogava-as para cima e espetava na ponta da adaga”*. Já Fernando evitou fazer julgamentos, mas considerava Juvêncio como um *“revolucionário”*, uma pessoa de sua época.

Nesse exercício de alteridade para com a figura do bandido, a fala de Orlando é mais complexa, citando um outro episódio em que Juvêncio se apresenta como um homem mau: *“Minha bisavó, segundo meu pai contava, avistou Juvêncio, que estava mirando com uma arma em um homem que fazia a manutenção num poste da linha do telefone. A velha perguntou: ‘Seu Juvêncio, o que o senhor está fazendo?’ Ao que ele respondeu: ‘Eu estava mirando lá. Se eu der um tiro, ele cai igual a um passarinho’. Ele era cruel”*. Mas complementa imediatamente: *“Ele não era bandido que matasse todos que encontrasse pela frente. Até porque ele andava nessa zona, e aqui ele não matava ninguém. Ele não matava”*.

Em certo momento da entrevista, Orlando revelou que faz pedidos para Juvêncio: *“Tem uma coisa. Eu acredito muito. Faço uma promessa para ele e ele sempre me atendeu. Ele era bandido nas outras épocas, na geração que eu nem era nascido. A geração foi outra né? [...] Acendo uma vela para ele. Um pacote de vela. Sempre quando eu acendo é um pacote”*. É interessante notar esse culto ao Juvêncio na busca de ter um pedido atendido. Foi Chumbita (2011) quem escreveu acerca do fenômeno social dos “bandoleiros santificados” que ocorreria na América Latina, mais fortemente na região do Prata. Esse fenômeno chamou inclusive a atenção de Hobsbawm, que citou:

Com efeito, o bom bandido pode, depois de morto, adquirir uma elevadíssima estatura moral, a de seres intermediários entre homens e a divindade. É notável o número de cultos que se formaram em torno de túmulos de gauchos valentões na Argentina, na maioria ex-combatentes nas guerras civis políticas do século XIX que se transformaram em bandidos, e suas sepulturas, onde as pessoas rezam por milagres, muitas ostentam a cor do partido (HOBSBAWM, 2015, p. 75).

Chumbita (2011) formulou que essa exaltação religiosa de bandidos gaúchos seria feita pelas classes mais humildes, realizando essa sacralização popular, e que teriam construído seu próprio “*santoral criollo*”. E ainda exemplifica quem seriam esses homens que foram santificados:

Son personas reales que merecieron admiración como “justos”, de los que se cree que robaban a los ricos para ayudar a los pobres, y que murieron de manera trágica a

manos de la autoridad. La consagración está fuertemente ligada al lugar y las circunstancias crueles o injustas en que los mataron. Se expresa en la tumba del difunto y en el sitio donde murió, aunque también a veces en otros puntos en los que se establece una señal, capilla o santuario (CHUMBITA, 2011, p. 162).

Fernando por sua vez citou saber que outras pessoas faziam pedidos para Juvêncio, mas que ele próprio não fazia isso, apenas rezava pela alma do bandido. No caso de Alzir, não foi referenciado nada relacionado à religiosidade, embora ela tenha dito que foi até a cruz para arrumar com um pedaço de arame uma parte que estava caindo, em sinal de respeito.

É interessante notar que os jornais da época já mostravam essa transformação da figura de Juvêncio em uma lenda. O *Jornal do Recife*, em oito de fevereiro de 1887, reproduziu a seguinte notícia veiculada no *Correio Mercantil*:

Em Santa Isabel, ás 7 horas da tarde do dia 9 do corrente, deuse no Chasqueiro um grande roubo, de que foi victima o importante fazendeiro alli residente Sr. Mathias Franck. Achava-se este senhor, com a sua familia tomando a fresca na porta de casa, quando chegaram trez indivíduos bem montados e melhor armados, tendo o rosto velados com lenços e o agarraram sem dar lhe tempo de defender-se. Franck foi ameaçado de morte se não entregasse quanto dinheiro tinha em casa, o que elle fez para não nstalar (sic) e aos rogos de sua esposa e filhos. Além disso, amarrado como se achava nos pulsos, impossivel era fazer qualquer movimento. Os bandidos de tão audacioso roubo fugiram á disparada. O lenço com que amarraram Franck tinha bordado a retroz o nome de Juvencio Pereira. Quase se pôde afiançar, porém, que este sujeito nenhuma coparticipação teve no crime, e foi simplesmente capa de audazes larápios. Os valores roubados, dinheiros e joias, orçam em mais de 6:000\$000. Consta que dois dos ladrões já se acham presos, tendo escapado o outro por se achar bem montado, não obstante a perseguição de quatro praças de policia.

A veneração ao bandido então começava com os criminosos, que já o referenciavam entre eles.

CONCLUSÃO

A pergunta que queria responder se mostrou afirmativa: sim, o Juvêncio da história oral era o mesmo que aparecia nos jornais, processo crime e relatórios de presidentes da província. Tal afirmação só pôde ser feita pelo

entrecruzamento da documentação escrita com as falas dos entrevistados, que mostraram os seguintes nexos elencados abaixo:

- a) Mesmo período temporal;
- b) Mesma zona geográfica;
- c) O banditismo como sua atividade;

Ainda sobre as fontes preciso salientar algo: nenhuma documentação escrita até o momento da continuação dessa pesquisa no doutorado mostra como Juvêncio teria morrido. O que encontrei foram apenas duas citações. Em sua fala na Assembleia Legislativa Provincial, no início de março de 1886, o desembargador Henrique de Lucena citou que a quadrilha havia sido extinta e seus membros capturados, menos Juvêncio, que teria fugido para o Estado Oriental, se ocultando no departamento de Rivera. Em 10 de setembro de 1891¹, o delegado de polícia de Santa Izabel, João Paulo Botelho, escreveu que Juvêncio já teria um substituto, de nome Serrão Pacheco, que perturbava naquele momento a região meridional do Rio Grande do Sul com uma quadrilha de bandidos.

Ou seja: a oralidade (juntamente com a questão material da sepultura) preenchem uma lacuna documental importante, que não seria possível de se responder com tantos detalhes apenas com o tipo de fonte tradicional escrita.

Seria possível estudar Juvêncio Pereira e sua quadrilha apenas pela documentação de bibliotecas e arquivos públicos? Sim, seria. Porém acredito que a narrativa ficaria muito mais rica e vívida se fossem acrescentados esses testemunhos de contadores de histórias, herdeiros de uma memória que auxiliam no trabalho do pesquisador.

Nas fontes tradicionais um indivíduo de grupo subalterno aparece na maioria das vezes somente quando comete algum crime. Já na oralidade percebi esse indivíduo em outro contexto também: para Orlando de Almeida, por exemplo, Juvêncio trabalhava na casa de seu bisavô e transitava pela região sem que isso fosse um grande problema, pois ele não saía por aí matando deliberadamente as pessoas.

.....
1 A Federação, 24/09/1891.

Partindo de uma das histórias de bandidos que ouvia e utilizando o nome como fio condutor cheguei em uma rede social ampla ou melhor, no entendimento de Landé (1977), em uma espécie de “teia”, em que Juvêncio Pereira parece ser uma estrela de primeira grandeza e estabelecendo relações horizontais diádicas de poder com amigos e familiares. Mas essa parte da pesquisa ainda está em fase inicial de desenvolvimento. Consegui mapear boa parte dos companheiros de Juvêncio, mas ainda não compreendi como ele se tornou o líder da quadrilha².

Enfim, o que quis com esse texto foi realmente chamar a atenção para essas histórias, contos e lendas que ouvimos no dia a dia. Hobsbawm (2015) citou que no caso das histórias de bandidos, muitas se perderam e não sobreviveram ao traslado da sociedade agrária para a sociedade industrial. O autor escreveu que uns poucos acabam conhecendo os feitos dessas figuras. Provavelmente ninguém saberá sobre a vida de um proscrito a não ser que more perto de sua aldeia natal ou no lugar em que ele morreu.

Para terminar, ainda referenciando o escritor inglês, ele abordou a questão do importante papel dos pesquisadores para garantir a “sobrevivência” dos bandidos. A redescoberta dessas figuras (e sua salvaguarda) é parte fundamental do trabalho de muitos historiadores. Por isso, creio que em muitos rincões, escondidos no meio do pampa, diversos contos aguardam para serem ouvidos. Espero que outros historiadores curiosos, como eu, consigam chegar – a tempo – até esses relatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

.....
2 O grupo era composto principalmente pelo seu irmão João Pereira, pelo seu pai Manoel Pereira, por seu primo Belarmino Pereira de Castro, Francisco Ayres Filho, Camillo Couto, Luiz Couto, Marciano Couto, Vicente José Gonçalves (conhecido como “Índio”), Torbio Telles ‘Argentino’ e Serrão Pacheco.

CHUMBITA, Hugo. **Jinetes Rebeldes: Historia del Bandolerismo Social en la Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2011.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LANDÉ, Carl H. "A Base Diádica do Clientelismo". In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 17-37 (versão em português).

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Fernando Agendes de. Fernando Agendes de Almeida: depoimento colhido no dia 15/11/2017. Entrevistador: Dário Milech Neto. Pedro Osório, 2017. 1 arquivo .m4a (08 min.).

ALMEIDA, Orlando Borges de. Orlando Borges de Almeida: depoimento colhido no dia 23/01/2018. Entrevistador: Dário Milech Neto. Arroio Grande, 2018. 1 arquivo .m4a (15 min.).

CANIELAS, Alzir. Alzir Canielas: depoimento colhido no dia 25/01/2018. Entrevistador: Dário Milech Neto. Pedro Osório, 2018. 1 arquivo .m4a (16 min.).

RELATÓRIO

FALLA apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da província, o exm. sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre, Oficinas Typographicas do Conservador, 1887. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/917/>. Acessado em: 12/09/2019.

PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DA GUERRA NO CONTESTADO: USO DE FONTES JUDICIAIS E MICRO-HISTÓRIA PARA ANÁLISE DO CONFLITO

MILLIANN CARLA STRONA DE GODOY ROCH
MESTRANDA EM HISTÓRIA NO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
PONTIFÍCIA CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
NO BRASIL E BOLSISTA PELA AGÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)
MILLIANN.STRONA@EDU.PUCRS.BR

RESUMO

Pretende abordar algumas discussões do projeto de pesquisa do mestrado, que busca investigar o processo de construção de laços sociais entre caboclos e imigrantes durante a guerra no Contestado de 1912 a 1916 no município de Curitiba em Santa Catarina. O intuito é analisar as redes de sociabilidade para investigar a ligação destes sujeitos com o território. Nesse movimento camponês homens e mulheres de distintos contextos sociais e étnicos se unem e criam estratégias, lideranças e novas formas de sociabilidade para resistirem ao ataque das forças armadas do Estado brasileiro. Deste modo, é pertinente analisar o processo de criminalização do movimento camponês, através da imposição da violência, ordem, e controle social por parte das agências estatais da época. É relevante compreender o papel da justiça criminal nesse processo, e explorar a importância da produção documental judicial como fonte histórica para análise do conflito. A partir desses pontos será discutido a relevância teórico-metodológico da micro-história para análise de fontes judiciais e da Guerra no Contestado.

Palavras-chave: Contestado; Criminalização; Fontes Judiciais.

A proposta deste artigo é apresentar algumas considerações prévias da pesquisa de mestrado que está em andamento. Pretende-se problematizar as análises realizadas sobre o processo de criminalização do movimento camponês durante a Guerra no Contestado, que sofreu intervenção armada durante os anos de (1912-1916). A partir desse processo tem-se como finalidade analisar a imposição da ordem e controle social por meio do uso da violência física e simbólica por parte das autoridades locais e estatais da época. Será explorado o papel da justiça observando não apenas seu caráter institucional como um órgão de controle, mas também as potencialidades da produção documental judicial como fonte histórica. E visando a prática historiográfica será discutido a relevância da micro-história como um dos campos de abordagem da História Social na análise de fontes e trajetória de sujeitos históricos.

A Guerra no Contestado¹ foi resultado de um conflito entre caboclos e forças armadas do Estado. O conflito leva esse nome por ter ocorrido em terras contestadas entre os Estados de Paraná e Santa Catarina. O conflito acontece no início do século XX, período em que o Brasil foi fortemente marcado por ideias de modernização e políticas de incentivo à migração europeia. É dentro deste contexto que surge a multinacional do empreendedor norte-americano Percival Farquhar, que adquiriu o direito de construir a linha férrea de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Devido ao fato do Governo Federal não possuir capital para pagar a construção da linha foi concedido uma extensão de terras de 15 quilômetros em ambos os lados da ferrovia a Farquhar, que acabou explorando muito mais do que permitido através de sua empresa Southern Brazil Lumber & Colonization Company. Logo, Farquhar para ter posse total das terras à margem da ferrovia, autoriza a expulsão de todos os caboclos que residiam naquele

.....
1 O historiador Paulo Pinheiro Machado afirma que o nome da guerra do Contestado foi batizado pelos militares, e que é a expressão menos polêmica: "talvez fosse mais adequada a denominação "guerra NO Contestado" pelo fato de o conflito não ser uma guerra entre os estados de Paraná e Santa Catarina em disputa pela região litigiosa" (MACHADO, 2004, p. 35). Para o autor a denominação Guerra do Contestado usado pela historiografia tradicional é incorreta pelo fato de a maior parte das "cidades santas" e do conflito terem ocorrido mais em terras catarinenses não contestadas pelo Paraná.

território e para isso criou um grupo de jagunços, que por meio do uso da violência iniciaram esse processo de expulsão, que resultou não apenas no deslocamento de muitas famílias, como também na morte daqueles que resistiram. É dentro deste cenário que surge o maior conflito camponês no sul do país.

O movimento social do Contestado foi narrado por muito tempo pela historiografia tradicional como um fenômeno religioso de características messiânicas, o que não deixa de ser um dos elementos constituintes do processo histórico do movimento. No entanto, vem ocorrendo um grande esforço em pensar o conflito para além das fronteiras religiosas, as novas pesquisas têm buscado primeiramente tirar esse caráter regional da guerra para colocá-lo no cenário latino-americano. Há muitas possibilidades de temáticas e problemas do conflito que podem ser explorados, pois os estudos da Guerra no Contestado não se encontram esgotados.

Apesar do conflito ter iniciado sobre a liderança religiosa e mística do Monge José Maria e com um grupo muito restrito de seguidores, o movimento cresce mesmo após a morte do Monge na primeira batalha do Irani de outubro de 1912. O grupo inicial continuou sua luta sobre a promessa da “volta” do Monge e o exército Santo de São Sebastião após um ano. Porém isso também não ocorreu para aquele grupo e o movimento passa a agregar cada vez mais sítiantes expulsos de suas terras e outros grupos distintos como imigrantes, posseiros, comunidades negras, ervateiros, trabalhadores desempregados da linha férrea, médios fazendeiros, lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis de Curitiba, Canoinhas, Lages, Rio Negro, Timbó e União da Vitória. Esses diferentes sujeitos reunidos em um movimento evidenciam que a religião pode ser um elemento aglutinador, mas não o ponto principal de explicação dos movimentos como muitos historiadores narraram. Esse ponto é abordado pelo historiador Paulo Pinheiro Machado:

Paralelamente ao discurso religioso da “guerra santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “monarquia celeste” e da “santa religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra

o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos “coronéis” e dos estrangeiros. Essas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático (MACHADO, 2004, p. 26).

A questão religiosa dos caboclos foi um dos meios simbólicos para deslegitimar o movimento em relação a religião oficial do Estado. O grupo possuía prática muito sincréticas e os termos usados pelo historiador entre aspas é para se referir ao modo como os historiadores e militares e instituições mais tradicionais do conflito costumavam atribuir e categorizar o movimento e os caboclos. Paulo P. Machado também não descarta a questão religiosa, mas, ele aborda um ponto essencial que fez com que os historiadores do conflito refletissem acerca de suas pesquisas. Primeiramente é perceptível a existência de um grupo muito distinto em sua formação em torno do conflito, em segundo lugar esse grupo possuía entendimento de suas condições sociais diante daquele novo cenário que se apresentava de repressão e imposição de uma nova ordem social, política, econômica e cultural do início do século XX ligada a ideais de modernização do Estado, entretanto os cabocos daquela região não irão corresponder prontamente a essas novas demandas.

Além do movimento ter sido retratado por muito tempo pelo viés religioso seus integrantes eram vistos e chamados de jagunços, rebeldes, bandidos, fanáticos religiosos entre outros termos usados pela mídia da época em jornais, discursos oficiais de militares e políticos em relatórios, até a própria justiça em inquéritos e processos-crimes utilizará essas expressões carregadas de estereótipos. Os opositores do movimento não mediam esforços para categorizar o grupo de camponeses como ignorantes e munidos de fanatismo religioso na busca de marginalizar o grupo para que seu apoio não aumentasse. Essa visão foi reforçada após o término da guerra principalmente pelos escritos de militares que lutaram no conflito.

Inclusive há uma disputa de memórias sobre o conflito entre a historiografia mais tradicional feita por militares, filhos e descendentes de fazendeiros e coronéis em oposição a trabalhos científicos. Estas produ-

ções representam posições bem distintas e, muitas vezes, antagônicas. De um lado, de caráter oficial, há uma defesa da guerra promovida pelo Estado, pela Companhia Ferroviária e coronéis contra o que se considerava atraso e barbárie, representados na figura dos caboclos. De outro lado, na perspectiva acadêmica, a crítica às atrocidades cometidas contra uma população camponesa.

O discurso oficial da época afirmava que o longo período de indefinição dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina permitiu a ocupação demográfica da região por bandidos e ignorantes naquelas terras sem dono, essa era a explicação que circulava sobre o surgimento da Guerra naquele período. Após o término do conflito e da decisão de limites entre Paraná e Santa Catarina muitas cidades do vale do Contestado realizaram o apagamento da memória dos caboclos e ressaltaram apenas a dos imigrantes, como sujeitos que foram capazes de trazer progresso e desenvolvimento para essas regiões consideradas atrasadas pelo Estado. Todos esses pontos iniciais permitem perceber a complexidade do conflito, bem como a emergência de novas pesquisas no campo da ressignificação de memórias e identidades, principalmente para os remanescentes do conflito que vivem na região do Contestado e se encontram nos dias de hoje ainda a margem da sociedade.

A partir desse panorama geral é pertinente compreender o processo de imposição da ordem e controle social dessas populações, em dois momentos, uma anterior ao conflito, aonde esses indivíduos estiveram por muito tempo abandonados pelo Estado, mas ficaram sobre regime de grandes fazendeiros e coronéis das regiões. O segundo momento, é quando ocorre a intervenção militar por parte do Estado para conter o movimento camponeses que se organizou e se estruturou a fim de resistir a nova ordem política e reivindicar seus próprios ideais, que eram opostos aos do Estado.

O processo de ocupação do território sempre foi regulado pelos grandes fazendeiros e coronéis, por isso Douglas Monteiro chama a atenção para as relações de compadrio como estratégias dos caboclos para sua manutenção nessas regiões, isso ocorre porque o território acumulou poderes desses

senhores locais que possuíam sua própria justiça, que nem sempre estava inserida nas concepções de Estado. A questão central do território está no fato da terra ter sido ocupado por muito tempo sem limites geográficos e definições de propriedade, os caboclos constituíram suas redes de sociabilidade e possuíam todo um sistema próprio de vida subsistência independentes do Estado. E quando o Estado vê a necessidade de regular as terras com intuito de estabelecer um padrão e uma ordem, as terras tornam-se alvo de disputas. E os camponeses são deixados de lado nesse processo sendo marginalizados.

O processo de modificação do território caboclo inicia no período do Império com a lei de terras de 1850, que proibia a doação e tornava a terra um bem negociável. Para Lígia Silva, a lei de terras estava vinculada ao processo de consolidação do Estado Nacional e tinha por objetivo resolver a questão fundiária do país, no entanto, os problemas com relação à propriedade da terra se agravaram. Durante a República ocorrem novas mudanças legislativas. A constituição federal de 1891 passou o controle das terras devolutas para o domínio dos Estados. Mas os problemas continuaram, inclusive o conflito no Contestado refletiu claramente essas questões.

Saul Estevam Fernandes (2017) trabalha em sua tese questões de limites interestaduais de 1889-1930, o autor discute em um de seus capítulos a disputa judicial entre Paraná e Santa Catarina por terras Contestadas desde o império. Fernandes cita em seu trabalho Vinhas de Queiroz, que discute que esse desejo dos dois Estados de garantirem seus direitos sobre o território teria levado os Estados a desenvolver políticas de concessão de terras a particulares e companhias estrangeiras, esse fato acaba condicionando a um conflito de interesses. Assim, essas mudanças no território ocorridas através da questão de limites, e disputas após alteração legislativa sobre terras e instalação de empresas estrangeiras, foram fatores decisivos para o estopim da Guerra no Contestado. Desta forma, o caráter privado das terras como um bem lucrativo é reforçado durante a república, e as terras no Contestado tornam-se cada vez mais disputadas entre fazendeiros, coronéis e imigrantes na região.

Consequentemente a medida que o território é modificado pelo caráter lucrativo novas formas de trabalho adentrarão ao sertão passando a

ameaçar práticas tradicionais destes grupos, por exemplo, o *pixirum*², que era uma prática de trabalho coletivo que demonstrava claramente que a terra não possuía esse fim lucrativo para os caboclos, e funcionava como um meio de sobrevivência de subsistência comunal partilhada entre aqueles grupos. Prontamente, essas novas formas de vida chocance com as tradicionais.

Edward P. Thompson na obra *Costumes em Comum* de (1998) reflete a criminalização das práticas costumeiras de camponeses na Inglaterra. Os costumes da população camponesa da Inglaterra século XVIII chocaram-se frente aos novos valores da sociedade capitalista. Thompson discute que com o advento do capitalismo acentua uma divisão cultural entre as classes, onde a cultura popular tradicional dos camponeses passa a ser vista como inferior em relação à cultura da classe patrícia. Os costumes significavam para os trabalhadores ingleses os meios, aonde esses sujeitos agiam no cotidiano. Logo, a quebra desses valores e as dificuldades de acesso econômico levam esses grupos a promover motins. Essa questão do choque de valores tradicionais com os novos valores vindos do processo de modernização do Estado, é perceptível no Contestado tanto que a ignorância a barbárie e o atraso das populações caboclas era um dos argumentos para que as tropas avançassem no sertão, pois os caboclos impediam o progresso e o desenvolvimento da nação.

Michel Foucault foi um dos grandes teóricos do século XX e ajuda muitos pesquisadores a refletirem sobre os processos de criminalização. O filósofo contribuiu de forma significativa com pesquisas que discutem o controle social e a estrutura das instituições judiciais e penitenciárias antigas e modernas. Na obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987) Foucault apresenta de forma histórica as diferentes formas de punição aos condenados no regime Monárquico, como o suplício e os flagelos, todas essas prá-

.....
2 O *pixirum* era uma prática de trabalho coletivo, que “permitia que tarefas praticamente impossíveis para um único homem pudessem ser realizadas em poucos dias, como a construção dos galpões. Era comum a convocação do *pixirum* para roçada, limpezas de terrenos e colheitas” (TOMPOROSKI, 2012, p. 22). Esse trabalho em conjunto diz respeito sobre uma rede de solidariedade constituída por laços sociais e interdependências. Após o término do trabalho coletivo ocorria uma grande festa com comidas e bebidas típicas e muita música.

ticas eram marcadas por grande crueldade e violência contra os corpos na tentativa de corrigi-los em suas infrações. A partir século XVIII, o filósofo problematiza o surgimento das prisões como forma de manutenção da lei, controle da ordem e como meio de legitimação do poder estatal. O intuito dessa nova ordem não é mais punir os corpos fisicamente, e sim fazer com que o indivíduo tenha medo do crime e que sua punição seja voltada para a privação da liberdade e que se atinja o intelecto e as vontades e disposições desse sujeito.

Foucault discute que dentro de uma lógica capitalista ocorre à necessidade de moldar os corpos e torná-los dóceis através de práticas disciplinadoras, deste modo surgem às instituições reguladoras de controle social, como as prisões, escolas, hospitais, quartéis, tribunais entre outros. O objetivo de Foucault na obra *Vigiar e Punir*, assim como na *Microfísica do poder*, é demonstrar que o Estado não é o único órgão central que detém o poder, pois as instituições que surgem nas sociedades modernas se configuram como a extensão dos efeitos do Estado, ou seja, os poderes não se encontram localizados somente no aparelho do Estado.

Michel Foucault no livro *Microfísica do poder* aprofunda suas discussões sobre poder, porém o filósofo deixa claro que não há uma teoria geral do poder, pois não existe algo unitário. Logo, o poder não é um objeto natural, pois os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, assim o poder se constitui como uma prática social e, como tal, é construída historicamente. De acordo com o teórico o poder está em todos os lugares por meio de uma rede de poderes moleculares que se expande por toda a sociedade. Portanto, as análises desenvolvidas pelo filósofo Michel Foucault, permitam compreender o poder como uma relação e como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes como criminalidade, doença, loucura. Saberes que são regulados e legitimados pelas intuições.

Nesse sentido, é relevante investigar de forma crítica as relações de poder presentes no contexto social e político da Guerra no Contestado, pois são essas redes moleculares de poder que vão efetivar a criminalização

do movimento. Por essa razão selecionou-se a região de Curitiba em Santa Catarina como ponto de análise para aplicação da redução da escala de observação, um dos métodos da micro-história italiana, pois o contexto da cidade permite observar a complexidade das redes de sociabilidade em que os caboclos estavam inseridos, assim como a insatisfação da população com as autoridades e com o sistema coronelista da época, que exerciam controle sobre os indivíduos legitimados por intuições, no caso de Curitiba o poder local encontrava-se presente na Superintendência Municipal, no Conselho Municipal, no cartório, e até na imprensa, pois o coronel Francisco F. de Albuquerque possuía um jornal chamado *O Trabalho*, que controlava as informações e tinha como colaboradores grandes fazendeiros da região. É possível observar em Curitiba toda uma rede de poder interligadas entre a vila e o Estado e que também agiam para o combate do movimento.

Porém, as forças militares serão o principal agente estatal, que vai atuar desde o início do conflito no controle da guerra. As primeiras expedições surgem em 1912, porém o grande número de soldados mortos, a desorganização das operações e o comprometimento da reputação do exército brasileiro e o crescimento do movimento em território e número de adeptos, mais o crescimento das notícias na imprensa sobre os caboclos e sua afronta as autoridades leva a nomeação do General Fernando Setembrino de Carvalho, que irá intensificar a ofensiva militar, com verbas, pessoal e logística a ponto de se ter na região da guerra mais soldados do que civis, e consequentemente os problemas também aumentam.

Segundo dados de fontes de acervos militares foram recrutados metade do exército brasileiro para fazer o cerco ao Contestado. Esse grande contingente de homens mudou totalmente o cotidiano das vilas, trazendo problemas desde agressões, incêndios, doenças, alcoolismo, abusos sexuais entre outras questões causadas pelos próprios militares. O general antes de avançar na guerra teve de criar mecanismos de controle dos próprios militares. Isso permite visualizar como opera o controle social, pois o general entendia que as primeiras expedições não deram certo em função da desorganização e da desobediência das ordens.

O General proibiu estabelecimentos comerciais abertos após as 21 horas da noite, e a venda de água ardente a militares, assim como a comunicação de militares com os civis, pois ocorria de muitos dos militares ficarem bêbados e entregarem informações sobre as tropas e estratégias militares, que eram repassadas aos caboclos. Deste modo, a medida que o General Setembrino percebeu essas redes de proteção também passa a controlá-las:

As normas militares, como visto acima, atingiram não só os soldados, mas a própria comunidade. Além da proibição de armas de civis, a exigência de um passaporte para o trânsito das pessoas na região implicava uma completa mudança no cotidiano das mesmas, a maioria com familiares entre os considerados “fanáticos”, conforme demonstrado por Paulo Pinheiro Machado. O fechamento do trânsito na região impedia a comunicação entre esses e os redutos e diminuía a adesão de mais pessoas ao movimento (RODRIGUES, 2008, p. 20).

E a partir desse sistema de reorganização e controle dos próprios militares e inclusive dos civis, as tropas de Setembrino avançam no território caboclo causando muitas mortes e um uso extremo da violência por parte dos militares que cometeram atrocidades contra esses camponeses. Os desarmamentos dos civis impediam que essas armas fossem repassadas aos caboclos, assim como a proibição de conversas de civis e soldados não permitia o vazamento de informações uma vez que muitos desses civis possuíam relações de parentesco ou compadrio com membros dos redutos. Neste exemplo percebe-se o papel do exército como uma agência reguladora do Estado no combate ao indivíduo “perigoso” que ameaça a ordem.

Desta forma, Foucault ao compreender as práticas e instituições sociais da modernidade observa a configuração de novos espaços de exclusão e normalização de indivíduos, e pensar a disciplina implica em analisar o que é passível ou não de correção, essa questão permite ampliar as possibilidades de análise sobre o controle social, principalmente sobre o que qualifica ou não um indivíduo ou grupo como criminoso. Logo, o controle social é direcionado aquele que não correspondem aos comportamentos legais e sob a disciplina ele é corrigido, como se percebe no caso dos militares mencionados anteriormente.

Durante o processo de criminalização do movimento do Contestado os caboclos serão vistos com sujeitos em situação de correção. As forças armadas adentram cada vez mais no sertão, a força militar é intensificada, assim como os piquetes civis³ de emboscada a grupos de caboclos encarregados por funções como a de arrebanhamento de gado. As prisões de sertanejos aumentam, pois o objetivo dos agentes de justiça era interrogar esses sujeitos e obter o máximo possível de informações sobre a estrutura, organização e estratégias de ataque dos rebeldes. Porém, os caboclos possuíam uma grande rede de proteção interna e externa.

No entanto, cada indivíduo pertencente ao movimento era instruído a proteger o grupo e utilizar de estratégias como demonstra o Sumário Crime de Sedição e ajuntamento ilícito nº 22 do ano de 1915 da Comarca de Curitiba. Manoel Pinto Cavaleiro foi preso pelo piquete civil comandado pelo Senhor Crispim Ribeiro em Trombudo no município de Curitiba, enquanto era realizado um reconhecimento militar na região sob a ordem do comandante das forças do exército destacas na vila.

Esse processo já inicia apresentando Manoel como um “fanático”, o interessante é que o caboclo, além de ser identificado pelas testemunhas como pertencente ao grupo por possuir elementos dos “distinctivo” dos “jagunços”⁴, o acusado nega a participação no grupo e apesar de ter sido encontrado em uma casa abandonada com uma corda descansando o que tudo indica que ele estava naquele local para arrebanhar gado e levar para os redutos, contudo ele afirma no inquérito ao delegado que estava a caminho da vila de Curitiba para se entregar à polícia e afirmava ter sido forçado a entrar no grupo. Em vários documentos judiciais esses indivíduos vão utilizar de estratégias para se desvincular do grupo e não revelar informações.

Porém, as prisões e o controle da circulação da população civil não serão os únicos recursos utilizados para contenção do movimento. Outros meios como o uso da violência a indivíduos que ajudavam o grupo externamente,

.....
3 Faziam parte dos Piquetes civis jagunços das milícias das empresas ou de fazendeiros ou coronéis apoiadores do exército.

4 A segunda expressão também era usada para se referir aos caboclos.

forçando-os a se desvincular e entregar informações também serão utilizados, assim como a circulação de informações negativas dos caboclos através de jornais da época que circulavam na região Contestada e nas Capitais dos principais Estados do Brasil. O conflito tomou proporções mais amplas de visualização em função de ter traços semelhantes com Canudos e o crescimento do movimento tornou uma ameaça. Assim “A imprensa ajudaria a legitimar as investidas contra o povo sertanejo, pois a população já os conhecia e os percebia como um problema a ser resolvido, mesmo que para isso fosse necessário a utilização da força” (MATOZO, MEDEIROS, 2017, p. 158). Esse forte papel da imprensa também foi decisivo no Contestado, pois como demonstra a historiografia o movimento teve apoio da população, mas à medida que o movimento é criminalizado e se puni seus apoiadores os caboclos perdem sua força.

Analisar esses meios utilizados para controle social e manutenção da ordem não é uma tarefa fácil em função do controle tomar muitas formas, no próprio contexto da Guerra no Contestado isso é visível. De acordo com Alvarez para Durkheim, os problemas da pesquisa sobre controle social está em perceber a manutenção da ordem social como demonstra o sociólogo Marcos C. Alvarez:

No entanto, Durkheim se detém igualmente em fenômenos como crime e a pena, que dizem respeito aos mecanismos empregados pela sociedade no momento em que alguém desobedece as normas sociais e ameaça a ordem social. Se o crime “Ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares” (Durkheim, 1978:120), a pena é a reação coletiva que, embora aparentemente voltada para o criminoso, visa na realidade reforçar a solidariedade social entre os demais membros da sociedade e, conseqüentemente, garantir a integração social (ALVAREZ, 2004, p. 169).

Durkheim ao observar os mecanismos de manutenção da ordem social por parte das instituições percebe que todo o indivíduo que desobedece a uma norma social estabelecida ofende princípios básicos daquele grupo ligado a questões morais e a correção, e a pena são frutos de uma reação coletiva que acaba por fortalecer e reafirmar a integração desse grupo. Desta forma, o que é passível ou não de crime perpassa pelo que a sociedade concebe

ou não como crime. Marcos Luiz Bretas também destacará a contribuição da pesquisa de Durkheim:

Só no final do século se constituiu uma ciência, em torno de Durkheim, que começou a chamar a atenção para o caráter social e negociação das definições de crime, sua variabilidade entre épocas e regiões, enfatizando a disputa sobre o significado das ações, que podia variar de acordo com circunstâncias (BRETAS, 2018, p. 13).

O historiador Marcos Bretas, assim como Alvarez discute o problema das definições, pois o crime também é um elemento difícil de ser definido com clareza, assim como o conceito de controle social. Bretas destaca a variabilidade dos crimes e o quanto essa concepção modifica de um lugar para outro. Contudo, o historiador procura definir o conceito de crime no território da Cultura o ligando com o social.

A discussão de Alvarez e Bretas contribui para evidenciar as problemáticas de pesquisa, de fato, o crime e o controle social possuem ligação, pois para se combater o crime é necessário controlar seu executor, porém são coisas distintas enquadradas em múltiplas definições, mas ambas estão inseridas no social. Logo, compreender o que é crime para cada grupo e porque se usa esse tipo de controle social e não outro implica em olhar para cultura e o contexto em que esses indivíduos estão inseridos, pois os costumes, a cultura, as tradições direcionam as ações e os modos de vida dos grupos.

Portanto, as condições morais e culturais de uma sociedade irão influenciar diretamente nas noções de crime e formas de controle social. Neste momento do texto cabe discutir e pensar a prática de pesquisa do historiador (a), pois as problemáticas postas neste artigo partiram da análise de fontes judiciais a partir do suporte teórico-metodológico da Micro-História Italiana. Quanto a isso a História Social oferece um vasto campo de possibilidade, que José D' Assunção Barros (2005) divide em dimensões como tipos de enfoques ou “modos de ver”, abordagens que correspondem aos “modos de fazer” e domínios que seriam uma “escolha específica” relacionada a temáticas específicas. No entanto, essa classificação e organização são mais complexas do que se imagina.

Desta forma, micro-história torna-se dentro da História Social um campo de observação. Para Levi a micro-história está centralizada na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano e se constitui como uma prática essencialmente “baseada na redução de escala da observação, em uma espécie de análise microscópica e um estudo intensivo do material documental (LEVI, 2011, p. 136)”. A redução de escala é uma operação experimental que comporta um procedimento analítico aplicado ao objeto para perceber a dimensão dos relacionamentos. Tanto descrição, como a redução de escala e análise mais detalhada são utilizados pela História e Antropologia, o que denota o caráter interdisciplinar do método.

De tal modo, essa análise minuciosa e descritiva torna-se uma forte aliada para explorar fontes judiciais. Contudo, como exposto anteriormente pretende-se discutir a relevância das fontes judiciais, em especial os processos-crime e o método do paradigma indiciário. Em especial os processos-crime oferecem ao historiador (a) muitas possibilidades de análise, considerando a História Social como dimensão e micro-história como abordagem. Sobre processos-crime Keila Grinberg diz:

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão. Conforme já alertava na década de 1980 as antropólogas Mariza Correa e Yvonne Maggie, é impossível analisar processos criminais sem refletir sobre as atividades e crenças dos “profissionais do sistema jurídico-policia”, ou, no dizer de Correa, dos “manipuladores técnicos”, que decidem o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos penais (GRINBERG, 2012, p. 126-127).

Percebe-se na análise de Keila o quão importante é questionar a natureza das fontes, não apenas em seu contexto institucional, enquanto um mecanismo de controle social, mas também se deve problematizar a produção desses saberes, pois os processos também podem apresentar incoerências, contradições e mentiras. Essa questão denota a importância de lembrar,

que a finalidade do processo-crime não é reconstruir a ocorrência, mas buscar ou produzir uma verdade, que visa acusar ou punir alguém a partir da legislação prevista pelo código penal. Karl Monsma (2005) também alerta sobre a produção de interpretações da Justiça:

Para estudar as versões dos réus, das vítimas e das testemunhas, os inquéritos policiais geralmente servem melhor que os processos judiciais. Os inquéritos são mais próximos do conflito no tempo, muitas vezes começando no mesmo dia ou no dia seguinte, e não sofrem a influência do promotor (MONSMA, 2005, p. 169).

Monsma destaca a importância de olhar para o contexto de produção dos depoimentos, não basta olhar apenas para a temporalidade, mas com afirma Ginzburg o inquisidor é como um Antropólogo, ou seja quem colhe o depoimento tem um papel fundamental na produção e descrição de informações coletadas, por essa razão é importante atentar para essas mudanças que ocorrem nos depoimentos à medida que o processo avança. De acordo com Karl “Os depoimentos ao juiz servem para estudar mudanças entre a primeira entrevista com o delegado e o interrogatório no fórum” (2005, p. 169). Esse é um espaço que permite observar todas as construções sociais quanto ao réu. Monsma também chama atenção para o fato dos processos-criminais permitirem uma maior aproximação da vida cotidiana de indivíduos subalternos, onde é preciso considerar as condições sociais que gerou os autos.

Os processos-crime se apresentam como ricas fontes históricas, que dizem sobre os comportamentos sociais de uma determinada época. As fontes revelam os costumes, tradições e principalmente as práticas culturais, religiosas, econômicas e políticas existentes nas redes de sociabilidade. Os processos permitem acesso aos laços sociais e ao modo como são construídos, estabelecidos e fortalecidos. “De forma geral, entende-se que os processos-crime são uma fonte privilegiada para analisar os comportamentos, os modos de pensar e agir das populações (VENDRAME, 2018, p. 105)”. Assim, se faz necessário o uso da micro-história como um suporte teórico-metodológico, que permite aos micro-historiadores “descrever as

estruturas sociais sem perder o que há de mais fundamental nas interações sociais (CARNEIRO, 2018, p. 39)”.

Assim, as considerações finais desse artigo resultam das análises prévias realizadas a partir da utilização de fontes judiciais e aplicação do suporte teórico-metodológico da micro-história nesta pesquisa sobre a criminalização do movimento social camponês da Guerra no Contestado através da imposição da ordem e controle social por meio de violências simbólicas e físicas. Esse prévio diagnóstico demonstra a complexidades das relações existentes no conflito do Contestado. E que crime e controle social são concebidos e estruturados de formas diferentes para cada grupo em disputa. Mas, a lógica que estrutura esses elementos que tornam um crime ou não, ou que determina que tipo de controle será aplicado, perpassa pelas condições morais e culturais dos indivíduos em suas redes de sociabilidade e cotidiano. Logo, toda a ação coletiva que visa controlar, criminalizar ou punir reafirma sua própria ordem frente as demais que ameaçam sua integração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Marcos, César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

BARROS, José D'Assunção. História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História**, Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, n. 15, p. 235-259, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. **Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime**. In: VENDRAME, Ines Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Micro-história e a história do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado**. In: VENDRAME, Ines Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos.** In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais.** Urbelândia: EDUFU, 2015. p. 51-88.

FERNANDES, Saul Estevam. **Brasil em pedaços ou a História dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1989-1930).** Porto Alegre: PUCRS, 2017. 151 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A micro física do poder.** – 7ª ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **O lugar do crime na imprensa brasileira.** In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais.** Urbelândia: EDUFU, 2015. p. 51-88.

GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos.** In: PYNSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de, (orgs.). **Os historiadores e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações.** In: **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1991. p. 203-214.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história.** In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916),** Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

MATOZO, Marcus Antonio; MEDEIROS, Paulo César. **A guerra do Contestado: redes, territórios e poder nos discursos oficiais.** In: FRAGA, Nilson Cesar (org). **Contestado: Território silenciado.** Florianópolis: Isular. 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estado sobre o surto milenarista do Contestado.** São Paulo: Duas Cidades, 1974.

- MONSMA, Karl. **Histórias de Violência: Inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo das relações interétnicas.** In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas.** São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 159-221.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. **Das ordens á disciplina: a relação do exército brasileiro com as populações das vilas na região do Contestado.** In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado.** Ed. Da UFSC, 2008.
- PYNSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto 2008.
- SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio.** Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1996.
- THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- VENDRAME, Ines Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa.** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.
- VENDRAME, Ines Maíra; KARSBURG, Alexandre Oliveira de; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de Micro-História, trajetórias e emigração.** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

ST 21
DITADURAS DE SEGURANÇA
NACIONAL E TERRORISMO
DE ESTADO NO CONE
SUL: SINGULARIDADES,
COMPARAÇÕES, SEQUELAS,
PERSISTÊNCIAS

COORDENAÇÃO

ENRIQUE SERRA PADRÓS (UFRGS)

DIEGO OLIVEIRA DE SOUZA (UFSM)

“NOS PORÕES DA LOUCURA”: PROFISSIONAIS PSI E REPRESSÃO POLÍTICA NA DITADURA BRASILEIRA

MARLA BARBOSA ASSUMPÇÃO
DOUTORANDA EM HISTÓRIA (PPGH-UFRGS)
TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (IFRS)
MARLALUA@YAHOO.COM.BR

RESUMO

Com a eclosão do golpe de 1964 no Brasil, milhares de pessoas foram perseguidas, presas e torturadas já nos primeiros meses de instauração de uma ditadura de Segurança Nacional. Eram sistemáticas as violações de direitos humanos em unidades militares e policiais e centros clandestinos. Naquele contexto, órgãos que compunham o aparato repressivo encaminharam presos políticos para internação em hospitais psiquiátricos. Pode-se citar muitos casos de profissionais psi (psicólogos, psiquiatras e psicanalistas) que, direta ou indiretamente, colaboraram com a repressão. Destacamos os laudos psiquiátricos sobre presos políticos referentes a “estados psíquicos confusionais” ou “paranoides”, que silenciam sobre as torturas infligidas. Sobressai-se também o papel de profissionais psi que atuavam em centros de detenção e realizavam o “atendimento” a presos políticos. Não raro, informações prestadas sob sigilo eram repassadas para agentes e órgãos ligados à repressão. Há, ainda, casos de profissionais psi que participaram de sessões de tortura. Por fim, destacam-se pesquisas realizadas com centenas de presos políticos para traçar o seu perfil psicológico. Foram mapeadas três investigações realizadas por solicitação do Estado Maior do Exército entre 1969 e 1970, conhecidas como o “Perfil Psicológico do Terrorista”. Tendo em vista os aspectos supracitados, o presente trabalho visa

analisar como esteve imbricada a repressão política com instituições psiquiátricas, saberes e práticas psi no contexto da ditadura brasileira.

Palavras-chave: ditadura, repressão, profissionais psi

DITADURA E INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS

Com o golpe de 1964 no Brasil, milhares de pessoas foram arbitrariamente perseguidas, presas e torturadas já nos primeiros meses que se seguiram à instauração de uma ditadura de Segurança Nacional (ALVES, 1987). Unidades militares e policiais, assim como centros clandestinos destacaram-se pela ocorrência sistemática e generalizada em suas dependências de graves violações de direitos humanos, conforme o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014)¹. Além desses locais, no contexto em questão, deparamo-nos com a internação de presos políticos em uma série de instituições psiquiátricas, os quais eram encaminhados por órgãos que compunham o aparato repressivo. Vale ressaltar que, dos casos levantados de internações de presos políticos em instituições de saúde mental, alguns não possuíam diagnóstico de sofrimento psíquico e outros, inclusive, possuíam parecer médico indicando a ausência de qualquer diagnóstico que justificasse sua internação. Alguns outros, no entanto, possuíam um mesmo diagnóstico genérico – a saber: esquizofrenia paranoide² – o qual, por ser um quadro clínico comum entre a quase totalidade dos pacientes de Manicômios Judiciários, praticamente não se contestava (COSTA, 2009). Na esteira desse processo, conforme Coimbra, “desqualificam-se e patologizam-se, assim, aqueles que fazem oposição ao regime militar, que resistem ao terrorismo de Estado: são doentes e é preciso tratá-los.”

.....
1 Ver especialmente o capítulo 15 “Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos” do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Capitulo%2015.pdf>>. Acesso em 09 set 2019.

2 Cabe pontuar a importância de problematizarmos os fatores sociais presentes nas classificações psiquiátricas. Cf. BERRIOS, 2008. Ver também: SZASZ, 1984.

(In: JACÓ-VILELA; JABUR; RODRIGUES, 1999, p. 51). No tocante à relação entre práticas médicas e regimes de exceção, de acordo com Nemi:

Se, entre o final do século XIX e o início do século XX, as teorias de eugenia, de saneamento urbano e de isolamento de pessoas diagnosticadas como “desviantes” implicavam ações de exceção contra populações pobres em relação aos seus lugares de moradia e às suas possibilidades de sobrevivência e convivência pública, durante a ditadura militar, parte das instituições médicas, sejam hospitais, universidades ou Institutos Médicos Legais, ofereceu suporte para as ações de exceção que incluíam tortura, desaparecimento (In: MOTA; MARINHO; NEMI, 2017, p. 7).

Em 1991, foi instaurada uma Comissão de Representação Parlamentar no âmbito da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP) para apurar a relação do aparato repressivo da ditadura com o Complexo Hospitalar e Manicômio Judiciário do Juqueri, localizado no atual município de Franco da Rocha, região metropolitana de São Paulo. Dentre os documentos recebidos pela citada comissão parlamentar, consta um ofício do 15º batalhão da Polícia Militar solicitando à direção do complexo hospitalar a relação nominal de presos políticos internados naquela instituição (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015). Vale destacar que o psiquiatra e diretor do Juqueri naquele período, Paulo Fraletti, dirigiu também o Instituto Médico Legal de São Paulo, em 1970, momento em que muitos médicos legistas expediram laudos falsos acerca de presos políticos mortos sob tortura, corroborando a versão oficial produzida pela repressão³ (COIMBRA, 1995, p. 119-120). Com relação a esse aspecto, é válido assinalar que, entre os 377 agentes apontados como responsáveis por crimes de estado no Relatório Final da CNV, 13,8% são médicos⁴ (BRASIL, 2014). Representam, assim, a categoria profissional com maior participação – depois dos militares. Segundo estudo feito pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ), a partir da documentação constante no Projeto Brasil Nunca Mais, esse número é ainda mais expressivo e, entre

.....
3 Sobre essa questão, ver também o capítulo 18 “Assistência médica à tortura e Médicos legistas” do Brasil: Nunca Mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

4 Essa estatística se refere tanto a médicos civis, quanto a médicos militares.

esses profissionais, consta o nome de Paulo Fraletti e de alguns psicanalistas (TELES; TELES. In: MOTA; MARINHO; NEMI, 2017).

As práticas da equipe de saúde do Hospital Psiquiátrico do Juqueri durante a ditadura foram analisadas por Sakaguchi a partir de entrevistas com ex-funcionários que trabalharam na instituição entre as décadas de 1960 e 1990. De acordo com o autor, Juqueri teve um papel central nesse contexto por terem sido ali internados “aqueles que eram considerados indesejáveis à nova configuração social e política” (2015, p. 25). Um dos argumentos centrais se refere à imbricação da violência na prestação da assistência psiquiátrica, tendo sido utilizada de forma sistemática, replicando práticas correntes para além dos muros do hospital. Sublinha, assim, a utilização corriqueira da tortura em um local destinado ao cuidado, destacando que a própria utilização de medicação cumpriu, via de regra, uma função de punição em detrimento do uso terapêutico, através da prática da “tortura química”. Destaca, portanto, que a violência sistemática foi empregada em hospitais psiquiátricos como uma política de Estado, na esteira de outras práticas de violação de direitos humanos, respaldada por profissionais de saúde:

Aos presos políticos, a intensidade da violência aumentava. (...) a internação dos presos políticos como doentes mentais permitia a aplicação das consideradas condutas “terapêuticas” como o eletrochoque. Se o eletrochoque é um dispositivo utilizado para melhora da sintomatologia, nos presos políticos a sintomatologia apresentada seria a da resistência (2015, p. 131-132).

No ano de 1964, na esteira da repercussão de uma série de denúncias sobre a prática de tortura em prisões políticas em Pernambuco, foi instaurada uma Comissão Civil de Investigações, por solicitação do comandante do IV Exército e do Governador do Estado. A comissão teve como finalidade inspecionar instituições civis e militares e verificar o tratamento dispensado aos presos políticos. Dentre os locais fiscalizados, despontava o Manicômio Judiciário da Tamarineira, localizado em Recife. Para além da problematização acerca dos limites de atuação de uma comissão oficial nos marcos de uma ditadura – e dos próprios depoimentos de presos por ela colhidos, haja

vista a possibilidade de retaliação – é deveras significativo que esta inspeção tenha ocorrido também em uma instituição de saúde mental. No ano seguinte, a psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça, vinculada ao Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), realizou algumas visitas ao Manicômio da Tamarineira com o intuito de investigar reiteradas denúncias sobre a internação irregular de presos políticos e sobre o emprego de técnicas psiquiátricas na obtenção de confissões. Após algumas tentativas de acessar a documentação relativa aos mesmos, assim como de obter informações de funcionários ligados à instituição, acabou sendo denunciada por alguns psiquiatras ao IV Exército. Diante da iminência da prisão, deixou a cidade no mesmo dia (ALVES, 1996).⁵

Pelo levantamento feito⁶, foram mapeados casos de presos políticos internados durante a ditadura nas seguintes instituições psiquiátricas: em Porto Alegre-RS, Hospital Psiquiátrico São Pedro, Instituto Psiquiátrico Forense e Sanatório São José; em Pinhais-PR, Hospital Colônia Adauto Botelho; em Goiânia-GO, Hospital Adauto Botelho; em Franco da Rocha e em Taubaté-SP, Complexo Hospitalar e Manicômio Judiciário do Juqueri e Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté respectivamente; no Rio de Janeiro-RJ, Centro Psiquiátrico Pedro II, Manicômio Judiciário Heitor Castilho, Instituto Phillipe Pinel e Penitenciária Talavera Bruce (presídio feminino que era, ao mesmo tempo, manicômio judiciário); em Barbacena-MG, Manicômio Judiciário de Barbacena (Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz), e em Belo Horizonte-MG, Hospital Psiquiátrico Raul Soares, Casa de Saúde Santa Maria e Casa de Saúde Santa Clara; em Salvador-BA, Sanatório Bahia; em João Pessoa-PB, Hospital Psiquiátrico Colônia Juliano Moreira; em Recife e em Barreiros-PE, Manicômio Judiciário da Tamarineira e Hospital Psiquiátrico Colônia Vicente Gomes de Matos respectivamente. Para Sakaguchi, “como braço do Estado, o manicômio passou a receber

.....
5 Para maiores informações, ver também: MONTARROYOS, 2013.

6 Foram levantadas informações no Relatório Final da CNV, assim como nos relatórios, audiências e documentos de comissões estaduais da verdade. Além disso, foram consultados alguns processos vinculados a comissões de indenização de ex-presos políticos e também relativos à Comissão de Anistia. Além destes, destaca-se também: BRASIL, 2007.

e internar pessoas que eram ameaça ou causavam a perturbação da ordem instaurada, constituído em importante figura na manutenção da ditadura.” (2015, p. 125).

Em relação ao serviço de saúde mental, Santos e Jacó-Vilela destacam algumas práticas hegemônicas nessas instituições durante a década de 1970, tais como a prescrição de eletrochoques e a impregnação medicamentosa, fundamentadas no paradigma da psiquiatria clássica (2005, p. 29). Cabe assinalar também que se estima que milhares de pessoas tenham morrido sob custódia dessas instituições. Somente em Barbacena, Minas Gerais, esse número chega a cifras próximas de 60 mil (ARBEX, 2013). Já o Hospital Psiquiátrico e Manicômio Judiciário do Juqueri dispunha, inclusive, de um cemitério clandestino.

Na esteira do processo de criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), grande parte da assistência médica passou para a iniciativa privada, o que incrementou consideravelmente o número de internações psiquiátricas e o seu tempo de duração, visto ser algo lucrativo, criando um fenômeno que ficou conhecido como “indústria da loucura” (AMARANTE, 1995). Segundo dados do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, “houve crescimento espantoso das instituições psiquiátricas durante a ditadura militar. Em 1964, eram 74 manicômios. No final do mais obscuro período da recente história brasileira, o número chegava a 395” (1998, p. 7).

SABERES E PRÁTICAS PSI NA REPRESSÃO POLÍTICA: A SUBVERSÃO COMO DESVIO/DOENÇA

É possível citar inúmeros casos de profissionais psi (psicólogos⁷, psiquiatras e psicanalistas) que colaboraram com o aparato repressivo.⁸ Entre

.....
7 Destaque-se que, na década de 1970, praticamente não existia o cargo de psicólogo nos serviços de saúde. Os que ali trabalhavam, via de regra, eram contratados como “estagiários”, recebendo apenas alguma ajuda de custo. Cf. SANTOS; JACO-VILELA, 2005.

8 Cabe ressaltar que existiram também profissionais psi que denunciaram e resistiram à repressão. Sobre essa questão, ver: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013.

algumas de suas práticas, destacam-se os laudos psiquiátricos fornecidos a inúmeros presos políticos. Diversos laudos emitidos, referentes a “estados psíquicos confusionais” ou “paranoides”, silenciam a respeito das torturas infligidas a esses presos políticos.⁹ Segundo Coimbra, eles constituem “‘belíssimos’ exemplos de como a Psiquiatria Clássica patologiza, marginaliza, exclui, rotula e serve com eficácia ao terrorismo de Estado.” (1995, p. 205). Sobressai-se também o papel de alguns profissionais psi que atuavam em centros de detenção e realizavam o “atendimento” a presos políticos, muitos dos quais repassavam informações prestadas sob sigilo para outros agentes ligados à repressão. Vale frisar que existiram casos de profissionais psi que participaram ativamente de sessões de tortura – um dos mais conhecidos foi o do então médico psicanalista Amílcar Lobo (TELES; TELES. In: MOTA; MARINHO; NEMI, 2017). De acordo com Pavón-Cuellar, “además de cumplir esta función [informar si la víctima podía seguir siendo torturada], Lobo fue denunciado por intervenir en las torturas, por administrar sustancias psicoactivas y quizás también electrochoques” (2017, p. 21). Por fim, destacam-se pesquisas realizadas com presos políticos com o intuito de traçar o seu perfil psicológico. Foram mapeadas três investigações realizadas por solicitação do General Murici, o qual chefiou o Estado Maior do Exército entre 1969 e 1970. A primeira delas foi realizada em 1969 com 260 presos. Já a segunda foi realizada com cerca de 500 presos políticos no início de 1970. Quanto à terceira, realizada com participação direta de psicólogos militares e civis ligados ao Centro de Estudos de Pessoal do Exército, foi levada a cabo com 44 presos políticos no segundo semestre de 1970. Nesse sentido, segundo Coimbra,

(...) sabemos que, se não houvesse profissionais – quaisquer que sejam eles, em qualquer área – aptos a prestar, voluntariamente, seu respaldo teórico/técnico ao aparato de repressão, este não teria funcionado tão bem quanto funcionou. Em todas as ditaduras latino-americanas e durante o Nazismo, o regime de força só conseguiu se sustentar por tanto tempo porque existiram profissionais que, empregando seus saberes, deram apoio

.....
9 Sobre essa questão, ver especialmente capítulos 16 “Consequências da Tortura” e 17 “Marcas da Tortura” do Brasil: Nunca Mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

ao terrorismo de Estado em diferentes setores e áreas. (...) assinala-se que tais profissionais foram cúmplices com o regime de terror ou no mínimo coniventes. (1995, p. 205).

De acordo com a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, o estudo das relações entre saúde mental e ditadura ainda precisa ser aprofundado. Destacam-se, assim, duas possibilidades de trabalho: uma se relaciona aos efeitos produzidos subjetivamente, como traumas. E a outra se refere às relações entre instituições e profissionais do campo da saúde mental com o aparato ditatorial. No Relatório Final da comissão, consta a recomendação de que é necessária uma “investigação sobre as instituições e profissionais de saúde mental na violação de direitos humanos durante a ditadura militar, mais notadamente em relação à internação e à tortura de presos políticos nas instituições psiquiátricas.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 12). Nesse mesmo sentido, Pavón-Cuéllar analisa o uso da Psicologia como instrumento de tortura de presos políticos com vistas à supressão e desintegração do psiquismo. Para ele, a relação Psicologia-tortura pode partir de, pelo menos, três cenários distintos: o psicólogo torturado, o psicólogo torturador e, por fim, o psicólogo especialista que tenta compreender a tortura e seus efeitos, assim como busca tratá-lo nas vítimas. Esse último caso é o que mais desponta na literatura científica sobre o tema. Não obstante, o caso em que esses profissionais torturam ou contribuem para a tortura foi pouco abordado:

El desinterés por el tema es desconcertante cuando uno considera su gravedad y todo lo que puede revelarnos sobre la Psicología en sí misma, sobre la manera en que existe y opera, sobre su función en el sistema socioeconómico y su relación con el orden político establecido. (...) Y quizás haya sido por lo mismo, paradójicamente, que el tema fuera tan desatendido en el pasado (2017, p. 13).

O autor assinala ainda que, em contextos de exceção, o uso profissional da Psicologia não se restringiu à presença do psicólogo enquanto torturador. Isso porque, entre outros aspectos, estes podem contribuir indiretamente com a tortura, concebendo-a, e também porque outros profissionais da saúde mental – como psiquiatras e psicanalistas – estão em condições de

utilizar a Psicologia como ciência para torturar: “hay varias situaciones (...) en las que el conocimiento científico psicológico ha sido utilizado profesionalmente por psicólogos y otros especialistas de la salud mental para inspirar, asesorar, concebir, diseñar, perfeccionar o aplicar técnicas de tortura.” (PAVÓN-CUÉLLAR, 2017, p. 15). Por fim, cabe assinalar que, a despeito dos psicólogos terem se implicado timidamente com a problematização da sua prática profissional em contextos de exceção, o fizeram em maior número que os psiquiatras e psicanalistas, conforme mapeamento feito.

Nesse sentido, Scarparo, Torres e Ecker assinalam o quanto determinada Psicologia – intitulada de oficial – produzida no contexto ditatorial forneceu ferramentas normalizadoras de sujeitos àquele ambiente social. Durante a ditadura, a Psicologia buscava consolidar-se como categoria oficializada nacionalmente¹⁰. Na esteira desse processo, com a pretensão de neutralidade e cientificidade da profissão, mantinham uma certa cumplicidade com a violência de Estado, “acabando por produzir ferramentas teóricas que adaptavam os sujeitos a um sistema repressivo” (2014, p. 73). Foram forjadas, assim, técnicas que “ajustavam” os sujeitos àquele ambiente opressor, na esteira de uma Psicologia “adaptacionista”. Através da análise de periódicos, Scarparo percebeu também uma aproximação entre as noções de loucura e de subversão. De acordo com a autora, estabeleceu-se, naquele contexto, uma identificação entre adjetivos associados à loucura e aqueles que designavam os “inimigos internos”, ambos vinculados à potencial desestabilização da ordem política. Sobressai-se, nesse sentido, a centralidade da prevenção de comportamentos considerados desviantes, no campo da saúde mental, assim como desvios relativos ao contexto político:

As manifestações de sofrimento psíquico (“loucura”) e de comunismo ou subversão são descritas de modo semelhantes: como ameaças à harmonia da sociedade e promotoras de agitação, especialmente no espaço urbano. (...) Amplia-se, assim, o espectro de inserção do inimigo interno, além de associar o temor das manifestações da loucura ao comunismo, considerado como subversão à ordem. (SCARPARO. In: PORTUGAL; JACÓ-VILELA, 2012, p. 198).

.....

¹⁰ A regulamentação da profissão de psicólogo data do ano de 1962.

Hur também destaca que, no início dos anos 1960, a psicologia prosseguiu como um instrumento de normalização social. Na lei que institucionalizou a profissão de psicólogo no Brasil, é possível encontrar aspectos de caráter normalizador, tais como no artigo que trata das funções privativas desse profissional, entre as quais consta “solucionar problemas de ajustamento”, “na qual ele deve solucionar os problemas de desvio e ajustar o sujeito, o grupo, a coletividade, num determinado padrão de uma suposta normalidade.” (2012, p. 73). Cabe relacionarmos a identificação de supostos traços desviantes com diretrizes presentes na Doutrina de Segurança Nacional, especialmente através da noção “inimigo interno”¹¹. Nesse sentido, conforme Padrós, um dos principais objetivos do Terror de Estado foi a propagação da “cultura do medo”, a qual, entre outros aspectos, propiciava a modulação de um comportamento padrão aceito (In: FICO et al., 2008, p. 154). Podemos, assim, conjecturar acerca do papel das áreas psi nessa tarefa de ortopedia social.

Analisando a convergência de modalidades psicoterapêuticas em voga na década de 1970 com desígnios da ditadura civil-militar brasileira, Coimbra focaliza duas categorias muito disseminadas, quais sejam, a de subversivo e a de drogado, ambas vinculadas à juventude. Em relação à primeira, assinala que a percepção propagada era a de que “o subversivo não está somente contra o regime político, mas contra a religião, a família, a pátria, a moral e a civilização, tornando-se, assim, um anti-social. (...) apresentam problemas psicológicos graves e sérios” (1995, p. 29). Assinala também que, na conjuntura da década de 1970, ocorreu uma produção de demandas que convocaram o aporte psicanalítico, tais como a crise da família, responsável pela formação de sujeitos desajustados:

Há, neste momento, grande preocupação com a família: fala-se da sua importância como mantenedora de uma sociedade saudável, em que o controle e a disciplina estão presentes e ela, a família, deve cooperar nisto. (...) esses filhos ‘desviantes’ e ‘diferentes’ são produzidos pelos problemas por que essas famílias passam. Se algum militante é

.....
11 Sobre essas questões, ver: ALVES, 1987 e COMBLIN, 1978.

sequestrado, torturado e assassinado (...) eles e suas famílias são os responsáveis e não o estado de terror que grassa em toda a sociedade. (1995, p. 31)

Segundo a autora, os sujeitos em questão vão sendo produzidos a partir do incremento e disseminação da psicanálise nos grandes centros urbanos, através, por exemplo, da difusão de ideias na grande imprensa – como periódicos e televisão. Assim, “diferentes setores da vida social brasileira sofrem esses efeitos: são psicologizados. (...) para propor modelos – condizentes com os dominantes – de criança, adolescente, família, casamento, esposa, etc, produzidos pelas suas próprias práticas” (1995, p.77). Deste modo, a partir de modelos que versam sobre os “desajustes” dos indivíduos e das famílias, legitima-se um processo de patologização dos opositores (“subversivos” e “desajustados”, respectivamente, no jargão militar e psi da época). Um dos casos publicados na grande imprensa da época refere-se ao já citado levantamento do “perfil psicológico do terrorista brasileiro”. Em relação a essas investigações, assinala Coimbra:

Estas pesquisas mostram não apenas uma necessidade por parte da repressão de conhecer melhor os militantes políticos e traçar o perfil daqueles que estão sendo combatidos, mas, também – bem de acordo com as subjetividades hegemônicas na época – difundir na sociedade em geral e nas famílias de classe média, em especial, a crença de que seus filhos são “desajustados”, “desequilibrados” emocional e socialmente e, portanto, “doentes”, precisando de tratamento. Em suma, elas – as famílias – são as principais responsáveis pelos transtornos que esses jovens trazem para a nação que quer “se desenvolver em ordem e em paz” (1995. p. 203)

Por fim, em relação à importância da colaboração desses profissionais no aparato repressivo vale atentarmos para o que destacou Riquelme: “La presencia de profesionales de la salud en el personal destacado de los sistemas represivos no solo aumentó su virtual ‘capacidad técnica’, sino que además le confirió a la represión en sí un aura de legitimación especial.” (2004, p. 2). Assim, em contextos marcados pela emergência de ditaduras, muitos médicos e psicólogos colocaram sua expertise e prestígio profissional a serviço desses regimes no Cone Sul, “incluso en la definición de ‘grados de patogenidad’ de los opositores al regimen” (2004, p. 7-8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A patologização da militância no regime ditatorial é sintomática das relações políticas e sociais estabelecidas. Nesse processo, as instituições e os profissionais de saúde mental cumpriram um papel fundamental. Em um contexto de repressão política assumiram, por vezes, o papel de explicar e indicar mecanismos de controle de personalidades consideradas “subversivas”. De tal modo, o alinhamento entre instituições de saúde e as políticas do regime levaram a considerar passíveis de internação alguns daqueles que agiam contrariamente ao status quo. A militância política se convertia em desvio, em anormalidade e em doença.

Tendo em vista os aspectos supracitados, é importante aprofundarmos os estudos acerca das relações entre saúde mental e ditadura, sobretudo sob o prisma da colaboração de profissionais desse campo com o aparato repressivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AMARANTE, Paulo (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva. **Relatório Final**. São Paulo: Alesp, 2015. 4t
- BERRIOS, German. Classificações em Psiquiatria: uma história conceitual. **Revista de Psiquiatria Clínica**, USP, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 113-127, 2008.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 3 v.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem:** uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Práticas *psi* no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fabio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (Org.). **Clio-Psyché:** histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. P. 43-53.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional:** o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A verdade é revolucionária:** testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Cem anos devem mostrar o que a história do Juquery escondeu. **Jornal PSI**, CRP-SP, São Paulo, ano 17, n. 113, p. 6-7, nov./dez. 1998.

COSTA, Maria Izabel Sanches Costa. **Política de saúde mental-política de segurança:** manicômio judiciário, entre o hospital psiquiátrico e a prisão. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

HUR, Domenico Uhng. Políticas da Psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012.

MONTARROYOS, Sylvia de. **Réquiem por Tatiana.** Recife: Samarone, 2013.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela; NEMI, Ana (Org.). **Medicina e contextos de exceção:** história, tensões e continuidades. Santo André: UFABC, 2017. (Coleção Medicina, Saúde & História)

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, supl., p. 79-90, nov. 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (orgs.). **Ditadura e**

democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Psicología y destrucción del psiquismo: la utilización profesional del conocimiento psicológico para la tortura de presos políticos.

Psicologia: Ciência e Profissão, 37(núm. esp.), 2017, pp. 11-27.

PROGRAMA LUGARES DE MEMÓRIA. **Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2017.

RIQUELME, Horacio. Ética profesional en tiempos de crisis: médicos y psicólogos en las dictaduras de América del Sur. **PoliS: Revista Latinoamericana**, v. 8, 2004.

SAKAGUCHI, Douglas Sherer. **Juquery: a história revisitada**. A assistência psiquiátrica entre muros na Ditadura Militar. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Alessandra Daffon dos; JACO-VILELA, Ana Maria. Rádice: passado e futuro. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 26-32, 2005.

SCARPARO, Helena. Concepções e práticas de saúde mental nas décadas de 1960 e 1970: mulheres, repressão política e fazeres sociais. In: PORTUGAL, Francisco Teixeira; JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Clio-psyché**: gênero, psicologia, história. Rio de Janeiro: NAU, 2012. P. 191-204.

SCARPARO, Helena; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall’Igna. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, jan./jun. 2014.

SZASZ, Thomas. **A fabricação da loucura**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1984.

“FAÇAMOS A REFORMA AGRÁRIA ANTES QUE O POVO FAÇA A REVOLUÇÃO AGRÁRIA”¹: ANTICOMUNISMO DO PATRONATO RURAL E AS LUTAS EM TORNO DA QUESTÃO AGRÁRIA (1961-1964)

CASSOL, TIAGO PERINAZZO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. MESTRANDO PPGH-UFPEL (GRADUADO EM HISTÓRIA LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL)

RODRIGUES, DARLAN DE FARIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. MESTRANDO PPGH-UFPEL (GRADUADO EM HISTÓRIA LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL)

BOLSISTA CAPES

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão agrária gaúcha durante os primeiros anos da década de 1960, tendo como objetivo de análise as classes patronais rurais e seu vínculo a uma perspectiva *anticomunista* de mundo, como também, as mobilizações camponesas na luta pela reforma agrária no estado gaúcho. Com o foco sobre a *questão agrária*, investigamos a atuação destes grupos – ruralistas, camponeses e trabalhadores rurais – sobre as esferas econômica, política e ideológica da sociedade riograndense, em especial, acompanhando os debates em torno da *reforma agrária* nos

.....
1 * A presente pesquisa faz parte do projeto “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE”.

Correio do Povo. 26/07/1961. p. 16.

periódicos “*Correio do Povo*”, “*Novos Rumos*”, “*Última Hora*” e “*Terra Livre*” dentre os anos 1961-1964. Partindo de resultados alcançados dentro dos quadros da pesquisa histórica, a apresentação tratará de questões sensíveis ao desenvolvimento dos processos de mestrado, dos trabalhos e da pesquisa realizados. E, nesse sentido, explorar as disputas em torno da propriedade da terra no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Questão agrária; Anticomunismo; Reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

A década de 1960 é fundamental para compreendermos as disputas políticas acerca da *questão agrária*² brasileira e a especificidade das disputas em relação a reforma agrária que mobilizou amplos setores da sociedade brasileira no período. Através dessa disputa, nossa sociedade posicionou-se intensamente e apaixonadamente em prol da defesa de uma “justa” reforma agrária, mobilizando de um lado setores da esquerda (trabalhadores urbanos; camponeses; sindicatos e partidos políticos, por exemplo) e de outro, setores da direita (patronato rural e suas federações; partidos políticos e representantes de classe), compartilhando a análise da necessidade de mudanças em relação ao campo brasileiro. No plano internacional, através do esforço estadunidense da *Aliança para o Progresso*³, de um lado, e da influência das

.....
2 “O termo *questão agrária* é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país.” (STEDILE, João Pedro. *Questão Agrária*. In: CALDART, Roseli et al. [org.] *Dicionário da Educação do Campo*. Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Expressão Popular, p. 629).

3 Impulsionada pelos EUA e com vistas a conter o avanço socialista na América Latina, a Aliança para o Progresso, anunciada em março de 1961, formalizada em agosto pela Carta de Punta del Este, caracterizou-se por “un vasto esfuerzo para procurar una vida mejor a todos los habitantes del continente”, propondo diversos comprometimentos aos países latinoamericanos, e como contrapartida, um auxílio financeiro por parte dos EUA aos países signatários, dentre os quais: erradicação do analfabetismo; justa remuneração aos trabalhadores; reforma tributária; “impulsar, dentro de las particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral orientada a la efectiva transformación de las estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra [...]” (ver mais em: *Union Panamericana. Secretaría General, Organización de los Estados Americanos*. Washington, D.C. 1967).

Revoluções socialistas (Cubana e Chinesa) de outro, os modelos em disputa se aprofundaram, porém o consenso em relação a necessária reforma agrária será defendido pelos diferentes campos do espectro ideológico.

O presente artigo visa contribuir com as discussões do II CIHIS (Congresso Internacional de História) de forma geral e, em específico, no Simpósio Temático Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado no Cone Sul: Singularidades, Comparações, Sequelas e Persistências. Pretendemos abordar a questão agrária rio-grandense durante os primeiros anos da década de 1960, tendo como objetivo de análise as classes patronais rurais e seu vínculo a uma perspectiva *anticomunista* de mundo, como também, as mobilizações camponesas na luta pela reforma agrária no estado gaúcho.

O RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS 1960

O Rio Grande do Sul dos anos 1960 é permeado de conturbações na vida política e econômica da sociedade. As lutas pela terra no estado ascendem ao plano principal da política estadual, reivindicando soluções concretas para o problema agrário do período. Desde 1961, a questão agrária estadual entra em pauta, sendo permanente a discussão do tema nos periódicos gaúchos, como o *Correio do Povo* e *Última Hora*, e na Assembleia Legislativa do Estado dentre os primeiros anos da década de 1960 (1960-64).

Para compreendermos a importância da questão agrária gaúcha para os debates da sociedade ao período, partiremos de uma breve análise das condições que embasaram as discussões e disputaram alguns conceitos, dentre os quais podemos destacar o de *Reforma Agrária*, caro aos movimentos progressistas, reformistas e revolucionários, mas que também toma lugar nas pautas conservadoras e até mesmo entre os reacionários. Mas por que um conceito como o de reforma agrária estaria presente de tal maneira que era aceito, e não apenas aceito, mas disputado entre os mais divergentes grupos políticos-ideológicos do estado riograndense?

A primeira consideração é exatamente em relação do conceito ser “aceito”, ou seja, se apresentava enquanto uma necessidade – reconhecida – estrutural da economia estadual. A construção dessa visão, de que o

problema seria mais profundo e diretamente interligado com a forma com que se desenvolveu a exploração da produção das lavouras e da pecuária e da própria propriedade privada da terra, já estava presente no ano de 1960. O trabalho de Cláudio Accurso (1960) já aponta para o que seria mais densamente elaborado em 1965 no “Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico”, para um “insuficiente desenvolvimento da economia” do estado gaúcho.

Essa “insuficiência” estaria relacionada com a inserção de capital no campo, na introdução da produção agrícola aos circuitos capitalistas e a abertura e ampliação dos mercados internos. A questão da técnica e do maquinário é fundamental para compreender esse processo, segundo documento da Fundação de Economia e Estatística (FEE) de 1978:

pode-se perceber que a técnica se constitui, de um lado, em expressão do progresso histórico e em fator necessário ao desenvolvimento econômico da sociedade e, de outro, pelas alterações que promove nas relações de produção, num importante instrumento de expansão do capital. (FEE, 1978, p. 52)

Tomando nota que a chamada “técnica” se configura na inserção de tratores nas lavouras, de adubos e fertilizantes, por exemplo. Ainda segundo o documento de 1978 da FEE, percebemos que o incentivo à inversão, ou seja, incorporação de maquinário (capital) na produção agrícola era mais profícuo para a grande exploração, nas propriedades de maiores áreas. Por exemplo, na lavoura de trigo, segundo os dados levantados pelo estudo, entre os anos de 1962-1970 a área mecanizada passou de 55,32% para 82,29%, aumentando consideravelmente a produção, no entanto, quando olhamos para a chamada “produtividade física” (toneladas por hectares) vemos que a exploração não mecanizada (colonial, tradicional) se equivale a exploração mecanizada chegando a superá-la, como nos casos dos anos 1963 e 1967. Considerando que a exploração “não mecanizada” da lavoura de trigo que em 1962 correspondia a 44,68% da área cultivada, em 1970 é de 17,71%. Com isso, conclui-se que a lavoura de trigo, em conjunto com a de arroz e mais tarde a da soja formaram as bases para a introdução capi-

talista nos campos gaúchos. Essa inversão seria introduzida, em um primeiro momento, na região norte do Estado, com a constituição das chamadas “granjas”, sendo que as décadas de 1950 e 1960 concretizariam esse processo “moderno”, porém, sem alteração na estrutura fundiária no Estado. Conforme CARINI E TEDESCO (2007):

Não temos dúvidas de que as décadas de 1950 e 1960 atestam a concretização do chamado modelo “moderno” em substituição ao modelo “tradicional” de produzir e de conviver socialmente. O que não se alterou nesse processo, dentre muitas outras questões, foi a estrutura fundiária, que já vinha se consolidando pelo viés da concentração da terra e da saída do campo de um imenso contingente de pequenos proprietários, meeiros, caboclos e índios, e que se intensifica a partir de 1960. (CARINI; TEDESCO, 2007, p. 14)

No entanto, essas questões aos primeiros anos da década de 1960 eram discussões e disputas em torno da questão agrária estadual. No Rio Grande do Sul se destacaram duas vertentes em relação a problemática agrária, primeiro a encabeçada pelos grupos dominantes do campo, setores ruralistas, empresários e banqueiros contrapondo-se aos movimentos sociais do/no campo, emergentes na luta travada por melhores condições, em especial para os camponeses/as e trabalhadores/as rurais. O conflito pelo direito à terra por parte dos movimentos sociais convergia com o esgotamento da fronteira agrícola e com a estagnação econômica devido a concentração de terras. Tanto o problema agrário/econômico, quanto o problema social, serão importantes para a aceleração das disputas em torno da Reforma Agrária no Estado. Conforme GEHLEN (1983), o “surgimento” da figura do camponês sem-terra no Estado, seria consequência desse processo de:

esgotamento dos espaços disponíveis para os sem-terra, pois as terras gaúchas [a partir de 1940] já encontravam-se retalhadas e distribuídas a seus proprietários, estando, portanto, praticamente esgotadas as possibilidades de expansão interna. Fruto desse esgotamento, surge a figura do “migrante”, que em um primeiro momento, deslocava-se para o oeste de Santa Catarina e Paraná, porém, os “sobrantes” possuíam duas alternativas “a) migrar para as cidades, transformando-se em assalariados urbanos [...]; b) [...] permanecer na zona rural como agregado, parceiro, diarista, pequeno arrendatário ou assalariado permanente (GEHLEN, 1983, p. 81).

Nesse sentido, torna-se importante a observação feita por Accurso, que defendia uma organização econômica que se interligasse ao sistema de reprodução capitalista, colocava os grandes proprietários como agentes responsáveis pela insuficiência econômica estadual, sendo estes, empecilhos à própria inserção de capital no campo. Nesse sentido, a “técnica” contrapor-se-ia ao “atraso”. Sendo a “técnica” igual à inserção de capital, e “atraso” enquanto empecilho à ampliação da reprodução capitalista no estado do Rio Grande do Sul.

Além da crise econômica, o ano de 1958 elegeu Leonel de Moura Brizola governador do Estado. Eleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o então “engenheiro, de 37 anos havia desfrutado de uma meteórica ascensão na vida pública, tendo sido eleito deputado estadual, federal e prefeito de Porto Alegre antes de ocupar o cargo de governador do Estado” (ALVES, 2010). O governo de Brizola, com duração até o ano de 1962, dentre outras ações, representaria um marco nas disputas por terra no Rio Grande do Sul, seja através da elaboração de uma *política* agrária, seja por considerar a mobilização camponesa fundamental para que tal política se viabilizasse. Embora a política agrária viria a tornar-se um importante elemento de seu governo, Brizola a ela não se referiria quando das eleições de 1958. Em nenhum momento tornaria prioritária a causa da reforma agrária, sendo que esta “guinada” às questões relativas à problemática agrária somente seriam incorporadas a partir da metade de seu mandato.

Conforme a historiadora Marluza Harres:

Do ponto de vista do programa [eleitoral, de governo], não havia nenhum comprometimento do governo com essa causa [...] a demanda por terras somente foi reconhecida e incorporada como problema passível de tratamento político nos dois últimos anos da administração do governo Leonel Brizola. De certa forma, o governo estadual não estava aparelhado para tratar da questão da terra, e a decisão de intervir comportava uma reorientação política da política agrária até então seguida pela administração. A coalizão de forças políticas a sustentar o governo foi o primeiro impasse enfrentado na viabilização dessa nova orientação, pois representava a presença, nos quadros administrativos, de uma oposição à formulação política reformista. (HARRES, 2014, p. 48)

A partir do governo petebista – embora na figura do governador haveria a negociação com os “dois lados” – o Rio Grande do Sul tornaria concreta a disputa por Reforma Agrária, opondo, de um lado, ruralistas e grandes proprietários rurais e suas Associações de classe e, de outro, trabalhadores rurais e camponeses, também com suas Associações e mobilizações.

A LUTA CAMPONESA NO RS

O Master, conforme reportagem do jornal *Terra Livre*, seria oficialmente “lançado” no ano de 1960, no município de Encruzilhada do Sul, com a elaboração de “Estatutos” que iriam nortear a atuação do Movimento nos próximos anos. O periódico assim noticia sua fundação:

Acaba de ser lançado no Município de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, o MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA, visando unir os camponeses daquela região em torno de um amplo programa de luta pela concretização de seus justos interesses e direitos. Trata-se de uma iniciativa que vem obtendo grande repercussão naquele Estado e, inclusive, na Câmara Federal, onde foi objeto da apreciação e do estímulo de deputados progressistas de vários outros Estados. O MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA já elaborou seus Estatutos, que passamos a transcrever para conhecimento dos leitores, uma vez que as reivindicações neles contidas são do Interesse dos camponeses em geral de nosso país

OS ESTATUTOS: “Art. 1.º — Com a denominação de “Movimento dos Agricultores sem Terra” de Encruzilhada do Sul fica fundada, nesta cidade, com sede nesta cidade e com jurisdição neste município, Estado do Rio Grande do Sul, uma sociedade civil, que terá os seguintes objetivos fundamentais:

a) — combater toda forma de exploração do trabalho rural, defendendo o produtor e a produção estimular a produtividade e a valorização do homem do campo por todos os meios de amparo e assistência; [...]

d) — combater os altos preços de arrendamento e da parceria agrícola e promover o acesso do agricultor sem terra ao domínio da gleba rural pela compra financiada a longo prazo, pela concessão de terras públicas e pela desapropriação das áreas improdutivas e dos latifúndios antieconômicos; [...]

f) — Investigar a legalidade da posse de áreas latifundiárias, que muitas vezes Incorporam terras do Estado ou são constituídas por terras não havidas legalmente comprovada a ilegalidade da posse, lutar para que essas áreas passem ao Estado, que as distribuirá aos agricultores sem terra; [...]

p) — apoiar todas as medidas de reforma agrária que tramitam no legislativo federal e estadual e que se enquadrem com os objetivos da entidade.⁴

.....
4 “Foi lançado no Rio Grande do Sul o Movimento dos Agricultores sem Terra”. Jornal Terra Livre, Março de 1960. p. 2. Número 89.

O Master surge em Encruzilhada do Sul após um conflito de terras envolvendo a tentativa de um proprietário rural em retomar uma área de 1.800 hectares, ocupada há mais de 50 anos por cerca de 300 famílias de posseiros, que não aceitaram passivamente e contaram com o apoio do então prefeito de Encruzilhada, Milton Serres Rodrigues⁵, para resistir (ECKERT, 1984). A partir dessa articulação entre prefeitura-posseiros, haverá a criação do primeiro núcleo do Master nessa cidade. Esse primeiro núcleo também contaria com o apoio do deputado federal Ruy Ramos⁶, outro importante membro do PTB⁷. Rodrigues articularia um acordo com o governo do Estado para desapropriar parte da área e a emitir títulos de posse para os camponeses que lá residiam.

O Estatuto cita como um dos objetivos do Master, “promover o acesso do agricultor sem terra, ao domínio da gleba rural pela compra financiada a longo prazo”, sem especificar como seria realizado esse pagamento em relação a desapropriação da área. Mais tarde, o Master passaria a defender a desapropriação através de títulos da dívida pública, conforme proposto pelo então presidente João Goulart. Além disso, o objetivo de “investigar a legalidade da posse de áreas latifundiárias” e “lutar para que passem ao Estado, que as distribuirá aos camponeses” mostra que o Master parece priorizar uma reforma agrária dentro da legalidade, pois ao que indica o Estatuto de seu lançamento, caberia aos camponeses “alertar” o Estado e auxiliá-lo na identificação dos latifúndios gaúchos. Essa proximidade do Master em

.....
5 Milton Serres Rodrigues, além de Prefeito de Encruzilhada do Sul também era delegado de polícia. Filiado ao PTB gaúcho, será uma das principais lideranças do Master durante a sua existência.

6 Ruy Ramos, bacharel em ciências jurídicas e sociais exercia profissão de advogado e promotor público em Alegrete (RS). Foi eleito deputado federal, pela primeira vez, em 1950. Em 1954 concorreu a uma cadeira ao Senado Federal, no entanto, sem sucesso, permanecendo como deputado federal até 1955. Em 1958 elege-se novamente deputado federal e integra, no período, a Frente Parlamentar Nacionalista. Defensor da Reforma Agrária e um dos líderes dos agricultores sem terra. Faleceu de maneira trágica, em 1962, em um desastre aéreo. (ver mais em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rui-vitorino-ramos> acesso em 06/05/2019).

7 A notícia também faz referência a um apoio da “Câmara Federal”, embora não especifique quais parlamentares estariam apoiando a criação do movimento no Rio Grande do Sul, além de Ramos.

relação à algumas premissas do governo do Estado revela uma articulação política entre ambos, nem sempre mantida.

Além das pautas políticas e econômicas, o Master também propunha um formato organizativo, através de “associados, sem discriminação de raça, nacionalidade, religião ou partido político”, incluindo em suas fileiras, “aqueles agricultores ou pecuaristas, de ambos os sexos, que, embora proprietários, aceitem os seus princípios e objetivos e se proponham a defendê-los”, assim como “trabalhadores suburbanos e marginais da cidade [...] e [que] pretendam dedicar-se à exploração da terra”. Esse amplo esforço deveria ser empreendido em outros municípios e cidades do Estado, para então “proceder-se ao lançamento do Movimento dos Agricultores sem Terra do Rio Grande do Sul”, que teria a forma orgânica de uma Federação. Posteriormente, em havendo casos similares no restante do país, “lançar-se-á o Movimento Nacional dos Agricultores sem Terra, na forma de uma Confederação”⁸. Chama a atenção a pluralidade de setores sociais aceitos pelo movimento em suas fileiras, pois bastaria aos indivíduos interessados aceitarem os princípios e objetivos do Master para tornarem-se membros. O apontamento para algo mais amplo (um “Movimento Nacional”, uma “Confederação”) em termos organizativos, nos mostra que seus dirigentes estariam atentos para as disputas políticas por reforma agrária a nível nacional.

Embora criado em 1960, o Master somente iniciaria sua atuação mais contundente a partir do Congresso de Belo Horizonte, ocorrido em novembro de 1961. Esse Congresso marca um importante acontecimento em relação a luta dos camponeses e trabalhadores rurais em todo o país. Contando com cerca de 1.600 delegados, de todos os Estados do país, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conforme noticiado pelo jornal Última Hora teria como princípio:

.....
8 Ibidem. “Foi lançado no Rio Grande do Sul o Movimento dos Agricultores sem Terra”.
Jornal Terra Livre, Março de 1960. p. 2. Número 89.

Saudação de Camponês é Reforma ou Revolução!

Reforma agrária imediata, com a liquidação do latifúndio, desapropriação de todas as propriedades acima de 500 hectares e sua venda aos camponeses, é a tese que o Primeiro Congresso dos Trabalhadores do Campo, aprovou. Quinze teses foram apresentadas sobre o aproveitamento da terra, no Brasil: todas elas afirmam a absoluta necessidade de se efetuar a reforma agrária.

[...] Vinte e uma delegações, representando todos os Estados do Brasil – do Amazonas ao Rio Grande do Sul – com um total de 1.600 pessoas – sendo 942 camponeses e 558 representantes de entidades estudantis e sindicais – participaram do Congresso. Como saudação usavam sempre uma expressão: “Reforma ou revolução”.⁹

Nota-se a importante presença de centenas de representantes de “entidades estudantis e sindicais”, o que demonstra a articulação camponesa com a sociedade civil e também a disseminação da pauta da Reforma Agrária em diferentes categorias sociais. A mesma reportagem cita a presença de 52 mulheres camponesas, dois padres, incluindo um gaúcho, representando a “Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul”. Além disso, “o deputado Ruy Ramos, veio dizer aos congressistas que o Governador Brizola vai fazer reforma agrária no Rio Grande do Sul e já criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária para fazer um levantamento das terras e dos camponeses que querem trabalhar por conta própria.”¹⁰ Ou seja, o Rio Grande do Sul era visto como um Estado em que a pauta da Reforma Agrária se desenvolvia concretamente.

*

Com a iminência da realização do Congresso de Belo Horizonte, o Master passaria a priorizar a organização e criação de Associações rurais de trabalhadores por todo o Rio Grande do Sul, organizando caravanas e discussões anteriores a este Congresso e propondo a organização de um Congresso Estadual para eleição de delegados para a participação em Belo Horizonte, conforme nos relata Eckert:

.....
9 **Saudação de Camponês é Reforma ou Revolução!**. Jornal Última Hora, 20 de Novembro de 1961. s/p.

10 *Ibidem*. **Saudação de Camponês é Reforma ou Revolução!**. Jornal Última Hora, 20 de Novembro de 1961. s/p.

Em agosto de 1961, a Comissão Organizadora do I Congresso dos Agricultores Sem Terra do RS, decide dedicar especial atenção à organização no interior do Estado, principalmente no que dizia respeito à estruturação das associações de camponeses, as quais elegeriam seus delegados ao Congresso gaúcho e ao Congresso de Belo Horizonte. Para esse trabalho, foram organizados seis caravanas, para percorrerem 48 municípios gaúchos. (ECKERT, 1984, p. 75)

É notável a abrangência estadual do movimento, pois conseguiu-se realizar 48 caravanas em municípios gaúchos para discutir questões vinculadas a luta pela terra, organização das associações municipais de camponeses e a preparação para o Congresso de BH. Segundo reportagem do dia 11 de novembro de 1961, também do periódico Última Hora:

Congresso Camponês. Dia 15 a instalação.

Gaúchos estarão presentes. Do RGS seguirá uma delegação de 40 representantes das 35 associações em funcionamento em nosso Estado. O embarque dos delegados gaúchos ocorrerá segunda-feira, sob comando do sr. Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul e um dos mais entusiastas batalhadores da organização dos camponeses no RGS.¹¹

Auxiliados pelo governo do Estado, a quem coube o fretamento do ônibus até Belo Horizonte, os delegados gaúchos retornariam ao Estado convictos da necessidade de intensificar a luta pela democratização da propriedade rural¹². Em janeiro de 1962 o Master empreenderia uma mobilização que marcaria o início de uma nova tática em relação às reivindicações por terra no Estado e no país: os acampamentos.

Em janeiro de 1962 o Master empreenderia mobilização no norte do Estado do Rio Grande do Sul, na região de Sarandi/Nonoai, reivindicando a desapropriação da Fazenda Sarandi, uma área de quase 25 mil hectares e

.....
11 **Congresso Camponês. Dia 15 a instalação.** Jornal Última Hora, 11 de novembro de 1961. p. 6

12 Embora o Congresso fosse marcado por disputas entre as representações de classe camponesa – sobretudo divergências entre a ULTAB e as Ligas – em relação a forma de se realizar a Reforma Agrária, após o Congresso, com a vitória da tese defendida pelas Ligas e por Francisco Julião, a palavra de ordem passaria a ser “Reforma Agrária, na lei ou na marra”. Mesmo assim, o Master, embora amplie suas mobilizações, seguirá defendendo uma Reforma Agrária dentro da legalidade.

de propriedade estrangeira¹³. A estratégia utilizada seria a constituição de acampamentos na estrada a beira da Fazenda, como forma de denúncia e reivindicação do latifúndio para o Estado e para a sociedade. Conforme noticiado pelo jornal Última Hora:

Nonoai: Agricultores rezam e pedem terra para plantar

Nonoai, 12 (UH) – <<Queremos terra para plantar>>, eis o grito de unísono (sic) dos 800 agricultores acampados no distrito de Cascavel, neste município, frente às extensas áreas improdutivas da fazenda Sarandi. Dormindo em barracas, os agricultores se mantêm unidos em torno da [ilegível] reivindicação: exigem que o Estado solucione seu problema.

Entre eles e a extensa fazenda Sarandi (praticamente abandonada e de propriedade do grupo uruguaio <<Estâncias Julio Mailo>>) existe apenas a estrada a separá-los. Podiam ocupar a estância de 25 mil hectares, cheia de pinheirais e madeira de lei e que, de mês em mês é visitada pelos proprietários. Don Pepe e Don Luiz que vêm de Montevideu em seu avião particular receber as rendas dos matos arrendados à várias serrarias. Dispostos a permanecer ali até que se resolva a sua situação, os lavradores não querem, no entanto recorrer a violência. <<Queremos apenas terra>> – explicam [...].¹⁴

Posteriormente, o contingente de agricultores a reivindicar terra ampliar-se-ia para cerca de 1.600 agricultores. O governador do Estado se faria presente no local, prometendo a desapropriação da referida fazenda, o que de fato aconteceria, mesmo que com limites e dificuldades.

A partir do exemplo de Sarandi, e com uma vitória política concreta em torno das mobilizações, no ano de 1962 iriam alastrar-se as ocupações,

.....
13 A Fazenda Sarandi, "até 1903 pertencia ap Sr. João Vergueiro e ocupava pelo menos o dobro da área a que estava reduzida em 1962. Por razões de herança e vendas, foi sendo parcelada. Uma parcela de cerca de 16 mil hectares foi comprada por Ernesto José Anoni que, em 1962, era prefeito de Carazinho pelo PTB. Outra parcela [...], foi adquirida em 1903 pelo uruguaio Júlio Mailhos, industrial de fumo naquele país. Mais tarde, e com a morte de Júlio, foi subdividida em três partes: Granadera Horácio Mailhos S/A, Estância Júlio Mailhos S/A e Agropecuária Lucena S/C/A, pertencentes ao senhor Roberto Mailhos e Gaston Mailhos, ambos netos do antigo proprietário, e ao senhor Ulisses Ferriolo. [...] Os Mailhos realizavam intensa exploração de madeiras, através de três serrarias autorizadas, entre elas a lochpe S.A, de Porto Alegre, hoje evoluída para banco comercial. Além disso, arrendavam parcelas a plantadores de trigo, milho, soja e criadores de gado. [...] Afora isso, os quase 22 mil ha da Fazenda constituam estratégica reserva de valor." (GEHLEN, 1983, p. 133).

14 **Nonoai. Agricultores rezam e pedem terra para plantar.** Jornal Última Hora, 12/01/1962, pág. 12.

mobilizações, acampamentos e reivindicações dos camponeses ao governo do Estado. Segundo levantamento realizado por Córdula Eckert (1984), nesse ano houveram cerca de vinte e duas mobilizações e acampamentos, em diversas regiões do Estado.

a partir daí [janeiro 1962], surgiram no mês de janeiro inúmeros acampamentos no estado, como o de Camaquã no Banhado do Colégio, Santa Maria, Caçapava, Itapoã, Sapucaia, Alegrete no Ibirapuitã, São Francisco de Assis, além de ocorrerem concentrações e pressões junto ao Governo do Estado em outros municípios.” (ECKERT, 1984, p. 111)

Essa nova etapa da luta camponesa no Rio Grande do Sul servira, também, para mobilizar o “outro lado”, ou melhor, para acirrar a disputa entre os interesses divergentes em relação a qual reforma agrária dever-se-ia priorizar.

PATRONATO RURAL E A QUESTÃO AGRÁRIA NO “CORREIO DO POVO”

Acompanhando a questão agrária rio-grandense nas páginas do “Correio do Povo” dentre os anos de 1961 e 1962 percebemos a tomada de posição política das classes dominantes agrárias do estado, expressada no movimento *ruralista* que possuía como sua vanguarda organizativa a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL). O posicionamento frente às discussões relacionadas ao debate em torno da questão agrária estadual insere-se nos quadros da *Guerra Fria*, isso é dizer que, compreendemos a ideologia difundida pelo *ruralismo gaúcho* nos marcos do conflito entre as duas grandes potências do período pós-guerra: os EUA e a URSS¹⁵.

Mas qual seria a relação entre as classes dominantes do setor agrário riograndense e a geopolítica internacional? A resposta: a ideologia. Será, precisamente, a ideologia a fronteira comum entre as classes dominantes

.....
15 O conflito emerge imediatamente ao pós Segunda Guerra Mundial perdurando oficialmente até a queda da URSS em 1991. Segundo o historiador britânico E.P. Thompson: “Essa confrontação mútua de estruturas imperiais não tem precedente histórico: nem mesmo a Cristandade e o Império Otomano se enfrentaram (exceto em suas fronteiras) de maneira tão maciça, tão vigilante, com uma refração ideológica tão generalizada.” (THOMPSON, 1981, p. 86).

regionais, nacionais e hemisféricas. Um aspecto desta força que organiza a clivagem das realidades, construindo por sua vez, as próprias *visões de mundo* de um determinado período histórico foi o *elemento anticomunista* presente na ideologia das classes dominantes durante esses primeiros anos da década de 1960 (e durante boa parte do século XX, certamente). É sobre essa lente que abordaremos o patronato rural gaúcho e sua tomada de consciência durante os conflitos agrários no Rio Grande do Sul durante os primeiros anos da década de 1960.

Nesse sentido, o periódico “Correio do Povo” é uma fonte privilegiada para compreender tanto a organização, como também o debate público proposto pelos setores ligados à grande propriedade de terras no estado. Tomando nota que o “Correio do Povo”, jornal fundado no final do século XIX (1895) pelo sergipano Francisco Vieira Caldas Júnior, na década de 1960 era dirigido por seu filho, Breno Alcaraz Caldas, dono do “Grupo Caldas Júnior” e grande proprietário de terras no estado¹⁶.

A FARSUL E O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO CORREIO DO POVO

O ruralismo gaúcho através de diferentes personalidades ganha expressão no periódico individualmente desde o início do ano, em fevereiro, Sylvio da Cunha Echenique¹⁷ ao correio do povo se pronunciava sobre a reforma agrária, dizendo: “A classe rural parece que ainda não entrou nos debates”. E sobre a reforma agrária, escrevia:

Penso que ela é útil e necessária, não apenas para o proletariado rural, mas também para os minifundiários, os parvifundiários e até para os que, como eu, são ruralistas dotados de valor positivo nas atividades econômicas da exploração da terra. Não menciono os latifundiários, que são nitidamente nocivos à sociedade.¹⁸

.....
16 Breno Além de possuir uma área de 2.808 ha em Viamão, era sócio da “Arrozeira Brasileira S.A.” que detinha vastas extensões de terra em Guaíba (4.161 ha) e em Tapes (4.039 ha), totalizando 8.200 hectares (GASPAROTTO, 2016, p. 32)

17 (1898-1985). Político, escritor e ruralista pelotense. Foi prefeito de Pelotas entre 1944-1945 e eleito deputado federal em 1950. Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC), gestões 1943-1945 e 1945-1947.

18 *Correio do Povo*. 10/02/1961. “Ainda a Reforma Agrária”. p. 4.

Postura inusitada do autor que ao se definir enquanto parte do ruralismo “dotado de valor positivo” se distancia do conceito de latifundiário, o condenando. No entanto, é indicador da semântica dos tempos históricos, quando o conceito de latifúndio/latifundiário é carregado negativamente, como algo danoso à sociedade e o ruralismo/ruralista apresenta-se enquanto o “moderno”, a inovação frente ao arcaico. Mas qual a relação entre reforma agrária e “moderno”/“modernização” para a classe ruralista? Justamente a construção semântica do conceito. O debate sobre o conceito de reforma agrária é o mais extenso do ano de 1961, o primeiro item catalogado por nossa pesquisa, dentre mais de uma centena de itens catalogados correspondentes ao ano de 1961 (entre artigos, textos de opinião, reportagens e notícias em geral), versa sobre o assunto. A problemática colocada é: “Reforma Agrária ou colonizar mais racionalmente?”¹⁹

O próprio Echenique no texto de fevereiro de 1961 deu indícios do que deveria tratar a “reforma agrária”: “Educação, Assistência Técnica e Crédito. Falhando qualquer delas, falharão as demais. Só a posse da terra, não conduz à prosperidade nem gera a felicidade”²⁰. Serão, de certa forma, os pilares do debate proposto pelos setores ruralistas, seus intelectuais e porta-vozes de classe mais renomados.

A FARSUL aparece com mais destaque e se posiciona com maior frequência no periódico depois das eleições para a nova diretoria (gestão 1961-1963), sob a presidência de Antônio Saint Pastous de Freitas²¹. Já nos dias 02 e 03 de agosto do mesmo ano, mesmo mês em que aconteceu o encontro em Montevideu²², é noticiada a criação do grupo de estudos da entidade *mater* do ruralismo gaúcho para tratar da questão agrária. O grupo foi supervisionado por Lourenço Mário Prunes (ruralista e desembargador do

.....
19 *Correio do Povo*. 06/01/1961. “Reforma agrária ou colonizar mais racionalmente?”. p. 12. *Correio Rural*.

20 *Correio do Povo*. 10/02/1961. “Ainda a Reforma Agrária”. p. 4.

21 (1892-1976), Alegrete. Médico e pecuarista, foi um intelectual orgânico do ruralismo gaúcho. Membro Sócio-fundador do IPESUL. Reitor da URGs (1943-1945).

22 Que gerou a “Carta de Montevideu”, documento com os princípios para adesão ao programa “Aliança para o Progresso”.

RGS) que ficou até novembro, deixando o grupo após divergências internas sobre a compreensão do problema agrário. Prunes elaborou um anteprojeto de reforma, este foi apresentado pelo deputado Sereno Chaise em 10 de novembro de 1961 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e anexada ao livro intitulado: “Reforma Agrária Integral”, publicado em 1962 pela editora Sulina.

O “G.T.R.A” (Grupo de Trabalho sobre a Reforma Agrária), após a saída de Prunes ficou sob supervisão de Manuel Luzardo de Almeida, economista e professor. Segundo Gasparotto (2016), o grupo possuía várias tarefas, e entre elas a de ampliar o contato com as entidades do ruralismo a âmbito nacional:

foi enviado um representante da Farsul a fim de estabelecer contatos com a CRB para a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária. Definida a data, a entidade enviou ao Rio de Janeiro uma delegação para participar do encontro, que objetivou: “a) Promover amplo entendimento entre as Federações Rurais do País; b) Fixar os rumos certos na campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a posição do ruralismo quanto à Reforma Agrária.” (GASPAROTTO, 2016, p. 130)

Temos portanto um rearranjo das organizações patronais no estado e uma preocupação especial com a questão agrária regional. As demonstrações de força do ruralismo riograndense e a articulação dos ruralistas nacionalmente se deram no mês de janeiro de 1962 em dois momentos distintos: na Concentração Rural de Santa Maria, ocorrida entre os dias 05, 06 e 07 de janeiro de 1962 e na VI Conferência Rural, organizada pela Confederação Rural Brasileira entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1962, no estádio do Maracanãzinho, cidade do Rio de Janeiro²³.

A Concentração de Santa Maria ocorreu durante o primeiro final de semana do ano de 1962 e foi amplamente divulgada, acompanhada e noticiada pelo “Correio do Povo” e durante boa parte do mês de janeiro repercutiu nas páginas do periódico o evento. No dia 12 de janeiro, Luiz Fernando Cirne

.....
23 Ver: RAMOS, Carolina. Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011. p. 51.

Lima²⁴ expressava suas expectativas em relação ao encontro de ruralistas: “a reunião de Santa Maria se constituiu em um oásis de compreensão e de harmonia. Um verdadeiro raiair de esperanças para o nosso agro.”²⁵

Representantes dos diferentes setores ligados ao mundo agrário se fizeram presentes, comerciantes, banqueiros e o próprio governo na figura de deputados estaduais e do então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola²⁶. Do encontro foi gestada uma “Carta de princípios do ruralismo”, publicada na edição do dia 09 de janeiro do “Correio do Povo”²⁷, onde o seguinte trecho consta na sessão de leitura da “carta”:

“Este documento, é uma mensagem dos ruralistas do Rio Grande aos homens responsáveis pelo país e endereçado na certeza de que não se consumará uma modificação na estrutura agrária sem que seja ouvida a palavra dos construtores de nossa riqueza agrária, os quais, não opondo resistência à cristianização, querem justiça social.”²⁸

Essas palavras são de Salgado Martins, um dos membros do grupo de estudos sobre a reforma agrária composto pela FARSUL, durante a cerimônia de encerramento da Concentração de Santa Maria, na noite de domingo, 07 de janeiro. O presidente da associação, Antônio Saint Pastous de

.....
24 Ruralista gaúcho. Ocupava o posto de 1º Secretário da FARSUL durante a gestão 1959-1961.

25 *Correio do Povo*. 12/01/1962. “CONCENTRAÇÃO RURAL DE SANTA MARIA”, L. F. Cirne Lima. p. 4. (*Correio Rural*).

26 É interessante notar que também fizeram-se presentes à Concentração os camponeses, na figura de Milton Serres Rodrigues (presidente do Master), como observadores, porém “sem serem convidados”. Reportagem do *Jornal Última Hora*, tratando das impressões da representação camponesa, assinala: “[...] os representantes do Movimento dos Agricultores sem Terras, liderados pelo prefeito Milton Serres Rodrigues – que participaram como observadores da reunião – tomaram posição a favor da reforma agrária radical e, inclusive, entregaram uma carta ao governador, quando da sua chegada ontem a esta cidade [...] Em certo trecho da referida carta: ‘Sabemos que o conclave dos grandes proprietários de terra se orientou nos velhos moldes da tradição política brasileira que só tem causado aos trabalhadores e aos camponeses sem terra o analfabetismo, a fome, a miséria, a tuberculose e a mortalidade infantil. A missiva dos Agricultores Sem Terra termina pedindo ao governador que continue na defesa de uma reforma agrária integral’”. (**Encerrada ontem concentração rural de Santa Maria. Behregaray: <<Estaremos unidos na defesa do direito de propriedade.** *Jornal Última Hora*, 08/01/1962, p. 8). Além disso, dias após o término da Concentração de Santa Maria, os camponeses acampariam nas terras da Fazenda Sarandi, numa espécie de “resposta” ao ruralismo gaúcho.

27 *Correio do Povo*. 09/01/1962. “Carta de princípios do ruralismo”. p. 20.

28 Idem.

Freitas, antes de ler a “carta de princípios” que seria encaminhada para a VI Conferência Rural no fim do mês, passa a palavra à Salgado Martins para este ler o documento que ficou conhecido “Carta de Santa Maria”. O trecho destacado acima é parte da transcrição feita pelo periódico da cerimônia de encerramento e denota, além da tomada de posição da classe patronal rural do Rio Grande do Sul, um posicionamento frente aos debates em torno da reforma agrária.

A síntese dos princípios das classes rurais pode se ver ao final da VI Conferência Rural, como destaca Ramos (2011), quando ao final do evento

foi formulada a Declaração de Princípios das Classes Rurais, onde foi defendida “uma renovação da agricultura que, pela sua amplitude e profundidade corresponda a uma verdadeira revolução agrícola, pacífica, democrática, cristã e técnica, dentro dos padrões políticos da sociedade ocidental” (RAMOS, 2011, p. 52.

Nessa síntese, estão contidas algumas das bandeiras centrais da “reforma agrária” patronal brasileira: a defesa da “democracia”, da “civilização ocidental” e do “cristianismo”, através da implementação da técnica, modernizando, por assim dizer, as relações de produção no campo. A promessa das classes dominantes alinhadas com essa perspectiva era a de *aumento de produtividade*. No entanto, a questão seria a possibilidade da exploração de área em larga escala, da concentração de terras e por consequência dos recursos, nas mãos de uma minoria proprietária. Sem mencionar, na questão do controle do modelo de propriedade a ser desenvolvida no Estado. Pairava, ainda, o temor de desapropriação das terras privadas, fonte primordial da “ameaça” – segundo a perspectiva patronal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que a *questão agrária* foi a arena de um conflito que expressava os interesses entre as nações, entre as classes e intra-classes. No caso rio-grandense a luta pela terra ascendeu ao centro da questão política, levando a reorganização da ordem dominante que vestia-se sob nova roupagem do “moderno”, do “técnico”, do “justo” e “humano”.

Encarregados destes estandartes o patronato gaúcho, em especial o rural, abraçou as premissas anticomunistas que pregavam a iminente “subversão da ordem” pelas movimentações populares, colocando as classes sociais em oposição direta no seio das relações produtivas. Os governos progressistas/trabalhistas que apoiaram a luta por direitos das classes populares e trabalhadoras não tardaram em ser acusados de “comunistas”, de estarem sendo alvos da “infiltração” e “avanço do comunismo internacional”.

Nestes quadros, eleva-se o incentivo à repressão aos movimentos do campo, num primeiro momento velada sob o governo Meneghetti, a partir de 1963, mas deflagrado logo após o golpe de 1964, com a imediata perseguição às lideranças camponesas, militantes e figuras políticas com envolvimento com o MASTER e as lutas pela reforma agrária. As experiências das lutas camponesas ficariam enquanto sementes para a reestruturação das lutas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCURSO, Cláudio. **Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEPE, 1960. In: Ensaios FEE, 1982.
- ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur; VERAS, Arnaldo I. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, n. 16, 1965. (Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico).
- ALVES, Bernard José Pereira. **A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, legislação e mobilização**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de mestrado.
- CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. Os conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980). Porto Alegre. Edições Est. 2007.
- ECKERT, Córdula. **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964**. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências

de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FEE (FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA). **25 anos de economia gaúcha. Vol.3. A agricultura do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1978.

GASPAROTTO, Alessandra. “**Companheiros ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de luta pela terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi.** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. Dissertação de mestrado.

HARRES, Marluza Marques. **Estratégias trabalhistas para o mundo rural: governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo/RS. Oikos, editora Unisinos, 2014.

_____. **Movimentos Sociais Rurais.** In: **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985).** Coordenação Geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de Volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 – 1964).** Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985).** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2011.

_____. **Estado e Patronato Rural: a Confederação Nacional de Agricultura (1961-1966).** In: MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado Brasileiro: Agência e Agentes.** Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964).** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SILVA, Carla Luciana. **Anticomunismo brasileiro: Conceitos e Historiografia.** *Tempos Históricos.* M. C. Rondon: v.02, nº 01, p. 195-228. Mar/2000.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: CALDART, Roseli et al. [org.]. **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Expressão Popular.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

A RECUPERAÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA BATALHA DA PRAÇA ARGENTINA (1980) EM DOCUMENTOS DO SNI: FONTES DA REPRESSÃO E PERCURSOS METODOLÓGICOS

LETÍCIA WICKERT FERNANDES
MESTRANDA EM HISTÓRIA (UFRGS), BOLSISTA CAPES
LETWFERNANDES@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

No início de agosto de 1980, as primeiras informações sobre a viagem oficial do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, a ser realizada entre os dias 19 e 23 do mesmo mês, começaram a ser noticiadas pela mídia gaúcha. Líder da Junta Militar que derrubou Isabel Perón da presidência e instaurou um golpe de Estado em 24 de março de 1976 na Argentina, Videla visitava o país em 1980 com o objetivo de firmar acordos político-econômicos com o governo brasileiro, que tinha o ditador João Figueiredo na presidência. Em um contexto de lenta reabertura da política brasileira, a firmação de acordos com a Argentina, cujo Estado já contabilizava cerca de 30 mil mortos e desaparecidos políticos e era internacionalmente execrado pela opinião pública, transmitia uma ideia de retrocesso político, e acendeu a resistência e a luta pela democracia (FERNÁNDEZ, 2014, p. 17).

A passagem de Videla por Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo entre os dias 19 e 22 de agosto foi marcada tanto por sessão de homenagem dos políticos brasileiros no Congresso Nacional, quanto de manifestações de repúdio de estudantes, militantes e familiares de brasileiros desaparecidos

na Argentina. Em Porto Alegre, onde a visita seria encerrada no dia 23, circulava a informação de que as autoridades da cidade aproveitariam a vinda de Figueiredo e Videla, em despedida no Palácio Piratini, para reinaugurar a Praça Argentina, localizada na Avenida João Pessoa, a menos de 50 metros do Campus Central da UFRGS. A praça havia passado por uma recente reforma, e a presença dos dois ditadores, assim, marcaria a reinauguração simbólica daquele espaço com a colocação de uma placa de bronze, doada pelo ditador argentino ao Prefeito Socias Villela (PDS), para ser instalada na praça antes do seu regresso a Buenos Aires. Entretanto, a notícia da reinauguração da Praça por aquelas autoridades, que tão próximas estariam da Universidade, foi levada pelos estudantes como “uma grande provocação” (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 237).

Diversos panfletos e cartazes foram distribuídos convidando a população para unir-se aos estudantes em frente ao prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, na manhã da sexta-feira 22 de agosto, em uma manifestação pública de repúdio à presença de Videla e Figueiredo, prevista para o dia seguinte após sua passagem por São Paulo. A oposição, portanto, não se baseava apenas na denúncia à ditadura argentina, mas também à brasileira. “NÃO QUEREMOS MAIS UM DITADOR NO BRASIL! FORA VIDELA!”, um deles declarava (informe nº 098/116/80).

Na manhã do dia 22 de agosto, no local e hora previstos, um grupo de cerca de 50 manifestantes estavam a postos sob uma fina chuva, prontos para iniciar o ato, quando um cerco da Brigada Militar fechou todas as avenidas e ruas de acesso ao local. Do outro lado da Avenida João Pessoa, na Casa dos Estudantes Universitários (CEU), localizada acima do Restaurante Universitário (RU), as sacadas estavam lotadas de estudantes que observavam a intensa movimentação repressiva montada contra os manifestantes; nos parapeitos havia diversos cartazes em desagravo à presença de Videla e Figueiredo (Folha da Tarde, 23 e 24 ago. 1980, p. 21).

Os estudantes pretendiam se dirigir até a frente do Consulado da Argentina, localizado na Rua Annes Dias, perto dali, onde a manifestação seria encerrada. As lideranças do grupo tentaram, então, dialogar com o

comandante da Brigada Militar, solicitando a permissão para o deslocamento. Frente à negativa do comandante, um grupo de estudantes atravessou a Avenida João Pessoa em direção ao RU e o caos se generalizou. A tropa de choque avançou com rapidez e agressividade com cassetetes e escudos sobre os estudantes, que nesse momento já contavam com o dobro de manifestantes. Em meio ao caos e no ímpeto de buscar refúgio contra a violência empregada, diversos estudantes colidiram contra a porta de vidro do RU, que estilhaçou-se (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 243).

Após algum tempo de conflito e detenção de alguns estudantes, o cerco policial foi dispersado e os manifestantes conseguiram se reorganizar. Pelos diversos Campus da UFRGS, comissões de estudantes anunciaram, de sala em sala, o que havia ocorrido aos colegas. Os estudantes, então, decidiram ocupar o RU em uma assembleia geral que contou com a participação de mais de mil estudantes, além de políticos do PT e PMDB que manifestaram seu apoio à organização de uma vigília para avaliar novas estratégias de luta para as horas seguintes (Zero Hora, 23 ago. p. 21).

A chegada de Videla a Porto Alegre ocorreria na manhã do sábado, dia 23 de agosto. Em vigília no restaurante universitário da UFRGS desde a tarde do dia anterior, centenas de estudantes acordaram cercados por um forte aparato militar que era ostentado na Praça Argentina desde o amanhecer. Segundo o jornal Zero Hora, “o esquema de segurança montado nas ruas da capital gaúcha foi um dos mais rigorosos já vistos depois de 64”, contando também com diversos policiais à paisana espalhados pelo centro cidade (Zero Hora, 24 ago. 1980, p. 36). Enquanto isso, Videla, após chegar ao Aeroporto Salgado Filho, foi recepcionado pelo governador estadual Amaral de Souza e pelo general João Figueiredo em um almoço no Palácio Piratini com cerca de 700 convidados, entre empresários gaúchos, argentinos e autoridades dos dois países.

Após longos minutos de tensão, ao meio dia, um pelotão de cavalaria começou a se deslocar do Palácio Piratini até a Praça Argentina, o que fez os estudantes suspeitarem de que Figueiredo e Videla estavam a caminho para a reinauguração da praça. À medida que os policiais chegavam, a multidão

de manifestantes se concentrava em frente ao RU, aumentando a expectativa da chegada dos ditadores; na lógica dos estudantes, era necessário, então, reinaugurá-la antes deles. Assim, cerca de 300 estudantes saíram da frente do RU da UFRGS e, cruzando a Av. João Pessoa, ingressaram no pátio do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, ficando frente a frente com o pelotão da Brigada. Aos gritos de “um, dois, três, quatro, cinco mil! Abaixo a ditadura na Argentina e no Brasil!”, uma faixa foi aberta onde se lia: “Praça das Locas de Mayo”, em homenagem às mães argentinas que, corajosamente, denunciavam o desaparecimento de seus filhos pela repressão (Zero Hora, 24 ago. 1980, p. 36).

Depois da liberdade dos discentes detidos no dia anterior, e terminada a comemoração do “rebatizado” nome da Praça, os estudantes voltaram ao RU, sua trincheira de lutas; lá, receberam a notícia de que Videla e Figueiredo haviam partido silenciosamente até o Aeroporto à tarde; o ditador argentino partira sem inaugurar a praça, nem instalar a sua placa de bronze, intimidado pela movimentação estudantil nos arredores do local. Para muitos, aquele ficou conhecido como “o dia em que Videla amarelou” (BORTOT; GUIMARAENS, 2008, p. 237-245). No RU, diversos espetáculos teatrais, musicais e leituras de manifestos marcaram as várias horas de ocupação que se seguiram, concluindo-a em seguida; fora um grande marco de vitória para o movimento estudantil gaúcho, que resistira e lutara em repúdio à presença dos dois ditadores (PADRÓS, 2015, p. 8).

A partir da reconstrução histórica deste episódio de conflito e resistência do movimento estudantil contra forças ditatoriais, basearemos nossa análise. Aqui será apresentado alguns dos percursos metodológicos traçados na pesquisa sobre o evento que resultou na recuperação de fotografias inéditas da Batalha da Praça Argentina (que serão apresentadas na sequência), através da análise de informes produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência vigente durante a ditadura. Objetiva-se, aqui, destacar algumas especificidades deste tipo de fonte da repressão, bem como traçar os caminhos metodológicos percorridos para a análise dos informes e para a identificação das fotografias presentes nos mesmos.

AS FONTES

De acordo com Henry Rousso (1996), é possível considerar como fonte histórica todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos. O recorte cronológico e metodológico trazido aqui, demanda de uma análise em perspectiva global e histórica, enfatizando a História do Tempo Presente como perspectiva analítica; nela, há uma simultaneidade temporal de existência entre o historiador e o seu objeto de estudo. A variedade de materiais existentes que podem tornar-se fontes de estudo para a História do Tempo Presente é uma das principais características desta perspectiva analítica e, portanto, “proporciona, através do cruzamento das mesmas e da análise resultante, exercícios de complementação, aferição, comparação e interdição das informações coletadas” (PADRÓS, 2009, p. 43).

As fontes inicialmente utilizadas para a pesquisa foram fonte da imprensa e documentação repressiva, do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência da ditadura. Entretanto, o mesmo trabalho apresentou posteriormente outros desdobramentos, aqui apresentados, fazendo necessário o uso de, também, dois outros alicerces-base: a) o conceito de documento enquanto oriundo de um fundo de arquivo; e b) a fonte oral, o testemunho. Cada qual possui suas características, especificidades e formas de tratamentos metodológicos próprias.

De acordo com Arlette Farge (2009), o fundo de arquivo constitui conjuntos de documentos, homogêneos pela natureza das peças que comportam, cujo crescimento se deu de maneira orgânica e automática em virtude das funções e atividades de uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, e cuja conservação respeita esse crescimento sem jamais desmembrá-lo. Para Rousso (1996), o arquivo escrito implica que sejam analisadas séries mais ou menos completas para ser possível compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento.

Obviamente, analisar absolutamente todos os documentos produzidos por um órgão ou instituição é uma tarefa impossível de ser realizável, visto que há diversos processos de tratamento documental (além de dilemas e questões políticas) que afunilam a quantidade dos documentos que chegam até a mesa do historiador. Seja através de processos de avaliação documental em operações seletivas, seja pela eliminação de documentos, classificação de sigilo ou destruição intencional com fins de queima de arquivo, dentre tantos outros processos, cria-se um tipo de filtro que transforma o acervo disponível à pesquisa o sintoma de uma falta. Tal falta, também, faz parte do testemunho, que encontra na passagem do tempo e no esquecimento elementos possíveis de serem nomeados como lacunas. É necessário, portanto, uma abordagem prudente, tanto dos arquivos, quanto do testemunho: não se pode reduzi-los apenas a narrativas subjetivas, tampouco elegê-los como provas irrefutáveis, mas trabalhar em diálogo entre ambos a fim de reconstituir uma sequência particular do passado em forma de narrativa, dotada de coerência interna e irrefutável, ou seja, de uma inteligibilidade científica (ROUSSO, 1996, p. 86).

Assim sendo, a primeira fonte a ser comentada trata-se do conjunto de documentos que podemos denominar como fonte repressiva (ou seja, corpos documentais produzidos pelo próprio regime de exceção). Para Elizabeth Jelin, estes acervos se caracterizam por arquivos de caráter policial ou de inteligência, especialmente no que tange a produção de informes, prontuários e antecedentes (CATELA; JELIN, 2002, p. 5). Nesta pesquisa, foram analisando cerca de 6 mil documentos em sequência, do Fundo do SNI-RS online, através do banco de dados do Arquivo Nacional; tendo em vista que o fundo da APA (Agência de Porto Alegre, do SNI) contém mais de 15 mil documentos micrografados, há ainda muitos caminhos a serem desdobrados pela frente. Ainda assim, foi possível localizar um denso e rico leque de informes, comunicados e pareceres acerca da vigilância e suspeição sobre os estudantes da UFRGS que integravam o movimento estudantil e participaram de manifestações de repúdio à presença do ditador argentino Jorge Videla em Porto Alegre em 1980.

Cabe aqui destacar um alerta contra o fetichismo do documento escrito. Na medida em que o arquivo é produto de uma linguagem própria, produzido por indivíduos singulares dentro de uma lógica de tempo, contexto e função, são produtos de um ponto de vista de um determinado coletivo (neste caso, um órgão de inteligência governamental de um Estado ditatorial), além de serem componentes de subjetividade e interpretação, apresentando também em seus conteúdos juízos de valor e subjetividades ideológicas que não podem passar despercebidos pela leitura do historiador. Não é a existência de um documento o atestado de sua aferição como verdade suplementar. Há outras marcas do passado que são necessárias de serem levados em conta.

A outra fonte a ser analisada será a fonte testemunhal. De acordo com Paulo Ricoeur (2007), com o testemunho se inaugura um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. O testemunho pode ser usado em caráter histórico, judiciário ou de uso comum, representando o passado por narrativas, artifícios retóricos, e tendo por essência um relato oriundo de uma experiência vivida pessoal ou coletiva. O acesso a este tipo de fonte demanda de uma situação dialogal, entre ouvinte e testemunha. Cabe ao historiador lidar metodologicamente com cada tipo de fonte e tratar de suas especificidades, limites, potencialidades e perigos, para uma escrita coerente, lógica, científica e inteligível da história.

OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA

Idealizado – já antes do golpe de 1964 – pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado nos primeiros meses da ditadura, através da Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, durante o governo do ditador Castello Branco. Tendo iniciado com um quadro de agentes composto por “meia dúzia de gatos-pingados” (GASPARI, 2014, p. 159), o Serviço dispôs de um curso de informações na Escola Nacional de Informações (EsNI), a partir de 1971, para a formação de analistas e agentes secretos qualificados; em 1982, possuía um

efetivo de mais de 6 mil quadros, formando aquilo que se denominou de “comunidade de informações”.

Constituindo a peça central do Sistema Nacional de Informações (SisNI), o SNI foi integrado pelos sistemas setoriais de informações dos ministérios civis e militares e pelo sistema de informações estratégicas militares, cujo complexo formava a comunidade de informações. Era incumbência do órgão superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, assessorando o Executivo, em proveito do Conselho de Segurança Nacional, nas decisões de interesse do regime ditatorial (LAGÔA, 1983, p. 19). Seu organismo dividia-se em 13 Agências Regionais, espalhadas pelo país, e uma Agência Central, com sede em Brasília. A Agência cujo fundo foi analisado, tratou-se da Agência de Porto Alegre (APA), responsável por superintender e coordenar as atividades de informações no Rio Grande do Sul.

No meio estudantil, a coleta dos dados, trabalhados na forma de informes, se dava pelo agente em campo, infiltrado – fazendo-se passar por estudante comum – ou não-infiltrado – como era o caso de professores e reitores (em muitos casos militares) nomeados pelo Governo Federal para atuarem nas universidades. Era comum também a presença de policiais próximos aos entornos de casas de estudantes, diretórios acadêmicos, bares e outros lugares de encontro e circulação dos estudantes com o objetivo de gerar intimidação através da sua simples presença. A utilização do medo, nestes casos, também produzia os efeitos desejados de opressão sobre os elementos da oposição. Após a coleta, as informações produzidas pelo SNI eram transformadas em produtos de inteligência pelos analistas, em proveito das decisões de planejamento, execução e acompanhamento das políticas do Poder Executivo.

Os informes produzidos pela Agência de Porto Alegre, do SNI, apresentados e analisados na sequência do trabalho, apresentam uma significativa riqueza de detalhes, cujas informações aparentam partir de dentro do próprio movimento estudantil, evidenciando assim o estado de vigilância, suspeição, e o alcance dos braços da repressão através dos

diversos agentes infiltrados pelos órgãos de inteligência entre os universitários. Sendo o movimento estudantil um dos alvos prioritários da vigilância pelo Estado de Segurança Nacional, por ser um dos grupos de oposição mais ativos e combativos no período final da ditadura, observa-se a contradição nos informes entre a política oficial de reabertura “lenta, gradual e segura” da democracia, e a intensificação da vigilância ostensiva e de ameaça sobre os estudantes.

MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTRA A VIGILÂNCIA

Desde os primeiros momentos do golpe, o movimento estudantil vinha sendo alvo de intensa suspeição e vigilância por parte dos agentes repressivos, considerado um grupo de “inimigos internos” à segurança interna do Estado sob a ditadura. Alvos de Comissões Especiais de Investigação Sumária, expulsões das universidades, cancelamentos de matrículas, vigilância, prisões, torturas e perseguições, muitos estudantes também tinham que conviver com seus repressores diariamente nas suas rotinas acadêmicas e pessoais.

Na UFRGS, bem como em outras universidades e instituições de ensino, era corriqueira a presença de “ratos” e “dedos-duros” que colaboravam na vigilância e fornecimento de informações para a repressão; os “ratos”, agentes dos órgãos repressores (de inteligência ou policiais), infiltrados ou não, que faziam-se passar por estudantes regularmente matriculados; os “dedos-duros”, alunos regulares que entregavam seus colegas voluntariamente (ou pressionados por algum tipo de coerção); ambos, personalizavam o monitoramento do cotidiano das salas de aula e faculdades (bem como casas estudantis, manifestações, festas, jantas de turma, assembleias, reuniões particulares, etc.), coletando informações e colaborando na elaboração de relatórios. Desempenhavam, portanto, um papel funcional e crucial na estratégia de controle ideológico e na propagação da “cultura do medo”, criando também uma atmosfera de perseguição, medo e paranoia (ANTUNES, 2002, p. 33).

Ao longo da ditadura, entretanto, os estudantes também passaram a desenvolver dispositivos de segurança para burlar e identificar os agentes

infiltrados no movimento estudantil. Um documento confidencial produzido pela Agência de Porto Alegre (APA) de nº 026/116/APA/80, de julho de 1980, informa que havia sido observado em todas as manifestações na área da Agência regional do SNI o emprego de algumas medidas de segurança por parte dos grupos estudantis de esquerda que passaram a dificultar a atuação dos agentes dos serviços de informações. Algumas estratégias como a organização de comissões de segurança formadas para identificação dos agentes, bem como a sinalização de elementos estranhos ao meio, a provocação destes e até inquirição através de perguntas como “qual universidade você estuda?, qual faculdade?, quem são seus colegas?”, etc, passou a dificultar os trabalhos dos “arapongas” no meio estudantil. A dificuldade foi aumentada quando os estudantes passaram a utilizar equipamentos fotográficos e filmadoras para compartilhar entre os estudantes o registro da identificação destes elementos (informe nº 70/119/APA/80). As medidas de segurança implementadas pelo movimento estudantil, juntamente com a cooperação de jornalistas e fotógrafos da imprensa, ajudaram a “detetizar” os “ratos” que infestavam as salas de aula, salões de assembleias, casas estudantis e ruas em manifestações, demonstrando certa eficiência no combate aos agentes da repressão.

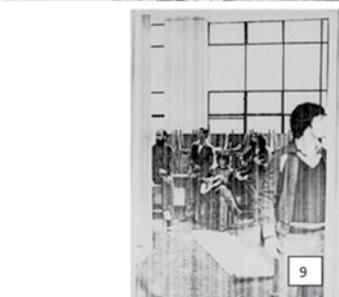
A IDENTIFICAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

De acordo com Henry Rousso, como já foi citado anteriormente, o arquivo escrito implica que sejam analisadas séries mais ou menos completas para se compreender a lógica de produção da instituição e dos atores dos documentos. E como já citado, também, cerca de 6 mil, dos aproximadamente 15 mil documentos micrografados constantes do fundo da APA-SNI, foram analisados para a pesquisa. Os resultados obtidos a seguir não teriam sido possíveis se fossem elencados pontualmente um ou outro documento do Fundo, a respeito do evento na Praça Argentina. Foi justamente a análise sistemática e sequencial de diversos documentos, em série, embasados em sua organização como fundos (FARGE, 2009), que nos coloca frente a algumas confrontações de informes que conduziram a pesquisa a

outros caminhos de interpretação. Sobre estes caminhos é que se tratam as próximas páginas.

O informe nº 70/119/APA/80, tratando a respeito do confronto dos estudantes com a Brigada Militar na Praça Argentina, no ato do dia 23 de agosto, cita a detenção dos estudantes Cícero Guella Fernandes, Paulo Roberto Gaiger Ferreira, Henrique Finco e Pedro Affonso Soares Pereira pela Brigada Militar. Junto ao nome dos dois últimos, consta a informação de que “estavam de posse de máquinas fotográficas, efetuando levantamento do efetivo da segurança presente ao ato público”; em anexo, no mesmo documento, eram apresentadas quatro cédulas de identidade e uma carteira de estudante de um dos detidos; adiante no mesmo informe, uma surpresa para a pesquisa: doze fotografias inéditas retratando o evento da Praça. As imagens, apesar da má qualidade de suas fotocópias, encontravam-se juntamente com recortes de jornais da Zero Hora do dia 23 de agosto de 1980, nos quais noticiavam os desdobramentos do ato de repúdio a Videla em Porto Alegre, na véspera – é usual nos documentos de inteligência a presença de anexos, que serviam para embasar ou reforçar as informações ali presentes difundidas pela comunidade de informações.

Como boa parte das fontes da imprensa disponíveis da época haviam sido analisadas (Correio do Povo, Folha da Tarde, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Revista Veja e Zero Hora), foi descartada a hipótese de que as fotografias fossem de origem da imprensa, por não haver nenhum indício ou registro de imagens semelhantes nesses meios de comunicação. Nenhuma fotografia semelhante às encontradas foi localizada nas fontes de imprensa. Estabeleceu-se a ideia de que elas, provavelmente, não foram tiradas pela mídia. Apesar de não conterem legenda, descrição ou datação, as fotografias registravam a Praça Argentina cercada por policiais militares, estudantes confeccionando cartazes, faixas e em aglomerações em frente e dentro do RU e Casa do Estudante da UFRGS, na Av. João Pessoa.



Fonte: BDZH/Arivaldo Chaves. In: BORTOT, 2008, p. 240-241.
Fonte: informe n° 70/119/APA/80.

A foto 8, aparentemente do DCE, localizado no mesmo prédio do RU, mostrava alguns estudantes circulando no recinto em cuja parede estava escrito “DIA 22/8/80 RU: TRINCHEIRA DE LUTAS CONTRA AS DITADURAS DA AMÉRICA LATINA”. A fotografia 6 mostra uma visão interna do prédio, cuja abertura de vidro que dava acesso ao lado externo era tomada por rabiscos de palavras de ordem (entre elas “soltem nossos presos”, “abaixo a ditadura”, “assassinos”, e outras de difícil identificação). A de nº 9 mostra jovens reunidos tocando violão na vigília do RU, e nas 4 e 5, confeccionando faixas e cartazes; de um ângulo superior, uma delas registrou o momento em que era confeccionado um desenho de caveira (que traz a ideia de morte – representação de ambas ditaduras), onde atrás dela cruzavam duas bandeiras: a do Brasil e da Argentina.

Entretanto, surge uma dúvida: de quem seria a autoria dessas fotografias? Seriam elas de agentes infiltrados ou dos próprios estudantes detidos? Com o cruzamento de fontes, foi possível estabelecer uma hipótese que explicaria como tais fotografias acabaram nos informes produzidos na Agência regional do maior órgão de informações da ditadura.

Uma pequena nota publicada pela Zero Hora no dia 24 de agosto confirma a prisão dos quatro estudantes, Cícero, Paulo, Henrique e Pedro, apesar de divergir do documento do SNI quanto ao dia da prisão de dois deles, cujas detenções também foram assinaladas pelo informe anteriormente citado; na reportagem, consta a informação de que:

A Polícia Federal liberou nas últimas horas da tarde os estudantes Paulo Roberto Gai-ger, Pedro Afonso Pereira, Cícero Fernandes e Henrique Fico. Segundo o deputado Antenor Ferrari que aguardava a liberação dos universitários, os dois primeiros foram detidos sexta-feira. Cícero e Henrique, ontem de manhã [23 de agosto], quando fotografavam a visita do presidente Jorge Rafael Videla à Praça Argentina foram detidos por não terem credenciais. Da Polícia Federal, os estudantes foram ao IML para exame e posteriormente ao RU, onde seus companheiros os aguardavam em assembleia (Zero Hora, 24 ago. 1980).

Como já citado neste texto, os estudantes adotavam algumas estratégias, identificadas pelos agentes dos órgãos de informações no informe

nº 026/116/APA/80 como sendo medidas comprometedoras para a infiltração dos policiais no movimento estudantil. Dentre os recursos utilizados, percebeu-se a formação de comissões de segurança organizadas pelos estudantes a fim de identificar e assinalar os “ratos” infiltrados. Neste informe, diversos nomes são citados, junto a uma pequena descrição de seus antecedentes “subversivos”; na lista, um dos nomes chama atenção por já ter aparecido nos informes anteriores. Dizia: “HENRIQUE FINCO, líder estudantil atuante. Participou do IIIº ENE. Foi detido em Minas Gerais”.

A partir de então, começou-se a pensar que a detenção de Henrique na movimentação da Praça, especialmente, não seria justificada apenas pela suposta “irregularidade” de fotografar as manifestações sem credenciais, como consta na publicação da Zero Hora do dia 24 de agosto. Sua prisão, e a provável apreensão de seu equipamento e/ou material fotográfico (que é citado como estando em sua posse no momento da prisão, de acordo com o informe 70/119/APA/80), provavelmente teria sido uma ação de natureza político-repressiva premeditada com antecedência pelos órgãos de inteligência. A hipótese foi corroborada pelos seguintes indícios: a) seu nome era conhecido pelo SNI como integrante da comissão de segurança do movimento estudantil (portando material fotográfico) no informe 026/116/APA/80; era do conhecimento da repressão a posição de Henrique no meio estudantil; b) este informe fora produzido anteriormente ao documento que relata sua prisão; c) na notícia de sua prisão consta que o mesmo fora apreendido com uma câmera fotográfica. Assim, era possível que sua prisão tenha sido premeditada com o objetivo de apreender o material fotográfico – que acabara registrado neste informe.

Outras hipóteses, como as fotos serem de autoria de Pedro Affonso Pereira (ou Cícero Fernandes), que também foram citados, acabam ganhando menos solidez, devido à incongruência das fontes. Enquanto no jornal Zero Hora, apresenta a informação de que Cícero foi detido com material fotográfico junto com Henrique, o informe do SNI nº 70/119/APA/80 afirma que foi Pedro quem portava máquina fotográfica junto com Henrique, apesar de também confirmar a prisão de Cícero. Apesar disto, tanto

o informe nº 70/119/APA/80 quanto o jornal Zero Hora concordam que Henrique portava câmera no momento de sua prisão. Ainda assim, também não foi descartada a possibilidade das fotos terem sido de autoria de agentes dos órgãos de repressão infiltrados na mobilização, como não raro acontecia. Era possível, também, que pudesse ser de Cícero ou Pedro, ou de ambos, já que provavelmente algum deles (senão os dois) também portavam câmeras no momento de sua prisão. A resolução da dúvida a respeito da autoria das fotografias, então ficara em aberto.

O TESTEMUNHO

O aparentemente “mistério” das fotos da Praça Argentina continuou a pairar. Foram feitas, então, tentativas de contato, via redes sociais, com os quatro estudantes da época, Henrique, Cícero, Paulo e Pedro. Apenas Henrique Finco foi localizado e contatado, no dia 08 de janeiro de 2018, pelo Facebook. Atualmente como professor de Comunicação e Cinema na Universidade Federal de Santa Catarina, Henrique aceitou o convite de conversar virtualmente.

No primeiro contato estabelecido, relatei apenas que havia acabado de entregar à banca avaliadora o meu Trabalho de Conclusão de Curso, no qual utilizava a documentação da imprensa e, principalmente, do SNI para reconstruir historicamente os acontecimentos que envolveram a ocupação da Praça Argentina em 1980. Disse, também, que seu nome era presente na documentação repressiva. Perguntei se este fato lhe incomodava, garantindo-lhe que não pretendia ser invasiva. Relatei que algumas fotografias da Praça foram anexadas, e que havia trabalhado com a hipótese das mesmas terem sido suas e apreendidas no momento de sua prisão.

A sua resposta demorou algumas horas, mas seu testemunho foi surpreendente:

Letícia, de fato fiz muitas fotos naquele dia, com uma câmera Pentax MX, lente 50mm usando um filme Tri-X, puxado para asa 800. Lembro bem. Fui preso em frente à Praça Argentina, por um P2, que me rendeu com uma pistola. Fui levado a um oficial da PM (que estava sem identificação). O P2, ao me entregar ao PM

fardado, disse “aí está ele”. O tenente (como soube em seguida) se dirigiu a mim perguntando: “o que tu faz aqui?” Eu respondo “Tchê...” Ele não me deixou passar do tchê e retrocou: “Sou um tenente da Brigada. Chama de tchê a tua turma” e logo me colocou dentro de um camburão, junto com outro moço (não lembro o nome dele) e fomos levados para a sede da PF, onde revelaram as fotos que eu havia batido... Nunca mais tive notícias destas fotos, até hoje.

Aqui, Henrique confirmou a hipótese de sua prisão ter sido premeditada/encomendada, visto o policial ter lhe entregue ao seu superior profereindo a frase “aí está ele”, como se sua detenção tivesse sido requisitada. Seu testemunho também confirma que fora preso com outro rapaz, mesmo não recordando a identidade do mesmo. O relato continuou:

São fotos batidas dentro do RU, na rua e de cima da Casa do Estudante. Se você tem as fotos, provavelmente poderei identificar algumas, talvez todas... Na ocasião, com o pessoal da organização do movimento (eram vários e diferentes organizadores), estávamos tentando fazer arquivos fotográficos que pudessem se constituir como memória icônica e, secundariamente, identificar eventuais infiltrados. Fui muito criticado pelo pessoal do ME por ter me deixado capturar com aqueles filmes, que poderiam servir para a repressão... O problema é que o P2 que me prendeu agiu muito rapidamente, não tive como reagir...

Henrique explicitou a razão de estar tirando fotografias do evento, que era tanto construir uma memória sobre o movimento estudantil (objetivo a longo prazo, visando o futuro) quanto identificar eventuais infiltrados (objetivo imediato, visando o presente). O depoimento vai ao encontro do informe 026/116/APA/80, que identifica-o como integrante das comissões de segurança do movimento estudantil que realizavam justamente essas identificações de agentes policiais e de inteligência infiltrados. Em seguida, enviei a Henrique as fotografias, e mais de um dia se passou até que ele me respondesse com “faz tempo que não pensava nestes eventos – e o que escrevi ontem saiu como vapor por uma válvula de pressão. São coisas que estavam adormecidas e vieram à tona...”.

Neste momento, Henrique cita diversos filmes e câmeras disponíveis na época, e a possibilidade e dúvida de ter usado um ou outro. Sua atual proximidade com o cinema e comunicação, ressaltado por sua

posição como professor universitário, rende-lhe arcabouço técnico para a observação. Então, relata o momento de identificação de um policial infiltrado no movimento estudantil:

Sobre as cópias das fotos que você enviou: as de dentro do RU com (quase certeza) são minhas: lembro de ter batido fotos assim – e não lembro de outro fotógrafo ter entrado lá. A que aparece um fusca em primeiro plano [...] é minha com certeza: eu fotografei porque aparece o Falcão, um infiltrado. Sabia que ele era infiltrado porque quando fui interrogado pela PF em 1979, dei com ele saindo do prédio da PF. [...] As da praça Argentina provavelmente são minhas também, pois foi depois de fotos assim que fui detido.

A identificação do infiltrado Falcão, feita por Henrique Finco, autor das fotografias.

O testemunho de Henrique confirma tanto a presença dos policiais infiltrados no movimento estudantil, quanto a ação de resistência dos estudantes a fim de repelir e identificar os mesmos, encontrando nos equipamentos fotográficos maneiras de combater a presença dos infiltrados. “Quanto a estarem de olho em mim, é bem possível, pois fui preso pela PF em 1977, no III ENE, em Belo Horizonte [...], posteriormente, detido pela PF de Porto Alegre”, disse, confirmando também o informe nº70/119/ APA/80 que traz os precedentes de Henrique no III ENE de Belo Horizonte, bem como a possibilidade de estar sob vigilância.

“Nossa... fiquei boa parte da noite pensando naqueles eventos...”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar de que forma as fontes repressiva e testemunhal, corroboram em diálogo para a escrita da história. Amparado pelo campo teórico da História do Tempo Presente, o texto trouxe o episódio da vinda de Videla a Porto Alegre, em 1980, e a ocupação da Praça Argentina pelo movimento estudantil como plano de fundo para o desenvolvimento do percurso metodológico desenvolvido na pesquisa que identificou a autoria de fotografias inéditas recuperadas nos arquivos do SNI. Longe de se fechar em uma lógica interna e circunscrita a si mesma, a utilização de fonte testemunhal, aliada à fonte repressiva, traz diversos avanços à historiografia. Há muito a ser explorado ainda, tanto na análise serial de fundos documentais, quanto na escuta e diálogo que envolve a memória dos atores que participaram do processo. Busca-se, assim, continuar o trabalho que demanda o resgate do protagonismo dos estudantes na luta contra a ditadura e em defesa da democracia, bem como a compreensão do modus operandi dos órgãos de inteligência com o objetivo de assimilar sua lógica e funcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão**: movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-219.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERNANDES, Letícia Wickert. **“Nem Videla, nem Figueiredo!”**: a Batalha da Praça Argentina e o movimento estudantil da UFRGS através dos documentos do SNI. TCC (Graduação em História). UFRGS, Porto Alegre, RS, 2017.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. **O ditador Videla em Porto Alegre**: um episódio de resistência e solidariedade democrática em tempos de ditaduras. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 56, jul./dez. p. 27. 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 19.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007 [2000].

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta**. Estudos Históricos, n. 17, 1996.

CRIMES DE LESA HUMANIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ANÁLISE DOS PEDIDOS DE EXTRADIÇÃO REQUERIDOS PELA REPÚBLICA ARGENTINA

PATRICIA DA COSTA MACHADO
DOUTORANDA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
BOLSISTA CAPES/PROEX

1. INTRODUÇÃO

Em agosto de 2019, a Lei n. 6.683 completou quarenta anos. A Lei da Anistia é um dos principais símbolos do período de redemocratização brasileira, fruto de uma longa jornada de lutas, iniciadas no início da década de 70 (MEZAROBBA, 2003). O texto aprovado, contudo, não refletiu o debate em torno de seu significado e o resultado foi uma anistia restrita e parcial, que usou de maneira eficaz o vocabulário técnico do direito para criar uma falsa sensação de neutralidade (GRECO, 2003).

Décadas depois, o Brasil persiste como o único país do Cone Sul cujo Poder Judiciário se recusa a revisar a anistia concedida durante os regimes de exceção que vigoraram no continente entre as décadas de 1950 a 1990¹.

.....
1 Na Argentina o caminho levou à anulação de todos os dispositivos que representassem obstáculos ao julgamento dos crimes da ditadura e ao entendimento dos crimes cometidos naquele período como de lesa humanidade, permitindo a retomada de julgamentos de repressores, quadro que persiste até a data presente (2019). Os casos de Chile e Uruguai são experiências intermediárias pois, embora não tenham revogado ou anulado suas leis de anistia, avançaram no debate sobre suas anistias. Repressores foram julgados e condenados por seus crimes, em razão da atuação de suas Cortes Supremas, que interpretam as anistias à luz da legislação internacional de proteção aos direitos humanos.

Em consequência, permanece isolado em sua recusa sistemática de responsabilizar agentes públicos acusados de cometer crimes de estado. Somente em 2010, vinte e quatro anos após o fim da ditadura², que o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro, julgou improcedente uma ação ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 153 visava contestar a anistia concedida aos “crimes conexos” aos crimes políticos, conceito desenvolvido para beneficiar os repressores. A maioria dos ministros consideraram a lei fruto de um acordo político e, por consequência, impassível de revisão. Apesar da condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso da Guerrilha do Araguaia, em dezembro do mesmo ano³, o cenário não teve modificações desde então.

É verdade que durante quase trinta anos a Corte Suprema brasileira não precisou se pronunciar diretamente sobre a eficácia, abrangência ou validade da Lei 6.683/79, pois as tentativas de sobreviventes e familiares de vítimas do regime em responsabilizar indivíduos suspeitos de cometer os mais diversos crimes (homicídios, desaparecimentos, tortura, estupro, entre outros), eram fulminadas por decisões que aplicavam a anistia e interrompiam o processo em seu início. O Ministério Público Federal, a instituição responsável pelas ações penais públicas, também não atuou nessa seara durante muito tempo e quando o fez, esbarrou no mesmo obstáculo. É sintomático que o primeiro posicionamento do guardião da Consti-

.....
2 O marco temporal da ditadura brasileira varia na historiografia. Me afilio à corrente que defende que o fim da ditadura ocorre somente em 1988, com a promulgação da Constituição democrática.

3 A decisão prolatada no Caso Guerrilha do Araguaia declarou a impossibilidade de invocar disposições de anistia, de prescrição ou excludentes de ilicitude para obstaculizar o cumprimento da obrigação de investigar os fatos e punir os responsáveis por graves violações de direitos humanos. Assim, a aplicação dada STF à Lei de Anistia não efetuou o controle de convencionalidade desta norma em face dos compromissos assumidos pelo país no plano internacional. A CIDH determinou a investigação penal dos fatos, a apuração das responsabilidades e a aplicação das sanções correspondentes, afrontando o que ficou decidido na ADPF n.º 153. A decisão internacional não determinou a invalidação da decisão do STF ou a revogação da Lei da Anistia, o que atualmente coloca a situação de coexistência das duas decisões, uma interna e outra internacional, com conteúdos bem distintos, senão opostos.

tuição Federal sobre a Lei de Anistia tenha ocorrido mais de três décadas após sua aprovação.

Antes do julgamento da ADPF n. 153, contudo, o Supremo já havia se manifestado em um pedido de extradição referente ao tema dos crimes cometidos por agentes estatais durante a ditadura argentina de 1976-1983. Em 2008, a Corte deferiu a extradição do ex-major uruguaio Manoel Cordeiro, embora com restrições. Os votos dos ministros naquela ocasião já apontavam para o desfecho que aguardava a ação ajuizada pela OAB.

O objetivo do artigo, portanto, é compreender a atuação do STF quando provocado a se manifestar sobre o tema dos crimes das ditaduras de outros países. As fontes analisadas serão as decisões proferidas nas Extradicações n. 974 e 1362, dois pedidos realizados pela República Argentina para extraditar cidadãos que respondem a processos por crimes de lesa humanidade⁴ relacionados à ditadura naquele país. Apesar de não tratarem diretamente sobre a anistia brasileira, o posicionamento dos ministros em relação à recepção dos tratados internacionais que versam sobre violações a direitos humanos é relevante para compreender o viés a partir do qual a temática dos crimes de Estado cometidos durante as ditaduras de segurança nacional – no país e na região do Cone Sul – foi abordada pela Corte.

O arcabouço teórico do artigo se sustenta na perspectiva da história do direito. Partimos da produção historiográfica e teórica de Edward Thompson, já que o elemento central de sua abordagem é a distinção de três aspectos diferenciados na lei: a instituição (e aqueles que a exercem),

.....
4 O entendimento majoritário da jurisprudência é que os crimes cometidos durante a ditadura são caracterizados como crimes de lesa humanidade. Em 2004, a *Corte Suprema de la Nación* julgou o primeiro de três casos que se tornariam paradigmáticos para a temática: no Caso Arancibia Clavel, julgado em agosto daquele ano, a Corte firmou o entendimento que os crimes configuravam crimes de lesa humanidade, motivo pelo qual seriam imprescritíveis. Em 2005, no Caso Simón, a Corte declarou sem efeito qualquer ato fundado nas leis de impunidade que pudessem obstar o avanço dos processos e julgamentos de responsáveis. Por fim, em 2007, os indultos dados por Carlos Menem aos militares condenados em 1985 no *Juicio de las Juntas* foram declarados inconstitucionais, no que ficou conhecido como Caso Mazzeo. Para maior aprofundamento, ver MACHADO, Patrícia da Costa. **As Supremas Cortes de Brasil e Argentina frente aos crimes de lesa humanidade perpetrados pelas ditaduras**. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

a ideologia e o código, com lógica e procedimentos próprios (a lei enquanto lei). A lei enquanto prática, portanto, não se localiza em uma distante superestrutura, mas perpassa as próprias relações como norma endossada pela comunidade. Por outro lado, ao invés de mecanismo de consenso, constitui-se no próprio campo onde o conflito social se desenvolve. Em suas palavras:

É inerente ao caráter específico da lei, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade. Mas, se um excesso disso for verdade, as consequências serão francamente contraproducentes. A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação aos seus próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma (THOMPSON, 1987, p. 354).

Partindo da premissa sustentada por Eric Hobsbawm, de que os historiadores têm o ofício de lembrar o que os outros esquecem (HOBSBAWM, 2003, p.13), a anistia como instituto ligado ao esquecimento é uma problemática que demonstra suas consequências no presente. Sua manutenção, a ausência de julgamentos de crimes cometidos em nome do Estado, somados ao desconhecimento histórico do período, são fatores relevantes para compreender um presente onde é socialmente e legalmente aceitável a celebração de golpes de estado e homenagens a cidadãos acusados de cometer crimes de lesa humanidade⁵. Compreender o posicionamento do STF sobre o tema é uma peça importante para um entendimento mais amplo do Poder Judiciário brasileiro e seu papel na manutenção do esquecimento – inclusive em casos envolvendo outros países da região.

.....

5 Dentre os diversos votos proferidos no julgamento do pedido de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, realizado na Câmara dos Deputados em abril de 2016, um merece destaque. O então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou em seu voto Carlos Brilhante Ulstra, militar que comandou o DOI-CODI em São Paulo, acusado por sobreviventes como torturador e condenado em ação declaratória ajuizada pela Família Telles, em 2006. ESTADO DE SÃO PAULO. **Veja frases dos deputados durante a votação do impeachment**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>>. Acesso em 14. mai.2019. Ocupando o cargo máximo do Poder Executivo, em março de 2019, Bolsonaro determinou que os quartéis comemorassem a data de 31 de março de 1964, que segundo ele, não teria sido um golpe militar. G1. **Presidente Bolsonaro manda quartéis celebrarem o 31 de março**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/25/presidente-bolsonaro-manda-quarteis-celebrarem-o-31-de-marco.ghtml>>. Acesso em 14. mai.2019

2. EXTRADIÇÃO N. 974: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS DITADURAS DO CONE SUL

O processo de extradição n. 974 foi o primeiro momento no qual o Supremo Tribunal Federal se pronunciou em um caso envolvendo estrangeiros acusados de cometer crimes ocorridos nos marcos do chamado Plano Condor⁶.

A extradição é um processo oficial pelo qual um Estado solicita a outro a entrega de uma pessoa condenada ou suspeita da prática de um crime. Em razão da soberania dos Estados, ela deve ocorrer dentro de formalidades legais determinadas por tratados bilaterais realizados entre os países. No Brasil, a Lei n. 6.815/80⁷ determinava as diretrizes gerais do processo de extradição, tais como a tipificação do fato como crime tanto no Estado requerido quanto no requerente (chamado também de dupla tipicidade)⁸; a expectativa de julgamento justo; proporcionalidade da pena⁹, entre outros. No caso de Brasil e Argentina, o tratado bilateral de extradição foi assinado em 1961¹⁰, o que possibilitou o pedido feito pelo país vizinho, restando aos ministros da Corte avaliarem a existência das condições previstas em ambas as normas.

Em 2005, a República Argentina enviou ao Brasil pedido de extra-

.....
6 O Plano (ou Operação) Condor foi uma aliança político-militar realizada entre as ditaduras de segurança nacional dos países da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru), com o auxílio da CIA e dos EUA. Criada com o objetivo de coordenar a repressão a opositores fora das fronteiras nacionais. Para maior aprofundamento, ver DINGES, 2005.

7 BRASIL. **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 30. abr. 2019. A Lei 6.815 foi revogada após a promulgação da Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017.

8 Essa regra é importante pois considera as diferenças culturais e sociais entre as nações. Há países que possuem pena de morte para condutas que em outros sequer é considerado crime. Assim, a regra da dupla tipicidade impõe limites concretos que facilitam a análise dos pedidos de extradição.

9 O Brasil, por exemplo, não admite penas de morte e prisão perpétua, motivo pelo qual não extradita para países que possuam essas penalidades ou os fazem com a condição de que estas não sejam aplicadas.

10 BRASIL. **Tratado de extradição entre Brasil e Argentina**. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/extradicao/arquivos/argentina-extradicao.pdf>>. Acesso em: 30. abr. 2019.

dição em face do ex-major uruguaio Manoel Cordero, acusado de ter cometido os crimes de sequestro, tortura e desaparecimento de onze cidadãos uruguaio, bem como pelo crime de subtração de um menor de dez anos¹¹, tipos penais previstos nos artigos 144 e 210 do Código Penal argentino, e na Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

Três anos depois, em 2008, o pedido de extradição foi deferido somente no que diz respeito ao crime de sequestro que, nessas circunstâncias históricas e factuais, configuraria um crime permanente, uma vez que os corpos das pessoas desaparecidas na década de 70 ainda não foram encontrados¹². Para o STF, a permanência seria a única maneira de afastar a incidência da prescrição e possibilitar a extradição em casos similares, e esse entendimento se tornou o marco decisório da jurisprudência sobre o tema. Os crimes de tortura e homicídio, contudo, foram considerados prescritos¹³.

O relator deste caso foi o ministro Marco Aurélio Mello, que votou pela improcedência total do pedido de extradição. Em seu entendimento, o crime de desaparecimento forçado não poderia ser enquadrado como sequestro pois a passagem do tempo seria evidência suficiente de que os desaparecidos já estão mortos. Como a configuração do crime de homicídio nesses casos seria impossível, já que é a prova material que configura esse tipo penal é o

.....
11 Os onze desaparecidos, todos de nacionalidade uruguaio, são: Adalberto Waldemar Soba Fernandez, Washington Cram Gonazáles, Alberto Cecílio Mechoso Mendes, Leon Guadalberto Duarte Lujar, Rubén Prieto Gonzales, Ary Cabrera Prates, Jose Hugo Méndez Donadio, Francisco Edgardo Candia Correa, Maria Islas Gatti de Zaffaroni, Jorge Roberto Zaffaroni Castilla e Maria Claudia Irureta Goyena de Gelman. O menor subtraído era Simón Riquelo, filho de Sara Rita Mendez, sequestrado com apenas 20 dias de idade.

12 Os chamados crimes permanentes são aqueles que se estendem ao longo do tempo. Em um sequestro, por exemplo, o crime permanece ocorrendo enquanto a vítima estiver sequestrada, o que pode durar anos. O crime de sequestro só cessa com a libertação ou morte da vítima. A ocultação de cadáver é outro exemplo de crime permanente, e ambos são tipos penais que possibilitam o afastamento da prescrição, pois este prazo só se inicia com o fim da permanência das condutas. O ato de desaparecer pessoas, portanto, não necessita de previsão específica do crime de desaparecimento forçado, podendo ser enquadrado como sequestro ou ocultação de cadáver.

13 A prescrição é o instituto jurídico que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente, devido ao decurso de determinado período de tempo. No Brasil, a prescrição penal é regulada pelo artigo 109 do Código Penal.

corpo da vítima, o relator apelou para o instituto da morte presumida, prevista na Lei n. 9.140 e no Código Civil brasileiro. Assim, o ministro inovou de diversas maneiras, pois desconsiderou o enquadramento legal feito pelo país requerente (o que poderia ser visto como um julgamento de mérito da questão), e aplicou um instituto civil em um caso cuja matéria era da esfera penal. Além disso, argumentou que casos semelhantes cometidos no Brasil estariam anistiados em razão da Lei n. 6.683/79, em uma tentativa inusitada de aplicar a legislação nacional para o caso argentino.

O esforço em montar uma linha argumentativa capaz de afastar qualquer possibilidade de responsabilização por crimes cometidos nos marcos de uma ditadura estrangeira são evidentes e o motivo para tal malabarismo retórico se materializa nos últimos parágrafos de seu voto:

Em última análise, o Supremo está a enfrentar, neste caso, na via indireta, é certo, a problemática alusiva a tema que, há pouco, esteve em voga – o alcance da anistia. Se deferida esta extradição, assentar-se-á a viabilidade da persecução criminal, de responsabilidade administrativa e civil, no tocante a fatos cobertos pela anistia e, então, esvaziada da essência será esta última, não mais implicando a suplantação de quadra indesejada. Feridas das mais sérias, consideradas repercussões de toda ordem, poderão vir a ser abertas. Isso não interessa ao coletivo. Isso não interessa a sociedade presentes valores maiores [sic]. Isso resultara em retrocesso dos mais nefastos.

Anistia é o apagamento do passado em termos de glória e responsabilidade de quem haja claudicando na arte de proceder. Anistia é definitiva virada de página, perdão em sentido maior, desapego a paixões que nem sempre contribuem para o almejado avanço cultural. Anistia é ato abrangente de amor, sempre calcado na busca do convívio pacífico dos cidadãos.

Eis o que se faz em jogo neste julgamento. Deferida a extradição, abertas estarão, por coerência, as portas as mais diversas controvérsias quanto ao salutar instituto da anistia. Grassara o conflito sem limites¹⁴.

Ao longo do debate, o receio de Marco Aurélio ficou claro: a possibilidade de que o resultado do pedido da Argentina impactasse de alguma maneira, a anistia brasileira:

.....
14 Voto de Marco Aurélio, páginas 10 e 11. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginador-pub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606492>>. Acesso em: 11. out. 2019.

SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR)

Senhor Presidente, continua sem resposta uma colocação: se os crimes tivessem sido praticados no Brasil – e nessa Operação Condor se diz que havia o envolvimento também de militares brasileiros –, o extraditando poderia sofrer a persecução sem declarar-se a inconstitucionalidade da Lei de Anistia?¹⁵

Foi o voto divergente de Cesar Peluso que enfrentou a problemática de que não caberia à Corte Suprema brasileira tipificar as condutas imputadas ao acusado de maneira diversa da realizada pelo país requerente. Se na Argentina há o entendimento de que o tipo penal a ser aplicado nos casos de desaparecimento forçado de pessoas é o sequestro, caberia ao STF tão somente analisar os critérios exigidos no Tratado de Extradicação e na Lei n. 6.815/80: a existência de tipo penal similar em nossa legislação (o critério denominado “dupla tipicidade”); a caracterização do crime como político ou de pequeno potencial ofensivo; a existência de causas de extinção de punibilidade, como a prescrição, etc. Por esses motivos, Peluso discordou do entendimento do relator e reconheceu a possibilidade de extraditar Manoel Cordero pelo crime de sequestro:

Noutras palavras, não vejo como nem por onde, sem encontrar correspondência no ordenamento jurídico argentino, dar pela existência de presunção da morte das inúmeras vítimas (esta é observação importantíssima no contexto da causa) para, desclassificando os crimes de sequestro para os de homicídio, tirar-lhes a todos, sem discriminação alguma, a consequência de prescrição da pretensão punitiva, assim como não concebo pudera a Corte subordinar o deferimento da extradicação, a eventual concordância do Estado requerente em, afastada a prescrição, julgar o extraditando por concurso material de delitos de homicídio¹⁶.

Com exceção do ministro Menezes de Direito, os demais acompanharam a divergência, culminando no deferimento da extradicação para o crime de sequestro, nos limites das penas previstas no Brasil¹⁷.

.....
15 Trecho do debate, p. 47.

16 Voto de Cesar Peluso, p. 32.

17 No Brasil, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 anos. Também são proibidas as penas de morte, de prisão perpétua e de banimento.

Nos anos seguintes, a República Argentina requereu a extradição de outros seis cidadãos, dos quais quatro foram deferidas, nos marcos do decidido na Extradição 974¹⁸. Um dos pedidos permanece sem julgamento final e outro seria um divisor de águas para a jurisprudência do STF: a Extradição n. 1362, julgado em novembro de 2016.

3. A EXTRADIÇÃO N. 1362 E O DEBATE SOBRE A IMPRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

O acórdão da ADPF nº 153¹⁹, publicado em 2010, evidenciou a resistência dos ministros em aplicar o controle de convencionalidade²⁰, consolidando uma postura conservadora do STF quanto à aplicação de normas do direito internacional, que ficaria ainda mais clara após a prolação da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da Guerrilha do Araguaia, ocorrida no mesmo ano. O choque entre a decisão do Supremo e da CIDH permanece sem resolução até o momento do encerramento deste artigo, uma vez que os Embargos Declaratórios opostos pela OAB permanecem sem julgamento. Não há previsão para o julgamento do recurso, mas o acórdão proferido em 2016 no pedido de Extradição n. 1362 aponta para o provável desenrolar do tema, como veremos.

Entre os anos de 2008 e 2017, mais quatro pedidos de extradição foram julgados pela Corte. Não analisaremos esses acórdãos uma vez que todos seguiram o entendimento pacificado no caso 974, ou seja, os pedidos que incluíam a acusação pelo crime de sequestro foram deferidos, nos limites impos-

.....
18 Extradição 1150, julgado em maio de 2011, deferiu a extradição de Norberto Raul Tozzo; Extradição 1278, julgada em setembro de 2012, deferiu a extradição de Claudio Vallejos; Extradição 1299, julgada em setembro de 2013, deferiu a extradição de Cezar Alejandro Enciso; Extradição 1270, julgada em outubro de 2017, deferiu a extradição de Gonzalo Sanchez Extradição 1327, ainda em julgamento.

19 A decisão do STF neste processo não será analisada neste artigo. Para maiores detalhes, ver MACHADO, *op. cit.*

20 Controle de convencionalidade é uma forma de compatibilização entre as normas de direito interno e os tratados de direitos humanos ratificados pelo governo e em vigor no país. Trata-se, portanto, de um controle de validade das normas nacionais, tendo por parâmetro não o texto constitucional, mas os compromissos internacionais assumidos em matéria de proteção aos direitos humanos.

tos em 2008. Em 2016, contudo, um caso trouxe novos elementos e forçou o Supremo Tribunal Federal a se manifestar sobre matéria nunca antes confrontada: a tipificação e imprescritibilidade dos crimes de lesa humanidade.

Em novembro de 2016 foi julgado o pedido de extradição de Salvador Siciliano, argentino que teria integrado a Triple A (*Alianza Anti-Comunista Argentina*), um grupo paramilitar que atuou durante o governo de Maria Estela Perón, entre 1973 e março de 1976²¹. Diferentemente dos demais casos, neste a República Argentina requereu a extradição com base na tipificação das condutas praticadas como crimes contra a humanidade, uma vez que a acusação contra o extraditando seria por crimes de homicídio e tortura, sistematicamente considerados prescritos no julgamento dos pedidos anteriores. Levado a um tribunal pleno com composição diversa daquela existente quando dos julgamentos da Ext 974 e da ADPF 153²², a análise dos votos e dos debates entre os magistrados demonstram uma série de continuidades e poucas rupturas, importantes para compreender o posicionamento da Corte Suprema em sua atualidade.

O voto do ministro-relator Edson Fachin foi o mais extenso de todos que versaram sobre o tema, resultado de uma ampla pesquisa de doutrina do direito internacional penal, de jurisprudência das Cortes dos países da região, da CIDH e do Tribunal Europeu²³. Nos julgamentos anteriores de pedidos

.....
21 A Triple A (Alianza Anticomunista Argentina), foi uma organização, fundada por José López Rega, homem forte do último governo do general Juan Domingos Perón e do gabinete de sua esposa e sucessora, María Estela Martínez, que atuou como um grupo paramilitar de extrema direita. Estima-se, com base nos registros históricos e nos julgamentos que ocorrem na justiça argentina, que foi responsável por cerca de 700 assassinatos e desaparecimentos ocorridos entre 1973 e 1976.

22 Entre o julgamento do pedido n. 974, em 2008, e da ADPF 153 em 2010, houve apenas uma mudança na composição do Supremo, o ministro Menezes de Direito se retirou e em seu lugar foi nomeado Toffoli Dias. De 2010 em diante, contudo, muitas mudanças ocorreram. Se aposentaram ou pediram exoneração os ministros Eros Grau, Carlos Britto, Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Cezar Peluzo. Após o julgamento do pedido de extradição 1362, o ministro Teori Zavasky faleceu, fazendo com que da composição do Supremo quando dos julgamentos em 2008 e 2010, apenas cinco permaneçam na ativa quando da publicação deste artigo.

23 O voto do ministro Edson Fachin possui 53 páginas (descontadas as páginas do relatório). A título de comparação, os dois maiores votos proferidos na ADPF 153 foram os de Gilmar Mendes, com 42 e de Eros Grau (relator), com 34 páginas. O voto do relator da Ext 974, Marco Aurélio Mello, teve somente 7 páginas. Embora o número de páginas não seja determinante para a qualidade de uma decisão judicial, é notável o aprofundamento de diversos temas realizado pelo ministro Fachin, que por uma questão de limitações de tempo e espaço, não serão aprofundadas no presente artigo.

de extradição, bem como na ADPF n. 153, alguns ministros reconheceram a existência de decisões das Cortes Supremas de países como Argentina e Chile, mas nunca as analisaram. Nesse caso, Fachin fez citações literais da decisão da Corte Suprema argentina no caso Simón, bem como do caso Miguel Angel Sandoval no Chile e do caso Nibia Sabalsagaray no Uruguai, momentos que essas Cortes afastaram as anistias ou as consideraram inconstitucionais²⁴.

Embora tenha reconhecido que a regra geral sedimentada pelo STF em casos de extradições é a de aplicar as regras prescricionais da legislação brasileira, Fachin defendeu que, uma vez que o país requerente atribuiu a natureza de crimes de lesa humanidade aos delitos imputados a Salvador Siciliano, e que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já determinou em diversos casos que esses crimes devem ser responsabilizados, não poderia o Brasil não fazê-lo, sob o risco de se tornar um refúgio para autores de violações de direitos humanos, como se verifica no seguinte trecho:

Dessa forma, a manutenção do entendimento segundo o qual a prescrição deve ser verificada apenas de acordo com o disposto na lei brasileira tem o resultado de transformar o país em um abrigo de impunidade para os autores das piores violações contra os direitos humanos. Tal interpretação não apenas viola a jurisprudência da Corte Interamericana, cuja obrigatoriedade da jurisdição foi declarada pelo governo da República Federativa do Brasil em 10 de dezembro de 1998, como também esvazia o sentido do princípio fixado no artigo 4, inciso II da Constituição Federal. A obrigação internacionalmente fixada ao Estado argentino de punir as graves violações de direitos humanos estaria sendo obstada por um dispositivo da legislação brasileira, o que, além de conduzir a um resultado absurdo, transformando o país em um paraíso para criminosos internacionais, viola frontalmente o artigo 27 da Convenção de Viena, que não autoriza a invocação de disposições de direito interno para inadimplir um tratado²⁵.

Fazendo o uso do direito internacional penal, Fachin deferiu o pedido por considerar que a prescrição, nos termos previstos na legislação brasileira, não poderia ser aplicada em casos em que o país requerente enquadra as acusações na categoria de crimes de lesa humanidade. Chama a atenção

.....
24 Voto do relator Edson Fachin, p. 47. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748042903>>. Acesso em: 15. out. 2019.

25 Voto do Relator Edson Fachin, páginas 18/19.

que, ao concluir, o ministro relator retomou e rechaçou a argumentação de Marco Aurélio na Extradicação n. 974:

Com a mais respeitosa vênia, em que pesem os argumentos apresentador por sua Excelência, tal consequência não decorre do que aqui se afirma. Isso porque a própria Corte, naquele julgamento, reconheceu o *distiguishing* relativamente ao entendimento fixado na extradicação e o que viria a posteriormente ser o que prevaleceu na ADPF 153. Ademais, não se deve imaginar que os efeitos de lei nacional possam ter uma aplicação extraterritorial. Constitui um truísmo do direito internacional o reconhecimento da limitada eficácia do direito nacional aos limites do seu território. Seria, portanto, nitidamente atentatória ao princípio das igualdade entre os Estados e da não intervenção que os efeitos da anistia concedida no Brasil pudessem atingir as ofensas aos bens jurídicos que a lei brasileira não pode dispor ante os estritos limites da extraterritorialidade prevista no artigo 7 do Código Penal. Não esta em questão, nesta Extradicação, o conceito sobre anistia esposado pelo Ministro Marco Aurélio, nem esta em pauta o que já foi decidido em outro feito, de controle concentrado, Aqui, o alcance é outro²⁶.

A leitura do acórdão mostra que houve uma ampla discussão entre os ministros após o voto do relator. O ministro Teori Zavaski questionou o relator sobre a possibilidade de uma conduta ser considerada de lesa humanidade na Argentina, mas não no Brasil:

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR)

Mas o que há no direito interno, nós, obviamente – eu não estava na Corte –, mas esta Corte, de algum modo apreciou, sob certa medida, a legislação e emitiu um dado pronunciamento, que diz respeito a um período importante da vida nacional. E isso não está aqui em questão. Portanto, este é um...

O SENHOR MINISTRO LUIS FUX

Só um aparte neste debate, ministro Teori,

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI

É a questão da anistia. Eu estou me referindo não à anistia. Acho que, se fosse o problema da anistia, Vossa Excelência...

O SENHOR MINISTRO LUIS FUX

Não, não é a Lei da Anistia também...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI

O que, para mim, gera uma profunda dúvida é dizer que nós temos uma norma de direito internacional de caráter cogente, mas que ela não é cogente para o Brasil para o direito interno. Se nós temos uma norma de caráter internacional cogente, ela é cogente para as pessoas de todas as nações, ou, pelo menos, para o Brasil, será cogente²⁷.

.....
26 Voto do Relator Edson Fachin, p. 59.

27 Os debates ocorridos nas sessões do Tribunal são transcritos e disponibilizados junto com os votos escritos dos ministros. Mantereí a estrutura tal como presente na decisão publicada em sua íntegra, com a apresentação dos ministros antes de suas falas. Debate entre os ministros, p. 71/72.

A problemática era evidente: ao reconhecer a tipificação destes crimes e reconhecer sua imprescritibilidade, as condutas anistiadas pela Lei n. 6.683/79 também poderiam ser enquadradas como tais. É isso que se desprende do debate realizado entre os ministros Toffoli Dias, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Luis Fux no seguinte trecho:

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Há um outro elemento que o Ministro Relator traz em seu voto, Ministro Teori, que eu também gostaria de destacar, que é a questão da decisão – que seria vinculante – da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Se nós aceitarmos isso, nós estamos reabrindo o embrulho da anistia interna no Brasil, que já foi julgada aqui, embora esteja com embargos de declaração.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO

E mitigando a soberania nacional.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

Data vênua, estou entendendo que essa questão não se mistura com a questão da anistia. É outro caso. Nós temos que decidir aqui se se trata de um crime de lesa humanidade.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Mas o Relator traz premissas em seu voto que não vão se aplicar só a este caso, vão se estender a outros casos, inclusive ao direito interno.

[...]

O SENHOR MINISTRO LUIS FUX

Agora, mais um detalhe Senhora Presidente, o eminente colega Ministro Lewandowski mencionou que a Lei da Anistia não tem o tema encerrado, porque esta sujeita a embargos de declaração. Eu só quero esclarecer ao Plenário que os embargos de declaração foram interpostos em razão de uma condenação pela Corte Interamericana de direitos humanos, devido ao fato de o Brasil ter promulgado a lei da anistia. Então, esse fato novo – vamos assim dizer – juridicamente não indica que tenha havido nenhuma contradição omissão ou obscuridade porque a época do julgamento, não havia nenhum pronunciamento da Corte Interamericana. Assim, na verdade esses embargos de declaração com efeitos infringentes trazem a lume um fato que não foi objeto do contraditório. Portanto, o julgamento desses embargos não vai alterar isso em nada²⁸.

.....

28 Debate transcrito nas páginas 11 e 12 do acórdão.

Sete anos após seu voto na Extradicação n. 974, o ministro Marco Aurélio não só se manteve coerente ao reafirmar sua crença na anistia como um esquecimento necessário para a pacificação nacional como foi além, e afirmou que a Argentina estaria cometendo um equívoco ao mexer em “feridas abertas”:

O que constato, Presidente? Que, passados quarenta e dois anos, presente à época dos crimes, ainda se tem feridas abertas no país irmão, a Argentina, porque muito embora os argentinos tenham caminhado também para o perdão, mediante lei de anistia, acabaram por fulminá-la ao contrário do que ocorreu no Brasil, no que a lei brasileira n. 6.683 de 28 de agosto de 1979 foi placitada, embora-crio- ainda pendente embargos declaratórios, pela maioria dos integrantes do Supremo.

Eis minha crença: a passagem do tempo é importantíssima para ter-se segurança jurídica. Dai os institutos da prescrição, da decadência e ate mesmo, o do perdão, estampando em lei de anistia²⁹.

O resultado foi de 6 votos a 5 pelo indeferimento da extradicação. A importância deste caso reside não apenas no fato de ser o primeiro indeferimento total de um pedido feito pela Argentina, mas pelo fato de adiantar o posicionamento do ministro relator da ADPF e de demonstrar o posicionamento da atual composição da Corte. Mais do que o conteúdo dos votos, os debates entre os ministros demonstraram um grande receio em mexer na questão da anistia brasileira, mesmo que de maneira reflexa. Mesmo o relator e aqueles que o acompanharam (ministros Luis Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, e ministras Carmen Lucia e Rosa Weber), reiteraram em suas falas e votos que a discussão não abrangia a Lei de Anistia, e sim o caso argentino. A decisão na Extradicação n. 1362, portanto, evidenciou o entendimento da Corte no sentido de não revisar a anistia brasileira. Para manter essa linha interpretativa, foi necessário interferir nas escolhas políticas e jurídicas de outra nação, como se depreende da leitura dos debates entre os magistrados. Salvador Siciliano permaneceu no Brasil, imune à justiça argentina, graças a um tribunal brasileiro temeroso em mexer no passado de seu próprio país.

.....
29 Trecho de fala transcrita, p. 144.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo era compreender o posicionamento do STF nos pedidos de extradição realizados pela Argentina, considerando que os argumentos utilizados pelos ministros estão diretamente relacionados com suas leituras sobre o passado brasileiro e da região. Como vimos, há uma coesão significativa da Corte no que diz respeito ao tema pois, apesar de mudanças em sua composição ao longo da última década, o argumento principal permanece: o esquecimento necessário para a pacificação nacional.

O receio com o tema foi confirmado não apenas dos votos nas Extrações, mas nas discussões dos ministros durante esses julgamentos. Apesar de julgarem um pedido baseado em uma realidade oposta da brasileira, já que a Argentina derrubou suas leis de impunidade e seu Judiciário reconhece os crimes cometidos durante a ditadura como crimes de lesa humanidade – acarretando em efeitos como afastamento da prescrição – o STF tentou afastar qualquer possibilidade de que uma interpretação baseada em legislação internacional pudesse ter no caso nacional. Verdade que apenas Marco Aurélio foi explícito ao afirmar que um entendimento favorável às extradições requeridas pela Argentina ocasionaria reflexos no Brasil, e somente ele foi longe a ponto de criticar a escolha do país em “remexer no passado”, mas todos os ministros e ministras que participaram desses três julgamentos, mesmo aqueles favoráveis às extradições, mostraram cautela em se manifestar abertamente contra a manutenção da Lei 6.683/79 no ordenamento jurídico brasileiro.

Fato incontestável é que o Brasil permanece em um estágio muito distante em relação aos vizinhos. Apenas em 2012, vinte e sete anos após o fim da ditadura, foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade, que teve seu trabalho finalizado em 2014. Conhecido pelas inúmeras denúncias a respeito das condições de seu sistema prisional e forças de segurança pública, o Brasil permanece paralisado frente ao óbvio: a cultura autoritária, intensificada no período 1964-1985, permanece viva nos dias atuais.

A diferença entre os países pode ser verificada nos dados sobre julgamentos dos crimes de estado. Segundo o Ministério Público Federal,

desde 2012 foram propostas 27 ações penais em face de 47 agentes envolvidos em 43 crimes cometidos contra 37 vítimas. A quase totalidade das ações propostas encontram-se paralisadas em grau recursal e nenhuma das decisões negativas aponta deficiência de provas ou questões de mérito, já que, em 100% dos casos, as decisões tem como fundamento a extinção por aplicação da anistia ou da prescrição dos fatos, desconsiderando os casos concretos e a natureza permanente dos crimes como ocultação de cadáver (desaparecimento forçado)³⁰. Na Argentina, por outro lado, dados do *Informe El Estado de las causas por delitos de lesa humanidad en Argentina*, publicado pela Procuradoria de Crímenes contra la Humanidad, setor do Ministério Público Fiscal, demonstram que, até dezembro de 2018, havia 575 causas em andamento, nas quais são investigados 3020 suspeitos/réus, havendo 209 sentenças proferidas, 862 condenados e 122 absolvidos, sendo que ainda há 715 causas que se encontram em julgamento³¹. A resistência do Brasil em extraditar pessoas como Salvador Siciliano fazem com que não apenas sejamos o país que menos avançou na temática, mas também aquele que se coloca como um obstáculo à justiça realizada em outras nações.

O campo do direito não pode ser tomado como algo estático ou como mero reflexo de condições que lhe são exteriores; é uma força ativa, parcialmente autônoma, que exerce um papel mediador fundamental entre diferentes classes sociais. Para compreender o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nessas e em outras decisões sobre a temática, é necessário lembrar que a maioria de seus membros foram coniventes com o golpe de 1964 e com a ditadura que o seguiu, e que após a redemocratização, pouco foi feito para modificar a estrutura do Poder Judiciário e da própria Corte. Muitos magistrados que se formaram ou mesmo atuaram durante aqueles

.....
30 BRASIL. Ministério Público Federal. **Crimes da Ditadura Militar**: Série Relatórios de Atuação. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal. Brasília: MPF, 2017, p. 25.

31 ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal. **Informe sobre el estado de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidos durante el terrorismo de Estado**. Disponível em: <<https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/la-procuraduria-de-crímenes-contra-la-humanidad-actualizo-el-compendio-de-jurisprudencia/>>. Acesso em: 15.out.2019.

anos, hoje ocupam cargos importantes, inclusive no STF. Imersos em uma sociedade que sustenta a ideia de que os sistemas jurídicos possuem uma equanimidade intrínseca, suficiente para se legitimar tanto aos olhos de governados quanto dos governantes, não é surpreendente que suas leituras sejam condicionadas por essa visão, e que os magistrados da Corte Suprema encarem o processo que resultou na Lei da Anistia nos limites impostos por aqueles que a idealizaram.

Assim como a lei e sua aplicação podem ser encaradas como um instrumento da classe dominante, que opera uma mediação de classes através de um conjunto de regras e sanções adequadas que confirmam, na maioria das vezes, o poder de classe, a lei, suas instituições e membros podem ser vistas como um instrumento que impõe restrições e, eventualmente, oferecem alguma proteção aos destituídos de poder. Nesse sentido, é interessante notar como o uso das leis e do próprio sistema judiciário foi realizado pelos perseguidos políticos, familiares de vítimas e organizações de direitos humanos, durante a ditadura e em tempos democráticos – como no caso da ADPF n. 153. No Brasil, pouco se avançou, mas as tentativas existem e continuam existindo. Em países como a Argentina, foi dentro dos marcos da lei e do direito que se avançou no conhecimento sobre o período da ditadura.

Não se pode acreditar na imparcialidade abstrata da lei e de seus operadores, pois onde há desigualdade de classe, a lei sempre será uma impostura. Entretanto, eventualmente a lei terá outros papéis, pois limitará o poder de um modo eficaz. A busca pela responsabilização criminal dos agentes responsáveis pelo cometimento de crimes de estado e de crimes de lesa humanidade é um exemplo do papel fundamental do direito na restrição do arbítrio e do estado terrorista. E nesse sentido, a Argentina segue sendo um exemplo – apesar das barreiras impostas pela Corte Suprema brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

- GRECO, Heloisa. **Dimensões Fundacionais da luta pela Anistia**. Tese de Doutorado – Curso de Pós-Graduação das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
- DINGES, John. **Os anos do Condor**. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MACHADO, Patrícia da Costa. **As Supremas Cortes de Brasil e Argentina frente aos crimes de lesa humanidade perpetrados pelas ditaduras**. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- THOMPSON, Edward P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEGISLAÇÃO

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15. out. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 6.683, de 28 agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 15. out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em: 15. out. 2019. A Lei 6.815 foi revogada após a promulgação da Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017.
- BRASIL. **Lei n. 9.140 de 4 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas

desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104145/lei-9140-95>>. Acesso em: 15. out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002**. Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm>. Acesso em: 15. out. 2019..

BRASIL. **Tratado de extradição entre Brasil e Argentina**. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/extradicao/arquivos/argentina-extradicao.pdf>>. Acesso em: 15. out. 2019.

JURISPRUDÊNCIA

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2644116>>. Acesso em:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 974**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1416667>>. Acesso em: 15. out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Extradição nº 1362**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748042903>>. Acesso em: 15. out. 2019.

RELATÓRIOS

ARGENTINA. Ministerio Público Fiscal. **Informe sobre el estado de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidos durante el terrorismo de Estado**. Disponível em: <<https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/la-procuraduria-de-crimes-contr-la-humanidad-actualizo-el-compendio-de-jurisprudencia/>>. Acesso em: 15.out.2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Crimes da Ditadura Militar: Série Relatórios de Atuação**. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal. Brasília: MPF, 2017.

A DITADURA CHILENA ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DESCLASSIFICADOS ESTADUNIDENSES

RENATA DOS SANTOS DE MATTOS
MESTRE EM HISTÓRIA PELA UNIVERDIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
RENATASMATTOS.RM@GMAIL.COM

RESUMO

Marcada pela Guerra Fria, a segunda metade do século XX foi palco de intensos choques, especialmente a partir do surgimento dos movimentos revolucionários e as guerras de contrainsurgência. No mundo, na América Latina e, sobretudo, no Chile, nos anos 1970 deu-se início ao dismantelamento das potenciais experiências socialistas. A “via chilena” proposta por Salvador Allende, apesar de vitoriosa nas urnas, passou a sofrer ataques por meio da intervenção estadunidense no país e do consequente golpe de Estado desferido em 1973 pelas forças armadas em conjunto dos setores sociais mais conservadores. Assim, instaurou-se uma ditadura baseada nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado. Ao longo dessa experiência traumática, que perdurou até 1990, a presença dos Estados Unidos no Chile possibilitou uma ampla produção de informações sigilosas registradas nos mais variados tipos de documentos. Sejam memorandos, informes ou relatórios, tais fontes acerca da política, das operações e violações aos direitos humanos de ambos os países, antes secretas e inacessíveis, hoje conformam um acervo de valor inestimável para os pesquisadores e pesquisadoras da história do Chile e da América. Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a trajetória da abertura dessas fontes, sua relevância e as possibilidades de investigação a partir delas.

Palavras-chave: arquivos, Chile, Estados Unidos.

INTRODUÇÃO

Em 1998, a prisão do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres e sua extradição para a Espanha causou grande impacto social, jurídico e político no Chile e no mundo. Responsável por diversos assassinatos, desaparecimentos e torturas, o general do exército até o momento gozava da liberdade decorrente da impunidade comum aos países do Cone Sul, que haviam experienciado ditaduras civil-militares.

Ainda durante a ditadura chilena, em 1978, a lei de Anistia estabelecida no país, através do decreto-lei nº 2.191, garantiu que os agentes do Estado permanecessem isentos de responsabilização nos casos de violação dos direitos humanos ocorridos a partir de 1973. Apesar de concedido o auto-perdão aos militares e civis envolvidos nos crimes da ditadura, ainda no regime e sobretudo, a partir da abertura política, os testemunhos de familiares e vítimas do Terrorismo de Estado (TDE)¹, somados à pressão de partidos políticos e grupos defensores dos direitos humanos, permitiram a ampla difusão de uma história antagônica à oficial. Dessa forma, através da luta de diversos setores, gradualmente, a justiça passou a atuar em casos de crimes considerados de lesa-humanidade.

Além do caso Pinochet ter marcado a jurisprudência global sobre os crimes contra a humanidade e ter permitido algum avanço na justiça chilena, ela desencadeou um movimento pela verdade, que buscava na liberação de documentos oficiais, provas contundentes para a condenação do ex-ditador. Nesse sentido, diretamente envolvido no golpe de Estado e na instauração da ditadura chilena, os Estados Unidos da América (EUA) surgem como peça-chave na abertura de arquivos e na desclassificação de informações outrora sigilosas. No entanto, o processo, que posteriormente revelou milhares de registros das atividades chilenas e estadunidenses, não ocorreu sem embates. Afinal, relevar os crimes de Pinochet e de seus agentes, significava implicar os EUA como cúmplices.

.....
1 Definido por Padrós (2005, p.45) como um "sistema repressivo aplicado em grande escala pelos setores dominantes e desde o Estado, dentro ou fora das próprias fronteiras".

O PROCESSO DE DESCLASSIFICAÇÃO

Durante dois anos, a despeito da Lei de Acesso a Informação vigente nos EUA desde a década de 1960, a Casa Branca administrada por Bill Clinton, evitou cooperar com a justiça espanhola na ação, que já havia sido iniciada em 1996, contra Pinochet, omitindo provas documentais que comprometeriam o ditador, e simultaneamente, o governo dos EUA. Em 1997, invocando o *Mutual Legal Assistance Treaty* (MLAT)², o juiz espanhol Manuel García Castellon solicitou a cooperação dos EUA no caso, mas sem resultados significativos. O panorama apenas se modificou com o mandando de prisão expedido contra o ex-ditador, aumentando' ainda mais a pressão em Washington, quando familiares do ex-ministro chileno Orlando Letelier, assassinado junto de sua acessora Ronni Moffit em solo estadunidense pelo aparato repressivo chileno, entrou com uma petição na justiça, solicitando a liberação de documentos que pudessem comprovar a ligação de Pinochet com o crime.

Enquanto o *National Security Council* (NSC)³ freava as tentativas de cooperação de Clinton, por temer a abertura de um perigoso precedente de solicitação e consulta aos arquivos secretos estadunidenses, membros do Congresso dos EUA marcavam uma postura favorável aos familiares das vítimas da ditadura chilena. Em dezembro de 1998, James Rubin, porta-voz da Casa Branca, anunciou que os EUA estariam “conduzindo uma revisão dos documentos que podem esclarecer abusos dos direitos humanos durante a era Pinochet” (WASHINGTON POST, 1998) e a partir desse momento, conjuntamente, o Departamento de Estado, a CIA e o NSC passaram a estabelecer as diretrizes e o cronograma de desclassificação dos documentos sobre o Chile.

As etapas de declassificação levaram em conta os tópicos de “abusos de direitos humanos”, “terrorismo” e “outras violações no Chile”, tudo

.....
2 O tratado de assistência jurídica mútua consiste num acordo entre dois ou mais países, para fins de coleta e troca de informações em um esforço para impor dar início a uma ação penal ou prevenir um crime. Esse acordo é principalmente baseado na carta rogatória como mecanismo para o envio de informações de um país para outro.

3 Conselho de Segurança Nacional.

entre os anos 1968 e 1991, cobrindo o final do governo de Eduardo Frei, passando pela administração de Salvador Allende até a ditadura Pinochet. A intenção era liberar documentos que pudessem apresentar possíveis abusos cometidos pelo Estado enquanto a esquerda estava na presidência. Contudo, contrariando os efeitos esperados, a delimitação temporal definida pela força-tarefa das agências estadunidense não apresentou violações dos direitos humanos decorrentes de ordens de Allende, mas acabou por tornar pública a intervenção estadunidense no Chile através das políticas hostis de Nixon e Kissinger, passando ainda pelas ações encobertas da CIA.

O projeto, encabeçado por William Leary desenvolveu um Grupo de Trabalho entre agências – *Inter-agency Working Group (IWG)*- responsável pelo monitoramento, revisão e liberação das fontes, para então serem disponibilizados pela internet com a finalidade de torná-las acessíveis a todos. Desse modo, entre junho de 1999 e o ano 2000, os documentos foram disponibilizados ao público em três etapas: na primeira, 5800 documentos referentes aos primeiros cinco anos da ditadura; na segunda, 1100 que cobriam os anos do governo Allende até o golpe de Estado; e na terceira, 1900 páginas sobre os casos de Chales Horman, Frank Teruggi e Boris Weisfeler, mortos e desaparecidos durante a ditadura. Os registros, liberados gradualmente, consistiam em memorandos, informes, relatórios da CIA, do Departamento de Estado com as deliberações de Pinochet, suas operações repressivas, bem como as tomadas de decisão dos próprios Estados Unidos nesses casos. (KORNBLUH, 2013, p.481)

Inicialmente, a promessa de desclassificação contava com dezesseis mil documentos sobre o Chile, fato que dissentia dos termos estabelecidos pela CIA. Apesar dos empecilhos impostos por setores da comunidade de inteligência dos EUA, a *National Archives Records Administration (NARA)*⁴ encontrou nas bibliotecas presidenciais de Richard Nixon e Gerald Ford uma série de documentos secretos e os enviaram ao IWG. Para o historiador Peter Kornbluh (2003, p.484) analista do *National Security Archive*

.....
4 Arquivos Nacionais e Administração de Documentos.

e um dos principais representantes do movimento pela desclassificação dos arquivos oficiais dos EUA, “a disputa por esses documentos representou uma batalha clássica pela santidade do sigilo versus o princípio da transparência governamental na política externa dos EUA”. E nessa disputa, os demais membros do IWG a favor da desclassificação, esforçaram-se ao máximo para a CIA cumprir com seu dever, reforçado por ordens presidenciais em 11 de setembro de 2000. Como consequência, uma quarta e última etapa de desclassificação foi prevista.

Ainda em 1999, como reflexo da prisão de Pinochet, da liberação de documento e pedidos da família Letelier, a procuradora-geral Janet Reno, em colaboração com o FBI iniciou uma investigação sobre o envolvimento de Pinochet no assassinato do ex-ministro, cometido por agentes da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). Chegando a conclusão de Augusto Pinochet havia dado ordens para o ataque terrorista em 1976, Reno recomendou o indiciamento do ex-ditador, fato que esbarrou na burocracia judicial e esmoreceu com a chegada de George W. Bush à presidência dos EUA. A série de documentos que ligavam Pinochet ao crime foi mantida em segredo pelo governo republicano, cuja posição foi de recusa à abertura. Apenas em 2016, dez anos após a morte do ditador e 40 anos após o crime, o documento “*Pinochet’s role in the Letelier Assassination and subsequent coverup*” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1987) foi desclassificando, deixando claro o seu papel de mandante no crime contra Letelier e Moffit.

A ocultação de alguns registros que vieram a público somente recentemente, não impediu que o ex-ditador enfrentasse o banco dos réus e as mais graves acusações de violações aos direitos humanos. Nesse sentido, é possível apontar a iniciativa da administração Clinton, em liberar as fontes sobre o Chile, como sendo de grande importância para a luta por memória, verdade e justiça, apesar dos entraves políticos e disputas internas para impedir tal episódio. De acordo com Padrós (2009, p.42), a revelação dessas fontes

Em termos históricos, implica na possibilidade de desenvolver a pesquisa sobre os acontecimentos na produção de conhecimento histórico e na sua socialização.

Em termos políticos, possibilita que a sociedade, de posse desse conhecimento, se posicione sobre tais acontecimentos e, se assim o entender, responsabilize os culpados e apele à justiça. Em termos pedagógicos, o conhecimento desse passado pode gerar “ações” (pedagógicas) que reforcem o caráter democrático e a necessidade de não esquecer.

De 1999 até os dias de hoje, os arquivos estadunidenses sobre o Chile e outros países do Cone Sul estão em contínua liberação e são disponibilizados pelo site do Departamento de Estado dos EUA⁵. Nesse sentido, as fontes aliadas aos documentos sobre repressão originários dos organismos de direitos humanos, bem como os testemunhos e investigações judiciais, tem sido fundamental para a expansão do conhecimento e debate sobre a história e a memória dos governos autoritários latino-americanos, a exemplo deste breve trabalho.

DA DEMOCRACIA AO GOLPE DE ESTADO

Em 1973, um golpe de Estado inaugurou a ditadura civil-militar liderada por Augusto Pinochet no Chile. A partir disso, em consonância com o bloco capitalista, o país tornou-se o primeiro Estado neoliberal da América Latina, adotando o Terrorismo de Estado como principal mecanismo para eliminar resistências ao regime. Tal doutrina de choque (KLEIN, 2008) fez parte da guerra de constrainsurgência travada pelas forças armadas, associada aos setores conservadores chilenos e aos Estados Unidos da América iniciada, sobretudo, no governo de Salvador Allende. E para compreender tanto o estabelecimento da ditadura, quanto o papel dos EUA nesse período, é necessário recuar no tempo.

Embora se verifique nas fontes documentais sinais da intervenção estadunidense no Chile já nos anos 1960, foi na campanha presidencial de 1970 e durante a administração do representante da coalização de esquerda *Unidad Popular* (UP), que o presidente dos EUA, Richard Nixon e seu acessor, Henry Kissinger assumiram uma postura ainda mais implacável no

.....
5 US Department of State – Freedom of Information Act (FOIA). Disponível em: <<https://foia.state.gov/Default.aspx>>

continente. De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008, p.107) Nixon teria confirmado o gasto de quatro bilhões de dólares, entre os governos de John Kennedy e Lyndon Johnson para financiar adversários políticos de Allende e assim, manter o *status quo* no sul do continente. Apesar dos amplos esforços para impedir a vitória da UP, as ações de contenção ao comunismo se demonstraram ineficazes.

Em 4 de setembro de 1970, pela primeira vez na América Latina, um projeto socialista e anti-imperialista venceu um pleito eleitoral pelas vias democráticas, já que o processo cubano tinha-se definido mediante a estratégia de luta armada e insurreição popular. A partir disso, os EUA viram seus interesses ameaçados, os valores ocidentais e capitalistas questionados e assumiram para si a tarefa de derrotar a “via chilena para o socialismo” (Cf. BORGES, 2005) a qualquer custo. Assim, o *40 Committee* ou Comitê 40, grupo diretamente ligado ao mais alto escalão da política estadunidense e presidido por Kissinger, passou a aprovar ações encobertas no Chile. Essas operações clandestinas propostas, principalmente, pela Agência Central de Inteligência (CIA), passavam pelo crivo do Comitê, enquanto as ações previstas por Nixon e Kissinger, muitas vezes, eram mantidas em absoluto sigilo, driblando o sistema coordenado por eles mesmos. Para Joan Garcés, esse grupo foi

o organismo governamental de maior autoridade em matéria de Segurança dos Estados Unidos, autorizou à CIA investir não menos do que US\$ 11 milhões entre 1962 e 1970 para impedir que Allende fosse eleito presidente. É o que testemunhou o próprio diretor da CIA, William Colby, no dia 22 de abril [1975] diante do Subcomitê de Inteligência do Senado norte-americano. (GARCÉS, 1993, p. 64)

Os pesados investimentos realizados pelos antecessores de Nixon a fim de impedir o avanço na esquerda no Chile acabaram frustrados, porém isso não desmotivou, o então presidente dos EUA, a desenvolver um novo projeto, que ao fim resultou no golpe de Estado e numa ditadura civil-militar. De 1970 a 1973 ocorreram inúmeras ações que conformaram a chamada “fórmula para o caos”, o que para Moniz Bandeira (2008) designa a

série de atividades clandestinas e não-clandestinas realizadas pela CIA, pelas esferas da direita chilena e as forças armadas para derrubar o governo de Allende. Dentre tantos elementos que caracterizaram o momento das eleições de 1970 e que extrapolou o período eleitoral, estão as contrapropagandas, os financiamentos de partidos políticos e grupos paramilitares de extrema-direita, o patrocínio de *lock outs*, além do contato com militares golpistas. (MATTOS, 2015)

O último ano do governo de Allende, demonstrou o desgaste causado pelas ações desestabilizadoras. A escassez de alimentos decorrentes dos boicotes empresariais no abastecimento de mercados servia de munição para os noticiários do *El Mercurio*, jornal claramente alinhado à direita. Nas ruas, diferentes classes e grupos sociais disputavam espaço através de embates físicos e protestos. Ao mesmo tempo, no Congresso, a UP enfrentava dificuldades para aprovar projetos políticos. (GARCÉS, 1993, p.243) Assim, a exemplo de outros países, a instabilidade política e econômica no Chile, mostrou-se um terreno fértil para o avanço das ideias conservadoras e das forças armadas. Em 11 de setembro de 1973, a articulação entre forças internas e estrangeiras resultou no bombardeio ao Palácio de la Moneda, na morte de Allende, na prisão de milhares de cidadãos e na instauração do estado de sítio.

A DITADURA CHILENA A PARTIR DOS DOCUMENTOS DESCLASSIFICADOS

O golpe de Estado deu início a um novo capítulo da história chilena, um período de refundação nacional anunciada por Pinochet já nas primeiras atas de constituição da Junta de Governo em 11 de setembro. Com a missão de “restaurar la chilenidad, la justicia y la institucionalidad quebrantadas” pelo “marxismo-leninismo” (CHILE, 1973) defendidos por Allende, a Junta presidida por Augusto Pinochet, estabeleceu um sistema pautado no TDE. As marcas deixadas pela violência institucional podem ser vistas entre outros episódios, na imposição da ditadura por meio de um golpe militar; na conexão repressiva internacional através da Operação Condor; e

nas sistemáticas violações dos direitos humanos desde os centros clandestinos de detenção até outros espaços onde a violência física e psicológica foi aplicada. Seguindo essa lógica, pretende-se demonstrar, rapidamente, os elementos destacados acima pela ótica dos documentos desclassificados estadunidenses.

Primeiramente, no caso do golpe de Estado, nos mesmos instantes em que os aviões-caça Hawker Hunter atacaram o palácio presidencial no Chile, as fontes apontam para uma intensa troca de ofícios entre membros do alto escalão político e das forças armadas estadunidenses e chilenas. Numa rápida consulta ao site do Departamento de Estado dos EUA, os resultados à busca de documentos com a frase “coup Chile”⁶, datados de 11 de setembro de 1973, ultrapassam os dois dígitos. Além de evidenciar o grande controle de informações que os EUA detinha, como aponta o documento “*Military Coup planning for morning of 11 sep confirmed*”⁷ (FOIA, 1973), outras fontes indicam a sua efetiva participação.

O memorando enviado por William J. Jordan a Henry Kissinger em 16 de setembro de 1973, intitulado “*U.S Covert Action Program in Chile*”⁸ (FOIA, 1973) exemplifica a preocupação das autoridades estadunidenses em esconder sua ligação com o movimento golpista. “Nós nunca apoiamos qualquer candidato que se opôs a Allende nas eleições de 1970”, “nunca apoiamos qualquer programa destinado a derrubá-lo”, escreveu Jordan no que parece ser um aviso sobre a postura a ser adotada nos meses subsequentes ao golpe. No caso dessa fonte, é preciso que o historiador enxergue além, compreenda o *corpus* documental da qual tal fonte faz parte e assim, ler nas entrelinhas. Contestando diretamente as frases de Jorde, o relatório realizado pelo comitê do senado estadunidense para averiguar a atuação ilegal da CIA, intitulado *Covert Actions in Chile 1970-1973* (INFORME CHURCH, 1975), não apenas descreve o programa de ações encobertas da CIA, como também oferece detalhes sobre as operações desde o seu princípio. Segundo consta,

.....
6 “Golpe Chile”.

7 “Golpe Militar planejado para o 11 de setembro confirmado”.

8 “Programa de ações encobertas dos EUA no Chile”

[...] entre os dias 05 de outubro e 20 de outubro de 1970 a CIA fez 21 contatos com oficiais militares e oficiais Carabineiros [polícia] no Chile. Aos que se inclinavam ao golpe de Estado foi garantido todo o suporte dos altos níveis do governo dos Estados Unidos, antes e depois do golpe. (INFORME CHURCH, 1975, p.26)

Não obstante, é preciso destacar que os contatos entre militares chilenos e estadunidenses não iniciaram apenas em 1970. Trata-se aqui de uma ditadura alicerçada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), exportada pelos EUA para América Latina, sobretudo, a partir do treinamento de membros das forças armadas de diversos países. Em sua obra sobre a Escola das Américas, Lesley Gill (2005, p.111) afirma que o principal local de instrução militar estadunidense recebeu mais militares provenientes do Chile do que de qualquer outro lugar, representando aproximadamente, 1500 soldados e oficiais. Tendo isso em vista, não surpreende em nada a fácil penetração do anticomunismo, das técnicas de guerra contrainsurgente e da gestação de um golpe de Estado dentro das forças armadas chilenas, apesar de sua relativa tradição constitucionalista.

Inseridos no grupo de oficiais enviados à Escola das Américas estão parte dos agentes, que mais tarde, constituiriam o aparato repressivo chileno. O maior destaque é Manuel Contreras, coronel do exército e diretor da DINA, órgão de inteligência e segurança subornado diretamente à Pinochet e altamente poderoso até sua dissolução em 1977. (Cf MATTOS, 2019) Ainda em 1974, uma reunião realizada em Buenos Aires e registrada nos relatórios diários secretos da CIA (FOIA, 1976), revela o encontro dos representantes de segurança do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia para “preparar ações coordenadas contra alvos ‘subversivos’”, dando início ao Plano ou Operação Condor, pessoalmente idealizada por Contreras. Esse a quem John Dinges (2005, pp.108-109) reconheceu ser “arquiteto de um sistema de inteligência singular”, não apenas desenvolveu um órgão especializado em torturar, matar e desaparecer militantes de esquerda, como também buscou expandir para os países do Cone Sul suas técnicas e estabelecer uma rede colaborativa de informação e repressão.

Dentre os diversos episódios emblemáticos da Operação Condor, talvez seja o assassinato de Orlando Letelier e Ronni Moffit, mencionado anteriormente, o que mais chama a atenção no tocante à conexão EUA e Chile. Para além do local do crime em si, ocorrido na capital Washington, em setembro de 1976, e dos documentos desclassificados sobre o caso, a ligação entre os dois países vai desde o monitoramento de Letelier no exterior, até o conhecimento da operação e da inação dos EUA diante da brutalidade da DINA, de Contreras e Pinochet. De acordo com o documento da CIA com data de 6 de março de 1975, é possível perceber a contrariedade da agência com as colocações do ex-ministro em espaços públicos nos EUA, país onde se exilou e buscou reconstruir a vida após ter sido preso em decorrência do golpe no Chile. De acordo com a fonte:

Letelier, que é professor na Universidade Americana, tem sido um porta-voz de críticas sobre os Estados Unidos e, especialmente, no envolvimento dessa agência nos eventos que levaram ao golpe que derrubou o governo de Allende e publicamente acusou o secretário Kissinger de mentir para ele sobre o papel que os EUA estava desempenhando no Chile naquela época. Ele apareceu em um painel de televisão para expor sobre isso e acusar que a Junta militar no Chile havia iniciado um regime de terror. O resultado dessa crítica tem sido uma publicidade negativa generalizada para o governo dos EUA que resulta, em última instância, em propaganda anti-agência em toda a mídia [ilegível] nos EUA e fora.” (FOIA, 1975)

Diante do exposto, pode-se observar dois importantes aspectos da perspectiva dos EUA sobre Letelier: ao acusar Kissinger de mentir, o ex-ministro denunciava as ações encobertas da CIA no Chile, relação mantida em segredo até 1975, quando o Comitê Church a revelou. Além disso, ao criticar a violência da ditadura Pinochet, Letelier implicava os EUA como colaborador de crimes de Estado. Dessa forma, claramente, o político chileno simbolizava um obstáculo tanto para o Chile, quanto para os EUA, razão pela qual seu assassinato não tardou.

O carro-bomba, que vitimou o político e sua assistente, foi obra de Michael Townley, cidadão estadunidense, anteriormente ligado ao grupo paramilitar de extrema-direita *Patria y Libertad* e dos movimentos anti-cas-

tristas em Miami. Recrutado para trabalhar na DINA, Townley era especialista em armas químicas e explosivos, sua assinatura tanto no crime contra Letelier, quanto no caso do ex-comandante-em-chefe das forças armadas chilenas, Carlos Prats em Buenos Aires. (FOIA, 1974) E apesar disso, dos rastros deixados pelo aparato repressivo orientado por Contreras, segundo aponta Peter Kornbluh, a CIA tomou a posição de defender a ditadura chilena, difundindo notícias falsas, que apontassem para o não envolvimento da DINA no caso Letelier-Moffitt. (KORNBLUH, *op.cit.*, p.353)

O golpe de Estado e a Operação Condor, assim como as ações encobertas no período democrático no Chile, são eventos em que, inegavelmente, os EUA estiveram presentes de forma ativa. Evidências disso, estão nos documentos produzidos pela própria burocracia estadunidense e até mesmo nos testemunhos de ex-agentes do Estado chileno. (ARCHIVO CHILE, 2005) Contudo, para além de informar as autoridades das atividades em que foram partícipes, as agências de informação dos EUA realizaram uma cobertura irretida dos acontecimentos nos países latino-americanos sob seu monitoramento. Nesse sentido, outros aspectos, como as violações dos direitos humanos e a existência de centros clandestinos de detenção no Chile, são ocasionalmente mencionados nos registros, amparando investigações do presente que tenham por objetivo, não as suas relações bilaterais, mas o Chile ditatorial por si só.

Um dos exemplos de possíveis análises a serem realizadas é sobre o centro clandestino de detenção e tortura *Colonia Dignidad*, nascida nos anos 1960, como uma sociedade beneficente composta por imigrantes alemães, mas que, com o passar dos anos, assumiu um outro caráter. Atualmente, a história de *Dignidad* é conhecida, pois chegou às telas de cinema através do filme *Colonia* (GALLENBERGER, 2016), que apresentou ao mundo algo completamente oposto à uma comunidade beneficente: uma seita secreta, liderada por Paul Schäfer, condenado por abusar sexualmente de crianças e adultos, a quem obrigava viver na colônia. De fato, o longa-metragem corresponde à realidade, mas não conta a história completa desse local, que se tornou um dos mais proeminentes espaços de repressão da DINA a partir de 1973.

Mais de 300 km distante da capital chilena Santiago, *Dignidad* transformou-se em um local favorável para atividades criminosas e clandestinas. Após o golpe de Estado, Schäfer estabeleceu forte vínculo com Pinochet e Contreras, de quem recebeu visita oficial e com quem colaborou até a transição para a democracia. (INFORME RETTIG, 1996, p.740) Se por um lado a proximidade entre eles beneficiou Schäfer com poder e impunidade por seus crimes, por outro, o líder da colônia prestou apoio operacional à DINA, cedendo espaços para a instalação da Brigada de Inteligência Regional (BIR) e participando das sessões de torturas. Além disso,

Los jefes que contaban con alta tecnología y amplios conocimientos en vigilancia y telecomunicaciones instalaron una red de radio que conectaba a las principales instalaciones de la DINA, incluyendo su Cuartel General, la Escuela Nacional de Inteligencia en el Cajón del Maipo y centros de tortura como Villa Grimaldi. Se realizaron cursos de inteligencia y explosivos en Colonia Dignidad. (HEVIA; STEDHLE, 2016, p. 5)

De acordo com Hevia e Stedhle, *Dignidad* abriu espaço para a construção de um verdadeiro quartel general da DINA e isso se devia, em grande parte, pelas afinidades ideológicas entre Schäfer e a ditadura. Ainda no governo de Salvador Allende, o líder da colônia, temendo a perda de suas terras para a reforma agrária, passou a comunicar-se com grupos de extrema-direita, com latifundiários locais e futuros militares golpistas, além de treinar militarmente os colonos, preparando-os para eventuais confrontos. (HEVIA; STEDHLE, 2016, p.3)

Ao encontro dessa narrativa, o documento estadunidense desclassificado de maio de 1976, enviado ao diretor da CIA por um agente, descreve *Dignidad* como uma comunidade alemã, possivelmente pró-nazista, ligada a grupos de extrema-direita no Chile, na Europa e outras regiões e que, cooperava com a DINA, fornecendo informações sobre “subversivos”. Na sequência, a fonte menciona ainda que, em meados de 1975, o órgão de inteligência chileno possuía um centro de detenção dentro da colônia, como teriam confirmados os testemunhos de dois padres católicos. (FOIA, 1976, op.cit) Mais uma vez, ao realizar-se o entrecruzamento de fontes

históricas, pode-se confirmar, que tais informações foram, mais tarde, corroboradas por Samuel Fuenzalida e Juan René Muñoz Alarcón, ex-agentes da DINA, que presenciaram e participaram ativamente nas sessões de tortura e morte de militantes políticos no local. (LONDRES 38; FOIA, 1977)

Diante disso, é possível destacar não apenas o conhecimento de *Dignidad* pela agência de inteligência estadunidense, como também a inegável associação dessa com o braço repressivo da ditadura Pinochet e o apoio de Schäfer aos mecanismos de terror do Estado. Embora seja questionável os motivos pelos quais a CIA tinha conhecimento da colônia e essa ainda tenha sido mencionada em outros documentos oficiais estadunidenses, o foco deste trabalho é perceber as potencialidades das fontes desclassificadas na compreensão da ditadura chilena e por essa razão não será possível tecer maiores reflexões sobre a relação EUA-Chile. Nesse sentido, o caso de *Colonia Dignidad* e os demais, resumidamente apresentados, buscam exemplificar a gama de temáticas encontradas no acervo do Departamento de Estado dos EUA e que estão disponíveis para historiadores e pesquisadores das ciências humanas, além da comunidade em geral. Somadas, essas e outras fontes ajudam a reconstituir o passado autoritário chileno e a compreender o processo histórico que culminou no presente latino-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura de arquivos repressivos e sobre a repressão tem sido uma resposta direta às reivindicações, cada vez maiores, por memória, verdade e justiça nos países que viveram sob jugo de ditaduras civil-militares. Em tempos de revisão do passado, de negação das ações terroristas do Estado, as fontes históricas e os trabalhos científicos surgem como elemento de contraponto ao discurso oficial.

No caso do regime chileno, suas peculiaridades permitiram que, além de sua própria burocracia, as agências de informação dos EUA sistematizassem registros, que hoje configuram um dos acervos mais ricos para se trabalhar o tema. Assim como em outros processos históricos inseridos em contextos autoritários, as disputas por memória e esquecimento no

Chile, trouxeram à tona o debate sobre a importância da abertura de arquivos ainda sigilosos ou mesmo, da ausência de registros por conta das ações clandestinas dos órgãos repressivos.

Aos historiadores do Tempo Presente, cabe a tarefa de se apropriar dessas fontes, investigar a forma de atuação do Estado ao longo da ditadura e dessa forma, lançar luz a novas perspectivas e interpretação sobre a segunda metade do século XX na América Latina. Assim, ao difundir as potencialidades do acervo documental estadunidense, buscou-se, entre outras coisas, estimular pesquisadores da área a comprometerem-se com as demandas sociais e políticas atuais, desbravando o universo das fontes digitais para então, desenvolver trabalhos que tragam novas perspectivas para historiografia e, simultaneamente, superem os silêncios institucionais.

FONTES

ARCHIVO CHILE. “La CIA instruyó la DINA”, Entrevista de Nancy Guzmán a Manuel Contreras ex-Jefe de la DINA, 2005. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0015.pdf> Acessado em: out. de 2019.

CHILE. Decreto Lei nº 2191 (Ley de Amnistía), de 18 de abril de 1978. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/commissions/Chile90-AmnestyLaw_decree2191.pdf> Acessado em: out. de 2019

CHILE. Acta de Constitución de la Junta de Gobierno (Acta secreta), Decreto Lei nº1, de 11 de setembro de 1973. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0019.pdf> Acessado em: out. de 2019

Colônia (Amor e revolução). Direção de Florian Gallenberger. Alemanha, França, Reino Unido, Luxemburgo: Universal Pictures, 2016. 1 DVD (106 min.)

Informe Church – Covert Action in Chile (1963-1973). Staff Report of the select Committee to study Governmental Operations with respect to Intelligence Activities. Disponível em: <<https://archive.org/details/Covert-Action-In-Chile-1963-1973>> Acessado em: out. de 2019

“Pinochet’s role in the Letelier Assassination and subsequent coverup”, May 1st, 1987.

Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (Informe Rettig). Disponível em: <<https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/170>> Acessado em: out. de 2019

Londres 38. Entrevista a Samuel Fuenzalida, ex agente DINA. Disponível em: <<http://www.londres38.cl/1934/w3-article-100678.html>> Acessado em: out. de 2019

National Security Archive. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu//dc.html?doc=3212947-Document-01-CIA-Pinochet-s-Role-in-the-Letelier>> Acessado em: out. de 2019

U.S. Department of State – Freedom of Information Act. Military Coup planning for morning of 11 sep confirmed, September 11th, 1973. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print726.pdf>> Acessado em out. de 2019

U.S Department of State – Freedom of Information Act. Chilean Gen Carlos Prats Gonzalez assassinated, September 30, 1974. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print757.pdf>> Acessado em: out. de 2019

U.S Department of State – Freedom of Information Act. Letelier lecturer at American University, March 6th, 1975. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print533.pdf>> Acessado em: out. de 2019

U.S Department of State – Freedom of Information Act. Pro nazis hibernating in Chile, May 28th, 1976. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print815.pdf>> Acessado em: out. de 2019

U.S Department of State – Freedom of Information Act. Daily Intelligence Report, June 26th, 1976. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print815.pdf>> Acessado em: out. de 2019

U.S Department of State – Freedom of Information Act (FOIA). Translation of Pinochet. July 14th, 1977. Disponível em: <<https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/Chile2/00000258.pdf>> Acessado em: jun. de 2019.

World in Brief, December 2nd, 1998. **Washington Post.** Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1998/12/02/world-in-brief/a5948290-4eda-4271-8f6f-bc2baf6820a0/>> Acessado em: out. de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

- BORGES, Elisa de Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do PC chileno: nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas**. 2005. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DINGES, John. **Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GARCÉS, Joan. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Páginas Abertas, 1993.
- GILL, Lesley. **Escuela de las Americas**. Santiago: Lom Ediciones, 2005.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability**. New York: New Press, 2003.
- HEVIA, Evelyn; STEDHLE, Jan. Colonia Dignidad: Verdade, memória y justicia. **Punto de Debate**, nº6, Jun. 2016. p.2 Disponível em: <https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/07/ponto_debate_ed6_links.pdf> Acessado em: out. de 2019.
- MATTOS, Renata dos Santos de. **Make the economy scream: o plano ITT-CIA e os impactos no governo de Salvador Allende (1970-1972)**. 2015, 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MATTOS, Renata dos Santos de. **A Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), o Terrorismo de Estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977)**. 2019, 253 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo presente: Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. In: **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. UDESC, Ed. 1, nº 1, 2009.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Como El Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. 875f. Porto Alegre. Tese. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VERDUGO, Patricia. **Como os EUA derrubaram Allende**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

O GOVERNO SOCIALISTA DE SALVADOR ALLENDE NO CHILE

DANIEL DOS SANTOS POZZA
GRADUADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS/ BRASIL
DANIELPOZZA.DP@GMAIL.COM

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo mostrar o governo socialista de Salvador Allende da Unidade Popular, presidente marxista responsável pelo que seria conhecido como Via Chilena para o Socialismo. Iniciado em 04 de setembro de 1970 e terminado em 11 de setembro de 1973, quando tropas das forças armadas liderada pelo General Augusto Pinochet invadiram o Palácio presidencial La Moneda, assassinaram Allende instaurando o que viria ser a mais sangrenta Ditadura da América Latina. Para a compreensão da conjuntura vivenciada pelo Chile e sua ditadura, é necessário fazer um paralelo com as circunstâncias na América Latina. Onde os países limítrofes estavam vivenciando ditaduras civis militares no período estudado. Chegando aos resultados mostrando como foi o Governo Chileno de Salvador Allende e quais os programas realizados pela Unidade Popular nesses três anos de mandato, tornando o Chile um governo socialista, enquanto os demais países da América Latina viviam períodos de repressão militar.

Palavras-chaves: Salvador Allende; Ditaduras na América Latina; Chile.

INTRODUÇÃO

A América Latina nas décadas de 1960 e 1970 foi marcada por diversas ditaduras no seu território. De acordo com Miguel Rojas Mix (2004)

havia três formas de ditaduras na América Latina: *a ditadura bananeira, a ditadura positivista e ditaduras civis-militares* (ROJAS MIX, 2004). As primeiras se concentraram na América Central e podem ser exemplificadas nos casos de Honduras, Guatemala e El Salvador; seus presidentes usavam o dinheiro da exportação da banana para aumentar seu império e assim controlar o Estado. O segundo tipo se refere à ditadura mexicana, na qual o então presidente Porfirio Díaz usava as ideias de Comte para governar seu país; em síntese ele defendia uma ditadura positivista com um regime autoritário, onde segundo suas ideias ideológicas a “razão” se opunha a “confusão”. Com isso, ele tinha a tarefa de manter a unidade social durante esse período de transição no qual as crenças teológicas desapareciam rapidamente. Esse governo tinha como visão uma economia liberal apoiada pelos latifundiários e cientistas. Por último as ditaduras civis–militares; diferente das outras duas, esse tipo de regime tem as Forças Armadas como chefe de governo. É considerado Civil-Militar, pois o presidente nomeado para governar não tem cargo vitalício, sendo assim depois de cumprir o prazo de seu mandato, que dura entre 4 a 6 anos é realizado uma eleição indireta elegendo outro presidente das forças armadas. Outro fator que difere é o uso de terno e gravata, substituindo a farda que dava uma imagem mais autoritária e ditatorial aos seus presidentes. O Brasil, teve cinco presidentes em sua ditadura que começou em 1964 e terminou em 1985, enquanto o Chile apenas, o ditador Augusto Pinochet.

O Chile também viveu uma dessas experiências ditatoriais, implantada a partir de um golpe de estado que derrubou o presidente Salvador Allende. Allende venceu as eleições presidenciais de 1970, pelo partido Unidade Popular (UP), e deu início ao que seria conhecido como *Via Chilena para o Socialismo*. Seu governo, no entanto, foi interrompido em 1973 quando as Forças Armadas – dirigidas pelo General Augusto Pinochet – articularam um golpe e tomaram o poder.

O seguinte trabalho tem como objetivo mostrar o governo socialista de Salvador Allende da Unidade Popular, presidente marxista responsável pelo que seria conhecido como *Via Chilena para o Socialismo*. Iniciado em

04 de setembro de 1970 e terminado em 11 de setembro de 1973, quando tropas das forças armadas liderada pelo General Augusto Pinochet invadiram o Palácio presidencial La Moneda, assassinaram Allende instaurando o que viria ser a mais sangrenta Ditadura da América Latina. Para a compreensão da conjuntura vivenciada pelo Chile e sua ditadura, é necessário fazer um paralelo com as circunstâncias na América Latina. Onde os países limítrofes estavam vivenciando ditaduras civis militares no período estudado. Chegando aos resultados mostrando como foi o Governo Chileno de Salvador Allende e quais os programas realizados pela Unidade Popular nesses três anos de mandato, tornando o Chile um governo socialista, enquanto os demais países da América Latina viviam períodos de repressão militar.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CHILE NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Os países do Cone Sul estavam vivendo no período de 1960 e 1970 ditaduras militares implantadas nos marcos da Guerra Fria. Na Argentina, por exemplo, em 1966 um golpe de Estado foi implementado, e se sucederam no poder os generais Juan Carlos Onganía, Roberto Marcelo Levingston e Alejandro Augustin Larousse até 1973. Após um breve intervalo de tempo, em 1976 inicia um novo período ditatorial marcado por violenta repressão. No Uruguai, em 1973, o então presidente Juan Maria Bordaberry, com o apoio das Forças Armadas, instaura uma ditadura que perdurou até 1985. O Brasil vivia uma ditadura civil – militar desde 1964, quando um golpe derrubou o presidente João Goulart. Contudo, o Chile, ao iniciar a década de 1970, ainda se encontrava longe da sombra das Forças Armadas no poder. De acordo com Cesar Augusto Barcellos Guazzelli:

Uma das poucas nações que mantinha as instituições democráticas de governo era o Chile, que vivenciou um dos mais notáveis processos históricos ocorridos nesta década, que foi a assim chamada “via Chilena” para o socialismo. (GUAZZELLI, 2004, p. 79).

Para compreender melhor esse processo, apresento alguns apontamentos sobre a conjuntura chilena nos anos 1960. Aqueles anos foram

de extrema dificuldade financeira para a população chilena, pois no ano de 1964, foi vencedor o candidato à presidência pelo Partido Democrata Cristão, Eduardo Frei. Em seu programa de governo, Frei demonstrava o interesse em fazer do Chile um país que atendia ao imperialismo norte-americano, ou seja, era um programa que visava a aceleração do desenvolvimento social econômico financiado pelo governo dos Estados Unidos nos países da América Latina, com o intuito de dificultar a entrada do socialismo no continente. Conforme afirma Eder Sader (1982),

Na verdade, o programa da Democracia Cristã consistia numa adaptação ao Chile das propostas da “Aliança para o Progresso”, idealizadas pelo governo americano John Kennedy para contrapor-se às tentações da revolução cubana. Em sua essência, resumidamente, tratava-se de uma tentativa de impulsionar o desenvolvimento capitalista no país por meio de uma extensão do mercado, incorporando ao emprego e ao consumo capitalista mais amplas massas populares. (SADER, 1982, p. 79).

Apesar da crise que iria se instalar no Chile, a aliança feita com o governo norte-americano deu esperança ao povo chileno, principalmente nos centros urbanos, pois dentre outros feitos, o governo passou a fornecer lotes de terra e madeiras para construções de moradias para os cidadãos da zona urbana e rural. Já para a classe média esse programa ofereceu oportunidade para financiamentos de imóveis. Essas reformas efetuadas pelo candidato Frei tinham um interesse, conter os avanços da esquerda.

Contudo, a proposta do candidato do Partido Democrata Cristão não agradou a sua base aliada, que era composta pelo Partido Nacional, tido como conservador, e a oligarquia, composta por empresários e latifundiários, que alegavam que o programa do presidente Frei permitiu uma melhor organização dos camponeses e recrudesceram as lutas no campo.

O Chile então começa a viver uma forte crise na área econômica, afetando não somente o proletariado e os moradores do campo, como também a zona urbana, onde pessoas da classe média chilena, ou seja, donos de pequenas empresas e profissionais liberais, começaram a se revoltar contra o modelo de governo.

Nessas condições, começa a ganhar força a imagem de Salvador Allende, conforme discute Eder Sader:

A partir do momento em que mostraram seus limites e à medida que cresceu a organização própria dos trabalhadores, as reformas cindiram o bloco dominante e estimularam a luta dos dominados. A vitória eleitoral de Salvador Allende em 1970 constituiu não apenas expressão culminante dessa crise, como ainda fator de sua exacerbação final. A burguesia Chilena havia esgotado seus últimos artifícios. (SADER, 1982, p. 82/83).

Vencendo as eleições de 4 de setembro de 1970, Salvador Allende derrotou o seu rival do Partido Conservador Jorge Alessandri, com uma diferença de apenas 1,4% dos votos, (36,3% contra 34,9%). Devido a este fator, sua posse passou a ser discutida no Congresso Nacional, tendo em vista que no Chile havia uma tradição na qual o candidato não conquistando a maioria dos votos válidos nas urnas e assim obtendo uma vitória direta, o resultado passaria então para o Congresso e deste modo ficaria por conta das Forças Armadas decidir o desfecho das eleições. Como indica Guazzelli (2004, p. 85), “Desde o século XIX, muito mais que um papel arbitral, os militares Chilenos estiveram envolvidos em diversos episódios políticos, sempre favoravelmente aos interesses da oligarquia e do imperialismo”.

Começa então uma manobra dos setores oligárquicos comandada pela direita, junto com empresas estrangeiras, com o intuito de boicotar a posse de Allende – caso da companhia Telephone & Telegraph, empresa Norte Americana que tinha controle total dos serviços de telefone e comunicação no Chile, que investiu pesado na campanha de sabotar com o novo governo. Mesmo com essa tentativa de sabotagem, no dia 24 de outubro de 1970, o congresso ratifica a posse de Allende que então deu início ao seu programa, visando o socialismo, garantindo para a Democracia Cristã partido do ex-presidente Frei, que não deixaria o Chile ir para o caminho do “regime totalitário”.

Salvador Allende dá então início ao seu primeiro mandato. O mesmo possuía um sonho de transformar o Chile num país socialista, fazendo

reformas no setor agrário e industrial. Um dos produtos com grande importância para a economia chilena, o cobre, era explorado e importado por empresas oriundas de países estrangeiros como os Estados Unidos, que retirava o cobre das reservas chilenas, exportava para seu território e logo após vendia para a Europa, deste modo ficando com a maior parte dos lucros. Com isso, Allende propõe e executa a estatização do cobre, com o apoio do Congresso, que neste momento não queria se opor às estatizações pois havia uma forte pressão dos grupos sociais. Além do cobre, houve outros setores que foram estatizados como aponta Guazzelli (2004, p. 86), “Houve ainda a estatização dos bancos e de alguns setores das indústrias”.

Em 1971, Salvador Allende começa o seu programa de estatização de outros setores como o latifundiário e os bancos que detinham grande parcela do monopólio de capital, abrindo assim incentivo para que o mercado interno pudesse instaurar créditos com juros mais baixos, incentivando a média burguesia a investir e deste modo diminuir a força dos adversários da Unidade Popular. Outros grupos sociais que ganharam espaço com o governo Allende, como os camponeses e operários que passaram a possuir total liberdade para fazerem uma organização popular, em contrapartida ao governo Frei nos quais sofriam com a repressão do Estado.

Apesar de Allende ter conquistado a maioria dos votos e se tornando presidente do Chile, não podemos dizer que ele conseguiu implementar seu projeto socialista. A Unidade Popular não tinha no Congresso a maior parte das cadeiras ocupadas pelos seus candidatos; tinha controle apenas do poder executivo. Guazzelli (2004) afirma que

A Via Chilena para o socialismo contava com a possibilidade de que o governo Allende criasse as condições para a transição do socialismo, aplicando uma política econômica voltada para o atendimento das demandas populares antes mesmo de mudar a própria lógica do modo de produção capitalista, seu modelo de acumulação e as relações de dependência com o capital monopolista internacional. (GUAZZELLI, 2004, p. 87).

O grande triunfo no ano de 1971 para a Unidade Popular foi conquistar as mudanças no campo, e isso se deveu a dois fatores principais:

o governo de Eduardo Frei ter deixado os chilenos em uma crise; a direita encontrava-se fragilizada pelas inúmeras tentativas sem sucesso de boicotar o governo de Salvador Allende. Nesse caso os partidos resolveram não interferir nos programas instaurados. Como Guazzelli (2004) explica, “o governo Allende realizou reformas também no setor econômico”, utilizando-se de três pilares de sustentação para o seu governo, intitulado-os como *Área de propriedade Social, Área de Propriedade Mista e a Área de Propriedade Privada*. Ou seja, cada área seria responsável por administrar setores que geravam maior lucro, mas que até então não eram dirigidos para os cofres do país. Dessa forma todo o lucro oriundo do latifúndio e do capital monopolístico, passaria a ser do Estado. Com essa manobra, o governo, além de adquirir o lucro gerado por esses setores, acabou por extrair ainda mais as forças dos setores políticos rivais.

A grande popularidade do governo de Salvador Allende, somado ao fracasso das tentativas de golpe da direita, ocasionaram para que o Partido da Unidade Popular conquistasse nas eleições municipais o total de 51% dos votos. Esse resultado foi muito importante para que o presidente pudesse dar continuidade ao seu programa de reformas ao longo do ano de 1971.

Dando continuidade ao projeto de reformas, o presidente Allende investiu na reforma agrária iniciada no governo de Eduardo Frei. Dessa forma ocorria uma organização dos camponeses e o enfraquecimento dos latifundiários, como aponta Guazzelli (2004):

Visava eliminar de vez os latifúndios, substituindo-os por assentamentos baseados na propriedade coletiva das terras. Isto seria acompanhado de estímulos ao aumento da produtividade, com atuação do Estado no planejamento das atividades agrícolas. (GUAZZELLI, 2004, p. 89).

O incentivo dado pelo governo aos camponeses foi de extrema importância para o partido, pois a partir daí houve uma organização maior por parte dos mesmos que começaram a apoiar a Unidade Popular, somando-se à base de sustentação do Partido na luta contra setores da burguesia e o latifúndio. Allende teve maior dificuldade em estatizar o setor industrial;

como muitos empresários tentaram sabotar as reformas do governo, diminuindo a produtividade, obrigou-a Unidade Popular a fazer uso da intervenção legal nesses setores. A intervenção legal, criada em 1931, permitia que o governo administrasse as indústrias até que o problema de gerência fosse resolvido. Contudo, para que esta medida pudesse ser posta em prática, a mesma deveria passar pelo congresso para ser votada. O congresso, por sua vez, era composto majoritariamente pela direita conservadora do Partido Democracia Cristã que estava aliada ao Partido Nacional. Com isso, em outubro de 1971, obtendo maioria simples de votos, os Congressistas anularam a possibilidade da intervenção legal.

Mesmo com essa derrota perante o Congresso, o ano de 1971 para o governo Allende foi positivo. O Chile estava melhorando na economia, com aumento de 8,5% superou em um ano os três anos de governo da Democracia Cristã. Na indústria o aumento foi de 12% e os chilenos comemoravam o aumento de salário de 50%, graças às medidas adotadas na redistribuição. A elevação da massa salarial foi de quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e a maior alegria para os chilenos foi saber que o ano de 1972 começaria com o desemprego reduzido para apenas 3,9%.

Apesar desse cenário de aumento em diversos setores, a burguesia se via incomodada, não por menos já que no governo de Allende houve redução na produção, indo de 30% para 20%, o que fez cair o investimento nacional em torno de 8,5%. Isso ocasionou um plano para o ano de 1972 contra o governo da Unidade Popular, que seria de boicotar o orçamento financeiro do governo. Foi criada a Frente Nacional do Setor Privado (FRENAP), como afirma Sader;

Os Grandes empresários Chilenos criaram ainda a Frente Nacional do Setor Privado (FRENAP) para fazer frente à presença do Estado, e arrastaram para ela o pequeno capital comercial, agrícola e industrial, obstaculizando a política de alianças que a Unidade Popular buscava junto a estes setores. (SADER,1982, p. 107).

Somando-se aos empresários contra o governo de Allende, surgiram as marchas das panelas, criadas pelas donas de casas dos bairros da classe

média chilena. Esse grupo teve incentivo do setor da ultradireita chamada Pátria e Liberdade, de corte fascista. Eles criticavam o governo por estar fazendo com que o Chile sofresse com o desabastecimento causado pelos próprios empresários que eram contra o regime. Mesmo com a criação das manifestações por parte dos empresários, se somaram a eles pessoas da classe média, setores da pequena burguesia com medo de que o governo reduzisse os seus níveis de consumo.

O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), que desde o início do governo, em 1970, até final de 1971, não havia se manifestado contra o governo de Salvador Allende, no final do ano resolve pressionar a gestão, alegando que a Unidade Popular estava realizando no seu governo um caminho totalmente diferente dos preceitos do socialismo. Como afirma Guazzelli (2004),

O MIR desde o início tecera críticas ao governo Allende, negando-lhe o caráter socialista, apesar de reconhecer e apoiar as medidas antioligárquicas e anti-imperialistas que haviam sido tomadas; constituído basicamente por estudantes (não tinha mais do que 2% de apoio na Central Única dos Trabalhadores), criticava a composição pluralista da Unidade Popular e propugnava pela ação direta, como ocupação de terrenos e expropriações, atingindo muitas vezes os interesses e bens de pequenos e médios proprietários, que se tornavam, assim, sensíveis à propaganda direitista de “caos social” provocado pelas esquerdas. (GUZZELLI, 2004, p. 91).

Dessa forma, no ano de 1971, Salvador Allende, mesmo efetuando grandes mudanças no cenário chileno, e melhorando a vida de muitos deles, termina o ano com críticas levantadas pela extrema-esquerda, no caso do MIR e boicotes e pressão da ultradireita e conservadores. O que poderia se esperar, é que o ano seguinte seria de uma pressão e enfrentamentos em diversas frentes.

O ano de 1972 se inicia e o cenário político chileno se encontra sob uma polarização por conta dos partidos políticos; vale lembrar que esse era o ano anterior às eleições legislativas que seriam disputadas em 1973. Segundo Guazzelli:

Apesar de algumas defecções, como o caso do Partido Radical, a Unidade Popular consolidava-se como bloco de apoio do governo. No outro campo, também com pequenas perdas – como o caso dos democratas cristãos que formaram a Esquerda Cristã e aderiram à Unidade Popular -, a Democracia Cristã aparava suas arestas com o Partido Nacional e solidificava a oposição a Salvador Allende. (GUAZZELLI, 2004, p. 92).

Para agravar mais a situação no Chile, o país começou a sofrer ainda mais com a crise econômica instaurada; o capital monopólico criava dificuldades para que o país conseguisse negociar a dívida externa. Somando-se a isso, o preço do cobre, produto de maior exportação do Chile começou a ter que enfrentar uma queda muito grande em seus preços, obrigando o governo a reduzir as reservas cambiais.

A crise se agravava seriamente no setor de alimentos; em 1972 os chilenos começaram a sofrer com a escassez de produtos nos estoques dos mercados, escassez esta oriunda de greves em diversos setores que incluía o transporte de carga, empresários e os donos dos mercados. Com isso, os comerciantes começaram a esconder os produtos para vender em mercados clandestinos, acentuando ainda mais a crise. Guazzelli afirma que:

A comercialização e distribuição de alimentos era realizada por poucas grandes empresas, sendo a grande maioria de médio e pequeno porte, o que dificultava a ação governamental para coibir o mercado negro. Politicamente, isto se refletia num enfrentamento que a Unidade Popular teria com a burguesia, cujo apoio buscara no ano anterior. (GUAZZELLI, 2004, p.92).

Para conseguir resolver esse problema o governo resolve criar mecanismos que pudessem auxiliar na diminuição dos preços que estavam subindo devido à inflação; surgem então as Juntas de Abastecimento e Preços (JAP). As juntas nada mais eram do que organizações que atuavam mais precisamente em bairros populares do Chile, incentivando os comerciantes a venderem seus produtos com preços baixos e com isso ganhariam um incentivo maior do governo. Não satisfeita a direita denuncia as JAP ao Congresso, que decidiu proibir suas ações e fez com que caíssem na ilegalidade.

Salvador Allende se viu protegido pelos seus aliados dos grupos sociais que o apoiavam, diversas indústrias nos centros de Santiago se organizavam em defesa da Unidade Popular; com isso nasce então o Comando de Lutas dos Trabalhadores. Esse movimento foi fiel à Allende até seus últimos dias, quando tropas das Forças Armadas invadiram o palácio de La Moneda e Allende acaba sendo assassinado.

Mesmo com diversas dificuldades encontradas em todo o ano de 1972, por conta dos boicotes realizados pelos grupos que apoiavam o Partido Democrata Cristão, e a própria esquerda pressionando e condenando Allende por ter feito uma política distante do socialismo que reivindicavam, isso não foi o suficiente para fazer com que a direita conseguisse nas eleições de 1973, vencer novamente a Unidade Popular. Conforme aponta Guazzelli (2004):

No entanto, para a frustração dos opositores, nas eleições de março de 1973 os candidatos que apoiavam a Unidade Popular obtiveram 44% dos votos, ampliando em muito os 36% que em 1970 haviam eleito Salvador Allende. Este resultado além de impedir a possibilidade legal de afastar a Unidade Popular do governo, sinalizava para um grande fracasso da burguesia na luta política que havia desencadeado no ano anterior. (GUAZZELLI, 2004, p.96).

Pelo que tudo indicava, os chilenos não achavam tão ruim o que Salvador Allende fizera em três anos de governo, prova disso foi esse resultado expressivo nas urnas. Inicia então uma campanha da direita apoiando às Forças Armadas, para efetuar um golpe de Estado e tirar Allende do poder, instaurando então um governo que favorecesse aos interesses da oligarquia e da burguesia. Esse processo culmina com o Golpe de 1973 e a tomada do Palácio de La Moneda.

A experiência de governo de Allende foi o início de um processo que visava uma mudança na vida da população mais empobrecida, inclusive dos trabalhadores do campo, que há muito tempo eram esquecidos por conta dos interesses das oligarquias. Como aponta Sader:

Foi no Chile também onde mais longe chegaram os trabalhadores na Constituição, sob um Estado capitalista, de organismos próprios, expressivos de sua própria voca-

ção ao poder. Examinar, pois, o processo pelo qual se esgotaram as possibilidades de sobrevivência do Estado democrático-burguês no Chile é verificar o tipo de vínculo que une – opondo – a militarização do Estado à participação autônoma dos trabalhadores na vida social. (SADER, 1982, p. 75).

Realizando esses diversos programas sociais e favorecendo uma parcela da população chilena que sempre foi esquecida pelos governos de direita, Allende conseguiu forças para enfrentar seus rivais do Partido Cristão, e novamente vencer. Tendo o apoio dos trabalhadores rurais a Direita tinha consciência que Salvador Allende poderia vencer novamente as eleições, dando continuidade ao seu programa Via Chilena para o Socialismo. Começa então, uma articulação dos setores oligárquicos junto com as forças armadas para efetuar um Golpe de Estado e retirar Salvador Allende da presidência. Nomeado para substituir o chefe das Forças Armadas, o então Carlos Prats, pois este se recusava a participar de qualquer tipo de golpe contra o Estado e seu presidente, isso fez com que Prats pedisse a renúncia. Para o seu lugar, Salvador Allende coloca então, Augusto Pinochet. Liderando as Forças Armadas e com o apoio financeiro do Estados Unidos por trás, no dia 11 de setembro de 1973, os soldados invadiram o Palácio de La Moneda, sede do Governo Presidencial assassinando o Salvador Allende. Com a morte do então presidente anunciada, Pinochet toma o poder, com discurso que ficaria até houver novas eleições presidenciais, porém não foi isso que aconteceu, mudando a constituição, ele instaura o que viria a ser a mais sangrenta das ditaduras da América do Sul, dando início a 11 de setembro de 1973 e acabando em 11 de março de 1990, durando dezessete anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou debater sobre os acontecimentos ocorridos no Chile a partir das eleições presidenciais de 1970 e apresentar os programas realizados naquilo que ficou conhecido como *A Via Chilena para o Socialismo*, O Chile em 11 de setembro de 1973, viu seu presidente morrer durante a invasão das Forças Armadas, que eram lideradas pelo General Augusto Pinochet. Eles cercaram o palácio presidencial de La Moneda,

localizado na rua Thomas More. Com a morte de Allende e golpe de estado, teve fim o projeto de governo que ficou conhecido como Via Chilena para o Socialismo. Tinha início o período mais sangrento da história do Chile que durou até 1990.

Conclui-se que longe de ser resolvida, e considerada como ultrapassada, ainda temos muito que falar sobre este período sangrento que foi a ditadura civil militar na América Latina; países como o Brasil, Uruguai. Argentina e Chile tentam apagar essa imagem e fazer com que novas gerações acreditem que não houve repressões ou o período foi bom. Por isso é importante estudos como esses para evitar cair no esquecimento, pois tem muitas famílias que ainda hoje sentem a herança e a dor de um regime autoritário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCO, Gilmar Yoshihara. DA SILVA, Márcia Pereira. **Imprensa e política no brasil**: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Dourados: UFGD, v. 4, n. 8, 2010.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; WASSERMAN, Claudia. **Ditaduras Militares Na America Latina**. Porto Alegre: Ufrgs, 2004. 216 p.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone sul em tempos de ditadura**: Reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf/ufrgs, 2013. 280 p.

SADER, Eder. **Um Rumor de Botas**: A militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982. 195 p.

O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E O SEU PERFIL CAMBIANTE NO SÉCULO XX: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

DIEGO OLIVEIRA DE SOUZA
DOUTOR EM HISTÓRIA – UFSM
DIEGO.O.SOUZA@HOTMAIL.COM

RESUMO

Este artigo apresenta algumas notas do projeto de pesquisa, em nível de Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho. Em especial, objetiva desenvolver panorama histórico acerca do Ministério Público brasileiro e as modificações de seu perfil institucional desde seu surgimento na sociedade brasileira. Partindo de metodologia que se constrói na inter-relação entre o campo da História e do Direito, o artigo conclui que o Ministério Público brasileiro, ao longo do século XX, assistiu à variação de seu perfil de atuação, em longo caminho, diante do qual muitos obstáculos somente puderam ser superados devido ao fenômeno histórico do associativismo entre os membros da instituição.

Palavras-chave: Ministério Público Brasileiro. Perfil Institucional. Panorama Histórico.

Este artigo tem como objetivo central apresentar breve panorama histórico acerca do surgimento do Ministério Público brasileiro e o seu desenvolvimento enquanto instituição pública voltada para a integridade da ordem jurídica e dos direitos difusos e coletivos; para a garantia da lisura

no trato do patrimônio público; para a proteção do regime democrático contra-ataques diretos ou velados. Ao mesmo tempo, buscará demonstrar o quanto a instituição, através de seus membros, se preparou para alcançar a promoção de iniciativas de reparação e responsabilização de agentes de Estados envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos, durante a Ditadura Civil-Militar.

Na busca pela reconstituição histórica da instituição Ministério Público, no Brasil, utilizando-se do passado para compreender o presente, acaba-se por se deparar com o fenômeno histórico apresentado pelo historiador Marc Bloch: o ídolo das origens. Dessa maneira, nos lembra o historiador francês que: “por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2002, p. 54).

Neste artigo, buscou-se o diálogo com a historiografia, nem sempre possível, tendo em vista que a instituição Ministério Público ainda é objeto de pouca atenção por parte de historiadores e cientistas políticos.¹ Em publicação francesa, Jean-Marie Carbasse reconheceu que o Ministério Público tem aparecido como que “parente pobre da historiografia institucional”, pois raros são os trabalhos que tematizam a instituição, especialmente do ponto de vista do seu status sócio-político, de suas origens e das consequências de sua ação prática para a sociedade (CARBASSE, Apud: AXT, 2003, p. 28).

ASPECTOS HISTÓRICOS ESTRUTURAIS E O PERFIL CAMBIANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO SÉCULO XX

A origem histórica da instituição Ministério Público é controversa. Como lembra Emerson Garcia, as múltiplas origens, normalmente atribuídas àquela instituição, podem ser justificadas pela “ausência de um paradigma uniforme apto a conduzir a atividade investigatória daqueles que se

.....
1 Registra-se que em pesquisa ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a partir do termo “Ministério Público”, foi encontrado grande volume de pesquisas na área de conhecimento do Direito. Para maiores informações, consultar: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

dedicam a tal pesquisa” (GARCIA, 2017, p. 70). Por essa razão, acredita-se que seu nascimento tenha ocorrido em momento impreciso, com bastante dificuldade de determinação histórica.

Para alguns autores, as origens mais remotas do Ministério Público podem ser vislumbradas no Egito Antigo, há cerca de 4 mil anos, nas funções desempenhadas pelo *magiaí*, funcionário que era “a língua e os olhos do rei”, tendo entre suas incumbências castigar os rebeldes, reprimir os violentos e proteger os cidadãos pacíficos (MAZZILLI, 1989, p. 02). Também nos Éforos de Esparta, foi identificado o Ministério Público embrionário, pois tais funcionários eram juízes que “contrabalançavam o poder real e o poder senatorial, exercendo o *ius accusationis*, ou ainda, nos *thesmotetis* ou *tesmâtetas* gregos, forma rudimentar de acusador público” (MORAES, 2006, p. 559). Portanto, entre outros entendimentos, sustenta-se também o seguinte posicionamento sobre o aparecimento histórico da instituição Ministério Público:

Findando a Idade Média, com o surgimento e a crescente complexidade do Estado, os soberanos começaram a instituir tribunais regulares para distribuir a Justiça em seu nome. Pareceu-lhes evidente a necessidade de instalar, junto a esses tribunais, agentes incumbidos de defender os interesses do monarca, que inicialmente se confundiam com os interesses da Coroa. Assim, quando nos albores do Séc. XIV, as primeiras ordenanças dos reis da França ou de Portugal se ocuparam dos procuradores do rei, elas o fizeram apenas para regulamentar o juramento desses agentes (MAZZILLI, 2003, p. 19).

De forma geral, embora não seja possível vislumbrar consenso na origem do Ministério Público, é acertado afirmar que o princípio da instituição está associado à individualização da função judiciária, por vezes, exercida de forma concentrada pelo soberano, e que passou a ser desempenhada por agentes especializados, os magistrados. Portanto, “não mais detendo o Rei o exercício da função jurisdicional, fez-se necessária a criação de órgãos que fiscalizassem o exercício dessa função e, perante ela, defendessem os interesses do soberano ou, em alguns casos excepcionais, o próprio interesse social” (GARCIA, 2017, p. 70).

A influência da doutrina francesa na história do Ministério Público é bastante forte, ao ponto que a expressão *parquet*² é utilizada frequentemente para referir-se à instituição. Em consequência, a Revolução Francesa, durante o século XVIII, foi responsável pela estruturação mais adequada do Ministério Público enquanto instituição, conferindo aos integrantes da carreira garantias fundamentais, enquanto que os textos napoleônicos instituíram o Ministério Público francês atual (MAZZILLI, 2005, p. 36).

Por vezes, alguns autores ainda buscam as origens do Ministério Público no direito romano, ou no direito grego. Em relação ao direito romano, há quem visualize traços da identidade do MP em cinco instituições: os *censores*, vigilantes gerais da moralidade romana; os *defensores das cidades*, criados para denunciar ao imperador a conduta dos funcionários; os *irenarcas*, oficiais de polícia; os *presidentes das questões perpétuas*; e os *procuradores dos césares*, instituídos pelo imperador para gerir os bens dominicais (DIAS, 2011, p. 45). Também há alguns autores que sustentam que não se deve buscar as origens do Ministério Público nas instituições e no direito romano. Isto porque, apesar de algumas das funções que, atualmente, são reconhecidas como sendo do Ministério Público já existirem na Grécia, em Roma e no começo a Idade Média, tem-se que se tratavam de funções atribuídas a pessoas que não representavam estrutura nem usufruíam de estatuto semelhante ao que hoje caracteriza a instituição ministerial (RODRIGUES, Apud: DIAS, 2011, p. 45).

Importante destacar também que a relação de mudanças constitucionais trouxe implicações diretas sobre as normativas que definiram o atual conjunto de atividades desenvolvidas pelo Ministério Público brasileiro. Dessa maneira, o Ministério Público mudou, ao longo do tempo, com frequência, seu lugar na organização do Estado, tendo em vista o alargamento de suas funções de proteção de direitos indisponíveis e de interesses coletivos.

.....
2 A menção a *parquet* (assoalho) origina-se na tradição francesa, como lembra Hugo Nigro Mazzilli, assim como *magistrature débout* (magistratura de pé) e *les gens du roi* (as pessoas do rei). Desse modo, os procuradores do rei, antes de adquirirem assento ao seu lado, no estrado, tiveram assento sobre o assoalho da sala de audiências. Consultar: MAZZILLI, 2005, p. 36.

No Direito brasileiro, a fase pré-colonial do país é marcada pela inexistência da figura Ministério Público. Isto porque o Poder Judiciário, naquela ocasião, era composto apenas de justiça de primeira instância, sendo que eventual recurso cabível deveria ser interposto em Portugal, perante o tribunal de apelação de Lisboa. Somente, em 1609, através da reforma do Judiciário brasileiro é que se tratou pela primeira vez do Ministério Público. De acordo com Clever Vasconcelos, por meio do Alvará de 7 de março de 1609, criou-se o Tribunal da Relação da Bahia, “cuja composição se fez constar a figura do Promotor de Justiça, ao lado do Procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco” (VASCONCELOS, 2013, p. 7).

Portanto, no Brasil, durante o período colonial e mesmo durante o período imperial, o Ministério Público não era propriamente uma instituição, sendo que se assemelhava a “um aglomerado de atribuições que recaía sobre agentes dissociados entre si e que não gozavam de quaisquer garantias”, nitidamente subordinado à Chefia do Poder Executivo (GARCIA, 2017, p. 98).

Com o advento da República no Brasil, importa destacar que a Constituição de 1891 não mencionou o Ministério Público, mas a Lei nº 1.030, de 1890, já o organizava como *instituição* (SILVA, 1992, p. 510). Durante a República Velha, o Ministro da Justiça Campos Salles foi o precursor da independência do Ministério Público (MORAES, 2006, p. 560), considerado também o Patrono do Ministério Público no Brasil (GARCIA, 2017, p. 96), tendo em vista a edição do Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, expedido para delimitar a reforma da justiça no Brasil. Ademais, este Decreto previu também que o Presidente da República nomearia um dos membros do Supremo Tribunal Federal para exercer as funções de Procurador-Geral da República (art. 6º) (BRASIL, 1890). Agrega-se a isto, o fato de que o art. 24, do referido Decreto, tornava claro o vínculo existente entre o Ministério Público e o Executivo, no momento em que registrava que cabia ao Procurador-Geral da República “cumprir as ordens do governo da República relativas ao exercício de suas funções” (BRASIL, 1890).

A Constituição de 1934 o considerou como órgão de cooperação nas atividades governamentais (BRASIL, 1934). Diferentemente da Constituição

anterior, começou a se afastar daquele modelo, ao expressamente referir o Ministério Público no Capítulo VI – Dos Órgãos de Cooperação nas Atividades Governamentais – como instituição a ser organizada na União, no Distrito Federal e nos Territórios, e nos Estados, atribuindo a Chefia do MPF ao Procurador-Geral da República, de nomeação do Presidente, demissível *ad nutum* (art. 95, § 1º). Portanto, deixou de ser um dos ministros do Supremo, embora mantivesse a necessidade de aprovação pelo Senado Federal, mesmos requisitos de investidura e mesmos vencimentos que a magistratura.

Em 1937, após o cancelamento das eleições presidenciais, a Constituição de 1934 foi revogada e substituída por novo documento escrito pelo jurista Francisco Campos, tomando como referência a Carta Del Lavoro italiana e a Carta Fascista polonesa de 1935. Naquela época, Francisco Campos além de ser o ministro da Justiça e o mais importante defensor intelectual do corporativismo autoritário, rejeitava categoricamente a democracia liberal por julgar que “a entrada das massas populares na vida política exigia medidas repressivas” (LEVINE, 2001, p. 82-84). Como registra Sandoval Silva, a Constituição de 1937 marca o retrocesso na busca por autonomia constitucional da instituição ministerial, tendo em vista que, naquela ocasião, o Ministério Público foi desconstitucionalizado, “restando apenas os requisitos de nomeação do procurador-geral e a possibilidade de manejar recurso perante o STF” (SILVA, 2016, p. 231).

Em seguimento, a Constituição de 1946, considerada a Constituição Liberal, reservou ao Ministério Público título autônomo, com expressa previsão de que a instituição voltou a título próprio, portanto, o Ministério Público da União seria organizado junto à Justiça Comum, à Militar, à Eleitoral e à do Trabalho (art. 125), sendo que o MPF teria por chefe o Procurador-Geral da República (art. 126) (BRASIL, 1946). A atribuição mais relevante, prevista no texto constitucional para os procuradores da República, é que seriam os representantes da União em Juízo, podendo a lei cometer esse encargo, nas Comarcas do interior, ao Ministério Público local (MAIA, 2013, p. 88).

Em 1951, a Lei nº 1.241 entrou em vigor e passou a disciplinar o Ministério Público da União. O art. 10 dessa Lei exemplificava o *status* de que gozava o Ministério Público, tendo em vista que o Ministro da Justiça era a autoridade que dava posse ao Chefe do Ministério Público Federal, revelando o papel subalterno vivido pela instituição (MAIA, 2013, p. 88):

Art. 10 O Procurador Geral da República tomará posse perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores; o Procurador Geral da Justiça do Trabalho perante o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; e o Procurador Geral da Justiça Militar perante o Ministro da Guerra, cabendo-lhes empossar os demais membros do Ministério Público, que lhes são diretamente subordinados (BRASIL, 1951).

No contexto dos desdobramentos do Golpe Civil-Militar de 1964, enfatiza-se que a Constituição de 1967 incluiu o Ministério Público numa seção do capítulo do Poder Judiciário (BRASIL, 1967). Dessa maneira, fora recolocar o Ministério Público dentro do Poder Judiciário, alterando a posição adotada em 1946, nada mais de inovação surgiu sobre as regulamentações anteriores da instituição ministerial (MORAES, 2006, 562).

Por outro lado, durante a Ditadura Civil-Militar, a Emenda Constitucional nº 1, promulgada em 17 de outubro de 1969, o último documento legal da Junta Militar, situou o Ministério Público entre os órgãos do Poder Executivo (BRASIL, 1969). Esta Emenda é considerada, na prática, nova Constituição, levando-se em consideração o número de alterações que efetuou na Constituição de 1967. A Emenda resolveu alterar a denominação oficial do país, deixando de ser Brasil, de acordo com a Constituição de 1967, e passando a ser República Federativa do Brasil. No dia 30 de outubro de 1969, o ditador Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República, contando com a “herança legal” de dois períodos ditatoriais: primeiro de Castelo Branco, herdou a Constituição de 1967, segundo herdou a Emenda Constitucional nº 1/1969, fruto do período de governo da Junta Militar.

Cabe mencionar que, durante a Ditadura Civil-Militar em São Paulo, mesmo sem as devidas garantias constitucionais destinadas aos membros

do Ministério Público, foram desenvolvidas diversas investigações criminais a fim de esclarecer os crimes cometidos pelo Esquadrão da Morte paulista, na época então liderado pelo Delegado da Polícia Civil de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury.³ Agregando-se a isso, Fleury era figura influente na época, bem como a inatividade estatal, daqueles tempos, ter sido encerrada somente pela insistência do Procurador de Justiça Hélio Bicudo e pelo escândalo internacional gerado pelos crimes do Esquadrão da Morte. Com isso, há que se ressaltar que, mesmo diante das dificuldades impostas:

O Ministério Público realizou investigação criminal direta em 1973, durante o regime militar e quando ainda não possuía a maioria de suas modernas atribuições. Depois, a inexistência das garantias constitucionais do Ministério Público, notadamente a inamovibilidade, facilitava o ‘abafamento’ das investigações criminais, tudo conforme os interesses do governo (PONTES, 2006, p. 13).

De outro lado, as dificuldades acerca do enquadramento institucional do Ministério Público⁴ decorrem, em grande medida, “da evolução da engenharia constitucional dos Estados de Direito no século XX, acirrando-se os debates sobre a sua natureza jurídica e as funções a serem desempenhadas e os modelos instituídos” (GOMES Jr., 2011, p. 5). Por vezes, juristas e estudiosos do Direito reconhecem o Ministério Público brasileiro como “a mais avançada instituição do gênero no mundo” (OLIVEIRA, 2006, p. 11), em virtude da amplitude das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal de 1988 e à maneira como foi definida sua estrutura.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 definiu que o Ministério Público brasileiro é composto pelo Ministério Público da União (BRASIL, 1988), o qual é regido pela Lei Complementar nº. 75, de 20 de maio de 1993, a chamada Lei Orgânica do Ministério Público da

.....
3 Para maiores detalhes sobre a atuação do Esquadrão da Morte em São Paulo, durante a Ditadura Civil-Militar, consultar: SOUZA, 2014, p. 149-168.

4 De acordo com Judivan Vieira, o Ministério Público possui características semelhantes às dos Poderes da União e alçá-lo ao *status* de 4º Poder teria sido plenamente viável na Assembleia Constituinte de 1988. Na visão do autor, se o constituinte houvesse alçado o MP à categoria de 4º Poder, “teríamos dado ao mundo um modelo de repartição de governo mais voltado para o bem comum e, ainda, teríamos aperfeiçoado o conceito de Estado Social”. Ver: VIERA, 2006, p. 193.

União (BRASIL, 1993), sendo integrado pelos seguintes ramos: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e, também, pelos Ministérios Públicos dos Estados, regidos pela Lei Federal nº. 8625, de 12 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993), complementada em cada um dos Estados por suas respectivas leis estaduais.

Entre 1988 e 1993, embora já não se falasse mais de Ministério Público Federal como cumpridor de ordens do Governo da República, a instituição ainda mantinha a necessidade de desempenhar o papel de representante da União em juízo (MAIA, 2013, p. 90). Foi somente com o advento da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a qual instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, que os procuradores da República, membros do MPF, deixaram de exercer a advocacia pública, tendo em vista que foi criada a Advocacia-Geral da União, instituição destinada à representação judicial e extrajudicial da União, inclusive com atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo (BRASIL, 1993).

Há de se enfatizar que, no Brasil, o universo das questões levadas a juízo é muito grande, e por esse motivo, os constituintes de 1988 optaram por distribuir racionalmente as competências pelos diferentes órgãos e áreas de atuação do Poder Judiciário. Por essa razão, com a intenção de evitar conflitos e indefinições no momento de se decidir “quem julga o quê”, ocorreu a divisão das competências entre a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho, a Justiça Militar, a Justiça Eleitoral e seus respectivos órgãos e graus de jurisdição (OLIVEIRA, 2006, p. 12). Em consequência disso, a organização do Ministério Público também seguiu essa divisão dos órgãos do Poder Judiciário e originou, como apontado anteriormente, diversos Ministérios Públicos: Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público Eleitoral.

Outra característica do Ministério Público, no Brasil, muito importante, decorrente da previsão constitucional, diz respeito ao fato de que a instituição não é hierarquizada, pois seus membros possuem independência

funcional para atuarem de acordo com suas atribuições. Entretanto, atos administrativos e de gestão institucional exigem o cumprimento de determinado grau hierárquico. De toda forma, como nos lembra Mary Barra, “não há na estrutura do Ministério Público brasileiro um controle, *pari passu*, dos atos funcionais que praticam, salvo os expressamente previstos em lei, como o art. 28 do Código de Processo Penal brasileiro” (BARRA, 2014, p. 349).

Ainda assim, o Ministério Público dos Estados possui várias semelhanças com o Ministério Público da União, tendo em vista que a previsão constitucional que os rege é a mesma. Há diferença na forma de ingresso na carreira, pois, nos Estados, de forma geral, ocorre por meio do provimento do cargo de promotor de justiça substituto, que, na maioria das vezes, atua junto às comarcas de segunda entrância do Poder Judiciário estadual, localizadas nas regiões interioranas dos Estados. No que se refere a garantias, direitos, deveres e prerrogativas, os membros do Ministério Público Estadual se assemelham aos membros do Ministério Público da União; contudo, seus regramentos ocorrem por meios de leis estaduais específicas, às quais tomam como referência a Lei Federal nº. 8625, de 12 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

Na história do Ministério Público, no Brasil, dois momentos são reputados de grande importância para a formação da consciência nacional e social desta instituição no seio das instituições republicanas. Como *consciência nacional* de Ministério Público, formada durante as décadas de 1970 e 1980, é possível apontar a ideia de que:

O ofício que a instituição exerce passou a ser o elo comum a permitir pensar-se cada vez mais no Ministério Público como instituição e nos seus agentes como órgãos independentes; passou-se a identificar-lhe um fim a realizar no meio social e não apenas aceitá-la como um conjunto de organismos governamentais estanques da União e dos Estados (MAZZILLI, 1989, p. 19).

Ainda de acordo com Hugo Nigro Mazzilli, foi somente com o fim da Ditadura Civil-Militar que o Ministério Público brasileiro passou a

não mais amoldar-se plenamente à fisionomia do Estado a que servia, pois, então:

O Ministério Público brasileiro começou a buscar maior independência e autonomia funcionais. Desde suas duas funções que historicamente antecederam todas as outras – a persecução penal e a defesa da Coroa – a instituição brasileira acabou ficando apenas com a primeira, perdendo voluntariamente a outra, enquanto adquiria novas funções e responsabilidades sociais (MAZZILLI, 2003, p. 20).

Nesse sentido, a reforma constitucional do Poder Judiciário, ocorrida em 1977, durante a Ditadura Civil-Militar, bem como a abertura democrática, contida na Constituição de 1988, são dois momentos históricos que fortaleceram a consciência ao redor da definição do lugar do Ministério Público na sociedade brasileira. Esta consciência ao redor da instituição, historicamente, pode ser compreendida como a manifestação do espírito associativo, fenômeno estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, constatado principalmente nas sociedades religiosas e de auxílio mútuo da Primeira República (CARVALHO, 1990, p. 143). Também compreendido este fenômeno como movimento associativo, sua relevância é fundamental para consolidação do modelo de MP no Brasil, isto porque “o movimento associativo integrou os vários MP brasileiros em torno de projeto único” (MACHADO, 2007, p. 127), durante o período final da Ditadura Civil-Militar. Ainda, em outras palavras, é possível perceber a participação dos membros da instituição, concebidas por meio do espírito associativo, na ascensão institucional do MP:

Durante um longo período, pelo trabalho de seus membros, o Ministério Público passou por severa transformação, deixando de ser uma Instituição de Governo, para ser uma Instituição de Estado. O ativismo jurídico e político dos membros do Ministério Público, em razão do respeito que tinham da sociedade, levou a esta grande transformação institucional (SILVA, 2011, p. 204).

Desse modo, em 1977, apoiado em Atos Institucionais e no fechamento do Congresso Nacional, o ditador Ernesto Geisel decretou a Emenda Constitucional nº. 7, e a Emenda Constitucional nº. 8, a qual legalizou

o chamado “Pacote de Abril”. Ernesto Geisel havia fechado o Congresso Nacional sob o pretexto de que a Reforma do Judiciário não tinha sido aprovada, portanto, entre 1º e 15 de abril de 1977, “aproveitou o recesso do Congresso para realizar diversas alterações na Constituição, dessa vez com o auxílio dos presidentes da Câmara e do Senado, caso único na história brasileira” (VILLA, 2011, p. 106). O jornalista Elio Gaspari descreveu, com detalhes, o que foi este acontecimento histórico:

O Pacote de Abril foi anunciado no dia 14. Pela primeira vez desde 1823, quando d. Pedro I dissolveu a Constituinte, o Executivo legislou com a colaboração dos presidentes das duas Casas do Congresso fechado. O do Senado, Petrônio Portella, era o principal conselheiro de Golbery. O da Câmara, deputado Marco Maciel, despachava no Gabinete Civil e cruzava suas salas carregando pastas de papelão de cujo interior transbordavam tiras de documentos com pedaços de legislação estripada na produção da nova ordem política e eleitoral (GASPARI, 2004, p. 364).

Com o término da Ditadura Civil-Militar, os membros do Ministério Público nacional prepararam o seu anteprojeto, buscando definir as principais questões pertinentes à instituição no contexto da abertura democrática. De forma geral, foram travadas mais algumas batalhas em torno da tarefa de tornar efetiva a busca pela desvinculação do Ministério Público da esfera governamental para a dos interesses sociais do Estado e do cidadão, por vezes, em contraponto aos próprios poderes constituídos.

Ademais, gradualmente, o Ministério Público tornou-se ator político relevante no cenário nacional e passou a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação. As notícias sobre a atuação dos membros do Ministério Público, em seus variados níveis, crescem diariamente. Independente do caminho da atuação, ora na defesa de direitos coletivos e difusos, por meio do ajuizamento de Ações Cíveis Públicas, ora na atuação mais tradicional por meio da persecução penal, é incontestável que o Ministério Público brasileiro conquistou seu espaço na sociedade nos últimos anos. Isso porque, seus membros possuem função multiforme ao desempenhar algo da função do advogado, do policial e do juiz. Também por essa razão, as palavras do

ex-Procurador-Geral da República, Claudio Fonteles, são muito bem acertadas para definir o Ministério Público, na sociedade brasileira:

O Ministério Público é uma instituição vocacionada a ser a voz da sociedade diante do Poder Judiciário. Num sistema democrático, regido pelo princípio da publicidade, essa missão só pode ser cumprida em permanente comunicação, de modo que a sociedade possa acompanhar o trabalho dos membros da Instituição (FONTELES, 2006, p. 9).

De fato, o que se percebe ao longo da definição do cambiante perfil institucional do Ministério Público brasileiro é que, em sua essência, trata-se de instituição democrática marcada por permanente processo de evolução, o qual foge das tradicionais abordagens esquemáticas, revestidas de lógica que não considera a complexa realidade social que circunda esta instituição no Brasil.

Contudo, ainda assim, há que se enfatizar que a natureza institucional do Ministério Público é concebida também através de entendimento que sustenta que houve deslocamento da instituição da *sociedade política*, como órgão repressor do Estado, para a *sociedade civil*, atuando como legítimo e autêntico defensor da sociedade.⁵

PALAVRAS FINAIS

A transformação evolutiva jurídico-social do Ministério Público brasileiro permitiu a atuação institucional na defesa e no interesse de vítimas da Ditadura Civil-Militar, bem como da sociedade brasileira em geral. Logo após completar uma década do colapso da Ditadura Civil-Militar, contando com o amparo constitucional de 1988, surgiu nova perspectiva em termos de reparação e responsabilização dos crimes praticados, por agentes estatais, entre 1964-1985.

Portanto, considera-se que a transformação evolutiva jurídico-social do Ministério Público brasileiro proporcionou ao MPF condições

.....
⁵ Esse entendimento pode ser encontrado nos seguintes autores: GOULART, 1998, p. 96. MACHADO, 2000, p. 141-142.

estruturais/funcionais, para desenvolver nova perspectiva em termos de reparação e responsabilização dos crimes praticados, entre 1964-1985, as quais podem ser consideradas a partir das motivações da justiça transicional: (a) razão como concepção de justiça, (b) emoção e (c) interesse (Elster, 2006, p. 103).

Nesse sentido, o MPF, como resultado de investigações realizadas desde 1999, iniciou em São Paulo, a busca por justiça de transição, em especial a reparação dos abusos de direitos humanos praticados por agentes estatais de segurança, bem como pela responsabilização de tais agentes através do ajuizamento de Ações Cíveis Públicas. Diante desse contexto, cabe referir o conjunto de iniciativas cíveis, convertidas em medidas de justiça de transição, composto pelo somatório de 6 (seis) Ações Cíveis Públicas atinentes à atuação repressiva estatal no Estado de São Paulo, proposto pela Procuradoria da República em São Paulo.⁶

Associa-se a isso, o fato de que os poderes conferidos ao Ministério Público, pela Constituição Federal de 1988, permitem à instituição requisitar documentos e perícias, ouvir testemunhas e investigados em procedimentos formalmente instaurados. Diante dessas possibilidades, foi possível ao MPF avançar no conhecimento acerca da natureza sistemática e generalizada da repressão política da Ditadura Civil-Militar, por meio de fontes primárias, documentos não revelados e depoimentos de ex-presos políticos e ex-agentes do sistema repressor nunca antes ouvidos em atos oficiais. Dessa maneira, as atividades de investigação desenvolvidas pelo MPF em matéria de graves violações aos direitos humanos, cometidas durante a Ditadura Ci-

.....
6 Dentre as providências relacionadas a essa temática encontram-se as seguintes Ações Cíveis Públicas: **Caso DOI/ CODI de São Paulo**, Autos n.º 2008.61.00.011414-5, em trâmite na 8ª Vara Federal de São Paulo; **Caso Manoel Fiel Filho**, Autos n.º 2009.61.00.005503-0, em trâmite na 11ª Vara Federal de São Paulo; **Caso Ossadas de Perus**, Autos n.º 2009.61.00.025169-4, em trâmite na 6ª Vara Federal de São Paulo; **Caso Desaparecidos Políticos – IML – DOPS – Prefeitura de São Paulo**, Autos n.º 2009.61.00.025168-2, em trâmite na 4ª Vara Federal de São Paulo; **Caso Policiais Cíveis no DOI-CODI de São Paulo**, Autos n.º 0018372-59.2010.4.03.6100, em trâmite na 7ª Vara Federal de São Paulo e **Caso OBAN**, Autos n.º 0021967-66.2010.4.03.6100, em trâmite na 4ª Vara Federal de São Paulo. Para maiores detalhes, ver: <<http://www.prr3.mpf.mp.br/ditadura-militar/89-conteudo-estatico/ditadura/145-providias-cis>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

vil-Militar, vem produzindo conhecimento inédito e aprofundado a respeito da estrutura e funcionamento dos órgãos da repressão política (BRASIL, 2017, p. 53).

Por fim, o Ministério Público brasileiro, ao longo do século XX, assistiu à variação de seu perfil de atuação com bastante vigor. Até tornar-se instituição permanente da República brasileira, longo caminho foi traçado, diante do qual muitos obstáculos somente puderam ser superados devido ao fenômeno histórico do associativismo entre os membros da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter. **De homem só a guardião da cidadania**: história associativa e institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1941-2001). Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2003.

BARRA, Mary Lucy Santiago. Ministério Público da República Bolivariana de Venezuela. In: CALABRICH, Bruno (Org.). **Modelos de Ministérios Públicos e Defensorias del Pueblo**. Brasília: ESMPU, v. 1, 2014.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890**. Organiza a Justiça Federal. Revogado pelo Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D848impressao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Diário Oficial da União, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967**. Diário Oficial da União, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da União, 20 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecedente1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951.** Lei orgânica do Ministério Público da União. Diário Oficial da União, 1 dez. 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1341.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.** Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 fev. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.** Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Diário Oficial da União, 21 mai. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.** Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8625.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Crimes da Ditadura Militar: Relatório sobre as atividades de persecução penal desenvolvidas pelo MPF em matéria de graves violações a DH cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção. Brasília: MPF, 2017.

CARBASSE, Jean-Marie (dir.). **Historie du Parquet.** Collection Droit et Justice. Paris: Mission de recherche Droit et Justice, Press Universitaires de France, 2000.

Apud: AXT, Gunter. **De homem só a guardião da cidadania:** história associativa e institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1941-2001). Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CARVALHO RAMOS, André de. Defensoría del Pueblo na Argentina e o Ministério Público Brasileiro: a busca da efetivação dos direitos humanos. In: CALABRICH, Bruno (Org.). **Modelos de Ministérios Públicos e Defensorías del Pueblo**. Brasília: ESMPU, 2014, v. 3, p. 15-40.
- DIAS, João Paulo; FERNANDO, Paula; LIMA, Teresa Maneca. Transformações do Ministério Público em Portugal. **Revista do Conselho Nacional do Ministério Público**, Brasília, v. 1, n. 1, jun. 2011.
- ELSTER, Jon. **Rendición de cuentas**: la justicia transicional em perspectiva histórica. Buenos Aires: Katz, 2006.
- FONTELES, Claudio. Apresentação. In: OLIVEIRA, Maria Célia Néri de. **Por dentro do MPF**: o Ministério Público Federal para jornalistas. 2 ed. Brasília: ESMPU, 2006.
- GARCIA, Emerson. **Ministério Público**: organização, atribuições e regime jurídico. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOMES Jr., Luiz Moreira; MACHADO, Bruno Amaral. Modelos de Ministério Público: organização, estrutura e controle. **Revista do Conselho Nacional do Ministério Público**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5-8, jun. 2011.
- GOULART, Marcelo Pedroso. **Ministério Público e democracia**: teoria e práxis. São Paulo: Editora de direito, 1998.
- LEVINE, Robert M. **O pai dos pobres**. O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Ministério Público**: democracia e ensino jurídico. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- MACHADO, Marcos Henrique. O Ministério Público Administrativo. **Revista Jurídica do Ministério Público de Mato Grosso**, Cuiabá, ano 2, v. 3, n. 3, p. 315-332, jul./dez. 2007.
- MAIA, Luciano Mariz. 20 anos da Lei complementar nº 75: o futuro já começou. **Pensar MPF**: a revista do Ministério Público Federal, Brasília, v. 1, p. 87-96, jul. 2013.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. **O Ministério Público na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. Prefácio. In: AXT, Gunter. **De homem só a guardião da cidadania**: história associativa e institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1941-2001). Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2003.

- MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Célia Néri de. **Por dentro do MPF: o Ministério Público Federal para jornalistas**. 2 ed. Brasília: ESMPU, 2006.
- PONTES, Manuel Sabino. Investigação criminal pelo Ministério Público: uma crítica aos argumentos pela sua inadmissibilidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1013, 10 abr. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8221/investigacao-criminal-pelo-ministerio-publico>>. Acesso em 05 set. 2017.
- RODRIGUES, Cunha. **Em nome do povo**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999. Apud DIAS, João Paulo; FERNANDO, Paula; LIMA, Teresa Maneca. Transformações do Ministério Público em Portugal. **Revista do Conselho Nacional do Ministério Público**. Brasília, v. 1, n. 1, jun. 2011.
- SILVA, Cláudio Barros. Os atributos da dignidade, os valores e a responsabilidade dos membros do Ministério Público. **Revista do CNMP**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 201-219, jul./dez. 2011.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 1992.
- SILVA, Sandoval Alves da. **O Ministério Público e a concretização dos direitos humanos**. Salvador: Juspodivm, 2016.
- SOUZA, Diego Oliveira de. Entre violência e (in)justiça: O esquadrão da morte paulista (1968-1979). **Mouseion (UniLasalle)**, v. 18, p. 149-168, 2014.
- VASCONCELOS, Clever. **Ministério Público na Constituição Federal: doutrina e jurisprudência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- VIERA, Judivan J. **Ministério Público: o quarto poder**. 2 ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.
- VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.

ST 22

TURISMO, HISTÓRIA E

PATRIMÔNIO CULTURAL

COORDENAÇÃO

MÔNICA ELISA DIAS PONS (UFSM)

CAROLINE CILIANE CERETTA (UFPEL)

TIAGO COSTA MARTINS (UNIPAMPA)

AS DEVOÇÕES RELIGIOSAS E O DESENVOLVIMENTO DE UMA COMUNIDADE

AMANDA SCHIRMER DE ANDRADE. UFSM
ARQUITETA E URBANISTA (GRADUADA PELA UNIVERSIDADE
DE CRUZ ALTA E MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL) ¹

DENISE DE SOUZA SAAD
UFSM. ENGENHEIRA CIVIL
(MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL E DOUTORA)²

Sabe-se que não são somente as grandes cidades que possuem bens passíveis de preservação, cidades com populações pequenas e medianas (de acordo com a sua realidade) também contam com estes pontos referenciais. Neste contexto que os bens encontrados no município de Chapada/RS devem ser estudados. Para o presente estudo adotou-se uma edificação, aonde foram aprofundadas as pesquisas acerca deste local que compõe a dissertação de mestrado denominada “Inventário de exemplares arquitetônicos em madeira no município de Chapada/RS: patrimônios de valor arquitetônico, histórico e cultural”. Tal local, um capitel de madeira em devoção a Nossa Senhora Aparecida foi construído pela família Mariani – que é descendente de imigrantes italianos – na Linha Westphalen (localidade que foi criada em 1921 nas terras do então distrito de Cairé, que pertencia a Palmeira das Missões) e em meados de 1928 construíram o capitel. Quando as atenções se voltam a edificações de pequenas comunidades, pode-se perceber a evolução da sociedade, mesmo nos pequenos pontos, são nestas situações que é desvendado o encontro

.....
1 E-mail: amanda.schirmer@ymail.com.

2 E-mail: dssaad1@gmail.com.

da cultura, de patrimônios imateriais e o patrimônio material em si próprio, como acontece nesse local, que é uma edificação religiosa (um bem material imóvel) que abriga uma imagem sacra trazida pelos imigrantes (um bem material móvel) que acompanha está mesma família por mais de 150 anos (levando em consideração que tal imagem foi trazida do país de origem destes imigrantes) em inúmeros rituais religiosos em todas as situações, pelo fato que, o capitel está construído nas terras família, ao lado de uma estrada, podendo ser apreciado e utilizado por quem tenha interesse. A fé da humanidade não se contesta, mas se observa e aceita para que se possa entender em que caminho a humanidade caminha. O capitel e toda a história por trás do mesmo entrelaça-se com a história de sua comunidade e município, sendo cada detalhe relevante para o contexto geral.

Palavras-chave: arquitetura religiosa; patrimônio cultural; imigração italiana.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade brasileira em um período pós-imigração fortaleceu-se, basicamente em cima das devoções religiosas, essas que cada indivíduo carregou consigo em todo o período de transição. Muitas famílias trouxeram junto na bagagem imagens sacras que foram homenageadas através da construção de igrejas, capiteis, altares nas residências e capelas. Entretanto, em algumas comunidades, principalmente as de origem italiana, cada família possuía sua imagem, concentrando uma maior disputa para a escolha de qual iria para a capela principal.

É nesse contexto que o capitel em estudo foi construído. Pelo fato de que, com a chegada das famílias na então recente comunidade Westphalen, cada um queria dedicar a igreja local ao seu santo de devoção, o que causou pequenos conflitos e, conseqüentemente, o surgimento de diversos capitéis ao longo das estradas, entretanto, o único que ainda existe é o que está presente no estudo, sabe-se que, todos eram em madeira.

Na dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e denominada “Inventário de exemplares arquitetônicos em madeira no município de Chapada/RS: patrimônios de valor arquitetônico, histórico e cultural” o Capitel Mariani é a décima segunda edificação em estudo, de um total de treze bens, de vários usos.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E A PRESERVAÇÃO

Os patrimônios brasileiros, quando tombados, são administrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) órgão que foi devidamente criado com o Decreto-Lei de nº 25, no dia 30 de novembro de 1937, entretanto, naquele contexto era conhecido como SPHAN, sendo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, s.d.). Juntamente com essa troca de denominações, ocorreu também a mudança na abrangência de preservação, assim sendo, com a Constituição Federal de 1988, no artigo 216 os conceitos se expandiram para bens imateriais, além de outros ainda não garantidos na categoria material.

Todavia, mesmo ocorrendo as garantias por lei da abrangência dos bens patrimoniais, demorou anos para que a população aceitasse e reconhecesse seus locais tombados e ainda não é totalmente aceito o fato de existirem bens patrimoniais, mesmo esses não possuindo um reconhecimento através do órgão (ZANIRATO E RIBEIRO, 2006).

Com o decorrer dos anos e com as inúmeras guerras que destruíram cidades e paisagens, acabaram-se perdendo patrimônios relevantes em todo o mundo, dessa forma foi necessária a tomada de decisões e o asseguramento destas práticas para a conservação daqueles que ainda restavam. Neste contexto formas de preservar surgiram, sendo elas o inventário, o registro e o tombamento, mas também ações indiretas passaram a ser executadas, como a educação patrimonial e a criação de roteiros turísticos (VALE, 2012 *apud* Diel, 2015).

O Brasil não foi o pioneiro no processo de inventariar ou qualquer outra forma de proteção, entretanto, tal prática passou a ser assegurada por inúmeras leis, decretos, normativas, bem como, na constituição de 1988. Dentre tudo que a constituição assegura, ela diz em seu Artigo 23 – III que é dever do estado fazer a proteção de sítios, bens, documentos e demais obras passíveis de preservação (IPHAN, 2006).

O IPHAN no seu papel de regente e instância maior na preservação brasileira distingue e denomina as formas de separação de um bem dentro de categorias. Patrimônio cultural é a denominação acerca de todo e qualquer bem, de qualquer tipologia, visto que, é dentro desta categoria

que acontece as demais divisões. O patrimônio material pode ser considerado móvel ou imóvel, conforme seja ele. Podendo ser imóvel as cidades, sítios arqueológicos e bens individuais, já os móveis são coleções arqueológicas, acervos de museu, documental ou bibliográfico. Os bens imateriais são os conhecimentos, suas práticas e domínios do cotidiano, podendo ser demonstrado em saberes, ofícios e modo de realizar, em festas e celebrações, expressões culturais (plásticas, músicas e lúdicas), bem como, em locais públicos como os mercados, feiras e santuários. O terceiro e último viés do patrimônio cultural são os bens arqueológicos, podendo ser eles locais com vestígios de habitação humana como cemitérios, sepulturas, aldeamentos e os sítios arqueológicos propriamente ditos, sendo estes locais, áreas de memória significativa no processo histórico (IPHAN, s. d.).

A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL

O Rio Grande do Sul, desenvolveu-se como uma sociedade a partir do processo de imigração e com a alocação dessas pessoas em regiões específicas e posteriormente, os descendentes desses começaram a se retirar dessas áreas e explorar novos locais.

Todo esse processo iniciou no século XIX com a intenção do governo português de povoar toda essa área de terra, entre todos os povos inicialmente convidados, os italianos não estavam inclusos, tudo isso influenciado por fatores e elementos sociais do cotidiano da época, que possuíam relações também com os povos escolhidos. Entretanto, como a Itália sofria problemas e passava por um período de crise, em consequência de uma unificação do seu território, o povo italiano passou a ser aceito na política de migração após longos anos, principalmente, aqueles que viviam nas partes mais assoladas, que possuíam vontade de prosperar e trabalhar e não possuíam esperança em sua terra (BONI e COSTA, 1982, p. 25).

Foi em 1875 que os primeiros navios vindos da Itália desembarcaram no Rio de Janeiro e os primeiros imigrantes seguiram em direção ao Rio Grande do Sul, em busca de uma nova vida, sem saber se o que estava em sua bagagem seria o necessário (BATTISTEL e COSTA, 1982).

As regiões que mais tiveram imigrantes foi Piemonte, Lombardia e Vêneto, de onde migraram homens solos, famílias inteiras e grupos de vizinhos e parentes com o intuito de preparar a área para receber as mulheres. Ao total, entre os anos de 1861 e 1970, foram mais de 28 milhões de pessoas que saíram da Itália para iniciar uma nova vida no Brasil (BONI e COSTA, 1982).

Quando essas pessoas chegavam aos locais estabelecidos como suas novas terras, elas poderiam escolher como se chamariam essas áreas, assim sendo, essas pessoas denominavam suas moradas para homenagear a quem fez a medição e separação dos lotes, assim como, alguém que foi relevante nesse trajeto (CENNI, 2003).

As primeiras duas colônias criadas no RS foram, a de Conde d'Eu (atual Garibaldi e Carlos Barbosa) e Dona Isabel (atual Bento Gonçalves), posteriormente criou-se as colônias de Fundos de Nova Palmira (atual Caxias do Sul) e a colônia de Silveira Martins (região de Santa Maria), estas duas últimas foram emancipadas de 1882 a 1884 por altos índices de corrupção, dessa forma, em 1885 criaram-se duas novas colônias, São Marcos e Antonio Prado, entretanto, não tão relevantes, bem como, não utilizada diretamente por imigrantes. Dos anos 1880 até, aproximadamente, 1900, as pessoas entravam e saíam destas colônias, fazendo comércio com outras colônias e desbravando novas áreas, com a possibilidade de sair daqueles locais e iniciar, novamente, a vida (BATTISTEL e COSTA, 1982. FLORES, 2013).

A diversificação linguística era relevante, vindos de diversas áreas da Itália, os dialetos mesclavam-se, visto que, não ocorria distribuição de colonos de acordo com sua origem, sendo assim, diversas formas de falar italiano mesclaram-se, dando origem a outras novas, híbridas. Visto que, a língua portuguesa foi introduzida somente de forma lenta e gradual entre os imigrantes (BONI e COSTA, 1982).

Quando se fala no legado arquitetônico trazido e deixado pelos italianos, deve-se ressaltar as edificações em pedras e madeira, pela dificuldade de encontrar areia e pelo custo oneroso de transportar cal até a região. Os telhados eram íngremes, facilitando o escoamento da neve, quando ocorria (influência da terra natal). Quando a residência não comportava

mais confortavelmente os moradores, era transformada em galpão/depósito e uma nova residência maior e mais condizente com o estilo de vida atual era construída, estas, na maior parte das situações, elevada e com porão semienterrado (CENNI, 2013).

As expressões mais significativas de arquitetura, influenciada por italianos são na arquitetura religiosa, industrial, comunitária e residencial. A experiência com os materiais o povo italiano possuía, o que eles desconheciam era o clima da região. Os materiais mais utilizados por todos os imigrantes era a madeira, a pedra, a cerâmica (para tijolos e telhas), a terra (para a taipa, adobe e confeccionar fornos) e os materiais industrializados (vidro, ferro, etc.). A escolha do local a ser construída a moradia tinha alguns requisitos, deveria receber o sol matinal, em um terreno inclinado, podendo assim instalar um porão e próximo de uma fonte de água. As madeiras utilizadas nas construções eram serradas, inicialmente, de forma manual (BONI e COSTA, 1982).

As madeiras utilizadas nas vedações, pisos e forros eram as mesmas, entretanto, trabalhadas de forma diferenciada, visto que, as madeiras das paredes quando possuíam frestas, poderiam receber fechamento, já o forro não poderia ter aberturas entre as tábuas, bem como o piso não deveria ter falhas. Já as aberturas eram de uma madeira diferenciada, podendo ser trabalhadas e ornadas, com vidros somente anos após o início da colonização, com dobradiças de ferro ou couro e para fechamento utilizavam-se tramelas (BONI E COSTA, 1982).

As capelas, escolas, cemitérios e capitéis eram construídos de forma comunitária, todas estas construções poderiam receber o patrocínio de todas as famílias ou somente de algumas, de acordo com o que a família acreditava ser correto e ‘necessário’, sendo assim, fazia uso do local, aqueles que o patrocinavam (BONI E COSTA, 1982).

O MUNICÍPIO DE CHAPADA

O município de Chapada está localizado na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, como mostra a Figura 01. Possuindo uma área territorial de 684.043 km² e com sua economia local baseada na agricultura

com 72,73%, 7,27% em serviços e 4,36% na indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA, 2015).

Atualmente o município é subdividido na sede – Chapada – e mais cinco distritos. Boi Preto que foi palco de uma sangrenta batalha durante a revolução Federalista, que ficou conhecida como “Degola do boi preto”. Vila Rica foi a mais próspera localidade, com inúmeras indústrias e empregos. Santana é um dos maiores distritos do município, pois era por ele que passavam a maior parte dos transportes intermunicipais que ligavam Chapada a toda região. Tesouras foi a primeira sede e aglomeração urbana de Chapada, teve como denominações Cairé e Tesoura do Sul, foi através deste local que o atual município desenvolveu-se, tornou-se oficialmente um distrito chapadense. São Miguel é a mais linda localidade, com suas belezas naturais atrai inúmeros visitantes e vinculados a estes, existem as linhas, como por exemplo Westphalen (EBERT, 2009).

Figura 01 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, localizando Chapada/RS



Fonte: Site Wikipédia, 2017.

A história da região onde Chapada se encontra teve início com a chegada das primeiras famílias de imigrantes e migrantes alemães que ocorreu por volta dos anos 1900 é que se inicia o desenvolvimento da região, reconhecido

então como um distrito, nesse momento é iniciada a abertura de clareiras para agricultura e estradas, na margem esquerda do Rio da Várzea (EBERT, 2009).

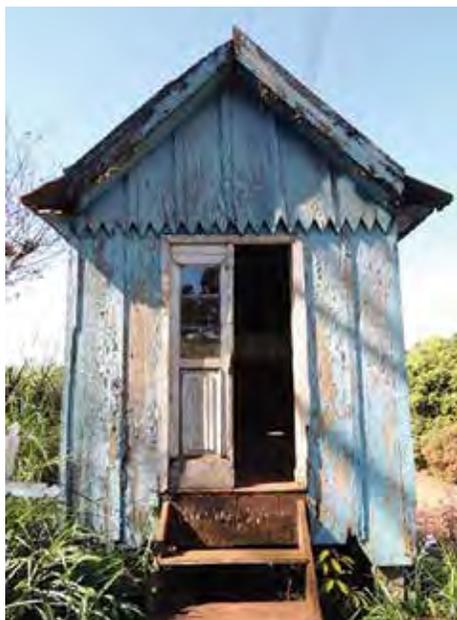
Apesar disso, somente a partir de 1915 é que o fluxo migratório se intensifica com a chegada de um considerável grupo formado por famílias alemãs, migrantes da colônia velha. Contudo, com o crescimento populacional do então vilarejo de Cairé, juntamente com a Linha Kaudebach, é que a região passou a ser um distrito de Palmeira das Missões, em 1921. As áreas foram colonizadas por Guilherme Sudbrack, que adquiriu terras do senhor Maceno Martins, tendo como intermédio-vendedor Nicolau Kasper. Guilherme e Nicolau, juntamente com Eduardo Graeff foram os responsáveis pela colonização de onde atualmente está a sede do município, esta área pertencia a uma família de uruguaiois, os Garcia. As demais áreas colonizadas na época foram adquiridas e remanejadas por Miguel Matt (TAUBE, 1984).

Na área onde atualmente se encontra a sede da cidade de Chapada surgiu de maneira planejada, a se tornar um vilarejo e posteriormente o maior conjunto urbano do distrito, pertencente a Palmeira (atual Palmeira das Missões/RS). Foi em 01 de dezembro de 1921, com o ato municipal de Palmeira das Missões de nº 41, que o vilarejo de Chapada é criado – a denominação do local homenageia uma antiga fazenda que existia no local (EBERT, 2009).

Somente em 1928 que as primeiras famílias de italianos chegaram, vindas principalmente da região serrana do Rio Grande do Sul. Estas construíram suas residências em um vilarejo denominado Linha Westphalen – em homenagem ao agrimensor que mediu as terras -, o local escolhido para alocar as famílias possui uma topografia levemente acidentada, ideal para a construção dos porões típicos da arquitetura dessa etnia. No local as famílias iniciaram o cultivo de uvas e a construção de Capitéis e Igrejas, em agradecimento a nova vida (EBERT, 2009).

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento da região, em 1953 iniciou-se o processo de emancipação política administrativa. Após todo o processo legal necessário, no dia 12 de fevereiro de 1959, Chapada tornou-se oficialmente um município, desmembrando-se de Palmeira das Missões. No dia 03 de junho do mesmo ano o primeiro prefeito

Figura 02 – Fachada principal do Capitel Mariani



Fonte: Autora, 2018.

– Félix Antônio Porciúncula Sampaio – assumiu a gestão do município (EBERT, 2009).

A população, sendo muito devota a suas religiões e fé, com a realização de missas e cultos, manteve suas fontes religiosas impecáveis e ativas. A primeira comunidade religiosa a se mobilizar foi a Luterana, em 1924, que era conhecida como Comunidade Evangélica Alemã de Chapada, quando construiu sua primeira igreja e uma escola para seus membros. Posteriormente, em 1939 a Igreja Católica Apostólica Romana foi oficialmente criada no município, inicialmente com uma capela em madeira e após anos com uma grandiosa e imponente igreja (EBERT, 2009).

O CAPITEL MARIANI

O capitel Mariani, é mais reconhecido quando o chamam de “Capitel da Linha Westphalen” em alusão a localidade no qual se encontra construído, não fazendo nenhuma relação a família proprietária e responsável

pela construção, devoção e manutenção do bem. O capitel está inserido as margens de uma estrada de alto tráfego de veículos pesados e leves. A Figura 02 apresenta a fachada principal do capitel, podendo ser observado que ele está rodeado de vegetações de pequeno porte, apresentando problemas na pintura e com umidade na área superior.

Com as famílias devidamente alocadas e tendo as imagens na mala, as famílias apresentavam a necessidade de começar a expressar sua fé, dessa forma que os moradores locais decidiram fazer a passagem de envelopes, que ocorria da seguinte maneira: cada família que possuía uma imagem a ser doada criava um envelope indicando o santo de sua preferência, esse era repassado entre todos da comunidade, sendo que, cada família depositava sua quantia mas sem saber o quanto já havia sido colocado naquele ou nos outros envelopes. Nesse contexto da comunidade eram opções a Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora Aparecida (Figura 03), aquela que ao final recebesse maior doação no envelope seria consagrada a padroeira da comunidade.

Figura 03 – Imagem da Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Autora, 2018.

No entanto, havia uma pequena ‘discórdia’ entre duas famílias que possuíam imagens sacras. A família de Antônio Cobalchini (proprietária da Nossa Senhora do Rosário) que pagou cerca de 205.000 contos de réis em seu envelope e assim ganhou o direito de escolha para a igreja local. Com a vitória, Antônio não aceitou nem que a imagem da Família dos senhores Marini fosse colocada dentro da igreja, abrindo a necessidade dentro da família de realizar a construção de seu próprio templo.

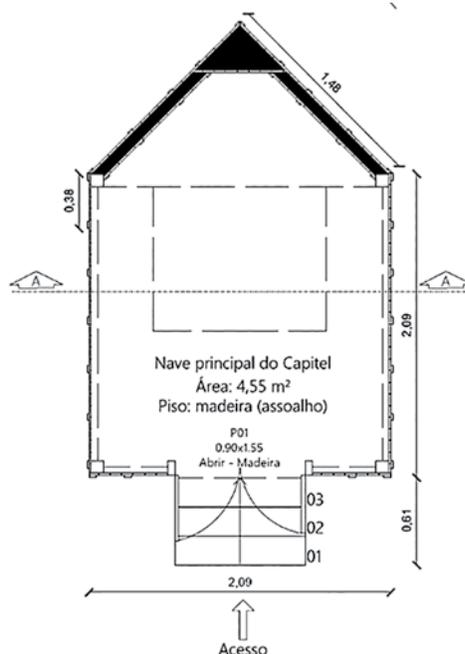
Sabe-se que, todos os materiais da igreja foram doados por pessoas da comunidade, mas não se tem registros se a família Mariani ajudou nessa construção, sabendo que, quem não doava materiais não poderia usufruir do bem comunitário (nesse caso a igreja, mas que poderia ser uma escola, por exemplo) muitas famílias realizaram suas doações a igreja principal e ainda assim construíram seus próprios capitéis.

Após a decisão tomada pela comunidade e pela falta de oportunidade de alocar a imagem sacra dentro da igreja local, os Senhores Emílio, Vitória, Armando e Luís Mariani iniciaram a construção de seu próprio templo, um capitel pequeno, em madeira que possuía um altar ao fundo para homenagear sua santa de devoção, Nossa Senhora Aparecida, dessa forma, no ano de 1931 o local ficou pronto. Anos depois a família desmontou a edificação e reconstruiu-a da mesma forma, pelo fato de que haviam inúmeras patologias na construção. Os descendentes asseguram que o local nunca alterou sua formulação arquitetônica, o que não pode ser documentalmente comprovado, por não existir nenhuma fotografia da edificação antes das que foram realizadas para a dissertação em questão.

A Figura 04 apresenta a planta baixa da edificação, destacando que não existem janelas. A porta principal possui vidros, o que facilita a iluminação. As paredes laterais da edificação possuem somente fechamento com tábuas na área externa e internamente a estrutura é exposta, ao contrário da área ao fundo do altar. As telhas são francesas e os originais.

O capitel Mariani, atualmente, apresenta patologias decorrente da ação da água da chuva na madeira. Entretanto, não apresenta riscos graves ao local. A família ainda frequenta o local e demonstra a relevância desse em suas gerações.

Figura 04 – Planta Baixa do Capitel Marini



Fonte: Autora, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitel Mariani, edificação religiosa que pertence a uma família residente no entorno do bem é um local pequeno, com menos de 5 m², entretanto, esse local é de extrema significância para seus proprietários e para a comunidade, pois provém do início da povoação da região. Além disso, como conjunto, o local é um bem material móvel (a imagem sacra), um bem material imóvel (a edificação) e um patrimônio imaterial (a devoção religiosa).

Sabendo da relevância desse local para todas as pessoas e do reconhecimento que esse tem no município, faz-se necessário reconhecer como ele influenciou na formulação urbana da área.

Arquitetonicamente falando, a edificação possui uma porta majestosa. Uma fachada decorada com lambrequim e uma cobertura refinada,

com várias águas. Internamente falando, a edificação possui um acabamento refinado.

Assim sendo, destaca-se a relevância do capitel no imaginário popular, mesmo as pessoas não sabendo qual a sua real história, sendo também um marco referencial geográfico, além do que, religiosamente falando, o local é significativo mesmo não se tornando a padroeira principal, ela é lembrada e devotada pela comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio e. **Assim vivem os italianos – vida, história, cantos, comidas e estórias**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Editora da Universidade de Caxias, 1982.

BONI, Luis A. de; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias. 2ª ed. Editora Vozes Ltda, Porto Alegre, 1982.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil** “Andiamo in ‘Merica”. São Paulo, Universidade de São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

DIEL, Rocheli Andréia. **O inventário do patrimônio arquitetônico enxaimel da área rural de Santo Cristo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

EBERT, Geovane. **Chapada – A simpatia do Alto Uruguai – 50 anos**. Prefeitura Municipal de Chapada. Chapada. Gráfica Grapel, 2009.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Ver. Ampl. Porto Alegre, Martins Livreiro Editora, 2013.

IPHAЕ, 2018 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc>>. Acesso em: 05 ago 2018.

IPHAЕ, 2018 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

IPHAN, 1995 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 51. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 ago. 2018.

IPHAN, 1995 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

_____. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA. **Histórico do Município**. Poder público municipal. Chapada, RS, 2015. Disponível em: <<http://www.chapada.rs.gov.br/municipio/sobre-o-municipio.html>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. **Acervo fotográfico**. Poder público municipal. Chapada, RS, 2017. Disponível em: <<http://www.chapada.rs.gov.br/municipio/sobre-o-municipio.html>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

TAUBE, Nair Melania. **Chapada – 25 anos de emancipação política-administrativa**. Prefeitura Municipal de Chapada, 1984.

PRESERVAÇÃO DE ELEMENTOS DA MEMÓRIA, DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO DO COLÉGIO CENTENÁRIO ATRAVÉS DA COMPOSIÇÃO DE UM ACERVO FOTOGRÁFICO

CARINA BATISTA BOHNERT
E-MAIL PARA CONTATO CARIN
GRADUADA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL,
HABILITAÇÃO JORNALISMO.
MESTRANDA EM PATRIMÔNIO CULTURAL,
UFSM/BRASIL
BOHNERT@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho visa relatar a importância da composição, organização e manutenção de um arquivo fotográfico para o Colégio Centenário, localizado em Santa Maria, no centro do Estado do Rio Grande do Sul, como forma de preservação do patrimônio cultural e salvaguarda das lembranças da Instituição. O Colégio teve todo seu acervo perdido após um sinistro com fogo, ocorrido em 2007. Embora continue em pleno funcionamento, o Colégio possui poucos registros que contemplam as suas referências temporais, culturais e históricas, em especial as mais antigas. O Centenário foi fundado em 1922 por missionárias metodistas norte-americanas que através dos princípios da Igreja Metodista buscavam atender às exigências espirituais, intelectuais, culturais, sociais e materiais da sociedade. Entende-se que a composição de um arquivo irá legitimar a sua presença como Instituição histórica. Através da revisão de literatura busca-se com-

provar que por meio da reunião de imagens e sua organização, considerando políticas de manutenção do acervo, será possível rememorar os principais momentos do Colégio Centenário enquanto patrimônio histórico e cultural tendo como ponto de referência os registros fotográficos que hoje ainda estão restritos a particulares.

Palavras-chave: Arquivo fotográfico. Colégio Centenário. Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da criação de um arquivo fotográfico no Colégio Centenário. A instituição de ensino foi fundada em 1922, estando presente na história e cultura de Santa Maria e região central do Rio Grande do Sul. O Colégio também se faz importante no contexto da Igreja Metodista, que além da sua presença religiosa e histórica, valoriza a educação por meio uma proposta humanista.

Até 2007 o Colégio Centenário possuía um museu, o qual tinha um acervo com as memórias da instituição. Após um incêndio, que acometeu o prédio onde o museu estava localizado, as referências históricas sistematizadas se perderam.

Estando prestes a completar 100 anos de sua fundação e percebendo a sua relevância histórica para a cultura do município de Santa Maria e região, observa-se que um resgate das memórias fotográficas do Colégio Centenário se faz necessário como forma de legitimar a permanência da instituição nesse espaço de tempo.

O COLÉGIO CENTENÁRIO

As fotografias a serem organizadas remetem desde a fundação do Colégio Centenário até os dias atuais. Essas memórias são representativas de diferentes épocas e momentos dentro do contexto social e cultural da instituição.

O Centenário foi fundado em 1922 pelas missionárias norte-americanas Miss Eunice F. Andrew, diretora e Miss Louise Best, vice-diretora.

A fundação do Colégio é resultado do trabalho da Igreja Metodista que por meio das instituições de ensino buscava atender às necessidades da sociedade nos âmbitos espiritual, intelectual, cultural, social e material.

Assim, no longínquo 27 de março de 1922, nascia o Colégio Centenário sob direção de duas missionárias norte-americanas. E, desde então, por ele têm passado milhares de brasileiros que ali aprimoram o seu intelecto e seu caráter e muitos dos quais merecem hoje destaque em vários setores importantes da vida nacional e além-fronteiras. (LIEBLING, 1983, p. 16).

Conforme Liebling (1983), o Colégio Centenário além de ser uma instituição de ensino presente na história e cultura da sociedade santamariense, também está presente no contexto da Igreja Metodista, que é uma instituição religiosa e histórica, que valoriza a educação através uma proposta humanista.

O trabalho evangélico da Igreja Metodista em Santa Maria teve início no ano de 1901.

O missionário, Rev. J. W. Price, visitando a cidade realizou com muito sucesso, uma conferência que de fato, assinalou o início verdadeiro do trabalho dessa denominação evangélica em Santa Maria. A referida conferência teve lugar no dia 10 de novembro de 1901.

No ano seguinte, o mesmo missionário, fixando residência na cidade, estabeleceu definitivamente o metodismo [...]. (BELÉM, 2000, p. 245).

O metodismo começou como um movimento religioso e social. Seu início deu-se na Inglaterra, no século XVIII, por meio da experiência de fé de John Wesley, que era um jovem pastor da Igreja Anglicana. Wesley, quando era estudante da Universidade de Oxford, foi um dos líderes de um grupo de cristãos que se reunia periodicamente com a finalidade de aperfeiçoar sua vida espiritual. Os estudantes acabaram sendo apelidados de “metodistas” devido aos seus hábitos metódicos de oração e estudo.

John Wesley sentiu-se chamado para aperfeiçoar a Igreja Anglicana e a sociedade em que vivia, buscando a prática de uma santidade individual e social. A mensagem de conversão e transformação da sociedade fez o

movimento metodista crescer na Inglaterra, o qual resultou mais tarde na fundação da Igreja Metodista.

O metodismo, nos seus primeiríssimos passos, não é apresentado como resultado das iniciativas de uns poucos indivíduos iluminados, mas como o fruto da caminhada de um povo “o povo chamado metodista” como se dizia no século 18. Trata-se de um movimento eclesial dinâmico, participativo, leigo, missionário, sensível aos sinais dos tempos e às dores de uma época conturbada, tanto quanto fiel à revelação e aos propósitos de Deus na história. (HEITZENRATER, 2016, p. IX).

No Brasil, o metodismo chegou no século XIX, fruto do trabalho dos missionários norte-americanos. O Colégio Centenário recebe esse nome devido ao ano de sua fundação, 1922 ser o ano do Centenário das missões metodistas dos Estados Unidos. Também como razão para a instituição receber esse nome, temos datado que em 1922 foi comemorado o primeiro centenário da independência política do Brasil. Ambos os fatos foram predominantes na escolha do nome da escola que estava sendo inaugurada naquele ano.

Em 1975, seguindo a legislação do país, e com o apoio do Concílio Geral da Igreja Metodista é criado o Instituto Metodista Centenário, passando o Colégio Centenário a constituir-se uma unidade dessa instituição.

O Colégio Centenário cresceu em tamanho e em prestígio, em eficiência e em formas de serviço. [...] Não envelheceu; renovou-se, atualizou-se, porque ele é mais que material que corrói, é símbolo de um espírito que é imortal, que transcende ao tempo e ao espaço. (LIEBLING, 1983, p. 82).

No ano de 1998, como ampliação de sua proposta educacional, além da Educação Básica, a instituição passou a ofertar também o Ensino Superior através da Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES). Em 2019, como forma de uma retomada histórica e valorização do nome “Centenário”, a FAMES passa a chamar-se Faculdade Metodista Centenário (FMC).

Até 2007 o Colégio Centenário possuía um museu, o qual tinha um acervo com peças de mobiliário, vestimentas, objetos e fotografias que contavam a sua história ao longo dos anos. Após sinistro com fogo,

que acometeu parte de sua estrutura, tendo destruído completamente o prédio que abrigava o museu, perdeu-se essas referências temporárias e históricas do Colégio. Nesse contexto, e no âmbito de estar as vésperas de completar 100 anos de sua fundação, observa-se a importância do resgate e sistematização de suas memórias fotográficas se faz necessário.

Sendo assim, entende-se que por meio da sistematização histórica do Colégio Centenário através de fotografias será possível buscar elementos da memória e cultura que contem a sua história nesses quase 100 anos. Isso deve-se ao fato de se entender que o estudo dos registros fotográficos permite contar a história a partir da perspectiva que a fotografia tem o papel socio transmissor, fixando a informação e transmitindo valor legitimatório e testemunhal.

Para a construção desse novo acervo, percebe-se que o apoio da comunidade será fundamental. Para isso poderá usar-se como base o conceito de ecomuseu, apresentado e defendido por Varine (2012). Na ecomuseologia o material essencial é o patrimônio global de um grupo, estando ligado à territorialidade daquela comunidade e a participação de seus membros para o desenvolvimento. Além disso, observa-se a ecomuseologia como uma fonte de educação popular para a transmissão cultural.

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

As memórias de determinada época e local mantem-se vivas através do patrimônio histórico e cultural. A preservação do patrimônio faz com que a história se perpetue ao longo dos anos de forma legítima em relação a sua presença em determinado contexto de tempo e espaço. Sendo assim, essas memórias tornam-se referências simbólicas da sociedade em relação ao contexto patrimonial que estão inseridas.

O patrimônio histórico e cultural constitui-se na preservação dos bens materiais e imateriais que são relevantes para a perpetuação e legitimação da história de determinado grupo. Esses bens patrimoniais, foram construídos e desenvolvidos pelas sociedades, estando diretamente ligados ao conjunto de manifestações culturais destas através dos aspectos simbólicos que carregam.

No Brasil, as primeiras normatizações sobre patrimônio histórico acontecem pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Esse é considerado o momento inicial da dinamização das políticas públicas de cultura no país.

Chamamos de Política Cultural, o programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas ações simbólicas. Definição conceitual fundada em ações práticas, o que pode ser melhor entendido como sendo o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio e o ordenamento do aparelho pôr elas responsável. (SILVA, s.p., 2005).

O patrimônio elucida memória. Possui uma ação de inter-ligação entre o passado e o presente, construindo às raízes do futuro através dos valores que lhe são referidos. Podemos entender que através da perpetuação dos bens históricos e culturais, o patrimônio evolui constantemente.

A memória cultural obtém significado por meio das imagens, dos textos e dos objetos culturais que fazem parte de um arquivo, dentro de um sentido que é observado através do momento presente. É por meio das propriedades arquivísticas que a memória cultural ganha existência. Também podemos compreender que a memória existe porque ela é elaborada dentro de uma trajetória do presente para o passado, sendo, os arquivos os responsáveis por possibilitar a guarda das lembranças na transição do tempo.

[...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 18).

Compreendemos que memória, cultura e patrimônio são temas combinados, envolvidos conforme o contexto que fazem parte. Dessa forma, percebemos que a memória é o que dá significado aos acontecimentos, promovendo a construção da história e preservação do patrimônio.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO RESGATE DA HISTÓRIA

A educação patrimonial tem o papel de contribuir para o desenvolvimento sustentável da ação patrimonial. Ela leva determinado grupo a tomar consciência do valor do objeto em questão dentro de uma significação cultural.

[...] educação patrimonial, que tem por finalidade sensibilizar e iniciar o conhecimento do patrimônio. Aqui, queremos discutir a utilização do patrimônio como formação escolar ou permanente, para a educação e para o desenvolvimento no seio da comunidade. (VARINE, 2012, p. 91)

Ainda pode-se entender que a educação patrimonial contribui de forma muito positiva para o desenvolvimento local, como uma prática de cidadania e por meio de ações que complementam a preservação. Através dela, é possível que os membros da comunidade dominem, conheçam e façam uso do patrimônio comum.

A partir da educação patrimonial a comunidade pode desenvolver um processo de valorização e conhecimento da herança histórica, permitindo assim, a construção coletiva de novos conhecimentos num processo de criação cultural. Neste contexto apresento, Varine afirma “A educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que ajuda ao indivíduo a decifrar o mundo que o rodeia, conduzindo-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória diacrônica nos quais está inserido” (VARINE, 2012, p. 138).

Por meio da educação patrimonial é garantido o acesso ao conhecimento produzido historicamente. Também através da educação patrimonial é possível a construção de indivíduos críticos e participativos na perpetuação histórica das memórias.

Entende-se de que um trabalho de educação patrimonial se faz importante na captação dessas imagens que irão compor o acervo fotográfico do Colégio Centenário. Será através do sentimento de pertencimento da comunidade à história do Colégio que ela poderá contribuir com a doação de fotografias para o acervo fotográfico. Além disso, através dessa participação comunitária será possível envolver diferentes atores de forma participativa nessa construção histórica.

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

A fotografia é uma forma de fixação da memória, que institui a informação de maneira legítima. Por isso, entendemos que a fotografia em sua função social atua como sócio transmissora, uma vez que ela consolida a informação de forma que dentro das condições sociais adequadas, os receptores entendam a mensagem ali transmitida.

Os arquivos fotográficos são suportes de valor testemunhal com a capacidade de auxiliar no entendimento do tempo e da passagem deste. As fotografias nesses arquivos atuam como suportes físicos que emitem elementos atestatórios, sendo essas as suas condições documentais. “A origem das fotografias denuncia as funções que lhes foram atribuídas” (MICHELON, 2011, p.1323).

Entendemos também que as fontes fotográficas operam como instrumento interdisciplinar de comunicação e de patrimônio histórico e cultural. De acordo com Luca e Pinsky, a fotografia no século XX foi absorvida pelas sociedades tradicionais que usaram esse recurso como instrumento de atualização, sendo vista como símbolo da modernidade. Dentro dessa atualidade compreendida, o conteúdo registrado na fotografia passou a ter valor documental.

Utilizar as fontes fotográficas para a pesquisa histórica, portanto, significa inicialmente entender que tamanha diversidade de usos gerou arquivos e coleções que podem ser encontrados não somente em instituições de guarda (arquivos, museus, bibliotecas etc.), mas também nos seus locais de origem de produção ou no final do caminho de sua circulação. (LUCA; PINSKY, 2013, p. 34)

Sendo assim, entendemos a fotografia como uma fonte histórica. É a afirmação de um passado que já foi presente. “[...] a memória pode ser facilmente resgatada por meio das imagens, tendo-se a clara noção de passagens do tempo” (PEDRAZZI; SCHIO, 2018, p.43).

Além disso, também compreendemos o valor testemunhal da fotografia devido ao seu recorte de um determinado momento, sendo o suporte físico de uma imagem que possui expressão e conteúdo. Nesse sentido, a expressão é percebida por meio das escolhas técnicas e estéticas; o conteúdo se

dá através dos elementos que compõe a imagem: vivências, objetos, pessoas e lugares. São esses processos que dão sentido à fotografia.

As fotografias, conforme as suas características históricas, constituem um patrimônio documental. Neste sentido, entendemos que “um documento é aquilo que “documenta” ou “registra” algo com um propósito intelectual deliberado, conforme afirma (EDMONDSON, 2002, p.10)

Ainda usando as palavras de Edmondson:

Considera-se habitualmente que o patrimônio documental se armazena em museus, arquivos e bibliotecas [...]. O patrimônio pode encontrar-se sob a custódia e no contexto de diferentes marcos sociais e comunitários, e esse contexto pode condicionar a sobrevivência, a segurança e a acessibilidade do patrimônio. (EDMONDSON, 2002, p. 12)

Nesse sentido, entendemos que um patrimônio fotográfico também é um patrimônio documental e cultural pois trabalha a fotografia como um documento de representação de uma realidade que é histórica para um determinado grupo.

OS ARQUIVOS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO

Os arquivos de instituições públicas e privadas que são ferramentas responsáveis por salvaguardar a informação objetivando a preservação da memória e conservação do patrimônio histórico e cultural.

Como forma de conservar o patrimônio documental, utilizamos os arquivos. Para definição do que é arquivo, usamos Camargo:

Em sua acepção clássica, arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor. (CAMARGO, 2016, s.p.)

Nos arquivos, que podem ser públicos ou privados, que a documentação histórica e testemunhal é sistematizada e armazenada. Esses documentos que compõem os arquivos possuem valor atestatório de uma época ou atividade.

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por razões funcionais administrativas legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. (BELLOTTO, 1991, p. 15).

Seguindo o estudo sobre documentação e arquivos, entendemos que a significação de cada peça acontece dentro do conjunto do acervo. Corroborando, usaremos a citação de Camargo:

O significado pleno de cada documento só se evidencia através do vínculo mantido com os outros documentos do mesmo arquivo e que o fundamental é entender o arquivo como conjunto indissolúvel de documentos necessariamente unidos entre si. (CAMARGO, 2016, s.p.)

As fotografias são fonte de reconstituição da história capazes de atestar a passagem do tempo, sendo elementos de memória. Elas são suportes históricos que envolvem conteúdo e expressão.

Quanto à sua utilização, é correto dizer que imagens fotográficas de outras épocas na medida que identificadas e analisadas objetivamente e sistematicamente a partir de metodologias adequadas se constituem em fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias de vida (individual e coletivas) de fatos do passado centenário como do mais recente [...]. (OLIVEIRA; TAMBARA, s/a, p.3).

Os arquivos garantem a preservação dos bens de interesse cultural e histórico, atuando como ferramentas de proteção do patrimônio. Assim acontece com os arquivos fotográficos que é legitimado através da sua composição, uma vez que as fotografias atuam como transmissoras da memória a partir da permanência do patrimônio no espaço de tempo e perpetuação para as gerações futuras.

CONCLUSÃO

As fotografias permitem um suporte de valor testemunhal. Dessa forma, a realização do resgate dos arquivos fotográficos e criação de um acervo no Colégio Centenário permitirão a preservação de parte do patrimônio histórico e cultural da instituição.

Com esse trabalho, será despertado na comunidade centenarista um sentimento de pertencimento ao patrimônio, bem como o conhecimento da história da instituição, favorecendo a preservação das memórias por meio de um trabalho de educação patrimonial. A construção de significado acontecerá por meio das estratégias interpretativas das fotos, permitindo a identificação e reconhecimento da comunidade na proteção e promoção do patrimônio histórico e cultural.

Também poderá observar-se que o trabalho de educação patrimonial com os jovens irá proporcionar a valorização das comunidades mais antigas que contribuíram para a história do Colégio Centenário no contexto local, bem como no contexto da Igreja Metodista. A aproximação da comunidade com o bem patrimonial e histórico em questão também pode ser identificado como sendo outro ponto positivo do presente trabalho.

Exercendo a fotografia um papel sócio transmissor de diferentes momentos, proporcionará que os significados interpretados e entendidos nas imagens, que irão compor o acervo, agirão como construtores culturais dos indivíduos que tiverem contato com esses registros.

Além disso, as fotos contarão a história da instituição em diferentes épocas a partir da construção do acervo fotográfico. Este, documentará a passagem do tempo, de forma que, dará destaque aos elementos da memória, da cultura e do patrimônio do Colégio Centenário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797/1933**. 3. ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BRASIL. Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos público e privados e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 29, n,6 p. 455, jan. 1991. Seção I.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. Disponível em: <<http://gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op=view&path%5B%5D=26>> Acesso em 08 de out. de 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. Disponível em: <<https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>> Acesso em 08 de out. de 2019.

HEITZENRATER, Richard P. **Wesley e o povo chamado metodista**. Tradução Cleide Zerlotti Wolf. 3. ed. São Bernardo do Campo: EDITEO, 2016.

LIEBLING, Carlinda Schuler. **Centenário uma história escrita com amor e por amor**. Santa Maria: Gráfica Lar Metodista, 1983.

LUCA, Tania Redina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

MICHELON, Francisca Ferreira; PADILHA, Renata Cardozo. As funções e os sentidos do registro fotográfico sobre o trabalho durante o século XX no Rio Grande do Sul. In: **III Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Londrina: 2011.

OLIVIERA, Maria Augusta Martiarena; TAMBARA, Eleomar Antonio Callegaro. A imagem fotográfica como fonte para a pesquisa em História da Educação. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/252.pdf>> Acesso em 14 de out. 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PEDRAZI, Fernanda Kieling; SCHIO, Cleunice. Difusão digital: digitalização do acervo fotográfico de Alberto Pasqualini. In: **caderno de Arquivologia 4**. Santa Maria: 2018.

SILVA, Paulo Sergio de Souza e. **Políticas Culturais em Instituições Arquivísticas: difusão, preservação e acesso ao patrimônio cultural em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a56.pdf>>. Acesso em 11 de out. de 2019.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

EX-LÍBRIS: SEU USO DO PASSADO AO PRESENTE

MÁRCIA DELLA FLORA CORTES
MARCIADFC@YAHOO.COM.BR
DOUTORANDA EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL
UFPEL/BRASIL

JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES
FERNANDOIGANSI@GMAIL.COM
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA – PUC/SP
UFPEL/BRASIL

O ex-líbris, marca de propriedade de livros, como um objeto que ultrapassa a função de marcar a posse, é considerado, por vezes, uma obra de arte em miniatura atraindo a atenção de colecionadores. Em vista de uma nova perspectiva quanto ao uso desse patrimônio, de marca de propriedade a objeto de coleção, esse trabalho tem o objetivo de discutir essa dupla função exercida pelos ex-líbris na atualidade, bem como seu potencial de memória. Como procedimento metodológico realizou-se uma revisão de literatura em obras de autores como Bertinazzo (2012), Esteves (1956), Turbany (2015), Chagas (1994), Pomian (1984), Ricoeur (2007) e Halbwachs (1990). Além disso, foram analisadas entrevistas com colecionadores e adicionados alguns exemplos de ex-líbris disponíveis no museu digital Frederikshavn Art Museum and Exlibris Collection. A partir disso, entende-se que a nova função adquirida quanto ao uso dos ex-líbris influencia o potencial de memória uma vez que ao ser inserido numa coleção é a representação da memória de uma outra pessoa ou instituição.

Palavras-chave: Ex-líbris. Memória. Colecionismo.

INTRODUÇÃO

Os ex-líbris¹ são objetos que representam indivíduos ou instituições e como tal, carregam traços capazes de evocar a memória, de modo que delimite a propriedade e indique o pertencimento de um livro. As suas características representam os ideais, profissões, gostos e o pensamento dos proprietários de livros.

As marcas de propriedade sintetizam o zelo, o amor e o cuidado que os donos de livros possuem por seus objetos e diante de pedidos de empréstimos e até furtos, frequentes no período medieval, era preciso criar maneiras para proteger seus acervos. Destaca-se que a beleza estética na produção dos ex-líbris atraiu a atenção de colecionadores, favorecendo o desenvolvimento de coleções.

Dessa forma, compreende-se que ao carregar características que representavam os indivíduos e instituições, os ex-líbris estão impregnados de memórias. Ao longo do tempo a sociedade e suas transformações influenciaram os hábitos e costumes dos indivíduos afetando os ex-líbris que de marca de propriedade passaram também a ser utilizados como objetos de coleção, portanto, adquirindo mais uma função. Logo, este trabalho tem o objetivo de discutir essa dupla função exercida pelos ex-líbris na atualidade, bem como seu potencial de memória. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura em autores como: Bertinazzo (2012), Esteves (1956), Turbany (2015), Chagas (1994), Pomian (1984), Ricoeur (2007) e Halbwachs (1990). Ainda, de forma complementar, foram adicionados alguns exemplos de ex-líbris disponíveis no museu digital Frederikshavn Art Museum and Exlibris Collection e analisadas respostas de entrevistas realizadas com os colecionadores Paulo Berger, Paulo Bodmer e Luiz José Gintner.²

.....
1 A palavra ex-líbris é escrita nesse texto conforme a explicação de Machado (2014, p. 43) que afirma "Em português, desde o início, consagrou-se a palavra com dois elementos unidos por hífen: ex-líbris". Nos casos em que houveram citações, a grafia foi utilizada conforme a respectiva fonte.

2 A entrevista com os colecionadores foi originalmente publicada no trabalho de monografia de Clara Rubim, aproximadamente no ano de 1990 e pode ser acessada no site Cultura e Conhecimento. Disponível em: http://www.brasilcult.pro.br/ex_libris/entrevistas.htm Acesso em: 10. fev. 2019.

EX-LÍBRIS, DOCUMENTO E MEMÓRIA

O ex-líbris surgiu com a função precípua de marcar a propriedade de livros e com isso tinha também a pretensão de evitar furtos. Destaca-se que lembravam a quem pertencia àqueles que eventualmente pegavam emprestado uma obra, e ao ver a marca, mesmo sem o nome do proprietário trazia elementos que remetiam a ele facilitando a devolução. Machado explana que:

Em sentido abrangente, significa marca de posse de um livro, expresso através de assinatura, carimbo, etiqueta ou outro meio qualquer. No sentido restrito, que se impôs a partir do final do século. XIX, é uma pequena gravura, emitida em série, que se cola na contracapa ou na guarda do livro, como símbolo de propriedade, na qual figuram a expressão *ex libris*, uma ilustração (brasão, monograma, alegoria etc), o nome do titular e uma divisa, nenhum desses itens sendo obrigatório. (MACHADO, 2014, p. 11).

Resumidamente o ex-líbris é um sinal criado para marcar a posse de um livro, que inicialmente foi utilizado por um grupo restrito de pessoas como sinal de distinção social representando principalmente brasões de família. Esse objeto ao longo do tempo acompanhou a evolução do livro, as transformações sociais e econômicas incorporando, no século XIX, novas temáticas, adquirindo um carácter muito mais artístico, atraindo colecionadores e apreciadores de arte.

O documento tem como característica primordial reconhecer e autenticar uma relação, logo, contém dados que possibilitam a extração e transmissão de informações. O documento está circunscrito principalmente a três áreas do conhecimento, a biblioteconomia, a arquivologia e a museologia. Conforme Tanaus, Renau e Araújo (2012), enquanto a biblioteconomia tem foco no conteúdo do documento, a arquivologia dá ênfase a autenticidade e a museologia ao objeto em si, bem como informações intrínsecas e extrínsecas de carácter artístico e cultural.

A concepção de documento dos autores Guinchat e Menou (1994, p. 19) diz que “Efetivamente, a comunicação humana direta é tributária do tempo e do espaço. Para que ela possa durar, é necessário que deixe um “traço”, que seja registrada em livros, imagens, fotos ou discos, enfim em um documento.”. Como resultado de registros da comunicação e cultura,

os diversos suportes atestam um conhecimento e informações que testemunham a história. Esses autores corroboram com a designação de Otlet (2018, p. 59) que aponta que o documento constitui-se de várias espécies, como por exemplo, manuscritos, documentos cartográficos, estampas, arquivos, fotografias, músicas, discos, filmes e inscrições. Hoje, certamente temos novos tipos em decorrência das inovações tecnológicas, como arquivos eletrônicos, CDs, DVDs e outros.

Entende-se que o documento atesta, comprova e foi elaborado para que o homem, na luta contra o esquecimento não perca conhecimentos importantes para a humanidade. Observa-se que o documento torna-se como tal de acordo com o contexto em que está inserido, como por exemplo, um ex-líbris é um documento no interior de um livro ao atestar uma relação de afeto e posse do proprietário com a sua obra, estabelecendo uma teia de relações sociais.

Conforme Otlet (2018, p. 65), o documento é composto por três elementos: “elementos intelectuais (ideias, noções e fatos expressos), elementos materiais (substância ou suporte disposto em folhas, de certo formato, dobradas em páginas) e elementos gráficos (signos inscritos no suporte)”. Os elementos intelectuais constituem maior importância e estão diretamente ligados aos outros uma vez que também dependem deles para ganhar notoriedade, são fundamentais para o processamento de informações.

Na perspectiva de que artefatos gráficos como os ex-líbris contém os elementos materiais, gráficos e intelectuais entende-se que eles documentam a relação de um proprietário com um livro. Corroborando com as inferências de Buckland (1997, p. 806) a partir de Briet (1951) e no contexto das marcas de propriedade compreende-se que há materialidade, há intencionalidade, há o processamento de informações e por fim, existe a percepção de que os ex-líbris atuam como mediadores de uma relação, logo são percebidos como documentos. Um objeto, ou um suporte de informação, torna-se um documento ao possibilitar os indivíduos a refletir, questionar e representar pessoas, coletividades e ações. A partir disso, Chagas (1994, p. 35) esclarece a questão “O que faz de uma coisa ou de um objeto um bem cultural ou um documento?”

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados extrínsecos e intrínsecos. (CHAGAS, 1994, p. 35).

Um objeto torna-se ainda um bem cultural a partir do momento que sobre ele lança-se um olhar que reconhece o valor simbólico, estético, financeiro, científico e histórico, entre outros. Se refletirmos no potencial de informações e conhecimento a partir de uma imagem de ex-líbris, reconhecemos que ele se constitui como documento ao provocar indagações, representar ideologias, gostos, o mundo social e evidentemente, a memória.

O documento é, portanto, fonte para a memória e dotado de valor, passa de geração em geração como um bem, um patrimônio cultural que deve ser preservado visto que identifica e representa indivíduos. Não há sentido em preservar um documento como o ex-líbris se não for para comunicar, evocar lembranças, para aflorar a memória e recordar. Além do mais, salva-o do esquecimento que ameaça a cultura que porventura, não é registrada.

Para Halbwachs (1990), a memória é essencialmente coletiva visto que mesmo as memórias que possuímos individualmente se formam a partir de um meio social. Aquele que lembra sempre é o indivíduo que habita e vive inserido em grupos sociais que se tornam referências para a sua memória. Segundo o autor, a memória é uma construção social moldada pelos quadros sociais que dependem também das relações e da coesão que temos com os grupos nos quais vivenciamos experiências. Quanto mais coeso for esse grupo, maior serão as nossas lembranças sobre um determinado fato.

Já Ricoeur compreende a memória como um rastro e divide-a em: rastro documental, rastro psíquico e rastro cortical.

[...] o rastro escrito, que se tornou, no plano da operação historiográfica, rastro documental; o rastro psíquico, que é preferível chamar de impressão, no sentido da afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante ou, como de diz, chocante; enfim, o rastro cerebral, cortical, tratado pelas neurociências. (RICOEUR, 2007, p. 425).

O ex-líbris, conforme a perspectiva de Ricoeur, constitui-se em um rastro documental, que representa o pensamento e mundo de um ou mais indivíduos compondo a memória social e nesse contexto, cabe as bibliotecas preservar seus acervos e marcas de propriedade. Os ex-líbris seriam documentos repletos de rastros que possibilitam a extração de narrativas históricas e onde a memória torna-se parte da história.

Conforme Candau (2016, p. 16), “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam [...]”, logo, memória e identidade são intrínsecas. A partir da perspectiva de Candau (2016) sobre memória e identidade entende-se que o ex-líbris seria a representação do estado identitário de um proprietário de livros, ou ainda a representação da faculdade de memória de um indivíduo fixada num determinado suporte. Entretanto, quando o ex-líbris deixa de ser de um indivíduo e passa a ser de um outro, ou mesmo de um grupo, entende-se que há uma narrativa hipotética e, não necessariamente real produzida a partir das representações de alguém.

EX-LÍBRIS COMO MARCA DE PROPRIEDADE E OBJETO DE COLEÇÃO

Desde que o ato de colecionar deixou de ser unicamente privilégio de reis e aristocratas, os mais excêntricos objetos passaram a ser colecionados. O hábito de reunir itens é entendido como um modo de o homem deixar para a posteridade algo que é a extensão de sua vida, bem como de seus pensamentos e suas características.

O sentido de colecionar é dar vida a algo que, mesmo não tendo utilidade, passa a ser apreciado e digno de uma verdadeira alma. Colecionar é uma tentativa de prolongar a vida, como se houvesse possibilidade de escapar de uma maneira ou de outra, da morte. Oras, se ela chega ao homem, não chegará em seus objetos pois eles, na condição de objetos de coleção, estão dotados de alma, repletos de valores e simbologias que perpetuarão também a memória de seu proprietário.

Os colecionadores dedicam seu tempo, constroem espaços para armazenar e criam laços com seus objetos:

Quanto aos colecionadores mais modestos, mandam construir vitrines, preparam álbuns ou libertam, de uma maneira ou de outra, locais onde seja possível dispor os objectos. Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objectos para os expor ao olhar. Ainda que não tenham qualquer utilidade e nem sequer sirvam para decorar os interiores onde são expostos, as peças de colecção ou de museu são todavia rodeadas de cuidados. (POMIAN, 1984, p. 52).

Pomian (1984) destaca o paradoxo que existe numa coleção que mesmo fora das atividades comerciais está submetido a uma proteção especial o que a torna valiosa. Destaca-se que existe valor de troca, mas não de uso porque lhe são atribuídos valores que tornam o objeto a ser colecionado o desejo de muitas pessoas. São fontes de prazer estético, conhecimento histórico e científico e ainda conferem prestígio a seus detentores. Quanto maior a escassez de um objeto, possivelmente será mais cobiçado e terá maior valor econômico.

Uma coleção, isto é, qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público. (POMIAN, 1984, p. 53).

Esse mesmo autor esclarece que a coleção vai além dessa definição simplista e inclui um caráter mediador, entre o mundo visível dos homens e o invisível. O invisível está além do tempo e do espaço e está fora do fluxo temporal. As coleções são então os mediadores entre os expectadores e um mundo alheio ao seu. Os objetos colecionados tem vida para aquele que os guarda e sobretudo, são carregados de memória e tem um valor especial pelos laços que criou consigo.

Guardamos objetos, tal vez triviales, porque representan la posibilidad de evocar un pasado cuya memoria queremos conservar mediante un soporte físico; son pues, apoyos de la memoria. Por lo tanto, no necesitan tener un valor de uso futuro concre-

to y determinado, y pueden assumir el valor de memoria objetal e variados aspectos, según quién sea luego el sujeto que conecte com ellos mediante su exhibición futura. (MENDOZA, 2005, p. 219).

O ex-líbris, enquanto suporte para a memória, revela-se indissociável de seu proprietário, pelo menos do mundo que o cerca, de suas características e suas ideologias. Os objetos possuem características que seus colecionadores gostariam e por isso podemos dizer que eles as representam assim como as imagens presentes em ex-líbris.

O colecionador Paulo Bodmer, quando questionado “Qual a quantidade de ex libris que possui?” responde que não gosta dessa pergunta. Não é intrigante seu posicionamento uma vez que para ele a importância está na qualidade de seus exemplares e não na quantidade. Logo, afirma que “[...] o que importa é qualidade, que é Sinónimo de arte e raridade. Não sei quantos ex libris tenho, nem quero saber.” Quanto a essa mesma questão, o colecionador Luiz José Gintner informa que possui uma coleção com mais de dois mil exemplares e o colecionador Paulo Berger informa que possui oitocentos exemplares.

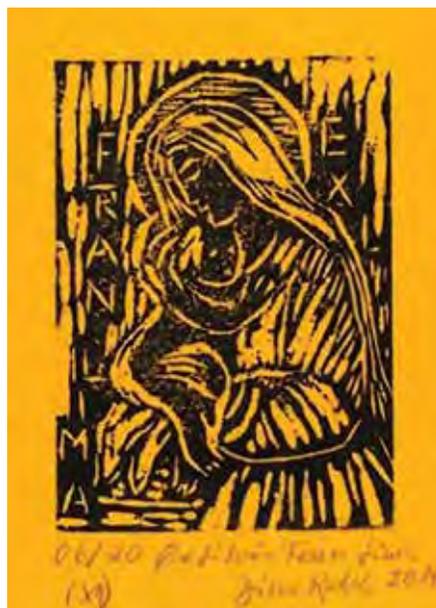
Conforme Esteves (1956, p. 103), “coleccionar ex libris não é futilidade como muitos pensam. Carece mesmo de fundamento quem diz que coleccioná-los é mania como outra qualquer. De maneira alguma, quem os colecciona dá mostras de gosto apurado...”. Para esse autor, tais objetos são verdadeiras obras de arte em miniatura e com isso não merecem ser comparadas a um artefato qualquer, são mais que simples etiquetas gráficas.

Quanto a pergunta “Que tipo de ex libris colecciona?” o colecionador Luiz José Gintner esclarece que possui uma coleção geral, não separada por temas e que acrescenta aquilo que encontra ou que recebe de amigos, destacando a maneira como dispõe os ex-líbris em cada folha. Já o colecionador Paulo Bodmer aponta para a possível organização por categorias e posteriormente diz que “Se sendo generalista, a gente já não encontra nada, imagina sendo especialista, colecionador de um tema específico, aí mesmo é que não vai encontrar nada.”

Essa visão do colecionador Paulo Bodmer demonstra as dificuldades enfrentadas pelos colecionadores para formar suas coleções, visto que são, ainda hoje, poucos ex-líbris no Brasil. O colecionador Paulo Berger revela que coleciona ex-líbris Brasileiros apenas, não estrangeiros. Além disso destaca que “A maior dificuldade que eu tive em fazer o meu catálogo, foi de identificar os desenhistas dos Ex Libris, que é muito difícil, às vezes o sujeito põe uma sigla, ou uma letra, ou um desenho e você fica sem saber se é letra, sigla, ou desenho.”

Corroborando com essa problemática Machado (2014, p. 53) afirma que os primeiros ex-líbris foram anônimos e ainda aborda que raros são os ex-líbris datados, o que torna bastante difícil a catalogação de ex-líbris e envolve uma busca maior e nem sempre com sucesso para a descoberta de tais dados. Como exemplo de marcas de propriedade bibliográficas, citam-se as imagens 1, 2, 3 e 4 três produzidas por diferentes artistas:

Imagem 1 – Ex-libris 1



Fonte: Frederiksbavn kunstmuseum, 2019

Imagem 2 – Ex-libris 2



Fonte: Frederiksbavn kunstmuseum, 2019

Imagem 3 – Ex-libris 3



Fonte: Frederiksbavn kunstmuseum, 2019

Imagem 4 – Ex-líbris 4



Fonte: Frederikshavn kunstmuseum, 2019

Os ex-líbris representam características que envolvem o contexto social de seus proprietários e ainda carregam traços de quem produziu a obra. A figura 1, de motivo religioso, foi criada pela artista plástica brasileira Dione Rabelo, em 2015 para o padre Zé Coutinho empregando a técnica de xilogravura, esculpida em madeira. A figura 2, de motivo faunístico foi criada por Frennet L. em 1949 para Albert Collart, um entomologista, empregando-se uma técnica derivada de processo fotomecânico, clichê. A figura 3, que envolve a temática urbana, tem a representação de uma cidade, uma paisagem cultural e igreja, elaborado pela artista Karel Benes, no ano de 2007 para Ing Marie Moravcova, utilizando-se a técnica litografia. A figura 4, de motivo heráldico foi criada por Richard Abad em 1952

para Enrique Saez Fernandez Casariego utilizando-se a técnica de fototipia e clichê, ambas derivadas de processos fotomecânicos. Acredita-se que as quatro imagens abordam temáticas que carregam traços do contexto social dos proprietários bem como suas preferências e ainda carregam aspectos de uma determinada técnica utilizada por artistas.

As marcas de propriedade foram utilizadas principalmente a partir do renascimento e com a invenção da imprensa de Gutenberg, por volta do ano de 1450, a produção bibliográfica aumentou. Os livros paulatinamente deixaram de ser exclusivos do clero e nobreza, no entanto os casos de furtos ampliaram-se conforme destaca Machado, (2014, p. 33) “o abuso provocou até a intervenção da Igreja, revoltada com as sucessivas pilhagens em seus mosteiros e abadias” decidiu que poderia excomungar aqueles que roubassem livros. Dessa forma, haviam motivos para cada vez mais identificar a propriedade desses objetos.

Embora nem sempre tenham qualidades artística, Bertinazzo (2012, p. 41), explica que o caráter artístico dos ex-líbris chamou a atenção de colecionadores “[...] transformando essas marcas numa forma independente de arte, fato contestado por ex-libristas ortodoxos. Segundo eles, o *ex libris* nasceu agregado ao livro e não tem vida própria fora desse seu abrigo original”.

Os motivos artísticos utilizados para ilustrar estes pequenos retângulos de papel, são geralmente humanos, botânicos, zoológicos, geográficos, históricos, bibliográficos, entre outros. Outros motivos ilustrativos são os brasões de armas da família ou qualquer outro motivo heráldico do proprietário. (MULIN, 2017, p. 65).

Destaca-se que a história dos ex-líbris é marcada por dois grandes períodos, um que vai do século XV até o século XIX onde predominaram motivos heráldicos, brasões de famílias aristocratas e o outro período que se inicia em fins do século XIX e coincide com o período modernista, promovendo um novo caráter artístico nas marcas de propriedade.

A partir do momento em que o ex-líbris é “arrancado”, como diria o purista ou então, extraído do livro, a sua função enquanto marca de propriedade deixa de existir uma vez que passa a agradar o gosto e preferências

do colecionador. Assim, constitui coleções a partir de critérios específicos daqueles que tem por prazer colecionar itens que um dia representaram a memória de alguém e a partir daquele momento, são incorporados a uma coleção ganhando um novo valor, uma nova alma e uma nova memória.

Dessa maneira, de marca de propriedade a objeto de coleção, o ex-líbris transforma o seu potencial de memória. A partir das ideias de Butler (2013) sobre a função exercida pelo ex-líbris no livro, observa-se sob uma nova perspectiva que ao ser extraído desse objeto, não atuará na história do livro e deixará de identificar a afiliação histórica de bibliotecas inteiras ou volumes individuais, não permitirá descobrir hábitos de leitura que podem plausivelmente estar associados aos livros, não contribuirá como indício para estabelecer padrões e práticas na troca de livros, não poderá indicar deduções históricas ou literárias, deixará de dar indícios sobre padrões de estilo artístico de uma época a qual a obra pertenceu e está associada, lembrando que muitos sequer tem data. Além disso, e, sobretudo, não irá contribuir para atender a sua função precípua, dificultando ou mesmo impedindo que uma obra roubada volte para os verdadeiros donos ou descendentes.

Sobre esse caso Butler (2013, p. 4, tradução nossa) afirma que os ex-líbris ajudaram que livros roubados ou confiscados fossem devolvidos “[...] por exemplo, pela KGB para vítimas do expurgo Stalinista no período pós Stalin, ou para famílias judaicas que tiveram seus livros apreendidos pelos nazistas na Alemanha”.

Se considerarmos que a memória é construída por restos, por traços, temos uma proeminente ameaça, o desaparecimento de parte de elementos que constituem a história do livro e auxiliam a sua construção, logo a sua memória. Ainda, ocorre a transformação do potencial de memória que deixa de ser a representação direta de uma memória para ser indireta, ou seja, passa a ser a representação que alguém faz da representação que um dia foi do proprietário original. Teríamos a representação relativa aos traços deixados no ex-líbris e a narrativa nele expressa será interpretada, comunicada e transmitida conforme o novo colecionador, observador ou dono do item. Com isso, a marca de propriedade, fora do livro tem novas perspectivas de

memória e irá depender do enquadramento que se dá a mesma destacando-se que sem memória não poderíamos ter a identidade.

Considerando-se que o século XIX foi marcado por grandes invenções e principalmente pela revolução industrial que substituiu os métodos de produção artesanal por máquinas, ampliou assim o capital econômico e o padrão de vida das pessoas, favorecendo que além das tradicionais elites sociais outras pessoas pudessem ter ex-líbris. A partir do século XIX surgem também os colecionadores desse objeto que foram atraídos pelo novo caráter artístico que se manifestava nas marcas de propriedade.

Embora desde séculos anteriores o ex-líbris tenha resultado em verdadeiras obras de arte produzidas por artistas, gravadores, impressores em água-forte, buril e xilogravura, foi a partir do século XIX que ele passou a ter maior liberdade artística. Segundo Turbany (2015, p. 13) “Los ex-libris de coleccionista dieron entonces un giro simbólico en su contenido. Los escudos de armas eran suplidos por rasgos particulares que expresaran la figura de su propietario, su profesión, suas aficiones o alguna outra de seus características específicas”.

O século XX trouxe consigo significativos avanços tecnológicos que influenciaram a sociedade como um todo, principalmente quanto aos meios de comunicação, entretanto o mundo foi sacudido por guerras. Não poderíamos deixar de refletir essa influencia no cenário dos ex-líbris que no mesmo século teve seu auge no Brasil, por volta de 1945 e, após a Segunda Guerra Mundial houve em declínio.

A guerra afetou a produção e o colecionismo de ex-líbris em diversos países do mundo, entretanto após esse período conturbado, artistas rompem com toda a arte clássica o que irá refletir também nos ex-líbris e conforme Machado (2014, p. 29), “Os historiadores apontam 1920 como o ano de nascimento do ex-líbris moderno, no embalo da grande revolução desencadeada nas artes plásticas.

Los ex-libris no son invulnerables a esta modernidad. La fluidez, el derrame producido afecta todas las características de los ex-libris: su función, su estructura, su técnica,

la economía y el contexto social en los que se ubican sus seguidores los exlibristas. Su función es el primero y principal concepto que se ve tocado por esta nueva modernidad. No fue hasta finales de siglo XIX que los ex-libris empezaron a modificar la principal finalidad para la que fueron pensados: marcar la propiedad de los libros. (TURBANY, 2015, p. 9).

Destaca-se que no século XXI, sob influência da world wide web, uma era altamente tecnológica entra na sociedade global e cultural. Nesse contexto, temos o surgimento do ex-líbris virtual, como um novo tipo de marca de propriedade de livros que possibilita download, em arquivos apropriados. Ainda gera bastante discussões entre colecionadores principalmente devido a qualidade dos ex-líbris produzidos, mas a Federação Internacional de Sociedades de Ex-líbris (2002) considera as técnicas derivadas de sistemas informáticos, como: CAD (Computer Aided Design), CGD (Computer Generated Design), CRD (Computer Reproduced Design).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova função desempenhada pelos ex-líbris a partir do momento em que passa a ser colecionado afeta o potencial de memória, quanto as suas representações. Há uma mudança na maneira com que o ex-líbris atua, de marca de propriedade a objeto de coleção esse item ganha uma nova simbologia pelo colecionador que incorpora em sua coleção.

Entretanto, não existe mais a relação documental estabelecida entre o proprietário e seu livro, selada pela marca de propriedade. Encerra-se o resgate de memórias relacionados a hábitos de leitura, dados de trocas de livros, indícios históricos, entre outras informações obtidas a partir da marca de propriedade fixada no livro e em relação ao seu contexto.

Ao ingressar numa coleção, a memória expressa no rastro documental não mais representa aquele que planejou seus traços, mas sim a de um colecionador que deseja ter a sua memória naquele objeto, ou seja, atribuindo-lhe uma aura que irá representá-lo ou então que almeja ou gostaria de ter. Logo, há uma ressignificação da memória representada pelo ex-líbris visto que passa desencadear novas relações sociais em um novo contexto, com um novo sentido documental.

Por fim, o ex-líbris é o resultado da cultura, um hábito humano e sobretudo, uma marca fixada, a prova de que o tempo passou e como um registro pode ser novamente acessado, possibilitando-nos a leitura do passado, uma nova narrativa. Um item capaz de fixar e de nos fazer aflorar a memória e assim possibilita revivermos fatos que circunscreveram a trajetória de alguém e mesmo não presente no momento que ocorreu, restituem a memória e identidade de alguém que pode ter vivido em nossa época ou na de um ascendente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Paulo. **Entrevistas com colecionadores**. Disponível em: http://www.brasilcult.pro.br/ex_libris/pberger.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BERTINAZZO, Stella Maris de Figueiredo. **Ex-Líbris: pequeno objeto de desejo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- BEZERRA, José Augusto. Ex-Líbris: a marca de propriedade do livro. **Revista do Instituto do Ceará**, p. 129-136, 2006.
- BODMER, Paulo. Pesquisa e conhecimento do Ex-Líbris no Brasil e em Portugal. In: SILVA, Alberto da Costa e; MACIEL, Anselmo (orgs). **Livro dos Ex-Líbris**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2014. p. 9-45.
- BODMER, Paulo. **Entrevistas com colecionadores**. Disponível em: http://www.brasilcult.pro.br/ex_libris/pbodmer.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BUCKLAND, Michael K. What is a “Document”? **Journal of the American Society for Information**, v. 49, n. 9, p. 804-809, sep. 1997.
- BUTLER, W. E. What is an Ex-Libris? Reflections on the FISAE definition. **The bookplate journal**, New Series, v. 11, n. 1, p. 4-8, spring 2013.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de museologia**, n. 2, p. 29-47, 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/19>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- ESTEVES, Manuel. **O Ex Libris**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1956.

- FREDERIKSHAVN KUNSTMUSEUM. **Art-exlibris.net**: the digital exlibris museum. Disponível em: <http://art-exlibris.net>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- GINTNER, Luiz José. **Entrevistas com colecionadores**. Disponível em: http://www.brasilcult.pro.br/ex_libris/gintner.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.
- GUINCHAT, Claire; MENU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, c1990.
- MACHADO, Ubiratan. Sua excelência, o Ex-Líbris. In: SILVA, Alberto da Costa e; MACIEL, Anselmo (orgs). **Livro dos Ex-Líbris**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2014. p. 9-45.
- MENDOZA, Celina. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? **Episteme**, Porto Alegre, n.20, suplemento especial, p.217-228, jan./jun., 2005.
- MULIN, Rosely Bianconcini. Ex-Líbris: a desconhecida arte, tão antiga quanto o próprio livro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 64-81, jan./jun. 2017.
- OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. 1937. (Introdução ao trabalho do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937). Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.
- PEARCE, Susan M. Pensando sobre os objetos. In MAST COLLOQUIA. **Museu**: instituição de pesquisa. Rio de Janeiro, v. 7, 2005. p.11-22.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**– Memória-História. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.
- RIKOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- TANUS, Gabrielle Francine de S. C.; RENAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 158-174, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220/234>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- TURBANY, Esteban Escobar. **Ex-Líbris**: de marca de propiedad a objeto de coleccionismo: una visión histórica, social y antropológica posmoderna. 458 f. 2015. Tese (Doutorado) – Universitat de Barcelona, 2015.

O TURISMO NAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANIS – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO O VALOR HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL

DOTTO, BRUNA RIGHI
MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS – UNISINOS
RS – BRASIL
BRUNARDOTTO@GMAIL.COM

DOTTO, DALVA MARIA RIGHI
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PÓS-
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS – BRASIL
DALVADOTTO@GMAIL.COM

RESUMO

Os remanescentes das Missões Jesuíticas Guaranis existentes na América do Sul são considerados monumentos históricos com características relevantes, particularmente sob os aspectos arquitetônico, cultural e turístico. Estes sítios do século 17 são oriundos do processo de evangelização promovido pela Companhia de Jesus, da Igreja Católica, nas colônias da coroa espanhola na região. Os remanescentes no território brasileiro encontram-se tombados como patrimônio nacional desde 1938 e, juntamente com as Missões localizadas em território argentino, na década de 1980 foram declaradas Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco. Representando a ocupação do território e as relações que se estabeleceram entre os povos nativos e os missionários, o patrimônio cultural desta interação foi catalizador para

a organização de roteiros turísticos que exploram os atrativos existentes neste espaço. Este estudo, através de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, realizou uma análise dos roteiros turísticos na referida região, sendo que os resultados revelaram uma diversidade significativa de opções, com roteiros que contemplam áreas geográficas de somente um país, tais como o 'Caminho das Missões', no Brasil, enquanto outros incluem três países, como o 'Circuito Internacional de Las Misiones Jesuítico Guaranis – Brasil / Argentina / Paraguay' e o 'Itinerari Missionari – Paraguay, Argentina e Brasile'.

Palavras-chave: missões jesuíticas guaranis; roteiros turísticos; patrimônio cultural

INTRODUÇÃO

Conciliando o interesse da Igreja Católica em catequizar os povos nativos da América do Sul e da Coroa Espanhola, que desejava pacificar os habitantes desta região, foram fundadas as missões jesuíticas. Com este objetivo, em 1549 chegaram os primeiros jesuítas ao Brasil para civilizar e evangelizar os nativos americanos (indígenas, na maioria guaranis), criando aldeamentos em espaços organizados e administrados pelos religiosos. Nestes locais a ordenação do espaço era similar para todos os aldeamentos e incluíam igreja, casas dos missionários, locais para viúvas, órfãos, escola e oficinas, espaços destinados para a moradia dos índios, para o Conselho da Missão, portaria, hospedaria, capelas, prisão, hospital, asilo, pequenas fábricas e um relógio de sol, além de pomar e horta. Num espaço que se estendia pela bacia do Rio Uruguai e de seus afluentes, o território ocupado pelas missões possuía estâncias, ervais, redes de caminhos e vias fluviais numa extensa área da América Meridional, que corresponde a regiões na atualidade pertencentes aos países do Paraguai, Argentina, Uruguai, Brasil e Bolívia onde, por 150 anos, foram organizados aproximadamente 30 aldeamentos que integravam em torno de 100 mil nativos, em que os índios tornaram-se artífices, trabalhando com metalurgia, tipografia, escultura, pintura, cerâmica e, inclusive, música (AZEVEDO, 1999; COTRIM, 2005; BAUER, 2006; LOYOLA, 2016; IPHAN, 2019; MTUR, 2018; SOSTER, 2014). Na Figura 01 apresenta-se a localização geográfica do território em que se encontravam as missões ou reduções jesuíticas.

Figura 01 – Os 30 povos da Missões com datas e ordens de fundação



Fonte: SOSTER, 2014

A estrutura idealizada e colocada em prática pelos jesuítas entrou em colapso a partir do acordo realizado entre Portugal e Espanha para delimitar seus domínios territoriais, sendo a região dividida geograficamente. Este acordo não foi aceito pelos jesuítas e indígenas, pois significava a destruição da hegemonia do território, e gerou um conflito em que os indígenas e jesuítas foram derrotados. Após o conflito armado, os índios perderam seus bens, suas terras e foram submetidos ao controle e aos costumes dos europeus (AZEVEDO, 1999; COTRIM, 2005; BAUER, 2006; LOYOLA, 2016).

A utilização do patrimônio resultante destes aldeamentos como atrativo turístico da região missioneira evidenciou-se, segundo Loyola, com a criação do “Circuito de Turismo Cultural das Missões Jesuíticas” em 1967, numa reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) com

representantes da Argentina, Brasil e Paraguai. Em território brasileiro, as missões jesuíticas são consideradas o conjunto arqueológico mais importante do Brasil, e neste espaço encontra-se o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, denominado também Ruínas de São Miguel das Missões, e que pertence ao remanescente conjunto dos Sete Povos das Missões Jesuíticas na América (MTur, 2016).

Com uma perspectiva de preservação e promoção do valor histórico, arquitetônico e cultural e sob o enfoque do turismo, este estudo, através de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, realizou uma análise dos roteiros turísticos na referida região. Considerando que existem roteiros que contemplam áreas geográficas que incluem os três países (Brasil, Paraguai e Argentina), este estudo abrange somente os roteiros e atrações turísticas organizadas e desenvolvidas por organizações brasileiras.

1. AS MISSÕES JESUÍTICAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

As Ruínas brasileiras apresentam grande valor histórico, arquitetônico e cultural, demonstrando o modelo de ocupação jesuítica nas Missões e o estilo de vida do povo indígena catequizado. A rigidez característica das formações urbanísticas e arquitetônicas das cidades latino-americanas assentadas pelos espanhóis é claramente encontrada no conjunto de São Miguel das Missões, que apresenta uma matriz quadriculada como definidora da ordem dos elementos da ocupação. Neste período histórico, a Europa vê renascer os ideais do mundo greco-romano, remontando à forma clássica de composição estilística na arquitetura e urbanismo com linhas retilíneas e formas geométricas na organização dos espaços urbanos. A principal referência utilizada como base para o delineamento de novos centros populacionais eram os Códigos de Vitruvius, que continham preceitos geométricos considerados ideais a serem adotados, e que foram aplicados nas chamadas “Leis das Índias” – obra em que era apresentada uma série de regras que reproduziam as propostas vitruvianas e deveriam ser aplicadas na fundação de assentamentos urbanos.

No entanto, eram poucos os jesuítas que chegavam às missões com algum tipo de conhecimento da área arquitetônica, ou mesmo experiência na construção de povoados. Com isso, o processo de estruturação dos assentamentos indígenas foi resultado de uma combinação única de referências apresentadas pelos padres e as práticas tradicionais de construção dos índios, juntamente com seu conhecimento dos materiais locais e tratamento do terreno da região. Assim, a arquitetura tradicional Guarani, que consistia na construção de moradias extensas para abrigo de diversos núcleos familiares – conhecidas como “casas grandes” – com varas curvas cobertas por fibras vegetais, passou a ser aplicada com os preceitos espanhóis de organização da urbe. Das clareiras na mata, as construções passaram a ser realizadas majoritariamente sobre colinas: os assentamentos jesuíticos eram sempre localizados em pontos de grande valor paisagístico, sendo escolhidos de forma estudada e considerando o clima, a fertilidade do solo, a paisagem que o rodeava e as vantagens para sua defesa.

Com o tempo, as edificações foram evoluindo para uma mistura singular das técnicas tradicionais indígenas com as práticas trazidas da Europa, executadas de forma adaptada com os materiais disponíveis na região. O fruto deste desenvolvimento é a tipologia urbana missioneira, uma estrutura organizacional e arquitetônica que foi aplicada em todos os assentamentos das missões jesuíticas desta região com poucas variações, contando com diversos aspectos de implantação de origem sociocultural: cada elemento tinha sua importância particular para o funcionamento da redução. Os povoados consistiam em dois conjuntos principais, sendo o primeiro de domínio principal dos padres, onde localizava-se a igreja e demais áreas de serviço para armazenamento de provisões, realização de ofícios e outras atividades diárias da população, e o segundo para utilização dos índios, com pavilhões habitacionais divididos em cômodos para moradia de cada família separadamente. As duas principais vias dos quarteirões habitacionais encontravam-se na praça, que ligava a área de moradias ao resto do complexo, e tinha como plano de fundo a igreja. A praça era o principal ponto de encontro e vivência da comunidade, sendo palco de atividades religiosas, artísticas, esportivas, festivas, entre outras (CUSTÓDIO, 2017a e 2017b; SOSTER, 2014).

A construção da Igreja de São Miguel teve seu projeto inspirado na Igreja de Gesù de Roma, o principal templo jesuítico, tendo sua planta e construção atribuídas ao arquiteto jesuíta Gian Battista Primolli, de Milão. A concepção arquitetônica da Igreja apresenta característica requintada, evidenciada pelas ondulações côncavas da fachada principal e leve inclinação dos planos externos da construção, pensados de forma a enfatizar o caráter monumental da obra através de estratégias de correção da perspectiva (Figura 02). Esta obra apresenta características únicas em relação às outras construções locais da época, utilizando paredes de pedra para definir a sua estrutura – enquanto a alternativa convencional era o emprego de esqueletos de madeira (IPHAN, 2019; CESAR e STIGLIANO, 2011).

Figura 02 – Vista frontal da Igreja de São Miguel (2019)



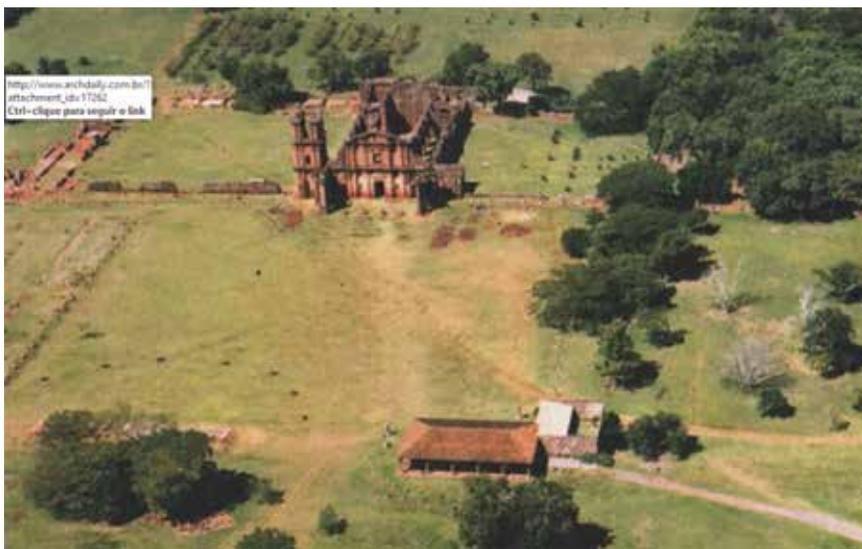
Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2019

Os remanescentes foram tombados como patrimônio nacional brasileiro em 1938 e, juntamente com as Missões localizadas em território argentino, em 1983 foram declaradas Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(IPHAN) brasileiro destaca que, atualmente, os materiais existentes são o corpo principal da igreja, campanário e sacristia, partes das construções conventuais, fundações e bases das habitações indígenas, praça, horto, canalizações pluviais e objetos sacros. Segundo o IPHAN (2019, p.1) “esses locais são considerados, atualmente, monumentos históricos com finalidade cultural e turística expressiva, e altamente significativos para o desenvolvimento local das comunidades envolvidas. Como exceção, esses sítios são usados para eventos religiosos ou recreativos”.

As ruínas das Missões situam-se no sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (Figura 03) e são consideradas patrimônio relevante por sua íntima relação com o modo de vida dos antigos habitantes da área, narrando através dos remanescentes a cultura, identidade, história e memórias de uma população que desenvolveu uma sociedade singular. A estrutura organizacional e arquitetônica dos assentamentos evoluiu de forma a abrigar uma formação sociocultural muito rica, servindo também de embasamento para o seu próprio desenvolvimento. Tendo como referência os ideais de cidade

Figura 03 – Vista panorâmica do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo



Fonte: IPHAN, 2019

do Renascimento, os traçados geométricos dos assentamentos jesuítas eram diferenciados dos padrões coloniais e da prática realizada nas cidades europeias, apresentando-se como um modelo urbanístico pouco presente no urbanismo mundial. A fusão com as vivências indígenas criou uma tipologia urbana significativa e sem precedentes, o que justifica o grande valor histórico, cultural e arquitetônico que os remanescentes apresentam (SOSTER, 2014; BAUER, 2006).

O território onde se encontra o sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo abriga o Museu das Missões, projetado pelo arquiteto Lucio Costa em 1940, que foi construído com características que incluem uma fachada similar a um alpendre missioneiro, cujos elementos construtivos e materiais são provenientes das ruínas adjacentes, e abriga uma quantidade significativa de obras de arte provenientes do entorno (FRACALOSSO, 2011) (Figura 05). Segundo o Portal do Instituto Brasileiro de Museus (2019, p.1) o Museu das Missões “reúne a maior coleção pública de imagens sacras e fragmentos missioneiros do Mercosul, expondo uma rica coleção da arte barroca elaborada pelos índios guaranis nas reduções jesuíticas” (Figura 06).

Figura 04 – Fachada do Museu das Missões



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2019)

Figura 05 – Exemplos de obras dos índios guaranis – Museu das Missões (2019)



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2019)

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com o objetivo analisar os roteiros turísticos existentes na referida região. Destaca-se que existem roteiros que contemplam áreas geográficas que incluem os três países (Brasil, Paraguai e Argentina) e que esta primeira etapa do estudo se refere somente aos roteiros e atrações turísticas organizadas e desenvolvidas por organizações brasileiras.

Os procedimentos metodológicos utilizados para este estudo foram a abordagem exploratória, através de pesquisa qualitativa realizada em 2018 e 2019, cujas fontes de consulta foram dados secundários levantados em livros, estudos anteriores, artigos publicados em periódicos e *websites* institucionais, utilizando-se como fontes principais as informações de Instituições públicas brasileiras vinculadas ao setor de turismo: Ministério do Turismo brasileiro e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Rio Grande do Sul (Estado a que está vinculado o território estudado) (MTUR, 2019; SEDETUR, 2019).

3 RESULTADOS

Considerando as informações disponibilizadas, destacam-se roteiros que abrangem os remanescentes das construções das missões jesuíticas com circuitos internacionais, incluindo os atrativos que estão localizados no território brasileiro, argentino e paraguaio e aqueles que são realizados somente no território brasileiro, cujas características principais estão descritas a seguir.

CIRCUITOS INTERNACIONAIS

a.1) Circuito Internacional das Missões: O roteiro inclui visitação às missões existentes no Brasil, Argentina e Paraguai, iniciando no Brasil, em São Miguel das Missões, na sequência passa por Loreto/ San Ignacio / Posadas, na Argentina, em San Ignacio / Jesus / Trinidad, no Paraguai e finaliza com passeio às Cataratas do Iguazu que possui um conjunto de cerca de 275 quedas de água no rio Iguazu, localizada entre o Parque Nacional do Iguazu, Paraná, no Brasil, e o Parque Nacional Iguazú em Misiones, na Argentina, na fronteira entre os dois países. Este roteiro é flexível, com a possibilidade de ampliá-lo nos três países.

a.2) Iguassu Misiones: Este roteiro integra um sistema de bens culturais e naturais transfronteiriços ((Brasil, Argentina e Paraguai) e inclui visita aos remanescentes dos povoados implantados em território ocupado originalmente por indígenas e que foi alterado durante o processo de evangelização desencadeado pelos Jesuítas, durante os séculos XVII e XVIII. Reconhecidos pela UNESCO como Patrimônios da Humanidade neste roteiro são visitados Patrimônios Histórico, Cultural e Natural (Missões Jesuíticas dos Guaranis e Cataratas do Iguazu).

CIRCUITOS NACIONAIS (BRASIL)

b.1) Caminho das Missões: De abrangência nacional, o roteiro é realizado pelas antigas estradas missioneiras e pode ser realizado a pé, de bicicleta ou de carro, passando pelos sítios arqueológicos de São Nicolau (no município de São Nicolau), São Lourenço (em São Luiz Gonzaga) e São João Batista (em Entre-Ijuís), e um Patrimônio Cultural da Humanidade, São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões.

b.2) Roteiro São Miguel das Missões: Prevê a realização de visitação aos principais atrativos na localidade de São Miguel das Missões: Igreja de Nossa Senhora Conquistadora; Pórtico (com a inscrição Esta Terra tem dono atribuída a Sepé Tiarajú); Ruínas de São Miguel das Missões (remanescentes do povoado); Fonte Jesuíta; Fazenda da Lage; Antiga Igrejinha de São Miguel; Ponto de Memória Missioneira e Museu das Missões.

b.3) Rota Missões: Utilizando como referência a história do território, o roteiro propõe aos turistas conhecer os remanescentes no território brasileiro das construções, marcos históricos, natureza e alguns habitantes atuais desta região onde, inclusive, ainda se encontram descendentes de indígenas.

b.4) Roteiro por Igrejas Missioneiras: Roteiro cujo atrativo principal são as igrejas de diferentes religiões e cerimoniais instaladas em municípios da região missioneira e que incluem, também visitas a monumentos, ruínas, praças, cachoeiras e museus.

b.5) Roteiro nos Quatro Sítios Arqueológicos: Roteiro destinado a visitação a todo o complexo do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. Neste Sítio estão os remanescentes das reduções integrantes dos chamados Sete Povos das Missões: (a) São Nicolau; (b) São Lourenço Mártir; (c) São Miguel; e (d) São João Batista.

b.6) Roteiro Caaró, Caibaté, RS: Reconhecido como sendo a região em que houve o maior confronto entre indígenas contra portugueses e espanhóis em razão da divisão territorial entre Portugal e Espanha, neste local existe um Monumento aos Santos Mártires. O Santuário do Caaró é um ponto turístico religioso católico e um tributo à memória da tradição das missões.

b.7) Roteiro 4 dias / 3 noites familiar pelas Missões: O roteiro é diversificado, incluindo visitas à Igrejas com esculturas de madeiras feitas por índios sob a supervisão dos jesuítas no período dos aldeamentos, sítios arqueológicos, vinícolas, pequenas cidades com arquitetura típica e museus que refletem os hábitos de imigrantes alemães (São Pedro do Butiá) e poloneses (Guarani das Missões) e o principal sítio arqueológico do complexo missioneiro brasileiro, em São Miguel das Missões com apreciação do

espetáculo Som e Luz (que reproduz teatralmente os acontecimentos com abordagem histórica e cultural da Região das Missões).

b.8) Roteiro por São Borja: Roteiro desenvolvido na primeira redução dos Sete Povos Missioneiros (município de São Borja), inclui as principais atrações deste município tais como museus e locais de destaque e históricos.

b.9) Santos Caminhos da Fé: Com ênfase no turismo cultural e religioso, neste roteiro o turista-peregrino utiliza um ‘passaporte da fé’ e visita templos religiosos e atrativos histórico-culturais em municípios com nomes de santos (Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Santiago, São Borja, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Santa Rosa e Santo Ângelo), incluindo a região missioneira. Ao passar nas cidades o peregrino recebe uma bênção, conhece mais sobre religiosidade, espiritualidade e cultura locais, carimba seu passaporte e ao final recebe o certificado de Peregrino dos Santos Caminhos da Fé.

CONCLUSÕES

Constatou-se, neste estudo, uma diversidade de opções de roteiros que utilizam como atrativo principal as construções remanescentes da integração entre os povos nativos (na maioria índios Guaranis) da América do Sul, que habitavam o território (que atualmente pertencem aos países Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia) e religiosos jesuítas, oriundos da Espanha. Esta diversidade inclui a quantidade de dias e de locais de visitação, a abrangência (um ou mais países) e, também os atrativos existentes, que podem ser relacionados ao turismo religioso, cultural, patrimonial, arquitetônico ou natural.

A maior atratividade para os turistas nesta região está relacionada, segundo o MTUr (2018, p.1) à “imponência e importância histórico-cultural”. Considerando o título de patrimônio cultural da humanidade concedido pela Unesco, as Instituições públicas brasileiras estão se empenhando em aumentar significativamente a captação de turistas. Para o MTUr (2018, p.1) “na parte brasileira, a expectativa é triplicar o número de visitantes da região em dois anos, passando dos atuais 100 mil anuais para 300 mil”.

Esta pretensão está embasada em atitudes recentes, como (a) o projeto de uma ponte binacional sobre o rio Uruguai, na divisa entre Brasil e Argentina (ligando Porto Xavier e San Javier); (b) abertura do ‘Itinerari Missionari – Paraguay, Argentina e Brasile’ implementado em 2017 pela maior operadora de turismo religioso do mundo, ligada diretamente ao Vaticano e, mais especialmente, (c) o acordo internacional para integração da rota jesuítica das Missões firmado entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, realizado em 2018, que integrarão um grande corredor turístico, com uma rota que objetiva conectar 19 ícones da história da colonização jesuítica na região, que são reconhecidos como patrimônios mundiais da Humanidade pela Unesco e, também, sete áreas naturais protegidas, com envolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (MTur, 2017b, 2018 e 2019).

Como atrativo relevante do destino turístico cita-se o espetáculo Som e Luz, que é considerado o mais antigo do seu gênero em exibição no Brasil. Desde 1978 reproduz, diariamente, uma narrativa sobre o nascimento, o desenvolvimento e o fim da experiência Jesuítico-*Guarani* que, segundo a Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões (2019, p.1), teatraliza, “uma viagem pelo tempo mostrando um pouco do cotidiano, da política, da arte, da guerra e da fé de uma sociedade que vivenciou um desenvolvimento harmonioso, baseado em relações sociais cooperativas” cuja história é narrada “por duas personagens da experiência missioneira ainda presentes no local: a igreja e a terra”.

Destaca-se que o presente estudo está na fase inicial e que, com a perspectiva de ampliação dos investimentos e do comprometimento das instituições públicas para fortalecimento do turismo na região, que objetiva atrair uma quantidade maior de turistas, haverá uma necessidade de novos estudos relacionados ao turismo neste território. Este fator propulsor incluirá reflexões sobre a gestão regionalizada, as parcerias público-privadas, a contribuição e participação dos habitantes da região, o respeito à diversidade cultural e natural do entorno e, de forma mais abrangente, definir ações que possam contribuir para atingir as Metas de Desenvolvimento

Sustentável (SDGs), em especial as cinco áreas-chave que estão mais diretamente ligadas ao setor, que são: crescimento econômico sustentável; inclusão social, emprego e redução da pobreza; eficiência dos recursos, proteção ambiental e das alterações climáticas; valores culturais, diversidade e patrimônio; e compreensão mútua, paz e segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, A. C. do A. (1999) Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 3a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BAUER, L. B. (2006) O arquiteto e o zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória. São Miguel das Missões (1937-1950). Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- CESAR, P. A. B; STIGLIANO, P.V. (2011) Misiones Jesuíticas – Guaranies em Brasil. Estudos e Perspectivas em Turismo. 20 (1) 1389-1407.
- COTRIM, G. (2005) História Global: Brasil e geral. São Paulo: Editora Saraiva.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato (2017a) Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. Arquitextos.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato (2017b) Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 2. Arquitextos.
- FRACALOSSO, Igor (2018) Clássicos da Arquitetura: Museu das Missões / Lucio Costa. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>. Acesso em 28 outubro 2018.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019) Missões Jesuíticas Guaranis – no Brasil, ruínas de São Miguel das Missões (RS). <http://portal.iphan.gov.br>, acesso em 15 de fevereiro de 2019.
- LOYOLA, É. T. de (2016) As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987). Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- MTUR – Ministério do Turismo (2016) A Rota das Missões no Noroeste gaúcho. <http://www.turismo.gov.br>, acesso em 28 de outubro de 2018.

MTUR – Ministério do Turismo (2017a) Um passeio pelas missões jesuíticas. <http://www.turismo.gov.br>, acesso em 28 de outubro de 2018.

MTUR – Ministério do Turismo (2017b) Brasil adere a Programa de Crédito para ampliar turismo na Rota das Missões (em línea). <http://www.turismo.gov.br>, acesso em 28 de outubro de 2018.

MTUR – Ministério do Turismo (2018) Maior operadora de turismo religioso do mundo deve vender destinos brasileiros. <http://www.turismo.gov.br>, acesso em 28 de outubro de 2018.

MTUR – Ministério do Turismo (2019) Região das missões jesuíticas contará com ponte binacional. <http://www.turismo.gov.br>, acesso em 20 de fevereiro de 2019.

PORTAL DAS MISSÕES (2019) Ruínas de São Nicolau Sítio Arqueológico 1ª Redução Jesuítas. <http://www.portaldasmissoes.com.br>, acesso em 20 de fevereiro de 2019.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (2018) Museus do Brasil. <https://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>. Acesso em 28 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES – RS (2019) Espetáculo Som e Luz. <https://www.saomiguel-rs.com.br>. Acesso em 21 de abril 2019.

SEDETUR (2019) Roteiros Missões (em línea). <https://www.turismo.rs.gov.br/inicial>, acesso em 20 de fevereiro de 2019.

SOSTER, Sandra Schmitt (2014) Missões jesuíticas como sistema. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos-SP.

SARAU NOTURNO: CONTANDO A HISTÓRIA DE BAGÉ SOB A PERSPECTIVA DA ARTE CEMITERIAL

CLARISSE ISMÉRIO
DOUTORA EM HISTÓRIA DO BRASIL
URCAMP/BAGÉ-RS/BRASIL
CLARISSEISMERIO@URCAMP.EDU.BR

RESUMO

O projeto Sarau Noturno, iniciado em 2008, surgiu da pesquisa denominada História através da Arte Cemiterial, na qual desenvolveu-se uma investigação no acervo escultórico no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. A fundação do cemitério data de 1858 e, com o passar dos anos, cresceu e formou um patrimônio cultural de grande riqueza e simbolismo, tanto por seu valor artístico, como por traduzir a mentalidade e história local. Após a pesquisa construímos um evento cultural para contar um pouco da história de Bagé e de seu imaginário simbólico, mesclando os fatos locais com passagens e personagens da literatura romântica. Assim as histórias da cidade são contadas por personagens locais, poetas românticos e personagens shakespearianos. O projeto foi pautado na metodologia da Educação Patrimonial, pois visa sensibilizar e convidar a comunidade a ver o cemitério como um museu a céu aberto. Durante os 11 anos de atuação, de 2008 a 2019, o Sarau Noturno brinda o público com apresentações que destacam a importância da preservação do patrimônio cemiterial local. E também consagrou-se como um evento cultural reconhecido pela comunidade de Bagé, cuja projeção ultrapassou as fronteiras nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Sarau; Patrimônio; Cemiterial.

INTRODUÇÃO

A preservação da história de uma cidade, bem como todo o seu patrimônio cultural, deve ser uma meta de todos, mas para que isso ocorra, é necessário que haja uma conscientização de toda comunidade.

Portanto é necessário desenvolver projetos voltados para a Educação Patrimonial, uma vez que oportunizam a aquisição do “conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando para melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”(HORTA; GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6). O processo pedagógico desenvolvido sob a perspectiva da Educação Patrimonial permite conhecer profundamente a “(...) herança cultural, resgatando ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais” (HORTA, 2000, p. 35).

E, a partir dessa premissa, foi construído o projeto cultura Sarau Noturno (2008), que nasceu da pesquisa “História através da Arte Cemiterial” (2007), na qual foi desenvolvida uma investigação sistemática nos túmulos, jazigos e mausoléus no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. A fundação do cemitério data de 1858 e, com o passar dos anos, cresceu e formou um acervo escultórico de grande riqueza e simbolismo, tanto por seu valor artístico, como por traduzir a mentalidade e história local. Cada cemitério é um museu a céu aberto que nos possibilita reconstruir a história das famílias tradicionais, a mobilidade social e sua mentalidade, sendo que tais aspectos são frutos da importância política e da opulência econômica das cidades.

Assim desenvolveu-se neste espaço um evento cultural para contar um pouco da história de Bagé e de seu imaginário simbólico, mesclando com passagens e personagens da literatura universal. O projeto foi pautado na metodologia da Educação Patrimonial, visando sensibilizar e convidar a comunidade a ver o cemitério como um museu a céu aberto (ISMÉRIO, 2013; ISMÉRIO, 2017).

O desenvolvimento do projeto contou com a participação de acadêmicos de vários cursos da Urcamp, que atuaram na pesquisa, construção

dos textos e atuação¹. E, a partir de sua criação até o momento, o Sarau Noturno tem atuado com apresentações que destacam a importância histórica e artística da cidade de Bagé sob o olhar da arte cemiterial.

Portanto, no presente artigo, objetiva-se contar um pouco processo de criação do Sarau Noturno, primeiramente contextualizando os cemitérios enquanto espaços culturais; e, num segundo momento, apresentar a construção do projeto, destacando sua atuação, repercussão e sua importância para a preservação do patrimônio cultural.

CEMITÉRIOS PATRIMONIAIS: ACERVOS E ESPAÇOS CULTURAIS

De um modo geral quando falamos em cemitérios, as imagens que vem à mente são de sofrimento, morte e de desolação, mas quando observamos mais detalhadamente seu acervo escultórico, nos deparamos com outra realidade. Esses lugares não foram designados somente para abrigar os mortos, mas para serem apreciados pelos vivos, pois quando “(...) criados no período Romântico foram concebidos precisamente para ser visitados e admirados pelas obras de arte neles contidas, obras essas que eram muitas vezes representativas do que de melhor se fazia na época” (QUEIROZ, 2007, p. 1).

No Brasil as pesquisas voltadas para a arte cemiterial iniciaram com Clarival do Prado Valladares, que em 1972, publicou a obra “Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros”, um extenso e detalhado estudo sobre a arte e arquitetura dos cemitérios de várias cidades brasileiras, fruto de uma minuciosa pesquisa desenvolvida de 1960 a 1970.

.....
1 Participaram do processo de criação do Sarau Noturno os seguintes acadêmicos: Ana Carolina K. Cardoso, Felipe Rosa, João Pedro Germano Pagliosa, Mauro Ricardo Lemos e Tiago Alano (Publicidade); Antoniel Martins Lopes, Calvin Furtado, Camila Romero, Iury Madeira e Joseana Pires (Jornalismo); Guiherme Cassão Marques Bragança (Farmácia); Priscila Botelho (Fisioterapia); e os jovens estudantes Heitor Ismério Marques da Rocha, Rebeca Marques e Ivana Oliveira. E atuaram os acadêmicos: Alisson Lug Rodrigues; Lasie Winkel da Silva Junior; Matheus M. Feijó; João B. Varela; Luiza Cozzani, Carolina Ribas e Bruna Remonato (História); Gabriel Fernandes (Ciências Biológicas); Saulo André Eich, Celina Santos, Alice D’Ávila, Luiza Feijó, Taiana Carvalho e Michel Alves (Psicologia); Tainá Barbosa (Agronomia); Rosane Coutinho, Paula Scholant (Administração); Márcia Cristina Leite (Sistemas de Informação). Atualmente participam do Sarau Noturno Amanda do Couto, Camila Barcellos, Geovana Lucas Camargo e Márcio Meireles (Direito); Jesus Guilheme Morelles (Administração); Ketherine Acosta e Samuel Oliveira (Jornalismo); Felipe Lucas Fagundes, Alisson Rodrigues e Matheus Feijó (História).

E o tema gerou frutos primeiramente nos estudos pesquisadora Maria Elizia Borges analisou a arte e arquitetura funerária por meio da produção dos artistas marmoristas italianos e dos ateliês da cidade de Ribeirão Preto. A autora observa que a grande produção desenvolvida entre os anos de 1890 a 1930, foi fruto do gosto singular dos grupos sociais em ascensão que usavam a arte cemiterial ostentatoriamente (BORGES, 2002).

Já Tania Andrade Lima investigou as mudanças no imaginário coletivo referente à morte nos cemitérios do Rio de Janeiro, após a abolição da escravatura, nos cemitérios da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Cemitério do Catumbi) e no Cemitério de São João Batista (LIMA, 1994, p.93).

No Rio Grande do Sul destacam-se os estudos Harry Bellomo (2000) que investigou as múltiplas tipologias cristãs da arte funerária nos cemitérios de Porto Alegre e do interior do estado. Em seu trabalho destaca as potencialidades das fontes cemiteriais para a reconstituição da história sob a compreensão das manifestações e crenças religiosas; das ideias e posturas políticas; dos gostos artísticos da sociedade; formação étnica; e dos estudos genealógicos.

Especificamente sobre o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé existe a pesquisa de mestrado de Eliane Bastianello, de 2010, na qual analisou as edificações e ornamentos funerários desse espaço de memória. O estudo destaca a importância do escultor-marmorista José Martinez Lopes na produção local.

Diante da importância e das possibilidades deste campo de investigação foi iniciado em 2007, o Projeto História através da Arte Cemiterial, uma pesquisa cujo objetivo foi refletir a história do município de Bagé por intermédio das representações simbólicas expressas no Cemitério da Santa Casa de Caridade. Caracterizou-se também, como uma pesquisa documental, estruturada em fontes primárias bibliográficas, materiais e orais. As informações foram sistematizadas em três etapas: identificação dos túmulos e mausoléus, registro fotográfico, levantamento de informações nos jornais e com as famílias locais.

Assim, por entender que o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé se caracteriza como instituição cultural, desenvolveu-se neste espaço um evento, o Sarau Noturno (2008), para contar um pouco da história

local e seu imaginário simbólico, mesclando com passagens e personagens da literatura romântica. Durante as apresentações o público é levado a um passeio entre túmulos e mausoléus que, em seu silêncio, guardam a história das figuras ilustres da cidade. E por meio dos textos, representados pelos acadêmicos envolvidos no projeto, passam a conhecer um pouco mais do patrimônio cultural local.

NARRATIVA HISTÓRICAS SOB A PERSPECTIVA DA ARTE CEMITERIAL

Em 2008, foi criado o Projeto Cultural Sarau Noturno para aproximar a população da riqueza presente no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. Para tanto, foi construído um roteiro de apresentação, que inicia no portão central e se desenvolve pelos principais túmulos e mausoléus. Ao longo do processo de pesquisa e construção textual os estudantes passaram a conhecer mais profundamente a história local e as representações simbólicas representadas na arte cemiterial. E, além dos textos acadêmicos sobre história e patrimônio cultural, passaram a conhecer obras da literatura universal como de Charles Baudelaire, George Sand, e Lord Byron e as peças de William Shakespeare e Aristófanes.

A proposta de integrar textos da literatura universal com a história local está dentro da perspectiva do pós-modernismo, procurando no passado elementos que ajudem na composição da obra contemporânea. A partir da concepção do “ir e vir”, dos símbolos e representações, cria-se uma reconfiguração de atributos e estilos, indo do clássico ao moderno, por intermédio da sobreposição de valores culturais reordenados (LYOTARD, 1993).

Assim, as personalidades locais, como o João da Silva Tavares (Visconde de Serro Alegre)², o General Antônio de Souza

.....
2 João da Silva Tavares, o Visconde de Serro Alegre, comandante da divisão de cavalaria do exército imperial brasileiro, é um dos nobres da história de Bagé. Recebeu seus títulos nobiliários pelos serviços prestados à monarquia e pela lealdade dedicada ao Império. Em 1859, ganhou o de “Barão de Serro Alegre” e, em 1870, ao final da Guerra do Paraguai, lhe foi auferido o título de “Visconde com Grandeza”. Essa distinção autorizava usar em seu brasão de armas a coroa do título superior, no caso o de conde. Por seus feitos também recebeu as comendas de Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem de Aviz (ISMÉRIO, 2016, p. 44-45).

Netto³ ou o comerciante filantropo Francisco Ilarregui⁴, dialogavam com Hamlet, Ofélia, Henrique V e Lisístrata. A escolha dos personagens se deu pela presença marcante, força simbólica e por melhor se integrar as passagens propostas.

Foi dada também autonomia para os estudantes na construção plástica dos personagens e do figurino. E para unificar o arranjo cênico foram escolhidas musicais como *Greensleeves*, *Lacrimosa* e *Bourée*.

A estreia do Sarau Noturno ocorreu às 22 horas do dia 31 de outubro de 2008 no Cemitério da Santa Casa de Bagé e, nesse dia, a comunidade bajeense se fez presente para conhecer o evento. Muitos foram levados pela curiosidade, e outros por certa dose descrença e ironia referente ao projeto. Entretanto, ao iniciar a apresentação, foram envolvidos por uma atmosfera de romantismo e nostalgia, que os sensibilizou frente à grandeza e beleza do local e das histórias que guarda registrada nos túmulos e mausoléus de seus antepassados que representam parte da história da cidade de Bagé (imagem 1).

Durante as apresentações do Sarau Noturno, brindou a população de Bagé com música, poesia e história. E, gradativamente, a popularidade foi crescendo e tomando uma grande dimensão entre a comunidade. Marcou o cenário da cultura estadual e nacional quando foi matéria do Grupo RBS e do Programa Mais Você (Rede Globo), foi matéria de capa da Revista Aplauso, de número 99, sob o título “Música e poesia no templo da morte” (imagem 2).

.....
3 Apesar de seu perfil militar, tendo participado da Revolução Farroupilha (1835-1945) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), não foi representado como um general em seu leito de morte. Pelo contrário, foi eternizado iconograficamente como um herói ilustrado que, ao invés da farda, veste terno e gravata, símbolos de sobriedade e elegância na época (ISMÉRIO, 2016, p. 37).

4 Imigrante espanhol que prosperou através de atividades ligadas ao comércio e tornou-se uma figura de destaque na sociedade bajeense, era considerado “(...) um cavalheiro respeitável, de caráter austero e muito concentrado ao trabalho, conseguindo à custa de incessante labor, adquirir honestamente uma regular fortuna” (O DEVER, 1905 *apud*. ISMÉRIO, 2016, p. 45).

Imagem 1 – Primeira apresentação do Sarau Noturno, 2008.



Fonte: Fotografia de Tais Robaina Vidal.

Imagem 2 – Matéria de capa da Revista Aplauso.



Fonte: Fotografias de Leko Machado.

Foi também criada a modalidade de palco com a finalidade de levar o cemitério a outros públicos, realizando apresentações no Festival de Teatro de Dom Pedrito e no Teatro de Santa Thereza em Bagé. Nessa modalidade, levamos o cemitério para o palco usando o recurso de projeção dos túmulos e mausoléus sob uma tela. Porém observamos que muito da magia que ocorre nas apresentações no cemitério se perdeu, contudo, tais apresentações foram importantes uma vez que divulgaram o evento e despertaram a curiosidade de mais pessoas, que foram assistir à apresentação neste local.

Em 2012, ocorreu uma apresentação especial durante o IV Festival Internacional de Cinema na Fronteira, que ocorreu no mês de novembro em Bagé (imagem 3). Estiveram presentes na apresentação, além do público fiel, cineastas do Brasil, América Latina e Europa que puderam apreciar a beleza e importância do evento.

Imagem 3 – Sarau Noturno durante IV Festival Internacional de Cinema na Fronteira, 2012.



Fonte: Fotografia de Tony Martins

No ano de 2013, na disciplina de Mídia e Cultura do Curso de Comunicação produziu-se um documentário sobre o Sarau Noturno. O resultado foi o documentário “Urcamp Documenta Sarau Noturno”, que narra a construção do evento através de depoimentos de pessoas que participaram ou colaboram como projeto. E, a partir de 2015, passou a integrar o Curso de História, como projeto cultural de extensão (imagem 4).

Imagem 4 – Apresentação do Sarau Noturno no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Bagé, outubro de 2015.



Fotografia de Jeferson Vainer

Participaram das apresentações acadêmicos dos cursos de História, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Psicologia, Farmácia, Fisioterapia, Agronomia, Ciências Biológicas, Administração e Sistemas de Informação. E podemos constatar que a possibilidade de participar do Sarau Noturno auxiliou no processo de desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos acadêmicos, como salientam:

Como estudante do curso de Biologia, a participação em um evento cultural de cunho universitário, artístico, literário e histórico fez com que as faculdades mentais

ganhassem expansão, de maneira que até o conhecimento científico foi envolvido por distintas áreas, graças ao Sarau. Ademais, estar presente em uma etapa de transição desta peculiar cerimônia despertou orgulho por este ideal. Saber que tal espetáculo passou de incompreendido para internacionalmente respeitado e conhecido, nos faz remeter ao enaltecimento desta criação, que defende e justifica com razão o passado de um município, contado de uma forma totalmente inusitada e inovadora. (Gabriel Fernandes, acadêmico do Curso de Ciências Biológicas, 2018).

Os projetos de pesquisa e extensão enriqueceram sobremaneira minha jornada acadêmica. Eles me mostraram um universo de possibilidades que posso seguir na carreira escolhida. (...) Ainda dentro da extensão, fazer parte desse universo me proporcionou ingressar numa experiência até então inimaginável que foi o Sarau Noturno. Participar de um movimento cultural de tamanha importância para nossa cidade e região foi uma vivência incrível (Márcia Cristina Domingues Leite, Curso de Sistemas de Informação, 2017).

Percebe-se nas falas dos acadêmicos a importância do evento para o seu processo de formação humanística, pois além de conhecerem o patrimônio cultural cemiterial e da importância de sua preservação, entraram em contato com obras da literatura universal que antes era desconhecida pelos acadêmicos. E também desenvolveram processos cognitivos como oralidade, memorização, atenção, percepção, raciocínio e tomada de decisão, habilidades importantes na formação de profissionais autônomos e empreendedores.

Durante os 11 anos de atuação, de 2008 a 2018, o Sarau Noturno presenteou o público com apresentações que destacavam a importância histórica e artística do local, consagrou-se como um evento cultural reconhecido pela comunidade de Bagé, cuja projeção ultrapassou as fronteiras nacionais e internacionais. Sarau Noturno no XVIII Encontro *da Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales*, que aconteceu em Montevideo, Uruguai, em 2017. Na ocasião a apresentação ocorreu no Cemitério Britânico (imagem 5).

O público que prestigiou o Sarau Noturno, ao longo dos anos, sensibilizou-se com a proposta, pois foi possível entender seu significado e a proposta de valorizar a memória das famílias, bem como promover o cemitério como um museu a céu aberto. Assim conseguimos atingir o objetivo de sensibilizar a comunidade sobre importância cultural do acervo de

Imagem 5 – Apresentação do Sarau Noturno no Cemitério Britânico, 9 de novembro de 2017



arte cemiterial e de sua preservação.

Os saraus deram vida ao cemitério. Ao lugar de onde menos se poderia esperar que viesse vida e fizeram com que as pessoas colocassem um pouco de passado em seu presente, ao mesmo tempo que foram um verdadeiro presente ao nosso passado. Foram um grande êxito (Nilo Rossel, professor, 2016).

O Sarau noturno representou, culturalmente, um olhar diferenciado sobre as obras de arte no município. Arte, literatura, história mesclaram-se e oportunizou a quem assistiu uma excelente oportunidade de conhecer um pouco sobre aquelas pessoas, situações de sua vida e da própria história do local. O que falar de um evento que mistura Arte, Literatura e História: simplesmente perfeito, pois consegue fazer com que o conhecimento adquirido através de pesquisas no âmbito da Universidade seja traduzido e exposto para toda a Comunidade de uma forma diferenciada, única e interessante. Quem poderia dizer que se faz “arte” em “cemitério”? Hoje tenho a certeza de que locais como este representam um espaço artístico, literário e histórico e podem, sem sombra de dúvidas, mostrarem-se como objetos de estudo para a Universidade fazendo com que a própria comunidade perceba seu valor de uma forma diferenciada (Rafael Sais, Administrador, 2016).

Portanto, sempre no mês de outubro e novembro os bajeenses e visitantes esperam ansiosamente para prestigiar o Sarau Noturno, para mergulhar em uma atmosfera de beleza e encantamento proporcionada pelas histórias contadas por meio das representações simbólicas da arte cemiterial.

Trata-se de um projeto que tem reconhecimento através de artigos científicos, palestras, apresentações de trabalhos e do livro publicado pela editora Chiado, de Lisboa em 2016, com fotos de Jeferson Vainer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sarau Noturno é fruto de uma minuciosa pesquisa desenvolvida nos túmulos, jazigos e mausoléus do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. Esse cemitério, que iniciou com modestas catacumbas em 1858 e, com o passar dos anos, cresceu e formou um acervo escultórico de grande riqueza e simbolismo, tanto por seu valor artístico como por traduzir a mentalidade e história de uma época gloriosa.

O cemitério constitui-se como um grande “museu a céu aberto” e, com o seu patrimônio cultural, podemos reconstituir a história das famílias tradicionais, a mobilidade social, representações simbólicas e a mentalidade da época, fruto da opulência econômica do município.

Ao entendermos que este cemitério caracteriza-se como uma instituição cultural, buscamos desenvolver neste espaço um evento, o Sarau Noturno, para contar um pouco da história de Bagé e de seu imaginário simbólico mesclando com passagens e personagens da literatura romântica. Trata-se de um projeto exitoso que atua como mediador, pois sensibiliza e convida a população a ver o acervo escultórico do cemitério com “outros olhos”.

Durante suas apresentações o público é levado a um passeio entre os túmulos e mausoléus que, em seu silêncio, guardam a história das figuras ilustres da cidade. E, por meio dos textos representados pelos acadêmicos envolvidos no projeto, passam a conhecer um pouco mais da história e do patrimônio cultural local.

O Sarau Noturno é um evento sensível, instigante e cativante, que envolve acadêmicos e comunidade num processo reflexivo de valorização da arte cemiterial e da história local. E observa-se que, ao longo dos dez anos de atuação, contribuiu na formação cultural dos acadêmicos da Urcamp que participaram do projeto, que passaram a ver o cemitério com “outros olhos” e a valorizar seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIANELLO, Eliane M. Tonini. **Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)**. Dissertação de Mestrado do Programa em Memória e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- BELLOMO, Harry. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.
- BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Fundamentos da educação patrimonial**. Ciências e Letras (Porto Alegre), n.27, 2000. p. 25-35.
- HORTA, Maria de Lourdes; GRUMBERT, Evelina e MONTEIRO, Adriane Gia Bário. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes, Grumberg, Evelina & Monteiro, Adriane. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.
- ISMÉRIO, Clarisse. **UM OUTRO OLHAR SOBRE OS CEMITÉRIOS: Refletindo à arte cemiterial sob a perspectiva das pesquisas, ações, passeios e eventos culturais**. Revista de Teoria da História, Volume 18, Número 2, dezembro/2017 Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/50894/24895> Acesso em: 25 de agosto de 2018.
- ISMÉRIO, Clarisse. **Sarau Noturno**. Lisboa: Editora Chiado, 2016.
- ISMÉRIO, Clarisse. **Projeto Cultural Sarau Noturno: desenvolvendo a educação patrimonial através da arte cemiterial**. Revista Vox Musei, Lisboa, v. 1, p. 113-127, 2013.
- ISMÉRIO, Clarisse . **Projeto Cultural Sarau Noturno**. Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Bagé, RS, 2008.
- ISMÉRIO, Clarisse. **Projeto História através da Arte Cemeterial**. Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Bagé, RS, 2007.
- LIMA, Tânia Andrade. **De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX**. In: Anais do Museu Paulista, v.2. São Paulo, p. 87-150, 1994. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/anaismp/article/view/5297/6827> Acesso em: 05 de agosto de 2018.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno explicado as crianças**. 2. Ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Patrimônio em construção e Conhecimento Histórico**. In. Educação e Patrimônio Histórico Cultural. Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.º 27, jan/jun, 2000.

QUEIROZ, Francisco. **Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal**. In “Anuário 21 Gramas”, n.º 1, 2008, p. 7-12. Disponível em: http://www.franciscoqueiroz.com/Cemiterios_historicos_Potencial_Turistico_Portugal_versao_21_gramas.pdf Acesso em 31 mai 2016.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Brasília: MEC-RJ, 1972.

GUASQUERIA: UM SABER FAZER MATERIAL E IMATERIAL

JULIANA PORTO MACHADO
JULIANAMACHADO209@GMAIL.COM
DOUTORANDA EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL
UFPEL/BRASIL

RONALDO BERNARDINO COLVERO
RBCOLVERO@GMAIL.COM
DOUTOR EM HISTÓRIA (PUC)
UNIPAMPA-SÃO BORJA/BRASIL

A guasqueria é um ofício artesanal realizado especialmente por sujeitos que estão relacionados ao saber-fazer de práticas campeiras. Principalmente as ligadas ao cavalo, uma vez que, os aparatos de montaria como selas, cordas, freios, rebenques e outros são feitos com couro-cru a matéria prima da guasqueria. Os sujeitos praticantes deste ofício são chamados de guasqueiros no Rio Grande do Sul (Brasil) e de guasqueros, sogueros e tranzadores no Uruguai. Seus produtores criam peças em couro cru, utilizando principalmente a técnica de tentos. Estabelecendo assim uma forte ligação entre o homem e o animal. Nesse sentido este texto tem por objetivo refletir acerca da produção de guasqueria em região de fronteira, com foco em Jaguarão-RS, considerando as memórias dos guasqueiros, a influência do mercado na construção dos objetos e adoção de novas técnicas para criar guasqueria. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa, com entrevista semiestruturada com guasqueiros da cidade.

Palavras-chave: Guasqueria; Artesanato; Memória

INTRODUÇÃO

A guasqueria, é um ofício manual, criado de forma artesanal em que se trabalha com a matéria prima couro cru, tendo como base tirar tentos . O guasqueiro ao iniciar-se neste ofício deve aprender a dominar o corte de tentos, este é o elemento fundamental para a criação de uma obra duradoura (FLORES, 1960). Através do uso do couro cru, principalmente o bovino, o guasqueiro estrutura um processo de criação que se conserva até os dias atuais.

Sendo ele:

a obtenção da matéria-prima (o couro-cru animal, principalmente de bovinos) inicialmente através da chamada carneada, o estaquear o couro para secar ao sol, o lonquear de retirar os pêlos da pele, o cortar as guascas (tiras de couro), o sovar as guascas para amaciar, e por fim tirar os tentos (as tiras de couro de diferentes espessuras) para assim produzir as tranças. Esse processo é o elemento destacado por muitos sujeitos ao considerarem o porquê de se identificarem como guasqueiros, assunto tratado mais adiante (MACHADO; COLVERO, 2018, p.229).

A introdução do gado de origem bovina e os equestres na região do pampa da América Latina no século XV, são o marco de memória utilizado para o surgimento da guasqueria. Em que o couro em abundância é utilizado para criar diferentes objetos, como roupas, abrigos e utensílios domésticos. O couro tornou-se um material com grande fluxo de comercialização e trocas. A carne neste período possuía pouco valor.

A chegada dos jesuítas no século XVI faz com que alguns animais passem a ser utilizados como alimentos e também, que esses de alguma forma passem por uma domesticação e confinamento (LUVIZZOTO, 2010). A chegada dos imigrantes no século XVIII tem como ponto de fixação a abundância do gado; assim:

O gado foi o principal motivo para a ocupação e fixação de portugueses em solo gaúcho. A Coroa garantia aos imigrantes a propriedade de um pequeno terreno, mas não seu sustento. Assim, somente em 1770 uma leva de imigrantes açorianos chegou à província para povoar a região das missões. Por causa das dificuldades de transporte, esse grupo se fixou na área onde hoje está a cidade de Porto Alegre. Praticavam a agricultura de pequena propriedade e tinham uma economia voltada para a pecuária (LUVIZZOTO, 2010, p. 23).

Com a formação das estâncias no referido século os animais são capturados e passam por um intenso processo de domesticação. Para auxiliar nesta etapa tem-se a centralidade na figura do peão, que conhece os animais e utiliza o cavalo para recorrer os campos. A necessidade de equipamentos equestres que auxiliariam na lida campeira, promove o início da produção deguasqueria, assim identificada.

A guasqueria é um saber fazer aprendido e transmitido de sujeito para sujeito, de pai para filho e de peão para peão; que habitam o espaço rural em meio a estruturação de estâncias de exploração de gado. A ligação homem, animal e natureza fazem parte do ser guasqueiro. Logo, a guasqueria pode ser compreendida como um ofício artesanal, cuja a mão e a mente do produtor de objetos em couro crua se apresenta em sintonia direta o objeto e contexto espacial e temporal.

Na atualidade, na cidade de Jaguarão, localizada no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, esse saber fazer surge atuante no mercado informal, por meio de encomendas o guasqueiros conseguem sua sustentação financeira e conseqüentemente sua inclusão social em espaço urbano. Uma vez que, ao saírem do meio rural esses sujeitos tiveram que buscar alternativas de sobrevivência e começaram a produzir guasqueria, essa não apenas como uma profissão, mas como o elo permanente entre as memórias do passado e do presente, que modificam a identidade e a tradição desses sujeitos.

Pois, no passado esses sujeitos por serem peões iniciaram a produzir guasqueria para consertarem suas ferramentas de trabalho, já que os produtos possuem um preço elevado. A guasqueria neste contexto se apresenta como um modo de suprir uma necessidade e também, como elemento de troca entre mestre e artífice, transmissor e aprendiz, no qual, o peão em suas horas vagas ou em dia de chuva permanecia no galpão aprendendo a guasqueria.

Importante ressaltar, que os interlocutores entrevistados são filhos de peões e foram ou são peões. Esse fato é essencial para compreendermos que a guasqueria possui uma rede de compartilhamento de saberes comuns,

em que a memória forte auxilia no aprendizado e na transmissão da técnica de guasquear. E que o espaço rural é um lugar de memória para esses sujeitos. Nesse sentido este texto tem por objetivo realizar uma breve reflexão acerca da produção de guasqueria em região de fronteira, com foco em Jaguarão-RS, considerando as memórias dos guasqueiros, a influência do mercado na construção dos objetos e adoção de novas técnicas para criar guasqueria. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa, com entrevista semiestruturada com guasqueiros da cidade.

UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA: BASE TEÓRICA

As memórias quando percebidas coletivamente estabelecem elementos comuns e de concordância, que auxiliam no compartilhamento e na rememoração. Sendo que, quando o indivíduo afastasse do grupo ao qual fazia parte, as lembranças que se encontram mais distante do presente tornam-se difíceis de ser acessadas sem a contribuição dos *outros*, principalmente das trocas de recordações dos momentos vivenciados em comum.

Cada sujeito irá pertencer a diferentes grupos e contextos ao longo de sua trajetória de vida e ao estabelecer conexões comuns entre o *eu* e *outro*, viabiliza a reconstrução, evocação e interpretação das lembranças do passado. Nesse viés, quando um sujeito cria uma imagem do passado estando em uma situação de pleno isolamento, e essa não está relacionada a nenhum grupo ao qual ele integra, encontrando-se em um primeiro momento sem referência social, deve-se considerar que a memória coletiva não irá interpretar sempre todas as lembranças de um sujeito, mas, ao pertencermos e formarmos grupos sociais acabamos por criarmos imagens, significados e conceitos coletivos, que sobrepõem a nossa memória individual (HALBWACHS, 2004).

Com isso, o sujeito social irá lembrar de imagens do passado de forma mais nítida com o suporte da memória e da consciência do grupo. Os guasqueiros apesar de apresentarem um distanciamento entre si, por não se reunirem em um mesmo espaço físico, os mesmos tem uma memória coletiva em que todos reconhecem seus pares, as técnicas e o *outro* como ser guasqueiro.

Existe a memória pura, que conserva o passado em todas as suas ações, mantendo uma imagem em seu estado original, uma memória de espírito, que só pode ser acessada por meio da consciência, uma vez que, e inimaginável as consequências que poderiam acontecer se todas as ações vividas do passado fossem acessadas por completo no presente ao mesmo tempo que estamos criando novas memórias (BERGSON,1999).

Assim, o cérebro irá bloquear as ações da memória pura, impedindo que essa atinja plenamente a consciência, por isso, são liberados apenas pequenas frações de lembranças para responder a demanda do lembrar. Sendo uma memória espiritual a mesma pode ser atingida quando o sujeito se encontra vivenciado o sonho. Ela é tangível apenas ao espírito e se preserva intocável ao externo, ao material e ao social.

Em outra concepção, o autor citado irá tratar das repetições de ações do passado que são realizadas de maneira mecânica, automática, sem a necessidade de praticar a ação de lembrar e a denominada memória hábito, quando o corpo realiza as tarefas de forma programada como falar, dirigir, caminhar e como no caso dos guasqueiros trançar os tentos. A memória hábito é ensinada e aprendida até se tornar algo corriqueiro e natural ao corpo (BOSI, 2001).

A autora irá destacar que o passado conservado em todos os seus detalhes e formas, só seria possível se o sujeito quando adulto permanecesse sem modificar nenhum de seus hábitos, signos e relações sociais e familiares que estabeleceu durante a infância, uma ação que é inexecutável, uma vez que a memória encontrasse inserida no meio social e cultural e nunca para de criar imagens do passado.

Mesmo se fosse possível alcançar o passado em sua totalidade, Halbwachs acreditava que em estado de sonho o presente ainda se manifesta, pois, o *eu* que sonha já está modificado no tempo presente, não há maneira de se desprender desse, assim como sempre tomaremos como referência os significantes e significados criados coletivamente para representar as manifestações do sonho (HALBWACHS, 2004).

Contudo, o ser humano é constituído de memórias que agem de forma automática, que não é necessário uma reflexão e evocação forte das lembranças, são os gestos e as linguagens corporais; o passado aciona o corpo indicando-lhe como se comportar esse forma de manifestação da memória é considerada uma protomemória (CANDAUI, 2011). Os guasqueiros em seu ateliê iniciam a criação das peças utilizando a técnica de estruturação mencionada anteriormente, lançando mão da protomemória ou memória hábito, o corpo em sintonia direta com o espírito realiza o caminho do couro e sua transformação sem um exercício de reflexão exaustivo, ou seja, guasquear para os guasqueiros já se encontra intrínseco em suas memórias.

Já uma memória propriamente dita ou de evocação, surge do lembrar voluntariamente, do desejo de recordar pela “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas, ou pertencentes a uma memória enciclopédia” (CANDAUI, 2011, p. 23). Ao construir as bases de sustentação da identidade, seja ela coletiva ou individual, tem-se a metamemória, que é o meio pelo qual o sujeito irá compreender as lembranças evocadas e as representar no contexto externo. No momento que transmitimos nossas memórias a *outros* utilizando a metamemória. Logo, essa seria a única memória que poderia ser compartilhada coletivamente (CANDAUI, 2011).

A memória então está em uma constante atualização do passado no presente, por isso essa breve trajetória sobre memória é necessária para compreendermos que a guasqueria é uma ofício de transmissão de saberes e fazeres aprendidos no passado e reinterpretados no presente, se modificando a medida que seja necessário para se manter em atuação. A guasqueria então irá se conservar em uma constante transformação social e cultural, inicialmente se desenvolvia nas estâncias para suprir a necessidade de material voltado as atividades do campo, era produzida por peões que ensinavam seus filhos a consertar suas ferramentas e criar peças novas para comercializar quando possível nas estâncias próximas. Com os avanços tecnológicos no espaço rural, isso afetara a produção de guasqueria.

Pois, a contratação de mão de obras de peões reduz significativamente, ocasionando um fluxo migratório, do meio rural para o urbano. Já que,

a mecanização do campo e as lavouras de soja fazem com que a pecuária não seja mais o cerne da produção econômica da cidade de Jaguarão. Com isso, o peão desposto de seu trabalho encontra no ambiente urbano dificuldade para se sustentar financeiramente e encontra na guasqueria uma solução, uma vez que, essa faz parte de sua bagagem cultural.

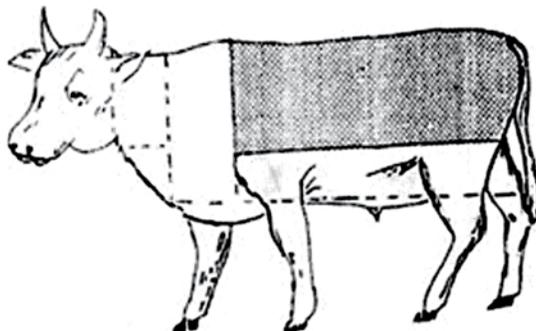
OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE GUASQUERIA

A fase inicial para a criação de um objeto é o período em que o guasqueiro adquire a matéria-prima adequada. Na época em que as estâncias estavam em seu nível de produção pastoril alta, o guasqueiro conseguia o couro-cru através da carneada; muitas vezes era convidado para abater o animal e retirar o couro. O abate é realizado normalmente no galpão, em meio às ferramentas de trabalho ou próximo às mangueiras. Atualmente eles compram a matéria prima através das cooperativas e principalmente por encomenda do couro cru da cidade de Pelotas-RS.

Os guasqueiros explicam como era o método de carneada, no qual, existem algumas formas de abater o animal, as duas mais citadas são por meio da paralisação, utilizando-se uma ferramenta pesada com um machado ou marreta e batendo com essa na cabeça do animal, usa-se também arma. A seguinte seria a sangria, que consiste em amarrar e pendurar o animal, fazendo com que esse fique de cabeça para baixo, e com a faca fura-se a artéria principal na jugular. Considera-se um bom carneador àquele que não faz o animal sofrer; essa é uma qualidade indispensável. A carneada então é o meio de conseguir o couro, é necessária uma boa faca para não estragar o grupão (Figura 1) como afirma o guasqueiro P.P (2017).

O grupão é a região do lombo, em destaque na figura acima, considerada a parte mais nobre, com excelência de textura. Já a cabeça e/ou pescoço, possuem um elevado grau de espessura, a pele é mais grossa e resistente diferente dos flancos em que a pele é mais sensível e se rompe facilmente. O couro verde é lavado para retirar restos de pele, gordura e sangue, depois o mesmo é estaqueado e colocado ao sol para secar. No processo de estaqueamento deve se ter alguns cuidados com o material para não danificar o couro, sendo eles:

Figura 1 – Representação do grupão em um bovino



Fonte: FLORES (1975)

- a — O couro estaqueado deve estar limpo, livre de gordura, resíduos de carne e coágulos de sangue;
- b — No verão, o estaqueamento deve ser feito com sol indireto; a ação direta dos raios solares sobre o couro torna-o quebradiço e ressequido;
- c — O couro deve ser estaqueado com o carnal para cima;
- d — O estaqueamento feito sobre uma parede de madeira, com o uso de pregos, é o mais indicado; nesse caso, a parte do couro correspondente à cabeça do animal deve ficar para baixo;
- e — Se o estaqueamento for feito sobre o chão, convém que o seja em terreno inclinado (a parte do couro correspondente à cabeça, para baixo (COELHO, p.28, 2016).

Para estaquear (Figura 2) utiliza-se um quadro de madeira ou varas formando um asterisco de cinco pontas em um quadro, fixa-se o couro neste quadro e põem para secar. Nessa forma de secagem o couro se conserva por um longo período.

O couro quando totalmente seco (Figura 3) pode ser estirado em um espaço arejado, como o couro bovino exposto peloguasqueiro M.C (2018) na figura na página seguinte.

Com o couro ainda verde se realiza o processo chamado lonqueamento que consiste na raspagem do pelo que cobre a pele. A técnica tradicional está assentada na retirada desse pelo com o couro estendido sobre a perna doguasqueiro, em que este com a faca inicia a raspagem a partir da raiz, a favor do pelo, para as pontas. É um uma maneira que demanda muito

Figura 2 – Esquema de estaqueamento do couro Fonte: Flores (1975)

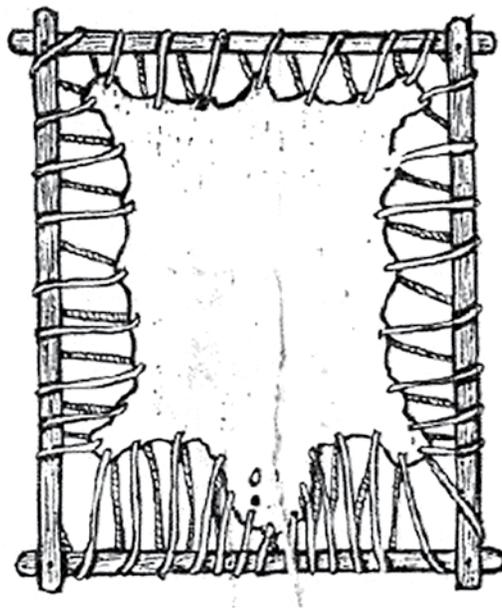


Figura 3 – Couro Bovino Seco Lonqueado



Fonte: Autora (2018)

tempo e concentração, pois, qualquer corte no couro pode danificar o objeto a ser criado. Após a pela o couro é posto para secar ao ar livre.

O guasqueiro M.C (2018) menciona que utiliza a técnica de lonqueamento tradicional e também, a do cal; explica que esse método se apresenta com o mergulho do couro em um recipiente com água e cal, deixando-o imerso pelo tempo de dois dias. Nisso o pelo do couro fica mais maleável para lonquear. O guasqueiro M.C afirma que com este método ganha mais tempo para produzir. Aprendeu nos livros sobre esta ação. Já o guasqueiro P.P (2017) utiliza o processo tradicional de lonqueamento, da raspagem do pelo com a faca.

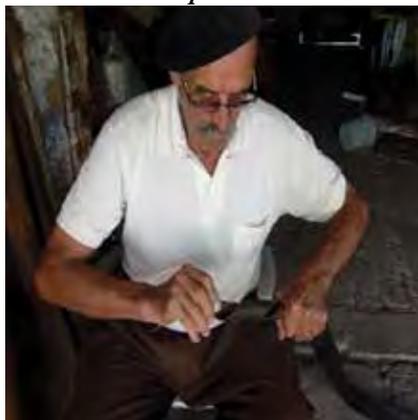
Após o lonqueamento, as loncas serão sovadas no sovador (Figura 4 e 5), para amaciar. O guasqueiro P.P (2015) explica que para sovar tem que ter jeito, não pode ser de qualquer maneira, senão irá quebrar o couro. Segundo o guasqueiro P.P deve-se sovar sempre pelo lado da carne, para não trincar; quanto mais tempo sovando mais maleável o couro irá ficar facilitando assim tirar os tentos para as tranças.

O guasqueiro M.C (2018), o mais jovem desta pesquisa, menciona que conhece poucos guasqueiros, mas que antes de aprender a fazer suas cordas, comprava peças do guasqueiro P.P temos uma ligação entre os guasqueiros, de certa forma uma comunidade de compartilhamento do sensível. “Eu conheço um guasqueiro muito bom que é o seu P. P; quando eu não sabia fazer eu comprava dele” (M.C, 2018).

Ensina que:

Os macetes que o cara usa ao enrolar o couro e bate nele depois passa a mordança, para endireitar, cada um dos macetes tem uma função, até para usar para bater no furador. Tem o cravador redondo (rebolho) que usa para furar, o cravador ponta chata para fazer as bombinhas. Tem o alicate de marcar tento, para puxar a carretilha para sair parelho, a gente compra o couro da cooperativa ou do matadouro, mas agora não está valendo a pena sai R\$ 350,00 recém carneado não vale a pena o cara tem que descarnear pelar tem toda a mão de obra, então compro na cooperativa inteiro, tem que secar e pelar, sai vinte e sete reais eu pelo a faca ou com cal, coloco na água com cal e sal no balde com água por uma semana e sai todo o pelo, coloquei no chão e puxei com a enxada saiu tudo, é mais rápido do que com a faca, eu seco na época do

Figura 4 – Guasqueiro P.P torcendo a lonca para sovar



Fonte: Autora (2016)

Figura 5 – Guasqueiro P.P sovando



Fonte: Autora (2016)

verão eu estaqueio ele de manhã e de tardezinha já está pronto, dá para trabalhar com ele, no inverno dois dias por causa da úmida ele fica molenga, eu corto esse couro em tira seu vou usar para travessão eu corto em tiras eu uso a parte do lombo que é mais grossa. Tiro a parte do lado em cima das costelas que é boa para as rédeas e uso as partes fininhas para fazer tranças. Eu gosto da trança de oito é a mais fácil para mim, mas dá para fazer de 04 e 06 tentos. A gente corta o couro, quando tem pelo, ai eu pego ele enrolo o couro e maceteio ele bem macetado, passo na mordação para ele amolecer bem o couro e quando está bem sovadinho eu tiro os tentos com a faca ou com a máquina. Com a máquina sai tudo bem retinho e na mesma medida. Uso a lonca de cavalo para costurar e fazer trabalho mais fino. Eu tenho uma garra de agarrar o couro, assim que eu chamo, acho que é para isso que serve, agarra o couro e ajuda para tirar o tento (M.C, 2018).

Devemos destacar na fala doguasqueiro o caráter de repetição da guasqueria, elemento que a torna concreta e ativa no contexto atual. Oguasqueiro M.C apresenta seus macetes (Figura 6) utilizados para a sova, mencionando que desconhecia que existiam mais de um para sovar, aprendeu sobre isso com outroguasqueiro já falecido. Como no caso dos cravadores de ponta redonda e chata que possuem diferentes funções. Quanto a matéria prima comprada dos estabelecimentos que vendem na cidade de Jaguarão, critica o alto valor pedido pelo couro *in natura* comercializado no matadouro, que segundo ele não compensaria a mão de obra que deve se empregar para torná-lo pronto para criar.

Figura 6 – Diferentes macetes macetes de sova do guasqueiro M.C.



Fonte: autora (2018).

Conta que mesmo que compre o couro sem precisar abater e carnear o animal, ainda deve se realizar o processo de estaqueamento para a secagem e lonqueamento, e depois sovar e cortar. Esse processo sempre se utiliza quando se trata de trabalhar com couro cru. Descreve o uso do cal para retirada mais rápida do pelo que torna possível realizar essa tarefa de forma mais dinâmica, o que economiza o seu tempo, já que não se dedica exclusivamente à produção de guasqueria, em razão de trabalhar como peão. No corte dos tentos utiliza a faca, mais seguidamente o saca tentos, em que os fios de couro saem da mesma espessura.

Existem máquinas para sovar o couro, a industrialização também se faz presente neste setor. Conta que recentemente adquiriu uma máquina de sovar, ela é movida a motor, nunca a utilizou, pois, o motor acabou por não funcionar. A máquina faria o mesmo processo que o guasqueiro P.P realiza com o macete, porém sem o emprego da força dos braços e em menor tempo. Todavia, a utilização de ferramentas mecanizadas por parte do guasqueiro está se tornando comum, tanto que o guasqueiro M.C adquiriu a sua de um outro guasqueiro, já falecido, que produzia produtos de guasca em grande escala.

A máquina (Figura 7 e 8) então é movida por um motor e em meio a roldanas, por onde é colocado o couro que será prensado pelas roldanas a partir da força de propulsão do motor. Essa mesma forma de roldanas é utilizada nas máquinas de sovar o couro manualmente, em que as roldanas entram em funcionamento a partir da força do braço no uso de uma manivela. Abaixo guasqueiro M.C apresenta sua máquina e a forma correta de utilizá-la, nas figuras respectivamente.

Figura 7 – Máquina de sovar couro.



Fonte: Autora (2018).

Figura 8 – Guasqueiro M.C demonstrando o funcionamento da máquina.



Dessa forma, quando a necessidade se faz patente, a industrialização apresenta mecanismos facilitadores para a produção, como define Kumar:

A modernidade, que fora definida como um “rompimento com a tradição, tornou-se em si uma tradição, a “tradição do novo”. Sob a força do modernismo, a modernidade veio a tornar-se nada mais do que inovação sem fim: mudanças intermináveis de estilo, ciclos intermináveis de modas (KUMAR, 2006, p.138).

O guasqueiro contemporâneo vem moldando sua produção para se manter ativo no mercado econômico, utilizando de novos designs para construir as peças, assim com o uso de diferentes matérias primas, como o couro industrializado (branco) e o fio encerado. Porém, mesmo com a inserção de tecnologias, a técnica base da guasqueria ainda permanece. Então, o couro cru depois de amaciado, será cortado em tiras (tentos) de diferentes espessuras e será iniciado o processo do trançado do couro (Figura 9). Sendo que com a utilização do couro branco (Figura 10) não permite a criação de tranças, já o uso do fio encerado possibilita (Figura 11).

Figura 9 – Tranças em couro



Fonte: Autora (2018)

A partir do trançado em couro cru o guasqueiro irá criar laços, rebenques, cabeçadas, boleadeiras, maneias e outros objetos. Sendo que, pelo viés artesanal esses sujeitos começaram a criar objetos que não serão utilizados na lida do campo, mas que remete a esses, são os colares de tentos, brincos, botões, chaveiros, barbicachos e tantos outros. Fomentando assim, a renovação do mercado de guascas e do mercado informal.

Figura 10 – Cabeçadas em couro branco



Fonte: Autora (2018)

Figura 11 – Tranças em fio encerado



Fonte: Autora (2018)

Por fim, nesta breve trajetória da produção de guasqueria podemos reconhecer que esse ofício está intimamente ligado a figura do peão e a do cavalo, que é um saber fazer de transmissão oral, que irá influenciar diretamente na identidade deste sujeitos. A técnica de trabalhar o couro cru se preserva e possibilita conhecer a realidade dos saberes do campo. Em outra perspectiva, temos o homem do campo buscando meios de rememorar suas identidades na zona urbana e adaptando-se suas obras as regras do mercado informal, com a utilização de novas matérias primas e a criação de novos objetos. Portanto, assim como a tradição, a guasqueria irá se modificar ao longo dos tempos, e será rememorada e reinterpretada de acordo com contexto que está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. SP: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: Lembrança de velhos. SP: Companhia das Letras, 1985. CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- FLORES, Luis Alberto. **El Guasquero**: Trenzados Criollos. Buenos Aires: Cesarini Hermanos, 1960.
- KUMAR, Krishan. Modernidade e Pós-modernidade I: A idéia do moderno. In: **Da sociedade Pós-industrial à Sociedade Pós-Moderna**. Rio de Janeiro, Zahar, 1996
- LUVIZZOTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- MACHADO, Juliana; COLVERO, Ronaldo. O Artesanato em couro cru: guasqueria, identidade e tradição no século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 69, 2018.

A PERFORMANCE INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO DA CULTURA: A REGIÃO DAS MISSÕES, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

TIAGO COSTA MARTINS
DOUTOR, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
TIAGOMARTINS@UNIPAMPA.EDU.BR

ÂNGELA C. TREVISAN FELIPPI
DOUTORA, UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
ANGELAFE@UNISC.BR

RESUMO

A partir do esforço interpretativo em contextualizar a região das Missões do Rio Grande do Sul como uma construção social no tempo-espaço, conectando o passado e o presente nas dimensões sociais pertinentes, na problemática do presente estudo procura-se perceber de que forma a performance institucional contribuiu para a produção cultural de uma região, especialmente no patrimônio e na música. O estudo foi construído no decorrer de quatro anos, mediante pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas em profundidade com agentes culturais. Em termos estruturais, neste artigo parte-se de um posicionamento teórico para instituições culturais. Após, apresenta-se um breve relato histórico para elucidar a dinâmica cultural da região. Na sequência, elencam-se as contribuições das instituições na configuração da cultura regional. Por fim, conclui-se o estudo com alguns apontamentos, especificamente argumentando-se que a produção cultural das Missões foi fortalecida por uma significativa performance institucional.

Palavras-chave: Instituições, produção cultural, patrimônio.

1. INTRODUÇÃO

Dezembro de 1987. Um conjunto de agentes e instituições oriundas do Estado, do mercado e da sociedade realizou um grande festejo comemorativo aos 300 anos de instalação da missão jesuítica-guarani de São Miguel Arcanjo, no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul¹. O evento consolidou um grande projeto de revisão e difusão histórico-cultural no Estado e no Brasil. Instituições culturais estaduais, nacionais, e até internacional; grupos locais de pesquisadores; artistas; empresas patrocinadoras e prefeituras da região se mobilizaram para legitimar a importância da experiência dos padres espanhóis da Companhia de Jesus na catequização dos índios e profetização da fé católica.

Abril de 2012. Um conjunto de agentes e instituições oriundas do Estado, do mercado e da sociedade, distantes mais de 400 quilômetros de São Miguel Arcanjo (hoje município de São Miguel das Missões), realizou a Semana de consciência indígena em Porto Alegre, RS. O evento expôs desenhos de José Maria Plaza Escrivá, e o título da exposição foi “São Miguel das Missões: Arte e Cultura dos 7 povos”. Também foi apresentado um documentário sobre São Miguel (com o mesmo título da exposição de desenhos), e estudiosos dedicados ao tema proferiram uma palestra.

As duas datas — dezembro de 1987 e abril de 2012 — apresentam episódios que colocam em evidência a região das Missões no Rio Grande do Sul. Um evento representativo, que contribuiu para a concepção da cultura missioneira e a construção de uma ideia de região, estabelecido dentro dos limites geográficos dessa região. E é também um fato recente de manutenção dessa cultura, já com a presença de agentes e instituições fora dos limites territoriais reconhecidos como região missioneira. Tais exemplos permitem dizer que, em diferentes segmentos culturais, a região é palco ou recurso para as manifestações de diversas práticas culturais: as ruínas de São Miguel

.....
1 São Miguel Arcanjo foi uma das formações sociais denominadas de “Sete Povos” indígenas guaranis criadas pelos padres jesuítas espanhóis entre os séculos XVII e XVIII. As reduções, ou missões, no lado do atual Brasil eram formadas pelas missões de São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio. No decorrer do estudo será melhor apresentado a conjuntura histórica da formação das missões.

são consideradas patrimônio mundial da humanidade; o chimarrão, como bebida e como elemento cultural, é oriundo da região; a música regional é reconhecida como missioneira de São Luiz Gonzaga; dentre outras tantas manifestações. No entanto, mais do que encaminhar para essa importância cultural da região, esses exemplos são também oportunos para apresentar a perspectiva do presente estudo: as instituições culturais.

A noção de instituição, em sentido amplo, pode ser percebido como um sistema organizado e complexo de relações sociais que possuem certa permanência, que incorpora valores e procedimentos comuns e responde a certos anseios sociais. É uma organização de normas, práticas e comportamentos para a obtenção de alguma meta ou atividade que as pessoas julgam importante (DIAS, 2010). No território da produção cultural, dentro das diferentes relações que podem ser estabelecidas (obra e público; criador cultural e Estado; público e o mercado; etc.), as instituições articulam essas relações, condicionando a produção da cultura. No episódio dos festejos dos 300 Anos cita-se a presença da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO; no segundo, uma universidade e a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Forma-se, assim, a problemática deste estudo: de que forma a performance institucional contribuiu para a configuração da produção cultural na região das Missões do Rio Grande do Sul? Evidencia-se, nessa proposta, o esforço interpretativo em contextualizar a região como uma construção social no tempo-espaço, conectando o passado e o presente nas dimensões sociais pertinentes (os fenômenos econômicos, políticos e culturais que envolveram a vida social ao longo do tempo). Metodologicamente, o estudo foi construído no decorrer de quatro anos, a partir de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas em profundidade com agentes culturais. Dessa forma, o objetivo do estudo procura descrever as contribuições das instituições na produção cultural da região.

Para tanto, parte-se, neste estudo, de um posicionamento teórico para instituições culturais. Após, apresenta-se um breve relato histórico para elucidar alguns pontos da dinâmica cultural empreendida pelas ins-

tituições ligadas à cultura na região. Na sequência, no tópico “resultados e discussões” elencam-se as contribuições das instituições na configuração da produção cultural. Por fim, conclui-se o estudo com alguns apontamentos, especificamente argumentando que a produção cultural da região foi fortalecida por uma significativa performance institucional.

2. UMA DEFINIÇÃO PARA INSTITUIÇÃO CULTURAL

O primeiro ponto de reflexão sobre as instituições culturais, as atribuições que lhe são conferidas na produção cultural, precisa se basear numa condizente articulação teórica. Por outro lado, tal como explica Willians (2007), não se pode ignorar a questão prática estabelecida no conceito de instituição cultural. É precisamente neste ponto que se começa a reflexão do estudo.

As diferentes atribuições práticas para o conceito de instituição cultural apresentam, pelo menos, duas situações peculiares: primeiro, que se está falando de uma organização social, no sentido de ser considerado um agrupamento de pessoas em torno de algum domínio ou atividade cultural; e, segundo, se associa instituição com a noção de equipamento cultural. No primeiro ponto corre-se o risco de deixar o termo “instituição cultural” muito “autônomo”, ou seja, uma livre iniciativa dos indivíduos sem perceber o contexto dos agentes sociais em suas práticas, significados e estruturas estabelecidos dentro de cada domínio cultural.

O segundo ponto salienta a conceituação muito objetiva e, em consequência, restrita às instituições culturais. Mais localizada no senso comum está a atribuição de que um estabelecimento de teatro ou um museu são instituições que acabam por se associar mais à estrutura física do que aos indivíduos. No tocante ao entendimento de que uma instituição é um equipamento cultural corre-se o risco de negar o elemento fundamental das instituições: os indivíduos e as relações sociais. Nesse entendimento, o equipamento cultural deve ser considerado o espaço físico onde se estabelecem as relações sociais de determinado campo da cultura (COELHO, 1999).

No entanto, um equipamento só será reconhecido como instituição cultural se nele se efetivar a presença dos indivíduos com suas práticas e significados. E mais: muitos equipamentos se efetivam por meio das ações de determinadas instituições. Cita-se o exemplo de um teatro municipal. Ele é um espaço físico cuja existência e manutenção podem ser atribuídas à prefeitura municipal. São as ações, práticas e relações estabelecidas na instituição cultural “prefeitura” (entre indivíduos internamente e indivíduos e o meio social) que definirão, por exemplo, quem vai se apresentar no teatro, quais são as regras, quais os fomentos para viabilizar o uso e a apropriação do teatro, etc..

No primeiro ponto, então, as instituições culturais são entidades organizacionais (teatros, galerias de arte, bibliotecas, etc.) e/ou como regras explícitas (dispositivos normativos e regulatórios) (COELHO, 1999). Mas, noutro ponto, as instituições podem ser associadas às convenções implícitas, voltadas para os padrões comportamentais e os papéis sociais; e para os processos e formas de troca, como os mercados e a distinção e prestígio social (HASITSCHKA, *et. ali*, 2005). Esta última estabelece alguns pressupostos institucionais contidos nas relações entre indivíduos e instituição e instituição e meio social (em termos de estruturas e multidimensionalidades). As convenções implícitas denotam que as instituições “constituem espaços onde se exprimem e se cristalizam identidades coletivas, maneiras de viver as relações com a arte, experiências culturais e práticas sociais” (FLEURY, 2009, p. 127), e isso inclui os aspectos simbólicos e materiais que tangenciam a cultura.

Ao se considerar que o contexto estrutural da produção cultural deve levar em conta o processo de criação (criador-obra-intermediário-público) e a sociedade (CANCLINI, 1979), então, tais convenções serão vistas como estruturantes dos comportamentos e ações, tanto dos criadores quanto dos públicos. No entanto, cabe mencionar que na própria configuração das instituições, como mecanismos estruturantes, os elementos implícitos dessa prática não ocorrem fora de um contexto histórico. Dito de outra forma, as instituições culturais são processos históricos. Os comportamentos e as ações são construídos no curso de uma história compartilhada na produção

de determinado setor cultural. Deriva, deste ponto, que essas instituições são práticas culturais que possuem uma significativa extensão no tempo e no espaço (GIDDENS, 2003). Em suma, a estrutura do setor cultural e, portanto, as próprias instituições, estão intimamente ligadas às condições sociais históricas da produção cultural.

Portanto, a noção de instituição cultural pode ser considerada um sistema estruturado e complexo de relações sociais que possuem uma significativa extensão no tempo e no espaço, estabelecida a partir de valores e procedimentos comuns, e atuando como mecanismo estruturante dos comportamentos e das ações nos diferentes momentos da produção cultural. Confere-se, assim, às instituições culturais, a força em potência para (re) modelar o uso e a significação dos objetos e práticas culturais nos indivíduos e coletividades (FLEURY, 2009; HASITSCHKA, *et al.*, 2005).

3. A REGIÃO DAS MISSÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Toda regionalização parte de um recorte proveniente de elementos que identificam e constroem socialmente o território. Para a região das Missões isso se estabelece na formação social dos Sete Povos indígenas guaranis pelos padres jesuítas espanhóis, no Sul do Brasil, especialmente no século XVII. No entanto, uma regionalização que o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – não a considera “uma região geográfica, ainda que ela tenha expressão no imaginário nacional, tanto pela força da experiência ali empreendida quanto pelas ruínas que ainda dela dão prova” (IBGE, 2006, p. 27).

A configuração dos Sete Povos das Missões é reconhecida como o segundo ciclo jesuíta-missionário e iniciou nas últimas décadas do século XVII com a presença dos padres jesuítas espanhóis e a intenção de catequisar os índios à fé católica. Fundaram, assim, as reduções jesuíticas-guaranis no Noroeste do atual território rio-grandense: 1682, São Borja; 1687, São Nicolau, São Miguel Arcanjo; São Luiz Gonzaga; 1690, São Lourenço Mártir; 1697, São João Batista; 1707, Santo Ângelo. As reduções, ou Missões, tiveram um alto grau de desenvolvimento econômico, político, social e urbano.

Mas o revés dessa proposta de ocupação, para professar a fé católica e proteger os domínios espanhóis, começou a ocorrer a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri pactuado entre Portugal e Espanha. O epicentro do acordo foi a Colônia do Santíssimo Sacramento. A coroa espanhola via com preocupação a expansão e a consolidação portuguesa na região do Prata, região estratégica no fluxo de mercadorias da América Espanhola. A concorrência estava se tornando prejudicial aos interesses comerciais. Assim, o Tratado de Madri selou a troca de territórios: Portugal entregaria Sacramento ao domínio espanhol e, em troca, a região dos Sete Povos passaria ao domínio lusitano. “Ainda, por este tratado, os jesuítas deveriam abandonar a região juntamente com todo o seu povo e seus pertences, deixando, porém, todas as instalações aos cuidados dos portugueses” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 40). Os índios e os padres, que deveriam passar o rio Uruguai e voltar para o domínio espanhol, não aceitaram as condições do Tratado e entraram em guerra contra as tropas hispano-portuguesas. A Guerra Guaranítica ocorreu entre 1753-1756. No dia 07 de fevereiro de 1756, um dos comandantes das tropas missionárias, José Tiaraju, foi morto em batalha. Sepé Tiaraju tornou-se mártir da causa missionária.

O fim da guerra determinou o fim dos Sete Povos jesuítico-guaranis dentro do modelo empreendido pelos padres da Companhia de Jesus. Vale dizer que, rapidamente, o Tratado de Madri foi anulado e, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso ainda colocava os Sete Povos dentro do território espanhol. No entanto, os anos seguintes confirmaram a apropriação da terra e do gado por parte dos luso-brasileiros. Em 1801 consolidou-se o Tratado de Badajós, a expulsão dos jesuítas e a dispersão dos indígenas sobreviventes nas reduções, findando a experiência reducional por volta de 1828².

A partir da expulsão dos índios das reduções jesuíticas começaram a migrar as primeiras famílias de europeus para ocupação do território. Casais

.....
2 Nesse período, ocorreram inúmeros conflitos entre argentinos, uruguaios e brasileiros. Nesse ano, o uruguaio Frutuoso Rivera invadiu o território missionário e ao ser selada a paz nesse mesmo ano, Rivera levou consigo carretas de objetos preciosos, obras de arte e inúmeros índios missionários.

das ilhas dos Açores e da Madeira desembarcaram no Rio Grande do Sul sob inúmeras promessas. “Outro desafio irremediável se impunha de forma definitiva: a expulsão dos jesuítas e a conseqüente substituição por outros atores sociais que constituiriam a teia de relações e práticas sociais” (QUEVEDO, 2008, p. 36).

Por esse motivo, com o objetivo de extinguir a identidade guarani-missioneira, os portugueses impuseram aos indígenas a substituição de seus nomes nativos por nomes portugueses (MAESTRI, 2006a). Muitos troncos familiares rio-grandenses constituíram-se a partir do casamento ou concubinato de índias com soldados, oficiais, aventureiros que se estabeleceram no território após o Tratado de Madri (GOLIN, 2008).

No modelo civilizatório português os índios passaram a ser mão de obra assalariada para os colonos, numa relação controlada pelo Estado. A ação estatal era responsável, inclusive, pela manutenção do projeto pedagógico, ensinando aos índios a língua portuguesa, álgebra, solfejo, boas maneiras, orações e dogmas da Igreja Católica para meninos e meninas. Frente a esse cenário, segundo Langer (2006), os fazendeiros propuseram um modelo civilizatório pautado na livre administração, inspirado no projeto dos colonos paulistas que romperam com as restrições impostas pela Companhia de Jesus e pela Coroa para ter acesso à mão de obra indígena num sistema de escravidão. Nessa conjuntura, a população indígena se dispersou no espaço, uns passaram a trabalhar como peões, outros regressaram às estâncias missioneiras, muitos foram empregados como mão de obra escrava.

Dessa forma, mesmo diante da sua posição social, os índios resistiram ao modelo colonizador, preservando ensinamentos jesuíticos e a própria língua guaraníca. Muitos, inclusive, retornaram ou migraram para o território dos Sete Povos pelo vínculo afetivo estabelecido com a região. Além disso, a sua condição no modelo civilizatório do Império Português não acabou com a tradição do povo indígena, “o guarani acolheu, mas deixou suas marcas indelévels na produção cultural” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 61).

A diversidade social reconfigurou os traços culturais da população na região missioneira. Dentro de uma relação étnica associada ao contexto eco-

nômico e político a região ficou marcada por uma heterogeneidade de práticas culturais associadas com cada etnia. Pinto (2011), ao estudar as identidades culturais dos imigrantes em relação à região apresenta três tipos de identidade cultural: a identidade missioneira-pampeana; a identidade missioneira-reducional e a identidade missioneira-europeia. Essa associação entre identidades pode ser observada em relação ao modelo de colonização do território hoje pertencente às Missões, considerando-se também os grupos étnicos que se instalaram e permaneceram em determinadas microrregiões.

Se essa dinâmica representa um afastamento das práticas e manifestações culturais dos indígenas, ela não exclui por completo os usos e apropriações realizados pelos demais grupos. Dessa maneira, os povos missionários constituíram um legado cultural, atualmente identificado por meio das artes, da arquitetura, da música, da literatura, da religião, etc. enfim pelas práticas e costumes dos habitantes. E ainda pelo que restou e foi preservado daquele período reducional das Missões guaranis, como a arte do Barroco Missionário.

Entretanto, vale dizer que com o fim da Guerra Guaranítica parte deste patrimônio foi saqueada por forasteiros e queimada e destruída pelos próprios índios, sendo que apenas as igrejas foram preservadas e logo abandonadas. Por isso, a herança dessa arte foi e é encontrada nas residências das famílias da região, como as estátuas dos santos missionários. Além disso, o próprio Estado tratou com descaso o patrimônio reducional-missionário, e só recentemente projetos foram desenvolvidos para o resgate e preservação dessa parte da história (RODRIGUES, 2011). As igrejas jesuíticas, hoje em ruínas, foram alvo de depredação do tempo e dos homens, tanto que de algumas restam apenas resquícios das edificações. A mais conservada está no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões.

Diante disto, na atual Região das Missões, mesmo com a parca presença étnica do povo guarani (missionário), “o aspecto missionário, enquanto um elemento histórico e cultural da região, está presente no imaginário coletivo e social da comunidade” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 52), manifestada por meio das atividades culturais, religiosas e sociais da população

local, carregadas de interpretações que atribuem a esses elementos históricos e culturais conotações atentas a determinados interesses sociais. Dito de outra forma, recursivamente utilizada no contexto político e econômico.

Assim, a diversidade social reconfigurou os traços culturais da população regional e desenvolveu um processo histórico de afastamentos e aproximações em torno da cultura jesuítica-guarani. A produção cultural da região ficou associada com a relação estabelecida pelos “novos” atores sociais, contextualizados pela dinâmica econômica, política e até mesmo cultural de cada grupo. O legado cultural foi reapropriado nas práticas recursivas de agentes e instituições culturais dentro e fora da região.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PERFORMANCE INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO CULTURAL

A dinâmica histórica apresentada na região responde por diferentes condições sociais no contexto da produção cultural na contemporaneidade. Assim, a proposta deste tópico é apresentar desempenho institucional na produção da cultura, por meio de três perspectivas: Estado e patrimônio; Estado e música; e Mercado e a cultura.

A) ESTADO E PATRIMÔNIO

O que se considera como contemporaneidade está associado ao século XX. Intencionalmente se quer estabelecer relações com o Governo de Getúlio Vargas e a consolidação e atuação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acredita-se que esse período é peculiar na configuração da produção cultural na região das Missões, pois esteve inserido dentro de uma perspectiva nacional.

A década de trinta, no Brasil, foi marcada por um processo de rupturas e grandes transformações sociais. Destacam-se o fim da política “café com leite” (São Paulo – Minas Gerais), a industrialização e urbanização e as conquistas trabalhistas. No campo cultural essa década é reconhecida como o período de institucionalização da cultura. O governo de Getúlio Vargas

sistematizou e executou ações no campo do desenvolvimento simbólico dentro de uma perspectiva estratégica³. Nesses moldes, o patrimônio era visto como um elemento formador da identidade nacional.

Nota-se a intenção de fazer do Estado um ente mais presente na sociedade e na vida dos cidadãos. A partir do Ministério da Saúde e Educação e da efetivação do ministro Gustavo Capanema (1934 até 1945), foram criadas inúmeras instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, todos em 1937. A criação dessas institucionalidades estava dentro de um “processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país” (FALCÃO, 1984, p. 26). Mas, mais do que isso, a conjuntura do Brasil, à época, era marcada pela relação regional x nacional. A partir do Estado Novo o Brasil passou a ter um poder cada vez mais deslocado do âmbito regional para o nacional. Em grande medida, essas institucionalidades vão referendar a centralidade do Estado no campo da cultura.

Nesse contexto, o SPHAN surge com o propósito de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio nacional (CALABRE, 2009). Havia, em sua criação, os desafios de chamar a atenção e fomentar a participação da população no campo da preservação cultural. Além disso, no campo do desenvolvimento simbólico buscava-se a unificação da ideia de patrimônio “brasileiro”, mais do que regional. No primeiro caso, o mecanismo de tombamento representou um elemento de normatização e legitimação da intervenção do Estado.

Essa foi a configuração inicial do SPHAN que teve como diretor responsável Rodrigo Melo Franco de Andrade desde a sua fundação até 1967. Rodrigo Melo contou com arquitetos, engenheiros, historiadores, entre outros, para viabilizar o Serviço. Além disso, foram criadas divisões regionais pelo Brasil, que no Rio Grande do Sul teve a atuação de Augusto

.....
3 O primeiro momento do governo Vargas corresponde aos períodos de 1930 a 1934 (Chefe do Governo Provisório), de 1934 a 1937 (Constitucional) e de 1937 a 1945 (Estado Novo). O segundo corresponde a sua reeleição (1951 a 1954).

Meyer (CALABRE, 2009, p. 25). Inserida nesse contexto, estava a região das Missões, especialmente as ruínas da igreja jesuítica-missioneira de São Miguel (naquele período distrito de Santo Ângelo). O estudo referencial de Meira (2008) atesta que a atuação do SPHAN nas Missões teve protagonismo no reconhecimento das ruínas como elemento cultural brasileiro. Em 1937, Rodrigo Melo procurou Augusto Meyer para solicitar ajuda no levantamento dos bens arquitetônicos do Rio Grande do Sul. Segundo ele, o estado estava fisicamente longe da ação do SPHAN. O levantamento de documentos (fotos, históricos, etc.) representou a primeira ação institucional no Rio Grande do Sul. Ademais, a ação de restauração, após, foi considerada o primeiro trabalho de restauração realizado pela instituição em âmbito nacional (MEIRA, 2008)⁴.

A política de preservação iniciada pelo SPHAN estava diretamente associada aos elementos cognitivos (os significados por trás) do reconhecimento de tais patrimônios. São Miguel foi um exemplo fundamental para se compreender os valores que estavam sendo construídos pela incipiente instituição. Meira (2008) aponta uma referência aos valores históricos e artísticos e o processo contraditório, com a qual as ruínas passaram a ser vistas e legitimadas pela política empreendida.

É interessante que os dois marcos históricos definidos por Meyer para balizar o inventário do patrimônio no Estado – as Missões Jesuítico-Guarani e a Revolução Farroupilha – estavam relacionados a controvérsias historiográficas na época. Com relação às primeiras, eram questionadas pela historiografia gaúcha de matriz lusa, que começara a manifestar-se na década de 1920 e se aprofundara a partir de 1930, segundo Gutfreind. O reconhecimento das ruínas de São Miguel Arcanjo com o patrimônio nacional não era contraditório com essa vertente historiográfica, uma vez que o relatório de Lucio Costa concordava que se tratava de um monumento espanhol (MEIRA, 2008, p. 226).

.....
4 A ação institucional do estado nas ruínas de São Miguel iniciou com as medidas do Governo do Estado na década de vinte. No Regulamento de Terras de 1922 houve a designação de "Lugares Históricos", como os lugares notabilizados por fatos que demonstrassem a evolução histórica do Estado. As ruínas foram enquadradas nesse tópico, reconhecidas, assim, como o primeiro patrimônio histórico do Rio Grande do Sul no ano de 1925 (PINTO, 2011).

O debate estabelecido em torno dessa contradição está pautado pelo reconhecimento histórico ou artístico das ruínas para a cultura do Brasil. Sobre o primeiro, os relatos sempre posicionavam as Missões como elemento jesuítico, desconsiderando os índios guaranis do processo. Assim, se nos demais patrimônios do Rio Grande do Sul o critério era histórico, nas Missões o elemento missioneiro era considerado pelo valor artístico. Quando se realizou o levantamento do patrimônio para tombamento, em 1938, Meira (2008) relata que o critério de escolha seria o histórico, sendo que na zona missioneira o valor de arte sobrepor-se-ia ao alto valor histórico.

Dessa forma, no tocante à prática política e à atuação institucional é de se perceber que isso passa pela legitimação das ruínas diante da comunidade local e regional. A relação entre território, produção cultural e instituições está diretamente relacionada ao processo social de negociação (assimilação e rejeição) desse patrimônio como produto cultural legítimo do território. O papel dessa política cultural pareceu ser oportuno para a construção contemporânea da região das Missões.

Entretanto, há um segundo grande momento da atuação do Governo Federal, ainda sob a tutela do patrimônio histórico e artístico. Trata-se da década de 1970 e da situação política e econômica vivida no Brasil. Da euforia pelo “milagre econômico” até a derrota nas eleições de 1974, o governo militar, especialmente nos períodos de Ernesto Geisel (1974–1979) e João Figueiredo (1979-1985), sofreu uma crise de legitimidade que exigiu a contrapartida da criação de políticas públicas abrangentes e eficazes. Nesse contexto se insere a experiência do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), “embrião da nova política de preservação cultural do Estado” (FALCÃO, 1984, p. 31). O Centro foi criado em 1975 por Aloísio Magalhães e trazia na sua concepção o propósito de rever as relações entre Estado e cultura, especialmente com as mudanças no conceito de patrimônio cultural, a abertura da cultura para as representações populares e a descentralização das políticas culturais.

Tratava-se de se distinguir das instituições oficiais, museológicas, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura. Tudo – o objeto, o método, a forma

de trabalhar e arregimentar pessoal, e mesmo o formato institucional – se propunha como diferenciado (FONSECA, 2001, p. 115).

No tocante ao patrimônio material, o trabalho desenvolvido pelo IPHAN derivou de uma postura patrimonial voltada para a restauração de monumentos de “pedra e cal” e de obras de arte do passado (MICELI, 1984). Vale dizer, uma área da produção cultural na qual o mercado – muito interessado nos meios de comunicação de massa no contexto urbano-industrial⁵ – não atuava e que fazia do Estado a mão visível de fomento e manutenção. Assim, as instituições culturais do Estado passaram a atuar na cultura “legítima”, no patrimônio histórico e artístico, e na cultura das classes populares, numa alusão ao folclore. Houve uma recusa intencional às atividades culturais vigentes na economia de mercado e, desta forma, “em lugar de carregar nas tintas do ‘nacional’, do legado ‘comum’ e ‘brasileiro’, os teóricos da gestão Portella valorizam o traço ‘regional’ e ‘local’, sede do que é ‘autêntico’ e ‘nosso’” (MICELI, 1984, p. 108).

Mas a questão do patrimônio material também respondia a outra preocupação política: o desenvolvimento urbano. Entre a urbanização acelerada e o abandono de algumas cidades estava o patrimônio cultural. Portanto, era preciso uma revalidação dos patrimônios históricos regionais em busca de um sincretismo nacional. Uma das soluções foi associar essa atividade ao investimento em turismo cultural, mas, sem experiência na área, a saída do governo foi pedir apoio à UNESCO (CALABRE, 2009). Dessa forma, o governo planejou o desenvolvimento com a articulação entre o patrimônio, a população local e regional e as atividades econômicas possíveis de serem criadas e ampliadas a partir do turismo cultural.

Eis, então, o segundo elemento no escopo das políticas culturais que atuaram diretamente na região das Missões do Rio Grande do Sul. A conjuntura que marca a política nacional e internacional na cultura vai

.....
5 O Brasil se enquadrava, dessa forma, nas práticas políticas conhecidas como modernização conservadora. Destaque para o forte empreendedorismo no campo da indústria fonográfica, televisiva e editorial (CALABRE, 2009).

incidir na região com algumas particularidades. Para elucidar esse momento é oportuno relatar a coletânea de boletins informativos do IPHAN que apresentam, cronologicamente, as práticas estabelecidas nas ruínas de São Miguel.

Em 1979, as Missões viraram notícia a partir da elaboração de um projeto desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Santo Ângelo. A intenção era apontar as diretrizes para o desenvolvimento de São Miguel (distrito de Santo Ângelo), com o apoio do IPHAN. Naquele mesmo ano ocorreu uma reunião entre técnicos da Argentina, Paraguai e Brasil, em Assunção, para debaterem propostas de revitalização e consolidação das Missões nos três países. Nessa reunião foram definidas várias ações, com destaque para o pedido de apoio à UNESCO e a criação de subcomitês – especialmente do turismo – para articular ações entre as “três regiões” missioneiras.

O ano de 1980 pareceu consolidar o plano estabelecido anteriormente. Houve duas medidas consideradas: disciplinar o uso do solo para proteger a ambientação das ruínas; restaurar a estrutura das ruínas com risco de desabamento. Inicialmente, nota-se uma clara posição institucional para a regulação das práticas sociais em torno do patrimônio; e, no segundo ponto, uma ação prática, organizativa no próprio patrimônio. Mas se em 1979 já era possível perceber a articulação político-institucional além do território das Missões, foi no início dos anos 1980 que essas articulações foram efetivadas dentro da região. Nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 1980, São Miguel das Missões recebeu a visita do professor Roberto Di Stefano, técnico da UNESCO⁶. Pode-se dizer que do convite feito pela secretária de patrimônio até a vinda e consolidação dos trabalhos do professor Di Stefano as ruínas foram inseridas em três diretrizes fundamentais.

A primeira diretriz está contida na própria preocupação técnica com a restauração daquele patrimônio. O debate levantado estava na forma de restauração das ruínas. Tem-se, aqui, a função normativa e, até mesmo, organizativa da UNESCO enquanto instituição cultural. A segunda diretriz

.....
⁶ O professor italiano Roberto Di Stefano era engenheiro civil e presidente do comitê italiano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

está focada na dimensão econômica das ruínas. Isso estaria atrelado à consolidação turística desse patrimônio. Vale dizer que desde a década de 1970 as ações turísticas já eram empreendidas na região. No entanto, a UNESCO reafirma a necessidade de se ter um plano estruturado para a divulgação e reconhecimento das ruínas. Disse o professor Di Stefano que “a pouca divulgação dada às reduções jesuíticas impedem que elas sejam melhor conhecidas, principalmente no exterior”, e ele não hesitava em reconhecer nas ruínas “a mesma importância de outras ruínas célebres, como a Acrópole, o Coliseu e outras” (SPHAN, 1980, p. 09).

Por fim, se as duas diretrizes demonstram a dupla materialidade empreendida pela política cultural do patrimônio, é na terceira que será possível perceber a ação prática no contexto simbólico das Missões jesuíticas-guaranis. Resumidamente, é viável pensar que as ruínas precisavam ser legitimadas pelas práticas sociais da população local e regional. Outrora, a construção era vista como uma obra jesuítica espanhola. Naquele momento, o patrimônio era considerado missionário e reconhecido como “patrimônio cultural do país”⁷. Portanto, a preocupação em tornar o patrimônio uma prática social reconhecida e apropriada pela população local e regional era um dos pontos nevrálgicos da política cultural multidimensional empreendida pelos governos e instituições parceiras. Nesse sentido, aliás, não se pode esquecer a dimensão da política internacional nesse contexto. É importante citar a relação que se queria estabelecer entre o Brasil e as Nações Unidas, via UNESCO⁸.

Todo o trabalho desenvolvido enquanto política cultural nas ruínas de São Miguel vai ser consolidado em 1983. No dia 06 de dezembro daquele ano, em Florença, Itália, a plenária anual do Comitê do Patrimônio

.....
7 A partir de 1980 é perceptível nos boletins informativos do IPHAN perceber a ação discursiva de posicionar as ruínas como um bem cultural verdadeiramente brasileiro. Em seguidos boletins haviam textos relatando a história das Missões dentro de um contexto regional brasileiro.

8 Roberto Di Stefano justifica o interesse da UNESCO na restauração das ruínas de São Miguel, lembrando que o Brasil é uma nação que faz parte da ONU. Explica, a propósito, que a UNESCO sempre apoiou a luta pela conservação ou restauração de patrimônios históricos de importância mundial. (SPHAN, 1982, p. 04).

Mundial da UNESCO reconheceu as ruínas de São Miguel das Missões como Patrimônio Mundial da Humanidade. O Secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Marcos Vilaça, presente no evento, fez questão de dizer que a outorga, enquanto patrimônio da humanidade, era o “reconhecimento internacional à política brasileira de preservação e valorização dos bens históricos e culturais do País” (SPHAN, 1983, p. 02). Mas, pretensiosamente, pode-se dizer que foi a legitimação que faltava às ruínas como um patrimônio cultural verdadeiramente gaúcho e nacional. Mais um recurso para reconhecimento e apropriação cultural das Missões na dinâmica social local e regional, pois essa integração era considerada uma preocupação pontual⁹. Assim, o desempenho das políticas culturais e das instituições, nessa conjuntura, foram variações estabelecidas num contexto nacional e internacional.

B) ESTADO E MÚSICA

A noção de música regional missioneira está centrada na apropriação ao passado das Missões (POMMER, 2008). Há, objetivamente, o critério da especificidade de ser missioneira mais do que ter alguma aproximação com a musicalidade do período reducional. Considerada, assim, por alguns autores, a pedra de toque da invenção de uma cultura missioneira atrelada à região. No entanto, a consideração da música dentro de uma perspectiva forjada e deslocada de um passado sem continuidade ignora o contexto fundamental que permeia a noção de produção cultural.

Trata-se de ver a música como um dos elementos culturais recursivos na dinâmica social, inserido em um contexto estruturado e estabelecido, em um jogo de relações entre diferentes atores sociais. Nos termos que aqui se referem à produção cultural, o que proporciona à música missioneira seu

.....
⁹ O Diretor do SPHAN, Júlio Curtis, “chama a atenção para o fato de que a honra de ser Patrimônio da Humanidade pode ser cassada a qualquer momento, desde que a UNESCO e seu técnicos constatem que não existe uma ação enérgica e constante pela preservação do local. ‘Espero que a comunidade gaúcha responda a essa tarefa, para que não tenhamos que chegar à constrangedora situação de perder esse ambicionado título’, frisa o Arquiteto”. (SPHAN, 1983, p. 05).

caráter específico não é o fato desta ter sido estabelecida no período reducional, nem tem nada a ver com até que ponto ela retém com exatidão os acontecimentos daquele período, mas, sim, ter a conexão com o território e com a cultura no espaço multidimensional e de múltiplas apropriações. Giddens (1997) dirá que os “materiais antigos” serão usados pelas instituições modernas para fins modernos (legitimidade para os sistemas de poder).

Dito isso, é preciso compreender o contexto em que se estabelece essa música regional. A formação da música missioneira partiu da década de 1960 e esteve atrelada à denúncia e protesto. Noel Borges do Canto Fabrício da Silva (1941-1998) é considerado o principal criador e divulgador dessa música no contexto regional. Noel Guarany, como ficou conhecido, após desavenças com o Exército Brasileiro, resolveu percorrer a América do Sul (Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e centro-Oeste do Brasil), para ampliar o escopo de possibilidades artísticas¹⁰. Ele qualificou sua atividade como música de pesquisa e se negava a participar dos festivais de música (POMMER, 2009). Noel Guarany, juntamente com Cenair Maicá (1947-1989), Jaime Caetano Braun (1924-1999) e Pedro Ortaça (1942-) são considerados o precursores da música missioneira. O significado fundamental da música era protestar “contra certas atitudes políticas, culturais e econômicas da época, fortalecendo a música como tendência de singularização regional” (POMMER, 2008, p. 177). Foi nesse contexto que a produção musical missioneira ganhou relevância.

A questão que enseja o Estado na relação com a produção musical missioneira está pautada por duas situações. A primeira é o contexto em que surgiu esse tipo de música. O período era marcado pela repressão social diante da ditadura militar. O uso recursivo de elementos jesuítico-

.....
10 Segundo Nascimento (2012, p. 72), “Noel cantava músicas que referiam e reverenciavam o passado jesuítico-guarani e, em especial, o grupo étnico guarani do qual sempre se declarou herdeiro cultural e étnico. Noel foi, no entanto, irreverente e contestador implacável do autoritarismo e da ditadura militar. A postura de artista contestador levou-o a tomar posições ideológicas e partidárias, e a posicionar-se contra o poder instituído. Isso, em Bossoroca, nas décadas de 1970/80, era ‘pisar em campo minado’. Essa postura crítica e austera de ‘não ser homem de meias verdades’ fez com que Noel fosse aclamado por muitos, mas repudiado por aqueles que se sentiam ameaçados ou ultrajados por suas críticas”.

missioneiros é reposicionado, diferentemente do patrimônio material, como mecanismo de protesto e inconformismo. Sabe-se que Noel Guarany, talvez o mais engajado de todos os já citados, atuou em movimentos populares, exigindo a liberdade democrática, participando de movimentos estudantis e de greve de bancários no Rio Grande do Sul. Em 1977, por exemplo, foi convidado a participar de um evento no centro do país juntamente com Edu Lobo, Chico Buarque, entre outros artistas da MPB. O show acabou cancelado pelo governo por seu conteúdo crítico, mas Noel Guarany passou a ter expressão em jornais do centro do país, e por conta disso divulgou São Luiz Gonzaga, que começava a ficar conhecida como capital da música missioneira (POMMER, 2009, p. 176-177).

Assim, diferentemente do ocorrido no campo do patrimônio, a música, e sua existência dinâmica e fluida, a qual se efetivava na vida social, apresentava um jogo de relações e intenções recursivas diferente da prática institucional empreendida pelo Governo Federal à época. A música “escapa” da ação institucional, mesmo com elementos de repreensão e repressão aplicadas pelos governos. O reconhecimento e a legitimação partiam do cotidiano, dos usos e apropriações, mais do que da legitimação institucional do Estado.

Já a segunda situação responde a uma ação do Estado efetivada recentemente: o reconhecimento de São Luiz Gonzaga como capital da música missioneira. O que confere esse reconhecimento está, em primeiro lugar, baseado na origem dos quatro expoentes da música missioneira. Todos são naturais de São Luiz Gonzaga (mesmo que Bossoroca, por exemplo, como distrito de São Luiz, tenha sido a terra natal de Noel Guarany). O segundo ponto, já comentado, era a ação desses músicos referenciando sempre São Luiz Gonzaga como seus locais de origem¹¹. Dessa forma, não se pode negar que a população que tinha contato com essa produção cultural já fazia referência a São Luiz Gonzaga como terra da música missioneira.

.....
11 Isso pode ser expresso nas atividades cotidianas quanto na produção cultural. Jayme Caetano Braun (1979), em um dos seus principais poemas, “Bochincho”, diz: “Mas não é à toa – chomisco! Que sou de São Luiz Gonzaga!”.

No entanto, esse reconhecimento institucionalizado só foi realizado em 2012. A normatização da capital estadual da música missioneira esteve em pauta e votação pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no dia 23 de outubro daquele ano. O projeto de lei foi encaminhado pelo Deputado Estadual Diógenes Basegio (PDT) e sancionado por unanimidade pelos demais deputados. Rapidamente, no dia 30 de outubro, o governador Tarso Genro sancionou o projeto que virou Lei Estadual nº14.123/2012.

Nesse sentido, se percebe que a produção cultural efetivamente se realiza em um jogo de relações de atores e instituições com diferentes intenções recursivas. Produção simbólica da música missioneira atesta o desempenho institucional das políticas do Estado como afastamento e como aproximação.

C) MERCADO E A CULTURA

A referência entre mercado e cultura leva diretamente aos termos estabelecidos na ideia de economia da cultura. A lógica da economia no campo da cultura, evidentemente, se revela em diferentes relações de oferta e demanda e, talvez mais expressivo, nas falhas de mercado. Mas o que se apresenta aqui é a relação estabelecida quando o mercado atua com diretrizes e ações no campo da cultura, podendo ser essa atuação considerada uma política cultural multicêntrica (não somente realizada pelo Estado).

No entanto, o que se pode dizer sobre a atuação do mercado, especificamente de determinadas empresas, na cultura? Uma alternativa é perceber, pela leitura weberiana, que todas as organizações precisam ser legitimadas em suas ações. Para manter sua posição social e econômica as organizações devem justificar sua existência diante dos diferentes públicos, desenvolvendo estratégias de publicidade, relações públicas e outras afins. Se esse tipo de ação organizacional é rapidamente percebido como marketing cultural, por outro lado também deve ser compreendido como uma política institucional empreendida com fins de legitimação. Isso é percebido, inclusive, quando o recurso da cultura é empregado em contexto tão diverso da própria organização.

É dessa forma que na região das Missões torna-se interessante apresentar um caso dentro dessa perspectiva: a indústria de celulose RIOCELL.

Essa empresa tem sua história iniciada a partir da empresa de celulose norueguesa Borregaard, inaugurada estrategicamente no Rio Grande do Sul, em 1972, por conta das condições do plantio de eucalipto, da proximidade com o Guaíba (lago) e da mão de obra. Naquela época, a condição econômica prevaleceu sobre qualquer outra ordem, como a ecológica ou social, nas discussões entre a empresa e o governo brasileiro. E por conta do forte impacto ecológico, pelas práticas altamente poluidoras, a empresa tornou-se alvo negativo da opinião pública. Naquela época,

a imprensa encontrava no caso Borregaard um dos poucos assuntos para o qual não havia censura. Nas palavras do jornalista Ivo Stigger (*Correio do Povo*), ‘o mau cheiro, afinal de contas, importunava civis e militares, reacionários e progressistas, ricos e pobres’ (SLONGO, 1990, p. 76).

Em 1975, o controle acionário passou para o Sulbrasileiro/Montepio da Família Militar, se transformando numa empresa nacionalizada, com o nome de Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (RIOCELL) (CELULOSE RIOGRANDENSE, 2014). Na década de 1980, já sob a direção da Klabin, Ioschpe e Votorantin, a empresa procurou legitimar sua atuação no campo da tecnologia e das condições ecológicas. Precisava, no entanto, produzir um efeito sinérgico entre as estratégias empresariais, tecnológicas e ecológicas. Assim, uma das estratégias desenvolvidas pela empresa naquele período foi aplicar uma política de apoio às manifestações culturais do Rio Grande do Sul. O fomento à produção cultural missioneira vai ao encontro da ação do Estado, mas, com maior intensidade, segue os próprios interesses da organização em reverter a imagem negativa de sua prática econômica e legitimar sua atuação perante a sociedade.

Desta forma, no contexto festivo e de resgate do passado das Missões Jesuíticas-Guaranis, a empresa lançou, em 1984, um álbum completo sobre “Os Sete Povos das Missões”, constituído por fotos, mapa antigo e textos históricos e literários. Os textos, em português e inglês, foram escritos por Luiz Fernando Veríssimo e Armindo Trevisan, e as fotos são de Luis Antônio de Souza. O material teve uma tiragem de 10.000 exemplares, distribuídos nacional e internacionalmente.

Ainda na década de 1980 a empresa produziu outros materiais bibliográficos sobre a região. Cita-se um livro de Armindo Trevisan com outros autores e um caderno didático. Este último consolidava a atuação da RIOCELL em parceria com o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. O MARGS era coordenado pela senhora Evelyn Berg Ioschpe, agente social e cultural importante no cenário de “valorização” das Ruínas de São Miguel¹². Basta recordar que no ano de 1982 a RIOCELL passou a ter o controle acionário do grupo Klabin, Ioschpe e Votorantin. Dessa forma, ainda que em grande medida a empresa seguisse os próprios interesses em reverter a imagem negativa de sua prática e buscasse legitimar sua atuação, ela também era convencida pela atuação de Evelyn Ioschpe no MARGS.

No Guia Didático, Evelyn vai justificar a parceria MARGS/RIOCELL e expor as razões de criação do material. Segundo ela, a existência do material educativo seria fundamental nas discussões de valorização e conscientização da classe estudantil. O guia foi projetado “para subsidiar a rede escolar gaúcha de 1º e 2º graus no estudo daquele que é, possivelmente, nosso maior patrimônio cultural: a arte missioneira” (IOSCHPE, 19--, p. 04).

Em 1990 houve a criação de outro material de educação patrimonial, agora focado na proposta dos 300 anos das Missões. O produto cultural foi novamente patrocinado pela RIOCELL. Assim, dentro do contexto institucional do mercado com a produção cultural é viável dizer que o apoio da RIOCELL foi um recurso para adquirir e preservar a legitimidade organizacional. Esse caso foi o mais expressivo encontrado na história da cultura da região. A região e sua institucionalidade foram mais uma vez percebidas e utilizadas como um campo performático no qual o fomento à cultura conferiu legitimidade às ações organizacionais.

As apresentações de alguns momentos históricos e atuais da produção cultural na região das Missões buscaram conectar os processos sociais que atuam na configuração das práticas culturais relacionadas ao

.....
¹² Na sequência do estudo será retomada a atuação de Evelyn na “Festa dos 300 Anos” em São Miguel.

desempenho das instituições no tempo/espaço social. Não obstante, acredita-se possível apontar algumas atribuições do desempenho institucional com um caráter mais abrangente e geral para além do território em tela. Trata-se de perceber o desempenho regulatório, normativo, cognitivo e legitimador das instituições culturais, assim descritos:

- O desempenho **regulatório**, enquanto capacidade de estabelecer regras, fiscalizar a conformidade de práticas e comportamentos; e o normativo, como condição prescritiva, avaliativa e, muitas vezes, obrigatória nas práticas e comportamentos, são identificados mais facilmente nas ações empreendidas pelo Estado no contexto das instituições culturais no território. Qual a produção cultural que foi reconhecida como missioneira? No episódio da relação entre o Estado e o patrimônio, o governo do período era militar, o que salienta as atribuições reguladoras e normativas das instituições culturais (a dominação por autoridade gera significação que, por fim, gerará legitimação).
- O desempenho **cognitivo**, que relaciona as concepções comuns e a construção dos significados dentro de um quadro comum de referência, poderia ser resumido na sentença de que as “Missões eram um tema que precisava fazer-se presente em sua concretude no consciente e inconsciente coletivo” (IOSCHPE, 19-- , p, 40). Exemplo elucidativo é a organização de publicações para o ensino escolar no Rio Grande do Sul.
- Já o **legitimador**, como atribuição que confere às instituições o caráter estruturante de gerar aceitabilidade e credibilidade, pode ser percebido nos processos de reconhecimento ora dos artistas envolvidos, ora do patrimônio material, etc.. Como relatado neste estudo, o reconhecimento da UNESCO para com as ruínas de São Miguel é um processo de legitimação sobre o território. A legitimação ainda viabiliza uma aceitação e reconhecimento da produção cultural para além do espaço físico dessa produção: basta recordar que houve exposições de artes em Porto Alegre em 2012.

Enfim, as instituições culturais presentes nessa atmosfera cultural da região das Missões, sendo produtos ou não das práticas culturais desse território, estando ou não presentes fisicamente na região, por meio de suas multidimensionalidades de interesses e capacidade de dominação e legitimação podem ser consideradas base da estruturação da produção cultural missioneira. Em diferentes domínios ou em determinados momentos da produção cultural, as instituições orientaram as práticas e os significados sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração da região missioneira está condicionada pelas práticas de produção cultural estabelecidas nessa condição tempo-espacial. Por um lado, a condição temporal efetivou a produção da cultura num processo contínuo. A criação e a permanência das Reduções jesuíticas-guaranis produziu uma cultura representativa na arquitetura, escultura, música, etc.. Ainda temporalmente percebeu-se a (re)apropriação desse passado já com rupturas no tempo, mas que, recursivamente, é reconhecido como um legado cultural, diga-se, “dos que aqui estiveram antes de nós”.

O patrimônio material, a música missioneira, são exemplos de manifestações culturais que tiveram o desempenho fundamental das instituições culturais. Tais instituições culturais, ao desenvolverem determinados procedimentos e atuarem como mecanismos estruturantes dos comportamentos e das práticas culturais nos diferentes momentos da produção da cultura, desempenham atribuições que incidem diretamente na dinâmica social. Portanto, a região das Missões pode ser reconhecida como um campo performático estabelecido ao longo do tempo pelo desempenho de determinadas instituições na produção cultural. Assim, as instituições desempenham atribuições variáveis em cada domínio cultural, mas podem ser enquadradas, de maneira geral, como regulatórias, normativas, cognitivas e legitimadoras da produção cultural.

À guisa de conclusão pode-se dizer que a região das Missões do Rio Grande do Sul foi constituída por uma forte atuação institucional no campo da cultura. Pelos seus elementos históricos e contemporâneos do fazer

cultural, ao longo do tempo/espaço, nota-se que as instituições foram decisivas para uma ideia de região das Missões e de cultura missioneira. Entender a região das Missões passa, necessariamente, pelo entendimento das instituições culturais que nela atuam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Júlio. **São Miguel: a saga de um povo missioneiro**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.
- BASEGIO, Diógenes. **Justificativa Projeto de Lei 172/2012**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2012. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ProjetosdeLei.aspx>> Acesso em: 16 fev. 2014.
- BRAUN, Jayme Caetano. **Bota de garrão**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1979.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. **A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CELULOSE RIOGRANDENSE. **História**. [online]. Disponível em: <<http://www.celuloseriograndense.com.br/empresa/historia>> Acesso em: 02 mar., 2014.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino; MAURER, Rodrigo (Org.). **Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências**. Porto Alegre: Faith, 2011.
- DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**. 2ª Ed. São Paulo: Pearson, 2010.
- FALCÃO, Joaquim Arruda. **Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional**. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editorial, 1984. 21-39p.
- FLEURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para novas políticas**

- de patrimônio. IN: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais – acompanhamento e análise nº 2. Brasília: IPEA, 2001. 111-120p.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. IN: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: EDUNESP, 1997. p. 73-133.
- _____. **A constituição da sociedade**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOLIN, TAU. **A guerra guaraníca (1753-1756)**. IN: AXT, Gunter (Org.). **As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- HASITSCHKA, Werner; et al. **Cultural Institutions Studies: Investigating the transformation of Cultural Goods**. The Journal of Arts Management, Law and Society. Vol. 35, n. 2, p. 01-14, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IOSCHPE, Evelyn Berg. Apresentação. In: **Museu de Artes do Rio Grande do Sul. Os Sete Povos das Missões: guia didático**. Porto Alegre: RIOCELL, 19--.
- LANGER, Protasio Paulo. **Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missioneiros**. IN: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul – colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território**. Passo Fundo: UPF Editora, 2006a.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuições de valores e critérios de intervenção**. 2008. 483 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editorial, 1984. 97-112p.
- NASCIMENTO, Cosete Nascimento do. **Um olhar sobre o Patrimônio Cultural de Bossoroca – RS**. 2012. 133 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Santa Maria.
- PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil**. 2011. 154 f. Dissertação (Programa de

Pós-graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

POMMER, Roselene Moreira G. **Missionarismo**: a produção de uma identidade regional. 2008. 325 f. Tese (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **Missionarismo**: a história da produção de uma identidade regional. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

QUEVEDO, Júlio Ricardo. **As Missões Jesuítico-guaranis**. IN: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul** – colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. **Os inventários dos Sete Povos das Missões**: o contexto histórico. IN: NASCIMENTO, Anna Olívia; OLIVEIRA, Maria Ivone. **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa. **Estatuária Missioneira**: da Idolatria ao Fogo. IN:

SLONGO, Luiz Antonio. Meio ambiente e estratégia tecnológica da Riocell. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 25, n. 03, p. 75-82. Jul./set. 1990.

SPHAN. **Boletim do SPHAN/pró-Memória**, n.07, jul./ago., Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Boletim do SPHAN/pró-Memória**, n.17, mar./abr., Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Boletim do SPHAN/pró-Memória**, n.27, nov./dez., Rio de Janeiro, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERCOSUL CULTURAL E AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANI: ANÁLISE DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DO BLOCO (1991-2015)

SANDI MUMBACH¹
DOUTORANDA, UFSM
SANDIMUMBACH@GMAIL.COM

RESUMO

Em agosto de 1992 ocorreu a Primeira Reunião de Secretários de Cultura e autoridades culturais de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, para a construção de uma política de atuação para o MERCOSUL. Em maio de 2015, na XI Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, foi aprovado o reconhecimento das “Missões Jesuíticas Guarani, Mochos y Chiquitos” como patrimônio cultural do Mercosul. Neste artigo, construímos uma análise da atuação do Mercosul na área da cultura, através da observação das atas e protocolos produzidos nas Reuniões Especializadas de Cultura, nas Reuniões de Ministros de Cultura, Técnicos e Secretários, e nas Reuniões da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, da fundação do bloco em 1991, ao ano de 2015. Buscamos analisar, a construção de políticas de integração culturais entre os países, os elementos do passado ativados neste processo, e o lugar dos patrimônios das Missões Jesuítico-guarani nos discursos integracionistas do bloco.

Palavras-chave: Missões jesuítico-guarani; patrimônio cultural; integração.

.....
¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em História PPGH/UFSM, integrante da linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, bolsista CAPES/DS.

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul foi criado em 1991, como um acordo entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, incorporando, mais tarde, diversos outros países sul americanos, como estados associados. A intenção era desenvolver a integração regional buscando, principalmente, reforçar as alianças econômicas entre os países partes, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. “Os antecedentes do Mercado Comum do Sul estão nos tratados de Montevideo, de 1960 (ALALC), e de 1980 (ALADI), substituídos em 26 de março de 1991 pelo Tratado de Asunción que o criou e oficializou” (CHIAPINI, 2012, p. 86).

O acordo trouxe euforia com a perspectiva da integração e do desenvolvimento econômico. Com o tempo as possibilidades de integração foram sendo pensadas também para outras áreas, que não somente a econômica. Em agosto de 1992 houve a primeira Reunião de Secretários de Cultura e autoridades culturais de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, realizada em Brasília. Era o primeiro encontro de autoridades da área da cultura, para a construção de uma política de atuação para o MERCOSUL. Na ata do evento, onde consta o direcionamento do trabalho na área cultura, dentro do projeto do bloco, percebe-se os diversos âmbitos onde a integração cultural é pautada. As preocupações iniciais referem-se às atividades de preservação dos bens culturais e dos patrimônios históricos e culturais da região, à cooperação plurinacional na formação de profissionais da área da cultura, ao estímulo à realização de encontros internacionais e ao incentivo ao turismo cultural entre os países.²

Ainda na análise da ata desta primeira reunião, percebemos algumas preocupações iniciais para construção de uma integração cultural regional. O item 5, das atividades conjuntas referia-se ao “Estímulo a la enseñanza y la divulgación de las culturas nacionales en establecimientos de ensino

.....
2 REUNIÓN DE LOS SECRETARIOS DE CULTURA Y AUTORIDADES CULTURALES DEL MERCOSUR. I, 1992, Brasília, BR. *Acta...* Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

de los cuatro países, inclusive la revision de esteriotipos que impidan la integracion”³. Percebe-se, na visão das lideranças da área da cultura que, para integrar, era preciso, primeiramente, dissipar as controvérsias e os mal-entendidos históricos. Seria preciso aparar as arestas que impedissem a integração, repensando os diversos episódios controversos existentes neste contexto, que pudessem gerar mal-estar. A Guerra do Paraguai e a Guerra da Cisplatina, são alguns dentre diversos episódios emblemáticos ocorridos no período de formação e delimitação dos territórios dos estados nacionais sul-americanos. Na visão das autoridades, era preciso superar uma cultura de rivalidades entre os países, e para isso, pautar uma história e memória de integração.

Neste mesmo documento, ao referir-se à orientação para o desenvolvimento de estudos de preservação e proteção dos bens culturais e dos patrimônios históricos e culturais da região, aparece, por primeira vez, a preocupação com os remanescentes das Missões Jesuíticas: “Estimular la organización y el desarrollo del “Proyecto Misiones”, con el objetivo de estudiar, preservar, valorizar y divulgar el patrimonio cultural remanente de las misiones jesuíticas guaraníes”⁴.

Se percebe que, ao mesmo tempo em que se buscava rever os estereótipos que impediam a integração cultural entre os países do bloco, um novo elemento era trazido ao debate, desta vez, trazendo com sigilo uma herança das relações coloniais ibéricas na América. As Missões Jesuítico-guarani consistiam em uma experiência pretérita, de um território intensamente disputado entre os impérios português e espanhol, e cujos remanescentes se constituíram em heranças culturais dos quatro países membros. Sua origem colonial, não estimulava a rememoração de conflitos históricos entre os Estados sul americanos, o que permitia, aos remanescentes das Missões Jesuíticas, um lugar de destaque nas diretrizes de atuação da área cultural do MERCOSUL. As Missões jesuítico-guarani não se constituíam em memória disputada, nem em estereótipo que dificultaria a integração, mas sim em

.....
3 Ibidem, p. 02.

4 Ibidem, p. 02.

uma herança colonial partilhada entre os quatro países partes. Sua situação histórica e geográfica favorecia a sua rememoração e utilização.

Por fim, este documento de 1992 orientou a realização de Reuniões Especializadas de Cultura anualmente, e de maneira rotativa em cada país membro. Porém esta orientação não foi seguida, pois o encontro seguinte ocorreu apenas em de 1995, no Paraguai, quando então foi criada a Reunião de Ministros e Responsáveis de Cultura, como foro negociador, em substituição à Reunião Especializada de Cultura. Surgia então o Mercosul Cultural:

Art. 1 – Criar a Reunião de Ministros da Cultura ou funcionários de hierarquia equivalente, a qual terá como função promover a difusão e o conhecimento dos valores e tradições culturais dos Estados Partes do MERCOSUL, assim como a apresentação a este Conselho de propostas de cooperação e coordenação no campo da cultura.⁵

A partir de então, as reuniões entre ministros de cultura dos países partes passaram a uma periodicidade semestral, tendo a presidência e as sedes revezadas entre os mesmos. A real efetividade e sucesso dos projetos de integração cultural vem sendo bastante discutidas e contestadas, por um lado, destaca-se a euforia inicial nos intentos de integração, por outro, percebe-se a descontinuidade de propostas e iniciativas difusas.

O MERCOSUL CULTURAL: INTENTOS DE INTEGRAÇÃO

Em março de 1995, na Primeira Reunião Especializada de Cultura do Mercosul⁶, realizada em Buenos Aires, ocorreu, apenas, a reiteração de algumas questões já mencionadas no ano de 1992. Nesta reunião, assim como em várias outras, estavam presentes, além dos ministros da Cultura dos quatro países partes, também representantes de Chile e Bolívia. Em outros encontros, também haviam representantes da Venezuela.

.....
5 SEGUNDA REUNIÓN ESPECIALIZADA DE CUTURA. II, 1992. Asunción, Paraguay. **Acta...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

6 PRIMERA REUNIÓN ESPECIALIZADA DE CULTURA MERCOSUR. I, 1995. Buenos Aires, Argentina. **Acta...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

Em agosto de 1995 celebrou-se a Segunda Reunião Especializada de Cultura, em Assunção, no Paraguai. Nesta reunião a Argentina apresentou um projeto de Protocolo de Integração Cultural, que passou a ser analisado pelos demais países. Como também, foi aprovada a construção de um programa conjunto em torno das Missões Jesuíticas:

Diseñar un programa conjunto que impulse el desarrollo y la cooperación en torno al proyecto “Misiones Jesuíticas, camino de integración” destinado a la preservación, restauración y valorización de este patrimonio cultural, que contemple su dimensión ecológica y refuerce la vinculación con el fomento del turismo cultural de la región. (p.02)⁷

Na ata desta segunda reunião observa-se o anseio para a adoção de um logotipo para o Mercosul Cultural, como elemento visual identificador da vontade de integração cultural entre os quatro países, para o qual foi proposto um concurso internacional. Como também, declarou-se o Guaraní com língua histórica do Mercosul, estimulando a valorização de seu legado cultural, e recomendando reforçar os programas de integração existentes nas zonas fronteiriças e promover o ensino de espanhol e português em todos os países do Mercosul. O documento orientou ainda, a criação da Reunião de Ministros e Responsáveis de Cultura com Foro negociador de alto nível, substituindo a Reunião Especializada de Cultura, e a reestruturação da Reunião Especializada em 4 Comissões Técnicas e um Comitê Coordenador Geral. As quatro comissões técnicas seriam subdivididas em: Redes de Informação; Redes de Capacitação; Patrimônio; Indústrias Culturais. Discorre também sobre a criação de fundos econômicos do Mercosul Cultural; a articulação com o setor privado; a fundação da Primeira Casa de Cultura do Mercosul, em Colônia do Sacramento, no Uruguai; e a seleção de Feiras, Festas e Festivais mais representativo de cada país para o desenvolvimento de atividades do Mercosul Cultural. Além disso, a Ata desta Segunda Reunião Especializada de Cultura orientava o esforço conjunto

.....
7 SEGUNDA REUNIÓN ESPECIALIZADA DE CUTURA. II, 1992. Asunción, Paraguay. **Acta...**
Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

entre as autoridades culturais dos países para a capacitação de gestores e administradores culturais, e para a compatibilização de legislação e mecanismos técnicos entre os países. Este documento apresenta os muitos anseios das autoridades de cultura no projeto de integração cultural, e esboça o otimismo destas lideranças neste empreendimento.⁸

Em fevereiro de 1996, em Canela, no Rio Grande do Sul, realizou-se a Primeira Reunião de Ministros de Cultura do MERCOSUL. Na ata desta reunião⁹ foram postas as bases para a realização do concurso internacional para a escolha do logotipo do Mercosul Cultural. Além disso afirma: “Considerar de interesse comum o projeto do Centro de Documentação e Pesquisa – Museu das Missões, em São Miguel das Missões, no Brasil, e buscar conjuntamente apoio internacional para o mesmo.”¹⁰ Percebe-se a constância da temática das Missões Jesuítico-guarani na área cultural do bloco. Desta vez, destacando o Museu das Missões, criado na década de 1940, buscando apoio internacional ao mesmo.

Na Segunda Reunião de Ministros da Cultura¹¹, realizada em agosto de 1996, em Brasília, foi aprovado o Projeto de Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, o qual foi encaminhado à aprovação do Conselho do Mercado Comum. Como também foi aprovado o regulamento/regimento interno da Reunião de Ministros de Cultura. Em dezembro do mesmo ano, na cidade de Fortaleza, foi firmado o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, ressaltando “a importância da ampliação e do fortalecimento do intercâmbio cultural entre os Estados Partes para o aprofundamento do processo de integração”¹². O mesmo ainda destacava o interesse no intercâmbio de instituições e agentes culturais, o desejo de realização de

.....
8 Ibidem, p.03.

9 PRIMEIRA REUNIÃO DE MINISTROS DE CULTURA DO MERCOSUL. I, 1995, Canela, Brasil. **Ata...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

10 Ibidem, p.02.

11 SEGUNDA REUNIÃO DE MINISTROS DE CULTURA DO MERCOSUL. I, 1996, Brasília, BR. **Ata...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

12 PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DO MERCOSUL. Comissão de Ministros de Cultura. Fortaleza, Brasil, 1996. **Ata...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019. (p.01).

programas e projetos conjuntos e uma série de outros pressupostos para a concretização da integração cultural entre os países do bloco.

Na Terceira Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul, de dezembro de 1996, em Punta del Este, Uruguai, comemorou-se a escolha e premiação do vencedor do concurso do logotipo do Mercosul, concretizando uma identidade visual para a área Cultural do bloco.¹³

Em junho de 1997 ocorreu, em Assunção, no Paraguai, a IV Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul. Neste encontro as lideranças de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai decidiram sobre diversos temas, dentre os 13 pontos aprovados estavam:

1. – Asignar alta prioridad al Programa “Misiones Jesuíticas”, por su valor cultural emblemático y por constituir un proyecto estratégico para el desarrollo socioeconómico sostenible.
2. – Recomendar la realización de un Inventario del Patrimonio Histórico – Artístico, en especial con relación a la Imaginería Misionera.
3. – Recomendar que cada Estado Parte solicite ante UNESCO la extensión de la Declaratoria de Patrimonio de la Humanidad, a los pueblos jesuíticos guaraníes.
4. – Recomendar que los Proyectos de interés común sean presentados en forma conjunta a la Coordinación del Programa UNESCO – MERCOSUR y buscar los medios para agilizar y ampliar la cooperación con la UNESCO[...].
9. – Apoyar la creación de un Centro de Lengua y Cultura Guaraní, con sede en Asunción.¹⁴

Neste documento, percebe-se o protagonismo dado aos patrimônios históricos das Missões Jesuíticas, pelas lideranças de cultura do Mercosul. O fato de compartilharem patrimônios da humanidade oriundos da experiência missioneira, fez com que as autoridades buscassem na UNESCO um amparo maior aos intentos de integração cultural, que muito vinham sendo aspirados, mas pouco postos em prática. O Brasil teve o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo incluso na lista da UNESCO em 1983, a Argentina teve a inserção do sítio histórico de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loresto e Santa Maria la Mayor em 1984, de ma-

.....
13 III REUNION DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR. III, 1996, Punta del Este, Uruguay. **Acta...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

14 IV REUNION DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR. I, 1997, Asunción, Paraguay. **Acta...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. /2019.

neira conjunta com Brasil. O Paraguai, por sua vez, teve os povoados de La Santísima Trinidad e de Jesús Tavarangue incluídos na lista da UNESCO, em 1993. A UNESCO, com a inclusão destes bens na lista dos patrimônios da humanidade imprimiu uma série de exigências nas gestões destes, por parte dos países responsáveis, tendo consolidado uma ampla política de proteção e preservação. Ao MERCOSUL, que não possuía subsídios para oferecer semelhante auxílio, restava reiterar seu apoio à preservação dos bens, estimular a valoração, e principalmente, utilizá-lo como argumento discursivo da integração do bloco.

Em primeiro de dezembro de 1997 realizou-se na cidade de Montevideu, no Uruguai a V Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul. Dentre os pontos acordados e decididos nesta reunião destaca-se o ponto 6: “Crear, a nivel de las autoridades responsables del Patrimonio de los Estados Parte, una instancia para lograr una normativa que permita declarar bienes tangibles o intangibles como ‘Patrimonio Cultural del Mercosur’”¹⁵. Buscava-se alcançar uma política oficial de eleição e preservação dos patrimônios culturais do bloco, orientados já, por uma tendência geral de preocupação com os patrimônios imateriais, porém a consolidação deste anseio foi concretizado apenas em 2012.

Conforme a análise das atas das reuniões da área de cultura do bloco, percebe-se claramente que a maioria dos encontros ficaram restritos a trocas de informações, trocas de experiências e a reiteração de assuntos já tratados. Discutia-se muito a abertura de espaços de diálogo entre as instituições dos países partes, e as inúmeras possibilidades de integração, nos diversos âmbitos culturais. Bastante citada é a necessidade de diálogo entre setores públicos e privados, para o desenvolvimento das políticas culturais. Porém os documentos demonstram que, geralmente, a concretização de projetos era alcançada através de iniciativas solitárias dos países, ou, por vezes, em parcerias de dois ou três nações, dificilmente concretizavam-se ações efetivamente integradoras entre todos os países do bloco.

.....
15 V REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA. II 1997, Montevideo, Uruguay. Acta...
Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019. (p.01).

Para Borja (2011) pode-se perceber seis características a partir da análise das Reuniões dos Ministros de Cultura do Mercosul: o distanciamento entre retórica e prática; a desarticulação e compartimentalização das iniciativas; fragilidade institucional; ausência de perspectiva regional; discurso totalizador e distanciamento de iniciativas populares. “[...] Muitas ações são iniciativas nacionais dos Estados parte que apenas recebem a alcunha do projeto do Mercosul, sem, no entanto, ser formatado a partir de uma perspectiva efetivamente regional” (BORJA, 2011, p.08).

Se percebe um real interesse das autoridades, é possível até mesmo dizer um otimismo, em desenvolver a integração cultural entre os países do bloco, em diversos âmbitos. Mas a realidade é que poucas ações concretas e objetivas foram desenvolvidas, devido a diversos empecilhos e entraves, que vão desde o desconhecimento da realidade dos demais países, até mesmo as constantes trocas de governos e lideranças a frente dos Ministérios de Cultura.

OS CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO CULTURAL NO MERCOSUL

Soares (2008) aborda que a integração cultural não foi uma preocupação inicial na construção do Mercado Comum do Sul. Segundo a autora, as Reuniões de Ministros da Cultura do Mercosul, até 2008, tiveram um papel de pouco destaque, restringindo-se à assinatura de atos protocolares, discursos, realização de reuniões, e discussões, sobre temas como a circulação de bens e serviços culturais, e questões tarifárias. “No tratado de Assunção (1991) não se fez referência a ela, nem à educação, ao desenvolvimento científico e tecnológico ou às indústrias culturais. Nele predominaram os objetivos de natureza comercial [...]” (SOARES, 2008, p. 59).

Diversos problemas podem ser apontados por esta falta de preocupação quanto às políticas de integração cultural. É fato que, os cidadãos conhecem muito superficialmente, ou até desconhecem, as culturas de seus países vizinhos. “A reduzida informação que possuem tem como fontes principais o turismo, as raras matérias publicadas na grande imprensa ou transmitidas pela TV ou o futebol, paixão nacional nos quatro países.” (SOARES, 2008, p.54).

É difícil pensar em uma efetiva integração cultural entre países tão extensos e diversos como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Desconhecemos a diversidade cultural dos países vizinhos, mas é preciso lembrar que desconhecemos, até mesmo, a complexidade cultural de nossos próprios países. A integração cultural não ocorre simplesmente com a assinatura de documentos, com a realização de reuniões, e nem mesmo com a maior boa vontade das lideranças, ela é um caminho que exige o diálogo, a conversa, e sobretudo a superação das próprias barreiras existentes no nível nacional.

Ao analisar a política cultural no Mercosul, Achugar (1994) apontou as problemáticas que envolveram as tentativas de interação cultural entre os países partes do Mercosul. O acordo nasceu sob o impulso de uma integração econômica e industrial, esbarrando em diversas dificuldades nos intentos de uma efetiva integração cultural. E nesse aspecto o autor aponta questões fundamentais: “A realidade econômica do Mercosul apoia-se, como vimos, na área industrial que vai de Buenos Aires a São Paulo e Rio de Janeiro, e ignora as margens” (ACHUGAR, 1994, p. 220). Nesse sentido, é preciso lembrar que a integração cultural, esbarrou em diversas dificuldades, a começar pelos territórios de dimensões continentais, que nem haviam superado as discrepâncias, entre centros e periferias, no próprio âmbito nacional. “É possível que o processo favoreça a integração econômica e talvez cultural de um centro regional e que esse centro administre suas próprias periferias. Mas o nordeste brasileiro, o norte e sul da Patagônia na Argentina certamente não deixarão de ser periféricos. (ACHUGAR, 1994, p. 221).

Os desafios da integração cultural entre os países do Mercosul eram enormes, como pensar estratégias de integração entre territórios com heranças culturais tão diversas? Para Achugar (1994), a modernidade e a ascensão e reforço das identidades nacionais foram grandes monólogos, a integração regional exigia, acima de tudo, a conversa, e os encontros do MERCOSUL cultural oportunizavam este espaço de diálogo. Já para Soares (2009, p.63), os projetos e iniciativas mais exitosas de integração cultural partiram de instituições não governamentais. Dentre estas iniciativas a autora destacou a

Associação de Universidades do Grupo de Montevideu¹⁶, que proporciona intercâmbios de docentes, pesquisadores e alunos.

Chiappini (2012), por sua vez, analisou algumas questões referentes ao Mercosul Cultural e suas fronteiras. Através de trabalho de campo em cidades fronteiriças de Brasil e Argentina, a autora fez algumas reflexões bastante pertinentes. Assim como diversos outros autores, a autora aponta as problemáticas e os limites da tão almejada integração cultural entre os países do bloco. Segundo a autora “Uma coisa é certa: a cultura integra os países antes, durante e depois da criação do bloco e também da entrada oficial desse item no tratado. Ela é motor e resultado, segundo alguns estudiosos” (p. 95). Ressaltando que a integração ocorre em diversos setores, como a política internacional, diplomacia, artes, mídia, “[...] com muitos limites, mas também com muitas possibilidades” (CHIAPPINI, 2012, p.96).

Mas teria o Mercosul, nesse contexto, o intuito de formar identidade, ou de integrar identidades? No documento de dezembro de 1995, que estabeleceu o programa de ação do Mercosul até o ano 2000 são especificadas as diretrizes de atuação de cada área. Destacamos o subitem “3 – Dimensões globais da integração”, referente ao item “II – Aprofundamento do processo de integração” dos objetivos da área cultural do bloco:

El objetivo en esta área es fomentar la difusión de las manifestaciones artísticas, los valores y las formas de vida de los pueblos de los Estados Partes, sin perjuicio de la identidad cultural de cada uno de ellos, poniendo de relieve el patrimonio cultural común y promover el desarrollo de la cultura. Estos objetivos se alcanzarán a través de la elaboración de programas y proyectos para mejorar la difusión de las expresiones culturales y del conocimiento de la historia de la región, para la conservación y protección del patrimonio cultural y el fomento de los intercambios culturales y el apoyo a la creación artística.¹⁷

.....
16 Fundado em 1991, a AUGM é uma rede de cooperação formada por universidades públicas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

17 PROGRAMA DE ACCIÓN DEL MERCOSUL HASTA EL AÑO 2000. VIII, 1995, Asunción, Paraguay. **Acta...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019. (p.15).

Percebe-se que os intentos integracionistas almejavam a valoração dos patrimônios culturais, e por meio desta, uma maior difusão de informações sobre as culturas de cada país. Como também se percebe a busca por encontrar e valorar patrimônios culturais comuns aos vários países. Não se percebe, portanto, nos discursos oficiais do bloco, a intenção de acionamento ou criação de uma identidade cultural única, mas sim o impulso para a troca e difusão de informações, como também o incentivo ao desenvolvimento do turismo para a efetivação das trocas culturais entre os povos.

O caminho na verdade é múltiplo, por que múltiplo são os pertencimentos, assinalados pelas várias bandeiras e declarações de orgulho que flagramos em cartazes e letreiros do tipo: orgulho de ser gaúcho, orgulho de ser brasileiro, orgulho de ser missioneiro, bem como nas placas de estabelecimentos estampando a palavra MERCOSUL, lado a lado também com a palavra Pampa, ou as bandeiras dos quatro países do bloco. Nacionalidades e Regionalidades, que significam, ao mesmo tempo, limites, fronteiras e passagens. (CHIAPPINI, 2012, p. 100).

Para Chiappini os territórios de fronteira são os espaços onde efetivamente a integração pode ser visualizada e vivenciada “[...] o desenvolvimento da integração nas regiões de fronteira, por contraste com os centros de cada país do bloco, é maior e pode inspirar outras regiões para aprofundar e ampliar a integração no bloco” (Chiappini, 2012, p.101).

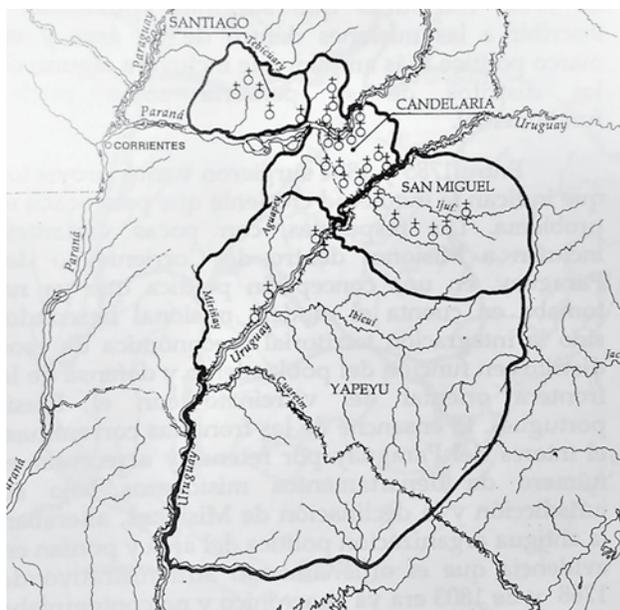
Entendendo que as fronteiras são, efetivamente, espaços onde a integração cultural ocorre, é compreensível entender o espaço ocupado pelas Missões Jesuíticas nos discursos integracionistas do bloco. Esse extenso território que abrange a experiência missioneira compreende, na atualidade, um território de encontro, entre os quatro países membros do bloco, mas também, um território onde elementos do presente e do passado, geram um mosaico de complexas relações.

Percebe-se a região como um grande território de fronteira e de encontro entre os quatro países fundadores do bloco, como demonstra um encaminhamento da reunião de junho de 2003: “Promover en Tres Fronteras la realización de una Agenda Anual de Actividades Artístico-Culturales

y Turísticas, en virtud de su situación estratégica en la integración regional, por su potencial de convivencia cultural como fuente de unidad”¹⁸.

É notável a tentativa de integração cultural através de ações na região da tríplice fronteira. Nesse sentido, é compreensível entender como este território possa ter sido destacado nas ações das lideranças da área da cultura, e entendido por estes com um território de grande potencial integrador, como demonstram a análise dos documentos produzidos em seus encontros.

Imagem 1 – Distribuição dos povoados missioneiros em 1769. Em territórios que atualmente correspondem às províncias de Misiones e Corrientes, na Argentina, à região Oeste do Estado do Rio Grande do Sul/BR, no sudeste do território do Paraguai e na parte norte do Uruguai.



Fonte: MAEDER, Ernesto J. A. GUTIERREZ, Ramnon. *Atlas histórico del Nordeste Argentino*. Resistência: IIGHI (Conicet- Fundanors) – Universidad Nacional del Nordeste, 1995. (p. 47).

.....
18 XVI REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR, BOLIVIA Y CHILE. I, 2003. Asunción, Paraguay. *Acta...* Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

Em torno da região da Tríplice Fronteira, onde os territórios de Brasil, Paraguai e Argentina se encontram, foi construído um imaginário do encontro e da integração. A região passou também a integrar o foco das ações das autoridades de cultura do Mercosul, como um exemplo de território de integração, como destaca o trecho abaixo:

De acuerdo a lo fijado en el Acta de la XVII Reunión de Ministros de Cultura del MERCOSUR, Bolivia y Chile, los Ministros de Cultura del MERCOSUR y Chile expresan su beneplácito por haber dado cumplimiento a lo establecido en el punto 13 del Acta citada con la realización del proyecto **“Festival Internacional de Cultura de las Tres Fronteras”** cuyas actividades han dado muestras de la alianza regional y de la profunda vocación de consolidar la unidad en la diversidad, recomendando aunar esfuerzos para asegurar su continuidad. 6. Reciben con beneplácito el documento elaborado en el Foro “La Cultura en el Universo Cultural Guaraní”, realizado en Ciudad del Este – Paraguay- el 18 y 19 del corriente, en el marco del I Festival Internacional de Cultura de las Tres Fronteras, como así también el Proyecto “Mundo Guaraní”, para ser estudiado en la próxima Reunión de Comité Coordinador Regional.¹⁹

A Tríplice Fronteira foi trazida ao discurso cultural, não apenas como um território de encontro entre os países, entre as populações, os idiomas e as culturas. A região da Tríplice Fronteira trazia consigo a temática das Missões Jesuíticas e da importância do legado da cultura guarani para os quatro países integrantes do Mercosul. Assim, aos poucos, compunha-se o discurso integracionista, e encontrava-se uma origem histórico-cultural partilhada, um ponto em comum, por países tão diversos entre si. Estavam eleitos os três grandes temas para ativação²⁰ e valorização pelo Mercosul Cultural: as Missões Jesuítico-guarani, a região da tríplice fronteira e o universo cultural guarani. Temas que abarcavam todos os países membros, e que não suscitavam controvérsias e rivalidades.

Porém, Soares (2008) apontou que, a euforia dos primeiros anos de atuação da área da cultura, deram lugar a uma dispersão de ações a partir de 1998:

.....
19 XIX REUNIÃO DE MINISTROS DE CULTURA DO MERCOSUL, BOLÍVIA, CHILE, PERU E VENEZUELA. II, 2004, Brasil. **Ata...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

20 Conceito elaborado por Prats, 1997.

A partir da VI Reunião (1998), predominou o abstracionismo e o tratamento genérico das questões culturais. Não se avançou na criação de instâncias de circulação cultural e nem no incentivo ao estabelecimento de parcerias com organismos internacionais, como a UNESCO. Em vez de reformular novas proposições, a RCM limitou-se a ratificar, reiterar, reafirmar, ressaltar e destacar a importância dos Estados-membros apoiarem projetos na área cultural. Predominaram a retórica e as declarações de boas intenções, mas na prática, pouco ocorreu de novo. Não houve da parte dos países a formulação de projetos no campo cultural regional, permanecendo cada um desses concentrados em temas relativos às culturas nacionais. (SOARES, 2008, p.62)

Soares escreveu suas considerações em 2008, verificamos que, a partir do ano de 2009, as reuniões da área da cultura ganharam um novo impulso a partir das Reuniões da Comissão do Patrimônio Histórico, que consolidou e efetivou algumas ações, que vinham sendo pautadas. Como também percebemos, através da análise da documentação, um maior protagonismo do Brasil em algumas ações, que vivia um dos melhores momentos de sua história no que concerne a políticas públicas para a área da cultura.

UM PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O MERCOSUL

Na XX Reunião de Ministros de Cultura, realizada em Ciudad del Este, Paraguay, em 2005, se reforçam as preocupações com a com os patrimônios históricos dos países e sua valoração no âmbito das políticas culturais do bloco. Decidiu-se promover a realização de um inventário do Patrimônio Material e Imaterial, Histórico e Cultural do bloco; aprofundar a política patrimonial da região, permitindo a proteção, salvaguarda e registro dos bens patrimoniais no âmbito do MERCOSUL; harmonizar as legislações nacionais na área do patrimônio; e propor um projeto de legislação comum para os Estados do MERCOSUL.²¹

Com a criação das Reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, a partir de 2009, a atenção aos patrimônios das Missões jesuítico-guarani se intensificou. Na VI Reunião da Comissão de Patrimônio do

.....
21 XX REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR Y ESTADOS ASOCIADOS. I, 2005, Paraguay, 2005. **Actas...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

Mercosul Cultural, realizada em Córdoba, na Argentina, em maio de 2012, foi aprovado a criação da categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul, considerando que “o reconhecimento da importância de um bem cultural para além das fronteiras de um país, constitui-se num importante fator de integração entre os países da região” (p.01)²².

A partir de então, foi criada a lista dos Patrimônios Culturais do Mercosul, à qual, poderia integrar qualquer bem cultural, de natureza material ou imaterial, segundo os seguintes critérios:

Manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; b) Exprese os esforços de união entre os países da região; c) Esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país ou região; d) Constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum.²³

Não houve, após a criação desta classificação e da inclusão dos bens na lista, efetivamente uma intervenção por parte do Mercosul na salvaguarda ou gestão destes bens. A criação desta classificação foi realizada com o intuito de fomentar a valoração conjunta pelos países integrantes do bloco, dando também maior visibilidade.

Na X Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural em novembro de 2014 foi aprovada a postulação das “Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos y Chiquitos” à categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul.²⁴ Na XI Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural, de maio de 2015, foi aprovado o reconhecimento das “Missões Jesuíticas Guaranis, Mochos y Chiquitos” como patrimônio cultural do Mercosul. “La candidatura Misiones Jesuíticas Guaranés, Moxos y Chiquiros cumple con el objetivo de fortalecer la identidad cultural y promover el dialogo, la integración y el desarrollo

.....
22 PROTOCOLO DE CRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL. Comissão do Patrimônio Cultural, Córdoba, Argentina, 2012. Disponível: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019. (p.1)

23 Ibidem. p.04.

24 X REUNIÓN DE LA COMISIÓN DE PATRIMONIO CULTURAL DEL MERCOSUL (CPC), I, 2014, Buenos Aires, Argentina. **Actas...** Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

regional”²⁵. A declaração veio seguida das notícias de que o governo brasileiro faria investimentos, através do PAC – cidades históricas que beneficiaria São Miguel das Missões com realização de um complexo cultural no lugar.²⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, como afirma Soares (2008), a abordagem da cultura pelo bloco do Mercado Comum do Sul “não teve o propósito de desenvolver ações que propiciassem a construção de uma identidade coletiva regional nem foi objeto de algum acordo comercial” (p.59). A cultura, de fato, permaneceu à margem das negociações, no entanto, existiram intentos integracionistas no âmbito cultural e estes construíram discursos e produziram imaginários e simbologias que não podem ser desconsiderados.

Uma integração cultural entre os países do bloco só poderia ser pensada revendo os estereótipos que impedissem a integração, e a partir do esquecimento de qualquer mal-entendido histórico entre os mesmos. Era preciso ativar, rememorar apenas elementos que fomentassem a união, e as Missões Jesuíticas forneceram estes subsídios na composição de um discurso integrador, e passaram a ser utilizadas como o grande mote de ação da área cultural do bloco. Como também, agregou-se, a valoração do universo cultural guarani e ações culturais no território da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Como demonstra a documentação produzida nos encontros da área da cultura, suas ações ficaram muito mais restritas ao plano teórico, dificilmente concretizando ações práticas e uma efetiva integração cultural entre os países do bloco. Entretanto, ainda que restritas ao plano teórico, é preciso ressaltar que a construção de discursos integracionistas atribuiu sentidos a uma experiência pretérita partilhado entre os países, e utilizou-se do passado para a construção de discursos que atendessem a questões do presente.

.....
25 XI REUNION DE LA COMISIÓN DE PATRIMONIO CULTURAL DEL MERCOSUL (CPC), I, 2015, Jaguarão, Brasil. *Actas...* Disponível em: <<https://documentos.mercosur.int/>>. Acesso em: 07 jul. 2019. (p.02)

26 Ibidem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, Hugo. A política cultural no acordo Mercosul. **Estudos Avançados**, v. 8, n.20. USP, 1994.

BORJA, Janira Trípodí. **Notas sobre o silêncio: cultura no Mercosul**. Anais do 3º Encontro Nacional da ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais. São Paulo, 2011.

CHIAPPINI, Lígia. Mercosul Cultural e fronteiras. **Cadernos de Estudos Culturais**. Campo Grande, MS, v.4, n.7, p. 83 – 102, 2012.

MAEDER, Ernesto J. A. GUTIERREZ, Ramnon. **Atlas histórico del Nordeste Argentino**. Resistência: Instituto de Investigaciones Geohistóricas (Conicet-Fundadores) – Universidad Nacional del Nordeste, 1995.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.51, n.1. p. 53-69, 2008.

PRATS. Llorenç. **Antropología y Patrimonio**. Editorial Ariel S.A. Barcelona. 1997.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

I REUNIÃO DE MINISTROS DE CULTURA DO MERCOSUL, I, 1995, Canela, Brasil. **Ata...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

II REUNIÃO DE MINISTROS DE CULTURA DO MERCOSUL, I, 1996, Brasília, BR. **Ata ...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

III REUNION DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR, III, 1996, Punta del Este, Uruguay. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

IV REUNION DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR. I, 1997, Asunción, Paraguay. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

IX REUNIÃO DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, II, 2013, Caracas, Venezuela. **Actas...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

MERCOSUR. Tratado para a Constitución de um Mercado Comum entre la República Argentina, la República Federativa de Brasil, la República del Paraguay y la

República del Uruguay, 30 de outubro de 1991. Disponível em: http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/ConsultaMercosur.aspx. Acesso em: 07/07/2019.

PRIMERA REUNIÓN ESPECIALIZADA DE CULTURA MERCOSUR, I, 1995. Buenos Aires, Argentina. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

PROGRAMA DE ACCIÓN DEL MERCOSUL HASTA EL AÑO 2000. VIII, 1995, Asunción, Paraguay. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07/07/2019.

PROTOCOLO DE CRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL. Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul, Córdoba, Argentina, 2012. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL DO MERCOSUL. Comissão de Ministros de Cultura do Mercosul. Fortaleza, Brasil, 1996. Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

REUNIÓN DE LOS SECRETARIOS DE CULTURA Y AUTORIDADES CULTURALES DEL MERCOSUR, I, 1992, Brasília, BR. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SEGUNDA REUNIÓN ESPECIALIZADA DE CUTURA. II, 1995. Assunción, Paraguay. **Acta...** em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

VI REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR. I, 1998. Buenos Aires, Argentina. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

X REUNIÃO DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. I, 2014, Buenos Aires, Argentina. **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

XI RENION DE LA COMISIÓN DE PATRIMONIO CULTURAL DEL MERCOSUL (CPC), I, 2015, Jaguarão, Brasil. **Atas...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

XI REUNIÃO DA COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. I, 2015, Jaguarão, Brasil. **Acta...** 2015. Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

XIX REUNIÃO DE MINISTROS DE CULTURA DO MERCOSUL, BOLÍVIA, CHILE, PERU E VENEZUELA. II, 2004. Brasília, Brasil, **Acta...** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

XVI REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR, BOLIVIA Y CHILE. I, 2003. Asunción, Paraguay. Acta... Disponible em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acceso em: 07 jul. 2019.

XX REUNIÓN DE MINISTROS DE CULTURA DEL MERCOSUR Y ESTADOS ASOCIADOS. I, 2005. Ciudad del Este, Paraguay. Actas... Disponible em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acceso em: 07 jul. 2019.

OS DOCES DE PELOTAS COMO SOUVENIRS GASTRONÔMICOS

PAULA PINHEIRO MUSSI
GRADUAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PPINHEIRO.MUSSI@GMAIL.COM

CAROLINE CERETTA CILIANE
DOUTORADO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CAROLINECERETTA@HOTMAIL.COM

RESUMO

Este estudo trata sobre o uso dos doces de Pelotas como *souvenirs* gastronômico, pois este importante patrimônio de reconhecimento popular foi também reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil (IPHAN, 2018). Desse modo, este estudo tem como objetivo geral analisar se e como a comercialização dos doces de Pelotas pelas docerias tradicionais poderá ser considerada como *souvenirs* gastronômico. Os objetivos específicos são identificar quais os elementos identitários que caracterizam os doces como *souvenirs* nas doçarias de Pelotas; verificar de que maneira as docerias divulgam tais elementos como *souvenirs* e compreender o sentido do souvenir gastronômico para os gestores e turistas. Metodologicamente o estudo caracteriza-se como sendo qualitativo, cujo levantamento de dados se deu por pesquisa secundária e primária entre os meses de julho e agosto nas principais docerias do centro histórico da cidade de Pelotas. Como resultado,

os doces de Pelotas são considerados *souvenirs* gastronômico que trazem em suas embalagens imagens representativas do patrimônio local como identidade cultural da cidade.

Palavra Chave: Doces de Pelotas; Souvenirs Gastronômico; Patrimônio Cultural

INTRODUÇÃO

O presente estudo derivou do interesse em aprofundar o conhecimento a respeito dos doces pelotenses como *souvenirs* gastronômico na cidade de Pelotas/RS. Tal interesse emergiu a partir do reconhecimento dos doces tradicionais de Pelotas como Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2018, e além da referencia, desde 2011 da certificação de indicação geográfica (INPI,2012).

Desse modo, este estudo tem como objetivo geral analisar se e como a comercialização dos doces de Pelotas pelas docerias tradicionais podem ser considerados *souvenirs* gastronômico. E os objetivos específicos foram identificar quais os elementos que caracterizam os doces como *souvenirs* nas principais doçarias de Pelotas; verificar de que maneira as docerias expressam tais elementos como *souvenirs* e compreender o valor do doce enquanto souvenir gastronômico. Este trabalho revela a importância que vem sendo dado aos doces tradicionais pelotenses, num reconhecimento cultural singular, seja para a etnia de origem, seja para turistas, em termos econômicos, atualmente os doces também representam trabalho para as doceiras o ano todo. Todavia a pouca bibliografia sobre *souvenirs*, tanto sobre os saberes dos doces de Pelotas como também sobre os *souvenirs* gastronômicos também contribuiu para a pesquisa, visto que os estudos sobre *souvenirs* gastronômicos ainda careceu de investigação.

Metodologicamente, este estudo é uma pesquisa qualitativa e compreende o caráter exploratório de investigação (GIL, 2014). Para o autor, as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2014, p.27). Kauark, Manhães e Medeiros (2010) apontam que na pesquisa

qualitativa a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, são procedimentos básicos. Desse modo, o levantamento de dados se deu por pesquisa secundária (bibliográfica e documental) e primária (empírica) junto as docerias da cidade de Pelotas, RS. O período da coleta de dados foi entre os meses de julho e agosto de 2019, cujo instrumento de pesquisa foi um roteiro de entrevista semiestruturada aplicada entre os gestores das principais doçarias do centro da cidade, bem como alguns dos turistas (ou mesmo clientes) que frequentam tais doçarias. Particularmente, as entrevistas com turistas se deu pela amostragem autogerada conhecida como “bola de neve”. Para a análise dos resultados, utilizou-se a perspectiva descritiva analítica, de modo a descrever o objeto investigado.

Contudo, a composição deste estudo foi construída em dois eixos principais, sendo um deles pensado para conceber os aspectos teóricos sobre as manifestações culturais e patrimoniais, os doces, os *souvenirs* e outro voltado aos resultados e sua concepção analítica descritiva.

1. MANIFESTAÇÃO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO

Os significados da alimentação para as sociedades não podem ser compreendidos, dentro de uma visão de mundo que abrange somente indicadores nutricionais e biológicos. O comportamento relativo à comida revela a cultura em que cada um está inserido. É na alimentação humana que se materializa a estrutura da sociedade, que se atualiza a interação social, sócio ambiental e as representações sócio-culturais dos que têm em comum uma mesma cultura. A abstração conceitual da cultura se concretiza no prato (IKEDA, 2004; MILLÁN, 2002). A tradição, a história, os sabores, as técnicas e as práticas culinárias somadas contribuem para a formação das culturas regionais. Observa-se uma tendência da sociedade à valorização patrimonial de sua cozinha, bem como o resgate da culinária tradicional em várias partes do mundo, ocorrendo, então, a revalorização das raízes culturais (BELUZZO, 2004). Nesta temática, Lody (2004) e Canesqui (2005), enfatizam que comer é antes de tudo um ato simbólico, tradutor de sinais, de reconhecimentos formais, de cores, de texturas, de temperaturas, entre

outros. Consiste num ato que une memória, desejo, fome, significado, sociabilidade e ritualidade (MULLER; AMARAL e REMOR, 2013).

O valor cultural do ato e do modo de se alimentar é cada vez mais entendido enquanto patrimônio, pois a comida é tradutora de povos, nações, civilizações, grupos étnicos, comunidades e famílias. Entendendo a estrutura culinária como o conjunto de regras e normas relacionadas à alimentação, incluindo os alimentos escolhidos, a organização do cardápio, as técnicas de preparo e os temperos, sendo possível identificar a culinária de uma região ou nação como uma particularidade cultural. Destacado que desde as etapas de preparação até o consumo, estão inclusos vários fatores de identidade cultural (GARCIA, 1999).

Conforme Hernandez e Grácia-Arnaiz (2005), cada cultura gera uma gastronomia peculiar, com receitas, ingredientes, aromas, técnicas de preparação, maneiras de servir e até de comer, têm classificações particulares e regras precisas, tanto em relação à preparação como na combinação dos alimentos, como relativos à sua colheita, produção, conservação e consumo. As elaborações típicas não se limitam somente a receitas diferentes, mas envolvem ingredientes, métodos, preparações, formas de sociabilidade e sistemas de significados que se baseiam, sobretudo, na experiência vivida. Sendo assim, estudar as características de uma gastronomia típica é uma atividade complexa, pois a mesma não se encontra uniformemente distribuída em todo o país. No Brasil, por exemplo, as origens, influências e hábitos culinários manifestam-se diferentemente em cada região.

Quando uma comida se torna típica em uma localidade é porque já faz parte de sua cultura. A gastronomia típica se opõe a determinados aspectos que tendem a padronização das culturas por se tratar de especificidades locais. Fagliari (2005) aponta que pratos e produtos típicos são elementos que podem ser facilmente trabalhados de forma a se tornarem atrativos turísticos. A utilização desses elementos vem ao encontro daquilo que é almejado também pelo Turismo Cultural que demonstra interesse em corroborar a “experiência local” vivida pelos turistas, através das peculiaridades territoriais. Ginani (2005) afirma que as receitas regionais são conhecidas e valorizadas por com-

porem os hábitos alimentares nativos, sendo elaboradas com os ingredientes disponíveis na região e preparadas com técnicas transmitidas de geração a geração. Da mesma maneira, Fagliari (2005) considera que a receita gerada pela aquisição de pratos e produtos típicos é interessante, sobretudo considerando a predominância de pequenos produtores locais na produção e venda desse tipo de produto (MULLER; AMARAL e REMOR, 2013).

Além disso, existe a possibilidade de inserção da população local na produção e comercialização desses produtos, uma vez que ela é a detentora das habilidades para sua produção. Botelho (2006) enfatiza que, uma vez garantida à preservação de receitas e rituais alimentares, todos os atores sociais envolvidos poderão manter seus ganhos diretos e indiretos. Neste sentido, a utilização dos ingredientes disponíveis na região facilita a aquisição de produtos mais frescos e de qualidade, pois se trata de um alimento produzido com as características de um *terroir*, como também auxilia na preservação do meio-ambiente por ser possível evitar em grande parte o deslocamento de alimentos pelo país.

Hoje se fala a respeito de patrimônio gastronômicos, da sua importância na preservação da cultura local, e das várias formas de agregar valor aos produtos da comunidade. O entendimento do termo patrimônio, entre outras possibilidades, é apontado por Hernandez e Grácia-Arnaiz (2005) como algo que foi legado pelo passado ou algo que se quer conservar. Produzir patrimônio refere-se a converter em patrimônio ou construí-lo a partir de determinados elementos pré-existentes, selecionados entre outros que se excluem desse processo. Uma das formas de se manter viva uma cultura gastronômica é transformá-la em patrimônio local e nacional ou regional (MULLER; AMARAL e REMOR, 2013).

O fenômeno da patrimonialização das cozinhas nacionais e regionais supõe, muitas vezes, a reconstrução, a reinvenção e a valorização destas, geralmente também como resultado de um contexto socioeconômico e histórico determinado (HERNANDEZ; GRÁCIA-ARNAIZ, 2005).

Segundo a UNESCO o Patrimônio Cultural Imaterial pode ser definido como a manifestação patrimonial da porção intangível da herança

cultural dos povos, incluindo as tradições, o folclore, as línguas, as festas e outras manifestações, citando como parte desses bens a gastronomia. Desta forma, a alimentação sendo um fator importante na identificação de uma sociedade, pode ser apontada como Patrimônio Cultural Imaterial. Com isso a supervalorização da tradição popular se opõe de certa forma, ao desenvolvimento da industrialização alimentar e aos riscos de diluição das identidades locais e nacionais na mundialização (POULAIN, 2006).

A patrimonialização contemporânea da alimentação insere-se no vasto movimento que faz a noção de patrimônio passar do âmbito privado para o público, do econômico para o cultural, sendo também sinal de outras transformações das representações sociais. Esta passagem estende a noção de patrimônio do material para o imaterial, que engloba práticas cotidianas e populares. Paralelamente, as culturas alimentares locais são chamadas de “gastronomia” e fala-se agora de Patrimônios Gastronômicos Regionais (POULAIN, 2006).

Portanto, a gastronomia pode ser considerada Patrimônio Intangível (imaterial), pois divulga a arte, o conhecimento, a tradição de uma forma abstrata e está diretamente ligada à identidade de um povo (SCHULTER, 2003), o que por vezes, pode estar representada através de detalhes pitorescos experimentados nos presentes e lembranças entregues aos turistas (clientes) como *souvenirs*.

2 OS DOCES E OS SOUVENIRS GASTRÔNOMICO DE PELOTAS, RS

Os doces de Pelotas, além do reconhecimento popular, compõe a cultura do estado do Rio Grande do Sul. Eles passaram recentemente por duas formas de valorização de produtos gastronômicos que acontecem hoje no Brasil: Indicação Geográfica e reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil. Os doces tiveram como reconhecimento o patrimônio imaterial que tem por fim, reconhecer e valorizar bens de natureza imaterial. Com uma perspectiva de passado e presente na construção do doce (IPHAN, 2018).

Há diversos tipos de doces que foram registrados pelo Iphan como Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas. Temos o bem casado, a marmelada, o quindim, a pessegada, o ninho, o camafeu, o figo em calda, o amanteigado, a ameixa recheada, a abóbora cristalizada, o bolo de noiva e tantos outros. Devido a estes registros, as regiões de Pelotas e de Antiga Pelotas ficaram conhecidas como a “terra do doce” (IPHAN, 2018).

A identificação de procedência serve para diferenciar e assegurar os produtos originais, protegendo a tradição, a cultura e garantindo a exclusividade do doce de Pelotas (IG, 2015). O reconhecimento do produto original, impede que haja dezenas de imitadores, possibilidade um sucesso comercial para as verdadeiras doceiras. Dentre os doces certificados pela IP, estão os doces portugueses elaborados à bases de ovos e açúcar, como quindim, ninho de ovos, papo de anjo, pastel de santa clara, entre outros. E os doces feitos com frutas também certificados são, os com pêssego e figo em calda (IG, 2015).

O reconhecimento do seu valor gera interesse de proteção através da patrimonialização. Com isso, estes “modos de fazer” são reconhecidos e devidamente valorizados, possibilitando sua perpetuação ao longo do tempo. Os doces podem ser inclusive um diferencial competitivo de destinos, fazendo com que os turistas escolham Pelotas, para degustar os famosos doces pelotenses. Conforme Hernandez e Grácia-Arnaiz (2005), cada cultura gera uma gastronomia peculiar, com receitas, ingredientes, aromas, técnicas de preparação, maneiras de servir e até de comer, têm classificações particulares e regras precisas, tanto em relação à preparação como na combinação dos alimentos, como relativos à sua colheita, produção, conservação e consumo.

As elaborações típicas não se limitam somente a receitas diferentes, mas envolvem ingredientes, métodos, preparações, formas de sociabilidade e sistemas de significados que se baseiam, sobretudo, na experiência vivida. Sendo assim, estudar as características de uma gastronomia típica é uma atividade complexa, pois a mesma não se encontra uniformemente distribuída

em todo o país. No Brasil, por exemplo, as origens, influências e hábitos culinários manifestam-se diferentemente em cada região.

Segundo Gimenes-Minasse (2013) o contexto histórico e cultural da cidade está representado pelos doces tradicionais pelotenses, possuindo um significado muito maior que a função de alimento. Tendo em vista esse caráter tradicional, o produto pode ser considerado um importante ativo para o turismo na região pois “as práticas alimentares tradicionais, seus produtos e seus serviços, ao serem incorporados no contexto turístico, tornam-se – mais do que manifestações culturais e indenitárias – elementos estratégicos para a criação de uma “marca” local” (Gimenes-Minasse, 2015, p. 190). Quando uma comida se torna típica em uma localidade é porque já faz parte de sua cultura. A gastronomia típica se opõe a determinados aspectos que tendem a padronização das culturas por se tratar de especificidades locais.

Fagliari (2005) aponta que pratos e produtos típicos são elementos que podem ser facilmente trabalhados de forma a se tornarem atrativos turísticos. A utilização desses elementos vem ao encontro daquilo que é almejado também pelo Turismo Cultural que demonstra interesse em corroborar a “experiência local” vivida pelos turistas, através das peculiaridades territoriais.

Ginani (2005) afirma que as receitas regionais são conhecidas e valorizadas por comporem os hábitos alimentares nativos, sendo elaboradas com os ingredientes disponíveis na região e preparadas com técnicas transmitidas de geração a geração. Fagliari (2005) concordando com Ginani, considera que a receita gerada pela aquisição de pratos e produtos típicos é interessante, sobretudo considerando a predominância de pequenos produtores locais na produção e venda desse tipo de produto (MULLER; AMARAL e REMOR, 2013). Entretanto, os consumidores estão à procura de outros aspectos nos produtos; além da boa funcionalidade e usabilidade, procuram objetos com significados subjetivos, que remetam aos lugares, momentos agradáveis ou pessoas especiais, trazidos pela sua interação com o objeto. Trazer alimentos de viagens pode prolongar e reforçar a experiência vivida (Altintozglou, Heide, & Borch, 2016; Buczkowska, 2014).

Segundo Machado & Siqueira (2008), a origem da palavra *souvenir* é de origem francesa que significa lembrança e recordação. Com isto podemos expressar que eles relembrem momentos já vivenciados. Um acontecimento que retoma a origem do *souvenir* é o *Grand Tour*, nele os viajantes daquela época procuravam aprender e conhecer a cultura do local a ser visitado. E a partir deste conhecimento eles procuravam lembranças para levarem para suas casas, com a finalidade de recordarem da viagem (SALGUEIRO, 2002).

O *souvenir* gastronômico pode ser categorizado como um produto local e existem diversos tipos de elementos que podem ser considerados *souvenirs*. Podemos citar os produtos oriundos da comunidade local, imagens representado o destino turístico, objetos em seu estado natural, elementos com características do local e produtos como significativos da cidade (Gordon, 1986). O souvenir também tem a possibilidade de fazer o papel de promoção do seu local de origem, podendo despertar na pessoa que ganhar o souvenir o interesse de visitar o local (NORRILD, 2004; HORODYSKI, MANOSSO & GÂNDARA, 2012). Quando se trata de *souvenir* gastronômico é preciso considerar vários aspectos importantes para a consolidação do seu consumo final como identificação, embalagem, transporte e identidade da cidade, entre outros. E, no caso dos doces tradicionais de Pelotas, tem sido um elemento singular da cultura gastronômica local capaz de atrair visitantes para degustar e apresentar familiares e amigos para vivenciarem tamanha experiência gastronômica e identitária.

RESULTADOS ANALÍTICOS E DESCRITIVOS

O universo de pesquisa deste estudo abrangeu as principais doçarias do centro de Pelotas, local estratégico da comercialização e divulgação da tradição doceira na cidade. As entrevistas semiestruturadas tiveram como alvo, gestores e clientes que frequentam as docerias, entre os dias 5 a 20 de junho de 2019. Os Clientes das docerias escolhidos eram turistas de diferentes motivações de viagem na cidade.

Para os clientes entrevistados, as embalagens são importantes na hora de presentear alguém. Com relação as formas de apresentação dos doces como *souvenirs*, a maioria dos gestores informaram que a maioria das doceiras não possuem embalagens com identificação da região, identidade e signos do local e que nem todos os doces possuem Certificação de Origem, pois essas identificações são pontuais e remetem a um único doce estrelar. Compreende-se que nem todos os doces tem o acompanhamento da sua produção a sua disponibilização para tornarem-se certificados. Para um dos gestores, é questionável afirmar para seus clientes que o doce certificado da doceria está nas normas de qualidade, uma vez que não há um acompanhamento por parte da entidade seladora. Na narrativa de um dos gestores, o selo foi elevado como referência a base da receita, porém matematicamente é impossível seguirem a receita a qual gostariam, pois, o custo dos insumos reais com a mão de obra e a logística da comercialização dos doces não está assegurado no preço que comercializam. Com isto não se pode afirmar que o selo atesta a receita original, informando também que não utiliza nada que poderia identificá-los, além da embalagem e papel que usa para acondicioná-los.

Sobre as embalagens possuem informações sobre patrimônio imaterial, alguns gestores afirmaram que já tentaram várias parcerias para fazer caixas logotipadas com fotos do Patrimônio de Pelotas, porém isso implica em custos elevados e a atual conjuntura econômica do país não permite adicionar custos.

Um dos gestores disse que várias empresas foram procuradas para adicionar os símbolos nas embalagens, no entanto a confecção destas caixas são pedidos mínimos em torno de 5 a 10 mil exemplares, devido ao trabalho com fotos e diagramação, gerando um custo altíssimo para as docerias e também problemas de armazenamento destas caixas, tornando-se por vezes inviável. No entanto, estas embalagens, quando disponibilizadas para *souvenirs* gastronômicos, são atraentes e agradam os turistas e clientes, que na hora da compra, se encantam pelas imagens do patrimônio cultural da cidade.

Figura 01 – Embalagens



Foto: Elaborada pelo autor

Figura 02 – Embalagens



Foto: Elaborada pelo Autor

As embalagens na hora da compra trazem a história dos doces tradicionais, principalmente quando os gestores informaram que apesar dos custos, tais embalagens são um diferencial. Outros informaram não possuir este tipo de embalagens, para serem vendidos como *souvenirs*, apesar de que seria muito útil adotar estas embalagens, mas que no momento que repassar esse custo ao cliente, ele desiste da compra. Em relação a preocupação com a embalagem no sentido de característica identitária da cidade, apenas um respondente informou que pretendia adicionar elementos identitários nas embalagens, porém novamente relatam que os custos tem sido altos e há muitos empecilhos para a concretização destas embalagens.

Já para os clientes das docerias entrevistadas, as embalagens dos doces tem muita importância, pois ter embalagens adequadas e bonitas é uma maneira de saber se o produto é de boa qualidade, além de que no momento da compra, a embalagem é o que encanta. Outros entrevistados também informaram que a embalagem é importante na hora de presentear alguém, porém não é definitivo para o julgamento da compra do produto. Para eles, a embalagem causa uma boa impressão na hora de presentear, mas acima de tudo a qualidade do produto faz a diferença. Além disso, a embalagem precisa ser prática, fácil de abrir e com uma conservação do doce.

Para a maioria dos clientes que frequentam as docerias, as embalagens possuem uma grande importância na hora de presentear, expondo que

quando pensa em presentear alguém ele procura uma embalagem que fique bonita e que chame atenção, inclusive revelando um sentimento, ato de carinho com aquele que está recebendo o *souvenirs*. Para um dos entrevistados, ‘a embalagem vai muito além de um simples involucrio, deve contar a história do doce da região de Pelotas, também agregando valor ao produto.’

Outro cliente informou que as embalagens possuem uma importância significativa na hora de presentear alguém, e revelou que para ele não é tão importante o presente em si, mas a aparência da embalagem. As embalagens são as principais memórias dos *souvenirs* e que muitas pessoas guardam como recordação do momento vivido, sendo necessário escolher lindas embalagens para agradar quem você tem afinidade e sentimento.

Entretanto, a maioria dos gestores esclareceram que sempre que o orçamento permite, oferecem as embalagens como *souvenirs* para seus clientes. No entanto, o valor das embalagens é um custo extra para as docerias, mas nem sempre o cliente está disposto a pagar. Por outro lado, quando o fator monetário não influencia na compra dos doces, os clientes saem satisfeitos e dizem que a embalagem é primordial na hora de presentear amigos e parentes, tornando-se um *souvenir* gastronômico diferenciado. Há portanto, uma relação de valor sentimental e econômico em conflito, pois o entendimento é que se a embalagem não encarecer demasiadamente o valor da compra, o *souvenir* gastronômico, terá uma embalagem diferenciada e singularmente capaz de evidenciar a identidade de um povo.

Portanto, os doces de Pelotas são *souvenirs* gastronômico que quando trazem em suas embalagens imagens representativas do patrimônio local se tornam elementos valorativos singulares para presentear amigos, parentes e conhecidos com os doces tradicionais de Pelotas, por vezes, ficando a disposição do cliente como algo a mais tanto economicamente quanto como um diferencial de conhecimento da tradição doceira e do patrimônio de Pelotas.

CONCLUSÃO

O uso dos doces de Pelotas como *souvenirs* gastronômico é um fator singular para gestores e clientes das doçarias, pois muitos turistas conso-

mem e também levam os doces para apresentar amigos e parentes. Ambos creditam que a embalagem é o diferencial, porém nem sempre a embalagem é oferecida gratuitamente, implicando em custos que por vezes inviabilizam a compra. Entre os elementos identitários que caracterizam os doces como *souvenirs* nas doçarias de Pelotas, estão a própria imagem dos doces e do patrimônio cultural estampada nas caixas e nos selos dos doces tradicionais. Para as docerias, estes elementos identitários são divulgados pela aquisição do doce em caixas, não havendo momentos de diálogos entre gestores e clientes sobre a história dos doces tradicionais de Pelotas.

Portanto, o souvenir gastronômico para os gestores e turistas traz o sentido cultural identitário da cultura local, onde as embalagens são um diferencial para a agregar o valor, seja para o reconhecimento cultural e a valorização deste importante patrimônio, como para presentear no regresso da viagem. No entanto, alguns fatores econômicos prejudicam tal divulgação, pois as embalagens tem alto custo e é repassado ao cliente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELUZZO, R. **A Valorização da Cozinha Regional**. In: 1ª Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar, Brasília – DF. Coletânea de palestras. Brasília, 2004.

BOTELHO, R. A. **Culinária Regional: o Nordeste e a Alimentação Saudável**. 2006. 192f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, DF, 2006.

CANESQUI, A. M. **Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação**. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

FAGLIARI, G. S. **Turismo e Alimentação: Análises introdutórias**. Ed. Roca, São Paulo, 2005.

GARCIA, R. W. D. **A Comida, a Dieta o Gosto**. Mudanças na Cultura Alimentar Urbana. 1999. 305 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed.- 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. **Cozinhando a tradição: festa, cultura, história e turismo no litoral paranaense**. Curitiba: UFPR, 2013.

GINANI, V. Índice de Aceitação de Preparações Regionais com Teor Lipídico Reduzido. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

GORDON, B. **The Souvenir : Messenger of the Extraordinary**. Journal of Popular Culture, v. 20(3), 1986.

HERNANDEZ, J. C.; M. GRACIA-ARNAIZ. **Alimentação e Cultura: Perspectivas antropológicas**. Barcelona. Ariel 2005.

IKEDA, J.P. **Culture, food and nutrition in increasingly culturally diverse societies**. In: A sociology of food and nutrition: The social appetite. @ed. Oxford University Press: National Library of Australia, 2004.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA. **Pelotas**. [2015]. Disponível em: <http://indicacaogeografica.com.br/pelotas/>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Tradições Docéiras de Pelotas (RS) são reconhecidas como Patrimônio Imaterial do Brasil**. Brasília, [2018]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4653/tradicao-doceira-de-pelotas-rs-e-reconhecida-como-patrimonio-imaterial-brasileiro>. Acesso em: 10 junho de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Guia Básico – indicação geográfica**. Rio de Janeiro, [2012]. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_indicacao_geografica. Acesso em: 23 jun. 2019.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático**. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

LODY, R. **Comer é pertencer**. In: 1ª Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar, Brasília, DF. Coletânea de palestras. Brasília, 2004.

MACHADO, P. de S., SIQUEIRA, E. D. de. **Turismo, consumo e cultura: significados e usos sociais do souvenir em Petrópolis-RJ**. Revista Contemporânea. 2008.

MILLÁN, A. **Malo para comer, bueno para pensar**. Crisis en la cadena socioalimentaria. In: GRÁCIA-ARNAIZ, M. Somos lo que comemos. Estudios de alimentación y cultura en España. Barcelona: Ariel, 2002

MÜLLER, S. G.; AMARAL, F. M.; PELAEZ, N. **Identidade Gastronômica: a extensão acadêmica na preservação dos patrimônios culturais.** Raízes e Rumos, v. 1, n. 2, 2013.

MULLER, S. G.; AMARAL, F. M.; REMOR, C. A. **Alimentação e Cultura: Preservação da gastronomia tradicional.** In: SEMINTUR – VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2010.

NORRILD, J. **El mate como souvenir turístico em Argentina: su identidad funcional y ornamental.** In: **La artesanía urbana como patrimonio cultural.** Buenos Aires: Comisión para la preservación del patrimonio histórico cultural de la ciudad de Buenos Aires. 2004.

POULAIN, J. P. **Sociologia da Alimentação.** Florianópolis. Editora da UFSC, 2006.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002.

OS CAPITÉIS DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE E O TURISMO RELIGIOSO NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

CAMILA PIVETA
MESTRANDA NO PPGPC UFSM, UFSM/BRASIL
PI.CAMILA@HOTMAIL.COM

CARYL EDUARDO JOVANOVIČ LOPES
PROFESSOR NO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DA UFSM, UFSM/BRASIL
ARQCARYL@GMAIL.COM

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo estabelecer as relações entre o inventário e mapeamento dos capitéis de São João do Polêsine, produtos a serem desenvolvidos no mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM, e a promoção do turismo religioso na região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul, da qual faz parte a cidade delimitada. O inventário e o mapeamento dos capitéis têm o intuito de preservar, valorizar e resgatar o patrimônio cultural material construído pelos imigrantes italianos na região. Porém são necessárias ferramentas que aproximem a comunidade de suas heranças, assim, roteiros de visitação oriundos destes produtos, tendo em vista o crescente interesse pelo turismo religioso, são uma maneira de divulgar a cultura tanto material quanto imaterial da região, tencionando primordialmente a preservação do patrimônio como um todo. A metodologia qualitativa, quanto a abordagem do problema, com procedimento técnico de pesquisa bibliográfica, encerra por resultado uma revisão conceitual a respeito dos temas patrimônio cultural edificado pelos imigrantes italianos no estado, a religiosidade

trazida por eles e como influenciou a construção dos seus locais de devoção, especificamente os capitéis, bem como explicações sobre inventário arquitetônico, turismo religioso, e de que maneira suas interações devem convergir para a proteção, preservação e valorização dos bens culturais oriundos da imigração italiana na região da Quarta Colônia.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, turismo religioso, capitéis.

INTRODUÇÃO

A partir de 1870, a imigração italiana no Rio Grande do Sul teve início, com ocupação na zona da mata, na região dos Campos de Cima da Serra e na depressão central. Em 1877, distante dos três primeiros núcleos, foi fundada a quarta colônia de imigração italiana, na região central do estado, nomeada Colônia Silveira Martins, a fim de povoar uma área devoluta pertencente ao governo imperial (DE BONI; COSTA, 1979).

Atualmente a região conhecida como Quarta Colônia, engloba os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Silveira Martins e São João do Polêsine, sendo este último, delimitado para o estudo pelo fato de agregar como seu distrito Vale Vêneto, conhecido como o centro espiritual na Colônia Silveira Martins, em vista de ter tomado frente, preocupado com suas necessidades espirituais, para trazer os primeiros sacerdotes da Itália. Além disso, recebeu a instalação de uma ordem Palotina em 1886, sendo a primeira comunidade Palotina na América do Sul, e em 1892 acolheu as Irmãs de Imaculado Coração de Maria com a construção do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes (RIGHI, BISOGNIN E TORRI, 2001).

A cultura, o trabalho e a religião provenientes da colonização italiana foram fundamentais para o desenvolvimento regional em todo o estado gaúcho. Para impedir que as dinâmicas de globalização destruam a identidade cultural regional é imprescindível a valorização dos elementos culturais, através da preservação do patrimônio construído por estes imigrantes (MANFIO, 2012).

Um dos meios para a preservação da paisagem cultural da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul é o incentivo ao turismo,

além de ser uma fonte de renda para a região. O contrário também se valida, ou seja, o patrimônio preservado atrai visitantes para a região, que buscam conhecer as raízes da etnia italiana e sua formação cultural no cenário construído (MANFIO, 2012).

A religião foi um alicerce para que os imigrantes italianos desbravassem as novas terras e desenvolvessem a região, sendo o lugar sagrado o ponto mais importante das comunidades. Nesta conjuntura, a religião católica está presente na paisagem da Quarta Colônia como código cultural imaterial e material, porém, na maior parte das vezes, é a partir do aspecto imaterial que se consolida o material, isto é, é a partir das diversas manifestações religiosas que se tem a materialização da religião através da construção de igrejas, grutas e capitéis (PICCIN, 2009).

Os capitéis, apesar de o termo remeter à parte superior da coluna clássica, religiosamente designam um local de culto popular. Também chamados de ermidas, estão localizados à beira da estrada, em encruzilhadas ou no jardim das residências, construídos de madeira, pedra ou tijolo, são demonstrações de fé popular e representam uma marca profunda do patrimônio cultural construído pela imigração na região (MANFROI, 1975).

O objetivo principal deste artigo é estabelecer as relações entre o inventário e mapeamento dos capitéis de São João do Polêsine, produtos a serem desenvolvidos no mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM, e a promoção do turismo religioso na região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul, da qual faz parte a cidade delimitada.

Para tanto, a metodologia qualitativa, quanto à abordagem do problema, com procedimento técnico de pesquisa bibliográfica, apresenta por resultado, desenvolvido nas próximas seções, a revisão conceitual dos temas patrimônio cultural edificado pelos imigrantes italianos no estado, a religiosidade trazida por eles e como influenciou a construção dos seus locais de devoção, especificamente os capitéis, bem como breves explicações sobre inventário arquitetônico, turismo religioso, e de que maneira suas interações devem convergir para a proteção, preservação e valoração dos bens culturais oriundos da imigração italiana na região da Quarta Colônia.

As constatações expressadas ao longo do artigo são um recorte da dissertação em andamento intitulada “Patrimônio Cultural material e a herança da colonização italiana na Quarta Colônia de imigração italiana do RS: os capitéis de São João do Polêsine”, produzida pela autora para o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

PATRIMÔNIO CULTURAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

O patrimônio cultural da imigração italiana é constituído por um conjunto de valores de ordem cultural, social, familiar, econômica, de linguagem e de ordem religiosa, em torno das quais girou e cresceu todo o patrimônio (SANTIN; ISAIA, 1990).

De acordo com os autores (1999, p.9), preservar o patrimônio cultural significa “reencontrar as raízes e as bases dos projetos que, de alguma forma, conduziram uma comunidade ao estágio atual de desenvolvimento”, assim, resgatar a história e o patrimônio cultural da imigração italiana do Rio Grande do Sul representa a recomposição da identidade do imigrante.

Conforme Posenato (1983), era considerado no Brasil, por muito tempo, patrimônio cultural arquitetônico apenas as obras grandiosas, de mestres consagrados e as sinalizadas por sua suntuosidade, beleza e imponência, isto mesmo após a lei de 1937 que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cuja atuação baseou-se na visão elitista. Até mesmo nas faculdades de arquitetura as manifestações culturais populares eram desconsideradas e a arquitetura da imigração italiana, da mesma forma, não escapou de ser tratada com indiferença. Apenas depois da instalação de uma diretoria regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, o interesse na preservação das raízes culturais e do legado erguido pela sabedoria popular está mais intenso, havendo um despertar da consciência coletiva para estes bens.

A arquitetura da imigração italiana no estado vislumbrou inúmeras perdas ao longo dos anos, seja por reformas descaracterizantes, seja por demolições, em função das mudanças sociais cada vez mais velozes que

interferem no modelo de vida rural e nas pequenas cidades, intervindo diretamente no desaparecimento desta arquitetura dita popular. É fundamental, portanto, encontrar meios para incentivar a preservação desta arquitetura, antes de só restarem fotografias e descrições, e evitar que se perca, pois junto com ela está a memória coletiva de gerações, são testemunhos presentes do nosso passado e “significa um bem cultural precioso, cujo valor ultrapassa a mera especulação erudita ou a curiosidade científica”. (POSENATO, 1983, p. 570).

Evidencia Luz (1983), que o valor de um edifício ou de um conjunto não deve ser avaliado apenas por sua estática ou idade, mas também deve ser levado em consideração a mensagem cultural e seu valor como transmissão do passado, dado que as sociedades só preservam o que lhes diz respeito. Desta forma, é tão importante preservar um grande monumento pelas razões óbvias, bem como um modesto, caso dos exemplares da arquitetura da imigração italiana, por motivos histórico-culturais.

Para Posenato (1983), a arquitetura difunde os conceitos, as técnicas e até os usos e costumes das comunidades que a edificaram, através de gerações, se materializando assim como o documento vivo da história. Há basicamente dois motivos preponderantes pelos quais a preservação da arquitetura da imigração italiana do estado se justifica: suas características plásticas de formas e texturas e técnicas, nos sistemas construtivos, estruturais e uso de materiais, fazem com que sua expressão arquitetônica particular represente um período importante no contexto do acervo brasileiro, e, constitui a melhor arquitetura popular já produzida no Brasil, porque demonstra o amor do imigrante italiano à terra que o amparou e lhe proporcionou fartura e dignidade, além de certificar a superioridade da pequena propriedade e como é possível proporcionar riqueza através de um sistema agrário familiar e de policultura, que gera bem estar numa sociedade de iguais, contrastando com o latifúndio, monocultura e escravidão, sistema vigente até então e que gerou sofrimento e desigualdade. Desta forma, preservar o remanescente da arquitetura da imigração é também valorizar a igualdade e reforço de boas práticas.

A RELIGIOSIDADE DO IMIGRANTE ITALIANO E A CONSTRUÇÃO DOS CAPITÉIS

A religião dos imigrantes italianos é também uma religião de caráter cultural, com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão normativa tendem a identificar-se com as da sociedade. (DE BONI, COSTA, 1979, p. 146).

Quando chegaram ao Brasil, os imigrantes sentiram-se perdidos pois seu mundo cultural ficou para trás junto com os pequenos povoados da Itália do qual saíram. Com adaptações e de forma espontânea, aos poucos conseguiram reconstruí-lo, tendo como referência a sociedade rural italiana de onde provinham. O novo mundo cultural girava em torno da religião, com a sensação transcrita por De Boni e Costa (1979, p. 146) “[...] que, fora dela, não havia outra forma de vida social”. Os autores transcrevem com propriedade a relação entre o isolamento, o sentimento de abandono e a força da religiosidade que os manteve unidos (p. 146)

Num ambiente de cristandade, privados de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando até quase o desespero para sobreviver no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias – as capelas – as quais, por um bom período, pareciam cristalizar aos seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social. (DE BONI; COSTA, 1979, p. 146).

Salienta Marin (1999) a importância da religiosidade na vida dos imigrantes, a qual desempenhou um importante papel na organização e reconstrução do grupo na nova pátria. Além disso frisa o rígido sistema de valores morais e de costumes destes imigrantes quanto o isolamento em que se mantinham as comunidades imigrantes em relação à sociedade gaúcha facilitava os ensinamentos e doutrinação da Igreja Católica.

Conforme Santin e Isaia (1990) a presença do padre era uma prioridade na vida dos imigrantes, encarado por eles como o primeiro passo de desenvolvimento, dando assim ao pároco um papel de liderança, que por vezes era quase absoluta.

Para Posenato (1983, p. 312) “o papel desempenhado pela religião católica no âmbito da imigração italiana no Rio Grande do Sul foi de dimensão bem mais profunda que qualquer outro fator na influência exercida sobre os indivíduos e a sociedade [...]”, mesmo que inicialmente a presença dos sacerdotes na assistência religiosa fosse esporádica, analisar a cultura rural da imigração italiana sem ter em mente a presença de forte religiosidade leva a conclusões distorcidas.

A religião foi eleita pela consciência coletiva dos imigrantes como um elo entre os indivíduos da comunidade, ou seja, representava sua afirmação coletiva como grupo social, da mesma maneira que a casa representava sua afirmação individual como proprietário (POSENATO, 1983).

Para Merlotti (1979), a forte convicção religiosa carregada pelo colono italiano foi o que o alimentou e defendeu dos obstáculos que teve de enfrentar, além de nortear sua formação e em especial seu trabalho, auxiliando na conformação do espírito solidário presente neste povo.

De acordo com Battistel (1981), logo que os imigrantes chegaram na nova terra, de imediato providenciaram um local para as orações, primeiramente a sombra de uma árvore, após construíram os capitéis (ermidas) em madeira, taipa ou tijolos, e logo após ou concomitantemente, as capelas. Estes locais eram a melhor maneira que encontraram para se organizarem socialmente.

Segundo Marcon (1975) foi a religião católica o sustentáculo seguro e decisivo em que os imigrantes se apegaram para salvar sua identidade cultural e em virtude disso

[...] vencer todos os traumatismos da emigração, preenchendo o vazio encontrado na nova pátria adotiva e estruturando um tempo e um espaço congeniais, geradores de uma singular civilização ítalo-sul-rio-grandense. (MARCON, 1975, p. 8).

Além da religião ter sua importância assumida como fator de identificação cultural foi ela que evitou o acobramento do imigrante, fator que atingiu outros grupos de imigrantes em outras regiões do país que também sofreram com o isolamento em meio a floresta, e permitiu a reconstrução do seu mundo cultural, devidamente adaptado (DE BONI; COSTA, 1979).

Neste contexto de religiosidade, a construção dos capitéis, está revestida de um universo religioso, no qual sua materialização representava algum tipo de graça, compreendida por seus criadores como uma forma de manifestação divina e evidência da força dos santos. Lembrando que a devoção aos santos foi trazida pelos imigrantes, sendo que na Itália cada Vila possuía seu padroeiro, e conforme Barzini (1966), eram venerados e considerados como protetores mágicos que auxiliavam nas adversidades e momentos de necessidade.

A origem dos capitéis é indefinida no tempo, tendo estudos indicando ser uma tradição pré-cristã, a tradição de construí-los foi trazida ao estado gaúcho pelos imigrantes italianos, e em tudo se equivalem aos padrões encontrados na Itália. Sua construção no Brasil ocorre pelos mesmos motivos que na Itália, ou seja, devoção, agradecimentos, promessas, evocação de acontecimentos tristes, como acidentes fatais, sendo sua forma desde crucifixos com cobertura protetora até capelas pequenas, com ou sem átrio, bem como sua localização nas bifurcações e encruzilhadas preferivelmente. O que difere os capitéis aqui construídos dos italianos é o descaso com sua proteção pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural no Brasil. Na Itália há cuidado e valorização destas construções (POSENATO, 1947).

Para Luchese (2018), sua construção remonta aos romanos que edificavam pequenos oratórios para homenagear seus deuses, e com a expansão cristã, foi transformada e apropriada. Na Itália, chamados de *capitello*, se fizeram comuns, aparecem nas esquinas e casas e são mantidos até a atualidade. Muitos são decorados sobejamente, com adornos, imagens de santos, de madonas, e até afrescos, possuem detalhes na arquitetura e usam de materiais diversificados.

Battistel (1981) ressalta seu surgimento no Brasil desde o início da imigração, neles se realizando novenas, reza do terço semanalmente, tríduos e até mesmo festas do padroeiro, tanto que muitos, mais à frente, se transformaram em capelas.

Foram erguidos, de acordo com Gutierrez e Gutierrez (2000), antes ou simultaneamente com as capelas, dedicados a santos de devoção, como

pagamento de promessa ou graça alcançada, podiam estar localizados em terras particulares e não implicavam em grandes gastos.

Construídos em métodos construtivos variados, desde madeira, tijolo, até nas diversas técnicas de pedra, com cobertura de tabuinhas, zinco ou telha francesa e erguidos à beira do caminho, de diversas formas e com tamanhos variados, desde nichos, uma cobertura para proteger a imagem homenageada, até pequenas capelas (BERTUSSI, 1983). Sua forma é inspirada na arquitetura religiosa de maior porte, no entanto, mais que as capelas “podem representar manifestações espontâneas da imaginação”. (POSENATO, 1983, p. 337).

De acordo com Bertussi (1983), os capitéis pararam de ser construídos quando da aculturação que modificou os hábitos, a casa e a capela do colono. No entanto, Mazzotti (2018), observa que ainda são erigidos, porém se diferenciam das primeiras construções tanto no desenho arquitetônico como seriam vinculados à devoções individuais, demonstrando um capricho particular, diferente do cenário religioso plural com encontros comunitários para rezas, como nos do passado. Apesar das mudanças, tanto as novas construções como as antigas são uma característica verificada somente nesta região do Brasil. Giron e Herédia (2007) reforçam a continuidade de sua construção, acompanhando a expansão da imigração e apresentando mudanças profundas.

São monumentos pequenos, sobreviventes do tempo e da urbanização, mais relevantes pelo viés identitário que pelo religioso, demonstrando um anacronismo material e simbólico simultaneamente, não sendo encontrados em qualquer lugar do Brasil, são construções específicas das regiões de imigração italiana do Sul do país, porém em locais como no Oeste de Santa Catarina e Erechim, no Rio Grande do Sul, poucos exemplares resistiram ao tempo (ANDRADE, 2018).

Conforme Luchese (2018, p. 15), são parte da cultura material que nos propiciam evocar a influência das tradições trazidas pelos imigrantes bem como “testemunhos da história e da religiosidade, sobreviventes marcados por diferentes estratos que apontam a passagem do tempo.”, desta

forma, sua preservação é uma forma de manter viva uma tradição formadora do patrimônio material e imaterial dos imigrantes italianos e seus descendentes.

Destas constatações há a percepção da importância de se preservar estes locais que materializaram a fé e religiosidade, tão relevantes na vida do imigrante, visto que fizeram da religião “o primeiro e fundamental fator de persistência, união e prosperidade” (FOCHESATTO, 1977, p. 24), e como destacado por Manfroi (1975, p. 193) “Foi em torno da religião e da expressão de seus sentimentos religiosos que eles encontraram a própria identidade cultural, único meio capaz de evitar o desajustamento social”.

O INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO

Ao realizar uma sintética explanação a respeito da importância de inventariar, Motta e Rezende (2016), expressam que

[...] inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. Processo, [...], que é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho. O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Dependerá dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante. Em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem faz. (MOTTA E REZENDE, 2016, p. 5).

O inventário é caracterizado, na definição do IPAC (2019), como “uma operação permanente, dinâmica e sistemática, visando o cadastro de manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formas, e de potencialidades naturais”.

A função do inventário, segundo o IPHAN (2001, p. 17), inventário é “constituir-se em ação de preservação do patrimônio”, já que por meio dele são arquivados, em distintos suportes, as informações contidas nos

bens culturais, permitindo, sem depender do original, acesso e produção de conhecimento sobre o que está registrado.

Sua origem, com intuito de preservação de bens, se dá logo após a Revolução Francesa, na França, e está relacionado diretamente com a produção de conhecimentos a respeito dos bens culturais para facilitar a análise de suas características, com proposta de formação de uma identidade nacional.

No Brasil, conforme Carvalho e Amaral (2011), os inventários foram utilizados desde o período colonial, somente para registrar bens e acervos do território a fim de conhecimento e controle de Portugal. No movimento Moderno de 1922 a metodologia de inventário como catalogação e identificação foi utilizada apenas para conhecimento do patrimônio. Mesmo após a criação do SPHAN em 1937, o inventário era tão só um instrumento de identificação e catalogação para o tombamento, restrito aos imóveis de caráter excepcional. Apesar de terem ocorrido outras iniciativas, os inventários tiveram, por longo período, papel secundário na preservação dos bens culturais. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, foram passíveis de amparo legal como instrumento de proteção de bens culturais, conforme o artigo 216, parágrafo primeiro

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Com a ampliação dos olhares sobre o patrimônio, a partir do texto da Constituição Federal, foi necessário “requerer procedimentos e metodologias de inventariação adequados à compreensão dos bens como detentores de referência cultural.” (MOTTA, REZENDE, 2016, p. 3).

Para Neutzling e Meira (2017), o inventário deve ser elaborado sob a ótica da leitura formal, realizada pelo técnico e da leitura simbólica, com a participação da comunidade, a fim de que o patrimônio, tanto material quanto imaterial, seja compreendido na sua totalidade. Assim, a “complexidade dos inventários para a preservação deve acompanhar a complexidade

da evolução e das alterações que se dão em todos os âmbitos.” (CARVALHO, AMARAL, 2011, p. 7).

Após entendidos os significados e a função dos inventários, a que responder o porquê inventariar. Nas colocações de Londres Londres (1998, p. 34), um inventário não pode ser limitado apenas aos aspectos materiais e formais do bem, mas também considerar seu processo histórico de produção e transmissão, além de buscar os diferentes sentidos e valores atribuídos a eles para acrescentar na pesquisa, afinal o valor de referência, ou seja, “o papel de determinados bens culturais na construção das identidades coletivas” deve estar ao lado dos valores artísticos, históricos, etnográficos, entre outros.

Observa Schwerz (2010), que o trabalho de inventário é um passo para um processo maior, o qual objetiva a preservação e valorização de um patrimônio, para não perder sua referência cultural, acima de tudo, para a comunidade que o detêm, assim como numa finalidade mais ampla, gerar uma base de dados que serve como guia para a administração pública, organização de turismo, instituições de ensino e órgão específicos que atuam na preservação do patrimônio.

Com o entendimento destes preceitos, se tenciona, com a realização do inventário dos capitéis, além de produzir documentação a respeito de suas características materiais, difundir e incentivar, através da tomada de consciência da sociedade, a importância de preservar seus bens edificados, os quais vinculam os indivíduos às suas raízes históricas, e mantê-los conservados para as futuras gerações.

Além disso, as informações levantadas com o inventário juntamente com a localização através do mapeamento dos capitéis, pode ser convertido em material para a produção de guias para a promoção do turismo religioso, mais diretamente abordado na próxima seção, o qual deve ter como intuito a divulgação destes locais de cultura popular com a finalidade de conhecimento objetivando sempre a conservação e preservação, e não como forma de turismo exploratório e de massa, culminado em possível dano ao patrimônio.

TURISMO RELIGIOSO

De acordo com a Embratur (2019), o turismo religioso é o segmento com maior crescimento no Brasil. Para exemplificar em números, ao comparar dois artigos publicados na sua página da internet, constatou-se que em três anos houve um aumento em torno de 13 milhões de pessoas, visto que, em 2012, quase 4 milhões das viagens domésticas pelo Brasil tiveram motivação religiosa, já em 2014, em números preliminares levantados pelo Departamento de Estudos e Pesquisas do Ministério do Turismo, cerca de 17,7 milhões de brasileiros fizeram suas viagens pelo país motivados pela fé, ou seja, um crescimento bastante acentuado em um curto período. No mundo, anualmente, conforme dados da *World Religious Travel Association*, o segmento movimenta US\$ 18 bilhões e atrai cerca de 300 milhões de pessoas.

Conforme afirma Monteiro (2003), o termo turismo religioso despontou na década de 60, e é muito utilizado nas discussões acadêmicas acerca de turismo, por empresários do setor e até mesmo pelas instituições da Igreja Católica, porém é confundido muitas vezes com romaria, peregrinação, dentre outros termos.

Seu conceito, para Steil (1998), é definido quando o sagrado move como estrutura para a percepção do cotidiano, para o lazer, para as atividades festivas, para o consumo, no qual o turista não mais vincula o evento em que participa somente ao culto religioso, mas também em uma experiência espiritual e de consumo ao mesmo tempo, em que a autenticidade é reposicionada.

Simplificadamente, Santos (2015), conceitua turismo religioso como um segmento do mercado turístico em que as viagens nacionais e internacionais são realizadas motivadas pela fé.

Para Neto (2015), independente do seu conceito, sobre o qual há discordâncias, o turismo religioso movimenta a economia e faz circular renda, seja nos deslocamentos internos dos brasileiros ou dos visitantes estrangeiros, pois, de forma geral, precisam de hospedagem, alimentação, consomem artesanato e outros produtos.

A pessoa que, pela fé ou outro motivo, visita um santuário vivencia uma realidade, uma experiência ligada ao local e, ao mesmo tempo, consome produtos e serviços. Mas há ainda o acesso ao turismo artístico, arquitetônico e gastronômico. E, com isso, o turismo religioso é também um indutor do lançamento de cidades como uma área de visitação, melhorando a qualidade de vida da própria localidade e sua população, quando planejado e estruturado de maneira adequada. É o caso, por exemplo, da região onde viveu Irmã Dulce na Bahia, canonizada em 2011 pela Igreja Católica, ou do Templo de Salomão, no bairro do Brás em São Paulo, onde fica a sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus. (NETO, 2015, on-line).

Destaca Lanquar (2007), a secularização das peregrinações e viagens espirituais e religiosas resultam em novas perspectivas do público e assim em exigências mais eficientes na gestão e promoção. Consequentemente, o turismo religioso pode favorecer o desenvolvimento local, com incremento positivo na economia, na qualidade de vida da população local e da cultura.

Para Maio (2004, p. 58), o fluxo de visitantes nas comunidades aumenta a renda da população local, devido à geração de empregos, ao crescimento da produção de artesanatos e ao desenvolvimento hoteleiro e imobiliário. “Por outro lado, essa afluência de turistas contribui para a preservação da identidade cultural e religiosa, particularmente por meio da manutenção do patrimônio natural e edificado.” Assim, para que os benefícios resultantes da atividade turística religiosa viabilizem a melhoria da qualidade de vida e efetivamente se torne sustentáculo para o desenvolvimento local, é imprescindível a participação e envolvimento da comunidade detentora dos bens visitados.

Então, se conhecer as manifestações religiosas de um povo e seus locais de culto é aprender um pouco mais sobre sua cultura, ao promover o turismo religioso, através de roteiros que incluam a visitação aos capitéis construídos pelos imigrantes italianos, localizados na cidade de São João do Polêsine, se está da mesma forma incentivando a conservação destes locais e consequentemente sua proteção e valoração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação objetivou estabelecer as relações entre o inventário arquitetônico e mapeamento dos capitéis da cidade de São João do Polêsine

e o fomento do turismo religioso na região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul.

Através do embasamento teórico dos temas patrimônio cultural da imigração italiana, religiosidade do imigrante italiano e a construção dos capitéis, inventário arquitetônico e, turismo religioso, buscou-se contribuir com informação para motivar a comunidade na preservação, valoração e proteção de seus bens, pois somente através do conhecimento a respeito da importância do seu legado e sentimento de pertencimento a estes bens, promove-se sua conservação.

Por fim, mesmo que os capitéis tenham sido construídos com materiais simples e sem grandes rebuscamentos, seu valor como conjunto arquitetônico retoma a história do imigrante na formação da região, bem como ao difundir suas singularidades, através da promoção do turismo religioso, incentiva-se a manutenção dos laços de identidade e pertencimento da comunidade com suas raízes italianas e sobretudo, incentiva-se a continuidade de estudos a respeito dos bens provenientes da imigração italiana, a qual tanto colaborou para o crescimento e enriquecimento cultural não só da região da Quarta Colônia, mas também de todo o estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Andrei. Devotos da tradição. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 55, n. 19.254, 24 e 25 nov. 2018. ZH Doc, n. 143, p. 16 – 20.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: Religião e Costumes**. Porto Alegre, EST, 1981, 112 p.
- BARZINI, Luigi. **Os italianos**. Editora Civilização, 1966, 395 p.
- BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Gunter(Org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 121-154.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DE BONI, Luiz A.; COSTA, Rovilio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979. 280 p.
- CARVALHO, Thaisa S. de; AMARAL, Luíz C. P. do. Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. **9º seminário docomomo Brasil**. Interdisciplinaridade e experiência em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, jun. 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/048_M11_RM-OSInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- FOCHESATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. 59 p.
- GIRON, Loraine S.; HERÉDIA, Vania. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007. 136 p.
- GUTIERREZ, Ester; GUTIERREZ, Rogério. **Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2000. 85 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO. Brasília: EMBRATUR, 2019. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Turismo_religioso_em_pauta_na_Embratur.html>. Acesso em: 10 set. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. Bahia: **IPAC**, 2019. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/institucional/apresentacao/#content>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento**. Brasília: IPHAN, 2001. 304 p.
- LANQUAR, Robert. La nueva dinámica del turismo religioso y espiritual. In: **Conferencia internacional de Córdoba sobre turismo, religiones y diálogo entre Culturas**. Córdoba, 29-31 de out. de 2007.
- LONDRES, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. 113 p.
- LUCHESE, Terciane Ângela. Capitéis, estratos do tempo do hoje e do ontem. In: MAZZOTTI, Fabiano (Org). **O livro do capitel**. Bento Gonçalves: Pallotti, 2018. 280 p.

LUZ, Maturino. A conservação da arquitetura da imigração italiana. In: POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. 596 p. (Assim vivem os italianos; 4).

MAIO, Carlos Alberto. Turismo religioso e desenvolvimento local. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Arte**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 53-58, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/503/505>>. Acesso em: 12 set. 2019.

MANFIO, Vanessa. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 31 – 46, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7333/4372>>. Acesso em: 28 set. 2017.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2. ed. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARCON, Itálico. Prefácio. In: MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 1. ed. Porto Alegre: Grafosul, 1975. 218 p.

MARIN, Jéri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: Novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.

MAZZOTTI, Fabiano (Org.). **O livro do capitel**. Bento Gonçalves: Pallotti, 2018. 280 p.

MERLOTTI, Vania B. P. **O mito do Padre entre os descendentes italianos. Comunidade de Otávio Rocha**. Porto Alegre, EST/UCS, 1979, 2º ed. 104 p.

MONTEIRO, Manoella. **Turismo religioso: roteiros de fé**. 2003. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/turismo/301668.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NEUTZLING, Simone Rassmussen; MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Inventários arquitetônicos no Rio Grande do Sul: do poder público ao poder do público.. In: Anais do IX Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio. **Anais...**Belo Horizonte(MG) CAD II – UFMG, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/50718-INVENTARIOS>>

ARQUITETONICOS-NO-RIO-GRANDE-DO-SUL--DO-PODER-PUBLICO-AO-PODER-DO-PUBLICO>. Acesso em: 08 jul. 2018.

NETO, Vicente. Turismo religioso: vivenciando a fé e diferentes culturas. **Embratur**, Brasília, mai. 2015. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_religioso_vivenciando_a_fe_e_diferentes_culturas.html>. Acesso em: 9 set. 2019.

PICCIN, Eunice. **O Código Cultural Religião Como Uma das Manifestações da Identidade Cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS**. 2009. 148 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. 596 p. (Assim vivem os italianos; 4).

_____. **Belas Aldeias Italianas**. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1987. 264 p.

RIGHI, José V.; BISOGNIN, Edir L.; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001.

SANTIN, Silvano; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: Patrimônio Histórico-Cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

_____. Sonhos diferenciados ou defeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: MARIN, Jéri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: Novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. cap. 1, p. 11-24.

SANTOS, Alberto Pereira dos. Turismo religioso: uma contribuição de Geografia Humana. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1-22, 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6160>>. Acesso em: 10 set. 2019.

SCHWERZ, João Paulo. Inventários de identificação e a experiência na quarta Colônia de imigração do Rio Grande do Sul. In: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa Zanini; COLUSSO, Isabele. **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. 160 p.

STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação e turismo: o Natal Luz em Gramado e Canela. **Anais... REUNIÃO DA ANPOCS**, 22. Caxambu, 1998.

ART DÉCO NA AVENIDA RIO BRANCO – SANTA MARIA: INTERAÇÃO DE QUATRO PRÉDIOS COM A CONTEMPORANEIDADE

LIDIA GLACIR GOMES RODRIGUES
ARQUITETA E URBANISTA
MESTRANDA EM PATRIMÔNIO CULTURAL
UFSM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, BRASIL
LIDIAROD@GMAIL.COM

O presente trabalho se constitui numa pesquisa sobre a manifestação *Art Déco* na Avenida Rio Branco, Santa Maria, RS, desenvolvida para a conclusão do Curso de Especialização em Arte e Visualidade do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Enfocando quatro prédios localizados entre a Praça Saldanha Marinho e a Gare da Estação Férrea, foram constatadas as interações dos prédios deste estilo na contemporaneidade, o estado de conservação, o entorno, etc. Ainda, foi abordado o contexto histórico da Avenida, sua inserção e evolução na cidade e apresentadas informações a respeito do estilo *Art Déco* no mundo e no Brasil.

A escolha da Avenida Rio Branco se deu devido à importância desta para a cidade de Santa Maria. Em decorrência da implantação da ferrovia no Rio Grande do Sul e da construção da antiga Estação Ferroviária em 1900, a atual Avenida Rio Branco foi prolongada até a mesma, tornando-se a grande via que promoveu a ligação entre a estação e o centro comercial da

cidade. Deve-se atribuir a essa implantação, em grande parte, ao sucesso que Santa Maria teve no início do século XX.

Os objetivos deste apanhado foram de realizar um estudo histórico e estilístico de quatro prédios *Art Déco* da Avenida Rio Branco, desde a Praça Saldanha Marinho até a Gare da Estação Ferroviária e o momento histórico em que eles estão inseridos, bem como a interação destes na paisagem contemporânea, disponibilizando, assim, uma fonte de pesquisa sobre este assunto. Ainda, discorrer sobre o estilo em análise, elencando suas características, abordar o momento em que são construídos na Avenida Rio Branco e constatar como se dá a interação destes prédios na contemporaneidade, através da análise do seu entorno, do seu nível de conservação. Isso foi possibilitado através de levantamento fotográfico da área em análise, para iniciar o processo de escolha dos quatro prédios *Art Déco*. O critério de seleção considerou prédios que apresentam características estilísticas do *Art Déco*, prédios que apresentam valor histórico e prédios que apresentam valor simbólico. Compreenda-se que um edifício tem valor simbólico quando pode ser referência devido a sua localização e importância para o coletivo de uma sociedade ou ao individual e edifício histórico aquele que de uma forma ou outra fez parte da história da cidade, seja porque foi palco de algum acontecimento relevante, seja pela sua construção ter sido um acontecimento histórico.

O ART DÉCO NO BRASIL E NO MUNDO: CONTEXTOS E CONCEITOS

Segundo o Dicionário Oxford de Arte, *Art Déco* é o nome dado ao estilo de design e decoração de interiores que prevaleceu na Europa e nos Estados Unidos ao longo das décadas de vinte e trinta. O *Art Déco* estava de um modo ligado ao *Art Nouveau*, mas caracterizava-se pelo uso das formas geométricas ou estilizadas, em vez de formas orgânicas. O nome do estilo advém da Exposition Internationale des Arts Decoratifs et Industriels Modernes, organizada em Paris em 1925. A exposição deu ênfase à individualidade e ao artesanato refinado (situando-se, nesse particular, no extremo

oposto do que era difundido contemporaneamente pela Bauhaus), sendo o *Art Déco*, a princípio, um estilo de alto luxo, empregando profusamente materiais caros como o marfim, a jade e a laca. Quando, porém, foi realizada a segunda grande exposição *Art Déco*, no Metropolitan Museum (Nova York, 1934), a ênfase transferiu-se do objeto manufaturado individual para o estilo e a atmosfera geral do interior considerado. Devido, talvez, aos efeitos da Grande Depressão, passou-se a valorizar também materiais e formas que podiam ser produzidos em massa, de modo fácil e econômico, e isso foi incorporado ao *Art Déco*.

De modo geral, pode-se dizer que o *Art Déco* divide-se em quatro períodos:

- (1) Até 1925: formação e manifestações embrionárias;
- (2) 1925 – 30: lançamento ao público, divulgação mundial e expansão;
- (3) 1930 – 40: consolidação e apogeu;
- (4) 1940 – 50: manifestações tardias.

Para Luiz Paulo Conde in Czajkowski no título da exposição fundadora, pode-se encontrar as palavras – chave por meio das quais o *Art Déco* se autodefine: “O *Art Déco* se define como Arte, enquanto o Movimento Moderno pretendia ser mais que isso: um movimento cultural global. O *Art Déco* se define como estilo Decorativo, enquanto o Movimento Moderno se coloca indiferente, contrário, ou até mesmo hostil (decoração é delito – Loos) à idéia de decoração. O *Art Déco* se define como estilo Internacional, ao lado do Movimento Moderno e contra as correntes, numerosas à época, que propugnavam por expressões artísticas “autenticamente nacionais”. O intercâmbio no Brasil do *Art Déco* com elementos oriundos da arte marajoara pode ser interpretado como uma aclimatização do estilo ao debate cultural que então se tratava no país. O *Art Déco* se define como estilo Industrial, isto é, associado à sociedade industrial nascente, implícitas aí todas as suas conseqüências, sobretudo tecnológicas. O *Art Déco* se define como estilo Moderno *latu sensu*, isto é, associa a sua imagem a tudo o que então poderia se definir como tal: arranha-céu, automóveis, aviões, cinema, rádio, música

popular, moda/ vestuário, emancipação da mulher. Propõe-se, portanto, como um estilo intrinsecamente cosmopolita. (CZAJKOWSKI, 2000, P.10)

A variante Marajoara do *Art Déco*, variação presente no Brasil, provém de uma inspiração indigenista, inventada por um arquiteto que buscava um nacionalismo e se inspirou no artesanato marajoara para alcançar seus objetivos, chamado Edgar Vianna, que logo se identifica com a temática decorativa do *Art Déco*, tornando-se uma variante desta. Além deste, o pintor Theodoro Braga foi um estudioso dos motivos da cerâmica marajoara, esta antiga cultura anterior à chegada dos portugueses, na Ilha de Marajó, estado do Pará, onde o pintor nasceu.

O estilo *Art Déco* caracterizava-se pela busca por novidades e modernidades. Modernidades que caracterizavam as incertezas de uma sociedade instável, recém saída de uma conflagração da qual emergiram realidades díspares no pós guerra.

ELEMENTOS E EXEMPLIFICAÇÕES RESSALTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO ESTILO

O *Art Déco* não pode ser definido propriamente como um movimento artístico pelas seguintes razões: ausência de uma doutrina teórica unificadora (manifestos, associações, publicações) que ordenasse a produção segundo conceitos e paradigmas bem definidos e consensuais.

Se não foi um movimento, o *Art Déco*, certamente foi um estilo, com estilemas claramente identificáveis. A comparação com o Movimento Moderno, sob esse aspecto, é interessante: enquanto este, num primeiro momento, faz confluir diversas linhas de desenvolvimento artístico e, após sua eclosão, subdivide-se em variadas tendências estilísticas, o *Art Déco*, ao contrário, mantém, do começo ao fim, um grau de unidade que o Movimento Moderno nunca apresentou.

A principal característica do estilo *Art Déco* é a explícita geometrização dos volumes e dos temas decorativos, sejam figurativos ou abstratos. Em resumo, podem ser listadas as seguintes características dos elementos arquitetônicos deste estilo:

SIMETRIA:

Figura 01 – Magazine Mappin



Elisário Babiana (1939), São Paulo

Traçando-se uma linha imaginária ao meio do edifício do Magazine Mappin, mais precisamente no centro da porta e que intercepte o centro do relógio, vê-se os mesmos elementos em ambos os lados e o mesmo número de aberturas e sacadas. Com isso, podemos identificar a presença de simetria desse exemplar (figura 01), uma característica marcante do estilo *Art Déco*. Acesso centralizado, valorizando a esquina; Tripartida em base, corpo e coroamento escalonado:

Figura 02 – Estação Ferroviária de Goiânia – década de 30, Goiânia



Coroamento

Corpo

Base

O prédio da Estação Ferroviária de Goiânia (figura 02) é dividido em três partes, no sentido horizontal: base, corpo e coroamento. O coroamento apresenta-se escalonado na torre com o relógio.

Predominância de cheios sobre vazios; Volumes geometrizados e simplificados; Sucessão de superfícies curvas (aerodinamismo); Contenção de ornamentos decorativos; Composição com linhas e planos, verticais e horizontais definidos e contrastados:

Figura 03 – Prefeitura de Belo Horizonte (1936 – 39) – Luiz Signorelli



No prédio da Prefeitura de Belo Horizonte (figura 03), identifica-se a harmonização de contrastes de linhas e volumes horizontais e verticais. Cabe salientar que ao lado da prefeitura está localizado o prédio do Correio de Belo Horizonte que reforça este conjunto de contrastes volumétricos.

Outras características, ainda, são: Estruturas em concreto armado; Embasamentos revestidos em granito, mármore, materiais nobres; Revestimentos altos em pó – de – pedra (mica); Plantas flexíveis com acessos por hall, circulação ou galerias; Iluminação grandiosa, cenográfica.

ARQUITETURA ART DÉCO EM SANTA MARIA: UMA REVISÃO HISTÓRICA

Assim como no resto do mundo, as mudanças sociais ocorridas que levaram à criação do estilo *Art Déco* refletiram também em Santa Maria.

Na Europa, o processo de industrialização do final do século XIX resultou na acumulação de capital e inovações técnicas, principalmente no campo da siderurgia, das fontes de energia, dos meios de transporte e das comunicações. A concentração da produção e do capital motivou o capitalismo industrial. A disputa por mercados consumidores entre as nações imperialistas criou várias rivalidades entre ingleses, alemães, franceses, russos e austríacos e desencadeou a Primeira Guerra Mundial. O saldo desta guerra apresenta uma Alemanha derrotada, uma França vitoriosa e a ascensão dos Estados Unidos. Após a Primeira Guerra Mundial a prosperidade avançou até 1925, quando a recuperação da Europa, o desemprego e os baixos salários começaram a germinar uma crise da superprodução que culminou em 1929, abalando os Estados Unidos e os demais países. Esta crise gerou a necessidade da busca por novos padrões construtivos mais econômicos. Mundialmente este é o palco da inserção do *Art Déco* na arquitetura.

Nacionalmente, a instalação da República no Brasil representou um ajustamento do nível político, uma mudança do regime, adequando-se às novas necessidades geradas na economia e na sociedade brasileira. No decorrer do século XIX, as exportações de café geraram uma série de transformações na estrutura tradicional montada no país desde os tempos da colonização. Segundo Pesavento:

Dominando o mercado mundial, as exportações nacionais do café foram capazes de fazer o Brasil acumular divisas, que se distribuíram internamente em efeitos multiplicadores e dinamizadores da estrutura econômica. (PESAVENTO, 1997. P.63).

Com o país conseguindo acumular divisas que, redistribuídas pelos Estados, estas proporcionaram mudanças na estrutura econômica e social. Estas transformações econômico-sociais promoveram a internalização do capitalismo no país.

A implantação das ferrovias a partir do final do século XIX nas principais cidades do Rio Grande do Sul marcou uma fase de progresso e desenvolvimento da economia gaúcha. Santa Maria, como centro geográfico do Estado, tornou-se o entroncamento ferroviário mais importante do sul do país.

A economia do município recebeu significativo impulso, crescendo de forma surpreendente a partir de 1885, ano da instalação do ramal férreo que ligava Santa Maria a Porto Alegre. Nos anos entre 1885 e 1905, a população de Santa Maria cresceu de 3.000 para 15.000 habitantes. E este crescimento veio acompanhado do desenvolvimento de atividades econômicas e de organização social. Com tudo isso, a Avenida Rio Branco tornou-se destaque no desenho urbano de Santa Maria, pois apresentava feições tecnicamente avançadas para a época, um exemplo do progresso que chegava à Santa Maria.

Dois elementos podem ser considerados como de grande influência para o surgimento do *Art Déco* em Santa Maria: o “primeiro foi a elaboração do Plano de Expansão Racional e Urbanização da cidade em 1938 e o segundo, a realização da exposição estadual, também em 1938, baseada na exposição comemorativa ao centenário da Revolução Farroupilha de 1935”. (SCHLEE, 2001)

A exposição estadual foi um marco para a cidade, depois de três anos da exposição de 1935 era a hora de Santa Maria mostrar o seu grau de progresso e desenvolvimento e de realizar a sua exposição. A exposição aconteceu junto ao antigo Jockey Club de Santa Maria e contou com o arquiteto Christiano de la Paix Gelbert na realização do plano de urbanização da exposição, arquiteto este responsável também pelo plano da exposição de 1935. Coube ainda a este arquiteto o projeto do pórtico Monumental e do Cassino. Ainda hoje, eventos com este caráter de exposição, garantidas as devidas proporções, uma vez que nestas exposições dos anos trinta havia a construção de prédios para a realização das mesmas, servem como disseminadores de novas idéias. Exemplo disso são as bienais de arquitetura e de arte.

Com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano de Expansão Racional e Urbanização da cidade, houve o elevado número de construções. E nestas construções se identificavam semelhanças entre os mesmos nas suas características construtivas e estéticas e que estas características fazem parte do repertório do estilo *Art Déco*. Formas simplificadas; predominância de cheios sobre os vazios; exemplares livres de excessos ornamentais – a decoração está presente com novas formas de expressão como na denominação dos prédios (escritos com letras padronizadas), nos trabalhos de serralheria

e nos planos horizontais dos edifícios, como as sacadas, os frisos e as platibandas preferencialmente cegas; volumes retangulares bastante definidos, puros, simples; valorização das esquinhas; prédios divididos em três partes e revestimentos de pó-de-pedra. Um elemento *Art Déco* que é encontrado com uma freqüência considerável é a variante marajoara. Em vários edifícios da cidade, encontramos esses exemplares.

A ARQUITETURA E A CONTEMPORANEIDADE: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

Para compreendermos melhor as características deste contexto contemporâneo, temos que compreender o veículo que conduz essas características na sociedade. Esse veículo é a cultura. Para Willians in Hall “a cultura se relaciona com a soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (HALL, 2003). A cultura de uma sociedade está refletida no seu comportamento, suas características, práticas, atividades.

Identificamos neste princípio do século XXI uma mudança de cultura. Alguns elementos como a televisão, o telefone, a internet, dinamizaram a sociedade, possibilitando que a comunicação entre as pessoas se faça numa velocidade infinitamente maior. Essa velocidade nas trocas de informações fez com que houvesse mudanças comportamentais, de relacionamentos entre as pessoas.

Essas mudanças proporcionam uma superficialidade de conhecimentos e de “idéia de raiz”. Tudo pode pertencer a todas as sociedades. Não há mais características exclusivas de uma determinada comunidade. A troca de informações possibilita o intercâmbio de cultura de maneira que não haja mais uma identidade específica. As pessoas podem identificar-se com várias facetas de várias sociedades.

Citando Bauman, vemos que um dos princípios normativos da vida pós-moderna é recusar-se a se fixar de uma forma ou de outra.

Não se prender a um lugar, por mais agradável que a escala presente possa parecer. Não se ligar a vida a uma vocação apenas. Não controlar o futuro, mas se recusar a empenhá-lo. Proibir o passado de se relacionar com o presente. Cortar o presente nas duas extremidades, separar o presente da história: aplanar o fluxo do tempo num presente contínuo. (BAUMAN, 1998, p.113)

Todas essas características citadas refletem o mundo contemporâneo, onde a pessoa prefere não estar presa a um só lugar, a uma só maneira de viver.

Com a exposição dessas características do mundo contemporâneo, podemos fazer uma análise mais clara da própria sociedade e compreender melhor o comportamento dessa sociedade e suas relações com o passado ou os elementos que representam o passado, como é o caso do patrimônio histórico arquitetônico e cultural.

ARQUITETURA ART DÉCO NA AVENIDA RIO BRANCO E AS INTERAÇÕES COM A CONTEMPORANEIDADE

No final dos anos trinta e início dos anos quarenta, época em que surgiram os primeiros edifícios *Art Déco* em Santa Maria, a relação desses edifícios com o entorno, com a rua, com a sociedade em si, era diferente de como é hoje. As ruas eram livres de placas de sinalização, semáforos, excesso de fiação aérea, de elementos publicitários e até do próprio ruído. Tudo isso era infinitamente inferior ao que encontramos hoje nas nossas ruas e avenidas e faz com que a apropriação que as pessoas fazem dessa rua seja diferente desta outra época (figuras 04 e 05).

Figura 04 – Antiga Casas Roth (1958)

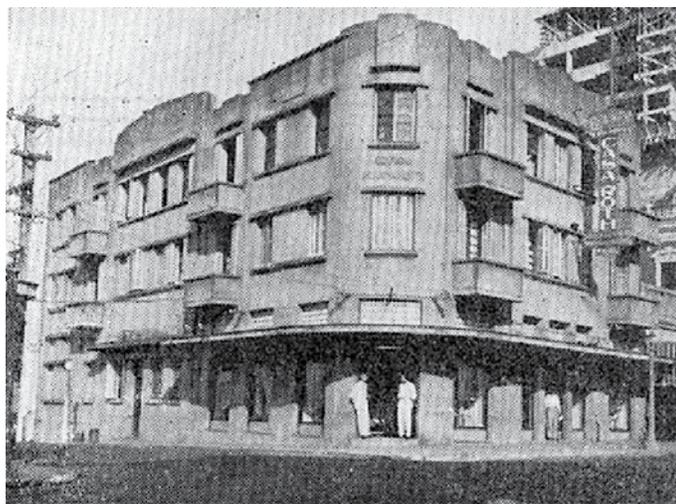


Figura 05 – Loja Ponto Frio (2005)



Questões que envolvem uma problemática social como a violência, afastam as pessoas das ruas hoje em dia. O que era comum nos anos quarenta como sentar-se ao passeio público com a família ou, como no caso da Avenida Rio Branco, no canteiro central à noite já não é mais possível fazer. O medo faz com que as pessoas afastem-se da rua criando uma nova forma de relação com essa rua.

A mudança de conceitos e de valores da sociedade como a valorização do consumismo, torna normal um *outdoor* publicitário esconder uma obra de valor arquitetônico em prol das vendas do produto anunciado. Isso é facilmente percebido tanto em grandes capitais como em pequenas cidades.

Ainda existem os elementos inevitáveis como as sinalizações de trânsito, cabeamento e fiação aéreas. Além da poluição sonora, todo este conjunto promove a poluição visual das nossas ruas contemporâneas.

Um monumento arquitetônico esclarece como uma sociedade assume sua relação com a temporalidade, constrói sua identidade e são testemunhos dos acontecimentos da mesma. Estes monumentos funcionam também, como um espelho, o qual reflete a história desta sociedade. Daí a importância da valorização deste monumento. E essa valorização começou a ser dada, em Santa Maria, com a criação da Mancha

Ferrovária, que foi um Programa de Preservação e Revitalização da Mancha Ferrovária de Santa Maria. Todavia, com o passar dos anos, identifica-se que apesar de haver avanços como o tombamento estadual da Vila Belga, por exemplo, houve também retrocessos. O parque ferroviário, que era um dos objetivos deste programa, não se concretizou e, no ano de 2018, com a revisão do Plano Diretor do município foi removida a proteção da Zona 2, dificultando o reconhecimento da própria sociedade aos seus elementos testemunhos da história, com valor arquitetônico cultural.

QUATRO EXEMPLOS DE ARQUITETURA ART DÉCO NA AVENIDA RIO BRANCO

A identificação dos prédios foi feita a partir da análise visual de edificações da Avenida Rio Branco, buscando as características *Art Déco*, levantadas durante a pesquisa, em cada prédio.

A escolha dos prédios seguiu, além do fator de identificação com o estilo (maior número de características), os critérios de valor simbólico e de valor histórico. Um edifício com valor simbólico é aquele que serve como ponto de referência, pois desde a sua construção passou a fazer parte daquele lugar, daquela comunidade e tem uma relevância naquele contexto, ou seja, permanece no imaginário das pessoas. “Um prédio histórico pode ser aquele que foi palco de acontecimentos importantes à cidade. Acontecimentos estes ligados às pessoas ou a atos sociais, políticos, econômicos, religiosos, etc”. (FOLETTTO, 2003).

Prédios que conciliem as características de valor simbólico e histórico podem ser identificados a partir da aparição destes em bibliografias como os álbuns que eram produzidos na cidade na oportunidade do centenário de Santa Maria (1958) ou ainda, o álbum produzido em 1938. Ou, também, por encontrarem-se vivos na memória dos santa-marienses que viveram nessa época, como é o caso da antiga Casa Feliz a qual foi identificada a partir da informação de um senhor que encontrava-se sentado em um dos bancos do canteiro central da Avenida Rio Branco, ou no caso do Edifício Jantzen cuja sacada serviu como púlpito de um discurso do ex presidente Getúlio Vargas.

Dentro deste universo, foram selecionadas as seguintes edificações: Edifício Brilman, Edifício Jantzen, Posto de Serviços Esso Central e Casa Feliz. Todos apresentam características distintas de preservação, estado de conservação, porém todos apresentam características *Art Déco*.

O primeiro caso a ser estudado trata-se do edifício Brilman (figura 06). Localizado na Avenida Rio Branco esquina com a Rua Coronel Ernesto Becker. Foi construído em 1939 pelo santa-mariense Edgar Weimer Pinto com o objetivo de abrigar um hotel de propriedade do comerciante judeu Jaime Brilman.

Figura 06 – *Edifício Brilman (1939) – Av. Rio Branco esquina com a Rua Coronel Ernesto Becker*



No ano de 2006, quando concluído o processo de reforma, abriu as portas o Hotel Dom Rafael. O edifício encontra-se restaurado e assim é dado o devido valor ao exemplar que, tanto na época da sua inauguração como nos dias de hoje, mantém sua importância no desenho urbano de Santa Maria. Encontra-se adaptado às legislações que regem os serviços de hotelaria e garante o conforto e comodidade necessária a um hotel. Nessa intervenção,

foram utilizados vários equipamentos e produtos da construção civil contemporâneos como divisórias em gesso acartonado, equipamentos de segurança na obra, revestimentos internos que não existiam na época da construção. Todos esses elementos carregam consigo um sinal de contemporaneidade.

O segundo exemplar analisado é o Edifício Cauduro – Hotel Jantzen (figura 07), que fica localizado na Avenida Rio Branco, esquina com a Rua Venâncio Aires. O edifício foi construído com o objetivo de abrigar um hotel de propriedade de José Cauduro, para suprir as demandas da rede hoteleira a qual era insuficiente na época, devido à grande movimentação proporcionada pela rede ferroviária. A autoria do edifício é atribuída a Luiz Bollick e a obra foi concluída em 1940; e em 1941, o hoteleiro de Santana do Livramento Silvio Jantzen começou a administrar o hotel. O térreo do edifício sempre foi utilizado como espaço comercial, as Lojas Eny funcionaram no local até 1970.

Figura 07 – Edifício Jantzen – Avenida Rio Branco esquina com a Rua Venâncio Aires.



Nos primeiros anos da década de 2000, o grau de conservação era péssimo, apenas o térreo encontrava-se ocupado e os demais pavimentos estavam completamente abandonados. Haviam vidros e janelas quebrados demonstrando o descaso por parte dos proprietários. Já no ano de 2017 foi apresentado o inventário da edificação e solicitadas autorizações junto ao Instituto do Planejamento

para a substituição de esquadrias, sinalizando a intenção de realizar intervenções de manutenção e preservação do edifício.

O terceiro exemplar é o edifício que foi construído para funcionar no térreo como Posto de Serviços Esso Central de propriedade de Aita & Cia Ltda. e demais pavimentos tinham função residencial. Está localizado na Avenida Rio Branco números 842 e 854 (figura 08).

Figura 08 – Antigo Posto de Serviços Esso – Avenida Rio Branco, 842 e 854.



O grau de conservação é ruim, há sinais de infiltração e de falta de manutenção. Aos fundos, funciona um serviço de estacionamento. Hoje, está localizada neste prédio, a loja de materiais de construção e ferragem Cimaco e nos pavimentos superiores continuam existindo apartamentos residenciais. Algumas características originais foram alteradas como o revestimento que hoje é de *fulget* nos pavimentos superiores e no pavimento térreo há a aplicação de um chapisco junto à propaganda da loja. O acesso aos apartamentos se dá ao centro do prédio, junto à rua.

Considerando a interação com a paisagem urbana, identifica-se que o prédio encontra-se absorvido por elementos contemporâneos, uma vez que, em nome da publicidade, na fachada da loja, foi aplicado um revestimento com a marca desta. Este procedimento difere do usual dos anos quarenta.

O quarto e último exemplar é a antiga Casa feliz (figura 09). O prédio da Casa Feliz, de propriedade de Francisco Isaia, está localizado na Avenida Rio Branco, 540, e abrigava uma casa lotérica no térreo e apartamentos residenciais nos demais pavimentos. Foi construído em 1943 pelo engenheiro João Servegmini.

Apresenta três pavimentos sendo o térreo mais dois pavimentos e um pavimento de subsolo. Têm sacada nos dois pavimentos superiores, revestimento de pó-de-pedra e a cobertura com telhado oculto por platibanda. Não apresenta recuos em relação ao alinhamento, laterais e fundos, os pátios dos apartamentos do subsolo ocupam todo o terreno.

Figura 09 – Antiga Casa Feliz.¹



O grau de conservação é bom, uma vez que este revestimento apresenta as mesmas características de quando novo. O interior do edifício é mantido de maneira que as circulações e os apartamentos apresentem aspecto de constante manutenção e sem descaracterizá-lo.

Considerando a interação com a paisagem urbana, o que remete o edifício da Casa Feliz à contemporaneidade, talvez seja o barulho que vem da rua, porque se não o fosse, o edifício estaria perfeitamente ambientado nos anos quarenta.

.....
1 (arquivo pessoal).

Todos os quatro exemplares apresentam várias características que permitem incluí-lo no acervo de arquitetura *Art Déco* da Avenida Rio Branco: foram construídos com o emprego das mais novas tecnologias disponíveis na época como concreto armado, elevadores, apresentam fachadas livres de ornamentação, quando de esquina, apresentam valorização da mesma seja com a presença de balcões curvos ou outras marcações, predomínio de cheios sobre vazios, geometrização dos volumes e dos temas decorativos, revestimento de pó-de-pedra, decoração nas platibanda em estilo marajoara ou geométricos, formas aerodinâmicas.

Além do *Art Déco*, outro fator em comum nesses quatro exemplares é a pertinência na mesma classificação dentro do Programa da Mancha Ferroviária, o qual planejava intervenções para conservações destes prédios.

Contudo, a efetividade de programas como este depende de vontades, sejam elas políticas ou da própria sociedade. E essa vontade é medida através da importância dada pela sociedade contemporânea aos patrimônios arquitetônicos.

Se a sociedade contemporânea é caracterizada pela superficialidade e falta de identidade ou por assumir várias identidades, não é de se surpreender que não é importante para a sociedade preservar uma memória que não a identifique mais. O que importa é o que está longe, o que é visto pela tela da televisão ou do computador, *tablets* ou *smartphones* pela rede. Não se quer dizer aqui que estes veículos são prejudiciais à formação do homem contemporâneo, afinal, são valiosos meios de conhecimento e obtenção de informação. Porém, o uso crítico desses veículos poderia provocar uma reflexão e valorização do que está próximo e do que é patrimônio da sociedade em que este homem está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final deste trabalho, algumas considerações se mostram pertinentes. Por se tratar de um assunto, ainda pouco explorado em Santa Maria, a realização deste trabalho sobre a manifestação do *Art Déco* e a certeza de ter aprendido muito sobre o tema foi gratificante.

Porém, algumas constatações trouxeram, também, decepção. A interação constatada com o patrimônio *Art Déco* é, predominantemente, a do descaso, abandono e falta de valorização dada pela maioria da sociedade, inclusive a governamental. Apesar desses edifícios serem testemunha do passado da cidade e de estarem presentes no imaginário das pessoas que viveram nesse tempo, a demonstração de importância dada a eles é mínima. E deve ser dada a parcela de responsabilidade para a própria sociedade, uma vez que essa não reivindica atitudes dos órgãos competentes no sentido de promover políticas de preservação e valorização do seu patrimônio. Talvez isso ocorra pela falta de reconhecimento da sociedade em sobre a importância de ter um acervo de relevante número de exemplares *Art Déco* em uma única via e seqüência porém o que se vê, infelizmente, ainda é a falta de afetividade por este patrimônio.

Os apontamentos feitos neste trabalho proporcionaram, além de um aprendizado maior em relação ao assunto, uma reflexão de que o conhecimento é o veículo para uma sociedade dar a merecida valorização e preservação do patrimônio construído. E, levar o conhecimento para fora das salas de aula, permitindo que a comunidade se conscientize e se aproprie do que lhe é relevante, é uma das maneiras mais efetivas de participação do meio acadêmico na vida sócio-cultural.

Considerando que o *Art Déco* inseriu-se numa sociedade que buscava um comportamento novo, intentemos que este espírito de mudança traga também o aumento da auto estima e da afetividade da comunidade santa mariense pelo seu patrimônio cultural *Art Déco* edificado.

FONTES DE PESQUISA

ABREU, José Pacheco. (Org). **Álbum ilustrado comemorativo do primeiro centenário da emancipação política do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul) 17 de maio de 1858 – 17 de maio de 1958**. Porto Alegre: Empresa Gráfica Metrópole, 1958.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CHILVERS, Ian. **Dicionário Oxford de arte**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CZAJKOWSKI, Jorge. (Org):. 3ª edição. **Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

FOLETTTO, Vani Terezinha e outros. **Motivações para identificação da arquitetura significativa de Santa Maria**. Revista Apreciando n° 11. Santa Maria: UFSM, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte / Brasília: Editora da UFMG/ Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **A arquitetura na transição (1920-1950)**. Anais do V Seminário de Ensino Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, 2001.

Disponível em: <<http://www.arq.ufsc.br/~soniaa/fotografias/saopaulo/Mappin%20Pra%E7a%20Ramos.jpg>> acessado em 07 dez.2005.

Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/media/upload/fotos/pequena/8133.jpg>> acessado em 12 de out. 2005.

Disponível em: <<http://www.vibra.com.br/a-arquitetura-art-deco-de-goiania/>>. Acessado em: 07 dez. 2015.

Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15637>>. Acessado em: 12 ago. 2019.

IDENTIDADE E IMAGINÁRIA JESUÍTICO-MISSIONEIRA DA REDUÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA: ALTARES PARTICULARES, DA IDOLATRIA AO FOGO

JOSÉ FERNANDO CORRÊA RODRIGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
JFERNANDOCORREA@YAHOO.COM.BR

A IMAGINÁRIA NOS LIGA AO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

O presente artigo tem por objetivo apresentar um recorte da pesquisa de mestrado em patrimônio cultural realizada na Universidade Federal de Santa Maria, onde buscamos analisar as imaginárias jesuítico-missionárias oriundas da Redução de São Francisco de Borja de posse de particulares.

São Borja foi palco do surgimento dos Sete Povos das Missões, mantendo ainda hoje muitos resquícios jesuíticos, tanto no subsolo inexplorado como na estatuária das igrejas, do museu ou em coleções de particulares, assim como, no imaginário da população local. Possui diversos museus, prédios históricos, bustos, placas, fontes, túmulos de personalidades e monumentos espalhados por suas ruas, avenidas e praças. No entanto, pouco ou praticamente nada é conhecido sobre os mesmos, muitos moradores da cidade nem sabem da sua existência.

A cidade de São Borja é conhecida nacionalmente como “Terra dos Presidentes” por ser terra natal dos ex-presidentes Getúlio Dornelles Vargas e João Belchior Marques Goulart, embora toda importância patrimonial do seu passado jesuítico-missionário.

Uma das questões primordiais na preservação do patrimônio histórico são-borjense passa pela preservação das imaginárias de particulares. De acordo com o inventário da estatúria missioneira existiam 50 peças catalogadas de posse de particulares em São Borja, no final da década de 1980.

Desconhecida da maioria da população as imaginárias precisam ser reveladas, ao mesmo tempo que estudadas, pois são parte do patrimônio da humanidade, são elas que vão ligar materialmente os itinerários culturais dos povoados missioneiros. A questão central da pesquisa se voltou em investigar o inventário da estatúria missioneiro realizado na década de 1989/1992 na região, e assim descortinar qual o real estado de conservação destas imaginárias de particulares na cidade de São Borja e seus sentidos identitários.

A forma que encontramos de colaborar com a educação patrimonial da população local, sobre esta riquíssima história foi utilizando nosso produto resultante da pesquisa do mestrado, que é uma exposição itinerante, composta por 15 banners de lona.

A exposição neste ano de 2019, iniciou a itinerância o primeiro local visitado foi a Reitoria da UFSM e logo em seguida a Reitoria do Instituto Federal Farroupilha, ambas em Santa Maria, logo em seguida foi para São Borja onde iniciou as visitas das instituições educacionais, ficando uma semana em cada educandário, também participamos da Feira do Livro Internacional de Santo Tomé na Argentina, onde a visita e repercussão foi um sucesso, também temos convite para 2020 visitar as cidades de Cachoeira do Sul, Ijuí e São Miguel das Missões.

No presente artigo exploraremos o capítulo III de nossa dissertação, intitulado, “REDUÇÕES E BARROCO MISSIONEIRO”, especialmente no que tange a luta pela sobrevivência nestes últimos três séculos da estatúria jesuítica no solo São-borjense.

A RESISTÊNCIA DA IMAGINÁRIA JESUÍTICO-MISSIONEIRA DA REDUÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA

O considerável acervo de obras de arte resultante do período reducional, fruto da obra de artistas indígenas sob a orientação de membros da

Companhia de Jesus, um trabalho constante por cerca de 150 anos na região, marca uma rica contribuição para o patrimônio nacional, constituindo-se em um dos conjuntos artísticos mais significativos que restaram do passado reducional. A arte jesuítico-guarani conhecida na região das missões em São Francisco de Borja pode ser chamada de Arte jesuítico-charrua, dada a maioria da população ser desta etnia.

Em 1750, achava-se em São Borja o p. Miguel Amenqual, Antônio Planes e Jaime Mascará. Após a expulsão dos Jesuítas e mesmo durante as guerras das conquistas, este povo não foi destruído nem queimado como os demais. Seu colégio e casas da praça foram sucessivas vezes ocupadas por tropas portuguesas, brasileiras e particulares. Essas construções, que não se igualavam em segurança aos de outros povos, tiveram que desmoronar por não serem conservadas. (LEITE,1970, p.60)

Esta informação é bastante importante para a nossa pesquisa, pois reforça que neste período da Guerra Guaranítica a cidade não sofreu destruição do seu patrimônio, diferente das demais Reduções dos Sete Povos que tiveram suas Igrejas ateadas fogo e destruídas. A Redução de São Francisco de Borja por não participar efetivamente da Guerra teve seu patrimônio preservado. Assim permanecendo intactos Igreja, casas e estatuária. Como a cidade moderna cresceu sobre a antiga Redução as pedras foram reutilizadas em novas construções e as estatuárias, parte permaneceu de posse da igreja, e outra parte foi apropriada por particulares que às cultuavam, e que vem sendo transmitida de gerações em gerações em suas famílias.

O grande abalo na história da imaginária São-borjense aconteceu durante a invasão ocorrida na Guerra do Paraguai. Neste período, as cidades eram invadidas tanto pelas tropas do Brasil no Paraguai como do Paraguai no Brasil, e eram saqueados os paramentos, alfaias, sacrários, castiçais, santos objetos em geral da igreja e, posteriormente, distribuídas as igrejas de seu país de origem como butim de guerra.

Como butim de “guerra justa”, o bispo capelão-mor solicitou à Sua Majestade Dom João VI que os vários objetos “adquiridos do inimigo” fossem distribuídos entre as várias igrejas do “Continente de São Pedro” (Rio Grande do Sul) que se encontravam

carentes de tais artefatos. Não alcancei descobrir qual foi a resposta de sua Majestade, porém, ao que tudo indica, a igreja de nossa Senhora das Dores em Porto Alegre, as matrizes das vilas de Taquari e a de São Borja foram as primeiras a receber os despojos de guerra. (KARSBURG, 2014. p. 226-227)

No dia 10 de junho de 1865 a vila de São Borja é invadida por tropas paraguaias. A grande maioria da população abandonou suas casas, ficando apenas os moradores estrangeiros na vila, e alguns poucos são-borjense que também acabaram ajudando no saque das casas da vila, durante e após a invasão.

Então, o tenente-coronel Antônio de La Cruz Estigarribia, comandante da coluna expedicionária, determinou o saque de estabelecimentos públicos, casas de negócios, depósito do exército, alfaiatarias, sapatarias, ferrarias, etc. e de sessenta moradias, poupando-se apenas as de proprietários não-brasileiros. O enorme saque partiu em carretas para Asunción, levando também soldados feridos e doentes (MAESTRI, 2015, p. 02)

Em 1850 o padre Francês, João Pedro Gay, pároco de São Borja solicita via petição ao governo licença para pegar alguns objetos sacros das ruínas de São Luiz das Missões para suprir as carências da nova igreja matriz em construção. A justificativa para esta solicitação se deu com o objetivo de salvaguardar os objetos antes que desapareçam dos antigos povos das Missões, assim (KARSBURG, 2014. p. 227-228), relata: “devido ao saque, ao roubo e ao tráfico operado por “figurões” e estrangeiros, deveria o governo autorizar a redistribuição para várias igrejas da província necessitadas de artefatos”

Em 1970 o Presidente do Brasil João Goulart ganha de presente do ditador paraguaio Alfredo Strossner uma Escultura de São Francisco de Borja, de 1,40 metro de altura, que paraguaios teriam roubado na guerra durante a invasão de São Borja, em junho de 1865, a família de Jango no ano de 2010 devolveu para a Igreja matriz a imagem (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Em 04 de agosto de 1768 o padre Carlos Perez entregou ao capitão Dom Nicolas de Elorduy, o inventário da igreja e demais pertences do Povo de São Francisco de Borja, para compor o inventário de Zavala,

no inventário constava tudo que existia em São Francisco de Borja, entre os itens destacamos as seguintes imaginárias: um São Ignácio de Loyola, um São Xavier, um São Luiz Gonzaga, um São Estanislau, três Santos Mártires, oito crucifixos, um cristo morto, quatro virgens mártires, uma Santa Rosa, uma Santa Barbara, um São José, um Santo Antônio de Pádua, um Santo Izidro, um São Miguel e quatro anjos. (NASCIMENTO, 2008)

A saga de sacrilégios com a imaginária missioneira de São Francisco de Borja vem de muito tempo. Em 19 de janeiro de 1893 o Jornal A Federação, noticiava que tinha chegado em Porto Alegre, vindo de São Borja, 04 imagens das antigas Missões e mais algumas relíquias jesuíticas. Com objetivo de compor a mostra brasileira na exposição de Chicago nos EUA. Posteriormente em nova edição de 05 de junho do mesmo ano, relata que o proprietário cobrava o retorno de suas esculturas, sinalizando que possivelmente estas imaginárias não tenham retornado dos Estados Unidos (JORNAL A FEDERAÇÃO, 1893).

O padre Hermenegildo Gambetti pároco da cidade no ano de 1922, foi vítima de uma agressão. Foi sequestrado por homens da comunidade, que lhe espancaram, despiram e forçaram a atravessar para a Argentina, por ser acusado de ter vendido estatuárias da Igreja Matriz de São Francisco de Borja para um museu na República vizinha. A matéria do Jornal A Federação assim conta:

Um dia destes, meia hora antes de ir celebrar um casamento em domicílio, foi o reverendo Gambetti procurado por um *chauffeur*, dizendo este que ia busca-lo para realizar o casamento. Ao penetrar no automóvel foi aquele sacerdote agarrado e conduzido para o rio que divide o Brasil com a República Argentina. Ahi, depois de esbordado e despido, fizeram-no passar para o país vizinho. O padre Gambetti foi há pouco acusado de ter vendido uns santos da igreja de São Borja para um museu da republica Argentina, facto este que aliás não está esclarecido. (JORNAL A FEDERAÇÃO, 1922, p. 12)

Apparício Silva Rillo, (2004), relata que a repulsa às atividades mercenárias do Padre Gambetti tomou corpo e ecoou na “cidadezinha” toda quando desapareceu do altar-mor uma estátua em madeira, de Santo Inácio,

que tinha uma cava onde uma pessoa podia esconder-se. Venerada por um sem número de fiéis, este Santo Inácio que tinha a lenda de que, no tempo dos indígenas, os padres da Redução introduziam-se na cava dorsal, baixavam o grande manto de tecido forte que vestia o santo e, assim disfarçados, dirigiam-se aos guaranis como se fossem a própria imagem que falasse.

Em 08 de março de 1940, o Presidente Getúlio Vargas cria, em São Miguel, o Museu das Missões, com a finalidade de reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões, com projeto arquitetônico de Lucio Costa e resumos históricos de Aurélio Porto e Sérgio Buarque de Holanda.

Hugo Machado o zelador encarregado de requisitar as peças para o Museu Missioneiro não solicitava empréstimo ou doação das obras. Retirava arbitrariamente as peças de seus proprietários. Não há um só caso contado ao entrevistador em que Hugo Machado não utilize o verbo tirar, para se referir ao método de coleta das peças. Não havia explicação, justificativa ou ponderação, mas a certeza de que aquela posse não era correta e que as peças deveriam ser colocadas na exposição do Museu das Missões. (BAUER, 2006. p. 120)

Cabe destacar que, quando do início das obras no Museu Missioneiro, de São Miguel das Missões, este possuía apenas três imagens, já no ato de criação ele possuía um número total de 146 peças reunidas, tendo sido recolhidas intempestivamente de 31 localidades diferentes, exceto São Borja, conforme relata o Diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, em relatório¹ ao Ministro Gustavo Capanema, e também informa que devido às más condições das estradas e muita chuva, a estatuária de São Borja não foi recolhida. Na realidade esta foi uma desculpa utilizada educadamente por Andrade, pois segundo relato de Fernando Hartemann, que juntamente com João Hugo Machado, realizava expedições para arrecadar estatuárias na região, informou em relato a Lucas Mayerhofer a sua saga da viagem para “arrecadação” de peças missioneiras na cidade de São Borja. Conforme encontrado no arquivo da 12ª Superintendência Regional

.....
¹ Informações do arquivo do Museu Getúlio Vargas.

do IPHAN, em Porto Alegre e publicado por Letícia Bauer (2006) e assim descrevemos na íntegra:

Ilmo. Shr. Dr. Lucas Mayerhofer

O viagem para S. Borja para requisitar objetos jesuíticos foi seguinte. Eu viajar com caminhão Alexandre Martini e levar junto o Shr. Hugo Machado e Joaquim Nunes Pereira (Velho Quinca) porque elle foi criado nesta zona e saber alguma imagem em casas particulares. em caminho para S. Borja nos passamos p. S. Jose onde me foi entregar de bom vundagem uma imagem de madeira (1.30 met altura) que foi encontrada numa capelinia. na chegada em S. Borja foi 20h. da noite. dia seguinte eu procurar o Shr. Prefeito para apresentar-se. mais encontrar antes o Shr. Vigario o que mostre os documentos e carta do Shr. Bispo sobre requisição. o Vigario responde muito mal. elle diz: **não** entregar **nenhum** objetos jesuíticos, não respeitar ordem do Ministerio e não ordem do Shr. Bispo, quem mandar em S. Borja sou eu. elle chamar nos ladrões, deixar nos na rua e correr para Shr. Prefeito. depois da saída do Vigario da Prefeitura eu e Hugo Machado entremos para apresentar-se ao Shr. Prefeito. Elle não acho documentos suficiente e não quer ler. neste hora mandar 1ª telegrama para Senhor. Mesmo dia 20 horas a noite chegar o Shr. Prefeito Shr. Delegado, Supdelegado e 2 soldados na Hotel, levar imagem que foi requisitado em P. S. José para Vigário. em este occasião o Shr. Delegado dize nos seria na outra dia exortado [?] fora do Município. este hora eu mandar 2ª telegrama.

Otra dia eu pedir favor de Delegado para pode esperar em S. Borja a resposta de Senhor, elle acceida. até 20h não vem resposta então eu resolver para voltar na São Miguel, porque as despesas no Hotel para nos (4 pessoas) foi alto, e pensar minha dinheiro e não suficiente para 3 o 4 dias ainda. (3ª telegr)

23 horas de noite recebi resposta do Senhor e um telegrama de Shr. Dr. Rodrigo M. F. de Andrade dia seguinte (18./5.) falar de novo com Delegado por que o Shr. Prefeito não estava mais em S. Borja, e mostrar os telegramas. o Shr. Delegado diz não pode fazer nada sem Shr. Prefeito, que não esta em São Borja e não volta antes de dia 21, também não pode dizer que dia elle voltar para S. Borja. eu não pode esperar este tempo e volta para S. Miguel.

Em S. Borja tem objetos jesuíticos importantes e grande valor, fora do culto:

8-10 imagens grande e bonito depositada no quarto lateral da Igreja, um altar jesuítico fora do culto, uma Pia de pedra perfeito e muito bonito (mais o menos 900 Kgr) 2 Pia de madeira bem trabalhado, e 3 sinos. 1 de 1.200 Kgr.

1 “600”,

1 “80”,

Os sinos também fora de culto, depositado na quintal na fundo da Igreja na terra, sem conservação; uma pomba de prata de lei (1 Kgr) eu calcula o valor objetos acima mencionada so de materiais e artistico 300 a 400 contos de reis, fora grande Valor de Histórico.

Para transportar destes objetos precisar 4 caminhão grande, o um Vagão da E. F. ate Santo Angelo, porque os Estradas de S. Borja são em pesimo estado.

Eu continuar requisitar as imagens nas otras Municípios onde eu sabe ainda imagens importantes. O Shr. Prefeitos e Delegadas de Santo Ângelo, São Luiz e S. Boqueirão solicitando facilitar nossa Missão.

neste data seguiram carta registrada com conta corrente, fotos, e copia do catalogo original. Original do catalogo fica aqui, porque ainda vem muitas imagens e otras objetos. faz a favor mandar dinheiro urgente.

Saudações,

Fernando Hartmannn (HARTEMANN apud BAUER, 2006, p.131 – 132)

Com o relato acima descrito podemos confirmar que as imaginárias jesuítico-missionieras de São Borja, conforme informa Fernando Hartmann, não integraram ao acervo do Museu das Missões de São Miguel, em 1940, ficando de posse de seus atuais proprietários igreja e particulares da cidade.

Lucio Costa (1941) em artigo na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 05, confirma a permanência da estatuária em São Borja:

Enquanto que na igreja de S. Borja ainda se conserva, além da pia de batismo e de várias imagens, como também ocorre na de S. Luiz (Fig. VIII), talvez o último dos numerosos retábulos das sete igrejas missionieras, peça valiosíssima não só por este motivo, como ainda, por ser de sabor a um tempo “crioulo” e jesuítico (Fig. 41). (COSTA, 1941. p.99)

Em pesquisa em jornais, revistas, teses e livros descobrimos algumas informações relevantes que sobre o percurso da saída de estatuária missioniera de São Borja, posterior ao ano de 1940.

Em 06 de junho de 1959, a igreja fotografada e publicada por Lucio Costa em 1941, na Revista do Patrimônio, começa a ser demolida. Em seu lugar foi construída uma nova igreja de estilo modernista com projeto assinado pelo arquiteto José Maria Oliveira Vilela e executado pelo engenheiro Nei Silveira, de Santo Ângelo (REVISTA ARMAZEM DA CULTURA, 2008).

Com a demolição da igreja matriz o retábulo fotografado por Lucio Costa (Figura 1) e, que era uma verdadeira relíquia, uma peça única

magistral, que chamou a atenção do arquiteto, toda esculpida em madeira, cheia de entalhes, foi destruída ou vendida, pois desapareceu.

Figura 1 – Altar da igreja matriz São Francisco de Borja



Fonte: Autor Lucio Costa em Revista do Patrimônio nº 05 de 1941

No ano de 1973 após avaliação do professor Carlos Galvão Krebs a Prefeitura de São Borja permutou um terreno por um lote de 22 Santos que passaram a integrar o acervo do Museu Municipal Apparício Silva Rillo (Museu Missioneiro de São Borja). Atualmente o acervo inventariado do museu é de 40 peças do período reducional, algumas vieram da própria igreja e outras de doações de particulares. O Museu, no ano de 2007 foi reinaugurado, todo adaptado para receber e manter as obras jesuíticomas-missioneiras. Possui em seu acervo obras significativas para a história missioneira, recentemente o pesquisador Darco Sustersic em visita a São Borja identificou no Museu Municipal

Apparício Silva Rillo, mais duas obras que pela plasticidade atribui ao escultor jesuíta José Brasanelli (RODRIGUES, 2014).

No ano de 1977, foi criado o Museu Municipal Monsenhor Estanislau Wolski, na cidade de Santo Antônio das Missões, antiga Vila 13 de Janeiro, que pertenceu a São Borja como distrito, e no período reducional seria local de uma capela. O acervo que deu início ao museu foi comprado pela Prefeitura por cinquenta mil cruzeiros do Padre Olmiro Hartemann.

O museu possui no acervo uma coleção única de 73 imagens missioneiras. É considerado o segundo maior acervo de miniaturas de arte barroca jesuítica do Brasil. Foi restaurado, em 2006, com recursos da Caixa Econômica Federal e FUNMISSÕES, por meio do programa “Circuito das Imagens Missioneiras – Fé e Arte em Harmonia”. (AHLERT, 2008. p. 86)

O Padre Hartemann, teria juntado este acervo de miniaturas de estátuas missioneiras, ganhando de famílias da região. Ele também desenvolveu atividades eclesásticas na cidade de São Borja no ano de 1963/1964 onde também é personagem de um fato envolvendo uma miniatura de estátua:

Posteriormente, em 1977, o MHN recebeu por doação uma escultura de Nossa Senhora em madeira tosca, criada por índios de São Borja, no Rio Grande do Sul, que fora uma região missioneira. Foi doada pelo general Nelson Boiteux através de sua nora, Maria Lúcia Vinha Boiteux, tendo ele recebido no ano de 1964, a imagem das mãos do Padre Olmiro Hartemann, da paróquia de São Borja, que afirmou ser o objeto do ano de 1740. Na carta de doação enviada ao MHN, o general alertou para a necessidade de realizar pesquisas para confirmar estas informações: “Seria interessante saber-se quais as razões sociais, religiosas, econômicas, de segurança, etc. que teriam efetivamente, determinado e influenciado no aldeamento dos índios e, no caso em espécie, a finalidade de iniciação dos índios em arte tão delicada e difícil a ser executada por elementos incultos e místicos” (OLIVEIRA, 2012. p. 7)

O mesmo Padre Olmiro Hartemann, que vendeu o seu acervo particular para a Prefeitura de Santo Antônio das Missões, em 1977, é o mesmo que durante o regime militar (1964) presenteou um general que estava em visita a São Borja, com uma imaginária Missioneira de posse da Igreja (Figura 7). O general Nelson Boiteux posteriormente realizou a doação ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2014).

O padre Hartmann, possuía uma estatuária quando da realização do Inventário da estatuária missioneira. Tratava-se de um Cristo crucificado, de inventário número RS/92-0001.0501. Uma observação chama atenção na ficha de inventário, onde nos dados históricos relata que a peça anteriormente pertenceu a Conceição Cidade de Almeida, que pelo endereço é vizinha da igreja Imaculada Conceição do Bairro do Passo, e que possuía outras peças catalogadas pelo inventário (RS/92-0502 e RS/92-0503). Possivelmente esta Senhora tenha doado ao pároco a imaginária, reforçando a tese de que ele tenha realmente ganho das pessoas residentes na região as estatuárias que compuseram o seu acervo. Cabe destacar que na data do inventário Dona Conceição tinha 87 anos, e relatou que teria ganho suas peças de uma “mulher preta”, e também consta a informação que as suas estatuárias não foram marcadas.

Em 15 de dezembro de 1977, o que movimentou as discussões na cidade foi a Mitra querer leiloar as imagens missioneiras da Igreja Matriz São Francisco de Borja, entre elas um São Miguel e o próprio padroeiro São Francisco de Borja. A motivação para tal, foi as dívidas contraídas pela Mitra na construção do salão paroquial da igreja. Mas, como o projeto precisava da aprovação da Câmara, o vereador José Francisco de Oliveira Freitas (ARENA) sugeriu, antes da aprovação do projeto que as referidas imagens fossem declaradas de utilidade pública pelo município, e que fosse pago a Diocese de Uruguaiana o preço estabelecido pela justiça, em relação à desapropriação. E assim o projeto foi aprovado, impossibilitando o leilão. Cabe destacar parte do discurso proferido pelo vereador à época e reproduzido na reportagem do Jornal. Folha de São Borja:

Do ponto de vista político, legal, cabe-me, como membro da Comissão registrar o seguinte: como católico, eu lamento, deploro, que imagens sacras sejam objeto de comércio por parte da Igreja Católica Apostólica Romana. Não sei para onde vai a igreja em sua doutrina, com as determinações de seu clero, com essa marcha. Daí o surgimento de Cardeais rebeldes e de outros fenômenos de marchas e contramarchas, dentro de uma instituição secular – parâmetro e termômetro da sensibilidade humana, pelo que apregoa de mais correto em matéria de vivência – o Cristianismo. Creio que a Mitra de Uruguaiana não poderia extirpar do solo que deu vida à ma-

deira e raça que esculpiu São Borja e Missões, a não ser tendo em vista interesses tão somente comerciais, abominando o interesse histórico e cultural e relegando a terceiro ou quarto plano a reverência religiosa. (JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA, 1977. p. 02)

O tráfico de obras jesuíticas sempre foi uma constante na região, em reportagem do Jornal folha de são Borja de 01 de junho de 1991, traz como título: “Polícia recupera imagens sacras roubadas”. Tratou-se do roubo de três imagens Uma Santa Maria Madalena (1.30m) e duas de pequeno porte (20cm) uma Santa Luzia e outra Nossa Senhora da Glória. Estas estatuárias teriam sido furtadas do interior do município de Itaqui, de uma fazenda na localidade de Itaó, próximo a São Borja (JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA, 1991).

No jornal Folha de São Borja (1991, p. 07), do dia 05 de junho do mesmo ano, trazia como manchete: “Recuperada mais uma imagem sacra”, referindo-se a um São José muito grande e pesado, que ficava na capela de São José Velho a 55Km da cidade de São Borja. Possivelmente, a mesma estatuária que em 1940 teria sido confiscada por Fernando Hartemann e posteriormente devolvida.

Já em 24 de julho de 1993, outra reportagem com o seguinte título: “Prefeitura impede venda de imagem missioneira”, a diretora do Departamento de Assuntos Culturais ficou sabendo de uma transação envolvendo um São Pedro (50 cm) e comunicou as autoridades impedindo a transação. (JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA, 1993, p. 04)

No ano de 2007 em outubro, aconteceu a doação de 21 peças que faziam parte de um altar em uma casa de chão batido nos subúrbios de São Borja, entre estas 08 peças são do período reducional, todas inventariadas pelo Inventário da Estatuária Missioneira. Sendo um quadro de Nossa Senhora do Socorro (RS/91-0001-0054), um anjo (RS/91-0001-0050), um Santo Isidro (RS/91-0001-0049), um cristo na coluna (RS/91-0001-0056), um fragmento queimado de um São Miguel Arcanjo (RS/91-0001-0057), um Cristo crucificado (RS/91-0001-0055), uma cabeça de nossa Senhora do Socorro (RS/91-0001-0051), e o que restou do um senhor Morto que foi

queimado no culto (RS/91-0001- 0053). As doações foram recebidas após 08 meses de tratativas do Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Prefeitura com a família Ayala Chagas, que a mais de cinco gerações vinha conservando e preservando as estatuárias (RODRIGUES, 2014).

No dia 22 de novembro de 2012 foi apresentado requerimento de solicitação de ato de tombamento à Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, onde o proponente requeria solicitação de estudos e posterior encaminhamento ao Conselho Consultivo do IPHAN, para a realização do Tombamento das Fontes Jesuíticas Missioneiras da cidade de São Borja – RS, e de todo o acervo de imaginária inventariado e demais resquícios do período reducional.

Conforme ofício nº 593/2014/IPHAN-RS o requerimento foi aceito e aberto o processo nº 01512.003248/2012-67, e para dar continuidade o proponente deveria apresentar uma série de documentações desde a identificação, a pesquisa histórica, a descrição e análise da edificação, levantamento fotográfico, incluindo a proposta de utilização de entorno quando fosse o caso. O proponente procurou auxílio junto a Prefeitura de São Borja, Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Políticas Culturais, para dar continuidade a instrução do processo, não obtendo sucesso, o mesmo foi arquivado junto ao IPHAN.

No ano de 2017 durante as atividades da Semana Acadêmica do Curso de Gestão de Turismo do Instituto Federal Farroupilha o assunto voltou a mesa de debates, e foi formado um grupo de trabalho formado por professores e acadêmicos, que conta com a assessoria de técnicos do IPHAN-RS e vem pesquisando e preenchendo as fichas solicitadas, para posterior envio ao IPHAN, para a reabertura do processo de tombamento, cabe ressaltar que o grupo focou seus esforços nas imaginárias e fontes jesuíticas de propriedade pública, o grupo de trabalho pretende entregar até o final do segundo semestre de 2019, o trabalho concluído para a Superintendência do IPHAN.

No dia 20 de junho de 2018, o site oficial do município noticiou que o acervo do museu Aparício Silva Rillo seria objeto de estudo de pesquisa-

dores internacionais. Onde os pesquisadores, conservadores-restauradores da Universidade Técnica de Munique na Alemanha, representado pelas alunas alemãs Julia Brandt e Isabel Wagner e pelos argentinos Fernando Franceschelli e Federico Lobera permaneceram três dias na cidade analisando as esculturas jesuíticas em madeira a fim de rastrear o trabalho ou influência de jesuítas nas oficinas locais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA, 2018)

O desconhecimento da sociedade sobre esse acervo coloca em risco sua integridade. Acrescenta-se a isso a sua rápida deterioração e a ignorância do real valor dessas peças por alguns detentores, o que provoca danos muitas vezes irreparáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi produzido apresentando um recorte da dissertação que foi produzida com o intuito de analisar as imaginárias jesuítico-missioneiras oriundas da Redução de São Francisco de Borja.

Apresentamos o histórico da resistência das imaginárias nos últimos três séculos, especialmente o acervo pertencente a particulares na cidade de São Borja, que é dotado de uma iconografia de valor histórico e artístico incalculável, formam uma fonte documental riquíssima. A história das reduções jesuítico-guaranis que se desenvolveram no Sul da América nos séculos XVII e XVIII, ganham um novo contexto em São Francisco de Borja, pois poderia ser chamada de redução jesuítico-charrua, dada a etnia preponderante na cidade.

Buscamos compreender na dinâmica cultural do município de São Borja, no sentido de conhecer e analisar a imaginaria como patrimônio cultural da forma como vem sendo usado para fomentar processos de identidade, colocando em evidência alguns aspectos do seu passado histórico em detrimento de outros, produzindo invisibilidades e exclusões identitárias. A execução da pesquisa levou-nos, assim, a compreender muitos aspectos da cultura são-borjense. Destacamos que este estudo buscou mostrar um passado praticamente esquecido pela cidade, que atualmente ostenta a refe-

rência a “Terra dos Presidentes” e, por consequência, acaba ofuscando suas heranças históricas.

Em relação ao conceito de identidade a cidade de São Borja, que parece invisibilizar a sua identidade primeira, quando analisamos as influências culturais sofridas nos seus três séculos de existência, concluímos que o choque de etnias entre Charruas e Guaranis foi um fator influenciador e que contribuiu para que a cidade se afastasse, do ponto de vista identitário dos missioneiros de outras Reduções, que na sua imensa maioria eram povoados por indígenas da etnia guarani, ao contrário de São Francisco de Borja em que a maioria de seus habitantes eram Charruas. Cabe ressaltar que só nos últimos 10 anos que a governança cultural buscou fomentar ações de valorização da identidade jesuítico-missioneira de São Borja, e muito em função da visibilidade de políticas fomentada pela UNESCO e BID.

Em observação aos aspectos relativos ao conceito de patrimônio cultural em que a própria UNESCO, define o Patrimônio Cultural como “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”², podemos afirmar que as imaginárias missioneiras preenchem todos os pré-requisitos conceituais de um patrimônio cultural. Afinal, recebemos como herança cultural de gerações passadas, vivemos, valorizamos e desejamos transmitir às nossas gerações futuras.

As estatuárias analisadas, em algum momento, passaram por intervenções para sua manutenção, e sempre por profissionais não habilitados tecnicamente para a execução do restauro, o que ocasionou a descaracterização de algumas peças. Isto ocorre, por que as imaginárias não estão protegidas legalmente, falta o ato de tombamento. Faz-se necessário a tramitação do processo de tombamento de todas as imaginárias junto ao Conselho Consultivo do IPHAN, para assim, após aprovado parecer, ser salvaguardada com o ato de tombamento, e, assim, valorizando este rico patrimônio cultural.

.....
2 UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>> Acesso em: 20 mai. 2018.

Constatamos que a falta de conhecimento da população em relação à sua história, cultura e patrimônio, prejudica ações de valorização patrimonial. Neste sentido, se faz necessária a realização de ações de educação patrimonial, oficinas, cursos, seminários, exposições que fomentem a história e despertem o pertencimento da população local no que diz respeito às suas raízes. A valorização do imaginário são-borjense ajuda evitar que tenhamos repetidos outros casos de estatuárias queimadas, vendidas, furtadas, doadas ou mutiladas.

A exposição itinerante produto resultante da dissertação, preocupou-se em ser o veículo de difusão dessa história com papel primordial na educação patrimonial da população, difundindo o legado histórico e valorizando o patrimônio cultural. A educação patrimonial sempre foi uma preocupação que tivemos desde a concepção do projeto e, posteriormente, na definição do material a ser utilizado na exposição.

A exposição atualmente é uma ferramenta de apoio aos professores, podendo dar suporte as aulas da história do município assim como as de cultura e patrimônio.

Por fim, este recorte da pesquisa apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural buscou contribuir para a sociedade, trazendo um estudo de interesse social e cultural, pautado em uma pesquisa de cunho científico, com um produto que oferece um retorno para a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Jacqueline. **As miniaturas na imaginária missioneira** – O acervo do Museu Monsenhor Estanislau Wolski. Dissertação de Mestrado em História. Passo Fundo: 2008. Universidade de Passo Fundo. 198 p.

BAUER, Letícia Brandt. **Patrimônio Cultural, História e Memória: O arquiteto e o zelador** – São Miguel das Missões (1937 – 1960). Dissertação de Mestrado em Educação. Porto Alegre: 2006. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 168 p.

COSTA, Lucio. **Arquitetura Jesuítica no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 5, p.09 – 103, 1941

JORNAL A FEDERAÇÃO. Porto Alegre. 05 jun. 1893.

_____. Porto Alegre. 19 jan. 1893.

_____. Porto Alegre. 19 jan. 1922, p.12

_____. Porto Alegre. 17 mar. 1885.

JORNAL FOLHA DE SÃO BORJA. **Aberto inquérito policial no caso do pastor que queimou imagem missioneira**. 02 set. 2007

_____. **Mitra querer leiloar as imagens missioneiras da Igreja Matriz São Francisco de Borja**. 15 dez. 1977, p. 02

_____. **Polícia recupera imagens sacras roubadas**. 01 jun. 1991, p. 01

_____. **Prefeitura impede venda de imagem missioneira**. 24 jun. 1993

_____. **Recuperada mais uma imagem sacra**. 07 jun. 1991, p. 09

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, **Após 145 anos, santo volta à terra de Jango**. 25 dez. 2009, p. 15

KARSBURG, Alexandre. **O eremita das Américas: a Odisseia de Um Peregrino Italiano no Século XIX**. 1ªEd. Santa Maria: Editora UFSM, 2014

LEITE, Bazilisso. **Generalidade das missões jesuíticas 1531 – 1759 – Roteiro Histórico e Turístico das ruínas dos Sete Povos das Missões**. Vol I. 2ª Edição. Editora A4 LTDA. 1973 Porto Alegre

MAESTRI, Mario. **A invasão de São Borja**. Jornal correio do Povo. Porto Alegre, 06 jun. 2015, p. 02

NASCIMENTO, Ana Ollivia do e OLIVEIRA, Maria Ivone de Ávila (Org.) **Bens e Riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008

OLIVEIRA, José Roberto de. **Experiências Utópicas no Território Fronteiriço do Mercosul e as Alternativas de Sustentabilidade e Desenvolvimento para o Terceiro Milênio/Desenvolvimento em Questão** [On-line] 2012, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75223635003>> Acesso em 10 abr. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. **Acervo do Museu Apparício Silva Rillo será objeto de estudo de pesquisadores internacionais** [On-line] 2018, Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ultimas-noticias/1035-acervo-do-museu-apparicio-silva-rillo-sera-objeto-de-estudo-de-pesquisadores-internacionais>> Acesso em 15 ago. 2018

REVISTA ARMAZÉM DA CULTURA, São Borja. Editora Conceito, 2008

RILLO, Aparício Silva e O'DONNELL, Fernando O.M. **Populário são-borjense**. Ed. Nova Prova, São Borja, 2ª Ed. 2004.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa. **Resquícios Jesuíticos e Missioneiros na Terra dos Presidentes e a potencialização para o desenvolvimento do turismo**.

Especialização em imagem, história e memória das Missões: Educação para o patrimônio. São Borja: 2014, Universidade Federal do Pampa. 83 p.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>> Acesso em: 20 de mai. 2018.

GASTRONOMIA MISSIONEIRA E OS “SETE POVOS”: A CONSTRUÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES, A PARTIR DO ESTUDO DAS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANI (1682-1756)

PAULA DE OLIVEIRA SANT’ANA
MESTRANDA EM HISTÓRIA
UFSM/BRASIL
SANTANAPAUOLA07@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a importância de uma análise sobre os hábitos alimentares dentro das Reduções Jesuítico-Guarani como fortalecimento da formação e manutenção da gastronomia da região reconhecida/identificada como os “Sete Povos das Missões”. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho é uma breve revisão bibliográfica. Compreender a dimensão dos significados dados aos alimentos e/ou perceber a história acontecer de modo que esse mecanismo seja o vetor da narração dos fatos, é uma ferramenta importante para a construção de pesquisas que revelem esse espaço. Por isso, a construção debates acerca da construção da gastronomia de uma região é importante.

Palavras-chave: Gastronomia missioneira; Alimentação; Cultura.

INTRODUÇÃO

Analisar História por meio da alimentação e os preceitos sociais decorrentes dessa prática é algo importante dentro da dinâmica de historiografia mundial. Perceber o alimento como elemento social, cultural e

histórico, possibilita a compreensão das diferentes sociedades, a origem e o consumo de diferentes insumos. Diante disso, o presente trabalho visa discutir a importância de uma análise sobre os hábitos alimentares dentro das Reduções Jesuítico-Guarani (1682-1756) como fortalecimento da formação e manutenção da gastronomia da região reconhecida/identificada como os “Sete Povos das Missões”¹.

Tendo em vista que pesquisar acerca da alimentação dentro das Missões Jesuítico-Guarani, do Rio Grande do Sul, se faz relevante também, oportunizaria um outro olhar as dinâmicas de construção social e permitiria um conhecimento acerca relação dos alimentos, dos hábitos que os cercavam diante de indígenas e jesuítas, além de perceber as trocas a partir desse encontro. Está compreensão, em primeiro momento, está através de uma breve revisão bibliográfica.

O trabalho encontra-se dividido em três momentos, trazendo uma contextualização acerca da relevância de estudar a alimentação, com o primeiro item intitulado “A importância de estudos voltados à alimentação”, que busca situar o leitor para compreender as perspectivas que esse tema assuma diante de diferentes autores. Seguido pelo item dois “Gastronomia regional: a Região das Missões”, que visa apresentar aspectos de conceituar a gastronomia regional e depois abrange um estudo de como apresenta-se a formação alimentar da região. Ao terceiro momento do presente artigo traz-se a discussão dos “Os “Sete Povos das Missões” e os hábitos alimentares”, onde discute-se a relevância de um estudo focado nesses povoados como forma de fortalecimento para a gastronomia missioneira. Ao final do trabalho encontram-se as considerações finais e os resultados obtidos através das leituras bibliográficas e construção deste estudo.

.....
1 São os povos que passaram a pertencer ao Brasil em troca da Colônia de Sacramento (localizada em frente a Província de Buenos Aires), e as demarcações advindas com o Tratado de Madri, em 1750 – efetivamente isso ocorreu em 1801, mais especificadamente, as que hoje se encontram no Rio Grande do Sul (KÜHN; COMISSOLI, 2013).

1. A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS VOLTADOS À ALIMENTAÇÃO

Os primeiros textos que tratam da História da Alimentação com maior ênfase são “A Fisiologia do Gosto”, de Brillat- Savarin (1825), na qual o autor aborda o homem e a comida. Essa obra é uma das clássicas e precursora em tratar da gastronomia para além das receitas, entendendo a alimentação como um conjunto que envolvem o gosto, ritos e convenções sociais. Ainda, temos o trabalho de Adam Maurizio, chamado “História da alimentação vegetal da pré-história aos nossos dias” (1932), onde o autor buscou determinar uma relação entre a história dos vegetais e a história das civilizações (SANTOS, 2005).

No entanto, ainda conforme Santos (2005, p. 13), “foi com F. Braudel, herdeiro de Febvre e Bloch, por meio dos conceitos de cultura material, que a História da Alimentação ganhou fisionomia definitiva no campo da pesquisa histórica”. Nesse sentido de relevância do alimento e toda implicação acerca disso, como bem aponta o autor:

O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História (SANTOS, 2005, p. 13).

Entender a alimentação como sendo um dos pilares bases pela formação de sociedades distintas ao redor do mundo, possibilita um viés importante ao analisarmos a história. Perceber o alimento como elemento social, cultural e histórico, possibilita a compreensão das diferentes sociedades, a origem e o consumo de diferentes insumos.

Em Meneses e Carneiro (1997), no texto intitulado “A história da alimentação: balizas historiográficas”, os autores constroem um caminho de análise acerca da produção e estudos dentro do contexto história da

alimentação, em diferentes áreas, países e abordagens. Ressaltando que o objetivo deste estudo é reforçar a importância de se estudar/analisar através desse olhar, entretanto, sem que isso fosse necessariamente criar uma nova área, apenas uma forma de evidenciar o potencial de construção de conhecimento a partir dessa perspectiva em relação as pesquisas sobre a sociedade. E, uma contribuição importante desse artigo é que ele apresenta quatro norteadores de problemas acerca da construção de informações/conteúdo sobre a história da alimentação, sendo eles o enfoque biológico que, segundo os autores, é o mais voltado a parte nutricional; o enfoque econômico que traz uma abordagem voltada aos estudos dos alimentos com maior interesse econômico; o enfoque cultural ele coloca a sua atenção na forma de preparação e consumo dos alimentos, todavia compreendendo essas atividades como espaços de “articulação de sentidos, valores e mentalidade”; por fim os autores trazem o enfoque filosófico que está constituído em dois momentos o que aborda o “prazer de comer” e o outro poderia ser chamado de “ética alimentar” e, existe ainda o enfoque social que é tido como sendo inerente a todas as análises voltadas aos estudos acerca dos alimentos, de maneira que ele não se apresenta contabilizado pelos autores.

Mintz (2012, p. 387) afirma que “os seres humanos parecem ser a única espécie viva que não possui embutida no seu interior uma ideia do que comer”, ainda nesse momento o autor coloca que reconhecida essa ignorância, é possível perceber que diversos grupos humanos “tem” diferentes alimentos e possuem apego a esses alimentos, leva-se em consideração ainda o que se tem disponível, em cada localidade. Existe uma seleção, e, ainda nas palavras dele, “compreender como ocorre essa seleção, como as pessoas verbalizam, racionalizam e intelectualizam os seus comportamentos alimentares, é uma parte importante do que os estudos sobre comida fazem” e “comida, em outras palavras, é uma ferramenta para nós, porque é um produto cultural, que usamos para nos distinguir de outros. Nós comemos isso, eles não. Ou eles comem isso, nós não”. Ou seja, é importante dimensionar os aspectos envolto as dinâmicas alimentares dos grupos sociais, porque eles revelam diferentes compreensões da maneira que se relacionam

com um alimento, além da possibilidade de percepção de diferenciação e/ou identificação de grupos sociais. Nesse sentido, em seu artigo *Comida e antropologia: uma breve revisão* o autor revela que:

Difícilmente outro comportamento atrai tão rapidamente a atenção de um estranho como a maneira que se come: o quê, onde, como e com que frequência comemos, e como nos sentimos em relação à comida. O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos. Não é de surpreender, portanto, que o comportamento comparado relativo à comida tenha sempre nos interessado e documentado a grande diversidade social. (MINTZ, 2001, p. 31)

Por meio, desses autores é possível compreender o dinamismo dos estudos voltados à alimentação. Também evidenciando como os hábitos alimentares e o que isso envolve demonstra uma possível caracterização disso como alimento sendo algo de caráter social e cultural.

2 GASTRONOMIA REGIONAL: “A REGIÃO DAS MISSÕES”

A gastronomia, de acordo com Collaço (2013, p. 211), consolida-se no espaço urbano e diante disso a ideia de gastronomia regional ganha ênfase na França, primeiramente, com a urbanização a valorização dos espaços do “campo”, paisagens e rotas para conhecer determinados hábitos contribui para a ideia da valorização de uma “cozinha local”. Por esse motivo, o conceito gastronomia regional pode-se dizer que é oriundo da França, nesse sentido nas palavras da autora:

É evidente que de alguma forma as cozinhas regionais já existiam, mas o foco das representações converte-se em outro. Uma culinária considerada rústica e despretenhiosa é alçada ao centro da gastronomia, disseminando a curiosidade entre parcela da população urbana em degustá-la. No entanto, não basta tê-la disponível na cidade, pois perderia parte de seu valor, o interessante é deslocar-se até onde é possível conviver com práticas locais e discernir suas raízes in loco. Assim, território e especificidade culinária passam a dominar o imaginário da cozinha regional, que se valem de seu inventário cultural para falar do passado, de tradição, do autêntico, de um estilo de vida mais simples e verdadeiro. Assim começou a se delinear a cozinha francesa e sua reputação p. 211).

Outro fator relevante que a autora pontua em seu estudo “é de que a cozinha regional é construída a partir dessa herança cultural, tradições, mas é inegável que adquire novos arranjos e, conseqüentemente, significados em função de um espírito local mais exacerbado”. Nesse sentido, Collaço (2013), ainda afirma que a partir da construção de selos de certificação de origem de certos produtos gastronômicos esse espaço ganha maior poder no imaginário popular. E, ainda afirma que esse caso de construção de uma gastronomia nacional, ainda que com valorização da gastronomia regional, do modo que ocorreu na França, não foi o mesmo que ocorreu no Brasil, que atualmente de forma lenta e gradual que o país está pensando e construindo formas de qualificar seus produtos de origem, nas palavras dela “esse processo começa a se desenhar no Brasil, embora ainda de forma tímida quando surgiram produtos com selos de origem como queijos, chocolates, aguardentes etc” (COLLAÇO, 2013, p. 214).

Sendo assim, “a cozinha e o comer representam elementos além de uma associação entre grupo e território, contando também com a memória, a tradição e disputas de identidade”(Idem, p. 204). Faz-se relevante o entendimento dessa questão de espaço, de transformações, pois nesse momento do presente trabalho busca-se apresentar às questões voltadas ao espaço tido como a Região das “Missões”, do Rio Grande do Sul, Brasil. São informações acerca de como a gastronomia regional dessa localidade, apresenta-se hoje retomando a interação entre diferente atores que contribuíram para a formação desse local.

A gastronomia missioneira ganhou, através da obra “Gastronomia Tradicional: Região Missões e Central do RS – Brasil”, de 2015, uma importante colaboração para informações acerca de como se apresenta a região no campo gastronômico. O artigo de abertura da pesquisa, traz referências das etnias que são formadoras dessa localidade. Nesse sentido, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com os locais, apresenta os seguintes resultados que a localidade possui formação por meio de grupos descendentes/ascendentes de indígenas, alemães, italianos, austríacos, poloneses, africanos, portugueses e espanhóis.

A alimentação apresenta-se baseada em preparações adaptadas e de manutenção de alimentos que são tidos como oriundos da localidade. Nesse contexto, no caso dos indígenas, do povo Guarani, os pesquisadores ressaltam, a erva-mate, o uso do milho nas preparações e tendo um certo protagonismo, da mandioca, o uso do fogo no chão e utensílios de cerâmica. No em relação aos espanhóis “trouxeram a farinha de milho e de trigo”, o prato mais aceito na Região da Missões, seria uma variação do “*El puchero* – ensopado que leva grão-de-bico, carne suína, carne bovina, batata e cenoura” (BECKER, 1958, *in* MARQUETO *et al*, 2015, p. 53), atualmente seria um ensopado de carnes e batatas, legumes diversos. No que diz respeito à contribuição da etnia portuguesa, seria, assim como demais localidades no Brasil, a salga da carne bovina seca ao sol, estendida por meio de varões de madeira; contribuíram com temperos e especiarias (cravo, canela, alho, açafrão, entre outros), colaboraram bastante também com modos de fazer doces como processos para constituição de doces cristalizados e secos, comotas de açúcar, alguns exemplos, pontuados no artigo são fios de ovos, ovos mole, por exemplo. No que diz respeito a etnia africana, os autores demonstram exemplos de pratos típicos desse grupo, como a feijoada, o mocotó, o uso dos ingredientes mondongo (dobradinha), abóboras, milho, mandioca, charque e mel. (MARQUETO *et al*, 2015).

Os hábitos alimentares de alemães e austríacos e, que conforme o resultado da pesquisa, estão presentes até hoje nas mesas locais são as carnes defumadas, a banha de porco, a galinha assada, a linguiça, sopa de legumes e ovos, conservas de repolho e demais legumes, também contribuindo com alguns tipos de pães e doces, além de bebidas como a cerveja e o chopp. Ainda conforme a pesquisa os italianos faziam muito uso do milho ao se estabelecerem na região, tendo a partir daí pratos como a polenta e suas variações bastante frequentes em duas dietas, o feito de massas caseiras, o doce mais difundido foi o sagu. Por fim, apresenta-se as contribuições dos poloneses, sendo uma alimentação baseada em legumes diversos e carnes defumadas, as principais preparações sendo a *czarina* (um tipo de sopa quente preparada com carne de pato), *pierogui* (é um tipo de pastel, podendo ser frito ou

cozido, usualmente recheado com doce e canela e/ou com requeijão salgado. Esse estudo, ainda que focado aos municípios de Santo Ângelo, Cerro Largo, Guarani das Missões, Entre-Ijuís, Giruá e São Miguel das Missões evidencia a pluralidade da gastronomia dessa região do Rio Grande do Sul (MARQUETO *et al*, 2015).

3. OS “SETE POVOS DAS MISSÕES” E OS HÁBITOS ALIMENTARES

Existem estudos que apontam que durante o processo de colonização nas Missões Jesuítico-Guarani, pelos espanhóis, eles trouxeram gado bovino, equinos, ovinos e esses animais teriam sido domesticados pelos indígenas nas comunidades. Dessa forma, consta que substituíram as carnes de caça por esses animais e alguns produtos teriam sido acrescentados à dieta como trigo, a cevada, alguns tipos de frutas, legumes, etc. Um ponto interessante levantado num estudo realizado é que a “civilização” e o maior contato com a “comida de branco”, empobreceu a cultura típica e nativa, dessa forma os indígenas acabaram deixando de lado saberes e fazeres exclusivos de sua etnia. (MARQUETTO *et al*, 2015).

A alimentação/alimento como pano de fundo de construção historiográfica, social e cultural, pode ser encontrada, como afirmam Meneses e Carneiro (1997), através das obra de Salaman, em 1949, que buscou “construir a história e a influência social da batata”; em Mintz, 1986/1996), que usa o “açúcar” como base para estudar dois séculos de capitalismo. Assim como

Gilberto Freyre, podemos destacar o Açúcar, de 1939, a qual oferece grande contribuição para o entendimento da identidade nacional a partir da civilização do açúcar no Brasil – a sacarocracia –, cujo tema passa pela História, Sociologia, Antropologia e pela Economia, marcando decisivamente as práticas e hábitos alimentares no Brasil. O saber culinário em formas de receitas, transmitido de mãe para filha, muitas vezes encerrando segredos culinários, constitui para Freyre uma espécie de “maçonaria das mulheres” (SANTOS, 2005, p. 18).

Esses exemplos, evidenciam a importância do potencial ao estudar a história por meio dos alimentos, das suas potenciais significâncias, ou

seja como um determinado alimento pode revelar sobre uma sociedade. Como poderia ser feito ao explorar esse conteúdo diante dos “Sete Povos das Missões”, tendo em vista a possibilidade de colaborar com um viés diferenciado de estudo acerca desse sistema reducional e seus atores. Consequentemente, refletindo sobre as dinâmicas assumidas por meio de análises que conseguem transmitir informações e conteúdo baseado em estudo de sistemas alimentares.

Conforme Bruxel (1987, *apud* MARQUETO *et al*, 2015), durante a colonização espanhola os indígenas missionários tiveram contato com equipamentos e utensílios, além de que trouxeram gado, bovino, equinos, ovinos, esses animais foram domesticados, com isso os nativos modificaram alguns hábitos alimentares, também outros costumes. O autor destaca o uso do fogo de chão, carne assada na brasa, usualmente feita em valas, utilizando ainda artigos de cerâmica para coccionar os alimentos. Em relação ao principal insumo utilizado pelos guaranis missioneiros haveria destaque para o milho, que seria o principal produto produzido em suas lavouras (SCHADEN, 1974, *apud* MARQUETO, 2015).

A dinâmica alimentar apresentada diante a literatura existente nos apresenta a gastronomia missioneira, como elemento oriundo do encontro das etnias que chegaram ao Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX, de maneira que isso, em certo nível, ressalta a curiosidade acerca de mais estudos/olhares acerca da existência de metodologias e/ou práticas alimentares antecessoras a este momento (MARQUETTO *et al*, 2015).

Por isso, a importância de olhar para os hábitos alimentares dos povoados que ocupavam a região missioneira a partir da fundação das Reduções Jesuítico-Guarani, no segundo período reducional (1682-1756), quando os jesuítas e os indígenas começam a retornar ao lado esquerdo do Rio Uruguai, fundando as reduções: São Francisco de Borja, São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706). Que seriam o início do que hoje conhecemos como a “Região das Missões”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação humana tem sido estudada ao longo da história. As nuances que são pertinentes a essa temática estão constantemente sendo analisadas pelas ciências humanas e sociais. Compreender a dimensão dos significados dados aos alimentos e/ou perceber a história acontecer de modo que esse mecanismo seja o vetor da narração dos fatos, é uma ferramenta importante para a construção de pesquisas que revelem esse espaço. Por isso, pesquisar acerca da alimentação dentro das Missões Jesuítico-Guarani, do Rio Grande do Sul, é relevante. Pois, possibilita um outro olhar as dinâmicas de construção social e permitiria um conhecimento acerca relação dos alimentos, dos hábitos que os cercavam diante de indígenas e jesuítas, além de perceber as trocas a partir desse encontro.

A ideia de estudo que centra-se nas investigações acerca da alimentação dos “Sete Povos das Missões” – São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio, seria uma forma de colaboração com as pesquisas e estudos realizados diante dessa temática. Além de contribuir para o fortalecimento de uma gastronomia regional missioneira mais forte e que compreenda as modificações e/ou manutenções de certos costumes que são parte dos hábitos alimentares dessa localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTO, Carla. Milagre, retórica e conflitos políticos. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh-sp, 2011. p. 1 – 16. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300918256_ARQUIVO_Anpuh2011.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

CARBONELL DE MASY, R. La Génesis de las vaquerías de los pueblos Tapes y Guaraníes de la Banda Oriental del Uruguay a la luz de documentación inédita, apenas conocida. **Pesquisas, História** 27: 13-48. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa, 1989.

CASCUDO, Luís Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 2, p.203-222, dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18224/hab.v11.2.2013.203-222>>. Acesso em: 15 set. 2019.

FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. 5. ed. São Paulo: Senac, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfó. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HAHN, Noli Bernardo et al. Cultura, religião e gastronomia: reflexões filosóficoantropológicas integrado a gastronomia missioneira. In: MARQUETTO, Rut Friedrich (Org.). **Gastronomia tradicional: regiões missões e central do RS – Brasil**. Santo Ângelo: [s. n.], 2015. Cap. 4. p. 127-147.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). **Revista de História**, São Paulo, n. 169, p.53-81, 18 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/70448>>. Acesso em: 04 out. 2018.

LABORIE, Jean-claude. A dispersão do saber missionário sobre as Américas de 1549 a 1610: o exemplo jesuíta. **Revista de História**, São Paulo, v. 152, p.9-27, jan. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18995/21058>>. Acesso em: 02 out. 2018.

MARQUETTO, Rut Maria Friedrich *et al.* História, gastronomia e suas representações étnicas: caso da região das missões – RS – Brasil. In: MARQUETTO, Rut Friedrich (Org.). **Gastronomia tradicional: regiões missões e central do RS – Brasil**. Santo Ângelo: [s. N.], 2015. p. 21-72.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, p.9-91, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5349/6879>>. Acesso em: 22 set. 2018.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 37, p.130-150, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a08.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MINTZ, Sidney W.. Comida e antropologia: uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 47, p.31-41, out. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718>>. Acesso em: 22 set. 2018.

NEUMANN, Eduardo. **Letra de índios: Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai**. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 42, n. 42, p.11-31, mar. 2005.

SCHALLENBERGER, E.. Estudos Missioneiros: temas e abordagens. In: XI Jornadas Internacionais sobre as Missões jesuíticas, 2006, Porto Alegre. **Jesuítas e missões: entre novos e velhos mundos**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. v. 1. p. 08-08.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <<https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitoshistc3b3ricos.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

VÍCTORA, Ceres Gomes. Entrevista com Sidney Mintz. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, p.381-395, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v18n38/16.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

PATRIMÔNIO CULTURAL, MÚSICA, TURISMO E A ORQUESTRA SINFÔNICA DE SANTA MARIA

SANTOS, CRISTINA STROHSCHOEN DOS
ARQUIVISTA E MESTRE EM PATRIMÔNIO CULTURAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, BRASIL
CRISARQUIVISTA@GMAIL.COM

O Ministério do Turismo brasileiro define cultura como todas as formas de expressão do homem: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente. Nesta perspectiva abrangente, permite-se afirmar que o Brasil possui um patrimônio cultural diversificado e plural. Já as inter-relações entre História, Arquivos e Patrimônio Cultural são tênues e apresentações musicais também promovem turismo. Neste viés esta comunicação pretende divagar sobre o trinômio patrimônio, música e turismo. A Orquestra Sinfônica de Santa Maria, com 53 anos existência, é a única orquestra sinfônica acadêmico-universitária no sul do Brasil e constitui-se em verdadeiro patrimônio cultural da cidade e região. Imbrica-se neste viés a memória da Associação da Educação do Talento – Centro Suzuki de Santa Maria, organização esta que foi responsável pelo ensino de práticas de orquestra para crianças e adolescentes. Com o objetivo de preservar o patrimônio documental da Orquestra Sinfônica da UFSM, iniciou-se em 2017 o *Projeto Orquestrando Arquivos Musicais na UFSM: História e Memória da OSSM*, sob a coordenação do Departamento de Arquivo Geral (DAG). Pretende-se que esta memória esteja disponível para pesquisas, dando visibilidade para os arquivos e aumentando sua inserção na sociedade.

Palavras-chave: patrimônio cultural – música – turismo

PATRIMÔNIO CULTURAL, MÚSICA E ARQUIVO

Desde a década de trinta do século passado as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil referiam-se quase que somente aos bens culturais, sendo que a música brasileira não foi contemplada com políticas de preservação. Para Cotta (2006, p. 25) “pensar as questões relativas à preservação e ao acesso ao patrimônio musical implica necessariamente em repensar a noção tradicional de patrimônio cultural”.

Sampablo por sua vez, aborda a responsabilidade sobre a documentação musical de orquestras, relacionando ao patrimônio cultural.

Es frecuente que se tenga un desconocimiento casi completo de las tareas que realiza un archivero, desconocimiento que se suple con la imagen romántica del lápiz en la mano, la preparación de los arcos y la salvaguarda de las partituras que son patrimonio de la orquesta como elementos fundamentales de su responsabilidad. (SAMPABLO, 2006, p. 40)

Ainda para Bolaños (2005, p.98) “el desarrollo de archivos especializados, como lo son los personales y los musicales, puede ayudar a romper las barreras que impiden a los archiveros expandirse y contribuir al desarrollo de otras disciplinas, como la Musicología”.

No Centro de Documentação Musical Maestro Eleazar de Carvalho da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP)¹, por exemplo, os responsáveis pelo acervo de partituras denominam-se “arquivistas musicais”.

Castagna (2016)N por sua vez salienta a necessidade da arquivologia musical no Brasil.

Em função de seu significado primário utilitário, nenhum tipo de acervo sofreu tantas perdas e desfalques quanto os acervos musicais, especialmente no Brasil. Esse fenômeno ocorreu em parte pela pequena consciência do valor histórico das fontes musicais, mas também pela adoção pouco frequente de teorias e métodos arquivísticos que garantissem a maior conservação dessas mesmas fontes, por meio de seu recolhimento em fase permanente (CASTAGNA, 2016, p.194)

Certo é que tudo o que merece ser preservado, devido ao seu interesse cultural, é considerado um patrimônio cultural. Na definição da

.....
¹ Visita técnica realizada pelo DAG e OSSM em setembro de 2017.

UNESCO, o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Na definição do Iphan os bens culturais de natureza imaterial que dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas são classificados como patrimônio imaterial.

Partindo destas premissas e apropriando-se das definições dos autores citados, podemos afirmar que os concertos (leia-se também a preservação de seu acervo) da Orquestra Sinfônica de Santa Maria (música) podem ser considerados patrimônio cultural de Santa Maria.

Os festivais, apresentações musicais e no caso desta comunicação os concertos musicais de orquestra, produzem vários documentos, não somente o programa do concerto, ou as partituras usadas pelos instrumentistas, mas como a maioria das orquestras não possui processamento técnico especializado (leia-se arquivistas) e formação dos profissionais que atuam nestes arquivos é exclusivamente musical, esse acervo nem sempre é preservado e algumas vezes até menosprezado.

Aqui podemos tecer uma imbricação com a Arquivologia. Na teoria arquivística existem três tipos de difusão: cultural, editorial e educativa.

A difusão cultural é promovida por meio de palestras, debates, congressos, jornadas e reuniões, lançamentos de obras, **eventos populares** (grifo nosso), comentários na imprensa, filmes, documentários, folhetos publicitários, **exposição de documentos** (grifo nosso), entre outras ações. (Bellotto, 2004, p. 20)

Na Alemanha, por exemplo, as agências de turismo recorrem aos arquivistas para a redação e correção de notícias históricas em seus folhetos publicitários, sendo o arquivista considerado a pessoa mais bem preparada para assegurar um turismo de qualidade.

Ações de difusão nos arquivos são fundamentais para ampliar o reconhecimento social do papel e da importância dos arquivos, seja para a sociedade civil como um todo – que a partir desses serviços passa a enxergá-los como espaços de garantia de seus direitos, de preservação da memória e da história da comunidade ou Estado, seja para o poder público.

Ainda em concordância com Bellotto (1991), que salienta que “o objetivo da Arquivologia é o acesso à informação” reforça-se a premissa de que instituições culturais que atuam nas áreas de preservação do patrimônio cultural devem promover a difusão de seus acervos, mas já possuindo instrumentos de pesquisa para acesso aos dados das imagens fotográficas.

Na convergência destes pontos iniciou-se, em 2017, o Projeto “Orquestrando Arquivos Musicais na UFSM: História e Memória da Orquestra Sinfônica de Santa Maria”.

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, CONCERTOS E TURISMO

Em 2006 o Ministério do Turismo lançou uma cartilha com orientações básicas sobre turismo cultural. Entre os tipos de turismo – Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Rural, Turismo de Aventura. Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura

A cartilha do Ministério do Turismo descreve também “o patrimônio cultural como mais do que atrativo turístico, fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado” (BRASIL, 2010, p.5)

Em 2008 um estudo pioneiro no Brasil, realizado pela EMBRATUR em parceria com a UNESCO, identificou e caracterizou o perfil e o comportamento do turista internacional que visita o País para conhecer a cultura brasileira.² Os resultados apontam também para a imagem cultural que o turista deste segmento tem sobre o Brasil. A musicalidade, as danças e a hospitalidade foram destacadas como as características mais expressivas (60%).

Os eventos são um fenômeno crescente, aumentando em número e popularidade, podendo funcionar como produto turístico, sejam eles me-

.....
² BRASIL, EMBRATUR & UNESCO. Estudo do Comportamento do Turista Cultural Internacional. Brasília: Embratur, 2009.

ga-eventos ou pequenos festivais comunitários. Segundo Maciel (2011. p. 6) “são oportunidades para divertimento e entretenimento artístico, cultural e patrimonial em comunidades e noutros locais recreativos”.

Partindo destas premissas e apropriando-se das definições dos autores citados, podemos afirmar que os concertos da Orquestra Sinfônica de Santa Maria podem ser considerados turismo cultural em Santa Maria.

ORQUESTRA SINFÔNICA DE SANTA MARIA

A Orquestra Sinfônica de Santa Maria completou 53 anos de existência em 2019, sendo a segunda orquestra sinfônica a ser criada no Rio Grande do Sul, a única orquestra sinfônica acadêmico-universitária do sul do Brasil e uma das mais antigas do gênero no Brasil, adquirindo visibilidade e credibilidade na sociedade e tornando-se um verdadeiro patrimônio cultural da cidade e região. Esta longa e profícua trajetória da orquestra produziu um considerável volume documental onde está espelhada sua história e memória.

A orquestra é um órgão suplementar da Universidade Federal de Santa Maria ligado a Pró-Reitoria de Extensão e iniciou suas atividades no ano de 1966, três anos após a criação do curso de Música da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É considerada, ao mesmo tempo, um conjunto de disciplinas curriculares do curso de música, um laboratório de prática de orquestra ligado ao Departamento de Música e um grupo artístico atuante na sociedade.

O primeiro conjunto instrumental da antiga Faculdade de Belas Artes da UFSM foi fundado em abril de 1966 por Frederico Richter e Jean Jacques Pagnot. Constituído inicialmente por instrumentos de cordas, foi o ponto de partida da Orquestra Sinfônica de Santa Maria, denominada de 1ª fase. Em 1981, o maestro Richter deu início a um novo projeto conhecido como *Orquestra Possível*, denominada de 2ª fase. Nesta fase contaram com a participação de alunos e professores de vários instrumentos dos cursos de Música da UFSM, inclusive violão e flauta-doce que são instrumentos não efetivos a uma orquestra sinfônica, mas que podem participar

eventualmente como solistas, além do grupo de cordas já existente. Com a criação da Associação Cultural Orquestra Sinfônica de Santa Maria (ACOSSM), em 22 de junho de 1988, a orquestra começa a desenvolver suas atividades como orquestra sinfônica clássica dentro dos moldes de sua constituição atual, denominada de 3ª fase.

Além da estrutura física e de pessoal, oferecida pela UFSM, a Orquestra é mantida através de bolsas fornecidas pela UFSM e colaboradores da Associação Cultural Orquestra Sinfônica de Santa Maria. Está localizada no segundo andar do Prédio do Centro de Convenções da Cidade Universitária (campus sede) da UFSM. Possui hoje 40 músicos e três servidores.

Em pesquisa realizada sobre a autossustentabilidade da OSSM no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal em 2012, Silveira descreve os componentes da orquestra bem como seu objetivo.

Entre seus componentes estão os acadêmicos e egressos dos cursos de Música da UFSM, além de músicos da comunidade. É uma orquestra-escola com regente estável e docente atuante na área de metais do Departamento de Música. Conta com o apoio da instituição de ensino, da contribuição dos sócios e patrocinadores dos projetos desenvolvidos para algumas temporadas. Desempenha suas atividades de ensino, pesquisa e extensão há cinco décadas de forma ininterrupta, e vem promovendo a divulgação da música erudita brasileira e universal, folclórica e popular a ela adaptada, com grande repercussão no público da cidade e região, durante a realização de suas temporadas. (SILVEIRA, 2012, p. 4)

PROJETO ORQUESTRANDO ARQUIVOS MUSICAIS

Constam entre os objetivos do projeto, além de garantir o acesso à história/memória da Orquestra, divulgar a história e memória da orquestra não somente à comunidade acadêmica mas também à comunidade externa e também promover interlocução e difusão cultural e a democratização do conhecimento artístico-cultural e científico produzido na UFSM.

Assim, o projeto está realizando ações que visem a preservação da memória da orquestra e ao mesmo tempo a gestão arquivística dos documentos produzidos visando a salvaguarda das informações digitais também como memória. Elencamos duas delas:

- Arquivo fotográfico da OSSM. Início com as fotografias natodigitais (conforme resolução n. 41³ do Conarq em 2014). A gestão arquivística das fotografias digitais engloba as sete funções arquivísticas: produção/criação, avaliação/seleção, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão.

O acesso ao pesquisador/usuário é pelo repositório Fonte – <http://fonte.ufsm.br/>. Há 2315 fotografias disponíveis na web, indexadas com os nomes dos músicos em cada concerto.

Figura 1 – Acervo fotográfico da OSSM na web



Fonte: <http://fonte.ufsm.br/>.

- Arquivo de partituras musicais da OSSM. As pastas foram revisadas para conferência dos naipes e a planilha de acesso atualizada.

.....
 3 A resolução Conarq n. 41, de 9 de dezembro de 2014, dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos SINAR, visando a sua preservação e acesso.

Figura 2 – Etiqueta de identificação do acervo de partituras musicais da OSSM



Fonte: SANTOS, 2019.

ANÁLISE, DISCUSSÃO E RESULTADOS

Silveira relata em seu estudo que projetos pela lei de incentivo à cultura (LIC) tem fundamental importância na manutenção das orquestras sinfônicas, e principalmente neste caso de orquestra-escola, no Brasil. A partir da fundação da Associação Cultural Orquestra Sinfônica de Santa Maria (ACOSSM) iniciam-se o envio de projetos as leis de incentivo a cultura.

Conforme dados coletados a partir do acervo documental preservado da orquestra, foram contabilizados 380 concertos entre os anos de 1981 a 2017, uma média de 11 concertos anuais. Da década de 80 para a década de 90 os concertos praticamente duplicaram, mostrando o crescimento da orquestra.

Destes concertos, 71 foram realizados em outras cidades, o que evidencia a qualidade da orquestra, sendo convidada para apresentações em eventos em outras localidades.

Calculando-se uma média de 100 pessoas por concerto temos um público de 38 mil pessoas deslocando-se de sua ou de outras cidades para a atividade cultural-musical.

Esta escrita pretende enfatizar, em primeiro lugar, a importância da preservação da memória documental de uma orquestra sinfônica, pois é a partir da informação contida nos documentos que se consegue realizar análise de dados.

Os programas de concertos são os que nos permitem elaborar índice e gráficos para saber a quantidade de concertos e onde foram realizados. Mas apenas os programas não bastam! É necessário o arquivamento do dossiê completo do evento/concerto para que possamos divagar sobre o trinômio patrimônio, música e turismo – proposta desta escrita. Assim, defender a arquivologia, ou a arquivologia musical como denominada pelos profissionais da área da Música é a única solução!

Analisemos aqui algumas informações coletadas em documentos do ano de 2001 do Arquivo Histórico da Orquestra:

Data	12 2001
Documento	Relatório de atividades Concertos de Natal nos Bairros com a OSSM: Uma Sinfonia de Paz
Informações	A OSSM nos bairros é um projeto que prevê duas apresentações da OSSM em bairros expressivos da nossa cidade. Seu principal objetivo é difundir a música erudita a comunidade santa-mariense. Camobi e Tancredo Neves Patrocínio da Expresso Medianeira, co-promoção do Dois Irmãos Supermercados e Centro Comercial Tancredo Neves e Prefeitura. Incentivo LIC municipal LIC federal e Secretaria da Música e Artes Cênicas do Ministério da Cultura Evento de Natal que faz parte das comemorações dos 50 anos da Expresso Medianeira. 200 cartazes 10 mil filipetas Análise de clipping: O projeto obteve um total de 201 cm ² de matéria jornalística (mídia espontânea) o que representa um ganho de 5.269,38 reais.

Data	21 06 2001
Documento	Relatório de atividades Bradesco apresenta: Orquestra Sinfônica de Santa Maria. Primeiro de três concertos mensais.
Informações	Promoção da Sociedade Cultural OSSM e Associação dos Amigos do Theatro 13 com patrocínio cultural do Bradesco e realização da Cida Assessoria de Eventos. Comemoração de 13 anos SCOSSM
Data	13 12 2001
Documento	Concerto Grandes Espetáculos Uglione/Centrosul
Informações	Patrocínio da Uglione SA e Consórcio Centrosul O Grandes Espetáculos teve início no mês de maio, tendo como objetivos básicos a valorização de músicos do RS e artistas de Santa Maria. LIC municipal e LIC federal
Data	julho a dezembro de 2001
Documento	Relatório de atividades Concertos Telefônica Celular
Informações	Não é mais privilégio da capital gaúcha o projeto cultural Concertos Telefônica Celular. Em Porto Alegre a iniciativa é representada por apresentações culturais no último domingo de cada mês, da Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro e convidados, mas a empresa descobriu outra opção no gênero erudito no interior do estado. Este é o caso da OSSM. Uma série de oito concertos com financiamento da LIC estadual: Vale Vêneto, Santa Maria, Santo Ângelo, Ijuí e Cruz Alta. Segundo Andréa Bueno da Gerência de Publicidade e Imagem da Telefônica no RS a idéia de expandir o patrocínio partiu do grande sucesso do programa na capital com média de 900 pessoas por concerto e da comprovada qualidade musical e tradição da OSSM Clipping e rendimento Os oito eventos do Projeto Cultural obtiveram um total de 3.708 cm ² de matéria jornalística, o que representa um ganho de 113.607,09 reais caso estes espaços tivessem sido ocupados com publicidade. O método de centimetragem não encontra consenso no mercado de comunicação, como expressão do efetivo ganho institucional da empresa patrocinadora, visto que o material jornalístico vem a incorporar também e sem precificação possível a credibilidade e isenção do veículo que faz a publicação. Constitui-se entretanto de um parâmetro mínimo de avaliação do rendimento da assessoria de divulgação vinculada ao projeto cultural em análise.

O ano de 2001 foi de grande aumento no número de concertos da orquestra. Pelas informações transcritas acima podemos observar um novo olhar para o evento musical orquestrado, olhar este a partir do trabalho de um produtor cultural, que relata o material de divulgação usado bem como a medição da divulgação e relação custo versus benefício.

Assim sendo, concluímos com algumas provocações. As apresentações musicais realmente promovem turismo? Os concertos da Orquestra Sinfônica de Santa Maria, em especial os do início dos anos 2000 atraíram turistas para as cidades onde ocorreram as apresentações?

Certamente no decorrer das ações do projeto, com o resgate e organização/preservação de toda a memória da orquestra estarão disponíveis mais dados para analisar estas questões com total propriedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 226 – 247.

BOLAÑOS, Esteban Cabezas. **La organización de archivos musicales**: marco conceptual. *Información, Cultura Y Sociedad*, v. 13, 2005. p. 81-99. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/899/876>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CASTAGNA, Paulo. Desenvolver a arquivologia musical para aumentar a eficiência da Musicologia. In: ROCHA, Edite e ZILLE, José Antônio Baêta (orgs.). *Musicologia[s]*. Barbacena: EdUEMG, 2016. 154p. (Série diálogos com o som. Ensaios, v.3)

COTTA, André Guerra; BLANCO, Pablo Sotuyo (Org.). **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: Edufba, 2006. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/bvc3g/pdf/cotta-9788523208844.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

MACIEL, Bárbara Pires. **Festivais de música e turismo dois estudos de caso**: les Aralunaires e milhões de Festa. 2011, 95 p. Dissertação (Mestrado em Turismo)- Universidade do Porto, Porto, 2011.

MEYER, Adriano de Castro. **Arquivos de orquestras**: muito além das partituras. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (Org.). Arquivos, entre tradição e modernidade, volume 1 : conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. 2. ed. rev. Ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 214 – 221. (Coleção Eventus, 1). Disponível em: <http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL.-1_e-book.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

SAMPABLO, Alberto. **Archiveros de orquesta**: rara avis. Boletim de AEDOM, ano 10, 2003-2006. Disponível em <<http://ojs.aedom.org/index.boletim&page=article&op=download&path%5B%5D=114&path%5B%5D=108>>. Acesso em: 13 set. 2019.

SILVEIRA, Suzete Gassen da. **A orquestra sinfônica de Santa Maria**: autossustentabilidade ou dependência? relações entre o poder público, a orquestra e o terceiro setor. [documento eletrônico] Santa Maria: UFSM, 2012.

UFSM. **50 anos**: Orquestra Sinfônica de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2016.

ANÁLISE DE MAPAS DESTINADOS À ROTAS TURÍSTICAS

ANALYSIS OF MAPS INTENDED
FOR TOURIST ROUTE

MARINÉZ DA SILVA
DOUTORANDA EM GEOGRAFIA, UFSM/BR
MARINEZ.SILVA@POLITECNICO.UFSM.BR

ROBERTO CASSOL
DOUTOR EM GEOGRAFIA, UFSM/BR
RTOCASSOL@GMAIL.COM

RESUMO

Nesse trabalho, realizou-se a análise de mapas usados em rotas turísticas, a respeito da presença dos elementos que devem estar contidos em um mapa temático, da utilização das variáveis visuais e em função da classificação dos mapas em pictóricos ou convencionais. O objetivo geral do trabalho se refere a análise de mapas turísticos, de como eles se apresentam e se atendem a necessidade do turista como meio de comunicação e um instrumento de deslocamento em rotas turísticas. A metodologia utilizada compreendeu a seleção de mapas através do resultado de site de busca utilizando as palavras-chaves “mapas rota turística”, a análise dos mapas levando em conta o objetivo geral do trabalho e por fim, apresentar um diagnóstico dos mapas analisados. Nesse sentido, verificou-se que a maioria dos mapas analisados são do tipo pictórico e com uma preocupação em divulgar e/ou apresentar os atrativos da rota turística ao turista, no entanto, em muitos deles não há um comprometimento com o deslocamento do turista durante a atividade turística.

Palavras-chave: Cartografia Temática, Turismo, Mapas Turísticos.

ABSTRACT

In this work, we used the analysis of maps used in tourist routes, regarding the presence of elements that should be contained in a thematic map, the use of visual variables and according to the classification of maps in pictorial or conventional. The general objective of this work is the analysis of tourist maps, how they present themselves and meet the need of tourists as a means of communication and an instrument of displacement in tourist routes. The methodology used included the selection of maps through the search site results using the keywords “tourist route maps”, the analysis of the maps considering the general objective of the work and finally, present a diagnosis of the maps analyzed. In this sense, it was found that most of the analyzed maps are of the pictorial type and with a concern to disclose and / or present the attractions of the tourist route to the tourist, however, in many of them there is no commitment to the tourist displacement during the tourist activity.

Keywords: Thematic Cartography, Tourism, Tourist Maps.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na perspectiva de atender ao objetivo geral do trabalho que se refere a análise de mapas turísticos, de como eles se apresentam e se atendem a necessidade do turista como meio de comunicação e um instrumento de deslocamento em rotas turísticas, buscou-se inicialmente estruturar o trabalho da seguinte forma: uma revisão sobre publicações do tema, a apresentação dos mapas selecionados e posteriormente, dispor do diagnóstico sobre os mesmos.

TURISMO E CARTOGRAFIA TEMÁTICA

A necessidade de aumentar o número de visitas de novos turistas requer que o planejador do turismo reavalie as suas ferramentas para atraí-los e para que eles realizem a atividade turística com sucesso. Considerando que, o turismo além de ser uma atividade econômica é conceituado como um fenômeno social e espacial, o turista se motiva a explorar os mais variados espaços (MAGALHÃES, 2002, p. 18-29).

O turismo oferece diversas possibilidades no meio em que ele se desenvolve, como por exemplo: a transformação deste local para receber os

turistas, bem como aumentar a renda das propriedades rurais e, também, oportunizar as mulheres à participação em outra atividade que não seja somente inerente ao meio rural e com isso temos a presença do chamado turismo rural.

Frequentemente, envolvendo o turismo rural encontramos as rotas turísticas. No entanto, (GONÇALVES E RIBEIRO, 2015, p. 12-14) ressaltam que há “a carência de um conceito consolidado e unânime”, fazendo com que este fato dificulte a atividade turística. Constatam também a falta de diretrizes para a formatação de uma rota.

Sendo assim, por ser o conceito mais recente encontrado por (GONÇALVES e RIBEIRO, 2015, p. 6) e que consideramos mais apropriado por ser do órgão regulador da temática turismo, focaremos no conceito utilizado pelo Ministério do Turismo (MTur).

O MTur define como rota “um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística”. Este percurso ou itinerário é marcado por um contexto histórico para apresentar seus atrativos, que por sua vez, um desses será o ponto inicial e outro o ponto final da rota e sendo assim, esta tem uma ordem dos destinos a serem visitados (BRASIL, 2007, p. 28-29).

Por atrativos turísticos entende-se como sendo “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o descolamento de pessoas para conhecê-los” (BRASIL, 2007, p. 68).

Para que os atrativos turísticos sejam visitados faz-se necessário uma organização e investimentos, entre outros aspectos em: transporte, hotelaria, eventos, comércio, enfim tudo aquilo que se refere a infraestrutura para usufruir desses locais, mas também, é imprescindível a informação cartográfica que se dá através da Cartografia que ao unir-se ao turismo têm-se a Cartografia Turística. Entendida por (ARANHA e GUERRA, 2014, p. 32) “como um ramo da Cartografia Temática preocupada com a apresentação da informação turística sob forma gráfica, dando origem aos mapas turísticos”.

Na Cartografia Temática um mapa é composto de alguns elementos que são: título do mapa, as convenções utilizadas, a base de origem,

as referências, a indicação da direção norte, a escala, o sistema de projeção e de coordenadas utilizados (FITZ, 2008, p. 48-49).

Esses elementos são explicados da seguinte forma:

- Título: é o elemento que nos permite identificar o assunto que está representado no mapa. Elaborado corretamente quando respondidas às questões: o que? (qual o assunto tratado); onde? (espaço a que diz respeito a informação) e em alguns casos, quando? (momento em que foi recolhida a informação).
- Orientação: normalmente aparece sobre a forma da Rosa-dos-ventos ou com a indicação de uma seta representando o Norte. Este elemento dá uma noção de direção, às vezes necessária, para a compreensão e contextualização da representação cartográfica.
- Escala: esta estabelece a relação entre a área representada nesse mapa e a correspondente área na realidade. Pode-se representá-la na forma gráfica ou numérica.
- Projeção cartográfica: solução cartográfica utilizada para representar uma área do globo terrestre.
- Coordenadas: representa uma localização do espaço terrestre.
- Base de origem: se refere à origem do mapa, ou seja, o mapa base, bem como os dados que tenham sido usados.
- Referências: são os metadados do mapa, como por exemplo: autor e data de criação.
- Convenções utilizadas: uso de legendas e simbologias para incluir no mapa o que se quer representar.

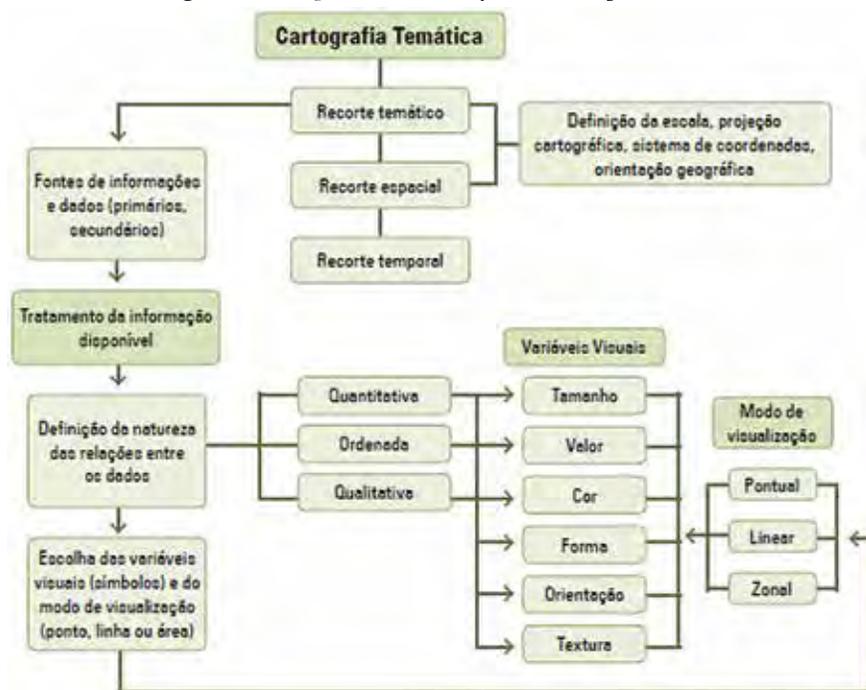
A afirmação de (MARTINELLI, 2010, apud COSTA; FURTADO, 2019, p. 88) diz que “a realização de mapa temático para a geografia é uma atividade de comunicação utilizada na construção do conhecimento geográfico a fim de permitir melhor esclarecimento e maior apropriação dos objetos da ciência geográfica”.

Para que se tenha um mapa com os elementos descritos de acordo com (OLIVEIRA e ROMERO, 2015, p. 401-402) faz-se necessário definir um tema (recorte temático), fazer uma delimitação espacial da área a ser

representada (recorte espacial) que permitem definir a escala, a projeção cartográfica, sistema de coordenadas e a orientação geográfica e ainda ter o período (recorte temporal). Essa sequência está modelada na Figura 1 onde temos também o tratamento da informação disponível.

Esse tratamento se refere a definir a natureza das relações entre os dados (quantitativa, ordenada ou qualitativa) que servirá de base para a definição das variáveis visuais a serem utilizadas para a elaboração da legenda do mapa e o modo de visualização (ponto, linha ou área).

Figura 1 – A sequência de elaboração de um mapa temático



Fonte: (OLIVEIRA; ROMERO, 2015, p. 402).

No entanto, quando nos referimos aos mapas turísticos os encontramos subdivididos em mapas pictóricos e convencionais. Segundo (FIORI, 2010 apud SILVEIRA, 2014, p. 143) os mapas pictóricos caracterizam-se por apresentar ilustrações e símbolos que remetem ao fenômeno representado

pela sua semelhança. Sendo assim, são reconhecidos mais facilmente, mas por outro lado esse tipo de mapa em geral, são mais poluídos visualmente e apresentam algumas deficiências cartográficas graves que são: ausência de escala, de sistema de referência e muitas vezes, a legenda não atende seu papel.

Já os mapas convencionais seguem as convenções cartográficas e dessa forma, em geral possuem os elementos básicos de um mapa. “São compostos por formas geométricas e abstratas, têm maior aceitação entre as pessoas iniciadas na linguagem cartográfica” (SILVEIRA, 2014, p. 143).

Os mapas são utilizados pelo turismo sob vários aspectos: sejam eles para diagnosticar as potencialidades turísticas, monitorar a atividade do turismo, e como base para o turista se situar em lugar turístico (Figura 2).

Figura 2 – As possibilidades de aplicação da cartografia em uma análise do turismo



Fonte: (OLIVEIRA; ROMERO, 2015, p. 401).

Deve-se levar em conta que a cartografia se preocupe com a linguagem a ser representada em cada um desses mapas, já que teremos uma variação de tipo de usuário.

APRESENTAÇÃO DOS MAPAS PARA AS ROTAS TURÍSTICAS

Considerando o mapa para o turista, como meio de comunicação e um instrumento de deslocamento em rotas turísticas descreveremos a análise de alguns mapas turísticos.

Os mapas foram obtidos através do resultado de site de busca utilizando as palavras-chaves “mapas rota turística”.

Inicialmente, mostra-se os mapas selecionados para posteriormente apresentarmos o diagnóstico dos mapas analisados.

3.1 ROTA CAMINHOS DE PEDRA

Rota turística rural de 12 km, situada a 15 minutos de Bento Gonçalves, com atrações que resgatam o patrimônio cultural dos imigrantes italianos chegados ao Rio Grande do Sul em 1875.

Figura 3 – Rota Caminhos de Pedra



Fonte: <https://www.tanaminharota.com.br/roteiros/caminhos-de-pedra-bento-goncalves/>.

3.2 ROTA ROMÂNTICA

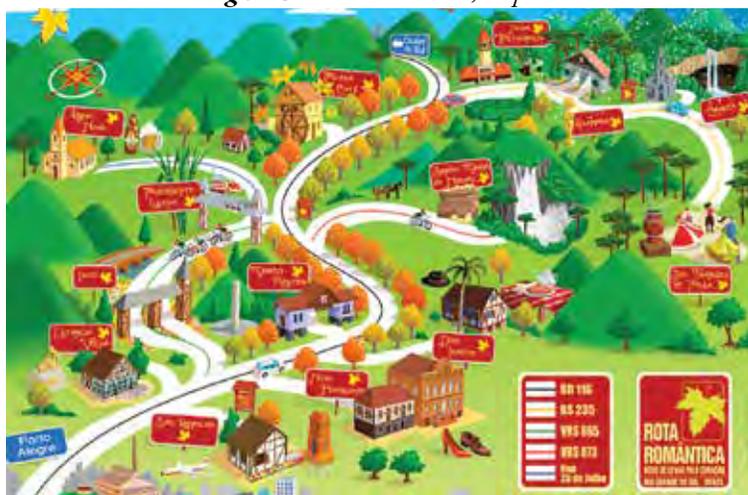
Localizada entre a planície do Vale dos Sinos até o Planalto da Serra Gaúcha, a 40 km de Porto Alegre, composta de 14 municípios do Rio Grande do Sul, onde se destaca a cultura alemã.

Figura 4 – Rota Romântica, mapa 1
Pelos caminhos da Rota Romântica



Fonte: <http://rotaseroteiros.com.br/rota-romantica/>.

Figura 5 – Rota Romântica, mapa 2

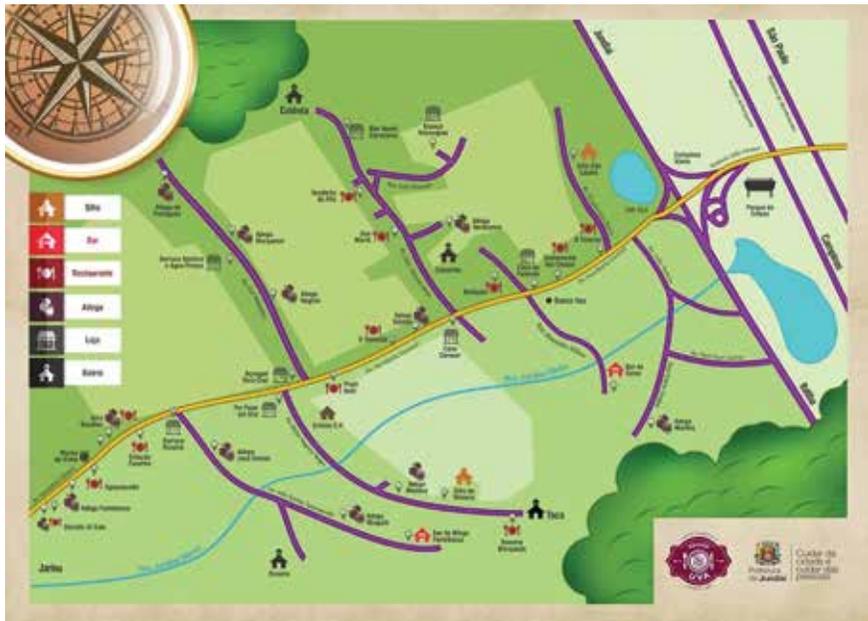


Fonte: <https://www.rotaromantica.com.br/pt/mapa>.

3.3 ROTA DA UVA

Rota de imigração italiana, localizada em São Paulo, na cidade de Jundiaí, pelos bairros Jundiaí Mirim, Caxambu, Colônia, Toca, Roseira, Ivoituruaia e adjacências.

Figura 6 – Rota da Uva



Fonte: <https://rotasturisticas.jundiai.sp.gov.br/uva/>.

3.4 ROTA DA CULTURA ITALIANA

Localizada em São Paulo, na cidade de Jundiaí, no bairro Traviú, às margens da Rodovia Anhanguera.

Figura 7 – Rota da Cultura Italiana



Fonte: <https://rotasturisticas.jundiai.sp.gov.br/culturaitaliana/>.

3.5. ROTA DAS EMOÇÕES

Criada em 2005 pelo Sebrae em parceria com o Ministério do Turismo, com o objetivo de integrar três destinos: Ceará, Piauí e Maranhão. Essa rota integra 14 municípios.

Figura 8 – Rota das Emoções



Fonte: <http://salaorotadasemocoes.tur.br/o-que-e-rota-das-emocoes/>.

3.6. ROTA CAMINHO DO VINHO

Rota de turismo rural, localizada em São José dos Pinhais, Paraná.

Figura 9 – Rota Caminho do Vinho



Fonte: <http://www.caminhodovinho.tur.br/localizacao-2/>.

3.7. ROTA SABORES E SABERES

Rota formada pelos municípios Bom Princípio, Capela de Santana, Harmonia, Montenegro e Tupandi.

Figura 10 – Rota Sabores e Saberes



Fonte: <http://rotaseroteiros.com.br/sabores-e-saberes-do-vale-do-cai/>.

3.8. ROTA VALE DOS VINHEDOS

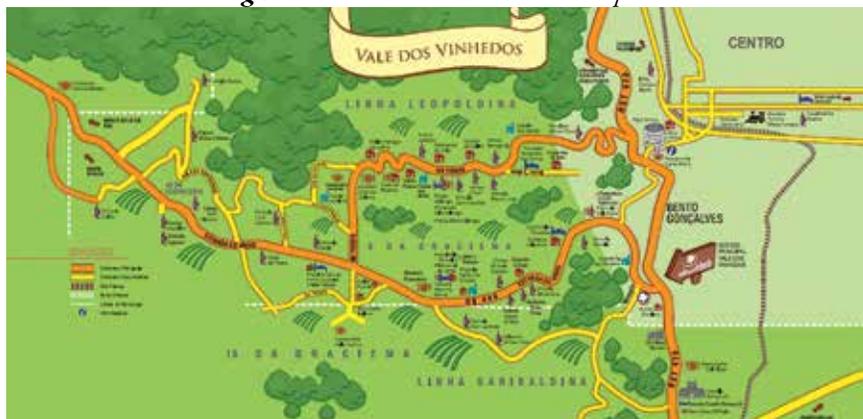
Localizada na Serra Gaúcha, no encontro dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul.

Figura 11 – Rota Vale dos Vinhedos – mapa 1



Fonte: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/imagens/uploads/turismo/roteiro-turistico/Mapa-Vale-dos-vinhedos.gif>

Figura 12 – Rota Vale dos Vinhedos – mapa 2



Fonte: <http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/index.php>.

3.9. ROTA DA UVA E VINHO

Rota da região turística da Serra Gaúcha, formada pelas cidades: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Ipê, Marau, Monte Belo do Sul, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Protásio Alves, Santa Tereza, São Marcos, Serafina Corrêa, Veranópolis, Vila Flores e Vila Maria.

Figura 13 – Rota Uva e Vinho



Fonte: <http://rotasroteiros.com.br/rota-uva-e-vinho/>.

3.10. ROTA TURÍSTICA E GASTRONÔMICA SANTA MARIA E SILVEIRA MARTINS

Formada pelo portal da Quarta Colônia, Arroio Grande, o quarto distrito de Santa Maria, berço da colonização italiana e o município de Silveira Martins.

Figura 14 – Rota Turística e Gastronômica Santa Maria e Silveira Martins



Fonte: <http://rotaseroteiros.com.br/rota-gastronomica-santa-maria-silveira-martins/>

DIAGNÓSTICO DOS MAPAS SELECIONADOS

Fez-se a análise de 12 mapas a respeito da presença dos elementos que devem estar contidos em um mapa temático, da utilização das variáveis visuais e em função da classificação dos mapas em pictóricos ou convencionais.

Para esse diagnóstico considerou-se os elementos: título, orientação, escala, projeção cartográfica, coordenadas, base de origem, referências e as convenções/legendas usadas.

Nesses mapas observou-se a presença somente dos seguintes elementos: título nos 12 mapas, orientação (5), no caso do elemento referência – autoria (3) e convenções/legenda (11).

Verificou-se também que além do uso do título em todos os mapas, o outro elemento em uso são as convenções/legendas, não havendo um cuidado em usar os outros elementos. Verifica-se que há uma relação com a classificação do tipo de mapa, no caso esses são do tipo pictórico (8), contrários aos do tipo convencional (4) onde apresenta-se uma atenção maior aos elementos cartográficos. No entanto, mesmo os mapas classificados como convencionais foram insuficientes em relação a presença dos elementos cartográficos.

Ao analisar os mapas apresentados com um olhar cartográfico faz-se necessário destacar alguns aspectos, dos quais muitos se fazem presentes em mais de um mapa:

O mapa demonstrado na Figura 3, faz uso de desenhos para caracterizar os atrativos, os quais são identificados por letras ou números onde são nomeados e possuem o telefone na legenda. Contém uma informação importante, no caso de percorrer toda a rota, que é conter a distância entre os atrativos. Apresenta também os equipamentos turísticos restaurante e pousada/hotel.

Em relação à rota Romântica selecionou-se dois mapas: Figuras 4 e 5. Na Figura 4, contém um mapa de localização da rota no Brasil. Identifica as vias através de uma legenda e usa a variável visual cor para distinguir os diferentes tipos de vias. Demonstra no mapa os municípios que pertencem a rota, mas não situa os seus atrativos. Dispõe ainda, das distâncias entre cada município. Já a Figura 5, percebe-se desenhos diferentes onde eles servem de ícones para simbolizar as cidades presentes na rota e ainda contém uma legenda onde usa diferentes cores para caracterizar as categorias de vias.

Na Figura 6, destaca-se na legenda o uso de ícones para simbolizar os seguintes itens: sítios, bar, restaurante, adega, loja e bairro. As vias são diferenciadas por cores, mas as suas categorias não são especificadas na legenda. E por não haver escala e não conter as distâncias, não se tem a possibilidade de visualizar numericamente a distância entre um atrativo e outro.

A rota da Cultura Italiana (Figura 7) dispõe de mapa semelhante a Figura 6 ao utilizar-se de símbolos para identificar: igreja, lojas, eventos, adegas e restaurantes. Os atrativos estão alocados na rota através dos símbolos usados na legenda que dão um panorama da distribuição dos atrativos. No entanto, como o mapa carece de elementos cartográficos, como por exemplo, a falta da escala, assim não é possível ter a precisão da distância existente entre cada atrativo.

Na Figura 8, que contém uma rota que compreende três estados, destaca-se a utilização da cor para distinguir cada estado pertencente a rota. Há um posicionamento de cada município integrante da rota, mas não a apresentação de seus atrativos. Destaca-se o ícone de um avião dando assim a localização dos aeroportos.

Para divulgar a rota Caminho do Vinho (Figura 9) em seu mapa, seus atrativos são apresentados através de fotos contendo a identificação do atrativo, fone e em alguns, o horário de funcionamento. Esses itens aparecem abaixo de cada foto, alocados em um quadro diferenciado por cores que estão discriminadas na legenda pela seguinte classificação: vinícola, café colonial, restaurante, eventos & lazer e diversos. Não contém escala, mas dispõem de algumas distâncias nos trechos que mostram os atrativos. Destaca-se, também, a sinalização existente dos locais para onde levam as vias ao sair da rota.

Em relação a rota Sabores e Saberes (Figura 10) pode-se enfatizar o uso de um mapa com características convencionais. Este utiliza a variável forma para situar locais existentes na rota e a legenda usa, ainda, a cor para diferenciar o modo de visualização linear que representam no mapa as rodovias, rios e a delimitação da rota. Os atrativos são localizados através de uma sequência numérica. Além disso, o mapa dispõe de uma relação de distâncias de algumas cidades a partir de um local especificado no mapa.

Selecionamos dois mapas para apresentar a rota do Vale dos Vinhedos. O primeiro (Figura 11), se utiliza mais dos elementos cartográficos que se apresentam da seguinte forma: localização do Vale dos Vinhedos no estado do RS, localização de cada município pertencente ao Vale dos Vinhedos e alguns ícones para representar cada atrativo. No percurso da rota algumas marcações com as distâncias entre eles.

Evidencia-se, o uso de algumas convenções para representar as vias com as seguintes diferenciações: estradas pavimentadas principais, estradas pavimentadas secundárias, estradas do vale pavimentadas, estradas do vale não pavimentadas, via férrea, área urbana, limite do município, a marcação de alguns locais com a respectiva altitude, local para informações e tabela com algumas cidades com as respectivas distâncias das mesmas em relação a rota.

No que se refere ao segundo mapa (Figura 12) o classificamos como pictórico, pois neste enfatiza-se os símbolos usados. Os atrativos são localizados através de ícones e seus nomes. Faz uso de algumas convenções para

representar as vias (estradas principais, secundárias), via férrea, área urbana e limite do município.

Outra forma de apresentar uma rota percebe-se no mapa referente a rota Uva e Vinho (Figura 13), onde no mesmo têm-se a preocupação em demonstrar onde ela está localizada e a sua abrangência. Assim, dispõe um mapa situando a rota na América do Sul e no Rio Grande do Sul.

No entanto, não apresenta a posição dos atrativos no percurso da rota. A sua demonstração é feita focando em convenções para mostrar as vias e as respectivas distâncias dentro da região da rota Uva e Vinho. As vias são diferenciadas em: estradas pavimentadas principais, estradas pavimentadas secundárias, estradas não pavimentadas, via férrea, área urbana, limite de município, hidrografia, aeroporto, ponte e distâncias em quilômetros.

E por fim, o diagnóstico da rota Turística e Gastronômica Santa Maria e Silveira Martins (Figura 14), que se utiliza de ícones e uma sequência numérica para localizar os atrativos e alguns são complementados com o telefone, os quais são classificados como fábricas, recreação e produtos coloniais. Apesar de termos a localização dos atrativos na área de abrangência da rota, o mapa não oferece subsídios para ter a distância de localização entre um atrativo e outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste diagnóstico percebe-se a predominância do uso de mapas pictóricos na atividade turística. Em geral, os mapas apresentados em função dos elementos que os compõe, ou da falta deles, tendem a levar o turista buscar outras fontes para uma localização mais exata dos atrativos.

Conclui-se que a maioria dos mapas apresentados tem uma preocupação em divulgar e/ou apresentar os atrativos da rota turística ao turista, no entanto, em muitos deles não há um comprometimento com o deslocamento do turista durante a viagem/visita. E por isso o mapa, não deve ser encarado somente como meio de divulgação, apesar de que, para ter esta função deve contemplar algumas características descritas por (FIORI, 2010, p. 528) recreação – divertimento – entretenimento e ao desenvolvi-

mento pessoal e social. Complementa-se ainda, que essas atividades estão segmentadas em três grandes dimensões: dentro de casa, na relação com os outros e com o ambiente da própria cidade e/ou cidade próxima – ida a museus, bares, parques (públicos e privados: ser criativo, atrativo, sedutor para “estimular, incentivar sentimentos de curiosidade, aventura sobre a localidade representada”.

Reiterando ainda o fato de que vários usuários veiculados a temática turismo precisam fazer uso desses mapas e o que os mesmos devem atendê-los nas suas variadas necessidades, acrescenta-se a constatação de (TORRES, 2009, p. 79) quando do uso do mapa da rota Turística e Gastronômica Santa Maria – Silveira Martins de que a inexistência de um mapa que contivesse as distâncias aproximadas dos atrativos tornou o deslocamento pela rota mais difícil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, R. DE C.; GUERRA, A. J. T. **Geografia aplicada ao Turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Introdução à regionalização do turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- COSTA, A. A. DA; FURTADO, E. M. **Dinâmica territorial urbana, turismo e meio ambiente**. Natal: EDUFRN, 2019.
- FIORI, S. R. CARTOGRAFIA E AS DIMENSÕES DO LAZER E TURISMO: O POTENCIAL DOS TIPOS DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 62, 31 dez. 2010.
- FITZ, P. R. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- GONÇALVES, L. M.; RIBEIRO, R. M. **Rota e Roteiro: Desafios para uma nova conceituação**. IX Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu. **Anais...Foz do Iguaçu**: Anais, 2015Disponível em: <<https://www.anaisforumturismoiguassu.com.br/2017/04/anais-2015.html>>

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

OLIVEIRA, I. J. DE; ROMERO, P. T.-Z. Cartografia do Turismo em Santiago de Compostela, Espanha. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 397–416, 2015.

SILVEIRA, M. A. T. DA. **Geografia aplicada ao turismo**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

TORRES, T. G. **A construção do espaço pelo turismo: Rota Turística Gastronômica de Santa Maria e Silveira Martins, RS**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

**“PARA SER ETERNA A BARRANCA,
SÓ PODE SER BREVE A VIDA¹”:
UM ESTUDO SOBRE A PAISAGEM
CULTURAL DA BARRANCA
DO RIO URUGUAI (SÃO BORJA
/RS-SANTO TOMÉ/AR)**

SPOHR, NATALI BRAGA
MESTRE EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO-
UPF, ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
– UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM E
BACHAREL EM TURISMO – UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS-UFPEL.
PROFESSORA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA –
UNIPAMPA, CAMPUS JAGUARÃO-RS/BRASIL
NATALI.BSPOHR@GMAIL.COM

RESUMO

Das concepções contemporâneas sobre patrimônio cultural, surge a categoria de análise Paisagem Cultural. Diante disso, nos propomos estudar a Barranca do Rio Uruguai, um lugar que dista treze quilômetros do centro de São Borja e localiza-se entre esse município, no Rio Grande do Sul, Brasil e Santo Tomé, em Corrientes, Argentina. As relações que ali se constroem são perfiladas pela fronteira simbólica, imaginária e (ou) física e, pautadas, principalmente, pelo Rio Uruguai e pela Ponte Internacional da Integração, que desde 1997 faz a conexão entre os países, outrora realizada por balsa. O Festival da Barranca (1972), manifestação artística peculiar,

.....
¹ Luiz Sérgio Metz “Jacaré”, jornalista, escritor, integrante do grupo musical Tambo do Bando e professor.

haja vista que somente homens são convidados a participar, gerou extensa e significativa produção de música e poesia no decorrer de quase cinquenta anos, de modo que configura-se como expressivo para a elaboração do patrimônio cultural no gauchismo, ocorre nessa paisagem. Há alguns anos, atrelado e antecedente ao Festival da Barranca, acontece a Caravana da Barranca, no centro de São Borja, evento onde artistas que participam do Festival apresentam-se para a comunidade e visitantes, como também em casas noturnas locais, que ofertam seus shows no decorrer da Semana Santa. Acredita-se que compreender lugares como paisagens culturais, a partir da fruição dos indivíduos com a natureza, além de contribuir para a salvaguarda dos patrimônios dos grupos humanos, possibilita diálogos para a construção de um futuro mais progressista.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Paisagem Cultural. Festival da Barranca.

1. INTRODUÇÃO, METODOLOGIA E FONTES

As abordagens contemporâneas de patrimônio cultural proporcionam reflexões sobre o conceito de Paisagem Cultural, que surge como uma categoria de análise capaz de contribuir para a compreensão da construção histórica dos lugares, através da fruição dos indivíduos com a natureza e o que resulta dessa relação. Assim, pretende-se, neste trabalho, analisar a paisagem cultural da Barranca do Rio Uruguai, localizada na fronteira entre o Brasil e a Argentina e cujos limites nacionais são indicados pelos municípios de São Borja (BR) e Santo Tomé (AR).

As relações que ali se constroem são perfiladas pela fronteira simbólica, imaginária e (ou) física e, pautadas, principalmente, pelo Rio Uruguai e pela Ponte Internacional da Integração, que desde 1997 faz a conexão entre os países, outrora realizada por balsa. Ainda, em tal paisagem cultural, ocorre o Festival da Barranca (1972), manifestação artística peculiar, haja vista que somente homens são convidados a participar, gerou extensa e significativa produção de música e poesia no decorrer de quase cinquenta anos, de modo que configura-se como expressivo para a elaboração do patrimônio cultural no gauchismo.

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, os festivais nativistas passam a fazer parte da sociedade no Rio Grande do Sul, muito por conta das

Figura 1 – Localização Geográfica.



FONTE: Prefeitura Municipal de São Borja/RS.

iniciativas anteriores, como por exemplo do Movimento de Tradições Gaúchas, o MTG². O primeiro deles foi a Califórnia da Canção Nativa, cuja primeira edição ocorreu em dezembro de 1971, na cidade de Uruguaiiana, em torno de duzentos quilômetros distante do nosso objeto de análise. Inspirados pelo festival pioneiro, Apparício Silva Rillo, José Lewis Bicca, Antonio Augusto Fagundes (Nico Fagundes) e Carlos Castilhos, ou como

.....
2 Estabelecido em 1966, o Movimento Tradicionalista Gaúcho foi estabelecido em 1966 e deriva de vários acontecimentos que transcorriam na sociedade rio-grandense desde o final da década de 40 do século XX. Ocasão em que o Estado Novo se extinguiu e jovens estudantes, encorajados pela abertura política e saudosos das suas raízes rurais, tomam iniciativas que geraram este movimento. Os fundadores do MTG foram: João Carlos Dávila Paixão Côrtes, Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva.

Ver: *Manifesto contra o Tradicionalismo* (TAU GOLIN, 2007), onde o professor define o Movimento como “o principal instrumento de negação e destruição desses traços culturais e direitos fundamentais do povo rio-grandense”. Disponível em: <<http://zurdo-zurdo.blogspot.com.br/2007/09/manifesto-contra-o-tradicionalismo.html>> Acesso em: 10 mar. 2019. Para Tau Golin, o tradicionalismo pode até ser inserido dentro da cultura popular, mas é produzido pela elite latifundiária e agropastoril, que por deter potencial de dominação, influencia as manifestações culturais. No entanto, somente representa a realidade de uma minoria oligárquica.

muitos ouviram deles, “um espírito”, criou/criaram o Festival da Barranca, ou somente, Barranca.

Desde a Semana Santa de 1972, o evento ocorre ininterruptamente e é espaço de significativa e extensa produção de música e poesia. Da primeira edição até hoje, a Barranca mantém as características de ser realizado às margens do Rio Uruguai, no período mencionado e sob a organização do Grupo Os Angüeras³. Os participantes do festival são cantores, compositores, poetas, ficcionistas e memorialistas, além de pessoas ligadas ao meio artístico regional e outros, desde que convidados pelo grupo organizador e somente do gênero masculino.

As fontes da pesquisa são divididas entre fontes escritas, como os documentos, os textos, os livros, as poesias, os jornais⁴ impressos e virtuais, a legislação, os trabalhos acadêmicos que perfilam a temática da pesquisa, os textos em blogs e as entrevistas concedidas, na forma escrita.; fontes audiovisuais, tais como as músicas, fotografias e documentário⁵; fontes materiais (e imateriais), a própria paisagem da Barranca do Rio Uruguai e evento Caravana da Barranca, as quais entendemos que devem ser tratadas como documento histórico, pois por meio delas podemos perceber as modificações da natureza feitas pelas pessoas e principalmente, as relações entre o ambiente e a sociedade.

As fontes escritas, serão tratadas a partir do método da Análise do Discurso. Conforme Bakhtin/Voloshinov (1999, p. 46), “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que determina essa refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais

.....
3 O Grupo Amador de Arte Os Angüeras, de São Borja, foi fundado em 10 de março de 1962, e desde então, atua nos campos da música, da literatura regional, do teatro e da pesquisa sobre o folclore. Os Angüeras, surgiram a partir do Departamento Cultural do chamado “Clube dos Dez”, tratava-se de um grupo de amigos que se reuniam, periodicamente, com objetivos os mais variados. Os fundadores foram Aparício e Suzy Rillo; Carlos e Maria Moreno; José e Magda Bicca; Sady Santiago e Ana Rosa; Darwey e Mariazinha Orengo; Telmo de Lima Freitas e Vicente Goulart.

4 Folha de São Borja, jornal fundado em 1970 e que possui versão digital através do site <<http://www.folhadesaoborja.com.br/>>.

5 Ver: Comício de Espíritos. Documentário de Lucas Bicca e Maurício Copetti. 1h01min. 2003. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=U3C3uT5zl08>> Acesso em: 12 mar. 2019.

nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes”, o discurso reflete e refrata, ou seja, dissemina, a realidade social na sua totalidade. E essa refração, traduzida em interesses sociais e de classe, se refrata a partir de um determinado grupo social, de modo a elevá-la numa visão de totalidade de mundo. Além dos conteúdos das vozes, a metodologia da análise do discurso busca perceber os silenciamentos no interior dos discursos, o que é não-dito.

Quanto às fontes audiovisuais, conforme Napolitano (2005), devemos percebê-las (as fontes audiovisuais e a música), em suas estruturas internas de linguagem e seus dispositivos de representação da realidade e, por meio de seus códigos internos compreender sua relação com o contexto sociocultural em que foram produzidas e que circulam, portanto, nunca desprovidas de ideologias, tensões sociais e econômicas. Importam os ouvintes e artistas envolvidos, o tempo/espço de origem e difusão da canção, isso que lhe dá sentido histórico, social e político e indica a transmissão do patrimônio cultural dos grupos humanos.

2. DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL À NOÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL

Foi a partir da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, quando ocorreu a criação da Lista do Patrimônio Mundial, que as reflexões sobre a consideração da Paisagem Cultural como bem cultural tornaram-se mais expressivas, para além da Geografia e de algumas poucas áreas científicas. Na Lista do Patrimônio Mundial, os bens, inicialmente, poderiam ser inventariados e classificados como patrimônio natural e patrimônio cultural, numa ideia antagônica e excludente (RIBEIRO, 2007). Mais tarde, surge a categoria de bem misto, aquele com características naturais e culturais, mas ainda não havia estudos que se dedicassem à análise integrada desses patrimônios.

Contudo, até chegarmos no momento atual, onde a Paisagem Cultural se depreende das discussões contemporâneas de patrimônio cultural e passa a considerada um bem cultural, faz-se necessário compreender a his-

toriografia do conceito, que tem início na ideia de Paisagem, no século XIX, em cursos de Geografia na Alemanha. *Landschaft*, poderia designar tanto um espaço limitado da superfície terrestre, com elementos de unidade, como também, conforme o julgamento do observador, a aparência de algum lugar. Nesse contexto, o geógrafo Otto Schlüter, ao considerar as dimensões culturais das paisagens, apresenta o termo *Kulturlandschaft*, ou seja, quando a paisagem é transformada pelos grupos humanos (RIBEIRO, 2007).

A partir dos estudos de Schlüter, o geógrafo estadunidense Carl Sauer, institui o conceito de Paisagem Cultural na Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA), com o artigo *The Morphology of Landscape* (1925). Nessa abordagem, “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p. 59). Apesar das grandes contribuições do trabalho de Sauer, foram tecidas críticas quanto à exclusividade dada as características materiais da paisagem, e essa perspectiva única passa a ser refutada pela Geografia Cultural na década de 1970.

Mas voltando às primeiras décadas do século XX, no contexto brasileiro, para pensarmos o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural, três acontecimentos históricos e políticos são preponderantes: a Semana de Arte Moderna (1922), o Estado Novo (1937-1945) e a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), através do Decreto-Lei 27/37, de 30 de novembro de 1937, com ênfase a esse último, uma vez que a evolução do conceito de patrimônio cultural e o órgão do Estado tem suas histórias entrelaçadas.

O século XX iniciava e manifestava a preocupação com a perda do patrimônio colonial, com destaque para as ações de Alceu Amoroso Lima e Carlos Drummond de Andrade, de modo que tais ações da imprensa, atreladas a um cenário de movimento cultural pós-Semana de 1922 e um governo autoritário, ocasionam a primeira iniciativa federal em criar regras para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, que foi a elevação de Ouro Preto/MG à categoria de monumento nacional, através do Decreto 22.928, de 12 de julho de 1933.

Também antes da criação do SPHAN, por solicitação do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade elabora um projeto de lei inicial para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Para Fonseca (1997), as ideias acerca de patrimônio cultural trazidas por Mário de Andrade figuram como vanguardistas, visto que antecipavam as noções de patrimônio como as que posteriormente foram refletidas pela Carta de Veneza (1964), tais como a necessidade de preservação também dos bens imateriais, que apenas em 2000 vieram a ser contemplados pela legislação brasileira através do Decreto 3551⁶, de 04 de agosto daquele ano.

Ainda, as proposições de Mário de Andrade, traziam a importância os museus regionais para as sociedades, a fim de que se considerassem as expressões populares e que essas não fossem invisibilizadas pelas narrativas oficiais. Para além disso, o autor de *Macunaíma*⁷ também enfatizava o aspecto social do Estado na gestão e organização da cultura (ou das culturas) de um povo e que portanto deveria atuar no sentido de possibilitar o acesso ao saber para toda a nação, sobretudo pelo seu caráter educativo, no entendimento de que a difusão da cultura, bem como a noção de pertencimento e consciência histórica, poderiam contribuir para formas alternativas de ensino-aprendizagem e sobretudo na construção para a cidadania.

No entanto, o projeto de Rodrigo Melo Franco, o SPHAN, trazia ideias que foram mais aceitas pelas classes dominantes, ou seja, a elite interessou-se pela possibilidade de tombamento, ou seja, na propriedade do patrimônio. Tais questões jurídicas não estavam elucidadas no projeto de Mário de Andrade, além de que suas ideias surgiram como demasiado

.....
6 O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761>> Acesso em: 13 jun. 2019.

7 Publicado em 1928, *Macunaíma* foi uma obra revolucionária, pois trouxeram histórias que ainda não tinham sido contadas, haja vista que a sociedade brasileira deste período apresentava características bastante tradicionais e não considerava a diversidade cultural do país.

progressistas para a sociedade brasileira da primeira metade do século passado. Somente a partir da Constituição Federal, de 1988, os bens imateriais passaram a ser considerados, conforme o Artigo 216 (BRASIL, 1988):

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ao final do século XX, ocorre uma mudança de enfoque da perspectiva física para um olhar mais subjetivo da paisagem, pautada pela relação sujeito/objeto, o que provocou o estímulo às relações harmoniosas entre seres humanos e o meio ambiente. Nessa abordagem, a paisagem é compreendida como uma construção mental a partir do olhar das pessoas sobre o território, transpõe os limites do visível e torna-se passível de ser internalizada nos códigos culturais dos grupos humanos.

Influenciada por este contexto, em 1992, a Convenção do Patrimônio Mundial passa a ser o primeiro instrumento legal a reconhecer e proteger paisagens culturais, ao consagrar-lhe como um bem patrimonial independente, como uma categoria dentre as demais classificadas como Patrimônio Cultural Mundial, passível de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Apropriando-se da experiência da inserção da categoria de Paisagem Cultural na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, o Brasil como signatário da Convenção, decide adotar esta chancela para aplicação no patrimônio brasileiro, visto que conforme as ideias de Mário de Andrade e posteriormente, na Constituição Federal, desde 1988 já havia a preocupação com outros bens, não somente arquitetônicos.

Em seus estudos sobre o patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional no México, Nestor Canclini (1994), também apontou que as ciências sociais vivenciavam, então, um momento de reconceitualização e sintetiza três pontos principais sobre o patrimônio cultural:

a) Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso -, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que considera apropriado através das indústrias culturais; b) Ampliou-se, também, a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias; c) Por último, **em oposição a uma seletividade que privilegia os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas** – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia –, reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais. (CANCLINI, 1994).

O autor apresenta o paradigma participacionista, que aborda o patrimônio e sua preservação e o relaciona com as necessidades da sociedade. A seleção e a forma de preservação devem ser decididas de forma democrática por pessoas interessadas em debater sobre suas opiniões. Nos debates contemporâneos sobre patrimônio cultural há destaque para a atenção aos grupos vulneráveis, ou seja, grupos que são excluídos de forma material, social e psicológica, por conta de variáveis como religião, saúde, opção sexual, etnia e gênero, entre outras, do acesso, participação e oportunidades igualitárias aos bens e serviços universais.

Uma vez que, entende-se que cultura são “atitudes, mentalidades e valores e suas expressões e concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações” (BURKE, 2003, p. 8-9), enfim, universo onde os sujeitos fazem um movimento contínuo de reorganização e adaptação. Assim, entendemos que o patrimônio cultural é construído pelos grupos humanos, para que esses garantam seus pertencimentos e diferenciações, são escolhas que expressam poder e privilegiam os elementos do passado, os quais se tenha intenção de evidenciar. Nesse contexto, para compreender a paisagem cultural é necessário que o seu estudo vá além do materializado, ou seja, que busque-se detalhadamente entender os passos contrários, bem como, a interligação de todos os elementos que fazem dela sinônimo de cultura, concretizada através do processo sócio-histórico.

3. PAISAGEM CULTURAL DA BARRANCA DO RIO URUGUAI: O RIO, A FRONTEIRA E O FESTIVAL

O Rio Uruguai é constante no imaginário e na vida diária dos habitantes do seu entorno e essa presença está representada em composições

musicais, poemas, textos ficcionais e artes plásticas produzidos por autores da região. O Festival da Barranca nasceu e seguiu acontecendo nas margens deste rio, elemento delimitador da fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Minha mãe foi lavadeira
E o meu pai foi pescador
Nosso pão de cada dia
Era um rio caminhador
Eu cresci ao lado deles
Nas barrancas do Uruguai⁸

Conforme Bakthin (1993, p. 123), considera-se que fronteira é aquilo que entremeia o sujeito, mas que também se desloca para as relações que este estabelece com os outros, em exercícios de demarcação, de modo que como resultado disso, é gerado um “jogo múltiplo dos discursos, seu entrelaçamento e seu contágio recíproco.” Segundo Thompson Flores (2012, p. 64), “A história de uma fronteira comporta, em primeira instância, seus movimentos de avanços e recuos da linha, o que incide considerar que existiram territórios e pessoas que estiveram dentro e fora do limite em momentos diferentes”. A margem de escolha dos sujeitos é quem vai definir o quanto suas identidades podem manter-se mais ou menos “dadas”.

Em sociedades da Antiguidade e da Idade Média e em sociedades tradicionais, agregar-se numa identidade era automático, um *a priori* para que houvesse existência simbólica do grupo. Na modernidade (BAUMAN 1998;1999), em decorrência de um longo processo histórico, a noção de individualidade passou a fazer parte do contexto e ocasionou o enfraquecimento das identidades mais densas, o que não significa a inexistência de experiência na coletividade, afinal toda identidade é coletiva.

A tradição do Festival da Barranca foi estabelecida pelos usos do passado no decorrer do tempo e durante quase meio século, manifestou o gauchismo nas suas edições. Gêneros e estilos artísticos se misturaram e

.....
⁸ Rio de Infância, composição de Miguel Bicca.

evoluíram, no entanto, o modelo adotado desde a primeira edição e a não participação de mulheres permanecem inalterados. Em 1985, Aparício Silva Rillo, escreveu o seguinte texto, intitulado *Entendendo a Barranca*⁹:

Nada acontece por acaso, segundo a teoria dos racionalistas (estes caras que são alimentados a razão balanceada). Talvez tenham lá suas razões, os cujos. Menos no que se refere ao festival da Barranca. Este nasceu por acaso como os nenês de novembro, frutos da semente suada do Carnaval. Pois sucede que o pessoal de Os Angüeras e mais alguns de achedo, desde pelo menos 1965, realizavam duas grandes pescarias no ano: uma na Semana Santa, outra em setembro. A primeira para o tradicional jejum de carne (mulheres não nos acompanhavam e até hoje não). A outra na Semana da Pátria, para escapar (desculpa ...) dos chatíssimos desfiles que são a tônica da efeméride cívica. Para uma e outra pescaria vinham de Porto Alegre o Antonio Augusto Fagundes (Nico) e o Carlinhos Castilhos (Passaronga), com o Juarez Bittencourt (Xuxu) algumas vezes e, quando em quando, com outras caras mais ou menos simpáticas. E aí aconteceu. Por acaso, repito, contrariando os racionalistas. A gente estava no “Pesqueiro da Bomba”, no Rio Uruguai, na Semana Santa de 1972. Havia tomado umas que outras, alguém falou na Califórnia da Canção acontecida em primeira edição no dezembro anterior, em Uruguaiana, quando uma voz (acho que do Passaronga, outros acham que outro, há quem jure que de um espírito) sugeriu: – E se a gente fizesse o nosso festival? Aqui mesmo, no improviso, na barranca do rio? ... Então, naquela Semana Santa, noite de quinta-feira, ficou assentado em cepo de três pernas que se faria o festival. O Tio Manduca (disso sim, me lembro) propôs que as composições tivessem por base, tema único, nomeou-se o presidente da “Comissão” e lascarou o tema: “Acampamento de Pescaria”. E aditou, enquanto me filava o trigésimo oitavo cigarro daquele dia: – Sábado de noite os artistas se apresentam. Vocês têm o dia todo de amanhã para trabalhar o tema. Tá resolvido ..

... Houve três concorrentes neste primeiro Festival da Barranca, que, naquela época e porque estava em seu início, não merecia as maiúsculas que lhe dou. Carlinhos Castilhos, só e mal acompanhado; Nico Fagundes com “Fuça” no violão e, em dupla Zé Bicca e esta voz que vos fala. Apresentadas as composições, por ordem de sorteio, cantou o Carlinhos (palmas, palmas e palmas), cantou o Bicca (idem, idem e idem) e finalmente o Nico (ibidem, ibidem e ibidem). A platéia, meio sobre a empolgação, assentava-se em semicírculo. Todos (eu disse todos) votaram. Menos os concorrentes, claro. Ganhou o Nico, com “Eu e o Rio” – hoje gravada, como tantas composições que nasceram na Barranca para ganhar alguns dos mais importantes festivais nativistas do Estado. O detalhe, nisso tudo, é que a composição vencedora (linda, a melhor da noite), nada tinha a ver com o tema proposto. Cantava a relação espiritual de um amante descornado com as águas do Rio Uruguai. Mas o fato é que ganhou. O que

.....

⁹ Disponível em: <<http://www.angueras.com.br/barranca1.html>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

prova, desde a idade da pedra dos festivais nativistas, que júri deste tipo de evento não é flor de cheirar com pouca venta. A confraternização foi geral, o vencedor queria por que queria o prêmio (mas que prêmio caracos?). O Milton Souza ganiçava de raiva por que lhe haviam estragado a gravação (para a rádio São Miguel, ouviram?) por intervenção de calão não recomendável, eu achei que estava uma beleza, nada como o autêntico e o espontâneo para valorizar uma reportagem ... Aí o Milton me olhou de esquadro e eu saí pelo arrabalde. Pensando que Deus me desse saúde, engenho e arte, um dia eu ia escrever esse episódio. O que faço, vinte anos mais velho, mas feliz. Porque o Festival da Barranca, nesse tempo, depois de catorze edições, faz por merecer as maiúsculas que agora lhe confiro.

Em *A Invenção das Tradições*, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) estabelecem um conceito para tradição, onde apontam que a ideia de recorrência presente tanto nas tradições inventadas ou recriadas são dispositivos acionados com o intuito de tornar a prática crível enquanto legado.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (...) Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, E. e RANGER, T., 1997, p. 9).

O que teve início com uma pescaria na Semana Santa, em 1972, tornou-se o mais antigo festival ininterrupto do Estado e um dos mais importantes espaços de elaboração do patrimônio cultural gaúcho. Conforme Miguel Bicca (apud VIGNA, 2019)¹⁰, até o início da década de 1970, a música regional era bastante influenciada por fatores externos à cultura. De modo que a partir da Califórnia da Canção Nativa e do Festival da Barranca, o cenário foi transformado.

.....
10 VIGNA, R. Festival da Barranca, um marco da música regional gaúcha. *Jornal do Comércio*, 26 abr. 2019. Disponível em: http://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/reportagem_cultural/2019/04/680833-festival-da-barranca-um-marco-da-musica-regional-gaucha.html> Acesso em: 27 abr. 2019.

A paisagem de São Borja, às margens do Rio Uruguai, há quarenta e oito anos é modificada durante a Semana Santa. Na encosta, chamada comumente de barranco, onde durante todo ano, por quase um quarto de século mora apenas um homem chamado José Humberto Batagnolli Lima¹¹, mais conhecido por Farelo, é organizado o ambiente para o Festival. A casa onde Farelo vive, funciona como escritório do evento, durante o ano todo. Mas é na Semana Santa que acontece o encontro pelo qual a equipe organizadora e os convidados aguardam desde a última edição. Oficialmente, o evento inicia na sexta-feira, mas muitos chegam já no início da semana. São montadas barracas, há uma cozinha e de alguns anos para cá foi construído um palco com uma cobertura, visto que as chuvas são frequentes nesta época do ano na região.

O improviso e o tema único são outras peculiaridades da Barranca, e, a cada ano, tais condições são reafirmadas. O tema proposto aos compositores é conhecido na noite de sexta-feira, para ser apresentado na noite de sábado, de modo que os participantes têm 24 horas para elaborar a obra. As premiações são: Cigarra de Acampamento, para aquele que canta por mais tempo e anima o grupo; O Comendador, para quem alcançar um alto grau alcoólico, porém sem ser qualificado como um “borracho” inconveniente; Troféu Quá Quá, premia a música irreverente e com humor; Troféu Sérgio Jacaré, para a melhor letra e Troféu Apparicio Silva Rillo, ao primeiro lugar. Ainda, na Barranca há uma moeda própria, chamada de “manduca”, em homenagem a Cláudio Oraindi Rodrigues, primeiro jurado do festival.

Muitos artistas, poetas, cantores, instrumentistas e escritores participaram e participam da Barranca, tais como o violonista virtuose Yamandú Costa, que frequentou o festival por várias edições na adolescência¹². Destaca-se a presença quase que intermitente dos integrantes do grupo musical Tambo do Bando, do músico Pirisca Grecco, do poeta e artista plástico Rafael Ovídio, do violonista Gabriel Selvaje, da Confraria Ventania, um

.....
11 Farelo Lima e Miguel Bicca são os únicos fundadores da do Festival da Barranca que ainda estão vivos.

12 A idade mínima para a participação na Barranca é de quatorze anos.

Figura 2 e 3 – Imagens do Festival.



Fonte: Acervo Os Agüeras.

desdobramento de Os Angüeras e músicos independentes locais, dos Fagundes, descendentes de Antônio, o Nico. Há alguns anos, atrelado e antecedente ao Festival da Barranca, acontece a Caravana da Barranca, no centro de São Borja, evento onde artistas que participam do Festival apresentam-se para a comunidade e visitantes, como também em casas noturnas locais, que ofertam seus shows no decorrer da Semana Santa.

De modo que a paisagem cultural da Barranca é expandida para além dos seus limites físicos e atua como um sistema que integra o Rio Uruguai, a fronteira do Brasil com a Argentina e o Festival da Barranca (1972). Portanto, quando falamos de Paisagem Cultural, sobretudo, entende-se que considerar apenas o que é visível e atual é incipiente, pois a paisagem cultural é a concretização de um processo sócio histórico, portanto, a partir deste enfoque buscamos ir além daquilo que é visual a fim de revelarmos as subjetividades, a partir também de seus sons e cheiros. (FURNALETTO e KOZEL, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES

O Festival da Barranca assume a condição de patrimônio cultural por ser um espaço de construção da identidade cultural gaúcha, pois no decorrer de quase cinquenta anos de existência, tem considerável representatividade dentro do gauchismo, e ainda que as músicas permaneçam inéditas ao

final do evento, estão aptas às inscrições no circuito de festivais de música regional, que correspondem a mais de trinta, distribuídos pelos estados da região sul do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Em 29 de março de 2018, o chefe do executivo municipal assinou a Lei 5.332 que instituiu o Festival da Barranca como Patrimônio Cultural Imaterial de São Borja¹³ e em 21 de maio deste ano, os deputados estaduais do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Eduardo Loureiro e Luiz Marenco, protocolaram na Assembleia Legislativa o projeto de lei que declara o Festival da Barranca como integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul¹⁴.

Depreendeu-se da pesquisa que a Paisagem Cultural da Barranca do Rio Uruguai atua na construção do patrimônio cultural gaúcho através de processos políticos, sociais e culturais, onde ficam evidenciadas as relações da política com as hierarquias, as negociações e lutas sociais, capazes de produzir contatos, trocas e conflitos, potencializados ainda pela condição de ser território de fronteira. Por fim, acredita-se que compreender os lugares como paisagens culturais, entendendo-os a partir da fruição dos indivíduos com a natureza, além de contribuir para a salvaguarda dos patrimônios dos grupos humanos, possibilita diálogos para a construção de um futuro mais progressista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BAKHTIN, M./VOLOSHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Pulo: Hucitec, 1999.

.....
13 Ver: PREFEITURA DE SÃO BORJA, 2018. Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/ultimas-noticias/709-festival-da-barranca-e-agora-patrimonio-cultural-imaterial-de-sao-borja>> Acesso em: mar. 2019.

14 Ver: <<https://www.radiocidadesa.com.br/loureiro-e-marenco-apresentam-projeto-que-torna-festival-da-barranca-patrimonio-cultural-imaterial-do-rs/>> Acesso em: jun. 2019.

- BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Título original: Postmodernity and its discontents.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. Tradução de Leila Souza Mendes. Porto Alegre: UNISINOS, 2008.
- CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FURNALETTO, B. H.; KOZEL, S. **Paisagem Cultural: Da cena visível a encenação da alma**. Ateliê Geográfico – Goiânia-GO, v. 8, n. 3, p.215-232, dez/2014.
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. pp: 231-290. In: PINSKY, C. B (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.
- SAUER, C.O. **A morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-74.
- THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese de Doutorado – PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2012.

HISTÓRIA E MEMÓRIA FERROVIÁRIA: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA FERROVIA EM PARNAÍBA-PI, 1916-1980

LÊDA RODRIGUES VIEIRA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E MESTRADO
EM HISTÓRIA DO BRASIL
PROFESSORA ASSISTENTE II DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
LEDARODRIGUES@PHB.UESPI.BR

RESUMO

A ferrovia chegou no Piauí depois de muitas paralisações, sendo somente em 1916 a inauguração do primeiro ramal ferroviário, ligando Portinho à Cacimbão na região norte do Estado. Nesta região foram inaugurados outros trechos e estações ferroviárias entre os anos de 1920 a 1937, atingindo cidades como Parnaíba, Amarração (atual Luís Correia), Bom Princípio, Frecheiras, Cocal, Deserto, Piracuruca e Piripiri. Com as ferrovias, a paisagem urbana e rural se modifica, as ruas assumem novos contornos e funções, o que antes funcionava como símbolo do movimento de pedestres, com o trem passa a ter outros significados: espaço de velocidade, barulho das locomotivas, perigo dos atropelamentos, trabalho, etc. A proposta é problematizar o legado do patrimônio industrial ferroviário na cidade de Parnaíba no período de 1916 a 1980, uma das primeiras cidades do Estado a ser contemplada por trilhos de ferro e a ter sua paisagem transformada com a passagem do trem. Para isso, analisamos elementos materiais da cidade dotados de diferentes temporalidades, sendo os espaços da ferrovia marcados pelo fervilhar humano (do passageiro

ao trabalhador ferroviário) por meio da estação ferroviária, da guarita, das oficinas, etc. Além disso, as memórias escritas e orais dos atores sociais, por meio de crônicas publicadas em jornais e entrevistas orais com ferroviários aposentados da Central do Piauí na busca de compreender os diversos sentidos atribuídos ao espaço ferroviário e a relação com a história da cidade.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio Industrial. Ferrovia.

O período compreendido entre 1889 e 1930 marcou a fase de expansão das ferrovias no território brasileiro. O recorte temporal de 1897 a 1914 é bastante emblemático, pois foram construídos 12.386 km de ferrovias no Brasil, atingindo depois um total de 26.062 km, presentes principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas ferrovias foram implantadas através de investimentos estrangeiros, principalmente de empresários ingleses que procuravam maiores lucros com o transporte da produção de café (Sul) e açúcar (Nordeste). Nos primeiros anos do século XX, o governo federal incentivou a construção de estradas de ferro no nordeste do país como forma de integrar as regiões e diminuir as calamidades da seca. Nesse período, essa região era identificada como área-problema devido, especialmente, ao fenômeno da seca e suas consequências socioeconômicas. O governo central, no sentido de diminuir esses efeitos, promoveu políticas públicas, dentre as quais a criação da Inspeção das Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, sendo transformada em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Essas ações governamentais privilegiavam a construção de açudes, poços, estradas, ferrovias etc. (VIDAL, 2007).

Nos primeiros anos do século XX, o Piauí ainda não possuía um quilômetro sequer de trilhos assentados. Foi somente em 19 de novembro de 1916 que ocorreu a inauguração do primeiro trecho ferroviário na região norte do estado, entre Portinho e Cacimbão, com 24km de extensão. Nesse mesmo dia foi também lançada a pedra fundamental da Estação Ferroviária de Parnaíba.

A ferrovia chegou ao Piauí num momento em que o governo federal começava a se preocupar em integrar e desenvolver as diversas regiões brasileiras através da construção de rodovias em todo o país. Nesse sentido,

as ferrovias assumiram posição secundária nos programas de transporte do governo federal, ficando muitos projetos ferroviários esquecidos ou abandonados durante anos. No Piauí não seria diferente. Antes da implantação dos primeiros trechos ferroviários, muitos estudos e projetos foram produzidos e mantidos no esquecimento durante os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, mas, por iniciativa do governo federal, acabaram sendo efetivados alguns desses trechos, especialmente aqueles que interligavam Amarração (Atual cidade de Luís Correia) às principais cidades da região norte do estado: Parnaíba (1920), Cocal (1923) e Piracuruca (1923).

Depois desses primeiros trilhos implantados no Estado, as condições melhoraram por parte do envio de verbas consignadas no orçamento da República para o prolongamento da construção, sendo construído o prolongamento da estrada de ferro até a cidade de Piracuruca, inaugurando a estação ferroviária desta cidade em 1923. O engenheiro Bacelar entregou, neste mesmo ano, 148 quilômetros de via permanente, desde Luiz Correia até Piracuruca. Além disso, houve o aumento da aquisição de material rodante e de tração, bem como de máquinas ferramentas para as oficinas mecânicas, que ficaram aparelhadas para atender aos reparos, consertos e execução de outras obras da ferrovia.

Para facilitar a construção da ferrovia foram instalados edifícios, casas de turma, depósitos e estações nas principais localidades da região. As estações ferroviárias construídas nesse período foram a Luiz Correia (Km 0,000), Floriópolis (Km 7,612), Parnaíba (13,602), Bom Princípio (Km 50,452), Frecheiras (Km 74,258), Cocal (Km 86,743), Deserto (Km 108,638) e Piracuruca (km 147,295). A inauguração desta última ocorreu em 19 de novembro de 1923, pelo engenheiro Miguel Furtado Bacelar que em telegrama enviado a redação do jornal *O Piauí* informou aos piauienses a entrega desta estação aos serviços ferroviários. Diz o telegrama,

PIRACURUCA, 19 – Congratulo-me com essa distinta redação pela inauguração que realizei nesta data da estação de Piracuruca, situada no quilômetro 147.295 da linha tronco da Central do Piauí e tráfego em toda sua extensão de acordo com o projeto aprovado pelo decreto n.9930, de 11 de dezembro de 1912. Saudações afetuosas. – Miguel Bacelar, Diretor E. F. C. Piauí. (DE AMARRAÇÃO..., 1923, p. 1)

1. TREM DE FERRO: MEDO E ADMIRAÇÃO

A memória ferroviária piauiense se encontra nos lugares onde parte da população conviveu em seu cotidiano com a locomotiva parando nas estações ferroviárias das cidades do interior. O historiador que se enveredar por esse caminho, poderá encontrar uma história repleta de magia e encantamento, quando uma população soube receber de braços abertos a chegada de um grande símbolo da modernidade – o trem de ferro. A memória de uma cidade se constrói com os vários símbolos que a representam ou a representaram e, as estações ferroviárias guardam as lembranças dos murmurinhos das pessoas em dias em que o trem chegava em sua esplanada, deixando a população alegre com a chegada de parentes e amigos e, ao mesmo tempo, triste com a partida.

Entre a população existiam aqueles que tinham medo da locomotiva que soltava no ar faíscas que muitas vezes provocavam incêndios nas casas próximas aos trilhos de ferro. Francisco Marques (2006) lembra de incêndios que ocorreram em cidades como “Bom Princípio, por exemplo, Bom Princípio foi o lugar que mais queimou casas por aqui. Bom Princípio sempre queimava casa, sempre. Era tal que na hora que o trem passava o povo botava água, ficava com a lata d’água”. Isso demonstra que os incêndios nas casas de palha eram constantes e provocavam medo nos moradores que moravam às margens da ferrovia e como prevenção de possíveis desastres essas famílias aguardavam a chegada da locomotiva, munidas de baldes d’água em frente as suas casas.

A locomotiva causava, também medo das famílias devido aos acidentes constantes que aconteciam na estrada de ferro. Em Parnaíba, um acidente que envolveu dois irmãos ficou na memória da população, Raimundo e Francisco, foram mortos na linha do trem, no Catandubas, atropelados pela locomotiva Maroquinha. Os dois rapazes estavam caminhando na linha do trem quando um avião pousou no aeroporto, eles não conseguiram ouvir o apito da locomotiva que se aproximava e não pode parar. Eles são considerados milagrosos na região, sendo depositados ex-votos em um pequeno mausoléu.

Em Cocal, Francisco Marques evidencia que os acidentes na estação ferroviária eram constantes, principalmente vitimando crianças que

[...] era muito perigoso na saída do trem ficarem pendurados [...]. Saíam pendurados e caíam as vezes, as vezes até morriam, pulavam do trem. Era muito perigoso. Era muito perigoso. Tá certo que o maquinista arrancava devagar, com o olho pra trás olhando vê se tava tudo bem, ele tinha a janela dele, a máquina a vapor regulava aqui [...]. Crianças brincavam muito, era um perigo, brincava muito dentro dos vagões, o trem chegava ficavam brincando nos vagões. (MARQUES, 2006)

O medo da locomotiva também veio acompanhado pela admiração da população do interior pelo novo meio de transporte que aparecia, pela sua velocidade e segurança em se transportar as mercadorias e os passageiros. Segundo Cecília Nunes,

Essas pessoas viam o trem como algo fantástico, maravilhoso, de grande utilidade, pois transportava pessoas, animais, pedras, madeiras, carga de cereais e frutas para outros locais do Piauí e também algo do extrativismo vegetal para fora do Estado através de Parnaíba. (NUNES, 1996)

A ferrovia guarda a história e memória de ferroviários que trabalharam de sol a sol para ver concluído um grande sonho, ver o território piauiense cortado por trilhos de ferro. São ferroviários representados por operários, maquinistas, foguistas, graxeiros, chefes de trem, guarda-freios, conservadores de linha, feitores, chefes de turma, tunileiros, ferreiros, soldadores, torneiros, eletricitas, bagageiros, carregadores, um mundo de homens povoando as estações ferroviárias de várias cidades do interior.

2. O FIM DO MOVIMENTO FERROVIÁRIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Nas cidades que não há mais movimento ferroviário, em geral, tiveram os trilhos arrancados e as construções ocupadas pela prefeitura, que geralmente transformam as estações em museus, como forma de preservação da memória ferroviária. O complexo arquitetônico mais importante da Estrada de Ferro Central do Piauí foi a estação ferroviária de Parnaíba,

inaugurada em 1920 e situada na região central da cidade, no cruzamento das atuais avenidas Chagas Rodrigues e Presidente Getúlio Vargas (Antiga rua Grande).

Essa estação apresenta um importante conjunto de edificações composta de plataformas, rampas, prédios onde funcionavam a Inspetoria de Telégrafo e Iluminação, a Tipografia, a Caixa d'água, além de um espaço do velho curral, onde desembarcava o gado transportado pelo trem. Os primeiros trilhos chegaram à cidade depois de implantados no litoral, ligando Amarração a Parnaíba. Nessa cidade, os trilhos se conectavam em um prédio conhecido como Guarita (Atual bairro São Francisco), onde era feito o desvio da estrada de ferro Cocal ou Igaracú e, em seu entorno foram construídos casebres onde morava a maioria dos trabalhadores da ferrovia, além de estabelecimentos comerciais “começando assim um comércio com seus famosos cabarés e cortiços”. (RAMOS, 2008, p. 110-111)

Na Estação Ferroviária de Parnaíba pode ser encontrado um aparato completo que auxiliava os operários e passageiros da ferrovia como uma estação de passageiros, pátio de manobra, inspetoria de transportes e comunicação, arquivo, almoxarifado, posto médico, tipografia e uma oficina de manutenção das linhas férreas, da locomotiva, dos vagões, locomoveis, gôndolas, trolleys etc. Nesse lugar de memória atualmente está sendo utilizado como Museu do Trem do Piauí onde são conservados um grande acervo da estrada de ferro e da própria estação em seu período áurea de funcionamento.

O que faz parte do Museu do Trem do Piauí é a estação de passageiros, com duas plataformas, rampas e gradis com portões, o pátio interno com as diversas linhas férreas; o pátio onde funcionava a Inspetoria de Telégrafo e Iluminação; o prédio onde funcionou a tipografia; a Caixa d'água, que abastecia as locomotivas, com imóvel contínuo, e o espaço do velho curral, onde desembarcava o gado transportado pelo trem. Dentro do museu pode ser encontrado um acervo de fotografias que retratam a história inicial da ferrovia, o primeiro engenheiro (Miguel Furtado Bacelar), as primeiras locomotivas da estrada, as vestimentas e materiais de manutenção dos operários etc.

As ferrovias quando de sua implantação transformaram paisagens fazendo parte das representações do próprio espaço das cidades. Elas eram representadas de diversas maneiras pelos moradores que tiveram seus hábitos e costumes moldados pela técnica ferroviária. Nesse sentido, a memória de uma cidade se constrói com os vários símbolos que fizeram parte de sua história. As estações ferroviárias, por exemplo, guardam em suas paredes, em suas plataformas, em seus trilhos, o murmurinho das pessoas em dias em que o trem “quando em movimento, produzia um barulho rústico e deixava o ar envolvido por rolos de fumaça escura, enquanto seu estrídulo apito chamava a atenção da população”. (ARAÚJO, 2002, p. 137)

Em Parnaíba, o espaço da estação ferroviária tinha vários significados: sociabilidade, diversão e trabalho. Enquanto espaço de sociabilidade a estação funcionava como centro de convergência da população proveniente de diversos lugares da região e a chegada do trem representava a alegria da chegada e a tristeza da partida de parentes e amigos, além de

[...] alegrar as tardes de quarta e sexta-feira, chegando a esplanada da estação de Parnaíba com sua composição repleta de frutas para vender, animais para abate, beijus, farinha, goma e as gostosas tapiocas de Marruás tão apreciadas por todos. (ARAÚJO, 2002, p. 138)

A estação de Parnaíba ainda hoje persiste no cenário social da cidade resistindo às transformações inerentes ao espaço urbano e, ao mesmo tempo permite contar a história local e possibilita entender o processo de desenvolvimento da cidade e sua relação com a ferrovia. Nas memórias de antigos trabalhadores a estação era caracterizada como espaço múltiplo, onde convergiam para lá muitas pessoas movidas por interesses diversos: aguardar a chegada do trem, trabalhar, observar o movimento dos transeuntes e, principalmente pela curiosidade. Para seu Aluísio da Costa Quaresma, que trabalhou no restaurante do trem no final da década de 1960 até 1980, a estação ferroviária era bastante movimentada:

Era, o movimento era muito grande, gente demais né? esperando a chegada do trem porque nesse tempo vinha muita coisa pra vender: galinha, vinha bode, carneiro, boi, tapioca, melancia, piqui e eram vendido uma parte aqui e o pessoal vinha comprar

quer dizer era quase uma feira que nós tínhamos aí na época. [...] Tinha um movimento bom porque nós tínhamos muita gente aqui esperando o trem porque o trem era um meio de transporte popular por um seguinte muita gente não conhecia, né? Gente de fora que chegava aqui queria ver, olhar a Maria Fumaça aí, como era o trem, como era o funcionamento, aquela coisa, né? Tinha gente que tinha essa curiosidade de saber como era que movimentava uma bicha daquela toda de ferro. Então, o pessoal tinha curiosidade de saber, né? Muita gente queria conhecer, o pessoal daqui não, mas gente que vinha de fora não sabia como era o funcionamento. Então, queria ver como era. (QUARESMA, 2009)

A locomotiva e a estrada de ferro sempre representaram símbolos de curiosidade e estranhamento, trouxeram também a sensação que por mais distantes que estivermos somos civilizados e contemporâneos. Nessa narrativa, seu Aluísio mencionou que o movimento na esplanada da estação ferroviária de Parnaíba era marcado pela presença da população movida pela curiosidade em descobrir “como era que movimentava uma bicha daquela toda de ferro”, principalmente pessoas vindas de outras localidades. Além disso, nas proximidades da estação caracterizava-se uma feira livre onde eram comercializados alimentos, animais e outros artigos.

No espaço urbano atual, novos elementos marcam a paisagem, como as estradas asfaltadas, edifícios comerciais, casas residenciais etc. No entanto, mesmo depois da desativação da ferrovia no Piauí no final da década de 1980, ainda hoje persistem ao longo do traçado ferroviário elementos que remetem ao tempo em que a ferrovia representava um importante meio de transporte de mercadorias e passageiros: estações, almoxarifado, vilas operárias, caixas d'água etc.

Ao percorrer a estrada de ferro que ligava Parnaíba à Teresina pode se perceber que grande parte dessa estrutura ferroviária está atualmente em péssimo estado de conservação (a maioria das estações encontram-se abandonadas ou foram cedidas às prefeituras para realizarem algum trabalho de revalorização dos espaços) ou foi arrancado todo o material rodante (dormentes, trilhos etc.), sinalizando a desativação do sistema ferroviário no Piauí.

No entanto, nas narrativas de alguns ferroviários aposentados existem elementos que marcam a memória de um tempo em que o trem mantinha um

intercâmbio com diversos povoados e cidades vizinhas, transportando passageiros e mercadorias. O senhor José Ricardo, que trabalhou como assistente de manutenção da estrada de ferro piauiense, ao ser questionado sobre o movimento da estação ferroviária em dias da chegada do trem lembrava:

[...] no dia de chegada de trem era um movimento mais monstro do mundo porque o trem trazia muita coisa né? Era assim de gente (gesto), carro na estação ninguém podia nem, nem botar outra, outra, tinha vez que a gente não podia nem passar naquela frente daquela estação de gente, um movimento muito grande. [...] Vinha gente de todo lugar, vinha gente do, de Piripiri pra cá, esses comerciante vinha fazer tudo compra era aqui, daqui levava pro trem porque o frete era barato né? Acabou-se tudo, acabou com tudo. (SILVA, 2009)

Na lembrança do ferroviário aposentado, José Ricardo, na estação ferroviária quando o trem chegava existia um grande movimento de pessoas em sua esplanada vindas de “todo lugar”, principalmente comerciantes de cidades vizinhas como Piripiri que realizavam as compras no comércio local e retornavam a sua localidade de origem, levando suas mercadorias pelo trem devido ao frete que era bastante reduzido. No entanto, ao final da narrativa seu José Ricardo lamentava por hoje não ver mais aquele movimento na estação de Parnaíba ocasionado pela desativação do sistema ferroviário no Piauí.

Na estação de Parnaíba foi montado um grandioso pátio de operação que conciliavam diversas funções: operação ferroviária e de caráter administrativo, o que incluía a diretoria e os demais serviços da ferrovia. Nesse sentido, concomitante a estação foram surgindo outras edificações que auxiliavam os trabalhos ferroviários como oficinas de manutenção, concerto e reforma; almoxarifado, para administração interna; posto telegráfico, comunicação entre as estações; caixas d’água, abastecimento das locomotivas; posto médico, atendimento aos funcionários e passageiros acidentados; vila ferroviária, que servia para dar suporte ao funcionamento e à manutenção das linhas e abrigava os funcionários da via férrea. Nas oficinas, por exemplo, fundiam-se peças e reformavam-se vagões danificados, com um pessoal altamente qualificado, capazes de solucionar quaisquer problemas ao lon-

go da via permanente, como era chamada a linha de ferro. Desde o início, a estação de Parnaíba foi a mais importante da Estrada de Ferro Central do Piauí. Alguns dos entrevistados mencionavam as estruturas da ferrovia e da estação de Parnaíba. O senhor Geraldo Alves, que trabalhou na Rede Ferroviária Federal S.A lotado no sexto distrito de Parnaíba como artífice de via permanente, quando questionado sobre a estação afirmava que:

Enquanto lugar de trabalho ele tinha a pasta de, de, de, a bilheteria pra vender o bilhete para os passageiros primeiro, segundo, terceira classe, tinha a pasta do, do, do, da, da, das comunicações e a outra ficava recebendo é... no caso se tivesse um trem em Piri-piri, em Bom Princípio pra vim pra cá se tivesse outro voltando daqui pra, pra passar em Bom Princípio aí o de lá tinha que esperar o daqui depois que o daqui passasse lá aí dava linha franca pro outro lá vim pra cá. [...] Tinha a comunicação. [...] Tem o almojarifado, tinha o encadernamento dos próprios livros, dos cadernos, tinha uma tipografia. [...] As oficinas funcionavam era uma das melhores do nordeste, das mais, das maior que tinha aqui no nordeste era aqui em Parnaíba, aqui fez, fizeram até peça para avião, um avião deu um problema aqui e fizeram a peça trouxeram aí os torneiro fizeram. (ALVES, 2009)

Atualmente, a ferrovia passou a ser patrimônio cultural¹ no Piauí ao fornecer novos significados e representações as diversas estruturas construídas e denominar com nomes que faz referência ao mundo ferroviário as avenidas, ruas e praças de várias cidades. Em Parnaíba, um dos exemplos dignos de nota é a homenagem ao primeiro diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí, o engenheiro Miguel Furtado Bacelar, nascido em 1877 na cidade de Brejo (MA), casou-se com Flora Castelo Branco Clark Bacelar, filha de James Frederick Clark, inglês que chegou em Parnaíba em 1869 e se tornou um dos grandes empreendedores comerciais de Parnaíba, através da *Casa Inglesa*. Bacelar formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do

.....
1 Segundo Gonçalves: Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em "patrimônio". Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de "representação", que funda a memória e a identidade. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRAS, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 121.

Rio de Janeiro e, atuou como fiscal da antiga construção ferroviária do Estado. Como forma de homenagear as ações deste engenheiro na construção dos primeiros trilhos ferroviários em solo piauiense passou a ser nome da praça em frente ao edifício da estação da EFCP, agraciado com um busto.

Nas cidades que não há mais movimento ferroviário, em geral, tiveram os trilhos arrancados e as construções ocupadas pela prefeitura, que geralmente transformam as estações em museus, como forma de preservação da memória ferroviária. O complexo arquitetônico mais importante da Estrada de Ferro Central do Piauí foi a estação ferroviária de Parnaíba. De acordo com Maria Elita S. de Araújo:

Na avenida Presidente Vargas (Rua Grande), os trilhos da Estrada de Ferro Central do Piauí, já desceram por ela, indo até ao Porto das Barcas (Porto Salgado), favorecendo a ida e vinda de vagões puxados pela Maria Fumaça, no transporte de cargas destinadas a vários lugares, através de gaiolas que ali aportavam (o rio era navegável). (ARAÚJO, 2002, p. 36)

A antiga Rua Grande era a porta de entrada das elites parnaibana nas primeiras décadas do século XX, pois residir nessa rua significava sinônimo de riqueza e poder, os casarões de importantes famílias da cidade situavam-se nela que era conhecida como grande corredor da vida social do período. Dentre as edificações existentes próximo a antiga Rua Grande se pode destacar a estação ferroviária composta de outras edificações anexas: plataformas, rampas, prédios onde funcionavam a Inspetoria de Telégrafo e Iluminação, a Tipografia, a Caixa d'água, além de um espaço do velho curral, onde desembarcava o gado transportado pelo trem.

O governo federal através da Secretaria do Patrimônio da União vem organizando um Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA com objetivo de apoiar ações locais nas áreas de desenvolvimento social, urbano e ambiental mediante a regularização, cessão ou compartilhamento da gestão de imóveis da União oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., – RFFSA, visando, por sua vez, assegurar o cumprimento da função socioambiental desse importante patrimônio público. Este programa destina-se aos Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos interessados

na utilização de imóveis da União da extinta RFFSA para fins de implantação de programas, projetos e ações sociais de preservação do patrimônio ferroviário. Nesse sentido, a estação ferroviária de Parnaíba atualmente abriga um pequeno e representativo museu, o Museu do Trem do Piauí, inaugurado em 2002. Foi criado através de convênio entre a prefeitura de Parnaíba e a Rede Ferroviária Federal S. A., que concedeu à prefeitura todo o terreno do parque da antiga estação de passageiros com seus diversos imóveis e uma coleção de peças e equipamentos da época de funcionamento da ferrovia.

Em Parnaíba, o acervo de bens móveis históricos do Museu do Trem do Piauí é constituído de um aparato completo que auxiliava os operários e passageiros da ferrovia como uma estação de passageiros, pátio de manobra, inspetoria de transportes e comunicação, arquivo, almoxarifado, posto médico, tipografia e uma oficina de manutenção das linhas férreas, da locomotiva, dos vagões, locomoveis, gôndolas, trolleys, etc. Além de fotografias que retratam a história da ferrovia (do primeiro engenheiro, Miguel Furta do Bacelar, das antigas locomotivas, de operários, do universo do trabalho, etc.) e equipamentos de apoio da estação e dos funcionários (relógios, cadeiras de passageiros, telefones, carimbos, alicates perfuradores de passagens, carregador de bateria, relógio de pressão, tacógrafo de locomotiva, máquinas de calcular, dentre outros).

Diante disso, podemos perceber que existe muito a ser desvendado da história e memória ferroviária piauiense. A ferrovia no Piauí representou em seu período áureo, na segunda metade do século XX um sistema de grande utilidade, principalmente nas cidades do interior situadas na região norte do Estado como Parnaíba, Cocal e Piracuruca. Nessas cidades podem ser encontradas pessoas que trabalhavam na estrada de ferro ou que conviveram em seu dia a dia com a locomotiva a passar próximo as suas casas ou utilizado para transporte de passageiros e mercadorias. Além disso, grande parte das estruturas da ferrovia Central do Piauí encontra-se abandonada, necessitando de ações concretas de preservação para que não ocorra o esquecimento da importância que foi para o desenvolvimento das cidades da região norte do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Geraldo Graças. **Entrevista concedida a Lêda Rodrigues Vieira**. Parnaíba, 10 mar. 2009.
- ARAÚJO, Maria Elita Santos de. **Parnaíba: o espaço e o tempo**. Parnaíba: SIEART, 2002.
- DE AMARRAÇÃO a Piracuruca. **O Piauí**. Teresina, ano 34, n. 708, 22 nov. 1923. p.1.
- MARQUES, Francisco de Sousa. **Depoimento concedido a Lêda Rodrigues Vieira**. Cocal, 22 dez. 2006.
- NUNES, Maria Cecília de Almeida. O trem de ferro no imaginário popular piauiense. **Espaço e Tempo**. Teresina, v.4, p.96-100, dez. 1996.
- QUARESMA, Aluísio da Costa. **Entrevista concedida a Lêda Rodrigues Vieira**. Parnaíba, 11 mar. 2009.
- RAMOS, José Nicodemos Alves. **Parnaíba de A a Z: Guia afetivo**. Brasília: MultCultural Arte e Comunicação, 2008.
- SILVA, José Ricardo da. **Entrevista concedida a Lêda Rodrigues Vieira**. Parnaíba, 24 fev. 2009.
- VIDAL, F. B. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. **Observa Nordeste**, Recife, 19 jun. 2007. 43 p. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

O PATRIMÔNIO DAS MISSÕES EM SALA DE AULA: UM DESAFIO NO ENSINO DA HISTÓRIA

LAÍS FRANCINE WEYH
MESTRANDA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS (UNIJUÍ)
LAIS.WEYH@GMAIL.COM

ANDRESSA DOMANSKI
DOUTORANDA EM HISTÓRIA (UPF)
ANDRESSADOMANSKI@YAHOO.COM.BR

RESUMO

Este artigo que possui como tema “A Educação Patrimonial em escolas públicas da região das antigas reduções jesuíticas missioneiras: o caso de Santo Ângelo”, tem o intuito de apresentar os resultados da pesquisa realizada no ano de 2015, como parte do trabalho monográfico desenvolvido para o curso de Pedagogia da URI – *Campus* Santo Ângelo. A investigação objetivou compreender o papel da Educação Patrimonial como fator de desenvolvimento da consciência histórico-cultural nos sujeitos, enquanto cidadãos que reconhecem e valorizam a sua identidade local. Nesta perspectiva, produziu-se um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo, trazendo contribuições de diversos teóricos que abordam o assunto. Também, caracterizou-se como uma pesquisa-ação, em que aplicaram-se questionários com professores de História de onze escolas públicas de Santo Ângelo, acerca do que estava sendo trabalhado nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, etapa na qual a história regional ganha maior ênfase nos currículos. Após a análise das informações coletadas, constatou-se que a maioria dos professores desconhecem a proposta da Educação Patrimonial ou não utilizam o patrimônio como fonte de conhecimento

no ensino de História, não oportunizando uma metodologia diferenciada capaz de promover aprendizagens significativas acerca do conhecimento da própria história missioneira. Conseqüentemente, os estudantes dificilmente desenvolverão a consciência sobre a importância da preservação do passado, no sentido de conhecer e promover o cuidado do patrimônio seja ele material ou imaterial.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. Missões.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar os resultados dos estudos realizados no ano de 2015, como parte da monografia de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus Santo Ângelo, tendo como tema “A Educação Patrimonial em escolas públicas da região das antigas reduções jesuíticas missioneiras: o caso de Santo Ângelo”. Nesta perspectiva, buscou-se compreender o papel da Educação Patrimonial como fator de desenvolvimento da consciência histórico-cultural nos sujeitos, enquanto cidadãos que reconhecem e valorizam a sua identidade local.

A redução de San Angel Custódo foi a última dos Sete Povos das Missões a ser construída em 1706, pelo padre Diogo Haze. Ao total, as Missões eram compostas por 30 povos, distribuídos nos atuais territórios do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, sendo fundadas pelos padres jesuítas que tinham a incumbência de catequizar os indígenas guaranis, inserindo-os na fé cristã. Missão essa que foi interrompida com o Tratado de Madrid em 1750, quando os reis de Espanha e Portugal disputavam entre si o poder das terras, acabando por dizimar os índios, destruir os povoados e expulsar posteriormente os jesuítas da América.

Essa é a História de um passado que auxiliou na criação da identidade daqueles que atualmente vivem nas cidades construídas sobre os escombros das antigas reduções jesuítico-guaranis, como os santoangelenses, porém que muitas vezes não conhecem sua origem e por isso não a valorizam. Logo, a Educação Patrimonial torna-se um meio de promover esse reconhecimento, devendo ser efetivada nas escolas, com as crianças desde a mais tenra idade.

Assim, a problemática central concentrou-se em estudar “O que está sendo trabalhado em História nas turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental?”, pois são nesses anos da educação básica, que o currículo está voltado para a aprendizagem da História do município. Para descobrir as respostas, além de todo um estudo qualitativo bibliográfico, de caráter exploratório, descritivo e explicativo, optou-se por elaborar questionários a serem aplicados para professores dos anos correspondentes.

Logo, num primeiro momento se discorrerá sobre a importância da Educação Patrimonial nas instituições escolares, e posteriormente, a análise dos dados coletados dos questionários aplicados. Acredita-se que o estudo realizado, possa contribuir de alguma forma, inteirando os possíveis leitores da atual conjuntura no ensino de História, mostrando a metodologia de Educação Patrimonial, como uma ferramenta alternativa e muito válida para construir-se novas perspectivas de práticas pedagógicas significativas.

1. A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS

A Educação Patrimonial surgiu na década de 30, em torno do debate pela manifestação de documentos que tinham a ideia de criar iniciativas e projetos que realizassem ações educativas a fim de proteger e preservar o patrimônio, dando primeiramente um caráter pedagógico estratégico para os museus e imagens, como o Projeto Dom Ratão no Palácio de Verão do Imperador D. Pedro II (Rio de Janeiro). Posteriormente, em 1996 é lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, sendo o principal material de apoio para as ações realizadas no IPHAN, que começaram a se expandir para outros ambientes, como as escolas.

Como as próprias autoras ressaltam, a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural”, possibilitando aos indivíduos fazerem a leitura do mundo em que vivem, entrando em contato direto com os objetos de conhecimento. Para isso há quatro etapas progressivas e necessárias para a apreensão de objetos e fenômenos culturais, que envolvem

a observação, registro, exploração e apropriação, levando em consideração a natureza processual das ações educativas.

Mais do que isso, é o verdadeiro reconhecimento da sua própria História, que antecedeu os indivíduos em relação à temporalidade, mas está presente no dia a dia como partes da constituição da identidade do povo, seja em forma de patrimônio material como imaterial. Como ressalta Brandão (1996),

Não se trata, [...], de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significante provoca e desafia. (p.51).

A Educação Patrimonial também estimula um novo olhar para a escola, tornando o território social um espaço educativo, possibilitando a articulando de saberes diferenciados, ou seja, o oferecido pelo programa institucional escolar com o conhecimento popular das comunidades, tornando a aprendizagem significativa. Basicamente, significa estudá-lo de forma sistemática e criteriosa, com exercícios de percepção, manipulação, elaboração de hipóteses, comparação, questionamento, releituras, interpretação que une um ciclo constante que Horta (1999), chama de continuidade, transformação e reutilização.

Como exemplo, supõe-se que está visitando um monumento histórico, riquíssimo em detalhes a serem pontuados e analisados. Deve-se ter em mente indagações a respeito do passado e do presente, para refletir acerca de: como era o lugar antigamente e hoje? Quais suas dimensões, formas? Porque era assim e agora se diferencia ou se assemelha a outros locais? Como seria viver nesse espaço naquela época?

Neste contexto, quando se trabalha com esse método educativo, leva-se às crianças a realizarem uma experiência única, como se fossem detetives, a procurar pistas, assimilar dados, se esforçar para relacioná-los e chegar a

conclusões. Mexe-se com o imaginário, a criatividade, diferentemente de ver gravuras, meras ilustrações distanciadas do cotidiano.

Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como detonadores ou motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo de ensino/aprendizagem. (HORTA, 1999, p.36).

Importante salientar que não existe uma única forma ou modo de aplicar a metodologia da Educação Patrimonial, como se fosse algum receituário a seguir fielmente, tendo em vista que os cenários onde serão utilizados são diversos. O que existe, é um material elaborado, o Guia Básico de Educação Patrimonial, já citado anteriormente, utilizado como referência para qualquer experiência de trabalho.

Atentando para suas orientações, percebe-se a centralidade do conceito de Patrimônio Cultural, sua diversidade e seu uso educacional. Qualquer pessoa é considerada capaz de ler os sentidos, significados, decodificar as formas, o conteúdo e a expressão de determinado produto da criação humana, seja ele utilitário, artístico ou simbólico. Contudo, necessita aproveitar suas capacidades de observação, registro, exploração e apropriação do objeto a ser apreendido.

Além disso, é necessário definir e delimitar as finalidades da atividade proposta, levando em conta aquilo que se deseja alcançar, bem como a natureza e a complexidade do objeto estudado. Primeiramente, ao investigá-lo, objetivando facilitar o processo de percepção, análise e interpretação, torna-se imprescindível fazer questionamentos acerca dos aspectos físicos/materiais, desenho/forma/design, função/uso, construção/processo e valor/significado do mesmo.

Sendo assim, poderia se perguntar: O que parece ser esse objeto? Como ele é? De que material é feito? Ele está inteiro ou foi alterado de alguma forma? Como é a decoração? Que cor, cheiro possui? Com que

finalidade foi feito? Quem o fez? Onde foi feito? Como pode ser usado? Quanto vale? O que ele significa para as pessoas?

Ainda na etapa de observação, mais do que indagações, deve-se manipular, experimentar, medir, e especialmente, fazer exercícios de percepção sensorial pois sentindo, desde pequenos, tomam parte do mundo no qual vivem e constituem-se, atribuindo um significado próprio as coisas. A segunda parte, de registro, que envolve a fixação do conhecimento percebido, aprofundado pela análise e interpretação crítica do objeto, pode ser feita através de desenhos, mapas, plantas baixas, maquetes, gráficos, fotografias tiradas pelos próprios alunos, redações.

Importante salientar, que o al no precisa estar ciente de que a sua formulação de hipóteses expressa apenas o que observa de evidência física, e nunca será totalmente completa devido às limitações da pesquisa. Tudo depende do ambiente e suas dimensões, capazes ou não de oferecer todos os indícios.

Respostas corretas são raramente possíveis em sítios históricos, pois não podemos captar as idéias dos habitantes originais, a não ser por fontes secundárias (documentos, diários, cartas, etc.). É importante que os alunos percebam isto, e que suas respostas sejam avaliadas pela maneira em que se apoiam na evidência disponível. (HORTA, 1999, p.21).

Em relação à exploração, terceira etapa metodológica de ação educativa, realiza-se a análise do problema de pesquisa em outras fontes (bibliotecas, cartórios, instituições, arquivos, entrevistas), discutindo e avaliando-a. E, para finalizar, a apropriação do objeto já internalizado, a partir de releituras, dramatizações, recriações em pinturas, esculturas, música, dança, poesia e outros meios de expressão, que revelam a compreensão da criança sobre o aprendido.

O enfoque interdisciplinar está presente em todo o processo nas práticas de Educação Patrimonial, unindo a Linguagem, Matemática, Ciências, Arte, Geografia, História, Tecnologia, disciplinas do currículo escolar que geralmente são “separadas” de forma abstrata no ensino. Nesse sentido, ela mobiliza realmente as diferentes áreas do conhecimento, habilidades que o aluno ainda está construindo, contribuindo para sua formação, especialmente cidadã.

A partir do uso da metodologia da EP como instrumento de ensino “permite “Desvendar as “cidades” e a história dos sujeitos que viveram e vivem nela, provocando o debate sobre o papel da História, enquanto campo de reflexão sobre o passado, e sua busca de apreensão do sentido sociocultural da Memória”. (FINOKIET, 2012, p.16).

Assim sendo, as escolas públicas devem mobilizar-se não ficando alheias a esse tipo de proposta, atentando para o fato de estudar e valorizar o seu município e região através de uma experiência diferenciada que leva o aluno a construir o seu próprio conhecimento de forma autônoma e responsável. Segundo o IPHAN (2014),

[...] os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (s.p.).

Por fim, a Educação Patrimonial torna-se um meio de fazer com que as futuras gerações reflitam sobre a importância do legado que os seus antepassados construíram, valorizando as memórias históricas que constituem a identidade de seu povo e da sua cultura e influenciam no mundo contemporâneo. Nesse sentido,

[...] a implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 55).

3. O TRABALHO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTO ÂNGELO

Nos meses de maio e junho de 2015, foram realizadas as pesquisas em sete escolas públicas estaduais e quatro municipais de Santo Ângelo, contabilizando 31 questionários entregues, se do que deles apenas 18 foram respondidos (10 de 4º ano e 8 de 5º). Em relação às características, a maioria

das escolas estão localizadas na zona urbana, em diversos bairros da cidade, apenas duas instituições encontram-se distanciadas em meio rural.

A fim de facilitar a interpretação dos dados e a realização da análise específica de cada etapa, as respostas das professoras das turmas de 4º e 5º anos foram divididas, sendo apresentadas em subtítulos separados. Objetivando manter sigilo quanto aos nomes das entrevistadas, optou-se por pseudônimos correspondentes à nomeação de flores (Azaléia, Dália, Hortênsia, Jasmim, Margarida, Orquídea, Rosa, Samambaia Tulipa, Violeta). Também, é importante salientar que haviam gráficos ilustrativos na monografia, porém por ser um artigo com número de páginas reduzido, optou-se por não utilizá-los.

3.1 PROFESSORAS DE 4º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

No 4º ano, das dez professoras que participaram da pesquisa, todas são do sexo feminino e 30% possuem menos de 40 anos -sendo de 34 para cima-, e outros 70% com mais de 40 anos (até os 49). Somente uma delas é graduada em História, outras quatro possuem habilitação para exercerem o magistério e se formaram posteriormente nos cursos de Pedagogia, Biomedicina, Educação Física e Letras/Inglês. Além disso, apenas uma possui mestrado, quatro com especializações em áreas afins e, outra com ensino superior incompleto. Em relação ao tempo de atuação, 10% tem 29 anos de docência, 20% de 6-10 anos, e 70% de 14 a 20 anos, revelando que a maioria das entrevistadas possuem experiência escolar.

A primeira pergunta do questionário era a seguinte: “Para você, a disciplina de História tem importância na vida do cidadão? Justifique sua resposta”. Todas as professoras afirmaram ser fundamental o estudo da História na vida das pessoas, tendo em vista que ela permite ter o conhecimento de nossas origens enquanto seres humanos, a descendência familiar, quem somos (identidade própria), a história do lugar onde se vive fazendo a comparação e relação do antigo com o atual, e o questionar constante acerca do mundo.

Logo, percebe-se que a História possibilita as crianças e os jovens o reconhecimento de sua humanidade e sua atuação dos homens nos diferentes espaços e tempos. E, mais do que isso, permite a conscientização de

que todos somos agentes construtores da sociedade, devendo sermos cidadãos co-responsáveis pelo futuro que queremos, o qual não é determinado. Como aparece na escrita de duas professoras:

Sim, pois possibilita reconhecer-se como ser construtor da sociedade e o que ela representa”; “Sim, pois é uma forma de desenvolver o sujeito cidadão como participante e decisivo para valorizar a sua história e origem. (ROSA; MARGARIDA. Santo Ângelo, Maio/Junho 2015. Questionário concedido a Laís Francine Weyh).

O segundo questionamento versava-se sobre: “Que conteúdos curriculares de História você está trabalhando com seus alunos de 4º e/ou 5º anos?”. Pôde-se observar que 59% trabalham especificamente a história do município de Santo Ângelo. Sendo assim, todas as dez entrevistadas tem como foco no 4º ano a formação, fundação, repovoamento, emancipação da cidade e seus pontos turísticos, monumentos, povos indígenas. Em relação aos Sete Povos das Missões e as reduções jesuítico-guaranis, apenas 17% levam em conta a relevância desse estudo. Uma das professoras, que condiz ao 6%, trabalha a história pessoal dos alunos, e outras 18% ainda incluem outros conteúdos, como é salientado por Tulipa: “Índios, Sete povos das Missões, sua História, Descobrimto do Brasil, Independência, Proclamação da República, Município, administração pública e, sua história” (sic). (TULIPA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

A terceira pergunta realizada foi: “Que metodologia você utiliza nas aulas além do livro didático? Utiliza o objeto direto como fonte de pesquisa, que é a Educação Patrimonial ou outros instrumentos para ensino-aprendizagem? Sendo assim, existe uma discussão acerca do patrimônio histórico-cultural da cidade e região das Missões na sua escola? Explique”. Apenas duas professoras utilizam somente o livro didático, exclusivamente do município, como fonte de conhecimento para os alunos, ou seja, uma forma tradicional de ensino-aprendizagem. No mais, todas as outras oito docentes, buscam diferentes instrumentos para suas aulas.

Além das visitas a museus e sítios arqueológicos, pesquisa na internet a respeito dos imigrantes da região, sua culinária, vestuário, costumes, destacam-se como outros: entrevistas, maquetes, vídeos/filmes, peças de teatro, pinturas, gravuras, textos e a aula prática com a arqueóloga (Dra. Raquel Machado Rech) que naquele período disponibilizava oficinas de Educação Patrimonial denominadas: Jornadas de Arqueologia Missioneira.¹ Em relação à segunda parte da pergunta, a maioria não respondeu e os únicos três que refletiram a respeito, explicitaram que:

[...] Não abordamos o tema “Patrimônio diretamente, mas reconhecemos os prédios históricos e sua importância em nossa história”; “[...] Não ocorre, ao menos nas séries iniciais, uma discussão sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade em nossa escola”; “[...] Sim, valorizando a importância de Santo Ângelo em um contexto histórico cultural, destacando as reduções jesuíticas dos guaranis, destacando que o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões é considerado patrimônio Mundial pela Unesco (ROSA; VIOLETA; MARGARIDA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Neste contexto, percebe-se uma visão de patrimônio somente material, revelado através da escrita sobre o reconhecimento dos prédios históricos, monumentos e sítios históricos. E, como explicita Violeta, nos anos iniciais de sua escola de atuação, não se trabalha sobre o patrimônio histórico-cultural. Mas como ela pode afirmar então que estuda com seus alunos a história de Santo Ângelo sem considerar como patrimônio a Igreja e praça central que foram construídas no local da antiga redução, e os modos de viver dos guaranis que hoje circulam pela cidade e sua cultura é expressamente divulgada pelas mídias? Assim, atesta-se o desconhecimento do que seja patrimônio e, talvez o veja como algo complexo em que não seja possível as crianças apreenderem.

A quarta pergunta era se: “Você já levou os seus alunos para conhecer as Ruínas jesuíticas-guarani da sua cidade ou outros monumentos histó-

.....
1 Conheça a Cartilha elaborada a partir do Projeto para serem utilizadas como recurso nas escolas: https://www.academia.edu/39569124/Cartilha_Digital_Jornadas_Arqueologia_Missionera_NArq

ricos simbólicos? Caso não, justifique sua resposta. Se sim, a viagem foi planejada, houve preparação?”. Apenas 40% das professoras entrevistadas afirmaram levar sua turma para fazerem um passeio, “tour” pela cidade, conhecer os pontos turísticos mais famosos como museu, estação férrea, Catedral Angelopolitana, Seminário. Além de citar outros locais como São Miguel das Missões, aldeia indígena Koenju ou reserva indígena do Inhacapedum e Santuário do Caaró.

Contudo, outras 40% responderam que não realizaram a viagem seja por falta de oportunidade, recursos ou por ser um projeto realizado preferencialmente com os 5º anos. Também, 20% estão planejando passeios não tendo data prevista, ou somente após estudarem sobre o conteúdo da visita que farão, ou ainda quando a SMED – Secretaria Municipal de Educação marcar. A questão de planejar a viagem foi citada apenas por quatro educadoras nas respostas do questionário. Salientam que o roteiro é elaborado e estudado com antecedência, necessitando de guia de turismo para explicações locais, bem como um conhecimento prévio que os alunos devem ter adquirido anteriormente sobre o assunto.

Na quinta pergunta questionava-se: “Você já participou ou participa de alguma prática de Educação Patrimonial? Se sim, como (por oficinas, formação continuada, iniciativa própria)? A seu ver, qual a importância da Educação Patrimonial na contemporaneidade?”. Levando em consideração as informações coletadas, a maioria dos professores não participaram de nenhuma proposta de Educação Patrimonial. Isso significa 8 das 10 entrevistadas.

Contudo, grande parte das que responderam “não”, consideram importante haver Educação Patrimonial na contemporaneidade, para que se desencadeie a valorização e preservação da história, cultura e do patrimônio. Outra ainda revela que o professor deveria ter preparo para trabalhar a disciplina de História com seus alunos. Mais depoimentos:

Já participei, e quando tem, faço formação continuada e também por iniciativa própria, leio muito sobre o assunto, do qual gosto muito”. (sic).

“Não. É preciso cuidar do que é seu. É importante para a história atual e das gerações futuras, o patrimônio traduz os costumes de determinadas épocas (MARGARIDA; ORQUÍDEA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

O sexto questionamento buscava saber se “Os Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais ofereceram algum incentivo a esse respeito? Justifique sua respostas”. Sobre isso, pode-se constatar que 80% das entrevistadas afirmam não ter sido oferecido qualquer tipo de incentivo para a Educação Patrimonial, alegando falta de interesse na área, outros porque acreditam que o município tem vários programas, mas no Estado é inexistente. Uma entrevistada salientou que o foco está nos 5º anos, onde são propostas atividades diferenciadas. E, outra ainda ressalta a importância de haver especialistas na área para fazer uma explanação na escola sobre o assunto.

Ultimamente, sinto que os incentivos são míseros; pois são lembrados só na semana de aniversário do município e de maneira muito tímida; por falta de conhecimento histórico ou desinteresse dos órgãos públicos envolvidos (MARGARIDA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Das demais 20%, uma alega não saber e a outra afirma que há incentivo quando oportunizam palestras, formações e cursos afins. Contudo, fica clara a pouca valorização dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais quanto às questões históricas, que envolvem a cultura dos povos e buscam aproximar as crianças e jovens do seu passado, a partir de um conhecimento teórico-prático que a Educação Patrimonial traduz.

A sétima pergunta questionava as professoras sobre “Que saberes você considera fundamentais para desenvolver a consciência histórica nos alunos? E, como promover o pensamento crítico acerca da preservação dos nossos bens culturais? Quais os desafios encontrados?”. Diversas foram as respostas coletadas, mas nem todas contemplaram as três indagações solicitadas. Rosa por exemplo, acredita que é primordial conhecer a própria história, da família até do mundo em que se vive para poder analisar

criticamente a contemporaneidade, revelando que nisso a capacitação é pouca. Da mesma forma, Jasmim entende que para trabalhar essa temática é necessário formação dos professores e mais recursos materiais.

Outras comentaram a importância dos alunos conhecerem bem suas raízes, a história do município, das Missões, a luta que os antepassados tiveram que superar para eles preservarem os pontos turísticos. Fundamental que uma explicitou que conhecer o passado é conhecer a si mesmo e só poderemos valorizar aquilo que conhecemos. Também, promover o pensamento crítico através da pesquisa.

Nesse sentido, destaca-se o professor motivado que possui conhecimento histórico, sabe transmitir e despertar a importância de que o patrimônio é o registro da nossa história. Além de ter domínio do fato histórico, suas causas, consequências e influências nos dias atuais.

Gostar, apreciar nossa história conhecendo o mínimo possível o desafio é incutir nas pessoas que o patrimônio é de todos e sendo assim devemos, amar, cuidar e proteger (sic). (HORTÊNSIA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

E, por fim na última indagação havia possibilidade das entrevistadas darem sugestões, fazerem críticas e comentários. Basicamente, solicitaram promover oficinas, pois gostariam de conhecer a respeito da Educação Patrimonial e ter mais materiais, livros sobre o patrimônio municipal. Outra alega que há falta de tempo, que o professor das séries iniciais está sobrecarregado em pensar, procurar material e preparar aulas interagindo com todas as disciplinas.

A falta de incentivo para que os estudantes leiam mais a respeito dos acontecimentos da história do lugar em que nasceram, residem e com isso a comunidade vai perdendo a sua identidade. Esta falta de “educação patrimonial” só vai ser sanada a partir da conscientização das pessoas sobre a importância da preservação dos bens culturais. Por isso, o papel fundamental do professor; Que a história seja contada em diversas versões para que se possa tirar suas conclusões! (MARGARIDA; SAMAMBAIA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

3.2 PROFESSORAS DE 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Das oito professoras entrevistadas que atuam no 5º ano do Ensino Fundamental, sete são do sexo feminino e uma não marcou alternativa. Referente a idade, 50% das educadoras possuem mais de 40 anos e 37% menos, até 20 anos. Em relação à formação profissional, quatro das entrevistadas tem graduação em Pedagogia e uma em Letras. Outra tem Curso Normal/Magistério de nível médio, e apenas uma é pós-graduada. Ainda há outra que não respondeu ao questionamento. Em relação ao tempo de atuação das oito professoras, contatou-se um empate estatístico em que 50% possui de 3 a 10 anos de trabalho e outras 50% de 23 a 28 anos. Ou seja, pode-se dizer que encontram-se duas gerações diferentes atuando no 5º ano.

Na primeira pergunta do questionário, do mesmo modo como as professoras de 4º ano, elas acreditam que a disciplina de História é importante na vida do cidadão, seja porque ela representa a relação entre a história da sua vida e o desenvolvimento da sociedade, onde se vive e constrói a identidade, e também, pois é a partir dela que registramos os fatos, além de situar os sujeitos nos acontecimentos históricos, políticos, sociais, culturais que os antecederam. Nessa perspectiva, destacam que os indivíduos precisam conhecer a sua história a fim de compreender melhor o seu presente. Como escreve Azaléia:

[...] é através da disciplina de história que se trabalha a consciência histórica do mundo e das coisas (a evolução), compreendendo o passado histórico, compreendese a situação atual, percebendo o mundo como uma construção (Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

A segunda pergunta, relativa aos conteúdos de História trabalhados no 5º ano, pôde-se verificar que 43% das professoras estão abordando acerca da história do Rio Grande do Sul, sua formação, os primeiros habitantes. Apenas 14% a respeito da história de Santo Ângelo, outros 22% história do Brasil, e ainda 21%, denominado como outros, caracteriza estudos de conteúdos como o Tratado de Tordesilhas, Reduções Jesuíticas, Guerra Guaranítica, continentes e, a história do nascimento de cada um, parte de um projeto so-

bre sexualidade, que como a professora salientou, partiu da curiosidade dos alunos.

Das entrevistas realizadas, a resposta à questão número três, seis professoras tem como metodologia a visitação em pontos turísticos, monumentos, patrimônios históricos, reduções jesuítico-guaranis e aspectos do período colonial do município, além do museu e árvore centenária magnólia. Apenas duas revelam que usam livro didático, mas não somente ele como instrumento de ensino-aprendizagem. E, cinco apontam para os recursos audiovisuais, como vídeos, filmes, documentários, mapas, reportagens, fotos, músicas, pesquisa na internet.

Duas respostas sobre essa questão foram explicitadas em outras perguntas, tendo em vista que uma professora escreve que participa das atividades de campo realizada na Praça Pinheiro Machado e outra que por estar iniciando a primeira vez como docente no 5º ano, acredita que deve trabalhar com o concreto, não especificando a metodologia propriamente dita. Das poucas que responderam se existe uma discussão a respeito do patrimônio histórico-cultural na escola, uma disse que sim, afirmando que trouxeram um palestrante realizando mesa redonda sobre o assunto. E, outra explicitou que a discussão é normal quando se estuda o tema.

Na pergunta quatro do questionário referente a realização de visitas às ruínas jesuítico-guaranis da região ou demais monumentos históricos, ao contrário das estatísticas no 4º ano, todas as entrevistadas afirmaram terem visitado ou já feito um passeio com as turmas. Importante também, que elas ressaltaram a preparação, o planejamento anterior à visitação, com estudo prévio. Além disso, após realizar o passeio, elas programam um seminário com a turma, contextualizando os saberes, efetivando uma ligação com o que foi apreendidos com o conteúdo desenvolvido em sala de aula, permitindo o questionamento e a participação ativa dos estudantes.

Contudo, uma das professoras escreveu que ao estudar com os alunos sobre o centro histórico da cidade, na maioria das vezes não há essa relação do que foi observado com os estudos coletivos em classe. Nesse sentido, há de se questionar de que forma a professora trabalha o

conteúdo, para não promover a interrelação dos conceitos, fatos históricos àquilo que os alunos veem nos passeios? Contraditório!

O quinto questionamento versava sobre a participação das professoras em práticas de Educação Patrimonial. Constatou-se que quatro docentes já participaram de alguma forma de EP, especialmente oficinas, em que os alunos demonstraram muito interesse, como Dália explicita:

Já participei da oficina oferecida pelo núcleo de Arqueologia de Santo Ângelo no Centro Histórico. Acredito ser de grande valia a participação, pois enriquece o conteúdo e a vivência e sala de aula, resgatando no aluno o real sentido da linearidade espaço-tempo que o ensino de história requer (Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Enquanto outras quatro não participaram, mas consideram relevante práticas assim que as auxiliam enquanto docentes. Acreditam que a Educação Patrimonial é importante para que haja a consciência histórica e valorização da cultura, conservando para que as outras gerações tomem conhecimento de suas raízes.

Na questão de número seis, a respeito dos órgãos públicos destinados a oferecer algum incentivo para propostas Educação Patrimonial, das oito entrevistadas, sete responderam que não possuem, há pouca iniciativa, acreditam que não tem a cultura de valorização histórica concreta apesar de conviverem diariamente numa cidade turística. Outras ainda, por desconhecimento, acreditam que a prefeitura municipal não oferece mais as oficinas no Núcleo de Arqueologia. Apenas duas revelam que recebem incentivo, inclusive de que os órgãos municipais por vezes promovem visitas com exposições diferenciadas nos museus da cidade. E, uma preferiu não se manifestar.

Na pergunta sete, sobre os saberes que consideram fundamentais para desenvolver a consciência histórica, promover o pensamento crítico acerca da preservação dos bens culturais e os desafios encontrados, as sete professoras – pois uma não respondeu – acreditam que é necessário primeiramente que o ano conheça seu espaço, sua história, resgatando a cultura do meio em que vivem. O estudo do fato

histórico, pois é conhecendo que irá se valorizar. Para isso, é preciso desenvolver debates acerca dos valores, da memória história, para que os alunos reflitam e colaborem com suas ideias.

São fundamentais para desenvolver a consciência histórica nos alunos, o resgate histórico dos acontecimentos que pautaram a passagem o tempo dos lugares e pessoas. As vivências cotidianas, através de leituras, projetos, imagens, elementos culturais dos lugares em questão são pré-requisitos essenciais para desenvolvimento crítico dos alunos e formação de opinião. Os desafios são constantes, principalmente no que tange à preservação da história dos povos e lugares, principalmente em meio ao universo das mídias e a utilização adequada desses elementos aos estudos acadêmicos (DÁ-LIA. Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

Mais do que isso, é importante a reflexão que Azaléia escreveu:

Consciência histórica através do entendimento e conhecimento das diferenças, semelhanças e evolução do ontem e do hoje, entendendo a ideia de construção e participação dos atores sociais. Incentivar a preservação através da consciência de que são partes de nossa história. Os desafios estão na escassez de materiais produzidos sobre a nossa história, escassez de materiais de divulgação, imagens, textos (Santo Ângelo, Maio/Junho de 2015. Entrevista concedida a Laís Francine Weyh).

A última pergunta que trazia um espaço para as entrevistadas surgirem, criticarem e comentarem, das professoras que responderam, citou-se que faz-se necessário o recebimento de incentivos dos órgãos públicos para esses estudos, o aprofundamento de pesquisas em nossa região jesuítica, não trabalhando a história de outros países e repensar a maneira como é encarado o conteúdo curricular, em que a escola deva ajudar para uma mudança efetiva. Também, revelou-se a preocupação quanto ao desinteresse das pessoas em serem professores de História, mostrando os efeitos da crise pela falta de candidatos, desejando que a realidade mude.

CONCLUSÃO

Ao concluir essa pesquisa, algumas das hipóteses iniciais a respeito da temática se confirmaram, como a falta de incentivo e apoio dos órgãos

públicos em relação às práticas educativas – Educação Patrimonial- que visam levar o educando ao entendimento do passado histórico-cultural da sua cidade, bem como a falta de formação para professores sobre o assunto.

Contudo, percebe-se também, que a maioria dos professores apesar de reconhecerem a importância de iniciativas que levem à conscientização sobre o patrimônio local, não se mobilizam para solicitar mais recursos na área de História e turismo, “esperando” para que a solução venha a aparecer. E nesse sentido, a idade e o tempo de atuação não significam nada, é a vontade de buscar saídas que modifica a situação.

Ao contrário das outras cidades históricas que abrigavam as reduções, em Santo Ângelo possui uma proposta de Educação Patrimonial no Núcleo de Arqueologia juntamente com o Museu Municipal, oferecendo para as escolas uma experiência de complementação dos estudos diferenciada. Mas os desafios continuam e novas iniciativas podem surgir, especialmente nos próprios centros históricos, nas ruínas das antigas reduções jesuítico-guarani no momento de visitação, em que profissionais possam desenvolver um trabalho explicativo sobre o passado vivenciado naquele espaço.

Outra hipótese foi desconstruída, no sentido de que se acreditava que um número significativo de professoras ainda utiliza metodologias tradicionais no ensino da História, sendo que os gráficos confirmaram a presença de outros instrumentos de aprendizagem, aliando inclusive a tecnologia.

Neste contexto, revela-se a importância da Educação Patrimonial, do seu papel transformador, enquanto visão de mundo que propicia o contato das crianças com o objeto direto de conhecimento, mostrando uma História real, de um passado que as antecedeu e necessitam preservar. Logo, ao transpor os muros da sala de aula, indo em espaços diferenciados para pesquisar, os professores como mediadores, dão a oportunidade de os educandos formularem ideias, tentarem descobrir as respostas das suas dúvidas, socializarem coletivamente com os colegas o que aprendem pelos sentidos, ou seja, tornarem-se autônomos, construtores do conhecimento.

Nesse sentido, deseja-se que o ensino de História seja repensado de forma a possibilitar essa interação, desenvolvendo competências e habilidades nos alunos, fazendo-os ter uma visão contextualizada, crítica da sociedade, enquanto cidadãos capazes de agir, reconhecer seu lugar no mundo e realizar mudanças. Portanto, o currículo escolar precisa ser condizente com os objetivos de ensino propostos na contemporaneidade, em que a interdisciplinaridade, a multiculturalidade tornam-se princípios e pilares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- FINOKIET, Bedati Aparecida. **Educação patrimonial, história e memória**. Santo Ângelo: FuRI, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**, 2014.
- RECH, Raquel Machado; ZIMMERMANN, Leandro da Silva; LUZ, Eduardo de Lima da; WEYH, Laís Francine. **Cartilha Digital do Projeto de Educação Patrimonial** “Jornadas de Arqueologia Missioneira”. NARq – MMJOM/FAPERGS, 2015.

LEITURAS SOBRE EXPRESSÕES HOTELEIRAS EM SANTA MARIA (1882-1930)

NASTAJA CASSANDRA ZAMBERLAN DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (ME)
NASTAJA.ZAMBERLAN@GMAIL.COM

MARCELO RIBEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (DR)
PROFESSOR DR. UFSM
RIBEIROMARCELO64@GMAIL.COM

RESUMO

No ano de 1885, em razão da construção da ferrovia em Santa Maria Rio Grande do Sul, o cenário econômico e social foi impactado por uma nova realidade, que, devido a sua posição geográfica, transformou o município em uma referência logística, atuando como um entreposto comercial e que contribuiu no deslocamento de pessoas e mercadorias. Esta mudança no município atraiu investimentos de serviços e comércio, além de toda a estrutura possível, sendo responsável por grandes mudanças sociais e culturais que a cidade experimentou na primeira metade do século XX. A partir desse contexto, este estudo buscou compreender e apresentar através de uma abordagem histórica, documental e fotográfica, alguns dos primeiros empreendimentos hoteleiros no período relativo ao final do século XIX e início do século XX. A metodologia se constituiu de pesquisas com fontes em jornais da época, assim como em livros sobre a história local e também prática da história oral. O trabalho se propõe a ser um exercício de memória em mapear e identificar os

antigos hotéis que se localizaram no centro urbano do município de Santa Maria, localizada na Região Central do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Meios de Hospedagem. Memória. Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

A humanidade, desde tempos remotos, adquiriu o hábito de se deslocar pelos mais diferentes motivos, como a própria sobrevivência, o que inclui a caça, a coleta de alimentos e objetos, o comércio e as trocas, a compra e a venda de mercadorias, dentre outros motivos. Devido às distâncias, o grande problema que se impunha eram os locais para pernoitar. Ambiente de repouso, banho e refeições se apresentavam como uma necessidade básica para os itinerantes.

Na Grécia, conforme Andrade (2002) existiam locais específicos durante os Jogos Olímpicos com a finalidade de permitir o repouso, a proteção e a privacidade aos atletas de fora, convidados a participar das cerimônias religiosas e das competições esportivas. Ainda, segundo Pereira e Coutinho (2007) no Império Romano há registros de dois tipos de hospedarias constituídas pela estalagem e o estábulo, enquanto na Idade Média os mosteiros também abrigavam os transeuntes.

A Revolução Industrial projetou uma nova ideia de hotelaria não somente como abrigo aos turistas, mas como uma fonte de negócios. Um dos grandes pioneiros da hotelaria na Europa foi o suíço Cesar Ritz. Após outros empreendimentos se sucederem em todo o mundo até os dias atuais.

Para Pinheiro (2002, p.11),

a hospedagem, interpretada como uma atividade econômica orientada para o mercado, só virá a ganhar projeção e a importância observada nos dias de hoje juntamente com o movimento da Revolução Industrial, que mudou a forma de comercializar. Conjuntamente com a criação das ferrovias, foram expandidas as oportunidades mercantis e de negócios, facilitando o fluxo de pessoas e de mercadorias, acarretando a necessidade de profissionalização em larga escala de atividades de suporte, onde a hotelaria passa a ser fator estratégico para o bom andamento das relações comerciais.

Segundo definição de Castelli (2003), hotel é a edificação com localização referencialmente urbana, normalmente com vários pavimentos. Oferece hospedagem e alguma estrutura para lazer e negócios. Hoje este conceito pode ser contestado, pois há edificações com este fim, principalmente em áreas urbanas com diferentes modelos arquitetônicos.

Santa Maria desde sua criação oficial vem recebendo pessoas de outras localidades por fins diversos. Conforme Padoin (1992) devido ao número elevado de militares, que compunham os primeiros assentamentos, evidencia-se que a cidade, desde o início constituiu um importante centro militar; além do grande valor em situar-se como centro geográfico natural e estratégico do Rio Grande do Sul.

As novas realidades registradas no mundo dos negócios alteram-se com o crescimento das cidades e das novas tecnologias tornando o cotidiano administrativo cada vez mais complexo e dinâmico, somado às variáveis econômicas, políticas e sociais que interferem na dinâmica gerencial do ramo hoteleiro. Diante deste contexto o trabalho se justifica como um resgate da história da cidade e de seu patrimônio cultural material com ênfase a hotelaria.

O objetivo da presente proposta é realizar um estudo histórico de alguns dos principais empreendimentos hoteleiros do final do século XIX e começo do século XX.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E OS MEIOS DE HOSPEDAGEM

A trajetória do município de Santa Maria, com sua privilegiada posição na área central do estado do Rio Grande do Sul, acolheu desde sua criação um fluxo importante de pessoas que aqui se instalaram com comércio e serviços, militares e outros à procura de oportunidades propiciadas pelo crescimento local. Um fato de grande destaque e peça de relevância considerada na pesquisa foi a Estação Férrea de Santa Maria, inaugurada em 1885, pela E. F. Porto Alegre–Uruguaiana, que serviu de cenário durante décadas para viajantes de todo o país. Sua importância se justificava por ter se tornado destaque como complexo ferroviário do centro do Rio Grande do Sul, além de ser o maior

entroncamento ferroviário, tendo seu apogeu entre 1910 e 1950, permitindo integração e atração regional, somado a uma evolução urbana.

A Rua do Progresso, atual Avenida Rio Branco, representou a via de ligação entre o centro da cidade e a estação férrea e foi o suporte de uma série de empreendimentos voltados à hospitalidade que contemplavam pessoas usuárias desse tipo de transporte, tendo Santa Maria como passagem ou destino final. Sob influência positiva da implantação da ferrovia em 1885, Santa Maria se desenvolveu de forma acelerada, pois, segundo Rechia (2006), “os acontecimentos foram se sucedendo numa velocidade que escapou ao controle paulatino dos detalhes que os registros cronológicos permitem conhecer”, porém, esse processo deixou poucas informações, documentos, relatos, projetando a nova forma de deslocamento e relegando, de certa forma, a presença dos empreendimentos como fundamental importância ao viajante.

O surgimento de prédios que serviam as atividades hoteleiras se fortaleceu com a presença desse modal de transporte, fazendo da Avenida Progresso e adjacências uma referência em hospitalidade que se somavam a outros empreendimentos localizados no centro da cidade. Contudo, o declínio desse agente de integração regional econômico e social se refletiu no enfraquecimento na demanda da ocupação hoteleira, de modo que muitas unidades fecharam suas portas, outras foram negociadas, recebendo novos nomes a partir dos proprietários vigentes, mas muitas se perderem no tempo, sem deixar registros, histórias e memórias.

A pesquisa, desenvolvida na cidade de Santa Maria, localizada na formação geográfica conhecida como Depressão Central do Rio Grande do Sul, tomou por base os hotéis da cidade fundados no final do século XIX e início do século XX, com ênfase em uma amostragem relativa aos principais empreendimentos, pois certamente as pensões, pequenas hospedarias e propriedades particulares também recebiam os turistas à época.

METODOLOGIA EMPREGADA

De caráter descritivo, histórico e qualitativa, a pesquisa foi baseada em fontes documentais, bibliográficas e fotográficas. As fontes documentais

utilizadas foram os jornais da época, que, segundo Alves (2003), representam uma das mais significativas fontes que tem servido às reconstruções históricas de caráter regional.

A natureza da pesquisa qualitativa exige, no entendimento de Vieira (2010), um olhar aprofundado do contexto e do local em que é executada e uma interação entre o pesquisador e o objeto. O caráter exploratório proposto segue os pressupostos de Gil (2006), ao evidenciar que esse tipo de pesquisa é realizado, especialmente, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A fotografia, além de dar suporte à pesquisa, também se caracteriza por ser um meio de comunicação capaz de divulgar o produto humano, formado por patrimônios tangíveis e intangíveis de uma comunidade (DROPA; TRZASKOS; BAUM, 2011).

O recorte espacial no território deste estudo compreendeu o denominado Centro Histórico que compreende a região onde o município nasce, tendo como referência inicial as ruas Dr. Bozzano e Venâncio Aires, com incursões pela Av. Rio Branco e adjacências até o entorno da Estação Férrea.

A HOTELARIA EM SANTA MARIA

Em 1882, foi inaugurado no município de Santa Maria o Hotel dos Viajantes. De propriedade de um francês chamado Leon Berthaud, cozinheiro e mestre de hotel, o estabelecimento tornou-se referência em atendimento, assim como, destaque para os banquetes e as especiarias que eram servidos no hotel. Seu primeiro endereço foi na rua do Comércio (na época denominada Pacífica e, atual rua Dr. Bozzano), esquina com a Rua Floriano Peixoto (anteriormente nominada Travessa Maximiano, e posteriormente, Rua do Cadó). Em meados da década de 90 do século XIX o Hotel dos Viajantes troca de endereço, e se fixa na rua Venâncio Aires.

Na fotografia a seguir, o proprietário do Hotel, Leon Berthaud identificado com o chapéu de cozinheiro e seus convidados.



Fonte: Revista Comemorativa de Santa Maria. AHMSM (2018).

Na figura abaixo, registro da fachada do Hotel dos Viajantes/ Leon, em sua nova localização na Rua Venâncio Aires.

Casarão que abrigava o Hotel dos Viajantes/Leon



Fonte: Santa Maria Memória (2008).

Dentre histórias e curiosidades a respeito do estabelecimento, destaque principalmente no tange o meio político do estado do Rio Grande do Sul no período. Políticos renomados como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, entre outros, faziam parte da lista de hóspedes “habituê” do hotel. Após a morte de Berthaud, em 19.09.1912, a viúva Camille Berthaud altera o nome do hotel dos Viajantes para Hotel Leon.

No ano de 1947, após a gestão de vários empresários, o antigo e famoso hotel, encerra as suas atividades, e em seu lugar é construído o prédio dos Correios e Telégrafos, o qual está em funcionamento até hoje.

Muito próximo ao Hotel Leon, localizado na rua Venâncio Aires, e também com frente à rua Dr. Bozzano, o Hotel Kröeff no ano de 1897 dá início as suas atividades hoteleiras em um casarão pertencente a Carlos Kröeff. Assim como seu concorrente, foi considerado um dos melhores e mais sofisticados hotéis do município. O destaque era tanto pela higiene, cavalheirismo com seus clientes, como também o capricho na área de alimentação. O hotel dispunha de uma espetacular adega. (MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, COSTA BEBER, 1998). Outra peculiaridade deste hotel eram duas alas de quartos, uma, dividida para os casais e outra, para os solteiros.

Hotel Kröeff, ao lado da Pharmácia Moderna na Rua Venâncio Aires



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (2017)

No decorrer dos anos, o hotel passou por diversos proprietários, os primeiros donos foram Olívio Kröeff e Henrique Carnos, os quais aparecem em destaque na foto abaixo.



Fonte: Diário de Santa Maria, 2017

No ano de 1956, finda-se o ciclo do Hotel Kröeff para dar início às obras da Galeria do Comércio com prédio residencial, o qual faz parte da arquitetura do centro da cidade nos dias atuais.

Outro hotel, que também foi de grande importância para o município, principalmente pela sua localização, próximo à Estação Férrea, foi o Hamburgo Hotel. Os registros datam 1904 como o ano de sua inauguração. Assim como os demais locais para hospedagem, sob sua administração tiveram muitos gestores, e o destaque de sua lista de hóspedes fica por conta do paleontólogo alemão Friedrich von Huene, que contribuiu para divulgar o nome de Santa Maria no cenário internacional.

Fachada Hotel Hamburgo



Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso (2018)

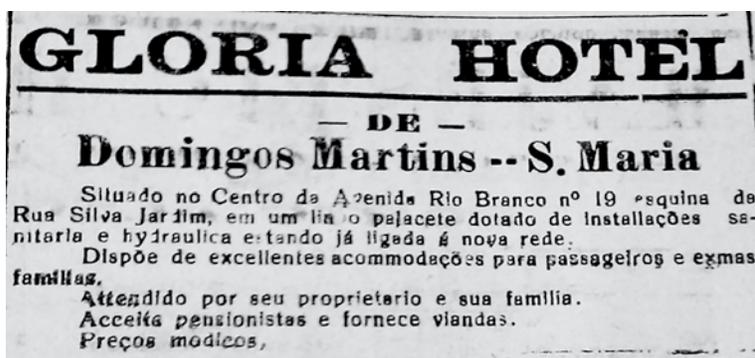
Após anos fechado, o antigo hotel, com 114 anos de existência reabre suas portas, com nova denominação: Hotel Gabriel. O prédio e o interior sofreram mudanças, devido ao desgaste do tempo, não mantendo as características originais.

Nova fachada do antigo Hamburgo, agora denominado Novo Hotel Gabriel



Fonte: autora

No ano de 1930, localizado na Avenida Rio Branco, esquina com a rua Silva Jardim, foi inaugurado o Glória Hotel. O fundador foi Domingos Martins, que já havia sido gerente do Hotel Kröeff. O novo estabelecimento contava com 80 quartos. Conforme Costa Beber (1998, p. 113), o hotel foi vendido no início dos anos 50 para Léo Muller, que conseguiu dobrar o número de quartos e instalar um refeitório. Abaixo, uma propaganda do novo hotel publicado no Jornal Diário do Interior de 1930. Pode-se perceber o cuidado e zelo dos proprietários com relação ao bem estar de seu cliente.



Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso (2018)

Sob administração da família Muller, após 78 anos de funcionamento o Glória Hotel encerrou suas atividades. Foi vendido para a atual Universidade Franciscana, onde está instalado o centro de Integração Conhecimento e Sociedade.

CONCLUSÕES

A expansão das atividades hoteleiras no eixo delimitado entre o centro e a Estação Férrea tem como marco meritório a implantação da Rede Ferroviária que proporcionou o desenvolvimento e o avanço da cidade, somado a novas oportunidades de negócios, gerando empregos e identidade aos cidadãos.

A importância da Gare para a hotelaria foi como um incremento para o número de hotéis, pois, a exemplo da pesquisa, dois importantes e requin-

tados hotéis, um deles fundado no final do século XIX, e o outro no começo do século XX, sustentaram-se por anos, mantendo a qualidade, suas histórias de sucesso e fidelizando seus clientes, que, por muitas vezes, eram celebridades do mundo político da época no Rio Grande do Sul.

A exemplo dos dois hotéis mais antigos pesquisados, Hotel dos Viajantes (1882) e Hotel Kroeff (1897), ambos deram lugar a duas grandes construções na cidade. O primeiro foi demolido para a construção da sede dos Correios, e o segundo deu espaço para a edificação da atual Galeria do Comércio. Mais uma vez, o abandono ao passado se torna notório, pois em nenhum desses prédios remanescentes há alguma menção à época, mostrando a importância histórica desses dois hotéis, que foram palco de grandes recepções de ordem política e social em um tempo quando a cidade era considerada o maior entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul.

A compreensão da hospitalidade à época do estudo deixou poucos registros, o que mostra o distanciamento com a memória, com o patrimônio, e também com a preservação da identidade do local.

O chamado centro histórico de Santa Maria vive hoje um embate entre a destruição dos prédios antigos e a total falta de uma legislação que abarque o real número de edificações passíveis de proteção. Movimentos de preservação buscam ampliar a rede de apoios e prospectar formas de proteção sob pena do centro se transformar dentro de alguns anos em um local sem memória. O valor histórico dos prédios que ainda estão em pé, assim como a memória daqueles que foram derrubados, possibilita compreender como a população local é pouco apegada à ideia de memória. O patrimônio cultural somente será reconhecido quando um grande grupo de pessoas e entidades souberem dar valor a partir de suas escolhas do que deva ou não ser preservado.

A consciência cultivada culturalmente na memória do cidadão, possibilita a preservação da história, transmitindo às gerações futuras preceitos históricos, contribuindo para o fortalecimento dos laços comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F.das N. História regional e imprensa no Rio Grande do Sul. In: ALVES, F. das N.; PRADO, D.P. (Orgs.). In: CICLO DE CONFERÊNCIAS HISTÓRICAS, 10., 2003. **Anais...**Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2002
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Manual de Orientações**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 2006.
- CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARCHIORI, J.N.C.; NOAL FILHO, V.A. **Santa Maria: relatos e impressões de viagens**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008
- PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS** (uma análise histórica sobre a CACISM).1992. 85fl. Dissertação (Pós-Graduação em História – área de concentração em História Econômica do Brasil). Universidade Federal do Paraná. 1992.
- PEREIRA, Francisca Félix; COUTINHO, Helen Rita M. Hotelaria: da era antiga aos dias atuais. Escola Superior de Artes e Turismo. **Revista Eletrônica Aboré**. ed. 03, 2007.
- PINHEIRO, João Luís Alves. **Hotelaria: um estudo de caso da Rede Othon ,de hotéis**. 2002. 140fl. Dissertação (Escola Brasileira de Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2002.
- RECHIA, A. **Santa Maria: Panorama histórico e cultural**. 3 ed. Santa Maria: Associação Santamariense de Letras, 2006.
- VIEIRA, J. G. S. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Fael, 2010.

ST 23
O FUTURO DE UM PASSADO
INCERTO? ENSINO E
PESQUISA DE HISTÓRIA
MEDIEVAL E DO
RENASCIMENTO ANTE
OS DESAFIOS ATUAIS

COORDENAÇÃO

CYBELE CROSSETTI DE ALMEIDA (UFRGS)

FRANCISCO DE PAULA SOUZA DE MENDONÇA JÚNIOR
(UFSM)

PITTURA INFAMANTE: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DO ENFORCAMENTO EM JUÍZO FINAL DE GIOTTO DI BONDONE E A ICONOLOGIA DE UMA PRÁTICA PICTÓRICA PUNITIVA

THUYLA AZAMBUJA DE FREITAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
MESTRANDA EM HISTÓRIA
THUYLADEFREITAS@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Durante o medievo a figura do “artista” ocupava um lugar na conjuntura social que difere demasiadamente daquilo que na contemporaneidade é entendido como tal. Em virtude da arte, ou nesse caso a *ars* medieval, estar associada principalmente ao fazer técnico voltado para a sua função enquanto habilidade manual de edificação de algo belo, ao invés de outras características mais autônomas direcionadas a persona criadora de tais obras. O artista, conforme é compreendido atualmente, como alguém que assina suas obras, que trabalha sozinho, sendo o principal responsável por suas criações é fruto da idade moderna. Faz-se necessário introduzir o texto com essa distinção básica, pois o objeto de estudo está inserido justamente em um contexto em que essa dinâmica passa por transformações. Giotto foi um indivíduo com uma forma de trabalho medieval atuando na fase inicial do renascimento, um cenário totalmente diferente da realidade em que viveu boa parte de sua trajetória. O artifex teve de aprender na prática o que é ser um artista. Ainda sobre esse período, vale pontuar também algumas

características com relação a estrutura de trabalho e como ela se estabelecia de forma bastante peculiar. Basicamente, as produções contavam com 3 papéis: o artista, o conceitor e o comitente e, não necessariamente era organizada nessa ordem ou sempre existia cada um deles exercendo exatamente uma atividade. Logo, pode-se concluir que a técnica por vezes era dissociada da concepção, quem faz uma obra nem sempre é quem concebe a ideia. As fronteiras entre os responsáveis pelo conceito, criação da peça e encomenda, não eram bem definidas e talvez justamente por isso a dificuldade em consolidar uma noção de autonomia artística. De acordo com Castelfnuovo (1989, p. 256-257 apud RODRIGUES, 1999, p. 24):

“Artista” é um termo ainda inexistente no Renascimento – se com ele pretendemos nos referir a um especialista que, isolado das guildas e corporações, trabalha sozinho em seu estúdio, para solitariamente produzir, com ofuscamento de seus colaboradores, “a” obra que concebe sem a intervenção, a demanda ou a encomenda de outrem.

O afresco “Juízo Final” produzido por Giotto di Bondone entre 1304 e 1306, que compõe esse trabalho como fonte de pesquisa, está localizado na Cappella Scrovegni em Pádua. A capela, por sua vez, trata-se de um local que segundo Cassidy (2004, p. 356) foi encomendado por Enrico Scrovegni para livrar a alma de seu pai, purgando e espiando seus pecados de usura. Ou seja, também é possível identificar aqui a figura não só do artista, como também do comitente. Além disso, o inferno de Giotto possui uma série de referências ao pecado cometido pelo pai de Enrico, apesar de não se limitar somente a isso, sendo mais uma evidência de um modo de trabalho que transita entre a autonomia discursiva e a execução de uma tarefa. Doar, encomendar e utilizar obras, sejam elas arquitetônicas e/ou artísticas, como uma forma de pagar pelos pecados em busca da purificação da alma, era algo comum durante o período vivido pelo expoente renascentista.

Esta pesquisa, orientada pela Nova História Cultural, uma corrente teórica que possibilita a ampliação da concepção daquilo que é considerado um documento histórico, tem como proposta analisar um conjunto de símbolos e modelos imagéticos de uma representação visual. Busca-se refletir

não apenas sobre a cultura punitiva, apresentada na alegoria do inferno, como também parte dos preceitos de uma moral cristã. Para o historiador Roger Chartier (1988), um dos principais representantes da Nova História Cultural, o discurso histórico é construído por meio de estruturas sociais e simbólicas que convergem entre si. Sendo assim, este estudo é um esforço de gerar entendimento a respeito da representação iconográfica do enforcamento no afresco “Juízo Final” de Giotto di Bondone e sua possível relação com a *Pittura Infamante*. Considera-se esse um passo importante para a análise em três níveis: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico, conforme propõe o método de Erwin Panofsky. Enquanto um discurso construído, há uma série de preceitos disseminados perpetuados até os dias atuais, constituindo rupturas e continuidades históricas que influenciam noções contemporâneas. Portanto, a partir das relações simbólicas humanas e sua sinergia com o mundo, torna-se possível gerar entendimento sobre algumas das complexas dinâmicas das sociedades do passado.

A PITTURA INFAMANTE: UMA PRÁTICA PICTÓRICA PUNITIVA

A representação visual de “O Pendurado”, ou “O Enforcado”, como ficou conhecido popularmente no tarô, antes de ser interpretado como um dos arquétipos que compõem os 22 arcanos maiores do baralho de Marseilha, esteve também presente em uma prática pictórica punitiva realizada em algumas cidades do centro-norte da Península Itálica. A *Pittura Infamante*, como foi chamada, tinha como objetivo punir aqueles que haviam cometido atos infames; logo, os cidadãos eram pintados em contextos vexatórios em lugares públicos com a finalidade de afetar sua honra e reputação perante os demais membros da sociedade. Esta prática foi realizada ativamente entre os séculos XIII e XVI, tinha regras estabelecidas por lei e devido ao seu caráter efêmero e transitório, pois eram afrescos que muitas vezes ficavam expostos a intempéries, possui poucas obras sobreviventes para consulta. Em decorrência das particularidades do tema e sua especificidade, durante a elaboração desse estudo a busca por teses e dissertações no Brasil não

muitos obteve resultados. Alguns dos bancos de dados consultados foram o Portal de Periódicos da CAPES, a plataforma Scielo, o website em formato de rede social para acadêmicos denominado Academia.edu, o sistema de arquivamento online Jstor, entre outros. No total foram encontrados 3 trabalhos que abordam a temática, sendo dois deles em italiano e um em português brasileiro. O primeiro, um livro chamado “*La pittura infamante. Secoli XIII – XVI*” de Gherardo Ortalli (1979) pode ser usado como um referencial para aqueles que desejam estudar o assunto servindo de direcionamento na historiografia. O segundo, uma tese publicada em 2017 chamada “*La Pittura Infamante*” de Armando Luca Maurizio Cappiello, possui contribuição fundamental para esta pesquisa, tendo em vista que possui um tópico dedicado a trabalhar parte da representação que será estudada. E, por fim, há um artigo realizado pela professora brasileira Flavia Galli Tatsch cujo título é “A Iconografia Política do Bem Comum. Os afrescos de Ambrogio Lorenzetti e Orcagna.”, publicado em 2012. Com isso, justificava-se a necessidade de mais estudos sobre as pinturas infames, por ser um vestígio pictórico do uso das imagens com uma função estabelecida por regras específicas, local de exposição determinado e comissionamento. Conforme afirma Ortalli (2015, p. 166 apud CAPPIELLO, 2017, p.13. Tradução nossa.) esta prática era:

decidida dentro da jurisdição ordinária ou como ato excepcional expressamente aprovado pelas autoridades políticas; comissionado ou pelo menos autorizado pelos órgãos nomeados para conduzir o caso público; localizado em lugares expostos o tanto quanto possível, geralmente nas paredes exteriores dos edifícios cívicos de maior importância e centralidade, destinada a adquirir principalmente uma função infame, à qual se conectava inevitavelmente outras funções coerentes com os interesses daqueles que detinham as rédeas do poder e preocupavam-se em construir, informar e orientar a opinião pública; capaz de afetar o status legal do punido (geralmente em falta), reafirmando, certificando ou mesmo causando a infâmia.

Nas comunas de Milão em 1390 e Lodi em 1396, esta prática chegou a ser proibida por lei devido a repercussão que gerava junto aos membros da comunidade. Acreditava-se que as pinturas infames atingiam não só a

reputação de quem havia cometido o ato infame, mas também da cidade inteira na qual o sujeito punido habitava. Essa noção parte justamente do conceito de comunidade existente na sociedade renascentista, na qual os atos de um indivíduo possuem efeito direto no grupo em que este se insere. Os falsários passaram a ser registrados em um livro no arquivo dos municípios, sendo este mais um vestígio do seu impacto perante os indivíduos da época. Apesar de haver obras datadas do século XIII ao XVI, se faz necessário frisar que a prática foi substancialmente *Trecentesca*. Em vista disso, o recorte temporal deste estudo é delimitado ao século XIV, considerando-se que foi neste período que a pena teve aplicações mais regulares sendo direcionada a crimes específicos, tais como: a traição, falsificação e a usura, conforme destaca Capiello (2017, p. 16-17).

Os pintores infames de maneira geral eram sujeitos de índole duvidosa, que possuíam questões pendentes com a justiça e desconhecidos em sua grande maioria. Poucos foram os pintores de renome que tiveram contato com a prática e, ainda assim, buscaram evitar o conhecimento de sua autoria, como foi o caso de Andrea del Sarto que ao ser contratado em 1530 para pintar alguns cidadãos traidores e capitães de Florença assinou a pintura com o nome de um de seus aprendizes e só trabalhou no período da noite.

Este exemplo relatado por Capiello apud G. Ortalli (2017, p. 20), demonstra como a prática atingia de forma eficaz e pejorativa a imagem dos cidadãos, gerando temor tanto para o pintor quanto para a comunidade que possuísse seu nome associado a infâmia. Estes preceitos estavam fortemente articulados com a noção de reputação, que deveria ser um direito pessoal e irrevogável. Contudo, vale salientar que devido a estruturas de poder, alguns membros possuíam maiores preocupações a zelar. Sendo assim, é importante destacar que a punição com o passar do tempo passou a ser direcionada principalmente para aqueles que exerciam algum poder ou tinham algum *status* para ser mantido. A noção de imagem e reputação denominava-se *fama*, um conceito que estava relacionado a estima perante os demais, a um *status* pertencente a cada um. Já o seu oposto,

Figura 1 – Desenho preparatório de Andrea del Sarto criado entre 1529 e 1530.



Imagem em domínio público. Procedência da imagem: <https://ca.wikipedia.org/wiki/Pittura_infamante#/media/Fitxer:Hanged-men-pittura-infamante-andrea-del-sarto-6c.jpg> Acesso em: 29 julho. 2019

chamava-se *infâmia*, que supostamente seria a desaprovação, sendo o *infame* um indivíduo desprovido não só de estima mas também privado de direitos legais. Após a explicação do que foi a *Pittura Infamante* e alguns dos seus impactos, serão destacados elementos da representação de “O Pendurado”, que podem ser percebidos na obra “Juízo Final” de Giotto di Bondone.

A REPRESENTAÇÃO VISUAL DO ENFORCAMENTO EM GIOTTO E OS VESTÍGIOS ICONOGRÁFICOS DE UMA TRADIÇÃO PUNITIVA

Uma das representações que surge com certa frequência na *Pittura Infamante* é a figura de um sujeito pendurado ou enforcado. Um exemplo dessa manifestação pode ser visto na Figura 2 e, conforme o que foi citado anteriormente, a prática passou a ser destinada para crimes específicos, geralmente relacionados a traição ou usura. O que fez com que a representação do enforcado com frequência remetesse a Judas, o traidor, mas sua origem possui outras relações para além da imagem do traidor conforme relata Cappiello (2017, p. 23); sendo, por vezes, associada também ao pecado de simonia, representando o traidor da igreja ou da ortodoxia, o que demonstra a variação de significados atribuídos a representação. Como pode ser visto a seguir no fragmento do inferno da obra “Juízo Final”, próximo a diversas pessoas enforcadas, há a presença de um clérigo com uma bolsa de dinheiro representando o pecado de simonia.

Figura 2 – Fragmento da obra “Juízo Final”, Cappella Scrovegni, ca. 1306, Pádua.



Imagem com intervenção da autora. Procedência da imagem: <https://arhive.com/giotto/works/389448~The_Last_Judgment_Fragment>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

De acordo com Quírico (2011) era bastante comum que as alegorias imagéticas do inferno apresentassem em sua composição itens semelhantes aos da realidade cotidiana da sociedade. É de suma relevância apontar esse modo de atuação, pois auxilia a identificar uma construção discursiva em que as imagens trazem objetivamente elementos da vida em sociedade, possuindo uma linguagem própria. No afresco é possível notar o uso de arados, utensílios de cozinha, a representação da prática punitiva do enforcamento e outras maneiras de remeter aos sete pecados capitais. A composição em questão data de um período da fase inicial do renascimento, logo traz em si essa ambiguidade, típica de um período de transição das imagens medievais para as renascentistas. Sendo possível identificar elementos provenientes de um fazer medieval e também características que identificam uma liberdade de criação discursiva, própria do renascimento.

Figura 3 – Fragmento da obra “Juízo Final”, Cappella Scrovegni também conhecida como Capela Arena, ca. 1306, Pádua.



Procedência da imagem: <https://arthive.com/giotto/works/389448~The_Last_Judgment_Fragment>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

Logo, talvez devido a essa mesma natureza em que está estruturada sua complexidade, algo que carrega elementos distintos mas convergentes, haja na composição três canais de chamadas dividindo os pecadores de acordo com a natureza das falhas, uma referência aos pecados capitais conforme podemos observar na Figura 3. Não estão isentos pontos provenientes de um modo de compor as imagens pensando em sua função, o que remete ao fazer do artifex medieval.

Como, porém, representar visualmente o Inferno, de modo que sua mensagem fosse adequadamente compreendida e suas funções como imagem religiosa cumpridas? Visando possivelmente a uma facilidade de reconhecimento por parte dos fiéis que se deparassem com as cenas infernais, foi necessário que as figurações do Inferno, embora imaginadas e irreais, partissem sempre da realidade deste mundo. (QUÍRICO, 2011, p. 9-10).

Estes elementos iconográficos evidenciam a tentativa de manifestar visualmente aquilo que fazia parte da vida dos indivíduos em uma obra que seria vista por inúmeros fiéis na capela Arena. Com isso, levanta-se o questionamento do uso das imagens como uma forma de controle e poder, já que a alegoria do inferno tornava evidente o destino daqueles que seguiam os caminhos corretos e aqueles considerados pecadores. Nesta época estava em vigor a crença de que o paraíso era um elemento de conexão entre Deus e os homens, possuindo um sentido moral edificante e, por isso, há um vasto número de imagens, esculturas e demais composições, que carregam concepções distintas de universo.

A representação visual do Inferno – compreendido como o lugar da danação eterna – surgiu inserida na figuração mais ampla do tema do Juízo final, no século X. Até o século XIV, ela foi se desenvolvendo e alcançando um destaque cada vez maior; na Toscana do Trecento, por exemplo, a região infernal acabou por se tornar uma composição autônoma ao lado do Paraíso e da representação propriamente dita do Juízo Final. (QUÍRICO, 2011, p. 4).

Segundo preceitos religiosos a dor era uma maneira de purgar os pecados, tornando-se comum práticas que buscavam uma forma de amenizar

as falhas da carne para purificar a alma. Neste afresco há a representação do sofrimento como uma forma de elevar a algo maior, a um bom caminho e essa breve análise pode pontuar alguns dos componentes que retratam essas questões. A alegoria do inferno de Giotto é bastante grotesca e corpórea, pois nela o corpo assume uma forma visual que incorpora sistemas de crenças e valores do período estudado. A obra de arte nada mais é do que um vestígio, algo que carece de explicação e não deve ser vista como mera ilustração. Tendo uma ligação simbólica direta com os crimes exercidos e demais práticas locais, a figura “O Pendurado” possui algumas variações ao longo do tempo. Por vezes o indivíduo é retratado com uma bolsa de dinheiro, remetendo as 30 moedas de prata roubadas por Judas “o traidor”, em outras é apenas um homem pendurado pela perna esquerda com os braços envoltos atrás de seu corpo, o que representa certa imobilidade. Conforme é possível observar na Figura 4 há sujeitos pendurados por partes do corpo.

Figura 4 – Fragmento da obra “Juízo Final”, Cappella Scrovegni, ca. 1306, Pádua.



Procedência da imagem: <https://arthive.com/giotto/works/389452~The_Last_Judgment_Fragment>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

Esta variação abre espaço para alguns questionamentos e em consequência disso algumas hipóteses. Por que retratar alguém pendurado, ou invertido é percebido como algo humilhante? Em algumas representações este sujeito aparece com uma bolsa de dinheiro e em outras não, será que desde seus primórdios ele foi compreendido como Judas “o traidor” ou isto foi algo posterior proveniente de uma moral cristã? Representar alguém visualmente nesse contexto, em uma prática punitiva cujo intuito é afetar a imagem, manifesta sistemas de poder e, principalmente, de controle do corpo. Ao observar que, entre as suas variações visuais, há intervenções relacionadas ao mesmo. Como a História do Corpo pode contribuir para este trabalho? Assim como a honra se faz presente nas imagens, adornos e decorações, a desonra também ocupa importante papel, as pinturas infames são a sobrevivência da imagem em desonra. Para possibilitar o entendimento da representação iconográfica da figura de “O pendurado” esta pesquisa adota a linha teórica-metodológica proposta por Erwyn Panofsky, dividida em três níveis: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico. Esta proposta metodológica possibilita refletir sobre a composição em diferentes âmbitos, desde seus aspectos formais (pré-iconográfico e iconográfico) aos seus aspectos simbólicos (iconológicos). Neste estudo em específico, foram destacados alguns elementos acerca das imagens que podem contribuir para o entendimento da iconologia, gerando reflexão e levantamento de hipóteses. Contudo, é importante ressaltar que o caráter pragmático do método possui limitações e a sua rigidez não consegue dar conta da polissemia das imagens. O avanço nos estudos das imagens, como um campo de conhecimento autônomo é bastante recente, tendo em vista que o surgimento da Nova História Cultural enquanto corrente teórica que considera fontes para além das documentais, ser algo tão recente quanto. Sendo assim, também são adotados conceitos propostos pelo historiador Roger Chartier, entendendo a iconologia enquanto uma representação. Portanto, este foi passo inicial na tentativa de auxiliar historiadores que almejam decodificar esses símbolos, tendo consciência de que compreender a realidade a partir das representações produzidas por meio de fontes iconográficas é um desafio que possibilita o surgimento de novas abordagens e novas metodologias.

CONCLUSÃO

O debate historiográfico com relação às imagens religiosas no medieval se dá de maneira dúbia, porém, ainda válida nesta pesquisa que objetiva estudar a imagem enquanto fruto de um período de transição do *artifex* medieval para os primórdios do artista renascentista. Vale destacar que a interpretação da imagem como algo “inferior” ao texto é oriunda do entendimento de um fazer direcionado aos “*idioti*”, ou seja, iletrados, considerando-se que quem sabia ler pertencia a uma camada privilegiada da sociedade. Porém, as fontes iconográficas em sua complexidade não devem ser vistas como mero suporte ilustrativo. Fato que, a partir da Nova História Cultural foi ressignificado, ampliando o uso de diferentes fontes historiográficas, entre elas se enquadra a iconografia, que está sendo dinamizada metodologicamente cada vez mais em suas aplicações. Apesar das ressalvas, o método de Panofsky permite destrinchar a imagem em níveis, percebendo suas camadas de forma distinta e ampliando a visão de estudo. Outros teóricos contribuem auxiliando na compreensão do processo de forma interpretativa e, apesar de não terem sido utilizados nesse trabalho, torna-se importante citá-los aqui com intuito explicitar sua relevância enquanto perspectivas distintas, tais como: Jean Wirth, Georges Didi-Huberman, Pierre Francastel, David Freedberg e Hans Belting, dentre outros que ao longo das últimas décadas têm proposto formas de aprofundar a reflexão teórico-metodológica no estudo das imagens. Na evolução desta pesquisa e em análises futuras, pretende-se acessá-los inclusive para amenizar as faltas existentes no método de Panofsky, no que tange a esfera sensível, por meio do entendimento da imagem em seus âmbitos sociais e políticos, como algo que exerce influência nas manifestações artísticas, em suas práticas e representações. Acredita-se que esses autores podem contribuir para a construção de um estudo voltado para a História das Imagens, na tentativa de firmar o campo como a cultura de uma época em seus prismas sócio-culturais. Por fim, destaca-se a contribuição da compreensão de práticas legais e morais de uma sociedade, através de suas manifestações discursivas. As representações do corpo na pintura levantam algumas características que podem rememorar alguns

preceitos provenientes da antiguidade, que posteriormente serão apropriados com bastante presença e relevância no renascimento. Portanto, destaca-se aqui também o intuito de análises futuras dos usos que esses elementos da antiguidade têm para a construção de um discurso visual. O ato de pendurar alguém de forma invertida, além da imobilidade, que permite pensar em questões a respeito do que é compreendido como passivo, ou seja, destituído de honra, apresenta também a figura daquele que é invertido, elementos que nos trazem pistas a respeito de que traços femininos ou efeminados que podem ser considerados humilhantes. Devido a limitações de tempo e espaço não foi possível aprofundar esses aspectos que são caros para a compreensão da representação, que tem se mostrado rica. No entanto pontua-se aqui o interesse na continuidade dessa pesquisa por este viés no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPPIELLO, Armando Luca Maurizio. **LA PITTURA INFAMANTE**. ACCADEMIA DI BELLE ARTI DI BRERA MILANO. 2017. p. 56.
- CASSIDY, Brendan. Laughing with Giotto at Sinners in Hell. **Viator**, v. 35, p. 355–386, 2004.
- CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea – uma introdução**, 169 p., 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- GOMBRICH, Ernst H. Norma e forma – As categorias estilísticas da história da arte e suas origens nos ideais renascentistas. In: **Norma e forma: estudos sobre a arte da Renascença**. Martins Fontes, 1990.
- QUÍRICO, Tamara. A iconografia do Inferno na tradição artística medieval. **Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages**, n. 12, p. 1-19, 2011.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Editora. Perspectiva, 1991.
- PEREIRA, Maria Cristina Correia Leandro. Algumas questões sobre a Arte e Imagens no Ocidente Medieval. **Atas da VIII Semana do Programa de Estudos Medievais (PEM-UFRJ), 2009**. Disponível em: <<https://www.academia.edu/4160621>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

PEREIRA, Maria Cristina CL. **Da conexidade entre texto e imagem no Ocidente medieval. Leituras e imagens da Idade Média.** Maringá: Eduem, p. 131-148, 2011.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História.** Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 291-326.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história.** Editora Fiocruz, 1999. 198 p.

SANT'ANNA, Denise. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). **Corpo e História.** Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2011, p. 3-24.

FONTES

DI BONDONE, Giotto. (1304-06). O Juízo Final, afresco contido na Cappella Scrovegni também conhecida como Capela Arena, ca. 1306, Pádua. Dimensões: 10mx8,4m.



Imagem disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cappella_degli_Scrovegni#/edia/Ficheiro:Giotto_di_Bondone_-_Last_Judgment_-_WGA09228.jpg> Acesso em: 29 jul. 2019.

OS SERFSONS E A TERRA MÉDIA: POSSIBILIDADES DE ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL A PARTIR DA MEDIEVALIDADE

LÉO ARAÚJO LACERDA
MESTRANDO DO PPGH-UFPEL
LACERDSLEO@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O seriado de TV *The Simpsons* transmitido por 30 anos consecutivos, conta com 669 episódios, sendo considerada a mais “longeva” série produzida¹. O programa teria contribuído para estabelecer a FOX Network como quarta rede de televisão nos Estados Unidos (FELTMATE, 2013). Antes de enfatizar o estilo de vida estadunidense, a série emprega a sátira e o sarcasmo como instrumentos que permitem analisar situações cotidianas de uma família na cidade fictícia de Springfield, criticando o American Way of Life, ao mesmo tempo em que recorre à problemáticas sociais atuais. No episódio de abertura da (29ª) temporada, a família Simpsons é transportada a um cenário medieval em que vive problemas cotidianos em torno de uma família camponesa do reino de Springfieldia. Contudo, o passado apresentado, antes de se referir à Idade Média em si, trata, sobretudo, de problemas e tensões configuradas no tempo presente.

.....
1 Cf. dados fornecidos em: **Episode Liste: The Simpsons** (1989-). IMDb – Internet Movie Database. Acessado em 24 set. 2019. Online. Disponível em https://www.imdb.com/title/tt0096697/episodes?ref_=tt_ep_epl

A série ao invés de basear em extensivo repertório bibliográfico e obras medievais, utiliza-se, sobretudo, de edições literárias que remetem diretamente ao imaginário medieval, como *Game of Thrones* (George R. R. Martin), *As Crônicas de Nárnia* (C. S. Lewis), *Senhor dos Anéis* (J. R. R. Tolkien) e *Harry Potter* (J. K. Rowling). Apesar de não se encontrar claramente definida a sua inserção em um universo geográfico específico, pretende corresponder a uma porção da Europa medieval: o Reino de Springfieldia é localizado como situado na região dos Três Reinos, referência à obra de Tolkien, narra a história de uma família camponesa do período feudal, contudo, o recuo temporal é apenas um artifício para criticar a obscuridade que prenunciava o governo de presidente Donald Trump (2017-hoje)².

Uma diversidade de elementos presentes na série redimensionam os personagens a um imaginário fantástico medieval, tais como dragões, unicórnios, duendes, ogros, goblins e leprechauns; práticas mágicas ilícitas, como alquimia e necromancia. Contudo, pretendem, com a discussão apresentada, menos dar um panorama dos aspectos gerais que caracterizam o quadro temporal circunscrito pela categoria de Idade Média que, por sua vez, “eivada de rótulos e preconceitos, continua a ser utilizada menos por convicção do que de fato representa e mais por comodidade e costume” (MACEDO, 2011, p. 11). De fato, o episódio a partir da recepção da temática medieval e das apropriações da medievalidade pontilhada em um significativo número de referências a uma era de superstição, de opressão e injustiça social que, por fim, é mera crítica cáustica ao cotidiano dos homens pós-modernos e do sistema capitalista.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Umberto Eco precisa o debate em seu artigo inaugural para os estudos de recepção da temática medieval *Dez modos de sonhar a Idade Média sobre*

.....
2 In world of fast-paced Trump satire, 'The Simpsons' go medieval. Entertainment News, Los Angeles, 29 set. 2017. Acessado em 22 set. 2019. Online. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-television-the-simpsons/in-world-of-fast-paced-trump-satire-the-simpsons-go-medieval-idUSKCN1C42N3>.

a “vertigem de heterogeneidade” que aparentemente em sua pretensão de alinhar a um “campo unificado” procurando exibir semelhanças quando opera na construção de deformidades representacionais, isto é, nos induz “a tratar como algo homogêneo o que não é homogêneo” (ECO, 1989, p. 74). O autor urge pelo desenredar-se desse emaranhado narrativo, “modos de sonhar” o medieval, enumerando e distinguindo-os. Entre as variadas formas de idealização do passado medieval, encontra-se aquela que “explora uma verdade subjacente que o público reconhece” (FELTMATE, 2013), sendo ferramenta de resistência, quer dizer, propõe-se “tornar óbvia as estruturas subjacentes”, “transformando o texto contra si mesmo” (FELTMATE, 2013).

Como observado pelo sociólogo John Heeren, em 2000, cerca de 70% dos episódios do seriado *The Simpsons* davam espaço a problematizações religiosas (FELTMATE, 2013). Antes de serem preconceitos religiosos, trata-se de um trabalho coletivo no qual influem um conjunto de roteiristas, e antes de querer expor a visão deles, ciente de que é um grupo heterogêneo de sujeitos ainda que boa parte seja composta de ateus originalmente judaicos ou cristãos, refere-se ao produto do um consenso que visa explorar a partir de personagens individuais e do humor a hipocrisia nas relações sociais.

Na presente série o humor é utilizado como instrumento pedagógico, problematizando e contextualizando situações banais. Porém, como podemos conjuntamente ao humor latente que subjaz às questões e problemáticas esboçadas no referido episódio contribuir para o ensino de História Medieval quando a distância e o fosso representacional em torno deste passado são profundamente demarcados? Uma resposta possível é o de instrumentalizar os estudantes a fim de permitir desmontar as camadas de sentido e as formulações posteriores, percebendo as intencionalidades ocultas e as tensões que impregnam tal discurso, especialmente, em produções televisivas contemporâneas, como *The Simpsons*, relacionando com o presente imediato como determinante nas escolhas e seleções dos conteúdos e mensagens.

Desse modo, pretendemos discutir os desvios e distanciamentos presentes na narrativa televisiva a partir da recepção da temática medieval no

episódio titulado Os Sefersons (OLIVER, 2017) da 29ª temporada da série “Os Simpsons” através da categoria interpretativa “medievalidade” de José Rivair Macedo. Para Macedo (2011) a medievalidade diferencia-se das reminiscências ou resíduos devido à ausência de referências concretas ao quadro temporal a que pretende interligar-se:

Diferentemente dos “resíduos” ou “reminiscências”, que de alguma forma preservam algo da realidade histórica da Europa medieval, nas formas de apropriação denominadas “medievalidade” a Idade Média aparece apenas como uma referência, e por vezes uma referência fugidia, estereotipada. (MACEDO, 2011, p. 14).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Procuramos realçar determinados aspectos do episódio titulado de *The Serfsons* a fim de perceber o sentido representacional implícito no episódio como configuração de uma crítica pós-moderna ao mundo capitalista, bem como apontar a demarcação intencional do obscurantismo político que se viu tomado os Estados Unidos através dos augúrios do governo Trump fazendo analogia a uma concepção de trevas, superstição, fanatismo e idolatrias de todos os gêneros ao período medieval, isto é, a um dos modos de sonhar esse passado a partir da imputação de perspectivas desde o presente.

O atributo “medieval” tem sido intensivamente aplicado a um leque de situações variadas desde a construção de muro como divisa entre os Estados Unidos e o México e a comparação de Donald Trump a um rei medieval. Contudo, seu uso é equivocado pela imprecisão e, sobretudo, desnecessário já que redimensiona os enfrentamentos e críticas que deveriam ser elaborados em torno da própria modernidade a um momento historicamente situado a fim de “purificar o presente”, desse modo, segundo Eric Weiskott, professor de poesia medieval inglesa no *Boston College*, é determinante admitir como pertencentes a nossa historicidade:

[...] é mais preciso e mais retoricamente eficaz admitir que as coisas ruins ao nosso redor pertencem à mesma história que as coisas boas. Prisão em massa, método científico, terrorismo, automóvel, fascismo: são respostas irredutivelmente modernas às

condições modernas. Nenhuma pessoa, evento ou movimento pode nos levar de volta à Idade Média [...] (WEISKOTT, 2019, tradução nossa)³.

Nesse sentido, David M. Perry propõe a necessidade de uma “alfabetização histórica” visando à compreensão da complexidade e mutabilidade das relações históricas da Idade Média tendo em vista que o período não foi nada homogêneo e estaque⁴.

O primeiro dos pontos que sobressaem dessa trama narrativa sobre o medievo é a crítica ao capitalismo e a fé cega ao sistema e, em última instância, a alienação remetendo muitas vezes a ideia de que o capitalismo teria dado certo e outro modo de vida seria impensável, o que destoa e parece pouco credível haja vista as consequências nocivas que tal sistema produz sobre o planeta e a vida diária de homens e mulheres. Tal crítica se camufla em torno do feudalismo, operando uma bricolagem de tensões e discussões próprias do momento de construção do seriado. Lisa é uma personagem transgressora que questiona a sociedade em que vive, parece absorver esse sentido de descrença do progresso, de dispersão característico da virada trazida pela sociedade “pós-moderna”. O sentido da vida e do além-vida, e sua pluralidade de interpretações sugeridas, são questionados, até o ponto crucial, em que Bart Serfson, propõe: “[...] e se depois que a gente morrer não houver nada, simplesmente acabar?” (OLIVER, 2017, 12’26-12’29). Há também o combate à injustiça social delineado no conjunto de falas que a personagem Lisa Serfson expõe, como se observa no seguinte trecho, e o lado tragicômico de defender um sistema que possibilitaria àquela família sua “vasta imundície”:

.....
3 Original: “[...] it is both more accurate and more rhetorically effective to admit that the bad things around us belong to the same history as the good things. Mass incarceration, the scientific method, terrorism, the automobile, fascism: these are irreducibly modern responses to modern conditions. No person, event, or movement can take us back to the Middle Ages [...]”. In: **Stop calling Trump “medieval”. It’s an insult to the Middle Ages**. By Eric Weiskott. Vox, s.l., 25 fev. 2019. Acessado em 23 set. 2019. Online. Disponível em <https://www.vox.com/first-person/2019/2/25/18217156/trump-medieval>

4 **The Wall isn’t medieval**. CNN, s. l., 11 jan. 2019. Acessado em 23 set. 2019. Online. Disponível em <https://edition.cnn.com/2019/01/11/opinions/donald-trump-wall-is-not-medieval-perry/index.html>

Lisa: Nobres cruéis, nós servos estamos famintos enquanto eles banqueteam, duellam e posam para tapeçaria como se fosse amigos de unicórnios. Como se algum unicórnio fosse gostar deles.

Homer: Mocinha, **esse tipo de conversa é antifeudalista e eu não aceito, sem o feudalismo nós não teríamos nossa choupana ou nossa vasta imundície**, ou meus incríveis bulbos. Vou furá-los mais tarde. (OLIVER, 2017, 1'16-1'39, grifo nosso).

Posteriormente, seu pai Homer lideraria uma revolta contra o rei pelo rapto da filha, presa na torre do castelo cuidada por um dragão, guardião da magia. Ainda que este idolatre o sistema feudal destacando aquilo que indiretamente deveria significar as pretensas ilusões que o capitalismo opera no imaginário social. Homer apesar de abertamente defender o sistema, percebe a inevitabilidade de transgredi-lo, de enfrentar uma face injusta que pode ser vista em: “[...] não estão cansados de verem os nobres levarem o trigo que nós plantamos, a lã que nós enrolamos e o vinho que nós roubamos dos viajantes que assassinamos nas estradas? Eles levam até nossos filhos [...]” (OLIVER, 2017, 15'38-15'50).

De forma semelhante, podemos perceber nas falas do ratinho em meio às lixeiras e ao esgoto em *“L’Histoire du Capitalisme: le Moyen Âge”* que se pergunta “por que as pessoas são forçadas a viver assim e por que há quem é enriquecido por outras pessoas pobres e por que há tanta guerra? Para encontrar as respostas a essas perguntas que teremos que voltar muito tempo na Idade Média”⁵.

A família camponesa deste reino é retratada pelas vestes simples e uma alimentação pobre, subserviente aos caprichos dos nobres senhores; ignorante e explorada, não conseguindo conceber nenhum outro modo de existência possível:

Lisa Serfson: Estão vendo como as cabeças dos ricos ganham as estacas mais altas, com a melhor vista, como isso é tão injusto.

.....
5 Original: “[...] pourquoi les gens sont forces de vivre ainsi et pourquoi il y en a qui s’enrichit d’autres pauvres et pourquoi il ya tant de guerre? pour trouver les réponses à ces questions il va falloir remonter bien loin dans le temps jusqu’au moyen-âge. On voit comment les gens vivente est à cette époque là.”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3KPS1Y4-d6E>. Acesso em 22 set. 2019.

Homer: Já falei para deixar em paz o feudalismo, é o único sistema que conhecemos. Nós não temos escolha quanto a isso. E, portanto, é o melhor.

Liza: **O sistema é feito para nos manter na pobreza.**

Marge: Isso não é verdade, num grande país como o nosso, uma menina pobre pode crescer e se tornar o que ela quiser, uma esposa ou uma meretriz. E só isso.

Jacqueline Bouvier: Ah, eu queria ter sido meretriz, mas é tudo indicação.

Marge: Nunca é tarde demais, todos acabamos sendo o fetiche estranho de alguém. (OLIVER, 2017, 2'33-03'06, grifo nosso).

O resgate de Jacqueline Bouvier, mãe de Marge, da floresta de aposentados “As teias” e sua doença que a coloca em processo de congelamento/mortificação progressiva devido ao relacionamento que tivera com o “caminhante do gelo”, referência ao caminhante branco da série *Game of Thrones* (GoT) é destacado para inserir a discussão das recurso a alquimia. Para cuidar da doença direcionam-se a barbearia Hibbert que funciona simultaneamente como cirurgião que estabelece o prazo de vida pós-doença de sete dias, bem como prescreve a administração de sanguessugas. Em última instância deve-se recorrer à prática mágica, sendo o amuleto que custa 100 peças de ouro necessário a sua sobrevivência. Inicialmente, Marge pensa em apelar a suas posses, das quais constam um porco, uma colher e um cubo gelatinoso. Posteriormente, a revelação dos poderes mágicos de Lisa, possibilita transformar chumbo em ouro, assegurando ao pai, Homer Serfsons, o ouro que lhe permite adquirir tal amuleto.

No episódio em questão, a usina humana no Reino Spingriefieldia controlada pelo conde Montgomery [Senhor Burns] que explora os camponeses e não lhes paga sequer um salário pretende estabelecer conexões com o trabalho escravo e a futilidade do que se advém com a exploração da mais-valia no mundo contemporâneo: “o seu trabalho produz uma coisa muito especial: a miséria humana que quando coletada é transformada em pó e inalada dá as pessoas ricas pequenas asas que não fazem nada” (OLIVER, 07'53-08'04).

A série igualmente critica o fanatismo religioso e a C. S. Lewis pelo acentuado tom religioso de suas produções através do Leão Azzlam das *Crônicas de Nárnia* que procura converter Marge nos momentos de vulnerabilidade, indiretamente remete ao cenário de descrença religiosa pós-moderno.

Também se reforça a ideia de que a Idade Média era um período ignorante em que os homens eram apedrejados por simplesmente lerem livros.

Quadro 1. Algumas recepções advindas de narrativas literárias

As Crônicas de Nárnia	Game of Thrones (GoT)	O senhor dos Anéis
Guarda-roupa místico	Dragão queimando a aldeia	Terra Média e os Três Reinos
Leão Azzlam	Caminhante branco (White Walkers)	
	Árvores-Corações do norte de Westeros	
	Corvo com 3 olhos	

Jacqueline Bouvier, mãe de Marge, ao matar o último dragão e se entregar a morte, efetuando um simbólico ritual de transformação social de camponesa a rainha do gelo, destrói o universo mágico que dá coesão a todo o sistema de crenças camponês, deixando um angustiante mundo em que a realidade precisa ser aceita, mas que Homer não consegue suportar:

Lisa: O fogo do dragão é a fonte de toda a magia, e a vovó matou o último deles. Tudo de Maravilhoso e extraordinário em nosso mundo vai desaparecer. Mas talvez agora possamos usar a ciência para melhorar o mundo, com novas tecnologias podemos por fim a pobreza e as doenças. Claro será um trabalho árduo, mas muito mais gratificante que balançar a mão em cima de uma pedra para transformá-la em ouro. (OLIVER, 2017, 19'32-19'56).

Ao final do episódio, vemos a família camponesa complacente e feliz assistindo a sua aldeia em chamas, enquanto Homer afirma amar a vida que eles têm o que corrobora com a afirmação de que tal produção televisiva se refere ao sujeito pós-moderno, que assiste a natureza ser destruída, as desigualdades e a exploração laboral, mas procura nas ilusões uma morada segura para existir. No episódio, a ciência é deixada de lado em favor das crenças pessoais, sintetizado na fala de Marge Serfson:

Marge: Ah, querida, quem ia querer viver em um mundo sem magia, seria tão chato. As pessoas inventariam histórias de fantasia.
 Personagem x: A maioria delas pretexto para sexo explícito e violência.
 Marge: Só para escapar do tedioso mundo real. (OLIVER, 2017, 20'09-20'26)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às instabilidades políticas atuais e as dificuldades e incertezas quanto à obtenção de recursos para o custeio de pesquisas nas universidades brasileiras é prudente relembrar que o campo dentro do qual situamos nossa pesquisa teve o seu desenvolvimento fomentado a partir dos anos 90, sobretudo, pelo financiamento de agências governamentais, como o CNPq e a CAPES – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoas do Ensino Superior.

O presente material audiovisual aqui trabalhado, o episódio do seriado *The Simpsons*, quando utilizado como recurso pedagógico pouco revela sobre esse passado ao qual em diferentes momentos foram atribuídos sentidos diversos e impróprios. Contudo, permite refletir sobre a sociedade capitalista e à crítica aos modos característicos ou estruturantes das relações por ela efetivadas, bem como as tentativas de transplantar problemas atuais que exigem enfrentamentos reais no presente a uma dada circunstância passada. Desse modo, enquadra-se no primeiro dos modos de sonhar sugeridos por Umberto Eco, a Idade Média como “maneira e pretexto”, descrita como ausente de um interesse genuíno de aprendizado, funcionando apenas como palco para “reviver personagens contemporâneos”. (ECO, 1989, p. 80). Ou no contexto da medievalidade, isto é, como referência fugidia, estereotipada (MACEDO, 2011).

FONTES

THE Sefersons (Temporada 29, ep. 1). *The Simpsons* [Seriado]. Direção: Mike B. Anderson e Rob Oliver. Produção: Matt Groening e James L. Brooks. S.l.: Fox Network, 2017, 21’38 min, son., color.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (Dir.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, 2 v., v.1, p. 537-551.

ECO, Umberto. Dez modos de sonhar a Idade Média. In: ECO, Umberto. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Trad. de Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 74-85.

FELTMATE, David. It's Funny Because It's True? The Simpsons, Satire, and the Significance of Religious Humor in Popular Culture. **Journal of the American Academy of Religion**: v. 81, n. 1, 2013, p. 222–248.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Tradução Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994, 367p.

MACEDO, José Rivair. Sobre a Idade Média residual no Brasil. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **A Idade Média portuguesa e o Brasil**: reminiscências, transformações, ressignificações. Porto Alegre: Vidrúguas, 2011.

_____. Repensando a Idade Média no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). **A história na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

Stop calling Trump “medieval”. It’s an insult to the Middle Ages. By Eric Weiskott. Vox, s.l., 25 fev. 2019. Acessado em 23 set. 2019. Online. Disponível em <https://www.vox.com/first-person/2019/2/25/18217156/trump-medieval>.

The Wall isn’t medieval. CNN, s. l., 11 jan. 2019. Acessado em 23 set. 2019. Online. Disponível em <https://edition.cnn.com/2019/01/11/opinions/donald-trump-wall-is-not-medieval-perry/index.html>.

REPRESENTAÇÕES DEMONÍACAS EM LUTERO E CALVINO: UMA ANÁLISE DAS OBRAS DOS AUTORES EM BUSCA DA FIGURA DO DIABO

EDUARDO LEOTE DE LIMA
MESTRANDO UFSM
ELEOTLIMA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O período de transição entre o medievo e o início do que conhecemos como modernidade foi fundamental para germinação de representações, discursos e práticas que funcionaram como poderosos símbolos constitutivos de uma nova identidade coletiva. Estes elementos culturais comuns, em sua tendência unificadora, se alastram pelos diferentes segmentos da sociedade, espalham-se pela Europa, e navegam os mares, junto da expansão marítima, rumo ao Novo Mundo. Sobrevivem, resistem, permanecem, transformam-se, sincretizam-se. Extrapolam os limites de tempo e espaço em que foram produzidos, ultrapassam as fronteiras de religião, política, imaginário, e se firmam enquanto bases fundadoras de uma cultura ocidental.

Não o fazem, contudo, sem contradições. Não se constituem enquanto tal sem oposições ou concorrência. Não se firmam sem objeções. É muitas vezes do conflito dentre diferentes discursos que nascem representações que permanecem na cultura ocidental até hoje. A figura do Diabo se enquadra nesse contexto. Construída pela Igreja Católica nos séculos finais da Idade Média, a doutrina que cerca sua imagem passa a ser contestada no

século XVI, em um movimento que põe em xeque a posição da Igreja, e que ficou conhecida como Reforma Protestante.

Desta forma, a pesquisa intitulada “*O Demoníaco no Protestantismo: analisando a representação do Diabo em Lutero e Calvino – século XVI*” tem como intuito compreender, a partir das obras do monge alemão Martin Lutero (1483-1546) e do teólogo francês João Calvino (1509-1564), qual a representação do Demônio ali presente, e como esta traduz o discurso que o fenômeno da Reforma vai imprimir nesta figura, já existente no imaginário católico. O corpus documental consiste em uma série de escritos teológicos, sermões, cartas e outros de Lutero, escritos em anos diversos, que foram compilados em uma coleção de livros (*Luther's Works*, em inglês); e o livro *A Instituição da Religião Cristã*, de João Calvino, primeiramente publicada em 1536. Assim, a ideia do presente trabalho é apresentar um breve e inicial mapeamento das fontes, elencando as possibilidades de análise e de desenvolvimento da pesquisa, já apontando para um exame preliminar de como o Demônio é representado nas referidas obras, ou seja, uma apresentação preliminar das fontes e os prováveis caminhos a se seguir na pesquisa a partir delas. Pensando na figura demoníaca enquanto multifacetada, e que os autores, em suas elaborações sobre tal personagem, tenham fundamentado algumas de suas características gerais, elencaremos a seguir três facetas do Diabo que consideramos enquanto fundamentais para compreender o Satanás de Lutero e Calvino.

É importante frisar, por último, que o presente trabalho não irá apresentar qualquer tipo de resultado, mas sim explicar rapidamente sobre a perspectiva de um trajeto de pesquisa que deve ser seguido, estando estruturado a partir destas três facetas demoníacas, a serem apresentadas a seguir. Isso significa que, ao ler os parágrafos seguintes, o leitor ou a leitora se deparará com mais perguntas do que respostas, mais questionamentos do que certezas. Tudo porque a pesquisa, ainda em estágio embrionário, ainda não permite que seja realizado um esforço de teste de hipóteses. O que podemos fazer, e o que de fato faremos, é apresentar qual o caminho que buscaremos percorrer a partir de agora. Tendo isso em mente, vamos adiante.

AS FACETAS DE SATÃ

Um dos fenômenos mais interessantes do período medieval é o crescente processo de individualização da dualidade característica do cristianismo, ou seja, a tendência de cada vez mais se acreditar que cada indivíduo representava uma faceta da luta primordial que atravessava o universo, e, deste modo, cada pessoa era um campo de batalha onde bem e mal se digladiavam em busca de hegemonia. Georges Minois, em *Historia de los infiernos* (2005), aponta que no períodos dos séculos VI ao X, a certeza, presente nos séculos anteriores, de que a salvação estava garantida a todos os cristãos, e que apenas os infiéis e pagãos iriam para o Inferno – ou seja, a crença em condenação ou salvação coletiva – passa a dar lugar a um temor de que os cristãos também poderiam ser castigados com o Inferno (MINOIS, 2005, p. 176-177). Assim “A la idea de una salvación coletiva para los cristianos y de una condenación general para los infieles sucede *poco a poco la noción de un destino particular para cada uno*. Cada hombre es responsable por sus actos y debe satisfacer el castigo correspondiente” (MINOIS, 2005, p. 177, grifo do autor).

Assim sendo, cada um passava a ter um papel primordial ao lutar contra o pecado e a influência de Satã em sua própria vida. Desse modo, ainda que o Diabo atentasse contra os cristãos e contra os eleitos de Deus de forma geral, enquanto grupo, através de toda a sorte de iniquidades, ele também se empenharia em desvirtuar a nível pessoal, assediando aqueles que ele considerasse mais propícios a cair em tentação. Assim, o Demônio, muito mais que um agente externo, alguém que ataca de fora, agora pode ser encontrado *dentro* de cada um, o que dá nova dimensão e dinâmica na luta do bem contra o mal dentro do imaginário cristão.

É interessante notar, contudo, que estes indivíduos que era desvirtuados por Satã eram categorizados em grupos, e vistos enquanto antagonicos pela cristandade, ou seja, pelo grupo cristão. Este processo esteve bastante presente durante o século XIV, quando a ideia de uma conspiração maligna, situada no interior da própria cristandade, e cujo objetivo maior era sua destruição, passa a ganhar força. Carlo Ginzburg, em sua obra,

História Nocturna (1991), pontua que no ano de 1321, no reino da França, os leprosos foram sistematicamente perseguidos, suspeitos de haver conspirado para matar todos os saudáveis para assim garantirem o domínio sobre o mundo (GINZBURG, 1991, p. 41). Não apenas isso, mas muitos teriam confessado a existência de reuniões secretas que há anos planejavam a conspiração (GINZBURG, 1991, p. 41). O plano seria envenenar os poços, rios e fontes, para transmitir a lepra e matar a todos. Não demorou muito para que a sanha perseguidora se voltasse a outro grupo: os judeus – acusados, não pela primeira vez, de atentarem contra a cristandade. O que passou a se dizer é que os judeus haviam não apenas auxiliado os leprosos, mas tinham desempenhado o papel importante de serem os mentores da conspiração. Outras versões diziam ainda que os judeus teriam sido impelidos a fazê-lo pelo rei de Granada, culpando também os muçulmanos pela suposta tentativa de destruir a sociedade cristã. (GINZBURG, 1991, pág. 43). De uma forma ou de outra, e a despeito dos grupos implicados, parece nítido que havia um terreno fértil para que florescessem as sementes da paranoia sobre uma conspiração anticatólica – já neste momento liderada, ou ao menos auxiliada, pelo diabo. A inflexão que ocorre, não muito tempo depois, é a entrada de novos protagonistas na conspiração diabólica, não mais leprosos e judeus – ainda que estes últimos continuassem sendo pontualmente acusados de complô – mas hereges e posteriormente bruxas, elementos, portanto, internos ao cristianismo – diferente dos judeus ou dos muçulmanos, que não eram cristãos. Esta questão aponta então, tanto para os ataques do Diabo a nível individual, que desvirtuou cada uma destas pessoas à sua causa, mas também um reconhecimento, por parte da Igreja, de uma empreitada em maior escala desta figura para destruir a obra de Deus neste mundo.

A questão que se coloca, a partir desta reflexão é: em que medida a Reforma Protestante impacta e, possivelmente, transforma esse imaginário? E como isso implica em uma mudança de tônica na luta contra o Diabo? Isso porque um dos pontos fundamentais dos reformadores é uma maior aproximação e experiência individual da religião, sem ser necessária uma mediação de uma instituição como a Igreja. Certamente, o individualismo que se

beneficia das elaborações de Lutero significa também seu desenvolvimento no âmbito religioso, do qual o Diabo faz parte. Ora, se a religião é agora algo que se exercita no âmbito individual, Satã torna-se também um elemento da mesma esfera? Nesse sentido, a luta contra o Demônio deixaria de ser uma luta da cristandade versus uma sociedade às avessas, mas uma luta de cada um, cada fé, contra o Maligno? Além disso, como podemos pensar essa lógica, a partir da Doutrina de Predestinação de Calvino, no qual a salvação não dependia dos fiéis e sim de Deus, que escolhia as pessoas que deveriam ser salvas? Como isso impacta na individualização do Demônio?

Isso nos suscita outra questão, que é o crescente poder que os reformadores atribuem ao Demônio, tornando-o ainda mais ameaçador do que o catolicismo havia ousado até então. Jean Delumeau, em sua *História do Medo no Ocidente* (2009), apresenta que Lutero, “a cada vez que se chocava contra um obstáculo, combatia um adversário ou uma instituição, tinha a certeza de reencontrar o diabo” (DELUMEAU, 2009, p. 362). Afirma ainda que, ao analisar a obra do reformador, “percebe-se que Satã inventou o comércio do dinheiro, ‘imagnou a perversa fradalhada’, deu ao culto divino ‘formas abomináveis’ [...] Foi ele que inspirou a Johann Eck [...] um ‘desejo irresistível de glória’. É ele que ‘mente pela voz e pela pena do papa” (DELUMEAU, 2009, p. 362). Em suma, a ofensiva do Diabo, em todas as frentes possíveis, é atestado do poder que a ele é atribuído, de forma muito semelhante ao que a própria Igreja Católica fazia no mesmo período.

Período este marcado pelo imaginário do Juízo Final. O próprio Lutero afirmava que o fim dos tempos não estava longe, e que Deus permitira no máximo mais cem anos de existência deste mundo (DELUMEAU, 2009, p. 330). Calvino, por sua vez, parece dedicar menos a sua obra às preocupações escatológicas, ainda que também admita a realidade de o fim estar à espreita (DELUMEAU, 2009, p. 332). Nesse sentido, os reformadores não estão tão distantes da perspectiva católica, que também reivindicava o Juízo Final para aquele período. E tal como os católicos, Lutero e Calvino identificaram como seus inimigos o Anticristo e o Diabo. É, portanto, neste contexto que precisamos compreender em que medida Satã foi

fortalecido e engrandecido pela Reforma, ou seja, em que medida Lutero e Calvino auxiliariam na construção da ideia do Diabo enquanto Príncipe deste mundo?

Todas estas discussões acima citadas giram em torno de uma certeza: Satã é Mal. Não apenas isso, ele é a personificação do mal. Ora, a problemática sobre o Mal moral parece ser uma constante na história da humanidade, sempre apresentando-se como discussão relevante de diferentes formas em diferentes momentos. E em cada um destes momentos, fala-se sobre o Mal, sua origem, sua atuação, como combatê-lo, buscando, para tudo isso, diferentes explicações: algumas delas são novidades, mas outras tantas são heranças de diferentes tempos que também lidaram com o mesmo problema e encontraram suas próprias respostas.

Parece estar já bem incrustada na historiografia a noção de que a figura do Diabo está intrinsicamente ligada à questão do Mal. (RUSSELL, 1988, 2003; BASCHET, 2002, 2006; NOGUEIRA, 2002; DELUMEAU, 2009). O próprio nascimento do Diabo enquanto tal ocorre, dentro do Cristianismo, como resposta à problemática sobre, afinal, de onde vem o Mal que assola a humanidade. O exercício de personificá-lo em uma figura única parece ter sido uma resposta encontrada para identificar e decodificar o problema para que ele passe a ser passível de enfrentamento.

Ora, a representação demoníaca, construída pela cristandade no final do período medieval era, a primeira vista, maléfica. Os discursos, originados desta representação, dotavam a figura de Satanás de grande poder e perigo, que atentava contra a sociedade cristã, visando sua destruição. As práticas, construídas a partir destes discursos, tinham em seu âmago um sentimento de luta transcendental entre o bem e o mal, que atravessa a narrativa católica de mundo, e que identificava o Diabo como o polo maligno desta equação. De uma forma ou de outra, o imaginário sobre o Demônio, constituído naquele determinado contexto, se relacionava intrinsecamente com a problemática do Mal no universo. A certeza da maldade demoníaca era a mesma certeza da bondade e da soberania divina, ou seja, praticamente inquestionável.

Porém, por partir destes princípios, a questão se constituiu com uma contradição que séculos de elaboração teológica não conseguiu resolver. Ora, o Mal era tão presente no mundo que, automaticamente, a figura responsável por ele seria dotada de tamanho poder que poderia rivalizar com a própria figura Divina. E isso era inaceitável para uma doutrina que tinha como uma de suas bases mais importantes o monoteísmo. E, uma vez que a noção de Deus amoroso não permitia mais a associação do Mal diretamente com sua figura, era necessária a existência de uma figura oposta, mas que fosse, ao mesmo tempo, submetida à Sua vontade.

É preciso retroceder um pouco e demarcar como o Demônio foi alçado à posição de personificação do Mal. Jeffrey Russel, em *El principe de las tinieblas*, apresenta que, para a religião hebraica: “El Dios del Antiguo Testamento era responsable de la totalidad del cosmos y, por lo tanto, era percibido como una coincidencia de opuestos que reflejaba la ambivalencia del cosmos. Era simultaneamente luz e oscuridad, construcción y destrucción, bien y mal” (RUSSEL, 1995, p. 47). Deus era, de fato, o criador e mantenedor de todas as coisas e representava por Ele mesmo o equilíbrio de opostos. Apresentava uma faceta bondosa, que era destinada, sobretudo e quase exclusivamente, aos hebreus, ao mesmo tempo em que se mostrava também colérico e vingativo contra aqueles que se opusessem de alguma forma ao “povo escolhido”. O Mal, em tal contexto, era proveniente de Deus tanto quanto o Bem, e não existiria um ou outro se não fosse a vontade d’Ele, colocando-o como responsável pela maldade no Universo. Porém:

A medida que los hebreos se volvieron más sedentarios, la enseñanza de los profetas comenzó a destacar la misericordia y el cuidado por el pobre y el desvalido, insistiendo en la responsabilidad individual de evitar la promiscuidad, la embriaguez, el soborno y la mentira. El sentido del bien e del mal se desvió (RUSSEL, 1995, p. 49).

Isso significou uma mudança drástica na figura Divina: Ele deixou de ser uma figura dual, perdeu seu caráter colérico e passou a ser a representação máxima de bondade e amor ao próximo, sem, contudo, deixar de ser o Deus único, criador de todas as coisas e fonte única de poder.

Esse exercício, porém, nunca veio acompanhado de uma negação da existência do mal, o que coloca uma pergunta que precisava ser respondida: de onde então este é proveniente? A existência de outro ser espiritual que fosse a fonte do Mal no universo poderia parecer a resposta necessária para dar resolução ao problema. Estava plantada a semente que daria fruto ao Diabo que conhecemos hoje e que se constituiu enquanto tal, em última análise, no final do período medieval.

Porém, esta elaboração, como já elencamos, não se deu sem problemas. A contradição presente no âmago da questão compreendia duas possibilidades de resolução: ou o Diabo seria inteiramente submisso à vontade Divina, e, portanto, Deus seria, de uma forma ou de outra, ainda que indiretamente, responsável pela maldade provocada, o que significava que o processo de descolamento do mal da figura do Criador havia sido incompleta; ou Deus não teria absolutamente mais nenhuma relação com o mal, sendo esta exclusivamente responsabilidade de Satã, e por conta disso, a religião cristã, solidificada sobre a narrativa cósmica do bem versus mal, cairia, na prática, em um dualismo negado na teoria. Esta contradição, como bem explicitado por Russel, surge ainda na religião hebraica e acaba sendo herdada pelo cristianismo.

Ou seja, ainda que a elaboração da representação demoníaca enquanto representação máxima do mal tenha sido resultado de séculos de esforço nesse sentido, a contradição básica e fundamental presente na espinha dorsal desta figura coloca em xeque sua condição de personificação da maldade. O que acaba por ser defendido, nas elaborações teológicas, é que, na verdade, o Diabo não passaria de um instrumento Divino, usado por Ele para a continuidade de Seu plano, sem, contudo, representar de fato uma ameaça. Uma ferramenta, mais uma peça no complexo maquinário que movia o universo, e que continuava tendo como Deus seu único construtor.

O mais surpreendente, por outro lado, é que esta contradição teológica não impediu, contudo, que a percepção geral sobre a figura de Satanás o equiparasse a Deus e que, portanto, o dualismo fosse sentido na prática. De fato, e, sobretudo no período final da Idade Média, como vimos,

o poder de Satã é entendido como tão vasto que não há como não enxergar a questão sob a ótica do dualismo e do mundo como campo de batalha dessas duas forças primordiais, o Bem e o Mal.

E se esta era a realidade encarada no período, é difícil imaginar que Lutero e Calvino não tenham sido impactados por tudo isso. E de fato foram. Os reformadores, tal como o catolicismo, herdaram a contradição da religião hebraica, e tal como o catolicismo, não conseguiram resolver de forma satisfatória. Da mesma forma que a Igreja havia feito até então, os reformadores apontam para o terrível poder de Satã, para sua incansável empreitada contra a obra de Deus no mundo, pela sua maldade intrínseca; e, ao mesmo tempo, clamavam que esta figura estaria submetida a vontade divina, e que não poderia ser diferente disso. Os questionamentos que restam serem feitos, tendo isso em mente, são: em que medida as elaborações teológicas de Lutero e Calvino incrementaram essa discussão? Eles avançaram de alguma forma significativa na resolução desta contradição a que nos referimos, ou foram apenas vítimas dela? Quais os argumentos utilizados pelos reformadores para defender seus pontos referentes a este tema? E, finalmente, o quanto podemos considerar o Demônio realmente mal a partir dos escritos de ambos os autores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado na introdução, este trabalho não pretendeu dar respostas ou apresentar resultados da pesquisa a qual ele está vinculado. Nosso esforço aqui foi de apresentar os questionamentos que nortearão a pesquisa e a construção da dissertação, ao elencar as três principais facetas da figura diabólica que tanto a bibliografia quanto uma análise ainda inicial das fontes permitiu vislumbrar: o Diabo enquanto atormentador individual, o Demônio enquanto príncipe deste mundo e o Satã Maléfico. A ideia é que o decorrer da pesquisa acabe sendo construída a partir e em torno destes três pontos, que parecem ser os mais relevantes no momento. Isso não significa, contudo, que o resultado final corresponda a este planejamento: outros elementos podem surgir no andamento do trabalho, que se

façam mais importantes ou desejáveis de serem abordados para atender aos objetivos propostos. No entanto, de uma forma ou de outra, os três eixos aqui apresentados invariavelmente receberão atenção e desenvolvimento, uma vez que são bastante relevantes para entendermos a representação demoníaca nos autores protestantes estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Historia Nocturna**. Barcelona: Muchnik Editores SA, 1991

MINOIS, Georges. **Historia de los infiernos**. Barcelona: Paidós, 2005.

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história do Diabo**: séculos XII-XX. Rio de Janeiro: Bom texto, 2001.

RUSSEL, Jeffrey. **El píncipe de las Tinieblas**: el poder del mal e del bien em la historia. Chile: Andres Bello, 1995.

UMA REALIDADE REPRESENTADA: A PROBLEMÁTICA DA VERDADE CONTIDA NA FORMAÇÃO DO MAL ISLÂMICO, A PARTIR DO MARTÍRIO CORDOBÊS

AUGUSTO ROCHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PÓS GRADUADO EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR – QI
MESTRANDO EM HISTÓRIA PELA UFSM
AMROCHA721@GMAIL.COM

RESUMO

A partir do conceito de representação de Roger Chartier, apresenta-se a problemática de uma verdade absoluta e final para a ciência histórica – como foco, temos a construção da representação do Islã como uma figura perversa. A mais de um milênio o mundo muçulmano tem sido representado de maneira estereotipada – uma imagem que em sua formação possuía um significado, e contexto, específico – mas que hoje não passa de uma reprodução, pouco analisada e discutida. Assim pretende-se apresentar a necessidade de pensarmos na motivação dessa imagética, que como Karen Armstrong afirma (2002), esteve ligada ao contexto de formação dos heróis laicos da sociedade medieval, sendo ampliada pela necessidade de combater-se a representação de um inimigo somada com suas consequências e permanências. Tendo como base os escritos dos Mártires Córdoba (852 – 859) apresenta-se uma história crítica e que combate noções absolutas, partindo de uma ressignificação de noções e conceitos, questionando imagens a muito enraizadas, e pouco trabalhadas. Como resultado dessa pesquisa percebe-se a compreensão do que leva a formação de certas representações e o porquê da permanência da visão

do Islã como algo negativo, tornando clara a necessidade de mais de melhores estudos neste nicho do grande campo que é a cultura oriental.

Palavras-Chaves: Representação e Realidade, a imagem do Islã; Cultura Islâmica; Mártires de Córdoba em Al-Andaluz

A história, ao longo dos anos, tornou-se múltipla, no que se refere aos seus resultados e possibilidades. Isso decorre do fato de termos mais do que uma definição geral para o que ela seria, o que possuímos é uma introspecção, que aceitamos, refutamos ou alteramos – de acordo com nossas perspectivas e interesses.

Enquanto objeto de estudo temos nossa base fundante no horizonte grego com Heródoto e Tucídides, onde a história começaria a afastar-se dos mitos divinos, baseando-se nos acontecimentos terrenos. Como Vitor de Azevedo afirma, no prefácio da tradução de *História*¹ de Heródoto, teria sido com Tucídides que a historiografia grega começou a se basear na vida pública e política, deixando de lado uma perspectiva de história baseada no “selvagem”. Neste momento, passava a se crer em um desenvolvimento do fazer histórico a partir, diretamente, da ação humana. Ainda que muito distante do que viria a se tornar a História, a partir de fins do século XVIII, aqui temos a base de uma ciência histórica, pensando-se em uma verdade, ou seja, no que teria realmente acontecido e procurando escrever sobre o passado para que as futuras gerações conhecessem e não esquecessem o que as antecedeu – de certa forma, este foi o tempo da *historia magistra vitae* de Cícero.

Assim, desde sua base a história preocupou-se com seus grandes heróis, seus grandes nomes – como Alexandre, os grandes Césares e reis do medievo – e seus grandes eventos – como a História de Roma, ascensões e quedas de dinastias e a história da Igreja – procurando mostrar o todo. No período final do medievo essa perspectiva foi alterada, a história começou a ser utilizada para construir o passado, auxiliando na concepção de identidades locais e de um passado que trouxesse orgulho e pertencimento

.....
1 HERODOTO, *História*. In: tradução de Vitor de Azevedo. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.

– ainda mantendo o caráter fundante da história – que viria ser repensado e reestruturado no Pós-Revolução, já no século XIX, onde – aí sim – teríamos uma historiografia baseada na ciência, ou que assim o pretendia.

A problemática de pensarmos em uma história linear e cronológica, assumindo o seu próprio desenvolvimento é o de esquecermos que “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar o tipo de discurso”². O esquecimento desta perspectiva é o de mantermos uma representação³ antiga que o senso comum mantém como uma constante verdade, como a apresentada sobre o Islã.

A representação da cultura islâmica foi construída pelo Ocidente ao longo de mais de um milênio, sendo múltipla e variada, mas com a constante aversão e demonstração do perigo que os muçulmanos representam⁴. A primeira representação oficial realizada sobre o Islã foi a tradução do Alcorão promovida por Pedro de Poitiers (1130 – 1215) – texto que procurou apresentar uma perspectiva de refutação ao Islã, comparando-o com as heresias cristãs, assim, pode-se perceber nos escritos medievais a constante busca pela exposição deste grande inimigo, tais como a feita neste primeiro momento. Afirma-se que a representação do Islã estava amparada na fala do secularismo medieval, que buscava criar uma ferramenta de incentivo ao combate do inimigo – tendo em vista o crescimento do poder e da presença deste adversário.

.....
2 CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. Pp. 65.

3 Ao utilizarmos a perspectiva de Roger Chartier (2002), presente em *O Mundo como Representação*, como norteador conceitual deste trabalho remetemos a ideia de que antigas representações guardam resquícios de preconceitos e visões fechadas – pensando-se em discursos sócio-políticos e com o intuito de definir uma visão como a única realidade possível. Revisitar uma representação torna-se necessário tendo em vista a multiplicidade de perspectivas que compõem nosso mundo.

4 A percepção de que uma representação pode representar algo que de fato não é passa pela Nova História Cultural e por pensadores como Roger Chartier. CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. In. *A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Pp “Renunciando (...) à descrição da totalidade social e ao modelo braudeliano, que se tornou intimidante, os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma divisão rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades”. A partir disso remeto a perspectiva proposta por Chartier de que as representações são desenvolvidas a partir de intenções e discursos próprios que podem apresentar o outro mas que não se há uma verdade absoluta nessa representação tendo em vista a parcialidade daquele que a dá base.

Podemos perceber a criação de ferramentas terminológicas ao voltar para o tempo “dos segundos mártires”, que na Córdoba do século IX estavam dispostos a sacrificar suas vidas para provarem quão errônea era a crença do outro, do “abominável muçulmano, seguidor do falso Mahomat, como Eulógio de Córdoba define, em seu *Apologeticum martirium*, de 857. Esses mártires se colocaram em posição de ataque frente ao Islã visando afastar essa cultura das populações cristãs da região da atual Espanha, assim, existe a compreensão de que esses foram os responsáveis por embasar muito da representação que nos foi legada referente ao outro. Um fato que liga esse passado a representações mais recentes, é centralidade da representação de Maomé, assimilado quase que como um Cristo árabe e é nitidamente visível seu papel na construção da narrativa de São Eulógio, com relação ao sujo e abominável muçulmano.

Ainda hoje essa representação de um grande mal é mantida e, principalmente, vendida. Nos anos 1980 e 1990, do século XX, conviveu-se com um recrudescimento do sentimento anti-islâmico, a partir da queda do Xá iraniano e da formação da República Islâmica do Irã, no campo político. Já no campo cultural se percebeu uma grande revolta das populações muçulmanas, em todo mundo, a partir da publicação dos *Versos Satânicos* (1989), de Salman Rushdie, em virtude de sua representação do profeta e do Islã.

Mas qual a motivação para mantermos essa representação? Talvez possamos refletir quanto as palavras de Stéphane Charbonnier que afirma o seguinte, quanto a forma como se tem buscado representar o Islã:

O medo vende bem. O islamismo que dá medo vende bem. E o islamismo que dá medo se tornou o único islamismo visível aos olhos do grande público. Porque o islamismo com que a mídia alimenta os consumidores é forçosamente radical e combatente. Com muita frequência, o que os grandes meios de comunicação apresentam como uma informação sobre o islamismo é, na realidade, uma caricatura⁵.

.....
5 CHARBONNIER, S. “Carta aos esboços da Islamofobia que fazem o jogo dos racistas”. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015. Pp. 32. Como apresentado no prefácio o autor é Cartunista e jornalista francês era o diretor da publicação do jornal satírico francês Charlie Hebdo.

Assim, podemos perceber que uma representação cultural foi desenvolvida em nosso passado e se mantém firme e constante em nosso presente. O medo de fato era a ferramenta empregada no medievo para que em uma comunidade que dependia da oralidade a informação e as regras chegassem⁶. Mas torna-se necessário refletir que, mesmo com o constante revisionismo científico e histórico pelo qual nosso mundo passa essa antiga representação foi mantida, e mais do que isso: ampliada. Como aponta o professor Fernando Muñoz,

a grande maioria dos textos sobre a temática islâmica insistem na ideia de explicar o interesse pela biografia de Maomé por razões fundamentalmente ideológicas. De fato, a religião islâmica tendeu a ser explicada a partir da figura, circunstâncias vitais e motivacionais de seu fundador, sendo esses detalhes os mesmos itens biográficos utilizados para refutar o Islã, rebaixando-o a uma categoria de paganismo herético, de origem Cristã, contaminado por judaísmo, idolatria e cristianismo.

Logo, o grande foco da representação do Islã está em uma leitura simplista da biografia do Profeta, enquanto líder de uma falsa fé, mas essa argumentação acaba sendo o próprio objeto de sua refutação, de acordo com Muñiz, perspectiva com a qual concordo e motivo pelo qual a análise que será feita com a representação do Islã estará amparada nas escolhas terminológicas de Eulógio e em seu contexto de escrita. Nesse contexto, o papel do historiador deve ser o de contestar o comum, indo além das representações

.....
6 DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pp. 17: Esse lugar-comum — os humildes são medrosos — pode ser bem exemplificado na época da Renascença por duas observações, contraditórias em suas intenções mas convergentes quanto ao ponto de vista que empregam e que se pode assim resumir: os homens no poder fazem de modo a que o povo — essencialmente os camponeses — tenha medo. Symphorien Champier, médico e humanista, mas turiferário da nobreza, escreve em 1510: “O senhor deve tirar prazer e delícia das coisas em que seus homens têm sofrimento e trabalho”. Seu papel é o de “manter terra, pois pelo pavor que os homens do povo têm dos cavaleiros eles trabalham e cultivam as terras por pavor e medo de serem destruídos”. Assim, o que podemos retirar da perspectiva apresentada por Jean Delumeau é que o medo era uma ferramenta de Estado voltada para a coerção social, logo uma maneira que os poderosos tinham de imprimir sua perspectiva e a sua verdade em meio “aos subalternos”, impedindo que novas visões fossem desenvolvidas – tendo em vista que o medo construía e afirmava a verdade sobre o todo. Tendo em vista, ainda, as possibilidades do período esse medo era construído a partir de narrativas transmitidas através da oralidade, a partir de crônicas e contos, como assinalado pelo próprio autor nesse livro.

e discursos fechados para que consiga perceber uma verdadeira face desse outro que nos é escondida sob uma perspectiva fechada e isolada – devemos sempre perceber, notando o “vestígio de Ginzburg”, que se o outro não tem voz, é muito provável que sua representação não contemple sua opinião ou sua vivência de fato.

Assim, o objetivo neste artigo é o de refletir, sobre o que seria essa história ciência que traria questionamentos e certezas, mas que muitas vezes deixa de realizar perguntas para se ater “ao básico”. Quem estaria em foco e quais acontecimentos devem “ser narrados”? E as questões que ainda tiram o sono de teóricos e filósofos da história: seria nossa matéria, de fato, uma ciência? Teria ela uma verdade? A reflexão que norteia os questionamentos se dá a partir da perspectiva de permanência de uma visão quanto a cultura islâmica, tendo como prisma a crença na necessidade compreender o que gerou a base de uma história científica, e qual a necessidade de adotarmos as perspectivas revisionistas⁷ apresentadas no século XX, para revisitarmos representações e “verdades”, tratadas como absolutas, mas relativas em sua essência.

OS DILEMAS DE UM CONCEITO

Começamos este texto trazendo uma perspectiva quanto “às origens” da história, bem como algumas reflexões quanto ao impacto que ela deveria ou poderia ter. Poderíamos ter iniciado este texto com o questionamento do professor José Carlos Reis (2010) “a história é um conhecimento possível?”, através da qual se levantaria a perspectiva dos impactos que a história possui no dia a dia e, principalmente, na formação dos cidadãos. Para esta pergunta já temos uma resposta. Sim, a história é um conhecimento possível, sendo necessário – apenas – distinguir seus modos e tipos argumentativos, uma história local, pessoal ou de um grupo. Temos mais de uma resposta, mas uma verdade constante, que refere ao conhecimento que de fato a história nos apresenta.

.....
7 Na perspectiva abordada aqui se têm a noção de que a, dita, pós-modernidade deve ser percebida como uma revisão e ampliação de noções presentes no chamado modernismo história que fundamentou, de certa forma, a história como uma ciência. (Rever escrita da frase)

A objetividade pensada por muitos, no que concerne a questões históricas, remete a ampliação do conceito de ciência humanas, ainda no século XIX, onde uma perspectiva positivista deu base ao mundo das ciências. Neste horizonte, basearíamos o conhecimento a empiria, a objetividade e a experimentação, como apresentado por Christian Laville e Jean Dionne, ou seja, o positivismo empregaria uma tentativa de exatidão que não combinaria com a perspectiva que dá base às humanidades e sua múltipla formatação. Soma-se a percepção dos autores, que ao falarem sobre evasão escolar apresentam a seguinte afirmação: “nas ciências humanas, os objetos de pesquisa são dotados de liberdade e consciência. A realidade dos fatos humanos é delas amplamente tributária, e raramente se pode determiná-la enquanto absoluta”⁸.

Ou seja, a perspectiva que encontramos em uma ciência que se liberta das garras da objetividade e procura por novos espaços e verdades é a de refletirmos quanto às representações, quanto às noções de “verdade absoluta”. Para que tal trabalho seja feito torna-se necessário investigar a origem das imagens que são apresentadas sobre o passado e assumidas como verdadeiras em um presente que parece se esquecer de que existe mais de uma visão sobre qualquer fato. Quanto ao Islã pode-se perceber que a manutenção de seu imaginário é algo comum no Ocidente, muito similar ao imaginário da unidade africana, da precariedade dos países subdesenvolvidos, entre diversos outros estereótipos. Como afirma Karen Armstrong “no Ocidente, nunca fomos capazes de lidar com o islã; nossas ideias sobre essa religião têm sido cruéis, desdenhosas e arrogantes, mas agora aprendemos que não podemos permanecer numa atitude de ignorância e preconceito”⁹.

O contexto de escrita da referida autora era o posterior as grandes manifestações ocorridas em Londres, após a publicação dos *Versos Satânicos*, ou seja, em um contexto onde poderia ter se focado apenas no lado negativo

.....
8 LVILLE, C; DIONNE, J. **A Construção do Saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte; Editora UFMG, 1999. Pp. 32.

9 ARMSTRONG, K. **Maomé: Uma Biografia do Profeta.** São Paulo: Cia das Letras, 2002. Pp. 14.

desta crença, ela adotou o tom da necessidade de revisarmos nosso conhecimento e abriremos nossos olhos a uma nova possibilidade de representar o outro. O que se pode perceber aqui é que as humanidades estão além de uma percepção única, elas são um oposto da objetividade, levando em conta o mundo subjetivo do ser que toma decisões e que possui diferentes interpretações. Assim, enquanto uma ciência história esteve baseada em uma noção fechada, tendo em vista o perfil de seu universo formador – levando a crença de verdade quanto a representações não totalizantes, mas que eram assumidas como tais. Ao focarmos apenas em fatos esquecemos que todo acontecimento histórico é construído pelas pessoas, e aí também devemos ter a compreensão de que a humanidade é composta por mais do que seus líderes, sendo necessário observarmos quem dá a base e apoio as lideranças.

Um dos grandes problemas, que a própria Armstrong apresenta é que ao se trabalhar com o Islã é necessário se ter uma base e uma leitura profunda quanto aos detalhes culturais, tendo em vista ser uma cultura oral posteriormente transcrita para o papel. O principal apontamento que levou a essa perspectiva é a utilização da figura do Profeta para representar o Islã, seja de maneira positiva ou negativa, mas como principal referencial para os vícios de uma falsa fé, como apresenta a autora. A autora afirma (2002), que são poucas as biografias que encontramos sobre o profeta, sendo que em sua maioria indicam a necessidade de já conhecermos um pouco da história muçulmana e de seu profeta, visando uma compreensão plena e de impacto, e em sua maioria mantendo uma perspectiva toldada pela visão da Igreja combativa do período medieval. Somam-se como narrativas da vida do profeta os escritos clássicos de Muhammad ibn Ishaq (767), Muhammad ibn Sa'd (845), Abu Jafar at-Tabari (923) e Muhammad ibn Ummar al-Waqidi (820), quatro autores que ainda no primeiro milênio narraram, sob diferentes perspectivas a vida de Mahomat. O que podemos compreender a partir disso é que 1) a maioria dos escritos que detalham a vida do profeta estão na língua árabe, algo que se torna uma barreira para o ocidental, na grande maioria dos casos, 2) se a representação mais próxima de uma verdade está em uma linguagem “inacessível” o material base para construir uma repre-

sentação terá que vir de outra fonte, nesse caso a audição, o ouvido. Logo, o que queremos dizer com essa reflexão é que o representado jamais será retratado da melhor forma em uma representação feita por terceiros, tendo em vista que o grande foco de qualquer narrativa é o interesse contido em sua formação, pelo Estado ou por pessoas que queiram apostar em sua verdade como a final.

Como Hegel afirmou, em *Filosofia do Direito* (2001), o ser humano, apesar de vinculado a uma sociedade, não é submisso aos desígnios do Estado, apesar de ser este o detentor da garantia de sua liberdade e formação político-pedagógica. Logo, o que podemos retirar desse texto é que a história não se constituiu como um processo anônimo, levando em conta que são as pessoas que lhe dão base e forma, atuando através de uma voz ativa e de uma ação constante. Para Hegel, o norteador da história estaria na ação humana – em sua perspectiva podemos tomar a ideia de que o coletivo sempre estaria além de qualquer ação individual. Assim sendo, percebemos como essencial analisar as motivações que norteiam determinadas representações, pois apenas ao analisarmos a base teremos uma ideia quanto a uma origem (que sempre será múltipla), mas que ao menos pode ajudar a compreender o que hoje seria uma verdade.

Trabalhando com essa perspectiva podemos determinar, por exemplo, que a representação da cultura islâmica como grande mal, nos territórios europeus, surge de um contexto ancestral, ainda no princípio do período medieval. Em um momento, onde funcionários dos antigos reinos visigodos, na Península Ibérica, começam a perder seu poder a partir da conquista muçulmana, iniciada em 711, bem como a ruptura por conversões familiares em diversos lares, como afirma professora Jessica Coope, da Universidade de Nebraska, ao analisar os escritos de São Eulógio de Córdoba (? – 857).

O que podemos perceber com este fato é que a representação histórica sempre teve como foco uma verdade absoluta, ligada aqueles que detinham o poder – no contexto medieval, de certa forma, a Igreja, nos períodos subsequentes os Estados Absolutistas e em outros momentos as

potências europeias que ligadas à velha perspectiva do Darwinismo Social¹⁰, percebiam “os outros” como inferiores. O problema dessa perspectiva é que apesar de haver a possibilidade de se focar em parcelas da população que estavam abertas a uma interação, a uma troca genuína, elas remetiam exclusivamente a perspectiva necessária para a manutenção de terminada ordem, de determinados valores – sendo estes, quase sempre, calcados em uma minoria social ou em uma visão muito fechada.

Assim, podemos remeter ao longo do século XIX, e antes, se percebia a importância da ação do indivíduo para o desenvolvimento da história. Porém, como o que estava em foco era o objetivo, o todo, focava-se na ação do coletivo, sem pensar-se nas individualidades que o compunha. O positivismo preocupava-se com números, com possibilidades de uma verdade, um fato que pudesse ser comprovado e que desta forma fosse um ponto fixo, imutável, remetendo a uma ideia de ciência cartesiana.

Partindo do texto “Ficção Histórica, História Ficcional e Realidade Histórica”, de Hayden White, escrito já em um período de fuga das noções positivistas das ciências (como um todo e principalmente das humanas) podemos perceber uma perspectiva onde o historiador não estaria realizando uma crítica à realidade ou a construção histórica – mas repensando sua forma e representação. A partir deste autor podemos afirmar que o que se pretende com a história, e o que afastou as humanidades do positivismo, é uma ampliação no que se refere à verdade histórica e as possibilidades de sua escrita. Pensa-se no sentido de que quem atua no fato histórico são diferentes indivíduos e que cada um possui motivações diferentes, desta forma tornando cada fato em uma multiplicidade de perspectivas e ideias.

A amplitude do pensamento de White permite repensar, ou ao menos a isso incentiva, noções como a unilateralidade dos fatos e de sua escrita, não se toma como um acerto a totalidade de sua perspectiva, mas permite-se notar

.....
10 Segundo Sandra Pesavento, o darwinismo social era o uso de estudos de antropometria, frenologia e antropologia criminal para comprovar uma hierarquia racial entre povos e raças. Pesavento analisa a implantação de medidas decorrentes do darwinismo social numa casa de correção, na cidade de Porto Alegre, no Brasil. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009, 380 p.

que se a história segue como uma ciência na atualidade, ele deve ir além do que sua perspectiva científica positivista. Apesar de não ser costume alinhar Hayden White e Carlo Ginzburg acreditamos aqui ser uma necessidade, ao pensar-se que a escrita da história deve ir além do comum e assim buscar apresentar múltiplas perspectivas, desta forma “seguindo os rastros” deixados por aqueles que agiram nos fatos que legaram o nosso presente.

Ao pensarmos nos vestígios de Ginzburg abrimos a possibilidade de revisitar representações, que como o próprio afirma, não fazem jus ao físico do que representam, mas sim a uma ideia. Ao darmos este “foco ao detalhe” podemos formar uma perspectiva quanto às motivações, desta forma permitindo reinterpretações e novas significações, como a que levantamos na introdução deste texto quanto aos muçulmanos.

Ainda hoje convivemos com uma representação que trata como verdade o fato das populações árabes-muçulmanas serem violentas e propensas a diversos ataques ao Ocidente, porém pouco se reflete quanto a esta imagem construída ainda no século IX. Repensar a construção da história enquanto ciência levaria a questionamentos referentes às motivações desta formação, pensando-se no como foram feitas e quais suas consequências, questionar verdades é abrir-se para possibilidades. Desconstruindo verdades que na realidade estão baseadas em falsidades, desta forma a história, enquanto ciência do século XX e XXI tem se preocupado em ir além de antigas totalidades, ou seja, buscando redescobrir-se, respeitando-se mais o real e antes de tudo, buscando uma real compreensão.

Como tal devemos refletir que a alteração de significados, no que se refere a necessidade de novas teorias e visões é o papel do historiador, enquanto pesquisador e difusor do conhecimento. Para o exemplo que utilizamos neste artigo podemos utilizar as palavras do professor espanhol José Martínez Gázquez que afirma que os escritos sobre o Islã, do período medieval, possuem:

Todo o conjunto de auxílios dispostos por quem trabalhou nos manuscritos das traduções latinas do Alcorão, que visualizam a hostilidade que se sente contra Maomé e sua obra, concebem um verdadeiro depósito de armas, segundo expressão de Pedro

o Venerável, ao serviço do melhor conhecimento do Islã [já como inimigo] e suas traduções [como ferramentas] para melhor dispor de um ataque eficaz que refute e desmascare os infieis¹¹.

Ou seja, uma análise quanto à formação da representação permite compreender a motivação para o seu desenvolvimento, bem como possibilitando uma percepção quanto a sua difusão e ampliação – assim percebe-se a necessidade para se alterar perspectivas absolutas, tendo em vista sua incompletude. Afirmamos, assim, a necessidade da reinvenção da história pensando na necessidade oferecer uma perspectiva e alcance que renove perspectivas tidas como fechadas, como a percepção que temos, ainda hoje, quanto ao Islã.

Têm-se dado o nome de Pós-Modernismo a esta perspectiva de ampliação e renovação dos conteúdos da historiografia, porém o que se acredita é que isto nada mais é do que uma continuação do chamado modernismo histórico, porém que se abriu para novas possibilidades e campos de pesquisa. Como Juliana Marques afirma

o pós-moderno é o resultado estridente das consequências do novo na modernidade: definido a partir dos anos 1970 e consolidado definitivamente com os novos paradigmas sociais e tecnológicos do mundo da virada do milênio, consiste temporalmente – parto de Perry Anderson (1999) – na derrocada final do antigo mundo aristocrático, mas também no fim do triunfante mundo burguês modernista, no arranjo político “sem nuances” submetido ao capitalismo especulativo e, em especial, no triunfo do progresso aceleradíssimo da tecnologia e de seu alcance global. Os teóricos pós-modernistas, referenciados pela vivência no próprio fim do modernismo, ainda tateiam em busca de definições teóricas abrangentes que não sejam contraditórias entre si¹².

Apesar de a autora pontuar o fim do modernismo, perspectiva em que não se crê nesta pesquisa – podemos perceber a virada que novas pers-

.....
11 GÁZQUEZ, J. M. “Las glosas en la primera traducción del *Alcoran latinus*”. In: *Christlicher Norden-Muslimischer Süden: Ansprüche und Wirklichkeiten von Christen, Juden und Muslimen auf der Iberischen Halbinsel im Hoch und Spätmittelalter*. Org: Hg. Von Matthias M. Tischler und Alexander Fidora, p. 145.

12 MARQUES, J. B. **A história magistral vitae e o pós-modernismo**. Revista História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography. Ouro Preto: EDUFOP, número 12, 2013. Pp 68.

pectivas e possibilidades trouxeram para a história, mudando referenciais e repensando-se formações. Nota-se que o conceito de pós-modernidade na realidade não passa de uma ampliação de uma perspectiva moderna, e que dentro deste horizonte torna-se necessário ampliar significados e representações, ou seja, a história como uma ciência em constante revisão e alteração, uma história composta por verdades – cabendo ao historiador, através de seu aparato teórico-metodológico apresentar uma argumentação que comprove sua teoria, estando aberto a mudanças e reinterpretações. Hoje devemos ter em mente que nossa pesquisa nunca será absoluta, mas sim um diferencial, possibilitando uma nova perspectiva, um impacto diferenciado e que permitira novos conceitos – mas, principalmente, gerará novos e melhores questionamentos.

Assim podemos notar a história como uma ciência do presente, cuja perspectiva de análise está em constante expansão, visando englobar o todo – deixando de lado antigas noções preocupadas com as partes fechadas. Esta área do conhecimento ainda preocupa-se com a verdade, mas entende que esta é condicionada a uma perspectiva, uma noção, e que a nosso ver deve ser compreendida no plural. Ou seja, percebe-se que estamos em um mundo de verdades e que estas são abrangidas a partir do momento que procuramos expandir noções, indo além de antigas percepções.

A IMPORTÂNCIA DA REVISÃO PARA A AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO

Se a história atual está amparada em uma visão de expandir análises, é necessário pensar de que forma e em quais perspectivas históricas devemos remeter nossa narrativa. É preciso ter uma abordagem que permita não trabalhar com algo propriamente novo (como a história das mulheres ou da escravidão – para citar apenas algumas temáticas), mas com eixos que por muito tempo foram deixados de lado no debate historiográfico, encaminhando novos olhares para antigos assuntos. Como maior argumento para esta afirmação remeto ao campo de estudos do universo muçulmano – por muitos compreendido apenas sob o horizonte midiático apresentado desde

o fim do século XX, sem pensar-se em suas bases culturais e nas motivações para representações estereotipadas.

Chimamanda Adiche¹³ afirma que a importância de escaparmos de uma história única é a de evitarmos uma análise do outro baseada apenas em nossa própria crença, ou seja, a autora tem uma preocupação no que se refere aos perigos de uma visão estereotipada, que não de voz aqueles que não conseguem escrever sua própria história. Assim, acredito que é parte integrante do papel do historiador dar voz a figuras que foram construídas sem serem ouvidas – torna-se necessária uma narrativa que permita que aqueles que são os objetos e agentes da história possam ser compreendidos “como um todo”, e que, principalmente, consigam ser percebidos para além de apenas uma perspectiva reducionista.

Envolvei-me com o mundo muçulmano partindo desta perspectiva, tendo em vista que ao analisar fontes e pesquisas recentes encontrei muitos trabalhos que mantêm um foco na crítica e diminuição da figura do muçulmano. Comprevei esta afirmativa ao pesquisar por produções sobre o Islã, em diversas temporalidades, através do banco de periódicos da CAPES¹⁴ encontrando um número mínimo de pesquisas que se dedicam ao Islã como um todo, e principalmente a base desta cultura.

Ao pensarmos em um quantitativo de trabalhos sobre essa temática nos deparamos com os seguintes números: 46 trabalhos sobre “a origem do islã”, 65 resultados para “O Islã e o medievo”, 108 pesquisas voltadas para o termo “Mártires de Córdoba”. Ou seja, pesquisas que procuram se debruçar sobre as origens do Islã e a sua representação possuem um número irrisório, que quando comparado com uma pesquisa sobre “terrorismo islâmico”, que conta com 800 resultados, mostram a necessidade de ampliar e renovarmos uma perspectiva quanto esta cultura.

.....
13 ADICHIE, Chimamanda. Palestra proferida no TED Talks, Oxford (England), jul, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 14 ago. 2018.

14 As pesquisas no banco de dados da CAPES ocorreram em diferentes momentos, entre 2016 e 2019, porém os dados apresentados aqui são referentes a abril de 2019.

A importância de termos essa perspectiva é que quando comparamos¹⁵ com uma linha histórica baseada no Ocidente em si encontramos números muito maiores, como: Ditadura Militar no Brasil (3.000 resultados), Segunda Guerra Mundial (18.000 resultados) e História dos Estados Unidos (16.000 resultados), um número absurdamente superior ao que encontramos ao pesquisar Islamismo, por exemplo, encontrando 950 resultados. Desta forma, estudar uma cultura ancestral e principalmente a formação de uma representação que até hoje convivemos torna-se primordial para uma boa compreensão histórica – sendo uma necessidade de o historiador expor um passado escondido, e por vezes esquecido.

Assim, a importância de pensarmos em números é a de questionar e propor uma ampliação dos campos, e alcance, dos estudos históricos. Essa visão está ligada ao fato de que para se ter uma ciência história, deve-se estar em constante revisão. Ao perceber o quadro irrisório de pesquisas em um campo de estudos específicos é necessário se pensar na proposição de novos questionamentos para averiguar quais as possibilidades de pesquisa e revisão que são possíveis. Tem-se em vista que mesmo nas ciências exatas muitas verdades são postas a prova por novas teorias e experimentos – cabe ao historiador mostrar que o mesmo processo ocorre com a história, ou seja, que ela também é uma ciência que possui um quadro multifacetado de verdades e que são essas que a norteiam até que novos questionamentos e possibilidades surjam.

Uma revisão histórica parte da desconstrução de representações muitas vezes enraizadas no censo comum, tendo partido de construções ancestrais que por motivações específicas apresentaram definições inexatas a fim de preencher o imaginário popular, como no caso do Islã, no que se refere ao grande inimigo do Ocidente Cristão, desde o século IX. Assim, reconfigurar uma representação é fundamental para que seja pos-

.....
15 Ainda, remetesse a importância de realizar análises comparativas. Pois como afirma Jürgen Kocka, “Análiticamente, a aproximação comparativa é indispensável para perguntar e responder nossas questões [...] essa é uma prática bem frequente [...] que pode facilitar o ‘teste de hipóteses’, sendo um experimento indireto [...] está além das dúvidas que a comparação é indispensável para historiadores que querem responder suas questões comparativas com respostas encontradas através do link entre as similaridades e diferenças”. Kocka, Jürgen, “Comparison and Beyond”, *History and Theory*, Vol. 42, No. 1 (Feb., 2003), p. 40

sível perceber uma mudança interna e externa em diferentes grupos sociais, principalmente ao se pensar em uma história cultural.

Ao pensar em Chartier¹⁶ e Ginzburg¹⁷, referenciais para o campo das representações sócio históricas, creio ser incontestável a necessidade de pensar a ampliação do campo histórico a partir da ampliação de representações tidas como totais e construídas em um passado distante. Como Karen Armstrong afirma (2002), a motivação que levou a reprodução do Islã como inimigo esteve ligada ao contexto de formação dos heróis laicos da sociedade medieval, como Rei Arthur, Robin Hood e Carlos Magno, sendo ampliada pela necessidade de combater-se a representação de um inimigo, respondendo ao crescimento desse grande adversário dos católicos (e construído por esses). Devemos ter em mente que a construção de toda imagem é permeada por motivações próprias e que demonstram uma tendência, no caso do Islã havia a necessidade de apresentar a “eterna luta do bem contra o mal”¹⁸, enquanto que no caso da escravidão colonial a inferioridade das populações africanas.

Com essa reflexão queremos fixar a perspectiva da constante revisão necessária no campo dos estudos históricos, buscando a desconstrução de antigos pressupostos pensando-se nas ambiguidades presentes nas narrativas. Pensasse que o saber histórico é desenvolvido a partir da experiência, “definida como um potencial *objeto* de investigação histórica”¹⁹, ou seja,

.....
16 De quem retomo a perspectiva, a partir do livro *A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*, de que uma representação é o instrumento utilizado por um grupo de indivíduos para criarem um significado para o mundo social, sendo um processo intencional, ela é uma estratégia com objetivos próprios e delimitados, sendo mais do que uma ação cultural, ou seja, um ato político. CHARTIER, R. *À Beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

17 Onde encontramos uma noção de que “por um lado a representação faz às vezes a realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”. GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 85.

18 RANGEL, J. G. L. “A análise do conceito de martírio nas obras de Jacopo de Varazze e do Frei João Álvares”; Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da UFRJ. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/analise.pdf>. Acessado em 15/05/2017.

19 ANKERSMIT, F. R. *Da Linguagem para a Experiência*. In: **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012, pp. 128.

percebida como a base motivacional para toda e qualquer formação do passado e presente. Assim, construir uma história científica é desenvolver um historicismo crítico e que permita uma análise quanto às motivações sociais que formam representações, pensando-se que são essas as formadoras de imagens e que ao entendermos seu contexto poderemos ir além de estereótipos e imagens fechadas.

ENTRE MÉTODOS E FONTES

Conclui-se que a historiografia vai para além do conceito exposto por Marc Bloch que afirmava que a história seria o estudo do homem no tempo²⁰, tendo em vista que o ser humano é múltiplo e cada um pode ser o autor de uma nova perspectiva histórica, a partir de questionamentos e hipóteses que diferem do que foi e do que é. Hoje, o próprio tempo sofre com novas problematizações ao se pensar no que foi e no que virá, pensa-se em qual a realidade de determinado período para ter-se formado certa teoria.

Desta forma, remeto a Jörn Rüsen²¹ ao afirmar que a principal ferramenta da construção histórica é a motivação do autor, pois é através do nosso interesse que criamos questionamentos, desenvolvemos hipóteses e procuramos por verdades que se encaixem na problemática apresentada – a vontade do historiador é o que move a visão histórica, para o bem e para o mal. O que norteia nossa visão, e fortalece a história como uma ciência (ainda que volátil) é a metodologia que se apresenta como um norte, ao definir e expor o como se realizar uma pesquisa histórica e qual deve ser o caminho seguido pelos historiadores.

Encerro esta explanação com a perspectiva de que a história possui um método que permite com que a caracterizamos como uma ciência. Mais do que isso nossa ciência não está baseada no passado, mas a partir do

.....
20 BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

21 RÜSEN, J. **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015. Pp 75: "A ciência depende da posição assumida pelas historiadoras e pelos historiadores profissionais perante os acontecimentos do tempo de seu respectivo presente. [...] O conhecimento histórico se desvincula da vida prática de que emerge e cujo impulso para a interpretação do passado está incorporado a si. Nesse processo, o conhecimento transforma as carências históricas de orientação em interesses do conhecimento.

presente ela procura questionar acontecimentos e representações, visando à compreensão dos eventos de nosso (e de outros) tempos e oferecendo um meio para dinamizar o conhecimento que seria a base de nosso mundo.

Ou seja, a história é uma ciência metódica, pretende – a partir do presente – remeter ao passado e desta forma oferecer uma ferramenta de impacto que guia a compreensão e uma ampliação de noções. As construções representativas que a história apresenta fazem com que seja necessário pensa-la como volátil, tendo em vista que o transforma a escrita da história é a motivação de seus autores, suas visões e questionamentos – e assim como não existe uma verdade absoluta, não ocorrerão problemáticas idênticas.

No que se refere a necessidade de revisitarmos e revisarmos a representação que foi construída sobre o Islã, e que é tida como verdade ainda hoje, acredito ser de bom tom encerrar este texto com uma reflexão que Karen Armstrong apresenta na introdução de seu livro *Maomé: Uma Biografia do Profeta*:

Se quisermos melhores resultados no século XXI da era cristã, os ocidentais deveriam aprender a compreender os muçulmanos, com quem dividem o planeta. Devem aprender a valorizar e a respeitar sua religião, suas necessidades, angústias e aspirações²².

A autora ainda citaria, dado o teor de seu livro, que o melhor modo de compreendermos o Islã para além da representação tendenciosa desenvolvida no Ocidente seria conhecermos a história do Profeta. Porém, de sua citação retiramos uma visão fundamental para o desenvolvimento de uma verdadeira história crítica e científica, devemos compreender. A compreensão quanto ao outro, o diferente, é essencial para que possamos desenvolver uma história ampla, porém constantemente subjetiva e incompleta – tendo em vista que jamais poderemos compreender o todo – apenas seguir buscando por visões que quebrem estereótipos e desenvolvam-se contra os absolutos impostos pelos primeiros “cientistas históricos”.

.....
22 ARMSTRONG, K. “Maomé: Uma Biografia do Profeta”. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Pp. 14.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKERSMIT, F. R. *Da Linguagem para a Experiência*. In: **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.
- ARMSTRONG, K. **Maomé: Uma Biografia do Profeta**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- ARMSTRONG, K. “Prophet Muhammad as an Enemy”. Last Prophet Search, 2010.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- BOTTICI, C. e CHALLAND, B. “Rethinking Political Myth: The Clash of Civilization as a Self-Fulfilling Prophecy”. *European Journal of Social Theory*, 2006.
- CHARBONNIER, S. **Carta aos escroques da Islamofobia que fazem o jogo dos racistas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.
- Kocka, Jürgen, “Comparison and Beyond”, *History and Theory*, Vol. 42, No. 1 (Feb., 2003).
- CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- COOPE, J. A. **The Martyrs of Cordoba**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1995.
- GÁZQUEZ, J. M. “Las glosas en la primera traducción del *Alcoran latinus*”. In: *Christlicher Norden-Muslimischer Süden: Ansprüche und Wirklichkeiten von Christen, Juden und Muslimen auf der Iberischen Halbinsel im Hoch und Spätmittelalter*. Org: Hg. Von Matthias M. Tischler und Alexander Fidora, p. 145.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HERODOTO, **História**. In: tradução de Vitor de Azevedo. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.
- HOURANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: CIA das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, S. P. **O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MARQUES, J. B. **A história magistral vitae e o pós-modernismo**. Revista História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography. Ouro Preto: EDUFOP, número 12, 2013. Pp 68.
- RANGEL, J. G. L. “A análise do conceito de martírio nas obras de Jacopo de Varazze e do Frei João Álvares”; Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da UFRRJ. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/analise.pdf>.
- RÜSEN, J. Teoria da História: **Uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

A CRIAÇÃO DE SUVENIR PARA O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RS: RELEITURA ICONOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE

ELIZANDRA QUEVEDO DA SILVA
MESTRE EM PATRIMÔNIO CULTURAL
UFSM
ELIZKEVEDO@HOTMAIL.COM

RESUMO

Este estudo versa sobre a existência e a proposta de criar lembranças de viagem ou souvenir no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O souvenir como temática deste estudo justificou-se pela relevância desse objeto como elemento essencial no desenvolvimento do turismo e apto a desenvolver o encadeamento da identidade e do pertencimento através do patrimônio cultural de uma cidade. Ao mesmo tempo, observou-se que no município não se encontram locais específicos para venda de souvenir. Partindo dessas premissas, a pesquisa teve o intuito de verificar a existência e a construção do souvenir enquanto valor significativo na representação cultural da cidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o município de Santa Maria, e conceitos sobre turismo, patrimônio cultural e souvenir. Na metodologia, foram desenvolvidas pesquisa de campo exploratória, levantamento fotográfico e de dados. Após o desenvolvimento desta, desenvolveu-se o produto final, que é uma proposta de souvenir. Toda a pesquisa foi direcionada para o reconhecimento e a valorização dos patrimônios culturais do município de Santa Maria com o propósito de despertar um novo olhar sobre a cidade.

Palavras-chave: Souvenir. Turismo. Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

Atualmente, viajar tornou-se uma necessidade para fugir do cotidiano. Após a viagem, restam as recordações do turista que, de forma indelével são representadas por artigos adquiridos durante sua estada. Tais produtos retratam, em parte, modos e costumes de determinada comunidade.

Trata-se do souvenir, mais conhecido como “lembrança de viagem”, um objeto, na maior parte dos casos, de dimensões reduzidas, de fácil portabilidade, que os turistas adquirem com a finalidade de materializar as recordações do lugar visitado. Podemos afirmar que o souvenir é um elemento importante para o universo do turismo e que carrega em si a propriedade de prolongar ou eternizar a memória da experiência turística.

Apresenta-se, assim, o tema deste estudo, que consistiu em verificar a existência do souvenir enquanto produto para consumo e criar um souvenir pautado nos patrimônios culturais que representam a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Portanto, o questionamento que desencadeou a pesquisa fundou-se a partir de experiências turísticas, nas quais se percebeu a expressividade do souvenir como elemento agregador e complementar às viagens e ao turismo, e, por outro lado, a ausência desse elemento na cidade de Santa Maria. Com base nessas premissas desenvolveu-se uma análise sobre a importância do souvenir como referencial de memória e identidade.

No intuito de sanar esses questionamentos, após a introdução, este artigo aborda alguns aspectos que alicerçaram a pesquisa, como o município de Santa Maria/ Rio Grande do Sul, patrimônio cultural, turismo e souvenir. Na sequência apresentam-se as metodologias empregadas na pesquisa e por último, os resultados, as conclusões e o produto final.

O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/ RS

Santa Maria, atualmente, é um dos principais núcleos urbanos do estado do Rio Grande do Sul, localizada no centro geográfico do estado.

A cidade recebeu a influência de várias etnias que vieram com a imigração, o que suscitou em rica diversidade social e cultural. As diferentes

etnias fomentaram para o desenvolvimento da cidade, tanto de forma arquitetônica como culturalmente. Marcada por traços da influência alemã e italiana, e pela miscigenação entre indígenas e europeus, resultou nesta mescla de elementos culturais perceptíveis, principalmente, na arquitetura.

Segundo Foletto (2008), percebe-se que o aspecto arquitetônico predominante da cidade se divide em quatro momentos: o primeiro marcado pelo gosto eclético (do final do século XIX até meados da década de 1930), é caracterizado pela mistura de elementos nas fachadas, procedimento que era interpretado como sinal de sofisticação. O segundo período é o advento do período em que temos como moda e tendência da época o “Art Déco”¹ (1930- 1960), momento de inovação, que introduziu elementos geométricos na decoração e nas fachadas dos imóveis. Finalmente, o terceiro período é aquele em que prevaleceu o chamado modernismo funcionalista (a partir de 1960), com predomínio de linhas retas, vigas e concreto armado. A arquitetura contemporânea dá continuidade ao modernismo com acréscimos de elementos decorativos.

Neste contexto histórico-cultural, observa-se que o município apresenta um amplo patrimônio cultural histórico. As edificações que materializam a cidade estão ligadas à memória dos habitantes locais e aos seus significados enquanto identidade da urbe. Os patrimônios históricos de Santa Maria reforçam o legado histórico, bem como remete à identidade do seu povo, assegurando um diálogo entre passado e futuro.

PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra “patrimônio” deriva do latim *patrimonium*, que significa herança, bens familiares ou pecúlio. Choay (2001) esclarece que a origem da palavra está ligada a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Com o tempo, o universo semântico do termo ampliou-se bastante, passando a designar também as identidades sociais.

.....
¹ Art Déco é um estilo artístico de caráter decorativo que surgiu na Europa na década de 1920, atingindo os Estados Unidos e outros países do mundo na década de 1930. Este estilo esteve presente na arquitetura, design industrial, mobiliário, moda e decoração.

Para Pelegrini, o conceito de patrimônio cultural está na verdade imbricado com o de identidade social. Varine (2012) assinala a natureza comunitária subentendida no conceito de patrimônio, algo que estaria presente, por assim dizer, no “DNA” da comunidade; noção que abrange, a um só tempo, seu jeito de viver, sua história, seu presente e seu futuro:

O patrimônio de cada um de nós e da comunidade à qual pertencemos: do mais modesto ao mais notável, tudo o que tem um sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos e transmitimos é o patrimônio tecido de nossa vida, um componente de nossa personalidade (VARINE, 2012, p. 43).

Oliveira (2010) nos apresenta um conceito de patrimônio que soa bastante atualizado; segundo o autor, patrimônio são os bens escolhidos que têm por finalidade evocar e guardar na memória os atos e fatos “dignos” de não serem esquecidos: é um suporte que sustenta e perpetua a memória.

O patrimônio cultural *per se* é um grande motivador de viagens, da busca por cultura e por conhecimento. Em outras palavras, o patrimônio cultural desencadeia a visitação e torna-se objeto do turismo cultural. É através do patrimônio cultural que o viajante encontra as maiores motivações para conhecer novos lugares e novas culturas.

Ao visitar diferentes lugares, o viajante é impactado por várias representações culturais, tanto pela cultura material como também pela cultura imaterial. A soma dos bens materiais e imateriais compõe o patrimônio cultural de uma comunidade. Os bens materiais são constituídos por elementos tangíveis, enquanto os imateriais são os intangíveis, como as manifestações religiosas, a gastronomia, as crenças, os costumes etc., isto é, tudo que configura a identidade de um povo. De acordo com Menezes “conhecer e interpretar heranças culturais de tempos passados tem, para a sociedade contemporânea, um valor que ultrapassa a simples curiosidade pelo diferente e pelo exótico” (MENEZES, 2006, p. 30).

Dessa forma, considera-se patrimônio cultural o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos e tradições, tanto materiais quanto imateriais (intangíveis), que adquirem valor único por sua representação material ou simbólica.

Percebe-se que existe uma interação dinâmica entre turismo e patrimônio cultural, na qual ambos atuam como meios de trocas culturais. Funari (2009) afirma que as viagens vão além do mero conhecimento de outras realidades, elas induzem ao discernimento e a apreciação da vasta diversidade cultural. Ou seja, os patrimônios culturais, dentro das práticas do turismo, são as principais ferramentas de conscientização social em relação à valorização das culturas.

O patrimônio cultural é o que garante às gerações futuras a possibilidade de conhecer a história, os costumes e a cultura de um povo.

O CONCEITO DE TURISMO

Sob o aspecto etimológico, a palavra “turismo” deriva do latim *tor-nus*, que significa ação de movimento e retorno, originando “*TORNARE*” (girar em torno, fazer dar a volta). No século XVIII, a palavra ressurgiu em francês: “*TOUR*”, que significa circuito, volta ao redor, volta.

De acordo com Urry, o conceito de turismo se define como:

Uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado. Constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados, enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades modernas (URRY, 2001, p. 17).

Krippendorff (1989), afirma que o turismo funciona como uma espécie de terapia da sociedade, como uma válvula de escape que mantém em funcionamento o dia-a-dia do mundo.

O turismo, de uma forma geral, é definido como “a busca de viajar para conhecer um país ou uma região e a organização dos meios que permitem e facilitam essas viagens para recreação, passeio, conhecimento e diversão” (DIAS, 2006, p.21).

Todas as ações que envolvem o turismo resultam em proximidade cultural e humana, e interação de vivências entre o turista e a cultura local.

Segundo Moesch, o turismo propriamente dito é caracterizado quando “a viagem e a estada acontecem fora do lugar de residência, e nela

as pessoas desenvolvem atividades diferentes do seu cotidiano” (MOESCH, 2000, p. 11).

Os bens patrimoniais existentes na região são decisivos na escolha por um destino turístico. Nos dias atuais, o turismo é uma das principais atividades econômicas do mundo. Pessoas das mais variadas classes sociais se inserem nessa prática turística, especialmente como lazer, mas instigadas pela curiosidade, para descobrir o novo, o inusitado, e ultrapassar fronteiras no intuito de vivenciar as mais diversas culturas.

O SUVENIR E SEUS CONCEITOS

De origem latina, *subvenire*, a palavra ganha uma conotação da língua francesa, souvenir, que significa recordação ou lembrança. Popularmente, o souvenir é aquele objeto que o turista adquire em suas viagens, e muitas vezes seu valor é unicamente simbólico.

Para Reis (2008), os souvenirs ocupam o papel de representantes simbólicos da cultura do outro, cumprem um papel decodificador da realidade que é exótica ao visitante, ao mesmo tempo em que são capazes de ilustrar relatos culturais. É uma forma de autenticar a experiência vivida; a partir desse objeto é possível fazer uma narrativa do lugar de origem (STEWART, 1993, apud HORODYSKI, 2014, p. 75). De acordo com Gordon (1986, apud HORODYSKI), qualquer produto que o turista leva como lembrança de viagem, é um souvenir.

Pesquisas revelam que estes objetos são auxiliares na formação da imagem de uma destinação turística, como elemento publicitário que remete à cidade visitada (SOUZA e CARVALHO, 2014). Medeiros e Menezes (2016) abrem outro viés de discussão em torno do souvenir. As autoras constataram que a aceitação do souvenir está intrinsecamente ligada à questão estética do objeto, ou seja, deve fazer uma referência positiva da cultura que representa.

Existem muitos objetos que são vendidos como souvenir, como imãs de geladeira, chaveiros, camisetas, miniaturas, etc. Independentemente do valor monetário que possam ter, esses objetos dão testemunho de uma vivência cultural e carregam valor simbólico.

Como lembrança turística cumpre a função de ser um ingrediente de memória acerca dos aspectos patrimoniais e culturais de uma determinada localidade. Na maior parte dos destinos turísticos, existe a comercialização desses objetos. No entanto, não importa o valor desse objeto, que talvez nem mesmo esteja à venda diretamente; pode ser um simples ingresso de um passeio, um mero pedaço de papel, qualquer coisa que invoque de imediato uma experiência vivida, algo especial para o indivíduo. É a peça-chave que atua como conexão entre o real e o simbólico. A prova tangível de que se visitou um determinado lugar é trazer um souvenir para casa.

Segundo Barbosa e Cavalcanti (2016), o souvenir não deve ser analisado pelo que parece ser, mas pelo que representa, pois se trata de um ícone ou símbolo cultural. A importância do souvenir, além de despertar o desejo no turista e representar o lugar visitado, está em seu significado, na mesma medida em que é capaz de tornar tangível aquilo que é intangível na prática turística: a experiência da viagem. Muitos viajantes colecionam esses elementos como troféus, uma prova material do novo lugar que foi visitado, enquanto que outros o fazem pelo simples prazer de se reportar aos bons momentos. Cada vez que aquele objeto é visto, o mesmo age como uma espécie de vínculo qualificado a conectar a memória à ocasião de lazer.

Como objeto palpável, o souvenir corporifica a experiência de viagem. Torna-se incontestável que o souvenir é um objeto de grande importância para a concepção do turismo e para os turistas.

METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentam-se as principais etapas desenvolvidas durante a pesquisa. A metodologia utilizada neste estudo foi a da pesquisa qualitativa. De acordo com Bell “os pesquisadores que adotam uma perspectiva qualitativa estão mais preocupados em entender as percepções que os indivíduos têm do mundo” (Bell, 2008, p. 15).

Inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica, que tem por finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito” (LAKATOS, 2010, p.166).

Logo, desenvolveu-se a pesquisa exploratória. Os instrumentos de levantamento para coleta de dados foram observação in loco, entrevista e levantamento fotográfico. A pesquisa documental, que contribuiu como fonte de conhecimentos, foi por intermédio de fotografias. A base de apoio desse processo foram os órgãos públicos, como o Arquivo Histórico de Santa Maria e bibliotecas públicas, entre outros. Após a elaboração da pesquisa bibliográfica, da pesquisa exploratória, da coleta de dados, direcionou-se à análise dos resultados e a construção do produto final: o souvenir.

PESQUISA DE CAMPO EXPLORATÓRIA

A pesquisa de campo exploratória foi realizada através do levantamento de dados “in loco”, em lojas da cidade, que, a princípio, comercializam produtos vendidos como “lembranças”. O objetivo dessa pesquisa de campo foi o de verificar como de fato o fenômeno acontece propriamente, se existe de fato e quais tipos de souvenir são comercializados.

A pesquisa exploratória foi realizada no espaço urbano de Santa Maria, delimitado pelo centro histórico do município, especificamente na Rua do Acampamento, Rua Dr. Bozano, Avenida Rio Branco, Rua Alberto Pasqualini e Rua Venâncio Aires.

Durante esse processo de exploração foram encontradas poucas lojas que oferecem o souvenir como produto para compra. Os produtos encontrados que são vendidos como souvenir foram chaveiros metálicos, porta-chaves em madeira com alusão ao chimarrão, imãs de geladeira com imagens variadas, chaveiros em couro e cuias para chimarrão.

A pesquisa exploratória revelou que, apesar da grande e diversificada oferta comercial, existe um índice muito baixo no que tange à comercialização do souvenir.

Nas raras opções que foram encontradas, pode-se dizer que esse “objeto” é bastante ínfimo, pois existe uma escassez quanto à variedade e originalidade. Nas poucas lojas onde foram encontradas as ofertas do souvenir, constatou-se, em diálogo com os próprios comerciantes do quanto existe uma carência desse elemento. Os mesmos declararam que existe uma procu-

ra por esses itens, principalmente pelos mais baratos, mas que normalmente a oferta não contempla a expectativa do consumidor.

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

O levantamento fotográfico traz imagens fotográficas dos patrimônios históricos do município e breve relato histórico que descreve suas características pontuais para dar suporte ao leitor no sentido de compreender o cenário arquitetônico da cidade.

Através da imagem fotográfica existe uma representação histórica, cultural, estética e simbólica. O processo vislumbrou avaliar e questionar o potencial imagético através do acervo fotográfico.



A Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição situa-se na Avenida Rio Branco e foi inaugurada em 1909. Sua arquitetura, inspirada no estilo romântico, foi enriquecida no ano de 1954, pelo artista italiano Aldo Locatelli. Com imagem de Nossa Senhora da Conceição, executada em Paris, teve sua missa pontifical celebrada em 08 de dezembro de 1909, dia de Nossa Senhora da Conceição.



Inaugurado em 1890, o Theatre Treze de Maio é um local de grande importância cultural do município. Construído no final do século XIX, o prédio neoclássico, construído em frente à Praça Saldanha Marinho apresenta uma fachada simétrica, marcado pela simplicidade de origem européia. Seu tombamento foi decretado em 2014.



A Vila Belga é constituída pelo conjunto de 84 casas geminadas que foram construídas no início do século XX para habitação dos operários do estado. Constitui importante patrimônio arquitetônico, tombado em nível municipal em 1998, e estadual através do IPHAE em 2000.



O prédio da SUCV, inaugurado 1926, localiza-se em frente à Praça Saldanha Maranhão. De inspiração eclética, destaca-se pelo salão nobre e o primeiro elevador instalado na cidade. Foi tombado em 1993, como Patrimônio Histórico de Santa Maria. A Catedral do Mediador, em estilo neogótico, constitui um marco na paisagem central do centro histórico do município. Santa Maria foi uma das primeiras cidades onde a religião anglicana iniciou suas atividades. Foi inaugurada em 1906.



De aspecto simples, com elementos ecléticos e traços neoclássicos, a Gare representa uma época de desenvolvimento comercial e cultural. O prédio foi tombado por Lei Municipal em 1996.



A Sinagoga de Santa Maria foi o primeiro templo judaico no Rio Grande do Sul destinado a rituais religiosos. Com arcos romanos e símbolos judaicos apresenta uma fachada eclética. O prédio foi tombado como patrimônio cultural em 2002.

Infere-se que o potencial simbólico de uma localidade deriva a partir dos elementos materiais e imateriais que se perpetuam no imaginário coletivo que são delineadores da identidade. A cidade de Santa Maria apresenta diferentes tipos de identidades preservados, e além dos mencionados existem outros patrimônios tombados. De maneira que, tendo em vista o souvenir, como foco principal, propõem-se a criação de estampas para superfície têxtil, como uma forma de preservar a história e perpetuar a cidade no imaginário coletivo.

ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com profissionais relacionados à área de estudo, de modo a se reconhecer a importância do objeto de estudo dentro do contexto local.

O tipo de entrevista aplicado nessa pesquisa foi a entrevista padronizada ou estruturada, na qual o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. Nesse caso, a entrevista apresentou perguntas pontuais sobre a proposta da pesquisa, numa conversação informal com a finalidade de elucidar as questões essenciais e levantar de dados a partir da opinião desses especialistas.

Na entrevista foram pontuadas as seguintes questões: definição de patrimônio cultural; conceito de souvenir; importância do souvenir; qual elemento patrimonial representa a cidade de Santa Maria/RS; se existe um souvenir que representa a cidade; sugestão de produto contemplado como souvenir; e sugestões sobre como comercializar esses objetos.

Quanto à definição de patrimônio cultural, os mesmos declararam que definem como patrimônio cultural tudo aquilo que representa um povo, é a expressão de uma sociedade.

O souvenir foi conceituado como elementos materiais que remetem para a identificação de uma localidade, é a representação de um lugar, de um espaço e de um momento. É a lembrança de um lugar especial e está ligado à representação da identidade histórica.

No que tange à importância do souvenir, os entrevistados consideram o mesmo de suma importância, uma vez que esse elemento é capaz de contar a história de um lugar, as experiências vivenciadas e remete à lembrança turística.

Sobre qual patrimônio que é referência no município, existem vários aspectos sobre a cidade que podem ser abordados, visto que existe muita diversidade na formação do município. Entretanto, todos os especialistas elegeram os morros da cidade como sendo o elemento natural que remete à identidade patrimonial da cidade.

Em relação ao souvenir que representa a cidade de Santa Maria/RS, todos foram unânimes em afirmar que não temos nenhum souvenir que cumpra essa função com êxito.

No que se refere à sugestão de um souvenir específico, as opiniões sobre esse objeto transitaram entre caneca, calendário, medalhas religiosas, camiseta, bolsa, nécessaire, agenda permanente, e bloco de notas. O fator que foi salientado nesse sentido foi de que o souvenir seja um produto utilitário, ou seja, além de recordar o local visitado, que possa ser usado no dia-a-dia.

Quanto à comercialização sugeriu-se que o souvenir seja vendido nos principais locais que são visitados pelos turistas, nos hotéis, nos postos localizados nas vias de saída da cidade, na rodoviária, no aeroporto e também em lojas de presentes.

Os resultados analisados a partir das entrevistas foram aplicados ao processo de desenvolvimento do produto. Como procedimento de investigação social para coletar dados e contribuir para a solução do problema, as entrevistas foram satisfatórias uma vez que obtiveram informações pertinentes às questões suscitadas e contribuíram para o processo de desenvolvimento do souvenir.

CRIAÇÃO DO SUVENIR

O fazer – nesse caso da pesquisadora – no processo de criação, permeia num contexto da arte, do design e do design têxtil. No âmbito da arte enquanto releitura fotográfica através dos desenhos. No contexto do de-

sign, enquanto analisa o produto final como objeto para consumo. E do design têxtil por se tratar de uma imagem (estampa) que foi desenvolvida com a finalidade de aplicação em superfície têxtil. Nesse trabalho a técnica utilizada para a estampa têxtil foi a serigrafia com estampa localizada.

A elaboração da imagem utilizada no souvenir foi pautada a partir de fotografias dos bens patrimoniais tombados na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Como expressão espontânea e fonte de inspiração, as fotografias serviram de referencial para a realização dos desenhos. Assim, partindo das fotografias, foram feitos desenhos simétricos, agrupamento de imagens, desenhos com alguns detalhes arquitetônicos e formas com linhas simples, limpas e minimalistas.

A estampa localizada foi inspirada a partir de fotografias antigas dos patrimônios e nos morros da cidade. Num segundo momento, a pesquisadora desenvolveu vários desenhos simples e soltos. Foram feitos vários estudos tratando a imagem fotográfica e outros que se delinearão entre linhas, contornos e frases.

No entanto, em alguns desenhos, incluíram-se os morros ao cenário arquitetônico, enquanto outros foram feitos somente com os morros tendo a ênfase de frases sobre a cidade. A linguagem escrita foi utilizada com o intuito de reforçar a representação imagética e as características próprias da localidade. Com a representação imagética vislumbrou-se a construção de imagens que reportem à identidade da cidade de Santa Maria com o intuito de que sejam facilmente identificadas e reconhecidas como características únicas do município.

Além dos valores estéticos e simbólicos do souvenir, outros aspectos, não menos importantes, foram pontuados na construção do produto. Essas particularidades intrínsecas ao objeto versaram sobre tamanho, valor e a utilidade, visando à aceitação e maior valorização por parte do consumidor. Assim sendo, enquanto produto final considerou-se vários suportes para a aplicação da imagem. O suporte escolhido foi o têxtil e elegeu-se a “camiseta” como souvenir, ou seja, o produto final desta pesquisa. Escolheu-se a camiseta pelo significado que a mesma representa como forma de diálogo

entre consumidor e expectador. A expectativa é que se abram novos mercados para o souvenir de forma que este seja um produto representativo e que dialogue com o consumidor e o turismo. A seguir, apresentam-se os desenhos (da autora) selecionados para execução do produto final:

CIDADE DOS VERDES MORROS... É O CORAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL QUE TE RECEBE COM ALEGRIA!

Santa Maria - RS - Brasil



Santa Maria - RS - Brasil

CONSIDERAÇÃO





Dois prismas se evidenciaram durante a pesquisa. Inicialmente percebeu-se que existe uma lacuna em relação à existência de souvenir no município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul e que por esta razão, torna-se evidente a criação deste elemento. Em seguida, foi constatado que não há uma valorização do patrimônio histórico cultural de Santa Maria.

Em relação ao objeto deste trabalho, o souvenir, inferiu-se que existe um longo percurso a ser desenvolvido em relação às possibilidades de criação desse elemento. Cabe um aprofundamento sobre os patrimônios, no intuito de desenvolver novos conceitos e novas formas de fazer, sob um novo olhar, com um conhecimento especializado que seja capaz de aprimorar e enriquecer a construção do souvenir.

O souvenir, enquanto arte, artesanato ou produção em série, é um produto que pode ser amplamente explorado. O souvenir é como o “*grand finale*” da experiência turística. A maioria das pessoas coleciona algum tipo de souvenir, enquanto objeto estético, como miniaturas. Contudo percebeu-se que a preferência durante a compra privilegia um produto que apresenta dupla função: que remeta à experiência vivenciada e também seja um objeto de utilidade.

Nesta pesquisa utilizou-se o desenho para aplicação em superfície têxtil para a confecção de camisetas. A imagem utilizada para a estampa faz uma referência simbólica, uma vez que os símbolos “são definidos como qualquer coisa que carrega um significado particular reconhecido pelas pessoas que compartilham uma determinada cultura” (DIAS, 2002, p. 31).

Vislumbrou-se a criação de um produto, prioritariamente, com uma imagem que reporte à identidade santa-mariense. Em seguida, esse produto foi analisado dentro das expectativas de compra, ou seja, um objeto fácil de levar e de baixo custo. Não menos importante, também se considerou a questão estética do souvenir, buscando atender às expectativas do olhar do consumidor, cujo produto desperte o desejo de aquisição.

Foi possível compreender que, muitas vezes um local é visitado por diferentes motivos, e, mesmo que este não seja um destino turístico consagrado, a experiência vivida pelos visitantes gera o desejo de levar uma lembrança da visita, motivo pelo qual a inexistência é uma frustração para o viajante.

O tema apresentado ensaia uma provocação para despertar diferentes olhares sobre o município e pensar no souvenir como ícone que representa Santa Maria enquanto imagem. Mais do que uma pesquisa, é o ponto de partida no sentido de contribuição na produção e circulação do souvenir como símbolo do patrimônio cultural. Ademais, o tema aqui proposto, prioritariamente, propõe desencadear e induzir o leitor a refletir sobre as questões patrimoniais, material e imaterial, sob um novo prisma acerca do lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Carolina de Moraes Andrade; CAVALCANTI, Virgínia Pereira; “DESIGN, SUVENIR E CULTURA: ABRANGÊNCIAS DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA”, p. 3552-3560. In: **Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2]**. São Paulo: Blucher, 2016.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- CHOAY, Françoise. **A alegria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FOLETTTO, Vani. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Edir Lucia Bisognin... [et al.]; Vani Foletto, organizadora. Santa Maria: Pallotti, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2009.
- HORODYSKI, Graziela Scalise. O consumo na experiência turística: o caso dos souvenirs no destino Curitiba- PR. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, Bianca Freire- e MENEZES, Palloma Valle. **As viagens da favela e a vida social dos souvenirs**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9922016000300651. Acesso em: 02 ago. 2018.
- MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- REIS, J. R. (2008). “Lembrei-me de você”: o consumo de souvenirs atribuindo significado à viagem turística. **Anais do V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e de Pós-Graduação em Turismo**, Belo Horizonte.
- SOUZA, R.P. L. de; O patrimônio edificado como mercadoria, In: VARGAS, H.C. e PAIVA, R.A. (Org.) **Turismo, arquitetura e cidade**. Barueri, SP: Editora Manole, 2016.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento social**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

CRIMES DE FORO MISTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI: UM BREVE ESTUDO DE CASO DO TRIBUNAL FEUDAL DE GENAZZANO (ESTADO PONTIFÍCIO)

FRANCESCO SANTINI
ALUNO BOLSISTA DE MESTRADO DO PPGH – UFSM
SYMBIAN86@HOTMAIL.IT

RESUMO

Ainda nos séculos XVI e XVII, alguns atos eram considerados ilícitos ao mesmo tempo tanto para os tribunais laicos, quanto para os eclesiásticos e, por consequência, tais atos eram perseguidos, reprimidos e julgados por ambos os foros. Dentre aqueles atos, definidos de foro misto, estava a blasfêmia, um crime que, no âmbito da moral e da justiça, oscilava entre o foro interno, da consciência e o externo, ou seja, lesivo do bem-público. Isso está ainda mais presente no Estado Pontifício, onde há muitas jurisdições que se sobrepõem, de cunho laico e eclesiástico. Nossa pesquisa, que aborda o estudo do crime e da justiça no território feudal de Genazzano, permite observar como os crimes de blasfêmias fossem julgados pelo tribunal laico do Auditor de Genazzano e em relação à legislação pontifícia contemporânea e à prática processual apontadas pelos juristas da época. Nesse sentido, apresentamos um estudo de caso que analisa dois processos da segunda metade do século XVI, que envolveram dois sujeitos inquiridos por ter proferido blasfêmias. Os testemunhos, os interrogatórios e os julgamentos elucidam sobre o comportamento dos atores sociais daquela sociedade, desde os réus até o príncipe, os quais, mesmo sendo sujeitos de um âmbito laico, não deixavam de ver reguladas suas ações com base em valores cristãos oficializados e juridicizados em normativas, estatutos e costumes comunitários.

Palavras-chave: crime; blasfêmia; justiça.

INTRODUÇÃO

A sociedade ocidental viu o perdurar, desde o Medievo até o surgimento do estado moderno – ou mais ainda do estado-nação, de uma disputa entre os poderes laico e eclesiástico. Contudo, tal disputa levou a trocas mútuas entre os dois âmbitos, em vários campos. Aqui analisaremos, brevemente, uma pequena, mas importante área de encontro e interseção dos dois disputantes no campo da justiça, os crimes de foro misto e, mais especificamente, aquele da blasfêmia durante a segunda metade do século XVI, em uma jurisdição circunscrita que pertencia ao tribunal do auditor de Genazzano, instituição máxima da justiça feudal da família Colonna¹ de Paliano-Genazzano.

Antes de tudo, precisamos observar que ofender Deus ou alguma entidade sagrada como a Nossa Senhora, Cristo ou os santos é algo que, na atual cultura ocidental, pode ser considerado extremamente grave do ponto de vista da moral religiosa, mesmo por aqueles que não costumam praticar algum tipo de religião. Entretanto, a blasfêmia ou *bestemmia* é um ato que, desde a consolidação do cristianismo no Ocidente, até a laicização do estado, constava nos escritos dos juristas, nas normas, nas leis e nos bandos enquanto um verdadeiro crime, o qual ofendia não somente Deus, mas a sociedade como um todo. Por esse motivo, era considerado um crime de foro misto, ou seja, reprimido e julgado por tribunais e poderes laicos e eclesiásticos.

Neste texto, procuramos dar um panorama geral dos crimes de foro misto e analisar em específico o de blasfêmia em suas características. Sucessivamente, realizamos um breve estudo de caso, analisando dois processos de blasfêmia julgados pelo tribunal do auditor de Genazzano em 1562.

.....
1 O Estado Pontifício, cujo chefe máximo era o papa, estava dividido politicamente em províncias, nas quais, além de Roma havia comunidades e cidades que podiam ser *immediate subiecte*, ou seja, diretamente controladas pelo poder do Estado ou ainda até o século XIX (com alguns períodos de descontinuidades) territórios enfeudados, desde o século XI pelo menos. Dentre as várias famílias feudatárias do Estado Pontifício, na província de *Campagna e Marittima*, desde o século XII, houve aquela dos Colonna, dita de origem medieval, portanto, não nepotista. Cabe salientar que essa família se dividiu em vários ramos, dos quais os mais preponderantes formam os de Palestrina e de Genazzano, sucessivamente confluído no de Paliano. No caso desse estudo, tratar-se-á dos Colonna de Genazzano-Paliano e de seus feudos (Zenobi, 1994; Armando, 2018; Fosi, 1985; 2007). Sobre a feudalidade na Idade Moderna ver Ago (1994).

OS FOROS E SUAS INSTITUIÇÕES

Apesar de separar por força da linguagem os foros eclesiástico e laico, Veronese (2010, p. 27) nos lembra que é preciso falar de “concorrência [...] e não de separação, visto que não existia uma divisão líquida entre estado e igreja”. Um exemplo clássico para demonstrar isso é o Estado Pontifício, no qual havia tribunais laicos e eclesiásticos ambos subordinados ao mesmo monarca, o papa, chefe temporal e religioso. Essa concorrência que se consolidou e se acentuou ao longo do Medievo e que perdurou até o século XIX pôs a questão de quem deveria reprimir e julgar determinados tipos de crime. Quem seria mais competente para julgar um caso de estupro² ou de sodomia ou, como nos casos que abordamos aqui, o crime de blasfêmia?

Para (tentar) resolver essa questão, o direito canônico previa o ‘princípio de prevenção’ que dava prioridade ao primeiro juiz que citaria o réu ou ao primeiro tribunal onde tivesse sido denunciado por querela o mesmo. Veronese (2010, p.41) e Bellabarba (2008, p. 65-66) concordam em dizer que tal procedimento, na prática, não era sempre aplicado e pacífico. Em primeiro lugar, por questões de conflitos de poder ou interesses de vários tipos ligados ao contexto específico a tensão entre um tribunal eclesiástico (por exemplo, uma jurisdição bispal) e laico chegava a criar um verdadeiro conflito. Em segundo lugar, é preciso lembrar que não era ainda predominante o procedimento *ex-officio* por parte de um tribunal e ainda persistia o processo de tipo acusatório, resultando em uma estratégia por parte dos querelantes (ou recorrentes) que consistia em se apelar para os dois foros. Além disso, tal princípio previa a validade de uma sentença perante todos os tribunais, para evitar que um sujeito fosse julgado duas vezes.

Não existia uma lista oficial dos crimes de foro misto, entretanto é possível colocar dentro dessa categoria aqueles comportamentos considerados deviantes para a moral pública, como os já citados estupro, blasfêmia, sodomia e ainda bigamia, aborto, parricídio, infanticídio, furtos de bens

.....
2 Este termo diferia de como o entendemos hoje, pois a violência não é o cerne do crime, mas sim a lesão da honra da mulher que o sofria ou do homem que devia protegê-la e indicava qualquer relação sexual tida fora do casamento apesar da consensualidade (Veronese, 2010, p. 29).

sagrados, sacrilégios, bruxaria, entre outros. Dependia muito do lugar e suas características quais crimes entrariam nessa lista e quais não, bem como a definição de cada tipo.

No panorama europeu existiam um emaranhado de tribunais e com eles jurisdições que concorriam, se sobrepunham e que pertenciam às esferas laica e eclesiástica. Não era diferente no Estado Pontifício, cujo chefe máximo era o papa, mas no qual ainda existiam feudatários com fortes poderes e que mantiveram por longo tempo quase um *mero e mixto imperio*, inclusa a administração da justiça. É o caso da família Colonna do ramo de Genazzano-Paliano, que controlava o território alvo de nossa pesquisa e que agia diretamente no âmbito da repressão e do julgamento dos crimes.

É sabido como já no século XVI os tribunais romanos, sobretudo o do Governado de Roma, estivessem indo além da própria jurisdição de 40 milhas; entretanto, verificamos que isso não aconteceu com os territórios dos “estados” *colonnesei*. Mesmo nos casos que previam pena de morte e galés acima de 5 anos, os quais deveriam ser julgados pelas instâncias romanas, o senhor Colonna manteve o direito de sentenciar ou conceder a graça.

O duque (após 1569 príncipe) residia em Roma e estava em constante contato com os auditores dos dois “estados” dos seus territórios, Pofi e Genazzano. Conforme Armando (2017) era auxiliado por outros auditores que residiam com ele. Já do ponto de vista eclesiástico podemos constatar, ao longo da pesquisa, que a cúria da comunidade de Palestrina era a deputada a receber denúncias e instâncias direcionadas ao poder eclesiásticos, por meio do vicariado forâneo presente na região de Genazzano. De fato, no arquivo da diocese de Palestrina encontramos processos e denúncias relativas ao território de Genazzano, relativos justamente aos crimes aqui mencionados.

Portanto, além dos (grandes) tribunais eclesiásticos e laicos romanos (Inquisição e Governador respectivamente), o braço da Igreja se estendia nas periferias do Estado por meio das cúrias e dioceses e dos vicariados forâneos. As paróquias dos territórios enfeudados, como no caso estudado, estavam sob controle do feudatário, portanto não podem ser consideradas,

em princípio, órgãos a favor do poder eclesiástico, pois a escolha dos sacerdotes era realizada pelo senhor³.

A BLASFÊMIA

Sem nos aprofundar em uma análise filológica e semântica da blasfêmia, podemos observar que no século XVI e posteriormente esse crime-pecado era dividido em duas categorias: a blasfêmia simples e aquela herética. Enquanto a primeira referia-se aos impropérios dirigidos as entidades sagradas da Igreja católica, a segunda acontecia quando tais palavras proibidas iam de encontro dos dogmas da fé, por este motivo era esta última a mais grave e alvo do tribunal do *Sant'Uffizio*.

O limite entre uma blasfêmia herética e uma simples não era traçado com clareza, o que levava a debates entre teólogos e juristas, o que levava a interpretações diferentes (Fosi, 2007). Para dar um exemplo, Nicolas Eymerich, no final do século XIV, entendia que quando era negada a onipotência de Deus ou que se duvidasse que Este seria capaz de “mandar tempo bom” (Veronese, 2010. P. 49). A gravidade do ato em si, herético ou não, é demonstrado pela necessidade de uma punição pública por parte da Igreja e pela forte perseguição desse crime por parte de notáveis estados laicos, os quais criaram corpos inquisitórios especializados para reprimir e julgar tal comportamento⁴.

Como veremos, também as penas eram severas e as normativas (quando existentes) criavam uma situação que pressionava o sujeito a denunciar o infrator/pecador e a partir do século XVI essas tornaram-se sempre mais duras (Veronese, 2010, p.45).

O porquê de tal reforço do combate à blasfêmia e aos costumes considerados imorais, o qual se alastrou nas várias partes da Europa, pode ser

.....
3 Naquele contexto existiam privilégios canônico dos feudatários previstos pelo direito, como neste caso o de *Giuspatronato* (*Ius patronatus*) que lhes permitia a nomeação de determinados ofícios eclesiásticos, como era o caso do arcepreste e outros párocos.

4 Na república de Veneza, durante o século XVI, o Conselho dos Dez, deu vida aos *Esecutori contro la Bestemmia*, uma instituição que reprimia e julgava crimes ofensivos à moral, ver a este propósito Frajese, 1997; Veronese, 2010.

procurado no clima vivido a partir do final do século XV, em que ganhou um discurso de punição divina quando de eventos negativos, como guerras, carestias, epidemias, etc. Certos atos e comportamentos, dessa forma, não seriam somente algo condenável na esfera da moral, mas atos criminais perigosos para a inteira comunidade.

Além disso, há outras hipóteses levantadas pela historiografia, que não necessariamente vão de encontro com o clima acima descrito e tratam da relação entre a blasfêmia e o perjúrio, ou seja, o ato da *bestemmia* seria uma contestação ao poder e o perjúrio começa também a ser visto como uma blasfêmia, algo que ofende Deus antes de ofender o próximo (Prodi, 1992, p. 384). Nesse sentido, Frajese (1997, p. 171 – 172) diz que há “dois fenômenos distintos: a blasfêmia como forma de contestação do poder típica da idade confessional e, por outro lado, a sanção do próprio poder que tende a subsumir o perjúrio dentro da categoria da blasfêmia”.

No contexto político daquele período

“[...] gradualmente, os vínculos políticos adquirem forma de pactos jurados, o perjúrio é sancionado como blasfêmia; e no momento em que o universo religioso é chamado a garantir o pacto social, a rebelião ao poder adquire forma de revolta contra a divindade e a religião.” (FRAJESE, 1997, p. 172).

Portanto,

“Do ponto de vista social a blasfêmia representava uma forma de dissenso tanto para com Deus, quanto, por consequência, para com quem representava o poder de Deus na terra. Era então um sinal particularmente importante para as autoridades que em geral empenharam-se a reprimir com maior força a blasfêmias-protesto dos explorados (e em geral das classes subalternas).” (VERONESE, 2010, p.49).

Contudo, não podemos observar este fenômeno exclusivamente a partir do ponto de vista social e do poder, seja este laico ou eclesiástico. Em uma sociedade necessariamente religiosa, os ouvintes de uma blasfêmia podiam realmente encarar este ato como uma grave e perigosa afronta que ia além de uma ofensa da própria moral. Portanto, ao analisarmos as blasfêmias, os réus, os denunciantes e o poder repressor durante o século

XVI, não podemos pecar de anacronismo, mas quanto mais possível precisamos levar em conta as características de cada uma das sociedades que compunham o contexto do Ocidente europeu.

Os estudos sobre os crimes de foro misto e sobre a blasfêmia no território italiano, não são numerosos e, em geral, dizem respeito a situações de grandes centros de poder ou estados que começam a mostrar características típicas da modernidade. Porém, sobretudo no contexto da Península Itálica, a fragmentação política e cultural era ampla e existiam numerosos territórios como comunidades enfeudadas, comunas, enclaves, entre outros que precisam ser analisados para verificar se elementos modernos, que em geral são tidos como presentes já a partir do século XVI, estavam realmente se alastrando na sociedade como um todo ou se os alicerces daquelas comunidades eram ainda feitos por elementos típicos do Medievo.

Por isso, estudamos o território feudal dos Colonna de Genazzano-Paliano e o fazemos a partir do ponto de vista dos processos criminais e de um poder hora aliado, hora concorrente ao ‘centro’ governado pelo papa.

BANDOS E ESTATUTOS

Se hoje o direito positivo é a normalidade, no século XVI, apesar de existir normativas escritas e leis emanadas por um poder central, ainda persistiam sistemas de regulamentação baseados nos costumes, sobretudo nas comunidades como a de Genazzano. Mesmo sendo definido como ‘estado’, o de Genazzano era um conjunto de comunidades enfeudadas que mantêm cada uma delas relações diversas para com o senhor. De fato, não existia uma legislação dos estados *colonnesi*, mas sim normas do Estado Pontifício derivadas das bulas papais e bandos e, mais importante, havia estatutos próprios das comunidades que surgiam das demandas comunitárias (dentro da sua hierarquia) e da conseqüente aprovação do senhor.

No caso da aldeia de Genazzano, apesar de ser a sede da justiça (ou justamente por isso) não existe estatuto algum, senão um antigo e breve acordo, do século XIV, entre os notáveis do lugar com o senhor Colonna, o qual não regulamenta muita coisa no específico.

Já as comunidades vizinhas como a de Cave⁵ ou Zagarolo⁶ (por longo tempo feudo dos Colonna do homônimo ramo) possuíam um estatuto que regulamentava uma série de questões dos âmbitos ‘penal’ e civil. Nos processos do tribunal de Genazzano analisados, coexistem, nas fórmulas oficiais, os termos *bandimenta* e *statuta*, e é perceptível a presença de normas costumeiras,⁷ escritas e não, enquanto elemento intrínseco. Por esse motivo, analisamos outros estatutos de comunidades vizinhas (Egidi; Fiorentini; Tomassetti, 1910) e inclusive de outros ramos da família Colonna. Percebemos que há muita semelhança entre si e isso permite nos inferir que muitas daquelas normas valessem para Genazzano.

No estatuto da Comunidade de Zagarolo de 1552 (*Statuta Ducalis Terra Zagaroli inviolabiliter observanda*, 1552, sp) são regulamentadas dezenas de situações dos âmbitos civil e criminal. Na parte dos *maleficia* a blasfêmia ocupa um importante lugar de condenação e aliás é o primeiro crime-pecado a ser tratado na seção. A parte que trata da *maleditione omnipotentis Dei, et Sanctorum eius*, é introduzida por um trecho que resumidamente alerta que as blasfêmias provocam a ira de Deus e a difidência para com seus filhos e isso provoca fome, peste e terremotos. Por isso, o ato da *bestemmia* é um crime e um pecado ou melhor um ato que de forma indissolúvel contém essas acepções.

As penas são severas e hierárquicas, conforme qual entidade foi alvo da blasfêmia e em que termos. Em geral há sempre penas pecuniárias e confiscos e pelo que podemos compreender, no caso da Virgem Maria, haveria a possibilidade de pena corporal. A possibilidade de proceder contra os *bestemmiatori* seria por meio de acusações ou *ex-officio*. Além disso, é interessante notar como se faz questão de dar exemplos, ou melhor, especificar as frases incriminadas em língua vernácula (o estatuto é redigido em latim),

.....
5 Cave é hoje um município limítrofe ao de Genazzano e à época era uma comunidade-feudo que pertencia ao território do Estado de Genazzano (Armando, 2018).

6 Zagarolo é um município da província de Roma e cidade de criação de quem escreve. Encontra-se a cerca de 30 km de Roma e pouco menos de Genazzano.

7 Sobre esta temática veja-se Cicioni (2003).

que deviam ser as mais frequentes como, *maledetto sia Dio* ou expressões hoje desaparecidas como *Potta8 di Dio* ou *di Cristo*. De fato, nas denúncias dos *bestemmiatori* que encontramos na Diocese de Palestrina, se faz questão de mencionar as exatas palavras proferidas pelo réu, pois como falado, dependendo a blasfêmia poder-se-ia tornar heresia.

Mais grave era o segundo tipo de blasfêmia presente no estatuto, a injúria contra as imagens sagradas, que podia custar ao preso “*poena duorum tractuum chorda*”, ou seja, a aplicação da tortura do *tratto di corda* (tortura chamada no mundo ibérico estrapada ou *garrucha*) por duas vezes e, portanto, se fazia um uso punitivo da tortura, que naquele período era principalmente uma prática que visava a obter a rainha das provas, a confissão do réu.

No que concerne à normativa pontifícia promulgada para combater um conjunto de comportamentos criminais e lesivos da moral podemos observar brevemente um bando de fim do século XVI⁹ – mas que contém ordenações que remontam a papa Leão X – (*Bandimenta Omnia Promulgata Sub Pontificatu Sisti V*, 1590, p. 14) o qual prevê penas infamantes que se agravariam com a reincidência. A primeira vez o sujeito infrator era posto à *berlina*¹⁰; na segunda vez era aplicada a pena anterior mais um furo na língua e na terceira vez 5 anos de galés. Contudo, conforme a condição da pessoa, o contexto e a gravidade, o julgador pode converter a pena corporal e infamante em pecuniária. Além disso, a figura do ouvinte é fundamental nesse processo de combate à blasfêmia. O bando pontifício é claro:

“[...] todos aqueles que se encontram presentes e terão ouvido uma pessoa blasfemar, devem, no prazo de um dia, dar notícia certa [...] sob a mesma pena imposta aos blasfemadores, não se admitirá nenhuma desculpa, não tendo notificado como falando anteriormente.” (*BANDIMENTA OMNIA...*, 1590, p. 14, tradução nossa).

.....
8 Termo arcaico e vulgar que indica a vulva.

9 Sobre os bandos em Roma nos séculos XVI e XVII ver Cirinei (1997).

10 Pena infamante que implicava a exposição do condenado em um lugar público, junto a alguma indicação do crime que havia cometido. Vocabolario da Enciclopedia Treccani Online, disponível em < <http://www.treccani.it/vocabolario/berlina1/>>, consultado em 01 Jul 2019.

E a gravidade de não denunciar, ou melhor, de ouvir uma blasfêmia e não dar notícia parece ser maior do que o próprio ato de blasfemar,

e no caso em que no prazo mencionado, aquelas pessoas presentes às ditas blasfêmias, não terão dado notícia, promete sua Senhoria Reverendíssima que se o próprio blasfemador, passado o dito dia (*penitentia ductus*) virá a denunciar a si mesmo [...] e dará os nomes daqueles, [...] não tendo sido porém antes acusado, lhe será evitada a pena, enquanto aqueles presentes que não denunciaram serão sem irremediavelmente castigados como falado acima. (*BANDIMENTA OMNIA...*, 1590, p. 14, tradução nossa).

Interessante é também a prática jurídica expressa no bando, o qual informa que se dará fé a um só testemunho e o acusador permanecerá secreto¹¹. Essa coerção não era só legislativa, era com certeza moral. O fato de o réu de blasfêmia poder arrepender-se e por isso estar livre da pena, mas os ouvintes não ter essa possibilidade, senão por meio da acusação, mostra quão os sujeitos são pressionados a combater o crime-pecado, denunciando o réu.

BLASFÊMIAS E GRAÇAS

Do ponto de vista do direito *statutario* das comunidades, das normas pontifícias e com certeza da moral, a blasfêmia aparece-nos até agora um ato gravíssimo, difundido e duramente punido. Mas na prática judiciária cotidiana do século XVI como eram tratados os crimes de blasfêmia? Colocamos essa pergunta à nossa documentação, os processos do tribunal do auditor de Genazzano. Queremos aqui analisar os dois casos encontrados que envolvem réus de blasfêmia.

Do primeiro caso de 1562 (*Atti Criminali* 63, 1562, Genazzano, sp), sabemos que o processo surge a partir da resistência e desobediência de Laurentio, seu sobrinho Felice e do filho de Cecco Mocci (pelo qual foi responsabilizado também o pai) às ordens levadas por tal Augustus, o qual foi encarregado de comunicar àqueles sujeitos que deveriam ir para Paliano

.....
11 De fato, o processo a Laurentio, Virgilio e ao filho de Cecco começa pela denúncia de Augusto, mas oficialmente é o Fisco que acusa os réus, sendo o processo *ex-officio*, e o nome de Augusto nunca aparece se não no documento da denúncia (separado do resto do processo).

(uma aldeia vizinha, também parte do território dos Colonna) sob pena de 10 escudos, por uma razão que não é mencionada nos atos. O primeiro que Augustus encontra é Felice, o qual se recusa a obedecer e ataca o mensageiro fisicamente e verbalmente. Sabemos disso pelo relato de Augustus que dá vida ao processo. Contudo, este sujeito desaparece dos sucessivos documentos processuais, não é tampouco citado como testemunha. De fato, o tribunal procede *ex-officio* contra os réus para os crimes de resistência e de blasfêmia, pois o filho de Cecco, durante a briga teria dito *Maledetto Cristo* ou algo parecido. O processo é breve e não constam interrogatórios. Logo são condenados a pagar diversos escudos¹², ou seja, a uma pena pecuniária.

Apesar de não constar nos atos, é muito provável que os réus tenham enviado uma *supplica* ao senhor pedindo que lhes fosse concedida a graça. De qualquer forma, Marco Antonio Colonna, o senhor daquele momento, o qual residia em Roma, diminuiu a pena do filho de Cecco a 4 escudos e dos outros réus Laurentio e Felice a 2 escudos e diz ainda como de costume o aristocrata “do resto lhes fazemos graça”.

Aqui há alguns fatores interessantes. Em primeiro lugar, a importância da exatidão das palavras proferidas da blasfêmia, de novo em língua vernácula dentro da fórmula de acusação em latim. Em segundo lugar, o interesse do senhor feudal em dar a última palavra para um caso que não era considerado, em tese, sujeito à pena capital ou a mais de 5 anos de galés. Porém, a desobediência às suas autoridades e a ofensa a Deus enquadram-se do ponto de vista social àquela forma de protesta antes mencionada. Mas o senhor feudal, pelo menos no caso dos Colonna do período estudado, não se comporta como aqueles príncipes que punem os comportamentos desviantes com a violência. Ele se utiliza de um instrumento que entende como mais poderoso, a graça. Como aponta também Armando (2018), os senhores Colonna fazem largo uso desse recurso, como os súditos fazem uso da súplica, presencial e via carta. O príncipe desse modo, afasta de si a

.....
12 O Escudo de Prata Pontifício (*Scudo d'argento pontificio*) era a moeda oficial e mais valiosa, em geral, do Estado Pontifício, valia 10 *Giulii* e 100 *Baiocchi* (Martinori, 1915, p. 25; 183; 464).

imagem do inimigo, mostrando-se mais como um pai bondoso e generoso. Apesar de ser ele o chefe de todas as autoridades repressoras e julgadoras, a população vê somente estes últimos como eventuais inimigos.

Alguns dias depois do processo de Felice, Cecco e Laurentio mais um caso de blasfêmia acontece na comunidade. O informante Giovanni Mocci conta como um tal de Alfonso, lidando com os porcos, ficou enfurecido com os animais e blasfemou contra Virgem Maria. Além de Giovanni estavam presentes outras duas testemunhas: Damiano e Laurentio Tranquilli. Os três relataram da mesma forma quanto ocorrido e desse modo o auditor examinou o réu, ao qual perguntou se conhecia as testemunhas e se blasfemou no dia apontado por essas. Respondeu que os conhecia, mas que não lembrava de ter blasfemado e de mais nada daquele dia.

O elemento peculiar desse processo está no repetido exame das testemunhas. Dentre as várias possibilidades que as autoridades poderiam tomar, como uma imediata e dura condenação para Alfonso, o uso da tortura em seu interrogatório ou a absolvição, essas escolheram reexaminar Giovanni, Laurentio e Damiano, os quais confirmaram que, o que haviam falado era a pura verdade. Somente, após isso Alfonso é condenado a pagar 12 escudos e recebe, como no outro processo, a graça por parte de Marco Antonio Colonna que lhe reduz a pena pecuniária de 3/4 (*Atti Criminali* 63, 1562, Genazzano, sp).

Se no processo ao filho de Cecco constava a desobediência, aqui podemos ter certeza que Marco Antonio Colonna dá a última palavra somente com relação ao crime de blasfêmia e novamente, apesar de poder ter existido uma tentativa de súplica por parte do criador de porco, nos atos não consta, como pelo contrário acontece em muitos outros processos, nos quais estão anexas todas as cartas, pedidos e súplicas ao senhor.

De novo, a punição está longe de ser dura como consta no estatuto de Zagarolo ou no bando pontifício. Mais uma vez, Marco Antonio Colonna concedeu a graça reforçando e reproduzindo seu poder por meio da aplicação de uma penitência pecuniária (que ia também nos cofres de sua jurisdição), mas também e sobretudo, do perdão. Parece encarnar aquela

representação artística da Justiça medieval à qual se refere Sbriccoli (2003), uma Justiça que usa a espada, a balança e está vedada, mas que projeta o joelho nu para mostrar sua clemência e benignidade.

È claro também que o próprio auditor, em tese conhecedor da prática jurídica, entendeu que as duas blasfêmias poderiam ser consideradas leves, pois se não existia uma norma que explicitava como verificar a gravidade de um tal ato, havia os escritos dos juristas, dentre os quais, podemos destacar o primeiro a escrever um compêndio jurídico em língua vulgar italiana no século XVII, o cardeal Giovan Battista De Luca De Luca, clérigo, mas antes de tudo jurista de ampla fama, o qual diz que são,

“blasfêmias leves, e de pouca consideração, que normalmente fazem camponeses, muleteiros, também jogadores [de azar] e semelhantes pessoas de baixa condição, mais por vício, e por mau costume no ímpeto da cólera, do que por dolo.” (*Libro XV, Parte II, 1673, p.160, tradução nossa*).

Portanto, considerando a condição dos sujeitos infratores, percebemos que são trabalhadores do campo e que com certeza eram considerados de “baixa condição”; ademais, pelos fatos narrados, a cólera foi o fator desencadeante, não foi um ato blasfemo proposital, portanto, de maneira alguma, herético. Na falta de normas, os juristas como De Luca iluminavam sobre questões tão complicadas e eram as fontes principais para figuras como os juízes e auditores que precisavam emitir sentenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um crime de foro misto era tal por conta de uma simbiose jurídica – existente por todo o Medievo e que ainda persistia nos séculos tidos como começo e consolidação da modernidade (XVI, XVII e XVIII) – entre o poder laico e o poder eclesástico. A Igreja juridicizou sua maneira de agir para com atos como a sodomia, a blasfêmia ou infrações lesivas da moral cristã, ao passo que os poderes laicos (e a sociedade como um todo), absorvendo tal moral ao longo dos séculos, também consideraram que seria necessário reprimir tais comportamentos por serem perigosos para o *status quo* e a

segurança de todos. Em Genazzano não era diferente, a blasfêmia também estava no leque dos crimes morais reprimidos e julgados, contudo, diferentemente de quanto acontecia em outros territórios, o objetivo do senhor, juiz supremo de cada processo, era reproduzir seu poder por meio da graça. Esse, por meio de suas autoridades, reprimia a blasfêmia, criminalizando os amaldiçoadores das entidades sagradas. Contudo, não se tratando de heresias – daí a importância do processo – preferia “mostrar o joelho nu” do que utilizar a “espada”. Marco Antonio Colonna teria pleno poder e apoio jurídico e moral para mandar furar uma língua ou, no mínimo, aplicar uma pena infamante, mas pensamos que essa estratégia fosse evitada do ponto de vista sociopolítico para não criar manifestações de protesto contra sua figura; mas também, não podemos excluir que o senhor feudal mantinha essa conduta em função de valores ‘medievais’ ainda fortemente persistentes naquele contexto.

FONTES

Archivio Colonna (AC) – Atti Criminali 63 – 1558; 1562; 1563 – Genazzano.

Bandimenta Omnia Promulgata Sub Pontificatu Sisti V. Roma, 1590.

Giovanni Battista De Luca. *Il Dottor Volgare.* Roma, 1673.

Statuta Ducalis Terra Zagaroli inviolabiliter observanda. Zagarolo, 1552.

Statuti della Provincia Romana. Vicovaro, Cave, Roccantica, Ripi, Genazzano, Tivoli, Castel Fiorentino in Egidi, P; Federici, V; Tomassetti, F. Roma: Istituto Storico Italiano, 1910.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGO, R. **La feudalità in età moderna.** Roma-Bari: Laterza, 1994.

ARMANDO, D. I tribunali dei feudi Colonna nello Stato pontificio alla fine del Settecento. Struttura, composizione, rendite in **Laboratorio dell'ISPE**, XIV, 17, 2017.

- _____. **Barone, vassalli e governo pontificio: gli stati dei Colonna nel Settecento.** Roma: Biblink Editori, 2018.
- BELLABARBA, M. **La giustizia nell'Italia moderna. XVI – XVIII secolo.** Roma-Bari: Laterza, 2008.
- CIRINEI, A. Bandi e giustizia criminale a Roma nel Cinque e Seicento in **Roma moderna e Contemporanea: rivista interdisciplinare di storia**, Tribunali, Giustizia e Società nella Roma del Cinque e Seicento, anno V, vol. 1, gennaio – aprile, 1997, pp. 81 – 96
- FOSI, Irene. **La giustizia del papa. Sudditi e tribunali nello Stato Pontificio in età moderna.** Roma-Bari: Laterza, 2007.
- _____. **La società violenta: il banditismo dello Stato Pontificio nella seconda metà del Cinquecento.** Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1985.
- FRAJESE, V. L'evoluzione degli 'Esecutori contro la bestemmia' a Venezia in età moderna in PIRILLO, N. coord. **Annali dell'Istituto storico italo-germanico.** Il vincolo del giuramento e il tribunale della coscienza, Quaderno 47, p. 171 – 211. Bologna: Il Mulino, 1997.
- MARTINORI, E. **La moneta. Vocabolario Generale.** Roma: Istituto Italiano di Numismatica, 1915.
- PRODI, P. **Una Storia della Giustizia.** Bologna: Il Mulino, 2000.
- SBRICCOLI, M. **La benda della giustizia. Iconografia, diritto e leggi penali dal Medioevo all'Età Moderna**, in Sbriccoli, M. et al. *Ordo iuris. Storia e forme dell'esperienza giuridica*, Milano: Giuffrè, 2003.
- VERONESE, F. << Terra di nessuno >>. **Misto foro e conflitti tra Inquisizione e magistrature secolari nella Repubblica di Venezia (XVIII sec.).** Tesi di Dottorato in Storia sociale europea dal Medioevo all'Età contemporanea. Venezia: Università Ca' Foscari, 2010.
- ZENOBI, Giacomo Bandino. **Le "Ben Regolate città". Modelli politici nel governo delle periferie pontificie in età moderna.** Roma: Bulzoni editore, 1994.

A PATRONAGEM PAPAL DE SISTO IV (1471 – 1484): ANÁLISE ICONOGRÁFICA E ICONOLÓGICA DE DOIS AFRESCOS DO CICLO DA VIDA DE JESUS LOCALIZADOS NA CAPELA SISTINA

JORDANA ECCEL SCHIO
GRADUADA EM ARTES VISUAIS BACHARELADO (UFSM)
E GRADUANDA EM HISTÓRIA – LICENCIATURA (UFSM)
RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
JORDANASCHIO06@GMAIL.COM

RESUMO

Este artigo busca a partir da análise de dois arranjos iconográficos identificar representações e discursos que auxiliaram na consolidação do poder papal de Sisto IV (1471 – 1487). Para isso, as fontes desse estudo são duas pinturas murais do chamado *Ciclo da Vida de Jesus*, localizadas na parede sul da Capela Sistina. A primeira se intitula “*Jesus entregando as chaves a Pedro*”, foi produzida entre os anos de 1481 e 1482, pelo artista Pietro Perugino (c. 1450 – 1523). A segunda fonte se intitula “*As Tentações de Cristo*”, foi feita entre 1481 e 1482, pelo pintor Sandro Botticelli (1444 – 1510). Por meio das etapas de análise iconográfica e iconológica sugeridas pelo historiador da arte Erwin Panofsky (1892 – 1968) se interpretará os dados visuais buscando pelo sentido mais profundo dos afrescos. O referencial teórico dessa pesquisa faz uso dos conceitos de representação e de discurso, da corrente historiográfica da *Nova História Cultural*, que visa entender como determinada realidade ou grupo social se organiza, pensa, entre outros aspectos. Por fim, o trabalho se justifica pela escassez de pesquisas que discutam questões ligadas à relação entre arte e política no âmbito da História.

Palavras-chave: Renascimento; Papa Sisto IV; História Cultural.

INTRODUÇÃO

Nascido Francesco Della Rovere, após a eleição papal tomou o nome de Sisto IV. Ele foi Vigário de Cristo entre 1471 e 1484. Nesse período enriqueceu diversos parentes a partir de benefícios eclesiásticos, matrimônios e favores dos mais diversos, intensificando a prática do nepotismo na segunda metade do século XV. Ele tornou cardeal seis nepotes, entre eles, Giuliano Della Rovere (1443 – 1513), eleito Vigário de Cristo em 1503, com o nome papal de Júlio II (1503 – 1513). O pontífice ainda promoveu várias transformações em Roma a partir da construção de estradas, pontes, hospitais, e a capela, dita por ele, Sistina. Essa abriga em seu interior um arranjo iconográfico que celebra da Fé, mas também consolida seu poder como papa.

A ornamentação das paredes da Capela Sistina foi confiada a um grupo de artistas de Florença e do centro da *Península Itálica*, entre eles: Pietro Perugino e Sandro Botticelli. De maneira que, entre 1481 e 1482, ambos trabalharam com outros pintores e aprendizes em dois ciclos de afrescos que retratavam passagens da vida de Moisés e da vida de Jesus. Além da representação figurativa de passagens do Antigo e do Novo Testamento, as paredes foram decoradas com afrescos que imitam pesadas cortinas brocadas e entre as janelas há 28 nichos com retratos dos papas dos três primeiros séculos. A consagração desse espaço aconteceu em 15 de agosto de 1483, durante a festa da Anunciação. A capela deveria ser o local onde se realizariam missas, reuniões do papa com o colégio de cardeais e as eleições papais. O projeto arquitetônico foi confiado ao arquiteto e escultor Baccio Pontelli (1450 – 1492). Ele também participou ativamente de outras reformas urbanistas empreendidas por Sisto IV. De modo que, o pontífice deu continuidade à campanha de reconstrução de Roma iniciada pelo papa Nicolau V (1447 – 1455).

Para mais, Perugino pintou o arranjo iconográfico intitulado “*Jesus entregando as chaves a Pedro*” (Imagem 01). De maneira que, no primeiro plano, sobre um vasto adro pavimentado, o artista representou a passagem bíblica do Novo Testamento em que Jesus entrega a seu apóstolo Pedro às

chaves do Reino dos Céus. Já Botticelli relegou ao terceiro plano as cenas que dão nome ao afresco chamado “*As Tentações de Cristo*” (Imagem 02). As três provocações sofridas pelo Filho de Deus estão posicionadas ao fundo desse arranjo iconográfico, pois no primeiro e no segundo plano o artista representou a passagem bíblica narrada no Antigo Testamento que trata do rito de purificação de um ex-leproso. No entanto, muito mais que uma decoração sacra, os dois afrescos são afirmações de poder carregadas de simbolismo papal, visto que, Francesco Della Rovere é o primeiro de sua família a usar a tiara.



Imagem 01 – PERUGINO, Pietro, *Jesus entregando as chaves a Pedro* (1481 – 1482), afresco, 335cm x 550cm, Capela Sistina. Disponível em <https://www.wga.hu/frames-e.html?html/p/perugino/sistina/>. Acesso em: 02 ago. 2019.

Imagem 02 – BOTTICELLI, Sandro, *As Tentações de Cristo* (1481 – 1482), afresco, 335cm x 550cm, Capela Sistina. Disponível em <https://www.wga.hu/frames-e.html?html/b/botticelli/sistina/temptati/index.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

O DIREITO DOS SUCESSORES DE PEDRO POR PIETRO PERUGINO

Perugino retrata figurativamente a tensão entre o poder temporal e espiritual. Pois, no primeiro plano do afresco, ele representa a transferência da autoridade de Jesus para Pedro, o primeiro papa. O Filho de Deus entrega para o apóstolo as chaves do Reino dos Céus, e esse em um gesto de humildade estende a mão para recebê-las. Nesse ato percebemos que uma das chaves é dourada e a outra de metal inferior, a peça dourada passa da mão de Jesus para a mão de Pedro. O mesmo não acontece com a de metal inferior, pois ela não é tocada pelas personagens, a sua transição acontece porque ela está presa a

chave dourada por delicados fios. Essa representação bíblica evoca a passagem do poder espiritual e temporal, o primeiro exercido diretamente pelo papa e o segundo praticado indiretamente pelos governantes cristãos.

Ademais, a passagem bíblica que narra esse momento se encontra no Evangelho de Mateus. “18Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la. 19Eu lhe darei as chaves do Reino do Céu, e o que você ligar na terra será ligado no céu, e o que você desligar na terra será desligado no céu” (MATEUS 16:18,19). Assim, o Vigário de Cristo desfrutava desse poder, de modo que:

[...] No primeiro plano, Jesus entrega a Pedro a chave dourada da autoridade espiritual, à qual está presa outra, de metal inferior, correspondente ao poder temporal, uma deliberada evocação da versão papista da teoria “dos dois poderes” herdada de Gregório VII e Inocêncio II, segundo a qual o papa detinha tanto o poder espiritual quanto o temporal, exercendo diretamente o primeiro e indiretamente o segundo, através dos governantes cristãos obedientes, Tal qual Cristo, o pontífice era superior em ambas as esferas. (DUFFY, 1998: 143 e 144)

Esses dois poderes¹ perpassam o pontificado de alguns líderes da Igreja com mais intensidade desde o século XI, e serviram com discurso de poder para Sisto IV durante o movimento Renascentista. Uma vez que essa

.....
1 Gregório VII (1073 – 1085) foi, segundo Eamon Duffy um dos papas mais enérgicos, sua preocupação latente era com a responsabilidade e a dignidade do ofício papal. Durante seu pontificado apontou 27 proposições conhecidos como *Dictatus Papae* (Memorando do Papa), diretrizes para uma nova compilação dos cânones destinada a ilustrar as distinções papais. Em uma delas Gregório VII “proclamava que só o papa podia depor imperadores, além de ter a faculdade de absolver os súditos da vassalagem aos maus governantes. Todos reconheciam no pontífice a atribuição de fazer um imperador, mas ninguém deduzia disso que ele também detinha o poder de desfazê-lo” (DUFFY, 1998: 95). Além da intromissão em questões laicas e políticas, Gregório também deixou evidente a “extravagância de sua posição quando afirmou que, devido aos méritos de São Pedro, o pontífice devidamente eleito era automaticamente um santo” (DUFFY, 1998: 95). Ele veio a se envolver em conflitos entre a Igreja e o Estado, com os atritos entre ele e Henrique IV. Inocêncio III (1198 – 1216) foi o pontífice representante do auge do poder e da influência papal do período ele, segundo Duffy, era um nobre romano batizado com o nome de Lotário de Segni, eleito chefe da Igreja com 37 anos graças aos seus méritos e a sua energia, que chegavam a faticar o séquito que o acompanhava. Financiou grandes programas de assistência aos mais pobres e de reformas das igrejas romanas, também lutou para conter movimentos carismáticos como os dos primeiros franciscanos, a ortodoxia era uma das maiores preocupações de Inocêncio III e em relação a alguns monarcas, “Inocêncio combinou sua teoria exaltada da supremacia papal com a boa vontade prática em acomodar governantes amistosos” (DUFFY, 1998: 112).

autoridade foi sacralizada quando o artista representou a passagem bíblica onde o filho de Deus e um de seus apóstolos são os personagens desse ritual onde o poder dos Céus foi entregue ao primeiro papa, que sucessivamente arrolou essa autoridade aos seguintes, logo o poder papal tinha legitimidade e era sagrado, pois vinha de Deus. Todavia, no mesmo afresco, Perugino representou o questionamento do poder temporal de Jesus, assim, no segundo plano, duas cenas do Novo Testamento são ilustradas (Imagem 03).

Imagem 03 – PERUGINO, Pietro, Jesus entregando as chaves a Pedro (1481 – 1482), afresco, 335cm×550cm, Capela Sistina.



Disponível em <https://www.wga.hu/frames-e.html?html/p/perugino/sistina/>. Acesso em 02 ago. 2019.

A primeira representa a passagem do Evangelho de João², em que é questionado o poder temporal de Jesus frente ao Império Romano. Assim,

.....
2 28 Jesus estava ensinando no Templo. Então ele gritou: “Será que de fato vocês me conhecem e sabem de onde eu sou? Eu não vim por mim mesmo. Quem me enviou é verdadeiro, e vocês não o conhecem. 29 Mas eu o conheço, porque venho de junto dele, e foi ele quem me enviou.” 30 Então tentaram prender Jesus. Mas ninguém pôs a mão em cima dele, porque a hora dele ainda não tinha chegado. 31 Muitas pessoas do povo acreditaram nele e diziam: “Quando o Messias vier, será que vai fazer mais sinais do que este fez?” 32 Os fariseus escutaram o que a multidão estava cochichando sobre Jesus. Então, os chefes dos sacerdotes e fariseus mandaram guardas para prenderem Jesus. 33 E Jesus disse: “Ainda vou ficar mais um pouco de tempo com vocês.” (João 07:28,33)

a cena que se desenvolve a esquerda do observador reflete o momento que Ele está na Galiléia e vai ao Templo para ensinar. Há ainda a possibilidade de ser o momento que Ele paga tributos aos coletores de impostos em Cafarnaum³, mas ainda faltam leituras para esclarecer esse ponto do afresco. Todavia, no mesmo plano, ao lado direito do observador, Perugino pinta no vasto adro o trecho do Evangelho de João⁴, quando Jesus é ameaçado com pedras pelos judeus, demonstrando que mais de uma vez a autoridade de Jesus foi questionada por seus contemporâneos.

Dessa maneira, o arranjo iconográfico no primeiro plano reforça a plenitude do poder espiritual e temporal exercida pelo portador da tiara papal, ao mesmo tempo em que, no segundo plano foram representados dois momentos em que a autoridade de Jesus foi contestada. Dessa maneira, o afresco representa a disputa de poder entre os papas e os governantes laicos, conflito que segundo o historiador Quentin Skinner se intensifica ao longo do século XIII. De modo que, a partir desse momento “os papas também tinham começado a dar mais diretamente vazão a suas ambições temporais, procurando manipular as políticas internas das cidades do Norte da Itália” (SKINNER, 1996, p. 35). Todavia, as ambições temporais dos papas são cerceadas, de forma que, “uma maneira óbvia de se opor às pretensões da

.....
3 24 Quando chegaram a Cafarnaum, os fiscais do imposto do Templo foram a Pedro, e perguntaram: “O mestre de vocês não paga o imposto do Templo?” 25 Pedro respondeu: “Paga sim.” Ao entrar em casa, Jesus adiantou-se, e perguntou: “O que é que você acha, Simão? De quem os reis da terra recebem taxas ou impostos: dos filhos ou dos estrangeiros?” 26 Pedro respondeu: “Dos estrangeiros!” Então Jesus disse: “Isso quer dizer que os filhos não precisam pagar. 27 Mas, para não provocar escândalo, vá ao mar, e jogue o anzol. Na boca do primeiro peixe que você pegar, vai encontrar o dinheiro para pagar o imposto. Pegue-o, e pague por mim e por você.” (Mateus 17:24,27)

4 52 Os judeus disseram: “Agora sabemos que estás louco. Abraão morreu e os profetas também. E tu dizes: ‘se alguém guarda a minha palavra, nunca vai experimentar a morte’. 53 Por acaso, tu és maior que o nosso pai Abraão, que morreu? Os profetas também morreram. Quem é que pretendes ser?” 54 Jesus respondeu: “Se eu glorifico a mim mesmo, minha glória não vale nada. Quem me glorifica é meu Pai, aquele que vocês dizem que é o Pai de vocês. 55 Vocês não o conhecem, mas eu o conheço. Se dissesse que não o conheço, eu seria mentiroso como vocês. Mas eu o conheço e guardo a palavra dele. 56 Abraão, o pai de vocês, alegrou-se porque viu o meu dia. Ele viu e encheu-se de alegria.” 57 Então os judeus disseram: “Ainda não tens cinquenta anos, e viste Abraão?” 58 Jesus respondeu: “Eu garanto a vocês: antes que Abraão existisse, Eu Sou.” 59 Então eles pegaram pedras para atirar em Jesus. Mas Jesus se escondeu e saiu do Templo. (João 08:52,59)

Igreja ao domínio temporal consistia em apelar ao imperador para que reequilibrasse a balança, demasiado favorável ao papa” (SKINNER, 1996, p. 38). Assim, ao mesmo tempo em que os laicos tentam abreviar a interferência do papa nos assuntos das cidades e dos impérios, os pontífices renascentistas, entre eles, Sisto IV buscavam ampliar o seu raio de intervenção. Visto que, na política externa, Sisto IV atuou na organização de exércitos contra os turcos; autorizou o rei Fernando II, da Espanha, a instaurar o Tribunal da Inquisição; desenvolveu ao longo do período como pontífice relações tensas com o rei francês Luís XI. E, na política interna, foi inimigo dos Médici, sendo mentor de um ataque contra membros dessa família.

AS TENTAÇÕES DE CRISTO E O PODER DO PAPA POR SANDRO BOTTICELLI

O traço fluído e as formas tênues alcançadas por meio de contornos claros fazem com que as figuras de Botticelli flutuem no afresco. Essa leveza do programa iconográfico contrasta com a ambição de Sisto IV que, como outros papas renascentistas, buscou reconstruir a cidade de Roma. Uma vez que:

[...] os papas do Renascimento se puseram a planejar novas ruas e a erigir edifícios que lhes perpetuassem os nomes e os de suas famílias, prédios que seriam dignos tanto do centro da Igreja quanto a maior de todas as cidades terrenas, a mãe da Europa. (DUFFY, 1998, p. 133 e 134)

Pois, em função do Grande Cisma (1378 – 1417), Roma ficou abandonada por anos, um reflexo da ausência prolongada dos papas. Assim, após o término desse evento alguns pontífices tomaram para si a tarefa de reinventar e reconstruir Roma, o lugar onde o representante de Deus deveria estar. Sobre isso o historiador da arte André Chastel escreve que:

No começo do século XV a Itália vai envolver-se cada vez mais nos assuntos políticos do Ocidente. Após a liquidação do Grande Cisma (1378 – 1417) que se seguira ao exílio de Avignon, o papado regressa definitivamente a *Roma*; a restauração da cidade principia com Nicolau V, que sabe provocar o brilhante e remunerador jubileu de 1450; segue-se a criação metódica, por Sisto IV, de um grande Estado que desempenhará um papel essencial nas guerras e intrigas do fim do século. (CHASTEL, 1991, p. 215)

Desse modo, a partir da segunda metade do século XV, além dos assuntos religiosos, muitos papas se envolveram na reconstrução de Roma, inclusive, Sisto IV que ficou conhecido como “*restaurator urbis*” (CHASTEL, 1991, p. 278). Assim, os pontífices eleitos na segunda metade do século XV e primeiras décadas do século XVI estavam empenhados em reconstruir ruas, prédios, entre outras formas arquitetônicas para perpetuar o seu nome e o nome de suas famílias. E a apropriação do talento de artistas, de pintores e de arquitetos, a partir da prática do mecenato papal, serviu para que eles criassem uma imagem faustosa e magnífica do papado, como escreve o historiador americano John W. O’Malley:

De meados do século XV a meados do século XVII, os papas, suas famílias e outros membros de sua comitiva estavam entre os mais esclarecidos e pródigos patronos das artes de todos os tempos. Por acaso, eles tinham em mãos gênios imponentes – Rafael, Michelangelo, Bernini e Caravaggio. Como se isso não bastasse, eles também tinham Botticelli, Signorelli, Perugino, Pinturicchio, Pietro da Cortana, Bramante, Borromini e aparentemente inúmeros outros artistas, arquitetos, engenheiros e urbanistas de talento superlativo e inspirador. Eles transformam Roma em uma cidade de tesouros artísticos incomparáveis⁵. (O’MALLEY, 2011, p. 171; tradução minha)

Assim, as obras de arte, os projetos arquitetônicos, as peças escultóricas finalizadas satisfaziam e materializavam a posse de um exemplar com qualidade, que muitas vezes servia a Deus. O arranjo arquitetônico, iconográfico ou escultórico também honrava a cidade ou espaço que abrigava tal obra. Elas serviam também à memória de quem mandava fazer e a possuía. E havia ainda o deleite de gastar o dinheiro em cultura. Isso posto, destacamos o que escreveu Duffy, que “desde o princípio, Sisto renegou a origem franciscana pelo luxo de seu mecenato. Somente a tiara que cingiu ao ser coroado custou 100 mil ducados, mais de um terço da renda papal anual” (DUFFY, 1998, p. 142 e 143).

.....
5 From the middle of the fifteenth century into middle of the seventeenth, the popes, their families, and others in their entourage were among the most enlightened and prodigal patrons of the arts of all times. They happened to have at hand towering geniuses – Raphael, Michelangelo, Bernini, and Caravaggio. As if these were not enough, they also had Botticelli, Signorelli, Perugino, Pinturicchio, Pietro da Cortana, Bramante, Borromini, and seemingly countless other artists, architects, engineers, and city planners of awe-inspiring, superlative talent. They turned Rome into a city of incomparable artistic treasure.

O historiador da arte Michael Baxandall escreve que nessa época além de louvar a Deus, para as pessoas abastadas “gastar seu dinheiro financiando igrejas e obras de arte para embelezar o patrimônio público era, por sua vez, um prazer e uma virtude necessária” (BAXANDALL, 1991, p. 13). Isso acontece com o papado renascentista também, visto que, Sisto IV gasta um terço da renda papal em uma tiara e, entre 1471 e 1484, manda construir e decorar a Capela Sistina, chamando para isso os melhores artistas da segunda metade do século XV.

Desse modo, Botticelli, a pedido do papa, trabalha na decoração da capela. E um dos arranjos iconográficos de sua autoria foi “*As tentações de Cristo*”, todavia a sequência de cenas que dá nome ao afresco está disposta no terceiro plano e representa figurativamente os versículos bíblicos do Evangelho de Jesus segundo Mateus. E esses se referem ao momento em que o Espírito conduziu Jesus para o deserto para ser tentado pelo Diabo três vezes. Assim, o Filho de Deus jejuou durante quarenta dias e quarenta noites, e quando Ele sentia fome o Diabo o tentou pela primeira vez⁶; provocando-O para que transformasse algumas pedras em pão a fim de saciar sua fome; na segunda tentativa⁷ o Diabo sugere que o Filho de Deus salte do templo para que os anjos O salvem; no terceiro teste⁸ o Diabo oferece os reinos terrestres e as suas riquezas se Jesus o adorasse.

Tanto no excerto bíblico quanto no arranjo iconográfico analisado, enquanto o diabo se revela para Jesus, três anjos colocam sobre uma mesa

.....
6 01 Então o Espírito conduziu Jesus ao deserto, para ser tentado pelo diabo. 02 Jesus jejuou durante quarenta dias e quarenta noites, e, depois disso, sentiu fome. 03 Então o tentador se aproximou e disse a Jesus: “Se tu és Filho de Deus, manda que essas pedras se tornem pães!” 04 Mas Jesus respondeu: “A Escritura diz: ‘Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus.’ ” (Mateus 04:01,04)

7 05 Então o diabo o levou à Cidade Santa, colocou-o na parte mais alta do Templo. 06 E lhe disse: “Se tu és Filho de Deus, joga-te para baixo! Porque a Escritura diz: ‘Deus ordenará aos seus anjos a teu respeito, e eles te levarão nas mãos, para que não tropeces em nenhuma pedra.’ ” 07 Jesus respondeu-lhe: “A Escritura também diz: ‘Não tente o Senhor seu Deus.’ ” (Mateus 04:05,07)

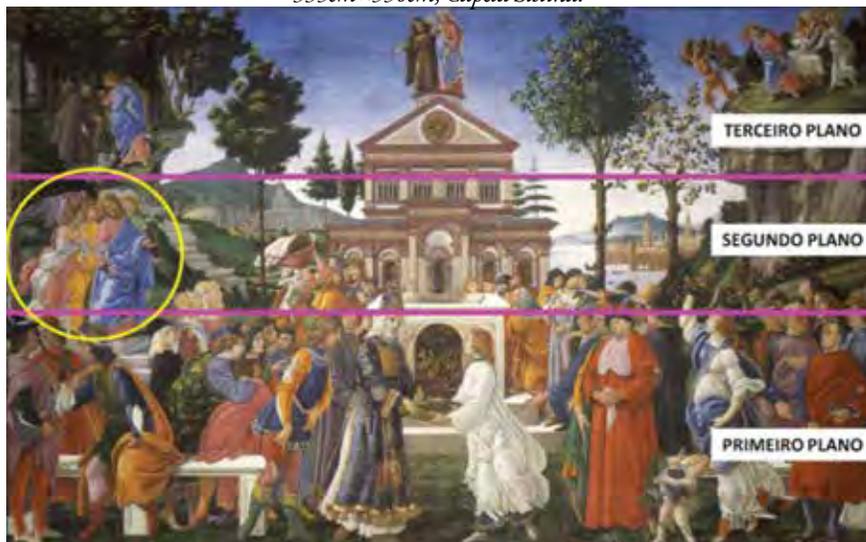
8 08 O diabo tornou a levar Jesus, agora para um monte muito alto. Mostrou-lhe todos os reinos do mundo e as suas riquezas. 09 E lhe disse: “Eu te darei tudo isso, se te ajoelhares diante de mim, para me adorar.” 10 Jesus disse-lhe: “Vá embora, Satanás, porque a Escritura diz: ‘Você adorará ao Senhor seu Deus e somente a ele servirá.’ ” 11 Então o diabo o deixou. E os anjos de Deus se aproximaram e serviram Jesus. (Mateus 04:08,11)

próxima pães, um jarro de vidro e tecidos. A ação angelical lembra o rito eucarístico, em que Jesus foi humilhado e crucificado para purificar os pecados dos homens e das mulheres. Como está escrito no texto apócrifo de Pedro: “01 Uma vez que Cristo sofreu na carne, vocês também devem estar armados com esta convicção: aquele que sofreu na carne, rompeu com o pecado, 02 a fim de viver o resto de seus dias guiado pela vontade de Deus e não por paixões humanas.” (1 Pedro 04:01,02). Essa ação emula o rito de purificação⁹ do primeiro e segundo plano, que também inclui um sacrifício de sangue, pois durante a cerimônia um dos animais será morto pelo sacerdote para que o livramento aconteça. O elo entre o rito de purificação, narrado no Antigo Testamento, e as tentações sofridas pelo Filho de Deus, está no grupo angélico que acompanha Jesus no limiar do bosque (Imagem 04). A mão Dele aponta para o rito, que deve ter início, assim que todos os elementos se façam presentes. Sua correta execução busca cumprir a Lei trazendo a purificação, da mesma maneira que, a preparação da Eucaristia emula a purificação dos pecados da Humanidade.

Dessa forma, mesmo sobre a sedução de forças malignas o Reino dos Céus é reservado para os que cumprem a Lei e permanecem fiéis aos ensinamentos de Deus. De modo que, o afresco pintado por Botticelli trás passagens do Antigo e do Novo Testamento para que a mensagem transmitida seja de obediência à Deus e ao seu projeto de Salvação. Ademais, a Escritura diz:

.....
9 01 Javé falou a Moisés: 02 “Esta é a lei a ser aplicada ao leproso, no dia da sua purificação: ele será conduzido ao sacerdote 03 e o sacerdote sairá fora do acampamento. Depois do exame, se verificar que o leproso está curado da lepra, 04 mandará trazer, para o leproso a ser purificado, duas aves vivas e puras, madeira de cedro, púrpura escarlate e hiposso. 05 Em seguida, mandará imolar uma das aves num vaso de argila sobre água corrente. 06 Pegará a ave viva, a madeira de cedro, a púrpura escarlate, o hiposso, e mergulhará tudo, junto com a ave viva, no sangue da ave imolada sobre a água corrente. 07 Fará, então, sete aspersões sobre o homem que está se purificando da lepra e o declarará puro. Depois deixará que a ave viva voe para o campo. 08 Aquele que se purifica lavará as roupas, rapará todos os pêlos, se lavará com água e ficará puro. Depois disso, poderá entrar no acampamento, mas ficará sete dias fora da sua tenda. 09 No sétimo dia, rapará a cabeça, a barba, as sobrancelhas, bem como todos os pêlos. Depois lavará as roupas, se banhará e ficará puro. (Levítico 14:01,09)

Imagem 04 – BOTTICELLI, Sandro, *As Tentações de Cristo* (1481 – 1482), afresco, 335cm×550cm, Capela Sistina.



Disponível em <https://www.wga.hu/frames-e.html?/html/b/botticelli/4sistina/temptati/index.html>. Acesso em 02 ago. 2019.

⁰⁵ [...] E todos vocês revistam-se de humildade no relacionamento mútuo, porque Deus resiste aos soberbos, mas dá a graça aos humildes. ⁰⁶ Abaixem-se diante da poderosa mão de Deus, a fim de que no momento certo ele os levante. ⁰⁷ Coloquem nas mãos de Deus qualquer preocupação, pois é ele quem cuida de vocês. ⁰⁸ Sejam sóbrios e fiquem de prontidão! Pois o diabo, que é inimigo de vocês, os rodeia como um leão que ruge, procurando a quem devorar. (1 Pedro 05:05,08)

Logo, Pedro insiste que é necessário resistir às tentações e provocações de Satanás. Além do mais, Deus protege os humildes e castiga os orgulhosos, ademais tomamos como exemplo a punição dada por Deus ao Diabo, que caiu pela sua soberba. De maneira que, Satanás emula novamente essa característica durante a terceira tentação, no momento que pede que Jesus o adore. Desse modo, as pessoas que frequentavam a capela e observavam esse afresco pintado por Botticelli podiam perceber outras mensagens, para além da representação de um rito do Antigo Testamento e as tentações sofridas por Jesus. Uma vez que, a mensagem transmitida pelas duas passagens

bíblicas é de obediência Lei e à Deus, assim, o mesmo deveria se aplicar a figura do papa, representante de Deus entre as mulheres e os homens. Logo, mesmo que Ele tenha sido tentado por forças malignas se manteve justo e fiel a vontade de seu Pai, da mesma maneira que o pontífice deveria tentar ser. Assim, mesmo sofrendo com os ataques de poderes seculares, Sisto IV se esforçou para que suas ações fossem cumpridas, tanto na política interna quanto na externa.

CONCLUSÃO

Pietro Perugino representa no afresco passagens do Novo Testamento que reforçam a autoridade e o direito dos sucessores de Pedro. Pois, esses carregam os dois gládios, o espiritual e o temporal, de modo que o papa exerce o primeiro diretamente e o segundo por meio dos imperadores. Todavia, desde o século XIII alguns pontífices buscaram subordinar o poder temporal ao poder espiritual, uma vez que no princípio os dois estavam sobre a tutela do vigário. Assim, Sisto IV se apropria do discurso dos dois poderes para atuar nos assuntos seculares, mesmo que sua autoridade seja questionada pelos imperadores, da mesma maneira que aconteceu com Jesus.

Botticelli cria um programa iconográfico com passagens do Antigo e do Novo Testamento, ilustrando um rito de purificação no primeiro e no segundo plano, relegando ao terceiro plano as tentações sofridas por Cristo. Todavia, ambas evocam o cumprimento da Lei e a vontade de Deus, pois, a cerimônia cura a pessoa da enfermidade, dando ao ex-leproso a chance de viver entre os seus. E as tentações sofridas pelo Filho de Deus mostram que os que se mantêm justos e resistem à satisfação imediata são virtuosos. Dessa maneira, Sisto IV financia um arranjo iconográfico que busca transmitir aos observadores a mensagem de obediência a Deus e ao seu projeto de Salvação. Isso se estende às suas ações como vigário, pois suas realizações devem ser obedecidas para que cada um garanta a salvação depois do Juízo Final.

FONTES

Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. Português. 37ª ed (fevereiro de 2000). São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e PAULUS, 2000.

Pietro Perugino (1450 – 1523), *Jesus entregando as chaves a Pedro* (1481 – 1482), afresco, 335cm × 550cm, Capela Sistina, Cidade do Vaticano.

Sandro Botticelli (1445 – 1510), *A Tentação de Cristo* (1481 – 1482), afresco, 345cm × 555cm, Capela Sistina, Cidade do Vaticano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia – A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHASTEL, André. **A Arte Italiana**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1991.

DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores: história dos papas**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

GOMBRICH, E. H.. **A História da Arte**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HAUSER, Arnold. **História Social da Literatura e da Arte**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

O'MALLEY, John W.. **A history of the popes: from Peter to the present**. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2011.

PANOFSKY, Erwin. **Estudos de Iconografia**. 2 ed. Lisboa: Estampa, 1995.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo. Perspectiva, 1991.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ST 24
ENTRE A CURVA E O CASO:
VELHOS E NOVOS DESAFIOS PARA
A HISTÓRIA DA FAMÍLIA
NA AMÉRICA LATINA

COORDENAÇÃO

ANA SILVIA VOLP SCOTT (UNICAMP)

RAQUEL POLLERO BEHEREGARAY (UDELAR)

CASAIS DE EL REY E SEUS TRAMADOS: FAMÍLIA, COMPADRIO E ACESSO A TERRA NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (VIAMÃO, 1747-1772)

ISRAEL DA SILVA AQUINO
MESTRE EM HISTÓRIA – UFRGS
ISRAEL.AQUINO@UFRGS.BR

RESUMO

Este estudo é fruto de uma dissertação de mestrado em História recentemente defendida, onde discutimos a formação de redes sociais a partir do compadrio, buscando investigar sua utilização estratégica por famílias viamonenses em meados do século XVIII. Para este trabalho, estabelecemos como recorte um estudo de caso de uma família de origem açoriana, formada pelas irmãs Luzia Inácia e Maria Jacinta de Jesus, seus pais e seus respectivos cônjuges, todos casais mobilizados pelo Édito Real de 1747, que promoveu a transferência de expressivo contingente das Ilhas atlânticas com destino, entre outros, às longínquas terras do Continente de São Pedro do Rio Grande, extremo meridional do império luso de então. A partir da análise das relações que esta família logrou estabelecer junto a parceiros potentados em terras brasílicas, investigamos aspectos relacionados à sua aparente ascensão social nestas novas paragens, onde lograram obter acesso, em um curto espaço de tempo, a melhores oportunidades de trabalho e a propriedade da terra, sorte muito diversa daquela obtida por diversos de seus companheiros de viagem. Nossa fonte preferencial foram os registros de batismo da freguesia de Viamão, onde foi possível identificar os laços de compadrio construídos por esse grupo familiar. A análise dessas relações parece indicar que o parentesco ritual pode ter contribuído para certa ascensão socioeconômica no seio daquela sociedade de Antigo Regime, conforme buscamos demonstrar.

Palavras-chave: Compadrio; Mobilidade Social; Relações de Interdependência.

INTRODUÇÃO

A contribuição das ‘gentes das ilhas’ para o povoamento dos domínios lusos do lado de cá do Atlântico é um fenômeno extensamente estudado. E embora a migração dos casais dos Açores não tenha ficado restrita aos territórios do extremo sul da América Lusa, podemos dizer que sua contribuição para o crescimento demográfico desta região foi significativa. Segundo Comissoli, a migração açoriana para o território dos Campos de Viamão insere-se “*no panorama de disputa do espaço platino entre as Coroas espanhola e portuguesa*” ao mesmo tempo em que contribui para a “*construção da sociedade rio-grandense, visto que um contingente populacional tão grande causou forte impacto sobre a mesma, alterando sua composição*” (COMISSOLI, 2009, p. 74-75).

A migração de contingentes tão expressivos esteve intimamente ligada às políticas de colonização promovidas pela Coroa Lusa. No período compreendido entre 1746 e 1756, as autoridades portuguesas organizaram um vasto processo de emigração de casais açorianos, o qual acabou servindo de modelo para projetos posteriores, em menor escala. Um decreto real de 31 de agosto de 1746 autorizava a partida de 4000 casais dos arquipélagos dos Açores e Madeira. No ano seguinte, um Édito Real regulamentava o recrutamento e deslocamento desses casais, os quais, ao chegar em solo americano, deveriam receber datas de terras, além de insumos, provisões e instrumentos agrícolas, entre outras mercês. Além disso, os homens estariam dispensados do alistamento militar (SOUZA, 2014; SCOTT e BERUTE, 2014).

Tal iniciativa levou ao deslocamento de milhares de ilhéus em direção aos domínios lusitanos mais ocidentais. Segundo Souza (2014, p. 88) de 2000 a 2500 indivíduos adultos de origem açoriana adentraram o Continente apenas nesta primeira década, através do porto de Rio Grande. Considerando o contexto da demarcação de limites concernentes à celebração do Tratado de Limites (ou Tratado de Madrid), assinado em 1750, o destino destas famílias deveria ser a região das missões, cedida aos domínios portugueses em troca da entrega da Colônia de Sacramento. O projeto da Coroa, levado a cabo pelo governador Gomes Freire de Andrade, seria de garantir a posse do território

através da formação de novos núcleos populacionais baseados na pequena propriedade rural (COMISSOLI, 2009, p. 74).

Como hoje sabemos, esse projeto foi em parte frustrado pela resistência oferecida pelas populações indígenas aldeadas na região das missões, nos eventos que ficaram conhecidos como Guerras Guaraníticas. Impossibilitados de seguir para a região onde deveriam ser assentados, os colonos açorianos viram igualmente frustradas suas expectativas de recebimento de terras e mercês, pelo menos até os anos de 1770. Assim, essas famílias se viram, em boa medida, abandonadas à própria sorte, e acabaram por se espalhar por várias localidades do Continente. A freguesia de Viamão foi um dos locais que recebeu essas gentes, além de outras localidades como Santo Amaro, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo.

OS CASAIS AÇORIANOS NOS REGISTROS DE BATISMO DE VIAMÃO

Para a população de origem insular, o cuidado dos párocos ao indicar a procedência dos participantes nos registros de batismo permitiu-nos identificar sua presença nas cerimônias de batismo, pelo menos para os registros onde os pais tinham origem nas ilhas. Foi bem mais raro que os registros indicassem a procedência dos padrinhos e madrinhas, de modo que precisamos recorrer ao cruzamento onomástico. O trabalho foi mais fácil quando os agentes ocupavam, em momentos distintos, diferentes papéis na relação (ora como pais, ora como padrinhos). Por outro lado, a identificação foi mais difícil quando o nome não era referenciado outras vezes, ou ainda quando nos deparamos com os inúmeros homônimos que pareciam conviver em Viamão: foram muitas ‘Maria da Rosa’ e ‘Teresa de Jesus’, tornando difícil saber, por vezes, se era ou não a mesma pessoa¹.

Considerando apenas os ‘casais de número’, foi possível apurar sua participação em pelo menos 82 registros de batismos no período analisado. Quando consideramos todos os registros onde migrantes de origem

.....
1 Nestes casos, consideramos como sendo a mesma pessoa apenas os casos em que o cruzamento onomástico nos permitiu tal afirmação, recorrendo para tal aos registros de batismo, casamento e aos róis de confessados.

açoriana tiveram participação, esse número passa para 401 registros, ou 29% do total de quase 1400 batismos realizados na freguesia. Portanto, é possível perceber que esse contingente formava parte expressiva da população local. Embora essa participação esteja bem distribuída ao longo de 25 anos, é possível identificar uma elevação no número de nascimento ligada a alguns marcos temporais: em especial, temos os anos iniciais da década de 1750, momento em que os primeiros casais mobilizados pelo Édito Real de 1747 estavam chegando; e, com menor intensidade, logo após a invasão da vila de Rio Grande, em 1763. Também é importante ressaltar que, a despeito do expressivo número de migrantes que se estabeleceram no ‘Porto dos Casais’ em meados do século XVIII, tivemos também um número razoável de famílias que seguiram para a freguesia de Santo Antônio – que logo seria desmembrada da sede de Viamão, em 1763 -, bem como para a Fortaleza do Rio Pardo e outras localidades, o que pode ter contribuído para a diminuição dos registros que mencionam os casais nos anos seguintes.

Convém lembrar que esta população ‘açoriana’ não partilhava de uma condição socioeconômica comum; as famílias migrantes, de modo geral, gozavam de condições sociais distintas, sendo que algumas delas chegaram ao Rio Grande já como portadoras de prestígio que as distinguiu, enquanto outras possuíam condições mais humildes. Deste modo, para os objetivos a que nos propomos no presente trabalho, serão considerados, especificamente, aqueles casais conhecidos como ‘casais de número’, ou seja, famílias mobilizadas pelo Edital de 1747 que migraram com o objetivo de ter acesso a terras neste Continente e que, conforme aponta Comissoli, eram referidas nos documentos da época pela situação de intensa pobreza.

(...) são recorrentes as menções à pobreza dos casais açorianos. São comuns os pedidos de açorianos para dispensa do pagamento das habilitações matrimoniais devido a esta condição por parte dos contraentes. A penúria parece ter sido um dos elementos comuns a grande parte do contingente migrante, especialmente nos primeiros dez anos após sua chegada. Podemos, então, concluir que a migração açoriana e o não cumprimento das promessas do edital de 1747 lançaram aos Campos de Viamão um grande contingente de indivíduos pobres e desprovidos da propriedade fundiária. (COMISSOLI, 2009, p. 81)

Importa ressaltar, portanto, que esse grupo não se configurava enquanto uma massa social homogênea, pois era atravessado pelas distinções sociais presentes naquela sociedade. Conforme Hameister (2005), o próprio termo ‘açoriano’ precisa ser utilizado com cuidado, pois pode dar uma ideia equivocada de uma identidade que não existia, gerando anacronismo. As hierarquias costumeiras que ordenavam àquelas sociedades de Antigo Regime não apenas estavam presentes nestas paragens, como muitas vezes precediam a chegada destes migrantes, acompanhando-os desde sua origem. Deste modo, uma ‘Teresa de Jesus’ semianônima, quase indistinta entre tantas homônimas, diferenciava-se qualitativamente de Dona Rosa Leonarda, esposa de Dom Agostinho Castelo Branco, assim como um ‘José da Silva’ qualquer não se equiparava, nos termos daquela sociedade, a um Francisco Pires Casado, portador da patente de capitão e dono de terras, escravos e rebanhos no Continente.

Um termo que pode ajudar a pensar essa estrutura social é a expressão ‘Casais de El Rei’ (e seus correlatos, como ‘Casais das Ilhas’ e outros), que é utilizada frequentemente para fazer referência às famílias mobilizadas pelo Edital anteriormente mencionado, ou seja, famílias que vieram para povoar o sul da América Portuguesa com a promessa da concessão de um lote de terras para cultivo e que, portanto, eram presumivelmente empobrecidas. Esse termo foi mais frequentemente utilizado para designar pais do que padrinhos (e, ainda mais raramente, avós) e representou a minoria dos assentos com participação açoriana:

Tabela 1 – Distribuição dos batismos de acordo com a designação que aparece nos registros

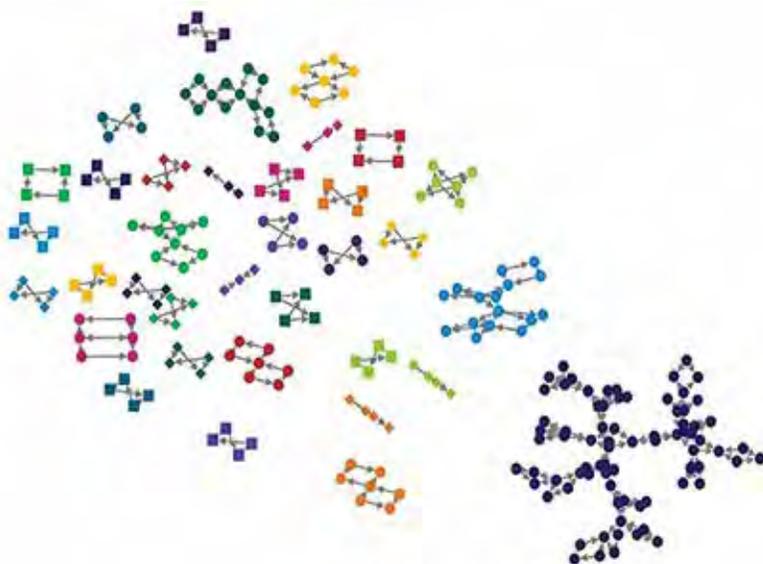
Registros que citam os ‘Casais de El Rei’	81
Registros que mencionam apenas a procedência açoriana	320
Total de registros	401

Fonte: AHCMPA – Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Ao menos quando considerados os registros de batismo do início da formação da freguesia, portanto, têm-se a impressão de que as famílias que

chegaram a Viamão em decorrência do Edital eram minoria em relação ao contingente total de açorianos residentes ali – embora seja importante destacar que essa condição possa ter sido omitida. A intenção aqui, vale dizer, não é afirmar uma confiança cega nas fontes, mas avaliar o quanto podem ser úteis para fins de análise essas categorias presentes nos batismos. Dito isto, apresentamos a rede de relações construídas a partir da seleção destes 81 registros. Retomamos a discussão a seguir.

Grafo 1 – *Redes de compadrio dos ‘Casais das Ilhas’²*



Fonte: AHCMPA – Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

É possível notar uma dispersão das relações, com vários componentes que reúnem poucos agentes em vínculos que não se repetem. A ‘rede’, de modo geral, se mostra pouca densa, com apenas um componente que é um pouco mais expressivo em relação aos demais. Não é possível, por exemplo, identificar padrinhos preferenciais nessa rede.

.....
2 Para a elaboração dos componentes visuais deste trabalho, utilizamos o software de Análise de Redes NodeXL.

De modo geral, a fragmentação dessas relações impõe um desafio para a análise que se pretende aqui. Considerando que partimos da análise de apenas um tipo de relação – o compadrio – não nos parece seguro apontar essa fragmentação das relações como algo dado, como um fato *a priori*; parece-nos mais prudente pensar que outras formas de sociabilidade, que fogem ao escopo de nossas fontes, poderiam articular essas gentes. Sabemos, por exemplo, que muitos deles foram moradores e vizinhos no ‘Porto dos Casais’. Outros tantos compartilharam uma viagem através do Atlântico, ou se mobilizaram em prol do atendimento de suas demandas por terras e mercês nos anos seguintes. Portanto, faz-se necessário estabelecer algum tipo de recorte que nos permita problematizar as relações dessas gentes.

Para realizar esta escolha, partimos de dois critérios. Primeiro, consideramos a discussão proposta por Hameister a respeito da construção de uma identidade açoriana e as categorias encontradas nas fontes. A partir daí, levamos em conta famílias cujos indivíduos apresentaram relações individuais mais destacadas. Essa escolha nos permitiu chegar a uma rede que entendemos mais representativa, posto que agrega um número maior de relações e nos permite uma visão mais ampla das relações construídas pelos agentes que a compunham³.

FAMÍLIA E COMPADRIO NOS CAMPOS DE VIAMÃO

A partir dos critérios delineados acima, selecionamos dois casais que são mencionados como ‘casais de El Rey’, e que aparecem batizando 16 filhos no período estudado. Os casais selecionados pertenciam a uma mesma família, formada pelas irmãs Luzia Inácia e Maria Jacinta de Jesus. Seus cônjuges, respectivamente, eram André de Souza Machado e Luís da Silva Ferreira.

A partida, encontramos um caso singular: nos registros, Luís da Silva Ferreira e sua esposa Maria Jacinta são apontados como “*casal de El Rey mandados para as Missões*”. Contudo, o batismo de seu filho José, em abril

.....
3 Consideramos contraproducente analisar individualmente as relações de casais que batizaram apenas um filho no período, por exemplo, até porque não teríamos como estender essa análise às mais de 40 famílias nessa condição.

de 1754, aponta também o fato de Luís ser natural da freguesia de São João do Rio das Mortes, bispado de Mariana, Minas Gerais. Este casal ilustra um fato identificado por autores como Hameister, Scott e Berute: casar-se com uma moça açoriana poderia resultar numa oportunidade de obtenção de terras junto à Coroa, dentro das normas estabelecidas pelo Edital de 1747, de modo que este expediente permitiu que pessoas que nunca tinham colocado os pés no Arquipélago alcançassem, através do matrimônio, o *status* de ‘gente das ilhas’ (HAMEISTER, 2005, p. 57; SCOTT e BERUTE, 2014, p. 120). No caso de Luís, foi possível, através do matrimônio, adquirir esse *‘status’*, integrar-se a uma identidade em construção e, de quebra, pleitear o direito às terras que o Edital dos Casais prometia – embora nunca tenha conhecido os Açores, até onde nos é possível saber. Assim, como já mencionado por outros autores, a expectativa da concessão de terras ou mercês poderia ensejar a mobilização destas gentes, contribuindo para o surgimento de um “mercado de casamentos” onde a origem nas Ilhas poderia se constituir em um “capital simbólico” muito valorizado (SCOTT e BERUTE, 2014, p. 120; PASSOS, 2018, p. 30).

Além do casamento, outra forma de relacionamento que engajou aquelas gentes foi o parentesco ritual. A partir dos registros batismais dos três primeiros livros da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vião, nos foi possível recuperar as relações de parentesco fictício constituídas por aquela família. Conforme é possível perceber, estas seguiram um padrão diversificado, agregando diferentes estratos sociais:

Tabela 2 – Compadres dos ‘Casais das Ilhas’

Data	Nome da criança	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
14/04/1754	José	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Manoel Pereira Dantas	Luzia Inácia
13/07/1756	Joana	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Sebastião Francisco Chaves	n.d.

30/03/1758	Antônio	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Antônio José Viegas	Luzia Inácia
07/03/1759	Joaquina	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Antônio José Viegas	n.d.
30/11/1760	José	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Pedro Lopes Soares	Maria Teresa de Jesus
05/03/1763	Ana	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Domingos Simões Marques	Genoveva Viegas de Magalhães
14/08/1765	Isabel	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Luis da Silva Teixeira	Bernarda da Rosa
11/05/1767	Teresa	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	André Machado Soares	Catarina Machada
06/06/1769	Francisco	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	José da Silveira Peixoto	Ana Maria
20/09/1771	Antônio	Luis da Silva Ferreira	Maria Jacinta	Serafim da Costa Santos	Joana Maria de Jesus
18/04/1757	João	André Machado de Souza	Luzia Inácia	José Carlos da Silva	Joana de Jesus
28/09/1759	Perpétua	André Machado de Souza	Luzia Inácia	José Cardoso	Rosa Joaquina
17/08/1762	José Laureano	André Machado de Souza	Luzia Inácia	José Freire de Andrada	(Maria ou Teresa) Joaquina
07/06/1766	Maria	André Machado de Souza	Luzia Inácia	Manoel Rodrigues Braga	Maria Justa Soares
28/11/1768	Ana	André Machado de Souza	Luzia Inácia	Antônio José da Silva Braga	Inácia Xavier
10/06/1771	Felícia	André Machado de Souza	Luzia Inácia	Antônio José da Silva Braga (ou Brum)	Inácia Xavier
05/01/1772	André	Francisco Fernandes Maia	Inácia Maria	André Machado de Souza	Luzia Inácia

Fonte: AHCMPA – Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

A tabela acima mostra como esses casais tiveram acesso a compadres portadores de qualidades distintas naquela sociedade. Vários desses compadres, aliás, colecionaram um número elevado de afilhados na região, ou aparecem citados como portadores de patentes, proprietários de escravos, comerciantes, vereadores, etc. Alguns nomes que aparecem na tabela acima já são conhecidos da historiografia que investigou os estratos abastados na formação de Viamão, tais como Antônio José Viegas, Sebastião Francisco Chaves e Pedro Lopes Soares; voltaremos a esse dado a seguir. Por outro lado, o posto de madrinha parece ter exercido função distinta nestas relações, sendo prioritariamente ocupado por mulheres da família (embora nem sempre), reforçando assim relações preexistentes, ou permanecendo vago, especialmente no caso dos filhos de Luís e Maria Jacinta.

A inserção destes casais em relações que contemplavam setores da elite local contrasta, por outro lado, com a situação das demais famílias que compartilhavam do status de “casais de Sua Majestade”. Conforme identificado por Daniel Passos, o número de casais que compartilhava relações de compadrio com membros da elite da freguesia, na primeira década após sua chegada a Viamão, girava em torno de 15% (PASSOS, 2018, p. 40), número similar ao que encontramos para a década seguinte. Por sua vez, os registros onde foi possível identificar uma tendência à endogamia, ou seja, onde tanto pais quanto padrinhos eram identificados como sendo dos casais de número, ficou em torno de 20%, além de um número bem maior de registros onde os padrinhos possuíam nomes comuns, indistintos entre seus contemporâneos, sem nenhuma menção a título, cargos ou origem. Portanto, se existia a possibilidade de alianças ‘pra cima’, para usar a expressão cunhada por Silvia Brugger (2007), estas não estavam disponíveis a todos – ou talvez não fossem de interesse de todos.

Alexandra Alvim, ao analisar as relações de compadrio de família de origem açoriana na região de Santo Amaro, também no Continente de São Pedro, em período similar ao nosso, identifica situação diversa. Para os casais de número, tais como os que analisamos aqui, Alvim constata uma preferência pela construção de relações com famílias de elite e autoridades civis

ou militares da região, correspondendo estas relações a 47,1% dos registros de batismo daquele local, quase a metade dos registros analisados. Por lá, tal como em Viamão, destacaram-se como ‘campeãs de batismos’ famílias tradicionais como os Pinto Bandeira e os Ornellas de Menezes. Já as relações *inter pares* apareciam em número menor do que o primeiro caso, mas também maior do que em Viamão⁴: em 35,5% dos batismos os casais de Santo Amaro compadraram-se com seus iguais (ALVIM, 2012, p. 43).

Por sua vez, Martha Hameister, ao analisar estratégias de inserção social de famílias açorianas na vila de Rio Grande no período entre 1738 e 1763⁵, identifica um duplo padrão na construção das relações de compadrio destas gentes, que variava entre o fortalecimento de relacionamentos internos à família e uma abertura a outros grupos e estratos sociais presentes naquela comunidade, com destaque para a busca por padrinhos de condição social e econômica superior (HAMEISTER, 2003). Neste contexto, a autora destaca a presença de ‘madrinhas preferenciais’, mulheres que acumularam grande número de afilhados entre as famílias daquela comunidade, e que por sua vez eram vinculadas a famílias proeminentes daquela localidade, em sua maioria originárias da Colônia de Sacramento e com sesmarias na região. Essa relação é inversa à que encontramos para o caso em análise, onde coube às mulheres, como indicado acima, o reforço das relações intrafamiliares.

COMPADRIO COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE SOCIAL E ACESSO À TERRA

Se certas oportunidades não estavam disponíveis a todos, a consumação de certas alianças através do compadrio pode ao menos ser uma sugestão de sua importância. Para refletir sobre isso, pode ser interessante tomar o exemplo do segundo casal selecionado em nosso estudo. André Machado de Souza e Luzia Inácia são citados como casal “*que vieram para as Missões*”

.....
4 Se bem que devemos considerar que em muitos casos, nos registros de Viamão, não foi possível identificar a origem dos padrinhos.

5 Note-se que, pelo recorte deste estudo, a autora trabalha com famílias de origem açoriana que extrapolam o critério dos ‘casais de número’.

no batismo de seu filho João, realizado no outono de 1757. Nesta ocasião, se compadraram com o padre José Carlos da Silva e com uma tal Joana de Jesus. Nos quinze anos seguintes, esse casal batizou outros cinco filhos, além de ser convidado em uma oportunidade para batizar o filho de um casal de origem incerta (aparentemente portugueses continentais). O infante receberia o mesmo nome do padrinho, André, provavelmente como forma de estreitar o vínculo entre as famílias. Através destes registros descobrimos ainda que ambos, André e Luzia, eram naturais da Ilha Terceira, embora tenham contraído núpcias apenas em 1755, quando já estavam no Continente.

A trajetória desse casal já despertou o interesse de outros pesquisadores, em muito devido ao sucesso obtido nos anos seguintes à sua chegada nestas terras, distintamente de alguns de seus conterrâneos. Adriano Comissoli nos dá o resumo de seus feitos:

A habilitação matrimonial deste açoriano [André] natural da Ilha Terceira diz que o mesmo veio para o Rio Grande de São Pedro de modo pouco ortodoxo. O documento de 1755 diz ter vindo rapaz para esta América onde tem vivido três para quatro anos, após alistar-se entre os casais por seus pais serem falecidos, ou seja, ele não era nem filho de casal, nem casal per se, visto ser solteiro. Uma testemunha afirma que ao deixar as Ilhas, André o teria acompanhado, supomos que como agregado, já que a testemunha era casada e não ressalta parentesco. Não sabemos em que momento após sua chegada André conheceu a contraente, Luzia Inácia, mas o fato é que ambos foram viver de portas adentro sem o consenso da Igreja. Não fosse o suficiente, os dois eram parentes em terceiro grau, o que ampliou a infâmia grave em que viviam (...). Resolveram corrigir sua situação, mas encontraram nas taxas eclesiásticas um obstáculo, pois ambos eram pobres e, segundo as testemunhas, foi isso que os fizera abandonar a terra natal. André e Luzia pediram dispensa ao pároco pelo parentesco e pobreza, no que foram atendidos (...).

Deste episódio da vida de André destacamos o seguinte: o rapaz era pobre. Assim como Luzia também afirma ser e podemos imaginar que seus pais, com os quais havia vindo para Viamão, não eram pessoas de recursos, visto que deixaram o arquipélago devido a sua pobreza. (...)

Até aqui, entretanto, nada explica como André, trinta anos após se declarar pobre, possuía meio rincão com 100 reses, 4 bois, 5 cavalos, 20 éguas e 7 potros. Quando e como ele obtivera dinheiro para efetuar a compra desta terra? (...) André Machado comprara metade do rincão de Antônio José Viegas em 1765, sendo que a outra metade é comprada pelo sogro de André, Antônio da Rocha Mendes, em algo próximo a uma sociedade. Infelizmente, não conseguimos descobrir quais os meios utilizados

por André ou por seu sogro para sanar sua pobreza, contudo, foram suficientes para realizar uma considerável acumulação. Permitiram aos dois chefes de família reunir dinheiro para investir em terras passados pouco mais de dez anos após sua chegada à freguesia, enquanto a maioria dos açorianos teria de esperar até a década de 1770 para receber datas. (COMISSOLI, 2009, p. 88-89).

A questão que inquieta Comissoli é como esses açorianos, pobres até onde se sabe, conseguiram acumular pecúlio para adquirir terras de um dos grandes potentados da freguesia, e ainda povoá-las com reses, bois, cavalos, éguas e potros. É uma excelente questão, diga-se. Nossa questão, por outro lado, é se podemos encontrar no compadrio alguma pista que esclareça o caso. Para isso, precisamos atentar para as relações de parentesco ritual estabelecidas por estas gentes, que são listadas na Tabela 2, apresentada na seção anterior.

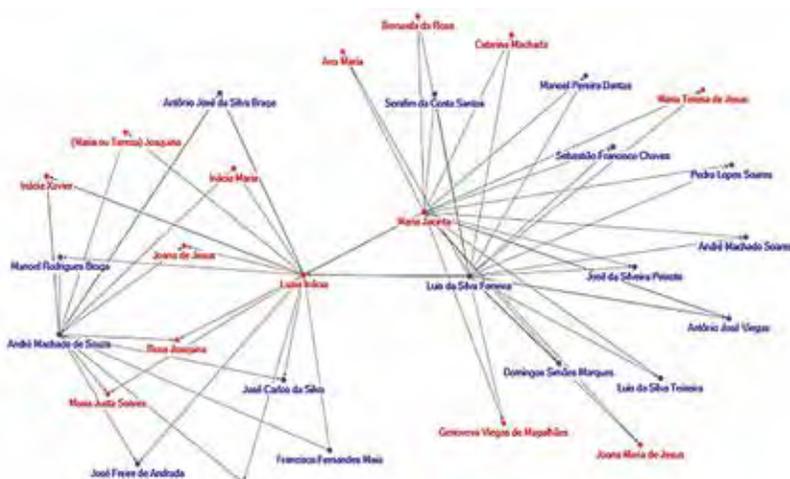
André Machado de Souza constituiu relações variadas nos batizados de seus filhos. Entre madrinhas semianônimas, destaca-se o nome de Maria Justa Soares, mulher de distinção naquela comunidade, esposa do reinol Manoel Rodrigues Braga, que também batiza um de seus filhos. Entre seus compadres, temos o já citado padre José Carlos da Silva, proprietário de terras e escravos em Viamão, e dois Antônio José que desconfiamos ser a mesma pessoa, o alferes Antônio José da Silva Braga (mas cujo sobrenome possui grafias distintas nos registros). Mas o nome que mais se destaca nesta tabela é o do Capitão de Dragões José Freire de Andrada, ninguém menos que o irmão do governador geral Gomes Freire, que no inverno de 1762 batiza o terceiro filho de André Machado de Souza, um menino chamado José Laureano. Andrada batizou outras cinco crianças em Viamão, apenas.

Por outro lado, se voltarmos a tabela e observarmos a lista de compadres de Luís da Silva Ferreira, podemos encontrar outros potentados da região. Para refrescar a memória, Luís Ferreira foi um homem natural das Minas Gerais que se casou com uma mulher das Ilhas, Maria Jacinta de Jesus, e através desta união logrou ser alçado ao status de “gente das ilhas”. Esse mesmo Luís, como já apontado, era concunhado de André Machado de Souza, pois Luzia Inácia e Maria Jacinta eram irmãs. E quem encontramos entre os compadres deste Luís Ferreira (em duas ocasiões, aliás)?

O sesmeiro Antônio José Viegas, o mesmo de quem André Machado e o sogro compraram o rincão de terras que Comissoli menciona.

Para tentar visualizar com mais clareza o conjunto das relações de compadrio contraídas por esta família, apresentamos abaixo a representação desta rede de compadres:

Grafo 2 – Egonets de André Machado e Luís Ferreira



Fonte: AHCMPA – Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Conforme apontado, as relações constituídas por estes casais foram variadas, embora seja possível notar que estiveram restritas a pessoas brancas e livres, com uma tendência à procura por padrinhos de maior distinção social. Vale dizer que os dois casais coabitaram o mesmo fogo, pelo menos até 1758, conforme demonstra o rol daquele ano, quando a família aparece arrolada na “Borda do Rio dos Sinos”. Após, conforme demonstra Comissoli, a família se separa, mas volta a se reunir no negócio com Antônio Viegas, em 1765 (COMISSOLI, 2009, p. 90). Poderíamos, assim, supor que as relações de compadrio dessa família contribuíram para a melhoria de suas condições econômicas? As fontes não nos permitem afirmar isso com certeza, mas considerando as relações identificadas,

talvez esta seja uma possibilidade. Vale lembrar que Luís da Silva Ferreira e Antônio José Viegas compadram-se pela primeira vez em 1758, sete anos antes da compra do rincão. Essa relação, por sua vez, foi reforçada em 1759, com o batismo de mais uma criança. Portanto, estas famílias já tinham laços, e o auxílio de um ou outro dos “bons compadres” de Luís ou Antônio também pode ter ajudado.

Para pensar essas possibilidades, podemos lembrar um clássico estudo da micro-história que se dedicou ao estudo do acesso à terra no contexto do Antigo Regime europeu. Ao estudar uma pequena comunidade camponesa do Piemonte italiano, Giovanni Levi constatou que o mercado local de terras era fortemente influenciado pela condição social de compradores e vendedores e, especialmente, pelos vínculos parentais entre as famílias camponesas da região. Em seu estudo, Levi buscou demonstrar que o poder sobre a terra, naquela localidade, operava dentro de uma lógica familiar, de modo que as redes de parentela poderiam servir para operar certas estratégias de posse, facilitando em certos casos o acesso a este bem. Assim, conforme o autor, o mercado de terras se estruturou “*segundo as condições da situação social concreta*” (LEVI, 2000, p. 148), evidenciando o papel dos diferentes graus de contato entre os contratantes sobre o nível dos preços e a natureza daquelas transações.

Desta forma, Levi afirma que o mercado de terras de Santena se organizava segundo regras de contratação pessoal entre comprador e vendedor e o contexto socioeconômico local, muito mais do que seguindo uma lógica de “mercado”. Assim, uma vez que os aspectos dessas transações se estruturavam a partir das relações pessoais dos envolvidos, a relação entre os contratantes acabava por prevalecer, podendo o preço da terra variar enormemente a cada contrato, de acordo com a relação entre as partes envolvidas (Idem, p. 148-151).

(...) é em relação a propriedade da terra e a sua rápida circulação que aprendemos uma parte importante dos valores da comunidade, especialmente no que concerne às famílias dos camponeses mais pobres. (...) Dentro desses circuitos de pequenas parcelas de terra, a parentela, a vizinhança e a estraneidade dos contratantes tinham um papel determinante na definição do nível dos preços e na natureza da transação. (LEVI, 2000, p. 146-148)

Considerando as contribuições de Levi, e guardadas as diferenças entre o Piemonte seiscentista e os campos de Viamão no século XVIII (especialmente em relação ao tamanho das propriedades, posto que Levi trata de uma região de ocupação mais antiga e onde a terra era um bem mais escasso), podemos refletir sobre as pistas que essa abordagem pode fornecer para entender o caso de que nos ocupamos aqui. A própria sociedade sul-rio-grandense daquele período guardava semelhanças com a forma de organização social e econômica do Antigo Regime, sendo organizada por elementos de equidade e reciprocidade social, de modo que os vínculos pessoais poderiam ser fundamentais para determinar a “sorte” de indivíduos ou famílias inteiras. No caso de André Machado, o parentesco ritual estabelecido entre sua família e o proprietário das terras que seriam objeto de negociação futura pode ter se constituído, assim, como elemento facilitador dessa negociação, tendo o compadrio exercido papel similar ao que Levi identificou para o parentesco consanguíneo para àquela comunidade de camponeses do Piemonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquela deve ter sido uma época difícil para as gentes que vinham de além-mar para as terras do longínquo Continente de São Pedro, jogados à própria sorte em um ambiente rústico, bem dizer no meio de uma guerra. Mas, pelo menos em alguns casos, é possível que aqueles ilhéus possam ter se beneficiado de relações construídas através do parentesco ritual para minorar um pouco do seu sofrimento. Como vimos, pelo menos 15% dos casais lograram atar laços com gente da elite local, o que pode ter garantido alguma proteção, acesso a trabalho, um lugar pra se arrancar, ou talvez até possa ter contribuído para o acesso a tão sonhada terra, como no caso de André Machado de Souza e sua parentela.

Apesar de alegadamente empobrecida quando de sua chegada aos campos de Viamão, fato é que aquela família logrou construir boas alianças através dos batismos de seus filhos e, mais ainda, atingiu certa estabilidade econômica em meio às diversas incertezas que rondavam seus pares. Enquanto isso, diversas famílias de origens semelhantes sofreram a penúria daqueles

anos, perambulando de rincão em rincão, aguardando durante anos para ter acesso a um pedaço de chão, sem nem ao menos contar com um “bom padrinho” como proteção. Assim, o que percebemos nas relações destes migrantes é uma diversidade na construção de suas alianças, talvez fruto de uma entrada recente nas redes locais e do contexto incerto em que estavam inseridos. Articulado a outras estratégias, o compadrio pode ter contribuído para minorar um contexto de dificuldades para pelo menos algumas dessas famílias, enquanto outras ficaram à margem destas oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. **Traslado dos Róis de Confessados de Viamão**. Anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais** – Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 1º, 2º e 3º Livros de Batismo de Viamão. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em: 16/09/2019.

LIVROS, ARTIGOS, TESES E OUTRAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS

ALVIM, Alexandra Lis. **Das ilhas ao continente**: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registros batismais (1757-1774). Porto Alegre: UFRGS – Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso), 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/66954>>. Acesso em 16/09/2019.

BRUGGER, Silvia M. J. **Minas Patriarcal**: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). **AEDOS**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2009. p. 74-96. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10584/6225>>. Acesso em 16/09/2019.

HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica**, Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em: <<https://is.gd/U05Efe>>. Acesso em 16/09/2019.

HAMEISTER, Martha D. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005. p.53-101. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6369>>. Acesso em 16/09/2019.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PASSOS, Daniel Sabedot. **A gente das ilhas e seus compadres**: dinâmicas familiares de Antigo Regime na comunidade açoriana nos Campos de Viamão (1752-62). Porto Alegre: UFRGS – Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso), 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/174155>>. Acesso em 16/09/2019.

SCOTT, Ana Sílvia; BERUTE, Gabriel. “Gentes das ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; DE MATOS, Paulo Teodoro (Eds.). **Gentes das ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 105-146.

SOUZA, Paulo Silveira e. Os Açores e os movimentos migratórios para o Brasil, 1766-1834. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; DE MATOS, Paulo Teodoro (Eds.). **Gentes das ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 82-104.

AS FAMÍLIAS NEGRAS NOS CAMPOS DE LAGES/SC – 1871-1888¹

JASMINI LETÍCIA MAURER
MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL/
CHAPECÓ-BRASIL – BOLSISTA FAPESC/CAPES

RESUMO

O presente artigo é parte da pesquisa desenvolvida como monografia na Universidade Federal da Fronteira Sul. Para esta exposição, objetiva-se elucidar acerca da formação de famílias negras nos Campos de Lages (atuais municípios de Campos Novos, Curitibanos e Lages) que no período imperial formaram uma economia de subsistência pautada no minifúndio se utilizando de mão de obra escravizada. Como sujeitos centrais da pesquisa têm os ingênuos, as crianças nascidas de mãe escravizada após a promulgação da Lei nº 2.040 de 1871. A partir destes mapeou-se as famílias negras nesta localidade, desde a instituição da lei em 1871 até a abolição da escravidão em 1888. Para desenvolver a presente pesquisa aportou-se na História Social da escravidão, que busca colocar o sujeito como agente de sua história. Como fontes empregou-se os registros eclesiásticos da Igreja Católica, o Recenseamento de 1872, os escritos da Lei, todos disponíveis em forma eletrônica. Os resultados da pesquisa obtidos por meio das fontes indicam que os ingênuos formaram parte significativa desta sociedade escravista, formaram famílias negras. Ademais, verificamos a presença de “flores nas senzalas” e a configuração

.....
1 O todo desta pesquisa foi construída como monografia apresentada para a obtenção de grau em História e teve como orientadora a professora Dra. Renilda Vicenzi.

de uma sociedade complexa, com associações diversas que vislumbravam liberdade e a cidadania.

Palavras-chaves: Ingênuos; Lei do Ventre Livre; Campos de Lages.

Benedita e Joaquim, casados perante a Igreja, pertencentes a José Maria de Moura e Silva, deslocaram-se à paróquia da Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, no dia 17 de fevereiro de 1873 com seu filho Lorenço, nascido em ventre livre. Como padrinhos, apresentaram Justino e Cândida, também escravizados, sendo a última pertencente ao Capitão Bernardino Souza². No mesmo ano, em 15 de fevereiro, Rosária escravizada de Dona Gertudres Alves de Araújo, levou seu filho José à Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages para receber o primeiro sacramento, para apadrinhar o menino Rosária declarou o casal Manuel Francisco Fanja e Florisbela, ao que tudo consta livres³. Esses dois casos retratam a teia de relações existentes na sociedade escravista dos Campos de Lages, constituída por brancos, livres e escravos, de origem africana ou não. Sociedade heterogênea, exemplificada, pelas relações entre escravizados e os eleitos como padrinhos de seus filhos pessoas com posições sociais distintas e também iguais, indicando relações verticais e horizontais, criando assim famílias distintas.

À vista disso, o presente artigo busca elucidar alguns aspectos envolvidos na construção das relações de solidariedade e de famílias pelos escravizados no período que tange 1971 a 1888, nos Campos de Lages. Para isso, utiliza-se como sujeito central da pesquisa, os ingênuos, crianças nascidas

.....
2 Aos 17 de março de mil oitocentos e setenta e três anos nesta Matriz de Lages batizei e pus os santos óleos ao inocente Lorenço de cor preta nascido aos 16 de maio de mil oitocentos e setenta e dois, filho de Joaquim e sua mulher Benedita ambos de cor preta escravos de José Thomaz de Moura e Silva. Foram padrinhos Justino, escravo do mesmo e Candida escrava de Capitão Bernardino de Souza Machado ambos os padrinhos são solteiros, matriculados em 18 de agosto do ano passado. Cúria Diocesana de Lages. Assento de batismo de Lorenço, 1873. Livro nº 30, p. 5. Disponível em: familysearch.org.br.

3 Aos 15 de fevereiro de mil oitocentos e setenta e três na Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres na cidade de Lages, batizei e pus os santos óleos no inocente José de cor parda nascido em vinte de junho de mil oitocentos e setenta e dois, filho de Rozaria parda escrava de D. Gertrudes Maria de Araújo. Foram padrinhos Manoel Francisco de Souza e sua mulher Florisbela Antunes do Amaral. Todos desta paróquia de Lages. Lei 2040 de 28 de Set de 1871. Cúria Diocesana de Lages. Assento de batismo de José, 1873. Livro nº 30, p. 5. Disponível em: familysearch.org.br.

de mãe escravizadas após a promulgação da lei número 2.040, esta que foi responsável por criar uma nova categoria social, visto que os ingênuos não eram livres, nem cativos. Como fontes, empregou-se os documentos de ordem eclesiásticas (eventos vitais), para além, como fontes auxiliares os Relatórios do Presidente de Província, os escritos da lei nº 2040/1871 e o Recenseamento de 1872; os registros eclesiásticos nos proveram variáveis (nome, dados dos pais, cor, etc.) das quais identificam cada ingênuo. Os ingênuos são personagens detentores de uma condição ambígua, permeando em um “limbo social”⁴. Como expõe Moreira, às crianças ingênuas foram colocadas em um espaço de anonimato, com registros falhos realizados pelo órgão responsável, a Igreja Católica, a partir da década de 1880.

Assim sendo, considera-se pertinente a pesquisa, visto que a região Sul do Brasil tem sua História pautada no homem branco, nos imigrantes, *invisibilizando* as pessoas de origem africana. Deve-se considerar que um dos papéis do historiador é recuperar a História dos povos esquecidos e problematizar esta falta. Perante isso, reforço esta premissa, trazendo a importância do resgate do papel do negro nesta sociedade, problematizando-o na sociedade em questão e seu esquecimento, por meio da História Social da escravidão, partindo da figura dos ingênuos e suas redes de sociabilidade, nos Campos de Lages, em Santa Catarina. Para além, nota-se a existência de lacunas nos estudos feitos na região acerca da escravidão nos Campos de Lages, não havendo pesquisas relacionadas aos *ingênuos* e suas famílias.

Já os Campos de Lages, localizam-se no caminho das tropas, os Campos de Lages, mais especificamente a Vila de Lages tem a sua fundação 1771, foi formada por portugueses, paulistas e pessoas oriundas da província rio-grandense. Sendo assim, a economia estabeleceu-se em seus primórdios, como agropastoril, isto é, diversas fazendas de criação se fixaram na vila com

.....
4 Cardozo e Moreira (2015, p. 13) definem como um “limbo social”, pois os mesmos não eram considerados totalmente livres até a idade de 21 anos, surgindo assim uma nova figura social, o *ingênuo*, que possuía junto a si um “fio de esperança” à liberdade.

5 Termo empregado por Ilka Boaventura Leite. Para saber mais: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996.

o objetivo de criar animais para o comércio, estas fazendas utilizavam-se de mão-de-obra escravizada de origem africana ou de descendentes de africanos (VICENZI, 2015, p. 29). Por tratar-se de uma economia de subsistência em um espaço distante do litoral, houve a manutenção das estruturas escravistas com mobilidade social restrita, porém com relações horizontais e verticais estabelecidas entre as categorias sociais presentes na localidade, entre eles estavam os ingênuos que ocupavam espaço entre a liberdade e a escravização.

No que concerne às famílias escravas e posteriormente negras, Robert Slenes em sua obra clássica, *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX*, expõe que “Os ‘olhares brancos’ dos viajantes e dos brasileiros e portugueses bem-nascidos que escreveram sobre o assunto simplesmente não perceberam os ‘lares negros’, devido aos seus preconceitos raciais, culturais e ideológicos” (SLENES, 1998). A historiografia, por muito tempo, permaneceu míope ao lado humano dos sujeitos escravizados, perpassou-se por perspectivas anômicas, que explicitavam a não construção de laços entre o escravizados, em que os senhores com suas posturas benevolentes, possuíam a figura de “pais”⁶.

Olhar para as famílias negras foi um processo dentro da historiografia, passando por visões como a de Gilberto Freyre em que a uma divisão clara, entre famílias brancas, negras e de escravizados, sendo que, todas viviam harmoniosamente sob a tutela do senhor, como a figura de um pai (ROCHA, 1999, p.15). Posteriormente, na década de 1960, a família escrava passa a ser concebida pela Escola Paulista de Sociologia, que traz a concepção que o cativo não teria promovido à construção de famílias estáveis. Em grande parte pela desproporção de homens e mulheres, fator este que não foi encontrado nos Campos de Lages⁷, ou pelo não interesse dos senhores em relações estáveis entre os seus cativos. Para Rocha (1999, p. 21) os estudiosos da Escola Paulista de Sociologia ainda postulavam que os escravizados não eram capazes de constituir famílias estáveis, entretanto

.....
6 As obras em questão são: “A integração do negro na sociedade de classes” lançada em 1965 por Florestan Fernandes e “As religiões africanas no Brasil” de Roger Bastide, lançada em 1960.

7 De acordo com o censo de 1872 existia uma proporção entre homens e mulheres.

desenvolvem suas ideias em torno do sistema no qual os escravizados estavam inseridos, o escravista.

A ruptura de paradigmas acerca do escravo anômico sucede-se com as pesquisas realizadas por Eugene D. Genovese e Herbert G. Gutman⁸. Estes autores desenvolveram análises com o objetivo de resgatar o escravizado como sujeito ativo de sua história. Diante disso, percebe-se que o sistema escravista não propiciava a constituição de famílias, contudo, elas existiram e desempenharam um papel de suma importância nas vidas dos sujeitos escravizados, criando relações de solidariedade (ROCHA, 1999, p. 22; SLENES, 2011, p. 47). Ademais, a historiografia norte-americana relativa às famílias escravizadas atua na mudança de olhares da historiografia brasileira quanto à vida dos escravizados.

No que concerne o Brasil, as interpretações a respeito das famílias escravas começam a seguir outros caminhos distintos com a publicação das pesquisas realizadas por Kátia Mattoso, ainda na década de 1970. Estudos estes pautados na História Social, mesmo que não questiona-se os aspectos tradicionais que envolviam a história das famílias escravas. Já na década de 1980, inúmeros trabalhos despontaram com a temática, centrados principalmente na economia de *plantations* e nos grandes centros urbanos do Brasil. Pode-se citar Robert Slenes, Hebe Maria Mattos, Manolo Florentino, José Roberto Goés, Sidney Chalhoub, dentre outros⁹. Como fontes, estes pesquisadores empregavam fontes seriais, utilizando a demografia histórica.

Diante disso, Robert Slenes exprime em cima das dessemelhantes visões quanto as “famílias escravas” que permeou a historiografia brasileira, sendo assim, as famílias cativas:

.....
8 Eugene D. Genovese, *Roll, Jordan, Roll: The world the slaves made*, lançado em 1974 e reeditado no Brasil com o título “A terra prometida: o mundo que os escravos criaram” em 1998; Hebert G. Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom 1750-1925*, lançado em 1976.

9 Cabe citar como principais obras: Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, lançado em 1999 de Robert Slenes; *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*, lançada em 1997 de Manolo florentino e José Roberto Góes; *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, séc XIX)*, com primeira edição em 1995, de Hebe Mattos,; *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, de 1986 e *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* de 2012 de Sidney Chalhoub.

[...] no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrado em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantations do Sudeste, para a formação de uma identidade das senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos. (SLENES, 2011, p. 59).

Ademais, levando em consideração a existência de negros das mais diversas condições, Isabel Ferreira dos Reis¹⁰ amplia o conceito de “família escrava” para família negra, considerando necessário esse alargamento na definição em virtude da conjuntura emancipatória que vigorava no momento⁶¹. Para autora “se ampliou a interação entre indivíduos com estatutos jurídicos diferenciados, ligados por laços de família, parentesco, relacionamentos afetivos e comunitários, o que acabou por nos legar situações complexas e inusitadas” (REIS, 2007, p.18). Ponderando acerca do exposto, encontra-se sujeitos livres, libertos e escravos fazendo parte de uma mesma “família escrava”, com mais ênfase após a Lei 1871. A constituição de famílias negras após a Lei nº 2.040 nos Campos de Lages propicia a reflexão relativa a construção de laços dentro e fora do cativo, o estabelecimentos de laços sanguíneos e não sanguíneos.

Durante a pesquisa obtivemos acesso, aos registros confeccionados pela Igreja Católica na região, que estão disponíveis na página eletrônica *familysearch.org*. Encontrou-se sete livros com registros de batismo de ingênuos na Paróquia N^a S^a dos Prazeres de Lages, outros três livros da Paróquia de S^o J^o dos Campos Novos e dois livros com registros da Paróquia de N^a S^a da Conceição de Coritibanos, totalizando 756 assentos¹¹, entre os anos de 1871 a 1888.

Aos oito de novembro de 1871, na Matriz de Lages foi batizada a inocente Eulália, nascida em outubro no mesmo ano, parda, filha de Albina escrava de José Antônio. Eulália foi à primeira criança registrada no livro

.....
10 Para saber mais: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A Família Negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. 2007. 300 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

11 Excluímos os registros que não apresentavam o ano de batismo, que foi somente um.

que fora destinado especificamente para os *ingênuos* na paróquia de Lages. Como forma de enfatizar, o vigário Antônio de Carvalho, nas últimas linhas do registro, escreve o seguinte trecho: “*criança foi batizada livre por ter nascido depois da lei número dois mil e quarenta de vinte oito de setembro deste ano*”. Nos dezessete anos de vigência da Lei 2040, foram localizados 756 assentos de batismos em que as crianças são ingênuas, verificou-se a presença de famílias negras. Contudo, deve-se ponderar que as crianças eram batizadas para o cumprimento da lei, além de ser uma norma social daquelas localidades em sua maioria católicas. Ademais, uma das funções do primeiro sacramento é a criação de vínculos entre as pessoas, podendo assim, tornar-se aparentadas.

A tabela 1 apresenta com mais minúcias os dados relativos ao total de ingênuos por paróquia, assim melhor elucidando o número de escravizados na região.

Tabela 1 – número de ingênuos arrolados por paróquia – 1872 a 1888¹²

Local de batismos dos ingênuos	Números	%
São João Baptista dos Campos Novos	67	8,9
Nossa Senhora da Conceição de Curitibaanos	3	0,4
Nossa Senhora dos Prazeres de Lages	686	90,7
Total	756	100,0

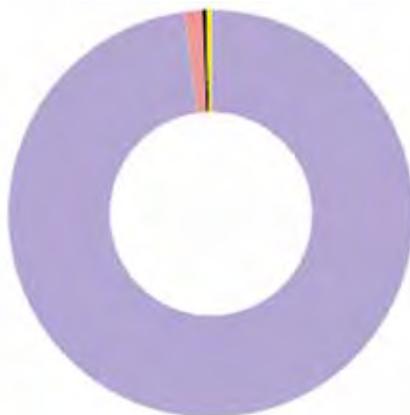
Com base nos dados apresentados acima, pode-se verificar que a grande parte dos batismos foram realizados na Paróquia N^a S^a dos Prazeres de Lages (90,4%), entretanto os registros da localidade de Campos Novos eram realizados na Matriz de Lages até o início da década de 1870. Estes números de registros fazem-nos refletir que a escravização de pessoas não foi insignificante, como a historiografia catarinense apresenta. Os números apresentam uma média de 44 nascimentos de ingênuos por ano, não

.....
¹² Fonte: <familyserach.org>. Assentos de batismo das freguesias de Campos Novos, Curitibaanos e Lages. 1872-1888.

pode-se ignorar que as mães eram cativas e quiçá os pais. Por outro lado, os irrisórios números declarados pela Paróquia de N^a S^a da Conceição de Coritibanos trazem consigo algumas hipóteses são elas: o não registro por parte do pároco e não cobrança desses registros pelo Governo Imperial; os registros realizados em outras paróquias; ou ainda, o descaso dos senhores com os registros destes novos livres. Isto não muda o fato dos dados obtidos nos assentos de batismo de Curitibanos estar na contramão das informações trazidas pelo censo de 1872, no qual o contingente total de escravizados é de 119, com certa proporção entre homens e mulheres.

Considerando que os Campos de Lages não possuíam dependência do tráfico interno para a manutenção do sistema, utilizava-se de laços familiares para a reprodução da mão de obra. Para a compreensão de famílias negras constituídas em economias de subsistências, precisa-se considerar alguns conceitos pertinentes, pois as famílias não eram restritas as legitimadas, mas também aos pais e mães que coabitavam com seus filhos. Ou seja, o não registro do pai, não significava sua ausência. No gráfico abaixo verifica-se a taxa de ilegitimidade nos Campos de Lages:

Gráfico 1 – Filiações apresentadas nos registros de batismo das paróquias de Lages, Curitibanos e Campos Novos¹³



.....
13 Fonte: assentos de batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, Nossa Senhora da Conceição de Coritibanos e São João Batista de Campos Novos. 1871-1888. Disponível em: <familysearch.org.br>.

Nas três paróquias, nos registros eclesiásticos de batismo, foi encontrado um percentual de 98,3% de assentos em que consta somente o nome da mãe. O nome do pai figura em apenas 1,5%, também escravizado. Em 0,3% apresentam a figura da mãe escrava e o pai livre ou liberto. E por fim, temos a incidência 0,4% que não possuem nem o nome da mãe, nem do pai. Acerca desses dados inferem-se algumas hipóteses que concernem com os escritos pela historiografia até então. Assim como nas outras regiões, nas quais o sistema escravista era estruturado em pequenas posses, os Campos de Lages apresentam uma taxa de legitimidade pequena, sendo que por legitimidade devemos pensar em casamentos sancionados pela Igreja. Relativo a isso, as pequenas posses favoreciam a formação de vínculos afetivos, considerando que havia um equilíbrio maior entre os sexos, pelo aparecimento maior de crianças e a perda ínfima de escravos para o tráfico interno (PERUSSATTO, 2012, p. 99).

Esses aspectos diferenciam-se dos dados encontrados nas regiões em que grandes posses estavam estruturadas, considerando que havia razões de masculinidades altas, havendo assim, uma disputa e a necessidade legitimarem os casamentos perante a Igreja (SLENES, 2009, p. 75). Necessidades que não são encontradas em pequenas posses, sendo assim, as pequenas escravarias demonstram um elevado número de uniões consensuais, ou seja, não oficializadas perante a Igreja Católica. Reputa-se aqui os preceitos escritos por Slenes (2009, p.76), que caracteriza as famílias escravas das grandes posses pela constituição de famílias nucleares, já as médias e pequenas escravarias eram formadas por família matrifocais, isto é, mães solteiras com filhos naturais.

Na tabela a seguir adentramo-nos aos números trazidos pelo Recenseamento de 1872 acerca da divisão por estado civil da população cativa da região:

Tabela 2 – Estado civil da população cativa das paróquias de N^o S^a dos Prazeres de Lages, S^o J^o Batista dos Campos Novos e N^o S^a da Conceição de Coritibanos, por sexo¹⁴

	Casados		Viúvos		Solteiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N ^o S ^a dos Prazeres de Lages	11	13	7	5	399	369
S ^o João Batista de Campos Novos	5	4	0	0	99	92
N ^o S ^a da Conceição de Coritibanos	5	3	1	10	60	40

Ao olhar-se para o recenseamento realizado em 1872 vê-se com evidencia os números trazidos nos registros de batismos, reafirmando as famílias matrifocais. Corrobora-se um índice pequeno de casamentos sancionados pela Igreja entre os cativos e um número alto de indivíduos considerados solteiros. Ademais, não se verifica uma equiparação nos números de homens e mulheres casados nas mesmas paróquias, vislumbra-se a possibilidade de casamentos entre escravizados de outras localidades e ou entre cativos e livres ou libertos.

No entanto, não se pode induzir que as mães solteiras (98,3%) não estavam em uniões estáveis, posto que, o nome do pai somente acontecia quando a união era sancionada pela Igreja. Por conseguinte, as mulheres nas pequenas posses possuíam uniões consensuais duradouras, estáveis e constituíam famílias negras com a presença dos progenitores no cotidiano. Ademais, a formação de famílias estáveis, para os senhores, até 1871 tinha a funcionalidade de favorecer a reprodução endógena da escravidão, e após 1871 “os senhores poderiam contar com os serviços dos filhos livres nascidos de suas escravas, explicitando, de certo modo, a continuidade da reprodução interna da força de trabalho, porém na figura dos *ventres livres*”

.....
 14 Fonte: BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. p. 105. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf. Acesso em: 21 mar. 2018.

(PERUSSATTO, 2012, p. 101). Assim, o termo “solteira” nos registros de seus filhos, não significa a inexistência do pai ou companheiro, e que estas mães certamente possuíam laços parentais que iam além de seus filhos.

Já em relação às famílias negras sancionadas pela Igreja Católica, nas três paróquias estudadas, somente 1,7% dos registros continham o nome dos progenitores, sejam eles escravos, livres ou libertos. Os casamentos entre escravizadas e livres ou libertos, apresentou-se nos registros 0,3% (dois casos). Os casamentos entre escravizados, sancionados pela Igreja, aconteceram em sua totalidade entre cativos com o mesmo proprietário e totalizaram 1,5%. No quadro abaixo se acompanha a relação de casais:

Quadro 1 – Relação de registros com o aparecimento de ambos os pais¹⁵

Nome da Criança	Nome dos pais	Senhor	Ano do Batizado	Localidade
Agostinha	Francisca e José	Manoel Joaquim Camargo	1874	Lages
Florisbela			1875	
Galdino	Ignez e João	João Luiz Vieira	1873	
Thirza	Maria/Mariana e Cypriano	Dona Francisca Carneiro de Araújo	1874	
Valencio			1874	
Domingos			1877	
Roza			1878	
Bermira	Helena Maria e Vidal Felisberto (<i>livre</i>)		1882	
Victorino	Prazeres e Fernando	Isabel Moreira Branco	1883	
Roza	Benedita e Joaquim	José Thomaz de Moura e Silva	1880	
Lorenço			1873	

.....
 15 Fonte: assentos de batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, Nossa Senhora da Conceição de Coritibanos e São João Batista de Campos Novos. 1871-1888. Disponível em: <familysearch.org.br>.

Orácio	Cesárea e Vicente	Luís Antônio de Souza	1876	
Leopoldina			1877	Campos Novos
Geneveva	Josefa e João da Rocha (<i>livre</i>)	Anna Pinheira da Silva	1876	

Nos assentos de batismos foram localizadas duas figuras paternas das quais não se confirma totalmente a condição social, são eles João da Rocha e Vidal Felisberto. Ambos não possuem suas condições sociais especificadas nos referidos assentos. Contudo, pode-se inferir que João e Vidal tinham a condição de livres, levando em consideração que o corriqueiro dos párocos era anotar ao lado do nome da filiação paterna o termo liberto ou o nome do proprietário, caso fosse escravizado, também ambos possuem sobrenome, o que não ocorria para cativos localizados nos registros empregados nesta pesquisa.

Percebe-se que alguns casais tiveram mais de um filho ingênuo, com nascimentos próximos um do outro. A manutenção das famílias negras foi pauta dos debates no Império, concretizando-se em leis com o intuito de preservá-las. Na segunda metade do século XIX tem-se a promulgação da lei nº 1695 de 1869, que versava sobre a proibição da separação de escravos casados e filhos dos pais que fossem menores de 15 anos, nas vendas de cativos.

Adentrando aos pormenores dos casamentos instituídos perante a Igreja nas paróquias estudadas, deparamo-nos com a escravaria de D. Francisca Carneiro de Araújo: dentro da mesma verifica-se a presença de duas famílias legítimas e extensas, são elas: Helena Maria com Vidal Felisberto e Maria com Cypriano. Vale ressaltar que Vidal Felisberto provavelmente possuía a condição de livre ou liberto. Casamentos entre indivíduos de condições diferentes e de outras posses eram muitas vezes desestimulados pelos senhores. Slenes (2011, p. 84) apresenta que:

...m unida des com um a nove escravos, a barreira contra casamentos religiosos entre escravos de proprietários diferentes, combinada com o pequeno *pool* de potenciais cônjuges dentro do mesmo fogo/posse para pessoas de ambos os sexos, fazia com que

as proporções de homens e mulheres adultos alguma vez casados fossem relativamente baixas e não muito diferentes entre si (SLENES, 2011, p.84).

Ratifica-se que os índices de casamentos legítimos são relativamente baixos considerando os registros de batismos, ou seja, foram poucos filhos legítimos encontrados. Contudo, nas pequenas escravarias nos Campos de Lages, encontramos além de Helena e Vidal, o casal Josefa e João, em que o marido possuía a condição de livre, viviam na região incumbida pela paróquia de Campos Novos. Esses casais demonstram a fuga das regras, isto é, estão na contramão da sociedade que hierarquizava pela condição jurídica, social e de cor, possuindo status sociais dessemelhantes. Por outro lado, não nos deparamos com casais de escravos de proprietários distintos. Ambos os pontos percorrem as influências dos proprietários nos matrimônios, indagamo-nos sobre os fatores que fizeram D. Francisca aceitar as escolhas e até mesmo motivar seus escravos a formalizarem suas uniões. Hipóteses apontam para questões morais e ideológicas relacionadas aos vínculos com a Igreja, fator não muito provável para os Campos de Lages, visto a baixa taxa de legitimidade. Em outra perspectiva, pode-se pensar nas questões que perpassam o controle e a continuidade no tempo, e os frutos que a proprietária iria colher. Com isso, defende-se que não havia interferência direta dos proprietários nas escolhas, ou seja, não havia uma imposição dos senhores para os casamentos, ainda que a eleição passasse pelo controle “paternalista” dos mesmos. Com isso “ao formar ‘seus lares’, os cativos tinham um poder real de escolha, mas o exercício desse poder esbarrava sempre na prepotência de seus senhores” (SLENES, 2011, p.103).

Nesse sentido, Maria e Cypriano, ambos os escravos de D. Francisca procuram a Igreja a fim de formalizar sua união.

Aos 26 de abril de mil oitocentos e setenta e um, nesta Paróquia de Lages preenchendo as canônicas determinações e não constando impedimentos em presença do padre [...] João Maria Cybio de licença minha e das testemunhas nomeadas João da Silva Ribeiro e Mariano Suttill de Oliveira receberão seu matrimônio [...] Cypriano e Maria, escravos de Francisca Carneiro de Araújo, viúva. Do que para constar, faça efeito. O vigário Antônio Esteves. (Cúria Diocesana de Lages. Livro de matrimônio nº 10, p. 44, 1871).

Maria e Cypriano casam-se em 1871, após a efetivação católica do casamento, nasceram dessa união quatro filhos ingênuos. A estabilidade dessa família, depois de sancionada pela Igreja, foi zelada pelas leis já citadas de 1869 e 1871 que pautava sobre a separação dos membros da família, até pelo menos os 14 anos das crianças. A historiografia aponta que nas pequenas escravarias as baixas taxas de legitimidade estavam ligadas a vendas e partilhas e a implicação que teria nesses aspectos se os escravos fossem casados, para além dos fatores expostos no presente trabalho. Com isso, havia uma maior instabilidade das famílias negras nas pequenas posses (SLENES, 2009, p. 117). Ao contrair matrimônio Maria/Mariana e Cypriano afirmavam a estabilidade no tempo de sua família, e resguardavam sua família da separação. Para além, ao constituir uma família Maria e Cypriano, poderiam garantir benefícios para si e seus filhos. Significava em muitos casos, não se pode afirmar se estes fatores aconteciam nos Campos de Lages, porém em diversos locais as famílias recebiam uma autonomia maior. Era-lhes dado o direito a uma cabana, sem a necessidade de dividir com os demais cativos. Ademais haveria uma maior liberdade, podendo produzir excedentes para seu consumo e uma escolha maior nos preparos dos alimentos.

Usamos a história da família acima para ilustrar, porém, sabe-se que a inexistência de registros não implica necessariamente na ausência de famílias estáveis não sancionadas pela Igreja. Além do mais, encontramos nos registros de matrimônios outros casais que não localizamos nos assentos de batismos. Hipóteses podem ser levantadas, como o nome do pai não era registrado, ou que os casamentos aconteceram depois do nascimento dos filhos, são respostas que não conseguimos responder no momento, seja pela falta de fontes ou de tempo hábil.

Vale ressaltar que as relações familiares surgidas no meio dos embates criados pelo sistema escravista vinham embutidas de serventia para os senhores. Para Slenes (2009, p. 124) transformava as relações entre escravo e senhor, colocava os cativos em situações “mais vulneráveis às medidas disciplinares dos senhores (por exemplo, à venda como punição) e elevava-lhes o

custo da fuga, que afastava o fugitivo de seus entes querido e levantava para estes o espectro de possíveis represálias senhoriais”. Com isso, o autor coloca o quanto a oportunidade de criar “vida” e estabilidade poderia pesar na vida dos cativos. Contudo, a manutenção das famílias negras foi/é de suma importância “para a transmissão e reinterpretação da cultura e da experiência de gerações” (SLENES, 2009, p. 124-125).

Por fim, a formação de famílias negras no período desfruta de aspectos determinantes de hierarquias sociais, e para além, é degrau importante na constituição de relações sociais construídas em torno de si, utilizando os laços tecidos no interior das escravarias e fora delas como ferramenta para associações de cunho horizontal. Segundo Mattos (2013, p. 65), na sociedade imperial as relações pessoais dispunham de funções estruturais, “o acesso às relações familiares não pode ser tomado de um dado natural, nem a mobilidade, como indicador de anomia. Ambos os processos possuem significação quando pensados em conjunto, como faces da mesma moeda”. Ou seja, as relações engendradas no interior das famílias, criando assim novos laços de parentesco, possuíam como características a tentativa de acesso a aspectos que antes não era possibilitado pela condição de escravizado.

FONTES CONSULTADAS

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>.

BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>.

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Batismo número 30. Lages/SC. Registros de batismos de 1871 a 1885, p. 178. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5B3-X?wc=MFKJ-6M9%3A1030404201%2C1030404202%2C1030503401&cc=2177296>>.

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Batismo número 32. Lages/SC. Registros de batismos de 1871 a 1886. p. 86 Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5RF-Q?wc=MFKJ-DTL%3A1030404201%2C1030404202%2C1030505901&cc=2177296>>.

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Batismo número 29. Lages/SC. Registros de batismos de 1871 a 1884. p. 173 Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YPDY-M?wc=MFKJ-WP6%3A1030404201%2C1030404202%2C1030494701&cc=2177296>>

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de assentos de confirmações, batismos, casamentos administrados pelos missionários 1880. Lages/SC. Registros de batismos de 1880. p. 61. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5SM-J8?wc=MFKJ-N38%3A1030404201%2C1030404202%2C1030483801&cc=2177296>>.

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Batismo número 28. Lages/SC. Registros de batismos de 1881. p. 47. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5SM-5M?wc=MFKJ-N3X%3A1030404201%2C1030404202%2C1030486901&cc=2177296>>

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Batismo número 31. Lages/SC. Registros de batismos de 1886 a 1891. p. 127. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5TD-Z?wc=MFKJ-DP8%3A1030404201%2C1030404202%2C1030504701&cc=2177296>>

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Batismo número 28. Lages/SC. Registros de batismos de 1881 a 1883. p. 159. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YP6W-Z?wc=MFKJ-WTL%3A1030404201%2C1030404202%2C1030490501&cc=2177296>

Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Livro de Matrimônio número 10. Lages/SC. Registros de casamentos de 1868 a 1874. p. 103. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YP98-FB?wc=MFKJ-H2S%3A1030404201%2C1030404202%2C1030519901&cc=2177296>

Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Coritibanos. Livro de batismo número 1. Coritibanos/SC. Registros de batismos de 1876 a 1888. p. 228. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6YNJ-5G?i=1&wc=MFKV-NZS%3A1030402401%2C1030402402%2C1030406901&cc=2177296>

Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Coritibanos. Livro de batismo número 3. Coritibanos/SC. Registros de batismos de 1882 a 1886. p. 104. Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6YNN-R9?i=1&wc=MFKV-N68%3A1030402401%2C1030402402%2C1030413101&cc=2177296>

Paróquia São João Batista de Campos Novos. Curitiba/SC. Registros de batismos de 1876 a 1884. p. 101. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-YRSL-J?wc=MFKJ-238%3A1030425301%2C1030403302%2C1030486201&cc=2177296>

Paróquia São João Batista de Campos Novos. Curitiba/SC. Registros de batismos de 1876 a 1911. p. 278. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5SP-Y9?wc=MFKJ-VWL%3A1030425301%2C1030403302%2C1030465601&cc=2177296>

Paróquia São João Batista de Campos Novos. Curitiba/SC. Registros de batismos de 1884 a 1893. p. 205. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-Y5SB-DC?wc=MFKJ-VTL%3A1030425301%2C1030403302%2C1030448301&cc=2177296>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOZO, José Carlos da Silva; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Anjos marcados: o batismo dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS – 1871-1888). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 7, n. 13, p.80-94, 28 set. 2015.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no. Sudeste escravista, Brasil século XIX. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2013. 383 p.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nasceste**: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS. 2010. 305 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- ROCHA, Cristiany Miranda. **“História de Famílias escravas em Campinas ao longo do XIX**”. 1999. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A Família Negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. 2007. 300 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.
- SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: Esperanças e recordações na formação da família escrava. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- VICENZI, Renilda. **Nos Campos de Cima da Serra**: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850. TESE DE DOUTORADO. São Leopoldo – RS, 2015.

ST 25
DISCURSOS E NARRATIVAS
SOBRE TERRAS E
GENTES DISTANTES –
SÉCULOS XIX E XX

COORDENAÇÃO

CÍNTIA RÉGIA RODRIGUES (FURB)

LUCIANA MURARI (PUCRS)

ENSINO COM PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE JOVENS PESQUISADORES NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL¹

MARIA IRACILDA GOMES CAVALCANTE BONIFÁCIO, MSC.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
IRACILDAGCB@GMAIL.COM

REGINÂMIO BONIFÁCIO DE LIMA, DR.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
REGINAMIOBONIFACIO@YAHOO.COM.BR

RESUMO

A educação científica tem como proposta transformar os estudantes, desde a Educação Básica, em “alunos pesquisadores” habilitados a produzir conhecimento e não apenas “reproduzi-lo”. No Brasil, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda prevalecem as desigualdades regionais, sendo a Amazônia a região que menos tem sofrido os impactos das políticas públicas voltadas à disseminação da ciência e tecnologia. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo trazer à discussão os desafios à formação de jovens pesquisadores na Amazônia Sul-Occidental, destacando as ações desenvolvidas nos últimos anos que possibilitam pensar novas perspectivas para a “alfabetização científica”. A metodologia adotada para a coleta de dados partiu da consulta a fontes documentais como dados e relatórios disponíveis nos sites do CNPq e da Capes, a legislação educacional que normatiza a

.....
1 O presente artigo corresponde à condensação de um capítulo de livro com temática homônima, publicado pelos autores no início de 2019 (BONIFÁCIO; LIMA; VALE, 2019), com acréscimos e atualizações, dada a relevância de se discutir os caminhos da Educação Científica em nosso país frente aos substanciais cortes de investimentos à pesquisa científica nos últimos anos.

organização curricular de formação de professores no Brasil, memórias dos fóruns de debates realizados no contexto das reformulações curriculares recentes, além da análise de editais e documentos referentes às instituições voltadas à promoção da formação científica no país. A partir de uma visão abrangente de “ciência”, correspondente a um conjunto de conhecimentos científicos presentes nas diversas áreas do saber, temos como proposta refletir sobre o papel da educação científica para além da noção referente apenas ao componente curricular “Ciências”, no Ensino Fundamental, ou Química, Física e Biologia, no Ensino Médio. A pesquisa apontou que, para que ocorram mudanças que possibilitem de fato a consolidação de uma educação científica no Brasil, e essa mudança chegue a regiões historicamente desprestigiadas como a Amazônia, torna-se necessário maior engajamento do Ministério da Educação, universidades, instituições de fomento, agências financiadoras, fundações e associações de amparo à pesquisa para a valorização e oferecimento de condições de trabalho aos docentes que atuam na Educação Básica e ampliação das Bolsas de IC Jr. Paralelo a isso, torna-se imprescindível um redirecionamento curricular e metodológico das universidades e secretarias de educação para a habilitação de professores-pesquisadores, além do estímulo à exposições científicas procedentes e disseminadas no ambiente da Educação Básica.

Palavras-Chave: Iniciação Científica, Jovens Pesquisadores, Amazônia Sul-Occidental.

ABSTRACT

Scientific education aims to transform students, from Basic Education, into “young researchers” empowered to produce knowledge and not just “reproduce” it. In Brazil, despite the advances made in recent decades, regional inequalities still prevail, with the Amazon being the region that has least suffered the impacts of public policies aimed to the dissemination of science and technology. In this context, the present work intends to discuss the challenges to the training of young researchers in the South Western Amazon, emphasizing the actions developed in recent years that enables to develop new perspectives for “scientific literacy”. The methodology adopted for the data collection was based on the documentary sources such as data and reports available on the CNPq and Capes websites; the educational legislation that regulates the curricular organization of teachers training in Brazil; besides the analysis of edicts and documents referring to the institutions dedicated to the promotion of the scientific formation in the country. From a comprehensive view of “science”, corresponding to a set of scientific knowledge present in many fields of knowledge, we propose to reflect on the role of scientific education beyond the

notion referring only to the curricular subject “Science”, in Elementary School, or “Chemistry, Physics and Biology”, in High School. The research observes that, in order to bring changes that will allow the consolidation of a scientific education in Brazil, and that this change reaches historically discredited regions such as the Amazon, it becomes necessary to increase the engagement of the Ministry of Education, universities, development institutions, funding agencies, foundations and research support associations for the promotion and offer of suitable working conditions to the teachers that work in Basic Education and the expansion of the Junior CI scholarship. Parallel to this, a curricular and methodological redirection of the universities and educational departments becomes essential for the qualification of teacher-researchers, as well as the encouragement of scientific expositions originating and disseminated in the Basic Education environment.

Keywords: Scientific research, Young Researchers; South-Western Amazon.

INTRODUÇÃO

A Educação Científica é uma das principais habilidades do século XXI, tempo marcado pela sociedade intensiva de conhecimento, constituindo referência fundamental de toda a trajetória de estudos básicos e superiores, com destaque especial aos tipos diversificados de Ensino Médio e Técnico (DEMO, 2010, p. 15). Nessa dimensão, a pesquisa em sala de aula apresenta-se como uma forma de envolver estudantes e professores em um processo de questionamento de verdades dadas como prontas na perspectiva do senso comum, propiciando a construção de novos conhecimentos.

Diante da necessidade de efetivação de políticas públicas voltadas à concretização da Educação Científica no país, as práticas desenvolvidas no contexto do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Jr, fomentado por instituições como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) apresentam-se como caminhos para se começar a pensar a pesquisa enquanto ambiente de aprendizagem no cotidiano curricular.

Pedro Demo ressalta, dentre as contribuições dos Programas de IC (Iniciação Científica) para os estudantes, a oportunidade de aprender e pesquisar, habilidade mais básica para sua permanente renovação profissional,

de estudar melhor e aprender de maneira reconstrutiva, desenvolvendo uma postura ativa, tendo a escola não como uma instituição em que escuta aula, toma nota ou faz prova, mas onde reconstrói conhecimento sistematicamente (DEMO, 2012, p. 86). Em relação aos professores, o autor destaca a necessidade de constante busca de aperfeiçoamento e estudos capazes de assegurar o embasamento necessário para orientar um processo de pesquisa, o que requer domínio dos processos de investigação científica, vida acadêmica e domínio de teorias e métodos de construção e reconstrução dos conhecimentos aplicados à Educação Básica (DEMO, 2012, p. 87).

Nas últimas três décadas, o Brasil tem experimentado uma renovação no desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas em diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, destacam-se ações governamentais e políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação, sobretudo aquelas articuladas no sentido de priorizar o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas nas Regiões Norte e Nordeste do país.

A política de desenvolvimento regional, nos últimos anos, concentrou esforços na ampliação e no fortalecimento da infraestrutura física relacionada a áreas como transportes, indústrias, comunicações, habitação e energia (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017, p. 83). Entretanto, torna-se ainda necessário priorizar a formação de recursos humanos e produção de conhecimento científico na Amazônia. Nesse sentido, apesar dos investimentos destinados à construção e ampliação de Instituições de Ensino Superior da Região Norte e da disponibilização de recursos por meio da abertura de diversos editais de fomento à pesquisa, as disparidades regionais ainda necessitarão de um longo percurso para serem diminuídas.

No presente artigo, portanto, buscamos contribuir com o debate em torno dos desafios à formação de jovens pesquisadores na Amazônia Sul-Occidental, destacando as ações desenvolvidas nos últimos anos que possibilitam pensar novas perspectivas para a Educação Científica na região. As reflexões aqui empreendidas têm como proposta pensar a formulação de

questões que levem a pensar sobre um princípio de desenvolvimento para a região que equilibre e valorize o humano e o científico, que reconheça a riqueza de suas identidades híbridas, possibilitando a configuração de uma Educação Científica a partir de um olhar que a projete para o futuro – não aquele desenhado pelo espírito colonizador, mas aquele pensado pelos próprios amazônidas em colaboração com as demais regiões do país.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do presente estudo, partimos de procedimentos do tipo qualitativo, envolvendo a consulta a fontes documentais como dados e relatórios disponíveis nos sites do CNPq e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a legislação educacional que normatiza a organização curricular de formação de professores no Brasil, memórias dos fóruns de debates realizados no contexto das reformulações curriculares recentes, além da análise de editais e documentos referentes às instituições voltadas à promoção da formação científica no país, sobretudo aquelas voltadas à Educação Básica.

A partir de uma visão abrangente de “ciência” como conjunto de conhecimentos científicos presentes nas diversas áreas do saber, temos como proposta refletir sobre o papel da educação científica para além concepção voltada unicamente ao componente curricular “Ciências”, no Ensino Fundamental, ou Química, Física e Biologia, no Ensino Médio.

A pesquisa envolveu ainda estudo bibliográfico sobre conceitos relacionados à Educação Científica na perspectiva de Demo (2003; 2006; 2010; 2012) e Lima e Moraes (2012). Reforçamos que o objetivo neste estudo foi buscar subsídios para discutir a necessidade de se repensar a Educação Científica no contexto da Educação Básica, desviando-nos da pretensão de desenvolver uma discussão terminológica.

A PESQUISA NA AMAZÔNIA: ENTRE OS ESTEREÓTIPOS DO PASSADO E AS DEMANDAS DO PRESENTE

Desde os relatos dos viajantes do século XVI, o imaginário sobre a Amazônia, tem se construído na perspectiva do pensamento externo aos

que nela vivem. Assim, ao longo dos anos, tem-se erigido sobre a região uma construção discursiva que se desenha a partir do olhar do “outro” (PIZARRO, 2012, p. 33), muitas vezes, pautada em estereótipos e visões pré-concebidas. Ao tomarmos como base os “estudos científicos” e relatos dos viajantes sobre a região, que incluem desde o século XVI, até os estudos científicos do presente século XXI, observamos que se construiu sobre a Amazônia um discurso hegemônico que endossa uma visão colonialista, calcada na fabricação de uma imagem dos amazônidas como um povo subalterno e atrasado.

Conforme analisa João de Jesus Paes Loureiro (2003), quando da chegada europeus à região, no século XVI, os povos aqui encontrados apresentavam uma cultura não voltada à acumulação de bens e riquezas, pautando-se muito mais em uma ideia de autossustentabilidade e dedicando-se a atividades que não se coadunavam com os interesses do emergente mercado capitalista da época. Construam-se, assim, em torno dos povos amazônidas os estereótipos de “preguiçosos, inaptos ao trabalho e de pouca aspiração pessoal” (PAES LOUREIRO, 2003, p. 39), que reverberariam ainda hoje no meio científico e nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região.

Como reflexo desse processo, a região tem cumprido historicamente o papel que lhe foi outorgado, de desvalorização da própria cultura para atender às demandas dos problemas que lhe são externos. Nessa perspectiva, em pleno século XXI, observamos se perpetuar no contexto científico a velha prática de tempos passados, de ver as questões internas relacionadas à região serem decididas à margem dos que nela vivem.

As políticas de desenvolvimento regional pensadas para a Amazônia refletem, assim, essa visão de “fora” para “dentro”, endossando discursos caducos, interpostos no imaginário social e amplificados pela mídia; reforçando a imagem da “abundância de recursos inexplorados” e de “vazio humano”. Torna-se imprescindível, portanto, a ruptura com essa visão colonialista que ainda impera nas instituições que fomentam a pesquisa em nível nacional, para que realmente ocorram mudanças no quadro da falta de pesquisadores e no baixo índice de produção científica da região. É preciso

romper com essa perspectiva simplista sobre a Amazônia, pois ela é muito mais complexa que isso, sendo necessários estudos e pesquisas que dialoguem com a realidade da região em toda a sua heterogeneidade.

Além da necessidade de reconhecimento de suas identidades e de sua importância, associada à valorização de pesquisas científicas pensadas pelos próprios habitantes da região, outro fato ignorado nessas pesquisas que enfatizam o “atraso” amazônico é a desvalorização dos saberes da área das Ciências Humanas. Se a formação de pesquisadores na região tem se voltado essencialmente para essa área, por que, então, não atentar para esse dado e não investir também em pesquisas que se debruçam sobre o desenvolvimento de inovações na área dos saberes pedagógicos que respondam às questões postas pela realidade local?

O esforço evidente nas políticas de pós-graduação para a Amazônia tem se configurado no sentido de “importar” e “fixar” pesquisadores na Região. Em um primeiro momento, essa medida pode até amenizar a situação. Entretanto, esta ação tem se mostrado insuficiente, tendo em vista que o que se observa, muitas vezes, é o trânsito frequente de pesquisadores, que acabam retornando a suas localidades de origem, e, quando permanecem, raramente conseguem romper com a visão estereotipada sobre a região.

No caso específico da Amazônia, os desafios em relação à Educação Científica são enormes, uma vez que grande parte das atividades de formação de recursos humanos na região é pontual, e principalmente concentrada próximo a cidades como Manaus e Belém, propiciando pouco apoio à demanda nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. Como observamos, o desafio logístico enfrentado pelos Estados da Amazônia deve ter seu enfrentamento iniciado a partir da descentralização e melhor direcionamento do processo de formação de pesquisadores, sendo essencial a formação de técnicos e gestores especializados de modo equânime em todas as suas mesorregiões.

É válido destacar, nesse contexto, a ampliação da oferta de cursos superiores ocorrida na região nos últimos anos, com a instalação dos Institutos Federais e diversas faculdades particulares, seja na modalidade presencial

ou educação a distância. Contudo, essas ações não foram ainda suficientes para suprir a demanda de pesquisadores requerida pelas instituições de pesquisa que têm lançado Editais de Fomento voltados essencialmente à área da ciência, tecnologia e inovação.

No caso da Amazônia Sul-Occidental, isso revela um dos maiores desafios ao desenvolvimento de pesquisas científicas, uma vez que a maioria dos editais das agências de fomento têm como público-alvo pesquisadores das áreas das Ciências da Saúde; Ciências Biológicas e das Engenharias e Computação. Tal fato revela, por um lado a necessidade de pesquisadores nessas áreas, mas também aponta para o descompasso entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e as realidades locais.

A maioria dos estudos que abordam a necessidade de investimentos em pesquisas científicas na Região Norte, normalmente assinados por instituições sediadas nas regiões Sudeste e Sul do país, são unânimes em apontar a Amazônia como “vazio demográfico”, ressaltando sempre o “atraso” da região frente aos “avanços da ciência e tecnologia” recentes. Não ignoramos o fato de ser evidente a necessidade de maior empenho por parte dos Estados da Região Norte em ações mais propositivas para a formação de pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Contudo, o que parece ser ocultado sempre, nesses estudos, é que historicamente, desde séculos a fio, a Amazônia sempre foi alvo de uma visão estereotipada e preconceituosa. Ignora-se, não despreziosamente, que o *modus vivendi* da região segue uma lógica não subordinada ao capital, como ocorre nas regiões consideradas “mais desenvolvidas” de nosso país.

Diante desse panorama, torna-se necessário um movimento paralelo no sentido de incentivar a formação de pesquisadores da própria região em nível de pós-graduação nas áreas do conhecimento consideradas essenciais no modelo voltado à ciência, tecnologia e inovação, respeitando-se também as demandas locais. Apresentar a ideia de uma ciência multifacetada, envolvendo as diversas áreas de abordagem trabalhadas pelo CNPq, desde a Educação Básica, apresenta-se, pois, como um caminho viável para desmistificar essa concepção.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

O Brasil enfrenta diversos desafios no tocante ao desenvolvimento e à consolidação de seu sistema científico. Dentre eles, um dos principais diz respeito à latente desigualdade na distribuição de investimentos voltados ao financiamento e ao fomento de pesquisas científicas nas diversas mesorregiões do país. Diante desse panorama, a efetivação de políticas públicas voltadas à Educação Científica perpassa pela necessária atenuação dessas desigualdades regionais na distribuição de recursos voltados à pesquisa científica, associado ao consequente incremento da qualidade dessas atividades.

Uma breve análise dos dados produzidos pelo CNPq e pela Capes, principais agências brasileiras de financiamento da pesquisa científica, revela a discrepância na distribuição de Bolsas de Apoio à Pesquisa, que ano após ano permanece com patamares de distribuição não equânimes. Tome-se como exemplo a Distribuição de Bolsas em vigência no ano de 2019 no país:

Tabela 1 – Distribuição das Bolsas de Apoio à Pesquisa no Brasil (2019)

Região	População (%)		Pesquisadores* (%)		Bolsas no País (%)		IC Jr (%)	
Norte	17.707.783	08%	15.826	07%	3.560	04%	341	03%
Nordeste	56.915.936	28%	45.321	21%	13.093	17%	1.096	11%
Centro-Oeste	15.660.988	08%	18.943	09%	6.159	08%	739	07%
Sudeste	86.356.952	42%	90.742	42%	41.086	53%	6.884	68%
Sul	29.439.773	14%	46.457	21%	13.982	18%	1.118	11%
Brasil	206.081.432	217.289	77.880	10.178				

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do CNPq² e da Capes^{*3}.

.....
2 CNPQ. **Projetos e Bolsas em Vigência – 2019**. Disponível em: <<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>>. Acesso em 12 ago. 2019.

3 Capes. **Distribuição dos pesquisadores e pesquisadores doutores segundo a região geográfica**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1>>. Acesso em 12 ago. 2019.

O quantitativo geral de “Bolsas no País” analisado nesta tabela refere-se às Bolsas de Apoio Técnico, Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, Bolsas de Doutorado, Bolsas de Extensão em Pesquisa, Bolsas de Fixação de Doutores, Bolsas de Iniciação Científica, Bolsas de Iniciação Científica Júnior, Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial, Bolsas de Mestrado, Bolsas de Pesquisador/Especialista Visitante, Bolsas de Pós-doutorado, Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia. Evidencia-se, nesse percentual, uma grande concentração dos investimentos na região Sudeste e, em menor escala, na Região Sul, seguida da Região Nordeste, esta última fruto de políticas recentes voltadas à diminuição das desigualdades regionais. A soma da porcentagem de Bolsas distribuídas no país de todas as regiões (Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste) não chega ao total investido na região Sudeste, que é responsável por mais de 50% de todo investimento no ano de 2019, embora não tenha o dobro de pesquisadores ou de população, o que indica explícito favorecimento em relação a uma das regiões do país.

No que diz respeito às Bolsas de Iniciação Científica Jr, as desigualdades são ainda maiores, sendo que toda a Região Norte detém o percentual ínfimo de apenas 03% das Bolsas disponibilizadas pelo CNPq, frente aos 68% da Região Sudeste, ao igual quantitativo de 11% das Regiões Sul e Nordeste e de 07% da Região Centro-Oeste. É interessante notar que o alegado critério de distribuição de Bolsas em sua proporcionalidade, de acordo com a população não se sustenta, tendo em vista que as regiões Norte e Centro-Oeste detêm ambas cerca de mesmo percentual de 08% da população brasileira, tendo quase o mesmo número de pesquisadores, e tanto o número de Bolsas em geral quanto de Bolsas de Iniciação Científica Jr apresentam-se com o dobro de discrepância.

Diante dos dados apresentados, a alternativa a essa centralização perpassa necessariamente pela necessidade de compreensão das complexas relações históricas e geográficas que marcam o país ao longo dos séculos. Na primeira década do século XXI, algumas ações governamentais intentaram reduzir essas desigualdades regionais, dentre elas a criação das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o aumento no volume de investimentos para

a ampliação da infraestrutura de pesquisa brasileira, especialmente com os recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como os fundos setoriais, além de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

Entretanto, nesta segunda década do século XXI, devido às progressivas ações de contingenciamentos de despesas empreendidas pelo Governo Federal, intensificadas a partir de 2015, notamos a configuração de um cenário de recrudescimento em relação à subvenção de recursos para a pesquisa científica no país. O gráfico a seguir demonstra a oscilação dos investimentos da agência financiadora neste período:

Gráfico 1 – Painel de Investimentos do CNPq em Bolsas no país (2011-2019)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do CNPq (**Painel de Investimentos – Bolsas de Pesquisa no País**. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/painel-de-investimentos>>. Acesso em: 02 de ago. 2019).

Com os sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários desde 2015, agravando-se com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que trouxe novas diretrizes ao “Teto dos Gastos”, o número de bolsas diminuiu drasticamente, mesmo sendo elas priorizadas pelas agências de financiamento em seu quadro de orçamento em detrimento dos demais investimentos.

Diante deste complexo panorama, mesmo com avanços em direção à Educação Científica na Região Amazônica identificados nas últimas décadas, são ainda muito expressivos os desafios à sua concretização. Além da centralização dos recursos destinados à subvenção de pesquisas científicas, a aproximação da universidade com as escolas de Educação Básica constitui

outra demanda que necessita ser superada. Torna-se imprescindível para tal a criação de uma rede de interação entre pesquisadores das universidades, professores e estudantes da Educação Básica com o objetivo de tornar a sala de aula o espaço primordial da pesquisa, local em que se iniciam as descobertas e se estimula a motivação para apreender através da vida.

O governo brasileiro, em suas diversas instâncias, precisa considerar a Educação Científica uma estratégia para o desenvolvimento econômico e social do País. Entretanto, para se aplicar e colher resultados de uma estratégia que redunde nesse desenvolvimento, torna-se necessário efetivo interesse político e grande investimento financeiro em educação, ciência e tecnologia. Deve-se considerar, portanto, que esses resultados serão alcançados a longo prazo. Para tanto, um dos desafios iniciais será melhorar a qualificação dos professores da Educação Básica, conforme recomendam as metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação, que preceituam que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” e que, até 2024, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, possuam formação em nível de pós-graduação.

Outro grande desafio se coloca aos membros da comunidade científica brasileira no sentido de romperem os muros das universidades e lutarem efetivamente para mudar o ensino que se apresenta como altamente informativo para uma perspectiva transformadora e criativa. Essa mudança de paradigma deve, necessariamente, começar pela transformação no ensino dentro do contexto da própria universidade, se estendendo a todos os níveis de ensino sem privilégio de um em detrimento de outro.

De nada adiantará essa mudança de paradigma se não houver investimentos efetivos e massivos para dotar as escolas públicas de laboratórios didáticos e infraestrutura necessária para proporcionar que os estudantes da Educação Básica aprendam a utilizar do método científico na busca de respostas para os problemas de sua realidade circundante em vez de simplesmente “absorver conhecimentos científicos”.

Outra ação necessária é a ampliação dos Programas de Iniciação Científica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A inserção dos estudantes da Educação Básica em atividades como a leitura e escrita de textos científicos, como projetos, relatórios, resumos e artigos, além da delimitação de temas de pesquisa, processo de coleta e análise de dados, contribui para a construção gradativa da autonomia científica dos bolsistas, despertando-os para a carreira acadêmica e para o espírito científico.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que as instituições de fomento reajustem o valor da Bolsa de ICJ, cotada atualmente em apenas R\$100,00. Esse valor tem permanecido inalterado desde sua criação, em 2003. Ao realizarmos uma análise comparativa do valor da Bolsa de ICJ pago em 2003 e valor do salário mínimo pago no mesmo ano, percebemos uma enorme defasagem entre eles. Em 2003, a Bolsa de ICJ equivalia a um percentual de mais de 41% do valor do salário mínimo, cotado em R\$ 240,00 à época (DIEESE, 2019). Atualmente, tomando como referência o salário mínimo de R\$ 998,00, percebemos que o valor da Bolsa equivale a apenas 10% desse percentual. Houve uma perda de 300% no valor da Bolsa de ICJ no comparativo com o salário mínimo. Há a necessidade de reposição desse quantitativo para que a Bolsa de ICJ volte a ser interessante para os estudantes e possa de fato fomentar a pesquisa na Iniciação Científica da Educação Básica. Para os mais ortodoxos, que não concordam com a análise baseada na indexação de atividades ao valor do salário mínimo, tome-se como base a inflação oficial do período de 2003 a 2018, conforme dados do IPC – Índice de Preços ao Consumidor (FIPE, 2019). Nessa análise, se somados os índices da inflação ano a ano, desde 2003, chega-se a um quantitativo de 99,63%. Nesse contexto, percebemos que pelos índices da inflação oficial, o valor da Bolsa de ICJ deveria ter no mínimo dobrado, devendo ser reajustado, em 2019, para, no mínimo, o valor de R\$ 200,00.

Além de serem poucas as cotas de Bolsas de ICJ disponibilizadas aos estudantes da Educação Básica, a defasagem do valor pago aos estudantes denuncia a condição precária do Bolsista que utiliza esse recurso para sanar minimamente suas despesas com transporte e alimentação. Esse valor não

viabiliza sequer a compra de materiais de pesquisa básicos, como livros, materiais paradidáticos ou computadores; tampouco possibilita a realização de visitas a laboratórios e museus, traslado para eventos científicos dentro da mesma cidade ou a compra de um simples pôster para apresentação do resultado de sua pesquisa.

Diante da ausência de uma política pública de Educação Científica de caráter universalista, visto que a ICJ atinge poucos alunos da escola pública, nos questionamos se o Estado brasileiro não tem encarado esta como mais uma política compensatória, como foram, por exemplo, os programas de alfabetização, de merenda escolar, Bolsa Escola e Bolsa Família. É típico dessas políticas inclusivas compensatórias visarem à correção de lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Faz-se, assim, necessário que a ICJ seja encarada como uma prioridade, a fim de promover as mudanças sociais requeridas pelo país.

Uma possível perspectiva de avanço para a Educação Científica é a realização com maior frequência de Feiras de Ciências ou do Conhecimento, que são por natureza excelentes espaços não formais de divulgação científica, envolvendo grande valor formativo desde o início das pesquisas até a socialização dos trabalhos, envolvendo, geralmente, grande parte da comunidade. A frequência da realização e participação dos estudantes da Educação Básica nesses eventos pode contribuir para despertar o interesse em conhecer melhor sua realidade, seja ela no viés social, econômico, natural, político, entre outros aspectos. A partir da inserção dos estudantes em atividades que os levem a observar e investigar cientificamente os fatos do mundo que o cerca, torna-se possível construir, desde cedo, habilidades para planejar e executar experiências e projetos que os levem adquirir confiança resolução de problemas com uma visão criativa e crítica.

Pesquisas recentes acerca da percepção social do brasileiro sobre a ciência e da tecnologia revelaram grande interesse da população pelo tema. De acordo com a enquete, realizada em 2015 e publicada em 2017 pelo Centro de Gestão em Estudos Estratégicos (CCGE) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), esse elevado interesse não se

traduz em grande conhecimento e informação sobre o assunto, uma vez que 87% dos entrevistados não souberam informar o nome de nenhuma instituição científica do país, enquanto 94% deles não conhecem o nome de nenhum cientista brasileiro (CGEE, 2017).

A pesquisa revelou ainda que metade dos brasileiros associa ao cientista a imagem de uma pessoa inteligente que faz coisas úteis para a humanidade. Cerca de 74% dos entrevistados veem características positivas nesses profissionais, diante de um percentual de 22% que acham que servem a interesses econômicos, se interessam por temas distantes das realidades das pessoas ou são “excêntricos de fala complicada”.

A mudança na percepção dos brasileiros sobre a imagem dos cientistas tem grande influência do acesso às novas mídias e tecnologias. Outrora erroneamente apresentados como pessoas excêntricas, geniais, desleixadas, dedicadas ao trabalho com temas de grande complexidade, traduzindo-se a atividade científica como não acessível a todos (MARTINEZ, 2016), os cientistas têm sido personagens frequentes na mídia e em espaços de educação informal.

Conhecer o universo de referências científicas que envolvem o jovem do século XXI se apresenta como um passo decisivo para a formação de novos cientistas no Brasil. Com o advento da internet, os estudantes têm acesso rápido e fácil à informação. Apresenta-se, portanto, a necessidade de lidar com esse acesso enquanto aliado e não como empecilho à construção de novos saberes. Dessa forma, ensinar os estudantes a pensar como cientistas em vez de reproduzir o conhecimento contido nos livros didáticos torna-se uma das tarefas mais prementes do trabalho docente na atualidade.

São necessárias também ações de divulgação científica que subsidiem a formação de jovens cientistas e de profissionais especializados na área do jornalismo científico, criando uma rede de comunicação e divulgação da ciência capaz de romper as barreiras que separam a academia da sociedade.

Ainda nas séries iniciais, os profissionais da educação têm um papel fundamental, que é não bloquear a criatividade das crianças, instigar

a curiosidade e proporcionar oportunidades de investigação por meio das quais elas elaborem questionamentos que partam de sua realidade circundante. A criança é um cientista natural, contudo, de uma forma sutil, a escola tem contribuído para a perda dessa curiosidade natural durante o percurso formativo dos estudantes.

Nessa dimensão, o caminho para a transformação da Educação Científica como uma política prioritária no País depende da superação de grandes desafios: a ampliação do acesso dos estudantes das escolas públicas ao Programa de ICJ; o reajuste das Bolsas de ICJ para possibilitar aos estudantes a adesão e permanência no Programa; formação e incentivo de professores orientadores e supervisores para orientar estudantes da Educação Básica; o fomento, seja através de subsídios, compra de materiais, concessão de Bolsas ou alocação de recursos destinados para fins de aplicação prática da ciência no cotidiano escolar; a, por meio da promoção de feiras do conhecimento e eventos científicos voltados ao público estudantil; além da efetiva aproximação entre as universidades e as escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Iniciação Científica, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, tem fundamental importância na formação humana, pois possibilita aos alunos desenvolverem novas estratégias de aprendizagem e resolução de problemas identificados em sua realidade circundante. Porém, se observarmos o atual panorama da Educação brasileira, a Educação Científica tem sido uma das últimas prioridades. Cabe a Iniciação Científica, o instrumento de maior relevância na formação escolar, sendo responsável por proporcionar aos estudantes a construção do processo do conhecimento desde o levantamento de problemas, a construção de hipóteses e procedimentos de pesquisa, para, então, se vislumbrar novas descobertas no vasto campo do conhecimento.

Através da pesquisa, o estudante da Educação Básica pode ter acesso ao mundo da ciência e a oportunidade de apresentar os resultados de seus estudos em Feiras Científicas, Congressos, Seminários e afins, além de publicar seus trabalhos em revistas científicas. Para isso, é indispensável o envolvimento do

corpo docente e, principalmente dos orientadores nos Programas de Iniciação Científica, além de ações concretas por parte do governo no sentido da valorização dos docentes que atuam da Educação Básica.

A ciência passa por um momento de instabilidade no Brasil. Perde pessoas que saem do país, e o mesmo perde a capacidade de responder e resolver seus problemas. Os constantes cortes de verbas deixam os estudantes cheios de incertezas em um país que não trata a Educação, a Ciência e a Tecnologia como investimento, mas como gasto. Os Editais destinados ao financiamento de Bolsas de ICJ (Iniciação Científica Jr) são fundamentais para a continuação das pesquisas, porém sua continuidade é incerta. As Bolsas apresentam valores irrisórios, defasados e que há muito tempo não passam por reajustes, na ICJ de apenas R\$ 100,00 e na IC de R\$ 400,00. Nesse contexto, ser Bolsista de Iniciação Científica tanto na Educação Básica quanto na Graduação, apresenta-se como uma ação de resistência, uma forma de insistir acreditando no potencial investigativo do ser humano frente ao desalento e ao descaso do poder público com a Educação. A sensação é de desconstrução do futuro.

A ciência gera oportunidades, recursos, riquezas que podem transformar a vida das pessoas. É preciso que todos os benefícios dela advindos sejam colocadas a serviço da população. Pouco as escolas fazem para estimular seus alunos a fazer ciência e raramente divulgam seus resultados.

É comum associar o conhecimento científico às áreas de Ciências Naturais, excluindo-se os campos das humanidades e das linguagens como se neles não fosse possível fazer ciência. Mas, a verdade é que a ciência permeia todas as áreas do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento da capacidade criativa dos alunos e buscando soluções para a complexidade do funcionamento do mundo à sua volta. Fazer ciência desde a Educação Básica significa estimular o aluno a pensar de maneira criativa, formular perguntas, despertar o entusiasmo a cada resposta que descobre, e divulgar os resultados das descobertas empreendidas.

A falta de atividades voltadas à Iniciação Científica na Educação Básica contribui para que os estudantes cheguem despreparados na graduação,

apresentando grandes dificuldades para o desenvolvimento das atividades propostas. Nesse aspecto, observam-se dificuldades como falta de fluência na leitura e interpretação de textos, apresentação de seminários, produção de artigos científicos, resumos, resenhas, relatórios. Enfim, uma deficiência geralmente comum no âmbito do Ensino Superior, que não deveria existir se todo esse processo fosse trabalhado desde o Ensino Básico.

A realidade ainda consiste no distanciamento dos estudantes em relação à construção do conhecimento científico, por não terem sido ensinados a isso. Não é propiciado um ambiente que fomenta o conhecimento, curiosidade, criatividade, sensibilidade, imaginação, confiança, paciência, e suporte financeiro. Enquanto produzir ciência não for prioridade, o subsídio à iniciação científica não vier desde a educação Básica e o país viver apenas o academicismo científico será quase impossível questionar a complexidade dos problemas sociais e achar possíveis soluções em meio ao contexto de crise que assola o país nas últimas décadas.

Nesse contexto, tornam-se imprescindíveis ações efetivas para a formação de jovens pesquisadores, fixação de pesquisadores e a nucleação de novos grupos de pesquisa voltados à educação para a ciência. A ampliação e a regularidade na oferta de Bolsas de Iniciação Científica Jr apresentam-se como um caminho necessário para a diminuição das desigualdades regionais, auxiliando na produção e disseminação de pesquisas científicas produzidas na Amazônia. Dessa forma, vislumbra-se maior quantitativa de políticas promotoras do envolvimento de estudantes da Educação Básica em atividades científicas orientadas, promovendo a mobilização da população escolar em torno dos temas sobre a importância da Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo, assim, para a popularização desses saberes de forma mais integrada e sistemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Reginâmio B.; VALE, Lucas Gomes do. Iniciação científica na Educação Básica: desafios à formação de jovens cientistas na Amazônia Sul-Occidental. In: MENEGUETTI, Dionatas Ulises O. et al. **Pesquisas No Ensino Básico, Técnico E Tecnológico**. Vol. 1. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 25-44.
- BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C.; LIMA, Reginâmio B. Iniciação Científica Jr no Brasil: panoramas e abordagens para o fortalecimento da pesquisa na Educação Básica. In: MENEGUETTI, Dionatas Ulises O. et al. **Pesquisas no Ensino Básico, Técnico E Tecnológico**. Vol. 1. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 54-76.
- CGEE. **A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros**. Percepção pública da C&T no Brasil: 2015. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DEMO, Pedro. **O Educador e a Prática da Pesquisa**. Ribeirão Preto-SP: Alfabeta, 2010.
- DEMO, Pedro. Iniciação Científica: razões formativas. In: LIMA, Valderes Marina do R.; MORAES, Roque. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 3 ed. Porto Alegre, 2012.
- DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 10 jan. de 2019.
- FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em: <<https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>>. Acesso em 11 de jan. de 2019.
- LIMA, Valderes Marina do R.; MORAES, Roque. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 3 ed. Porto Alegre, 2012.
- MARTINEZ, Monica. **A imagem do cientista no imaginário contemporâneo: o caso do Instituto Royal**. Rizoma , v. 4, p. 122-137, 2016.
- MONTEIRO NETO, Aristides. CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Antonio. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica – Uma poética do imaginário**. Manaus: Editora Valer, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PIBIC. **A Formação de novos quadros para CT&I**: avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2017. PORTAL CNPq. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC Jr**. Disponível em <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

PORTAL CAPES. <<https://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

TURCHI, Lenita Maria; MORAIS, José Mauro de. **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil**: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: Ipea, 2017.

PROCESSO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DA RESERVA INDÍGENA DE SERRINHA (CONSTANTINA/RS) PARA O REASSENTAMENTO CRISTO REI (CHIAPETTA/RS) 1996-2002

TAMARA JURIATTI
GRADUADA EM HISTÓRIA-LICENCIATURA E BACHARELADO/
UFSM
TAMARA_JURIATTI@OUTLOOK.COM

INTRODUÇÃO

O Reassentamento Cristo Rei se localiza no município de Chiapetta/RS, foi criado em 2001 quando aproximadamente quarenta famílias de agricultoras e agricultores saíram da Comunidade Capinzal no município de Constantina/RS por conta da redemarcação da Reserva Indígena de Serrinha em 1996. O processo de redemarcação gerou muito debate e conflito entre agricultores brancos, que queriam permanecer no local e o povo Kaingang que pautava a retomada do território.

O conflito pode ser analisado como fruto de um processo histórico que foi desenvolvido por décadas do século XX e possuía raízes seculares, mais especificamente fruto da colonização branca a partir do século XVI. Como coloca Helen Ortiz em sua Dissertação de Mestrado *O banquete dos ausentes*, antes da chegada dos europeus o atual estado do Rio Grande do Sul era povoado por diversas sociedades nativas, esta ocupação data de cerca de doze mil anos atrás e os restos materiais de suas culturas originaram

diversos sítios arqueológicos que comprovam esta ocupação (2006, p. 54). Com a vinda dos europeus, principalmente espanhóis, portugueses e ingleses para a atual América, a formação econômico-social dos povos originários sofreu influência, a territorialidade foi um destes aspectos, pois a extração de matéria-prima necessitava de expansão territorial feita pelos europeus.

No início da colonização, o corpo e o trabalho dos povos nativos foram escravizados, posteriormente esta prática se tornou mais rarefeita devido ao extermínio dos povos, sendo substituída pela escravidão de pessoas sequestradas do continente africano. O genocídio da escravidão, dos bandeirantes e de outras incursões na costa e no interior da colônia traçou a barbárie no continente Americano, que continuou ao longo dos séculos.

No século XIX começam a ser criadas as reservas indígenas no Rio Grande do Sul, dentre os fatores de demarcação daqueles territórios, segundo José Nascimento em seu livro *Muita terra para pouco índio*, estava a pressão dos latifundiários em amenizar os conflitos que ocorriam devido à resistência indígena no estado frente a invasão de suas terras; gerar rendas para o Estado com a venda de terras que para isso precisavam estar livres de “índios”; e “civilizar” transformando-os de “selvagens” em brasileiros sedentarizados e produtores de excedentes agrícolas com expressão no mercado (2014, p. 43-45).

Como estudado no trabalho de conclusão de mestrado de Claudia Aresi *Transformações culturais e território: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS*, com a chegada dos imigrantes alemães e italianos esta situação se agravou pois os descendentes dos mesmos nas colônias velhas de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Veranópolis e outras, necessitando de terra foram ocupando, com o aval, ação ou omissão do Estado, as terras pertencentes aos povos indígenas (2008, p. 60). A Reserva Indígena de Serrinha se insere neste contexto de expropriação do território Kaingang no estado, segundo José Nascimento ela foi

criada e demarcada em 1848, medindo aproximadamente 10 léguas [...] Na década de 1910, a mesma foi dividida em duas, ficando Nonoai ao norte e, mais ao sul, a Serrinha, reduzidas em relação à demarcação original. Assim a Serrinha, demarcada

em 1912, ficou com 11.950 hectares mas, em 1949, foi criada uma reserva florestal de 6.624 hectares, retirados desta. Finalmente, em 1962, a presente reserva indígena foi totalmente ocupada e seus habitantes fugiram para outra. (2014, p. 41)

A partir da criação de uma área de Reserva Florestal em 1949, mesmo com o protesto dos Kaingangs a área foi progressivamente sendo ocupada por agricultores brancos até a ocupação completa na metade do século XX (NASCIMENTO, 2014, p. 50 e 51). Como estudou Joel Carini na década de 1990 o povo Kaingang avança pela retomada da área, demanda que entra em confronto com os interesses dos ocupantes brancos da época, gerando um conflito agrário entre estes dois grupos sociais (2008, p. 161).

REDEMARCAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DE SERRINHA

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade é publicizada a barbárie da Ditadura Civil Militar contra os povos originários do país¹, inclusive perpetrado por órgãos estatais como o Serviço de Proteção ao Índio-SPI (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2005). No período da redemocratização os povos originários se articulam através da União das Nações Unidas-UNI², onde o destaque se deu para a representação de Ailton Krenak e Álvaro Tukano no processo da Constituinte de 1988. Acompanhados de lideranças indígenas de vários locais do país apresentaram uma proposta popular de emenda a Constituição com 45 mil assinaturas (ÍNDIO CIDADÃO?, 2014). Com a grande mobilização dos povos originários houveram avanços legais, como o direito originário sobre a ter-

.....
1 "Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da Comissão Nacional da Verdade, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas." (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2005, p. 205)

2 "[...] foi a partir da UNI que nós descobrimos índios no Brasil, índios fora do Brasil e fizemos uma grande articulação latino-americana e criamos o Conselho Mundial dos Povos Indígenas." (ÁLVARO TUKANO, julho de 2010. In. LOPES, 2014, p.100).

ra, o usufruto do solo e o fim da tutela, como consta no capítulo XVIII da Constituição:

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens[...]

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (1988)

Essa articulação garantiu na principal carta legal da República Federativa do Brasil que os povos originários teriam direito sobre as terras que ocupavam, estimulando a luta já histórica por demarcação no país. Além do movimento na Constituinte outras articulações eram feitas no país, no estado do Rio Grande do Sul o texto da Constituição Estadual também regulava a redemarcação das terras indígenas invadidas por brancos,

Art. 32. No prazo de quatro anos da promulgação da Constituição, o Estado realizará o reassentamento dos pequenos agricultores assentados em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado situadas em terras indígenas. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Foi nesta conjuntura de organização do movimento indígena e de conquista de direitos que os Kaingangs do estado voltaram a pautar a área de Serrinha, que se localizava em quatro municípios: Constantina, Três Palmeiras, Ronda Alta e Engenho Velho. A primeira tentativa se deu em 1993 com a ocupação da área do absenteísta Rolf Thonnigs no município de Ronda Alta (CARINI, 2005, p. 35). A maioria das autoridades legislativas e executivas locais refutaram a demanda como escreve Joel Carini em seu livro *Estado, índios e Colonos*:

[...]desde que iniciou essa primeira tentativa de retomada da reserva pelos índios, a maioria das autoridades políticas municipais e regionais, desinformadas e/ou preocupadas na preservação de seus redutos eleitorais, lutou obstinadamente pela manutenção dos colonos na área. (2005, p. 36)

Com a nítida intenção de grande maioria dos dirigentes políticos da região em defender a permanência dos agricultores brancos no local foi realizado um ato com a presença de aproximadamente mil pessoas brancas. A partir deste evento foi formada uma comissão com representações do executivo e legislativo dos quatro municípios, além do Sindicato dos Agricultores Rurais, agricultores, assessores jurídicos, deputados estaduais e representantes do governo que foram até Brasília para agenda com o Ministro da Justiça Maurício Corrêa. Na reunião o ministro se pronuncia favorável às demandas da recente comissão, demandando à FUNAI a retirada dos Kaingang da área ocupada, os ocupantes foram então transferidos para a reserva de Rio da Várzea (CARINI, 2005, p. 38-41).

Este episódio retomou mais um conflito por terra no país que no estado ganhou contornos próprios. A maioria dos conflitos agrários envolvem sem terras e/ou indígenas denunciando grandes latifundiários, donos de minas, entre outras personificações do capital. Porém neste caso se tratava de um conflito envolvendo um povo originário e agricultores familiares, tornando-se uma disputa com viés racial, muito mais do que econômico. A ação do Estado mostrou que a formação econômico-social em que ele está inserido é racista, pois suas ferramentas foram utilizadas para a retirada do povo Kaingang das suas terras, não para resolver o conflito entendendo a particularidade e contexto econômico, social, cultural e político de ambos os grupos.

Em 1996 o povo Kaingang fez uma nova tentativa de retomada da área, desta vez acampando próximos à RS-324. Na entrada do acampamento havia uma faixa que mostrava a demanda, “Serrinha estou de volta depois de muitos anos; por que eu sei que tu és a minha terra natal” (CARINI, 2005, p. 43). Por conta desta mobilização e de outras que ocorriam em áreas do estado pelos indígenas, o Governo Estadual criou um grupo de trabalho que ficou responsável por analisar a situação destas demandas.

Este grupo de trabalho apontou para o direito à terra dos povos indígenas sugerindo que o Estado fizesse as demarcações, indenizando ou reassentando os agricultores brancos, começam então à serem feitos os levantamentos das primeiras propriedades dos agricultores. Em 1997 foi feito o primeiro

levantamento, sendo cadastradas 30 propriedades, com a indenização das famílias da primeira etapa começou a segunda (CARINI, 2005, p. 48, 50 e 51).

PROCESSO DE MIGRAÇÃO DOS BRANCOS DA ÁREA

Foram quatro os levantamentos realizados nas propriedades dos agricultores brancos ocupantes da Terra Indígena de Serrinha, até onde constam nas fontes encontradas. No primeiro levantamento “[...] a Funai cadastrou 30 ocupantes (1997); no segundo levantamento, foram 127 famílias (1999); no terceiro, 298 famílias (2001) e no quarto e último, foram as 336 famílias restantes (junho de 2003).” (CARINI, 2005, p. 74).

Não foram encontradas fontes bibliográficas sobre o reassentamento das famílias de pessoas brancas posteriores a 2004. Contudo, conforme entrevista para a Rádio Planalto, em 2013, um grupo ainda buscava reassentamento³. Até onde consta na bibliografia, em 2004, haviam nove reassentamentos de agricultores brancos que eram provenientes da Terra Indígena de Serrinha, dentre eles o Reassentamento Cristo Rei, objeto e sujeito coletivo do presente trabalho. Na figura abaixo podem ser vistos os reassentamentos, os municípios onde foram instalados, o número de famílias reassentadas, em quantos hectares e o custo da aquisição pelo Estado.

Figura 1 – Reassentamentos de agricultores brancos migrantes da Reserva Indígena de Serrinha

Reassentamento	Município	Nº de famílias	Hectares	Custo (R\$)
Novo Horizonte	Chiapeta	46	740	1.761.753,70
Cristo Rei	Chiapeta	40	750	2.000.215,35
São Sebastião	Coronel Bicaco	37	630,84	1.859.840,00
Redenção	Redentora	16	297,37	594.750,00
25 de julho	Ernestina	36	549,65	1.503.623,52
Conquista das Missões	Catuípe	15	264	631.200,00
1º de Maio	Ronda Alta	11	168,181	426.362,38
Novo Madureira	Santana do Livramento	24	592	495.294,15
Tarumã III	Sarandi	21	256,02	785.279,05
Total	9	246	4.248,06	10.058.318,15

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo.

Fonte: CARINI, 2005, p. 92.

.....
 3 Serrinha: famílias esperam há 12 anos para serem reassentadas. In. Rádio Planalto. Disponível em: <http://rdplanalto.com/noticias/1095/serrinha-familias-esperam-ha-12-anos-para-serem-reassentadas>. Acesso em: 25 abr. 2019.

A maioria dos reassentamentos se localizaram na região norte e noroeste do estado, com exceção do Reassentamento Nova Madureira em Santana do Livramento, localizada no sudeste do estado. A maioria se localizando no norte por conta da proximidade com o antigo território e as relações de parentesco constituídas nele e que as famílias buscavam manter. O Reassentamento Cristo Rei, no município de Chiapetta foi o maior em hectares (750), e o segundo maior em número de famílias (40).

A partir de 1999 houve o aumento no número de assentamentos e reassentamentos realizados no estado. O ano não por coincidência marca o começo do governo de Olívio Dutra, governo composto por uma frente de partidos de esquerda que tinham relações com movimentos sociais. Como explica César Augusto Ros em *A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos*:

[...]tal coalizão se distinguiu por apresentar um programa de governo oposto às diretrizes políticas nacionais do Governo reeleito de Fernando Henrique Cardoso, integrado por uma coalizão de partidos de centro-direita, cujas premissas eram baseadas num ideário neoliberal. (2008, p. 59).

Em campanha e no plano de governo houve o comprometimento com a pauta da agricultura familiar. Essa construção se consolidou pela presença de Movimentos Sociais do Campo (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB e Movimento de Pequenos Agricultores-MPA) na disputa do projeto que o mandato teria⁴. No mesmo ano da posse foi lançado o Plano Estadual de

.....
4 “[...] o governo de Olívio Dutra se constituiu numa espécie de antípoda da política nacional, posto que as suas diretrizes gerais se ancoraram na defesa da centralidade do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico; na universalização do acesso às políticas sociais, encaradas como direitos do cidadão e um dever do Estado; e na defesa de uma radicalização da democratização do Estado, mediante o estímulo das formas de democracia participativa criadas a partir da experiência do Partido dos Trabalhadores com o Orçamento Participativo. No âmbito da política agrária implantada pelo governo Olívio Dutra, observa-se que esta foi fortemente influenciada pela sintonia existente entre o Partido dos Trabalhadores (PT), principal agremiação política da coalizão do governo, e os movimentos sociais e entidades sindicais do campo. Por essa razão, as políticas voltadas ao fortalecimento das formas familiares de produção e a reforma agrária foram encaradas como estratégicas na proposta de desenvolvimento rural preconizada pela Frente Popular.” (ROS, 2008, p. 59).

Reforma Agrária que contemplava nas suas ações o Programa de Reassentamento de Agricultores Residentes em Áreas Indígenas,

O intuito do governo do estado com o Programa de Reassentamentos de agricultores Residentes em Áreas Indígenas era, além de restituir ao agricultor a mesma extensão de terra que possuía dentro da área indígena, realizar concessão de uso de extensões de terras suficientes para tornar viável a agricultura familiar. (CARINI, 2005, p. 63).

Através do plano foram inaugurados 62 novos assentamentos e reassentamentos no estado, em uma área de mais de 47 mil hectares, o maior número em vinte anos e somando os cinco governos antecessores (ROS, 2008, p. 68). Um salto qualitativo analisado pela bibliografia se refere ao fato do governo ter assentado as famílias agricultoras de forma articulada com o desenvolvimento rural e não somente de forma episódica por algum conflito pontual por terra no estado. Porém uma contradição pontuada foi o fato dos assentamentos terem sido feitos na maioria através da aquisição de terras, fortalecendo o latifundiário e também o mercado de venda e compra de terra no país⁵, sendo uma contradição enfrentada pelos defensores de um modelo de reforma agrária via expropriação latifundiária que se encontravam dentro do governo (ROS, 2014, p. 86).

A pressão dos movimentos sociais influenciou no número de assentamentos feitos, bem como o fato de ter um governo aberto a negociações, encorajou os movimentos sociais a ocuparem locais que pudessem ser adquiridos pelo Estado. Os dados a seguir mostram como a iniciativa dos grupos sem-terra ou desalojados foi importante para a aquisição de terras, haja vista que o Estado brasileiro, com resquícios coloniais, teve pouco interesse

.....
5 À exceção da modalidade de ação discriminatória que envolve a disponibilização de áreas públicas (patrimoniais ou devolutas), cujos custos são praticamente nulos, nas demais modalidades, tais como as compras governamentais, as desapropriações por interesse social ou por utilidade pública e os programas de crédito fundiário, há uma dependência, sem exceção, de elevadas inversões financeiras por parte dos governos estaduais. Tal fato, além de encarecer a execução de uma política fundiária, contribui para remunerar os antigos proprietários dos imóveis adquiridos pelo governo, conforme os preços praticados pelo mercado de terras. No caso do governo Olívio Dutra, constata-se que esse foi o seu principal paradoxo, pois o acionamento dessas modalidades de obtenção de terras o colocou em contradição com o seu discurso de oposição ao modelo de reforma agrária de mercado adotado pelo governo federal.

na reforma agrária, até mesmo em um modelo que atendesse os interesses do mercado. A importância da organização das e dos trabalhadores do campo fica nítido na pesquisa abaixo:

Numa pesquisa realizada recentemente em vários estados brasileiros, constatou-se que 96% dos assentamentos investigados resultaram de situações de conflito, sendo que em 89% dos casos a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores rurais e de suas organizações, em somente 10% dos casos a iniciativa partiu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (HEREDIA et al., 2002, p. 78. In. ROS, 2008, p. 56).

Portanto a auto-organização dos sujeitos e coletivos sociais que buscam por terra foi determinante para a distribuição no país.

REASSENTAMENTO CRISTO REI

As aproximadamente quarenta famílias migrantes que compunham o grupo de ocupantes da área pertencente a Afra Cristina Chiapetta se organizaram coletivamente por laços de parentesco, vizinhança e reciprocidade que já tinham construído na Comunidade Rural Capinzal na área da Terra Indígena de Serrinha, no município de Constantina. Outro fator que influenciou o grupo foi a organização dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina, conforme indica Benjamin Gallina, morador do Reassentamento e ex-membro do mesmo sindicato:

[...] o nosso grupo foi organizado por interesses em comum, famílias que queriam sair de lá, sabendo onde iam, primeiro receber a terra e depois as benfeitorias e assim por diante. A gente se entendia em ideias e tudo. Disso surgiu vários grupos. O nosso tinha em torno de quarenta famílias. Outra coisa que ajudou a formação do grupo é que a nossa turma era organizada via sindicato. A gente queria sempre o apoio do Sindicato, e o Sindicato é quem tinha voz dentro do Governo para ajudar. (Informação verbal)⁶

.....
6 GALLINA, Benjamin. Ex-Componente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina e morador do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

Fato confirmado pela mediação que o sindicato fez com o governo do estado para a aquisição da área em Chiapetta, já que documentos endereçados para o governo e atas de reuniões de negociações possuíam a assinatura da entidade⁷. Outra situação que agregava a organização da comunidade era a questão religiosa. Com maioria de católicos e católicas, os encontros semanais na igreja eram comuns, sendo que as lideranças políticas também eram lideranças religiosas (informação verbal)⁸. É conhecida na bibliografia a importância de encontros de famílias rurais em centros comunitários reforçando os laços de reciprocidade (Carini, 2008, 2010). Como desdobramento, com todo o processo de saída de Constantina, essa organização tomou mais forma e ação em busca do reassentamento.

O município de Chiapetta já possuía um assentamento vindo da Terra Indígena de Serrinha, o Reassentamento Novo Horizonte, que teve a área apresentada pelo Frei Sérgio, Diretor do Departamento de Reforma Agrária da Secretaria da Agricultura do Governo Olívio Dutra. Em entrevista oral Benjamin Gallina lembra que o secretário elogiou a qualidade da terra no município e que a partir deste incentivo fizeram algumas visitas à Chiapetta para conhecer o local. Havendo interesse no município o próximo passo foi procurar a propriedade que se enquadrasse nas determinações legais para aquisição. O local posteriormente encontrado estava sob posse de Afra Cristina Chiapetta, herdeira de terras da família Chiapetta e que estava em dívida com o Estado, além de estar interessada na venda da terra⁹.

.....
7 COMISSÃO DOS AGRICULTORES ATINGIDOS PELA ÁREA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONSTANTINA/RS. **Ofício nº 0010**. [acordos firmados no dia 24 de janeiro de 2001 sobre indenizações e reassentamentos que ainda não foram cumpridos]. Constantina, RS, 2001. 1 p.

8 GALLINA, Benjamin. Ex-Componente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina e morador do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

9 “Por que aquela propriedade eles já tinham colocado à venda, a Afra tinha uma dívida grande com o Banco do Brasil e o Banco do Brasil tava prestes a executar a área. Então eles colocaram à venda a área pra esse corretor de imóvel. Então fechou, por que o corretor de imóvel já tinha ela pra vender, e nesse meio tempo ele foi procurado para conversar sobre essa aquisição [...]. SANTOS, Carlos Eugênio. Secretário de Planejamento de 2001 à 2016 do município de Chiapetta. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**. Chiapetta, 22 abr de 2019.

Porém dificuldades na aquisição foram encontradas por conta de um contrato de arrendamento que ainda estava em andamento, o arrendatário estava relutante quanto a rescisão do mesmo¹⁰. A tática encontrada pelo grupo diante do fator anteriormente citado foi a ocupação do local, pressionando através da ação o Estado para que concluísse as negociações.

Na carta¹¹ enviada pelo Movimento dos Agricultores Atingidos pela Área Indígena do Município de Constantina/RS ao Secretário Estadual da Reforma Agrária, Antônio Marangon os agricultores informam que a ocupação ocorreu “...De forma pacífica e ordeira...” às 8 horas do dia 11 de junho de 2001 “...esta em definitivo...” e informavam que tinham conhecimento de que a área já havia sido vistoriada e avaliada pelos técnicos do Estado, necessitando uma providência para a aquisição. Durante a pesquisa em documentos escritos e entrevistas se notou a opinião dos sujeitos envolvidos na ocupação da propriedade de Afra Cristina Chiapetta e das autoridades municipais sobre os agricultores e agricultoras sem-terra, em específico do MST. Em vários momentos, foram apresentados argumentos para se diferenciar daqueles, como no documento enviado ao Estado, informando da ocupação: “... ocupou de forma ordeira e pacífica.” Nas entrevistas orais: “nós já havíamos informado que ia ser uma ocupação amigável, sem aquelas ocupações de destruição que o MST fazia anos atrás e que tava tudo sendo controlado pela administração municipal.” (Informação verbal)¹²

Os movimentos do campo possuem diferentes táticas de obtenção de terra, neste caso, os agricultores que buscavam reassentamento em Chiapetta estavam organizados via o Sindicato Rural de Constantina e possuíam uma tática de negociação conciliatória com as instituições municipais e estaduais. O fato de serem assentados, brancos e terem ocupado a área com o apoio da gestão municipal de Chiapetta, criou a imagem de “cidadões de

.....
10 Idem.

11 MOVIMENTO DOS AGRICULTORES ATINGIDOS PELA ÁREA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS. Arquivo pessoal Benjamin Gallina e Oneide Gallina. **Carta**. Ocupação da propriedade de Afra Cristina Chiapetta. Chiapetta, RS, 2001. 1 p.

12 SANTOS, Carlos Eugênio. Secretário de Planejamento de 2001 à 2016 do município de Chiapetta. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**. Chiapetta, 22 abr de 2019.

bem”, em contraposição à imagem que se tinha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tidos como “baderneiros”, senão “terroristas” pelas táticas para obtenção da reforma agrária e pela estratégia revolucionária que visa a derrubada do capitalismo¹³, imagem muito difundida na época pela mídia e pelas opiniões do governo federal de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, esta visão sobre o MST, criada principalmente através das ferramentas midiáticas e estatais do período, oculta uma questão que foi importante para o reassentamento dos brancos que precisavam sair de Serrinha. Os agricultores, desde 1996, estavam em conflito por que precisavam sair da Terra Indígena de Serrinha, sendo que poucas famílias haviam sido reassentadas, não havendo um plano de governo específico para estes casos. A demora foi superada a partir da entrada de uma frente de esquerda no Governo, eleita e com uma política fundiária pautada e disputada pelo MST e outros Movimentos Sociais do Campos. Então, para que os agricultores brancos, os quais precisaram sair da Serrinha, tivessem seu lote de terra contaram com o apoio destes movimentos vistos por alguns como “terroristas”, já que os mesmos disputavam os rumos do governo no estado.

Enquanto os homens estavam em processo de acampamento em Chiapetta, as mulheres ficavam nas propriedades em Constantina, trabalhando como donas de casa, agricultoras, desenvolvendo o trabalho do cuidado com os filhos e familiares idosos, além de fazer o trabalho dos companheiros ausentes que estavam acampando (informação verbal)¹⁴. Este trabalho de sustentação da economia familiar e, por consequência, da economia global, deve ser pautado na bibliografia. Pois não é novidade que em momentos de crises e guerras as mulheres desempenham um papel essencial de reprodução da vida

.....
13 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>> Acesso em: 28 ago. 2019.

14 GALLINA, Oneide. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

JURIATTI, Ivete. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

JURIATTI, Salete Zanella. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**. Chiapetta, 23 abr. 2019.

com cuidados da população masculina, e também das crianças e idosos, além de serem força de trabalho tanto no campo como na cidade.

Sendo assim, o trabalho destas mulheres agricultoras não deve ser desconsiderado, sem ele o processo de acampamento e pressão política pelo novo espaço de moradia, trabalho e sociabilidade não teria acontecido visto que sem o trabalho delas os homens não teriam como se liberar do seu trabalho e sair de suas casas para acampar. Pela construção patriarcal de divisão social do trabalho pelo gênero e por serem as que desenvolvem o trabalho de reprodução da vida as mulheres ficaram com a tarefa de manter a propriedade rural em funcionamento tendo seu trabalho sido fundamental e não mencionado na bibliografia enquanto os homens foram visibilizados no processo por estarem participando das reuniões, assinando documentos e dando entrevistas.

Após a ocupação da área de Afra Cristina Chiapetta, os agricultores acampados foram orientados pelo Governo Estadual a saírem de dentro da área devido à Medida Provisória do Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso, conhecida como Lei Anti-Invasão, a qual impedia a desapropriação de imóveis ocupados e o repasse de dinheiro para a entidade que estava ocupando, nitidamente uma medida para coibir a ação do MST¹⁵. “Então, invadida a área, nós tínhamos que sair amigavelmente, sem haver ordem de despejo”(informação verbal)¹⁶, os ocupantes então se retiraram de dentro da área pretendida e se deslocaram para a frente da sede da então propriedade em uma área cedida pela Associação do Reassentamento Nova Conquista, vizinho do atual Reassentamento Cristo Rei, fruto do desalojamento de famílias para a construção de barragem em Santa Catarina¹⁷, a fotografia a seguir mostra o acampamento no local.

.....
15 INCRA diz que STF flexibilizou lei anti-invasão. In. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://abdir.jusbrasil.com.br/noticias/909630/incra-diz-que-stf-flexibilizou-lei-anti-invasao>. Acesso em: 12 mai. 2019.

16 GALLINA, Benjamin. Ex-Componente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina e morador do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

17 Idem e BRZEZINSKI, Elton. **Chiapetta, um resgate de sua história**. Chiapetta/RS: [s.n.], 2005.

Figura 2 – Acampamento em frente a propriedade de Afra Cristina Chiapetta.



Fonte: Arquivo pessoal de Salete Zanella Juriatti e Irineu Juriatti.

É oportuna a percepção da solidariedade das famílias do Reassentamento Nova Conquista para com agricultores que buscavam o reassentamento no município, a hipótese é que esta ajuda deriva do fato das famílias daquele Reassentamento terem passado por situação semelhante por serem desalojados de uma área para construção de barragem no estado de Santa Catarina (BRZEZINSKI, 2005, p. 45)

Durante o período de ocupação houve momentos de tensão por conta do arrendatário da terra. A proprietária arrendava a área¹⁸ e no momento da ocupação o contrato de arrendamento ainda estava em andamento, o que gerou momentos de preocupação por parte dos ocupantes. Quando perguntado sobre as dificuldades da ocupação o morador do atual Reassentamento Cristo Rei, Benjamim Gallina respondeu,

Uma noite até teve tiro. A gente não tem prova de quem foi, né, mas teve essa situação de medo, de pressão e tensão, muita movimentação do arrendatário, porque ele também não queria perder. E sempre a insegurança, por que nós não sabíamos se íamos sair, se não (Informação Verbal)¹⁹.

18 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 123/1.02.0001830-4**. [desapropriação]. Santo Augusto, RS, 2003. Online. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>>. Acesso em: 14 out. 2019.

19 GALLINA, Benjamin. Ex-Componente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina e morador do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. 2019.

Após estes meses de incerteza, e de diversas reuniões, no final de 2001, o processo de aquisição foi concretizado²⁰. As famílias da Vila Capinzal foram para a área adquirida pelo Estado em Chiapetta e formaram uma agrovila provisória em torno da antiga sede da granja, permanecendo lá até o momento da demarcação e o sorteio dos lotes individuais de cada família (informação verbal)²¹.

Em 11 de março de 2002, houve o ato de posse do Reassentamento, com a presença do Prefeito de Chiapetta, do Secretário Extraordinário de Reforma Agrária do estado, de membros dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Chiapetta e Constantina, de moradoras e moradores, além de outros representantes de órgãos estatais e entidades.

Figura 3 – Ato de inauguração do Reassentamento Cristo Rei.



Fonte: Arquivo Pessoal de Leocir Zanella e Edir Zanella.

As famílias construíram casas provisórias, onde moraram por dois anos, até 2004, “[...] nós viemos em janeiro de 2002, daí, e foi residido dois anos. Em janeiro de 2004, foi vindo pra baixo. Daí que foram demarcadas as terras”. (Informação verbal)²².

.....
20 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 123/1.02.0001830-4**. [desapropriação]. Santo Augusto, RS, 2003. Online. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>>. Acesso em: 14 out. 2019.

21 JURIATTI, Salete Zanella. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**. Chiapetta, 23 abr. 2019.

22 Idem.

CONCLUSÃO

Estudar o processo de criação do Reassentamento Cristo Rei sem falar de usurpações, de desigualdades no acesso à terra no país, de políticas públicas mal planejadas, ou da falta delas, além do controle da classe latifundiária branca sobre todo o processo criaria uma síntese incompleta. Um processo migratório que tem suas origens ainda no período colonial com a usurpação de terra de povos tradicionais e a criação de uma classe latifundiária, com a posterior chegada dos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, em uma ação do governo pensada em curto prazo, deixando muitos descendentes sem-terra, o que custou o território dos povos originários do estado e posteriormente o território das famílias de pequenos agricultores.

Os povos constituem relações próprias em seus territórios e essa série de migrações quebra vínculos coletivos que levam anos para serem retomados ou recriados, além de todo o desgaste psicológico de não ter certeza sobre o futuro, levando muitas famílias brancas que saíram de Serrinha a migrarem para a cidade, o que também deve ter sido recorrente com famílias Kaingangs quando da invasão branca no meio do século XX.

O processo de Reassentamento perpassa lutas históricas por reforma agrária no país, disputadas pelos movimentos sociais nas ruas e também nos aparelhos de Estado. A ação dos Movimentos Sociais do Campo no governo do Estado, a pressão das famílias desalojadas ocupando terras e fazendo outras mobilizações pelo reassentamento e a pressão do movimento Kaingang para que o governo liberasse logo suas terras, foi fundamental para que o Reassentamento Cristo Rei fosse concretizado. O trabalho invisibilizado das mulheres agricultoras também foi decisivo no andamento da aquisição do território em Chiapetta, sem elas os homens não estariam liberados de suas tarefas para serem as figuras públicas do processo.

O reassentamento foi fruto da mobilização das famílias desalojadas, que organizadamente pautaram o novo território, mas também se encontrava dentro de uma conjuntura no estado e no país que não podem ser ignoradas. Como também é reflexo de uma estrutura agrária baseada no

latifúndio que tem a capacidade de gerar um conflito entre dois grupos pobres, perpetuando o racismo e o genocídio e mantendo a grande propriedade ileasa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ARESI, Cláudia. **Transformações culturais e território**: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Geociências/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRZEZINSKI, Elton. **Chiapetta, um resgate de sua história**. Chiapetta/RS: [s.n.], 2005.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos**: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo. UPF, 2005.

CARINI, Joel João. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho-1970-2007: o caso da reserva indígena de Serrinha. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

CARINI, Joel João. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios**: racionalidades, representações e cidadania. 2010, p. 333. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2010.

COMISSÃO DOS AGRICULTORES ATINGIDOS PELA ÁREA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONSTANTINA/RS. **Ofício nº 0010**. [acordos firmados no dia 24 de janeiro de 2001 sobre indenizações e reassentamentos que ainda não foram cumpridos]. Constantina, RS, 2001. 1 p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF, 2014.v. 2.

GALLINA, Benjamin. Ex-Componente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina e morador do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

GALLINA, Oneide. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

ÍNDIO cidadão?. Rodrigo Siqueira. Distrito Federal: 7G documenta; Machado Filmes, 2014. 1 vídeo (52 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>. Acesso em: 18 jul de 2019.

JURIATTI, Ivete. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**, Chiapetta, 24 abr. de 2019.

JURIATTI, Salete Zanella. Moradora do Reassentamento Cristo Rei. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**. Chiapetta, 23 abr. 2019.

MOVIMENTO DOS AGRICULTORES ATINGIDOS PELA ÁREA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS. Arquivo pessoal Benjamin Gallina e Oneide Gallina. **Carta**. Ocupação da propriedade de Afra Cristina Chiapetta. Chiapetta, RS, 2001. 1 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>> Acesso em: 28 ago. 2019.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes. **“Muita terra para pouco índio”**: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha. São Leopoldo: Oikos, 2014.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes**: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 123/1.02.0001830-4**. [desapropriação]. Santo Augusto, RS, 2003. Online. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>>. Acesso em: 14 out. 2019.

ROS, César Augusto. A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos. **Revista NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 11, n. 13, p. 47–82, jul./dez, Presidente Prudente, 2008.

ROS, César Augusto. O campo de conflitos agrários e o governo Olívio Dutra (1999-2002): uma análise da política agrária estadual. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.4, no 1, p.49-90, jan./jun, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/download/15645/9417>> Acesso em: 12 ago. De 2019.

SANTOS, Carlos Eugênio. Secretário de Planejamento de 2001 à 2016 do município de Chiapetta. **Entrevista concedida à Tamara Juriatti**. Chiapetta, 22 abr de 2019.

CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS¹

INDAIA DIAS LOPES

DOUTORANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (PPGH/UPF); BOLSISTA PROSUC/CAPES; INTEGRANTE DO CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA SEMINA/UPF; MESTRA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PPGDR/UNIJUÍ); ECONOMISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
PASSO FUNDO, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
INDAIA_LOPES@YAHOO.COM.BR

RESUMO

A agricultura familiar brasileira abrange significativa diversidade cultural, social e econômica que varia desde o campesinato tradicional até a pequena produção que utiliza-se de modernização. No Brasil, a expressão “agricultura familiar” até início da década de 1990, tanto no meio científico quanto governamental e das políticas públicas era denominada por diferentes termos, tais como: pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não-comercial. Assim, este estudo tem por objetivo discorrer acerca do contexto social e econô-

.....
¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

mico brasileiro do final do século XX que culminou em uma política agrícola voltada a agricultores familiares. Neste período, também não existiam no país instrumentos ou políticas públicas de alcance nacional direcionadas ao atendimento e ao desenvolvimento desta categoria social. No ano de 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), representando o reconhecimento do Estado à agricultura familiar. Tal Programa passou por reformulações desde a sua configuração inicial, abarcando diferentes grupos de agricultores familiares e se tornando a principal política pública para esta categoria social.

Palavras-chave: Campesinato. Agricultura familiar. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira abrange significativa diversidade cultural, social e econômica que varia desde o campesinato tradicional até a pequena produção que utiliza-se de modernização. Porém, até o final do século XX a política agrícola brasileira, particularmente após o período pós-guerra, beneficiou os agricultores detentores de grandes extensões de terra por meio de subsídios fiscais e de crédito (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001), negligenciando este segmento produtivo (SILVA, 2012).

A agricultura familiar corresponde a 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa um pouco mais de 80,3 milhões de hectares de área, representando 24,3% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros. Tal segmento contribui para a agropecuária do país com 38% do valor da produção e 34% das receitas do agro brasileiro tem origem neste setor (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

A expressão “agricultura familiar” ganhou reconhecimento no Brasil a partir da década de 1990 e se consolidou com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (RESENDE; MAFRA, 2016). Este programa foi criado por meio da Resolução nº 2.191 de 24 de agosto de 1995, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e posteriormente foi substituída pela Resolução nº 1.946 de 28 de junho de 1996, sucedeu o Programa de Valorização da

Pequena Produção Rural (Provape)² (GRISA, 2012), representando o reconhecimento do Estado à agricultura familiar (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

Para Schneider, Mattei e Cazella (2004), a criação do Pronaf em 1995/1996 é considerada como o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às particularidades da agricultura familiar e resultou na necessidade de outras políticas diferenciadas para o desenvolvimento rural, assim como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e no âmbito deste a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001 (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Conforme Machado (2014), as questões fundiárias e agrícolas, as quais em geral estão relacionadas ao mundo rural, se encontram no cerne dos interesses da área da história. A autora destaca que:

a pesquisa historiográfica referente ao mundo rural como campo de investigação faz-se necessária como possibilidade de identificação e discussão das concepções teórico-metodológicas que definiram as ferramentas e formas da escrita da história, potencializando o debate em torno dos limites e possibilidades, avanços e entraves no que se refere ao campo disciplinar da História (MACHADO, 2014, p. 3).

Assim, tendo em vista a importância das questões agrícolas para a historiografia brasileira, este trabalho aborda a agricultura familiar e as políticas públicas para esta categoria social e, dessa forma, justifica-se a realização deste estudo. Este trabalho integra uma pesquisa em andamento (tese), a qual investiga as contribuições do Pronaf para a reprodução social dos agricultores familiares na mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1995 a 2015. Portanto, se constitui em uma aproximação ao objeto de estudo da presente pesquisadora e tem como objetivo discorrer acerca do contexto social e econômico brasileiro do final do século XX que culminou em uma política agrícola voltada a agricultores familiares.

Este trabalho está organizado em cinco seções, iniciando por esta introdução. Na segunda seção são discutidos conceitos de campesinato e

.....
2 Conforme Bianchini (2015), o Provape foi um programa de crédito destinado a pequenos agricultores, considerado um embrião do Pronaf.

agricultura familiar. A terceira seção apresenta os aspectos metodológicos do estudo. Na quarta seção abordam-se as políticas públicas para a agricultura familiar, destacando a trajetória do Pronaf. Por fim, segue-se as considerações finais e as referências.

CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: REVISITANDO CONCEITOS

No Brasil, a política de concentração de terras foi uma constante na história agrária do país, desde os tempos da formação da sociedade brasileira. Para Guimarães (1982, p. 299):

O campesinato brasileiro, como classe, formou-se posteriormente à implantação do sistema latifundiário, às vezes com o seu consentimento, como no caso dos núcleos coloniais; às vezes à sua revelia, como no caso das posses; às vezes por sua iniciativa e conveniência, como irá acontecer, já no presente século, em São Paulo. Aí, foram os próprios fazendeiros de café que, numa tentativa de evitar as fugas de colonos, durante a virada do século, instalaram uns poucos grupos de proprietários, na intenção de que se formassem com eles uma força de reserva para os trabalhos ocasionais da lavoura. “É preciso fixar o imigrante ao solo – dizia o relatório do Ministro da Agricultura em 1901 – mas é preciso fazer isto de modo a deixá-lo à disposição da grande lavoura quando ela tiver necessidade de seus braços”.

Segundo Wanderley (1996), historicamente o campesinato brasileiro é marcado pela luta dos camponeses para ter acesso ao mercado e por diversas derrotas nos embates vivenciados. Para a autora, um dos aspectos mais relevantes da luta dos camponeses brasileiros situa-se no esforço realizado para constituir um “lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (p. 12).

A agricultura familiar brasileira contém muitas características camponesas. Por sua vez, a constituição do campesinato no país “tem como base o acesso a terra e a reprodução de formas particulares de produção e de sociabilidade” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Ainda acerca do campesinato, Wanderley (2009) esclarece que o conhecimento sobre esta categoria social passou por um processo de evolução. Nas palavras da autora:

Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio (WANDERLEY, 2009, p. 40-41).

Para Schneider (2016, p. 95), a categoria social dos agricultores familiares são:

... unidades de trabalho e produção, que em geral trabalham em um pequeno pedaço de terra, quase sempre de propriedade privada (embora não necessariamente), por meio da qual retiram o essencial para alimentar a própria família, mas também para vender, comprar, intercambiar e acumular. Do ponto de vista sociológico, os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, que se situa em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligados por laços de parentesco com a terra e os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais.

A produção familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo que ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Neste sentido, Lamarche (1993, p. 15) destaca que a exploração familiar corresponde a:

[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essas e outras características permitem dar certo sentido de particularidade, o que favorece a construção de certas tipologias, mesmo na diversidade e diferenciação. A autora ressalta que, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica. Deve-se considerar a diversidade de situações tanto econômica e social que o grupo apresenta.

No Brasil, a expressão “agricultura familiar” até início da década de 1990, tanto no meio científico quanto governamental e das políticas públicas era denominada por diferentes termos, tais como: pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não-comercial (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005). Neste período, também não existiam no país instrumentos ou políticas públicas de alcance nacional direcionadas ao atendimento e ao desenvolvimento desta categoria social (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

METODOLOGIA

Os estudos desenvolvidos pelo historiador refletem as diferentes práticas sociais em tempos distintos e, simultaneamente, acerca da prática acadêmica (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1995). Este estudo insere-se na perspectiva da História do Tempo Presente, tendo em vista que trata-se de um fenômeno contemporâneo, onde o período inicial de análise aborda o final do século XX, quando foi implementada a primeira política pública para a agricultura familiar brasileira, o Pronaf. Segundo Delgado e Ferreira (2013, p. 23-24), a história do tempo presente “tem no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca”.

Quanto ao nível do estudo, trata-se de uma pesquisa descritiva, em razão de que procura descrever as características de um determinado fenômeno ou grupo (GIL, 2016). Quanto ao delineamento, este estudo trata-se de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Em relação à abordagem dos dados trata-se de uma pesquisa qualitativa, que buscará conteúdos explicativos especialmente em documentos e legislações, ainda que utilizando-se de revisão bibliográfica para subsidiar qualitativamente a análise.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO PRONAF

Na década de 1960 o setor agrícola e o meio rural brasileiro passaram por acentuadas mudanças, dentre as quais a modernização da agricultura se situa no centro destas transformações. Neste período as atividades agrícolas

subordinaram-se aos setores dominantes da indústria e do capital financeiro com a adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos de produção agrícola. Esta situação associou-se ao fato das grandes empresas ocuparem as fronteiras agrícolas e se favorecerem de políticas públicas voltadas para esta expansão (WANDERLEY, 2014).

Em meio a este panorama voltado ao favorecimento da grande propriedade e com recursos direcionados a grande produção a agricultura familiar buscava se reproduzir em um ambiente competitivo e se constituía em um setor ou categoria social que não era a prioridade do Estado (CARNEIRO, 1997).

Durante os anos 1980 foram executados alguns programas específicos e regionalizados para a agricultura familiar, tal como o Projeto Nordeste, que incluía o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), o qual buscava melhorias na produção e na comercialização dos agricultores familiares. No entanto, as políticas que foram criadas não possuíam abrangência nacional e não contemplavam as especificidades socioeconômicas destes agricultores (GRISA, 2010).

Com o processo de abertura democrática brasileira algumas organizações³ (CONTAG, CUT, DNTR, MST, MAB) ligadas a agricultura familiar passaram a ganhar visibilidade no cenário político do país. Estes movimentos evidenciavam as difíceis condições de reprodução social dos pequenos agricultores brasileiros e reivindicavam a intervenção do Estado na agricultura visando a construção de políticas que pudessem atender as necessidades deste segmento (GRISA, 2010).

Nas atas da reunião da subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária da Assembleia Nacional Constituinte (ANC)⁴, realizada em 1987,

.....
3 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR; Movimento dos Sem Terra – MST; Movimento dos Atingidos por Barragens.

4 A instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) ocorreu em 1º de fevereiro de 1987 e foi encerrada em 2 de fevereiro de 1988. O encerramento marcou a aprovação do texto final da Constituição Federal Brasileira. O período da ANC foi marcado por muitas divergências entre agricultores familiares e agricultores patronais (BIANCHINI, 2015).

havia uma discussão entre os constituintes acerca da política agrícola brasileira. O deputado Aldo Arantes, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no período, insistia na articulação de uma política agrícola orientada para o mercado interno, que estimulasse a pequena e a média propriedade (ANC, 1987).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco legal para a agricultura familiar enquanto categoria social, oportunizando novos espaços para participação social e reconhecendo direitos para esta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Em 1994, como resultado de algumas mobilizações empreendidas pelos agricultores familiares, como o “Grito da Terra Brasil⁵”, foi criado o Provape, um programa de crédito destinado a pequenos agricultores, considerado um embrião do Pronaf (BIANCHINI, 2015). Conforme Schneider, Mattei e Cazella (2004), mesmo o Provape obtendo resultados baixos na perspectiva dos recursos aportados para os agricultores, a importância se revela na abertura que este programa propicia para uma política pública diferenciada para agricultores familiares. Os autores citados lembram que nesse período, os pequenos agricultores eram enquadrados como “mini-produtores”, a partir das normas estabelecidas no Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, portanto, os mesmos concorriam com os grandes proprietários na obtenção do crédito rural e, historicamente, estes sempre foram os principais beneficiários do crédito para a agricultura.

O foco das mobilizações empreendidas pelos agricultores familiares entre 1992 e 1996 era a demanda por uma linha de crédito diferenciado, onde a principal argumentação desta categoria era sobre a impossibilidade de discutir assistência técnica ou alternativas de diversificação sem a existência de crédito para isto (GRISA, 2010).

O Pronaf é um programa que busca fortalecer a agricultura familiar por meio de apoio técnico e financeiro, com vistas a promover o

.....
5 O Grito da Terra Brasil surgiu em 1994, como uma grande ação nacional. Este movimento é uma das grandes mobilizações realizadas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e já possui mais de 20 anos de realização por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG). Este movimento é realizado levando em consideração as especificidades das 27 federações filiadas (FETAGRS, 2014).

desenvolvimento rural sustentável. Tal programa tem como objetivo fortalecer a capacidade de produção da agricultura familiar e contribuir para a geração de emprego no meio rural promovendo melhorias na qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

A Resolução nº 2191 de 1995, a qual instituiu o Pronaf, apresenta em seu artigo 1º: “Instituir, no âmbito do crédito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB, 1995, p. 1).

O Pronaf, em sua configuração inicial tinha que cumprir quatro requisitos básicos: 1) explorar a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; 2) trabalho familiar, permitindo a presença de, no máximo dois empregados; 3) área correspondente a, no máximo quatro módulos fiscais; e, 4) residir no imóvel ou nas proximidades e ao menos 80% da renda ter origem nesta exploração (BELIK, 2015).

Quando o Pronaf começou, no ano de 1996, havia quatro áreas básicas de atuação, as quais eram: a) no financiamento do custeio e investimento agrícolas; b) no fornecimento de infraestrutura rural; c) na negociação e articulação de políticas públicas; e, d) na formação de técnicos extensionistas e agricultores. As taxas de juros neste início do programa eram de 12% ao ano, consideradas altas, o que resultou em pouca adesão de agricultores, exceto na região sul, que desde a criação do Pronaf concentrou a maior parte dos recursos disponibilizados (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Em 1996 o Pronaf tinha como eixo de atuação financiar atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares brasileiros, porém, os agricultores que se enquadravam nas menores faixas de renda não estavam entre o público prioritário. Esta realidade foi mudando a partir do segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e das duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008), passando então por um processo de reformulação nas condições preliminarmente

estabelecidas e com o discurso oficial de adequar o Pronaf a diversidade de agricultores familiares existentes no país (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

A partir da Resolução nº 2629 de 10 de agosto de 1999 os agricultores familiares foram classificados em diferentes grupos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Classificação dos agricultores familiares de acordo com a Resolução nº 2629 de 10 de agosto de 1999

Grupos	Características
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).
B	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que: I – explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; II – residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; III – não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; IV – obtêm renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; V – tem o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; VI – obtêm renda bruta anual familiar de até R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), excluídos os proventos de aposentadoria rural.
C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que: I – explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; II – residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; III – não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; IV – obtêm, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; V – têm o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; VI – obtêm renda bruta anual familiar acima de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e até R\$8.000,00 (oito mil reais).
D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais que: I – explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; II – residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; III – não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; IV – obtêm, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; V – têm o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; VI – obtêm renda bruta anual familiar acima de R\$8.000,00 (oito mil reais) e até R\$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

Fonte: BCB (1999).

Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam que essa classificação foi adotada visando a adequar as regras de financiamento à realidade dos diferentes segmentos sociais. Tal classificação foi sofrendo alterações no decorrer dos anos e foi configurada recentemente da seguinte forma:

- Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;
- Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20.000,00;
- Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que: (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”; e
- Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 360.000,00.

Conforme Grisa (2012), a elaboração de uma política pública envolve diferentes atores sociais, tais como homens políticos, funcionários de diversos níveis, representantes de grupos de interesses, os quais visam a construção de uma ordem local. Para a autora, a participação destes atores sociais ocorre de forma variada e em níveis distintos. Portanto, quais os atores sociais foram beneficiados com a construção de um programa como o Pronaf? Este é um questionamento que fica em aberto na abordagem proposta neste estudo, pois não se constitui no objetivo desta aproximação inicial com a temática. Porém, será um dos objetivos do trabalho que está em desenvolvimento pela presente pesquisadora.

O Pronaf é um programa que possui substancial relevância acerca das discussões sobre os obstáculos enfrentados pelos atores sociais do meio rural, além disso, é considerado um instrumento governamental capaz de oportunizar investimentos aos agricultores familiares para que os mesmos possam concretizar seus projetos produtivos e, por meio destes, gerar renda e melhorar sua condição de vida. Porém, desde a implementação deste programa em 1995/1996, são observadas diversas ambiguidades em sua formulação (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Um dos problemas percebidos por Bianchini (2015) no programa é a tendência de concentração de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizadas e também as regiões consideradas mais ricas no tocante a aplicação do crédito rural (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Aquino e Schneider (2010) evidenciam que a região sul foi inicialmente a maior beneficiária dos recursos do Pronaf desde a criação deste programa. No ano de 1996 essa região concentrou 78,28% do total dos recursos, e, mesmo que tenha ocorrido um processo de desconcentração ao longo dos anos, esta região continua sendo a que mais recebe créditos do Pronaf.

Neste sentido, Bianchini (2015) aponta que ainda persiste a concentração de recursos do Pronaf nas regiões sul e também na região sudeste do país. Considerando os valores aplicados pelo programa na safra 2014/2015, somaram-se R\$23,95 bilhões, sendo 50% dos recursos na região sul, perfazendo 28% do total de contratos e, na região sudeste, aproximadamente 20% dos recursos com 15% dos contratos realizados. Segundos os autores, as regiões nordeste e norte aplicam juntas aproximadamente 22% dos recursos, realizando em média 49% e 5% dos contratos, respectivamente. Tal análise extrapola a delimitação temporal proposta neste estudo, porém tal abordagem permite evidenciar que a disparidade entre as diferentes regiões brasileiras se constitui em um dos desafios do Pronaf desde a sua formulação em 1995/1996, e reflete a necessidade de adequar o programa à diversidade regional dos agricultores familiares em suas diferentes tipologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discorrer acerca do contexto social e econômico brasileiro do final do século XX que resultou na elaboração de uma política pública voltada a agricultores familiares.

A agricultura familiar brasileira passou por muitas lutas buscando formas de se organizar e manifestar seu ponto de vista (WANDERLEY, 2009) e de obter o apoio do Estado. A partir da abertura democrática brasileira diversas organizações vinculadas a agricultura familiar ganharam evidência no cenário político do país e reivindicavam a intervenção do Estado na agricultura visando a construção de políticas para atender as necessidades deste segmento. No final da década de 1990, o surgimento do Pronaf se constituiu no reconhecimento e legitimação do Estado para esta categoria social (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O Pronaf tem como objetivo fortalecer a capacidade de produção da agricultura familiar e contribuir para a geração de emprego no meio rural buscando melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Desde a sua formulação em 1995, este programa passou por diversas alterações com vistas a se adequar a diversidade dos agricultores familiares existentes no país. A literatura consultada permite inferir que, desde a formulação do Pronaf tem sido observada a concentração dos recursos da região sul do país. Mesmo ocorrendo uma desconcentração ao longo dos anos, ainda persiste esta situação.

Destaca-se que este trabalho se constitui em uma aproximação com o objeto de estudo da presente pesquisadora, o Pronaf, visto enquanto uma política pública e de crédito para a agricultura familiar. Este estudo vem a contribuir para o aprofundamento desta temática e se constitui em uma oportunidade para compreender a trajetória histórica do Pronaf.

Por fim, em termos de limitações deste estudo, aponta-se que por fazer parte de um trabalho maior, ainda em desenvolvimento, os resultados apresentados ainda são preliminares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr./ 2005.
- AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. 1, 2010, Natal. In: **Anais...**, Natal: UFRN, 2010. v. 1. p. 1-21.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 53-81.
- ANC. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Ata da primeira reunião (instalação). Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/6c_Subcomissao_Da_Politica_Agricola_E_Fundiaria_E_Da_Reforma_Agraria.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2191 de 24 de agosto de 1995**. Crédito Rural – Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2629 de 10 de agosto de 1999**. Altera e consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2629_v2_L.pdf>. Acesso em 14 out. 2019.
- BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2015.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 5, n. 1, p. 70-82, 1997.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira:**

desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (Orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

FETAGRS. Federação dos trabalhadores na agricultura do Rio Grande do Sul. **Grito da Terra Brasil completa 20 anos**. Disponível em: <http://www.fetags.org.br/imprimir_noticias.php?id=1482>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2016.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um estudo a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 161-200.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p. 323-346, 2014.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

MACHADO, I. P. O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos....** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2015>>.

anpuh.org/resources/anais/39/1441999258_ARQUIVO_cominucacao.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. M. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 261-280, abr./jun., 2016.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES; Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93 – 140.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-50.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território Médio Jequitinhonha – MG. Texto para Discussão: IPEA, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%20201996.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Una nueva ruralidade en América Latina? Norma Giarracca, CLACSO, Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimentoagrario/texto-29-a-ruralidade-no-brasil-moderno.pdf>>.

WANDERLEI, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. 2009. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-46.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.

VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa histórica**. São Paulo: Ática, 1995.

A PASSAGEM DE CHARLES DARWIN PELA ARGENTINA: IMPRESSÕES SOBRE A NATUREZA DO PAMPA

JOÃO DAVI OLIVEIRA MINUZZI
DOUTORANDO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
(UFSC) – BRASIL
JDMINUZZI@GMAIL.COM

RESUMO

Em 1832, o então jovem naturalista inglês Charles Darwin percorreu o pampa durante sua famosa e revolucionária viagem ao redor do mundo a bordo do navio Beagle. O seu relato sobre o pampa ficou ofuscado perante suas observações de outras regiões como Galápagos e a Patagônia, mas nem por isto os trechos referente a este bioma deixam de trazer preciosas informações sobre como era a natureza local e como era a relação entre esta natureza e a sociedade humana que nela vivia. Neste trabalho irei me deter na experiência de Darwin em pampa argentino, percorrendo Baía Blanca, Buenos Aires e Santa Fé. Questões fronteiriças, espaciais, nacionais e especialmente aquelas relacionadas ao meio ambiente serão destacadas. O objetivo deste trabalho é partir da história ambiental para tentar escrever uma história não centrada no humano, fugindo do antropocentrismo e destacando as questões ambientais que estavam presentes na sociedade do pampa naquele período, com o intuito de tornar mais complexa nossa compreensão do passado e aprofundar sobre temas que ainda merecem mais atenção. A importância de Darwin como um dos maiores intelectuais da História e o quadro marginal que o pampa possui nas preocupações brasileiras, especialmente quando pensamos a historiografia, são motivos que fazem este trabalho ser tão atual.

Palavras-chave: História Ambiental; Pensamento Ambiental; Pampa.

Charles Robert Darwin nasceu em Shrewsbury, Inglaterra, em 1809 e faleceu no ano de 1882. Ele foi um naturalista, geólogo e biólogo, talvez não meramente um, mas um dos principais e mais influentes cientistas da História. Com os seus estudos Darwin revolucionou a forma como a sociedade encara a vida e a evolução das espécies. Ao lançar, em 1859, o livro “A Origem das Espécies”, Darwin mostrou ao mundo sua teoria e dados coletados sobre a forma como as espécies evoluíam, revelando importantes aspectos para a compreensão do tema que até então eram desconhecidos ou praticamente ignorados. Seu trabalho inicialmente é refutado e até ridicularizado por parte da sociedade, mas passa a ser reconhecido e se sustenta como uma teoria unificadora de estudos anteriores e com fortes indícios científicos. Até os dias de hoje sua teoria é amplamente estudada e aceita, servindo de base para outros tantos estudos.

Neste artigo, contudo, não visamos criar uma biografia do autor ou avaliar o impacto de suas obras dentro do meio científico ou em relação a sociedade. O objetivo aqui é analisar o conteúdo do relato de viagem presente em seu livro “Viagem de um naturalista ao redor do mundo”. Voltaremos nossa atenção a concepção do autor sobre a natureza – especialmente sobre a natureza do Pampa -, para que possamos construir um melhor entendimento de como as pessoas do período interagiam e percebiam a natureza. Estudar este relato ainda propiciará um conhecimento mais aprofundado sobre o mundo natural da região que o viajante percorreu, permitindo sabermos detalhes sobre a vida e a interação das mais diversas espécies nativas e exóticas na região visitada.

Entre os anos de 1831-1836, muito antes de ser reconhecido mundialmente e ainda procurando saber o seu lugar no mundo, Darwin partiu em viagem ao redor do mundo a bordo do navio HMS Beagle. Com apenas 22 anos, ele deixava a Inglaterra sem ter muita certeza com o que trabalharia, por pressão de seu pai já havia tentado iniciar carreira médica e sacerdotal, não permanecendo em nenhuma. Seu interesse pela natureza o levou a se aventurar a bordo do Beagle já atuando como naturalista, recolhendo espécimes, observando paisagens e fazendo milhares de anotações sobre o

que vivenciava. O continente americano neste contexto era encarado pela tripulação como “um vasto mercado para bens manufaturados e um armazém de matérias primas. Ingleses ricos e seus banqueiros haviam investido milhões de libras nos governos nacionais emergentes; companhias haviam se capitalizado inteiramente para a exploração dos recursos da região” (DESMOND, MOORE, 1995, p.123).

Neste artigo iremos deter nossa atenção no trecho de viagem referente ao território argentino, percorrido entre o Rio Negro a Buenos Aires e desta cidade até Santa Fé retornando a capital posteriormente. Grande parte deste trecho fica no bioma Pampa, objeto principal de nosso estudo, porém ampliamos a escala geográfica mais ao sul até o Rio Negro, uma região de transição entre a Patagônia e o Pampa. Esta região de cerca de 300km até Baía Blanca, no começo efetivo do Pampa, apresenta algumas passagens importantes do relato de Darwin e sempre que aparecer no texto será ressaltado que a região não pertence ao Pampa.

Estudar o Pampa é importante pois o bioma não tem tido a atenção necessária por parte da historiografia, nem mesmo da historiografia ambiental, seja ela brasileira, argentina ou uruguaia (MINUZZI, 2016). A história da região continua sendo escrita como um grande pano de fundo branco que nada afeta na decisão, costumes e acontecimentos das pessoas. A rica biodiversidade, uma espacialidade única e a história de múltiplos agentes não-humanos tem sido praticamente esquecidas e desconsideradas. As experiências vividas de alguém tão influente como Charles Darwin podem nos dar elementos para construir uma história da região mais rica de elementos, mais crítica e complexa, e especialmente, menos antropocêntrica.

No próprio relato de Darwin, o Pampa fica com papel secundário sendo ofuscado pelas brilhantes descobertas em Galápagos e até mesmo em relação ao trecho da viagem na Patagônia e o descobrimento de fósseis de diversas espécies. O Pampa mostra-se como um objeto de estudo a ser melhor aproveitado pela História, uma região fronteiriça com muitas disputas – mas também muita integração -, densamente povoada, intensamente antropomorfizada e que sofreu intenso impacto com a chegada dos europeus em seu território.

DESEMBARCANDO NO RIO NEGRO

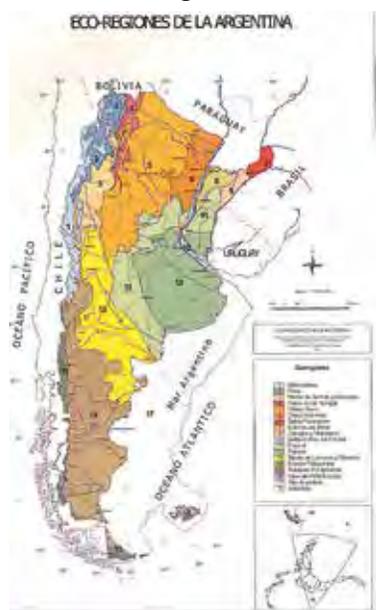
Charles Darwin e a tripulação do Beagle partem de Maldonado no Uruguai e chegam na foz do Rio Negro no dia três de agosto de 1833, após dez dias de viagem. Vindo do Uruguai, o viajante já havia vivenciado o pampa e conhecido regiões tropicais do Brasil estando a um ano e meio longe de casa. O Rio Negro é um dos muitos rios importantes da Argentina, ele fica fora do bioma Pampa, em uma zona de transição entre a Patagônia e o referido bioma. Segundo a classificação da Secretaría de Recursos Naturales y Desarrollo Sustentable do governo Argentino, o rio faz a divisa entre a eco-região de Espinal (nº13) e a eco-região de Monte de Llanuras (nº11) e Mesetas (Figura 1).

A passagem do viajante por esta região se dará no inverno e na primavera, de forma geral o viajante destaca a geologia da região se preocupando muito com a questão dos fósseis e sedimentos encontrados, além de ressaltar a hidrografia, o relevo e a fauna local. No que tange a sua percepção, as anotações se pautam muito a audição do viajante, comentando os mais variados sons que escuta pelo caminho. Entre o Rio Negro e Baía Blanca destaca a extração de sal das salinas presentes nos campos. E ao longo de sua jornada evidencia a importância dos cavalos na locomoção pelos campos além da necessidade de encontrar água potável que em tempos de seca se provam ser um desafio.

O contexto de instabilidade desta zona de fronteira também é constantemente ressaltado. O conflito entre o governo e as tribos indígenas está claro e muito presente, sendo motivo de cuidados a todo momento. Neste período a Argentina estava organizada em estados confederados sob a liderança do governador de Buenos Aires, General Juan Manuel Rosas, com quem Darwin se encontra em determinado momento. Em um período de jovem independência, muitas forças políticas argentinas disputavam poder e tentavam se consolidar tanto externamente frente a outras jovens nações quanto internamente dentro de seus jogos de poder ao passo que puxavam uma expansão da fronteira frente aos povos nativos. Viedma, a cidade fundada nas margens do Rio Negro era em 1833 o último povoado antes dos

territórios indígenas. Desta cidade até Buenos Aires, Darwin irá passar por locais frequentemente atacados por nativos, onde o conflito causava mortes e sofrimento de ambos os lados. Uma grande sequência de postos, estâncias militares e vilas formavam uma linha de segurança onde as pessoas podiam descansar até partirem para o próximo ponto, porém nem mesmo esta rota estava livre de encontros sangrentos e histórias assombrosas eram contadas por todos os cantos.

Figura 1



*Fonte: NOGAR; NOGAR; JACINTO, 2013, p.77.
Elaborado pela Secretaría de Recursos Naturales y
Desarrollo Sustentable do governo Argentino.*

Em muitos momentos Darwin relata histórias de ataques indígenas que escutou, sem é claro, contar a história da perspectiva destes grupos indígenas. O único contato que teve com os povos nativos nesta região foi estar na presença de algumas tribos aliadas ao governo que geralmente eram vistas viajando entre os postos ou acampadas no entorno das vilas. O medo de

encontrar com indígenas era tão grande que próximo de Baía Blanca o seu guia confundiu um grupo de mulheres cavalgando a procura de ovos de ema com os indígenas o que causou uma fuga bastante tensa, mas engraçada. Foi dentro deste contexto que a viagem pelo Pampa argentino e arredores ocorreu. A partir de agora vamos entrar em detalhes do que foi vivenciado.

A PAISAGEM DA VASTA PLANÍCIE

Em uma análise quantitativa o número de menções a campo e planície superam qualquer outro tema abordado pelo autor. São diversas vezes que Darwin se refere a extensão dos campos da região, suas formas, a paisagem, etc. Ele utiliza adjetivos como “planícies inexploradas” (DARWIN, 2008, p.49), “planícies tristonhas” (DARWIN, 2008, p.79) e “planícies selvagens” (DARWIN, 2008, p.51) para se referir ao terreno da região que considera repetitivo e desinteressante, chegando a compará-la com um deserto: “toda a região mal merece um nome melhor que de deserto.” (DARWIN, 2008, p.49). Esta forma de perceber o Pampa é frequente entre outros viajantes e se consolidou como parte do imaginário local a respeito de sua natureza. Aqui, a ideia de deserto não é de um local com baixa quantidade de chuva, como é o caso da Patagônia, mas sim uma ideia associando a palavra deserto a um local desolado, sem vida, sem progresso, despovoado. Seja pelas características naturais dos campos ou pela baixa densidade populacional da região, neste período “o Pampa aparece quase sempre associado à idéia de deserto, de barbárie, de selvageria, de ausência de ordem e de governo” (MÄDER, 2008, p.265) e esta ideia perdura e se consolida mantendo-se presente até os dias atuais.

Darwin continua uma sequência de passagens negativas sobre os campos, sendo “uma região vasta, desabitada, e raramente visitada” (DARWIN, 2008, p.51), “tão miseravelmente estéril” (DARWIN, 2008, p.61) e de “monótona uniformidade” (DARWIN, 2008, p.75). Os exemplos continuam ressaltando a esterilidade das terras, a falta de população, a uniformidade da paisagem e a monotonia. Porém nem apenas de aspectos depreciativos em relação a planície o relato é constituído. Em Guarda del Monte

viajante se encontra em “um tapete de luxuriante vegetação verde” (DARWIN, 2008, p.82) e logo adiante está em uma “planície de um verde rico, onde abundavam vários rebanhos e, aqui e ali, uma estância solitária e sua árvore umbu” (DARWIN, 2008, p.83). Neste último trecho, podemos verificar que a ideia de belo está relacionada a ocupação da terra, seja através da presença de animais produtivos ou na existência de uma habitação humana, mesmo que sozinha. Esta visão está relacionada a pensamentos muito antigos que acreditavam que “uma paisagem domesticada, habitada e produtiva era bela. Faziam seu o antigo ideal clássico, que associava beleza e fertilidade. Nos séculos XVI e XVII era sempre o cenário fértil e cultivado que os viajantes admiravam” (THOMAS, 2010, p.361), e esta visão não desapareceu por completo no século XIX, nem mesmo na atualidade.

Em Baía Blanca o viajante chega a zona ecótone entre os biomas, finalmente chegando aos Pampas: “logo entramos em uma região diferente das planícies ao sul do rio. A terra ainda continuava seca e estéril, mas sustentava muitos tipos diferentes de plantas; e a grama, embora marrom e seca, era mais abundante, e os arbustos menos espinhosos” (DARWIN, 2008, p.54), demonstrando que a zona de transição apresenta características de ambos biomas e que a própria classificação de bioma, ou eco-região, não passa de uma concepção generalizadora criada para melhor compreensão humana a respeito do mundo. Aproveitando o momento, Darwin utiliza a palavra Pampa por diversas vezes, mais se referindo a região e seus costumes do que a natureza.

Apesar da característica geral do bioma Pampa ser as planícies, das quais o viajante já estava farto, há muitos ecossistemas e especificidades dentro desta espacialidade. Uma que mereceu destaque no relato foi a formação montanhosa da Serra de La Ventana, a maior elevação do Pampa chegando a 1239m. A serra ao se relacionar com seu entorno causa inquietação no viajante que não crê “que a natureza tenha alguma vez feito uma pilha de pedras tão solitária e desolada; ela bem merece seu nome de *hurdado*, ou separado” (DARWIN, 2008, p.76). Para ele, a serra e a planície criam um contraste, mas nada digno de admiração, pois “a uniformidade da coloração dá

uma quietude extrema à vista; e o cinza esbranquiçado da rocha de quartzo e o suave marrom da grama empalidecida da planície nunca são rompidos por nenhuma coloração mais marcante” (DARWIN, 2008, p.76).

OS ANIMAIS E AS PLANTAS DA REGIÃO

A fauna e a flora possuem destaque no relato de Darwin, fazendo comentários tanto de animais bastante comuns quanto de espécies mais raras. O animal que está mais presente no cotidiano das pessoas é o cavalo, assim como o cachorro é um companheiro daqueles que vivem no Pampa. Darwin descreve com minúcia o hábito de algumas espécies como é o caso das viscaias e das emas, mas também comenta brevemente sobre animais que dificilmente estão presentes em relatos de viagem, como anelídeos e anfíbios. Corujas buraqueiras, zorrilhos, perdizes, raposas¹, flamingos, veados campeiros e outros tantos tem sua presença registrada. Nota-se que a maioria dos animais está a serviço da sociedade, especialmente os domesticados, subordinados aos desejos e interesses de humanos.

Nas planícies do Pampa e ao sul de Baía Blanca a maior parte dos animais que estavam no campo faziam parte da dieta da população local, “o gaúcho nos pampas, por meses seguidos, não toca em nada além de carne” (DARWIN, 2008, p.82). Os guias e soldados que estavam constantemente se locomovendo pela região costumeiramente não levavam suprimentos consigo, reservando alguns momentos do dia para a caça que era abundante. As preferências eram os bois e vacas, os veados, as emas e outras aves menores, mas comiam carnes menos usuais que iam desde tatu até carne de égua e carne de puma. Os cães e os cavalos auxiliavam na caça, as boleadeiras indígenas passaram a ser de uso comum entre os europeus e seus descendentes. Os ovos das emas eram recolhidos de ninhos, muitos destes estavam vazios e continham até trinta ovos, o viajante faz algumas hipóteses dos motivos do abandono dos ninhos, mas sem conseguir chegar a uma conclusão. Descendo o rio Paraná de barco também comeram peixe, que deveria ser um costume mais presente próximo dos grandes rios.

.....

¹ Provavelmente se referindo aos Graxaim (*Lycalopex gymnocercus*).

Em Buenos Aires Darwin comenta sobre a matança de gado para prover as cidades, em um dos momentos mais marcantes e de sensibilidade do relato do viajante.

O mugido de morte se faz ouvir; um som dotado da mais violenta e expressiva agonia com que já me deparei. Com frequência distingo este urro mesmo a uma longa distância, e sempre o recebo como um sinal de que a luta está chegando ao fim. Toda a cena é horrível e revoltante: o chão é quase feito de ossos, e os cavalos e os cavaleiros chafurdam no sangue (DARWIN, 2008, p.84).

O gado vacum e o gado cavalari eram animais introduzidos na América pelos europeus, no Pampa estas espécies encontram um ambiente propício para seu desenvolvimento e grandes manadas de gado selvagem ou alçado passaram a compor a paisagem. A criação destes animais se deu de forma extensiva e compunha boa parte da economia local, os criadores acabavam lidando com diferentes níveis de domesticação destes animais (FARINATTI, 2010). O impacto da ação antrópica na vida destes animais era muito grande, aliado a isto estava a capacidade destes animais afetarem o ambiente ao seu redor, pois

Cavalos em tamanha profusão, selvagens ou domesticados, inexistem em qualquer outra parte do globo. A sua abundância moldou a sociedade dos Pampas mais firme e permanentemente do que a descoberta de ouro seria capaz. O metal não teria durado muito, ao passo que as gigantescas manadas de cavalos selvagens, elemento indispensável da cultura dos gaúchos, perduraram por dois séculos e meio (CROSBY, 2011, p.195).

O próprio Darwin notou estas alterações na região devido a introdução de gado.

poucas terras passaram por tão notáveis mudanças, desde o ano de 1535, quando os primeiros colonizadores de La Plata chegaram com 72 cavalos. Os incontáveis rebanhos de cavalos, bovinos e ovelhas não apenas alteraram todo o aspecto da vegetação, mas quase baniram o guanaco, o veado e a avestruz. Inúmeras outras mudanças como essas aconteceram; o porco selvagem em algumas partes provavelmente substituiu o pecari; matilhas de cães selvagens podem ser ouvidas uivando nas margens cobertas de vegetação dos riachos menos freqüentados; e o gato comum, transformado em um animal grande e feroz, habita as colinas rochosas² (DARWIN, 2008, p.83).

.....
2 Esta informação sobre os gatos parece ser bastante fantasiosa e é sabido de espécies nativas de grandes felinos, quase que certamente não provenientes de gatos domésticos que se tornaram selvagens.

O gado além de ser o produto principal da economia da região e de se tornar símbolo dentro da cultura e imaginário – apesar de ser um animal naturalmente não pertencente ao bioma -, tinha um papel importante na dispersão de plantas, no pisoteamento e consequente desgaste do solo, na culinária local, etc. A quantidade gigantesca destes animais causou mudanças drásticas no bioma, na paisagem e na sociedade que ali vivia. O equilíbrio ecológico da região alterou-se, algumas espécies como os abutres proliferaram com a demanda de alimento e outras tantas espécies de plantas e animais podem ter diminuído sua população, migrado e até sido extintas devido a introdução de inúmeras espécies de fauna e flora da Europa, Ásia e África. Quando pensamos em alterações ambientais e impactos na natureza geralmente associamos aos efeitos da industrialização e do consumismo, mas vemos no Pampa um claro exemplo de que a humanidade já vinha alterando de forma drástica os ecossistemas mundiais muito antes da introdução de indústrias.

Em relação as plantas, elas de forma geral não ganham tanto destaque nos escritos de Darwin. Logo ao desembarcar nas margens do rio negro, ainda fora do Pampa, descreve que “a vegetação é rara; e embora existam arbustos de muitos tipos, todos são armados com espinhos formidáveis, que parecem avisar ao estranho para não entrar nessas regiões inóspitas” (DARWIN, 2008, p.47). Os campos a perder de vista eram observados dentro de uma escala maior, dificilmente sendo notadas a variedade de espécies em uma escala de observação menor. A ausência de árvores fora da mata ciliar ao longo do curso de rios e arroios era sentida e provocava uma sensação de ausência de vegetação.

A planta que ganha mais notoriedade ao longo do relato é o cardo, pertencente ao gênero *Cynara*. O cardo é uma espécie originária da Europa e norte da África, pode chegar a uma altura considerável e possui espinhos. Na região dos Pampas a planta se tornou uma espécie invasora competindo com plantas nativas e conseguindo se alastrar por grandes extensões de terra. Devido aos seus espinhos a planta tornava grandes espaços de campos intransponíveis. “Quando os cardos estão completamente crescidos,

os grandes leitões são impenetráveis, exceto em umas poucas áreas, tão intrincadas como as de um labirinto” (DARWIN, 2008, p.86), áreas estas que eram utilizadas apenas por ladrões que aproveitavam e se escondiam entre as plantas.

Apesar de ser um incômodo, a população local passou a utilizar esta planta para os mais diversos fins e demonstrando grande criatividade. Improvisavam seu caule para construir cercas ou choças, estas abrigavam parcialmente a chuva e o vento durante as noites no campo. Ao secar seus caules utilizavam também para se acender fogueiras, em substituição a escassez de madeira que a região possuía. Para dar uma dimensão da extensão que estas plantas tomaram e o impacto que exerceram sobre o bioma o viajante escreve que:

muitos e muitos (provavelmente muitas centenas) quilômetros quadrados são cobertos por uma massa dessas plantas que espetam e são impenetráveis por homens ou bestas. Sobre as planícies onduladas onde esses grandes leitões ocorrem, nada mais pode agora viver. Antes de sua introdução, entretanto, a superfície deve ter sustentado, como em outras partes, uma variedade de ervas. Duvido que se tenha registrado qualquer caso de uma invasão em tamanha escala de uma planta sobre as nativas (DARWIN, 2008, p.83).

O cardo e o gado são apenas dois exemplos de espécies vindas de outras regiões que encontraram no Pampa um local para prosperarem e se proliferarem, competindo com as espécies nativas e causando alterações nas dinâmicas dos ecossistemas. Elas não foram as únicas.

INTERAÇÃO, USOS E VISÕES DA NATUREZA

As pessoas que formavam a sociedade que habitava o Pampa no século XIX era muito diversa. Povos nativos, descendentes de europeus e africanos escravizados formavam uma sociedade plural com grandes desigualdades sociais e diferenças culturais, porém esta mistura é interessante de ser estudada pois as consequências e criações geradas desta pluralidade refletem até os dias de hoje. Com pessoas tão diferentes é de se esperar que as percepções a respeito do mundo natural também sejam bastante variadas.

Através dos relatos de viagem pouco conseguimos recuperar de informações a respeito de como as pessoas que viviam em determinado local percebiam, agiam e interagiam com o meio, ficamos muito dependentes do filtro que o viajante cria em seu texto e das informações que ele repassa, geralmente não checadas e por vezes até mesmo fantasiosas.

No relato de Darwin podemos constatar a população, especialmente boa parte dos soldados, guias e viajantes, possuía bom conhecimento sobre a região e desenvolviam formas de aproveitar suas potencialidades e de sanar problemas que pudessem surgir. Seja nas técnicas de caça, na orientação pelos campos, na busca por água, utilizando o cardo na substituição a madeira, na relação próxima que tinham com o cavalo e o cachorro, no uso de ervas medicinais, etc. Com o tempo a população foi aprendendo e se adaptando a viver nesta vasta região de campos, muito deste aprendizado sendo proveniente dos saberes indígenas. Alguns destes eram capazes de rastrear e dar informações importantes só de ver os rastros de cavalos (DARWIN, 2008, p.70), saber os melhores locais para onde fugir, se proteger, acampar ou conseguir água.

O exercício de observação da natureza não era apenas importante, mas podia ser vital. Perceber os sinais presentes em uma cena permitiam com que a pessoa se preparasse para uma situação, como por exemplo um encontro inesperado com um grande felino, “um método comum de descobrir se um jaguar está nas redondezas é examinar essas árvores” (DARWIN, 2008, p.93) nas margens do rio Paraná, pois eram nelas que estes animais afiam suas garras. Estar atento ao latido dos cães, aos cavalos assustados ou aos gritos de um quero-quero permitiam que se entrasse de prontidão contra uma possível ameaça, um predador, uma tempestade se formando, um grupo inimigo ou um ladrão a espreita na calada da noite.

A instabilidade política e social da região aliada uma recente ocupação causava um estado de prontidão permanente entre os grupos que viajavam por aquelas terras, especialmente durante a noite onde a escuridão e o cansaço dominavam tudo.

“ao redor do grupo estavam cães deitados, armas, restos de veado e avestruz, e suas longas lanças estavam cravadas na grama. Mais além no fundo escuro, seus cavalos estavam amarrados, prontos para qualquer perigo súbito. Se o marasmo da planície desolada fosse quebrado pelo latido de um dos cães, um soldado, afastando-se da fogueira, aproximaria sua cabeça do chão e assim, lentamente, esquadriharia o horizonte. Mesmo se apenas o barulhento quero-quero soltasse seu grito, haveria uma pausa na conversa, e cada cabeça, por um momento, ficaria um pouco inclinada” (DARWIN, 2008, p.78).

Observar os sinais que o ambiente dava não apenas era uma forma de estar seguro, mas como vimos podia ser usado de forma criativa para auxiliar no cotidiano das pessoas, na construção de moradias, no tratamento de doenças, etc. A relação que as pessoas possuíam com o ambiente era variada, muitas vezes com a visão utilitarista de apropriar-se dos recursos que a natureza disponibilizava para gerar um conforto ou progresso, em outros aspectos ela podia ganhar um sentido religioso, como uma árvore solitária no campo ao sul de Baía Blanca, em região próxima ao Pampa. Para os povos nativos esta árvore servia como um altar divino a Wallechu, “ela está situada em uma parte alta da planície; e dessa forma é um ponto de referência visível a uma grande distância. Assim que uma tribo de índios a vê, logo oferecem suas adorações em altos brados” (DARWIN, 2008, p.50), baixa e desfolhada por causa do inverno, era uma das poucas árvores encontradas na região. Para os indígenas era um local especial, onde depositavam oferendas e faziam sacrifícios esperando benfeitorias em troca, para os não-indígenas era um “um ponto de referência em uma passagem perigosa” (DARWIN, 2008, p.50) permitindo uma localização mais exata dentro da vastidão da planície.

Como vimos, as formas de cada pessoa ou grupo social perceber e interagir com o meio são muito diversas e variam de acordo com o espaço e o tempo, por isto a História ambiental é um campo de estudo que pode oferecer muitas respostas se estudos forem direcionados a responderem e investigarem os mais diferentes contextos históricos. Para o Pampa do século XIX temos um contexto de transição das formas de se pensar a natureza como apontam Thomas (2010), Pádua (2002) e Baumer (1977). Havia

uma corrente de pensamento hegemônica ligada ao neo-iluminismo que em termo gerais procurava racionalizar a natureza e retirar dela o máximo de seu potencial para o aproveitamento humano, ela passa a ser contestada no final do século XVIII na Europa pelo movimento romântico que propõe um outro olhar para a natureza, sendo esta um lugar do sublime, de admiração e contemplação. Outras formas de pensamento existiam, Pádua (2002) traça cinco grandes categorias para o Brasil do século XIX, porém estas duas eram as predominantes no cenário europeu e podem ser facilmente constatadas nos relatos de viagem, como o de Darwin.

Procurar compreender como as pessoas percebiam a natureza pode nos fornecer uma nova ótica tanto do passado quanto do presente, demonstrando que nem sempre uma visão ecológica esteve presente e que ainda herdamos muito dos pensamentos do século XVIII e XIX. “O termo natureza, aparentemente banal em nossos textos e falas, tem uma longa história de construção e reconstrução. É, portanto, complexo” (MEDEIROS, p.72) e por isto precisamos revisitar o passado e analisar o que as sociedades entendiam por natureza e como interagiam com ela.

Voltando ao Pampa, notamos que as características que são ressaltadas de forma negativa são a esterilidade dos campos, a monotonia da paisagem e a baixa ocupação territorial. Lugares que foram exaltados por sua beleza incluem a Salina las Piedras, próxima ao Pampa, que se exhibe “muito brilhante, branca e lisa em meio a uma planície marrom e desolada apresenta um espetáculo extraordinário” (DARWIN, 2008, p.48), as ilhas fluviais cobertas de vegetação ou a cena de pássaros sobrevoando lagos pacíficos. Os grandes rio são exaltados como é o caso do rio Paraná cuja “verdadeira grandeza,..., de um imenso rio como esse nasce com a reflexão sobre a importância que ele tem como meio de comunicação e comércio; entre uma nação e a outra; que distância ele viaja e quão vasto território reúne a massa de água doce que passa aos pés de quem o observa” (DARWIN, 2008, p.88), mostrando que o rio é especialmente útil e grandioso quando possui uma utilidade ao povo que reside em sua proximidade. Isto fica mais evidenciado em uma passagem sobre o mesmo rio em uma área com

pouquíssimos navios. Um dos melhores presentes da natureza, um tão grande canal de comunicação – um rio no qual barcos podem navegar de uma terra temperada, tão surpreendentemente abundante em certas produções e destituída de outras, para outra possuindo um clima tropical e um solo que,...., é de inigualável fertilidade –, parece aqui propositadamente jogado fora (DARWIN, 2008, p.95)

A potencialidade da região para servir a humanidade parecia desperdiçada em uma região fértil e com bons meios de comunicação, mas com baixa densidade populacional, que por vezes acarretava críticas a cultura de trabalho dos habitantes locais, caso que não é constatado no relato de Darwin.

A cidade de Guarda del Monte era “uma bela cidade, pequena e espalhada, com muitos jardins, cheia de pessegueiros e marmeleiros” (DARWIN, 2008, p.68), os campos ao seu redor eram de um verde brilhante, os campos mais bonitos da região. Guarda del Monte é valorizada e considerada bela por possuir elementos naturais ordenados (jardins) e produtivos (árvores frutíferas), demonstrando a ação antrópica sobre o ambiente e ressaltando elementos utilitaristas desta natureza a serviço da população.

UM BALANÇO GERAL

O relato de Darwin de forma geral apresenta tanto visões negativas quanto positivas da natureza do Pampa, mas não há uma opinião tão demarcada para nenhum dos lados. O viajante acaba utilizando certos adjetivos em determinadas situações, comparações e juízos de valor em outras, mas são momentos que acabam não revelando uma posição mais firme de Charles Darwin dentro das principais correntes de pensamento existentes no período. Uma mescla de ideias românticas e neo-iluministas pode ser verificada, sem uma clara conclusão de predomínio de uma ou outra. Analisando apenas o trecho do relato de sua passagem pelo Pampa argentino não encerra a discussão sobre a visão de natureza de uma das pessoas que mais pensou sobre este tema. Desmond & Moore (1995) já indicavam que Darwin era uma figura ambígua e bastante complexa.

Apesar de admirador da natureza e um de seus maiores estudiosos, Darwin não apresentava necessariamente uma intenção preservacionista

ou de louvor a terra, como ingenuamente poder-se-ia supor. Pelo contrário, o autor era produto de sua época e contexto sociocultural, onde visões conservacionistas e ecológicas a respeito da natureza não estavam presentes e apenas certas características apareciam aqui e ali em formas muito diferentes do discurso predominante entre os estudiosos do mundo natural da atualidade. Não se pode cobrar deste personagem uma visão de mundo não pertencente ao seu contexto. Nota-se que este viajante estava mergulhado dentro das visões mais comuns de seu período, sendo influenciado por elas.

Ainda que a análise restrita do trecho de viagem de Darwin sobre o Pampa argentino não dê material suficiente para uma sentença final do pensamento deste viajante sobre a natureza, em especial sobre a natureza do Pampa, este trecho de seu relato revela algumas pistas e trás muitas informações importantes para compreendermos a história da região e a história de seus múltiplos agentes. Analisar outros trechos do relato, como a passagem pelo Uruguai e mesclar com outras fontes sobre o viajante irão elucidar a linha de pensamento dele a respeito da natureza, portanto a pesquisa precisa ainda de um desenvolvimento e expansão apesar de bons dados terem sido colhidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMER, F. **O pensamento europeu moderno**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CROSBY, A. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DARWIN, C. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- DESMOND, A.; MOORE, J.. **Darwin: A vida de um evolucionista atormentado**. São Paulo: Geração Editorial, 1995.
- FARINATTI, L. A. E. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha Rio-Grandense (século XIX). In: COSTA, Benhur; Dieckel, Mara (Orgs.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas**

e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

MÄDER, M. E. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. In: **História Unisinos**. v.12, n.3. São Leopoldo, 2008. – ISSN 2236-1782. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/139>

MEDEIROS, M. G. L. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. In.: **Revista Ciência & Educação**. Bauru: vol.8, nº.1, 2002, p.71-82. – ISSN 1516-7313. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1516-731320020001&lng=en&nrm=iso

MINUZZI, J. D. O. O Pampa visto pela História ambiental: Contribuições e possibilidades para o estudo deste bioma através da História. In: **Anais do I Congresso Internacional do Pampa**. Santa Maria: Anais do I Congresso Internacional do Pampa e III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha. Santa Maria, 2016.

NOGAR, M. L.; NOGAR, A. G; JACINTO, G. Transformaciones y fragilidades ambientales em la Pampa argentina. In: **Revista Latino-Americana de História**. Vol.2, nº8, 2013. – ISSN 2238-0620. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/issue/view/8>.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

A FERRO E FOGO, DE JOSUÉ GUIMARÃES: AS NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DOS POVOS FORMADORES DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO INÍCIO DO SÉCULO XIX

EDUARDO ORTIZ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
EDUARDO.ORTIZ.OO1@ACAD.PUCRS.BR

INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes dos romances históricos *A ferro e fogo: tempo de solidão* e *A ferro e fogo: tempo de guerra*, de Josué Guimarães, são as representações das diversas etnias que compunham a sociedade sul-rio-grandense do início do século XIX, e a acentuação identitária dada através dos episódios de interação entre elas. Dessa forma, analisarei nesse trabalho as diferentes representações identitárias que estão presentes nos romances *A ferro e fogo*, com destaque para os povos indígenas, os africanos, os luso-brasileiros, os chamados “mestiços” e, evidentemente, os recém-chegados germânicos, uma vez que é principalmente a partir de seus olhares que as outras etnias orbitam no interior do romance. Tomo como base para tal estudo o fórum intitulado *L’identité*, organizado em 1977 na cidade de Paris, na França, por iniciativa de Jean-Marie Benoist e que contou com a presença de Claude Lévi-Strauss como mentor intelectual, visto que foi por intermédio desse evento que o conceito de identidade passou a ser melhor compreendido e utilizado dentro do meio acadêmico.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE IDENTIDADE

O conceito de identidade é encontrado com cada vez mais frequência em pesquisas, ao ponto de alguns pesquisadores, como Gallissot, referir-se a este fenômeno como a “moda das identidades” (GALLISSOT, 1987, p. 12). Dessa maneira, o conceito tornou-se amplo, e passou a ser encontrado não apenas em disciplinas como antropologia social, sociologia e filosofia, mas também, como bem pôde ser observado no fórum intitulado “*L’identité*”, organizado em 1977 por Jean-Marie Benoist na cidade de Paris, na psicanálise, biologia e linguística, onde participantes dessas áreas deram suas contribuições para o debate acerca do tema. Este fórum demonstrou como o termo é polissêmico, podendo ser compreendido de diferentes formas e com distintas abordagens conforme a área que está a evocá-lo.

Esta busca de uma identidade para todos é resultado de um fenômeno que surgiu nos anos setenta, o qual procura exaltar as diferenças afim de, por um lado, enaltecer a identidade de determinado grupo, e por outro, defender a sociedade multicultural.

Geralmente a identidade “remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas” (CUCHE, 1999, p. 176). Ela é uma construção que sempre se dá no contato de um determinado grupo com outro. Em outras palavras, a identidade sempre existirá em relação ao outro, e é ela que delimita os limites entre “eles” e “nós”. Ela ainda pode evoluir caso o relacionamento entre grupos de contato se modificar. É uma maneira organizar as trocas simbólicas, pois é por meio delas que a identidade se constrói e se reconstrói. Porém, existem diferentes teses acerca da identidade. Algumas são mais radicais e chegam a colocar a identidade como basicamente patrimônio genético, acreditando que devido à hereditariedade biológica, os sujeitos já nascem com as características e qualidades psicológicas, morais e com os elementos necessários para constituir a sua identidade cultural e étnica.

Para os culturalistas, “a ênfase não é colocada sobre a herança biológica, não mais considerada como determinante, mas na herança cultural,

ligada à socialização do indivíduo no interior do seu grupo social” (CUCHE, 1999, p. 179).

Já para os subjetivistas, a identidade etno-cultural não passa de um sentimento de identificação a uma coletividade imaginária. Sentimento que pode ser manifestado em maior ou menor grau. Para os estudiosos dessa corrente, o fator marcante são as representações que os indivíduos fazem de sua realidade social e de suas divisões. Porém, se este ponto de vista for levado ao extremo, a identidade será reduzida a uma questão de escolha em que cada indivíduo seria livre para adotar as suas respectivas identificações.

Existem também diferentes processos de construção da identidade, como a “auto-identidade” (CUCHE, 1999, p. 184), que acontece quando o grupo é responsável pela criação de sua identidade por intermédio de seus sistemas simbólicos. Geralmente neste processo os grupos minoritários são estigmatizados, pois é o grupo dominante que possui o poder de classificá-los.

Já a “hetero-identidade” (CUCHE, 1999, p. 184) é aquela que será definida pelo outro, pelo grupo que possui o poder de classificar, de criar sentido, geralmente levando a “eticização” (CUCHE, 1999, p. 187), o que criará na maioria das vezes uma identidade negativa.

Por este motivo existe atualmente um grande esforço das minorias que buscam se reapropriar de sua identidade no intuito de defini-la segundo seus próprios critérios e não apenas aceitar a concedida pelo grupo dominante.

Devemos ter em mente também que não existe uma identidade única e absoluta, mas uma diversidade de identidades que irão se manifestar segundo o frame que o indivíduo estará inserido. Ela funciona como as bonecas russas *Matryoshka*, uma “encaixada” dentro da outra, e é utilizada pelo sujeito como uma ferramenta para atingir os objetivos do momento. Por exemplo, para uma pessoa nascida em determinada cidade, Estado e país, esta terá primeiramente, em boa parte dos casos, a sua identidade atrelada a sua cidade natal, depois a sua região, seguida da do estado, até chegar a nacional. Todas estas identidades serão utilizadas segundo o contexto em que o sujeito está inserido e a sua necessidade. Toda via, como alerta

Bourdieu, o caráter estratégico da identidade nem sempre implica na consciência explícita dos objetivos buscados.

Para análise da identidade temos diferentes operadores simbólicos, os quais como veremos mais a diante, não seguem necessariamente a ordem em que aqui serão apresentados e, em alguns casos, podem até não serem totalmente utilizados. O primeiro destes operadores é a terra, o qual serve para diferenciar os “filhos da terra” dos outros, dos imigrantes e dos recém-chegados. Porém cabe ressaltar que em alguns casos os próprios imigrantes poderão se valer deste conceito, a fim de manter laços com seus conterrâneos. O segundo operador é a história, sendo ela real ou inventada – lendas, contos, mitos –, que remontando a épocas imemoráveis ou fictícias, buscam explicações sobre as origens e a identidade em questão.

Como terceiro operador, temos o sangue, que irá remeter a uma ancestralidade genética, à raiz. O quarto operador é a língua, que possui um peso simbólico bastante importante na maioria das sociedades. O quinto fator é a propriedade, a qual deve ser levada em consideração nas sociedades que a possuem. O sexto, e não menos importante fator, é o caráter, o qual se apresenta como o resultado da acumulação histórica ligada à construção simbólica da cidadania.

O ROMANCE A FERRO E FOGO

Josué Guimarães afirmava que teve por muito tempo a intenção de escrever um romance histórico sobre a imigração alemã, porém a sua ideia inicial era ter como tema o episódio dos Mucker¹. Analisando-o, todavia, chegou à conclusão de que o leitor comum não conseguiria compreender o contexto do episódio, o que levou o autor a procurar as raízes dos acontecimentos, chegando desta forma a 1824, ano do início da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Guimarães busca na chegada dos imigrantes alemães à província o início da sua obra, para a partir daí chegar à Revolta dos Mucker, mediante

.....
¹ A Revolta dos Mucker foi um movimento messiânico que ocorreu entre os anos de 1868 e 1874 na região do morro Ferrabraz, atual localidade de Saporanga.

uma trilogia: o primeiro tomo, intitulado *A Ferro e Fogo: Tempo de Solidão*, foi lançado em 1972 pela Editora Sabiá e narra a chegada dos imigrantes à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a formação da colônia de São Leopoldo e todos os problemas por eles enfrentados nos primeiros anos da colonização.

O segundo, intitulado *A Ferro e Fogo: Tempo de Guerra* foi lançado em 1975 pela Editora José Olympio, e narra o conturbado período de instabilidades políticas e conflitos armados a partir da eclosão da Revolta Farroupilha (1835-1845), seguindo até pouco além do término da Guerra do Paraguai (1864-1870). Neste livro, o autor trabalha as desavenças dos imigrantes durante a Revolta Farroupilha, parte delas gerada pela partição dos colonos durante o conflito, bem como a participação dos imigrantes na Guerra do Paraguai.

No terceiro livro, o qual seria intitulado *A Ferro e Fogo: Tempo de Angústia*, Josué Guimarães finalmente abordaria a Revolta dos Mucker, mas acabou falecendo antes de concluir a obra. Contudo, já nos últimos movimentos de *Tempo de Guerra* podemos notar as raízes do evento, com a chegada de Daniel Abrahão ao morro Ferrabraz, local onde a trama aconteceria, e a apresentação de alguns personagens importantes no episódio, como João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

O autor incorpora o espírito da época em sua obra, e no decorrer da saga, nos deparamos com as representações dos povos que já habitavam o Estado do Rio Grande do Sul, assim como os recém-chegados imigrantes alemães. Deparamo-nos também com o relacionamento e as disputas entre diferentes grupos. Disputas essas que são tanto de cunho simbólico quanto político. O narrador utiliza o olhar do imigrante alemão para narrar e traçar a sua epopeia, e vai ser com base em sua cosmovisão que os povos aqui estabelecidos, essas gentes distantes, serão representados.

A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas são narrados no romance de maneira animalizada e preconceituosa, sofrendo diversos tipos de discriminações, uma vez

que, como já citado anteriormente, o narrador possui o olhar do imigrante alemão.

Essa visão do homem branco sobre os povos indígenas faz parte do processo de dominação. Temos aqui um processo, dentro da sociedade narrada, de “hetero-identidade”, já que a identidade é dada pelo grupo dominante, o qual é produtor de sentido e de símbolos, neste caso, o homem branco.

O primeiro passo desta “hetero-identidade” foi a generalização. Existiam no Rio Grande do Sul no ano de 1824 – data do início da imigração alemã no Estado e conseqüentemente início temporal da narrativa – diferentes grupos indígenas, como os pampianos, os guaranis e os jês, porém os povos indígenas são pegos pela rede de classificação local criada pelo grupo dominante, o qual passa a utilizar o termo “bugre” para referir-se a todos esses povos, sem diferenciá-los por suas diferentes etnias.

Em um trecho do primeiro tomo podemos observar nitidamente essa animalização e generalização dos grupos indígenas. Isso ocorre quando Gründling, um alemão que veio ao Brasil em situação mais favorável do que seus conterrâneos, cita os diversos problemas da colônia de São Leopoldo, reclamando que já “não bastam os bugres, os tigres, as cobras, as doenças” (GUIMARÃES, 2006, p. 129), ou seja, ele se refere aos indígenas num geral como “bugres” ou “índios”, classificando-os ainda no mesmo patamar que os tigres e as cobras e demonstra que são tão desagradáveis, para ele, como as doenças. Esta animalização é reforçada no segundo tomo, quando Von Steuben se refere ao acampamento militar onde estava, local deplorável, infestado de piolhos, dizendo que “é melhor voltar logo e sair aqui deste inferno, isto aqui é lugar para bicho e para índio.” (GUIMARÃES, 2008, p. 211). O desprezo pelos povos indígenas também é demonstrado pelo Major Oto Heise, quando este descreve a situação da colônia de São Leopoldo e coloca-os como o maior problema, citando que os alemães ficaram “todos ao deus-dará, a gente passando fome, necessidades, sem terra definida, jogados nesta encosta de serra como animais, ou o que é pior, entre eles e os bugres.” (GUIMARÃES, 2008, p. 19).

O próprio Daniel Abrahão Schneider cita em dado momento que “índio é como animal, não tem fé nem Deus” (GUIMARÃES, 2006, p. 204).

Em outro trecho, Gründling cita que Juanito – na obra não fica claro a qual grupo indígena pertence – foi criado por ele, e graças ao seu carinho, foi “sempre tratado como se fosse gente” (GUIMARÃES, 2006, pgs. 160-161), o que deixa claro que, para ele, os indígenas não são gente, e que Juanito fora tratado de forma superior à que merecia. Isso pode também ser constatado na passagem do livro onde a mulher de Juanito, Ceji, também indígena, morre e tem um enterro segundo as tradições cristãs, nisso o próprio pastor comenta, espantado, o ato de “uma índia com enterro de gente” (GUIMARÃES, 2006, p. 189).

Os indígenas são vistos por Gründling como delinquentes, como podemos observar no trecho em que este diz que a “cidade anda cheia de vagabundos e andarilhos, índios e malfeitores” (GUIMARÃES, 2006, p. 85). A mesma personagem diz ainda que os “bugres” servem apenas “para domar cavalo xucro, camperear, marcar boi, castrar bicho e servir mate” (GUIMARÃES, 2006, p. 6).

Em dado momento podemos perceber na obra o menosprezo aos “bugres” por parte de outros grupos oprimidos, como o caso dos africanos. Mariana, cozinheira e escrava de Gründling, ao ver Sofia toda suja e maltrapilha, fica estarecida e liga às condições dela e dos indígenas, perguntando a si mesma se a garota “teria sido achada no meio do mato, entre os bugres?” (GUIMARÃES, 2006, p. 77), justamente pelo seu estado deplorável.

Fica claro, no romance, que a zona da colônia é uma “área de fricção interétnica”, fazendo com que os povos indígenas, africanos e mestiços se enxerguem com os olhos dos brancos e não vejam outro destino, a não ser trabalhar para os mesos de forma servil. Esse fenômeno é conhecido como “consciência infeliz”.

O interessante deste processo, que diferente de muitas sociedades contemporâneas, o operador simbólico “terra”, que remete aos filhos da terra, os que aqui sempre estiveram, não é levado em conta, pois são justamente esses os dominados pelos grupos externos, sendo obrigados a seguir o sistema simbólico implementado por eles.

A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS AFRICANOS

Assim como os povos indígenas, os povos africanos também são vítimas da chamada “consciência infeliz” e da generalização, ambas fruto da “hetero-identidade” criada pelo grupo dominante.

Diversos grupos africanos vieram para a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre eles, os bantos, os negôs, os jejes, os hauçás e os malês. Porém, ao também sofrer a generalização por parte do grupo dominante, todos esses povos passam a ser conhecidos apenas como “negros”.

Dos grupos “indesejados” pela sociedade, os africanos são classificados como os “menos piores”, seguido dos povos indígenas e dos indesejáveis mestiços que, como veremos mais adiante, são figurados – através do olhar do grupo dominante – como portadores de todos os defeitos de ambos os povos, e não de suas qualidades.

Em uma passagem Gründling diz que “Deus inventou o negro para derrubar mato, cavar terra e carregar água” (GUIMARÃES, 2006, p. 5), deixando claro que o branco reconhece o negro através de seu sistema simbólico, diante do qual a única serventia destes é trabalhar para ele. O próprio sistema jurídico não reconhece os negros como pessoas, como seres sociais, e isso ocorre pelo fato do mesmo ser formado pelo grupo dominante. Em resumo, a todo o momento os negros sofrem ferimentos morais, pois sempre são tratados como se fossem inferiores aos brancos, justamente por sua classificação social.

Os africanos, assim como já vimos entre os povos indígenas, também sofreram o processo de animalização por parte do grupo dominante. Podemos perceber isso quando Gründling chega ao fim da tarde ao Rio Guaíba, assiste maravilhado o pôr-do-sol e olha “[...] com desprezo para os negros carregadores no porto, animais que nem sequer levantavam os olhos para assistir àquela beleza toda [...]” (GUIMARÃES, 2008, p. 29), ou quando Tobz avista um grupo deles dormindo em uma igreja e diz que “[...] quando se precisa de um desses animais custam os olhos da cara [...]” (GUIMARÃES, 2008, p. 80). Mais claro fica quando narrador cita a chegada dos alemães à feitoria, narrando que “os semoventes africanos contados

e recontados. Como se faz aparte de boi ou de vaca, de ovelha ou de cavalo.” (GUIMARÃES, 2006, p. 8).

O africano também é visto como um ser sem dignidade, ao contrário do homem branco que se vê como digno e íntegro. Pode-se notar isso na passagem em que Gründling chega ao Rio de Janeiro e decide pedir um retrato seu, pensando longe “[...] um retrato para a posteridade, um belo retrato, um rosto de alguém que fora gente no meio de mestiços e de negros, que tivera dignidade no meio de tanto servilismo.” (GUIMARÃES, 2008, p. 137).

Nesta última citação fica nítido que existe uma distância cultural – *cultural gap* – entre o homem branco e o restante da sociedade “servil” – negros, indígenas e mestiços –, pois os primeiros se colocam acima da sociedade em que vivem, quase fora dela, ficando como superiores aos outros grupos, aos étnicos, aos indignos e servos. Tão nítido fica também que, a forma desta dominação é puramente de caráter político e econômico, demonstrando que são os brancos que determinam as regras do jogo social, inferiorizando os outros grupos em prol da apropriação de sua mão de obra.

Essas representações negativas e as desconsiderações morais vitimam a tal ponto que, em determinadas partes da obra, podemos notar o ódio por parte do grupo dominante sobre os africanos. Como quando Engerer está conversando com o Major Oto Heise sobre a Guerra Farroupilha e comenta estupefocado que ficou “[...] com pena dos pobres negros, eram os mais visados. Vi um deles morrer quase do meu lado, um soldado atirou a queima roupa [...] negros de mãos amarradas às costas, cabresteados pelo pescoço, eram tangidos por milicianos [...]” (GUIMARÃES, 2006, p. 210), ou quando Gründling lembra que esteve na cama com uma prostituta negra durante a sua viagem ao Rio de Janeiro e blasfemando diz que tem “ódio dessa raça imunda, chego a sentir náuseas só em lembrar que estive na cama com aquela mulher” (GUIMARÃES, 2006, p. 12). Ou seja, os africanos são apenas tolerados por trabalharem para os brancos, pois em um contexto diferente, como uma revolta, são os mais visados para serem torturados e mortos, por existir por parte do grupo dominante uma negação de identi-

dade própria que não seja a negativa da servidão criada por ele. Em muitos casos, mesmo quando estes estão desempenhando o papel atribuído a eles pelo grupo dominante, existe a tendência do menosprezo, como no episódio citado acima entre a prostituta e Gründling.

A REPRESENTAÇÃO DOS CHAMADOS “MISTIÇOS”

Os mestiços são vistos na sociedade representada na obra de Josué Guimarães como o pior de todos os grupos, pois por meio da mestiçagem os mesmos teriam recebido todos os defeitos atribuídos aos africanos e aos indígenas.

Durante toda a narrativa temos citações onde os mesmos são desprezados e inferiorizados pelo grupo dominante, como pode ser notado na passagem em que o major Schaeffer convida Gründling a ir para Rússia fazer negócios, porém o mesmo não aceitou, dizendo que criou raízes na colônia, nisso o major o reprende dizendo: “tuas ideias são de mestiço, pensamento de gente inferior.” (GUIMARÃES, 2006, p. 145). Nota-se a partir dessa citação, mais uma vez, o processo de “eticização” dos grupos subalternos e reafirmação, por parte dos grupos dominantes, de possuidores da única identidade legítima.

Podemos dizer neste caso que o preconceito aos mestiços é de marca, pois é baseado principalmente em seus traços físicos e na sua fisionomia.

Um traço que é bastante depreciável para o grupo dominante é a cor escura da pele, a qual remete aos trabalho braçal. Isso fica claro no episódio em que Gründling não aceita que sua mulher vá apanhar sol, pois gosta de sua cor branca, dizendo a ela: “[...] detesto essas peles escuras, pardas ásperas, o que acontece com tudo que anda no sol.” (GUIMARÃES, 2006, p. 183) e estava “ele sempre a recusar, não queria a sua mulher com a pele queimada como a das brasileiras, como a pele das índias ou das paraguaias de Izabela. Era aquela cor de leite que ele adorava [...]” (GUIMARÃES, 2006, p. 202).

Outro momento do romance que confirma esse preconceito de marca ocorre no trecho em que Gründling e Sofia vão ao teatro, ele fica “impassível,

percorrendo com os olhos os casais nativos, os chapelões femininos de mau gosto, vestidos caseiros e caras trigueiras de mestiço.” (GUIMARÃES, 2006, p. 95).

Neste caso, a cor da pele, assim como as vestes utilizadas, são fatores de distinção em uma sociedade dominada por uma elite branca, onde “os segmentos étnicos procuram tornar visíveis seus pertencimentos [...] para adquirir distinção e acumular capital simbólico e político como atores no contexto da chamada política da identidade [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 92).

Os mestiços, assim como os negros e os indígenas, sofrem também da mono-identificação, o que faz com que um conjunto coletivo seja reduzido a uma personalidade cultural única, ou seja, no caso dos mestiços, como encenqueiros, vadios e sem leis, muitas vezes associados aos paraguaios, inimigos na guerra de 1864. Também são vistos como atrasados e possuidores de mau gosto.

A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DOS IMIGRANTES ALEMÃES, SEUS OPERADORES, E A DISPUTA SIMBÓLICA

Josué Guimarães narra a obra *A Ferro e Fogo*, como já citado na introdução, por meio do olhar dos recém-chegados imigrantes alemães. Estes que, por sua vez, fazem também parte dos grupos que disputam o poder simbólico de classificação junto aos luso-brasileiros.

Na obra, a identidade dos imigrantes alemães é representada como uma “auto-identidade”, pois é o próprio grupo que cria a sua definição e seus sistemas simbólicos, e é por meio desse sistema que eles se reconhecem e reconhecem o outro.

Como é de se esperar, esse processo acaba levando a “etnicização” dos outros grupos, uma vez que eles se colocam acima dos “étnicos”. Isso fica claro em uma passagem em que após Catarina ser estuprada por soldados no decorrer da Guerra da Cisplatina, quando viviam na fronteira, e engravida, o narrador explica que “Catarina não pegara filho daqueles soldados bandoleiros. O menino era um Schneider. [...] o útero se fechava

ao esperma dos violadores. Animais de raças diferentes não se procriam.” (GUIMARÃES, 2006, p. 63).

Os imigrantes alemães compreendem os “outros” por intermédio de seus sistemas simbólicos, toda via, isso não quer dizer que são sempre reconhecidos por meio dele, ou que não existirá conflitos simbólicos para seu reconhecimento.

Temos dois casos em especial que abordam essa questão, um positivo e outro negativo.

O primeiro deles, positivo, é de reconhecimento do grupo, que ocorre quando o imperador em pessoa vai ao porto para receber os soldados enviados pelo Major Schaeffer, empolgado, “medindo-os espádua contra espádua, na frente de todo mundo. Pensava, esses alemães vão fazer filhos nas mulheres da terra, surgirá uma geração de homens altos e fortes, louros, rosados.” (GUIMARÃES, 2006, p. 46).

Já o segundo caso é de negação, ocorrendo durante o conflito na fronteira, quando por ordem “os alemães passaram a cavar latrinas, limpar armas, lavar cavalos. Isso eles entendem, dissera um oficial brasileiro.” (GUIMARÃES, 2006, p. 49).

Algo que também fica claro na obra é a fronteira cultural existente entre os imigrantes alemães e os povos que aqui habitavam. O fator determinante para que isso ocorra é a diferença de idiomas. Em diversas passagens da obra, os alemães e a população local não se entendem.

Podemos exemplificar essa questão citando o momento em que é formado o Corpo de Voluntários da Pátria com soldados alemães, que devido às ordens serem em português, os teutos não as compreendiam e eram severamente castigados, como podemos observar na passagem em que o narrador explica que “nos primeiros dias de treinamento, a coisa se complicou. Eles não entendiam as ordens dadas em português [...] Recebiam ordens e não cumpriam. Como castigo, vinte chibatadas no lombo, na frente das tropas” (GUIMARÃES, 2006, p. 48).

Porém a língua servia também como operador simbólico de pertencimento e de afirmação de identidade. Em dado momento soldados alemães

do lado brasileiro e do lado castelhano se encontram em campo de batalha e ficam felizes, pois “finalmente eles se entendiam com alguém, distinguiam os velhos palavrões da língua materna e não queriam se matar” (GUIMARÃES, 2006, p. 70). O fator da língua na questão do pertencimento ao grupo fica claro quando Ludwig diz que para voltar para guerra teria que matar Mayer, pois seus uniformes eram diferentes, porém, este último ressalta: “mas a língua que nós falamos é a mesma” (GUIMARÃES, 2006, p. 71). Em outro trecho o narrador explica que “nos bivaques noturnos, ao redor das fogueiras, os alemães não se misturavam, firmavam grupamentos à parte, isolados pela língua.” (GUIMARÃES, 2006, p. 68). Gründling também deixa claro a questão da língua e da terra como operadores simbólicos na formação da identidade. Isso ocorre quando demonstra confiança em Catarina, firmando sociedade, dizendo a ela; “[...] depois a gente se acerta, falamos a mesma língua, viemos da mesma terra.” (GUIMARÃES, 2008, p. 94).

Em outros momentos notamos os imigrantes alemães fazendo alusões a coisas que remetam à terra natal, como acontece quando Gründling, em ocasião da comemoração de seu casamento, pede bons vinhos, não querendo os daqui, solicitando: “-Mariana, traz o meu vinho-do-reno especial [...] esse branco é da região do Mosela. Este tinto, muito raro, vem do Sarre. Aqui temos um branco seco do Memo e outro de Nahe, todos eles filhos legítimos das vertentes do Rheingau” (GUIMARÃES, 2006, p. 115). Ou quando Daniel Schneider solicita a sua esposa que lhe compre ferramentas alemãs, porém, a mesma não as consegue, dizendo-lhe ter conseguido apenas as inglesas. Nisso ele retruca dizendo que estas não prestam, “perdem o fio logo” (GUIMARÃES, 2006, p. 150).

As passagens acima demonstram a importância dos operadores simbólicos “língua” e “terra” na construção da identidade e no sentimento de pertencimento em determinado grupo, no caso, dos imigrantes alemães. Esses operadores simbólicos podem ser simples produtos originários da terra natal, como os vinhos de Gründling e as ferramentas de Schneider.

Dessa forma, em última análise, levando em conta que a saga *A ferro e fogo* é um romance histórico, gênero que possui como característica

representar para o público os acontecimentos ocorridos em um determinado período histórico, ambientando-o de acordo com a proposta temporal do autor, e que, de certa maneira, deverá representar as personagens com as características da época, suas cosmovisões, mesmo que essas sejam carregadas de preconceitos e vaidades, essa obra literária torna-se fundamental para o entendimento das diversas mentalidades presentes no século XIX e, sua desconstrução. Da mesma forma, esse romance também auxilia na compreensão da formação da identidade teuto-brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade** (seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth). São Paulo: UNESP, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Caminhos da Identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 1ª Ed. Bauru: EDUSC, 1999.
- GALLISSOT, René. **Sous l'identité, le procès d'identification**: L'Homme et la Société, 1987.
- GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo**: tempo de guerra. 10ª Ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.
- GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo**: tempo de solidão. 15ª Ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

IDENTIDADES PROGRESSISTAS EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA: ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES TÉCNICAS SOBRE SANTA ROSA/RS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

MAIRA EVELINE SCHMITZ
PPGH – UFSM/ IFFAR – *CAMPUS SANTA ROSA*

RESUMO

A cidade de Santa Rosa, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, foi uma das últimas do Estado a ser colonizada e a receber imigrantes, a partir de 1913, servindo para fixar o domínio sobre a fronteira e evitar invasões castelhanas. Destacando-se pelo rápido crescimento, emancipou-se em 1931 e em 1940 foi interligada às outras regiões do Estado com a construção de um ramal ferroviário, o qual partia de Cruz Alta. No início dos anos 1950, o município respondia por 70% de toda a produção de soja do RS e o crescimento acelerado do cultivo – associado à instalação de indústrias de esmagamento de grãos e à crescente urbanização – incentivaram uma elaboração identitária de prosperidade. Mesmo sendo uma das regiões mais periféricas do Estado, distante dos principais centros econômicos, políticos e culturais, consolidou-se a ideia de Santa Rosa enquanto uma centralidade para o Noroeste. Este trabalho propõe, neste sentido, analisar a construção narrativa sobre Santa Rosa enquanto um município de terras e gentes distantes, mas que seria dotado de um espírito progressista e naturalmente vocacionado para a modernidade, com destaque para a produção deste discurso em obras técnicas, em especial a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE de 1959.

Palavras-chave: Santa Rosa – Noroeste do Rio Grande do Sul – História urbana

INTRODUÇÃO

A cidade de Santa Rosa, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, foi uma das últimas do Estado a ser colonizada e a receber imigrantes, a partir de 1913, servindo para fixar o domínio sobre a fronteira com a Argentina e evitar invasões castelhanas. Destacando-se pelo rápido crescimento, emancipou-se em 1931 e em 1940 foi interligada às outras regiões do Estado com a construção de um ramal ferroviário, o qual partia de Cruz Alta. O município se destacou pela produção agropecuária – em especial a criação de suínos e o cultivo de trigo e soja – e o crescimento acelerado destas produções se relacionou com a instalação de indústrias de esmagamento de grãos e do ramo alimentício, proporcionando uma crescente urbanização.

Mesmo sendo uma das regiões mais periféricas do Estado, distante dos principais centros econômicos, políticos e culturais, consolidou-se a ideia de Santa Rosa enquanto uma nova centralidade, referência da região Noroeste na resolução de suas crises e pioneira nas técnicas modernas da agroindústria. Esta noção foi sendo construída não somente a partir das condições materiais de seu desenvolvimento político e econômico, mas amparada em diversos discursos e análises de ordem técnica e científica. Entre as décadas de 1940 a 1980, Santa Rosa foi objeto de atenção de estudiosos e especialistas, os quais tinham por objetivo, em geral, produzir conhecimento científico sobre a cidade; ao mesmo tempo contribuíram para fortalecer a imagem progressista que o município foi tomando enquanto identidade.

Ao se elencar como objeto de pesquisa em História as chamadas cidades novas, pensadas e nascidas no século XX, com clara orientação para a ocupação de território e desenvolvimento econômico do país, é preciso identificar e reconhecer que muitas das obras feitas por pares – historiadores e outros cientistas sociais, como geógrafos e sociólogos – não servem somente como referência de literatura especializada, mas como fontes, as quais fornecem dados importantes para a compreensão dos discursos memoriais sobre estes espaços.

Nesta direção, este trabalho busca analisar a construção narrativa sobre Santa Rosa enquanto um município de terras e gentes distantes, mas

que seria dotado de um espírito progressista e naturalmente vocacionado para a modernidade. Buscando trazer elementos para a reflexão, destacam-se algumas obras de sentido técnico, em especial aquelas produzidas pelo IBGE, como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959.

A CIDADE

Santa Rosa está localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, região conhecida como Alto Uruguai e que foi uma das últimas do Estado a receber imigrantes no início do século XX. A criação da colônia de Santa Rosa foi solicitada em 1913 pelo município de Santo Ângelo, sendo idealizada e concretizada pelo prestígio político do Coronel Bráulio Oliveira – chefe político regional e dono de extensas propriedades na localização de Esquina Cruzeiro (CHRISTENSEN, 2008, p.36). Chamada de “zona rica”, o objetivo era evitar intrusos às margens da colônia Guarani, servindo de sentinelas a invasões castelhanas.

Colonizada efetivamente a partir de 1914, teve seus lotes entregues a colonos, nacionais e imigrantes. O núcleo da Colônia era a Vila 14 de Julho, onde foram construídas as primeiras edificações, em sua maioria casas, comércios e órgãos administrativos (CHRISTENSEN, 2008). A colônia de Santa Rosa destacou-se pelo rápido crescimento. Tornou-se sede do município do mesmo nome em 1931 e em 1940 foi interligada às outras regiões do Estado com a construção de um ramal ferroviário. Santa Rosa contou com a construção de duas estações ferroviárias: a primeira em Cruzeiro, em 1937, e outra na Avenida Rio Branco, em 1940. Era o último ponto do ramal da estrada de ferro Santa Maria–Marcelino Ramos, o qual partia de Cruz Alta. O grande volume de mercadorias que passaram a ser escoados lhe rendeu o apelido de “Ramal de Ouro”, uma clara alusão às riquezas transportadas e à cor do principal produto exportado pela cidade: a soja (IPHAE, 2002, p.178-181).

Conceição (1986) aponta que a soja foi introduzida no Estado do Rio Grande do Sul por volta de 1908, mas seguiu sem expressão comercial até o ano de 1947, quando teve seu primeiro surto de comercialização.

Em Santa Rosa, a leguminosa teria sido introduzida pela ação do pastor Lembauer, um imigrante norte-americano que incentivou a produção pelos pequenos agricultores da cidade (TRINDADE, 2015, p.128). O objetivo inicial do cultivo era achar alternativas para a alimentação de suínos – centro da economia do município até então.

Com o passar dos anos, a soja se torna o foco santarrosense. No início da década de 1950, a cidade era responsável por 71% de toda a produção do Estado. Alguns fatores que permitiram uma maior fixação desta lavoura foram os trabalhos de estações experimentais na seleção e adaptação de variedades da leguminosa, as condições de clima e solo e as grandes correntes de imigrantes, que – na busca de novas terras para suas definitivas permanências – transmitiam novas e evoluídas técnicas, até então desconhecidas pelos colonos brasileiros (CONCEIÇÃO, 1986, p.36).

A fase de maior expansão do cultivo da soja na cidade e no Estado se deu a partir de 1968, até o ano de 1975. As causas para este crescimento, segundo Conceição (1986), estão relacionadas à crise produtiva nos Estados Unidos, à excelente cotação da soja no mercado internacional e à existência de um mercado externo que absorvia o excedente exportável. O fator central para a expansão, contudo, se dá pelo início da mecanização da produção e pelo crescimento de uma indústria esmagadora de grãos.

No caso da soja no Rio Grande do Sul, esta modernização se dá utilizando parte da infraestrutura mecânica e industrial da produção de trigo, mas ganha força com políticas específicas para a sojicultura. A economia brasileira, a partir da década de 60, voltou-se cada vez mais à exportação, realizando uma política de fixação de preços mínimos e financiamentos de acesso à lavoura. Órgãos governamentais foram criados com este intuito, como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Social Rural (ASCAR), no Rio Grande do Sul (KREUTZ et. al., 2014).

A mecanização da produção agrícola efetuada neste período trouxe também mudanças materiais na organização e nas formas de viver o urbano. As próprias cidades foram alvo destes objetivos modernizantes. Conforme Gorelik,

a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados. (...) O que havia sido pensado originalmente como um processo histórico-cultural ocidental – a modernidade – converteu-se em um complexo técnico de difusão da civilização industrial como modelo de desenvolvimento universal – a modernização. É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas – os famosos “pólos de desenvolvimento”. (GORELIK, 2005, p.117)

As cidades de caráter rural, antes deslocadas do foco modernizante, passam a compor o *locus* das ideias e dos estilos que vida que buscam se libertar das amarras do tradicionalismo e do subdesenvolvimento. As grandes massas de população rural são incorporadas às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna (GORELIK, 2005, p.121) e com isto transformam o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE

Estudar uma cidade é tarefa complexa, principalmente ao se levar em conta que ela é sempre plural, multifacetada, composta de contradições e disputas. Ao mesmo tempo em que é formada pelo conflito, também sofre processos de construção identitária que visam ser gerais, levados a cabo por segmentos específicos – em especial o poder estatal e setores de ampla representação política e econômica. Ocorre a busca por uma identidade cultural comum, que aja como pacificadora social e sirva de justificativa para a tomada de decisões, as quais nem sempre atendem a todos os moradores. Neste jogo dialético entre (re)produção material e (re)produção simbólica, a cidade vai se constituindo enquanto processo histórico.

A fim de compreender o espaço urbano em sua historicidade optou-se por tomar como base analítica a proposta desenvolvida por Henri Lefebvre no sua obra *A produção do espaço* (1978). Lefebvre considera o espaço como uma produção humana, mas não da mesma forma que outros artefatos. O espaço (social) não é uma coisa dentre outras coisas, um simples produto, pois ele engloba as outras coisas produzidas e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade, em uma ordem e desordem relativas.

A sua teoria da produção do espaço parte da formulação de duas tríades, cada qual com três dimensões relacionadas dialeticamente, mas que não se excluem, nem resultam em uma síntese fechada (SCHMID, 2012). É possível separar cada um dos elementos, fragmentando a análise – o que muitas vezes se faz necessário nos estudos históricos.

Na primeira tríade, a *prática espacial* “designa a dimensão material da atividade e interação sociais”, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada, a exemplo da morfologia urbana. Esta categoria implica focar no aspecto da “simultaneidade das atividades” no espaço, “como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (ex. a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca)” (SCHMID, 2012, p.99).

A *representação do espaço* consiste em identificar as representações que dão uma imagem e desta forma definem o espaço, as quais podem ser variadas, apresentando similaridades e diferenças. Servem “como um esquema organizador ou um quadro de referência para a comunicação, que permite uma orientação (espacial) e, assim, ao mesmo tempo, co-determina a atividade” (SCHMID, 2012, p.100). Incluem-se aqui, inclusive, as teorias científicas do espaço, uma vez que estas representações emergem ao nível do discurso, sendo linguisticamente definidas e demarcadas (2012, p.99).

Por fim, esta tríade traz os *espaços de representação*, a dimensão simbólica do espaço. “Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo” (SCHMID, 2012, p.99), assim, a “ordem material que aflora na superfície pode tornar-se ela mesma um veículo transmitindo significados. Dessa maneira, um simbolismo (espacial) se desenvolve expressando e invocando normas, valores e experiências sociais” (2012, p.100).

Lefebvre não encerra sua proposição neste ponto, indicando uma segunda tríade, a qual permite relacionar a produção espacial com a (re) produção das relações sociais no tempo. Nesta segunda análise tridimensional, cada elemento também pode ser dissecado e considerado independen-

temente. O autor, entretanto, aponta que um depende do outro para agir na realidade social e é a contradição entre estes fatores que confere historicidade aos processos.

A segunda figura tridimensional compõe-se do espaço percebido-concebido-vivido. O *espaço percebido* é o um aspecto perceptível que pode ser apreendido por meio dos sentidos, relacionando-se diretamente com a materialidade, com a *prática espacial*. Prosseguindo, o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido *concebido* previamente em pensamento: a junção de elementos para formar um “todo” que é então designado como espaço resume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento (*a representação do espaço*). A terceira dimensão significa o mundo como ele é experimentado na prática da vida cotidiana: *é o espaço vivido* (efetivado a partir dos *espaços de representação*). Lefebvre é taxativo, entretanto, ao evidenciar que a experiência prática não é integralmente exaurida pela análise teórica – sempre há um resíduo apreendido somente pela poesia e pela arte (SCHMID, 2012, p.102).

O cerne da teoria da produção do espaço identifica, em suma, três momentos da produção: a produção material, a produção de conhecimento e a produção de significados. As obras técnicas selecionadas como fonte neste trabalho são representativas da dimensão da representação do espaço e, conseqüentemente, nos auxiliam a compreender como a cidade de Santa Rosa foi concebida: estão no âmbito da produção do conhecimento sobre o espaço. Cabe ressaltar que somente ao relacionarmos estas concepções apresentadas à materialidade e às significações dadas pelas pessoas é que aprofundaremos efetivamente o entendimento sobre a produção da cidade. Como defende Lefebvre, objeto não é o espaço em si mesmo, nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos (materiais) no espaço, mas as relações sociais que conferem materialidade e sentido ao local da ação humana. O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. “O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo” (SCHMID, 2012, p.103).

SANTA ROSA NAS OBRAS TÉCNICAS

Muitas versões sobre a cidade de Santa Rosa foram publicadas, desde livros de memórias, produções literárias e artísticas, trabalhos escolares e acadêmicos. Optou-se, aqui, por analisar especificamente as obras de caráter técnico, elaborados com o objetivo ou de prestar contas sobre o município, ou de criar um panorama descritivo sobre o mesmo. Acredita-se que, por serem elaboradas por especialistas, auxiliaram a elaborar uma representação sobre a cidade que pouco foi contestada no seu momento, em virtude do caráter oficial de que estavam imbuídas. Elencou-se, assim, algumas publicações do IBGE (1950, 1959, 1962, 1984) e um relatório elaborado pela prefeitura municipal para responder ao questionário do Serviço Nacional de Recenseamento, publicado no formato de livro (CARDOSO, 1947).

Ao se falar sobre Santa Rosa e região Noroeste como um todo, invariavelmente se recorre a uma suposta origem ocorrida com a colonização. Ainda que a maioria dos textos técnicos, ao traçar um breve histórico, referiram-se à presença indígena e jesuíta na região, a versão mais consolidada é de uma história que se inicia com o parcelamento de lotes e a colonização das terras. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) chega a afirmar que “o segundo distrito, Santa Rosa, não tinha características de importância demográfica ou econômica até 1915, ano em que é criada uma Colônia com mesmo nome” (IBGE, 1959, 184). A história da cidade iniciaria, assim, quando é oficialmente criada pelo poder público, “obedecendo a um plano governamental previamente estabelecido”, no qual, inclusive, “o povoamento também fôra previsto” (1969, p.184).

A imagem de sua colonização, contudo, também passou por formulações e recortes, a fim de identificar o município com uma narrativa de sucesso. O território de Santa Rosa, quando da municipalização em 1931, englobava áreas que haviam pertencido a três colônias do noroeste: Guarani, Boa Vista e Santa Rosa (BERNARDES, 1950). Esta extensão foi diminuindo ao longo das décadas posteriores, em função da emancipação de vários dos seus distritos e atualmente a cidade coincide basicamente com o que foi a colônia Santa Rosa, sendo relacionada nas obras prioritariamente com a sede desta.

Em 1950, Nilo Bernardes publica um artigo na Revista Brasileira de Geografia, onde aborda a colonização de Santa Rosa. Neste momento, o município ainda incorporava porções das três colônias citadas anteriormente e o autor esquematiza sua análise a partir destes três elementos. Em resumo, a colônia Guarani teria sido um fracasso em virtude das técnicas de partilha do solo e por ter sido composta por estrangeiros; a colônia Boa Vista teve os mesmos problemas, mas pelas qualidades geográficas conseguiu se manter; e Santa Rosa seria o maior caso de sucesso das colônias no Rio Grande do Sul.

Isto teria se dado, principalmente, pelo fato de, na divisão das propriedades, ter sido “finalmente, empregado um novo sistema onde cada ‘colônia’ ao ser delimitada, dispunha de água e acesso direto à estrada” (BERNARDES, 1950, p.37). A divisão dos lotes e a garantia do acesso a bens naturais e ao escoamento da produção seriam essenciais. Nilo Bernardes lembra que o governo do Estado já havia percebido a necessidade deste cuidado quando planejou a colônia de Erechim, no norte, mas só colocou em prática o conhecimento na empreitada final do noroeste.

“Tratando-se de uma nova colônia em via de fundação, esta Diretoria preocupou-se em que ficasse ela expurgada dos defeitos de maior monta das antigas colônias. Neste sentido redigiu bases, segundo as quais se realizaria primeiramente a discriminação da área total da colônia, em seguida seriam levantados os cursos d’água principais e projetadas as estradas de rodagem, e só então se procederia à divisão em lotes, – não mais com orientação uniforme como nas antigas colônias – mas orientadas segundo as estradas de rodagem projetadas e os cursos d’água, de modo a disporem todos de viação fácil, e, quanto possível, de aguadas abundantes’. Estas normas referiam-se à Colônia Erechim, então em início, mas só foram cabalmente seguidas em Santa Rosa. (BERNARDES, 1950, p.37)

Outra questão apontada pelo texto e que se repete em outras obras, como na monografia escrita por Vicente Cardoso é a etnia das pessoas que receberiam lotes. Cardoso (1947) justifica o sucesso de Santa Rosa pelo fato de ser uma colônia mista, onde nacionais (cablocos e descendentes de imigrantes das colônias velhas) foram os principais colonizadores. Os imigrantes europeus também estiveram presentes, mas em menor número e de forma a serem

induzidos à socialização com os outros grupos culturais. O autor defendia que os imigrantes, em especial os alemães, tinham tendência ao isolamento e não partilhavam do mesmo amor à pátria que possuíam os nacionais.

O misto de um bom planejamento dos lotes e um equilíbrio demográfico, portanto, seriam o segredo do sucesso da colônia. Nilo Bernardes apontou que “para Santa Rosa, o movimento de descendentes de alemães, italianos e poloneses foi inteiramente espontâneo e num afluxo tal que a administração satisfazia com dificuldades a procura de lotes (...) Geralmente cada lote tem ainda em mata quase a metade de sua área e a parte restante é muito bem aproveitada e com grande produtividade” (1950, p.38).

Vicente Carddoso chega a afirmar que, mesmo depois da emancipação, Santa Rosa seguia aumentando sua população e sua importância, “podendo-se mesmo afirmar que nenhuma família sequer retirou-se depois de estabelecida em terras santorrosenses, mostrando, tal fato, o fenômeno positivo da fixação so solo evidenciado” (1947, p.16). Justifica este sucesso com a ação do Estado, pois “tanto no caso dos estrangeiros e descendentes de estrangeiros (60 a 80%), como no caso dos nacionais caboclos, que desde o inicio, receberam o auxílio direto e foram visados pelo incansável esforço da alta administração rio-grandense” (CARDOSO, 1947, p.16).

O sociólogo Edeimar Rotta, ao estudar a colonização da região, ressalta que o então presidente do Estado do RS, Antônio Augusto Borges de Medeiros elaborou o plano de ocupação das últimas terras devolutas a fim de conter os conflitos pela posse da região, claramente inspirado nos ideais positivistas:

Pela criação das novas colônias buscou aumentar a produção agrícola e integrar, definitivamente, na sociedade rio-grandense, os diversos grupos étnicos, fortalecendo o sentimento de amor à pátria e o respeito ao poder estabelecido. De acordo com os ideais positivistas, a busca da paz social, fundamental para alcançar o progresso econômico através do trabalho produtivo, só seria alcançado pela integração étnica e cultural e pela intervenção de um Estado forte. As colônias mistas apresentavam-se como a solução adequada, pois as experiências de colônias homogêneas mostravam as dificuldades de controle por parte do estado além da dificuldade de integração socio-cultural. (ROTTA, 1999, p.35)

Santa Rosa, assim como muitas cidades novas do oeste brasileiro, foi pensada pelo Estado com objetivos territoriais e econômicos muito claros. O discurso e ação homogenizante, no entanto, não reflete o cotidiano desta população mista; provavelmente o que facilitou o controle estatal por um lado, acentuou conflitos sociais e culturais locais por outro. O entendimento destas narrativas, contudo, ajuda a refletir e a identificar quais setores sociais detinham o poder de conceber e representar o espaço da cidade.

Apesar de seu “povoamento” ser tardio, as primeiras análises técnicas colocavam Santa Rosa como um bom exemplo de colonização, o que poderia ser “um ensinamento útil, ainda em tempo de ser aproveitado”. Os principais fatores – “o sistema de propriedades e o acesso aos mercados” – combinados, influenciariam “decisivamente no êxito da colonização empreendida” (BERNARDES, 1950, p.40).

Para demonstrar o sucesso da colonização, muitas das publicações se dedicam, na sequência, a demonstrar com números o crescimento exponencial da localidade. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, por exemplo, indica que “já em 30 de junho de 1919 o povoado contava 58 casas de madeira; 2 engenhos de serra a vapor e 2 a fôrça hidráulica; 2 olarias; 2 hotéis; 1 cinema – o templo católico estava em construção” e a população somava 415 habitantes (IBGE, 1959, p.185).

Cardoso indica que, se em 1940 a cidade tinha 1800 almas, em 1947 contava com perto de 5000. “Santa rosa, hoje está progredindo: sua posição, entre as comunas do estado, é invejável” (1947, p.26). Era “uma cidade que cresce na razão média de pouco menos de 2 prédios por semana, tendo triplicado sua população em 4 anos e padecendo, como quase tôdas as cidades do Brasil, de falta de habitações” (CARDOSO, 1947, p.26). O crescimento da cidade, “num ritmo acelerado de modernismo”, é colocado como algo positivo, mesmo com todos os problemas de infraestrutura urbana que poderia apresentar.

Chama a atenção o fato dos dados do relatório de Vicente Cardoso serem relativos à sede do município, ou seja, à área efetivamente cidadina. O autor chega mesmo a apontar que a vocação urbana de Santa Rosa se deu

com a próprio plano governamental de colonização, sendo assim “natural que seu povoamento, embora intensificado nas zonas rurais, o fôsse, também, nas zonas urbanas, onde se instalaram logo os escritórios de administração e controle (CARDOSO, 1947, p.19).

A ênfase na cidade aparece também na maior parte dos outros artigos analisados. Ainda que os dados publicados pelo IBGE relativos à economia e às características naturais deem conta de toda a extensão do município, o destaque fica por conta dos melhoramentos urbanos e serviços que o município passava a oferecer.

A Enciclopédia dos Municípios brasileiros apresenta Santa Rosa como um “município próspero, de considerável importância na economia do Rio Grande do Sul” (IBGE, 1959, p.185). Todas as obras analisadas apresentaram estatísticas demográficas. A Enciclopédia dos Municípios traz o dado de que, pelo censo de 1940, a população municipal era de 84.528 habitantes, dos quais 14.421 residiam no distrito-sede (IBGE, 1959) e que, em 1959, contava com 52 260 habitantes, localizando-se 7 220 na sede e 45 040 na zona rural, compreendendo uma taxa de 34,89 habitantes por quilômetro quadrado (área total de 1.498 quilômetros quadrados).

A monografia de 1962 mostra que a população da cidade passou para 12.283, havendo um acréscimo de 155% e compreendendo 56 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 1962, p.2). Em 1984, a população total era de 52.227 habitantes, conforme censo de 1980, sendo que 49.379 residiam no distrito sede e 40.376 na zona urbana; a densidade demográfica passa a ser de 114,03 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 1984, p1).

A grande oscilação dos números de habitantes no município se deve em grande parte pelas emancipações ocorridas. Entre 1954 e 1962, por exemplo, Santa Rosa teve seu território reduzido em cerca de 80% (IBGE, 1962, p.2). A Enciclopédia aponta, neste sentido, que é um potencial “gerador de municípios, exemplo de devotado trabalho agrícola, comercial e industrial, está atualmente atravessando fase de notável progresso (IBGE, 1959, p.185). O fato de vários distritos terem se desmembrado, assim, é qualificado positivamente, pois indicava a potencialidade da região para

o desenvolvimento urbano e a autonomia política. Por ter sido o município-mãe de praticamente todas as cidades da região da fronteira noroeste, acabou tendo fortalecida sua condição de nova centralidade, dando origem à região da Grande Santa Rosa.

Vicente Cardoso, em seu relatório municipal, afirma que no momento mesmo da proposição do distrito de Santa Rosa pela cidade de Santo Ângelo, “já esta gleba riquíssima do norte evidenciava suas grandes condições de ter, mais cedo ou mais tarde, não uma sede distrital mas uma cidade e a cabeça de um dos municípios mais importantes de todo o Estado” (1947, 22).

Este desenvolvimento da cidade, entretanto, não ocorreu de forma natural. Quando se estuda a colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus, é comum o discurso sobre as dificuldades em relação a abertura de matas e início da produção agrícola. Santa Rosa tem como um dos seus primeiros obstáculos não o começo da produção, mas a manutenção da qualidade do solo. A economia santorresense, em um primeiro momento, era centrada na pequena propriedade (ROTTA, 1999, p.50), que vivia da agricultura familiar e da criação de animais, em especial os suínos. Com a queda da qualidade do solo, o cultivo do milho – principal fonte de alimento dos suínos – sofreu grande queda na produtividade.

A década de 50 pode ser colocada como um divisor de águas na sociedade regional. O modelo de organização social que vinha se gestando desde o processo de colonização, com base na agricultura familiar, no pequeno comércio e na indústria tradicional, alcançou seu período áureo, tendo o suíno como principal produto a ser colocado no mercado. Por outro lado, marcou o auge da crise à medida que atingiu a agricultura familiar ameaçando sua própria reprodução, uma vez que o comércio e a indústria tradicional já passavam por um processo de redefinição desde a década anterior. (ROTTA, 1999, p.71)

Edemar Rotta ressalta a influência das políticas nacionais desenvolvimentistas pregadas pelo governo JK, as quais romperam as barreiras ao livre fluxo de mercadorias e capitais, intensificando a concorrência. O principal problema a ser superado era a perda de competitividade em relação às outras regiões do Estado – mais próximas aos centros econômicos e de escomaneto.

Rotta entrevistou alguns empresários do comércio e indústria da cidade e estes afirmaram terem apontado como solução, então, “modernização da agricultura, pela agroindustrialização como forma de agregar valor aos produtos e pela conquista de novos mercados” (ROTTA, 1999, p.72). A imagem de uma cidade consciente de seus problemas e que busca soluções de forma orgânica ganha força nestes discursos.

Em resumo, a opção encontrada para a manutenção do desenvolvimento da sociedade, assim, seria a mecanização da agricultura. Em 1959, na Enciclopédia, o subtítulo sobre a agricultura afirma que “as lavouras são cultivadas por processos ainda muito rudimentares. No entanto, de uns tempos a esta parte, a sua mecanização toma incremento com resultados altamente compensadores” (IBGE, 1959, p.186) A grande virada, entretanto, seria apresentada na década de 1960.

A partir dos anos 60 começa a ser implantado no município um programa de recuperação da fertilidade do solo. Este teria ocorrido pela própria iniciativa da Associação Rural de Santa Rosa, ao entrarem em contato com pesquisadores da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os produtores locais buscaram a orientação de especialistas em solo da Universidade de Wisconsin através do convênio entre a UFRGS e a United States Agency for International Development (USAID). Após as análises do solo realizadas pelos cientistas, estes propuseram sua correção através da aplicação de calcário e adubo químico, combinadas com novas técnicas de cultivo, manuseio do solo e seleção de sementes (ROTTA, 1999, p.76). A iniciativa ficou conhecida como Operação Tatu.

É interessante analisar o discurso destes empresários, quando elaboraram uma narrativa de iniciativa regional para a resolução de seus problemas. Rotta ressalta o quanto a Operação Tatu assumiu o viés de superar o caráter empírico e implantar técnicas científicas de produção. Isto reforça a tese de que os trabalhos científicos e técnicos publicados no período foram instrumento da construção de representações da cidade, contribuindo para a forma como o espaço social deveria ser concebido por sua própria população e pelas outras regiões do país.

Rotta destaca que a ligação dos produtores com a Universidade de Wiscosin é indicativa de um possível vínculo com a “revolução verde”, já em marcha nos EUA, a qual buscou integrar a agricultura no circuito da produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, ou produtora de matérias primas. 78 Santa Rosa, neste contexto, assumiu os dois papéis, arridcando centrar sua produção na soja. Auforia dos produtores locais com os primeiros resultados foi tanta que em 1966 se realizava em Santa Rosa a primeira festa nacional da soja – FENASOJA (ROTTA, 1999, p.79), a qual passa a ser símbolo da modernidade, aliando sociabilidades urbanas e economia agroindustrial.

Nesta perspectiva,

o original da região da Grande Santa Rosa é o seu pioneirismo em introduzir o processo de modernização na agricultura familiar, adaptando o que já vinha sendo feito pelos granjeiros de trigo no Rio Grande do Sul e por outras experiências em nível de Brasil e exterior. As lideranças regionais aproveitaram bem a conjuntura favorável em nível nacional, que possibilitava a entrada dos pequenos proprietários nos mecanismos de financiamento e incentivo governamental, e implementaram um processo de produção com base na incorporação do ‘saber científico’ em todas as etapas do processo produtivo. (ROTTA, 1999, p.81-82)

Pouco mais de uma década após as novas técnicas agrícolas serem implantadas, a monografia do IBGE sobre o município afirmava que “a policultura com predomínio da soja representa a principal paisagem vegetal de Santa Rosa” (1982, p.4). Esta transformação econômica e social não ocorreu, contudo, sem conflitos, dentre os quais pode-se destacar o aumento da exclusão dos pequenos proprietários e a maior dependência por parte da agricultura das políticas e financiamentos estatais.

A visão progressista do município de Santa Rosa, apresentada pelas publicações analisadas, refere-se majoritariamente a uma vocação urbana da cidade; mesmo que a pecuária e a agricultura sejam o motor da economia, estas têm seu desenvolvimento associado à crescente industrialização das técnicas e às consequências para a vida na cidade, como a facilidade de serviços e aumento de escolas, estradas, bancos, locais de lazer, entre

outros. Bitoun et. al., ao analisarem a construção da enciclopédia dos municípios brasileiros, ressaltam que esta era a intencionalidade deste tipo de publicação.

Além dos dados censitários e do registro da existência de povoados fora das áreas urbanas (cidades e vilas), há narrativas históricas, descrição detalhada dos aspectos urbanísticos, infra estruturais, de equipamentos administrativos econômicos e sociais nas sedes municipais (cidades). Em contraste, as áreas “não urbanas” que, naquele tempo, abrigam a imensa maioria da população, são somente tratadas na perspectiva da produção e dos recursos que oferecem à economia do município para o seu desenvolvimento, dando-se destaque às possibilidades de uso desses recursos para a industrialização. Essa construção revela assim um viés desenvolvimentista urbano – industrial, condizente com a época da publicação (o Brasil desenvolvimentista expresso pelo slogan de Juscelino Kubitschek: “cinquenta anos em cinco”), que estava se consolidando sob a égide do Estado central. (BITOUN et. al., 2017, p.23)

As obras analisadas – com a exceção do relatório de Vicente Cardoso – são sucintas, descrevendo dados e a história em poucas páginas de forma bem objetiva. A história e as características econômico-sociais do município são apresentadas junto de dados demográficos e naturais, conferindo uma aura de imparcialidade ao texto. Esta característica acentua a percepção de serem técnicas e pouco aptas à contestação; por outro lado, acaba assumindo, então, uma narrativa teleológica de Santa Rosa como destinada à modernidade e prosperidade.

CONSIDERAÇÕES

A partir desta breve análise, a qual pretendeu ser somente um início de reflexão sobre a temática, constata-se que o estudo sobre as cidades e a produção dos espaços urbanos deve abarcar, além das ações e representações no espaço, também o domínio sobre o que é produzido sobre o espaço. Nesta perspectiva, os trabalhos acadêmicos e técnicos podem ser vistos como elementos que contribuem para a consolidação de determinadas visões sobre as cidades, especialmente quando se trata de cidades surgidas no século XX. Estes escritos possuem autores e contextos de produção, servindo a objetivos e interesses, ainda que não sejam explícitos na sua leitura.

As obras técnicas analisadas neste trabalho possuem um interesse não só de descrever a cidade, mas de documentar o papel de Santa Rosa no crescimento econômico e social do país, exaltando suas soluções criativas e o pioneirismo de determinadas regiões. Ressalta-se que muitas outras abordagens devem ser levadas em consideração para um trabalho mais aprofundado, como por exemplo o estudo da cultura visual a partir das fotografias que contém.

No caso de Santa Rosa, por fim, pode-se observar que a identidade cidadina foi moldada de forma a homogenizar as experiências sociais, estando aliada ao poder público e de determinados produtores. As fontes analisadas ignoram, por exemplo, os processos de exclusão social, ou possíveis desacordos em relação às estratégias econômicas e sociais adotadas. Destaca-se, assim, a importância de relacionar estas fontes com outras perspectivas, buscando, assim como no método proposto por Lefebvre, dar conta de uma produção do espaço que não ignore o conflito e as disputas pela cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. **Fórum DRS- IICA**, Brasília, v.22, 2017.

CHRISTENSEN, Teresa. **SANTA ROSA: Histórias e Memórias**. Porto Alegre: Pallotti, 2008.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-75**. Porto Alegre: FEE, 1984.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, p.111-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a04.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

KREUTZ, Marcos Rogério; et. al. O Cultivo da Soja e a Supressão da Vegetação Durante a Década de 1970: Um Estudo Sobre Minifúndios do Vale do Taquari, Rio

Grande do Sul. In: **Desenvolvimento em Questão**, vol. 12, núm. 26. Ijuí: UNIJUÍ, abril-junio, 2014, pp. 320-346.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em jun.2019.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Editora Globo; Porto Alegre; 1969.

ROTTA, Edeimar. **A construção do desenvolvimento**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°32, 2012, p.89-109.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **Um cientista entre colonos: Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

FONTES

CARDOSO, Vicente. **Município de Santa Rosa** (Monografia). Porto alegre: Gráfica da Livraria do Globo, 1947.

BERNARDES, Nilo. A colonização no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do sul. **Revista Brasileira de Geografia**, Jul-set. 1950, p. 33-42.

IBGE. Município de Santa Rosa. In: **Coleção de Monografias – série B**, nº28, 1962. _____ . Santa Rosa. In: **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**, vol.34, Rio de Janeiro, 1959.

_____. Santa Rosa, Rio Grande do Sul. In: IBGE. **Nova série de Monografias Municipais**, nº220, Rio de Janeiro, 1984.

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL: UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS ACERCA DA SERRA DA BARRIGA – QUILOMBO DOS PALMARES

RAYANNE MATIAS VILLARINHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
RAAYMATIAS15@GMAIL.COM

RESUMO

O presente estudo visa analisar a Serra da Barriga, localidade situada no município de União dos Palmares no estado de Alagoas/Brasil que foi declarada Patrimônio Cultural do MERCOSUL em 2017, partindo da sua história e apropriação vinculada à “República dos Palmares”. No passado, a região foi sede do maior quilombo das Américas, nomeado Quilombo dos Palmares. Desta forma, busca-se compreender como a região se tornou patrimônio à luz do avanço e ampliação da valorização patrimonial no âmbito nacional e internacional, através de uma análise documental averiguando os discursos acerca da apropriação da história da Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares conjuntamente à ascensão da valorização do patrimônio no contexto latino americano.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural do Mercosul, discursos patrimoniais, Quilombo dos Palmares.

INTRODUÇÃO

Situada no município de União dos Palmares, a terra do Zumbi dos Palmares é símbolo de resistência de um povo que vivenciou a desigualdade racial, um severo sistema de colonização e a sede de intensos conflitos

ocorridos neste território. Durante tal período, o Brasil foi alvo de exploração por parte dos povos ibéricos e holandeses que estavam interessados em expandir a sua produção com o uso de mão de obra escrava (ARAÚJO, 2015, pp. 9) em regiões próximas para serem transportadas para Europa, que neste caso, o nordeste brasileiro e seu clima e solo eram propícios para fazer isso acontecer.

Com o domínio do Estado colonial, inúmeros afrodescendentes e indígenas sofreram com a escravidão, onde realizavam tentativas de fugas incansavelmente e buscavam por locais de refúgios como garantia de sua liberdade e sobrevivência. Uma das formas mais radicais e intensas de resistir a este modelo escravagista foi por meio da formação desses refúgios, nomeados em território brasileiro como “quilombos” (cf. Dossiê, 2017, pp. 20, 21) – sendo uma forma de rebelião e estratégia de sobrevivência contra o sistema imposto da época.

Ao tratar-se de quilombos, é importante ressaltar o mérito da localidade Serra da Barriga que foi o abrigo do maior quilombo das Américas (Ibid, pp. 28), sendo assim por si só já a representação de um glorioso e imbatível patrimônio a partir do compartilhamento histórico, social e cultural que compõe a construção de identidade por meio da história destes povos que habitaram o continente latino-americano; e que apesar de escravizados, viviam em constantes lutas contra esta dominação, que sob ordens de injustiças tornaram-se guerreiros em busca de sua independência.

O líder mais conhecido do Quilombo dos Palmares certamente foi Zumbi, que se empenhou intensamente em lutar contra tal opressão para salvar seu povo e preservar sua cultura e tradição. Apesar de o maior reconhecimento histórico ser de Zumbi dos Palmares, a região também possuiu outros dois grandes líderes: Aqualtune e Ganga-Zumba (cf. Dossiê, 2017, pp. 31; REIS, 2004, pp. 2), cujo o último sujeito em 1679, negociou um acordo com o governador de Pernambuco, Pedro de Almeida, determinando que todos os foragidos que procurassem por refúgio em Palmares seriam automaticamente entregues às autoridades do sistema português e por outro lado, os nascidos oriundos de Palmares seriam livres. Essa decisão deixou uma massa significativa bem contrariada à Ganga-Zumba, cujo para

eles agora só restava lutar contra visto a traição ocorrida neste Acordo de Paz (REIS, 2004, pp. 11). Zumbi também fazia parte dessa marcha oposta à Ganga-Zumba e conseqüentemente ao Acordo de Paz de 1678 e daí em diante, o Quilombo dos Palmares passou a ser administrado por ele, onde tornou-se o novo rei (cf. Dossiê, 2017, pp. 33). Em 1695, o Quilombo dos Palmares foi destruído pelas tropas portuguesas e seu território foi dividido entre os senhores de engenho e usado como forma de pagamento aos capitães participantes (CORREIA, 2016, pp. 12).

Sendo assim, a Serra da Barriga constitui o cenário de uma das mais importantes histórias de resistência ao colonialismo predatório e a escravidão, período marcado por uma rigorosa repressão, que desta forma desenvolveu uma significativa contribuição para formação cultural e identitária dos povos da América Latina durante os séculos XVIII e XIX (cf. Dossiê, 2017, pp. 12).

Atualmente, a Serra da Barriga é um dos quatro bens culturais reconhecidos pelo MERCOSUL – sendo os outros três “La Payada” entre Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, “Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos” entre Brasil e Argentina e “Ponte Internacional Barão do Mauá” entre Brasil e Uruguai. Portanto, o presente estudo torna-se importante por considerar o avanço do campo do patrimônio cultural. Através de uma análise documental, procura-se estudar a localidade e a apropriação do seu passado e da sua história que foram determinantes para tornar-se patrimônio; a partir de fontes relatando o posicionamento discursivo do MERCOSUL através das atas, sites e documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (como o Dossiê de Candidatura) e da Fundação Cultural Palmares, averiguando desta forma, discursos e narrativas acerca do patrimônio e da ascensão da valorização da temática patrimonial na América Latina, em especial sob perspectiva do MERCOSUL.

USOS E NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO

Temáticas patrimoniais têm sido cada vez mais mencionadas nas Ciências Humanas, entre elas a História. A noção de patrimônio surge do momento que um indivíduo ou grupo de indivíduos reconhece um objeto

ou grupo de objeto como seu (DANTAS, 2015, pp. 31). Sendo assim, entende-se patrimônio cultural por uma construção social e o modo como os grupos sociais atribuem significado ao seu passado e também ao seu presente (AREVALO, 2010, pp. 7), a partir do que consideram como digno de ser perpassado às gerações futuras (DANTAS, 2015, pp. 32). O patrimônio é um processo cultural que envolve atos de memória e recordação do passado de um determinado grupo social com objetivo vital de gerar interação com o presente (SMITH, 2006, pp. 44). O patrimônio ainda é o termo que melhor denota a nossa dependência inescapável do passado (LOWENTHAL, 1994, pp. 43).

Ainda no início do século XX, o patrimônio era sinônimo de monumentos, obras consagradas, conjunto de objetos ou lugares que metaforicamente poderiam materializar uma ideia de nação; porém, o conceito sofreu modificações e hoje o patrimônio abrange um leque maior incluindo hábitos, crenças, usos, costumes, doutrinas; além de uma vastidão de adjetivos que possam o qualificar como nacional, arqueológico, histórico, artístico, regional, local, étnico, cultural, imaterial, entre outros (DANTAS, 2015, pp. 32). Assim, a definição de patrimônio passou a ser pautada a partir dos referenciais culturais dos povos, sua percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e também por meio das realizações intangíveis (FUNARI; PELEGRINI, 2006, pp. 32).

A partir desta ótica tem se analisado o patrimônio por dimensões materiais e imateriais. Protegido pelo IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – pioneiros na preservação de bens culturais na América Latina, o patrimônio material é composto por um “conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas”, porém, a partir do processo de redemocratização nacional, a Constituição de 1988 foi um marco legal para política de patrimônio cultural imaterial no Brasil (VIANNA, 2016), pois a noção de patrimônio cultural foi ampliada, passando a incluir também o reconhecimento de bens culturais de natureza também imaterial (cf. Dossiê, 2017, pp. 12) – abarcando assim manifestações como

celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral (VIANNA, 2016); que inclusive de acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses (2009, pp. 33) tal mudança ao contrário do que muitos acreditam, não é a inclusão dos bens imateriais do patrimônio mas sim o deslocamento da matriz, demonstrando que a sociedade se torna mais participativa e ativa nas temáticas relativas e não pelo poder público.

A América Latina contém muitos lugares, monumentos, costumes, tradições e etc., entendidos como patrimônio, sendo um continente intensamente rico, significativo e diverso em cultura; elementos estes que são encontrados na experiência diária e na memória coletiva dos povos latino-americanos como um recurso permanente para passado interpretar o presente e construir o futuro (PRATS apud AREVALO, 2010, pp. 7). Desta maneira, ao se ativar o patrimônio se contribui para a recuperação da memória coletiva. Apesar das políticas públicas em prol do patrimônio nos países da América Latina ainda serem ações muito recentes, a valorização do patrimônio cultural potencializa a identidade coletiva dos povos e promove a preservação dos seus bens culturais materiais e imateriais – podendo contribuir também para o desenvolvimento econômico e social (FUNARI; PELEGRINI, 2006, pp. 29).

NARRATIVAS SOBRE A SERRA DA BARRIGA

Os discursos e apropriações acerca da Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares à categoria de patrimônio cultural advém de vários atores envolvidos neste processo de patrimonialização, como em pauta principal o MERCOSUL conjuntamente da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), o IPHAN com documentos oficiais importantes à análise sobretudo o Dossiê de Candidatura e a Fundação Cultural Palmares, sendo tais selecionados para averiguar este estudo.

Apesar do MERCOSUL tratar como prioritário para o seus países as questões políticas e comerciais, o bloco se situa numa região de intensa

diversidade cultural. O Brasil comparado aos outros países possui políticas mais institucionalizadas no campo do patrimônio cultural; todavia, as convergências e divergências existentes pelos países sobre políticas relativas ao patrimônio no MERCOSUL não foram fatores que impossibilitaram a constituição do campo patrimonial no bloco (HEIDEN, 2017, pp. 15).

Foi por volta da segunda metade da década de 1990 que a cultura e o patrimônio cultural passaram a ser tema de discussões dos órgãos ligados ao MERCOSUL, porém, isso ocorria de forma bastante irregular e sem ações que fossem devidamente realizadas. Em 2012, com a criação da categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) a partir da decisão N° 55/12 essa situação começou a apresentar mudanças (HEIDEN, 2017, pp. 59). Candau (2011) ajuda na compreensão desta nova categoria considerando as questões sobre memória, cultura e identidade. Memória se remete à ideia de construção e reconstrução do nosso passado, cujo ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. A memória é de fato uma “força de identidade” (Ibid, p. 16, 17). A constituição do patrimônio está diretamente relacionada às perspectivas da memória e a construção das identidades, onde conforme a memória e identidade se expandem ou transformam, de forma transitória, identidades e patrimônio também podem se reconfigurar. Sendo assim, tal decisão N°55/12 menciona a relação entre o conceito de patrimônio ao processo de integração como fator fundamental para se constituir a nova categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (HEIDEN, 2017, pp. 62, 63).

Na Ata nº01/16 da XIII Reunião do CPC que ocorreu no Uruguai em 2016, o sétimo apontamento mencionado da Reunião Técnica foi sobre “*La geografía Del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR*”, visto que o conceito de um bem cultural relacionado à cultura dos afrodescendentes e à noção de MERCOSUL fora redimensionada (HEIDEN, 2017, pp. 227). A proposta envolvia a aprovação da aplicação de candidatura apresentada pelo Brasil, Equador e Venezuela, cujo um dos sítios referido foi a “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” (Brasil). Seguindo, em 2017, na Ata nº01/17 da XIV Reunião do CPC desta vez

realizada na Argentina, documentou-se a criação da categoria de Patrimônio Cultural do Sul e também a aprovação pela CPC à inclusão da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares (Brasil)” que foi finalmente adicionada à lista de patrimônio cultural do MERCOSUL.

Assim, a apropriação da Serra da Barriga pelo MERCOSUL como seu bem patrimonial se apresentou pela questão histórica da localidade – em virtude do território ter sido sede do Quilombo dos Palmares e pela questão da identidade cultural dos povos envolvidos que compartilham deste patrimônio. Seu reconhecimento viabilizava um estímulo ao processo de integração entre os países componentes do MERCOSUL e consequentemente, a promoção da integração regional (HEIDEN, 2017, pp. 88); como também contribuiu ao:

...reconhecimento dos indivíduos e suas comunidades de matrizes africanas no continente americano, assim como nos estados nacionais da região (...) também à reparação às perseguições e à intolerância praticadas e reveladas em meio aos quilombos, refúgios de negros “foragidos” e perseguidos por séculos e que hoje, como não poderia deixar de ser, são reconhecidos como testemunhos da resistência e dos processos de resignificação das referências culturais dos afrodescendentes na construção das identidades da América, em especial dos países do MERCOSUL (cf. Dossiê, 2017, pp. 49).

Tal documento elaborado pelo IPHAN é intitulado por “Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares a patrimônio cultural do MERCOSUL” e registra de forma pertinente as justificativas que atestem a importância da localidade como bem patrimonial do bloco regional mercosulino, reunindo dados geográficos, históricos, culturais, legais, econômicos e turísticos. A Serra da Barriga é um bem cultural situado no território do MERCOSUL, reflexo e resposta dos sujeitos que foram escravizados sob um sistema colonial europeu baseado na escravidão; representa a história fundadora de territórios e memórias coletivas sociais; representa o fato histórico nacional ligado à questão da resistência ao sistema escravagista e representa as lutas sociais contemporâneas de (re)valorização cultural e social de origem africana. Sendo estes os argumentos que asseguram sua relevância significativa como Patrimônio

Cultural do MERCOSUL, visto que “reforça a compreensão das dinâmicas sociais como importantes para a história dos povos africanos” (cf. Dossiê, 2017, pp. 50-54).

Abordando o IPHAN, as referências culturais de matriz afro começaram a ter políticas e práticas de preservação inseridas e aplicadas por volta da década de 1980. A Serra da Barriga foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Histórico pelo IPHAN em 1986, assumindo de forma oficial uma das mais importantes referências para o Movimento Negro no Brasil e também diretamente ligado ao surgimento da Fundação Cultural Palmares em 1988 – contexto de luta política dos negros no país. O processo foi aberto em 1981 a partir de um pedido pelo Conselho Geral para criação do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional, dirigido ao Secretário de Cultura do MEC, Aloísio Magalhães com o seguinte discurso de justificativa:

O tombamento da área aventada para que nela se instale o Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional destina-se, não só à preservação do sítio histórico mas também a cultivar a memória de todos os que, então, lutaram na busca de sua liberdade. Tal proposta, vem de encontro às aspirações de grande número de brasileiros preocupados em preservar a Memória Nacional não apenas em suas manifestações visíveis mas também no conjunto de seus símbolos, para que estes atuem como fonte de referência para as novas gerações. (Processo nº 1.069-T-82 : Referente ao tombamento da Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares, União dos Palmares/AL)

No portal eletrônico do IPHAN de Alagoas, a Serra da Barriga aparece como um dos destaques turísticos e históricos principais enfatizando seu reconhecimento como valorização da contribuição africana no continente da América Latina¹. Na Fundação Cultural Palmares (FCP) – primeiro órgão federal voltado à promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade². A primeira publicação referente à questão de patrimônio

.....
1 Disponível <<http://portal.iphan.gov.br/al>> acesso out/2019.

2 Fundada no dia 22 de agosto de 1988. Informações a partir da Apresentação da Fundação Cultural Palmares Disponível <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95> acesso out/2019.

cultural da Serra da Barriga no portal eletrônico da Fundação Cultural Palmares foi em maio de 2016, intitulado “Serra da Barriga é candidata a Patrimônio Cultural do MERCOSUL”. Nesta reportagem anunciou-se que o dossiê de habilitação da localidade seria avaliado no segundo semestre do ano daquele ano e que a aspiração à Patrimônio Cultural do MERCOSUL demonstrava uma valoração da contribuição africana no continente sul-americano (FCP, 2016). No ano de 2017 a questão é retomada, desta vez sendo devidamente o ano que a aprovação da região obteve êxito. Assim, desde que a região foi oficialmente promovida a patrimônio cultural do bloco mercosulino, a FCP anunciou o triplo de matérias referentes à localidade e sua grandiosa importância à América Latina, se comparado aos anos anteriores onde a visibilidade da Serra da Barriga era menor e mais limitada. Em 31 de maio de 2017, data do último dia da XIV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural/CPC na Argentina, a FCP também anunciou imediatamente “A Serra da Barriga agora é Patrimônio Cultural do MERCOSUL”, discursando as justificativas importantes para a Fundação diante da nova categoria atribuída ao local:

A Palmares tem como principal objetivo estratégico, promover a mobilidade social do nosso povo, esse título que a Serra da Barriga ganha hoje, é de fundamental importância. Além do valor simbólico, nós também temos que mostrar para a sociedade, o valor que tem a cultura afro, que por muitos anos ficou desvalorizada no Brasil. Então esse momento é um grande divisor de águas para sociedade enxergar a Serra da Barriga com outros olhos. É uma história fantástica, que os jovens têm que conhecer, o Brasil tem que conhecer, e saber a história da Serra da Barriga e nos nossos heróis e heroínas. Presidente do FCP na época, Erivaldo Oliveira (FCP, 2017).

Sendo assim, a Fundação Cultural Palmares reconheceu o título como contribuição à resignificação das referências culturais dos afrodescendentes na construção das identidades da América, em especial aos países mercosulinos. Para o presidente da FCP na época, Erivaldo Oliveira

(2017)³, “manter viva a memória dos heróis do antigo quilombo ajuda a lembrar que muito ainda precisa ser feito para que o negro conquiste seu devido lugar na sociedade brasileira, permeada pelo racismo e preconceito”. A FCP também menciona a existência do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, que reconstitui uma das mais significativas edificações do Quilombo dos Palmares e conta com diversas atrações turísticas, como museus, cachoeiras e trilhas, “um verdadeiro *tour* histórico-ambiental”. A localidade possui assim um potencial para atrair turistas de todo mundo, pela sua relevância no campo simbólico e histórico, promovendo desenvolvimento para região, visto que a Serra da Barriga passaria a atrair investimentos que gerariam impactos positivos como renda e empregos à comunidade, palavras que foram de Sergio Sá Leitão, ministro da Cultura (AGUIAR, 2017). O objetivo da FCP é desenvolver uma grande visitação na região para expandir os conhecimentos da religiosidade de matriz afro e sobre a história de Zumbi dos Palmares (ARAÚJO, 2017), visto que é um dos principais diferenciais turísticos para o mundo (SOUZA, 2019).

Em virtude do reconhecimento à luta dos afrodescendentes pela igualdade, representantes dos povos de terreiro e do Movimento Negro também consideraram que este título daria maior visibilidade ao local, “este reconhecimento permitirá que venham mais políticas públicas para as pessoas que vivem na região”, ressaltou o Pai Célio de Iemenjá (ARAÚJO, 2017). Assim, a FCP junto a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) promovem estratégias que incentivem o turismo sustentável na região, viabilizando mobilidade social mas com preservação às características do local, respeitando visto ser um solo sagrado (ARAÚJO, 2018).

No período da presente pesquisa, a mais recente reportagem manifestava que desde que a Serra da Barriga havia sido declarada oficialmente patrimônio cultural do MERCOSUL atraiu inúmeros turistas, brasilei-

.....
³ Serra da Barriga Patrimônio do Mercosul é tema de comemorações do Dia da Consciência Negra. <<http://www.palmares.gov.br/?p=47626>>. Acesso out/2019.

ros e estrangeiros; no primeiro semestre de 2019, foram registradas visitas internacionais originárias de vinte e um países diferentes pelo mundo, aproximadamente mais de 7500 pessoas passaram pelo Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Número superior ao de visitantes do ano anterior. E de acordo com os registros estatísticos referidos na mesma matéria, o segmento mais forte na região é o turismo pedagógico – estudantes, pesquisadores e intelectuais de vários níveis que visitam a área.

A partir da apropriação do passado que promoveu os processos e considerações até a localidade tornar-se bem patrimonial, visto o patrimônio como “a memória da nossa história e o símbolo da nossa identidade nacional”, que passando para o lado da memória, torna-se memória da história e símbolo da identidade (HARTOG, 2006, pp. 266). É o que Llorenç Prats (2001) denomina como “ativação patrimonial”, ou seja, o processo de valores atribuídos como formadores de um conjunto de referências de identidade, onde os elementos de um passado acompanhados de demais elementos compõem a sua legitimação visando seu reconhecimento como patrimônio, por uma determinada sociedade (apud FERREIRA, 2012, pp. 15).

Portanto, o tombamento da Serra da Barriga é interpretado propriamente como forma de consagração oficial de um dos símbolos mais marcantes e representativos do Movimento Negro no Brasil, por meio da inserção do Quilombo dos Palmares como referência no rol do patrimônio histórico nacional (VAZ, 2014, pp. 81), contribuindo conjuntamente para uma resignificação das referências culturais dos povos afrodescendentes na construção de identidades da América e em especial dos países do MERCOSUL (cf. Dossiê, 2017, pp. 49).

A memória compartilhada pela Serra da Barriga e sua aclamação como bem patrimonial remete também a mecanismos de conservação, buscando preservar e zelar pelo cenário material como pelo conteúdo histórico intangível perpassado por gerações, promovendo uma constante atualização e reconhecimento das memórias (FERREIRA, 2012, pp. 14). Entretanto, o Quilombo dos Palmares possui a representatividade intensa referente

ao marco na luta dos escravos no Brasil, constituindo-se como um espaço de memória e cultura destes povos.

CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que o uso do passado é fundamental para construção de identidades e também para administrá-las para que não se diluam e se percam ao longo dos anos. A Serra da Barriga passou por vários processos e discursos até se constituir e ser então promovida como patrimônio cultural do MERCOSUL, com a responsabilidade de testemunhar memórias, valorizar a cultura e mantê-las vivas e presentes.

Apesar das funções turísticas e comerciais, a Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares como patrimônio cultural está gerindo as relações entre os tempos: passado, presente e futuro. A ascensão da valorização patrimonial institui maior reconhecimento às identidades sociais e maior significância às estas temáticas remetendo o valor e importância que realmente possuem. É o que justamente tem sido demonstrado visto o título com o MERCOSUL: uma maior conscientização e valorização sobre cultura, em especial a afro-brasileira, atribuindo valor ao espaço e os respectivos aspectos históricos e culturais buscando manter e perpassar às gerações futuras. É importante ressaltar que antes de regional, nacional ou global, tal patrimônio é local, fruto de uma cooperação de todos envolvidos naquela região.

Portanto, tal denominação carrega um significativo valor simbólico para o movimento negro, manifestando mais respeito e memória aos ancestrais que lutaram resistentes pela liberdade. O reconhecimento por parte dos demais países mercosulinos participantes também sinalizou sem dúvidas a importância da preservação dessa cultura e de toda a história da localidade, visto que o patrimônio dá sentido de continuidade entre as gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, T. **Em cerimônia de certificação como patrimônio do Mercosul, ministro destaca potencial turístico da Serra da Barriga**. Fundação Cultural Palmares. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=48116>>. Acesso out/2019.
- ARAÚJO, R. Zumbi dos Palmares. **Apostila para os Educadores da Exposição “Zumbi: a guerra do povo negro”**. SESC-Vila Mariana. 2015.
- ARAÚJO, M. **Celebração da Serra da Barriga marca evento em Macció**. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=48036>>. Acesso out/2019.
- _____. **Serra da Barriga celebra Dia da Consciência Negra**. Fundação Cultural Palmares. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=48267>>. Acesso out/2019.
- _____. **Serra da Barriga completa 32 anos de tombamento pelo Iphan**. Fundação Cultural Palmares. 2018. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=49001>>. Acesso out/2019.
- AREVALO, J. **El patrimonio como representación colectiva: La intangibilidad de los bienes culturales**. *Gazeta de Antropologia*. N. 26, v.1. 2010.
- CORREIA, R. **Como os nêgos dos Palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga-AL**. Tese de Doutorado em Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. 2016.
- DANTAS, F. O patrimônio cultural protegido pelo estado brasileiro. In: CAMPOS, Juliano B. PREVE, Daniel R. SOUZA, Ismael F. (Orgs.) **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre globalização, cidadania e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Curitiba: Multideia, 256 p. 2015.
- FERREIRA, M. L. **Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado**. In: *Historiae*. Rio Grande, v. 3. 2012.
- FUNARI, P. PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro. Zahar. 2006.
- Fundação Cultural Palmares (FCP). Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/>> acesso set/2019.
- _____. **Serra da Barriga é candidata a Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. 2016. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=41863>> acesso out/2019.
- _____. **A Serra da Barriga agora é Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=45921>> acesso set/2019.

HARTOG, F. **Tempo e Patrimônio**. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: 2006.

HEIDEN, R. **Argentina, Uruguai e MERCOSUL: Instituições, normativas e políticas patrimoniais no contexto de uma união aduaneira**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pelotas. 2017.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> acesso dez/2018.

. **Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. Fidelity Translations LTDA. Editora Cubo. 128p. 2017.

LOWENTHAL, D. **Identity, heritage and history**. In: GILLIS, John R. (org) *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton University Press. 1994.

MENESES, U. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: Fórum do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG. 2009. *Anais*. Brasília: IPHAN. 2012.

MERCOSUL. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/> acesso set/2019.

MERCOSUL. MERCOSUL/RMC/CPC/Ata nº 01/2016. XIII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural – CPC.

MERCOSUL. MERCOSUL/RMC/CPC/Ata nº 01/2017. XIV Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural – CPC.

REIS, A. **Zumbi: Historiografia e imagens**. 148 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. UNESP/SP. 2004.

SMITH, L. **Uses of heritage**. New York: Routledge. Part I “The idea of heritage”. 2006.

SOUZA, D. **Título de Patrimônio Cultural do Mercosul aumenta visitação estrangeira na Serra da Barriga**. Fundação Cultural Palmares. 2019. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=55041>> Acesso out/2019.

VAZ, B. **Quilombos e Patrimônio Cultural: Reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

VIANNA, L. **Patrimônio imaterial**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. RJ, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

ST 26
HISTÓRIA E MÚSICA:
HISTORIOGRAFIA, DIÁLOGOS
INTERDISCIPLINARES
E ABORDAGENS
CONTEMPORÂNEAS

COORDENAÇÃO

JUAREZ JOSÉ RODRIGUES FUÃO (FURG/UFPEL)

FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR (UFSM)

LIGANDO LENNON A LENINGRADO: O ROCK SOVIÉTICO NA PERSPECTIVA DA AGÊNCIA, DO UNDERGROUND E DAS TENSÕES JUVENIS RUSSAS

THOMÉ MENDES RIBEIRO BISNETO
MESTRANDO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – BRASIL
BISNETTHO@GMAIL.COM

RESUMO

O presente resumo remete a pesquisa Underground Rock Socialista Soviético, empreendida junto ao PPGH-UFSC, no intuito de reconstituir o cenário e as bases que deram possibilidade ao fenômeno cultural contemporâneo do Rock Soviético. Nesse ínterim, recobra-se eventos ocorridos na abertura cultural durante a Era Krushev (1955-1961), onde, de maneira inédita, um trânsito franco de mídias ocidentais e soviéticas, se fez possível junto a possibilidade de consumo cultural da sociedade da URSS. Seguente a isso, investiga-se de como em meio à troca cultural, oportunizou-se o surgimento do gérmen de um rock autóctone russo, com destaque, nas cidades de Leningrado e Moscou, desafiando aos estabelecimentos do aparato estatal de cultura, censura e difusão, numa agência através da clandestinidade e da produção de cultura marginal. Como investigação consoante ao fenômeno pesquisado, dirige-se um olhar as tensões juvenis que serviram de ambiente a oportunidade de tal movimento contestador, focando desse olhar com ênfase em dois períodos controversos: a Estagnação Econômica (1972-1982; durante a gestão de Leonid Brejnev) e o período da Perestroika (1985-1991; sob a gestão de Mikhail Gorbachov). Os teóricos principais a esse estudo, são E.

P. Thompson e Raymond Willians, bem como pertinentes jornalistas e escritores que registraram esta cena cultural local.

Palavras-chave: Rock; URSS; Cultura Soviética.

INTRODUÇÃO

O fenômeno cultural aqui estudado é ocorrido como um dos eventos desencadeados no contexto social-político da Guerra Fria (1947-91), onde os protagonistas, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA), matizavam a estrutura mundial com a tonalidade de uma bipolaridade política e ideológica. Marcada pela disputa e pela contraposição, essa bipolaridade, frequentemente, levava a distensões e desconfianças, de ambos os lados, quanto à cultura do sobredito adversário. Influências superestimadas e o medo crescente de que aspectos percebidos do pólo opositor pudessem influenciar uma insurreição de costumes na juventude e na sociedade de cada qual dessas nações, levavam a que se fizesse um patrulhamento categórico e por vezes, um cerceamento da chegada de materiais, de parte a parte, sob o condão de preservação dos ideais vividos. Dotados, cada qual, dos seus mecanismos de cerceamento (censura) – a citar, do lado estadunidense, a política da Doutrina MacCarthy e o Código Hays e do lado soviético, o aparato das agências do *AgitProp* e do *Glavlit* – ambos os protagonistas estabeleciam um jogo-duro ao contato cultural franco entre suas nações, criando assim um clima de obscurantismo em torno da figura do outro e alimentando, paradoxalmente, uma curiosidade tremenda de parte de sua sociedade, em torna dessa proibida cultura. Principalmente nos jovens, essa tensão obscurantista e proibitiva aguçaria um sabor todo especial em se tomar contato com *souvenirs* do lado combatido. O presente artigo, parte desse contexto, e busca cobrir alguns dos eventos em torno de um inusitado (e, sim, fático e possível) rock soviético, tema que compõe a pesquisa da dissertação **URSS: *Underground Rock Socialista Soviético* – O Fenômeno do Rock na Juventude Soviética através da perspectiva da Agência e do Under-**

gound, desenvolvida pelo autor que vos relata, orientada pelo Professor Dr. Márcio Roberto Voigt (CFH/PPGH-UFSC) como parte integrante do Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), e que busca perscrutar e entender detalhes desse curioso acontecimento histórico de cultura e juventude no cenário conturbado da Guerra Fria – trazendo luz, junto a esse intuito, a muitos aspectos ignorados e desconhecidos da sociedade soviética em questão.

Desde logo, o desafio da tarefa almejada encontrava-se na prospecção das fontes para o trabalho, posto serem escassas em âmbito nacional, e ainda por cima, provenientes de uma língua e sociedade distanciadas da realidade ocidental brasileira: quer pela distância física (separação geográfica), quer pela distância cultural antípoda (barreira linguística, desconhecimento dos costumes), asseverada por todo o contexto descrito acima, onde também o Brasil, historicamente, fez ocupar parte do polo opositor (ocidental) em meio a este cenário bipolarizado. Fortuitamente, os mecanismos a driblar tamanhos percalços, vieram aparecer – para além do recurso da tecnologia, que hoje permite estreitar relações com temas e localidades distantes, tão convenientemente – a partir de credenciais da trajetória desse autor: proveniente de uma cidade do Planalto Norte Catarinense (Porto União-SC), região de significativa ascendência polonesa e ucraniana, onde ainda se cultiva de alguns costumes e terminologias do Cáucaso (pela tradição), que também ávido apreciador de Música (com destaque ao ritmo estadunidense do rock n roll) e fascinado por Cinema (principalmente, o Cinema Soviético, cujo tema de estilo e montagem local, integram alguns dos interesses mais intrigados de meu passatempo pessoal). O estudo da língua cirílica e o fascínio com esse mundo distante de uma misteriosa Europa Oriental, calharam de aproximar-se da vertente histórica e diminuir o teor exótico do tema e sua dificuldade de realização em pesquisa. Consoante a isso, a descoberta em estudos pregressos (justamente, relacionados à questão cinematográfica soviética, focados na vida e obra do diretor Andrey Tarkovski), da situação de uma URSS

em efervescência cultural (e musical, com vulto), no período de governo do secretário-geral Nikita Krushev (1955-1964), por conta de reformas políticas remodeladoras das doutrinas estatais severas da administração anterior (de Josef Stálin, de 1925-53), bem como uma favorabilidade econômica e tecnológica desfrutada ao período, passaram a despertar um interesse crescente em ir conhecer como isso repercutira na juventude local (*komsomol*) e como teria sido sua experiência de contato com elementos culturais estrangeiros. E nesse cadinho de descobertas intrigantes, proviria a mais marcante: a peripécia soviética de impressão de discos piratas dos Beatles em chapas de raio-x. Surgiam as questões centrais aguçadoras: *Teria sido possível? Seria verdade? E, em caso afirmativo, um rock soviético caberia ser estudado pela perspectiva dos conceitos de agência (como originalmente apresentada por E. P. Thompson, em The Making Of The Working Class, 1963), cultura (no entendimento de Raymond Williams; Cultura e Sociedade, 1969) e underground (segundo Thomas Cushman; Notes From The Underground, 1995) juvenil?* Não obstante, a delimitação das perguntas a se fazer, também era mister determinar-se um período e localidade específicos: as origens do Rock Soviético durante a gestão de Nikita Krushev e sua continuidade nas gestões de Leonid Brejnev, na transição e pela Perestroyka adentro (de Andropov e Chernenko, até Mikhail Gorbachov), no interregno inicial ao estudo de 1961-1964 e no recorte 1972-1991, com ênfase na cena rockeira soviética russa, nas cidades de Moscou (capital federal), Leningrado (outrora, São Petersburgo, mas ainda àquele momento, grande mosaico cultural urbano) e Ufa (grande polo metalúrgico, bolsão de trabalho de muitos jovens soviéticos). Embora haja menções significativas em torno de expoentes baluartes do rock soviético fora do território da República Federativa Socialista soviética da Rússia, houve-se que optar por uma delimitação regional: afinal, cobrir a extensão de um fenômeno cultural em uma União Soviética composta por 21 nações, seria uma tarefa hercúlea e pouco cabível.

Solucionados os primeiros empecilhos e arrebatado pelo tema, além de ansioso por descobertas que pudessem amplificar o sentido pa-

norâmico histórico desse acontecimento, tal interesse pesquisador aqui se manifestou em projeto – e desse, à pesquisa. Restaria agora, ir recolher de fontes mais categóricas a pretendida tarefa, que embora trabalhosa, se mostrava instigante. Nesse sentido, mostrou-se possível, com considerável sucesso, encontrar materiais referentes ao assunto, tomando-se apenas o cuidado de atê-los e processá-los ao crivo do trabalho. A compor alguns esclarecimentos, suas fontes provém, principalmente, das obras (disponíveis em língua inglesa), *Back in The USSR: The True Story of Rock in Soviet Union* (1988), do jornalista e radialista russo-soviético Artemyi Troitsky; *Rock Around the Bloc: A History of Rock Music in Eastern Europe and Soviet Union* (1990), do historiador estadunidense Timothy Ryback; *Notes From the Underground: Rock Music Counterculture in Russia* (1995), do historiador estadunidense Thomas Cushman; *Everyday Life of Russian Rock Musician: A Creative Biography* (2018), do jornalista ucraniano Vladimir Marochkin. Complementam o insumo de fontes da pesquisa: o documentário *Dokumentarii Filhma V Ruskii Roc Istoria (History of The Russian Rock*; dirigido por Sergey Protasov; Rússia; 2008); a seção *Rock Goes Russian* do acervo digital *Seventeen Moments of Soviet History* (cujo endereço e acesso constam nas referências); e a reportagem *Bone Music: The Soviet Bootleg Records Pressed On X-Rays*, do jornalista Pete Paphides ao jornal britânico *The Guardian* (2015). Como ferramenta importante na tarefa de tradução dos dados das fontes primárias (documentos e bancos de imagens), utiliza-se do apoio do trabalho do professor Vinícius de Oliveira Egídio, organizador do Curso de Russo: Do Básico Ao Avançado (2017). Esclarecidos esses pontos, cabe mencionar que o presente artigo é composto da parte inicial dessa referida pesquisa, onde se busca reaver as bases da primeira geração de jovens apreciadores e músicos soviéticos a aventurarem-se na batida e nos riscos da opção pelo rock n roll.

Atentando, a todo o tempo, pra que essa narrativa não seja interpretada distorcidamente – como um apelo de afinidade por esse ou aqueles lados, ou mesmo uma tese triunfalista em favor da influência ocidental

– há que se notar a percepção em torno do assunto de que, mais do que tudo, o rock soviético é autóctone, pois sua forma de realização se deu com os caracteres locais e uma composição muito peculiar – de modo algum, então, a ser interpretado, frivolumente, como um mero esbirro da indústria cultural ocidental ou revanchismo às políticas de direita ou esquerda. A que se recordar, nas palavras de Artemyi Troitsky (SubKultura, 2015): *na Rússia, para se rebelar, é muito fácil, pois há sempre algo contra que se rebelar!* Com as devidas proporções, tal raciocínio se fez cabível – e se tem feito cabível – à realidade juvenil de muitas localidades, historicamente. De modo que, a única conclusão plausível é de que: primeiramente, o rock é *contra*, aqui ou acolá, contra algo ou alguém, sistemas e instituições, e finalmente, o rock é da pertença dos jovens, e não de um país específico por sua origem e hereditariedade, posto que isso venha negar que seu sincretismo com elementos locais, tenha vindo repercutir em outra conformação, a de um novo rock, com novos atores.

Afinal, será que existe o rock, ou não se trata apenas de fases e territorialidades difusas? Divagações e implicações pra futuras pesquisas, mas que brindam o ingresso no tema dessa atual: acerca do contexto do Degelo de Krushev, dos refluxos da Guerra Fria e de um rock soviético junto ao *komsomol* frenético! *Pajaluiste Na Sovietskii Ruskii Roc Istoriia* [em transliteração dos termos cirílicos ao português: Bem-vindo a uma história do Rock Soviético!].

O DEGELO E A GUERRA FRIA: NAS REFORMAS DE KRUSCHEV A ORIGEM DO ROCK SOVIÉTICO

O princípio dessa narrativa remonta à assunção e desenvolvimento da gestão de Nikita Krushev (de 1953, interinamente; a 1955-64, oficialmente), período conhecido como *Degelo* (em cirílico, *Otteppel*, referência terminológica de famosa novela literária russa ao período; KEPLEY JR., 2015) de governo marcado pelas práticas de distanciamento e contraposição à postura do regime anterior (Era Stálin). Importava isso em uma relativização dos costumes ortodoxos na cultura soviética (flexibilização

na cobrança da ortodoxia doutrinária partidária), junto à sociedade e junto ao *komsomol*, a juventude soviética, bem como a elasticização de possibilidades de prospecção em cultura musical, cinematográfica, de artes plásticas, no chamado Realismo Concretista Soviético, estética partidária oficial. Segue-se a isso, um crescente insumo sob a Era Krushev, de atividades de promoção e incentivo a integração juvenil, como o 6º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, sediado em Moscou em 1957 (contando com 34.000 estudantes, abrilhantado as apresentações musicais e folclóricas locais), e crescente número de Festivais Musicais e Esportivos (como as *Spartakiads*, competições soviéticas internas, entre as 21 agremiações institucionais do Bloco do Leste, há pouco consolidado pelo o Pacto de Varsóvia, em 1955).

Não obstante, a reaproximação política com o Ocidente, vai desencadear pontos importantes de viragem na URSS: a diplomacia com o governo estadunidense de Dwight Eisenhower (1953-1961) e com os dirigentes da Europa Ocidental, leva a que Krushev se coloque em destaque como dirigente no cenário internacional, trazendo com isso, o compromisso de demonstrar uma União Soviética desenvolvida e onde as pessoas possuem sofisticação e felicidade (contrariando a mitos criados no pós-revolução e sob o regime antecessor; REID, 2002). Disso, porém a possibilidade de um novo estilo de consumo na URSS, que agora passa a contar com gêneros outrora considerados supérfluos (rádios, relógios de parede, etc; REID, 2002), nas prateleiras das lojas estatais (*Gosudarstvenyi Universalkaya Magazine*; ou GUM, em tradução proximal, Magazine [loja de departamentos] Governamental de Gêneros Diversos). Também, surge daí, em consequência, uma confluência de mídias do Ocidente (mediadas pela observância do governo local, através dos aparatos específicos,

Glavlit¹ e Agitprop²), na qual músicas de artistas estadunidenses de diver-

1 Do cirílico, **Главлит**; GLAVLIT ou acrônimo de *Glavnoie Upravlinie po Delam Literaturny i Izdatelstv*, em tradução transliterada: Direção-Geral de Assuntos Literários e Editoriais, posteriormente renomeado (à década de 1980), Direção-Geral dos Segredos de Estado na Imprensa (tradução transliterada de *Glavnoie Upravlinie Po Okhrane Gosudarstvennykh Tain V Pechaty*). Principal órgão de censura do aparato administrativo soviético, fundado em 1922 e com funcionamento até o ano de 1991. Seria responsável, inicialmente, por direcionar o setor de publicações na URSS, em cuja qual a forma escrita (literatura) figurava como principal ferramenta de instrução e difusão dos ideais socialistas soviéticos, a constituir, portanto, em grande importância ao aparato burocrático estatal, no sentido de controlar materiais e conteúdos, e de mitigar o acesso às notícias e propagação pulverizada de ideais inconvenientes aos anseios da administração local. Com o progredir das tecnologias associadas a difusão de mídia ao longo do século XX (advento do Cinema e, posteriormente, do Rádio e da Televisão), se desdobraria em demais setores de censura específicos. Exemplificam isso, os escritores censores de conteúdos materiais de caráter audiovisual – respectivamente, para o cinema, com a GOSKINO, acrônimo de *Gosudarstvennyi Po Kinematografi* [ou Departamento de Supervisão Cinematográfica], e para rádio e televisão, com a GOSTELRADIO, acrônimo de *Gosudarstvennyi Po Telesvisor i Radio* [ou Departamento de Supervisão de Conteúdos de Televisão e Rádio]. Em seu auge, o Glavlit seria composto por mais de 70.000 integrantes da burocracia administrativa, a serem incumbidos na tarefa de rigoroso processamento de todas as formas de mídia de massa na URSS. Fonte: NEPOMYNYASCHCHY, Catharine, in SMORODINSKAYA; EVANS-ROMAINE; GOSCILO; **Encyclopedia of Contemporary Russian Culture**; p. 230. Verbetes: Glavlit.

2 Do cirílico, **агитпроп**; AGITPROP ou acrônimo de *Otdell Agitatsyi i Propagandyi*, em tradução transliterada: Departamento de Agitação e Propaganda (posteriormente, nomeado Departamento de Ideologia). Órgão do aparato estatal soviético (integrante do *ProletKult*, ou Departamento de Cultura Proletária e Instrução), voltado a realização de propaganda política (bolchevique), por meio de imprensa, publicidade (panfletos) e artes em geral (literatura, teatro, encenações, filmes, etc.), preconizado no período revolucionário (1917; e da Guerra Civil Bolchevique-Menchevique, 1918-21), por Vladimir Ilych Ulyanov (Lênin), pra tornar possível e pulverizado o acesso aos ideais socialistas (marxistas-leninistas). Utilizava-se de diversos meios de realização: desde a estrutura progressa à revolução (como a revitalização e estatização do jornal *Pravda*[Verdade], censurado pelo regime tsarista), até a inédita utilização de veículos de alarde público (trens, carros e motocicletas, pintados e decorados com motivos e cores associadas à Revolução, que a carregar consigo e disseminar de material impresso e gráfico nas comunidades interioranas remotas da URSS; bem como recurso pessoal de apoio, com propagandistas por agitação oral, trajados com uniformes partidários). Tudo isso, no intuito de realizar reclame aos ideais socialistas (posteriormente, soviéticos), confrontando e remindo uma vasta comunidade trabalhadora (servos, principalmente) da chaga do iletramento (analfabetismo letrado e funcional), através da oportunização de recursos de mídia mais, universalmente, acessíveis (compreensíveis), capazes de principiar a instrução maciça (por meio ilustrado, mais simples) e a educação nas distintas camadas populares – com provimento, a partir disso, do interesse partidário de mobilização e engajamento político das massas, por conseguinte. Campanhas de letramento específicas, junto às demais estruturas administrativas estatais – como o preconizado Comissariado Popular de Esclarecimento, a ser melhor abordado em capítulo específico durante esse trabalho – também compunham a agenda deste segmento da burocracia soviética. Entretanto, o pastiche de suas produções artísticas muito prosaicas e maniqueístas (compostas de personagens demasiado caricatos; assumidamente maus ou bons, propositadamente compostos a fim de serem ilustrativos aos espectadores mais obtusos), fez com que com passar do tempo integrasse uma porção desprestigiada – criticada – do *ProletKult* (como nos argumentos dos *Cadernos de Cultura de Trotsky*, de abril de 1932), mas ainda assim, fundamental braço do conceito estético do Realismo Socialista Concretista Soviético (principalmente sob Stálin, período em que houve maior império dessa estética estatal, estabelecida com princípios de traduzir os ideais socialistas em formas de

sos gêneros – Rock, Folk, Jazz, Country – passam a poder ser veiculadas, consumidas, francamente (mas com moderação), no cenário oriental soviético (PAPHIDES, 2015).

A essa moderação, corresponde o último importante ponto dessa clivagem do fenômeno aqui estudado: aparelhos domésticos de reprodução fonográfica (*magnitofon*; espécies de vitrola e rádios com toca-discos; eletrola; *hi-fi*), são agora passíveis de aquisição pela população soviética, transformando o hábito de consumo cultura dessa sociedade, bem como repercutindo em novas dimensões dessa experiência, enquanto realização cultural.

Das reformas de Kruschev, vai surgindo um crescente sentimento de controvérsia na URSS: se por um lado suas reformulações agradam ao público, da parte dirigente (Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética e Soviete Supremo; máximos conselhos dirigentes da administração soviética), boa parte do *politburo* (aparato político soviético) se ressentia de sua atitude, por considerá-la decadente e facilitadora de margem à disseminação dos valores ocidentais na circunstância local. De mesmo modo, a controvérsia ao se insuflar nos jovens, com sua atitude de camaradagem (vista por alguns historiadores como Hornsby, como *manobra populista*) um expandir-se das liberdades individuais e de expressão, colocava em questão qual seria o limite dessa liberdade. Uma vez que, de exemplos exteriores propiciados por viagens permitidas aos integrantes jovens da classe artística (TARKOVSKY; 1994), como sinal de *beau-geste* com a cultura e fim da repressão perpetrada até então, com essa camada social, acenava-se com uma petição de princípios sem volta: até onde e para quem se estenderiam os benefícios desse galardão de acesso, ao qual não se poderia regredir a um limite da arte à circunstância política, quer local, quer exterior. A caixa de Pandora havia sido aberta, e dela havia saído o gérmen da rebeldia.

arte instrutiva). Ainda assim, expoentes artistas do período, da poesia (como Maiakóvski) ou do teatro (inclusive, extra-soviéticos, como o dramaturgo alemão Bertolt Brecht), figuram como importantes realizadores da proposta de agitação e propaganda, em suas respectivas áreas. Fonte: *Encyclopaedia Britannica*; Verbete: **Agitprop**. Artigo de 11 de julho de 2002; KENEZ, 1985. pp. 29-78, 342; TROTSKY, 1932; DOBRENKO, 2017.

As contramedidas de um Krushev vacilante viriam por meio de uma reafirmação do poder de polícia estatal (à época, KBG; MEDVEDEV, MEDVEDEV; 2006), através de uma imbricação progressiva desde aparato ao cotidiano dos cidadãos soviéticos, e um estado de entorpecimento psiquiátrico das massas, através das políticas de *panem-et-circensis* (HORNSBY, 2013). Desse bem-aventurado cenário político-econômico local, é possível observar acontecimentos utilizados como propaganda de convencimento da opinião pública, como o lançamento do Sputnik em 1957 e da Vostok, com Gagarin a bordo em 1961 (vanguarda da URSS na Corrida Espacial com os EUA), bem como a pulverização de novos gêneros de consumo (como visto, nas magazines estatais) e moradia (construção de apartamentos com cozinha individual por família, atentando aos princípios ocidentais; *Kruschevskayas*; KARCHENKO, 2015).

Assim, assentado nas bases de um ardil populista, o Degelo, costurava sua permanência, (re)agradando os reticentes mandatários do *politburo*, com a personalidade excêntrica de Nikita. Enquanto que, os jovens preparavam-se com sua, aparente, felicidade atual, a ir dar resposta à realidade que lhes batia a porta: o mesmo governo de moderação e flexibilidade era esse que na Húngria, em 1956, reprimira a mobilização popular política que culminou na Revolução Húngara, e duramente colocara o Exército Vermelho (*Krasnaiya Armyia*) a ir fazer a função de tamponamento de quaisquer futuras agitações (mesmo diante de questões fundamentais, com a grande crise famélica do final de 1950 e princípio dos 1960) [HORNSBY, 2013]. Como diria Troitsky: era fácil ser rebelde na Rússia, pois sempre haveria algo contra que se rebelar.

Utilizando-se da terminologia de Raymond Willians (1969), se a *cultura é uma resposta aos acontecimentos*, a resposta juvenil viria de forma *estilosa*. Remonta ao final da década de 1950, na URSS, o surgimento de uma camada juvenil de apreciadores dos costumes ocidentais – vestes e músicas, principalmente – e que de maneira subterfugiosa, passaria a encontrar-se em locais secretos nas cidades de Moscou e da cosmopolita Leningrado. Estes jovens eram chamados, pejorativamente, pela Juventude Leninista,

de *Stilyagi* ou os *estilosinhos* (da tradução do cirílico ao português), por sua postura considerada fútil e superfluamente decadente aos princípios da educação socialista (como visto na película *Stilyagi*, da diretora Valeryi Todorovskiy, de 2008, Rússia; 132 min.). Os *stilyagi* eram ávidos apreciadores de música estadunidense, àquele momento principalmente o *jazz* e *boogie-oogie*, que seriam paulatinamente substituídos por um ritmo ainda mais fresco no cenário cultural ocidental: o Rock'n Roll [*Be-bop-a-lula*] (FERRI, 2001). Em 1960, cobrado de um posicionamento referente a esse comportamento juvenil, Krushev daria realização ao filme educacional *Shadows In The Side Walks* (Sombras Nas Sarjetas, URSS, 1960; versão disponível no acervo digital Seventeen Moments Of Soviet History), uma realização cinematográfica estatal que desconstruía a imagem glamourizada dos jovens apreciadores da cultura ocidental, enfatizaria sua decadência e recolocaria tal conduta numa observância pouco amistosa.

Do fim dos anos 1950, ao início dos anos 1960, é que no cenário urbano da capital soviética, Moscou, e de sua expoente cidade, Leningrado, que se veria surgir um princípio do movimento roqueiro soviético, a partir dos *stilyagi*, mas a primeira banda, historicamente reconhecida do ritmo na União Soviética, saía de um local mais distante. Data de 1961, o registro da banda da cidade de Riga (capital da República Federativa Socialista Soviética da Estônia), conhecida como *Revengers* (MAROCHKIN, 2018). Seus integrantes, os quais eram filhos de diplomatas soviéticos e adidos internacionais pela URSS, traziam na bagagem experiências com novas tendências de música, e dentre elas o *rock'n roll*. Também devido à oportunidade junto ao serviço diplomático, por exigência da função, o aprendizado de línguas estrangeiras ocidentais (com vulto, o alemão e o inglês), permitia que estes jovens, cujos pais eram versados no idioma bretão, pudessem oportunizar o conhecimento necessário à tradução e entendimento das composições do ritmo tenro da rebeldia (MAROCHKIN, 2018).

Desses filhos de burocratas soviéticos, veio a oportunidade de se fazer a primeira leva do rock soviético, a qual teria de lidar com duas questões: a da língua e a dos instrumentos (RYBACK, 1990). Primeiramente, em

menção à língua, havia o fato de que o linguajar institucional diplomático, cheio de jargões e termos técnicos, em tudo diferia-se das gírias e do linguajar coloquial da juventude. De mesmo modo, o inglês da diplomacia da URSS, não seria suficiente para tornar inteligível ou mesmo, reproduzível, o rock estadunidense aos jovens soviéticos. Assim, por uma assunção de dificuldade, também por petição de princípios (poder de expressar-se em língua local por sobre o ritmo estrangeiro), os jovens colocariam o tema em questão e optariam pela pronúncia local. Os moscovitas da banda *Falcon* (1965), colocariam o tema em questão na canção inaugural *Vuz Chie Edge?* (em tradução ao português, *Qual O Limite?*), uma referência à barreira linguística (à questão do limite da sonoridade linguística das línguas eslavas, cujas desinências e períodos sintáticos costumam ser longos), e de como haveriam ou sequer poderiam se adequar ao tamanho compacto equivalente das terminologias inglesas e a agilidade da frenética batida do Rock n' Roll. Além disso, outros limites eram questionados, como a moralidade e antipatia aos teores ocidentais, todos esses que obstáculos ao ato de se fazer rock no sistema soviético (MAROCHKIN, 2018).

Superava-se assim, o primeiro empecilho (linguístico), e passava-se agora ao segundo: o de como obter os instrumentos necessários a uma performance do rock!? Deve-se rememorar que da tradição musical caucasiana, há uma importante imbricação sua com a cultura erudita europeia, a produzir ao longo da história uma messe considerável de artistas fundamentais de música clássica. De Piotr Tchakovski a Dimitri Shostakovich, as gerações de maestros e correspondentes figurões da música clássica, eram de franca aceitação e continuidade no cenário soviético, sendo inclusive – como aconteceria com Sergey Prokofiev e o próprio Shostakovich – cooptados como parte do cartaz da estética oficial musicista dentro da estética oficial ideológica (pretensa tradutora do marxismo-leninismo ao ideal artístico): o Realismo Soviético (DOBRENKO, 2017). Por tal modo, embora o rock não fosse uma das vanguardas artísticas, chanceladas ou patrocinadas pelo Estado, obter alguns dos seus materiais junto ao acervo disponível, era tarefa simples. Por exemplo, os materiais de percussão (como tambores, pratos

e caixaria), seriam tarefa das mais fáceis. Microfones elétricos e violoncelos (similares a função do contra-baixo), seriam algo mais complicado, mas ainda assim exequível, graças ao surto consumista oportunizado pelo Degelo (REID, 2002). Entretanto, obter a guitarra elétrica, tornava-se o grande obstáculo a essa produção e, conseqüentemente, um fetiche juvenil ao imberbe rock soviético, cujas barreiras alfandegárias e inexistente importação do instrumento, levavam a que o mesmo constituísse gênero extremamente escasso na porção local.

Novamente, driblando as adversidades, os jovens rockeiros da URSS, encontrariam uma forma de realizar o pretendido instrumento, a partir da decomposição em peças de guitarras elétricas originais, das quais descobririam o funcionamento, relativamente, simples: tudo consistia num esquema composto por captadores, baseados em um circuito elétrico, ligados a chapas metálicas de material magnético. Daí a encontrar-se peças substituintes aos captadores originais, seria ligeiro, e tal se daria, justamente, através de outro meio tecnologia pulverizado na URSS: os telefones públicos (RYBACK, 1990). Na clandestinidade, como das reuniões secretas dos *stilyagi* de outrora, os rockeiros soviéticos faziam de telefones depredados as peças de material para as guitarras, e já a deter da voz em idioma local, faziam performático o *Bard Rock* (rock dos bardos) – denominação dada pelos próprios integrantes dessa juventude, ao nosso estilo de Rock que surgia no Bloco do Leste (TROITSKY, 1987).

Se o rock passava a agitar no Degelo, ao *komsomol* que agora consumia gêneros novidadeiros em terras soviéticas, no setor político, a agitação se daria no cenário outrora, diplomaticamente, estabilizado. As distensões com os Estados Unidos, logo no princípio da década de 1960, deteriorariam as relações outrora amigáveis e, conjuntamente, a imagem de Krushev – a causar ainda mais estrago na já estremecida base de apoio do mandatário soviético. Já de havidos fatos, o governo estadunidense, demonstrava sob o governo de John Fitzgerald Kennedy, outro estilo de relações exteriores, cujas tensões se evidenciariam nas situações de espionagem do avião U-2, caído em terras soviéticas em 1960 (fazendo-se cativo o militar da United States

Air Force, piloto Francis Gary Powers) e na Crise da Baía dos Porcos, em 1961, denotando o desgaste das relações diplomáticas anteriormente costuradas com Eisenhower. Por derradeiro, com a retirada na questão da Crise dos Mísseis, em 1962 (quando o ultimato do presidente estadunidense pela retirada da base de Cuba, de mísseis nucleares soviéticos, colocou em evidência a possibilidade de DEFCON-1 [*Deflagration of Conflict Level One*; Declaração de Conflito Nível Um], o famigerado código para situação real de deflagração de conflito nuclear com a URSS ou qualquer outra nação hostil), caso em que as ogivas dadas a Fidel Castro (governante popular e apoiador soviético revolucionário latino-americano da Revolução Cubana, em 1959), tiveram de ser, urgentemente, recolhidas ao arsenal da URSS, sob ameaça, restando ao secretário-geral amargar uma derrota significativa à sua imagem e a de seu governo. Demonstrava-se com isso, um sinal de fraqueza irretorquível aos integrantes do Comitê Central – que logo tramariam sua deposição, por influência do premier Dimitri Suslov, pela colocação de Leonid Brejnev (1964-82) como novo mandatário soviético (MEDVEDEV, MEDVEDEV; 2006).

Nem mesmo a reaquisição de bases militares no Turcomenistão, cenário estratégico para iniciativas militares ou o sucesso do envio das Sondas Espaciais, Luna 1 e Luna 2 à superfície lunar, segurariam o posto do comandante das nações soviéticas, e em meio a isso, pouco antes da assunção de Brejnev, chegaria na URSS uma inesperada invasão britânica: os Beatles, jovem quarteto de Liverpool que abalaria o mundo com seu sucesso musical, e estremeceria a estrutura da revolução dos costumes e da indústria cultural, a realizar naquele ano sua primeira turnê mundial. Num verdadeiro *boom*, os integrantes do *fab four* se tornariam febre pelo mundo inteiro, e na URSS, chegariam em 1964, ainda sob olhares reticentes do aparato institucional cultural soviético.

É fato, que embora tolerante às incursões da cultura ocidental em solo soviético, de forma muito comedida, Kruschev era abertamente um detrator da mídia musical estrangeira (<<Essa cacofonia, esse lixo musical, não traduz nem representa os ideais do nosso povo!>>), declararia certa vez;

SCHWARZ, 1972), de modo que, jamais seria, sob sua égide, ampla ou estimulada no setor da produção estatal fonográfica local (encabeçada pela *Melodyia*, maior gravadora soviética) ou mesmo em sua veiculação (através da Rádio Internacional e monitorada pelo departamento censor da *Gostelradio*; HORNSBY, 2013), a circulação de material de música ocidental, tanto mais, advinda da febre consumista, transgressora e hiperbólica da geração dos Beatles e seu rock soviético.

Entretanto, como se havia munido outrora dos mecanismos capazes de proporcionar a performance de rock, a juventude transgressora local utilizaria da pregressa estrutura dos *magnitofon* (eletrolas), para com elas produzir a disseminação clandestina de gravações (piratas) de fitas-cassete e discos de vinil com canções de rock. Curiosamente, descobrira-se, havia menos de uma década, uma técnica que possibilitava a substituição do poliacetato de vinil (material do vinil), na confecção dos bolachões (discos): encontrava-se na superfície de chapas antigas de exames de Raio-X, a possibilidade de fazer as cópias do material fonográfico, gravando as ranhuras, simultaneamente a execução de um disco original como matriz (PROTASOV, 2008). A engenhoca gravadora continha um braço e agulha semelhantes aos dos toca-discos e era disposta em paralelo ao aparelho em execução, que ao tocar um LP (abreviatura de long-play; designação sintética do termo disco de vinil), realizava a gravação na superfície da chapa do aparelho colateralmente disposto. Era o princípio das *roentgenitzdat* (do cirílico, registros no raio-x) e *magnitzdat* (do cirílico, registros magnéticos), respectivamente, discos e fitas piratas, que ajudaria a compor a perspectiva *underground* (CUSHMAN, 1995), do movimento do rock soviético e perpetuar uma tradição rebelde de circulação de mídias na clandestinidade (referência ao *samizdat*, os panfletos de literatura popular anti tsarista, em voga no cenário social russo desde o século XIX, de cujo sufixo, proviria a versão dos nomes das novas mídias contraventoras; BUKOVSKY, 1979).

Assim como a fonte emissora das principais canções gravadas de modo marginal, também a rede de contrabando e produção clandestina começava

na Grã-Bretanha. Os Beatles, produto de consumo desse *komsomol* rebelde, eram britânicos, assim como boa parte dos atravessadores ilegais: jovens ingleses, suburbanos e também apreciadores da batida frenética, eram quem conseguia com maior facilidade os materiais fonográficos tão desejados a Oriente. O jornalista britânico Pete Paphides (THE GUARDIAN, 2015), relata em uma crônica sobre esses *bootlegs* impressos nas chapas de raio-x, o caso de Rudy Fuchs, um simpático senhor sexagenário londrino, que relatou de suas memórias os tempos dessa prática:

Eu doava sangue pra receber uma soma em dinheiro. Com esse dinheiro, ía na loja comprar LPs, e depois repassava para os rapazes. Eu gostava de fazer isso. O que mais circulava era *Rock Around The Clock* do Bill Halley and the Comets e Boogie Boogie Boy [discos banidos em solo soviético, até então, princípio dos anos 1950], depois foi com os Beatles. Uma vez me pegaram, as autoridades queriam que eu entregasse pra quem eu repassava o material. Me recusei a responder. Fiquei detido, mas não entreguei ninguém [traduzido do inglês].

Contribuinte nessa mesma reportagem, Stephen Coates, um entusiasta de raridades musicais e agitador cultural londrino, registrou em depoimento a Paphides, o relato de Nikolay Vasin, um octogenário russo, entrevistado na cidade de São Petersburgo, que descreveria um pouco da cena de rock de quando essa ainda se chamava Leningrado:

Nós ouvíamos muito os Beatles (retirou e mostrou encartes de Paul McCartney, Ringo Starr, John Lennon e George Harrison, com ênfase as fotos de Lennon), você sabe, principalmente até ele se mudar secretamente para o norte da Itália, Você não sabia? Ele forjou tudo, foi uma saída secreta. Perguntado se ainda havia ouvido algo de Lennon desde então, ele puxa um dos discos e coloca pra tocar: Claro que sim, tenho ouvido muita coisa. Note que tem um chiado, parece que um acento meio japonês no fundo, sabe? [traduzido do inglês].

A descrição do apartamento de Vasin, feita pelo jornalista é de um local simples, porém repleto de memorabilia referente à música. Em comento a essa memorabilia, válido lembrar que não apenas em chapas de raio-x o *komsomol* realizou sua aventura musical: em placas de trânsito circulares e formas para bolo, materiais com texturas específicas para possibilidade da

gravação, que conforme relatado, ainda podem ser encontrados no mercado-das-pulgas e em feiras inusitadas do Leste Europeu e da Grã-Bretanha. As relíquias que deram escopo a reportagem, foram organizadas em forma de mostra em uma exposição (*X-Ray Audio*) no Horse Hospital, em Londres, sob a coordenação de Stephen Coates.

Utilizando-se do conceito de agência elaborado por E.P. Thompsom (1987), raciocina-se em torno do episódio de como os trabalhadores ingleses do século XVIII fizeram com que o letramento (inicialmente, preconizado pelos Protestantes Ingleses como ferramenta de angariamento de fiéis), se tornasse mais adiante um veículo a sua mobilização popular, social e política – por meio de produção letrada de panfletos e imprensa socialista, no início do século XIX. Como tal, com as adequadas mensuras e distinções de tempo e circunstância, fizeram os jovens soviéticos, das vitrolas que um dia tinham sido disseminadas ao consumo popular soviético (pelo viés populista de Krushev), cambiar-se ao verdadeiro espetáculo de uma juventude agente, ao serem utilizadas pelo *komsomol* com a finalidade contraventora de produção de material não-oficial, de cunho fonográfico, realizador de apologia a costumes rechaçados pelo enquadramento governamental e disseminador de um movimento, conseqüentemente, contra cultural ao estabelecimento soviético. E nisso, mais do que tudo, não para prestar-se homenagem ao Ocidente, senão que para dar vozes autóctones às tensões de uma porção da juventude soviética que se sentia descontente e tutelada. O *bard rock* ou rock soviético sessentista vinha assim, apropriar-se de um material estrangeiro, para dar-lhe a cara soviética, através de bandas como *Zaptistiny*, *Optimism*, *Mashina Vremenyi*, *Falcon*, *Scythians* e *Revengers*, que durante a década de Krushev e Brejnev, começariam a trajetória de um Rock Soviético que se seguiria até a Perestroyka e a dissolução da URSS (PROTASOV, 2008; MAROCHKIN; 2018).

E não para findar-se, mas para continuar como elemento local em bandas russas, ucranianas, polonesas, estonianas e nos gentílicos e dialetos de várias das nações integrantes do Bloco. Para constar, na década seguinte (anos 1970), a Estagnação econômica da Era Brejnev, a propagação do

da Doutrina Militar Soviética (conhecida como Guarda-Chuva Brejnev), a crescente corrupção da *Nomenklatura* (burocracia soviética) e o clima político institucional de reenquadramento [MARTENS; 1992], formariam o cenário que originaria três das principais bandas da URSS: *DDT* (com integrantes provenientes do polo férreo de Ufa, impactado pela crise econômica), *Kino* (proveniente de Leningrado) e *Akvarium* (Leningrado-Moscou). Estas que seriam, na década de 1980, as principais protagonistas do cenário rock contestador, dos estertores do governo Brejnev e pela Perestroika, a figurarem nos principais festivais (como o *Zolotoy Kamerton*, de 1983 e o Grande Festival de Leningrado, em 1985), além de comporem o circuito de gravações que sob Gorbachov, teriam o disco gravado pelo selo estatal – a coletânea *Red Wave*, de 1987, dirigida ao público local e também ao comércio da Europa Ocidental e estadunidense. Dissolveria-se dentro em pouco a URSS, mas ainda veria a visita de Yoko Ono e um disco soviético especial de McCartney (em 1987) e mais a frente, a realização do *Monsters of Rock* (1991), em território russo soviético (CUSHMAN, 1995). De um *degelo* na Guerra Fria, surgiria o iê-iê-iê dos bardos soviéticos – e daí por diante, ele não haveria de se calar.

REFERÊNCIAS

- BUKOVSKY, Vladimir. **To Build a Castle: My Life as a Dissenter**. Editora: Viking Press. New York. 1979.
- DOBRENKO, Evgeny. **A Revolução Soviética Entre A Cultura E O Stalinismo**. Plataforma SCIELO, Estud. av. vol.31; no.91; São Paulo Sep./Dec. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191004>
- FERRI, René. **Be-bop-a-lula!** Editora Nova Sampa Diretriz. São Paulo. 2001
- GELDERN, James von. Seção **Rock Goes Russian**. Site: Seventeen Moments of Soviet History. 2015. Disponível on-line: <<http://soviethistory.msu.edu/1973-2/rock-goes-russian>>. Acesso em: 03 ago. 2019

HORNSBY, Robert; **Protest, Reform And Repression in Khrushchev Soviet Union**. Editora Cambridge University Press. 2013.

KENEZ, Peter **The Birth of Propaganda State: Soviet Methods of Mass Mobilization, 1917-1929**; Cambridge University Press, Cambridge, 1985.

KEPLEY, JR. Vance. **Thaw And New Wave: 1954–1968**. In: Revista Eletrônica: FilmReference. Disponível (em inglês): <http://www.filmreference.com/encyclopedia/Romantic-Comedy-Yugoslavia/Russia-and-Soviet-Union-THAW-AND-NEW-WAVE-1954-1968.html>

KHARCHENKO, Serhiy. **As Khrushchovkas**. In: Revista eletrônica: *The Ukraine Observer*. Edição: 228. Editora: The Willard Group. Disponível (em inglês): <http://web.archive.org/web/20070206132350/www.ukraine-observer.com/articles/228/993>

MAROCHKIN, Vladimir. **Everyday life of the Russian rock musician**. 2019. Disponível em: <<http://shum.info/index/vladimir-marochkin/vladimir-marochkin-everyday-life-of-the-russian-rock-musician/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

MEDVEDEV, Zhores A.; MEDVEDEV Roy A. **Um Stalin Desconhecido**. Editora Record. Rio de Janeiro. 2006

PAPHIDES, Pete. *Bone music: the Soviet bootleg records pressed on x-rays*. In: Journal **The Guardian**. Edição: 29 de Janeiro de 2015. Grã-Bretanha. Londres.

REID, Susan, **Cold War in the Kitchen: Gender and the De-Stalinization of Consumer Taste in the Soviet Union under Khrushchev**. Revista: *Slavic* Edição: 61, no. 2, 2002.

RYBACK, Timothy. **Rock Around The Bloc: A history of rock music in Eastern Europe and Soviet Union**. 1ª Ed. Editora Oxford University Press, Nova Iórque, 1990

SCHWARZ, Boris. **Music And Musical Life In Soviet Russia, 1917-1970**. Nova Iórque, NY. Editora New York Norton, 1972.

SMORODINSKAYA, Tatjana; EVANS-ROMAINE, Karen, GOSCILO, Helena; **Encyclopedia of Contemporary Russian Culture**. Primeira edição; Routledge (Empresa do grupo editorial Taylor & Francis), Baskerville, Grã-Bretanha, 2007, p. 230. Verbete: *Glavlit*

TARKOVSKI, Andrey. **Time Within Time: 1960-1970 Diaries**. Trad. Kitty Hunter-Blair. Editora: Faber and Faber Limited. Great-Britain. 1994.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TROTSKY, Leon; **Reportaje sobre la “Literatura Proletaria”, Abril de 1932.**

Acervo disponível: Centro de Estudios, Investigaciones Y Publicaciones León Trotsky
<http://www.ceip.org.ar/APENDICE>

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade.** Editora Nacional. São Paulo. 1969.

AUDIOVISUAL

HISTORY of the Russian Rock. Direção de Sergey Protasov. Produção de Alexandra Matveyeva. Roteiro: Alexander Ustinov. St. Petersburg: *Vídeo Baltic, Canal 5*, 2008. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tx4DyyU6-wE>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

STILYAGI. Direção de Valery Todorovsky. São Petesburgo: Krasnaya Strela, 2008.

MÚSICA, PRODUÇÃO INDEPENDENTE E ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL: O CASO DO DISCO REVOLTA DOS PALHAÇOS (1980)

ICARO BITTENCOURT

DOCTORANDO EM HISTÓRIA – UFPR/ PROFESSOR DO IFC – CAMPUS
SÃO FRANCISCO DO SUL

ICAROHISTORIA@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Em 1979, para lançar seu primeiro disco, *Terra*, Chico Mário fez um empréstimo bancário de 220 mil cruzeiros. Um ano depois, já havia saldado a dívida e, com o restante, ainda conseguiu fazer mais uma tiragem de três mil LPs (SOUZA, 1980, p. 20). Em 1980, para o lançamento de *Revolta dos Palhaços*, o músico recorreu a um financiamento através de uma colaboração coletiva. Viabilizada através da aquisição prévia do disco pelos colaboradores, a iniciativa foi uma das pioneiras, naquele contexto, do que hoje se disseminou como financiamento coletivo (tradução usualmente utilizada para a prática do *crowdfunding*).

No repertório, formado por doze temas (onze deles canções), Francisco Mário apresentou composições de sua lavra, bem como parcerias com Aldir Blanc, Paulo Emílio, Tárk de Souza, Gianfrancesco Guarnieri, Fernando Brant, Fernando Rios e também musicou um poema de Fernando Pessoa.

Será a partir dessa obra em especial, bem como da iniciativa de produção independente que a viabilizou, que analisarei as relações entre

música, produção independente e abertura política no Brasil do início dos anos 1980¹. Acredito que o caso estudado aqui constitui um interessante exemplo do contexto de reconfiguração da cultura oposicionista à ditadura militar, em uma imbricação entre política e cultura notadamente plural e diversificada que marcou o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980.

Para isso, divido a abordagem em três partes, quais sejam: 1) comentários gerais sobre a relação entre música popular brasileira e o contexto político da abertura; 2) análise do disco *Revolta dos Palhaços* nos aspectos concernentes a sua produção de maneira independente e as características gerais da obra relacionadas a essa condição e 3) uma proposta de interpretação do repertório da obra e de seus vínculos com algumas das principais temáticas culturais e políticas do contexto analisado.

MÚSICA POPULAR BRASILEIRA E ABERTURA POLÍTICA

A década de 1980 fez parte de um importante momento da história recente brasileira, marcado por tentativas de reconstrução de um horizonte democrático de atuação política pela sociedade civil (SOUSA, 2017). Mais do que um contexto de construção inequívoca de experiências democráticas, aqueles anos foram marcados pelas incertezas de um horizonte de expectativas a ser reconstruído no calor das lutas e contradições da vida social e política. Como afirmou Sousa (2017, p. 162): “Num contexto amplo, é possível pensar a década de 1980 e a redemocratização como parte de uma ‘experiência abismal’, que quer dizer: aparente perda de horizonte de inteligibilidade.”

.....
1 A denominada “abertura política” teria acontecido entre os anos 1974 e 1988, como um processo gradual de distensão política da ditadura militar e compreendendo o governo dos generais Ernesto Geisel (1974-1979), João Batista Figueiredo (1979-1985) até a promulgação da Constituição de 1988 (sob o governo José Sarney). No entanto, essa “redemocratização” oficial, pautada em uma institucionalidade vinculada à ditadura, foi marcada por diferentes tensões entre os grupos políticos e a sociedade civil, não deixando portanto a cultura e as artes de comporem esse contexto complexo de lutas e embates históricos da retomada democrática no Brasil Contemporâneo. Sobre esse contexto ver: SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

Não seria portanto uma surpresa que as expressões artísticas, em especial aqui a música, fossem mobilizadas para dar sentido e inteligibilidade a esse contexto multifacetado e aberto a diversas lutas e reconstruções. Em todos os momentos que a historiografia posterior consagrou como decisivos naquele processo histórico, como o fim do AI-5, a Anistia, a campanha pelas Diretas Já e a constituinte, vários artistas do meio musical colaboraram nas ações políticas e na configuração cultural dos diversos agentes sociais e políticos engajados nas mudanças em curso.

Ao discutir sobre a estética da música popular, o musicólogo Simon Frith (1987, p. 140-143) elencou quatro razões pelas quais a música exerce uma importante função social, nos auxiliando a: 1) responder questões de identidade e de pertencimento social; 2) estabelecer relações entre emoções públicas e privadas; 3) dar forma a uma memória popular, organizando nossa experiência no tempo e 4) integrá-la a nossa subjetividade depois de nos “apossarmos” dela, dado que o sujeito fruidor a toma para si como um veículo de identidade, memória, emoções e de orientação temporal.

A partir dessa referência, comentaremos aqui a importância da música brasileira no início dos anos 1980, a partir do caso específico da obra de Francisco Mário, para auxiliar nas diferentes expressões de identidades políticas, sociais e culturais no contexto de luta pela abertura política e de circulação social de valores contrários ao autoritarismo e, ao mesmo tempo, jogando com as incertezas e vicissitudes da reconstrução democrática.

No amplo espectro das resistências civis à ditadura militar brasileira, uma das facetas mais significativas para a construção de valores partilhados de oposição ao regime autoritário foi aquela da chamada “resistência cultural”. Entre as diferentes expressões dessa resistência, historiadores têm chamado a atenção para o papel importante desempenhado por artistas da música popular brasileira na disseminação dos valores oposicionistas e mesmo na performance pública das manifestações civis do contexto de redemocratização do Brasil (NAPOLITANO, 2017; LUNARDI, 2016).

Desde o golpe civil-militar em 1964, diversos músicos estiveram presentes em mobilizações e ações de crítica ao autoritarismo do governo dita-

torial brasileiro, seja em processos específicos de criação artística orientados pelo protesto e pela denúncia, passando pela performance em festivais de música popular que reverberaram muitas críticas ao regime ou mesmo em vínculos políticos mais explícitos cultivados por artistas que, para além de suas obras, engajavam-se em lutas políticas mais diretas.

Um dos exemplos de destaque da resistência cultural através da música popular, ainda durante o governo Médici, foi o espetáculo “O banquete dos mendigos”, liderado por Jards Macalé e realizado em 10 de dezembro de 1973 no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro. Aproveitando um evento de comemoração dos 25 anos da Declaração de Direitos Humanos da ONU, Macalé reuniu diversos artistas que, entremeados pela leitura dos artigos da declaração (quase que declamados por Ivan Junqueira), apresentaram diversas canções de significativo teor estético e político (ALVES, 2016, p. 21).

Se mesmo em um contexto de maior repressão, a música tateava brechas para se manter viva e crítica à ditadura, após o governo assumir um projeto oficial de distensão política e, aos poucos, apesar da manutenção de muitas práticas repressivas, sinalizar para a redemocratização, as expressões artísticas e musicais foram veículos primordiais na expressão da sociedade civil em sua luta pela democracia e pelos rumos que o país deveria tomar dali por diante.

Segundo Marcos Napolitano (2010, p. 391), seria possível, inclusive, nos referirmos tipologicamente a uma “canção da abertura”,

[...] marcada pela tensão entre o imperativo conscientizante da esquerda e a expressão de novos desejos e atitudes dos setores mais jovens da classe média. A ansiedade coletiva por uma nova era de liberdade que, todavia, ainda não havia chegado, transformando-se em iminência, experiência limite entre dois impulsos nem sempre conciliáveis na tradição crítica: o ético-político e o erótico. A era de violência extrema havia passado, mas a era de liberdade ainda não havia começado. Daqui surge uma primeira hipótese sobre a canção da abertura, pautada na percepção de um “entrelugar” que se manifestará como expressão poético-musical e experiência histórica.

Em tese que mapeou as principais relações da MPB com a abertura política, Rafaela Lunardi (2016, p. 20) resumiu assim as principais facetas dessa atuação:

A partir de 1978, a MPB e seus artistas passaram a ter maior atuação política em eventos de oposição, sobretudo em comícios e nas campanhas eleitorais do MDB daquele ano. A presença e o papel fundamental da MPB embalando a campanha pela Anistia, fazendo com que o seu hino fosse uma canção de muito sucesso da MPB - “O bêbado e a equilibrista” – deu ampla repercussão a esse movimento e marcou a volta dos exilados políticos ao país. Além disso, artistas e canções de MPB marcaram presença durante o período de 1977 a 1984 em atividades do Movimento Sindical, especialmente nos shows comemorativos do 1º de Maio, do Movimento Estudantil, em shows nos *campi* universitários, nos comícios e campanhas dos partidos de oposição, ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980 e, de forma já bastante conhecida, compondo os comícios da campanha pelas “Diretas Já”, desde o final de 1983 a abril de 1984. Nessa sequência de eventos e campanhas políticas, a música popular, notadamente a MPB, desempenhou um papel central na consolidação de um imaginário de um sentido de pertencimento de oposição, potencializando os efeitos e a circulação social dos valores de oposição, para além dos protestos em si.

Contudo, além dessa atuação histórica de artistas relacionados à MPB com maior visibilidade, inserida nos catálogos das grandes gravadoras, outras práticas no meio artístico e musical também se relacionaram com as experiências da abertura política. Uma das mais significativas, mas ainda pouco explorada pela historiografia, é aquela das produções independentes entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

PRODUÇÃO INDEPENDENTE E REVOLTA DOS PALHAÇOS

Segundo disco independente de Francisco Mário, *Revolta dos Palhaços* (Selo Libertas, 1980) traz no encarte do disco as assinaturas de todos aqueles que colaboraram com a obra, adquirindo-a antecipadamente, denominados pelo artista como co-produtores. Ao fazer isso, o músico imprimia a significativa relevância, para aquela atitude independente, da marca dos nomes dos colaboradores na materialidade da obra, demonstrando no meio físico de divulgação de sua música a rede de colaboração que inspirava aquela alternativa de produção musical.

Vinculado a uma prática de gravação independente de discos que começou a se disseminar no final dos anos 1970, com artistas como Antonio Adolfo (LP *Feito em Casa*, 1977) e Danilo Caymmi (LP *Cheiro Verde*,

1977), Francisco Mário engajou-se também na tentativa de disseminação da produção independente, não apenas a partir de sua obra, mas colaborando com estratégias coletivas que amparassem o artista independente.

Para entendermos um pouco sobre algumas ideias que orientavam essa produção artísticas, reproduzo abaixo um trecho da entrevista concedida pelo músico à revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, em uma matéria dedicada ao “disco alternativo” e à seção criada pela Cooperativa Mista dos Músicos Profissionais do Município do Rio de Janeiro (COOMUSA) para dar suporte aos artistas autônomos. Nela, Mário apresenta algumas características da “onda independente” a qual se vinculava e relaciona a prática a um contexto mais geral de manifestações artísticas críticas ao *status quo*:

O disco alternativo, como a imprensa nanica, é uma forma de resistência da cultura brasileira. Uma resistência que sempre existiu, mas que passou por uma longa fase em que todos nós ficamos calados, aguardando os acontecimentos em atitude passiva. A gente estava sob uma repressão violenta. Era a fase dos desaparecidos, dos assassinatos, dos exilados – externos e internos -, da tortura. O movimento veio de dentro para fora. Era um trabalho tipo catacumba. O artista, o escritor, o jornalista sentiam a repressão, tinham as portas fechadas nas gravadoras, nas editoras, nos grandes jornais. O que fazer? *A resposta foi criar os nossos próprios meios de expressão.* Assim surge o alternativo (apud RAMADA, 1980, p. 107, grifo meu).

Vemos aqui, nesta primeira citação, como o discurso sobre o independente e o alternativo é justificado como uma forma de resistência à repressão do contexto ditatorial, tornando-se um meio de expressão possível para o artista que pretendesse escapar da pressão estatal e da padronização da indústria fonográfica. O “disco alternativo”, nesse caso, não é visto apenas como uma ação isolada e uma estratégia individual do artista, como foi para alguns, mas um efeito e uma resposta de novas formas de resistência cultural em um contexto determinado de luta por novas relações entre arte, cultura e política no Brasil daquela época.

Em seguida, o artista destaca mais precisamente outra motivação da alternativa independente, usando o caso específico da produção, lançamento e venda de seu primeiro disco para justificar as vantagens econômicas do artista assumir a tarefa de produzir autonomamente seu trabalho.

Gastei 220 mil cruzeiros para fazer 3 mil discos e ganhei 300 mil cruzeiros. Em oito meses todo o dinheiro que investi retornou às minhas mãos. Já Aldyr Blanc, que grava com João Bosco, vendendo 30 mil discos não ganhou isso. Ele ganhou 60 mil cruzeiros de direitos autorais. Quer dizer, vendendo dez vezes mais do que eu, ele ainda ganhou menos. *O artista começa a compreender que sendo dono de sua produção ele pode ganhar muito mais do que gravando nas multinacionais*, que, inclusive, vendem a maior parte dos discos sem comprovante de venda, sem contabilizar essa venda e, portanto, burlando os impostos e lesando o artista e o autor (apud RAMADA, 1980, p. 107, grifo meu).

Podemos perceber a partir desse depoimento como a ação independente, pelo seu caráter novedoso e experimental, ia ganhando motivações e justificativas de acordo com os resultados e as relações que iam se estabelecendo ao longo do tempo. Não seria possível, portanto, pensar na atitude independente como um pacote fechado e sistemático de procedimentos, posto que se configurava como uma intervenção dinâmica na estrutura do mercado fonográfico e de consumo cultural brasileiro.

Outro exemplo dessa assertiva, é que a mesma entrevista citada aqui foi incluída em um relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), que foi concluído com o seguinte parecer: “No amplo quadro da propaganda adversa surge agora como um novo vetor de agressão ao regime, o disco alternativo que, liberado da auto-censura [sic] das gravadoras, poderá trazer mensagens políticas e subversivas com maior intensidade (ARQUIVO NACIONAL – SIAN, 02/01/1981).”

Para aprofundarmos ainda outros aspectos da produção musical independente no contexto do lançamento de *Revolta dos Palhaços*, cito aqui o pesquisador Eduardo Vicente (2005, p. 1-2), que identifica como o fator principal do surgimento do fenômeno o processo de reorganização da indústria fonográfica no início dos anos 1980.

Até o final dos anos 70, a constante expansão do mercado levava as indústrias – mais numerosas, menos segmentadas e permanentemente beneficiadas pelos incentivos fiscais à produção de música nacional – a assimilar praticamente todo o leque de tendências e artistas surgidos no meio urbano, havendo assim poucos motivos para a constituição de uma cena independente organizada. Porém, a grande crise

econômica enfrentada pelo país na década de 80, o cenário muda completamente: a indústria aumenta sua seletividade, racionaliza sua atuação, reduz os seus elencos e passa a marginalizar artistas menos imbuídos de sua lógica ou não classificáveis dentro dos segmentos de mercado que passa a privilegiar. Nesses termos, uma cena independente surge tanto como espaço de resistência cultural e política à nova organização da indústria quanto como única via de acesso ao mercado disponível para um variado grupo de artistas. Essa contradição tenderá a alimentar todo o debate acerca da cena independente desenvolvido no período.

Defendendo a tese da preponderância da reorganização da indústria para o surgimento dos independentes, Vicente concentra sua análise na abordagem da segmentação, mostrando como a iniciativa autônoma era também um recurso utilizado por variadas vertentes musicais, como o sertanejo, o instrumental, o rock alternativo e o mercado de música regional (VICENTE, 2005, p. 3-4).

Em estudo específico sobre o caráter político da produção fonográfica independente, Leonardo De Marchi (2007) destaca como influências importantes para a politização dos independentes, a transformação e ampliação do mercado de bens simbólicos no país e os embates em torno do tema do nacionalismo e da cultura nacional-popular que precederam o contexto do final da ditadura.

A partir dos anos 1970, a conjunção da repressão política com a interferência do Estado nas políticas culturais e de telecomunicações teve como desdobramento a concentração de poder na indústria fonográfica e a fragmentação da esquerda no que poderia ser chamado de projeto de disseminação da perspectiva cultural nacional-popular (DE MARCHI, op. cit., p. 13). Tudo isso aprofundou as transformações que converteram as expressões culturais e, nesse caso, especificamente as musicais, em mercadorias culturais que integravam um amplo e concentrado mercado de bens simbólicos.

A partir desse momento, segundo De Marchi, cresce a percepção de que o mercado é agora mais um obstáculo do que um instrumento para a difusão da cultura artística mais politizada e engajada na soberania nacional-popular.

Em um período em que se acenava à redemocratização política, a postura dos músicos de ter ingerência direta sobre sua produção estava, sim, investida de um significado político. É ponto pacífico que não havia uma proposta estética comum entre aqueles artistas, além de vários deles recusarem publicamente qualquer motivação política em seus atos, mas não se deve desconsiderar que o argumento de crítica às gravadoras multinacionais era um eco do nacionalismo dos anos anteriores. Crescentemente, a alternativa independente se tornava um ato político contestatório, pois democrático, no qual a soberania da música brasileira entrava em jogo (DE MARCHI, op. cit., p. 18)

Uma análise política mais elaborada da atitude independente, elaborada pelo próprio músico Francisco Mário (1986, p. 16-17), em um livro seu dedicado ao tema:

O disco independente e sua Associação conseguiram abrir uma brecha no monopólio das gravadoras multinacionais, mostrando a possibilidade de enfrentá-las. Isso cria uma nova realidade no mercado do disco onde a liberdade de criação toma o lugar da manipulação. Assim temos um quadro diferente do conhecido até pouco tempo, com as gravadoras, sobretudo as nacionais, passando a trabalhar a serviço da cultura brasileira. Eis aí o significado político do disco independente. [...] Essa “marginalização” da música dentro do sistema montado parece estar dentro de um contexto maior de marginalização de todo o povo brasileiro. O “sistema” estaria apoiado nas multinacionais, em grupos militares e civis. Isso poderia chegar ao ponto de uma dissociação, onde teríamos dois poderes institucionalizados. Um poder seria o da grande massa marginalizada e o outro seria o representativo das forças dominantes. Com relação ao disco independente, as micro gravadoras e sua Associação já criam fatos novos, perturbadores desse “sistema” montado. Esse processo deve continuar e caminha lado a lado com o amadurecimento de outros organismos da sociedade brasileira, até que, por fim, se inverta o processo, com as gravadoras a serviço da música e da cultura brasileira, seja veiculando corretamente nossa rica música ou trazendo verdadeiros e importantes discos do exterior.

A partir desse longo, mas necessário trecho, é importante destacar que, mesmo com as divergências a respeito dos significados sobre o independente naquele contexto dos anos 1970 e 1980, a questão de uma abordagem e interpretação política da experiência fazia muita diferença para demarcar a sua singularidade. Nesse caso, não estaríamos falando apenas dos aspectos econômicos e estéticos, mas também do quanto, mesmo que presa em um esquema de mercado mais amplo e estrutural, os significados políti-

cos da atitude independente poderia demarcar um local peculiar e crítico de determinadas criações artísticas.

Nos aspectos estéticos e políticos, ainda, há uma forte ressonância na obra do artista, daquilo que Leonardo De Marchi (2006) apontou como a politização da música popular brasileira pela perspectiva política do nacional-popular. Essa influência aparece não somente na fundamentação que o artista faz da atitude independente como uma espécie de defesa da soberania cultural brasileira frente aos importados da indústria fonográfica do final dos anos 1970, mas também na crítica ao regime ditatorial que marca as letras das canções do disco *Revolta dos Palhaços*.

O disco, portanto, é uma síntese específica entre as condições materiais possíveis e viáveis para sua produção e os aspectos propriamente estéticos da criação artística. Mas além disso, como podemos acrescentar aqui, essas dimensões materiais, econômicas e estéticas foram também perpassadas por intencionalidades políticas, que influenciaram tanto na criação das composições quanto na forma como o disco foi produzido e lançado, tornando-se um vestígio de experiências artísticas que tensionaram aquela “experiência abismal” de reconstruir alternativas democráticas que aprofundassem a propalada e “oficial” abertura política com uma “abertura cultural” verdadeiramente ampla e irrestrita.

O REPERTÓRIO DO ÁLBUM: MÚSICA E LETRA NA LUTA CONTRA O “DESGASTE DA PALAVRA”

Dentro das temáticas possíveis que circularam na transição entre as décadas de 1970 e 1980, como a abertura, a anistia, as crises econômicas, a desigualdade social, a permanência do autoritarismo e da repressão, entre outras, todas elas estão de algum modo presentes no repertório de *Revolta dos Palhaços*.

Sintonizado com o contexto histórico da chamada “abertura política”, o repertório do LP parece estar relacionado com a expressão “canções de abertura”, desenvolvida por Marcos Napolitano (2010), que indica a presença de certas recorrências temáticas em diversas composições do final dos

anos 1970 e início dos anos 1980 que abordavam a memória então recente da repressão política e, além disso, já representavam os dilemas relacionados ao contexto pós-anistia e de redemocratização do país.

Ainda sobre a relação do repertório com a expressão “canções de abertura”, em entrevista prévia ao lançamento do disco, Chico Mário falou sobre a concepção da obra e elencou aspectos significativos que reforçam os vínculos entre a concepção da obra e os embates sociais e políticos do processo “indeterminado” da abertura:

É a história da indignação do povo brasileiro (usei os palhaços no bom sentido, gente alegre, sempre vendo a vida com otimismo). Fala dos roubos nos cargos públicos, dos altos funcionários e seus comportamentos na vida política. Ele trata também da ilusão e da facilidade com que se manipula o povo brasileiro. Eu acho que o nosso povo é como uma panela de pressão: está em ebulição, mas o processo é lento. Nisso se baseia o disco. Minha intenção é mostrar o problema do tempo. E que devemos estar alerta, que tenhamos cuidado para não retroceder. E um alerta ao povo brasileiro que é tratado, a meu ver, como uma criança e não questiona o seu papel (RAMADA, 1980, p. 108).

Como proposta interpretativa do repertório, a partir da noção de “canções de abertura”, teço a seguir alguns comentários dividindo as faixas em alguns grupos temáticos, quais sejam: 1) crítica ao autoritarismo e à manipulação política; 2) denúncia de problemas sociais e econômicos; 3) abordagem lírica de emoções público-privadas; 4) indeterminação do futuro.

No primeiro grupo, os temas *Revolta dos Palhaços* e *Marionetes* (em ambos letra e música de Francisco Mário) expressam um grito incessante por liberdade (única palavra entoada na primeira canção) e a crítica à apatia do povo “controlado” e submetido pela ditadura, todos transformados em “bonecos de arame/bonecos tão frios/somente obedecem/quem mexe os fios”. Apesar disso, também ecoa um grito de liberdade entre as marionetes, mas que pela subserviência geral causa mais desconforto que ânimo: “se um dia acorda/se vê prisioneiro/e corta o arame/todos têm medo”.

Nesse sentido, apresenta-se em *Marionetes* ainda uma constatação desanimadora a respeito do engajamento coletivo na luta pelas liberdades demo-

críticas, ainda tão genéricas e abstratas para aquele contexto que o que resta é esperar por uma possível “revolta dos palhaços”, todos repetindo indefinidamente a palavra liberdade até que, talvez por um passe de “mágica”, ela possa fazer parte da vida do brasileiro (o tema instrumental *O Mágico* também faz parte do disco, originalmente pensado para receber letra de Chico Buarque, que acabou não enviando a composição antes do lançamento do LP).

No segundo grupo temático, *Malabarista da inflação* (Francisco Mário/Tárik de Souza); *Pão e circo* (Francisco Mário/Fernando Rios) e *O homem mais forte do mundo* (Francisco Mário) abordam os problemas sociais e econômicos do país, concentrando sua crítica à persistência da fome, ao aumento do custo de vida com a inflação e à presença do espetáculo do “circo” apesar da falta do pão e do leite na mesa do trabalhador brasileiro.

Na primeira canção, o personagem que vê o preço do seu “prato feito” aumentar a cada estrofe constata que “lavrador só come pedra/operário come cal/o que sobra do banquete/da comiseração nacional”. No segundo tema deste grupo, a clássica metáfora do pão e circo é evocada para refletir a dramática carestia do povo: “se não tem pão/e tem circo/se não tem leite/e tem circo/então existe quem pague/pra rir da própria morte”. Por fim, a indignação frente à situação do povo faz o compositor idealizar o trabalhador brasileiro como “o homem mais forte do mundo”.

No grupo da “abordagem lírica de emoções público-privadas”, *Bailarina* (Paulo Emílio/Francisco Mário), *Valsa do mata cachorro* (Francisco Mário/Aldir Blanc) e *Chora palhaço* (Fernando Brant/Francisco Mário), apesar de não apresentarem explicitamente críticas políticas, sociais ou econômicas, destacam personagens do circo, como a bailarina, o contorcionista e o palhaço em uma abordagem majoritariamente intimista e melancólica sobre as ilusões amorosas e os dramas privados. Sem querer encaixar esses temas em uma prévia leitura política, apenas indico aqui que as sutilezas de cada uma das canções podem remeter a emoções privadas que, como destacamos no início a partir das definições de Simon Frith (1987), podem traduzir emoções públicas marcadas pelas ilusões e sacrifícios de cada indivíduo em um processo de intensa e complexa transição política e social

do início dos anos 1980: “chora palhaço’, dizia/enquanto o povo na rua/voltava sorrindo pra casa/num porre de alegria”.

Por fim, no quarto grupo temático, que aborda poeticamente a indeterminação do futuro daquele contexto histórico, temos as canções *O Andaime* (Fernando Pessoa/Francisco Mário), *Se cobrir é circo, se cercar é hospício* (Paulo Emílio/Francisco Mário) e *Clareira aberta* (Gianfrancesco Guarnieri/Francisco Mário). Nestes temas, a construção de um futuro imaginado, de uma nova sociedade e de uma nova política, alternam-se em diferentes registros. Desilusão, diversidade de possibilidades e indeterminação aparecem como alguns dos dilemas coletivos e individuais daquela época.

Clareira aberta, por exemplo, ecoa na letra boa parte do sentimento da “experiência abismal” referida anteriormente a partir da análise de Francisco Sousa (2017). O circo, ao ir embora e deixar o vazio da clareira e do fim daquele tempo suspenso, deixa ao espectador e aos sujeitos que o formavam, um sentimento de ambiguidade, angústia e incerteza: “na clareira aberta/que o circo deixou/estamos nós agora/colhendo o que restou//serão dias de festa/o circo não voltou/somos nós agora/artistas e leões...”.

Se podemos identificar essas relações temáticas das letras com as questões políticas de sua época, não menos verdade é a relação entre a proposição estético-musical de Francisco Mário com o momento atravessado pela música brasileira no início dos anos 1980.

Utilizando principalmente referências da música nacional como o samba, o choro, a moda de viola, além de valsa e bolero, entre outros, o artista tentava se colocar como um representante da linhagem da MPB dos anos 1960 e 1970, apesar de não ter encontrado, dentro da indústria fonográfica, espaço para “mais um” representante dessa vertente. Além disso, arranjos vocais e de cordas são abundantes na intenção de expressar na sonoridade os ambientes e personagens circenses das composições. No primeiro caso, por exemplo, importantes grupos vocais colaboraram no disco, como MPB4, Quarteto em Cy e Boca Livre.

Por fim, ainda cabe destacar a utilização na obra da alegoria do circo e de suas personagens características para abordar diferentes facetas do Brasil

daquele contexto final da ditadura militar. Na capa (figura 1), um desenho de Henfil (irmão de Chico Mário) já dá o tom satírico de algumas das abordagens do repertório do disco, com palhaços que, urinando, formam o picadeiro do circo. No interior do encarte, uma lona desenhada por Nani (contendo as assinaturas dos colaboradores do disco), também remete ao conceito da obra.

Figura 1 – capa do disco *Revolta dos Palhaços* (1980). Acervo pessoal.



A partir disso, uma forma interessante de pensar o repertório do disco talvez seja a partir da utilização de uma concepção tradicional de alegoria, como definida por Ismail Xavier (2014, p. 372), que aponta o movimento circular subjacente na:

[...] conexão entre alegoria e incompletude, de tal modo que fica exigida a interpretação elaborada para que se capte o sentido (oculto) do que nos é dado. A concepção tradicional de alegoria, sem se comprometer com a ideia de descontinuidade, ressalta a intenção de ocultamento e tende a conceber o sentido como algo *a priori*, de modo a transformar o processo de produção e recepção em um movimento circular

composto de dois impulsos complementares: a produção corresponde à operação de ocultamento – a verdade se esconde sob a superfície do texto; e a recepção corresponde à operação inversa pela qual o leitor provoca a emersão reveladora.

Dessa maneira, podemos perceber por parte dos letristas das canções e do projeto estético da obra, uma intenção de aproximar o ouvinte da tarefa de desvelar os significados possíveis da visão de país e de realidade social e política inscrita nas composições. De alguma maneira, portanto, as incertezas do horizonte aberto da reconstrução democrática pedia do ouvinte, assim como do cidadão, engajamento em desvelar os sentidos ocultos do “circo” da política nacional em transformação e os papéis concretos e possíveis de cada um no “picadeiro da abertura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do caso específico do disco *Revolta dos Palhaços*, lançado por Francisco Mário, podemos perceber as diferentes facetas relacionadas à pluralidade de conceitos e ações da resistência cultural durante a ditadura militar e, especialmente, nas atitudes sociais e culturais que configuraram as lutas pela abertura política no Brasil entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A intenção deste texto foi mostrar como determinados aspectos estéticos, políticos e econômicos da música e da produção independente podem ser inseridos na abordagem sobre as complexas lutas sociais, políticas e culturais do Brasil contemporâneo, para além das análises já consagradas sobre artistas com visibilidade na indústria fonográfica. O papel de diferentes manifestações culturais no engendramento das complexas tramas históricas de transição política ainda podem ser ampliados e aprofundados nos próximos anos, enriquecendo a percepção da “experiência abismal” e inacabada da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PESQUISADAS

MÁRIO, Francisco. **Revolta dos Palhaços** (LP), 1980, Selo Libertas.

_____. **Terra** (LP), 1979, Selo Libertas.

MILLARCH, Aramis. Entrevista com Francisco Mário, 1984. Disponível em: <http://www.millarch.org/audio/francisco-m%C3%A1rio>. Acesso 01/05/2019.

Jornal Em Tempo, 23/10/1980. Disponível no acervo da SCDP.

Jornal Cadernos do Terceiro Mundo, junho 1980. Disponível no acervo da SCDP.

Arquivos SCDP. Parecer da Censura Federal para Letras de Francisco Mário, novembro de 1980.

Arquivos SCDP. Parecer da Censura Federal para Letras de Francisco Mário, abril de 1980.

ARQUIVO NACIONAL – SIAN. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Fundo: “CIE/SNI”. Parecer intitulado “Disco alternativo”, 02/01/1981.

RAMADA, Micaela. Disco alternativo. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, Ano 3, N. 24, junho de 1980, p. 104-108.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Valéria Aparecida. “Eu digo não ao não!” Contracultura e resistência no Brasil autoritários dos anos 70. In: VALENTINI, Daniel Martins; RAGO FILHO, Antonio (Orgs.). **Estética de resistência no pós-1964**. São Paulo: Intermeios, 2016.

DE MARCHI, Leonardo. O Significado Político da Produção Fonográfica Independente Brasileira. In: **e-compós**. Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicações, 2006.

FRITH, Simon. Towards an Aesthetic of Popular Music. In: LEPPERT, Richard; MCCLARY, Susan (eds.). **Music and Society: The Politics of Composition, Performance and Reception**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 133-149.

LUNARDI, Rafaela. **Preparando a tinta, enfeitando a praça**. O papel da MPB na “Abertura política” brasileira (1977-1984). São Paulo: USP, 2016 (Tese de Doutorado).

- MÁRIO, Chico. **Como Fazer um Disco Independente**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios – Casa de Artes e Livros, 2017.
- _____. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975-1982). In: **Estudos Avançados**, vol. 24, n. 69, 2010, p. 389-402.
- SOUSA, Francisco Gouvea de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 159-181, dez. 2017.
- VAZ, Gil Nuno. **História da música independente**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VICENTE, Eduardo. A Música Independente no Brasil: Uma Reflexão. In: **Intercom – XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, UERJ, 2005.
- XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento**: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

BATE A PORTA, DIZ QUE EU SOU PASSADO. BEBECO GARCIA: CAMINHOS BIOGRÁFICOS

LEANDRO BRAZ DA COSTA
DOUTORANDO EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA (USFM). PROFESSOR SUBSTITUTO
DO CURSO DE HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE (FURG)
LBCOSTA.FURG@GMAIL.COM

RESUMO

O trabalho propõe discutir os caminhos da escrita biográfica de Bebeco Garcia, líder da banda *Garotos da Rua*, tendo como temática um preâmbulo acerca das etapas de sua trajetória musical ligada às práticas socioculturais referentes ao gênero rock, com enfoque na construção ou dissolução de identidades arroladas às vivências do biografado em relação às práticas musicais deste gênero em suas nuances e especificidades. Através de suas pluralizadas vivências como roqueiro atuando em bares, boates e festivais, ou ainda, compondo canções, gravando discos em estúdios, participando de programas de televisão de grande audiência e emplacando trilhas sonoras em telenovelas, os limites impostos à escrita biográfica de Bebeco Garcia compreendem momentos distintos de suas atuações enquanto músico, intérprete e compositor ao longo das décadas de 1970 e 80 quando o rock nacional e o que se convencionou denominar de rock gaúcho passaram a exercer influência de consumo no país através do surgimento de inúmeras bandas, da formação de público através da realização de megaeventos e do impulso dado pelas gravadoras, bem como, durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, período no qual Bebeco Garcia regressou às origens e de modo mais intimista, passou a investir em sua carreira solo, poucos anos antes de sua morte.

Palavras-chave: Biografia, rock gaúcho, identidades.

INDIVÍDUO E AS MÚLTIPLAS FACES DO ROCK: INFLUÊNCIAS, APRENDIZADOS E INTERAÇÕES

O trabalho propõe expor as principais abordagens acerca dos caminhos iniciais da escrita biográfica de José Francisco Mello Garcia, mais conhecido como Bebeco Garcia, que ao longo da década de 1980 liderou a banda *Garotos da Rua*, tendo como temática as muitas etapas de sua trajetória musical, sempre inserido às práticas socioculturais ligadas ao gênero rock, com enfoque na construção ou dissolução de identidades arroladas às suas vivências, sobretudo, em relação às práticas musicais deste gênero musical em suas muitas nuances e especificidades.

Os limites impostos à escrita de vida de Bebeco Garcia estão diretamente relacionados aos momentos distintos de suas atuações enquanto músico instrumentista, intérprete e compositor. Portanto, a delimitação cronológica compreende o trabalho desenvolvido pelo biografado nas décadas de 1970 e 80 quando o rock passou a se consolidar no país através do surgimento de inúmeras bandas, da formação de um público consumidor através da realização de megaeventos – como o *Rock in Rio*¹ – e do impulso dado pelas gravadoras (GROPPO, 2013, p. 172 a 175), bem como, durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, momento em que atravessou oscilações decorrentes da retração do cenário verificado anteriormente, até começar a ganhar força discretamente através da reciclagem de antigos trabalhos de nomes consagrados do gênero (VICENTE, 2008, p. 115-116).

Temática e delimitação do tema foram elaboradas levando em consideração o fato de que o biografado vivenciou todas as etapas descritas no parágrafo anterior, ou seja, desde muito jovem ele passou a se projetar como guitarrista, intérprete e compositor e através de suas pluralizadas vivências como roqueiro atuando em bares, boates e festivais, ou ainda, compondo canções, gravando discos em estúdios, participando de programas de televisão de grande audiência e emplacando trilhas sonoras em telenovelas, até que, gradativamente, acabou regressando às origens e de

.....
1 Uma instigante e elucidadora abordagem sobre a introdução de um dos maiores festivais de rock do mundo no Brasil pode ser encontrada em: CASTRO, Cid. *Metendo o pé na lama. Os bastidores do Rock in Rio de 1985*. Rio de Janeiro, Grupo Stamppa, 2010.

modo mais intimista, passou a investir em sua carreira solo alguns anos antes de sua morte em 2010.

A hipótese central do trabalho admite que Bebeco Garcia desenvolveu interlocuções que contribuíram para a inserção das bandas gaúchas no cenário do rock nacional, desempenhando de modo voluntário ou involuntário, através de sua trajetória de vida, a disseminação de diversos aspectos das culturas inerentes ao rock produzido em sua cidade natal e no Rio Grande do Sul.

Desta feita, questionar de que forma e até que ponto a biografia de Bebeco Garcia pode oferecer subsídios para a elucubração acerca das múltiplas faces da história do rock no Brasil, tendo em vista o papel desempenhado ao longo de sua trajetória de vida, suas influências, aprendizados e interações em relação às manifestações deste gênero musical também em sua cidade natal e seu Estado, se apresenta enquanto questionamento central deste trabalho.

Enquanto hipótese subsidiária, a pesquisa abriga a generalização de que ao longo da trajetória de vida de Bebeco Garcia, seus constantes diálogos e interações com diversificados contextos (local, regional, nacional e global) impuseram características unívocas em sua relação com a atividade musical, promovendo a construção e (ou) dissolução de identidades culturais ligadas ao gênero musical em questão.

BREVES CONSIDERAÇÕES BIOGRÁFICAS

José Francisco Mello Garcia conhecido no meio musical por Bebeco Garcia foi um instrumentista, cantor e compositor, natural da cidade de Rio Grande – RS, que através do seu trabalho autoral contribuiu de inúmeras formas para o incremento das manifestações culturais ligadas as cenas² do rock. Em sua cidade natal ao longo da década de 1970, enquanto

.....
2 Cf. STRAW, Will. *Systems of articulation logics of change: communities and scenes in popular music*. *Cultural Studies* (3), 1991, p. 373. As cenas são como “um espaço cultural mutável e fluído, caracterizado pela construção e diferenciação de alianças e práticas musicais”, isto é, “uma espaço que se reconfigura constante e ativamente, pois há uma relação fértil entre a música e o local em que esta acontece.” (Apud) NUNES, Caroline Govari; SILVEIRA, Fabrício Lopes. *Tensões identitárias nas cenas musicais de Porto Alegre. Cachorro Grande e o Rock Gaúcho*. *Revista Cadernos da Escola de Comunicação* – vol. 1, nº. 13, 2015, p. 51-52.

algumas bandas de rock surgiam interessadas somente em reproduzir fielmente o repertório radiofônico da época, Bebeco Garcia juntamente com o baterista Edinho Galhardi formou sua primeira banda de rock autoral, a *Farinha do Bruxo*, sobretudo, em virtude do seu ímpeto em construir canções de próprio punho.

A frente da *Farinha do Bruxo*, Bebeco Garcia passou a obter espaços para a realização de apresentações musicais ao vivo juntamente com outras bandas que surgiam à época, como no caso do 1º Festival de Música Pop ao Ar Livre – Mostra Coletiva de Rock, que ocorreu em outubro de 1974, no Estádio Renato Silveira na cidade de Palhoça, em Santa Catarina.

Na medida em que o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido foi aumentando, Bebeco e seus companheiros de vida e trajetória musical optaram por alterar o nome da banda que passou a se chamar *A Barra do Porto*. Em 1976 a *Barra do Porto* se apresentou no Auditório Araújo Vianna durante o Festival da Primavera. Na ocasião tiveram a incumbência de realizar a apresentação de abertura do evento, que contou com a participação de Carlinhos Hartlieb, Fafá de Belém, Dominginhos e Gilberto Gil.

Contando com a boa aceitação dos contratantes e expectadores, em 1979 Bebeco Garcia juntamente com o contrabaixista Luís Tadeu de Marco, deixa Rio Grande rumo a Porto Alegre. Ambos se juntam ao baterista Ricardo Pinote e formam a banda *Mutuca*. Em seguida, organizam o espetáculo Óculos Escuros que acaba sendo apresentado no Teatro de Câmara Túlio Piva, juntamente com o contrabaixista Renato Machado e Edinho Galhardi. O repertório apresentado pela banda contava com as canções “Blues da casa torta”, “Declaração” e “Viagem a Saturno” de autoria de Nei Duclós e “Os meninos”, “Pecado” e “Óculos escuros”, todas de autoria de Bebeco Garcia em parceria com seu conterrâneo, o compositor riograndino Ângelo Vigo.

Três anos mais tarde, com a banda *Mutuca & Amigos*, que passou a ter Flávio Chaminé no contrabaixo, aconteceram às primeiras gravações no Estúdio ISAEC. No limiar da década de 1980, precisamente em 1982, a gravação da música “Chove em Porto Alegre” acabou oportunizando as

primeiras inserções do trabalho sob a liderança de Bebeco Garcia na imprensa televisiva, através da rede de comunicação RBS, que gravou um videoclipe para o quadro local do Fantástico, um dos programas de reportagem de maior audiência no Brasil.³ Concomitante a exposição midiática televisiva, a Rádio Bandeirantes começa a reproduzir em sua grade de programação outra canção da banda, denominada “Na mesma fogueira”. Repercutindo no rádio, na televisão e atuando como banda da casa do Bar Rockett 88, ponto de encontro dos apreciadores do rock localizado no Bairro Menino Deus em Porto Alegre, em 1983 começou a ser incubada a banda *Garotos da Rua*, que acabou lançando nacionalmente Bebeco Garcia.

Com o acréscimo do saxofonista King Jim e o contrabaixista Mitch Marini, Bebeco e Edinho fundaram oficialmente em julho de 1983 a banda *Garotos da Rua*. Inicialmente, continuaram atuando como banda da casa do Rocket 88. Seis meses depois, gravaram sua primeira música em cassete, denominada “Sabe o que acontece comigo?” e, em seguida, iniciaram uma série de apresentações em Porto Alegre e percorreram mais de cinquenta cidades do Rio Grande do Sul⁴.

Na esteira do trabalho de produção autoral musical, em 1985 os *Garotos da Rua* participaram das gravações do LP “Rock Garagem” juntamente com as bandas *Taranatiriça*, *Urubu Rei*, *Fluxo*, *Moreirinha e Seus Suspiram Blues*, *Astaroth*, *Frutos em Crise*, *Valhara*, *Leviaethan* e *Os Replícantes*. Em 1986 a banda integra a célebre coletânea – hoje um clássico do rock gaúcho – denominada “Rock Grande do Sul”, ao lado das bandas

.....
3 Um interessante estudo sobre as relações entre o rock brasileiro produzido na década de 1980 e a imprensa (rádio, televisão, jornais e revistas), pode ser apreciada em: ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. “*Brasil mostra a tua cara*”: rock nacional, mídia e a redemocratização política (1982-1989). Dissertação de Mestrado: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009, p. 72 a 113.

4 Bebeco Garcia também participou de gravações e apresentações paralelas em outros projetos com diferentes músicos e bandas. Em uma das muitas entrevistas que concedeu a alguns jornalistas que preparavam a publicação de um livro sobre o Rock Gaúcho, Bebeco relatou: “Eu toquei com Bixo da Seda, Liverpool, mas vim um pouquinho depois deles. Quando cheguei na parada, eles já estavam, já eram os caras. Toquei com todos eles, mas num esquema tipo “o garotão que está chegando”. Aquele lance: “pô, legal, vamos convidá-lo pra tocar com a gente!”, coisas assim.” AVILA, Alisson. *Gauleses Irredutíveis: Causos e atitudes do Rock Gaúcho*. Porto Alegre: Editora Buqui, 2012, p. 12-13.

Engenheiros do Hawaii, DeFalla, TNT e Replicantes. Neste mesmo ano, os *Garotos* ficaram conhecidos nacionalmente com a música “Tô de saco cheio” que acabou fazendo com que a banda se transferisse para o Rio de Janeiro, onde fecharam contrato com a gravadora RCA, pela qual lançaram três LP’s nos anos de 1986, 1987 e 1988 através do selo Plug que cuidava das bandas consideradas revelações do rock brasileiro. Nestes três álbuns é possível destacar a gravação das canções “Você é tudo que eu quero”, “Sabe o que acontece comigo?”, “Babilina”, “Gurizada medonha” e “Eu já sei” canção que expôs de forma definitiva a banda a todo o país, pois acabou integrando a trilha sonora da novela *Mandala* transmitida pela Rede Globo de Televisão. Em 1990 os *Garotos da Rua* emplacam mais uma participação em trilha sonora de novelas da Rede Globo, desta vez, na telenovela *Gente Fina* com a música “Bagdá 40°”.

Com o fim dos *Garotos da Rua*, Bebeco Garcia passou a concentrar suas práticas em sua carreira solo, realizando apresentações em bares, boates, festivais de música, teatros e eventos de rua. Mesmo assim, nunca deixou de lado sua ânsia de produção autoral, tanto que lançou cinco discos entre os anos de 1997 e 2005⁵. Seu último trabalho contém onze canções que apresentam uma imersão profunda nas raízes de sua assinatura sonora influenciada pelo *blues* estadunidense. O álbum denominado *Rio Grande – Rio Blues*, além de receber o nome de sua cidade natal, trás na primeira faixa a canção “Paris Hotel”, prédio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do SUL, construído em 1826, inspirado na arquitetura espanhola e que desde 1834 hospeda os viajantes que passam pela cidade. Antes de sua morte em 2010⁶, Bebeco estava

.....
5 Entre os anos de 1999 a 2001, Bebeco Garcia teve quatro indicações ao Prêmio Açorianos e acabou recebendo a maior honraria cultural da música produzida no Rio Grande do Sul com o melhor álbum de rock em 1999 e melhor instrumentista de rock em 2001.

6 Todos os grandes veículos de imprensa do país noticiaram o falecimento de Bebeco Garcia e destacaram sua trajetória de contribuições para o rock nacional. A revista *Guitar Player*, publicada mensalmente e especializada nos mais diversificados assuntos relacionados aos guitarristas brasileiros e de todas as partes do mundo, dedicou duas páginas de sua edição para homenagear Bebeco Garcia como um dos ícones do instrumento no Brasil. Revista *Guitar Player*, nº 172 – Agosto de 2010.

preparando a gravação de um DVD no qual executaria seus grandes sucessos e novas canções autorais⁷.

BEBECO, ROCK E IDENTIDADE (S) CULTURAL (IS)

Como foi possível observar, Bebeco consolidou sua trajetória como uma das principais figuras do rock gaúcho e do rock produzido no país, tanto que, no meio musical os artistas o consideram ‘uma lenda’ do rock e da guitarra, um verdadeiro *bandleader*. Portanto, percorrer sua biografia é desbravar múltiplos contextos, sobretudo, no que diz respeito ao rock experimentado em sua cidade natal, no Rio Grande do Sul e no Brasil nas décadas de 1970 e 80⁸, 90, 2000 e 2010, pois, Bebeco foi interlocutor e disseminador do gênero, estando à frente das bandas da qual fez parte, a final:

O rock é um mapa reconstruído constantemente, sujeito às forças do mercado, dos vazios entre gerações, das diferentes vivências juvenis e das negociações entre a cultura mundializada e suas manifestações locais. Ser roqueiro em Nova Iorque, Salvador, Tóquio ou São Paulo está envolto na assunção de traços globais, que permitem o reconhecimento do rock, mas, ao mesmo tempo, envolve especificidades ligadas às pressões culturais da musicalidade e dos espaços normativos regionais... O global pode ser aquilo que permite o reconhecimento do regional como diferencial ou que permite que as raízes sejam relativizadas. (JANOTTI, 2003, p. 23)

Diante do desafio proposto, cabe mencionar que a grafia de vida de Bebeco Garcia representa uma significativa página da história e da memória acerca das manifestações socioculturais inerentes ao rock produzido no Brasil, e pode contribuir para ampliar a compreensão de inúmeros aspectos referentes às experiências individuais e coletivas relacionadas a contextos que apesar de aparentemente distintos, interagem, ainda que, por vezes de forma sutil. É exatamente nas tensões existentes entre o indivíduo e a sociedade que

.....

7 Conforme entrevista cedida por Bebeco Garcia ao repórter Billy Boka no Programa Voo do Morcego realizado pela SKIP Produções em 2008.

8 Ao longo da década de 1980 na cidade de Rio Grande, o movimento de jovens em torno do rock, refletiu o panorama nacional. Muitas bandas surgiram, dentre as quais *Os Militantes*, *Sincope*, *Filhos da Pauta*, *Paraphernália*, *Trampo*, *Ataque Epilético*, *Fluxo M*, *Shock*, entre outras. Um dos acontecimentos mais marcantes da época foi a gravação do Long Play “Rio Grande Rock” pelo Selo META, uma iniciativa extremamente audaciosa para bandas do interior do Estado.

este trabalho propõe o fazer biográfico, afinal o rock não é um gênero musical normativo, sobretudo em um país pluralizado como o Brasil, pois:

Visto que é uma manifestação cultural que já atravessou várias gerações e culturas, incorporando aos seus elementos características locais dos territórios por ele adentrados, o rock está em mutação desde o momento em que nasceu. A sua natureza, assim responde ao próprio ritmo dialético da História que cria e assimila novas e inovadoras formas de ver e refletir sobre o mundo constantemente. (RAMOS, 2009, p. 10)

A busca expositiva e explicativa de uma trajetória de vida partilhada e construída através das atividades socioculturais, expõem Bebeco Garcia a vivências relacionadas a atividade artística musical roqueira desde muito jovem, desde que o pai lhe dera o primeiro violão. A partir daí, ele mergulhou fundo no universo musical, se tornando um produtor e disseminador de culturas e acabou interferindo no contexto histórico da época.

De modo geral, é ainda modesta a produção historiográfica acerca das muitas faces do rock produzido no Brasil. No que diz respeito à história oficial do rock produzido nas décadas de 1970, 1980 e 1990, é como se ele fosse um gênero musical desenvolvido e consumido exclusivamente por indivíduos que compõem parcelas das populações residentes nas regiões do centro oeste e do sudeste do país. A existência de lacunas históricas relacionadas às manifestações socioculturais inerentes ao gênero rock em outras regiões, cidades e Estados que compõem o país, contribuem para o desconhecimento histórico que promove falhas no campo dos saberes, sobretudo, em detrimento das bandas, músicos, intérpretes e compositores que permanecem ausentes na história do rock brasileiro.

Outrossim, enquanto fator relevante, reside o fato de que são ínfimos os estudos sobre o rock gaúcho, bem como, sobre seus protagonistas, sobretudo no âmbito da história. Esse trabalho, portanto, flerta com ambas as possibilidades de pesquisa, pois compreende o fazer biográfico concomitante aos contextos de desenvolvimento e consolidação deste gênero musical no Rio Grande do Sul e no país. Nesse sentido, a escrita biográfica de Bebeco, além de possuir um caráter pedagógico, adentra em contextos que

foram minimamente ou ainda não explorados pela historiografia do rock no Brasil.

Enquanto objetivo geral, o fazer biográfico do cantor, compositor e instrumentista Bebeco Garcia, tem como propósito analisar a pluralidade de vivências deste indivíduo, que possui uma trajetória com rastros significativos no contexto das manifestações socioculturais musicais, buscando apreender a existência, dissolução ou colapsos de identidades inerentes ao rock produzido na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Em suas muitas idas e vindas, Bebeco Garcia teve a oportunidade de experienciar à diversidade de manifestações culturais ligadas ao gênero rock, mesmo em um país com dimensões continentais como o Brasil. Tendo em vista o fato de que ele transitava entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como, em sua cidade natal, é possível aferir a atuação e o ímpeto de Bebeco Garcia no processo de construção e consolidação do rock gaúcho, em suas muitas nuances, bem como, verificar a trajetória e o papel desempenhado pela banda Garotos da Rua ao longo da década de 1980, na esteira do desenvolvimento da popularização do rock no Brasil, buscando apreender as interferências de Bebeco Garcia neste processo. Além disso, apresentar as memórias acerca do movimento rock na cidade do Rio Grande e no Rio Grande do Sul, bem como, os significados que os envolvidos conferem à época e as interações e influências de Bebeco Garcia com ambas as cenas em suas relações com compositores, produtores musicais e instrumentistas, até que, posteriormente, apontar os possíveis diálogos existentes no trabalho solo desenvolvido por Bebeco Garcia em relação aos distintos momentos de sua trajetória.

BIOGRAFIA E O FAZER TEÓRICO

No cerne das principais discussões teóricas referentes à produção biográfica, no âmbito das ciências humanas e sociais, reside o desafio enfrentado pelos pesquisadores em estabelecer um equilíbrio diante do dualismo imposto pela relação indivíduo/sociedade, ou seja, entre a grafia de vida e o contexto no qual o biografado esteve inserido. Motivado pela

discussão crítica à produção biográfica desenvolvida ao longo dos séculos, Giovanni Levi chama a atenção para os riscos em interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais. Ainda assim, o historiador destaca que:

Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios e singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. Essa perspectiva deu ótimos resultados, tendo-se em geral conseguido manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo. Pode-se alegar, no entanto, que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia. As trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam. (LEVI, 2006, p. 176)

Ainda segundo Giovanni Levi, a dualidade indivíduo/sociedade na escrita biográfica pode ser compreendida através de um problema de escala e ponto de vista, afinal,

[...] se a ênfase recai sobre o destino de um personagem – e não sobre a totalidade de uma situação social – a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere, é perfeitamente possível conceber de outro modo a questão do funcionamento efetivo das normas sociais... Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver, a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. (LEVI, 2006, p. 179-180)

Diante da perspectiva teórica exposta por Giovanni Levi, o historiador Benito Schimidt entende que o biógrafo não deve procurar resolver esse problema optando por um dos “polos”, o do indivíduo ou da sociedade, mas sim adotando estratégias que estabeleçam uma permanente tensão entre o personagem, os constrangimentos e possibilidades de sua época (SCHIMIDT, 2004, p. 137), “[...] a saber, utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não

apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (LORIGA, 1996, p. 246-247), onde, “Escrever uma biografia, para além de reconstituir uma história de vida centrada na individualidade do ser... implica em construir várias redes de relações que ajudam a explicar não só a importância do biografado no seu contexto como também revelar valores que o biografado traz consigo [...]” (GUIMARÃES, 2002, p. 3)

Inserido em contextos que dialogam entre si, apesar de possuírem suas particularidades, o que neste caso é decisivo para a possibilidade de delimitar ou até mesmo romper com a rigidez contextual e determinista que pode comprometer o fazer biográfico, cabe salientar que Bebeco Garcia teve em sua trajetória de vida a possibilidade de agir, intervir e contribuir na elaboração de contextos históricos que, nos dias de hoje, são lembrados como períodos importantes da história do rock n’ roll no Brasil, no Rio Grande do Sul e em sua cidade natal. Um exemplo explícito da rigidez contextual e determinista mencionada anteriormente por Giovanni Levi e questionada por todos os demais teóricos da biografia, pode ser vislumbrado no trecho a seguir.

O comunicador Mauro Borba declara no documentário “Bebeco Garcia, um pouco de sua história”, que a influência rockeira do gaúcho veio da movimentação existente no Bairro Bom Fim, em torno do Bar Ocidente e dos grandes shows no Araújo Viana que reuniam várias bandas, muitas que estavam só começando a tocar em eventos que reuniam muita gente. (LEHNEN & KESKE, 2012, p. 514)

O que Mauro Borba talvez desconheça ou até mesmo tenha ignorado é que a “influência rockeira” de Bebeco Garcia foi uma construção que o acompanhou durante toda a sua trajetória de vida, além disso, teve sua gênese em sua cidade natal. De certo que a movimentação existente no Bairro Bom Fim em Porto Alegre, ao longo dos anos 1970 e 1980, também influenciou o artista, porém, outros contextos, como por exemplo, aquele diretamente ligado ao sucesso da Banda Garotos da Rua em âmbito nacional, contribuiu para a constituição do roqueiro. É exatamente esse tipo de reducionismo que

.....
9 Documentário “Bebeco Garcia, um pouco de sua história”. Histórias Curtas: RBS TV, 2011.

privilegia um sistema normativo, geralmente levando em consideração somente as imposições sociais e a preponderância da análise do indivíduo como resultado de um determinado contexto, que deve ser totalmente evitada ao longo da escrita biográfica, a final, a ênfase deve ser dada ao indivíduo.

Apesar de centrada no indivíduo, outra consideração que deve ser feita às biografias, diz respeito à “ilusão” de que as narrativas do gênero costumam produzir, ou seja, a impressão de que a vida tem um sentido imanente, uma coerência e um fim. Pierre Bourdieu, assim como outros estudiosos, questionou o pressuposto, presente na maior parte dos trabalhos do gênero, “[...] de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto [...]”. Para ele, ao contrário, os acontecimentos biográficos devem ser entendidos como “colocações e deslocamentos no espaço social” e as trajetórias dos indivíduos “como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”, insistindo na necessidade de considerar a pluralidade de campos em que o indivíduo se insere, enquanto procedimento para reconstruir o contexto, a “superfície social” em que agiu (BOURDIEU, 2006, p. 184 a 190).

A busca do pesquisador pelo equilíbrio entre biografado/indivíduo e contexto frente aos desafios apresentados pela narrativa biográfica, ganha contornos ainda mais interessantes quando confrontados a outros dois elementos bastante caros à biografia, que são a oralidade e a memória. Como exemplificado anteriormente através da declaração do comunicador Mauro Borba, o caráter polissêmico da memória, neste caso evidenciado através da perspectiva dos “lugares de memória” (NORA, 1993) (Bairro Bom Fim, Bar Ocidente e Teatro Araújo Viana) e da “memória coletiva”¹⁰

.....
10 HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Alcan, 1994. Na época, muito influenciado por Émile Durkheim, Maurice Halbwachs foi decisivo na formulação do pensamento que consiste em atribuir à memória uma dimensão de grupo e sociedade. Em sua obra subsequente ele afirma que: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.” *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 30.

(a movimentação existente) tornam ainda mais rica e complexa a grafia de vida de um determinado indivíduo, afinal, leva em consideração a multiplicidade do trabalho de memórias individuais e coletivas. Especificamente sobre a relação entre memória e biografia a pesquisadora Valéria Lima Guimarães expõe que:

A memória individual e a memória coletiva estão em constante diálogo. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória da coletividade, e esta, por sua vez, é conformada por um somatório de memórias individuais. É no conjunto dessas relações que vai se conhecendo o imaginário acerca dos personagens, sem, no entanto, que este se torne um axioma, que se acredite nele, reproduzindo-o como sendo o próprio discurso do biógrafo. A absolutização dos depoimentos comprometem a qualidade da biografia, na medida em que não são feitas as necessárias conexões que possam ajudar a tornar o indivíduo mais próximo da realidade. (GUIMARÃES, 2002, p. 4)

As reflexões teóricas envolvendo questões relativas à narrativa e a memória individual e coletiva na construção de um discurso biográfico compreendido como “processo de atribuição de sentido flexível, na medida em que a memória interpreta, explica e constrói os fatos” (PENA, 2004, p. 29), encontram eco também na antropologia em suas implicações ontológicas, com vista à construção, dissolução ou colapso de identidades, como no caso da análise teórica empreendida por Joel Candau acerca do grau de pertinência das retóricas holistas. Conforme o autor:

Entendo por retóricas holistas o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção como isomorfos... Sem dúvida, é melhor tomar de Ricouer a noção de “configuração narrativa”, pois as retóricas holistas não são necessariamente inverossímeis no sentido de que podem remeter a fenômenos que são (pelo menos aproximadamente) o que elas pressupõem. É efetivamente, uma possibilidade com a noção de memória coletiva ou identidade cultural. (CANDAU, 2014, p. 29-30)

Com vistas ainda ao fecundo testemunho de Mauro Borba é possível deprender que há uma explícita e forçosa intenção em demarcar a gênese da identidade “rockeira” de Bebeco Garcia, subordinada ao contexto que

supostamente forjou sua identidade. O ímpeto dos articulistas pelo contexto em detrimento do indivíduo é a fórmula encontrada para justificar a problemática do trabalho, qual seja a formulação de uma identidade (cultural, coletiva) homogênea, atribuída ao rock produzido no Rio Grande do Sul e denominado de “rock gaúcho”, isso por que:

[...] as retóricas holistas alimentam as configurações narrativas mais ou menos aptas a dar conta de certa realidade. A adequação de uma configuração narrativa a essa realidade depende precisamente do grau de pertinência da retórica holista. A questão da pertinência da retórica holista é, *portanto, uma questão essencial se pretendemos conferir “implicações ontológicas” aos trabalhos que são marcadamente desprovidos disso [...]*(CANDAU, 2014, p. 30)

Candau é enfático ao afirmar que no século XX os homens mostraram que podiam morrer em nome das retóricas holistas, a final, a identidade (cultural, coletiva) que serviu de substrato para todos os slogans totalitários do século certamente foram ideias de morte. Isso significa que as retóricas holistas podem ter grande pertinência para um expressivo número de indivíduos, como no caso da construção contextual que atribui uma identidade regionalizada ao rock produzido no Rio Grande do Sul.

Cabe dizer que é através das retóricas holistas que Joel Candau discorre sua crítica acerca de todo o arcabouço teórico referente às múltiplas faces da memória enquanto fonte primordial para o que chamamos de identidade, vislumbrando alcançar resultados que possam oferecer pertinência científica a narrativa, sobretudo, em suas dimensões ontológicas. Baseado neste tratado sobre o estudo do ser humano em suas dimensões individuais e coletivas atribuídas às manifestações *mnemônicas* que podem oportunizar o estudo da construção de identidades culturais ou até mesmo sua dissolução e colapso, que este trabalho tem sua principal inspiração teórica.

[...] Ao final, a memória coletiva segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas. (CANDAU, 2014, p. 49)

Escrever a biografia de Bebeco Garcia levando em consideração sua atuação como protagonista de determinadas ações e observando ponderadamente as influências contextuais de sua trajetória, tendo em vista a construção de uma narrativa que fundamentalmente esteja subordinada à oralidade, inevitavelmente, representa levar a cabo uma investigação teórica interdisciplinar, na qual a memória é entendida como substrato da identidade (coletiva/cultural).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória inicial de um trabalho que tem como temática a investigação acerca da escrita de vida de um indivíduo que participou de acontecimentos que estão registrados na história e na memória de gerações de expectadores e partícipes, permite realizar algumas inflexões acerca de problemas centrais no âmbito teórico do desenvolvimento de biografias, no que tange à relação entre indivíduo e sociedade (contextos), seus tensionamentos ontológicos e coletivos que perpassam construções cognitivas da história em meio às manifestações relacionadas à memória e a identidade, e suas temporalidades.

Partem das lembranças e suas temporalidades os elementos necessários para tal empreitada, no espaço referencial que possa fornecer um “processo de atribuição de sentido flexível, na medida em que a memória interpreta, explica e constrói os fatos” (PENA, 2004, p. 29), tendo em vista, a existência ou ausência de sentido atribuído às lembranças, sejam elas, coletivas e individuais dotadas de implicações ontológicas enquanto signos de identidades culturais.

As manifestações culturais ligadas ao rock, em suas formas mais ortodoxas e (ou) pluralizadas nuances atribuem sentidos diversos as suas práticas, até porque, o “rock é muito mais do que um tipo de música: ele se tornou uma maneira de ser, uma ótica da realidade, uma forma de comportamento” que se define pelo seu público e que, “por não ser uniforme, por variar individual e coletivamente, exige do rock a mesma polimorfia, para que se adapte no tempo e no espaço em função do processo de fusão

(ou choque) com a cultura local e com as mudanças que os anos provocam de geração a geração.” (CHACON, 1989, p. 10-11).

Para além da definição do parágrafo anterior, este trabalho considera que o público ouvinte de rock, em sua polimorfia, acabou ainda fornecendo os agentes que forjaram cenas musicais e socioculturais ao longo das décadas transcorridas desde o surgimento e gradativa consolidação deste gênero musical de proporções mundiais. No Brasil, assim como, no Rio Grande do Sul e na cidade de Rio Grande, Bebeco Garcia foi um dentre os muitos indivíduos que foram influenciados por suas práticas, bem como, posteriormente, um de seus disseminadores e formador de público.

Portanto, vislumbrando tais possibilidades de pesquisa e em contraposição ao enunciado deste trabalho referente ao trecho contido na canção “Eu já sei” de autoria de Bebeco Garcia e Carlos Caraméz – canção gravada em 1987, pela banda Garotos da Rua, que integrou a trilha sonora da novela Mandala – o fazer biográfico apresenta-se enquanto espaço privilegiado, no qual o passado está de portas abertas, em constante construção e totalmente inacabado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões.** Dimensões, vol. 24, 2010.

_____. **Figurações da escrita biográfica.** Revista ArtCultura, Uberlândia, vol. 13, nº 22, 2011.

AVILA, Alisson. **Gauleses Irredutíveis: Causos e atitudes do Rock Gaúcho.** Porto Alegre: Editora Buqui, 2012.

BORGES, Vavi Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org), **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2010.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **In:** FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 8ª Edição, 2006.
- BURKE, Peter. **A invenção da biografia e o individualismo renascentista**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1997.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTRO, Cid. **Metendo o pé na lama. Os bastidores do Rock in Rio de 1985**. Rio de Janeiro, Grupo Stamppa, 2010.
- CHACON, Paulo. **O que é rock**. Coleção Primeiros Passos: Editora Brasiliense, 1989.
- ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. **“Brasil mostra a tua cara”: rock nacional, mídia e a redemocratização política (1982-1989)**. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.
- GUIMARÃES, Valéria Lima. **Em torno da biografia como um gênero histórico: apontamentos para uma reflexão epistemológica**. Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, História e Biografias, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris, Alcan, 1994.
- JANOTTI, Jeder Jr. **Aumenta que isso aí é Rock and Roll: mídia, gênero musical e identidade**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LEHNEN, Lidiani Cristina & KESKE, Humberto Ivan Grazzi. **Na trilha sonora dos pampas: a batida pesada do rock n’ roll a la gaúcho**. Revista Polêmica, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 3, 2012.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. **In:** FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 8ª Edição, 2006.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. **In:** REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 1993.

NUNES, Caroline Govari; SILVEIRA, Fabrício Lopes. **Tensões identitárias nas cenas musicais de Porto Alegre. Cachorro Grande e o Rock Gaúcho.** Revista Cadernos da Escola de Comunicação – vol. 1, nº. 13, 2015.

PENA, Felipe. **Teoria da biografia sem fim.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

RAMOS, Eliana Batista. **Anos 60 e 70: Brasil, juventude e rock.** Revista Ágora, Vitória, n.10, 2009.

SCHIMIDT, Benito Bisso. **Biografias e regimes de historicidade.** MÉTIS: história & cultura. Vol. 2, nº 3, 2003.

_____. **Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Grafia de vida: reflexões sobre a narrativa biográfica.** Revista de História da UNISINOS, Vol. 8, nº 10, 2004.

STRAW, Will. **Systems of articulation logics of change: communities and scenes in popular music.** Cultural Studies (3), 1991.

REPRESENTAÇÃO E IMAGINÁRIO NA BANDA GHOST: ANÁLISE DA PERFORMANCE E NARRATIVA MUSICAL

IAGO SILVA DA CRUZ
UFPEL (MESTRANDO, BOLSISTA CAPES)
IAGOCRUZ@PROTONMAIL.COM

LUCAS MARQUES VILHENA MOTTA
UFPEL (MESTRANDO)
LUCASMARQUESMOTTA@GMAIL.COM

RESUMO

O Heavy Metal sempre gerou um grande fascínio exercendo influência em gerações dos anos 70 até os dias de hoje. O popularmente conhecido “Rock pesado” e suas subdivisões carregam consigo não apenas o estilo sonoro, mas também em símbolos, roupas, círculos sociais entre outros fatores, que formam uma expressão cultural significativa. Um destes fatores é a representação do satanismo presente em letras, atitudes ou vestuário de diversas bandas deste gênero. Entretanto, os “adadores do diabo”, geralmente, se apropriam do imaginário relacionado ao satanismo objetivando criar narrativas que buscam criticar a sociedade ou dogmas religiosos. A banda sueca, Ghost, fundada em 2010 aborda a temática do ocultismo de forma muito diversa em suas produções. Desde o vestuário até as letras das músicas, o Ghost busca se apropriar destas temáticas e tecer críticas a alguns aspectos sociais ao mesmo tempo em que performatiza em seus shows toda uma temática gótica medieval como símbolo de um passado marcado pela atuação da igreja apostólica romana. Este presente trabalho se propõe a analisar de que forma a banda utiliza o imaginário ligado ao satanismo e ocultismo dentro de sua discografia recente.

Palavras-chave: Imaginário, Ghost, Ocultismo

GÊNESIS

“Missa macabra é mal recebida no palco Mundo”¹. No ano de 2013, a banda Ghost esteve em evidência nos principais portais de notícias do Brasil após uma apresentação no Rock in Rio que gerou muitas polêmicas e críticas ao mesmo tempo. Entre os fãs da banda e quem estava na apresentação apenas aguardando as próximas atrações do mesmo dia, principalmente se tratando do grande show da noite do grupo de trash metal Metallica, houveram os que gostaram e os que odiaram a atração performática e teatral do sexteto “satânico” da Suécia.

Outro portal de notícias falara da tentativa de criar um clima sinistro e macabro, porém, sem comoção e participação do público que acompanhava o show da banda². A matéria procurava tentar entender do que se tratava o Ghost, já que no entender do autor que assina a reportagem, “o vocal do cantor com nome em latim de Papa Emeritus II não é rasgado e gutural como o de Derrick, do Sepultura ou agudo como o de Sebastian Bach, para citar atrações que já passaram pelo Rock in Rio 2013.” Outro destaque apontado por ambas matérias dá conta da sonoridade da banda, apontando que o som seria menos pesado do que geralmente se está habituado a ouvir dentro do Heavy Metal, e é nessa afirmação que podemos observar que tanto esta colocação quanto a da tentativa frustrada, segundo as notícias, da banda criar uma “missa satanista” invertendo os dogmas católicos que o Ghost pretendia subverter com o choque. Estas análises apresentadas nesta introdução fazem certo sentido. De fato, a recepção do público para com a banda Ghost na sua primeira apresentação em terras sul-americanas não cumpriu com a expectativa criada tanto pelos integrantes que prometeram uma performance que chocaria a todos, como pelos espectadores e críticos que presenciavam como novidade tanto o som quanto toda a teatralidade

.....
1 Notícia de 19 de setembro de 2013 no portal G1: <http://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2013/noticia/2013/09/missa-macabra-do-ghost-e-mal-recebida-no-palco-mundo.html>. Acessado em: 10 out. 2019.

2 A reportagem citada refere-se também ao modo como a banda busca levantar uma crítica ao catolicismo dentro de sua performance: <https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/19/com-misterios-e-provocacoes-a-igreja-ghost-bc-se-apresenta-no-rock-in-rio.html> 10 de Outubro de 2019.

ocultista que cerca a banda. Se em 2013 o Ghost era uma novidade, no ano em que publicamos este artigo, o certo é afirmar que hoje são uma das bandas dentro do Metal que melhor representam o que chamamos de “satanismo pop”, além do reconhecimento da qualidade sonora premiada com um *Grammy* de “Melhor Performance de Metal” com o single *Cirice*, em 2016.

A formação do Ghost remete ao ano de 2008, porém, o sexteto da cidade de Linköping só ficou conhecido dois anos depois, com o lançamento do primeiro álbum intitulado *Opus Eponymous*³. A banda ganhou visibilidade no cenário do Metal quando se apresentou, ainda em 2010, no evento Hammer of Doom⁴ onde diversas bandas de Heavy Metal e sub-gêneros do mesmo se reúnem.

O tamanho sucesso e repercussão alcançado pelo Ghost é notável de um álbum para outro, tanto pela maneira da banda em divulgar seus discos de forma que cada novo trabalho vem acompanhado de um novo “Papa” que personifica uma ideia de início e encerramento de um ciclo, algo como a mudança de um Papa católico. Não adentraremos de forma profunda e exaustiva sobre os símbolos que cada integrante, conhecidos como *Nameless Ghouls*, carregam em seus trajes nessa apropriação da liturgia católica, tendo em consideração que o mesmo já foi realizado pelo excelente trabalho de Flávio Pereira Senra (2017) onde o autor analisa e investiga a forma como o Ghost se apropria de tais símbolos e os ressignificam em prol de uma estética satanista, apontando para dois pontos-chaves que são o sincretismo e a paródia como forma de manifestação cultural produzidos pela banda.

Dessa forma, analisar a Ghost dentro de um universo simbólico e cultural se faz necessário por levarmos em conta a relevância que a banda adquiriu, principalmente pela sua forma de criticar temas considerados tabus na sociedade como a religiosidade. Embora não seja algo novo dentro do gênero musical do Metal, entendemos que a banda conseguiu fazer isto

.....
3 Antes do lançamento do álbum, em 2010, a banda já havia liberado na internet, quatro demos que depois viriam a compor o disco.

4 Setlist das principais bandas que se apresentaram no Hammer of Doom, na Alemanha: https://riffipedia.fandom.com/wiki/Hammer_of_Doom_Festival.

de forma inovadora ao apresentar um satanismo como contraponto do catolicismo de forma moderna, chamativa e pop, ultrapassando as barreiras apenas da música, gerando um produto dentro da indústria cultural que cria molda identidades. Kellner (2001) coloca que:

“A cultura da veiculada pela mídias fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global (...) A cultura da mídia almeja grande audiência; por isso, deve ser eco de assuntos e preocupações atuais, sendo extremamente tópica e apresentando dados hieroglíficos da vida social contemporânea (KELLNER, 2001, p. 09).

A banda Ghost cria e tenciona esses “ecos” ao qual Kellner se refere. Como veremos ao longo deste artigo, toda a construção simbólica e de imaginários coletivos, reflete dentro da sociedade, não ficando restrito apenas ao universo “de nicho” do Heavy Metal. Quando toca em temas polêmicos, o Ghost afirma identidades que se sentem representadas dentro desse escopo como também gera o sentimento contrário de enfrentamento de outros grupos e identidades, principalmente dos movimentos e de lideranças religiosas, criando pânicos morais dentro da sociedade, como aponta Deena Weinstein (2009).

“ACREDITAMOS EM UM ÚNICO DEUS, SATÃ TODO PODEROSO”

Para se entender a forma como o *Ghost* ressignifica e se apropria do imaginário de Satã, é necessário frisar e identificar qual é a função dessa entidade dentro da religião cristã e de que forma o mesmo era visto dentro do imaginário religioso. A Bíblia narra em Gênesis a criação do homem e da terra, os quais foram criados por Deus; este mundo não possuía o conceito de mal ou qualquer tipo de ato vil. Porém, a pureza da criação logo foi corrompida. Nos Jardins do Éden, a serpente (também referida como uma representação de Satã) corrompe Adão e Eva e dá origem ao pecado original.

Fica, portanto, o questionamento, quem é Satã? Satanás é a antítese de Deus, seu nome significa oponente ou adversário, em hebraico, é um

anjo que foi expulso dos céus por tentar se rebelar contra Deus. O renegado é o responsável por criar o pecado e atentar contra a criação divina. Na obra *The Birth of Satan* (2005) os autores levantam o questionamento acerca da origem desta entidade. Na concepção deles o monoteísmo buscava a adoração de um único deus, entretanto, este ser seria o responsável pelo bem e mal, logo, para tornar mais palatável a crença para novos adeptos porquê não criar uma representação maligna? (WRAY; MOBLEY, 2005) Como complemento a esta reflexão, Fernandes afirma que:

O Cristianismo é um dos grandes responsáveis pela formação do mal como nós os conhecemos hoje, pois foi o mesmo que durante a sua formação dogmática, como no seu processo de conversão, unificou o mal. (...) A entrada da força do Cristianismo irá personificar o mal em uma só deidade, o Diabo, fazendo o mesmo se tornar um único representante do mal, unificando o mal em uma só força. Tal fato fez o Satã desde o seu nascimento um ser poderoso. (FERNANDES, 2012, p. 3).

Segundo Carlos Nogueira (2002) a Igreja Católica implementara durante a Idade Média uma “pedagogia do medo”⁵, a qual criava uma concepção de mal difusa e abrangente, possibilitando uma construção de conjuntura que favorecia os anseios da Igreja Católica. Esta crença pregava a onipresença das hostes demoníacas que estariam sempre à espreita de “ovelhas desgarradas” em busca de levar estas almas à danação. Na concepção do autor:

A partir do século XIII, o medo do Diabo aumenta sem cessar, e essa reviravolta na percepção da cristandade dos poderes e contínuas vitórias de Satã encaminhou a Europa ocidental para uma onda de pânico generalizado, na qual a crise do século XIV- a grande crise do feudalismo- com a intensificação das catástrofes e o aumento da miséria, provocou o delírio das consciências aterrorizadas que buscavam no Demônio e seus sequazes os responsáveis pelos sofrimentos da coletividade. Os homens sentem-se abandonados por Deus, submersos em um mundo de terror. O Reino do diabo, em ascensão, lentamente encobre a imagem da Cidade de Deus. (NOGUEIRA, 2002, p. 61-62)

.....
5 Para mais informações acerca da pedagogia do medo e da presença do medo na cristandade, ver: DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**, 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.

A “pedagogia do medo” transformou todas as mazelas da época em atividade demoníaca, tornando o imaginário do período habitado pela certeza da presença de Satã e suas hostes na terra. Entretanto com o avanço das ciências iniciou-se uma crítica aos dogmas eclesiásticos, gerando quebras no imaginário referente ao Diabo. Já no século XVII, John Milton escreve seu poema *Paradise Lost* (Paraíso Perdido) o qual apresenta Lúcifer de uma maneira completamente diferente, o anjo caído de Milton é mais parecido com os heróis trágicos gregos sendo punido após sua rebelião fracassada. Como dito por Holtz:

Como consequência, as trevas em que habitava Lúcifer foram confrontadas pelo fulgurante uso da razão. O mito do Diabo tornou-se enfraquecido pelos filósofos e cientistas da época do Esclarecimento nos séculos XVII-XVIII, porém, teve seus principais motivos resgatados pelos poetas e escritores românticos dos séculos XVIII-XIX e, por último, foi apropriado, distorcido e fragmentado pelas engrenagens Indústria Cultural no século XX. (HOLTZ, 2010, p. 3)

Na atualidade a presença da Satã é bastante presente na mídia, de uma maneira geral, sua imagem é ressignificada de várias maneiras, possibilitando diversas facetas da mesma personagem. Portanto para se compreender de que forma as diversas facetas da mesma persona podem coexistir, o imaginário torna-se um elemento indissociável deste processo de construções e ressignificações.

O Imaginário é um conceito complexo, porém profícua para a pesquisa histórica. Como introdução a esta discussão necessita-se delimitar este conceito e propor uma definição para o mesmo. A delimitação fica a cargo de frisar qual a relevância do imaginário dentro da sociedade, segundo Pesavento “(...) no senso comum, o imaginário aparece como algo inventado, fantasioso e, forçosamente, ‘não sério’ (...)” (PESAVENTO, 1995, p. 11), contudo “o imaginário será (...) visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar ‘vida concreta’” (BARROS, 2007, p. 26).

Maffesoli (2001) frisa um aspecto essencial do imaginário: a coletividade. Na concepção do autor não existe um imaginário individual, pois o mesmo se compõe a partir de relações entre indivíduos. As estruturas sociais serão fundamentais para moldar as percepções e imaginações de seus parti-

cipantes, pois “o imaginário é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo” (MAFFESOLI, 2001, p. 76).

Como Definição, Barros afirma que:

(...) consideraremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. De acordo com essa definição, existe uma interface possível do imaginário não apenas com o campo das “representações”, mas também com o âmbito dos “símbolos”. (BARROS, 2007, p. 27)

A partir desta definição é possível balizar o imaginário como um manancial de imagens, de maneira universal, que se relacionam e produzem significados. Como complemento a esta definição, Silva conceitua o imaginário como:

(...) Um reservatório/motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo. O imaginário é uma distorção involuntária do vivido que se cristaliza como marca individual ou grupal. Diferente do imaginado-projeção irreal que poderá se tornar real-, o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor. (SILVA, 2006, p. 11)

A produção de significados ocorre de forma dialética, ou seja, a interação entre o mundo imaginal e o concreto geram as representações, não o contrário. Semelhante ao pensamento proposto por Platão e a relação entre o mundo das ideias e o sensível, Maffesoli afirma que “não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado” (MAFFESOLI, 2001, p. 76). Sendo válido ponderar que estas “imagens” são representações, pois “o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 15).

Estas representações, segundo Stuart Hall (2016), são permeadas por aspectos culturais sendo a linguagem a principal forma de articular estes sentidos. Como definição, Hall afirma que “representação é uma parte essencial

do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31).

Hall também apresenta uma sistematização de como ocorre a construção das representações, para tanto é elaborado um sistema que busca esquematizar como funciona essa significação. “Em primeiro lugar, portanto, o significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem “representar” ou “se colocar como” o mundo” (HALL, 2016, p. 34), já o segundo componente seria a linguagem, meio pelo qual será transmitido estes conceitos mentais. Como exemplo, a banda Ghost ressignifica a figura de Satã e o satanismo dentro de uma mitologia própria, entretanto para se compreender estes aspectos presentes é necessário compartilhar os mesmos símbolos e mitos.

Visto estas conceitualizações acerca do imaginário e da representação, Maffesoli (2001) e Juremir Silva (2006) apontam as mídias como proeminentes meios de difusão do imaginário. Portanto, com base nestes conceitos e nas ressignificações que a imagem de Satã vem passando ao longo dos anos, analisar a banda Ghost pode ser uma fortuita maneira de se compreender estes conceitos e processos. Na continuidade será exposta a metodologia que será utilizada para realizar a análise, também serão apontados alguns aspectos da banda que merecem ser destacados visando tornar decodificada sua intenção de mensagem. Por fim serão analisados as vestimentas e algumas letras com o intuito de compreender de que forma o Ghost se utiliza do satanismo e de Lúcifer, e de que forma estes são representados.

“REÚNAM-SE PARA O FILHO DE LÚCIFER”

Um elemento necessário para se analisar a produção da banda é compreender o conceito de discurso. Portanto, para Brandão, o discurso é “elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Retomando o conceito

de linguagem utilizado por Hall (2016), sendo esta um meio para transmissão de ideias, é compreensível propor uma análise do discurso para as produções do Ghost, portanto analisar a forma como eles se apresentam (visual) e como dialogam com os ouvintes (músicas) nos permite compreender o ritual.

Em 2010 a banda iniciou suas primeiras apresentações ao vivo, apresentando seu até então recém lançado disco *Opus Eponymous*. Neste disco já estavam presentes as músicas que representavam Satã. Além dos riffs pesados e o teor ocultista, os shows trouxeram um grupo composto de indivíduos mascarados e um “papa satânico”. Os instrumentistas são conhecidos como Nameless Ghouls (em tradução livre: Carniçais sem nome), suas roupas negras cobriam todo o corpo criando uma persona sem individualidade, outro acessório dos Ghouls eram as máscaras negras que remetiam ao imaginário dos médicos da Idade Média. Já o líder era conhecido como Papa Emeritus, a única das personas que se destacava no palco, ele aparecia portando uma máscara de látex e vestes eclesiásticas, porém os símbolos cristãos são substituídos por cruzes invertidas e em sua mitra o símbolo da banda; um crucifixo invertido misturado com a letra G (SENRA, 2017). Conforme exposto na Figura abaixo:

Figura 1 – *As três primeiras formações do Ghost*



Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals/1c/aa/32/1caa320095beb24ec1a275156eb6e646.jpg> Acessado em: 9 de Outubro de 2019.

Analisando as transformações visuais da banda (Figura 1), que acontecem de disco para disco, podemos notar algumas características que vão demarcando o grupo. A primeira característica é a melhora na qualidade das vestimentas e das máscaras, se compararmos o Papa Emeritus I (líder durante o disco *Opus Eponymous*) com o Emeritus III (líder durante o disco *Meliora*) fica visível o aumento da qualidade de produção das máscaras. Outra característica é o visual dos Nameless Ghouls que durante os dois primeiros álbuns eram soturnos e sombrios, já no terceiro disco ocorre uma ruptura com o antigo visual, as vestimentas se tornam menos “cultistas” e mais “glamourosas” e as máscaras ganham feições; retirando as referências aos médicos do medievo. O disco *Meliora* não trouxe mudanças, apenas, no visual dos Ghouls, o Papa Emeritus III ganhou “roupas de gala”.

O terceiro disco se tornou um ponto de quebra em relação ao que a banda vinha apresentando até então. O quarto disco, *Prequelle* de 2018 trouxe grandes mudanças para o Ghost (Ver a Figura 2). A primeira destas dissonâncias é a presença do novo *frontman* Cardinal Copia, sendo pela primeira vez o vocalista outro membro do culto e não mais o pontífice herético, não possuindo mais as obrigações eclesiásticas; o cardeal possui uma grande variedade de vestimentas. Os Ghouls também ganharam novidades, estas sendo a adição de personas femininas dentro do grupo de instrumentistas.

Nesta formação é possível notar uma mudança no discurso da banda como um todo. Na aparência, apesar do anonimato, há uma tentativa de suavizar as personas assustadoras dos músicos. As máscaras dos Nameless Ghouls se apoiam no estilo apresentado na formação passada e o torna mais trabalhado, as máscaras possuem uma textura de metal e possuem cavidades para os olhos e as bocas, mas ao mesmo tempo mantém o anonimato. Já o Cardeal possui “uma face”, visto que seus antecessores tinham pinturas nas faces tornando-as similares à caveiras; Copia tem a feição semelhante aos atores Marlon Brando e Vincent Price, e em seu videoclipe de estreia a frente do Ghost, na música Rats, o mesmo é visto dançando acompanhado de diversos cadáveres a volta e dançarinas zumbis; florescia o satanismo popstar!

Figura 2 – Ghost na era Prequelle



Disponível em: <http://www.tenbomaisdiscosqueamigos.com/2018/05/07/ghost-explica-papas-mortos/>. Acessado em: 9 de Outubro de 2019.

“NOSSAS CONJURAÇÕES CANTAM SALMOS INFERNAIS”

Como citado ao longo deste artigo, a banda Ghost não se destaca e chama a atenção apenas pela teatralidade e toda a imagética construída e distribuída pelos meios de divulgação como banner, fotos promocionais, videoclipes e é claro, as apresentações na mídia em geral e nos palcos.

O Ghost também causa choque nas letras de suas músicas. E talvez seja nas canções o verdadeiro brilhantismo com que a banda consegue tecer sua crítica voraz aos ritos clericais e a sociedade cristã conservadora. Como já citamos no início do trabalho, por onde passam e a cada anuncio de shows ou de turnê de lançamento de um novo álbum, surgem notícias de padres de comunidades católicas e pastores neopentecostais convocando os fiéis a boicotarem a presença da banda com o intuito de proibir a “manifestação diabólica” que a banda carrega.

Vamos à análise de algumas das canções quem compõem os discos já lançados até o momento pelo Ghost. Se em 2010, a banda se apresentava com um visual bastante marcado por uma estética com elementos medievais e bastante sombrio, as letras das músicas do discos *Opus Eponymous* (2010) dão contorno já desde o início com o que se assemelha a ser uma missa com objetivos de “adorar satã”, invertendo inclusive, salmos e credos bastante

conhecidos da Igreja Católica. A abertura fica por conta da instrumental *Deus Culpa*, bastante marcada por um teclado que remete a abertura de uma cerimônia religiosa, até começarem a cantar.

Separamos duas músicas bastante significativas com que com pretendemos demonstrar (a forma como o Ghost ressignifica e apresenta esse satanismo pop). A música *Ritual* traz uma sonoridade bastante nostálgica, assim como boa parte do álbum, com *riffs* e refrões bastante característicos do Heavy Metal dos anos 70 bem evidentes pelo teclado que ajuda a criar essa sintonia com que a banda está bastante acostumada a criar. Combine isto a um vocal limpo e letras satânicas, a sensação de se estar presenciando a um culto “anti”religioso. No refrão da música, ouvimos “*Our father. Who art in hell. Unhallowed be thy name. Cursed be the sons and daughters. Of thy Nemesis. Whom are to blame. Thy kingdom come. nemA*”⁶ Essa parte é uma apropriação da oração do Pai Nosso, onde a banda inverte a imagem de Deus pela de Satã. Interpretamos essa ressignificação como um momento chave do culto católico, de forma que não poderia ter faltado na paródia de culto satânico que o álbum se propõe a apresentar.

Outra faixa contida no álbum que também se apropria de um hino católico, é a música *Satan Prayer*, que aprofunda ainda mais a sua temática anticristã quando inverte as palavras da Oração do Credo de Niceia. Na passagem original “Creio em Deus todo poderoso, Criador do céu e da Terra; e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor”, refere-se ao Gênesis 1:1 da bíblia (No princípio, Deus criou os céus e a Terra), a banda subverte a ideia da criação da Terra por Deus, mas sim pelo único deus que acreditam, satã: “*Believe in one God do we. Satan almighty. The uncreator of heaven and soil. And the invisible and the visible. And in his son begotten of father. By whom all things will be unmade (...) Hear our Satan prayer, our anti-Nicene creed*”⁷. O álbum de estreia da banda Ghost definiu muito

.....
6 “Pai nosso que estás no inferno, profano seja o vosso nome, amaldiçoado sejam os filhos e filhas de seus inimigos, quem são culpados, venha ao nosso reino, mémA” (Tradução nossa).

7 “Nós acreditamos em um Deus, Satã onipotente. O destruidor do céu e da terra. E o invisível e o visível. E em seu filho unigênito do pai. Por quem todas as coisas serão desfeitas (...) Escutai a nossa prece a Satã, nosso credo antinicensino (tradução nossa).

do que seria a marca principal da sua performance e imagem. Juntando as letras com toda a aparência visual das roupas e das máscaras, era natural que se esperasse, que a banda mostrasse mais do que o apresentado no Rock in Rio 2013. O satanismo é evidente, porém, a forma como o Ghost projeta isto ao som, com uma pegada até mesmo Pop, é a sacada perfeita para cativar um rol de fãs que perpassam os “metaleiros”. E é justamente esse “satanismo suave” nas melodias misturado à paródia teatral, que em 2015, com o álbum *Meliora*, temos as duas melhores músicas que dão vida ao performatismo satânico que chama atenção.

Duas faixas serão analisadas. *He Is* e *Cirice*.

Já consolidada no mercado musical e no cenário do Metal, a banda amadureceu ainda mais suas canções e também as vestimentas. Como citado anteriormente, com a mudança de um Papa para outro a cada álbum novo, em *Meliora* somos apresentados ao carismático Papa Emeritus III. Mais despojado e mais moderno, a crítica ao cristianismo e agora evidentemente também às religiões pentecostais. Vejamos os dois casos em conjunto.

HE IS:

We're standing here by the abyss. And the world is in flames. Two star crossed lovers reaching out. To the beast with many names. He is. He's the shining and the light without whom I cannot see. And He is. Insurrection he is spite. He's the force that made me be. He is. Nostro dis pater. Nostr'alma mater. He is.”⁸

Talvez esta seja uma das músicas mais “suaves” se tratando de ritmo e de som. Guitarras limpas, teclado remetendo novamente a um som dos anos 70 e vocal bastante claro e com coro clerical. A letra quando unida com o videoclipe deixa evidente a crítica principal ao “mercado da fé” e da salvação, das igrejas que formam um verdadeiro espetáculo visual do que a preocupação da palavra e transformação que os fiéis esperam e depositam sua fé. Uma paródia à figura do pregador charlatão. A letra da música ainda

.....
8 Nós estamos aqui de pé no abismo. E o mundo está em chamas. Dois amantes impossíveis tentando alcançar. A besta de muitos nomes. Ele é. Ele é o brilho e a luz sem os quais eu não posso ver. E ele é. Insurreição, ele é rancor. Ele é a força que me fez ser. Ele é. Nosso soberano pai. Nossa amável mãe. Ele é. (Tradução nossa)

deixa bastante confuso fazer uma identificação se é sobre cristo ou sataná, mostrando a própria dubiedade do que é bom e mal.

IGREJA DE SATÃ

Para encerrar, é necessário antes de mais nada deixar claro que estas análises ainda que não profundas levando em consideração não ser o caso de um artigo, procuramos aqui apontar para as questões mais pertinentes que envolvem toda a construção performática com que a banda Ghost aborda o satanismo, passando pelas vestimentas, a imagética e teatralidade nos palcos e também a mensagem que carrega nas letras de suas músicas. Como estudar a música dissociada de suas representações e da sociedade em que ela está inserida? Diríamos que impossível.

Os suecos do Ghost ao apresentarem ao público uma forma *popstar* uma imagem de Satã, que inclusive rompe barreiras dentro do próprio Heavy Metal ao inovar tanto sonoramente quanto visualmente, trás a tona também conflitos dentro de grupos na sociedade que interpreta a figura do mal e do diabo de diversas formas. Quando iniciamos este trabalho, citamos a forma como a crítica musical e os portais de notícias receberam o Ghost, ainda como algo novo. Mas se hoje a banda já não é novidade, ela não deixa ainda de causar polêmicas por onde passa. No ano de 2018, um pastor de Midland, no Estado do Texas, EUA, convocou sua paróquia para fazer uma “vigília” antes da apresentação da banda na cidade. Segundo o Pastor Long:

“Acho que nossa comunidade deveria ficar alarmada. Isso não é saudável. Nós, cristãos, acreditamos que o diabo é real, então quando você tem uma banda que adora o diabo –e eu tenho certeza que a banda acredita que o diabo é real– duvido que eles estejam fazendo isso somente como parte de sua música.”

Se o sexteto do Ghost “adora” ou não a figura do Diabo, uma coisa é certa, eles conseguem fazer exatamente aquilo que se propõem ao gerar este tipo de reação por parte de grupos religiosos e também mais conservadores.

.....
9 Noticiado em um grande site gospel brasileiro: <https://www.gospelprime.com.br/pastor-convo-ca-vigilia-antes-de-show-de-banda-adoradora-do-diabo>. Acessado em 10 out. 2019.

Na visão de Wray e Mobley (2005), analisar o impacto do imaginário de Satã possui dentro sociedade é relevante já que o anjo caído se tornou uma metáfora de revolta e liberdade, porque não utilizá-lo como símbolo de luta contra os dogmas pré estabelecidos? Pois no culto proposto pelo Ghost, Lúcifer é a desobediência que nos mantém unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcos Renato Holtz de. O Diabo e a Indústria Cultural: as diversas faces da personificação do mal nas telas de cinema. In: **Revista Nures**. no. 16, set./dez. 2010.
- BARROS, José D'Assunção. **História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis**. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./jun. 2007, p. 11-39.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.
- FERNANDES, José Lucas Cordeiro. **Abençoados e Condenados: As representações nos escritos demonológicos medievais**. Anais do I Encontro Internacional de História, Memória, Oralidade e Cultura, 2012. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos.html>.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. (Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira) Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade** (entrevista). *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O Diabo no Imaginário Cristão**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário.** In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995, p. 9- 27.

SENRA, Flavio Pereira. Bem-vindo ao Ano Zero: O sincretismo paródico no evangelho de Papa Emeritus e da banda Ghost. **Revista ComparArte**, Rio de Janeiro, Volume 01, Número 01, Jan.-Jun 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **As Tecnologias do Imaginário.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

WEINSTEIN, Deena. **Heavy Metal: The Music and its Culture.** Hachette Books, 2009.

WRAY, Tina J.; MOBLEY, Gregory. **The birth of Satan: tracing the devil's biblical roots.** New York, NY: Palgrave Macmillan, 2005.

DISCOGRÁFICAS

GHOST. *Epos Eponymous.* Inglaterra: Rise Above, 2010. Duração de 34:41.

GHOST. *Infestissumam.* Suécia/Brooklyn: Sonet Records/Loma Vista Recordings, 2012. Duração de 47:47.

GHOST. *Meliora.* Brooklyn: Loma Vista Recordings, 2015. Duração de 41:35.

EM MEIO AOS CAMPOS: O REGIONAL COMPREENDIDO ATRAVÉS DAS COMPOSIÇÕES DA BANDA ALMÔNDEGAS

EDEMILSON ANTÔNIO BRAMBILLA
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
EDEMILSON.BRAMBILLA@GMAIL.COM

ALEXANDRE SAGGIORATO
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
ALEXANDRESAGGIORATO@YAHOO.COM.BR

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1960 e 1970, manifestações artísticas como a música deram voz a grupos sociais que buscavam uma gradual inserção no conturbado cenário cultural brasileiro. Se, nos principais centros urbanos do país, como o eixo Rio-São Paulo, houve a emergência de grupos que expressavam os ideais de um pensamento jovem e rebelde que aos poucos se formava, influenciados pelas características musicais que chegavam ao país durante àqueles anos, no Rio Grande do Sul, apesar da considerável distância geográfica, não foi diferente.

As características do movimento contracultural, do ideário tropicalista, e da contestação aos valores e aos costumes das classes dominantes, expressas, de modo especial, nas criações musicais feitas pelas bandas de rock, também tiveram um forte impacto na produção musical roqueira do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda que incipiente quando comparado ao rock

produzido nos principais centros urbanos do país, o rock produzido no Rio Grande do Sul assumiu um importante papel na consolidação do ideário jovem que se formava no cenário gaúcho.

Enquanto na década de 1950 e boa parte dos anos 1960 o rock produzido no Sul era centrado apenas em bandas que se apresentavam em bailes e reuniões dançantes produzidas por clubes sociais ou desportivos, grêmios estudantis, centros acadêmicos e salões paroquiais, cujo repertório era formado por covers de grupos como Beatles e Rolling Stones, é somente com o findar dos anos 1960, que se vê o despontar das primeiras bandas com trabalhos autorais, que aos poucos ganharam espaço para divulgação de suas composições em festivais de música, organizados em conjunto com artistas voltados à música nativista e popular.

Enquanto o sucesso a nível nacional, e o acesso aos meios de comunicação (mesmo que limitado em comparação a outros gêneros musicais), era ocupado por bandas de rock como Os Mutantes, Secos & Molhados, Rita Lee, entre outros, o Rio Grande do Sul também experienciava, nesse período, a gradual emergência de uma cena musical roqueira no Estado, centrada especialmente em bandas oriundas da capital rio-grandense. É a partir desse período que surgem na região bandas como Liverpool (posterior Bixo da Seda), Saudade Instantânea, Inconsciente Coletivo, Utopia, e, em meados dos anos 1970, Os Almôndegas, cujas composições assumem um caráter basilar para as bandas de rock posteriores, em especial, por produzir um estilo composicional bastante particular, abarcando de forma exitosa influências musicais das principais bandas do eixo Rio-São Paulo, misturando-as com elementos da cultura sulina e de países fronteiriços.

Desse modo, este trabalho se propõe a analisar como tais influências foram incorporadas nas criações musicais dos Almôndegas, e como podemos pensar conceitos como os de região e fronteira, já que, como veremos, em meio ao hibridismo musical feito pelo grupo, estas noções assumem um caráter bastante amplo e de difícil delimitação, já que os diálogos culturais do Rio Grande do Sul com suas fronteiras, especialmente com os países da América Latina, é bastante intenso e direto, influenciando diretamente produções artísticas como

estas. Nesse sentido, nos capítulos subsequentes buscaremos discutir um pouco mais sobre os conceitos que estruturam nossa análise, especialmente a ideia de região e fronteira, e, posteriormente, buscaremos perceber como isso pode ser evidenciado nas criações musicais da banda Almôndegas.

PENSANDO A REGIÃO E A FRONTEIRA

Sabe-se que a busca por uma distinção clara entre as ideias de região e de fronteira talvez nunca tenha sido tão complexa de ser encontrada como o é em meio à turbulência das sociedades contemporâneas. Essa delimitação, antes já de complexa definição, agora passa a ganhar proporções ainda maiores, e as distinções entre limite, fronteira e região, passam a ser cada vez mais ambíguas. Segundo Tau Golin (2002), na verdade, limite e fronteira são antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e macroeconômicos típicos da soberania nacional e sua segurança, ora se insinuam como espaço de contato entre comunidades limítrofes, os ditos espaços fronteiriços. Ainda segundo ele:

A fronteira se inseriu no imaginário social como limite (...) são realidades tangíveis, ou seja, como realidades efetivas e realidades do pensamento, são o resultado de relações de poder. A sua legitimação também depende do sentido “naturalizado”, ou seja, como uma categoria autoexplicativa, como um dado da história. Reforçando um dado consensual sobre o tema, as fronteiras são também elementos simbólicos carregados de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que impedem, permitem ultrapassar (GOLIN, 2002, p. 16).

Ao contrário da concepção de fronteira territorial, que em muitos casos, em meio a jogos de poder entre nações, segrega os países limítrofes, no âmbito cultural, nos parece que essa demarcação nítida se perde, e a fronteira passa a ser um espaço imaginado, onde a troca de vivências, e de elementos culturais é constante e recíproca. Partindo dessa concepção, os diálogos regionais e fronteiriços propiciam, de forma direta, a construção cada vez mais constante de costumes híbridos. No caso da música, onde historicamente essa relação ocorre há tempos, esse intercâmbio cultural é cada vez mais intenso, seja em países vizinhos ou não. Sobre esse processo Hall (2003, p.74) afirma:

Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da tradução. Essa lógica se torna cada vez mais evidente nas diásporas multiculturais e em outras comunidades minoritárias e mistas do mundo pós-colonial. Antigas e recentes diásporas governadas por essa posição ambivalente, do tipo dentro/fora, podem ser encontradas em toda parte. Ela define a lógica cultural composta e irregular pela qual a chamada “modernidade” ocidental ter afetado o resto do mundo desde o início do projeto globalizante da Europa (Hall, 1996a). O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade.

No cenário gaúcho, e considerando especialmente a atuação da banda Almôndegas, o hibridismo não está ligado propriamente a movimentos diásporos, e sim ao que chamamos de “trânsito de influências”, emergente em uma zona de fronteiras permeáveis. As relações entre região e fronteira desse ponto de vista proporcionam, no caso da música, e em especial no caso do grupo estudado, um hibridismo de influências sonoras e poéticas que acaba por conferir-lhes uma estética bastante genuína e peculiar, ainda que seja preciso considerar, conforme Canclini (2011), que esses processos de hibridação na música brasileira, não sejam algo inteiramente novo ou restrito a esta região específica do país, já que, essa prática remonta desde os encontros entre tradições europeias, indígenas e africanas do período colonial.

Nesse sentido, não nos cabe aqui analisar de modo pormenorizado tais conceitos, mas sim compreender de que modo essas concepções de região e fronteira podem ser evidenciadas no processo composicional da banda Almôndegas, e de que maneira isso contribuiu para a formação identitária do grupo.

OS ALMÔNDEGAS: ENTRE O REGIONAL E O FRONTEIRIÇO

Forma em Pelotas no ano de 1975 pelos irmãos Kleiton Ramil (voz, violino e violão) e Kledir Ramil (voz e violão), Quico Castro Neves (voz e viola de 12 cordas), Pery Souza (voz e percussão), e Gilnei Silveira (bateria e

percussão) – ainda passaram a integrar a banda posteriormente João Baptista (contrabaixo), Zé Flávio (guitarra), e Fernando Pezão (bateria) –, a banda Almôndegas assumiu um importante papel na formação da cena musical do Rio grande do Sul na década de 1970. Sobre o cenário de formação do grupo, Kleiton Ramil (*apud* SILVA, 2012, p. 131) afirma:

Houve realmente nos anos 70 uma mudança profunda na música que se fazia em Porto Alegre/RS que por sua vez gerou uma nova atitude diante de tudo. Essas duas transformações na verdade andaram de mãos dadas, sendo difícil dizer o que veio antes: se nós estávamos mordidos pelo maravilhoso poder de saber transformar, ou se nós nos transformamos embalados pelas músicas e eventos que surgiam. O folclore onde nos apoiamos, em algumas realizações, era fluido e indefinido.

De demarcação estilística nem sempre facilmente identificável, esses jovens roqueiros, segundo Souza (2006), dialogavam diretamente com os músicos que voltavam-se à MPB e ao nativismo, e tinham como palco para divulgação de seus trabalhos os programas da Rádio Continental, saraus musicais no Teatro de Arena e no Clube de Cultura, ou então a participação em festivais, como a Califórnia da Canção, o Musipuc, e o festival Vivendo a vida de Lee, promovido pelo radialista Júlio Fürst (Mr. Lee) da Rádio Continental.

Cabe salientar que, apesar desse acesso conquistado pelo grupo aos meios de comunicação da região, as dificuldades para bandas como esta, que buscavam apoio longe dos principais centros urbanos do país e dos principais meios de comunicação em massa, eram imensas. Sobre isso, Kleiton Ramil (2019), integrante do grupo, afirma:

[...] a vida não era fácil para nenhum de nós, mas também não tínhamos vivido situações graves socioeconômicas, e fazer música por si só era um grande prazer, e durante alguns anos ninguém sonhava em ser profissional, um desafio quase impossível na época. Ninguém em Porto Alegre ambicionava gravar um disco, fazer carreira, shows.... Tudo vinha pronto e empacotado do centro do país, e era isso que as rádios tocavam. Não havia música urbana do Sul tocando em lugar nenhum. Essa foi a grande conquista do Almôndegas. Abrir um espaço que não existia antes para execução nas rádios ou shows em teatros da capital gaúcha.

Ainda segundo Kleiton Ramil (2019):

[...] não havia meios de comunicação que se oferecessem ou procurassem uma nova música no sul. O que aconteceu é que o grupo resolveu, depois um certo tempo fazendo apresentações em lugares alternativos, gravar uma fita com 4 músicas e enviar para uma gravadora de São Paulo para quem sabe gravar um disco. Essa gravação foi feita em uma tarde, em um estúdio da *Rádio Continental*, que cedeu gentilmente o estúdio para isso. As composições eram boas, a gravação tocada ao vivo dentro do estúdio ficou interessante e foi isso que mudou a história toda. O pessoal da rádio ao escutá-las resolveu incluir na programação da rádio os temas gravados, o que teve um resultado surpreendente para todos, inclusive para nós que não contávamos com aquela boa surpresa. Com o resultado positivo dessas execuções – pois acredito que o povo do Sul estava carente de algo seu, original, inovador – logo se identificaram com o que acabou gerando um movimento cultural de música transformador e conscientizador, muitas outras bandas e eventos começaram a pipocar e lembro que a banda até se apresentou na televisão, num daqueles programas apresentados ao vivo, e transmitidos para todo o estado. Mas como falei, isso foi depois... decorrência de uma atitude vencedora de pessoas que acreditaram naquilo que estávamos fazendo, de forma pioneira.

Fazendo uso de boa parte das influências musicais que chegavam ao Estado, as criações do grupo configuram-se como um misto híbrido de gêneros que conferiram característica bastante particular ao grupo, seja no aspecto sonoro ou poético de suas composições, em uma relação bastante direta com o que lhes era regional e fronteiriço. A respeito dos ritmos regionais aplicados nas composições da banda, e das opções estéticas feitas por eles, Kleiton Ramil (2019) reflete:

Acredito que o tempero do regionalismo, somado a energia do rock em alguns temas e o compromisso de escrever letras bem feitas foi fundamental. Havia desejo de compor uma música urbana, com elementos regionais diferente do que vinha de outras regiões do país e sobretudo do exterior. Era uma luta consciente contra a colonização cultural. Quando essa música chegou no centro do país (apesar do grande sucesso ter vindo através de Kleiton & Kledir – que deu continuidade a esse trabalho) percebemos que tínhamos vencido uma tarefa gigante. Dedicção, enorme, talento e sorte propiciaram a conquista nacional.

Durante os anos que esteve em atividade a banda gravou quatro discos, a saber: *Almôndegas* (1975); *Aqui* (1975); *Alhos com Bugalhos* (1977); e *Circo de Marionetes* (1978). Cabe-nos agora buscar compreender de que forma as influências musicais que chegavam pela fronteira do Rio Grande do Sul durante a década de 1970 interferiram no processo composicional do grupo, em especial atentando para as opções estéticas feitas pela banda, seja no aspecto sonoro ou poético de suas criações musicais.

ALMÔNDEGAS (1975)

Lançado em 1975 pela gravadora Continental, o primeiro disco do grupo possui onze faixas, a saber: *Sombra Fresca e Rock no Quintal*, *Até Não Mais*, *Teia de Aranha*, *Olavo e Doroteia (Uma Louca História de Amor)*, *Quadro-Negro*, *Gô*, *Daisy*, *My Love*, *Almôndegas*, *Vento Negro*, *Clô*, e, *Amargo*. Nele, já é possível perceber as fortes influências da música regional e de sonoridades oriundas dos países vizinhos.

Em *Quadro Negro*, o grupo mistura o ritmo do vanerão, com o ritmo africano de forte influência na cultura uruguaia, chamado candombe, e o rock. Essa hibridização originou um ritmo diferenciado, chamado carinhosamente pela banda de “tunga-taca”. Sobre essa hibridização de gêneros, Kledir (*apud* SILVA, 2012, p. 27) comenta:

[...] sem sabermos como classificar, apelamos pra onomatopeia – o primeiro momento em que ele aparece é em *Quadro Negro*, onde fica explícito, no jogo poderoso da levada de Gilnei e Pery. É mais ou menos o mesmo ritmo por trás da música *Almôndegas* e outras que fomos criando pelo caminho, como por exemplo *Com seus botões* do Quico, que foi censurada. Todos nós éramos muito ligados nesse ritmo, que sentíamos como uma coisa nossa, original – talvez tenha sido um dos primeiros momentos de consciência de que estávamos fazendo algo original e “gaúcho contemporâneo” – o “tunga-taca”, na verdade, é uma mistura de vanerão com elementos do pop/rock, do candombe e dos ritmos afro-latinos.

Destaca-se também nesse primeiro disco faixas como a milonga estilizada *Teia de aranha*, e, *Clô*, também com forte influência do gênero originário da Argentina e do Uruguai, executado em compasso 6/8, frequentemente

utilizado na música sulina. Além disso, em *Amargo*, uma regravação feita pelo grupo de um xote do cancionista gaúcho Lupicínio Rodrigues, tem-se a utilização do acordeon, conferindo uma característica tipicamente regionalista para o disco.

AQUI (1975)

Lançado também em 1975 pela gravadora Continental, o segundo disco do grupo possui doze faixas: *Canção da meia noite*, *Mi triste Santiago* (Tributo à Pablo Neruda), *Séria festa*, *Amor caipira é trouxa das Minas Gerais*, *Coisa miúda*, *Barca de Caronte*, *Haragana*, *Elevador*, *Em meio aos campos*, *Vida e morte*, *Gaudêncio sete luas*, e, *Velha gaita*. A opção pelo ritmo da milonga, e toda a influência fronteiriça presente no disco anterior também é evidenciada neste trabalho.

Em *Coisa miúda* e *Elevador*, têm-se o hibridismo entre a milonga e ritmos caribenhos. Kledir (*apud* SILVA, 2012, p. 41) comenta essa mescla, e a importância disso no processo composicional durante toda a carreira do grupo:

[...] *Elevador* e *Coisa miúda* é a levada latina que chegava pela fronteira e pelo pop/rock de Santana e The Doors (*Light my Fire*). Por trás [...] está a “clave cubana”: uma espécie de divisão do compasso 4/4 em uma acentuação 3/3/2. Essa pulsação atravessa muitas de nossas músicas, especialmente as canções/baladas que sempre trazem um certo sabor de milongas aboleradas. Isso contaminou nossa maneira de compor e nos acompanha até hoje, passando por todas as fazes da banda (*Vento negro*, *Teia de aranha*, *Cló*, *Mi triste Santiago*, *Feiticeira*, *Harmonia*, *Androginismo...*) e continua com K&K: *Fonte da saudade*, *Paixão*, *Deu pra ti*, *Tô que tô*, *Nem pensar...*

Outra milonga do disco, intitulada *Em meio aos campos*, além da recorrente escolha do gênero musical como forma composicional, a banda ainda buscou retratar em sua letra um pouco de como era para músicos como eles estarem situados distante dos grandes centros urbanos do país durante aqueles anos, bem como o que vivenciavam diante do cenário político e social brasileiro, há anos sob uma ditadura militar, que se estendeu entre 1964 e 1985, com importantes reflexos na produção artística e nos meios de comunicação de todo o país, já que, por meio de decretos promulgados por essa classe política, facilmente censuravam e repreendiam toda e qualquer

manifestação que lhes parecesse subversiva, um atentado contra o governo, ou contra a moral e os bons costumes da sociedade. Vejamos a letra:

Em meio aos campos tudo parece estar bem / Inocente a gente tenta estancar o sangue / Um vento frio nos corta a garganta, nos lembra o deserto / E mostra, atrás da porta, a ferida aberta, / Sangrando / Você não sabe, a vida em nosso tempo / É um incrível pesadelo / Você não sabe, mas tentando sorrir / Esquece que a esperança é uma asa negra / Em nosso ombro / Em meio a tempestade, quando chove / Você vira o rosto / E vai ser assim até que a aurora / Desperte banhada em seu pranto / E vai ser assim até que a aurora / Desperte banhada em seu pranto

Em sua letra original, que fora censurada pelos órgãos fiscalizadores militares, conforme Silva (2012, p. 45), ao invés de “Desperte banhada em seu pranto”, a frase era “Desperte banhada em seu sangue”. Além disso, a referência ao viver em meios aos campos parece assumir, em casos como este, uma clara identificação com os ideais do movimento contracultural que ganhava força no centro do país, e aos poucos também chegava ao Rio Grande do Sul.

No contexto em que essas bandas se inseriram, de acordo com Cappellari (2007) e Ridenti (2003), a busca por um lugar maravilhoso, muitas vezes retratado em suas criações musicais, ia de encontro com o sossego e a tranquilidade da vida interiorana encontrada no Estado. A vida comunitária, característica marcante da ideologia *hippie*, era o espaço onde os jovens experimentavam livremente o que, aos olhos dos mais conservadores, seria considerado um atentado à moral e aos bons costumes da sociedade, a saber: a liberdade sexual, o misticismo, e o uso de drogas. Os integrantes dos Almôndegas, ainda que um pouco distantes geograficamente do centro contracultural do país, não ficaram alheios a esses ideais. Isso pode ser percebido no depoimento de Kledir Ramil (*apud* SILVA, 2012) ao descrever o cenário:

[...] Aquela coisa de coletividade, paz e amor.... Havia uma característica muito forte, nesse início de década de 1970, que era a vida em comunidades: nas repúblicas, com seus grupos de amigos... uma coisa meio *hippie*. Um tempo de experimentação de tudo, tanto de sexo quanto de drogas, de música ou uma vida nova mesmo, diferente.

Em *Haragana*, música composta por Quico Castro Neves, percebe-se novamente a influência sulina, seja no ritmo (vaneira) ou na letra. Vejamos:

Meu cigarro de palha / Joguei com meu laço no fundo do poço / Prometi a São Pedro / Não jogar a sorte no jogo do osso / Me desfiz do lombilho / Vendi o tordilho ainda meio bagual / Pra buscar a morena / Que tinha ido embora pra capital / Ah, morena, moreninha / Morena má, haragana / Volta comigo, morena / Deixa essa vida cigana / Bem dizia o compadre / A felicidade é que nem passarinho / Mal desponta a inverna-da / Ela foge apressada e abandona o ninho / Pra matar a saudade / Que entrou no meu peito e me pealou / Fui buscar a morena / Que jurou voltar e ainda não voltou

Ao comentar sua letra, Quico Castro Neves (*apud* SILVA, 2012, p. 42) afirma:

Nunca me ocorreu classificar o ritmo de Haragana. [...] O tema da música ocorreu quando terminava de ler “Contos gauchescos e Lendas do Sul”, de João Simões Lopes Neto (meu conterrâneo pelotense). Ao final do livro havia um glossário onde encontrei o termo *haragano* significando arrisco, fugidio, que não se deixa pegar. Aí fiquei imaginando um vivente a procura do amor que fora embora. Com a ajuda do glossário do Sr. J. S. Lopes Neto, música e letra saíram de um arranco só.

Além disso, fazem parte do disco as milongas *Mi triste Santiago: tributo a Pablo Neruda*, escrita em portunhol, e *Gaudêncio sete luas* – vencedora da terceira edição da Califórnia da Canção, realizada dois anos antes, evento centrado nas inovações propostas no tradicionalismo gaúcho; uma valsa-folk denominada *Canção da meia noite* – que viria a ser o maior sucesso nacional da banda, tornando-se tema da novela *Saramandaia*, da Rede Globo –, a sulista em compasso 6/8 intitulada *Vida e morte*, e o Pout-pourri de temas regionalistas intitulado *Velha gaita / felicidade / pezinho / prenda minha*; e, ampliando o horizonte de experimentações sonoras feitas pelo grupo, temos *Séria festa*, um cateretê, dança rural brasileira com características indígenas, e com origem datada ainda do período jesuítica no Estado do Rio Grande do Sul.

ALHOS COM BUGALHOS (1977)

Lançado em 1977 pela gravadora Polygram, o terceiro disco da banda possui doze faixas: *Em palpos de aranha*, *No meu coração*, *Gaúcho do Passo*

Fundo, Futurismo, Cavalgando, Minha Carreta, Alhos com Bugalhos, Feiticeira, Canção Americana, Há um pouco do meu coração em Portugal, Ri do rock, e , Piquete do caveira, e marca a ida dos Almôndegas para o Rio de Janeiro, com o intuito de dar novos rumos à banda, aproveitando o crescente sucesso dos discos anteriores na região sul do país.

Pode-se destacar composições como a faixa intitulada *Em palpos de aranha* – um rock rural com toques regionais em compasso 6/8 –, o xote denominado *Gaucho de passo Fundo* – regravação do cantor e compositor gaúcho Teixeira –, e faixas como *Futurismo* e *Cavalgando*, levemente influenciadas pelo chamamé, ritmo ternário de origem argentina, e bastante apreciado nos países do Cone Sul, especialmente Brasil e Paraguai.

Em *Alhos com bugalhos*, têm-se novamente a opção pelo gênero híbrido supracitado, que fora criado pela banda, chamado “tunga-taca”. As faixas *Feiticeira* e *Piquete do caveira* são milongas com influências de ritmos caribenhos, enquanto em *Canção americana* têm-se um bolero escrito em portunhol, que utiliza como instrumento, além de um trompete com surdina, bongôs, corinho, um violão de 12 cordas emulando um “três cubano” – instrumento de origem cubana com seis cordas, parecido com o bandolim, tocado com palheta, e usado como solista em vários ritmos da Ilha, a exemplo do mambo.

Além disso, a letra de *Há um pouco do meu coração em Portugal* também parece fazer referência a questões políticas, temática recorrente também em outras faixas dos discos anteriores. Nesta, conforme Silva (2012, p. 60):

Num momento em que, consciente ou inconscientemente, vários artistas brasileiros começaram a compor fados (no caso dos conscientes, o mote era a Revolução dos Cravos, que em 1974 acabara com quatro duras décadas de ditadura em Portugal), a dupla Kleiton e Fogaça repete o ímpeto politizado de canções como *O piquete do caveira*. Ornado pelo violão de 12 de Zé Flávio, que agora se transforma numa quase perfeita guitarra portuguesa.

Ainda sobre o álbum, conforme Silva (2012), das seis músicas que compõem o lado A do disco, cinco tem compassos ternários, uma raridade na música brasileira do período. Isso se deve, conforme entendemos, em

grande parte, à opção estética feita por seus integrantes em compor utilizando essa variada gama de ritmos fronteiriços que chegavam ao Estado do Rio Grande do Sul.

CIRCO DE MARIONETES (1978)

Quarto e último disco do grupo, *Circo de Marionetes* foi lançado em 1978 pela gravadora Philips. O álbum contém treze faixas, a saber: *Céu do Rio de Janeiro, Mantra, Muchacha, Trama, Androginismo, Cascata, Cheiro de jasmim, Estórias pra você, Mulher maluca, Harmonia, Alô, buenas, Voltando pra casa*, e, *Circo de marionetes*, e parece ser, dentre todos os discos lançados pelo grupo, o que menos possui apelo à questões regionais.

Destaca-se aqui as milongas com forte influência da música caribenha intituladas *Harmonia* e *Androginismo*. Esta última, uma possível crítica aos padrões sociais dominantes no período, ligados à elite conservadora que comandava o país durante àqueles anos,, vejamos a letra:

Quem é esse rapaz que tanto androginiza? / Que tanto me convida pra carnavalizar / Que tanto se requebra do céu de um salto alto / E usa anéis e plumas pra lantejoulizar / Que acena e manda beijos pra todos seus amores / E vive sempre a cores pra escandalizar / A minha mãe falou que é um tipo perigoso / Que vive sorridente fazendo quá, quá, quá / O meu pai me contou que um dia viu o cara / Num cabaré da zona dançando tchá, tchá, tchá / Quem é esse rapaz que tanto androginiza? / Que tudo anarquiza pra dissocializar / Com mil e um veados puxando seu foguete / Que lembra um sorvete pra refrescalizar / Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa / Abana, abana, abana, que é o Papai Noel / Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa / Abana, abana, abana, que é o Papai Noel / Eu pensei que todo mundo fosse filho de papai Noel

Um das composições dos Almôndegas onde esse hibridismo de ritmos e costumes do Cone Sul com o rock aparece de forma mais significativa é *Alô Buenas*. A letra versa sobre o Estado do Rio Grande do Sul, especialmente sobre o fato de se viver geograficamente longe dos principais centros urbanos do país. Tanto a introdução quanto a primeira parte da composição estão divididas em ritmo quaternário, a exemplo do que se vê na maioria dos rocks concebidos. Já a segunda parte da composição é arranjada em um

ritmo de seis tempos, semelhante à chacarera, gênero oriundo da Argentina. Vejamos a letra da música:

Você diz alô, e eu digo buenas / Você diz alô, eu digo buenas / Eu sou do fim do sul
/ Do fundo do quintal do país / Llorar solo puede acalantar la muerte / Vamos lutar
ahora e hacer la suerte / Rio Grande do Sul / Das guerras de Sepé Tiaraju / E lendas
/ Luz de boitatá / E a bruxa moura teiniaguá / Vou-me embora, vou-me embora
prenda minha, tenho muito o que fazer

Em sua letra, é possível perceber várias referências ao imaginário cultural sul-rio-grandense. Têm-se a menção a respeito das guerras lutadas por Sepé Tiaraju, guerreiro indígena Guarani, líder dos Sete Povos das Missões, importante personagem na luta contra o Tratado de Madri, acordo assinado entre os reis de Portugal e Espanha em 1750. Além disso, a canção faz referência ao mito indígena do Boitatá – mito simbolizado por uma cobra de fogo ou de luz com dois grandes olhos –, e à lenda gaúcha da Teiniaguá – Princesa Moura, transformada em lagartixa pelo Diabo Vermelho dos índios, Anhangá-Pitã.

A referência a esta lenda gaúcha da Teiniaguá ainda pode ser encontrada em duas das principais obras da literatura gaúcha. A primeira menção é atribuída a João Simões Lopes Neto, no ano de 1973; e a segunda, é atribuída a Érico Veríssimo, em seu famoso romance *O tempo e o vento*. Além disso, ainda há na letra outra referência: nos versos finais da música, os dizeres: *Vou-me embora, vou-me embora prenda minha, tenho muito o que fazer*, remetem a uma importante canção folclórica do Rio Grande do Sul, denominada *Prenda Minha*.

A letra de *Voltando pra casa*, segundo Silva (2012, p. 70) fala em rever velhos amigos, em voltar pra casa, num possível contraponto entre um luminoso Rio de Janeiro e um Rio Guaíba – ou uma Praia do Laranjal – de água funda e escura. Um sol do sul muitíssimo menos exuberante, mas que faria ao narrador (segundo subentende a canção), muito mais bem do que o “carioca”. Vejamos:

Esse barco que me leva rio acima rima com “meu coração” / Trago malas e bagagens
/ Saudades de casa e uma nova canção / Que fala da cidade grande / E da fome que
quase passei / Esse barco é meu socorro / Sem ele eu quase morro sem rever você /

Menina do interior / Com cheiro de campo e de flor / Esse rio de água funda e escura
leva o barco, eu vou também de volta / Não vejo a hora de rever velhos amigos / An-
dar em lugares que nunca esqueci / O sol do sul me faz bem / O céu do sul também /
Esse rio de água funda e escura leva o barco, eu vou também de volta

Isso pode ser interpretado como um apelo regionalista do grupo, e como uma canção de “regresso ao sul”, já que, a partir do lançamento do segundo disco, seus integrantes decidiram se mudar para o Rio de Janeiro, a fim de dar novos rumos à carreira da banda. Com o regresso ao Rio Grande do Sul, *Circo de Marionetes* passa a ser o último trabalho gravado pelo grupo, que encerrou suas atividades no ano de 1979.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o acesso aos meios de comunicação fosse bastante limitado, até mesmo para grupos da capital gaúcha, bandas como Os Almôndegas, ainda mais interioranas, caracterizam de modo bastante fidedigno o ideário desses jovens, que, influenciados pelo que acontecia nos grandes centros urbanos do país durante os mesmos anos, assumiram um importante papel político e social na região, expressos através de suas criações musicais e de suas atitudes comportamentais. Sobre os anseios de conquistar sucesso a nível nacional, Kleiton (apud SILVA, 2012, p. 52) aponta:

Era o eterno recomeço: “- Agora vai!!!”. Mas o Almôndegas, em relação a conquistar o país, só chutou na trave. Teve a *Canção da meia noite* na novela Saramandaia [...] e alguns programas nacionais que se fez. Mas a banda não conseguiu a projeção que precisava para seguir.

Ainda que o sucesso nacional só tenha vindo posteriormente, através da carreira dos irmãos Kleiton & Kledir, Os Almôndegas tiveram um papel importante na consolidação de um ideário jovem no Estado do Rio Grande do Sul durante a década de 1970. Além disso, segundo Silva (2012) o grupo contribuiu de forma significativa e pioneira na formação de uma música urbana sul-rio-grandense, que viria a se consolidar de modo mais concreto na década seguinte, através de nomes como Engenheiros do Hawaii, Garotos da Rua, Os Replicantes, entre outros poucos que alcançaram sucesso a nível nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almôndegas. **Alhos com Bugalhos**, Philips, 1977.
- Almôndegas. **Almôndegas**, Continental, 1975.
- Almôndegas. **Aqui**, Continental, 1975.
- Almôndegas. **Circo de Marionetes**, Philips, 1978.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)**. Teses (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História/FFLCH – Universidade de São Paulo, 2007.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Trad. De Adelaide La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. 440p.
- RAMIL, Kleiton. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <kleitonramil@gmail.com> em 04fev. de 2019.
- RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança**. In: **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do séc. XX**. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, 432p.
- SILVA, Arthur de Faria. **“Nóis sêmo umas almôndega”**: os Almôndegas e a gênese da moderna canção urbana Porto-alegrense. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- SOUZA, Marilene Nascimento de. **Longe demais das capitais – MUSIPUC: um (novo) movimento musical em Porto Alegre na década de 1970**. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- TAU GOLIN, L. C. **A Fronteira (1763-1778): história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

“VÁRIAS VARIÁVEIS” DA HISTÓRIA À LITERATURA: A LEITURA DE UMA SOCIEDADE PÓS DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

CAROLINE GARCIA GOTUZZO UFPEL
CAROL-GOTUZZO@HOTMAIL.COM

GABRIELLE GARCIA GOTUZZO
UFPEL GOTUZZO.RPG@GMAIL.COM

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o texto do álbum *Várias Variáveis* da banda de rock brasileira Engenheiros do Hawaii, levando em conta os aspectos históricos que são expressos no discurso literário da obra. Busca-se, assim, compreender como a forma artística contribui na construção do discurso político e a pertinência desse no contexto de produção: os anos que sucederam o fim do regime ditatorial civil-militar brasileiro (1964 – 1985). Percebe-se, no decorrer da análise, que diversos conceitos literários são utilizados na construção de um discurso artístico que retoma marcos históricos, como o “herói farroupilha” e a campanha pela legalidade, para montar a ideia de uma suposta luta popular gaúcha. Através da mescla do discurso regionalista com uma reflexão quanto ao momento político do contexto de produção, *Várias Variáveis* apresenta uma leitura dos reflexos da ditadura civil-militar brasileira na sociedade que a sucedeu, incluindo a crise econômica e o retrato de uma falta de perspectiva e esperança no novo sistema político, contrário, ao senso comum da época, alvoroçado com a eleição de Fernando Collor, conhecido como “caçador de marajás” e a promulgação da nova constituição. Além de propor uma análise literária da obra de arte busca-se compreender o reflexo social na cultura popular do contexto de produção e distribuição de *Várias Variáveis*, levando

em conta a importância da banda Engenheiros do Hawaii no cenário da música rio-grandense da época, bem como a forma como tal discurso comunica ao seu público alvo um retrato do momento cultural e histórico

Palavras-chaves: Música Popular, Literatura Histórica, História do Brasil

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar de perspectiva histórico-literária o álbum “Várias Variáveis” da banda de rock brasileira Engenheiros do Hawaii. Busca-se, a partir da análise da obra, compreender a releitura, apresentada no texto, de seu período sócio-histórico: os anos que sucederam a Ditadura civil-militar brasileira.

O álbum “Várias Variáveis” foi lançado no mês de outubro do ano de 1991, sendo o último álbum da trilogia composta também por “Revolta dos Dândis” (1987) e “Ouça o que eu Digo, não Ouça Ninguém” (1988). Segundo o principal compositor, Humberto Gessinger (vocalista da banda), em seu livro, *Pra ser Sincero: 123 variações sobre um mesmo tema*:

A capa [de Ouça o que eu digo, não ouça ninguém] seguia a mesma matriz d'A revolta dos Dândis, só mudava a cor, de amarela para vermelha. (...) Viessa depois um disco com capa verde, e teríamos uma trilogia com as cores da bandeira rio-grandense. Mais que um manifesto de regionalismo mal focado, um piscar de olhos para os dinossauros do rock progressivo. (GESSINGER, 2009, p. 42)

Tendo em vista, portanto, que segundo o principal compositor, o álbum foi previamente pensado como parte de uma trilogia, considera-se, como contexto histórico-social da obra, os anos de 1987 até 1991.

Diante a tais dados, através de uma análise literária e histórica do texto, busca-se compreender como a forma artística contribui na construção do discurso político da obra e a pertinência desse em relação aos anos que sucederam o fim do regime ditatorial civil-militar brasileiro (1964-1985), além de compreender o reflexo social na cultura popular do contexto de produção e distribuição de *Várias Variáveis*, levando em conta a importância da banda Engenheiros do Hawaii no cenário da música brasileira da

época, bem como a forma como tal discurso comunica ao seu público alvo um retrato do momento cultural e histórico.

Quanto às transcrições das canções de *Várias Variáveis*, optou-se por utilizar como fonte o livro *Pra ser Sincero: 123 variações sobre um mesmo tema* (2009)¹, escrito por Humberto Gessinger, uma vez que, considera-se o autor do texto a melhor fonte para estabelecer a transição do discurso oral para o verbal.

VÁRIAS VARIÁVEIS: DO DISCURSO LITERÁRIO

O primeiro passo para análise literária é compreender o que é dito no discurso que a compõe. O velho trabalho de interpretação é um caminho óbvio a ser trilhado tanto pelo crítico literário quanto pelo historiador que trata a obra como um documento histórico. Ainda assim, é importante citar que, dentro da literatura, nenhuma interpretação é soberana, tal qual na história, os eventos passam pelo filtro da corrente e perspectiva do historiador, em acordo com *Discurso Histórico e Narrativa Literária*

a construção da coerência narrativa deverá fazer sentido através da leitura. pode-se, com isso, dizer que a contemporaneidade de um texto, literário ou histórico, se dá na medida em que a sua coerência ficcional é resgatada através da significância que lhe é atribuída pelo leitor. (LEENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra, 1998, p.12)

Sendo assim, em um primeiro momento, o presente tópico se propõe a expor a interpretação do texto da obra analisada, relacionando-o com os eventos históricos e sua época de produção, uma vez que, de acordo com *Literatura e Sociedade*:

só a podemos entender [a unidade da obra literária] fundindo o texto e o contexto numa interpretação dialeticamente íntegra. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (CANDIDO, 2006. p.13)

.....
1 Com exceção das canções "Herdeiro da Pampa Pobre", "Museu de Cera" e "Curtametragem", cujas letras não estão contidas no livro e, portanto, são transcrições nossas.

É importante, também, ressaltar que, embora a obra se trate de uma mídia musical, o conteúdo textual, é passivo de análise literária, uma vez que é uma obra artística composta por palavras e de estrutura lírica. Ainda assim, não é negado que tais estruturas líricas façam parte da canção como um todo. Portanto, embora a análise não dê enfoque à teoria musical, mas sim à literária, é impossível deixar completamente de lado a melodia e os sons, uma vez que estes também compõe o texto e fazem parte da mensagem e do discurso, como proposto em *Canções: Letra x Estrutura Musical*

“a relação entre letra e composição musical reafirma-se sempre como essencial, já que, sem a interação desses dois constituintes, não há propriamente música vocal, mas apenas fragmentos discursivos.”(OLIVERA, 2006, P.326)

Por sua vez, mediante às ligações presentes na estrutura textual que constitui o álbum (e a trilogia em que se insere *Várias Variáveis*) após a análise, é possível considerar o objeto de estudo como uma obra musical que constrói, em seu desenvolver, uma estrutura linear. Tal premissa, também se apoia em comentários do compositor Humberto Gessinger quanto à estrutura de suas obras:

pra mim é muito importante a estrutura, poética mesmo, da coisa da métrica (...) eu preciso, para me justificar como compositor, que aquela coisa tenha certa estrutura né? Meus discos nunca foram e nunca são um apanhado de canções, eles sempre têm uma estrutura. (informação verbal)²

A partir disso, nota-se que há uma estrutura presente na progressão do álbum, tal estrutura, aqui, será abordada através de subtópicos, divididos em acordo com as “fases” expressas pelas canções do álbum.

O SONHO É POPULAR?

A primeira música do álbum carrega em si um tom de prólogo, uma vez que apresenta ao ouvinte/leitor um ponto de partida, além de um

.....
2 Fala de Humberto Gessinger em entrevista ao *Sofá 89*, A Rádio Rock, Youtube, 2019, transcrição nossa.

leque de significados melódicos e simbólicos importantes no desenvolver e na construção do discurso de *Várias Variáveis* como um todo.

Do ponto de vista linear, é possível observar que eu-lírico de “O Sonho é Popular” nos apresenta o fim do período ditatorial no Brasil, tornando assim, ponto de partida, a transição para o sistema democrático. Na segunda estrofe “O poder, o pudor (*Várias Variáveis*)/ O pão, o peão (grana, engrenagens)/ A pátria a flor da pele pede passagem” (GESSINGER. 2.1,3) é possível relacionar os termos “poder” e “pudor” à ideia de repressão, e logo “a pátria a flor da pele pede passagem” que pode ser interpretada como referência ao movimento *Diretas Já*³.

A partir de então, o eu-lírico passa a discorrer sobre a transição do regime ditatorial para o regime democrático. Nos versos “uma página arrancada/ um segredo mantido/ em passagens subterrâneas/ sob a praça da matriz” (ibid 4.1,4), por exemplo, o período ditatorial é tratado como uma “página arrancada” (uma ação abrupta), cheia de segredos que mantém-se ocultos, apesar da nova forma de governo (representada pela praça da Matriz, essa um patrimônio relacionado à diversos movimentos e manifestações populares).

Temos então, na estrofe que se segue, a reafirmação desta idéia autoritária, como é possível observar nos seguintes versos “uma stória mal contada/ uma mentira repetida/ até virar verdade/ uma página virada” (ibid 5.1,4). Logo, o eu-lírico se utiliza de conceitos que são próprios do autoritarismo, mais especificamente, uma máxima ligada ao fascismo “uma mentira repetida/ até virar verdade” (ibid 5.2,3).

Se nota que, aqui, que a página foi virada, não mais arrancada, uma vez que, “uma mentira é repetida até virar verdade”. Neste caso, a estrutura lírica também é pertinente para o sentido, uma vez que os versos carregam certo tom caótico, expresso na rítmica (tanto poética quanto musical) semelhante ao fluxo de consciência narrativo, ou seja, o processo entre “a página arrancada” e “a página virada” é confuso, caótico, ritmicamente corrido, de forma a confundir o ouvinte/leitor.

.....
3 Movimento pelas eleições diretas ocorrido no Brasil entre os anos de 1983 a 1984.

Na estrofe de fechamento da canção “um golpe em 61/ um golpe qualquer/ num lugar- comum” (ibid 7.1,3), podemos ligar a ideia de “golpe em 61” à Campanha pela Legalidade, movimento onde o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, liderou uma manifestação popular que impediu que a ditadura militar se instaurasse naquele ano. A praça da Matriz, junto ao Palácio Piratini, foram os grandes centros do movimento.

É interessante notar que, este golpe de 61 é colocado como “um golpe qualquer”, ou seja, apenas mais um, algo banal. Porém, quanto ao verso que se segue, é importante ressaltar que em “lugar-comum”, a união dos termos “lugar” e “comum” por um hífen, dá a ideia, não de “lugar qualquer”, mas sim “lugar em comum”, o que se relaciona com a Matriz, símbolo da luta democrática e a Matriz subterrânea dos “segredos” e do que está oculto.

O texto também utiliza-se de Motifs (Leitmotifs, em termos musicais), tal técnica ligará “O Sonho é Popular”, como será visto, a outras músicas do álbum, como por exemplo, “Herdeiro da Pampa Pobre” através da ideia de “peão”, “pobreza” e “pampa”; “Descendo a Serra”, “Sampa no Walkman” e “Nunca e Sempre” (esta última o “epílogo” do álbum) através da melodia e “Sala Vip” através da retomada de versos sonoramente distorcidos ao fundo da canção.

MAS QUE PAMPA É ESSA?

A segunda música do álbum “Várias Variáveis” é “Herdeiro da Pampa Pobre”, escrita pelos compositores Heber Artigas Armua Frós (Gaúcho da Fronteira) e Vaine Darde. No entanto, no álbum analisado ela assume um caráter de sentido diverso de seu original.

A canção do Gaúcho da Fronteira fala da pampa após a Revolução Farroupilha, retratando o herói gaúcho após a guerra, no entanto, em Várias Variáveis, há uma variação de sentido no texto de “Herdeiro da Pampa Pobre”. Isso acontece, em partes, graças aos motifs que ligam a canção com sua antecessora no álbum. Ou seja, ao falar do “peão” e da “pampa” e relacioná-los a “pobreza”, “O Sonho é Popular”, como prólogo, nos prepara para essa “Herdeiros da Pampa Pobre”, que já não é a canção original, uma vez

que tem seu sentido atrelado ao contexto geral da obra, representando, assim uma continuidade com a primeira canção. Temos, portanto, a passagem estrutural literária do “Herdeiro da Pampa Pobre” do Gaúcho da Fronteira para “Herdeiro da Pampa Pobre” do Engenheiros do Hawaii.

É na “Herdeiro da Pampa Pobre” do Engenheiros, que somos apresentados ao que vem após o término da ditadura civil-militar brasileira. Se no prólogo é narrado ao ouvinte/leitor o fim do regime, aqui, temos a representação do “guerreiro em épocas de paz” e suas perspectivas após a luta. Como seguir, tendo terminado a batalha? Como reconstruir a sociedade (representada pela pampa) após a ditadura se a luta pela democracia já passou? Agora, não mais, “a pátria a flor da pele pede passagem” em busca do “sonho popular”, mas sim, o eu-lírico recebe a nova estrutura social “com a missão de cultivar raízes”.

É possível dizer que, aqui, temos a apresentação de um herói que procura perspectivas, tendo recebido como “herança” uma sociedade em transição e empobrecida por uma crise econômica, como podemos ver nos versos “mas que pampa é essa que eu recebo agora?/com a missão de cultivar raízes” (DARDE. FRÓS. 1.1,2) e ainda “Passam às mãos da minha geração/ heranças feitas de fortunas rotas/ campos desertos que não geram o pão” (ibid 2.1,3).

Em seguida, no verso “se for preciso, eu volto a ser caudilho” (ibid 3.1) é apresentada a ideia do “herói gaúcho” que não foge à batalha e, aqui, esse verso representa uma disposição deste eu-lírico a retomar sua luta, em nome da “pampa”, trazendo de volta suas origens, relacionadas ao mito do herói gaúcho na tradição literária, em acordo com Campos.

O esforço da historiografia em criar uma imagem glorificada do gaúcho deu-se no fim do século XIX, mas principalmente, no início do século XX (...). Neste período, antecipada pela literatura, a historiografia sulina iniciou o seu trabalho de buscar no passado representações que pudessem definir uma identidade cultural para o estado, e assim demonstrar o seu pertencimento ao Brasil (...). A história passou a perseguir um ideal provinciano de unificação, onde os atributos heróicos do passado deveriam prevalecer na formação deste povo. Usou-se então a figura do gaúcho primitivo, recuperando suas características de homem livre, bravo e

habilidoso nas lidas campeiras, porém acrescentando as imagens de hábil militar, defensor das fronteiras nacionais, patriótico, leal e honrado. Criou-se essa imagem como o substrato da formação cultural da província, sendo todos os seus habitantes herdeiros desse herói antigo. (CAMPOS 2008, p.123)

Sendo assim, “Herdeiro da Pampa Pobre” se utiliza do mito do “herói gaúcho” e o leva para a contemporaneidade da obra, dando a este um novo objetivo e reformando seu significado.

Por fim, é importante ressaltar que trazer uma música tradicionalista para o álbum já denota um significado. Por que não compor uma nova música que remetesse aos mesmos sentidos, mas sim se apropriar e ressignificar um outro discurso? É possível dizer que, neste caso, ao trazer uma outra voz e colocar essa em um novo contexto, a obra se remete ao discurso passado e o reforma e ressignifica para o presente, e por mais que tal relação de passado/presente seja uma idéia discutível em termos históricos, não se pode esquecer que o álbum não foi idealizado por historiadores, mas sim por artistas e arquitetos não formados.

“A SOLIDÃO E A CIDADE”⁴

Nas músicas que se sucedem em *Várias Variáveis* (“Sala Vip”, “Piano Bar”, “Ando só”, “Quartos de Hotel”, “Várias Variáveis” e “Sampa No Walkman”) é possível, notar que, na continuidade linear do álbum, há uma mudança na perspectiva do eu-lírico.

No texto de “Sala Vip”, temos versos como “me deixa fora dessa guerra santa” (GESSINGER 3.1), demonstrando certa vontade de fugir ou ficar alheio a determinada questão política. As músicas que se seguem, “Piano Bar” e “Ando só”, passam ao leitor uma ideia de solidão, remetida ao que foi deixado para trás ou ao passado. Em Piano Bar, isso é expresso em versos como “ela apareceu, parecia tão sozinha/ parecia que era minha aquela solidão” (ibid 9. 3,4). Já em Ando só, essa ideia está presente em versos como “ando só/ pois só eu sei/ pra onde ir/ por onde andei” (ibid 1.1,4).

.....
4 Referência ao verso da música “A Revolta dos Dândis P!” presente no primeiro álbum da trilogia.

É possível interpretar este momento da obra como um momento de solidão, passado por este eu-lírico que deseja se manter distante, se desligar do conflito principal, no entanto, ele não consegue se colocar nessa sociedade, pois “só ele sabe por onde andou”.

Em “Quartos de Hotel”, esta perspectiva se aprofunda junto à ideia de exílio associada ao distanciamento deste “passado” “não tenho estado muito em casa ultimamente/ nem me lembro quanto tempo faz/ aprendi a não olhar pra trás” (ibid 3.1,3). “Quartos de Hotel” se liga às demais citadas aqui mediante à perspectiva de isolamento do eu-lírico. Além disso, é nesta música que a cidade aparece como um agravante neste estado de solidão.

A canção “Várias Variáveis” possui um texto peculiar, uma vez que imita uma transmissão de rádio onde toca ao final a música “Vozes” do primeiro álbum da trilogia. Essa música, junto a “Sampa no Walkman” podem ser vistas como uma transição.

“Várias Variáveis”, além de ser a canção que dá nome ao disco, também é uma ligação com A Revolta dos Dândis, remetendo à ideia circular (de perspectiva literária). A escolha da canção “Vozes” é importante, uma vez que essa “canção intrusa” parece ser uma tentativa do eu-lírico de justificar seu distanciamento das ideias e questões iniciais, como podemos ver nos versos “se você ouvisse/ as vozes que ouço à noite/ acharia tudo que eu faço natural (...) não me pediria pra repetir/ revoltas banais das quais eu já me esqueci” (GESSINGER 1.1,10) e ainda “se você sofresse/ tanto quanto eu sofro/ com a solidão/ se você soubesse/ o quanto eu preciso da solidão/ não me pediria pra repetir/ frases banais/ das quais já me arrependi” (ibid 2. 5,12).

Então, a ideia de estar longe de casa (ou no exílio, em termos literários) pode ser retomada em “Sampa no Walkman”. “Sampa” é uma música composta e interpretada por Caetano Veloso, um artista conhecido por seu ativismo musical durante os anos de Ditadura civil-militar. Além disso, a canção “Sampa” traz questionamentos quanto a estrutura social de São Paulo em relação à sua idealização popular. A música de Gessinger, através da intertextualidade, traz essa reflexão para Várias Variáveis em versos como “ouvindo Sampa no Walkman/ duvido de qualquer cartão postal” (ibid. 5. 4,5).

O exílio, como no imaginário literário, é o local de pensamento, o local de solidão, isolamento e de reflexão, de acordo com Edward Said.

O exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias. Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas para além da razão ou da necessidade. O exilado atravessa fronteiras, rompe barreiras do pensamento e da experiência. (SAID, 2003, p.58).

Nesse sentido, é possível colocar que, embora o álbum remeta à questões regionalistas, ele ainda se liga ao “exterior”, ao que está fora do Rio Grande do Sul. Tanto em “Quartos de Hotel”, quanto em “Sampa no Walkman” é possível observar que o eu-lírico expande seus horizontes e, portanto, seus questionamentos passam a abranger além das fronteiras rio-grandenses para chegar ao restante do Brasil (o que será desenvolvido nas músicas que se seguem). No entanto, o Rio Grande do Sul ainda é a casa, ainda é o gaúcho (como “estrangeiro”) que mantém a perspectiva.

Com novos conhecimentos e pontos de vista, após a “solidão na cidade” o eu-lírico volta aos questionamentos sociais, como se, aos poucos, houvesse este retorno à batalha, após a reflexão no exílio, no entanto, agora, a luta continua a mesma?

ALÉM DAS FRONTEIRAS RIO-GRANDENSES

Este tópico se dedica à análise das quatro músicas subsequentes do álbum: “Muros e Grades”, “Museu de Cera”, “Curtametragem” e “Descendo a Serra”. Se no tópico anterior, foi explorada a questão do distanciamento e retomada à luta, aqui, ao analisarmos o texto das canções, é possível perceber que há uma mudança na perspectiva do eu-lírico. Se anteriormente, a visão crítica desse se limitava ao pampa e à situações que remetiam à tradição gauchesca, em “Muros e Grades”, “Museu de Cera” e “Curtametragem”, o olhar crítico da voz poética não abrange apenas o sul (como lar), mas também o exílio.

Em “Muros e Grades”, temos um retrato da violência e do “apriionamento” atrás de muros e grades que, supostamente, serviriam como proteção, mas acabam causando o isolamento, como é possível notar em

versos como “nas grandes cidades/ de um país tão violento/ os muros e as grades/ nos protegem de quase tudo” (GESSINGER. LICKS 3.1,4) e ainda, “mas o quase tudo/ quase sempre é quase nada/ e nada nos protege/ de uma vida sem sentido” (ibid 4.1,4). É possível, então, observar a primeira grande manifestação do medo, que aparece, aqui e nas canções que se sucedem, como um sentimento ligado ao cenário político e à luta.

Em “Museu de Cera”, por exemplo, o medo do passado ditatorial é constante, ao mesmo tempo que o eu-lírico parece tentar buscar coragem para se colocar contra o autoritarismo “se ficar com medo no exato momento/ alguém muito atoa soa o alarme/ veste o uniforme e transforma tudo em exceção” (GESSINGER. LICKS. 5. 3,5). A ideia do “passado não resolvido”, da “página arrancada”, aqui, aparece com força, tanto na cobrança de posicionamento que o eu-lírico impõe (colocando a neutralidade como um inimigo, como um auxiliar para que o autoritarismo tome o poder), quanto na cobrança por respostas e a tentativa de um resgate das memórias.

Isso acontece em dois momentos da canção, primeiramente nos versos “museu de cera?/ quem será?/ imagens de arquivo?/ de quem será?/ inconsciente coletivo?/ por que será?” (ibid. 7. 1,6) e na apresentação do que parece uma “cena” de tortura, tocada ao fundo da canção, enquanto se repete os versos “museu de cera/ quem será?”, aos dois minutos e quarenta e quatro segundos do áudio. É possível, na construção sonora, distinguir o som do motor de um carro, gritos e vozes e, por fim, um riso vilanesco.

É importante notar que, na tradição literária, constantemente, o herói gaúcho é representado como um homem forte, honrado e destemido. Tal tradição abrange desde as personagens literárias, às canções tradicionalistas e, inclusive o hino do estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a presença do medo, tanto em “Muros e Grades” quanto nas canções seguintes, é uma quebra desta tradição, um rompimento com o “herdeiro da pampa”, que não temia o conflito e estava disposto a voltar à batalha por aquilo que herdou. Portanto, aqui, o eu-lírico já não pertence somente ao pampa, ele volta seus olhos para o país como um todo, sendo assim, as reflexões do exílio expandem esse olhar para o restante do Brasil.

Neste ponto, “Curtametragem” chega com uma lírica imagética. A canção traz ao álbum *Várias Variáveis* um parecer quanto à visão idealizada do Brasil, criticando-a e colocando-a em contraponto com movimentos como o “tropicalismo” versus a “Bossa nova” e a imagem que representa o “rei Pelé”, ao passo que Brasil está ligado ao turismo, a amazônia, como símbolo nacional, e o “ciclo do café”, que aparece para remeter aos problemas sócio-econômicos e à exploração. “como qualquer curtametragem/ tropicalismo/ bossa nova/ rei pelé/ como qualquer curtametragem/ Brasil/ turismo/ Amazônia/ ciclo do café” (GESSINGER, LICKS 1. 1,9)

Se em “Sampa no Walkman” essa visão de idealização está ligada à São Paulo, através da intertextualidade com a música de Caetano Veloso, em “Curtametragem”, a visão da voz poética expande essa crítica à idealização à cultura brasileira, ligando-a à abordagem policial e ao autoritarismo nos versos seguintes “ como qualquer picaretagem/ -Mãos no alto / – Não se mexa!/ -Fique onde está!” (ibid 2. 1,4). Por fim, termina a canção com o eu-lírico definindo a vida como uma viagem, o que remete à próxima faixa.

Em “Descendo a Serra”, temos a conclusão deste momento da narrativa lírica. Em um primeiro momento, a canção se inicia com a mesma melodia de “O Sonho é Popular”, remetendo ao prólogo. Esta canção também apresenta uma referência ao livro “Mês de Cães Danados” do autor Moacyr Scliar. Este, um romance histórico cujo tema é a Campanha pela Legalidade. Outra referência, ligada à primeira através de um jogo de palavras, é ao longa *Dia de Cão*, do cineasta Sidney Lumet. “um dia de cão/ um mês de cães danados/ ordem no caos/ olhos nublados” (GESSINGER 4. 1,4).

Por fim, todas estas referências remetem à ideia de que a vida é circular, que embora a “estrada seja cheia de curvas”, ao fim, tudo remete ao mesmo lugar, “Um cão anda em círculos/ Atrás do próprio rabo” (ibid 1. 5,6). Isso também é reforçado pelos versos finais “É sempre a mesma história/ (é tão difícil partir)/ É sempre a mesma história/ (é impossível ficar)/ É sempre mais difícil dizer adeus/ Quando não há nada mais pra se dizer” (ibid 6. 1,6). Ou seja, a jornada, o processo de reflexão apresentado pelo discurso do álbum conclui que, ao final, tudo acaba sendo um círculo.

Portanto, é possível interpretar a viagem descrita em “Descendo a Serra” como um retorno, como uma volta para a origem.

OS EPÍLOGOS

Por fim, considera-se como epílogos do álbum as canções “Não é Sempre” e “Nunca é Sempre”. Ambas chegam como um fechamento de ideias, no entanto, como já deixa a entender na conclusão dada por “Descendo a Serra”, ambas as músicas parecem discorrer sobre a efemeridade e a circularidade das situações pela qual passa o eu-lírico e sua sociedade.

“Não é sempre”, como o início deste encerramento, parece reunir em seu discurso, diversos conceitos anteriormente expostos pelo eu-lírico, no entanto, aqui, tais conceitos são tratados de forma muito mais carregada de uma pessoalidade que, nas canções anteriores, não é ressaltada. Nos primeiros versos “às vezes parece que eu não tenho medo/ às vezes parece que eu não tenho dúvidas/ às vezes parece que eu não tenho/ nenhuma razão pra chorar” (GESSINGER 1.1-4) é possível notar que o medo e a dúvida reaparecem para demonstrar certa incerteza, além de representar a humanização, como colocado anteriormente, o que se reforça na estrofe que se segue “você esquece que eu não sou de ferro/ e até o ferro pode enferrujar/ você esquece que eu não sou de aço/ e faço questão de provar/ olhe pra mim enquanto eu me quebro” (ibid 2.1,4). Diante a esta carga subjetiva de confusão, o eu-lírico se coloca como um humano, como alguém instável que ora reflete sobre o que o cerca e ora se vê solitário em meio aos prédios de uma grande cidade. Tal instabilidade não é um processo progressivo, mas sim circular, como pode ser observado em versos como “às vezes tudo muda/ e continua no mesmo lugar” (ibid 5.3,4).

“Nunca é sempre”, o encerramento, é uma canção de menos de um minuto, com versos que demonstram certa descrença. Ao que parece, aqui, novamente, há uma perda das esperanças, certo cansaço após a jornada “eu já estive a fim/ eu já não tô a fim/ a gente vive assim/ um dia aqui, o outro ali” (ibid 1.1,4). Neste momento, é possível reparar no eu-lírico, uma volta ao isolamento, após a luta, ou seja, mais uma vez a ideia de circularidade,

reforçada ainda pelo fato da canção carregar a melodia do “prólogo”, “O Sonho é Popular” ao contrário. Nos versos finais, que “concluem” o álbum, a ideia de circularidade, novamente é retomada “a gente vive assim/ sempre acabando o que não tem fim/ acabando o que não tem fim/ acabando o que não tem fim/ querendo o que não tem/ fim” (ibid 3.3,7), ou seja, o eu-lírico dá ao seu discurso um final circular, como se dissesse que os processos apresentados no álbum são, ao mesmo tempo, círculos e ciclos, que, de uma forma ou outra, são retomados durante a jornada cansativa.

VÁRIAS VARIÁVEIS: DAS ALEGORIAS QUE CONSTROEM O DISCURSO POLÍTICO

A partir da totalidade do álbum ou a sequência discursiva analisada, leva-se em conta que algumas perguntas fazem-se obrigatórias para a análise do processo histórico: por que recorrer aos movimentos pró-democráticos (como a Legalidade) e ao discurso tradicionalista? Qual a pertinência do discurso para o público alvo da banda nos anos de distribuição do álbum? Qual a pertinência da releitura feita quanto aos anos que sucederam o término da Ditadura Civil-Militar brasileira?

O eu-lírico de *Várias Variáveis*, cita em seu discurso a luta pela democracia como parte de um “sonho popular” da história rio-grandense (simbolizado no discurso do prólogo pela Praça da Matriz), sendo assim o álbum, em seu início, se mostra um forte manifesto artístico e político que mescla as lutas populares ao discurso tradicional regionalista, acentuado pelo “Herdeiro da Pampa Pobre”.

Usando-se de momentos históricos como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e os movimentos políticos pró-democráticos, como por exemplo, a Campanha pela Legalidade (1961), o eu-lírico gera uma ligação da situação do Peão que luta por sua terra e do ativista político que luta pela democracia. Há, no discurso, a ideia de circularidade histórica, presente nos *Motifs* e na evocação do mito do herói gaúcho. Tal ligação entre passado/ presente é perigosa e equivocada na perspectiva histórica, contudo ainda falamos de uma obra não composta por historiadores, e sim artistas. O que

não torna *Várias Variáveis* desprezível para a análise histórica, afinal esse discurso surge também como reflexo da sociedade e seu pensamento no contexto de produção do álbum.

Nos anos de lançamento da trilogia, ganha destaque os adjetivos direcionados à banda, que não desempenhava o papel midiático esperado de artistas ligados ao rock. Tendo sido taxados por “elitistas”, devido ao discurso alegórico e metafórico, rico em estrutura lírica e embasado em discussões propostas por diversos autores (como, por exemplo, a referência a Nietzsche e Sartre no primeiro álbum da trilogia e, ainda Moacyr Scliar em *Várias Variáveis*). Segundo o livro *Guia Rock Nacional Anos 80 – A década de ouro do rock brauca*

Nas letras, Gessinger fazia citações a filósofos e escritores, como o francês Jean- Paul Sartre e o franco-argelino Albert Camus. Foi o bastante para que parte da crítica taxasse os Engenheiros do Hawaii de elitistas e esnobes. Mas os fãs e os programadores de rádio não ligaram muito para os especialistas... (2016, p.97)

Em uma matéria publicada pela *Veja*, escrita por Juliana Resende no ano de 1992, que carregava o título de “Os gaúchos de 1 milhão de discos”, relatava: “indigestos pela crítica, mas devorados pelo público [...] já venderam 1 milhão de discos e são mais pop que o papa entre a gurizada que lota seus shows”. Conclui-se, então, que embora a banda não tivesse uma boa relação com os críticos, há certa comunicação e identificação com seu público consumidor, afinal como antes visto, pelo número de discos vendidos e o relato dos shows lotados, a mensagem que o Engenheiros do Hawaii propunha através de um discurso mais elaborado, com diversas referências de autores conceituados, ao contrário do esperado pela crítica, conversava, de certa forma, com o público.

Também é de extrema importância a forma como a banda é descrita pelos olhos da mídia fora do Rio Grande do Sul, sendo retratados como os “gaúchos” ou sempre fazendo a ligação dos Engenheiros como os representantes do rock pampeano. No ano de 1992, o *Jornal do Comércio (AM)*, relatava parte da trajetória da banda e seu sucesso perante ao público com a

manchete “Variáveis Gaúchas”. E é justamente a aproximação da banda com os cenários e conflitos rio grandenses que surgem como a causa dessa ligação automática do grupo à cultura gaúcha.

a banda [Engenheiros do Hawaii], por ser a principal das bandas gaúchas no tocante ao sucesso do BRock dos anos 80, em relação à diversas bandas do eixo Rio-São Paulo e Brasília, procurou firmar uma identidade gaúcha, apresentando diversas características de sua cidade e seu povo em suas canções e álbuns. (ALMEIDA 2015, p. 156)

Sendo assim, é justificada a ligação com o Rio Grande do Sul, uma vez que a banda cria uma identidade musical que se liga a identidade cultural de sua região de origem. O discurso político, por sua vez, acaba por se atrelar a estas visões tradicionalistas e mesmo ao tratar do país ao todo (como acontece em parte do álbum), ainda é presente a visão pampeana, uma vez que o eu-lírico é um exilado, ou seja, um estrangeiro percebendo o resto do país.

Desde as cores da capa da trilogia que formam a bandeira do Rio Grande do sul, passando pelas lutas populares da Praça da Matriz, o “Herdeiro da Pampa Pobre” (que tradicionalmente carrega o orgulho e a necessidade de lutar pelo que foi “perdido”) até o exílio, como lugar de reflexão, a identidade gaúcha se mantém presente no eu-lírico. Segundo o artigo Uma Certa Revolução Farrroupilha

de ações históricas marcadas por suas razões e sensibilidades, inseridas em determinada época, passam a ser traços atemporais, eternos, imutáveis, porque integrantes de um modo de ser, de um ethos, de uma identidade regional. Correspondem a um núcleo de positividade com alta capacidade agregadora, condição básica para as construções imaginárias de pertencimento (PESAVENTO 2009, p. 252)

Essa ligação, ou ainda, identificação é presente no cotidiano da tradição gaúcha, e é acentuada pelo Movimento Tradicionalista, pela narrativa histórica que mantém justificado e em ênfase a trajetória dos “heróis” que mantiveram-se no centro de um protagonismo histórico. O mito do herói gaúcho também é expresso em Várias Variáveis contudo, há diversas

“quebras” dessa tradição que acabam por tornar o “guerreiro” falho em sua trajetória e, portanto, diferente da figura sublime que conhecemos

o gaúcho constituiu-se culturalmente como um ser diferente dos seus pares nacionais. [...] a criação de uma figura mítica entrou em seu processo de formação. Vendo nisso uma possibilidade de fortalecimento cultural e conseqüentemente político, as elites locais agiram em busca da identificação do povo rio-grandense a esse passado recente de luta do gaúcho campeiro, transformando este selvagem num ser mais abrandado, mais “civilizado” e deslocando esse passado mítico para a figura do peão da estância e seu senhor. Os principais meios utilizados para essa construção ideológica foram a literatura e a história, por serem fortes veículos de caráter pedagógico e de comunicação social e cultural (CAMPOS 2008, p.17)

Portanto, considera-se, que embora parte do álbum carregue em alguns momentos essa construção inóspita cultural e social, a quebra da imagem do guerreiro, através do medo e da perda da conexão exclusiva com o sul do país em parte de sua trajetória, são características de extrema importância, afinal apontam a “saída” de uma versão já esperada e já muito narrada pela literatura e pela história. O “herói gaúcho” conhece outros pontos exteriores a sua trajetória: o eu-lírico junto as críticas e os conflitos presentes no discurso vão “além das fronteiras rio grandenses” .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante às reflexões anteriormente feitas no presente trabalho, conclui-se que, no que diz respeito ao discurso da obra, *Várias Variáveis*, em sua leitura dos anos que sucederam o término da ditadura civil-militar brasileira, apresenta ao ouvinte/leitor um fim caótico ao período, que deixou diversos problemas econômicos e um cenário instável.

As situações não resolvidas, representadas no texto pelos versos corridos, pelos segredos não revelados e pelas passagens subterrâneas, ocasionam no eu-lírico a desesperança, desistência e o medo, ainda que não seja possível afirmar que esta voz poética seja isenta ou alheia aos acontecimentos. O percurso do eu-lírico (de seu início ligado ao sul às reflexões do exílio e a conclusão cíclica) apresenta uma ideia de circularidade:

as situações, as melodias, os termos, voltam portanto, não possuem um fim delimitado.

Já da perspectiva histórica, percebe-se que *Várias Variáveis*, como parte da produção da banda Engenheiros do Hawaii, está ligada, cultural e estilisticamente a identidade tradicionalista sul-riograndense, por vezes, recorrendo a símbolos da tradição que remetem ao passado idealizado, ao mesmo tempo que, outras vezes, rompe conceitos como o mito do herói gaúcho. Tal ligação se dá pela identificação cultural com o mito tradicionalista, como antes citado. Esta perspectiva dá a banda uma identidade distinta no cenário da música brasileira da época, colocando-os como “representantes do rock pampeano”.

A visão da crítica, divergente com a receptividade do público é interessante também, uma vez que o consumo do álbum denota que, de certa forma e em algum grau, havia uma identificação entre o público e o discurso da obra.

Portanto, é possível concluir que a leitura de *Várias Variáveis* quanto ao período histórico e político que sucedeu a ditadura civil-militar brasileira, conversava com o público e, de certa forma, representava a desesperança e tom caótico presente na transição para a democracia. Neste momento, é preciso lembrar que os movimentos sociais e populares da época reivindicavam a memória dos segredos deixados pelo período ditatorial brasileiro ou seja, tal reivindicação pode ser vista como parte do “sonho popular” que permeia o álbum.

Embora o discurso das canções não fosse isento, ele trazia a dúvida sobre o caminho à seguir, os momentos de desesperança e medo, bem como a humanização da voz por trás do pensamento “racional” e crítico (como visto no epílogo). Tais questões criam um laço com a mesma sociedade que viu a democracia ser instaurada sobre a soterração do que não foi dito à sociedade em relação ao regime ditatorial e os crimes cometidos em nome de uma suposta “ordem”. A mesma sociedade que inaugurou um “sonho popular” sobre um alicerce instável de crises econômicas e sociais, recebidas como uma herança de um passado onde “o patrão era rei tendo poderes sobre o pão e as águas”.

A dúvida, o medo e até mesmo a tentativa de distanciamento de um pensamento crítico, em tal contexto, se mostram questões de fácil entendimento e até identificação por parte do ouvinte/leitor. Talvez, por este motivo, *Várias Variáveis* possua uma concepção distinta diante ao público e diante à mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. B. **Identidade Gaúcha na Obra de Humberto Gessinger**. Revista Seaculum – Revista de História., n. 32, jan/jun 2015 – ISSN 0104-8929. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27095/14446>

CAMPOS, A.E.Z. **De Andarilho a Herói dos Pampas: história e literatura na criação do gaúcho herói**. Universidade de Caxias do Sul, 2008.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: RJ Brasil Ouro sobre Azul 2006.

ENGENHEIROS DO HAWAII. **Várias Variáveis**. Rio de Janeiro: RCA Records, 1991. Disponível em: Spotify (<http://tiny.cc/9j9hez>). Acesso em: 01/08/201

GESSINGER, H. **Pra ser Sincero**: 123 variações sobre um mesmo tema. 1ª ed. Caxias do Sul: Belas Letras, 2009.

GUIA DO ROCK NACIONAL ANOS 80: a década de ouro do Rock Brazuca – 1ª ed. São Paulo: SNEL, 2016

LEENHARD, J. PESSAVENTO, S. **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. 1ª ed. São Paulo: Unicamp, 1999

OLIVEIRA, S. R. **Canções: letras x estrutura musical**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura. UFMG, 2006

PANTOJA, A. **Variáveis Gaúchas**. Jornal Commercio (AM) – 16/02/1992. Disponível em: (<https://enghawturbo.wordpress.com/2019/02/16/16-02-92-variaveis-gaucha-augusto-pantoja-para-o-jornal-do-commercio-am/>) acesso em: 10/09/2019.

PESSAVENTO, S.J. **Uma Certa Revolução Farroupilha**. In: Brasil Imperial vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

RESENDE, J. **Os gaúchos de 1 milhão de discos**. Revista Veja – Brasil – 18/01/1992. Disponível em: (<https://enghawturbo.wordpress.com/2018/01/18/180192-varias-variaveis-em-maceio-al/>) acesso em: 10/09/2019

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. In: Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOFÁ 89 – Humberto Gessinger – A Rádio Rock – Humberto Gessinger – São Paulo: A Rádio Rock, 2019. 20min48 – Disponível em YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=ELbem_TrLqU). Acesso em: 01/08/2019.

ST 27 **HISTÓRIA, SAÚDE** **E PATRIMÔNIO**

COORDENAÇÃO

JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES (UFPEL)

EVERTON REIS QUEVEDO (CESUCA/MEMÓRIA E CULTURA

UNIMED FEDERAÇÃO/RS)

“CONSELHEIRO DA FAMÍLIA”: UMA PROPOSTA DE SAÚDE EM FINS DO SÉCULO XIX

ANDRÉ PORTELA DO AMARAL
MESTRANDO EM HISTÓRIA, PPGH-UFSM
ANDREPORTELA14@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, o campo da saúde foi marcado por uma série de disputas entre diferentes concepções a respeito das doenças, bem como dos meios de cura e prevenção das mesmas. Tais modelos, baseados em formas específicas de pensar a saúde e a doença, serão aqui pensados na sua relação (de mútua influência) com a constituição das dinâmicas sociais no período estudado. O recorte temporal proposto nos remete à consideração das significativas transformações e tensionamentos nas relações sociais, pressionadas de vários lados, seja pela transição política no país, pela reconfiguração das relações de trabalho com a abolição da escravidão, pelo aumento demográfico nos espaços urbanos, pelas (re)discussões em torno dos saberes e práticas, bem como, por uma série de outras questões.

Os debates em torno da saúde foram desenvolvidos de diversos modos e em diversas esferas, as disputas em relação aos diferentes olhares sobre “doença”¹ (e, nessa linha, as sugestões de prevenção e cura) passaram

.....
1 Colocamos em parênteses o termo “doença” a fim de ressaltar a necessidade de que se atente aos usos políticos da doença, e, de modo central, à sua historicidade, pensando em como as noções a respeito do que é “sadio” e “doente” estão ligadas a disputas de poder, e como são (re)significadas e variam com o tempo e com o olhar empregado.

também pela definição das estratégias de legitimação e de difusão dos modelos propostos. Tais estratégias, como já mencionado, estiveram atreladas aos tensionamentos sociais e aos debates típicos do período. A produção de uma literatura médica, nesse sentido, pode ser pensada como um recurso de divulgação e defesa de uma suposta autoridade do saber apresentado.

A observação sobre a produção de manuais de saúde e a sua circulação em fins do século XIX nos ajuda a construir uma série de reflexões a respeito das características das discussões em torno de diferentes percepções de saúde e de doença, pensando as ligações e influências das sugestões de tratamento, traçando, assim, os caminhos e as estratégias adotadas pelos grupos a fim de garantir legitimação para tais propostas.

É nesse sentido que propomos um estudo sobre o modelo de prevenção e tratamento sugerido pelo médico homeopata estadunidense Frederick K. Humphreys, em seu manual de saúde “Mentor do Dr. Humphreys” de 1890; a fim de entender como a estrutura e o discurso apresentados no manual, bem como as estratégias de difusão, fornecem elementos para que possamos relacionar esse tipo de literatura ao seu contexto de produção, às propostas e às disputas no campo dos saberes e das práticas de cura.

UM MANUAL DE “SAÚDE PARA A FAMÍLIA”

Frederik K. Humphreys (1816-1900), médico homeopata estadunidense, desenvolveu em meados dos oitocentos uma indústria de medicamentos baseada em seu método de curar, defendido pelo autor como “inédito” pela simplificação nas doses e facilidade de aplicação, sem perder, no entanto, os efeitos curativos. Como estratégia de difusão, Humphreys produziu folhetos de divulgação das “maravilhas curativas” do tratamento pelos específicos, e na década de 1870 passou a comercializar um manual proposto como “conselheiro” para as famílias, o “Humphreys Mentor” – cuja edição de 1890 em língua portuguesa será aqui analisada. O manual também era distribuído em conjunto, e gratuitamente, no caso da aquisição da “botica da família”².

.....

² Caixa contendo os específicos “de A a Z”, possibilitando montar uma pequena farmácia.

Na literatura instrutiva desenvolvida por Humphreys, ao propor um modelo de cura e prevenção ancorado no uso de medicamentos (“específicos”) e no cuidado com as práticas (higiene), Humphreys tece uma discussão sobre suas percepções em torno das doenças e do seu acometimento e manifestação. Ao considerar como as moléstias acometem os humanos, o autor torna central a ideia do “equilíbrio” como chave para a saúde, a força vital poderia ser desequilibrada de inúmeras formas: pela carência de elementos vitais, pelas transmissões hereditárias, pelo contato com ambientes e elementos nocivos, assim como, pelas práticas inadequadas.

[...] Passou-se o tempo na história da raça quando as moléstias eram poucas e proporcionalmente fatais; porém, com o progresso e desenvolvimento do homem, elas tem aumentado milhares de vezes, porque existem centenaes de influencias em ação, e todas devem estar em harmonia para um resultado perfeito [...] O índio conhece somente poucas moléstias, sobretudo as de um caráter agudo e geralmente fatal, enquanto que o homem ou mulher inteiramente civilizado e desenvolvido estão sujeitos a influencias mórbidas quase sem número. (HUMPHREYS, 1890, p. 12)

A percepção da doença é diretamente vinculada ao desvio, apenas a partir da consideração dos desvios na força vital (desequilíbrio) seria possível pensar quais as necessidades do indivíduo e as formas de tratamento a serem empregadas para o reestabelecimento da saúde (equilíbrio). Como o autor considera uma tendência de manifestação progressiva da doença, a recuperação também poderia ser verificada por estágios visíveis de alteração no paciente em tratamento (características como: mudança de humor, manifestação da dor, alteração do apetite, alteração na respiração/batimentos cardíacos, e aparecimento/desaparecimento de lesões cutâneas. (HUMPHREYS, 1890, p. 14).

A estrutura de composição do manual se dá por uma introdução de apresentação do método de cura de Humphreys, onde o autor afirma insistentemente que seus estudos tiveram uma sólida base científica, e onde o mesmo procura legitimar o saber proposto e o diferenciar do “charlatanismo”. Num segundo momento, são feitas considerações sobre as causas e as formas de manifestação das doenças, sendo essas, então, apresentadas

nominalmente, junto com as sugestões de prevenção e tratamento (que passavam pela recomendação do uso dos medicamentos – os “específicos”, em associação com a atenção aos cuidados com o corpo e com o ambiente).

A prescrição dos medicamentos a fim de prevenir e curar não serve de forma isolada, mas sim combinada com a recomendação de cumprimento de normativas comportamentais (indicações higienistas a respeito dos espaços domésticos e de trabalho, assim como, das ações gerais relativas ao corpo), tais recomendações ganham, inclusive, subtítulos no manual. Uma das seções do livro é nomeada “higiene”, e trata mais diretamente de recomendações sobre os cuidados com a alimentação, o ambiente e as residências.

A proposição de tal literatura enquanto um manual de “saúde popular”³ ou como um “mentor” para as famílias se dá pelo intuito de ampliação do conteúdo para um público que incluísse leigos em medicina. A estruturação e apresentação dos temas de forma mais didática e o uso de uma linguagem acessível, ajudariam que o manual fosse sugerido como um guia prático de saúde. Os alegados benefícios do uso da “maravilha curativa” e o fácil uso dos medicamentos específicos (bastando a leitura atenta da literatura instrutiva) dão base para a sustentação do manual enquanto “conselheiro da família”.

Seria possível desenvolver um outro trabalho apenas tematizando, e buscando dar cabo de uma reflexão um pouco mais profunda, sobre as percepções de Humphreys em torno do que seria esse núcleo “familiar”: as suas divisões conforme diferentes “papéis” e seus reflexos para o acometimento por doenças (cujas manifestação se daria de modo diferente de acordo com o gênero e a faixa etária, o que justificaria a proposição de tratamentos e o estabelecimento de normativas de comportamento diferenciados, seguindo divisões em seções – de acordo com gênero e faixa etária, sem contar as observações de acordo com a atividade laboral, por exemplo).

.....
3 O “popular” nesse sentido, tem mais a ver com a estrutura do manual e as estratégias de construção da linguagem e da divulgação desse conteúdo, numa tentativa de alargamento do público no comparativo com outras produções de literatura médica desse mesmo período. A “popularização”, no entanto, parece ser limitada, e é condicionada a questões como os custos de aquisição e um contexto de altas taxas de analfabetismo, por exemplo.

O texto confeccionado por Humphreys reflete um posicionamento dentro de um campo maior, permeado por uma lógica de disputa entre diferentes propostas de pensar a saúde e a doença, bem como de fornecer elementos para a prevenção e a cura dos males da saúde. Tentando fugir daquilo que é identificado por Guimarães (2003) como uma tradicional oposição entre dois saberes (um popular e outro científico), divisão que limita o horizonte de observações, propomos o próprio estudo de manuais de saúde popular como uma forma de pensar outras possibilidades.

Ao mesmo passo que o insistente apelo ao rigor científico demonstra uma estratégia de construção de uma legitimidade, que passa inclusive pela edificação de uma autoridade sobre outros saberes que são de alguma forma considerados “menos apropriados”, ele demonstra uma tentativa de resistência aos ataques advindos do campo da medicina acadêmica ainda em vias de consolidação. Parece também interessante pensar as mesclas entre esse modelo de alegado profundo rigor científico com a reprodução de saberes e práticas populares (uso de ervas, por exemplo), algo que inviabiliza uma caracterização “popular” versus “científico”, mas que ajuda a pensar possibilidades de resignificação de técnicas e práticas de curar.

Humphreys faz uso de uma abordagem que adota uma linguagem simples e acessível para leigos em medicina, incorporando práticas da dita “medicina popular” (banhos e infusões, por exemplo) nas dicas de ações coadjuvantes ao uso dos medicamentos específicos; mas, por outro lado, busca afirmar – insistentemente – ao longo do texto, a legitimidade do saber que está propondo, baseado em um “rigor científico” (com anos de pesquisas e atestados resultados), evidenciando o quanto o curar também depende do convencer.

Entretanto que a ideia provoque um sorriso de incredulidade entre as que não estão iniciadas, todavia os milhares que tem assim escapado a Febre Escarlate, Diphtheria, Sarampo, Tosse Ferina, Febre Intermittente, e outras formas de moléstia, por este simples methodo, realisação que aquillo que á outros parece um gracejo, tem sido para eles uma realidade abençoada. (HUMPHREYS, 1890, p. 4).

O desenvolvimento das normativas presentes no manual do Dr. Humphreys depende da construção de uma ideia de legitimidade dos saberes propostos e da autoridade médica. Consideramos que o autor escreve de um lugar, e que suas ações refletem um posicionamento e determinados interesses, a proposição de uma aceitação do discurso serve para o exercício de poder. As recomendações higienistas ligadas à consideração dos hábitos e dos ambientes “adequados”, de alguma forma parecem estar ligadas à estruturação de um ambiente de crescente criminalização e patologização de grupos (e das práticas atreladas a esses).

O discurso médico cava uma aceitação, e, ao mesmo tempo, desarma as resistências, em grande parte ancorado pela construção de um regime de verdade. A proclamação de um saber enquanto legítimo se dá pela defesa da atestada validade dos seus pressupostos, através das bases científicas de elaboração das pesquisas e exposição dos resultados – a imprensa cumpre uma função importante nessa divulgação, e os intelectuais atuam também como agentes políticos. A autoridade (construída) desse discurso, possibilita a delimitação do “correto” e do “saudável”, em detrimento de outras práticas condenadas, evidenciando um exercício de poder e legitimação dos interesses de determinados grupos. (FOUCAULT, 1998).

Atentando para a uma noção explicitada pelo próprio autor, a respeito do papel central da imprensa enquanto meio de difusão dos ideais higienistas, cabe refletir como o material foi proposto nesse sentido, e, também, como a circulação desse tipo de literatura no país (verificada pelo grande número de anúncios em jornais do período) indica a influência e os usos de uma literatura estrangeira para a tentativa de construção de um “modelo de nação”.

Os rudimentos da Hygiene Medica devem ser ensinados e tornados attractivos nas escolas, até que se torne um dos resultados da educação das massas, e ao mesmo tempo um solido alicerce plantado para a promoção da Saúde Publica. Por meio desta educação geral, como pelo auxilio da imprensa, e livros populares de medicina, o conhecimento geral das causas da moléstia pode ser tão divulgado, á prevenir muitos soffrimentos existentes, e diminuir o desperdicio desnecessário da vida humana. (HUMPHREYS, 1890, p. 28).

Num período de transição política, com intensas transformações sociais e nas relações de trabalho (formação de uma massa de “trabalhadores livres” assalariados, compondo o espaço das fábricas, e, cada vez mais, inchando o território urbano), bem como, com intensas disputas entre modos do saber e de formatação de um “modelo de nação”, parece interessante relacionar a circulação de uma literatura médica no país – tal qual o tipo de material estudado – com a promoção e consolidação de um determinado projeto, fundamentado pelo ideal de “modernidade”, e, formulado a partir de interesses específicos.

A difusão da perspectiva higienista e o alargamento das noções de “Saúde/Higiene Pública” – protegidas sob o manto da suposta “legitimidade do rigor científico” – teriam um potencial de importante contribuição para a elaboração de justificativas para aquilo que Gioppo (1996) trata como a conformação de quadros de disciplinarização e segregação. A partir da construção de um discurso civilizador e vinculado ao ideal de “modernidade”, com a presença de linhas de observação de posturas “inadequadas” e condenadas (em sua maioria, práticas populares), o texto do autor serviria também como auxiliar dentro da formação desse ambiente – uma vez reconhecido o espaço fundamental da imprensa, nesse sentido.

As percepções e os discursos sobre as causas, prevenção e tratamento das moléstias vão se moldando e sendo atualizados de acordo com o contexto em que são produzidos. A apropriação e uso político desses discursos também serve para ações de manutenção de estruturas de poder ou para sua reconfiguração, ficando, no entanto, dependentes das capacidades de influenciar as pautas para a conformação de uma agenda.

No período seguinte à abolição da escravidão, por exemplo, as percepções sobre as causas das moléstias podem ser pensadas como fortemente ligadas à uma ideologia de criminalização da população negra no país (os hábitos “incorretos” e a vida “desregrada” e “insalubre” nos amontoados dos cortiços seria causa para os surtos epidêmicos, justificando políticas de repressão e controle social), além disso, o intuito de “domesticar” os trabalhadores, agora para o mercado de “trabalho-livre”, acompanha a promoção

de uma série de tentativas de regramento e controle dos hábitos e práticas do cotidiano.

Outro exemplo a ser pensado, é a sugestão de que as ações de demolição de cortiços e o alargamento de vias públicas na virada do século, sob a justificativa da prevenção contra as epidemias, têm um suporte ideológico que não é instantâneo, mas decorrente de décadas de circulação de ideias e do amadurecimento de debates de cunho higienista. Algo que daria base para a aplicação de políticas sanitárias, numa terapia radical nos centros urbanos. (CHALHOUB, 1996).

O ponto especial para um residencia sadia deve ser absolutamente falta de humidade; particularmente nos alicerces e cumieira. O lugar deve ser secco, de onde pode correr a agua; e, se não sobre um desfiladeiro natural, o escoamento artificial deve ser perfeito. O aspecto deve ser meridional; e o vento deve ter livre acesso em cada lado. Os quartos de dormir devem, se possível, confrontar o sol. [...] Se na cidade, a casa deve olhar para um parque, largo, ou outro lugar aberto, ou ao menos em uma rua larga e arejada, com um aspecto favorável. (HUMPHREYS, 1890, p. 102-103).

As indicações ligadas aos cuidados com o corpo e o ambiente nos propiciam uma série de questionamentos sobre sua relação com debates e embates típicos de um período de transição, convulsionado por transformações em curso: as disputas em torno de um “modelo de nação”, as novas relações sociais e de trabalho no pós-abolição, a crescente urbanização, etc. Buscamos entender (se, e como) a difusão da ideologia higienista que tem como baluarte os avanços científicos, e que se faz também um elemento estratégico para a defesa da propriedade e dos interesses econômicos de determinados grupos, atua no sentido de contribuir para a solidificação de um ambiente propício para uma intervenção na dinâmica social, por meio do uso do discurso médico- com participação incisiva do Estado – nas décadas posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da delimitação do recorte temporal do estudo (a década de 1890), levando em consideração um contexto de intensas transformações sociais e de um intenso debate em torno dos saberes e práticas (inclusive

de cura), sugerimos que a literatura instrutiva produzida por Frederik K. Humphreys, proposta enquanto um “manual de saúde popular”, se insere num contexto de disputas entre diferentes proposições de saber a respeito da saúde e da doença. O modelo de prevenção e tratamento apresentado por Humphreys não se enquadra numa simples oposição entre “científico” ou “popular”, mesclando elementos, com uma estrutura e disposição de conteúdo que pretendeu ampliar o alcance das discussões, mas que, relacionado ao contexto de produção, aparentemente, foi apropriado e serviu discursivamente para ações de manutenção do status quo de determinados grupos, dando base, inclusive, para um ambiente de condenação de práticas, em nome da “defesa da saúde”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub. — São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume I. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- GONDRA, José G. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GUIMARÃES, M.R.C. . **Civilizando as Artes de Curar**: Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular do Império. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 104 p. 2003.
- HUMPHREYS, Frederick K. **Mentor do Dr. Humphreys ou Conselheiro da Família para uso da Medicina Específica**. Edição Correcta e Augmentada. Nova York: Humphreys Homeo, Medicine Company. Cor. William and Ann Streets. 1873. Tradução 1890.
- WEBER, Beatriz T. **Como convencer e curar**: a introdução da homeopatia no Rio Grande do Sul. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.
- _____, Beatriz T. **Algumas considerações sobre história, saúde e homeopatia**. História Unisinos. V. 10, nº1, p. 26-34, Janeiro/Abril 2006.

ST 28
HISTÓRIA POLÍTICA E
HISTÓRIA SOCIAL EM
PROCESSOS: ACERVOS E
FONTES DOCUMENTAIS
POLICIAIS E JUDICIAIS

COORDENAÇÃO

GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD (UFSM)

JANILTON FERNANDES NUNES (UNIPAMPA)

TRABALHO E DISCIPLINA NAS INDÚSTRIAS DE PORTO ALEGRE (1941-1945)

TATIANE BARTMANN
DOUTORANDA UFRGS
TATI_BARTMANN@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de abordar as questões disciplinares nas relações de trabalho em um grupo de indústrias no Rio Grande do Sul, as quais foram fundadoras do Centro da Indústria Fabril (Cinfa)¹, serão analisados os processos trabalhistas cuja reclamação é principalmente a suspensão. Nessas ações, os trabalhadores(as) reivindicavam o salário que deixaram de receber por causa das suspensões, segundo eles(as), injustamente sofridas. Nos autos dos processos trabalhistas, pode-se verificar a menção a “perseguições” pessoais provocadas pelos chefes de seções. Diante dessas perseguições, ocorriam também, segundo os reclamantes, descontos salariais, rebaixamento de categoria, até mesmo, alterações no horário de trabalho do empregado.

Os processos trabalhistas analisados são os primeiros ajuizados de-

.....
1 O Cinfa é a atual Fiergs e as empresas fundadoras são: 1. A. J. Renner e Cia. 2. Kluwe Müller e Cia. 3. Barcellos Bertaso e Cia. 4. Nedel Jung Hermann e Cia. 5. Hugo Gerdau 6. Ernesto Neugebauer 7. Walter Gerdau 8. Otto Brutschke 9. Wallig 10. Cia. de Vidros Sul-Brasileira 11. Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegre 12. Tannhauser e Cia. Ltda. 13. Cia. Souza Cruz (fábrica) 14. Bopp, Sassen e Ritter e Cia. 15. Cia. Geral de Indústrias 16. Alberto Bins (Fábrica Berta).

pois da instalação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) em Porto Alegre, no ano de 1941 e vai até 1945, quando a Justiça do Trabalho (JT) deixa de pertencer ao poder executivo e passa a compor o judiciário. A JCJ é o órgão de primeira instância da Justiça do Trabalho que tinha a intenção de dirimir os conflitos de classes a partir de princípios conciliatórios, mas quando a conciliação não era aceita pelas partes, ocorria o julgamento que poderia resultar na procedência ou improcedência da reclamação.

Analisando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, mais especificamente o capítulo IV que trata “da suspensão e da interrupção” do contrato de trabalho, observa-se a distinção entre as suspensões e rescisões contratuais. O artigo 474, regulamentava que, cito a CLT em 1943: “a suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho”². Nesse sentido, as suspensões, desde que sejam menores a trinta dias, não importariam em interrupção de contrato, pois representaria o afastamento temporário do trabalhador.

Compreende-se, então, que as suspensões menores a trinta dias poderiam ser impostas pelos chefes de indústrias sem implicação legal, tratando-se de questões internas da empresa. Baseando-se na CLT, a própria Justiça do Trabalho reconhecia que a disciplinarização do trabalhador competia ao patrão e referia-se às regras no âmbito interno fabril, cito: “o poder que se atribui ao empregador de impor penas disciplinares, é uma decorrência da própria necessidade de ser mantida a disciplina, ordem e boa marcha do serviço, no local de trabalho”³. Assim, a interpretação que a JT faz da legislação trabalhista, contribui para a compreensão de que o poder disciplinar de impor suspensões no formato de penalizações aos empregados estaria a cargo do empregador.

Nestes processos, de modo geral, os trabalhadores denunciavam as injustiças sofridas no interior da empresa e, assim, clamavam por “direitos”

.....
2 Ver: BRASIL. Decreto-lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Artigos 471-476. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

3 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho – 4ª região. Processo no 439, de 1945. Processo trabalhista da 1ª JCJ de Porto Alegre.

expedindo demandas à Justiça do Trabalho. Por serem os primeiros processos ajuizados na JCJ, muitas interpretações da legislação trabalhista ainda seriam feitas e, possivelmente, nessa fase inicial existiria uma ausência de previsão normativa que estabelecesse o que seria justo nos casos de suspensões. Apesar dos direitos dos trabalhadores não estarem claramente estabelecidos pela legislação, como é o caso das suspensões disciplinares, havia o conhecimento entre o operariado sobre a atuação da JT, bem como, sobre a existência do apoio legal que teriam eles ao dar início ao processo.

CONFLITOS DISCIPLINARES DE TRABALHO

Como se sabe, cada estabelecimento empresarial reserva suas características particulares no crescimento industrial seguindo o modelo de desenvolvimento econômico das diferentes regiões do Brasil. Da mesma forma, as relações de trabalho e de dominação de classe também variam no interior fabril, nesse sentido, sobre as relações de trabalho nas indústrias sul-rio-grandenses, a historiografia de modo geral, aponta para as relações paternalistas, onde o patrão também é o modelo de “chefe de família” a ser seguido pelo operário. Entre essas obras, existem elogiáveis biografias e estudos de casos, nas quais o empreendedorismo do fundador se confunde com os valores germânicos trazidos do outro lado do Atlântico⁴.

Atentando para a concepção paternalista desenvolvida pela historiografia, destaca-se a pesquisa de Alexandre Fortes (2004) que analisa as relações de trabalho em duas empresas de origem germânica – Varig e Renner. Conforme o autor:

Esse paternalismo, embrionário desde a virada do século, encontraria sua forma madura nas políticas sociais da Renner e da Varig. Para além do atendimento a necessidades materiais e simbólicas dos trabalhadores, essas políticas alimentavam a imagem do capitão de indústria como pai de família que pretendia constituir no âmbito da empresa (Fortes, 2004, p. 63).

.....
4 Ver: SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: Empreendedorismo, Indústria Calçadista e Emancipação de Novo Hamburgo (1901 – 1935)*. 2006. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o Amor ao Brasil e o modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

Fortes explica que os trabalhadores, por sua vez, assimilariam essa imagem de “capitão de indústria” empreendedor, provedor e disciplinador, estabelecendo-se como o padrão a servir de exemplo ao operário (FORTES, 2004, p.63). A política paternalista, possivelmente, teria terreno fértil em fase inicial de industrialização, enquanto os pequenos estabelecimentos ainda eram compostos por empregados que partilhavam dos valores germânicos semelhantes ao do patrão.

Mas, tratando-se de estabelecimentos industriais com um mínimo de vinte e cinco operários trabalhando em um mesmo turno⁵, pode-se inferir que os trabalhadores possuíam um perfil cultural diversificado. Além disso, a política nacionalista implementada por Vargas valorizava o trabalhador brasileiro e questionava “uma das bases fundamentais da segmentação da mão-de-obra no interior dessas empresas: a que estabelecia que quanto mais germânico, mais qualificado era o trabalhador” (Alexandre Fortes, 2004, p. 67).

Sobre esse assunto, Benito Bisso Schmidt (2013) faz algumas ponderações ao estudar o caso do processo trabalhista iniciado por uma empregada da fábrica de calçados de Novo Hamburgo (Wist e Cia. Ltda), fábrica esta, de origem germânica. O autor compreende que a crescente interferência do Estado nas relações trabalhistas, possivelmente, contribuiria para o rompimento de “antigas solidariedades étnicas e, em sentido contrário ao que pretendia o governo, [estimularia] antagonismos de classe, ao possibilitar sua exposição na esfera pública” (SCHMIDT, 2013, p. 165).

Sendo assim, apesar do esforço do empresariado em manter o domínio dos empregados nutrindo sua legitimidade e autoridade no interior da empresa, o conflito não deixou de acontecer. Os processos trabalhistas analisados contribuem para a compreensão de que as relações entre empregado e empregador são por natureza conflituosas e, por esse motivo, o paternalismo pode ser pensado como estratégia empresarial para dirimir

.....
5 Conforme o Estatuto do Cinfa, somente poderiam se tornar membros do centro, aqueles empresários cujos estabelecimentos empregassem no mínimo 25 trabalhadores em um mesmo turno.

as desavenças, mas não impede que o conflito se estenda à esfera pública. Além disso, a intervenção da Justiça do trabalho aponta para o esgotamento das antigas solidariedades étnicas, colaborando assim, para a expansão do conflito de classes.

Analisando as relações de trabalho a partir do conflito percebe-se que no caso das suspensões disciplinares, o embate levado até a esfera pública questionava a autoridade disciplinar do chefe de indústria e suas prováveis práticas opressivas no interior fabril. Com isso, pode-se pensar também que a contrariedade patronal em permitir a intervenção da Justiça do Trabalho nas questões relativas a disciplina, em especial, demonstra sua inclinação em manter os modelos de chefe de indústria disciplinador, provedor e todas aquelas características apontadas pelo viés explicativo das relações paternalistas. Assim, conforme Luigi Negro e Edinaldo Souza, essas ações trabalhistas sugerem que:

(...) a contrariedade patronal ante a intervenção judicial no poder disciplinar, para além da defesa do seu arbítrio gerencial privado, expressava também seu apego ao despotismo fabril como meio de lidar com as tensões cotidianas da relação capital e trabalho (NEGRO e SOUZA, 2013, p. 129).

A referência ao “apego ao despotismo fabril” faz pensar no poder de mando exercido pela autoridade dos chefes de indústrias. Como se viu, a dominação era exercida de diferentes formas, seja através de suspensões, descontos salariais por causa de erros na confecção de uma peça, diminuição da oferta de serviços para os empregados faltosos ou pouco habilidosos em determinada função, entre outros.

Como se vai demonstrar através dos exemplos, nestas ações, a desavença acontecia, em primeiro lugar, entre o empregado e o mestre, pois, conforme explica Ana Monteiro Costa (2010), ao longo do crescimento e desenvolvimento industrial vai ocorrendo a delegação de poderes dos patrões para os mestres de seção. Estes, tinham como função supervisionar o trabalho e aplicar as regras da empresa. Em alguns casos, também treinavam os operários já que eram conhecedores da técnica fabril. Conforme a autora,

esses “gerentes de produção”, eram a autoridade setorial e “pressionavam os operários nas linhas de produção, tomando para si o papel de exploradores, ‘suavizando’ a figura do empresário capitalista” (COSTA, 2010, p. 144).

A partir dos processos de José Antonio Erbst contra a empresa Barce-los Bertaso e a ação de Antonio Maia contra a Cia Geral de Indústrias analisa-se o conflito entre mestre e empregado, bem como, entre empregado e patrão. O reclamante José Antonio Erbst que trabalha como cortador, reclama suspensão de três dias e afirma que está sendo “injustamente coagido no trabalho”. Na audiência de julgamento, a reclamada alegou que o reclamante foi suspenso por três dias por “ato de insubordinação” caracterizado pelo desrespeito com seu superior hierárquico, conforme se analisa no depoimento da reclamada:

que o reclamante foi suspenso por três dias porque praticou um ato de insubordinação; que o mesmo reclamante, tendo em mãos um determinado serviço para cujo acabamento é calculado o prazo de hora e meia já havia trabalhado, nessa tarefa, duas horas, estando, ainda na metade do serviço, por esse motivo o mestre lhe chamou a atenção, fazendo-lhe sentir o atraso e, perguntando quando pretenderia terminar; que, o reclamante respondeu, de maneira desrespeitosa a seu chefe de serviço, declarando que se quisesse serviço mais rápido que fizesse e que podia até, querendo ir fazer queixa ao chefe geral das oficinas, sr. Paulo Bertaso; que, tendo o mestre declarado que não faria nenhuma queixa o reclamante retrucou que o mestre não fazia queixa porque tinha medo e que ele mesmo iria fazer a queixa; que, de fato se apresentou ao referido chefe das oficinas, relatando o fato; que por esse motivo o sr. Paulo Bertaso lhe suspendeu por três dias; que, a firma reclamada nunca perseguiu o reclamante nem nunca pretendeu fazê-lo tanto que havendo como há motivo mais do que suficientes para demiti-lo nunca usou dessa faculdade; que efetivamente,(...) durante o período de julho de 1942 a julho de 1943 o reclamante faltou cinco dias inteiros e quarenta e cinco meio dias.⁶

Destaca-se no depoimento acima, a compreensão por parte da empresa de que o mestre estava fazendo o seu trabalho que implicava, entre outras coisas, pressionar o trabalhador para que o mesmo executasse sua tarefa da forma mais rápida e acabada possível, em casos de recusa do empregado, o mestre poderia suspendê-lo. Percebe-se também que a empresa, constrói a imagem de um empregado faltoso, desinteressado, pois “já havia faltado

.....
⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho – 4a região. Processo no 214, de 1945. Processo trabalhista da 1a J CJ de Porto Alegre.

durante longos períodos ao serviço” e, diante disso, a “complacente e tolerante” reclamada, podendo demitir o empregado, não usou desse recurso.

Por outro lado, José Antonio Erbst afirma que os fatos não ocorreram da forma narrada pelo representante da firma. Na argumentação do trabalhador, o mestre possui modos de tratamento ofensivos, enquanto o depoente possui boa conduta ao caracterizar sua resposta ao mestre como “delicada”. Cito o depoimento de Antonio:

de fato o depoente estava executando um trabalho que lhe exigia bastante tempo; (...) que na ocasião em que o serviço estava sendo executado nada lhe foi dito pelo mestre; que, tendo o depoente se ausentado para ir à privada foi abordado pelo mestre que lhe disse de maneira ofensiva em voz alta que assim como vinha trabalhando não era possível continuar; que ou trabalhava mais ligeiro ou então podia ir embora, pois estava demonstrando pouco interesse pelo serviço; que o depoente, então, delicadamente disse ao mestre que se tinha alguma queixa contra o depoente e desejasse o seu afastamento do trabalho, na qualidade de chefe de seção, poderia se dirigir ao chefe das oficinas, sr. Paulo Bertaso (...) que foi novamente maltratado pelo chefe que em termos brutos o mandou embora; que foi novamente se queixar, desta vez ao sr. Paulo Bertaso, tendo relatado o fato e, esperado a solução; que foi surpreendido com a penalidade de suspensão por três dias, penalidade essa que o depoente considera injusta, pois havia se queixado pelos canais competentes da atitude brusca do mestre, que não tem o direito de tratar os operários como se fossem escravos.⁷

Interessante notar que José Antonio Erbst, antes de reclamar na Junta de Conciliação e Julgamento, procurou o patrão reconhecendo que estava “se queixando pelos canais competentes”, portanto, tomava a atitude correta. Destaca-se também, a surpresa do empregado ao receber a suspensão do Sr. Paulo Bertaso, contrariando assim, a imagem da autoridade benevolente que o patrão buscava construir em suas atitudes de dominação.

As atitudes de dominação, bem como, a maneira como os trabalhadores interiorizaram essa dominação é a temática desenvolvida por José Sergio Leite Lopes (1988) ao analisar as relações de trabalho no âmbito interno da empresa têxtil Paulista, situada no município de Paulista em Pernambuco. O autor trata sobre um modelo particular de fábrica com vila operária,

.....
7 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho – 4a região. Processo no 214, de 1945. Processo trabalhista da 1a J CJ de Porto Alegre.

ou “das fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção” (LOPES, 1988, p. 16).

Relacionando a pesquisa de Lopes sobre as fábricas com vila operária, aos estudos que tomam por base o caráter paternalista nas relações de trabalho, nota-se que não necessariamente precisa existir a vila operária para que o domínio se estenda para a vida particular e familiar dos trabalhadores. A dominação exercida pelo patrão no interior fabril ocorre de diferentes formas nas distintas regiões do Brasil, mas compreende-se que todas elas são atitudes arbitrárias que contribuem para coagir e subornar os empregados.

Leite Lopes, aborda as relações no interior fabril como, por exemplo, o ritual de agregação ao mundo da fábrica, de apresentação ao patrão e alocação ao trabalho, enfatizando a “teatralização da dominação” como inculcação inicial da legitimidade do chefe de indústria. Nos depoimentos analisados pelo autor, os empregados da Paulista também sofrem com as atitudes ríspidas dos mestres de seções ou “os chefes intermediários” e “patrões imediatos”, segundo Lopes. Diante das tensões comumente geradas no interior da empresa, tem-se o exemplo do empregado “Serverino” da Paulista o qual foi demitido pelo mestre, mas em conversas com outros operários, descobriu que recorrendo ao “Coronel Frederico” chefe da empresa, possivelmente conseguiria reverter a situação. Depois de toda teatralização do Coronel Frederico, o empregado Severino foi readmitido no serviço⁸.

.....
8 Trecho do depoimento de Severino: “O Coronel frederico todo sábado já vinha passear para ouvir as queixas dos operários. Quem quisesse pedir ou fazer queixa já sabia que ele tinha aquele horário para ouvir os operários. Vinha com um guarda-costas, um preto bem forte, seu Armindo, e passeava assim ó (imita o andar prepotente do Coronel, com os dedos polegares das duas mãos enfiados nos sovacos e os outros dedos pegando nos suspensórios)”. Então eu fui até ele com minha mãe. (...) O Coronel Frederico de vez em quando olhava pra mim bem fundo e dizia: ‘É verdade isso que você está me dizendo, rapaz?’ E eu repetia sempre a mesma coisa, ali firme. Estava com um medo danado. Então o Coronel chamou o seu choffer e disse: ‘Fulano, sabe onde é a casa do seu Taylor [Mestre que expulsou Severino]? Pois traga ele aqui’. Aí é que eu comecei a tremer mesmo, a querer sair dali. Quando seu taylor chegou e estava saindo do carro, o Coronel virou-se para ele e disse: ‘Seu Taylor, quem é que manda nessa fábrica?’ Seu Taylor foi dizendo logo: ‘O senhor Coronel!’. ‘Então porque manda meus operários embora?’. ‘Mas seu Coronel...’. “E trate de falar com um português mais claro, viu’. Mas o Coronel era um alemão, entendia muito bem o português de seu Taylor. E Completou: ‘Diga a Dona Ruth que empregue esse rapaz amanhã’”. Ver: LOPES, José Sergio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

No caso de Severino descrito por Lopes, o conflito foi amenizado pelas atitudes do chefe da empresa, no entanto, o caso de José Antonio Erbst não foi resolvido o que levou o trabalhador a iniciar a ação na Justiça do Trabalho. Com estas comparações se demonstra que o interior fabril é permeado por conflitos, em alguns casos, as tensões são resolvidas no âmbito interno da empresa, mas em outros casos não há “teatralização” que impeça o empregado de buscar por seus direitos, rompendo assim, as relações paternalistas com o chefe.

Na sequência do processo de José Antonio Erbst, a testemunha da própria empresa reclamada, no seu depoimento, afirma que existem alguns serviços onde não se pode prever o tempo necessário para a sua realização, cito:

efetivamente, há alguns serviços que não podem ser feitos com a celeridade, pretendida pelo mestre, porque, às vezes, o papel é de má qualidade; que, não pode haver um cálculo certo de tempo para a execução do trabalho que estava, sendo, executado pelo reclamante, pois tudo depende das condições do material.⁹

Nesse depoimento, a testemunha da empresa contraria a própria alegação da reclamada e ainda apresenta um elemento novo para o julgamento: “o papel é de má qualidade”. Com isso, não havendo conciliação, a JCJ decide julgar procedente a reclamação e condenar a Cia Barcelos Bertaso, cito o resultado da ação:

considerando que a firma reclamada não provou de maneira satisfatória a sua alegação referente a falta cometida pelo reclamante, pois, considerando que o depoimento de suas testemunhas são contraditórios entre si e com a própria contestação; considerando, além disso, o procedimento anterior do reclamante e o fato de até, então, não ter havido qualquer queixa contra o trabalho por ele executado.¹⁰

Antes de analisar a atuação da Justiça do Trabalho, se quer tratar de outro dissídio que envolve questões muito parecidas referentes às relações entre o operariado, os mestres e os chefes das indústrias, é a ação de Antonio

.....
9 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho – 4a região. Processo no 214, de 1945. Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

10 Ibid.

Maia. Ele é empregado da empresa Cia Geral de Indústrias¹¹ há pouco mais de sete anos, declara-se ajudante de mecânico, mas no depoimento de uma das testemunhas, é dito que o reclamante Antônio Maia trabalhava temporariamente em obras no Hospital São Pedro, embora seu serviço habitual fosse dentro da fábrica. Essa informação se confirma no depoimento da reclamada quando diz que Antônio recebia um salário extraordinário de quarenta centavos a mais por executar um serviço temporário, mas que havia voltado a receber o salário normal de um cruzeiro e trinta centavos por hora.

Na reclamação inicial, Antonio Maia afirma “que foi suspenso por oito dias, injustamente, que ganhava CR\$ 10,40 por dia, que por isso reclama CR\$ 83,20 correspondentes aos dias de suspensão”. Porém, no depoimento da empresa reclamada é dito “que o reclamante foi suspenso em virtude de ter ameaçado um de seus chefes hierárquicos”. A ameaça, segundo a reclamada, ocorreu por causa do restabelecimento do valor salarial inicial ao empregado, mas a versão de Antonio é outra. Conforme o reclamante, o mestre começou a perseguir o depoente, ele declara que:

(...) em virtude de perseguições feitas pelo mestre ao depoente, e por outros motivos de serviço, abordou o mestre fora do serviço, ameaçando efetivamente; que os fatos passaram fora do local do trabalho; que a ameaça que o depoente fez ao mestre foi de ir ao diretor; que de fato efetuou o ato, aludido, tendo ido à presença do diretor, que deu razão ao depoente; que disse ao mestre que se iria vingar; que a vingança seria justamente nesse sentido, levar o fato ao conhecimento do diretor; que as suspensões são aplicadas pelos mestres.¹²

No depoimento de Antonio Maia, destaca-se a característica também encontrada no processo de José Antonio Erbst, a intenção do empregado de procurar o dono do estabelecimento nos casos de conflitos resultantes das relações no interior da fábrica. Sua “ameaça” era de delatar os fatos ao dire-

.....
11 A empresa nasceu da unificação de três fábricas gaúchas de fósforos: Fábrica Manoel Valente da Costa Leite; Fábrica de João Aydos e Cia; Fábrica Jung Secco e Cia. Fundada por Hugo Gerdau em 1914. BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. Indústria de Ponta. Porto Alegre: FIERGS/CIERGS, 2009.

12 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho – 4ª região. Processo no 3387, de 1943. Processo trabalhista da 1ª JCI de Porto Alegre.

tor e, de fato, teve essa atitude. Ele afirma ainda, que o diretor na ocasião, “deu razão ao depoente”. Mesmo assim, isso não impediu que fosse suspenso, pois diferentemente do “Coronel Frederico”, o chefe da Cia Geral de Indústrias não retirou a suspensão.

É importante observar também a intenção do ajudante de mecânico de procurar o mestre fora do ambiente de trabalho como se no exterior da fábrica ele estivesse distanciado das regras hierárquicas estabelecidas. No entanto, através da análise das leis trabalhistas e da historiografia, nota-se que as relações firmadas no chão de fábrica se estendem regulamentando as atitudes do trabalhador também no âmbito da sua vida privada.

Ao final do processo as partes não chegam em acordo e a Junta de Conciliação e Julgamento julga o caso improcedente, pois considera que o reclamante praticou atos de indisciplina, passível até mesmo de demissão. A Junta reafirmando sua posição como órgão competente à conciliar e julgar conflitos de trabalho, declara que ao se sentir prejudicado, o empregado deveria ter reclamado perante a JT e não ameaçado seu superior hierárquico, cito o parecer da JCJ:

que o [reclamante] de fato praticou ato de indisciplina, ameaçando o seu superior hierárquico de exercer contra o mesmo a vingança; considerando que o caminho a seguir, pelo reclamante, se considerasse prejudicado, deveria ser reclamar perante a Justiça do Trabalho, e não cometer ato de indisciplina, ato este passível até de demissão; considerando, pois, que a firma reclamada agiu de maneira condescendente aplicando ao reclamante apenas a penalidade mínima.¹³

Analisando esses dois processos nos quais os reclamantes reivindicam suspensões resultantes dos atritos entre operários e mestres, é interessante observar que naquele dissídio de José Antonio Erbst onde o patrão discordou do empregado e puniu o mesmo com a suspensão, a JCJ deu ganho de causa ao empregado. Já no caso de Antonio Maia o patrão deu razão ao empregado, mas a JCJ determinou ser improcedente a reclamação. Essa atuação da Justiça do Trabalho poderia indicar a ausência de parâmetros

.....
13 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho – 4a região. Processo no 3387, de 1943. Processo trabalhista da 1a JCJ de Porto Alegre.

reguladores e a necessidade desse órgão reafirmar sua função de conciliar e julgar autonomamente os conflitos de trabalho.

Observa-se, então, que há casos muito semelhantes tramitando na JT, os quais, no entanto, possuem resultados diferentes. Enquanto a maioria das ações são julgadas improcedente, outras com reclamações muito parecidas, podem ter a sorte da procedência. Larissa Rosa Corrêa (2007) pesquisando nos jornais dos têxteis de Jundiá (outubro de 1959), depara-se com uma matéria de autor desconhecido, na qual consta a afirmação de que grande parte das reclamações dos trabalhadores ouvidas nos corredores dos sindicatos questionavam as divergências nos julgamentos de casos muito parecidos ou até mesmo idênticos. Corrêa conclui, então, que a vitória do trabalhador também era uma questão de sorte, pois cada caso dependia de quem iria julgar e, devido as trocas corriqueiras dos juízes vogais nas JCs, era quase impossível saber com antecedência os responsáveis pelos processos.

Na medida em que os trabalhadores estão aprendendo a utilizar os novos mecanismos jurídicos, nota-se que eles tentam se adequar a perspectiva do empresariado afirmando que são trabalhadores com um bom desempenho de suas atividades, que não apresentam erros anteriores, que é a primeira vez que são suspensos. Nesse sentido, não se deve excluir a hipótese de que afirmar que o patrão lhes deu razão poderia ser uma estratégia para sensibilizar as autoridades responsáveis pelo julgamento, bem como, formular sua imagem como a de um operário disciplinado e leal que, antes de qualquer coisa, busca pelo seu superior para esclarecer os fatos ocorridos. Assim, compreende-se que a intervenção da JT, um órgão de poder estatal, na vida dos trabalhadores “leva-os a reagir em defesa de seus interesses e a encontrar nas próprias ideologias dominantes a saída para a solução de seus problemas” (FERREIRA, 1997, p. 34).

Ao estudar um grupo de trabalhadores ferroviários¹⁴ no Rio de Janeiro, Gláucia Fraccaro aponta para uma característica importante dos

.....
14 Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil no contexto da formação da classe operária carioca, da proclamação da República à greve geral de 1920, no Rio de Janeiro, iniciada pelos trabalhadores da Leopoldina Railway Company. Ver: FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

trabalhadores na sua análise, trata-se do uso da morigeração. Segundo a autora, “polidez, zelo no trato com outrem e boa educação parecem compor a imagem que se pretendia desenhar sobre esses homens”. Mas o uso da morigeração não está restrito aos trabalhadores ferroviários, como atenta Fraccaro, esse é um discurso utilizado pelos empregados de diversos setores de maneira a valorizar seus próprios serviços na “intenção de propagar o ideal de nobilização do trabalho” (FRACCARO, 2008, p. 21).

Nota-se o uso da morigeração pelo trabalhador que reclama na Justiça do Trabalho as penas disciplinares injustas que receberam. De modo geral, servem para reafirmar sua boa conduta disciplinar e, principalmente, o bom desempenho no serviço que executam. A tendência dos empregados é afirmar que trabalham na empresa há muitos anos sem que, no entanto, tenha ocorrido nenhum desconto salarial ou nenhuma suspensão anterior por causa de falhas no serviço e atitudes de insubordinação. Dessa forma, o trabalhador tenta convencer de que se trata de um fato eventual e por isso é injusto receber determinada punição.

Nos autos do processo se observa também, a declaração de que “foi a única vez em que o depoente errou” e que a falha na produção não se deu por sua culpa. Conforme os empregados, o defeito aconteceu porque o reclamante foi transferido de seção e designado a elaborar um serviço que era novo para ele, assim as falhas são justificadas pelos trabalhadores. Nota-se frequentes reclamações com relação às trocas de funções na empresa e, quando há mudança de atividade não há treinamento, como se pode inferir nos processos, a partir das declarações dos trabalhadores. Segundo os reclamantes, não existe a preocupação do patrão em treinar seus empregados. Mas, essa ideia não se verifica como uma reclamação explícita dos trabalhadores, pois se observa que a falta de instruções nas tarefas, apenas aparece nos depoimentos como justificativa para as falhas cometidas, nunca como reclamação e reivindicação.

É interessante analisar que as questões disciplinares podem ser pensadas ao passo em que são consideradas as estratégias empresariais para garantir qualidade e produtividade da indústria. A pesquisa elaborada por

Vinícius Donizete de Rezende sobre as relações de trabalho no setor produtivo de calçados de couro do município de Franca, São Paulo (1950-1980), ainda que tenha priorizado o estudo da mecanização da produção e deixado em segundo plano as relações de trabalho no chão de fábrica, denota a possibilidade em analisar a disciplinarização do trabalhador como estratégia do patronato para aumentar a produtividade. Conforme o autor, “logo, constata-se que as necessidades técnicas e disciplinares se complementaram” (REZENDE, 2012, p. 68).

Segundo Rezende, entre as estratégias empregadas pelo chefe de indústria “ocorreu a intensificação da disciplinarização da força de trabalho e a retirada do controle, ou o que restava dele, que os trabalhadores possuíam sobre o próprio trabalho” (REZENDE, 2012, p. 68). Assim, o trabalho contínuo e sob pressão do mestre de seção, a distribuição do trabalho que privilegia os empregados mais rápidos e assíduos, são maneiras do chefe de indústria exigir do trabalhador maior produtividade. Dessa forma, as penas disciplinares servem tanto como estratégia para produzir mais em menos tempo, quanto para reafirmar a posição do patrão como o responsável pela ordem no interior fabril, uma vez que, ao chefe cabe o poder disciplinar de impor as penalidades.

Analisando quantitativamente as sentenças emitidas nos processos envolvendo questões disciplinares, nota-se que do total de 26 ações, 12 foram consideradas improcedentes. As conciliações e procedências possuem a mesma proporção, são 5 conciliações e 5 procedências. Arquivamento e desistência da reclamação somam-se 4 processos. A partir da verificação dos resultados, chama a atenção a maioria findar na improcedência da reclamação, ou seja, 46% das demandas na JT foram sentenciadas de forma desfavorável ao empregado.

Pode-se inferir, então, que os processos que reclamam penas disciplinares na forma de suspensões, possivelmente, por se tratarem de conflitos envolvendo questões disciplinares fazem com que o operariado diminua seu poder de negociação e até mesmo de barganha, no pleito jurídico. Nesse contexto, os juízes classistas votaram, na sua maioria, em benefício do

empregador e reforçaram assim, a autoridade e autonomia dos chefes de indústria ao impor o rigor disciplinar nos estabelecimentos empresariais.

Contudo, a análise qualitativa das sentenças dos processos trabalhistas que tratam da temática sobre as suspensões disciplinares, demonstra que o fundamento no qual se baseavam os juízes vogais ou classistas era elaborado a partir dos depoimentos das testemunhas e das provas documentais. Uma vez que, a legislação trabalhista não definia o tempo de suspensão adequado para cada caso e a Justiça do Trabalho reconhecía o poder dos empregadores em impor penas disciplinares na forma de suspensões, os julgadores se apoiavam nos autos do próprio processo para julgar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964.** 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- COSTA, Ana Monteiro. **A Gênese do Empresário Gaúcho: uma interpretação a partir dos modelos de matriz institucional e de construção mental de Douglass North.** 2010. 186 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- FERREIRA, Jorge (Org.) **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas.** Caxias do Sul: Garamond, 2004. (Coleção ANPUHRS).
- FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. **Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920).** 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- LOPES, José Sergio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

NEGRO, Antonio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Que “Fosse Procurar os seus Direito”** – Justiça do Trabalho e Poder Disciplinar na Bahia: Insubordinação Operária, Autoridade Patronal e Mediação Judicial (1943-1948). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

REZENDE, Vinícius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro- calçadista de Franca-SP (1950-1980)**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. **A Sapateira Insubordinada e a Mãe extremosa: Disciplina Fabril, Táticas de Gênero e Luta por Direitos em um Processo Trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961)**. In.: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

ERA VARGAS E O MUNDO RURAL: OS LITÍGIOS JUDICIAIS NO NORTE SUL-RIO-GRANDENSE

VITÓRIA COMIRAN
BOLSISTA PROSUC/CAPES
MESTRANDA DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/UPF
VICOMIRAN@GMAIL.COM

RESUMO

Compreendendo a importância do estudo sobre o mundo rural para entender como a sociedade brasileira manteve-se estruturada durante o período de 1930-1945, a chamada Era Vargas, esta apresentação busca depreender o alcance efetivo das políticas socioeconômicas referentes ao mundo rural neste período histórico, assim como discutir quais eram estas políticas. Deste modo, através deste estudo, visamos compreender as relações presentes no processo de ocupação e ampliação da propriedade privada durante os três governos da Era Vargas: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945) através de um estudo da amostragem de três processos civis referentes à execução da 2ª Vara Cível da Comarca de Soledade como fontes. Buscamos, com isso, observar as continuidades e mudanças nos processos acerca da propriedade da terra durante os diferentes períodos da Era Vargas.

Palavras-chave: Era Vargas. Mundo rural. Propriedade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedica-se ao estudo do mundo rural pela perspectiva de processos civis como forma de compreender como este se manteve

estruturado durante a Era Vargas, entendendo quais eram as políticas desenvolvimentistas do governo ao mundo rural, e como este recebeu estas propostas, através, assim, do estudo de três processos civis dos períodos que englobam a Era Vargas: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

Os processos analisados estão presentes no acervo do judiciário do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. Este estudo foi organizado através das amostragens dos litígios, selecionados especificamente os processos de execução dentre os diversos processos judiciais da 2ª Vara Cível da Comarca de Soledade, referentes ao período de 1930-1937.

A escolha dos processos de execução foi intercalada através da metodologia e intenção presente na proposta de pesquisa. Se necessitamos verificar qual foi a repercussão de uma política desenvolvimentista do governo Vargas ao mundo rural precisamos analisar os processos que mais ocorreram dentro daquele período delimitado, logo das diferentes tipologias verificamos que os processos referentes à execução são os que estão em maior quantidade no período de 1930-1937; 21 dos 46 processos.

O litígio de execução, assim, corresponde àquele “procedimento para obter-se o cumprimento de uma obrigação mediante a constrição do devedor, sob pena de expropriação de seus bens ou suprimento de sua omissão.” (JUSBRASIL, 2018). Assim, os processos de execução têm, de fato, dois personagens, o credor e o devedor, que vão à justiça em busca da execução de alguma obrigatoriedade.

Compreendendo, assim, o porquê da escolha do processo de execução e o que ele visa, procuramos através dos três litígios identificarmos o alcance das políticas socioeconômicas desenvolvidas pelo governo varguista referente ao mundo rural. Como consequência da análise realizada dos processos, visamos a compreender as relações presentes no processo de ocupação e ampliação da propriedade privada durante os três governos da Era Vargas, observando as continuidades e mudanças nos processos acerca da propriedade da terra durante os diferentes períodos.

A CAPITALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE TERRA

O primeiro litígio analisado tramitou no Governo Provisório no norte do Rio Grande do Sul. O processo demonstrou muito dos primeiros anos do governo varguista. Deste modo, através da análise do mesmo conseguimos observar como ocorria o processo de execução da propriedade da terra através de litígio judicial neste período.

No litígio, sem número, estudado, referente à execução entre 1930-1936, podemos analisar o caso de Rudolpho Von Scharten, residente do 11º distrito de Soledade, que devia ao seu pai, o agricultor Carlos Von Scharten, residente do 9º distrito do mesmo município, a quantia de seis contos e duzentos mil réis. O processo analisado envolve membros da mesma família e a penhora de bens materiais, como casas e terras para pagamento da dívida adquirida. Sem adentrar nos detalhes morosos do processo clarificamos que, o processo foi parado quando o credor Carlos Von Scharten falece em 1936.

O litígio se refere à uma nota promissória de 05 de setembro de 1929 que havia vencido em 1930. A nota deveria ser paga em 180 dias com multa de 12% ao ano. Como esta não havia sido quitada ocorre o processo de execução iniciado pelo credor Carlos Von Scharten com a penhora dos bens de Rudolpho Von Scharten, seu filho. O mandado de penhora dos bens de Rudolpho Von Scharten ocorreram a partir da tentativa falha do oficial de justiça Silvério A. Pedroso de fazê-lo comparecer às audiências.

No decorrer do processo, como não houve a participação do devedor nas audiências seus bens entraram em penhora, neste caso um lote colonial e uma casa de madeira. Com seus bens colocados à venda, em 1931 surgem terceiros, Osvaldo Cunha e Geraldina Maria dos Santos dizendo-se credores de Rudolpho Von Scharten. Carlos Von Scharten afirmava que o executado já havia contratado para vender o lote de terras, no momento penhorado, a ele, e que, após Carlos Von Scharten pagar para seu filho o valor do lote, não havia sido assinada a escritura. Por isso, Carlos Von Scharten colocava-se como “possuidor” dos bens que estão sendo disputados por esses diversos credores de Rudolpho Von Scharten.

Neste processo podemos compreender um pouco sobre a relação que envolveu por um longo período a posse de terra no Rio Grande do Sul e o contexto nacional. Observamos que o Governo Vargas se constituiu a partir de 1930 por uma mudança de uma economia agrário exportadora para uma industrial e também auxiliou na constituição da propriedade de terra como fator de um avanço econômico e nacional através do avanço do capitalismo que se manteve em construção. Neste sentido, podemos observar, nesse litígio, o interesse, sobretudo, na apropriação e na importância da propriedade rural.

Percebermos, através da observação do processo, os interesses de diversos credores na propriedade de terra do então executado. A importância da propriedade de terra se dá, neste contexto, de surgimento de novos moldes sociais a partir de 1930 no que compreendemos no que Machado denomina de “processo de capitalização das sociedades modernas” (MACHADO, 2015, p. 1), ou seja, tornar da terra uma mercadoria, nada além de um produto.

Diante desse processo, em que verificamos uma ação de execução perante dívida, neste caso do executado para com outros credores, observamos a questão da propriedade a partir do que Machado chama de formas de exploração:

as formas de exploração e o preço da terra, ou seja, o uso e a produção econômica – financeira; ambas imbricadas histórica e juridicamente num processo no qual as diferentes camadas sociais interessadas entraram em conflito e encontraram os meios de acomodar o ordenamento jurídico aos seus interesses, capaz de auferir sobre tensões e disputas no interior da realidade rio-grandense e brasileira, numa perspectiva da racionalidade capitalista. (MACHADO, 2015, p. 8).

A formação capitalista no Rio Grande do Sul pode ser compreendida a partir de dois fatores, a ocupação, e a produção. Estes são, sobretudo, vertentes importantes e que são capazes de interferir sobre questões jurídicas a partir das diversas classes sociais, deste modo, observamos que:

a pequena propriedade e a agropecuária colonial (norte) e extensiva (sul) desempenharam um papel econômico e social decisivo na transição capitalista, pois promoveram

uma condensação econômica, via acumulação comercial e diversificação produtiva. E, com o povoamento de vastas regiões, criou-se uma ampliação expressiva do mercado interno e a formação de pequenos e médios capitais propulsores da expansão de atividade comercial e industrial, como também a reforma tributária possibilitou divisa financeira que viabilizou a aplicação em políticas públicas e outros setores produtivos. Portanto, foram essas características que atribuíram distintos pressupostos histórico-sociais do capitalismo no Rio Grande do Sul em relação às demais regiões brasileiras. (MACHADO, 2018, p. 2).

Podemos analisar a questão referente à expansão da atividade comercial, no período pós-1930, através dos diferentes mecanismos criados pelo governo varguista, por exemplo, os investimentos no setor rural para o posterior avanço industrial, interesse de aumento da propriedade rural por parte dos pequenos agricultores para, possivelmente, alavancar sua produção.

A necessidade ou interesse de expansão da propriedade cresceu com o avanço do capital a partir de 1930, a partir de uma visão de produção, ou seja, quanto maior a terra, maior sua produtividade, teoricamente. Por sua vez, a produção implica lucro e esse lucro se reflete em mais investimentos na propriedade e nos meios de trabalho. A produção, assim como o produtor, durante os discursos de Getúlio Vargas esteve aparelhada em um mecanismo de proteção. Exemplo disso é a criação do Crédito Agrícola que procurava auxiliar o produtor e a produção visando a uma resposta do investimento do Estado na propriedade e no produtor através do lucro posteriormente gerado.

Entretanto, do mesmo modo que a terra era utilizada como fator de expansão da propriedade, a partir de compra e venda, ela também era utilizada, na mesma concepção de mercadoria, quando usada como garantia hipotecária, empregue em especial aos casos ligados à execução (MACHADO, 2018). Nesse sentido, a propriedade de terra era utilizada como mercadoria que garantiria a venda desta para pagamento de uma dívida gerada posteriormente entre exequentes e executados.

Em relação à utilização da propriedade de terra posta em penhora, nesse processo, a propriedade mostrava-se produtiva para culturas agrícolas. Esse fator também nos demonstra a importância da policultura e como essa

foi tratada com relevância, tanto nos discursos de Vargas quanto na Constituição. Segundo Freitas, “em termos de produção agrícola, o incentivo à policultura surge como a principal marca da político-econômica após 1930 [...]” (FREITAS, 2015, p. 4).

O processo em defesa da policultura relacionava-se com o fortalecimento da economia nacional e a indústria crescente, como é o caso do Instituto do Cacau e o Instituto do Açúcar, criados durante o Governo Provisório e que alavancaram a economia e a produção nacional.

A CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS VARGUISTAS

O processo de execução sem número referente ao Governo Constitucional ocorreu no primeiro semestre de 1937 e foi executado pelo Banco da Província do Rio Grande do Sul contra Prudente Jacques de Camargo e João Jacques de Camargo. Os réus deviam uma quantia de quatro contos e seiscentos e vinte e nove mil e novecentos réis, o reajustamento deste valor foi negado, através da tentativa que oportunizava a Lei de Reajustamento Econômico – lei criada no início da década de 1930 para diminuir o déficit do setor agrícola nacional em virtude da grande depressão (1929) que afetou a produção agrária nacional (PELÁEZ, 1968).

O banco reivindicava o pagamento da dívida ou a penhora dos bens dos dois executados. Como consequência do não pagamento da dívida foi colocado à penhora dois lotes de terras, um total de 20 alqueires dos executados. Em 24 de abril do mesmo ano, houve o acréscimo, por parte do réu, de dois lotes de terras, um total de 40 alqueires, totalizando 4 lotes de terras para o pagamento da dívida com o Banco da Província do Rio Grande do Sul.

Nesse litígio, observamos novamente a penhora de propriedades rurais em decorrência de dívidas adquiridas, no entanto, o credor neste caso é o Banco da Província do Rio Grande do Sul. Destarte, podemos observar a relação entre forças quanto ao interesse na propriedade de terra, como menciona Machado “[...] através da organização e prática do Judiciário, permite verificar como a tentativa de equacionar a legitimação estatal da apropria-

ção e o controle da propriedade privada da terra dá-se por relações sociais de força.” (MACHADO, 2015, p. 3).

O Banco da Província do Rio Grande do Sul foi criado em 1928 e atuou ofertando créditos aos produtores, consoante o produto plantado por estes; assim, esse incentivo acarretou a produção agrícola do estado do Rio Grande do Sul. O auxílio pode ser exemplificado no que elucida Farias:

De um lado os pequenos proprietários agrícolas de origem colonial imigrante, que há muito enfrentavam um processo de pauperização crescente, de outro, os latifundiários, emergindo de uma crise da agropecuária rio-grandense e também sem chance de introduzir maiores renovações no campo. Desta forma, havia pouco capital acumulado e poucas chances de se introduzir uma lavoura mecanizada de moldes capitalistas. (FARIAS, 2015, p. 7).

A criação de um crédito pode ser compreendida tanto através da concepção da frágil produção, quanto a difícil modernização do campo e o interesse em investimento nos setores agrícola e pecuário. O crédito rural surgiu como método de investimento em que o Estado se tornava o investidor.

O MUNDO RURAL COMO MUDANÇA OU CONTINUIDADE?

O processo de execução sem número que ocorre durante o Estado Novo, entre 1937-1945, foi realizado por Euzébio dos Santos Ortiz contra Justino Gomes de Oliveira e Oswaldino Rodrigues da Silva. No processo, Justino Gomes emitiu uma nota promissória no valor de dois contos e duzentos e trinta e dois mil réis, tendo Oswaldino Rodrigues como avalista. A nota foi emitida em dezembro de 1932 e o executado teria seis meses para pagar o valor informado anteriormente ou pagaria 18% ao ano de juro.

Com a falta do pagamento foi solicitada a penhora dos bens do executado. Através da penhora de seus bens, uma parte de terras de 237.624 m², doadas por sua mãe Eufrázia Rodrigues da Silva, o réu teria que quitar o valor total de três contos e dez mil réis. Em 8 de março de 1938, o bem foi avaliado no valor de dois contos e setecentos mil réis. Em dezembro de 1938, um novo edital foi publicado com a data de uma nova audiência para

arrematação do bem, sendo 15% do valor do bem abatido e este custando um conto novecentos e cinquenta mil e setecentos e cinquenta réis.

No início da década de 1940, o exequente Euzébio dos Santos Ortiz solicitou a propriedade de terra, já que nenhum interessado em licitar o bem apareceu durante as audiências. Assim, em 19 de julho de 1940, o juiz concedeu-lhe a propriedade a partir do pagamento dos impostos em decorrência das certidões emitidas durante o processo no valor de Cr\$ 1.000,24.

Nesse litígio, assim como nos anteriores, observamos as mesmas questões da propriedade de terra utilizada com o viés de capitalização, comercialização, a terra como mercadoria que pode ser penhorada para o pagamento de dívidas.

Neste sentido não observamos grandes modificações da estrutura do mundo rural frente ao que indicava os discursos de Getúlio Vargas; estes desejavam uma mudança da estrutura rural. no que tange à questões referentes ao latifúndio, uma supressão progressiva deste, valorizando assim a pequena propriedade, não identificamos esses anseios na prática, pois a estrutura fundiária continuou sobre o viés da mercantilização.

Observamos que a terra está envolta no processo de comercialização no caso dos três processos. Assim, observamos que “[...] a estrutura fundiária foi intocável, deixava a terra a mercê de quem desejava ampliar suas posses utilizando da estrutura judiciária e legal [...]” (MACHADO, 2015, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte os três processos de execução analisados brevemente nos evidenciaram, que, durante os governos de Getúlio Vargas, não ocorreram mudanças significativas no processo de representação do mundo rural e, sobretudo, nos processos de mudanças acerca do papel da propriedade de terra.

Sem mudanças concretas, observamos nos litígios que a propriedade de terra continuava a ser utilizada como mercadoria em um processo de capitalização. Essa capitalização pôde ser vista nas três amostras,

demonstrando que a compra das propriedades penhoradas era utilizada para aumentar e viabilizar a produção, gerando mais lucros ao produtor. No entanto, compreendemos que os pequenos produtores estavam submetidos aos interesses dos latifundiários e dos bancos, que dispunham de créditos; os pequenos proprietários, sem condições de pagar as dívidas, acabavam por perder seu bem, posto à penhora, e muitos destes eram comprados por um grande produtor para ampliar sua propriedade.

Nesse particular, podemos depreender que o projeto desenvolvimentista de Vargas ligado ao capital industrial e ao nacionalismo visavam o amparo ao pequeno produtor, ao incentivo à policultura, à produção agrária para a industrialização, entretanto, este projeto resultou no processo de continuidade das práticas demonstradas acerca da propriedade no período anterior a 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIAS, Álisson Cardozo. **Getúlio Vargas e o RS: política, economia e medidas para a terra (1930-1937)**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 3., 2015. Anais eletrônicos... 2015.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Hucitec, 2014.
- JUSBRASIL. Processo de Execução. 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/300083/processo-de-execucao>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MACHADO, Ironita P. **Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2012. 336 p.
- MACHADO, Ironita P. **A propriedade da terra em litígio: uma perspectiva histórica**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 3., 2015. Anais eletrônicos... 2015.

MACHADO, Ironita P. **Vargas, política econômica e o mundo rural no Rio Grande Do Sul**: o capitalismo em construção – 1930 a 1945. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH RS – DEMOCRACIA, LIBERDADE E UTOPIA, 14., 2018, Porto Alegre. Anais Eletrônicos... Porto Alegre: Anpuh-RS, 2018.

PELÁEZ, Carlos Manoel. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 15-47, dez. 1968. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1707>>. Acesso em: 6 nov. 2018

PROCESSO DE EXECUÇÃO. Carlos Von Scharten vs. Rudolpho Von Scharten; 2ª Vara Cível Comarca de Soledade, 1930-1936. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, acervo do Judiciário.

PROCESSO DE EXECUÇÃO. Banco da Província do Rio Grande do Sul vs. Prudente Jacques de Camargo e João Jacques de Camargo; 2ª Vara Cível Comarca de Soledade, 1937. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, acervo do Judiciário.

PROCESSO DE EXECUÇÃO. Euzébio dos Santos Ortiz vs. Justino Gomes de Oliveira e Oswaldino Rodrigues da Silva; 2ª Vara Cível Comarca de Soledade, 1937-1945. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, acervo do Judiciário.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MILITÂNCIA ANARQUISTA EM BAGÉ (RS) NO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

ANDRÉ VINICIUS MOSSATE JOBIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
VINICIUSJOBIM@GMAIL.COM

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre o movimento operário e a militância anarquista de Bagé (RS) a partir da Primeira República (1889-1930). Tendo como base as reflexões da História Social do Trabalho, serão discutidos os seguintes pontos: a fundação da União Operária em 1898 e da Liga Operária em 1913, as trajetórias dos militantes anarquistas Dorval Lamotte e Venâncio Pastorini Sobrinho, e a consolidação da cidade de Bagé como centro libertário no estado.

Palavras-chave: Anarquismo, Movimento Operário, Bagé

INTRODUÇÃO

Nos anos noventa do século XX, a influência dos trabalhos de Eric Hobsbawm e Edward Thompson se fez presente entre historiadores brasileiros, especialmente nos estudos sobre o movimento operário organizado e a formação da classe trabalhadora durante a Primeira República (1889-1930). Estas pesquisas se concentravam basicamente em fontes jornalísticas e memórias produzidas pelos próprios militantes. Posteriormente, com a ampliação dos programas de pós-graduação na área de história, e a formação

do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho (no ano 2000), outros temas e novas fontes tornaram-se alvo dos pesquisadores.

Como exemplo, é possível citar os enfoques renovados sobre escravidão, cultura operária, trabalho doméstico, rural e indígena, relações entre classe, gênero e etnia, além dos estudos sobre as conexões internacionais mantidas pelos trabalhadores, no âmbito da História Global (sobre essa renovação ver LINDEN, 2009; e POPINGIS; TERRA, 2019). Em termos de fontes, foram incorporadas às análises diversos documentos disponíveis em arquivos judiciais, policiais e diplomáticos, sem contar o imenso material que vem sendo disponibilizado por meio de sites na internet.

Em suma, foi possível perceber uma ampliação gradual do conceito de trabalhador, e uma expansão dos recortes temporais das pesquisas, que se debruçaram sobre a história colonial até às atuais formas de precarização do trabalho com a disseminação do uso de aplicativos.

Tendo em vista a ampliação das temáticas e das fontes no campo da História Social do Trabalho, questões presentes nos primeiros estudos da área, acabaram ficando em segundo plano, tais como a formação do operariado e de suas associações no final do século XIX e começo do XX. Pois, é exatamente nessa perspectiva “tradicional” que o presente artigo se coloca, ao apresentar dados ainda incipientes sobre a formação de associações de trabalhadores e da militância operária e anarquista na cidade Bagé (RS), entre o final da Primeira República (1889-1930) e o início da Era Vargas (1930-1945).

Os dados aqui referenciados foram obtidos por meio de uma vasta documentação bibliográfica e jornalística disponível no Museu Dom Diogo de Souza, ligado à Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Lá foram encontrados panfletos e jornais relacionados à União Operária e à Liga Operária, fundadas, respectivamente, em 1898 e 1913. Além disso, as fontes pesquisadas também evidenciaram a expressiva produção da imprensa operária local. Foram identificados jornais pertencentes a determinadas categorias profissionais e outros vinculados a correntes políticas específicas. Por fim, tivemos acesso a dois livretos publicados pelo militante Venâncio

Pastorini Sobrinho. Embora essas obras ultrapassem o recorte cronológico de 1930, tornam-se importantes justamente pelo fato de terem sido escritos por um personagem que ganhou notoriedade no cenário do movimento operário sul-rio-grandense.

Desse modo, iremos propor duas considerações básicas sobre o significado de Bagé e de sua militância anarquista, no contexto do movimento operário gaúcho a partir da Primeira República. A primeira delas é a importância da cidade como um centro relevante de lutas dos trabalhadores no interior do estado, e a segunda é a grande concentração de libertários no período de declínio da hegemonia anarquista no Rio Grande do Sul.

A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO OPERÁRIO ORGANIZADO

Ainda na década de 1990, uma série de pesquisas desenvolvidas por historiadores gaúchos contribuiu para desfazer a concepção de que o movimento operário do Rio Grande do Sul estava circunscrito às cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Nesse sentido, ganharam destaque cidades como Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Ijuí, Passo Fundo, entre outras. No caso de Bagé, nota-se que não há estudos específicos sobre o movimento operário da cidade. Entre os motivos dessa lacuna pode-se cogitar algumas explicações. Inicialmente, a sua imagem sempre esteve fortemente associada a uma economia voltada para a agricultura e para a pecuária. Portanto, a figura tradicional do operário não corresponderia às características econômicas do município. Além disso, a documentação existente no Museu e no Arquivo Público Municipal, relacionada ao movimento operário, não foi alvo de análises mais detalhadas por parte de historiadores locais.

Através da leitura de artigos, teses e dissertações, foi possível observar que a cidade aparece mencionada em inúmeros estudos sobre o tema, seja em relação às suas agremiações, periódicos ou militantes, mas nunca de forma sistematizada. Obviamente, aqui não será o espaço para realizar essa tarefa hercúlea, entretanto, alguns passos iniciais podem ser dados.

LONER (2010), em artigo sobre as Ligas Operárias no Rio Grande do Sul, salienta que nos primeiros anos da República, setores vinculados ao trabalho procuraram inserir-se nas instâncias políticas do país, como meio de expressar seus próprios interesses. Pelo fato desse setor ser ainda entendido de forma homogênea, as diferenciações de classe não eram visíveis. Reivindicações propriamente operárias, tais como a limitação da jornada de trabalho e a luta por melhores salários, disputavam espaço com pautas patronais, exemplificadas por medidas protetivas à indústria e ao comércio. Para se ter uma noção mais clara dessa situação, basta mencionar o fato de que empresários chegaram a ser escolhidos como candidatos às eleições por partidos operários. Foi dentro deste quadro que surgiram as Ligas Operárias no Rio Grande do Sul, as quais, embora carregassem a expressão “operárias” nas suas denominações, acabavam por congregiar, muitas vezes, interesses de amplos espectros políticos e econômicos (LONER, 2010, p. 116).

Em Bagé surgiram duas instituições que se constituíram a partir desses parâmetros. A primeira foi a União Operária de Socorro Mútuo e Beneficente, fundada em 24 de abril de 1898. Na ocasião de sua fundação, a declaração do presidente Ferdinando Martino chama a atenção:

A Sociedade União Operária de Bagé, por não se achar plenamente versada sobre os fins das Ligas Operárias Socialistas e atendendo a que em Bagé não existem fábricas nem oficinas com número crescido de operários, e atendendo também ao louvável procedimento de quase todos os chefes das poucas oficinas de trabalho que pagam não só generosamente, mas que ainda tratam seus empregados com acatamento de verdadeiros amigos e protetores, convinha fundar-se a sociedade com o título de União Operária de Socorro Mútuo e Beneficente, pois que formando um pecúlio capaz, serviria para socorrer a todos aqueles sócios que por doença ou infortúnios da sorte se achavam sem recurso e sem trabalho (...) (CORREIO DO SUL, Bagé, 1º, mai. 1982, n.p).

Percebe-se na fala do presidente, a exclusão do caráter “socialista” da entidade, bem como o reconhecimento da generosidade patronal, que contribuiria para ampliar as rendas da associação.

A segunda foi a Liga Operária de Bagé, fundada em 29 de novembro de 1913, que, tal como a anterior, congregava patrões e empregados inicial-

mente. Os dados levantados por SILVA (2018, p. 142-143) destacam um fator relevante sobre essas associações: ambas possuíam em suas diretorias trabalhadores negros, em especial a Liga Operária. Além disso, diversas entidades negras da cidade utilizavam de forma recorrente os salões das agremiações classistas para realização de festejos e atividades comemorativas.

Portanto, levando em consideração os pontos aqui mencionados, abrem-se diferentes possibilidades de pesquisa, que abarcam desde as transformações no discurso de classe dessas instituições, bem como a atuação de trabalhadores negros nas congregações operárias do pós-abolição na cidade de Bagé.

DORVAL LAMOTTE: DO ANARQUISMO AO GOVERNISMO

Dorval Lamotte nasceu em Bagé, no dia 21 de agosto de 1903. Foi acadêmico do curso de Direito, editor do jornal *O Confessado* (1926), e redator-chefe do periódico *O Theimoso*, do clube carnavalesco negro *As Teimosas*. Casou em 1931 com a poetisa Maura de Senna Pereira na cidade de Florianópolis, para a qual se mudou devido à Revolução de 1930, chegando posteriormente a Porto Alegre, em 1933. Foi integrante do grupo cultural dos Livres Pensadores, responsável pela publicação do jornal anarquista *Emancipação* (1928). Além de Lamotte, o grupo era constituído por seu irmão, Sebastião Lamotte, Cecílio dos Santos, Francisco Fernandes e Venâncio Pastorini, considerados os “anarquistas históricos” de Bagé (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 67).

A trajetória de Dorval Lamotte abre espaço para importantes questionamentos. Um deles é a saída de Florianópolis para Porto Alegre. De acordo com as fontes pesquisadas, essa mudança ocorreu porque Lamotte passou a ocupar um cargo público na capital gaúcha após a Revolução de 1930 (SCHOREDER, 1997, p. 72). Pelas menções encontradas no jornal *A Federação* (Porto Alegre, 18. Jul. 1933, p. 4), sua função seria no poder executivo do estado, ou seja, no governo de Flores da Cunha, que, naquele contexto, ainda estava ao lado de Getúlio Vargas. Como salienta Benito Schmidt, ao discutir a influência das teorias científicas e positivistas no movimento operário gaúcho no início do século XX, essas concepções parecem

[...] ter contribuído para a adesão de alguns dos mais destacados líderes socialistas e comunistas – *mas não dos anarquistas*, entre os quais a influência desta doutrina era menor, pelo menos segundo as fontes consultadas – do estado ao PRR e, no pós-30, ao governo trabalhista de Vargas, oriundo das fileiras do PRR, e que também bebeu dos ensinamentos positivistas (SCHMIDT, 2001, p. 123) [grifo nosso].

Como se pode perceber, essa mudança de perspectiva política na trajetória de alguns militantes não é nova, porém, ganha relevância por se tratar de um caso raro de militante anarquista que adere ao governo varguista.

A outra questão diz respeito às referências de violência cometidas por ele contra sua esposa, Maura de Senna Pereira, com quem foi casado até 1940. Em entrevista concedida em 1990, a escritora revela que Lamotte teria a ameaçado diversas vezes com um revólver, exigindo que se exonerasse do seu trabalho como professora em Santa Catarina (KALCKMANN, 2007, p. 60). Isso denota as limitações dos discursos de esquerda, que, embora defendessem lógicas de igualdade, eram marcados, em muitos casos, por práticas de controle e violência contra as mulheres.

Assim, esses dois fatores aqui referenciados abrem perspectivas para discutir as relações de gênero na vida de militantes de esquerda no Rio Grande do Sul, e a ambiguidade que envolve a ocupação de cargos públicos por anarquistas após a Revolução de 1930 no governo de Getúlio Vargas.

A LONGA MITÂNCIA DE VENÂNCIO PASTORINI SOBRINHO

Diferentemente de Lamotte, Venâncio Pastorini Sobrinho seguiu até o final de sua vida defendendo os ideais libertários. Nascido na cidade de Rio Grande (RS) em 12 de março de 1885, atuou na Liga Operária da cidade, e, ao mudar-se para Bagé, tornou-se fundador da União Geral dos Trabalhadores, em 1919. Foi editor do jornal *A Dor Humana*, também em 1919, e fundador de duas entidades culturais anarquistas: Os semeadores e o Grupo Cultural dos Livres-pensadores. Em 1931 foi redator do periódico *Emancipação* e em 1946 foi editor do jornal *Novo Dealbar*, juntamente com o anarquista espanhol Reduzindo Colmenero (MARÇAL, 1995, p. 137-138).

Sua militância foi intensa e muitos panfletos dos quais foi o autor, se perderam. Nas fontes pesquisadas, duas obras foram identificadas. A primeira foi *Cartilha libertária sem Máscara* (1962), na qual o autor tece críticas pesadas ao capitalismo burguês e à Igreja Católica, entendidas como bases de sustentação do poder que impede a organização de um sistema social justo e harmonioso, que somente o anarquismo pode proporcionar. O outro trabalho intitula-se *Em Marcha para o Socialismo* (1946), em que Pastorini diferencia o socialismo soviético do socialismo libertário, destacando que a existência do Estado sob qualquer forma é algo nefasto aos trabalhadores. Sem uma lógica muito clara na sua escrita, o autor também faz avaliações sobre Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e o Partido Trabalhista Brasileiro.

A partir dos documentos em questão, fica evidente a defesa apaixonada de Pastorini pelo estudo e pela educação como meio de tomada de consciência e de transformação social: “o estudo forma homens livres, e a cultura forma coletividades conscientes de seus direitos e deveres” (SOBRINHO, 1962, p. 32). Esse traço, aliás, é uma característica histórica dos grupos libertários brasileiros, responsáveis, por exemplo, pela criação das chamadas Escolas Modernas, que existiram em São Paulo e Porto Alegre no começo do século XX. Nesse sentido, a impressionante produção escrita do autor, mostra sua crença na palavra como forma de difundir os ideais anarquistas. Allyson Viana destaca que, já na década de cinquenta,

[...] além dos livros da [editora] Progresso, de Salvador, apenas as edições de autor do anarquista Venâncio Pastorini Sobrinho, de Bagé, Rio Grande do Sul, representaram exemplares de edição libertária fora das duas maiores capitais do país. Pastorini foi responsável, já destacamos, entre os anos 1940 e 1960, por dezenas de boletins, panfletos, folhetos e opúsculos escritos, editados e distribuídos por ele próprio na região Sul e que chegavam aos militantes de outras regiões via correspondência postal (VIANA, 2014, p. 258-259)

BAGÉ: UM DOS NÚCLEOS DO ANARQUISMO GAÚCHO

Para além desses aspectos relacionados à biografia de importantes militantes anarquistas de Bagé, é fundamental pensar o contexto do movimento operário gaúcho no final da Primeira República. Com a fundação do Partido

Comunista Brasileiro em 1922 e a gradual expansão dos ideais bolcheviques a partir da Revolução Russa de 1917, presenciámos o declínio da hegemonia libertária, que dominou os meios operários brasileiros até então. Como destaca LONER (2011, p. 179), o Rio Grande do Sul foi um caso muito particular nesse momento, pois, em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro, locais onde houve intensa repressão aos militantes ácratas durante a presidência de Arthur Bernardes (1922-1926), o estado gaúcho parecia um lugar de maior liberdade política frente às disputas entre republicanos e federalistas, que marcaram os anos finais do governo de Borges de Medeiros.

A autora ainda destaca que no interior, o movimento operário permaneceu por mais tempo sob o controle dos anarquistas, perdendo espaço para os comunistas somente na década de 1930, e sublinha também que Bagé acabou por se tornar o maior centro libertário do estado no período, tendo recebido a sede da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul) entre 1927 e 1928 (LONER, 2011, p. 193). O 4º Congresso Operário realizado em Pelotas, contando essencialmente com anarquistas, revelou o receio dos militantes com o crescimento da presença comunista nas entidades operárias. Entre as determinações do congresso, ficou definida a mudança no foco de atuação dos libertários, que acabaram deixando os sindicatos em segundo plano, e priorizando outras formas de politização da sociedade, tais como a formação de grupos de livre-pensamento e a atuação em ligas culturais, educacionais e anticlericais. Essa estratégia acabou deixando o caminho livre para que outras correntes do movimento operário ocupassem esse espaço.

Por fim, vale ressaltar que a proximidade de Bagé com a região da fronteira também pode ser vista como um elemento explicativo para o fato da cidade se tornar o grande baluarte do anarquismo, pois a influência dos ideais libertários no Uruguai e na Argentina perdurou por muito mais tempo que no Brasil (CUESTA, 1993 e COLOMBO, 2004). Um exemplo desse fluxo de militantes é a presença do escritor anarquista espanhol radicado na Argentina, Juan Mas Y Pi, que morou em Bagé no começo do século e fundou o jornal *A Evolução*, em 1902. Assim, tais evidências aqui apontadas

ajudam a compreender os motivos pelos quais o município se tornou um refúgio libertário no período em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, observamos, então, a necessidade de se pesquisar com maior profundidade a história das lutas, das instituições e dos militantes operários de Bagé, em especial os anarquistas, pois, não há estudos concentrados especificamente sobre a cidade.

Primeiramente, em relação às duas associações de trabalhadores aqui apresentadas, cabe salientar que não temos informações sobre o encerramento de suas atividades. Atualmente, os prédios onde ambas se localizavam estão ocupados por uma igreja evangélica (Liga Operária) e por uma cafeteria (União Operária). Tivemos acesso somente a alguns documentos da década de 1980 referentes à União Operária. Sendo assim, é fundamental que se realize um estudo mais detalhado sobre as duas agremiações e suas transformações ideológicas ao longo das décadas.

No que diz respeito aos militantes, verificamos que a biografia de Dorval Lamotte pode ganhar contornos mais definidos, pois, ao se tornar integrante da burocracia governamental na década de 1930, seu nome pode ser encontrado em diversas fontes jornalísticas da época. Não sabemos qual foi seu destino político em Porto Alegre ou sua data de falecimento, por exemplo. No caso de Venâncio Pastorini Sobrinho, foi possível obter dados mais seguros, porém, não tivemos acesso a grande maioria dos seus panfletos e publicações.

Também verificamos que há alguns indícios do motivo pelo qual a cidade de Bagé tornou-se um centro do anarquismo gaúcho nos estertores da Primeira República. Mesmo assim, é importante buscar novas evidências que demonstrem de forma mais acentuada o fluxo entre militantes da região do Prata e a cidade da fronteira.

Finalmente, espera-se que o presente artigo possa ter contribuído na ampliação de pesquisas sobre o movimento operário gaúcho a partir da cidade de Bagé, especialmente sobre a militância anarquista em fins da década de vinte, tendo em vista os apontamentos aqui apresentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUESTA, Fernando O'Neill. **Anarquistas de acción en Montevideo** (1927-1937). Montevideo: Editorial Recortes, 1993.
- COLOMBO, Eduardo. A F.O.R.A. O finalismo revolucionário. In: COLOMBO, Eduardo et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo/São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- KALCKMANN, Reginalda. **Maura em flor**: uma fotobiografia. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em Leras. Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- LINDEN, M. Van Der; História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**, v.1, n.1, p. 11-26, 2009.
- LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, pp. 111-143, jul. 2010.
- LONER, Beatriz Ana. O IV Congresso Operário Gaúcho e o ocaso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 176-203, dez. 2011.
- MARÇAL, João Batista. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul**: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha. Porto Alegre: UE/Porto Alegre 1995.
- MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. **Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha**: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- POPINGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz Terra. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Revista Estudos Históricos**, vol. 32, n. 66, 2019.
- SCHMIDT, Benito Bisso. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. **Revista Brasileira de História**. Vol. 21. Nº 41. São Paulo: 2001.
- SCHROEDER, Rosa Maria Steiner. **Uma mulher além de seu tempo**: Maura de Senna Pereira. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
- SOBRINHO, Venâncio Pastorini. Em marcha para o socialismo. Bagé: s/e, 1946.
- SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **Cartilha libertária, sem máscara**. Bagé: s/e, 1962.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil – 1913-1980. Dissertação de mestrado. Pelotas: PPGH/ICH – UFPEL, 2018.

VIANA, Allyson Bruno. **Anarquismo em papel e tinta**: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. UFC, 2014.

MULHERES RIO-GRANDENSES NO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL (TSN) NOS ANOS DE 1930-1940: O CASO DE CLARA AGUINSKY

GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD
PROFESSORA ASSOCIADA DO DEPARTAMENTO DE
ARQUIVOLOGIA E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UFSM. DOUTORA EM HISTÓRIA SOCIAL DO
TRABALHO PELA UNICAMP
GLAUCIA-K@UOL.COM.BR

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi instituído pela Lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, como órgão da Justiça Militar, subordinado ao Superior Tribunal Militar (STM), com a finalidade de reprimir judicialmente os comunistas envolvidos na Insurreição Nacional-Libertadora de 1935. Com a implantação do Estado Novo em 1937, o TSN transformou-se em um órgão especial e com jurisdição autônoma, julgando, além dos comunistas, os integralistas e qualquer forma de opositores da ditadura Estadonovista e aqueles julgados por crimes contra a economia nacional. Milhares de processos foram julgados e grande número destes está no Arquivo Nacional, no Fundo Tribunal de Segurança Nacional. Este artigo trata de um processo de 1938, mas iniciado a partir de um inquérito policial em 1937 (que envolveu 11 acusados em diferentes municípios do Rio Grande do Sul), que tem como ré Clara Aginsky, como um exemplo de processos judiciais de mulheres acusadas de serem adeptas de comunismo.

Este caso, ocorrido em Santa Maria – RS faz parte de um contexto de denunciamento, repressão e violência institucionalizada. Em nome da ordem e da defesa nacional.

O TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL E O ANTICOMUNISMO

As décadas iniciais do século XX no Brasil foram de grandes mobilizações políticas e contestações sociais. O Movimento Operário e a classe trabalhadora organizada em locais de trabalho, associações, sindicatos e federações davam a tônica da luta travada por melhores condições de vida e de trabalho, bem como por direitos sociais e políticos.

No contexto anterior ao Estado Novo, percebe-se um movimento de diferentes atores sociais em direção a um Estado cada vez mais centralizador, buscando a subordinação da sociedade civil. Conforme Eliana Dutra, empresários, integralistas, parlamentares, intelectuais e religiosos estruturaram um discurso em torno de temas e imagens na qual a ordem, a família, a pátria, a moral, o trabalho, a propriedade, a autoridade e a obediência confluíam para a preservação da ordem social, para o saneamento da sociedade, para reforçar os poderes da família, da Igreja, do Estado, da polícia e dos empresários. Por sua vez, o anticomunismo foi o grande tema mobilizador do período, responsável pela coesão de diferentes setores e instituições. Para enfrentar esse “inimigo”, é que a ordem social necessitou ser preservada, a sociedade sanada e os poderes resguardados.¹

Para evitar ou acabar com o “perigo vermelho” foi elaborada, em 1935, a Lei de Segurança Nacional (LSN) sob o pretexto da instabilidade social, causada pelos comunistas e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). O Partido Comunista do Brasil (PCB) já estava na ilegalidade, mas a LSN foi usada para fechar a ALN. De acordo com Campos, o fechamento da ANL e a “eclosão dos movimentos revolucionários de Natal, Recife e Rio de Janeiro”, levou a uma campanha para dar “ao governo poderes

.....
¹ DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997, p. 16-7.

extraordinários”, dando início a fase de “união sagrada contra o comunismo”. Nesse sentido, em novembro de 1935 foi aprovado o Estado de Sítio, para todo o território nacional.² Para Konrad “estava criada uma aberração falsificada de qualquer aplicação mínima dos direitos, inclusive com a utilização da prática fascista da retroatividade da lei, o que praticamente garantia a condenação de muitos acusados de antemão”³. Junto com esta “aberração” veio, em 1936, o TSN para condenar e prender os participantes dos movimentos de 1935 e agindo em futuros atos, chamados pela repressão de “extremistas”.

Na tradicional relação entre Estado, empresariado e polícia, a reivindicação de direitos quase sempre tinha algo de comunismo. Luciana Lombardo Costa Pereira, a partir de Rodrigo Patto Sá Motta, explica que “a representação policial sobre o *comunismo* não é uma criação singular da corporação policial, ela se alimenta do anticomunismo presente em diversos outros setores da sociedade”, alicerçada na crença e do argumento de que o comunismo estava presente em diversos meios e se propagava “como uma doença através do contágio por outros *comunistas*, mestres na arte do convencimento e da sedução, através de discursos, panfletos e jornais”, sendo que sua influência se espalhava na clandestinidade, seus líderes se infiltravam em praticamente todos os movimentos sociais, e era junto à classe operária que colhiam mais frutos de sua pregação.⁴ A historiadora ainda explica ainda sobre esse tema que a polícia política atuou “como um serviço de inteligência que buscava informações para descobrir provas de crimes políticos e seus responsáveis”. Assim, “longe de ser um organismo neutro

.....
2 CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 1979, p. 34.

3 KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2004, p. 25-26.

4 Ver: *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, *apud* PEREIRA, Luciana Lombardo Costa Pereira. *Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964)*. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004. p. 186.

e imparcial, operando com métodos científicos para fazer cumprir a lei”, a polícia política era antes de tudo, política. Sua “missão declarada” era a repressão ao *comunismo* e, no desempenho dessa função, “tanto sua origem civil como seu compromisso declarado de fidelidade ao Estado nacional e à democracia” não eram mais fortes que “a orientação militarista, de seus sucessivos dirigentes, de combater e eliminar inimigos internos ou externos”.⁵

Sobre estes procedimentos, Beatriz Loner explica que essa estratégia, de lançar sobre todos, indistintamente, a pecha e os rótulos de “subversivos” ou “comunistas”,

tinham a vantagem, para o governo, de individualizar o militante, justificando a repressão. Individualizar no sentido que ele não era mais visto como representante de uma parcela do movimento, mas como uma pessoa com ideias diferentes, e que tentava passar estas ideias, através do movimento. Assim, não eram as lideranças que expressavam as reivindicações operárias que eram punidas, mas o indivíduo e suas ideias. Como resultado, desorganizava-se o movimento e, em alguns casos, confundia-se o operariado, levando-o a desconfiar de seus líderes, ou se afastar, temendo ser manipulado.⁶

Não se pode esquecer, como mostra Luciana Pereira, que para a polícia política brasileira, no mundo do trabalho, a “caça às bruxas” era dirigida, genericamente, “contra todos os membros mais ativos do movimento operário”. Assim, eram visadas todas “as lideranças que, independentemente de suas afinidades políticas”, assumiam “um lugar destacado nas negociações ou frentes de luta”, motivo suficiente para “justificar o esforço permanente de vigilância sobre as atividades mais cotidianas nos espaços de trabalho, a intromissão na organização sindical oficial e na eleição de seus dirigentes, bem como a contenção pela força das manifestações e greves, legais ou não”.

Entretanto, no caso dos militantes comunistas, sempre acusados de criminosos políticos e *subversivos*, não eram apenas dissidentes políticos, mas *agentes* de Moscou que colocavam em risco “não só o Estado, mas também a moral, os costumes, a família e a própria ordem das coisas”.

.....
5 Idem, *ibidem*, p. 198.

6 Ver *Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 580.

Portanto, seus atos enquadravam-se na distinção de “*crime de traição nacional*”. Assim, “firmar um abaixo-assinado de protesto, participar de uma assembleia, manifestar apoio a uma greve, ter o nome citado pela imprensa operária, ou conversar em *rodinhas* com colegas de trabalho sobre temas *subversivos*” podia “funcionar como indício ou prova de um vínculo secreto com os *vermelhos*”. Como nos mostra a autora, as implicações de ter o nome *fichado* na Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS), numa época em que existiam “*atestados de ideologia* e declarações de nada consta”, tinham inúmeros riscos, como não poder ocupar uma vaga em qualquer chapa que concorresse à direção sindical, perder o emprego, ser interditado na posse em um cargo do serviço público e, a pior delas, a prisão como suspeito.⁷

Elizabeth Cancelli demonstrou que o governo brasileiro, desde a década de 1930, “gerenciou socialmente a insuflação do ódio e da perseguição aos comunistas, não só internamente, mas procurou também internacionalizar sua ação e ter algum tipo de ingerência externa nessas medidas”.⁸ Isso foi aprofundado pela ditadura do Estado Novo, enquadrando a repressão dentro da ideologia de segurança nacional. Assim, tanto o PCB, como outras organizações de esquerda, sempre prontas a “reorganizar as forças sindicais” e “convocar o movimento operário à luta formulando-lhes um programa político adequado aos seus ideais”, tinham a contrapartida do governo que apelava para a força e para a violência, pois “o medo de que um projeto socialista vingasse no Brasil levou o governo a prender milhares de cidadãos”. Os integrantes da esquerda, recebendo a pecha de “perigosos propagandistas do credo vermelho”, eram punidos como “hereges políticos”, formando as listas e mais listas de “presos políticos, (...) testemunhado as arbitrariedades governamentais acobertados pelo lema *ordem e progresso*”. Dessa forma, e sob o “signo da opressão e da censura”, o governo Vargas “procurou eliminar todos os canais possíveis de contestação”. Nesse

.....
7 Cf. Polícia política e a caça aos comunistas In. MATTOS, Marcelo B., *Trabalhadores em...*, op. cit., p. 163-6.

8 Ver: Ação e repressão policial num círculo integrado internacionalmente. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999, p. 312.

aspecto, o Estado Novo, portanto, nada mais foi do que “abertamente ditatorial”.⁹ É neste cenário habitado por “perigosos vermelhos”, que encontramos Clara Aginsky.

CLARA, A PROFESSORA

Clara tinha origem judaica. Em 1938, tinha 21 anos de idade e era professora pública estadual do Colégio Elementar, na cidade de Santa Maria – RS¹⁰. Gustavo, noivo e futuro marido de Clara, era engenheiro de minas e periodicamente se dirigia a Santa Maria em função do seu trabalho, quando acabaram se conhecendo. Clara foi aluna do Colégio e depois passou a ser professora, tendo boa relação com as colegas. Tinha, porque após a prisão de seu noivo, pela acusação de ser comunista, em razão de ter feito parte da ANL, no Paraná, a opinião da diretora do Colégio e de algumas colegas, mudou completamente.

O caso de Clara e Gustavo juntava os ingredientes explosivos para a acusação e a condenação pela sociedade local. Ela, judia e acusada de comunismo, no momento em que o famigerado e falso “Plano Cohen”, suposto complô judaico-comunista para a tomada do poder no Brasil, serviu como argumento para a implantação da ditadura do Estado Novo. Ele era espírita, frequentava e dava cursos em casas espíritas de Santa Maria, localidade onde o catolicismo era muito forte. Junte-se a tudo isso, o anticomunismo.

A campanha anticomunista também foi lançada com toda a força na sociedade santamariense, causando terror e pânico, haja vista que a “trama que se urdia” pelos comunistas, traria greve geral, incêndios, saques e mortes daqueles que se opusessem à tomada do poder pelos “vermelhos”. Diante disto, Vargas decretou Estado de Guerra, afastou seu principal opositor, o governador do Rio Grande do Sul Flores da Cunha, e instalou a ditadura do Estado Novo.

.....
9 Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional Carneiro. In. PANDOLFI, Dulce, op. cit., p. 328-9.

10 Hoje, denominado Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

Alda Saldanha, diretora do Colégio, ao prestar seu depoimento sobre Clara, disse que fazia suas declarações sob o “Evangelho de minha Fé, Católica/Apostólica Romana e sobre o Evangelho de meus deveres cívicos de brasileira consciente e de educadora”¹¹. De acordo com a diretora, Clara mostrava desconfiança com as colegas e que chegou a pedir que uma das professoras, que “desejando ajudar-me na pesquisa que vinha fazendo a respeito das ideias de Clara, procurou acercar-se dela e conquistar-lhe a confiança”. A professora-informante lançou uma isca para Clara, para saber o que esta pensava sobre religião, sendo que Clara disse que: “não tinha religião; “não podia crer em Deus”. A diretora relatou outra conversa suspeita que teve com Clara, ou seja, que esta pretendia ser removida para Uruguai para acompanhar o marido. A diretora perguntou se Clara tinha certeza de ser removida, sendo que a resposta foi “sim, visto que o marido era do ‘grupo’. Perguntei-lhe: Que “Grupo”? Sorrindo, disse-me: “ôra, do grupo deles, os que podem tudo””.

A diretora, determinada a elencar as atitudes suspeitas da professora Clara, continuava seu relato. Informava que, no ano anterior, Clara fora encarregada de fazer uma preleção na Semana da Pátria para as classes menores e que havia procedido de modo regular. Segundo Alda, “neste ano; dia 12 de outubro, falou sobre a ‘Árvore’, falou bem sobre a natureza”. Depois, quando a diretora iniciou “uma campanha ‘contra’ o comunismo, por meio de palestra e leituras elucidativas”, Clara se ofereceu para auxiliar, na classe onde era ajudante. Segundo ela, “o tema foi: comparação entre o 4º mandamento da Lei de Deus e o 4º mandamento da doutrina bolchevista”.

Ainda, Clara foi acusada de ter rasgado e posto no cesto de papéis boletins “Ação de Defesa Social”, que foram mandados á classe que ela regia, para “serem distribuídos pelos educandos. Segundo a diretora, isto só lhe foi comunicado dias após o fato, motivo pelo qual não a responsabilizou, no momento, comunicando ás autoridades. Também destacava “a atitude

.....
11 Arquivo Nacional (AN), Fundo TSN. C8. O.APL.320, 1938.

de profundo rancor e nervosismo que revelava, quando a direção, todos os dias, no início do dia escolar, realizava o hasteamento do Pavilhão e o canto do Hino Nacional, falando aos educandos, sobre os “horrores ‘e mentiras do Comunismo””; além da “maneira desconcertante que assumiu, quando, em reunião com as professoras determinei palestras diárias nas aulas contra o comunismo, destacando a destruição do lar, do casamento e de tudo o que é belo”. Também destacou a atitude de “inimizade” que teve com uma colega, defendendo o “amor livre”.¹²

A diretora Alda, por fim, relatou que Clara, fez “todo o esforço para falar da miséria russa, desmantelando o amor aos pais”, além de dizer que julgava a professora Clara “adepta do comunismo”, concluindo: “não a julgo, entanto, adepta inconsciente. Penso que por sua esperteza e por sua inteligência, ela não se deixaria enganar Estou, pois, convencida que Clara é adepta convicta do comunismo russo e mesmo sua gente”. A diretora apresentou mais três declarações escritas à Delegacia de Polícia Militar, fornecendo mais subsídios da conduta de Clara, com o fim de colaborar com Deus, com a Pátria e a Família.¹³

As declarações da diretora Alda serviram de roteiro para o depoimento de Clara ao delegado de Polícia de Santa Maria, Alfredo Vieira Filho. Perguntada se era verdade que, em certa ocasião, em palestra, “disse não mais poder crer em Deus?”, Clara respondeu que não era verdade, pois “sempre foi religiosa, bem como toda a sua família” e que professavam a religião judaica. Disse, ainda, que ainda, há alguns dias, em palestra sobre diferentes religiões, havia afirmado que a sua religião, em síntese, “era a crença em Deus”.¹⁴ Indagada sobre a veracidade da declaração de que era sua intenção residir em Uruguiana e que esta estava garantida “porque seu marido pertencia ao ‘grupo’ dos que podem tudo?”, Clara confirmou a intenção de transferência, mas “quanto a essa referência ao ‘grupo dos que podem tudo’”, negou peremptoriamente.

.....
12 Arquivo Nacional (AN), Fundo TSN. C8.0.APL.320, p. 24 v, 1938.

13 Arquivo Nacional (AN), Fundo TSN. C8. 0.APL.320, 1938

14 Arquivo Nacional (AN), Fundo TSN. C8. 0.APL.320, p. 27, 1938.

Quando questionada se tinha conhecimento da doutrina comunista e se nutria ou teve simpatia sobre esse credo, Clara respondeu que não conhecia a doutrina, por nunca se ter interessado e que o que sabia era o que escreviam pelos jornais, boletins e o que se dizia em palestras. Informava ainda que lia “os boletins para se orientar nas preleções que devia fazer às suas alunas, no sentido de afastá-las do comunismo”. Perguntada se havia rasgado e colocado no cesto o boletim, ela respondeu que não era verdade e que nem cesta havia na sala de aula, sendo que, em companhia de sua colega de aula, “havia distribuído às alunas os referidos boletins”.

O caso Clara Aginsky refletiu a histeria e o imaginário anticomunista, bem como reproduzia um discurso que, desde a Revolução Soviética de 1917, procurava vincular a ideologia comunista com o fim dos valores cristãos e da democracia. Mas tal discurso, não pode ser desvinculado de questões econômicas, políticas e sociais, as quais estavam na ordem do dia, de acirramento da luta de classes com as medidas repressivas a fim de manter a ordem social, através da implantação de um aparato jurídico, como o TSN, que capitaneou a criminalização do comunismo.

Para aqueles que enxergavam a sua realidade pelas lentes do anticomunismo, como fez a diretora Alda Saldanha, viam em Clara um “perigo” para a formação das jovens normalistas, futuras boas esposas e donas de casa, mães que deveriam ser zelosas, tementes a Deus e defensoras da Pátria. Em que momento Clara passou a representar o contraponto a este ideal? Quando o seu caminho foi desviado? O que pesou para que fosse denunciada? Ser judia? Casada com um estudioso e seguidor da doutrina espírita, que em algum momento foi também denunciado como comunista? Ou por alguma ilação à ANL de Santa Maria¹⁵, já que seu Secretário-Geral, Fernando do Ó, também era espírita? Talvez a pesquisa de Mattos ajude a esclarecer esta questão, quando se refere ao movimento espírita em Santa Maria, justa-

.....
15 Ver sobre isto, KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Porto Alegre: PUC-RS, 1994. Ver também MATTOS, Renan Santos. *Que espiritismo é esse? Fernando do Ó e o contexto religioso de Santa Maria – RS (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: PPGH-UFSM, 2014.

mente no ano de 1938, “com o intuito de fortalecer o movimento espírita, em 1938, com o título de uma propaganda de larga envergadura, noticia-se o projeto divulgação encabeçado pela Aliança Espírita de Santa-Mariense, sob a presidência de Fernando do Ó”. A promoção de “palestras, eventos de estudo, homenagens em prol da causa espírita ocorreriam nos meses de janeiro, fevereiro e março cujo encerramento seria no dia daquele mês, data de morte de Alan Kardec, com uma Sessão Solene”¹⁶. Tal fato corrobora o depoimento dado por Gustavo Medeiros, quando disse que fora convidado para palestrar sobre a doutrina espírita na cidade. Mesmo Fernando do Ó ter renegado a ANL após a sua ilegalidade, decretada em 11 de julho de 1935, pesquisas poderão indicar que a sua militância espírita, concomitante com luta antifascista, por se tratar de um liberal, continuassem vinculando-o ao comunismo.

A insistência da diretora Alda Saldanha em ressaltar, nas suas declarações, senão um ateísmo em Clara, mas a crença em outra religião, pode ser compreendida como o objetivo de “localizar no comunismo os perigos que agrediam sua ordem”, através de um “inimigo’ externo à instituição”. Por isso, Alda buscava denunciá-lo e “inviabilizá-lo, assim como outras concepções de sociedade percebidas como ameaçadoras para sua manutenção e legitimação”, realizando “um esforço de auto-conservação, que se mostrava necessário tanto para a instituição em Roma, quanto para seus integrantes e católicos propagadores dispersos pelo mundo”¹⁷.

Porém, nem todas as testemunhas arroladas para depor no processo de Clara e Gustavo corroboraram com o depoimento da diretora do Colégio. Inclusive, algumas professoras, ao deporem, foram de encontro à versão da sua diretora, não percebendo na conduta da colega qualquer indício que a ligasse ao “credo vermelho”, muito menos em “práticas que desabonassem o seu patriotismo”.

.....
16 MATTOS, Renan Santos. Que espiritismo é esse? Santa Maria e seus propagandistas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2016, p. 215.

17 GIMÉNEZ, Andrea B. W; Ribeiro, Luiz Carlos. A Luta entre catolicismo e comunismo nas páginas das revistas curitibanas, 1945-1964, *Religare*, v. 11, n. 2, setembro de 2014, p. 214-215.

O desfecho do processo de Clara Aginsky e Gustavo Medeiros se deu após dois anos. Segundo o procurador do TSN, os onze inquéritos feitos pela polícia militar da 3ª Região, no Rio Grande do Sul, “foram tumultariamente reunidos” nestes três volumes que constituíam o processo 591. No Processo, o procurador criticou a forma como foi feito processo já que “esta providência” deve “ter sido inspirada em vantagens para a administração da Justiça que ainda não alcançamos”. Por isso, era obrigado “a fazer um estudo fraccionado dos autos”, uma vez que, os inquéritos neles contidos, envolvendo civis e militares, “foram feitos, separadamente, em diversas cidades daquele Estado, por autoridades diferentes, usando, cada uma, a técnica processualista ao seu alcance”.

Assim, o primeiro volume do inquérito fazia referência a Santa Maria, onde eram acusados de professarem o comunismo, Gustavo de Medeiros e Clara Aginsky Medeiros. O promotor-adjunto do TSN, Clóvis Kruehl de Moraes, concluiu que: “nenhuma prova se colheu de infração a qualquer dos artigos das Leis de Segurança, como sua simples leitura evidencia e se depreende do próprio relatório de fls.41, feito com abundância de detalhes pelo capitão Alfredo Vieira Filho”.

O caso Clara Aginsky expõe entre outros aspectos, o discurso católico e a relação estabelecida entre o anticomunismo, defesa da pátria e a família. Clara e Gustavo não se enquadravam dentro da religião católica, bem como, as possíveis ligações como movimentos políticos, mesmo que de cunho liberal antifascista, como o caso da ANL não os colocavam como patriotas. Diante dessa combinação de “motivos”, representavam um perigo, um “perigo vermelho” e portanto, traidores da pátria e para o Estado Novo que estava iniciando, não seria tolerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 1979.
- CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num círculo integrado internacionalmente. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional Carneiro. In. PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.
- DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.
- GIMÉNEZ, Andrea B. W; Ribeiro, Luiz Carlos. A Luta entre catolicismo e comunismo nas páginas das revistas curitibanas, 1945-1964. **Religare**, v.11, n.2, setembro de 2014, p. 191-216.
- KONRAD, Diorge Alceno. **1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Porto Alegre: PUC-RS, 1994.
- KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócios-políticos (1930-1937)**. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2004.
- LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937**. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MATTOS, Renan Santos. **Que espiritismo é esse?** Fernando do Ó e o contexto religioso de Santa Maria – RS (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: PPGH-UFSM, 2014.
- MATTOS, Renan Santos. Que espiritismo é esse? Santa Maria e seus propagandistas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2016, 8.15: 201-224.
- PEREIRA, Luciana Lombardo Costa Pereira. Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964). In. MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004.

EM NOME DA SEGURANÇA NACIONAL: OS MANUAIS MILITARES COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

ÁUREO LUIZ DA ROCHA
MESTRANDO EM HISTÓRIA UFSM
AUREODAROCHA@YAHOO.COM.BR

RESUMO

A preocupação do “perigo comunista” já vinha sendo tratado como a grande questão relacionada a segurança e ao desenvolvimento do país pelas Forças Armadas brasileiras desde os anos 30, em especial pelo Exército. O “fantasma” do comunismo ameaçava o “equilíbrio” da sociedade, além de se disseminar dentro dos quartéis. No final da década de 1950 e início dos anos 1960, a “cruzada” anticomunista teve uma “metódica” atenção por parte das Forças Armadas, sendo o estopim principal para deflagrar o golpe de 1964. A “guerra”, contra os supostos “inimigos” internos e externos, era uma “necessidade” antes que o país fosse levado ao “caos” e a “desordem”, em consequência de um suposto “plano subversivo ditatorial internacional”, orquestrado pelos países comunistas, a fim de “derrotar” países democráticos, como o Brasil. Tendo como base, os fundamentos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, as Escolas de Altos Estudos Militares dos países Latino-americanos, começaram a produzir manuais doutrinários com a finalidade de preparar a luta contra a chamada “guerra irregular”. Assim, foi editado um pequeno livro com orientações para a perseguição e derrota do marxismo-leninismo. Trata-se do “Manual de Campanha C 100-20 – Guerra Revolucionária”, impresso em 1969 (1ª. edição) impresso pela Biblioteca do Exército. O trabalho buscará problematizar a importância deste documento como fonte histórica ainda pouco conhecida e analisada nos estudos historiográficos.

cos sobre o período. Além de mostrar a sua influência na formação e preparação dos quadros militares no Brasil, constituindo-se uma base doutrinária bastante relevante.

Palavras-chave: militares, anticomunismo, manuais doutrinários

“A Guerra Revolucionária leva ao perigo comunista ao umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito de cada cidadão”.
(contracapa do Manual de Campanha Guerra Revolucionária)

INTRODUÇÃO

Com a abertura democrática da ditadura civil-militar (1964-1985) brasileira, vários trabalhos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros nas mais diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais foram intensificados uma série de estudos buscando uma melhor compreensão do período visando aprofundar as razões que levaram ao golpe e as suas consequências para a democracia brasileira.

Dentre os vários estudos, uma das conclusões mais recorrentes diz respeito à participação dos Estados Unidos no fato. Muitas lacunas, ainda estão para ser preenchidas, como por exemplo, na leitura da obra *Geopolítica do Brasil* de Golbery do Couto e Silva, descobrem-se pensamentos comuns entre os teóricos da política externa americana e os militares brasileiros: a utilização da geopolítica com fundamento científico para as suas ações e a concepção de Guerra Fria. O “fio condutor ideológico” que une esses dois grupos é a doutrina da segurança nacional, teoria construída em solo estadunidense e difundida nas escolas de formação conjuntas, e no Brasil difundida pelos quadros que idealizaram e frequentaram a Escola Superior de Guerra (ESG).

Essa “parceria” entre os militares brasileiros e os norte-americanos, dentro de um contexto de Guerra Fria, reforçados por doutrinas e corolários de defesa militar como a Aliança para o Progresso e a luta contra a insurgência fazem com que os princípios doutrinários cheguem às Escolas de Formação do Exército Brasileiro, levando à produção de manuais militares com táticas, técnicas de combate e mesmo formulações teórico-ideológicas de como combater o “inimigo comunista”. Seguindo a “receita” aplicada pelo exército dos Estados Unidos. Porém, como veremos no Brasil chegou antes.

Desta forma, o objetivo principal do presente artigo é apresentar a importância desses manuais militares como fonte historiográfica, aliás inédita, bem como estimular análises de seu conteúdo relacionado-o a doutrina da segurança nacional, criada em um ambiente de bipolarização mundial, buscando-se o caminho percorrido para a implementação dessa ideologia no Brasil. Em termos metodológicos, é imperativo referir que a pesquisa possui natureza exploratória e visa exclusivamente apresentar esse material como fonte histórica..

O texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira, são apresentados os conceitos básicos da doutrina da segurança nacional dentro de um cenário de Guerra Fria, elemento importante para a doutrina de segurança nacional e usado como justificativa para golpes militares na América Latina, sendo possível explicar como tal doutrina foi inserida no contexto brasileiro.

Na segunda parte, será apresentado o “Manual de Campanha C 100-20 – Guerra Revolucionária”, impresso em 1969 (1ª. edição) pela Biblioteca do Exército orientado pelo Ministério do Exército e colocado em prática sob a supervisão do Estado Maior do Exército.

Espera-se que essa pequena contribuição em termos de fonte, sirva para fomentar e estimular novas pesquisas e discussões sobre o assunto, ampliando novos olhares no espectro acadêmico.

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E SUA PROPAGAÇÃO COMO ESTRATÉGIA MILITAR E POLÍTICA NO BRASIL

Quando os teóricos norte-americanos da bipolaridade (como Kennan)¹ montaram o conceito de guerra moderna recorreram, claramente,

.....
1 George Frost Kennan, falecido em 2005, foi um diplomata e historiador americano. Ele era mais conhecido como defensor de uma política de contenção da expansão soviética durante a Guerra Fria. Tornou-se um estudioso e teórico das relações entre a URSS e os Estados Unidos. No final da década de 1940, seus escritos inspiraram a Doutrina Truman e a política externa dos EUA de “conter” a União Soviética. Seu artigo de 1947, *The Sources of Soviet Conduct*, argumentaram que o regime soviético era inerentemente expansionista e que sua influência precisava ser “contida” em áreas de importância estratégica vital para os Estados Unidos. Esses textos justificaram a nova política anti-soviética do **governo Truman**. Kennan desempenhou um papel importante no desenvolvimento de programas e instituições definitivas da Guerra Fria, notadamente o Plano Marshall. Seu artigo *The Sources of Soviet Conduct*. *Foreign Affairs*. v. 25. New York: Council on Foreign Relations, embora não traduzido no Brasil ao que tudo indica conforme aponta Everton Rodrigo Santos, autor de importante trabalho sobre a escola Superior de Guerra (ESG), parece ter tido enorme relevância no pensamento dos militares brasileiros.

à guerra absoluta ou total, idealizada no início do Século XX. A sobrevivência dos Estados Unidos (e do “mundo livre” que o acompanha) é assegurada com apenas a derrota total da URSS, devendo-se utilizar todos os recursos disponíveis para tanto.

Kennan considerava que a luta contra os soviéticos seria uma espécie de “teste definitivo” dos EUA na condição de líder político e moral do mundo, deste modo, a meta política fundamental; só haveria estabilidade com o mal exorcizado. Nesse contexto, dois novos conceitos ainda seriam adicionados ao cenário pós 45: o da “guerra nuclear” e “guerra revolucionária”.

Nos interessa, a segunda contribuição: a “guerra revolucionária”., por ser tida como a nova estratégia do comunismo internacional, consistindo no patrocínio de forças rebeldes, com o objetivo de executar um golpe de Estado e instituir um regime comunista em sintonia com os interesses de Moscou. A criação de governos comunistas no Leste Europeu seria a representação dessa estratégia. Na América Latina, era apresentada a ameaça da “cubanização” e/ou a “sovietização” dos demais países.

Tem-se, com isso, a construção de duas espécies de inimigos: os externos, que correspondem à ameaça mais tradicional, composta pela invasão das Forças Armadas soviéticas e os seus aliados; e os internos, representados pelos “subversivos”, todos aqueles que são partidários do comunismo. De acordo com Borges (2003, p. 34)

[...] o inimigo interno é todo aquele que não se pronuncia em favor do regime e ideais revolucionários, seduzido por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional). É um mal que deve ser extirpado, pois coloca em risco a segurança do país [...]

Portanto, a concepção de Guerra Fria, utilizada com frequência nos escritos de segurança nacional, ampliou-se em uma série de conceitos, dentre eles, o da chamada guerra revolucionária, que no Brasil será o fundamento e de aplicação militar para a disseminação da doutrina de segurança nacional (aliada ao desenvolvimento), durante os governos militares, ao menos enquanto for conveniente para a política externa norte-americana em relação a América Latina.

Na América Latina, a doutrina de segurança nacional foi disseminada adotando um forte conteúdo ideológico, enquanto estratégia de dominação dos Estados Unidos (EUA).

A partir da década de 40, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA criaram uma série de programas de cooperação com militares latino-americanos que, obviamente, admiravam a tecnologia bélica e organizacional americana ainda incipiente nesses países.

Os Estados Unidos apresentavam excelência em suas escolas militares. Mantinham, de maneira inovadora, desde o final da Segunda Guerra Mundial, escolas conjuntas com corpo discente, composto por membros de todas as Forças Armadas.

Destacavam-se o *Industrial College of Armed Forces (ICAF)*², com ênfase em engenharia e logística, e o *National War College (NWC)*, em segurança e política externa³. O objetivo era a formação de líderes em suas respectivas áreas, afinados com o projeto de política externa do governo americano. No NWC, os dados apontam que existiu o acolhimento de militares estrangeiros desde a primeira turma.

Em 1946, foi criada, a instituição que viria ser conhecida como *US Army School of Americas – Colégio de las Américas*, situada no Canal do Panamá. Milhares de militares latino-americanos participaram de seus cursos, principalmente, os futuros ocupantes de cargos em serviços de inteligência e repressão⁴.

.....
2 As duas instituições foram a evolução de outras tentativas de formação conjunta, iniciadas pelo Army and Navy Staff College (1943) e continuadas pelo Armed Forces Staff College (1946). Hoje, encontram-se absorvidas pela National Defense University, criada em 1976, congregando diferentes instituições (Joint Forces Staff College, National War College, Industrial College of Armed Forces, Information Resources Management College, College of International Security Affairs). NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu>>. Acesso em: 16 set. 2019.

3 Na primeira turma do NWC, já havia seis estrangeiros. Atualmente, a National Defense University promove um extenso programa de intercâmbio. NATIONAL WAR COLLEGE INTERNET WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/nwc>>. Acesso em: 16 set. 2019.

4 Ainda continua em funcionamento, porém foi transplantada para o solo americano e mudou de nome: chama-se Western Hemisphere Institute for Security Cooperation. A School of Americas Watch é uma organização não-governamental, criada com a finalidade de investigar o papel do School of Americas na formação dos articuladores dos golpes militares latino-americanos. SCHOOL OF AMERICAS WATCH. Acesso em: <<http://www.soaw.org>>. Disponível em: 16 set. 2019.

Em 1971, por exemplo, um Comitê do Senado descobriu que a Escola das Américas do exército americano na Zona do Canal do Panamá estava fazendo treinamento em 'cordão policial e operações de busca, operações contraguerilha, tática militar de desfolhamento, inteligência eletrônica, o uso de informantes, inteligência insurgente, contra-inteligência, subversão, contra-subversão, espionagem, contra-espionagem, interrogatório de prisioneiros e suspeitos, como lidar com comícios e reuniões de massa, fotografia para o serviço secreto, polígrafos, informações sobre como lidar com o populacho e controle de recursos, operações psicológicas, batidas e buscas policiais, tumultos, operações de guerra especiais, vigilância, terror e operações secretas.' Até mesmo o título inócuo do curso da Escola Automotive Maintenance Officer continha instruções sobre as 'falácias da teoria comunista, organizações comunistas e comunismo versus Democracia. (SCHOULTZ, 1998, 396-397)

Desta forma, os militares latino-americanos, ao estudarem, em intercâmbio ou instituições nacionais análogas (que seriam mimetizadas posteriormente, conforme o modelo norte-americano), absorveram os preceitos da doutrina da segurança nacional à sua formação.

No contexto brasileiro, foi criada, em 1948, a Escola Superior de Guerra (ESG). Sua origem reporta-se à Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil serviu com os Estados Unidos na campanha da Itália. Surpreendidos com a organização militar norte-americana, os brasileiros decidiram, após o conflito, criar uma escola nos moldes da NWC, obtendo, para isto, suporte dos EUA.

Em agosto de 1949, é fundada na cidade do Rio de Janeiro, capital federal da República brasileira, a Escola Superior de Guerra (ESG). Essa Escola, 'um centro misto de estudo de militares e civis', onde se elaboravam alternativas aos obstáculos do desenvolvimento nacional no contexto pós-guerra, tinha em sua localização geográfica muito mais do que uma coincidência, um desejo manifesto de influir nos rumos da política nacional. De fato, a ruptura institucional de 1964 reservou à ESG um importante papel, pois, a partir de suas formulações doutrinárias, foi possível, a um grupo de militares e civis, não somente elaborar um projeto político para o país que articulasse, de forma coerente, segurança com o desenvolvimento econômico, como também catapultar muitos dos seus quadros à estrutura estatal 'pós-revolução', o que ficou cristalizado na ascendência do General Castelo Branco à Presidência da República. Ele, um esguiano (SANTOS, 2010, p. 17).

Os setores militares, que já demonstravam o descontentamento com os rumos políticos do Brasil, situação mais evidente a partir da década de

60⁵, encontraram na ESG uma oportunidade única. Acostumados com as atuações temporárias no cenário político nacional apenas em momentos de instabilidade, este era o momento para implementação de um projeto mais duradouro, que conseguisse excluir qualquer traço da ameaça comunista, fundando-se, assim, as bases para uma democracia a ser “reformada”.

O recurso ideológico para a conquista e a manutenção do poder pós-golpe residiria na doutrina de segurança nacional, familiar para muitos militares brasileiros que tiveram formação no exterior e enraizada no ensino da ESG. A ligação entre a ESG e a doutrina da segurança nacional era tão forte que um dos seus principais professores, o General Golbery do Couto e Silva, ficou conhecido por ser uma das maiores autoridades na área. Seus escritos versam, justamente, sobre a geopolítica. Linha hegemônica na ESG, a produção de Golbery do Couto e Silva foi fundamental pois embasou teoricamente a questão da Segurança Nacional no Brasil. As ideias do grupo que o autor representava foram incorporadas na linguagem oficial e utilizadas como estratégia na própria atuação do novo regime.

Em sua obra “Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica no Brasil”, Golbery afirmava que a humanidade vivia uma época dramática, onde valores e conceitos estavam sob suspeita. No interior de cada Nação e na relação entre os Estados a segurança prevalecia, este seria um problema que afetava toda a humanidade. Nesta obra, existem referências diretas à bipolaridade e à Teoria do *Heartland* de McKinder⁶

A geopolítica de Couto e Silva e o seu conceito de guerra fria, repro-

.....
5 A crise política do governo João Goulart, acusado de ser comunista por setores da elite (e visto com desconfiança pelos militares), foi um dos fatores para a execução do golpe. TOLEDO. Caio Navarro (org). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Stepan aponta como motivo de descontentamento a situação que ameaçava a própria existência das organizações militares: o fim das forças armadas com a substituição de milícias do povo de caráter comunista e crescente politização da classe dos sargentos, levando ao conflito na “quebra” da disciplina e hierarquia militar. STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975, p. 115.

6 Em 1904, o geógrafo inglês, H. Mackinder (1861-1947), desenvolveu a “Teoria do *Heartland*”. O *Heartland* seria uma grande porção de terra correspondente à Eurásia, de grande importância para a estratégia militar. Quem a controlasse poderia estabelecer uma potência anfíbia, de grande acesso terrestre e marítimo, capaz de dominar o mundo¹⁴. A URSS encontrava-se situada bem no meio do *Heartland*, motivo de grande preocupação para os EUA.

duções das construções oriundas da doutrina da segurança nacional, eram conteúdos obrigatórios na ESG. Enfatiza o autor que

a guerra moderna que se trava entre nações, mobilizando toda a força arrasadora, expandiu-se a todos os setores da atividade, não sendo ela mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas, a guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar [...]. Essa é a guerra – total, permanente, global, apocalíptica- que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada. Só nos resta a preparação (COUTO e SILVA, p. 9, 1981).

No que diz respeito à escolha do lado da guerra, o general tenta explicar a posição de maneira científica, recorrendo à geopolítica. O Brasil se encontra no continente americano, na porção Ocidental do mundo, muito mais próximo fisicamente dos EUA do que dos URSS. Existe uma identificação, portanto, como integrantes de uma “civilização cristã”, em oposição a um “imperialismo comunista de origem exótica”.

Estabelecida à existência da guerra total e a necessidade do Brasil assumir as suas responsabilidades geopolíticas, conforme os parâmetros apresentados acima, tinha-se o entendimento no sentido de estabelecer que os mais capazes para comandarem a política nesse novo cenário de guerra seriam os militares.

No entanto, esses reconheciam não estarem prontos, inicialmente, para assumir tal tarefa. Neste ponto, o papel da ESG foi determinante. Na Escola, desenvolveu-se um programa, visando a transformar os oficiais de alta patente, acostumados apenas aos assuntos de caserna, em gestores públicos. Para isso, a escola propiciou uma dupla abertura em seus cursos, fundamental para a sua proposta: primeiro, permitia a participação de palestrantes civis, responsáveis por lecionar disciplinas com temáticas econômicas e sociais, ampliando o conhecimento dos alunos da ESG sobre essas áreas; e segundo, possibilitava que o seu quadro discente fosse composto por civis com curso superior, o que permitiu a formação de grupo em sintonia com o pensamento da corporação militar. Esses civis, versados na doutrina da ESG, ocupariam cargos de destaque na administração pós-golpe.

A insegurança condenava a sociedade a um estado de vulnerabilidade, e assim, tornava-a suscetível e exposta a várias tiranias que ofereceriam um mínimo de segurança e paz. A guerra (subversiva ou internacional) dominava o mundo e acuava os cidadãos, este então, através de relações “mascaradas”, acabariam (por estarem desamparados) alinhando-se com tiranias que acabariam por destruir qualquer possibilidade de alcance da segurança tão almejada. O nazismo servia como exemplo e o comunismo projetava-se para o mesmo caminho.

Assim, a aplicação de uma doutrina militar sólida e eficiente, capaz de combater um “inimigo” extremamente poderoso (interna e externamente) era imperiosamente necessária, a partir de que o conceito de guerra se transformava em um teatro de operações não convencional, em um terreno então pouco conhecido pelos militares brasileiros, onde um novo conceito acabou emergindo e precisava ser apreendido e colocado em prática – a chamada Guerra Revolucionária.

COMBATENDO OS INSURGENTES: UM MANUAL DE GUERRA E SUAS POSSIBILIDADES COMO FONTE HISTÓRICA

No início dos anos 60, o Brasil viveu a segunda maior eclosão anticomunista, a qual segundo Motta (2002), o anticomunismo se constitui em peça-chave para o entendimento da deflagração do golpe militar de 31 de março de 1964. Os motivos, para o autor, são de ordem interna e externa. No plano internacional, aponta a importância do entendimento da Revolução Cubana, que mergulhou a América Latina nas disputas entre os blocos liderados pela União Soviética e pelos Estados Unidos.

De outro modo, a visão de que o comunismo era uma ameaça interna se intensificou. Os motivos para esta animosidade estavam ligados ao surgimento de movimentos favoráveis a transformações sociais. Mas por outro lado, enfatiza que o surgimento de um grande número de organizações anticomunistas no período que contribuiu para a formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica, que teve o seu auge na reação conservadora de 1964.

Do ponto de vista da reação militar para combater a “ameaça vermelha”, com o apoio dos Estados Unidos, que usavam seu programa de assistência militar para passar adiante sua própria mentalidade de segurança nacional no período da Guerra Fria a vários exércitos da América Latina. Uma mentalidade bipolar que não deixava lugar para qualquer insurgência – e que os Estados Unidos aumentavam a eficiência militar com armas e treinamento. Dessa forma, uma nova concepção de guerra passa a ser implementada conforme aponta Schilling:

O acirramento da Guerra Fria, em fins da década de 1940, trouxe consigo uma nova concepção de guerra; algo diferente do que a convencional, uma guerra que de fato não poderia jamais chegar às suas últimas consequências, devido aos efeitos catastróficos das armas atômicas, armazenadas nos arsenais nucleares. Inverteu-se, doravante, o primado de Clausewitz de que a guerra é o prolongamento da política por outros meios, pois, com a Guerra Fria, todas as energias estariam voltadas para um confronto em que a política tornara-se subalterna aos conceitos militares (...). (SCHILLING, 2002, p. 71).

Na América Latina, conforme aponta Comblin (1978) o mito da guerra total e absoluta pela sobrevivência aplica-se à guerra revolucionária. Orientada por Moscou supunha-se ser uma guerra de aniquilamento de todos os valores nacionais e humanos. Este autor citando algumas guerras revolucionárias do século XX como: a guerra do Exército Vermelho contra o Exército Branco na Rússia, a guerra de Mao Tsé-tung contra o Koumintang, afirma ser falso afirmar que o conceito de guerra revolucionária se aplica a todas as ações violentas em todas as partes do mundo. Para ele, no continente americano nunca houve uma guerra revolucionária, tratando-se deste fenômeno como um conceito vago.

Em nome desse conceito de guerra revolucionária os oficiais latino-americanos obrigam-se a manter seus países sob a ameaça e sob controle de toda máquina contra-revolucionária aperfeiçoada pelo exército francês na Argélia e pelos americanos no Vietnã. Enquanto houver a mais leve oposição, a menor crítica à ditadura, eles jogarão sobre o povo todo o peso dessa máquina infernal (COMBLIN, 1978, p. 216).

É importante salientar, que a teoria da Guerra Revolucionária (GR) é muitas vezes confundida, de forma equivocada com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Pois, é necessário que fique claro, que a DSN é uma doutrina geral adotada pelo Estado. Por outro lado, a teoria da GR é fundamentada em torno de uma guerra total contra o comunismo desencadeada de forma estratégica e técnica pelos exércitos, a fim de lograrem êxito em um campo de guerra não convencional praticada por ações rápidas, infiltrações inopinadas utilizando pequenas frações, características do que poderíamos chamar de uma guerra de guerrilhas.

Ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra no Brasil, são teorias de governo orientadas pela luta contra a subversão essencialmente interna, enquanto a guerra revolucionária é o *modus operandi*. O ponto em comum é a forte base ideológica e a forma como foi amplamente importada dos Estados Unidos.

Porém, no Brasil diferente dos demais países Latino-americanos, os princípios da Guerra Revolucionária é integrada as demais teorias produzidas na Escola Superior de Guerra no fim dos anos 50, e como afirma Chirio (2012)

A DSN inclui então como peça central o conceito, e até mesmo o roteiro da GR. A hipótese da guerra total subsiste, mas de convencional e nuclear passa a ganhar os contornos quase exclusivos da luta contra o agente comunista infiltrado, veneno ideológico, agitador social e político, artífice da dissolução da unidade nacional, antes de se metamorfosear, armas em punho, em guerrilheiro em busca da conquista do poder (p. 20).

Embora, o contexto do pós-guerra e dos anos 50 e 60 demonstram a aproximação e a troca de experiências entre os militares brasileiros e norte-americanos, um ponto é necessário ressaltar – É do Exército francês que se origina tal inovação doutrinária. Confrontando o fracasso na Indochina e a guerra da Argélia, foi elaborada em meados dos anos 1950 uma análise do comportamento de um inimigo ideal típico (para usar um termo weberiano), seja ele subversivo, terrorista ou comunista. Vale lembrar, que nessa época vários oficiais generais do Exército Brasileiro haviam sido discípulos

da Missão Militar Francesa que permaneceu no Brasil entre 1919-1939., o qual possivelmente mantiveram um laço intelectual muito grande com o Exército daquele país.

Como afirma Chirio (2002, p. 21) “os anos de 1957-61, portanto, os da importação do conceito francês de guerra revolucionária, Uma das revistas do Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, O Mensário de Cultural Militar, publica, em sua edição da primavera de 1957, um artigo intitulado “A guerra revolucionária”.

Concluí-se então, que os militares brasileiros não meramente importaram essa teoria dos Estados Unidos – ela surge em 197, sob a forma de artigos em revistas militares, ao passo que é em apenas 1962, que o Exército norte-americano reconhece a insurreição subversiva como forma principal de conflito político-militar e empreende no governo de John Kennedy a campanha militar de instruções contra a insurgência como forma de enfrentamento e “fórmula” a ser adotada pelos países Latino-americanos.

No Brasil, a doutrina da Guerra Revolucionária ganha grande projeção no âmbito do Exército Brasileiro, sendo amplamente difundidos seus princípios nas Escolas de Formação de Oficiais, Sargentos, Aperfeiçoamento de Oficiais e levadas a prática nos Corpos de Tropa, sendo elaborados manuais, que serão utilizados na preparação das instruções nas Unidades Militares ao longo dos anos.

Inclusive, culminando com a criação em Manaus-AM, do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)⁷, pelo decreto nº 53.649, de 02 de março de 1964, sendo no mesmo ano enviados alguns oficiais e sargentos para realizarem o curso de *Jungle Expert* na Escola de Guerra na Selva do Exército Americano (Escola das Américas), na Zona do Canal do Panamá, tendo sido seu primeiro comandante o Coronel gaúcho Jorge Teixeira de Oliveira.

Curiosamente, esses militares voltaram para o Brasil para serem instrutores e monitores aplicando os conhecimentos adquiridos na Escola das Américas, e o CIGS foi o principal Estabelecimento de Ensino Militar

.....
7 Sobre o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), além do site na internet existe duas publicações especiais sobre o Centro, disponíveis nas referências bibliográficas deste artigo.

difusor da doutrina da guerra revolucionária, “extremamente eficiente” na repressão a guerrilha rural nos anos 60 e 70.

O treinamento de tropas especiais para ações e operações irregulares de contraguerrilha tiveram no CIGS a sua principal fonte de irrigação doutrinária e de treinamento.

Considerando que a história é feita de fontes como local de onde o historiador retira os vestígios sobre o passado. Seguindo esse pressuposto, a historicidade da própria ciência, demonstra que existem constantes debates sobre as concepções e o papel das fontes na produção do conhecimento histórico.

Considerando o que procuramos desenvolver até então, passamos a realizar uma breve análise de uma fonte histórica até então inédita. Trata-se do “Manual de Campanha C 100-20 – Guerra Revolucionária”, um livreto de 266 páginas que teve sua primeira impressão em 1968 pelo Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF), a gráfica e Biblioteca do Exército⁸.

O manual foi aprovado pela portaria número 84 do Estado-Maior do Exército, pelo Decreto nº 62.964, de 09 de Julho de 1968, aprovado e colocado em prática pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército General de Exército Adalberto Ferreira dos Santos, que mais tarde viria a ser o Vice-presidente no governo do General Ernesto Geisel.

Sem dúvida é um documento histórico precioso, de circulação interna, de circulação restrita e vedado a imprensa (como destacado na capa do manual) e detalhado controle quanto a sua distribuição e circulação.

Por seu caráter teórico e ideológico esse manual chama bastante a atenção e permite com uma análise aprofundada entender as concepções dos militares, pois contextualiza a Guerra Fria como sendo o período em que a humanidade se defrontou com duas grandes correntes ideológicas, o comunismo e a democracia. O manual logo no início faz um grande alerta sobre o perigo que assola a humanidade, diante da ameaça comunista:

.....
8 Para efeito deste trabalho estamos utilizando a segunda edição que foi impressa no ano de 1971, com uma tiragem de 202 exemplares.

A humanidade no momento, defronta-se com duas grandes correntes ideológicas, o comunismo e a democracia, as quais colocam seus adeptos em posições antagônicas. A ciência e a técnica proporcionaram, a esses contendores meios bélicos presumivelmente capazes de destruir a humanidade inteira: como consequência, mais longínqua fica a possibilidade de um confronto direto – a GUERRA – entre os possuidores desses meios, que buscam se valer de outros, indiretos, para decidir a contenda pela hegemonia mundial é o ‘EQUILÍBRIO DO TERROR’. Observa-se que a ideologia mais agressiva e expansionista – o COMUNISMO – mesmo cerceada pelo lado militar, jamais esmorece na sua disposição de luta. Utiliza, para isso, principalmente a Arma Psicológica. (MANUAL C 100-20, p. 1, 1971).

Certamente serviu de base para a produção de outros manuais como: Instruções Provisórias 31-15 (IP 31-15) O pequeno escalão nas operações contraguerrilhas. 1. Ed. 1969; Instruções Provisórias 31-17 (IP 31-17) Reservado; e Operações urbanas de defesa interna. 1. Ed. 1969. Instruções Provisórias 31-16 (IP 31-16) Operações contraguerrilhas de . 2. Ed . 1973.

Todos também produzidos pelo Estado-Maior do Exército, porém, mais voltados para o emprego da tropa nas operações militares, em um cenário de guerra irregular. Veja o quadro abaixo que demonstra a distribuição do manual C 100-20:

Quadro 1 – Índice de assuntos divididos na edição impressa de 1971

Grandes Unidades e Unidades	Especial (Ministérios, Gabinetes, Departamentos, Tribunais Militares, Bibliex etc.)	Escolas Militares
21	85	96
Total de manuais distribuídos	202	

Fonte: Manual de Campanha Guerra Revolucionária (C 100-20), dados organizados pelo autor.

Observe, que o maior número de exemplares é destinado para as Escolas Militares, tanto de formação, como especialização e aperfeiçoamento (no caso do quadro acima, 96 exemplares). Com certeza, visando instruir e organizar doutrinariamente os quadros militares de carreira do Exército

para combater o “risco revolucionário” orquestrado pelo comunismo, através da introdução e disseminação da teoria da guerra revolucionária.

Podemos inferir que a “aculturação” à teoria da guerra revolucionária esteve intimamente ligada às convicções e ao ativismo dos oficiais superiores e generais, que de forma sistemática transmitiram a nova doutrina do centro (Estados-Maiores e Escolas) para a periferia (oficiais, praças do exército e categorias influentes da sociedade civil).

O manual é dividido em duas grandes partes temáticas gerais, constituídas de capítulos mais específicos sobre os temas abordados, que são detalhados na forma de artigos.

Para facilitar o entendimento de como foi organizado o manual sintetizamos da seguinte forma, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Destino dos manuais distribuídos na edição impressa de 1971

	Título	Nº Capítulos	Títulos
Primeira Parte	A Guerra Revolucionária	5	- Noções fundamentais; - Desenvolvimento da GR; - Emprego da GR; - Atividades destrutivas e construtivas; e - processos empregados na G.R.
Segunda Parte	Título	Nº Capítulos	Títulos
	O combate a Guerra Revolucionária	3	- A democracia como Filosofia de vida e como Regime Político; e - A Ação Contra a Guerra Revolucionária; - O Preparo da Tropa.

Fonte: Manual de Campanha Guerra Revolucionária (C 100-20), dados organizados pelo autor

Os vários artigos que fornecem o conteúdo da primeira parte, tratam desde o conceitos básicos, a diferença entre guerra revolucionária e Insurrecional, características da guerra revolucionária, princípios táticos, difusão

da ideologia revolucionária na massa, operações psicológicas, processos políticos, distúrbios civis e greves, terrorismo, sabotagem, guerrilhas, guerra regular etc.

Embora também discuta a questão das guerrilhas, o foco da publicação é a “arma psicológica” que seria utilizada por subversivos por meio de propagandas, livros e encontros em associações civis, estudantis, sindicais e até mesmo no âmbito do Ministério da Educação – que estaria sofrendo uma sistemática doutrinação “marxista-leninista”.

Descreve os aspectos importantes da repressão, como por exemplo, narra as “ações destrutivas” dos supostos agentes da revolução comunista com o fim de desmoralizar o governo e atingir a ordem social. Algumas dessas ações seriam as greves de operários, as passeatas e os comícios considerados ilegais pelo regime militar.

No entanto, o conceito de “guerra revolucionária” nele abordado mencionado anteriormente já foi encontrado em outras publicações militares, como no “Mensário de Cultura Militar” e no “Boletim de Cultura Militar”.

No manual o conceito de Guerra Revolucionária é definido da seguinte forma:

‘GUERRA REVOLUCIONÁRIA’ é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação. [...] Pode servir a qualquer grupo que vise à tomada do poder através da subversão. Dela, entretanto, tem-se utilizado mais particularmente o bloco comunista, que a tem codificado, sistematizando o seu emprego (MANUAL C 100-20, p. 2-3, 1971).

Enfatiza que, a doutrina expressa no manual, se difunde para além da fronteira simbólica entre civis e militares, pois deve ser disseminada pelos seus “agentes” como um fenômeno que deve ser justificado pela infiltração comunista e a luta incessante contra um “inimigo interno propagador e que exerce um grande domínio da técnica subversiva.

Este Manual, entretanto, tratará particularmente, no que se refere aos aspectos doutrinários da GR inspirada na ideologia comunista, por ser esta a ação que emprega de

maneira mais completa toda a técnica subversiva, permitindo, com pequenas adaptações, compreender e responder às demais ações que se servem da GR para a tomada do poder (MANUAL C 100-20, p. 4, 1971).

Na segunda parte do manual, o teor do conteúdo dos diversos artigos apontam para a necessidade de entender a democracia como filosofia de vida e como regime político, destaca-se a importância da “Revolução Democrática de 31 de março de 1964”, os métodos de ação da guerra revolucionária, a informação, a contra informação, ação psicológica; propaganda e contra propaganda, o contraterrorismo, controle de distúrbios, as operações contraguerrilha, o combate a guerrilha urbana, o preparo da tropa, a adaptação das Unidades regulares para missões contraguerrilha, aspectos legais de emprego da tropa federal, o perfil das Forças Armadas do Brasil, aspectos particulares da ação militar etc.

Importante destacar dentre outras coisas, é a ênfase dada as preocupações em construir definições e a relevância da democracia para os militares nessa parte do manual

Basicamente o que importa é a compreensão sobre a Democracia, e não a definição adotada. O espírito democrático, ao firmar-se sobre critérios mais científicos que emocionais, proporciona convicções estáveis, capazes de sobrepor-se a pregações e doutrinações de sentido negativista. É necessário, antes de mais nada, que os chefes – principalmente os dos escalões mais baixos, que mantém contato direto e permanente com os soldados e graduados – tenham plena consciência do valor da Democracia, para que este mesmo valor possa ser inculcado nos seus subordinados e prevalecer em comportamentos posteriores ao tempo de serviço militar (MANUAL C 100-20, p. 108-109, 1971).

Combater e extirpar comunismo através de “ferramentas eficientes”, era sem dúvida o objetivo maior contido nas linhas do manual. Mas por outro lado, nada disso teria sentido caso o sentimento de democracia no interior do Exército não fosse reforçado e reafirmado pelos chefes militares perante os seus subordinados no período que permanecessem na caserna e tão logo retornassem a vida civil.

Feita esta breve apresentação entendemos que essa fonte documental, não pode apenas ser considerada uma publicação “paranóica” dos militares,

que acusou dissidentes do regime militar de infiltração em associações, propaganda ideológica e lavagem cerebral.

Como fonte histórica ele é muito mais do que isso!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado neste texto, a doutrina da segurança nacional, difundida pela Escola Superior de Guerra, cumpriu um papel determinante para o regime militar brasileiro, fornecendo um conteúdo ideológico antes inexistente, capaz de permitir a realização de seus objetivos. Contudo, em um quadro de Guerra Fria idealizada, juntamente com a doutrina, absorveu-se uma série de referenciais teóricos, baseados no realismo político e na geopolítica, destacando-se a formulação de um conceito denominado guerra revolucionário.

Constatou-se, que embora os militares brasileiros estivessem sob forte influência das doutrinas de segurança de Estado e das estratégias operacionais militares dos Estados Unidos, a doutrina da “guerra revolucionária”, definida como guerra interna com viés ideológico, fora importada pelos militares latino-americanos do Exército francês, que a empregava junto a práticas violentas nos conflitos na Indochina (Sudeste Asiático) e na Argélia.

O Exército Brasileiro que ainda mantinha sua base de estrutura doutrinária fortemente ligada a Missão Militar Francesa, traduziu e reproduziu artigos de publicações francesas sobre os princípios e a ações da guerra revolucionária.

Porém, no Brasil a doutrina da guerra revolucionária diferente dos demais países Latino-americanos fortemente influenciados pelos Estados Unidos, a partir dos anos 60, elaboraram uma formulação teórica doutrinária própria de GR adequada as concepções dos militares brasileiros e de acordo com o que pensavam ser a realidade do país.

Se por um lado, pode ser constatada que ao se preocupar com a ameaça do “imperialismo soviético” sobre o mundo livre, interna e externa, não visualizaram que a própria adoção da doutrina de segurança nacional era a implantação de um projeto exógeno e estranho ao contexto brasileiro,

baseado em conceitos ambíguos que objetivavam, na realidade, a manutenção da hegemonia norte-americana. Por outro, formularam um conceito de ação para combater o “inimigo interno”, fortemente dotado de um viés ideológico que se espalhou por suas principais escolas de formação disseminando-se para além do meio militar.

A análise do manual C 100-20 – Guerra Revolucionária, assume uma grande importância como fonte histórica, pois comprova que o regime militar brasileiro em todo seu contexto tinham um sólido fundamento ideológico. E não seria exagero afirmar que dentro do exército se mantém até hoje.

Os documentos não existem por si mesmos, estão dispostos de estabelecer um diálogo com o passado e o presente. Como se refere a um estudo ainda de natureza exploratória e preliminar, fica ainda pendente um maior aprofundamento no sentido de descobrir como este construto teórico pode ser utilizado e que possa ser aprofundado em uma pesquisa que poderá ser realizada em nova oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHIRIO, Mauad. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COMBLIN, Joseph Pe. **A ideologia da Segurança Nacional: poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COUTO e SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1971-1989)**. Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2010.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina**: da Doutrina Monroe à ALCA. 5. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão** – uma história da política norte-americana em relação à América Latina). Bauru-SP: EDUSC, 2000 (Coleção Ciências Sociais).

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TOLEDO. Caio Navarro (org). 1964: **visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DOCUMENTAIS

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha: Guerra Revolucionária (C 100-20)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (BIBLIEx), 1971.

REVISTAS

Exército Brasileiro: Centro de Instrução de Guerra na Selva. Revista Tecnologia & Ciência. . Suplemento Especial, São Paulo. Ano 21, n. 11, 2005.

Centro de Instrução de Guerra na Selva 50 anos. Revista Verde-Oliva. Brasília-DF, Ano XLII, n. 225, out. 2014.

INTERNET

NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu>>. Acesso em: 16 set. 2019.

NATIONAL WAR COLLEGE INTERNET WEBSITE. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/nwc>>. Acesso em: 16 set. 2019.

SCHOOL OF AMERICAS WATCH. Acesso em: <<http://www.soaw.org>>. Disponível em: 16 set. 2019.

TRABALHADORES, OPERÁRIOS E POPULARES NA HISTORIOGRAFIA NACIONAL

ALUNO: MARCOS ALESANDRO NEVES DOS SANTOS
DOUTORANDO (PPGH-UFSM – BRA)
MARCOSALESANDRO1@GMAIL.COM

RESUMO

A abordagem acerca dos trabalhadores e populares na historiografia nacional é um tema de relevância uma vez que as abordagens sofreram grandes alterações da segunda metade do século XX até as produções atuais. A imagem de “manipulável” e dependente de uma figura paternalista, representada por vezes na figura do patrão, deu lugar com o passar do tempo a produções em que a figura do trabalhador tornava-se protagonista através de um alargamento de fontes que proporcionou novas questões e debates.

Palavras-chave: Trabalhadores, populares e história social.

Quando olhamos para o final do século XIX e início do século XX muitos questionamentos surgem. Talvez, o principal assunto questionado é o modo pelo qual os trabalhadores recém-libertos pela Lei Áurea encararam sua liberdade e o modo como procuraram conquistar sua cidadania. A luta por cidadania, ou seja, a investida de sujeitos ou grupos de sujeitos preocupados em garantir para si e para os seus alguns direitos não foi uma luta iniciada apenas com a assinatura da lei da abolição em 13 de maio de 1888. A luta por direitos sempre se dava na teia cotidiana da vida social, seja

na vida no campo ou nos centros urbanos, perpassando como imensos fios os universos da vida cultural; do universo jurídico; do mundo do trabalho.

O debate sobre a categoria “trabalhador” gastaria muito tempo e letras e, talvez nós não conseguíssemos expressar em poucas páginas nossas impressões sobre o tema. Numa coletânea de artigos publicados num livro intitulado “Trabalhadores na cidade” os historiadores fizeram um esforço de demonstrar como a palavra “trabalhadores” no plural era um esforço retórico para enquadrar sujeitos de ambos os gêneros (trabalhadores e trabalhadores), das mais diversas funções (trabalhadores no comércio, agrícolas, fábricas, cocheiros, carroceiros, canoeiros, prostitutas) e jurisdição (trabalhadores livres e escravizados) numa única palavra.

Sem mencionar a relação entre trabalhadores versus vadios, tão cara às autoridades públicas. Esses trabalhadores se organizavam com diversos intuitos (resistir confrontando uma política ou a polícia, negociar uma questão e também para o lazer), mas, eram trabalhadores da cidade. Considerá-los nessa localização geográfica (cidade) implica levarmos em consideração uma lógica de espacialidade dinâmica, na qual, esses trabalhadores transitavam entre sua moradia e o trabalho por diversas ruas e ambientes (AZEVEDO et al. 2009).

No cerne da discussão sobre a trajetória dos trabalhadores, alguns historiadores da década de 1980 passaram a compilar documentações importantes capazes de ampliar a dimensão dos estudos sobre tal categoria. Mais preocupados com temas clássicos da historiografia do trabalho (desenvolvimento e mudança de organizações operárias nacionais e as conexões entre organização da produção, a formação da classe e a ação coletiva dos trabalhadores) e apesar de algumas pesquisas fugirem dos temas clássicos, ainda se encontra muita produção acerca da “formação de classe, lutas nos locais de trabalho, movimento operário, sindicatos e correspondentes orientações ideológicas, ações coletivas, relações com o Estado, ideologia estatal e empresarial, formas de organização da produção e gestão da força de trabalho” (SILVA, 2003, p. 22). Essa compilação de documentos declarava importante necessidade de se analisar os trabalhadores por diversas óticas diferentes.

A relação do patronato com a malha governamental também foi alvo de estudos. Ângela de Castro Gomes ao analisar a legislação social é levar em consideração três atores principais: o Estado, os trabalhadores urbanos e o patronato comercial e industrial. Cada ator possui papéis diferentes e capacidade de pressão diferenciada. A autora ao se preocupar com o patronato comercial e industrial, preferindo-os chamar de *burguesia*, procura demonstrar os mecanismos de mobilização e organização por ela (a *burguesia*) enjeitada e de seu discurso a fim de apresentar esse um fator tanto “econômico quanto político, na medida em que influencia, quer as condições de acumulação do capital, quer as condições de participação política da classe trabalhadora na dinâmica social” (GOMES, 1979, p. 24).

Portanto, nas primeiras décadas do século XX, o patronato intervia através de mecanismos indiretos e diretos no processo decisório de diversas questões, a respeito da legislação e regulamentação do trabalho. A interferência direta se dava de forma oficiosa junto aos órgãos governamentais que elaboram os anteprojetos de lei, até mesmo na colaboração oficial junto ao Conselho Nacional de Trabalho na perspectiva de regulamentação das leis já sancionadas. Havia também uma série de contatos formais, porém, não institucionalizados no qual o empresariado formulava questões acerca da legislação social então vigente em forma de memoriais e representações (GOMES, 1979).

É impossível analisar as obras da dita “nova história do trabalho” sem mencionar a contribuição relevante das obras de Edward Palmer Thompson em especial *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade sobre a história da formação da classe operária na Inglaterra*. Um estudo preocupado com múltiplos pontos de vistas da vida do operário a fim de compreender como ele se comportava dentro e fora das fábricas.

Com suas lentes voltadas para o “fora das fábricas” o historiador britânico vai tecendo seu argumento através de ampla pesquisa sobre a vida social e cultural¹ do trabalhador inglês em finais do século XVIII e início dos

.....
1 Hobsbawm afirma que não haveria condições de falar sobre uma dita cultura operária uma vez que só após a datação citada acima e com a consequente estabilização do capitalismo industrial, é que a vida tornou-se mais “unificada”.

XIX. Seu principal argumento é o fato da classe operária inglesa só se formar enquanto classe quando se compreendem enquanto classe. Thompson ao analisar o fazer-se da classe operária na Inglaterra, nos mostra que esse processo não se formou em um só movimento, mas constituiu-se gradualmente em um modo, literalmente um fazer-se. Dessa forma, no prefácio de sua obra: *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade* o autor define o que seria classe.

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus). (THOMPSON, 1987, p.9).

No trecho citado acima, podemos afirmar que, para Thompson, a classe operária da Inglaterra ganha corpo com as ações humanas e as condições sociais propiciadas pelo meio em que vivem. Sendo assim, a classe seria definida pela sua formação sociocultural que só é possível ao longo de um processo histórico em que as experiências compartilhadas dos operários estejam inseridas.

No entanto antes de começarmos o debate sobre o conceito de classe, é importante destacar que o termo foi alvo de contestações principalmente de teóricos da economia neoclássica (que deu origem a escola austríaca), no entanto, não surpreende que uma ideologia de viés individualista conteste o estatuto do conceito de classe que em meio às demandas dos trabalhadores sempre esteve ligada ao engajamento na luta por melhores condições de vida e trabalho (SAVAGE, 2004). No entanto não é preciso ficar preso ao teor marxista do conceito de classe aponta para o ressurgimento dos postulados weberianos no tocante ao conceito.

De suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou por sua ausência, de dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos em uma dada ordem econômica. O termo “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe. (WEBER, 1971, p. 63)

Para Weber a classe estar contida no bojo da estratificação social (classe, estamento e partido) que é determinada por valores sociais, prestígio, educação, riqueza entre outros aspectos. O autor divide classe em duas partes, as que têm algum bem (material ou simbólico) e as que não tem, sendo fundamental que para o indivíduo estar inserido em uma classe, deve estar em uma situação comum aos demais. Apesar de sua grande aceitação nos círculos sociológicos, Weber não goza do mesmo prestígio no seio historiográfico, talvez por não enxergar primordialmente classe social como um fenômeno das relações de produção.

A classe é antes de tudo um devir histórico, e não se pode fugir às vicissitudes do tempo. São as vicissitudes, ou seja, o que é vivenciado pelo trabalhador no exercício de seu ofício e fora desse exercício que vai moldando a ele e ao meio em que ele vive sua consciência de relação de classe. Ou seja, a *experiência* para Thompson é vivenciada duplamente pelo trabalhador. O conceito de *experiência* cunhado pelo autor analisa as ações dos indivíduos no exercício contínuo do processo histórico. Alinhada aos preceitos da história social, a experiência é visualizada nas ações de seres “de carne e osso” e não por um contexto histórico em que há predominância de estruturas ou histórias sem sujeitos. Para Thompson as experiências do cotidiano, compartilhadas por indivíduos, contribuem para o seu “fazer-se”, ou seja, são fundamentais para a consciência de classe (SANTOS, 2017).

Assumindo esse discurso, podemos afirmar que a classe não diz respeito a uma questão meramente econômica, e sim às ações que os indivíduos têm em comum dentro do mesmo contexto social. Para Thompson, os operários não eram meramente receptores de vivências de outras classes ou grupos, pois, dispensavam qualquer tipo de guia ou orientador que viesse a conduzir seus passos possuindo suas próprias vivências e histórias, tornando-se, portanto, sujeitos protagonistas das próprias narrativas.

Outro historiador inglês que proporcionou um sopro de vitalidade nos estudos sobre os trabalhadores foi Eric Hobsbawm, ao analisar que mesmo com as novas mudanças impetradas pela revolução industrial e o conseqüente processo de urbanização das cidades, os trabalhadores resistiram em preservar

pontos do seu cotidiano como feriados tradicionais de sua comunidade. A Inglaterra tinha muito menos controle sob essas questões do que gostava de demonstrar. O autor destaca que antes de 1848 não seria possível falar em uma cultura operária, uma vez que apenas após essa data, com a estabilização do sistema capitalista industrial, é que a vida do trabalhador tornou-se mais “unificada” homogênea no que diz respeito as suas práticas sociais.

Hobsbawm destaca que entre 1870 e 1914, momento em que classe operária inglesa começou a assumir o caráter homogêneo de um proletariado fabril, costumes padrões de uma cultura operária, como o uso de boné, a sociabilidade em bares (pubs), comer peixe com fritas, o gosto pelo futebol e por fazer apostas foram vivenciados pelo operariado inglês. [...]O futebol como esporte proletário de massa – quase uma religião leiga – foi produto da década de 1880, embora os jornais do norte já ao final da década de 1870 houvessem começado a observar que os resultados de jogos de futebol, que eles publicavam somente para preencher espaço, estavam na verdade atraindo leitores. O jogo foi profissionalizado em meados da década de 1880. (HOBSBAWM, 1987. 272-274).

Hobsbawm analisa a abertura de um leque temático, e principalmente metodológico da ciência histórica. Migrando de uma história com a primazia do econômico para uma história social em seu sentido mais amplo, com a “permissão” de novas fontes de pesquisa e conseqüentemente, novas considerações sobre assuntos outrora abordados por prismas mais ortodoxos.

A historiografia tradicional tentou retirar o caráter sociológico de alguns estudos em prol da história da classe operária a fim de substituí-la por um economicismo que enfatiza as mudanças nas forças de produção e o desenvolvimento histórico do capitalismo sem falar das relações de classe. Na história social, os autores advogam que a empreitada vai além de construir uma *história operária*, mas “entender como um círculo de classes dominantes conseguiu assegurar sua autoridade sobre as classes subalternas e desvendar os instrumentos empregados para o sucesso dessa empreitada” (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 16).

Em 1979, esses autores falavam da história da classe operária estar ainda na sua primeira infância, muito decorrente por falta de fontes. A imprensa operária começava a ser “descoberta” e a história oral também estava

sendo utilizada como fonte de pesquisa e há pouco tempo. Essas dificuldades acabam sombreando o conhecimento sobre a vida dos operários, suas formas de trabalho, alimentação, recreação, o que pensavam e liam e, como tinham ou não consciência de pertencer a um grupo ou classe – ou seja, uma história cultural também estava para ser feita.

Emilia Viotti da Costa aponta algumas características da dita “nova história do trabalho”², em que as nossas percepções sobre a classe trabalhadora, sobretudo advinda do meio rural foram amplamente abaladas (COSTA, 2001). A utilização de novas fontes enriqueceram análises e possibilitou um contraponto a historiografia tradicional que em grande parte relata os migrantes rurais como vítimas de manipulação por líderes carismáticos, e que não contribuiriam para o fortalecimento da classe operária urbana. Contra a teoria da dita debilidade desses trabalhadores, estudos foram realizados com o intuito de viabilizar a história desses sujeitos subalternos que estavam soterrados por narrativas simplistas.

.....
Não mais continuar seguindo a mesma trilha batida pelas dicotomias “urbano/rural, centro/periferia, instruído/rude, erudito/popular, liberdade/escravidão, industrial/pré-industrial, moderno/arcaico”, ou seja, a cidade desenvolvida e o campo atrasado, ou ainda a violência encontra-se na periferia enquanto no centro encontramos o prazer à felicidade nas lojas enquanto consumimos. Para compreendermos uma realidade contraditória, não podemos engessar a discussão e a análise, pois em tradicionais esquemas de pensamento, é corrente a minimização do segundo, como inferior ou pior, em relação ao primeiro conceito. (NEGRO, GOMES, 2005, p. 218).

A “nova geração de historiadores” passam a questionar baliza teóricas até então intocáveis para uma historiografia do trabalho, como por exemplo os conceitos de base e superestrutura e o modelo de classe como algo estático (COSTA,2001). Dessa forma, ganha terreno análises subjetivas como as experiências dos trabalhadores em ambientes fora da fábrica, modos de reinterpretação da sua cultura em espaços que ambicionam um

.....
2 O autor chama atenção que uma vez aberto o leque mais diverso de temáticas na história social do trabalho, temas outrora clássicos sumiram da historiografia nacional como questões ligadas a sindicatos, greves e partidos políticos. (SAVAGE, 2004)

maior controle de suas práticas como as vilas operárias e outros modelos de cidades ou minicidades³.

Ainda na década de 1980 alguns outros temas passaram a ser investigados com maior afinco. A vida dos operários fora das fábricas passa a ser investigado. Os trabalhadores também possuíam uma vida além daquele vivido no chão da fábrica e é nessa vida “de fora” aonde os fios que tecem suas experiências são fortalecidos. Suas residências, formas de lazer, práticas de higiene, relação entre o salário e consumo de bens passa a ser estudado, demonstrando, porém, como cada vez mais o estado procurava controlar a vida desses operários.

Em sua obra *O Nascimento da Fábrica*, Edgar de Decca (1984) corrobora com Thompson quanto à questão da Revolução Industrial como imperativo disciplinador e não tecnológico. Para isso, cita um estudo de David Dickson que atesta sua visão de que a Revolução Industrial não foi meramente movida por avanços tecnológicos e sim com o objetivo de impedir o desvio da produção por parte do operário, sendo preciso controlar todas as etapas da fabricação. Cabe lembrar que, nas antigas oficinas, os artesãos tinham o controle sobre o processo produtivo e seu ritmo de trabalho, diferente das atividades fabris, que por estarem dentro da indústria, proporcionavam ao patrão um maior controle sobre o que era produzido.

Muito se avançou da década de 1979 até os dias atuais. Não apenas “movimento operário” filho da indústria moderna, mas, o movimento dos trabalhadores em prol de direitos no decorrer da sociedade brasileira. O quantitativo de fontes aumentou bastante, principalmente sua diversidade. Cada vez mais se procurou o trabalhador, e não apenas o operário (trabalhador da fábrica) em fontes de processos criminais, jornais de trabalhadores, documentos particulares, associações de trabalhadores, ainda em meados dos XIX.

Alguns estudos passaram a demonstrar como a história dos trabalhadores brasileiros não poderia se concentrar única e exclusivamente no

.....
3 Cidades idealizadas por industriais no final do século XIX e início do século XX com a intenção de fixar o trabalhador no seu local de trabalho oferecendo em troca moradia e outros serviços como posto médico, igreja, mercado e escola para os filhos. RAGO. 1987

sul do país, no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, para vangloriar tais capitais enquanto responsáveis por levar a cabo a industrialização do país e, tal industrialização formar o movimento operário brasileiro. “O desenvolvimento da historiografia vem demonstrando que região, regionalismo ou história regional tem mais a ver com recortes políticos ou metodológicos, que no fundo geralmente mascaram dimensões mais amplas” (KONRAD, 2010. p.7).

Foi uma caricatura tendenciosa e gênese de esquecimentos por algum tempo, pois, os operários de outras regiões bem como o movimento em busca por direitos pré-industrialização permaneceu no silêncio de alguns estudos durante algumas décadas. Devemos levar em consideração o fato de esse operário brasileiro ter sido formado por etnias diversas além de enquadrar o próprio trabalhador nacional (considerando o fim da escravidão em 1888), cuja condição de operário era bastante diversa.

Dessa maneira a obra de José Sergio Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”* (1988.) é uma leitura obrigatória para aqueles que se debruçam sobre a temática das vilas operárias. O competente trabalho analisa a fábrica de tecidos de Paulista e seu “sistema paulista”, analisando o recrutamento dos trabalhadores através da “sopa”⁴ e de que maneira a vida dos trabalhadores girava em torno da residência, sendo essa última o principal instrumento de tentativa de dominação sobre os operários que dependiam dela não apenas para residir, mas principalmente, pois era sinônimo de estar empregado na fábrica.

A relevância de sua obra se dá, entre outros motivos por uma clara oposição a visão que esses trabalhadores rurais seriam meras vítimas de manipulação dos patrões paternalistas que “abraçavam” os migrantes do interior a caminho da capital em busca de uma vida digna. A apresentação de um retrato mais complexo dessa realidade, alçando esses indivíduos a

.....
4 “Sopa” era o nome dado ao transporte que ia até as cidades do interior em busca de trabalhadores que tivessem o interesse em trabalhar nas fábricas próximas a cidade do Recife. ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade; os operários camponeses da fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia. 1997.

seres conscientes do lugar que ocupam, produz uma nova historiografia e possibilita a análise de relações entre patrões e empregados que não seria possível se as lentes “embassadas” continuassem a ser utilizadas para enxergar os trabalhadores.

Levando em consideração o relatório escrito por Arthur H. Redfield sobre as condições econômicas no Brasil de 1913 (relatório entregue ao Departamento de Comércio norte-americano e publicado em 1920), toda a etapa de produção percorrida na interpretação clássica pela Revolução Industrial estava presente, do artesanato à indústria – ou seja, as diversas experiências de trabalhar e de relações de trabalho, do artesão independente, passando pelo trabalhador doméstico produzindo para um empregador, o empregado em uma pequena oficina e, finalmente, o operário industrial – essas condições dependiam efetivamente de uma diversidade de situações variantes, de acordo com a cidade, o ramo de atividade, o grau de qualificação do trabalhador e o tipo da relação de trabalho (BATALHA, 2000; HARDMAN, 2002).

Nossa preocupação está, portanto, em investigar não exclusivamente o operário experienciado no chão da fábrica e muitas vezes divinizado por abrir caminhos para lutas sociais diversas. Mas, os mais variados ramos de ofício nos interessam. Trabalhadores no comércio, canoieiros, ambulantes, gazozeiros e etc. As contribuições que uma nova abordagem sobre os trabalhadores trás para a historiografia nacional é de grande relevância uma vez que nos propiciam uma análise sobre esses indivíduos em um contexto específico de início de industrialização. Trabalhadores que viviam em vilas operárias, cortiços e que promoviam mudanças no convívio com seus pares e com as elites locais, resignificando seu cotidiano com intuito de buscar melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade; os operários camponeses da fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930**; 2ª. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- COSTA, Emília Viotti da. Experiência versus estruturas: novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? In. **História – Unisinos**. N° Especial. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2001.
- SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”. In. BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. da Unicamp. 2004, p. 25 a 48.
- AZEVEDO, Elciene et al. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- DECCA, Edgar De. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão! : memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3ª ed. rev. E ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LEITE LOPES, José Sergio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988).
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Brasil e Rio Grande do Sul (1937-1945): Historiografia do trabalho**. In. **X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o nacional e o regional**. Ano: 2010.
- NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. **Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho**. **Tempo Social**. USP, v. 18, n.1, 2006.
- PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael. **A classe operária no Brasil**. Vol 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operário sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. da Unicamp. 2004, p.25 a 48.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária. A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Marcos. **Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe – PE (1900-1929)**. Dissertação de mestrado. UFPB. 2017.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO TENDÊNCIA: UM ESTUDO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E AS NOVAS ARTICULAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, CASOS DE 1987 E 1991, EM PELOTAS (RS)

CAROLINE CARDOSO DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (MESTRANDA)
CARD.KAROL@HOTMAIL.COM

RESUMO

Desde o Trabalho de Conclusão de Curso em 2018 existe a procura por refletir-se sobre como as mais recentes modificações no mundo do trabalho iniciadas, sobretudo, a partir de 1970 geram consequências na vida de quem vive do seu trabalho, materialmente e subjetivamente. A partir de autores que consideram a reestruturação produtiva uma precarização do trabalho, a pesquisa busca traçar a linha histórica da reestruturação no Brasil desde a metade do século XX até os dias atuais. Para fins de análise de fontes, além da gama teórica crucial para entendimento desse processo social-econômico-político, será feita a análise qualitativa de fontes judiciais contra uma empresa de prestação de serviços, em 1987 e em 1991, que trazem explicitamente nos pleitos, reclamações sobre falta de vínculo empregatício, insalubridade, além de relativizações dos Direitos Trabalhistas, sendo esses pontos alguns dos traços pontuais que caracterizam o mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital e do projeto de neoliberalização do Estado. As fontes estão salvas no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) – UFPel.

Palavras-chave: mundo do trabalho, reestruturação produtiva, Justiça do Trabalho

OS ESTUDOS DE MUNDOS DO TRABALHO

Os estudos sobre mundos do trabalho são consagrados em discussões dentro das Ciências Humanas na atualidade. Contudo, pode-se dizer que os sociólogos tiveram certo pioneirismo na investigação sobre o tema, tratando-se da produção intelectual brasileira. Ao exemplo de trabalhos da Sociologia com viés histórico, Ricardo Antunes desenvolveu análises sobre movimento operário de 1930-1935 usando-se de fontes como jornais, atas sindicais, etc, que são fontes centrais no trabalho de investigação histórica. Como aponta Mattos (2004) há, então, na historiografia o caráter interdisciplinar na literatura especializada sobre movimento sindical e estudos sobre mundo do trabalho, vindo influências da Antropologia e principalmente da Sociologia.

Uma marca dos estudos recentes na área de história sobre trabalhadores e sindicatos é “o avanço das pesquisas para os meados do século XX e, até mesmo, períodos mais próximos da atualidade” (MATTOS, 2004, p. 3). Tratando-se de movimento operário e sindical, de início, os estudos de classe trabalhadora tinham a noção de caracterização da origem como fator determinante dos padrões de sua coletividade. Depois, valorizavam as concepções e práticas da vanguarda política na explicação dos caminhos da ação sindical. Ambos os casos viam o movimento operário como pouco combativo e atrelado ao Estado. A partir dos estudos que colocaram a importância da agência histórica dos sujeitos e sua experiência, tendo o horizonte de contribuições de E. P. Thompson, a historiografia guinou em não mais ver a classe operária no negativo e o sindicalismo totalmente conformado a estrutura sindical oficial, e sim procurando enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há apenas um Estado todo-poderoso e nem uma classe passiva que tudo acatava.

A História pouco debruçou-se e debruça-se para o entendimento da reestruturação produtiva, sendo ainda um assunto sobretudo da Sociologia. Como aponta Guimarães (2009) tratar desse assunto é tratar de um ramo da sociologia fortemente pautado pelos desafios da agenda social. Nesta, os recentes processos de reestruturação macroeconômica que tiveram efeitos

importantes, não apenas no que tange as relações sociais nos locais de trabalho, mas o mundo do trabalho como um todo. Ainda nas palavras do autor,

tem sido crescente o interesse da sociologia brasileira pelos estudos do mercado de trabalho e das formas e experiências associadas ao desemprego, depois de um longo período de jejum intelectual durante o qual haviam dominado as análises sobre as condições de organização e uso do trabalho no cotidiano das empresas e sobre as formas da ação coletiva sustentada pelos sindicatos (GUIMARÃES, 2009, p. 151).

Feito esse pequeno balanço sobre o que os historiadores e sociólogos têm pensado sobre os mundos do trabalho, é evidente que esses intelectuais vêem com importância a construção e andanças da sociedade do trabalho no país. Estes buscam, também, retomar fontes e dados para refletir em sobre greves, motins e revoluções de cunho classista ao longo do século XX no Brasil e América Latina como um todo.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO TENDÊNCIA

Antes de iniciar o debate, é interessante conceitualizar o que aqui refere-se precarização. Guimarães coloca que por precarização do trabalho compreende-se o processo social constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho, onde a terceirização e subcontratação ocupa um lugar central, bem como o recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdência (GUIMARÃES apud THÉBAUD-MONY, DRUCK, 2013).

O modelo de terceirização¹ é amplamente estudado pelos intelectuais da atualidade e consiste na flexibilização do processo produtivo, onde as “empresas eliminam setores produtivos, administrativos ou de serviços,

.....
1 Diana Assunção em seu livro intitulado “A precarização tem rosto de mulher” coloca que: “O Brasil seguiu a tendência de flexibilização e precarização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993. Os serviços que mais foram terceirizados no Brasil são os de limpeza, vigilância, e no último período houve um boom do telemarketing. Se compararmos com os trabalhadores formais ou efetivos, os trabalhadores terceirizados ganham cerca de um terço de seus salários (ASSUNÇÃO, 2013, p. 51).

considerados complementares às suas atividades fins e transferem sua realização para outras empresas, concentrando-se no produto principal” (LIMA, 2010, p. 17). Esse setor de trabalho é um símbolo do trabalho precário na atualidade.

Tal setor de trabalho surge concomitante às novas medidas neoliberalizantes do contexto mundial de grave crise do capitalismo, tendo forte inspiração no modelo político de Margaret Thatcher, Primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. De modo geral, as medidas são a degradação de direitos, sobretudo trabalhistas, e o aprofundamento extremo do liberalismo econômico, fazendo com que uma rearticulação econômica transforme diretamente o mundo do trabalho, se tornando “necessário reverter as conquistas que a classe trabalhadora havia obtido no período anterior e também as concessões que a própria burguesia tinha sido obrigada a dar” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50). A liberalização, desde o final dos anos 1970, com Thatcher, estaria pautada em uma eficácia superior do mercado em determinar preços e alocar os recursos. Antes, durante a Segunda Guerra Mundial, constituiu-se um quadro de avanço do crescimento, do investimento e dos livros, ao lado de certa intensificação da luta de classes, cuja expressão era dada pelas conquistas salariais, pela descolonização ou revoluções sociais. (GOMES et al, 2001).

A reestruturação produtiva, que inicia-se especificamente a partir de 1970, também tem as denominações de reestruturação do capital ou até mesmo reestruturação do trabalho. Trata-se basicamente da nova etapa do modo de produção capitalista que molda-se à crise mundial do sistema, reinventando-se para o que chamamos de capitalismo global, globalização, ou, também, toyotismo e empresa flexível. Em termos de produção, Antunes e Druck (2015) colocarão como uma produção diretamente vinculada à demanda, dependente do trabalho em equipe, com multivariada de funções, tem como princípio o *just in time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível, bem como novas e mais fluidas hierarquias no mundo produtivo, pois ela estrutura-se num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas,

diferentemente da relação homem/máquina na qual baseava-se o taylorismo/fordismo”, entre outras características.

Uma característica dessa nova etapa é a inserção massiva da tecnologia, necessitando que o trabalhador do ramo seja multifacetado em termos de ocupação. Como coloca Antunes (2018) a enorme expansão do trabalho em *call-centers* e *telemarketing* cada vez mais inseridos no processo de valorização do capital, gerou o nascimento de um novo proletariado de serviços, o infoproletariado ou o cibertariado. Contudo, em plena era da informatização do trabalho no mundo maquinaldigital, onde a tecnologia vem agregar, teoricamente, para o ofício dos trabalhadores, vem ocorrendo concomitantemente um processo contraditório, marcado pela informalização do trabalho, com trabalhadores sem direitos. Isso é presente na ampliação dos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, sendo isso um potencializador do universo do trabalho precarizado. Um exemplo atual para ilustrar essa relação são os entregadores de comidas por aplicativos, que entregam de bicicletas, muitas vezes alugadas ou emprestadas, onde expõem-se aos perigos do trânsito, não tendo, em contrapartida, nenhuma garantia ou vínculo concreto com a empresa na qual prestam os serviços.

Desde os anos 1990 aplica-se o alargamento e aprofundamento desse pacote que precariza as relações de trabalho com o respaldo legal, sendo a terceirização uma das medidas mais emblemáticas. De acordo com o estudo realizado por Pochmann²

No Brasil, a terceirização ganhou importância na segunda metade dos anos 90, época de abertura comercial e de ações governamentais voltadas à desregulamentação do mercado de trabalho. [...] O grande salto nas terceirizações ocorreu depois do Plano Real, entre 1995 e 2000, quando a taxa saiu de 8,9% para 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados.

.....
2 Estudo realizado pelo economista e, no período, presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a pedido do SINDEEPRES (Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo). Publicizado no endereço virtual da revista Carta Capital em 2011. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/terceirizacao-avanca-mas-e-precario>>. Acesso em 11/01/2018.

De acordo com Antunes (2018) até a década de 1980 o traço distintivo da economia brasileira encontrava-se na forte expansão industrial, mas nas últimas décadas o setor terciário vem registrando aumento na sua posição relativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1980 e 2008, o setor de serviços cresceu o seu peso relativo em 30,6%, enquanto os setores primário e secundário perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB (ANTUNES, 2018).

LEIS E OS USOS DAS LEIS: A JUSTIÇA DO TRABALHO COMO POSSIBILIDADE DE FONTES

A aplicação do modelo fluído de contrato de trabalho não se dá de uma hora para outra no contexto brasileiro. Já no período de vigência da Ditadura Civil-militar os legisladores abriram concessões e brechas na Constituição para que o trabalho terceirizado fosse permitido, tanto no âmbito público, quando privado. Como afirma Maeda,

foi exatamente no período da ditadura militar que surgiu o primeiro ataque ao modelo ordinário de contrato de trabalho firmado entre empregado e empregador: o Decreto-Lei n. 200/1967, que versava sobre a organização administrativa da União, e introduziu a noção de descentralização administrativa, distanciando o trabalhador daquele para quem ele prestava serviços, ou seja, o Estado. Dessa maneira, a União pode contratar com empresas da iniciativa privada “a realização material de tarefas executivas”, institucionalizando a triangulação entre tomadora de serviços e trabalhador, com a intermediação de empresa interposta (MAEDA, 2016, p. 130).

Ainda em período de vigência da Ditadura no Brasil, há a Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a Lei do Trabalho Temporário, que define-se pelo

trabalho prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que o coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.³

.....
3 Postagem de 2017 realizada pelo site Granadeiro Guimarães, como *repost* ao conteúdo publicado pelo SINDEPRESTEM (Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo). Disponível em: <http://www.granadeiro.adv.br/clipping/2017/04/17/terceirizacao-e-trabalho-temporario?fbclid=IwAR31JDqk5TKModrPaM3T1oShUyV55MufQhYJldGzYB-XDSLIVZ_NqHVJ-D3w>. Acesso em 11/10/2019.

Pela pesquisa parcial feita até então, pode-se notar nos pleitos trabalhistas casos em que as pessoas trabalharam por um curto período de tempo, sendo demitidas com a base legal na Lei 6.019/1974. Pode-se perceber que, em termos civis e básicos, a Lei trata-se de um tipo de contrato de trabalho para atender demanda de períodos específicos do ano, como período de Páscoa e Natal, ao exemplo de datas comerciais, e o remanejamento de mão de obra para plantações de arroz, maçã e uva, tratando-se de períodos de safra. Contudo, isso abriu uma brecha para que fizesse-se a todo momento as ditas demandas excepcionais, gerando uma linha tênue entre a real demanda excepcional e a “má fé” da empresa em contratar por período certo, já que não há a garantia para o empregado de receber verbas rescisórias suplementares ao final do contrato, sendo, assim, muito interessante para a empresa empregadora.

A Lei aparece citada em vários processos do Acervo da Justiça do Trabalho em pleitos dos anos 1980. O processo de nº 1881/1987, onde a reclamada Leci da Silva entra em reclamação contra a empresa Seltec, empresa de prestação de serviços, traz a situação de uma demissão “injusta”, em termos do próprio processo, onde o contrato de trabalho versava e respaldava-se a partir da Lei de Trabalho Temporário.

No processo de nº 630/1986 também é citada essa Lei. Jorge da Silva entra na justiça alegando que não recebeu o salário devido por conta de seu adoecimento, o salário-enfermidade, bem como as seguintes verbas rescisórias: aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário, salário-enfermidade, horas-extras. No período em que trabalhou para a Seltec, Jorge foi realocado a trabalhar para a empresa Agapê S/A Indústria de Alimentos em período de safra, e seu pedido é dado como improcedente, pois, a partir do respaldo da Lei de Trabalho Temporário, Jorge “abandonou suas tarefas” já que a Seltec supostamente não tomou conhecimento de sua doença.

Aqui, são citados apenas dois processos para exemplificação, mas há inúmeros processos nos quais demissões acontecem, ficando o empregado a ver navios sobre seus direitos.

Já nos anos de 1990, aparecem reclamações contra a Seltec pelo descaso desta em relação ao PIS (Programa de Integração Social)⁴, como no processo de nº 3108/1992 aberto pela reclamante Roselaine Silva. Há, também, pleitos que tratam da insalubridade no local de trabalho, como o de nº 2981/1991, onde a reclamada Eva Leal reclama insalubridade, e no meio do processo há o atestado médico de que deu à luz, não podendo comparecer a seu julgamento, ou seja, ela trabalhou em condições insalubres até período próximo ao nascimento de seu filho. Há o caso contido no processo de nº 2770/1991, onde, também, Maria Borges reclama insalubridade. A insalubridade,

como o próprio nome diz é algo não salubre, doentio, que pode causar doenças ao trabalhador por conta de sua atividade laboral. A Insalubridade é definida pela legislação em função do grau do agente nocivo, levando em conta ainda o tipo de atividade desenvolvida pelo empregado no curso de sua jornada de trabalho, observados os limites de tolerância, as taxas de metabolismo e respectivos tempos de exposição durante a jornada.⁵

Os processos aqui citados estão salvaguardados no Acervo da Justiça do Trabalho, um dos acervos que compunham o Núcleo de Documentação Histórica (NDH), localizado na Universidade Federal de Pelotas. O Acervo da Justiça do Trabalho chegou ao NDH no ano de 2005. Conta com mais de cem mil processos trabalhistas que vão de 1936 a 1995, sendo estes disponíveis para consulta e pesquisa de estudantes e da comunidade em geral. De acordo com Gill e Loner (2014, p. 117),

.....
4 "PIS/PASEP são contribuições sociais recolhidas pelas empresas, que são transformadas em benefícios a trabalhadores dos setores privado e público. PIS e PASEP são siglas diferentes, sendo a primeira para o Programa de Integração Social e a segunda para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Os dois programas foram unificados em sua contabilidade, a partir de 1975, e alterada a recepção do capital recolhido, de cotas, para um fundo partilhado, em 1988. O PIS e o PASEP são dois programas diferentes, mas que funcionam de maneiras semelhantes, diferenciando-se a quem é destinado. Enquanto o PIS funciona para funcionários do setor privado, o PASEP é direcionado para funcionários do setor público, além de que o primeiro é operado pela Caixa Econômica Federal e o segundo pelo Banco do Brasil. O dinheiro é recolhido pelas empresas e alocado ao Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), onde parte deve ficar instalada no governo, e outra parte é permitido o saque como um abono salarial." Conteúdo disponibilizado na página virtual Dicionário Financeiro em 2017. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/o-que-e-pis-pasep/>>. Acesso em 13/10/2019.

5 Definição encontrada no site Guia Trabalhista, postagem de 2019. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/insalubridade.htm>>. Acesso em: 14/10/19.

“o fato de toda a coleção de processos trabalhistas da região estar preservada e em condições de consulta difere e amplia o valor dessa documentação, pois em outros locais, aliás, na grande maioria das comarcas, o material já foi eliminado com base na lei 7.627 de 10 de novembro de 1987, a qual dispõe sobre a eliminação dos autos findos, seja através de sua incineração ou picoteamento”.

Essa preservação faz com que o Acervo da Justiça do NDH seja um espaço de preservação da história e da memória dos mundos do trabalho da região Sul do Rio Grande do Sul.

Sobre o uso de processos judiciais como fonte, Droppa e Oliveira (2013) colocam que

Desde a década de 1980 os pesquisadores brasileiros fazem uso, com mais frequência, de documentos produzidos por e recebidos pelo Poder Judiciário, como fontes de pesquisa nas mais variadas áreas do saber. No âmbito da investigação histórica, os processos cíveis e criminais passaram a ser utilizados amplamente em estudos envolvendo o tema escravidão, procurando dar voz aos escravos e demais trabalhadores que até então não tinham vez nas páginas dos livros” (p. 87).

A História Social do Trabalho vem numa onda de produtos que visavam a história social, a história vista de baixo, e surge a partir da década de 1980, “alterando uma certa matriz de pensamento sobre as relações de dominação na sociedade”. Sendo assim, “altera perspectivas de interpretação consagradas e há muito compartilhadas” (GOMES, 2004, p.2). Ou seja, pensa as relações de dominação de classe com novos atores políticos que antes não eram levados em conta, ou eram, como sujeitos passivos, que a partir de então, são introduzidos na história como sujeitos ativos, com agência e formas estratégicas de agir (LEDERMANN, 2018).

CONCLUSÕES

Como já foi discutido, a vida do trabalhador nesses moldes pós reestruturação são muito frágeis, difíceis e precários, e a terceirização mostra-se a principal face dessa tipologia de trabalho, pois como a lógica é de distribuir a responsabilidade de setores para terceiros, os trabalhadores acabam

fazendo trabalhos de curto ou médio prazo em diferentes locais, talvez realizando diferentes atividades em cada local.

Fica claro que várias perspectivas que analisam o trabalho na atualidade estão colocando a terceirização como nociva para o trabalhador, pois este é reduzido a uma mão de obra barata, sem muitas garantias, terceirizado. A ordem do dia é transformar o operariado em trabalhador precarizado, que sofre com a desvalorização e a “vulgarização” do valor do seu trabalho, pois nos:

[...] “modos de ser” da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado (ANTUNES, DRUCK, 2015, p. 24)

É interessante pontuar que no presente texto, o trato das fontes judiciais do Acervo da Justiça do Trabalho ainda é bastante preliminar, e que por isso não há um adentramento pormenorizado sobre os conteúdos dos pleitos trabalhistas, bem como os debates teóricos e metodológicos sobre o uso de fontes documentais da justiça em pesquisas historiográficas. Até o presente momento, outubro de 2019, foi feita uma análise geral sobre conteúdos de processos, onde a reclamada trata-se de empresas de prestação de serviços, que no caso desse trabalho, trata-se da Seltec. Entretanto, a pesquisa está longe de esgotar-se.

FONTES ESCRITAS

Acervo da Justiça do Trabalho do NDH – UFPel:

- O processo de nº 630/1986
- O processo de nº 1881/1987
- O processo de nº 2770/1991

- O processo de nº 2981/1991

- O processo de nº 3108/1991

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** – Ano XVIII – nº 34 – 2015, pg 19 – 40. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>>. Acesso em: 03/02/18.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). **A precarização tem rosto de mulher**: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. 2. ed. São Paulo: Iska, 2013.

DROPPA, Alisson; OLIVEIRA, Walter. Os processos da Justiça do Trabalho como fonte pesquisa: a preservação da memória da luta dos trabalhadores. **MÉTIS**: história & cultura – v. 12, n. 23, p. 86-99, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/114>>. Acesso em: 05/10/19.

GILL, Lorena e LONER, Beatriz Ana. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. **Esboços** (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p109>>. Acesso em: 02/09/19.

GOMES, Álvaro (Org.). **O Trabalho no Século XXI**: Considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

GUIMARÃES, Bárbara Amorim. **A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL**: Desmascarando a flexibilização e precarização. 2013. 79 f. TCC (Graduação) – Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2013.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. In: **Novos estudos**. 85. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300007>. Acesso em: 13/01/2018.

LEDERMANN, Luana Schubert. **“Não fica acomodada, quando ela é maltratada, denuncia a agressão”**: Dinorá e sua luta por direitos na Justiça do Trabalho. 2018. 40 f. TCC (Graduação) – Curso de História, ICH, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Cap. 4.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões.

Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 17-26.
Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25735>>. Acesso em: 01/05/18.

MAEDA, Patrícia. Terceirização no Brasil: histórico e perspectivas = Outsourcing in Brazil: history and perspectives. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas, SP, n. 49, p. 127-150, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/103358>>. Acesso em: 05/05/2018.

MATTOS, Marcelo. Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e estado no Brasil. **Tempos Históricos**. V. 05/06, p. 11-34, 2003/2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8009>>. Acesso em: 11/06/19.

O FATOR REGIONAL COMO DETERMINANTE NA APLICABILIDADE JURISDICIONAL

ANDREI TONINI

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

MESTRANDO EM HISTÓRIA

(MESTRANDO EM HISTÓRIA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. BOLSISTA CAPES – PROSUP II ADVOGADO E

BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO)

ANDREIFRONZATONINI@GMAIL.COM

RESUMO

Com o constante crescimento dos trabalhos que envolvem história regional, surgem em conjunto novas possibilidades de abordagem de pesquisa. Uma delas seria a adaptação de fontes indiciárias obtidas por meio da atividade jurisdicional para realizar uma correlação entre História Política e História Regional. Com o advento da nova história política surge a possibilidade de amparo de novos meios de estudo das relações de poder. A partir disso, buscou-se encontrar no Judiciário sul-riograndense a demonstração de regionalismos e outros aspectos culturais. Dessa maneira, verificou-se a existência da denominada “audiência crioula”, que ocorre em diversas comarcas judiciais do Estado, como em Frederico Westphalen (em 2012), Carazinho (2012) e também, na cidade de Taquaraçu do Sul (2010), pertencente à comarca de Frederico Westphalen. As audiências, inclusive, tornaram-se tradição em algumas comarcas, sendo refeitas todos anos. Nelas, juízes, partes, advogados e servidores da justiça se caracterizam como gaúchos, e falam em “gauchês”. O que parece um teatro, na verdade é um processo judicial real, sendo decidido de forma diversa a de qualquer outro Judiciário no Brasil. Dessa maneira, fica demonstrado como juízes sofrem a interferência cultural da região e do local onde estão inseridos, e que isso pode interferir, também, em suas decisões.

Palavras-chave: História Regional. História política. Poder Judiciário.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essa apresentação visa debater a construção de uma rede de fontes documentais judiciárias como forma de demonstração da interferência do regionalismo e da cultura nos atos e decisões proferidos pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Para tanto, se utiliza das chamadas “audiências crioulas”, realizadas durante a semana farroupilha, no Rio Grande do Sul.

O objetivo principal da realização de tais audiências é a tentativa de aproximação do Poder Judiciário com a população em geral e com suas tradições. Nelas, tanto os atos dos juízes – como falas gerais, perguntas e promulgação de sentenças -, como também de advogados e servidores acontecem na forma de declamação de versos. Geralmente, tais atos judiciais acontecem fora do Fórum, em CTG’s¹ ou em praça pública, envolvendo um grande número de pessoas que a assistem.

.....

1 “O CTG é o espaço criado para acolher as manifestações da tradição gaúcha e é nele que faz sentido todo o culto, toda a prática, toda a atividade que envolve os símbolos e rituais dessa tradição. A associação em torno dele é livre, basta que haja a identificação com os símbolos e rituais apresentados nesse espaço e não é cobrado de nenhum membro do CTG que pratique esses rituais fora dali, pois o CTG não tem caráter normativo nem pretende regulamentar a vida dos seus membros. Esse espaço é necessário para manter a sociabilidade e o vínculo daqueles que se identificam como gaúchos. Num contexto de modernidade tardia, é o CTG que recria referências tradicionais ampliando-os num cenário no qual as tradições são trazidas sob o aspecto lúdico, não para servir de mecanismo de coordenação das práticas sociais, mas sim para servir de pano de fundo para a sociabilidade, relações sociais coletivas e duradouras estabelecidas a partir da identidade cultural dos gaúchos [...] Em meados de 1940, o Rio Grande do Sul era palco do americanismo. Revoltados com essa situação, em 1947, um grupo de jovens fundou o Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre (Grêmio Estudantil). A esse grupo deu-se o nome Grupo dos Oito, por serem oito componentes. Eram estudantes secundários vindos do interior, oriundos de áreas pastoris de grande latifúndio onde predominava a pecuária e filhos de pequenos proprietários rurais ou estancieiros em processo de declínio social, que saíram de suas casas para estudar na capital. Esses jovens organizaram a primeira Ronda Gaúcha (hoje Semana Farroupilha), que aconteceu entre 7 e 20 de setembro de 1947. Nessa atividade houve festa com música, poesia, fandango, concursos e discursos. O grupo verificou que a iniciativa teve enorme êxito e resolveu fundar uma entidade permanente para a defesa das tradições gaúchas, pois acreditavam que o movimento precisava se alastrar. Foi quando, em 24 de abril de 1948, fundaram o 35 CTG, o primeiro CTG fundado no Rio Grande do Sul. O 35 CTG foi o nome dado em homenagem à Revolução Farroupilha de 1835. Os CTG foram criados para demonstrar as raízes históricas, os costumes nativos, a maneira de ser, a sociabilidade do povo gaúcho. Lá se estudam as danças, as poesias, as falas do gaúcho original, seus hábitos e sua história. A finalidade é mostrar e perpetuar as manifestações da cultura e tradições gaúchas com a maior precisão possível para o público nacional e internacional.” LUVIZOTTO, CK. As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884.pdf>. Acesso em 14 jun. 2019.

O que embora pareça um teatro, na realidade são processos verdadeiros, atos judiciais verídicos e com valor legal. O Judiciário brasileiro, embora dividido sua jurisprudência entre os Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal, segue as mesmas normas, com procedimentos iguais, conforme códigos processuais em vigor.

O que se percebe, através disso, é que em nenhum outro judiciário no território nacional acontece algo parecido. Por tais constatações, é possível investigar como a construção cultural regional do Rio Grande do Sul está atrelada aos atos judiciais aqui realizados. Uma abordagem das histórias cultural e judiciária irá fazer com que se trace um perfil sobre o judiciário sul-rio-grandense.

Para realizar essa abordagem, surge a necessidade de trabalho com os documentos judiciais. Os processos como fonte histórica trazem uma grandiosa contribuição para qualquer pesquisador que os use, claro que, devem ter uma abordagem metódica e cuidadosa. São nessas ideias que iremos construir nossa apresentação.

II. A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Brasil, como Estado-nação, possui uma diversidade cultural vista em poucos outros lugares o globo, os milhares quilômetros de fronteiras e as relações formadas sobre elas, criam espaços imaginários e regiões com cultura própria e diversificada das demais. No Rio Grande do Sul, não foi diferente. A posição geográfica onde está localizado, faz com que o Estado possua singularidades não encontradas em outras regiões do país, tais particularidades são desde as culturais até econômicas. Em uma região onde as relações fronteiriças se desenrolam até os dias de hoje, parece que o Rio Grande do Sul insiste em navegar contra a corrente: enquanto a cultura nacional parece cada vez mais unificada pelo advento da tecnologia e das redes sociais, o extremo-sul do país insiste em cultivar as suas tradições e particularidades.

Em 1960, Edward Thompson escreveu a que talvez tenha sido sua mais gloriosa obra: A formação da classe operária inglesa. O livro, muito

embora, lançado apenas em 1963 analisava o lugar da cultura popular no processo de mudanças econômicas e políticas na formação de classes. A partir disso, a ascensão da história da cultura popular acontece na Grã-Bretanha, o sucesso internacional do movimento depois de seu advento nos anos 60 se justifica pois ele surgiu pois atendeu uma demanda específica: correspondeu à uma crítica sobre a ênfase da alta cultura tradicional (BURKE, 2008, p. 31).

Através da ideia formada por Edward Thompson², também queremos aqui entender o papel da cultura popular nos processos sociais, especialmente agora, no desenvolver do Poder Judiciário. De uma forma simplificada, acreditamos que a cultura do povo pode interferir diretamente na forma como juízes agem e decidem.

Para entender melhor a construção social sul-rio-grandense, apela-se para a obra de Ruben George Oliven. Seu grandioso estudo em solo brasileiro, lançado em forma de livro titulado como *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação* (1992) relata as particularidades culturais nas diversas regiões do país. O autor olha com carinho especial para a situação do Rio Grande do Sul, e a formação cultural do “gaúcho”.

Antes de adentrar nas conclusões tiradas por Oliven, é importante uma reflexão acerca do que é e do uso do termo região e regionalismo. Eric Van Young classifica região, regionalismo e regionalidade da seguinte forma:

Una definición funcional muy simple sería la de un espacio geográfico con una frontera que lo activa, la cual estaría determinada por el alcance efectivo de algún sistema cuyas partes interactúan más entre sí que con los sistemas externos. Por un lado, la frontera no necesita ser impermeable y, por otro, no es necesariamente congruente con las divisiones políticas o administrativas más familiares y fácilmente identificables – o a ún con los rasgos topográficos. Si esta definición están simple, ¿por qué es a ún necesario especificar lo que entendemos por regiones antes de emprender su descripción y no seguir tambaleándonos intuitivamente?. Yo sugeriré a que hay tres razones. Primero, si no establecemos algunas definiciones teóricas a priori, terminaríamos explicando un fenómeno social erróneo con referencia a las regiones; es decir que si nó

.....
2 Sobre o tema: THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. vol 1

sabemos lo que es una región a lo largo del tiempo, será difícil usar el concepto como factor explicativo en nuestro análisis. Por ejemplo, ciertos fenómenos económicos notables en la historia mexicana tendrían más que ver con las tendencias reduccionistas de las fuerzas extra-regionales o a ún extra-nacionales, que con las características internas de las regiones, en y por sí mismas. Luego, nuevamente, la falta de una definición suficientemente rigurosa de las regiones (o, mejor dicho, de una serie definida de cuestiones) puede haber conducido a una cierta confusión entre regionalidad – la cualidad de ser de una región – y regionalismo, la identificación conciente, cultural, política y sentimental, que grandes grupos de personas desarrollan con ciertos espacios a través del tempo (YOUNG, 1987, p. 257-258).

Continuando a reflexão sobre o assunto, Bacca (2011) expõe que há novos indicadores de construção social que estão sujeitos a relações de poder. Entendo que, pela mesma maneira, as relações de poder também estejam sujeitas as construções sociais, o que demonstraria como o Poder Judiciário é influenciado pela cultura sul-rio-grandense.

Ainda, essa influência cultural exposta pelo Judiciário sul-rio-grandense é configurada de forma regional no momento que se verifica a repetição da realização das audiências crioulas em várias comarcas pelo Estado, não apenas em uma localidade específica. Para Bacca (2011, p. 154), a região ocupa um lugar equidistante do *terroir* e do Estado: é maior que aquele e menor que este.

Traçado o caminho acerca do entendimento sobre o que é região e o que é regionalismo, volta-se para o debate acerca das particularidades culturais sul-rio-grandenses. Inicialmente, acho pertinente trazer para a discussão a ideia de Anne-Marie Thiesse, em seu trabalho *Ficções Criadoras: as identidades nacionais* (2001/2002). As formações das identidades nacionais não consistem unicamente na elaboração de novas referências coletivas, pela ideia da autora: a formação está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que grandes parcelas da população se reconheçam em tais referências.

Esse trabalho de conscientização está presente no Rio Grande do Sul, juntamente com a elaboração do “gaúcho” e do “tradicionalismo”. Oliven afirma que após a redemocratização do país e a abertura política, ocorreu a tendência de movimentos contrários à centralização, buscando afirmações

de identidades regionais e dando ênfase as suas diferenças frente ao restante do país (OLIVEN, 2006, p. 42).

No extremo sul nacional, não foi diferente. Começa a elaboração de uma cultura voltada para a construção de um estereótipo próprio, e começa-se a construir a figura do gaúcho. A diferença entre o gaúcho e os demais estereótipos sociais é causado tanto pela geografia, pelo meio ambiente próprio da região e pela superioridade política adquirida pelas guerras que fizeram parte da região. O gaúcho como um produto da guerra acaba ganhando uma superioridade de organização das massas de avanço político sobre os demais (VIANA, 2005, p. 53).

Esse processo de glorificação do gaúcho, afirmando sua brasilidade e seus traços positivos e heroicos faz esquecer o real passado. É passar para outro lado da fronteira os elementos bárbaros de sua formação, quase uma afirmação que nós somos os mocinhos e eles os vilões.

A comemoração da revolução farroupilha, que ganhou uma semana só sua no mês de setembro, demonstra como a tradição segue sendo construída. Embora inventada, ela ganha sempre mais adeptos e defensores ferrenhos, que afirma que o Rio Grande do Sul tem seu próprio jeito de ser, de viver e, pelo que parece, até seu próprio jeito de fazer justiça.

Assim, é importante entender-se sobre como a ocorre a construção cultural e regional de um povo. Entendendo a região, podemos mensurar como os processos sociais e culturais ali inseridos podem interferir na forma de agir de autoridades, mesmo que estejam submetidas à um Órgão central. Assim, entendendo tais pontos expostos, a análise das fontes judiciárias ficará mais clara e evidente, podendo chegar a conclusões mais claras sobre como a construção do tradicionalismo sul-rio-grandense afeta também Órgãos pertencentes à organização estatal.

III. AS AUDIÊNCIAS CRIOULAS

Como meio de demonstrar como a cultura popular interage e interfere no meio judicial, escolhi usar nessa apresentação o exemplo das chamadas audiências crioulas. São dois objetivos distintos, o primeiro é o de relacionar

a história cultural e regional do Rio Grande do Sul como forma de interferência nos atos dos juízes, o segundo será o de expor através do exemplo das audiências, como as fontes judiciais são importantes para a construção de pesquisas históricas na área jurídica, e qual metodologia deve ser usada.

Como pode ser constatado, conforme reportagem da imprensa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a audiência crioula é um projeto próprio do TJ/RS, que vem sendo realizado desde 2008 na comarca de Frederico Westphalen³. Os processos julgados são os presentes na pauta do dia, após estudo dos magistrados, e os atos realizados tem a mesma validade dos que realizados dentro das salas de audiências.

A audiência crioula que ocorreu também em Carazinho (2011), Taquaraçu do Sul (2010) e em inúmeras outras comarcas do Estado, sendo realizadas cada vez mais e fazendo que a semana farroupilha adentre os Tribunais, ou os Tribunais adentrem a semana farroupilha. Afim de amostragem, escolheu-se essas três comarcas onde ocorreram, para fins de exemplificação.

Para entender o funcionamento da audiência, atenta-se para a explicação contida em noticiário do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sobre evento realizado em Carazinho/RS:

Audiência Crioula em Carazinho lotou CTG e teve manifestações em versos: A comunidade de Carazinho teve a oportunidade de presenciar sua segunda Audiência Crioula na quarta-feira (14/9), lotando as dependências CTG Rincão Serrano. O ato foi presidido pela Juíza Diretora do Foro, Marlene Marlei de Souza, em comemoração à Semana Farroupilha. A magistrada foi responsável pela iniciativa na primeira edição e presidiu novamente a Audiência Crioula como Juíza em substituição, uma vez que assumiu neste mês a 1ª Vara Criminal da Comarca. Esteve em julgamento de uma ação real de usucapião Durante a sessão foi colhido o depoimento de duas

.....
3 [...] O magistrado, na abertura da audiência, explicou que o ato faz parte de um projeto de aproximação do Judiciário da comunidade, que vem sendo realizado desde 2008 na Comarca e que conta com a participação dos Juízes Marcelo Malízia Cabral (Comarca de Pelotas) e Marlene Marlei de Souza (Comarca de Carazinho). (TJ/RS, Audiência Crioula reúne mais de mil pessoas para acompanhar julgamento em versos gaudérios. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?print=true&idNoticia=192934&fb_action_id_s=366359103438640&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582>. Acesso em 25 set. 2019.)

testemunhas. O debate oral foi todo em versos gaúchos. Odillo Gomes, um dos Advogados dos autores, declamou em versos o requerimento da parte autora. Da mesma forma a manifestação do Promotor de Justiça, Eduardo Buaes Raymundi, também em versos, opinou pela procedência do pedido formulado na ação. Todos estiveram pilchados por ocasião do ato.

A decisão foi divulgada na própria audiência e declamada em versos gauchescos, em sentença proferida pela Juíza no sentido de acolher o pedido dos autores. No encerramento, a Escrivã Daysi Mara Keiber Rockenbach realizou a leitura do termo de audiência que, na linha dos demais atos, foi redigido em versos.

A sessão teve a presença dos autores Adroaldo Jacob Desso, Sueli Maria Desso, Leori Antônio Desso e Juraci Ilena Desso, bem como de seus advogados Osmar Schipper, Ricardo Xavier e Odillo Gomes, das testemunhas, e do Promotor de Justiça, Eduardo Buaes Raymundi. Prestigiaram o ato o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Marco Aurélio dos Santos Caminha, José Luiz Leal Vieira, juiz da Comarca de Frederico Westphalen, autoridades, servidores, estagiários e comunidade.

Segundo a Magistrada, o evento cumpre dupla finalidade: aproximar o Poder Judiciário da sociedade, prestigiando a Semana Farroupilha, que comemora uma data tão significativa para o povo riograndense.

A decisão conferiu a propriedade do imóvel rural sobre o qual os autores detêm a posse vintenária, o que restou comprovado no depoimento das testemunhas. A ata da solenidade, redigida em versos, teve texto de autoria da escrivã titular do 2º Cartório, Daysi Mara Keiber Rockenbach. A sentença teve versos de Adair Philipsen, Juiz de Direito Aposentado, com adaptação de Daysi Mara Keiber Rockenbach e Mariângela Matarazzo Fanfa Colognese.

A manifestação cultural existente nas audiências é algo singular na Justiça brasileira. A existência de tais atos judiciais demonstra como a cultura popular envolve e influencia as sentenças e atos judiciais. Mais do que a realização da audiência, também pode interferir no pensamento do magistrado na hora de decidir, fazendo que com sentenças proferidas no Rio Grande do Sul tomem rumos diferentes das decisões existentes em outros locais do Brasil.

Embora tenha como objetivo oficial a aproximação da Justiça com a população, o linguajar utilizado pelos participantes dificulta a realização de um relacionamento maior com a população em geral. Ocorre que, as partes envolvidas utilizam o “gaúches”, que seria o dialeto do gaúcho. Muitas vezes, apenas os envolvidos em Centro de Tradições Gaúchas, ou os

próprios moradores do pampa que ainda utilizam desse linguajar conseguem compreender essas expressões.

Ademais, tanto as sustentações orais do Ministério Público e dos advogados, como também as sentenças, são realizadas em versos, o que dificulta a compreensão das próprias partes envolvidas no processo, vejamos as sustentações feitas pelo advogado, promotor e sentença promulgada pela magistrado, em audiência crioula na cidade de Taquaraçu do Sul, pertencente à comarca de Frederico Westphalen:

Manifestação do Advogado:
O gaúcho Luiz Carlos de Oliveira
vem por meio deste fazer uma solicitação
e digo de antemão,
é uma retificação em sua certidão

A certidão da qual cometo
é a de nascimento,
pois nesta houve engano
e este foi de ano

Este índio guapo deu seu primeiro berro em 11 de julho de 1952,
o erro ocorreu na vez
em o oficial colocou o ano de 1953

No seu povoado todo mundo sabe a data em que foi parido
até sua madrinha é testemunha do ocorrido

Pelos motivos expostos
É que o gaudÉrio Luis Carlos Oliveira,
Que sofre com farras e brincadeira
Por ter duas datas de nascimento

Requer a troca nos documento
A de fato é a do primeiro berro
Quando soltou do ventre materno
E não a de direto como registrado

Essa é o pedido doutor, magistrado
Retifique declarando o equivocado

Elisandro Antônio Peretto,
Advogado

Parecer do MP:

Nossa riqueza é nosso chão
Nosso povo e nossa cultura
Nosso mate de erva pura
Que segue de mão em mão
No calor do galpão, a família
Se reúne mais uma vez
Para assistir neste mês
Uma Audiência Farroupilha

Taquaruçu do Sul nos recebe
Na abertura desta Semana
Com uma cavalgada que irmana
Peões e prendas em sua sede
E agora, após a abertura
Com o apoio da comunidade
Vamos mostrar à cidade
Que audiência também é cultura

É sempre um momento especial
A nossa Semana Farroupilha
O pai, a mãe, o filho, a filha
Reunidos neste mesmo ritual
De botas, bombachas e lenço
Saboreando um bom churrasco
E que o tempo nos dê espaço
Para um bailecito bagual

Momento de cultura e diversão
É esta festa bem campeira
Tem xote, bugio, tem vaneira
Tocando em cada galpão
Mas também tem a lembrança
Daqueles que fizeram história
E de batalhas inglórias
Lutaram com esperança

A luta aqui no processo
É outra, mais amena

Uma alteração pequena
Que deve ter sucesso
Pois a data do nascimento
Deste senhor que aqui está
Precisa ser modificada
Pelo juízo neste momento

Luiz Carlos de Oliveira
De Palmitinho agricultor
Neste processo é o autor
De uma tese que semeia
A de que nasceu muito antes
Do efetivo registro ser feito
Erro que vai ser desfeito
Muito em breve, num instante

Diz a certidão de nascimento
Que nasceu em cinquenta e três
No dia onze, julho o mês
Mas o erro em comento
Conhecido do requerente
É que foi um cinquenta e dois
E não um ano depois
Que nasceu este vivente

Lendo os autos se comprova
Do pelo autor afirmado
Pois foi juntado um atestado
Que serve, sim, como prova
É a certidão de batizado
De Luiz Carlos, o requerente
Que foi trazido pra gente
Como prova do alegado

Ali consta que o sacramento
Foi recebido em cinquenta e três
No mês de fevereiro teve vez
Este sagrado momento
Testemunhado por padrinhos
E também por familiares
Que se juntaram aos milhares
Para abençoar o menino

Como pode a Igreja Santa
Em equívoco laborar
Se tem registro a corroborar
O que Luiz Carlos sustenta?
Pois não pode receber o batismo
Nem mesmo outro sacramento
Se no especial momento
O sujeito não tenha nascido

Esses erros são comuns
Em documentos de antigamente
Pois não muito raramente
Não se registravam alguns
Muito pouco se ia ao povoado
Era lá de quando em vez
Nem pensar ir todo mês
Eram poucos os trocados

E quando se ia à cidade
Tinha tudo pra resolver
Tinha as compras a fazer
E o tempo escasso, barbaridade
Se aproveitava essa ocasião
Para se fazer os registros
E pagar alguns títulos
Que estivessem à mão

Do autor a madrinha
Deu aqui sua versão
Que o batizou no verão
E acabou com a picuinha
Era fevereiro de cinquenta e três
Ela se lembra muito bem
Pois foi ela própria quem
A cruz na testa lhe fez

Importante ainda considerar
Que o pedido é possível
Que o direito é visível
Que o Parquet deve se manifestar
Porque o interesse é público
Que deve ser tutelado

Pois todo o registro alterado
não pode ser feito de súbito

E assim eu me despeço
Dessa tarefa de rimas
A opinio está dita
E este é um bom começo
Ao juiz, sua Excelência
A quem incumbe a decisão
Que a sentença venha com a razão
Opinando o MP pela procedência

Andrea Almeida Barros
Promotora de Justiça de Entrância Intermediária

Sentença:
Vistos.
Emponchado de alegria
Eu chego nesta Querência
Presidindo a chucra audiência
Encilhado em galhardia
Por estar chegando o dia
De lembrar nossos feitos
De bombacha, bota e lenço
Apeio em Taquaruçu
Pra atender mais um chiru
Ao que lhes peço...silêncio

Nascido em Jaboticaba
Que pertencia à Palmeira
Seu Luiz Carlos de Oliveira
Teve a certidão errada
Por isso vem nesta casa
Muito bem amadrinhado
Com um bom advogado
Para ajeitar este engano
Pois já tinha quinze anos
Quando fora registrado

Tanto tempo decorrido
E alguma desatenção
Renderam a este peão

Um registro distorcido
Um ano foi suprimido
Pelo errado documento
E carecendo de acerto

Do ano que lhe faz falta
Sua ação entrou em pauta
Pra buscar o que é direito

Seu termo de batizado
Tem alguma incorreção
Mas não tendo ele irmão
E desses nomes listados
Sendo filho e afilhado

Como revela a Diocese
É prova que agora serve
Junto ao aval da madrinha
Os pareceres se alinham
E a Promotora subscreve

Quem julga busca um atalho
Alguma conciliação
Chegando até a correção
De algum ato que foi falho
Este rancho Judiciário
Sem tramela, porta aberta
É vara que nunca verga
Nem por ventos de benesses
Ou tormentas de interesse
Nem pelo peso de ofertas

Assim julgo procedente
Estribado na verdade
Concedendo a gratuidade
Por ser pessoa carente
O seu Luiz daqui pra frente
Ficará um ano mais velho
Como prova o batistério
E a colhida prova oral
Por esta audiência bagual
Bem crioula, sem mistério

Agradecendo aos que assistem
Hoje, aqui, em 2012
Setembro, dia 14
Ordeno que retifiquem
Quem publiquem e registrem
Os pedidos ora feitos
Ficando justo e perfeito
Nesta sentença campeira

José Luiz Leal Vieira
Juiz Estadual de Direito
Processo nº 11100028998 (Comarca de Frederico Westphalen)

Da mesma maneira, vamos analisar também a sentença proferida em um processo de Usucapião, na comarca de Carazinho/RS, também proferida em versos:

Processo: 009/1.09.0003269-8
Comarca de Carazinho/RS
Natureza: Usucapião
Autores: Adroaldo Jacob Desso, Sueli Maria Desso,
Leori Antônio Desso, Juraci Ilena Desso
Juíza Presidente: Marlene Marlei de Souza
Data: 14/09/2011

Vistos e examinados estes autos.
ADROALDO e SUELI DESSOY,
LEORI e JURACI DESSOY,
agricultores, por seus procuradores,
Formularam sua pretensão.
Alegam que pela lei civil estão amparados
Para reconhecimento do usucapião.
Dizem que sua versão se esteia na verdade,
Assim, comprovarão em audiência,
Por prova oral e outras evidências,
Que deve ser declarada sua propriedade.
Em Almirante Tamandaré do Sul,
município que integra nossa Comarca,
Os casais forjaram sua marca
mantendo sua residência.
É preciso registrar, terra de gente boa,

Que homenageia Joaquim Marques Lisboa,
Combatente, nos idos tempos do Império,
O Patrono da Marinha brasileira,
Escorraçou para longe os inimigos
de legiões estrangeiras.

É lá dessa cidade que vem este pedido,
Como forma de adquirir a propriedade.
já bem conhecido desde os tempos da antiguidade
Destinado a quem é possuidor
e não mero intruso ou locador,
Tanto que *ζusucapioζ*, no latim,
Significa *ζadquirir pelo usoζ*, e provado tal fim,
Quem detém a posse do bem passa a ser dono.

No caso, os autores logram demonstrar
O preenchimento dos requisitos legais:
Por vinte anos, ou mais, por si e por seus pais,
Ocuparam, sem violência, os imóveis em questão,
Ao longo do tempo, sem interrupção,
A posse é regular, mansa, pacífica e sem contestação,
São duas frações de terra, de caráter particular,
bipartidas pela rodovia
uma na área urbana, outra na área rural,

A par disso, como manda a legislação,
trouxeram mapa e confrontação
Os interessados foram citados
e se quedaram calados
assim, também, o Município, o Estado, a União
As testemunhas chamadas
depuseram compromissadas
confirmando a pretensão.
O Ministério Público externou sua aquiescência,
opinando pela procedência da ação.
A acolhida do pedido se afigura solução,
Isto posto, dou pela total procedência da ação.
E, para o integral cumprimento desta decisão,
Mando que, no cartório, onde o registro repousa,
Os autores passem a ser donos
cada um da sua fração.

Eu, Marlene Marlei de Souza
Juíza de Direito, determino que se registre a sentença
Agradecendo a presença de todos e
Encerrando a audiência com esta decisão.

É demonstrado, dessa maneira, como que a formação cultural – se assim podemos falar, visto que a tradição gauchesca é inventada – atua como grande articuladora não nas classes populares, mas também na forma de decisões e atos judiciais, os quais, em tese, deveriam seguir um rito idêntico em todo território nacional. Essas particularidades encontradas no Rio Grande do Sul, também estão presentes em outras regiões do Brasil, de forma diversa, mas se manifestam da mesma maneira.

Embora usados apenas alguns exemplos, a audiência crioula acontece em várias outras comarcas no Rio Grande do Sul. Dessa maneira, podemos concluir que a influência é regional, não apenas local, ocorrendo em apenas algumas comarcas. Até porque, a iniciativa é própria do Poder Judiciário sul-rio-grandense como um todo.

Não apenas a declamação de versos orais, as audiências criam termos e gravações, que ficam para a eternidade registrados nos autos. Assim, as fontes documentais dos processos são ricas em demonstrações culturais e políticas, podendo fazer com que historiadores encontrem evidências da construção social, de jogos de poder, de manifestações culturais, de articulações políticas, etc..

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa apresentação, buscou-se abordar a temática das audiências crioulas como demonstração da relação entre a cultura regional com os atos e decisões tomados pelo Poder Judiciário. Para tanto, se usou dos noticiários do Poder Judiciário que trataram do tema, e explicaram sua funcionalidade, de forma que se viu como elas são realizadas e o linguagem utilizada, denominada como “gauches”.

Inicialmente, foi pertinente realizar um estudo acerca da história cultural e regional, trazendo a explicação dos termos região, regionalismo

e regionalidade. A partir disso, traçar uma conexão entre como a história cultural está relacionada com a tomada de decisões judiciais, em sentenças e atos promulgados pelo Poder Judiciário sul-rio-grandense.

A fim de poder exemplificar, trouxe o exemplo de duas audiências realizadas, nas comarcas de Frederico Westphalen e Carazinho, ambas cidades do Rio Grande do Sul. Conforme reportagem contida no site do Tribunal de Justiça/RS, tanto as manifestações das partes, por intermédio de seus advogados, como também as manifestações do Ministério Público e dos juízes.

Optou-se em utilizar as reportagens sobre as audiências, e não os termos de audiência contidos nos processos, pela limitação de páginas da apresentação. Entretanto, qualquer estudo sobre o tema deve ter como fonte primária os documentos processuais referentes às audiências. Assim, os processos configuram grandes fontes para demonstração da história social, e do desenvolvimento cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

Como fontes documentais, os processos judiciais apresentam-se como grandes auxiliadoras nas descobertas de reflexos culturais na construção social. No caso analisado, embora a tradição gauchesca seja uma das tantas tradições inventadas, a apropriação cultural do gaúcho como um todo, pelos esforços do Movimento Tradicionalista Gauchesco (MTG) já se apresenta como influenciador social e político.

Os regionalismos também ficam evidenciados como fatores que influenciam decisões e atos judiciais, uma vez que, os processos judiciais seguem os mesmos códigos processuais em todo o território nacional, e os Tribunais possuem praticamente os mesmos regimentos internos. Fatos e decisões que embora sejam de casos semelhantes são vistos e decididos de forma diversa no território nacional, apenas demonstra como a mala cultural trazida por magistrados se faz presente nas horas de pronunciamentos.

Dessa forma, se conclui que a apresentação trouxe elementos significativos para o uso de fontes processuais na pesquisa histórica, pode criar novos problemas de pesquisa e despertar o tema como interesse de pesquisa nos presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCA, Renzo Ramírez. Tendencias de la historia regional em Colombia: problemas y perspectivas recientes. **HISTORElo: Revista de Historia Regional y Local**. vol. 3, n° 5. jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/historelo/article/view/20653/42609>>. Acesso em: 25 set. 2019.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Trad. Sergio Goes de Paula. 2.ed. rev. e ampli. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: VAN YOUNG, Eric. **Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas**. Anuário IEHS 2, 1987, p. 255-281.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais**. Anos 90. Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. vol 1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Audiência Crioula reúne mais de mil pessoas para acompanhar julgamento em versos gaudérios**. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?print=true&idNoticia=192934&fb_action_ids=366359103438640&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582>. Acesso em 25 set. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Audiência Crioula em Carazinho lotou CTG e teve manifestações em versos**. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=153793>>. Acesso em: 25 set. 2019.

VAN YOUNG, Eric. **Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas**. Anuário IEHS 2, 1987, p. 255-281.

VIANA, Oliveira. **População meridionais do Brasil**. Brasil: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1108>>.

“MOVIMENTO SEDICIOSO”: UMA ANÁLISE SOBRE OS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS NO INQUÉRITO DA CHEFATURA DE POLÍCIA DO RIO GRANDE DO SUL ACERCA DO LEVANTE TENENTISTA DE 1924 EM SANTO ÂNGELO E IJUÍ/RS

AMILCAR GUIDOLIM VITOR¹

JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS²

RESUMO

Na noite de 28 de outubro de 1924 o capitão Luiz Carlos Prestes, auxiliado pelo tenente Mário Portela Fagundes, sublevou o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo em um movimento de oposição a presidência de Artur Bernardes. O levante rebelde era uma consequência direta de outras insurreições militares efetivadas em julho de 1922 no Rio de Janeiro e em julho de 1924 em São Paulo, que ficaram registradas na historiografia como movimento tenentista. Nos meses de março e abril de 1925 o subchefe de Polícia da 15ª região do Rio Grande do Sul, Antônio de Veiga Cabral, tomou os depoimentos de 20 testemunhas das vilas de Santo Ângelo e Ijuí acerca dos acontecimentos do ano anterior. O objetivo deste trabalho é expor e analisar os depoimentos destas testemunhas que compõem um extenso inquérito policial de 12 volumes que abarca os levantes não apenas de Santo Ângelo, mas de outras cidades do estado, como São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana. A documentação constitui-se em importante fonte acerca de um movimento fundamental na estrutura política da Primeira República e que deu origem a marcha revolucionária da Coluna Prestes, que teve no Rio Grande do Sul seu processo de formação entre outubro e dezembro de 1924.

Palavras-chave: Inquérito; Testemunhas; Tenentismo.

.....
1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

2 Doutor em História pela Universidade de São Paulo/USP; Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. – UFSM.

1 INTRODUÇÃO

Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) o Exército passou a ter uma atuação progressivamente destacada nos desdobramentos políticos do Brasil. Foi durante o conflito que se formou uma instituição que passou a estar presente nos principais acontecimentos que modificaram as estruturas políticas do país, como a Proclamação da República em 1889 e o movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Além disso, também faziam parte da caserna os jovens oficiais de baixa patente, em sua maioria tenentes e capitães, que nos movimentos de 1922, 1924 e na marcha da Coluna Prestes³, protagonizaram ações rebeldes em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. Na historiografia, o movimento ficou conhecido como tenentista⁴.

Em 5 de julho de 1922 ocorreu o primeiro levante rebelde do tenentismo após o resultado das eleições de março daquele ano que deram a vitória ao candidato da situação, Artur Bernardes, o qual contava com forte oposição e resistência por parte dos militares, especialmente os de baixa patente. O levante acabou ficando restrito ao Rio de Janeiro no Forte de Copacabana⁵ e foi duramente reprimido pelas forças governistas, resultando em mortes de jovens soldados e oficiais, além de prisões, punições e perseguições a todos que estiveram envolvidos nas ações. Bernardes iniciou seu mandato como presidente em novembro daquele ano.

Dois anos depois da rebelião no Rio de Janeiro, novamente em um 5 de julho, reiniciaram as ações do movimento tenentista, desta vez com um levante em São Paulo, comandado pelo general Isidoro Dias Lopes. Durante mais de vinte dias os militares rebeldes tomaram a capital paulista, sendo

.....
3 Movimento rebelde formado por soldados, oficiais do Exército e civis que percorreu o Brasil entre 1924 e 1927 em oposição aos governos dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís. A marcha chegou ao fim em fevereiro de 1927 quando os rebeldes internaram-se na Bolívia.

4 "O movimento tenentista se desenvolveu principalmente a partir de 1922 em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e, posteriormente, Artur Bernardes. Levava esta denominação pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria, tenentes e capitães do Exército" (PRESTES, 1997, p. 69).

5 Base militar localizada no extremo da famosa praia carioca.

novamente reprimidos pelas forças do governo federal e forçados a abandonar a cidade a partir de 28 de julho, indo em direção ao oeste do Paraná, onde empreenderam resistência até abril de 1925, esperando pelo apoio das forças que se rebelariam no Rio Grande do Sul em outubro do mesmo ano⁶.

O levante em território rio-grandense foi um reflexo direto das ações em São Paulo e teve início na noite de 28 de outubro de 1924. Nesta data, rebelaram-se quartéis nas cidades de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana. Na vila de Santo Ângelo, na região noroeste do estado, o capitão Luiz Carlos Prestes⁷ e o tenente Mário Portela Fagundes⁸ sublevaram o 1º Batalhão Ferroviário, prendendo o comandante da guarnição e mobilizando soldados e oficiais a aderirem ao movimento que simultaneamente iniciava em outras guarnições militares. Além disso, Prestes determinou a um grupo de cerca de 40 homens que efetivassem a tomada da vila de Ijuí, distante aproximadamente 50 quilômetros de Santo Ângelo, onde os rebeldes enfrentaram resistência por parte de forças legalistas comandadas pelo delegado de polícia Martim Leonardo.

Dessa forma, o presente texto tem como objetivo expor e analisar os depoimentos das testemunhas das vilas de Santo Ângelo e Ijuí tomados nos meses de março e abril de 1925, pelo subchefe da 15ª região policial, delegado Antônio de Veiga Cabral, e que fazem parte do inquérito policial efetivado pela Chefa-

.....
6 Para entender mais sobre o processo de construção do tenentismo, bem como suas motivações e bandeiras levantadas nos movimentos de 1922, 1924 e na marcha da Coluna Prestes, ver Prestes (1991), Borges (1992), Corrêa (1976).

7 Nascido em Porto Alegre em 1898, Luiz Carlos Prestes seguiu carreira militar colando grau como engenheiro na Escola Militar do Realengo em janeiro de 1920. Fez parte do movimento tenentista a partir de 1922 e foi um dos principais líderes da marcha da Coluna Prestes entre 1924 e 1927. Em 1934 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB), tornando-se uma das principais figuras políticas do país. Foi preso, perseguido e exilado. Com a anistia em 1979 pôde retornar ao Brasil, rompendo com o partido comunista em 1980. Até seu falecimento em 1990 com 92 anos de idade, dedicou-se a percorrer diversos estados brasileiros expondo sua visão sobre a condição do país (PRESTES, 2015).

8 Nascido em Pelotas, Mário Portela Fagundes ingressou na Escola Militar do Realengo em 1919, sendo aluno de Luiz Carlos Prestes e concluindo os estudos em 1921, quando saiu aspirante na arma de engenharia. O início de sua vida militar em Santo Ângelo aconteceu em janeiro de 1922 quando foi designado a servir no 1º Batalhão Ferroviário. Morreu em combate no final de janeiro de 1925, quando a Coluna Prestes atravessava o Rio Grande do Sul em direção a Santa Catarina e Paraná visando encontra-se com as tropas paulistas na região de Foz do Iguazu (FORNARI; LOPES; GEHLEN, 1997, p. 35).

tura de Polícia do Rio Grande do Sul acerca dos fatos desencadeados em Santo Ângelo e Ijuí quando da sublevação comandada pelo capitão Prestes no 1º BF. Tal proposta torna-se relevante pelo fato de que a maior parte das informações e representações sobre os acontecimentos que fazem parte da historiografia foram baseadas nos depoimentos escritos e orais daqueles que vivenciaram os acontecimentos, sendo necessário dar visibilidade e problematizar o acervo de fontes documentais judiciais sobre os episódios em questão⁹.

2 O CAPITÃO LUIZ CARLOS PRESTES E A SUBLEVAÇÃO DO 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO DE SANTO ÂNGELO

O jovem oficial do Exército Luiz Carlos Prestes chegou a Santo Ângelo no final de 1922 para exercer a chefia da Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis na região. De acordo com Reis (2014, p. 38) sua transferência para o sul do país caracterizava-se como uma perseguição política pelo fato de ele ter participado ativamente das conspirações tenentistas de julho de 1922 no Rio de Janeiro.

Ao chegar a Santo Ângelo, já como capitão, constatou várias irregularidades nas obras que supervisionava, desde a falta de documentação para desempenhar suas atividades de fiscalização, contas inadequadas e materiais de baixa qualidade, os quais embargava o carregamento. Tudo isso motivou seu afastamento do cargo e a sua transferência definitiva para o 1º Batalhão Ferroviário em 1923. Nesta guarnição, Prestes assumiu a chefia da seção de construção de linhas ferroviárias, sendo mandado para o distrito do Comandá. Nos intervalos dos trabalhos nesta localidade se dirigia até a sede do batalhão ferroviário, onde se encontrava com o tenente Mário Portela Fagundes e o capitão Paulo Kruger da Cunha Cruz, militares engajados na conspiração tenentista. Entre o final de 1923 e início de 1924, Juarez Távo-
ra¹⁰ veio ao seu encontro em Santo Ângelo trazer notícias sobre o processo de organização do novo levante.

.....
9 O inquérito policial do levante tenentista de 1924 no Rio Grande do Sul faz parte do acervo documental da Justiça Federal, Seção Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

10 Um dos principais articuladores do movimento tenentista, participante ativo no levante de São Paulo.

Conforme Anita Prestes (2015, p. 44-45), em junho de 1924 chegou a Santo Ângelo o major Eduardo Sá de Siqueira Montes para assumir o comando do 1º BF em substituição ao coronel que havia sido transferido. O major Montes adotou uma postura ostensiva no comando do batalhão indo na contramão de algumas decisões que o capitão Prestes tomava na condução dos trabalhos, o que demonstra a intenção do Exército de manter próximo a ele um oficial superior que contrariasse suas intenções rebeldes. Também ameaçava e perseguia alguns de seus subordinados, o que fez com que Prestes encaminhasse um pedido de licença para tratamento de saúde. Após ter sido atendido em seu pedido de afastamento, o capitão entrou em entendimento para trabalhar com o engenheiro Alexandre Martins da Rosa, responsável por uma empresa que estava instalando luz elétrica em Santo Ângelo. Terminado o tempo de licença em 8 de setembro, encaminhou às autoridades militares um requerimento com pedido de demissão do Exército.

Nessa altura as conspirações entre militares e civis¹¹ no Rio Grande do Sul já estavam adiantadas e Prestes queria evitar sua reintegração ao 1º BF, pois isso dificultava sua atividade conspiradora no estado (PRESTES, 2015, p. 47). A chegada de Juarez Távora e Siqueira Campos¹² ao estado ajudou a impulsionar a preparação do levante. Uma carta de Távora escrita em 12 de outubro foi decisiva para que se marcasse a data das ações rebeldes para 29 daquele mês. A mesma correspondência conduzida por elementos de confiança de Távora foi lida em outras guarnições do estado (FORNARI; LOPES; GEHLEN, 1997, p. 52).

.....
11 No Rio Grande do Sul as conspirações tenentistas contaram com a adesão dos membros da Aliança Libertadora, grupo político liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil, opositor do então presidente do Estado Borges de Medeiros, reeleito para um quinto mandato em 1922, derrotando nas eleições o próprio Assis Brasil. Em 1923, o estado esteve completamente envolvido em conflitos entre os dois grupos políticos, assistas e borgistas. Em 1924 os membros da Aliança Libertadora viram nos militares rebeldes a possibilidade de iniciar um novo movimento que visasse depor Borges de Medeiros (PRESTES, 1991).

12 Um dos únicos sobreviventes do levante no Forte de Copacabana em 1922. Chegou a ser preso e em 1924 vivia na clandestinidade na Argentina.

Estando acertada a data do levante através de telegramas e bilhetes cifrados, ainda na noite de 28 de outubro Prestes e Portela rebelaram o 1º BF em Santo Ângelo. No final da tarde deste dia os últimos detalhes do movimento foram acertados. Inicialmente tratariam de prender o comandante do batalhão, major Montes. Para isso, Prestes avisou de antemão aos outros oficiais da guarnição sobre as ações que seriam empreendidas, convocando os que queriam participar e avisando para que deixassem a cidade aqueles que não quisessem aderir à causa. Comunicou ao tenente Machado Lopes que este receberia um telegrama do comandante da região mandando que passasse a ele o comando do batalhão (PRESTES, 2015, p. 51).

Efetivada a prisão do comandante, Prestes e Portela dirigiram-se ao quartel e apresentaram aos oficiais um telegrama feito por um estafeta dos correios que fazia parte da conspiração, designando Prestes como o novo comandante do 1º BF. Portela entrou nos alojamentos e mobilizou o efetivo contando com a adesão dos sargentos e dos próprios soldados que ele e Prestes haviam dado treinamento e instrução militar. Em Santo Ângelo a adesão ao movimento foi quase total, impedindo qualquer resistência por parte do comando do 1º BF ou de oficiais e soldados contrários à ação revolucionária. Os únicos oficiais que se negaram a aderir à revolta foram os tenentes Machado Lopes e Hugo Carvalho, os quais foram detidos no quartel (MACHADO, 1928, p. 20).

Ainda na noite de 28, Prestes encaminhou um ofício ao intendente de Santo Ângelo Carlos Kruel requisitando todo o armamento e munição existente, algo que foi efetivado com muito espanto pelo mandatário local quando viu sua residência cercada pelos rebeldes. A ação resultou na apreensão de aproximadamente 50 fuzis (PRESTES, 2015, p. 53). Na madrugada do dia 29 Prestes mandou imprimir um manifesto escrito pelo tenente Portela intitulado *“Ao povo de Santo Ângelo”* que foi distribuído durante o dia e explicava sobre as motivações do levante e pedia a compreensão da população. Em Santo Ângelo o movimento liderado pelos militares contou com a participação de civis opositores ao governo Borges de Medeiros. Pedro Bins, Pedro Arão, Juca Raymundo e Inocêncio Silva foram os principais

destaques e seus nomes foram recorrentemente citados nos depoimentos das testemunhas no inquérito da Chefatura de Polícia do Estado.

Também na madrugada de 29 de outubro, Prestes organizou e mandou um destacamento de aproximadamente 40 homens comandados pelo sargento Teodósio Boelner e por Pedro Bins atacarem a vila de Ijuí, distante aproximadamente 50 quilômetros. A tomada dessa localidade era decisiva para os rebeldes, pois se constituía em área por aonde as tropas do governo chegariam através da linha ferroviária, podendo alcançar Santo Ângelo. Entretanto, na manhã daquele dia as forças legalistas de Ijuí empreenderam resistência. O sargento Boelner foi morto durante o ataque e os rebeldes comandados por Pedro Bins tiveram de recuar e retornar a Santo Ângelo.

Conforme Prestes (1991, p. 124): “Diante do fracasso da tentativa de apossar-se da cidade de Ijuí, ficara claro para Prestes que seria impossível às tropas revolucionárias permanecer por mais tempo em Santo Ângelo. Chegara a hora de organizar a retirada da cidade”. Ainda no dia 29, Prestes determinou a Portela que se deslocasse até São Luiz Gonzaga, onde o 3º RCI havia se rebelado na mesma madrugada sob o comando do tenente João Pedro Gay. Com o receio da chegada das tropas legalistas sobre Santo Ângelo através da linha ferroviária, Prestes permaneceu na cidade apenas três dias, retirando o efetivo revolucionário para São Luiz Gonzaga, onde na época não existia ramal ferroviário, o que dificultava o acesso das tropas do governo beneficiando os rebeldes na organização de uma estratégia de resistência.

Apesar de terem iniciado com êxito o movimento rebelde, na região da fronteira com a Argentina, em São Borja e Uruguaiana, as ações insurrecionais fracassaram. Restou a Prestes concentrar todo o efetivo revolucionário do Rio Grande do Sul em São Luiz Gonzaga, onde permaneceram até 27 de dezembro, furando um grande bloqueio das tropas governistas e iniciando uma marcha em direção ao Paraná para juntar forças ao efetivo paulista na região de Foz do Iguaçu. Feito isso, em abril de 1925, a Coluna Prestes marchou pelo Brasil até fevereiro de 1927, quando se internou na Bolívia.

3 OS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS DE SANTO ÂNGELO E IJUÍ NO INQUÉRITO DA CHEFATURA DE POLÍCIA¹³

Na década de 1920 as vilas de Santo Ângelo e Ijuí pertenciam a 15ª região policial do Estado, exercendo o cargo de subchefe de Polícia, o delegado Antônio de Veiga Cabral. Em Santo Ângelo foram ouvidas quinze testemunhas acerca dos fatos ocorridos em outubro de 1924, quando o 1º BF foi sublevado sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes. Em Ijuí cinco pessoas prestaram depoimento, principalmente relatando sobre o ataque que o efetivo do 1º BF empreendeu a vila na manhã de 29 de outubro. Cabe observar que o perfil das testemunhas que prestaram depoimentos em ambos os locais, está ligado a indivíduos que faziam parte de estratos sociais superiores, econômica e politicamente. Foram ouvidos engenheiros, comerciantes, funcionários públicos, agentes bancários, lideranças políticas locais, como intendentes e ex intendentes. Entre os militares, apenas dois prestaram depoimento, o major Eduardo de Sá Siqueira Montes, comandante do 1º BF, preso pelos rebeldes logo no início das ações; e Abelardo Castanho, sargento do 1º BF. Entre aqueles que se rebelaram no batalhão ferroviário, nenhum foi preso ou testemunhou no caso.

Em Santo Ângelo, no dia 30 de março de 1925, foram ouvidas as seguintes pessoas: Alexandre Martins da Rosa, engenheiro civil; João Dahne, engenheiro civil; Carlos Kruehl, intendente municipal; Bráulio de Oliveira, ex intendente municipal; Agostinho Gomes Pereira, agente dos correios; Caio Mário Belmonte, comerciante.

Nos depoimentos destas testemunhas todos eles confirmaram que a liderança do movimento foi conduzida pelo capitão Luiz Carlos Prestes com o auxílio do tenente Mário Portela Fagundes a partir da noite de 28 de outubro. Destacaram que, inicialmente, por volta das 20h, Prestes mandou

.....
13 Os depoimentos das testemunhas de Santo Ângelo e Ijuí são extensos e possuem muitos detalhes sobre os acontecimentos do levante tenentista no Rio Grande do Sul. Dessa forma, na presente abordagem não é possível tratar de maneira pormenorizada todos os relatos destas testemunhas, optando-se por realizar uma apanhado geral dos fatos mais relevantes abordados por eles, bem como os aspectos que se entrecruzam em alguns dos depoimentos.

efetivar a prisão do comandante do 1º BF, a qual foi realizada por um grupo comandado pelo civil Pedro Bins, sob a supervisão direta do capitão. Afirmam que em seguida, através de um telegrama falsificado, Prestes e Portela fizeram com que os tenentes Machado Lopes e Hugo Carvalho passassem o comando da guarnição a Prestes. Em seu depoimento, o então intendente de Santo Ângelo, Carlos Kruehl, afirma que nesta mesma noite foi surpreendido em sua casa por um grupo de homens armados que requisitavam todo o armamento e munição existente no prédio da intendência municipal, onde também ficava a cadeia pública. As testemunhas ainda ressaltaram a participação de civis opositores ao governo Borges de Medeiros, dando destaque para os nomes de Pedro Bins, Juca Raymundo, Pedro Araújo, Inocêncio Silva, Wenceslau Pereira, Roberto Frey, Ernesto Aguiar Kruehl, Roberto Schnepfleitner, Tranquilino Ribas Pinheiro, Pedro Dornelles, Nestor Veríssimo¹⁴, dentre outros.

Entre as testemunhas de Santo Ângelo, o depoimento do engenheiro Alexandre Martins da Rosa é um dos mais completos, tanto em relação aos antecedentes do movimento quanto sobre os desdobramentos dos acontecimentos a partir de 29 de outubro. Martins da Rosa trabalhou com Luiz Carlos Prestes quando este pediu demissão do Exército nos meses que antecederam o levante. Afirmam que Prestes jamais deixou transparecer qualquer conivência com movimentos sediciosos, pois trabalhava diariamente desde muito cedo até escurecer. Apesar disso, em seu testemunho o engenheiro procurou deixar claro que também foi prejudicado pela ação rebelde, atribuindo isso aos saques realizados pelas forças revolucionárias em sua casa comercial, procurando, dessa forma, afastar qualquer suspeita de que tivesse participado do movimento em função de sua proximidade com Luiz Carlos Prestes.

Uma das perguntas mais frequentes feitas pelo delegado Veiga Cabral às testemunhas era justamente em relação a saques e depredações efetivados pelos rebeldes. Em praticamente todos os depoimentos foi confirmado que

.....
14 Tio do escritor Érico Veríssimo.

houve saques e depredações durante o levante, sendo feitas requisições de gêneros alimentícios, roupas, cavalos, bois e veículos para o transporte da tropa. Nos depoimentos do intendente Carlos Kruehl e do ex intendente Bráulio de Oliveira, verifica-se a construção de visões institucionais sobre o levante revolucionário, principalmente ao reforçarem os prejuízos e danos causados a vila de Santo Ângelo por parte dos rebeldes. Também atribuem a autoria de alguns assassinatos aos revoltosos, algo que é reforçado por outras testemunhas, mas que não é comprovado no inquérito policial a partir de investigações aprofundadas, apenas reforçado a partir dos depoimentos das próprias testemunhas.

No depoimento do engenheiro João Dahne fica evidente que o comandante do 1º BF desconfiava e temia pelo início de um movimento rebelde, convocando corpos provisórios e batalhões patrióticos para tentar organizar uma força de resistência, tendo o próprio depoente sido comunicado pelo intendente de Santo Ângelo, Carlos Kruehl, e participado dessa organização de resistência. Disse saber também terem os sediciosos saqueado o comércio local sob o rótulo de “*requisições militares*”, sendo que só os prejuízos dos estabelecimentos bancários de Santo Ângelo elevaram a noventa contos de réis. Já o depoimento do agente dos correios da vila de Santo Ângelo, Agostinho Gomes Pereira, também traz uma visão institucional sobre o levante, buscando demonstrar desaprovação às ações dos rebeldes. Afirma que foi pressionado pelo comando do movimento através do tenente Portela a enviar mensagens onde constavam detalhes das operações dos sediciosos, mencionando os lugares onde havia combinações para a revolta e uma exposição dos resultados obtidos com as requisições. No último depoimento tomado em 30 de março de 1925, o comerciante Caio Mário Belmonte reforçou o mesmo que os depoentes anteriores sobre o início das ações, reforçando os nomes das mesmas lideranças e a existência de saques e depredações do patrimônio.

No dia seguinte, 31 de março, foram ouvidas as seguintes testemunhas: Lucídio Rodrigues Lied, agente do Banco Nacional do Comércio; Florimundo Fernandes dos Santos, agente interino do Banco Pelotense; e

Hugo Rocha, comerciante. Já no dia 1º de abril, foram ouvidos João Rocha, agente do Banco da Província; Serafim Dias Ferreira, comerciante; e Antônio Gentil Basílio Alves, médico.

Nos depoimentos de Lucídio Rodrigues Lied, Florimundo Fernandes dos Santos e João Rocha novamente se dá destaque às ocorrências de saques e depredações, além de alegarem que os sediciosos impuseram contribuição de guerra ao Banco Nacional do Comércio, assim como aos Bancos da Província e Pelotense, dos quais eram funcionários. Hugo Rocha apresenta as mesmas versões dos fatos sobre o início do levante, assim como em relação a saques, requisições, e contribuições de guerra solicitadas aos bancos locais. O depoimento de Serafim Dias Ferreira dá uma importante informação sobre o desencadeamento das ações, pois sendo proprietário de uma gráfica foi procurado em sua casa na madrugada de 29 de outubro pelo tenente Portela com o objetivo de imprimir o boletim que seria distribuído durante o dia com o manifesto dos líderes do movimento a população. Já o último depoimento do dia 1º de abril dado pelo médico do 1º BF, Antônio Gentil Basílio Alves, deu detalhes do início das ações rebeldes procurando sempre reforçar sua distância e reprovação ao movimento, chegando a declarar que tentou fugir de Santo Ângelo, mas foi impedido pelos sediciosos. Alega que expôs sua desaprovação ao próprio Luiz Carlos Prestes e solicitou que pudesse remover do batalhão a enfermaria e a farmácia sob sua responsabilidade, ao que recebeu uma negativa do capitão. Também disse que frequentemente soldados e outros agentes de ligação das conspirações rebeldes vinham a Santo Ângelo, especialmente de Ijuí e São Luiz Gonzaga. Por fim, declarou que o civil Pedro Bins tomou parte ativa no movimento indo com certo número de praças do batalhão ferroviário tomar de assalto a vila de Ijuí na madrugada do dia 29 de outubro, sendo naquela vila repelidos por completo. Perguntado se nunca teve a oportunidade de ouvir do capitão Prestes falar sobre o movimento sedicioso, disse que não, porque, segundo ele, o capitão Prestes era muito reservado.

Os únicos depoimentos de militares no inquérito foram tomados entre o final de 1924 e início de 1925. No dia 31 de dezembro de 1924

o subchefe de polícia Antônio de Veiga Cabral colheu o depoimento do sargento Abelardo Castanho, preso no prédio da intendência municipal de Santo Ângelo. Já no dia 2 de janeiro de 1925, quem prestou esclarecimentos foi o então comandante do 1º BF, major Eduardo de Sá Siqueira Montes. Ao que tudo indica, o subchefe de polícia desconfiava que o sargento Castanho tivesse aderido ao levante revolucionário, ao que o depoente negou em seus esclarecimentos sobre os fatos, afirmando que apenas seguiu com os rebeldes até São Luiz Gonzaga por medo de retaliações, e que quando eles abandonaram a cidade no final de dezembro, fugiu em direção à colônia Serro Azul¹⁵, sendo preso e levado a Santo Ângelo. Já o depoimento do major Eduardo de Sá Siqueira Montes dá maiores detalhes do levante, confirmando os relatos anteriores sobre sua prisão e detalhando como esta aconteceu a mando do capitão Prestes, afirmando também que ficou preso em São Luiz Gonzaga, sendo depois autorizado a se hospedar na casa do vigário local, senhor Estanislau Wolski, dirigindo-se a Porto Alegre depois que os rebeldes deixaram a cidade no final do mês de dezembro.

Além de tomar os depoimentos das testemunhas de Santo Ângelo, o subdelegado Antônio de Veiga Cabral também se deslocou até Ijuí com o objetivo de colher os testemunhos de pessoas daquela localidade que participaram da ação de resistência contra o efetivo do 1º BF comandado pelo civil Pedro Bins e pelo sargento Teodósio Boelner. Na manhã de 29 de outubro um efetivo de aproximadamente 40 homens se deslocou pela estrada de ferro que ligava Santo Ângelo a Ijuí com a missão dada por Luiz Carlos Prestes de tomar aquela região, tendo em vista que seria um ponto estratégico de chegada das tropas do governo estadual. O ataque acabou sendo rechaçado por civis e pelas forças de segurança locais.

Em Ijuí foram ouvidas cinco testemunhas. São elas: coronel Antônio Soares de Barros, popularmente conhecido como coronel Dico, intendente de Ijuí; Honório Azevedo, juiz distrital de Ijuí; Chrysanto Gonçalves Leite, funcionário público; Fernando Soares da Silva, subdelegado de Polícia;

.....
15 Atual município de Cerro Largo.

Alfredo Steglich, intendente eleito de Ijuí. Todas as testemunhas foram ouvidas no dia dezesseis de abril de 1925, no prédio da intendência municipal de Ijuí.

Em seu depoimento o intendente Antônio Soares de Barros afirma que era público e notório viverem os opositoristas daquela vila em constantes confabulações com elementos suspeitos residentes em Cruz Alta, Palmeira e Santo Ângelo. Que Pedro Bins e Albino Jacintho de Oliveira seguidamente iam a Santo Ângelo conferenciar com o capitão Luiz Carlos Prestes. Afirmou que no dia 28 de outubro foi prevenido de que muitos destes opositoristas se encontravam em Ijuí e que possivelmente um ataque seria levado a efeito na vila no dia seguinte. Diante dessa notícia alega que foi para a intendência municipal onde permaneceu rodeado de amigos e correligionários, tendo mandado chamar o delegado de polícia, tenente coronel Martim Leonardo. Disse que permaneceu na intendência até às 5h da manhã do dia 29, hora em que se retirou do local indo para sua casa a fim de repousar, ficando o delegado no prédio.

O intendente afirma que mal havia se deitado em sua residência quando ouviu forte tiroteio, levantando apressadamente. Verificando que sua residência estava cercada por um grupo armado, conseguiu empreender fuga, sendo alvejado enquanto buscava alcançar o prédio da intendência para reunir-se com seus companheiros. Entretanto, percebeu que os sitiantes encontravam-se agrupados nas imediações do prédio. Logo depois, foi cientificado por um empregado da casa Roeber que pela rua do comércio baixavam alguns legalistas que tiroteavam os sediciosos, os quais em fuga desordenada abandonavam as posições em que se encontravam procurando embarcar no trem que os havia trazido de Santo Ângelo. Nesse momento, o depoente alega que pôde observar que um grupo de companheiros, a quem chama de defensores da legalidade, comandados pelo tenente coronel Martim Leonardo, perseguia os sediciosos, dirigindo-se o depoente para a intendência a fim de tomar as providências necessárias no sentido de guardá-la, ali permanecendo na expectativa de um novo assalto, pois o tiroteio continuava intenso nas ruas do Comércio e Floriano Peixoto. Segundo o

coronel Soares, mandou reunir um grupo de companheiros que fossem em proteção ao tenente coronel Martim Leonardo que continuava a perseguir os inimigos, os quais, desorientados, fugiam em direção a linha da viação férrea em procura do trem. De chegada à intendência, o depoente observou que a cerca de 30 metros do local, existia, estendido, o cadáver de um sargento que, segundo lhe informaram, era o comandante dos assaltantes¹⁶. Segundo ele, os fatos indicam que o plano dos revoltosos era tomar de assalto Ijuí, organizando no município uma brigada para ameaçar Cruz Alta e Palmeira, estendendo uma ação destruidora por toda a região, o que não foi possível em função do revés sofrido.

Em seu depoimento, o juiz distrital de Ijuí, Honório de Azevedo, disse que acordou na madrugada de 29 de outubro despertado pelo tiroteio que ocorria na vila. Verificou que a intendência estava sendo atacada por forças do Exército e civis, vendo que o tenente coronel Martim Leonardo e Fernando Soares da Silva, subdelegado, ofereciam resistência aos rebeldes, os quais foram rechaçados fugindo em direção à estação férrea, onde tomaram o trem que os havia trazido de Santo Ângelo. Afirmou saber também que os sediciosos haviam sido trazidos e guiados na vila de Ijuí pelos indivíduos oposicionistas residentes na localidade, casos de Albino Jacintho de Oliveira e Pedro Bins, atacando a intendência e cercando as casas do intendente municipal e do delegado de polícia.

O funcionário público Chrysanto Gonçalves Leite afirmou em seu testemunho que muito lhe chamava atenção a movimentação dos oposicionistas na vila de Ijuí, comunicando-se constantemente com elementos suspeitos residentes em Santo Ângelo, Palmeira e Cruz Alta. Disse que seguidamente eram realizadas reuniões políticas e que Albino Jacintho e Pedro Bins seguidamente conferenciavam com Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo. Sobre o assalto e fuga dos sediciosos confirma o mesmo que os depoentes anteriores. Além disso, Leite também deu detalhes sobre as circunstâncias

.....
16 Sargento Teodósio Boelner.

em que ocorreu a morte do Dr. Bozano¹⁷ em 30 de dezembro, quando os rebeldes vindos de São Luiz Gonzaga buscavam atravessar o território de Santa Catarina e alcançar o Paraná para juntarem-se às tropas paulistas que se encontravam na região de Foz do Iguaçu.

Em seu depoimento, o subdelegado de Polícia, Fernando Soares da Silva, disse que a maioria dos opositoristas locais sabia dos planos revolucionários, estando todos eles solidários a causa, destacando-se Orlando Pinheiro Machado, a quem qualifica de ardoroso adepto da revolução de 1923 e entusiasta dos rebeldes de São Paulo, tendo sido visto confabular na manhã de 29 de outubro, vindo a refugiar-se em sua casa quando viu fracassada a intentona. Disse que as residências de Serafim Reis e Erwin Otto Spalding eram pontos de reunião onde se discutia abertamente a revolta, além de assíduas comunicações telefônicas mantidas com os distritos de forma a aliciar adeptos que auxiliassem no assalto projetado. Por fim, da mesma forma que os testemunhos anteriores, o depoimento de Alfredo Steglich, intendente eleito de Ijuí, defende que era notório que os opositoristas locais estavam se articulando com correligionários de municípios vizinhos e membros do Exército de Santo Ângelo. Cita os nomes dos mesmos civis e militares anteriormente mencionados e confirma os mesmos fatos em relação ao assalto a intendência municipal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia do movimento tenentista e da Coluna Prestes se valeu dos inúmeros depoimentos dados pelos líderes e demais membros que fizeram parte da marcha revolucionária que percorreu o Brasil entre 1924 e 1927, tendo no Rio Grande do Sul o seu processo de formação. Entre eles, o pró-

.....
17 Júlio Raphael de Aragão Bozano era intendente de Santa Maria quando iniciaram as rebeliões tenentistas no Rio Grande do Sul. Membro ativo do Partido Republicano Rio-grandense foi convocado a comandar um Corpo Auxiliar para combater os rebeldes na região de Ijuí. No dia 30 de dezembro de 1924 o carro em que se deslocava com outros homens, entre eles Chrysanto Leite, chocou-se com um grupo de rebeldes comandados pelo tenente Mário Portela Fagundes. O carro foi alvejado, sendo atingidos Bozano e outro soldado. O intende de Santa Maria morreu na hora. A autoria dos disparos chegou a ser atribuída ao tenente Portela. Entretanto, no inquérito da Chefatura de Polícia o autor dos disparos é apontado pelas testemunhas como sendo o rebelde Reynaldo Kruger.

prio Luiz Carlos Prestes, que até seu falecimento em 1990 relatou em diversas ocasiões os fatos da década de 1920 quando rebelou 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo e tentou tomar a cidade de Ijuí. Em nossas pesquisas, verificamos que o inquérito policial efetivado pela Chefatura de Polícia do Rio Grande do Sul é uma importante fonte documental sobre aquele período, principalmente por conter depoimentos de testemunhas que presenciaram os acontecimentos no estado entre outubro e dezembro de 1924.

Os arquivos do judiciário têm contribuído com importantes fontes escritas para as pesquisas históricas no Brasil desde aos anos 1980. Em 1984 Boris Fasto publicou *Crime e Cotidano*. Dois anos depois, em 1986, foi a vez de Sidney Chalhoub lançar *Trabalho, lar e botequim*. Por fim, em 1987, *Crime e escravidão*, de Maria Helena Machado demonstram o quanto a partir desse período as fontes do judiciário passaram a ser objeto de estudo e pesquisa por parte dos historiadores. Assim, esses documentos auxiliam a compreender as relações entre os agentes sociais em outras épocas e sociedades, para estudar a própria justiça e seus agentes em diversas temporalidades (GRINBERG, 2017, p. 121).

Analisando o inquérito da Chefatura de Polícia estadual, identificamos que em Santo Ângelo e Ijuí havia relatos importantes das testemunhas, especialmente sobre o levante efetivado por Luiz Carlos Prestes a partir da noite de 28 de outubro e o ataque ordenado a Ijuí na manhã seguinte. Nos relatos destas pessoas fica claro que a maior parte delas pertencia a estratos sociais privilegiados política e economicamente, o que se reflete em seus testemunhos, em sua maioria, em tom de reprovação ao movimento. Constantemente, um dos principais temas abordados nas perguntas do subchefe de Polícia estava relacionado a ocorrências de saques e depredações praticadas pelos rebeldes, o que na maioria dos relatos das testemunhas era confirmado.

Seja durante os levantes tenentistas de 1924 no Rio Grande do Sul ou mesmo depois durante a marcha da Coluna Prestes, o argumento de que o movimento era muito mais uma rebelião sediciosa e subversiva que recorria a saques e depredações sem qualquer tipo de compromisso patriótico foi amplamente utilizado como forma de deslegitimar e desqualificar as ações revo-

lucionárias. Isso foi feito não apenas pelo governo com o auxílio da imprensa naquela época, mas foi algo que ultrapassou gerações e ainda nos dias atuais permeia o imaginário de uma parcela da população¹⁸. No inquérito da Chefatura de Polícia, fica claro que uma das principais estratégias dos delegados que tomavam os depoimentos das testemunhas era recorrer a este mesmo artifício, reforçando em suas perguntas e ouvindo nos relatos das testemunhas histórias que atribuíam aos rebeldes danos ao patrimônio público e privado¹⁹.

Para Keila Grinberg (2017, p. 128) documentos como os inquéritos ou processos crime têm necessariamente contradições, incoerências e mentiras, sendo importante refletir sobre seu processo de produção. É preciso saber trabalhar com as versões, perceber as formas como elas são construídas e analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso estando atento às narrativas que se repetem. Por outro lado, também se constituem em materiais valiosos capazes de evidenciar a atuação de agentes sociais em determinadas realidades, bem como seus interesses, suas visões de mundo, suas maneiras de atuarem e se reconhecerem no espaço.

No que se refere ao processo de formação do que viria a ser a Coluna Prestes e sua marcha pelo Brasil a partir do final de dezembro de 1924, o inquérito policial da chefatura de Polícia do Rio Grande do Sul é uma importante fonte para a compressão de como se construiu parte das representações acerca da marcha da Coluna Prestes, pois a ambiguidade destas representações é sentida até os dias de hoje, onde o movimento é visto ora como “sedicioso”, baderneiro e saqueador, ora como uma das maiores marchas revolucionárias da história da humanidade que expôs as contradições do regime republicano brasileiro ainda em processo de construção nas primeiras décadas do século XX.

.....
18 Ver Brum (1994) e Narloch (2011).

19 Luiz Carlos Prestes e outros líderes da Coluna que percorreu o Brasil sempre evidenciaram em seus depoimentos posteriores que o objetivo do movimento não era prejudicar a população, mas que a tropa necessitava de arreamentos, cavalos, carne para a alimentação e outros objetos necessários a continuidade das ações revolucionárias. Para tanto, sempre faziam requisições solicitando à população por onde passavam que colaborassem com o que pudessem. Obviamente, exageros foram cometidos em alguns locais, algo que era exemplarmente punido pelo comando da Coluna (PRESTES, 1991).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, V. P. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001.
- CHEFATURA de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Março 1925. **Relatório do Sub-chefe de Polícia da 15ª região, Antônio de Veiga Cabral, sobre o movimento revolucionário de 1924 em Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga**. Vol. 5. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.
- CORRÊA, A. M. M. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FERREIRA, S. **A marcha da Coluna Prestes**. Pelotas: Globo, 1928.
- FORNARI, J. A.; LOPES, F. M. M. R.; GEHLEN, H. H. L. B. **Tenente Portela e a Coluna Prestes no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Berthier, 1997.
- GRINBERG, K. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 119-139.
- MACHADO, M. H. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRESTES, A. L. A Coluna Prestes. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. A Coluna Prestes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.
- REIS, D. A. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

ST 29

DIREITAS, HISTÓRIA

E MEMÓRIA

COORDENAÇÃO

HERNÁN RAMIREZ (UNISINOS)

ODILON CALDEIRA NETO (UFSM)

MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E A AGENDA NEOLIBERAL: TRAJETÓRIA AO PODER E PROJEÇÃO SOCIAL

BRAGA, TATIANE. M.SC.
UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
TATIANEMBRAGA@GMAIL.COM
ÂNGELO, VITOR AMORIM DE. DR.
UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
VITOR.ANGELO@UVV.BR

RESUMO

O trabalho tem como objetivo identificar as motivações do Movimento Brasil Livre, MBL, ao defender a implantação de uma agenda neoliberal no Brasil. A partir do contexto social vivido pelo país desde as manifestações iniciadas em 2013, verificamos o fortalecimento da defesa de ideias neoliberais capitaneado por movimentos jovens, dos quais se destaca o MBL. Nesse sentido, o trabalho sustenta a ideia de que os jovens integrantes desse grupo acompanham um movimento mundial de disseminação das ideias neoliberais em busca de poder e projeção social. Para tanto, identificamos as raízes do neoliberalismo e a atuação dos think tanks como defensores de tais ideias. Sendo esses a base do MBL, analisamos então as estratégias de atuação desse novíssimo movimento social e a sua trajetória até os dias atuais. Na realização do trabalho foram usadas fontes documentais, cobertura midiática dos fatos e entrevistas semiestruturadas com os integrantes do MBL e dos institutos liberais.

Palavras-chave: Movimento Brasil Livre; MBL; neoliberalismo

TRÍADE ESTRATÉGICA: ESPETÁCULO, ANTIPETISMO E CONSERVADORISMO

A gente espetacularizaria menos, simplificamos demais a linguagem política. A gente polarizou, e era fácil e gostoso polarizar. Quando começaram a proliferar as camisetas do Bolsonaro e as pessoas diziam “mito, mito”, a ideia de infalibilidade dele, muito foi porque ajudamos a destampar uma caixa de Pandora de um discurso polarizado. (SANTOS. 2019).

A declaração do coordenador nacional do Movimento Brasil Livre, MBL, revela a estratégia do grupo, criado em 2015 com a bandeira do impeachment da então presidente Dilma Roussef e que mais tarde se tornou o grande expoente da agenda neoliberal no Brasil. Foi durante uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em julho deste ano (2019), que Santos falou sobre os exageros cometidos pelo grupo para ganhar cada vez mais defensores para suas ideias. Mas a espetacularização era só uma ferramenta adotada pelo movimento, que também apostou na criação de um inimigo comum, como relata em outro trecho da entrevista: “Se o PT chegasse ao poder, a gente teria guerra civil. A classe média e o centro-sul não iriam aceitar o resultado.” (SANTOS, 2019).

Mas temos ainda outra bandeira levantada pelo MBL: o conservadorismo. Um exemplo foi a exposição promovida no espaço Santander Cultural, em Porto Alegre, chamada *Queermuseu: cartografias das diferenças na arte brasileira*. A coletânea reunia 270 trabalhos de 85 artistas que tratavam de temáticas como questões de gênero, diversidade, LGBT e *queer* (em tradução livre, pessoas que não seguem os padrões de sexualidade convencionais). Mas as portas foram fechadas ao público, dias depois da sua abertura, em 15 de agosto de 2018, depois dos ataques promovidos nas redes sociais dizendo que se tratavam de ofensas à moral e aos bons costumes. Um dos integrantes do MBL, Arthur do Val, chegou a dizer em seu canal no YouTube ‘Mamãe Falei’ que as obras eram ilustrações de pedofilia e zoofilia. “Uma porcaria!”, declarou Arthur que ainda disse ser uma ofensa aos cristãos.

Mas quando, recentemente, questionado pelo jornal folha de São Paulo, Santos, assumiu o exagero da ação e disse ainda que essa não era uma bandeira do movimento, mas se utilizaram dela para angariar adeptos.

Aquilo surgiu de uma matéria da Veja que disse que o MBL foi lá fazer um ato, e na verdade foi uma pessoa que não tinha nada a ver com o MBL. Eu acordei numa segunda-feira e de repente descobro que fechei o museu. Pensamos: bom, já que estão nos jogando na briga, vamos então comprar a briga de que, se as pessoas não acham correto dinheiro público financiar uma exposição em que não acreditam, têm direito a fazer boicote. Mas não deveríamos ter entrado e participado da polarização. Não precisávamos ter feito o barulho que fizemos. (SANTOS. 2019)

As recentes declarações do coordenador do Movimento Brasil Livre chegaram logo após o término da nossa pesquisa e vem corroborar as nossas conclusões. Como mostraremos adiante, esse estudo iniciado a partir das manifestações de junho de 2013, buscou entender o que levou os jovens integrantes do MBL a defender uma agenda neoliberal como solução para os problemas enfrentados pelos país. Através a análise do contexto social, do histórico da propagação das ideias liberais no mundo e ainda das estratégias usadas pelo movimento para se comunicar, chegamos ao entendimento de eles desejavam alcançar o poder e projeção social. E conseguiram!

O CONTEXTO EM QUE SURGE O MBL

Para muitos que saíram às ruas em junho de 2013 as manifestações poderiam parecer o começo de um movimento de mudança capitaneado pela sociedade em busca de melhores condições de vida e pelo fim da corrupção que assolava a estrutura política do país naquele momento. O que, talvez, não imaginassem é que estariam ali vivendo o meio de uma história iniciada em décadas anteriores, em outros países inclusive, que buscava implantar o neoliberalismo mundo a fora. O desejo de mudança de cada um foi o combustível necessário para que os defensores de tais ideias, contando com a habilidade do jovem movimento MBL, conseguissem convencê-los de que seria a melhor escolha para mudar de vez a realidade do país.

O momento era de crise social, com inflação batendo o teto da meta de 6,5% ao ano (em junho de 2013) e o desemprego atingia 6% da população brasileira. A nova classe média, formada, principalmente, durante o governo Lula (2003-2010) por conta dos programas de transferência de renda e de incentivo ao crédito ainda sim tinha do que reclamar. Serviços básicos

como saúde, educação e segurança não atendiam às necessidades de uma população que cresceu em ritmo mais acelerado que os investimentos feitos na infraestrutura do país. (MACEDO, 2014)

Existia ainda, e não menos importante que a primeira, a crise política provocada pelos escândalos de corrupção envolvendo, entre outros partidos, o PT que governava o país. Os gastos exorbitantes com a preparação para a Copa do Mundo foi motivo de indignação da população que não via tamanha vontade do poder público para resolver questões mais importantes para a sociedade.

Eram todas pautas que ecoavam como um coro pelas ruas do país, o que contribuiu para a adesão cada vez maior da sociedade que se sentia à vontade para expor suas opiniões com grupos que pensavam de forma semelhante à sua. E foi assim que as manifestações, iniciadas por aqueles afetados pelo preço do transporte público, ganhou a simpatia de outras parcelas da sociedade, inclusive a classe média que em 20 de junho de 2013 já representava a metade dos manifestantes – 49% relataram ganhar mais de cinco salários mínimos, como mostrou uma pesquisa feita pelo Ibope durante um dos atos, em São Paulo.

Foi justamente essa classe média, convocada através dos grupos sociais e das redes sociais que assumira o discurso patriota ao vestir as camisas do Brasil, amarrar a bandeira no pescoço e pintar o rosto de verde e amarelo para reivindicar nas ruas. Era um público inusual em protestos, mas que agora tinha vontade e motivação para tanto.

Mas não demorou para que as pautas, antes comuns a todos, se tornassem heterogêneas. A violência constante nas manifestações tinha tratado de afastar parte da população das ruas, mas não apagou o fogo que já havia sido aceso e as chamas se espalharam pelas diferentes demandas de uma sociedade plural a fim de resolver cada um as suas necessidades. E foi essa heterogeneidade que tornou o ambiente propício para os grupos que desejavam a inserção das ideias neoliberais e então tiveram a oportunidade de agir e mudar o rumo das manifestações.

No meio digital o que vimos acontecer foi uma divisão explícita em que grupos passaram a ser identificados como de direita ou de esquerda,

sendo essa última representada pelo PT. Nesse cenário a direita teve vantagem. Enquanto a esquerda, experiente nos protestos, estava acostumada a usar as redes sociais apenas como mais um meio de comunicação, a nova direita nasceu e cresceu ali. Um levantamento feito pela empresa de análise de redes sociais Social Bakers (REVISTA EXAME, 28/04/2017) mostrou que, em três anos (2015-2017), as páginas de direita no Facebook saltaram de 7 milhões para 18 milhões de seguidores. Outro fator, o fato de os jovens serem maioria nas manifestações, também contribuiu o maior engajamento que estes são mais adeptos às redes sociais.

Podemos identificar como características dessa nova direita brasileira ser liberal na economia e conservadora nos costumes, o que chamamos de uma agenda neoliberal. Se o livre mercado sempre fora uma defesa dos liberais, o conservadorismo aparece como uma escolha mais recente e encontra eco no momento vivido pela sociedade brasileira. Um exemplo claro foi a eleição, em 2014, do congresso mais conservador das últimas cinco décadas, cunhando até a expressão BBB ao se referir aos grupos formados pelas bancadas do “boi”, da “bíblia” e da “bala”.

Muitos autores defendem que o conservadorismo brasileiro está associado às bases históricas de construção da sociedade. Bravim e Borges (2017) lembram que o Brasil é um país de grandes discrepâncias econômicas e sociais que tiveram início ainda na colonização quando já era característica das atividades econômicas a exploração da extrema pobreza da maioria da população para a geração de riquezas para alguns poucos. Além disso, os autores consideram a cristianização da população mais pobre pelos países colonizadores um artifício para a subordinação sob o disfarce de salvação através da religião.

Tal recuo histórico se torna importante para entender a raiz do preconceito entre classes até hoje enraizado no país, porém banalizado pelo senso comum que proclama a certeza de ser um povo democrático sem perceber o abismo que separam os estratos sociais.

E sendo a religião um importante fator do conservadorismo, o crescimento dos adeptos às religiões evangélicas, também contribuiu para o

fortalecimento desse sentimento. Entre o ano 2000 e 2010 o número de evangélicos no país aumentou 61,45%, de acordo com o IBGE, Censo 2010, passando de 15,4% para 22,2% da população. Para Villazón (2014) a família nuclear, heterossexual e baseada em uma subordinação “benigna” das mulheres se torna o núcleo da experiência religiosa de grandes setores evangélicos. Esse tipo de construção das últimas décadas é a base para o desenvolvimento de predisposições contrárias às mudanças sociais e culturais que possam afetar a família tradicional-patriarcal.

Falamos do fator conservadorismo que encontrava eco nas manifestações populares e temos também o antipetismo que apontava o PT como o inimigo da nação e o causador de todo o problema. Em uma pesquisa feita pelo Datafolha, durante uma manifestação em quinze de março de 2015, 82% dos entrevistados afirmaram ter votado em Aécio Neves nas últimas eleições, sendo que 41% afirmou ganhar mais de 10 salários mínimos, o que mostra que na rua estava a classe média que já rejeitava o governo petista. Em dezembro do mesmo ano foi aberto o processo de impeachment que, em agosto do ano seguinte, foi aprovado no congresso tirando assim do cargo, a presidente eleita Dilma Rousseff.

Mas os ânimos não se acalmaram após o alcançar desse feito. A nova direita já havia encontrado os elementos necessários para ir além da deposição do governo petista. Entre eles, o sentimento de revolta da população, o conservadorismo agora exposto pela sociedade que até então não o assumia, e ainda um outro fator determinante no processo de mudança do trajeto das manifestações rumo a agenda neoliberal: os novíssimos movimentos sociais nascidos nesse percurso, entre eles o MBL. Gohn (2017) assim os classifica por serem heterogêneos e representantes de diferentes correntes do mundo da política e da cultura. Podemos dizer ainda, com base na análise sobre as teorias dos movimentos sociais feita por Carlos (2015), que o MBL se situa entre os movimentos sociais do Brasil contemporâneo que não tem padrões já estabelecidos por estudos anteriores. As pautas que permeiam o conservadorismo na cultura e o liberalismo econômico formam a polarização dos paradigmas citados pela autora.

Assim é o MBL, formado por jovens com pouca experiência na política, mas grande habilidade nas redes sociais, capazes de angariar adeptos para as ideias neoliberais que desejavam implementar. Era a hora que os defensores do livre mercado tanto esperavam para conseguir eleger, então, um presidente neoliberal.

RAÍZES E EVOLUÇÃO DA CORRENTE NEOLIBERAL NO BRASIL

Por algumas vezes fomos questionados por que usar neoliberalismo e não liberalismo apenas. O próprio Kim Kataguirí, em entrevista para esta pesquisa, questionou se há diferença entre as teorias de Smith e Hayek, negando em seguida a existência de um neoliberalismo. Porém autores como Moraes (2001), Anderson (1995) e ainda Harvey (2014), nos traz elementos importantes para concluirmos sobre a importância de se fazer a devida distinção. Entre as distinções podemos citar a questão temporal em que as teorias foram desenvolvidas, sendo Smith ainda no século XVII e Hayek da Escola Austríaca, no século XX, após a Segunda Guerra Mundial; o fato de Smith ter se dedicado apenas a combater o mercantilismo e pregar o livre comércio, enquanto teóricos mais recentes defendiam que a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo, doa a quem doer.

Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON, 1995, p.2)

Podemos ainda, como analisa Moraes (2001) citar o lado conservador da doutrina neoliberal, sugerindo limites a serem impostos à participação política da sociedade. Isso porque a liberdade individual e a capacidade de reflexão política estão intimamente associadas com a propriedade privada e, sendo assim, diante da nova realidade, em que as massas passaram a ter participação na vida pública com o sufrágio Universal, por exemplo,

elas poderiam determinar as decisões políticas e assim prejudicar os proprietários, ou classes mais abastadas. Se falava, por exemplo, em seleção natural dos mais aptos para tomar as decisões por todos.

Tais ideias começaram a ser implementadas num momento de crise mundial, começando pelo Chile e depois na Inglaterra e Estados Unidos. O Consenso de Washington foi então o recado dado ao mundo de que a intenção da potência americana era expandir as fronteiras do neoliberalismo pelo mundo, criando um conjunto de regras para que os demais países pudessem contar com ajuda financeira das agências internacionais.

Foi assim que o neoliberalismo chegou ao Brasil, ainda durante o governo militar, como conta Sallum Jr (1994). Numa fase de crise financeira, o país pediu empréstimo ao FMI e precisou aceitar tais imposições. A segunda parcela do empréstimo chegou a ser suspensa porque as regras não estariam sendo obedecidas.

Medidas liberais estiveram presentes em vários governos brasileiros, mais explicitamente na administração de Collor que durou pouco, já que após escândalo de corrupção, ele renunciou ao cargo antes que o impeachment fosse decretado. O governo FHC, em período de crise econômica também recorreu a medidas como as privatizações, de cunho liberal. Em seguida o governo de Lula, também seguiu com ações nesse estilo como as várias concessões feitas a iniciativa privada. Porém o que se viu foi a ênfase dada as políticas voltadas à população mais carente.

A dificuldade de promover a política de coalisão no congresso levou ao envolvimento do partido do presidente em escândalos de pagamentos de mesadas em troca de votos favoráveis ao governo, o que ficou conhecido como Mensalão. Em seguida, já no governo Dilma, o escândalo do Petrolão manchou de vez a imagem do governo, o que foi potencializado pelo momento de crise econômica que o país vivia com alta inflação e desemprego crescente. Era a crise perfeita para a proposta do neoliberalismo no Brasil.

Assim como aconteceu no Chile de Pinochet, na Inglaterra de Thatcher e nos EUA de Reagan, o neoliberalismo no Brasil ganhou

adeptos em um momento de forte crise política e social. Lá fora, as escolas de economia já preparavam seus profissionais para atuarem no momento certo, como foram os Chicago Boys enviados ao Chile para implementar um governo neoliberal. Há também outras instituições internacionais que ainda hoje trabalham para a disseminação da economia neoliberal no mundo. Citamos aqui, como exemplo, a organização Estudantes pela Liberdade – EPL, na qual, inclusive, membros do MBL estudaram sobre o neoliberalismo e, segundo alguns autores, receberam apoio para a atuação nas manifestações iniciadas em 2013.

Talvez tenham vindo desses estudos as ideias para a formulação da agenda proposta pelo MBL, com contribuição, certamente, dos institutos liberais brasileiros, apontados como os think tanks do movimento. Estes, desde a década de 1980 reuniam empresários e intelectuais defensores da teoria liberal, até então sem grande repercussão até que encontraram no MBL a voz necessária para ecoar suas ideias, o que o MBL fez com maestria. Quem reitera essa afirmação é diretor do Instituto Liberal, Alexandre Borges, em entrevista para essa pesquisa.

[...] o MBL que eu apoio desde o primeiro dia de manifestações, no dia de finados, 1 de novembro de 2014, eu já estava lá, eu, Eduardo Bolsonaro, Paulo Martins, no Ibirapuera, em cima de carro. Eu nunca fui de aliar a movimentos, mas a única aposta que fiz foi o MBL e está aí o resultado. [...] A capacidade de mobilização, capacidade de colocação de pautas do debate. O MBL é importantíssimo e é uma força do bem que vai levar o Brasil a um caminho que vai melhorar o conjunto da população brasileira. (BORGES, 2018)

A ATUAÇÃO DO MBL NA DEFESA DA AGENDA NEOLIBERAL

Na web, onde cliques são tudo e entretenimento e notícias estão cada vez mais misturados, o material sensacionalista, bizarro ou revoltante sobe para o topo, com posts que apelam cinicamente para a parte rudimentar dos nossos cérebros – para emoções primitivas como medo, ódio e raiva. (KAKUTANI, 2018, p. 151)

O uso da internet é uma forte característica dos novíssimos movimentos sociais e foi justamente nas redes sociais que o MBL se criou e

se fortaleceu. Os integrantes já tinham experimentado a ferramenta em campanhas anteriores de candidatos com bandeiras neoliberais e, com após o início dos protestos de 2013, resolveram se unir para promover a agenda através da forma de comunicação que conheciam e chamaram de Estética da Zoeira. A técnica consiste em priorizar a forma da mensagem, a fim de, como defende Kakutani (2018), usar das próprias emoções para provocar as emoções alheias, enquanto o conteúdo é extraído dos think tanks.

Tal técnica ganhou fôlego nas bolhas criadas dentro das redes sociais em que estamos inseridos e que nos direciona, sem antes sermos consultados, para apenas um determinado conteúdo e desconvidado a ter acesso a informações ou opiniões contrárias aquelas que nos interessa.

Nesse mesmo cenário, o conservadorismo entra como a segunda estratégia identificada pelo nosso estudo para angariar adeptos para a agenda neoliberal. Tendo a população se sentido à vontade para declarar suas posições conservadoras ao perceber que outras pessoas também pensam da mesma forma, o MBL passou a fazer publicações recheadas de valores, se tornando assim representante dessa massa populacional.

Somamos isso ainda à terceira estratégia por nós identificada: o antipetismo. A identificação do PT como o inimigo comum aproximou o MBL da população insatisfeita com as políticas dos governos recentes e fez aflorar nestes cidadãos os sentimentos mais primitivos de autodefesa. Tais emoções somadas a dificuldade de aceitar ideias contrárias cria o cenário de guerra que hoje está posto não só nas redes sociais, mas também nas relações da sociedade, o que ficou latente nas últimas eleições.

Dessa forma, a tríade por nós identificada como estratégia de atuação do movimento – espetáculo, antipetismo e conservadorismo – como vimos, foi usada para a propagação das ideias neoliberais, como negação de um modelo existente e proposição de algo novo que promete dias melhores.

Com essa bandeira o MBL se tornou o maior representante das ideias neoliberais no Brasil, sendo responsável pela promoção das ideias e captação de adeptos que levaram à eleição do presidente Jair Bolsonaro,

em 2018, com uma agenda liberal na economia e conservadora nos costumes. Além disso, o movimento conta hoje com integrantes – e outros políticos apoiados pelo movimento – ocupando cargos no congresso federal, em assembleias legislativas e ainda em câmaras de vereadores.

Voltemos então a pergunta chave que nos fez dar início a tal pesquisa. O que motivou o MBL, formado por jovens que viveram – ou pelo menos tem em sua memória – durante o governo petista, a rejeitar tal forma de governar e defender uma agenda neoliberal?

Concluimos que a rejeição ao PT era apenas, como vimos, parte de uma estratégia maior. Mas ainda assim nos resta entender porque o MBL chegou até aqui e essa resposta encontramos através da vivência no 4º Congresso do MBL ao ouvir declarações como a de Renan Santos, “Esse movimento vai eleger o próximo presidente da república, em 2020”. E para cumprir esse “compromisso”, como chamam, o movimento já tem criado novas estratégias como a captação de jovens, ainda nas escolas, através de treinamentos sobre as políticas neoliberais. Outras estratégias, como a de guerra contra o inimigo da esquerda, e a defesa do conservadorismo, continuam sendo reforçadas. Sem contar as redes sociais onde ganham, cada vez mais, capilaridade.

Nos dois dias de congresso, reunindo mais de 4 mil pessoas entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, percebemos que os membros do MBL se tornaram ídolos. Quem estava ali, participando, ouvia atentamente e parecia aceitar as orientações dadas de como promover as ideias neoliberais e refutar as ideias da esquerda para impedir que essa retome o poder. Além disso o MBL oferece ainda a possibilidade dos seus seguidores se tornarem também ídolos através da sua atuação nas comunidades onde vivem.

Considerando que vivemos em um tempo em que as celebridades são mais respeitadas do que os especialistas, e muitas são criadas através das redes sociais, entendemos que os integrantes MBL, em busca de projeção social, escolheram a política como o caminho a ser percorrido, já que nela está o maior símbolo de poder do país: o presidente do Brasil.

PARA ONDE SEGUE O MBL?

Esse movimento vai eleger o próximo presidente da república, em 2022. Esse é o compromisso.
(SANTOS, 2018)

A frase foi esbravejada ao fim do 4º congresso do MBL, realizado em 2018, por um dos seus líderes, Renan Santos, e mostra que a conclusão em que chegamos está correta, assim como a identificação das estratégias adotadas pelo grupo.

Porém, menos de um ano após a declaração acima citada, o mesmo líder do MBL veio a público comunicar o novo posicionamento do grupo. Tal mudança, não nos faz questionar o objetivo identificado até então, mas sim como será a nova estratégia adotada pelo movimento.

Ao assumir sua parcela de culpa na polarização da sociedade e contribuição para a eleição de um governo, do qual, agora se distancia, o MBL muda sua trajetória. Na entrevista à Folha de São Paulo, Renan Santos afirma que algo deu errado na estratégia usada pelo movimento e que é hora de fazer diferente, deixar o discurso fácil e passar a dialogar com os outros de forma pacífica, mesmo que o outro tenha ideias diferentes, e, até quem sabe, concordar com ele.

Hoje, buscar o diálogo e fugir da treta é a maior rebeldia que se pode ter. Eu já tive banda, frequentava a rua Augusta. Hoje, se eu passar na Augusta, vai ter porrada. O que deu errado? Eu quero concordar com um cara de esquerda com quem eventualmente eu conversava. O que podemos fazer para reestabelecer pontes com as pessoas? Seria o MBL paz e amor? É um MBL que não abdica de seus valores. Não é uma frouxeza no caráter ou nas convicções, mas uma abertura de espírito, uma paz e amor na forma de dialogar com o outro. (SANTOS, 2019)

A mudança de discurso também pode ser observada na programação do próximo congresso nacional do MBL, marcado para acontecer em novembro deste ano. Entre os temas a serem abordados estão: empreendedorismo, desafios da administração pública, educação e reforma política. Bem diferente do que pudemos acompanhar in loco no encontro do ano anterior, com estímulos à polarização e a intolerância a ideias contrárias.

Os reflexos da adoção de uma nova postura chegam pelo mesmo lugar onde tudo começou: as redes sociais. O movimento já perdeu 400 mil seguidores, o que equivale a quase 10% do público angariado nos últimos anos com as estratégias antes usadas. A partir de agora, com base nas declarações e posicionamentos recentes, o que nos parece é que o MBL aposta em uma nova receita para alcançar o objetivo de poder e projeção social. Com 5.500 membros em 250 cidades, Santos diz que o movimento, pretende se voltar mais para temas locais, inclusive tratar da regularização fundiária, já que a propriedade é um conceito básico do liberalismo.

A política nacional virou espetáculo e narrativa. No município, os problemas são reais e não adianta justificar que foi o Foro de São Paulo ou o golpe das elites que fez o buraco na rua. Vimos que nosso discurso ficou muito preso num debate de classe média. (SANTOS, 2019)

O movimento que ficou conhecido pelo discurso agressivo, pelas marchas e protestos nas ruas de todo o país, agora quer dialogar com integrantes da esquerda, o que deve acontecer no próximo congresso, e assim estabelecer uma nova linguagem política. Vamos acompanhar para ver!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (EDS.). *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- BORGES, Alexandre. Entrevista concedida para autora desse trabalho durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 24 de novembro de 2018.
- BRAVIM, Isabela; BORGES, David G. “Considerações acerca da ascensão da classe média conservadora no Brasil.” In: CEI, V. et al. (EDS.). *O que resta das jornadas de junho*. Porto Alegre, RS: Fi, 2017.
- CARLOS, E. *movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição*. 1. ed. elo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

- GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.
- HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.
- KAKUTANI, M. A morte da verdade. Tradução André Kzarnobai; Marcela Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- MACEDO, Roberto. “Uma visão econômica e política dos protestos juninos.” In: FIGUEIREDO, Rubens (Org.). Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.
- MORAES, R. C. Neoliberalismo: De onde vem e pra onde vai? São Paulo: Senac, 2001.
- SALLUM JR., Brasília. Transição política e crise de Estado. Lua Nova/Cedec, 32: 133–167, 1994.
- SANTOS, Renan. Fala proferida durante o 4º Congresso Nacional do MBL. Em 23/11/2018.
- SANTOS, Renan. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, em 28 de julho de 2019.
- VILLAZON, Julio Córdova. Viejas y nuevas derechas religiosas en América Latina: los evangélicos como factor político. Nueva Sociedad No 254, 11-12/2014.

AS MULHERES DE DIREITA E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)
EDUCHAVES4@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A história das direitas brasileiras que atuaram nos anos 60 mereceu maior atenção nos últimos anos. Os estudiosos que se dedicaram a analisar as organizações e os partidos conservadores desse contexto histórico destacaram o papel dos atores no cenário político que desembocou no golpe civil-militar de 1964 e na posterior ditadura. Trabalhos mais recentes tiveram papéis importantes na historiografia ao mapearem um universo de indivíduos e grupos cientes e empenhados em livrar o país do comunismo, da corrupção e do ateísmo. Tendo em vista a multiplicidade de comportamentos, as direitas brasileiras foram vistas no plural, evitando assim o superficialismo analítico ou mesmo o maniqueísmo, tão comum em décadas anteriores. Contudo, a repulsa a mudanças sociais e econômicas que visassem maior igualdade e o medo de que uma espécie de “ateísmo estatal” eliminasse a tríade “deus, pátria e família” marcaram as faces do conservadorismo brasileiro.

Entre as organizações de direitas, cabe aqui destacar o surgimento no início da década de 60 de grupos femininos que estiveram em oposição ao governo de João Goulart. Eram organizados e liderados por mulheres,

contando com a participação de empresários, militares, parte da Igreja Católica e demais setores conservadores da população. Conhecidas posteriormente como “marchadeiras”, essas mulheres eram provenientes de setores medianos e altos da sociedade brasileira. Muitas eram esposas e/ou ligadas por laços de parentesco com empresários, políticos, militares e/ou grandes proprietários de terras, sujeitos que contribuía para o sucesso das organizações. O principal grupo feminino, a Campanha da Mulher pela Democracia, mais conhecido como CAMDE, tinha como liderança Dona Amélia Molina Bastos, além do seu irmão, o general Antônio de Molina, o líder do IPES, Glycon de Paiva e o Frei Leogivildo Balestieri. Conforme salientou Solange de Deus Simões (1985, p. 31):

A CAMDE [...] surgia [...] engajada na ação política de combate e desestabilização do governo. Partiram para a ação, antes mesmo do seu lançamento oficial, que só aconteceu um mês depois, a 12 de julho de 1962, no auditório de O Globo, oferecido pelo diretor desse jornal, Rogério Marinho.

Diversos grupos femininos surgiram nesse contexto e estavam organizados da mesma forma que a CAMDE. Em São Paulo, antes mesmo das cariocas da CAMDE, surgia a União Cívica Feminina (UCF), assim como em Minas Gerais, tempos depois, surgira a Liga da Mulher Democrata, (LIMDE)¹, além de outros grupos localizados em outros estados do Brasil. No Rio Grande do Sul, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) organizou-se em março de 1964 e tivera atuação ao longo da ditadura.

GAÚCHAS DE DIREITA: OS PRIMEIROS MOMENTOS DA ADFG

Embora a ADFG tenha sido fundada em 14 de março de 1964 na residência da sócia e diretora Heloisa Becker, na cidade de Porto Alegre²,

.....
1 Em relação a LIMDE ver: STARLING, 1986. Capítulo III. Embora, parta do pressuposto de que houve a instrumentalização/orquestramento dos setores medianos pelas classes dominantes, deve-se salientar o fato da obra apresentar quantidade significativa de fontes e informações fundamentais para a compreensão do período.

2 Conforme consta no primeiro livro de atas da instituição, a ADFG foi fundada em 14 de março. No entanto, no estatuto da instituição conta que a data de sua fundação foi no dia 13 de março de 1964. Acervo ADFG.

nas vésperas do golpe civil-militar, seu aparecimento começou antes. Não temos certeza quanto a data de seu primeiro aparecimento, mas sabe-se que em 04 fevereiro de 1964, as militantes da ADFG surgiam na imprensa gaúcha preocupadas com as declarações provenientes da Igreja Católica, precisamente a partir das denúncias realizadas pelo Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que em janeiro do mesmo ano alarmava a população sobre a infiltração comunista na Igreja através da Ação Popular (AP). O manifesto, uma espécie de declaração de apoio a Scherer, tinha a autoria da “cruzada das mulheres gaúchas” e ocupou algumas das páginas do Diário de Notícias (DN). Na verdade, ao verificar a autoria do manifesto percebe-se que as integrantes da “cruzada” eram as mesmas que fundaram a ADFG. As declarações das gaúchas também demonstram como estavam organizadas e a maneira pela qual entendiam a situação política brasileira.

[...] embora sempre tenhamos trabalhado anonimamente mas sem esmorecimentos pela pátria, agora mais do que antes, estamos atentas aos rumos que vai tomando a crise político-social brasileira de imprevisíveis consequências orientada pelo marxismo-leninismo doutrina e tática materialistas, visando exterminar os direitos essenciais da pessoa humana. (DN, 4 fev. 1964, p. 4).

As gaúchas da ADFG se colocavam também como “vigilantes da pátria”, como “protetoras da nação”, atentas a qualquer iniciativa dos “vermelhos” contra a moral cristã. Sobre a matéria publicada, cabe ainda notar as relações estabelecidas entre a ADFG, membros da Igreja Católica e parcela importante dos jornais da época, tendo em vista o fato do manifesto direcionado ao arcebispo ter se encontrado em página destinada exclusivamente aos colonistas. Além dos possíveis inter-relacionamentos entre os conservadores, Ianko Bett (2010, p. 192) chama a atenção para o fato do manifesto ter sido assinado em 16 de janeiro de 1964, dois dias após as declarações de Scherer. Para Bett (2010, p. 192), tal “[...] aspecto pode indicar a ingerência da imprensa na escolha de um momento propício para a publicação”.

A ADFG tinha como finalidade:

a) promover e incentivar a educação integral, na área de sua atuação; b) desenvolver e coordenar atividades de caráter cultural e de ação social; c) realizar estudos e pesquisas que permitam fazer recomendações no sentido do progresso econômico, do bem estar social e do fortalecimento do regime democrático no Brasil; d) propugnar a criação de entidades afins; e) lutar pela igualdade de oportunidades e para todos os setores sociais, sem distinção de credo e raça, dentro dos princípios cristãos. (Estatuto ADFG, 1964, p. 1).

Os fins da associação estavam intimamente ligados aos princípios anticomunistas de matriz católica. A preocupação das associadas era com a educação moral e cristã dos brasileiros. Em 10 de março de 1964, o jornal *Correio do Povo* (CP) divulgava o lançamento da ADGF em uma reunião ocorrida na tradicional Escola Seigné, em 9 de março de 1964, na cidade de Porto Alegre. O lançamento contou com a presença de quase uma centena de mulheres. A nota divulgava que os objetivos da organização era: “[...] ensinar a amar a Pátria; [...] compreender e ajudar aos jovens para que se tornem cidadãos conscientes; [...] combater a demagogia, a subversão e a desordem; [...] reformar o que está errado, dentro da disciplina, da ordem e da lei [...]” (CP, 10 março de 1964, s.p. recortes de jornais do Arquivo ADFG). Durante a trajetória da entidade, perceber-se-á que uma das principais áreas de atuação foi a educação. Até o final dos anos 1970, a ADFG atuou em escolas públicas e associações de bairros, sobretudo na cidade de Porto Alegre, procurando “espantar as ideias maléficas” que rondavam a sociedade gaúcha. A ADFG, dessa forma colaborava com a ditadura, eliminando os perigos do comunismo e reafirmando os ideais da “Revolução de 1964”. A ideia era apaziguar os ânimos no meio estudantil através de uma forte atuação em escolas, a partir de atividades pedagógicas de formação de educadores e alunos. Na pequena nota divulgada em 10 de março de 1964, ficou estabelecido que a organização promoveria “[...] cursos de orientação geral, com a finalidade de atualizar conhecimentos de teoria geral do Estado, economia, política, questões sociais e doutrina social cristã” (CP, 10 março de 1964, s.p. recortes de jornais do Arquivo ADFG).

É importante considerar que as primeiras reuniões da ADFG ocorreram em espaços educacionais católicos, como na Escola Sévigné, em Porto Alegre e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC).

A posse da primeira diretoria da ADFG ocorreu em 20 março de 1964 no salão de atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), onde pode-se verificar, segundo a imprensa da época, um auditório completamente lotado. Dentre os presentes, estavam a esposa do governador do Rio Grande do Sul, Judith Meneghetti, deputados estaduais, vereadores e outras autoridades da época. Parte do discurso de posse, proferido por Ecilda Haensel, fora transcrito no Diário de Notícias (DN) de 21 de março de 1964 e transmite a maneira pela qual as militantes da ADFG entendiam sua participação como mulheres na luta contra o comunismo. Este, representado como uma força do mal em oposição aos valores cristãos, deveria ser combatido.

[...] como tal – a mulher deve participar dos problemas nacionais, deve participar desta luta ideológica que se trava [...] as sociedades estão divididas em dois grupos: cristãos e materialistas. Nós, mulheres do Brasil, devemos lutar para que somente o cristianismo triunfe [...] devemos dar o pão material aos humildes, mas defender suas almas do socialismo ateu. (DN, 21 mar. 1964, p. 14)

Chama atenção no pronunciamento o cuidado com que as militantes tinham com os denominados “humildes”, os sujeitos desprovidos de bens materiais que provavelmente estariam a mercê dos comunistas. Essa percepção se deu ao longo da história da ADFG e se consolidou através de inúmeras atividades promovidas pela instituição em bairros da periferia de Porto Alegre. Entre novembro e dezembro de 1964, por exemplo, a entidade colaborava com o Movimento Gaúcho pelo Menor (MGM) através do “Clubinho da Solidariedade”, uma atividade destinada a arrecadar doativos aos menores abandonados na cidade³. Esse comportamento foi

.....
3 Cartão enviado por Ione Pacheco Sirotsky, de 05 de dezembro de 1964, em agradecimento à ADFG pela colaboração as atividades do MGM. “À Ação Democrática Feminina Gaúcha, quando, de maneira tão solidária, se une ao MGM, para fazer um pouquinho de felicidade aos menores de Porto Alegre”. (Acervo ADFG. Correspondências. 05/12/1969).

constante no histórico da ADFG, o que pode ser comprovado nas diversas cartas, convites e demais correspondências recebidas pela instituição.

Figura 1 – *Acerco ADFG. Correspondências. Novembro/Dezembro de 1964.*



A diretoria da ADFG foi primeiramente constituída por Ilda Baumhardt (presidente), Dora Kessler, Heloisa Becker, Iris Correia Lopes e Nelly Schlater, Giselda Escosteguy Castro, Maria Helena Rosenfeld, Maria Aragon de Vecino, Nilpa Nunes dos Santos e Dulce Pereira. Ecilda Haensel, que fizera a leitura do texto da posse e uma das fundadoras da entidade, ficou encarregada de coordenar a instalação de núcleos em todo o interior do estado⁴.

Figura 2 – *Folha da Tarde (FT), 01/04/1964, s.d. Recortes de Jornais. Acervo ADFG*



.....
4 Há documentos que apontam a constituição de um núcleo da ADFG na cidade de Caçapava do Sul (Ação Democrática Feminina Caçapavana). Em Porto Alegre, sede da entidade, foi possível verificar núcleos da ADFG em bairros da cidade.

Embora a composição da instituição tenha sido majoritariamente de mulheres, cabe destacar que homens também participavam das reuniões da entidade, como o advogado Paulo do Couto e Silva que, na ocasião na reunião de fundação da ADFG, daria um parecer a respeito de dois projetos de estatutos que seriam analisados. Outros três homens estiveram presentes na reunião do dia 14 de abril de 1964 e foram eleitos para compor o conselho fiscal da ADFG: Hugo Herrmann, Flávio da Cunha e Silva e Fernando Kessler (Acerco ADFG. Livro de Atas. 14/03/1964). Em encontros posteriores, empresários, como Werner Wallig, e militares, como o coronel José Bina Machado, foram convidados a participar da organização como membros do conselho consultivo (Acerco ADFG. Livro de Atas. 15/06/1964).

Para as militantes da ADFG, o clima de insegurança e de instabilidade política nacional que se firmava diante do governo de João Goulart era um dos motivos para o surgimento da organização. Elas entendiam que Jango, Brizola e outros políticos trabalhistas eram demagogos e levavam o país ao caos econômico e social. Era preciso agir para que o Brasil não ingressasse na órbita soviética/cubana e para isso contavam com a colaboração de outras instituições e organizações espalhadas pelo país.

Em março de 1964 o clima gerado pela guerra fria somados aos acontecimentos políticos ocorridos desde o discurso proferido pelo presidente da República no Comício da Central do Brasil, em 13 de março, levaram o país a polarização entre direitas e esquerdas. As direitas organizadas agiram rapidamente a partir de manifestações públicas conhecidas como Marchas da Família com Deus pela Liberdade⁵. Em suma, as marchas tiveram ampla repercussão na grande imprensa e apresentaram-se sob múltiplas facetas. As duas principais marchas ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambas com número significativo de

.....
5 Sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ver a dissertação de mestrado de Aline Alves Presot (2004).

participantes⁶. No caso de São Paulo, a marcha realizou-se em 19 de março, contando com cerca de 500 mil pessoas e se constituiu em uma contraposição ao Comício da Central do Brasil. Codato e Oliveira (2004, p. 278), assinalam que:

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram, nesse contexto, uma resposta política ao discurso de 13 de março na Central do Brasil. A faísca que incendiou o movimento reacionário saiu do pronunciamento do presidente Goulart durante o Comício das Reformas. Jango criticara a ‘indústria do anticomunismo’ e a utilização de símbolos religiosos como instrumentos políticos de oposição a seu governo.

Mas nem todas as marchas se constituíram numa contraposição ao discurso de Goulart na Central do Brasil. Muitas delas ocorreram após o golpe do dia 31 de março de 1964 e contribuíram na legitimidade do novo governo, como foi o caso da marcha ocorrida no Rio de Janeiro, em 02 de abril⁷. Além disso, apresentaram-se com nomes variados e com algumas proposições divergentes. Codato e Oliveira (2004, p. 275), ao examinarem, por exemplo, a “Marcha a favor do Ensino Livre” ocorrida em Curitiba, concluíram que o evento “(...) priorizou ao contrário das principais temáticas seguidas em outras capitais (Belo Horizonte, Niterói, São Paulo e Rio de Janeiro), a luta pelas ‘liberdades individuais’, deixando os valores tradicionais cristãos em segundo plano”.

.....
6 É difícil hoje enumerar os indivíduos participantes das marchas e o estrato social a qual pertenciam, em razão das fontes disponíveis para consulta, como jornais e revistas, não mencionarem a questão. No entanto, os trabalhos sobre esses eventos afirmam a grande participação de diversos grupos sociais dos grandes centros urbanos do país, principalmente os setores medianos. Conforme destacou Simões 1985, p. 111, “(...) como outros movimentos burgueses em defesa da propriedade, arregimentavam diferentes setores da população envolvidos pela luta democrática na qual aquela luta burguesa se expressava”. Concordamos com a tese que afirma a arregimentação de amplos setores da população para a efetivação desses movimentos sociais, embora discordamos das colocações que enfatizam as marchas como movimentos burgueses promovidos pelo complexo golpista unificado. Conforme destacou Presot (2004, p. 38), “é preciso que se tenha cuidado, contudo, com certas interpretações mecanicistas. De fato, as articulações do núcleo que congregava o IPÊS mostraram-se decisivas em diversos momentos para que o projeto de uma intervenção militar fosse vitorioso, mas elas não constituem condição determinante para que o golpe se efetivasse satisfatoriamente”.

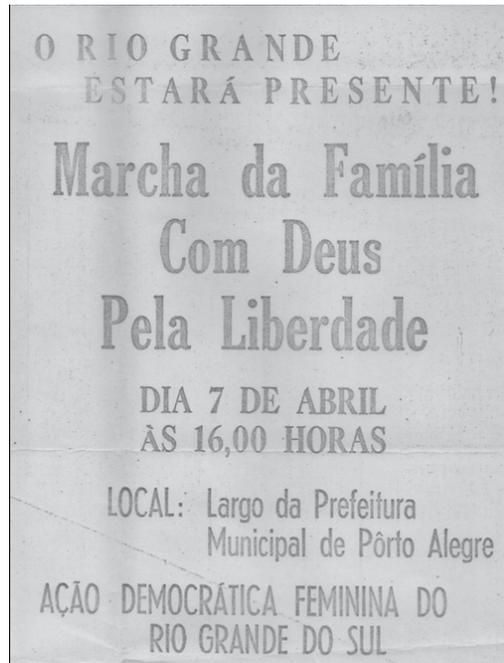
7 Nesse caso algumas foram denominadas de “Marchas da Vitória” em alusão à vitória golpista.

Muitos desses eventos ocorridos no interior dos estados brasileiros contaram com problemáticas bastante específicas se comparados com as manifestações realizadas nos grandes centros urbanos do país. Porém, isso não significa afirmar que as manifestações com número menor de participantes não tenham tido expressão e repercussão social. As marchas acontecidas no interior do país, assim como as das grandes cidades, contaram com a mobilização de amplos setores sociais, sobretudo medianos e altos, principalmente aqueles ligados à política e às famílias tradicionais. Nessas manifestações a quantidade de símbolos, além do rosário, dependia das tradições daquelas localidades. De acordo com Aline Presot (2004, p. 16), “a propaganda organizada para a Marcha buscava a adesão da população utilizando-se de valores e elementos simbólicos como o amor à pátria, o respeito à democracia, a defesa da família e das liberdades políticas”.

A ADFG organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, prevista para ocorrer em 7 de abril de 1964, às 16 horas, no Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Era uma marcha comemorativa aos acontecimentos de 31 de março e demonstrava a afinidade das mulheres da ADFG com o movimento golpista. Provavelmente a ADFG contou com a colaboração de militares, políticos, empresários e parcela importante da Igreja Católica na elaboração do material de divulgação e na propaganda da manifestação. Porém, chama a atenção o fato da marcha em Porto Alegre não ter ocorrido na data prevista, mas em 22 de maio de 1964, coincidindo com a visita de Castelo Branco ao Estado. Uma das possíveis respostas para a mudança da data é a de que a deposição do governo de João Goulart e a rápida vitória golpista tenha esvaziado o ato público que estava prevista para o início de abril. Essa afirmação, mesmo correndo o risco de ser incorreta, corrobora com a ideia de que o golpe não estava planejado, assim como a de que a ação golpista não teria planos acabados que desembocariam imediatamente em uma ditadura. De qualquer forma, a marcha acabou sendo uma manifestação de apoio ao golpe, uma comemoração⁸.

.....
8 Cabe destacar que no Rio Grande do Sul, antes do golpe, houve concentrações públicas semelhantes as marchas, como a ocorrida em São Francisco de Paula, em março de 1964, que teria reunido cerca de 5 mil pessoas de diversos municípios da região.

Figura 3 – Correio do Povo (CP), 20/03/1964, s.d.



Recortes de Jornais. Acervo ADFG.

A partir da documentação sobre a ADFG sabe-se que após o golpe a entidade manteve os antigos laços que a formaram. Durante a ditadura, a ADFG parece ter aprofundado o assistencialismo e o voluntarismo, o que vinha sendo desenvolvido dentro da organização desde sua fundação. Tais atividades, voltadas às classes mais humildes da sociedade, tinha como propósito eliminar qualquer ameaça “esquerdizante”. Essa espécie de “vigília anticomunista” foi a tônica da ADFG até aproximadamente o final da década de 70 e colaborava necessariamente para com os objetivos da ditadura, afinal eliminava os possíveis conflitos sociais decorrentes das diferenças gritantes entre as classes sociais e legitimava uma imagem positiva do regime. Provavelmente tenha sido esse o principal motivo que levou as gaúchas anticomunistas a receber inúmeras correspondências de políticos, militares e empresários pelas atividades que desenvolviam durante a ditadura

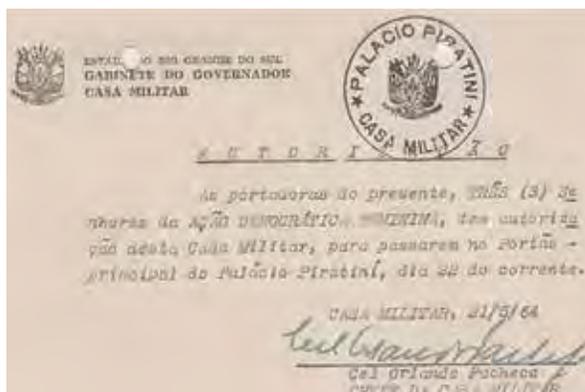
A “VIGÍLIA” DURANTE A DITADURA

Em 23 de maio de 1969, o General Adolpho de Paula Couto⁹, recentemente empossado comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), escrevia uma carta a presidente da ADFG, Sofia Renner¹⁰. Pelo que se percebe, a ADFG, através de Sofia Renner, havia enviado um telegrama a Paula Couto o cumprimentando pela investidura nas funções de comandante da ECEME. O militar dizia sentir-se “[...] um admirador já confesso da atividade e da vigilância cívica das senhas que se reúnem nessa patriótica organização, virtudes que pude sentir bem de perto durante os edificantes contatos que mantivemos [...]” (Acerco ADFG. Correspondências. 23/05/1969). O general Paula Couto agradecia o telegrama da ADFG e dizia estar “[...] extremamente sensibilizado com a atenção que tiveram com este velho lutador da mesma causa que as congrega [...]” (Acerco ADFG. Correspondências. 23/05/1969). A continuidade das estreitas relações entre a entidade feminina e os militares, que nesse momento assumiam postos de destaque nas mais diferentes instituições das Forças Armadas, como Paula Couto, demonstra não somente como a ditadura contava com o apoio das direitas civis, mas também como militares e civis se enxergavam participantes, lutadores, de um mesmo movimento. Exemplo disso é a permissão que o chefe da Casa Militar do Rio Grande do Sul, coronel Orlando Pacheco, concede as mulheres da ADFG em entrar na sede do poder executivo do Rio Grande do Sul, o Palácio Piratini, a partir de uma correspondência emitida em 21 de maio de 1964.

.....
9 Depois de estudar no Colégio Militar em Porto Alegre, foi para a Escola Militar do Realengo (RJ), em 1931, de onde saiu como aspirante em 1934. Concluiu, em 1948, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sendo instrutor até 1960. Promovido a general-de-brigada em 1966, liderou a 6ª Divisão de Exército e o 3º Exército. Foi para reserva em 1974. Foi ainda membro e depois presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo, do Ministério da Educação, e fundador da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas.

10 Não tivemos contato com a carta enviada pelas gaúchas a Paula Couto, apenas a resposta do general à ADFG. No entanto

Figura 4 – Acervo ADFG. Correspondências. 21/05/1964



Durante a ditadura as relações entre as entidades femininas permaneceram, principalmente quando o assunto era a “vigília” contra os comunistas, os subversivos, os terroristas, expressões utilizadas nas correspondências entre as organizações. As relações amistosas das gaúchas com companheiras de outros estados pode ser atestado em um documento emitido pelas cariocas da CAMDE, em 02 de setembro de 1965, endereçado às gaúchas da ADFG, onde há a defesa e a busca pela manutenção da lei Suplicy¹¹.

Ficamos muito satisfeitas de saber do trabalho que estão fazendo junto aos estudantes. Sabemos bem das dificuldades que isso acarreta. Soubemos agora que o Congresso vai desencadear uma campanha contra a lei Suplicy, e por isso estamos organizando um trabalho de apoio a referida lei, que é a única que poderá terminar com os abusos no meio estudantil. Gostaríamos de saber se vocês contam com um grupo de estudantes toda a confiança, que pudesse enviar um manifesto de apoio a lei. Apenas precisa ser feito com muita discrição para que nada transpire no meio estudantil. (Acervo ADFG. Correspondências. 02/09/1965).

A carta é uma resposta dada pela presidente da CAMDE, Eudoxia Ribeiro Dantas, a Gerty Wallig, em relação a nomes sugeridos pela ADFG

.....
11 A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda colocou na ilegalidade a UNE e as UEEs (União Estadual dos Estudantes), que passaram a atuar na clandestinidade. A lei, posta em prática pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, afirmava que todas as instâncias da representação estudantil ficam a partir de então submetidas ao controle do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

para provavelmente palestrar sobre educação e/ou entidades estudantis, dado o trabalho que as gaúchas vinham realizando nas escolas do Rio Grande do Sul¹². O parecer que Eudoxia Ribeiro Dantas emitiu em relação as manifestações estudantis contrárias ao fechamento da UNE e das UEEs provavelmente vinha ao encontro do que pensavam também as gaúchas da ADFG. Isso se comprova em demais cartas trocadas entre a organização e outras instituições que estariam também dispostas a lutar contra a subversão, mesmo após o golpe. Exemplo disso, são as correspondências trocadas com a Liga de Defesa Nacional (LDF), diretório Rio Grande do Sul, com os militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), como já foi visto, e com as pernambucanas da Cruzada Democrática Feminina (CDF). A “vigília” contra o comunismo encabeçada por essas mulheres pode ser constatada na breve carta emitida pela presidente da CDF, Cristina Azevedo, em 23 de outubro de 1968, na qual afirmava o seguinte: “com satisfação acusamos o recebimento do Boletim dessa conceituada agremiação e auguramos um profícuo trabalho em prol dos nossos ideais, hoje tão ameaçados quanto outrora” (Acerco ADFG. Correspondências. 23/10/1968).

Em 07 de setembro de 1969, a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco (CDF), encaminhou à ADFG e às outras entidades, uma carta descrevendo as atividades que as pernambucanas estavam realizando no sentido de barrar o avanço “vermelho” e um apelo às mulheres na luta anti-comunista. O texto era um alerta em relação às ações armadas das guerrilhas que, naquele contexto, atuavam nos principais centros urbanos do Brasil.

Sentimo-nos muito à vontade para fazer esse apelo, porquanto somos uma entidade que se manteve sempre em vigília democrática a serviço da comunidade, lutando por tudo aquilo que representa o bem comum, alertando as autoridades para os erros cometidos e encaminhando a opinião pública para as reivindicações que são, realmente, de seu interesse e em nenhuma conjuntura nacional nos omitimos, ainda que o nosso pronunciamento importasse em desprestígio governamental ou atraísse para nós o ódio e desejo de vingança dos maus brasileiros, contra os quais prevenimos a opinião pública.

.....
12 Acerco ADFG. Correspondências. 02/09/1965.

O nosso País se encontra em grave momento de sua história. Os subversivos, a soldo de países estrangeiros, estão tentando implantar o terror nas principais cidades brasileiras. (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

A carta alertava os endereçados a respeito dos “[...] crimes contra a pessoa humana e a propriedade privada” (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969), cometidos pelas guerrilhas brasileiras. Elas se referiam ao sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, ocorrido em 4 de setembro de 1969, três dias antes do envio do telegrama, e aos assaltos a bancos realizados pelas organizações clandestinas. A CDF clamava às mulheres brasileiras para que lutassem contra a “selvageria” criada pelas esquerdas armadas.

Nós, mulheres brasileiras, sempre fomos avessas por nossa índole, nosso temperamento e nossas convicções, a toda espécie de violência.

Lutamos, durante quatro séculos, uma luta pacífica, para que o Brasil pudesse ocupar, na esfera internacional, o lugar de destaque e de importância que lhe pertence de direito.

Não vamos abrir mão, agora, de tudo o que conquistamos, permitindo que os que pretendem jogar o destino do Brasil a serviço de seus interesses particulares ou do seu desejo incontido de poder, transformem a nossa Nação em uma terra de selvagens. (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

A luta que as organizações femininas haviam travado não poderia ser desperdiçada. O Brasil havia adquirido um espaço de destaque entre os países ocidentais e “civilizados”. Sendo assim, a luta era contra aqueles que buscavam transformar o país em uma terra de selvagens. Fica visível que para as pernambucanas da CDF a ditadura havia levado o país ao sucesso, ao patamar almejado desde as épocas coloniais.

O sacrifício para eliminar esse tipo de ação considerada criminosa não pouparia “os filhos da pátria”. Elas estavam dispostas a ceder seus filhos nessa luta em defesa da nação, mas alertavam que não ficariam “[...] de braços cruzados assistindo ao seu sacrifício inglório, para que aproveitadores de oportunidades façam dos seus corpos a escada pela qual pretendem atingir o tão ambicionado poder” (Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

O envio da correspondência às demais organizações tinha como intenção fazer com que as mulheres se posicionassem diante dos acontecimentos, que agissem de modo a barrar a ação de “terroristas”.

Nós, mulheres brasileiras, vamos nos levantar como uma barreira contra esses traidores. Vamos permanecer em vigília democrática até que todos eles sejam descobertos e identificados e o Brasil possa retomar o caminho do seu desenvolvimento, marchando para o futuro sem mácula e sem desonra.

Se fizermos tudo isso seremos invencíveis, porque teremos formado o verdadeiro “EXÉRCITO DA PAZ”.

Recife, 7 de setembro de 1969

(Leia e divulgue)

(Acerco ADFG. Correspondências. 07/09/1969).

Até o final dos anos 70 as gaúchas da ADFG mantiveram contatos com instituições que haviam colaborado para o seu surgimento, o que pode ser atestado através de inúmeras correspondências trocadas. Por razões até o momento desconhecidas, no final da década de 1970 a associação volta-se para o movimento ambientalista, modificando inclusive sua denominação¹³.

CONCLUSÃO

O aparecimento da ADFG no Rio Grande do Sul, como foi visto, ocorreu nas vésperas do golpe civil-militar. As gaúchas faziam parte de uma rede de entidades femininas que contavam com a colaboração de outras organizações que atuaram decisivamente na desestabilização do governo Goulart. O papel da ADFG nesse processo pode ser visto desde suas primeiras aparições que visavam alertar a população a respeito da “infiltração comunista”, organizando assim, como foi visto, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Durante a ditadura, a ADFG permaneceu fiel aos princípios que a nortearam, tornando-se “vigilantes” em relação ao que vinha

.....
13 Uma hipótese explicativa para o afastamento da ADFG dos ideais da “Revolução 64” é a de que com a Lei de Anistia de 1979 eram poucos os que sentiam-se confortáveis em dizer que atuaram ao lado e/ou fizeram parte da ditadura. Após a anistia e o processo de abertura política, os apoios e as cumplicidades transformavam-se em resistências à tirania e/ou em esquecimento/silêncio sobre um passado nebuloso. Sobre este aspecto, ver: REIS FILHO, 2005.

ocorrendo no país. A vigília se daria em relação à manutenção das tradições e costumes que, segundo entendiam, estavam ameaçados em tempos de ditadura. Para tanto, as mulheres da ADFG acreditavam que a saída era atuar juntamente às populações mais pobres através de associações de bairros e em projetos assistenciais. Tais atividades desenvolvidas em diversos bairros da periferia de Porto Alegre objetivavam eliminar a possível chegada do inimigo, do “subversivo”, e influenciando as comunidades a atuarem de forma solidária com o regime, reverenciando suas realizações e amando a pátria.

As trocas de cartas entre as entidades femininas, instituições militares, empresariais e religiosas e autoridades políticas da ditadura comprovam as complexas relações existentes entre sociedades e regimes autoritários. A ADFG procurou tecer relações amistosas com o novo regime, atuando de modo a promover a paz social junto às populações mais carentes. Isso não significa dizer que a atuação da ADFG se deu através da manipulação/orquestramento das classes médias e dominantes sobre o universo mental de homens e mulheres mais pobres de Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul. Provavelmente a ADFG tenha encontrado terreno fértil ao implementar suas atividades, afinal o sentimento anticomunista não era novidade alguma no Brasil dos anos 60 e 70. Além disso, a defesa de tradições e costumes conservadores e cristãos nunca foi exclusividade dos setores médios e altos da sociedade brasileira. Nesse sentido, questionamentos de que forma ocorreu a entrada da ADFG nesses bairros e quais as atividades realizadas pela organização nessas comunidades contribuiriam para pensarmos as relações entre a sociedade brasileira e sua última ditadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

BETT, Ianko. **A (Re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. São Leopoldo, 2010. Dissertação de Mestrado em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto (Org.). **O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)**. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 55-56.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **LOCUS – Revista de História**. Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 1, pp. 79-97, 2004. _____ . Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade: o ‘13 de Março’ das Direitas. **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG, n. 33, 2005. Pp. 234-249.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o ‘Perigo Vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SESTINI, Pérola. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado em História – Universidade de São Paulo (USP).

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família. As Mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

A FARSA IANOMÂMI (1995) E O CERCO À AMAZÔNIA

JOÃO PEDRO GARCEZ¹
MESTRANDO/UFPR
GARCEZ.JOAOP@GMAIL.COM

RESUMO

O livro *A Farsa Ianomâmi* (1995), escrito pelo ex-coronel Carlos Alberto L. Menna Barreto, defende que os Yanomami seriam, na verdade, uma “invenção” da fotógrafa Claudia Andujar com fins de “internacionalizar” a Amazônia. Barreto replica, assim, o tradicional argumento dos militares brasileiros, segundo o qual os indígenas seriam uma ameaça a soberania e ao desenvolvimento nacional do Brasil. Cotejando o livro de Menna Barreto com o discurso de integrantes do atual governo, pretende-se rastrear uma espécie de lastro histórico do revisionismo militar brasileiro sobre a Amazônia, os povos indígenas e a colonização. Para analisar o livro nessa chave, recupera-se a proposição de uma *politização do tempo* tal qual colocada por Mario Rufer (2010), com o entendimento de que as disputas em torno do passado se dão em âmbito político e, assim sendo, uma narrativa sobre o passado se constitui também como uma imaginação de futuro. Dessa forma, reflete-se sobre o específico projeto político de futuro que está em jogo n’*A Farsa Ianomâmi*, a saber, a defesa da militarização da Amazônia e de uma neocolonização marcada pelo

.....
¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: garcez.joaop@gmail.com

extrativismo. A política da memória da *Farsa*, dessa maneira, pode ser instrumental para compreendermos os projetos políticos do presente brasileiro, bem como o processo ambíguo de significação do passado(-presente) da colonização.

Palavras-chave: políticas de memória; Amazônia; A Farsa Ianomâmi.

“O Brasil continua sendo uma colônia que consegue o prodígio de ser uma autocolônia, colônia dos outros e a colônia de si mesmo.”

Eduardo Viveiros de Castro

1.

Cena 1: Desde agosto, assistimos ao “presidente” Jair Bolsonaro aumentar o tom nas suas declarações que tinham como objeto a Amazônia e os povos da floresta. Se o passado garimpeiro do presidente já era conhecido, bem como sua intenção de legalizar a atividade, foi quando, tendo que reagir aos dados divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre o aumento exponencial do desmatamento na Amazônia em relação a 2018 – um aumento de 278% -, Bolsonaro nos mostrou um pouco mais de seu “pensamento” sobre a Amazônia. Frente as notícias de suspensão do repasse de verbas por parte da Noruega e da Alemanha ao *Fundo Amazônia* – em virtude dos desmandos do governo brasileiro sobre como seria utilizada a verba para a proteção ambiental e o combate ao desmatamento -, Bolsonaro declarou que “países tentam tirar a soberania do Brasil sobre a Amazônia” e, sem pudor em suas falas, sugeriu a Angela Merkel que usasse os US\$ 80 milhões para reflorestar a própria Alemanha.

Cena 2: Em paralelo as falas do presidente, um dos ministros expoentes do bolsonarismo, Ricardo “Yale” Salles, do meio ambiente, quando questionado sobre novas demarcações de terras indígenas, deu a entender que elas não estão somente interrompidas, mas que os indígenas ocupariam um território muito grande e rico, que poderia ser melhor explorado pelo Brasil. Somada à sua defesa da grilagem, Salles bem parece um colonizador: vê a Amazônia como a natureza a ser explorada, os indígenas como

primitivos que querem o “desenvolvimento”, e admira o poder de “desenvolver” a região que grileiros teriam. Qualquer defesa da preservação da Amazônia, da demarcação como meio para a recuperação da mata, da biodiversidade e da ecologia, é vista por Salles como interesse estrangeiro, como uma ameaça ao seu “Brasil”.

Tanto Bolsonaro como Salles, assim, misturam a luta pela vida indígena e a defesa ecológica com uma espécie de conspiração estrangeira para tomar a Amazônia do Brasil. Quando ouvimos esse discurso, somos levados a encará-lo, pela inércia, enquanto uma mentira ou uma alucinação – entre toda uma série de mentiras e alucinações promovidas por Bolsonaro e sua trupe. Mas acredito que esses termos não são os mais adequados para entender qual é o projeto e a política por trás dessas falas. Há que entendê-las não somente em seu componente negativo, mas também em sua positividade, isto é, entender como esse discurso orienta e sustenta práticas de governo e, no limite, imagina um futuro muito particular. Quando o presidente fala em tentativas de “internacionalizar” a “nossa” Amazônia, ele não está simplesmente mentindo ou alucinando, mas está, sim, ecoando sua formação dentro do exército brasileiro. Logo, seu discurso e sua política em relação a Amazônia precisam ser lidos enquanto um projeto – um “revisonismo” – mais do que simplesmente devaneios com a realidade.

II.

Gostaria de pensar essa forma de revisonismo a partir de um estudo de caso em específico. Trato, aqui, do livro *A Farsa Ianomâmi*, escrito por Carlos Alberto Lima Menna Barreto e publicado em 1995 pela editora da Biblioteca do Exército. Menna Barreto, como as orelhas do livro fazem questão de destacar, era um gaúcho de tradicional família de militares, e que trabalhou por muito tempo com o exército entre a Amazônia e Roraima, chegando a ocupar os cargos de Coronel e, já na reserva, de Secretário de Segurança de Roraima. Na apresentação do livro, escrita pelo General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos, já encontramos o mote do texto de Menna Barreto – e se esse mote parece ecoar as falas de nosso presente, não devemos

nos surpreender. Para Mattos, só se pode entender a “questão ianomâmi” através de seu “propósito velado”: a *internacionalização da Amazônia* – ou seja, a “criação de áreas de interesse da humanidade, cujo controle político passará para as mãos dos países do Primeiro Mundo”. Nesse sentido, Mattos vê *A Farsa Ianomâmi* como um “grito de protesto” de Menna Barreto contra a “tese internacionalista” que estaria se disseminando no Brasil (MATTOS; 1995, p. 11).

Cabe lembrar o contexto político e histórico no qual Menna Barreto desenvolve seu argumento. O ex-coronel foi político em Roraima ao longo da década de 1980 e escreveu *A Farsa Ianomâmi* em seus últimos anos de vida – Menna Barreto morreu em 1995, ano da publicação. Esse período também foi marcado por uma longa luta política para a demarcação da Terra Indígena Yanomami, conquistada em 1992, e que abarca os estados do Amazonas e de Roraima. O debate em defesa da demarcação promoveu uma aliança entre os Yanomami e uma série de atores que militam em defesa dos Direitos Humanos e da Ecologia – uma causa em ebulição naquele momento onde se criava um consenso científico acerca do aquecimento global (ou *emergência climática*). Esse é o contexto no qual Menna Barreto constrói seu argumento e inscreve sua intervenção.

É nesse sentido que os Yanomami e a artista/fotógrafa Claudia Andujar aparecem na narrativa d’*A Farsa Ianomâmi*. Pois, segundo Menna Barreto, Claudia Andujar seria a representante por excelência dos “interesses alienígenas” sobre a Amazônia. O autor afirma, desavergonhadamente, que foi Andujar “quem primeiro de referiu” aos Yanomami. Não só isso, mas o autor acredita que foi Andujar quem “criou” os Yanomami, em uma clara estratégia política para a conquista da Amazônia. Afirma que “o gentílico ianomâmi [é] nada mais que [um] astucioso e torpe artifício imaginado para reunir tribos, grupos e subgrupos diferentes no mesmo conjunto etnográfico e, assim, de forma sutil e bem ao gosto da mídia, mudar o mapa da Amazônia pelos mais ‘nobres’ motivos e sem maiores traumas” (MENNA BARRETO, 1995, p. 32). Esse processo é chamado por Menna Barreto de “ianomamização dos índios” (um dos capítulos de seu texto), e se refere

não apenas ao interesse “alienígena” de Andujar e sua “criação” dos Yanomami, mas também ao “triste” papel que os indígenas da região teriam se submetido ao “vestir o apelido ‘ianomâmis’” (ibidem, p. 33). Para Menna Barreto é muito claro que há essa grande conspiração entre diferentes povos indígenas e Andujar/interesses estrangeiros para adquirir o controle da Amazônia. E o processo de “ianomamização dos índios” é fato pois, relata o autor, os índios que conheceu entre 1969 e 1971 eram os mesmos que lá estavam em 1985-89, e que só nesse segundo momento se identificavam enquanto yanomamis. Mas Menna Barreto faz uma ressalva de sua observação, que mostra todo seu preconceito evolucionista sobre os indígenas: “muito embora essa afirmação possa parecer temerária, pela dificuldade de distinguir-se um índio do outro na mesma tribo” (idem) – o que, entretanto, não inviabiliza sua conclusão.

Sem mais delongas, queria dedicar um momento para recuperarmos o argumento na intervenção de Menna Barreto. Primeiramente abordaremos o mote do livro e alguns elementos que lhe fundamentam. Em seguida, poderemos refletir sobre o gênero do texto e a imaginação política que ele propõe.

Como afirmamos, é a “internacionalização da Amazônia” que oferece um pano de fundo para o argumento. Não à toa, além da apresentação do livro começar assim, há ainda um anexo que carrega esse nome – também de autoria de Meira Mattos, e originalmente publicado, em 1989, no *Jornal do Brasil*. Nesse anexo, é destacado que a imensidão e a riqueza da Amazônia sempre atraíram a “ambição das nações ricas e poderosas do mundo” (MATTOS, 1995, p. 211-212). Se a “tese da internacionalização da Amazônia” é sempre a mesma – e o autor recupera supostos exemplos desde o século XIX -, naquele momento ela assume uma nova “roupagem”: a defesa da ecologia. Aqui já ocorre a confusão entre Ecologia e “internacionalização da Amazônia”, confusão esta que tende a esvaziar o significado da luta ecológica e a resume em instrumento de lutas geopolíticas e do imperialismo das nações do “Primeiro Mundo”. Esse seria um primeiro elemento do argumento de Menna Barreto: instaurar a “internacionalização da Amazônia”

enquanto um “real”, e subsumir a Ecologia e a defesa do Meio Ambiente simplesmente como retóricas nessa luta geopolítica e imperialista.

Um segundo elemento é, justamente, a mistura entre uma espécie de anti-imperialismo com um nacionalismo exacerbado. Menna Barreto deixa isso bem claro, na forma como começa seu *Epílogo*: “O motivo deste trabalho é alertar a Nação para a ameaça que lhe ronda as fronteiras. Para a possibilidade de se repetirem, a curto prazo e em maior escala, antigas tentativas das potências imperialistas de nos subjugar” (MENNA BARRETO, 1995, p. 175). É a apologia por um nacionalismo brasileiro contra as ameaças imperialistas estrangeiras:

A Pátria encarna o presente que somos e o futuro que desejamos ser. No idioma, na mentalidade, na tradição, na fé, no sangue, na aparência, em tudo se carrega a sina e o privilégio de ser brasileiro. É impossível mudar essa fatalidade. Só se pode renunciar a ela, em troca de outra. Mas sempre haverá uma pátria, natural ou adotada, a exigir-nos o preto e a lealdade. O preto aos heróis entronizados pela História. A lealdade ao sublime, ao mítico e ao sagrado do ideário nacional (MENNA BARRETO, 1995, p. 145).

Ou seja, para Menna Barreto o nacionalismo é um dado natural, e não há vida fora da devoção à uma Pátria.

Há ainda, como terceiro elemento do texto, o anti-comunismo. No capítulo “A Vitória da Intriga”, Menna Barreto começa falando dos “bons tempos” que se vivia em Roraima na década de 1970, quando o ex-coronel chefiou o Comando de Fronteira de Roraima. Menna Barreto fala do orgulho que indígenas e “mestiços” tinham ao vestir o verde oliva do exército, ao se sentirem brasileiros. Mas, catorze anos depois, Menna Barreto volta a Roraima e encontra uma nova situação: “Os antigos soldados, vaidosos de suas fardas, estavam agora vaidosos de serem índios e lembravam com raiva de um dia terem sido brasileiros” (MENNA BARRETO, 1995, p. 109). Para o autor, a mudança tem motivos muitos claros:

Não demorou, porém, que, no cargo de secretário de segurança, viesse a entender o estranho fenômeno. No tempo em que estivera ausente, haviam chegado a

Roraima, fugidos da repressão anticomunista em Moçambique, o bispo Aldo Mongiano e meia dúzia de padres europeus. Ao lado de um país comunista e não muito longe de Cuba, com precárias ligações internas e cercado de florestas e montanhas – o Território era o cenário ideal para a guerrilha que podiam montar (MENNA BARRETO, 1995, p. 110).

E, ao fim do capítulo, Menna Barreto conclui com a associação entre comunismo e a causa indígena e ecológica, reproduzindo aquela velha e desonesta *tese da melancia*, promovida por *think thanks* que visavam defender a indústria do petróleo dos ambientalistas, argumentando que o discurso “verde” era só a casca de um conteúdo “vermelho” (e comunista)². Nas palavras de Menna Barreto: “Chegou-se a pensar que o fim do comunismo, pudesse acabar com tantos problemas. Mas os agitadores só mudaram a cor da camisa, do vermelho pro verde. Antes combatiam a ditadura, depois defendiam os índios e agora querem salvar a floresta...” (ibid., p. 111).

O quarto elemento é composto pela complementaridade entre um elogio ao exército e o negacionismo da ditadura. Em “A Ineficiência da Funai”, Menna Barreto contrapõe o trabalho da FUNAI e do antigo SPI à “eficácia” do exército naquela região:

Demarcaram fronteiras, estenderam linhas telegráficas, construíram estradas, encarregaram-se do correio aéreo, trouxeram mantimentos, vacinaram crianças, socorreram doentes, resgataram flagelados, repeliram ameaças e reprimiram abusos na fronteira, foram professores, prefeitos, secretários e governadores (MENNA BARRETO, 1995, p. 97).

No anexo “Influência Militar”, o autor d’A Farsa Ianomâmi continua seu elogio ao exército, destacando o papel militar na colonização de Roraima. Para realizar seu elogio do exército, Menna Barreto precisa, ao mesmo tempo, negar o caráter ditatorial do governo militar. Ele o faz em pequenas sutilezas, parecendo entender que no contexto de sua escrita, no afã de redemocratização do Brasil, seria impossível uma defesa aberta do regime

.....
2 Algo muito bem colocado, por exemplo, no documentário *Mercadores da Dúvida* (2014), escrito pelos historiadores da ciência Naomi Oreskes e Eric Conway e dirigido por Robert Kenner.

militar. Logo após proceder por algumas páginas com seu destacamento do papel militar para o “desenvolvimento” do Brasil e de sua soberania, Menna Barreto nos dá um exemplo desse negacionismo “sutil”: “Durante o governo *dito* autoritário...” (ibid., p. 110, grifado).

Com esses quatro fundamentos da narrativa d’*A Farsa Ianomâmi*, acredito que já podemos compreender um pouco melhor a imagem de Amazônia (mas também de Brasil, de povos indígenas, do planeta) que Menna Barreto tem, e que parece se estender até nosso presente de Bolsonaros – onde esse discurso ganha uma nova relevância e visibilidade política. Antes de passar para uma tentativa de síntese da política por trás desse discurso, cabe investigarmos o formato que ele é apresentado, e como isso lhe coloca em um campo de disputas pela significação do passado.

III.

A introdução d’*A Farsa* inicia, justamente, falando de que tipo de texto é aquele, quais são suas ambições e seu formato – ou, qual é a *autoridade* de sua fala: “Este livro trata do problema indígena em Roraima. Tem a visão de quem lá exerceu os cargos de Comandante da Fronteira e Secretário de Segurança em diferentes épocas e, em consequência, pôde *testemunhar* o abuso de terem transformado o índio em instrumento de subversão marxista, a leste, e em disfarce da infiltração imperialista, a oeste” (MENNA BARRETO, 1995, p. 13, grifado). Se o conteúdo da fala já não nos surpreende nesse momento, gostaria de dar ênfase para o uso do termo “testemunho” por parte de Menna Barreto para dizer qual é o tipo de sua intervenção. Como um *testemunho*, ele precisa ser entendido como um “depoimento e uma denúncia” de Menna Barreto sobre a “ameaça que se desenha ao norte”. O testemunho é composto por 26 breves capítulos que tentam “fundamentar os motivos de suas preocupações, valendo-se de mapas, esquemas e opiniões ou testemunhos transcritos da imprensa como auxílio à narrativa” (idem). Além disso, há ainda a apresentação, o epílogo, e sete anexos que tentam dar mais base a argumentação através de outras vozes que compactuam com a visão do autor. No epílogo, Menna Barreto retoma o caráter

testemunhal de sua narrativa: “Era preciso, para redigi-las, a autoridade de quem, investido em cargos relevantes no próprio foco dos acontecimentos, pôde medir-lhes a gravidade e tinha, por conseguinte, a condição e o dever de proclamar seu *testemunho*” (ibid. p. 176, grifado).

Embora Menna Barreto afirme a autoridade da narrativa através de seu caráter testemunhal, isto é, vinculado a experiência, ele não abdica de reivindicar para seu texto, também, a autoridade da ciência. Além dos textos jornalísticos e opinativos que Menna Barreto anexa ao fim do livro e ao longo dos capítulos, essa sua pretensão está melhor exposta nos capítulos 2 e 4, “O povoamento indígena” e “O testemunho da ciência”. Nestes capítulos, o autor monta um argumento que é baseado na obra de viajantes do século XVIII em diante, de um censo militar e de uma suposta “antropologia”: o argumento de que não há a cultura e o povo Yanomami, mas sim uma série de outros povos marcados pela diferença, e que, portanto, não deveria existir a demarcação de um território “ianomâmi”. O uso da ciência por parte de Menna Barreto é um tanto mal-intencionado e deveras parcial. Pois, embora deboche de uma suposta pretensão antropológica de Cláudia Andujar, afirmando que a fotógrafa não teria a autoridade para “classificar” uma etnia, Menna Barreto ignora, deliberadamente, que Andujar está acompanhada por antropólogos reconhecidos (como Alcida Rita Ramos e Bruce Albert) em sua aliança com os Yanomami. Além disso, Menna Barreto também ignora esse conhecimento antropológico contemporâneo a sua escrita, e prefere se refugiar em uma ciência ainda com forte pegada evolucionista.

Se aceitamos a proposta de Menna Barreto de entender *A Farsa Ianomâmi* enquanto um testemunho, somos colocados naquele campo que Mario Rufer chamou de *esfera pública dos usos do passado*, isto é, um conceito que quer atentar para o caráter ambíguo e *em disputa* do campo de significação do passado (RUFER, 2010, p. 121). Pois é justamente a partir da ascensão de memórias e testemunhos na esfera pública que Rufer se propõe a pensar em uma realocação da autoridade na tarefa de narração do passado, que é deslocada de uma exclusividade da Historiografia/História para a pluralidade das Memórias e dos usos políticos do passado. Nesse cenário

contemporâneo de disputas pelo sentido do passado, Rufer propõe uma “política do tempo”, ou seja, mostrar que o vínculo entre o passado e o presente é uma conexão de tipo política. Isto quer dizer que a esfera pública dos usos do passado, onde História e Memória coabitam e sua dicotomia se dirime, é onde ocorre a luta por processos de significação do passado, processos que são de embates políticos, e carregam também, assim, um projeto de futuro.

Essa perspectiva coloca História e Memória lado a lado e reforça que a escrita da história não é meramente uma questão acadêmica, mas que ela é, sobretudo, uma ação política. Daí o texto de Rufer se chamar “memória sem garantias”, pois as memórias não pretendem reservar para si a “garantia” do passado como algo do qual pode-se extrair uma narrativa “verdadeira”. A especificidade da memória seria justamente sua relação com a experiência histórica vivida, sendo assim resultado de produções complexas, articulando narrativas e gêneros, compondo-se entre esquecimento e lembrança, sendo repleta de ausências, silêncios, condensações e deslocamentos (RUFER, 2010, p. 128-129). O recurso a memória, dessa forma, além de enfatizar o caráter aberto do passado, se mostra como um recurso radicalmente político e, como diz Rufer, ao mesmo tempo indispensável e instável (idem).

Nesse sentido, podemos convir que *A Farsa Ianomâmi* é uma narrativa de memória e testemunho carregada de ambições políticas. Menna Barreto não quer somente dar seu testemunho, mas quer usar o passado para fazer suas reivindicações presentes, ou seja, é na disputa pelo passado que o autor pode fazer sua intervenção (no presente) e ensejar um projeto de futuro para o Brasil. O livro, portanto, tem um forte componente revisionista, e propõe, acreditamos, um determinado tipo de política.

Mais do que pensar sua narrativa em termos de “verdade” ou “falsidade”, gostaria de enfatizar justamente seu uso político do passado. Conforme dito por Vladimir Safatle, a linguagem “instaura, ela mobiliza novos afetos e desativa antigos, ela reconstrói identificações, em suma, ela persuade com uma persuasão que não se resume à explicitação de argumentos, e isso vale também para os verdadeiros embates políticos” (SAFATLE, 2017, p. 133).

Ou seja, para Safatle o poder de persuasão da palavra não está vinculado preferencialmente a seu caráter “verdadeiro”, mas sim a determinações de valor que dizem respeito a “modos de estruturação de formas de vida” (ibid., p. 135). Safatle quer atentar, assim, para como argumentos mobilizam afetos que “impulsionam nossa adesão a certas formas de vida” (ibid., p. 136). Seguindo Safatle, gostaria de experimentar refletir sobre quais tipos de afetos e de formas de vida as palavras de Menna Barreto querem persuadir. Ou, mais pragmaticamente, que tipo de política para o Brasil e de projeto para a Amazônia estão implicados nessas palavras.

IV.

No capítulo “O Restabelecimento da Ordem e a Retomada do Progresso”, Menna Barreto é muito claro quanto ao projeto político do seu livro:

Primeiro que [sic] tudo é preciso anular a criação da Reserva Ianomâmi, diante das provas de fraude aqui apresentadas. Em seguida, regulamentar a exploração do ouro, do diamante e de outros minérios por pessoas físicas e empresas, de modo a estimular a atividade, sem prejuízo do recolhimento dos tributos devidos. Finalmente, controlar o trânsito e a permanência nas áreas concedidas, para prevenir a criminalidade e a transposição desautorizada da fronteira (MENNA BARRETO, 1995, p. 166).

Creio que esse trecho é sintomático da imaginação política que Menna Barreto tem para o Brasil. O autor não quer somente desmarcar a TI Yanomami, mas também regulamentar a exploração da região e militarizá-la. Menna Barreto, assim, recupera os piores sentidos para o nome “Brasil”. Primeiramente, remonta ao caráter colonial do nome: Brasil é pau-brasil, matéria-prima pura, lugar da exploração, do saque, do conflito e do uso da força. “Brasileiro”, nesse sentido, com o sufixo “eiro” (de grileiro, de garimpeiro), é o nome da profissão extrativista, daquela mão-de-obra suja que está disposta a qualquer coisa para realizar seu trabalho de dar lucro para outrem – seja a metrópole ou os novos ricos do capitalismo financeiro. E “Brasil”, ainda na fala de Menna Barreto, também parece se referir a um imaginário de nacionalismos exacerbados e conflitivos, de um mundo com fronteiras, de guerra entre nações.

Um mundo de fronteiras e norteado pelo paradigma da guerra é algo muito bem explícito no argumento de Menna Barreto. Seu ataque a TI Yanomami, como recuperamos, é basilada pela sua afirmação que naquele território haveriam diversos tipos de etnias e culturas, não somente a Yanomami. Há como pressuposto dessa reclamação a projeção de um mundo de fronteiras, onde a diferença não pode conviver. Menna Barreto é mais claro a respeito: “Se a razão de ser de uma reserva é preservar a cultura do povo nela contido, para cada cultura deverá existir uma própria, separada das demais. Pois uma reserva comum para múltiplas culturas é o mesmo que nenhuma...” (MENNA BARRETO, 1995, p. 47). Ou seja, além de uma noção pura e essencialista de cultura, Barreto acredita no “enjaulamento” de diferentes culturas, no seu fechamento em fronteiras. Assim, nesse mundo de fronteiras e divisões, o devir histórico é aquilo que Menna Barreto chamou de “única lei da natureza”, ou seja, “a lei do mais forte” – um claro paradigma de guerra. Não é à toa, portanto, que o livro, por diversas vezes, se proponha a construir um inimigo: sejam os yanomamis, Claudia Andujar, os ambientalistas, as ONGs, os “interesses alienígenas”, etc. E é com o objetivo de “proteger as fronteiras” contra esses inimigos que se coloca o projeto de militarização de Menna Barreto, bem como seus reiterados elogios ao exército.

Nelson Maldonado-Torres examinou as bases da modernidade/colonialidade nos termos, justamente, de um *paradigma de guerra*. Para ele, na conquista da América, o comportamento dos conquistadores europeus em relação aos povos indígenas foi orientado pela (não-)ética da guerra, onde sua servidão, escravidão, violação do corpo, e até a própria a morte, podem ser naturalizadas justamente por se tratar de um *outro* (MANDONADO-TORRES, 2007, p. 136-140). Na exploração da África e das Américas, Maldonado-Torres vê a criação de um imaginário racial moderno, que daria sustentação a adoção do paradigma de guerra, e que é até hoje mobilizado para enfrentar as ameaças à ordem imperial da modernidade/colonialidade. Não seria forçoso, portanto, entender o paradigma de guerra como um legado da experiência histórica da colonização; um legado recalcado, pois ainda

na forma de um trauma, ou seja, sem ter sido simbolicamente elaborado, ele não cessa de se repetir no presente.

Assim chegamos ao componente neocolonial da imaginação política d'*A Farsa Ianomâmi*. Como um trauma, a colonização se repete no presente, se manifestando de novas formas. Boa parte do imaginário colonial ainda está presente no texto de Menna Barreto: o projeto extrativista para a Amazônia, a visão do Brasil como terra a ser explorada, um evolucionismo cultural que vê os indígenas enquanto “primitivos”. Há também uma aberta defesa da colonização. Para além de menções dispersas ao longo do texto, Menna Barreto escreve um capítulo inteiro dedicado a reverenciar “A Herança Lusa”. Tal é o tom:

Aquela gente escassa, multiplicando-se pelo heroísmo, lançou-se impávida oceano afora, expulsou os flamengos, perseguiu os franceses, afastou os espanhóis e se impôs aos índios para legar-nos, três séculos passados, este país imenso, com os limites definidos e integrado, de sul a norte, de leste a oeste, pela mesma fé e o mesmo idioma. Cabia-nos, tão-somente, preservar a herança formidável. E havê-lo conseguido, nesses quase dois séculos, contra a ambição estranha e a traição nativa, é também a nossa maior glória (MENNA BARRETO, 1995, p. 135).

A herança da colonização para o Brasil é, aos olhares do autor, “formidável”. Não é de surpreender que o projeto de Menna Barreto seja o de “preservá-la”. Isso quer dizer: atualizá-la ao nosso presente. Pois a neocolonização de Menna Barreto é, agora, de uma dinâmica interna. Pois o inimigo interno do “Brasil” e do “brasileiro” é um “não-brasileiro”: o indígena. Ele que é o inimigo mais próximo, é contra ele que a violência é legitimada, e são seus territórios as últimas fronteiras de conquista no século XXI.

V.

Os primeiros meses do bolsonarismo no governo mostraram um particular desprezo com a questão ambiental, e o estabelecimento da Amazônia e dos povos da floresta como inimigos da nação. Ao Brasil, restaria simplesmente continuar sendo uma colônia, pura matéria disponível à exploração. Por isso a Amazônia e seus guardiões são inimigos do bolsonarismo, pois

não aceitam a coisificação do Brasil, não aceitam sua redução a uma mera condição de mercadoria/matéria-prima. O governo Bolsonaro já indicou querer legalizar o garimpo no país, já defendeu a exploração de minérios nos territórios indígenas (com uma certa fixação com o nióbio), já tentou relegar a demarcação de novas terras indígenas ao agronegócio (ou seja: interrompê-las), já questionou dados científicos acerca do aumento vertiginoso do desmatamento na Amazônia (revelando sua compulsão pela mentira e por diversos tipos de negacionismo) – e continua avançando em seus ataques, mostrando que seu *neoliberalismo colonial* não tem nenhum tipo de freio. Suas tentativas, embora encontrem restrições em alguns momentos, já produziram a autorização simbólica para que a Amazônia se torne uma terra sem lei, onde toda exploração é possível, e onde todos os meios para isso são legítimos. E os povos da floresta já sentem que o governo declarou guerra contra eles: os Yanomami sofrem com uma nova invasão maciça de garimpeiros; os Wajãpi estão amedrontados com as invasões e o assassinato de um de seus líderes; os indígenas isolados na Amazônia estão com sua vida ameaçada – e isso em apenas alguns meses de (des)governo.

Essa declaração de guerra não é fortuita. Ao tornar o meio ambiente e os povos indígenas seus inimigos, o governo promove o bloqueio de uma das linhas de fuga à expansão de sua racionalidade, mas, principalmente, o governo retoma, assim, o projeto político e a imagem que o exército brasileiro tem do Brasil e da Amazônia. Pois esse governo não representa o devaneio, a loucura, a mentira – como somos levados, diante dos absurdos, a acreditar. Ele é fruto e representante, sim, de um projeto político para o Brasil: um projeto militarizado, neocolonial e extrativista, como dissemos. Esse projeto reivindica o *passado* para se legitimar e para realizar suas disputas.

Se a intenção inicial de trabalhar com nossa fonte era a de poder contrapor memórias (Menna Barreto e Andujar), experimentando uma forma de mediação *política* entre elas – talvez uma nova tarefa para a Historiografia frente a um contexto de *presentismos* e *boom de memórias* -, o presente brasileiro, tal como um tornado, realizou sua força centrípeta e desviou a rota. As chamadas na Amazônia colocaram o meio ambiente no centro do

debate político no Brasil. Ao ouvir as falas do presidente e de seus compar-
sas, me surpreendi ao encontrar com o mesmo léxico da fonte que analisa-
va. O medo da “internacionalização da Amazônia”, representado nos povos
indígenas e nos ambientalistas – ou mesmo em oportunistas como Macron
-, virou pretexto para o governo afirmar a soberania do Brasil sobre a Ama-
zônia e para afirmar sua política de Brasil. Por esse motivo, decidi dar ênfase
nesse trabalho a uma das fontes em particular, *A Farsa Ianomâmi*, e em
como ela nos ajuda a melhor compreender qual é o discurso do governo, em
sua formação militar, sobre a Amazônia.

Por fim, gostaria de questionar uma das premissas de Menna Bar-
reto e do nosso governo atual. Eles dizem que a Amazônia é do Brasil, que a
Amazônia é brasileira – *uma colônia que consegue o prodígio de ser uma au-
tocolônia*. Me permito discordar. A Amazônia é dos povos que lá habitam,
e deve, ao mesmo tempo, ser um símbolo de preocupação ambiental para o
mundo todo. É isso que Davi Kopenawa e o pensamento ameríndio nos en-
sinam. Porque a Amazônia não é brasileira, e não somos nós quem melhor
sabemos como “preservá-la”. Se “preservação” fosse, de fato, a política em
jogo, ninguém hesitaria em admitir o óbvio: a Amazônia é indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

ANDUJAR, Claudia. **Marcados**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MATTOS, Carlos de Meira. Apresentação. In: MENNA BARRETO, Carlos Alberto L. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. A Internacionalização da Amazônia. In: MENNA BARRETO, Carlos Alberto L. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.

MENNA BARRETO, Carlos Alberto L. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.

BIBLIOGRAFIA

- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie; ISA, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomia do novo neoliberalismo**. Revista IHU online, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso 17/09/2019.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2007.
- RUFER, Mario. **Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente**. Anuario de Investigación 2009. UAM-X. México. p. 107-140. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. É racional parar de argumentar. In: DUNKER, Christian et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

JORNAIS

- Viveiros de Castro: “Estamos assistindo a uma ofensiva final contra os povos indígenas”. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/viveiros-de-castro-estamos-assistindo-a-uma-ofensiva-final-contra-os-povos-indigenas/>. Acesso 15/10/2019.
- “A Alemanha não vai mais comprar a Amazônia”, diz Bolsonaro. **Deutsche Welle**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-alemanha-n%C3%A3o-vai-mais-comprar-a-amaz%C3%B4nia-diz-bolsonaro/a-49988192>. Acesso 15/10/2019.
- Amazônia precisa de ‘soluções capitalistas’, diz ministro do Meio Ambiente. **BBC News Brazil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49363387>. Acesso 15/10/2019.
- Bolsonaro defende proposta de legalização e regulamentação do garimpo. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/>

politica/2019/08/02/interna_politica,775171/bolsonaro-defende-proposta-de-legalizacao-e-regulamentacao-do-garimpo.shtml. Acesso 15/10/2019.

Bolsonaro diz querer filho na embaixada para viabilizar exploração de terra. **Correio Braziliense**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/27/interna_politica,774165/bolsonaro-diz-querer-filho-na-embaixada-para-viabilizar-exploracao-de.shtml. Acesso 15/10/2019.

STF mantém demarcação de terras indígenas no Ministério da Justiça, ao menos neste ano. **BBC News Brazil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49187664>. Acesso 15/10/2019.

“Constrangimento” com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do Inpe. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880_243772.html. Acesso 15/10/2019.

Yanomamis estão ameaçados por garimpo no Brasil, destaca Le Monde. **Uol**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2019/07/09/yanomamis-estao-ameacados-por-garimpo-no-brasil-destaca-le-monde.htm>. Acesso 15/10/2019.

Conselho das Aldeias Wajápi divulga novas informações sobre morte de cacique e invasões. **Instituto Socioambiental – ISA**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/conselho-das-aldeias-wajapi-divulga-novas-informacoes-sobre-morte-de-cacique-e-invasoes>. Acesso 15/10/2019.

Cerco se fecha e índios isolados da Amazônia brasileira correm risco de extermínio. **Instituto Socioambiental – ISA**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cerco-se-fecha-e-indios-isolados-da-amazonia-brasileira-correm-risco-de-extermio-0>. Acesso 15/10/2019.

O JORNAL O TEMPO E O ANTICOMUNISMO EM RIO GRANDE (1950)

LÊNIN PEREIRA LANDGRAF
MESTRANDO EM HISTÓRIA – PPGH/UFPEL
LENINPLANDGRAF@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Os comunistas e movimentos sociais e sindicais já enfrentavam perseguição política desde a ditadura getulista, entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria houve um aprofundamento na perseguição, especialmente contra os comunistas, em todo o mundo, inclusive no Brasil. O governo dos Estados Unidos passou a disseminar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da URSS. A propagação do sentimento anticomunista justificou a intervenção norte americana em prol de seus interesses, direta ou indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina, onde a potência capitalista pretendia manter sua hegemonia. Nesse sentido, Sidinei J. Munhoz afirma:

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente.

Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

Com o fim da ditadura Vargas a esperança de uma abertura política chegou a florescer, entretanto pouco durou. Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), sucessor eleito de Getúlio Vargas, deu continuidade a repressão e perseguição aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores, com ênfase no anticomunismo. Os trabalhadores que no início de 1946 passaram a se mobilizar contra a carestia de vida logo veriam que o governo não permitiria o crescimento dos movimentos sociais, principalmente os que se movimentavam nas ruas. Segundo Munhoz:

As expectativas de democratização do país sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra. Objetivando o controle dos movimentos sociais, que se encontravam em um amplo processo de expansão desde o final da ditadura Vargas, já nos primeiros meses o governo eleito desencadeou uma intensa repressão político-social. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

A ofensiva de Dutra contra as entidades políticas e sindicais contrárias ao seu governo foi colocada em prática, principalmente, através de decretos. O Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946¹, buscou reprimir e impedir greves. Já o Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947², suspendeu o funcionamento da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) que crescia exponencialmente nesse período, atingindo bons resultados eleitorais e ganhando a confiança de parte da população, também foi posto, mais uma vez, na ilegalidade. A perseguição contra os comunistas estendeu-se até os associados dos sindicatos que estavam sob intervenção do governo, sendo centenas de trabalhadores excluídos dos quadros sociais das entidades sindicais após acusações de ligação

.....
1 BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 15 março 1946. Seção 1, p. 3829.

2 BRASIL. Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil". Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 7 maio 1947. Seção 1, p. 6253.

com os comunistas. (MUNHOZ, 2003, p. 3,4.) O governo Dutra proibiu ainda, em 1946, toda e qualquer manifestação de rua em alusão ao dia primeiro de maio, no mesmo sentido, anticomunista, um comício convocado pelo PCB no Rio de Janeiro foi duramente reprimido, deixando um morto. (RODEGHERO, 2007, p. 196)

O sentimento anticomunista também chegou com força ao Rio Grande do Sul, inclusive através de organizações ligadas a Igreja Católica, a instituição emitiu nota escrita por seus bispos intitulada *Carta Coletiva sobre o Comunismo*. (RODEGHERO, 2007, p. 189) Também foi proibida a realização de um comício organizado pelo PCB em Porto Alegre, as autoridades justificaram a proibição devido ao grande número de greves que estavam acontecendo em todo o estado, sendo um comício comunista motivo para mais desestabilização e agitação. Na noite anterior ao evento trinta militantes do partido foram presos. (RODEGHERO, 2007, p. 192, 193)

JORNAL O TEMPO E A OFENSIVA ANTICOMUNISTA

É nesse contexto que se encontram as edições aqui analisadas do jornal *O Tempo*, fundado em 1906 na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Sobre a imprensa rio-grandina do século XIX e XX e ainda sobre *O Tempo*, Francisco das Neves Alves (2017) aponta que:

Ao longo do século XIX e das primeiras décadas da centúria seguinte, a imprensa rio-grandina foi uma das mais importantes no contexto sul-rio-grandense. [...] Nesse contexto, por muito tempo foi praticado um jornalismo de ponta na urbe litorânea, circulando vários periódicos diários, além de caricatos, literários e representantes de determinados segmentos socioeconômicos. [...] Nesse sentido, em 1937, *O Tempo* era um dos periódicos mais perenes publicados no Rio Grande. (ALVES, 2017, p. 35, 36)

O autor, que analisou as publicações veiculadas no jornal durante o período da instauração do Estado Novo, pontua ainda que:

Ele (*O Tempo*) fora fundado em 1906, permanecendo desde então sob a propriedade de Alípio Cadaval [...]. Ao longo de sua existência o jornal teve diferentes

etapas, em algumas delas, chegou a apresentar certas aproximações e/ou filiações político partidárias, e, em outras, preferiu apresentar uma proposta essencialmente informativa. (ALVES, 2017, p. 36)

O periódico, que apoiou o golpe do Estado Novo e enaltecia a figura de Getúlio Vargas, já alinhava-se com o discurso anticomunista desde então, exemplo disso é matéria publicada em dezembro de 1937, que alertava para o risco da exposição das crianças a ideologia comunista. (ALVES, 2017, p. 49) O ano de 1950 foi escolhido pela força que a Guerra Fria atingia naquele momento e principalmente pelos acontecimentos de maio daquele ano na cidade do Rio Grande³. No ano de 1950 o jornal estava sob propriedade e direção de Saul Porto *“autointitulado trabalhista, mas que afirma independência em relação ao jornal”* (SAN SEGUNDO, 2009, p. 130). O autor Mário San Segundo (2009) analisou as edições do periódico do final da década de 1940 e início da de 1950, chegando a conclusão que:

Do ponto de vista partidário (o jornal) não é abertamente o órgão de imprensa oficial do PTB, mas do ponto de vista ideológico age como se fosse; e não há dúvidas: era orientado diretamente para uma visão de mundo trabalhista, que estava em construção naquele momento. Em suas páginas, era normal lerem-se textos que buscavam orientar a ação dos militantes do PTB e dos governos trabalhistas. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 130)

É importante frisar aqui que o anticomunismo expressado no jornal *O Tempo* difere-se do sentimento anticomunista propagado em outros periódicos. O jornal com orientação trabalhista buscava combater os comunistas, mas ao mesmo tempo aproximar-se dos trabalhadores, o combate ao comunismo abriria espaço para os trabalhistas entre os operários. Já outros periódicos do mesmo período combatiam o comunismo pois enxergavam nele um possível agente de mudança na sociedade brasileira. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 131)

.....
3 No dia 1º de maio de 1950, uma manifestação de trabalhadores que pediam a reabertura da Sociedade União Operária (SUO), importante sindicato na cidade, que havia sido fechada por ordem do governo, culminou em um massacre promovido pelos policiais, que ficou conhecido como O Massacre da Linha do Parque. (LANDGRAF, 2018, p. 358)

A análise aqui feita tem base metodológica através de Capelato (1988) e Cruz e Peixoto (2007), entende-se que, como afirma Maria Helena Capelato, a análise de jornais é uma fonte extremamente rica, entretanto, alguns cuidados são necessários para a análise dos periódicos, a fim de evitar crer fielmente no conteúdo publicado. É preciso que o pesquisador, assim como em qualquer outra fonte, lance mão um olhar crítico ao analisar um jornal. O uso da imprensa como fonte pressupõe uma análise acompanhada de teoria e metodologia, para a autora o pesquisador deve em primeiro lugar responder as seguintes perguntas: quem produziu aquele jornal? Para que? Como e quando? Não crer fielmente nessa fonte e contextualizar o momento histórico em que esse material foi produzido e com qual objetivo é essencial. (CAPELATO, 1988, p. 20-21)

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) vão ao encontro de Capelato, as autoras citam uma série de passos e metodologias (uma espécie de manual) para o pesquisador seguir ao analisar um jornal. O primeiro passo é o de identificação do periódico *“Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e classificação de acesso na instituição ou acervo que se desenvolve a pesquisa.”* (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261) Os passos seguintes consistem na análise do projeto gráfico e editorial do jornal, onde o pesquisador deve mapear onde e como os conteúdos estão inseridos no periódico. É preciso estar atento também ao processo social que aquele jornal está imerso, não limitando-se apenas na análise técnica, sendo fundamental identificar quem são os donos, diretores e redatores, facilitando assim o entendimento sobre o conteúdo publicado.

O periódico em questão, que tinha publicações diárias de segunda-feira a sexta-feira, não informa a tiragem, o valor e nem a área de circulação, apenas que era publicado em Rio Grande, entretanto, através da análise do grande número de anúncios feitos (em sua maioria de comércios locais ou da região sul do RS), é possível afirmar que foi um jornal com circulação, pelo menos, razoável em Rio Grande e ainda atingindo o município vizinho,

Pelotas. Repercutia em suas páginas grande quantidade de notícias locais, com grande enfoque também na política nacional e internacional. Entre as notícias locais seu foco estava em atender as demandas da população, destacando, ao longo das edições, diversas reivindicações populares, como se verá a seguir. Ainda nesse sentido, o diretor do periódico entendia a imprensa como porta voz do povo, e deixava evidente ser um “*jornal independente*”. (O Tempo, Rio Grande, 26/01/1950, capa)

Em janeiro de 1950 *O Tempo* atentou-se principalmente para as movimentações políticas entorno das eleições que aconteceriam em outubro daquele ano, levando Getúlio Vargas, líder do PTB, a presidência. Já no primeiro dia do novo ano o periódico traz com grande destaque, inclusive com imagem (o que não era comum no jornal), a mensagem de ano novo do então senador Getúlio Vargas. A nota, que seria republicada no dia 03/01/1950, traz duras críticas de Vargas ao atual governo: “*De outubro de 1945 até o presente vemos o que aumentou neste grande país. Aumentou o custo de vida 100%. Aumentaram todos os impostos cerca de 140%[...]. Ainda aumentaram a dívida pública, os déficits orçamentários[...]*.” Após as críticas ao governo, Getúlio acena para a população afirmando que: “*Precisamos defender o povo, esse povo brasileiro, bom, generoso, paciente e sofredor ludibriado por falsas promessas e massacrado quando protesta*”. (O Tempo, Rio Grande, 01/01/1950, capa). Vale lembrar que a ditadura imposta por Getúlio desde a década de 1930 também massacrava e perseguiu manifestantes e movimentos sociais, intervindo ainda em sindicatos contrários ao então governo.

Ainda no começo do mês, *O Tempo* já demonstra o discurso anticomunista. Ao tratar sobre a falta e os altos preços da carne em todo o estado, pauta que voltaria a ser tratada no dia 21 do mesmo mês, afirmando que “*É dolorosa a situação por que atravessa o povo do Rio Grande do Sul, com referência ao fornecimento de Carne Vacum[...]*”, o periódico, que demonstra estar atento aos anseios da população, não esconde sua preocupação com uma possível utilização destes acontecimentos pelos comunistas:

Apelamos pois, em nome da DEMOCRACIA e no sentido de evitarmos o fornecimento de ‘armas’ aos comunistas, para as suas conhecidas arremetidas contra a ordem para que a nossa Camara de Vereadores se reúna imediatamente e que exija do governo do Estado, uma explicação sobre o assunto afim de por termo a tão triste situação[...]. (O Tempo, Rio Grande, 02/01/1950, p. 2)

Seguindo a tendência em ficar ao lado do povo e atender as demandas populares, o jornal noticia, em tom de ironia, a suba no preço do leite na cidade com grande destaque: “*POBRE POVO! A partir de hoje, leite a Cr.\$ 2,50 o litro*”. A notícia segue e condena a suba do preço, alerta também os políticos locais para que tomem atitude para não serem surpreendidos nas próximas eleições:

Hoje, a valentona, os vendedores de leite, elevaram o preço do referido produto para Cr\$ 2,50, naturalmente, com a “nobre” intenção de facilitar a alimentação da classe pobre ou então, para cooperarem para a “extinção da tuberculose no Rio grande”. [...] O povo pede a dolorosa Comissão de Preços, que dê sinal de vida e chame os leiteiros a ordem, pois do contrário, vai haver muitas surpresas nas eleições[...] (O Tempo, Rio Grande, 21/01/1950, p. 4)

A partir de então toda e qualquer oportunidade de difamar os comunistas, tanto os locais quanto os de fora, foi aproveitada, abrindo espaço para notícias sobre a guerra fria e a URSS, que dividiriam espaço nas páginas do jornal com as matérias no âmbito da política nacional. No dia 03/01/1950 o jornal destaca pichações feitas na cidade, atribuídas pelo mesmo, aos comunistas:

Malfeitores em ação criminosa: Voltaram os criminosos malfeitores a pixarem os lugares públicos e propriedades privadas com dísticos comunistas, numa prova de que são elementos desprezíveis e merecedores de sérios castigos. O abrigo da Tamandaré, Fábrica Leal Santos, Centro Espírita Alan Kardek e outros estão aí para atestarem atitude reprovável dos criminosos malfeitores. (O Tempo, Rio Grande, 03/01/1950, p. 4)

Na mesma semana o periódico destaca a prisão de quatro trabalhadores acusados propagandear o comunismo na cidade, o jornal apoia enfaticamente a ação promovida pelas autoridades policiais, e usa ironicamente

o termo “trabalhadores”, dando a entender que estes não seriam de fato pertencentes a classe trabalhadora, para falar dos detidos. Nesse caso é possível perceber a intenção do periódico em tentar opor em campos diferentes os comunistas e os trabalhadores. Os nomes e até mesmo o endereço dos detidos são colocados em evidência. Destaco ainda a presença do Tenente Gonçalino Gonçalves, que em maio daquele ano estaria presente no Massacre da Linha do Parque, sendo um dos acusados, pelos comunistas, de atirar contra os manifestantes:

Quando exerciam atividades proibidas foram presos quatro Comunistas: A polícia continua desenvolvendo ativa campanha no sentido da caça de elementos comunistas que desrespeitando as leis trabalham ostensivamente na propaganda do credo comunista. Essa campanha policial tem encontrado o mais franco apoio sendo presos ontem mais quatro stalinistas que se entregavam a faina da colocação de prospectos do credo vermelho. Os dois primeiros “trabalhadores” foram presos em flagrante pelo Tenente Gonçalino e uma praça do Batalhão da Brigada Militar, quando as 14h30 horas deixavam boletins num autobar, enfrente ao portão central do Porto Novo. São eles, Avelino Santos Martios e Boaventura trindade, que depois de ser entregue a polícia civil se encontram a disposição da justiça. Os outros dois são Geraldo Medeiros, de 36 anos, casado, de cor preta, residente a Av. Portugal 405 e Elias Cardozo Martins, com 18 anos, solteiro, branco, morador a Rua Visconde de Mauá, 382. Efetuaram a prisão em flagrante dois guardas fiscais que imediatamente entregaram ao plantão policial. (O Tempo, Rio Grande, 05/01/1950, p. 4)

Na mesma edição o confronto político entre as superpotências EUA e URSS tem grande espaço, com destaque apenas para as falas dos representantes norte-americanos:

O Alto Comissário dos Estados Unidos Repta a Rússia a que Permita Eleições Gerais Livres em Sua Zona, Se Deseja Unificar a Alemanha: Berlim (V.A) – O alto comissário norte americano na Alemanha John J. McCloy, apresentou um repto a União Soviética no sentido de que, se na realidade deseja unificar a Alemanha, permita a participação da zona de ocupação russa nas eleições gerais livres. [...] McCloy [...] disse que os ocidentais veriam com ceticismo qualquer oferecimento russo que permita a participação do oriente alemão nas eleições livres. (O Tempo, Rio Grande, 05/01/1950, p. 2)

Dando continuidade a cobertura anticomunista na cidade *O Tempo* destaca no dia onze de janeiro a prisão do “[...] *agitador comunista Teixeira*

e Silva”, antigo oficial do exército, que acabou expulso após a Intentona de 1935. Segundo o jornal, Teixeira era um dos principais líderes comunistas na cidade, e ao se estabelecer no centro de Rio Grande “[...] fez ali um reduto dos comunistas e segundo parece, era o quartel general dos vermelhos, donde partiam as ordens emanadas da direção suprema do Ex-Partido Comunista do Brasil”. O periódico afirma ainda que Teixeira e Silva foi preso após ter sua casa depredada (picharam as paredes o chamando de traidor) e responder colocando um cartaz na porta da frente de “[...] forma desrespeitosa as autoridades, confessando ser comunista, pregador do credo vermelho e stalinista confesso.”. Nesse caso em específico também destaca-se a presença do delegado Evaldo Miranda, que estava a frente dos policiais durante o Massacre da Linha do Parque. (*O Tempo*, Rio Grande, 11/01/1950, p. 4) Já na segunda quinzena do mês de janeiro a notícia de maior destaque foi a prisão de quatro pessoas por venderem jornais comunistas em uma praça da cidade, a reportagem demonstra um padrão em evidenciar os dados pessoais dos detidos:

Presos por venderem jornais comunistas: Mais ou menos às 9 horas do Domingo, foi comunicado a Delegacia de Polícia, que certas pessoas estavam vendendo na Feira Livre, a Praça Saraiva, jornais comunista. Compareceu ao local o inspetor de plantão, acompanhado de praças que constataram a veracidade da denúncia, prendendo quatro vendedores da “Voz do Povo”, miografada, sendo eles: Onório Alves do Couto, solteiro, com 31 anos, residente a rua Cel Sampaio, 97; Aroldo Guedes Miranda, solteiro, com 9 anos, residente na Vila do Cedro, rua 8. Casa s/n; Avelino dos Santos Martins, casado, com 33 anos, residente a Av. Honorio Bicalho, s/n e Harison Izaquiel Fernandes, casado, com 26 anos, residente a rua Zaloni, 45. (*O Tempo*, Rio Grande, 17/01/1950, p. 2)

Além das notícias a respeito dos comunistas locais o jornal se empenhava em evidenciar seu anticomunismo ao tratar de acontecimentos internacionais, na maior parte das vezes trazendo manchetes negativas sobre a Rússia ou URSS. Parte dessas notícias eram extremamente rasas, como no dia 08 de janeiro, quando o jornal noticiou que “*Explodiu uma bomba na Rússia: Segundo notícias divulgadas aqui informam que explodiu uma bomba atômica na Rússia*”, nas edições seguintes o tema não foi mais tratado.

(*O Tempo*, Rio Grande, 08/01/1950, p. 4). Na semana seguinte o mesmo padrão de notícia curta e sem grandes informações aparece, mais uma vez com o intuito de atacar a URSS: “*Espiões russos na Alemanha Ocidental: BONN, (V.A.) Um porta voz do governo ocidental alemão afirmou que pelo menos 70 espiões comunistas, treinados na Rússia, entram mensalmente na Alemanha ocidental.*”. (*O Tempo*, Rio Grande, 13/01/1950, p. 2). Na mesma edição o periódico ironiza a decisão da Assembleia Popular da Albânia de construir uma homenagem para Joseph Stálin, líder da URSS no período: “*A Assembleia Popular da Albânia considerou hoje o primeiro ministro da Rússia, Joseph Vissarionovich Stalin como um ‘deus’[...] foi aprovada a ereção de um monumento ‘ao deus Stalin que muito tem feito pela Albânia’*”(O *Tempo*, Rio Grande, 13/01/1950, p. 4) Buscando noticiar uma possível divisão no partido comunista alemão, o que evidenciaria a fragilidade e as divisões que os comunistas enfrentavam, o jornal noticia:

Stalinistas e titoistas na Alemanha: FRANKFORT, 9 (V.A.) – Lavra uma grande crise o seio do Partido Comunista na Alemanha Ocidental. Esse partido sofreu contundente derrota nas últimas eleições. Além disso, está completamente dividido entre stalinistas e titoistas. Segundo se informa, prossegue com intensidade a depuração no seio dos comunistas alemães. As notícias a respeito indicam que nem o próprio líder, Max Reimann, deixará de ser expulso. (O *Tempo*, Rio Grande, 10/01/1950, p. 2)

O periódico adota o discurso norte americano de responsabilizar a URSS pela corrida armamentista durante a guerra fria, no dia 22 repercute as declarações do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman:

Se for preciso será fabricada a super-bomba de hidrogênio: WASHINGTON, 21 VA – Truman está disposto a ordenar a fabricação da super bomba atômica de hidrogênio, revelaram hoje fontes fidedignas. Contudo, as mesmas fontes destacaram que o presidente Truman fará um novo apelo a Rússia para pôr fim a competição atômica entre os EE. UU. E a União Soviética. (O *Tempo*, Rio Grande, 22/01/1950, p. 6)

Na mesma edição as movimentações políticas da URSS e a divisão comunista em duas correntes são destaque no periódico:

Moscou Exerce Pressão Sobre o Partido Comunista Japonês: Toquio – 2o – VA – Os guardas civis guarnecem a sede do Partido Comunista Japonês, no momento em que 200 líderes desse partido debatem a recente crítica de Moscou a sua linha política. O Comitê Central reuniu-se pelo segundo dia de uma conferência de três, presumivelmente para discutir se seguirá o desejo de Moscou no sentido de fazer oposição à ocupação norte americana ou se obedecerá ao rumo titoista de defecção. (O Tempo, 22/01/1950, p. capa)

Já no final do mês o periódico notícia uma possível união entre a Igreja Católica e o Islamismo contra o comunismo, inimigo em comum para as duas religiões:

Pacto Entre a Igreja Católica e o Islamismo? CAIRO, 27 (V.A) – Um pacto entre o islamismo e o cristianismo, tendo por objetivo, a luta comum contra o perigo comunista e contra a propaganda dos ‘Estados antireligiosos’, seriam atualmente, objeto de conversações entre o governo egípcio e do Vaticano, segundo se informa no Cairo. Precisa-se, a respeito, que o ministro do Egito no Vaticano, que atualmente se encontra nesta capital, manteve importantes conversações a respeito com o secretario de Estado da Santa Sé. A questão está atualmente em estudos nesta capital. (O Tempo, Rio Grande, 23/01/1950, p. 1)

CONCLUSÃO

Fica evidente que o jornal O Tempo, de fato, ajudou a inflar o discurso anticomunista na cidade de Rio Grande, entretanto, como já dito anteriormente o periódico, por ter fortes ligações com os trabalhistas, enxergava nos comunistas não apenas um inimigo na concepção de mundo, mas também uma corrente que disputava a consciência e o controle das organizações dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que atacava os comunistas, também abria espaço para as reclamações da população, posicionando-se majoritariamente ao lado do povo.

A construção do discurso anticomunista pelo *O Tempo* foi constante durante todo o mês de janeiro, contribuindo para a tensão na cidade entre algumas organizações dos trabalhadores e as autoridades policiais e população em geral, tal tensão viria a culminar, em maio, no Massacre da Linha do Parque. Os ataques aos comunistas locais e a repercussão de notícias negativas sobre a URSS certamente contribuíram para o fortalecimento do anticomunismo na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. N. **A instauração do Estado Novo na e a imprensa rio-grandina: o caso do jornal O Tempo**. In: Francisco das Neves Alves. (Org.). O Estado Novo no Rio Grande do Sul e outros ensaios. 1ed.Lisboa / Rio Grande: Cátedra Infante D. Henrique / Biblioteca Rio-Grandense, 2017, v. 1, p. 35-52.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. História e Imprensa, v. 35, p. 253-270, 2007.
- LANDGRAF, L. P. **1º de maio de 1950 em Rio Grande: O Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória**. In: IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades – Tributo à Obra de Beatriz Loner, 2018, Pelotas. IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidade: tributo à obra de Beatriz Loner, 2018. v. 4, p. 357-367.
- MUNHOZ, Sidnei J. **A guerra fria no Brasil: Repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito**. ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.
- RODEGHERO, C. S.. **O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947**. Métis (UCS), v. 5, p. 179-202, 2006.
- SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: 2009.

“MAKE WAR VOTE GOP”: DISSIDÊNCIAS CONSERVADORAS, CRÍTICA E DESENCANTO NAS PÁGINAS DA REVISTA *THE AMERICAN CONSERVATIVE* (2002-2008)¹

ARTUR FELIPE LOPES²
SEED/PR
ARTUR.LOPES@ESCOLA.PR.GOV.BR³

INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais dos Estados Unidos da América (EUA) de 2000 marcam o retorno dos conservadores ao poder, passada quase uma década na oposição. Questões pontuais e relativas ao sistema eleitoral estadunidense acabaram sendo determinantes na vitória surpreendente da chapa Republicana composta por George W. Bush e seu vice Dick Cheney (2001-2008), tais como a solicitação de recontagem dos votos do estado da Florida (governado pelo irmão caçula de George, Jeb Bush) e o redesenho distrital deste colégio eleitoral que impediu muitos eleitores afro-americanos pudessem chegar até as urnas, fazendo desta uma das eleições mais incomuns da história do país (ZINN, 2011, p.504).

.....
1 O presente trabalho é parte substancial do projeto de doutorado deste pesquisador, e tem o intuito de compartilhar com a comunidade acadêmica e os interessados no tema, alguns insights, reflexões e apontamentos sobre a complexa formação da Direita estadunidense.

2 Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3 Professor de História da rede pública de educação básica do estado do Paraná (SEED-PR).

Durante a campanha, muitos discursos proferidos por Bush foram sustentados sobre promessas de moralização da política estadunidense, evocando os escândalos sexuais protagonizados por Bill Clinton (1993-2000), denunciando os exorbitantes gastos públicos dos Democratas na última gestão, além de demonstrações públicas de fervorosa fé evangélica (WILENTZ, 2008, p.415) e defesa da criação de iniciativas políticas baseadas em caridade e boa vontade cristã (SEDGWICK, 2019, p.103).⁴

Além disso, Bush vinha acompanhado de um experiente *staff* Neoconservador, bem próximo do lobby militar e com décadas acumuladas de experiência política, representados pelo seu vice Dick Cheney, além de Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Condoleezza Rice, Colin Powell, e outros (PECEQUILO, 2005, p.374).

Estes elementos foram essenciais para capturar o apoio da Direita Cristã e dos grandes empresários estadunidenses e permitir que os Republicanos permanecessem por dois mandatos consecutivos no poder. Para Douglas Kellner, esse período pode ser encarado como um “pesadelo de oito anos”, cujas consequências seriam sentidas para muito além dele (KELLNER, 2010, p.7-8. Tradução nossa). Para Immanuel Wallerstein, estes fatores fizeram da presidência Bush-Cheney, por ampla margem, uma das mais conservadoras e direitistas da história dos Estados Unidos desde a Grande Depressão (WALLERSTEIN, 2004, p.15).

Mas era Bush-Cheney teve forte impacto não apenas em liberais e progressistas, mas também nos movimentos conservadores. Esta comunicação tem como um de seus objetivos oferecer alguns apontamentos a respeito do histórico dissenso que marca a Direita conservadora estadunidense, bem como seu impacto na esfera política.

Existem muitas facções conservadoras antagônicas entre si, situadas tanto dentro quanto fora da estrutura institucional do Partido Republicano.

.....
4 Como explicam alguns analistas, Bush abraçou o chamado “compassionate conservatism”, uma linha de atuação popular entre neoconservadores e evangélicos, que parte de uma premissa paternalista e convicção da atuação social conjunta do governo com instituições de caridade e igrejas. In: SEDGWICK, 2019, p.103.

Suas divergências em relação ao *establishment* Conservador são divulgadas por meio de uma rica cultura impressa, como livros, cartazes, panfletos e publicações seriadas. A partir da análise destes últimos – revistas, jornais e *newsletters* – diversos pesquisadores têm logrado êxito e conseguido descrever com precisão o funcionamento do exuberante ecossistema da Direita política dos EUA (BERLET, 2008, p.571).

Nossa abordagem se detém sobre a revista *The American Conservative* (*AmCon*), uma publicação seriada pertencente ao campo político do *Paleoconservadorismo*, uma vertente da extrema-direita surgida na década de 1980, mas em declínio nos anos 1990, não somente por ser um período em que o Partido Democrata e os liberais davam as cartas no poder, mas por essa ser uma corrente de pensamento historicamente associada ao nacionalismo branco, supremacia racial e antisemitismo, características que mesmo para uma parte da Direita conservadora eram consideradas reprováveis (GREENBERG, 2016). Esta vertente ideológica passa por um processo de reorganização e toma um novo rumo a partir da ascensão do segundo Bush em 2001, como veremos adiante.

O impacto causado pela *AmCon* no mercado editorial das publicações da Direita conservadora estadunidense ainda é um debate que segue aberto. Para Daniel Strauss, do Instituto de Pesquisas *Generation Progress*, apesar de jamais ter conseguido superar o maior periódico conservador dos EUA, *The National Review* (NR), seja em número de leitores ou influência no debate político, a *AmCon* acabou sendo importante em ajudar a definir a direção das críticas mais agudas feitas ao governo Bush-Cheney, ao ponto de atrair diversos leitores e escritores liberais e até mesmo alguns da Esquerda (STRAUSS, 2009).⁵

Com a premissa de ser um espaço de opinião dos adeptos das vertentes alternativas do Conservadorismo, grande parte de seu conteúdo era orientado ao proselitismo *paleocon*, tais como ataques aos imigrantes, defesa do isolacionismo na política, apologia do nacionalismo branco e críticas à globalização econômica (BERLET, 2008, p.589).

.....
5 Até mesmo o jornalista Glenn Greenwald, crítico contumaz da administração Bush-Cheney, possui textos publicados na *The American Conservative*.

THE AMERICAN CONSERVATIVE: CRÍTICA E DESENCANTO COM OS RUMOS DO CONSERVADORISMO

Partimos do pressuposto de que há um espaço aberto e também a necessidade de que historiadores e historiadoras se acerquem dos debates, intelectuais e ideias disseminadas pela extrema-direita estadunidense ao redor do globo nos últimos anos. Apesar de muitas dessas concepções estarem confinadas a pequenos grupos, fóruns e *chans* espalhados pela internet, a extrema-direita dos EUA, como observou Richard Hofstadter, demonstra há muito tempo um incrível potencial para alavancar politicamente indivíduos famintos de poder e com mentalidades das mais incomuns (HOFSTADER, 1964, p.3).

A necessidade de se abordar os veículos da Direita alternativa é algo latente até mesmo nos EUA. O pesquisador Chip Berlet explica que existem muitos entraves, e até mesmo receio, na realização de trabalhos acadêmicos sobre os periódicos mais radicais dos conservadores estadunidenses, principalmente pelas opções ideológicas dos pesquisadores e pelo temor da publicidade involuntária ao conteúdo veiculado nessas publicações, algumas abertamente racistas e antissemitas (BERLET, 2008, p.571-572).

Uma de nossas hipóteses é a de que pelo estudo dos periódicos dissidentes podemos compreender os meandros da formação e da história do Conservadorismo nos EUA. Algumas análises defendem que até a II Guerra Mundial (1939-1945) não era possível identificar um movimento conservador claro na política estadunidense, pois os grupos situados à Direita se comportavam, no geral, sem qualquer sintonia, podendo ser definidos como “uma coleção canhestra de antissemitas, libertários, fascistas, racistas, opositores do New Deal, isolacionistas e fazendeiros sulistas, incapazes de concordar sobre qualquer ponto que fosse” (Ibid., p.572).

Um rearranjo de grande proporção ocorre durante a Guerra Fria (1945-1991), no ano de 1955, quando o agitador político conservador William F. Buckley Jr. funda a já mencionada e icônica revista *The National Review* (NR), que viria a ser o principal organismo intelectual da chamada *Nova Direita* estadunidense na segunda metade do século XX (GREENBERG, 2016).

O aparecimento da NR no setor de periódicos políticos, por um lado, tinha o intuito de fornecer uma revista capaz de se impor ante as publicações liberais e progressistas já existentes (SOUZA, 2013, p.153), mas também surgiu para distinguir aquilo que seria o Conservadorismo legítimo em relação aos demais, estruturando-se em torno da defesa irrestrita do Livre Mercado, do moralismo cristão nas relações culturais e sociais, e do papel de linha de frente dos EUA na defesa do Ocidente contra expansão da URSS e do Comunismo pelo mundo (SEDGWICK, 2019, p.125-126).

Esse processo teve um caráter traumático porque contou com a supressão de vozes opositoristas, principalmente os críticos da Política Externa dos EUA na época, como por exemplo, os membros do *America First Committee*, que foram contra a intervenção militar na Coreia (1950-1953) e defendiam que os Estados Unidos não tomassem frente em relação aos problemas dos países europeus (SOUZA, 2013 p.131). Também foram aliados do debate os opositores da Doutrina Truman, do Plano Marshall e os apoiadores da candidatura presidencial de Robert Taft, então senador por Ohio, derrotado por Dwight D. Eisenhower nas eleições primárias do Partido Republicano em 1952 (MATTHEWS, 2016).

Nesse contexto, Buckley e seus seguidores deram início a um processo de tentativa de “excomunhão” (SEDGWICK, 2019, p.125-126) ⁶ das formas estridentes de Conservadorismo, a saber, os apologistas do nacionalismo branco, supremacistas raciais, antissemitas e promotores de todo tipo de teorias da conspiração sobre a infiltração dos comunistas nos EUA, indivíduos que em sua maioria orbitavam em torno de organizações políticas da extrema-direita como a *John Byrch Society*, *The Liberty Lobby* e *Citizens’ Councils* (MATTHEWS, 2016).⁷ Para alguns deles até mesmo o presidente Eisenhower era um comunista infiltrado (GREENBERG, 2016).

.....
6 Não à toa, Buckley Jr. era descrito como o “Papa do Conservadorismo”. In: SEDGWICK, 2019, p.125-126.

7 O próprio nome *John Byrch* pretendia homenagear um missionário homônimo estadunidense que foi assassinado na China Comunista no início dos anos 1950 e era considerado pelos fundadores do grupo a “primeira vítima da Guerra Fria”. In: MATTHEWS, 2016.

Uma vez delimitada a atuação dos “conservadores conscientes” na política estadunidense, nas décadas seguintes a Nova Direita conseguiu se aproximar tanto do Partido Republicano como do centro da discussão política, o que conferiu a Buckley e à NR um aspecto institucional essencial para desconstruir a caricatura da Direita formada apenas por indivíduos toscos e trogloditas (BERLET, 2008, p.572).

Caminhando algumas décadas, chegamos na *AmCon*. Com sua primeira edição lançada no dia 07 de outubro de 2002, o periódico de publicação quase sempre quinzenal possui entre seus fundadores Scott McConnell, Taki Theodoracopulos e Pat Buchanan. Destacaremos brevemente as trajetórias pessoais de cada um, pois é algo fundamental para compreender a orientação ideológica adotada pela revista, bem como os fundamentos de seus ataques à administração Bush-Cheney entre 2002 e 2008.

Scott McConnell, o único que ainda integra o corpo editorial da revista, é um jornalista de passado *neoon*. Entre 1989 a 1997 atuou como colunista e editor do *New York Post*, propriedade do magnata da mídia, Rupert Murdoch. McConnel era também um colaborador assíduo de publicações políticas como a NR e a revista *Commentary* (YOUNG, 2017).⁸ Seu rompimento com o Conservadorismo *mainstream* começa a partir de sua adesão ao discurso antimigração, o que lhe custa não só o emprego, mas a credibilidade nos círculos *neocons*. Por outro lado, esta situação lhe servirá de catapulta para seu novo lar intelectual, a revista *AmCon* e o Paleoconservadorismo (STRAUSS, 2009).⁹

Grego de nascimento, o jornalista e socialite *paleocon* Taki Theodoracopulos havia se notabilizado na década de 1990 por seu racismo e antissemitismo velados em comentários esporádicos na imprensa, os quais,

.....
8 Bem nascido, Scott McConnell é neto de David H. McConnell, fundador da empresa de produtos cosméticos Avon. Ironicamente, ele também é enteado do ator hollywoodiano Sterling Hayden, célebre por interpretar o general anticomunista e paranóico Jack D. Ripper no filme “Dr. Fantástico” (1964), de Stanley Kubrick. In: YOUNG, 2017.

9 McConnell narra sua passagem do Neoconservadorismo para o Paleoconservadorismo em um livro lançado em 2016, cujo título é “Ex-Neocon: Dispatches from the Post 9/11 Ideological Wars”. Sua aversão aos *neocons* chegou ao ponto de declarar apoio a Barack Obama em 2008. In: STRAUSS, 2009.

conforme observa o historiador David Greenberg, “eram amplamente ignorados pelos *policy makers* e a mídia *mainstream*, mas já eram o suficiente para cativar uma legião de seguidores da extrema-direita” (GREENBERG, 2016. Tradução nossa).

De fato, é após o ingresso na *AmCon* que seu papel na extrema-direita estadunidense se amplia substancialmente. Passados alguns anos exercitando suas posições polêmicas, Theodoracopulos deixa o corpo editorial da revista em 2007 para criar seu próprio veículo de notícias e opiniões, *Taki Magazine*, site que por algum tempo contou com o notório supremacista racial Richard B. Spencer entre seus colunistas e editores, e tecia loas ao partido neo-nazi grego Aurora Dourada (MATTHEWS, 2016).¹⁰

Por fim, o nome mais importante entre os membros fundadores da *AmCon* é o de Patrick J. Buchanan, uma velha raposa da política estadunidense e, seguramente, o maior e mais proeminente propagador das ideias *paleocons* no debate público (SEDGWICK, 2019, p.129).

Pat Buchanan, vindo de uma criação do catolicismo anticomunista, emerge como um intelectual promissor dentro do Partido Republicano a partir da campanha presidencial de Barry Goldwater, em 1964. Ele serviu como conselheiro da Casa Branca e redator de discursos durante o governo de Richard Nixon (1969-1974), e depois atuou como diretor de comunicações no segundo mandato de Ronald Reagan (1981-1988) (Ibid., p.122-125).

A partir da década 1990, na iminência de seu rompimento com o Partido Republicano, a trajetória de Buchanan começa a se desenhar por caminhos cada vez mais obscuros. Nesse período ele tentou disputar as eleições presidenciais por três vezes. Sua campanha de 1992, por exemplo, recuperou o famoso slogan dos anos 1940, “*American First*” (SEDGWICK, 2019, p.122-125).¹¹ Buchanan foi por décadas uma figura sempre requisitada em

.....
10 Ao lado de veículos como o *VDARE*, *American Renaissance*, e *Occidental Observer*, o *TakiMag* é um dos maiores replicadores do discurso do nacionalismo branco na mídia conservadora estadunidense. In: MATTHEWS, 2016.

11 Duas vezes pelo Partido Republicano, e uma última como candidato independente. In: SEDGWICK, 2019, p.122-125.

mesas redondas, painéis e programas de discussão política da imprensa estadunidense, onde por diversas vezes expôs seu antissemitismo velado em críticas sobre o a Guerra do Golfo (1990-1991) e o alinhamento da política externa dos EUA com os interesses do Estado de Israel, entre outros assuntos (GREENBERG, 2016).

Podemos considerar Pat Buchanan como um dos principais revisionistas da história de que se tem notícia, contando com mais de uma dezena de livros publicados desde o fim dos anos 1980 até agora, onde repercute inúmeros dados contra-factuais e teorias da conspiração originadas ainda no período da Guerra Fria. Um dos seus principais trabalhos foi lançado em 2001 (muito perto da fundação da *AmCon*, inclusive), cujo famigerado título é: “*The Death of The West: How dying populations and immigrant invasions imperil our country and civilization*”, na qual o autor expõe como tese central a principal bandeira dos *paleocons*, ou seja, a defesa dos valores da civilização ocidental.¹²

Adotando tom alarmista, Buchanan faz ponderações sobre como a afluência de imigrantes muçulmanos na Europa estaria destruindo os “valores” das sociedades ocidentais, e condena o feminismo por destruir as famílias tradicionais e influenciar as baixas taxas de natalidade do Velho Continente (SEDGWICK, 2019, p.128-129). Segundo ele, os EUA eram o último bastião da civilização ocidental, mas viviam com a entrada de imigrantes hispânicos em suas fronteiras uma situação análoga ao da imigração islâmica na Europa, uma vez que estes indivíduos queriam apenas sugar as benesses proporcionadas pelo *American Way of Life* e o Sonho Americano (Idem).

Para Buchanan, paralelamente há nos EUA uma Guerra cultural generalizada devido a influência do Marxismo Cultural e da Escola de Frankfurt sobre parte dos acadêmicos, mídia e políticos, cujo objetivo final é a destruição de

.....
¹² Para termos uma noção do impacto deste livro, ele é referenciado no manifesto assinado pelo terrorista de extrema-direita e supremacista branco norueguês Anders Breivik.

“todos os principais elementos da cultura ocidental, incluindo cristianismo, capitalismo, autoridade, família, patriarcado, hierarquia, moralidade, tradição, restrição sexual, lealdade, patriotismo, nacionalismo, hereditariedade, etnocentrismo, convenção e o conservadorismo” (BUCHANAN, 2002, p.75. Tradução nossa).

MAKE WAR VOTE GOP: PALEOCONS CONTRA NEOCONS NAS PÁGINAS DE THE AMERICAN CONSERVATIVE

O texto inaugural da revista inicia com a seguinte constatação:

Hoje, os Estados Unidos não têm escassez de revistas que podem chamar sua orientação e ser descritas por outros como “conservadoras”. Adicione o domínio dos conservadores no rádio, a popularidade de vários e talentosos comentaristas de televisão de centro-direita, a atual maioria republicana na Câmara e na presidência de Bush, e pode-se então argumentar que as ideias conservadoras têm uma ressonância como nunca antes visto. Há, no entanto, um grande desconforto, muitas vezes desarticulado, nas fileiras de muitos que se consideraram conservadores durante as últimas décadas (THE AMERICAN CONSERVATIVE, 2002, p.3. Tradução nossa).

O “desconforto” referido no fragmento acima diz respeito a sequência de atos tomados pelo governo após os atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. A Casa Branca, que ainda desenhava sua estratégia de Política Externa, conseguiu finalmente estabelecer um objetivo primordial após os ataques ao Pentágono e ao *World Trade Center*: a guerra contra o terrorismo global (MURRIN, J. M.; JOHNSON, P. E.; Et. al., 2008, p.1007).

Poucos dias após o atentado, o Congresso aprovou o *Patriot Act*, que conferiu ao presidente o uso de toda força necessária para proteger os EUA de outros ataques (Idem). A data de lançamento da *AmCon* (07/10/2002) é justamente um ano após a Invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos (07/10/2001) e um mês após a divulgação do NSS 2002 – *The National Security Strategy of the United States of America*, documento que estabelece o que viria a ser Doutrina Bush e a Guerra ao Terror (PECEQUILO, 2005, p.370-371).

Howard Zinn vê nestas medidas enérgicas um tipo de espontaneidade, um movimento necessário para assegurar papel de superpotência

imperialista que os EUA havia construído ao longo do último século, somando a isso as décadas de dependência viceral que tanto Democratas como Republicanos possuíam do poderoso complexo industrial-militar do país (ZINN, 2011, p.510).

Debate-se nas esferas política e acadêmica a relação entre as medidas do pós 11/09, como a noção de Guerra Preventiva, com as ideias discutidas pelos *policy makers* e ideólogos *neocons* próximos dos Republicanos nos anos 1990. Sidnei Munhoz destaca que intelectuais como Samuel Huntington, por exemplo, clamavam pela necessidade de os EUA reverem sua estratégia de Política Externa, assumirem o papel de campeões da civilização ocidental e usarem seu poderio militar para expandir seus valores e interesses além das fronteiras, dado que a URSS não era mais uma ameaça à ordem global (MUNHOZ, 2012, p.3-4). Sandro Zarpelão aponta para a análise de que a Doutrina Bush e a Guerra ao Terror eram a etapa final de um amplo processo de transição das relações internacionais dos EUA do fim do período da Guerra Fria, cujo ponto de partida era a Guerra do Golfo, do início dos anos 1990, durante a presidência de George H. W. Bush (1989-1992) (ZARPELÃO, 2011, P.592-594).

Mary Anne Junqueira destaca a utilização do momento pós-ataques como forma de resgate e reafirmação de diversos aspectos e conceitos que compõem a identidade e o imaginário estadunidense ao longo de sua história, especialmente os mitos do “Povo Eleito”, do “Destino Manifesto” e do “Excepcionalismo Americano”, muito bem exemplificados na retórica maniqueísta empregada por Bush após 11/09 (JUNQUEIRA, 2003, p.165-166).

Os *paleocons* da revista *AmCon* foram críticos da postura belicosa do governo Bush-Cheney, não porque estivessem preocupados com as vidas civis ceifadas no processo, mas pela alegação de que o 11/09 era um pretexto para eclipsar uma discussão muito mais urgente para a sociedade estadunidense, que era a restrição do fluxo migratório para o país, conforme o fragmento abaixo:

Nem todos os conservadores concordam que os Estados Unidos deveriam se engajar – por razões que dificilmente tocam os interesses vitais da América – em uma guerra aberta contra grande parte do mundo árabe e muçulmano. [...] Um amigo nosso

contou recentemente sobre um encontro com um de seus colegas acadêmicos. “Você é um conservador” – o colega disse – “então você deve concordar com Paul Wolfowitz que devemos atacar o Iraque, Irã, Egito, Arábia Saudita e todos esses lugares” (THE AMERICAN CONSERVATIVE, 2002, p.3. Tradução nossa).

Em seus comentários sobre o tema, Buchanan afirmava que a proteção das fronteiras era muito mais fundamental para a sobrevivência da civilização ocidental (leia-se branca, cristã, heteronormativa) do que atacar inimigos no estrangeiro (SEDGWICK, 2019, p.127). O editorial da *AmCon* continua:

[...] Uma variante dessa conversa poderia ser feita sobre a imigração – uma questão em torno da qual o debate genuíno irrompeu por um breve período em meados da década de 1990 apenas para ser “extinta pelas facções reinantes do establishment conservador”. “Então você é um conservador”, seria a conversa executada. “Você deve acreditar que ‘as fronteiras devem ser abertas’” como o editorial do Wall Street Journal habitualmente coloca. Bem, mais uma vez, não. Acreditamos que a América ganhou e ainda ganha com novos imigrantes. Mas após duas décadas de intensa imigração, também acreditamos que a nação precisa de uma desaceleração para assimilar os que já estão aqui (THE AMERICAN CONSERVATIVE, 2002, p.3. Tradução nossa).

Um dos elementos fundamentais para compreender a oposição feita pelos *paleocons* é sua abordagem hostil ao gabinete *neocon* montado no governo Bush-Cheney. Por isso entendemos que a análise do conteúdo publicado pela *AmCon* é uma forma de compreender como o Partido Republicano assimilou ao longo de décadas as diversas facções conservadoras dentro de sua estrutura burocrática.

O Neoconservadorismo, tendência influente e admirável em muitos aspectos, que emergiu durante a década de 1970 e floresceu durante a década de 1980, triunfou. Agora é dominante, ou melhor, o único conservadorismo americano que vale a pena falar. E se você olhar para os diversos meios de comunicação conservadores, isso quase parece ser o caso. As principais revistas agora competem sobre qual delas pode zurrar mais alto pela guerra mais selvagem, a mais ambiciosa expansão de um império americano (THE AMERICAN CONSERVATIVE, 2002, p.3. Tradução nossa).

Entre o surgimento da NR no mercado editorial e a ascensão de Ronald Reagan na presidência (1981-1988) mudanças sensíveis ocorrem no pensamento

conservador estadunidense, as quais resultam no surgimento do *Neoconservadorismo*. Originalmente, essa concepção era disseminada por intelectuais ligados às revistas *The Public Interest* e *Commentary*, muitos destes de ascendência judaica, antigos adeptos do liberalismo ou mesmo com passagens pela militância de esquerda, sendo seu principal ideólogo o escritor Irving Kristol, seguido de Norman Podhoretz, Gertrude Himmelbear, Jeane Kirkpatrick e dos sociólogos Daniel Bell e Nathan Glazer (SILVA, 2015, p.817-818).

Kristol é responsável pela célebre definição: “um neoconservador é um liberal que foi assaltado pela realidade” (NASH, 2006, p.438).¹³ Isso se explica o fato de o Neoconservadorismo ter suas fileiras engordadas por liberais moderados que deixaram de apoiar o Partido Democrata por discordar de suas ações no contexto dos Movimentos pelos Direitos Civis e de programas sociais como o *Guerra à Pobreza* (1964) e o *Great Society* (1964-1965), alegando que medidas como essas, junto com os movimentos sociais, minavam qualquer possibilidade de consenso na sociedade estadunidense (BERLET, 2008, p.582).

O historiador George Nash observa que muitos dos *neocons* recém-conversos faziam parte da elite acadêmica incomodada com o crescimento da *New Left* dentro das universidades e sua tendência em culpabilizar a presença militar dos EUA fora das fronteiras como responsável pelos problemas políticos e econômicos ao redor do globo (NASH, 2006, p.438). O Neoconservadorismo se apresentou como alternativa para muitos destes, já que uma guinada em direção aos conservadores seria inviável dado o forte antissemitismo que circundava a Direita conservadora estadunidense (MURRIN, J. M.; JOHNSON, P. E.; Et. al., 2008, p.943).¹⁴

Como já mencionamos anteriormente, esta vertente alcança o *mains-tream* da política estadunidense durante os dois termos presidenciais de Ronald Reagan e no mandato único de George H. W. Bush, projetando

.....
13 Além disso, George Nash afirma que o termo “Direita Liberal” pode ser entendido como sinônimo de “Neoconservadorismo”. In: NASH, 2006, p.438.

14 De fato, Buckley Jr. passou algumas décadas instando sua militância e seus colaboradores a abandonarem este elemento de sua retórica. In: MURRIN, J. M.; JOHNSON, P. E.; Et. al., 2008, p.943.

politicamente nomes como Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Condoleezza Rice, Colin Powell, e outros que viriam a ser futuros membros da administração Bush a partir de 2001 (PECEQUILO, 2005, p.355).

Os *neocons* viam no declínio da URSS como uma oportunidade para os EUA expandirem os valores democráticos e remodelar o mundo à imagem do capitalismo global (SEDGWICK, 2019, p.127). Alguns estudiosos chamarão este princípio de Política Externa Militante, cuja inspiração reside no internacionalismo Wilsoniano, em que a democracia e a liberdade são valores universais, geradores de paz e prosperidade para todos. Cabe aos EUA a promoção dos mesmos pelo planeta, ainda que pelo uso da força militar, derrubada de governantes, ataques preventivos e a intervenção bélica com o objetivo de estabelecer regimes mais democráticos e mais receptivos aos interesses estadunidenses (SILVA, 2015, p.818).

Mesmo fora do governo, o segmento *neocoon* do Partido Republicano já havia dado um formato institucional a esta concepção no ano de 1997, quando Bush, Cheney, Rumsfeld, Wolfowitz, Francis Fukuyama, William Kristol, e *think tanks* como o *American Enterprise Institute*, elaboraram o documento que seria, anos mais tarde, a inspiração da Doutrina Bush e da Guerra ao Terror, o *PNAC – Project for The American New Century*, plano que

consistia em aumentar os gastos com defesa, fortalecer os vínculos democráticos e desafiar os “regimes hostis aos interesses e valores” americanos, promover a “liberdade política” em todo o mundo e aceitar para os Estados Unidos o papel exclusivo de “preservar e estender uma ordem internacional amigável (friendly) à nossa segurança, nossa prosperidade e nossos princípios” BANDEIRA, L. A. M., 2014, p.178).

A nêemese do novo Conservadorismo surgiu durante a década de 1980. Alguns círculos políticos, intelectuais e jornalísticos começaram a se definir como *Paleoconservadores*. Quase todos eles haviam sido antigos apoiadores da candidatura presidencial de Barry Goldwater (1964) ou pertenceram aos quadros próximos de Richard Nixon que acabaram se

retraindo politicamente após o escândalo de Watergate (1972-1974) (SEDGWICK, 2019, p.102).

Este retrônimo toca em diversos pontos nevrálgicos da composição do Partido Republicano e da complexa formação da Direita estadunidense, confrontando a ideia de que não havia um movimento conservador digno de nota antes de Buckley e a NR (GREENBERG, 2016). Trabalhos como o do historiador Paul Gottfried, um dos fundadores desta vertente e colaborador frequente da *AmCon*, tentam demonstrar o Paleoconservadorismo como uma via intelectual baseada em tradições filosóficas clássicas, enraizadas nos escritos de Edmund Burke, Russel Kirk e Richard Weaver, investindo na defesa do tradicionalismo moral, na valorização da América rural branca e na proteção da cultura ocidental (SEDGWICK, 2019, p.102).

A famigerada pauta dos valores ocidentais, como já demonstramos em passagens anteriores, é muito cara aos *paleocons* e para eles os *neocons* eram relapsos em sua proteção. Em discurso proferido na reunião anual do *H. L. Mencken Club*, em 2008, Paul Gottfried lembrou:

Boa parte dos neoconservadores/neoliberais não concentrava mais esforços significativos em questões ligadas à preservação da cultura ocidental, à exaltação da herança europeia, curvando-se às bandeiras da diversidade, imigração e do politicamente correto. Era preciso, então seguir um outro caminho, reorganizar-se, construindo novos espaços, encontrando outros interlocutores e estimulando o despontar de novos intelectuais (POGGI, 2014, p.339).¹⁵

Em âmbito teórico, o surgimento das ideias *paleocons* está vinculado a uma empreitada de reabilitação das reputações de diversos congressistas Republicanos “menores”, associados à chamada *Velha Direita*, grupo que durante as décadas que antecederam a Guerra Fria orbitava em torno do já citado Robert Taft e de outros políticos de perfil nacionalista e isolacionista, que faziam oposição ao *New Deal* e trabalhavam contra a participação dos EUA na Liga das Nações, por exemplo (SCOTCHIE, 1999, p.2).

.....
15 Gottfried conclui adiante que era necessário o movimento conservador se reagrupar, encontrar novos intelectuais e interlocutores, e enfim, se organizar em torno de uma *Direita alternativa*. In: POGGI, 2014, p.339.

Os editores fundamentam o posicionamento crítico ao governo Bush-Cheney adotado pela revista justamente nesse elemento histórico:

Vamos questionar os benefícios e apontar as armadilhas da economia global de livre comércio; vamos libertar o debate sobre imigração da prisão na qual ele foi posto. E discutiremos, com frequência, o papel dos Estados Unidos no mundo, voltando um olhar crítico para aqueles que querem deixar de lado toda tradição relevante da política externa americana – do isolacionismo ao estilo de Robert Taft ao internacionalismo prudente de estilo Dwight Eisenhower, em favor de um militarismo “faça você mesmo”, em que os EUA ameaçam e bombardeiam uma nação após a outra, enquanto o mundo observa com horror crescente (THE AMERICAN CONSERVATIVE, 2002, p. 3. Tradução nossa).

Em termos econômicos, os *paleocons* aderem ao modelo antiestatista de Livre Mercado proposto pelos economistas da Escola Austríaca, como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek (SCOTCHIE, 1999, p.2-3). Nos anos Reagan, por exemplo, era comum a crítica de que Washington era incapaz de gastar com responsabilidade o dinheiro dos impostos dos contribuintes (GREENBERG, 2016).

As principais ideias dos *paleocons* sobre questões comportamentais não se distanciam tanto de valores associados ao Conservadorismo tradicional (MATTHEWS, 2016). Desde a presidência de Nixon, os futuros *paleocons* atacavam a chamada “elite cultural liberal” – Hollywood, universidades e grupos de mídia – acusando-os de ser responsáveis pela destruição dos valores tradicionais estadunidenses (GREENBERG, 2016).

O alicerce deste movimento acaba sendo a preponderância do nacionalismo étnico e racial em seu discurso e visão de mundo, resultando, inicialmente, em profundo ceticismo sobre a globalização da economia e defesa do isolacionismo nas relações internacionais, tal qual defendia a Direita pré-Guerra Fria. Para Pat Buchanan, não cabe aos EUA exportar e universalizar a democracia, pois de acordo com ele, poucas sociedades estão prontas para aderir a este valor ocidental:

Quando George W. Bush declarou que os povos do Oriente Médio deveriam decidir seu futuro em eleições democráticas, o Líbano escolheu o Hezbollah, os

palestinos escolheram o Hamas, os egípcios a Irmandade Muçulmana. (BUCHANAN, 2017 *apud* SEDGWICK, 2019, p.127. Tradução nossa).

Mas o verniz de análise criteriosa se dissolve ante posições xenófobas, racistas e temerárias quanto ao impacto da imigração dos países do então chamado Terceiro Mundo (NASH, 2006, p.446).

Acreditamos que o conservadorismo é a tendência política mais natural, enraizada no gosto do homem pelo familiar, pela família, pela fé em Deus. Acreditamos que o verdadeiro conservadorismo tem uma predisposição para as instituições e costumes que existem. Muito do que se passa pelo conservadorismo contemporâneo está associado a uma espécie de radicalismo – fantasias de hegemonia global, a noção arrogante de que a América é uma nação universal para todos os povos do mundo, uma economia hiperglobal. Em combinação com um desprezo cada vez mais revelado pelos aliados de longa data da América, é mais uma receita para o desastre THE AMERICAN CONSERVATIVE, 2002, p.3. Tradução nossa).

Muitos dos posicionamentos dos *paleocons*, em tempos recentes, encontraram guarida na proeminente *Alt-Right* estadunidense – encabeçada por indivíduos como Steve Bannon, Richard B. Spencer, Alex Jones, Milo Yiannopoulos e outros -, sendo replicados em bandeiras da islamofobia, homofobia, antifeminismo, nacionalismo étnico, e outros (POGGI, 2018, P.338-339).

E dada a recente popularidade destas ideias, a influência e a proximidade dos Estados Unidos com diversos políticos governos abertamente fascistas ao redor do globo, precisamos questionar a responsabilidade dos *paleocons* tiveram, no uso de seu limitado espaço na imprensa especializada, em manter acessa a chama da extrema-direita que ronda a política estadunidense desde muitas décadas, abraçando e repaginando para os nossos dias a xenofobia, o racismo, e a paranóia conspiracionista dos anos da Guerra Fria (BERLET, 2008, p.588).

Quando ainda era figura frequente na Casa Branca, Pat Buchanan afirmava que “o maior vácuo da política estadunidense estava à direita de Ronald Reagan” (WILENTZ, 2008, p.312). Não seria exagero afirmar que a criação da revista *The American Conservative* é uma das inúmeras tentativas de ocupar este vácuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, L. A. M. **As relações perigosas** : Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BERLET, C. The Write Stuff: U. S. Serial Print Culture from Conservatives out to Neonazis. **Library Trends**, v. 56, n. 3, p. 570–600, 2008.
- BUCHANAN, P. J. **The Death of The West**: How dying populations and immigrant invasions imperil our country and civilization. Nova York: Thomas Dunne Books, 2002.
- GREENBERG, D. An Intellectual History of Trumpism. **Político Magazine**, 20. ago. 2016. American Library Association. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2016/12/trumpism-intellectual-history-populism-paleoconservatives-214518> Acesso em: 04 de abril de 2019.
- HOFSTADTER, R. The Paranoid Style in American Politics. In: **The Paranoid Style in American Politics and Other Essays**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1964, p.3–40.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. **Margem**, São Paulo, n. jul 2003, p. 163-171, 2003.
- KELLNER, D. **Cinema Wars**: Hollywood Film and Politics in the Bush-Cheney Era. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.
- MATTHEWS, D. Paleoconservatism, the movement that explains Donald Trump, explained. **VOX**, 6. mai 2016. Disponível em: <https://www.vox.com/2016/5/6/11592604/donald-trump-%0A-paleoconservative-buchanan> Acesso em: 04 de abril de 2019.
- MUNHOZ, S. J. Dilemas da Política Externa e da Estratégia Militar dos EUA Durante os Governos de George W. Bush. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 7, p. 1–14, 2012.
- MURRIN, J. M.; JOHNSON, P. E.; MCPHERSON, J. M.; Et. Al. **Liberty, Equality, Power**: A History of the American People. Boston: Thomson Wadsworth, 2008.
- NASH, G. H. **The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945**. Wilmington (DE): ISI Books, 2006.
- PECEQUILO, C. S. Bush II: A ascensão neoconservadora ou o novo declínio? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 353–380, 2005.
- POGGI, T. Alt-Right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo. **Marx e o Marxismo**, v. 6, n. 11, p. 326–354, 2018.

- SCOTCHIE, J. **The Paleoconservatives**: New voices of the Old Right. New Jersey: Transaction Publishers, 1999.
- SEDGWICK, M. **Key Thinkers of the Radical Right**: Behind the New Threat to Liberal Democracy. Oxford University Press, 2019.
- SILVA, F. **Enciclopédia de guerras e revoluções – vol. III : 1945-2014: a época da Guerra Fria (1945-1991) e da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- SOUZA, Rodrigo F. de. **William F. Buckley Jr., National Review E a Crítica Conservadora Ao Liberalismo E Os Direitos Civis Nos EUA, 1955-1968**. 2013. 371 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- STRAUSS, D. The American Conservative's Next Step: What's the place of Pat Buchanan's The American Conservative in a post-Bush world? **Generation Progress**, 29. maio 2009. Disponível em: https://web.archive.org/web/20110808045726/http://www.campusprogress.org/articles/the_american_conservatives_next_step Acesso em: 04 de abril de 2019.
- THE AMERICAN CONSERVATIVE. We Take Our Stand (Editorial). **The American Conservative**, 7 out. 2002.
- WALLERSTEIN, I. La reelección de Bush y sus implicancias para Estados Unidos y el mundo. **CLACSO**, n. 15, p. 15–20, 2004.
- WILENTZ, S. **The Age of Reagan: A History, 1974-2008**. Nova York: HarperCollins, 2008.
- YOUNG, Adam. Review: Ex-Neocon by Scott McConnell. **Going-Postal**. 9 out 2017. Disponível em: <https://going-postal.com/2017/10/review-ex-neocon-by-scott-mcconnell/> Acesso em: 04 de abril de 2019.
- ZARPELÃO, S. H. M. A Política Externa dos Estados Unidos: A Longa Guerra do Golfo sob a ótica das Doutrinas Powell e Bush (1991-2003). **Anais do V Congresso Internacional de História – UEM**, p. 591–600, 2011.
- ZINN, H. **La outra Historia de los Estados Unidos**: Desde 1492 hasta el presente. Nova York: Seven Stories Press, 2011.

LARANJA MECÂNICA E A CENSURA DA DITADURA MILITAR DE 1964, PROVÁVEIS DEBATES E RELAÇÕES

JOSÉ EMANOEL MARTINS DA SILVA
CCADÊMICO DO PPGH, MESTRADO UFSM, BRASIL
EMANOEL682@GMAIL.COM

RESUMO

O presente artigo busca problematizar a narrativa cinematográfica do filme Laranja Mecânica, dirigido por Stanley Kubrick, com a situação social e política que se encontrava a sociedade brasileira de 1964. Laranja Mecânica foi um dos filmes que fora censurado pela Ditadura Militar instaurada no país. A censura ocorreu alegando que esta obra era danosa a “moral e bons costumes” da época. Utilizando como metodologia para o trabalho a pesquisa de caso de Creswell, buscando relacionar diversas informações que possam ser extraídas da obra cinematográfica e as relacionando com a situação da sociedade brasileira da época. Desta maneira, busco realizar reflexões e auxiliar no desenvolvimento de novas perguntas para as relações entre o cinema e a Ditadura Militar no Brasil. Tais estudos sobre cinema, se tornam cada vez mais imprescindíveis atualmente, onde as mídias vem ganhando papel importante e poderoso socialmente e politicamente. Pode-se notar relações entre a narrativa cinematográfica com o período histórico brasileiro, não só pelas movimentações sociais que ocorriam pelo mundo, mas também com a repressão apresentada por sistemas políticos ditatoriais não somente no Brasil mas em boa parte da América Latina.

Palavras-chaves: Cinema; Ditadura; História.

Em 1971, entrava em cartaz nos cinemas europeus, *Laranja mecânica*, dirigido e roteirizado por Stanley Kubrick. No Brasil, o filme também entrou em cartaz, mas atendendo as demandas políticas presentes no país da época. O Golpe Militar instaurado em 1964 trouxe como uma de suas características de governo a censura. A exibição ocorreu, porém, com bolinhas escuras cobrindo as partes íntimas dos personagens durante as cenas que continham nudismo. Demonstrando claramente a ação dos sensores em sob o cinema, sendo escancarada a censura aos filmes, não sendo somente as bolinhas escuras nas cenas de nudismos, mas também em trechos de novelas, músicas dentre outros meios artísticos e midiáticos. Esta temática é uma extensão da minha dissertação de mestrado, que busca apresentar as relações entre a Ditadura Militar no Brasil com o filme *Laranja Mecânica*.

As críticas, em alguns jornais internacionais, repercutiam a censura realizada no filme como ponto de chacota e reflexão sobre o momento político brasileiro. O presente artigo busca realizar um breve debate, em torno de como o filme *Laranja mecânica* se apresenta no cenário brasileiro do período da Ditadura; não busco gerar conclusões sobre o assunto e sim realizar uma breve relações possíveis entre estes; apresentando pontos da relação histórica do filme com a conjuntura europeia da época de sua produção e buscando focar este olhar para o cenário brasileiro, onde a Ditadura se fazia presente e também, a censura a diversos meios de comunicação e artísticos. E a verificação de obras que poderiam causar mal a “moral e bons costumes”, um dos principais slogans para demonstrar a necessidade da censura, assim como da Ditadura. Um filme que apresenta uma sociedade perdida na violência, com o personagem principal submetido a um “tratamento médico” que é uma tortura, passando nas telas do cinema de um país onde a tortura era um método utilizado governamentalmente, o cuidado com o discurso é presente para não dismantelar a ordem. Estas são algumas questões que encontramos no filme e que busco melhor apresentar e relacionar a Ditadura Militar brasileira ao longo do artigo.

Para tal trabalho foi utilizado o método de pesquisa qualitativo, partindo de uma pesquisa de caso. De acordo com Creswell (2014, p.86),

“a pesquisa de estudo de caso é uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um caso) ou múltiplos sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, por meio da coleta de dados detalhada em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação”. Acompanhando esse método de pesquisa, serão abordadas algumas partes do filme de maneira crítica, partindo assim do pressuposto que o leitor já possua algum conhecimento da obra de Kubrick. Porém, também será descrita de maneira muito breve algumas passagens do filme, para melhor elucidar o debate mais específico.

A ficção pode ser compreendida como um produto da imaginação ou história inventada (em literatura, cinema etc.), mas teria como um autor produzir uma ficção futurista fugindo de seu tempo presente, assim projetando uma sociedade completamente diferente da qual este vive? De acordo com teóricos que estudam a ficção e sua correlação com a História, é muito difícil. A ficção futurista tem uma característica para estes teóricos de que ela está completamente ligada ao tempo presente na qual a obra é produzida. Sendo assim, há como trabalhar o cinema ficcional dentro de uma História não ficcional. Buscando em produções de livros teóricos da História, que explicam como podemos trabalhar a ficção com a História, encontramos Jörn Rüsen, em seu livro *Teoria da História: uma teoria da História como Ciência*. No qual é apresentado os limites que se deve ter em mente ao trabalhar a relação ficção e realidade, buscado as respostas não na exuberância da obra, mas sim na sua autonomia entre a imaginação e a experiência do pensamento histórico (JÖRN, 2015, p.192).

A compreensão, a partir de um viés historiográfico, de como os filmes também fazem parte da História é um dos aspectos que é importante para a compreensão Contemporânea de estudos em História do século XX. Quando buscamos compreender um determinado período histórico, buscamos encontrar respostas diretamente nos livros, de preferência os que trazem personagens que são reais e um período já conhecido. Durante muito tempo este foi o pilar para que se realizasse uma pesquisa historiográfica dentro dos moldes e para ser considerada válida. Contudo, com os avanços

do capitalismo e globalização, da maneira com a qual as pessoas transmitem e adquirem novos conhecimentos, alguns teóricos viram a necessidade de ampliar os seus horizontes para buscar compreender a História, não focando somente nos grandes acontecimentos, mas também em passagens que possam ser chamadas de breves dentro da História.

Laranja mecânica entrou para o cânone das obras cinematográficas do século XX, sendo referenciada e repercutida em outras diversas expressões artísticas. O filme apresentava uma sociedade futurista, mas não uma utópica (com melhorias visíveis em diversos âmbitos da sociedade). E sim um futuro mais próximo do nosso, com objetos em cena que nos remetem ao período da época (1971), porém se apresenta diferente, principalmente pelo modo com o qual a sociedade se apresenta ali, o descaso com a cidade, com patrimônios destruídos e sujeira pelas ruas, a violência “naturalizada”, dentre outros.

O personagem principal é Alex DeLarge, um jovem que possui hábitos cotidianos um tanto quanto incomuns. Ele e sua gangue praticam ao longo da noite inúmeros atos de vandalismo, violência tanto física quanto sexual, assaltos, roubos e assassinato. Em uma destas noites, o jovem vai preso sendo acusado de assassinato, recebendo uma pena de mais de dez anos de reclusão. Porém, ele descobre boatos sobre um tratamento médico novo, com poucos testes, que prometia a liberdade dos detentos em uma semana e uma cura completa para a violência. Alex vê aí a oportunidade perfeita para sair do cárcere, assim se disponibilizando para ser cobaia do teste. Quando realmente é apresentado para o personagem do que se trata o método, este fica receoso com o tratamento. Este tratamento, chamado no filme de Tratamento Ludovico, funciona a partir de demonstração de filmes para o paciente, enquanto este está sob efeito de medicamentos que causam náuseas e desconfortos, logo, o paciente aos poucos vai relacionando a sensação de mal-estar com as cenas que estão sendo apresentadas. Esses filmes que são apresentados possuem temáticas de violências dos mais diversos modos: nazismo, sexo, dentre outras. Com o tratamento concluído, Alex se vê “curado” da violência, mas está, de fato, curado? Ou apenas teria se tornado um ser mecânico sem as

escolhas de como defender-se da sociedade? Octavio Ianni explica que a violência é algo maior que o simples ato de infligir dor e como se dá o surgimento desta como uma técnica de controle e de poder do estado.

Nasce como técnica de poder, exercitar se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas (IANNI, 2018, p. 9)

Este é apenas um resumo breve, de um determinado ponto da obra. É notável a possibilidade de ampliar mais o contexto do filme, no qual se pode encontrar tais respostas buscando realizar um breve debate que busque apresentar as semelhanças entre o filme e a sociedade brasileira.

Para podermos realizar tal debate, notasse a necessidade também de apresentar nem que brevemente, a situação política e social do Brasil após 1964. Após um golpe Militar, que se apresentava a sociedade como uma medida prévia, para resolver os problemas do país, durou mais de 20 anos. Neste período, inúmeros presidentes militares estiveram a frente do poder maior do país, promulgando leis e buscando gerar no país um medo geral, que seria um dos motores que fariam este golpe se manter firme e funcionando. Mas, somente o medo não conseguiria fazer com que a população fosse guiada pelos militares. Em vista disso, diversos Atos políticos foram assinados ao longo da ditadura, permitindo assim a tortura a presos, a censura descarada tanto nos meios de comunicação escritos, quanto nas mídias áudio visuais. Para assim manter firme e operante a Ditadura.

Vem o golpe, e com ele, a censura é reorganizada, com vistas a servir aos interesses políticos dos militares no poder. A censura praticada no Brasil, de 1964 a 1988, não foi apenas repressão localizada, mas mecanismo essencial para a estruturação e a sustentação do regime militar. (PINTO, 2006. p.3)

Medicci foi o presidente a protocolar o Ato Institucional nº5, que deu total liberdade e proteção para que as violências e censuras realizadas pelo

governo ganhassem caráter autêntico perante a lei. Utópica e ingênua a visão de que somente a partir deste Ato que se deu de fato a censura e tortura. Estas questões já estavam ali na realidade brasileira anos antes de 1964, quase sendo naturalizada a censura sob os meios midiáticos (FICO, 2002. p.3). Como dito anteriormente, esse Ato veio para somente para formalizar e legalizar tais ações. Se os eventos que vieram com 1964 puseram fim na esperança de uma construção de uma sociedade justa e igualitária, o AI-5 colocou um fim na inocência. Sustentada na censura prévia a todos os meios de comunicação, pode-se dizer que foi dada aberta a caça as bruxas (PINTO, 2006. p.10).

Vale ressaltar que, a censura não era algo novo em 1964; desde muito antes, este modo de promulgar informações já era utilizado. Como afirma Leonor Souza Pinto, vem o golpe e com ele, a censura somente é reorganizada para servir aos militares no poder. A censura praticada no Brasil de 1964 a 1988, não foi apenas localizada, mas um mecanismo necessário para a estruturação e sustentação do regime militar (PINTO, 2006. p.3). Sempre em busca de não deixar que a população fosse influenciada ou tivesse sua “moral e bons costumes” em dubiedade com as obras cinematográficas. Podemos, assim, observar esse tipo de censura partindo do ministro, no filme, que busca silenciar o jovem para melhorar a sua visibilidade pública. Alex, sem titubear aceita as medidas impostas pelo político, tirando fotos e dando entrevistas ao lado do mesmo.

A ocultação de informações era algo já estruturado no Brasil, em prol de uma “moral e bons costumes” que não devem ser desmantelados e que estavam sendo colocados em risco por culpa dos comunistas e de obras subversivas. Em muitas partes do filme, podemos observar aproximação do discurso presente na obra, com o da sociedade brasileira do período; não de maneira total, principalmente pelas diferenças sociais entre as sociedades, mas próximas em um discurso geral. Seria, então, esse um dos medos dos militares quanto ao filme, embora não possamos retirar, nem que brevemente, respostas concretas.

A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a instituição do “Sistema CODI-DOI”, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não. Evidentemente, para um regime que

afirmava que “a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma”,³⁴ a questão da constitucionalidade da censura da imprensa era um simples detalhe. Ela foi implantada porque era indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1968. (FICO, 2002. p.8)

A última cena do filme *Laranja mecânica* é a recuperação de Alex, após sua prisão e violências sofridas após sair do cárcere. No hospital, Alex recebe a visita do ministro que o havia enviado para o tratamento; durante esse debate, o ministro diz estar arrependido e triste pelos acontecimentos na vida do jovem. Explica, também, que os noticiários estão destruindo seu governo com críticas negativas, principalmente com relação ao caso de Alex. Então, o político oferece cuidados após a saída do jovem do hospital, garantindo-o um bom emprego, onde morar e tudo que desejar para viver bem. Porém, em troca, o jovem deveria negar todo o envolvimento do governo com o seu tratamento, se apresentando favorável a todas as medidas que foram e serão impostas a este.

Uma das cenas que podem passar despercebidas no filme, é durante a apresentação de Alex para um grupo de pessoas que iram poder ver como o tratamento contra a violência funciona. O ministro, após a apresentação, vendo que alguns da plateia aplaudiam e outros ficavam chocados com o resultado, explana que o objetivo deles não é cuidar a liberdade do preso e sim curar estes da violência independente do método. Notamos, portanto, a necessidade do governo de manter a ordem, independente do que acontecer, não se importando com os seus detentos. A revolta do diretor do presídio com a utilização de novos métodos prisionais, acontece não por ser uma violação à liberdade de escolha, mas sim, por não poder revidar com violência aos detentos. Essas inquietações desses personagens podem ser interpretadas como a crítica dos mais velhos da década de 1960 (e períodos anteriores) às questões de comportamentos sociais que envolviam os adolescentes. Se a sociedade das massas urbana e tecnológica ia funcionar, então todos tinham de estar de acordo com as normas burguesas de frugalidade, dever e disciplina. O caos urbano não era mais aceitável. O movimento de reforma na América tornou a delinquência um dos seus principais alvos, ao mesmo

tempo em que os escândalos na Grã-Bretanha e na França eram as principais manchetes nacionais. (SAVAGE, 2009, p. 51)

Ademais, o filme também apresenta proximidade à sociedade brasileira da época, com a utilização da tortura e a liberdade dos policiais e militares contra os presos políticos. A guerra contra um inimigo nacional motivou a população: o comunismo deveria ser combatido com todas as possibilidades para que não subvertesse os brasileiros. Assim, autenticando a necessidade destes métodos para a proteção geral da nação. Com a adição do AI-5, houve intensificação na censura da imprensa, pois esse decreto permitia praticamente tudo (FICO, 2002. p.3). A partir deste, a censura à imprensa sistematizou-se, e tornou-se algo rotineiro, obedecendo a instruções específicas emanada dos altos escalões do poder (IDEM, 2002. p3).

Também deve-se ter em mente as agitações ocorridas mundialmente, em 1968, com seus principais focos na Europa. O professor Marcelo Ridenti no seu artigo 1968: rebeliões e utopias (2008), apresenta como se deu o ano de 1968 e todas as suas influências no mundo. O autor apresenta como se deu esta metade do século XX com as agitações sociais que ocorriam no mundo, como por exemplo a Guerra do Vietnã, movimentos estudantis pró-pacifismo, movimentos pelos direitos civis dos negros nos EUA, agitações sociais em países do terceiro mundo indo contra as grandes potências, dentre outros eventos. Assim, o ano de 1968 fora o de explosão em movimentações sociais que viriam a alterar o modo no qual a sociedade europeia receberia informações e a questionaria.

Ridenti (2008) afirma que o comportamento das pessoas também mudava, por exemplo, nas relações entre os sexos (emancipação feminina crescente), o uso de anticoncepcionais e de drogas, a consolidação da televisão como principal meio de comunicação de massas, ocupando, cada vez mais, espaço no cotidiano das populações. Tratava-se de lutas radicais de negros, mulheres e outras “minorias” pelo reconhecimento de seus direitos. Grupos que se intitulavam nova esquerda sonhavam com a construção de uma sociedade alternativa. Enfim, os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se

criativamente. Os eventos ocorridos neste ano, com foco principal na Europa, são reflexo de outras questões que a tempos já havia ocorrendo no mundo do pós-Guerra.

A Guerra do Vietnã foi o eixo no qual se articulou o movimento contracultura, pregando paz e amor. Este movimento se estendeu a diversos campos da cultura, atingindo a música, a literatura, e o cinema e sendo fortemente difundida nos meios universitários. Os jovens tomaram a frente de inúmeras movimentações sociais, sendo assim caracterizados (pela mídia da época) que difundia como esta geração era problemática e destrutiva, com a finalidade de amenizar as agitações sociais. Estes fatores ocorreram, principalmente, nos EUA, porém o Movimento Estudantil não se restringiu somente neste ponto do Globo, se alastrando para alguns países. Cada movimento obteve sua importância e seu destaque, mas o Movimento Estudantil na França gerou grande influência para as movimentações ao redor do mundo. A juventude francesa, cansada dos modelos antigos, vai a rua exigindo modificações no âmbito político e social, auxiliando nas mobilizações sindicais e sendo reprimida pelo Estado. Podemos observar este conflito a partir da citação de Ridenti:

O Maio de 68 seria visto como: 1. complô anticapitalista para subverter a ordem; 2. crise da universidade, ligada essencialmente à marginalização social dos estudantes; 3. revolta da juventude; 4. crise da civilização social dos estudantes; 3. revolta da juventude; 4. crise da civilização, geradora de consumismo numa sociedade tecnificada; 5. conflito de classes de um novo tipo, mais cultural e político do que econômico; 6. conflito de classe de tipo tradicional; 7. crise política, dada a ausência de alternativas viáveis; 8. encadeamento de circunstâncias. Keith Reader aumentou essa tipologia; 9. exercício de modernização social, prefigurando o ressurgimento do individualismo nos anos 70 e 80; 10. oportunidade revolucionária perdida ou traída; 11. interpretações culturais. (RIDENTI, 2008, p. 148)

Pode-se, então, observar que desde que o Cinema ganhou força e forma, seu papel na História se tornou fundamental. “desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na História com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrinavam e glorificavam (FERRO, 2010, p.15)”. Ferro apresenta a relação mais intrínseca entre o Cinema e a História, pois

estes estão ligados por contextos políticos e sociais. Observando que em diversos momentos da História do século XX o Cinema foi uma estratégia cooptada por diversas camadas tanto da Sociedade Oriental quanto Ocidental, para promulgar as suas ideologias à população (inclusive os não letrados), visto que o Cinema alcançava quase massivamente a população.

Assim, afirma Marc Ferro, que desde que os dirigentes de uma sociedade conseguiram compreender a função que o Cinema poderia desempenhar, buscaram se apropriar deste e pô-lo a seu serviço (FERRO, 2010). Porém, alertado pelo autor, o Cinema não ficou somente no campo da transmissão ideológica do estado. Com o passar do tempo, os diretores também começaram a ver uma carga mais crítica dentro da sétima arte, assim buscando empreender em suas obras não somente a ideologia que estivesse inerente ao momento da produção da mesma, mas, também, a sua visão com relação às problemáticas que viessem a ser apresentadas em sua obra. O autor também pontua que, a avaliação com relação a ação que o Cinema gera no âmbito social é difícil.

A História e o cinema podem dialogar de maneira complementar uma a outra, mas somente a partir de uma análise, não da obra em si, mas sim do discurso que se encontra nas entrelinhas da obra ficcional. Esse cuidado com as informações complementares que há nos filmes deve ser principalmente cuidado nas obras de ficção, visto que se podem extrair as informações a partir das próprias obras. Ambos os modos de expressão são extremamente semelhantes pelo menos em dois aspectos: referem-se a acontecimentos, momentos e movimentos reais do passado, e ao mesmo tempo, compartilham o irreal e o ficcional. Afinal, ambos são compostos por convenções que desenvolvemos para falar de onde nós, seres humanos, viemos (e também de onde estamos e para onde achamos que estamos indo, embora as pessoas mais preocupadas com o passado neguem esta última questão) (ROSENSTONE, 2010. p. 14).

Mas, é plausível afirmar que, para o filme não ter sido aprovado pela ditadura, possui relações maiores do que somente o teor subversivo na obra. Durante meus anos dedicados ao estudo de História, percebi que as

melhores perguntas são aquelas que não querem ser feitas; as lacunas deixadas pelo tempo se apresentam sempre como um mar de possibilidades inexpressivas. Portanto, busco encontrar um foco para os questionamentos à obra cinematográfica junto a uma metodologia que possa nos apresentar as relações dessa sociedade com a obra, podendo retirar informações importantes sobre a ditadura brasileira e os motivos de censurar a obra de Kubrick no país, visto que, mesmo a obra não tendo sido produzida no Brasil, está envolvida com diversas questões sociais mundiais da época de sua produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FICO, Carlos. “**Prezada Censura**”: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002. In.<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>

IANNI, Octávio. Violência na Sociedade Contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 7, n. 12, p. 7-28, 1º sem. 2002. Disponível em: . Acesso em: 24 ago. 2018.

JÖRN, Rüssen. **Teoria da História**: uma teoria da História como ciência. Curitiba. Editora UFPR, 2015.

PINTO, Leonor Souza. **O Cinema Brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil – 1964/1988**. 2006. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/textos/o_cinema_brasileiro_face_a_censura.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

RIDENTI, Marcelo. 1968: Rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX**: O tempo das dúvidas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes**: os filmes na história. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: Como o conceito teenage revolucionou o século XX. São Paulo: Rocco, 2009. Disponível em: Acesso em: 24 ago. 2018.

ST 30
HISTÓRIA SOCIAL
NA AMÉRICA PORTUGUESA
MERIDIONAL

COORDENAÇÃO

RACHEL DOS SANTOS MARQUES (IFFAR)

LUCIANO COSTA GOMES (SMED-POA)

AS COMUNICAÇÕES ENTRE AUTORIDADES PORTUGUESAS A PARTIR DO RIO DA PRATA DURANTE A REVOLTA DE TUPAC AMARU

TIAGO VINICIUS BONHEMBERGER¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar um conjunto de correspondências trocadas entre o comissário especial da comissão de reparações do tratado de 1777 em Buenos Aires, Vicente de Velasco Molina, e o vice-rei do Rio de Janeiro Luís de Vasconcelos e Sousa, nos anos de 1780 e 1781, afim de demonstrar a constituição de um eixo de comunicação entre autoridades portuguesas utilizado para transmitir informações acerca de acontecimentos internos da América Espanhola até o centro decisório do Império Português. A escolha desse período se deve pela ocorrência da Revolta de Tupac Amaru II no Vice-Reino do Peru, em 1780, evento esse que causou grande furor entre os colonos espanhóis e, como constatado, chamou a atenção das autoridades lusitanas. Neste estudo de caso, as missivas consultadas apontam para a utilização de um enviado diplomático para fins informacionais a partir da inserção de longo prazo desse agente no território espanhol, circunstância que possibilitou a introdução desse indivíduo em uma rede de relações locais e o acesso a notícias trocadas entre os hispânicos de Buenos Aires. O trabalho busca exemplificar como as informações que circulavam entre indivíduos diversos inseridos em determinada zona de contato venciavam o âmbito local e eram organizadas dentro de um sistema de Estado, onde seriam utilizadas pelo gabinete Português para auxiliar na tomada de decisões.

Palavras chaves: Comunicação, Impérios Ibéricos, Administração Portuguesa.

.....
¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Passo Fundo e cursando Mestrado em História na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: bonhembergert@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar algumas correspondências trocadas entre o comissário especial da comissão de reparações do tratado de 1777 em Buenos Aires, Vicente de Velasco Molina, e o vice-rei do Rio de Janeiro Luís de Vasconcelos e Sousa, a fim de demonstrar a constituição de um eixo de comunicação entre autoridades portuguesas utilizado para transmitir informações acerca de acontecimentos internos da América Espanhola até o centro decisório do Império Português. Esta comunicação parte de uma pesquisa ainda em fase inicial, mas já é possível identificarmos alguns pontos de interesse. Primeiramente, iremos apresentar alguns pressupostos teóricos que tratam a respeito da circulação de informações na Idade Moderna, para a seguir comparar estes modelos ao caso selecionado.

SOCIEDADES DE INFORMAÇÕES

Ao propor um estudo acerca das notícias e da mídia na Paris do século XVIII, Robert Darnton abre seu artigo levantando uma série de considerações a respeito do que ele entendia como uma sociedade de informações. O argumento do autor segue uma perspectiva de que toda a sociedade e época se constituiu numa sociedade e época de informações, cada qual ajustada à sua maneira:

[...] toda sociedade desenvolve sua própria maneira de caçar e buscar informações; seus meios de comunicar as informações reunidas, independente do uso de conceitos como “notícias” e a “mídia”, podem revelar muito sobre o seu entendimento e sua própria experiência (DARNTON, 2001.p. 11).

Dito de outra forma, se há um organismo social existe também uma mecânica própria desse meio que se articula em torno do saber e do transmitir determinadas histórias sobre o que teria ocorrido em determinado evento. Darnton nos cita alguns exemplos de espaços de interação social onde circulavam informações, como os cafés na Inglaterra dos Stuart, as casas de chás chineses do período republicano e as rebeliões de escravos no Brasil do século XIX, mas como cada espaço social conduz a uma mecânica

específica, o autor se preocupa em analisar um sistema de comunicação em particular, em uma época específica: O Antigo Regime na França.

Identificando como os parisienses de 1750 descobriam o que era notícia, o autor adentrou em uma rede de interações que interconectavam diferentes estratos sociais. Espaços públicos como jardins, bancos em praças, cafés específicos ou ao pé da *L'arbre de cracovi*², eram frequentados por boateiros e até por diplomatas estrangeiros que buscavam transmitir ou colher os *bruits publics*, “barulhos públicos”, e para se conectar com as novidades era preciso “simplesmente ficar na rua e colocar as orelhas em pé (DARNTON, 2001.p. 11). Mas os boatos unicamente não seriam o suficiente para descobrir o que realmente teria ou estava acontecendo, assim era necessário “peneirar” estes barulhos públicos. Neste sentido, Darnton nos apresenta o interessante caso da Mme. M.-A. L Doublet.

Mme. Doublet, anfitriã, fazia reuniões semanais em seu apartamento, onde recebia em torno de trinta indivíduos muito bem relacionados na corte ou no parlamento de Paris, todos estes compartilhando uma ávida sede por notícias. Quando adentravam ao salão, os paroquianos – como eram chamados esses convidados – encontravam dois cadernos de registros, um deles contendo notícias de reputação segura e o outro contendo as fofocas. Se tratava da pauta das discussões do dia, compilado previamente pelo serviçal da *mademoiselle*. Este, por sua vez, tinha a função de em todas as manhãs, circular de casa em casa em busca de novidades, tomando notas e registrando o que ouvia nos cadernos de registro. Feito isso, “os ‘paroquianos’ as liam, adicionando alguma outra informação que tivessem captado; e depois de um exame minucioso, os registros eram copiados e mandados aos amigos seletos da Mmme. Doublet” (DARNTON, 2001.p. 13).

A mecânica formada pela MME. Doublet exemplifica em um nível micro uma característica dos circuitos de informações: o agrupamento e

.....
² *L'arbre de cracovi*, ou *Árvore da Cracóvia* se tratava de um grande castanheiro que ficava no coração de Paris e abrigava aqueles que buscavam as notícias mais recentes. In. DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade de informações. As notícias e a mídia em Paris do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, n° 25, Jul01, p.9-51. p.11.

classificações de dados. Uma notícia não é, e nem deve ser considerada, um espelho de determinado fato ou acontecimento, tratando-se de uma narrativa de algo, contendo características próprias e restritas ao indivíduo que a produziu. Dessa forma, para se ter acesso a um conhecimento mais próxima do real, era necessário realizar uma aglutinação de vários fragmentos de estórias produzidas por diversos interlocutores e de uma minuciosa análise comparativa, para só assim se formar um consenso.

MMe. Doublet estabeleceu uma metodologia de informações que tinha como objetivo coletar de um público mais geral notícias que seriam compiladas e direcionadas a um grupo mais seletivo, que poderia utilizar desse conhecimento para pensar ações individuais futuras ou simplesmente saciar sua sede por informações. Esta mecânica personalista, com um foco mais local, não se distancia das redes de comunicação propostas ou estabelecidas por grupos políticos ou Estados. Para entendermos mais a fundo o papel da informação nas estruturas governamentais, deixaremos a França pré-revolucionária e recuaremos alguns anos até mundo mediterrâneo de Filipe II.

Noel Malcolm (2016) buscou em sua obra descrever as experiências, aventuras e conquistas de alguns personagens que transitaram pelo mediterrâneo do XVI, utilizando suas biografias com referência para construir uma exposição ampla acerca das relações e interrelações entre os Estados europeus e o Império Otomano (MALCOLM, 2016, p. 15). Nesta perspectiva, as informações ocupavam um papel de destaque, sendo um fator constantemente buscado, seja por particulares ou por Estados, como afirma Malcolm:

[...] el Mediterráneo del siglo XVI era un mundo ansioso de noticias, donde la información de tipos muy diversos –sobre precios de mercancías, por ejemplo, o los movimientos de los corsarios– era muy valiosa. La compilación de «avvisi» (avisos, boletines informativos) era una práctica extendida, al servicio tanto de particulares como de los estados. Aunque las cosas que se incluían en estos escritos eran en muchos casos de conocimiento público en su lugar de origen (la caída de un ministro, hambrunas o inundaciones, y otros similares), poseer información fiable sobre estos asuntos, a grandes distancias, era un esfuerzo que merecía hacerse (MALCOLM, 2016, p. 279).

Dito isso, podemos complementar dizendo que no contexto do mediterrâneo do século XVI, tanto otomanos quanto espanhóis, venezianos, genoveses, e outros, se ocupavam em buscar elementos diversos relacionados ao dia a dia do outro, ou informações mais complexas e restritas a determinados círculos, tudo dependia das intenções no momento e da pessoa que buscava as informações. Se o indivíduo fosse um enviado diplomático, por exemplo, já era esperado que o mesmo informasse sobre determinadas questões em seus despachos regulares. Por outro lado, receber várias versões parcialmente coincidentes sobre o mesmo assunto possibilitava algumas vantagens, sobretudo quando se tratava de boatos ou fatos não confirmados (MALCOLM, 2016, p. 279). Deste modo, eram buscado o apoio de outros grupos que pudessem contribuir com a coleta, dando-se neste panorama destaque aos comerciantes.

Os comerciantes eram procurados tanto por europeus quanto por Otomanos por se tratarem de “recolhedores naturais de informação”, que possuíam a vantagem de viajar por diversas regiões sem despertar suspeitas. Já os comerciantes residentes de longo prazo em cidades estrangeiras, poderiam ser convertidos em uma boa fonte para rumores políticos, já que estavam inseridos dentro da estrutura social da região em que residiam.

Os Estados Europeus, em especial a República Veneziana, se utilizava de comerciantes, médicos judeus, renegados e espiões para estabelecer um sistema seguro de comunicação interno ao Império Otomano. O recrutamento desses indivíduos se dava por meio da construção de vínculos diversos entre o enviado Europeu e o sujeito a ser recrutado, podendo ser utilizado o afeto residual do recrutado pela sua pátria de origem – caso se tratasse de um europeu residente no Império Otomano –, a promessa de bonificações futuras ou através do desenvolvimento de uma amizade pessoal com eles, podendo ter como base o idioma em comum ou interesses afins (MALCOLM, 2016, p. 281). Uma vez estabelecido o vínculo, iniciava-se o fluxo de informações.

Essas posições levantadas por Malcolm nos levam a identificar que estavam inseridos dentro do Império Otomano tipos distintos de agentes de

informação. Indivíduos como comerciantes e diplomatas faziam-se as vezes de *contatos*, sendo ativados eventualmente e coletando informações dentro de seus círculos de ação. No caso dos diplomatas, dentre suas atribuições, era esperado que agissem na coleta e na ampliação das redes de comunicação, estabelecendo contatos com comerciantes e recrutando *espiões*. Estes últimos buscavam uma inserção ainda mais profunda nos círculos de poder otomanos em uma prática deliberada de intervenção no espaço soberano otomano, podendo possibilitar o acesso a um conjunto de dados extremamente restrito. Em ambos os casos, as informações eram agrupadas, classificadas e posteriormente remetidas aos estratos mais altos de governo.

Os circuitos estudados por Malcom nos levam de Veneza a Dubrovnik e adentra os corredores de Topkapi. Por mais interessante que seja nos aprofundarmos nessas complexas redes de informações, devemos seguir o modelo de Robert Darnton anteriormente citado, e concentrar nossos esforços na análise de um sistema de comunicação particular, em uma época específica. Sendo assim, deixaremos o Mediterrâneo e nos direcionaremos a América Meridional nas décadas finais do século XVII.

A divisão política dos Impérios Ibéricos na América no que diz respeito a fronteira sul, é marcado pelo encontro do Continente do Rio Grande de São Pedro com o vice-reinado do Rio da Prata. Neste caso, entendemos que as fronteiras imperiais não devem ser observadas como um espaço rígido de separação, mas sim como uma região composta por contatos interculturais diversos, como uma região de encontro entre diferentes povos onde os conflitos moldaram um caráter peculiar nas relações estabelecidas (ADELMAR, 1999).

Segundo Adriano Comissoli (2014), a divisão política dessa fronteira é marcada por um fenômeno de porosidade, ou seja, a inexistência de um fronteira rígida permitia o fluxo de pessoas, mercadorias e ideias de um lado para o outro.

Em termos ideais as idas e vindas deveriam ser regradas por documentos oficiais que autorizassem a saída e entrada nos territórios. Contudo, o cotidiano da fronteira seguia padrões mais flexíveis (ou múltiplos) e a ausência de suficiente vigilân-

cia impedia a fiscalização do considerável número de pessoas a mover-se em ambos os sentidos (COMISSOLI, 2014, p. 3).

Neste mesmo trabalho, Comissoli se dedica a analisar as correspondências trocadas pelos comandantes militares das guarnições de Rio Pardo e de Rio Grande, que tinha o trabalho de gerenciar a fronteira com os espanhóis, isso em um recorte temporal que vai do ano de 1803 a 1805. A pesquisa demonstrou que os comandantes, buscando se manter informados a respeito das ocorrências na região da fronteira e além dela, contavam com um sistema de informações que se estendia hierarquicamente para baixo e para cima. Esta hierarquia era dividida, segundo o autor, com os dois comandantes de fronteira – Patrício José Correia da Câmara e Manuel Marques de Souza – respondendo ao ajudante de ordens ou diretamente ao governador da capitania de Rio Grande de São Pedro, Paulo da Silva Gama. E abaixo da cadeia de comando dos comandantes estavam desde oficiais subordinados e soldados até indivíduos recrutados de fora dos quadros militares, como peões e guias de caminho (COMISSOLI, 2014, p. 3-4).

Buscando suprir o Governador da capitania com informações a respeito do que ocorria na fronteira, os comandantes utilizavam dos mais diversos mecanismos para recolher notícias. Recebiam informes de capitães que por sua vez recorriam a patrulhas e a serviços prestados por índios aldeados, mulatos e negros libertos que checavam a fronteira em busca de movimentações espanholas. Além do mais, eram realizados interrogatórios com viajantes que chegavam no porto de Rio Grande vindos do Rio de Janeiro ou das cidades espanholas de Montevideú e Buenos Aires. Para obter informes mais certos nestas últimas, os comandantes faziam uso dos denominados *espias*, que eram indivíduos que poderia tanto cumprir batedor “quanto a do agente infiltrado de forma discreta ou dissimulada em áreas de controle espanhol”, sendo que a recorrência do uso desse tipo de agente era tão recorrente ao ponto de se poder afirmar que “formavam uma rede de comunicação estável e da qual as autoridades portuguesas da capitania do Rio Grande recorriam se é que não dependiam – para estar a par do que se passava nas cidades hispânicas do rio da Prata”. (COMISSOLI, 2014, p.4).

A pesquisa de Comissoli demonstra a constituição de uma rede de comunicação no Continente de Rio Grande de São Pedro utilizada para manter um fluxo contínuo de notícias para abastecer o governador da capitania sobre o que estaria acontecendo na fronteira ou além dela, tudo isso combinado com as comunicações formais trocadas entre os comandantes de fronteira e seus pares espanhóis. As informações eram direcionadas ao governador para auxiliá-lo durante a tomada de decisão. Estas interações entre comandantes militares de ambas as coroas e o uso de outros sujeitos para obter informações não era uma prática incomum na América colonial na transição do século XVIII para o XIX, e nem estava restrita a fronteira sul colonial americano. Em artigo publicado por Carlos Augusto Bastos (2013), percebemos a ocorrência de circulação de informações no espaço fronteiriço entre a província de Maynas e a Capitania do Rio Negro.

Bastos analisou a dinâmica envolvida nas relações entre as comissões portuguesas e espanholas que compuseram os trabalhos demarcatórios posteriores ao tratado de Santo Ildefonso de 1777, na região de fronteira entre a capitania portuguesa de Rio Negro e a província espanhola de Maynas, dando atenção à forma com que circulavam informações entre as duas partidas. Através de seu estudo, Bastos afirmou que o trabalho em conjunto realizado por estas comissões possibilitou uma maior circulação de cartas, ofícios e documentos em geral entre os indivíduos pertencentes a elas, já que os trabalhos demarcatórios exigiam dessas comissões a troca mútua de informações “acerca do andamento do empreendimento de reconhecimento do espaço e definição dos limites territoriais, como também relatavam questões políticas vivenciadas por suas monarquias” (BASTOS, 2013, p. 204-206).

Desse modo, operações militares, revoltas ou até mudanças na administração da Coroa eram intercambiadas entre as autoridades ibéricas e um dos acontecimentos de maior repercussão entre portugueses e espanhóis citados por Bastos foi a revolta andina de Tupac Amaru. A revolta, ocorrida de 1780 a 1782, foi recebida com temor pelas autoridades espanholas e chamou também a atenção dos portugueses. Os castelhanos temiam que

esse movimento iniciasse outras sublevações nas colônias americanas, que ela tomasse o rumo da fronteira luso-americana ou até mesmo que os indígenas buscassem algum apoio junto as tropas portuguesas.

Foi justamente tomando esse segundo elemento como justificativa que o primeiro comissário demarcador espanhol, Francisco Reguera, entrou em contato com as autoridades portuguesas buscando impedir a penetração de rebeldes no território português. “Se as autoridades lusas não fossem avisadas sobre o levante, Reguera temia que os rebeldes pudessem procura-los em busca de vives e munições ‘para hacer la guerra’ (BASTOS, 2013, p. 210). Já para os portugueses, as informações que chegavam pelos espanhóis, circulavam entre as autoridades da região, mas eram recebidas com insegurança. O governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres desconfiava que por de trás dessas informações que chegavam dos espanhóis se escondiam segundas intenções, já que haveriam discordâncias entre os relatos que chegavam das autoridades de Espanha e de notícias que vinham de outros meios³.

De qualquer forma, percebemos que o trabalho de Adriano Comissoli quanto o artigo de Carlos Augusto Bastos demonstram como as autoridades lusitanas se utilizavam de informações obtidas ou por meio de seus pares espanhóis ou através de contatos presentes na fronteira como auxílio para a tomada de decisões. Mas, essas informações que chegavam até as autoridades portuguesas – seja por missivas ou oralmente – não se restringiam ao espaço de fronteira. Assim como seu conteúdo auxiliava as autoridades locais, suas informações também poderiam ser direcionadas as autoridades mais altas da administração portuguesa.

As missivas enviadas por Vicente José de Velasco Molina durante o período de sublevações nas colônias espanholas é um caso específico disto.

.....
3 O governador do Mato Grosso, no entanto, recebeu as novidades dos espanhóis com dúvidas “divulgadas talvez muito de propósito pelos espanhóis, com a sagacidade de não afeiar a mencionada sublevação, que alias consta ser coisa muito grande.” In.: BASTOS, C. A. Demarcação de Limites e circulação de informações em um espaço fronteiro. A província: a província de Maynas e a Capitania do Rio Negro em fins do século XVIII. p. 203-224. In. BRITO, A. J. I.; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. (orgs.) Limites Fluentes. Fronteiras e identidades na América Latina (séculos XVIII-XIX). Curitiba Editora CRV, 2013.p. 211.

Pouco se sabe a respeito desse sujeito, mas pudemos apurar até o momento a existência de uma grande massa documental produzida por ele onde há interlocuções do mesmo com diversas autoridades portuguesas e espanholas pertencentes respectivamente ao vice-reinado do Brasil e do Rio da Prata. O contato com as autoridades de ambos os vice-reinados se deve ao fato de Velasco Molina ter sido o emissário especial português em Buenos Aires nomeado para intermediar as tratativas de reparação após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso em 1777. Dentre as suas funções iniciais estavam a libertação mútua de prisioneiros de guerra e a devolução de materiais bélicos apreendidos durante o conflito encerrado pelo tratado, além das tratativas a respeito do novo processo demarcatório (AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9059). O emissário permaneceu destacado em Buenos Aires do ano de 1778 até 1800, quando retornou ao Rio de Janeiro.

Como exemplificado por Malcolm e descrito anteriormente, era comum aos enviados diplomáticos, mesmo em missões oficiais e em questões bem direcionadas, ocupar parte de seu tempo na elaboração de levantamentos a respeito das notícias que circulavam no meio em que estavam comissionados. Não foi diferente com Velasco Molina. Acreditamos que o emissário serviu como um contato informacional acerca dos assuntos envolvendo os espanhóis daquela região e a revolta de Tupac Amaru é uma boa situação para exemplificarmos sua atuação e a construção de um circuito de comunicação entre as autoridades portuguesas que interconectava agentes regionais com a Corte lisboeta.

A primeira missiva que citava esta revolta e que foi encontrada data de 3 de junho de 1781, e já em suas primeiras linhas encontramos alguns elementos dignos de nota:

As minhas Cartas de vinte e sete e trinta de Março pelas quais noticieei a V. Exa em substancia as sublevações de Tucuman e Peru darão a conhecer a V. Exa. que não foi tanto o meu descuido, quanto explica o officio de V. Exa. de vinte e sete do mesmo março. Os dissimulos e despreço fingido que ostentavam estes Senhores do Governo nestas matérias, me fizeram por muito tempo duvidar do credito que mereciam as Cartas particulares; mas logo que me fundei em circunstancias infalíveis, e o disse a V. Exa[...] (AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9509).

Neste fragmento nota-se certo tom de justificativa nas palavras de Velasco Molina. Isso nos faz perceber que o emissário estava respondendo algo que poderia ter sido uma advertência dada a ele pelo vice-rei na citada correspondência de sete de março. A advertência poderia ser pela ausência de informações a respeito da revolta ou até pela ocorrência de divergências das informações enviados por Molina em comparação ao que chegava ao Rio de Janeiro por outras fontes.

Mesmo se tratando de uma suposição, tudo nos leva a crer que o vice-rei estava cobrando maior atividade de seu emissário a respeito da coleta de informações sobre as sublevações em território espanhol. O interesse das autoridades portuguesas em saber o que acontecia internamente nas colônias espanholas estão relacionadas a criação de um leque maior para tomadas de decisão possibilitadas pelo aumento de informações. Se um governo ou particulares sabem mais, podem direcionar de forma mais proveitosa seus projetos de ação. Um exemplo de como o acesso a notícias gerou movimentações políticas pode ser encontrado no trabalho de Elisa Frühauf Garcia (2005), onde a chegada de notícias anteriores ao comunicado oficial da Corte a respeito do início dos conflitos da Guerra das Laranjas (1801), proporcionou a articulação antecipada do governador da capitania de Rio Grande de São Pedro e de particulares, elementos estes que levaram a conquistas das missões.

Outro ponto interessante presente neste fragmento está na própria justificativa de Velasco Molina. O emissário afirma que se limitou a repassar informações justamente por não se sentir seguro a respeito da veracidade das mesmas, só tendo comunicado ao vice-rei quando possuía acesso a notícias que lhe pareciam mais dignas de confiança. Este trabalho de “peneirar” as informações correntes em um meio em busca de elementos mais próximos do real é similar a mecânica estabelecida por MMe. Doublet e narrada por Darnton em seu artigo. A diferença é que aqui temos esta mecânica sendo utilizada a nível de Estado e essa primeira seleção realizada pelo diplomata se unia a outras duas, centradas primeiro no Rio de Janeiro e depois em Portugal. Veremos isso através da segunda correspondência enviada por Velasco Molina a respeito das sublevações de Tupac Amaru.

Como já descrito, a primeira correspondência localizada que foi enviada pelo emissário em Buenos Aires data de 03 de junho de 1781, já a segunda data de 21 de novembro do mesmo ano. Em ambas as missivas, Velasco Molina constrói uma narrativa com base no que teria ouvido a respeito das sublevações. Sua preocupação gira em torno de descrever os motivos que levaram as revoltas, seus líderes, as principais povoações afetadas, o status das mesmas e como as autoridades espanholas reagiram aos acontecimentos. Para embasar sua narrativa, Molina anexa a sua carta gazetas e missivas de espanhóis que expõem em detalhes os acontecimentos (AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9509). Percebemos com isso que a estadia de Molina na região possibilitou a ele certa inserção no meio social, com a construção de certos vínculos com outros elementos do império espanhol.

Da mesma forma com que Velasco Molina procurava compilar informações de mais de um interlocutor, filtrando as notícias que chegavam até ele, o vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, realizava algo similar. Da mesma forma com que os comandantes de fronteira estudados por Comissoli construíram uma rede de informações que se entendia hierarquicamente para baixo e para cima, o vice-rei contava com diversos interlocutores que o abasteciam de notícias, que posteriormente eram compiladas mais uma vez e remetida para o centro decisório em Lisboa.

Em correspondência datada de 15 de janeiro de 1782, o vice-rei encaminha ao secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, os ofícios repassados por Velasco Molina, mas são acrescentados outros, enviados pelo coronel Rafael Pinto Bandeira e por um correspondente seu em Montevideo (AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9585). A carta deste correspondente aponta mais alguns relatos que circulavam entre os espanhóis a respeito da revolta de Tupac Amaru, mas além disso, o caso demonstra como um português – Pinto Bandeira – estabeleceu algum tipo de relação com um espanhol e por meio desse contato local fez com que determinada informação fosse transmitida até o centro administrativo português na Colônia, e posteriormente despachando até Portugal.

Dessa forma, notamos a divisão desse circuito de informações em três esferas: um primeiro nível temos os agentes portugueses que através de uma inserção direta ou próxima ao território espanhol conseguem manter contato com outros indivíduos e por meio destes ter acesso a notícias. Já a segunda esfera é representada pelo vice-rei do Rio de Janeiro; centro administrativo do sul da América Portuguesa, os agentes respondiam diretamente a esta figura, que por sua vez compilava o que mais achava importante e remetia em última escala ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Toda essa explanação passando pela França, Império Otomano Rio Negro e da Prata nos serviu para demonstrar como as informações que circulavam entre indivíduos diversos inseridos em determinada zona de contato venciam o âmbito local e se inseriam dentro de uma estrutura de Estado. O gabinete português se utilizava de informações que chegavam a partir de contatos estabelecidos por fronteiriços para pensar opções de ação em determinada situação. Sendo partidas, espíões ou emissário diplomáticos, a informação circulava intrinsicamente através de contatos realizados no dia a dia entre estes indivíduos em um espaço fronteiriço, e através dessas relações de proximidades se estabelecia uma rede de comunicações que se estendiam a outras esferas de poder, sendo por fim anexada a outros meios para compor a esfera de decisão do império português.

Velasco Molina é mais um agente dentre tantos em que se compôs essa rede de interconexões. Sua longa estadia em Buenos Aires fez com que o sujeito pudesse se inserir de forma profunda no meio social daquela região, o que deve ter permitido um fluxo contínuo de informações como o contato durante a revolta de Tupac Amaru. O nível dessa inserção e o quanto de informações este emissário saíram de Buenos Aires, tal como o quanto isso contribuiu para os projetos imperiais portugueses só o aprofundamento da pesquisa dirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9509.

AHU-RJ, cx. 116, doc. 9059.

AHU-RJ, cx. 118, doc. 9585.

BIBLIOGRAFIA

ADELMAR, Jeremy; ARON, Stephen. From bordelands to borders: Empires, Nation-States, and the People in between in North American history. **The American Historical Review**, 104/3, 1999. P. 814-841.

BASTOS, C. A. Demarcação de Limites e circulação de informações em um espaço fronteiriço. A província: a província de Maynas e a Capitania do Rio Negro em fins do século XVIII. p. 203-224. In. BRITO, A. J. I; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. (orgs.) **Limites Fluentes. Fronteiras e identidades na América Latina (séculos XVIII-XIX)**. Curitiba Editora CRV, 2013

COMISSOLI, Adriano. Contatos imediatos de fronteira: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (séc. XIX). **Estudios Históricos**, ano VI, n. 13, Dezembro de 2014.

DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade de informações. As notícias e a mídia em Paris do século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, Jul01, p.9-51.

GARCIA, E. F. A derradeira expansão da fronteira: a conquista definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801. In: Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**, 2005.

MALCOLM, Noel. **Agentes del Imperio**. Caballeros, corsarios, jesuítas y espías en el Mediterráneo del siglo XVI. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2016.

BREVE SURTO DE MINERAÇÃO AURÍFERA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PARCELA MERIDIONAL DO ATUAL RIO GRANDE DO SUL (1800 – 1835): NOTAS INICIAIS DE PESQUISA

LEANDRO ROSA DE OLIVEIRA¹

RESUMO

Os últimos anos do “longo século XVIII” testemunharam, ao sul das Américas, o avanço territorial da Coroa lusa, processo do qual resultou a formação do atual Rio Grande do Sul. Sobre tal fenômeno, a produção historiográfica recente tem buscado dar mais ênfase aos seus aspectos econômicos e sociais, sem deixar de dar atenção a questões relativas à política e à guerra, dentre outras. Nosso trabalho objetiva contribuir nesse sentido, discorrendo sobre o papel da mineração aurífera no referido processo. Em termos socioeconômicos, postulamos que o breve surto aurífero aqui analisado tenha também concorrido enquanto elemento de atração de pessoas livres, libertas e escravizadas que concretizaram a ocupação e a dinamização econômica da parcela meridional do atual Rio Grande do Sul. Por mais que sua atração tenha sido momentânea e bem menos significativa do que aquela motivada pelas terras e pelo gado, conforme cremos, consideramos que a adição do elemento que aqui trazemos possa trazer mais complexidade ao mencionado processo formativo.

Palavras-chave: mineração aurífera; formação do Rio Grande do Sul; ocupação territorial.

.....
¹ Doutorando no PPGH/UFRGS, Brasil. Bolsista Capes.leandrodeoliveira@msn.com.

INTRODUÇÃO

Há de ter causado alguma surpresa ao Conde de Aguiar a correspondência que lhe remetera Paulo José da Silva Gama, então governador da capitania de São Pedro do Rio Grande, em 1809. Enviada em março daquele ano, tal missiva continha 4 amostras de ouro coletadas naquela capitania, as quais apontavam para a existência de terrenos auríferos em sua jurisdição (MARTINS; MIRANDA, 2008). Três dessas amostras² haviam sido obtidas através de uma investigação “sigilosa” diligenciada pelo governador em virtude de “frequentes notícias e denúncias” que haviam chegado ao seu conhecimento (Ibid, p. 161), o que nos indica que é possível que tanto esse governante quanto aqueles que cumpriram suas ordens talvez tenham também sido surpreendidos pelo ocorrido.

Talvez o título deste trabalho também possa ter causado alguma surpresa a quem com ele eventualmente tenha se deparado. Nesse sentido, consideramos interessante destacar inicialmente que a mineração aurífera durante as primeiras décadas do Oitocentos, embora seja um tema de pouco vulto, já foi abordada em crônicas, memórias e mesmo em trabalhos de cunho historiográfico. Infelizmente não nos foi possível ter acesso a algumas dessas obras para a elaboração deste trabalho, mas face à bibliografia que pudemos consultar, cremos que neste trabalho estaremos acrescentando mais alguns detalhes a essa questão, principalmente através do aporte documental que aqui apresentaremos.

A “DESCOBERTA”

Embora não saibamos quando a mineração aurífera clandestina iniciara na então capitania de São Pedro do Rio Grande, é certo que ocorria desde antes de 1809, pois em janeiro desse ano o então Comandante da Fronteira do Rio Pardo, Patrício José Corrêa da Câmara, recebeu ordens do próprio Paulo Gama para investigar sobre essa atividade, a qual estaria ocorrendo no espaço sob sua jurisdição. Como resultado de tal missão, além da prisão de algumas pessoas livres e escravizadas que estavam minerando

.....

² Uma delas já estava de posse do governo. MARTINS; MIRANDA, 2008, p. 161

ouro e da apreensão de algumas ferramentas, ficou confirmada a existência de terrenos auríferos na região³.

Essa “descoberta” ocorreu em um momento crítico para Portugal, cuja Corte a pouco havia sido transferida para o Rio de Janeiro em virtude da conjuntura bélica que afetava o continente europeu. Ao mesmo tempo, a produção aurífera brasileira encontrava-se em decadência⁴ desde a segunda metade do século XVIII (LIBBY, 1988; SAMPAIO, 2014), e a Coroa lusa agia no sentido de retomar os lucros anteriormente advindos dessa atividade. Em Minas Gerais, as companhias mineradoras começavam a substituir as “toscas e desordenadas escavações” que já não conseguiam obter ouro na mesma quantidade de outrora (LIBBY, 1988, pp. 257-258). Frente a isso, a possibilidade de minerar ouro em uma nova área ainda não explorada (ao menos em tese) certamente deve ter despertado o interesse da Coroa lusa, o qual se materializou através de Dom Diogo de Souza, sucessor de Paulo Gama no governo da capitania de São Pedro. Empossado em fins de 1809, Dom Diogo tratou de tomar providências em relação à questão, como se pode perceber através da correspondência a ele destinada pelo Comandante da Fronteira do Rio Pardo ao longo do ano seguinte⁵: em março, esse comandante recomendava o rincão do Salso⁶ para o estabelecimento de uma guarda destinada a proteger os terrenos auríferos; em setembro, Patrício Corrêa da Câmara informava ao governador sobre o envio de ouro remetido da guarda do Salso pelos Diretores Mineiros, o que não só confirma que sua sugestão fora levada a cabo, como também nos indica que a mineração aurífera havia sido estabelecida na região.

.....
3 Correspondência enviada por Patrício José Corrêa da Câmara a Paulo José da Silva Gama. 7 de março de 1809. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (doravante AHRs). Fundo Autoridades Militares, Maço 14.

4 O que não implicava, necessariamente, em uma crise econômica generalizada. LIBBY, 1988

5 Correspondência enviada por Patrício José Corrêa da Câmara a Diogo de Souza. 1810. AHRs. Fundo Autoridades Militares, Maços 20 e 21.

6 Localizado provavelmente junto a um arroio de mesmo nome, afluente do rio Vacacaí. Ver ilustração ao final deste texto.

Conforme José Saturnino da Costa Pereira (1848), essa exploração foi efetuada não apenas no arroio do Salso, mas também nos rios Camaquã, Vacacaí, e no seu tributário São Sepé, o que nos sugere que a área com potencial aurífero era consideravelmente ampla. Ainda segundo Pereira, essas atividades foram efetuadas até 1812, quando foram suspensas, informação asseverada pelo Visconde de São Leopoldo em suas Memórias⁷. Nenhum desses dois autores especifica os motivos que levaram ao insucesso da empreitada, algo que pretendemos investigar com o andamento de nossas pesquisas. À parte isso, podemos afirmar que a ausência de ouro certamente não concorrera para tanto. Por volta de 1816, a questão foi retomada pelo então governador da capitania de São Pedro, Marquês de Alegrete, o qual incumbiu Tomás Antônio de Bitencourt de avaliá-la. Em março de 1817, Bitencourt reportou ao governador os resultados de sua investigação em correspondência que passamos a analisar.

Em um primeiro momento, podemos destacar a partir das informações presentes na referida missiva que a mineração aurífera não só havia sido suspensa na capitania de São Pedro em 1812, como também fora proibida. Em certo ponto da carta, Bitencourt dá a entender que havia algum receio, talvez por parte das autoridades, de que houvesse uma evasão das pessoas empregadas na agricultura para a mineração, caso esta fosse permitida na capitania, o que nos leva a crer que esse elemento possa ter pesado na suspensão da atividade mineira por essas paragens em 1812, e também em sua proibição. Em outro momento da carta, fica evidenciado que a ordem para avaliar os terrenos auríferos partira diretamente da Corte. Ao mencionar as “grandezas exageradas que deram motivo a S. Majestade mandar examinar o terreno aurífero deste continente”⁸, Bitencourt dá a entender que a Coroa lusa nutria consideráveis esperanças com relação à capacidade produtiva dessas reservas, as quais aparentemente tencionava retomar.

.....
7 Conforme José Feliciano Fernandes Pinheiro (1874, p. 49), tais atividades foram encerradas “por Provisão do Tesouro de 12 de maio de 1812”, em virtude do pouco retorno que a empresa dera ao Erário Régio.

8 Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt ao Marquês de Alegrete. 19 de março de 1817. AHRN. Fundo Documentos dos Governantes, maço 4.

A recordação de tais jazidas por parte da Coroa lusa não ocorrera por acaso, conforme cremos: nessa mesma época, o geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege trabalhava juntamente com o ministro Conde da Barca na elaboração de uma carta régia que estabeleceria as condições para serem formadas sociedades de mineração, objetivando dinamizar a produção de ouro no Brasil (LIBBY, 1988). Nesse sentido, entendemos que tal carta, emitida em agosto de 1817, assim como o renovado interesse pelos terrenos auríferos dessa região, refletiam um mesmo projeto, através do qual a Coroa tentava retomar os lucros advindos da atividade em questão.

A leitura de alguns excertos da missiva de Bitencourt permite a visualização de mais detalhes da missão a ele diligenciada, o qual descreve as atividades que efetuara na primeira parte do reporte, como podemos observar a seguir:

Tendo-me V. Ex. encarregado por portaria de 3 de dezembro do ano próximo passado examinar a qualidade de serviços que a V. Ex. constava se faziam nalguns lugares da *Frenteira do Rio Pardo, com especialidade na costa de São Sepé*, me dirigi para este lugar a 2 de janeiro do presente ano, e em consequência do que observei na digressão que fiz em quase todo este distrito, posso informar a V. Ex. que em todos os arroios, sangas, e cerros, se encontram sinais de ali se terem feito semelhantes trabalhos, há muitos anos, e que presentemente inda nalguns lugares se continuam a fazer: estes serviços foram feitos por homens inexperientes, sem forças, e mesmo sem as ferramentas precisas, o que bem se conhece, não dão ideia que deles possam ter tirado vantagens; pelo contrário, é notório, que homens sem domicílio pela maior parte curitibanos e paulistas, são os que nele se empregam, e como a extração do ouro nesta capitania é proibida, estes homens vivem concentrados nos matos, e costas dos arroios, e segundo as informações que me deram, cheios de miséria: [...]

De todos os lugares por onde andei só tive curiosidade de fazer uma experiência, pois que para isso estava autorizado por V. Ex. no cerro branco, distrito de São Rafael em uma sanga [...]. Encontrei as pequenas pedras com ouro, que tenho a honra de apresentar a V. Ex., como também uma oitava e quarta de ouro em pó⁹.

Como fica evidente, Bitencourt atesta que a região na qual efetuara suas investigações não só ainda apresentava ouro, como também continuava

.....
9 Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt ao Marquês de Alegrete. 19 de março de 1817. AHRs. Fundo Documentos dos Governantes, maço 4. Grifos nossos.

sendo explorada através da mineração clandestina, algo também apontado pelo Visconde de São Leopoldo em suas Memórias, o qual relata inclusive a existência de um comércio ilícito daquele metal (PINHEIRO, 1874). Ao mencionar a escassez de recursos técnicos e a pouca experiência daqueles que já haviam trabalhado na mineração aurífera na região, é possível que Bitencourt estivesse fazendo menção também aos serviços efetuados entre 1810 e 1812, o que nos leva a cogitar que esse também tenha sido um motivo para a suspensão dessa atividade naquele momento. No que tange aos mineradores clandestinos, Bitencourt descreve-os como “homens sem domicílio pela maior parte curitibanos e paulistas”, dando indícios de que a existência de ouro no espaço por ele visitado constituía-se em um elemento de atração para migrantes vindos de outras áreas das possessões lusas na América, os quais aparentemente estavam se instalando de maneira furtiva na região. Tendo em vista que quase dez anos haviam se passado desde a “descoberta” inicial, é possível que a notícia da existência de ouro nessas paragens já tivesse se espalhado para outras regiões, atraindo tanto pessoas de outras áreas quanto indivíduos que já habitavam a então capitania de São Pedro, sendo naturais dela ou não.

Em um segundo momento de sua correspondência com o governador, Tomás Antônio de Bitencourt emite sua opinião sobre o desenvolvimento da mineração na capitania de São Pedro, como se pode ver através dos excertos abaixo:

Igualmente me ordena V. Ex. que dê o meu parecer sobre as vantagens que podem resultar a este continente franqueando-se nele a mineração. *Eu tenho, Exmo. Sr., informações que desde o Rio Pardo até o rio Santa Maria há ouro, mais ou menos.* Ele se encontra no veio dos rios em formação e em cascalho, e também há veeiros. As grandezas exageradas que deram motivo a S. Majestade mandar examinar o terreno aurífero deste continente, se desvaneceram com este exame. A falta de águas, e serem baixas as que há, é certamente um grande inconveniente; mas Exmo Sr., eu estou persuadido que um mineiro no continente sempre fará melhor interesse que em Minas Gerais, à exceção de muito poucas lavras, que inda conservam alguma grandeza naquela capitania.

Sendo esta província do reino do Brasil aonde me persuado que é absolutamente necessário applicarem-se os possíveis meios para aumentar-se sua população; e sendo um

obstáculo o já não haverem campos devolutos para se concederem graças de sesmarias; e sendo estas, segundo as reais ordens de três léguas, é evidente que as concessões das terras e águas minerais, sempre reservadas nas graças de sesmarias, é um meio seguro de se multiplicarem os povoadores, visto que é natural, e mesmo certo, que semelhantes concessões atrairão um grande número de homens tanto da capitania de São Paulo, como da capitania de Minas Gerais. Se a alguns não corresponder o interesse às suas esperanças, felizmente eles tem um meio seguro de se estabelecerem. As vantagens da agricultura no continente são bem conhecidas, e a costa da serra tem abundância de matos não concedidos para se estabelecerem muitos centos de agricultores. [...]

Poder-me-ei enganar no meu modo de pensar; mas estou persuadido que é fortuna para esta capitania franquear S. Magestade nela a mineração, e que será mais um motivo de reconhecimento para seus vassallos deste continente.¹⁰

Dentre os pontos que queremos destacar dos excertos acima, chamamos a atenção primeiramente para o espaço no qual Bitencourt afirma haver ouro, uma considerável extensão de terras “desde o Rio Pardo até o Rio Santa Maria”. Embora talvez tenha exagerado em sua avaliação dos terrenos auríferos (ou mesmo tenha sido levado a crer em tal fato através das informações que obtivera), é interessante observar que há uma certa concomitância entre esse espaço e aquele no qual José Saturnino Pereira (1848) afirma ter sido efetuada a mineração de ouro entre 1810 e 1812, conforme mencionamos anteriormente, algo que reforça que a extensão dos terrenos considerados auríferos na capitania de São Pedro era significativa, como podemos observar na ilustração ao final deste texto.

Outro ponto interessante é o potencial que Bitencourt vê na mineração aurífera para a atração de migrantes e para o aumento da população da capitania, tal qual já vinha acontecendo por esse mesmo motivo, conforme cremos, servindo às necessidades populacionais que ele percebia para esse espaço. É ainda interessante observar que Bitencourt também chama a atenção para a possibilidade de tais migrantes atuarem na agricultura por estas paragens em caso de insucesso na mineração. Apesar das dificuldades por ele apontadas, Bitencourt dá parecer positivo em relação à retomada e à regularização da mineração aurífera nessa área, declarando-se persuadido da

.....
10 Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt ao Marquês de Alegrete. 19 de março de 1817. AHRs. Fundo Documentos dos Governantes, maço 4. Grifos nossos.

fortuna que dela adviria. Não sabemos dizer se a Coroa lusa optou por dar seguimento à operação sugerida por Bitencourt, embora saibamos que em poucos anos essa já não seria uma possibilidade viável para Portugal.

A “RETOMADA”

Conforme já mencionamos, o Visconde de São Leopoldo discorre em suas Memórias sobre a mineração aurífera efetuada na capitania de São Pedro do Rio Grande durante as duas primeiras décadas do século XIX, fazendo isso para contextualizar a retomada dessa atividade por parte do recém-independente Império do Brasil, a qual foi concretizada durante seu mandato enquanto presidente da então província de São Pedro do Rio Grande. Tendo tomado posse em março de 1824, já em abril foi por ele enviada uma representação para a Secretaria de Estado do Império acerca da conveniência de se “franquear e repartir os terrenos auríferos” da província (PINHEIRO, 1874, p. 50), o que nos leva a crer que essa tenha sido uma de suas primeiras providências. A agilidade do presidente em encaminhar tal medida, embora certamente refletisse seu amplo conhecimento acerca da província sob sua jurisdição¹¹, provavelmente também era fruto de um projeto que o governo imperial já vinha desenvolvendo a um certo tempo, conforme cremos.

Em 1823, Antônio José Gonçalves Chaves publicava a quinta parte de suas Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil. Nela, ao afirmar que “projeta-se a exploração de minas de ouro em Caçapava” (CHAVES, 1978, p.123), o autor explicita o fato de que já tinha conhecimento das intenções do governo (ou ao menos de alguns de seus integrantes) de reativar a mineração aurífera na província de São Pedro. Por outro lado, em novembro daquele mesmo ano, o naturalista Friedrich Sellow iniciou uma viagem pela mesma província, cujo itinerário fora pensado no intuito de elaborar um parecer sobre a existência de ouro, o qual fora solicitado pelo governo (MARCHIORI; BÜNEKER; NETO, 2018).

.....
¹¹ Como demonstra a publicação em 1819 dos Anais da Província de São Pedro, obra por ele redigida.

Embora não saibamos de qual instância governamental partira tal solicitação, é interessante observar que tal informação vai ao encontro das observações efetuadas por Gonçalves Chaves, algo que corrobora o que estamos aventando sobre a intenção governamental de retomar a mineração aurífera ser prévia ao mandato de Fernandes Pinheiro.

De fato, ao dirigir-se da localidade de Cachoeira à Bagé, passando por Caçapava, Friedrich Sellow verificou a presença de ouro em diversos cursos d'água da região. O viajante relatou ainda que faiscadores operavam com sucesso em alguns desses locais, conforme sua avaliação. Nesse sentido, cremos que seja bastante possível que a representação encaminhada por Fernandes Pinheiro à Secretaria do Império também tenha sido embasada pelas investigações de Sellow, o que ajuda a compreender a rapidez da providência do presidente da província, a qual foi anuída por Dom Pedro I em setembro de 1824 (PINHEIRO, 1874). No mês seguinte, foi emitida em portaria pelo governo imperial a nomeação do guarda-mor destacado para os terrenos auríferos da província de São Pedro¹², a qual contemplou um velho conhecido da área em questão: Tomás Antônio de Bitencourt. No exercício desse cargo durante o ano de 1825, Bitencourt encabeçou a reinstalação da exploração aurífera sob a égide governamental na província, reportando suas atividades a Fernandes Pinheiro. É principalmente através dessa correspondência que passamos a analisar de maneira mais pormenorizada algumas características desse processo.

Aqui destacamos novamente o afluxo de pessoas para a área na qual os terrenos auríferos se encontravam, especialmente a região de Caçapava. Conforme já mencionamos, a mineração clandestina fora uma constante na década de 1810, o que nos leva a crer que as notícias sobre o ouro circularam consideravelmente durante esse período, tendo assim servido como elemento de atração para pessoas que a essas paragens se dirigiram. Em abril de 1824, José de Abreu, então comandante das armas da província,

.....
12 Artigos d'Offício. Repartição dos Negócios do Império. Jornal "Diário Fluminense". Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1825. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706744/per706744_1825_00005.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2019.

informava ao presidente da província Fernandes Ribeiro que estava se dirigindo à Caçapava, “por ter continuadas notícias de que crescem por ali as desordens com a tirada do ouro”¹³. Essa afirmação vem ao encontro dos relatos de Friedrich Sellow, nos quais o naturalista afirma que algumas lavras recém haviam sido instaladas quando de sua passagem por aquela área, entre o final de 1823 e o início do ano seguinte (MARCHIORI; BÜNEKER; NETO, 2018), o que nos permite inferir que o afluxo de pessoas para aquela região estava aumentando naquele momento.

Em fevereiro de 1825, Tomás Antônio de Bitencourt passava o seguinte reporte a Fernandes Pinheiro:

“Tenho a honra de participar a V. Ex. que a treze de janeiro próximo passado cheguei a este arroio [Camaquã-Chico] unicamente com o escrivão da guardamoria, não re-
ceando se verificassem as desordens que geralmente se esperava houvessem na reparti-
ção destes terrenos, pelo *grande número de indivíduos aqui reunidos*”¹⁴

É interessante observar que Bitencourt repete o termo “desordens” utilizado por José de Abreu, relacionando isso à grande quantidade de pessoas que se encontravam na região. Na mesma missiva, o guarda-mor refere-se a pessoas livres, libertas e escravizadas, “pobres” e “ricas”, dando a entender que o ouro estava atraindo indivíduos dos mais diversos extratos socioeconômicos. São mencionados por Bitencourt inclusive a existência de arranchamentos. Ao final da missiva, afirma ele ainda que após o inverno que se aproximava “é de se esperar que estejam empregados em mineração neste arroio e suas vertentes de duas a três mil pessoas, pois que cada dia chegam novos pretendentes”, dando a entender que o afluxo para aquela área mantinha-se contínuo desde que lá chegara, e que assim acreditava que continuaria. Na mesma missiva, Bitencourt reporta acerca da repartição dos terrenos. Em suas Memórias, Fernandes Pinheiro menciona esse

.....
13 Correspondência enviada por José de Abreu a José Feliciano Fernandes Pinheiro. 22 de abril de 1824. AHRs. Fundo Comando das Armas, maço 1.

14 Correspondência enviada por Tomás Antônio de Bitencourt a José Feliciano Fernandes Pinheiro. 18 de fevereiro de 1825. AHRs. Fundo Documentos dos Governantes, maço 8. Grifos nossos.

procedimento e a concessão dos títulos a eles referentes, tendo prescrito um método e instruções para a execução de tal tarefa (PINHEIRO, 1874). Vejamos alguns detalhes dos procedimentos realizados por Bitencourt:

“[...]com efeito pouco mais de duzentas pessoas livres se apresentaram no dia seguinte requerendo datas declarando os braços que tinham para empregar na mineração, mas quase todos pretendiam se verificassem elas em pontos certos na extensão de mil seiscentas e sessenta e seis braços no mesmo arroio [Camaquã-Chico], compreendendo nelas as duas margens, e o álveo.

No dia dezoito fiz constar por todos os *arranchamentos* que no seguinte as oito horas da manhã podiam comparecer todos que pretendiam datas desde o passo da porteira até quatrocentas e vinte cinco braços pelo arroio acima, aonde reunidos lhes fiz saber que atendendo a estar muito estragada pelos faiscadores esta extensão do arroio, e haver muito lajeado, eu ia repartir a duas braços e meia para cada trabalhador, mas que era do meu dever não destinar a algum ponto certo para o seu trabalho, e que por sorte ia cada um saber o lugar da sua data: o que se verificou com o maior sossego, e com o mesmo se fizeram mais dois sorteamentos, um a vinte e cinco, e outro a vinte nove do mesmo mês regulando estes dois últimos a uma braça por cada trabalhador, para poder chegar a todos, *ficando por este modo repartida a sobredita extensão de mil seiscentas e sessenta e seis braços do arroio em cento e sete datas para serem mineradas por mil quatrocentos e dez escravos, e duzentos e trinta libertos*. Se eu tive a vantagem de contentar ao povo confundindo no sorteamento o rico com o pobre, ficando-lhe assim um direito igual dos pontos que julgar mais ricos, ou mais fáceis, não devo também ocultar a VEx que poucos dos donos destas datas aproveitarão bem a riqueza delas.¹⁵

Chamamos a atenção para o método utilizado por Bitencourt, o qual aparentemente visava estabelecer uma divisão igualitária dos terrenos, distribuindo-os “pela sorte” e evitando privilégios. Adiante na missiva, o guarda-mor lamenta que grande parte dos trabalhadores não deveria ter a experiência necessária para o melhor proveito das datas que receberam para a mineração aurífera, algo que concluíra a partir do estado em que encontrara alguns dos terrenos que estava repartindo, o qual era fruto dos serviços que ali já se vinham fazendo. Além disso, aparenta preocupar-se com o estabelecimento daqueles que se instalavam no local, pois sugere ao presidente

.....
15 Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt a José Feliciano Fernandes Pinheiro. 18 de fevereiro de 1825. AHRs. Fundo Documentos dos Governantes, maço 8. Grifos nossos.

da província “dar a cada um outra data para empregarem os trabalhadores”, considerando o rigor do inverno e a impraticabilidade da mineração no ar-roio durante essa estação; em outro trecho, solicita ao governante a breve instalação de uma Casa de Permuta, alegando que para as “pessoas pobres lhes é necessário cada dia trocar algum ouro para as suas despesas”.

No que diz respeito às concessões de datas, cremos que todas as “mais de duzentas pessoas” que requereram terrenos auríferos foram contempladas pela primeira repartição efetuada pelo guarda-mor. Em correspondência datada de abril de 1825, Bitencourt envia ao presidente da província uma relação nominal das 176 datas que até então distribuíra¹⁶. Ao todo, mais de 255 pessoas¹⁷ haviam recebido datas tanto individualmente quanto em sociedade. Dessas, 212 detinham as 107 primeiras datas arroladas, número que corresponde ao relatado pelo guarda-mor na primeira repartição por ele efetuada. As informações presentes na listagem nos permitem discorrer sobre algumas características desse grupo.

Primeiramente, cabe destacar que as concessões foram efetuadas majoritariamente a homens, os quais constituíam 98,4% dos contemplados. Apenas 4 mulheres receberam datas, sendo que somente uma o fez individualmente: dona Inocência Ferreira da Silva. Além dela, outras 30 pessoas tiveram um designativo acrescido aos seus nomes, sendo duas delas o pardo liberto Pedro e o preto liberto Tomé, sócios em uma mesma data. Voltando àqueles cujo nome foi associado a um designativo, temos os 27 restantes listados com suas patentes ou cargos, como o capitão Manuel Pedroso de Albuquerque, o tenente-coronel Olivério José Ortiz e o “ilustríssimo e excelentíssimo general das armas” José de Abreu, o qual aparentemente não se dirigiu à região apenas para dar conta das “desordens” que ali ocorriam. Algumas sociedades englobavam parentes, como aponta a utilização dos termos “seu pai” e “sua cunhada” pelo elaborador do rol, e certas famílias

.....
16 Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt a José Feliciano Fernandes Pinheiro. 12 de abril de 1825. AHRN. Fundo Documentos dos Governantes, maço 8.

17 Em apenas uma concessão, foi assinalado apenas o termo “e sócios” ao invés dos nomes, sem nenhum indicativo de quantidade.

notáveis da então província de São Pedro se fizeram presentes, como por exemplo os Pinto Bandeira, os Carneiro da Fontoura e os Mena Barreto. Por outro lado, muitos indivíduos sequer tiveram sobrenomes mencionados, e a grande maioria dos listados não apresentou qualquer designativo. Somado ao exposto acima, talvez tenhamos aqui indícios de que Tomás Antônio de Bitencourt possa ter efetivamente contemplado as mais diversas camadas sociais na distribuição das datas, tendo sido ele próprio também agraciado com uma dessas unidades.

No que diz respeito às características das concessões, recordamos aqui que o contingente acima descrito recebeu datas tanto individualmente quanto em sociedades. Estas totalizaram apenas 40 das 176 concedidas (22,7% do total), mas concentraram 150 agraciados (58,8%), organizados em sociedades que continham de 2 a 16 integrantes. A maioria das datas foi recebida por uma única pessoa, e das 136 nessa situação, 24 também participaram de uma sociedade, enquanto 7 receberam duas datas individuais. Ao menos até abril de 1825, ninguém recebera mais do que duas datas, as quais apresentaram sempre a mesma largura, variando em suas extensões: 98 (55,8% do total) possuíam a dimensão de 30 braças quadradas, e o restante apresentou desde 2,5 até 65 unidades da referida medida¹⁸. Embora consideremos interessante estabelecer algumas relações entre as dimensões de datas e a quantidade de indivíduos relativas a cada concessão, deixamos esse exercício em aberto por ora, com o intuito de dar ênfase a uma outra questão, a qual balizou a distribuição de datas para a mineração aurífera aqui analisada: a posse de pessoas escravizadas.

Conforme Laura de Mello e Souza (1982), o critério de concessão de datas era assentado na quantidade de cativos possuídos pelo pretendente, algo que limitava o acesso às lavras a quem dispusesse desse tipo de mão de obra e também estabelecia uma relação direta entre a extensão das unidades concedidas e o tamanho dos plantéis. Ao que tudo indica, tal critério foi aplicado à distribuição de datas que estamos analisando: como se pode

.....
18 Todas apresentaram 30 braças de largura. Os demais percentuais de extensão corresponderam ao seguinte: 14,7% entre 2,5 e 9 braças; 15,3% entre 10 e 19; 14,2% de 20 a 65.

perceber no excerto da correspondência de Tomás de Bitencourt acima destacado, uma parte das concessões ao longo do Camaquã-Chico foi medida a partir da relação de 2,5 braças por trabalhador por estar em um trecho já bastante explorado, enquanto que as restantes o foram feitas a uma braça por trabalhador. Na mesma missiva, o guarda-mor assevera que a extensão de 1.666 braças do arroio fora dividida em 107 datas a serem mineradas por 1.410 escravos e 230 libertos, assinalando a mobilização de uma quantidade significativa de pessoas escravizadas (e egressas do cativo) para a mineração aurífera naquela região.

No intuito de averiguarmos acerca da posse de cativos mobilizada por cada indivíduo para essa atividade, voltamos nosso olhar para a relação remetida por Bitencourt ao presidente da província em abril de 1825, a qual infelizmente não apresenta a quantidade de trabalhadores por data, mas descreve as extensões de terrenos concernentes a cada agraciado, além do curso d'água no qual as datas estavam localizadas¹⁹. 80 dessas unidades estavam localizadas em vertentes do Camaquã-Chico, enquanto as outras 96 foram alocadas nesse mesmo arroio. Estas totalizaram 1701,5 braças, número próximo das 1.666 descritas por Bitencourt em seu reporte sobre a primeira distribuição de datas por ele efetuada, a qual se concentrou unicamente nesse mesmo arroio. Nesse sentido, partindo dessas informações e dispondo tanto de suas extensões quanto das razões “trabalhador X braça concedida” utilizadas por Bitencourt, efetuamos o seguinte procedimento: àquelas que estavam localizadas nas primeiras 455 braças de extensão do Camaquã-Chico descritas na relação de Bitencourt, aplicamos a razão de

.....
19 Em um primeiro momento, intentamos estabelecer um cálculo dividindo a quantidade de cativos descrita pelo número de agraciados que possuíam as 107 primeiras datas da relação. Percebemos, entretanto, uma discrepância entre as informações presentes no reporte feito pelo guarda-mor em fevereiro e na discriminação das datas concedidas: enquanto naquele o guarda-mor relata ter distribuído 1.666 braças entre 107 datas, na relação as primeiras 107 concessões descritas totalizam 2.031,5 unidades da mesma medida. Observando mais atentamente as informações da relação, constatamos que alguns dos agraciados rejeitaram as datas que receberam, ou mesmo não compareceram ao ato de medição, perdendo o direito às unidades que haviam ganho através do sorteio. Esse, ao que tudo indica, pode ser o motivo para a discrepância observada, em virtude da qual optamos por não efetuar a operação referida.

2,5 trabalhadores por braça concedida²⁰; às restantes, localizadas nas 1.246,5 braças restantes, aplicamos a razão de 1 trabalhador por braça. Dessa forma, chegamos à quantia de 1.416 trabalhadores, a qual é bastante próxima do número de escravizados descrito por Bitencourt em seu primeiro reporte. Em seguida, excluímos 14% desse número, uma vez que esse era o percentual de libertos do total de trabalhadores descrito pelo guarda-mor²¹, chegando ao número de 1.217 escravizados. Assim, considerando que as 96 datas do Camaquã-Chico foram concedidas a 202 pessoas, chegamos uma média de aproximadamente 6 cativos por indivíduo para essas unidades.

Como se trata de uma especulação, evitaremos comparar essa quantia com outras áreas, embora consideremos que esse seja um número significativo no que diz respeito à posse de pessoas escravizadas para essa região. Além disso, não deixa de ser interessante que esse número seja bastante próximo daqueles observados por André do Nascimento Corrêa (2017) para a mesma área: analisando a posse de cativos em Caçapava para as décadas de 1820 e 1830 através de inventários *post mortem*, esse autor encontrou médias respectivamente de 7 e 8 cativos por unidade produtiva com escravizados, e ao analisar a mesma questão através dos proprietários de escravizados de uma lista de fogos de 1830, Corrêa encontrou a mesma média por nós apresentada. Embora tais proximidades nos deem indícios da plausibilidade dos números por nós aventados, reiteramos que tal exercício se trata apenas de uma elucubração, o qual esperamos complementar com o andamento de nossas pesquisas.

À parte isso, cremos que a mera constatação da mobilização de um contingente significativo de cativos para essa atividade já seja um elemento interessante não apenas para dimensionar o esforço produtivo direciona-

.....
20 Partindo da informação de que as primeiras 426 braças do arroio foram divididas nessa razão, optamos por aplica-la a um número um pouco maior de unidades, para termos uma espécie de margem de erro. A soma das extensões das datas nos levou ao número de 455 braças.

21 Embora saibamos que a concessão de datas se baseava na quantidade de cativos possuída pelo agraciado, fica dúbio no reporte de Bitencourt se os libertos foram ou não considerados para a concessão. Nesse sentido, e buscando chegar ao número mais conservador possível, optamos por essa operação.

do à mineração, como também para o estudo do emprego desse tipo de mão de obra na província de São Pedro do Rio Grande nesse período. E tendo sido essa província caracterizada pela questão fronteiriça e por um estado de endemia bélica ao longo da maior parte do século XIX, por certo que tais elementos eventualmente afetaram a atividade mineradora e as escravarias para ela mobilizadas, como podemos observar mais uma vez através da correspondência expedida pelo guarda-mor. Já em outubro de 1825, Bitencourt relatava ao presidente da província que “as circunstâncias atuais da campanha motivaram o quarto recrutamento naquele lugar, sendo o último sem exceção de pessoa, retirando por isso os proprietários suas escravaturas”²². Percebe-se, portanto, que a conjuntura bélica afetara, naquele momento, a mineração aurífera, fazendo com que as pessoas nela envolvidas interrompessem suas atividades e se retirassem da região para áreas mais seguras, tal qual o fez o próprio guarda-mor, conforme ele mesmo informa na missiva.

Mesmo que o início da Guerra da Cisplatina tenha interrompido a mineração aurífera tão rapidamente, é interessante perceber que em poucos meses foi mobilizado um aparato necessário para o desenvolvimento dessa atividade: agentes específicos ligados ao governo foram nomeados, um espaço foi organizado e subsequentemente repartido, mão de obra (especialmente a escravizada) foi mobilizada, e a isso podemos adicionar também a instalação de uma Casa de Permuta em Caçapava. Ao que tudo indica, a atividade foi frutífera, ao menos em um primeiro momento: em outubro o guarda-mor reportava a permuta de 1.011 oitavas de ouro²³, quantidade comparável à arrecadação de alguns dos primeiros anos de mineração aurífera nas Minas Gerais (SOUZA, 1982).

.....
22 Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt a José Feliciano Fernandes Pinheiro. 31 de outubro de 1825. AHRs. Fundo Documentos dos Governantes, maço 8.

23 Esse não foi o primeiro reporte de ouro permutado efetuado por Bitencourt naquele ano. A especificação da quantidade, entretanto, consta em apenas uma missiva: datada de agosto, relata a permuta de 863 oitavas e meia. Como não sabemos se essa quantia foi contabilizada ao reporte de outubro, mantemos apenas o valor presente nesse último, o qual é o mais avultado. Correspondência enviada por Tomas Antônio de Bitencourt a José Feliciano Fernandes Pinheiro. 15 de outubro 1825. AHRs. Fundo Documentos dos Governantes, maço 8.

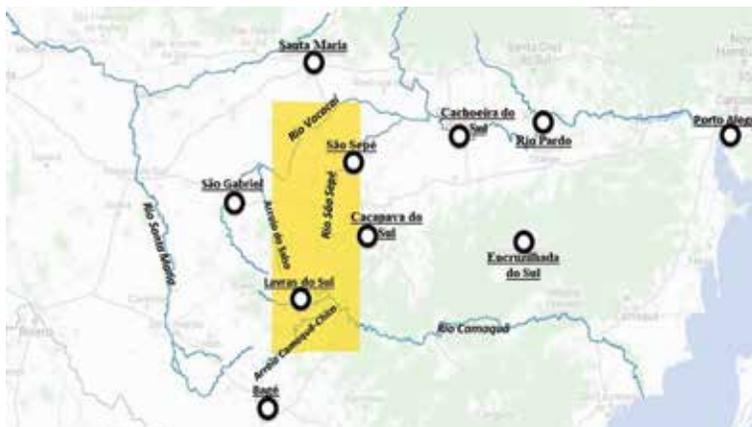
Toda essa mobilização certamente contribuiu para a dinamização econômica e para o aumento populacional na região, funcionando a mineração aurífera enquanto fator de atração de migrantes para essas áreas, como o indicam alguns outros dados: em 1823, Friedrich Sellow afirmava que Caçapava possuía 100 fogos (MARCHIORI; BÜNEKER; NETO, 2018); três anos depois, os membros da Câmara Municipal de Rio Pardo sugeriam a elevação dessa localidade à vila, “cuja população vai crescendo em consequência da mineração” (PETIZ, 2009, p. 70) e, no ano de 1830, uma lista contabilizava 286 fogos no mesmo local, o qual foi elevado à vila em 1831 (CORRÊA, 2017). Além disso, em 1829 um grupo de moradores da região conseguiu autorização para erigir capela, surgindo assim a localidade de Santo Antônio das Lavras²⁴. Até onde nos consta, esse foi o único agrupamento populacional surgido em decorrência da mineração aurífera no Rio Grande do Sul, algo significativo, ainda mais considerando que a maioria das povoações da região nascera em decorrência da atividade pecuária, ou mesmo em função de guardas e acampamentos de caráter militar. Na imagem abaixo, podemos observar a localização de Lavras, além da área considerada aurífera e de outros elementos mencionados ao longo deste texto, como cursos d’água e localidades.

Nossas pesquisas ainda não nos permitem discurrir mais sobre a manutenção da mineração durante e após a Guerra da Cisplatina. Sabemos, porém, que nos primeiros anos da década de 1830 a exploração aurífera permanecia ocorrendo na província, como atestou Arsène Isabelle no diário de suas andanças por esse espaço, dos quais citamos alguns trechos abaixo:

“A cinco léguas ao sul de Santa Maria, vê-se uma mina de ouro em exploração, que dizem ser muito produtiva. [...] A umas vinte léguas mais ao sul, perto da pequena vila de Caçapava, encontraram-se outras minas de ouro em exploração, e que dão menos trabalho. É um rio chamado Camaquã, um dos afluentes da lagoa dos Patos, que se encarrega de desprendê-las e transportá-las como as areias e cascalhos do seu

.....
24 Atual Lavras do Sul. Registro da provisão de ereção da Capela de Santo Antônio nas Lavras, imediações de Camaquã-Chico, no Distrito do Curato de Bagé, a requerimento dos moradores do mesmo lugar, e sua circunferência, na forma abaixo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro 2º de Registro de Provisões.

Figura 1 – Área de mineração aurífera (Rio Grande do Sul, c.1808-1835)



Legenda de cores: quadrilátero amarelo – área estimada de ocorrência de atividades de mineração aurífera durante as três primeiras décadas do século XIX.

Fonte: elaborado pelo autor com a ferramenta “Google My Maps” a partir das informações apresentadas neste texto.

leito. Uma infinidade de regatos e de terrenos são auríferos, nesta província, mas os métodos de lavagem são muito maus e o pó que se obtém não traz grandes lucros ao proprietário dos negros empregados nesse trabalho. [...]

Conhecem-se muitas estâncias, atravessadas por regatos auríferos; em outras o ouro é encontrado nas areias das lagoas pouco profundas ou debaixo das moitas; mas os estancieiros não permitem a extração do metal, mesmo por conta deles, com receio de serem despojados de seus imensos terrenos. Entretanto, cita-se um estancieiro riquíssimo que parece extrair secretamente o ouro, apesar de garantir que os rebanhos que possui bastam para sustentar suas despesas extraordinárias.” (ISABELLE, 2006, p. 216-226)

Para além da menção ao uso do trabalho escravizado na mineração, chama a atenção que a posse da terra para a atividade pecuária era preferida pelos estancieiros, algo que se compreende pela força que o gado vacum e as terras desempenharam na ocupação e na dinamização econômica do espaço sobre o qual os terrenos auríferos estavam assentados. Conforme Fernanda Ricalde Teixeira Carvalho (2013), tais observações corresponderiam aos últimos momentos do primeiro ciclo de exploração aurífera nesse espaço, pois a autora considera a chegada de companhias mineradoras à região como

marco final desse período²⁵. Estando de acordo com a autora, e considerando também o início da Guerra dos Farrapos em 1835, cremos que esse ano possa ser considerado como o último do breve surto de mineração aurífera que analisamos neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como esperamos ter demonstrado, a mineração aurífera também teve seu papel no processo de formação do atual Rio Grande do Sul. Embora essa atividade tenha ocorrido em dimensões muito menores do que em outras áreas do atual Brasil, a expectativa da obtenção do precioso metal por essas paragens foi suficiente para atrair o interesse da Coroa lusa e, posteriormente, do Império do Brasil, cujos governos agiram no sentido de mobilizar um aparato para a dinamização dessa exploração. Além disso, cremos que a mineração aurífera gerou certo impacto demográfico, ao agir como um fator de atração de migrantes para a região, como se pode inferir a partir do aumento populacional na região de Caçapava e pelo surgimento da localidade de Lavras. Dessa forma, teve também sua influência na dinamização socioeconômica do atual Rio Grande do Sul, especialmente de sua parcela meridional, embora seu impacto certamente não tenha sequer se aproximado do peso que as atividades agrícola e pecuária tiveram nessas áreas não só durante o período em questão, mas também ao logo de todo o Oitocentos. As afirmações que colocamos acima, por certo, vão aqui postuladas muito mais como hipóteses a serem melhor investigadas no futuro do que como resultados, ainda mais considerando que estas se tratam de notas iniciais de pesquisa.

.....
25 De acordo com a autora, a qual cita também o autor Edilberto Teixeira, “em 1834, consta nos Livros de Editais da Câmara de Caçapava, a publicação de um edital de concessão de ‘lavra no rio Camaquã’, ao Dr. Augusto Frederico Goodrige e a José Tully e Cia’.”, os quais formavam uma empresa de capital nacional e estrangeiro com a finalidade de explorar a mineração na região, sendo esse o marco por ela utilizado. TEIXEIRA, Edilberto. *Lavras do Sul na bateia do tempo*. Santa Maria: UFSM, 1992 apud CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. *Rota do ouro: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano*. Santa Maria: PPGPPC/UFSM, 2013, p. 15. (Dissertação de Mestrado)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, F. R. T. **Rota do ouro**: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano. Santa Maria: PPGPPC/UFSM, 2013. (Dissertação de Mestrado)
- CHAVES, A. J. G.. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.
- CORRÊA, A. do N. **Organização domiciliar e escravidão no extremo sul do Brasil**: Caçapava no século XIX. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2017. (Tese de Doutorado)
- ISABELLE, A.. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006.
- LIBBY, D.. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MARCHIORI, J. N. C.; BÜNEKER, H. M.; NETO; D. L. M. Textos inéditos de Friedrich Sellow. 3 – Viagem pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1823-1825). **Balduinia**. Santa Maria, n. 61, 2018, p. 01-22.
- MARTINS, L. B.; MIRANDA, M. E. (Coord.). **Capitania de São Pedro do Rio Grande**: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama (1802-1809). Porto Alegre: CORAG, 2008.
- PEREIRA, J. S. da C.. **Apontamentos para a formação de hum roteiro das costas do Brasil, com algumas reflexões sobre o interior das províncias do litoral, e suas produções**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Memórias do Visconde de São Leopoldo. Compiladas e postas em ordem pelo Conselheiro Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Tomo XXXVII. Parte segunda. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1874.
- SAMPAIO, A. C. J. de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. (Org.). **O Brasil Colonial**. Vol. 3. .Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 307-338.
- SOUZA, L. de M. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

“AS VENDEU SEM QUE NUNCA TIVESSE CULTIVADO”: FORMAS DA APROPRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA TERRA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (1784-1822)

VANESSA AMES SCHOMMER
MESTRANDA EM HISTÓRIA – UFRGS
BOLSISTA CAPES
VASCHOMMER@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil ainda é absurdamente desigual e conflituosa, e entender como se deram essas permanências e rupturas tem sido tarefa da História Agrária, especialmente da história social do rural. Os trabalhos desse campo buscaram e buscam desmitificar a ideia de que os grandes latifúndios contemporâneos surgiram somente a partir das concessões de sesmarias. Devido principalmente ao trabalho pioneiro de Osório e aos que por ele foram inspirados, hoje conhecemos melhor o conflitivo processo de apropriação de terras ocorrido durante a colonização e conquista do território sulino. Assim como os trabalhos de Graciela Garcia (2005), na fronteira oeste, Zarth (1997) e Christilino (2010), no planalto, desmitificaram a ideia de que os grandes latifúndios contemporâneos surgiram somente a partir das concessões de sesmarias no atual território do estado do Rio Grande do Sul.

As concessões “oficiais” foram apenas uma das estratégias usadas para a construção dos latifúndios, ao lado do “avanço” pelas terras vizinhas,

da usurpação e da simples posse. Além disso, a forma de confirmação das e registro das sesmarias causava uma série de sobreposições de direito à terra, o que por sua vez é fonte de inesgotáveis conflitos (FARINATTI, 2018, p. 290).

O presente trabalho se inscreve dentro do campo da história agrária e social do Rio Grande do Sul, e se propõe a refletir sobre o processo de apropriação de terras, as estratégias utilizadas para sua manutenção, e os conflitos inerentes a esse movimento. Focalizando o espaço da freguesia e posterior Vila de Santo Antônio da Patrulha e adotando como marco inicial o ano da elaboração da *Relação de moradores que tem campos e animais no Continente* de 1784, e como ano final, a data de 1822, já que é com a Independência que se encerra o regime de sesmarias e dá início às transformações mais profundas na legislação e nas questões jurídicas de direito à terra.

Desse modo, o presente artigo se constitui como parte do projeto de mestrado “*SOBRE O TERRENO SE DISPUTA SENHORIO: Apropriação de terras e conflitos em Santo Antônio da Patrulha 1784 – 1822*”, orientado pela professora Helen Osório. Procuramos delinear os padrões de ocupação e apropriação de terra no território adstrito pela Freguesia (1760) e posteriormente Vila de Santo Antônio (1809), a partir da Relação, bem como mapear os requerimentos que versavam sobre terras daquela localidade endereçados ao Governador do território.

FORMAS DE ACESSO À TERRA

Por se localizar nas fronteiras das monarquias portuguesa e espanhola, essa região foi marcada por conflitos e instabilidades, tanto entre os projetos ibéricos quanto os violentos contatos com os grupos indígenas; esse cenário construiu uma estrutura agrária complexa, escravista, com presença de pequenos e médios produtores, tendo esses os títulos das terras em que produziam ou não.

Para entender a apropriação de terras, primeiro precisamos entender como os primeiros povoadores luso brasileiros desse espaço as obtinham. O sistema jurídico português previa três formas legais: a concessão de sesmaria, a doação de datas e a arrematação em praça pública de terras

confiscadas pela Coroa. No período colonial o Rio Grande do Sul constituiu uma capitania subordinada a do Rio de Janeiro, era, portanto, o governador desta capitania e o Vice-rei quem podia expedir as cartas de sesmarias. Já as datas de terras podiam ser concedidas pelo governador do Rio Grande. As datas, a princípio, eram destinadas aos imigrantes açorianos, ou “casais do número”, e não deviam ultrapassar $\frac{1}{4}$ de légua (OSÓRIO, 2017, p. 47.). Especificamente no Rio Grande do Sul, ainda houve a distribuição de terras por despachos do governador, na figura de Marcelino de Figueiredo.

Esses títulos poderiam obtidos de 3 formas: sesmarias, datas de terra, e despachos do governador. Dentre esses somente os dois primeiros tinham amparo legal. O último tipo, os despachos foram uma pratica de concessão para o Rio Grande de São Pedro, que não estava prevista nas Ordenações Filipinas, mas que na prática foi reconhecida como legítima, sendo descrita por seus contemporâneos como “despachos do governador”. Osório, em sua dissertação de mestrado, descreveu essas concessões feitas por Marcelino de Figueiredo em seu último ano de administração (1780). Essas concessões se efetivaram a partir de um edital com o objetivo de regularizar as posses, os interessados requeriam as terras e os Comandantes das Fronteiras informavam sobre a dimensão, limites e existência de outros ocupantes ou pretendentes (OSÓRIO, 2017, p. 51.).

Com o intuito de legalizar terras após a Reconquista de Rio Grande e Tratado de Limites (1777) foi lançado um edital que buscava legalizar os campos entre os rios Jacuí e Camaquã. Os interessados requeriam as terras e os Comandantes de Fronteira informavam as dimensões, limites, ocupantes ou ainda, outros requerentes. Os despachos concediam a terra, e em alguns casos recomendava que fosse requerida sesmaria. O resultado dessa prática, segundo a autora foi a ampla distribuição de terras, principalmente aos militares, nos distritos fronteiriços (OSÓRIO, 2013, p. 13.).

Esse Edital e, ainda, a Relação, foram algumas das várias tentativas de regulamentar a propriedade sesmarial na América Portuguesa e disciplinar a questão fundiária. Ainda, concluindo essa sessão, gostaríamos de ressaltar que as formas de “propriedade” aqui descritas possuíam características muito distintas da formulação unitária de propriedade privada contemporânea.

Para o Antigo Regime o termo “propriedade” no singular deve ser lido e usado com parcimônia, uma vez que é insuficiente para dar conta da complexidade, e das múltiplas formas de relações de propriedade da terra (GROSSI, 2006, p. 63). A historiadora catalã Rosa Congost propõe que devemos encarar a propriedade como relação social e não como uma coisa imutável. Além de chamar atenção, assim como Grossi, para as condições de realização concreta dessa propriedade (CONGOST, 2007, p. 23.).

Helen Osório ao estudar a posse e apropriação da terra no Continente do Rio Grande de São Pedro pode observar que a propriedade, ou posse de terra, como já discutido, possuía características distintas da formulação unitária de propriedade privada no direito atual. Pode-se generalizar para toda a América Portuguesa algumas características em comum, como a não demarcação de seus limites territoriais, sendo comum que a sinalização das divisas fosse feita por acidentes geográficos ou córregos e rios. Concretamente a propriedade não era plena e absoluta, era instável, incerta e indivisa; abrindo margem para que os atos de força demarcassem seus limites (OSÓRIO, 2007, p. 60.).

Posto isto, em nosso trabalho, pretendemos depreender as peculiaridades desse fenômeno em um espaço que se formou às margens de uma estrada de transporte de mercadorias – o caminho das tropas de gado – e posto de arrecadação de impostos, Santo Antônio da Patrulha.

ACESSO À TERRA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

O território adstrito pela Vila de Santo Antônio abarcava desde o litoral norte até os campos de Cima da Serra, tendo, portanto, terrenos com diferentes características morfológicas e relevo muito distintos. Essas características fazem com que essas terras também fossem usadas para fins diferentes: os campos em Cima da Serra mais voltados para a criação de gado, e as terras de encostas de serra e matos para agricultura. É importante ressaltar que Santo Antônio foi uma das freguesias que recebeu os “Casais do Número”, sendo, portanto, aí também distribuídas “Datas de Terra” por Marcelino Figueiredo em 1771 (OSÓRIO, 2017, p. 90.).

Como já mencionado, buscaremos aqui fazer um esboço das formas de acesso à terra em Santo Antônio, utilizando para isso a Relação. A “Relação de Moradores que têm campos e animais no Continente” Essa espécie de lista de proprietários e ocupantes foi realizada por ordem do Vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, ao Provedor da Fazenda do Rio Grande, Diogo Osório Vieira, no início de 1784 com o objetivo de conhecer a distribuição de terras no Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2007, p. 80.) . Essa ordem foi dada em razão da desorganização das concessões. O provedor da fazenda elaborou a relação de cada freguesia enviando-as para o Rio de Janeiro. Os originais encontram-se salvaguardados no Arquivo Nacional, enquanto os borradores, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

Os registros são compostos pelo nome do ocupante, seus títulos de propriedade (sesmaria, data, ou “não informado”), o nome dos antigos proprietários, atividade a que se dedicavam (lavoura, criação, etc), e, por fim, a espécie e número de animais. Para o presente artigo, os dados referentes à localidade estudada foram gentilmente cedido pela professora Helen Osório, a quem agradeço muito.

Ao analisar as formas declaradas de acesso à terra no documento¹, ou seja, para o ano de 1784, obtivemos os seguintes resultados: de 178 registros, o acesso declarado como *posse* foi o mais frequente (49), seguido de *compra* (38), *datas* (35) e 33 sujeitos declararam que acessam a terra à favor. Ainda encontramos, 8 sujeitos que declaram ter recebido as terras por dote ou herança e 2 sujeitos que declaram ter recebido despachos do governador. Dentre todas as formas de receber ou acessar um lote de terra na Relação para Santo Antônio, somente 4 sujeitos declararam ter recebido sesmarias, e, ainda, 9 sujeitos que foram classificados como “não informado”.

Assim sendo, podemos concluir que no perfil de ocupação de Santo Antônio da Patrulha predominou a Posse como forma de apropriação da terra, seguido das compras e datas. Entretanto, a compra não é uma das formas primárias de apropriação da terra e pressupõe uma primeira forma

.....
1 AHRs. Cadastro de Sesmarias (Relação de moradores que têm campos e animais nesse Continente) Livros nº 1198 A e B.

de apropriação (data, posse, sesmaria ou despacho), porém nesse primeiro momento não conseguimos identifica – la, devido ao trabalho de pesquisa ainda estar em andamento.

Uma das possibilidade de suprir essa lacuna é tentar buscar os dados referentes à antiguidade das ocupações de terra. Neles encontramos somente 33 dos registros que constavam como sendo primeiros ocupantes das terras. 97 eram segundos possuídores, 42 estavam na terceira ocupação e 6, na quarta. Quanto, ainda, as ocupações dos sujeitos, 121 se declararam lavradores, 4 criadores e os demais como artesãos, pequenos comerciantes e um grande número não declarado, 34.

Podemos, portanto, caracterizar a região de Santo Antônio da Patrulha, segundo a Relação, como uma região majoritariamente ocupada pela agricultura, e não pela criação, uma vez que a maior parte dos sujeitos que ocupam a área rural dessa localidade se declararam lavradores. A maior parte desses lavradores, portanto, acessou a terra por meio da posse, da compra, e das concessões de datas, o que faz com que essa paragem seja uma região de ocupação mais antiga já em 1784, uma vez que boa parte dos sujeitos tiveram que desembolsar valores monetários para ter acesso à terra.

Para além dessa aproximação inicial e mais quantitativa do acesso à terra em Santo Antônio, também pretendemos identificar quem pede e para quem é concedida a terra. Com o objetivo de descrever e caracterizar essa forma de apropriação, buscamos os Requerimentos ao Governador cujo assunto catalogado é “terras” para a localidade de interesse, Santo Antônio da Patrulha.

Esses documentos são compostos de uma petição inicial, onde o requerente solicita concessão de terras, ou relata conflitos entre seus vizinhos. Nas solicitações de terras, é comum que o requerente alegue já residir com benfeitorias e culturas há alguns anos, e as descreva. Em seguida, o documento pode ser despachado com mandado para o Comandante de Fronteira (ou ainda, em casos raros, a Câmara) verifique se as informações do pretendente são verdadeiras, quais as dimensões do terreno, e se essas são fruto de disputa ou não. Esses documentos encontram-se depositados no AHRS.

O primeiro requerimento data do ano de 1790 e o último de 1820, sendo, portanto, posteriores à elaboração da Relação e ao Edital de 1780, do então governador Marcelino Figueiredo que buscava distribuir e “legalizar” as terras no Continente. Esses requerimentos somam o montante de 100 requerimentos que estão catalogados com o assunto “terras” referentes a localidade em questão, eles são mais numeros a partir da segunda década do século XIX – de 1813 a 1819, somam 85% do total.

Em um dos requerimentos, do ano de 1810², Vicente Pereira dos Santos, morador da Freguesia de Santo Antônio da Patrulha, escreve ao governador se queixando de ter requerido um terreno devoluto ao Capitão Comandante Teixeira da Cunha, onde alega estar de posse pacífica e as cultivando como se fossem suas há 19 para 20 anos. Afirma ainda, ter pedido as ditas terras por *data* e nunca as recebido por motivos que ignora. Entretanto, o requerente afirma ter continuado de posse e trabalhando as terras, até que Manuel dos Santos Xavier requere as paragens ocupadas por Vicente ao governador e

segundo informe ao Cap Engenheiro José de Saldanha, e pq nelas achou embaraço, informou nos terrenos do suplicante por este não ter títulos, e em tempo que o suplicante se achava fora daquela freguesia e assim foram *concedidas meio quarto de légua sem que o mesmo precisasse do referido terreno e sim para o vender*, como logo o fez, passando a venda para o primeiro e segundo possuidor, e sem que eles cultivassem o comprado terreno e sendo que o suplicante continuava na agricultura do mesmo terreno sem que o embaraçassem; (AHR.S.Correspondência dos Governadores do Rio Grande. Requerimentos: Maço 04. A ortografia foi atualizada para melhor compreensão).

Segundo o requerente é somente o terceiro comprador, Manoel José Correia, que ao medir e tomar posse do terreno que o expulsa de seu arranhamento e o motiva a procurar o governador para que consiga permanecer no lugar que cultiva há mais de duas décadas. Por fim, pede as sobras de terras que restarem da dita medição e ainda aponta para uma série de violações

.....
2 AHR.S.Correspondência dos Governadores do Rio Grande. Requerimentos: Maço 04.

da burocracias envolvidas no processos de medir e demarcar a terra, como, por exemplo a falta de citação ao éreos confinantes das terras em disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse exemplo descrito no requerimento de Vicente Pereira dos Santos ilustra bem o projeto português de ocupação e doação de terras a um tipo de proprietário específico. Como apontado por Varela, as terras deveriam ser concedidas a quem as pudesse aproveitar, entretanto, essa condição é expressa de forma bastante genérica na letra da lei ofereceu respaldo a esses novos elementos característicos da monocultura de exportação baseada no trabalho escravo (VARELA, 2005, p. 69).

Assim como corrobora com a tese de que a dinâmica da apropriação de terras na colônia não pode ser devidamente compreendida pelo simples exame das regras jurídicas existentes, mas sim pelos embates de forças sociais em conflito (OSÓRIO, 2017, p. 60.). Em termos de exame das regras jurídicas, entretanto, James Holston, ao estudar a propriedade e os conflitos fundiários no Brasil, defendeu a ideia de que a Lei, em vez de trazer uma solução ao caos fundiário brasileiro, foi responsável por promover o conflito (HOLSTON, 1993, s/ páginas). O autor corrobora com a tese de Warren Dean, que, ao investigar os debates no Congresso no ano de 1824, apontou a suspeita de alguns juristas brasileiros de que a Coroa Portuguesa deliberadamente concedia sesmarias sem delimitação precisa para manter os colonos “nervosamente brigando entre si, em vez de brigar contra a coroa” (DEAN, 1971, p. 607).

James Holston ainda afirma que, após a independência, a elite rural aprendeu a dominar o sistema de distribuição de terras, tornando o sistema jurídico de tal modo complicado que afastava o acesso aos demais setores da população. Embora pra o período colonial temos justamente os requerimentos como forma de buscar a reparação e a resolução de um impasse por outros meios que o caminho jurídico. O autor faz a ressalva, necessária, que essa elite, apesar de se apropriar dos meios judiciais de acesso à terra, de modo algum excluiu o uso da violência e aponta para a construção de

uma narrativa histórica sobre as disputas e acontecimentos ocorridos no período colonial que são usadas para conferir legalidade a um argumento jurídico, visando a comprovação do direito à propriedade em disputas judiciais atuais.

Nesse sentido, Márcia Motta trabalha com a importância da construção da origem histórica de uma ocupação, usando como “comprovação da verdade” dossiês de documentos como escrituras de doação e venda de terras, cartas de sesmarias, ou mesmo testemunhos. Nesse processo de reconstrução, ou reinvenção da origem histórica, alguns aspectos são ressaltados ou “apagados” (MOTTA, 1998, p. 95.)

Buscamos, portanto, com esse artigo, apontar para a necessidade de apurar quem são os sujeitos que requerem terras, quais os argumentos utilizados e quais os marcadores sociais de quem tem seu pedido atendido e, com isso, compreender o projeto de colonização da América Portuguesa. Além disso, entender como esses fatores são acionados e mobilizados para uma região, que podemos caracterizar, como de agricultura e já com a fronteira fechada, uma vez que o alto número de sujeitos acessaram a terra por compra já em 1784.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia. Estudios sobre “la gran obra de la propiedad”**. Barcelona: Crítica, 2007.

DEAN, Warren. (1971), Latifundia and land policy in nineteenth-century Brazil. **Hispanic Historical American Review**. 51 (4) pp. 602-25.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Rumos da História Agrária no Rio Grande do Sul: resultados, fontes e possibilidades de pesquisa. In: **Na fronteira do**

Império: política e sociedade na Rio Pardo oitocentista. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O Domínio da Terra: Conflitos e Estrutura Agrária na campanha rio-grandense oitocentista.** 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH. UFRGS, Porto Alegre;

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil.

Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 21, ano 8, fevereiro de 1993, s/ páginas.

Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.** São Leopoldo: ÓIKOS, 2017.

OSÓRIO. **Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa:** direitos e forma de acesso. XVI CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA AGRARIA. Badajoz, 7-9 de Noviembre de 2013.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

ST JOVENS PESQUISADORES 01

COORDENAÇÃO

CAMILA DE ALMEIDA SILVA (UFSM)

MAIRA EVELINE SCHMITZ (UFSM)

ANÁLISE DA OBRA “O CONTO DA AIA” (THE HANDMAID’S TALE) COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS MULHERES

ANDREA NÁRRIMAN CEZNE¹
ÍNGRID SCHMIDT VISENTINI²

RESUMO

A partir da análise da obra “O Conto da Aia”, de 1985, escrita por Margaret Atwood, busca-se refletir sobre a História dos Direitos das Mulheres. A narrativa é uma distopia, tratando de uma teocracia implementada em uma parte dos EUA. A partir de um golpe de Estado, um grupo fundamentalista cristão, Os Filhos de Jacó, assume o poder e suspende a Constituição dos EUA. Implanta-se um regime totalitário, a “República de Gilead”, militarista e contrário aos direitos humanos, especialmente das mulheres. Elas passam a não terem direitos fundamentais, não podendo ter propriedade, dinheiro, trabalhar fora do ambiente doméstico, nem ler ou escrever. A sociedade é dividida em castas, com os Comandantes de Gilead no topo. Essa sociedade passa por uma crise de fertilidade. Para combater isso, o regime determina que as mulheres que ainda são férteis tornem-se Aias. O Estado impõe o controle sobre os corpos dessas mulheres, que passam a pertencer aos Comandantes para que eles tenham filhos, que legalmente pertencem aos Comandantes e suas esposas. A narrativa inspirou-se em fatos históricos, como a Revo-

.....
¹ ancezne@gmail.com; Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora adjunta junto à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Direito e Gênero – Artemis; Brasil.

² ingridvisentini@hotmail.com; Estudante da graduação em Ciências Sociais – Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista do projeto de extensão Direito e Gênero (FLEX); membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Direito e Gênero – Artemis; Brasil.

lução Islâmica no Irã, mas pode ser relacionada a contextos atuais de violações de direitos das mulheres no mundo, provocando reflexão sobre o tema. A partir da produção de uma série de TV baseada no livro, que estreou em 2017, a obra voltou a ser bastante discutida.

Palavras-chave: Direitos das mulheres; Totalitarismo; Direitos Humanos..

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a obra *O Conto da Aia* (*The Handmaid's Tale* como título original), escrita por Margaret Atwood, e as possíveis reflexões que a partir dela se pode fazer sobre a questão dos direitos das mulheres, seus avanços e retrocessos históricos. A partir da narrativa ficcional analisa-se os papéis de gênero expressos, e como a autora Margareth Atwood utilizou-se de antecedentes históricos na construção da narrativa distópica. Através da aplicação do método de análise histórico e comparativo problematiza-se o estudo da obra ficcional, tem como foco a comparação entre o mundo da ficção e um dos principais eventos que inspiraram a autora na narrativa, a Revolução Islâmica no Irã, especialmente em seus efeitos em relação aos Direitos das Mulheres

ANÁLISE DA OBRA O CONTO DA AIA (THE HANDMAID'S TALE)

O Conto da Aia é um romance distópico, escrito pela canadense Margaret Atwood e lançado em 1985. A história é ambientada na República de Gillead, uma teonomia cristã militar formada nas fronteiras do que anteriormente eram os Estados Unidos da América. Trata-se de um governo totalitário que após um golpe de Estado, com o assassinato do Presidente e da maior parte do Congresso por um grupo fundamentalista cristão denominado Filhos de Jacó, a Constituição é suspensa, os jornais são censurados e o governo passa a ser uma ditadura militarista e fundamentalista cristã.

O novo governo é rapidamente consolidado, eliminando outros grupos políticos e religiosos. A sociedade é reorganizada em uma estrutura baseada em uma leitura restritiva e fanática a partir do Velho Testamento.

O regime instaurado restringe e elimina direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres. Estas são proibidas de ler e escrever, perdem o direito à propriedade privada, perdem o acesso a recursos financeiros próprios e são impossibilitadas de trabalhar fora do ambiente doméstico.

É importante ressaltar que a sociedade passaria por uma crise demográfica, com diminuição expressiva dos nascimentos, que se relaciona a fatores como contaminação por produtos químicos, radiação e doenças que teriam acarretado no aumento da taxa de infertilidade. Em razão disso, as mulheres férteis acabam sendo exceção, e se tornam um ativo valioso naquela sociedade. A infertilidade é atribuída somente às mulheres, pela divisão de papéis de gênero estabelecida naquela sociedade, sendo tabu se falar em infertilidade masculina. Portanto, a questão de não ter filhos passa a ser uma falha atribuída à mulher.

Nesta sociedade, as mulheres passam a ser divididas em categorias, onde cada categoria cumpre com uma função específica no Estado. As vestimentas das mulheres de cada categoria tem uma cor, identificando a função que lhes são destinadas. Desta forma, existe uma hierarquia entre essa classificação das mulheres, ainda que todas estejam subordinadas a um *status* inferior em relação aos homens.

As Esposas dos Comandantes são identificadas com vestimentas azuis e estão em posição mais importante e privilegiada que as demais. As Tias são as treinadoras das Aias, que policiam e punem as Aias que contraírem as ordens ou desafiarem o treinamento dado. A cor de suas vestimentas é o marrom e possuem um grau de autonomia maior do que as outras mulheres, podendo ler e escrever. Muitas mulheres estavam dispostas a servir como tias, justamente por esse poder concedido para a função e demais benefícios. As mulheres sem filhos, estéreis ou mais velhas que não eram casadas podiam se alistar para servir como Tias, escapando de um provável ingresso para as Colônias, que eram os locais destinados às mulheres usadas principalmente como esquadrões descartáveis de limpeza de materiais tóxicos, ou, com alguma sorte, para tarefas menos arriscadas, como apanhar algodão e trabalhar na colheita de frutas.

Abaixo se encontram as Aias. Estas se vestem com longos vestidos vermelhos, capas brancas e toucas brancas, que impedem sua visão periférica e escondem suas faces. O treinamento que recebem é para gerar filhos para os Comandantes e suas esposas, com função estrita de servir ao Estado através da reprodução. As Aias perdem o direito de usar seus nomes, passando a ser designadas pelo Comandante a que pertencem. Entre os períodos em que estão na casa de algum Comandante, elas estão nos Centros de Treinamento.

As Martas são mulheres mais velhas e inférteis que tem habilidades domésticas, passando a servir como empregadas domésticas nas casas dos Comandantes. A cor de suas vestes é o verde. As Econoesposas são as mulheres dos homens de classes mais baixas, que tem que exercer as várias funções consideradas femininas: ter e cuidar dos filhos, o trabalho doméstico e o companheirismo. Suas vestes são uma mistura das diferentes cores (vermelho, azul e verde) refletindo os múltiplos papéis exercidos.

As Não-Mulheres são mulheres estéreis, mais velhas, algumas viúvas, ou que não se integraram na sociedade gilleadiana, como: lésbicas, não férteis, freiras, dissidentes políticas ou que não se ajustaram no treinamento para Aias. Também “Aias que estragaram três oportunidades” (ATWOOD, 2017, pp. 295), ou seja, Aias que não conseguiram ter filhos, depois de três Comandantes diferentes. Elas são excluídas da sociedade e mandadas para trabalhos forçados nas Colônias. Esses locais eram de diferentes tipos, sendo os piores as áreas de lixo tóxico, com vazamento de radiação, cuja expectativa de vida era de três anos no máximo, já que o trabalho era realizado sem qualquer tipo de proteção para baratear custos e com o objetivo por parte do regime de eliminar essas pessoas, consideradas indesejáveis (ATWOOD, 2017, P. 295).

Outra categoria de mulheres não reconhecidas publicamente mas ainda existentes e escondidas são as Jezebéis, mulheres forçadas a se tornarem prostitutas, disponíveis somente para os Comandantes e seus convidados, em um local escondido do resto da sociedade por se tratar de atividade proibida. Algumas são “profissionais de verdade” (ATWOOD, 2017, P. 295)

do tempo anterior ao Estado estabelecido e que não puderam ser incorporadas na sociedade. São mulheres atraentes e educadas que não serviam para Aias por seu temperamento, e que lhe foram dada a escolha de se tornarem prostitutas ou irem para as Colônias. São as únicas que podem usar maquiagem e se vestem com roupas sensuais, podendo consumir álcool e drogas fornecido a elas nesses locais, trabalhando somente à noite, sob o controle de Tias. Uma vez que começam a envelhecer, são descartadas.

Em relação aos Homens, também são alocados na sociedade conforme suas funções. Abaixo dos Comandantes encontram-se os Olhos, que são a polícia secreta de Gillead. Os Anjos, que usam uniformes negros, são soldados que lutaram nas guerras para expandir o território do regime, e posteriormente podem se casar. Os Guardiões, que são usados em patrulhas policiais e outras funções, usam uniformes verdes, e podem ser posteriormente promovidos a Anjos.

Aqueles que não se encaixam na rígida divisão de castas do regime são eliminados, através de linchamentos coletivos e de enforcamentos. Isso incluía, por exemplo, médicos denunciados por anteriormente fazer abortos, líderes religiosos de outras religiões e homossexuais, considerados Traidores de Gênero. Alguns desses últimos são mandados para as Colônias, trabalhar com lixo tóxico.

De uma maneira extrema, observa-se que na obra *O Conto da Aia* os papéis sociais são rigorosamente definidos, estando as mulheres separadas por castas. Além disso, existe a concepção de que o lugar da mulher é na esfera privada, não havendo espaço na esfera pública, como percebe-se pela proibição de trabalhar. As mulheres também não poderiam ter qualquer tipo de bem material, medida implantada no início do novo governo.

A narrativa parte do olhar de uma Aia, Offred, que passa a contar sua história intercalando momentos de sua rotina com lembranças antes de se tornar Aia: a vida com seu marido e sua filha, os momentos de início do regime, a perda de sua autonomia para o marido a partir da retirada de direitos e a tentativa frustrada de fuga para o Canadá, na qual ela e a filha são capturadas pelo regime e seu marido tem um destino desconhecido.

O principal papel de Offred seria somente o de submeter-se mensalmente à Cerimônia, uma vez por mês, para dar descendência ao Comandante. “A cerimônia de fecundação, talvez a mais bárbara de todas, envolve o comandante, a esposa e a aia. Esta última deita-se sobre o ventre e as pernas da esposa, que lhe segura as mãos, enquanto o comandante “as” fecunda.” (CAMPELLO, 2003, pp. 199)

Todavia, Offred é solicitada pelo Comandante fora da Cerimônia, violando uma das regras estabelecidas pelo Regime de Gilead para a relação entre a Aia e o Comandante. A relação deveria ser restrita à Cerimônia Mensal, já que as Aias seriam somente para fins de procriação. Primeiramente convida a Aia para jogar um jogo de palavras, posteriormente passa a oferecer a ela revistas femininas para ler (lembrando que a leitura é proibida às mulheres) durante o período em que estão juntos no escritório. Por fim, o Comandante dá a ela lingerie e maquiagem e a leva escondida para conhecer o Clube, onde se encontram mulheres forçadas a se prostituir. Offred encontra lá sua amiga Moira, que tinha fugido do Centro de Treinamento para Aias e acabou sendo recapturada. A ela foi dada a escolha entre se prostituir ou ir para as Colônias.

Ao mesmo tempo em que ocorrem os encontros secretos entre Offred e o Comandante, sua Esposa Serena Joy propõe a Offred que tenha relações sexuais com o motorista da família, Nick, para que ela possa ter um filho, já que Serena suspeita da infertilidade do Comandante. Após esse evento, Offred segue encontrando Nick secretamente, e posteriormente diz a ele que está grávida. Serena Joy descobre provas da relação ilícita de Offred com seu marido fora da Cerimônia, através das roupas usadas por Offred para ir ao Clube. Offred pensa em suicidar-se. Posteriormente, aparecem homens na casa para levar Offred embora. Nick diz para ela que pode confiar e ir com eles, já que fariam parte da organização secreta Mayday, que resgatava mulheres para fora de Gilead. Já a família é informada que os homens seriam membros da polícia secreta (Os Olhos). Estariam detendo e Offred pelo crime de Violação de Segredos de Estado. Offred vai embora com esses homens, e não temos ter certeza sobre o que seria verdadeiro (os homens serem parte de Mayday ou da Polícia Secreta).

No término do romance, em um capítulo denominado Notas Históricas, Margareth Atwood traz o que seria a transcrição parcial das atas do “Décimo Segundo Simpósio de Estudos Gileadeanos”, parte da Convenção da Associação Histórica Internacional, realizada em 25 de junho de 2195, na Universidade de Denay, território de Nunavit, localizada no Ártico. Após a apresentação da professora Maryann Crescent Moon, há a conferência proferida pelo acadêmico Professor James Darcy Pieixoto. Na conferência, intitulada “Problemas de Autenticação com Relação a O Conto da Aia”, somos informados que Prof. Pieixoto, juntamente com o professor Knotly Wade, organizaram o manuscrito a partir da gravação de trinta fitas cassetes, encontradas dentro de um baú de metal, no sítio arqueológico de Bangor, no estado do Maine. Posteriormente ao colapso da República de Gillead, ressurgiu uma sociedade com direitos para as mulheres e com liberdade religiosa. (ATWOOD, 2017, P. 351-324)

Muitas comparações podem ser feitas a partir da obra com questões referentes a violações de direitos humanos e em especial aos direitos das mulheres, justamente por estar incluída na narrativa situações que já ocorreram em algum momento da História, como situações de interferência do governo em direitos reprodutivos, gravidezes forçadas, enforcamentos em praça pública e o estupro institucionalizado. Assim, o leitor encontra “semelhanças com a realidade que alastra-se no mundo: retrocessos, democracias frágeis, repressão, entre outras questões.” (FREITAS, 2017)

INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS NA OBRA

O livro foi inspirado em várias notícias diferentes sobre fatos históricos, reorganizados em uma narrativa distópica, mas com base em diversas realidades. Em várias entrevistas, Margareth Atwood trata dessa questão. Recentemente, a autora voltou a falar do tema em uma entrevista tratando sobre os eventos da vida real que inspiraram *The Handmaid's Tale* (O Conto da Aia) e *The Testaments*, livro que trata da continuação da história do primeiro livro, em uma narrativa que se passa quinze anos depois. (PENGUIN RANDOM HOUSE, 2019). *The Testaments* foi lançado re-

centemente dia 10.09.2019, em Londres, e ainda não foi lançado no Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Tratando das fontes consultadas, a autora traz alguns dos eventos e notícias que inspiraram a construção da narrativa. Um dos antecedentes é o regime de Nicolas Ceaușescu, na Romênia, que tinha como política de Estado a interferência na vida reprodutiva da população, aprovando leis que diziam que as mulheres tinham que ter quatro bebês. Eles precisavam fazer testes de gravidez todos os meses e, se não estavam grávidas, precisavam explicar o porquê. Essa política acabou preenchendo os orfanatos romenos, o que se tornou um escândalo em todo o mundo por suas condições desumanas. Também traz reportagens sobre produtos químicos que afetam a fertilidade, o que aparece na narrativa do livro, já que a suspeita é de que a exposição a produtos químicos tenha causado a onda de infertilidade que afeta os EUA, posteriormente transformado em Gilead. Também traz influências do estudo do Nazismo, o Movimento Lebensborn na Alemanha nazista, quando homens da SS receberam “esposas” racialmente puras para formar mais homens pequenos da SS. A autora também trouxe os discursos de movimentos conservadores nos EUA e no Canadá, reivindicando que o crescimento da população deveria ser uma política pública, e a retomada de valores conservadores sobre a família. É importante destacar a base dos estudos realizados pela autora sobre os Puritanos e sobre a ascensão de grupos evangélicos conservadores nos EUA, que se tornam a base para a interpretação radical implementado pelos Filhos de Jacó em Gilead. (PENGUIN RANDOM HOUSE, 2019)

Essa relação já era ressaltada e analisada há algum tempo pelos estudiosos da obra. Conforme Leclair (1998, p. 3), “Não faltam modelos na vida real, seja no Irã, ao escrever o romance, seja no Afeganistão, se se pensa no regime dos talibás, no qual o romance era tristemente profético. E para o seqüestro de crianças, o Chile e a Romênia ofereceram modelos escuros. Finalmente, em qualquer contra-utopia, a presença de representantes de nossos valores oferece uma escala de avaliação. De fato, todos os protagonistas se lembram do nosso mundo atual porque os eventos estão localizados no futuro próximo do nosso presente, constantemente em comparação com o Gilead.”

Desde que a obra foi adaptada para uma série de TV em 2017, a história foi popularizada pelo mundo, disparando as vendas do romance distópico desde a eleição de Donald Trump como presidente e ganhando espaço nas discussões políticas sobre direito das mulheres. Em relação ao caráter político, já ocorreram diversas manifestações onde as mulheres usaram os trajes de aia para protestar contra retrocessos nos direitos reprodutivos das mulheres e sistema de saúde da gestão Trump, logo após a estreia da série. (VAGIANOS, 2019). Esse deslocamento dos elementos da obra de Atwood como comparação da atual conjuntura política (como o governo de Trump, por exemplo) mostra a interpretação crítica dos fãs que refletem com as questões abordadas, traçando, segundo Sigiliano e Borges (2018) um paralelo entre a ficção e a contemporaneidade, refletindo sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Essa ponte estabelecida entre a ficção e a realidade propicia a emergência de mobilizações em prol das questões sociopolíticas.

O epílogo da obra, chamado de Notas Históricas, traz uma indicação clara sobre uma das principais influências históricas da obra, na suposta transcrição parcial das atas do “Décimo Segundo Simpósio de Estudos Gileadeanos”, de 25 de junho de 2195, a palestra é proferida pelo acadêmico Professor James Darcy Peixoto. Em sua qualificação, ele é apresentado como estudioso de Gilead e autor do estudo “Irã-Gilead: Duas Monoteocracias no Final do Século XX, Vistas Através de Diários.” (ATWOOD, 2017, P. 351-352) Isso demonstra claramente que a própria autora reconhece a inspiração direta nos eventos ocorridos na Revolução Islâmica do Irã. Dessa forma, procura-se analisar de que forma esses eventos afetaram os direitos das mulheres naquele país, e comparar com a construção da narrativa realizada por Margareth Atwood.

ANÁLISE DE CASO: A REVOLUÇÃO ISLÂMICA NO IRÃ E A QUESTÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Em relação ao Irã, ressalta-se na história recente o estabelecimento da República Islâmica, a partir do afastamento do Xá Mohammad Reza Pahlevi, e a instauração de um governo teocrático, comandado pelo aiatolá

Ruhollah Khomeini. O processo resultou na instituição de um governo dominado pelas autoridades religiosas, em que o Islã e sua interpretação por essas autoridades é a fonte maior do Direito. O artigo 4 da Constituição iraniana assegura que “todas as leis e regulamentos, incluindo civis, criminais, financeiros, econômicos, administrativos, culturais, militares, políticos ou outros, devem se basear no princípio islâmico”. A forma como tem sido interpretados esses preceitos acabou sendo a mais conservadora possível, refletindo-se em restrições especialmente em relação a costumes e à maneira como o direito trata as mulheres, em diferentes âmbitos. (KAR, 2019)

Deve-se destacar que a implementação da República Islâmica deu-se através de vários mecanismos, como a criação da Guarda Revolucionária, inicialmente com a inscrição e treinamento de 6.000 pessoas (que se transformou em uma das forças mais importantes para implementação do regime). Também a criação de Comitês Revolucionários, organizações autônomas criadas no final de 1978, que serviram como mecanismos de fiscalização do regime, inclusive sobre a vida privada dos cidadãos. Progressivamente, as forças políticas moderadas e opostas a Khomeini foram sendo progressivamente destruídas, com banimento de partidos e expurgos nas universidades. Isso incluiu o fechamento de jornais e revistas que eram contrários à instauração de um governo islâmico. Portanto, direitos fundamentais da população acabaram sofrendo nesse processo.

É importante dizer que o Regime Pahlevi foi bastante controvertido, pois ao mesmo tempo que tinha um caráter autoritário, utilizando-se do aparato repressivo do Estado, especialmente da Polícia Secreta, conhecida como Savak, a partir da década de 60 realizou uma série de reformas no país, conhecidas como a Revolução Branca. Entre os pontos de modificação, elaboração de leis de reforma agrária, repasse 20% dos lucros das fábricas aos trabalhadores, e ampliação dos direitos às mulheres, que passaram a poder votar e ser votadas. Aumentou a idade para o casamento e possibilitou que as mulheres se tornassem inclusive juízas. A modernização do país, através de incorporação de medidas ocidentalizantes, era altamente criticada principalmente pelo clero. Ao mesmo tempo, o governo do Xá foi tornando-se

impopular, identificado com os interesses do Ocidente, pela corrupção interna e a natureza despótica do regime, através especialmente da repressão pela polícia política.

Tratando da questão dos direitos das mulheres no contexto do Regime Pahlevi, Mana Kia (2005, p. 227) ressalta um aspecto importante: “os direitos das mulheres são frequentemente vistos como resultados diretos das políticas de modernização do estado, concedidas de cima como concessões reais, impedindo qualquer discussão sobre ativismo.” A autora destaca que tanto os acadêmicos que escrevem criticando o Estado Pahlavi, bem como aqueles que escrevem o apoiando, compartilham dessa mesma visão. Dessa forma, o ativismo das mulheres acaba sendo apagado ou rejeitado por ambos os lados.

O trabalho de Mana Kia (2005) procura entender de que forma os direitos das mulheres durante o Governo Pahlavi foram resultado de negociações de poder entre forças e grupos, analisando de que forma os discursos de modernização do Estado interagiram, enquadraram e afetaram o discurso feminista. Também procura entender de que forma as ativistas pelos direitos das mulheres que trabalharam dentro do Estado utilizaram a questão da modernização para obter seus objetivos. Dessa forma, em vez de considerar a concessão de direitos pelo regime como uma concessão de um regime, procura considerar a participação da sociedade civil, e dos diferentes grupos, interagiu na construção desses direitos.

Não se pode negar, entretanto, os avanços que foram obtidos, mesmo que dentro dessa agenda estatal modernizante, em relação às condições anteriores. Destaca Mehrangiz Kar (2019) em relação a esse período, além da questão do voto e do acesso a cargos já mencionados, que houve várias mudanças, no âmbito do direito de família, da questão do vestuário e outras questões, como a possibilidade de convivência de ambos os sexos nos espaços públicos. As mulheres podiam escolher se utilizavam o véu ou não. A separação dos sexos não era aplicada senão nos ambientes religiosos, como as mesquitas. Em outros espaços, como em ambientes escolares e no trabalho, a convivência entre os sexos ocorria normalmente.

Especificamente em relação ao direito de família, em 1967, a Lei de Proteção à Família trouxe várias alterações no Direito de Família, determinando a necessidade de haver uma decisão do tribunal para os homens se divorciarem (abolindo o divórcio unilateral extrajudicial) e estabelecendo maior igualdade de acesso das mulheres ao divórcio, e determinando a criação de Cortes de Família. Também modificou a lei de custódia infantil, para que fosse concedida àquele que a Corte considerasse mais adequado como guardião da criança. A poligínia foi limitada, sendo que o homem só poderia casar com uma segunda esposa com autorização das Cortes e permissão expressa da primeira esposa. Essa poderia se divorciar caso o homem tomasse uma segunda esposa. Em 1975, a idade mínima para o casamento foi de 15 para 18 anos para as mulheres e de 18 anos para 20 anos para os homens. Toda essa legislação foi bastante criticada pelos religiosos, que a consideravam contrária à Shari'a, porque entre outras coisas afastava o julgamento dos casos relativos ao tema de família da jurisdição dos religiosos. Ela acabou sendo afastada logo após a instauração do Regime Islâmico. Posteriormente, as Cortes de Proteção à Família foram substituídas por Cortes Especiais Cíveis, presididas por juízes religiosos, que passam a aplicar a Shari'a (legislação religiosa) aos casos de direito de família. (MIR-HOSSEIN, 1986).

Conforme Mehrangiz Kar (2019) após a Revolução, toda a legislação do Irã deve se basear no Islã, sendo previsto na própria Constituição essa vinculação. Isso torna difícil a compatibilização entre a legislação interna e princípios internacionais de direitos humanos ou de mulheres. A própria interpretação dos princípios islâmicos a partir de uma visão conservadora acaba por converter a interpretação da legislação contrária à igualdade entre homens e mulheres. Logo após a Revolução, na primeira década, houve uma degradação significativa da legislação em relação aos direitos femininos. Essa tendência foi amenizada posteriormente, por pressões internas e externas. Apesar das pressões realizadas por ativistas pelos direitos das mulheres, as mudanças são muito lentas, e muitas das pessoas que se engajam nesse tipo de manifestações acabam sendo alvo de perseguição pelo governo.

As discriminações são várias, e em diferentes níveis. Tratando-se de

uma das questões mais visíveis após a modificação do regime, a exigência de que todas as mulheres (muçulmanas e não muçulmanas) usem o véu (hijab), e portanto não exibam o cabelo, e não usem qualquer tipo de maquiagem ou óculos de sol. Apesar de não haver um crime determinado para quem viola essas normas, a polícia moral causou muitos problemas, através de detenções e aplicação de multas, para quem no seu entendimento não se enquadrava nas normas de uma vestimenta adequada.

De acordo com Kar (2019): “A aplicação da shari’a torna possível ao governo controlar a esfera privada da vida do cidadão e suas interações pessoais. A escolha do cônjuge é regulada por lei. O pai e o avô paterno têm permissão para casar seus filhos ou netos antes de atingirem a maioria legal para o casamento.” A idade legal para uma menina se casar é de 13 anos (e para os meninos de 15 anos), mas o pai e o avô paterno podem, portanto, casá-la antes de completar essa idade. Conforme Kar (2019): “Imediatamente após a revolução, a idade do casamento que havia sido aumentada em 1968 para dezoito anos para as meninas sob o Xá, foi reduzida para 9. Finalmente, em 2002, foi aumentada para os 13 anos.” Para se casar, uma jovem precisa da permissão do pai, avô ou do tribunal. Uma mulher muçulmana não pode se casar com um homem não muçulmano. Mulheres virgens acima de 18 anos podem escolher seu cônjuge, mas para o casamento ser válido é necessária a permissão do pai ou avô paterno. A chefia da família é do marido, e a mulher deve legalmente ser obediente a ele, sendo inclusive proibido que uma mulher deixe o país sem aprovação do marido. O marido pode proibir a esposa de ter um emprego. A custódia dos filhos até os sete anos é da mãe, e posteriormente é determinada pelo tribunal. A supervisão dos assuntos relacionados a menores de 18 anos é do pai ou do avô paterno, não havendo participação legal da mãe. Da mesma forma, a partida do país de crianças com menos de 18 anos somente é possível com a aprovação do pai ou do avô paterno. Ainda em relação ao casamento, destaca Kar (2019): “Um homem muçulmano pode se casar com uma mulher não muçulmana no Irã, e os filhos desse casamento são considerados muçulmanos. Mas um homem não muçulmano não tem

o direito de se casar com uma mulher muçulmana, a menos que se converta ao Islã antes de seu casamento.”

Em relação à poligamia, um homem pode se casar com até quatro esposas, e pode ter quantas esposas desejar em casamento temporário. Isso acaba por trazer insegurança às mulheres, que podem sempre estar sujeitas à convivência com outra(s) esposa(s), trazendo claramente uma posição de desigualdade e submissão das mulheres em relação aos homens. As mulheres, por lei, sempre são obrigadas a atender às necessidades sexuais de seus maridos, demonstrando a intervenção do regime sob a esfera mais íntima das mulheres. Segundo Kar (2019): “As mulheres que não atendem às necessidades de seus maridos, de acordo com essas leis, podem ser punidas com multas severas e a manutenção paga a elas pelo marido é confiscada”. A homossexualidade e os atos homossexuais serão severamente punidos, sendo que o lesbianismo é punível com 100 chicotadas, e se o ato for repetido até quatro vezes, a acusada pode ser condenada à morte.

Em relação ao direito à herança, o tratamento entre homens e mulheres também é desigual. Conforme Kar (2019):

A parte da esposa da herança é muito limitada. As mulheres receberão apenas um quarto dos móveis e ativos líquidos do cônjuge falecido, como dinheiro, árvores ou prédio, se não houver filhos e se houver filhos, sua parcela será reduzida para um oitavo. A herança não inclui terras ou fazendas, conhecidas como bens imóveis. Se um homem tem mais de uma esposa, a porção das esposas, a oitava, é dividida igualmente entre si. Além disso, se o homem e a esposa não têm outros herdeiros, o homem herda todas as propriedades e bens de sua esposa, mas a mulher herdará apenas o quarto designado da propriedade do marido, como mencionado acima, e o restante será dado ao governo.

Outra das áreas onde se demonstra mais clara a diferença de tratamento entre homens e mulheres é no âmbito penal. Em relação à indenização paga no caso de um assassinato, o valor (dinheiro de sangue) de uma mulher muçulmana é metade do dinheiro do homem muçulmano. Da mesma forma, a indenização pelo assassinato de uma mulher não muçulmana também é metade do dinheiro do homem não muçulmano. Em relação ao processo, na maioria das vezes o testemunho de mulher não

é suficiente em um tribunal, sendo que o testemunho de duas mulheres é o mesmo de um homem. A multa para o membro perdido de uma mulher é metade do de um homem. A maioria penal para as mulheres ocorre após os 9 anos de idade, enquanto os homens são julgados como adultos com a idade de 15. No caso de um pai ou avô paterno matar seu filho ou neto, o autor não enfrentar a pena de morte e pode ser solicitado a pagar apenas dinheiro de sangue. Mas uma mãe que mata seus filhos e é provada culpada, ela será punida de acordo com a lei, o que significa que receberá a pena de morte. Portanto, na perspectiva dos legisladores pais e avós paternos não são apenas guardiões e responsáveis pelos filhos e netos no âmbito pessoal e financeiro: eles também são donos da vida dessas crianças, podendo poupa-las ou não.

Em relação a discriminação no trabalho, destaca-se que é vedado às mulheres serem juízas e emitirem um veredicto final. Somente podem atuar como conselheiras, após anos de pressão das mulheres que frequentavam as faculdades de direito, mas elas não têm permissão para emitir e assinar o veredicto final. No âmbito político, as mulheres não podem se tornar presidentes. As posições mais altas exigem que a pessoa seja jurista islâmico, afastando as mulheres da governança política de alto nível. Todavia, as mulheres podem se tornar membros do parlamento ou entrar no parlamento por meio de eleições.

Kar conclui que a violência contra as mulheres foi legalizada através dos vários tipos de discriminação, demonstrada nos diferentes âmbitos, desde a diferença das indenizações por morte entre homens e mulheres (o que incentivaria a violência física contra as mulheres) até a submissão da mulher ao marido no casamento, inclusive em relação à obrigatoriedade de satisfação sexual do marido, o que incentivaria a violência sexual. A imposição do uso do véu (Hijab) acaba por sujeitar as mulheres à violência política.

Aliás, tem sido observado um movimento importante de protestos contra o uso obrigatório do véu. Conforme notícia do Center for Human Rights in Iran (CHRI) de 19.08, 2019 (CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN IRAN, 2019), “Pelo menos 12 pessoas foram

condenadas a penas de prisão que variam de seis meses a 33 anos por remover publicamente seus véus e outros atos públicos de desobediência civil contra o hijab obrigatório desde janeiro de 2018, e 32 foram presos por esses atos”. Além desses casos de desobediência que foram noticiados, há muitas outras mulheres detidas a cada ano por “hijab inadequado” e dezenas de milhares de casos encaminhados ao Judiciário a cada ano. Conforme a mesma notícia, “Um relatório sobre o hijab, baseado em pesquisas realizadas pela Associação Iraniana de Pesquisa de Estudantes no Irã em 2006 e 2014 e divulgado pelo governo Rouhani em 2018, descobriu que 49,2% da população iraniana acreditava que o hijab é uma questão pessoal e não deve ser obrigatória. O relatório reconheceu que ‘exigir’ o hijab em uma sociedade onde muitos o veem como uma questão pessoal e opcional ‘é muito difícil.’” Todavia, o Estado continua reprimindo as manifestações realizadas, e as autoridades acusam os manifestantes de desobediência civil de crimes contra a segurança nacional, justamente para restringir o direito processual de defesa. Tipicamente, a acusação nesses casos é enquadrada como crime de imoralidade, em conformidade com o “artigo 639 do Código Penal Islâmico do Irã estipula de um a 10 anos de prisão para ‘quem estabelece ou dirige um lugar de imoralidade ou prostituição’ ou quem ‘facilita ou encoraja as pessoas à imoralidade ou prostituição’. Dessa forma, as manifestações pacíficas em defesa da liberdade estão sendo equiparadas à imoralidade e prostituição.

Um dos casos de maior repercussão foi o de Nasrin Sotoudeh, advogada que trabalha em defesa dos direitos humanos. Ela foi condenada a 33,8 anos de prisão e 148 chicotadas em março de 2019. A sua condenação foi aumentada em razão de representar os manifestantes contra o hijab obrigatório no tribunal. As acusações contra ela são de “incitar a corrupção e prostituição”, “cometer abertamente um ato pecaminoso por aparecer em público sem hijab” e “perturbar a ordem pública”. Conforme noticiado pela imprensa, houve reações significativas da comunidade internacional, incluindo a União Européia que “emitiu uma declaração chamando de um ‘desdobramento preocupante’.” (PETROSSIAN, 2019). Destaca-se nessa declaração que a condenação foi realizada em um dos julgamentos sem a

presença da ré, além de outras violações ocorridas no processo contra os direitos da ré. A Anistia Internacional lançou uma petição para solicitar ao líder supremo do Irã que liberte Nasrin Sotoudeh de imediato e incondicionalmente, e que suas sentenças sejam anuladas sem demora.

CONCLUSÃO

A partir dessa breve descrição, pode-se realizar uma breve análise comparativa inicial entre o mundo ficcional apresentado por Atwood e os fatos históricos que inspiraram a obra. As relações entre O Conto da Aia e várias situações da realidade são reconhecidas pela autora. Dentre os temas que são mais relevantes na obra, aparecem as violações aos direitos humanos, em especial das mulheres, que se inspiraram em casos concretos. Uma das inspirações principais foi justamente o caso do Irã e da Revolução Islâmica, especialmente considerando a forma como a questão das mulheres e seus direitos foi tratada pelo regime instituído. Destaca-se inicialmente que em ambos os casos (de Gilead e do Irã), os governos instituídos baseiam-se em uma concepção de Estado Teocrático, onde uma Religião monoteísta é a base da ordem instituída, e imposta a toda a população. A partir desses valores religiosos, constrói-se uma visão de mundo de interpretação conservadora, e acabam se justificando várias interferências em diferentes níveis, que afetam inclusive a vida privada desses cidadãos, em especial das mulheres. Isso porque a desigualdade de gêneros é clara na ordem instituída. No caso da ficção (Gilead), as mulheres são totalmente excluídas da vida pública, restringindo-se o seu papel à questão reprodutiva e da família em sua maior parte, retirando-se delas o acesso a direitos básicos como a propriedade, o trabalho, a educação e à própria disposição de sua autonomia de vontade, já que a sua vida passa a ser servir aos papéis determinados pelo regime. Evidentemente tal extremo não ocorre no caso do Irã pós-Revolução Islâmica, mas houve um claro retrocesso em relação aos direitos das mulheres (comparando-se ao regime anterior) e sua submissão a uma ordem jurídica que as discrimina e não as trata da mesma forma que os homens. As desigualdades de direitos atingem várias esferas, que afetam inclusive o

âmbito privado da vida dessas mulheres, nas disposições relativas aos direito de família e ao controle dos costumes, inclusive sobre as vestimentas e comportamentos. Esse controle é realizado através de vários mecanismos, como a polícia dos costumes. O controle sobre o comportamento afeta o próprio âmbito das relações interpessoais dentro dos dois regimes, com o estabelecimento claro da submissão da mulher ao homem em diferentes situações. Também o direito a manifestação acaba sendo afetado, pois ambos os regimes estabelecem restrições a ele. A liberdade de imprensa é cerceada, sendo utilizada como estratégia de controle da informação o fechamento dos jornais que realizam críticas ao regime. Permanecem portanto, somente aqueles que não criticam o governo. Deve-se observar aqui que no caso do Irã, estratégias de perseguição e de controle sobre a população já existiam no regime anterior. A perseguição a manifestantes realizada pelo governo iraniano reflete o cerceamento e controle sobre a sociedade civil, enquanto a ordem estabelecida utiliza-se do sistema jurídico como instrumento para perseguição desses manifestantes. Dessa forma, estratégias de dominação da sociedade civil, com a desigualdade de gêneros estabelecidas pela ordem jurídica, a interferência do Estado na vida privada e fiscalização dessas regras por diversos mecanismos de controle são comuns aos dois regimes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATWOOD, Margareth. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- CAMPELLO, Eliane Amaral. A visão distópica de Atwood na literatura e no cinema. Interfaces Brasil/Canadá, **Revista Brasileira de Estudos Canadenses**, Belo Horizonte, v.1, n.3, 2003.
- CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN IRAN. **Arrests, Prison Sentences Fail to Stem Growing Public Opposition to Iran's Mandatory Hijab Law**. Disponível em: <https://iranhumanrights.org/2019/08/arrests-prison-sentences-fail-to-stem-growing-public-opposition-to-irans-mandatory-hijab-law/> Acesso em 13.10.2019

FOLHA DE SÃO PAULO. **Sequência de ‘O Conto da Aia’, ‘The Testaments’ é inspirado no ‘mundo em que estamos vivendo’** Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2019/09/sequencia-de-o-conto-da-aia-the-testaments-e-inspirado-no-mundo-em-que-estamos-vivendo.shtml> Acesso em 13.10.19.

FREITAS, Júnior. The Handmaid’s Tale e Os Papéis de Gênero em Uma Sociedade Sem Estado Democrático De Direito **Lumos Jurídico**, 1 out. 2017. Disponível em: <http://www.lumosjuridico.com.br/2017/10/01/the-handmaids-tale-e-os-papeis-de-genero-em-uma-sociedade-sem-estado-democratico-de-direito/>. Acesso em: 13 out. 2019.

KAR, Mehrangiz. **Discrimination Against Women Under Iranian Law**. Fonte: <http://iranian-americans.com/discrimination-against-women-under-iranian-law/> Acesso em 12.10.2019.

KIA, Mana. Women’s Rights: Activism, Class, and Modernization in Pahlavi Iran. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Volume 25, Number 1, 2005, pp. 227-244

LECLAIRE, Jacques. De la dystopie à la métafiction dans The Handmaid’s Tale In : LECLAIRE, Jacques (dir.) ; LACROIX, Jean-Michel (dir.). **Margaret Atwood : The Handmaid’s Tale/Le Conte de la servante**. The Power Game Paris : Presses Sorbonne Nouvelle, 1998. Disponível em: <http://books.openedition.org/psn/5075>. Acesso em 24 de julho de 2019. P. 1-17

LIMA, Lucas Ferreira Mazete.; CALLEGARI, Milena Caetano Cunha. Representatividade Feminina na Política: Lições Retiradas de “O Conto Da Aia” de Margaret Atwood. **Anais do VI CIDIL**, v. 1, P. 233-248, Ago. 2018.

MIR-HOSSEINI, Ziba. **Divorce In Islamic Law And In Practice**: The Case Of Iran Cambridge Anthropology, vol. 11, no. 1, 1986, pp. 41–69. Disponível em: www.jstor.org/stable/23817245. Acesso em 12.10.19

PENGUIN RANDOM HOUSE. **Margaret Atwood on the real-life events that inspired The Handmaid’s Tale and The Testaments**. During a trip to her archives in Canada, the author reveals which historical events shaped the world we now know as Gilead. Disponível em: <https://www.penguin.co.uk/articles/2019/sep/margaret-atwood-handmaids-tale-testaments-real-life-inspiration/> Acesso em 13.10.19.

PETROSSIAN, Fred. **Por que a República Islâmica do Irã tem medo de Nasrin Sotoudeh**. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2019/05/20/por-que-a-republica-islamica-do-ira-tem-medo-de-nasrin-sotoudeh/> Acesso em 13.10.2019.

VAGIANOS, Alanna. Estas mulheres receberam Donald Trump vestidas como Offred, de ‘Handmaid’s Tale’. **Huffpost**, 6 jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2rVETTD>. Acesso em: 06 out 2019.

OS ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1964 E A CRÍTICA A ALFRED STEPAN

HELOÍSE MONTAGNER COELHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
HELOISEMONTAGNERCOELHO@GMAIL.COM

THIESER DA SILVA FARIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
THIESERFARIAS94@YAHOO.COM.BR

“Eu vejo o futuro repetir o passado,
eu vejo um museu de grandes novidades.
O tempo não para!” (Cazuza)

INTRODUÇÃO

Em 2019, na esteira dos cinquenta e cinco anos do Golpe de Estado deflagrado contra Jango, o Presidente da República Jair Bolsonaro determinou que os quartéis comemorassem a “Revolução de 1964” porque, nas palavras do Chefe do Executivo, “democracia e liberdade só existem quando as Forças Armadas assim o quer (sic)”¹. Tal manifestação demonstra que, para o

.....
1 Discurso do Presidente Bolsonaro em cerimônia de aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais no Rio de Janeiro em 07 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/07/democracia-e-liberdade-so-existem-se-as-forcas-armadas-quiserem-diz-bolsonaro-a-militares-no-rj.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2019.

mandatário máximo da nação, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica desempenham um papel de tutores da ordem constitucional, sempre prontos a intervir em situações de grave crise que abalem as instituições democráticas.

Apesar de causar perplexidade, esse pensamento não é novidade. Ainda na década de 1970, o professor estadunidense Alfred Stepan produziu um estudo pioneiro sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, buscando explicar, dentre outros, a dinâmica das relações entre as elites políticas civis e os líderes castrenses e como isso, por via reflexa, possibilitou o êxito da insurreição golpista.

A tese do “padrão moderador das Forças Armadas” foi aceita durante longo interregno nas Ciências Sociais enquanto forma de interpretar o protagonismo dos militares em eventos políticos importantes da história republicana do país. Entretanto, com o decorrer dos anos, a mencionada teoria passou a ser combatida tanto por historiadores quanto por cientistas sociais (sobretudo políticos) dedicados à pesquisa do período 1964-1985.

Diante disso, exsurtem os seguintes questionamentos: (i) quais fatores levaram à eclosão do levante que depôs um Presidente legítimo e inaugurou um regime autoritário no Brasil? (ii) Quais as principais inconsistências nas ideias de Stepan? Sem a pretensão de esgotar o tema, o presente trabalho tentará responder a essas indagações. Para tal intento, optou-se por utilizar a metodologia dedutiva, os métodos de procedimento histórico e monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica. Seu objetivo geral é analisar brevemente os antecedentes do Golpe Militar, ao passo que seus objetivos específicos são entender a conjuntura político-social que permitiu a implantação de um Estado de Exceção no Brasil, dissertar acerca da concepção de Stepan em relação à atuação dos militares ao longo de importantes acontecimentos da história pátria e, em ato contínuo, discorrer sobre os pontos controversos presentes no entendimento daquele professor.

Esse estudo justifica-se (i) pelo interesse pessoal que os autores há muito nutrem pelo assunto ora em exame; (ii) pela relevância interdisciplinar do tema, objeto de investigação da História, do Direito, da Ciência Política e de outras áreas afins, e (iii) pela necessidade de debater, dentro e fora da Academia, sobre um período conturbado do passado nacional.

O artigo divide-se nos seguintes eixos: em primeiro plano, realiza-se uma contextualização sobre a conjuntura internacional e nacional que ocasionou o acirramento das polarizações entre grupos ligados à esquerda e à direita; em seguida, passa-se a explicar a tese da função moderadora das Forças Armadas construída pelo brasilianista Alfred Stepan por meio de exemplos concretos que demonstram a atuação tutora dos militares no sistema político na fase pré-1964; feito isso, narra-se a conjuntura de causas da insurgência da caserna contra o Governo de João Goulart; por fim, traçam-se as críticas ao pensamento de Stepan, elucidando seus aspectos inconsistentes relativos à postura dos militares nos eventos político-sociais do século XX no Brasil.

1 BREVE CONTEXTO

Segundo Schilling (2013, p.7), “os dez anos que separam o suicídio do presidente Getúlio Vargas do levante contra João Goulart, em 1964, foram os mais agitados e tensos da história do Brasil moderno”. Nesta contextualização, urge elucidar os contextos mundial e nacional relacionados ao Golpe que encerrou o ciclo democrático inaugurado pela Constituição de 1946.

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a ordem mundial organizou-se sobre novas bases, marcada pela polarização (VICENTINO, 2007) entre dois centros político-econômico-ideológicos opostos: os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Foram cerca de quarenta e seis anos em que as superpotências tentavam demonstrar superioridade bélica e tecnológica (a exemplo das corridas nuclear e espacial) uma em relação à outra, além da disputa por influência em regiões de todo o globo. Assim, parte da Europa ocidental ficou sob a orientação do capitalismo ianque e a parcela oriental do Velho Mundo esteve sob as ingerências do Governo de Moscou. Mas as influências não se restringiram ao solo europeu; proliferaram-se por todos os continentes, fomentando contrastes que ocasionaram antagonismos inconciliáveis entre diferentes setores internos nos países, principalmente nos menos desenvolvidos.

Tal qual Chile, Argentina e Uruguai – cada um com as suas especificidades locais -, o Brasil inseriu-se no contexto da Guerra Fria (1945-1991) e de expansão das ideias socialistas, sendo palco de uma crescente polarização entre grupos divergentes desde a volta de Getúlio ao poder “nos braços do povo”. De um lado, a grei nacionalista avessa ao imperialismo norte-americano (trabalhadores urbanos, sindicatos, estudantes universitários, artistas, literatas e militantes do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil); do outro, setores conservadores (sob o prisma político e de costumes) e liberais (na perspectiva econômica) simpáticos às potências ocidentais (empresariado nacional, lideranças religiosas, alto oficialato militar e jornais de grande circulação, dentre outros).

As contrariedades entre esquerda e direita aumentaram exponencialmente durante a República Populista de 1946 a 1964 (KOSHIBA; PEREIRA, 2003), cujos momentos de maior tensão deram-se a partir da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. O cenário de oposições acirradas que já vinha de 1954, perpassou as crises de 1955 e 1961 e encontrou seu ápice em 1964 contou sempre com a participação das Forças Armadas enquanto “elementos” de (des)estabilização da normalidade institucional. Por sua atuação, findaram-se governos antes do término regular do mandato (Washington Luís- 1930), cessaram-se regimes despóticos (Estado Novo- 1945) e possibilitaram-se a posse de um Presidente eleito pelo sufrágio popular (JK- 1955).

A atuação decisiva dos militares em eventos importantes da história nacional, porém, não se restringe à era republicana. O processo de politização do Exército – a mais “popular” dentre as três Forças – deu-se, sobremaneira, a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870), ocasião em que tomou consciência de sua importância enquanto organização e passou a interferir em maior ou menor grau no desenrolar dos destinos do país, pondo fim a ciclos que julgavam ultrapassados e sendo fiadores de novas realidades sociopolíticas. Em verdade, se os principais episódios políticos que seguiram da queda da Monarquia, em 1889, à Redemocratização de 1985 não foram causados pelos militares, pelo menos contaram, em algum nível, com a atuação efetiva da caserna.

O maior exemplo dessa postura proativa da classe militar foi o Golpe de 1964, responsável por provocar uma ruptura na ordem vigente, de bases constitucionais, para erigir uma outra, em que a legalidade foi usada para justificar toda sorte de arbítrios e perseguições aos considerados “subversivos” durante vinte e um anos. No próximo subtópico, abordar-se-ão as primeiras hipóteses explicativas sobre o referido levante que iniciou o ciclo de governos dos generais no Brasil.

STEPAN E O PADRÃO MODERADOR DAS FORÇAS ARMADAS

Ao longo da segunda metade do século XX, surgiram os primeiros trabalhos que se dedicaram ao estudo do Regime imposto pelos homens das armas na década de 1960. Uma dessas pesquisas pioneiras foi a do professor estadunidense Alfred Stepan, por ocasião da defesa de seu doutorado na Universidade de Columbia, em 1969.

Publicado em 1976 com o título *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, o livro trazia em seu cerne a tese de Stepan, segundo a qual as Forças Armadas brasileiras caracterizavam-se por seu “padrão moderador”. Ao analisar as instabilidades da experiência republicana nacional, constatou a reiterada presença dos militares na condição de promotores das crises políticas ou de solucionadores destas, seja por meio de deposições de mandatários, seja para fazer valer os ditames da Lei.

Mas a tese de Alfred Stepan não surgiu do acaso. Após longo estudo sobre a história do país, o mestre estabeleceu uma comparação entre o Poder Moderador do Império e o papel desempenhado pelas Forças Armadas já na República. No seu entendimento, estas detinham uma função velada de tutoras do sistema político, sempre prontas a intervirem em situações de grave crise que abalassem as instituições democráticas.

Originalmente idealizado pelo francês Benjamin Constant como “Poder Neutro”, o Poder Moderador foi concebido no fito de aprimorar a teoria de Separação de Poderes de Montesquieu. É que, para Constant, a divisão funcional do poder em três – Legislativo, Executivo e Judiciário,

conforme apregoado pelo autor iluminista – ocasionou um desequilíbrio na configuração política interna da França, onde os embates entre os membros desses órgãos eram constantes, o que provocou o caos na Revolução de 1789, sobretudo nos acontecimentos durante o Terror jacobino (1792-1795) (LYNCH, 2010).

No pensamento de Constant, os três poderes clássicos, por estarem em posições equânimes e independentes, inevitavelmente entrariam em rota de colisão tanto na interpretação da Lei quanto no efetivo exercício de suas atribuições, o que poderia levar à sobreposição de um Poder em relação aos demais. Logo, na busca de se impedir uma nova forma de absolutismo, fazia-se necessária a existência de um Quarto Poder, superior e “apolítico” (LYNCH, 2010, p. 95), somente invocado em situações de crise com vistas à garantia da ordem.

Aliando os ideias liberais que tanto modificaram a Europa no fim da Idade Moderna a um “mecanismo” que lograsse ser o fiel da balança institucional em momentos de desequilíbrio, propugnou Constant que devia o Poder Neutro ser exercido pelo Rei (LYNCH, 2010) porquanto este, símbolo da unidade nacional, “não interviria na política e na administração do dia a dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais” (FAUSTO, 1995, p. 152), portando a isenção necessária para arbitrar com sapiência e restabelecer a normalidade caso fosse abalada.

No Brasil, o citado Poder Neutro foi adotado através da Constituição Imperial de 1824, mas com substanciais modificações, de acordo com o artigo 96 da Carta outorgada:

Art. 96 O Poder Moderador é a chave de toda organização política, e é delegado privativamente ao imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

O Texto Constitucional conferiu ao Poder Moderador – incorporado à pessoa do Imperador – atribuições mais amplas que a função arbitral teorizada por Benjamin Constant, tornando-se a fonte para o exercício pleno do poder pelo Soberano. Veja-se:

Art. 101. O imperador exerce o Poder Moderador:

I. Nomeando os Senadores, na fôrma do Art. 43.

II. Convocando a Assembléa Geral extraordinariamente nos intervallos das Sessões, quando assim o pede o bem do Imperio.

III. Sancionando os Decretos e Resoluções da Assembléa Geral para que tenham força de Lei.

IV. Approvando e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciaes.

V. Prorrogando, ou adiando a Assembléa Geral e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra que a substitua.

VI. Nomeando e demittindo livremente os Ministros de Estado.

VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.

VIII. Perdoando e moderando as penas impostas aos Réos condemnados por Sentença.

IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado.

Desvirtuou-se a concepção inicial projetada por Benjamin Constant acerca de um poder neutro e imparcial, uma vez que “o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo” (FAUSTO, 1995, p. 152). Por ele, o Monarca poderia regular a cena política ao seu alvitre, haja vista que detinha as prerrogativas para balizar os conflitos entre autoridades, nomear ministros e juízes, destituir parlamentares, convocar eleições e mediar as disputas pelo poder entre conservadores e liberais ao longo do II Reinado (1849-1889).

Apesar de ter sido extinto oficialmente com o fim da Monarquia, o Poder Moderador passou a ser exercido pelas Forças Armadas brasileiras na fase republicana, consoante depreendeu o professor e cientista político Alfred Stepan.

Isso porque, consoante Stepan (1976), diferentemente das nações que realizaram revoluções de combate ao absolutismo dos Monarcas e consolidaram desde cedo uma realidade pautada na limitação do poder, na estabilidade das instituições político-jurídicas e na obediência às regras eleitorais para escolha de representantes, os países latino-americanos tinham pouca tradição democrática, onde as instituições eram fracas e os governos

pendiam para o personalismo e o autoritarismo, fator que abria espaço para a politização da classe militar.

Enquanto na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos (modelos de Estados democráticos surgidos pós-revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII) a regra é que os militares sejam altamente profissionalizados e depurados de qualquer inclinação ideológica no exercício de suas funções, no Brasil, na Argentina e em outros territórios do continente americano a lógica é inversa.

A fragilidade dos partidos políticos (STEPAN, 1976) e a incapacidade de resolução das lideranças civis no Parlamento às múltiplas crises (econômicas, de governabilidade e até mesmo morais envolvendo os altos escalões do poder) motivam outros grupos políticos – normalmente na oposição – a buscarem uma solução externa, radical e definitiva. Assim, esses mesmos grupos, na esperança de ascenderem à Administração por um caminho fora das eleições, aliam-se aos militares para que estes fossem seus instrumentos de ação (e conseqüente alteração) na realidade do país. No sentir de Stepan (1976, p. 49), “a própria ausência de instituições políticas sólidas num país como o Brasil teve como resultado a tentativa dos principais políticos de cooptar os militares como força sustentadora adicional, na busca de objetivos políticos”.

Tal percepção decorre do fato de que, na maioria dos países latino-americanos,

a sociedade é “pretoriana”, no sentido de que todas as instituições – a igreja, o trabalho, os estudantes – são altamente politizadas. Ao mesmo tempo, porém, as instituições políticas são fracas. Nesse tipo de sociedade, os militares também são politizados e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentar sua força política” (STEPAN, 1976, p. 49).

À guisa de exemplo dessas relações entre civis e militares, em que “estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da vida política” (STEPAN, 1976, p.50), tem-se a proclamação da República (1889) e a consolidação do novo sistema governamental com os Marechais Deodoro

da Fonseca e Floriano Peixoto, o fim da República Oligárquica (1930), a deposição de Vargas (1945) e o próprio golpe de 1964, afora outras atuações que, à diferença das primeiras aqui elencadas, não produziram, por si só, significativas alterações no quadro institucional pátrio (vide as pressões pela renúncia de Getúlio em 1954 e no impasse gerado pela posse de Jango na Presidência em 1961).

A (S) TENTATIVA (S) DE EXPLICAÇÃO PARA O GOLPE

Até a primeira metade da década de 1960, destaca Stepan (1976, p. 51-52) que as Forças Armadas comportaram-se como tutoras do sistema político, “controlando ou depondo o Executivo”, vez que “os militares não só assumiram como também lhes foi delegado o tradicional “poder moderador”, originariamente exercido pelo Imperador”. Daí defluem, segundo o autor, duas possíveis hipóteses explicativas para o êxito da conspiração de 1964.

A primeira vincula o sucesso dos golpes de Estado à legitimidade conferida ao Executivo e aos próprios militares. A segunda, a seu turno, relaciona a propensão dos militares a intervirem no cenário político quando a coesão entre lideranças e grupos civis pró-regime é baixa e a rejeição ao Presidente da República é alta. Em verdade, ambas as hipóteses stepanianas não são excludentes. Acontece que uma se sobressai em relação à outra dependendo de como se examina os momentos concretos da vida nacional, quais os episódios de 1889, 1930, 1945, 1955, 1961 e 1964.

A construção teórica de Stepan na Parte II de *Os Militares na Política* parece enfatizar a segunda tese. Segundo ele, o autoritarismo faz parte da trajetória das sociedades dos países em desenvolvimento, e as rupturas no regime democrático são habituais. Nelas, os militares, detentores de relativa autonomia interna, assumiam a tarefa de garantidores da ordem em nome da estabilidade social, recebendo da sociedade civil (políticos, empresários, clérigos e etc.) a legitimidade para intervirem contra governantes considerados maus ou ineptos. Portanto, na correlação de forças entre situação e oposição, o Exército simbolizava um apoio indispensável.

Assim, as múltiplas instabilidades que se abateram sobre o Governo de João Goulart abriram espaço para a mais drástica das intervenções militares na cena política brasileira. A economia estava em colapso. Jango herdou de seus antecessores uma inflação “incontrolável, atingindo mais de 80 %” ao mês em 1963 (SCHILLING, 2013, p. 61), pesada dívida externa com o Fundo Monetário Internacional e o crescimento vertiginoso do desemprego, desagradando tanto o empresariado (que já lhe era hostil desde o segundo Governo Vargas) quanto os trabalhadores. Nessa quadra, buscando recuperar o apoio das camadas populares, o Presidente lançou as reformas de base, cujas metas imediatas eram a aprovação da Lei de Remessa de Lucros, a implantação do monopólio (produção e distribuição) de energia, a reforma bancária (SCHILLING, 2013), a reforma educacional e a mais polêmica das propostas: a reforma agrária.

Mas realizar mudanças tão profundas não era fácil. Por ditames da Constituição de 1946, o Governo precisava do apoio do Congresso Nacional. A base de apoio ao Presidente no Legislativo, composta pela aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (urbano e de base trabalhista) e o Partido Social Democrata (conservador e de base rural – FIGUEIREDO, 1993, p. 35) enfraquecia-se na medida em que as polarizações ideológicas transformaram o campo dos debates em arenas de antagonismos.

As propostas governistas encontraram, ao mesmo tempo, forte resistência da União Democrática Nacional e fraco apoio dos parlamentares situacionistas, levando a um contexto de paralisia decisória (FIGUEIREDO, 1993) e de descrença na capacidade do Governo em resolver o caos nas finanças públicas. A falta de coesão entre as siglas apoiadoras de Jango em torno de uma agenda que trouxesse, pelos meios institucionais e republicanos, respostas à crise econômica e a aproximação do Presidente com setores nacionalistas e de esquerda (Comando Geral dos Trabalhadores e Juventude Universitária Católica, por exemplo) acionou “a mobilização (...) de toda a força direitista ou conservadora contra Goulart” (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 510). Ante a perda de autoridade e de legitimidade do Presidente (o qual, segundo seus adversários, havia se unido às forças comunistas

que pretendiam a sindicalização da República), não havia mais a possibilidade de retorno.

Vê-se que o conchavo direitista foi se organizando gradativamente ao longo do tempo até se tornar um movimento com mais ou menos consistência, à diferença dos atos inarticulados de 1954 e 1961. Neste, o veto dos ministros militares à posse de Jango foi resolvida por meio de uma casuística emenda à Constituição que implantou o parlamentarismo; naquele, o tiro no peito do “pai dos pobres” repeliu a ameaça dos oficiais de assumir à força a linha sucessória da Presidência, estabilizando-se a realidade do país com o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961). As semelhanças entre os dois episódios são a não ruptura da ordem constitucional, a solução advinda de parâmetros legais e a ausência de um minucioso planejamento pelas oposições ao populismo.

Para Thomas Skidmore (1988, p.19) – outro brasilianista que, tal qual Alfred Stepan, dedicou-se ao estudo da Ditadura -, a resposta definitiva aos impasses e controvérsias provocados pela polarização esquerda vs. direita na segunda metade do século passado veio “do Exército, sempre o árbitro final nas contendas da política brasileira”. De fato, em 1964, a conjuntura de forte rejeição ao Presidente Goulart entre as classes urbanas média e alta coadunada à inércia dos setores legalistas pró-regime viabilizaram a ação militar (DREIFUSS, 1981) que incorporava os anseios dos grupos anti-esquerdistas há muito desejosos de eliminar os herdeiros do getulismo da administração do país.

Não é outra a percepção de Stepan (1976) ao observar que, naquele fatídico 31 de março, os militares atingiram o ápice de sua função moderadora não somente porque depuseram um Presidente legitimamente constituído a partir de uma quartelada oriunda de Minas Gerais, mas porque eles mesmos assumiriam o controle do poder político pelos anos seguintes.

AS INCONSISTÊNCIAS NA COMPREENSÃO DE ALFRED STEPAN

Em *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, o cientista político Alfred Stepan defendia que a instituição militar

precisava ser pensada como um subsistema dentro do sistema político, quer seja, a instituição militar não poderia ser vista como um fator autônomo, mas sim um subsistema que reagia conforme as mudanças no conjunto do sistema político. A pesquisa tornou-se extremamente conhecida por ter adotado o conceito de “padrão moderador”, o qual se alicerçava em um mecanismo de relacionamento entre os militares e os civis caracterizado como “moderador”, posto a demonstrar que os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder. No pensamento deste cientista político, porém, o “poder moderador das Forças Armadas” se esgotou em 1964 com o golpe militar (STEPAN, 1976; FICO, 2004).

Eis que a crise de 1964 modificou o retromencionado padrão, haja vista a percepção, por parte dos militares, de que as instituições civis estavam falhando, o que os motivou a se sentirem diretamente ameaçados pelas tentativas de quebra de disciplina e de hierarquia no Governo de João Goulart, aliado a um pensamento de que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas. Além disso, a influência da doutrina de segurança nacional difundida pela Escola Superior de Guerra fez com que as Forças Armadas adquirissem um nível de confiança ao impulsionar a ideia de que os militares eram responsáveis pela política no desenvolvimento nacional e que possuíam uma solução relevante para os problemas brasileiros. Nesse sentido, os militares passaram a sentir-se habilitados para assumir de modo direto o governo. Ou seja, todos esses elementos fizeram com que houvesse uma mudança do padrão, uma vez que os militares passaram a acreditar na imprescindibilidade de um governo militar autoritário apto a concretizar transformações radicais e extinguir certos atores políticos (STEPAN, 1976; FICO, 2004).

Mesmo exercendo grande importância no campo da ciência política, diversos pesquisadores das ciências sociais e humanas sinalizam para incongruências no conceito de padrão moderador desenvolvido por Alfred Stepan. O historiador e cientista político José Murilo de Carvalho defende que as organizações militares possuem características próprias, isto é,

o funcionamento das Forças Armadas jamais pode ser reduzido a reflexos do mundo externo, porquanto “estas instituições, pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior”. (1978, p. 197). Nessa linha, como as Forças Armadas são organizações fechadas, acabam por se encaixar em um âmbito interno de complexidade, mas essa característica organizacional não torna as instituições tão somente instrumentos da sociedade civil, assim como também é impossível ponderar que essas organizações estejam completamente imunes ao que ocorre fora dos seus muros.

Importa salientar que Carvalho desenvolve uma concepção da vertente organizacional, ou seja, apresenta como perspectiva o estudo dos aspectos internos da instituição militar para se obter uma compreensão da atuação política da classe armada. Através dessa perspectiva, Carvalho opõe-se à tese do “padrão moderador”, apresentando diversos indicadores por meio dos quais defende que os militares sempre foram um poder desestabilizador das relações de poder a partir da Proclamação da República. Uma comprovação empírica do traço organizacional e institucional das Forças Armadas é o fato de a ditadura militar não ter cultuado nenhum general no poder, haja vista a regular alternância no supremo comando da nação pelos membros do alto Oficialato (de Castelo Branco a João Figueiredo), em uma demonstração do caráter corporativo da ditadura (CARVALHO, 1978).

Ao construir o modelo moderador, Stepan argumentava que o elemento central para a compreensão do papel dos militares estava no exame de sua interação com as elites civis. As Forças Armadas constituiriam, em sua abordagem, mais uma variável dependente que independente. Ao construir o modelo moderador, Stepan procurava atribuir às elites civis um papel fundamental na configuração do comportamento militar, através de sua hipótese do papel de legitimidade civil no sucesso das intervenções das Forças Armadas. Nesse quadro geral, parece coerente com seu esquema de análise a ideia de que, embora não sejam politicamente irrelevantes, as características institucionais dos militares subordinam-se à interação com o mundo civil

na definição do comportamento político das Forças Armadas. Contudo, um dos pontos mais frágeis na teoria de Stepan foi atribuir aos militares um papel secundário no sistema de relações com as elites civis, as quais a teoria do cientista político atribuía a iniciativa das ações (FILHO, 1993).

Já Edmundo Campos Coelho considera ser um mito a função moderadora defendida por Stepan. Em seu livro *Em busca de identidade: O exército e a política na sociedade brasileira*, o autor realiza uma aprofundada análise da ação militar durante a República, demonstrando como a instituição ousou na salvaguarda de seus próprios interesses corporativos, transformando-se em força política na sociedade brasileira. Na sua compreensão, é imprescindível que as Forças Armadas sejam estudadas como uma organização a qual busca satisfazer interesses específicos e que jamais devem se confundir com interesses da sociedade ou do Estado (COELHO, 1976).

Nesse raciocínio, Edmundo Coelho busca contrariar os estudos que não se dedicam à peculiaridade militar da corporação e reconhecem as Forças Armadas com determinadas classes sociais. Assim, o cientista social defende que o Exército acaba sofrendo transformações e através disso é possível verificar um isolamento gradativo referente à influência da sociedade civil e o aumento dos interesses e das necessidades particulares da instituição. Almejando debater a constituição da identidade do Exército brasileiro, Edmundo Coelho (1976) defende que, para a corporação atingir valores e objetivos constitutivos, foi preciso alcançar uma maior intensidade de autonomia em relação a outros grupos sociais.

Na percepção do historiador Carlos Fico (2004), as maiores deficiências históricas do pensamento desenvolvido por Alfred Stepan estão na própria análise do denominado “padrão moderador”, pois, em momentos anteriores ao ano de 1964, também houve interferências diretas dos militares na política brasileira. Além disso, Fico (2004) defende que é extremamente deficiente a tese de um subsistema militar como variável dependente do sistema político global. Ainda, embora fornecendo uma distinção entre grupos militares que sugere que sejam denominados de “internacionalistas liberais” - os quais seriam os moderados - e nacionalistas autoritários -

os duros -, a pesquisa de Stepan não consegue aprofundar ou sequer refletir sobre o problema da heterogeneidade política dos militares e, da mesma forma, tal nomenclatura não possui grande relevância para a defesa da tese de mudança de padrão, não modificando a tipologia já consolidada na imprensa e na academia.

É necessário ressaltar que Alfred Stepan evidenciou, acertadamente, a importância de se estudar os militares considerando tanto suas interações com a sociedade quanto suas características específicas de grupo especializado, pois, consoante defende Fico (2004, p. 43), “a positividade maior do livro de Stepan consistia, curiosamente, na sua simples existência, isto é, na demonstração de que era possível pesquisar o tema”. Outra grande vantagem do livro de Stepan foi auxiliar a difusão, principalmente entre os historiadores, das questões que estavam em discussão na Ciência Política e na Sociologia.

Entretanto, segundo diversos estudiosos da era ditatorial, é inconcebível crer que a força-motriz para a ruptura institucional de 1964 foi o fato de os militares comporem um subsistema constantemente manipulado (ou, na linguagem empregada por Stepan, “cooptado”) pelas forças políticas civis conforme os interesses momentâneos dos grupos situacionistas ou oposicionistas ao Governo Federal. Grosso modo, a fragilidade da tese de Stepan reside na sua intenção de reduzir as Forças Armadas à condição de “massa de manobra” de determinados grupos políticos ora na situação ora na oposição ou, como ele prefere referir, ao sistema político global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, o presente artigo tentou, sucintamente e à luz das ideias do professor Alfred Stepan, explicar os antecedentes do golpe de 1964 e o plexo de variáveis que possibilitaram o sucesso da insurreição, na medida em que implantou um dos mais longevos regimes autoritários da história da América do Sul.

Ancorado em uma matriz teórica crítica que combinou estudos dos pesquisadores das ciências sociais e humanas (sobretudo do Direito,

da História e da Ciência Política), o trabalho buscou demonstrar a visão do mencionado professor sobre o “padrão moderador das Forças Armadas” durante considerável interregno da República para, em um segundo momento, apontar as suas principais falhas.

Em que pese o caráter vanguardista para a época (afinal, *Os Militares na Política* constituem verdadeiro marco na produção científica dedicada à análise da Ditadura Civil-Militar brasileira), os mais destacados resultados obtidos foram: (a) a fragilidade das teses de Stepan quando confrontadas por outros elementos importantes e explicativos do Golpe, a citar os interesses econômicos dos grupos empresariais (nacionais e estrangeiros ligados ao grande capital) e de outros setores conservadores ou reacionários inclinados no combate ao avanço das propostas de esquerda (ou “subversivas”), (b) a inconsistência substancial das hipóteses stepanianas quando tentam reduzir as Forças Armadas à condição de “massa de manobra” de determinados segmentos políticos e sociais, por vezes demasiado dependentes destes, haja vista que a caserna tivera objetivos semelhantes aos opositores de Jango quando incorporou o sentimento antivarguista para deflagrar o movimento que interrompeu o ciclo democrático iniciado em 1946, e (c) a constatação da existência de uma conspiração de forças ultradireitistas que, de forma gradual, articularam-se em investidas contra os governos progressistas (Getúlio – 1951/1954, posse de Juscelino – 1955, João Goulart-1961/1964) até desferirem o “tiro de misericórdia” que fulminou a democracia e vilipendiou os postulados fundamentais do Estado de Direito.

Neste sentido, a frase atribuída a Tancredo Neves não deixa dúvidas quanto ao movimento antidemocrático germinado em alguns grupos desde o retorno de Getúlio à Presidência da República e materializado na ação militar que culminou na deposição de Jango: “se não fosse o suicídio de Vargas, 1954 já teria sido 1964. Você verifica que as lideranças de 64 são as mesmas lideranças de 54, com os mesmos objetivos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, **Constituição Política do Império do Brazil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 31 jul.2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **As forças armadas na primeira república**: o poder desestabilizador. In: Boris Fausto (Org.). História geral da civilização brasileira. t. III, Brasil republicano. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: O exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edt. da Universidade de S. Paulo, 1999.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Acesso em: 15.ago.2019.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FILHO, José Roberto Martins. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280258/1/MartinsFilho_JoaoRoberto_D.pdf?fbclid=IwAR3cxkxX4dnSz3iJ1Qe8Bfzfl_q-V6X6SwCZVX2TvcQJryBbmmWeLt1SCU Acesso em: 15.ago.2019.
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise. **História do Brasil no contexto da história ocidental**: ensino médio. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Poder moderador na Constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933**: Um estudo de direito comparado. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, p.93-111, 2010.
- SCHILLING, Voltaire. Brasil 1954-1964: **Do suicídio de Vargas ao Golpe Militar**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares na política**; as Mudanças de Padrões na vida brasileira. Tradução de Italo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- VICENTINO, Cláudio. **História geral**: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2007.

GUERRA FRIA PRÉ 1945? UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS NA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

RENAN DO AMARANTE GONÇALVES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RESUMO

Atualmente, o que se entende por Guerra fria, fora o conflito indireto das duas maiores potências econômicas entre o período de 1945 a 1991. De um lado havia os Estados Unidos da América, representando o bloco capitalista, e do outro tínhamos a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, representando o bloco socialista. Por décadas estas potências e seus aliados se confrontaram sem ter um embate direto, pois temia-se guerras nucleares com esta conflagração, logo era preciso conquistar espaço e mais adeptos a seus blocos econômicos, e assim fora feito através de financiamentos a grupos guerrilheiros com armamentos e munições, propagandas políticas, intervenções militares, embargos econômicos e até mesmo, nos discursos de líderes religiosos. Porém, esses acontecimentos não começaram em 1945, tudo isso já havia a um bom tempo sendo realizado bem antes desse período, principalmente nos primórdios da revolução russa em 1917.

1. INTRODUÇÃO

Terminada a II Guerra Mundial, exterminada a ameaça presente do Nazismo com a morte de Adolf Hitler e com a explosão das bombas

nucleares de Hiroshima e Nagasaki no Japão, as forças aliadas, composta entre Estados Unidos da América (E. U. A.), Reino Unido (R. U.), França e, a extinta, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U. R. S. S.), mudam seus interesses, colocando, de agora em diante, como inimigo central a sua própria aliada na II Guerra Mundial, a U. R. S. S. e vice e versa.

Este período histórico ficou marcado como a Guerra Fria, onde a U. R. S. S e E. U. A, e seus respectivos aliados, enfrentaram entre si conflitos indiretos em busca da hegemonia de seus ideais políticos, econômicos e sócias, onde de um lado tínhamos o Socialismo defendido pela U. R. S. S. e seus ideais marxistas, e o Capitalismo representado pelo E. U. A e seus ideais liberais.

Fora um período extremamente conturbado e marcado por tenções, quase culminando em uma possível III Guerra Mundial e Nuclear, como fora, por exemplo, a Crise dos Mísseis, quando Cuba cedeu autorização a U. R. S. S. para instalar mísseis nucleares aos pés da sua maior rival. Porém, o assunto que queremos tratar aqui precisamos recuar um pouco mais no tempo, mais precisamente no ano de 1917, quando a União Soviética estava se formando como a primeira nação socialista na História da Humanidade.

Pouco se fala sobre o assunto, já que as maiores tenções realmente fora no pós II Guerra Mundial, porém, enquanto a Revolução Bolchevique, liderada por personalidades como Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido pelo pseudônimo Lenin, Liev Davidovich Bronstein, também chamado de Trótski, e Josef Vissariónovitch Stalin, ou simplesmente Stalin, diferentes países como a Alemanha, R. U., França, E. U. A., e até mesmo o Japão, financiavam incursões políticas, militares ou até mesmo envio de tropas para conter o avanço revolucionário. O resultado destas intervenções agravou a situação dentro da Rússia, ampliando ainda mais as ondas de fomes e violência impulsionadas por estas nações de forma direta e indireta, logo, não seria isso o início de uma Guerra Fria?

2. A RÚSSIA PRÉ-REVOLUCIONÁRIA.

Antes dos acontecimentos de 1917, ano no qual Lenin e o partido Bolchevique tomam posse do poder, a Rússia encontrava-se num regime

monárquico absolutista, conhecida como Czariado, representada pela imagem do seu monarca, o Czar. A dinastia dominante entre os czares fora a dos Romanov, que permaneceram no poder entre 1613 a 1917, ou seja, por mais de 300 anos. Dentre os Czares desta dinastia, podemos encontrar personalidades famosas, tais como: Pedro I, o Grande (1682-1725), Catarina I (1725-1727), Alexandre I (1801-1825) e, o mais importante para a progressão do presente trabalho, Nicolau II (1894-1917), o último Czar da Rússia.

Dentre as nações europeias do início do séc XX, a Rússia Czarista ainda se encontrava em um sistema semifeudal, essencialmente rural, com alta desigualdade social, e industrialmente pouco desenvolvida, comparada as outras potências europeias. Nicolau II não realizou grandes feitos em suas ações como Czar, o que influenciou em sua perda de prestígio entre a população Russa.

Demonstrou-se autoritário e pouco flexível, isso ficou evidente na Revolução de 1905, onde uma manifestação pacífica organizada pelo operariado na cidade de São Petersburgo, liderado pelo Padre da Igreja Ortodoxa, George Gapon, marcharam em direção ao Palácio de Inverno, local que se encontrava o Czar. Na tentativa de apresentar petições, que reivindicava melhores condições de trabalho, salários justos, redução da jornada de trabalhos a ser cumprida, o fim da Guerra Russot japonesa e o sufrágio universal, o Czar retirou-se do palácio, ordenou que as tropas de cossacos tomassem providências para conter a manifestação, inicialmente dando tiros de advertências, onde mais tarde começam a disparar em direção a população, causando inúmeras vítimas, inclusive o próprio Pe. Geroge Gapon. Este dia fica marcado na História da Rússia como Domingo Sangrento.

O massacre repercutiu por toda Rússia, levando a radicalização dos protestos. Greves, saques e manifestações eclodiram por toda parte, a mais famosa foi o caso do Encouraçado Pontekim, onde os marinheiros se sublevaram aos seus oficiais e apoiaram as massas de manifestantes. A partir de então, começaram a surgir os Conselhos de Operários, mais conhecidos como Sovietes e as tenções contra a monarquia czarista tomam, gradativamente, proporções maiores.

Em 1914, após o Império Austro-húngaro declarar guerra a Sérvia, país aliado da Rússia, o Czar Nicolau II declarou guerra contra os austro-húngaros, e sucessivamente países aliados acabaram envolvendo-se nesse episódio, tomando maiores dimensões e culminando na Grande guerra, também conhecida como a I Guerra Mundial. A guerra acaba por desorganizar por completo a economia russa, houve fome, desemprego e inflação, isso tudo só poderia resultar em mais convulsões sociais. E fora isso que ocorreu.

Trabalhadores, soldados, marinheiros e até mesmos combatentes nas frentes contra os alemães, começaram a se mobilizar contra o czarismo, a deserção na guerra era imensa, e muitos destes soldados, armados, marcharam até São Petersburgo na tentativa de derrubar a monarquia. Em fevereiro de 1917 (março pelo calendário gregoriano) o Czar Nicolau II foi obrigado a renunciar, e com isso deixou uma República, um governo provisório, de cunho Liberal, liderado pelo social democrata Alexander Fyódorovich Kérensky. Mais tarde em outubro de 1917 (novembro pelo calendário gregoriano) o partido Bolchevique, liderado por Lenin, derrubou o governo provisório e assumiu o poder, colocando no regime um governo de cunho socialista. Mas ao mesmo tempo que é conquistado o governo, é dado início a uma sangrenta guerra civil fomentada por diferentes países e ideologias influentes da época.

3. FOME, INFLAÇÃO E GUERRA CIVIL

Como consequência do governo de Nicolau II, os bolcheviques herdaram um país arrasado economicamente, uma população refém da fome, pouco industrializado e exaurida pela Guerra Russo-japonesa, e no fronte contra os alemães na Grande Guerra. Os desafios para o novo governo eram grandes, mas como se já não bastasse estes problemas internos causados pelo Czarismo, agentes externos começam a intervir contra o novo governo.

É importante lembrar que estamos falando de um período onde os ideais marxistas eram combatidos através de diferentes métodos e meios possíveis, havia um medo muito grande de que as massas se mobilizassem

através de líderes com viés socialista, e despossem o governo vigente abaixo e estatizassem as grandes propriedades ou coletivizassem os campos. Isso tudo poderia acarretar em uma enorme onda de revoluções ao redor do mundo contra as elites dominantes de seus respectivos países. Vejamos, por exemplo, aqui no Brasil. Quando os bolcheviques ascenderam ao poder, diversas cidades mostraram ser palcos de mobilizações operários na busca de seus direitos. De acordo com Konrad, D., Konrad, G. e Lameira (2007, p. 126),

Em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Santa Maria e tantas outras cidades brasileiras, os trabalhadores, a militância e diversas outras categorias aprofundam seus movimentos no sentido da resistência. A redução da jornada para 8 horas de trabalho, o aumento dos salários depauperados pela guerra, a diminuição dos preços dos aluguéis, as melhorias gerais de condições de trabalho e moradia, a normatização do trabalho feminino e infantil, obviamente influenciado pelos sucessos iniciais da Revolução Soviética, marcam 1917 e colocaram o ano em outro patamar social e político.

E não somente isso, como também instigou a criação de partidos políticos com viés marxista e anarquista:

Não foi diferente com a Revolução Soviética, pois em 1919 criou-se o Partido Comunista – Anarquista no Rio de Janeiro e, no mês de junho, o primeiro Partido Comunista do Brasil. Mesmo que de durações efêmeras, foram importantes germes da iniciativa dos militantes anarco – sindicalistas que organizariam o Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, adotando a doutrina marxista, pois, após 1917, organizavam manifestações e greves de solidariedade à Rússia Soviética. (KONRAD, D., KONRAD, G., LAMEIRA, 2007, p. 126).

Apartir desta análise, podemos ter noção das consequências que os primórdios da U. R. S. S. foram capazes de ocasionar, mesmo em países distantes, como o Brasil, que possuía um atraso cultural considerável no início do séc. XX. O mesmo aconteceu de forma mais intensa em países vizinhos à Rússia, como na Alemanha:

Além dessa intervenção, realizou-se interferências por onde mais ocorresse mobilizações deste tipo:

Na Hungria, estabeleceu-se a República e o conde Karolyi foi nomeado presidente, em meio a uma crise política, que levou a uma revolução em março de 1919, quando se formou uma república soviética liderada por Bela Kun. A aristocracia fundiária, apoiada por tropas romenas e assessores franceses, conquistou Budapeste, acabando com a experiência. Na Eslováquia, que depois se uniria aos tchecos formando a Tchecoslováquia, também foi implantado um regime soviético, que durou apenas um mês (julho de 1919). (VISENTINI, 2017, p. 17).

Em Berlim, a ala esquerda do SPD se transformou no grupo revolucionário Espártaco, liderado por Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht, e mobilizou seus partidários para a tomada do poder em janeiro de 1919. O governo social-democrata, aliado aos conservadores e suas milícias de soldados desmobilizados, esmagou a revolução em Berlim depois de assassinar os dois líderes. (VISENTINI, 2017, p. 16)

E até mesmo a Espanha fora persuadida pela França e Reino Unido, a se posicionar contra o governo revolucionário, sob a ameaça de duras represálias:

MADRID – O primeiro ministro hespanhou declarou à imprensa que o governo da Hespanhanão tem a menor intenção de reconhecer o governo maximalista da Rússia. Deiz-se que os governos da Inglaterra e da França ameaçaram a Hespanha de cortaD lhe as comunicações marítimas e terrestre com o mundo si ella dêsse sua solidariedade moral ao governo revolucionário que se apoderou do governo da Rússia para trahir os aliados. Essa ameaça teria sido a causa da declaração do governo hespanhol. (CORREIO DA SERRA., dez, 1917).

Portanto, as potências capitalistas sentiram-se na obrigação de conter os avanços da revolução bolchevique o mais rápido possível, ainda mais depois da formulação do “decreto que nacionalizava das grandes empresas, inclusive estrangeiras, sem indenização, enfureceu as potências ocidentais, particularmente a Grã-Bretanha.” (VISENTINI, 2017, p. 14).

As elites ocidentais, com o tempo, foram apelando pelas forças conservadoras, como a Igreja Católica, onde havia perdido influência a décadas, encontrou em meio ao medo, uma forma de renascer politicamente, servindo ao poder através de uma espécie de cruzada antibolchevique,

espalhando temor entre os seus fiéis, como por exemplo, o pronunciamento de Papa Pio XI pedindo apoio popular para combater o caos corrente na Rússia através do uso do telégrafo, que tardiamente era transcrito em jornais ao redor do mundo, como no *Correio do Povo*, jornal local da cidade de Santa Maria:

WASHINGTON, 14 – o Papa Pio XI enviou uma mensagem a todas as igrejas católicas dos Estados Unidos e que foi lida hontem em todos os altares, pedindo esmolas para socorrer as creanças famintas da Rússia. (*CORREIO DO POVO*, nov, 1922).

Os veículos de comunicação, também passam a aderir esta cruzada, disseminando versões brutais sobre o que se passava na Rússia, e órgãos como a polícia e o setor de inteligência, foram ampliados em todos os países.

Não somente os países estrangeiros, mas também partiram sabotagens de dentro da Rússia, realizadas pelos próprios russos. Neste caso estamos nos referindo a burguesia local que se aborrecia pelo fato de perderem seus status e suas propriedades, agora estatizadas pelo governo socialista, com isso “Grande parte das classes proprietárias preferia os alemães à revolução ou até mesmo ao Governo Provisório, e não exitavam em dizê-lo.” (REED, 2017, p. 52).

Diferentes métodos foram aplicados, por parte da elite russa, para sufocar o novo governo, desde estocar mantimentos e combustíveis, secretamente remetidos a Suécia, até o saqueamento de alimentos em grandes armazéns municipais, reduzindo a provisão de grãos para dois anos, para menos de um mês, que serviria de sustento as cidades. Naturalmente, devido a escassez de alimentos e suplementos, somente a alta sociedade era capaz de custear com o aumento dos preços destes produtos, Reed (2017, p. 54) salienta que “podia-se comprar café em quantidade em Vladivostok a quatro rublos o quilo, enquanto em Petrogrado o consumidor pagava 26 rublos. Em todos os depósitos das grandes cidades havia toneladas de alimentos e roupas, acessíveis apenas aos ricos.” Isso por si só, pode explicar o porque das ondas de fomes que assolavam ainda mais o cenário russo.

4. TROPAS ESTRANGEIRAS, O EXÉRCITO BRANCO E O APOIO INTERNACIONAL

Quando os bolcheviques conquistaram o poder em 1917, começaram pôr em prática seus planos de governo. O Exército czarista desintegrou-se, principalmente quando fora assinado o armistício de Brest-Litovsk com a Alemanha, retirando suas tropas na campanha da Grande Guerra. Isso tornou-se um problema, pois não havia mais tropas para defender o território soviético contra os invasores, logo o governo bolchevique criou o Exército Vermelho, sob o comando de Trótski, que convocara cerca de 40 mil oficiais do Exército czarista, como o caso do Gen. Brusilov, para servir como especialistas militares e na profissionalização do novo Exército, mas sempre assistidos por comissários políticos designados pelo governo.

Mas muitos oficiais do antigo Exército czarista refutaram se unir aos revolucionários, como no caso do Gen. Alexei Kaledin, chefe dos cossacos do Don, e Mikhail Alexeiev, ex-comandante em chefe do Exército, que em conjunto com Anton Denikin e Lavr Kornilov, rebelaram-se contra o novo sistema governamental e organizaram o chamado Exército Voluntário, que faria parte das tropas contrarrevolucionárias, conhecida como Exército Branco. Reis (2017, p.121) destaca que estas milícias seriam inexistentes sem o apoio logístico de tropas francesas e inglesas que haviam adentrado no território soviético para conter a progressão revolucionária. No extremo oriente do país, 70 mil soldados japoneses e um pequeno contingente de tropas estadunidenses, desembarcam em Vladivostok, porém, não acabam desempenhando papel militar durante a guerra civil.

O objetivo do Exército Branco era simples, restaurar o modelo antigo. “Sonhavam com uma Rússia ‘una e indivisível’ e, quando e onde puderam, restabeleceram as bases da ordem antiga, em especial a propriedade privada da terra.” (REIS, 2017, p. 122). Porém, tornaram-se completamente incapazes de negociarem com outras forças contrárias aos bolcheviques. Acabam rivalizando entre si, principalmente pós a execução do Czar Nicolau II e sua família. Além do mais, na França e na Inglaterra surgem protestos e greves contra as intervenções na Rússia, sem falar que também havia certas

dificuldades entre as potências, de chegarem em um acordo de uma possível partilha da Rússia, assim como acontecera com a China, em meados do séc. XIX. Estes desencontros cultivados no Exército Branco acabam por facilitar as investidas do Exército Vermelho.

Por mais que tenha sido derrotado o Exército Branco, isso não significou que a Guerra Civil tenha cessado, havia ainda outros focos de resistências contrarrevolucionárias, como no caso do Exército Negro, com teor anarquista, liderado por Nestor Makhno, que fora importante aliado aos Vermelhos contra os Brancos, o Exército Verde, formado por camponeses insatisfeitos com o Decreto sobre a Terra, onde não consideravam o movimento revolucionário eficiente na unificação de todas as camadas camponesas e na luta contra os proprietários, os movimentos nacionalistas não russos, como a luta pela independência da Ucrânia, e outros vários conflitos que se desenrolaram durante este período de transição, tendo como último cenário de guerra, a Polônia, que buscava sua firmação como nação, apoiada pela França e nacionalistas ucranianos. O Exército Vermelho por sua vez invade a Polônia, criando expectativas de estenderem a revolução para o lado ocidental do continente, com planos de chegarem até a Alemanha, mas sua campanha fora mal sucedida, tendo de assinar um tratado de paz em Riga, na Letônia em 1921. Estava encerrado os conflitos da guerra civil. Restava agora compreender as razões desta vitória.

CONCLUSÃO

As interferências estrangeiras são presentes pouco tempo depois do início da Revolução Russa, isso denota que havia uma preocupação das nações capitalistas em manter um sistema que as privilegiassem, sobre tudo os grandes proprietários, suas terras e suas indústrias, e os meios para sufocar estas revoltas populares se deu de diferentes formas, seja por meio direto, como o envio de tropas, ou indireto, como o financiamento de forças contrarrevolucionárias, a criação de propaganda através de veículos de comunicação e com o apoio da Igreja católica explorando os medos da população sobre os horrores que acontecia na Rússia e o que o socialismo era capaz de

fazer, e até mesmo o estocamento de recursos, partindo das elites locais da Rússia, para sufocar as mínguas as camadas revoltas, sobre caindo assim, a culpa no governo soviético.

Táticas como essas foram vistos no período pós 1945, como na Guerra do Vietnam, onde tropas estadunidenses invadiram o país do sudeste asiático com o pretexto de salvar o povo e a democracia desta região contra o terror soviético, ou também nos filmes produzidos na déc de 1980, como Rock IV, onde Sylvester Stallone, interpretando Rock Balboa, enfrenta seu adversário Ivan Drago, interpretado por Dolph Lundgren, que nada mais é que um boxeador soviético, que treinou nas mais avançadas academias tecnológicas, com acompanhamento médico profissional, personagem frio e calculista, que é derrotado pelo Rock, que treina dentro dos frigoríficos socando carnes penduradas, realizando corridas nos trilhos e comendo ovo cru. Também pode-se encontrar os pronunciamentos do Papa João Paulo II, maior expoente da Igreja Católica, contra o comunismo, e os embargos econômicos realizados pelo E. U. A., sobre Cuba pós revolucionária.

Portando, pode-se dizer que as articulações contra os movimentos revolucionários marxistas, se deu muito antes de 1945, com o mesmo pretexto, impedir uma revolução mundial que mudasse os parâmetros de um sistema que privilegiasse as elites, numa economia de exploração, para um sistema que buscava uma economia planificada, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, colocando todos em condições dignas de vida conforme suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIO DO POVO. Santa Maria: n. 270, nov. 1922;

CORREIO DA SERRA. Santa Maria: n. 129, dez, 1917;

JKINGS, Ivan.; DORIA, Kim. (Orgs). **1917**: o ano de abalou o mundo. 1° ed. São paulo: Boitempo, 2017. 204 p;

KONRAD, D.; KONRAD G.; LAMEIRA, R. F. Revolução soviética: impactos nos movimentos sociopolíticos e o anticomunismo na imprensa. **Histórias: debates e tendências**. v.7, n. 1, p. 122- 143, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2953/2000>>. Acesso em: 23, jul. 2019;

LOUREIRO, Fernando. Da Águia à Estrela Vermelha: O General Brusilov e a Revolução Russa. **Café História**. Brasília, sem paginação, Jan., 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/general-brusilov-e-a-revolucao-russa/>>. Acesso em: 23, jul. 2019;

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**: a história da Revolução Russa. Tradução de Denise Tavares Gonçalves. 2° ed. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 2017. 416 p;

REIS, Daniel Aarão. **A revolução que mudou o mundo**: Rússia 1917. 1° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 240 p;

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os paradoxos da revolução russa**: ascensão e queda do socialismo socialismo soviético (1917 – 1991). 1° ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 154 p.

RÚSSIA DE 1910 ATÉ A REVOLUÇÃO DE 1923

DANIELLA BOMFIM GUJANWSKY¹
GRADUANDA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DANIELLAGUJANWSKY@GMAIL.COM

ORIENTADORA -VIVIANE MOZINE RODRIGUES²
DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
VMOZINE@UVV.COM

INTRODUÇÃO

A grande nação russa foi governada por uma família real até seu extermínio em 1918, a família Romanov, que formou para si uma dinastia de oito gerações. A origem dos Romanov remonta a 12 outras nobres famílias russas cujo ancestral comum é Andrei Kobila, atestado como um boiardo a serviço de Simão I da Rússia. Gerações posteriores associaram a Kobila um ilustre *pedigree*. Inicialmente reivindicava-se que ele viera para Moscou em 1341, da Prússia, onde seu pai era um famoso rebelde. No final do século XVII, foi publicada uma linha genealógica fictícia segundo a qual sua origem remontava a Júlio César, ditador e general do Império Romano (Montefiore, 2016).

.....
1 Aluna graduanda em Relações Internacionais e Direito, Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

2 Economista, mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades e doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Relações Internacionais, Professora na Universidade Vila Velha/ES.

O czar Alexandre I (que morreu em 1825), foi sucedido por seu irmão Nicolau I, que não compartilhava visões liberais. Ele acreditava firmemente na autocracia. Para evitar a possibilidade de qualquer mais tramas ele formou a “Terceira Seção” de sua chancelaria – um corpo de segredo polícia de segurança para assistir e enviar para a Sibéria quem murmurou contra o governo. O estudo da filosofia foi proibido porque pode levar a visões revolucionárias. Uma censura estrita foi imposta, mesmo na música, caso o notas escondiam uma cifra. A servidão foi preservada, embora Nicolau tenha publicado um novo código de direito editado por Speransky, que definiu e limitou os direitos dos senhores da terra. Apesar do regime repressivo de Nicolau, as críticas à autocracia continuaram, e os sementes de agitação futura foram semeadas. O poeta Pushkin foi várias vezes exilado por seus sentimentos liberais, e Gogol em seus romances ridicularizou a burocracia russa, essa autocracia na Rússia continuou até o governo do czar Nicolau II (Ascher, 2002).

RÚSSIA PRÉ-REVOLUÇÃO (1910-1917)

O último Tzar (título dado aos imperadores russos) foi Nicolau II, que governou a Rússia de 1894 e 1917, sob seu reinado o Império Russo lentamente se industrializou enquanto reprimia a oposição no centro político e na extrema-esquerda. Durante a década de 1890, o desenvolvimento industrial da Rússia levou a um grande aumento no tamanho da classe média urbana e da classe trabalhadora, o que deu origem a uma atmosfera política mais dinâmica e ao desenvolvimento de partidos radicais. Como o Estado e os estrangeiros possuíam grande parte da indústria russa, a classe trabalhadora russa era comparativamente mais forte e a burguesia russa comparativamente mais fraca do que no Ocidente. A classe trabalhadora e os camponeses se tornaram os primeiros a estabelecer partidos políticos na Rússia, porque a nobreza e a burguesia rica eram politicamente tímidas. Durante a década de 1890 e início de 1900, más condições de vida e de trabalho, altos impostos e terras a fome deu origem a greves e desordens agrárias mais frequentes. Essas atividades levaram a burguesia de várias na-

cionalidades do Império Russo a desenvolver uma série de partidos diferentes, tanto liberais quanto conservadores (ROGGER, 1983).

Nicolau II, não era menos reacionário que seu pai, Alexander III, mas foi durante o seu reinado que ocorreu uma explosão de talento criativo todas as artes que produziram o que agora é justamente considerado como uma espécie de “Renascimento”. Pela primeira vez a cultura russa também se tornou uma mercadoria como os grandes romances começaram a ser traduzidos para outras línguas, e artistas, compositores e artistas começaram a adquirir reputação no exterior. Pelo final do século XIX, São Petersburgo poderia corresponder a qualquer outro europeu capital para elegância e requinte. Sua vida cultural foi grandemente enriquecida pelo contato com Paris, Viena e Berlim, cidades para as quais havia trem rápido, e a sociedade russa deveria se abrir mais (Cambridge University, 2006).

Em 7 de janeiro de 1909, o Partido Socialista-Revolucionário repudiou uma das seus líderes terroristas mais célebres, Evno Azef, como informante da polícia. O perfeito “agente duplo”, ele tinha desfrutado da total confiança da polícia e partido. A exposição de Azef desacreditou tanto o partido socialista revolucionário, que parecia estar repleta de traidores (cerca de duas dúzias de mais informantes) foram desmascarados nos próximos quatro anos), e um governo que faria uso de assassinos para lutar contra assassinos. Enquanto isso, altos funcionários da polícia, preocupados que se tornaria mais difícil recrutar novos informantes, tranquilizando as aqueles que o Departamento de Polícia tinha sido capaz de proteger Azef por dezesseis anos, mas também avisou que todas as provocações seriam punidas severamente. Parece, de fato, que o recrutamento de informantes policiais não sofreu do caso Azef: a maioria dos noventa e quatro informantes empregados pela Agência de segurança de São Petersburgo em 1913 – nunca havia empregado um número maior – contratado durante os três anos anteriores (Cambridge University, 2006).

A TOMADA DO PODER PELO PARTIDO SOCIALISTA SOVIÉTICO

A partir de 1921, os bolcheviques puderam proclamar-se vitoriosos na guerra civil e celebrar uma conquista que seria um dos grandes triunfos no folclore oficial para o resto da era soviética. Ao mesmo tempo, presidia

uma nação cujas fronteiras eram incertas e cujos camponeses protestavam cada vez mais agressivamente contra a requisição de grãos e outras medidas da guerra civil que continuaram além do próprio conflito. De fato, a crescente oposição a essas restrições foi o principal desenvolvimento que convenceu Lênin a mudar de rumo na direção do que logo se tornou conhecido como a Nova Política econômica (Cambridge University, 2006).

Os advogados e os jornalistas que pertenciam às classes prejudicadas pela Revolução gastaram, posteriormente, boa quantidade de tinta para demonstrar que, em fevereiro, houve apenas uma sublevação de mulheres reforçada por um motim militar; foi precisamente assim que alguns nos apresentaram a Revolução. Luís XVI, em seu tempo, obstinava-se em acreditar que a tomada da Bastilha era o resultado de uma revolta, até que lhe explicaram, com deferência, que se tratava de uma Revolução. Os que saem derrotados de uma Revolução raramente se inclinam a reconhecer o seu verdadeiro nome porque este, apesar de todos os esforços dos reacionários exasperados, apresenta-se na memória histórica da humanidade com a auréola de uma libertação de velhas cadeias e preconceitos. Em todas as épocas, os privilegiados e seus lacaios tentaram infalivelmente apresentar a Revolução que os abatera como diferente das revoluções precedentes; como um motim, sedição ou arruaças do populacho. As classes sobreviventes não se distinguem pelo espírito de invenção. Logo após o dia 27 de fevereiro, tentou-se estabelecer paralelos entre a Revolução Russa e o golpe de estado militar dos Jovens Turcos, com o qual, bem o sabemos, tanto havia sonhado a alta burguesia russa. Este paralelo era, entretanto, tão infundado que foi seriamente refutado por um jornal burguês. Tugan-Baranovsky, economista, que na mocidade passara pela escola de Marx, uma espécie de variante russa de Sombart (TROTSKY, A História da Revolução Russa, 1977).

A mudança do regime em Moscou não foi senão um eco da insurreição de Petrogrado. Reinavam as mesmas opiniões entre operários e soldados, apesar de menos vivamente expressadas. Disposições um pouco mais esquerdistas começavam a imperar, entre a burguesia. Nas organizações revolucionárias, a fraqueza era mais acentuada do que em Petrogrado. Assim que se iniciou

o movimento sobre o Neva, os intelectuais radicais de Moscou organizaram uma reunião para decidir o que se faria e não encontraram qualquer solução. Foi somente no dia 27 de fevereiro que, nas fábricas de Moscou, declararam-se as greves, seguidas de manifestações. Os oficiais nos quartéis diziam aos soldados que a canalha provocava rebeliões nas ruas e que seria necessário reprimi-la (TROTSKY, A História da Revolução Russa, 1977).

“Mas já neste momento”, conta o soldado Shishilin, “os nossos davam à palavra canalha um sentido inteiramente diverso”. Às duas horas da tarde, grande número de soldados de diversos regimentos apresentaram-se à Duma municipal procurando um meio de aderir à Revolução. No dia seguinte, as greves tomaram maior extensão. As massas avançavam para a Duma com as suas bandeiras. Muralov, soldado da companhia motorizada, velho bolchevique, agrônomo, gigante magnânimo e valente, conduziu à Duma o primeiro destacamento de tropas sólidas e disciplinadas que ocuparam a estação de rádio e outros pontos estratégicos. Oito meses mais tarde Muralov deveria comandar as tropas da região militar de Moscou (TROTSKY, A História da Revolução Russa, 1977).

A Nova Política Econômica (NEP) não surgiu como um único decreto nem progressão planejada, mas como um rótulo fixado eventualmente em uma série de medidas que apareceu ao longo de vários meses a partir da primavera de 1921. O TNPE era “novo”, isto é, um afastamento das práticas da Era da Guerra Civil, de várias maneiras. Mais importante, inicialmente, as requisições de grãos foram substituídas por um imposto fixo, menor do que as metas de requisição de grãos. Em breve camponeses também foram autorizados a vender a preços de livre mercado qualquer produto após seus impostos terem sido pago. Pouco tempo depois, a maioria do resto da população recebeu o direito de se dedicar ao comércio e fabricação de pequena escala, como resultado cidades e vilas seguiram o campo na aquisição de um setor da economia privada legal que coexistia com as fábricas e lojas estatais (Cambridge University, 2006).

A indústria de grande escala, retida pelo Estado, também se viu colocada em um novo estilo. As empresas já não poderiam esperar receber matérias-primas e outros recursos de Moscou, e eles não podiam contar

com o estado para absorver sua produção, independentemente do custo ou da demanda dos produtos. A privação de tempo de guerra e a turbulência enfraqueceu esse apoio de qualquer forma, mas a NEP o fez oficialmente. Esforços para administrar a indústria de Moscou haviam se tornado tão difíceis durante a guerra civil que o estado agora procurou colocar milhares de suas fábricas em uma base de contabilidade de custos (*khozraschet*). Empresas individuais foram agrupadas em *Trusts*, organizados com mais frequência de acordo com a atividade – a Associação Estadual Metal Factory, por exemplo, ou o *Moscow Machine Building Trust*. Sendo subordinado diretamente ao Conselho Econômico Supremo em Moscou ou aos conselhos econômicos locais, as *Trusts* foram agora instruídas a cortar despesas e produzir bens que possam ser comercializados com sucesso para outros clientes estaduais ou, em alguns casos, para empresários privados. Eles poderiam não antecipar assistência automática de Moscou, onde os funcionários estavam ocupados cortando drasticamente o orçamento central em um esforço para obter controle sobre os gastos que tiveram pouca relação com os recursos reais do governo durante o guerra civil (Cambridge University, 2006).

Esse aspecto da NEP não significa que a liderança bolchevique tenha abandonado os sonhos de um sistema centralmente planejado de indústria estatal, assim como a legalização do comércio privado não substituiu a meta de longo prazo do socialismo. De fato, o ano inicial da NEP testemunhou não apenas o anúncio do *khozraschet* e as concessões à iniciativa privada, mas também a formação da agência de planejamento estatal (Gosplan). No entanto, o tempo parecia propício para a teoria e não para a prática, já que os funcionários da Gosplan se ocupavam mais com o estudo do planejamento do que com sua implementação. Fábricas vitais poderiam receber pedidos e subsídios do centro, e os secretários provinciais do partido intervieram ocasionalmente na operação da indústria local. No entanto, os economistas em Moscou não tinham meios de obter dados abrangentes sobre as empresas e empresas individuais que seriam necessárias para estabelecer uma economia planejada – pouco suspeitando que tal campanha estivesse a menos de uma década de distância (Cambridge University, 2006).

No início da década de 1920 Lenin foi claramente o mais formidável dos líderes Bolcheviques. Entretanto, ele nem sempre conseguiu o seu

caminho em disputas do partido, mas seu prestígio e sua influência ficaram inigualáveis. Ninguém mais poderia ter tornado em uma festa em tão abrupta e, para muitos dos Bolcheviques, impopular mudança de curso como a implementação de uma Nova Política Econômica. Entre os vários colegas de Lenin em Politburo, o mais prestigiado em 1922 era Trotsky, por causa do importante papel nas Revoluções de Outubro e da forma como moldou o Exército Vermelho, que salvou a revolução durante a guerra civil. Na questão, por exemplo, de liderança, depois de Lenin, o nome de Trotsky vinha primeiro nas mentes dos Bolcheviques, mas se o viam como uma ascensão ou uma ameaça não deixavam claro, até o surgimento do nome de Stalin em meio aos participantes ativos dos Bolcheviques, onde ficou claro que o maior motivo de apreciação em torno de Trotsky era por suspeita de uma possível ameaça a seus ideais, coisa que nunca foi devidamente registrada se ficou tida como sendo verdade (ASCHER, 2002).

Em Maio de 1922, Lenin sofreu um derrame que o fez ser removido das suas atividades governamentais e políticas por vários meses. Ele ainda não tinha se recuperado totalmente quando voltou às suas funções em Outubro, e em Dezembro mais uma série de pequenos derrames o deixaram parcialmente paralisado. Ciente que a “rivalidade” entre Trotsky e Stalin não havia acabado com guerra civil, e estimulado pelo seu estado de saúde em deterioração, para deixar palavras de orientação para o partido, ele deixou uma série de cartas para seu secretário, tais cartas ficaram conhecidas como seu testamento. Em um período de apenas duas semanas no fim de 1922, e no começo do ano novo de 1923, Lenin deu voz aos assentamentos e recomendações que ele esperava que estariam presentes na próxima reunião do partido. Parte de sua atenção era focada em sugestões para reorganizar o partido, expandindo o Comitê Central, na esperança que isso farias este “corpo” menos suscetível a corrupções e cismas. Mas ele parecia principalmente perturbado pelas desavenças entre Trotsky e Stalin. As cartas primárias não favoreciam nem um, nem o outro, mas em seus ditados finais ele declarou uma lista, para líderes do partido, de forças e deficiências em um ataque direto ao Secretário Geral (Stalin). (Cambridge University, 2006).

“Stalin é muito rude”, declarou Lenin, “e essa lacuna, apesar de tolerável em nosso meio e nas relações entre nós comunistas, se torna intolerável na posição de um Secretário Geral”. Ele pediu para que o partido retirasse Stalin de sua posição. (Cambridge University, 2006).

Não se tem certeza do que fez com que Lenin mudasse o que estava escrevendo ao partido em relação a Stalin, só se ouviram boatos, por exemplo de que foi porque a esposa de Lenin foi ameaçada pelo próprio Stalin. Na primavera de 1923 a saúde de Lenin se colapsou, o que aumentou ainda mais as desavenças entre Trotsky e Stalin. Uma reunião do partido para a leitura das cartas de Lenin e para tentar resolver os problemas entre os dois membros importantes do partido, essa reunião acabou em uma decisão que elevou Stalin e resolveu que enquanto o mesmo estivesse vivo, o Testamento de Lenin não seria publicado (TROTSKY, A História da Revolução Russa, 1977).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da Revolução Russa, precisamente por ser uma revolução popular, quase que totalmente, e que pôs em movimento dezenas de milhares de pessoas, vemos uma notável continuidade de etapas. Todos os acontecimentos que se seguiram foram em forma de escada para cima, porém como rampas para baixo, ou seja para tentar melhorar a situação de um país enorme assolado por guerras, frio, pobreza e fome tudo era feito de forma mais branda e gradual, mas para cada atitude de tentar uma melhoria sempre havia, pouquíssimo tempo depois, uma reviravolta que levava todo o trabalho que fora feito para baixo muito rápido.

Mas esse tipo de reviravolta já vinha desde antes da radical mudança de governo que foi feita, mas com as inimizades e opiniões diversas de como aplicar os novos ideais, comunistas bolcheviques, tudo foi ficando cada vez mais complicado de resolver e de chegar à algum lugar, e como sempre nessas situações, a parcela que mais sofre com todas essas discórdias políticas e militares é a população civil, que acaba se tornando refém no próprio território.

A tarefa que os Bolcheviques mais queriam cumprir era a de colocar o homem certo no lugar certo, coisa que estava funcionando durante o período em que Lenin era o principal líder e porta voz do partido, mas quando ele morreu e a liderança acabou sendo passada para Stalin tudo começou a desmoronar e pelas decisões tomadas durante seu governo levaram o país à beira da ruína total, algo do qual levaram muito tempo para recuperar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, R. G. **Silenciosos Diálogos**: Religião, apropriação e cultos privados entre imigrantes japoneses no Brasil. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010 – ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>.

BARTH, F. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. Texto introdução de uma obra dirigida por F. Barth: Ethnic Groups and boundaries. The Social Organization of culture difference. Bergen,Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

BENEDICT, R. **O Crisântemo e a Espada**. 3ª Ed. São Paulo: SP Brasil Perspectiva S.A. Coleção: Debates – Antropologia, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo. Org. Masato Ninomiya. – 2ª Edição Trilíngue. São Paulo: Kaleidos – Primus Consultoria e Comunicação integrada S/C Ltda., 1998.

DAMATTA, R. **A Casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LUTAS NO CAMPO E INTERACIONISMO SIMBÓLICO: A DISSEMINAÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) EM SÃO CARLOS (SC)

DAVI KERN

DISCENTE DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

DAVI.KERN@ESTUDANTE.UFFS.EDU.BR

MATHEUS CARDOSO DA SILVA

DISCENTE DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

MATHEUSCARDOSO@ESTUDANTE.UFFS.EDU.BR

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por lutas e repressões. A partir de um exercício histórico, podemos visualizar o espaço que a mulher ocupava naquele tempo – que já era ínfimo antes do período ditatorial. Durante a ditadura militar, este espaço se tornou praticamente nulo no que diz respeito à repressão e oposição, em uma história política contada por homens. (COLLING, 2015). Após a redemocratização é possível mensurar a importância das lutas dos movimentos sociais, sobretudo, na visibilidade da mulher camponesa. Assim, a década de 1980 marca um período de conquista de direitos para vários setores na periferia do capital, como por exemplo para as mulheres do campo.

As principais pautas das lutas visavam direitos básicos, como a Previdência social, acesso ao sistema de saúde pública e Assistência Social.

Esses direitos foram conquistados e efetivados em 1971, quando surgiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que era custeado pelos próprios camponeses no formato de contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) (CORDEIRO, 2018).

A sindicalização dos trabalhadores também garantiu a consistência das conquistas camponesas, entretanto, mesmo com a inclusão dos trabalhadores do campo no sistema da Previdência social, a mulher ainda era apagada pela lógica do capital, patriarcal por natureza. Sua função era doméstica, reprodutiva e de ajuda ao homem, sempre em uma posição de submissão à figura masculina. Assim, em um contexto de emergência feminina, começam a surgir, em Santa Catarina, movimentos pela sindicalização das mulheres do campo, em oposição aos sindicatos conservadores, que a partir do Golpe Militar de 1964 figuraram como balcões assistencialistas. Com o oferecimento de assistência médica, muitas das ações desenvolvidas pelos sindicatos deixaram a desejar na construção da identidade dos camponeses e sua efetiva atuação na esfera social. Assim, a estrutura sindical gerou insatisfação nas trabalhadoras e trabalhadores do campo, que começaram a se opor às políticas praticadas dentro desses espaços (BONI, 2017).

Nesse contexto de diversificação dos movimentos de oposição sindical, surge em Santa Catarina, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), no intuito de busca da sindicalização, dos direitos e da autonomia das mulheres do campo. A pauta passou a ser voltada inteiramente para a visibilidade da mulher do campo na sociedade. A instituição emerge um novo e intenso ciclo de lutas em diálogo com outros movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MTST). No advento do MMC, várias lutas emergiram através de idas a Brasília, manifestações, atos e inúmeras outras atividades de resistência na busca pela garantia de dignidade e de igualdade, por um modelo de agricultura agroecológica – perpetuado pelas trocas de sementes – além de vivências e doações às causas, sendo marcas centrais da militância a busca pelo equilíbrio na interação de pessoas com a natureza.

Alguns pontos mostram-se essenciais aos esclarecimentos históricos do Movimento. Um deles faz referência ao seu nome. No início, o termo *agricultoras* caracterizava as mulheres, no entanto, em 2004 o MMA passa a denominar-se Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A mudança no nome se deve a uma sincronização dos movimentos de mulheres do campo propiciada pela Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que articulava “[...] já na década de 90, [...] os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul” (BONI, 2017, p. 101). Apesar das semelhanças entre os movimentos, o termo *camponês* passou a integrar o nome do coletivo, pois englobava todas as particularidades existentes entre as mulheres de diferentes estados da federação, isto é, um termo que abrange “[...] a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco [sic], as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boiasfrias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas.” (MMC, 2019).

Como grupo social, o Movimento de Mulheres Camponesas só incluiu o termo *feminista* ou *feminismo* em seus discursos no ano de 2010 (PAULILO, 2016). Por outro lado, é errôneo identificar que ideais emancipatórios não tenham feito parte das lutas do coletivo. O espectro de discussões sobre lutas feministas é amplo, não sendo foco deste estudo, porém, é necessário delinear as condições de institucionalização do MMC. O movimento em questão apresenta o que seria classificado nas teorias feministas como o feminismo de diferenças, isto é, aquele que coloca a mulher como diferente do homem. Uma das vertentes desse feminismo é o *essencialismo*, dentro de uma postura em que as diferenças entre mulheres e homens seriam naturais, através de uma “essência” na qual a mulher está ligada à natureza e à geração da vida. Outra concepção, entretanto, característica do feminismo acadêmico, o *construcionista*, defende que as diferenças entre mulheres e homens são construções sociais justificadas, fortalecidas e naturalizadas pelo discurso dominante. Ao mesmo tempo, o movimento também apresentaria aspectos do feminismo *liberal*, ao reivindicar direitos

e procurar igualdade entre mulheres e homens e, do feminismo *socialista*, ao lutar por “[...] maior igualdade não só entre os sexos, mas entre classes, raças e etnias, apostando em mudanças econômicas radicais como a superação do capitalismo.” (PAULILO, 2016 p.305).

No entanto, a autora aponta que tentar encaixar o Movimento de Mulheres Camponesas em teorias e feminismos urbanos, pode tornar-se perigoso à medida que pressupõe evolucionismos entre os movimentos. Nesse caso, tendo pontos de chegada que seriam comuns a todos os coletivos de mulheres, seria gerada uma hierarquia que classifica correntes teóricas e movimentos como mais ou menos ultrapassados. Supõe-se que é mais correto analisar a trajetória do MMC através de um olhar de transformação e de adaptação às necessidades presentes em cada contexto sociocultural, e não através de um olhar evolucionista. Sabiamente, a professora utiliza-se do conceito de *transmodernidade1* da filósofa Rosa María Rodríguez Magda para evitar distorções (PAULILO, 2016).

METODOLOGIA

A pesquisa teve como foco as primeiras mulheres que trouxeram os ideais de libertação da mulher na construção do futuro Movimento de Mulheres Camponesas no município de São Carlos/SC. Para isso, uma prospecção inicial foi feita por meio de um levantamento bibliográfico do tema dentro de diferentes projeções: nacional, em Santa Catarina e no município de São Carlos².

.....
1 [...] la Transmodernidad prolonga, continúa y trasciende la Modernidad, es un retorno de algunas de sus líneas e ideas, acaso las más ingenuas, pero también las más universales. [...]. Pero es un retorno distanciado, irónico, que acepta su ficción útil. La Transmodernidad es el retorno, la copia, la pervivencia de una Modernidad débil, rebajada, light. La zona contemporánea transitada por todas las tendencias, los recuerdos, las posibilidades; transcendente e aparenzial a la vez, voluntariamente sincrética en su “multicronia”. [...] La Transmodernidad es lo postmoderno sin su inocente rupturismo, [...]. Su clave no es el post, la ruptura, sino la transubstanciación vaso comunicada de los paradigmas. [...] Es el abandono de la representación, es el reino de la simulación, de la simulación que se sabe real. | (*ibid.*, p. 298 apud RODRÍGUEZ MAGDA, 2007, p. 151-152).

2 São Carlos é um pequeno município localizado na mesorregião do Oeste catarinense e na microrregião de Chapecó. Com cerca de 12 mil habitantes, localiza-se no limite entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, à beira do Rio Uruguai.

Após a análise empírica, foram realizadas diversas entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes do MMC, junto com consultas às atas das reuniões do movimento. Os documentos possibilitaram conhecer quem foram as primeiras lideranças camponesas em São Carlos. Tendo em mente as primeiras fundadoras do movimento, realizamos as entrevistas semiestruturadas de caráter aberto, o que permitiu que as próprias pessoas entrevistadas tecessem, de certa forma, os relatos a respeito do tema proposto. Para melhor organização, o questionário foi dividido em dois campos principais, de acordo com as conclusões obtidas por meio da análise teórica. Enquanto um campo trazia perguntas referentes ao processo que as levou a conhecer os ideais emancipatórios, à formação das lideranças, ao desprendimento das mulheres para com seus maridos, ao que era difundido na opinião pública, o outro campo privilegiou as questões acerca do empirismo do interacionismo simbólico.

Com a finalidade de preservar a integridade das pessoas entrevistadas, não foram revelados os nomes neste artigo, sendo os mesmos referidos como “entrevistada 01”, “entrevistado 02” e “entrevistada 03”. A Entrevistada 01 e 03 são militantes do MMC, enquanto o entrevistado 02 é filho de uma militante (in memoriam), pioneira no município de São Carlos. As falas foram transcritas de forma integral, preservando os aspectos informais da oralidade. Acreditamos que a preservação dessas características nos aproxima do que Maria da Glória Gohn retrata como processo de educação não formal. Partindo dessa perspectiva, os resultados dessa educação simplesmente acontecem de forma não planejada, onde o mundo é lido e interpretado a partir da própria prática de quem as executa, nesse caso, as militantes do MMC (GOHN, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O MMA surgiu em Santa Catarina, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atreladas intimamente à Teologia da Libertação. Difundida pela Igreja Popular, um segmento progressista da Igreja

Católica caracterizado, principalmente, pelas pastorais³, que se colocava a serviço dos excluídos e marginalizados, no campo e na cidade. O movimento incentivou a participação política das mulheres na sociedade, já que as CEBs estavam “[...]dispostas na transição entre a esfera privada (religião) – associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina – e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino” (AGUIAR, 2016, p. 264). No oeste catarinense, a Teologia da Libertação se materializou, principalmente, através de Dom José Gomes, importante propagador e formador das CEBs na região. O ideal emancipatório chegou à entrevistada 01 através da Pastoral da Mulher, na pessoa da Irmã Saléria⁴, da Diocese de Chapecó:

Naquela época existia a Pastoral da Mulher também, como existia a Pastoral da Criança, da Juventude, [...] na época de Dom José Gomes. [...] Eles viram que a mulher tinha muitos direitos, e daí decidiram fazer essa organização da mulher agricultora, né. Aí começaram lá em Nova Itaberaba, o primeiro encontro que fizeram foi lá né, aí depois, um dia desse veio a Irmã Saléria fazer uma palestra aqui em São Carlos e nós tava participando, que ela era lá da Diocese de Chapecó, né, daí então ela me convidou, ela começou a conversar comigo, ela disse: “o que tu acha se nós organizasse as mulheres aqui em São Carlos?” Daí eu disse: “olha, se nós arrumar algumas pra começar, vamo à luta!” Aí então marcamos um dia pra ela vir aqui, e eu arrumei mais um grupinho de mulheres, e fomos lá, conversamos com ela. [...] Discutimos os direitos que as mulheres tinham, né, que elas podiam lutar por esses direitos, a libertação delas, os direitos de aposentadoria, de auxílio maternidade, Bloco de Agricultores, sindicalismo. [...] Mesmo o direito da mulher sair [...] e lutar pela própria vida, né. Então, nós saímos a campo, reunimos um grupo de mulheres e fomos nas comunidades organizar as outras mulheres! [...] Depois as mulheres mesmo que começaram a se organizar por conta, aí saíram da pastoral. [...] A mulher foi caminhar com seus próprios pés, elas foram à luta elas próprias, não precisando mais de pastoral (Entrevistada 01).

Assim, as lutas das mulheres pautavam por direitos camponeses, ao mesmo tempo em que buscavam espaços de fala dentro das próprias

.....
3 Historicamente, um dos papéis da mulher na família foi e é a manutenção da espiritualidade – assim como a educação, por exemplo -, e no contexto das CEBs não foi diferente. Foi através dessa ligação das mulheres com a Igreja que as pastorais conseguiram politizá-las. (*ibid.*, apud PINHEIRO, 2007).

4 Não foi possível, em uma pesquisa superficial, dado o tamanho do artigo, levantar dados sobre essa irmã. Os únicos relatos dela constam das entrevistas realizadas para a presente pesquisa.

instituições sindicais que atuavam sob um viés machista, e, portanto, excludente (*ibid.*). Tal fato pode ser constatado pelo relato da entrevistada 01, confirmando as declarações dadas na introdução deste artigo sobre o aparelhamento e assistencialização dos sindicatos, promovidos pela Ditadura Militar de 1964:

A mulher ela marchou sozinha, né, no começo, mas, sim, quando nós conseguimos conquistar o sindicato, porque em primeiro lugar nós tivemos que conquistar o sindicato pra nós, porque nós não tinha o direito de ser sócia em sindicato. [...] Quando nós conquistamos o sindicato, que mudou as diretorias, então nós conseguimos conquistar eles pra eles virem pro nosso lado e entender que nós também tinha esses direitos. Daí eles tavam do nosso lado (Entrevistada 01).

Vale descrever também alguns dos processos de luta que essas mulheres enfrentaram, na busca pela sindicalização e, posteriormente, na obtenção de outros direitos:

Foi uma guerra! Basta dizer que nós tivemos um dia, um dia inteiro de mulheres reunidas ao redor do sindicato, dentro do sindicato pra nós ganhar as carteirinhas como sindicalistas, e naquele dia a briga foi grande, nós tivemos que ameaçar com advogado e tudo né, pra nós ter esse direito de ser sócia no sindicato. [...] Foi uma turma grande! [...] Eles não conseguiram fazer carteirinha pra todas as mulheres, eles tavam em três trabalhando e não conseguiram fazer aquele dia inteiro (Entrevistada 01).

A sindicalização das mulheres ocorreu em 1984 e foi uma das primeiras lutas que esse coletivo enfrentou. Logo depois, na busca pelos direitos iguais, as mulheres reivindicaram a inclusão no Bloco de Produtor Rural⁵, inadmissível perante os olhares dos que dirigiam as instituições da época:

Aí então nós fomos à luta pelos blocos, pra nós ter o mesmo direito do marido. [...] Eles não queriam aceitar de jeito nenhum, e também arrumamos briga! [...] Era uma luta, era uma guerra! Nós tinha que reunir muitas mulheres e ir lá e lutar até que eles aceitavam... (Entrevistada 01).

.....
5 O Bloco de Produtor Rural é um documento de controle e mensuração da produção de uma propriedade na comprovação das movimentações, com o fim de garantir direitos previdenciários. Com a inclusão da mulher, esta passou a receber um salário de aposentadoria.

Dessa forma, houve um primeiro conglomerado de mulheres no município. A data da primeira ata consta como 14 de novembro de 1991, entretanto, as mulheres agricultoras se encontravam desde 1985, dois anos após a fundação do movimento em Santa Catarina. Nesse mesmo período, o primeiro contato ocorreu por meio da atuação da Pastoral da Mulher. As pautas das primeiras reuniões tinham como assunto lutas por direitos básicos; como o direito à herança, à aposentadoria, ao simples ato de sair de casa, além do salário-maternidade, que não era concedido à mulher agricultora, por não ser considerada pelo governo como atuante profissional. Os encontros, regados a longas conversas acabavam por conscientizar e politizar as mulheres, que, ao final levavam os debates para suas comunidades e suas famílias. Ao multiplicar os ideais do movimento, as mulheres buscavam disseminar uma nova maneira de construir as relações sociais. A aceitação, no início, foi positiva, conforme detalha a entrevistada 01:

[...] de início era muito boa a aceitação. Muito boa mesmo! Eu ficava admirada, a gente chegava a ir na comunidade, o salão era cheio! Era muita gente que tinha sempre nas reuniões, nos encontros que a gente fazia. Aí elas faziam perguntas bastante também pra gente, a gente respondia pra elas (Entrevistada 01).

Mas, havia muitas pessoas que rejeitavam essas ideias, sobretudo pelas práticas patriarcais impregnadas nas relações sociais, conforme explica a entrevistada 01: “Muitas diziam: ‘é, a minha vizinha ela não veio porque o marido não deixou’, né, daí a gente explicava que elas tinham que ter um pouquinho de paciência que com o tempo eles iam entender também.” (entrevistada 01). Como relata o entrevistado 02, o comentário geral era de que as mulheres que estavam promovendo esse movimento nas comunidades eram chamadas de preguiçosas, que os maridos iriam à falência e que “era melhor que tirassem as calças de suas mulheres” (entrevistado 02), que “era melhor que as mulheres fossem trabalhar, que sujassem suas mãos na terra” (entrevistado 02). Ainda de acordo com a entrevistada 03, a rejeição veio até de suas vizinhas e amigas, que diziam que ela

[...] não tinha nada para fazer em casa e que correr rua era coisa de mulher prostituta. Até zombavam do meu marido, que a mulher dele tava atrás de homens, que ele era um trouxa em aceitar uma mulher que sempre estava na rua. E isso machucou muito! Mesmo assim não desisti, e sempre tive que fazer um trabalho com muito diálogo com a família, para entenderem sobre o que estava fazendo fora de casa, que não era por mim e sim por toda família e as mulheres agricultoras num todo (Entrevistada 03).

Um fato máximo notável que ocorreu em uma comunidade do interior do município foi a expulsão da mãe do entrevistado 02, que exercia a função de ministra da Eucaristia na comunidade em questão. Ela foi excomungada por professar ideias alinhadas com o então emergente Partido dos Trabalhadores (PT). Uma vez que os políticos locais eram favoráveis ao governo de Fernando Collor de Mello, a diretoria da comunidade passou a combater as ideias dessas mulheres. O entrevistado ainda conta que, em dada ocasião, a comunidade estava reunida em celebração dominical ordinária regida por sua mãe, então celebrante. Com isso, membros da diretoria saíram do salão⁶ e começaram a bater no assoalho e nas paredes com cabos de vassoura e outros objetos, a fim de atrapalharem a ministra.

Com inúmeras lutas e resistências foi possível garantir alguns direitos para a classe da mulher agricultora. Esse processo se caracteriza como lento e árduo, já que até então a mulher da roça era vista como mero objeto, adereço do marido, que não tinha opinião própria ou poder de voz, reafirmando a sociedade patriarcal que existe até a atualidade. Mais tarde, com o movimento mais consolidado, outros ideais passaram a integrar o horizonte de possibilidades e se efetivarem na vida dessas mulheres enquanto agentes sociais de transformação da realidade material do meio em que viviam. Uma dessas possibilidades foi a prática agroecológica, amplamente disseminada dentro do coletivo e que teve como principal expoente o Projeto de Recuperação de Sementes Crioulas. Os debates anteriores ao projeto passavam por questões como a eliminação do uso de pesticidas, agrotóxicos e sementes

.....
6 O "salão" era um pavilhão de madeira de dois pisos onde o andar de cima era usado como igreja e o térreo era um bar, comum em comunidades interioranas, que servia como ponto de encontro para os membros da sociedade. Era munido, geralmente, de quadra ou campo de voleibol e/ou futebol.

transgênicas, que acabavam levando à desestruturação da soberania alimentar, objetivo da ainda ecoante Revolução Verde, que visa a submissão total dos agricultores ao mercado, fazendo com que invistam em insumos químicos e em automação produtiva dentro de um quadro que visa o alargamento da produção, fomentando o aparecimento de latifúndios e o consequente desaparecimento da agricultura familiar no seu sentido mais honesto, que privilegia a diversidade e a soberania alimentar.

A prática agroecológica está intimamente ligada à relação das mulheres com a terra. O conhecimento das guardiãs e dos guardiões da biodiversidade se dá em um nível extremamente aprofundamento, já que abrange “As práticas de seleção, cultivo, conservação e troca de sementes” (CONTAG, 2018, p.71). Assim, a agroecologia se constitui obrigatoriamente no âmbito das trocas de experiências sobre plantas, sementes, terra e vivências. No sentido prático, essa troca se materializa nos usos, benefícios medicinais, adaptações às diferentes realidades, memória, conservação e multiplicação das culturas, da terra, das plantas e sementes. Aspecto prático que se constata é a diminuição do consumo de remédios e tratamentos convencionais, o que acaba por promover a autonomia das mulheres quando passam a usar as plantas que elas mesmas cultivam para tratar de suas enfermidades e desassossegos cotidianos. Essa migração causa uma subversão da ordem estabelecida a longo prazo, ordem essa que exclui, submete e descaracteriza grupos que se encontram à sua margem.

A agroecologia surge ainda como uma proposta para garantir que as mulheres no campo tenham autonomia, sejam soberanas nos seus territórios, na sua alimentação e possam conduzir, desse modo, suas vidas por conta própria, e é com esses princípios que surge o Projeto de Recuperação de Sementes Crioulas. Como explicita a entrevistada 03, sobre o projeto:

A ideia do Projeto das Sementes Crioulas surgiu em 2001, na assembleia do MMA em Concórdia, que ocorreu entre 17 e 19 de novembro. Muito se discutia sobre o atual sistema de produção, e sentimos a necessidade de ajudar a pensar um novo modelo de agricultura camponesa, onde nós poderíamos ser independentes em relação as sementes e não depender desse modelo de agricultura excludente.

Quando as mulheres começaram a estudar a história das mulheres do passado, que viviam reprimidas e omissas, mas que cuidavam as sementes, viram a necessidade de fazer algo para salvar essas sementes que são frutos da herança dos nossos antepassados, eles nunca dependiam da aquisição de novas sementes, sempre foram adquiridas de forma gratuita em forma de troca de sementes (Entrevistada 03).

As mulheres que se somaram ao projeto, uma vez interadas da temática e da importância de tal iniciativa, passaram a partilhar um sentimento de identidade para com as sementes e para com suas companheiras, uma vez que reconheceram serem detentoras de enorme patrimônio da humanidade. Assim, começaram a ocorrer as trocas de sementes efetivamente⁷:

[...] foi solicitado que as mulheres trouxessem as sementes que ainda existiam nas suas casas, e, a partir dessa assembleia [Concórdia, 2001], pensou-se numa forma de multiplicar essas sementes e também melhorar a qualidade das mesmas. E com isso surgiu a ideia de elaborar um projeto para obter recursos para capacitar mulheres para trabalhar com grupos de mulheres que faziam parte de MMC na maioria dos municípios. E dessa forma foram descobertas inúmeras qualidades e espécies! Esses encontros eram chamados de oficinas e todas as vezes que aconteciam as oficinas as mulheres traziam sementes para trocar e repassar, e dessa forma conseguimos resgatar sementes e o nosso projeto foi sendo divulgado por toda parte (Entrevistada 03).

O projeto em si exigia dedicação por parte das mulheres, como conta a entrevistada 01:

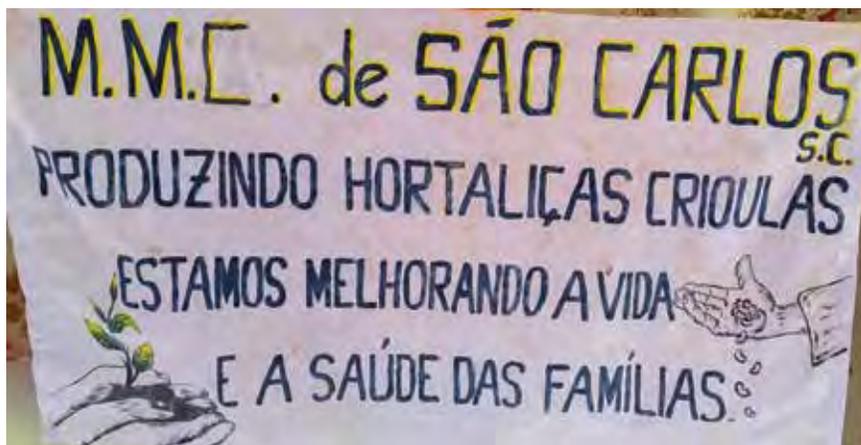
A gente tinha que cultivar [...] uma planta, por exemplo colher durante uns dois ou três anos pra depois ser crioula. Daí depois tu começava a colher a semente, e essas orientações foram todas passadas, né, e, dali pra frente, a gente começava a distribuir essa semente. Quando se fazia um encontro, cada uma levava uma semente que tinha, mas tinha que ser crioula [...], pepino, ervilha, alface, cenoura, salsa... Quem tinha, levava pra quem não tinha (Entrevistada 01).

Dessa forma, com uma diversidade enorme de sementes resgatadas e catalogadas, consolidou-se a troca de sementes e mudas também em São Carlos. Seu principal objetivo foi proporcionar que as mulheres, juntamente com

.....
7 Todavia, isso não significa que não tivessem ocorrido trocas antes, mas agora aconteciam com periodicidade predefinida, isto é, de forma sistematizada, o que acabava por compensar a deficiência de sementes que algumas mulheres tinham. Isso fez com que se desenvolvesse uma rotatividade e, conseqüentemente, a diversidade de espécies de sementes.

suas famílias, se tornassem soberanas sobre sua alimentação. A Fotografia 01 mostra um cartaz produzido para as trocas, explicitando a noção de pertencimento que existia entre aquelas mulheres e, sobretudo, a ciência das mesmas sobre os benefícios que tais interações produziam.

Fotografia 01 – Cartaz produzido para o Projeto de Recuperação de Sementes Crioulas



Fonte: arquivo pessoal (2019)

A Troca de Sementes constitui um elo que perpassa as temporalidades das diferentes facetas que caracterizaram o movimento ao longo de sua trajetória, desde que era um pequeno coletivo até sua consolidação.

A explicação para o vínculo que existe entre os indivíduos, mesmo que não participem ativamente do MMC, mas que constroem um sentimento de identidade e pertencimento quanto às sementes pode encontrar fundamento na teoria do Interacionismo Simbólico. As relações que se estabelecem entre os indivíduos durante as trocas de sementes – e isso vale para a consolidação das relações em todo o movimento – se dão num quadro de reciprocidade. Os elementos moldam-se de acordo com os sentidos – símbolos – que são designados sobre eles a partir dos elementos que lhes são semelhantes. Consequentemente, o modo com que esses elementos interpretam a realidade material se assimilam sob o viés dos sentidos preestabelecidos.

A própria forma com que o indivíduo interpreta a sua individualidade é forjada de acordo com a significância que o outro e o coletivo imprimem sobre os indivíduos.⁸ De forma mais abstrata e generalista, as pessoas agem com as coisas de acordo com o significado que as coisas têm para elas. Esses significados são construídos através da interação entre as pessoas e resultam em interpretações da realidade de um determinado modo (NUNES, 2013). Quando há significados em comum, forma-se o sentimento de identidade e companheirismo, que tem nas sementes e no ato da troca o elemento simbólico que é estruturado através das interações dentro do grupo, ao mesmo tempo que – uma vez estruturado – retroalimenta o espírito das mulheres e garante a união do coletivo.

As trocas de sementes vêm acontecendo periodicamente desde que a recuperação das sementes crioulas se encerrou enquanto projeto⁹, e, mais recentemente, passaram a ocorrer em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Desde sua participação, já ocorreram oito edições¹⁰, tendo a mais recente sido em agosto de 2019, com o maior número de presentes registrado desde a sistematização, como mostram as Fotografias 02 e 03:

As trocas acontecem dentro de um ciclo de atividades que duram um dia inteiro. Durante a manhã ocorrem oficinas¹¹, à tarde palestras¹² sobre temas variados, como soberania e saúde alimentar, nutrição, impor-

.....
8 O *eu* é construído através da interação com o meio. A relação do *eu* com o meio não é de ação/reação. O indivíduo reage a uma ação através da interpretação do significado que tal ação traz a ele, sendo, portanto, (re)ação indireta.

9 Entretanto, ela continua acontecendo nas propriedades de algumas mulheres.

10 Salienta-se que a participação da Epagri nas trocas de sementes é recente, já que elas ocorrem desde o começo dos encontros das mulheres, muito antes de o movimento ser formalizado como camponês e estar consolidado. A troca de sementes constitui o cerne da luta e da resistência dessas mulheres, que através dessas interações construíram sentimentos de identidade, de companheirismo e uma ideologia, uma crença, um projeto de vida por qual lutavam.

11 Na VIII Troca de Sementes ocorreu uma oficina de cosméticos naturais, em que as/os presentes aprenderam a fabricar produtos que não são nocivos à saúde e que causam impacto ambiental menor.

12 Essas palestras são promovidas em conjunto à rede local de saúde pública.

Fotografia 02 – VIII Troca de Sementes e Mudas



Fonte: arquivo pessoal (2019).

Fotografia 03 – As/os quarenta e cinco participantes da troca de 2019



Fonte: arquivo pessoal (2019).

tância do cuidado integral com a saúde¹³, e, logo em seguida, o ápice do dia, a troca de sementes. É nesse momento que se materializam todos os sentimentos, os laços, as identidades, os gestos e a reciprocidade. Em cada semente ou muda há uma história única de resistência e luta, de fracassos e sucessos, de alegrias e incertezas que refletem a ancestralidade daquela história, as mãos pelas quais já passou e os solos que fecundou. Somar-se-á a essa bagagem cultural a história das novas mãos que cultivarão aquela semente, em um ciclo de interações que carregam um signo particular de saberes que resistem.

Na atualidade pode-se observar que o ritual simbólico de troca de sementes reverte um discurso agroecológico contra um capital hegemônico predominante pautado em função do agronegócio. Os ideais dominantes dessa vertente do capital remetem a um desvio de práxis. A agroecologia, em muitos casos, é considerada como uma cultura utópica distante dos modos de produção alimentar dominantes. No MMC em São Carlos muitas das práticas materializadas no coletivo acabaram por serem restringidas somente aos encontros. É possível notar que muitas integrantes do movimento estão parcialmente ou totalmente submetidas à grande lógica capitalista.

Uma cisão ocorreu no corpo do movimento, e o que se nota é uma acomodação de certos grupos, que, em atitude extremamente contraditória, defendem o discurso da importância das plantas medicinais, de práticas e manejos sustentáveis e agroecológicos. Mas na realidade, o que se observa na propriedade é a presença de uma pequena horta, algumas plantas medicinais em convívio com a produção de larga escala. O latifúndio coexiste com o uso de agrotóxicos em associação com sementes transgênicas,

.....
13 Prerrogativa que o MMC carrega desde sempre, consiste no cuidado para que a saúde da mulher se mantenha estável e com qualidade. Ela constrói-se a partir da internalização dos ideais que são difundidos pelo movimento. Atitudes salutaras permeiam o cotidiano do indivíduo e devem acontecer em todas as instâncias de sua vida: na alimentação e, conseqüentemente, no olhar crítico para sua procedência; no uso de fitoterápicos, ao invés de remédios químicos; no cuidado físico e mental do corpo, como a prática de exercícios, os momentos de prazer, relaxamento, descontração e descanso. Configura-se, assim, um modo integral de cuidar da saúde, existindo – obviamente – condições para que se concrete.

compreendendo uma qualidade de vida baixíssima atrelada à dependência de remédios manipulados em laboratórios – mesmo que haja o cultivo de plantas medicinais.¹⁴

CONCLUSÃO

Apesar de o Movimento de Mulheres Camponesas ter conseguido avanços no campo da visibilidade e dos direitos para as mulheres, no caso do núcleo de São Carlos, têm-se notado um progressivo aparelhamento e domínio de ideais conservadores em parte do coletivo.

Esse distanciamento entre discurso e prática decorre de um cenário patriarcal em que se vive. Essas mulheres ficam impossibilitadas de implantar um discurso emancipatório – e todas as suas consequências – pelo medo e pela repressão dos maridos e filhos¹⁵. Isso se permite pela recente explosão conservadora, que trouxe à tona discursos misóginos e violentos que haviam permanecido em estado de latência por um tempo, ainda que a violência contra a mulher não tenha dado trégua em momento algum.

Portanto, faz-se mister o rompimento com os aspectos acima explicitados, através do enfrentamento das instituições, que deve ser feito não só pelas mulheres em constante formação de trabalho de base, mas também por organizações como a Pastoral da Mulher. A emancipação e a subversão da ordem estabelecida materializam-se como um processo árduo e lento, característica do MMC, que se encontra à mercê de uma legislação falha e que não se mostra efetiva, justificando, desse modo, as lutas no campo em busca de uma sociedade mais justa e estável em todos os aspectos. A mobilização de novos contingentes tem se mostrado cada vez mais dificultosa, tendo-se em vista a cristalização de valores que reafirmam cada vez mais o patriarcado como sistema de dominação e exploração, tornando a luta cada vez mais maçante.

.....
14 Contribuição de uma militante do MMC: "A maioria das pessoas não têm paciência para esperar o chá fazer efeito. O chá é devagar, não é como o remédio que compra na farmácia, mas também não faz mal pro corpo como o remédio comprado. Muita gente usa o chá como última opção, achando que vai fazer milagre. Não vai!"¹⁵ Há casos recentes em que mulheres abandonaram o movimento em virtude do medo de serem reprimidas pelos maridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política/Universidade Federal de Santa Catarina*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, v. 15, p.261-295, 2016. Quadrimestral. Edição especial (2016).
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BONI, Valdete (Org.). Três décadas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. *In: BONI, Valdete et al (Org.). Mulheres camponesas e agroecologia*. Curitiba: CRV, 2017. p. 89-110.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, v. 10, n. 10, 2015.
- CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Mulheres camponesas na luta por seguridade social: saúde, previdência e assistência social. *In: PULGA, Vanderléia Laodete et al (Org.). Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. p. 177-203. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/mulheres-camponesas-pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.
- GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social. *In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL*, 1., 2006,. Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrn=abn. Acesso em: 18 ago de 2019.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **A afirmação de muitas histórias**, c[entre 2000 e 2004]. História. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 02. out. 2019.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política/Universidade Federal de Santa Catarina*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política., Florianópolis, v. 15, p.296-316, 2016. Quadrimestral. Edição especial (2016). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/21757984.2016v15nesp1p296>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Mapeamento das experiências agroecológicas das mulheres: um campo de aprendizagem e resistência: Sementes: tradição, resistência e saberes. *In*: SARA DEOLINDA CARDOSO PIMENTA (Brasília). Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG. As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências. Brasília: Cidade Gráfica e Editora Ltda, 2018. Cap. 4. p. 71-74.

“NÃO DEVEMOS JAMAIS ESQUECER QUE A REVOLUÇÃO AINDA NÃO TERMINOU”: A PROPAGANDA DO ESTADO NOVO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE 1930

LUIZ EDUARDO DOMINGUES DOS SANTOS SOUZA DA SILVA
GRADUANDO EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA
LUIZEDUARDO96.DOMINGUES@YAHOO.COM.BR

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a forma como o regime do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas entre 1937 a 1945, se utilizou de uma retórica revolucionária, tanto para justificar o movimento que o levou ao poder pela primeira vez, em 1930, quanto o golpe de 1937. A hipótese levantada, é a de que fora criada uma narrativa de transformação social e política no Brasil iniciada com a insurreição que pôs fim à chamada Primeira República, e que não teria acabado em 1930, sendo justificável por tanto, o estabelecimento de um novo regime que a institucionalizasse de modo a prosseguir com essas transformações. Para tanto, serão analisados artigos em jornais e revistas ligados diretamente ao regime, ou que notoriamente o apoiavam.

Palavras-chave: Estado Novo; Revolução de 1930; Propaganda

INTRODUÇÃO

Na noite do dia 10 novembro de 1937, fechado o Congresso Nacional e já outorgada uma nova Constituição, o então presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, eleito para um mandato de mais quatro anos, de forma indireta, em 1934 depois de quatro anos de um governo provisó-

rio, dirigia em cadeia nacional de rádio a sua “Proclamação ao Povo brasileiro”, na qual anunciava que pretendia seguir à frente do executivo, não obstante ter de sacrificar “o justo repouso a que tinha direito”, em nome da “restauração da nação”¹, diante de um cenário de instabilidade que vinha atravessando o país, pelo menos, desde o Levante de 1935. Essa seria a largada para um período de longos oito anos, nos quais Vargas impôs um regime ditatorial amparado tanto em uma dura repressão política, quanto em um amplo investimento na propaganda, através da qual tentava exercer o convencimento da maior parte da população acerca das benesses de seu governo.

Além da suposta ameaça de uma nova agitação “subversiva” semelhante à insurreição liderada pela ANL em novembro de 1935, a pejorativamente denominada “Intentona Comunista”, outra justificativa dada por Vargas em seu discurso de 10 de novembro de 1937, através do qual inaugurava o golpe do Estado Novo, seria a do risco de o país ser jogado novamente nas mãos do “caudilhismo regional”. Nesse ponto, Vargas faz uma referência direta ao período da história política brasileira imediatamente anterior ao Movimento de 1930, fortemente marcado pelo poder político das oligarquias regionais. Em um polo oposto a esse, dos interesses particulares e locais, e da disputa entre aparatos políticos, Getúlio busca apresentar o seu governo como “oriundo de um movimento revolucionário”, e que teria se empenhado ao longo de sete anos em promover a recuperação econômica e financeira do país, em um ambiente de “serenidade”, propício ao “desenvolvimento das instituições democráticas”, apostando para tanto, no “alheamento às competições partidárias”. Em meio a tantas críticas, se destacam as repetitivas acusações aos partidos e às lideranças políticas de uma maneira genérica, de que estes não estariam de fato preocupados com os rumos da nação ou de seu povo, ao invés disso, estes simplesmente se digladiariam na sede pelo poder, tendo em vista apenas seus próprios

.....
1 Trata-se do discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas na noite do dia 10 de outubro de 1937, anunciando a instalação do novo regime. Ver “Proclamação ao povo brasileiro” In: VARGAS, Getúlio. “A Nova Política Brasileira”, José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, pp. 19 – 32.

interesses. Além disso, mais uma vez, o localismo falaria mais alto do que o interesse geral da nação.

Todas essas críticas, vindas de uma liderança política que, em quase todo o seu tempo à frente do governo, erigiu a centralização política do país como uma de suas principais bandeiras, e que se sustentou por cerca de quinze anos sem a necessidade de um partido político – o PTB só será criado no apagar das luzes do Estado Novo, em 1945 – dizem talvez, muito mais sobre quem as profere do que sobre a quem estas são direcionadas. Ao centrar as suas apreciações (negativas, evidentemente) por um lado, no “surto comunista”, supostamente em efervescência novamente devido a um novo plano de sublevação², e na “democracia de partidos”, essa há muito tempo desvirtuada e desacreditada pelo povo, e contra a qual a Revolução de 1930 teria se levantado, por outro, Getúlio Vargas aponta para dois caminhos igualmente perigosos – talvez o primeiro ainda mais – pelos quais o Brasil parecia ser impelido invariavelmente a percorrer, caso uma intervenção mais severa não mudasse drasticamente a sua rota. A situação excepcional pela qual o país passava – ao menos no discurso do presidente – exigia medidas igualmente extraordinárias, e que só poderiam ser empreendidas com sucesso, mediante a implementação de um regime “forte, de paz, de justiça e de trabalho”, o que significaria, entre outras coisas, conferir ainda mais poderes ao governo central.

É interessante notar que, se por um lado, frequentemente a justificativa utilizadas pelos regimes ditatoriais para endossar os seus golpes estão, via de regra, relacionadas a uma situação anterior de anormalidade política e/ou fragilidade do grupo apeado do poder, no caso do golpe do Estado Novo, a situação tendia a ser um tanto quanto mais complexa, uma que

.....
2 O plano em questão, seria o chamado “Plano Cohen”, amplamente divulgado pela mídia na época, e alardeado pelo governo como sendo a prova da iminência de uma tentativa de revolução do tipo bolchevique. Na verdade, sabe-se hoje, não passava de um documento falso, pelo que tudo indica, elaborado pelo coronel do exército Olympio Mourão filho, militante da organização fascista, Ação Integralista Brasileira (A.I.B.). Para o golpe do Estado Novo, ver: “Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno”, in: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 351 – 386.

vez que era o próprio Vargas quem ocupava o cargo máximo da República naquele momento, ainda que novas eleições estivessem em um horizonte próximo. Para convencer, o seu “autogolpe” precisava, portanto, de um inimigo bem definido – no caso o perigo vermelho do comunismo – e de um inventário de reformas implementadas no país desde fins de 1930, apontando para uma necessária continuidade, e deixando bem definidas as fronteiras que separavam esses dois momentos, um antes e outro após a Revolução.

Mais do que isso, era necessário deixar claro que a Revolução ainda não acabara e que, portanto, havia ainda um longo caminho pela frente. A constante recordação de que se tratava de um processo em curso seria, portanto, de grande importância para a legitimação e a sustentação do Estado Novo. O nosso interesse neste artigo, é justamente identificar como ela se dava, de que forma a retórica revolucionária era acionada, e em que momentos específicos, de que recursos o regime se valia para tanto e, dentro do possível, até que ponto, de fato obtinha algum sucesso.

ESTADO NOVO: ENTRE A REPRESSÃO E O CONVENCIMENTO

Se por um lado é verdade que qualquer regime político, mais ou menos democrático, busca se utilizar de todos os expedientes possíveis para obter e/ou manter a sua legitimidade diante da população, é fato também que quando se trata de regimes ditatoriais, impostos por golpes como foi o caso do Estado Novo, essa questão passa a ganhar uma centralidade maior.

No que se refere à repressão política propriamente dita, os primeiros passos para o seu recrudescimento foram dados antes mesmo da instalação do Estado Novo. Embora não se possa falar em um só momento da história do país no qual não tenha havido por parte dos governos uma tentativa mais ou menos sistemática de coibir e reprimir ações oposicionistas ou de grupos considerados perigos ou subversivos, com o advento da República, em paralelo com a urbanização, a industrialização e o surgimento de uma classe operária mais consistente, crescia também a repressão a greves e mobilizações de classe. Foi ainda durante a Primeira República, em 1924, que se criou a

Delegacia de Ordem Pública e Social (DEOPS), órgão policial especialmente criado para investigar e reprimir ações que provocassem o “distúrbio” da ordem pública. Esse mesmo órgão será dotado de maiores poderes sob o regime de Vargas, e atravessará a histórica política do país, servindo de instrumento de repressão para diferentes governos, sendo utilizado de maneira singular pela Ditadura Civil-Militar pós-1964, até ser finalmente extinto em 1983. Outros expedientes utilizados para os mesmos fins foram A Lei de Segurança Nacional de abril de 1935, que especificava quais seriam os crimes de atentado à ordem pública, o Tribunal de Segurança Nacional, criado em 1936 na esteira dos acontecimentos do ano anterior envolvendo a ANL, e subordinado à Justiça Militar, cujo objetivo era o de julgar esses possíveis atentados, para a além da autoexplicativa Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, do mesmo ano. (FLORINDO, M. T.. 2015, pp. 36-48)

No plano ideológico, havia o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, e que era o órgão responsável não apenas pela produção e divulgação da propaganda oficial do regime, mas também pela censura dos meios de comunicação e manifestações culturais no geral. Entre as formas de coação exercidas pelo órgão diretamente sobre a imprensa, estavam o poder de outorgar ou não concessões, a censura prévia regulamentada na Constituição de 1937, e o controle sobre as notícias publicadas, sendo vetados temas que pudessem direta ou indiretamente afetar negativamente o regime. Além disso, ainda havia a Agência Nacional, órgão criado especialmente para reproduzir notícias que estivessem de acordo com os limites impostos pela ditadura. Outro veículo de comunicação explorado em grande escala pelos ideólogos do Estado Novo, foi o rádio, que possuía a vantagem de atingir um número significativamente maior de pessoas em um país que ainda era em grande parte, se não em sua maioria, analfabeto. Através do rádio eram transmitidos programas educativos, de cunho histórico, como os chamados radioteatros, que eram produzidos pelo próprio DIP, e que via de regra contavam com um enredo repleto de figuras históricas do país convertidas em heróis nacionais, além da célebre *Hora do Brasil*, cuja variação *A Voz do Brasil* resiste ainda hoje. (CAPELATO, M. H. R., 1999 pp. 167-168)

Também haviam outros instrumentos de propaganda, como os cine-jornais, revistas teóricas, manuais escolares, etc., sem contar com as manifestações cívicas e as festas em datas comemorativas, marcadas por rituais elaborados, e a presença sempre constante de Vargas, seja em pessoa, ou através de representações como cartazes, painéis e retratos. Aí se encontra também, mais um ponto de aproximação entre o regime varguista e os governos fascistas da mesma época, nos quais a figura do líder, ou chefe do governo, era quase onipresente, e os símbolos do regime eram reproduzidos por toda a parte, em uma tentativa massiva de convencimento. Embora não seja o objetivo deste trabalho classificar o regime no qual esteve à frente Getúlio Vargas – especialmente o Estado Novo – nem se procure fazer, de antemão, uma comparação simplista entre os seus governos e as experiências autoritárias vigentes em parte da Europa no mesmo período, não se pode desprezar o apreço que parte da cúpula da ditadura iniciada em novembro de 1937 tinha por essas mesmas experiências. Cama a atenção, inclusive, que dois de seus principais nomes, Filinto Muller, chefe de polícia, responsável por liderar a repressão a opositoristas e elementos “subversivos”, e que esteve à frente da polícia política do Estado Novo até 1942, quando suas inclinações ideológicas entram em xeque com a decisão do governo em entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Além dele, outro nome de vulto do regime que era um notório entusiasta do ideário fascista, era Lourival Flores, diretor do DIP entre 1939 e 1942, e que antes da criação do órgão, já dirigia a propaganda do regime.

Esses exemplos, contudo, não são dados em uma tentativa de forçar a aproximação entre essas duas experiências – o nazifascismo e o Varguismo – mas de enxergar a própria ditadura do Estado Novo não como um fenômeno isolado, como se Vargas fosse uma liderança irresistivelmente carismática e dotada de habilidades políticas e um poder de atração jamais vistas em outra parte, e o seu regime, de uma capacidade de mobilização sem precedentes. Talvez na história do Brasil e do período republicano, de fato não tenha havido até então um governo com uma capacidade de articulação e de interlocução com as “massas”, mas nesse sentido se faz necessário lembrar,

em primeiro lugar, de todas as problemáticas que envolviam o sistema político da Primeira República, e que em grande parte contribuía para uma ausência da população em cena, e em segundo lugar, não se pode pensar no caso específico do Estado Novo, de maneira isolada, como se suas principais lideranças e ideólogos não tivessem contato ou buscassem inspiração em outros modelos de governo existentes naquele momento. A própria simpatia de duas figuras do porte das quais citamos, sobretudo pelos regimes de Hitler e Mussolini, são exemplos disso, e ainda que possamos, e devemos refletir sobre o mérito dessas experiências, não podemos negar o quão eficiente foram os instrumentos de repressão e de propaganda por eles difundidos, e o quanto serviam aos interesses da ditadura do Estado Novo.

“A REVOLUÇÃO SEGUE A SUA MARCHA”

Quando se trata de um regime que reconhecidamente se utilizou do expediente da propaganda e da divulgação como nenhum outro anterior, como é o caso do Estado Novo no Brasil, é difícil escolher apenas um aspecto dessa publicidade para se deter, correndo o risco de não apreender o todo da proposta da ditadura Vargasista no emprego desses recursos. Em um sentido amplo, pode-se dizer que o principal propósito da propaganda era o de legitimar o regime e ao mesmo tempo, difundir os seus valores no seio da sociedade, o que consequentemente lhe proporcionaria uma boa base de sustentação. Além disso, pode-se dizer que servia como meio de coibir a difusão de ideias/projetos de oposição, a partir da criação de uma espécie consenso (falso, evidentemente) e pré-fabricado. Nas palavras da historiadora Maria Helena Capelato na introdução de seu livro “Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo”: “A montagem de um sistema propagandístico, nos moldes criados pelo nazismo e pelo fascismo, representou uma tentativa de reformular os mecanismos de controle social considerados inadequados aos novos tempos.” (CAPELATO, 2009, p. 21). Mais adiante, a autora defende que a propaganda política – sobretudo nas experiências em questão, nazifascismo, Vargasismo e Peronismo – é capaz de fabricar uma ideia unidade, sentimento especialmente sedutor e que no

caso de regimes ditatoriais, centralizadores e personalistas tende a ser visto como um instrumento indispensável à manutenção do poder político.

Ainda que não se possa pensar em apenas um elemento-chave quando se busca compreender a propaganda política do Estado Novo e os seus principais propósitos, pensamos que sobretudo quando se trata da tentativa de construção de uma legitimidade por parte da ditadura de Vargas, um aspecto especialmente marcante e que merece atenção, é o lugar da “Revolução” de 1930 nesse empreendimento. Evento inaugural do período da história política brasileira que a historiografia tradicionalmente denominou de “Era Vargas”, o movimento que conduziu o ex-presidente do estado do Rio Grande do Sul à sede do poder central, no Rio de Janeiro, só encontra rival na liturgia do Estado Novo, com o golpe de 10 de novembro de 1937, e é especialmente a ligação entre esses dois momentos específicos, ou a busca por criar laços entre os dois, através da propaganda do regime que durou até 1945, que nós buscamos analisar nesse artigo. A principal hipótese levantada, é a de que a constante recordação pelo aparato de propaganda do governo – sobretudo no pós-1937 – do movimento de 1930, serviu de agente legitimador da evidente ruptura constitucional e da guinada autoritária do mesmo, às vésperas de um novo processo eleitoral para a escolha do próximo presidente da República, depois de quase oito anos. Surge então a ideia de uma “revolução em marcha”, de um processo que teria se iniciado em 1930 e que ainda não teria se encerrado, tendo, pelo contrário, sido aberta uma nova fase de seu desenvolvimento a partir do golpe de 1937.

As fontes analisadas são em sua totalidade escritas, e tratam-se de artigos publicados na principal revista de divulgação teórica do Estado Novo, a “Cultura Política” criada em 1941, assinados por ideólogos ou admiradores do regime, artigos e notícias de jornais, sobretudo na ocasião da celebração de datas comemorativas do regime, e discursos do próprio Getúlio Vargas, proferidos em diferentes ocasiões entre 1937 e 1945.

Em um artigo intitulado “A revolução Prossegue”, publicado na quarta edição de “Cultura Política, em abril de 1941, Leão Machado – um dos vencedores do concurso de monografias promovido pelo DIP um

ano antes, com sua obra “Uma Revolução em Marcha” – defende que a Revolução de 1930 não teria terminado, e que, pelo contrário, prosseguiria “no sentido de levar a cabo a realização dos ideais que a inspiraram e dos princípios que motivam o novo regime brasileiro.” Corroborando com essa tese, o autor, inclusive, inicia o seu texto com uma epígrafe que reproduz parte de um discurso de Vargas, no qual o presidente diz expressamente: “Não devemos jamais esquecer que a Revolução ainda não terminou.”

Lembrando o momento anterior ao Movimento de 1930, Machado comenta a “herança da revolução de 1930” que segundo ele, consistiria basicamente em uma crise econômica “tremenda”, desvirtuação do sistema político, corrompido pela “politicagem”, além de uma população que já não via mais razão nem possuía motivação para se aproximar da vida política do país, “anestesiada” que estava pelo discurso “demagógico” dos políticos tradicionais. Nas palavras do autor em uma colocação de sentido no mínimo duvidoso, a população “se alheara, numa indiferença de indígena ignorante, dos grandes problemas sociais e políticos (...)”.

A resposta do Movimento que levou Getúlio Vargas a assumir a presidência da república em outubro de 1924 teria sido, por seu turno, em primeiro lugar, o investimento em uma “adiantadíssima legislação social”, além de tratar da questão financeira e de ter “iniciado” a sindicalização dos operários. Lançando seu olhar sobre as crises enfrentadas pela “revolução”, destaca a inoportuna atuação de grupos “extremistas” tanto à esquerda quanto à direita. Quanto aos primeiros, vê com estranheza a luta que travam por “pão, terra e liberdade”, em um país em que, segundo Machado, “nunca faltaram a ninguém a ponto de constituírem motivos para qualquer movimento de massas”. Diante de um cenário instável, agitado pela atuação desses grupos, o golpe de 10 de novembro teria sido uma atitude tomada por Vargas em uma demonstração de sua “visão providencial de estadista e patriota”. O novo regime iniciado aí, o Estado Novo, seria a “segunda vitória” da Revolução iniciada ainda em 1930, após um breve período no qual esta teria se visto ameaçada, entre 1934 e 1937, sobretudo a partir da promulgação da Constituição de 1934. O fim dessa marcha, porém, ainda estaria longe.

Já Azevedo Amaral – notório intelectual conservador e grande admirador de regimes autoritários – em um texto publicado na edição seguinte, de maio do mesmo ano, faz uma apreciação crítica da conceituação de “revolução” pelas “tendências negativistas do liberalismo”, que dariam excessivo peso para uma ruptura violenta com as estruturas preexistentes, e que teriam em sua essência, o que ele identifica como uma “natureza destrutiva”. Em oposição a esse modelo de revolução, ele propõe um outro, inverso, “construtivo”, no qual se encaixaria o Movimento de 1930. A segunda etapa dessa Revolução, que teria encerrado o “primeiro ciclo do republicano”, seria a instalação do “Estado Nacional”, em outras palavras, o Estado Novo.

É interessante notar como, em mais de um artigo ou discurso, a escolha pelo termo “Estado Nacional” ao invés de Estado Novo, para se referir ao regime instalado com o golpe de 1937, pode servir para passar a ideia da conquista de uma etapa inevitável do desenvolvimento político do país. Enquanto que o Estado Novo está associado diretamente à figura de Vargas e de seu governo, um “Estado Nacional” parece algo muito mais amplo, um modelo de organização política de uma sociedade, algo muito mais definitivo do que um projeto de alguns anos, fruto de uma vitória política de um grupo específico. Por suas peculiaridades, essa revolução seria de fato nossa primeira e até hoje única, autêntica revolução nacional. Assim como Machado, Azevedo Amaral também considera que a Revolução de 1930 não “foi”, mas que “é”, e “está em marcha”, possuindo portanto um caráter “progressivo, permanentemente renovador e ininterrupto”. Nesse sentido, defende que a “ordem estabelecida em 10 de novembro de 1937, é definitiva”, e o Estado por ela inaugurado, um Estado “revolucionário”, e, por conseguinte, “inconfundivelmente progressivo”.

Na mesma revista, em julho de 1943, o editorial assinado por Almir de Andrade e que recebeu o instigante título de “As Revoluções na América Latina”, coloca a Revolução vitoriosa em 1930 e a sua “consolidação” em 1937, ao lado de outras tantas revoluções latino-americanas, desde as lutas por independência. Ela teria nascido como “consequência inevitável da vontade do povo”, e a Constituição de 1937, elaborada “numa fase crítica

da revolução, quando forças dispersas punham em perigo a ordem e a própria soberania da pátria, deu início a uma era de maiores realizações para o povo brasileiro”.

Por ocasião do 58º aniversário do então presidente Getúlio Vargas em 19 de abril de 1940, o jornal carioca “A Noite” decidiu reproduzir um artigo publicado pelo “grande jornal chileno” “El Mercurio”, no qual era apresentada “A vida e a obra” de Vargas. De acordo com o artigo do jornal estrangeiro, “Poucas vezes na história do Brasil as grandes massas se entregaram a um movimento político”, e a Revolução de 1930 seria um desses momentos excepcionais. Enquanto outros movimentos de vulto, como a Independência em 1822, ou mesmo a proclamação da República em 1889, teriam sido transformações operadas “de cima para baixo”, 1930 seria um “frêmito popular”, vindo do “fundo das massas”. Passando em revista os anos que seguiram a 1930, identifica os momentos mais críticos da Revolução: a “rebelião” paulista, em 1932, a aprovação da Constituição de 1934, e a “revolução comunista” de 1935. O ponto culminante dessa sucessão de reveses, seria a instituição do golpe em novembro de 1937, que teria aberto uma “nova etapa” na história do Brasil. Pela primeira vez, segundo o jornal, a revolução de 1930 teria encontrado “seus verdadeiros caminhos”, dando a entender que, com o advento do Estado Novo, finalmente o processo iniciado em 1930, teria recobrado o seu “sentido original”.

Em dezembro de 1938, pouco mais de um ano após o golpe de 1937, Getúlio Vargas inaugurava um ousado projeto de divulgação das “conquistas” de oito anos de Revolução. Tratava-se de uma grande exposição nacional, sediada no Rio de Janeiro, com pavilhões atribuídos a cada um dos ministérios do governo, nos quais, nas palavras do jornal “A Batalha” de 10 de dezembro de 1938, data inauguração, ele iria poder “provar à Nação, quanto podem o esforço, a perseverança e o patriotismo dos responsáveis pelos destinos do povo brasileiro.” O jornal também noticia a iniciativa do governo em fazer baixarem os preços das passagens de trem e navio pela metade, bem como a iniciativa de hotéis em reduzir significativamente as suas diárias, tudo para facilitar o acesso de moradores de outras localidades

ao evento. A publicação aproveita para repercutir a fala do chefe de gabinete do Ministério da justiça na “Hora do Brasil” da noite anterior. Segundo Negrão de Lima: “A exposição do Estado Novo, executada sob a inspiração do ministro da justiça (...), é a exposição da política nacional, desde a sua renovação, em 1930, até a fase em que nos encontramos”.

OS DISCURSOS DE VARGAS

Embora todas essas fontes apresentadas tenham demonstrado em maior ou menor grau uma adesão bem definida ao projeto do Estado Novo e ao discurso reproduzido por seus órgãos oficiais, nenhuma delas seria capaz de substituir as apreciações que o próprio Getúlio Vargas faz acerca do movimento que o conduziu ao poder pela primeira vez em 1930, e do que garantiu a sua permanência nele até 1945. Nesse sentido, os discursos que serão aqui analisados, constituem uma fonte bastante rica.

O primeiro deles foi proferido por Vargas no dia 21 de outubro de 1940, há poucos dias do aniversário de uma década do Movimento de 1930, por ocasião da formatura de uma nova turma da Faculdade de Medicina da Bahia. Reproduzido no jornal “A Noite”, o discurso do presidente destaca “a importância dos cientistas e dos homens de cultura superior em geral”, para o Estado, sobretudo levando em conta a “obra de reconstrução”, iniciada pelo “regime de 10 de novembro”. A Revolução iniciada em 1930, não teria se detido nem encerrado naquele momento, ao contrário, teria se “revigorado” em 1937, e continuaria “em profundidade”.

Em 09 de novembro de 1940, na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, em um discurso para trabalhadores, intitulado “A Revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937”, Vargas inicia lembrando o simbolismo daquele lugar onde, segundo ele, teria apresentado o seu programa de governo ainda na condição de candidato em 1930. Naquele momento, de acordo com o presidente, não havia em seu “espírito, a ideia de fazer uma revolução”.

Ainda no mesmo discurso, Vargas afirma que considera 10 de novembro como um “movimento orgânico”, que teria dado “estrutura” às

reivindicações colocadas ainda em 1930. Segundo o presidente, a revolução não apenas seguia seu curso com esse episódio, mas “entrava, afinal, no seu período construtor”.

Em outra oportunidade, durante uma visita à cidade mineira de Porto Novo do Cunha, cerca de um ano antes, em 24 de novembro de 1939, ele se utiliza de uma retórica bastante parecida ao dizer que “Encontramos na Constituição de 10 de novembro o sentido construtor da nacionalidade, o sentido renovador da Revolução.” Ou seja, o sentido “renovador” da revolução liderada por ele, Vargas, em 1930, confunde-se com o sentido construtor da “nacionalidade” brasileira, e os dois se encontram na Constituição outorgada por ele a partir do golpe de 1937. Mais uma vez, há uma tentativa identificar o Movimento de 1930 e o próprio regime do Estado Novo, com elementos constituintes da identidade nacional, como se fossem todos, obra do mesmo processo o qual ele veio a protagonizar.

Em suma, o que podemos encontrar de uniforme em todos os discursos, artigos e notícias analisados, é que há uma clara tentativa de ler o golpe de 1937 e a Constituição que o consolidou, como um reencontro da “Revolução” de 1930 consigo mesma, e por isso mesmo, autolegitimador. Seria a retomada de um caminho de glórias que do qual o processo constituinte de 1934 teria desviado o Movimento e o próprio país, sendo que o primeiro representa, em última análise a expressão máxima da vontade deste último e de seu povo, as “massas” que nunca se envolveram com tanto afinco em uma mobilização de ordem política como aquela que pôs fim à desmoralizada Primeira República.

CONCLUSÃO

A opção do governo de Getúlio Vargas, sobretudo a partir da ditadura do Estado Novo, por apostar em um investimento massivo na propaganda política, para além das suas possíveis simpatias – e a de seus aliados mais próximos – com os regimes nazista e o fascista na Europa deve ser compreendida, pensamos, em uma perspectiva eminentemente histórica, e assim sendo, é inegável que naquele momento, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico havia dado um salto considerável,

quanto mais quando se pensa nos meios de comunicação em massa. No Brasil, o rádio já era difundido há algumas décadas, jornais e revistas circulavam em abundância, sobretudo se pensarmos no surgimento relativamente tardio da imprensa no país, o cinema já era amplamente difundido, e em algumas partes do mundo, em muito pouco tempo, a própria televisão surgiria para disputar esse espaço. Não era, de fato, admissível que qualquer governo que dispensasse alguma importância ao contato com as “massas”, ou no caso do Varguismo, necessitasse dele para subsistir, ignorasse essas novas possibilidades de aproximação e de difusão de ideias.

É certo, também, que muito embora o contexto de desenvolvimento tecnológico e de alargamento das possibilidades de comunicação em grande escala, favorecesse e mesmo instigasse a adoção, por parte do regime de Vargas, de novas estratégias de propaganda, o próprio caráter personalista desse mesmo regime não teria permitido algo muito diferente. Além disso, toda a ritualística envolvendo os eventos oficiais e as comemorações de datas históricas e feriados nacionais, trazia muitos elementos do que se via não apenas na Alemanha e na Itália, mas em parte considerável do mundo naquele momento, ganhando destaque os casos em que se tratavam de governos impostos pela força, como era o caso do Estado Novo, o que atesta também, que havia no Varguismo, igualmente, uma influência política significativa de outras experiências contemporâneas e, porque não, um certo intercâmbio de ideias e de modelos de governo entre os países. Mesmo não pretendendo – a princípio – classificar o Estado Novo como “fascista”, não há como negar que o “estilo fascista” de governar, à moda do que fazia Mussolini na Itália, ou mesmo Hitler na Alemanha, deve ter gerado um impacto significativo entre um número considerável de lideranças e pensadores políticos. Afinal, assim como as novas ferramentas de comunicação, a política “de massas” também surgiu naquele cenário como uma novidade, algo que em alguns lugares, como no próprio Brasil, nunca havia sido experimentado antes. Para além de toda retórica do Estado Novo, que busca desconstruir sistematicamente a “República Velha”, é inegável que por motivos que não se encontram necessariamente, ou que pelo menos não se esgotam nos

identificados pelos porta-vozes do Varguismo, aquele era um sistema político que não contava com a participação massiva da população, pelo contrário, prescindia dela, e se sustentava em muito, pela limitação da intervenção de amplos setores da sociedade nos processos político-eleitorais.

Por fim, atestar o uso político que o Estado Novo e seus intelectuais fazem de um passado em grande parte fabricado por eles próprios, só corrobora com a ideia de que a história, e a narrativa da história, sobretudo, estão em constante disputa. Nada mais eficiente na busca por legitimidade de regimes autoritários e ditatoriais, do que criar, em primeiro lugar, inimigos internos ou externos (no caso do Varguismo o “perigo vermelho”, os comunistas, extremistas de esquerda e de direita, de um lado, e de outro, as velhas oligarquias regionais, os políticos tradicionais, e os interesses “locais”), e em segundo, um passado sobre o qual se criar uma narrativa de oposição completa ao presente (no caso, a Primeira República). Assim, enquanto no pré-30 predominariam a fraude, os interesses particulares, a anarquia, e a instabilidade política, após a “Revolução” de 1930 e principalmente após 1937 e a instalação do *Estado Novo*, o país teria voltado a se encontrar com o seu destino “glorioso”, passava a ter um sentimento de nacionalidade, uma liderança comum, passava a ser parte de um processo de transformações políticas e sociais, que era fruto de suas próprias aspirações coletivas. O Movimento de 1930 era, na lenda do Varguismo, o marco zero do “Brasil Novo”, do “Estado Nacional”, e o golpe de 10 de novembro de 1937 era a sua reafirmação, a segunda “vitória” do povo, finalmente um ator de sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 694p.

FLORINDO, M. T. **O Estado brasileiro e a repressão política na Era Vargas: montagem institucional do aparato de controle da sociabilidade operária**. Revista de Estudios Brasileños, v. 2, p. 36-48, 2015

CAPELATO, M. H. R. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: Dulce Pandolfi. (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, v., p. 167-178.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1. 341p

FONTES

MACHADO, Leão. “A Revolução Prossegue”. *Cultura política*, n. 04, abril de 1942, pp. 93-104. * Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq>

AMARAL, Azevedo. “A Revolução Brasileira”. *Cultura Política*, n. 05, maio de 1941, pp. 133-143. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq=>

ANDRADE, Almir de. “As Revoluções na América Latina”. *Cultura Política*, n. 29, julho de 1943, pp. 7-10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163538&pesq>

“A vida e a obra do presidente Getúlio Vargas”. *A Noite*, ano 29, ed. 10125, 19/04/1940, p. 2.

“Demonstração Concreta da ação do Novo Regimen”. *A Batalha*, ano 11, ed. 3786, 10/12/1938, p. 6.

VARGAS, Getúlio. “Não Há excesso de doutores no Brasil”. In: *A Noite*, ano 29, ed. 10309, 21/10/1940, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&PagFis=1945.

VARGAS, Getúlio. “A Revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937”. In: “A Nova Política do Brasil”, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, vol. 8, 1951. Biblioteca da Presidência da República.

VARGAS, Getúlio. “A finalidade da Revolução de 1930”. In: “A Nova Política do Brasil”, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, vol. 7, 1951. Pp. 33-39. Biblioteca da Presidência da República.

*Todos os exemplares das revistas ou jornais consultados, se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JOGO DIDÁTICO COMO FERRAMENTA PARA TRABALHAR A HISTÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA EM SALA DE AULA

MARVIN SOUZA SILVA
UFPEL, GRADUANDO, CAPES
MARVIN.TK@HOTMAIL.COM
UFPEL, GRADUANDA, CAPES
JESSICATRISCH@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

O jogo didático foi a metodologia escolhida pelo grupo do PIBID/UFPEl subprojeto história para abordar a ditadura civil-militar brasileira, mais especificamente a partir de um recorte do período de abrangência do Ato Institucional nº 5. A proposta surgiu em novembro de 2018 com a expectativa de aplicar em dezembro, visto que em 13 de dezembro daquele ano, o AI-5, como ficou conhecido, promulgado pelo presidente militar Arthur da Costa e Silva em 1968, completaria cinquenta anos. No entanto, a complexidade do tema atrasou o início até o primeiro semestre de 2019.

A escolha do jogo didático como ferramenta não ocorreu por acaso, sendo resultado de um amplo diálogo no grupo, além de pesquisas individuais. Em conjunto, foi amplamente debatida as melhores estratégias de abordagem, tanto em relação ao conteúdo a ser apresentado para estudantes de ensino básico como a metodologia apropriada. Assim, nasceu a estrutura da oficina, mas ainda faltava o aprofundamento conceitual e didático.

No viés metodológico, apresentamos diferentes perspectivas sobre o uso de jogos na educação a partir de Oliveira & Gomes (2010), Kishimoto (2011) e Giacomoni e Pereira (2018). Já a partir de uma análise conceitual, trazemos principalmente um debate sobre a sensibilidade da história recente a partir de Gasparotto e Padrós (2010) e Silva (2009).

A HISTÓRIA RECENTE COMO ASSUNTO SENSÍVEL

Quando o tópico ditadura civil-militar brasileira é levantado em qualquer espaço de diálogo da sociedade, ele causa polarização de opiniões. Na escola não seria diferente. Silva (2009) afirma que um dos motivos para isso é a proximidade temporal dos acontecimentos, ou seja, sua “contemporaneidade”. Sobre isso, Gasparotto e Padrós (2010) apontam que a escolha por trabalhar a história recente em sala de aula é muitas vezes julgada.

O senso comum, estimulado por interesses muitas vezes escusos, associa a opção por trabalhar com conteúdos inseridos nesse recorte temporal como sinônimo de subjetividade, militância política e manipulação da opinião dos alunos. (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p.3).

Assim, há uma tentativa de silenciamento desses assuntos nas escolas de educação básica. Deve-se somar à pressão da sociedade civil a autocensura dos professores e, principalmente, ao caráter institucionalizado do esquecimento.

o esquecimento organizado e induzido é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum. Memória e história constituem um binômio de relação complementar e complexa. (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p.11)

Nesse contexto de história recente, há disputa de narrativas e memórias a partir da perspectiva de diferentes grupos sociais. Gasparotto e Padrós (2010) citam Florência Levin que destaca exatamente os múltiplos discursos como uma característica dos fatos históricos enquanto são recentes. Por isso, não há uma escrita única, coesa e oficial, o que leva o trabalho em

sala de aula a permear não apenas a historiografia, mas também “a memória social elaborada por diferentes grupos, que trazem à tona dores, lembranças, traumas e controvérsias” (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p.5).

Apesar de todos os desafios, Silva (2009) aponta que “essa situação não pode servir de alibi para o silêncio historiográfico sobre o passado recente e o presente” (p.25), pois em muitos casos a educação formal “é a única oportunidade de contato sistemático com esse mundo de saberes para a maioria das pessoas” (p. 33). O autor enfatiza que a escola básica

é um espaço onde o estado do conhecimento histórico (e de outros campos de saber) pode ser apresentado de forma reflexiva pelo professor a crianças e adolescentes. Isso significa que os docentes têm a opção de se relacionarem de forma crítica com a produção erudita gerada sobre aqueles temas e problemáticas de conhecimento por outras instâncias de saber, chegando a novas erudições. No caso específico de História, tal relacionamento passa pelo contato permanente e crítico de professores e alunos com a Historiografia, é claro, e também com a Memória Social elaborada no Brasil. (SILVA, 2009, p.34)

Assim, para Gasparotto e Padrós (2010)

a grande contribuição que o docente escolar poder realizar é a criação de estratégias didáticas para o tratamento dessa temática na escola. Ninguém melhor do que ele para: ter a sensibilidade do que pode ou não ser dito ou mostrado; aferir de que forma podem ser construídas pontes entre o conteúdo e seus alunos; gerar atração e reflexão sobre o que é proposto; potencializar espaços e metodologias interativas que extrapolem os materiais disponibilizados e estimulem uma produção textual autônoma e própria dos discentes. (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, 13)

O JOGO E A EDUCAÇÃO

Segundo Oliveira & Gomes (2010), a perspectiva do jogo como ferramenta para a educação surge com os humanistas no Renascimento. Muito relacionado ao desenvolvimento infantil, o jogo pode cumprir um papel igualmente significativo no ensino de jovens e adolescentes, que também estão em desenvolvimento ao viver uma fase de mudanças e formação da personalidade (OLIVEIRA; GOMES, 2010). Assim, alguns objetivos dos jogos são viáveis também na aplicação de atividades com adolescentes, como

“ensinar conteúdos, gerar conversas, ilustrar valores e práticas do passado” (REBELAIS apud KISHIMOTO, 2011, p. 32) e “ser instrumento de desenvolvimento da linguagem e do imaginário” (MONTAIGNE apud KISHIMOTO, 2011, p. 33).

No entanto, Kishimoto (2011) alerta que um jogo apenas se torna educativo quando suas propriedades são utilizadas com fins de ensino, ou seja, o jogo precisa ser apropriado e ressignificado com uma intenção pelo professor. Sobre isso, Oliveira & Gomes (2010) afirmam que “o educador possui papel essencial de orientação nessa transição, em que a aparência deve ser de jogo, atrelado ao prazer e à alegria da criança, mas com o objetivo de tornar as atividades cada vez mais conscientes.” (OLIVEIRA; GOMES, 2010, p. 33). Além disso, é importante que o conteúdo não comece e/ou se limite ao jogo. “A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer [...] a sistematização de conceitos em outras situações que não jogos.” (KISHIMOTO, 2011, p. 42).

Na construção do jogo “Imersos na história: vivendo a ditadura”, uma característica de jogos apresentada por Kishimoto (2011) que foi fundamental é o caráter fictício ou representativo. Nesse sentido, o jogo produzido, que se assemelha a uma versão simples de RPG, conta com personagens fictícios, mas baseados e inseridos em um contexto real com o objetivo de tentar aproximar os estudantes da educação básica dos fatos históricos e do imaginário do período. No entanto, as ações não são decididas a partir de dados, mas de debate entre a dupla ou grupo que representa cada um dos personagens.

A partir de uma perspectiva específica da história, Giacomoni é Pereira (2013) afirmam que

jogar na aula de História é um belo exercício amoroso. Uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira e que jogar implica um deslocamento. Um deslocamento do espaço, da ordem, das medidas, dos horários, das imposições disciplinares, da avaliação, das provas, numa palavra, da obrigação. (GIACOMONI; PEREIRA, 2013, p. 19)

Assim, o uso do jogo didático se dá na tentativa de tornar a aula mais “leve” mesmo com o conteúdo em pauta se configurando como campo fértil para a ocorrência de discussões e confrontos. Assim sendo, na intenção de desenvolver uma metodologia agradável para a colocação das diversas problemáticas que compõem o período dos anos de chumbo, o jogo didático se destaca como uma boa forma de trabalhar com o tema da ditadura em sala de aula, uma vez que “o jogo é uma via de equilíbrio! Equilíbrio entre o sério e a brincadeira, entre as regras e o acaso, entre os objetivos pedagógicos e o desejo do aluno, entre a indução do professor e a liberdade dos alunos”. (GIACOMONI;PEREIRA,2013. Pág.141)

A questão da imersão possibilitada pelo jogo didático também se configura como um dos fatores mais importantes para a compreensão de conceitos e características referentes há outros tempos históricos, quando se torna possível para o jogador experienciar de forma lúdica certas situações que talvez não implicam ou sensibilizam de maneira tão direta na sua forma de pensar caso fossem explicadas por meio de um documentário ou de uma aula expositiva, por exemplo, como aborda Carla Beatriz Meinerz:

[...] ao reconhecer o lúdico como elemento educativo potencializador no campo do ensino de História. Espantar-se pode se surpreender-se com as questões vividas por diferentes homens e mulheres, habitantes de outros tempos e espaços, seus modos de agir, sentir e pensar. (MEINERZ apud GIACOMONI;PEREIRA, 2013, p.103)

A possibilidade de imersão dos jogadores é muito positiva também no que se refere ao aprendizado de conceitos históricos, visto que estes configuram a ambientação histórica do jogo como, por exemplo, a situação de um regime autoritário, em que conceitos como ditadura, censura, violência, repressão, democracia, entre outros constituem as bases de um cenário essencial para que se dê início ao jogo. A explicação destes conceitos de forma introdutória ao jogo é fundamental para que os participantes consigam se inserir mentalmente dentro do contexto proposto, como se fosse um RPG, em que os pibidianos, no papel de narradores, têm a responsabilidade de esclarecer para a turma alguns conceitos essenciais para

situá-los em um tempo e em um espaço, como colocado pelos autores Giacomoni e Pereira (2013. Pág.19):

Neste ato de jogar os estudantes estão na origem dos conceitos, pois que ali, no ato, conceitos históricos se gestam e passam a dar forma à vida, aos modos de vida, aos antigos presentes. Nesse limitado e isolado tempo, lançando mãos às palavras de Huizinga (2000, .p.13), tudo é movimento, mudança, alternância, sucessão, associação, separação. Um espaço para o imprevisível. Mas um imprevisível que forma conceitos, forma uma capacidade de ler tanto realidades muitas vezes distantes no espaço e no tempo, como outras muito próximas da nossa. (GIACOMONI;PEREIRA,2013.pág.19)

O uso de conceitos é indissociável de qualquer tipo de atividade que envolva a temática da História, sobretudo quando se trata de temáticas sensíveis. Assim, na parte introdutória da oficina a explicação de conceitos como “o que é ditadura” é fundamental não apenas para ilustrar algumas características que vão definir o contexto histórico do jogo, mas também para definir de forma clara e precisa o significado científico de cada conceito, estabelecendo os seus limites teóricos, com vista em evitar definições equivocadas por parte dos participantes, como explica Fernando Seffner:

Uma atividade de ensino de História deve operar com conceitos e numerações, e deve auxiliar o aluno a desenvolver um vocabulário histórico e próprio das ciências humanas. Ao planejar a atividade, o professor deve listar alguns termos e categorias conceituais que lhe parecem os mais apropriados para desenvolver nesta temática. (GIACOMONI;PEREIRA,2013. Pág. 34)

CONSTRUINDO “IMERSOS NA HISTÓRIA: VIVENDO A DITADURA”

Em um momento inicial, o grupo encontrou muita dificuldade em definir qual seria a melhor metodologia de abordagem para ditadura civil-militar brasileira na sala de aula por observar a sensibilidade do tema. Além de possuir características que podem causar impressões fortes nos alunos, o assunto é polêmico, pois resgata um passado recente, trazendo a tona diversas memórias e experiências de indivíduos de diferentes grupos da sociedade.

O grupo decidiu construir um jogo didático como ferramenta de ensino da ditadura civil-militar no Brasil por dois motivos. O primeiro é a descoberta do jogo “50 Anos do Golpe” no site UOL Educação, que consiste na trajetória do personagem fictício Jorge. O jogo digital é composto de sete rodadas ambientadas em momentos históricos do período, como por exemplo a vitória da copa do mundo de 1970 pela seleção brasileira de futebol na qual o jogador, interpretando o personagem Jorge, deve se posicionar comemorando ou não. A posição tomada pelo jogador, podendo ser mais voltada para a oposição ao regime ou mais colaboracionista, implicará no conteúdo da rodada seguinte assim como podem levar a quatro finais diferentes, sendo eles: “Por duas décadas eu sobrevivi à ditadura”; “Eu me sentia mais protegido no regime militar”; “Morri por causa da ditadura militar no Brasil”; e “O Brasil era muito pior durante a ditadura”. O jogo “50 anos do Golpe” fora produzido em 2014, ano em que o golpe militar de 1964 completava cinquenta anos e foi a inspiração inicial para a construção do jogo “Imersos na história: vivendo a ditadura”, sobretudo no que se refere a sua estrutura.

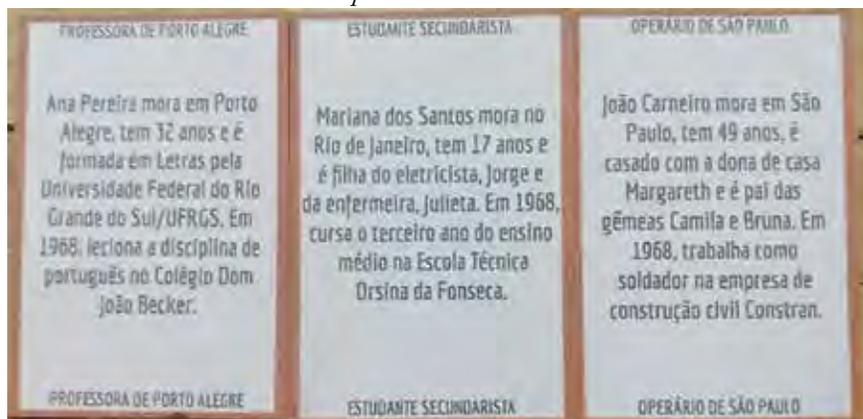
O segundo motivo para a escolha do jogo didático como método para trabalhar o conteúdo foram as potencialidades presentes nesse instrumento de ensino-aprendizado que escapam da rotina escolar, tornando-se em certa medida mais interessantes do que uma aula expositiva, conforme elaborado na revisão teórica deste artigo anteriormente.

Para explicar de forma mais organizada o processo de construção do jogo didático Imersos na História: vivendo a ditadura será utilizado o esquema guia de elaboração de jogos didáticos proposto pelo autor Marcelo Paniz Giacomoni que se configura nos seguintes segmentos: a temática, os objetivos (pedagógicos e específicos), a superfície, a dinâmica, as regras e o layout. Como o jogo não foi pensado necessariamente pelo roteiro aqui colocado, pode-se haver algumas divergências, portanto é importante citar: “Destacamos que o processo criativo nem sempre seguirá a ordem desse guia, já que as ideias costumam surgir de forma pouco sistêmica.” (GIACOMONI;PERREIRA,2013.Pág.141).

A escolha da temática do jogo constitui o primeiro passo para a sua construção, sendo aqui proposto o tema referente à ditadura civil-militar no Brasil a partir do ano de 1968, quando fora promulgado o Ato Institucional Número Cinco. Dentro desta temática, os objetivos pedagógicos são os de trabalhar com a ditadura civil-militar em sala de aula de uma forma didática, lúdica e agradável, definindo e delimitando conceitos e contextos históricos e ao mesmo tempo tornando possíveis as interações, discussões e problematizações entre os alunos e os monitores ao decorrer do jogo. Dos objetivos específicos, além da aprendizagem de características comuns ao período histórico proposto, como a censura, a repressão, a violência, o medo, as políticas verticais de governo, o jogo também tem como pretensão expor episódios específicos que vão se configurar nas rodadas, que podem ser assimilados e aprendidos pelos alunos.

O desenvolvimento da superfície do jogo foi um dos fatores mais problemáticos. Como já colocado, o jogo *Imersos na História: vivendo a ditadura* foi inspirado em um jogo ambientado numa plataforma online, fato que dificultou muito no que se refere à idealização de sua estrutura e dinâmica no campo físico. Dessa forma, a alternativa foi a elaboração de cartas para ilustrar o conteúdo de cada rodada, de cada personagem e de cada uma das atitudes possíveis de serem tomadas pelos personagens em cada rodada.

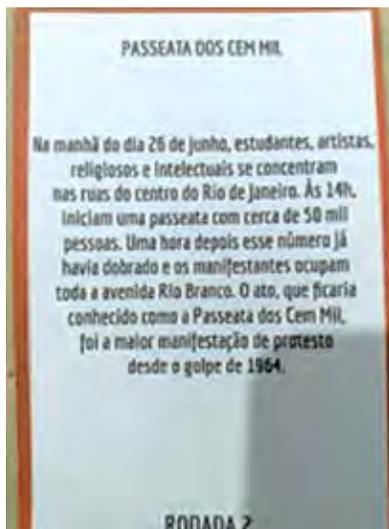
Figura 1 – Carta de personagem – Professora de Porto Alegre, Estudante Secundarista e Operário de São Paulo:



Fonte: *Imersos na História: vivendo a ditadura*.

As cartas rodadas vão contextualizar os diversos cenários históricos que os personagens irão se deparar ao transcorrer do jogo como exemplificado na figura 2:

Figura 2 – Carta Rodada – Passeata dos Cem Mil:



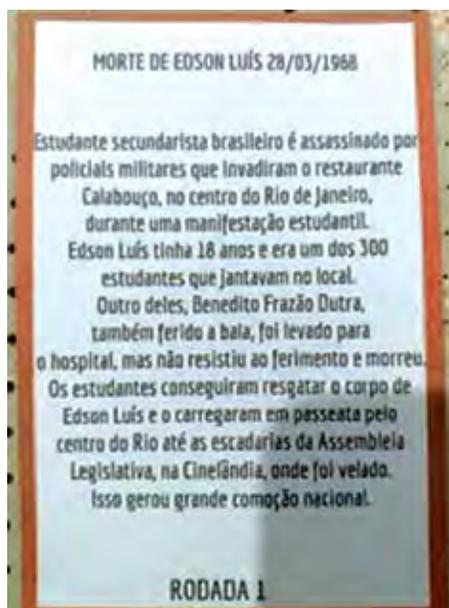
Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Também, se fará uso de um documento no formato PowerPoint para a exibição de recursos midiáticos como imagens, vídeos e áudios para melhor contextualizar e proporcionar a imersão dos alunos. Para ilustrar cada rodada foram utilizados documentos e registros históricos sobre o período, sendo exibidos e explicados para os estudantes no início das mesmas. À medida que as rodadas forem jogadas, com o objetivo de situar e medir o progresso dos jogadores, fora construído um tabuleiro para que estes se movimentem durante os turnos, usando um pino referente ao seu personagem. Os quatro finais possíveis do jogo ficam cobertos para serem revelados apenas quando as nove rodadas forem concluídas.

A dinâmica do jogo consiste na divisão da turma em quatro grupos que vão se dispor ao redor de quatro tabuleiros iguais. Os pibidianos, então, vão distribuir três cartas que possuem as informações sobre os três

personagens jogáveis – A Professora de Porto Alegre, A Secundarista do Rio de Janeiro e o Operário de São Paulo – por cada grupo. Dependendo do número de integrantes por grupo, pode ser que um personagem seja jogado por mais de um jogador, o que geralmente se mostra um ponto positivo, quando os alunos, dessa forma, são levados a discutir qual seria a possível atitude daquela personagem. Após a distribuição destes, os monitores vão introduzir, a partir do uso do PowerPoint, o conceito de ditadura e historizar brevemente os acontecimentos que levaram os militares ao poder em 1964. Então se dará início ao jogo em si, no qual os pibidianos iniciarão à leitura das rodadas. Ao fim da narração de cada rodada, os jogadores receberão uma *carta de atitude*, na qual terão duas opções de agir conforme o contexto colocado pela rodada em pauta, como por exemplo:

Figura 3 – Carta Rodada – Morte de Édson Luís:

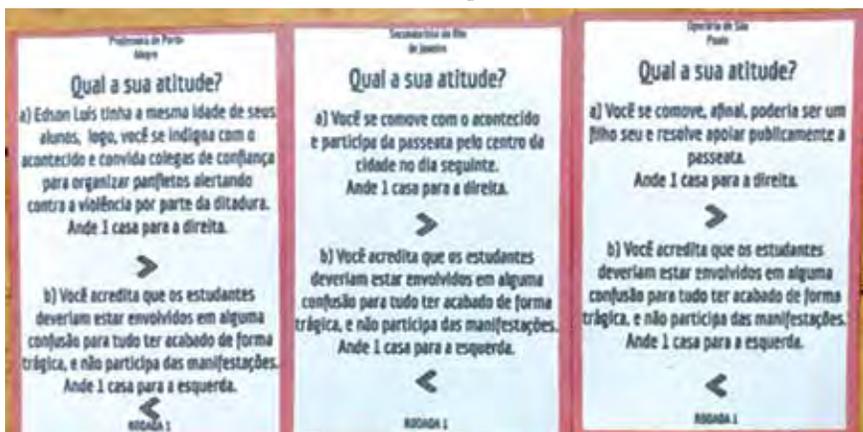


Fonte: *Imersos na História: vivendo a ditadura.*

Colocadas as *cartas atitudes*, os alunos terão alguns minutos para debater e escolher uma das duas opções presentes na carta dos seus respectivos

personagens. Após a escolha de uma opção, o jogador deverá mover a peça que remete ao seu personagem no tabuleiro, iniciando a movimentação pela sua posição central, para a direção estipulada no final da opção escolhida.

Figura 4 – *Cartas de Atitude – Professora de Porto Alegre, Estudante Secundarista e Operário de São Paulo*



Fonte: *Imersos na História: vivendo a ditadura*

O tabuleiro contém nove casas no sentido vertical (para frente) que remetem às nove rodadas do jogo e oito casas no sentido horizontal (para os lados). Toda vez que o jogador avança uma rodada ele deve mover a peça remetente ao seu personagem sempre avançando uma casa para frente, e em direção à esquerda ou à direita dependendo da atitude escolhida. Caso o personagem alcance uma das extremidades laterais do tabuleiro, este deve só avançar para frente, caso a sua opção de atitude for direcionada para o mesmo lado em que o personagem se encontra; quando o jogador escolher uma opção que o leve para o lado contrário, ele deverá continuar avançando uma casa para frente, porém moverá a peça para o novo lado selecionado.

Quando os personagens atingirem o fim do tabuleiro, ao término das nove rodadas, os monitores responsáveis pelos grupos deverão revelar os finais do jogo ocultos na extremidade final que se encontra dobrada. Após a revelação dos destinos dos personagens o jogo parte para o seu

encerramento, no qual os pibidianos irão contextualizar e discutir os quatro finais possíveis com a turma, sendo estes os seguintes:

Me sentia mais seguro na ditadura – Você acha que a revolução de 64 foi um marco na história brasileira e que o povo precisava de um governo com pulso firme. Acredita que todas as ações da ditadura foram necessárias para garantir a segurança e o desenvolvimento do país.

O Brasil era muito pior durante a ditadura – Você não apoiava os ideais e ações do regime militar, mas decidiu não demonstrar sua opinião publicamente e também não aderiu a greves e não participou dos protestos.

Minha vida não mudou durante a ditadura – Você passou os anos da ditadura sem que muito tenha mudado na sua vida e não vê diferença entre o regime daquele período e uma democracia.

Fui preso pela ditadura – Você demonstrou publicamente que não concordava com o governo militar e talvez até agiu para lutar por seus direitos e mostrar às pessoas o que a ditadura queria esconder. A sua resistência confrontou diretamente o governo e foi considerada subversão interna, por isso foi controlado e perseguido.

O jogo tem poucas regras práticas que se constituem basicamente em não revelar os finais antes de todos os jogadores terem terminado todas as nove rodadas; e, todos os jogadores precisam ter concluído a rodada em questão antes que os monitores iniciem a rodada subsequente. Os demais pontos relevantes sobre a jogabilidade, já colocados na descrição referente à dinâmica do jogo vão se autogerindo ao transcorrer do jogo. Isso ocorre devido à presença do grupo de pibidianos na aplicação das oficinas, quando os mesmos são responsáveis não só por organizar os materiais (classes, cadeiras, notebook, Datashow e etc.) e o espaço (geralmente sala de aula ou sala de mídia) em que vai ser realizado o jogo, mas também monitorá-lo, de forma que o grupo se divide entre narradores, que são responsáveis por ler as rodadas e explicá-las à turma e os monitores, que se posicionam junto aos grupos de alunos para acompanhar o andamento do jogo, como também para sanar dúvidas tanto sobre as rodadas quanto sobre o conteúdo presente nas *cartas de atitude*.

O layout físico do jogo assume uma função mais mecânica do que atrativa em si, quando a preocupação durante a confecção deste se dava em vista de criar uma plataforma que possibilitasse uma boa jogabilidade como o grupo havia idealizado. Portanto, as cartas, o tabuleiro e os pinos, que representam o deslocamento dos personagens através das rodadas, ilustram no plano real as ações dos jogadores, dado que a ideia principal do jogo consiste na imersão através da informação e do exercício mental da imaginação, quando os alunos precisam se idealizar como personagens de um respectivo tempo histórico diferente, que vão se deparar com situações próprias dessa temporalidade. Neste sentido, a parte midiática do jogo se torna um pouco mais atrativa, no momento em que as imagens e os vídeos informativos e embasados em fatos e documentos históricos se fazem grandes aliados na contextualização do período em questão. Vide os exemplos do material midiático utilizado durante o jogo:

Rodada 1 – Morte de Édson Luís – fora usado um trecho do filme “Jango”(1984), do diretor Silvio Tendler, que ilustra a comoção popular frente o atentado à vida do estudante. (TENDLER, Silvio. **“Jango”**.1984. (1h41m03s – 1h42m51s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SaU6pIBv9f4>> Acessado em: 15 out. 2019.)

Rodada 2 – A Passeata dos Cem Mil – foram usadas imagens que ilustram a participação da classe jornalista, de setores da Igreja Católica com as freiras e das manifestações na Cinelândia e na Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro.

Rodada 3 – Greve dos Metalúrgicos – foto das reivindicações operárias durante a greve de Osasco, em 1968.

Rodada 4 – O Decreto do Ato Institucional Nº 5 (13/12/1968) – fora usado um fragmento do documento histórico do Ato Institucional Número Cinco, quando se faz importante apresentar fontes diversas e concretas que validem o trabalho do professor-historiador, como cita Fernando Seffner : “Diversidade de fontes e atividades são critérios importantes, o uso de várias fontes – históricas, geográficas, literárias, imagens, etc. – valoriza o trabalho.” (GIACOMONI;PEREIRA,2013.pág.41).

Figura 5 e 6 – Manifestações na Passeata dos Cem Mil



Figura 5– Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Figura 6– Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Figura 7 – Reivindicações operárias durante a greve de Osasco, 1968



Rodada 1
Os trabalhadores lutam e greve de Osasco em 1968

Fonte: *Imersos na História: vivendo a ditadura.*

Figura 8 – Documento: fragmento do texto original do AI-5



Rodada 4
Documento: fragmento do texto original do AI-5

Fonte: *Imersos na História: vivendo a ditadura.*

Rodada 5 – O AI-5 e o Fechamento do Congresso Nacional – aqui será apresentado para a turma trechos da capa do Jornal do Brasil do dia

13/12/1968, em que a previsão do tempo é usada como mecanismo de denúncia e manifestação contra a ditadura – “Tempo negro. Temperatura sufocante, o ar está irrespirável. O País está sendo varrido por fortes ventos.” Como também o editorial censurado do jornal “O São Paulo”.

Figura 9 – Trechos da capa do Jornal do Brasil e do Jornal O São Paulo:



Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Rodada 6 – Luta Armada – onde serão expostas as imagens dos presos políticos libertados em troca da liberdade do Embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick, assim como da casa onde este foi mantido em refém.

Também será utilizado nesta rodada um trecho do documentário “Hércules 56”, com a leitura do manifesto das organizações revolucionárias que planejaram o sequestro do embaixador. (DA-RIN, Silvio. “Hércules 56”.2007.(1m11s – 1m53s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Eo4DmmQKjRk>>. Acesso em: 15 Out. 2019.)

Figura 10 – A troca dos presos políticos pelo Embaixador norte americano Charles Burke



Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Rodada 7 – Milagre Econômico e Propaganda Militar – momento em que será posta a foto do general-presidente Médici em aparição pública no período da copa de 1970 e a capa do jornal O Globo com o jargão popular da época – “Ninguém segura este país” – utilizado nas propagandas da ditadura.

Figura 11 – O “milagre” econômico brasileiro e a copa de 1970



Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Em anexo no PowerPoint acima com a imagem correspondente a esta rodada, se encontra, também, anexado um áudio da música “Pra frente Brasil” do compositor Miguel Gustavo. A música pode ser encontrada também em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_T7ti1T_F0>. Acesso em: 15 de Out.2019.

Rodada 8 – Morte de Vladimir Herzog – o recurso midiático se constitui em uma página do Jornal da Tarde de 27 de outubro de 1975 e na foto forjada para sustentar a versão oficial de suicídio do jornalista.

Figura 12 – A morte de Vladimir Herzog



Fonte: Imersos na História: vivendo a ditadura.

Rodada 9 – Ressurgimento da UNE e fim do AI-5 – para ilustrar o ressurgimento dos movimentos de rua, movimento estudantil e operário foram usadas duas fotos, a primeira referente ao ato realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, RS e a segunda, da Chapa DCE UFPel “Faz a Hora”.

Figura 13 – Ressurgimento da União Nacional dos Estudantes:



Fonte: *Imersos na História: vivendo a ditadura.*

CONCLUSÃO

Apesar do gancho temporal para a aplicação ter sido perdido e a oficina ter sido levada pela primeira vez às escolas apenas em junho de 2019, tanto o grupo como a coordenação do subprojeto História do Pibid UFPel avaliou positivamente o resultado final, que só foi possível pelo tempo dedicado ao aprimoramento das ideias inicialmente planejadas. Assim, acreditamos que não ceder a pressa e ansiedade levou a uma construção mais responsável.

Em cerca de quatro meses de aplicação, o jogo já foi apresentado quase trinta vezes para diferentes anos do ensino fundamental e médio de escolas do município de Pelotas. Nestes momentos de troca direta com os estudantes, sempre procuramos observar a receptividade deles em relação ao jogo “Imersos da história: vivendo a ditadura”, levando em consideração as lacunas de conteúdo e funcionalidade sentidas pelo grupo e expressadas pelos participantes. Assim, pequenas alterações já foram realizadas com o objetivo de melhorar a aplicabilidade da oficina.

A principal constatação a que chegamos até o momento é de que, em diálogo com a bibliografia estudada, o jogo didático se configura como uma boa estratégia para trabalhar conteúdo em sala de aula, pois ganha a adesão dos estudantes que

estão acostumados a linguagem e estética como passatempo e trazem o interesse extraclasse para o jogo educativo.

Por fim, também compreendemos que propor um jogo como metodologia de educação impõe dinâmica às aulas que deve sempre ser avaliada dentro de cada contexto específico, mudando o nível debate a partir do conhecimento prévio de cada turma, por exemplo. Dessa maneira, o jogo “Imersos na história: vivendo a ditadura” está em constante transformação para melhorar sua aplicabilidade é recepção por parte dos estudantes de educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória.** In: BARROSO, Vera Lúcia; et al (Org.). Ensino de História – Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST, 2010, p. 183-201.
- GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Jogos e ensino de história.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil.** In: ____ (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Sonia Cristina de; GOMES, Cleomar Ferreira. **Adolescência e ludicidade: jogos e brincadeiras de adolescentes autores de atos infracionais.** Cuiabá: EdUFMT, 2010. cap. 1 e cap. 2.
- SILVA, Marcos. **O historiador, o ensino de História e seu tempo** (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). Antíteses, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 23-36. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>
- UOL EDUCAÇÃO. **Jogo Cinquenta Anos do Golpe de 64.** 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/infograficos/2014/cinquenta-anos-do-golpe-de-64/>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CARDOSO, R. C. L. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo.** Org. Masato Ninomiya. – 2ª Edição Trilíngue. São Paulo: Kaleidos – Primus Consultoria e Comunicação integrada S/C Ltda., 1998.
- DAMATTA, R. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ST JOVENS PESQUISADORES 02

COORDENAÇÃO

MARCOS ALESSANDRO NEVES DOS SANTOS (UFSM)

ALINE SÔNEGO (UFSM)

O MODO DE FAZER JORNAL: SOCIAL, ALEGRETE – RS, 1899. DEFENSOR DA CLASSE TRABALHADORA

PROF. ME. ANDERSON ROMÁRIO PEREIRA CORRÊA
MESTRE EM HISTÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE E GOVERNO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CORREA.ARP@GMAIL.COM

RESUMO

Durante a Primeira República, ocorreram várias formas de ações coletivas dos trabalhadores, entre elas, o jornalismo operário. O jornal Social (Alegrete, 1899) é citado entre os primeiros jornais operários do Rio Grande do Sul. Ainda não foi realizado nenhum estudo específico sobre esse jornal. Pretende-se saber a qual “regime jornalístico” se enquadra a prática do editor do jornal Social. O jornal apresentava, no cabeçalho, o lema “Defensor da classe trabalhadora”. Realizou-se uma abordagem quanti-qualitativa com técnicas de análise de conteúdo. As fontes dessa pesquisa são seis exemplares do jornal Social, do ano de 1899, encontrados dentro de um Processo Crime (APERGS) aberto contra seu editor, o marceneiro, líder operário e político, Eduardo Mallman.

Palavras-chave: imprensa, jornalismo, operários.

INTRODUÇÃO

A produção de jornais impressos é uma das atividades coletivas desenvolvidas pelos trabalhadores e faz parte do que se conhece por

movimento operário. Segundo Jorge Pastorisa Jardim (1990, p.23), a imprensa é um dos aspectos que dinamizam e transformam a sociedade. Para Jardim, além da urbanização e da industrialização, a imprensa tem lugar de destaque no desenvolvimento do capitalismo, assim, para ele: “A imprensa e o jornalismo se desenvolveram paralelamente ao capitalismo e a industrialização. A imprensa por si só já pode ser considerada uma forma de indústria, pois substitui o trabalho artesanal por um processo mecânico.” (JARDIM, 1990, p.23)

Jorge Jardim (1990, p.24) escreve que os primeiros jornais operários e contestadores do sistema capitalista no Rio Grande do Sul foram “O Operário”, em Pelotas, e “L’Avenir”, em Porto Alegre. Durante o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano de 1898, circulavam no Estado dois jornais operários, o “Echo Operário”, de Rio Grande, e o “Social”, de Alegrete. (Ibid, p.31)

É importante discutir o que se entende por Imprensa e Jornalismo. Segundo Rudiger, existem diversos tipos de imprensa, mas nem todas possibilitam a formação do jornalismo. Segundo esse autor, o jornalismo é:

(...) uma prática social correspondente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão. (...) (RUDIGER, 1998, p.09)

Na historiografia sobre os jornais operários ou sobre a imprensa operária existe uma confusão conceitual em torno das categorias Imprensa Operária, Imprensa Sindical e Imprensa Política. Mendes (2005), depois de expor esse debate, conclui que a separação entre Imprensa Operária e Imprensa Sindical é de caráter ideológico, pois, segundo o autor, essa classificação era fundamentada na ideia de que a imprensa operária seria aquela desenvolvida na fase inicial do movimento operário, influenciada pelas ideias anarquistas e que estes não tinham uma tática e uma estratégia de transformação social bem delineada (postulado equivocado, difundido por uma literatura marxista). A imprensa sindical seria aquela na qual que existem textos de análise mais

teóricos e com uma linha programática de transformação social bem clara. Segundo Álvaro Mendes, essa divisão – e classificação – seriam mais ideológicas, e todos os jornais, desde as primeiras manifestações coletivas dos trabalhadores, por volta de 1880, são todas manifestações da Imprensa Operária e, ou, Imprensa Sindical. (MENDES, 2005.p.10.) O mesmo autor explica o conceito de Imprensa Partidária: Seria a imprensa criada para defender a linha ideológica e a doutrina de determinado partido e os interesses da classe trabalhadora e filiados. (MENDES, 2005, p.11)

Então, entende-se que a Imprensa Operária ou Sindical é aquela que privilegia conteúdos relacionados ao cotidiano de trabalho de determinadas categorias e da classe trabalhadora. A Imprensa Política seria aquela ligada a ideologias específicas e partidos aliados à classe operária, em cujo conteúdo existe a defesa das ideologias e das doutrinas dos respectivos partidos.¹

Francisco Rudiger (1998, p.10) explica que o jornalismo gaúcho conheceu dois “regimes jornalísticos”: Segundo ele, a primeira fase, denominada de jornalismo político-partidário, que foi dominante desde a sua formação, na segunda metade do século XIX, até a década de 1930. A segunda, dominada de jornalismo informativo e indústria cultural, começou a ser gestada lentamente no início do século XX, quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação. (Idem, p.11)

O regime jornalístico “político-partidário” está ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária. Os partidos montavam suas próprias empresas e lançavam seus periódicos. Surgiram as redações, os jornais passaram a ter uma organização editorial, se consolidou uma racionalidade e os políticos tomaram o lugar dos tipógrafos na função de jornalistas. (1998.p.28) Para Rudiger, através do jornalismo político-partidário, o jornalismo tornou-se meio de formação doutrinária da opinião pública. Ficou definido, então, que o papel dos jornais era essencialmente opinativo. (RUDIGER, 1998, p.29s)

.....
1 Na obra “Que Fazer” Lenin discute sobre esse assunto.

A problemática da presente pesquisa questiona a qual “regime jornalístico” filia-se a prática do editor do jornal Social?

Entende-se que o saber sobre o passado pode ser explorado por diferentes ciências (paleontologia, arqueologia, história), mas o diferencial da História é que ela se preocupa com as experiências humanas no decorrer dos tempos. Não se pretende fazer uma “história das coisas”, mas, através das coisas como testemunhos, captar o fazer humano. Por esse motivo, o foco deste estudo são as experiências do(s) editor (es) do jornal Social.² Realizou-se uma abordagem quanti-qualitativa com técnicas de análise de conteúdo que, segundo Bardim (2011), é dividida em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para analisar os tipos de textos publicados no jornal Social, utiliza-se a seguinte classificação: 1. Gênero informativo (Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista); 2. Gênero opinativo (Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica); 3. Gênero interpretativo (Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê); 4. Gênero diversional (História de interesse humano, História colorida); e 5. Gênero utilitário (Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço) (MARQUES DE MELO, 2009, p.35)

As fontes dessa pesquisa são seis exemplares do jornal Social, do ano de 1899, encontrados dentro de um Processo Crime (APERGS) aberto contra seu editor, o marceneiro, líder operário e político, Eduardo Mallmann. Dentro do Processo contra o editor, encontram-se seis exemplares do jornal Social, que são as seguintes edições: 05 de fevereiro de 1899, Ano II, nº 01; 02 de abril de 1899, Ano II, nº 09; 23 de abril de 1899, Ano II, nº 12; 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17 e 10 de setembro de 1899, Ano III, nº 18 e o nº 19³.

.....
2 “Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas no máximo um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.” (BLOCH, 2001:54).

3 APERGS. Fundo: comarca de Alegrete/Sede; Sub-fundo: Primeiro Cível e Crime; Série: Processo Crime e outros; Data limite: 1899 – 1899; numeração: 3335 – 3541; Prédio/ Estante: 2/145; N: 3537; M: 103; E: 69.

1 O CONTEXTO LOCAL: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE JORNAIS EM ALEGRETE

Sabe-se que, no período da República Velha (1889-1930), mais especificamente no período de hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense, existiram momentos em que não era permitida a manifestação pública da oposição. A seguir, verificam-se dois exemplos sobre como eram tratados os jornais de oposição na região de Alegrete. Fredolino Prunes conta que, em 1905, na vizinha cidade de Quaraí, por motivos de dissidência política entre os Flores da Cunha e os Cunha Corrêa contra João Francisco Pereira de Souza (do Cati), tem que mudar-se de volta para Alegrete, sua terra natal. Seu material tipográfico é atacado por um bando armado, a mando de João Francisco, na região do Garupá, quando era enviado para Alegrete: “As caixas de tipos foram empasteladas e as máquinas danificadas.” (PRUNES, s/d, p.55)

Laci Osório (1979, p.12), nascido em 1911, em “Questão de Vida”, escreve: “Meu pai, maragato de origem, lia o Bandoleiro de Júlio Ruas.” Acrescenta ele, em outra passagem: “Notícias orais e escritas corriam em conversas de rua e locais de trabalho. Os jornais maragatos denunciavam farsas eleitorais do governo” (Ibid, p17). A guerra pelas letras e as palavras é demonstrada mais fielmente por Laci Osório, quando o escritor diz:

O jornal O Bandoleiro, de Alegrete, bem como os jornais de Arnaldo Melo, Fanfa Ribas, Clarimundo Flores, de outras cidades, saíram às ruas escorados nos fuzis maragatos. (Ibid,p.19)

Percebe-se que existiam jornais que eram permitidos e outros que não o eram. Em alguns casos, acontecia até mesmo o empastelamento dos jornais, e seus redatores sofriam perseguições. Se até mesmo a imprensa dos partidos da elite opositora era perseguida, o que aconteceria com os jornais operários? Jorge Jardim escreve sobre a reação da classe dominante, patrões e governo contra a imprensa operária; cita o caso do jornal “Democracia Social”, de Pelotas (1893), e do “Social”, de Alegrete, que, em 1899, é processado (esse assunto será retomado mais adiante) (JARDIM, 1990, p.124).

Existem indícios que apontam a circulação da imprensa operária internacional em Alegrete no período em análise. No mês de abril de 1899, circulava em Alegrete o jornal “La Vanguardia”, órgão do Partido Socialista Operário de Buenos Aires. No mesmo mês, também aparece o “Echo Operário”, órgão do Partido Socialista de Rio Grande (SOCIAL, 1899, nº 09, p.04). Em setembro, circula pela cidade o jornal “A Voz do Proletário” e “O Taquariense” (SOCIAL, 1899, nº 17, p.02). Em 1905, circula em Alegrete o jornal “A Democracia”, cujo redator era o socialista Francisco Xavier da Costa. Em Alegrete, o representante deste jornal era o 1º secretário da associação operária local, Sr. Francisco Zaccaro. (A DEMOCRACIA, 1905, nº 21, p.02). João Batista Marçal escreve sobre a imprensa operária no Rio Grande do Sul, e apresenta uma relação de jornais operários em dois livros: “Os Anarquistas no Rio Grande do Sul” e “A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul.” Nas referidas obras, apresenta dois jornais operários em Alegrete no período da República Velha: o “Social” e “O Combate”. (MARÇAL, 2004, p.282s)

2 O CONTEXTO LOCAL: O FAZER-SE DA CLASSE OPERÁRIA EM ALEGRETE

Na transição do Império para a República, Alegrete, bem como outras cidades da Campanha Sudoeste, está entre as pioneiras na urbanização do Rio Grande do Sul, como também é pioneira quanto à presença de imigrantes e quando à formação de um mercado de trabalho livre. No aspecto político, há três fases nítidas na administração da cidade: um período de agitação Federalista; um período de continuidade e “tranquilidade” do PRR; e um último período de agitação Libertadora. Embora os Republicanos sempre tenham vencido eleições, era um dos municípios onde havia forte oposição ao PRR. Por volta de 1897, quando havia instabilidade política, evidenciaram-se as atividades mais contundentes do movimento operário local. Outra grande quantidade de documentos sobre o movimento operário alegretense “aparece” justamente no período que vem logo após as instabilidades de 1923 e 1924. Depois de 1924, acontece a “pacificação” e unificação política, a unificação da oligarquia, dos Republicanos com os

Libertadores. Momento em que aparecem na imprensa várias notas sobre o movimento operário (CORRÊA, 2010, p.193).

A cidade de Alegrete era uma das que mais se desenvolvia no período, com a população urbana ocupando 27 e 36% da população. A porcentagem de imigrantes variava entre 6 e 7,8%. Entre 1914 e 1922, há uma elevação nos empreendimentos econômicos urbanos. O maior número de registros acontece em 1922. O número de ofícios conserva-se praticamente estável entre 1909 e 1922, já o número de fábricas aumenta após 1918. São identificados 15 tipos de fábricas, sendo que, destas, seis eram de alimentos. As manufaturas e fábricas produziam para o mercado regional, enquanto as oficinas produziam para o mercado local. O setor de comércio e serviços representava 76% das atividades urbanas, as oficinas e manufaturas 24%. Se o comércio era a atividade que mais aparecia nos registros, os comerciantes deveriam ser a categoria com o maior contingente de trabalhadores (CORRÊA, 2010, p.194).

A Intendência Municipal de Alegrete empregava uma média de 73 funcionários no período da República Velha, e mobilizava em torno de 153 pessoas com atividades econômicas (que forneciam bens e serviços à Intendência). No final do período em análise (1929), a Intendência adquire oficinas próprias e pode ter deixado de ocupar os serviços dos artesãos. Em compensação, as obras de saneamento proporcionam a ampliação da oferta de emprego na cidade. Como a cidade possuía principalmente pequenas lojas e oficinas, que empregavam pouca mão-de-obra, possivelmente a Intendência tenha sido a maior empregadora no Município. Destaca-se o papel do governo municipal empreitando obras públicas e ampliando o quadro de funcionários. Isso vai refletir no movimento operário, pois, a partir de 1925, começam a aparecer outros profissionais no movimento operário, ligados ao funcionalismo público municipal. (CORRÊA, 2010, p.194)

É possível identificar duas fases no movimento operário: uma que vai de 1897 a 1915, e outra que vai de 1915 a 1929. Na primeira fase, fica nítida a presença e a hegemonia política dos socialistas, a presença de elementos com patronímicos de origem germânica nas diretorias das associações

operárias. A presença de grupos familiares nas diretorias das associações operárias e a continuidade de algumas destas pessoas. Na segunda fase, de 1915 em diante, aparece uma maior quantidade de nomes de origem italiana e a presença significativa de possíveis imigrantes ou descendentes de portugueses e espanhóis. É um período em que aparece o registro da circulação de militantes “estrangeiros” pela cidade, a ligação com os congressos e militantes anarquistas de Pelotas, Bagé e Uruguaiana. (CORRÊA, 2010, p.195)

É significativa a presença de artesãos no movimento operário em Alegrete, principalmente na “diretoria” das associações. As evidências do movimento operário alegretense surgem em momentos onde há uma instabilidade na grande política local e Estadual. Na formação do movimento operário de Alegrete, encontra-se um número significativo de descendentes de imigrantes. A maioria dos elementos com patronímicos estrangeiros era, na verdade, natural da localidade. O movimento operário de Alegrete forma-se da combinação étnica e cultural de “nativos” e descendentes de imigrantes e estrangeiros. Se for ampliado o critério de análise, considerando “mistura étnica” além dos elementos como patronímicos e estrangeiro, somando a estes os casamentos e parentescos com imigrantes, pode-se dizer que as diretorias das associações operárias de Alegrete possuíam quase a metade de membros relacionados aos processos migratórios. No final do século XIX, no início do movimento operário alegretense, aparece um grupo que já possuía uma trajetória política em outros partidos. É nítida a presença recorrente de membros de uma mesma família, no caso, três famílias. A direção do movimento operário era composta significativamente por artesãos. (CORRÊA, 2010, p.196)

Na origem da Mútua Proteção (1897), foi possível identificar, no mínimo, seis “dirigentes” operários que vieram da dissidência republicana. O presidente da Mútua Proteção, Jorge Felipe Krug, abandonou os “velhos partidos tradicionais” e passou para o socialismo. Isso mostra que a referência política dos operários organizados na Mútua Proteção era um militante pertencente ao grupo dos dissidentes (demetristas/cassalistas). Alguns dirigentes do movimento operário e do socialismo alegretense

passaram por um “estágio” na grande política e se “desiludiram” com a República. A “Revolução Federalista” foi um acontecimento que influenciou o “nascimento” da classe operária em Alegrete, onde a ação de militantes operários advindos do Demetrismo e do Cassalismo estão na gênese, na semente do movimento operário na cidade (CORRÊA, 2014, p.24).

3 O JORNAL SOCIAL

Segundo Olavo Cabral, em 12 de maio de 1897, surge em Alegrete, o Social, fundado por ele e por Aristides Pereira da Silva. Cabral diz que, no início, era apenas um folheto, e com a adesão de Eduardo Mallmann ao Socialismo, que passa a colaborar com o jornal e com a Sociedade Mútua Proteção, o órgão toma novo impulso a partir de 1898 (JARDIM, 1990, p.69). O jornal Social tinha 04 páginas, media 33x45. Eram seus editores: Aristides Pereira da Silva e Olavo Cabral em 1897; Olavo e Eduardo Mallmann em 1898; e Eduardo Mallmann em 1899. No jornal, vinha estampado “Aparece aos Domingos”, e, analisando as edições encontradas, é possível dizer que o jornal se pretendia semanal. No período de 02 de fevereiro a 23 de abril, mantém uma periodicidade semanal, foram 12 edições em três meses. No período de 23 de abril a 03 de setembro, são quatro meses e quatro edições. Entre 03 de setembro e 10 de setembro, são sete dias, retomando a periodicidade semanal. Está dentro da média dos jornais operários. O Social não trazia ilustrações, apresentava textos organizados em quatro colunas. Geralmente, apresentava um grande texto na primeira página, que podia passar para a segunda, ou então, dois textos na primeira; na segunda página, também trazia dois, três ou quatro textos; na terceira página, além de textos, apresentava noticiários; e a quarta página era dedicada a anúncios de propaganda. O jornal era financiado por assinaturas e por anúncios de propaganda. Anunciava a imprensa operária e o movimento operário no mundo, publicava textos de Francisco Xavier da Costa, Antônio Guedes Coutinho e outros. Possuía uma seção permanente denominada “Pelo Município”, onde apresentava críticas à administração municipal e outras questões relacionadas à cidade de Alegrete. Outra seção era o noticiário,

onde apresentava notícias da Mútua Proteção; também havia “Em Campo”, “Cartas” e “Tribuna Livre”. Trazia, como lema, em seu cabeçalho: “Defensor da Classe Trabalhadora.” Publicavam-se textos de militantes socialistas, textos de outros jornais, noticiários do movimento operário e socialista internacional, difundiam a imprensa operária e socialista.

Imagem 1 – Jornal Social



Fonte: APERGS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo Crime. Alegrete. 3537; M: 103; E: 69. Acusação

A matéria publicada pelo “Social”, em fevereiro de 1899, leva a entender que o jornal havia passado por um período inativo. Destaca-se uma apresentação que enfatiza a retomada das edições:

O Social. Ao reaparecer esta folha em oficina própria – embora ela com seu anterior programa tenha já traçado sua norma de conduta, – e cumpre-nos o dever de esclarecer alguns pontos, tais como: Qual a causa? O que pretendemos? Quais os meios que empregaremos para levar a efeito este intento? (SOCIAL, 1899, nº 01, p.01)

Depois de escrever que o operário é o único fator e elemento de vida para a sustentação dos povos, é a vítima dos erros produzidos pelas classes improdutivas que se apossaram da direção social, faz sérias críticas ao Código Penal da República, que, segundo Mallmann, tolhe o direito dos

trabalhadores, transformando-o em escravos dos capitalistas. Acrescenta Eduardo Mallmann: “É, portanto, dever de cada operário unir-se, agremiando-se aos companheiros de classe, para assim constituir força capaz de oferecer resistência a essa absorção sempre crescente.” (SOCIAL, 1899, nº01, p.01)

Em uma frase, Eduardo Mallmann resume os objetivos do Social: “Instruir aos companheiros, esclarecendo os deveres e direitos que lhes correspondem, é o nosso principal objetivo: nisso, empregaremos todo o nosso franco esforço, convencidos de que é esse o ponto de partida para o direito de autonomia do povo.” (SOCIAL, 1899, nº01, p.01)

Consultando vários exemplares do jornal alegreense, é possível verificar que o nome correto é “SOCIAL” e não “O Social”. As oficinas da gráfica se situavam na sede da Sociedade Operária Mútua Proteção, localizada na Rua Barão do Serro Largo, n.º 10. O jornal existe de maio de 1897 ao final do ano de 1899 – portanto, aproximadamente dois anos e meio.

É possível identificar três “momentos” do jornal: uma primeira fase, na qual era propriedade de Aristides e Cabral; outra fase, em que pertence à Cooperativa Tipográfica Social; e um outro momento, em que é comprado por Eduardo Mallmann. Este foi proprietário do jornal Social desde 30 de agosto de 1899, comprando as ações da Cooperativa Tipográfica Social. (APERGS, Primeiro Cível e Crime, N: 3537; M: 103; E: 69; fl.02.)

O jornal tem vida agitada: Eduardo Mallmann é jurado de morte, o Jornal ameaçado de empastelamento. Mallmann é processado, preso (liberado) e levado a julgamento. O Julgamento é tumultuado, acontecendo arbitrariedades e assassinatos.

Francisco Xavier da Costa denunciava na imprensa operária Rio-grandense: “Consta inclusive que Mallmann foi ameaçado de morte pela oligarquia local (...)”. Além do ataque ao militante operário e socialista, a tipografia também era ameaçada de destruição por seus opositores (JARDIM, 1990, p.224). Segundo Jorge Jardim (1990, p.224), o jornal “Echo Operário” publica que “Mallmann chegou a ser preso e pagou uma fiança para responder o processo em liberdade, a sua saída da prisão mereceu uma manifestação de seus companheiros de luta em Alegrete.”

O julgamento de Eduardo Mallmann acontece no dia 10 de outubro de 1899, sendo seu advogado de defesa, o alegretense João de Barros Cassal. Ocorre um conflito em pleno Júri (ARAÚJO FILHO, 1908, p.240). De acordo com Victorino de Carvalho Portella, referindo-se ao ano de 1899:

Registra-se a 10 de novembro, grave conflito por ocasião do Júri do cidadão Eduardo Mallmann, do qual resultou a morte dos irmãos Delfbio e Dinarte de Barros e do notário Herminio Ferreira Lopes e vários feridos, inclusive Conceição Coronel, que comandava um forte contingente do 2º Corpo Provisório do Caty, cuja força estava postada em frente ao edifício da então Intendência Municipal, hoje Prefeitura. (PORTELLA, 195, p.11)

Não se encontra referência à existência do “Social” após o julgamento. É possível que, após o outubro de 1899, ele tenha acabado.

4 TRAJETÓRIA DO EDITOR EDUARDO MALLMANN

Eduardo Nicolau Mallmann nasceu por volta de 1857 em Alegrete e faleceu em 1902 em Alegrete, com aproximadamente 45 anos de idade. Entre as suas atividades políticas destacam-se: Fundador do Clube Republicano (PRR) e Conselheiro (Vereador) em Alegrete no final do Império. Mallmann foi conselheiro no período de 1883 a 1887 e de 1887 a 1889 (CORRÊA, 2014, p.22). No período em que esteve no Conselho foi aprovada uma proposta de criação de colônias de imigrantes e de libertos (alforriados) no município (CORRÊA, 2010, p.86). No período “Revolucionário” de 1891 e 1893, participou ativamente junto à oposição a Júlio de Castilhos. Fez parte da dissidência com Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. O comandante do Batalhão de patriotas, da cidade, liderado por Manoel de Freitas Valle, nomeou Eduardo Mallmann como Capitão Comandante de Companhia (CORRÊA, 2014, p.23). Presidiu o Primeiro Congresso Operário no Rio Grande do Sul, em 1898; organizou e dirigiu o jornal socialista e operário chamado Social; foi fundador e membro da diretoria da Associação Operária Mútua Proteção (Alegrete/1897) (CORRÊA, 2014, p.11). Eduardo Mallmann aderiu ao socialismo e afirmava, em 1899, que a origem da luta de classes e da organização dos trabalhadores na cidade de Alegrete

era resultado da mobilização e do esforço dos militantes socialistas. Dizia que se dependesse dos partidos “tradicionais” a organização da classe nunca aconteceria (CORRÊA, 2010, p.131).

ANÁLISE DO “FAZER” DO SOCIAL

Quais gêneros de textos jornalísticos eram predominantes no Social? Ele produziu um jornal Operário Sindical ou Político? A qual “regime jornalístico” Eduardo Mallmann se filiava ao produzir o Social? Para a análise dos textos jornalísticos utilizou-se o modelo proposto por Marques da Costa:

1. Gênero informativo: 1.1 Nota, 1.2 Notícia, 1.3 Reportagem, 1.4 Entrevista
2. Gênero opinativo: 2.1 Editorial, 2.2 Comentário, 2.3 Artigo, 2.4 Resenha, 2.5 Coluna, 2.6 Caricatura, 2.7 Carta, 2.8 Crônica.
3. Gênero interpretativo: 3.1 Análise, 3.2 Perfil, 3.3 Enquete, 3.4 Cronologia, 3.5 Dossiê.
4. Gênero diversional: 4.1 História de interesse humano, 4.2 História colorida
5. Gênero utilitário: 5.1 Indicador, 5.2 Cotação, 5.3 Roteiro, 5.4 Serviço (MARQUES DE MELO, 2009, p.35)

Quadro 01– Análise de Conteúdo

Edição	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	4	4	5	5	5	5

	1	2	3	4	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	1	2	1	2	3	4		
05/02/1899, Ano II, nº 01	3				1			7				1													
02/04/ 1899, Ano II, nº 09	1					1	1	1		1															3
23/04/ 1899, Ano II, nº 12	1					1								3											10
03/09/ 1899, Ano III, nº 17						1			3																10
10/09/1899, Ano III, nº 18						1			3																3 10
17/09/1899, Ano III, nº 19	1					1				1															

Fonte: Elaboração própria.

A Edição de número 01, de 05 de fevereiro de 1899, apresenta a “nova fase” do jornal Social, com textos de apresentação, definição de princípios,

objetivos, textos teóricos políticos, ideológicos. Na página 01: texto de Olavo Cabral, “Apresentação”; texto de Eduardo Mallmann, “O Social”, outro texto de Olavo Cabral, “Em Campo”. A página 02 continua com texto de Cabral, “Em campo”; texto “As Violências e nós”, “Pelo Município”, “Messias Transformado”. Na página 03: continuação do texto “Messias Transformado”, dois textos traduzido do jornal “La Vanguardia”, duas notícias e um texto, “Manifesto Socialista”. Na página 04: regulamento e propaganda.

Na edição nº 09, de 02 de abril de 1899, o primeiro texto, de capa, ultrapassa a página 01 e vai até a página 02. Nessa página aparecem dois textos, “A queixa contra nós” e “Cartas de Rio Grande”. Na página 02, os textos são na maioria opinativos e um informativo (Amigo Gerente, Independência dos municípios e noticiário). A página três se divide em textos opinativos e informativos: Secção Livre, Edital. A última página é de textos informativos.

As páginas 01, 02 e 03 da edição nº 12, do dia 23 de abril, são opinativas e a última de serviços (propaganda). São textos na maioria tratando sobre o processo que o jornal estava respondendo.

A edição número 17, de 02 de setembro de 1899, traz na página 01: “Pelo Município” e outro texto, “Atualidade”. A página 02 é toda ocupada por um texto opinativo de Eduardo Mallmann, a página 03 possui mais texto opinativo de Mallmann, que começa na página anterior, e uma notícia. A página 04 é de propaganda de patrocinadores.

A edição de número 18, de 10 de setembro de 1899, traz na página 01 três textos opinativos, nas páginas 02 e 03 aparece um grande texto, “Artigo” de Olavo Cabral, sobre a origem dos socialistas em Alegrete, da Mútua Proteção Operária e do jornal Social. Na página três também tem notícias. Na página 04, propaganda.

A edição de número 19, de 17 de setembro de 1899, possui na página 01: uma notícia e três artigos, dois teóricos (“A escravidão econômica” e “O que quer o socialismo”).

Outra análise que se faz necessária é sobre a característica do discurso produzido e publicado no jornal, se é voltado pras questões das

categorias, problemas pontuais da base ou se são textos mais de discussão política, ideológica e teórica.

Os textos publicados no jornal social, nestas seis edições analisadas, apresentaram discussões e manifestos em defesa de teses e teorias Socialistas. Muitos textos de caráter político ideológico e partidário (Defesa do Partido Socialista). Somente um texto discute questões voltadas ao “mundo do trabalho” mais imediato, questões de relações de trabalho, emprego, etc. Esse texto, o único nesse sentido, era sobre os trabalhadores nos serviços públicos do município. Havia vários textos de caráter organizativo. Esses textos eram voltados para a organização e as atividades da Mútua Proteção Operária de Alegrete. Ainda assim, os textos de caráter político eram a maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal Social era um jornal pequeno, tipo tabloide, com quatro páginas e quatro colunas em cada página. Apareceu no momento de criação da Mútua Proteção Operária, no ano de 1897, de instabilidade política, num contexto em que não havia grandes indústrias na cidade. A classe operária era basicamente formada por artesãos, comerciários e poucos empregados em serviços públicos.

Após breve exposição e análise, pode-se perceber que Eduardo Mallmann produziu um jornal onde predominou o gênero opinativo de textos. Em termos de quantidade, a parte de propaganda destinada a anúncios se sobressaía. Esses pequenos anúncios geralmente ficavam na última página. Os textos opinativos eram o segundo tipo de texto mais publicado, tratando-se de textos maiores, às vezes ocupando mais de uma página, diluindo-se em todas as três primeiras páginas do jornal.

Os textos, na maioria das vezes, eram textos que discutiam questões de cunho político-ideológico ou político-partidário, defendendo o socialismo. Não havia textos que discutissem questões pontuais da classe trabalhadora e, sim, textos de análise de conjuntura geral, do município e de defesa de questões programáticas do Socialismo (manifesto Socialista). Os poucos textos que discutiam questões mais práticas e pontuais foram escrito

falando sobre os servidores da municipalidade e textos voltados para a discussão da organização dos trabalhadores na Mútua Proteção Operária. Por esse motivo o jornal pode ser classificado mais como um jornal político-sindical. Mais político do que operário e sindical. Por isso, existem evidências suficientes para dizer que Eduardo Mallmann praticou um jornalismo “político-partidário”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: O Coqueiro, 1908.
- BARDIM, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2010.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira ; PANIAGUA, Edson. R. Monteiro. . **Demetrismo e Cassalismo na Formação da Classe Operária Alegretense**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul , v. 01, p. 11-26, 2014.
- JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância: A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1990.
- MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, s/Ed.; 2004.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MENDES, Álvaro. **Breve história da imprensa sindical no Brasil. Cadernos da Comunicação**; Série Estudos. Rio de Janeiro; Secretaria Especial de Comunicação Social. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; 2005.
- OSÓRIO, Laci. **Questão de Vida: memória em tempo de poesia**. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1979.
- PORTELLA, Vitorino de Carvalho. **Alegrete, Capital Farroupilha – Traços de Relances (1º Centenário 1857 – 1957)**. Alegrete: Livraria do Comércio, 1957.

PRUNES, José Fredolino. **Contribuição para a história da imprensa no RGS**. In: MARÇAL, João Batista. “**Gazeta de Alegrete**”, **Os Prunes e seus jornais**.

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1998.

VILLELA, Urbano Lago. **Uruguiana – Atalaia da Pátria: o meio, o homem e a história**. 1971; Ed. La Salle.

TESTEMUNHOS (FONTES PRIMÁRIAS)

A DEMOCRACIA. Porto Alegre, 17 de setembro de 1905; Ano I; nº 21.

APERGS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processo Crime. Alegrete. 3537; M: 103; E: 69.

SOCIAL. “**O Social**”. Alegrete, 05 de fevereiro de 1899; Ano II; nº 01.

SOCIAL, Alegrete, 02 de abril de 1899; Ano II, nº 09.

SOCIAL. Alegrete, 03 de setembro de 1899, Ano III, nº 17.

CAMINHO DAS MISSÕES: IMATERIALIDADE E OS DESAFIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO

INGRID BOMFIM GONÇALVES
GRADUANDA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, CAMPUS
SÃO BORJA, BRASIL
INGRID_BOMFIM@HOTMAIL.COM
LARISSA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

DOUTORA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, CAMPUS
SÃO BORJA, BRASIL
LARISSA.CONCEICAOS@GMAIL.COM

RESUMO

O presente artigo é parte de um estudo monográfico que pretende investigar o patrimônio cultural imaterial da região das Missões e as possibilidades de preservação, promoção e patrimonialização do mesmo, tendo em vista que as discussões acerca dos bens intangíveis, ou seja, as expressões do patrimônio cultural imaterial constituem uma temática relevante a ser estudada e debatida, pois constitui um modo de ser cultural, econômico e social dos povos que habitam essa região. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, que adota métodos de pesquisa bibliográficas, abordando temas relacionados ao patrimônio cultural, comunicação, e missões a fim de analisar o atual processo de valorização do patrimônio missioneiro (com ênfase para os aspectos imateriais), pesquisa documental, observação e a etnometodologia, com o intuito de conhecer o Caminho das Missões e compreender a potencialidade desta experiência enquanto expressão do patrimônio imaterial missioneiro. A pesquisa adota uma perspectiva comunicacional, visando entender as formas de

comunicação e experiência imaterial nas Missões e tem como corpus analítico o roteiro turístico-cultural “Caminho das Missões”. Espera-se com isso contribuir à compreensão do cenário patrimonial missioneiro e aproximar os campos de estudo das Relações Públicas ao da História e do Patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio cultural imaterial; missões jesuítico-guarani; valorização patrimonial

INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio dispõe de diversos significados e interpretações (FERREIRA, 2006). Porém, habitualmente o patrimônio é relacionado a bens materiais e já esteve intimamente incorporado ao âmbito privado do direito à propriedade (FUNARI; PELEGRINI, 2009). Com o início da Revolução Industrial, o termo patrimônio obteve um novo sentido, o qual ainda aborda-se na atualidade. Tal evento cooperou para a ampliação da ideia de patrimônio para além do âmbito histórico, levando em consideração também as expressões intangíveis (NOGUEIRA, 2007).

Desta forma, o conceito de patrimônio cultural passou de um discurso “patrimonial” sobre os fenômenos culturais do passado, para um conceito que define o patrimônio como um conjunto de bens culturais, que possibilitam valorizar os vestígios do passado e da contemporaneidade (LEITE, 2011). Sendo assim, pode-se dizer que o patrimônio cultural tem sempre como base “vetores” materiais, porém isso vale também para o dito patrimônio imaterial, “pois se todo patrimônio material tem um dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se” (MENESES, 2009, p. 31). Ou seja, os bens culturais representam algo que vai além do “material”, pois neles são depositados sentidos, subjetividades. A razão de um monumento, caverna, escultura, ser considerado um patrimônio cultural não está apenas em sua materialidade, mas no simbolismo que lhe é concedido (LEITE, 2011).

Este estudo busca investigar parte do patrimônio cultural imaterial da região das Missões do Rio Grande do Sul, os chamados “Sete Povos das Missões”. Essa região fez parte de contextos históricos que não só marcaram o passado como ainda hoje refletem no presente. Essa influência

do passado nos dias atuais, retrata o que pode ser denominado como parte do patrimônio cultural. Entretanto, é necessário o questionamento quanto ao papel dos órgãos públicos dos municípios no processo de valorização deste patrimônio intangível, e, mais do que isso, na divulgação para os moradores, pois muitos não tem conhecimento de tão vastos patrimônios imateriais existem em suas cidades.

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, que adota métodos de pesquisa bibliográficas, abordando temas relacionados ao patrimônio cultural, comunicação, e missões, a fim de analisar o atual processo de valorização do patrimônio missionário (com ênfase para os aspectos imateriais), e pesquisa documental, com o intuito de conhecer o Caminho das Missões e compreender a potencialidade desta experiência enquanto expressão do patrimônio imaterial missionário.

A pesquisa adota uma perspectiva comunicacional, visando entender as formas de comunicação e experiência imaterial nas Missões e tem como corpus analítico o roteiro turístico-cultural “Caminho das Missões”. Deste modo, o objetivo deste estudo é compreender a experiência comunicacional em torno dos “caminhos” turísticos ou de peregrinação, estudando as diferentes correntes teóricas do Patrimônio com foco no patrimônio cultural e imaterial, bem como os processos de patrimonialização, para, deste modo, analisar se o “Caminho das Missões” pode ou não se tornar um Patrimônio Imaterial missionário e de que forma a comunicação pode auxiliar neste processo.

METODOLOGIA

Em função da natureza do objeto de estudo, sendo o Caminho das Missões enquanto percurso turístico, optou-se pela etnometodologia para iniciar a abordagem teórico-metodológica. De acordo com Oliveira e Montenegro (2012, p.134 *apud* MEHAN; WOOD; ZIMMERMAN, 1976) “a etnometodologia não trata de um método, mas de uma abordagem teórico-metodológica de pesquisa, a qual situa, no cerne da sua proposta, o estudo dos métodos que os membros da sociedade empregam, de maneira conjunta, para organizar as definições das atividades práticas diárias”.

Ou seja, a etnometodologia se constitui através do estudo do raciocínio funcional do cotidiano, buscando a partir das observações do objeto de estudo, reconstruir uma explicação da realidade observada (GUESSER, 2003), isto é, busca compreender como as pessoas entendem o que se diz e o que se faz no curso cotidiano da interação social (MARTINS, 2013).

A partir disso, a metodologia utilizada para dar início a elaboração deste estudo, em sua etapa exploratória de leituras, busca de materiais em fontes diversas como livros, artigos de revistas, documentos, sites, arquivos, etc., foi a pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória foi empregada também para a coleta de dados sobre o Caminho das Missões, através do site da Operadora de Turismo Caminho das Missões¹. Além disso foram realizadas uma observação participante (MARCONI; LAKATOS, 2003) e pesquisa de campo exploratória (GODOY, 1995) no Caminho das Missões.

Desta forma optou-se pela realização de uma caminhada de três dias, iniciando no dia 19 de julho de 2019 e findando no dia 21 de julho do mesmo ano. O roteiro da observação iniciou em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, para visitação no Sítio Arqueológico de São Miguel, o qual é Patrimônio da Humanidade e tombado como Patrimônio Cultural Imaterial “Tava”, lugar de referência para o povo guarani. Após a visita técnica iniciou-se a caminhada pelas trilhas *jesuítico-guarani*. Foram 31,9 km por estradas de chão, passando por propriedades rurais sendo possível avistar açudes, lavouras irrigadas e animais silvestres. A parada de apoio foi realizada na Agropecuária Everling, no distrito de Carajazinho, interior de São Miguel. Posteriormente seguiu-se mais 13km até o “bolicho de campanha” para uma noite de causos, lendas, jantar típico das Missões e declamações gauchescas. No segundo dia de caminhada foram realizados 26,61km para uma visita técnica ao Sítio Arqueológico de São João Batista, no distrito de São João Velho, interior de Entre-Ijuís, o qual é Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Logo após seguiu-se até o Parque das Fontes, local de pernoite. O terceiro e último dia de caminhada percorreu-se 14,11 km

.....
¹ Site da operadora de Turismo Caminho das Missões. Disponível em: <http://www.caminhodas-missoes.com.br/>. Acesso em: mai. 2019.

seguinte por antigos trajetos que ligavam os antigos povoados das missões até a cidade de Santo Ângelo, a qual foi a última redução das Missões.

PRIMEIROS APONTAMENTOS

O patrimônio é costumeiramente explorado em sua dimensão material, tanto que atualmente foi necessária a criação da categoria do “imaterial” ou “intangível” (GONÇALVES, 2005). Os bens culturais, por sua vez, representam algo que vai além da materialidade, pois neles são depositados sentidos, subjetividades. A razão de um monumento, caverna, escultura, ser considerado um patrimônio cultural não está apenas em sua materialidade, mas no simbolismo que lhe é concedido (LEITE, 2011).

O patrimônio imaterial surgiu em contraponto ao então patrimônio material, ou como também é conhecido “patrimônio de pedra e cal”. Nesta nova ordem estão os lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, formas de saber fazer, música, dança, culinária, etc., ou seja, o destaque recai em relação aos aspectos materiais e por outro lado dá ênfase aos aspectos valorativos dessas formas de existência (ABREU; CHAGAS, 2009).

Essa categoria foi criada para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc. É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas. A categoria ‘intangibilidade’ talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de “cultura” (GONÇALVES, 2005, p. 21).

Trazendo essas contextualizações para o cenário das chamadas Missões *jesuítico-guarani*, faz-se necessário antes de tudo, fazer uma breve introdução sobre este contexto histórico. Sendo assim, é importante salientar que as Missões Jesuíticas foram parte do projeto de tomada da América, elaborado pelas coroas ibéricas durante os séculos de XVI, XVII e XVIII (VALENZUELA, 2013). A então colonização dos espanhóis na América buscou a catequização e civilização dos povos indígenas que habitavam os territórios

que hoje são parte do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Segundo Pinto (2011), o processo de fundação das Missões ocorreu em dois ciclos que contribuíram para a constituição de trinta povoados missioneiros da Província Jesuítica do Paraguai. No primeiro ciclo das Missões foram fundadas reduções no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil (PINTO, 2011). No segundo ciclo consolidou-se os chamados “Sete Povos das Missões”, que atualmente fazem parte do território onde se localiza o Rio Grande do Sul.

Em relação às simbologias missioneiras, pode-se considerá-las como parte do que chama-se patrimônio imaterial. Custódio (2007), afirma que ao longo do território missioneiro a iconografia missioneira era extremamente marcante, principalmente em capelas e postos de guarda representada pelas cruzes. Além disso, pode-se destacar questões referentes a imaginária destes povos que se expressavam através da representação iconográfica de santos de madeira policromada ou de pedra que eram feitos tanto por padres como por índios. Esculturas essas que ainda hoje estão expostas nos museus missioneiros, como é o caso do Museu de São Miguel das Missões e de São Borja. Neste sentido, Pinto (2011, p.90) afirma que “nesse contexto observava-se uma simbiose cultural que misturava representações da iconografia cristã, representações mitológicas e experiências da fauna e da flora”.

Também no campo das simbologias é possível observar imagens que ao decorrer da história foram adquirindo variados contextos e formando novas paisagens simbólicas. Uma delas e talvez a que mais se movimentou foi a cruz missioneira, “oriunda de São Lourenço, foi levada ao cemitério de Santo Ângelo e depois colocada na praça de São Miguel” (CUSTÓDIO, 2007, p.74). Diante disso, pode-se destacar que a cruz missioneira era utilizada pelos indígenas como símbolo do bem contra o mal, onde os quatro “braços” da cruz representavam a proteção em dobro, e até os dias de hoje é vista como elemento identitário da região das missões.

Deve-se destacar que as missões remanescentes de São Miguel Arcanjo são declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, reconhecidas como lugar histórico e tombadas como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN. Porém as questões em relação ao

patrimônio intangível das missões ainda são pouco exploradas, tendo em vista que as manifestações em relação a imaterialidade do território das missões também são capazes de desencadear um imaginário e pertencimento ao passado *jesuítico-guarani*. Os caminhos trilhados, a música, os ritos e rituais herdados, os saberes e fazeres, são expressões simbólicas capazes de auxiliar na construção de uma “identidade missioneira”, que segundo Vitor (2016), existe porém não é algo que possa ser dado aos habitantes da região das Missões, mas sim deve ser construído e legitimado para que se caracterize como forma de pertencimento dos indivíduos que residem nestas regiões, ou seja, segundo Dias (apud VITOR, 2016, p. 5) “nesse contexto, patrimônio e identidade se misturam na medida em que patrimônio simboliza a identidade cultural de uma comunidade, pois ao se identificarem com aquele, os membros do grupo compartilham simbolismos e significados”.

Neste estudo, considera-se o “Caminho das Missões”, o qual é um projeto de roteiro turístico-cultural, criado pela operadora de Turismo Caminho das Missões, que tem sede em Santo Ângelo, como um possível patrimônio cultural imaterial missioneiro. Este caminho está atraindo o interesse de peregrinos para essa região, sobretudo pela experiência comunicacional missioneira que este trajeto proporciona. Pinto (2011, p. 83), salienta que “este trajeto materializa e essencializa a cultura missioneira através de uma narrativa marcada pela alteridade”, ou seja, dispõe de um potencial turístico e uma representatividade de herança cultural.

Pode-se dizer que o trajeto do caminho das missões também simboliza o patrimônio imaterial missioneiro, embora não seja reconhecido como tal. Ou seja, um caminho “não é somente a soma de diversos elementos: lugarejos, paisagens culturais, sítios, mas sim aquilo que realmente incorpora o espírito intangível e histórico que une estes elementos em um todo” (UNESCO, 2009).

Vale destacar que a criação do Caminho das Missões foi espelhado no Caminho de Santiago de Compostela⁵ (PINTO, 2011). Segundo Mendes (2009), milhares de pessoas peregrinam pelo caminho até a cidade de Santiago de Compostela, a qual é considerada a terceira cidade mais sagrada

do cristianismo. Porém são inúmeras as razões que levam os indivíduos a realizarem as caminhadas além do cunho religioso. Isto posto, vale salientar que uma delas, e que vale destaque neste estudo, são as motivações ligadas à experiência.

Segundo Rodrigues (1997) a experiência se dá através da vivência de fenômenos e acontecimentos e apesar de ser uma realidade “fluida”, ou seja, impossível de ser inteiramente compreendida dentro de categorias rígidas, “podem se assumir em três modalidades ou em três tipos-ideais: a experiência do mundo natural, a experiência do mundo intersubjetivo e a experiência do mundo intrasubjetivo” (RODRIGUES, 1997, p. 2).

Neste caso específico, pretende-se observar a relação entre patrimônio imaterial e experiência através do caminho das missões e a história e memória missioneira que é comunicada através dele.

Desta forma, Souza salienta que “sob essa perspectiva, todo o patrimônio e seus bens culturais, materiais ou imateriais implicam no exercício da memória e da cidadania, pois relatam, contam e revelam suas histórias, resultantes das experiências coletivas ou individuais” (SOUZA, 2016, p. 35), considerando que o trajeto “propõe uma jornada de autoconhecimento e também de contato com o passado missioneiro” (CAMINHO DAS MISSÕES).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou investigar parte do Patrimônio Cultural Imaterial da região das Missões do Rio Grande do Sul e as possibilidades de preservação e promoção do mesmo, principalmente através dos conceitos da patrimonialização em torno do Caminho das Missões, o qual é um roteiro turístico cultural, oferecido pela operadora de Turismo Caminho das Missões, que tem sede em Santo Ângelo, e que está atraindo o interesse de peregrinos para essa região, sobretudo pela experiência missioneira que este trajeto proporciona. Abreu (2010, p. 66), cita que “preservar o diverso, o diferente, o singular passou a ser um exercício de proteção à diversidade das culturas em um mundo com tendência crescente à homogeneização”, ou seja, os bens de

pequenas comunidades, etnias ou grupos locais devem ser levados em consideração, pois representam uma diversidade única. Além disso, Pérez (2003, p. 5) salienta que “por via da patrimonialização atribuem-se novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, formas, modos de vida, saberes e conhecimentos sociais”, a partir disso elementos culturais potencialmente patrimonializáveis ganham uma nova significação.

Portanto, a partir do estudo, constatou-se que o Patrimônio Imaterial desta região ainda é pouco conhecido, explorado e estudado, o que demonstra a relevância em pesquisar essa temática, tendo em vista que o Patrimônio Cultural Imaterial, assim como o material, constitui um modo de ser cultural, econômico e social dos povos que habitam a região das Missões. Em relação a promoção desses bens imateriais, pode-se relacionar com a questão da divulgação, que pode ser feita pelos próprios órgãos públicos, principalmente pelo setor de comunicação das prefeituras e secretarias de cultura, geridos por profissionais, como é o caso dos relações-públicas, ou seja, divulgar, difundir informações acerca do patrimônio imaterial da região das missões, sobre os saberes, fazeres, lugares históricos, músicas, paisagens culturais, caminhos *jesuítico-guaranis*, etc, e além disso despertar o pertencimento e empoderamento da comunidade com esse patrimônio, para que ele seja valorizado e visto como tal, mesmo não sendo registrado, inventariado ou tombado. Vale salientar que o trabalho está em desenvolvimento, tendo em vista que optou-se trazer neste estudo uma reflexão teórica, porém esta será complementada com os dados do percurso que estão sendo analisados.

Vale salientar que o trabalho está em desenvolvimento, tendo em vista que optou-se trazer neste estudo uma reflexão teórica, porém esta será complementada com os dados do percurso do Caminho das Missões, que estão sendo analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, R. **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Ed: Massangana, 2010.
- ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ARAGÃO, Ivan; CARVALHO, Karoliny. Turismo, Cultura e Memória: estudo sobre dois Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil. *Turismo em Análise*, v. 24, p. 694-719, 2013.
- CAMINHO DAS MISSÕES. **Roteiros turísticos**. Disponível em: <http://www.caminhodasmissoes.com.br/>. Acesso em: abr. 2019.
- CUSTÓDIO, L. A. B. **Missões: patrimônio e território**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Maringá: Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 3, 2006.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, Sandra M. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.
- GUESSER, A. H. **A etnometodologia e a análise da conversação e da fala**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 149-168, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13686/12546>. Acesso em: mai. 2019.
- GONÇALVES, J. G. S. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Porto Alegre: Horizonte Antropológico, v. 11, n. 23, 2005.
- JOVINO, Danilo Pedro; SEVERO, Marconi; COLVERO, Bernardino. **Política e economia da cultura e os gastos públicos municipais: um estudo na Região das Missões – RS** [recurso eletrônico] / organizador, Tiago Costa Martins. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 117-127, 2016.
- LEITE, É. **Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil**. São Paulo: Ed. INTERCOM, 2011.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, T. C. **Ensaio sobre as Missões e (parte da) sua Produção Cultural**. 1.ed. Porto Alegre: Editora Conceito, 2017.
- MEIRA, A. L. G. **A trajetória do IPHAN nas Missões**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

- MEIRELLES, H. L. **Tombamento e Indenização**. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, 1985.
- MENDES, A. C. **Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português**. 2009. Tese (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) – Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/299>. Acesso em: mai. 2019.
- MENESES, U. T. B. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 25-39. (Anais; v. 2, t. 1).
- NOGUEIRA, A. G. R. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil**. São Paulo: História, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.
- PÉREZ, X. P. **Patrimonialização e transformação das identidades culturais**. Portugal: Celta editora, p. 231-247, 2003.
- PINTO, M. **A construção da Identidade Missioneira no Rio Grande do Sul e as Políticas Culturais no Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado – Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/301>. Acesso em: mai. 2019
- RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. (Orgs.). **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2009.
- RODRIGUES, M. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. São Paulo: Contexto, 2012.
- RODRIGUES, A. D. **Comunicação e Experiência**. Porto Alegre: 9º Encontro Anual da COMPÓS. Anais, 1997. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1406.pdf. Acesso em: mai. 2019.
- SOUZA, M. A. F. **A revitalização do museu de arte de Santa Maria: História, Memória e Patrimônio Cultural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural. Santa Maria, 2016.
- TOMAZ, P. C. **A preservação do Patrimônio Cultural e sua trajetória no Brasil**. Maringá: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. v. 7, ano VII, n. 2, 2010.
- UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: Unesco, 1972.

UNESCO. BRASIL. ARGENTINA. **Anteprojeto de Itinerários do Mercosul**. Salvador, Brasil: UNESCO, 2009, il. color.

VALENZUELA, T. S. **Jogos e ensino de História**: uma proposta de reconhecimento do patrimônio cultural dos 7 povos das missões. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural. Santa Maria, 2013.

VELOSO, M. **O Fetiche do Patrimônio**. Goiânia: Habitus, v. 4, n.1, p. 437-454, 2006

VITOR, A. G. **O Patrimônio Cultural Imaterial da região das Missões**. São Luiz Gonzaga: 2o encontro missioneiro de Estudos Interdisciplinares em Cultura, v. 2, ISSN: 2447-8865. Anais, 2016. Disponível em: http://omicult.org/emicult/anais/?page_id=744. Acesso em: jun. 2019.

A FABRICAÇÃO DOS CANDIDATOS: ELEIÇÕES ENTRE 1989 E 2002

ERICK DA SILVA PORTO
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ESPORTO@UCS.BR

ELIANA GASPARINI XERRI (ORIENTADORA)
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
EGXERRI@UCS.BR

INTRODUÇÃO

A pesquisa expressa a seguir integra o projeto “Narrativas presentes no Jornal Pioneiro, Caxias do Sul: análise e uso no Ensino de História” (HISENSPI), ligado ao Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da Universidade de Caxias do Sul. O projeto é bastante amplo e abarca diversos assuntos que são pesquisados nos jornais, como cultura, relações internacionais, questões de gênero abordadas na mídia e movimentos sociais e políticos que são trazidos em suas edições. O presente trabalho analisa as representações feitas pelo Jornal Pioneiro acerca dos candidatos às eleições presidenciais no Brasil entre os anos de 1989 e 2002.

indiscutível a influência que as mídias de massa exercem sobre a população, fato este que pode ser percebido na forma de consumir um certo produto, nos estereótipos que possam ser criados sobre grupos específicos de pessoas e podem, até mesmo, mudar os rumos de uma eleição

presidencial. Basta que prestemos atenção aos pleitos nacionais e até internacionais acontecidos nos últimos anos e certamente perceberemos que as mídias podem trazer direcionamentos para as discussões políticas do país e até influenciar nos resultados finais. Baseando-se nisso, a pesquisa feita preocupa-se em perceber as representações que são produzidas pelos jornais acerca dos candidatos eleitorais dos anos já citados, fazendo pensar nas possíveis influências que estas possam ter tido nos resultados eleitorais analisados.

Tendo isso em vista, faz-se necessário um olhar mais atento para a forma de representação que os meios jornalísticos fazem dos personagens retratados. O recorte da pesquisa se limita aos candidatos mais votados das eleições (primeiro e, quando ocorre, segundo turno), nas edições dos cadernos especiais de fim de semana da semana anterior à eleição, do dia da eleição e da semana posterior ao pleito.

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A fonte escolhida para a feitura da pesquisa é o *Jornal Pioneiro*, um impresso jornalístico fundado no ano de 1948, em Caxias do Sul, e que passou por diferentes estágios desde a sua fundação. Em sua fundação tinha a intenção de valorizar as raízes culturais da cidade (região composta por grande parte de imigrantes italianos) e também tinha forte ligação político-partidária com a Ação Integralista Brasileira, de ideário fascista (GIRON e POZENATO, 2004) e tinha uma circulação semanal. No ano de 1981 passou a ter circulação diária e deixou de ser partidário, voltou-se para a comunidade, mantendo-se ainda apegado as raízes culturais regionais. E no ano de 1993 foi comprado pela Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) passando a ser, segundo a própria instituição, um diário de integração regional, como se mantém até hoje e atualmente está presente em 64 municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul.

O acesso aos jornais consultados foi feito através do Centro de Memória do site da Câmara de Vereadores da Cidade de Caxias do Sul, onde estão disponíveis para consultas e download de forma gratuita todas as

edições do ano de 1948 ao ano de 2002. Neste mesmo acervo, além do Jornal Pioneiro, encontram-se diversos outros periódicos da região que foram digitalizados.

Como já citado, o HISENSPI é composto de diversos assuntos (político, movimentos sociais, gêneros, relações internacionais, cultura) e ao decidir rumar para a política, bastante influenciado pelas discussões correntes em ano eleitoral e sobre como se estava retratando os candidatos à eleição presidencial de 2018, motiva-se um olhar aprofundado ao formato de representação dado aos candidatos de eleições nacionais anteriores.

Além do contexto que envolvia o pleito de 2018, o trabalho foi bastante motivado pelo livro “A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV”. Na obra, Peter Burke (1994) discorre longamente sobre como se deu a construção da imagem de Luís XIV, dando sentido à construção simbólica feita em torno dele, atentando para as representações que eram feitas em pinturas, moedas correntes na Europa, arcos que eram construídos em sua homenagem e outras formas usadas para que a sua imagem fosse sendo construída e, de certa forma, imposta à sociedade. “Este estudo, por outro lado, está menos voltado para o homem ou para o rei que para sua imagem. (...) O que este livro vai focalizar é a imagem pública do rei, o lugar que Luís XIV ocupa na imaginação coletiva” (BURKE, 1994, pág 13). Ao fim, Burke não se detém ao Rei da França, mas sim à imagem pública, sobre o personagem na imaginação coletiva que foi construída e como ela permanece marcada no imaginário até a atualidade.

Sandra Pesavento contribui com o conceito de representação afirmando: “homens elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais não só qualificam o mundo como orientam o olhar e à percepção sobre esta realidade” (PESAVENTO, 2006, p. 49), conceito este que muito auxilia na análise feita das fontes em questão. Vale frisar que a pesquisa não se propõe a analisar os discursos feitos pelos candidatos durante a eleição e sim o discurso feito pela mídia sobre os candidatos e os assuntos trazidos nas eleições. Todos os meios de mídia trazem em si intencionalidades, ligações a grupos políticos e financeiros,

foco em público específico e isso faz com que a imagem construída por eles, as aspas utilizadas dos discursos, as formas de retratação das propostas dos candidatos, as fotografias utilizadas, as chamadas de reportagem e até a atenção dada às eleições tenham uma especificidade que, ao fim e ao cabo, pode influenciar no pleito eleitoral.

A metodologia utilizada na pesquisa se embasa na Análise Crítica do Discurso defendida por Norman Fairclough, que entende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades (2001). Sendo assim, não analiso o discurso como algo já pronto por quem os utiliza ou somente como uma ferramenta que é empregada pelos que produzem o jornal. Tento compreender as possíveis transformações feitas pelos discursos trazidos no jornal e pensar se o formato empregado e a intencionalidade trazida nestes jornais possam ter impactado a população.

no encontro desses autores que faço reflexões sobre a construção dos candidatos das eleições já citadas. A pesquisa se insere no campo da História do Tempo Presente, portanto, temas historicamente recentes, nos alertam para perspectivas em construção e que, muitas vezes, entram em choque com memórias já estabelecidas e com discursos já construídos sobre o assunto pesquisado. Sobre este ponto, Carlos Fico traz que

uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar (FICO, 2012, p. 44)

Fato este que, por um lado complexifica o trabalho com o período, mas por outro acaba por enriquecer sua utilização, principalmente se levado em conta a possibilidade de, como pesquisador, ter acesso a estas contradições que são tão comuns e vivas no interior da sociedade.

AS ELEIÇÕES, SUAS REPRESENTAÇÕES E ESPECIFICIDADES

Um dos primeiros pontos que chama atenção ao analisar as fontes diz respeito à atenção dada aos pleitos eleitorais e como os mesmos se

diferenciam uns dos outros. Importante pensarmos que a eleição de 1989 foi a primeira pós Ditadura Civil-Militar e isso faz dela um ponto fora da curva na história nacional e isso é perceptível nas fontes analisadas. A atenção dada para a eleição no ano de 1989 é bastante extensa, ocupa bastante espaço nas edições de final de semana e, em especial no dia da eleição, ocupa todos os cadernos trazidos pelo jornal. Chama atenção o fato de que, até mesmo no caderno de esportes, as entrevistas com os esportistas da região tem como foco a opinião desses sujeitos em relação aos candidatos que estão concorrendo ao cargo máximo do executivo.

Ainda falando da primeira eleição acontecida após a redemocratização, no segundo turno a atenção dada aos candidatos é bastante considerável, páginas duplas com entrevistas feitas com cada um deles que traziam opiniões sobre variados assuntos que vinham sendo discutidos durante eleição. Entretanto, é perceptível a criação de alguns estereótipos sobre os candidatos e também sobre suas propostas eleitorais. Exemplifico com o fato de que, boa parte das propostas trazidas pelo candidato do PRN eram interpretadas como necessárias para a dinamização e resolução de problemas pelos quais o país passava, enquanto as propostas trazidas pelo candidato do PT eram, em grande parte das situações, interpretadas como utópicas e sem aplicabilidade real.

No entanto, tanto as propostas Luiz Inácio Lula da Silva quanto as de Fernando Collor de Melo eram trabalhadas de forma bastante superficial, sem aprofundamento de como essas propostas poderiam ser efetivadas e quais efeitos trariam. Superficialidade esta que pode ser estendida para as demais eleições analisadas também, não encontrei em nenhuma delas um aprofundamento ou atenção mais dedicada para com as propostas trazidas.

Na eleição de 1994 percebo uma diferença considerável na atenção dada ao pleito e aos candidatos, a qual é bastante reduzida se olhada em perspectiva com a acontecida no pleito anterior. Importante frisar que, apesar de não ser o foco da pesquisa, percebe-se no jornal de forma bastante clara um desânimo com as discussões políticas após o Impeachment de Collor. Algumas reportagens “reconstruindo” o que aconteceu com o último eleito, outras falando que faz-se necessário uma preocupação maior com

os candidatos, visto que o último que alcançou a presidência, nas palavras do jornal, enganou toda a população e traiu os votos que havia conquistado.

Além da atenção menor ao pleito em si, nota-se uma disputa bastante diminuta nas edições, dá-se pouco espaço para os candidatos e menos ainda para suas propostas. Poucos dos concorrentes são nominados, a maior parte das reportagens usa termos genéricos para falar dos concorrentes e a atenção ao pleito, diferente do anterior, é dado somente no caderno de política. Vale o adendo de que, coincidência ou não, o candidato que mais vezes é tratado pelo nome em chamadas de reportagens é Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser eleito em primeiro turno. Além de reportagens que faziam menções indiretas ao candidato do PSDB, principalmente em função do Plano Real, iniciado em 27 de fevereiro daquele mesmo ano.

Se em 1994 vemos uma disputa diminuta para a presidência do país, no pleito posterior, de 1998, essa disputa é inexistente. A atenção à eleição é reduzida ainda mais e a maior parte das reportagens referentes ao evento eleitoral traz uma vitória antecipada ao candidato à reeleição. Raras são as referências aos demais candidatos e, quando são feitas, sempre em comparação ao presidente eleito em 1994 que é, nas palavras do jornal, um exímio articulador, alguém que sabe lidar com a política e que está pronto para resolver os problemas que o país passa (problemas esses que em momento algum, no jornal, estão relacionados ao governo de que Fernando Henrique fazia parte e sim algo histórico que seria, de uma vez por todas, resolvido por ele).

Neste ano, o espaço usado para a atenção que dão aos candidatos, quando muito, estão feitas em cantos de páginas nos cadernos de política das edições, onde suas propostas são expressas através de aspas de 5 ou 6 palavras e que, logo, em nada exprimem as propostas dos concorrentes ao cargo.

Vale a menção de que até 1997 a Constituição de 1988 não permitia a reeleição de candidatos aos cargos do executivo. Não me aprofundarei na discussão sobre este ponto, visto que merece um artigo só para si, mas as representações feitas no Jornal Pioneiro sobre esse assunto, a forma com que trazem as negociações feitas para a aprovação da Emenda que acaba por levar o presidente a ser reconduzido ao cargo, é bastante curiosa.

E assim chego à última eleição analisada para este artigo, a de 2002. Nesta a mudança bastante perceptível também, é claro o crescimento da atenção dada para a corrida presidencial e um “renascimento” da disputa eleitoral. Já consegue-se perceber uma tentativa de pôr em pé de igualdade os candidatos que chegam ao segundo turno (Lula e Serra, candidatos pelo PT e PSDB, respectivamente) onde são usadas reportagens grandes para falar de ambos, entrevistas de 2 páginas para cada um deles e o uso até mesmo de fotos onde ambos são colocados como concorrentes à altura um do outro para a disputa.

Encerro o artigo trazendo algumas percepções gerais das análises feitas. Se alguns aspectos têm sua representação mudada conforme a eleição, o mesmo não pode ser dito em relação aos textos voltados para o “Escolha o Brasil” ou “Vote consciente”. Explico: em todas as eleições analisadas encontrei mais de um texto, escrito por diferentes autores, comentaristas e jornalistas, que pareciam copiar textos de anos anteriores quando se referiam ao ato de votar. Sempre falavam na importância da democracia de uma forma bastante simplificada, sem qualquer problematização ou preocupação com o conceito no texto, grande parte das vezes pediam que os votos fossem feitos pensando em filhos e netos e que a eleição não acabava na urna, que os eleitores deveriam cobrar os candidatos sobre suas propostas, mas que ao fim, nada agregavam na discussão sobre a eleição.

Ainda sobre permanências nos discursos trazidos pelo jornal, é perceptível um nulo aprofundamento nas propostas trazidas nas campanhas eleitorais e isso é geral, independente de partido ou espectro político em que se encontrem. Algumas propostas são trazidas como utópicas, outras trazidas como exageradas, mas nunca analisadas de forma séria ou com a intenção de trazer para o público o que se quer dizer com o que está sendo proposto e os possíveis resultados.

Ao fim, gostaria de lembrar que apesar de a atualidade nos fazer discutir as possibilidades de como lidar com as redes sociais que tiveram considerável influência na última eleição presidencial brasileira, é importante tanto quanto que voltemos a pensar nas representações e usos que foram feitos em

outras eleições pela imprensa de outras mídias não tão novas, como os impressos e as revistas. A maior parte delas ainda é fonte bastante importante para a informação da grande maioria da população e, se não percebermos e analisarmos com atenção o que a imprensa já vem fazendo desde 1989 (em função de esse ser meu recorte temporal), dificilmente estaremos aptos para lidar e trabalhar com as novas mídias que estão se estabelecendo atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mônica Piccolo. **A trajetória de Fernando Collor rumo à presidência: estratégias eleitorais televisivas.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais eletrônicos... Natal: Associação Nacional de História, 2013.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, p.270-290, maio-agosto 2018.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: A construção da imagem pública de Luís XIV.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: O caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun 2012.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989: A Maior Eleição da História.** Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. A Base e os Partidos: As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 99, n. 2, p.5-24, jul. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23/24, n. 13, p.45-58, jan/dez 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. **Mídia e Política no Brasil:**

Textos e Agendas de Pesquisa. **Lua Nova**, São Paulo, v. 43, p.190-255, 1998.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política.** Porto Alegre: Editora da Universidade – Ufrgs, 2000.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS: ENTRE O PATRIANOVISMO E A FRENTE NEGRA BRASILEIRA

STEPHAN BRIAN SOARES
GRADUANDO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
STEPHAN_KURDT@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar a trajetória de Arlindo Veiga dos Santos e sua militância em dois destacados movimentos no início da década de 1930, a saber, o Patrianovismo e a Frente Negra Brasileira. Arlindo foi um pioneiro no país tanto nas ideias da extrema-direita quanto na criação de uma organização negra de alcance nacional, o que acabou suscitando algumas questões acerca da viabilidade de conciliar seus ideais monarquistas com a luta pelos direitos dos negros no contexto do pós-abolição. Veremos nesse trabalho como Arlindo articulava seus discursos em um contexto de intensa polaridade ideológica, circunstância que acabou levando a Frente Negra Brasileira a tornar-se local de disputa político-ideológica e passível de instrumentalização por ideologias antiliberais.

Arlindo Veiga dos Santos nasceu na cidade paulista de Itu, em 12 de fevereiro de 1902. Negro e de origem humilde, cursou as primeiras letras em escola pública, entre os anos de 1909 e 1913, passando em 1914 a cursar

o ginásio no Colégio São Luís, onde seu pai exercia o ofício de cozinheiro. O colégio havia sido fundado em 1867 por jesuítas italianos e funcionava em regime de internato para meninos, abrigando como alunos os filhos de cafeicultores e comerciantes, a elite econômica e política da região, com a qual Arlindo teve a oportunidade única de conviver graças a benevolência dos padres. Nestes anos de formação, Arlindo fora moldado pela pedagogia inaciana, a qual visava formar integralmente o homem cristão, estruturada em normas de disciplina rígida, na obediência aos mestres e respeito à hierarquia. A educação ali recebida pelo jovem Arlindo, “marcou-o definitivamente em termos de valores, visão de mundo e projeto de vida, deu-lhe uma bagagem intelectual e o desembaraço nos espaços de sociabilidade em que se inseriu na vida adulta” (MALATIAN, 2001, p.). Com a mudança do colégio São Luís para a capital paulista, e pelo fato de Arlindo ter sido preparado durante todos os anos de sua adolescência para atuar nas falanges prontas a combater pelo catolicismo, o mesmo acaba em 1918 mudando-se para São Paulo para concluir o ginásio e dar prosseguimento a seus estudos.

Na cidade de São Paulo abriram-se novos horizontes para o jovem Arlindo, e para ele o melhor, sem a necessidade de se distanciar do meio católico. Pelo contrário, protegido pelo mecenato da Igreja, conseguiu em 1922 o privilégio de se matricular na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo e ali quatro anos mais tarde obter o bacharelado em Filosofia, algo para poucos na época. Vale ressaltar que naquele momento essa Faculdade não era uma faculdade qualquer, a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo era filiada à Universidade de Louvain, centro do pensamento tradicionalista católico, e ocupava lugar de destaque na formação da intelectualidade católica durante a Primeira República, atendendo assim à estratégia da Igreja de utilizar o ensino superior para a sua expansão. Neste local, desde 1922, houve intensa atividade que a caracterizou como centro de cultura tomista, no qual destacavam-se os professores Alexandre Correia e Leonardo Van Acker. A filiação de Arlindo a essa destacada faculdade, num contexto de grande vigor intelectual, resultou na sua adesão ao neotomismo, “o qual fundamentou sua visão de mundo e seu pensamento político e social voltado para a defesa de uma monarquia

corporativista, como único remédio para a “anarquia” republicana. (MALATTIAN, 2001, p.29). Em São Paulo, também, Arlindo, inseriu-se em redes de sociabilidade centradas na Congregação Mariana da Igreja de Santa Ifigênia, no Centro Dom Vital e ainda no movimento negro. Neste contexto, eram inúmeras as instituições e organizações católicas mobilizadas na missão de realizar uma verdadeira revolução cultural na sociedade brasileira:

“Tanto as congregações marianas quanto a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo integraram a estratégia da “reação” essencialmente cultural, adotada pela Igreja Católica nos anos 1920, orientada pelo arcebispo D. Sebastião Leme, a qual se ramificava em centros de estudos teológicos e filosóficos, conferências sobre temas religiosos, cursos de teologia para leigos, edição de jornais e revistas. Tal estratégia significava a tentativa da inserção do catolicismo em áreas consideradas cruciais, como o sistema de ensino, os circuitos de produção cultural e os campos institucionais que abrigassem intelectuais, combatendo a política educacional que implantara com a República o ensino dissociado da Religião” (MALATTIAN, 2001, p.40)

Desde a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, a Igreja Católica procurava recuperar terreno nas sociedades capitalistas pautadas pelo liberalismo, cujas quais substituíram a antiga ordem feudal, onde a Igreja detinha amplo controle sobre as atividades dos súditos, principalmente sobre as atividades econômicas. A igreja nutria grande discordância sobre diversos aspectos da nova formação social, contudo, em seus esforços para novamente influenciar a sociedade, resolvera optar pela via do poder indireto, ou seja, firmar concordatas com os Estados e criar uma elite intelectual que pudesse disseminar um conhecimento cristianizado. A missão católica era portanto criar lideranças, estabelecer colégios, faculdades, congregações e centro de estudos, mobilizando assim o laicato católico com vistas a preparar uma elite intelectual capaz de penetrar a sociedade pelo alto e complementar a ação do clero. Será nesse período que Arlindo Veiga dos Santos irá fundar o movimento patrianovista.

O PATRIANOVISMO

Em 03 de Março de 1928, é fundado em São Paulo o Centro Monarquista de Cultura Social Pátria-Nova. A organização nascente visava

elaborar um programa de ideias para aplicar na política brasileira, e passara desde então a divulgar artigos sobre a realidade do país em sua revista oficial, a Pátria-Nova¹. Os sete pontos do programa definidos por Arlindo Veiga dos Santos e seus companheiros eram: “Credo, Monarquia, Pátria e Raça Brasileira, Divisão Administrativa do País, Organização Sindical, Capital no centro do país e Política Internacional ativa e cristã. Este centro de estudos consistiu na primeira organização de cunho fascista no Brasil, salvas as diferenças entre o patrianovismo e o fascismo italiano, e antecipou em quatro anos a fundação da Ação Integralista Brasileira. Apresentava-se como um movimento antimaçônico, antiliberal, anticosmopolita, antidemocrático, antiparlamentar, antipartidarista e defensor de um nacionalismo integral, exatamente nos moldes do Integralismo Lusitano e da Action Française. Através da instauração de uma monarquia orgânica, ou seja, encabeçada por um Rei e amparada por corporações de ofícios, o movimento propunha uma alternativa para combater as ideologias modernas como o liberalismo, o anarquismo, o socialismo, e o comunismo.

No que diz respeito à origem social do grupo fundador da Pátria-Nova, estes eram oriundos predominantemente da classe média, não possuindo seus membros vínculos com famílias tradicionalmente monarquistas, o que atesta o caráter urbano e elitista do movimento, importada para o Brasil através da intelectualidade católica ativa nas universidades e congregações, da qual Arlindo, negro e de origem humilde, teve a oportunidade extraordinária de conviver. Entretanto, os patrianovistas consideravam-se à parte de qualquer classe, e suas ideias teriam como fim contemplar o povo como um todo. Vale lembrar que a década de 1920 fora marcada no Brasil por intensas revoltas contra a dominação oligárquica, e que apesar de ser o patrianovismo um movimento em grande parte importado, expressava

.....
1 O nome Pátria-Nova originou-se do Integralismo Lusitano, movimento reconhecido pelos patrianovistas como modelo. O Integralismo Lusitano visava criar em Portugal adesão à proposta católica, nacionalista e antiliberal de instauração de uma monarquia orgânica, tradicionalista, e antiparlamentar, que recuperaria as instituições medievais e as adaptaria à época. Em António Sardinha, principal teórico do movimento, encontra-se a defesa do Portugal Novo, alcançando parcialmente com o Estado Novo português.

também um descontentamento legítimo e original para com a realidade do país naquele momento. A esse respeito, destaca Teresa Malatian:

Compartilhavam, com a dissidência oligárquica reunida no partido democrático, com as lideranças tenentistas e com setores da classe média, a desilusão em relação ao sistema político. Porém, ao contrário da maioria dos descontentes consideravam falido o próprio liberalismo. Em consequência, recusavam as propostas de reforma política que pretendiam sanear a ordem liberal mediante instituição do voto secreto, da independência dos poderes e da moralização das práticas eleitorais. Buscavam, através de uma proposta autoritária, uma saída para o que consideravam degeneração nacional, inserindo-se no debate político ao lado dos que, desde o início dos anos 1920, defendiam formas antidemocráticas de governo e condicionavam a solução dos problemas políticos à implantação de um Estado antiliberal. (MALATIAN, 2001 p.42).

Arlindo e seus companheiros rejeitavam portanto as ideologias em voga naquele momento e as consideravam como sendo males do “mundo moderno”, mas seu maior descontentamento e grande motivo para fundação do patrianovismo foi o desprezo pela forma republicana de governo. A República, para Arlindo, teria vindo da França para atentar contra a religião e os bons costumes, ao permitir a venda de livros “ímorais, incendiantes e revolucionários”, além da circulação de jornais considerados perniciosos e a difusão de religiões que consideravam condenáveis, como por exemplo o espiritismo e o protestantismo. Não menos ameaçadora ao grupo parecia a introdução da luta de classes, conceito associado à irreligião e a cegueira das resoluções libertárias da classes trabalhadoras, questão que deveria ser sanada pelas corporações cristãs de operários.

Com o fim da década turbulenta, a Revolução de 30 finalmente trazia esperança para os amplos setores descontentes com a República oligárquica. Para os patrianovistas, a revolução poderia representar uma evolução dentro do próprio liberalismo, o que poderia resultar em aumento de possibilidades de colocarem em prática o seu programa monarquista, algo considerado inviável no sistema oligárquico da Primeira República. Embora apoiada e recebida com bons olhos, logo veio a decepção com o seu desenrolar, momento em que floresciam as ideias de um Estado forte e centralizado capaz de trazer ordem e sanar as contradições da sociedade brasileira. Vários movimentos de

cunho fascista surgiram nos primeiros anos da década de 1930, mas o patrianovismo manteve-se ortodoxo em suas diretrizes ideológicas, e vendo a oportunidade de melhorar a organização e aumentar seu raio de alcance decidem fundar em 1932 a AIPB, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que perduraria até 1967. Desse momento em diante, o movimento deixaria de ser somente um centro de estudos, e passaria a ser uma organização adaptada à moda dos movimentos de extrema-direita da época, isto é, portadora de uma milícia própria, com uniformes, gestos e cantos próprios, além de células espalhadas por diversos Estados da nação.

O patrianovismo visava assim pôr um fim na “anarquia republicana”, a qual consideravam “antinacional, separatista e dissolvente”. Uma das principais razões para o descontentamento de Arlindo com este forma de governo era a política branqueadora e pró-imigrante promovida pelos governos da Primeira República, que ao trazerem milhões de imigrantes europeus e japoneses, faziam com que estes competissem e roubassem os empregos dos brasileiros “nativos”. Nesse sentido, é importante destacar que um dos pontos do programa patrianovista era colocar um fim no problema “índio-negro-sertanejo”, isto é, Arlindo tinha preocupação em integrar nacionalmente os diversos povos que habitavam o Brasil naquele momento, e a seu ver a parte mais crítica desse processo seria a inclusão de seus irmãos de raça, os negros. Apesar de monarquista e bacharelado, o que era algo raríssimo para um negro na época, e de ser contra os ideais socialistas populares na época, Arlindo se sentia extremamente revoltado com a situação dos negros nas décadas seguintes à abolição. Escolheu culpados, e o principal era a República, que além de promover a decadência moral e econômica entre todos, achincalhava os negros, o que o levou a militar simultaneamente por duas causas, a causa monarquista e a causa negra.

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A Frente Negra Brasileira foi um movimento negro de vanguarda, fundado no dia 16 de Setembro de 1931 na cidade de São Paulo. Foi a primeira organização negra de dimensão nacional, representando a voz dos

negros como um todo em uma sociedade hostil para com os afrodescendentes. Antes de investigarmos mais a fundo o movimento, faz-se necessário analisar a situação dos negros e a trajetória de suas associações nos anos anteriores à fundação da FNB.

Com a abolição da escravidão em 1888, o Brasil passava por uma intensa transformação social e passava a realizar a sua inserção no modo de produção capitalista. Além disso, enfrentava novas transformações à nível político e cultural, fato decorrente da proclamação da República em 1889 e da inserção dos negros no corpo nacional, inserção que além de tudo revelava-se inevitavelmente cultural. O país enfrentava, dessa forma, grandes desafios a respeito da criação de uma identidade nacional, da inserção da população negra no mercado de trabalho e da criação de um sistema de governo politicamente igualitário, frutos da circunstância inusitada de um país que dormira monárquico e escravagista e amanhecera republicano e capitalista. Uma das mais preocupantes situações nas primeiras décadas do pós-abolição era sem dúvida a do povo negro, conforme ilustra uma passagem da obra *A Nova Abolição*, de Petrônio Domingues:

O homem de cor, como se dizia na época, era impedido de entrar em estabelecimentos de lazer (cinemas, teatros, clubes, bailes em casas noturnas), de ingressar em instituições educacionais e/ou religiosas (escolas, orfanatos, congregações), de ser atendido por casas prestadoras de serviço (barbearias, hotéis, restaurantes, lojas comerciais, hospitais), de ser aceito em repartições públicas e corporações militares (como a Guarda Civil, em São Paulo, até a década de 1930), e de participar de processos seletivos para ingresso no quadro funcional de empresas industriais. (DOMÍNGUES, 2008, p.60).

Além de todas as proibições citadas, os negros ainda deparavam-se com a opressão republicana ao verem proibidas a prática da capoeira e das religiões de matriz africana em espaços públicos, preconceito fundamentado pelo infortúnio científico da época que considerava os negros como membros de uma raça inferior, disseminadores de doenças, devendo estes ter o sangue e cultura apagados, ou pelo menos diluídos na nascente identidade brasileira. Tais conclusões inseriam-se numa política de branqueamento, a qual estimulava a imigração de milhões de europeus para poder

desenvolver o país dentro dos moldes civilizacionais considerados ideais pela elite republicana e positivista do governo. Concomitante a esta triste realidade, havia na época um discurso muito influente que acabava servindo para maquiar a opressão sobre os negros, mestiços e minorias indígenas durante a Primeira República, discurso que acabaríamos por conhecer como a teoria da “democracia racial”, popularizada na década de 1930 pela obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, mas que já ocupava grande espaço na opinião pública desde a época do Império. A passagem abaixo explica bem a crença da qual no Brasil as várias raças teriam se integrado harmonte ao longo história, e que ao contrário de outros países, o racismo e a segregação nunca estiveram presentes no país, tudo isto graças a “vocação integradora” do conquistador português:

Na visão de Menotti Del Picchia (26 ago. 1926), o Brasil havia realizado com êxito o cruzamento de raças “diametralmente opostas”, “o luso, o preto e o  ndio”. O país não abrigava o mesmo “drama racial dos Estados Unidos”, e, para isso, teriam contribuído a “faculdade absorvente e vitoriosa do português” e o clima como fator de unificação racial. (EL-DINE, 2016, p.249).

O discurso da perfeita integração também tinha outras origens e empregos:

Além disso, a tese do intelectual mexicano José Vasconcelos acerca da formação de um mestiço cósmico, na América, resultante da mestiçagem entre todas as raças (Vasconcelos, 1948), também foi, frequentemente, referenciada por Menotti Del Picchia e outros participantes do movimento de verde-amarelo, especialmente por Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. (Ibid).

Nesse sentido, os discursos e tendências dominantes na opinião pública da época não atendiam de forma alguma os interesses dos negros, e por esse motivo, vemos florescer durante a década de 1920 um sem número de associações e jornais negros no Estado de São Paulo, redes de sociabilidades estas criadas para promover a conscientização, a união e a integração do povo negro. Entre os principais jornais se destacavam *O Menelick*, *O Xauster*, *O Alfinete*, *O Kosmos*, *Getulino (Campinas)*, *Auriverde*, e com presença mais destacada *O Progresso* e *O Clarim d’Alvorada*. A mais importante

associação negra desta década consistiu no Centro Cívico Quilombo dos Palmares, fundado em 1926 na cidade de São Paulo, e que visava promover atividades culturais através de palestras, teatro e festivais de música.

A mobilização negra, mesmo que de maneira esparsa, significou um grande avanço para estes no sentido da troca de experiências e conscientização em um ambiente que era extremamente hostil à sua plena integração coletiva, contudo, começavam as discussões em torno da ideia de se criar uma organização única que reunisse todas as associações negras criadas até então, o que acreditava-se que daria força para o jovem e ascendente movimento negro. Atendendo à essa expectativa, é fundada em 1931 sob a direção de Arlindo Veiga dos Santos a Frente Negra Brasileira, entidade que visava a defesa dos direitos sociais e políticos dos negros, a acima de tudo a sua “elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física”. No dia 17 de Setembro a imprensa paulistana dava destaque para o ocorrido de sua fundação:

É muito significativo o movimento que se esboça na raça negra do Brasil, no sentido de arremontá-la em torno de um programa de cultura e reivindicações sociais e políticas. A reunião de ontem à noite foi realmente notável, tanto sob o ponto de vista da assistência que foi vultuosíssima, quanto pelos discursos proferidos definindo a atitude dos homens de cor em face da situação brasileira. Sente-se visivelmente uma consciência racial despertando entre os negros impelindo-os a uma participação mais direta na vida social e política do país. (MALATIAN, 2015, p.131).

A Frente Negra Brasileira surgiu em um contexto onde se nutriam grandes expectativas diante da nova ordem instalada pela Revolução de 1930, movimento que tinha posto abaixo à “Velha República” e que prometia modernizar o país. Em meio a esta conjuntura, o poder associativo dos negros passa a ganhar vigor, mas nem tudo eram flores, pois antes mesmo de nascer a entidade já dava sinais de um problema que a acompanharia durante seus curtos anos de existência. Lideranças e pessoas muito ativas na imprensa negra de até então, Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite nutriam grandes discordâncias a respeito da organização administrativa que a entidade deveria seguir e também no tocante à qual seria a orientação

política que guiaria a Frente em sua luta pelos direitos de cidadania e melhoria das condições de vida dos negros. Muitos dentro do movimento desejavam que ambos os líderes superassem as desavenças e diferenças ideológicas para a prosperidade do movimento, contudo a polaridade política crescia no início da década de 1930 e logo de início, ainda durante a votação dos estatutos da entidade, um episódio marcante provocou o pedido de demissão de José Correia Leite da Frente da FNB, conforme depoimento do próprio:

Quando nós chegamos ao Palacete Santa Helena fomos barrados. Não deixaram a gente entrar e os estatutos foram aprovados. Eu era membro do conselho e mesmo assim não me deixaram entrar, porque sabiam que eu ia denunciar aquela coisa do Arlindo Veiga dos Santos estar usando a Frente Negra pra veicular as ideias monarquistas do patrianovismo dele. (MALATIAN, 2015, p.128)

Tendo o jornal *O Clarim D'Alvorada* como plataforma para divulgar suas ideias socialistas, José Correia Leite não se dava por vencido, e indignado com o assalto ideológico de Arlindo sobre a Frente Negra Brasileira, declarava-se obstinado em combater a fascistização da entidade:

Nós do grupo d'O Clarim d'Alvorada no dia que foram aprovados os estatutos finais, íamos combater porque não concordávamos com as ideias de Veiga dos Santos (Arlindo). Era um estatuto copiado do fascismo italiano. Pior é que tinha um conselho de 40 membros e o presidente desse conselho era absoluto. A direção executiva só podia fazer as coisas com ordem desse conselho. O presidente do conselho era Arlindo Veiga dos Santos o absoluto. (MALATIAN, 2015, p.130).

Nada disso adiantou, Arlindo possuía grande influência dentro do movimento e continuou inabalável na presidência da entidade, ao mesmo tempo em que militava paralelamente pelos ideais monárquicos do patrianovismo. O grande elo unificador dentro da FNB e que permitia a hegemonia de Arlindo sobre o movimento era o catolicismo militante, religião da maioria de seus adeptos, e que pregava a resolução das injustiças sociais mediante uma política de sindicalização profissional que pudesse dispensar a luta de classes, promovendo assim a harmonia entre as classes e a resolução dos problemas sem necessidade de uma revolução. A não contradição entre

capital e trabalho era uma das principais convicções do Patrianovismo, e Arlindo a difundiu com sucesso dentro da FNB durante os primeiros anos da entidade. Contudo, em 1933 é criada a Frente Única Antifascista, acontecimento que daria surgimento à uma forte voz interlocutora diante da extrema-direita católica, provocando assim uma destacada polarização ideológica no país, o que viria a pressionar Arlindo já que o marxismo ganhava cada vez mais espaço na disputa pelo movimento negro. No contexto da polarização ideológica extrema-direita/extrema-esquerda ocorrida na década de 1930, divisão potencializada pela criação da Ação Integralista Brasileira e da Frente Única Antifascista, é interessante analisarmos as concepções que permeavam a interpretação dos problemas sociais que estavam submetidos os negros, tanto pelo viés patrianovista quanto pelo de seus opositores influenciados pelo marxismo, pois ilustram bem a disputa pela hegemonia no movimento negro naquele momento.

A grande questão com que nos deparamos na investigação da vida militante de Arlindo Veiga dos Santos é se seria possível este conciliar o patrianovismo com a causa do movimento negro. Para alguns autores como Clóvis Moura isto não teria sido possível, pois segundo ele a militância dupla de Arlindo indicava projetos contraditórios, e mesmo reconhecendo a relevância dos esforços de Arlindo defende a proposta deste para a FNB “não se tratar de um projeto de negritude e sim de um projeto nacionalista que tinha entre seus objetivos superar o racismo, condensado no lema Deus, Pátria, Raça e Família” (MOURA, 1994, p.193). Petrônio Domingues em seu estudo sobre a situação dos negros no pós-abolição, também evidencia o conteúdo nacionalista da luta negra nas primeiras décadas do século.

Do ponto de vista político-ideológico, cumpre ressaltar que todas as alternativas antirracistas articuladas pela imprensa dos “homens de cor” operavam nos marcos do nacionalismo. Afinal, o sentimento de brasilidade, a defesa da pátria e o ideal de integração nacional eram concebidos como valores supremos pelos ativistas negros nas primeiras décadas do século XX. (DOMINGUES, 2008, p.54).

A disputa pela hegemonia política dentro da Frente Negra Brasileira não cessou, os embates se estenderam por toda década de 30, carregados de

ideologias que chegavam com força no novo Brasil forjado pela revolução de 1930. Arlindo como um cruzado tentava anular as esquerdas a qualquer custo, mas suas ideias não paravam de atrair resistência, fato devido além de discordâncias ideológicas, à pouca consistência de seus discursos no que diz respeito a realizar uma montagem pró-monárquica da história brasileira.

A CONCILIAÇÃO DOS DISCURSOS

Apesar de contagiado pela onda nacionalista da época, expresso nos elogios aos regimes de Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália, Arlindo possuía uma proposta nacionalista um tanto original e descolada das tendências arianizantes da época. A visão de mundo moldada ao longo do tempo pela Igreja Católica fez Arlindo enxergar e interpretar os fenômenos sociais sempre através da lente da religião. Sendo assim, a sua leitura da nacionalidade brasileira foi baseada numa abordagem essencialmente cultural, o que o fez chegar à conclusão de que o Brasil nasceu da ação civilizadora do catolicismo trazido pelo português, povo este superior ao índio e ao negro, superioridade esta não de caráter biológico, mas sim cultural, pelo fato de o português ser portador da “religião verdadeira”. Ao catequisar os indígenas e transmitir a religião aos negros, o português democratizava o catolicismo e deixava assim de ser superior aos dominados. Deixando a condição de bárbaros, rústicos e selvagens, os povos convertidos passam então a se miscigenar, processo segundo Arlindo, presidido pela égide integradora da Igreja Católica, que fora a responsável por criar uma nação “orgânica e harmoniosa”.

Tal visão fazia Arlindo criar um discurso patrianovista que defendia a integração do indígena, negro e mestiço à plena cidadania e dignidade dentro da Primeira República, pois sendo membros da nação e já tendo passado pelo processo civilizador do catolicismo, estes teriam a prioridade na integração ao corpo nacional em relação aos imigrantes que não paravam de chegar no país. Ao reclamar das condições que negros, mestiços e caboclos se encontravam, Arlindo direcionava sua crítica à República, que segundo ele não teria proporcionado qualquer assistência educativa e social para a

massa sofredora, tornando-a dessa maneira alijada de seus direitos sociais e políticos. Ao combater a “falsa liberdade”, Arlindo exaltava o catolicismo histórico da nação, e propunha como remédio para o mal do materialismo, da anarquia e do abandono, a instrução e a educação católica dos membros da nação, demonstrando mais uma vez uma leitura idealista dos problemas sociais, ao acreditar que a reconstrução da mentalidade implicaria na transformação do corpo social e na resolução de todos os seus problemas de ordem material.

A conclusão que chegamos é que, sem dúvida, os argumentos de Arlindo eram fortes e convenciam muitos negros a não aderirem à tentação marxista, que naquele momento lutava para conquistar o apoio dos negros ao pregar que o responsável pela sua situação vulnerável era o sistema capitalista e sua indissociável luta de classes. Entretanto, a tentativa de Arlindo de construir uma narrativa acerca do passado da nação se demonstrou tremendamente problemática, apresentando-se assim como ponto fraco na articulação de seu discurso patrianovista e pró-negro. Como criar uma epopeia histórica de uma nação construída através da exploração de escravos, do extermínio de “bárbaros canibais” e do assalto de suas riquezas naturais? Arlindo através de sua abordagem religiosa, isto é, idealista, fechou os olhos para todos os fatores materiais, e tratou a escravidão como um mero “acidente” de percurso, elegendo o período colonial como período de formação da nação brasileira e não poupando elogios aos bandeirantes “dilatadores de fronteiras”. Segundo ele, a história do Brasil era indissociável da história da civilização medieval e de Portugal, tendo sido o Brasil durante o período colonial não uma colônia, mas província com alto grau de autonomia, tendo constituído assim uma verdadeira monarquia orgânica. Tal discurso acabava ignorando toda desarmonia e males existentes no passado brasileiro, mas para Arlindo, cumpria a preciosa função de fornecer um referencial histórico de inspiração para o futuro, uma vez que para o tradicionalismo católico o presente é o passado em marcha, e sendo o progresso permanência na continuidade, fazia-se indispensável um passado digno de ser preservado e renovado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOMINGUES, Petrônio. *A Nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 23, supl. 1, p. 243-252, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900243&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702016000500015>.
- MALATIAN, Teresa. **Império e Missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- MALATIAN, Teresa. **O Cavaleiro Negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MISTIÇAGEM NO BRASIL: DEGENERESCÊNCIA OU REDENÇÃO? UMA ANÁLISE DAS IDEIAS DE NINA RODRIGUES E JOÃO LACERDA

HENRIQUE MARETH TROMBETTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
HTROMBETTA8@GMAIL.COM

RESUMO

O presente artigo visa analisar brevemente as teorias raciais no Brasil e como a questão da mestiçagem entre as raças foi encarada por dois “homens de ciência” do período: Nina Rodrigues e João Lacerda. Com isso, tornam-se perceptíveis as expectativas destes intelectuais para o futuro da nação, inegavelmente mestiça. Tal fato faz com que eles interpretem de diferentes formas as teorias elaboradas na Europa e nos Estados Unidos.

INTRODUÇÃO

Em finais do século XIX, o Brasil, pouco antes de se tornar uma República, havia também recentemente posto fim à legalidade da escravidão. Durante toda a história desse país, a escravidão foi uma de suas características mais marcantes, tendo vitimado primeiramente os indígenas e depois os africanos traficados e seus descendentes. Por mais de três séculos, a escravidão foi, além da principal mão de obra empregada no país, uma relação de poder que moldou uma sociedade onde a superioridade dos brancos sobre os negros era um fato indiscutível e legalmente amparado.

Como demonstrado por Marquese e Salles (2016, p. 135), a nova escravidão, desenvolvida no Brasil do século XIX e direcionada à produção de café, contou com a atuação do aparato estatal, por vias legais ou ilegais, para a sua manutenção. Além disso, os autores também afirmam que, devido ao sucesso econômico da *plantation* de café no Brasil, não havia, até a década de 1860, nenhuma expectativa de que a escravidão iria terminar. O que mudou isso foi a vitória do Norte antiescravista na Guerra de Secessão (1865), que aboliu a escravidão em todo o território dos Estados Unidos, até então o maior baluarte da escravidão no mundo ocidental (2016, p. 145). Assim, o Brasil entrava numa posição de isolamento internacional por conta do seu retrógrado estatuto escravista, que já não tinha mais espaço na sociedade ocidental liberal e capitalista. Dessa forma, o abolicionismo passa a ser discutido no Brasil mais por necessidades econômicas e diplomáticas do que propriamente humanitárias.

Como aponta LEMOS (2009, p. 405), A segunda metade do século XIX foi o palco de muitas transformações estruturais na sociedade brasileira, que culminaram no surgimento e implementação de uma alternativa republicana para o país. Entre essas transformações, podemos citar acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos:

Extinção do tráfico internacional de escravos, Lei de Terras, intensas migrações internas, Guerra do Paraguai, movimento abolicionista, deslocamento do polo dinâmico da cafeicultura do Vale do Paraíba para o oeste paulista, imigração europeia, avanço do trabalho livre, renovação intelectual de vários setores sociais pela absorção de variantes do liberalismo e do cientificismo, conflitos entre o Estado, Igreja Católica e os segmentos militares, abolição da escravidão, derrubada da monarquia e implantação da república, primeira crise de superprodução cafeeira e estabilização da ordem republicana nos termos da ‘política dos governadores’

Dentre estes fatores, o que o presente artigo visa debater é uma face do cientificismo ocidental da época, que dividiu a humanidade entre raças. Dessa forma, explicava-se as desigualdades sócio econômicas, facilmente perceptíveis no contraste entre, de um lado, a Europa e os Estados Unidos e, do outro, o mundo subdesenvolvido, por meio determinismos biológicos e sociais.

AS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL

As noções de “negro” e “branco” são anteriores ao pensamento racial e remetem a um ideário moral-religioso medieval católico. Desde o primórdio das línguas indo-europeias, o branco era associado à pureza e ao bonito, e o negro ao mal e às trevas. Uma reinterpretação da palavra “escravo” no Velho Testamento passou a relacioná-la à culpa e imoralidade. Dessa forma, a empresa escravista e o tráfico de africanos eram justificados como um esforço de “resgate” e “salvação das almas” dessas “gentes enegrecidas” (HOFBAUER, 2007, p.3).

Desde os século XVIII, o pensamento científico tendia a explicar as diferenças de cor de pele como sendo condicionadas por contextos geográficos e climáticos. Porém, a partir da segunda metade do XIX, essas ideias ganham ideários biológicos e evolucionistas, introduzindo o conceito de “raça” (HOFBAUER, 2007, pp. 3-4). Essas ideias, debatidas principalmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental, são um desfecho dos debates acerca da origem da humanidade, entre monogenistas e poligenistas, somadas às ideias evolucionistas da época e ao advento da obra “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin (SCHWARCZ, 1996, p. 166). Participavam das discussões sociólogos, psicólogos, antropólogos, médicos e bacharéis em direito, ou, como eram por aqui chamados os intelectuais ligados às ciências naturais, os *homens de ciencia*. Nesse contexto também se difundia a antropologia criminal, que buscava encontrar características físicas comuns aos criminosos que agora podiam viver em um maior anonimato nas sociedades em urbanização, e cujo principal expoente era Cesare Lombroso.

Nesse contexto, pensando em um quadro intelectual ocidental generalizado, a diferença passa a ser explicada em termos de avanço e atraso, dentro da ideia linear de progresso. Como afirma KOSELLECK (2006, p. 317),

Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente de outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos.

Ao homem branco civilizado é dado o fardo de tutelar as sociedades menos desenvolvidas e civilizadas. Tal ideia não se limita somente à tecnologia e extrapola também para o âmbito da cultura. Para Koselleck (2006, p. 314), “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”. Assim, o conceito de “progresso”, entendido como o melhoramento das condições materiais de vida, apreende a diferença temporal entre experiência e expectativa. (ibid., p. 320). Porém, o “otimismo” iluminista que naturaliza a igualdade entre os homens, e o ideal de igualdade da Revolução Francesa, que tradicionalmente estiveram ligados à ideia de progresso, são negados no século XIX, quando se elabora intelectualmente a “naturalização das diferenças”. Em síntese, é “um progresso que caminha numa direção só – ou seja, rumo à Europa Ocidental, à monogamia, ao industrialismo, à tecnologia, e que não vê mais a noção de perfectibilidade como uma via de mão dupla.” (SCHWARCZ, 1996, p.163).

Com a popularização da obra de Darwin, os conceitos do evolucionismo ganharam espaço no imaginário de um número de pessoas cada vez maior. À Spencer, um pensador liberal da época, são creditadas as primeiras analogias entre o funcionamento evolucionista da natureza e o funcionamento da sociedade. Assim, começava-se a naturalizar questões que eram de ordem social, política e econômica (ibid., p.167).

Junto a esse determinismo social, desenvolve-se também o determinismo racial. Lília Schwarcz aponta para quatro características principais dessa ideia. A primeira é a caracterização, com base nas discussões poligenistas, da “raça” como um fenômeno essencial, buscando negar cientificamente a igualdade entre os humanos. A segunda trata-se do estabelecimento de uma relação entre os atributos internos e externos das pessoas, pois acreditava-se que, pelas características físicas, poder-se-ia chegar a conclusões acerca da moral. A terceira define o indivíduo como a soma do seu grupo “racio-cultural”. E, por fim, a quarta característica foi a prática da eugenia, não como um pressuposto mas sim como uma prática política de intervenção, onde se buscava estimular certas uniões e impedir outras. (ibid., pp. 168-169)

Thomas Skidmore destaca que os “homens de ciência” brasileiros tinham como principal influência três vertentes de pensamento racial, originárias dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental. A primeira é a escola etnológico-biológica estadunidense, que se difunde para a Europa e em seguida para o Brasil. Seus adeptos desenvolveram práticas de frenologia, fisiognomia e anatomia comparativa, e acreditavam que as diferenças físicas entre as “raças” também implicam em diferenças mentais, que se manifestam no âmbito cultural. Em resumo, era um pensamento que visava provar a inferioridade dos negros e justificar o domínio dos brancos. Um representante dessa escola, Louis Agassiz, viajou pelo Brasil e publicou seu relato, que foi muito aceito e difundido entre a elite brasileira. (SKIDMORE, 2012, p. 50)

Outra vertente de pensamento racial, também proveniente dos Estados Unidos, foi a escola histórica, representada pelo conde Gobineau. Seus intelectuais estudavam a história tendo a raça como fator central, buscando sempre provar uma suposta incapacidade da raça negra de construir civilizações. Caso houvessem construído (como de fato muitas sociedades negras fizeram, seguindo diversos modelos civilizacionais, que podem se aproximar ou não do europeu), a justificativa seria que a mestiçagem com brancos foi o que a tornou possível. Adeptos do arianismo, acreditavam que a “raça” anglo-saxã (nativos do norte da Europa) estava no mais alto nível de civilização e portanto eram destinados, pela natureza e pela história, a governar o mundo. (ibid., p. 51)

A terceira vertente que influenciou a elite intelectual brasileira foi o darwinismo social. A princípio, a ideia monogenista de Darwin, que atribuía a origem da espécie humana a um ancestral comum, era incompatível com o pensamento poligenista dos adeptos da escola etnológico-biológica. Porém, esses intelectuais utilizaram a ideia de “sobrevivência do mais adaptado” entre espécies para supor que as raças humanas teriam passado por um processo similar, justificando, assim, o domínio das raças “superiores” sobre as “inferiores”. Dessa forma, a teoria da escola etnológica-biológica adaptou-se ao darwinismo e reforçou sua teoria com novas ideias científicas. (ibid., pp. 51-52)

Essas ideias encontram no Brasil republicano um terreno fértil, pois aqui já se desenvolvia de forma autóctone a “ideologia da vadiagem”, uma crença da elite na indolência e irresponsabilidade dos negros e mestiços do Brasil. Essa ideologia se baseava na repulsa, tanto das populações escravas quanto das livres, em trabalhar nas terríveis condições das *plantations* brasileiras (ANDREWS, 1998, p. 85). O advento da República, que trazia consigo, em teoria, ideais de igualitarismo, necessitava uma justificativa ideológica para o fracasso da implementação prática destes mesmos ideais. Portanto, ideias científicas racistas e bio deterministas tornam-se convenientes para a intelectualidade elitista brasileira, utilizando-se delas para também justificar o fracasso da abolição em trazer igualdade entre os brancos e negros no Brasil (FERLA, 2005, p. 45).

NINA RODRIGUES E A DEGENERESCÊNCIA

Nesse contexto, a mestiçagem entre raças passa a ser vista como um problema por uma parte desses intelectuais. Nina Rodrigues (1862 – 1906), um médico da Faculdade de Medicina da Bahia e notório adepto das teorias raciais, publica em 1899 seu trabalho *Mestiçagem, degenerescência e crime*. Nesta obra, o autor tenta provar, com base na observação científica, como a mestiçagem atenua a degenerescência, que leva ao crime. Em seu referencial teórico citado ao longo do texto, nota-se constantes referências a H. Spencer, Gobineau, bem como a plena utilização de conceitos de Lombroso em seus diagnósticos. Portanto, Rodrigues estava constantemente se atualizando nos debates entre os intelectuais desse contexto na Europa e Estados Unidos.

Nina Rodrigues estuda a população de Serrinha, uma pequena cidade no interior da Bahia, onde por alguns anos atendeu diversos pacientes. Sua pesquisa basicamente liga o diagnóstico dado aos pacientes com sua árvore genealógica, dando destaque para a mestiçagem entre raças. Sem deixar de levar em conta o fato de que, por ser uma comunidade pequena, aconteceram muitos cruzamentos entre pessoas com algum grau de parentesco, Nina Rodrigues (2008, p. 1161) afirma que

As causas reais das manifestações mórbidas ou de degenerescência estudadas na população de Serrinha devem ser mais longínquas e mais poderosas, e essas causas não são outras se não as más condições nas quais se efetivaram os cruzamentos raciais dos quais saiu a população da localidade analisada.

O médico destaca como a mestiçagem entre raças “antropologicamente muito distintas” pode atenuar a degenerescência. Nesse sentido, Nina Rodrigues corrobora com as ideias de H. Spencer, citando deste autor o seguinte trecho:

“Em todo o reino animal, temos razão para crer, todo cruzamento entre variedades que se tornaram muito estranhas umas às outras não produz nada de bom fisicamente, ao contrário, a união entre variedades ligeiramente diferentes dá bons efeitos físicos. Será que o mesmo ocorre na natureza mental? Considerando certos fatos, parece que a mistura entre raças de homens muito diferentes produz um tipo mental sem valor, que não serve nem para levar a vida da raça superior, nem a da inferior, que não é apropriada a nenhum gênero de vida. Ao contrário, povos com a mesma origem, que tenham vivido durante várias gerações em circunstâncias diferentes, e se separaram ligeiramente uns dos outros, apresentam, no cruzamento, como se vê às vezes, um tipo mental superior, em certos aspectos”. (SPENCER, 1875 apud RODRIGUES, 2008, p. 1164)

Junto dessas ideias que remontam ao darwinismo social, pode-se perceber no pensamento de Nina Rodrigues uma forte noção de determinismo geográfico. O autor demonstra uma preocupação com a adaptação da raça branca ao clima tropical. Conforme suas palavras: “Seja permanecendo pura em relação a qualquer cruzamento, seja aliando-se às raças nativas, a raça branca degenera e se extingue quando limitada a viver nos climas tropicais” (ibid.). Em seu texto, o médico dá o prognóstico da extinção, em algumas gerações, dos brancos que habitam o Norte do país, em oposição aos do Sul, que aparentemente estão em pleno vigor.

Vemos, sem grande esforço, entre os brancos do norte do Brasil, que em geral não obtêm seus meios de subsistência de rudes trabalhos agrícolas, uma raça que perece e se apaga. Seguindo uma família algo numerosa durante algumas gerações, descobre-se sem dificuldades sinais evidentes de degenerescência mórbida que se acentuam. E se comparamos os brancos do norte do país, inteligentes, mas páli-

dos, anêmicos, com um desenvolvimento físico frágil, com os habitantes do sul, robustos, vigorosos, sadios e rosados, o contraste será chocante. Pois bem, o elemento branco que se mistura não deixa de se extinguir, não cria uma causa menor de degenerescência. Conheço inúmeros casos nos quais os mestiços, ainda que de segundo ou de terceiro sangue, tendo recebido uma dose nova de sangue branco, continuam a degenerar ao invés de regenerar. (idem)

Assim, Nina Rodrigues reforça sua posição contrária à miscigenação, negando que ela possa ser benéfica para a adaptação, por exemplo, da raça branca ao clima tropical do Norte do país. O médico aponta que “Na mestiçagem, o elemento não adaptável encontra assim, bruscamente, novas condições de existência; ele degenera, enfraquecendo-se gradualmente pela *sobrevivência dos mais adaptáveis*, isto é, daqueles nos quais predomina o sangue indígena” (ibid., pp. 1165-1166) [grifos meus]. Dessa forma, a “degenerescência”, à qual o médico atribui como causadora dos atavismos que diagnostica na população mestiça com a qual teve contato, seria o motor da extinção das raças inadaptáveis.

Ao passar para a última parte de sua análise – o crime, o médico começa com as seguintes palavras:

A criminalidade dos povos mestiços ou de população mista como a do Brasil é do tipo violento: é um fato que nos parece suficientemente demonstrado. A impulsividade das raças inferiores representa certamente um fator de primeira ordem nesse tipo de sua criminalidade, mas se compreende facilmente que a impulsividade criminal pode ser e será em grande parte uma simples manifestação da anomalia que faz com que os criminosos sejam seres que não podem se adaptar, se acomodar ao seu meio social, refratários que são à norma social sob a qual deveriam viver. (ibid., p. 1166)

Ao analisar o caso de um garoto com ascendência indígena que assassinou seu amigo porque queria se vingar de um evento ocorrido um ano antes, Nina Rodrigues atribui tal comportamento epileptoide a uma “impulsividade selvagem” que cedo ou tarde se manifestará nos mestiços, por conta da sua ascendência com uma raça não civilizada. Dessa forma, o médico atribui o crime e as outras degenerescências que o mesmo constata nos mestiços “à decadência produzida pela mestiçagem defeituosa de raças antropológicamente muito diferentes e cada uma não adaptável, ou pouco

adaptável, a um dos climas extremos do país: a branca ao norte, a negra ao sul”, e conclui que “a associação do crime a francas manifestações degenerativas e sua característica de retorno aos sentimentos indomáveis dos instintos inferiores, bárbaros ou selvagens, não deixa qualquer dúvida a esse respeito” (ibid., p. 1176).

Nina Rodrigues é um dos pioneiros na adesão às teorias positivistas da antropologia criminal que viriam a estigmatizar diversos setores da população pobre no Brasil. Elizabeth Cancelli (2001, p. 151) aponta quatro fatores principais que se aderiram à esta teoria, criando estigmas no campo das leis e do crime:

1) o da aberração dos instintos; 2) o da inerência do crime à natureza humana; 3) o dos preceitos científicos de uma memória geneticamente instituinte; e 4) o da construção do criminoso, envolvendo a constituição de elementos anatômicos, psicológicos e sociais

A autora ainda aponta que tudo isso se dá no contexto da virada do século, em que se estabelecem, com parâmetros científicos, padrões sobre a capacidade humana de comportamentabilidade, utilizando padrões indiscutíveis de conhecimento, especialmente os psicobiológicos (ibid.).

Essas teorias do final do XIX e início do XX, deterministas no campo social e biológico, apontam para uma desvalorização da individualidade, tornando o comportamento humano condicionado por suas características “racio-culturais”. O que chama a atenção é o fato de que até mesmo pensadores liberais estão negando o individualismo, historicamente uma das principais bandeiras do liberalismo, como é o caso de Spencer, que entre sua extensa lista de obras podemos destacar “*O indivíduo contra o Estado*” (1884).

JOÃO LACERDA E O BRANQUEAMENTO

Nem todos os homens de ciência adeptos das teorias raciais pensaram na mestiçagem como um problema. Para alguns deles, o branqueamento da raça era visto como uma possibilidade de redenção e melhoramento do país após séculos de escravidão, e isso implicava em rejeitar a tese de intelectuais

como Nina Rodrigues, que acreditavam que a mestiçagem seria causadora de degenerescência.

No final do século XIX, o branqueamento já era um ideário historicamente construído, pois o “caucasiano” era tido inevitavelmente como o topo da pirâmide social, e o mais branco era visto sempre como o melhor (SKIDMORE, 2012, p. 87). Assim, era comum que populações não-brancas tentassem se apresentar como o mais brancas possível, na esperança de obter alguma ascensão social. Porém, durante o auge do pensamento racista (1880 – 1920), essas ideias ganham legitimidade científica (ibid., p. 89), e os intelectuais do branqueamento passam a buscar evidências de que a raça branca possuía genes mais fortes e estava se sobressaindo nos cruzamentos inter raciais.

Um desses intelectuais pró branqueamento foi João Baptista Lacerda (1856 – 1915). Lacerda foi um cientista influente em sua época, tendo atuado em sua carreira como ministro da agricultura, presidente da Academia Nacional de Medicina e diretor do Museu Nacional, cargo que ocupava quando representou o Brasil no Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres no ano de 1911. Nesse contexto, o Brasil era visto pelas nações desenvolvidas como um “laboratório racial”, onde o clima tropical e a mestiçagem entre raças causavam degenerescência. Portanto, a presença de um representante da nação brasileira no Congresso era muito importante (SCHWARCZ, 2011, p. 226).

Assim, João Lacerda apresenta-se ao Congresso propondo ideias raciais que divergiam em alguns pontos centrais das correntes de pensamento hegemônicas no período. Em seu ensaio *Sur le métis au Brésil*, Lacerda aponta, sob um viés científico e ao mesmo tempo propagandístico, um caminho de esperança e redenção para o futuro da nação brasileira: o branqueamento. Entre os “homens de ciencia”, era consensual a ideia de que a raça negra era inferior cultural e biologicamente, e havia deixado de herança diversos atavismos e vícios que precisavam ser higienizados da população. Também era consenso a superioridade cultural e biológica dos brancos, os construtores da civilização. Portanto, a solução para o “problema do negro”

no Brasil, segundo Lacerda, seria tornar a raça branca, por meio da mestiçagem entre os brasileiros e os imigrantes que, no período, estavam sendo trazidos em massa por meio de subvenções do estado brasileiro.

Nas conclusões de seu texto, Lacerda (apud SCHWARCZ, 2011, p. 242) aponta que:

1. A observação e a comparação dos fatos zoológicos, no tema da função de reprodução, conduzem a reconhecer que o homem branco e o homem negro formam duas raças e não duas espécies.
2. Os mestiços, produto da união sexual do branco e do negro, não constituem uma raça verdadeira, mas um tipo étnico variável, transitório, tendo tendência a retornar a uma das duas raças originais que o produziu.
3. A importação, em uma vasta escala, da raça negra ao Brasil, exerceu uma influência nefasta sobre o progresso deste país; ela retardou por muito tempo seu desenvolvimento material, e tornou difícil o emprego de suas imensas riquezas naturais. O caráter da população ressentiu-se dos defeitos e os vícios da raça inferior importada.
4. O mestiço é inferior ao negro em resistência corporal e força física, mas ele rivaliza frequentemente com o próprio branco em inteligência e aptidões técnicas e artísticas.
5. No Brasil, os mestiços ajudaram nas ações dos brancos para o progresso do país, e eles foram bem-sucedidos ao se elevarem às mais altas posições na administração e na política.
6. A imigração crescente dos povos de raça branca, a seleção sexual, o desaparecimento de preconceitos de raça cooperam para a extinção a curto prazo dos mestiços no Brasil.
7. Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América.
8. Um futuro brilhante está reservado ao Brasil, ele tornar-se-á a estação principal onde a raça latina virá se reanimar, rejuvenescer-se na América do Sul, como os Estados Unidos o foram na América do Norte para a raça saxã.

Thomas Skidmore (2012, p. 126) aponta que a tese brasileira do branqueamento, mesmo se apropriando das teorias racistas da Europa, descartou dois de seus principais pressupostos: o caráter inato das diferenças raciais e a degeneração dos mestiços, como fica perceptível nos pontos 1, 2 e 4 da conclusão de Lacerda. Nesse sentido, Lilia Schwarcz (2011, p. 232) afirma que

ficava evidente, portanto, a defasagem entre as teorias deterministas importadas, quando confrontadas com a realidade mestiça do país; e também a rigidez da teoria diante do objeto em questão, a nação brasileira. A saída foi então adaptar os modelos.

Essa adaptação brasileira às teorias racistas foi, para seus contemporâneos, muito original. Na verdade, a tese do branqueamento trazia uma explicação científica para o que muitos intelectuais brasileiros acreditavam que já estava acontecendo (SKIDMORE, 2012, p. 126). Clayton Cooper, um norte americano que publicou o relato de sua viagem ao Brasil, comentou que aqui estava em andamento

Um novo experimento entre as nações [...] diferente de tudo o que se conhece nos Estados Unidos ou em qualquer país da Europa na colonização de povos de cor diferente. [...] Uma honesta tentativa está sendo feita aqui para eliminar os pretos e pardos pela infusão de sangue branco. Pretende-se que um dos fatores nesse processo seja a seleção natural, pela fêmea, de um parceiro de cor mais clara que a sua (COOPER, 1917, pp. 23-5 apud SKIDMORE, 2012, p. 123).

Nesse sentido, a tese do branqueamento parece confirmar a formulação de Koselleck, em que a modernidade só pode ser compreendida como uma época em que as expectativas não são mais limitadas pela experiência. A fé no progresso levou a crer que os problemas sociais do Brasil poderiam ser resolvidos com a infusão de sangue branco na população, algo jamais antes tentado e que poderia servir de inspiração para países como os Estados Unidos da América, onde a população negra vivia segregada da branca.

João Lacerda, em sua resposta às críticas de seu trabalho anteriormente citado, compara a situação dos negros no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos, por conta da segregação, a população negra se organiza entre si e aumenta cada vez mais em número, no Brasil ela tende a diminuir até sua extinção (cujo prognóstico o autor dá em cerca de um século), por conta da sua selvageria e falta de organização, além da suposta preferência das mulheres negras por maridos mais brancos (LACERDA, 1911, p. 99). Portanto, o Brasil estaria lidando melhor com o seu “problema negro”, e a chave do raciocínio é, mais uma vez, o darwinismo social. O cientista analisa os dados dos censos realizados em sua época, onde a população branca está cada vez maior, por conta da vinda dos imigrantes, e prevê que em 2012 a população do Brasil seria de aproximadamente 80% de brancos, 17% de índios e 3% de mestiços (ibid, p. 101). O autor ainda

destaca que a porcentagem de índios é enganosa, pois sua representação crescente nos censos se dá ao fato de os mesmos estarem se aproximando cada vez mais da civilização e sendo incluídos na contagem, e não por estarem se reproduzindo mais.

CONCLUSÃO

Este artigo visou debater, de forma breve, como as ideias científicas raciais, do final do XIX e início do XX, são recebidas e interpretadas pelas intelectuais do Brasil. Sendo esse um país de proporções continentais, inegavelmente mestiço e com um histórico de séculos de escravidão, tais ideias tiveram forte influência nas projeções dos contemporâneos acerca do futuro da nação. Para alguns, como Nina Rodrigues, a realidade racial mestiça foi vista de forma pessimista, ligada à degenerescência e ao crime; para outros, como João Lacerda, essa realidade foi vista de forma mais otimista, desde que se buscasse a infusão necessária de sangue europeu “civilizado” na população brasileira.

A desigualdade entre brancos e negros no Brasil hoje ainda está longe de ser resolvida, e é importante para os debates atuais que se tenha conhecimento de como a população negra era vista pela intelectualidade brasileira durante o pós-abolição. Não é difícil perceber, ainda hoje em dia, como parte dessas ideias ainda pairam no imaginário social, se manifestando em forma de preconceitos, às vezes mais sutis, às vezes nem tanto. Ter conhecimento, por exemplo, sobre a motivação da opção política que o estado brasileiro fez, há pouco mais de um século atrás, em subvencionar a vinda de imigrantes europeus e abandonar a população negra recém liberta à própria sorte é fundamental para os debates atuais sobre ações afirmativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo: 1888- 1988**. Bauru: Ed. da USC, 1988.
- CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889 – 1930**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida – do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)**. 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/T.8.2005.tde-26052005-184255. Acesso em: 07-10-2019.
- HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial – sobre as entranhas do racismo no Brasil**. In: Por que “raça”? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. Santa Maria: EDUFSM, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.
- LACERDA, João Baptista de. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911) – apreciação e comentários**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/16>. Acesso em: 07-10-2019.
- LEMONS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (Org.). **O Brasil Imperial**, v. 3 (1870 – 1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1151-1180, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07-10-2019.
- SCHWARCZ, Lília. **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. ja/mar. 2011, p. 225-242, 2011.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ST JOVENS PESQUISADORES 03

COORDENAÇÃO

RENAN SANTOS MATTOS (UFSC)

A UTOPIA DA PUREZA: A CONFIGURAÇÃO DA HERESIA CÁTARA

ADRIENNE PEIXOTO CARDOSO
LAPEHME – UNIPAMPA/CAMPUS JAGUARÃO
ADRIISWALKER@HOTMAIL.COM
ORIENTADOR PROF. DR. EDISON BISSO CRUXEN

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisa e Estudo em História Medieval (LAPEHME) da Universidade Federal do Pampa – Unipampa/Jaguarão e tem por objetivo a caracterização da heresia cátara, durante os séculos XII – XIII, no Languedoc (sul da França). O catarismo é uma heresia medieval que apresenta seu primeiro registro em 1163, nos “Sermões Contra os Cátaros” escrito por Eckbert¹ (ZERNER, 2017). Normalmente a configuração herética se limitava a um tipo de “reinterpretação” ou negação de alguns preceitos da Igreja Romana e não tinha o desejo de destruir o catolicismo. Os cátaros se tornaram uma expressão a parte na cristandade, criaram sua própria Igreja, doutrinas, cultos e fundamentos e pregavam a extinção do catolicismo (GODES, 1995). O movimento buscava sua melhoria intelectual cooptando bispos e padres,

.....
¹ Eckbert von Schönau era cônego da cidade de Schönau. Os sermões foram redigidos em combate as heresias, no caso, os cátaros, que estavam em ascensão no período.

ligados a universidades católicas, para se integrarem a esta heresia. Os nobres também farão parte da sociedade cátara, principalmente por estarem aborrecidos com os altos impostos e dízimos cobrados pela Igreja, cada vez mais rica.

Os cátaros aparecem em 1144, em Lieja, na cidade de Périgord são observados dois anos mais tarde e em 1148 são mencionados no Concílio de Reims. Também são identificados na Lombardia, em Nápoles, na Inglaterra, na Alemanha e na Itália. Os cátaros se consolidam no Languedoc entre 1163 e 1165, região que serviu de base para a expansão da heresia em outros lugares no sul da França (Toulouse) (GODES, 1995). Na metade do século XIII, os cátaros lombardos influenciaram o norte da Itália (Concorezzo). Nesta região a seita caracterizava-se por inculcar um espírito contestatório e revolucionário nas pessoas, despertando a ira da Igreja Católica, que conseguiu suprimir esta heresia na Itália no final do século XIII (PERCIVALDI, 2018).

O nome cátaro é considerado a primeira utopia desta heresia sendo atribuído em sentido irônico pelos católicos. *Kátharos*, em grego, significa “puros”, designação utilizada para definir os membros da elite espiritual do grupo, qualificados como *perfecti*, assim “hereges perfeitos”. A terminologia católica oficial pretendia ser depreciativa, mas identificava apropriadamente a busca obsessiva de pureza pelos “perfeitos”, ao ponto de mesmo os contemporâneos católicos reconhecerem esse empenho. A partir de 1165, como forma de diferenciação da Igreja da época, os ministros cátaros se autodenominaram como *veri christiani* ou *bonos christianos*, ou então, *bos homes*, *bos crestias* ou *crestias*, em occitano². Os outros membros da comunidade eram apenas “crentes” (crezents ou credentes) (FRANCO, 2018).

Haviam outros nomes para o catarismo, o mais famoso é “Albigenses”. Este nome é devido a cidade de Albi (França), onde foi identificado o primeiro bispo herético cátaro e pela resistência que os habitantes organizaram para que não fossem queimadas vivas algumas pessoas condenadas por heresia (GODES, 1995). A partir de 1209, com a realização da Cruzada

.....
2 Língua occitana, língua românica falada no sul da França ao País d’Oc.

Albigense, passa-se a fazer uso metonímico da denominação dos habitantes dos polos do grande triângulo herético: Albi, Carcassone e Toulouse (FRANCO, 2018). Eles eram chamados de *Cátaros* na Germânia, de *Piphles* em Flandres e de *Texerant* (tecelão) na Gália. No século XIII, 1220, Alain de Lille conta que “cátaro” estava na origem de *Ketzerei*, termo que designa heresia em alemão (ZERNER, 2017).

A palavra heresia vem do latim *haeresis* e significa uma doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja nos assuntos de fé, o herético é aquele que escolhe, aquele faz uma opção (NOVINSKY, 1983). Do grego, tem significado de “ação de pegar”, no sentido metafórico de “escolher, ter preferência, visão particular discordante” (ZERNER, 2017, P, 561-562). Segundo Isidoro e Pápias³, heresia surge do verbo “eleger”, derivada do verbo aderir, tendo por significado “aquele/a a quem adere”. O verbo *ercisor* também faz correlação porque é sinônimo de dividido. Ou seja, o ser herege é quem se afasta da “vida comum”, do *modus vivendi* definido pela Igreja Católica medieval (EYMERICH, 1993). Heresia também pode ser considerada a escolha que implica, após o recebimento do batismo, na negação pertinaz de qualquer verdade apresentada pela santa fé católica (FAITANIN, 2006). Era considerada como um pensamento desviante, produzido no seio do próprio pensamento cristão, que diferente do pagão, que não foi cristianizado (BARROS, 2010).

A HERESIA

Os hereges eram basicamente definidos por três ações: ser contrário a qualquer artigo de fé; ser contrário a qualquer verdade declarada pela Igreja e ser contrário aos livros canônicos. Possivelmente, a maior atração em tornar-se herege era a desvinculação das imposições e controles da Sé Romana, diversas vezes contestada por suas ações mundanas e “reprováveis” ao longo do medievo ocidental. O objetivo das heresias era contestar os ensinamentos

.....
³ Isidoro de Sevilha foi arcebispo de Sevilha, viveu entre os séculos VI e VII d.C. e é padroeiro dos estudantes, dos filósofos e dos historiadores. Pápias de Hierápolis, foi escritor e viveu entre os séculos I e II d.C. e é considerado um dos primeiros líderes da Igreja Cristã.

da Igreja (considerados hipócritas) e rejeitar muitos dos sinais exteriores da fé cristã: sacramentos, liturgia e hierarquia (EYMERICH, 1993).

No medievo, oito situações determinavam a utilização do adjetivo herético: 1) excomungado; 2) simoníaco; 3) quem se opunha à Igreja Romana e contestava a autoridade que ela recebeu de Deus; 4) quem cometia erros na interpretação das Sagradas Escrituras; 5) quem criava uma nova seita ou adería a uma já existente; 6) quem não aceitava a doutrina romana no sentido dos sacramentos; 7) quem tinha opinião diferente da Igreja de Roma sobre um ou vários artigos de fé; 8) quem duvidava da fé cristã. As condições para a qualificação como herege estavam relacionadas a inteligência (má interpretação ou incapacidade de compreensão dos preceitos da fé) e a vontade (apego teimoso ao erro da inteligibilidade) (EYMERICH, 1993).

Compreende-se que o surgimento de ações heréticas fundamentava e inspirava o aparecimento de novos movimentos contestatórios ao comportamento da Igreja Medieval. A propagação de heresias foi o motor da constituição do Tribunal do Santo Ofício, que tinha como objetivo controlar, identificar, punir e suprimir pensamentos e organizações sociais que se opusessem aos dogmas da Santa Madre Igreja. Essa Igreja Cátara, paralela à Católica, praticava a castidade de forma radical, tinha horror ao juramento, levava a vida humilde como os apóstolos, recusava os alimentos da carne, condenavam os bens materiais e rezavam dia e noite (o Pai Nosso era a principal oração). Seus seguidores, de todas as classes, eram aqueles que abandonaram suas fortunas e seus bens: nobres, monges, padres... (GODES, 1995).

O CATARISMO

O catarismo deve ser pensado no plural, em suas especificidades e manifestações regionais (Languedoc, Lombardia, Toscana, Inglaterra, Renânia, Aragão...). Embora os cátaros em geral vivessem segundo um conjunto básico de crenças, estas sofriam variantes locais e derivações comportamentais e ideológicas comuns a cada grupo. Apesar das diferenças regionais entre os “catarismos”, liturgicamente haviam três elementos comuns: A prece, limitada praticamente ao *Pater Noster*, que deveria ser recitado várias

vezes ao dia. Um único sacramento, o *consolament*, em occitano (*consolamentum*, em latim), que se dava através da imposição das mãos, tornando um integrante da comunidade em “perfeito” (a elite espiritual). Este, também era utilizado em forma de extrema-unção aos moribundos. Por último, o *aparelhament* (preparação), a confissão pública ou individual com absolvição coletiva, sem caráter sacramental, que ocorria uma vez por mês (FRANCO, 2018). Haviam outros ritos entre as comunidades cátaras, como a *Endura*, quando se realizava o suicídio místico, jejuando até a morte (GODES, 1995). O *consolament* também poderia ser considerado como um batismo para a entrada na comunidade cátara (GODES, 1995). Uma vez que os cátaros não acreditavam no Pecado Original, o “batismo” tinha um conceito diferente do utilizado pela Igreja Católica. Os sacramentos católicos eram considerados como *deceptoría et diabólica* (enganosa e diabólica) e as penitências católicas como *deceptoría et venenosa* (enganosa e venenosa) (FRANCO, 2018).

A Igreja Cátara não possuía bens e não apresentava peso político, mas havia um reconhecimento público na mensagem disseminada, onde mesmo quem não fazia parte da seita se solidarizava com ela e a escolhia como referência. Este é o caso da região do Languedoc, no sul da atual França, terra onde muitos membros da aristocracia e pessoas abastadas eram seus simpatizantes (PERCIVALDI, 2018). Também não possuía uma construção, uma edificação ou local específico para reunião da comunidade e realização das orações. Os cultos ocorriam em pequenos grupos, nas residências dos crentes e quando eram muitas pessoas, aconteciam nos celeiros, nas oficinas de tecelagem ou nos porões. “Deus está tanto numa casa quanto na Igreja”, declarou um cátaro em interrogatório inquisitorial.

Segundo Anne Brenon (1997), o catarismo tinha inspiração na Igreja Cristã Arcaica⁴, um tipo de cristianismo que se empenhava em reproduzir os fundamentos dos Evangelhos, além de um forte cunho dualista, como se fosse um desdobramento do maniqueísmo que retornou a Europa no século X,

.....
4 Foram os primeiros movimentos da religião. Os cristãos se reuniam para proclamação do Evangelho e a comunhão. Era presidida pelos discípulos de Jesus.

o neomaniqueísmo (GONZAGA, 1993). Conforme o modelo das primeiras comunidades cristãs, os cátaros se organizaram em pequenas Igrejas independentes, nas quais a principal concepção evangélica era seguir a simplicidade de Jesus Cristo. Segundo suas percepções: as pessoas estavam no mundo como forma de cumprir uma penitência para alcançar o Céu; não existiam pecados veniais⁵, apenas mortais; o pecado era fruto da existência material; pecado e moral estavam intimamente vínculos e o sexo deveria ser suprimido, por ser reflexo de uma materialidade mundana e pecaminosa (GODES, 1995). Para estes hereges, a natureza espiritual é completamente boa e a carnal é completamente má (*natura spiritus est tota bona, ergo natura carnis est tota mala*), explicou Prepostino de Cremona, no fim do século XII (FRANCO, 2018).

Os cátaros foram uma das seitas mais numerosas e influentes do medievo, seu modelo de sociedade, diferente do conhecido na Europa do século XII, adquiriu tanta força que nem as intervenções papais foram o bastante para controlar sua heresia. Eles reescreveram o sentido de pauperismo e o rigor moral, estavam fora sistema e isolados de qualquer meio de interferência (PERCIVALDI, 2018). A estrutura teológica dualista cátara colidia fundamentalmente com a crença católica. Seus valores e ações se ajustavam com o clima religioso puritano da época, enquanto se aproveitavam da atmosfera anticlerical, do entusiasmo crescente da religião, da desordem das condições econômicas e sociais e o respeito a tradição dos ascetas (RICHARDS, 1993). O dualismo é uma filosofia criada por Mani, um persa gnóstico do século III, que considerava existir, desde o começo do mundo, uma oposição absoluta entre dois princípios equivalentes: o bem e o mal (GODES, 1995).

UTOPIAS

A Igreja Cátara era feita de eleitos, separados entre “perfeitos” e “crentes”. O primeiro grupo era considerado como a “aristocracia” da sociedade, os intelectuais, que tinham a sua própria hierarquia. Enquanto o

.....
⁵ Pecado venial se refere a um pecado menor não significando a uma completa separação com Deus ou uma condenação eterna no inferno, como resulta o pecado mortal.

segundo grupo era constituído pelo resto da população, que acreditava na doutrina, mas não eram “bispos” (FALBEL, 2007).

A organização deles era estruturada segundo um modelo hierárquico: no mais alto degrau estavam os ‘perfeitos’, aqueles que tinham alcançado o conhecimento. Nos estratos inferiores estavam aqueles adeptos que eram progressivamente ‘iniciados’ no mesmo conhecimento, e através de uma rígida ascese, ajudados a se libertarem dos prazeres terrenos e a alcançar a perfeição do espírito. Para obtê-la deviam renunciar a qualquer contato de natureza sexual e a qualquer alimento que tivesse alguma relação com a procriação: carne, ovos, queijo, leite. Nada que pudesse relacioná-los com o mundo terreno e, assim, sujá-los com o pecado (PERCIVALDI, 2018, p 294-295).

Mesmo com esta separação, na heresia cátara não havia grande distância social, nem econômica, inclusive nas relações de gênero. A condição feminina no catarismo era melhor do que na sociedade feudal circundante. O “sacerdócio” cátaro feminino era aceito, as *perfectae* eram consideradas com tanto Espírito Santo quanto qualquer outro ser masculino. Assim, as mulheres também podiam ministrar os ritos e fazer as reverências. Entretanto, haviam tabus e restrições. Encostar na cabeça de uma mulher dava a punição de nove dias em jejum a pão e água, para purificação, pois elas eram consideradas “inferiores” e não podiam alcançar os cargos mais altos da hierarquia. As *perfectae* normalmente eram velhas e viúvas (FRANCO, 2018).

No catarismo, o oficiante deveria ter pureza total como primeira exigência. Quem não se sentisse capaz de seguir a rigorosa moralidade dos “bons homens” e “boas mulheres”, se manteria como simples “crente” ao longo da vida. O “perfeito” rejeitava não apenas a atividade sexual, como também toda a alimentação de origem animal, embora nem mesmo a vegetação era considerada como criação do Bom Deus. Por isso orações eram feitos antes das refeições, em busca de purificação de um ato pecaminoso. Um tratado de 1260-1270 define três quaresmas anuais para os perfeitos: Natal, Páscoa e Pentecostes. Nestes períodos, passavam a pão e água durante três dias por semana e todos os dias da primeira e da última semana de cada quaresma. Por causa da rejeição à alimentação carnívora, eles viajavam com sua própria panela para evitar o contato com a carne nos alimentos e, se fosse preciso utilizar instrumentos alheios, este era lavado cinco vezes.

O casamento cátaro era aceito apenas para os crentes, como forma de concessão à fraqueza humana. Ironicamente, a Igreja Católica atribuiu aos cátaros práticas sexuais desregradadas, sodomíticas, incestuosas e libertinas, buscando difamar o movimento. A negação ao sexo se dava pela compreensão de que foi Satanás quem ensinou os humanos a se reproduzirem utilizando o corpo. Essa mitologia remontaria ao período Bíblico de Adão e Eva, onde Satã, através da Serpente, utilizando sua cauda, fornicou com Eva, que gerou Caim, e a ensinou a pecar com Adão, que gerou Abel. O corpo humano é considerado opus satanicum (obra satânica), ao invés da visão otimista da Igreja Católica onde o homem é feito à imagem e semelhança de Deus (FRANCO, 2018).

CONFIGURAÇÕES DA HERESIA CÁTARA

O fundamento da cosmogonia cátara estava na crença da coexistência eterna de dois princípios opostos, iguais em poder e eficácia, tendo cada um seu papel no equilíbrio do universo (Bem (Deus) e Mal (Satã) – ao primeiro a pureza espiritual e a perfeição, ao segundo, os defeitos, imperfeições e corrupção). Partindo desse pensamento, era obrigação dos indivíduos a aproximação ao bem absoluto, que exigia rigorosa abstinência; opção pela total pobreza; jejuns diários; condenação da procriação; condenação da guerra e suicídio ritual. Pregavam que a Igreja Católica era a maior representação de Satanás na terra (MACEDO, 2000), sendo definida pela expressão “Igreja dos Lobos” (GODES, 1995). A instituição cátara era organizada em bispos e diáconos, com uma estrutura hierárquica parecida da Igreja Romana, mas sem a mesma pompa. Cada pessoa ocupava uma função na Igreja a partir de seus dons e talentos (GODES, 1995). O catarismo foi dividido em dois partidos: aqueles que acreditavam que Satã era independente de Deus e aqueles que acreditavam que ele era um anjo caído criador deste Mundo. Porém, o consenso geral da heresia era de que a matéria era má e impedia a harmonia do espírito com o Bom Deus (FALBEL, 2007).

A CRISTANDADE MEDIEVAL

A Igreja Católica não tomou nenhuma medida drástica em um pri-

meiro momento, apenas se restringiu a medidas dissuasórias de catequese e recomendava a compaixão para com os heréticos. Os cátaros foram presos na Inglaterra quando lá desembarcaram em 1160, foram marcados a ferro e expulsos do país. Em Aragão, na Espanha, há uma grande ofensiva, principalmente contra os valdenses, os obrigando a deixarem o reino. Já na França meridional, as missões foram fracassadas. Nessa região houve sínodos e concílios para tratar da questão, mas não tiveram êxito. Em 1170, foram criadas novas dioceses com designação de Bispos, para controlar a expansão da heresia. No terceiro Concílio de Latrão, em 1179, houve recomendações rigorosas da Igreja, expedições repressivas no Sul da França (com fracos resultados). No concílio de Verona, em 1184, houve a unificação da repressão na península italiana (GONZAGA, 1993). O Papa Lúcio III, na bula papal *Ad Abolendam*, colocou ilegalidade em muitas seitas, incluindo o catarismo. O papa em um movimento político tenta colocar os senhores feudais contra os cátaros, mas muitos dos senhores eram a favor da seita. Raimundo VI⁶ de Toulouse (1156-1222), por exemplo, era um conde e desafiou a Igreja e apoiou os hereges (PERCIVALDI, 2018).

Houve a tentativa do Papa Inocêncio III⁷ de persuadir Filipe Augusto (rei da França, bisneto de Filipe I) a liderar a ofensiva armada nas terras de Raimundo VI, para destruir a heresia, mas o rei não se comprometeu alegando não ser possível abandonar o governo por causa do estado de guerra com o rei inglês, João-Sem-Terra. Entretanto, Filipe Augusto deu autorização para que seus principais vassalos pudessem tomar o símbolo da cruz e participar da missão (MACEDO, 2000). A Cruzada Albigense (devido a cidade cátara de Albí, no Languedoc) foi organizada pelo Papa Inocêncio III e realizada em 1209. Com a Cruzada e o decorrente processo inquisi-

.....
6 Da Dinastia Ramon, Raimundo VI (princípio do século XIII) de Toulouse era bisneto de Raimundo IV (final do século XI) e perdeu os títulos do seu bisavô (por ter participado da Primeira Cruzada) quando foi atacado pela Cruzada Albigense (MACEDO, 2000).

7 Nascido Lottario dei Conti di Segni, foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica durante os anos 1198 a 1216 (MACEDO, 2000). O Papa, em ofensiva tem três ações das quais ficou conhecido: acaba por definir juridicamente a criminalização da heresia; lançamento da Cruzada Albigense no Midi (designação genérica do Sul da França); tolerância por toda parte (ZERNER, 2017).

torial, ocorre a imigração cátara em 1235 e o catarismo sucumbe em 1244. No início do século XIV os hereges desaparecem (GONZAGA, 1993). No sul da França, a resistência cátara é vencida em meados do século XIII, mas ainda havia comunidades cáteras que se adaptaram a regiões vizinhas e não representavam mais perigo de contaminação (BAIGENT; LEIGH; 2001). Entretanto, a Igreja não se contentou com a diminuição da ação e influência do grupo herético e o combateu até o extermínio completo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. **A Inquisição**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.
- BARROS, José D'Assunção. **Heresias na Idade Média**: considerações sobre as fontes e discussão historiográfica. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano II, n. 6, fev, 2010.
- EYMERICH, Nicolau. **Manual dos Inquisidores**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.
- FAITANIN, Paulo. **Inquisição: verdade e mito!** UFF, 2006
- FALBEL, Nachman. **Heresias medievais**. 1º Edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Catarismo, uma Manifestação Utóptica Medieval**. Topói, Rio de Janeiro, v. 19 n.38, mai/ago, 2018.
- GODES, Jesús Mestre. **Los Cátaros**: problema religioso, pretexto político. Barcelona: Península, 1995.
- GONZAGA, João Bernardino. **Inquisição em seu mundo**. São Paulo: Saraiva, 3º ed., 1993.
- MACEDO, José Rivair. **Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: Edipurs, 2000.
- NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. Ed. Brasiliense, 1983, 96p.
- PERCIVALDI, Elena. Na Igreja; Contra a Igreja: A Heresia; os excluídos. In: **A Vida Secreta da Idade Média**: fatos e curiosidades do milênio mais obscuro da história.

Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ZERNER, Monique. Heresia. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude.

Dicionário analítico do Ocidente medieval. São Paulo: Editora Unesp, 2017. Vol. 1.

INVOCANDO CASTELOS E FUGINDO DE PRISÕES: A POSSIBILIDADE PROPAGANDÍSTICA DE DUAS CONJURAÇÕES DE UM MANUSCRITO NECROMÂNTICO DO SÉCULO XV

JAYME RODRIGUES KRUM
GRADUANDO (UFSM)
JAYME.KRUM@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A busca de algumas pessoas por variadas formas de se conseguir poder, riqueza, fama, enfim, objetivos mundanos em geral, esta intrincada no pensamento do mundo ocidental, ocasionalmente, na atualidade, surgem diversas novas fórmulas de como alcançar tais desejos, coaching quântico, previsões sobre o futuro com pseudociências, participação de cultos e seitas libertadoras da mente. No entanto, tais buscas por métodos imediatos ou de fácil acesso não estão restritos temporalmente apenas ao mundo contemporâneo, diacronicamente, tais almejos possuíam interpretações, motivações e objetivos que se modificaram ao longo do tempo e do espaço.

No período medieval, sobretudo quando observamos os séculos, XIII, XIV e XV, séculos geralmente convencionados como sendo seus finais, percebemos uma série de mudanças de paradigmas e formas de pensamento em grande parte do território ocidental europeu.

Buscaremos discutir, neste trabalho, uma específica forma de pensamento que, aparentemente, diverge daquilo que costumamos entender como “comum” para as ideologias presentes no ambiente eclesiástico

medieval: a necromancia. Prática mágica que consistia no contato direto entre um clérigo com seres malignos, entendidos na cosmovisão cristã como demoníacos, para conquistar a resolução dos almejos específicos deste. Em um primeiro momento, tal ato, pode soar extremamente conflitante com as formas de pensamento vigentes no período. E de fato eram, afinal desde o século XIII, pessoas que entravam em contato ou que possuíam documentos que ensinavam como comunicar-se com o Inimigo de Deus e sua prole maldita, estavam fadados à fogueira, a partir do decreto papal *Super Illius Specula* do papa João XXII.

Um dos documentos desta tipologia, que foram preservados ao longo do tempo, localiza-se hoje na *Bayerische Staatsbibliothek*, sob o código BSB Clm 849 (forma como nos referiremos ao manuscrito ao longo do texto) e o nome “*Liber incantationum, exorcismorum et fascinationum variarum*” esta fonte foi datada como sendo da primeira metade do século XV e, provavelmente, produzida na região hoje conhecida como Baviera, seu autor não foi determinado por especialistas, e poucas são as hipóteses de quem este teria sido, tal manuscrito será nosso principal objeto na presente discussão.

Compreendendo desta forma que a necromancia foi uma prática herética no contexto de produção do BSB Clm 849, procuraremos apresentar algumas reflexões, levantadas ao longo de uma pesquisa de iniciação científica, sobre como um documento como este poderia sido confeccionado neste cenário e, principal objetivo deste artigo, nossas hipóteses relacionadas ao direcionamento do manuscrito a outrem.

Apresentaremos, a seguir, algumas considerações acerca desta prática, a necromancia, no cenário acadêmico. No ponto “*Necromatics*”, dissertamos brevemente sobre os posicionamentos de alguns autores, e as formas que estes entendem tal prática como objeto de pesquisa científica, bem como apontaremos de que forma nos colocamos nestas discussões. No segundo ponto “*Genibus Flexis*” relacionamos duas conjurações do BSB Clm 849 com as bibliografias supracitadas, apontando nossas análises e interpretações visando responder a pergunta “O documento tem indícios que apontem que a confecção do mesmo se destinaria a alguém além do

anônimo autor?”, por fim, nas “Considerações Finais”, retomamos os elementos discutidos ao longo do artigo reiterando os principais pontos de nossa discussão.

NECROMATICS

O período medieval foi um momento histórico em que a Europa ocidental estava dividida em uma série de territórios interconectados pela religião cristã. Tais regiões possuíam seus modos e formas de gerir seus domínios, como as relações senhoriais no reino Franco e as comunas no regnum Itálico. No entanto tais porções de terra não estavam profundamente limitadas, havendo diversos pontos de disputa, contato e coexistência em diversos locais, sendo assim, procuramos compreender as regionalizações no medievo, orientando-nos com os aspectos trazidos pelo historiador Patrick Geary (2005), focando nos aspectos culturais, sociais e históricos de cada área.

Como dito anteriormente não existem informações sobre o local exato da confecção do BSB Clm 849, no entanto historiadores como Richard Kieckhefer (1990) Florence Chave-Mahir (2015), e Julien Véronèse (2015) apontam como acurada o fato do documento ser de origem germânica. O Sacro Império Romano Germânico foi um grande domínio existente na Europa ocidental, em seu quase milênio de duração tal império passou por diversas expansões e retrações territoriais ao longo do tempo.

As principais características deste império, em que nos focaremos no presente trabalho, são as relacionadas ao ambiente políticos e eclesiástico. Para Quentin Skinner (1996) o mundo germânico tardo medieval se configurava em diversos principados que estavam unidos sob uma coroa imperial. O posto de imperador estaria ao alcance de qualquer príncipe que alcançasse o maior número de seguidores e demonstrasse condições mentais e espirituais para assumir o papel de senhor da cristandade. Este cargo não se referia a uma dominação territorial imediata, mas a manutenção de uma rede de contatos entre aristocratas, as chamadas relações de senhorio ou relações de *dominium* (Alain Guerreau (2006))

Tais príncipes eram senhores (*domine*) de suas próprias porções de terra, ou de localidades específicas para usufructo fiscal, estes estavam, em grande parte do tempo, disputando com outros aristocratas principalmente por influências que facilitariam a aproximação pessoal do cargo imperial ou da aproximação familiar deste. Assim, como escreve Michel Senellart (2006), muitos eram as formas como tais príncipes buscavam para subjugar seus adversários, seja no campo político quanto no militar, deste modo, tais aspirantes ao cargo imperial aproximavam-se de certas facetas da sociedade que poderiam servir-lhes no futuro.

Um dos principais setores que eram buscados para aproximação era a Senhora que nunca morre, mais conhecida no período medieval como a *ecclesia*. A Igreja cristã no período medieval, era a principal detentora de ferramentas eruditas e de conhecimento, bem como se tratava do principal elemento da vivência cristológica, a *christianitas*, tal experiência espiritual possuía diversos rituais essenciais que necessitam da participação direta dos eclesiásticos, como batizados, casamentos e funerais.

No entanto, como aponta Jérôme Baschet (2006), a Santa Sé possuía uma participação ativa nas relações senhoriais no medievo, como anteriormente dito, a *ecclesia* era peça fundamental na religião cristã, sua presença era nítida, palpável e real para aqueles presentes no *medium aevum*. Uma das aproximações mais comuns e recorrentes entre os senhorios laico e eclesiástico era através do compromisso de jovens laicos na vida apostólica, desta forma os *domine* poderiam assegurar seus interesses a partir da presença de um membro familiar no corpo espiritual, tais sujeitos, tendiam a fazer parte do convencionado Alto Clero, seriam abades, bispos, entre outras figuras de destaque no cerne cristão, contudo não raros foram os que se dedicaram a vidas de contato maior com o ambiente profano, tornando-se padres e monges em pequenas localidades ou isolados.

Possuindo o monopólio dos instrumentos de erudição, a Igreja detinha grande parte da produção e manutenção bibliográfica neste período, sendo reservada sobretudo às localidades que possuíam ou se dedicavam ao uso do *scriptorium*, local onde se encontravam as principais ferramentas para a confecção e

manutenção de manuscritos. Desta forma, como aponta Eugenio Garin (1991), não raro era a presença eclesiástica nos principais debates intelectuais do período.

Como apontado anteriormente a necromancia era uma prática mágica que possuía características relacionadas a um alto letramento do praticante. Os ritos, passagens, idiomas e restrições exigiam diversas aptidões daqueles que por ventura fossem apresentados a estes escritos e execuções, portanto como relata Lisa Bergstrom (2011) o contato necromântico estava restrito, em grande parte, apenas a seletos membros do clero.

Para intelectuais como Alberto Magno, Roger Bacon e Tomás de Aquino, segundo Claire Fanger (2006) a magia era um dos muitos conhecimentos ocultos da criação, sendo ela dividida de duas formas, a Demonomagia e a Magia Natural. A primeira estava relacionada ao contato dos seres humanos com seres supernaturais possuidoras de características extraordinárias, estas criaturas teriam formas de ceder parte de seu poder aos seres humanos, através de um mútuo contrato, fazendo, assim, com que algumas pessoas pudessem executar feitos extraordinários. Já a segunda, relacionava-se com os elementos ocultos da própria criação divina, ou seja, daquilo que Deus já havia determinado desde o princípio, os praticantes deste tipo de magia estariam devotados a procura e mecanização destes segredos e a partir do momento que conseguissem compreender tais mistérios, poderiam executar feitos excepcionais.

Segundo Kieckhefer (1997) e a historiadora Denise Horton (1986) a necromancia se aproximaria sumariamente a demonomagia, estando essa colocada como uma prática que aproxima o praticante de uma entidade supernatural que lhe concede o poder almejado. Outro historiador László Chardonnens (2015) coloca a necromancia mais próxima a magia natural, colocando estes seres como parte da Criação e desta forma seriam passíveis, a partir de determinado método, a subjugação perante os humanos.

No manuscrito que estudamos, o BSB Clm 849, existem diversos conjuros que buscam instruir um possível conjurador nos passos necessários para a realização do contato com determinadas entidades. O 7º conjuro, na ordem em que aparece no documento, batizado para nossas pesquisas de “Como conseguir um *castrum*”, foi catalogado e por nós traduzido,

nele aparecem os seguintes passos iniciais para a invocação da edificação: (Vá, primeiramente, para fora da *villam*, ou para algum lugar isolado e secreto, na lua . 10 . com o céu sereno, levando contigo leite e mel, os quais deves aspergir ao ar, e descalço, com a cabeça descoberta, com os joelhos flexionados, voltado ao ocidente, assim leia: Ó Vysir, Salaul, Silitor, Denor, Zanno, Sytroy, Risbel, Cutroy, Lytray, Onor, Moloy, Pumotor, Tami, Oor e Ym [...] Pelo Pai, Filho e Espírito Santo chamados de Santíssima Trindade [...] deveis vir a mim sem demora, insolúvelmente pelo poder a mim ligado) ¹.

Neste trecho podemos compreender que um passo-a-passo é necessário para o início da conjuração, bem como uma série de clamores de teor cristológico, para contactar os seres pré-nominados. Tal contato aparentemente se dá de forma que demarca os espaços em que tais seres estão, onde o conjurador está e a quem ambos servem, desta forma compreendemos a necromancia presente no BSB Clm 849 como sendo a definição trazida pelo historiador Chardonnens (2015), existe uma instrumentalização do contato, ele se dá a partir dos segredos da Criação e são utilizados por um sujeito humano.

A instrumentalização do nome e de atributos divinos, são práticas comuns nas execuções necromânticas, tais clamores se devem para assegurar a defesa do corpo físico e espiritual do conjurador, pois este estaria passível, por entrar em contato com seres obscuros, de ferir-se no ponto mais frágil do ser humano para a cristandade latina, a alma.

GENIBUS FLEXIS

Como apontado no primeiro ponto de nossa discussão, o mundo palatino tardo medieval é um ambiente de disputa entre a aristocracia laica, havendo muitas vezes participação ativa da aristocracia eclesiástica. Assim sendo, variadas são os locais e formas em que estes aristocratas buscam por melhores instrumentos de disputa.

.....
¹ *Vade primo, luna 10, sereno celo, extra villam ad aliquem locum segregatum et secretum, portans tecum lac et mel, de quo per aerem aspergere debes. Et discalcatus, nudo capitem genibus flexis, versus occidentem sic lege: O Vysir, Salaul, Silitor, Denor, Zanno, Sytroy, Risbel, Cutroy, Lytray, Onor, Moloy, Pumotor, Tami, Oor ey Ym [...] per Patrem et Filium et Spiritum Sanctum, que sancta trinitas nuncupatur. [...] quatenus vos, insolubiliter ad mei potenciam alligati.* (KIECKHEFER, 1997, p.213-213 (Tradução Nossa)

Procuramos neste trabalho apresentar certos elementos, existentes no BSB Clm 849, que sugerem-nos a possibilidade deste manuscrito visar relatar as possíveis conjurações executadas por seu escrevente a fim de serem apresentadas perante sujeitos pertencentes a estas disputas aristocráticas. Ressaltamos, brevemente, a correção do termo “propagandístico” existente no título deste trabalho, tal palavra não possuía o significado atual de propaganda no período medieval e, deste modo, sua utilização deve ser desconsiderada pelo leitor com o intuito de não desviarmos dos objetivos esperados neste artigo.

Com o intuito de não prolongar por demasiado, retomaremos o conjuuro de número 7, apresentado no primeiro ponto, em seus finais: (Então foi feito perfeito um castelo muito seguro, com torres e fossos profundos e uma ponte que se ve muito bem feito, e, plenamente, quando abaixou foram chamado “O senhor Imperador, entra rapidamente com teus companheiros” Eles entraram no castelo, no qual eram vistos seus criados e amigos, ele pensou que haviam defensores. Depois de entrarem levantaram a ponte e começaram a se defender. Então aqueles espíritos com as máquinas esvaziaram totalmente o castelo miraculoso, por isso o Imperador e os outros apavoraram-se e temeram muito o acontecido. Então Salaul me disse “Não temos poder para ficar nem mais um instante” e então todos evaneceram. O Imperador e os seus observaram e aproximaram-se de um lago do qual ficaram admirados. Eu disse-lhes “Tudo isso acabou rapidamente, voltem para a cidade, à noite cearemos”. Fiz a experiência seguinte depois da ceia.)².

Encontramos neste trecho a existência de uma personalidade na descrição da conjuração, o anônimo autor coloca-se como agente da prática desta-

.....
2 *Tunc factum est tuitissimum castrum comitum optime, cum turribus et foueis, depresso ponte, quod videbatur optime et plenum esse dispendiariis, clamantibus, ‘O domine imperator, ingredere cum tuis sociis festinanter!’ Qui ipsum intraverunt, in quo videbantur esse famuli et multi amici imperatoris; existimavit se ibi invenisse se viriliter defendentes. Quibus ingressis, levauerunt pontem et se defendere ceperunt. Tunc illi spiritus cum machinis castrum mirifice totaliter expugnabant. Quapropter imperator et alij sui valde terrii, magis timebant. Tunc dixit michi Salaul, ‘Non habemus potenciam hic morandi nisi uno quadrante, ita quod receder nos oportet.’ Et tunc, recesso castro et expugnantes et ipsis recedentibus castrum et omnia evancrunt Imperator et alij sui tunc viderunt et invenerint se in quadam palude, de quo admirati sunt valde. Quibus dixi ‘Negocium ex hoc maximum fuit festum.’ Et ad civitatem remeatis, de sero cenauimus. Quibus sequentem experientiam post cenam feci. (KIECKHEFER, 1997, p.216) (Tradução Nossa)*

cando até mesmo seus diálogos para com a figura Imperial e seus convivas. Tais elementos destacam-nos, aliado aos elementos guias característicos do manual, uma espécie de simplificação e divulgação dos conhecimentos ocultos do escrevente, em uma espécie de exibição de seus conhecimentos.

Destacamos aqui a existência de aproximações diretas entre aquele que possui conhecimentos com aquele que pode necessitá-los, segundo Senellart (2006) no período tardo medieval e renascentista corriqueiramente eruditos apresentavam-se aos membros da corte oferecendo serviços especializados nas artes letradas para os aristocratas, cabendo a estes a contratação ou negação dos serviços.

Como último exemplo documental para o presente trabalho, o conjuro de número 14, igualmente catalogado e traduzido para nossos trabalhos, por nós batizado de “Como invocar um cavalo para fugir de uma prisão” apresenta pontos singulares que dialogam com as hipóteses apresentadas: Para que o cavalo tenha aquilo que desejas, deves direcionar-se para o oriente, com os joelhos flexionados e as mãos juntas, fale com grande confiança e na firme esperança de conseguir o que desejas: (Ó altíssimo e bondoso Rei do Oriente [...] Pelo senhor que cuidas, confias e acreditas, pela lei das leis, e pela esperança esperançosa, e pela caridade das caridades, por On, El e Ely, e Tetragrammaton, que é o altíssimo nome [...] Quando então estiver liberto e te aproximares, diga humildemente: te agradeço, ó Oriente, que fizeste-me digno nesta minha parte e por toda minha graça e benefício, que então eu não me afaste de ti, servirei sempre que obedecer a vossos mandos, bendito e louvado seja sempre teu nome, que reinarás sobre todos os séculos dos séculos, e também te agradeço, que pela invocação do nome do altíssimo deus, que dedicaste tempo para me ajudar.)³

.....
3 *Vt equum habeas ad eundum quo vis, [debes] respicere aerem versus orientem, flexis genibus [et] iunctis manibus et si esses in cárcere, et dic cum magna fiducia et spe firmíssima obtinendi, O altissime et benignissime rex Orientis [...] per illum dominum quem conediligis, confidis, et speras, per legem legalm et per spem soerantem et per karitatem karitatuam, per On, El, Ely, [et] Tetragramaton, quod est nomen altissimum,[...] um enim deposuerit te vbi affectabis, dicas humiliter, Gracias tibi ago, Oriens, qui dignum me fecisti in hac parte mea et pro tanta gracia et beneficio meo, et ne tibi affero, seuire et semper tuis obedire madatis. Benedictum [et] laudatum sit semper nomen tuum, regnaturum super omnia secula seculorum. Et tibi eciam gracias ago, qui per coniurationem nominum altissimi dei per me fatigare dignatus es, etc. (KIECKHEFER, 1997, p.231-232 (Tradução Nossa)*

Este conjuro nos é tido como uma clara alusão de praticidade de um conjuro extremamente precioso para um momento hipotético de cativo, o passo-a-passo está semelhante a uma prece comum, contudo elementos específicos como a presença do suposto nome mais poderoso de Deus, o Tetragrammaton, denota a presença erudita eclesiástica da prece, reservando-a para aqueles que possam compreender com magnitude seus significados.

Além da possibilidade laica de aprisionamento, apontamos também a possibilidade de que este conjuro esteja presente no manual como uma forma de tranquilização para aqueles que pudessem temer executar tais práticas e serem pegos pela Santa Inquisição, afinal, como dito anteriormente, há pelo menos dois séculos a Santa Sé decretou a necromancia, bem como práticas demonolátricas como heresias, tendo como a fogueira a única forma de pagamento de tamanho pecado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a necromancia como prática passível de ser utilizada como último recurso do conhecedor de seus segredos, foi proposto neste trabalho a hipótese de que um manual com descrições específicas de conjurações desse cunho, no presente caso o BSB Clm 849, poderia ser compreendido como objeto almejado por camadas específicas da sociedade germânica medieval.

Através das definições conceituais trazidas a respeito do estudo da magia como objeto cultural passível de retratar elementos da sociedade e criador desta, concluímos que a necromancia poderia ser, teoricamente, objeto de busca por príncipes palatinos, assim como de oferta daqueles que a conhecem, sendo assim, falta-nos contrapor a teoria sob as luzes de outras documentações do período com o intuito de compreendermos sua existência de facto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
- BERGSTROM, Lisa A. **Nigromancy in the Later Middle Ages**. *Inquires Journal*, 2011.
- CHARDONNENS, László. **Necromancing Theurgic Magic**. Nijmegen: Magic, Ritual and Witchcraft, 2015.
- CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- CHAVE-MAHIR, Florence e VÉRONÈSE, Julien **Rituel d'exorcisme ou manuel de magie ? Le manuscrit Clm 10085 de la Bayerische Staatsbibliothek de Munich (début du XV^e siècle)** Florence, Sismel-Edizioni del Galluzzo, 2015, 231 p.
- FANGER, Claire. **Magic in the Middle Ages in Dictionary of Gnosis & Western Esoterism** HANEGRAAFF, Wouter J. ;FAIVRE, Antoine; BROEK, Roelof; BRACH, Jean – Pierre. Holanda: Brill, 2006.
- GARIN, Eugenio. **O homem renascentista**. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GEARY, Patrick. **O mito das nações. A invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, 2005.
- GUERREAU, Alain. “**Feudalismo**” In: Le Goff, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **Dicionário temático do Ocidente medieval**. Vol I. Bauru: Edusc, 2006, p.437-455.
- HORTON, Denise. **Devil Worship in the Middle Ages**, In <http://www.loyno.edu/~history/journal/1986-7/horton.htm> consultado em 12/08/2017.
- KIECKHEFER, Richard. **Forbidden Rites**. Pensilvania: The Pennsylvania state university press, 1997.
- KIECKHEFER, Richard. **Magic in the Middle Ages**. Cambridge: Cambridge university press, 1990.
- SENELLART, Michel. **As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- WOLFF, Philippe. **O Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

“POIS YAHWEH TEU DEUS É UM DEUS CIUMENTO”: A FORMAÇÃO DO MONOTEÍSMO HEBRAICO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE BAAL NA HISTÓRIA DEUTERONÔMICA

GABRIEL GOLLMANN ROHR
GRADUANDO EM HISTÓRIA PELA UFSM
GABRIELGOLLMANNROHR@HOTMAIL.COM

ORIENTADORA: SEMÍRAMIS CORSI SILVA
PROFESSORA DOUTORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFS
SEMIRAMISCORSI@YAHOO.COM.BR

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar como um aspecto de cultura estrangeira, a figura de Baal, servirá de elemento fundamental para a formação da identidade hebraica durante o período de afirmação do monoteísmo em torno da figura do deus Yahweh. Para tanto, pretendemos analisar as diferentes citações de Baal na História Deuteronomista, que compreende os livros do Deuteronômio, Josué, Juízes, 1Samuel, 2Samuel, 1Reis e 2Reis. Tais livros contam o processo de ocupação de Canaã pelo povo de Israel. Situando a historicidade desses documentos, queremos dar um enfoque em Baal, que será uma figura significativamente presente, e perceber possíveis interpretações de seus diferentes formatos e contextos, visto que não aparece somente como uma divindade. Utilizando dessa figura, buscaremos explicar o processo de formação do monoteísmo hebraico e elucidar o seu nascimento a partir do contato do chamado povo de Israel com seus

vizinhos, das invasões estrangeiras e deportações dessa população pelos impérios em expansão na região dos reinos de Israel e Judá. Além disso trataremos a insurgência no monoteísmo como uma consequência de diversos fatores tangentes à época.

A escolha das fontes se deu pela carga histórica impressa no conteúdo que se pretendeu abordar: a construção da identidade do povo de Israel em um primeiro momento. Essas fontes tratarão da ocupação das terras altas de Canaã após o exílio do Egito, como um povo unido, e os caminhos que ele irá percorrer até a invasão babilônica em 2Reis. Esses livros são curiosos pois são compilados durante a consolidação da religião hebraica como conhecemos hoje (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2001, p. 101). Eles justificarão a situação judaíta no século VI a.e.c e servirão de fenômeno legitimador das ambições políticas do rei Josias no mesmo século.

O CONTEXTO DA ESCRITA

A Bíblia hebraica sofreu várias edições e reedições ao longo do tempo, modificações em livros mais antigos, como o Pentateuco¹, e adições e subtrações de seus cânones. Partes em aramaico e em grego, que influenciaram em sua redação, trataram de traduzir e até mesmo ressignificar algumas partes. Entretanto, o seu estabelecimento atual, da distribuição e seleção de livros, data da época helenística, no século II a.e.c. Já o cerne, ou seja, grande parte da História Deuteronomista, crê-se que foi escrito e compilado na época do rei de Judá Josias, no século VII a.e.c. Esta informação é relevante a partir do momento que há uma constante exaltação do seu reinado, ao compará-lo com seu antepassado, Davi, o mais perfeito exemplo de fidelidade a Yahweh, com o objetivos políticos.

No século VIII e VII o império assírio, que dominava a região de Canaã, estava se fragmentando e enfraquecendo a medida que revoltas provinciais iam se formando e o império babilônico vinha avançando.

.....
1 Conjunto de livros que é constituído por Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuterônimo, os cinco primeiros da Bíblia. Segundo Finkelstein e Silberman, forma uma colcha de retalhos de diferentes períodos e diferentes tradições que não estavam necessariamente ligadas diretamente, mas que foram costuradas posteriormente na organização dos livros da Bíblia Hebraica.

Conseqüentemente a influência político na região de Judá e Israel, dois reinos distintos, ia se enfraquecendo. Israel, com uma economia mais desenvolvida e terras mais férteis que Judá angariava atenção de seus vizinhos, principalmente Judá, que estava interessado em sua dominação. Para isso, se desenvolve uma forma de legitimação do poder de Josias, que englobaria Israel como parte da história nacional e como sua irmã na época de Salomão, posteriormente disvirtuada, das condutas impostas pela Aliança feita com Yahweh. Essa forma de legitimação seria a compilação e escritura da Bíblia Hebraica.

A escrita dos livros da História Deuteronomista tem um teor político de legitimar o poder dos reis de Judá sobre o reino de Israel desocupado pelos assírios. Segundo Israel Filkentstein² e Neil A. Silberman³, em seu livro “A Bíblia desenterrada” de 2001, o rei Davi, que é comparado constantemente com Josias pela sua fidelidade à Yahweh, foi inspirado no próprio Josias. É estranho pensar que a construção de um personagem inspira e é inspirado por um sucessor, mas faz completo sentido a partir do momento que entendemos seu contexto.

Apesar da escrita da História Deuteronomista datar do século VII, já haviam adeptos do javismo⁴ entre os sacerdotes do templo de Jerusalém. Entretanto havia uma constante batalha por influência dentro de cada reinado entre os sacerdotes de Yahweh e de outros deuses cananeus⁵, que também frequentavam e praticavam seus ritos dentro do templo. Isso é evidenciado constantemente no livro de Reis (único que foi escrito narrando a sua contemporaneidade). Passagens, que evidenciam a corrupção de valores javistas dentro do edifício que Salomão construiu exclusivamente para Yahweh,

.....
2 Diretor do Instituto de Arqueologia Sonia e Marco Nadler, na Universidade de Tel-Aviv

3 Diretor de interpretação do Centro Ename de Arqueologia Pública e Apresentação do Patrimônio Cultural na Bélgica, respectivamente

4 A crença em Yahweh (Javé) como deus único.

5 Usamos cananeus de uma forma mais ampla, de denominação geográfica para os habitantes de toda a Canaã, incluindo os povos israelitas e não da forma que a bíblia aborda. Canaã se refere à região entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo e delimitado ao norte pela região do Ras Shamra e ao sul pelo deserto do Sinai. É caracterizado por um terreno montanhoso e acidentado.

são comuns. Porém é pouco provável que essa corrupção seja verídica. A população cananeia como um todo cultuava o panteão ugarítico⁶, Yahweh surge como parte dele, como um deus regional menor e vai escalando o panteão até despontar como um deus único de um determinado grupo de uma determinada região. Ou seja, o desenvolvimento do monoteísmo se da, em um primeiro momento, num círculo muito fechado dentro da cidade de Jerusalém, tendo poucos adeptos dentro do reino de Judá, apesar de ter sido imposto às outras regiões do reino com impulsionamento político. Isso é, a Bíblia só é uma versão, a que sobreviveu, do embate de ideias que ocorreu dentro do templo de Jerusalém.

O que não implica que não se cultuasse Yahweh em outras partes do reino. Yahweh surgiu como uma divindade regional que estava atrelada a atividades pastoris e nômades, típicas da região. Com a sedentarização da população das terras altas, esse deus começou a tomar outras formas. Dentro do panteão ugarítico, ele sofria culto em conjunto com outros deuses. Ter Yahweh como divindade não implica necessariamente em tê-lo como a única. Existiam formas de culto que implicavam em Yahweh ser a principal, que cultuavam de forma monolátrica⁷, integrado de forma semelhante a outros deuses, etc. Várias formas que se adaptam às diferentes realidades e conveniências. Yahweh se apropriará de elementos de outras divindades do seu meio através de um movimento sincrético, corroborando com a ideia de entrelaçamentos transculturais⁸ como forma de facilitar a integração nessa sociedade. Ele tomará formas distintas ao

.....
6 Originário da região portuária, onde fica a atual costa da Síria. Consistia em um sistema hierárquico divino. Onde nós tínhamos o líder do panteão, El, e outros deuses e deusas ligados por relações matrimoniais. Dentre as principais divindades nós temos o já citado El, Baal e Asherat. Yahweh entra como um deus secundário nessa lógica. Uma divindade regional e que, aos poucos, toma espaço.

7 Que dedica o culto somente a Yahweh, mas não nega a existência de outros.

8 Aqui nos utilizamos do conceito de transculturalidade da mesma forma que Janaina Zdebsky em sua tese de doutorado **A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no antigo Crescente Fértil** (2018). Como entrelaçamentos transculturais a autora compreende os encontros de culturas e visa apresentar o Oriente Próximo na Antiguidade não como um “contexto harmônico, uma chapa totalizadora e bem dividida” (ZDEBSKY, 2018, p. 64), mas como um local e momento histórico de constantes fluxos e encontros culturais por meio de guerras, comércios, migrações, casamentos, deslocamentos variados, etc.

escalar o panteão a medida que outros contextos políticos, econômicos e sociais o influenciam.

Ao decorrer desse artigo, o fator político aparecerá constantemente. E não é para menos, o monoteísmo se desenvolve a partir de embates entre diferentes grupos. A partir do momento que o poder do monarca de Judá se ancora em Yahweh como ferramenta legitimadora de seus atos e de sua dominação (SMITH, 2001, p 78). O ancoramento do monarca na imagem divina, como seu braço direito e bastião de suas vontades na terra, será essencial para o projeto de centralização dos reinos das terras altas. A invasão assíria, por exemplo, vai ter uma grande influência nesse processo.

No século VIII a.e.c a Assíria invade e destrói o reino do norte, Israel, e exila os seus dirigentes para outras partes do império. Com maior importância econômica e mais facilidade de cultivo agrícola, recebe mais atenção que o reino do sul, Judá, pouco desenvolvido politicamente e à margem da região. Quando dizemos que ela recebe maior atenção, queremos dizer que a dominação é muito mais incisiva no território ao norte, deixando a questão de Judá como secundária. O rei Ezequias, rei de Judá na época, adotou o javismo ao destruir os lugares de culto descentralizados de divindades cananeias e abolí-las do templo de Jerusalém. Isso é, o rei estava com Yahweh e, conseqüentemente, Yahweh estava com o rei, dando apoio nos eventos militares que se ocorriam. As guerras eram interpretadas como eventos oráculos (LIVERANI, 2016, p. 553), provações divinas das condutas de cada monarca ou de seu povo. Por esse motivo, a dominação do reino do norte e a falta de atenção do reino do sul por parte da Assíria, teve uma influência direta na forma de encarar esse novo pensamento. Se vencessem o império, significava que estavam no caminho certo, se perdessem, que seu deus havia encontrado uma forma de puní-los. Isso é, a partir do momento que Judá sai praticamente intacta, os javistas ganham algum crédito.

É importante ressaltar que, concomitante à centralização do culto do reino, vem a centralização do poder. Ou seja, a manutenção dos lugares altos, pequenos locais de cultos de cada região, dificultavam a dominação política uma vez que as procissões religiosas não se faziam necessárias para a capital. A unificação do lugar de culto do

reino foi a forma que os regentes judaítas encontraram de exercer sua predominância, impondo a ideia religiosa que mais os convinha.

Claro que houveram resistências nesse processo. Depois da conquista de Israel, provavelmente já convencido de sua potência divina, Ezequias decide atacar o império Assírio, que havia dominado o reino de Judá, embora de forma menos destrutiva. Nessa investida, Senaquerib, rei do império, se vê instigado a investir parte de seu poder militar na região. Jerusalém, centro irradiador da cultura javista, sobrevive intacta a investida. Entretanto o resto do reino sofre com a ira do império.

Massacres são registrados em estelas assírias. O exemplo que chegou até nós, o mais apavorante, é o registro da dominação da cidade provincial de Láquis. Uma vez menos militarizada e recebendo menos apoio do poder central judaíta, essa região sofre com os horrores da investida. Achados arqueológicos de uma vala comum nas redondezas indicam ossadas de mais de mil e quinhentas homens, mulheres e crianças, demonstrando a crueldade e o trauma causado no interior. Essa população se dirigirá ao poder central reivindicando que sua derrota é causada pelo desmantelamento de suas práticas ritualísticas. Temos aí uma disputa de narrativas.

Como registro bíblico, nós temos a descrição do reinado de Manassés, mal visto pelos redatores como um idólatra. Muito provavelmente influenciado pela população do interior que se voltará com os seus argumentos ordálicos, ele retomará as condutas dos monarcas anteriores, reconstruindo os lugares altos e reinstaurando as práticas cananeias no templo de Salomão. Já fragilizado pela guerra com a Assíria, Manassés não vê outra saída a não ser concordar com os habitantes do interior e abolir a centralização religiosa e política imposta por seu antecessor. O descontentamento dessas decisões desembocará na influência dos sacerdotes na criação de seu sucessor: Josias.

Josias, que foi criado pelos sacerdotes javistas do templo por seu pai ter sofrido um golpe de estado através de um assassinato, foi influenciado por ideias monoteístas. A partir disso ele imita os feitos de Ezequias, o superando na sua retidão aos ensinamentos de Yahweh. É em sua parte do livro de Reis que é descoberto na Arca da Aliança, segundo a narrativa bíblica,

o livro do Deuteronômio, livro de leis da Aliança de Deus com o povo de Israel realizada no deserto do Sinai durante o exílio. O mais interessante é que a escrita dos outros livros da História Deuteronomista concorda muito com a posição do Deuteronômio em relação aos elementos que circundam a narrativa, corroborando que a escrita dos livros históricos e o próprio Deuteronômio são contemporâneos uns dos outros.

QUEM É BAAL?

Hoje Baal é principalmente compreendido como um demônio, sendo até mesmo transformado em um personagem de histórias em quadrinhos. Entretanto sua percepção na época da escrita da bíblia era diferente. Os cananeus de modo geral, os habitantes de Canaã, viam Baal como um deus. Falso ou não, estrangeiro ou não, esse deus teve diversos entendimentos e recepções.

Sua primeira aparição está no ciclo de Baal, um épico da região de Ugarit, datado da idade do bronze. Ela retratará da luta de Baal contra os monstros mitológicos e da construção de seu palácio. Com o tempo Baal foi escalando a importância do seu *status* hierárquico do panteão ao qual fazia parte até atingir seu topo. Toda região do Oeste Semita cultuava Baal. Entretanto, algo muda na idade do ferro.

O Oeste Semita é uma nova denominação, proposta por Mark S. Smith⁹ em seu livro *The Origins of Biblical Monotheism*, de 2001, que pretende substituir o termo “cananeu” para evitar essa denominação tão carregada de significados. Uma vez que cananeus, segundo a Bíblia, é o povo estrangeiro que é o principal corruptor do povo de Israel, sendo uma das nações expulsas de Canaã por Yahweh no momento de conquista em Josué, o sentido de cananeus pode soar de forma deturpada. Ele vê que os diferentes povos (israelitas, moabitas, fenícios e edomitas) podem não somente serem agrupados pela sua forma linguística, mas também por partilharem traços culturais comuns, como a religião. Ao seu entendimento o termo cananeu

.....
9 Professor de Estudos Bíblicos e Antigos do Oriente Próximo, Departamento Skirball de Estudos Judaicos e Hebraicos, Universidade de Nova York.

retira dos israelitas todo o seu envolvimento cultural com seus vizinhos, o que não condiz.

Na Bíblia, Baal é tido, principalmente, como um deus estrangeiro, cananeu, que corrompe o povo de Israel, desvindo-o das condutas prezadas por Yahweh. Durante os livros da História Deuteronomista, Baal vai ser constantemente citado como o causador da desgraça da população e a ira do deus hebraico.

Entretanto, como já citamos anteriormente, Yahweh se apropriará de elementos de deuses do panteão que participa para subir nele ou substituir seus deuses. Existem vários indícios arqueológicos que apontam Deus como parte de um casal divino que incluirá Asherat, esposa de Baal “para somente depois excluir a deusa das práticas de culto” (ZDEBSKY, 2018 b, p. 29). Temos também o caso interessante do deus El. Uma vez que no Pentateuco Yahweh é constantemente referenciado com El Elohim e El Shadday, cremos que um dia Yahweh também foi um El ou que Yahweh se apropriou da figura de El da forma como citamos anteriormente.

Como Baal passa a ser o principal deus do panteão do Oeste Semita, também passa a ser o principal alvo da retórica bíblica. Vamos à alguns exemplos de como ela é expressada através da História Deuteronomista. Vamos focar em cada exemplo que acharmos pertinentes, pois os significados se repetem ao longo da obra.

A primeira aparição que temos do termo Baal é no Deuterônômio. Ele é citado como um local. Algumas cidades se utilizavam de nomes de deuses para denotar sua devoção à determinada divindade. O caso que temos como exemplo é Israel, o reino do norte, que é composto pelas partículas *yisra* e *el*, que determina a sua devoção a El, o que virá a ser apropriado como Yahweh. Indicando o sentido que havia ao pensar que, segundo os redatores, o reino do norte poderia ser agregado aos domínios de Josias, já que eles cultuavam Yahweh, mas sob outro nome. Vamos a esse exemplo: “Vossos olhos foram testemunhas do que Yahweh fez em Baal-Fegor: Yahweh teu Deus exterminou do teu meio todos os que seguiram o Baal de Fegor” (Dt 4, 3).

Na Bíblia, Baal-Fegor é uma cidade fronteira entre o território de Moab, povo que se originou de um incesto entre Ló e sua filha, como narrado em Gênesis 19, 30-38. Era uma cidade frequentada pelos dois povos. É ali onde alguns israelitas cultuavam o Baal de Fegor morreram sob a ira de Yahweh, o deus ciumento. Concluímos isso com a troca de nomes que houve quando a conquista de Cariat-Baal para Cariat-Iarim pela tribo de Judá no processo de estabelecimento em Canaã no livro de Josué, quando está narrando a demarcação dos limites territoriais de cada tribo de Israel. Inclusive essa lista geográfica das fronteiras das tribos corrobora com a ideia de que a escrita foi feita na época do rei Josias, pois só faria sentido nela, uma vez que não representa a de nenhuma outra época (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2001, p. 101)

A segunda citação, no mesmo versículo, se fará importante para pensarmos outras citações do termo e traçar o significado delas. Baal de Fegor parece denominar o Baal da cidade de Fegor e que parece demonstrar que existem diferentes baais para cada região. Como essas duas citações estão no mesmo versículo, é inevitável associá-las. Aqui já conseguimos observar como a História Deuteronomista trata o que é relacionado com Baal.

Já em Dt 16, 21-22, o que temos é a referência a uma estela e um poste sagrado: “Não plantarás um poste sagrado ou qualquer árvore ao lado de um altar de Yahweh teu Deus que hajas feito para ti, nem levantarás uma estela, porque Yahweh teu Deus a odeia”.

Segundo Ana Luísa Alves Cordeiro em sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, no Departamento de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Goiás, a citação de uma estela na Bíblia referenciaria o deus Baal, já que era seu símbolo de culto. Muito provavelmente ela tinha um formato fálico, representando um símbolo de fertilidade e que existia nos lugares altos, acompanhado de cultos a fertilidade praticado por homens, os *qedeshas*, referenciados na Bíblia como prostitutas sagradas, como em 1Reis 15, 12. Achemos importante citá-lo pois nem apesar de não ter o termo Baal embutido, o referencia, assim como o poste ou a árvore sagrada referencia sua esposa, Asherat, outra deusa da

fertilidade, que quando posta ao lado do altar de Yahweh a referencia como sua companheira.

A seguir temos uma citação so livro de 1Samuel, o qual descreverá o procedimento que as tribos devem tomar caso queiram se livrar do jugo dos filisteus. Esse versículo vai demonstrar a importância do povo de Israel seguir a Yahweh e somente a Yahweh, pois assim estarão protegidos de todo o mal que os assola, discurso reforçado em 2Reis 17-18, quando descreverão a tomada de Israel pelos assírios.

“Então Samuel falou para toda a casa de Israel, dizendo: ‘Se é de todo o vosso coração que voltais a Yahweh, tirai do meio de vós os deuses estrangeiros e as astartes, fixai o vosso coração em Yahweh, e a ninguém mais sirvais a não ser a Ele; então ele vos livrará das mãos dos filisteus’. Os israelitas lançaram fora, pois, os baais e as astartes, e não serviram senão a Yahweh” (1Samuel 7, 3-4)

Aqui Baal está no plural e se referencia aos diferentes baais que são cultuados pelos israelitas.

Entretanto podemos pensar que existem mais formas de interpretar quando nos deparamos com baais no plural.

“Como se não lhe bastasse imitar os pecados de Jerobão, filho de Nabat, desposou ainda Jezabel, filha de Etbaal, rei dos Sidônios, e passou a servir Baal e adorá-lo” (1Rs 16, 31). Essa citação nos depara com a partícula de Baal como parte de um nome. Baal, como uma partícula acoplada a um nome, será visto, como é o caso das cidades que reverenciam Baal, um indicativo de culto de determinada divindade. O mesmo caso nos temos com Ezequias (*hazaq'yah*), onde a partícula da divindade que adora, Yahweh, está embutida em seu nome. Entretanto baal poderia referenciar tanto um senhor, um príncipe ou um marido na linguagem semítica, pois é isso que significa, até mesmo para o hebraico, como é referenciado em 1Samuel 14, 49, que cita um nome com a partícula que se traduz por “homem do senhor” que é trocado por “homem da vergonha” a partir da retórica bíblica.

A aversão ao deus foi tanta que até mesmo a palavra, que não teria necessariamente a ver com ele, foi abolida. O trauma em relação às praticas idólatras que, pela lógica javista, teriam influenciado diretamente a

destruição do templo e da tomada de Jerusalém pelos babilônicos foi tanta que o termo caiu em desuso. Como podemos ver em Oseias 2, 18-19, que prediz que haverá um dia que a palavra Baal será abolida e que, por hora, sua esposa deve chamá-lo de “meu marido” e não “meu Baal”.

Se temos senhor para Baal, temos senhora para Baalat, ou seja, flexionado em gênero, expressando um pouco do papel social da mulher na sociedade. Esse nome aparece mais em cidades logo referencia a adoração de certa divindade. E sim Baalat se refere a Asherat, esposa de Baal e, postumamente, de Yahweh. Antes de Yahweh incorporar características da deusa e de expulsá-la de seu lado, as mulheres tinham determinado papel dentro da sociedade semítica ocidental, mesmo que religioso. Ela praticavam cultos de fertilidade que garantiam os ciclos de plantações e que ao serem proibidos, acabaram por, então, proibindo que essa lógica se perpetuasse através de um sistema de repressão estatal em cima de práticas populares. (ZDEBSKY, 2018 b, p. 29)

Por fim, nossa última citação se refere ao evidenciamento da retórica bíblica a partir de uma passagem no primeiro capítulo de 2Reis que referencia Baal como Baal-Zebub (senhor das moscas) em vez de sua forma original Baal-Zebul (senhor dos príncipes). Achamos interessante citá-la pois deixa claro, caso não houvesse ficado antes, a que a bíblia pretende. Atacar o deus estrangeiro de todas as formas, inclusive de forma a debochá-lo e, com isso, angariar ainda mais crédito em um tipo de discurso que se utiliza de trocadilhos, fazendo uma piada com o referenciado.

Com esse artigo pretendíamos evidenciar a importância de deuses estrangeiros e como eles serão retratados ao longo da História Deuteronomista. Demonstrar a importância das influências culturais, sociais e políticas na obra da Bíblia e entendê-la como um produto de seu tempo e local, afim de desmistificar a sua suposta originalidade. Demonstrar que o documento não é uma flor no deserto e que as narrativas propostas com ele permanecem até hoje. Além disso, essa pesquisa pretende lançar as bases para futuros estudos em cima da Bíblia e, a partir da figura de Baal, pensar as diferentes formas em como é recebido nas diversas temporalidades que aparece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Etnia, nação e a Antiguidade: um debate. In: NOBRE, C.; CERQUEIRA, F.; POZZER, K. (Eds.). **Fronteiras e etnicidade no mundo antigo.** Ed. 1. Pelotas/Canoas: Editora e Gráfica Universitária, UFPEL / Editora da ULBRA, 2005, p. 85-104.

CORDEIRO, Ana Luísa Alves. **Recuperando o imaginário da deusa:** estudo sobre a divindade Aserá no antigo Israel. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião defendida na Universidade Católica de Goiás, 2009.

ELIADE, Mircea. A Religião na época dos reis e dos profetas. In: _____. **História das crenças e das ideias religiosas.** Volume 1: da idade da pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 318-337.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil A. **A Bíblia desenterrada:** a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens de seus textos sagrados. Ed. 1. Petrópolis: Editoria Vozes, 2018.

LIVERANI, Mario. Israel. In: _____. **Antigo Oriente.** Ed. 1. São Paulo: Edusp, 2016, p. 541-560.

SMITH, Mark S. **The origins of biblical monotheism:** Israel's polytheistic background and the Ugaritic Texts. Ed. 1. New York: Oxford University Press, 2001.

ZDEBSKY, Janaína de F. Yahweh: um deus à imagem e semelhança do patriarca. In: SILVA, Semíramis; ESTEVES, Anderson M. **Fonteiras culturais no mundo antigo:** Ensaio sobre Identidades, Gênero e Religiosidades. Ed. 1. Rio de Janeiro: Editora Pós-Clássicas, 2018. p. 29-40.

_____. A prostituta sagrada e os entrelaçamentos transculturais no antigo Crescente Fértil. Tese de Mestrado em História defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.

ELEMENTOS SOBRE CORPO E GÊNERO EM UM MARTÍRIO CRISTÃO: A PAIXÃO DE PERPÉTUA E FELICIDADE (203 EC)

LUIZA BATÚ RUBIN

GRADUANDA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM

LUIZARUBIN1711@HOTMAIL.COM

RESUMO

A *Paixão de Perpétua e Felicidade* é uma fonte documental do ano 203 EC que relata a prisão e martírio de um grupo de catecúmenos em Cartago. Tal martírio ocorreu em função de uma perseguição aos cristãos iniciada pelo imperador Septímio Severo (193-211 EC). A partir das palavras de Perpétua e Saturo, são contadas as experiências de ambos durante a prisão e julgamento. A morte dos cristãos foi apresentada a partir da visão de um “editor” desconhecido, também responsável por introduzir a narrativa. Nesta pesquisa, objetivamos apresentar as conclusões derivadas de nosso trabalho de conclusão de graduação, ainda em produção, de maneira a refletir sobre os diferentes entendimentos presentes na *Paixão* a respeito do corpo feminino/masculino e gênero feminino/masculino no início do século III EC, que recaem principalmente sobre as duas mulheres presentes nesse acontecimento, Perpétua e Felicidade. A primeira uma jovem recém-casada, mãe de um bebê em idade de amamentação, e a segunda presa em estágio avançado de gravidez. Tencionamos analisar essa fonte inserindo-a em seu contexto juntamente com a discussão sobre o significado desses conceitos historicizados, *corpo* e *gênero*, apoiando-nos nas pesquisas de historiadoras como Barbara Gold, Judith Perkins e Sílvia Siqueira, e historiadores como Glen Bowersock e Peter Brown.

Palavras-chave: Martírio cristão; Corpo; Gênero.

INTRODUÇÃO¹:

A *Paixão de Perpétua e Felicidade* é um documento histórico no qual está presente a narrativa de martírio dos inicialmente catecúmenos, e posteriormente cristãos convertidos, Víbia Perpétua, Felicidade, Revocato, Saturnino e Secúndulo. No ano de 203 EC o grupo foi condenado à morte pela persistência de cada um em afirmar-se cristão e pela negação em prestar honras ao imperador romano, na época Septímio Severo (193-211 EC). Tal imperador havia iniciado no ano anterior uma perseguição aos cristãos, que haviam aumentado em número nas grandes cidades de Alexandria e Cartago (OTERO, 2003, p. 36), sendo a última o cenário de nossa pesquisa. A *Paixão* abrange uma série de temáticas, como por exemplo, a religião cristã em seus primórdios, a maternidade, as relações familiares, o martírio e os sacrifícios nas arenas da Antiguidade.

A fonte foi incluída em estudos de diferentes áreas, seja da filologia, com Petr Kitzler (2007), Hanne Sigismund-Nielsen (2012) e Craig Williams (2012), da psicanálise com Marie-Luise Von Franz (2004), ou da História, dividindo-se nesta última principalmente entre os estudiosos das mulheres como Peter Dronke (1984) e do Cristianismo Primitivo como Peter Brown (1990). Apesar disso, Bremmer e Formisano² afirmam a necessidade de sua edição intitulada *Perpetua's Passions: Multidisciplinary Approaches to the Passio Perpetuae et Felicitatis* (2012) na qual reúnem diversos estudiosos e abordagens a esse documento em especial, porque segundo eles, nem toda a atenção devida foi dada ao documento e ao que ele representa.

As paixões, ou atos dos mártires, foram e ainda são por vezes considerados de menor valor literário, ou de “segunda classe”, além disso, a autoria feminina requer reconhecimento nesses estudos em que não apenas por escolha, mas por uma disponibilidade de fontes, são majoritariamente focados em uma cultura escrita masculina (BREMNER; FORMISANO, 2012, p. 11). Segundos os autores, “surpreendentemente, mesmo classicistas feministas [...] não dão atenção à Perpétua como uma autora

.....
1 Pesquisa apoiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da UFSM – FIPE.

2 Todas as referências de língua inglesa foram utilizadas a partir de tradução nossa.

romana, classificando-a de acordo com o rótulo menos canônico da literatura cristã ou da antiguidade tardia” (BREMNER; FORMISANO, 2012, p. 12).

A *Paixão* até hoje suscita em seus leitores uma série de dúvidas que de forma alguma poderiam ser completamente elucidadas aqui, mas que devem ser postas como existentes de maneira a esclarecer o status do documento. Entre elas estariam principalmente a questão da língua original do documento, entre latim ou o grego, sobre a qual se estabeleceu uma primazia a versão latina pela grande maioria dos estudiosos, mesmo que alguns ainda argumentem em favor da versão grega, como Glen Bowersock (1995) e Petr Kitzler (2007). Também a autenticidade de autoria entra em debate quando a *Paixão* é posta em análise. Optamos por interpretar o documento, assim como a maioria dos pesquisadores, pensando o mesmo como dividido em três partes de escrita: a do editor desconhecido que introduz e conclui o texto (1-2), (14-21); a parte escrita por Perpétua (3-10) e a parte de Saturo (11-13), um cristão que se entrega após a prisão do grupo. A autoria do editor é desconhecida, com algumas especulações dificilmente comprováveis de que poderia ser Tertuliano (155-220 EC), autor cristão contemporâneo de Perpétua e que vivia em Cartago. Também entra em questão a autenticidade da escrita de Perpétua, pois alguns argumentam que não teria sido ela mesma a escrever e que o texto por inteiro teria sido alterado por um redator, ideia apoiada também por Kitzler (2007) e Bowersock (1995).

Documentos como a *Paixão de Perpétua e Felicidade* e outros relatos de martírio existem até nossos dias porque foram histórias que tiveram uma função prática ao serem utilizadas em sermões durante as missas nas igrejas (BREMNER; FORMISANO, 2012, p. 7).

O relato permaneceu na memória de outras gerações conforme foi reinterpretado ao longo do tempo e utilizado em sermões oralmente (SALISBURY, 1997, p. 4). O martírio de Perpétua e Felicidade, foram posteriormente canonizadas, foi conhecido pelos seus contemporâneos, e assim, duzentos anos depois se fez presente nas palavras escritas por Agostinho de

Hipona, autor canonizado e muito estudado pelos medievalistas e estudiosos da História do Cristianismo.

Nessa pesquisa buscamos utilizar a perspectiva de Joan Scott (1990, p. 86-87) que define gênero como uma categoria de análise histórica essencial para compreendermos as “relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também como uma “forma primária de dar significado às relações de poder”. De acordo com a autora, o gênero pode ser analisado e caracterizado quando olhamos para as diversas instâncias da vida social, e aqui acreditamos ser evidente a importância desse recorte especial não apenas por ser uma rara fonte escrita por uma mulher da Antiguidade, mas por explicitar construções de identidades de gênero masculinas e femininas em todas as três escritas. Ainda, conforme Scott é preciso que nós, historiadoras e historiadores, nos questionemos sobre as formas como são atribuídos os símbolos da cultura de uma sociedade em relação ao gênero, entendendo os “conceitos normativos” que são base dessa atribuição e de suas interpretações.

O corpo aqui deverá ser compreendido como um objeto de estudo que pode ser caracterizado conforme seu contexto social e histórico e que não deve ser colocado em análise e discurso de maneira a parecer uma base biológica e pronta sobre a qual se colocam as construções de gênero. Diante disso, Denise Sant’Anna (2011) caracteriza o corpo como “biocultural”, pois ele concerne em parte ao considerado natural, mas também ao que é atribuição humana, ou seja, o “simbólico”. Nas diferentes sociedades temos muitas maneiras de olhar para o corpo e percebê-lo. Da mesma maneira, também temos diferentes “ambições de governá-lo”, e estas são manifestações culturais construídas (SANT’ANNA, 2001, p. 3). O corpo que por vezes parece tão natural e biológico é um elemento como outros sobre o qual se constroem discursos no tempo e espaço, conforme as diferentes culturas, e que possui uma presença indiscutível nas narrativas da *Paixão de Perpétua e Felicidade*, seja ele em relação à situação da maternidade, da amamentação, seja em situação de violência e morte.

CORPO E GÊNERO NAS NARRATIVAS DA PAIXÃO DE PERPÉTUA E FELICIDADE:

O relato da *Paixão de Perpétua e Felicidade* tem seu início com uma introdução de caráter teológico escrita pelo editor desconhecido. Ele abre os acontecimentos do martírio e fornece algumas informações sobre seus participantes. O grupo de catecúmenos supracitado, composto por Víbia Perpétua, Revocato, Felicidade, Saturnino e Secúndulo foram presos em Cartago, ou em seus arredores. A respeito de Perpétua nos é comunicado que era uma mulher recentemente casada, de boa família e instruída – *honeste nata, liberaliter instituta, matronaliter nupta* (PASSIO, 2.1). Perpétua tinha os pais ainda vivos, um irmão catecúmeno como ela, e menciona em uma visão, que não pretendemos esmiuçar, o caçula falecido chamado Dinócrates. Sua idade é estimada em vinte e dois anos, sendo na época mãe de um filho pequeno que estava sendo amamentado. A partir dessa descrição, o editor afirma que o texto que segue foi escrito por Perpétua, de acordo com suas próprias ideias e da maneira como ela mesma escreveu – *conscriptum manu sua et suo sensu reliquit* (PASSIO, 2.3) – fato que é discutido até hoje por historiadores e filólogos.

Perpétua relatou as condições de sua prisão e os encontros com as pessoas que circulavam naquele espaço, assim como os vários diálogos que teve com seu pai enquanto o mesmo tentava convencê-la de desistir de afirmar-se cristã. No período em que estiveram presos todos foram batizados, concretizando assim o seu crime de conversão ao cristianismo. O filho dela é mencionado quando a mesma está descrevendo a difícil situação de estar em uma escura e úmida prisão, e de como se preocupa com o bem estar da criança – *noussime macerabar sollicitudine infantis ibi* (PASSIO, 3.5-6). Por influência de Tertio e Pompônio, diáconos que subornaram os soldados a deixarem os catecúmenos irem para um lugar melhor na prisão, Perpétua pôde amamentar o bebê. Assim, ela nos conta que ficou aliviada da preocupação e ansiedade sobre a criança – *et usurpauit ut mecum infans in carcere maneret; et statim conualui et releuata sum a labore et sollicitudine infantis* (PASSIO, 3. 7-9). Essas expressões demonstram, em nossa análise,

que mesmo que ela estivesse abrindo mão de sua família e de sua própria vida, ainda tinha em mente o bem estar e a saúde do bebê, e desta forma, cumpriu uma instrução de gênero que era esperada de sua condição enquanto mulher naquele contexto.

Os maiores diálogos presentes na fonte são aqueles que ocorrem na presença do pai de Perpétua, que insistentemente tenta mudar a decisão da filha de se afirmar como uma mulher cristã. Em todos esses encontros um elemento é repetitivo, a apelação ao papel de Perpétua como mãe de um bebê:

Filha, disse ele, tenha pena de minha cabeça grisalha – tenha pena de mim, seu pai, se eu mereço ser chamado de seu pai, se eu a favoreci diante de todos os seus irmãos, se eu a criei para atingir este ponto de sua vida. Não me abandone para ser a vergonha dos homens. Pense em seus irmãos, pense em sua mãe, em sua tia, pense em sua criança, que não será capaz de viver uma vez que você tenha ido. Desista de seu orgulho! Você destruirá a todos nós! Nenhum de nós jamais será capaz de falar livremente de novo se algo ocorrer a você!” – *Misere, filia, canis meis; misere patri, si dignus sum a te pater uocari; si his te manibus ad hunc florem aetatis prouexi, si te praeposui omnibus fratribus tuis: ne me dederis in dedecus hominum. Aspice fatres tuos, aspice matrem tuam et materteram, aspice filium tuum qui post te uiuere non poterit. Depono animus; ne universos no extermines. Nemo enim nonstrum libere loquetur, si tu aliquid fueris passa.* (PASSIO, 5.2-4).

Perpétua sente pena de seu pai, pois ele era o único dos parentes, segundo ela, que estava infeliz de vê-la sofrer. Isso leva a entender que os outros, apesar de preocuparem-se, entendiam a motivação da mártir. Salisbury (1997, p. 90) sugere, a partir dessa declaração de Perpétua, que todos de sua família fossem cristãos, ou ao menos simpatizantes do cristianismo. Perpétua acreditava que todos se “regozijariam com seu martírio e a conseguinte salvação”, exceto seu pai. Ela descreve o encontro com o pai dizendo que ele beijou suas mãos e se jogou aos seus pés, referindo-se a ela não mais como filha, mas como mulher/senhora – *nom filiam nominabat sed dominam* (PASSIO, 5.5).

Barbara Gold (2011) toma como foco principal em sua análise da *Paixão de Perpétua e Felicidade* as flutuações e ambiguidades de gênero. Segundo a autora, elas se mostram “não apenas na linguagem, ação e comportamento, mas também na maneira na qual a narrativa é estruturada” (GOLD, 2011, p. 237). Ao longo de sua exposição sobre o tema, alega que

Perpétua transparece fluidez e muitas vezes “reversão” desses papéis e quando seu pai a chama de *domina* (senhora) e não de *filia* (filha) isso demonstraria que ele estava “tão desesperado em convencer Perpétua a renunciar o cristianismo que estava disposto a tomar a posição feminina e permiti-la tomar o papel dominante” (GOLD, 2011, p. 240).

Dias depois, Perpétua e seus companheiros são levados para uma audiência no fórum, onde uma multidão se reuniu para assistir. Todos que foram questionados admitiram sua culpa e, na vez de Perpétua, novamente seu pai aparece, trazendo seu filho para tentar convencê-la a desistir em nome do bebê. Além dessa nova tentativa do pai, o governador também pede que ela tenha pena de seu filho pequeno, assim como de seu pai. Ele diz: “Tenha pena da cabeça grisalha de seu pai; tenha pena de seu filho pequeno. Ofereça o sacrifício para o bem estar dos imperadores” – *Parce, inquit, canis patris tui, parce infantiae pueri. fac sacrum pro salute imperatorum* (PASSIO, 6.3). Perpétua se mantém firme na decisão inicial e, pela última vez, nega esses apelos. Sobre a passagem acima, Siqueira (2004, p. 123), com quem concordamos, acredita que: “Ao negar-se obedecer à legislação e ainda ao pai, Perpétua desafiou duas autoridades imprescindíveis: o estado e a família, duas instituições fundamentais no mundo romano, ambas permeadas e legitimadas pelo domínio religioso”.

No trecho acima detalhado fica claro o apelo à maternidade de Perpétua, por parte de dois homens, seu pai e o governador. A maternidade é um fator extremamente relacionado à mulher e ao corpo feminino e é percebida de diferentes formas ao longo da História, ou seja, ela tem historicidade. Segundo Michelle Perrot (2007, p. 68), a maternidade “para as mulheres é uma fonte de identidade, o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida”. A partir de como foi relatado o comportamento de Perpétua na *Paixão*, podemos concluir que as determinações de gênero construídas pela sociedade antiga, seja ela pagã ou cristã, não limitaram as possibilidades de ação e manifestação feminina. Da mesma forma, existiram sujeitos que subverteram papéis esperados, nesse caso em nome de outra identidade, a cristã, e em nome de sua fé.

Após o julgamento, Perpétua e os catecúmenos foram todos sentenciados às feras e “voltaram à prisão com alto astral” – *et hilares descendimus ad carcerem* (PASSIO, 6.6). Para Judith Perkins (1994), o poder que o sofrimento dava aos mártires significava uma diferenciação na interpretação cristã do significado de vitória. Os mártires recusavam se autodenominarem como vítimas, o sofrimento do martírio era compreendido como um ganho de poder. Através disso existe uma subversão nesse tipo de discurso cristão em relação ao meio circundante, a hierarquia do Império Romano (PERKINS, 1994, p. 44-45) e, complementamos, à própria hierarquia de gênero.

Retornando ao cárcere, Perpétua comenta sobre o filho novamente, ela diz que o bebê havia se acostumado a ser amamentado enquanto permanecia com ela na prisão, mas já não lhe é permitido que continuasse. Ela escreve: “como Deus desejou, o bebê não sentiu mais desejo pelo peito, nem eu sofri mais nenhuma inflamação; e, portanto, eu estava aliviada de qualquer ansiedade por meu filho e de qualquer desconforto em meus seios” – *et quomodo Deus uoluit, neque ille amplius mammas desideravit neque mihi feruorem fecerunt ne sollicitudine infantis et dolore mammarum macerarer* (PASSIO, 6. 8). De acordo com Salisbury (1997, p. 91), nessa passagem “Perpétua viu sinais da vontade divina na retirada de seu filho [...]. Essa aparente evidência de aprovação divina no texto reforçou a noção de que o martírio era uma questão de consciência privada, não de laços familiares”. Acreditamos que outro ponto marcante a ser observado é a relação de Perpétua com seu próprio corpo e com o bebê. A cristã preocupou-se que ele sentisse fome, mas ficou aliviada, pois, ao mesmo tempo em que ele já não mais necessitava de mamar no peito, ela parou de sofrer pelas inflamações nas mamas resultantes da lactação:

A posição ambivalente de Perpétua em relação a seu filho revela uma possível ambiguidade a respeito dos papéis de mãe e mártir. [...] Quando, feliz, Perpétua teve seu filho na prisão com ela, ela pode ter em algum nível tido esperança de manter ambos os papéis, mãe e mártir (SALISBURY, 1997, p. 87-89).

O significado da maternidade na mentalidade do cristianismo que ainda estava se organizando durante o século III EC se diferencia tanto da concepção

pagã, quanto da posterior concepção de uma Igreja já organizada no período de Agostinho, por exemplo. Salisbury (1997, p. 91) aponta que “o grau em que Perpétua rejeitou seu papel materno foi reforçado à medida que a história de sua paixão passava pela Idade Média.” A autora também menciona uma versão escrita no século IV, em que Perpétua simplesmente deixa de lado o filho e a família, sem incluir essas menções que já comentamos sobre o cuidado e preocupação da mãe para com o filho. No período do martírio de Perpétua:

As comunidades cristãs estavam criando novas estruturas sociais que convocavam os indivíduos a deixarem seus pais e mães para quebrar laços de comunidade prévios e formar novas comunidades. A maternidade, com sua ênfase em família, em criar e preservar novas gerações, pareceria incompatível com a salvação pessoal obtida através do martírio (SALISBURY, 1997, p. 88).

Um dia antes da luta na arena contra as feras Perpétua recebe sua quarta e, mais marcante visão, em nosso ponto de vista, no que diz respeito às interpretações que vêm sendo feitas a respeito de gênero na fonte. Na visão Pompônio a chama para entrar na arena, e lá Perpétua ficou em face de um homem egípcio que estava pronto para lutar contra ela. Antes da batalha ela teve suas roupas retiradas e “tornou-se homem” – *et expoliata sum et facta sum masculus* (PASSIO, 10.7). A visão de que seu corpo se transforma, em nossa leitura, poderia remeter a uma mentalidade em que lutar em uma arena era papel a ser executado por homens, uma atividade essencialmente masculina. Apesar disso, é necessário refletir sobre o estatuto dos sonhos, impossíveis de serem atingidos diretamente, e sobre os quais podemos fazer inferências somente a partir de narrativas, que por vezes até carregam incertezas sobre sua autenticidade plena, como é o caso de nosso documento. Sobre tal passagem, Gold (2011, p. 243) argumenta que a transformação de Perpétua foi necessária para explicar sua confiança de que poderia vencer e também sua vitória sobre o egípcio. Conforme a autora, para que Perpétua pudesse passar por aquela situação bravamente ela teria que ser “masculina” ou viril, em uma concepção em que masculino e feminino são “metáforas para categorias morais, com o masculino relacionado com força e superioridade e o feminino relacionado com fraqueza e inferioridade”.

A ligação “lógica” feita entre as categorias “homem” e “virilidade”, está relacionada com a concepção geral do período antigo, ao menos para as sociedades greco-romanas, de que a mulher era um ser passivo e submisso por natureza (SANT’ANNA, 2011, p.14). Para Salisbury, esse momento reflete que Perpétua estava passando por uma transformação completa, “do seu antigo eu em um novo indivíduo empoderado que poderia permanecer na arena e lutar pelo que ela acreditava” (SALISBURY, 1997, p. 109). Na visão, Perpétua venceu a luta e saiu pela Porta Sanavivaria, por onde saiam os gladiadores que venciam na arena (MUSURILLO, 1972, p. 119). Aqui se encerram as partes do relato que foram escritas por Perpétua: “Sobre o que aconteceu na disputa em si, que escreva quem desejar” – *ipsius autem muneris actum si quis uoluerit, scribat* (PASSIO, 10.15).

Após a breve parte escrita por Saturo, que não necessita de maiores aprofundamentos em nossa análise direcionada aos corpos e ao gênero, o narrador/editor traz mais informações sobre o martírio dos cristãos e, com isso, é possível comparar e diferenciar certas afirmações de sua parte com os escritos de Perpétua. Felicidade, outra mulher presente no relato, estava grávida de oito meses quando o grupo foi preso. Segundo o narrador ela estava muito preocupada que seu martírio fosse adiado por conta de sua gravidez, uma vez que era contra a lei romana vigente que uma mulher grávida fosse morta. Ela não queria que sua execução fosse feita entre outros criminosos comuns, demonstrando que, talvez, nessa situação, ela estivesse mais preocupada com seu martírio do que com a questão materna. A rejeição da maternidade por Perpétua e Felicidade era necessária para que o martírio fosse possível, confirmando a proposição de Salisbury (1997) de que era preciso quebrar os laços familiares para buscar a salvação cristã e, complementamos, quebrando os padrões normativos de gênero relacionados à concepção romana. Todos pediram a Deus que isso não ocorresse e dois dias antes do combate ela deu à luz, com muito sofrimento, ao seu bebê (PASSIO, 15).

O momento da condenação dos cristãos possui diversos elementos úteis para a nossa análise. As mulheres foram destinadas a um animal inco mum, uma vaca raivosa, que foi escolhida para combinar com o sexo das v

ítimas, de acordo com o próprio narrador – *Puellis autem ferocissimam uac-
cam ideoque praeter consuetudinem comparatam diabolòs praeparauit, sexui
earum etiam de bestia aemulatus* (PASSIO, 20.1). Perpétua e Felicidade fo-
ram deixadas nuas e isso deixou a população que assistia horrorizada, vendo
uma menina delicada e uma mulher recém saindo de um parto com o leite
escorrendo de seus seios. Por tal motivo elas foram vestidas novamente – *Ita-
que dispoliatae et reticulis indutae producebantur. Horruit populus alteram
respiciens puellam delicatam, alteram a partu recentem stillantibus mammis*
(PASSIO, 20.2). É possível que essa reação dos espectadores do anfiteatro
com a nudez das duas mulheres também tenha relação com uma visão de ma-
ternidade presente na mentalidade da época, já que “[...] a maternidade repre-
sentava um estado fisiológico que também parece ter sido inconsistente com
o martírio. Mães fazem leite, mártires sangue” (SALISBURY, 1997, p. 142).

Perpétua demonstra preocupação com sua modéstia, a partir das pa-
lavras do narrador:

Primeiro a vaca se lançou contra Perpétua, e ela então se sentando puxou para baixo
a túnica que fora rasgada no lado para que cobrisse suas coxas, pensando mais com
sua modéstia do que em sua dor. Em seguida ela pediu por um grampo para prender
seu cabelo bagunçado: pois não era certo que uma mártir devesse morrer com seu ca-
belo em desordem, como se parecesse estar de luto em seu momento de triunfo – *Ita
reuocatae e discintis indutae. Prior Perpetua iactata est et concidit in lumbos. Et ub se-
dit, tunicam a latere discissam ad uelamentum femoris reduxit pudores potius memor
quam doloris. Dehinc acu requisita et dispersos capillos infibulauit; non enim decebat
martyram sparsis capillis parti, ne in su gloria plangere uideretur* (PASSIO, 20.3-5).

De acordo com a análise sobre questões de gênero de Gold (2011), o
narrador destacou o lado feminino de Perpétua, transformando-a, em sua
narrativa, em uma personagem com “preocupações tipicamente femininas”,
como cobrir a coxa exposta e prender os cabelos bagunçados na hora da
morte. Para a autora, com quem concordamos, essa representação não pare-
ce conferir com a parte escrita por Perpétua, quando ela aparece como uma
mulher “mais agressiva”, uma “mulher confiante, preocupada em vencer
sua luta, mesmo com o custo de perder sua família”. Conforme Gold (2011,

p. 247- 248), nas palavras do narrador, a figura de Perpétua é moldada “na figura que ele deseja que ela seja”. O olhar do narrador no texto pode sim ter inserido elementos não observáveis – impossíveis de serem verificados – dessa história, mas, para nós, o mais importante são suas razões de desenvolver o relato dessa maneira, seu modo de pensar, suas influências culturais e religiosas e, diante disso, vemos sua visão muito mais normativa, do que a visão da mártir Perpétua, em relação aos papéis de gênero para a época.

Uma análise realizada pelo latinista Craig Williams, focada na linguagem e nas expressões presentes no documento da *Paixão*, buscou realizar um estudo sobre gênero no contexto específico da fonte, os primórdios do século III, e tentou dar menos ênfase para aspectos de subversão e inversão de papéis de gênero como colocadas por autoras como Perkins e Gold, supracitadas nesse trabalho. Williams (2012, p. 58) identifica uma escrita que oscila na utilização do plural masculino genérico, utilizado para identificar humanos de ambos os sexos, e do gênero especificado, seja feminino ou masculino. O autor (WILLIAMS. 2012, p. 60) acredita na importância de prestarmos atenção na escrita de Perpétua referindo-se a ela mesma no feminino o tempo todo, pois, em sua interpretação, a “transformação em homem” relatada na última visão de Perpétua na *Paixão* foi analisada de maneira exagerada em certos aspectos, assim como a inversão de papéis colocada entre ela e seu pai, colocando-o muitas vezes como submisso no momento que a chama de “*domina*” (PASSIO, 5.5), portanto:

Independentemente de quão persuasiva possamos achar qualquer uma dessas leituras da dinâmica de gênero, as seções iniciais da *Paixão* inegavelmente destacam o sexo feminino de Perpétua pelo simples fato de colocá-la em relação aos homens ao seu redor. De fato, ao longo do texto, há uma forte ênfase na feminilidade física de Perpétua e Felicidade, em particular em suas condições de mães.

Williams também percebe, por exemplo, no momento do sacrifício das mulheres, o detalhe do narrador de assinalar a preocupação de Perpétua com sua coxa descoberta e seus cabelos bagunçados, “a linguagem de corporalidade se junta com os marcadores culturais de feminilidade e o imaginário de penetração para lembrar aos leitores que eles estão lendo sobre corpos de mulheres e a violência feita a eles.” (WILLIAMS, 2012, p. 61). A respeito

da icônica “transformação” de Perpétua em homem, o autor acredita que em sua descrição da cena fica clara a referência ao seu combatente homem (lanista/vir), assim como a si própria como mulher, pois formas femininas permeiam o latim utilizado, e no final do combate uma Perpétua vitoriosa é parabenizada e chamada de “*filia*”. O fluxo de gênero na linguagem utilizada “sutilmente, mas insistentemente, enfatiza sua própria feminilidade – tanto antes quando depois do momento peculiar – e a masculinidade de todos os outros”. (WILLIAMS, 2012, p. 63-64).

Uma explicação do autor a respeito desse foco exagerado dado ao trecho já elucidado “*et facta sum masculus*” se deu porque muitos(as) autores(as) analisaram ela como relacionada a Perpétua narradora, e não a pessoa que sonhou. Essa transformação não significa o que aconteceu exatamente. Mesmo no sonho, Perpétua “tornar-se homem” talvez não tenha ocorrido, mas todas as “experiências culturalmente codificadas como masculinas” como ser despida e possuir assistentes de combate, podem ter levado Perpétua a recontar dessa forma, como em um “ato de interpretação: eu tornei-me homem.”. (WILLIAMS, 2012, p. 64). Essa seria a única formação de frase que conteria uma referência masculina para Perpétua, e, portanto, o autor argumenta que a análise desse momento deveria ser mais contida (WILLIAMS, 2012, p. 65).

Na parte final quando o martírio propriamente dito está sendo descrito pelo editor, as características corporais femininas das duas mártires são postas em destaque. Com o corpo de Felicidade após o parto e seus seios pingando leite, por exemplo – *stillantibus mamis* (20.2). Continuando sua análise linguística, Williams (2012, p. 68) aponta ainda outras expressões, ligadas a “conceitos culturais de feminilidade”, que retratam o que seria feminino nessas mulheres enquanto enfrentam a morte iminente:

O par contrastante rimado *pudoris... doloris* enfatiza que o senso feminino de pudor de Perpétua supera sua experiência física de dor, de modo que, depois de ter caído de costas (*in lumbos*) ela se torna simbolicamente impenetrável ao olhar dos espectadores cobrindo sua coxa brevemente exposta (*ad velamentum femoris*) e prendendo o cabelo desgrenhado (*dispersos capillos infibulavit*). Vários detalhes da linguagem sugerem esconder e ocultar partes do corpo com carga sexual [...].

CONCLUSÃO

Aqui tivemos a pretensão de localizar a Paixão e os sujeitos presentes na mesma em um contexto em que a cultura e identidades romanas estão presentes, sem descartar a nova e insurgente religiosidade cristã que dá característica a esse documento. Não pretendemos colocar uma delas como foco e sim analisar um contexto de encontros e conflitos entre diferentes perspectivas, porque a cultura latina e o Cristianismo primitivo permanecem apenas em nossas divisões didáticas da pesquisa histórica, ou como “formas da história” como caracteriza o historiador Norberto Guarinello (2003), e em contextos reais ambas se conectam e realizam trocas. Entramos em acordo com Williams (2012) no sentido em não exagerar em buscas de sentido contemporâneas e atribuir subversões de gênero a essa narrativa, deslocando-a de seu contexto histórico próprio. É preciso analisar a trajetória dos mártires, e principalmente de Perpétua, como específica de um contexto de popularização de uma nova religiosidade, a cristã, mas ainda retomando as influências culturais do mundo romano pagão. Apesar das especificidades dessa fonte histórica, conseguimos perceber que as perspectivas para as identidades de gênero masculinas e femininas não são quebradas, é perceptível a manutenção de muitas delas na fonte, estudada aqui como resultado de um entorno com normas e padrões de regulação, mas reflexo da subjetividade e atuação de seus sujeitos na história. A historicidade do corpo e uma análise de gênero em um documento antigo, considerado raro por conter uma possível escrita feminina, se torna possível pela presença contínua desses objetos ao longo da escrita do narrador e de Perpétua, principalmente. Para Bremmer e Formisano (2012, p. 13):

O corpo é um elemento fundamental da narração: a história de Perpétua, mas também de seu pai e a de Felicidade, é a história de seu corpo, marcada por seu gênero e diferentemente descrita se a própria Perpétua ou o redator fala. E a escrita e o corpo estão ambos conectados ao final inevitável, a morte dos mártires, que pode ser prontamente deduzida pelo título *Passio*. A morte está presente sempre e em todo lugar; ela dá estrutura ao texto, que pode ser lido como uma subversão progressiva as normas sociais, da realidade e do sonho, do gênero, e finalmente, da própria escrita.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

PASSIO PERPETUAE ET FELICITATIS. In: MUSURILLO, H. **The Acts of the Christian Martyrs**. Oxford: Oxford University Press, 1972, p. 106-131.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREMMER, J; FORMISANO, M. Perpetua's Passions: A brief introduction.

In: _____. BREMMER, J; FORMISANO, M. (ed.) **Perpetua's Passions: Multidisciplinary Approaches to the Passio Perpetuae et Felicitatis**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012, p. 1-13.

BOWERSOCK, G. W. **Martyrdom and Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BROWN, P. **Corpo e Sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DRONKE, Peter. **Women writers of the Middle Ages: a critical study of texts from Perpetua to Marguerite Porete**. Cambridge University Press, 1984.

GOLD, B. K. Gender Fluidity and Closure in Perpetua's Prison Diary, **EuGeStA: New York**, n. 1, 2011, p. 237-251.

GUARINELLO, N. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga.

POLITEIA: Hist. e Soc.: Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003, p. 41-61.

KITZLER, P. Passio Perpetuae and Acta Perpetuae: Between Tradition and Innovation. **Listy filologické**, CXXX, 2007, p. 1-19.

OTERO, U. B. Diversidade religiosa e filosófica no Império Romano. In: **A construção da identidade cristã em Orígenes**. 2003. Dissertação de Mestrado em História

defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p. 24-44.

PERKINS, Judith. The "Passion of Perpetua": a narrative of empowerment, **Latomus: Bruxelas**, T. 53, Fasc. 4 out./nov. 1994, p. 837-847.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SIGISMUND-NIELSEN, Hanne. Vibia Perpetua: An indecent woman. In: _____.

BREMMER, J; FORMISANO, M. (ed.) **Perpetua's Passions: Multidisciplinary Approaches to the Passio Perpetuae et Felicitatis**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012, p. 103-117.

SALISBURY, J. **Perpetua's Passion: the death and memory of a young roman woman**. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1997.

SANT'ANNA, D. É possível realizar uma história do corpo? In: _____. SOARES, C. (Org.). **Corpo e história**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 4 ed. 2011, p. 3-24.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para os estudos históricos. Educação e Realidade, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SIQUEIRA, S. M. **A mulher na visão de Tertuliano, Jerônimo e Agostinho Séc. II-V d.C.** 2004. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/UNESP Assis, 2004.

VON FRANZ, M. **The Passion of Perpetua**: A Psychological Interpretation of Her Visions. Toronto: Inner City Books, 2004.

WILLIAMS, Craig. Perpetua's gender: A latinists reads the Passio Perpetuae et Felicitatis. In: _____. BREMMER, J; FORMISANO, M. (ed.) **Perpetua's Passions**: Multidisciplinary Approaches to the Passio Perpetuae et Felicitatis. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012, p. 54-77.

AS FEITICEIRAS DOS PRÉ- RAFAELITAS: ARTE E GÊNERO NA RECEPÇÃO DE CIRCE, MEDEIA E MORGANA EM PINTURAS DO SÉCULO XIX

VICTORIA BRUM VARGAS
GRADUANDA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA – UFSM
BOLSISTA PIBIC/CNPQ

RESUMO

Personagens muito populares da cultura ocidental, Medeia, Circe e Morgana – as duas primeiras surgidas na Grécia Antiga e a última uma personagem medieval e figura crucial na Matéria da Bretanha – têm um ponto em comum: são mulheres consideradas feiticeiras, estando sujeitas à diversas representações e percepções ao longo da História. Nesta pesquisa de Iniciação Científica, propomos compreender a recepção destas três personagens na arte britânica do século XIX, tendo como foco as pinturas feitas pelos integrantes da Irmandade Pré-Rafaelita, grupo artístico criado como reação à arte acadêmica britânica da época e com caráter fortemente revivalista. Analisaremos a relação dos ideais desta irmandade com questões de gênero e sua articulação com elementos e conceitos das temáticas nacionalistas, românticas e orientalistas, características da Inglaterra do século XIX, visando compreender como tais elementos se manifestam nas pinturas estudadas em relação à recepção das personagens, seguindo a linha dos estudos de recepção de temas da antiguidade clássica. Pretendemos nos debruçar sobre os conceitos de gênero, imaginário e orientalismo.

Palavras-chave: Pintura pré-rafaelita; Mulheres feiticeiras, Estudos de recepção.

O perfil da feiticeira tem uma forte presença no que poderíamos chamar de imaginário ocidental, possuindo vários significados e variações para cada região e época, mas mantendo, de forma geral, uma série de elementos em comum. Majoritariamente associado com o feminino, a representação clássica da feiticeira, que tem origem ainda nos mitos antigos e no folclore das sociedades

da Antiguidade, em geral configura-se como a imagem de uma mulher que vem de um lugar diferente dos demais ou que vive em terras distantes. A natureza desta mulher é vista, então, como o “outro”, o estrangeiro, delineada em um imaginário cheio de elementos fantasiosos e místicos. Além de perigosa e fatal, a feiticeira é especialmente marcada pela ambiguidade (ROCCA; TREU, 2015, p. 73-74), muitas vezes apresentando-se como bela e má, outras vezes como velha, feia, mas também muito má. Dos exemplos mais conhecidos de feiticeira do imaginário ocidental, podemos destacar personagens como Circe, Medeia e Morgana, que serviram de modelo e inspiração significativa para um número sem fim de produções culturais até os dias de hoje. Tais personagens, assim, estiveram e ainda estão sujeitas à diversas representações, usos, recepções e percepções ao longo da história, tanto positivas quanto negativas.

As duas primeiras são personagens surgidas na Antiguidade grega, sendo, geralmente, Circe apresentada como tia de Medeia. A primeira, conhecida principalmente pela sua aparição na *Odisseia* de Homero, é filha de Hélio e uma feiticeira que vive na ilha isolada de Eana. No canto X da *Odisseia*, Circe transforma a tripulação de Odisseu em porcos. Entretanto, nos versos posteriores do mesmo capítulo, ela ajuda o protagonista em diversos momentos, como ao aconselhá-lo sobre como voltar para casa.

Medeia aparece primeiro na *Teogonia*, de Hesíodo, longo poema escrito no século VIII AEC. Nesta obra, ela é brevemente citada como filha de Eetes, filho de Hélio e irmão de Circe, com uma oceânide. Há diversas versões da história de Medeia na antiguidade grega, sendo a mais famosa a tragédia homônima escrita por Eurípedes, no século V AEC. O tema central desta versão é a vingança de Medeia contra seu marido, Jasão, líder dos Argonautas, que a trocou por Glauce, filha de Creon, rei de Corinto. Preses a ser exilada por este, Medeia pediu e obteve permissão de ficar mais um dia na cidade, podendo então executar seu plano. Ela dá vestes envenenadas à Glauce, tanto a princesa quando Creon, que entra em contato com o veneno ao tentar salvar a filha. Após isso, Medeia finaliza sua vingança ao matar os próprios filhos e impedindo Jasão de enterrá-los, fugindo para Atenas com os corpos em uma carruagem de Hélios.

Devido ao estágio de desenvolvimento de nossa pesquisa, trataremos da explicação da personagem Morgana de maneira mais alongada, pois iniciamos nossos estudos por ela. Assim sendo, sabemos que Morgan Le Fay – ou, como é mais conhecida em português, a fada Morgana – é uma das personagens mais marcantes das narrativas do ciclo arturiano. Originalmente uma figura sobrenatural aparentemente benéfica, Morgan sofreu diversas transformações na literatura medieval, desde sua aparição em *Vita Merlini*, de 1150, até se consolidar como a famosa irmã do Rei Arthur e feiticeira odiosa da obra de Sir Thomas Malory no século XV. Entretanto, é necessário perceber que a personagem surgiu em fontes cristãs, e estas, assim como todo o ciclo arturiano, têm em seu núcleo diversos elementos celtas pagãos, que foram sucessivamente cristianizados e até mesmo demonizados.

Caitlin Matthews, em *King Arthur and The Goddess of The Land* (2002), em sua busca por uma identidade original de Morgan le Fay, ao procurar por uma *proto-Morgan*, acredita que a evidência para a personagem celta pode ser encontrada na tradição irlandesa na forma da deusa da batalha e da morte Morrigan, bem como na galesa Modron, que era uma Deusa-Mãe, e a bretã Morgue, rainha das fadas e assombradora de poços. De acordo com James Mackillop (1998, p. 332) há um destaque especial para a ligação de Morgan e Modron: em um conto popular, Urien Rheged encontra uma misteriosa lavadeira sem nome no vau de Rhyd y Gyfarthfa, que se declara filha de Annwfn; mais tarde, ela lhe dá o filho Owain e a filha Morfudd. Na lenda Arturiana, Morgan é a esposa de Urien de Rheged, assim como a mãe de Owain. Além disso, Morrigan e Modron encontram-se associadas à metamorfose em aves (particularmente o corvo), poder também atribuído muitas vezes à Morgana, como em *Vita Merlini*.

Como anteriormente dito, o surgimento de Morgan le Fay se dá em *Vita Merlini*, publicado em 1150, de autoria do galês Geoffrey de Monmouth, clérigo e professor em Oxford. Em seu trabalho anterior, *Historia Regum Britanniae*, escrito por volta de 1138 e também de temática

arturiana, ela não aparece, porém a ilha de Avalon é mencionada como local em que a lendária espada Excalibur (chamada de Caliburn) é forjada, e também como local onde Arthur é levado para ser curado de seus ferimentos após a batalha de Camlann. Em *Vita Merlini*, mencionada como Morgen, a personagem é a mais velha e mais bela das nove irmãs que habitam a abençoada Ilha das Maças (outro nome para a Avalon citada em *Historia Regum Britanniae*), sendo capaz de se metamorfosear em uma forma alada e uma exímia curandeira. Arthur é levado para seus cuidados após ser gravemente ferido na batalha de Camlann, sendo esta a passagem do poema em que ela faz sua primeira e única aparição, embora de grande importância, e que mostra um retrato muito positivo da personagem como uma mulher linda e gentil, com grande conhecimento a respeito de magia e cura.

As maiores mudanças com a personagem acontecem a partir do momento em que a lenda arturiana é vinculada com o cristianismo. Do que restou de *Merlin* (1200), a obra do clérigo Robert de Baron, é especificada a posição de Morgana como meia-irmã de Arthur, humanizada, mas ainda não é mencionada como maléfica. Entretanto, sua versão estava diretamente interligada com sua obra a respeito de José de Arimatéia, considerado primeiro apóstolo cristão na Grã-Bretanha, sendo o primeiro a dar ao santo graal, com sua busca já sendo um tema frequente nos contos arturianos e de influência céltica, um significado cristão.

A partir deste momento, com o domínio e apropriação da lenda arturiana pela Igreja, a figura de Morgana começa a ser demonizada, rapidamente perdendo seu poder e pureza e tornando-se uma figura de pouca importância, vulgar e maléfica. *Le Morte d'Arthur*, escrita por Sir Thomas Malory em 1470 e publicada em 1485, é a última obra medieval do ciclo arturiano, condensando influências britânicas e continentais. Morgana é consolidada como antagonista, tramando e conspirando contra o reinado de Arthur.

Na primeira metade do século XIX, o romantismo ganha força, e, após um período de certo desinteresse na Idade Moderna, há um revivalismo das temáticas medievais, com a tradução e publicação de textos e contos

do Medievo. Entre 1816 e 1818, *Le Morte d'Arthur* é publicado, e é esta a versão da lenda arturiana que primariamente influencia a arte e a literatura. Nas reinterpretações feitas pelos autores oitocentistas, pouca atenção foi dada à Morgana: dentre os que mais se destacaram estão Alfred Tennyson, autor do poema *The Lady of Shalott* e da coleção *Idylls of the King*, que, entretanto, nem chega a incluir a personagem em seus escritos, dando à personagem Vivien (a Dama do Lago em *Le Morte D'Arthur*) o papel de feiticeira poderosa em *Idylls of the King* (FRIES, 1994). Entretanto, embora colocada em segundo plano pela sociedade vitoriana, na segunda metade do século XIX, Morgana faz aparições interessantes na arte, mais especificamente nas obras da Irmandade Pré-Rafaelita.

Conforme Jennifer Meagher (2004), a Irmandade Pré-Rafaelita foi formada em Londres no ano de 1848, inicialmente composta por um pequeno grupo de jovens artistas britânicos. Desencantados com a pintura da academia britânica, considerada exagerada e artificial. Desta forma, os pré-rafaelitas buscavam um retorno da moral e pureza emocional que eles associavam à arte europeia antes da alta renascença, seus trabalhos se caracterizavam pela abundância de detalhes, cores intensas e composições complexas, também se destacando o significado pessoal que muitas de suas obras apresentavam (FAXON, 2011). Havia um forte revivalismo medieval na Irmandade Pré-Rafaelita, com uma densa identificação com os ideais de cavalaria, divulgados pelas narrativas medievais sobre os cavaleiros da Távola Redonda (ROE, 2014).

Entretanto, apesar das aspirações medievalistas da irmandade e do romantismo, neste período também devemos dar um destaque ao interesse pela arte clássica. No século anterior, há a descoberta das cidades de Herculano e Pompeia, ambas soterradas pela erupção do Monte Vesúvio em 79 EC, assim como a ocorrência de diversas expedições importantes para a escavação de artefatos greco-romanos, financiadas por sociedades interessadas no estudo de arte antiga, a partir deste momento.

Em meados do século XIX, os artefatos e obras de arte antigos já estavam bastante presentes na Grã-Bretanha, tanto em museus quanto em

coleções particulares. Além disso, estavam amplamente disseminados em impressões, fotografias e moldes de escultoras, tornando-se bastante acessível ao público. Esses artefatos serviram de grande inspiração para os artistas britânicos, incluindo diversos dos pré-rafaelitas.

A primeira geração da Irmandade Pré-Rafaelita tem sua fundação em 1848, inicialmente composta por William Holman Hunt, John Everett Millais, Dante Gabriel Rossetti, William Rossetti (irmão de Dante Gabriel), James Collinson, Thomas Woolner e Frederick George Stephens. Em 1854 o grupo original se dissolve, porém os ideais da irmandade prevalecem, atraindo novos adeptos, como Edward Burne-Jones, John William Waterhouse, William Morris, Evelyn De Morgan e Frederic Sandys, com D. G. Rossetti ainda permanecendo como membro de importância.

As três feiticeiras citadas no início deste artigo foram amplamente representadas pelos pré-rafaelitas. Morgana volta a aparecer com alguma intensidade, depois de um longo período de esquecimento, ganhando espaço exclusivo em algumas obras de arte, como a interpretação de Frederick Sandys (1863-64), em que se destacam os elementos orientais em sua composição, como podemos ver na obra na página seguinte.

Circe e Medeia, apesar de terem sido representadas com certa regularidade na arte anterior aos pré-rafaelitas, fazem aparições interessantes entre os pintores que seguem os ideais da irmandade como em *Circe offering the cup to Ulysses* (1891), de John William Waterhouse e *Medea* (1868) de Frederick Sandys. Ambas se destacam em mostrar as personagens como *femme fatales*, evidenciando o poder e o perigo em que representam ao serem retratadas no momento em que utilizam seus poderes mágicos – Circe no momento em que tenta transformar Odisseu em um animal, assim como sua tripulação; Medeia, no momento em que encanta as vestes de Glauce com o veneno que irá matá-la. Assim como a Morgana, a Medeia de Frederick Sandys também possui diversos elementos orientais retratados.

Figura 1 – Morgan Le Fay, 1863-1864, Frederick Sandys.



Fonte: MARTINS, Ana Rita. Morgan Le Fay: A Herança da Deusa: As Faces do Feminino na Mitologia Arturiana. Tese (Mestrado em Estudos Anglísticos) – Departamento de Anglísticos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010, P. 149

Figura 2 – Circe offering the cup to Ulysses, 1891, John William Waterhouse.



Fonte: YARNALL, Judith. Transformations of Circe: The History of an Enchantress. University of Illinois Press, 1994, p. 167

Diante do que foi apresentado, este trabalho, que se trata de um projeto de Iniciação científica ainda em construção, tem como objetivos: Compreender a recepção destas três personagens no século XIX, analisando a presença delas em pinturas da época, tendo como foco as obras de artistas da irmandade pré-rafaelita; Perceber as questões de gênero e poder por serem personagens femininas e pagãs, feiticeiras, representadas majoritariamente por um olhar masculino e cristão; Analisar o conceito de feiticeira que se tem no contexto europeu do século XIX, assim como este imaginário é construído, e como vai moldar a representação de mulheres consideradas feiticeiras nas obras da arte ocidental desta época.

Figura 3– BARTEL, Heike; SIMON, Anne. Unbinding Medea: Interdisciplinary Approaches to a Classical Myth from Antiquity to the 21st Century. Taylor & Francis Group, 2010, p. 95



E, por fim, compreender o que Irmandade Pré-Rafaelita significava, seu contexto histórico, suas influências e seus ideais estéticos e discursivos, para, então, analisar quais relações a irmandade teria com gênero e sua articulação com elementos e conceitos das temáticas nacionalistas, românticas e orientalistas que são características da Europa do século XIX. Visamos, a partir disso, perceber como essas articulações se manifestam na representação das personagens nas diversas obras de arte feitas pelos membros e entusiastas do grupo.

Foram inicialmente selecionadas para este estudo três obras que retratam a personagem Morgana, todas com o título de *Morgan le Fay*, de Frederick Sandys (1864), Edward Burne-Jones (1862) e John Spencer-Stanhope (1880). Das obras que retratam Circe, escolhemos *Circe offering the cup to Ulysses* (1891) e *Circe Invidiosa* (1892), de John William Waterhouse. De Medeia, escolhemos *Medea* (1868), de Frederick Sandys.

Como hipótese de pesquisa, acreditamos que possa haver, nas representações iconográficas destas personagens nas pinturas pré-rafaelitas oitocentistas, uma articulação entre elementos de gênero e elementos do orientalismo em voga na Inglaterra da época, decorrente da percepção em que a feiticeira é vista como o “outro” no imaginário ocidental.

Como metodologia de pesquisa estamos utilizando a proposta de análise de imagem de Erwin Panofsky. Em 1939, Panofsky publicou um ensaio que sintetizava os estudos de imagens do grupo de Hamburgo do qual fazia parte. Ele procura distinguir dois termos muito usados nas pesquisas imagéticas, que são: iconografia e iconologia. Muitas vezes esses termos são usados como sinônimos, mas, embora ambos tratem da análise de imagens e possam orientar uma mesma pesquisa, seus objetivos são distintos. Panofsky (1972) distingue três níveis de interpretação, que correspondem a três níveis de significado na própria obra.

O primeiro desses níveis é a descrição pré-iconográfica, limita-se a identificação de objetos e eventos. O segundo nível é o da Iconografia, a descrição e classificação das imagens de maneira estrita, voltada para um “significado convencional”. O terceiro nível é da interpretação iconológica. A iconologia se

diferencia da iconografia por se voltar a um significado intrínseco, do conteúdo, a obra sendo entendida como um documento que evidencia as características do artista, de um período, de um grupo social, etc. (PANOFSKY, 1972, p. 5-8)

Além da metodologia de análise de obras de arte, pretendemos devolver a seguinte pesquisa a partir de certos conceitos, como *gênero e orientalismo*. Sobre o conceito de gênero, seguimos a definição e proposta de Joan Scott (1995), em que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e forma primária de dar significado às relações de poder. Sobre o conceito de orientalismo, seguiremos o que é apresentado por Edward Said (1978), a respeito do visã do Oriente como “outro” criada pelo ocidente a fim de impor poder através de elementos da cultura, como, por exemplo, pinturas como as que estamos analisando nesta pesquisa.

Outro conceito que será fundamental em nossa pesquisa é o de *imaginário social*, pois estamos trabalhando com elementos sobre a construção do feminino ligado à magia na longa duração. Sobre tal conceito, o entendemos como definido por Bronislaw Baczko (1985), em que os imaginários sociais constituem pontos de referência nos sistemas simbólicos produzidos pelas sociedades. Através de seus imaginários sociais, uma coletividade “designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’[...]” (BACZKO, 1985, p. 309).

Também nos debruçaremos para analisar nosso objeto de pesquisa dentro da linha de Estudos de Recepção de Clássicos, que analisa as formas em que o material antigo foi transmitido, traduzido, extraído, interpretado, reescrito, re-imaginado e representado (HARDWICK; STRAY, 2008, p. 1). Para isso nos utilizaremos de obras como *Reception and the Classics: an interdisciplinary approach to the Classical Tradition* (2012)¹, *Classics and the Uses of Reception* (2006)² e *Classical Traditions in Modern Fantasy* (2017)³

.....
1 Editado por William Brockliss, Pramit Chaudhuri, Ayelet Haimson Lushkov e Katherine Wasdin.

2 Editado por Charles Martindale e Richard F. Thomas.

3 Editado por Brett M. Rogers e Benjamin Eldon Stevens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985
- BINDMAN, David. "Pre-Raphaelite Brotherhood". **The Thames and Hudson Encyclopaedia of British Art**, ed. David Bindman. London: Thames and Hudson, 1985, p. 195-196.
- BURKE, P. **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CARLÀ-UHINK, Filippo; BERTI, Irene. **Ancient Magic and the Supernatural in the Modern Visual and Performing Arts**. Bloomsbury Academic, 2015.
- CARVER, D. D. **Goddess Dethroned: The Evolution of Morgan le Fay**. M.A. Thesis. Department of Religious Studies. Georgia State University. 2006.
- CÂMARA, Y. R.; SANZ-MINGO, Carlos. De fada Morgana à bruxa Morgana – as transformações sofridas por esta personagem arturiana ao longo de oito séculos e seu resgate literário recente. **Diálogos**, vol. 20, no. 3, 2016, p. 82-96.
- EURÍPIDES. **Medeia**. Tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira; comentário de Otto Maria Carpeaux. – São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FAXON, Alicia C. The Pre-Raphaelites and the Mythic Image: Iconographies of Women. **Visual Resources**, 27:1, p. 77-89.
- FRIES, Maureen. From The Lady to The Tramp: The Decline of Morgan le Fay in Medieval Romance. **Arthuriana**, Vol. 4, No. 1. Purdue University, Scriptorum Press, 1994. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27869041>, acesso em: 16 de novembro de 2018.
- GOMBRICH, E. H. Revolução Permanente: o século XIX. **A História da Arte**. Trad. Alvaro Cabral. Ed. nº 16. LTC Livros, 2012.
- HESÍODO. **Teogonia**. Tradução de J. A. A. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HOMERO. **Odisseia**. Edição bilingue. Tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.
- LAYAMON. Brut. In: **Arthurian Chronicles**. Tradução de Eugene Mason. London: Everyman, 1962.
- MABINOGLION – **as Mais Originais Histórias da Mitologia Galesa**. Tradução de Carmen Seganfredo. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2015;

MACKILLOP, *James*. **Oxford Dictionary of Celtic Mythology**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MAEGHER, Jennifer. "The Pre-Raphaelites". **Heilbrunn Timeline of Art History**. Disponível em <https://www.metmuseum.org/toah/hd/praf/hd_praf.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

MALORY, Thomas. **Le Morte d'Arthur: Sir Thomas Malory's Book of King Arthur and of his Noble Knights of the Round Table**. The University of Adelaide Library, University of Adelaide, 2014.

MARTINS, Ana Rita. **Morgan Le Fay: a herança da deusa: as faces do feminino na mitologia arturiana**. Tese (Mestrado em Estudos Anglísticos) – Departamento de Anglísticos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

MONMOUTH, Geoffrey de. **The History of the Kings of Britain**. Tradução inglesa de Lewis Thorpe. Londres: Penguin Books Ltd., 1966, p. 217.

_____. **Life of Merlin: Vita Merlini**. Tradução inglesa de Basil Clarke. Cardiff: UWP, 1973.

PANOFSKY, Erwin. **Studies in Iconology: Humanistic Themes in the Art of the Renaissance**. Routledge, 1972

SCLIAR, Muriel. **Entre a feiticeira celta e a bruxa má: como o imaginário coletivo (trans) formou-se através do tempo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SHEARER, John C. **Masks of the Dark Goddess in Arthurian Literature: Origin and Evolution of Morgan le Fay**; Theses and Dissertations, Eastern University of Kentucky, 2017.

GLADIADOR E HÉRCULES ROMANO: O IMPERADOR CÔMODO NAS REPRESENTAÇÕES DE HERODIANO E DIÃO CÁSSIO E NAS MOEDAS

PEDRO VIEIRA MARQUES DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (GRADUANDO)
PEDROVMK@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Cômodo foi o último membro da dinastia dos Antoninos a governar o Império Romano, mantendo-se como princeps entre 180 e 192 após a morte de seu pai, Marco Aurélio. Esse imperador teria iniciado uma “era de fogo e ferro”, segundo as palavras de seu contemporâneo Dião Cássio (*História Romana*, 72.36.4), sendo bastante associado com o início do “declínio de Roma”. Este trabalho, portanto, tem como objetivo apresentar o andamento de nossa pesquisa sobre as representações de Cômodo na documentação escrita, produzida por membros da elite do império, como Dião Cássio, senador de moral conservadora, e Herodiano, de origens sociais incertas, sendo provavelmente um equestre (SILVA, 2018).

Dião Cássio nasceu em Niceia (na Província da Bitínia), foi um historiador e membro da ordem senatorial. Ocupou importantes cargos públicos e, após a morte de Cômodo, pertenceu a corte imperial dos Severos, sendo bastante próximo de Severo Alexandre. Portanto, ele carregava fortemente uma moral senatorial conservadora e reagia fortemente a qualquer ação que fosse

tomada contra a sua ordem social pertencente. Da mesma forma, Dião elogiava os imperadores que cultivavam boas relações com os senadores. Dião é autor de *História Romana*, uma compilação escrita em grego de oitenta livros que contam a história de Roma desde a fundação da cidade até meados do governo de Severo Alexandre, quando se retirou da política para descansar em sua terra natal. No livro LXXIII, Dião aborda o principado de Cômodo Antonino. Sua obra provavelmente foi escrita e dada a ler entre 222 e 230, data do falecimento do autor (ARRIZABALAGA Y PRADO, 2014, p. 26 apud SILVA, 2018).

Já Herodiano escreveu a obra *História do Império Romano* entre os anos 180 e 238, sendo a mesma organizada em oito livros cobrindo os governos de Marco Aurélio até o começo de Gordiano III (238-244), sendo que no livro I ele aborda a vida e o governo de Cômodo Antonino. A escrita da obra ocorreu, provavelmente, entre a ascensão de Gordiano II e a morte de Herodiano entre 238 e 250 (SILVA, 2018, p. 198).

Para auxiliar em nossa compreensão das obras de Dião Cássio e Herodiano, iremos utilizar o conceito de representação, conforme proposto pelo historiador francês Roger Chartier (1991) no marco dos estudos sobre *Nova História Cultural*. Segundo o autor, representações consistem em elementos da construção de um discurso no qual o autor organiza e apresenta sua realidade, à sua ótica. Por fazerem parte de um relato no qual o autor apresenta seus anseios, motivações e revoltas, as representações presentes em um discurso não estão isentas de imparcialidade e, portanto, acabam nos dando pistas sobre as classificações, hierarquias e ordens sociais na ótica do autor do texto analisado. Cumpre destacar que com o uso do conceito de representação, Chartier parte da compreensão do real na ótica do autor do texto analisado, cabendo ao historiador desconstruir o discurso através da compreensão de mundo do autor e de seus interesses. Desta forma, compreendemos que os textos de Dião Cássio e Herodiano não são neutros e demonstram, através da escrita, seus interesses políticos em representar Cômodo da forma que o fizeram.

Ao analisar as obras destes autores, é importante notar que elas não eram destinadas à população do Império em geral, composta, em sua

maioria, por pessoas que não possuíam grandes conhecimentos de escrita. Portanto, acreditamos que as obras eram destinadas para aquela pequena parcela de homens que detinham poder e influência dentro da sociedade romana, os grupos das elites. Assim, o relato presente nestes documentos será marcado por uma carga política muito forte, onde estarão presentes as convicções morais e as disputas de poder dos autores.

Cruzaremos as representações textuais com uma análise das fontes numismáticas cunhadas pelo governo de Cômodo, buscando compreender como este imperador queria se apresentar para os diversos grupos da sociedade romana. Para analisar as moedas, optamos por utilizar o modelo adotado pelo antiquista Carlos Eduardo da Costa Campos (2017), pois leva em consideração os processos de representações do poder no campo numismático. Segundo o autor citado:

Para tal proposta de estudo do poder, mediante o aparato numismático, deve-se observar: 1) os temas referentes à manifestação do poder; 2) o público receptor; 3) a imagem e a linguagem; 4) o tipo de moeda (suporte) e o contexto histórico de sua emissão; 5) os comentários. Nessa perspectiva, as moedas oficiais são expressões materiais das concepções políticas dos segmentos dirigentes, assim apresentando legendas e imagens que fornecem insights sobre os processos de domínio visual e simbólico da vida cotidiana na Antiguidade (CAMPOS, 2017, p. 34).

Para auxiliar nossa compreensão, também serão utilizadas produções historiográficas que buscam problematizar as diferentes representações do principado de Cômodo, com destaque para as produções de Oliver Hekster (2002) e Geoff Addams (2013). Desta forma, alguns temas peculiares do principado comodiano serão analisados de forma crítica, como a sua tirania por governar sem o senado, sua corrupção por desprezar as convenções romanas e o ato de se apresentar como gladiador na arena vestido de Hércules.

CÔMODO NA DOCUMENTAÇÃO

O ponto central desta pesquisa está no fato de a figura de Cômodo estar muito relacionada com o início do declínio do Império Romano, tese sustentada por historiadores de outros contextos, como o iluminista Edward

Gibbon na obra *Declínio e Queda do Império Romano*, amparado em uma leitura acrítica dos textos antigos.¹ Dião Cássio afirma que Cômodo “não era naturalmente perverso [...] Sua grande simplicidade, junto com sua covardia, fez dele escravo de seus companheiros” (*História Romana*, 73.1.2). Herodiano também possui um tom semelhante para tratar sobre o governo de Cômodo, afirmando que ele se desgraçara em atos vergonhosos (*História Romana*, 1.17.12). No entanto, para nós, a ideia de declínio do império com a ascensão de Cômodo advém de uma leitura pouco crítica das fontes da época, pois tanto Herodiano, quanto Dião Cássio, pertenciam à essas elites que reagem fortemente a qualquer atitude que fosse contra seus interesses.

Cômodo, por exemplo, costumava indicar libertos para cargos importantes na administração, como o prefeito do pretório, cargos estes que eram tradicionalmente ocupados por senadores e equestres. Isto se devia, principalmente, da desconfiança que o princeps tinha destes grupos sociais que, muitas vezes, conspiravam contra ele, ao passo que os libertos deviam sua posição somente ao imperador e não representavam um risco. Hekster (2002) afirma que, por volta do ano 185, o consilium princeps de Cômodo, grupo de conselheiros que detinham poder real na administração do império, já não era composto por nenhum senador. Isto demonstra o estado das relações de Cômodo com o senado já nesta época, conforme o historiador citado, com quem concordamos.

O princeps também era acusado por seus rivais políticos de promover assassinatos contra os senadores, de permitir que seus libertos vendessem cargos políticos para financiar suas extravagâncias, entre outras práticas que caracterizavam um governo tirânico. A escolha de governar sem buscar o apoio destas elites certamente teve um impacto sobre a forma que Cômodo é representado por estes autores.

Na visão dos autores antigos, todas as decisões administrativas de Cômodo são tidas como inapropriadas, dando a impressão geral de que

.....
¹ A obra de Gibbon foi escrita em seis volumes. O primeiro volume foi publicado em 1776 e o último em 1788. A edição que utilizamos foi: GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ele era completamente incapaz de ocupar o cargo de princeps. Quando se cita os atentados contra sua posição, como a conspiração de Lucila² em 182, a queda de Perennis³ em 185 e a insurreição contra Cleandro⁴ em 190, a intenção é afirmar que Cômodo era rejeitado por todos (AD-DAMS, 2013)

Outra razão das críticas é que Cômodo foi o primeiro imperador a ter nascido enquanto seu pai ocupava este cargo. Até então, desde Augusto (27 AEC-14 EC), somente Tito (79-81) havia herdado o cargo de seu pai, mas este antes já possuía experiência na política do senado e na administração do Império, ao contrário de Cômodo que assumiu com dezessete anos. No que se refere a documentação escrita, é bastante intrigante o distanciamento de Cômodo em relação a seu pai, Marco Aurélio. Addams (2013) afirma que um dos meios de os distanciar, além de omitir detalhes de sua relação, foi o de incluir rumores acerca de sua legitimidade ao sugerir que Cômodo poderia ser fruto de uma relação adúltera de Faustina, sua mãe, com um gladiador. Afinal, como um *Optimus Princeps* como Marco Aurélio poderia ter um filho tão depravado? Entretanto, o fato de ter sido feito co-imperador em 175, além das fontes numismáticas, na análise de Hekster (2002), comprovam a preferência e preparação de Cômodo para assumir o cargo de princeps ao mostrarem todas as honras dedicadas ao jovem herdeiro de

.....

2 Tal conspiração, segundo a documentação textual, ocorre por causa da perda de influência de Lucila dentro da *domus* imperial após o casamento de Cômodo com Crispina. Desta forma, Lucila convence seu marido, Cláudio Pompeiano, jovem senador, a assassinar o imperador, mas este é apreendido com a adaga na mão enquanto Cômodo saía do teatro. Depois do atentado, Cômodo passa a nutrir grande desconfiança do senado (HERODIANO, *História do Império Romano*, 1.8.3-6); (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.4.4-5).

3 Perennis foi um dos libertos de Cômodo a ocupar o cargo de Prefeito do Pretório. Após ganhar muita influência dentro da corte imperial, ele teria passado a ambicionar o cargo de *princeps*. Cômodo somente foi convencido da conspiração quando lhe foram mostradas moedas com o rosto de Perennis como prova (HERODIANO, *História do Império Romano*, 1.9.1); (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.9.1).

4 Assim como Perennis, Cleandro é retratado como outro liberto ambicioso. Para ganhar popularidade, ele teria propositalmente retido as cargas de grãos que abasteceriam Roma para que, quando a cidade estivesse em crise, seria ele a salvá-la. Contudo, isto resultou em uma revolta popular e Cleandro foi visto pela população como o culpado. Buscando manter a popularidade, Cômodo mandou executar Cleandro e entregou seu corpo aos revoltosos (HERODIANO, *História do Império Romano*, 1.12.3-13.6); (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.13.4-6).

Marco Aurélio. A realidade era, ao que parece, que Marco Aurélio não tinha outra opção, ou ele preparava Cômodo para sucedê-lo ou arriscaria uma guerra civil.

CÔMODO NAS MOEDAS

Entretanto, o que marcou fortemente as críticas ao seu principado foi que Cômodo, segundo a literatura antiga, se via mais do que um mero mortal por exaltar o semideus Hércules. Para isto foram cunhadas, a mando do imperador, várias moedas mostrando Cômodo vestido de Hércules, junto com a legenda de Herculi Romano, assim como estátuas e medalhões o associando com a divindade (ADDAMS, 2013). Desta forma, as moedas são importantes para compreender melhor quais foram as estratégias de legitimação empregas por Cômodo, uma vez que “as moedas devem mostrar o imperador como ele gostaria de ser visto” (HEKSTER, 2002, p. 89). Para este estudo, a produção de Hekster (2002) é indispensável por organizar e analisar o conjunto da produção numismática do principado de Cômodo.

A associação, ou identificação, com a figura de Hércules por parte de Cômodo se deu de uma forma abrupta nos anos finais de seu principado, entre 190 e 192 EC. Até então, segundo Hekster (2002), sua programação visual não diferenciava muito da norma imperial de auto apresentação. Entretanto, é importante notar algumas inovações implementadas nas moedas entre o período que Cômodo assume como príncipes em 180 até sua identificação com Hércules iniciada em 190.

No mesmo período da conspiração de Lucila, Cômodo adota a palavra *Pius* como um de seus títulos. Isso pode ser tanto uma forma de se aproximar de Antonino Pio, usando sua ancestralidade como legitimação, como para enfatizar a *impietas* daqueles conectados na conspiração. “De toda forma, ser *Pius* não apenas refletia a relação de alguém com sua família, como também com o Estado e os deuses” (HEKSTER, 2002, p. 93). Portanto, o uso da ideia de *pietas*, espécie de virtude que pode ser traduzida como uma devoção pode não ter sido bem recebida e lida de forma contrária às intenções imperiais em seu uso. Uma moeda cunhada em 187 também

indica a ênfase da *pietas* do imperador em relação com a religiosidade tradicional. Portanto, o objetivo parece ter sido comunicar a ideia de que “Cômmodo deveria ser o *Auctor Pietatis*, trazendo *pietas* para o domínio romano” (HEKSTER, 2002, p. 93).

No ano de 185, o imperador também adota o título de Felix, que sugere a ideia de uma proteção divina. Apesar do título ser adotado no mesmo período da queda de Perennis, Hekster (2002) afirma que é mais provável relacioná-lo com as festividades dos dez anos de governo do princeps. Para defender esta ideia, o autor cita que, no mesmo período, são cunhados denarius com o reverso escrito D.P.R.C, podendo a legenda ser interpretada como “*Decennales Primi Romae Constituti*” (HEKSTER, 2002, p. 94). Podemos notar que, neste caso, um argumento também não exclui o outro.

Assim, a combinação de Pius e Felix, iniciada por Cômmodo, pode ter assumido um novo significado. Ainda seguindo as ideias de Hekster (2002), acreditamos que tal significado pode estar ligado a relação imperial com as províncias, pois muitos provincianos não viam o Império como um todo coerente. Contudo, o problema não seria uma questão militar, mas político-religiosa. “O imperador deveria mostrar que ele não apenas era o chefe sacerdote de Roma, mas o campeão religioso de todos” (HEKSTER, 2002, p. 94-95). Pius e Felix também podem estar relacionados com a Era Dourada que o princeps buscava inaugurar. “A *felicitas* divina do princeps traria felicidade aos seus súditos” (HEKSTER, 2002, p. 98). A figura de Tellus, que aparece entre 186 e 188, também parece reforçar esta ideia. A mensagem simbólica que Cômmodo buscava comunicar, por meio das moedas, enfatizavam a paz e prosperidade que o imperador levaria ao seu povo. (HEKSTER, 2002, p. 98).

A questão dinástica se torna crucial na legitimação da posição de Cômmodo, principalmente por ser o primeiro imperador que nasceu “da púrpura”, ou seja, enquanto seu pai ainda era imperador. A inscrição *Providentia Deorum* aparece seguidamente em sestércios, dupondii e asses até meados de 185, trazendo a ideia de um imperador que foi divinamente escolhido. De 186 em diante vão ser cunhadas moedas com a legenda NOBILITAS

AVG(VSTI), mesmo período que ocorrem revoltas na Britânia e a queda de Perennis. Além de enfatizar a ancestralidade de Nerva a Marco Aurélio, o destaque a nobilitas quando se garante a paz parece implicar que somente Cômodo poderia ter sucedido seu pai. Sua *nobilitas* garantia a ordem romana. Recorrer a sua ancestralidade como forma de legitimação também faz sentido em um momento que sua posição ainda não estava tão assegurada (HEKSTER, 2002, p. 96). Portanto, a mensagem era explícita: “o governante divinamente escolhido se erguia acima de seus súditos, sejam da Itália, ou de outras partes do mundo Romano” (HEKSTER, 2002, p. 98).

Hekster (2002, p. 99-103) aponta que houve quatro deuses em que a associação feita por Cômodo ocorreu para além da prática imperial tradicional: Janus, Júpiter, Sol e Hércules. Em relação as três primeiras divindades, o que chama a atenção é que, apesar estarem representadas estarem em medalhões, ou seja, em menor número e para uma audiência seleta, eles portam atributos físicos de Cômodo. Um medalhão datado de 187 mostra um Janus de duas cabeças, na qual a cabeça que olha para a frente é certamente a de Cômodo, sugerindo o futuro que ele trará. Um medalhão da divindade Sol do ano 190, que pode ser referência a Era Dourada de Cômodo, mostra o deus com uma coroa radiante montado em uma quadriga avançando para o topo direito da moeda. A figura de Sol, sempre representada sem barba, repentinamente se torna barbada em uma alteração que lembra muito a figura do imperador. Alguns medalhões datados do ano 189 mostram Júpiter *Iuvenis* com olhos maiores e uma barba diferente, além disso o deus aparece menos musculoso do que em outras representações. A mensagem, portanto, era que “Cômodo governava a terra, assim como Júpiter governava os céus” (HEKSTER, 2002, p. 102).

Como podemos perceber, antes da exaltação da figura de Hércules, Cômodo já transitava a linha tênue entre se apresentar com atributos dos deuses e se assumir como um deus. Ademais, os exemplos anteriores com Janus, Sol e Júpiter foram produzidos em pequena quantidade nos medalhões. Hekster (2002, p. 103) compreende os medalhões “como um equivalente visual de um panegírico”, destinado a um pequeno grupo de pessoas

cientes dos desejos do imperador. Hércules, no entanto, raramente aparece antes de 190 e a impressão que se tem é a de uma súbita aparição do semideus na programação visual do imperador. É possível, contudo, notar um desenvolvimento de como a legenda aparece nas moedas no período de 190-192. Em um primeiro momento temos *Herculi Commodiano* em medalhões, sestércios, dupondii e asses. De dezembro de 191 em diante, cunhagens de todos os valores traziam *Herculi Romano Augusti* como legenda. (HEKSTER, 2002, p. 104).

Entretanto, mesmo que a figura de Hércules não tivesse destaque antes de 190, é possível perceber alguns aspectos da programação visual priorizadas por Cômodo que se relacionam aos aspectos simbólicos associados ao semideus. Conforme afirma Hekster (2002, p. 106), temos que “Hércules, igual a Cômodo, governava a terra por direito de seu nascimento divino. Através de seus feitos ele libertou o mundo de monstros e trouxe paz e abundância às pessoas que ele se importava. Uma Era Dourada igual a que Cômodo prometia a seus súditos.” Portanto, mensagens que enfatizavam a nobreza, abundância, ordem, paz, felicidade e piedade que foram marcantes para a legitimação do princeps, tornam-se em Hércules o canal perfeito para comunicar e enfatizar que Cômodo, e somente ele, seria capaz de fazer o mundo Romano prosperar.

Diante disso, acreditamos que houve uma escolha consciente no uso da imagem de Hércules por este imperador, sendo parte de uma estratégia de legitimação da sua posição como princeps. É importante notar que Cômodo não foi o único imperador a se valer de Hércules para a promoção de sua imagem, uma vez que, “muitos governantes da antiguidade, de Alexandre, o Grande em diante se associaram com o semideus. Cômodo, entretanto, deixou de lado a ambiguidade e se declarou a nova encarnação de Hércules” (HEKSTER, 2002, p. 104). De fato, Hércules também era uma divindade muito popular, em especial com o exército, com atributos facilmente reconhecidos, como a clava e capa de leão (OLIVEIRA, 2014, p. 59).

Como veremos adiante, o uso da imagem de Hércules não se restringiu às moedas e medalhões, desembocando em um ato nunca feito antes ou

depois por um princeps. O imperador em pessoa lutaria como gladiador no Coliseu vestido de Hércules.

CÔMODO: O HÉRCULES GLADIADOR

Sobre a atuação de Cômodo no Coliseu, a documentação descreve esse fato dentro dos aspectos de extravagância por parte do princeps. Herodiano (*História do Império Romano* 1.12.1) comenta que as notícias de suas apresentações despertaram muita curiosidade, pois pessoas de toda a Itália e províncias adjacentes vieram assistir o imperador nos espetáculos. Além de lutar como gladiador, Cômodo também iria abater feras exóticas com armas à distância, portanto para não colocar sua vida em risco, foi construído um terraço circulando a arena para que se pudesse atirar dardos e flechas de uma distância segura. Desta forma, Herodiano observa que Cômodo fazia “uma demonstração de habilidade, ao invés de coragem” (*História do Império Romano*, 1.15.2). É interessante notar que, apesar de Herodiano considerar a conduta de Cômodo indigna para um imperador, ele admite que isso o fez ganhar a admiração da plebe (*História do Império Romano*, 1.15.7).

Dião Cássio (*História Romana*, 73.18.4) afirma que decide registrar em detalhes estas apresentações, pois além de estar ali presente, somente ele, na sua opinião, seria capaz de escrever um relato digno, mesmo que os fatos descritos prejudiquem a dignidade de seu relato. Portanto, o senador e historiador romano narra os acontecimentos da seguinte forma:

No primeiro dia, ele matou cem ursos sozinho, atirando neles da grade da balaustrada; pois todo o anfiteatro havia sido dividido por meio de duas paredes transversais cruzadas que sustentavam a galeria que percorria todo o seu comprimento, com o objetivo de que os animais, divididos em quatro rebanhos, pudessem ser mais facilmente atingidos a curta distância a qualquer momento. No meio da luta, ele se cansou e, tirando de uma mulher um pouco de vinho doce gelado em um copo em forma de taco, bebeu em um só gole. Com isso, tanto a população como nós, senadores, imediatamente gritamos as palavras tão familiares nos momentos de bebedeira: “Longa vida para você!”[...] Nos outros dias, ele descia à arena de seu lugar acima para matar todos os animais domésticos que se aproximavam dele e alguns também que foram levados ou trazidos à sua frente em redes. Ele também matou um tigre, um hipopótamo e um elefante (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.18.1–19.1).

Herodiano também faz um relato semelhante destas apresentações, mas sem a riqueza de detalhes de Dião Cássio:

Leões, leopardos e outros animais do tipo mais nobre ele matou do alto, correndo pelo terraço. E em nenhuma ocasião alguém viu um segundo dardo usado, nem qualquer ferida, exceto a morte. Pois no momento em que o animal avançava, recebia o golpe na testa ou no coração, sem precisar de outro golpe, nem o dardo perfurar qualquer outra parte do corpo: o animal era ferido e morto da mesma maneira. Animais foram coletados para ele de todo o mundo. Então vimos animais que havíamos maravilhado anteriormente em pinturas. (HERODIANO, *História do Império Romano*, 1.17.4–17.5).

Independentemente de Cômodo ter ou não realizado os feitos descritos pela documentação antiga, fica evidente o espanto destes autores ao ver o filho do renomado Marco Aurélio se portando desta forma diante da população romana. Não é à toa que Dião Cássio, por ser senador de moral conservadora, demonstre maior espanto com esta situação. Ao comentar sobre as lutas gladiatoriais que Cômodo participava, Dião diz o seguinte:

A forma de competição que ele praticava e a armadura que ele usava eram as dos secutores, como eram chamadas: ele segurava o escudo na mão direita e a espada de madeira na esquerda, e realmente se orgulhava de ser canhoto. Seu oponente seria algum atleta ou talvez um gladiador armado com uma vara; às vezes era um homem que ele próprio havia desafiado, às vezes um escolhido pelo povo, pois, assim como em outros assuntos, se colocava em pé de igualdade com os outros gladiadores (DIÃO, *História Romana*, 73.19.2-3).

Concordando com Dião, Herodiano compartilha da visão que o imperador estaria se ridicularizando ao se portar como um gladiador, além de ressaltar que os combates eram manipulados para que Cômodo tivesse uma vitória fácil:

Em seus combates de gladiador, ele derrotou seus oponentes com facilidade, e ele não fez mais do que feri-los, já que todos se submeteram a ele, mas apenas porque sabiam que ele era o imperador, não porque ele era realmente um gladiador. Por fim, ficou tão demente que não estava disposto a viver no palácio imperial, mas desejou mudar de residência para o quartel de gladiadores (HERODIANO, *História do Império Romano*, 1.15.8).

Para Dião, as atitudes de do princeps eram tão ridículas a ponto de se tornar alvo de deboche por parte dos próprios senadores, sendo necessário conter o riso na sua presença:

Tendo matado um avestruz e cortado sua cabeça, ele chegou até onde estávamos sentados, segurando a cabeça na mão esquerda e na mão direita erguendo no alto sua espada ensanguentada; e, embora ele não falasse uma palavra, ele abanou a cabeça com um sorriso, indicando que nos trataria da mesma maneira. E muitos teriam de fato perecido pela espada no local, por rir dele (pois foi o riso e não medo que nos abateu) (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.21.1).

Para Cômodo, a gladiatura parece ter assumido um papel importante, haja visto que, ao mostrar desprezo aos senadores, ele busca governar sem seu auxílio. Para compensar esta falta de apoio, é buscado suporte com a aclamação da plebe romana através dos jogos e, para ter sucesso, se apresentar como gladiador diante de toda a população. Para Jerry Toner (2014), ao fazer isto, Cômodo teria buscado se apresentar como o patrono supremo da população romana, pois o espaço da arena também era utilizado para mediar popularidade, assim como ouvir demandas da população, distribuir presentes e intimidar senadores.

As lutas gladiatoriais, segundo Thomas Wiedeman (1992), representam a luta da vida contra a morte, da ordem contra a desordem, onde o caos era instituído na fábrica da sociedade e, por isso, estaria superado. Quando um gladiador vencida o combate, a própria morte era derrotada. Hércules é uma divindade que representa a conquista da imortalidade através de grandes feitos e Cômodo buscava recriar os Labores de Hércules ao matar animais considerados exóticos na Arena. Assim, da mesma forma que Hércules trouxe ordem e prosperidade ao derrotar monstros, também o imperador deveria proteger seus súditos do caos. Por isso, ter Hércules como uma figura de legitimação fazia todo sentido para o princeps. (HEKSTER, 2002, p. 134-146).

Dião comenta que, no último dia dos jogos, Cômodo:

nos mandou entrar no anfiteatro com trajes de equestre e em nossas capas de lã, coisa que nunca fazemos quando vamos ao anfiteatro, exceto quando um imperador falece; e no último dia seu capacete foi levado pelos portões pelos quais os mortos são levados (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.21.3).

Ao demonstrar simbolicamente que havia vencido a morte, o princeps, assim como Hércules, renasce deitificado e assegura o seu direito de governar e a capacidade de fazer o império prosperar. Certamente isso levou a um forte antagonismo de certos grupos sociais, pois se ver como deus durante a vida, segundo Aloys Winterling (2012), é um elemento atribuído a um *pessimus princeps* segundo as tradições literárias senatoriais.

De acordo com Hekster (2002), ao atuar dentro de um espaço onde questões como morte e renascimento, ordem e desordem eram predominantes, como Hércules Romano, Cômodo buscou uma forma de legitimação que o caracterizou como um deus-imperador, “o princeps do povo”. Com isso ele redefiniu sua posição na hierarquia social, pois era o imperador em pessoa mostrando suas qualidades ao povo romano. “Ao se apresentar como gladiador, Cômodo mostrou porque ele, e somente ele, deveria liderar o povo romano. Na arena, o imperador demonstrava sua *virtus*, sua habilidade militar e sua posição na ordem do mundo.” (HEKSTER, 2002, p. 162).

Sobre estes atos de extravagância no uso da figura de Hércules, os autores antigos nos dão relatos impressionantes sobre a forma como o princeps escolheu se portar perante a sociedade romana. Herodiano nos diz o seguinte:

Primeiro ele descartou o nome de sua família e ordenou para que não fosse chamado de Cômodo, filho de Marco, mas de Hércules, filho de Zeus. Abandonando o modo imperial e romano de se vestir, passou a usar a pele de leão e carregava a clava de Hércules. Ele usava túnicas roxa enfeitadas com ouro, fazendo de si mesmo objeto de ridicularização por combinar peças da fragilidade das mulheres com o poder de um super-homem. Assim ele aparecia em público. Ele adotou novos nomes aos meses do ano, abolindo os antigos, assim nomeando os meses a partir de sua lista de nomes e títulos que em sua maioria se referiam a Hércules como o mais másculo de todos os homens. Ele erigiu estátuas dele mesmo pela cidade, mas ao oposto da casa do senado ele preparou uma estátua especial representando o imperador como um arqueiro preparado para atirar, pois desejava que até suas estátuas inspirassem medo (HERODIANO, *História do Império Romano*, 1.14.8-9).

O trecho acima mostra de forma evidente o sentimento antagônico de Herodiano em relação a Cômodo. Aqui estão presentes características marcantes de megalomania e o forte desejo de autopromoção por parte do

princeps, evidenciado pelo seu desejo de se vestir como Hércules, na visão do historiador romano. Isso é muito explorado na documentação textual, pois estas práticas estarão sempre ligadas a atos considerados tirânicos, como intimidar senadores, por exemplo (ADDAMS, 2013, p. 231). Compartilhando deste sentimento, Dião Cássio nos conta de uma forma horrorizada suas impressões sobre estas atitudes:

Ele ordenou que Roma fosse renomeada Comodiana, as legiões Comodianas, e os dias de votações de Comodiana. Sobre si mesmo ele deu, entre vários outros nomes, o de Hércules. Roma ele declarou a 'Imortal, Fortunada Colônia do Mundo Todo', pois ele desejava que fosse sua cidade. Em sua honra uma estátua de ouro foi erigida, o representando com um touro e uma vaca. Ademais, todos os meses do ano foram renomeados em sua honra, e foram ordenados nesta ordem: Amazonius, Invictus, Felix, Pius, Aelius, Aurelius, Commodus, Augustus, Herculeus, Romanus, Exsuperatorius. Ele mesmo assumiu esses diversos títulos em diferentes momentos, mas 'Amazonius' e 'Exsuperaturius' ele aplicava constantemente para si, para indicar que ele superava excepcionalmente toda a humanidade; tão excepcionalmente tolo este laçao abandonado se tornou [...] Um grande número de estátuas fora erigidas representando ele nas vestes de Hércules. E foi votado que sua era deveria ser chamada de 'Era Dourada', e que isto deveria ser registrado em todos os lugares sem exceção (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, 73.15.2-16.1).

Neste trecho, Dião relata sua visão sobre as aspirações divinas de Cômmodo, pois ele se via mais do que um mero mortal por sua relação com Hércules, conforme pensa Dião Cássio. Também estão presentes a reformulação do calendário romano com os títulos de Cômmodo e a renomeação da cidade de Roma. Nas lendas antigas, Hércules está relacionado com a criação da cidade de Roma após concluir o trabalho do rapto dos bois de Gerion, tornando a passagem do herói pela Itália fortemente associada ao pensamento romano (OLIVEIRA, 2014, p. 34). Dessa forma, a renomeação da cidade de Roma, assim como relacionar o semideus com sua Era Dourada, seria uma forma de Cômmodo exaltar sua posição.

No que se refere à recepção da programação visual de Cômmodo, Michael Speidel (1993) descreve um altar feito por um decurião da tropa local da fortaleza de Dura-Europos, perto do Eufrates. Sua datação é de 17 de março de 193, dia do dies imperii de Cômmodo, logo após seu assassinato,

que se dá no fim de 192, portanto é possível que a notícia de sua morte ainda não tivesse chegado ao local. No altar está escrito o seguinte:

Pela proteção de Cômodo Augusto Pio Félix e a vitória do nosso senhor imperador, Pacificador do Mundo, Invencível, o Hércules romano, Aelius Titianus, decurião da cavalaria, II Ulpia Comodiana, pagou este voto ao Gênio de Dura no décimo sexto dia antes das calendas do mês Pio, sob o consulado de Flaccus e Clarus (SPEIDEL, 1993, p. 110).

Aqui estão presentes os títulos herculanos de Cômodo, sua renomeação das legiões e do calendário. De acordo com Speidel (1993, p. 113), isso demonstra o apoio militar obtido pelo uso da imagem de Hércules. Para demonstrar força sem precisar participar de campanhas militares, Cômodo teria se utilizado da reputação marcial do semideus ao passo que vinculava seu próprio nome ao das legiões, acredita o historiador supracitado. Hekster (2002) fala de outros exemplos demonstrando que a identificação do príncipes com Hércules era de conhecimento público, estando presente também na esfera privada em figuras, estátuas e altares relacionadas ao Hércules Romano. Addams (2013, p. 281-285) observa que muitas estátuas e homenagens são feitas a Cômodo, principalmente nas províncias, mesmo após seu *damnatio memoriae* em 192, que nos dá a impressão de um imperador popular e respeitado até depois de sua morte.

Com isso podemos perceber o grau de difusão da imagem de Cômodo pelo Império Romano, que parece ter tido alguma aceitação em alguns grupos sociais, como os soldados e a plebe.

Entretanto, é possível questionar se Cômodo realmente se via como um deus. Para Addams (2013), a aproximação com a divindade evidenciava a devoção do príncipes com a mesma e não uma tentativa de ser visto como um deus. Para isso, o autor argumenta que Hércules não era promovido com a exclusão de outros deuses e deusas e era comum os imperadores terem uma divindade de maior preferência. Portanto a preferência por Hércules teria sido fruto de uma maior devoção de Cômodo com esta divindade específica. Essa caracterização, portanto, teria sido fruto dos escritos antigos, pois a mania religiosa ajuda a criar um personagem de extremos que seria

atrativo ao público alvo e serviria para manchar a reputação do princeps. Dessa forma, o autor argumenta que Cômodo, ao tomar estas atitudes, buscava ser o centro das atenções do povo romano. Portanto, ele estaria negligenciando seu papel como princeps aos olhos dos senadores.

Foi através destes símbolos de poder que Cômodo tentou expandir sua autoridade (autorictas), buscando “governar por aclamação geral ao invés de convencer instituições tradicionais como o Senado para a legitimação do seu reino” (HEKSTER, 2002, p. 154).

Entretanto, nem todos aprovaram esta mensagem já que, no fim do ano de 192, Cômodo foi assassinado em uma conspiração envolvendo senadores e até aqueles que mais perderiam com sua morte: os libertos e alguns equestres. E, de fato, os conspiradores citados na documentação não viveram muito após o assassinato do último Antonino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que apresentamos, devemos ainda considerar que vemos grande parte das ideias trazidas pelos autores em relação a Cômodo já presentes na tradição de imagens dos primeiros imperadores considerados maus pelos escritores aristocratas, como Calígula (37-41 d.C.), Nero (54-68 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.). Entre estas características estão orgulho, ódio, perseguição à aristocracia, colocar pessoas de outros grupos sociais em cargos tradicionais das elites, crueldade, se sentirem divindades ainda vivos, etc. (WINTERLING, 2012). A partir disso, temos que Cômodo sobreviverá na memória transmitida a nós como um imperador negativo.

Além disso, ao tentar compreender as atitudes do imperador Cômodo como *pessimus princeps* é de se notar que suas apresentações como Hércules e como gladiador tinham como objetivo moldar um novo tipo de governo que negava as antigas instituições e centralizava em si a autoridade e a capacidade de fazer o império prosperar, resultando em sua má reputação nos textos senatoriais e na historiografia acrítica a essa documentação.

Diante de tudo isso, é possível confrontar a historiografia mais tradicional que, em nossa leitura, fez uma análise acrítica da documentação

textual senatorial sobre Cômodo, colocando-o como um tirano depravado e instável, parte dessa historiografia altamente influenciada por Edward Gibbon, citado no começo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

CASSIUS, Dio. **Roman History**: Epitome of Book LXXIII. Vol. IX of the Loeb Classical Library Edition, 1927. Disponível em: <em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/cassius_dio/73*.html>. Acesso em: 9 set. 2018.

HERODIAN. **Roman History**: Book One. Tradução feita por Edward C. Echols (Herodian of Antioch's History of the Roman Empire, 1961 Berkeley and Los Angeles). Disponível em: <<http://www.livius.org/sources/content/herodian-s-roman-history/>>. Acesso em: 9 set. 2018.

MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E.; SUTHERLAND, C. (Edts). **The Roman Imperial Coinage**. VOL. III. Antoninus Pius to Commodus. London: Spink & Son LTD, 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDAMS, Geoff. **The Emperor Commodus**: Gladiator, Hercules or a Tyrant?. Brown Walker Press, 2013.

CAMPOS, C.E. **Otávio Augusto e suas redes-político religiosas nos** quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC – 14 EC). Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2017.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991, p. 173-191.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HEKSTER, Oliver. **Commodus**: An Emperor at the Crossroads. Brill, 2002.

OLIVEIRA, Umberto Luis Almeida de. **Do mito ao político**: usos do mito de Hércules no Império Romano 180 – 217 d.C. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Guarulhos, 2014.

TONER, J.P. **The Day Commodus Killed a Rhino**: Understanding the Roman Games. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

SPEIDEIL, Michael Paul. Commodus the god-emperor and the army, **JRS**, 83, 1993, p. 109-114.

SILVA, Semíramis Corsi. A corrupção e os crimes de Heliogábalo: aspectos da governabilidade imperial romana e as práticas políticas do princeps sírio vistas por seus detratores (século III EC). In: _____; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa (Orgs.). **Corrupção, Crimes e Crises na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Desalinho/CNPq, 2018, p.193-216.

WIEDDEMAN, Thomas. **Emperors and Gladiators**. Londres: Taylor & Francis Library, 2002.

WINTERLING, Aloys. Loucura imperial na Roma antiga. **História**, Franca, v. 31, n. 1, 2012, p. 4-26.

ST JOVENS PESQUISADORES

04

COORDENAÇÃO

MÔNICA ROSSATO (UFSM)

GUSTAVO FIGUEIRA ANDRADE (UFSM)

MIGUEL ÂNGELO DE BLASCO E A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA DO TRATADO DE MADRID: UMA ANÁLISE DO “MAPPA” DE 1756 NO SEU CONTEXTO POLÍTICO E SIMBÓLICO

GABRIELA ANIBALE AUSANI
GRADUANDA, BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA BIC/
UFRGS
GABRIELAAUSANI@GMAIL.COM

RESUMO

Esta pesquisa dispõe-se a trabalhar com o documento cartográfico intitulado *Mapa que contem o pais conhecido da Colonia até as missões e o caminho que fizeram as duas armadas de Suas Magestades Fidellisima e Cattolica* de autoria do genovês Miguel Ângelo de Blasco (1697-1772), engenheiro militar a serviço da Coroa Portuguesa na América Meridional. Sua produção se insere na conjuntura da Primeira Partida Demarcatória referente ao Tratado de Madrid (1750) mais precisamente no período que irrompe a Guerra Guaranítica (1754-1756) e os trabalhos de demarcação são suspensos.

Palavras-chave: Cartografia Histórica; Engenheiros-militares; Tratados de Limites.

INTRODUÇÃO

Inserida no projeto “Desconstruindo Mapas: Os Engenheiros Militares e a produção cartográfica sobre a fronteira sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro, 1750-1808)” esta pesquisa dispõe-se a trabalhar com o documento cartográfico de autoria de um dos engenheiros militares estudados no projeto: o Coronel Miguel

Ângelo de Blasco (1697-1772). O documento a ser analisado está intitulado *Mappa que contem o pais conhecido da Colonia até as missões e o caminho que fizerão as duas armadas de Suas Magestades Fidellisima e Cattolica* (1756) e sua cópia impressa está disponível em diversos arquivos nacionais e internacionais. Para tanto, é imprescindível situá-lo dentro de seu contexto de confecção: sua produção se insere na conjuntura da Primeira Partida Demarcatória referente ao Tratado de Madrid (1750), mais precisamente no período que irrompe a Guerra Guaranítica (1754-1756) e os trabalhos de demarcação são suspensos. Com a assinatura do Tratado de Limites de 1750 as monarquias portuguesa e espanhola intensificam esforços no sentido de conhecer e afirmar as suas soberanias nos espaços de fronteira na América do Sul. O que resulta no envio de Comissões Demarcadoras formadas por técnicos especializados, entre estes os engenheiros militares, que tinham como função básica estabelecer uma linha divisória entre os domínios das duas coroas. A Comissão de limites do Sul, estava dividida em três grupos ou partidas, a que por ora nos interessa, a Primeira Partida, tinha como missão principal demarcar a região que vai de Castilhos Grandes até as cabeceiras do Rio Ibicuí. A Guerra Guaranítica (1754-1756) foi o embate que sucedeu a resistência indígena missioneira frente a atuação das Comissões de Limites de Portugal e Espanha que não apenas traçavam as novas fronteiras entre as colônias dos dois reinos mas tinham em vista a permuta do território dos Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento.

O projeto investiga a atuação e produção cartográfica de engenheiros militares e cartógrafos a serviço da Coroa portuguesa durante o período de definição das fronteiras na América Meridional e possui como alguns dos seus principais objetivos a realização de um perfil detalhado acerca dos engenheiros militares designados para as atividades demarcatórias, estabelecendo os padrões de recrutamento e as características básicas do grupo (formação e trajetória); o levantamento da documentação cartográfica produzida por estes oficiais régios, particularmente no que se refere aos domínios meridionais da América Lusa; a análise da documentação cartográfica produzida, que será submetida a procedimentos metodológicos que visam

a “desconstrução” dos mapas, visando a compreensão das suas condições de produção e motivações; e o estudo do processo de apropriação toponímica do território cartografado, procurando entender a importância das populações autóctones no processo de elaboração dos mapas.

Nesse sentido, o presente trabalho busca traçar o perfil do respectivo engenheiro-militar e cartógrafo, investigar a sua atuação no Império Português, sobretudo na América Meridional, analisar a sua produção cartográfica referente a Primeira Partida Demarcatória e a Guerra Guaranítica, e por fim aplicar o método da “desconstrução” sobre um de seus mais exímios trabalhos.

Apesar da existência de algumas referências a atuação e produção cartográfica de Miguel Ângelo de Blasco, sendo as mais completas artigo científico e capítulo de tese de Madalina Veres destinados a atuação do engenheiro no império Habsburgo, as informações ainda são um tanto esparsas. Nesse sentido, buscamos avançar nos estudos sobre a atuação de Blasco na América Meridional, não no sentido de construir uma biografia, mas de traçar um perfil deste indivíduo que se destaca profissionalmente e transita entre grandes centros imperiais. O estudo da sua trajetória – assim como dos demais engenheiros militares – pode nos ajudar a compreender quem eram os especialistas em fazer mapas contratados por Portugal para atuar nos seus domínios coloniais, o quão sucedidos eles eram em suas carreiras, e quais eram suas limitações no que diz respeito à circulação de informações. Ademais, consideramos de extrema relevância o resgate e interpretação de documentos cartográficos referentes às regiões de fronteiras produzidos no século XVIII, não somente pela suas características de registros, mas pela divulgação posterior e eventual reapropriação que os mesmos sofrem em ocasiões de fronteiras em litígio, sendo utilizados como discurso diplomático.

MIGUEL ÂNGELO DE BLASCO: O ENGENHEIRO TRANSIMPERIAL

O envio de expedições demarcadoras consistia em um grande esforço financeiro por parte da Coroa portuguesa. Para viabilizar os desígnios da Coroa formavam-se equipes de indivíduos de variada formação técnica:

engenheiros militares, geógrafos, astrônomos, matemáticos, desenhistas, cirurgiões, além de práticos locais e indígenas. Por ora, os que indivíduos que nos interessam são os engenheiros militares, sujeitos formados pelas Academias Militares da Europa, detentores de saberes de aritmética, geometria, perspectiva, fortificação, entre outros. A não-autonomia portuguesa em termos técnicos ocasionou a necessidade do emprego de técnicos estrangeiros, como é o caso do engenheiro e cartógrafo em evidência.

Miguel Ângelo de Blasco nasceu em Gênova, na Itália, aproximadamente no ano de 1697¹. Não foram localizadas informações precisas sobre a sua formação, mas sabemos que ao longo de sua carreira atuou como engenheiro, cartógrafo e desenhista. No início do século XVIII, quando seu país fora submetido à dominação dos Habsburgo da Áustria, Miguel de Blasco e seu irmão Dominicó de Blasco unem-se às tropas austríacas. Por conseguinte, passam a prestar serviços a esta Corte ao longo dos reinados de Carlos VI e de Maria Teresa.

No início de sua carreira participou de diversas campanhas militares na Sicília, na fronteira Habsburgo-Otomana do Danúbio e no norte da Itália. De acordo com Veres (2014), o fato de engenheiros militares dessas regiões dominadas seguirem os novos monarcas e prestarem serviços em outras províncias da monarquia consistia em prática comum. Após a sua participação e destaque em campanhas militares ansiava pelo recebimento do posto de Coronel. Em 1745, Maria Teresa o confere o posto de tenente-coronel, satisfazendo parcialmente sua ambição. Posteriormente, com criação do Corpo de Engenheiros Italianos do Império Habsburgo em 1748, se torna parte desta unidade. Contudo, nenhuma promoção conferiu a Blasco o almejado posto militar, o qual só obteria mediante transferência para o Império Português.

Em março de 1750 o Duque Manuel Teles da Silva-Tarouca, presidente do Conselho dos Países Baixos e da Itália na Corte de Maria Teresa,

.....
1 A maior parte da bibliografia menciona 1710 como sendo o ano de seu nascimento. No entanto, ao analisar a trajetória do engenheiro percebemos a incompatibilidade dos dados, pois os irmãos de Blasco teriam estado a serviço dos Habsburgo pelo menos desde 1720.

envia para Lisboa uma lista de engenheiros Habsburgos disponíveis para servir na América Portuguesa. Preparada por Johann Heinrich Böhn (1708-1783), diretor adjunto do Corpo de Engenheiros dos Habsburgo, o documento incluía em seu topo o nome do tenente-coronel Miguel Ângelo de Blasco, que aproveitou a ocasião para solicitar a patente de Coronel em troca do ingresso no serviço português (VERES, 2014, p.82).²

Por decreto de 1 de outubro de 1750, D. João V o toma para os seus serviços. O decreto o conferia a graduação de Coronel Engenheiro, com soldo mensal de 123,000 réis (VITERBO, 1899, p.108-109). Blasco não foi o único estrangeiro oriundo do Império Habsburgo contratado para servir na América Meridional, mas o único com patente de Coronel, o que o colocava na qualidade de profissional mais bem pago dentro do grupo dos estrangeiros.³

Vindo de Lisboa, chegou ao Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1751 na companhia da maioria dos técnicos demarcadores. Estava designado para atuar na Primeira Partida Demarcatória, juntamente a figura de Gomes Freire de Andrada. Podemos inferir que a sua disposição ao lado do Comissário Principal da Partida derivou não somente das suas competências mas da sua condição de estrangeiro.

Conforme carta datada de 21 de setembro de 1751, contendo instruções sobre a execução do Tratado de 1750, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, adverte Gomes Freire de Andrada quanto a presença de engenheiros estrangeiros na Comissão de Limites e as cautelas necessárias a serem mantidas.⁴ O excepcional caso do

.....
2 Até o momento não foram localizadas informações mais detalhadas acerca da transferência de Blasco, mas possivelmente a aliança entre o Império Austríaco e o Império Português tenha facilitado a tramitação. A iminente análise dos manuscritos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino que versam sobre contratação de estrangeiros poderá nos fornecer maiores detalhes.

3 A comissão final de fronteira também contava com padres jesuítas matemáticos, engenheiros do exército e outros cientistas especializados em astronomia e geografia oriundos da França e dos Estados alemães e italianos.

4 A correspondência está publicada em Mendonça (1960), quem fez estudo sobre a atuação do Marquês de Pombal no Brasil e conjuntamente compilação de cartas e correspondências deste com outros oficiais régios.

Coronel Blasco exigia, aos olhos do futuro Marquês do Pombal, um acompanhamento mais contíguo, demonstrado pelo seguinte fragmento:

(...) que ao engenheiro Blasco, o qual se faz mais incômodo pela patente de coronel com que se acha graduado, faça V. Sa. o cumprimento de lhe dizer que necessita dele na sua companhia para se servir do seu conselho em quaisquer dúvidas que venham das tropas depois de destacadas, e para outras operações do serviço real, podendo V. Sa. praticar com êle sôbre as obras de algumas praças e sôbre outras semelhantes matérias, nas quais entendo que êle pode ser de algum préstimo. (MENDONÇA, 1960, p.194)

Conforme descrito no Diário da 1ª Partida da Demarcação de 1752, em agosto daquele ano os técnicos demarcadores chegam ao campo de Castilhos Grandes, onde os Comissários Principais, Gomes Freire de Andrada e Marquês de Valdélrios, respectivamente do lado português e do lado espanhol, realizam as primeiras conferências. Durante este período Blasco aproveita para fazer o reconhecimento da região, junto ao Padre Bartolomeu Panigai e outros técnicos levanta o plano da Costa de Castilhos. Em dezembro próximo deu-se princípio a marcha que percorreu o interior do território realizando o seu levantamento e estabelecimento da linha divisória entre os domínios das duas coroas. Em 1753, ao alcançarem o posto de Santa Tecla, os demarcadores se deparam com a recusa indígena em abandonar as Missões, o que ocasiona a suspensão dos trabalhos demarcatórios e a retirada das tropas. Retornariam mediante a permissão para pegar em armas.

Como vários outros demarcadores, Blasco participou das campanhas para evacuação das Missões na qualidade de Quartel-Mestre General (CUNHA, p.181). Como efeito de suas atividades elaborou diversas representações *in loco* dos lugares onde estiveram acampadas as tropas no ano de 1754, nas proximidades do Rio Jacuí. Fazem parte deste conjunto de representações que ilustram o cotidiano o *Prospecto do Rio Jacuby no estado da enchente que teve o mez de Outubro do anno 1754*; *Profil do Rio Jacuby, no passo ganhado pelos Portuguezes no estado da enchente que houve no mez de outubro del 1754*; *Prospecto do Terreno e Bosque do Passo do Rio Jacuby*; e *Passo do Rio Jacuby ao qual se chegou no dia 7 de setembro de*

1754 e se tomou posse no dia 9 do do mez com as Gloriosas Armas de Sua Majestade Fidelíssima [...].

Todavia, foi com a questão do Rio Ibicuí, referente a segunda fase das demarcações da Primeira Partida, que Blasco atingiu maior projeção (FERREIRA, 2001, p.248). Ao lado de José Custódio de Sá e Faria elaborou diversos mapas e projeções para defender a posição portuguesa. A experiência e perspicácia do engenheiro foram essenciais para a resolução das divergências com o lado espanhol e para a garantia de vantagens aos portugueses.⁵

As restrições impostas à atuação dos engenheiros estrangeiros dentro do Império Português pelo futuro Marquês do Pombal não impediu Blasco de ascender aos mais altos postos no período que sucedeu o encerramento dos trabalhos de demarcação. Em 1763 foi elevado ao posto de Marechal de Campo com exercício de Engenheiro. Em 1765, na qualidade de Ajudante de Infantaria, deveria servir por seis anos no Rio de Janeiro, encargo que parece não ter sido cumprido, já que em 1769 foi nomeado Engenheiro-Mor do Reino o que acarreta a sua transferência definitiva para a Corte. (Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 382).

Não obstante a ascensão no Império Português, o engenheiro não mediu esforços para viabilizar o seu retorno a Corte de Maria Teresa. Conforme demonstrado no trabalho de Madalina Veres (2014), mantinha contato com a Corte de Viena e desde 1761 tratava de uma possível recontração no serviço Habsburgo que possivelmente por razões diplomáticas e até mesmo científicas que não cabem serem desenvolvidas neste momento, não se efetivou. Blasco faleceu em Lisboa por volta de 1772.

Por fim, pode-se depreender que o Coronel Miguel Ângelo de Blasco não apenas era referência no ofício de fazer mapas no período de que se trata, mas um sujeito que transitou entre os grandes centros imperiais,

.....
5 A problemática versava acerca da substituição do nome e, por conseguinte, da localização do rio Ibicuí no mapa confeccionado pela parte espanhola da demarcação, sendo este um dos principais rios a serem usados como limite entre os domínios ibéricos. Blasco refuta os argumentos do engenheiro espanhol D. Francisco Millau Maraval ao afirmar que se trata de um rio já conhecido pela Geografia, e sua alteração de posicionamento estaria em desacordo com as ordens régias, além de divergir do Tratado acordado em Madrid (FARIAS, 2014, p.3-9).

prestando serviços na categoria de engenheiro estrangeiro, e possivelmente se mantendo conectado com mais de um centro de poder ao mesmo tempo. Por conseguinte, estudo da sua trajetória pode ser peça chave para futura compreensão de questões ligadas à política imperial, às redes de circulação de informações e ao saber científico, de modo geral.

A METODOLOGIA DA DESCONSTRUÇÃO

Em termos metodológicos, nos apropriamos da noção de “desconstrução” dos mapas. De acordo com Brian Harley, um dos teóricos da *Nova história da cartografia* a quem o projeto tem se dedicado a estudar, desconstruir significa compreender o mapa como uma fonte textual passível de ser lida e interpretada. Nessa perspectiva, o que constitui o texto não é somente a presença de elementos linguísticos, mas sim o ato de construção. Dessa forma, os mapas, enquanto construções que empregam um sistema simbólico convencional, tornam-se textos a serem lidos e interpretados pelo historiador.

Como reitera Bueno (2004), quem interpreta os mapas setecentistas elaborados por engenheiros militares portugueses a partir da perspectiva da cultura material, estes podem ser concebidos como artefatos culturais e portanto, históricos. Dessa forma, as particularidades da linguagem cartográfica revelam as concepções de mundo, o estado do conhecimento científico, e as convenções e os códigos de representação próprios de cada período (p.193-194). Em vista disso, processo de desconstrução consiste em reformular e reanimar significados dentro de um âmbito estruturante. Ademais, Harley nos sugere que “os mapas são árbitros silenciosos do poder” na medida em que eles são utilizados para promover a política colonial. Através deles os territórios são reivindicados antes de serem efetivamente ocupados, portanto “os mapas anteciparam o Império” (HARLEY, 2009, p.5).

Em síntese, o ato da desconstrução pode nos revelar mensagens políticas ocultas, seja por meio de omissões, seja pela presença e valorização de determinados elementos. Os mapas, portanto, podem nos contar uma história.

O “MAPPA” E 1756 E O COTIDIANO DA GUERRA

Distintivamente da maioria dos mapas manuscritos da década de 1750, o *Mappa que contem o pais conhecido da Colonia até as missões e o caminho que fizeram as duas armadas de Suas Magestades Fidellissima e Catolica* foi impresso em Paris pela casa editora Lahure. Ainda que se desconheça o motivo e ano exato de impressão, alguns indícios nos sugerem que o mapa tenha sido publicado nas últimas décadas do século XIX⁶. A carta manuscrita original se encontra na Biblioteca Nacional da França, e as cópias impressas estão presentes em diversos arquivos, entre os identificados até o momento: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Serviço geográfico do Exército, Arquivo Histórico do Exército, Mapoteca do Itamaraty, e Biblioteca Nacional do Uruguai. A existência de cópias impressas em várias dimensões torna possível inferir que o documento foi impresso e reimpresso em diferentes ocasiões.

A escolha do mapa se deu pela qualidade das informações que ele contém. Através desta incrível obra Blasco demonstra os caminhos que os demarcadores fizeram desde Castilhos Grandes até Santa Tecla, onde as demarcações foram interrompidas devido aos enfrentamentos indígenas, e sobretudo ilustra momentos decisivos da guerra, como a marcha das tropas para a evacuação das missões e a batalha às margens do Rio Chuerieby, nas proximidades de São Miguel, em 1756. Para fins de análise contamos com a transcrição das legendas e recortes da imagem original, que priorizam alguns eventos.

Ao centro do mapa e em evidência está a linha demarcatória estabelecida pelos técnicos da Primeira Partida. Os marcos de mármore postos por Sua Majestade Fidelíssima e Sua Majestade Católica estão apontados discretamente em vermelho. A ampliação da imagem permite a visualização dos locais onde estes foram erigidos, nesta ordem: praia de Castilhos, Índia

.....
⁶ Jaime Cortesão, em breve observação sobre a obra, afirma que a impressão do mapa em Paris se deu a pedido do Barão do Rio Branco. (CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, Tomo II. p.51). Outra informação que nos sugere a época de impressão e reforça a tese do requisitante ser o diplomata é o fato da casa editora Lahure ter dado início aos seus trabalhos apenas em meados do século XIX pelo tipógrafo francês e fundador Charles Lahure (1809-1887).

Muerta e Serro dos Reis. Também estão assinaladas diversas paragens e seus respectivos topônimos, sobretudo montes e cabeceiras de rios.

*BLASCO, Miguel Ângelo de. Mappa que contem o país conhecido da Colonia até as missões e o caminho que fizeram as duas armadas de Suas Magestades Fidellisima e Cattolica (1756).
Biblioteca Nacional do Uruguai.*



Transcrição da legenda principal:

Declaração das Letras

A. Marcha que fez a nossa Armada da Fortaleza de S. Gonçalvo a unir-se com a dos Espanhoes.

B. Marcha dos Espanhoes que sahiram de Monte Video para unir-se com nosco.

C. Campo a honde se unirão as Duas Armadas.

D. Campo a honde hua partida da nossa gente, e dos Espanhoes attacaram os Indios

e lhes mattarão o Cazique Zapé (homem Valorozo) e algus delles.

E. Serro Caibaté a onde Sucedeu o choque no dia 10. de fevereiro de 1756. Segundo esta explicado na Relação a parte.

F. Campo a donde se mandou Fortificar o Passo do Rio Jacuhy a honde no ano de 1754 demorou accampado a nossa Troppa.

G. Matto Grosso e Serra em que Passa hu braço do Ybicuhy a onde os Indios tinhão feito huã

Tranquera para defender a sua Entrada.

H. A paragem a onde os Indios em grande numero Se Presentaraõ outra vez para nos embaraçar

a marcha, mas não se deixarão chegar. a dita paragem chamase S. Francisco Xavier.

I. Passo do Rio Churieby fortificado pelos Indios, como se ve neste Mappa K. o qual os ditos defenderaõ muito Mal.

A narrativa que ganha maior projeção são as hostilidades entre os índios missioneiros e os aliados ibéricos. E sobretudo os esforços feitos por parte das tropas luso-brasileiras para garantir a execução do Tratado. Indicado pela letra “F” da legenda principal e situado na porção central/superior do mapa, se encontra o Passo do Rio Jacuí, local fortificado pelos portugueses e onde estes permanecem durante o ano de 1754 no aguardo das tropas hispânicas para a execução do *Primeiro Plano de Guerra*. Estas, sob o comando do general José de Andonaegue, haviam recuado sob pretexto de inviabilidades militares. (ver fig.1)

A lógica luso-brasileira de controle sobre o território antes da efetiva marcha está manifesta na quantidade de caminhos, representados pelas linhas tracejadas, além do destaque dado para a Fortaleza de Jesus Maria José e para a Tranqueira de Santo Amaro.

Figura 1 – Detalhe cortado do original e assinalado por mim. Em vermelho, a letra “F” da legenda, indicando o Passo do Jacuí



Diante do insucesso da primeira campanha, as tropas se retiram para a Vila de Rio Grande. Próximo a letra “F”, no sentido oeste-leste, o autor demonstra o caminho de retirada, que passa pela margem direita da *Lagoa do Rio grande* e vai alcança a vila de Rio Grande. Outro caminho da época que está indicado no mapa é o trajeto de retirada feito por Gomes Freire nesta mesma ocasião, que cavalgou até Rio Pardo, onde embarca e navega até o porto de Viamão.

No ano seguinte (1755) os exércitos são reorganizados para a Segunda Campanha. Através de linhas tracejadas, o cartógrafo mostra os caminhos que os exércitos fizeram para se reunir e marchar às Missões. Os espanhóis marcharam em duas colunas: a primeira vinda de Buenos Aires e Arraial de Veras (margem esquerda/media inferior do mapa), e a segunda de Montevideu (margem inferior/esquerda), indicada pela letra “B” da legenda principal. As duas colunas de tropas hispano-americanas unem-se nas cabeceiras do rio Santa Luzia (pouco perceptível no mapa), passam pelas

nascentes do rio Yi e se dirigem ao Passo do Aceguá, local definido para encontro das tropas.

Os portugueses marcham desde o Forte de São Gonçalo, indicado pela letra “A”. Estavam no campo da Lagoa Formosa (no atual município de Arroio Grande) a caminho do Aceguá quando, por dificuldades de locomoção do comboio das carretas devido as sinuosidades do terreno, Gomes Freire decidiu enviar emissários aos espanhóis para remarcar o encontro das tropas, ficando estabelecido no Campo de Sarandis (ao norte do Aceguá). No dia 14 de janeiro de 1756 os exércitos luso e hispano já se avistavam.

Após o encontro das tropas, indicado pela letra “C”, está indicado o antigo “Caminho das Missões” ou “Caminho dos índios” por onde marcharam; seguindo a linha tracejada, tem-se o local onde se sucedeu o assassinio de Sepé Tiaraju e de outros dois indígenas, indicados pela letra “D”; mais a frente consta indicado pela Letra “E” o Serro do Caiboaté, onde se deu a principal batalha, conhecida pelo mesmo nome, no dia 10 de fevereiro de 1756.

Subsequente ao triunfo dos exércitos ibéricos em Caiboaté, segue-se a marcha para São Miguel. Poucos foram os entraves que os exércitos encontraram pelo caminho (dois deles indicados pelas letras “G” e “H”), sendo o mais significativo o episódio do Rio Churieby, nas proximidades de São Miguel (ver figuras 2 e 3). Este é o grande momento em destaque na cartografia de Blasco, pois ele ilustra a fortificação posta pelos índios, a artilharia que os desalojou, as baterias, a ilustre presença do general Gomes Freire de Andrada, e o debilitado José de Andonaegue. Além da explícita inferioridade das tropas indígenas, o cartógrafo não encobre os abalos que recentemente haviam atingido as relações luso-espanholas ao colocar o governador de Buenos Aires em posição de vulnerabilidade, relatando sua moléstia (fig.3), e privilegiando, portanto, os triunfos portugueses.

Figura 2



*Transcrição da legenda do “Mappa K”:
Passo do Rio Churieby fortificado pellos Indios
A. Trincheiras dos Indios.
B. Artilharia que desalojou os Indios
C. Caminho novo para [ilegível]*

Figura 3



Segue a transcrição da legenda:

Prospecto do ataque no Passo do Rio Churieby

A. O Illuſtriffimo e Excelentiffimo Mestre de Campo General a Testa da Troppa que atacou as Trincheiras

no Passo. B. O Exceletiffimo General Comandante de S.M.C.

D. Joze de Andanoigue

que pelos seos achaques vai em Coche. C. Bateria nossa que dezalogou

os Indios.

Além do mais, o mapa indica a hidrografia da região, as estâncias missioneiras, os montes, a vegetação, as fortalezas lusitanas, os sete povos a margem oriental do Rio Uruguai e quatro deles a margem ocidental. Além dos caminhos que as tropas fizeram na ocasião da demarcação e na marcha as missões, o mapa também demonstra outros antigos caminhos da época, como é o caso do caminho que liga Rio Grande e a Colonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado preliminar é possível delinear um perfil geral dos engenheiros militares que cartografavam o território, e principalmente compreender quem se trata o Coronel Miguel Ângelo de Blasco, autor de exímios trabalhos sobre o Tratado de Madrid e a Guerra Guaranítica. A condição de estrangeiro de Blasco dentro do Império português parece ser peça chave para futuramente compreender outras questões relacionadas à política imperial, as redes de circulação de informações. E por fim, ao analisar os elementos textuais, iconográficos e geográficos presentes no Mappa é possível observar que o documento não apenas demonstra os caminhos que fizeram as armadas até que os seus trabalhos fossem interrompidos, como pode nos parecer à primeira vista, mas sobretudo narra o cotidiano das tropas e representa momentos decisivos da guerra. Ao aplicar o método da desconstrução dos mapas podemos inferir que o documento se trata de uma história visual da Guerra Guaranítica.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BLASCO, Miguel Ângelo de. **Mappa que contem o pais conhecido da Colonia até as missões e o caminho que fizeram as duas armadas de Suas Magestades Fidellissima e Cattolica** (1756). Biblioteca Nacional do Uruguai.

Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750. Lisboa, 21 de setembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1960.

CUNHA, Jacinto Rodrigues da. **Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico, 3ª série, nº10, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1894.

Diário da 1ª Partida da Demarcação de 1752. In: Leopoldo Nery da Fonseca Júnior, *Fronteiras do Sector Sul* (anexo ao 1º volume), Tip. do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1937, p.13-72.

Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 22, f. 382 (05/08/1769). Torre do Tombo.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul-Riograndense.** Vol.1. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia.** In: *Anais do Museu Paulista*. vol.12, São Paulo, 2004, 193-234.

_____. **Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX).** In: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 2011.

_____. **Entre teoria e prática: A cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII.** Terra Brasilis (Nova Série). 2007.

_____. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822).** São Paulo: Edusp, 2011.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Parte I. Tomo II.** Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1950.

FARIAS, Millena Souza. **“Ante o vasto céu estrelado e o enigma da fronteira: o engenheiro Miguel Ângelo Blasco e o episódio do rio Ibicuí (1758-59).** XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

FERREIRA, Mario Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional.** Lisboa, CNCDP, 2001.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: o levante que desafiou Portugal e Espanha.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

HARLEY, Brian. **The New Nature of Maps – Essays in the History of Cartography.** Baltimore & London, The Johns Hopkins University Press, 2001.

_____. **“Mapas, saber e poder”** in: *Confins* [online], n. 5, 2009, p. 1-24. <http://confins.revues.org/index5724.html>

VERES, Madalina. **Constructing Imperial Spaces: Habsburg Cartography in the age of Enlightenment.** University of Pittsburgh, 2015. (Tese de Doutorado)

_____. **Unravelling a Trans-Imperial Career: Michel Angelo de Blasco's Mapmaking Abilities in the Service of Vienna and Lisbon.** *Itinerario* 38, n. 2, 2014, p. 75–100.

VITERBO, Sousa. **Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal.** Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

PROTAGONISMO FEMININO NA QUARTA COLÔNIA: TRAJETÓRIA POLÍTICA EM UMA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

HIGOR XAVIER BARBOSA
GRADUANDO EM HISTÓRIA – LICENCIATURA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)
HIGORXB@GMAIL.COM

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade discutir os resultados preliminares da pesquisa da trajetória política de Valserina Maria Bulegon Gassen, notável líder política que esteve à frente da emancipação em 1992 do município de São João do Polêsine – RS, possuindo quatro mandados como Prefeita da cidade e se destacando como liderança regional em uma região que no século XIX fora reduto de imigrantes italianos, a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Para além de sua atuação política, destaca-se por ser uma mulher e professora que conquista protagonismo político enquanto a inserção na área era, e ainda assim o é, de grande hegemonia masculina. Para tanto, a pesquisa terá como alicerce a o estudo de trajetórias individuais, utilizando-se da história oral, cruzando com os campos teóricos da Política, Gênero e Italianidade.

Palavras-chave: Política, Mulheres, Quarta Colônia;

INTRODUÇÃO

É de amplo saber que a área política é majoritariamente composta por homens, havendo pouco espaço, ainda hoje, para o envolvimento feminino

na área. Este é o fator que faz da trajetória política da professora Valserina Maria Bulegon Gassen, notória figura política da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul (RS).

Esse exemplo de protagonismo político chamou minha atenção para pesquisa, a fim de compreender como se deu esse processo que culminou com o florescimento de uma das mais relevantes articuladoras políticas da região. Desta forma, este artigo apresentará os resultados preliminares de meu Trabalho de Conclusão de Graduação¹, onde analiso a trajetória política Prof^a Valserina, que teve papel central na articulação da emancipação de sua terra natal, São João do Polêsine – RS, a frente do cargo de presidente da Comissão de Emancipação do município, que após outras três tentativas em décadas anteriores, alcança a sua emancipação em 1992. Esse feito, que era uma grande demanda da comunidade polesinense, a fez ser eleita para o cargo de prefeita, na primeira gestão do Executivo municipal, bem como para outros três mandatos.

Esse protagonismo político ocorre em um contexto onde as mulheres eram a imensa minoria a ocupar cargos políticos no Brasil e, neste sentido, a vida pública da personagem já mencionada torna-se ainda mais um ponto fora da curva, pois foram quatro mandatos como prefeita – dos 7 que o município já teve – caracterizando o cargo como hegemonicamente feminino em SJP.

Para viabilizar o estudo, é fundamental a realização de entrevistas com a Prof^a Valserina, bem como outras pessoas que se mostrarem, ao longo da pesquisa, necessárias para o registro e a análise de sua trajetória. Assim, terei por base o recurso metodológico da História Oral, ou seja, serão realizadas entrevistas gravadas com roteiros, bem como acrítica interna e externa aos resultados. Também está sendo feita a pesquisa bibliográfica na área temática da Quarta Colônia e obras sobre Gênero e Política.

.....
1 Esta pesquisa, orientada pela Prof^a Dr^a Maria Medianeira Padoin, teve origem em 2018, ano que ingressei como bolsista, financiado pelo Fundo de Incentivo de Extensão (FIEX-UFSM), no Programa de Extensão “Patrimônio Histórico, Gestão Documental, Memória e Preservação”, atuando na gestão documental do arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine – RS e é fruto deste contato com a região da Quarta Colônia, proporcionado pela bolsa.

Para iniciar o estudo realizei uma entrevista com a Prof^a Valserina. Organizei uma entrevista que tratasse de temáticas gerais sobre a sua vida, como infância, adolescência, início da carreira profissional, principais obstáculos enfrentados na vida pública, seu período a frente da presidência da Comissão de Emancipação de São João do Polêsine e seu primeiro mandato, bem como seu momento da vida atual. Posteriormente voltamos a conversar, onde a partir da primeira entrevista e de leituras feitas organizei um roteiro de 30 perguntas.

A obra Manual de História Oral de Alberti (2013), está sendo um importante referencial procedimental e ético quanto ao realização das entrevistas, a análise dos depoimentos e as fontes recolhidas.

As informações contidas neste artigo advém, portanto, de pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas com a interlocutora mencionada. São resultados iniciais, mas que já revelam desdobramentos inéditos sobre protagonismo feminino na região.

AS TENTATIVAS DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE – RS

Surgido nos anos finais do século XIX, em 1893, o povoado de São João do Polêsine era composto por imigrantes de italianos que vieram tentar uma vida melhor no Brasil, estimulados por políticas governamentais brasileiras que visavam aumentar a oferta de mão-de-obra no país, bem como branquear a população e preencher vazios demográficos evitando a expansão dos grandes e poderosos latifundiários da metade sul do RS.

O povoado que inicialmente pertencia à ex-colônia Silveira Martins, passou por quatro tentativas até que conquistasse sua emancipação. Na primeira tentativa, origina em 1958, quando Faxinal do Soturno cria sua Comissão emancipacionista. Dessa forma, é determinado que haja um plebiscito para descobrir, entre os núcleos populacionais de São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Dona Francisca, todos estes pertencentes a Cachoeira do Sul, qual seria a sede do novo município. Conforme demonstra Bolzan (2015):

Figura 1 – Mapa da dos atuais municípios da Quarta Colônia, com ênfase em São João do Polêsine.



Fonte: BOLZAN, Moacir. *Quarta Colônia da Fragmentação à Integração. Santa Maria: Jbgdesign, 2015, p. 254.*

Diante do conflito de interesses expresso na disputa pela sede do novo município entre Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS, no dia 31 de julho de 1958, além de autorizar a consulta plebiscitária na área emancipada, determinou que a sede do município seria aquela que obtivesse o maior número de votos válidos para a emancipação na localidade em questão (Processo nº 299 de 30/4/1958, p. 209). (p. 255).

Conforme estabelecido, com 1.202 votos válidos, foi determinado que Faxinal do Soturno seria a sede do novo município. Embora SJP possuisse uma organização econômica com certa relevância, baseada na policultura e produção de arroz, a sua quantidade de eleitores válidos era inferior, tendo recebido 747 votos. Sendo assim, SJP torna-se distrito de Faxinal do Soturno.

Tratando-se da segunda tentativa de emancipação, em 1964, fora frustrada devido ao contexto da região na época, onde Dona Francisca buscava emancipar-se de Faxinal do Soturno, município este ao qual SJP também estava anexado. Conforme Bolzan (2015), com os conflitos deste momento, não foi possível que a comunidade polesinense lograsse êxito nesta empreitada. Já a terceira tentativa, acontecida em 1986, foi barrada devida a inconformidade das localidades de Várzea do Meio, Três Vendas, São Rafael, São José e Santa Lúcia em estarem anexados ao projeto emancipacionista de SJP. Desta forma, a Câmara de Vereadores de Restinga Seca (sede destes municípios) encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do RS o pedido de remoção dessas localidades do projeto.

A quarta tentativa de emancipação de SJP, iniciada em 1988 foi a que conseguiu promover a localidade a condição de município. Conforme Bolzan (2015, p. 259-260), sob o processo nº 4765, em Assembleia Geral da comunidade local, com 200 presentes, é feita a escolha da Comissão de Emancipação e, tendo sido a mais votada, Prof^a Valserina é escolhida como Presidente da referida comissão, recebendo 152 votos para esta função. Para viabilizar a emancipação, uma consulta plebiscitária foi feita entre os 2.325 habitantes aptos a votar, resultando na participação de 1.625 votantes e desses, 1.377 optaram pelo “sim”. Sendo assim, através da Lei Estadual nº 9601 de 20 de março de 1992, o governo do Estado cria a cidade, desmembrando-a do antigo município-mãe, Faxinal do Soturno – RS. É neste contexto, mais especificamente na última tentativa de emancipação, que há sua inserção como figura política, ainda que não partidária inicialmente. Desde o processo de emancipação do município de SJP, Prof^a Valserina já se destacava pois era a única mulher a presidir uma Comissão de Emancipação das outras 6 comissões existentes na Quarta Colônia.

DISCUSSÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PROF^A VALSERINA

Nascida em 1942 no núcleo São João do Polêsine, então pertencente ao 5º distrito de Cachoeira do Sul, Valserina Maria Bulegon Gassen

passa sua infância e adolescência na região, auxiliando nas tarefas domésticas desde cedo. Porém, a importância do estudo, estimulado por seus pais Gentil Bulegon e Brandina Joana Pilecco Bulegon, nunca fora negligenciada. Esta questão vai ao encontro de estudos etnográficos feitos na região da Quarta Colônia, que apontam que os descendentes de italianos da primeira e segunda geração primavam muito mais pelo trabalho do que pela educação formal como uma forma de ascensão social. Conforme aponta Zanini (2006):

(...) observa-se que um dos maiores ressentimentos das mulheres descendentes de imigrantes italianos, hoje entre 70 e 85 anos de idade, é o fato de não poderem ter estudado. (...) Essa era a sina das “antigas”. Muito trabalho, pouco prestígio. As descendentes mais idosas pesquisadas se queixavam muito de os pais darem preferência para que os homens tivessem educação formal e oportunidades de crescimento pessoal. (p. 3)

Neste sentido, o estudo do caso da Prof^ª Valserina segue o padrão analisado na região, sendo ela da 4^a geração de descendentes de italianos, onde a importância da educação formal substituiu o trabalho no campo como forma de ascensão social. Ou seja, como bem descreve Zanini (2006):

(...) para as gerações femininas contemporâneas, foi a educação que possibilitou diminuir o jugo da autoridade masculina, primeiro do pai e depois do marido. As que não conseguiram educação formal, fizeram questão de permitir aos filhos, tanto homens quanto mulheres, que estudassem. Há uma compreensão de que o trabalho com a terra é algo muito sacrificante e de que alguns filhos, necessariamente, teriam que exercer outras profissões. (...) Ouvei vários comentários de que, contemporaneamente, “toda família quer ter seu doutor”, seja homem ou mulher. Por doutor, entende-se o título naquelas profissões urbanas valorizadas, tais como a medicina, o direito e, mesmo, as engenharias. (p. 4)

O trecho acima se relaciona com o que os pais da Prof^ª Valserina pensavam sobre a educação – refletindo no fato de que, de oito filhos, 4 completaram o ensino superior (Valserina em Letras, os outros três em: Ciências Contábeis, História e Química).

De acordo com Zanini e Santos (2013), o pai-patrão italiano nos momentos iniciais pós chegada ao Brasil, já trabalhavam em pé de igualdade com as mulheres nas lavouras, porém elas não possuíam os mesmos direitos aos benefícios da produção. Dessa forma, embora a mulher tivesse que trabalhar nas tarefas domésticas, também ajudava nas tarefas do campo.

(...) neste meio rural são muito bem definidas as tarefas e as diferenças entre mulheres e homens. O homem não fazia trabalhos considerados femininos, mas já as mulheres iam para a lavoura e se obrigavam a ajudar em alguma coisa. O homem dificilmente era ensinado a fazer algum serviço doméstico, mas sim sempre foi treinado a trabalhar fora de casa, ou seja, na lavoura. (SIMONETTI, 2011, p. 91)

Esta característica de acesso feminino ao trabalho para além do doméstico é notável na região, pois as condições de vida eram difíceis e quanto mais mão-de-obra existisse, melhor a qualidade de vida da família. Porém, não se confirma esse padrão no caso de Prof^a Valserina, pois seu pai auxiliava nas tarefas domésticas, inclusive cozinhando refeições para a família.

Na maioria das famílias de imigrantes, o trabalho entra como um valor fundamental, único meio de ascender socialmente e apenas possível através da união da família, para superar as dificuldades. De acordo com Simonetti (2011):

(...) ao contrário do que ocorria antigamente na Quarta Colônia, os pais estão incentivando e dando auxílio econômico para custear as despesas dos filhos. Muitas vezes, abdicam de comprar coisas para eles mesmos, o que é compreensível devido ao fato dos pais acharem que a vida no campo é muito sofrida. (p. 66)

Esse fator observado por Simonetti é relacionável ao caso da Prof^a Valserina, pois além do incentivo para o estudo formal que recebeu de seus pais, também transmitiu esse valor para seus filhos, todos com ensino superior completo. Estes pontos de inflexões observados, são características muito presentes na região: inicialmente, trabalho no campo independente do gênero, busca de melhor educação formal aos filhos por considerar o trabalho no campo muito árduo e conquista gradual do espaço público para as mulheres.

Uma questão fundamental a ser destacada é a italianidade, conceito este que denomina as especificidades relacionadas ao modo de ser dos descendentes de italianos e de acordo com Zanini (2002), há diversas formas de se viver esta italianidade, pois ela é “a intersecção entre indivíduos e a sociedade, entre o individual e o coletivo, entre o mundo do eu e o mundo dos outros” (p. 207). Portanto, ela tem algumas variações de acordo com o núcleo populacional da Quarta Colônia a ser estudado. Porém, um traço que é evidente nesses núcleos é a importância da figura da *Mamma* e da *Nonna*. A primeira, se refere a mãe tradicional italiana e a segunda, avó e sogra.

Se a *mamma* e a *nonna* são importantes, isso é derivado da forma com que a família se apresentava aos descendentes, ou seja, como uma instituição sagrada e inquebrantável, e a mãe terrena como um prolongamento da mãe representada no catolicismo, martirizada e sofredora. (ZANINI, 2002, p. 216)

Essa italianidade foi presente na vida da Prof^a Valserina, sendo observada essa figura da *Mamma* em sua mãe e da *Nonna* em sua avó (carinhosamente chamada de Nonninha, que apenas falava em italiano, pertencente à segunda geração de imigrantes). Porém, sua mãe possuía uma ativa vida comunitária, ajudando a comunidade em diversos segmentos, como trabalho voluntário em festas, organização de campanhas de melhorias para igreja e no Hospital das Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, desde costura de lençóis a auxílio em partos. Ou seja, embora sua mãe fosse uma representante da simbologia presente na figura da *Mamma*, suas atividades transpassavam o espaço doméstico e do campo, indo à cidade e tendo uma ativa vida social.

Como muito bem percebe Zanini (2006) em sua pesquisa antropológica, indo ao encontro de Biroli (2018), o pai de família vem perdendo sua autoridade suprema e a mãe, trabalha fora e já não é mais tão submissa a ele, e nesse contexto de maior “êxodo doméstico”, aliados a *Nonna* e a *Mamma* possuem grande sacralidade e respeito por serem uma importante base familiar, bem como a gradual conquista do espaço público por mulheres, resultam em uma maior representatividade em diversas esferas da sociedade,

como na política – que será demonstrado neste trabalho através da trajetória política da Prof^a Valserina.

Estas questões levantadas neste subtítulo, convergem no favorecimento de uma formação mais direcionada ao espaço público da Prof^a Valserina, seja pelo exemplo de seu pai trabalhando com certa igualdade com sua mãe (comparando a outras famílias da mesma geração), seja pelas figuras femininas fortes e presentes em seu eixo familiar – que dispunham de uma vida socialmente ativa na comunidade, bem como pelo incentivo que recebeu de seus pais para que estudasse e concluísse o ensino superior, alcançando a sua independência econômica e social. Esse último fator inclusive distoa do padrão encontrado por pesquisadores da região, onde diziam que a independência feminina nesses núcleos populacionais da Quarta Colônia eram alcançadas apenas através do casamento. Isso não significa que os fatores observados na trajetória de vida da Prof^a Valserina sejam o padrão da região, mas sim que ela desvia desse padrão devido a estes fatores.

EMANCIPAÇÃO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE – RS E ATUAÇÃO POLÍTICA

Nas últimas décadas, a presença da mulher na política tem ganhado mais representantes, conquistando diversos avanços tanto na área política quanto social – embora ainda existam barreiras a serem transpostas, não havia então representação legítima das mulheres. No estado do Rio Grande do Sul, nas eleições estaduais de 1992, de acordo com o site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, de 427 municípios, apenas 4 tiveram prefeitas eleitas, representando 0,9% do total². Este fato vai ao encontro de Biroli (2018), quando ela afirma que as configurações das fronteiras entre esfera pública e privada implicam em locais diferentes para homens e mulheres, visto que a presença feminina no espaço público possui filtros, como responsabilidades domésticas que são atribuídas a elas, dificultando

.....
2 Os dados quantitativos apresentados neste projeto foram obtidos no site da Tribunal Regional Eleitoral. Resultado das eleições municipais. 1992. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes/1992>>. Acesso em: 10 maio 2019.

o trabalho no meio público. Esse seria um dos fatores que explicariam esta diferença, sem mencionar outros recortes determinantes no que diz respeito à presença ou ausência nesta área, como racial e de classe.

Contrariando este padrão de ausência de mulheres na política de finais do século XX, conforme Bolzan (2015), no início da década de 1990, sob o processo nº 4765, no dia 6 de julho do referido ano, em Assembleia Geral com a comunidade local, com 200 presentes, Prof^a Valserina é escolhida para presidir a Comissão de Emancipação do município, sendo a mais votada, com 152 votos, pouco mais de $\frac{3}{4}$ dos votos. Esse feito bastante expressivo é resultado de sua prévia ação em prol da comunidade, principalmente na área da educação. Após muita articulação com a Assembleia Legislativa do Estado do RS e a votação da comunidade, que concordava com o desmembramento de SJP do então município-mãe, foi possível a emancipação definitiva do município, em 20 de março de 1992.

Recebendo apoio de sua família, em especial seu marido, a Prof^a Valserina começa então a fazer política partidária, algo que até este ponto em sua vida não havia feito. Em uma votação acirrada, com 1067 votos, é eleita ao cargo de Prefeita na primeira gestão do Executivo municipal. Um fator a se destacar nesse momento é que, embora possuísse 3 filhos, sendo o mais novo com cerca de 7 anos de idade, havia o auxílio nos cuidados da prole por seu marido, bem como uma funcionária doméstica. Comumente, apenas a mulher fica responsável pelos cuidados da prole, sendo o homem o responsável pelo sustento da família, ainda mais se considerarmos o momento em que isso acontece, nos anos de 1990, onde estes padrões de atividades públicas e privadas eram bem definidas por gênero. Neste caso, essa lógica é quebrada. Como bem pontua Biroli (2018):

Para um grupo determinado de mulheres, ele [a divisão sexual do trabalho] pode não assumir a forma de obstáculo para sua atuação na vida pública porque elas têm a possibilidade de contratar o trabalho doméstico remunerado de outras mulheres. (...) os problemas não estão ausentes, (...) mas seu impacto é reduzido. (p. 46)

Complementando essa citação, de acordo com Biroli (2018, p. 44), os fatores que restringem o acesso de recursos políticos fundamentais, para

quem precisa realizar o trabalho doméstico (geralmente a mulher), são: falta de tempo livre, baixa ou nenhuma remuneração e ausência de redes de contato. Essas questões não podem ser observadas no estudo de caso da Prof^a Valserina, pois ela já exercia atividade remunerada antes de ingressar na política, como professora, possuía algum tempo livre para dedicar-se a política na fase de presidência da Comissão de Emancipação de SJP e possuía uma relevante rede de contatos na região e na Assembleia Legislativa do Estado do RS. Como dito por ela, a política partidária passou a fazer parte de sua vida nas eleições municipais de 1992, porém previamente, já era uma figura política atuante na Quarta Colônia, apenas não partidariamente.

Embora seja um exemplo claro de protagonismo político feminino, a trajetória de vida (e nesta a atuação política) da Prof^a Valserina, por óbvio, não foi isenta das problemáticas motivadas pela baixa representatividade de mulheres nos espaços públicos. Mesmo que não haja, até o momento, o registro de algum caso de opressão motivada por gênero relatada por ela, não está livre da violência simbólica, pois se encontra em uma sociedade patriarcal, de hegemônica dominação masculina.

(...) o exemplo, por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2018, p. 12).

Entendo como um exemplo dessa violência simbólica sofrida a ausência de outros exemplos na política de mulheres atuando na região, sendo em diversos momentos a única mulher presente entre políticos em debates relevantes na comunidade.

Em seu primeiro mandato, foi possível viabilizar diversas demandas da comunidade, como a criação de um ensino básico de nível médio no colégio local, que só foi possível pois apenas cidades emancipadas poderiam ter este nível de educação, a chegada dos Correios, criação de uma Brigada Militar, entre outras necessidades de infraestrutura para o Município.

Isso rendeu uma enorme popularidade para a Prof^a Valserina, pois além de estar a frente da Emancipação de SJP, algo que era um grande desejo da comunidade, ela viabilizou as primeiras obras na cidade, marcando muito a geração que assistia a tudo isso acontecendo. Dessa forma, elegeu-se como prefeita para outras três gestões do Executivo municipal, em 2000, sendo reeleita em 2004 e em 2012. Até agora, o Município teve sete gestões, sendo que quatro delas foram de Valserina. Em 2008, uma outra mulher foi eleita prefeita. Sendo assim, cinco gestões foram encabeçadas por mulheres e apenas duas por homens.

CONCLUSÃO

O estudo da trajetória de vida, especialmente a atuação política da professora Valserina Bulegon Gassen levantam várias questões importantes a serem pesquisadas. O pionerismo que se apresenta, em alcançar grande relevância e liderança na região, tornando-se um exemplo de protagonismo político, não seria possível (ou, ao menos, seria enormemente dificultado), se não fossem os fatores culturais presentes na região. Defendo que, embora a estrutura patriarcal observada na Quarta Colônia esteja presente, as necessidades iniciais pós chegada dos imigrantes, necessitando dividir as atividades no campo com mulheres em uma situação de grande dificuldade econômica e de mão-de-obra, possibilitou que outras gerações vissem na vida no campo como um trabalho muito árduo, fazendo esses descendentes de italianos acreditarem na educação formal como um meio de ascensão social, além de levar as atividades das mulheres para além do espaço doméstico.

Na família da interlocutora, observou-se que havia uma forte estima por educar o máximo possível a prole. Além disso, os exemplos dados pelos pais, especialmente da mãe que possuía uma ativa vida comunitária, bem como a italianidade representada na sacralidade em torno das figuras da Mamma e Nonna como eixo fundamental da família (portanto com grande respeito a estas mulheres), serviram de exemplo para que a Prof^a Valserina conseguisse alçar vôos mais altos que a propriedade da família. Como já dito, este trabalho ainda está em andamento, necessitando de mais

pesquisas, mas já é possível perceber que o é muito pertinente para complementar o conhecimento sobre a Quarta Colônia de Imigração do RS e estudo sobre História das Mulheres na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral: revista e atualizada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2013. 386 p.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 9-52.
- BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia da Fragmentação à Integração**. Santa Maria: Jbgdesign, 2015. 416 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p. 7-19.
- SIMONETTI, Fernanda. **“MAMMA MIA”: A compreensão do saber fazer cotidiano e a resignificação dos papéis entre mulheres camponesas**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6213/SIMONETTI%2c%20FERNANDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 out. 2019.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: A construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**. Santa Maria: Editora UFSM, 2006. 256 p.
- _____. **Nós e as “antigas” – italianidade, gênero e família**. Sem. Internacional Fazendo Gênero 7. Santa Catarina, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Catarina_Zanini_55.pdf (Acesso: 16/06/2019).
- _____. **Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p.140-163, 01 set. 2008. Trimestral.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Mirian de Oliveira. Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. IN: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres Camponesas: trabalhos produtivos e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013, p. 89-106.

FIRMAN HOY LOS ACUERDOS DE VIDELA Y FIGUEIREDO: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA QUESTÃO DAS MALVINAS

EDUARDO SANTOS COSTA¹

RESUMO

O presente artigo debate as fontes brasileiras acerca da questão das Ilhas Malvinas, comparando editoriais de jornais brasileiros com os argentinos e analisando documentos em que se relata o conflito, destacando seus atores, suas influências e seus interesses.

Palavras-chave: ditadura; diplomacia; conflito.

O filme argentino *Un Cuento Chino*², lançado em 2011, retrata a história de um dono de ferragem que tem sua vida completamente mudada com a chegada de um chinês que se perde na cidade de Buenos Aires a procura de um tio que supostamente vive na capital. Roberto, o protagonista do filme, é retratado como um homem ranzinza e com hábitos demasiadamente metódicos. Ao avançar da história, suas características são associadas ao seu trauma de ter sido um soldado na Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982, quando a

.....
1 Graduando de Licenciatura em História na Universidade Federal de Santa Maria – RS. Pesquisador da Comissão de Memória e Verdade da UFSM, do STADIUM – Grupo de Estudos sobre a história do esporte e das práticas lúdicas e do NECON – Núcleo de Estudos Contemporâneos. E-mail: eduscosta@outlook.com

2 Direção: Sebastián Borensztein. Produção: Buena Vista International. 2011. 93 min.

ditadura civil-militar, em um intento de recuperar a soberania sobre o arquipélago das Malvinas, que foi ocupado pela Inglaterra em 1833.

Sabe-se que as ditaduras brasileiras e argentinas compartilharam muitos aspectos em comum, desde o âmbito econômico ao ideológico. Além disso, exerciam grande diplomacia na região. O caráter protecionista e nacionalista era semelhante por ambos os regimes, que solidificaram uma aliança ao decorrer da década de 70 e 80.

O presente artigo busca, através de documentos e jornais do período, mostrar como essa aliança foi significativa. Embora a versão oficial diga que o Brasil se manteve neutro, algumas fontes tendem a nos informar que a participação brasileira, mesmo que indireta, ocorreu de uma forma favorável ao país platino, principalmente no que documentos confidenciais do período podem nos contar.

GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E ARGENTINA NOS ANOS 1980

Tanto o Brasil quanto a Argentina passavam por um contexto de ditaduras civis-militares, de caráter conservador. Nesse contexto, no entanto, a ditadura brasileira, que já completava 18 anos, já estava em um processo de desgaste, em que o governo militar já não possuía o apoio que já teve, estando em um processo de abertura tido como “lento, gradual e seguro”, processo que a própria presidência do General João Figueiredo representa.

A ditadura argentina, no entanto, já nasce desgastada. A alta inflação observada no Brasil também era observada na Argentina. Nesse contexto, a ditadura do General Videla completava 6 anos e, pelo caráter conservador e nacionalista, já não contava com o amplo apoio dos Estados Unidos que, entrando na era Reagan, adotava uma política neoliberal inspirada na Escola de Chicago.

Como demonstra Thomas Skidmore, a condição nacionalista, de proteção econômica, ia contra essa nova configuração econômica. Além disso, as denúncias sobre o desrespeito aos direitos humanos em ambas as ditaduras acabaram por pressionar o governo estadunidense a quebrar esse laço. As con-

sequências disso resultaram em um alto endividamento de ambos os países, carregando junto uma alta inflação – que, no Brasil, chegou a 200% nesse mesmo período – e a falta de capacidade do governo brasileiro de renovar a sua política econômica com base em empréstimos internacionais, que na década anterior teria levado o Brasil a atingir crescimentos de 10% ao ano.

Um reflexo geopolítico disso pode ser demonstrado na intenção do governo brasileiro de gerar energia através do enriquecimento de urânio. Skidmore ainda demonstra que os Estados Unidos se opuseram a ideia do Brasil de desenvolver sua tecnologia nuclear. Para isso ocorrer, o país fez uma parceria com a Alemanha, fazendo, assim, os Estados Unidos dar cada vez menos apoio para a ditadura brasileira. Essas condições acabaram por definir a questão do apoio dos países no conflito das Malvinas.

QUESTÃO HISTÓRICA DA DISPUTA DA ILHA

A ilha pertencia ao antigo império espanhol, que dominava territórios das Américas. Com os movimentos de independência, a Espanha foi perdendo sua influência, até que em 1822, com a independência do Peru, o país já não possuía nenhuma colônia na América do Sul.

Por ser a capital do antigo Vice-Reino do Prata, Buenos Aires se sentiu como herdeira de todo o legado do período colonial. Todavia, não conseguiu segurar o desmembramento de seu território, tendo surgido países como o Paraguai e a Bolívia no território do Vice-Reino. A própria ideia de “nação argentina” só é consolidada na segunda metade do século XIX, após a deposição do ditador portenho Juan Manuel de Rosas.

Buenos Aires, no entanto, se sentia como herdeira legítima de todo esse território e, ao longo do século XIX, faz incursões ao interior para estabelecer sua influência. A essa herança que a Argentina recorre para reivindicar seu direito sobre as ilhas. A Inglaterra, no entanto, ocupou o arquipélago desde 1833 e discussões diplomáticas sobre a questão das Malvinas ocorrem desde então entre os dois países.

A descoberta de petróleo nas ilhas só aumentou o interesse de ambos os países sobre as Malvinas. O assunto repercutiu em outros países a

nível mundial, como os Estados Unidos, que vê com interesse o conflito³. A região, além de econômica, também tem uma importância de estratégia militar para a Argentina, pois estão 600 km distante do litoral argentino, país mais próximo.

LAS MALVINAS SON ARGENTINAS

O trauma vivido por Roberto, o protagonista do filme *Un Cuento Chino*, é recorrente em diversos setores da sociedade argentina. A guerra das Malvinas deixou mais de 600 soldados argentinos mortos e foi o último ato de uma ditadura desesperada por recuperar apoio popular, uma vez que mergulhava o país em um caos social e uma grave crise econômica, associada a uma inflação que acometia cada vez mais o poder de compra da população.

A memória da guerra, no entanto, não apaga a reivindicação do povo argentino por sua soberania ao arquipélago. É comum, pelas estradas do país, se encontrar placas com os dizeres “*Fuera piratas. Las Malvinas son argentinas*”.

Em 2016, o governo de Maurício Macri foi duramente criticado nas redes sociais por desenhar um cartão de natal com o mapa da Argentina em que não aparecia as Ilhas Malvinas, um fato que só corrobora com o discurso opositor de ser um entreguista.

Ainda há o caso do programa *Top Gear*, da emissora britânica BBC, que realizou gravações na Terra do Fogo, sul da Argentina, com carros superesportivos. Na ocasião, um dos carros da equipe, um Porsche 928 GT, possuía a placa H 982 FKL. Os argentinos, entendendo que a placa seria uma provocação, uma vez que 982 lembra 1982, o ano do conflito, e FKL lembra Falklands, o nome em inglês das ilhas. Por isso, armaram uma emboscada, apedrejando os carros, que foram abandonados no local⁴.

Todo o dia 02 de abril, a população argentina realiza uma homenagem aos soldados que perderam sua vida na batalha. Vemos que, muito an-

.....
3 BANDEIRA, Luiz. **Guerra das Malvinas**: petróleo e geopolítica. Paraná: Revista Espaço Acadêmico, maio de 2012.

4 Notícia disponível em <<https://jornaldocarro.estadao.com.br/carros/programa-top-gear-e-expulso-da-argentina/>>

tes, a Argentina já reivindica seu direito pela ilha e a guerra foi um pretexto para que a ditadura voltasse a ganhar apoio popular. Por isso, desde pelo menos 1980, o governo argentino já negociava um apoio do presidente João Figueiredo a essa pauta, como demonstra o jornal Clarín de 16 de maio de 1980, em que noticia as discussões entre o Gal. Videla e o presidente brasileiro em sua viagem ao país platino.

VERSÕES DA IMPRENSA

Pelo menos desde 1980, a imprensa brasileira já noticiava sobre a questão das Malvinas, as vezes chamada de *Falklands*. Durante o encontro de Figueiredo com Videla, por exemplo, é noticiado que os jornais argentinos confirmaram um explícito apoio do Brasil ao país vizinho para a discussão das posses das ilhas. No comentário do Jornal do Brasil⁵ sobre o tema, especificamente sobre o noticiado pelo Clarín, aparece como a versão oficial do governo brasileiro que não há nenhum apoio nesse sentido.

No entanto, em outras edições, ainda do ano de 1980 aparece manchetes em apoio às reivindicações. Esse apoio, inclusive, faz com que Margaret Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra no contexto, envie um representante ao Brasil para debater a questão do apoio. Observa-se constantes idas e vindas no discurso oficial noticiado pelo Jornal do Brasil. Às vezes, de apoio à Argentina. De outras, neutralidade.

O Jornal do Brasil, uma importante fonte jornalística brasileira que encontrei para tratar do assunto, noticia os fatos sobre a questão das Malvinas com uma frequência ascendente conforme vai se aproximando do dia 03 de abril de 1982, dia em que foi noticiado a invasão por parte do exército argentino⁶. Em 1982, diariamente sai alguma notícia. No dia 1º de abril, é a primeira vez que ganha grande destaque na capa, dividindo o espaço com as celebrações de aniversário da chamada “Revolução de 1964”.

Nesse contexto, as hostilidades entre Argentina e Inglaterra já estavam grandes. Ambos exércitos já faziam exercícios militares na região.

.....
5 Disponível em <memória.bn.br>

6 Idem

Países, órgãos governamentais e entidades como a ONU fazem um apelo para que um conflito, já eminente, fosse evitado.

Regredindo no tempo, em 1976, no dia 25 de março, o Jornal do Brasil dedicou sua capa para informar, em um tom de apoio, o golpe militar e a deposição de Isabelita Perón, ocorrido no dia 24. O tom se assemelha muito aos noticiados nos primeiros dias de abril de 1964, em que o jornal dedicou seu editorial para apoiar o golpe militar no Brasil, o chamando de revolução.

“Às Forças Armadas cumpre agora extirpar do subsolo da sociedade argentinas raízes da desordem e do terrorismo, estruturados e patrocinados dentro de um Governo extremamente enfraquecido pela corrupção. Elas estão adora diante do desafio supremo e não podem faltar à responsabilidade. É a Nação contra os seus inimigos internos”.

(Jornal do Brasil, 25 de março de 1976).

O jornal brasileiro trata do assunto, inclusive, com um maior entusiasmo o golpe militar que o jornal argentino Clarín, comparando suas respectivas capas. Não tive acesso às demais páginas do famoso diário argentino, mas sabe-se que, em textos dentro do editorial, o Clarín noticiava, em sua segunda edição do dia 24 de março, no corpo do jornal e no dia 25, na capa, que havia “*Total normalidad*”. Sabe-se, também, que “[...] *el discurso de Clarín [...] se ensamblaba dentro de esta práctica de apoyar aquellos signos “positivos” de la dictadura militar que estuvieran orientados en el sentido de la concreción del ideario desarrollista*”⁷.

Interessante notar que, ao falar da invasão do exército argentino às Ilhas Malvinas, o editorial do Jornal do Brasil muda o seu discurso. O apoio a ditadura brasileira ainda permanece, mas trata a ditadura argentina com um tom extremamente crítico.

“Ao Governo militar argentino falta respaldo, faltam bases políticas, falta todo tipo de ressonância popular. E então, antes de ser um atoi rrefletido, o desembarque nas Malvinas assume o aspecto de um cálculo medíocre, destinado a excitar paixões popula-

.....
7 Disponível em < <https://www.infobae.com/2009/03/24/438267-que-decian-los-diarios-del-24-marzo-1976/>>

res, a afogar em instintos patrióticos o que sob todos os aspectos um penoso início de governo”. (Jornal do Brasil, 03 de Abril de 1982).

Já a capa do jornal argentino demonstra um caráter positivo a invasão argentina nas Malvinas, exaltando uma certa euforia popular e mostrando imagens da população indo as ruas em comemoração, considerando que o dia foi feriado por decreto.

“Euforia popular por la recuperación de las Malvinas”⁸
Clarín, 03 de Abril de 1982).

A DIPLOMACIA NA AMÉRICA LATINA

Em um pequeno texto de rodapé no Jornal do Brasil de 03 de abril de 1982, há uma afirmação do Chanceler Saraiva Guerreiro de que o Brasil não iria intervir na crise e que esperava uma saída pacífica para o conflito. O mesmo ainda coloca que o Brasil sempre apoiou a reivindicação argentina sobre as ilhas desde 1833, quando as mesmas foram ocupadas.

Sabe-se que, com a exceção do Chile, todos os demais países da América Latina apoiaram a reivindicação da Argentina. Houve casos, como o da Bolívia, em que esse apoio foi escancarado, principalmente após a Comunidade Econômica Europeia (CEE) impor um bloqueio econômico ao país.

Como demonstra Raphael Fernandes Vieira⁹, desde 1978 já havia um acordo entre Bolívia e Argentina para mútuo apoio aos litígios territoriais em que ambos estavam envolvidos. O que colaborou para a ratificação desse acordo foi o fato de ambos os países rivalizarem com o Chile territórios, revivendo a histórica reivindicação do acesso ao mar para a Bolívia. A Argentina rivaliza com o vizinho andino o Canal de Beagle, no extremo sul do continente americano.

Embora o discurso oficial brasileiro pregasse a não interferência do país no conflito, documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e

.....
⁸ Disponível em <tapas.clarin.com>

⁹ VIEIRA, Raphael. O papel dos atores externos no conflito das Malvinas. Buenos Aires: CLAC-SO, 2016.

do Centro de Informações do Exército (CIE) induzem a interpretar que tal neutralidade, como sugere Luiz Alberto Moniz Bandeira¹⁰, era imperfeita e favorável à Argentina. Ele encontrou documentos que mostram que o exército brasileiro cedeu, ao país platino, 11 jipes EBM-326 Xavante e caças a jato utilizados pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Em um documento do SNI¹¹, de caráter confidencial, há uma listagem com nomes de pessoas e seus respectivos endereços. Estão listadas pessoas que se alistaram na embaixada argentina para servir ao país platino no conflito das Malvinas, junto com seu endereço de residência no Brasil. A lista está separada por quatro anexos:

- O anexo “A” consta argentinos residentes no Brasil convocados pelos consulados argentinos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul;
- O anexo “B” consta argentinos residentes no Brasil que se voluntariaram no consulado argentino de São Paulo;
- O anexo “C” consta brasileiros que se voluntariaram no consulado argentino do Rio de Janeiro;
- O anexo “D” consta pessoas de outras nacionalidades, residentes no Brasil que se voluntariaram no consulado argentino do Rio de Janeiro.

No documento, diz-se que o mesmo deveria ser descaracterizado para vir a público. É importante notar que o mesmo não faz qualquer menção de algum civil não-nascido na Argentina tenha sido convocado ou obrigado a encaminhar-se ao exército argentino para participar do conflito. No entanto, não foi encontrado nenhum documento e nem indício que o mesmo tenha ocorrido com cidadãos ingleses residentes no Brasil. O fato de haver um arquivo confidencial sobre esses convocados e volun-

.....
10 BANDEIRA, Luiz. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. Paraná: Revista Espaço Acadêmico, maio de 2012.

11 Informe nº 1055 30/AC/82 de 28 abr. 1982. Disponível em <sian.an.gov.br>.

tários informa que, para o exército brasileiro, o fato tinha relevância e era tratado com importância.

A OBSERVAÇÃO DE INTERESSES DO BRASIL E DA UNIÃO SOVIÉTICA NO CONFLITO DAS MALVINAS

Encontrei documentos do SNI, do CIE e do CIM (Centro de Informações da Marinha) que já não tratam mais de qualquer tipo de participação brasileira na guerra. Eles tratam de como a guerra pode influenciar na geopolítica de diversos países. Ademais, também tratam dos interesses, igualmente, de diversos países, com as condições dadas pelo conflito, principalmente levando em consideração o bloqueio econômico à Argentina imposto pelo CEE. Vou me ater a analisar apenas as análises sobre dois países: o próprio Brasil e a União Soviética.

No Relatório Periódico Mensal do CIE¹², analisa-se as oportunidades que o Brasil pode ter com o boicote europeu ao país platino. As análises são pessimistas. O Brasil não passaria a exportar carne em grande quantidade para a Europa pois não tinha a mesma capacidade de exportação que a Argentina e que os membros do Mercado Comum Europeu (MCE) não estavam interessados em substituir a Argentina pelo Brasil. Outro fato analisado é que, uma vez a Argentina impossibilitada de importar material bélico europeu, o Brasil ganharia este espaço. Porém, não geraria grandes divisas ao país, sendo considerado quase um ato de solidariedade. A grande beneficiada, nesse caso, seria a União Soviética, que já mantém relações econômicas na compra de carne e de grãos argentinos, em troca de máquinas e equipamentos soviéticos, além de um acerto para receber urânio enriquecido para uma usina nuclear em desenvolvimento.

Já o CIM informa no Informe nº 350 de 19 de abril de 1982¹³ que o serviço secreto soviético intensificou seus trabalhos em Buenos Aires e no Peru, além de que poderia estar auxiliando o exército argentino contra os ingleses. Fala também da importação de armamento da Líbia de equi-

.....
12 Nº 04/82 de 19 de maio de 1982. Disponível em <sian.an.gov.br>.

13 Disponível em <sian.an.gov.br>

pamentos militares russos, tendo o país participado da negociação apenas para que a União Soviética aparecesse como única fornecedora de mísseis e ainda volta a falar do programa nuclear argentino e o acordo de importação de urânio.

O último documento que farei análise aqui trata-se da análise de subsídios do exército, em um documento secreto do Ministério do Exército em agosto de 1982¹⁴. Ele faz uma análise de diversos litígios que ocorreram entre 1978 até 1982. Para essa análise, se vê que o Brasil deve se consolidar como força militar e estratégica na região. Outra análise é que, na questão das Malvinas, vê-se “*a comprovação de que a UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS procurará sempre tirar proveito de qualquer conflito na AMÉRICA DO SUL a fim de aumentar a sua influência nesse continente*”.

CONCLUSÃO

O debate acerca das possessões das Ilhas Malvinas não se restringe apenas a Argentina e Inglaterra, visto que o mesmo pode despertar o interesse de diversos países vizinhos e de outros continentes. A questão também desperta antigas rivalidades e emoções, observando o apoio da Bolívia e o caso do Chile, apoio fundamental à Inglaterra vencer o conflito, sendo reconhecido por Margareth Thatcher. Tanto o Chile de Pinochet quanto a Inglaterra de Thatcher, nesse período, estão sob influência econômica das teorias da Escola de Chicago, muito inspirados na teoria de Milton Friedman.

A ditadura civil-militar argentina, em um desespero de recuperar credibilidade frente ao fracasso social que as medidas militares estavam causando, sendo observado inclusive por quem apoiou o regime em um primeiro momento, toma a medida de ocupar as Ilhas Malvinas, mesmo tendo uma grande inferioridade bélica. O conflito acaba por alavancar a popularidade da também impopular primeira-ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, sendo fundamental para sua reeleição no ano seguinte.

.....
¹⁴ Relatório Mensal de Informações Externas. Ministério do Exército: 20 set. 1982. Disponível em <sian.an.gov.br>.

O governo militar argentino, sendo uma ditadura angariada pelo Plano Condor aplicado pelos Estados Unidos, viu-se abandonado pelo país norte-americano, uma vez que o mesmo apoiou a Inglaterra. Nesse contexto de guerra fria, a União Soviética aparece no conflito quase que invisível, mas sua presença incomoda os demais parceiros da própria ditadura argentina.

Os documentos analisados, portanto, demonstram que o Brasil participou indiretamente do conflito. Além disso, com todo o contexto geopolítico, deu apoio a Argentina, tendo em vista que ambos os governos ditatoriais possuíam aspectos em comum. A observação do conflito também demonstra que o Brasil estava ciente dos diversos interesses que estavam em disputa, como da União Soviética e dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Luiz. **Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica**. Paraná: Revista Espaço Acadêmico, maio de 2012.
- BORRELLI, Marcelo. **“Uma batalla ganada”: el diario Clarín frente a la compra de Papel Prensa por parte de los diarios La Nación, Clarín y La Razón (1976-1978)**. Buenos Aires: Revista Papeles de Trabajo, dezembro de 2008.
- VIEIRA, Raphael. **O papel dos atores externos no conflito das Malvinas**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.
- WENDLING, Thayssa. **Guerra das Malvinas: uma análise da política externa Argentina à luz do realismo neoclássico**. Belo Horizonte: Revista Fronteira, 2017. P. 98-118.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- INFOBAE. **Qué decían los diarios del 24 de marzo de 1976**. Buenos Aires, 24 mar. 2009. Disponível em <<https://www.infobae.com/2009/03/24/438267-que-decian-los-diarios-del-24-marzo-1976/>>.

CAPITANIA D'EL REY: CONSTRUTOS E ASPECTOS POLÊMICOS DA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE

LIMA, PÂMELA CRISTINA DE
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – UPF

RESUMO

O historiador Moysés Vellinho apresentou concepções historiográficas polêmicas acerca da formação do Rio Grande do Sul. Primando pelo elemento português na figura do bandeirante, justificando o apresamento de indígenas pela ação daquele último e, ainda, criticando as Missões Jesuíticas de forma veemente, o autor corroborou com o que defendia a *matriz dominante* da historiografia, na figura do IHGRGS e IHGB. Analisaremos estes e outros aspectos, ambos presentes na obra *Capitania d'El Rey*, publicada pelo autor em 1964.

Palavras-chave: bandeirantismo, lusitanidade, Missões Jesuíticas

ABSTRACT

The historian Moysés Vellinho presented controversial conceptions about the formation of Rio Grande do Sul. Primarily by the Portuguese element in the figure of the *bandeirante*, justifying the capture of natives by the action of the latter and still criticizing the missions vehemently, the author corroborated with what he defended the dominant matrix of historiography, in the figure of the *IHGRGS* and *IHGB*. We will analyze these and other aspects, both present in the work *Capitania d'El Rey*, published by the author in 1964.

Keywords: bandeirantismo, lusitanidade, Missões Jesuíticas, historiografia.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira conheceu, no período pós- independência (século XIX), uma *missão*: em nossa interpretação, por meio da criação

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, deu-se a elaboração de um aparato tanto conceitual quanto ideológico para a escrita da história oficial *brasileira*. “Conceitual” uma vez que, mesmo nas entrelinhas, a grande maioria de seus intelectuais frisava a *lusitanidade* como contingente étnico primordial na formação do *brasileiro*; “ideológico”, uma vez que contou com um vasto aparato de constructos que enfatizavam os caracteres de *lusitanidade* já mencionados acima.¹

Anos depois, já no século XX, consolida-se também uma missão à incipiente historiografia rio-grandense, que passa a estar ancorada tanto às premissas do *velho Instituto*, o IHGB, quanto ao que é criado em 1920. O recém-surgido Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) ancora-se à ideia de *lusitanidade* já presente no IHGB, promovendo por meio de seus intelectuais uma escrita voltada ao *abrasileiramento* do *gaúcho*, defendendo um Rio Grande que prima pelas raízes ligadas ao todo, ou seja, ao que hoje tomamos por nação brasileira, sobretudo em momentos de instabilidade. O principal ponto sobre o qual os historiadores do Instituto se debruçaram foi a questão do separatismo ou não da Revolução Farroupilha, manifestado nas antagônicas argumentações que desenvolveram sobre o tema.²

.....
1 Souza Docca, por exemplo, escreveu claramente alinhado à ideia de *lusitanidade* do IHGB, ou seja, primou pela influência “racial”, social e *civilizatória* do português no processo de formação do brasileiro. Tal premissa também foi estendida ao *gaúcho*, ou seja, à *gente sul-rio-grandense*. Note-se que, para tanto, foi preciso primar por um elemento em detrimento a outros. Ou seja, *aportuguesando* a formação brasileira, exclui-se vários outros *contingentes*, como o negro e o espanhol. Assim, por meio do aparato conceitual do Instituto, percebe-se também seu aparato ideológico nas obras dos intelectuais a ele *ancorados*: para *ocultar* tais contingentes do processo de formação, apela-se a uma série de elementos *ideológicos*, tais como o racismo científico em voga no período. Ver DOCCA, Souza. *Gente Sul-rio-grandense: contribuição para o bicentenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia. Anais do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia*: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

2 Mais uma vez trazemos o exemplo de Souza Docca, dada a importância que teve dentro de ambos os Institutos. Em o *sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, logo se percebe a existência de antagonismos sobre o tema. Logo na introdução, onde o autor justifica o porquê desta obra, é claramente perceptível o antagonismo que traça com Alfredo Varela, ao proferir críticas a este último. Para ele, o que este último narrava era uma inverdade, contra a qual o próprio Instituto sulino ergueu voz. Este antagonismo entre eles pairava sobre o tema da Farroupilha, o qual introduzimos acima. Sobre o tema, ver DOCCA (1935).

Capitania d'El Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense foi publicada por Moysés Vellinho no ano de 1964,³ em um contexto marcado pela atuação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e pelo IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), que primavam pela *lusitanidade* do Brasil e pela *luso-brasilidade* do Rio Grande do Sul. O contexto de produção da obra diz muito sobre seu conteúdo. Conforme o historiador Quentin Skinner, há a relação entre o contexto, o autor e a obra, o que ele chama de *contextualismo linguístico*.⁴ Além disso, para Skinner, apenas será possível compreender os significados de algum texto ou enunciado por meio das intenções autorais. Em outras palavras, pode-se dizer que é preciso entender não apenas o que está escrito no texto, mas também o que está em suas entrelinhas: jogos de poder, construtos teóricos, etc. Skinner coloca que é preciso também fugir das “mitologias históricas”, ou seja, das formas de interpretação que podem levar a conclusões equivocadas sobre dado texto, ou dada época em si. A atenção despendida por Skinner sobre as mitologias demonstra sua preocupação quanto à possível ocorrência de anacronismos. Justamente por isso o contexto é valorizado: entender uma obra e um autor nos limites e ideologias de seu contexto seria, para Skinner, a melhor forma de entender as intenções autorais e, conseqüentemente, os significados de uma obra.

Partindo das premissas de que o contexto interfere de maneira significativa nas formas de pensar, escrever e construir conceitos e, ainda, de que para uma melhor interpretação é preciso recorrer a explicações menos simplificadoras e mais condizentes com a problemática estabelecida, analisaremos alguns dos aspectos presentes em *Capitania d'El Rey*. Para tal, precisamos considerar os escritos em seu tempo e contexto. Na obra, encontramos as mais

.....
3 VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005. [original: 1964].

4 Sobre o tema, ver SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner*. **Revista de História e Estudos Culturais**, dez/2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 01/jun/2019.

variadas formas de justificação, seja para a legitimidade da *luso-brasilidade* em meio à heterogeneidade do todo, seja para as “táticas” um tanto duvidosas de miscigenação, como aquelas pautadas na *exploração sexual* das indígenas. Cairíamos em uma mitologia caso olhássemos para os escritos de Vellinho com nossos “óculos atuais”.

O título da obra nos põe frente a polêmicas. Aliás, o próprio autor insere este termo em seu subtítulo, reconhecendo que os assuntos que trata são, no mínimo, delicados. Trabalhar com a *formação* do Rio Grande do Sul suscita temas controversos: tiveram as Missões um papel colaborativo na gênese sulina? Como se deu a formação do *gaúcho*, de um ponto de vista étnico? Sendo o *pampa* território “comum” a *gaúchos* e *platinos*, haveria contrastes entre ambos os tipos sociais?

Analisaremos a introdução do livro *Capitania*, demonstrando os construtos nele presentes e relacionando-os com as concepções do autor sobre os indígenas, as Missões e o bandeirante vicentista, no escopo da oposição que o autor traça entre Portugal e Castela, presentes em toda a obra. Também, analisaremos o segundo capítulo da obra, intitulado *Os jesuítas*, onde os aspectos citados anteriormente estão em maior evidência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÊMICAS

Polemizar significa, em termos de intelectualidade, causar controvérsias. No caso de Vellinho, as controvérsias e os antagonismos foram aspectos presentes em seus escritos, uma vez que o autor abrangeu assuntos da *formação* do Rio Grande. Ao falar sobre como se formou o elemento étnico-social do Estado sulino, Vellinho elencou os contingentes que dele fizeram parte e, conseqüentemente, trabalhou com construtos que excluíram outros. Quando discorre sobre a importância do bandeirantismo, por exemplo, o autor exalta o contingente empenhado em apresar indígenas, e mesmo reconhecendo seus *rasgos de violência*, o autor os exalta devido à *missão* que desempenham, ou seja, ao fato de que, por meio de sua cultura e de sua *raça*, pela assimilação ou contato sexual, estariam sendo agentes

de civilização em um território fadado ao insucesso devido à incapacidade de desenvolvimento e *barbaridade* de seu povo.

Um elemento-ação importante para *Capitania* foi a “atenuação”. Os rasgos de violência do bandeirantismo, expressão usada pelo próprio autor, foram *atenuados* e justificados pela ação de bravura e coragem deste grupo, que teria levado a *civilidade* a um Brasil fadado a ser índio-cretino caso não tivesse havido a incursão portuguesa e, junto a esta, a introdução de costumes e hábitos *civilizados*. A exploração sexual das indígenas foi *atenuada*, uma vez que, para Vellinho, a miscigenação fora uma das maneiras de introduzir os *bons modos* entre os nativos.

RIO GRANDE DO SUL: DE ESTRANHO A “PEDAÇO DO BRASIL”

A introdução de *Capitania* é, por si só, reveladora. Vellinho inicia a parte introdutória da obra trazendo ao leitor um caso do ano de 1948, no qual ocorrera o V Congresso Eucarístico, em Porto Alegre. É relatada a experiência de uma senhora baiana, “excelente senhora”, nas palavras do autor, que viera ao Rio Grande do Sul pensando encontrar pessoas estranhas, diferentes das quais estava acostumada, que seriam portadoras de hábitos e costumes que não os seus. Assustada e amedrontada, veio apenas em razão do Congresso, desejava de participar.

Vellinho demonstra o quão estereotipado e malvisto pelo restante do Brasil era o Estado sulino. O autor enfatiza o fato de que a referida senhora sentia medo de vir ao Estado, e que se tranquilizou apenas quando chegou e percebeu que o local, as pessoas e os hábitos não lhe eram estranhos. Percebemos, assim, uma estratégia de Vellinho: ao apresentar uma pessoa “de fora” do Rio Grande que reconhecia seus próprios hábitos em *nossas terras*, o autor legitima a premissa de que o Estado sulino não é diferente dos demais e, ainda, que os *gaúchos* possuíam os mesmos *modos* dos “demais brasileiros”.

Apontar a ideia de estranhamente que as pessoas *de fora* tinham sobre o Rio Grande ancoraria as críticas feitas por Vellinho. O autor elenca alguns

intelectuais do período e, de maneira subsequente, suas “falhas” para com o Rio Grande. São nomes de destaque a nível nacional, mas também “gente da casa”.⁵ Seriam, portanto, “infratores da historiografia”, que denegriam a imagem do Estado sulino. Vellinho aponta os pontos falhos destes intelectuais. Analisaremos as críticas deferidas a Oliveira Viana.⁶ Vellinho ataca o sociólogo por traçar uma espécie de “paralelo” entre as revoluções de 1835 e 1893, fundindo-as como se fossem um só movimento. Além do mais, a crítica mais ferrenha vem na direção da comparação que Viana faz entre as revoluções mencionadas e as “instituições do banditismo”, por ele estudadas. Vellinho aponta que Viana trata do Rio Grande do Sul como um “mundo luso-brasileiro”, que se põe frente a outro, adverso: o hispano-americano. Mesmo que Viana tenha apresentado esse caráter de oposição entre os “dois mundos”, Vellinho o acusa de ser ambíguo, uma vez que teria tornado ambíguo o próprio Rio Grande.

Depois, como se o autor [Oliveira Viana] voltasse de chofre contra os argumentos por ele próprio mobilizados, contra as conclusões por ele mesmo propostas, sem se julgar sequer no dever de dar ao leitor a menor explicação, eis que no prefácio, como se até ali nada fosse para valer, se chama ao esquecimento de tudo, para acabar metendo o Rio Grande em posição ambígua, entre duas amarras, a representar, de um lado, as forças da cultura lusitana, mas “dominado”, de outro, pela cultura espanhola e pelo cenário platino [...].⁷

Vellinho vai além. Não só critica Oliveira Viana e outros intelectuais do período,⁸ como também evoca o “testemunho” de um estrangeiro,

.....
5 É criticado o P. Balduino Rambo, que na visão de Vellinho foi negligente, uma vez que “[...] impressionado, além da medida, pela incidência do fator econômico, ignorou de todo a ação absorvente, decisiva, que os fatores culturais, e entre estes particularmente os de natureza política, desempenharam na elaboração histórica do Rio Grande” (*op. cit.*, p. 12)

6 Oliveira Viana foi um sociólogo, historiador, professor e jurista brasileiro, nascido em 1883 e falecido em 1951. Entre suas obras, destacam-se *O ocaso do Império*, escrito em 1925, que narra sobre o movimento abolicionista, a gênese do ideal republicano e seu êxito, com a queda do Império, entre outros temas.

7 *Ibid.*, p. 17.

8 Vellinho faz referência, ainda, a Alfredo Varela, Humberto de Campos, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, entre outros.

Saint-Hilaire,⁹ o qual teria referido, em 1820, que “essa capitania tinha sido, em certo sentido, uma escola para as pessoas de atividade, um espírito militar e um espírito nacional que não existe lá, e que a guerra sempre dá à luz”.¹⁰ A citação de Saint-Hilaire, feita por Vellinho em *Capitania*, introduz o próximo tema a ser tratado: as guerras. Para o autor, o Rio Grande do Sul possuía uma herança guerreira, por isso o *gaúcho* era vigilante; era esse seu dever para com o todo, e fazer parte do todo era sua vocação. O Rio Grande não era uma unidade dissociada. Pelo contrário; conforme já afirmara a senhora baiana, o Estado sulino lhe era familiar, e sua gente também. Conforme colocara Saint-Hilaire, havia um espírito nacional entre os gaúchos, um sentimento de pertencimento ao Brasil.

Ao fim da introdução de *Capitania*, Vellinho deixa perceber nas entrelinhas suas concepções, que nortearão sua escrita da História nos capítulos subsequentes da obra. O drama de fronteira, marcado pela tensão dos pampas *gaúcho* e *platino*, vem a ser consequência de dois fatores. Em primeiro lugar, da herança guerreira do *gaúcho*, que o tornou protagonista das tensões entre os *dois lados*; em segundo, o antagonismo e contrastes entre portugueses e espanhóis, seja nas formas de colonização, seja no empreendimento jesuíta. Estes são os aspectos viriam a permear seus escritos e mostrar claramente seu viés *luso-brasileiro*.

AS MISSÕES DE CASTELA E OS “INTERESSES TERRENOS”

Vellinho narra o episódio das Missões, especificamente dos Sete Povos, como um *duplo empreendimento*: os jesuítas de Castela, ao fundar as primeiras missões, possuiriam claro intuito de aldear os indígenas em nome da fé, em comunhão nas reduções por meio do “cristianismo feliz”. Porém,

.....
9 Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, francês nascido em Órleans no ano de 1779, foi um estudioso de botânica, bem como naturalista. Em pesquisas no território brasileiro, o estudioso reuniu milhares de amostras, com as quais desenvolveu pesquisas. A estada no Brasil se deu de 1816 – 1822, durante o período no qual a Coroa Portuguesa reinava em solo brasileiro.

10 SAINT-HILAIRE *apud* VELLINHO, *idem.*, p. 11. Tradução livre.

para o autor, este ideal religioso escondia, em suas entrelinhas, um segundo objetivo: a Companhia de Jesus, cuja bandeira estaria hasteada em nome de Castela, teria ambições que saíam do plano espiritual e chegavam ao político. Em outras palavras, a acusação de Vellinho às Missões é a de que pairassem sobre elas o interesse de construir uma espécie de “império teocrático”, que iniciaria pelo processo de evangelização e chegaria a uma possível emancipação. Afirmando isso sobre os jesuítas espanhóis, o autor indaga sobre os jesuítas lusitanos: “contentar-se-iam os jesuítas lusitanos só com a dilatação da fé e a conquista espiritual do gentio, ou, como os de Castela, perseguiram ao mesmo tempo objetivos de natureza menos evangélica?”¹¹

A questão que permeia os escritos de Vellinho, conforme já referimos, vem a ser o contraste, a contraposição entre portugueses e espanhóis. A partir da indagação sobre os propósitos dos jesuítas lusitanos, o autor inicia a descrição de diferenças entre religiosos espanhóis e portugueses, seja enquanto jesuítas, seja pelo viés de interesses. O autor reconhece a atuação jesuítica na educação das crianças, porém critica os interesses de Castela sobre o empreendimento jesuíta; para Vellinho, portanto, a atuação dos Reis Católicos viria a ser muito mais com objetivos econômicos do que propriamente religiosos ou espirituais. Aldear os indígenas, portanto, viria a ser mais por interesses terrenos do que celestes.

Tudo era possível esperar da supersticiosa complacência de Castela. Dispostos a todos os rasgos em defesa da integridade da fé ameaçada pela Reforma, os Reis Católicos iriam até o sacrifício de parte de seus domínios para que fosse possível à Companhia de Jesus instituir um suporte geográfico e econômico que lhe propiciasse os recursos tensamente reclamados pelos compromissos de sua cruzada na Europa.¹²

Assim, justificando o empreendimento jesuíta como uma tentativa de frear o protestantismo (viés religioso) e de prover rendimentos à Coroa de Castela (viés material), Vellinho demonstrara o quanto havia de preocupação material e econômica por trás do viés religioso de evangelização,

.....
11 *Ibid*, p. 49.

12 *Ibid*, p. 50.

tão disseminado quando da implantação das Missões. “Os planos temporais dos jesuítas espanhóis descobriram-se logo, tornaram-se mesmo agressivos, chegando a alarmar, no seu desenvolvimento ulterior, a própria Corte de Madri.”¹³ Aqui percebemos mais uma contraposição: se os jesuítas portugueses encontravam-se sob jurisdição de Lisboa, era devido a seu patriotismo; se os jesuítas espanhóis chegavam a alarmar a Corte de seu país, é porque sua organização militar e anseio de “independência” frente a ela eram características significativas e consideráveis.

O BANDEIRANTISMO: VIOLÊNCIA E CONTRIBUIÇÃO

Ao apresentar o grupo bandeirante, o mesmo é definido como parte de um movimento de expansão. Por meio da violência, admite o autor, se deu a conquista. Porém, destacava-se o instinto de criação política e, junto a isso, a uma *missão histórica*, que seria a de integrar a América Portuguesa. Para Vellinho, os bandeirantes estavam “acima do bem e do mal”, devido ao meio e à época onde se deu o bandeirantismo: o meio era inóspito, barbarizado e marcado pela ação jesuíta, bem como pelo *duplo interesse* espanhol; a época demandava avanço e integração territorial, e o trabalho indígena era *essencial* ao desenvolvimento. Por meio de tais premissas e construtos, o autor lança sua conclusão: a ação bandeirante não se constituiu como um simples apresamento indígena, mas sim como uma empreitada civilizatória.

Vellinho traz, de maneira sintética, alguns aspectos da resistência missioneira sob as incursões bandeirantes e, ainda, sobre a venda dos indígenas no “mercado”. O autor coloca que se pensou, durante muito tempo, que os indígenas aldeados, e as Missões e si, se deixavam dominar. Ele aponta que havia resistência, inclusive levantes armados liderados pelos padres, que faziam vista a não permitir a invasão dos bandeirantes. Porém, mesmo em meio a reveses, estes últimos conseguiram adentrar nos aldeamentos e conduzir “levas de bugres” ao local de venda. Estes indígenas, usados no trabalho compulsório dali por diante, eram chamados por Vellinho de *peças de serviço*, no sentido de uma “objetificação” do indígena.

.....
13 *Ibid*, p. 55.

Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirantismo. Além da descoberta das minas, além da disseminação de roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das raiais de um império [...]. Não sabemos se dentro do relativismo da história a causa da civilização não se deve mais ao bandeirantismo, com todas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais.¹⁴

Assim, justificando a ação bandeirante pelo viés da expansão política e, ainda, atribuindo a este contingente o papel principal de “civilizador” do Rio Grande, com suma importância para o Brasil como um todo, Vellinho dá o primeiro passo do que viria a ser uma série de justificativas para uma gama de elementos que envolvem o bandeirantismo. Destacamos dois deles. Em primeiro lugar, a justificação para a invasão das Missões. Em segundo lugar, destacamos a justificação da *exploração sexual* das indígenas.¹⁵ Vellinho coloca que as “tentações do demônio” persuadiam até mesmo os padres. A mulher nua, indígena, “provocava”, “tentava” os homens. O que dizer então dos bandeirantes, que estavam fadados ao isolamento da região? Buscar o “amor das nativas” compensava tal isolamento e, além disso, propiciou a miscigenação daquele povo *bárbaro*, o indígena, com o bandeirante, *civilizado*.

Se naquela confusão primitiva os próprios padres seculares comprometiam tantas vezes a austeridade da batina, se mesmo os jesuítas eram os primeiros a confessar, em sua correspondência, o arquejante esforço a que os obrigavam as tentações do demônio, era natural que os pioneiros – portugueses ou filhos de portugueses – afrouxados de todos os freios e impedimentos, buscassem no amor versátil e submisso das nativas uma compensação às durezas do isolamento.¹⁶

.....
14 *Ibid*, p. 59.

15 Embora seja um termo contemporâneo, *exploração sexual* condiz com o que ocorria. Juntamente com a exploração do trabalho do indígena, o bandeirante explorou a mulher indígena em termos sexuais.

16 *Ibid*, p. 60.

A figura da mulher tentava o padre e o bandeirante. Este último não tinha “freios”, não tinha limites. O isolamento que sua atividade demandava era compensado pelo “amor” das índias guaranis. Essa ação é descrita por Vellinho como algo natural, e o “amor das nativas” é referido como algo submisso. Denota-se, assim, que a *exploração sexual* do bandeirante sobre a mulher indígena era algo naturalizado, e as indígenas encontravam-se em estado de submissão.

SETE POVOS: A HISTÓRIA À MARGEM DA HISTÓRIA

As terras que pertenciam à Castela compõem a geografia do Rio Grande do Sul, e no período de possessão espanhola figuravam-se como uma “cortina de isolamento”. Os guaranis, para Vellinho, eram vassalos dos Reis Católicos, o que demonstra o modo hostil como se davam as relações entre jesuítas e aldeados. Vellinho refere-se, inclusive, que havia a possibilidade de se formar um império teocrático, ou seja, a emancipação da Companhia de Jesus. No mínimo, o que haveria seria a expansão dos interesses ao âmbito social, político e econômico.

A organização missionária constituía um poderoso sistema de postos inimigos estrategicamente encravados num território que a fatalidade histórica pusera ao alcance do surto expansionista dos luso-brasileiros, pois a contar do sonho vertiginoso dos mais remotos desbravadores as chaves naturais da América Portuguesa eram a bacia do Amazonas e o Prata.¹⁷

Percebe-se, assim, que o autor enfatiza o antagonismo e a rivalidade entre as Missões de Castela e de Portugal. Em se tratando dos Sete Povos, Vellinho afirma que foram aos poucos sendo convertidos em núcleos de preparação militar, onde havia tanto necessidade de defesa quanto de ofensiva.

Vellinho prossegue afirmando que a Província Jesuítica do Paraguai, numerosa em homens e armas, teria se tornado uma potência militarizada, que causava temor, e teria gerado certa inquietação em Castela, gerando uma indagação: com o avançado aparato econômico-militar, até quanto a

.....
17 *Ibid*, p. 68.

Província manteria a fidelidade à Coroa? Seguindo sua análise, o autor desqualifica o elemento indígena, uma das razões pela qual os Sete Povos não “mereceria” entrar na História do Rio Grande. O indígena é descrito como obscuro em sua tradição cultural.

Difícilmente se poderia, com efeito, construir qualquer coisa de estável e duradouro sobre o casco indígena, pobre gente que talvez nem se pudesse considerar como padrão de raça primitiva, mas já em estado de franca regressão. Sabe-se que sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até aos doze anos.¹⁸

Assim, percebemos as razões pelas quais Vellinho não considera os Sete Povos como parte da História do Rio Grande. Além de ser parte do empreendimento espanhol, corroborando com os interesses de Castela, a quantidade de indígenas nas Missões tornava inviável um maior desenvolvimento por parte dos nativos, uma vez que estariam “enclausurados”, não suscetíveis aos avanços proporcionados pela miscigenação, e impedia a penetração portuguesa, que teria condições de levar *civilidade* à região e a seu povo. A região das Missões de Castela, além do mais, tendia a formar um Império independente, não estando mais sob os auspícios da Coroa.

OS CONTRASTES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por meio das ideias e construtos expostos acima, todos presentes em *Capitania d’El Rey*, percebe-se claramente que Vellinho escreveu tendo como âncora a ideia de *contraste*. Em nossa análise, o conceito de contraste se faz presente com um significado que remete à oposição, a comparação. Mas não só isso: o autor não só compara os *tipos* português e espanhol, como também diminui o segundo em relação ao primeiro. Ou seja, glorifica a ação do contingente português enquanto deteriora a imagem espanhola, não admitindo tal etnia como formadora étnica e social do Rio Grande do Sul.

Mas, por que tal glorificação da ação portuguesa e menosprezo à espanhola? Conforme referimos acima, no início do presente artigo, a historiografia não era neutra. Aliás, nunca foi, embora já tenha sido

.....
¹⁸ *Ibid*, p. 70.

pensada como tal.¹⁹ A historiografia vintista *exalava lusitanidade*, mas não oferecia espaço para *fragrâncias étnicas* que não fossem as portuguesas. Utilizando a metáfora dos perfumes, podemos dizer que a historiografia do século XX, até pelo menos os anos 1980, viria a ser um frasco de perfume *sólido*, onde apenas a fragrância da *luso-brasilidade* tinha espaço, e onde outra essência étnica poderia tirar a “originalidade” da primeira fragrância. Em outras palavras (não-metafóricas), agregar elementos étnicos variados tiraria a peculiaridade de *formação brasileira*: o elemento português e seu protagonismo na figura do bandeirante.²⁰

Sim, uma historiografia escrita com propósito. Mas, como foi construída em Vellinho? O autor, ancorado ao IHGB e ao IHGRGS, não só manteve seus escritos voltados à unicidade étnica, como também buscou elementos que tornassem sua análise plausível, enaltecendo os portugueses em simultâneo à depreciação de elementos vindos de Castela. O meio encontrado pelo autor para opor os dois *tipos sociais* veio a ser o contraste, a oposição, o antagonismo. Quando o autor destaca o tema das Missões e, por meio dele, diferencia as formas de funcionamento delas quando portuguesas ou espanholas, ele está *contrastando* vários elementos: as formas de trabalho, de aldeamento, de relação entre colonizadores e colonizados, de exploração, de intencionalidade.

CONCLUSÃO

Se Vellinho inicia sua obra pela visão de uma “excelente senhora” que estivera amedrontada e receosa em relação ao que encontraria em sua vinda ao Rio Grande do Sul, ao final da introdução de *Capitania* já se percebe o quão integrado ao restante do território o Estado sulino parecia. Se o *povo daqui* parecia semelhante ao *povo de lá*, conterrâneo da *excelente*

.....
19 O positivismo do século XIX esteve ancorado na premissa de uma *fazer historiográfico* científico e neutro. O historiador, sendo neutro ao escrever, seria científico. Com o eclipse de tal paradigma e o advento do Historicismo alemão, tal ideia de neutralidade acabou suprimida por outra, a da subjetividade do historiador em seus escritos, bem como sua possibilidade de interpretação pela hermenêutica. Sobre o tema, ver HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clío*: uma introdução ao estudo da História. Passo Fundo: PPGH UPF, 2013.

20 Conforme já pontuamos, o IHGB e o IHGRGS participaram ativamente na construção de uma História Oficial do Brasil, pautada no protagonismo português.

senhora, é porque *nossa* cultura, *ossos* hábitos e *nossa* língua se assemelhavam à cultura, hábitos e língua *deles*, ou seja, das outras partes integrantes do Brasil. A influência lusitana tocara nos mais variados territórios, ali deixando suas marcas e seus costumes, por isso a semelhanças. Assim era porque os rasgos do bandeirantismo se fizeram presentes e, conseqüentemente, a *civilidade* lusitana adentrou a barbárie *nativa*. Assim era, enfim, porque o colonizador português fora o verdadeiro introdutor da civilização.

A importância dos Sete Povos à história do Estado sulino, bem como sua rejeição às margens da História do Rio Grande, merece atenção. Ao afirmar as missões portuguesas como benéficas aos nativos, e as espanholas como predatórias e escravistas, Vellinho *retira* as reduções de Castela da história rio-grandense, uma vez que na História Oficial que estava sendo escrita não havia espaço para destacar um empreendimento espanhol.

Contrastar *gaúchos brasileiros* e *gaúchos platinos* vem a ser uma estratégia de demonstrar o quão importante fora a atuação portuguesa para o país e, além disso, como os lusitanos primavam pelo bem do indígena, em relações de boa convivência. O *gaúcho brasileiro*, portanto, fora fruto da vocação política bandeirante em meio à barbárie; o *gaúcho platino*, por sua vez, nascera em meio à tensão e conflito.

Escrevendo alinhado ao IHGB e ao IHGRGS, Vellinho fez o que os Institutos *esperavam* dele: alçou construtos teóricos que primavam pelo elemento português como *formador social* do *gaúcho brasileiro*, desconsiderando a ação de Castela como benéfica (ou existente de forma influente) ao Rio Grande do Sul. Construindo teoricamente um *Rio Grande do Sul luso-brasileiro*, que devia considerar a importante contribuição bandeirante de *civilizar* os gentios condenados ao insucesso e à barbárie. Tais premissas eram reforçadas, sobretudo, por meio do contraste com Castela, o que levaria a perceber os espanhóis missionários como ambiciosos, tendenciosos e gananciosos, bem como os ideais religiosos e civilizatórios dos lusitanos e, além disso, seu duplo empenho e esforço pelo Brasil: os bandeirantes teriam buscado a salvação física, introduzindo a *civilidade* e conduzindo o território e os nativos ao progresso, enquanto que os missionários buscaram-na espiritualmente para os gentios.]

OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIAS E AS DISPUTAS NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS-NAÇÃO NA AMÉRICA MERIDIONAL (1810-1889)¹

CYRO PORTO MARTINS²
MARIA MEDIANEIRA PADOIN³

INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira década do século XIX, as Guerras Napoleônicas originaram profundas transformações ao horizonte das possessões ibéricas na América Meridional. No Vice Reino do Rio da Prata, a condição de inimigos

.....
1 Este trabalho é fruto de discussões do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, bem como do projeto “‘América Platina’: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global”, pelo qual estão subvencionados com bolsa Pibic/CNPq/UFSM e Probic/Fapergs/UFSM, respectivamente Cyro Porto Martins e João Vitor Sausen.

2 Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, onde é bolsista PIBIC/CNPq/UFSM sob o projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global, orientado pela Profa. Dr.^a Maria Medianeira Padoin; É membro do Grupo de Estudos Catana: África Portuguesa, descolonização e formação dos Estados nacionais africanos; E-mail: cyroporto@gmail.com.

3 Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM; Co-coordenadora do Comitê História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM); Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; E-mail: mmpadoin@gmail.com.

do Reino Unido (pelos desdobramentos do conflito e a tomada de lado dos espanhóis a favor da França), ocasionaram diversas incursões e ataques ingleses, especialmente à Buenos Aires, capital colonial. Esta situação, aliada à falta de comunicação com a Metrópole, obrigou as autoridades coloniais a buscarem soluções administrativas e militares sem o auxílio peninsular.

Por outro lado, a invasão de Portugal pelas tropas francesas e subsequente fuga da Corte para o Brasil transformou a colônia em metrópole, o que alterou significativamente o horizonte sul-americano. As estruturas administrativas foram transformadas para comportar o que lhe coube a partir de então. O século XIX iniciou com uma rainha europeia, na figura do seu filho regente, governando a partir de uma ex-colônia, como até então nunca havia acontecido.

Estes dois conjuntos de acontecimentos levaram à América Platina (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), inéditas experiências de auto-organização, o que intensificou a já ampla circulação de ideais, que em poucos anos levariam à outras séries de eventos, os quais tiveram ápice nas independências de diversas partes das possessões ibéricas. Por outro lado, em meio às ideias que circulavam se encontravam termos como o federalismo e o unitarismo, ou desdobramentos dos mesmos (federal, confederal, confederacionismo, unitário, entre outros), que tem suma importância para o período. Com base nestas questões, nos dedicamos no presente trabalho à apresentar um panorama das discussões acerca de formas de organização destes Estados-Nação⁴ (originados a partir destas experiências das duas primeiras décadas do século XIX), encontradas na historiografia voltada à estes, com especial atenção aos conceitos políticos anteriormente citados.

PRIMEIRAS DÉCADAS, PRIMEIROS ESTADOS-NAÇÃO (1810-1831)

Em 1808, após uma sequência de deposições, primeiro de Carlos IV por questões internas e na sequência de Fernando VII pelas tropas francesas, o trono espanhol passou a ser ocupado por José I, irmão de Napoleão

.....

4 Nos deteremos apenas aos casos de Argentina, Brasil e Uruguai.

Bonaparte. As autoridades do Vice Reino do Rio da Prata não reconheceram o novo monarca e se mantiveram fiéis a Fernando VII. No entanto, diversas questões administrativas passavam pelo aval do Rei, o que levou, em Buenos Aires, à convocação das autoridades coloniais e sequencial declaração de Cabildo Aberto (GOLDMAN, 2009).

A alternativa em questão não era singular, visto que havia sido utilizada inúmeras vezes durante as invasões inglesas (CHIARAMONTE, 1997). Quando não havia a possibilidade de contatar a Metrópole, era uma espécie de assembleia onde as autoridades locais decidiram soluções para os problemas correntes. No contexto em questão a resolução do Cabildo Aberto foi de retroverter a soberania concedida ao rei, o que em termos gerais e práticos significava retomar o poder que havia sido concedido à autoridade real, e iniciar uma experiência de autoadministração (GOLDMAN, 2009).

Todavia, o primeiro problema enfrentado estava envolvido no conceito de “Pueblo”⁵. Eram os pueblos, na filosofia política da época, que cediam seu poder ao rei, e eram estes que então o retroverteram. Buenos Aires, na figura de seus líderes, clamava para si o direito coletivo da soberania dos pueblos do Vice-Reino, e as diversas cidades com Cabildo, por outro lado, faziam o mesmo para si, porém individualmente (ibid).

Neste sentido, uma das primeiras tentativas de discussão coletiva da questão foi a Assembleia Constituinte de Tucumán em 1813, influenciada pela Constituição espanhola regida em Cádiz, no ano anterior. Apesar da efetivação da tentativa, dois fatores dificultaram seu sucesso. O primeiro deles era que a província Paraguaiá havia se declarado independente mas admitia uma possibilidade de se confederar com as demais províncias rio-

.....
5 Segundo José Carlos Chiaramonte (1997), “(...) estes “pueblos” não eram o conjunto de habitantes urbanos e rurais de uma região, como poderíamos interpretar projetando inconscientemente o sentido atual do termo sobre o texto da época, mas as cidades politicamente organizadas segundo as pautas hispanas” (p. 115), ou seja, as cidades com Cabildo, como Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba ou Salta, por exemplo. [Tradução nossa]: “ (...) esos “pueblos” no eran el conjunto de habitantes urbanos y rurales de una región, como podríamos interpretar proyectando inconscientemente el sentido actual del término sobre el texto de época, si no las ciudades políticamente organizadas según las pautas hispanas”. Consultado em: CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846)**. Ariel Historia: Argentina, 1997.

-platenses. E a segunda questão que apareceu era de que a Banda Oriental, sob a liderança de José Gervásio Artigas e a partir de seus representantes se declarava como uma alternativa de organização, tendo proposto uma forma federativa para os demais antigos participantes do Vice Reino do Rio da Prata (CHIARAMONTE, 2013).

Assim, além de não solucionar a questão da soberania, a Assembleia de Tucumán também expôs duas novas formas de interpretação da situação, bem como as três experiências vigentes de administração das províncias rio-platenses. A experiência de Artigas, apesar de ter recebido o apoio de Entre Rios e Corrientes, foi prontamente alvo de incursões militares de Buenos Aires e de Portugal, por representar uma experiência rival em uma área de interesse para ambos (PIMENTA, 2013).

Simultaneamente ao conflito rio-platense, já ao norte da região e no ano de 1815, o Brasil havia sido alçado ao posto de Reino e compunha então o Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, o que evidencia também uma nova forma de organização das unidades monárquicas sob o reinado dos Bragança, baseada na experiência inédita vivida a partir de 1808, e que não cessou mesmo após o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815 (CERVO, 2008).

Com o Brasil já com a alcunha de Reino, o Rio da Prata esteve frente à novo um impasse. A constituição de Cádiz, que havia servido de exemplo à experiência em Tucumán tinha em seu interior uma questão problemática à experiência de autoadministração rio-platense, pois declarava esta como revoltosa com relação à coroa espanhola (não mais sob José I). Em 1816, após uma ameaça de incursão militar espanhola sobre o Rio da Prata para dissolver a experiência iniciada em 1810, as lideranças platinas decidiram pela declaração de independência, em nome das “Províncias Unidas da América do Sul”, em uma forte referência nominal ao exemplo dos Estados Unidos da América (GOLDMAN, 1998). A partir de então deixavam de ser uma experiência de administração leal ao rei da Espanha e se tornaram uma experiência independente e sob a autoridade bonaerense.

Situação breve, pois a junta que governava Buenos Aires e tentava manter uma autoridade sobre as demais províncias rio-platenses (apesar do projeto de Artigas em pleno curso e da independência paraguaia), foi dissolvida em 1820, o que gerou uma série de regiões-província independentes no horizonte rio-platense (TERNAVASIO, 1998). No mesmo ano, Artigas e seu movimento já se encontravam enfraquecidos frente aos constantes atritos com seus vizinhos, ao ponto de serem definitivamente derrotados pelos lusitanos em janeiro, na batalha de Tacuarembó (FREGA, 2013). A Banda Oriental foi anexada então ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve, ao qual mais tarde seria integrada como Província Cisplatina (CERVO, 2008).

Em Portugal, pressões locais forçaram o rei D. João VI a aceitar a construção e promulgação de uma carta constitucional, a Constituição do Porto. Neste contexto, diversas formas de organização foram propostas, como o retorno da capital para Lisboa, ou até a confederação das províncias brasileiras com Portugal (COSER, 2009). Entretanto, venceu a forma que determinava o retorno da metrópole para a Europa.

A volta da capital para Lisboa representava uma enorme perda do poder concentrado no Rio de Janeiro, fato que desagradou profundamente as elites locais. Neste contexto, circularam também diversas possibilidades de manter ao máximo o que havia sido conquistado desde 1808. Entre as diversas propostas, Amado Cervo (2008) evidencia que José Bonifácio, uma das principais lideranças políticas do período, defendia uma “soberania limitada”, que representava uma união das coroas do Brasil e de Portugal. Todavia, a desgastada relação entre ambas as partes acabou por gerar uma separação completa (p. 32).

Nesse sentido, a partir de 1822 passou a existir um Brasil independente, sob regime monárquico e com D. Pedro I como seu rei. O seu primeiro esforço concreto de definição veio no ano seguinte, com uma constituinte, dissolvida prontamente pelo Rei, que acabou por instaurar a Constituição de 1824, a qual definiu que o Estado ficava baseado em quatro poderes, o executivo, o judiciário e o legislativo subordinados ao moderador, na figura real (CERVO, 2008). Por estas condições, figurava como uma monarquia

centralizada, sob a instância decisória ou de interferência do rei. Houve, neste contexto a apresentação de ideias como a formação de uma monarquia federal, pelo grupo liberal radical dos Farrroupilhas, mas que não obteve suficientes apoios para se concretizar⁶.

Um esforço constituinte foi também realizado no Rio da Prata a partir de 1824, mas esta prontamente foi dificultada por novos conflitos daquele período. O primeiro deles teve origem no ano seguinte após a expedição, popularmente conhecida como “os 33 orientais”, liderada por Juan Lavalleja e apoiada por Buenos Aires, que iniciou na província Cisplatina uma revolta contra a coroa brasileira, com o objetivo de buscar a independência da região. O que se seguiu foi um longo conflito entre as partes⁷, que culminou com a interferência inglesa e o estabelecimento de uma “República Oriental do Uruguai”, independente e sem vinculações à seus vizinhos (DORATIOTO, 2014). Este seria então o último conflito militar platino sob as lógicas coloniais, pois teria em suas bases interesses herdados tanto da Espanha quanto de Portugal (ibid).

Além da formação de um novo estado independente, o conflito trouxe profundas consequências à Buenos Aires e ao Brasil. Para os primeiros, gerou uma enorme crise interna, eliminou as chances de sucesso da constituinte em andamento, e acabou por culminar, após diversas renúncias e deposições, na ascensão ao poder de Juan Manuel Rosas (DORATIOTO, 2008). Este, por sua vez, foi capaz de costurar uma aproximação com diversas províncias rio-platenses, que gerou o Pacto Federal, em 1831, que conformou uma confederação entre as diversas unidades

.....
6 É interessante citar também outro projeto possível naquele período. Nos lembra Amado Cervo (2008) que após o rompimento do Brasil com Portugal, que entre as colônias portuguesas da África havia um desejo, pelos vínculos intensos com o dissidente do outro lado do Oceano Atlântico (vínculos estes comerciais, culturais, sociais e humanos), de romper com a Metrópole e unirem-se à Monarquia recém independente. Esta possibilidade não foi posta em prática, mas nos demonstra exemplos e pensamentos surgidos dos processos de conformação dos Estados nacionais meridionais e desdobramentos possíveis a partir dos mesmos. A partir de CERVO, Amado Luiz. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3ª ed.. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

7 Conhecido no Brasil como Guerra Cisplatina.

políticas, da qual Buenos Aires ficava encarregada em manter as relações exteriores (TERNAVASIO, 2009).

No que diz respeito ao Brasil, os esforços, bem como o resultado do conflito, se somaram ao prestígio de seu primeiro monarca (DORATIO-TO, 2014), D. Pedro I, que rapidamente entrou em decadência. Tal fato se deu também por constantemente interferir nas questões de sucessão portuguesa (apesar de ter renunciado à aquele trono em 1826), e por seu perfil autoritário. A consequência última deste processo ocorreu em 7 de abril de 1831, quando Pedro renunciou ao trono brasileiro em favor de seu filho e rumou a Portugal (CERVO, 2008, p. 52).

Ambos fatores, o pacto (con)federal rio-platense, bem como a renúncia de D. Pedro I, levaram à uma nova etapa do processo de organização dos Estados da América Meridional. No Rio da Prata, se encontravam diversas unidades independentes, que tinham entre si uma aliança voltada à defesa mútua, bem como o acordo com Buenos Aires de representa-los externamente. Já com relação ao Brasil, novos grupos ocupariam temporariamente o poder, já que o segundo na linha de sucessão, Pedro, contava então com apenas 5 anos de idade.

CONSOLIDAÇÕES INTERNAS E CHOQUES EXTERNOS (1831-1861)

O período regencial brasileiro ficou marcado pelas consequências do caráter centralizador da constituição de 1824. Segundo a historiadora Miriam Dolhnikoff (2017), os primeiros anos da Regências foram caracterizados por um avanço liberal. Contudo, o Ato Adicional de 1831 que declarou uma Regência una e uma monarquia federal, previu a nomeação dos presidentes das províncias pelo governo central, bem como manteve o chamado Poder Moderador⁸ e a vitalidade do Senado. Esses atos foram alguns dos fatores que levaram às chamadas Revoltas Regenciais.

.....
⁸ Como já citado anteriormente, o poder Moderador previa a interferência do Imperador nos outros poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em meio à tais conflitos, as bandeiras políticas do Federalismo e do Unitarismo estiveram presentes. Nas Revoltas dos Cabanos na província do Pará e a dos Farrapos no Rio Grande de São Pedro pode ser evidenciada a contrariedade com relação à interferência do governo central nas províncias. No caso do Rio Grande de São Pedro, foi declarada a independência com relação ao Estado Imperial brasileiro na chamada Revolução Farroupilha (1835-1845). Neste processo, que originou uma República efêmera, a bandeira do Federalismo estava presente.

De acordo com Maria Medianeira Padoin (2008), na Revolução Farroupilha e seus desdobramentos, circularam variados significados do federalismo e eram admitidas possibilidades de confederar com o Império brasileiro ou à Estados vizinhos, sem, no entanto, haver uma homogeneidade no pensamento político do movimento. Todavia, a revolta teve um caráter breve, apesar da longitude do conflito, e foi neutralizada em 1845.

No contexto brasileiro, houve no final da década de 1830 um regresso conservador, bem como a consolidação do Estado-Nação a partir da derrota das revoltas internas, assim, a estratificação do poder público da constituição de 1824 perdeu poder. Contudo, aquela manteve algumas condições previstas como a indicação dos presidentes das províncias, mas sem interferir nas assembleias provinciais e prefeitos.

Em meio ao horizonte rio-platense, o Pacto (con)federal não impediu novos conflitos. Pelo contrário, a partir de então foram aprofundadas as disputas entre grupos com visões diferentes a respeito da organização das províncias. Neste sentido, os principais grupos que rivalizavam e se caracterizavam como identidades políticas eram os federais e os unitários. Ambos eram majoritários em algumas províncias e seus defensores os carregavam com símbolos pelos seus corpos (SALVATORE, 1998).

A partir do ano de 1831, com base no Pacto Federal, encontravam-se regiões-províncias independentes, mas relacionadas a partir de uma confederação, o que perdurou até 1853 (CHIARAMONTE, 1996). As Províncias Unidas do Rio da Prata, como se intitulavam não possuíam, segundo José Carlos Chiaramonte (1996) uma “constituição” e de uma “estrutura

estatal permanente”. Diante disso, apesar de as Províncias Unidas do Rio da Prata se organizarem em uma Confederação, essas não possuíam uma estabilidade (CHIARAMONTE, 1996). Ainda segundo Chiaramonte “O chamado federalismo argentino era um conjunto de tendências políticas doutrinariamente pouco definidas, mas que o máximo que gerou, sobre a base de um pacto, foi uma fraca confederação vigente entre 1831 à 1853 ” (1996. p. 81). Antes de 1831 existiram diversos governos centrais, que apesar de tentarem unificar a região em um único Estado, fracassaram. Neste contexto, a ascensão Juan Manuel Rosas com a “bandeira” do Federalismo, procurou expandir o território e aos poucos centralizar o poder da Confederação Argentina, o que levou a sua queda tempos depois.

Nesse sentido, após um conflito que foi da intervenção brasileira no Uruguai até a derrocada de Rosas por uma aliança brasileira-rio-platense-uruguaia (DORATIOTO, 2008), no ano de 1853 foi promulgada a Constituição que estabeleceu um Estado “Argentino”, que englobou os territórios das anteriores Províncias Unidas do Rio da Prata, porém sem Buenos Aires. Com a ascensão e os conflitos entre os líderes que propunham um Federalismo e os que apoiavam o Unitarismo, foi resultante em 1859, a centralização dessas províncias e o estabelecimento da Argentina enquanto um Estado Republicano Federal, com a liderança de Bartolomé Mitre, e a partir de então com a participação de Buenos Aires (CERVO, 2008).

A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS- NAÇÃO (1861-1889)

Na segunda metade do século XIX, associado à consolidação e avanço do capitalismo industrial, os Estados- Nação na América Platina começam a se adequar aos trâmites globais. Diante disso, as tensões que foram recorrentes na consolidação dos Estados na primeira metade do século XIX, neste período, começaram a se adequar ao comércio mundial, bem como estabilizar os limites político-jurisdicionais.

Com a consolidação do Estado argentino em 1861, bem como as disputas internas entre o partido Blanco e o Partido Colorado no Uruguai, os interesses entre os governos argentinos e brasileiros entraram em disputas.

Neste contexto, uma terceira força entrou em disputa com os estados brasileiro e argentino: o Paraguai. Além disso, a guerra civil no Uruguai, dividiu as forças dos Estados platinos. O governo do Brasil e da Argentina apoiavam o Partido Colorado, enquanto que o governo Paraguaio apoiava a o Partido Blanco. Nesse contexto, os interesses desses Estados entraram em choque, o que levou à invasão do Império do Brasil no Uruguai em 1864 e, por conseguinte a resposta paraguaia com a invasão da Província do Mato Grosso pelos paraguaios, na qual desembocou em um conflito generalizado e conhecido no Brasil como “Guerra do Paraguai” (IZECKSOHN, 2009).

Diante disso, o conflito platino, que perdurou durante seis anos (1864-1870), modificou as fronteiras entres esses Estados, como também contribuiu para que os regimes políticos sofressem abalos. No caso do Brasil, a Guerra do Paraguai potencializou as contradições do sistema brasileiro (LEMOS, 2009). Segundo Renato Lemos (2009), a Guerra do Paraguai, juntamente com os fortalecimento dos fazendeiros de café e das ideias republicanas proporcionaram um câmbio nas figuras do poder, pois “o projeto republicano federalista oferecia a esses agricultores efetiva via de acesso ao poder político, uma vez que o poder econômico eles já encarnavam ” (2009. p. 415). Este projeto teria seu início efetivo com o golpe militar que derrubou a monarquia brasileira em 1889 e instaurou um regime federalista republicano (CERVO, 2008).

Nessa conjuntura concordamos que o Federalismo no Brasil não foi um “destino manifesto”, mas sim um conjunto de fatores e processos que possibilitaram a implantação do Federalismo juntamente com a República em 1889 (MELLO, 2004). Neste sentido, percebe-se que o Brasil ao longo da sua formação enquanto um Estado-Nação possuiu diversos elementos que possibilitaram o Federalismo, como também elementos que asseguraram o controle sobre províncias separatistas. Os arranjos entre o governo central e os das províncias durante boa parte do Brasil Imperial indicam-nos que o Federalismo no Brasil não “surge” com a Proclamação da República. Não obstante, podemos perceber que os conflitos platinos possibilitaram a troca de ideias entre os Estados que participaram destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX na América Platina caracterizou-se por ser uma era de grande e contínuos conflitos em torno das organizações e temas que originaram os presentes Estados-Nação de Argentina, Brasil e Uruguai. Neste sentido, houve uma intensa circulação de ideias políticas que confluíram em ideologias e experiências políticas diversas e por vezes contraditórias, como o federalismo. Assim, percebe-se que as ideias federais e sua contrapartida no unitarismo, foram marcantes no estabelecimento e na formação desses Estados.

Desta forma, conflitos que marcaram a América Platina, como a Guerra do Paraguai, não decorreram somente de interesses econômicos, mas sim de diversos fatores entre eles as disputas em torno da autonomia e fixação das fronteiras, temas íntimos à consolidação ou estabelecimento dos Estados-Nação. Com base nisso, o Federalismo na Argentina e no Brasil se formatou por décadas de disputas na formação do Estado-Nacional, como também na consolidação do poder político de diversos segmentos destes países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERVO, Amado Luiz. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3ª ed.. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2008.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados**: orígenes de la nación argentina (1800-1846). Ariel Historia: Argentina, 1997.
- CHIARAMONTE, José Carlos. El Federalismo Argentino en la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (Coordinador). **Federalismos Latinos Americanos: México/Brasil/ Argentina**. 1ª ed. Editora Fundo de cultura económica: México, D. F, 1996.

- COSER, Ivo. Federalismo. In: FERNÁNDEZ, Sebastián (Org.). **Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano**: la era de las revoluciones, 1750-1850. Fundación Carolina: Madrid, 2009, p. 462-472.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Os tumultuados anos da Regência. In: DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**.ed. Editora Contexto: São Paulo, 2017.
- DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). **Textos de História**, v. 16, n. 2, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2014.
- FREGA, Ana Novales. El Reglamento de Tierras de 1815: justicia revolucionaria y virtud republicana. In: CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana (orgs.). **Las instrucciones del año XIII**. Planeta: Montevideo, 2013, p. 487-533.
- GOLDMAN, Noemí. Legitimidad, soberanía e independencia en el pensamiento de Mayo. In: TITTO, Ricardo de (Org.). **El pensamiento de los hombres de Mayo**. Argentina: Editorial El Ateneo: Buenos Aires, 2009, p. 7-17.
- GOLDMAN, Noemí. Los Orígenes del federalismo rioplatense. In: GOLDMAN, Noemí (Org.). **Nueva Historia Argentina**: Revolución, República, Confederación (1806-1852). Sudamericana: Buenos Aires, 1998, p. 103-124.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (org). **O Brasil Imperial, v. II (1831-1889)**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.
- LEMOS , Renato . A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (org). **O Brasil Imperial, v. III (1870 -1889)**. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1817-1824. Ed. 34: São Paulo, 2004.
- PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha na história da América: fronteira e federalismo na construção dos Estados Nacionais. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Recortes da História Brasileira**. Martins Livreiro: Porto Alegre, 2008, p. 13-22.
- PIMENTA, João Paulo. Las “Instrucciones del año XIII”: una lectura desde un punto de vista lusoamericano. In: CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana (orgs.). **Las instrucciones del año XIII**. Planeta: Montevideo, 2013, p. 279-85.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del régimen rosista (1835-1852). In: GOLDMAN, Noemí (Org.). **Nueva Historia Argentina**: Revolución, República, Confederación (1806-1852. Sudamericana: Buenos Aires, 1998, p. 323-380.

TERNAVASIO, Marcela. Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827). Los Orígenes del federalismo rioplatense. In: GOLDMAN, Noemí (Org.). **Nueva Historia Argentina**: Revolución, República, Confederación (1806-1852. Sudamericana: Buenos Aires, 1998, p. 159-197.

EM MEIO AOS CAMPOS: O REGIONAL COMPREENDIDO ATRAVÉS DAS COMPOSIÇÕES DA BANDA ALMÔNDEGAS

ALEXANDRE SAGGIORATO
(GRADUADO EM MÚSICA/UPF, MESTRE E DOUTORANDO EM
HISTÓRIA – PPGH/UPF)
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/BRASIL
ALEXANDRESAGGIORATO@YAHOO.COM.BR

EDEMILSON ANTÔNIO BRAMBILLA
(GRADUADO EM MÚSICA/UPF)
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/BRASIL
EDEMILSON.BRAMBILLA@GMAIL.COM

RESUMO

Distante dos principais centros urbanos como o eixo Rio-São Paulo, o Rio Grande do Sul vivenciou a emergência de uma cena musical roqueira que influenciou de modo bastante significativo o ideário jovem do período. Dentre os nomes que despontaram na cena musical gaúcha da década de 1970, podem ser citados grupos como Almôndegas, Utopia, Inconsciente Coletivo, dentre outros. Este trabalho, em especial, volta-se para a análise da produção musical feita pela banda Almôndegas (1975 – 1979), formada pelos irmãos Kleiton e Kledir Ramil, Pery Souza, Gilnei Silveira e Quico Castro Neves. Por centrar suas atividades distante da principal cena de bandas de rock do Brasil, as criações musicais dos Almôndegas possuem traços bastante característicos, que a identifica com aspectos culturais sul-rio-grandenses, bem como a aproxima de costumes de países fronteiriços com o Estado. Desse modo, pretende-se evidenciar tais diálogos musicais regionais e fronteiriços

presentes nas composições da banda Almôndegas, a fim de compreender melhor o cenário em que o grupo se inseriu.

Palavras-chave: Os Almôndegas; Região; Fronteira.

1. INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1960 e 1970, manifestações artísticas como a música deram voz a grupos sociais que buscavam uma gradual inserção no conturbado cenário cultural brasileiro. Se, nos principais centros urbanos do país, como o eixo Rio-São Paulo, houve a emergência de grupos que expressavam os ideais de um pensamento jovem e rebelde que aos poucos se formava, influenciados pelas características musicais que chegavam ao país durante àqueles anos, no Rio Grande do Sul, apesar da considerável distância geográfica, não foi diferente.

As características do movimento contracultural, do ideário tropicalista, e da contestação aos valores e aos costumes das classes dominantes, expressas, de modo especial, nas criações musicais feitas pelas bandas de rock, também tiveram um forte impacto na produção musical roqueira do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda que incipiente quando comparado ao rock produzido nos principais centros urbanos do país, o rock produzido no Rio Grande do Sul assumiu um importante papel na consolidação do ideário jovem que se formava no cenário gaúcho.

Enquanto na década de 1950 e boa parte dos anos 1960 o rock produzido no Sul era centrado apenas em bandas que se apresentavam em bailes e reuniões dançantes produzidas por clubes sociais ou desportivos, grêmios estudantis, centros acadêmicos e salões paroquiais, cujo repertório era formado por covers de grupos como Beatles e Rolling Stones, é somente com o findar dos anos 1960, que se vê o despontar das primeiras bandas com trabalhos autorais, que aos poucos ganharam espaço para divulgação de suas composições em festivais de música, organizados em conjunto com artistas voltados à música nativista e popular.

Enquanto o sucesso a nível nacional, e o acesso aos meios de comunicação (mesmo que limitado em comparação a outros gêneros musicais),

era ocupado por bandas de rock como Os Mutantes, Secos & Molhados, Rita Lee, entre outros, o Rio Grande do Sul também experienciava, nesse período, a gradual emergência de uma cena musical roqueira no Estado, centrada especialmente em bandas oriundas da capital rio-grandense. É a partir desse período que surgem na região bandas como Liverpool (posterior Bixo da Seda), Saudade Instantânea, Inconsciente Coletivo, Utopia, e, em meados dos anos 1970, Os Almôndegas, cujas composições assumem um caráter basilar para as bandas de rock posteriores, em especial, por produzir um estilo composicional bastante particular, abarcando de forma exitosa influências musicais das principais bandas do eixo Rio-São Paulo, misturando-as com elementos da cultura sulina e de países fronteiriços.

Desse modo, este trabalho se propõe a analisar como tais influências foram incorporadas nas criações musicais dos Almôndegas, e como podemos pensar conceitos como os de região e fronteira, já que, como veremos, em meio ao hibridismo musical feito pelo grupo, estas noções assumem um caráter bastante amplo e de difícil delimitação, já que os diálogos culturais do Rio Grande do Sul com suas fronteiras, especialmente com os países da América Latina, é bastante intenso e direto, influenciando diretamente produções artísticas como estas. Nesse sentido, nos capítulos subsequentes buscaremos discutir um pouco mais sobre os conceitos que estruturam nossa análise, especialmente a ideia de região e fronteira, e, posteriormente, buscaremos perceber como isso pode ser evidenciado nas criações musicais da banda Almôndegas.

2. PENSANDO A REGIÃO E A FRONTEIRA

Sabe-se que a busca por uma distinção clara entre as ideias de região e de fronteira talvez nunca tenha sido tão complexa de ser encontrada como o é em meio à turbulência das sociedades contemporâneas. Essa delimitação, antes já de complexa definição, agora passa a ganhar proporções ainda maiores, e as distinções entre limite, fronteira e região, passam a ser cada vez mais ambíguas. Segundo Tau Golin (2002), na verdade, limite e fronteira são antinômicos: ora acentuam os aspectos geopolíticos e macroeconômicos

típicos da soberania nacional e sua segurança, ora se insinuam como espaço de contato entre comunidades limítrofes, os ditos espaços fronteiriços. Ainda segundo ele:

A fronteira se inseriu no imaginário social como limite (...) são realidades tangíveis, ou seja, como realidades efetivas e realidades do pensamento, são o resultado de relações de poder. A sua legitimação também depende do sentido “naturalizado”, ou seja, como uma categoria autoexplicativa, como um dado da história. Reforçando um dado consensual sobre o tema, as fronteiras são também elementos simbólicos carregados de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que impedem, permitem ultrapassar (GOLIN, 2002, p. 16).

Ao contrário da concepção de fronteira territorial, que em muitos casos, em meio a jogos de poder entre nações, segrega os países limítrofes, no âmbito cultural, nos parece que essa demarcação nítida se perde, e a fronteira passa a ser um espaço imaginado, onde a troca de vivências, e de elementos culturais é constante e recíproca. Partindo dessa concepção, os diálogos regionais e fronteiriços propiciam, de forma direta, a construção cada vez mais constante de costumes híbridos. No caso da música, onde historicamente essa relação ocorre há tempos, esse intercâmbio cultural é cada vez mais intenso, seja em países vizinhos ou não. Sobre esse processo Hall (2003, p.74) afirma:

Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da tradução. Essa lógica se torna cada vez mais evidente nas diásporas multiculturais e em outras comunidades minoritárias e mistas do mundo pós-colonial. Antigas e recentes diásporas governadas por essa posição ambivalente, do tipo dentro/fora, podem ser encontradas em toda parte. Ela define a lógica cultural composta e irregular pela qual a chamada “modernidade” ocidental ter afetado o resto do mundo desde o início do projeto globalizante da Europa (Hall, 1996a). O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade.

No cenário gaúcho, e considerando especialmente a atuação da banda Almôndegas, o hibridismo não está ligado propriamente a movimentos

diásporos, e sim ao que chamamos de “trânsito de influências”, emergente em uma zona de fronteiras permeáveis. As relações entre região e fronteira desse ponto de vista proporcionam, no caso da música, e em especial no caso do grupo estudado, um hibridismo de influências sonoras e poéticas que acaba por conferir-lhes uma estética bastante genuína e peculiar, ainda que seja preciso considerar, conforme Canclini (2011), que esses processos de hibridação na música brasileira, não sejam algo inteiramente novo ou restrito a esta região específica do país, já que, essa prática remonta desde os encontros entre tradições europeias, indígenas e africanas do período colonial.

Nesse sentido, não nos cabe aqui analisar de modo pormenorizado tais conceitos, mas sim compreender de que modo essas concepções de região e fronteira podem ser evidenciadas no processo composicional da banda Almôndegas, e de que maneira isso contribuiu para a formação identitária do grupo.

3. OS ALMÔNDEGAS: ENTRE O REGIONAL E O FRONTEIRIÇO

Forma em Pelotas no ano de 1975 pelos irmãos Kleiton Ramil (voz, violino e violão) e Kledir Ramil (voz e violão), Quico Castro Neves (voz e viola de 12 cordas), Pery Souza (voz e percussão), e Gilnei Silveira (bateria e percussão) – ainda passaram a integrar a banda posteriormente João Baptista (contrabaixo), Zé Flávio (guitarra), e Fernando Pezão (bateria) –, a banda Almôndegas assumiu um importante papel na formação da cena musical do Rio grande do Sul na década de 1970. Sobre o cenário de formação do grupo, Kleiton Ramil (*apud* SILVA, 2012, p. 131) afirma:

Houve realmente nos anos 70 uma mudança profunda na música que se fazia em Porto Alegre/RS que por sua vez gerou uma nova atitude diante de tudo. Essas duas transformações na verdade andaram de mãos dadas, sendo difícil dizer o que veio antes: se nós estávamos mordidos pelo maravilhoso poder de saber transformar, ou se nós nos transformamos embalados pelas músicas e eventos que surgiam. O folclore onde nos apoiamos, em algumas realizações, era fluido e indefinido.

De demarcação estilística nem sempre facilmente identificável, esses jovens roqueiros, segundo Souza (2006), dialogavam diretamente com os

músicos que voltavam-se à MPB e ao nativismo, e tinham como palco para divulgação de seus trabalhos os programas da Rádio Continental, saraus musicais no Teatro de Arena e no Clube de Cultura, ou então a participação em festivais, como a Califórnia da Canção, o Musipuc, e o festival Vivendo a vida de Lee, promovido pelo radialista Júlio Fürst (Mr. Lee) da Rádio Continental.

Cabe salientar que, apesar desse acesso conquistado pelo grupo aos meios de comunicação da região, as dificuldades para bandas como esta, que buscavam apoio longe dos principais centros urbanos do país e dos principais meios de comunicação em massa, eram imensas. Sobre isso, Kleiton Ramil (2019), integrante do grupo, afirma:

[...] a vida não era fácil para nenhum de nós, mas também não tínhamos vivido situações graves socioeconômicas, e fazer música por si só era um grande prazer, e durante alguns anos ninguém sonhava em ser profissional, um desafio quase impossível na época. Ninguém em Porto Alegre ambicionava gravar um disco, fazer carreira, shows.... Tudo vinha pronto e empacotado do centro do país, e era isso que as rádios tocavam. Não havia música urbana do Sul tocando em lugar nenhum. Essa foi a grande conquista do Almôndegas. Abrir um espaço que não existia antes para execução nas rádios ou shows em teatros da capital gaúcha.

Ainda segundo Kleiton Ramil (2019):

[...] não havia meios de comunicação que se oferecessem ou procurassem uma nova música no sul. O que aconteceu é que o grupo resolveu, depois um certo tempo fazendo apresentações em lugares alternativos, gravar uma fita com 4 músicas e enviar para uma gravadora de São Paulo para quem sabe gravar um disco. Essa gravação foi feita em uma tarde, em um estúdio da *Rádio Continental*, que cedeu gentilmente o estúdio para isso. As composições eram boas, a gravação tocada ao vivo dentro do estúdio ficou interessante e foi isso que mudou a história toda. O pessoal da rádio ao escutá-las resolveu incluir na programação da rádio os temas gravados, o que teve um resultado surpreendente para todos, inclusive para nós que não contávamos com aquela boa surpresa. Com o resultado positivo dessas execuções – pois acredito que o povo do Sul estava carente de algo seu, original, inovador – logo se identificaram com o que acabou gerando um movimento cultural de música transformador e conscientizador, muitas outras bandas e eventos começaram a pipocar e lembro que a banda até se apresentou na televisão, num daqueles programas apresentados ao vivo, e transmitidos para todo o estado. Mas como falei, isso foi depois... decorrência de uma atitude vencedora de pessoas que acreditaram naquilo que estávamos fazendo, de forma piponeira.

Fazendo uso de boa parte das influências musicais que chegavam ao Estado, as criações do grupo configuram-se como um misto híbrido de gêneros que conferiram característica bastante particular ao grupo, seja no aspecto sonoro ou poético de suas composições, em uma relação bastante direta com o que lhes era regional e fronteiro. A respeito dos ritmos regionais aplicados nas composições da banda, e das opções estéticas feitas por eles, Kleiton Ramil (2019) reflete:

Acredito que o tempero do regionalismo, somado a energia do rock em alguns temas e o compromisso de escrever letras bem feitas foi fundamental. Havia desejo de compor uma música urbana, com elementos regionais diferente do que vinha de outras regiões do país e sobretudo do exterior. Era uma luta consciente contra a colonização cultural. Quando essa música chegou no centro do país (apesar do grande sucesso ter vindo através de Kleiton & Kledir – que deu continuidade a esse trabalho) percebemos que tínhamos vencido uma tarefa gigante. Dedicção, enorme, talento e sorte propiciaram a conquista nacional.

Durante os anos que estive em atividade a banda gravou quatro discos, a saber: *Almôndegas* (1975); *Aqui* (1975); *Alhos com Bugalhos* (1977); e *Circo de Marionetes* (1978). Cabe-nos agora buscar compreender de que forma as influências musicais que chegavam pela fronteira do Rio Grande do Sul durante a década de 1970 interferiram no processo composicional do grupo, em especial atentando para as opções estéticas feitas pela banda, seja no aspecto sonoro ou poético de suas criações musicais.

3.1. ALMÔNDEGAS (1975)

Lançado em 1975 pela gravadora Continental, o primeiro disco do grupo possui onze faixas, a saber: *Sombra Fresca e Rock no Quintal*, *Até Não Mais*, *Teia de Aranha*, *Olavo e Doroteia (Uma Louca História de Amor)*, *Quadro-Negro*, *Gó*, *Daisy*, *My Love*, *Almôndegas*, *Vento Negro*, *Cló*, e, *Amargo*. Nele, já é possível perceber as fortes influências da música regional e de sonoridades oriundas dos países vizinhos.

Em *Quadro Negro*, o grupo mistura o ritmo do vanerão, com o ritmo africano de forte influência na cultura uruguaia, chamado candombe,

e o rock. Essa hibridização originou um ritmo diferenciado, chamado carinhosamente pela banda de “tunga-taca”. Sobre essa hibridização de gêneros, Kledir (*apud* SILVA, 2012, p. 27) comenta:

[...] sem sabermos como classificar, apelamos pra onomatopeia – o primeiro momento em que ele aparece é em *Quadro Negro*, onde fica explícito, no jogo poderoso da levada de Gilnei e Pery. É mais ou menos o mesmo ritmo por trás da música *Almôndegas* e outras que fomos criando pelo caminho, como por exemplo *Com seus botões* do Quico, que foi censurada. Todos nós éramos muito ligados nesse ritmo, que sentíamos como uma coisa nossa, original – talvez tenha sido um dos primeiros momentos de consciência de que estávamos fazendo algo original e “gaúcho contemporâneo” – o “tunga-taca”, na verdade, é uma mistura de vanerão com elementos do pop/rock, do candombe e dos ritmos afro-latinos.

Destaca-se também nesse primeiro disco faixas como a milonga estilizada *Teia de aranha*, e, *Clô*, também com forte influência do gênero originário da Argentina e do Uruguai, executado em compasso 6/8, frequentemente utilizado na música sulina. Além disso, em *Amargo*, uma regravação feita pelo grupo de um xote do cancionero gaúcho Lupicínio Rodrigues, tem-se a utilização do acordeon, conferindo uma característica tipicamente regionalista para o disco.

3.2. AQUI (1975)

Lançado também em 1975 pela gravadora Continental, o segundo disco do grupo possui doze faixas: *Canção da meia noite*, *Mi triste Santiago* (*Tributo à Pablo Neruda*), *Séria festa*, *Amor caipira é trouxa das Minas Gerais*, *Coisa miúda*, *Barca de Caronte*, *Haragana*, *Elevador*, *Em meio aos campos*, *Vida e morte*, *Gaudêncio sete luas*, e, *Velha gaita*. A opção pelo ritmo da milonga, e toda a influência fronteiriça presente no disco anterior também é evidenciada neste trabalho.

Em *Coisa miúda* e *Elevador*, têm-se o hibridismo entre a milonga e ritmos caribenhos. Kledir (*apud* SILVA, 2012, p. 41) comenta essa mescla, e a importância disso no processo composicional durante toda a carreira do grupo:

[...] *Elevador e Coisa miúda* é a levada latina que chegava pela fronteira e pelo pop/rock de Santana e The Doors (*Light my Fire*). Por trás [...] está a “clave cubana”: uma espécie de divisão do compasso 4/4 em uma acentuação 3/3/2. Essa pulsação atravessa muitas de nossas músicas, especialmente as canções/baladas que sempre trazem um certo sabor de milongas aboleradas. Isso contaminou nossa maneira de compor e nos acompanha até hoje, passando por todas as fazes da banda (*Vento negro, Teia de aranha, Clô, Mi triste Santiago, Feiticeira, Harmonia, Androginismo...*) e continua com K&K: *Fonte da saudade, Paixão, Deu pra ti, Tô que tô, Nem pensar...*

Outra milonga do disco, intitulada *Em meio aos campos*, além da recorrente escolha do gênero musical como forma composicional, a banda ainda buscou retratar em sua letra um pouco de como era para músicos como eles estarem situados distante dos grandes centros urbanos do país durante aqueles anos, bem como o que vivenciavam diante do cenário político e social brasileiro, há anos sob uma ditadura militar, que se estendeu entre 1964 e 1985, com importantes reflexos na produção artística e nos meios de comunicação de todo o país, já que, por meio de decretos promulgados por essa classe política, facilmente censuravam e repreendiam toda e qualquer manifestação que lhes parecesse subversiva, um atentado contra o governo, ou contra a moral e os bons costumes da sociedade. Vejamos a letra:

Em meio aos campos tudo parece estar bem / Inocente a gente tenta estancar o sangue / Um vento frio nos corta a garganta, nos lembra o deserto / E mostra, atrás da porta, a ferida aberta, / Sangrando / Você não sabe, a vida em nosso tempo / É um incrível pesadelo / Você não sabe, mas tentando sorrir / Esquece que a esperança é uma asa negra / Em nosso ombro / Em meio a tempestade, quando chove / Você vira o rosto / E vai ser assim até que a aurora / Desperte banhada em seu pranto / E vai ser assim até que a aurora / Desperte banhada em seu pranto

Em sua letra original, que fora censurada pelos órgãos fiscalizadores militares, conforme Silva (2012, p. 45), ao invés de “Desperte banhada em seu pranto”, a frase era “Desperte banhada em seu sangue”. Além disso, a referência ao viver em meios aos campos parece assumir, em casos como este, uma clara identificação com os ideais do movimento contracultural que ganhava força no centro do país, e aos poucos também chegava ao Rio Grande do Sul.

No contexto em que essas bandas se inseriram, de acordo com Capelari (2007) e Ridenti (2003), a busca por um lugar maravilhoso, muitas vezes retratado em suas criações musicais, ia de encontro com o sossego e a tranquilidade da vida interiorana encontrada no Estado. A vida comunitária, característica marcante da ideologia *hippie*, era o espaço onde os jovens experimentavam livremente o que, aos olhos dos mais conservadores, seria considerado um atentado à moral e aos bons costumes da sociedade, a saber: a liberdade sexual, o misticismo, e o uso de drogas. Os integrantes dos Almôndegas, ainda que um pouco distantes geograficamente do centro contracultural do país, não ficaram alheios a esses ideais. Isso pode ser percebido no depoimento de Kledir Ramil (*apud* SILVA, 2012) ao descrever o cenário:

[...] Aquela coisa de coletividade, paz e amor.... Havia uma característica muito forte, nesse início de década de 1970, que era a vida em comunidades: nas repúblicas, com seus grupos de amigos... uma coisa meio *hippie*. Um tempo de experimentação de tudo, tanto de sexo quanto de drogas, de música ou uma vida nova mesmo, diferente.

Em *Haragana*, música composta por Quico Castro Neves, percebe-se novamente a influência sulina, seja no ritmo (vaneira) ou na letra. Vejamos:

Meu cigarro de palha / Joguei com meu laço no fundo do poço / Prometi a São Pedro / Não jogar a sorte no jogo do osso / Me desfiz do lombilho / Vendi o tordilho ainda meio bagual / Pra buscar a morena / Que tinha ido embora pra capital / Ah, morena, moreninha / Morena má, haragana / Volta comigo, morena / Deixa essa vida cigana / Bem dizia o compadre / A felicidade é que nem passarinho / Mal desponta a invernoada / Ela foge apressada e abandona o ninho / Pra matar a saudade / Que entrou no meu peito e me pealou / Fui buscar a morena / Que jurou voltar e ainda não voltou

Ao comentar sua letra, Quico Castro Neves (*apud* SILVA, 2012, p. 42) afirma:

Nunca me ocorreu classificar o ritmo de Haragana. [...] O tema da música ocorreu quando terminava de ler “Contos gauchescos e Lendas do Sul”, de João Simões Lopes Neto (meu conterrâneo pelotense). Ao final do livro havia um glossário onde encontrei o termo *haragano* significando arrisco, fugidio, que não se deixa pegar. Aí fiquei imaginando um vivente a procura do amor que fora embora. Com a ajuda do glossário do Sr. J. S. Lopes Neto, música e letra saíram de um arranco só.

Além disso, fazem parte do disco as milongas *Mi triste Santiago: tributo a Pablo Neruda*, escrita em portunhol, e *Gaudêncio sete luas* – vencedora da terceira edição da Califórnia da Canção, realizada dois anos antes, evento centrado nas inovações propostas no tradicionalismo gaúcho; uma valsa-folk denominada *Canção da meia noite* – que viria a ser o maior sucesso nacional da banda, tornando-se tema da novela *Saramandaia*, da Rede Globo –, a sulista em compasso 6/8 intitulada *Vida e morte*, e o Pout-pourri de temas regionalistas intitulado *Velha gaita / felicidade / pezinho / prenda minha*; e, ampliando o horizonte de experimentações sonoras feitas pelo grupo, temos *Séria festa*, um cateretê, dança rural brasileira com características indígenas, e com origem datada ainda do período jesuítica no Estado do Rio Grande do Sul.

3.3. ALHOS COM BUGALHOS (1977)

Lançado em 1977 pela gravadora Polygram, o terceiro disco da banda possui doze faixas: *Em palpos de aranha*, *No meu coração*, *Gaúcho do Passo Fundo*, *Futurismo*, *Cavalgando*, *Minha Carreta*, *Alhos com Bugalhos*, *Feiticeira*, *Canção Americana*, *Há um pouco do meu coração em Portugal*, *Ri do rock*, e , *Piquete do caveira*, e marca a ida dos Almôndegas para o Rio de Janeiro, com o intuito de dar novos rumos à banda, aproveitando o crescente sucesso dos discos anteriores na região sul do país.

Pode-se destacar composições como a faixa intitulada *Em palpos de aranha* – um rock rural com toques regionais em compasso 6/8 –, o xote denominado *Gaúcho de passo Fundo* – regravação do cantor e compositor gaúcho Teixeira –, e faixas como *Futurismo* e *Cavalgando*, levemente influenciadas pelo chamamé, ritmo ternário de origem argentina, e bastante apreciado nos países do Cone Sul, especialmente Brasil e Paraguai.

Em *Alhos com bugalhos*, têm-se novamente a opção pelo gênero híbrido supracitado, que fora criado pela banda, chamado “tunga-taca”. As faixas *Feiticeira* e *Piquete do caveira* são milongas com influências de ritmos caribenhos, enquanto em *Canção americana* têm-se um bolero escrito em portunhol, que utiliza como instrumento, além de um trompete

com surdina, bongôs, corinho, um violão de 12 cordas emulando um “três cubano” – instrumento de origem cubana com seis cordas, parecido com o bandolim, tocado com palheta, e usado como solista em vários ritmos da Ilha, a exemplo do mambo.

Além disso, a letra de *Há um pouco do meu coração em Portugal* também parece fazer referência a questões políticas, temática recorrente também em outras faixas dos discos anteriores. Nesta, conforme Silva (2012, p. 60):

Num momento em que, consciente ou inconscientemente, vários artistas brasileiros começaram a compor fados (no caso dos conscientes, o mote era a Revolução dos Cravos, que em 1974 acabara com quatro duras décadas de ditadura em Portugal), a dupla Kleiton e Fogaça repete o ímpeto politizado de canções como *O piquete do caveira*. Ornado pelo violão de 12 de Zé Flávio, que agora se transforma numa quase perfeita guitarra portuguesa.

Ainda sobre o álbum, conforme Silva (2012), das seis músicas que compõem o lado A do disco, cinco tem compassos ternários, uma raridade na música brasileira do período. Isso se deve, conforme entendemos, em grande parte, à opção estética feita por seus integrantes em compor utilizando essa variada gama de ritmos fronteiriços que chegavam ao Estado do Rio Grande do Sul.

3.4. CIRCO DE MARIONETES (1978)

Quarto e último disco do grupo, *Circo de Marionetes* foi lançado em 1978 pela gravadora Philips. O álbum contém treze faixas, a saber: *Céu do Rio de Janeiro, Mantra, Muchacha, Trama, Androginismo, Cascata, Cheiro de jasmim, Estórias pra você, Mulher maluca, Harmonia, Alô, buenas, Voltando pra casa*, e *Circo de marionetes*, e parece ser, dentre todos os discos lançados pelo grupo, o que menos possui apelo à questões regionais.

Destaca-se aqui as milongas com forte influência da música caribenha intituladas *Harmonia* e *Androginismo*. Esta última, uma possível crítica aos padrões sociais dominantes no período, ligados à elite conservadora que comandava o país durante àqueles anos,, vejamos a letra:

Quem é esse rapaz que tanto androginiza? / Que tanto me convida pra carnavalizar / Que tanto se requebra do céu de um salto alto / E usa anéis e plumas pra lantejoulizar / Que acena e manda beijos pra todos seus amores / E vive sempre a cores pra escandalizar / A minha mãe falou que é um tipo perigoso / Que vive sorridente fazendo quá, quá, quá / O meu pai me contou que um dia viu o cara / Num cabaré da zona dançando tchá, tchá, tchá / Quem é esse rapaz que tanto androginiza? / Que tudo anarquiza pra dissocializar / Com mil e um veados puxando seu foguete / Que lembra um sorvete pra refrescalizar / Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa / Abana, abana, abana, que é o Papai Noel / Cuidado aí vem ele, é um circo, é um cometa / Abana, abana, abana, que é o Papai Noel / Eu pensei que todo mundo fosse filho de papai Noel

Um das composições dos Almôndegas onde esse hibridismo de ritmos e costumes do Cone Sul com o rock aparece de forma mais significativa é *Alô Buenas*. A letra versa sobre o Estado do Rio Grande do Sul, especialmente sobre o fato de se viver geograficamente longe dos principais centros urbanos do país. Tanto a introdução quanto a primeira parte da composição estão divididas em ritmo quaternário, a exemplo do que se vê na maioria dos rocks concebidos. Já a segunda parte da composição é arranjada em um ritmo de seis tempos, semelhante à chacarera, gênero oriundo da Argentina. Vejamos a letra da música:

Você diz alô, e eu digo buenas / Você diz alô, eu digo buenas / Eu sou do fim do sul / Do fundo do quintal do país / Llorar solo puede acalentar la muerte / Vamos lutar ahora e hacer la suerte / Rio Grande do Sul / Das guerras de Sepé Tiaraju / E lendas / Luz de boitatá / E a bruxa moura teiniaguá / Vou-me embora, vou-me embora prenda minha, tenho muito o que fazer

Em sua letra, é possível perceber várias referências ao imaginário cultural sul-rio-grandense. Têm-se a menção a respeito das guerras lutadas por Sepé Tiaraju, guerreiro indígena Guarani, líder dos Sete Povos das Missões, importante personagem na luta contra o Tratado de Madri, acordo assinado entre os reis de Portugal e Espanha em 1750. Além disso, a canção faz referência ao mito indígena do Boitatá – mito simbolizado por uma cobra de fogo ou de luz com dois grandes olhos –, e à lenda gaúcha da Teiniaguá – Princesa Moura, transformada em lagartixa pelo Diabo Vermelho dos índios, Anhangá-Pitá.

A referência a esta lenda gaúcha da Teiniaguá ainda pode ser encontrada em duas das principais obras da literatura gaúcha. A primeira menção é atribuída a João Simões Lopes Neto, no ano de 1973; e a segunda, é atribuída a Érico Veríssimo, em seu famoso romance *O tempo e o vento*. Além disso, ainda há na letra outra referência: nos versos finais da música, os dizeres: *Vou-me embora, vou-me embora prenda minha, tenho muito o que fazer*, remetem a uma importante canção folclórica do Rio Grande do Sul, denominada *Prenda Minha*.

A letra de *Voltando pra casa*, segundo Silva (2012, p. 70) fala em rever velhos amigos, em voltar pra casa, num possível contraponto entre um luminoso Rio de Janeiro e um Rio Guaíba – ou uma Praia do Laranjal – de água funda e escura. Um sol do sul muitíssimo menos exuberante, mas que faria ao narrador (segundo subentende a canção), muito mais bem do que o “carioca”. Vejamos:

Esse barco que me leva rio acima rima com “meu coração” / Trago malas e bagagens / Saudades de casa e uma nova canção / Que fala da cidade grande / E da fome que quase passei / Esse barco é meu socorro / Sem ele eu quase morro sem rever você / Menina do interior / Com cheiro de campo e de flor / Esse rio de água funda e escura leva o barco, eu vou também de volta / Não vejo a hora de rever velhos amigos / Andar em lugares que nunca esqueci / O sol do sul me faz bem / O céu do sul também / Esse rio de água funda e escura leva o barco, eu vou também de volta

Isso pode ser interpretado como um apelo regionalista do grupo, e como uma canção de “regresso ao sul”, já que, a partir do lançamento do segundo disco, seus integrantes decidiram se mudar para o Rio de Janeiro, a fim de dar novos rumos à carreira da banda. Com o regresso ao Rio Grande do Sul, *Circo de Marionetes* passa a ser o último trabalho gravado pelo grupo, que encerrou suas atividades no ano de 1979.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o acesso aos meios de comunicação fosse bastante limitado, até mesmo para grupos da capital gaúcha, bandas como Os Almôndegas, ainda mais interioranas, caracterizam de modo bastante fidedigno o ideário

deses jovens, que, influenciados pelo que acontecia nos grandes centros urbanos do país durante os mesmos anos, assumiram um importante papel político e social na região, expressos através de suas criações musicais e de suas atitudes comportamentais. Sobre os anseios de conquistar sucesso a nível nacional, Kleiton (apud SILVA, 2012, p. 52) aponta:

Era o eterno recomeço: “- Agora vai!!!”. Mas o Almôndegas, em relação a conquistar o país, só chutou na trave. Teve a *Canção da meia noite* na novela Saramandaia [...] e alguns programas nacionais que se fez. Mas a banda não conseguiu a projeção que precisava para seguir.

Ainda que o sucesso nacional só tenha vindo posteriormente, através da carreira dos irmãos Kleiton & Kledir, Os Almôndegas tiveram um papel importante na consolidação de um ideário jovem no Estado do Rio Grande do Sul durante a década de 1970. Além disso, segundo Silva (2012) o grupo contribuiu de forma significativa e pioneira na formação de uma música urbana sul-rio-grandense, que viria a se consolidar de modo mais concreto na década seguinte, através de nomes como Engenheiros do Hawaii, Garotos da Rua, Os Replicantes, entre outros poucos que alcançaram sucesso a nível nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almôndegas. **Alhos com Bugalhos**, Philips, 1977.

Almôndegas. **Almôndegas**, Continental, 1975.

Almôndegas. **Aqui**, Continental, 1975.

Almôndegas. **Circo de Marionetes**, Philips, 1978.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil**: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). Teses (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História/FFLCH – Universidade de São Paulo, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Trad. De Adelaide La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. 440p.

RAMIL, Kleiton. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <kleitonramil@gmail.com> em 04fev. de 2019.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política**: os anos 1960-1970 e sua herança. In: **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do séc. XX. FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, 432p.

SILVA, Arthur de Faria. **“Nóis sêmo umas almôndega”**: os Almôndegas e a gênese da moderna canção urbana Porto-alegrense. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SOUZA, Marilene Nascimento de. **Longe demais das capitais – MUSIPUC**: um (novo) movimento musical em Porto Alegre na década de 1970. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TAU GOLIN, L. C. **A Fronteira (1763-1778)**: história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional. Porto Alegre: L&PM, 2002.

AS NOÇÕES DE HONRA E OS DUELOS NA REGIÃO PLATINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX ATRAVÉS DOS CÓDIGOS CAVALHEIRESCOS

ANGELA PATRÍCIA AMARAL WERNER
GRADUANDA DE HISTÓRIA LICENCIATURA (UFSM)
ANGELAPAW@OUTLOOK.COM

INTRODUÇÃO

O presente resumo, em sua pesquisa ainda inicial, propõe analisar como os códigos cavaleirescos de duelos, que circulavam entre a elite masculina platina¹, se estabeleciam e se firmavam enquanto demarcadores de gênero, entre homens e mulheres e, aplicadas em defesa de um ideal de virilidade e masculinidade, em fins do século XIX e início do século XX.

Essa pesquisa pertence ao projeto guarda-chuva, sob orientação da Professora Doutora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, “História do crime, da violência e das práticas de justiça no continente americano no longo século XIX”, que propõe analisar a história da criminalidade, da violência e das práticas de justiça e punição no continente americano

.....
1 Por região platina, utilizo a abordagem feita por Ieda Gutfriend e Heloisa Reichel (1996), como um espaço, composto pelos países Uruguai, litoral da Argentina e Brasil Meridional, correspondente ao Rio Grande do Sul, que compartilham, desde o período colonial, um conjunto de características comuns, que ultrapassavam os limites da consequente fragmentação desses espaços mesmo com os processos de independência. Características como da cultura popular – os hábitos, costumes e valores em comum.

durante o chamado “longo século XIX”, em que abrange a íntegra dos anos 1800 propriamente, e avança até, pelo menos, o primeiro quartel do século XX.

De início, é importante ressaltar que a noção de honra foi um aspecto significativo para essa sociedade oitocentista, em que a vida dos homens e, de certa forma, acabará refletindo sobre a das mulheres, era regida por um complexo e rígido guia de conduta moral e ética. Segundo o historiador François Guillet, “a circulação social dos valores da honra” (GUILLET, 2013, p. 127), é característica própria desse período.

Além disso, é necessário perceber que esse período foi marcado por mudanças e transformações, algumas oriundas de longos processos anteriores e outros mais recentes, ocorridas em âmbito político, econômico e social, ou seja, que modificaram essa sociedade. Uma sociedade ainda que muito marcada pelo modelo colonial europeu, eram de países em constante construção e reformulação.

Nesse ínterim, esse espaço vai ser palco de certo amadurecimento do movimento feminista, em que as mulheres lutaram primeiramente pelos seus direitos políticos, bem como uma maior inserção no espaço público (ainda que com ressalvas), a vertiginosa urbanização nos grandes centros, além do fenômeno consequente das grandes multidões, levando em conta a grande profusão de imigrantes e emigrantes chegando às cidades, parecendo impelir homens da elite a estabelecer instrumentos de demarcação de espaço e distinção social.

Dessa forma, se faz necessário uma pesquisa voltada a esse contexto de grande pluralidade de movimentos e mudanças sociais, econômicas e políticas, partindo do pressuposto de que esses fatores podem ser percebidos como pontos importantes para os homens se demarcarem não somente em relação aos populares, mas também em relação às mulheres.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, ainda em fase inicial, se utilizará de um levantamento bibliográfico de teses, artigos, trabalhos apresentados, dissertações, legislações vigentes, entre outros, referentes às noções de duelos, de honra, de gênero, de contextos mais gerais, além dos códigos

cavaliheirescos, mapeando os pontos principais para a construção e desenvolvimento de um texto que consiga contribuir e dar respostas sobre as relações entre as noções de honra masculina e uma história das mulheres.

UM IDEAL MASCULINO DE HONRA

Como dito anteriormente, a honra foi um aspecto primordial da vida social do século XIX, perpassando também o século XX. Segundo o historiador Pablo Piccato, devido ao cosmopolitismo das grandes cidades, em que a aglomeração causada pelo aumento populacional e a consequente chegada de imigrantes, principalmente de origem europeia, atingirá essa burguesia incipiente que, para se demarcar enquanto classe com status social, irá se valer de certos recursos de distinção. Como mostra Piccato, “(...) a fines del XIX, las jerarquias sociales que antes se identificaban fácilmente con el origin étnico, la ropa, o los títulos nobiliários” (PICCATO, 1999, p. 278), porém, esse novo cenário acaba mudando isso.

Entre esses recursos, segue a utilização de uma renovada/ressignificada concepção de honra e a criação de um sentimento de pertencimento a uma classe “internacional de homens de honra” (PICCATO, 1999, p. 278), como um círculo social em que se valem de valores éticos, de inspiração europeia e do conhecimento na prática de duelos para resolver suas querelas e se diferenciar, assim, das rixas e brigas populares. Ser identificado por alguém como “homem honrado” é sinal de status e prestígio para essa pessoa.

De acordo com o antropólogo Julian Pitt-Rivers, a honra é definida como uma regra de conduta moral e individual – um código rígido de moralidade e valores, mas também social, devido a importância do reconhecimento por terceiros sobre àqueles que seguem esse modelo. Sem isso, não haveria de o porquê segui-lo.

Além de imbuir-se de uma noção que se modificará de sociedade em sociedade, a honra é totalmente um sentimento individual, pelo fato de depender da escolha de cada um, mas também é coletiva ao passo que abrange não somente a pessoa em si, mas todo seu grupo social. Ou seja, podemos entender a honra como,

(...) um sentimento e um fato social objetivo ao mesmo tempo; de um lado, um estado moral que provém da imagem que cada um tem de si e que inspira ações as mais temerárias ou a recusa de agir de uma maneira vergonhosa, seja qual for a tentação material – e ao mesmo tempo um meio de representar o valor moral do outro: sua virtude, seu prestígio, seu status e, assim, seu direito à precedência. (...) a honra é a soma das aspirações do indivíduo (e, assim, o equivalente de sua vida, como se disse com frequência) e também o reconhecimento que os outros lhe concedem. (PITT-RIVERS, 1992, p. 18-19).

Dessa forma, com base em Pitt-Rivers, a honra nada mais é do que um sentimento simbólico de si, uma percepção que se tem de si, mas que também é social e coletiva, pois há a necessidade de que os outros percebam e a reconheçam. É um prestígio equivalente a status e, que devido a sua essência mutável, acaba tendo certas dificuldades de outras sociedades de o reconhecerem. Pelo fato de se referir a diferentes honras e não somente a uma definição, como bem explica o antropólogo, se torna um conceito complexo e ambíguo ao mesmo tempo.

Além disso, como lembra a professora de letras modernas, Marie Gautheron, “a exigência da honra quer criar nossa identidade, incessantemente ameaçada de se romper” (GAUTHERON, 1992, p. 12). Ou seja, era algo extremamente frágil. Como uma linha tênue, que precisa ser mantida a todo custo, a honra “(...) não passa de uma casca’ que não pára de comprometer o fruto” (GAUTHERON, 1992, p. 9).

Para Piccato, essas tendências relacionadas às questões de honra eram claramente de inspiração europeia, principalmente Itália, França e Alemanha. Porém, não relegando a importância da Espanha e de Portugal, as quais claramente refletiram essas noções aqui na América Latina e local onde também se difundiu, de modo significativo, o recurso do duelo de honra. Como mesmo diz, para o caso mexicano, era pelo fato de que “expresaba el cosmopolitanismo de los mexicanos y su identificación de la modernidade com las costumbres de las elites europeas contemporâneas” (PICCATO, 1999, p. 277).

Ou seja, é no poder, mas não somente nele, que se concentra a noção de honra. Por isso, o conhecimento sobre o que é honra e seu significado

era tão relevante para as camadas mais abastadas da sociedade, em que ao se sentirem impelidos por essas mudanças aceleradas do processo histórico, tinham a necessidade de se demarcarem socialmente dos outros grupos.

Retomando o que foi dito anteriormente, a questão de honra vai ser o ponto central nessa sociedade, sendo basilar entender que as próprias noções de honra são muito complexas e ambíguas, que variam de acordo com a sociedade em que se vive. Ou seja, ela é totalmente suscetível à mudanças, dependendo muito do local, da região ou do país e, inclusive de existir somente uma percepção de honra, a sua própria. “Aqueles que a concebem de outra forma, simplesmente não as tem”. (PITT-RIVERS, 1999, p. 18). Todavia, a honra é um “sentimento” absolutamente frágil, qualquer ato ou palavra pode desonrá-lo ou pôr à prova sua integridade moral.

O DUELO E OS CÓDIGOS CAVALHEIRESCOS

Durante a Antiguidade e parte do Medievo, as motivações para os duelos se diferenciam do período proposto. Como ressalta o sociólogo Pedro de Oliveira, o ato de duelar vai sofrer modificações ao longo do tempo, onde “a passagem da nobreza de espada para a nobreza de corte e depois a suplantação de ambas pela burguesia” (OLIVEIRA, 2004, p. 22), definirá mudanças características,

Há uma notável transformação ritualística do duelo à medida que ele passa a ser apropriado pela burguesia. A ênfase na bravura, na ousadia e no destemor desloca-se paulatinamente para a questão da firmeza, do autocontrole e da contenção. (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

Ou seja, paulatinamente, os lances vão se redefinindo, em que “além do aperto de mãos, o duelo passava cada vez mais a ser transferido para recintos fechados” (OLIVEIRA, 2004, p. 25). Ele passava, assim, por um processo de aburguesamento, como denomina o sociólogo. De acordo com o filósofo Sérgio Cortés, as disputas por questões de honra vão adquirir sua forma básica nos séculos XVI e XVII, assemelhando-se ao modelo mais contemporâneo, mas se diferenciando em alguns aspectos.

Dentre as características similares, a que aponta para o dever moral do cavalheiro de proteger sua honra, indissociável de sua pessoa e integridade física. Assim, é seu dever, “arriesgar la vida por razones que le superan y que se localizan en su identidad social. Su temor a la muerte no era nada comparado con su terror a la marginalidad.” (CORTÉS, 1996, p. 108).

Não há como negar que no século XIX, os duelos partiam de uma premissa moderna, pois possuíam elementos divergentes daqueles praticados na antiguidade e medievo, significando algo totalmente remodelado para essa sociedade. Como aponta Guillet, “colocados os fundamentos da ideologia republicana – liberdade individual e igualdade -, o duelo responde ao projeto republicano que visava forjar um cidadão livre (...)” (GUILLET, 2013, p. 106).

Segundo Piccato, também por ser uma necessidade da vida moderna, em que era mais preferível resolver questões de honra de forma privada do que a publicidade do caso que era considerado particular, pelas notícias policiais na imprensa ou da obrigação de ter de ir a julgamento em um tribunal. Lembrando também que “o duelo representa sobretudo, no momento em que se desenvolve a imprensa, uma maneira de os homens políticos se colocarem em cena por meio da gesticulação do combate”. (GUILLET, 2013, p. 115).

Em relação a Argentina, como salienta a historiadora Sandra Gayol, podemos perceber bem como o “peso da lei” estava em constante atrito com “los hombres de honor”. Os especialistas em direito penal, juízes e advogados consideravam o Estado como incapaz de garantir proteção da honra às pessoas mais “cultas”, onde “la incapacidad de la ley de prever ‘todos los casos e situaciones’ lesionantes de la dignidad, causaba un vacío jurídico que el hombre privado debía colmar em um acto caballeresco.” (GAYOL, 1999, p. 322).

Ou seja, demonstra uma visão que essa elite tinha ao considerar a honra como um caso particular e específico seu, de pensar no Estado como aquele que “defiende nuestra vida e ampara nuestros derechos”, (GAYOL, 1999, p. 322), mas que não abarcaria a honra. Honra era algo

que não poderia ser relegado ao Estado, ao conhecimento de todos, ao passo em que se tornasse público, a honra era um sentimento somente seu e privado. Como lembra a historiadora, a função do Estado e seus aparatos – os tribunais e as leis – eram para resolver conflitos entre os populares, “para los iguales sociales y los iguales en honor (...) existe el duelo”. (GAYOL, 1999, p. 330).

No caso do Uruguai², o historiador David S. Parker cita a importância que a honra vai gerar para essa sociedade, pois como dito anteriormente, nesse contexto histórico, a honra terá um papel tão central na vida pública, que o simples fato de não ser considerado um homem de honra pelos seus iguais, vai gerar “morte social” a esse sujeito, ou seja, condenando-o à marginalidade, pois

(...) las reglas de caballerosidad evidentemente constituían la piedra fundamental de la moral en la vida pública. Una persona que por falta de valentía no supo cumplir con sus deberes de caballero y de hombre no era una persona digna de la fe del elector, ni de la confianza de sus colegas. (PARKER, 1999, p. 299).

No caso do Brasil, esse estudo ainda é muito recente, mas pode-se fazer alguns parcos apontamentos sobre essa temática. Assim como em outros países, as disputas também tiveram sua deixa em terra brasileira, onde há, inclusive, menções em jornais, especificamente o *Estadão*, sobre possíveis desafios entre homens de elite – como jornalistas, estudantes, médicos.

De acordo com o *Codigo Criminal do Imperio do Brazil* de 1830, não há nenhuma menção à duelos, apenas a crimes que vão contra a segurança da pessoa, como calúnia e injúria. Já no período republicano, o *Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil* de 1890, no Título X: Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida, capítulo VI: Do duelo, traz menções às práticas de duelo, sendo proibidas perante a lei.

.....
2 A questão dos duelos no Uruguai é bem interessante, pois é o único caso ocidental de um país, em que o ato de duelar foi legalizado. O “lance de caballeros” foi considerado lícito em 1920. Essa lei foi iniciativa de Juan Andrés Ramírez, inimigo do batllismo, mas que recebe apoio do presidente colorado Baltasar Brum. Essa lei perdurou até a década de 1980.

Para isso, há duas ressalvas que precisam ser esclarecidas, uma que demonstra que o duelo poderia existir em âmbito nacional, ou em algumas regiões, caso contrário, não seria necessário colocar uma lei proibindo um ato nunca praticado; e, outra de que não se pode negar de que poderia ser resultado de certa “moda ou mania” do período, já que a construção desses códigos tinham inspiração de códigos de outros países, que tinham isso como premissa.

Assim, o duelo representava o regulamento da violência como algo que deve ser racional e, por isso, regrado por um código. Era uma necessidade não tornar o duelo em si, como algo puramente banal, como uma briga qualquer. Como revela Guillet, “imperativo moral, apenas o combate permite apagar a vergonha resultante dessa profanação e restituir a honra do ofendido devolvendo-lhe a virilidade.” (GUILLET, 2013, p. 133).

Além disso, era necessário não comparar os lances de honra como crimes comuns, já que essa prática de duelos era, por conseguinte, desempenhada pela elite. Como ressalta Sandra Gayol, os populares eram sempre apresentados “em actitudes de furia, con sangre cubriendo sus rostos y la mirada iracunda que permite completar un cuadro semi-salvaje” (GAYOL, 1999, p. 319). Para Guillet, o duelo “(...) faz parte de uma reivindicação de exclusividade da honra por parte das classes dirigentes.” (GUILLET, 2013, p. 125).

Em contraposição, isso não quer dizer que populares³ não tivessem suas próprias noções de honra ou que eram banais em relação à defesa desta, mas da percepção de uma elite que julgava que “los pobres, estaba implícito, carecían de honor” (PICCATO, 1999, p. 278). Ademais, de acordo com Pitt-Rivers, “a honra está intimamente ligada à realidade do poder, seja ele político, militar ou econômico. Segundo Rancine, ‘sem dinheiro, a honra não passa de uma doença’”. (PITT-RIVERS, 1992, p. 21).

.....
3 Para saber mais, ver texto referente ao tema, escrito por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Jéssica Fernanda Arend, intitulado “Noções de honra e justiça entre as classes populares da fronteira no Brasil meridional na segunda metade do século XIX – estudo de casos”.

Os chamados códigos de honra, nada mais eram do que textos descritivos, os quais na maior parte, eram redigidos por militares ou pessoas de alto status social. Assemelhavam-se muito aos códigos oficiais, à lei formal. Como aponta Parker, “(...) los códigos de honor fueron escritos precisamente en forma de leyes, con artículos e incisos cuidadosamente enumerados” (PARKER, 1999, p. 299), isso para dar maior legitimidade a esses documentos, visto que os lances eram atos de infrajustiça e, “establecieron procedimientos para dirimir cuestiones de interpretación” (PARKER, 1999, p. 300), por seu carácter muitas vezes mortal, deveria ser seguido à risca.

Mesmo sendo praticado pelas classes altas, teoricamente, os duelos eram proibidos pelos meios repressivos de um Estado que estava buscando uma maior centralização de seu poder e de um maior controle da violência. Contudo, deve-se ter em mente que essa repressão era, de certa forma, dúbia, visto que essa mesma elite que combatia, era também parte integrante dos aparelhos estatais. Para os duelistas, era seu o dever de defender sua honra por si mesmo e não relegar algo particular e privado ao Estado, em contraposição com os antiduelistas, que acreditavam ser uma afronta e um desacato aberto à autoridade do Estado.

Como citado na obra *Ensayo sobre la Jurisprudencia de los Duelos*, escrito pelo Conde de Chateauvillard (1836), um dos autores em que se acredita ser de maior circulação entre a elite platina,

(...) la necesidad de establecer dichas reglas de una manera formal, evitando los errores que comprometen nuestra existencia y la de nuestros amigos (...) un deber de consciencia y prestar um servicio á la humanidad estableciendo reglas que moralicen la existencia de un mal deplorable, pero difícil de evitar, preocupación, si se quiere, pero que se impone por sí misma á todos los hombres de honor. (CONDE DE CHATEAUVILLARD, 1890, p. 9-10-11).

Isso nos revela o quanto esses manuais eram de grande valia para essa elite, pois a falta de honra compromete sua existência enquanto classe social e sua virilidade e, não poucas vezes, o resultado desses lances ocasionavam mortes, assim os códigos tinham essa função de evitar ao máximo os desenlaces fatais. Mas, ao mesmo tempo era considerado um mal deplorável e

necessário num mundo em que a honra masculina é posta em dúvida a todo momento. Como lembra Cortés, “repudiado com frecuencia como absurdo e innecesario, el duelo fue un notable institución que durante largo tempo contribuyó a mantener en la aristocracia de Occidente una ilusória unidad como classe” (CORTÉS, 1996, p. 107).

Por outro lado, o duelo era o recurso último de retaliação da honra, visto que se as formas outras de pedidos de desculpa não fossem aceitas se recorria aos lances, com exceção daquele que para a pessoa ofendida, não tinha perdão. Assim, esses desafios, por mais que os homens da elite dessem uma roupagem “civilizada” e, aí está a característica básica dos códigos cavaleirescos como regulador, estava ligada à violência.

A violência transformou-se também, em um tópico relevante na construção dessas nações latino-americanas, muito além de apenas uma caracterização irracional da política nacional. Segundo Piccato (2014), a violência era julgada ou vista como uma saída potencial para as interrelações sociais, visto que para esses homens da elite, o duelo era o ápice, ou melhor, a solução final para a retaliação de sua honra

Os confrontos armados não eram necessariamente (...) formas não “racionais e ‘civilizadas’ de expressar a opinião”: a violência era formalizada em maneiras que permitiam a sua continuidade como um diálogo. A prática de duelos é só mais um exemplo da civilização da violência entre as classes altas (...). (PICCATO, 2014, p. 35-36).

Dessa forma, a violência se torna um fator de “consequência” para os desenlaces relacionados à honra, não negado pelos próprios redatores dos códigos cavaleirescos, mas “aceito” socialmente entre os seus apoiadores. Como salienta o sociólogo Ivan Vellasco, é necessário entendê-la como um fenômeno social de interações sociais, não somente característico das classes populares e, isso não quer dizer que essas pessoas “eram incapazes de reações não violentas, ou mesmo de contenção dos impulsos agressivos, pelo cálculo antecipado de suas consequências” (VELLASCO, 2005, p. 177), mas uma das muitas formas de resolver os conflitos.

Estar inserida nessa classe de homens de honra, cujos parâmetros são internacionais, não era algo para todos. Era preciso conhecer as

complexas regras, que implicavam em uma preparação desses participantes para os duelos. Como Piccato aponta, essas “dichas reglas eran divulgadas através de códigos escritos, clases de esgrima, campos de tiro y la intervención de padrinhos ‘honorables’” (PICCATO, p. 282). Assim sendo, somente podiam aqueles que tinham condições financeiras de comprar espadas, sabres ou pistolas, de adquirir esses manuais e lê-los, além de pagar por aulas de esgrima e tiro.

Complementando, para se pertencer a essa classe, dita possuidora de honra, era necessário ter noções de manuseio e de possuir suas próprias armas para essas ocasiões, inclusive, de ter conhecimento e leitura desses manuais, o que já demonstra um complexo conjunto de elementos que distanciam o cidadão popular e da mulher de ter acesso a esse rígido código de conduta moral.

UM IDEAL FEMININO E NOÇÕES DE HONRA

O acesso a essa complexa rede de “masculinidade republicana”, segundo Piccato, não foi somente de exclusão de grande parte da população, mas como sabemos, também se tratou da restrição das mulheres. “A honra de um homem exige dele coragem, o que não é imposto à mulher, ao passo que para ela é a pureza sexual” (PITT-RIVERS, 1992, p. 18).

Para Guillet, as mulheres até mulheres poderiam até ser o motivo do duelo, mas eram indignas de duelar, pois “o duelo, antes de tudo, é um assunto de homens e se insere nas condutas de sociabilidade próprias ao mundo masculino, em uma época em que a diferenciação entre os sexos é especialmente marcada”. (GUILLET, 2013, p. 113). Esse duelo moderno, por si próprio, possuía distinções de gênero e de classe.

As argumentações para isso eram inúmeras, não possuíam virilidade devido a sua incapacidade pública, o que era considerado pelos teóricos do tema como particular ao homem; a mulher era muito mais “emocional” do que o homem, considerado como racional e livre de instabilidade; que não possuíam capacidade fisiológica; que deveriam se manter longe da política por ser uma ameaça aos homens ou por serem mais voláteis à influência

religiosa. Ou seja, podemos perceber que para essa elite masculina “el honor los hacía iguales, y los distinguía de las multitudes y las mujeres” (PICCATO, 1999, p. 294).

A própria forma como a construção da virilidade é elaborada e pensada, em que, de acordo com o historiador Alan Corbin, “a virilidade se identifica com a grandeza – noção essencial -, com a superioridade, a honra, a força – enquanto virtude -, com o autodomínio, no sentido do sacrifício, com o saber-morrer por seus valores”. (CORBIN, 2013, p. 9). Assim, ele continua, a virilidade não pode ser confundida com masculinidade, visto que não é somente oposição à feminilidade, mas “de qualidades morais que lhe convém adquirir, preservar, e da qual o homem deve saber dar provas”. (CORBIN, 2013, p. 9). Além do que,

Sujeito à imposição do agir, dotado de ambição, possuidor do senso de iniciativa, cabe-lhe controlar suas emoções, dominar seus medos, demonstrar coragem e firmeza seja no trabalho, seja no campo de batalha. Ele precisa encarar desafios; se necessário, não recusar um duelo. (CORBIN, 2013, p. 20).

Para Julian Pitt-Rivers “a ofensa extrema à honra de um homem não se refere à sua própria conduta, mas à de sua mãe, de sua irmã ou de sua filha, que têm o mesmo sangue – ou de sua mulher.” (PITT-RIVERS, 1992, p. 24). O perigo à honra dos homens vem de suas mulheres e, consequentemente, a falta de honra delas é “culpa” de seus homens. Isso equivale para a divergência das noções de honra entre homens e mulheres, em que

A honra masculina é positiva, exige que o homem se imponha, que reclame a precedência que lhe é devida pela hereditariedade ou por suas próprias proezas, enquanto que a honra feminina é negativa e não requer o cumprimento de proezas, mas somente que se evite todo atentado a uma reputação a ser herdada pelos filhos, homens ou mulheres. É o sentimento de vergonha que garante a honra da mulher, mas ele não contribui em nada para a honra masculina. (PITT-RIVERS, 1992, p. 24).

Pensar as noções de honra como algo simples e fútil é extremamente perigoso. Na verdade, ela é, como dissemos anteriormente, muito mais

complexa do que imaginamos. Ela faz parte do cerne moral e ético da sociedade, está intrínseco nessa população, mas é percebida de forma diferente por cada grupo social, seja pela elite ou pelos populares. Em relação às mulheres, sua honra era sempre negativa e cabia a ela apenas mantê-la, como citado previamente, sua má conduta poderia “desgraçar” o nome familiar.

Em consoante com a historiadora Sueann Caulfield

(...) a honra sexual era a base da família, e esta, a base da nação. Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização – termo que assumia diferentes significados para diferentes pessoas – causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social. (CAULFIELD, 2000, p. 26).

Isso nos leva a perceber que os códigos cavalheirescos serviam para demarcar-se também das mulheres, pois era lhe privado o direito de defender sua honra manchada. A retaliação da honra deveria partir do pai, do irmão, do marido, ou seja, de qualquer homem que tivesse sua tutela, pois no caso do Brasil, de acordo com Caulfield, as mulheres eram assimiladas aos menores de idade, aos indígenas com proteção do Estado e aos insanos, pois eram inativas no direito constitucional e incapazes no direito civil. Além de nos revelar que as mulheres eram muito mais vigiadas do que os homens, pois sua “desonra” poderia levar ao “caos social”.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Como dito no início, esse trabalho se encontra em fase inicial, primeiramente nos cerceando de uma boa porcentagem de bibliografia – teses, artigos, trabalhos apresentados, dissertações, legislações vigentes, entre outros, relacionados com a temática sobre as noções de honra, virilidade, masculinidade, duelos, história das mulheres, gênero. Faltando ainda uma análise mais detalhada, da construção de um grande banco de dados, através do cruzamento dos códigos cavalheirescos de duelos que tivemos acesso – primeiramente o *Ensayo sobre la jurisprudencia de los duelos*, organizado por Conde de Chateauvillard, traduzido para o espanhol em 1890; e *Codigo Nacional Mexicano del Duelo*, escrito por Antonio Tovar, de 1891.

Além disso, podemos ressaltar a importância e necessidade de se fazer uma pesquisa voltada a esse contexto de grande profusão de movimentos e mudanças sociais, econômicas e políticas, partindo do pressuposto de que esses fatores podem ser percebidos como pontos importantes para os homens se demarcarem não somente em relação aos populares, como havia ressaltado anteriormente, mas também em relação às mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHATEAUVILLARD, Conde de. **Ensayo sobre la jurisprudencia de los duelos** (1836). Tradução de Andrés Borrego. Madri, 1890.
- CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- CORBIN, Alain. Introdução. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Org.) **História da Virilidade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vozes, p. 7-12, 13-34, 2013.
- CORTÉS, Sérgio Pérez. La ofensa, el mentís y el duelo de honor. **RIFP: Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 8, p. 107-119, 1996.
- GAUTHERON, Marie. Prefácio. **A honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&Pm, p. 7-14, 1992.
- GAYOL, Sandra. **Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- _____. **Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923**. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios históricos sociales**, n. 14, p. 313-330, 1999.
- _____. **Honor y Duelo en la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.
- GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Org.) **História da Virilidade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vozes, p. 97-152, 2013.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (org) **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PARKER, David S. La Ley Penal y las “leyes caballerescas”: hacia El duelo legal em El Uruguay, 1880-1920. **Anuario IEHS**: Instituto de Estudios históricos sociales, n. 14, p. 295-330, 1999.

PICCATO, Pablo. La política y la tecnología del honor: el duelo en México durante el porfiritato y la revolución. **Anuario IEHS**: Instituto de Estudios Históricos Sociales. n.14, p. 273-294, 1999.

_____. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia.

Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá – MT, v. 7, n. 1, p. 6-42, 2014.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. **A honra**: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre: L&Pm, p. 17-32, 1992.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul**: a Região Platina colonial. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

REMEDY, J. M. R. Discussões acerca do estudo sobre Duelos de Honra no Rio Grande do Sul. **Artcultura Revista do Nehac**, Uberlândia – MG, v. 5, n. 6, p. 115-122, 2003.

_____. Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social. **MÉTIS**: história & cultura, v. 8, n. 15, p. 167-184, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, 1990.

TOVAR, Antonio. **Código Nacional Mexicano del Duelo**. Mexico: Imprenta, Lit. y Encuadernacion de Ireneo Paz, 1891.

VELLASCO, Ivan de A. A cultura da violência: os crimes na comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais século XIX. **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro/Niterói, v. 9, n. 18, p. 171-198, 2005.

ST JOVENS PESQUISADORES 05

COORDENAÇÃO

SANDI MUMBACH (UFSM)

CARLOS EDUARDO PIASINI (UFSM)

A QUESTÃO DO SOFRIMENTO NAS ESTRUTURAS DE FINITUDE NAS TEORIAS DA HISTÓRIA DE REINHART KOSELLECK E JÖRN RÜSEN

FRANCISCO CENCI DAL PONTE¹
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
FRANCISCODALPONTE@GMAIL.COM

RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, fazer um estudo sobre a temporalidade, os conceitos e as categorias das estruturas de finitude formuladas pelo historiador Reinhart Koselleck, em seu texto “Teoria da História e Hermenêutica”, e as posteriores contribuições para o tópico, em particular as do historiador e filósofo Jörn Rüsen, desenvolvidas em sua obra “Teoria da História: Uma Teoria da História Como Ciência”. Será feita uma análise teórico-metodológica dos pares de conceitos antitéticos assimétricos utilizados por Koselleck, que formam as estruturas de finitude e são constitutivas de todas as histórias possíveis. A obra de Jörn Rüsen será trabalhada a partir das contribuições significativas feitas por ele ao trabalho de Koselleck, especialmente o que se refere ao novo par conceitual Agir e Sofrer, proposto por Rüsen como sendo também uma estrutura de finitude constitutiva da história. O sofrimento será considerado, então, como questão central na discussão das estruturas de finitude.

Palavras-chave: Teoria da História, finitude, sofrimento

.....
1 Graduando do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria. O trabalho é fruto de pesquisa desenvolvida no projeto História Intelectual, Presença e Sentido, orientado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani (UFSM), com bolsa FIPE/UFSM. A doutoranda Simone Maciel Margis (UFSM) coorienta o trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma reflexão sobre as estruturas de finitude, categorias desenvolvidas por Koselleck constitutivas e possibilitadoras de todas as histórias possíveis, e as contribuições mais recentes da Teoria da História, em especial as formuladas por Jörn Rüsen. Essa reflexão parte de duas inquietações: a primeira delas é a análise da origem das contribuições feitas às ideias de Koselleck por Rüsen, especialmente no que se refere ao par categorial agir e sofrer, a partir das ideias de Jacob Burckhardt, historiador alemão do século XIX; a segunda considera o sofrimento como estrutura central na experiência finita do ser humano e analisa as lacunas deixadas por estes autores e abre a possibilidade, de forma ainda especulativa, para a articulação da Teoria da História e da História Intelectual com filósofos que pensam o sofrimento de forma fundamental e universal.

ESTRUTURAS DE FINITUDE

Em seu texto *Teoria da História e Hermenêutica*, Reinhart Koselleck se propõe a discutir as condições possibilitadoras da história e que, segundo ele, preexistem a própria linguagem e permitem que a história aconteça e seja narrada. Koselleck parte da obra *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger, em que o autor, a partir da análise ontológica da finitude do *Dasein*, o “ser-aí”, tenta traçar a condição finita da existência baseada na temporalidade natural da existência humana, delimitadas, então, pelo nascimento e pela morte, demonstrando o aspecto temporal da estrutura do *Dasein* e elaborando uma ontologia fundamental (KOSELLECK, 2014, p. 93). Koselleck considera que os existenciais propostos por Heidegger, a saber o “ser-arremesado” (nascimento) e a “antecipação da morte” (inevitabilidade da morte), categorias de cunho natural e biológico, possam ser complementados por outras categorias na forma de pares antitéticos que permitam explicar de outra maneira o horizonte temporal das experiências de finitude, tentando, de certa forma, esboçar uma ontologia fundametal da história. Koselleck quer, assim, explorar e ampliar a estrutura temporal da existência humana, elaborando condições que fundamentam e possibilitam todas as histórias

possíveis. As categorias apresentadas por ele são cinco: poder matar e ser morto, amigo e inimigo, interior e exterior, geratividade e senhor e servo. Todas as cinco categorias, enquanto estruturas que, ao mesmo tempo explicam, fundamentam e possibilitam a narrativa da história, despertam nela oposições, tensões, conflitos e rupturas, constituindo sua possibilidade.

Para isso, primeiro é necessário compreender a forma como Koselleck apresenta essas estruturas. Todas elas são apresentadas como pares de conceitos antitéticos assimétricos. Esses pares de conceitos opostos são aplicados de maneira que o reconhecimento mútuo fica excluído, já que um conceito atribuído a alguém decorre na denominação atribuída a outro de forma desigual (KOSELLECK, 2006, p. 193). Tomemos como exemplo o par “poder matar e ser morto”. Se uma pessoa ou agrupamento A é a que pode matar e a pessoa ou agrupamento B é a que pode ser morta, temos aí, então, uma relação de tensão que se dá de maneira díspar, mas que pode se inverter se os papéis assumidos por A e por B se inverterem. Ainda assim, a relação permanece oposta e não semelhante. Então, as estruturas de finitude são compostas de pares antitéticos, porque são conceitos opostos que carregam tensão entre si e podem resultar em rupturas, e são assimétricos, porque, segundo o autor, “seu oposto é contrário, porém de maneira desigual” (KOSELLECK, 2006, p. 193).

O uso de pares antitéticos assimétricos se dá pela semântica histórico-política que os conceitos despertam, especialmente depois da II Guerra Mundial (KOSELLECK, 2014, p. 94). A questão é que “uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma” (KOSELLECK, 2006, p. 192). A relação “nós-outros” é central na construção da tensão entre os conceitos, vide o exemplo do parágrafo anterior. A questão temporal dessas estruturas se dá pelo aspecto antropológico universal da relação tensa estabelecida por esses conceitos, que, apesar de constante, deve ser vista também como mutável (RÜSEN, 2015, p. 118).

Desse modo, os pares de conceitos antitéticos assimétricos, mencionados anteriormente, propostos enquanto estruturas de finitude,

se mostram eficazes em ampliar a experiência temporal do *Dasein* e demarcar as tensões que delas resultam e as condições de toda história, formando a “constante do mundo humano movido a história” (RÜSEN, 2015, p. 119).

A primeira categoria apresentada por Koselleck é o “poder matar e ser morto”. O autor constata que desde os tempos mais remotos até os mais recentes a sobrevivência “sempre se dá sob ameaça da morte do outro ou, mais ainda, pelo outro” (KOSELLECK, 2014, p. 95). As relações de violência que perpassam a vida humana são constituídas nessa estrutura (RÜSEN, 2015, p. 120). A ameaça de morte que se exerce mutuamente limita ou permite o uso da violência e a possibilidade de sobreviver reside no fato de que pessoas possam matar umas às outras e acreditar na necessidade de assim o fazer, devido à ameaça mútua.

O segundo par apresentado é o de “amigo-inimigo”. Esse par expressa finitudes que se apresentam em toda a história da organização social humana, no sentido que “representa, pois, uma espécie de categoria transcendental de qualquer história possível” (KOSELLECK, 2014, p. 96). A ideia de amigo e inimigo vem da filosofia de Carl Schmitt, marcando, assim, a carga política do par que constitui, principalmente, as relações de poder da sociedade. Da mesma forma que o par anterior, o “amigo-inimigo” também é atravessado de determinações temporais, sendo que o status de alguém enquanto amigo ou inimigo pode mudar repentinamente. É justamente essa relação tensa que controla o uso de violência nas relações sociais e políticas.

A identificação de um inimigo dentro do ordenamento social permite, desse modo, que ele seja eliminado pelo bem comum da sociedade. Essa não vê tal ato com maus olhos, já que tudo foi feito visando o bem maior, e a ação termina não sendo condenada. Koselleck parece, no entanto, ter uma atitude um tanto quanto otimista ao afirmar que “no reconhecimento do outro como inimigo, e não como encarnação do mal a ser aniquilado, há uma esperança de paz” (KOSELLECK, 2014, p. 97).

Na próxima categoria se encontra a espacialidade das finitudes humanas da história, caracterizado pelo par “interior-exterior”. Todas as demar-

cações, e aqui não falamos apenas das territoriais, mas também das étnicas, sociais, culturais, políticas e outras, são feitas a partir de outras entidades demarcadas, sempre tentando se diferenciar e se excluir do outro. É por isso que Koselleck afirma que “é incontestável que todos os homens são o nosso próximo, mas, do ponto de vista histórico, o são de formas diferentes” (KOSELLECK, 2014, p. 97).

A quarta categoria que Koselleck introduz para complementar a análise ontológica de Heidegger é a de “geratividade”. Essa categoria fundamenta a transformação antropológica que ultrapassa a simples condição zoológica e dá o caráter de realidade humana, ao passo que a geratividade expande a ideia de aceitar o nascimento, o “ser-arremessado”, e a inevitabilidade da morte para também incluir as interações entre cada geração, entre os pais e seus filhos. Nesse sentido, Koselleck afirma que “a noção de geratividade contém a de finitude, a qual integra as condições temporais que permitem engendrar novas histórias” (KOSELLECK, 2014, p. 100).

A sucessão das gerações pressupõe sempre novas exclusões, embates, oposições, rupturas, tensões, continuidades, demarcações de interioridade e exterioridade e experiências únicas de cada geração. Essas interações geracionais produzem e possibilitam novas histórias, mas por serem específicas para cada geração elas não são transmitidas tão facilmente. É nesse sentido que Koselleck afirma que “as histórias podem ser divididas de dois modos: ou se consegue superar a ruptura geracional sempre presente ou não” (KOSELLECK, 2014, p.100).

Por último, Koselleck introduz a oposição entre “senhor-servo”, que está presente enquanto categoria que possibilita toda história possível no sentido de exemplificar relações de “acima” e “abaixo”, de quem está no topo e quem está embaixo, de quem domina e quem é dominado, de quem exerce a força e quem sofre com ela. Aqui se formam as relações hierárquicas nas sociedades. Novas relações de dependência, sejam políticas, econômicas, sociais, estão sendo constantemente introduzidas nos ordenamentos sociais, seja qual for o regime adotado em tal ordenamento, desde democracias liberais até formas mais extremas de autoritarismo e despotismo.

Essas oposições, então, constituem e efetivam a experiência humana e a história. O caráter introdutório e breve da fala de Koselleck impediu ele “a consolidar sua proposta na forma de uma teoria sistemática” (RÜSEN, 2015, p. 119). Nesse sentido, Rüsen, em seu livro *Teoria da História*, tenta contribuir para o campo da experiência histórica e temporal, utilizando as teorizações de Koselleck para elaborar a constituição de sentido histórico através dos universais antropológicos e, conseqüentemente, temporais.

CONTRIBUIÇÕES DE JÖRN RÜSEN

Rüsen, em sua obra, busca “apreender cognitivamente o campo da experiência do histórico” a partir de três pontos: a “mobilidade temporal da dinâmica do mundo próprio à vida humana”; a “temporalidade como fonte principal da significância”; e “a fonte de sentido da temporalidade como fator do pensamento histórico” (RÜSEN, 2015, p. 117-118). Ou seja, as teorizações de Rüsen buscam compreender e elaborar o sentido histórico com e através da temporalidade, apreendendo os universais antropológicos que são, conseqüentemente, o que marcam a mobilidade temporal da finitude da vida humana.

Rüsen recorre à antropologia histórica de Jacob Burckhardt, que descreve como fundamento antropológico da história e seu ponto de partida o “homem que age e sofre” (RÜSEN, 2015, p. 117-118). Aqui cabe, então, uma importante diferenciação. Burckhardt, historiador do século XIX, estava inserido em um período fortemente marcado por duas grandes filosofias: a filosofia da história e a antropologia filosófica (COSTA, 2013, p. 159). Enquanto a filosofia da história busca a mudança temporal das formas existenciais, marcada pelas suas etapas teleológicas, a antropologia pensa o ser humano na realidade concreta e na finitude de sua existência.

Assim, Rüsen denomina o pensamento antropológico de Burckhardt como uma antropologia histórica, que vai contra as clássicas filosofias da história e do progresso, pois, ao contrário dessas filosofias, ela apreende uma constante no mutável, o caráter humano nas transformações históricas: o homem agente e sofrendor; já que “só a mutação, ainda que seja

dolorosa, perpetua a vida” (BURCKHARDT, 1961, p. 263) e que “a essência da história é sua eterna mutabilidade” (BURCKHARDT, 1961, p. 33). Esse caráter puramente humano é onde se inclui a “fonte de sentido do pensamento histórico” para Rüsen, pois o sentido surge não apenas da agência humana, mas também do sofrimento que daí decorre. A tarefa, então, é identificar o que se mantém naquilo que se transforma, superar a oposição entre filosofia da história e antropologia histórica, já que a “história só se constitui ao preço de uma desistorização radical na antropologia”. Porém, sem elaborar uma “antropologia a-histórica” que não considera a mudança, pois o “constante e o duradouro deve ser visto e interpretado, por princípio, como o variável, o mutável e o mutante” (RÜSEN, 2015, p. 118).

Rüsen, dessa forma, busca esboçar, a partir das estruturas de finitude de Koselleck e do homem que age e sofre de Burckhardt, as bases para uma “filosofia da história em bases antropológicas” (RÜSEN, 2015, 119). O mundo e a história são mutáveis, mas se contituem e são possibilitados, também, por elementos de oposição e tensão que são constantes. Esse elementos constantes são as estruturas de finitude de Koselleck, que dinamizam o caráter temporal da existência humana e regem as pessoas e os grupos humanos.

As estruturas poder matar e ser morto, amigo e inimigo, interior e exterior e senhor e servo, inicialmente elaboradas por Koselleck, são mantidas por Rüsen no seu esboço. A questão da geratividade (ou generacionalidade), para Rüsen, pode ser explicitada na tensão entre outras categorias que ele propõe. Sobre isso o autor escreve que:

“Koselleck só tocou o elemento dos universais antropológicos, decisivo para o pensamento histórico, na forma da relação entre gerações. Tampouco desenvolveu, no plano de sua proposta de uma teoria transcendental da história, o conceito de um tempo direcionado. No entanto, sem um tal direcionamento determinante não se teria a forma narrativa do saber histórico; nada se tem a narrar” (RÜSEN, 2015, p. 119).

As outras quatro categorias permanecem no esboço de Rüsen e são adicionadas de outras categorias que o autor considera relevantes: a relação entre natureza e cultura, em que a vida humana se delimita e se autoafirma; a tensão entre acima e abaixo, que constitui as hierarquias; a relação entre centro e periferia, que firma as relações sociais, econômicas e espaciais;

a tensão entre homem e mulher, que introduz a questão do gênero; a oposição entre jovem e idoso, que ultrapassa a questão geracional e fundamenta também posições de *status*; a relação do poder e impotência, que rege as relações de poder; a tensão entre o agir e o sofrer, formando os ideais de felicidade que sustentam a vida; a relação tensa entre pobre e rico, delimitando o acesso a bens; tensão entre individualidade e sociabilidade (coletividade), que configura a subjetividade humana; a relação entre consciência e inconsciência acerca das tendências do agir humano, fundamentando a vida mental humana; a relação entre imanência e transcendência quanto ao mundo, que formam as estruturas da interpretação do ser humano e do mundo, contrapondo as visões religiosas e seculares; a tensão entre humano e não humano, que forma a concepção do que significa ser humano, podendo ir além e delimitando relações biopolíticas; e, finalmente, a tensão entre bem e mal, que fundamenta a a regulação ética e moral da humanidade (RÜSEN, 2015, p. 119-120).

As categorias demarcam a rede de relações conflituosas que efetivam a história e a vida humana em si, vindo daí, então, a dimensão antropológica de tais estruturas. Além disso, a determinação antropológica fundamenta, também, a temporalidade e a constituição de sentido histórico da rede de universais.

Por serem determinantes da vida humana, as oposições e tensões fundamentais e universais, antropológicamente falando, mostram sua determinação temporal, sua “mobilidade temporal”, pois a vida humana é “fundamentalmente temporal” (RÜSEN, 2015, p.121). A existência humana não se dá de forma estática e acontece pela possibilidade de mudança. A rede de tensões que estabelece a história e a vida é, então, chamada de “gerador antropológico de temporalidades” (RÜSEN, 2015, p.121).

Essa rede de oposições também fundamenta, para Rösen, uma constituição de sentido que se baseia em “elementos prévios de sentido” (RÜSEN, 2015, p.122). Esses elementos marcam a antropologia da historicidade humana, em que a operação interpretativa frente às relações de oposição da existência envolvem o acontecimento em um “direcionamento

significativo”, por esse acontecimento estar em uma relação com o passado, o presente e o futuro, de forma vivível e categorialmente, podendo ser ordenado cronologicamente. O elemento humano aqui é, porém, a consciência com que os humanos se defrontam com acontecimento e constituem sentido para lidar com a condição dada e viver com elas e por elas, fazendo-os ir além delas também (RÜSEN, 2015, p.124).

Essa constituição de sentido dá caráter evolutivo para as relações fundamentais da existência e as torna vivíveis, relacionando o passado e o presente de forma intergeracional. Torná-las vivíveis tornam as mudanças evoluções direcionadas e torna o processo genuinamente histórico, “a antropologia se torna uma filosofia da história” (RÜSEN, 2015, p.129), efetivando a possibilidade dos viventes se dirigirem ao presente histórico. Assim o é porque o presente e o passado são determinados pelos mesmos universais fundamentalmente antropológicos.

AGIR E SOFRER

Aqui cabem duas críticas às novas categorias introduzidas por Rösen. Excluindo as categorias elaboradas por Koselleck, grande parte das novas relações de oposição parecem ser simples desdobramentos, e não ampliações de fato, das oposições koselleckianas. Rösen admite que a lista pode ser ampliada ainda mais e que algumas dessas tensões podem ser hierarquizadas (RÜSEN, 2015, p.121). Porém, parece que o mero desdobramento das estruturas de Koselleck poderia resultar em uma miríade de novas categorias que estariam contidas na estrutura originária. Por exemplo, as relações de tensão entre natureza e cultura e humano e não humano são facilmente encaixáveis na categoria interior e exterior de Koselleck. Da mesma forma, as relações entre pobre e rico, homem e mulher, idoso e jovem, acima e abaixo poderiam se encaixar nas relações de hierarquia estabelecidas pela categoria senhor e servo.

A segunda crítica se refere ao fato de que Koselleck é bem-sucedido na intenção de propor estruturas universais, enquanto Rösen falha nessa tarefa. Alguns pares propostos pelo autor, pretendendo uma universalidade,

são identificados apenas em sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, não sendo, dessa maneira comuns a todos os existentes. Relações de tensão entre pares como o de natureza e cultura ou imanência e transcendência não seriam próprios de sociedades originárias em que não há propósito de diferenciação ou delimitação entre a natureza e a cultura, pois isso não configura uma oposição carregada de tensão, já que os existentes o são em um mesmo plano, situação essa que vai de encontro à noção de imanência e transcendência. Nesse caso, então, Rūsen apresenta uma visão extremamente eurocêntrica e ocidentalizada, não considerando outras expressões ou concepções de outros existentes.

O que se destaca aqui é o par agir e sofrer, que de fato amplia a discussão elaborada por Koselleck e lança novas problemáticas para a questão das estruturas de finitude. O próprio Rūsen constata que, dentro da rede de hierarquias que constitui os universais, essa oposição “adquire o caráter de um princípio fundante” (RŪSEN, 2015, p.121). Isso porque a agência humana não pode ser analisada sem a presença opositiva do sofrer. As experiências oriundas das oposições listadas até aqui se tornam experiências de sofrimento que precisam de superação. A mutação pode ser um desafio angustiante, mas é isso que perpetua a vida (e a história), recorrendo aqui, mais uma vez, à citação de Burckhardt feita anteriormente.

A relação oposta aqui, então, mostra a agência humana que advém do sofrimento, surgindo, aí, a “estrutura propulsora e intencional”, que faz com que os viventes tentem constantemente superar as condições dadas e as tensões resultantes das oposições universais, bem como a busca incansável pelo ideal de satisfação de suas carências e da felicidade, ideais que derivam da própria oposição entre o agir e o sofrer. Traço que destaca os humanos de outros animais é consciência do próprio sofrimento e a incitação a superá-lo. Os seres humanos vivem, portanto, com a condição assimétrica entre a exigência de superação do sofrimento e a satisfação de suas carências.

Além da relação do agir e sofrer estar presente nas próprias relações de tensão, Rūsen identifica que ser “arremessado” em um mundo em que preexistem tais redes de condições de existência já configura sofrimento,

um sofrimento, nesse caso, “especificamente humano” (RÜSEN, 2015, p.123). A superação das tensões, então, está intrinsecamente ligada à superação do sofrimento essencialmente humano e configurados de história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto até aqui, pode-se afirmar dois pontos: em primeiro lugar, Rösen, de certa maneira, falha na intenção de ampliar de fato as categorias possibilitadoras de história elaboradas por Koselleck e de manter esses desdobramentos com caráter universal; segundo, que pode ser tranquilamente apontada a centralidade da relação tensa entre a agência humana e o sofrer, bem como do sofrimento em si mesmo. A rede antropológica de oposições e as tentativas de superação da tensão proveniente delas são submetidas à estrutura propulsora vinda do sofrimento, podendo ser apontado como o conceito chave no “gerador antropológico de temporalidade”, conforme conceituado por Rösen.

É pertinente, ainda, apontar as lacunas deixadas por Rösen em suas teorizações, bem como especular possíveis direções para aprofundamento da discussão. As lacunas que podem ser identificadas no texto de Rösen vão no sentido de quê: primeiro, o autor ocupa pouco da discussão para refletir sobre o sofrimento em si; segundo, o autor não tenta articular as teorizações históricas acerca do sofrimento com teorizações de caráter filosófico, elaboradas por autores hoje consagrados por pensar o tema. A terceira lacuna, identificada pelo próprio autor, é que, apesar de não faltarem articulações do sofrimento no campo da experiência histórica, em especial na religião e na arte, não há reflexões de como o sofrimento entra, ou é deixado de lado, pela constituição histórica de sentido (RÜSEN, 2015, p.123).

As hipóteses que podem ser levantadas para a resolução desses problemas, principalmente das duas primeiras lacunas, se direcionam para a discussão mais aprofundada do tema do sofrimento em si, principalmente a partir de autores da filosofia contemporânea que se ocupam dessa discussão, nomeadamente Arthur Schopenhauer. Muitas das ideias e teorias do filósofo parecem se fazer presentes no texto de Rösen de forma indireta,

como, por exemplo, a ideia do sofrimento, advindo da manifestação da vontade, resultante da busca pela superação de carências e a ideia do pêndulo da vida, caracterizado pela dor e pelo tédio (DEBONA, 2019, p. 69-73).

A resolução da terceira lacuna poderia vir, nesse caso não só da análise de textos filosóficos a partir da História Intelectual e da Teoria da História, mas também da articulação teórica entre os temas, podendo se encontrar um entendimento satisfatório para uma questão relevante para a Teoria da História, como aponta o próprio Rösen.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- COSTA, Lorena Luciana Brandão. **A Concepção De Homem E As Crises Históricas Em Jacob Burckhardt: Uma Reflexão**. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 5, n. 9, p.159-177, jun. 2013.
- DEBONA, Vilmar. **Schopenhauer**. São Paulo: Ideias e Letras, 2019.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

POR UMA DIDÁTICA DA ARQUEOLOGIA: AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO

MURILO DE MELO PENHA
GRADUANDO EM HISTÓRIA (UFSM); BOLSISTA PRE-
GEOPARQUES
MURILOPENHA96@GMAIL.COM

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intenção pensar no ensino da arqueologia e pré-história geral no espaço escolar por meio de ações que estimulem a cognição, criatividade, lógica e que tentem complementar a teoria dada em sala de aula. Usaremos como exemplo oficinas que já foram elaboradas pelo Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA-UFSM) e que já foram, ou não, aplicadas em escolas. Fazem parte destas ações as oficinas de escavação simulada, remontagem arqueológica, produção de cerâmica e arco e flecha, assim como uma exposição guiada com o auxílio de maquetes. Sendo que as oficinas de remontagem arqueológica, produção cerâmica e arco e flecha já foram aplicadas e serão mais aprofundadas neste trabalho bem como o processo de preparação e execução das mesmas, deste modo salientando possibilidades para o ensino desta temática em sala de aula para assim contemplar as múltiplas inteligências existentes, assim como valorizar outras formas de aprender que diferem do tradicional.

A educação patrimonial é uma ferramenta primordial para tornar um passado longínquo, muitas vezes já desvinculado do público alvo de suas ações, ou até um período mais contemporâneo palpável para um público alvo, criando assim mecanismos que desenvolvam, instiguem e auxiliem a compreensão, uma vez que, a história é uma ciência que lida com a subjetividade de tempos que não nos são mais acessíveis (GUARINELLO, 2003). Podemos ver uma boa definição da educação patrimonial no trecho a seguir:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura [...] o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural [...] num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Ou seja, além de pensar em uma metodologia de ensino, a educação patrimonial visa trazer as realidades propostas para perto do público alvo, e, assim causar uma apropriação para os mesmos, tornando-os assim parte deste processo que até então estava completamente descolado do seu contexto. O Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA – UFSM) desenvolve ações neste âmbito desde antes da sua criação, já que ele é a fusão do Núcleo de Estudos de Patrimônio e Memória (NEP – UFSM) com o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA – UFSM), sendo que os projetos de educação patrimonial do laboratório são a continuação dos que já estavam em voga no antigo NEP. Sendo assim, neste trabalho abordaremos as oficinas pensadas pelo grupo sob a orientação do professor Dr. André Luis Ramos Soares para o ensino da arqueologia e pré história de uma maneira lúdica que tentam despertar interesse e proximidade desta prática/realidade entre os alunos e alunas.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO DO PASSADO

É notável que os educandos muitas vezes se sentem distantes dos conteúdos vistos na aula de história, uma vez que grande parte do tempo

as mesmas se referem a um passado muito remoto que torna o conteúdo pouco palpável, e, de certa forma “descolado” da realidade dos mesmos. Quando falamos de arqueologia e da pré história essa fronteira se distancia ainda mais, tanto temporal por meio da abstração dos milhares de anos que devem ser “rebobinados” quanto pelo fato da arqueologia ser vista como algo apenas do círculo acadêmico. Quando ferramentas não são pensadas para tornar estes temas palpáveis no âmbito escolar o resultado pode ser o que aponta Elza Nadai (1993, p. 143) quando afirma que o esgotamento educacional é visível no ódio que os jovens têm pela história como disciplina. Ou ainda na famigerada ideia que a disciplina de história é apenas uma “decoreba” de coisas do passado que pouco ou nada tem a ver com a sociedade que estes discentes estão inseridos. A educação patrimonial se insere neste contexto então para tentar “nadar contra esta corrente” desenvolvendo formas de aproximar a realidade das pessoas as realidades vistas em sala de aula. Nas palavras do próprio coordenador do laboratório, podemos ver a educação patrimonial como:

(...) uma metodologia que procura mostrar aos cidadãos de uma determinada comunidade a importância que os elos de seu passado possuem com o seu tempo presente. Através dessas ações educativas procura-se realizar a recuperação cultural restituindo o passado histórico e sua importância à atualidade e, como resultado a valorização do que diferencia tal comunidade no conjunto de outras comunidades. Nesse caso, a utilização de materiais lúdicos, como a maquete, pode e na maioria das vezes contribui para melhorar o desempenho escolar discente, bem como o docente que se sente incentivado à pesquisa e a História Ensinada, além de conscientizá-lo nas temáticas históricas tratadas, seja sobre as questões ligadas ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Expressa nas leis 10.639/3 e 11.645/8 contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013. (SOARES, 2016, p. 233 e 234.)

O desenvolvimento das oficinas do LASCA, apelidado por nós como “pacote de educação patrimonial” incorpora várias temporalidades, sendo que as que serão trabalhadas neste trabalho são as com temáticas referentes a pré história e arqueologia. São estas a oficinas de escavação simulada, remontagem arqueológica, produção de cerâmica, arco e flecha e maquetes que serão apresentadas agora.

ESCAVAÇÃO SIMULADA E REMONTAGEM ARQUEOLÓGICA: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

A oficina de escavação simulada e a de remontagem arqueológicas se complementam quando falamos da prática da arqueologia e quais são os processos necessários para se formular o saber sobre os povos estudados. A atual equipe do laboratório ainda não teve a oportunidade de por em prática a oficina de escavação simulada, uma vez que ela demanda um espaço físico específico, quadra ou caixas de areia, e, uma preparação desse espaço com certa antecedência.

A oficina consiste em dividir o espaço disponível em quadriculas de um metro por um metro, ou menos, e após uma explicação sobre a metodologia e técnica de escavação se libere a turma para tentar encontrar os artefatos utilizando o conhecimento que lhes fora passado. Após esgotadas as quadriculas a oficina passa para a segunda etapa, a da remontagem.

A oficina de remontagem já foi posta em prática pela equipe do laboratório, uma vez que ela e a oficina de escavação simulada podem ocorrer separadamente também. Esta consiste na prática dos arqueólogos e arqueólogas no laboratório com o acervo. Para isso são levadas réplicas de vasijas arqueológicas que foram quebradas para que a turma tente remontar como um quabra cabeça tridimensional (figura 01) para após isso fazer o desenho da peça inteira e uma pequena descrição da função que aquele artefato pode ter tido para o grupo hipotético que o produziu. Após isso é feito um debate sobre as conclusões dos discentes sobre estas peças e se os mesmos acertaram em suas suposições. Vale a pena ressaltar que o LASCA dispõe kits de remontagem com várias peças, de várias temporalidades, para serem utilizadas nestas atividades.

Figura 01 – Oficina de remontagem arqueológica



PRODUÇÃO DE CERÂMICA: OS DISCENTES ENQUANTO CRIADORES DA CULTURA MATERIAL

A oficina de produção de cerâmica demanda um espaço que pode, e com certeza irá, ser sujo e molhado. Quanto aos materiais necessários listamos a argila, que pode ser tanto a comercial, encontrada em olarias quanto a extraída de alguma fonte natural, como um açude por exemplo, porém neste segundo caso é preciso ser feita uma etapa de higienização dessa argila.

A primeira etapa desta atividade é teórica, onde será passado aos discentes um histórico do uso da cerâmica ao longo da história, com enfoque no impacto de tal advento no cotidiano destes grupos, principalmente os indígenas da América do Sul, assim como apresentar as técnicas de produção da mesma por estes grupos, como por exemplo o modelado e o arcodelado. Após esta primeira etapa os alunos receberão um bloco de argila para tentarem reproduzir a cadeira operatória da produção cerâmica (figura 02). Ao fim da atividade, são apresentadas as próximas etapas da produção cerâmica, que não estão presentes nesta oficina, o da secagem, que leva alguns dias e a posterior queima, que transformará a argila em cerâmica.

Figura 02 – Produção de cerâmica



ARCO E FLECHA: A BUSCA DISCENTE PELO ALMOÇO

A oficina arco e flecha pode ser encarada como uma das que demanda maior investimento para ser feita, uma vez que os arcos foram confeccionados pela nossa equipe com canos de PVC e fio encerado. Os canos foram aquecidos com o calor auxílio de uma fogueira para serem modelados a adquirirem o formato de arco. Após resfriados o fio era trançado e preso aos arcos. O resultado final pode ser visto na figura 03, lembrando que todos arcos foram bem testados antes de serem utilizados nas oficinas. Já as flechas foram compradas, o que gerou o maior gasto da oficina. A atividade também possuía dois alvos que representavam duas pacas (*Cuniculus paca*), animais típicos da América Central e da América do Sul, feitas com garrafas de água sanitária revestidas com papel e pintadas com as cores deste animal.

A atividade demanda um cuidado especial com a segurança, afinal flechas serão lançadas por alunos, então é de extrema importância que um local isolado do resto da escola seja escolhido, e que os alvos fiquem de um lado que não possua trânsito de pessoas. O primeiro passo desta oficina é

Figura 03 – Arco produzido pela equipe do LASCA



fazer um apanhado geral sobre os usos dos arcos, principalmente entre os indígenas da América do Sul. A dinâmica da atividade é explicada, sempre com o enfoque para com a segurança, são feitas então fileiras, uma para cada arco, e as flechas são distribuídas entre as fileiras. A atividade só pode começar quando houver a autorização, e só é permitido que as flechas sejam recolhidas do chão ou do alvo após todas serem utilizadas. E assim sucessivamente, quando as flechas terminam aquele aluno que estava com o arco vai para o final da sua fila e o próximo atira como podemos ver na figura 04.

Um pequeno desafio é lançado ao se iniciar a atividade: aqueles que não acertarem o alvo (paca) não almoçariam naquele dia, isso no início é visto com estranheza pelos alunos, até que com o decorrer da atividade eles vão percebendo a relação da caça com a subsistência daqueles grupos, assim como a percepção do quão difícil é acertar as pacas (alvos), mesmo elas estando paradas, o que possibilita uma reflexão sobre a complexidade destes grupos e como primitivo e fácil não são sinônimos. Notou-se também que

foi se criando um senso de coletividade, onde os estudantes que acertavam o alvo e “garantiam o almoço” se dispunham a “dividir o alimento” com os colegas que não o conseguissem alcançar tal objetivo

Figura 04 – Oficina de Arco e flecha



MAQUETES: O COTIDIANO PRÉ HISTÓRICO EXPRESSADO

A oficina de maquetes não é bem uma oficina, e sim uma aula interativa, onde são expostos vários grupos, presentes principalmente no sul do atual Brasil, e as suas respectivas maquetes, que tentam recriar o cotidiano destes grupos. Para toda maquete produzida é feita uma longa pesquisa levantando dados históricos e arqueológicos destes grupos para assim ter o embasamento necessário para produzir um modelo mais fidedigno possível. Os materiais utilizados para a produção são: isopor, areia para revestir este isopor, massa de biscoito para modelar as pessoas, animais, artefatos e afins, entre outros, dependendo da cena que está sendo montada. Atualmente o laboratório possui tanto maquetes históricas quanto pré históricas, sendo que aqui nos referiremos ao segundo grupo.

Para este trabalho falaremos sobre o acervo de maquetes que tratam do cotidiano pré colonial nas Américas. Possuímos neste recorte cinco maquetes prontas para uso nesta atividade, são elas: Sambaquis, casa guarani,

aldeia guarani, casas subterraneas e cerrito. Para além dessas possuímos uma maquete evidenciando a diferença entre a arqueologia e a paleontologia. Por meio destas maquetes, uma aula que até então seria apenas teórica ganha forma e vida diante os alunos possibilitando uma relação mais próxima destes com o passado mais remoto. Podemos ver exemplos destas maquetes nas figuras 05, 06 e 07 a seguir.

Figura 05 – Maquete sobre os povos Sambaquis



Figura 06 – Maquete sobre a Casa Guarani



Figura 07 – Maquete sobre os Cerritos



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial é uma ferramenta indispensável contra a monotonia que a sala de aula pode proporcionar, os estímulos que podem ser causados ao utilizar de metodologias práticas de ensino podem colaborar, e muito, no aprendizado e criar uma proximidade do passado com o corpo discente. É imprescindível que cada vez mais os professores se utilizem de metodologias que levem em conta o tanto o fator lúdico quanto transformar os alunos e alunas em agentes ativos do processo de aprendizagem, o que é o principal objetivo deste artigo. O Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA – UFSM) está aberto para visitas de escolas, sob agendamento prévio, e também se dispõe a levar estas oficinas para as escolas para que estas metodologias se popularizem cada vez mais até o ponto que deixem de ser exceção no ambiente escolar, passando a ser incorporadas de fato pelo corpo discente munidos desta ferramenta para ressignificar os modos de aprender a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 12.000 anos de História: Arqueologia e Pré-história do Rio Grande do Sul** (2013). Porto Alegre, RS.: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BESSA, Valéria da Hora. **Teorias da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE, 2008.
- NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, nº 25/6. São Paulo, ANPUH, 1993, p. 143-162.
- KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes indígenas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.
- LOPES, W. M.; SOARES, A. L. R. **As maquetes no ensino formal: dinamicidade nas aulas de história através do lúdico**. In: Sergio Celio Klamt; André Luis Ramos Soares. (Org.). Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial. 1ed.: 2010.

SEFFNER, F. Aprender e ensinar história: como jogar com isso?. In: Marcello Paniz Giacomoni; Nilton Mullet Pereira. (Org.). **Jogos e Ensino de História**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013, v. 1, p. 26-46.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

SEFFNER, F. Aprendizagens significativas em história: critérios de construção para atividades em sala de aula. In: Marcello Paniz Giacomoni; Nilton Mullet Pereira. (Org.). **Jogos e Ensino de História**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013, v. 1, p. 48-63.

SOARES, A. L. R. et al. **DINAMICIDADE NO ENSINO FORMAL – RESGATE HISTÓRICO ATRAVÉS DE MAQUETES**. Revista História e Diversidade, Cáceres, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/223>.

SOARES, A. L. R.; MOCH, V. U. ; BOUFLEUHER DA SILVA, Eduarda; PENHA, M. M. **MAQUETES COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**. In: III ENIPAC Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural, 2016, Joinville, SC. ANAIS III ENIPAC Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural. Joinville, SC: Editora Univille, 2016. v. 1. p. 175-180.

SOARES, A. L. R.; QUEVEDO, J. **O USO DE MAQUETES NA HISTÓRIA ENSINADA – ELABORANDO A HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**. Revista Labirinto, Universidade Federal de Rondônia, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1814/1617>.

HEROICOS CAVALEIROS E DONZELAS INDEFESAS: ANÁLISE DO FILME EXCALIBUR, A ESPADA DO PODER (1981)

RAMIRO PAIM TRINDADE JUNIOR
GRADUANDO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
RAMIROPAIM@HOTMAIL.COM

RESUMO

Será exposta a pesquisa intitulada “O Cavaleiro do Escudo de Dragão: Análise da Representação do Mito Arturiano no Filme *Excalibur* (1981)”, que busca identificar como o Cavaleiro Arthur é representado e o que isso pode nos informar sobre a época na qual está inserida a obra cinematográfica e a respeito das visões da década de 1980 sobre a Cavalaria medieval. Expomos de maneira sucinta como será nossa metodologia e quais os principais referenciais teóricos que utilizaremos. Somado a isso também são exibidas algumas hipóteses iniciais a respeito da fonte fílmica na qual pudemos perceber, em um estudo preliminar da mesma, um enfoque nas figuras masculinas, bastante valorizadas e, ao mesmo tempo, um olhar negativo sobre as personagens femininas, representadas de maneira estereotipada e negativa. Tais características são, na nossa opinião, um reflexo do momento histórico no qual o filme foi composto, conforme discutimos brevemente abaixo.

Palavras-chave: Cavalaria; Cinema; Lendas Arthurianas.

Aqui apresentamos a pesquisa intitulada: O Cavaleiro do Escudo de Dragão: Análise da Representação do Mito Arturiano no Filme Excalibur

(1981), que busca identificar como o Cavaleiro Arthur é representado nessa película, e o que isso pode nos informar sobre a época na qual a mesma estava inserida e a respeito das visões da década de 1980 sobre a Cavalaria Medieval. Nesse sentido, dentro da perspectiva da Nova História Cultural, se problematizará a fonte e se fará um diálogo da mesma com seu roteiro e com a obra literária *A Morte de Artur*, escrita por Thomas Malory no século XV. Porém, nessa etapa da pesquisa nos detemos apenas na discussão do filme em si, conforme exposto a seguir.

A temática central desse trabalho é a análise dos discursos e representações produzidas pela contemporaneidade a respeito da Idade Média. Mais especificamente, se buscará elucidar qual o principal discurso associado ao personagem do Rei Arthur enquanto um Cavaleiro medieval. Nesse sentido, tornar clara a construção do mesmo, como foi feita e quais as possíveis motivações para a mesma. Para isso, um dos objetivos é destacar as características do personagem que se aproximam e afastam do Cavaleiro clássico construído nas ficções do século XII e XV, explicando as possíveis razões para isso e como podem se relacionar, entre outras coisas, com o contexto de retorno ao conservadorismo moral na política estadunidense.

Somado a isso será feita uma comparação entre o roteiro, alguns capítulos da obra na qual o mesmo foi baseado (o livro *A Morte de Artur* de Thomas Malory) e o filme propriamente dito. Serão utilizadas apenas as partes da obra literária que efetivamente foram empregadas na construção do roteiro, uma vez que ela não foi transcrita integralmente, provavelmente devido a sua grande extensão. Foi selecionada uma grande quantidade de capítulos, mas os mesmos apresentam um tamanho reduzido, em média 1 a 2 páginas apenas. Buscaremos por omissões, adaptações ou substituições e as possíveis razões para as mesmas.

Além disso se buscará comparar o personagem Artur com os outros Cavaleiros presentes no filme, quais sejam, Lancelote, Perceval e Mordred, a fim de expor as diferenças e semelhanças entre eles, e a contribuição delas na criação do personagem principal. Somado a isso, também se buscará elucidar aspectos do Medieval que se encontram presentes na fonte escolhida,

isto é, reminiscências medievais que ajudaram a construir o discurso contido na figura arturiana. Ao mesmo tempo, se objetiva destacar as medievalidades da mesma, quer dizer, elementos associados à Idade Média, mas que, na verdade, são da década de 1980 e erroneamente atribuídos ao período histórico entre 476 e 1453. Dessa maneira concordamos com o historiador José Rivair Macedo quando define tais ideias nos seguintes termos (MACEDO, 2009, p. 15):

Por ‘reminiscências medievais’ devem-se entender as formas de apropriação dos vestígios do que um dia pertenceu ao Medievo, alterados e/ou transformados com o passar do tempo. Nesta categoria encontram-se, por exemplo, as festas, os costumes populares, as tradições orais de cunho folclórico que remontam aos séculos anteriores ao XV e que preservam algo ainda do momento em que foram criados, mesmo tendo sofrido acréscimos, adaptações ou alterações no decurso dos séculos.

Da mesma forma vamos ao encontro de sua visão sobre medievalidades (MACEDO, 2009, p. 16-17):

[...] defrontamo-nos com uma das manifestações mais tangíveis da ‘medievalidade’, em que a Idade Média aparece apenas como uma referência, e por vezes uma referência fugidia, estereotipada. Assim, certos índices de historicidades estarão presentes em manifestações lúdicas, obras artísticas ou técnicas de recriação histórica (na reconstituição erudita do canto gregoriano ou das cantigas dos trovadores ou nas atividades de recriação histórica de torneios, feiras, festas, cutelaria ou culinária ‘medieval’), mas a Idade Média poderá vir a ser uma realidade muito mais imprecisa na inspiração de temas (magos, feiticeiros, dragões, monstros, guerreiros, assaltos a fortalezas) produzidos pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural.

Nosso recorte temporal abarca o período entre as décadas de 1970 e 1980, onde está inserida a fonte principal a ser analisada, o filme *Excalibur, A Espada do Poder* (1981) dirigido pelo cineasta inglês John Boorman (1933-), e também o seu roteiro, escrito por Boorman e pelo roteirista inglês Rospo Pallenberg (1939-). A espacialidade dessa pesquisa engloba os Estados Unidos da América, onde a produção cinematográfica foi executada.

A análise das representações e discursos envolvidos na construção do Cavaleiro Artur contará com uma abordagem de diferentes aspectos da fonte principal, isto é, o filme *Excalibur*, pois se entende que cada um, a sua maneira, contribui na produção de sentido. Assim não se considera suficiente uma mera interpretação dos elementos textuais contidos na mesma, como os diálogos, por exemplo. Desse modo, a metodologia será diversificada, com uma problematização dos vários discursos contidos na produção, quer dizer, se atentará para as mensagens produzidas através do figurino, fotografia, cenários, trilha sonora, sonoplastia, roteiro, entre outros. Para tanto utilizaremos a obra *A Arte do Cinema: uma introdução*, escrita pelos teóricos estadunidenses David Bordwell e Kristin Thompson, especialistas na Sétima Arte e que abordam em detalhes esses itens, além de outros tópicos extremamente relevantes para nosso estudo.

Entendemos que as produções audiovisuais são um objeto de estudo relevante, pois podem ser consideradas verdadeiras agentes sociais, na medida em que divulgam determinadas visões de mundo as quais influenciam ativamente seu público consumidor (VALIM, 2012). Tal fenômeno é fomentado pelo fato de que o público, no geral, tende a aceitar sem contestação as representações do passado contidas na tela, uma vez que, em geral, não possuem um saber aprofundado sobre determinada realidade histórica. De tal maneira que, nas palavras precisas do historiador francês Marc Ferro: “noticiário ou ficção, a realidade cuja imagem é oferecida pelo cinema parece terrivelmente verdadeira” (FERRO, 1992, p. 85). Um exemplo clássico disso é o filme *O Nascimento de uma Nação*, dirigido por D. W. Griffith em 1915, que ajudou a disseminar vários estereótipos a respeito das populações afrodescendentes, o que contribuiu para o racismo estrutural presente na sociedade estadunidense.

Além disso, entendemos que, muitas vezes, a principal visão que o público leigo terá sobre determinado período ou fato histórico não é a exposta no ambiente escolar, mas sim aquela contida em alguma obra audiovisual, uma vez que as mesmas geralmente possuem um grande impacto, isto é, são bastante memoráveis. De tal maneira que estudar as representações

produzidas pelo Cinema fornece subsídios para se compreender qual visão do passado foi difundida para um grande público. Nesse sentido, se nota nos últimos anos um interesse e popularidade crescente da Idade Média na cultura popular, o que fica evidente no sucesso de séries atuais como Vikings (2013 – 2020), Game of Thrones (2011 – 2019) e Knightfall (2017 –).

A época em que a obra cinematográfica aqui analisada foi produzida certamente exerceu alguma influência sobre a mesma, principalmente por ser um momento de mudanças importantes na sociedade e na indústria cinematográfica como um todo. Nessa última uma das principais mudanças foi que as histórias passaram a ser mais convencionais, isto é, no sentido de possuírem um roteiro dividido rigidamente em três atos, que giram em torno de um enredo principal onde o (a) personagem tem um arco narrativo, quer dizer, sofre transformações na sua personalidade ou caráter ao longo do tempo (BORDWELL; THOMPSON, 2003, p. 687).

Nesse mesmo período a política estadunidense entrou em contexto conservador e de reaquecimento da Guerra Fria, associado com a vitória do presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989), onde se passou a valorizar cada vez mais os valores considerados tradicionais desse país, como a ideia do *selfmade man*, o indivíduo que graças ao seu esforço individual conseguiria se tornar bem-sucedido. Nesse sentido eram enfatizadas imagens conservadoras ao se tratar de relações familiares e aspectos morais, além de um predomínio masculino nas relações interpessoais e uma apologia aos comportamentos relacionados com as ideias de dedicação e honra. (SILVA, 2017).

Por essa ótica, em um exame preliminar do filme fomos capazes de perceber várias influências desses valores. Em primeiro lugar temos a figura de Uther Pendragon (Gabriel Byrne), pai do rei Arthur, exibido como um guerreiro muito habilidoso e valente, algo que é exaltado através da trilha sonora que toca quando ele aparece em tela e em um conjunto de cenas onde derrota vários inimigos.

Outras duas características do mesmo são a agressividade e a impulsividade. Quando, por exemplo, o mago Merlin (Nicol Williamson) lhe pede

que faça uma trégua e dialogue com o duque Cornwall (Corin Redgrave), seu inimigo, ele replica com escárnio: “Conversa! Conversa é coisa de amantes” (EXCALIBUR, 1981, 03min08s-03min11s). Nesse sentido, mais tarde, quando vê a mulher de Cornwall, é tomado pelo desejo de fazer sexo com ela, algo claro na atuação do ator e nas seguintes falas: “[Uther:] Preciso possuí-la. [outro cavaleiro:] Enlouqueceu? O pacto! [Uther:] Eu preciso possuí-la. [mesmo cavaleiro:] E arriscar tudo que conquistou?” (EXCALIBUR, 1981, 06min35s-06min52s).

Tal sentimento o faz romper a paz com Cornwall literalmente minutos após ter selado a mesma, o que gera uma grande reprimenda sobre Uther por parte de Merlin (EXCALIBUR, 1981, 08min19s-08min39s):

[Uther:] Precisa me ajudar, Merlin! [Merlin:] Preciso? [Uther:] Eu sou o seu rei. [Merlin:] Então precisa de mim, agora que estragou a trégua. Anos para conseguir, rápido para estragar. E por causa da lascívia! [Uther:] De Igrayne. Uma noite com ela. Você não entende, não é um homem.

Por conta disso entendemos que a obra constrói um determinado padrão de masculinidade, na figura de Uther, o qual ela critica, uma vez que as ações desse guerreiro têm consequências negativas, visto que o mesmo morre em uma emboscada, sem ninguém para lhe socorrer, e mergulha o reino em um período conturbado. Esse último ponto fica claro quando, anos após a morte de Uther, um abade idoso (Eamonn Kelly), que guarda a espada fincada na pedra, exclama em voz alta (EXCALIBUR, 1981, 25min04s-25min24s, grifo nosso):

Deus, mande-nos um rei de verdade. Nós somos indignos...mas **a terra sangra, o povo sofre**. Somos pecadores, mas nesta Páscoa...quando Cristo renasceu, que um destes cavaleiros...pela vitória, encontre a graça...de puxar a espada e tornar-se rei.

Outro personagem relevante é o rei Arthur (Nigel Terry), que, ainda que cometa certos erros, é retratado de maneira muito positiva, pois, em primeiro lugar, se atribui a ele a unificação da Inglaterra, como fica claro no trecho onde seus homens comemoram o fato de terem expulsado todos

os invasores da ilha, e gritam: “As guerras acabaram! Um país, um rei! Paz!” (EXCALIBUR, 1981, 55min28s-55min33s). Nesse sentido também é indicado explicitamente que a prosperidade do reino está diretamente ligada ao seu monarca, visto que uma das mensagens centrais do longa é que o rei e a terra estão fortemente conectados, ou, como diz o mago Merlin em certo trecho da história “Você será o país, e o país será você. Se você falhar, o país perecerá. Se você prosperar, o país florescerá” (EXCALIBUR, 1981, 31min36s-31min43s).

Nesse sentido, quando Arthur descobre a traição de Guinevere e Lancelot, e cai em uma espécie de depressão, a situação do seu território fica deplorável, o que é construído em tela, por exemplo, através de uma cena onde um cavaleiro cavalga por um campo desolado, no qual pessoas esfarrapadas pedem ajuda e perguntam do rei. A paisagem mostrada é cinza e azul, o dia está nublado, com um terreno cheio de lama, pasto morto e água, e pessoas que remexem o chão com paus, e algumas que lamentam a morte das suas crianças.

Somado a isso, mais adiante o personagem Lancelot é mostrado como alguém que, corroído pela sua culpa, se transformou em um eremita que coloca em palavras a trágica situação na qual todos se encontram (EXCALIBUR, 1981, 01h50min45s-01h51min23s):

Por todo lado há morte! Morte em toda parte! Todos vocês acabarão morrendo...pois ela é nossa companheira constante nesta vida sofrida...nesta paisagem...fatigada e trágica do vale das sombras. [...] Fome e pestilência. [...] E morte! [...] Deus abandonou o mundo.

E, para corroborar ainda mais essa visão de que o rei e seus domínios estão intimamente ligados temos, próximo ao final do filme, uma cena onde Arthur, logo após se recuperar de sua melancolia, cavalga junto com seus homens em um campo recém florido enquanto toca *O Fortuna*, canção da ópera *Carmina Burana* de Carl Orff (1895-1982), que dá um tom heroico e épico para essa ação dos guerreiros e contribui para reforçar a relação entre o monarca e a vitalidade dos seus domínios.

Por outro lado, o filme dá pouco destaque ao temperamento explosivo de Arthur, o qual além de causar a destruição de Excalibur, ainda que apenas por um curto espaço de tempo, também provoca grande desolação no reino, graças a sua reação abrupta diante da traição de Lancelot e Guinevere. Ao contrário, se enaltecem suas qualidades, principalmente ao final da trama, quando aparece como alguém magnânimo, que perdoa sua esposa apesar da traição perpetuada pela mesma, conforme aparece no trecho: “Guenevere... aceite o meu perdão...e descanse o seu coração. Já sofremos demais. Eu sempre te amei e ainda te amo” (EXCALIBUR, 1981, 01h57min25s-01h57min42s).

Lancelot (Nicholas Clay) é outro homem com destaque, caracterizado como o cavaleiro mais habilidoso da tábua redonda, além de extremamente honrado e fiel ao seu rei. Tanto que resiste até o último segundo a sua paixão pela rainha, com elementos que claramente remetem, para nós, a uma reminiscência medieval, o amor cortês. Isso porque há, por parte do guerreiro, a exaltação do sentimento de devoção pela sua amada, mas, ao mesmo tempo, ele mantém distância da mesma, se posiciona com um firme propósito de não concretizar essa paixão e coloca a satisfação do seu desejo em segundo plano. Nossa visão dialoga com aquela exposta pelo historiador francês Jérôme Baschet (BASCHET, 2006, p. 120, grifo nosso):

Com efeito, ele [amor cortês] põe em cena um **amor adúltero**, como no caso exemplar de **Lancelote do Lago, apaixonado por Guinevere, esposa do rei Artur**. Além disso, ele inverte a norma social de submissão da mulher em benefício de uma **exaltação desta**. [...] O amor cortês é, então, uma **ascese do desejo, mantido irrealizado tanto tempo quanto possível** para, com isso, crescer em intensidade e ser sublimado pelos feitos cavaleirescos realizados em nome da amada.

Isso fica claro em um trecho do filme onde o guerreiro se declara para Guinevere nos seguintes termos: “Eu sempre te amarei. Eu te amo como minha rainha...e como mulher de meu melhor amigo...e, enquanto você viver...eu não amarei outra” (EXCALIBUR, 1981, 59min33s-59min45s). Ademais, outro aspecto do guerreiro que nos chamou a atenção é que ele se redime de sua traição com Guinevere de uma maneira gloriosa, pois dá sua vida pelo seu monarca, e morre em batalha.

O terceiro indivíduo masculino importante é Perceval (Paul Geofrey) que recebe um grande destaque na história, com um tempo de tela próximo a toda a segunda metade da narrativa. Ele é apresentado como o único capaz de encontrar o Santo Graal, cálice sagrado da mitologia arturiana. Além do mais, também se mostra fiel ao seu rei o tempo todo, sem nunca vacilar, mesmo após ser tentado, em uma sequência de cenas, a desistir da sua busca. Quem faz isso é Morgana, que conseguiu reunir vários cavaleiros de Arthur para o seu lado, e tenta fazer o mesmo com Perceval, conforme exposto no seguinte trecho (EXCALIBUR, 1981, 01h41min47s-01h42min38s):

[Morgana:] Você procurou demais. Descanse. Beba, e junte-se a mim. [Perceval:] Boors! Você está aqui! Neliot! Você também! Vocês estão vivos. [Morgana:] O Graal não existe, como estes cavaleiros descobriram. Agora eles me servem. Há muitos prazeres no mundo, muitas taças para se beber...e será tudo seu. Beba. [Perceval:] Não!

Essa fidelidade, conforme já apontado, foi um dos valores que recebeu bastante destaque durante o contexto de produção da película, motivo pelo qual acreditamos ter sido tão enfatizada ao longo do filme.

Por fim há Mordred (Robert Addie), filho bastardo de Arthur com sua meia-irmã Morgana, que, ao contrário dos outros cavaleiros apontados acima, é caracterizado de maneira bastante negativa, como alguém arrogante e maligno, que se diverte com o sofrimento alheio e não se importa com ninguém além dele mesmo. Quando somos, por exemplo, introduzidos ao personagem, ainda criança (Charley Boorman), ele leva Perceval até uma árvore onde há vários homens enforcados e mortos, dá uma risada debochada e afirma, de maneira irônica: “Eles também estavam procurando [pelo Santo Graal], mas não eram muito bons” (EXCALIBUR, 1981, 01h40min17s-01h40min20s). Esses traços de personalidade se acentuam ainda mais quando o vemos já adolescente (Robert Addie), em uma sequência de cenas onde exige do seu pai o trono, de maneira ríspida e autoritária, conforme percebemos no trecho (EXCALIBUR, 1981, 01h46min38s-01h47min20s):

[Mordred:] Vim reivindicar o que é meu, pai. [Arthur:] Mostre-se. [Mordred retira o elmo e Arthur fala:] Não posso te dar o país...apenas o meu amor. [Mordred:] Isso é algo seu que não quero. Os cavaleiros fracassaram [na busca do Graal]. Estão todos mortos. Você também está morto. Eu voltarei e tomarei Camelot à força.

Próximo ao final da obra Mordred chega ao extremo de estrangular sua própria mãe até a morte, quando vê a mesma transformada em uma senhora idosa e fica tomado por ódio e desprezo pela mulher.

Por outro lado, todas as personagens femininas da trama são basicamente unidimensionais, quer dizer, suas ações e motivos não possuem complexidade, e servem muito mais como ferramentas para outros personagens ou para o avanço da história. Elas também possuem pouco ou mesmo nenhum protagonismo. Nesse sentido, Igrayne (Katrine Boorman), mãe de Arthur, quase não possui falas e se resume a meramente reagir aos acontecimentos da trama.

Além disso, Guinevere (Cherie Lunghi) inicialmente é exibida como o estereótipo da donzela incapaz de se defender e, portanto, que precisa ser salva pelo herói masculino, o rei Arthur. Mais adiante, é colocada como a principal responsável pela infidelidade conjugal realizada por ela e Lancelot, uma vez que esse último se refugia em uma floresta para não ter que encarar o fardo de a ver, mas a jovem dama vai até ele, e praticamente se atira sobre seus braços, o que, na nossa opinião, implicitamente diminui a culpa do cavaleiro pela traição contra o rei e colabora para construir uma visão negativa sobre a dama.

Como ela mesma fala para Arthur, próximo ao final do filme: “Eu te amei como rei...às vezes como marido...mas não se pode fitar demais o sol” (EXCALIBUR, 1981, 01h57min43s-01h57min52s). Ademais, ao final da história, a rainha se recolhe a um convento para dedicar sua vida a Deus, um encerramento que julgamos como de certa maneira punitivo e conservador, e radicalmente oposto ao de Lancelot, pois, como já citado, o mesmo desempenha uma morte heroica ao lado do seu rei.

Para completar o conjunto de personagens femininas temos a meia-irmã de Arthur, Morgana, caracterizada, quando criança (Barbara Byrne),

como alguém sem empatia, que não possui sentimentos de afeto, pois não esboça nenhuma reação diante do corpo de Cornwall, seu pai falecido, e meramente fecha os olhos do mesmo. Já adulta (Helen Mirren), esse aspecto da sua personalidade é mantido e ela é representada como uma vilã maquiavélica e inescrupulosa, pois em certo trecho da obra, por exemplo, manipula Gawain (Liam Neeson), seu companheiro, e faz com que o mesmo acuse a rainha de desejar Lancelot. Nessa mesma parte da película é aludido de forma explícita que Morgana seria a própria personificação do mal, pois quando Arthur pergunta para Merlin onde o mal se esconde em seu reino o feiticeiro replica “Sempre...onde você menos espera. Sempre” (EXCALIBUR, 1981, 01h10min12s-01h10min20s) e a câmera, imediatamente, enquadra o rosto de meia-irmã do rei.

Mais adiante Morgana comete outra ação desonesta, pois usa um feitiço para assumir a forma física de Guinevere e faz sexo com seu próprio meio-irmão, a fim de gerar um filho que possa usurpar o trono real. Após concretizar tal ação ainda comenta: “Eu concebi um filho, meu rei...meu irmão. Eu poderia te matar agora, irmão. Mas quero que viva para ver nosso filho ser rei” (EXCALIBUR, 1981, 01h33min17s-01h33min33s). Próximo do final da história, ela morre por sua ganância e orgulho, pois é desafiada por Merlin a realizar um determinado encantamento, o qual tem como consequência a transformar em uma senhora idosa (Kay McLaren), que é imediatamente morta por Mordred, conforme já citado anteriormente.

Desse modo, entendemos que todas essas figuras foram assim expostas em tela devido ao momento histórico da fonte, de grande moralismo e valorização das figuras masculinas, conforme exposto previamente. Fica claro para nós como o contexto machista da década de 1980 exerceu decisiva influência na composição da película analisada e em suas figuras presentes em frente às câmeras. Entretanto, vale frisar que essas são apenas algumas hipóteses preliminares, e estudos mais aprofundados, que irão comparar a fonte fílmica com o livro na qual a mesma foi baseada e com seu roteiro, ainda serão feitos a fim de elucidar os discursos e representações por trás da Cavalaria Medieval de *Excalibur*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHIBALD, Elizabeth.; PUTTER, Ad. **The Cambridge Companion to the Arthurian Legend**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**: Da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.
- BORDWELL, David.; THOMPSON, Kristin. **A arte do cinema: uma introdução**. Campinas: Editora da Unicamp; SP, São Paulo: Editora da USP, 2013.
- _____. **Film History**: An Introduction. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2003.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade?. In: FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 79-115.
- FLORI, Jean. **A Cavalaria**: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.
- MACEDO, José Rivair. Introdução – Cinema e Idade Média: Perspectivas de Abordagem. In: _____.; MONGELLI, Lênia M. **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- SILVA, Rodrigo Cândido da. As mudanças do cinema hollywoodiano nos anos 1980: produção, narrativa e o cinema Blockbuster na Era Reagan. **Revista NEP**, Curitiba, v.3, n.2, p. 39-60, junho 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/issue/view/2353/showToc>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA**

Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação

Reitor	Luciano Schuch
Vice-reitora	Martha Bohrer Adaime
Diretora do CCSH	Sheila Kocourek
Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação	Cristina Marques Gomes
	FACOS-UFSM
Diretora Editorial	Ada Cristina Machado da Silveira
Editora Executiva	Sandra Depexe
	Ada Cristina Machado Silveira (UFSM) Eduardo Andres Vizer (UBA) Eugenia Maria M. da Rocha Barrichelo (UFSM) Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM) Gisela Cramer (UNAL) Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM) Marina Poggi (UNQ) Monica Marona (UDELAR) Paulo Cesar Castro (UFRJ) Sonia Rosa Tedeschi (UEL) Suzana Bleil de Souza (UFRGS) Valdir José Morigi (UFRGS) Valentina Ayrolo (UNMDP) Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
Conselho Editorial	
Comitê Técnico Repositório e Site	Profa. Dra. Sandra Depexe (UFSM) Acad. Rodrigo Osório Santini (UFSM)

ISBN: 978-65-5773-038-6

CDL



9 786557 730386